Jornais, boletins e encartes da Adufrj–SSind publicados no período de 01/2002 a 12/2002.

Encartes publicados neste período:

11/03/02 - Eleições da UFRJ
18/03/02 - Carreira única
15/04/02 - Eleições do Andes
06/05/02 - Eleições do Andes
13/05/02 - Eleições do Andes
16/05/02 - Como calcular seu salário
20/05/02 - Eleições do Andes
10/06/02 - Eleições da Adufrj
15/07/02 - Prestação de contas
29/07/02 - Autonomia
02/09/02 - Alça
09/09/02 - Eixos de luta
23/09/02 - Presidenciáveis
28/10/02 - GID/PQI
23/12/02 - SPF

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 42 • 7 de janeiro de 2002
www.adufrj.org.br

Plano Verão (26,05%) e Devolução PSS Urgente!

Página 4

MOÇÃO DO CEPG

O Conselho de Ensino para Graduados - CEPG, reunido na Sessão Ordinária, tomou conhecimento da Portaria nº2212 de 20/12/2001 do Magnífico Reitor da UFRJ alocando vagas para cargos de professor de ensino de 3º grau.

O CEPG não aprova os procedimentos adotados para a referida alocação e nem a forma para a distribuição das referidas vagas e, RESOLVE:

a) Dar divulgação a todos os diretores de Unidades da referida portaria;

b) Dar divulgação a todos os diretores de Unidades do comunicado do Diretor do Museu Nacional.

Comunicado à Universidade Federal do Rio de Janeiro

O Museu Nacional, ao tomar conhecimento da distribuição das vagas docentes da UFRJ pelo Reitor, hoje, dia 21 de dezembro de 2001, resolveu recusar a quota que lhe foi atribuída, revertendo-a ao processo de distribuição coletiva na Comissão Temporária de Alocação de Vagas Docentes (COTAV) da Universidade.

Essa decisão é tomada apesar da crucial necessidade e urgência de que se revestem as vagas atribuídas, inclusive para os setores imediatamente beneficiados.

Considera porém o Museu que é imprescindível preservar as condições coletivas de justificativa e negociação das necessidades de todos os Departamentos e Programas do Museu e da Universidade, no foro colegiado adequado.

Luiz Fernando Dias Duarte
Diretor do Museu Nacional

RESOLUÇÃO Nº 06/2001

O Conselho Universitário, reunido em 27 de dezembro de 2001, considerando o recurso enviado a este Conselho em 27 de dezembro e, em vista do disposto na LDB que, em seu artigo 53, parágrafo único, estabelece:

"Para garantir a autonomia didático-científica das Universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

.....

IV – contratação e dispensa de professores;"

RESOLVE:

1. Recomendar às Unidades contempladas pelas vagas que, a exemplo do Museu Nacional, formalizem a devolução das mesmas para serem alocadas pelos Colegiados de Ensino e Pesquisa, como estabelece a LDB.
2. Solicitar à COTAV iniciar imediatamente o trabalho de distribuição da totalidade de vagas alocadas à UFRJ.
3. Tornar sem efeito as Portarias nº 2.212, de 20 de dezembro de 2001, nº 2.225, nº 2.226 e nº 2.227, de 27 dezembro de 2001, e todas as outras que não respeitem estritamente as decisões dos Colegiados competentes.

Ricardo Gattass
Presidente em exercício

Consuni torna sem efeito distribuição de vagas do reitor

Colegiado solicita início imediato da COTAV

O primeiro Conselho Universitário após a escandalosa distribuição de vagas docentes pelo reitor foi palco de muita indignação. Só não houve perplexidade porque já era esperada uma atitude assim por parte de Vilhena. Em sessão realizada no dia 27 de dezembro, o colegiado resolveu tornar sem efeito a iniciativa do interventor. Para isso, os conselheiros se basearam no artigo 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em seu parágrafo único, o texto estabelece, entre outras funções, que "para garantir a autonomia didático-científica das Universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: (...) contratação e dispensa de professores (...)".

Conforme já foi antecipado pelo jornal da Adufrj-SSind nº 48, de 26 de dezembro de 2001, Vilhena ignorou o CEG, o CEPG e a tradição da Comissão Temporária de Alocação de Vagas (COTAV) para distribuir 76 cotas a seu bel prazer. Dessas, 59 estavam destinadas inicialmente à Coppe (29), ao Museu Nacional (10) e ao Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), com 20. No entanto, no mesmo dia em que soube da distribuição não avalizada pelos conselhos superiores, a direção do Museu fez questão de devolver a sua cota (veja comunicado ao lado). Vilhena fez uma redistribuição dessas cotas em outra portaria, mas o sub-reitor Gattass, que presidiu a sessão do Consuni não tinha cópia do documento para passar aos conselheiros. Por isso, na resolução nº 06/2001 (publicada ao lado), em que se torna sem efeito a alocação do interventor do MEC, o texto do Consuni fala em "todas as outras (portarias) que não respeitem estritamente as decisões dos colegiados competentes". Ainda na resolução nº 06/2001, o Consuni solicita o imediato início dos trabalhos da COTAV para distribuição da "totalidade das vagas alocadas à UFRJ". Pela portaria do reitor, restariam apenas cerca de 60 cotas para a COTAV processar. Os conselheiros recomendaram também que as Unidades contempladas pelas demais vagas sigam o exemplo do Museu Nacional.

Estudantes apresentam recurso ao Consuni

A discussão no colegiado máximo da UFRJ foi fomentada por um recurso apresentado por alguns representantes discentes do CEG, CEPG e Consuni. No extenso e bem documentado texto, são feitas várias considerações sobre a falta de democracia e transparência da distribuição do interventor. Cita-se, por exemplo, a formação da COTAV em 24 de agosto de 2001 durante sessão conjunta CEG/CEPG e cuja portaria de instituição não foi assinada pelo reitor até o fim de dezembro. Cita ainda a resolução do CEPG de 21 de dezembro (também publicada ao lado) de não aprovar a referida distribuição – o CEG não se pronunciou, pois já havia entrado em recesso.

De acordo com os estudantes, uma vez que a portaria nº 1.980 do MEC cobra da instituição o equivalente número de substitutos que serão dispensados em relação às vagas recebidas, vários cursos da universidade correriam sérios riscos de existência. Ou seja, uma vez que nenhuma das duas Unidades bem aquinhoadas (ICB e Coppe) possuem substitutos, outros cursos seriam prejudicados com a dispensa de seus quadros temporários. Com base nisso, sugeriram que as vagas fossem alocadas proporcionalmente ao número de substitutos de cada Unidade. A dificuldade seria que alguns locais (Faculdade de Direito, por exemplo) estão "lotados" de quadros temporários, o que inviabilizaria eventuais concursos. O CCMN, que preferiu não pedir substitutos nos últimos anos e dividiu a carga horária de aulas pelo quadro permanente, também seria prejudicado.

Sub-reitor desvincula portaria e alocação de vagas

Num processo que não soube explicar claramente, o sub-reitor Ricardo Gattass disse que a alocação de vagas não funcionava exatamente da forma como os estudantes informaram. Segundo ele, a UFRJ reduziu significativamente o seu pedido de substitutos para o ano de 2002 e, nesse caso, não precisaria dispensar substitutos na ordem de um concursado para cada temporário precisamente. Gattass ainda tentou argumentar que os reitores anteriores sempre tiveram liberdade para distribuir vagas e que os colegiados deveriam se preocupar em dividir um contingente maior devido à "solução do final da greve" – o movimento docente conseguiu arrancar mais concursos do MEC e do MPOG. O professor José Luiz Monteiro, representante do CT, duvidou da possibilidade: "Fica difícil acreditar nisso, diante do fato consumado", afirmou.

As várias críticas

Além dos reiterados elogios à postura da direção do Museu Nacional, sobraram várias críticas para a distribuição de Vilhena. O professor José Roberto (CCS), que trabalha no ICB, disse sentir vergonha das vagas recebidas, devido ao tortuoso processo, embora as considerasse necessárias. Professores da área de Humanas estavam revoltados, pois não receberam uma única e escassa vaga pela portaria do reitor. Docentes do CCS, incluído aí o diretor da Faculdade de Medicina, questionaram que as vagas recebidas não foram alocadas onde o Centro pediu, em processo discutido democraticamente. Outros conselheiros duvidaram da legalidade da documento do interventor não só tendo em vista a LDB: as vagas estariam alocadas em "setores", um nome que não existe na estrutura formal da UFRJ. Chegou-se a se falar em barrar o processo na Justiça, na lógica de "se é para ter uma distribuição assim, melhor não tê-la".

Movimento

Eixos políticos e plan

O 43º Conad, realizado recentemente em Brasília (14 a 16/12) atualizou o plano de lutas do Sindicato Nacional. Publicamos, abaixo, na íntegra, os eixos de luta gerais e o plano de lutas específico do setor das IFES

I - Eixos de luta

1 - Fortalecer a luta pela construção de uma sociedade socialista que supere a ordem do capital. Esta luta requer a derrota do imperialismo, por meio da unidade internacional dos trabalhadores, para defender a independência nacional dos povos oprimidos e a expropriação do grande capital internacional, como únicas garantias de uma paz mundial, justa e duradoura.

2 - Denunciar a campanha internacional do imperialismo norte-americano e seus aliados contra os direitos e a independência dos povos, sob o pretexto de "combate ao terrorismo". Denunciar, em especial, a intervenção imperialista no Oriente Médio e na Ásia Central, as tentativas de violentar a independência da América Latina (Plano Colômbia, manobras militares no Cone Sul etc.), assim como o ataque em todos os países aos direitos civis e a criminalização dos movimentos de luta dos trabalhadores e minorias oprimidas.

3 - Combater a exploração capitalista fortemente marcada pelo programa neoliberal expressado pelo Consenso de Washington, pelas determinações de Davos (G-7), FMI, Banco Mundial e OMC. Lutar contra as coalizões de classes e forças que sustentam as políticas dos governos identificados com essa agenda, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Estas lutas envolvem a negação de medidas como o pagamento da dívida externa e os tratados de livre comércio. Combater, em especial, as políticas neoliberais sobre C&T, educação, saúde e previdência social, o ajuste fiscal, as reformas trabalhistas, administrativas e da previdência e todas as medidas que objetivam destruir os direitos dos trabalhadores.

4 - Intensificar a luta, em conjunto com os movimentos sociais, por transformações sociais que atendam aos direitos fundamentais da maioria da população. Para tanto, é necessário fortalecer os instrumentos de luta, potencializando o sindicalismo classista, autônomo e democrático pela participação ativa nas instâncias, fóruns e atividades da CUT, com o objetivo de fortalecer a organização do conjunto da classe trabalhadora em âmbitos nacional e internacional contra a ordem do capital.

5 - Defender o ensino público, gratuito, laico, socialmente referenciado e sua universalização, em todos os níveis, como dever do Estado e direito do cidadão, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação.

6 - Lutar pela expansão e pelo desenvolvimento das Instituições Públicas de Ensino Superior, defendendo: a autonomia, nos termos do artigo 207 da Constituição Federal; a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; a gratuidade plena; a ampliação das verbas; o padrão unitário de qualidade; e a democracia como base do autogoverno dessas Instituições. Lutar ainda contra a legislação que procura impedir a autonomia universitária, as tentativas de regulamentá-la e todas as formas de precarização do trabalho docente que comprometem a autonomia individual do professor, como o emprego público e as diversas modalidades de trabalho informal.

7 - Lutar pela ampliação das verbas orçamentárias para a educação pública e para os órgãos de fomento à Ciência e Tecnologia, em consonância com o princípio defendido no caderno 2 do ANDES-SN. Defender as metas do PNE-Sociedade Brasileira, sustentando: a reformulação das políticas para o setor, de modo a assegurar a democracia nos órgãos de fomento federais e estaduais; a participação ativa da comunidade universitária na definição das prioridades do setor; a alocação de verbas não condicionadas a programas governamentais (como os Institutos do Milênio) e empresariais (como os Fundos Setoriais) para estimular pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão.

8 - Lutar pela valorização do trabalho docente, reivindicando a carreira única do Andes-SN; o programa nacional de capacitação docente e o piso e a malha salariais, assim como políticas de reposição das perdas salariais.

9 - Combater as medidas governamentais que violentam o Estado Democrático de Direito como as que se materializaram na violência do pacote de novembro, constituído pelo decreto nº 4010, de 12/11/2001 (transfere para o presidente da república a responsabilidade pela liberação e/ou corte de pagamento) e MP nº 10, de 13/11/2001 (altera a Lei nº 8745/93 para permitir contratação de pessoal por tempo determinado, para substituir grevistas) pelos quais se pretende destruir os direitos de liberdade e de organização sindical da classe trabalhadora.

10 - Combater o PL 5483, que altera o art. 618 da CLT, e todas as medidas governamentais que, sob o cínico eufemismo flexibilização, que, na verdade, significa redução ou extinção de direitos sociais e trabalhistas, impõe retrocesso histórico e econômico às conquistas da classe trabalhadora.

II - Plano de lutas do setor das IFES

1 - Que as seções sindicais e Secretarias Regionais atuem no âmbito das CUTs estaduais e coordenações estaduais visando a construir a luta conjunta das três esferas do serviço público; reforçar a organização e o trabalho do Fórum Estadual de

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Folha Dirigida **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

o de lutas

Lutas e reivindicar da Central um claro posicionamento contra o pacote de novembro de 2001.

2 - Que seja discutida, no âmbito dos SPFs, a criação de uma comissão voltada para o estudo e a elaboração de princípios gerais e diretrizes básicas que orientem a definição de planos de carreiras no serviço público.

3 - Que as seções sindicais articuladamente às CUTs estaduais desenvolvam ações conjuntas com entidades do movimento sindical e popular e outras entidades da sociedade civil buscando ampliar a mobilização contra a corrupção no âmbito do Estado.

4 - Que seja denunciada e combatida a ingerência dos Conselhos Profissionais nas Instituições de Ensino Superior – IES, a partir das informações das seções sindicais, com ampla divulgação, inclusive no INFORMANDES, do desrespeito à autonomia universitária.

5 - Que as Seções Sindicais e as Secretarias Regionais contribuam politicamente para a organização e realização de Plenárias dos SPFs estaduais e/ou regionais com a participação da coordenação nacional.

6 - Que o ANDES-SN lute contra as ações das administrações superiores das IES que visem a perseguir dirigentes sindicais.

7 - Que o ANDES-SN participe da Conferência Internacional Contra a Desregulamentação e Em Defesa dos Direitos Trabalhistas para Todos, a realizar-se de 22 a 24 de fevereiro de 2002, em Berlim, Alemanha, devendo a Diretoria encaminhar para as Seções Sindicais os documentos relativos ao evento e os relatórios das reuniões.

8 - Que o ANDES-SN denuncie, por intermédio de seus veículos de comunicação e em todos os eventos de que participar, a postura autoritária adotada pelo governo no decorrer da greve, o que trará nefastas conseqüências para o sistema federal de ensino, para os trabalhadores do serviço público federal, para o movimento sindical e para a sociedade em geral.

9 - Que seja mantida a luta pela valorização do Sistema Federal de Ensino, incluindo-se aí todas as Instituições de Educação Básica e Educação Superior, em todas as modalidades (Educação Profissional, Educação Tecnológica, Educação Especial, Ensino Técnico, etc.)

10 - Que as Seções Sindicais realizem todo esforço no sentido de viabilizar sua representação no Fórum Social Mundial de 2002.

11 - Que sejam reunidos, no prazo mais breve possível, os dados que permitam viabilizar uma campanha nacional contra a privatização interna das IES públicas em geral, dando conseqüência à resolução do XV Congresso e levando em conta o trabalho já desenvolvido por diversas Seções Sindicais em relação às fundações.

12 - Convocar para os dias 5 e 6 de janeiro uma reunião do setor, tendo como ponto de pauta, entre outros, o seguinte tema: avaliação final da greve e seus desdobramentos.

13 - Propor a convocação de uma Plenária Nacional dos SPF tendo como referência a possibilidade de realizá-la em Porto Alegre paralelamente ao Fórum Social Mundial, com a perspectiva de avaliar o movimento e organizar o Plano de Lutas para o próximo período.

14 - Convocar a Comissão Nacional de Mobilização imediatamente após o término do 43º CONAD, considerando os feriados e o funcionamento do Congresso Nacional, fundamentalmente para acompanhar os assuntos de interesse do MD decorrentes da Greve.

15 - Convocar as reuniões dos GTs correspondentes aos temas das Mesas e dos Grupos de Trabalho, negociados com o MEC, a fim de estabelecer agenda de trabalho que viabilize a discussão das temáticas que serão objeto de definições nessas Mesas e Grupos, subsidiando a Diretoria durante o processo de negociações.

16 - Priorizar na Pauta de Trabalho do Setor o acompanhamento dos seguintes temas: Reajuste das Tabelas Salariais decorrente da aprovação do PL 5805/01; PL 5299/01 (Revisão e Política Salarial dos SPF), PL 5483/01 (Flexibilização da CLT); Decreto de Regulamentação da GID; Decreto Nº 4010/01 (transfere para o presidente da república a responsabilidade pela liberação e/ou corte de pagamentos), MP N° 10 de 13/11/2001 (altera a lei nº 8745/93 para permitir contratação de pessoal por tempo determinado para substituir grevistas- proposta do Executivo de PL que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos) e Ações Judiciais contra Paulo Renato.

17 - Preparar um Memorial sobre as greves que mobilizaram o Sindicato no corrente ano, envolvendo os diferentes Setores, visando à divulgação durante o próximo Congresso.

SPF devem ficar atentos ao pacote antigreve

Projeto de lei do governo cria medidas inconstitucionais

Terminada a greve, os servidores têm que continuar com os olhos bem abertos com o governo e seu pacotaço antigreve. Elaborado durante a paralisação deste ano de professores e previdenciários, o projeto de lei que regulamenta o direito de greve foi enviado ao Congresso na última semana de dezembro de 2001. As regras estipuladas são tão duras que a proposta funciona, na prática, como uma lei contra um dos poucos instrumentos de protesto dos trabalhadores.

O projeto, com 15 artigos, foi resultado de reuniões de assessores jurídicos do Palácio do Planalto com o advogado-geral da União, Gilmar Mendes, e ministros como Martus Tavares (Planejamento, Orçamento e Gestão). As medidas, se aprovadas pelo Congresso, atingirão os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações do governo federal, dos estados e dos municípios. A oposição promete luta contra o projeto e um fator importante é que, em ano eleitoral, nem mesmo os partidos da base governista devem aprovar o texto.

De acordo com o AI-6 (quer dizer, com o projeto), os servidores só poderão tomar decisões de deflagração da greve com a presença de dois terços da categoria em assembléia. O governo terá 30 dias para responder às reivindicações da categoria e terá que ser informado da possível entrada em greve com dez dias de antecedência. Durante a greve, pelo menos 50% dos servidores devem garantir a continuidade dos serviços. Se a Justiça considerar a greve ilegal, pesadas multas serão aplicadas aos sindicatos.

Eleições da Adufrj-SSind serão realizadas em fevereiro

Foi publicado no Jornal do Brasil de 15/12/2001 o edital de prorrogação dos prazos das eleições da Adufrj-SSind. As chapas candidatas à Diretoria para esta quarta convocação devem ser inscritas junto à Secretaria da seção sindical até 18 de janeiro de 2002, sexta-feira, e as listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até 8 de fevereiro de 2002. Podem se candidatar a cargos na Diretoria ou no Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 21 de outubro de 2001 e são eleitores os docentes sindicalizados até 20 de dezembro de 2001, desde que estejam em pleno gozo de seus direitos (leia regimento eleitoral publicado em encarte datado de 23 de julho de 2001 ou acesse a página eletrônica da Adufrj-SSind: www.adufrj.org.br/arquivo/2001/encarte230701.pdf). Ao lado, publicamos novamente o calendário eleitoral.

Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind

Inscrição de chapas para Diretoria:
até 18/01/2002

Inscrição de listas para o Conselho de Representantes:
até 08/02/2002

Eleições para direção e para o CR:
de 18 a 20/02/2002

Posse da nova diretoria e dos novos conselheiros:
22/03/2002

Agenda Sindical

Reunião do Setor das Federais - 5 e 6/01 – Brasília (DF)
Fórum Social Mundial - 31/01 a 5/02 – Porto Alegre (RS)
21º Congresso do Andes-SN - 23 a 28/02 – Rio Grande (RS)
4º Coned - 23 a 26/04 - Anhembi **-** São Paulo (SP)

Nosso Bolso

Plano Verão (26,05%) e Devolução PSS – Urgente!

Vários professores estão procurando a Adufrj-SSind para apontar erros em seus contracheques de dezembro de 2001 e pedindo esclarecimentos quanto ao que foi pago ou deixou de ser pago. Pelo que se verificou até agora, dois casos estão ocorrendo com freqüência: falta de pagamento dos 26,05% (Plano Verão) ou falta da devolução do desconto do PSS sobre o 13º salário (gratificação natalina).

A Adufrj-SSind está encaminhando os problemas informados pelos sindicalizados à SR-4 e à Procuradoria da UFRJ. Para isto, é necessário que os professores que tenham notado alguma discrepância em seus pagamentos forneçam cópia dos respectivos contracheques.

Devolução do PSS

O valor a ser devolvido é exatamente o que foi descontado indevidamente no contracheque de novembro/2001, a título de "CONTR.PSS – GRATIF. NATALINA". A devolução deveria ter sido feita no contracheque de dezembro/2001, a título de "DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AT", que significa decisão judicial não transitada em julgado. Verifique se esta rubrica consta como crédito em seu contracheque de dezembro com o mesmo valor descontado em novembro.

Em 11 de dezembro de 2001, antes do fechamento da folha de pagamento do mês, a Adufrj-SSind enviou ofício à superintendência da SR-4 solicitando esclarecimentos sobre o desconto e a devolução do PSS sobre a gratificação natalina de seus sindicalizados, anexando cópia da sentença e do despacho judicial que obtivemos. Não houve resposta até hoje.

Pagamento dos 26,05% (Plano Verão)

O pagamento relativo aos 26,05% (Plano Verão) vem agora através da rubrica "DECISAO JUDICIAL TRAN JUG AT (decisão judicial transitada em julgado). Atenção: a diferença entre o título desta rubrica e a do PSS é de apenas um "N" indicando que não foi transitado em julgado. O valor a ser pago corresponde a 26,05% da soma das parcelas do vencimento básico (VENCIMENTO BASICO), da GAE (GRAT. ATIV. EXECUT/GAE LD. 13/92) e dos anuênios (ADIC. TEMPO SERVICO LEI 8112/90). Para calculá-lo, some as três parcelas acima e multiplique o resultado por 0,2605.

Como proceder em caso de erros?

Para que a Adufrj-SSind possa encaminhar a correção dos problemas apontados é necessário que os professores sindicalizados atingidos forneçam cópias dos seguintes contracheques:

a) Plano Verão (26,05%) – contracheques de dezembro/2001 e contracheque do último mês em que recebeu os 26,05%, antes do corte.

b) Devolução do desconto do PSS – contracheques de novembro e dezembro de 2001

Solicitamos aos professores que confiram seus contracheques e, caso haja problemas, enviem as cópias indicadas o mais rápido possível. Os últimos contracheques podem ser obtidos também na página eletrônica do MPOG (www.siapenet.gov.br) pela internet.

Encarte sobre salários – Errata

No boletim nº 41, de 17 de dezembro de 2001, publicamos um encarte especial sobre como calcular a sua remuneração considerando o PL 5.805/2001, resultado da greve, e o reajuste geral do funcionalismo de 3,5%.

Os valores relativos ao Plano Verão (26,05%), porém, ficaram incompletos, na medida em que o índice incide também sobre os anuênios e não apenas sobre o vencimento básico mais a GAE. Desta forma, para obter o valor exato da parcela relativa ao Plano Verão, é preciso adicionar ao valor fornecido na coluna "PVerão" das tabelas a parcela dos 26,05% relativos ao tempo de serviço dada pela seguinte expressão:

0,2605 x Anuênios x NA, onde NA é o número de anuênios (tempo de serviço).

Movimento

CUT antecipa campanha salarial

Lançamento da campanha será no Fórum Social Mundial, no início de fevereiro

A Central Única dos Trabalhadores vai antecipar de março para fevereiro o lançamento da campanha salarial unificada dos trabalhadores com data-base no primeiro semestre de 2002. A decisão foi motivada pela crise argentina e pela possibilidade de reforma da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Na avaliação do presidente da central, João Felício, as medidas adotadas pelo governo argentino vão fazer com que as empresas brasileiras exportem menos e revejam suas metas de produção, o que afetará o nível de emprego nacional.

A campanha unificada da CUT deve reunir mais de 20 categorias profissionais, com cerca de um milhão de trabalhadores. Entre as categorias estão metroviários, portuários e boa parte do funcionalismo público. O lançamento da campanha deve ocorrer no início de fevereiro, quando acontece o Fórum Social Munidal, em Porto Alegre. Segundo a CUT, mais de quatro mil sindicalistas devem participar dos debates na capital gaúcha.

Docentes e a CLT

O combate à flexibilização da CLT – que deve ser votada até março de 2002 pelo Senado Federal – é matéria de interesse dos professores universitários. Além de ser uma ameaça aos direitos das pessoas que já são regidas pela CLT, não custa lembrar que o governo tenta impor ao funcionalismo a celetização das atividades. Na recente greve, esse projeto foi temporariamente afastado, mas o governo pode reapresentá-lo a qualquer momento.

Cartas

À Diretoria da Adufrj

Em nome dos professores, dos funcionários técnico-administrativos, dos alunos e das clientes do Instituto de Ginecologia da UFRJ, venho expressar sinceros agradecimentos pelo valioso apoio recebido de V. Sas em defesa desta Instituição.

Outrossim, cabe-me informar a V. Sas que a Secretaria Municipal de Saúde restabeleceu o atendimento a nível de serviços ambulatoriais de baixa e média complexidade, publicado em DO de 9/11/01.

Sem mais, para o que se segue no momento, aproveito a oportunidade para apresentar protestos de distinta consideração e desejar a V. Sas um Feliz Natal* e um Ano Novo com muita Paz, Saúde e Prosperidade.

Atenciosamente,

Professor Antonio Tavares Carneiro Sobrinho

Diretor Pró-Tempore do IG-UFRJ

*carta escrita em 5 de dezembro.

As cartas, para serem publicadas neste jornal, devem ser enviadas para adufrj@civil.ee.ufrj.br ou pelo fax (2590-4799, ramal 21), com o pedido de publicação. Professor, esse espaço é seu!

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 49 14 de janeiro de 2002

UFRJ NÃO PODE VIRAR BINGO

ATO EM DEFESA DA UFRJ E DO ESPAÇO PÚBLICO
DIA 16\01 **ÀS 17h**
(Concentração no sujinho)

DCE Mário Prata e
CAs Praia Vermelha
apóio Adufrj SSind

Perspectivas para 2002

A diretoria da Adufrj-SSind convida seus sindicalizados para uma reunião aberta onde pretendemos discutir o planejamento das atividades prioritárias a serem desenvolvidas em 2002 pela Seção Sindical.

Em pauta:
- **Frentes de luta na UFRJ**
- **Grupos de trabalho da Adufrj-SSind**
- **Conselho de Representantes**

16 de janeiro
(4ª feira)
10 horas
Auditório do CT
Ilha do Fundão

NA LAURO MULLER, EM UM IMÓVEL DA UFRJ, FORAM INAUGURADOS UMA CASA DE JOGOS E UMA CHURRASCARIA

Comunidade realiza ato contra bingo na Praia Vermelha

Página 11

Em tempo: No último dia 9, o Presidente da República sancionou a Lei nº 10.405 que altera as tabelas de vencimento básico dos professores do ensino de 3º grau e dos professores de 1º e 2º graus, integrantes dos quadros de pessoal das Instituições Federais de Ensino, e altera dispositivo da Lei 10.1867, de 12 de janeiro de 2001. A lei foi publicada no Diário Oficial da União no dia 10. De acordo com ofício do Andes-SN, a lei não sofreu nenhuma alteração em relação ao acordo das entidades com as lideranças partidárias do Congresso Nacional e com o MEC. No ofício a diretoria do Sindicato informa que ainda existem questões relacionadas à greve que demandam encaminhamentos que estão sendo trabalhados pela entidade (mesas de negociação, grupos de trabalho, desdobramentos em relação à GID), mas que a sanção presidencial, para o Andes-SN, demarca com êxito a luta dos docentes, “o que constitui-se em estímulo à continuidade da intransigente defesa do ensino público e dos direitos da categoria”.

Andes

Setor das Federais avalia greve

O Setor das Federais do Andes-SN se reuniu nos dias 5 e 6 de janeiro, em Brasília. Em pauta, estavam a avaliação da greve nacional de 2001, a prestação de contas do Comando Nacional de Greve do Sindicato e os encaminhamentos para o Setor. Quanto à greve nacional, foi feita uma avaliação geral do movimento em que foram destacados o resgate da credibilidade na luta das categorias através dos sindicatos e o reconhecimento da greve como uma forma legítima e adequada de luta. A greve não só pautou a discussão sobre os caminhos políticos do país no segundo semestre, como também, ao impor duras derrotas ao governo FHC, resgatou a dignidade dos trabalhadores frente a um governo que muitos diziam imbatível.

A avaliação geral do Setor destacou, também, a transparência e firmeza do CNG e da direção nacional, na condução do movimento de greve. A unidade com os estudantes e técnico-administrativos na luta em defesa das universidades públicas e dos serviços públicos, gratuitos e de qualidade também foi outro fator fundamental para o sucesso da greve. Em âmbito local, a greve possibilitou, ainda, a interferência do movimento nas questões locais das universidades, a exemplo da UFRJ e a luta da comunidade e dos conselhos superiores contra a reitoria Vilhena, pelo adiamento do vestibular.

Greve expõe governo

A greve dos docentes expôs o governo federal e suas políticas anti-sociais. O ministro Paulo Renato se viu, por diversas vezes, acuado, sendo ameaçado de prisão pelo descumprimento da decisão da Justiça que o obrigava a pagar o salário dos grevistas, fato inédito. As ações conjuntas e interlocuções permanente com parlamentares, o legislativo e o judiciário, com o apoio da sociedade e da mídia, foram destacadas como estratégias corretas do movimento.

A inviabilização do projeto de emprego público do governo, a garantia das novas vagas pelo RJU e o aumento o salário básico, mesmo sem a incorporação das gratificações foram ganhos inegáveis da greve. A rejeição do reajuste da Gratificação de Estímulo à Docência foi considerada mais uma derrota amargada pelo governo. A correção de parte das distorções conseqüentes do final da greve de 1998 para os aposentados e docentes do 1º e 2º graus também foi destacada. A avaliação do ganho salarial não pode ser feita apenas nesta greve, isoladamente, mais levando-se em conta o processo de luta deste 1998, quando foram introduzidas distorções a partir das gratificações produtivistas. Foi o resgate de uma dívida histórica com os professores de 1º e 2º graus, aposentados e pensionistas, fortalecendo a concepção de carreira única defendida nas instâncias do Sindicato. Entretanto, a incorporação das gratificações, que representaria um golpe maior na política salarial do governo, ainda continua por ser conquistada.

Prestação de contas do CNG

A aprovação da prestação de contas do Comando Nacional de Greve foi remetida para o 21º Congresso do Andes-SN, que acontece em fevereiro, na cidade do Rio Grande (RS), para que as seções sindicais se posicionem.

Não houve unanimidade em relação aos resultados da greve, mas a avaliação amplamente majoritária expressou a evidente construção democrática do movimento que, em todos os momentos, teve a maturidade de avaliar o que fazer, considerando as diversidades, mas submetendo-se sempre às decisões de sua base. A visibilidade dos ganhos obtidos impõe, daqui para frente, uma maior responsabilidade ao Sindicato e ao movimento docente.

Encaminhamentos

Foi considerada fundamental, no Setor, a participação das entidades no Fórum Social Mundial, que ocorre em fevereiro, em Porto Alegre; e no 4º Congresso Nacional de Educação (Coned), previsto para abril, em São Paulo. O avanço da conquista do projeto de carreira única foi, também, considerado fundamental para o próximo período. O fortalecimento dos Grupos de Trabalho, visando subsidiar as discussões que serão travadas nas mesas de negociação com o MEC e o combate intransigente do pacote antigreve de novembro e da reforma da CLT também foram encaminhados pelo Setor.

Foi proposto um levantamento das atividades nacionais e locais da greve para publicação e exposição no 21º congresso, visando o registro e a divulgação do movimento para a sociedade. O Grupos de Trabalhos Comunicação e Artes e História do Movimento Docente serão acionados para indicar diretrizes e orientar o trabalho de colega, registro e sistematização dos dados. As regionais do Andes-SN e as próprias seções sindicais deverão coordenar a coleta e organização do material.

Sobre as fundações privadas, o dossiê publicado pela revista Adusp, com uma investigação minuciosa das fundações da estadual paulista, foi sugerido como referência para que os GTs Política Educacional, Verbas, Ciência e Tecnologia, Carreira e Seguridade Social pautem e priorizem esta questão. O Setor encaminhou a ampliação do levantamento sobre outras formas de privatização, como as incubadoras de empresa, prestação de serviços, cursos pagos e outras. Foi encaminhada também a realização de um seminário ou encontro nacional, antecedendo o próximo Conad (Conselho de Seções Sindicais) sobre as diversas formas de privatização. Será solicitada Às seções sindicais que realizem levantamentos desta natureza com urgência.

21º Congresso será em Rio Grande

O Andes-SN convocou o 21º Congresso Nacional que será realizado no período de 23 a 28 de fevereiro, na cidade de Rio Grande (RS). O evento será sediado pela Seção Sindical de Rio Grande (Aprofurg-SSind) e o tema central será: Projeto Histórico e Educação: a luta do sindicalismo classista. O prazo para contribuição das seções sindicais ou de sindicalizados para o Caderno de Textos do Congresso é, impreterivelmente, 18 de janeiro. Os textos devem ser enviados em disquete ou por e-mail (andes-sn@andes.org.br).

A Adufrj-SSind pode participar com 12 delegados de base, eleitos em assembléia geral, e um delegado indicado pela diretoria. Os professores também podem participar como observadores, em número e indicações a serem aprovados também em assembléia.

Anote

A greve e os limites da institucionalidade brasileira. Este é o tema central da próxima edição da revista Universidade e Sociedade. A publicação é editada pelo Andes Sindicato Nacional a cada quatro meses e tem lançamento garantido no Congresso Nacional que acontecerá em fevereiro, na cidade de Rio Grande (RS). Segundo a editoria da revista, esta edição será dedicada ao exame das repercussões da greve das federais em 2001 e à reação por parte do governo federal, com a publicação do 'pacote de novembro' e as medidas que restringem o direito de greve dos servidores. Segundo os editores, interessa também para esta publicação da Universidade e Sociedade textos que analisem o impacto do movimento docente e sindical sobre o legislativo e o judiciário no país. Textos sobre as restrições que os governos estaduais vêm impondo às universidades públicas também serão bem-vindos. Outros artigos dentro desta temática central poderão ser enviados. Todos os docentes estão convidados. Os textos devem ser enviados por e-mail para andes.sp@adusp.org.br, contendo, no máximo, 20.000 caracteres (15 laudas), com notas no final do texto e referências bibliográficas conforme normas da ABNT. O prazo final para entrega dos artigos é dia 25 de janeiro.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Folha Dirigida **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Nosso Bolso

Sub-reitoria de Pessoal admite erros no processamento dos 26,05%

Docentes devem receber percentual de dezembro em folha suplementar até o dia 20/01

No pagamento de novembro, vários docentes foram atormentados pela a falta dos 26,05% em seus contracheques. Para muitos, a situação ainda não mudou com pagamento de dezembro. A diretoria da Adufrj-SSind esteve em contato com a sub-reitora de Pessoal (SR-4) e com a procuradoria da UFRJ, no último dia 8, para esclarecer as irregularidades. O presidente da seção sindical, José Henrique Sanglard, apresentou uma listagem de professores que haviam procurado a entidade porque que não tinham recebido os 26,05% do mês de dezembro. Sanglard foi informado de que houve alguns erros no processamento do pagamento da ação judicial nos meses de novembro e também em dezembro, mas que estes seriam corrigidos. A SR-4 alegou que o período foi muito tumultuado com a saída da ex-sub-reitora, Maria Augusta Temponi, e com a substituição da equipe de trabalho. Uma das dificuldades teria sido o volume de trabalho no reprocessamento das folhas de pagamento junto ao Sicaj – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A SR-4 não soube explicar para Sanglard o porquê da mudança da denominação da rubrica dos 26,05% de "IPC-26% Plano Verão" para "DECISÃO JUDICIAL TRAN JUG AT."

Os novos responsáveis pelo processamento do pagamento garantiram, no entanto, que os 26,05%, para os que ainda não os receberam, sairão em folha suplementar até o dia 20 de janeiro. A SR-4 também avisou que alguns casos não poderão ser resolvidos nem mesmo neste mês, já que técnicos ainda estão encontrando dificuldades de processar as listas dos docentes que recebem, atualmente, o percentual relativo à ação judicial. Para estes casos, a sub-reitoria recomendou que os docentes entrem, individualmente, com processos administrativos requerendo a regularização da situação e o pagamento do percentual devido. De acordo com a sub-reitoria, os contracheques relativos às folhas suplementares de novembro, paga em dezembro, e de dezembro, a ser paga em janeiro, serão feitos e distribuídos nas Unidades da UFRJ.

No encontro com o presidente da Adufrj-SSind, o procurador Alexandre Ladvocat Cintra disse que a procuradoria continua fazendo gestões junto ao governo para que o percentual do Plano Verão seja estendido para todos os docentes da UFRJ. Sanglard foi informado, também, de que a SR-4 fará um levantamento de todos os docentes que recebem ou não recebem os 26,05% e que a Adufrj-SSind terá acesso a esta relação.

Devoluções do PSS devem ocorrer na folha de janeiro

Não foi só com os 26,05% que os docentes tiverem problemas. Os professores, assim como os técnico-administrativos, foram descontados pelo Plano de Seguridade Social (PSS) sobre o 13º salário e o adicional (1/3) de férias. A SR-4 também informou à Adufrj-SSind que os descontos indevidos do PSS serão devolvidos ainda na folha de janeiro. A seção sindical lembra que têm uma ação ganha na justiça, mas ainda não transitada em julgado que garante o ressarcimento dos desconto. O despacho com a sentença da ação já foi também encaminhado à procuradoria da UFRJ.

A SR-4 informou, ainda, que está dando prioridade aos problemas do não pagamento dos 26,05% em novembro e dezembro, por se tratar do exercício de 2001, e para minimizar o número de casos a serem corrigidos por meio de processos administrativos individuais.

Movimento

Adusp investiga fundações

Revista da seção sindical publica dossiê sobre as 28 fundações privadas existentes na USP

A Associação dos docentes da Universidade de São Paulo trouxe nas últimas três edições de sua revista trimestral uma detalhada reportagem sobre o funcionamento das fundações privadas na instituição. As fundações, primeiramente entidades sem fins lucrativos e que não recolhem impostos, tornaram-se empresas que geram orçamentos milionários com uma grande remuneração para os docentes participantes e poucos recursos para as Unidades que lhes deram origem.

Os jornalistas do sindicato apuraram que a USP possui 28 fundações, e que, dentre elas, 18 estão ligadas ao campus da capital. Descobriram também que boa parte destas deveria contribuir mais com a universidade pelo lucro que obtêm. Exemplo disto é a Fundação Instituto de Administração (FIA) que em 1999 arrecadou quase R$ 50 milhões, enquanto a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) recebeu, no mesmo ano, R$ 19,7 milhões. Já a Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV), em 2000, teve uma receita de R$ 12,5 milhões, mas repassou à instituição apenas de 3,7% a 5,8% desse valor.

Outro ponto importante do dossiê foi a entrevista com o presidente da Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (Fundac), Tupã Gomes. Logo no início do encontro com o repórter, o professor disse que a fundação está sendo perseguida e encerrou a entrevista subitamente afirmando que não é obrigado a responder aos questionamentos da Adusp.

Privatização

O Andes-SN é contra a privatização gerada pela ingerência das fundações nas universidades. Mais grave ainda é a remuneração adicional dos professores pelas fundações, já que há a quebra da isonomia salarial nas universidades. Através das planilhas da FCAV nota-se que em 2000 cada professor recebeu, em média, R$ 122 mil no ano. Já a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) paga um adicional aos docentes de acordo com a pontuação que estes fizerem. A Revista Adusp divulgou a tabela na qual se mostra que o exercício da Diretoria Clínica do Hospital das Clínicas (HC) atribui 300 pontos ao professor, enquanto a publicação de um único artigo em revista internacional eqüivale a 540 pontos. Sendo mais específico, só a FFM paga para 21 docentes, por mês, R$ 4 mil, de remuneração adicional. Outros 26 recebem R$ 2,5 mil, por mês, cada um e outros 26 recebem R$ 1,5 mil mensal.

FSM

Fórum Social vai discutir crise argentina

Expectativa dos organizadores é que 50 mil pessoas participem do evento

A segunda edição do Fórum Social Mundial, que ocorrerá entre 31 de janeiro e 5 de fevereiro, em Porto Alegre, deverá ter como assuntos destacados a crise político-econômica da Argentina, o terrorismo internacional e a reação militar de Washington. "A situação argentina é emblemática. As conseqüências do modelo neoliberal estão presentes na Argentina com a destruição do parque produtivo e com a miséria do povo", disse o vice-governador do Rio Grande do Sul, Miguel Rosseto, em entrevista concedida para a Folha de S. Paulo (30/12). No caso dos atentados terroristas, já está marcado um painel coordenado pelo lingüista norte-americano Noam Chomsky ("O mundo sem guerra ainda é possível"), que participará também de um seminário sobre globalização.

O número de participantes do FSM 2002 deve subir dos cerca de 20 mil em 2001 para 50 mil pessoas, entre delegados, ouvintes e jornalistas. Em janeiro passado, estiveram presentes 4.700 delegados de vários países. Este ano, houve uma procura para 19.180 delegados; a capacidade máxima, segundo a organização do Fórum, é de 12.000. As inscrições haviam sido fechadas em 20 de dezembro, com 10 mil participantes, mas foram reabertas até o último dia 11, a pedidos. Por conta da procura da variedade de assuntos, deverão ser proferidas 800 conferências, contra aproximadamente 400 do ano passado.

Em 2001, dezenas de delegações representaram 100 países e, para esta segunda edição, 108 países já confirmaram presença.

O FSM foi criado com o objetivo de discutir experiências e propor alternativas que se contraponham ao modelo de globalização imposto pelo capital internacional e seus representantes. O evento se opõe ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre há vinte anos em Davos (Suíça) e une a nata política e empresarial do mundo. Neste ano, o Fórum Econômico Mundial será realizado em Nova York.

Personalidades

Entre os ilustres confirmados, estão, além do já citado lingüista Noam Chomsky, o argentino e Nobel da Paz de 1980, Perez Esquivel; a jornalista cadadense Noami Klein, uma das lideranças internacionais do movimento antiglobalização; a pesquisadora indiana Vandana Shiva; o escritor paquistanês Tarq Ali, forte opositor da ditadura militar em seu país na década de 60; a Nobel da Paz de 1992, Rigoberta Manchu; o sociólogo português Boavenura dos Santos Souza; e a indonésia Dita Sari, uma das mais importantes ativistas dos direitos humanos da Ásia e liderança do movimento de independência do Timor Leste. Do Brasil, o escritor e crítico literário Alfredo Bosi, Leonardo Boff e Maria da Conceição Tavares também estarão presentes.

O FSM no Brasil

O Comitê Organizador do Fórum no Brasil é composto por oito entidades

ABONG -
Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

ATTAC -
Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos

CBJP -
Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB

CIVES -
Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania

CUT -
Central Única dos Trabalhadores

IBASE -
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

MST -
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

O Conselho Internacional é formado por cerca de 70 organizações representadas por todos os continentes. O FSM também conta com o apoio do Conselho Brasileiro e dos Comitês de Mobilização no Brasil e no exterior

CUT vai participar do Fórum de Porto Alegre

O jornalista Ricardo Boechat, em sua coluna no Jornal do Brasil (6/01/2002), divulgou erroneamente que a Central Única dos Trabalhadores não mais participaria da segunda edição do Fórum Social. A informação foi desmentida pelo secretário de relações internacionais da CUT, Kjeld Jakobsen, que enviou *e-mail* ao jornalista pedindo a retificação da informação. O secretário confirmou a participação da Central no evento e na coordenação do Fórum de Porto Alegre. No dia 8, Boechat publicou nota afirmando que "a decisão está restrita a 20 dirigentes". Segundo a secretaria de relações internacionais, na verdade, o manifesto que gerou a nota equivocada é da tendência 'O Trabalho' que produziu um texto (assinado por 20 sindicalistas e ativistas de várias entidades) contra a participação da central no evento. Segundo a secretaria da CUT, a tendência possui apenas um representante entre os 32 membros da executiva nacional da central.

Resenha

Matéria da Folha de S. Paulo de 26/12 informa que o analfabetismo no Brasil ainda é maior que o de países vizinhos. No Censo 2000, divulgado recentemente, revela-se que 12,8% dos brasileiros não sabiam ler nem escrever. Na população com mais de quinze anos, o índice aumenta: 13,63%. Na Argentina, para esta faixa etária, a taxa de analfabetismo é de 3%. O Chile apresenta taxa de 4%, seguido da Venezuela (7%) e da Colômbia (8%).

Deu no Informe JB, de 28/12: "O dado é do Ipea: entre os negros cursando universidades brasileiras, hoje, a maioria é de estrangeiros".

Outra do Informe (29/12): "Antenas de telefonia celular, num prédio aos fundos do tradicional colégio García Quintana, na Espanha, seriam as causadoras de quatro casos de leucemia entre alunos da escola. A Justiça mandou remover as antenas – que, aqui, abundam livres." A preocupação com o assunto é grande no Colégio de Aplicação da UFRJ, que tem uma antena instalada no terreno.

Uma comissão de líderes partidários vai analisar as distorções salariais entre os servidores, provocadas pelos sete anos sem aumento linear e pela política de concessão diferenciada de gratificações. O trabalho começa em 15 de fevereiro e tem prazo de 60 dias. A medida fez parte do acordo entre governo e oposição para permitir a tramitação do Orçamento 2002.

Carta de estudante da UFRJ publicada na Coluna Defesa do Consumidor de O Globo, em 26/12, reclama da longa espera pelo ônibus 485 sem ar refrigerado. A aluna Simone Rodrigues chegou a esperar cerca de uma hora. Neste período, passaram outros três, com ar condicionado, cuja passagem custa o dobro. Para ela, trata-se de uma estratégia da empresa para obrigar o passageiro a pegar o ônibus mais caro. A viação Breda Rio considerou impossível o caso, pois afirma que a linha 485 opera com mais ônibus comuns, intervalados por poucos veículos refrigerados. Segunda a Breda, são 30 comuns e 10 com ar condicionado.

Jornal nº 500 do Sintufrj

Já virou edição de colecionador. O número 500 do Jornal do Sintufrj, lançado com grande festa no Salão Nobre do IFCS, em 18/12/2001, traz doze páginas recheadas de momentos históricos da publicação sindical e da luta dos diversos movimentos sociais ao longo do tempo. Divulga ainda o pensamento da comunidade acadêmica e de profissionais de Comunicação sobre a importância de uma publicação sindical.

Retrospectiva 2001

Greve impõe derrota a governo FHC

Publicamos nesta edição um resumo dos principais acontecimentos de 2001 para o movimento docente local e nacional. A cada mês, uma demostração de força das categorias em luta. Professores, estudantes e funcionários ampliam conquistas dentro e fora da universidade.

Janeiro

O presidente do Andes-SN, Roberto Leher, recebe o pagamento após ter o contracheque zerado por faltas atribuídas pela diretora da Faculdade de Educação, Speranza França. A Advocacia Geral da União (AGU) acaba com a autonomia jurídica de seis universidades federais para economizar recursos com o deslocamento de procuradores. Entre os dias 25 e 30 de janero, começa o primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, com a participação de mais de 10 mil representantes de movimentos sociais para discutir novas propostas de organização econômica e social no mundo. O Andes-SN e a Adufrj-SSind participam do evento. Em Davos, na Suíça, é realizado o Fórum Econômico Mundial. Em uma teleconferência, ao vivo, Davos e Porto Alegre, se confrontaram. O Fórum Social mostrou ao mundo as barbaridades sustentadas pelos organismos internacionais.

Manuella Soares

Março

No dia 28, professores, funcionários e estudantes da UFRJ protestaram contra as arbitrariedades do reitor e discutiram um manifesto em defesa da normalidade institucional da universidade. No mesmo dia, a Adufrj-SSind também participou do Dia Nacional de Paralisação dos servidores públicos federais com um ato na Cinelândia e uma passeata no centro da cidade contra os sete anos sem reajuste salarial. O Jornal da Adufrj-SSind publica a tradução do relatório do Banco Mundial sobre o "Projeto de Aperfeiçoamento da Educação Superior no Brasil" (que não aperfeiçoa nada!). O governo federal proíbe a contratação de docentes pelo Regime Jurídico Único nas IFES.

Guilherme Lessa

Fevereiro

O Andes-SN comemora 20 anos durante o 20º Congresso do Sindicato realizado na Uerj. No mesmo evento, é aprovada uma rodada de Assembléias Gerais para discutir um indicativo de retomada de greve unificada dos SPF. No dia 11, em Brasília, a Plenária Nacional dos SPF também decide intensificar o processo de mobilização para a greve nacional devido ao descaso do governo. Em vez de reposição de 64% em 2000, a luta seria por 75,48% de reajuste. Na UFRJ, na busca da sua periodização, a Reitoria tenta impor o calendário com início das aulas no dia 12, fechando o sistema de registro acadêmico para as disciplinas com quinze semanas de aulas. Várias Unidades, como o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), tiveram dificuldades com o novo calendário e decidiram começar as atividades em 5 de março.

Abril

Em Brasília, uma marcha reuniu 20 mil manifestantes e lança a campanha salarial dos servidores públicos federais em busca da reposição de 75,48%, pela correção integral do FGTS e a instalação da CPI da corrupção. Na UFRJ, a proposta de cercamento dos Centros de Tecnologia e de Ciências Matemáticas e da Natureza criou polêmica. É realizado o primeiro debate sobre a periodização na Praia Vermelha. No dia 23, é lançado o manifesto "A UFRJ construindo o seu destino" contra o reitor, José Henrique Vilhena, com a presença de parlamentares.

Guilherme Lessa

Retrospectiva 2001

Maio

A Adufrj-SSind comemora 22 anos e realiza um debate sobre a participação do sindicato no Fórum Social Mundial. As entidades da UFRJ organizam mais dois debates sobre periodização com a comunidade acadêmica. É realizado o Seminário Internacional sobre Políticas de Privatização da Educação na América Latina, na Uerj e o 6º Congresso do Sintufrj, na UFRJ. A Reitoria tenta cortar o Plano Verão (26,05%) dos docentes da UFRJ e a Adufrj-SSind entra com um mandado de segurança na Justiça.

Guilherme Lessa

Guilherme Lessa

Guilherme Lessa

Guilherme Lessa

Junho

Na UFRJ, são realizados o quarto e o quinto debates sobre periodização com a presença de professores, funcionários e estudantes. No dia 12, trinta mil pessoas participam da passeata no Centro do Rio contra FHC e o apagão. As Assembléias Gerais do sindicato discutem novas formas de mobilização para a campanha salarial 2001. No dia 24, morre o geógrafo e professor emérito da USP, Milton Santos. Em Brasília, acontece a Marcha contra a corrupção e o apagão. No dia 28, começa o 42º Conad, em Uberlândia (MG), com a discussão sobre a subordinação ao mercado das universidades públicas e a atualização do plano de lutas. O fechamento completo do serviço de emergência do Hospital Universitário mobiliza a comunidade da UFRJ.

Manuella Soares

Julho

O Andes-SN publica a cartilha "Carreira Docente e Universidade Pública". A Federação de Sindicatos de Trabalhadores na Universidade (Fasubra) aprova a deflagração da greve nacional da categoria no dia 25. No dia 27, é realizado um ato contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), no Centro do Rio, organizado pela CUT.

Guilherme Lessa

Agosto

No dia 1º, o Sintufrj adere à greve dos técnico-administrativos. No dia 2, os servidores públicos federais realizam um ato em frente ao IFCS e no dia 15, em frente à Justiça Federal. O I Congresso Interno de Licenciatura ocorre na Faculdade de Educação da UFRJ. Os funcionários da previdência, saúde e trabalho também paralisam suas atividades. No dia 22 é a vez dos professores das universidades públicas aderirem à greve dos SPF. Em assembléia histórica, os estudantes da UFRJ também decidem apoiar o movimento. Na UFRJ, o Conselho Universitário apóia a paralisação dos professores e funcionários da universidade. Durante o Seminário "Desenvolvimento no século XXI", no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, docentes, técnico-administrativos e alunos protestam e o Comando Local de Greve entrega nota ao ministro da Ciência e Tecnologia, presente ao evento.

Fotos: Guilherme Lessa

Setembro

O aumento de manifestações dos SPF fura o bloqueio da mídia em relação à greve. No dia 12, os servidores públicos federais realizam o maior ato público da greve, no Centro da cidade. No dia 17, um ato em defesa da universidade pública conta com o apoio de parlamentares. O abraço ao Colégio de Aplicação, no dia 20, emocionou e teve ampla cobertura da imprensa. Mais de vinte estandes levam a produção da UFRJ para a população no Centro em mais um Universidade na Praça. A reunião do Comando Nacional de Greve do Andes-SN com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, não teve nenhuma resposta concreta sobre a pauta dos movimentos. No dia seguinte, em encontro com os reitores, o ministro anunciou o corte de salários dos docentes e técnico-administrativos da ativa.

Outubro

Em Brasília, a Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública reuniu 50 mil pessoas. No dia 3, o Comando Local de Greve da UFRJ protestou contra a intransigência do governo em negociar com os servidores, durante o 2º Congresso de Extensão da universidade. Dias depois, o ministro Paulo Renato foi obrigado a sair pelos fundos diante das manifestações de servidores e estudantes no Hotel Glória. No dia 9, a comunidade acadêmica fez uma manifestação em frente ao MEC, no Rio. Uma audiência pública na Alerj reforçou o apoio dos parlamentares do Rio à greve do funcionalismo público federal. Os professores da UFRJ, em Assembléia Geral, criam um Fundo de Solidariedade da Greve devido ao corte de salários do mês de setembro e realizam um show na Escola de Música para angariar mais recursos. A paralisação dos técnico-administrativos conquista a incorporação da GAE. O Conselho de Ensino e Graduação adia o vestibular da universidade para janeiro. Passando por cima da decisão do colegiado, o reitor, José Henrique Vilhena, insiste em começar o exame nas suas datas originais. O resultado foi a transformação do *campus* da UFRJ no Fundão numa praça de "guerra", com estudantes, funcionários e professores agredidos pela polícia. No CAp/UFRJ, alunos tiveram suas provas rasgadas. No dia 31, o reitor cedeu às pressões e decidiu anular os exames e adiar o vestibular. Um dia antes, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio, reafirmando a liminar concedida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou que o governo pagasse aos servidores o salário de setembro.

Novembro

Quando MEC e professores se encaminhavam para um acordo que poria fim 'a greve, o ministério afirmou não ter mais recursos para atender às reivindicações dos servidores, levando as negociações à estaca zero novamente. Paulo Renato resolve enviar ao Congresso uma proposta de reajuste das gratificações já descartada pelo Comando Nacional de Greve. No dia 11, a Adufrj-SSind promove a Festa da Democracia em frente ao CCMN em repúdio aos acontecimentos do dia 28 de outubro. No dia 13, o governo lança um pacote antigreve que mostra a incapacidade deste em lidar com movimentos reivindicatórios. O STJ dá um prazo de 24 horas para que o ministro da Educação repasse os recursos para os salários de outubro dos professores. Com a recusa do governo em cumprir a decisão judicial, o ministro Paulo Renato quase foi preso, sendo protegido por um *habeas corpus* do STF. Pressionado, FHC mandou Paulo Renato liberar o pagamento dos docentes. No dia 28, o Andes-SN e o Sinasefe conseguem acordo com MEC e um reajuste de 13%, além de barrar o Projeto de Emprego Público e mais duas mil vagas para docentes pelo Regime Jurídico Único.

Dezembro

Após 108 dias de greve, o envio do PL 5805/01 ao Congresso encerra a greve dos professores universitários. A Adufrj-SSind conquista na Justiça o adiamento por três meses dos prazos da GED. No dia 10, é realizado um ato em defesa da UFRJ, no *campus* da Praia Vermelha com a participação de professores, funcionários e estudantes. O CEG define o novo calendário acadêmico, finalizando o período em 5 de abril e iniciando o seguinte em 6 de maio. O 43º Conad, em Brasília, reforça a vitória da greve e a unidade da categoria. Na UFRJ, o Consuni define o calendário das eleições para reitor, incluindo uma consulta à comunidade. O reitor, José Henrique Vilhena, presenteia algumas Unidades com vagas docentes sem tomar conhecimento da existência da Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav).

Colegiados

Procuradoria quer manter distribuição de Vilhena

A Procuradoria da UFRJ afirmou não ser válida a decisão do Conselho Universitário, do dia 27/12 (Resolução 6/2001),que tornou sem efeito a distribuição de 76 das 133 vagas docentes feitas pelo reitor José Vilhena. Como foi informado nos últimos jornal e boletim da Adufrj, o reitor-interventor ignorou a existência de uma Comissão de Alocação de Vagas (Cotav) indicada pelos colegiados acadêmicos CEG e CEPG. O entendimento da procuradoria foi divulgado aos professores por e-mail, pelo próprio sub-reitor acadêmico, Ricardo Gattass. De acordo com a mensagem, a consultoria jurídica considerou que a decisão do Consuni teria sido tomada em uma sessão extraordinária convocada de forma irregular. A Procuradoria da universidade não quis reconhecer, portanto, a Resolução do Consuni, sob a alegação de que a sessão extraordinária não obedeceu o prazo regimental, não teria havido a explicitação do assunto em pauta e a sua convocação não teria sido feita para todos os conselheiros. Para a sessão ordinária do dia 27 não houve mesmo quórum, mas, após seu encerramento oficial, depois das 12h30, alguns conselheiros chegaram atrasados e foi instalada a sessão extraordinária.

Crise de poderes

Em sua mensagem, o sub-reitor diz que a UFRJ está passando por um momento "delicado" e chega ao ponto de afirmar que o estatuto da universidade não teria sido ainda adaptado à nova Lei de Diretrizes e Bases. Segundo Gattass, na interpretação da Procuradoria da universidade (e dele próprio), a alocação de vagas é atribuição do reitor, julgamento que contraria a LDB. Para Gattass, o problema estaria em um "descompasso" entre a LDB e a Lei de Responsabilidade Fiscal. A LDB assegura que a gestão das universidades públicas é colegiada e, segundo o sub-reitor, a outra legislação responsabilizaria o reitor como "gestor da universidade, que responderá financeiramente com os seus bens por quaisquer irregularidades cometidas em sua administração, ainda que amparadas por decisões de seus órgãos colegiados."

Responsabilidade Fiscal é desculpa

Segundo a representante dos técnico-administrativos no Conselho Universitário, Ana Maria Ribeiro, não existe nenhum conflito de leis. "Não existe nenhuma contradição entre a ação do reitor e a gestão democrática dos colegiados, prevista na LDB", afirma a conselheira, para quem a falta de transparência orçamentária da reitoria é o grande problema. Ana Maria explica que a LDB é clara quanto ao fato de que as vagas são distribuídas pelos colegiados superiores. O reitor poderia ser responsabilizado apenas pela execução financeira das contas da instituição, mas, segundo Ana Maria, não haveria nenhum questionamento, do ponto de vista jurídico, se Vilhena cumprisse de fato a lei e apresentasse as contas e o orçamento da universidade para sua aprovação no Conselho Universitário. "Nenhum conselheiro teve acesso, até hoje, ao orçamento da universidade", diz. Quanto ao estatuto da universidade, a conselheira relembra este foi devidamente adequado à LDB, no ano passado. "A procuradoria da UFRJ está querendo estar acima do que a própria procuradoria da União. Não houve nenhum questionamento por parte do governo ao nosso estatuto aprovado".

Repercussão nos colegiados

A Cotav se reuniu na última segunda-feira (7/01) e emitiu um documento onde se recusa a distribuir as 55 vagas que sobraram da alocação do reitor. No entanto, a Comissão se dispôs a distribuir todas 133 vagas por critérios acadêmicos e com base na demanda real das Unidades. Na sessão do CEG de 9/01, o colegiado de graduação decidiu encaminhar a decisão sobre se a Cotav deveria ou não distribuir as vagas para a sessão do Conselho Universitário, que se realizaria no dia seguinte, quinta-feira, 10 (veja nota da Cotav, na página 9, e matéria nesta página).

Cotav vai redistribuir as 133 vagas

Colegiados querem divulgação do trabalho da Comissão

Na reunião informal do Conselho Universitário (10/01, veja matéria página 9), foi unânime a necessidade urgente de que a Cotav redistribua as 133 vagas. O prazo máximo para publicação dos editais de concurso é 6 de fevereiro, de acordo com o presidente da Comissão e representante do CEG, Antônio Cláudio. Para os integrantes do Consuni, os colegiados CEG e CEPG demoraram demais para fazer a distribuição. O professor e conselheiro Joel Teodósio foi um dos mais críticos. "Se a LDB diz que quem distribui vagas são os colegiados, por que ficar esperando a nomeação formal da Cotav pelo reitor", disparou.

Antônio Cláudio explicou que desde agosto passado, quando os colegiados acadêmicos indicaram os nomes para a Cotav, o reitor e o sub-reitor vêm prometendo assinar a portaria com a nomeação. Para Antônio Cláudio, que disse ter sido sempre favorável a que a Comissão fizesse a distribuição independente da portaria, a maioria dos membros não aceitou trabalhar sem ter sua nomeação devidamente reconhecida pela reitoria.

Conselheiros reiteram anulação das vagas do reitor

Apesar da opinião contrária da procuradoria da UFRJ, os conselheiros do Consuni reiteraram a decisão da sessão extraordinária de 27/12 e consideram sem efeito as portarias assinadas por Vilhena. Até esta quinta-feira, quatro Centros (CCJE, CT, CCMN e CCS) já haviam aprovado suas solicitações de vagas, que deveriam ser entregues na Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) até sexta, dia 11.

A conselheira discente Gilda Moreira defendeu que, caso o reitor publique os editais de alocação, os conselheiros devem entrar imediatamente com ações na Justiça para evitar que os editais de concurso venham a ser publicados por diretores de Unidades que tenham aceitado as vagas de Vilhena.

Programa da Coppe recusa vagas de reitor

A exemplo do Museu Nacional, o Programa de Engenharia Metalúrgica e de Materiais decidiu devolver as duas vagas recebidas pela distribuição arbitrária de Vilhena para serem redistribuídas pela Cotav. O Programa da Coppe recebeu grau sete na última avaliação da Capes, em 2001, e continuará pleiteando junto à Cotav as vagas para professor titular. Segundo nota divulgada pelo Programa, a distribuição do reitor "apresenta evidentes distorções".

Física também recusa

A Congregação do Instituto de Física também decidiu devolver as quatro vagas que foram concedidas na segunda portaria de distribuição publicada por Vilhena. As vagas foram disponibilizadas ao Instituto depois que o Museu Nacional decidiu recusar as 10 vagas presenteadas pelo interventor. No caso do Museu, a própria direção recusou as vagas de Vilhena, mas, na Física, a atitude partiu de docentes e discentes, representados na Congregação. A direção do Instituto apresentou as quatro vagas como sendo uma solicitação dos chamados "Institutos do Milênio". Segundo o professor da Unidade, José Simões, a direção ainda não havia sequer encaminhado ao Centro ou à CPPD a solicitação de seis vagas, há muito já aprovada pela Congregação do Instituto. Segundo Simões, além de recusar as vagas do reitor, a Unidade vai encaminhar o pedido das vagas para a apreciação da Cotav. Este pedido, no entanto, ainda teria que ser aprovado pelo Conselho de Centro.

Colegiados

Consuni apresenta normas para eleição de reitor e vice-reitor

Conselheiros acreditam que reitoria vai tentar inviabilizar consulta à comunidade

Mais uma vez o Conselho Universitário não se reuniu formalmente. A desculpa desta vez para a 'desconvocação' da sessão ordinária foi que, além de Vilhena, o sub-reitor Ricardo Gattass também teria viajado para Brasília. Para os conselheiros que mesmo assim compareceram e realizaram a sessão (ainda que informalmente), a reitoria não quer dar continuidade ao processo de escolha do próximo reitor, iniciado em dezembro. No encontro de quinta, dia 10, os integrantes do Consuni aprovaram a divulgação de uma proposta de edital para a consulta e eleição do reitor e vice-reitor para os próximos quatro anos (2002 a 2006). Os 20 conselheiros presentes (sendo três do CEG e um do CEPG) assinaram uma solicitação à reitoria a realização de uma sessão extraordinária, dia 17, para que o regimento seja definitivamente aprovado. Os conselheiros também decidiram adiar a data das inscrições de candidatos para os dias 30 e 31 de janeiro (as datas acordadas anteriormente na comissão de Consulta eram os dias 16 e 17).

Anti-candidato

Considerando o esforço da reitoria para impedir a realização da consulta, os conselheiros disseram que vão se empenhar ao máximo para realizar o processo através dos colegiados, mas não descartaram a hipótese de uma consulta informal. O decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Carlos Lessa, acabou se declarando 'anti-candidato' a reitor. O decano, que já vinha sendo cotado como um candidato natural na consulta, disse que é necessário que a universidade faça o debate de projetos. Ao lançar sua anti-candidatura, Lessa, afirmou perceber duas visões de universidade que, na sua opinião, deveriam ser confrontadas: "a universidade pública, não necessariamente financiada pelo orçamento, ou uma universidade voltada para ser fábrica de recursos humanos". Vale lembrar que estas duas 'visões' não são as únicas que existem na comunidade universitária. Para o movimento docente, opinião expressa diversas vezes pelo Andes Sindicato Nacional e pela Adufrj-SSind, a universidade deve ser pública e financiada com recursos públicos, previstos no orçamento da União, e não ficar a mercê, por exemplo, de investimentos do setor privado, na maioria, geridos por fundações também privadas.

Proposta de regimento

O conselheiro e professor Aloisio Teixeira apresentou a proposta de edital de convocação para o processo de escolha de reitor e vice. Segundo Aloisio, a proposta está fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases e dois pontos mereceram destaque em sua exposição, porque foram bastante polêmicos durante os debates na comissão. O primeiro foi a opção pela escolha de reitor e vice-reitor na consulta. Assim como no Colégio Eleitoral, o eleitor da consulta deverá votar uninominalmente para cada um dos cargos, separadamente. O receio é que haja confusão e o eleitor dirija seus votos para reitor e vice de 'chapas' ou grupos diferentes. Aloisio disse que os debates públicos devem dar conta de explicitar as candidaturas e seus respectivos vices. No edital a ser aprovado, estão previstas cinco reuniões públicas com os candidatos. Três no Fundão, uma na Praia Vermelha e outra em algum local do Centro da cidade.

Outra preocupação expressa pela comissão foi a necessidade de haver pré-inscrição de nomes para o Colégio Eleitoral. Como a legislação prevê que a consulta é apenas um balizador para o voto dos conselheiros e que qualquer docente que preencha os requisitos dispostos no edital de convocação pode apresentar seu nome na sessão de votação, a comissão acabou optando por não haver a pré-inscrição.

Para o representante dos técnico-administrativos, Fortunato Mauro, a pré-inscrição poderia minimizar candidaturas de quem não havia participado da consulta. Já para Aloisio, que foi o mais votado na última consulta à comunidade, em 1998, não faz muito sentido o Consuni tentar 'amarrar' a consulta prévia ou a formação das listas no CE. Aloisio, como outros conselheiros que com ele concordaram, se referia às candidaturas 'oportunistas'. Ninguém deu nome aos bois, mas por oportunistas pode-se entender uma candidatura do próprio Vilhena ou de alguém da sua base de apoio. Ex-sub-reitores ou atuais não estariam descartados. Em uma consulta prévia, os conselheiros acreditam que qualquer nome ligado a Vilhena, ou ele próprio, seria desmoralizado.

Nota da COTAV 2001

A distribuição de 133 vagas disponibilizadas pelo Ministério da Educação para a UFRJ pela portaria n.º 1980, datada de 06 de setembro de 2001, tem seguido um procedimento pouco usual e criado constrangimentos no interior da Universidade.

Considerando que:

1) a COTAV, indicada pelo CEG e pelo CEPG em agosto de 2001, foi nomeada somente em 26 de dezembro de 2001;

2) essa nomeação se deu após a distribuição de vagas pelo Reitor, em portaria assinada em 20 de dezembro de 2001, em nítido desrespeito aos Conselhos Superiores;

3) o Reitor distribuiu 72 das 133 vagas seguindo critérios desconhecidos da comunidade acadêmica, ultrapassando a cota de 20% tradicionalmente destinada à reserva técnica;

4) a portaria de nomeação da COTAV cita, em seu artigo 3º, a distribuição apenas de 55 vagas;

5) as unidades contempladas com vagas, até a presente data, salvo casos honrosos como o do Museu Nacional, não se recusaram a receber as referidas vagas;

a COTAV, reunida em 07 de janeiro de 2002, diante desse quadro, decide não distribuir as 55 vagas restantes, em atenção às ponderações dos Colegiados Superiores que já se manifestaram contrariamente a esses procedimentos.

A Comissão, no entanto, se dispõe a distribuir as vagas, com base no mérito e nas reais necessidade acadêmicas das diferentes unidades da UFRJ, caso esse quadro seja revertido.

COTAV 2001
07/01/2002

Principais pontos da proposta para a eleição no colégio eleitoral

(Consuni, CEG, CEPG e Conselho de Curadores)

- a reunião conjunta do Colégio Eleitoral será dia 21 de março
- a reunião deve ser presidida pelo reitor. Na ausência de Vilhena, a reunião seria presidida pelo professor cuja classe de magistério tenha o nível mais elevado entre os presentes e seja o mais antigo nesta classe.
- Seriam elegíveis todos os docentes em efetivo exercício, com cargo de Titular, Adjunto 4 ou que sejam portadores de título de doutor, independente do nível ou classe.
- Votação uninominal, sendo as listas compostas com os três primeiros nomes mais votados em escrutínio único, onde cada conselheiro vota em apenas um nome

Princiapis pontos da proposta para a consulta prévia

- será realizada nos dias 5, 6 e 7 de março
- Elegibilidade: a mesma do colégio eleitoral
- Forma de votação: a mesma do colégio eleitoral
- Proporcionalidade: 70% para docentes; 15% para estudantes; e 15% para técnico-administrativos
- Data de inscrição de nomes para reitor e vice-reitor: 30 e 31 de janeiro

Movimento

A Lei antigreve do governo

Abaixo, publicamos na íntegra o projeto de lei que restringe o direito de greve dos servidores públicos. Caso aprovado, a lei será um entrave para que a categoria exerça a greve como forma de luta fundamental na conquista e manutenção de seus direitos.

Disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previsto no art. 37, inciso VII da Constituição e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1o Esta Lei disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e estabelece os termos e os limites para o seu exercício.

Art. 2o Considera-se exercício regular do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica de serviço ou atividade estatal dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 3o Será suspenso de ofício, pela autoridade competente, o pagamento da remuneração do servidor em greve, relativamente aos dias não trabalhados.

§ 1o Declarada a legalidade da greve, será restabelecido o pagamento da remuneração, com efeitos retroativos à data de sua suspensão, ficando o servidor obrigado a repor os dias não trabalhados, mediante jornada diária acrescida de duas horas.

§ 2o Declarada a ilegalidade da greve, é vedada a reposição do pagamento dos dias paralisados.

Art. 4o Cabe à entidade representativa dos servidores públicos convocar assembléia-geral específica para deliberar sobre suas reivindicações perante o Poder Público.

Parágrafo único. Inexistindo entidade representativa dos servidores públicos, estes se farão representar por comissão de liderança do movimento grevista que, para os fins desta Lei, terá capacidade processual.

Art. 5o As decisões da assembléia-geral somente poderão ser tomadas com a presença mínima comprovada de dois terços do total dos servidores da categoria, considerando-se aprovadas se obtiverem a maioria absoluta dos votos dos membros presentes.

Art. 6o As deliberações aprovadas em assembléia-geral, com indicativo de greve, serão notificadas ao Poder Público para que se manifeste no prazo de trinta dias, acolhendo as reivindicações, apresentando proposta conciliatória ou fundamentando a impossibilidade de seu atendimento.

§ 1o A omissão do Poder Público ou a frustração da tentativa conciliatória no prazo previsto neste artigo permitirá aos servidores decidir pela paralisação dos serviços, em assembléia-geral específica.

§ 2o Decidindo a assembléia-geral pela paralisação de serviço ou atividade pública, caberá à entidade representativa dos servidores comunicar tal fato ao Poder Público, com antecedência mínima de dez dias.

§ 3o No prazo estabelecido no § 2o deste artigo, a entidade representativa deverá informar à comunidade sobre as reivindicações apresentadas ao Poder Público.

Art. 7o Durante a greve deverá ser mantido percentual mínimo de cinqüenta por cento de servidores em atividade, de forma a garantir a continuidade dos serviços ou das atividades públicas.

Art. 8o São assegurados aos servidores em greve:

I - a livre divulgação do movimento grevista; e

II - atos de convencimento dos servidores para adesão à greve, fora do local de serviço, e mediante o emprego de meios pacíficos.

Parágrafo único. As manifestações e atos de convencimento utilizados pelos servidores em greve não poderão impedir o regular funcionamento do serviço ou da atividade pública, a liberdade de locomoção, o acesso ao trabalho, aos logradouros e prédios públicos, nem causar ameaça ou dano à pessoa ou ao patrimônio público ou privado.

Art. 9o A ameaça concreta de deflagração de greve autoriza o Poder Público a ingressar em juízo postulando a declaração de ilegalidade do movimento, inclusive liminarmente.

§ 1o Sob pena de indeferimento, a petição inicial da ação a que se refere o caput será obrigatoriamente instruída com os documentos necessários ao pronto julgamento da causa, requisito também exigido da contestação, sendo vedada dilação probatória a pedido das partes.

§ 2o As manifestações do Ministério Público serão proferidas no prazo improrrogável de dez dias.

§ 3o O Poder Público poderá postular liminarmente a fixação de percentual de servidores em atividade, superior ao definido no art. 7o, quando, por sua natureza, a atividade assim o exigir.

§ 4o Da decisão que julgar o pedido de liminar caberá agravo de instrumento, a ser julgado na sessão seguinte à sua interposição, independentemente da concessão de efeito suspensivo ao recurso.

§ 5o Da decisão que julgar o agravo de que trata o § 4o caberá pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para julgar eventual recurso especial ou extraordinário, ainda que pendente de juízo de admissibilidade no tribunal de origem.

§ 6o Da decisão que indeferir o pedido de que trata o § 5o caberá agravo no prazo de cinco dias, a ser julgado na sessão seguinte à sua interposição.

§ 7o O processo prosseguirá até decisão final sobre a legalidade ou ilegalidade da greve, independentemente do encerramento do movimento de paralisação.

§ 8o Os processos referidos nesta Lei terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus e mandado de segurança.

Art. 10. A participação em greve, após declarada sua ilegalidade, produzirá os efeitos de falta não justificada, a partir da data de início do respectivo movimento grevista.

Art. 11. Enquanto não declarada ilegal é vedada a demissão de servidor, exceto na hipótese de conclusão de processo administrativo disciplinar que tenha por objeto fato não relacionado com a participação na greve.

Art. 12. Em caso de manutenção da greve após a declaração de ilegalidade do movimento, a Justiça imporá à entidade representativa dos servidores pena cominatória em valor não superior a R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) por dia de paralisação, até a cessação completa do movimento.

Art. 13. Será declarada ilegal a greve deflagrada em desacordo com o disposto nesta Lei.

Art. 14. O art. 132 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguinte inciso XIV:

"XIV - prática, durante a greve, de qualquer ato que viole os direitos e garantias fundamentais de outrem, impedindo o acesso ao trabalho, perturbando o regular funcionamento do serviço ou atividade pública ou causando ameaça ou dano a propriedade ou a pessoa." (NR).

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estaduais do Paraná e da Paraíba continuam em greve

Servidores reivindicam reajuste salarial e mais verbas para as universidades

Os professores e funcionários das universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e Cascavel (Unioeste) estão em greve desde 17 de setembro e não há perspectiva de volta. Os servidores exigem um reajuste salarial de 50,3%, mas o secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ramiro Wahrhaftig, disse que o governo só irá reiniciar as negociações com a volta ao trabalho. Enquanto isso, o Comando de Greve condiciona a volta às aulas a uma proposta efetiva do governador Jaime Lerner. Nos encontros anteriores, não houve acordo porque o governo do Paraná afirmou estar sem recursos devido à Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com o diretor da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina (Aduel), Luis Carlos Gaviri, o levantamento da receita do Paraná revela que o estado tem condições de fornecer um reajuste de 30% aos seus servidores: "No fim do ano passado, até o nosso governador disse que o Paraná está estabilizado e que o ano de 2001 foi ótimo para o estado e que há dinheiro em caixa".

Paraíba

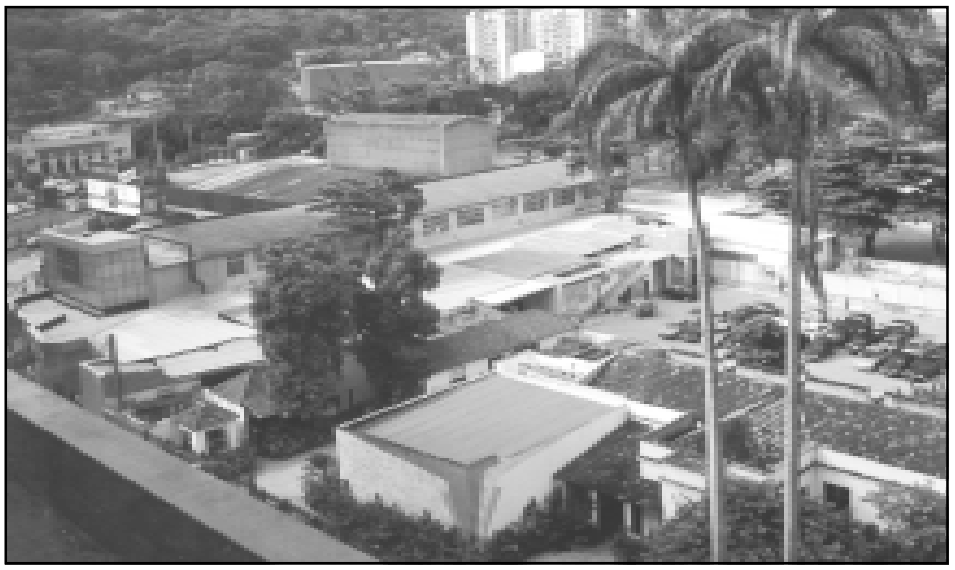
Na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), professores e funcionários estão em greve desde 29 de outubro. As reivindicações principais são o aumento de verbas para a instituição e um reajuste salarial que pode ser negociado. Entretanto, novas reuniões entre governo e grevistas não foram marcadas, já que o governador, José Targino, revelou também estar limitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. "Nós fomos recebidos duas vezes pelo governador, mas este insiste em afirmar que não existe recursos suficientes para suprir as necessidades da instituição", disse Lúcia Couto do Comando Local de Greve da Aduepb-SSind.

Como acontece em todas as greves de servidores públicos, os governos alegam falta de recursos, enquanto são generosos com outras demandas, e que só negociam com a volta ao trabalho, com se não tivessem sido antes procurados para a negociação.

UFRJ

A UFRJ não pode virar Bingo

Justiça devolve imóvel para universidade. Ainda assim, comunidade protesta nesta quarta-feira, 16



A comunidade universitária promete fazer muito barulho nesta quarta-feira, dia 16, em frente ao recém inaugurado Bingo Botafogo, ao lado da Casa da Ciência, no *campus* da Praia Vermelha. A manifestação começa às 17h com uma concentração no quiosque 'Sujinho'. Inconformados com a presença de uma casa de jogos de azar funcionando em pleno campus universitário, os estudantes, organizados nos Conselhos Acadêmicos (CAs), no DCE e na Associação de Pós-graduandos resolveram organizar um movimento pela retirada do Bingo do local. A Adufrj-SSind e o Sintufrj apóiam a iniciativa.

Na última quarta, dia 9, os estudantes e os sindicatos estiveram reunidos com o procurador da UFRJ, Alexandre Ladvcat Cintra, para denunciar a ocupação pela casa de jogos e exigir providências. De acordo com a representante da APG, Gilda Moreira, que participou da reunião, o procurador disse que não tinha conhecimento ainda de todos os processos judiciais impetrados e ganhos pela própria universidade contra o uso do imóvel da Lauro Müller. A própria Associação de Moradores da Lauro Muller (Alma) vem denunciado, há muitos meses, a adminstração Vilhena por ter deixado a construção do Bingo ser concluída. Só para se ter uma idéia do absurdo descaso da reitoria, desde 1988, o Supremo Tribunal Federal já havia dado ganho de causa à universidade e, por conseqüência, a posse definitiva do imóvel que foi cedido nos anos 50 para a Associação dos Servidores Civis do Brasil A ASCB, que já foi uma entidade representativa no período do Estado Novo, com a organização autônoma das entidades de servidores, se associou a Amauta Administradora de Serviços Ltda, empresa que administra, hoje, o Bingo Botafogo.

Justiça devolve imóvel para UFRJ

No mesmo dia em que as entidades se reuniram com a procuradoria da universidade, a juíza da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Maria Helena Nunes, suspendeu a liminar concedida em primeira instância à ASCB, que dava a posse do terreno para a associação. No despacho, a juíza decide devolver o imóvel à UFRJ.

O imóvel da Lauro Muller foi cedido pela UFRJ para a ASCB para fins educacionais e culturais e acabou sendo transformado em um Bingo, desvirtuando a finalidade e proporcionando lucros a terceiros. No mesmo local também foi inaugurada uma churrascaria que funciona em parceria com a casa de jogos. A UFRJ foi representada diretamente pela Advocacia Geral da União. A procuradoria da UFRJ não pode mais encaminhar processos jurídicos. Passou a ser apenas um orgão consultivo.

UFRJ não pode virar bingo!

Foi construído um bingo dentro do campus da UFRJ – Praia Vermelha, rua Lauro Muller nº 1, entre o Canecão e a Casa da Ciência. As obras aconteceram primeiramente nas madrugadas e nos finais de semana, mas só recentemente tornou-se pública sua construção que foi inaugurada entre o período de Natal e Ano Novo.

Acreditamos ser inadmissível um espaço público, que deveria ser destinado à cultura e à educação, estar sendo utilizado para lavagem de dinheiro pela máfia dos cassinos. Vale lembrar que o Colégio de Aplicação da UFRJ não tem sede própria e sempre pleiteou este espaço para a edificação de sua sede.

O mais grave é que a Reitoria desta Universidade vem se omitindo desde que começou a ser cobrada pela Associação de Moradores da Lauro Muller (ALMA) e pelo movimento organizado da Universidade.

Por isto, os Centros Acadêmicos da Praia Vermelha, o CA de Ciências Sociais, o CA de História e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) estão chamando todos para um ato no próximo dia 16/01 (quarta-feira), com concentração às 17 horas, no Sujinho.

Em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade, a UFRJ NÃO PODE VIRAR BINGO!

Eleições para a Decania do CFCH

Estão em processo as eleições para Decano do CFCH. Os candidatos homologados foram as professoras Sueli Souza de Almeida (ESS) e Maria Inácia (Instituto de Psicologia). A eleição acontece nos dias 16 e 17 de janeiro em todo o CFCH. Poderão votar todos os professores, técnico-administrativos e alunos do Centro.

Os debates entre as duas candidatas serão realizados nos seguintes dias e locais:
Segunda-feira, 14/01 - 9:30h no auditório do CFCH - Praia Vermelha 12:30h no CAP
Terça-feira, 15/01 - 11:00h no Salão Nobre do IFCS 19:00h no auditório do CHCH - Praia Vermelha.
Apuração da consulta será realizada no dia 17/01 no CFCH após as 20:00h.

Governo veta texto que altera tabela do IR e promete editar MP

Para evitar que o contribuinte pudesse beneficiar-se da renúncia fiscal, mediante a correção das deduções que faria na declaração de 2002, ano-base 2001, como lhe garantia o projeto aprovado pelo Congresso, o governo decidiu vetar o projeto de lei. Em seu lugar, sob o pretexto de corrigir incorreções no texto do projeto, prometeu editar uma medida provisória sobre o tema, atualizando as faixas de desconto e a tabela de deduções em 17,5%, ambas com vigência a partir de janeiro de 2002. Com isto, o governo permite a redução do IR retido na fonte dos contribuintes a partir de janeiro de 2002, mas transfere para 2003, ano-base 2002, o aumento das deduções com educação, saúde, previdência, dependentes, etc.

O Congresso, que votará a MP no prazo máximo de 120 dias, contados de 15 de fevereiro de 2002, deverá reagir ao veto presidencial, cujo objetivo, além de retardar as deduções, que poderiam ser feitas já na declaração de 2002, ano-base 2001, seria repor as perdas que o governo terá com a atualização da tabela a partir de janeiro, transferindo essa despesa para os pequenos e micro empresários.

Fonte: Agência Diap

Veja como era e como ficará a tabela do imposto de renda:

A MUDANÇA

Renda mensal líquida	Alíquota	Parcela a deduzir
Como era		
Até R$ 900	Isento	–
De R$ 900 a R$ 1,8 mil	15%	R$ 135
Acima de R$ 1,8 mil	27,5%	R$ 360
Como fica		
Renda mensal líquida	**Alíquota**	**Parcela a deduzir**
Até R$ 1.057,50	Isento	–
De R$ 1.057,50 a R$ 2.115	15%	R$ 158,70
Acima de R$ 2.115	27,5%	R$ 423,08

Caminhos

Uma outra UFRJ é possível

Autonomia Universitária e Gestão Democrática - 22/01

Auditório do CFCH/Praia Vermelha

Financiamento - 23/01

Auditório do Centro Tecnológico/Fundão

Política Acadêmica - 24/01

Salão Nobre/PR-2

RED

DCE · Sinaufrj · APG · Adufrj-SSind

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 43 • 21 de janeiro de 2002
www.adufrj.org.br

Uma outra UFRJ é POSSÍVEL

Página 4

Assembléia Geral

29 Janeiro terça-feira

12:00 horas

Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

Pauta

- 21º Congresso Nacional do Andes-SN
  - a) Eleição de delegados
  - b) propostas da Adufrj-SSind
- Eleição da Adufrj-SSind
- Ações judiciais
  - a) ação civil popular contra o Bingo Botafogo
  - b) ação dos 10,87% (Plano Real)
- Eleição para reitor

Reunião com Grupos de Trabalho Carreira, Seguridade Social, Política Educacional e Comunicação e Artes

24 janeiro quinta-feira **18:00** horas

Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

■ A última Assembléia Geral da Adufrj-SSind (17/01) aprovou o fim do estado de assembléia permanente, já que a tramitação do projeto de lei com o acordado entre o Andes-SN, o Sinasefe e o MEC ocorreu normalmente no Congresso Nacional, tendo sido sancionado pelo presidente e publicado no Diário Oficial em 10/01. Também foi aprovada a indicação do professor José Simões, do Instituto de Física, para compor a Comissão Eleitoral da Adufrj-SSind.

Eleição de diretoria

Na última sexta, dia 18, era o prazo final para inscrição de chapas para a seção sindical. Não houve inscrições de chapas e, na próxima assembléia, a atual diretoria deverá apresentar um novo calendário para eleição da próxima gestão.

ESTUDANTES PROTESTAM CONTRA ABUSO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO

Comunidade protesta contra bingo

Estudantes exigem reintegração do terreno da universidade

Na última quarta-feira (16/01), alunos da UFRJ realizaram um ato contra o funcionamento do Bingo Botafogo no terreno da instituição. O evento, organizado pelo DCE, contou com o apoio da Adufrj-SSind e do Sintufrj. A concentração aconteceu em frente ao bar Sujinho, no *campus* da Praia Vermelha. Logo depois, os manifestantes seguiram pela rua Lauro Müller até a porta do bingo distribuindo panfletos e colando cartazes. Vinícius Wu, coordenador do DCE, definiu o objetivo do ato: "Esse é apenas o início de uma grande mobilização contra o bingo. Deve haver novas discussões nos conselhos de Centros Acadêmicos para definir nossas próximas ações".

Durante o protesto, a Polícia Militar foi chamada e algumas pessoas chegaram a deixar a casa de jogos com receio de que uma confusão maior pudesse acontecer, mas não houve nenhum confronto entre estudantes e policiais. O presidente da Associação de Moradores da Lauro Müller e Adjacências (ALMA), Abílio Tozini, também estava presente no ato: "Aqui existem várias irregularidades. Além de estar em um local dedicado à educação, à ciência e à tecnologia, não podem ser instalados novos estabelecimentos comerciais nessa área que é residencial. Precisamos protestar toda a semana contra esse desrespeito à universidade pública e aos moradores do bairro".

Os estudantes terminaram o ato prometendo novas manifestações em frente ao Bingo Botafogo. "Somos à favor da universidade de qualidade. Não queremos um curso de lavagem de dinheiro aqui dentro. Onde já se viu um bingo em uma instituição como essa?, concluiu a representante discente no CEG, Isabel Mansur.

Universidade obtém novo mandado

No mesmo dia (16/01), a juíza substituta da 3ª Vara Federal, Érika Schmitz Ramos Kuschel expediu um novo mandado de reintegração de posse do imóvel. A Advocacia Geral da União (AGU) agora está à frente do processo, já que houve a transferência de representação judicial, antes realizada pelo procurador da UFRJ, Alexandre Cintra. A previsão da AGU é que, nos próximos dias, o oficial de justiça apresente o mandado aos representantes legais do estabelecimento para o cumprimento da ordem da juíza.

Opinião/José Henrique Sanglard*

Intimidação

A dificuldade do governo em lidar com greves dos servidores públicos ficou patente no ano passado, na greve das universidades e das escolas federais. O governo lançou mão de todos os atos de força que pôde, das ameaças de demissão ao corte ilegal dos salários, da desobediência a decisões judiciais dos tribunais superiores à edição de medidas inconstitucionais. Só houve recuo na iminência de um mandado de prisão para o ministro da Educação.

O governo anunciou medidas que transferiam ao Ministério do Planejamento a responsabilidade de mandar processar a folha de pagamento dos servidores, permitiam a contratação temporária de pessoal para substituir grevistas e regulamentavam o direito de greve no serviço público e o processo de demissão sumária por falta de assiduidade. O pacote incluía ainda a "flexibilização" das relações trabalhistas. O projeto de lei que "disciplina" o direito de greve dos servidores deve ser entendido neste contexto.

É mais uma tentativa velada de alterar a Constituição por legislação ordinária, ironicamente a título de regular e garantir o direito de greve dos servidores e o direito da população aos serviços públicos. Na prática, o objetivo é impedir a greve. A exigência de quorum qualificado (dois terços) em assembléias para aprovação das reivindicações é ingerência na liberdade de organização; manter uma categoria em compasso de espera por 30 dias ou mais, da aprovação das reivindicações até a deflagração da greve, é impedir que o direito de greve seja exercido de fato, até que haja resposta ou omissão (sic) do governo em relação às reivindicações.

Vencidas essas barreiras, a corrida de obstáculos continuaria. A exigência de manutenção de metade dos grevistas em atividade normal significa que o direito de greve é relativo e não vale para todos. A suspensão do pagamento desde o início da paralisação e a falta nos dias parados até o julgamento da legalidade da greve são medidas intimidatórias e autoritárias. A possibilidade de pesadas multas é uma ameaça à própria existência dos sindicatos.

É falácia dizer que os servidores em greve recebem sem trabalhar. Os previdenciários já compensaram os dias parados com esquemas especiais de atendimento e as universidades estão repondo aulas, como sempre fizeram, sem acordo formal ou legislação específica. Nossa luta em defesa dos serviços públicos gratuitos de qualidade não é um discurso para justificar greves – é um compromisso público com a população.

* Presidente da Adufrj-SSind. Texto publicado na seção 'Opinião' do Jornal O Globo, em 14/01/2002

Movimento

São Paulo sedia 4º Congresso Nacional de Educação

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que congrega entidades sindicais, acadêmico-científicas, estudantis e dos movimentos populares, realizará a quarta edição do Congresso Nacional de Educação (Coned) no período de 23 a 26 de abril, no Anhembi, na capital paulista. As edições anteriores (1996 e 97, em Belo Horizonte, e 1999, em Porto Alegre) contaram com a participação de mais de 5000 pessoas e o principal objetivo do evento foi a construção do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira. Embora aprovado pelo Congresso Naciona, o PNE do governo não incorporou questões que ainda se mantém na pauta de luta das entidades sindicais e do movimento social em relação à educação em todos os níveis, no tocante a financiamento, acesso, gratuidade entre outros. Por isso, o PNE da Sociedade continua sendo a referência para as entidades do campo organizado na luta pela inclusão, qualidade social e gratuidade para todos. A expectativa dos organizadores é que o tema seja retomada luta pelo PNE da Sociedade e que o evento possa ser um estímulo à elaboração de Planos Estaduais e Municipais de Educação referendados nos movimentos.

Participam da coordenação do evento entidades como o Andes-SN, a Ande (Associação Nacional de Educação), a Anfope (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação), Anped (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação), CNTE (Confederação Brasileira dos Trabalhadores em Educação), Fasubra Sindical, MST e UNE.

21º Congresso do Andes-SN será em Rio Grande

O Andes-SN convocou o 21º Congresso Nacional que será realizado no período de 23 a 28 de fevereiro, na cidade de Rio Grande (RS). O evento será sediado pela Seção Sindical de Rio Grande (Aprofurg-SSind) e o tema central será: Projeto Histórico e Educação: a luta do sindicalismo classista. O prazo limite para o envio de contribuições ao anexo do Caderno de Textos é 7 de fevereiro. Os textos devem ser enviados em disquete ou por e-mail (andes-sn@andes.org.br).

A Adufrj-SSind pode participar com 12 delegados de base, eleitos em assembléia geral, e um delegado indicado pela diretoria. Os professores também podem participar como observadores, em número e indicações a serem aprovados também em assembléia no dia 29/01, no auditório do Centro de Tecnologia, às 12h..

Proposta de cronograma e pauta do 21º Congresso

23/2 Sábado	24/2 Domingo	25/2 2º ferira	26/2 3º feira	27/2 4º feira	28/2 5º feira
Credenciamento 09:00 às 12:00h	Planejamento de Instalação e de apresentação e debate das teses de Conjuntura 09:00 às 12:00h	Grupos Mistos Tema II 09:00 às 12:00h	Grupos Mistos Tema III	Plenária do Tema I 09:00 às 12:00h	Plenária do Tema II 09:00 às 12:00h
Credenciamento 14:00 às 20:00h	Grupos Mistos Tema I 15:00 às 18:00h	Grupos Mistos Tema II 14:00 às 17:00h	Grupos Mistos Tema III 14:00 às 17:00h	Plenária do Tema I 14:00 às 17:00h	Plenária do Tema III 15:00 às 18:00h
Plenária do de Abertura 20:00h	Grupos Mistos Tema I 19:00 às 22:00h	Livre	Livre	Plenária do Tema I 19:00 às 22:00h	Plenária de encerramento 19:00 às 22:00h

Temário: Movimento Docente e Conjuntura
Tema I - Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais, e Etinia, Gênero e Classe
Tema II - Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores
Tema III- Questões organizativas e Financeiras

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Folha Dirigida **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Cotav só distribuirá 80% das vagas

Ao reconhecer a reserva técnica do reitor, CEG e CEPG abrem brecha para Vilhena manter a manipulação na distribuição de vagas

Mais um capítulo na novela da distribuição de vagas para professor na UFRJ. A Comissão Temporária de Alocação de Vagas apresentará aos colegiados CEG e CEPG a sua distribuição para as 133 vagas docentes a que tem direito a UFRJ a partir deste ano. Mais uma vez, os colegiados acadêmicos se reuniram conjuntamente para discutir a alocação aleatória feita pelo reitor-interventor no final do ano. Na sessão do dia 16, alguns conselheiros chegaram à conclusão de que a Cotav realmente demorou para iniciar os trabalhos, o que permitiu a Vilhena tomar as rédeas do processo de alocação. Alguns conselheiros defenderam que a comissão é uma resolução dos próprios colegiados e, portanto, não necessitaria sequer de assinatura de uma portaria de nomeação para seu funcionamento.

Com base na Lei de Diretrizes e Bases, os colegiados retificaram a nomeação dos membros da comissão temporária e indicaram uma distribuição de 80% das 133 vagas, deixando 20% para a chamada 'reserva técnica do reitor'. Esta foi a forma encontrada, segundo defenderam alguns, para evitar o confronto total com a reitoria e, de alguma forma, garantir o apoio da procuradoria da universidade. Ao aceitar a reserva técnica no atual contexto político da universidade, os colegiados acabaram aceitando o jogo de barganha do reitor, que tenta de todas as formas utilizar as vagas como moeda de troca eleitoral. Os critérios acadêmicos para a alocação entre as Unidades ficam, portanto, comprometidos.

De acordo com o Antônio Cláudio, 500 vagas para professor Adjunto e 100 para Titular foram pedidas à Cotav, através dos Departamentos, Unidades e Centros. Ainda não há parecer da comissão sobre as solicitações.

Nem todos devolvem as vagas de Vilhena

Uma das preocupações dos conselheiros em relação à disputa com o reitor pelas vagas é que nem todas as Unidades se comportaram como o Museu Nacional, que devolveu as dez vagas recebidas do reitor de forma direta, sem deixar dúvidas de que a Unidade não concorda com a distribuição eleitoreira da reitoria. Além do Museu, até o fechamento desta edição, apenas o Programa de Metalurgia e Materiais da Coppe (2 vagas), o Instituto de Física (4 vagas) e a Faculdade de Medicina (6 vagas) haviam se manifestado pela devolução das cotas recebidas.

O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, que recebeu quatro vagas de Vilhena para o Instituto de Economia (CCJE) se manifestou devolvendo as vagas para a comissão temporária. O Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) aprovou, na última sexta, dia 11, seu pedido de vagas e aprovou a proposta de que os colegiados dessem 20% das cotas ao reitor, a título de reserva técnica. O Instituto de Ciências Biomédicas, premiado com 20 vagas, ainda não se manifestou formalmente sobre a portaria do reitor.

A Comissão se reuniu, na mesma quarta, dia 16, com vários diretores de Unidades contempladas. Na maioria das falas, o discurso era de apoio à redistribuição das 133 vagas pela Cotav, mas não houve outras manifestações formais de devolução, além das já citadas.

Unidades e Centros realizam eleições

Reitoria não nomeou alguns dos dirigentes eleitos

Várias direções e decanias estão passando por processo de eleição neste mês de janeiro. Algumas já realizaram seus pleitos, como o IPPMG, IFCS, Letras, EBA e Escola de Engenharia. No IPPMG e no IFCS, as eleições foram paritárias, com chapa única e tiveram expressiva participação da comunidade. Os novos diretores, Luiz Afonso Maris (IPPMG) e Franklin Trein (IFCS), ainda não foram nomeados pelo reitor. Na Filosofia e Ciências Sociais, a nova diretoria toma posse no dia 1º de fevereiro. Apesar de ter ocorrido em novembro, na Escola de Engenharia, a eleição foi feita com a proporcionalidade 70/30 e o diretor, eleito em todos os segmentos, Helói José, também ainda não foi nomeado. No CFCH, a disputa entre as professoras Sueli Souza (ESS) e Maria Inácia (Pisicologia) pela decania aconteceu nos dias 16 e 17 últimos. A professora Sueli foi eleita com 60% dos votos em consulta 70/30. No CLA, o atual decano Carlos Tannus foi reeleito em uma consulta 70/30 e também aguarda nomeação.

Resolução CEG/CEPG

O CEG e o CEPG, reunidos em 16 de janeiro de 2002, e considerando que:

a) A LBDEN em seu artigo 53, Parágrafo único e Inciso V estabelece que:

"Artigo 53 – No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

Parágrafo único – Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá a seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

V – contratação e dispensa de professores";

o que respalda o CEG e o CEPG para realizarem a alocação das vagas para docentes recebidas pela UFRJ;

b) os departamentos, Unidades e Centros encaminharam seus pedidos de vagas a COTAV; foram solicitadas quinhentas (500) vagas para Professor Adjunto e cem (100) vagas para Professor Titular, aproximadamente;

c) interessa à UFRJ que a distribuição de vagas corresponda, da melhor maneira possível, às suas necessidades acadêmicas;

d) interessa aos conselhos superiores dar uma solução ao impasse criado com a distribuição de vagas realizada pelo Magnífico Reitor;

Resolve:

a) Ratificar sua decisão de 24 de agosto de 2001, nomeando os membros para a COTAV-2001, de acordo com a resolução CEGCEPG n 1/93;

b) Indicar à COTAV-2001 que realize a distribuição de 80% das 133 vagas alocadas à UFRJ pela Portaria 1.980 de 6/9/2001 do Ministério de Estado de Educação, deixando ao Magnífico Reitor uma reserva técnica de 20% dessas vagas, de acordo com a tradição da UFRJ e para viabilizar uma solução de consenso para a distribuição das vagas.

Comissão de Legislação e Normas questiona procuradoria

A Comissão de Legislação e Normas do Conselho Universitário se pronunciou favorável à legalidade da sessão ordinária deste colegiado em que foi invalidada a portaria de alocação de vagas assinada pelo reitor no final do ano. Para a CLN, a sessão extraordinária não pode ser questionada porque contou com a presença de grande parte dos conselheiros e suas deliberações foram aprovadas por unanimidade (29 votos). Cai por terra o argumento de que as decisões não seriam válidas porque a realização da sessão não teria sido divulgada, em tempo, para todos os conselheiros. Mesmo que os que não estavam presentes (porque faltaram à sessão ordinária) tivessem votado contra, ainda assim as decisões teria tido maioria absoluta de votos. No parecer, a CLN indica ainda que as Unidades retornem as vagas recebidas pelo reitor para a Cotav, "permitindo assim a redistribuição da totalidade das vagas existentes, cumprindo decisão do Conselho Universitário na sessão de 27 de dezembro de 2001 que, como instância máxima para decidir, em grau de recurso, tem a autoridade para revogar ou tornar sem efeito atos unilaterais mesmo emanados do Reitor, Presidente do Conselho".

Consuni define consulta nesta terça, 22/01

Está convocada para esta terça-feira, dia 22, às 10h, uma sessão extraordinária do Conselho Universitário para aprovar a proposta de edital de consulta à comunidade, apresentada para os conselheiros pela Comissão de Consulta do colegiado, em uma reunião informal, há duas semanas. Na proposta, as datas da consulta (5, 6 e 7 de março) e da votação no Colégio Eleitoral (21 de março) foram mantidas, mas o período de inscrição de chapas foi adiado para 30 e 31 de janeiro. Vale lembrar que, na sessão do dia 20 de dezembro, o Consuni em reunião formal aprovou o calendário eleitoral, cujo período de inscrição seria 16 e 17 últimos.

Nosso Bolso

MEC é contra Plano Verão (26,05%)

A consultoria jurídica do MEC se manifestou contra a extensão a todos os servidores da UFRJ do Plano Verão (26,05%) por meio de extensão administrativa de decisão judicial. Em sua resposta à solicitação da UFRJ, o MEC ataca de forma desrespeitosa as posições do procurador Alexandre Cintra, classificando a extensão como "grave lesão aos cofres públicos" e "enriquecimento ilícito dos servidores beneficiados". Em sua resposta, o governo diz ainda que a reversão ou limitção das decisões judiciais é que "restabelecem o equilíbrio da ordem, da segurança jurídica e da harmonia social".

O coordenador geral de assuntos contenciosos do MEC, Emeraldo Malheiros, concorda com o parecer e ainda acena com ameaças de devoluções dos valores, se a ação for limitada ou houver extensão administrativa, além de sanções disciplinares a quem autorizar o pagamento. A argumentação da assessoria do MEC é contraditória e chega a afirmar que a incorporação administrativa fere o princípio constitucional da isonomia! Como se a quebra da isonomia não existisse na situação atual, pois nem todos recebem o percentual.

O texto completo da resposta do MEC sobre os 26,05% pode ser visto no endereço www.ufrj.br. A introdução assinada pela reitoria conclama a união de todos em torno da questão e sugere que é possível um acordo com o governo para a extensão em troca do aumento de 3.000 vagas na graduação.

Nesta semana, parte dos professores que sofreram o corte do Plano Verão devem receber a diferença em folha suplementar. A SR-4 fez um levantamento geral da situação dos cortes para evitar continuar a tratar o problema aos poucos e buscar uma solução mais rápida. A comparação da relação dos servidores que recebiam os 26,05% em 1996 com a relação da folha suplementar de novembro/2001 revelou haver cerca de 1.500 excluídos neste período. Será feita uma análise de cada caso e o pagamento deve continuar a ser feito em folhas suplementares.

Pagamento dos atrasados dos 26,05%

Para o pagamento dos meses atrasados em que houve o corte, será necessária a abertura de processo administrativo. A Adufrj-SSind vai entrar com recursos administrativos em grupos, à medida em que as solicitações dos sindicalizados forem sendo enviadas com a respectiva documentação. Para caracterizar os meses em que houve o corte e em que caberia recurso, são necessárias cópias dos contracheque do mês anterior ao corte, dos meses em que não houve o pagamento e do mês a partir do qual o pagamento foi restabelecido.

Devolução do PSS aguarda parecer da AGU

A devolução do desconto do PSS sobre o 13º salário e do adicional de férias (1/3) ainda não está confirmada para a folha de pagamento de janeiro de 2002, que fecha nesta terça, dia 22. A procuradoria da UFRJ já enviou solicitação ao procurador regional da Advocacia Geral da União para liberar o cadastramento no SICAJ da ação da Adufrj-SSind e incluir a devolução na próxima folha de pagamento. O desconto sobre o 13º foi feito em novembro e o desconto sobre o adicional de férias ocorre no mês anterior ao do gozo das férias (quem tirou férias a partir de janeiro/2002, por exemplo, já teve o desconto no contracheque de dezembro/2001).

GT Carreira apresenta proposta de regulamentação da GID

O Grupo de Trabalho sobre Carreira, do Andes-SN, se reuniu em Brasília, nos dias 12 e 13 de janeiro. O GT produziu um documento com parâmetros nacionais para a regulamentação da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) a ser apresentado nas mesas de negociação, estabelecidas no acordo final da greve, com o MEC e a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) . O documento está disponível no endereço www.adufrj.org.br. O texto da proposta será analisado, ainda, pela assessoria jurídica do Sindicato quanto à forma e ao mérito. O texto também será debatido pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais (Sinasefe) e apresentado à Andifes e ao Concefet. O objetivo e gnahar o apoio dessas entidades para a proposta antes de levá-la à mesa de negociação. O jurídico da entidade está recomendado que a regulamentação seja feita por decreto.

Resenha

Segundo o Estado de S. Paulo (17/01) pesquisadores da UFRJ estão entre os 43 premiados pelo Instituto Médico Howard Hughes (IMHH), uma fundação norte-americana que dá incentivo para pesquisas científicas na área médica. George Alexandre Reis e Sérgio Teixeira Ferreira, ambos da universidade, receberam cada um U$$ 400 mil para financiar suas pesquisas nos próximos cinco anos. Enquanto George trabalhou na investigação das causas da doença de Chagas, o projeto de Sérgio estuda a origem de doenças neurológicas.

Deu no Informe JB (12/01): Um terço das 184 leis aprovadas em 2001 incluía a expressão "Abre o orçamento...". O pequeno detalhe indica a liberação de novas verbas, em 2002, superiores às previstas no Orçamento da União. Segundo levantamento do advogado Paulo Haus, as "cortesias" somaram R$ 12,7 bilhões. Em tempo: para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), bastariam R$ 5 bilhões para eliminar toda indigência brasileira".

Matéria do Estado de S. Paulo (12/01) revela que até abril o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) deverá encaminhar para a votação a Lei de Inovação. Depois de dois meses de consulta pública e 6.181 sugestões, o MCT também espera receber contribuições do Ministério da Educação. Dentre os objetivos da lei, o principal é flexibilizar a relação contratual entre professores e instituições de ensino e pesquisas federais, além de fornecer incentivos para o desenvolvimento e comercialização de tecnologia feita no país. Leia-se por flexibilização a possibilidade de o professor, ainda que com dedicação exclusiva, estabelecer contratos com ganhos particulares, com o aval da instituição.

Seminário Uma outra UFRJ é POSSÍVEL

Os últimos anos na UFRJ certamente não deixarão saudades. Desde a intervenção, o governo federal não mediu esforços para impor a esta Universidade seu projeto privatista e excludente. O interventor do MEC, José Henrique Vilhena, não hesitou em nenhum momento em utilizar-se da truculência e do desrespeito sistemático às instâncias democráticas da instituição e das entidades representativas dos alunos, dos funcionários técnico-adminstrativos e dos docentes para tentar conseguir seus objetivos. Foram tempos difíceis, de muita resistência e de muita luta, que colocaram a necessidade de derrotar este modelo e pensar novas perspectivas para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para refletir estas e outras questões, as entidades Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e Associação de Pós-Graduandos convidam a comunidade universitária para o seminário "Uma Outra UFRJ é Possível".

O título deste seminário, obviamente, não é apenas uma coincidência. As entidades acreditam que o sentimento que move a realização do IIº Fórum Social Mundial, que será realizado entre 31/01 e 5/02, em Porto Alegre, é o mesmo que deve incentivar a busca de um outro projeto para a Universidade Pública brasileira.

Programação:

Dia 22/01
terça-feira 13hs
Auditório do CFCH
Praia Vermelha.
Autonomia Universitária e Gestão Democrática:
Prof. Marcelo Badaró
(1º vice-presidente regional do ANDES-SN);
Tec. Adm. Carlos Maldonado
(GT-Carreira FASUBRA)

Dia 23/01
quarta-feira 13hs
Auditório do Bloco A do CT
Ilha do Fundão.
Autonomia Universitária e Financiamento:
Prof. José Clóvis Azevedo
(Reitor da UERGS)
Prof. Ciro Teixeira Correa
(Presidente da ADUSP)

Dia 24/01
quinta-feira 13hs
Salão Nobre, IFCS.
Autonomia Universitária e Política Acadêmica:
Prof. Franklin Trein
(Diretor eleito do IFCS/UFRJ)
Prof(a). Nilda Alves
(Faculdade de Educação da UERJ)
Prof.Alberto Cláudio Habert
(PEQ/COPPE/UFRJ)

Realização: Adufrj-SSind; DCE-Mário Prata; Sintufrj e APG

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 50 28 de janeiro de 2002

Assembléia Geral

Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

29
Janeiro
terça-feira

12:00
horas

Pauta

- 21º Congresso Nacional do Andes-SN
  a) Eleição de delegados
  b) propostas da Adufrj-SSind
- Eleição da Adufrj-SSind
- Ações judiciais
  a) ação civil popular contra o Bingo Botafogo
  b) ação dos 10,87% (Plano Real)
- Eleição para reitor

PRIMEIRO DIA (22/01) DO SEMINÁRIO UMA OUTRA UFRJ É POSSIVEL, NO AUDITÓRIO DO CFCH

Entidades iniciam debate sobre uma outra UFRJ

Três dias de intenso debate sobre os rumos da UFRJ, após quatro anos de intervenção, sacudiram a comunidade universitária. Neste primeiro ciclo de debates, promovido pela Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG, a comunidade universitária pôde discutir publicamente a autonomia e suas relações com a democracia, o financiamento e a política acadêmica da instituição

Páginas 3, 4, 5 e 6

Adufrj-SSind propõe ação pelos 10,87% do IPC-r

Página 2

Cotav distribui as vagas docentes

Página 7

Consulta para reitor será em março

Página 8

UFRJ

Professor do Direito agride estudantes

Em meio a um processo sucessório mais do que turbulento, um professor da Faculdade de Direito da UFRJ agrediu fisicamente alguns estudantes que tentaram impedir na terça-feira, dia 22, a realização das eleições para a direção da Unidade. Os alunos estavam respaldados por uma liminar ganha na Justiça Federal que suspendia o pleito convocado à revelia da Congregação da Faculdade pelo atual diretor Armênio da Cruz. A Congregação do Direito, aliás, não se reúne há mais de três anos. A denúncia da agressão partiu de estudantes que presenciaram o fato.

Na quinta-feira, dia 17, o diretor Armênio informou à comunidade que havia nomeado uma Comissão de Consulta e que as eleições ocorreriam nos dias 22 e 23. Os estudantes protestaram e conseguiram através do Centro Acadêmico uma liminar na Justiça Federal suspendendo o pleito. No dia 22, à noite, um oficial da Justiça esteve no local onde ocorreriam as votações, mas foi impedido de entrar pela direção da Unidade. Cerca de 300 estudantes protestavam no momento para que o oficial de Justiça pudesse encerrar a eleição. Foi quando o professor Agnelo Maia avançou sobre os alunos, ameaçando, inclusive, sacar um suposto revólver.

Segundo o professor José Ribas Vieira, que foi lançado anti-candidato pelos estudantes, na semana anterior à confusão, na quarta-feira (23), a direção da faculdade conseguiu cassar a liminar dos estudantes e ameaçou recomeçar as eleições a partir das 19h45 do mesmo dia. Os alunos voltaram a protestar. Alguns professores pediram bom senso da direção para evitar maiores tragédias e as eleições foram efetivamente suspensas. O professor Francisco Amaral intermediou uma negociação entre o Caco e a Comissão Eleitoral. Ainda segundo José Ribas, foi assinada uma ata em que a Comissão suspende o processo e se compromete em reunir a Congregação para convocar outra eleição, desta vez, com o aval da comunidade.

Procuradoria emite pareceres sobre eleições nas Unidades

A procuradoria da UFRJ está emitindo pareceres sobre os resultados das eleições de dirigentes que vêm ocorrendo nas Unidades e Centros, desde o final do ano. Segundo o procurador, Alexandre Cintra, os processos encaminhados pelo Colégio de Aplicação e pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas já foram analisados e tiveram pareceres favoráveis. As listas das duas Unidades já foram encaminhadas ao gabinete do reitor. Segundo Cintra, a documentação com os resultados das eleições do IPPMG e do CFCH ainda não chegou à procuradoria.

A nomeação do diretor da Escola de Engenharia, segundo o procurador, ainda está em análise. O questionamento de que o professor Helói José estaria indo para um terceiro mandado está sendo estudado, agora, sob a ótica do regimento da EE. De acordo com Cintra, a primeira gestão de Helói não caracterizaria um mandato, por este ter tido que assumir, como vice, um mandato de um diretor afastado, na ocasião. A nomeação do professor Carlos Tannus como decano do CLA também está sendo analisada pela procuradoria.

Jurídico

Adufrj-SSind propõe ação pelos 10,87% do IPC-r

A Adufrj-SSind está propondo para deliberação da Assembléia Geral desta terça-feira, dia 29, uma ação jurídica pelos 10,87% referentes à variação acumulada do IPC-r de 1º de janeiro até junho de 1995, que foi concedida aos trabalhadores do setor privado. O entendimento da assessoria jurídica da seção sindical é que a expressão 'trabalhadores', usada pelo governo para anunciar o reajuste na Medida Provisória 1.053 se aplica a todas as categorias do país, inclusive servidores públicos, empregados públicos, empregados, e assim por diante. De acordo com a assessoria, o fato é que não foram só os trabalhadores da iniciativa privada que tiveram seus salários corroídos pela desvalorização nominal da moeda.

Ainda na próxima AG, que acontece no auditório do CT, a partir das 12h, serão discutidas ações por perdas e danos em relação aos cortes de salários sofridos pelos docentes durante a greve do ano passado.

Indignação com assassinato do prefeito de Santo André

Na última terça-feira (22/01), foi realizado um ato de protesto contra o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel. A manifestação, organizada pelo diretório regional do Partido dos Trabalhadores (PT) e com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), aconteceu no local conhecido como Buraco do Lume, na esquina da rua São José com avenida Rio Branco. Centenas de pessoas participaram do encontro indignadas com a violência que atinge as cidades brasileiras e o próprio partido no momento.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Folha Dirigida **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ discute autonomia e democracia

Três dias de intenso debate sobre os rumos da UFRJ, após quatro anos de intervenção, sacudiram a comunidade universitária. A tarde da terça-feira, 22, foi dedicada à discussão sobre autonomia e democracia. Os convidados, Marcelo Badaró, do Andes-SN, e Francisco Porfírio, da Fasubra, dividiram com a platéia preocupações com o futuro da universidade e o desafio de restabelecer a democracia e o respeito às decisões dos segmentos universitários e dos colegiados institucionais.
Na quarta, o financiamento e as fundações universitárias foram postos em cheque. No último dia, a política acadêmica foi tratada pela comunidade, com destaque para a necessidade da assistência estudantil como uma política de ensino.
Este primeiro ciclo de debates, promovido pelas entidades representativas da UFRJ, foi um pontapé no debate sucessório para a reitoria, com vistas ao resgate da autonomia universitária, com gestão democrática, financiamento público para o que é público e politica acadêmica socialmente referenciada.

Professores, estudantes e técnico-administrativos participam do seminário "Uma outra UFRJ é possível"

Na última terça-feira (22/01), o auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) esteve cheio para o primeiro debate do evento "Uma outra UFRJ é possível". A discussão sobre Autonomia Universitária e Gestão Democrática atraiu a comunidade acadêmica no encontro organizado pela Adufrj-SSind, o Sintufrj, o DCE e a APG. A representante discente no CEG, Isabel Mansur, deu início ao evento apresentando os convidados, o técnico-administrativo FranciscoPorfírio e o professor da UFF, Marcelo Badaró: "É um ano importante no cenário nacional e na UFRJ. Aqui dentro não há uma democracia. E desde o ano passado, nós pensamos em discutir um projeto de universidade. Acreditamos que as mudanças vão acontecer, que uma nova UFRJ é possível", disse Isabel.

O funcionário da Escola de Serviço Social (ESS), Francisco Porfírio , continuou o debate afirmando que a universidade é um conglomerado de Unidades desiguais onde não há um projeto que integre as três categorias da instituição: "A democracia nas universidades esbarra nas eleições para reitor e diretores de Unidades. O técnico-administrativo é um trabalhador em educação e cabe a ele parte desse processo de democratização".

O 1º vice-presidente da regional/RJ do Andes-SN, Marcelo Badaró, destacou que um projeto de universidade pública e de qualidade necessita de uma gestão democrática para se efetivar: "A democracia permite a participação da sociedade e de docentes, funcionários e estudantes dentro da universidade. A instituição deve prestar contas a esta sociedade".

O professor também apresentou o anseio do Ministério da Educação em tornar as instituições de ensino superior privatizadas, introduzindo cursos de graduação seqüênciais e à distância, de formação rápida e dirigidas para o mercado. Para o dirigente, o governo, cada vez mais, se desobriga do financiamento da universidade pública, colocando-o nas mãos de setores privados. Além do financiamento das instituições através das chamadas fundações de apoio, a flexibilização das relações de trabalho também foi apontada por Badaró como uma outra tática do governo para enfraquecer a comunidade acadêmica: "Os projetos vêm do Bird (Banco Mundial) e passam para o Ministério da Educação que escolhe os dirigentes universitários baseados em seus interesses. A luta pela democracia começa aqui dentro com a denúncia da fragmentação dos colegiados e com o combate ao neoliberalismo", concluiu Badaró.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, também falou sobre a democracia dentro da universidade: "A autonomia é a capacidade de definir nossos próprios rumos, onde a comunidade acadêmica seja ouvida e respeitada. Na UFRJ, houve um recuo político. É necessário resgatar a discussão e a participação da comunidade nos colegiados. Esse evento é apenas uma semente nesse resgate do projeto de democracia na instituição".

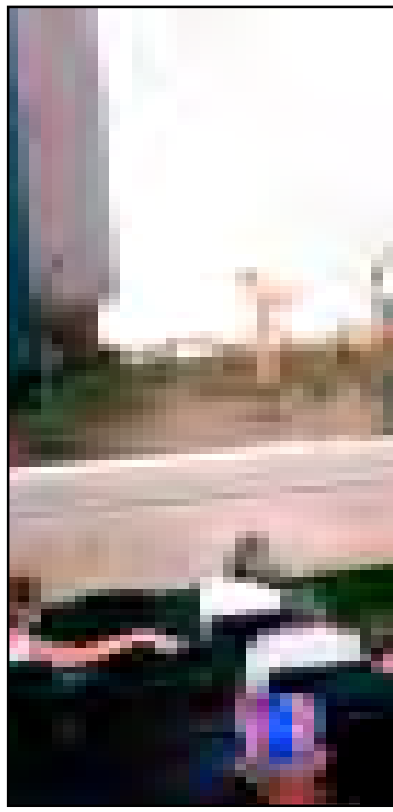
O coordenador do DCE, Vinícius Wu, ressaltou a importância de congressos internos na universidade: "A autonomia e gratuidade do ensino superior estão ligadas. Congressos internos devem ser programados pelos três setores da instituição para que possam ser agendadas as prioridades da UFRJ. O estudante terminou sua fala reivindicando um processo paritário nas eleições para reitor e diretores de Unidades: "Chapas e programas devem ser apresentados. Nós temos que saber quem irá compor a nossa universidade".

PARTICIPANTES HOMENAGEIAM O PREFEITO PETISTA ASSASSINADO, CELSO DANIEL

Movimento

Venda de serviços corr

Discussão sobre financiamento abre debate sobre complementação salarial de docentes e técnico-administrativos



NA MESA CYRO CORREIA (ADUSP), ANA MARIA (SINTUFRJ) E JOSÉ FRANCISCO (UERGS). COMUNIDA

O segundo dia do seminário *Uma outra UFRJ é possível* foi dedicado ao delicado tema autonomia universitária e financiamento. Como expositores foram convidados o presidente da Seção Sindical dos Docentes da USP (Adusp), Cyro Teixeira Correia, e o reitor da novíssima Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, José Clóvis Azevedo. O reitor pro tempore da UFRGS, que tem apenas quatro meses de vida institucional, não pôde comparecer e foi representado pelo pró-reitor de ensino, professor José Francisco Xarão.

E ninguém melhor para comentar o tema financiamento, em especial, para o movimento docente, do que o presidente da Adusp, Cyro Correia. O professor apresentou o dossiê Fundações Universitárias, publicado nas três últimas edições da revista Adusp (de maio, setembro e dezembro de 2001), com um vasto material sobre uma das formas mais perversas de financiamento introduzidas no meio universitário, peça chave do processo de privatização das instituições de ensino e pesquisa.

Já o pró-reitor da UERGS contou um pouco da história da polêmica universidade estadual que nasceu sob um regime jurídico de uma instituição pública de direito privado. José Francisco reconheceu a contradição em uma instituição pública e gratuita regida por uma fundação privada que contrata professores e funcionários através da CLT e não pelo sistema jurídico dos servidores públicos do estado. Ainda assim, o pró-reitor defendeu a experiência da instituição, que disse estar na contramão da linha do governo federal e de sua aposta no crescimento das instituições privadas de ensino superior.

Anteriormente às palestras dos convidados, os representantes das entidades se manifestaram sobre o tema. A representante do Sintufrj, Vera Valente , comentou a necessidade de se estabelecer critérios políticos de financiamento que passam pela distribuição democrática das verbas, geridas a partir da definição dos órgãos colegiados. A transparência na execução das verbas e na utilização dos recursos advindos das fundações de apoio também foram pontuadas pela servidora.

Na sua intervenção, o presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, disse que, sobre o assunto, há duas questões centrais que devem ser debatidas pela comunidade. Uma seria o estabelecimento de um total de recursos necessários para manter a universidade funcionando de acordo com as suas necessidades e demandas sociais que a ela são apresentadas. Outra seria a discussão de como estes recursos são distribuídos dentro da universidade. O professor comentou a centralização dos recursos e o esvaziamento dos departamentos e das Unidades na gestão e definição de prioridades de investimentos e manutenção do ensino e da pesquisa na instituição. “Não há a menor transparência dos recursos nesta universidade. O que complica o planejamento dos departamentos, de qualquer unidade desta instituição”. Uma outra questão levantada por Sanglard foi a de que a bandeira de luta dos movimentos sociais por ensino público e gratuito tem se aplicado apenas na graduação e na pós-graduação *stricto sensu*, nas universidades públicas do país. “Os cursos de extensão e pós-graduação *lato sensu* são pagos e acabam sendo entendidos como um serviço de ensino pago. Não é nem uma questão de projeto de pesquisa, ou apoio tecnológico ou científico, ou coisa semelhante, para empresas. O número de cursos pagos que nos temos na universidade é muito grande e assustador.”

Daniel Souza, do DCE, lembrou que o governo federal tem como política esconder o orçamento e não aceitar os critérios de execução definidos pela comunidade através dos colegiados superiores. Para Daniel, esta política de escamoteação, seguida à risca pela atual reitoria, põe claramente o mercado como prioridade na definição de linhas de pesquisa e políticas de ensino e extensão. “Quando você (governo) não admite o critério estabelecido dentro da universidade, você (governo) está estabelecendo um critério, o critério do mercado.”

Diego Vaz, da APG, lembrou que o instrumento que a atual reitoria tem utilizado para barrar a gestão democrática e as decisões dos colegiados superiores é justamente o poder econômico, centralizado nas mãos da sub-reitoria de patrimônio e finanças, SR-3. “A gente tem muito medo que o mercado entre na universidade, mas, se pararmos para observar, há muito que o mercado já invadiu esta instituição”. Para Diego, hoje, a concentração de recursos reproduz a situação sócio-econômica do país e a UFRJ concentra poder e recursos nos projetos e Unidades que disputam, junto aos organismos de fomento, governos e diretamente no mercado, o maior volume de recursos e verbas.

Uergs nasce como instituição de direito privado

Muito combatida pelo movimento docente e pelo Andes Sindicato Nacional, a forma jurídica de instituição pública de direito privado acabou sendo aprovada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul para a formação da UERGS. O pró-reitor José Francisco relembrou os embates que surgiram durante a criação da universidade estadual. Segundo José Francisco, até mes-

rói universidade

ADE DO FUNDÃO COMPARECE AO SEMINÁRIO DAS ENTIDADES

mo os que defenderam, entre os progressistas, o regime de contração pela CLT, hoje reconhecem que esta opção é um retrocesso.

Para o pró-reitor, apesar das contradições, o grande ganho político para o governo do RS, com a criação da UERGS, foi o fato de toda a sociedade gaúcha ter se convencido de que é melhor investir no ensino superior público e gratuito do que conceder 'bolsas' ao estudantes de baixa renda para freqüentarem as instituições particulares, como defendiam os políticos da direita local. Segundo José Carlos, 87% da oferta de vagas do estado está nas mãos das particulares. Existe, ainda, segundo o professor, um dispositivo constitucional local que determina um percentual de recursos do estado destinado às instituições particulares. Dispositivo este que vem sendo descumprido pelo governo petista.

USP tem pelo menos 32 fundações privadas

Escandalosas foram as revelações de Cyro Correia sobre as fundações de apoio da USP. O presidente da Adusp contou que, no início das apurações sobre o tema, a reportagem da revista da entidade acreditava que eram apenas três as fundações universitárias. No decorrer das investigações, chegou-se ao número de trinta e duas fundações de direto privado. Segundo Cyro, estas entidades que, a princípio, deveriam se constituir em um patrimônio para dar apoio aos projetos da universidade, se constituem a partir do nada e se transformam em verdadeiras fontes de enriquecimento daqueles que delas participam. Os dados do dossiê mostram claramente que o total de arrecadação obtido pelas fundações para a USP é de apenas 1% de seu orçamento. Isso não significa que é pouco o volume de recursos por elas movimentado. O orçamento da estadual paulista é de R$ 1,1 bilhão e o volume arrecadado pelas fundações gira em torno de R$ 400 milhões, ou cerca de 1/3 do orçamento da universidade. Mas o repasse feito pelas entidades privadas à instituição pública é de apenas R$ 16 milhões.

Prestação de serviços quebra isonomia e divide categorias

Docentes chegam a complementar seus salários em até quinze vezes mais

Durante o debate sobre financiamento, Cyro Correia tocou numa questão bastante polêmica para a comunidade universitária. Segundo o presidente da Adusp, na estadual paulista, docentes e funcionários que participam de projetos ligados às fundações podem 'flexibilizar' até oito horas de seu regime de trabalho estatutário para trabalhar em projetos de extensão ou ensino que, em muitos casos, não têm vínculo nem acadêmico nem de pesquisa, sendo apenas meras prestações de serviço que poderiam ser feitas por qualquer profissional ou empresa no mercado. Os docentes com a marca 'USP' passam a ser procurados para executar trabalhos de consultoria, ou até mesmo para realizar serviços, como qualquer profissional ou executivo do mercado. A vantagem pode ser grande: preços mais em conta, equipe especializada e vinculada a projetos de ponta. E tudo isso com locação, luz, telefone, equipamentos, tudo pago com o dinheiro do contribuinte, sem ônus para o contratado ou contratante.

Por estas oito horas, Cyro conta que os docentes chegam a receber até 15 vezes o valor de seu salário. Como, certamente, o modelo 'uspiano' é seguido pela grande maioria das instituições públicas, não sendo diferente na UFRJ, há de entendermos porque uma parte de professores não está muito incomodada com os salários aviltantes pagos pelo governo. Só para se ter uma idéia do efeito nefasto dos projetos via fundações, e da complementação salarial que estes geram para parte da categoria, o Andes-SN reivindica uma malha salarial com piso de cerca de R$ 3.000 e teto de aproximadamente R$ 10.000. O fato é que estas complementações advindas dos 'serviços prestados' acabam sendo a válvula de escape dos docentes em busca de um salário compatível com as suas atribuições. Além da divisão da categoria, os vínculos com as fundações promovem o afastamento dos docentes das linhas de pesquisas institucionais e os direcionam para a demanda imediata de setores emergentes do mercado ou para projetos de governo, muitas vezes também apenas 'emergentes'.

Tribuna

José Sanglard
Adufrj-SSind
"Não dá para ter autonomia sem ter recursos necessários. E não se tem democracia se os recursos são geridos, distribuídos e aplicados à revelia ou da instituição como um todo, ou de cada departamento ou de cada um de nós que está nesta instituição. Esta é uma luta grande que temos que retomar e que ficou pior com esta reitoria. Temos que resgatar certos princípios mínimos de como a nossa universidade recebe recursos, de como eles são distribuídos internamente e em função de qual projeto de universidade nós estamos pensando em obter mais recursos para atender às demandas da sociedade brasileira."

Diego
APG
"Qualquer recurso para além de simplesmente ligar a luz, você tem que buscar em diversos outros órgãos do governo federal. Grande parte do dinheiro vem sob a forma de projetos de pesquisa, ou educacionais, do MEC, MCT, Capes, CNPq e isso de maneira absolutamente pulverizada, não controlada. Hoje em dia, ninguém é capaz de dizer quanto entra de dinheiro nesta universidade. Ninguém tem este levantamento. Porque ninguém sabe sobre o um milhão de projetos que são feitos, quanto entra de recursos, o que é feito com eles. A prestação de contas é feita diretamente com o governo federal. E o pior, esta distribuição é a mais concentradora de todas, pois a gente sabe que é usado o famoso critério subjetivo da 'excelência'."

Daniel
DCE
"O que a gente tem que acabar na universidade é com o pensamento subordinado ao mercado. Eu, como um militante libertário, acho que qualquer pessoa que pense ou, que seja subordinada a pensar de uma determinada forma, porque o critério econômico, está por trás está fadada ao fracasso. Esta pessoa não está pensando de forma libertária, como é a forma que defendo para a Universidade. E, para ser libertário, tem que ter autonomia e, para ter autonomia, tem que ter as mesmas chances econômicas para se disputar esta economia e isso é estabelecer um critério: o critério do pensamento livre, que tem que ser o da Universidade".

Movimento

A Política Acadêmica em debate

Problemas de infra-estrutura e o aumento do número de vagas foram tratados no encontro

COMUNIDADE PRESTIGIA ÚLTIMO DIA DO SEMINÁRIO, NO IFCS

O encerramento do seminário "Uma outra UFRJ é possível" ocorreu na última quinta-feira (24/01), no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCS). O evento contou com a participação das entidades da UFRJ (Adufrj-SSind, DCE, Sintufrj e APG) e dos professores Nilda Alves (Faculdade de Educação da UERJ), Alberto Cláudio Habert (Programa de Engenharia Química da Coppe/UFRJ) e Franklin Trein (Diretor eleito do IFCS/UFRJ). A vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, iniciou o debate esclarecendo que a proposta de tais encontros nasceu da necessidade de discutir a universidade pública e a privatização da educação. Cleusa ressaltou que esta necessidade é fruto das diferentes concepções de universidade pública defendidas nas assembléias gerais realizadas durante a greve. Logo depois, o presidente da entidade, José Henrique Sanglard, disse que essa iniciativa deverá ser desdobrada em outros eventos no futuro: "Está claro a imensidão de temas intrelaçados que esses debates colocam". Sanglard fez referência à política acadêmica como algo que se divide em duas grandes áreas, a atividade acadêmica em si, com ensino, pesquisa e extensão, e a infra-estrutura que dá suporte a essa atividade, e apontou os inúmeros problemas da UFRJ: "Devemos pensar em uma política global acadêmica e isto traz várias questões como a criação de novas vagas, o surgimento de cursos noturnos, as cotas de acesso à universidade e a discussão sobre o vestibular, o ENEM e o Provão. Um fato curioso na UFRJ é o alto índice de evasão escolar, chegando a 50%. Por que motivos os nossos alunos não concluem os cursos? É por dificuldade financeira? É a falta de apoio? A qualidade dos cursos? A perda da expectativa? A relação número de formando por número de professores é um dos argumentos do governo para criticar a essência da universidade pública". Sobre a política acadêmica em si, Sanglard questionou as pesquisas realizadas na universidade, sem o aumento do número de bolsas de iniciação científica e com uma maior ligação entre a graduação e a pós-graduação, que estão muito separadas na instituição também devido ao fator financiamento: "As outras dificuldades na UFRJ envolvem a deficiência da orientação acadêmica e o desconhecimento do aluno da própria universidade. Os currículos estão defasados e precisam ser adaptados. E ainda existem as questões das áreas interdisciplinares já que a UFRJ é muito fechada em Unidades e departamentos com uma intensa segmentação. É de extrema importância um fórum democrático onde se possa reivindicar material, laboratórios e bibliotecas".

Assistência Estudantil como política acadêmica

A técnica-administrativa, Ana Maria Ribeiro, começou sua intervenção lembrando vários aspectos trabalhados pela Fasubra sobre a política acadêmica: "O primeiro aspecto que eu gostaria de apontar é o acesso à universidade e como a mídia influência na escolha da carreira universitária dos vestibulandos. A relação candidato/vaga do curso de Engenharia Civil cresceu muito quando aconteceu o desabamento do Palace II no Rio de Janeiro. A universidade tem um papel importante na discussão da democratização e nos mecanismos igualitários de acesso à instituição, e é preciso aumentar os recursos humanos e tecnológicos". Para isso, ressaltou que uma política acadêmica supõe duas dimensões: o ensino e o orçamento. Portanto, a assistência estudantil é uma forma de manter o aluno na universidade através de recursos para a pesquisa, auxílio moradia e alimentação. A estudante de Ciências Sociais e representante do DCE, Isabel Mansur, destacou a importância do debate como um pontapé inicial de uma longa discussão: "Não há um projeto acadêmico público na UFRJ". A representante da APG, Gilda Moreira, reforçou a política de assistência estudantil como prioridade da instituição: "Faltam bolsas para estudantes carentes, o bandejão para atender aos estudantes da pós-graduação, de outros estados e países. A UFRJ tem que ser dirigida pela sua comunidade acadêmica".

Universidade socialmente referenciada

A diretora da Faculdade de Educação, Nilda Alves, iniciou sua fala relembrando sua história na UFRJ e na UFF: "Diversos artigos provam que o aumento da pesquisa e da pós-graduação ocasionou um incremento de idéias e pensamentos no mundo todo. O que devemos nos perguntar é qual é o potencial real de um movimento permanente de revolução social e o que a universidade tem a ver com isso?".

O professor da Coppe, Cláudio Habert, questionou a missão das universidades e reiterou as deficiências das IFES: "Existem vários modelos de universidades, uma assistencialista que quer resolver os problemas da sociedade e outra educacional contendo ensino, pesquisa e extensão. Deve haver uma discussão permanente sobre essa política acadêmica com o aumento dos cursos, das vagas, entretanto, sem perder a qualidade. A UFRJ tem que procurar se conectar com escolas técnicas e de ensinos fundamental e médio. O importante é defender o interesse público com transparência e qualidade. Há uma série de desafios, pois a universidade é heterogênea, tem uma carência de infra-estrutura e um sistema gerencial arcaico. Mas, a médio e longo prazo, as mudanças podem acontecer". A autonomia também foi refletida pelo professor: "A autonomia é intrínseca às universidades. Há uma série de limitações na prática da autonomia: o comportamento, a cultura e a política. Além disso, há a questão da ética, da auto crítica, de direitos e deveres, da valorização do mérito acadêmico e da competição entre docentes".

O diretor eleito do IFCS, Franklin Trein, disse que não queria ditar regras para os próximos passos e sim, refletir sobre a constituição histórica da universidade para analisar o que está acontecendo na instituição: "Essa é uma instituição em crise, assim como o estado. Ela surgiu como um lugar privilegiado de produção e transmissão de conhecimento. Hoje, há a disputa na sociedade por lugares com os mesmos objetivos. Mas a universidade continua sendo uma instituição válida. A sociedade ainda necessita dela e não haverá solução se ela ficar fechada em si própria".

Franklin também enumerou as dificuldades pelas quais a UFRJ passa: "Está tudo errado. O currículo, as ementas dos cursos, as avaliações e as relações entre professores e estudantes. Se muita coisa está errada, o certo é o debate e a discussão com um posicionamento político claro". Afirmou que o projeto acadêmico decorre do projeto político e este não se constrói independente do país e das elites brasileiras: "É necessário construir um projeto político para a sociedade brasileira. É com um pacto dos três segmentos, docentes, funcionários e estudantes, que se chega à democracia", concluiu o professor.

Colegiados

Cotav redistribui vagas docentes

Os colegiados acadêmicos CEG e CEPG aprovaram, na sexta-feira, 25, a distribuição acadêmica da Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) para 133 vagas docentes. A Comissão manteve a chamada reserva técnica do reitor (20% do total de vagas disponíveis). A Cotav apresentou os critérios de distribuição utilizados para a alocação de 102 vagas (confira documento e tabela nesta página).

Durante a sessão conjunta, segundo a bancada discente do CEPG, após aprovada a distribuição, o sub-reitor acadêmico, Ricardo Gattass, sugeriu que os conselheiros ainda aprovassem que a reitoria reivindicasse junto ao MEC mais cinco vagas para titulares. As cinco vagas eram as que faltavam para 'honrar' os compromissos do reitor Vilhena que, com a distribuição da Cotav, não poderia mais dispor das nove vagas alocadas no seu edital para a Coppe. O edital de Vilhena foi tornado sem efeito pelo Conselho Universitário.

Os conselheiros que se manifestaram disseram que o trabalho da Cotav terminara naquele momento e que apoiariam movimentos por mais vagas, desde que estas passassem pelos trâmites do colegiado, ou seja, pela distribuição segundo os critérios acadêmicos da Cotav.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
COTAV 2001

A COTAV-2001 analisou, no mérito, os processos de solicitação de vagas docentes encaminhados pelos diversos departamentos, levando em consideração as especificidades e diferentes realidades da UFRJ. Outrossim, cabe ressaltar que a análise se deteve estritamente ao conteúdo dos processos instruídos pelos departamentos.

A alocação de vagas proposta pela COTAV-2001 corresponde o que lhe pareceu ser o mínimo necessário para que os departamentos resolvam seus problemas mais imediatos, reconhecendo que ainda há grande necessidade de vagas docentes.

Foram associados indicadores de qualidade, carência e técnicos, assim distribuídos:

Qualidade:

1. Atividades de produção de ciência, tecnologia, arte e cultura, assim como as atividades de extensão dos departamentos;

2. Desempenhos dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação strito sensu nas avaliações institucionais, quando existentes;

3. Participação na graduação e/ou pós-graduação, assim como a integração entre essas atividades;

4. Esforço dos departamentos em rever, de forma crítica, suas diretrizes e planos de atualização;

5. Existência de cursos novos (graduação ou pós-graduação, novas turmas em turnos noturnos).

Carência:

1. Departamentos com alta necessidade de substitutos;

2. Carga horária de ensino nos departamentos;

3. Solicitação de professores visitantes que lecionem regularmente.

Técnico:

1. Utilização recente de 06 (seis) das 133 (cento e trinta três) vagas para atender processos de concursos antigos já realizados e homologados;

2. Demissões ou exonerações não atendidas desde a COTAV VII / VIII de 1996;

3. Disponibilidade eventual de candidatos com o título de doutor na área;

4. Período em que o departamento não foi contemplado por COTAV ou por vagas alocadas por outras instâncias;

5. Procedimento de encaminhamento em consonância com a resolução 01/93 do CEG/CEPG;

6. Proporção das diversas categorias docentes, uma vez que a UFRJ tem menos de 10% de professores titulares em seus quadros;

7. Distribuição atual de docentes pelos Centros.

O CAP apresentou uma solicitação de vagas para docentes de 3º grau aprovado em todas as instâncias. A COTAV-2001 considera que essa solicitação tem todo o mérito acadêmico, e que o CAP realiza um trabalho de alta qualidade que deve ser amplamente apoiado. Como atualmente toda alocação de vagas para o CAP é para professores do 1º e 2º Graus (antiga denominação), a COTAV-2001 não alocou vagas para o colégio e solicita que seja apresentado aos Conselhos Superiores da Universidade um planejamento que aponte para a mudança de seus docentes para a carreira de 3º graus, com o que em próximas concessões de vagas para a UFRJ, pelo MEC, o colégio possa ser contemplado.

A COTAV-2001 está encaminhando ao CEG/CEPG uma sugestão para mantê-la em funcionamento por mais noventa dias, no sentido de apresentar um proposta para futuras alocações de vagas onde se possa aferir critérios quantitativos, assim como o planejamento dos departamentos e unidades.

A distribuição da COTAV 2001

CCMN Unidade/Departamento	ADJ	TIT	Total
Instituto de Matemática			
Ciência da Computação	1	0	1
Métodos Matemáticos	1	0	1
Matemática Aplicada	0	1	1
Total da unidade	2	1	3
Instituto de Física			
Física e Matemática	1	0	1
Física Nuclear	1	0	1
Física dos Sólidos	1	0	1
Física Teórica	1	0	1
Total da unidade	4	0	4
Instituto de Geociências			
Geografia	2	0	2
Geologia	2	0	2
Meteorologia	1	0	1
Total da unidade	5	0	5
Instituto de Química			
Química-Inorgânica	1	0	1
Total da unidade	1	0	1
Total do CCMN	12	1	13
Centro de Letras e Artes Unidade/Departamento			
Fac. de Arq. e Urbanismo			
Estruturas	1	0	1
Planejamento de Arquitetura	2	0	2
Análise e Repres da Forma	1	0	1
Planej. Urbano e Regional	1	0	1
Total da unidade	5	0	5
Escola de Belas Artes			
História e Teoria da Arte	1	0	1
Comunicação Visual	1	0	1
Artes Utilitárias	1	0	1
Total da unidade	3	0	3
Escola de Música			
Música de Conjunto	1	0	1
Teoria Material Aplicada	1	0	1
Vocal	1	0	1
Total da unidade	3	0	3
Faculdade de Letras			
Letras Clássicas	2	0	2
Letras Anglo-germânicas	1	0	1
Ciências das Literaturas	1	0	1
Letras Vernáculas	1	0	1
Total da unidade	5	0	5
Total do CLA	16	0	16
CFCH Unidade/Departamento			
IFCS			
História	1	0	1
Antropologia Cultura	1	0	1
Total da unidade	2	0	2
Instituto de Psicologia			
Psicologia Geral e Experimental	1	0	1
Total da unidade	1	0	1
Escola de Comunicação			
Expressão e Linguagens	1	0	1
Fundamentos da Comunicação	1	0	1
Total da unidade	2	0	2
Faculdade de Educação			
Didática	2	0	2
Fundamento da Educação	1	0	1
Total da unidade	3	0	3
Escola de Serviço Social			
Fund. do Serviço Social	1	0	1
Método e Técnicas	1	0	1
Total da unidade	2	0	2
Total do CFCH	10	0	10
CCJE Unidade/Departamento			
Faculdade de Direito			
Teoria do Direito	1	0	1
Direito do Estado	1	0	1
Direito Civil	1	0	1
Direito Social e Econômico	1	0	1
Total da unidade	4	0	4
Fac. de Adm. e C. Contábeis			
Contabilidade	1	0	1
Total da unidade	1		
Instituto de Economia	**1**	**0**	**1**
COPPEAD	**2**	**0**	**2**
Total da CCJE	8	0	8

Centro de Ciências da Saúde (CCS) Unidade/Departamento	ADJ	TIT	Total
Faculdade de Medicina			
Cirurgia	1	0	1
Pediatria	1	0	1
Psiquiatria e Medicina Legal	1	0	1
Clínica Médica	1	0	1
Patologia	1	0	1
Radiologia	1	0	1
Medicina Preventiva	1	0	1
Total da Unidade	7	0	7
Faculdade de Odontologia			
Odontopediatria e Ortodontia	1	0	1
Total da unidade	1	0	1
Faculdade de Farmácia			
Fármacos	1	0	1
Medicamentos	1	0	1
Total da Unidade	2	0	2
Escola de Enfermagem			
Enfermagem Materno-infantil	1	0	1
Metodologia da Enfermagem	1	0	1
Enfermagem e Saúde Pública	1	0	1
Enfermagem Médicina-Cirúrgica	1	0	1
Total da Unidade	4	0	4
Inst. de Ciências Biomédicas			
Anatomia	1	0	1
Farmac. Básica e Clínica	1	0	1
Histologia e Embriologia	1	0	1
Bioquímica	3	0	3
Total da Unidade	6	0	6
Instituto de Microbiologia			
Microbiologia Geral	1	0	1
Imunologia	1	0	1
Microbiologia Médica	1	0	1
Virologia	0	1	1
Total da unidade	3	1	4
Instituto de Nutrição			
Nutrição Dietética	1	0	1
Nutrição Social e Aplicada	0	1	1
Total da Unidade	1	1	2
Esc. de Educ. Físic e Desp.			
Arte Corporal	1	0	1
Biociências e Atividade Física	1	0	1
Total da Unidade	2	0	2
Instituto de Biologia			
Ecologia	1	0	1
Genética	1	0	1
Biologia Marinha	1	0	1
Zoologia	1	0	1
Total da unidade	4	0	4
Instituto de Biofísica	**3**	**0**	**3**
Instituto de Psiquiatria	**1**	**0**	**1**
Total do CCS	34	2	36
Centro de Tecnologia (CT) Unidade/Departamento			
Escola de Engenharia			
Mecânica Aplicada e Estr.	0	1	1
Eletrotécnica	1	0	1
Expressão Gráfica	1	0	1
Engenharia Mecânica	1	0	1
Eletrônica	1	0	1
Engenharia Naval	1	0	1
Engenharia Nuclear	1	0	1
Total da Unidade	6	1	7
Escola de Química			
Engenharia Bioquímica	1	0	1
Processos Orgânicos	1	0	1
Total da Unidade	2	0	2
COPPE			
Química	1	0	1
Elétrica	1	0	1
Mecânica	1	0	1
Oceânica	1	0	1
Sistemas e Computação	1	0	1
Total da Unidade	5	0	5
Total do CT	13	1	14
Fórum de Ciência e Cultura Unidade/Departamento			
Museu Nacional			
Antropologia	2	0	2
Botênica	1	0	1
Entomologia	1	0	1
Geologia e Paleontologia	1	0	1
Total da unidade	5	0	5
Total do Centro	5	0	5
Total Alocado na UFRJ por centro			
CCMN	12	1	13
CLA	16	0	16
CFCH	10	0	10
CCJE	8	0	8
CCS	34	2	36
CT	13	1	14
FCC	5	0	5
Total	98	4	102

Colegiados

Consulta para reitor será em março

Eleição da comunidade acontece nos dias 12, 13 e 14. No dia 21 de março, Colégio Eleitoral se reúne para montar as listas tríplices

Nos dias 12, 13 e 14 de março, os professores, estudantes e funcionários poderão participar da consulta para a escolha do reitor e do vice-reitor da universidade para os próximos quatro anos. A consulta formal,organizada pelos colegiados superiores (Consuni, CEG e CEPG), terá a proporcionalidade estabelecida na atual legislação – 70% de peso dos votos para os docentes, 15% para estudantes e 15% para os técnico-administrativos. No dia 21 de março, o Colégio Eleitoral se reúne para montar as listas tríplices com os nomes dos eleitos. As listas deverão ser enviadas para sansão presidencial até o dia 7 de maio.

Os candidatos ao processo de consulta deverão se inscrever junto à Comissão de Consulta nos dias 4 e 5 de fevereiro, apresentando, obrigatoriamente, um resumo do Programa de Trabalho. A Comissão de Consulta, que teria 15 membros, foi formada por 13 representantes dos colegiados superiores. Na sessão do Consuni que aprovou o edital (terça-feira, 22/01), ficou estabelecido que, a esta comissão, ainda poderão se integrar um representante dos estudantes e um técnico-administrativo.

Uma das representações discentes acabou ficando em aberto porque não houve indicação dos alunos representantes do Conselho de Ensino de Graduação (CEG). Ficou acertado, no entanto, que a indicação do alunos poderá ser feita por qualquer uma das bancadas discentes dos três colegiados. No caso da representação dos técnico-administrativos, houve uma desistência. O representante dos funcionários no Consuni, José Carlos ??????, por motivos particulares, não pôde integrar a comissão, como estava previsto anteriormente.

Estudantes reclamam de esvaziamento da consulta

Comunidade terá apenas 19 dias para debater candidaturas

Não sem razão, os estudantes reclamaram muito do resultado do processo que estabeleceu o edital de consulta para a escolha da próxima reitoria. O processo de discussão nos colegiados teve início ainda no final do ano, mas a reitoria fez o que pôde para evitar as sessões ordinárias do Consuni para que o edital fosse aprovado e as campanhas já estivessem nas ruas, ou melhor, nos *campi*. No final das contas, o período de apresentação de programas e propostas dos eventuais candidatos se resumirá a menos de um mês, ou, mais precisamente, a 19 dias úteis, a partir do dia 6 de fevereiro, um dia após o encerramento das inscrições dos candidatos, descontando ainda o recesso de carnaval.

O representante dos estudantes no Consuni, Miguel Papi, deixou claro que o conjunto do movimento estudantil não tem posição definida quanto ao processo de consulta estabelecido pelos colegiados. Historicamente defensores da paridade, os alunos, assim como os funcionários, tiveram sua participação bastante reduzida na consulta, com a proporcionalidade 70/30.

Para o representante discente, Márcio Sá, os estudantes acabaram aceitando a proporcionalidade 70/30 como uma forma de garantir que a consulta fosse organizada pelos colegiados e a escolha do reitor se desse no âmbito da comunidade. Também representante dos alunos no colegiado, Bruno Lopes, votou contra o edital. Bruno, disse representar parte dos estudantes que não concorda com a proporcionalidade estabelecida na lei. Para o estudante, não houve recuo do segmento dos alunos quanto à paridade.

O edital de consulta acabou sendo aprovado pelo conselho superior com 28 votos e dois contrários. O representante dos técnico-administrativos José Carlos foi o segundo voto contra o edital.

Presidente da Adufrj-SSind cobra nomeação de diretores

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, se manifestou durante a última sessão do Consuni (22/01) cobrando da reitoria a nomeação dos diretores e decanos eleitos recentemente nas Unidades e Centros da UFRJ. Para Sanglard, o fato de o reitor, José Vilhena, ainda não ter nomeado os dirigentes eleitos pode prenunciar um golpe ou tentativas de barganha política da atual reitoria para uma possível reeleição ou continuidade administrativa.

O sub-reitor acadêmico, Ricardo Gattass, que presidiu a sessão, se limitou a informar que a procuradoria da UFRJ estaria devolvendo os processos às Unidades e Centros que não estivessem formalizados em listas tríplices aprovadas nas respectivas congregações e conselhos.

A eleição no colégio eleitoral

(Consuni, CEG, CEPG e Conselho de Curadores)

- a reunião conjunta do Colégio Eleitoral será dia 21 de março
- a reunião deve ser presidida pelo reitor. Na ausência de Vilhena, a reunião seria presidida pelo professor cuja classe de magistério tenha o nível mais elevado entre os presentes e seja o mais antigo nesta classe.
- Seriam elegíveis todos os docentes em efetivo exercício, com cargo de Titular, Adjunto 4 ou que sejam portadores de título de doutor, independente do nível ou classe.
- Votação uninominal, sendo as listas compostas com os três primeiros nomes mais votados em escrutínio único, onde cada conselheiro vota em apenas um nome

A consulta prévia

- será realizada nos dias 12, 13 e 14 de março
- Elegibilidade: a mesma do colégio eleitoral
- Forma de votação: a mesma do colégio eleitoral
- Proporcionalidade: 70% para docentes; 15% para estudantes; e 15% para técnico-administrativos
- Data de inscrição de nomes para reitor e vice-reitor: 4 e 5 de fevereiro

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 44 •4 de fevereiro de 2002
www.adufrj.org.br

Assembléia GERAL

7 fevereiro quinta-feira **9:00** horas

PAUTA

- 21º Congresso Nacional do Andes-SN
  a) Eleição de delegados
  b) propostas da Adufrj-SSind
- Eleição da Adufrj-SSind
- Ação judicial dos 10,87% (IPCr-Plano Real)
- Eleição para reitor

Auditório do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão, bloco A

Agenda Sindical

21º Congresso do Andes-SN
23 a 28/02 – Rio Grande (RS)

4º Coned
23 a 26/04 – São Paulo (SP)

Assembléia autoriza ação da Adufrj-SSind contra bingo

Seção sindical pode entrar como assistente da UFRJ na ação de reintegração de posse do terreno

A última assembléia geral da Adufrj-SSind, realizada no dia 29 de janeiro, autorizou a diretoria da seção sindical a entrar com ações contra o Bingo Botafogo, instalado irregularmente em terreno da UFRJ. A assessoria jurídica da entidade recebeu, no último dia 25, da procuradoria da universidade cópia de um dossiê sobre o caso.

A assessoria jurídica da entidade está estudando a documentação recebida e pensa em duas possibilidades: na primeira, a Adufrj-SSind ajuizaria uma ação civil pública contra a Associação dos Servidores Civis do Brasil (ASCB), contra a Amauta Administradora e outras empresas responsáveis pela exploração irregular do espaço. Na segunda, a seção sindical ingressaria como assistente da procuradoria da UFRJ nos autos de reintegração de posse ajuizada pela universidade. A chamada "assistência" é um mecanismo previsto na legislação processual quando uma terceira parte tem interesse jurídico na resolução do assunto. Deve-se destacar que o juiz pode deferir ou não a assistência do sindicato na ação.

Como nunca é demais recordar, em 1967, a universidade ganhou, através de decreto, o direito exclusivo à área. Antes disso, em 1950, a Associação de Servidores Civis do Brasil (ASCB) detinha o direito de uso provisório do local.

10,87% do IPCr

Quanto à ação dos 10,87% relativos ao IPCr de 1995 pagos aos demais trabalhadores, a Assembléia Geral remeteu a deliberação para a próxima assembléia por ser necessário mais esclarecimentos sobre as implicações possíveis. A assessoria jurídica da Adufrj-SSind alerta que, caso a ação seja considera improcedente, a entidade pode ser condenada a arcar com um elevado ônus baseado no valor da causa.

A assessoria costuma ajuizar ações atribuindo valor baixo às causas, mas a UFRJ pode vir a impugnar este mecanismo, pelo fato de a possível ação abranger mais de dois mil sindicalizados.

Vale lembrar que a ação dos 10,87% consiste no reajuste relativo à variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Restrito de 1º de janeiro até julho, inclusive, de 1995, concedido a todos os trabalhadores pela MP 1.053. Entende a assessoria jurídica que a expressão "trabalhadores" deve ser interpretada em seus sentido amplo, compreendendo todas as categorias de trabalhadores do país (aí incluídos os servidores públicos). De fato, não foram somente os trabalhadores da iniciativa privada que tiveram seus salários corroídos pela desvalorização nominal da moeda.

21º Congresso do Andes-SN

Na AG da Adufrj-SSind foram distribuídas cópias do Caderno de Textos e ressaltados os principais encaminhamentos do 43º Conad e da Reunião do Setor das Federais de janeiro último, que serão discutidos no 21º Congresso do Andes-SN, a ser realizado em Rio Grande (RS) de 23 a 28 de fevereiro. Considerando que ainda não tinha havido oportunidade de discussão anterior dos Cadernos e que as contribuições para o Anexo do Caderno de Textos poderiam ser feitas até 7/2, a discussão foi remetida para a próxima assembléia (dia 7/2, quinta-feira, às 9h, no Auditório do CT). Foram aprovados os nomes dos professores Walcyr de Oliveira Barros (Escola de Enfermagem) e Janete Luzia Leite (Escola de Serviço Social) como delegados ao Congresso. Os demais delegados e eventuais observadores serão escolhidos na próxima AG.

Eleições da Adufrj-SSind

Foram apresentadas propostas de novas datas para a eleição da seção sindical, mas a deliberação sobre o assunto foi remetido para a próxima AG. Continua vigorando o prazo limite do dia 8 de fevereiro de 2002 para inscrição de listas de candidatos ao Conselho de Representantes da entidade relativo às eleições convocadas anteriormente.

Eleição para reitor

A Assembléia Geral discutiu a questão da participação na consulta à comunidade aprovada no Consuni em 22/01, tendo em vista a ponderação dos votos entre as categorias (70% para docentes e 30% para alunos e servidores técnico-administrativos), pois a Adufrj-SSind historicamente tem defendido a paridade nessas eleições. A possibilidade de reconhecer apenas o resultado com a ponderação paritária foi colocada como alternativa, embora a motivação de cada categoria em comparecer às urnas seja também em função de como a ponderação será feita. A deliberação sobre o assunto foi remetida para a próxima Assembléia.

Inscrição para o CR da Adufrj-SSind até dia 8/2

O Conselho da Adufrj-SSind é formado por representantes dos sindicalizados de cada Unidade da UFRJ, em quantidade que varia de acordo com o número de sindicalizados da Unidade. Unidades com até 60 sindicalizados têm direito a um representante; entre 61 e 120, dois representantes; e, acima de 120, três. Os suplentes são em igual número. Os sindicalizados votam numa das listas da sua Unidade e o critério para preenchimento dos cargos é proporcional, isto é, o número de candidatos eleitos de cada lista é proporcional ao número de votos recebidos pela lista.

Greve ainda não acabou

Ação por danos morais e materiais está em pauta no Sindicato

Vinte e sete de setembro de 2001 é um dia que os professores universitários não podem esquecer. Foi nesta data que Paulo Renato anunciou o (primeiro) corte de salários dos professores universitários durante a greve do ano passado. Para os meses seguintes da paralisação, o ministro repetiu o expediente na tentativa de vencer a categoria pela força. Não conseguiu, mas trouxe diversos problemas para a vida particular de muitos professores.

Não bastasse isso, em meados de novembro, o governo resolveu baixar um pacotaço para regulamentar o direito de greve dos servidores públicos, que se revelou, de fato, como um mecanismo antigreve e inconstitucional. Diversos dispositivos do pacote não passam de uma tentativa de alterar a Constituição por legislação ordinária e cerceiam o direito legítimo da greve.

No sentido de buscar indenizações do Estado, a assessoria jurídica do Andes-SN vem se mobilizando desde então. Está sendo indicado o ajuizamento de ações coletivas/individuais para reparar os danos morais causados pelo ato omissivo, ilegal e abusivo do ministro da Educação que, sem dúvida, causou prejuízo à imagem e à honra da categoria docente. Também esta sendo indicado o ajuizamento de ações individuais por conta dos danos materiais, tais como multa no atraso do pagamento de contas (luz, telefone, água), juros de cheque especial e outros. Neste caso, existe a necessidade de comprovação dos danos para que haja a cobrança.

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind está indicando o ajuizamento de ações individuais ou plúrimas, em que se postularia a indenização por danos morais e materiais, cumulativamente. O ajuizamento de ação coletiva, cuja eficácia ainda está sendo questionada, ainda será tema de debates nos próximos encontros jurídicos do Sindicato Nacional. Para a ação coletiva, é necessário ainda uma autorização de assembléia, que tenha o assunto como ponto de pauta. Para as ações individuais ou plúrimas, os docentes sindicalizados interessados podem procurar desde já o plantão jurídico para se informar e providenciar a documentação necessária.

UFRJ

Mapa das eleições

Divulgamos neste boletim da Adufrj-SSind um mapeamento parcial das eleições nas Unidades, órgãos suplementares e decanias da UFRJ. Por motivo de espaço, as Unidades do CT, CCMN e CLA terão seus resultados eleitorais publicados no próximo jornal. Aos interessados, o mapeamento completo está disponível na página eletrônica da Adufrj-SSind: www.adufrj.org.br. Pela diversidade de regimentos internos encontrada na universidade, o calendário eleitoral é também bastante variado. Algumas Unidades já empossaram os novos diretores ou coordenadores; outras estão longe ainda de uma troca na direção. Há ainda aqueles lugares que viveram a apuração na semana que passou (caso da Escola de Educação Física e Desportos).

O que se espera dos novos mandatários ou daqueles que ainda têm um período de liderança pela frente é respeito à comunidade. Que os Prograds e os fundos setoriais da vida não sejam mais empurrados goela abaixo da comunidade sem discussão. Que não haja mais espaço para intervenções indesejadas da reitoria. Que não se realizem mais negociações de gabinete. Que o debate e a tolerância democrática às diferenças sempre prevaleçam. Esses são, sem dúvida, os ingredientes mínimos.

CCJE

DECANIA

Haverá inscrição de chapas nos dias 5, 6 e 7 de fevereiro. A consulta será realizada nos dias 5 e 6 de março. Já ficou definido que será obedecida a proporcionalidade de 70% para os docentes, 15% para alunos e 15% para funcionários técnico-administrativos.

Instituto de Economia

A consulta foi realizada nos dias 14, 15 e 16 de janeiro com proporção 70% / 15% / 15%. Concorreu chapa única com o atual diretor João Carlos Ferraz. O resultado já foi homologado pela Congregação seguiu para reitoria. Quarenta e oito professores, 330 alunos e 25 técnico-administrativos votaram no diretor. Houve ainda um total de 26 votos brancos e 63 nulos.

Faculdade de Direito

Conforme já publicado na última edição do jornal da Adufrj-Ssind (nº 49, 28 de janeiro), a Faculdade de Direito vive um turbulento processo sucessório. Até o fechamento da edição, a Congregação da Unidade ainda não havia sido convocada para regulamentar o pleito.

COPPEAD

O professor Ricardo Pereira Câmara Leal foi reeleito em consulta realizada nos dias 10 a 12 de dezembro. A eleição teve a seguinte proporcionalidade: professores (70%), funcionários (18%) e alunos (12%). Ricardo conseguiu 99,71% de aprovação, num universo de 207 votantes. O resultado foi homologado pelo conselho deliberativo da Unidade em 19 de dezembro último e aguarda parecer da procuradoria e assinatura do reitor.

FACC

Não há nada definido, mas vai haver eleição.

IPPUR

A consulta foi realizada entre os dias 28 e 30 de janeiro com a proporção 70% / 15% / 15%. A apuração dos votos deve acontecer nos próximos dias. Uma única chapa concorreu, formada pelos professores Carlos Vainer (direção) e Jorge Natal (vice).

CFCH

DECANIA

A professsora Suely Souza de Almeida, atual diretora da Escola de Serviço Social, foi eleita a nova decana do Centro. Na consulta realizada junto à comunidade, Suely disputou o cargo com a professora Maria Inácia (Psicologia). O resultado da consulta já foi homologado pelo Conselho de Centro em 18/01. Suely consegui o voto de 179 docentes, 58 técnico-administrativos e 451 alunos. Maria Inácia: 83 docentes, 63 técnico-administrativos e 169 alunos. Houve ainda 7 votos brancos e 36 nulos.

Instituto de Psicologia

Eleição só em dezembro. A professora Maria Inácia continua como diretora até então.

Faculdade de Educação

Eleições somente no fim de 2003. Até lá, a professora Speranza França continua como diretora.

ECO

Apenas uma chapa concorreu. Foram eleitos os nomes dos professores José Amaral Argolo (diretor) e Sócrates Nolasco (vice). A secretaria da direção disse não ter os números da consulta, nem a data do pleito, pois uma cópia se encontraria com a secretária gerencial da Unidade (em férias) e a outra cópia foi enviada para a reitoria. A portaria de nomeação já foi assinada no dia 18 de janeiro e a cerimônia de transferência do cargo foi realizada no dia 25 de janeiro.

IFCS

O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais realizou consulta nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001. Quatrocentas e vinte e duas pessoas compareceram às urnas e quase 380 conferiram votos à chapa única dos professores Franklin Trein (novo diretor) e Norma Mendes (nova vice-diretora). A eleição foi paritária e o resultado foi homologado pela Congregação em 10 de janeiro último. Sabe-se que a procuradoria já deu parecer favorável ao pleito e só falta mesmo a assinatura do reitor.

ESS

O processo eleitoral ainda não foi disparado, mas deve ocorrer em maio. A atual diretora, professora Suely Souza de Almeida, foi eleita decana do CFCH.

Colégio de Aplicação

A professora Militza Bakich Putzinger foi eleita como nova diretora em eleição realizada nos dias 18 e 19 de dezembro. Sua vice é a professora Izabel Cristina Goudart da Silva. Foram 555 eleitores pelo critério da paridade e a chapa única conseguiu 84,9% de aprovação. O resultado foi homologado pelo conselho pedagógico da escola no dia 21 de dezembro ainda e a portaria de nomeação já foi publicada no Diário Oficial da União em 23 de janeiro último.

CCS

DECANIA

O processo de inscrição deverá ser deflagrado em maio. A consulta será realizada em abril e a posse do novo decano será em junho. Normalmente, a decania segue a proporção 70/15/15. Até o meio do ano, o professor Sérgio Fracalanzza responde pela função.

Faculdade de Medicina

O mandato do atual diretor, professor Almir Fraga, vai até junho. Uma congregação da Unidade deve se reunir após o carnaval para definar as normas e o calendário do processo eleitoral. A consulta à comunidade será realizada possivelmente em março.

Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva (NESC)

Em consulta realizada nos dias 5 e 6 de dezembro, o professor Roberto Medronho foi reeleito diretor do NESC. Permanece como vice-diretor o professor Ronir Raggio Luiz. Os dois concorreram em chapa única, numa consulta paritária. Do total de 87 votantes, a dupla conseguiu 70 votos. O resultado foi homologado no conselho deliberativo do órgão suplementar no dia 18 de dezembro, mas ainda se aguarda publicação da portaria de posse no DOU.

Instituto de Biofísica

O regimento da Unidade dá mandato de três anos ao diretor e o professor Walter Araújo Zin foi eleito em fevereiro de 2001. Novo diretor só em fevereiro de 2004.

Instituto de Nutrição

Neste dia 4 de fevereiro, à tarde, o Instituto vai realizar uma plenária aberta a todos os segmentos para definir o processo sucessório. O mandato da atual diretora, professora Rejane Andrea Ramalho, termina em 31 de março.

Instituto de Biologia

A consulta à comunidade foi realizada em dezembro e a homologação pela Congregação foi realizada no final do mesmo mês. A portaria de nomeação já foi publicada no Diário Oficial em janeiro e a cerimônia de posse ocorreu no dia 28/01. A chapa única composta pelas professoras Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes (diretora) e Blanche Christine (vice) conseguiu 98,2% de aprovação. A proporcionalidade adotada foi 70/15/15.

Instituto de Doenças do Tórax (IDT)

O Instituto, para quem acompanhou as publicações do Sintufrj e da Adufrj-SSind dos últimos meses, viveu a intervenção da reitoria. Em fevereiro de 2000, o professor José Roberto Lapa entrou como interventor da reitoria no lugar do professor Alfredo Risso. Em julho, este último conseguiu retornar à direção graças a uma ação judicial. Em novembro ainda de 2000, foi nomeado um diretor *pro tempore* para coordenar o processo eleitoral. No início de 2001, um conselho do instituto elegeu o professor Lapa, que concorria com a professora Sônia Catarina. O mandato é de quatro anos.

IPPMG

O diretor Luiz Afonso Mariz foi reeleito (pela segunda vez), em consulta realizada em janeiro. A vice-diretora é a professora Silvia Reis dos Santos. A eleição foi paritária e teve 89% de aprovação. Dos 705 eleitores possíveis, 428 compareceram às urnas. Dos 40 docentes que votaram, 35 deram seu voto à chapa única. O processo estaria sendo encaminhado à procuradoria na semana de fechamento desta edição.

Escola de Educação Física

Duas chapas concorreram à direção em consulta realizada nos dias 28 a 30 de janeiro. Venceu a chapa 1 - "Unidade", representada pelos professores Alexandre Moraes de Mello (diretor) e Mario Albuquerque Tomaz (vice), com 499 votos de alunos, 36 de professores e 24 de funcionários. A chapa 2, dos docentes José Maurício Capinussú de Souza (candidato a diretor) e Marcos Primo de Lima e Silva (para vice) teve 173 votos de estudantes, 36 de professores e 45 de funcionários. A eleição foi paritária. O resultado deve ser homologado em Congregação ainda não programada para depois seguir para reitoria. Posse está prevista para maio.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Folha Dirigida **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

da UFRJ

IPUB

Haverá eleição, mas não há nada definido.

Instituto de Neurologia

Também haverá eleição, mas não há nada definido.

Maternidade-Escola

As eleições serão realizadas em abril. A comissão eleitoral será formada em março. O diretor atual é o professor Joffre Amim Junior.

Hospital-escola São Francisco de Assis

Desde outubro de 2000, o hospital é dirigido pela professora Ângela Maria Mendes de Abreu, tendo Raquel Ferreira Savary como substituta eventual. Como o mandato é de quatro anos, só em 2004 vai haver a troca da direção.

Escola de Enfermagem Anna Nery

Em consulta realizada nos dias 3 e 4 de dezembro, a chapa única das professoras Maria Antonieta Rubio Tyrrel (diretora) e Neiva Maria Picinini Santos (substituta eventual) foi eleita com 78% dos votos. A proporcionalidade adotada foi a de 70%/15%/15%. A portaria de posse foi publicada em 23 de janeiro e a cerimônia de transferência do cargo está marcada para 19 de fevereiro.

Instituto de Microbiologia

O diretor atual José Mauro Peralta tem mandato até julho deste ano. O processo eleitoral ainda vai ser discutido em meados de fevereiro e deverá haver uma consulta à comunidade do instituto em abril.

Instituto de Ginecologia

O diretor *pro tempore* Antonio Tavares Carneiro foi candidato único na consulta realizada em meados de dezembro do ano passado. A proporcionalidade adotada na disputa foi a seguinte: professores (50%), funcionários (30%) e alunos (20%). O diretor teve aprovação de aproximadamente 70% e, dos 14 docentes do órgão suplementar, 11 votaram nele. Os demais estavam ausentes. Aguarda definição da procuradoria.

HUCFF

Duas chapas concorreram à direção. O professor Amâncio Paulino foi reeleito com 56,81% dos votos, contra 43,19% do concorrente Nelson Souza e Silva. O critério adotado foi: professores (70%), funcionários (15%) e alunos (15%) e 2.786 pessoas participaram da consulta realizada nos dias 10 a 12 de dezembro. A assessoria de imprensa do diretor informou que a cerimônia de posse está prevista para 25 de fevereiro, mas não soube dizer se já havia portaria assinada ou publicada pelo reitor sobre o assunto.

Faculdade de Farm ácia

Uma Congregação está marcada para o dia 6 de fevereiro para cuidar do processo eleitoral. O mandato do atual diretor, professor José Carlos Saraiva Gonçalves, se encerra em maio próximo.

Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais (NPPN)

A última eleição foi realizada em outubro de 2000. Como o mandato é de três anos, somente em 2003 haverá novo pleito. O diretor é Antônio Jorge Ribeiro, tendo como vice-diretor o professor Mauro Barbosa de Amorim.

Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (Nutes)

O mandato da atual diretora, professora Vera Helena Ferraz de Siqueira, termina em 15 de abril. O conselho técnico-administrativo do órgão suplementar deve se reunir no início de março para estabelecer as regras do processo eleitoral.

Faculdade de Odontologia

O processo eleitoral está em andamento, pois o mandato do atual diretor, professor NélioVictor de Oliveira, se encerra em abril. A consulta será realizada neste mês de fevereiro e seguirá a proporcionalidade 70/15/15.

Fórum de Ciência e Cultura

O coordenador do FCC é indicado pelo reitor

Museu Nacional

Em consulta realizada nos dias 3, 4 e 5 de outubro, a chapa única formada pelos professores Sérgio Alex Kugland de Azevedo (diretor) e Ruy José Alves (vice) conquistou a direção do Museu. A eleição adotou a proporcionalidade 70-20-10 (alunos) e o resultado foi homologado pela Congregação no final de outubro. Já foi publicada a portaria de nomeação e a nova diretoria assumiu no dia 25 de janeiro.

A reportagem da Adufrj-SSind não conseguiu qualquer informação sobre o processo eleitoral no Instituto de Ciências Biomédicas.

Eleição de representante para o CEG mobiliza CCS

Uma disputadíssima eleição mobilizou o Centro de Ciências da Saúde nos dias 29 e 30/01. Quatro chapas, com dois nomes em cada, concorreu a quatro vagas no Conselho de Ensino e Graduação da universidade. Os eleitores podiam votar, portanto, em duas chapas.

Dos 467 eleitores, 285 votos foram dados para a chapa 1, composta pelos professores Alberto Schanaider (Faculdade de Medicina) e Ângela Gonçalves da Silva (Instituto de Microbiologia). Outros 278 votos foram dados para a chapa 2, dos professores Jorge Fernando Soares (Faculdade de Farmácia) e Ana Maria Borralho (Faculdade de Medicina). Esses quatro foram, portanto, os representantes eleitos e têm mandato de 3 anos. Todos esses estão sendo reeleitos pelo CCS.

A chapa 3 das professoras Débora Foguel (ICB) e Cyrla Zaltman (Medicina) recebeu 140 votos, assim como a chapa 4, dos professores Ronir Raggio Luiz (Faculdade de Medicina e NESC) e Mário Pires (ICB). Houve ainda oito votos nulos e 20 brancos.

Fórum Social Mundial

Começa FSM 2002

Por Ana Manuella, de Porto Alegre

A abertura do Fórum Social Mundial 2002 teve início com uma imensa passeata com mais de 50 mil participantes, no dia 31 de janeiro. Trabalhadores, estudantes e personalidades da política e dos movimentos sociais marcaram presença na Marcha Pela Vida, que saiu do Largo Glênio Perez, no centro de Porto Alegre, rumo ao anfiteatro Pôr do Sol, palco da solenidade de abertura. O prefeito Tarso Genro e o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, saudaram os visitantes e confirmaram a disposição da região em sediar o evento que marca um contraponto ao sistema capitalista mundial. Ainda na Marcha e durante a abertura, o assunto era o mesmo: enquanto, em Nova Iorque, os donos do poder tinham que se reunir em um prédio blindado e cercados de um imenso aparato de segurança para outra edição do Fórum Econômico Mundial, na cidade gaúcha, os 'contra-tudo-isso-que-está-aí' circulavam abertamente, mostrando a todos os continentes que a história definitivamente não acabou e outro mundo não só é possível como é radicalmente necessário.

Sindicalistas propõem entidade internacional para combater o neoliberalismo

Antecedendo o Fórum Social Mundial 2002, na manhã do dia 31, sindicalistas europeus, africanos, asiáticos e latino americanos se reuniram no I Fórum Sindical Mundial. O encontro reuniu mais de 500 dirigentes e ativistas e serviu para que as centrais sindicais de vários países como a CUT e a CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos) pudessem expor suas propostas para o FSM. O evento foi promovido pela Federação Sindical Mundial, com sede em Praga, na república Tcheca

Apesar das divergências quanto ao caráter mais reformista ou combativo do Fórum de Porto Alegre, os sindicalistas foram unânimes em reconhecer a necessidade da criação de uma entidade internacional para combater o neoliberalismo e o avanço das agências financeiras e reguladoras internacionais como o Fundo Monetário e a Organização Mundial de Comércio. O caos econômico e institucional da Argentina foi citado como exemplo de como podem ser nefastas as receitas liberais para os países em desenvolvimento.

Colômbia e Alca

Os participantes do Fórum Sindical apoiaram o processo de paz na Colômbia e rechaçaram a interferência dos Estados Unidos na América Latina, através do Plano Colômbia. Quanto à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), os sindicalistas propuseram um plebiscito nos diversos países envolvidos para respaldar a posição das centrais, contrárias ao acordo

Contra a desregulamentação dos direitos trabalhistas

O Secretário de Relações Internacionais da CUT, Kjeld Jacobesen, defendeu que as centrais sindicais devem lutar em seus países contra a flexibilização das leis trabalhistas. Segundo o representante da Central dos Trabalhadores da França, Jean Lapeyre, a opinião pública francesa reconhece nos sindicatos os principais defensores de uma nova organização social como alternativa ao neoliberalismo. Pimo Carlido, da CSN (Bélgica), sugeriu que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ocupasse o papel central de grande opositora ao FMI e à OMC, reunindo os esforços das centrais de trabalhadores dos diversos países.

Ana Manuela

CLEUSA SANTOS FALA NO FÓRUM SINDICAL MUNDIAL

Para lembrar que a luta contra a flexibilização das leis trabalhistas e pela manutenção de direitos sociais era urgente, a representante da CISC, Cecilia Bughi, informou que, no exato momento em que acontecia o FSM, os trabalhadores italianos encontravam-se em greve, em praticamente todas as cidades, pela manutenção das aposentadorias e contra o projeto de flexibilização do governo de Silvio Berlusconi.

Em nome do Andes-SN, a vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos saudou os presentes pela iniciativa da realização do Fórum Sindical. Cleusa lembrou a importância da articulação internacional das entidades do setor de educação, durante a primeira edição do FSM, em 2001. Segundo Cleusa, no Brasil, este movimento contribuiu para o avanço rumo à greve de 108 dias das instituições federais de ensino superior, realizada no ano passado. Para a professora, as discussões sobre a Alca e a OMC interferem diretamente nas categorias dos servidores públicos. Cleusa lembrou ainda que a educação, saúde e seguridade social públicas têm sido as maiores vítimas do processo de sucateamento, desregulamentação e privatização do sistema capitalista mundial.

Opinião/Person Candido Matias da Silva

Bem Comum

Por uma UFRJ de Espírito Livre

A Universidade Federal do Rio de Janeiro está prestes a virar uma página de sua história. Nunca como antes, uma virada de fato se fez tão necessária.

A UFRJ está de pé, apesar de tudo e de todos aqueles que insistem em entregar este país à intervenção imperialista do capital transnacional; a desconsiderar a ordem de direito institucional da liberdade e da democracia e a esvaziarem a defesa do ensino público, gratuito, laico e socializado. São muitos os que nela crêem e se dispõem a mantê-la erguida em seu compromisso e em suas responsabilidades históricas com a sociedade brasileira.

Aprendemos muito nesse período de espírito pesado da nossa universidade. Mais do que sobre a instituição que queremos, descobrimos a universidade que não toleramos mais. Uma universidade injusta, autoritária, excludente, cerceadora de direitos humanos fundamentais, uma verdadeira fábrica de alienação. Portanto temos os referenciais para o reencontro da UFRJ de espírito livre.

Mas, onde está o mal que efetivamente se abateu sobre nós? Poderá ser singularmente personalizado? Será possível existir uma única só pessoa com tamanha capacidade? Seriamos nós, tantos, tão fracos a sucumbir a uma insanidade individual, ou será que, de fato, este mal ainda seja motivo da nossa mais ampla e profunda reflexão? Referimo-nos a algo que talvez esteja sobrecarregando o espírito desta Universidade: o Corporativismo.

O período de ditadura militar que vivemos durante duas décadas – 1964 a 1984 – reforçou traço de nossa cultura que – não por acaso – foi exaltado claramente em outro período autoritário: O Estado Novo.

Estamos também nos referindo ao corporativismo.

O corporativismo verifica-se quando a existência, a força e os interesses da corporação – ou grupo – prevalece mesmo sobre o interesse da coletividade.

A coletividade é vista pejorativamente como "massa" desorganizada, a ser conduzida pelos interesses das corporações.

Sob a recente ditadura militar, a sociedade civil buscou organizar-se em seus diversos segmentos para fazer frente à corporação militar, que impunha seus valores e interesses, tudo em nome do "Bem Comum". O "Bem Comum" tornou-se, assim, o argumento, a justificativa, o meio e, não, o fim.

Por outro lado, os demais movimentos organizados que se formaram – fossem sindicatos, associações de moradores, ONGs de defesa ou denúncia, partidos, grupos armados, etc. – também falavam em nome do "Bem Comum".

Desta forma acostumamo-nos a aceitar que o "Bem Comum" fosse usado como fundamentação para as ações das corporações. E, hoje, ainda testemunhamos o corporativismo de classes, profissões, seitas, empresas, se arrogarem a falar em nome do interesse público e do Bem Comum. Professores, metalúrgicos, policiais, caminhoneiros, empresários, serventuários da Justiça, servidores da saúde, todos confundem e identificam seus interesses corporativos com o interesse público e com o Bem Comum: "o que é bom para a corporação é bom para a coletividade". Vamos então sofrendo os efeitos da egocentria, do egoísmo, da arrogância, da prepotência e do narcisismo das corporações.

É a parte falando pelo todo. São as minorias atuantes impondo seus gestos à maioria complacente ou inibida. *É o rabo sacudindo o cachorro.*

Neste caldo de cultura, a coisa pública fica sempre a serviço dos interesses e do poder das corporações, quando deveria ser justamente ao contrário: a força das corporações sempre a serviço do bem comum, ainda que para tal os interesses de seus membros tenham que ser ajustados.

Cada um e todos – organizados ou não – deveríamos estar buscando definir e realizar o Bem Comum. Mas, o que se vê são gestos, atos e fatos cotidianos que desprezam e abusam dos espaços e bens públicos e comuns. Desde jogar papel, lata, cigarro e outros detritos nas ruas ou praias, passando pela perturbação e poluição sonora, até o enriquecimento ilícito às custas do patrimônio público, tudo se passa pela exacerbação dos interesses individuais e grupais diante do Bem Comum.

Hoje, às vesperas de uma "consulta" escura e silenciosa, a comunidade irá indicar a um "COLÉGIO ELEITORAL" que, tecnocraticamente escolherá os seus preferidos da comunidade. Isso sem falar no risco do surgimento de um insano que queira seu nome apreciado pelo colégio eleitoral, sem ter sido submetido à consulta. É demais!

- Será que essas pessoas acreditam mesmo que se salvarão sozinhas?

- Será que ninguém está percebendo a destruição e deterioração do patrimônio da nossa UFRJ – natural, social, econômico, ético, tangível e intangível – comum e público que estamos produzindo por nossas ações e omissões?

- Será que a cada momento em que prevalece o interesse individual ou grupal, diante do interesse público, os envolvidos não percebem que cavam a própria sepultura?

- Será que não estamos dispostos a tentar a busca do bem comum, a contribuir para realizá-lo, e a inventar meios e formas de torná-lo viável?

UMA OUTRA UFRJ É POSSÍVEL, dá para perceber que o simples exercício da responsabilidade social não é suficiente. Há que se aprender e praticar a co-responsabilidade.

A ética da co-responsabilidade social é uma exigência decorrente da sobrevivência do todo, que ameaçado afeta a sobrevivência e a convivência de cada um e de todos. O planeta, a humanidade, as nações, as cidades, as corporações, as seitas, os grupos, os indivíduos hoje se encontram com a sobrevivência, a convivência e a própria vivência ameaçadas. Como a ética vigente é insuficiente, muitos já não mais a praticam.

O mundo da competição a qualquer custo - mesmo dentro das normas, das leis e da ética da responsabilidade - evidencia que se esgotou, e clama por ser substituído pelo mundo da cooperação. Certamente deveremos manter o respeito às diferenças num exercício de complementaridade, identificando e conjugando esforços, sempre, na direção e na construção de algum objetivo comum superior. Isto parece estar mais próximo da perspectiva de Universidade e mais apropriadamente do sentido e do significado de uma UFRJ possível, mais simples e de co-responsabilidades (um querer partilhar).

Para partilhar uma outra UFRJ possível, torna-se necessário romper com a lógica do corporativismo que nos solapa, e assegura a possibilidade do surgimento de dementes "salvadores da pátria", isto sem ou (pior e principalmente) com o nosso consentimento. Portanto trazer a perspectiva da co-responsabilidade é apontar para uma coletividade fortalecida em seus indivíduos, grupos e corporações identificados em objetivos que lhe são superiores. E isto é muito simples, é o bem comum.

Estamos esgotados de tanta complexidade. Os ares palacianos da Reitoria distante, monárquica, oligárquica, autocrática, já não mais nos impressionam, esgotaram-se na falácia de sua inutilidade. Uma reitoria que não é partilhada pela coletividade, que em época de eleições é propriedade de um ou outro grupo a ser negociada, trocada, fatiada e vendida.

Queremos nossa Universidade unida na co-responsabilidade social e na simplicidade cotidiana da construção de uma sociedade participativa, justa e democrática. E isto nossa reitoria deve estar co-responsavelmente apta a representar.

Queremos uma universidade, cujos "magníficos" sejamos nós, professores alunos e técnico-administrativos, as pessoas que verdadeiramente, no esforço cotidiano, sustentam com o seu trabalho a existência erguida da nossa coletividade, o nosso bem comum, a UFRJ de espírito livre.

*** Professor da Escola de Educação Física e Desportos**
e-mail: personcm@hotmail.com

Jurídico

Adufrj-SSind obtém na justiça GED sem Sigma

O juiz da 20ª Vara Federal, em liminar já publicada no Diário Oficial no dia 28/01, determinou que a entrega dos formulários da GED pode ser realizada através de preenchimento manual, manuscrito ou datilografado. Segundo a liminar, os formulários preenchidos desta maneira serão admitidos como "fonte hábil para a coleta dos dados a serem utilizados para a avaliação da comissão, com o devido comprovante de recebimento devidamente assinado pela autoridade responsável pelo seu recebimento, conforme determina a lei".

Nosso Bolso

Reajuste de 3,5% no salário

Os servidores federais da União começam a receber em seus salários neste início de mês de fevereiro o aumento linear de 3,5%. O índice vai atingir 1,1 milhão de funcionários do Poder Executivo. No próximo pagamento, os professores universitários passam a receber também um reajuste médio em torno de 12,5% no salário-base, fruto da greve do ano passado.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 51 14 de fevereiro de 2002

Assembléia GERAL

21 de fevereiro quinta-feira

9:30 horas

Local a confirmar

Pauta

21º Congresso Nacional do Andes-SN

a) Eleição de delegados

b) propostas da Adufrj-SSind

Eleição para reitor

21º Congresso do Andes-SN

Reunião para discutir o Caderno de Textos

20 de fevereiro quarta-feira **9h30**

Sede da Adufrj-SSind

(CT, bloco D, sala 200, Ilha do Fundão) - aberta a todos os sindicalizados

Procuradoria da UFRJ é favorável à extensão dos 26,05%

Página 3

Escândalo na distribuição de vagas agora é oficial

Página 6

Três candidatos se inscrevem na consulta para reitor

Página 8

Jornais da AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

A Adufrj-SSind convida para a inauguração da reforma da sede e para o coquetel dos 23 anos da comunicação da entidade com a comunidade acadêmica. A história, lutas e conquistas coletivas da seção sindical ao longo desse período estão reunidas, na íntegra, em um CD-ROM nos boletins e jornais de junho de 1979 a setembro de 2001, que está sendo distribuído aos sindicalizados.

Local: Sede da Adufrj-SSind Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200

Data: 19 de fevereiro de 2002, terça-feira, a partir das 17 horas

QUARENTA MIL PESSOAS VÃO ÀS RUAS DE PORTO ALEGRE NA MARCHA DE ABERTURA DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (31/01)

“Um outro mundo é possível”

Você escolhe: em Nova York, no Fórum Econômico Mundial, aqueles poucos que se acham os donos do mundo se encontraram sob forte aparato de segurança, isolados do mundo. Nos debates, para fazer uma cena para a mídia, fala-se em combate à pobreza. Na verdade, todos sabem que o encontro dos poderosos não passa de uma grande oportunidade para realizar negócios e travar contatos. Já em Porto Alegre, respaldado por centenas de movimentos sociais e uma rica diversidade cultural, a segunda edição do Fórum Social Mundial selou compromissos e rearticulou forças progressistas na luta pela realização da justiça e da igualdade. Afinal, um outro mundo é possível.

Página 4

Movimento

Estaduais do Paraná continuam em greve

Movimento deflagrado em 17 de setembro é a mais longa paralisação da história do Brasil

Os professores e técnico-administrativos das Universidades Estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM) e do Oeste do Paraná (UNIOESTE) estão em greve desde 17 de setembro de 2001. É a mais longa paralisação da história do Brasil. Os servidores reivindicam a reposição salarial de 50,03% dos quase sete anos sem reajuste. Entretanto, o governador Jaime Lerner ainda não apresentou nenhuma proposta aos grevistas. Para solucionar o impasse, o movimento chegou a reduzir o índice para 30%. Mesmo assim, o governo do Paraná desconhece a greve, ataca os servidores e se recusa a conceder o aumento sob a alegação de que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite o reajuste.

Desde 1995 quando assumiu o governo estadual, Jaime Lerner impõe cortes orçamentários e uma progressiva desresponsabilização do estado com o financiamento público do ensino superior. Há anos, o governo não libera verbas para investimentos e força as universidades a instituir taxas e vender serviços para arrecadar fundos para a sua manutenção. Em 2000, os servidores deflagraram uma greve reivindicando reposição salarial e adequação orçamentária. Após 42 dias de paralisação, em troca da garantia do governo de efetivar o reajuste no início de 2001, os funcionários e docentes retornaram ao trabalho. Com o fim do movimento, a promessa foi esquecida.

No ano passado, os servidores voltaram a se mobilizar, ao iniciarem a greve em setembro. No dia 8 de novembro de 2001, o secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ramiro Wahrhaftig, assinou um documento comprometendo-se a divulgar um índice de reajuste salarial em dezembro. Foi apenas mais um pacto descumprido.

O governador Jaime Lerner agora adota uma série de atitudes que reprimem e intimidam o movimento grevista. Primeiro, cortou o salário dos servidores e foi obrigado a pagar os vencimentos por decisão judicial. Depois, tentou declarar a ilegalidade da paralisação sem sucesso e distribuiu um panfleto com mentiras sobre o movimento grevista. Nos últimos dias recorreu à Justiça ao estabelecer uma multa de R$ 150 mil por dia de greve para os sindicatos e aos dirigentes sindicais.

Entidades aguardam decisão judicial

Os representantes sindicais do movimento grevista aguardam o resultado junto ao Judiciário do recurso contra a multa estabelecida pelo governo estadual. Enquanto isso, um ato reunindo a comunidade acadêmica, será realizado em Curitiba, na terça-feira (19/2) com o objetivo de ampliar a adesão de diferentes entidades ao movimento. Segundo a professora Maria da Graça Bollmann, 1ª vice-presidente da regional sul do Andes-SN, serão solicitadas moções de apoio de todas as seções sindicais do país: "É necessário recuperar a questão da defesa da universidade pública e de qualidade".

Ato durante o Fórum Social

Estudantes e trabalhadores das universidades estaduais do Paraná realizaram um ato no 2º Fórum Social Mundial em defesa da educação e contra o governador Jaime Lerner. A mobilização reuniu milhares de pessoas que cantaram palavras de ordem em apoio à greve e à educação pública. No fim do evento, centenas de estudantes ocuparam o *hall* de entrada da PUC-RS e convidaram todos os que passavam a se indignarem contra a privatização das universidades.

Nova proposta será enviada à Assembléia Legislativa

No dia 6 de fevereiro, o secretário Ramiro Wahrhaftig, em reunião com o Comando Estadual de Greve, acenou uma nova proposta que será encaminhada à Assembléia Legislativa. A intenção é sustentar o aumento com os recursos do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) e dar autonomia total às instituições. Mesmo diante da insistência do governo, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UEM quer que os deputados tentem a definição de um índice: "Não vemos diferença entre ampliar o repasse do orçamento e repor as perdas", afirma Rogério Calazans, coordenador do DCE. Ele lamenta, que apesar de insistir na proposta de atrelar a melhoria do repasse ao ICMS, Wahrhaftig não fala em índices: "Em 1994 as instituições recebiam 2,4% da arrecadação do ICMS, e este ano vai receber apenas 1,6%", compara. O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá (Sinteemar), professor Márcio Mendes Rocha, disse que Wahrhaftig "não discutiu nem negociou" o fim da greve. "O governo continua com a mesma proposta, que não será nem analisada porque a base não vai aceitar", adianta.

Na Paraíba, governador recebe grevistas

Em greve há mais de três meses, os professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) se reuniram com o governador do estado, José Maranhão também no dia 6 de fevereiro. O Comando de Greve Local que já havia tentado inúmeras vezes fazer contato e chegou a ser barrado por seguranças na porta da sede do governo, foi recebido com a promessa de novas discussões. A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (Aduepb-SSind) considera a conversa com o governo do estado como um avanço nas negociações, que antes estavam estagnadas. Segundo Marlene Alves, presidente da entidade, o governador continua com a mesma afirmação de que não concede o reajuste solicitado pela categoria porque o poder público não tem mais limite legal para isso. Os docentes reivindicam reajuste salarial e mais verbas para a instituição. As notícias sobre o movimento são sempre atualizadas na página eletrônica da Aduepb-SSind: www.cgnet.com.br/~aduepb.

Resenha

Novo secretário na SESu

De acordo com matéria do Estado de Minas (31/01), o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Francisco César Sá Barreto, será o novo secretário de Educação Superior do ministério da Educação (SESu/MEC). Francisco assume o cargo em março, quando termina o mandato na instituição mineira. O reitor substitui a secretária Maria Helena Guimarães, que hoje acumula a SESu e a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) – Maria Helena possivelmente será a próxima ministra da pasta da Educação, quando o atual titular se desincompatibilizar para concorrer a algum cargo político no final do ano. Segundo o ministro Paulo Renato, um dos desafios de Sá Barreto será conduzir a reforma do ensino universitário. Mas esse não é o único. O reitor também assume a tarefa de tentar resgatar a credibilidade da secretaria, abalada com denúncias de favorecimento do crescimento do setor privado.

Anote

Jornadas de Iniciação em março

As datas de realização da XXIII Jornada de Iniciação Científica e XIII Jornada de Iniciação Artística e Cultural da UFRJ foram adiadas para os dias 6, 7 e 8 de Março de 2002. As jornadas têm como objetivo proporcionar ao aluno de graduação um espaço para exposição e discussão do seu trabalho de iniciação científica, artística e cultural. Esta atividade visa uma troca de experiência entre alunos de graduação, de pós-graduação, bolsistas e docentes, envolvidos em atividades de pesquisa.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Folha Dirigida **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Procuradoria é favorável à extensão dos 26,05%

Parecer do procurador foi protocolado em Brasília no dia 1º de fevereiro

Finalmente uma boa notícia no caso dos 26,05%. A procuradoria geral da universidade emitiu parecer favorável à manutenção administrativa do percentual relativo ao Plano Verão para professores e funcionários da UFRJ. Esse documento foi entregue aos representantes da Adufrj-SSind e do Sintufrj, em reunião realizada no último dia 6 de fevereiro, na reitoria.

A procuradoria rebate argumentos utilizados pela consultoria jurídica do MEC, segundo a qual um decreto atribui apenas ao presidente da república a competência exclusiva para a implementação de extensão administrativa. A extensão ocorreu em 1994 e o decreto restritivo data de outubro de 1997. Para a procuradoria, o decreto não poderia alcançar ato praticado antes de sua vigência.

Outro ponto favorável à manutenção dos 26,05% é a prescrição qüinqüenal. A Lei 9.784/99 estabelece, em certo trecho, que o direito da Administração de anular os atos favoráveis para os seus destinatários decai em cinco anos e o prazo conta a partir do recebimento do primeiro pagamento. Desde 1994, esse período já foi superado, portanto. Vale destacar que esta tese já vem sendo defendida pela assessoria jurídica da Adufrj-SSind há bom tempo, sendo que, agora passou a ser também sustentada pela procuradoria da universidade.

ALEXANDRE CINTRA (AO CENTRO) EXPLICA O PARECER PARA REPRESENTANTES DAS ENTIDADES

Um outro item significativo que consta do parecer baseia-se no Princípio da Razoabilidade (Proporcionalidade). De acordo com a procuradoria, "mais vale o bem comum ao Direito, do que o entrevero nefasto".

Fora essas questões, a procuradoria geral da UFRJ observa que, por mais que esteja submetida às orientações jurídicas emanadas pela Consultoria Jurídica do MEC e do Advogado Geral da União, possui o direito de exercer suas atribuições com liberdade e independência, conforme o disposto no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No final do parecer, é citada recente declaração do ministro Paulo Renato, publicada no jornal O Dia (23/01), de apoio à proposta da reitoria – criação de três mil vagas de graduação em troca da extensão percentual dos 26,05% a todos os servidores (cerca de seis mil docentes e funcionários técnico-adminitrativos não recebem o percentual). "Com isso, a carga horária dos professores aumentaria e justificaria o reajuste salarial", diz o parecer.

O grande problema está justamente neste final. O MEC não pode ignorar que a carga horária dos docentes e técnico-administrativos já está bastante pesada devido aos consecutivos anos sem concurso público, acompanhados de licenças, aposentadorias e falecimentos de profissionais do quadro. Outra dificuldade está na forma como estas vagas seriam criadas. Segundo Vilhena, muitas poderiam ser realizadas pelo sistema de ensino à distância, o que é altamente questionável pelo movimento docente. Os representantes dos sindicatos ainda fizeram ver ao procurador Alexandre Cintra que essa não pode ser uma decisão do gabinete do reitor; as eventuais vagas devem ser discutidas nos colegiados superiores da UFRJ, com a presença e participação da comunidade acadêmica.

O parecer da procuradoria foi protocolado em 1º de fevereiro na Advocacia Geral da União e na secretaria-geral da presidência da república. Alexandre Cintra afirmou, na reunião com os sindicatos, que estaria se dirigindo à Brasília na semana passada para indagar sobre o andamento do caso.

GED

Ficou acertado com a procuradoria que será marcada uma reunião com a Adufrj-SSind para tratar de assuntos relativos à GED. Chegaram alguns casos à seção sindical de professores recentemente aposentados que estão percebendo apenas 60% da gratificação. Pela lei, já deveriam estar contando com a média dos últimos 24 meses de recebimento da gratificação durante o período da ativa. Além disso, a reunião vai tratar do corte da GED do professor Roberto Leher, atual presidente do Andes-SN, que não recebe a gratificação desde maio de 2001.

Errata:

No boletim da Adufrj-SSind nº 43 (de 21 de janeiro), publicamos equivocadamente que "a procuradoria da UFRJ já enviou solicitação ao procurador regional da Advocacia Geral da União para liberar o cadastramento no SICAJ da ação da Adufrj-SSind (...)". Na verdade, o procurador regional apenas é informado da ação. Esse procedimento de liberação não é atribuição do procurador regional.

Nosso Bolso

Auxílio-alimentação reajustado em 3,5% também

Na Portaria nº 21, de 24 de janeiro de 2002, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão definiu os novos valores mensais para o auxílio-alimentação dos servidores civis do Poder executivo Federal a partir de 1º de fevereiro de 2002. No Rio de Janeiro, esse valor fica em R$ 91,08.

Obedecidas as disponibilidades orçamentárias o auxílio-alimentação foi majorado em 3,5% e, em atenção a novo posicionamento jurídico a respeito, o referido auxílio está garantido para os servidores em férias, licença-saúde ou com outros afastamentos legais. Estão previstos gastos adicionais da ordem de R$ 54,7 milhões em 2002. Como a folha de janeiro, onde se pagaria os novos valores, estava pronta quando da edição da Portaria nº 21/2002 a diferença entre os valores novos e antigos será paga na folha de fevereiro de 2002.

Movimento

CUT aprova greve geral

Durante o 2º Fórum Social Mundial, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ratificou a realização de uma greve geral com manifestações no dia 21 de março. O presidente nacional da entidade, João Felício, disse que a maioria dos trabalhadores que sabe o que significa a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não quer perdê-la: "A derrota na CLT pode ser a maior derrota do movimento operário brasileiro", afirmou. O principal objetivo do movimento é protestar contra a flexibilização da legislação.

Marchas e panelaços serão organizados por todas as partes para tentar evitar que o projeto de lei n.º 5.483/01, já aprovado no Câmara, passe pelo Senado Federal. Segundo a Agência DIAP, a proposição terá de ser votada até o dia 26 de março, dia em que vence o prazo da urgência constitucional. Do contrário, passará a trancar a pauta da Casa. Com o retorno das atividades no Congresso em 15 de fevereiro, o projeto será examinado pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça. Depois seguirá para votação no Senado.

FSM

A marcha de abertura (acima) do Fórum, tendo à frente o governador Olívio Dutra e o presidente de honra do PT (Lula) e as manifestações pró-Palestina (à esq.)

Fórum Social chama a atenção do mundo

Mais de 50 mil pessoas participaram da segunda edição do evento

De 31 de janeiro a 5 de fevereiro, Porto Alegre chamou a atenção da imprensa de todo o planeta com a segunda edição do Fórum Social Mundial. Cerca de 16 mil delegados participaram do FSM, representando 131 países. Além dos delegados, aproximadamente 35 mil ouvintes se espalharam pela cidade para ouvir mais de cem seminários e participar de 800 oficinas. Pela imprensa, foram registrados 3.000 profissionais de comunicação.

Uma grande marcha de abertura, manifestações pró-Palestina, pela paz, em defesa do meio ambiente e a favor do povo argentino foram alguns dos grandes momentos de apelo popular na capital gaúcha. Marcaram presença no FSM várias personalidades como o escritor Alfredo Bosi, o teólogo Leonardo Boff e a economista Maria da Conceição Tavares. Entre os estrangeiros, a estrela maior foi o professor norte-americano de lingüistíca Noam Chomsky – considerado um dos mais importantes dissidentes políticos do seu país e que se notabiliza pela crítica ao intervencionismo dos Estados Unidos nos países pobres. Representantes do Andes-SN e da Fasubra também tiveram a oportunidade de se manifestar em oficinas do FSM e várias seções sindicais de docentes (aí incluída a delegação da Adufrj-SSind) participaram das atividades do evento.

Mais notícias sobre o II Fórum Social Mundial virão nas próximas edições do jornal da Adufrj-SSind. Além disso, a seção sindical pretende realizar um seminário sobre o Fórum.

Fórum Social Mundial organizará edições regionais

Com o fim do Fórum Social e a confirmação de Porto Alegre como sede em 2003, novos eventos estão sendo programados pelos organizadores. A Índia quer sediar o encontro em 2004. A candidatura foi apresentada ao comitê brasileiro do FSM. Em dezembro, no Nepal, está marcado o Fórum Afro-asiático. O Leste Europeu, o Oriente Médio e áreas do Mediterrâneo também pensam em promover reuniões regionais. O Conselho Internacional do Fórum pretende realizar ainda este ano uma edição na Palestina. Francisco Whitaker, do comitê brasileiro do FSM, afirmou que são necessários US$ 2 milhões para organizar um evento como o Fórum. A África deseja ser a sede em 2005.

Movimento

Principais deliberações da AG da Adufrj-SSind (7/2)

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada em 7/2, aprovou um novo calendário eleitoral para a direção e Conselho da entidade (ver tabela abaixo).

Foi decidido ainda que a seção sindical não vai entrar com a ação dos 10,87% neste momento, em consideração ao risco de sucumbência (a entidade pode ser condenada a arcar com um elevado ônus baseado no valor da causa) já relatado no boletim nº 44, de 4 de fevereiro.

Será elaborado um documento crítico sobre o processo eleitoral para reitor e que ressaltará as posições do movimento sobre a autonomia, a democracia e a gestão democrática na Universidade.

Será proposto às demais entidades (Sintufrj, APG, DCE) a realização de um debate com os candidatos, com ênfase nas propostas do Andes-SN para Universidade, incluindo as questões de Carreira, periodização, GED/GID, autonomia e financiamento.

21º Congresso do Andes-SN

Foram eleitos novos integrantes da delegação da Adufrj-SSind: Salatiel Menezes (Biofísica), Luciano Menezes (Escola de Engenharia), Cleusa Santos (Escola de Serviço Social), Luiz Acosta (Escola de Serviço Social) e Carlos Romaño (Escola de Serviço Social)

Foi marcada uma reunião da delegação, aberta a todos os sindicalizados para discutir os Cadernos de Textos e as propostas da Adufrj-SSind, na quarta-feira, 20/02, às 9h30 na sede da entidade (Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200)

Também foi marcada uma nova assembléia, em local a confirmar, para quinta-feira (21/2), às 9h30, tendo o 21º Congresso (delegação/propostas) como um dos itens de pauta.

Foi aprovado ainda o envio de uma moção de apoio à greve das universidades estaduais (ver matéria da página 2).

Novo Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind 2001-2003

até 18-nov-01	Domingo	Sindicalizados que podem ser candidatos
até 17-jan-02	Quinta	Sindicalizados que podem ser eleitores
até 22-fev-02	Sexta	Inscrição de chapas para Diretoria
até 08-mar-02	Sexta	Inscrição de listas para o Conselho
18-mar-02 a 20-mar-02	Segunda a Quarta	Eleições Diretoria/Conselho
19-abr-02	Sexta	Posse Diretoria/Conselho

Observação: Até o prazo limite do calendário eleitoral anterior (8/2), não houve inscrições de candidatos para o Conselho de Representantes da entidade

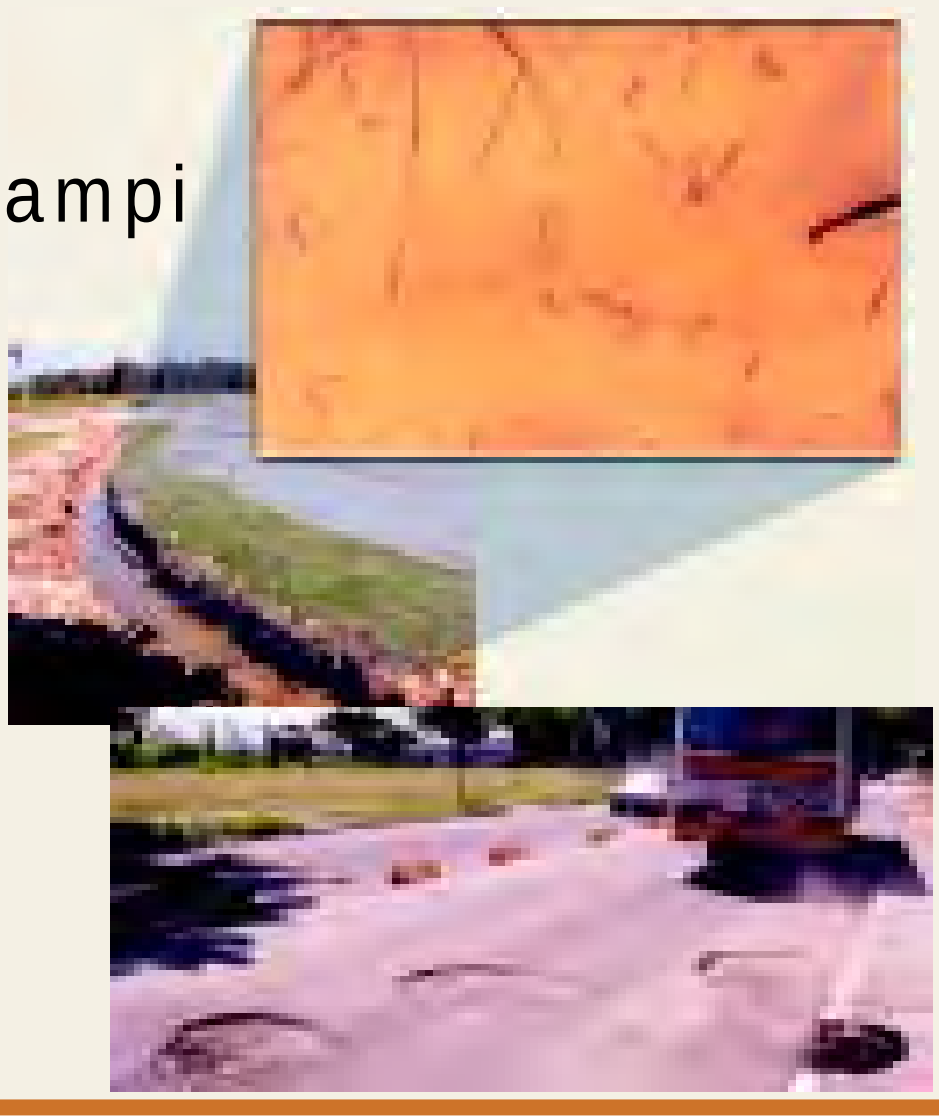
Agenda Sindical

21º Congresso do Andes-SN
23 a 28/02 - Rio Grande (RS)

IV Coned
23 a 26/04 - São Paulo (SP)

Vida no Campus

Dengue e buracos nos campi



A Prefeitura Universitária explica que o esburacamento na alameda atrás do CCMN, onde ficam os quebra-molas, está com os dias contados. O asfalto necessário ao recapeamento (de todo o *campus*, aliás) já foi comprado, mas as chuvas impedem o conserto – o asfalto quente não "adere" com a água. "Seria dinheiro jogado fora", afirma o prefeito Ivan Pereira. Ele espera a previsão de tempo bom para cobrir os buracos. E espera que isso ocorra logo por causa da proximidade do vestibular (em março).

Ainda segundo Ivan, o ideal seria trocar o asfalto inteiramente naquela área dos quebra-molas, que recebe trânsito pesado de muitos caminhões e ônibus. "O desgaste é o dobro do normal (com veículos pequenos apenas)", disse o prefeito. Isso provoca a abertura de novos buracos em curto período de tempo. A solução ideal seria trocar inteiramente o asfalto naquela área dos quebra-molas. Como o custo é maior, está havendo uma negociação com a sub-prefeitura da Ilha do Governador.

Barreira

Sobre o sulco aberto atrás do antigo ponto de ônibus, no "curvão" do CT/CCMN, o prefeito esclarece que nada tem a ver com o cercamento do *campus* – já completo atrás do CT e do CCMN. Foi uma forma encontrada pela prefeitura para impedir o trânsito de caminhões e carros que jogavam todo tipo de entulho naquela área gramada. "Esse fim de semana agora (2 e 3 de fevereiro), jogaram um sofá no antigo ponto de ônibus". A cancela, implantada na via ao lado da Bio-Rio, só fica aberta até 18h, também, com a finalidade de coibir a sujeira no *campus*. Ivan argumenta que é a única forma, dada a falta de vigilantes e de polícia militar no período noturno e nos finais de semana.

Dengue

A Prefeitura está orientando o pessoal de manutenção dos prédios para não permitir o acúmulo de água e assim dificultar a reprodução do mosquito transmissor da dengue. Nas áreas livres, onde o controle é mais difícil, a Prefeitura pede para que a comunidade entre em contato para avisar sobre possíveis focos (já receberam várias mensagens nesse sentido). O número da Prefeitura Universitária é: 2598-9301 e o e-mail é: prefeitura@pu.ufrj.br

O órgão universitário não tem equipamentos nem pessoas para a tarefa, mas está em constante contato com a Comlurb para os procedimentos de eliminação dos focos.

Colegiados

Diretores se recusaram a devolver vagas à COTAV

Política do "farinha pouca, meu pirão primeiro" impera na universidade

Agora é oficial. Saiu a distribuição das vagas docentes pela UFRJ (veja no quadro abaixo). E o escândalo continua. O Instituto de Ciências Biomédicas e a Coppe prosseguiram como privilegiadas e receberam, respectivamente, 22 e 18 cotas. No caso da Coppe, nove das 18 são destinadas a professores titulares – detalhe: 13 vagas para titular é o total de toda a universidade. Numa conta rápida, estes dois órgãos suplementares têm, juntos, quase o montante destinado ao CCMN, ao CLA e ao CFCH (40 contra 46). Para piorar o quadro, a Escola de Comunicação e o Instituto de Psicologia foram zerados na distribuição.

Se os números em si já são revoltantes, a maneira como eles foram construídos consegue irritar ainda mais. De acordo com o sub-reitor Ricardo Gattass, o reitor-interventor Vilhena se recusou a voltar atrás em suas portarias de distribuição de vagas (cujo teor foi publicado no jornal da Adufrj-SSind nº 48, de 26 de dezembro). Para realizar a distribuição da COTAV (jornal nº 50, de 28 de janeiro), a única possibilidade seria sensibilizar os diretores agraciados com vagas para que as devolvessem para a comissão. Gattass informou que esteve em reunião com os "privilegiados", mas houve recusa generalizada. Indagado pela reportagem da Adufrj-SSind, o sub-reitor também se recusou a citar os envolvidos.

Até então, sabe-se que as Unidades e órgãos suplementares favorecidos na primeira "leva" foram: Instituto de Matemática, Instituto de Química, Instituto de Economia, Instituto de Biologia, ICB, Biofísica, Medicina, Microbiologia, Museu Nacional e Coppe. Desses, já é fato conhecido que o Museu e a Medicina devolveram as vagas para a COTAV.

A reportagem da Adufrj-SSind tentou entrar em contato com as direções das Unidades mais bem aquinhoadas (Coppe e ICB). No ICB, em conversa anterior à sessão do CEG, o diretor do Instituto, Adalberto Ramon, disse que o órgão suplementar decidiu não devolver as vagas para a COTAV em uma reunião de Congregação (por 13 a 9). Naquela ocasião, antes dos editais oficiais, houve um "racha" entre os departamentos contemplados na distribuição vilhenista (Anatomia e Bioquímica Médica) e os não-contemplados (Histologia e Farmacologia).

Na Coppe, via assessoria de imprensa, foi informado à reportagem que os dois professores que estiveram presentes à reunião dos diretores não tinham condições de falar. O ex-diretor Segen Estefen estava com a agenda lotada e o diretor de assuntos acadêmicos, Eugenius Kaszkurewicz, estava viajando.

Nenhuma vaga para ECO e IP

Não bastasse tudo isso, duas Unidades (ECO e IP) foram solenemente ignoradas: nenhuma vaga. De acordo com o sub-reitor Gattass, o critério estabelecido pela reitoria foi o de não conceder nada para cursos com conceitos baixos. Ora, como se sabe, a Escola de Comunicação só recebeu a nota E por causa do boicote nacional dos estudantes ao polêmico Provão do MEC. A reitoria, então, pune quem não se enquadra nos ditames ministeriais. Já o Instituto obteve conceito B na graduação, mas é nota 4 na avaliação da Capes sobre a pós-graduação.

Ainda segundo Gattass, nos últimos dias para o envio dos editais de vagas, a UFRJ conseguiu mais 27 vagas "sob o argumento de atender aos cursos nota A da universidade". São 160 vagas abertas neste momento. Desde o dia 6 de fevereiro, estão abertas as inscrições (45 dias para a classe de Adjunto e 90 dias para Titular). As vagas devem ser preenchidas até 6 de julho, por se tratar de um ano eleitoral.

Revolta no CEG contra Vilhena e diretores

A sessão do CEG de 6 de fevereiro explodiu em revolta. Para Cláudio Limeira (CCMN), a notícia das 27 novas vagas não representou nenhum consolo. "Não atendemos (COTAV) a outras Unidades porque não sabíamos dessas 27 vagas. Isso não ajuda e ainda agrava as nossas diferenças", disse. A conselheira Lilia Pougy era a mais revoltada: "Isso cria uma profunda desigualdade. Fizeram uma conta para chegar ao 'grande acordo'. Os diretores que se recusaram a devolver as vagas têm que ser nominalmente citados e isso tem que ser divulgado. O relatório da COTAV foi desrespeitado. Temos que dar visibilidade ao que houve. Por que (essas Unidades) terão visibilidade apenas na 'excelência'? Temos que trabalhar com transparência", disse. O representante discente do CEPG, Diego Vaz, teve a oportunidade de se manifestar na sessão e não economizou na crítica: "Não considero essa distribuição legítima. Sempre que se procura um diálogo (com a reitoria), a resposta é na base da truculência", afirmou.

Outros conselheiros, no entanto, trataram de pôr panos quentes na história toda. "O momento é de pacificar", disse Maria Lúcia (CCJE). No final, por 5 a 4, os conselheiros aprovaram a moção abaixo, sem referência explícita às Unidades ou órgãos suplementares agraciados.

MOÇÃO DO CEG

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), em Sessão Ordinária de 06 de fevereiro de 2002, ao tomar conhecimento do teor da Portaria 468, relativa à distribuição de vagas, resolve manifestar indignação com relação aos seguintes fatos:

1. vagas alocadas pela COTAV/2001 à Escola de Comunicação e ao Instituto de Psicologia foram suprimidas, de forma discricionária;
2. dirigentes de Unidades agraciadas através das Portarias 2212 de 20 de dezembro de 2001 e 2227 de 27 de dezembro de 2001 não devolveram as vagas recebidas, o que, de forma desabonadora, impediu o respeito aos critérios acadêmicos aprovados pelos Colegiados Superiores.

Unidade	Classe		nº de vagas
	Adjunto	Titular	
CCMN			
Instituto de Matemática	3	1	4
Instituto de Geociências	5	-	5
Instituto de Física	5	-	5
Instituto de Química	4	-	4
Total do Centro	-	-	18
CLA			
Faculdade de Letras	5	-	5
Fac. de Arquitetura e Urbanismo	5	-	5
Escola de Música	5	-	5
Escola de Belas Artes	4	-	4
Total do Centro	-	-	19
CFCH			
IFCS	3	-	3
Faculdade de Educação	3	-	3
Escola de Serviço Social	2	-	2
Total do Centro			8
CCJE			
Faculdade de Direito	4	-	4
Fac. de Adm. e C. Contábeis	2	-	2
COPPEAD	2	-	2
Instituto de Economia	4	-	4
Total do Centro	-	-	12

Unidade	Classe		nº de vagas
	Adjunto	Titular	
CCS			
Faculdade de Medicina	10	-	10
Faculdade de Farmácia	2	-	2
Escola de Enfermagem	4	-	4
Instituto de Biologia	6	-	6
Inst. de Ciências Biomédicas	22	-	22
Instituto de Microbiologia	6	-	6
Instituto de Nutrição	1	1	2
Esc. de Educ. Física e Desportos	2	-	2
Instituto de Biofísica	7	1	8
NPPN	1	-	1
Faculdade de Odontologia	1	-	1
Instituto de Psiquiatria	1	-	1
Total do Centro	-	-	65
CT			
Escola de Engenharia	6	1	7
Escola de Química	2	-	2
COPPE	9	9	18
Instituto de Macromoléculas	2	-	2
Total do Centro	-	-	29
Fórum de Ciência e Cultura			
Museu Nacional	9	-	9
Total do Centro	-	-	9

UFRJ

Mapa das eleições na UFRJ (II)

Continuamos a divulgar neste jornal da Adufrj-SSind um mapeamento das eleições nas Unidades, órgãos suplementares e decanias da UFRJ. Pela diversidade de regimentos internos encontrada na universidade, o calendário eleitoral é também bastante variado. Algumas Unidades já empossaram os novos diretores ou coordenadores; outras estão longe ainda de uma troca na direção. Por motivo de espaço, publicamos no último boletim (nº 44, 4 de fevereiro) os dados do CCJE, CFCH, CCS e Fórum de Ciência e Cultura. Agora, é a vez do CCMN, do CT e do CLA.

O que se espera dos novos mandatários ou daqueles que ainda têm um período de liderança pela frente é respeito à comunidade. Que os Prograds e os fundos setoriais da vida não sejam mais empurrados goela abaixo da comunidade sem discussão. Que não haja mais espaço para intervenções indesejadas da reitoria. Que não se realizem mais negociações de gabinete. Que o debate e a tolerância democrática às diferenças sempre prevaleçam. Esses são, sem dúvida, os ingredientes mínimos.

O mapeamento completo das eleições na UFRJ se encontra na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br).

CCMN

Instituto de Física

O professor José d'Albuquerque Castro foi eleito em consulta informal realizada no final de novembro. Concorreu como candidato único oficialmente, embora houvesse uma candidatura de protesto lançada pelos estudantes. Entre os professores, José Castro conseguiu 45 dos 68 votos; entre os funcionários, 13 dos 30 e, entre os alunos, apenas 31 dos 153. Por determinação da Congregação, não foi criado nenhum critério de "peso" para o pleito. O entendimento foi que a Congregação fazia a eleição, tendo a consulta apenas como um balizador. A portaria de nomeação do novo diretor já foi publicada em 23 de janeiro. Não há vice-diretor.

Instituto de Química

A atual diretoria tomou posse em 2000. As próximas eleições serão em 2004. Até lá, o diretor é o professor Angelo da Cunha Pinto.

IGEO

O processo eleitoral do Instituto de Geociências ocorre em julho/agosto. Ainda não foram definidas as datas, nem a forma do processo. Uma Congregação deverá ser convocada em março ou abril para tratar das eleições. Até lá, a professora Josilda Rodrigues é a diretora e Leonardo Fonseca é o vice (atualmente, nas férias da primeira, é o diretor em exercício).

Instituto de Matemática

Somente em julho de 2003. Isso acontece porque um antigo diretor, em julho de 1991 saiu antes do fim do mandato e as demais gestões apresentaram seqüência normal. As datas e a forma do processo eleitoral serão definidas próximas ao meio do ano que vem. Até então, a diretora é Angela Rocha dos Santos e o vice-diretor é o professor Miguel Jonathan.

Observatório do Valongo

Não havia informações precisas, mas o processo só deve ocorrer também no segundo semestre deste ano. A diretora Heloísa Maria Boechat está de férias e não há vice-diretor.

Núcleo de Computação Eletrônica

Órgão suplementar composto somente de técnico-administrativos, o NCE viverá a consulta em agosto ou setembro. A troca de cargo será feita em outubro e, até lá, o cooordenador é Sérgio Alberto Figueiredo da Rocha.

CLA

DECANIA

O decano Carlos Kalil Tannus foi reeleito com aproximadamente 95% dos votos em consulta realizada nos dias 7, 8 e 9 de janeiro, obedecendo à proporcionalidade 70/30. No dia 14, seu nome foi aprovado por maioria no conselho de coordenação do Centro.

FAU

A consulta foi realizada nos dias 22, 23 e 24 de janeiro, com proporcionalidade de 70% / 15% / 15%. Duas chapas concorreram. A chapa 1 foi formada pelos professores Aristóteles Tarcísio de Souza (diretor) e Jeronimo de Paula da Silva (vice). A chapa 2 foi formada pelos professores Pablo Benetti (diretor) e Maria Amália (vice). A chapa 2 venceu com 70,3% dos votos dos professores, 79,5% dos votos dos alunos e 45,9% dos votos dos técnicos. O resultado foi homologado pela Congregação no dia 25 de janeiro e foi encaminhado para a Reitoria no dia 30 de janeiro.

EBA

Duas chapas disputaram a direção na consulta à comunidade, realizada nos dias 15 a 18 de janeiro. A chapa "Convergência" foi a vencedora, com as professoras Ângela Âncora da Luz (diretora) e Ângela Leite Lopes (vice) recebendo 67,92% dos votos. A chapa "Interação", com o professor Victorino de Oliveira Neto, tentava a reeleição, mas conseguiu apenas 29,97% dos votos. Houve ainda 2,07% de votos nulos. A proporcionalidade adotada foi de 70% para docentes, 10% para funcionários e 20% para estudantes. O resultado foi homologado na Congregação (21/01) e aguarda apenas o retorno do processo pela reitoria.

Letras

A professora Edione Trindade foi reeleita diretora da Unidade. O resultado foi homologado em reunião da Congregação realizada em 21 de dezembro. Foi decidido em Congregação anterior (10/12/2001), por unanimidade, que não haveria consulta prévia à comunidade.

Escola de Música

O calendário desta Unidade também está atrasado em relação às demais, graças a dois mandatos *pro tempore* no passado. O diretor João Guilherme Ripper fica até julho de 2003, tendo o professor André Cardoso como vice. O processo de consulta deve ocorrer no início do ano que vem.

CT

DECANIA

O mandato do atual decano, professor Oscar Acselrad, se encerra em final de março próximo. Candidatos à decania devem se inscrever nos dias 25 e 26 de fevereiro e a consulta será realizada nos dias 13 e 14 de março .

EQ

A consulta aconteceu nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2001, com proporção 70% / 15% / 15%. A chapa única foi formada pela professora Belkis Valdman (diretora) e pelo professor Luiz Antônio D'Avila (vice) que receberam 42% dos votos dos professores, 13% dos votos dos funcionários e 2% dos votos dos alunos. O resultado da eleição foi homologado no dia 30 de novembro e encaminhado para o reitor. A posse da nova diretora foi no dia 1º de fevereiro.

Escola de Engenharia

Em consulta à comunidade realizada nos dias 23, 27, 28 e 29/11, o professor Helói José Fernandes foi reeleito diretor da Unidade, tendo Francisco Carlos Martins como vice. A chapa de Helói conseguiu 71,99% dos votos válidos contra 28,01% da chapa composta pelos professores Fernando Amorim (candidato a diretor) e Walter Suemitsu (candidato a vice). A proporcionalidade adotada foi 70/15/15. O resultado foi homologado na Congregação de 5 de dezembro e tem parecer favorável da Procuradoria.

Coppe

O professor Luiz Pinguelli Rosa foi eleito diretor da COPPE, em consulta realizada no dia 26 de outubro de 2001. O vice-diretor é Luiz Fernando Loureiro Legey. A portaria de nomeação do novo diretor foi publicada no Diário Oficial no dia 18 de janeiro e a cerimônia de posse foi realizada em 30/01. A Chapa COPPE (Pinguelli e Legey) venceu com 66,6% do total de votos ponderados. A Chapa 1, composta pelos professores Geraldo Lippel (diretor) e Ericksson (vice- Diretor), obteve 33,4% dos votos. Ao todo foram 1.236 votos válidos: 251 de professores, 337 de técnicos e 648 de alunos. A proporcionalidade foi de 70-20-10.

Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano (IMA)

A eleição só será realizada no final deste ano de 2002. Somente em março de 2003 haverá a troca na direção. Até então, o professor Ailton de Souza Gomes (diretor) e a profesora Cristina Tristão de Andrade (vice) continuam à frente do órgão suplementar.

OBSERVAÇÕES:

- Em relação ao Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) – sobre o qual a reportagem da Adufrj-SSind não conseguiu qualquer informação para a edição anterior -, já se sabe que o atual diretor, professor Adalberto Ramon Vieyra, tem mandato até o mês de novembro. A idéia do diretor é disparar o processo eleitoral na volta das férias do meio do ano.
- A decania do CCMN ainda não informou sobre o processo eleitoral do Centro.

UFRJ

Três candidatos a reitor se apresentam para consulta

Pleito será realizado nos dias 12, 13 e 14 de março e o colégio eleitoral se reúne no dia 21 para compor a lista tríplice

Uma candidatura já esperada e duas surpresas no encerramento das inscrições da consulta para reitor da UFRJ. Como já era esperado, o decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), professor Carlos Lessa, é um dos candidatos. As duas novidades foram os nomes dos professores Eloy Eharaldt (FAU) e Person Candido Matias da Silva (Escola de Educação Física e Desportos). Apenas o decano apresentou candidato a vice-reitor, que seria o decano do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Sergio Fracalanzza.

Carlos Lessa

Para Lessa, a entrada na disputa pela direção da maior universidade federal do país é motivada "pela aguda consciência de que a UFRJ está em crise". Segundo ele, que vê a Universidade como uma instituição do Estado Nacional, essa candidatura é um esforço de resistência. Em seu programa de candidatura, Lessa conta que a universidade é essencial ao projeto nacional. Seus quadros e seus graduados preservam a memória, operam no presente e são projetistas de futuros. A produção acadêmica é o melhor cartão de apresentação de um país ao diálogo mundial", explica. "Durante esses anos no Conselho Universitário (Lessa é, como decano, membro nato do colegiado), resistimos o quanto pudemos. Mas nós só conseguimos evitar o pior", afirmou. Aliás, nesse momento, o decano lembra que não foram apenas os conselheiros que resistiram. "Não reivindicamos o monopólio da resistência. Os professores, funcionários e estudantes mantiveram o bom nível da instituição", disse. No entanto, segundo ele, a UFRJ está estagnada e uma nova reitoria tem a função de fazê-la avançar. "Temos que recuperar a voz da universidade lá fora. Temos que nos apresentar para o debate nacional. Ficamos quatro anos silenciados", observou.

Ainda no seu programa de candidato, o decano do CCJE faz questão de frisar que os colegiados serão fortalecidos em suas regras. "Eles vão cumprir o dever na sua plenitude", disse. Acrescentou ainda que deseja a auto-convocação para os conselhos e que estes não sejam apenas normativos, mas deliberativos.

Entre outras idéias, Lessa defende o estímulo da integração entre os cursos de pós e de graduação e a ampliação do leque de graduações; compromete-se com a aplicação de 50% de seus recursos livres extra-orçamentários num programa de bolsas de estudo e pretende estabelecer uma política com vistas à modernização das bibliotecas da UFRJ.

Para início de campanha, o decano marcou uma palestra com o título "A UFRJ tem saída?", seguida de debate, para o dia 27 de fevereiro (quarta-feira), no Auditório do CT, bloco A, ao meio-dia.

Person Candido

Se a candidatura foi uma surpresa, algumas idéias do professor Person podem ser igualmente classificadas de surpreendentes. Logo de cara, avisa que o seu vice-reitor pode ser perfeitamente o decano do CCS, da chapa de Carlos Lessa. "Reconheço nele todas as condições para um vice-reitor". Person decidiu se candidatar a reitor por duas razões: a primeira foi baseada na experiência ao longo de seus 30 anos de universidade; a segunda surgiu no seminário "Uma outra UFRJ é possível", no dia em que se discutiu a autonomia universitária. "Ali eu percebi que tinha que me posicionar", disse.

Segundo ele, a administração Vilhena agrediu o conjunto da universidade. E, nesse sentido, Person lembra particularmente do episódio em que a reitoria tentou construir um estacionamento no *campus* da Praia Vermelha, em área destinada às atividades da EEFD (sua Unidade). "Eu me envolvi demais ali. Ali ocorrem atividades pertinentes ao mundo acadêmico da nossa Unidade. Para mim, é o mesmo que chegar na Coppe e tirar as salas do Pinguelli", comentou.

Em seu programa, o professor defende "uma UFRJ pública, autônoma, laica, de qualidade, gratuita e comprometida com as classes populares na construção de uma sociedade justa, democrática e mais igualitária". Se eleito, Person se compromete a realizar eleições universais diretas e democráticas junto à comunidade da UFRJ, para a escolha de seus sub-reitores. "Claro que os candidatos devem ter as qualificações para atuar nessas áreas administrativas. Mas não tenho receio de lidar com a diferença. Pelo contrário, vou poder cobrá-los mais", declarou.

Externamente, Person acredita que a UFRJ deve ser mais ativa. Para ele, cada Centro tem seus projetos, mas estão fragmentados em ações isoladas. "Cada Centro tem que ter um projeto para a sociedade brasileira em sua área. Que o CCS diga a que veio na área da Saúde. O CFCH tem que ter um projeto de humanização. Se fizermos isso, nós não vamos pedir, nós vamos exigir mais recursos para a Universidade. Não vai ser dinheiro conseguido porque se é amiguinho do ministro", criticou.

Eloy Eharaldt

A reportagem da Adufrj-SSind teve dificuldade de contactar o professor Eloy. Envolvido nos preparativos do carnaval 2002 (ele é presidente de uma escola de samba, na Ilha do Governador, ver quadro ao lado), viu-se impossibilitado de conceder uma entrevista mais longa. Também não foi possível localizar o colega dele que detinha o programa da candidatura inscrito na comissão eleitoral.

Eloy disse que não tem pretensões políticas com a sua candidatura. Afirmou ter se motivado para a disputa em uma reunião de amigos da FAU. "Já fui diretor da Faculdade, mas trabalho no anonimato. O meu trabalho é de formiguinha. Quero que todos (comunidade) participem. E quero levar esse espírito de equipe para a reitoria", contou.

A Adufrj-SSind, ao longo do processo eleitoral, vai ceder igual espaço em suas publicações para que os candidatos divulguem as suas idéias para a UFRJ.

Breve perfil dos candidatos

Carlos Francisco Teodoro M. Ribeiro Lessa tem 65 anos, é professor da UFRJ desde 1978 ("Sou contemporâneo da Maria da Conceição Tavares no Instituto de Economia"). Já foi diretor do instituto de 1996 a 1998 e é decano do Centro desde então. Também é presidente do Instituto Virtual de Economia e Logística, vinculado à Faperj. "Cargo não-remunerado", avisa.

Eloy Eharaldt tem 57 anos, é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), do Departamento de Tecnologia da Construção. É engenheiro civil e já foi professor do INCRA. Atualmente, é também presidente da escola de samba Boi da Ilha do Governador, do grupo de acesso do carnaval.

Person Candido Matias da Silva, 50 anos, é professor da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) e do Instituto Benjamin Constant. Entrou na UFRJ como aluno em 1971 e foi contratado como professor em 1976. Foi subsecretário da secretaria de Educação Física e Desportos do MEC em 1985 e subsecretário da Secretaria de Esportes e Lazer do estado do Rio de Janeiro em 1987. De 90 a 94, foi dirigente da Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio (Famerj).

A eleição no colégio eleitoral

(Consuni, CEG, CEPG e Conselho de Curadores)

- A reunião conjunta do Colégio Eleitoral será dia 21 de março
- A reunião deve ser presidida pelo reitor. Na ausência de Vilhena, a reunião seria presidida pelo professor cuja classe de magistério tenha o nível mais elevado entre os presentes e seja o mais antigo nesta classe.
- São elegíveis todos os docentes em efetivo exercício, com cargo de Titular, Adjunto 4 ou que sejam portadores de título de doutor, independente do nível ou classe.
- Votação uninominal, sendo as listas compostas com os três primeiros nomes mais votados em escrutínio único, onde cada conselheiro vota em apenas um nome

A consulta prévia

- Será realizada nos dias 12, 13 e 14 de março
- Elegibilidade: a mesma do colégio eleitoral
- Forma de votação: a mesma do colégio eleitoral
- Proporcionalidade: 70% para docentes; 15% para estudantes; e 15% para técnico-administrativos

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 52 • 25 de fevereiro de 2002

Debates já confirmados entre os candidatos a reitor

1º de março
(sexta-feira)
Auditório Pedro Calmon, na Praia Vermelha, às 11h

6 de março
(quarta-feira)
Auditório do Quinhentão, no Centro de Ciências da Saúde (Ilha do Fundão), às 11h

Assembléia da Adufrj-SSind se posiciona contra reserva de vagas

Página 3

CEG aprova calendário de atos acadêmicos

Página 6

Periodização tem novo prazo para discussão nas Unidades

Página 7

Anote

O Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio de Janeiro realiza neste 1º de março (sexta-feira) o seminário "Abertura ao capital estrangeiro na mídia". O evento ocorre no Auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-RJ), que fica na Rua Buenos Aires, nº 40, no quinto andar, às 19h. A entrada é franca.

ADUFRJ-SSIND APRESENTA REFORMA DA SEDE E LANÇA CD-ROM COM TODAS AS SUAS PUBLICAÇÕES DESDE 1979

Coquetel comemora reforma da sede e lançamento de CD-ROM

Páginas 4 e 5

Eleições na UFRJ

Candidatos se comprometem em reconhecer somente resultado pela paridade

Página 8

Jurídico

Procuradoria responde sobre 26,05%

Sucessão em Brasília dificulta negociações pelo ganho judicial

Depois de protocolar um parecer favorável à extensão dos 26,05% (Plano Verão) para os servidores da UFRJ na Advocacia Geral da União e na secretaria-geral da presidência da República, as atenções dos procuradores da universidade se voltam para o Tribunal de Contas da União (TCU).

O TCU julga as contas de administradores públicos e, ao ser informado dos questionamentos da AGU sobre o percentual, o órgão fez um pedido de esclarecimento à universidade. A procuradoria tinha até sexta-feira (22/02) para dar as devidas explicações. O procurador Alexandre Cintra afirmou que toda a equipe jurídica da UFRJ está envolvida na tarefa de elaboração de um relatório de resposta ao TCU. Além disso, Alexandre já entrou em contato com um dos ministros do tribunal para sensibilizá-lo sobre o caso, se vier a ser formalizado um processo contra a UFRJ.

Viagem sem resposta

Na semana anterior ao carnaval, o procurador se dirigiu à capital federal para saber a repercussão de seu parecer favorável à extensão dos 26,05% (veja jornal nº 51, de 14 de fevereiro) na secretaria-geral da presidência. Mas não conseguiu. Em cima da hora, o encontro foi cancelado. "Infelizmente, Brasília vive um processo de sucessão e existe a dificuldade de compatibilizar as agendas para tratar o assunto", observou.

Nomeações

Justamente por conta do envolvimento total da procuradoria com os 26,05%, o procurador Alexandre Cintra está pedindo paciência às pessoas sobre as nomeações de novos diretores e decanos da UFRJ. "A prioridade está sendo dada ao problema que atinge a todos", comentou

Bingo invasor

Sobre o bingo instalado irregularmente no *campus* da UFRJ, a procuradoria está cobrando o andamento dos processos na Advocacia Geral da União para informar um outro órgão: a Corregedoria Geral da União, que apura denúncias relativas a lesões contra o patrimônio público.

Professores têm direito aos 3,17,%

Acordo proposto pelo governo causa prejuízo aos servidores

Os professores têm direito a 3,17% relativos à diferença de uma variação acumulada do IPC (índice de preços ao consumidor) nos vencimentos de 1994. Naquele ano, a Lei nº 8.880, de 27 de maio (Lei do Plano Real) estabeleceu reajuste de vencimentos a ser concedido aos servidores públicos civis e militares da União (veja quadro ao lado). Em janeiro de 1995, no entanto, houve um reajuste de 22,07% que não abrangeu esse percentual.

A não incorporação da diferença motivou o sindicato a ingressar com ação judicial na tentativa de estender tal reajuste à categoria docente. A medida provisória editada pelo governo em setembro de 2001 reconheceu o direito dos servidores prejudicados e concedeu o reajuste aos servidores do Executivo. Deste modo, terão direito à incorporação dos 3,17% os pensionistas, aposentados, desligados, exonerados e demitidos (desde que sem justa causa). No caso dos docentes ativos, os 3,17% seriam extensivos até a concessão de gratificações GED e GID.

A respeito do pagamento dos atrasados, a medida provisória prevê, para aqueles que celebrarem acordo administrativo, um pagamento em sete anos, através de duas parcelas anuais (agosto e dezembro), com a primeira sendo quitada em dezembro de 2002.

Acordo é armadilha

O acordo do governo, no entanto, restringe e impõe restrições aos servidores que tem direito ao reajuste. Além disso, os acordos prometidos não incluem juros, a atualização monetária é inferior à calculada judicialmente e administrativamente serão pagos apenas os últimos cinco anos. Enquanto isso, nos processos existentes, a diferença será calculada desde janeiro de 1995.

Os professores que optarem por não aderir ao acordo proposto pela União poderão permanecer no processo coletivo nº 200005101000906-0, ajuizado perante a 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Aposentados não vão receber menos

Alguns professores aposentados ligaram preocupados para a seção sindical ao folhear o encarte com as tabelas salariais projetadas para o próximo contracheque (referente a fevereiro). De acordo com eles, os próximos vencimentos ficariam menores. A assessoria jurídica da Adufrj-SSind esclarece que faltou na tabela (mas certamente não vai faltar no contracheque) a chamada "vantagem 192", que os docentes recebem no momento da aposentadoria. Não haverá diminuição dos vencimentos.

Entenda o "economês"

O reajuste em 1994 teria como base a variação do IPC entre o mês de julho e o mês de dezembro do mesmo ano, acrescido da diferença obtida pela média aritmética das remunerações percebidas no transcorrer dos doze meses de 1994 e a referente ao mês de dezembro do mesmo ano, caso esta apresentasse menor valor. A variação acumulada do IPC foi de 22,07%, enquanto a diferença entre o valor dos vencimentos percebidos em dezembro e a média dos doze meses de 1994 ficou em 3,17%. Justamente esse percentual foi ignorado no reajuste dos servidores em janeiro de 1995.

Cartas

Gostaria de agradecer o "resgate" do pedaço de salário que me foi "mordido"no contracheque de dezembro! Afinal R$ 350,00 são uma quantia respeitável para correr o risco de ficar para o Vilhena! Gostaria de que este agradecimento chegasse às mãos de quem conseguiu tão agilmente "correr atrás de meu dinheiro"! Entrou na minha conta em 24/01/2002: a tempo de compor meu IPTU! A Adufrj é mesmo o nosso muro de lamentações, mas... funciona!!!

Sinto falta dos meus tempos de Assembléias, nossas greves, etc. Acompanhei angustiada toda esta greve — um de nossos movimentos mais difíceis que já vi! Senti muita falta de não haver um veículo de representação participante e ativa dos professores aposentados! Há como se organizar uma representação deste tipo? Não acho justo que os professores em exercício carreguem por nós as nossas reivindicações, sem que possamos ajudar! Mas trabalhei como pude divulgando a nossa causa a toda mídia que nos acusasse de "prejudicar os alunos com nossas lutas". Através da Internet, respondi a cada um que os alunos já vêm sendo prejudicados há mais de 8 anos de sonegação das verbas das universidades públicas, gratuitas e de qualidade, além do congelamento salarial dos professores e a diminuição salarial ilegal dos docentes e funcionários, pois FHC nos arrocha a cada vez que come fatias e fatias de nossos ordenados pela estratégia de descontos para o imposto de renda! (Estamos revivendo os abusos do Séc. XVIII, quando a nobreza dava festas às custas do confiscos no bolso do povo, sobrecarregado por impostos) — tal como FHC e seu bando fazem com o dinheiro de nossos salários. O que me intriga é não saber para onde vai nosso dinheiro! Antes era proibido diminuir salários! Hoje FHC diminui com suas artimanhas de impor imposto sobre impostos!!! Agora mesmo vem o aumento dos remédios que atingem profundamente os aposentados! Que descaramento! Os remédios e os Planos de Saúde são aumentados todos os dias!!! Mas devemos denunciar que cada aumento do Imposto de Renda, CPMF, ou impostos quaisquer recaem sobre todos!

Obrigada por desencavarem o pedaço de meu salário! Estou acompanhado as nossas lutas e bem gostaria de ajudar as nossas velhas causas! Afinal, estou saudável, e não pendurei minhas chuteiras!!!

Saudações universitárias!!!

Vamos dar o troco nas eleições que aí vêm!

Alice França Leite C.
Professora aposentada da Faculdade de Letras

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Assembléia se posiciona contra reserva de vagas

Dia da greve geral da CUT (21 de março) coincide com reunião do colégio eleitoral para formação da lista tríplice

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada em 21/9, aprovou o texto de resolução nº 8 constante do Caderno de Textos do 21º Congresso do Andes-SN relativo à reserva de vagas (e que pode ser encontrado em www.andes.org.br/21congresso.htm). No entendimento dos professores presentes, deve ser apoiado integralmente o trecho: "que o Andes-SN posicione-se contrário a todo e qualquer tipo de reservas de vagas nas universidades públicas". O argumento principal é que a política de cotas não vai resolver o problema da Educação brasileira, que se fundamenta na crescente desresponsabilização do Estado com a área e os incentivos concedidos ao setor privado.

A proposta é uma contribuição da seção sindical dos docentes da Universidade Federal de Viçosa. De acordo com parte da justificativa elaborada pelos professores da instituição mineira, "o que parece dar força a esse discurso é o fato de que a grande maioria dos estudantes das universidades públicas é oriunda das escolas particulares e que por isso deveriam pagá-la".

Foi justamente esse trecho final que não ganhou respaldo na assembléia da Adufrj-SSind. Na AG, os docentes tomaram conhecimento de um relatório elaborado pela da técnica em assuntos educacionais e coordenadora do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro, que refuta esse "fato" alegado pelos sindicalizados da ASPUV. Ana, que já trabalhou na comissão do vestibular da UFRJ, pesquisou e descobriu que, retirados os cinco cursos mais procurados (Medicina, Direito, Odontologia, Jornalismo e Fisioterapia), o número de alunos oriundos de escolas públicas é significativo. Para ela, existe um mito de que a escola particular de ensino médio é melhor. "Existe muito colégio particular ruim", diz. De acordo com levantamento feito de 1997 a 1999 nos concursos da UFRJ, cerca de 70% dos inscritos têm sua origem nas escolas particulares e 30% nas públicas. E aproximadamente 11% dos alunos das públicas e 11% das particulares - com relação aos inscritos - alcançam a classificação. "Portanto, a proposta de reservar 50% das vagas para os estudantes das escolas públicas representaria uma enorme desigualdade do processo de acesso à universidade pública", diz um trecho do estudo. O trabalho da coordenadora do Sintufrj será levado para o 21º Congresso.

Outro aspecto abordado no documento é a permanência na universidade do aluno beneficiado pela política de cotas. Muitas vezes, o candidato conquista a vaga numa pública, mas não tem condições de levar os estudos adiante devido ao alto custo dos livros, gastos com passagens e alimentação, entre outros. Ainda sobre a dificuldade apresentada pelos alunos carentes nas instituições públicas, a assembléia decidiu remeter o tema da assistência estudantil para o Congresso do Andes-SN.

A Assembléia da Adufrj-SSind também discutiu textos relativos ao eixo de lutas gerais do Sindicato Nacional, ao Plano de Lutas das Instituições Federais de Ensino Superior, ao apoio financeiro para seções sindicais pequenas participarem dos eventos organizados pelo Andes-SN, questões relativas ao funcionamento do Comando Nacional de Greve e ao Comando Nacional de Mobilização.

A delegação da entidade para o 21º Congresso foi formada pelos professores José Henrique Sanglard (diretoria), Salatiel Menezes (Instituto de Biofísica), Walcyr de Oliveira Barros (Escola de Enfermagem) e Janete Leite (Escola de Serviço Social). Devido a problemas particulares, Cleusa Santos (diretoria), Luiz Acosta e Carlos Montaño (ambos da ESS) e Luciano Menezes (Escola de Engenharia) não poderão mais participar do Congresso, na cidade de Rio Grande (RS), de 23 a 28 de fevereiro.

Eleição para reitor

A AG reafirmou a posição de se construir um documento crítico por parte das entidades representativas da UFRJ (Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG) e apresentá-lo aos reitoráveis. Além disso, independente de um calendário oficial, as entidades pretendem organizar um debate com todos os candidatos. Devido à avançada hora, a forma de participação no processo de consulta não foi discutida. Já se sabe, no entanto, que o Sintufrj só vai considerar o resultado pelo critério da paridade (um terço para cada segmento). No dia 19 de março, uma assembléia está marcada para os técnico-administrativos definirem a atuação no colégio eleitoral.

O Andes-SN combate todos os instrumentos e ações que afrontam a democracia interna das instituições federais de ensino superior e defende que a escolha de dirigentes deve ser realizada através de processos estabelecidos e finalizados nas próprias instituições. Essas decisões vêm sendo ratificadas ao longo dos últimos Conad e Congressos do Sindicato Nacional, como o 20º Congresso realizado no Rio de Janeiro, na Uerj.

Greve geral

O dia marcado pela Central Única dos Trabalhadores para a greve geral (21 de março) apresenta desde já uma dificuldade para implementação na UFRJ: é também a data em que o colégio eleitoral da instituição vai se reunir para compor a lista tríplice do reitor e vice-reitor. Uma assembléia da Adufrj-SSind será marcada oportunamente para discutir o tema de defesa das leis trabalhistas. Vale lembrar que o assunto interessa de perto aos servidores, que vivem sob a ameaça de celetização das atividades por parte do atual governo federal. Em relação aos docentes, por exemplo, o "fantasma" foi afastado, temporariamente, graças à recente greve.

Novo Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind
2001-2003

até 18-nov-01	Domingo	Sindicalizados que podem ser candidatos
até 17-jan-02	Quinta	Sindicalizados que podem ser eleitores
até 08-mar-02	Sexta	Inscrição de listas para o Conselho
18-mar-02 a 20-mar-02	Segunda a Quarta	Eleições Conselho

Observação: até o prazo limite do calendário eleitoral anterior (22/2), não houve inscrição de chapas para Diretoria da entidade. Oportunamente, a diretoria da Adufrj-SSind levará uma nova proposta de calendário para apreciação da Assembléia Geral. Continua vigindo o prazo de inscrição de listas para o Conselho de Representantes.

Agenda Sindical — IV Coned - 23 a 26/04 - São Paulo (SP)

Adufrj-SSind

Adufrj-SSind comemora 23

Coquetel também celebrou a reforma da sede da entidade no Centro de Tecnologia

Na última terça-feira (19/2), um coquetel festejou a inauguração das novas instalações da sede da Adufrj-SSind e os 23 anos de comunicação da entidade com a comunidade universitária. O evento contou com a participação de cerca de cinqüenta pessoas entre sindicalizados, diretores, funcionários da entidade e representantes das entidades representativas da UFRJ (DCE, Sintufrj e APG). Também compareceram professores que formaram o Comando Local de Greve, durante o movimento de 2001, e o presidente da Seção Sindical da Uerj, Jorge Máximo. Durante o coquetel, os interessados puderam conferir o CD-ROM que reúne os boletins e jornais de junho de 1979 a setembro de 2001.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, ressaltou a importância do registro histórico da seção sindical e da antiga associação docente e destacou a importância das novas condições de trabalho que a reforma da sede vai propiciar aos funcionários. Com as instalações, os professores também serão melhor atendidos na sede. A vice-presidente, Cleusa Santos, responsável pelo acompanhamento da decoração, acredita que o resultado tornou o espaço físico mais agradável "para os olhos e para a alma." Quanto ao CD-ROM, Cleusa avalia que esta produção é "o coroamento do trabalho socialmente comprometido dos professores militantes e funcionários."

Reforma

A reforma da sede foi feita em duas etapas. A primeira, concluída em abril de 2001, ampliou as instalações da entidade com a construção da copa e dos banheiros. A segunda parte foi executada de novembro a fevereiro deste ano. Foram feitas mudanças nos *layouts* das salas, os móveis foram trocados e foi criada uma sala de espera para o conforto dos professores. A seção sindical também ganhou novos equipamentos, uma televisão, um videocassete e uma copiadora. A arquiteta e decoradora Sílvia Girão foi a responsável pelo projeto.

Jornalismo sob a ótica dos trabalhadores

O CD-ROM, reunindo todos os jornais e boletins na íntegra publicados pela Adufrj-SSind, foi uma idéia do departamento de informática da entidade, encampada imediatamente pela diretoria da entidade. Durante o ano de 2001, todo o material da seção sindical foi digitalizado. O disco contém 2.509 páginas para consulta, com as reportagens, entrevistas, editoriais e artigos de opinião publicados nestes 23 anos de circulação.

Cerca de 5 mil CDs foram confeccionados e distribuídos para todos os professores sindicalizados, para o Andes-SN e demais seções sindicais.

A coordenadora do DCE, Isabel Mansur, destacou a importância de projetos como esse: "É necessário preservar a história de lutas e conquistas de um sindicato tão especial como a Adufrj". A representante da APG, Gilda Moreira, também reafirmou o valor de um documento como o CD-ROM para a comunidade acadêmica: "As pessoas agora têm a oportunidade de acompanhar os jornais desde 79 com a história da Adufrj e da própria universidade".

A coordenadora do Sintufrj, Simone da

anos de comunicação

Silva, prestigiou o evento e parabenizou a diretoria pela organização do material.

CDs pelo correio

A secretaria da Adufrj-SSind foi informada que dois estojos chegaram vazios ao seu destino. A diretoria da seção sindical pede sinceras desculpas pelo ocorrido e solicita que, na eventualidade de o estojo chegar sem o CD-ROM, os docentes devem entrar em contato para adquirir o material. Os telefones são os seguintes: 2590-7753, 2590-4799 e 2260-6368. O CD-ROM será enviado na próxima remessa de jornal ou boletim. Os interessados poderão obtê-lo na própria entidade (Ilha do Fundão, CT, Bloco D, sala 200, de 8h30 às 17h30).

Caso o usuário tenha alguma dificuldade no uso do CD-ROM, recomenda-se uma consulta ao arquivo "ajuda", disponível na pasta "adobe". Um dica prática para pesquisa nos jornais e boletins é utilizar o atalho "Ctrl+F" para localizar palavras ou expressões. Em seguida, digite "Ctrl+G" para dar continuidade à pesquisa da mesma palavra ou expressão.

Resenha

O governo anunciou na véspera do Carnaval um corte de R$1,240 bilhão no Orçamento de três ministérios, aprovado pelo Congresso. O ministério da C&T perde R$ 454,5 milhões, o MEC, R$ 549,9 milhões e o Ministério da Cultura, R$ 145,5 milhões. O corte geral foi de 12,4 bilhões: ou seja, essas três pastas representam 10% dos cortes.

Em mensagem publicada no Jornal da Ciência por e-mail do dia 15/02, o professor Efraim Rodrigues (da Universidade Estadual de Londrina) não poupa críticas ao Profix (Programa Especial de Estímulo à Fixação de Doutores). O programa do governo destinado a "segurar" os recém-doutores no país paga uma bolsa de R$ 4,5 mil. "Eu corro o risco de ter um doutor recém chegado de fora trabalhando no meu laboratório e ganhando quase o dobro do que eu", diz Efraim, que fez doutorado nos EUA. "Três anos depois, três dissertações de mestrado defendidas, vários projetos aprovados, livro publicado e o meu salário é exatamente R$ 2.622,03. Talvez a solução seja eu me tornar bolsista de pós doc do meu próprio laboratório."

Segundo a assessoria parlamentar do MCT, nada menos que 264 projetos de lei cujos temas estão relacionados ao desenvolvimento científico e tecnológico do País encontram-se em tramitação atualmente no Congresso. Este ano, o acordo entre Brasil e Estados Unidos sobre salvaguardas tecnológicas para utilização do Centro de Lançamento de Alcântara (MA), os transgênicos e o texto da Lei de Inovação Tecnológica ainda devem render muita discussão.

As universidades federais podem ser obrigadas a reservar 50% de suas vagas para estudantes com renda familiar inferior a cinco salários mínimos. Essa é a proposta da Lei 5.870/01 do deputado Paulo Lessa (PPB-RJ), que foi apresentada à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e será encaminhada às comissões técnicas da Câmara.

Deu na coluna de Ancelmo Góis, em O Globo (18/2): "O ministro Paulo Renato Souza, que só deixará o governo quando FH passar o cetro, já está com o futuro delineado. O economista tucano vai assumir uma das diretorias do BID, em Washington. Aliás, antes de trabalhar para FH, Paulo Renato foi gerente de Operações e vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento." Lógico: não vai ter a cara-de-pau de voltar à Unicamp depois de uma gestão tão desastrosa.

Colegiados

CEG aprova calendário de atos acadêmicos

Na última sessão (20/2), o Conselho de Ensino de Graduação aprovou o calendário para todos os atos acadêmicos de 2002. Em 19 de dezembro passado, o colegiado já havia aprovado as datas de início e fim dos períodos acadêmicos: 6 de maio a 3 de setembro para o primeiro semestre; e 18 de setembro a 31 de janeiro de 2003 para o segundo semestre acadêmico de 2002. Para os calouros, o ano de 2002 começa em 13 de maio e segue até 10 de setembro. O segundo semestre para os ingressantes vai de 25 de setembro a 7 de fevereiro de 2003. Para os veteranos do curso de Medicina, o primeiro período letivo vai de 15 de abril a 13 de setembro; e o segundo, de 23 de setembro a 28 de fevereiro de 2003.

Os datas para os atos acadêmicos foram aprovadas com apenas um voto contrário da representante discente Isabel Mansur. A conselheira explicou que votou contra o calendário porque, na ocasião da discussão sobre a retomada do segundo período de 2001 e do ano letivo de 2002, os estudantes reivindicavam outras datas de início e fim dos períodos. Confira as datas definidas para atos acadêmicos de 2002 no quadro ao lado.

As datas dos atos acadêmicos aprovadas para 2002

Primeiro período: 6/05 a 3/09 de 2002. **Primeiro período para os calouros:** 13/05 a 03/09 de 2002.
Primeiro período para a Faculdade de Medicina: 15/04 a 13/09 de 2002.
Primeiro período para o Colégio de Aplicação: 8/04 a 20/07 de 2002.
Segundo período: 18/09 de 2002 a 31/01 de 2003. **Segundo período para os calouros:** de 25/09 de 2002 a 7/02 de 2003.
Segundo período para a Faculdade de Medicina: de 23/09 de 2002 a 28/02 de 2003.
Segundo período do Colégio de Aplicação: de 5/08 a 20/12 de 2002.

Matrícula	
Para os calouros:	
8 e 9 /05 de 2002	
Transferência ou isenção de vestibular para alunos externos à UFRJ e para os já vinculados à Universidade.	
Inscrição:	
· primeiro período: de 18 a 22/03	segundo período: de 22 a 26/07
Seleção:	
· primeiro período: após 10/04	segundo período: após 13/08
Matrícula:	
· primeiro período: 18/04	segundo período: 27/08
Rematrícula de matrícula trancada (encerramento):	
· primeiro período: até 5/04	segundo período: até 31/08
Manutenção de matrícula (encerramento)	
· primeiro período: até 5/04	segundo período: até 31/08
Trancamento de matrícula (encerramento)	
primeiro período: até 5 de julho	segundo período: até 22/11
Inscrição em disciplinas (encerramento):	
primeiro período: até 26/04	segundo período: até 6/09
Inscrição em disciplinas dos calouros	
primeiro período: 10/05	segundo período: 11/09
Alteração de inscrição em disciplinas:	
primeiro período: de 6 a 17/05	segundo período: de 18 a 1/10
Pedidos de inscrição em disciplinas sem seu(s) requisito(s)	
primeiro período: até 17/05	segundo período: até 1/10
Desistência (trancamento) de inscrição em disciplinas (encerramento)	
primeiro período: até 7/06	segundo período: até 16/10
Previsão de turmas	
segundo período de 2002: após decorridos 60 dias do início do primeiro período letivo de 2002.	
primeiro período de 2003: após decorridos 60 dias do início do segundo período letivo de 2002.	

UFRJ

Confusão no recebimento de equipamentos do Prorecon

Unidades recebem materiais que não foram pedidos

A sessão do CEG do dia 20 foi marcada, também, pela reclamação dos conselheiros de que alguns equipamentos do Programa de Reconstrução e Modernização da Infraeestrutura de Graduação (Prorecon) que estão chegando às Unidades não foram solicitados ou não atendem aos pedidos originais. O programa foi concebido pelo MEC em 1996 e somente em 1998 o ministério começou a comprar os materiais através de licitação internacional. Na época, o reitor era o professor Paulo Alcântara Gomes e a UFRJ reivindicava do ministério R$ 10 milhões em verbas para a modernização dos laboratórios de graduação. Foi formada uma comissão com membros do CEG e da SR-1, que se encontrava sob o comando da professora Neyde Felisberto.

Somente no final de 2000, as Universidades que tiveram projetos aprovados pelo programa começaram a receber os equipamentos. Mas só agora a nova maquinaria está chegando em maior volume. O problema, segundo a conselheira do CEG e professora da Faculdade de Medicina, Ana Maria Borralho, é que, nestes seis anos, os projetos ficaram obsoletos em relação às atuais diretrizes das Unidades e das direções que se seguiram. Segundo Ana, o curso de Fisioterapia, por exemplo, recebeu uma sofisticada piscina de hidroterapia, mas a Unidade não tem, nos dias de hoje, condições físicas e financeiras para promover sua instalação. Segundo a professora, a Faculdade de Medicina não disponibiliza nem dinheiro, nem espaço físico para instalar a piscina. A orientação do MEC, nestes casos, é que o equipamento seja redirecionado a outra instituição.

UFRJ pode receber até R$ 20 milhões em equipamentos

O superintendente da sub-reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa (SR-2), Manoel Aguinaldo Guimarães, tem acompanhado de perto o recebimento dos materiais. Aguinaldo reconhece que a grande falha do Prorecon é que a verba é destinada apenas à compra das máquinas. “A grande falha do projeto é que recebemos os equipamentos, mas não há nenhum centavo para a instalação”, comenta. De acordo com o superintendente, a UFRJ pode receber até R$ 20 milhões em máquinas de última geração. Só o Hospital Universitário, segundo Aguinaldo, já recebeu um equipamento de litotripcia extra-corpórea por ondas de choque no valor de US$ 581 mil. A máquina se encontra nos porões do HU há seis meses, aguardando que a direção consiga verba e espaço para sua instalação. O Hospital deverá receber em breve outros modernos aparelhos já comprados: um ultrasonógrafo no valor de US$ 685 mil; um cineangiógrafo de US$ 833 mil; e um tomógrafo de US$ 685 mil.

Fornos no lugar de estufas

Outros problemas estão ocorrendo com o recebimento dos equipamentos do MEC. O Instituto de Biologia recebeu três fornos de *mufla* de grandes dimensões no lugar de estufas de 60x70cm que foram pedidas no projeto original. A explicação, segundo Aguinaldo, é que, como foi feita uma licitação geral para todas as universidades, o ministério teve que padronizar os variados pedidos das instituições. Isto pode ter gerado o troca-troca de materiais. O jeito foi redistribuir. Aguinaldo explica que os fornos foram oferecidos a três Unidades, a partir de um levantamento de necessidades feito pela própria reitoria. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, a Microbiologia e a Engenharia foram as contempladas.

Pode faltar energia

Para Aguinaldo o recebimento dos novos equipamentos vai realmente incrementar os laboratórios da universidade. Mas o superintendente chama a atenção para a possibilidade de haver um *boom* no gasto de energia elétrica quando todas as máquinas estiverem funcionando plenamente e ao mesmo tempo. Aguinaldo receia que a UFRJ ainda não tenha condições estruturais de suportar as novas máquinas e avisa que a conta de luz pode ficar mas cara nos próximos meses.

Colegiados

Periodização tem novo prazo para discussão nas Unidades

Comunidade tem até 31 de maio para se manifestar

A pedido da representação discente, o Conselho de Ensino de Graduação aprovou (em 20/2) um novo prazo para que os Departamentos, Unidades e Centros se posicionem em relação à periodização do ano acadêmico. O prazo deveria ter sido levado para deliberação ao Conselho de Ensino para Graduados na sessão do dia 22/2, mas o assunto não constou da pauta (veja nota sobre CEPG nesta página). Os pareceres sobre a proposta de reformulação da Resolução 01/99 devem ser aprovados nos conselhos departamentais, congregações e conselhos de Centro e enviados para a Comissão Mista CEG/CEPG até o dia 31 de maio de 2002.

Para quem não se lembra, a discussão em torno da divisão de períodos envolvia questões que afetavam o dia-a-dia da comunidade e esteve na pauta dos movimentos docente e discente durante todo o ano de 2000 e o primeiro semestre de 2001. Com a greve dos professores e funcionários, os colegiados acadêmicos resolveram aguardar o fim do movimento para receber a resposta institucional de toda a universidade sobre o assunto.

Uma das questões fundamentais do debate era o entendimento da Universidade sobre os 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, previstos na Lei de Diretrizes e Bases. Ainda em agosto de 2001, o CEG fez um balanço dos debates ocorridos até aquele momento. Pelo relato dos representantes dos Centros no conselho, a maior parte das Unidades que já tinham discutido a 01/99 optou por voltar ao sistema anterior, como estava indicado na reformulação proposta pela Comissão Mista: sistema semestral de dois períodos, com 15 semanas de aula em cada um. A tendência das Unidades era respeitar os 200 dias de atividades acadêmicas previsto na Lei de Diretrizes e Bases, mas considerando estas atividades não só como de ensino, mas, também, de pesquisa e extensão. A Comissão Mista avisa que os Departamentos, Unidades e Centros que já encaminharam suas deliberações, no ano passado, devem fazê-lo novamente até o final de maio.

Pode faltar professor no CAp

Representante no CEG questiona demora no pedido de novos substitutos

A representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e professora do Colégio de Aplicação, Ana Lúcia Souto Maior, reclamou da demora de uma resposta da Secretaria de Ensino Superior (SESu) para a solicitação do pedido de novas vagas para professores substitutos. Segundo Ana, as Unidades correm o risco de não poder iniciar plenamente o primeiro semestre de 2002 por falta de professores. O exemplo é o próprio CAp, que teve cinco novas vagas aprovadas pelo CEG, e corre o risco não ter os professores para o início do próximo ano letivo.

Cotav

Ana Lúcia questionou também a decisão da Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) sobre o destino das novas vagas para docentes adjuntos e titulares na UFRJ. O CAp teve 10 novas vagas do seu quadro de 1º e 2º graus aprovadas no Conselho de Centro do CFCH como vagas de nível superior, mas a Cotav recusou o pedido do Colégio. As vagas do CAp são fruto de aposentadorias, exonerações e falecimentos, mas a Cotav alegou que a Unidade teria que formular uma proposta de carreira que fundamentasse o aproveitamento destas vagas para o quadro de 3º grau. A professora Ana Lúcia lembrou aos presentes, na sessão do CEG (20/2), que, em 28 de março de 2001, o próprio CEG aprovou um relatório sobre o perfil institucional do Colégio, onde fica caracterizada a natureza do trabalho acadêmico de seus docentes, englobando ensino, pesquisa e extensão, o que seria equivalente aos docentes do nível superior. Na época, o relatório foi enviado pelo colegiado de graduação à Secretaria de Ensino Superior (Sesu) como base para uma reivindicação dos professores do CAp (ao então secretário Antônio MacDowell de Figueiredo) para que os valores das gratificações GED e GID fossem equiparados. Não houve sucesso na investida e a GID só foi alterada após mais de 100 dias de greve de toda a categoria, em 2001.

Anote

Depois do plebiscito da dívida externa, mais uma iniciativa dos movimentos sociais deve contar com grande participação do povo brasileiro. O plebiscito nacional sobre a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) será realizado de 1 a 7 de setembro deste ano e pretende esclarecer e mobilizar a população sobre os riscos à soberania do país contidos neste acordo.

Debate sobre Lei de Inovação

Foi adiado um debate sobre a nova Lei de Inovação, programado para a última sexta-feira (22/2) pela secretaria regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)/RJ. A justificativa foi a impossibilidade de alguns dos convidados participarem. Uma nova data, em março provavelmente, está sendo estudada.

CEPG aprova edital de Iniciação Científica

O Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG) aprovou na sessão de 22/2 o edital do Programa de Bolsas de Iniciação Científica para o ano acadêmico de 2002. O edital estará disponível no *site* da UFRJ e as inscrições poderão ser feitas, também, pela internet, na página da SR2. Uma das novidades deste ano é que,ao contrário dos anteriores, os professores doutores só poderão indicar dois estudantes para concorrer às bolsas. O Coeficiente de Rendimento Acadêmico mínimo para participar da seleção também caiu para 6,5. O assessor da sub-reitoria de Pós-Graduação, Edson Watanabe, não soube informar o número de bolsas a que a UFRJ terá direito. A distribuição é feita por Centros e o colegiado só tem acesso à planilha após a seleção dos candidatos pelos avaliadores. Somente neste momento o conselho superior deliberará sobre as cotas, aprovando ou rejeitando a distribuição.

UFRJ

Candidatos a reitor só respeitarão resultado da consulta

Eloy, Lessa e Person se comprometem com a paridade

Em debate realizado na sede do jornal Folha Dirigida, na última sexta-feira (22/2), os três candidatos inscritos na consulta à comunidade para escolha do reitor se comprometeram a somente considerar o resultado pela paridade. A informação foi conseguida em visita do professor Person Candido à sede da Adufrj-SSind, no mesmo dia, e foi confirmada pela redação do periódico. Person, Carlos Lessa e Eloy Eharaldt acertaram verbalmente este compromisso, mas pretendem firmar o acordo no papel.

Segundo um dos integrantes da Comissão de Consulta, professor Aloisio Teixeira, já está confirmada a realização de três dos cinco debates oficiais, dos cinco preivistos no regimento eleitoral. Na tarde da útlima sexta-feira (22/2), Aloisio informou que estava tendo dificuldades de reunir toda a Comissão e que estava tentando organizar um encontro na segunda, dia 25/2, para avaliar a viabiliade de mais dois debates oficiais antes do pleito.

Estão confirmados debates no dia 1/3, às 11h, no Auditório do Pedro Calmon, na Praia Vermelha; e no dia 6, também às 11h, no Auditório do Quinhetão, no Centro de Ciências da Saúde. Está praticamente confirmado um terceiro debate no Auditório do Centro de Tecnologia, às 11h, faltando apenas confirmar a data: dia 4 ou 5 de março (segunda ou terça-feira).

A consulta para a escolha do próximo reitor será realizada nos dias 12, 13 e 14 de março e o Colégio Eleitoral se reúne no dia 21.

Candidatos se apresentam à comunidade

Listamos abaixo algumas palestras dos candidatos a reitor que participarão da consulta à comunidade organizada pelos Conselhos Superiores (CEG, CEPG e Consuni). O candidato Eloy Eharaldt foi procurado durante toda a semana pela redação, mas não foi possível conseguir a agenda do candidato. Foram deixados vários recados em seu Departamento e locais de trabalho. Foi deixada mensagem para o professor, também, durante sua participação no debate promovido pelo jornal Folha Dirigida, na manhã do dia 22/2.

Carlos Lessa

25/2 – 12h Auditório do Instituto de Microbiologia

26/2 – 9h Auditório da Escola de Música

27/2 – 12h Auditório do Centro de Tecnologia

28/2 – 10h30 Auditório da Coordenação de Atividades Educacionais (CAE), no Hospital Universitário

Person Candido

25/2 – 11h Auditório G2 da Faculdade de Letras

26/2 – 11h Auditório da Escola de Belas Artes, no prédio da reitoria

27/2 – 12h Auditório do Instituto de Psicologia

28/2 – 10h Auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Movimento pressiona Lerner a resolver impasse

Os professores, estudantes e servidores das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná foram às ruas de Curitiba, dia 19/2, para pressionar o governo a negociar uma proposta que atenda às reivindicações dos grevistas. Cerca de 1.500 pessoas participaram da manifestação, que marcou os 157 dias, ou cinco meses, de greve.

Uma aula pública ministrada pelo professor Nildo Ouriques, do Departamento de Economia da UFSC, na Praça Santos Andrade deu início ao grande ato. Os manifestantes seguiram em direção à Assembléia Legislativa e ao Palácio do Iguaçu. Houve discursos dos presidentes da CUT, João Felício; do Andes-SN, Roberto Leher; da Fasubra, Agnaldo Fernandes; de representante da UNE, entre outros.

Uma comissão, formada pelos presidentes dessas entidades nacionais e pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação de Maringá, Ana Estela Codato, dirigiu-se ao Palácio Iguaçu, sede do governo do Paraná, para protocolar um anteprojeto de lei de suplementação orçamentária de R$ 90 milhões. A investida dos grevistas pretendeu resolver o impasse da greve, criado pelo próprio governo. Para surpresa da comissão e dos demais participantes do ato, o portão do Palácio havia sido fechado com corrente e cadeado. Somente após trinta minutos e sob a guarda da polícia de choque, o portão foi aberto.

Depois desse episódio, que mostra o modo truculento como o governador Jaime Lerner trata os grevistas, a comissão - integrada também por Graça Bollmann e Luiz Allan, da Regional Sul do Andes-SN; Ana Estela Codato, Luís Fernando Reis, do SINTEOESTE; pelo presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Assembléia Legislativa do Paraná, deputado Ângelo Vanhoni (PT-PR) - solicitou audiência com o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Hermas Brandão (PSDB-PR), para encaminhar o Anteprojeto de Lei do Comando de Greve e pedir a mediação dele junto ao governador Jaime Lerner e do secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ramiro Wahrhaftig.

Autonomia sob ameaça

Os servidores e estudantes pedem reajuste nas tabelas do PCCS (Plano de Cargos e Carreiras). O governador, por meio do seu Secretário de C&T, comprometeu-se em enviar à Assembléia Legislativa, no dia 16 de janeiro, um projeto de reajuste linear na base de 30% - R$ 90 milhões no orçamento para 2002. Para indignação dos grevistas, no dia 18/2, o governo apresentou uma proposta de Projeto de Lei de Autonomia Universitária eivada de inconstitucionalidades.

Moção de Repúdio

Os professores da UFRJ reunidos na Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 21 de fevereiro de 2002 vêm a público manifestar seu repúdio aos atos arbitrários e autoritários do governo do estado do Paraná contra professores, funcionários técnico-administrativos e suas entidades sindicais durante o exercício do direito legítimo de greve por melhores condições de trabalho, por reposição salarial e contra a privatização das universidades estaduais. A greve das universidades estaduais do Paraná já dura mais de quatro meses devido à intransigência do governo do estado que se recusa a negociar com os grevistas e atender a suas justas reivindicações. Ao contrário, reage sempre com a utilização de atos de força contra os grevistas, materializados nas medidas repressivas e intimidatórias com ameaças constantes de prisões, de demissões, de corte dos salários e de cobrança de multas diárias extorsivas aos sindicatos caso não haja o término da greve.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2002.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 53 • 4 de março de 2002

CUT convoca greve. Andes-SN avalia movimento nacional durante Congreso em Rio Grande
página 2

Professores debatem formação de Conselho de Representantes para a Adufrj-SSind
página 5

No primeiro debate com candidatos a reitor, perguntas são feitas por escrito
página 4

Próximos debates com os candidatos a reitor da UFRJ

Segunda-feira (4/3)
11h, no Auditório do Centro de Tecnologia

Terça-feira (5/3)
11h30, no Auditório G2 da Faculdade de Letras

Quarta-feira (6/3)
11h, no Auditório do Quinhentão, no CCS

Quinta-feira (7/3)
10h, no Auditório do IFCS

Kelvin Melo

CONGRESSO DO ANDES-SN, EM RIO GRANDE, REÚNE 400 DOCENTES

Rio Grande sedia um dos maiores Congressos do Andes-SN

Durante o evento, foram distribuídos 400 CD-ROM 'Jornais da Adufrj Seção Sindical - registrando a história'. O material fez sucesso entre os dirigentes das demais entidades presentes. O 21º Congresso do Andes-SN aconteceu entre os dias 23 e 28 de fevereiro, em Rio Grande (RS).

Páginas 2 e 8

Movimento

CUT convoca greve

Andes-SN avalia participação na Greve da CUT, dia 21 de março

Defesa dos direitos trabalhistas contidos na CLT, preservação do direito de greve dos servidores e a luta ampla contra o desemprego. Essas são as premissas básicas da CUT para construir a greve geral em 21 de março. As entidades filiadas à Central têm até o dia 8 para se manifestar sobre o protesto. Fora isso, um material único de divulgação já foi produzido pela CUT e a primeira leva deve estar chegando aos sindicatos. A tarefa seguinte será a reativação dos fóruns de luta, o que vai exigir a promoção de plenárias em cada estado.

Congresso debate greve geral

A discussão da greve nacional esteve presente na plenária de instalação e de apresentação de teses sobre a conjuntura do 21º Congresso Nacional do Andes-SN, no Rio Grande (ver matéria na página 8). Embora favorável à paralisação, o delegado da Seção Sindical da UERJ (Asduerj-SSind), José Bruno, questionou a viabilidade de um evento tão grandioso em um prazo tão curto. Essa intervenção provocou várias outras falas a favor da greve geral na data indicada. "Não é 'esperando o momento certo' que isso vai acontecer", criticou Alex Leite, da Seção Sindical da Federal de Piauí (Adufpi-Seção Sindical) um professor. O vice-presidente da regional Sudeste, Marcelo Badaró, também defendeu o movimento: "Este Sindicato teve (e está tendo) um papel exemplar nas greves do ano passado (e nas que estão ocorrendo). E deve ter um papel exemplar para este 21 de março", completou. O secretário-geral do Andes-SN, Edmundo Fernandes, foi mais além: "Ou vamos chorar na beira da calçada ou vamos travar a luta de libertação da classe trabalhadora".

Os professores universitários têm motivos de sobra para participar da iniciativa do dia 21. Além do interesse mais que justificado na defesa do direito de greve, está em jogo a defesa de direitos mínimos da classe trabalhadora, regidos pela CLT. Vale lembrar ainda que a ameaça do emprego público (celetização das atividades) foi temporariamente afastada graças à recente greve, mas permanece como um alerta para o futuro.

Estudantes também vão participar

Na cerimônia de abertura do Congresso, o vice-presidente da UNE, Ademário Costa, já garantiu a participação dos estudantes na greve nacional. "Os estudantes estarão mobilizados. Queremos continuar a luta conjunta com o Andes-SN neste 2002", disse.

Advogado de grevistas sofre atentado

Na semana passada, uma bomba explodiu na casa do advogado dos sindicatos dos professores e funcionários da Universidade Estadual do Paraná (UEL), Jorge Aidar. O veículo da família foi totalmente destruído. Vidros e parte da cobertura da moradia também foram danificados. O advogado estava em casa com a esposa e os filhos quando ouviu um estouro vindo da garagem. Peritos estiveram no local e o Instituto de Criminalística confirmou que a explosão foi causada por uma bomba. O Sindicato dos Professores de Londrina (Sindiprol) divulgou uma nota à imprensa, na qual afirma que o atentado representou uma tentativa de intimidar o movimento grevista.

Governo apela para o corte de salários no Paraná

A greve nas universidades estaduais do Paraná (UEL, Unioeste e UEM) já ultrapassou 160 dias – a mais longa da história das universidades brasileiras.

Até então, nada de negociações, por conta da intransigência do governo Lerner. Ao contrário, o governo decidiu, no dia 25/2, cortar os salários de todos os técnico-administrativos e docentes daquelas IEES como forma de forçar a volta ao trabalho. Reunidos em assembléia, os servidores resolveram manter o movimento.

Para o professor da Estadual de Londrina, Evaristo Colman, do comando local e estadual de greve, "o corte é a última jogada do governo". Ele explica que Jaime Lerner ignorou o movimento desde o seu começo para mostrar "pulso forte e autoridade". No entanto, com o avanço da greve e a persistência dos professores, o governador ficou acuado em sua própria estratégia, ou seja, insiste em não negociar, recorrendo à Justiça para não pagar os grevistas, num ato desesperado.

No dia 26/2, o Comando Estadual de Greve teve uma audiência na Justiça Federal para exigir que Jaime Lerner cumpra a Constituição, repondo as perdas salariais dos últimos sete anos, "sob pena de prisão do governador", disse Colman. Os grevistas também vão pressionar a Assembléia Legislativa, em Curitiba, para que retire da pauta o anteprojeto encaminhado pelo Executivo sobre autonomia universitária – que, na verdade, visa a destruição da universidade e do movimento.

Manuella Soares

MANIFESTAÇÃO DE GREVISTAS DO PARANÁ DURANTE O II FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Greve na Paraíba

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (ADUEPB) recorreu no último dia 25/2 ao bispo de Campina Grande, Dom Matias Patrício, para subscrever a solicitação de uma nova audiência com o governo do Estado. Nas últimas semanas, o Comando de Greve vem travando contatos com as mais diversas personalidades paraibanas. "Nós temos o apoio de todos os segmentos sociais e contamos com todos para conseguirmos uma pauta de audiência com o governo", disse a presidente da ADUEPB, Marlene Alves. A última reunião tratou de uma mesa técnica com representantes do governo do Estado e não foi uma audiência formal. Na oportunidade, os grevistas da UEPB informaram que dados da Secretaria de Finanças atestam a possibilidade de concessão de melhoria salarial aos servidores da Universidade, com expressiva folga de caixa. Segundo o professor Antônio Rangel Júnior, do Comando Estadual de Greve, o movimento grevista já comprovou, por meio de documentos técnicos, que há viabilidade financeira e orçamentária para a concessão de um reajuste que contemple as reivindicações da categoria. "O governo tem se negado, desde março do ano passado, a discutir com o movimento grevista a questão salarial. Há recursos; o que falta é vontade de negociar", afirma Rangel.O Tribunal de Contas da Paraíba decidirá, nesta semana, após reunião com o movimento grevista, sobre o pedido de ilegalidade da greve feito pelo governo.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Caos no sistema acadêmico prejudica estudantes

Na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação (27/2), os conselheiros aprovaram uma recomendação às direções de Unidades para solucionar alguns problemas que vêm ocorrendo com estudantes formandos do período 2001/2. Por conta do adiamento do fim do segundo semestre letivo, em função da greve dos servidores do ano passado, alguns estudantes estão tendo dificuldades para colar grau, mesmo com todos os requisitos acadêmicos concluídos.

Um dos problemas seria, na opinião de alguns conselheiros, como a representante do CCS, Ana Borralho, o fato de o Sistema de Gerenciamento Acadêmico não estar aceitando a inclusão de notas e outros registros.

Alunos aprovados em concursos e que dependem da comprovação do grau seriam os mais prejudicados. Após um breve debate, o colegiado decidiu enviar às Unidades uma recomendação para que a colação de grau, caso necessário, possa ocorrer antes do término do período letivo 2001/2, "desde que o aluno tenha cumprido todos os requisitos acadêmicos".

Sistema acadêmico não funciona

Foi marcada uma sessão do CEG nesta quarta-feira, 6/2, para que a coordenação do Siga/Sira apresente o sistema para os conselheiros. A reunião acontecerá no Núcleo de Computação Eletrônica, às 10h. A sala não foi divulgada.

Os problemas com o Siga não estão afetando somente os formandos. A Faculdade de Letras é um bom exemplo. Segundo a diretora da Unidade e conselheira do CEG, Edione Trindade, a secretaria de ensino não consegue fazer registros de notas, pauta de freqüência e outros atos. A quatro semanas do fim do período, não há sequer como fazer previsão de turmas para os 2.700 estudantes da Unidade. "Estamos em meio ao caos na graduação. A situação da Letras está caótica", desabafou. Outra que criticou as falhas no sistema foi Ana Borralho: "a única coisa que funciona é a exclusão. Em compensação, levo três minutos e meio para excluir uma disciplina, por aluno".

Alojados reclamam de comida estragada

Os estudantes do alojamento continuam a sofrer as penúrias da gestão Vilhena. O alvo agora é o café da manhã. Estudante do segundo período do curso de Engenharia Elétrica, Raphael dos Reis diz que a falta de higiene no preparo dos alimentos é patente. Leite estragado, insetos e até baratas já joram encontradas entre os produtos oferecidos aos alunos. A falta de equipamentos pode ser um dos fatores da carência de limpeza "Não sabemos se por desconhecimento ou pela falta deles, o fato é que os funcionários não estão usando equipamentos adequados para preparar as refeições", diz Raphael.

O estudante criticou também o que chamou de 'propaganda enganosa'. Segundo Raphael são oferecidos iogurtes, fatias de queijo e presunto, entre outras iguarias, mas somente para os cinqüenta alunos que chegam primeiro ao refeitório para o café (são 467 estudantes morando no alojamento).

Na última sessão do CEG (27/2), a representação discente solicitou que o conselho intervenha junto à Divisão de Assistência Estudantil para apurar as denúncias dos alojados. Foi feita uma comunicação por escrito com o relato dos representantes dos alunos sobre a situação. Além da falta de limpeza e da denúncia da oferta de alimentos estragados, foi relatado, ainda, o excesso de lotação dos ônibus da universidade que fazem o trajeto Alojamento-Praia Vermelha, pela manhã. O aumento dos casos de dengue entre os estudantes também foi questionado no documento. As bolsas do Programa de Apoio à Formação Acadêmica de Graduação (Profag) estão sendo pagas com atraso e os estudantes também querem uma resposta para esta situação.

MAIS DE 400 ALUNOS MORAM NO ALOJAMENTO DA UFRJ, NO *CAMPUS* DO FUNDÃO

O drama da assistência

Não é de hoje que o assunto toma conta dos debates no colegiado de graduação, mas, apesar de a UFRJ ter uma Política de Assistência Estudantil aprovada até no Conselho Universitário, as propostas nunca saíram do papel. A alegação da reitoria, na ardente defesa do sub-reitor Ricardo Gattass, é de que não há dinheiro. Lembrado por alguns que o Consuni já aprovou, também, uma verba de R$ 1 milhão para a assistência aos alunos, Gattass desconversou. "Não adianta o Consuni aprovar um montante maior do que o que vem do MEC", justifica. O fato é que os conselhos não têm tido acesso às contas do que é gasto (e onde) na instituição. O dinheiro fica concentrado nas mãos do sub-reitor de Patrimônio (SR-3) e de Pessoal (SR-4), Maurício Arouca, que tem definido à revelia dos colegiados superiores onde devem ou não ser aplicados os recursos. A representante do CCS, Ângela Gonçalves, resumiu a indignação com a falta de transparência: "Não há dinheiro para bolsas, para o alojamento, mas a reitoria tem dinheiro para pagar um gabinete na Av. Beira-Mar, com seguranças particulares para o reitor e para o diretor do Hospital Universitário!".

Jurídico

Liminar proíbe cobrança de mestrado profissionalizante

A Procuradoria Geral da República ganhou uma liminar na Justiça Federal contra a cobrança dos cursos denominados 'mestrados profissio-nalizantes'. A cobrança vinha sendo praticada por várias universidades e instituições de ensino superior públicas e foi considerada inconstitucional. Na UFRJ, a discussão sobre este tipo de mestrado chegou a tomar corpo no Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG) com a apresentação de alguns projetos de Unidades, como a Escola de Engenharia. A polêmica em torno da cobrança gerou indignação de alguns conselheiros e o representante do Consuni, Oscar Rosa Matos, entrou com o pedido de ação junto à Procuradoria, em meados de 2001.

A liminar que impede a cobrança foi expedida em janeiro último pelo Juiz Firly Nascimento Filho, da 5ª Vara Federal. Na liminar, o juiz considera que não há nenhuma distinção entre o curso profissionalizante e o mestrado tradicional: "ambos conferem o título de Mestre, não havendo discriminação de qualquer nível". Era justamente neste argumento (que seriam cursos diferentes e dirigidos a profissionais inseridos ou pretendentes a cargos no mercado) que se baseavam os 'réus' ou os que defenderam a cobrança.

Outra consideração interessante da liminar do juiz foi o fato de considerar que os professores e convidados já têm estabelecidas suas carga horária e remunerações no orçamento da instituição. "A carga horária dos docentes e o ingresso de professores convidados devem se pautar pelo orçamento normal da instituição pública, como ocorre com os mestrados e doutorados acadêmicos. Infelizmente, os mestrados profissionais não constituem a panacéia para resolver a escassez de recursos das instituições públicas. Por outro lado, o *periculum in mora* está caracterizado diante da possibilidade de existência de novos cursos custeados pelo estudante em Universidades Públicas já integrantes".

O professor Rosa Matos espera que propostas de cobrança de cursos desta natureza, na UFRJ e em outras instituições públicas, não retornem aos colegiados acadêmicos.

UFRJ

Comissão marca debates com reitores às vésperas da consulta à comunidade

DCE, Sintufrj e Adufrj-SSind reclamam do formato com perguntas apenas por escrito

Longe de poder se comparado com o ato em defesa da UFRJ, promovido pelas entidades representativas e pelos conselhos superiores no final do ano passado (10/12), o primeiro debate oficial entre os candidatos à consulta prévia para a escolha do próximo reitor na UFRJ não contou com uma participação expressiva da comunidade universitária. Cerca de 60 estudantes, professores e alguns diretores de Unidades e representantes nos colegiados superiores compareceram ao Auditório Pedro Calmon, na manhã da última sexta-feira, 1/3, para ouvir os professores Carlos Lessa (chapa 1), Eloy Eharaldt (chapa 2) e Person Candido (chapa 3).

Os concorrentes tiveram 15 minutos iniciais, cada um, para expor suas plataformas de campanha. Num segundo bloco, a platéia pôde intervir, mas apenas com perguntas por escrito dirigidas à mesa. As respostas foram dadas para o conjunto das questões em dois blocos de 10 minutos para cada. No final do debate, cinco minutos para as últimas considerações. Tanto o Diretório Central dos Estudantes como o Sindicato dos Técnico-administrativos (Sintufrj) enviaram perguntas, mas questionaram o fato de os candidatos terem concordado com esta dinâmica que impediu que as entidades se pronunciassem, assim como os presentes. A Adufrj-SSind estava representada pela vice-presidente, Cleusa Santos, que preferiu não encaminhar perguntas já que estas não poderiam ser feitas no microfone. Na sua avaliação, as regras dos debates precisam ser revistas, pois a falta de espaço para entidades se pronuciarem, no momento tão importante como este, de eleição de dirigentes da instituição, pode resultar na reprodução de uma concepção elitista e conservadora das práticas políticas.

As perguntas da comunidade refletiram preocupações com os projetos de cada um relação ao financiamento da universidade,

as relações internas entre reitoria e Unidades e entre a reitoria e os conselhos superiores. O professor Lessa, que se diz representante dos que resistiram aos quatro anos da gestão Vilhena nos colegiados, afirmou que, ao assumir, estabelecerá a auto-convocação dos conselho, inclusive do Conselho Universitário. Para Lessa, além de se auto-convocarem, os colegiados devem estabelecer suas pautas e as formas de decisão sobre os temas apresentados.

O professor Person se dedicou a criticar o que chamou o tempo todo de corporativismo. Para o candidato da chapa 3, os colegiados devem procurar manter sua institucionalidade independentemente do reitor. Person atacou frontalmente a candidatura de Lessa, considerando ser a chapa do decano do Centro de Ciências Econômicas e Jurídicas "a chapa da Coppe". Isto, porque, os sub-reitores de Patrimônio (SR-3) e de Pós-Graduação e Pesquisa (SR-2) de Lessa são professores do Centro de Tecnologia e de programas da Coppe. Person não apresentou seus nomes para vice-reitor e sub-reitorias. O professor da Escola de Educação Física disse que, se eleito, irá realizar eleições diretas para a escolha dos nomes para as sub-reitorias.

Assim com Person, o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Eloy Eharaldt, também não apresentou nomes para as sub-reitorias. Eloy disse estava aberto para todos aqueles que quisessem participar de sua gestão e também criticou o "corporativismo de grupos" na universidade.

Financiamento

Algumas perguntas da platéia refletiram a preocupação com as formas de financiamento das instituição e com a privatização interna gerada pelas fundações de apoio. Carlos Lessa disse defender a universidade pública e a gratuidade, mas não atacou diretamente o modelo fundacional de captação de recursos. O decano acha de deve haver um censo das entidades de direito privado hoje existentes na UFRJ e considerou a Fundação José Bonifácio "modelar". Lessa também se disse contrário ao projeto do governo federal de transformar as universidades em "escolões terceiro grau". "O escolão é a renúncia da qualidade. A opção pela mediocridade é a opção pelo mercado".

O candidato Person atacou as fundações internas e criticou a falta de transparência nas definições do orçamento. O candidato se mostrou preocupado com o que chamou de privatização "concedida e legitimada pela coletividade". O professor disse que, uma vez reitor, iria promover fóruns de discussão na comunidade para estabelecer um projeto institucional. Este projeto seria levado às instâncias parlamentares do Estado e do Congresso Nacional para a aprovação de um orçamento maior para a UFRJ.

Quanto ao financiamento, Eloy se limitou a propor uma "racionalização" dos recursos e prometeu rever as distribuições orçamentárias já realizadas e ainda não executadas pela gestão Vilhena.

Paridade

Todos os candidatos se comprometeram em apenas considerar o resultado da consulta prévia à comunidade que se realiza nos próximos dias 12, 13 e 14. O resultado deverá ser considerado apenas pela paridade, de acordo com os três professores que, inclusive, assinaram um documento estabelecendo este compromisso junto à comissão da consulta. Na prática, isto é apenas uma intenção dos concorrentes, pois, da forma como foi constituído o processo, nada impede que o nome de um professor que sequer tenha participado da consulta venha a ser apresentado no Colégio Eleitoral. O CE é composto de 84 representantes dos conselhos superiores (CEG, CEPG, Consuni e Conselho de Curadores) e se reúne no dia 21 de março para montar a lista tríplice.

Próximos debates com os candidatos a reitor da UFRJ

Segunda-feira (4/3) – 11h, no Auditório do Centro de Tecnologia

Terça-feira (5/3) – 11h30, no Auditório G2 da Faculdade de Letras

Quarta-feira (6/3) – 11h, no Auditório do Quinhentão, no CCS

Quinta-feira (7/3) – 10h, no Auditório do IFCS

UFRJ

Falta verba para instalar equipamentos do Prorecon

UFRJ não tem orçamento para instalar novas máquinas

Após seis anos de espera, MEC começa a enviar materiais requisitados pela UFRJ durante o processo de licitação do Programa de Reconstrução e Modernização da Infraestrutura de Graduação.

Em entrevista ao Jornal da Adufrj, o superintendente da sub-reitoria de Ensino Graduação e Pesquisa (SR-2), Manoel Aguinaldo Guimarães, deu mais detalhes sobre o Prorecon. O projeto foi concebido em 1996, entretanto, somente no início deste ano, a maioria dos equipamentos começou a ser entregue na universidade. De acordo com Aguinaldo, o Ministério da Educação confeccionou um *site* denominado Sistema de Acompanhamento de Equipamentos (SAE) com todas as informações referentes à nova maquinaria com a data de entrega, um guia de instalação, entre outros dados: "O fato de a UFRJ estar recebendo esses materiais já é de extrema importância para a instituição", afirmou.

Após o aviso do MEC sobre a chegada dos equipamentos, a SR-2 comunicou às Unidades agraciadas pelo programa. Um dos problemas está na verba para instalação, hoje, inexistente na universidade: "A UFRJ não tem orçamento para pôr em funcionamento certas máquinas. A Reitoria está disposta a ajudar as Unidades que não têm condições para instalar os aparelhos recebidos. Os diretores devem entrar em contato com a SR-2", disse. O superintendente completou dizendo que o Hospital Universitário precisa realizar uma obra avaliada em 100 mil reais para recepcionar os equipamentos que estão a caminho.

Materiais serão redistribuídos

Entre os três fornos de *mufla* devolvidos pelo Instituto de Biologia dois foram encaminhados para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e para a Escola de Engenharia. O que restou está sendo disputado pelas Escolas de Belas Artes e de Química. Segundo Aguinaldo, um conjunto de equipamentos está alocado em um depósito na SR-1. Esses aparelhos sobraram após a distribuição para as Unidades. As direções interessadas devem procurar a sub-reitoria.

Movimento

Professores discutem formação de Conselho de Representantes

Na terça-feira, 26/2, onze professores de diversas Unidades participaram, a convite da diretoria da Adufrj-SSind, de uma reunião para tratar da recomposição do Conselho de Representantes da entidade. Foram convidados, num primeiro momento, vinte e dois professores de 18 Unidades da UFRJ para uma reunião com a seguinte pauta: a) Avaliação do processo eleitoral para o conselho de representantes nas Unidades convidadas; b) Estratégias de ação para formação do Conselho de Representantes. Os contatos foram feitos a partir de uma listagem de cerca de 60 docentes que participaram mais efetivamente das últimas ações do movimento. A diretoria informa que não foi possível efetivar o contato com todos os docentes da lista e esta preocupação foi objeto de discussão entre os participantes. Os professores presentes se comprometeram a promover o debate em seus locais de trabalho e ampliar a participação nas próximas reuniões.

Manuella Soares

ONZE PROFESSORES COMPARECERAM NA REUNIÃO SOBRE CR

A diretoria da seção sindical enviou, também, uma carta para a lista de *e-mails* da entidade socializando o debate e estendendo o convite aos professores sindicalizados "cujo compromisso principal seja o de discutir o assunto com os colegas de sua Unidade, para legitimamente representá-los". A próxima reunião acontece dia 5 de março, às 14h, na sede da Adufrj-SSind (Centro de Tecnologia, bloco D – sl 200, Ilha do Fundão). Na pauta, a função do Representante e o papel do Conselho.

Resenha

Matéria do jornal Extra (24/02) diz que os previdenciários não receberão o aumento de 4%, nem a Gratificação de Desempenho da Atividade Previdenciária (GDAP) nos contracheques de fevereiro. Mesmo com a promessa do governo, os servidores federais da categoria devem assinar os termos de opção para ingresso na nova carreira da Previdência. "Ficou acertado que a diferença de fevereiro sai junto com o salário de março", anunciou Vladimir Nepomuceno, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS).

Segundo O Globo (22/02), os partidos de oposição e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) vão intensificar a pressão pela derrubada do projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A central sindical afirma que a reforma trabalhista mudará a lógica da negociação, focalizada na manutenção dos direitos, e não em ganhos reais no salário. Na última terça-feira (26/02), a emenda começou a ser discutida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A votação pode acontecer em duas ou três semanas.

Diz o JB (22/02): a taxa de desemprego passou de 13,7% em novembro de 1995 para 17,9% em igual mês do ano passado de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). O tempo médio que o brasileiro gasta para conseguir uma nova vaga dobrou nos últimos sete anos. Em 1995, um trabalhador ficava cerca de 26 semanas desempregado em São Paulo. Hoje, esse tempo é de 50 semanas. Em Salvador a situação é pior, o prazo chega a 60 semanas.

A Folha de S.Paulo (21/2) destacou que a inflação deve subir em São Paulo. A queda registrada no início do mês foi interrompida pelo aumento do valor de produtos industrializados (sabão em pó e bebidas). Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), nos últimos 30 dias até 14 de fevereiro, houve um acréscimo de 0,30% nos preços.

O JB (27/02) diz que a renda do trabalhador caiu 4% no ano passado. Só no mês de dezembro, os salários encolheram 9% em relação a 2000. Os dados são da Pesquisa Mensal de Emprego divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os mais atingidos foram os empregados com carteira assinada que tiveram uma perda salarial de 5%. Segundo a economista Shyrlene Ramos, o racionamento de energia, os atentados nos Estados Unidos, a crise na Argentina e o crescimento do desemprego nos últimos anos provocaram a queda da renda dos brasileiros em 2001.

O Jornal da Adufrj-SSind abre nesta semana um espaço para a manifestação dos candidatos que participarão da consulta à comunidade para a escolha do próximo reitor da UFRJ. A cada um, foi concedida uma página para a publicação de um texto, título e assinatura. O prazo final para entrega dos artigos, em disquete ou por *e-mail*, foi 28/2, às 10h. Os professores Carlos Lessa (chapa 1), através de sua assessoria de campanha; Eloy Eharaldt (chapa 2) e Person Candido (chapa 3) foram contatados na semana anterior. Apenas o professor Person enviou artigo a esta redação.

Bem Comum
Por uma UFRJ de espírito livre

Person Candido Matias da Silva

Professor da Escola de Educação Física e Desportos

e-mail: *personcm@hotmail.com*

Dirijo-me a você (Professor, técnico-administrativo e estudante) que, assim como eu, acredita no seu trabalho e empenha o seu esforço cotidiano na sustentação desta, que é uma das maiores e melhores instituições universitárias da América Latina, a nossa UFRJ.

Melhorar cada vez mais a Universidade Federal do Rio de Janeiro é possível, tanto quanto possamos perceber que o simples exercício da responsabilidade social nos seja insuficiente. Talvez esta percepção possa nos revelar então o tempo e o espaço da aprendizagem e da experiência da co-responsabilidade social.

Que tempo e espaço podem ser estes? Num tempo, instante em que todos nós possamos nos sentir co-responsáveis pela nossa universidade no estabelecimento de seus rumos e compromissos comuns, bem como resultados a serem buscados e "compartilhados". Num espaço, instante em que a consciência, a humildade e grandeza de cada um, grupo ou corporação decidam aceitar conjugar e partilhar esforços na direção de algum bem superior da UFRJ. Por estes instantes, teremos motivos reais de co-responsabilidade: O Bem Comum.

No caso da nossa comunidade universitária, quer queiramos ou não, este Bem Comum representa-se na afirmação do gesto, em que cada funcionário docente, técnico-administrativo ou estudante é autor e ator da construção de nossa UFRJ. Portanto, o Bem Comum depende da intensidade e proporção das forças e vontades do gesto, no qual reside e repousa a grande potência de nossa co-responsabilidade social.

Todos podemos desenvolver o exercício desta potência (força e vontade do gesto). Para isto, basta apenas a consciência para assumi-la e neste sentido, não é necessário sequer o argumento de autoridade do saber e da erudição da palavra. Basta só querer!

Querer, numa *fé-lícita* (felicidade) de co-responsavelmente partilhar o trilho de caminhos ignorados em campos minados por incertezas do cotidiano do nosso trabalho. E, para isso, não são necessários atos heróicos, grandes sacrifícios pois, os resultados da co-responsabilidade social fluem naturalmente quando indicados pela superação coletiva.

Não pode haver maior felicidade (*fé lícita*) individual e coletiva na UFRJ do que a constatação simples do fato de que, a partir do gesto co-responsável de cada um, reconstruímos permanentemente a nossa comunidade.

Estamos agora vivendo um período marcado e marcante desta reconstrução. Marcado por um processo eleitoral para Reitoria da UFRJ que não nos identifica e marcante pois ele representa a oportunidade de apontar novos rumos e desafios para a instituição que queremos construir: *UMA UNIVERSIDADE DE ESPÍRITO LIVRE*.

O que seria uma universidade de espírito livre senão aquela cujas forças e vontades, potências legítimas de pessoas, grupos e corporações estejam a serviço de objetivos comuns, superiores aos interesses corporativos e favoráveis ao Bem Comum da coletividade.

O Bem Comum portanto, deixa de ser *meio* de justificações corporativas e torna-se *fim*, como perspectiva mais legítima e representativa da corporação, fortalecendo-a na condição de parte que se deixa ouvir pelo todo. É a consciência que nos falta da co-responsabilidade social. Este desafio não pode ser enfrentado ou vencido individualmente, pois é somente superável coletivamente.

Mas, como construir esta consciência coletiva neste momento histórico de escolha para Reitor de nossa Universidade?

- Será através de barganhas de Sub-Reitorias, acordos interesseiros de trocas de favores e cargos, no comprometimento de "setores" que, talvez desocupados tenham tempo para "futricas e fofocas politiqueiras" num possível apoio a este ou aquele candidato?

Ou, será através de um processo de construção ético-política, sem "cartas marcadas", uma consulta de verdade à comunidade, para que a apresentação de opiniões ocorra através de um diálogo aberto, limpo e transparente, onde a posição crítica de cada um permita realmente o enriquecimento das idéias sobre a nossa Universidade e das melhores decisões a serem tomadas?

- Será que, através da insanidade individual corporativa que desconsidera a tudo e a todos, aproveita-se repetidamente de um oportunismo covarde de brechas falaciosas de uma legislação insuficientemente concebida, que não contempla interesses e necessidades coletivas da Universidade e, além disso, ressuscita a triste lembrança da ditadura na famigerada figura de um esdrúxulo Colégio Eleitoral que não se justifica em sentido e em significado?

Ou será através de mecanismos amplos, dinâmicos, abertos e democraticamente participativos que permitam àqueles que tenham propostas a apresentar à Universidade, que o façam de forma justa e igualitária. Mecanismos que respeitem a vontade política determinada do conjunto da maioria da comunidade universitária .

- Será através de um Colégio Eleitoral que, na covardia do voto secreto, possibilita a apresentação repentina de insanos golpistas que, alheios à consulta da comunidade , buscam reiteradamente mais um período de intervenção na nossa Universidade?

Ou será através da razão da consciência crítica que busca o gesto ético, co-responsabilizado com interesse da coletividade. Um gesto que ouve, analisa, discute e troca idéias para, no juízo da fé lícita, tomar suas decisões de forma livre e desimpedida de corrupções ou cooptações daqueles que fazem o espírito pesado de nossa Universidade.

Respostas a estas questões, são desafios à nossa lucidez em perceber a urgência deste momento, de nossa potência e vontade em promover a ruptura necessária para o surgimento de um novo instante da UFRJ, capaz de barrar a tudo que nos aflige e sufoca, e com a nossa coragem determinada na co-responsabilidade e na simplicidade faremos construir pelo exercício da cidadania a soberania necessária.

Estamos esgotados de tanta complexidade. Os ares palacianos da Reitoria distante, monárquica e autoritária já não mais nos impressionam, esgotaram-se na falácia de sua inutilidade. Uma Reitoria que não é partilhada pela coletividade, não pode ser por ela responsabilizada.

Queremos nossa Universidade unida na co-responsabilidade social e na simplicidade cotidiana da construção de uma Sociedade participativa, justa e democrática, e isto a Reitoria da UFRJ deve estar co-responsavelmente apta a representar.

Queremos uma Universidade cujos "magníficos" sejamos nós, funcionários docentes, técnicos administrativos e estudantes, as pessoas que efetivamente, no esforço cotidiano, sustentam com seu trabalho a existência erguida da nossa coletividade, o nosso Bem Comum – a UFRJ de espírito livre.

Venho convidá-lo a afirmar esse compromisso no gesto consciente e responsável do seu voto pelo "Bem Comum" de uma UFRJ de espírito livre, representativo da força e da vontade cidadã de nossa coletividade.

Estaremos sempre juntos nesta caminhada. Até as urnas !

Opinião/Osvaldo Luiz de Souza Silva*

A Democracia é uma bela bromélia, tão linda!

Mas em seu seio podem ser criados germes, vírus

Ao tomar conhecimento da candidatura do engenheiro Eloy para o cargo de Reitor da maior Universidade Federal desse país, me detive por um milésimo de segundo e concluí. Aí está uma das facetas da democracia que deveria ser mais aprimorada. Mas vamos pensar um pouco mais:

a) Esse candidato já foi Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de lá, saiu para ser candidato a Vereador, largando sua turma de graduação e a cadeira da Direção que lhe serviram de trampolim e propaganda. Felizmente, a Vice-Diretora, pessoa de outra estirpe, e a Coordenadora de Graduação, entre outros, "seguraram" a FAU. Mas o pior ainda estava por vir. Sem votos suficientes nas eleições municipais, voltou e desarrumou o que estava sendo remendado com trabalho e dedicação pela comunidade.

b) Como diretor, se indispôs com todas as unidades e órgãos localizados no Prédio da Reitoria, isto é, com a Decania, com a EBA e com o IPPUR, sem gerar nenhum benefício para a FAU que pudesse lhe servir de justificativa. Reteve processos por puro gosto de fomentar a discórdia e de praticar a ilegalidade e a desfaçatez, apostando na impunidade (**está em andamento uma Comissão de Sindicância para apurar sua nítida responsabilidade na retenção e conseqüente extinção de uma verba da CAPES no valor de R$ 12.000,00, doze mil reais para a compra de equipamentos na FAU, diga-se de passagem, esta atual "reitoria" reteve os R$ 22.000,00 vinte e dois mil reais restantes – tudo farinha do mesmo saco!!!**).

c) Ainda como diretor, arrebanhou um bando de indolentes para que, ao sair da direção, os agrupasse no seu departamento de origem, misturando-os a ótimos funcionários e formando lá, um curral eleitoral. Triste tentativa, nada deu certo na eleição recém realizada na FAU. Sua força, como cabo eleitoral, acabou por afundar de vez, o seu candidato, um professor que já possuía extrema rejeição devido às benesses que distribui aos funcionários ausentes e/ou com freqüência ao trabalho de um dia por semana **(e ninguém faz nada para coibir essa prática ilegal – denúncias deste tipo geram reações "estranhas" e o aparecimento instantâneo do bloco do "abafa" – e a vagabundagem se perpetua linda e fagueira).** Resumo da ópera: a chapa perdeu as eleições por vexatória diferença. Prenúncio de que as coisas mudem.

d) Como ser um bom cabo eleitoral frente ao corpo discente, quando durante todo esse período de 2002/1, que começou em agosto, seus alunos só o conheceram a partir de 15 de janeiro de 2002 (**Para entender o caso: as aulas começaram em agosto; houve a greve dos docentes; recomeçaram em dezembro, mas esse candidato à Magnífico só resolveu mover seu corpo até a UFRJ, na segunda quinzena de janeiro de 2002. Quem duvidar – que pergunte aos seus (dele) alunos que viviam, em janeiro deste ano, a perguntar no departamento quem era o professor que eles deveriam ter conhecido no ano passado**).

Uma breve reflexão como essa merece algumas considerações finais:

1) Esse "candidato-nanico", em alusão aos partidos nanicos, não tem chance de vitória, mas não é isso que ele quer. Ele quer ver seu nome na mídia de forma gratuita para, quem sabe, novas candidaturas... Ou terá na manga uma repetição da eleição anterior. Tudo é permitido e nada é ilegal. O Ministro da Educação já informou que vai ficar no cargo até as eleições presidenciais, pois não vai se candidatar a nenhum cargo. Coitado!

2) Sua pretensão é fruto do estágio atual em que vive a nossa UFRJ, conjuntura que produziu o atual "reitor". Solo fértil e criadouro desses aventureiros com **"Dotorado"** de **"vai uma graxa aí dotô".** Diploma conseguido, é bom que se diga, na COPPE que já foi mais lúcida ao criar e desenvolver nossos pensadores e cientistas.

3) Assim como para Presidente da República, toda assunção a cargos de importância absoluta, como Reitor, deveria ser precedida de um exame psiquiátrico sério. As palavras do engenheiro, no número **51** do Jornal da ADUFRJ, tais como: "…[ ] ***trabalho no anonimato***…[ ]; ou [ ]…***quero que todos (comunidade) participem. E quero levar esse espírito de equipe para a reitoria***" [ ], e mais a afirmativa de que "***não tem pretensões políticas com a sua candidatura***" reforçam a necessidade premente desses exames. Melhor seria, se fossem exames freqüentes para Reitores e, da mesma forma, para um bom número de professores. Ninguém controla esses excessos e os alunos seriam eternamente gratos se isso acontecesse.

A vida estressante e os salários achatados contribuem para esse caos no cérebro de muitos. Talvez eu mesmo esteja ficando louco e tudo isso pode não passar de um trote nos alunos calouros e nos demais incautos.

Vou esperar pela resposta. Se houver, não estarei louco!. O problema é como me responder: Alguém vai ajudá-lo a formular a resposta? Como concatenar idéias? Como redigir laudas? Como escrever artigos? Como proferir palestras? Como presidir uma Escola? Como representar uma Universidade? **O atual "reitor" está fazendo escola**.

A maioria de indiferentes, aquela maioria que quer viver numa penumbra conveniente é a produtora desses fenômenos. Imaginemos ter um dia, somente candidatos nanicos e aventureiros. Espero estar aposentado ou mesmo louco. A democracia tem ser mantida como instrumento de conquistas para todos e isso é tarefa para os atentos e solidários.

Te cuida, UFRJ!

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2002.

*Ex-conselheiro da Adufrj-SSind pela FAU (o professor encaminhou o artigo a esta redação, comprometendo-se integralmente com as denúncias apresentadas)

UFRJ

Prefeitura exige demolição de cantina na Praia Vermelha

Na última semana, a responsável pelo Astériu's Bar do *campus* da Praia Vermelha, Lisania Carvalho, foi informada pela Prefeitura Universitária que a cantina seria demolida. No ano passado, o subprefeito Paulo Mário procurou a proprietária do bar e apresentou uma planta para a urbanização do local: "O sub-prefeito exigiu que as obras fossem iniciadas o mais rápido possível", disse Lisania. Entretanto, na terça-feira (26/02), diretores das Unidades do *campus* decidiram por fim à reforma do espaço e pediram a demolição da cantina. Os estudantes do Instituto de Psicologia resolveram organizar um abaixo-assinado pela permanência do estabelecimento. De acordo com Lisania Carvalho, sua família trabalha na Praia Vermelha desde os anos oitenta a partir de um projeto autorizado pela universidade: "Esta determinação não tem qualquer valor legal já que foi tomada por diretores e não se constitui em instância deliberativa da UFRJ. A Prefeitura deve-se preocupar com assuntos maiores, como o Bingo e o Canecão, e não realizar obras sem consultar a comunidade acadêmica", concluiu.

Eleições secretas na Faculdade de Direito

A Congregação da Faculdade de Direito reuniu-se na sexta-feira (22/02) e elaborou os nomes da lista tríplice para a direção da Unidade. Os candidatos são os professores Armênio da Cruz (atual diretor), Francisco Amaral e Luiz Alberto de Solza Silva. Entretanto, não foi realizada nenhuma consulta à comunidade acadêmica. O encontro foi marcado às pressas e durou apenas cinco minutos, de acordo com o professor da Unidade, José Ribas Vieira. Além disso, os alunos foram proibidos de assistir à reunião por "seguranças" de paletó e gravata e armados. Apesar dos protestos dos estudantes, o responsável pelo impedimento da entrada afirmou estar defendendo o patrimônio da universidade. O Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco) queria colocar na lista tríplice o nome de José Ribas, mas ele se negou a competir se não houvesse uma consulta ampla. É bom lembrar que no mês passado, a Comissão de Consulta, formada pelo professor Armênio, se comprometeu em reunir a Congregação para convocar novas eleições (veja jornal n.º 50, de 28 de janeiro).

Movimento

Andes-SN realiza um de seus maiores Congressos

Com o tema "Projeto Histórico e Educação: a luta do sindicalismo classista", o 21º Congresso do Andes-SN teve início na noite do último dia 23. Realizado na cidade do Rio Grande (RS), o evento reuniu 321 delegados e 46 observadores, oriundos de 61 seções sindicais – o que já o qualificou como um dos maiores encontros do Sindicato Nacional.

Aplaudido de pé ao ser chamado para compor a mesa de abertura do Congresso, o presidente do Andes-SN, Roberto Leher, deu início aos trabalhos. O dirigente citou o exemplo de luta dos professores das universidades estaduais do Paraná e da Paraíba e alertou os presentes para a proximidade de uma data importante: 21 de março, dia da greve geral convocada pela CUT. Roberto Leher observou que o tema do Congresso está sendo debatido em todos os lugares do mundo. "Projetos alternativos estão sendo discutidos. O Fórum Social Mundial é um exemplo", disse.

Por fim, o presidente do Andes-SN lembrou a todos o importante papel que a entidade deve ter no enfrentamento do "capitalismo dependente", cujas forças se reorganizaram após o '11 de setembro' e que agora se utilizam de violenta repressão (ataque ao Afeganistão, ataque aos palestinos, Plano Colômbia, apoio do FMI a um golpe na Venezuela, assassinato de sindicalistas e de líderes da oposição).

O integrante da Executiva Nacional da CUT, José Maria de Almeida, referindo-se à greve nas instituições federais de ensino superior do ano passado, avaliou que "a classe trabalhadora pôde vivenciar um exemplo de garra que combateu o modelo neoliberal. Aquela greve mostrou que é possível lutar e é possível vencer".

Kelvin Melo

O PRESIDENTE, ROBERTO LEHER, EM PLENÁRIA DO 21º CONGRESSO DO ANDES-SN, NO RIO GRANDE

O coordenador da Fasubra, Agnaldo Fernandes, também comemorou o resultado da greve, mas pediu reflexões sobre o ocorrido. Para ele, o enfrentamento conjunto de professores, funcionários e alunos foi fundamental. "Mostrou a importância do processo de unificação das lutas e – quem sabe? – de uma entidade única", comentou.

O vice-presidente da Regional Sul, Luiz Lucas, analisou que a proximidade do Brasil com a Argentina "é mais que uma realidade geográfica". "Os males da Argentina são os nosso males", afirmou. Lucas também falou sobre a greve das federais em 2001: "Saímos de um movimento que foi marcante. Mais que o ganho econômico, conseguimos recompor a nossa força de mobilização. Nunca mais depois dessa greve (e o ministro Paulo Renato sabe muito bem disso) seremos desrespeitados", completou.

O Congresso é a instância deliberativa máxima do sindicato e definiu as lutas e propostas da entidade para este ano. Além disso, foi um congresso eleitoral porque, durante seu desenvolvimento, ficaram definidas as chapas que concorrerão às novas eleições do Sindicato Nacional, em maio. Os detalhes sobre a eleição, principais nomes das chapas, entre outros, serão divulgados nas próximas publicações da Adufrj-SSind.

Líder comunitária emociona participantes

Uma intervenção que emocionou a todos na cerimônia de abertura do Congresso foi a de Maria Odete Martins, líder de uma associação comunitária pesqueira no litoral do Ceará e convidada especial da diretoria do Andes-SN. Maria contou a sua história de lutas contra grileiro de terras e especuladores imobiliários naquela região. A líder comunitária está enfrentando agora os interesses da poderosa empreiteira Odebrecht. Mas ela não se intimida: "Quando você derrama seu próprio sangue na luta, na busca de seus direitos, é um sangue bem derramado", contou, sob aplausos gerais.

Entidades nacionais comparecem

Além da CUT e da Fasubra, também estiveram presentes na abertura do Congresso representantes da UNE, do Sinasefe, da Confederação de Educadores Americanos (CEA), da Unafisco, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), políticos de esquerda e um integrante do comitê nacional do Fórum Social Mundial, entre outros nomes.

MEC descumpre novamente a lei

Até quinta-feira (28/02), os professores dos primeiro e segundo graus continuavam sem qualquer informação sobre o pagamento da Gratificação de Incentivo à Docência (GID), que deveria constar no contracheque de fevereiro. O não pagamento caracteriza mais uma desobediência do MEC às leis. Aprovada em dezembro do ano passado pelo Congresso Nacional, a lei da GID foi uma das principais polêmicas da greve dos docentes em 2001, e o presidente do Andes-SN, Roberto Leher, já encaminhou ao ministro da Educação, Paulo Renato, ofício solicitando esclarecimentos e encaminhamentos para que a lei seja cumprida (veja ao lado). Fonte: Imprensa/Andes-SN.

Carta do Andes-SN ao MEC

Carta Nº 049/2002.
Brasília, 25 de fevereiro de 2002.

Excelentíssimo Senhor
PAULO RENATO SOUZA
Ministro de Estado da Educação

Senhor Ministro:

Como parte do Termo de Acordo que permitiu o encerramento da Greve Nacional das Instituições Federais de Ensino ficou estabelecido que as alterações nos valores da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) passariam a vigir a partir de 1º de fevereiro de 2002. No entanto, docentes que atuam nos CEFET, Colégios de Aplicação e outras unidades de ensino básico, constataram, em consulta ao sistema SIAPE, que, diferente do previsto no Termo de Acordo e na Lei Nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002, não houve a correção da GID.

Cumpre registrar que, neste momento, o Andes-SN realiza o maior Congresso de sua história (21 Congresso, 23 a 28 de fevereiro), com 321 delegados e 46 observadores de todo o país, entre os quais muitos pertencem à carreira do magistério do ensino básico. A não correção da gratificação produziu justa inquietação em todos os delegados.

Com o objetivo de esclarecer os motivos que levaram ao preocupante atraso na implementação de mais este item do Termo de Acordo, além do atraso na instalação das mesas de negociação, conforme já expresso pelo Andes-SN em ofícios anteriores, solicitamos a V. Exª informações sobre a referida questão com a urgência que a situação exige e a adoção de medidas que possibilitem o pagamento imediato dos valores corrigidos da GID.

Atenciosamente,
Roberto Leher
Presidente
C/C
- Secretaria de Educação Superior – SESU/MEC
Prof. CÉSAR DE SÁ BARRETO
- Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico
Prof. Rui Berger

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 54 11 de março de 2002

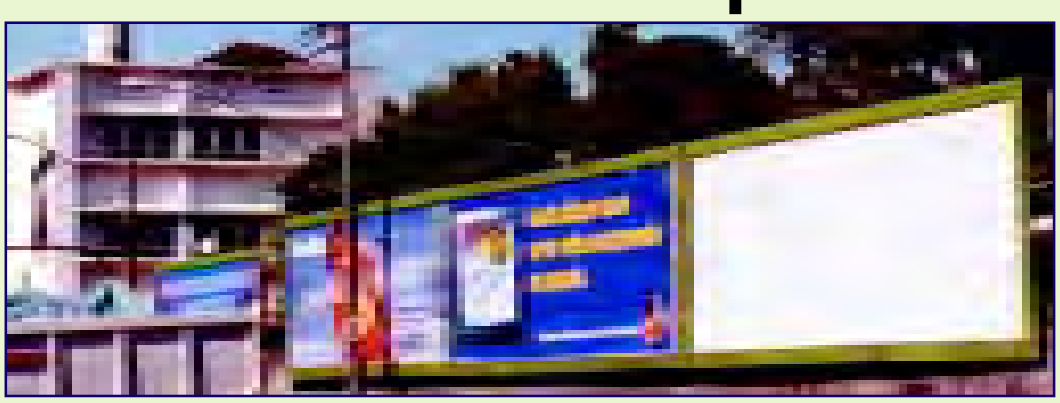
UFRJ escolhe novo reitor

A comunidade não foi aos debates oficiais entre os reitoráveis (muito por conta da pouca divulgação e do formato dos eventos). No entanto, está marcada para os dias 12, 13 e 14 de março a consulta à comunidade para escolha do próximo reitor. É a hora de votar, mesmo que o critério oficial de proporcionalidade dê pouca representatividade aos estudantes e funcionários técnico-administrativos. A mobilização em torno desse processo, considerado longe do ideal, será a arma contra uma possível candidatura oportunista. E pior: vilhenista...

Páginas 4 e 5 e encarte especial nesta edição

Atentado contra a livre expressão

No final de fevereiro, as entidades representativas da UFRJ (Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG) resolveram dar continuidade à campanha "Fora, Vilhena". Foram contratados quatro outdoors, em diferentes pontos da cidade. A arte (ao lado, abaixo) a ser usada seria a mesma utilizada na campanha disparada durante a greve de 2001. Na última terça-feira (5/3), sem nenhuma explicação, as empresas responsáveis pela veiculação da propaganda cobriram a arte (foto). Ninguém quis se responsabilizar pelo ato. A Adufrj-SSind estuda a possibilidade de entrar com uma ação contra as empresas.



Assembléia Geral

13 de março quarta-feira

9:30 horas

Centro de Tecnologia
COPPE
G-122

Pauta
Encaminhamentos do 21º Congresso
a) Dia Nacional de Luta 20/3
b) Greve Nacional 24h 21/3
Eleições da diretoria da Adufrj-SSind
Eleição de delegados para Plenária dos SPF 17/3

Novo sistema de Gerenciamento Acadêmico é apresentado ao CEG
Página 3

Conselheiros temem golpe no processo de escolha do reitor
Página 5

Principais deliberações do 21º Congresso do Sindicato Nacional
Páginas 6 e 7

2002 também é ano eleitoral para o Andes-SN
Página 8

Editorial

Eleições Silenciosas

Está em curso na UFRJ um processo eleitoral para reitor. Entretanto, ao invés do clima exaltado comum nas campanhas deste gênero, das panfletagens com militantes decorados com adesivos, botões ou similares da cabeça aos pés, das conversas presentes nos corredores, no cafezinho e até nas salas de aula ou dos debates apaixonados sobre as propostas dos candidatos, reina até agora por todo o *campus* um clima geral de apatia e de silêncio. Após quatro anos de turbulência diária e de luta constante contra um interventor nomeado à revelia do resultado das urnas, este quadro é, no mínimo, preocupante.

O aparente desinteresse da comunidade universitária da UFRJ pode ser atribuído a várias causas, mas alguns aspectos do atual processo eleitoral merecem destaque. A construção das candidaturas não privilegiou o debate público nem o confronto de projetos de universidade. A lógica predominante de compor uma grande aliança em torno de um candidato de consenso para atender a diversas concepções de universidade acabou por descaracterizar um modelo a ser adotado e, na prática, impedir o necessário debate político sobre que universidade seria essa. Só na última sexta-feira*, por exemplo, a comissão eleitoral estabeleceu um calendário de debates públicos com os candidatos, dentro de prazos exíguos estipulados pelo Conselho Universitário!

Ao se enfatizar a autonomia quase absoluta do colégio eleitoral formado pelos conselhos superiores para a escolha da lista tríplice, e realizar uma consulta à comunidade com ponderação inxepressiva para os votos de alunos e de funcionários técnico-administrativos, retiram-se da comunidade o estímulo e a responsabilidade de participação, o compromisso com o resultado e a perspectiva de que este processo possa trazer mudanças significativas. Mais grave ainda, não há sequer garantias de que o resultado da consulta será respeitado – existe a possibilidade de que o colégio eleitoral considere nomes para compor a lista que não tenham se apresentado antes como candidatos. A constatação de que este quadro contém retrocessos em relação à organização de processos eleitorais anteriores é inevitável.

Abrir mão agora do debate político para a construção coletiva de um projeto de universidade e alijar boa parte da comunidade acadêmica do processo decisório comprometem não só a legitimidade do processo eleitoral em andamento, mas também a possibilidade de uma gestão de fato democrática mais adiante. Isto coloca na ordem do dia a discussão sobre a necessidade de um processo estatuinte na UFRJ.

José Henrique Sanglard
Presidente da seção sindical dos docentes da UFRJ

*o artigo foi publicado no jornal O Globo no dia 4/3, mas foi escrito originalmente na sexta-feira 22 de fevereiro.

Anote

Encontro Nacional de Política Sindical

Com o objetivo de subsidiar o movimento com uma discussão mais aprofundada para formulação de propostas no campo da política e organização sindical, o Andes-SN está convocando as seções sindicais para participação no Encontro Nacional de Política Sindical, nos dias 22, 23 e 24 de março, em Niterói. Os representantes das seções sindicais neste evento devem se inscrever até o dia 19 de março na Secretaria Regional Rio do Andes-SN.

4º Coned

Um dos espaços de luta do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública é o Congresso Nacional de Educação - CONED (www.coned.org.br), que chega agora à 4ª edição. O evento será realizado entre os dias 23 e 26 de abril, no Palácio do Anhembi, em São Paulo. Os CONEDs anteriores construíram e consolidaram o Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira (1996 e 1997, em Belo Horizonte; 1999, em Porto Alegre). O desafio do 4º CONED é ampliar as condições para mobilizar e organizar os trabalhadores em Educação e outros setores da sociedade para o enfrentamento e a superação das políticas educacionais vigentes. Além disso, possibilitar uma intervenção qualificada e crítica na elaboração e implementação de planos estaduais e municipais de educação, referenciados no Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira. As inscrições no Congresso podem ser feitas até 18 de abril; as inscrições de trabalhos podem ser feitas até 23 de março.

Esclarecimento

No jornal nº 52, de 25 de fevereiro, a professora Alice França Leite escreveu uma carta para a Adufrj-SSind por dois motivos: primeiro, agradecia a recuperação de uma quantia em seu contracheque (devido a um corte pela reitoria) e, depois, perguntava se não seria possível organizar uma entidade representativa dos professores aposentados.

A esse respeito, a diretoria da Adufrj-SSind esclarece que, na seção sindical, os professores aposentados têm os mesmos direitos dos docentes da ativa. Durante as assembléias de greve, muitos perguntavam se os aposentados poderiam votar (o que era confirmado pela mesa). Até como exemplo recente, um professor aposentado integrou a delegação da Adufrj-SSind que participou do 21º Congresso do Andes-SN, em Rio Grande (RS).

Nesse sentido, a diretoria da entidade aproveita para convidar a professora Alice a conhecer a sede do sindicato (reformada recentemente) e, se for do interesse, integrar o grupo de trabalho de Seguridade Social e Aposentadoria, ou outro GT de seu interesse.

Cartas

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2002.
À Adufrj-SSind
Assunto: Agradecimento por doação.
Prezados Senhores,

A Biblioteca do Instituto de Psiquiatria – IPUB/UFRJ agradece a doação do CD-ROM Jornais da Adufrj-Seção Sindical, registrando a História. Sem dúvida, esta obra irá enriquecer ainda mais seu valioso acervo.

Atenciosamente,

Vera Lúcia Nery
Bibliotecária IPUB/UFRJ
João Ferreira da Silva Filho
Diretor IPUB/UFRJ

Fortaleza, 01 de março de 2002.
Assunto: Adufc parabeniza.

A Diretoria executiva da Adufc-SSind, irmanada na luta pela construção de um Sindicalismo Classista e Combativo, parabeniza a Adufrj-Ssind pela brilhante iniciativa de disponibilizar, em CD-ROM, os boletins e jornais expedidos durante os 23 anos de sua existência.

Saudações Sindicais,

Profª. Rosemary Conti
Vice-Presidente da Adufc-Seção Sindical do Andes-SN.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Sistema de Gerenciamento Acadêmico é apresentado ao CEG

A menos de dois meses para o início efetivo do primeiro semestre de 2002, a reitoria, em final de mandato, resolveu implantar um novo e sofisticado sistema de registro acadêmico, agora denominado SIGA – Sistema de Gerenciamento Acadêmico. Segundo o responsável pelo projeto e por sua montagem, Gilson Tavares, o SIGA pode ser acessado por professores, estudantes e funcionários no sítio da universidade (www.ufrj.br) ou, diretamente, na Intranet (intranet.ufrj.br). As novidades são muitas. Teoricamente, o SIGA tem capacidade para 'dialogar' com todas as bases de dados da universidade. Isso significa que, por exemplo, ao realizar uma previsão de turmas, o docente ou o secretário acadêmico podem fazer buscas *on line* de salas de aulas e laboratórios disponíveis, horários, concomitância com outros professores (compartilhamento de disciplinas), entre outras. O sistema de periodização também acabou ficando bastante "flexível". Segundo Gilson, cada Unidade poderá definir sua periodização, desde que respeitando o calendário geral definido nos colegiados superiores de início e fim dos atos acadêmicos. Os conselheiros do CEG não debateram as implicações desta nova estrutura, o que deve ocorrer nas próximas sessões.

Munidos de uma quantidade bem maior e mais 'amigável' de ferramentas disponíveis, os usuários da universidade poderão realizar via computador todas as tarefas administrativas e acadêmicas de competência de cada segmento. De posse do CPF e senha (que são as matrículas de cada um, podendo ser alteradas ainda no primeiro acesso), pode-se ter acesso a diários de aula, boletim escolar, históricos, relatórios vários, alteração de graus e freqüências (AGF) etc. Segundo o funcionário do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE), no novo sistema, cada segmento de usuário tem seu acesso personalizado. Assim, alguns funcionários, por exemplo, têm acesso apenas a determinadas ferramentas para determinados atos acadêmicos. A escolha da competência de cada um é definida nas Unidades.

Os professores têm acesso a quase tudo, inclusive ao boletim oficial de todos os alunos, independente de serem do seu curso ou disciplinas. Aos estudantes, cabe o acesso a atos de pedidos de inclusão, exclusão, transferências de turma e outros desta natureza.

Uma novidade para os estudantes é que não haverá pré-inscrição em disciplinas (pré-matrícula). As inscrições serão feitas no prazo determinado pelos colegiados acadêmicos superiores. No caso da graduação, os alunos têm entre os dias 6 e 10/4, para os calouros; e 6 a 26/4, para os demais, para se inscreverem nas matérias de interesse. As listas de 'espera' não vão mais estar disponíveis. Quem perder uma vaga durante o período de inscrição não poderá aguardar alguma desistência até o final do período de trancamento. Alguns conselheiros, inclusive a representante discente Flávia dos Santos, questionaram este procedimento, considerando que, pelo menos, as coordenações de curso têm que ter acesso às listas de espera para estudarem os casos e, até, providenciarem turmas extras, caso necessário (e possível).

Depois da bonança, a tempestade

A impecável apresentação do SIGA pelo técnico do NCE não conseguiu evitar as reclamações dos conselheiros e de alguns coordenadores de curso de que, na prática, a 'coisa' não funciona. Gilson reconheceu que o sistema é demasiado sofisticado para o padrão de equipamentos disponíveis nas Unidades e departamentos. Para rodar o SIGA, é necessária uma máquina com a configuração mínima: Pentium 200 com 64mb e monitor com resolução 600x800 dpi, além dos programas Internet Explorer 6.0 e Acrobat 5.0. Apesar de ser uma configuração considerada obsoleta, a realidade das Unidades é bem pior. Em Unidades como Letras, Direito, Belas Artes e tantas outras, o que predomina, ainda, são os velhos 486. Outro probleminha: quem não se lembra do Sigma (antigo Sistema de Gerenciamento), que só rodava no Netscape 4.5? Agora, a reitoria cria um novo sistema que só roda no concorrente Internet Explorer 6.0!

E para quem quiser seguir os ensinamentos do americano difusor da Intenet livre, Richard Stellman, e fugir das amarras do mercado, a alternativa é nenhuma. A reitoria de Vilhena privilegiou (ou impôs) aumentar o 'contracheque' de Bill Gates e a opção para o SIGA ficou restrita ao Windows. Nada de Linux ou Free BSD.

Experiências

Durante a apresentação, Gilson Tavares e sua equipe fizeram demonstrações de 'casos' de atos acadêmicos como uma previsão hipotética de turma. Durante as demonstrações, os representantes do CEG iam lembrando dos casos reais ocorridos nas suas Unidades ou casas, em que o sistema falhava ou não completava a tarefa solicitada. Para estes, Gilson respondeu que, além da configuração, o problema era da comunicação entre a rede interna da universidade e a Rede Rio (gerenciada pelo Laboratório Nacional de Computação Científica) e a rede comercial (.com). Mas Gilson garantiu que, internamente, a velocidade de acesso pode chegar a 200mb/seg. De novo, a culpa é das máquinas obsoletas.

O técnico não conseguiu resolver o único caso apresentado pela platéia. Exatamente uma inclusão de disciplina solicitada por uma aluna da Faculdade de Letras, apresentada pela professora da Unidade, Mônica Nobre. Gilson até brincou: "você já tinha tentado e não deu certo, não é? Essa foi para me pegar." Pilhérias à parte, a brincadeirinha reflete exatamente a atual situação da comunidade às vésperas do início do primeiro semestre acadêmico de 2002.

UFRJ

Prefeitura decidirá destino do Astériu's Bar

Na segunda-feira (4/3), em uma reunião da comunidade acadêmica da Praia Vermelha com o sub-prefeito Paulo Mário e a responsável pelo Astériu's Bar, Lisania Carvalho, foi discutido o que será feito no local da antiga cantina. Os diretores da Escola de Serviço Social, do Instituto de Psicologia e da Escola de Comunicação compareceram ao encontro e entregaram aos presentes uma Nota de Esclarecimento sobre o caso. O documento afirma que a intenção das Unidades era "suscitar discussão sobre a ocupação dos espaços públicos do *campus*" e não, exigir a demolição do estabelecimento. A nota também faz referência ao pedido de um parecer da Procuradoria da universidade, que ainda não se manifestou.

De acordo com a aluna de Psicologia, Alana Mattos, estudantes, professores e funcionários da UFRJ decidiram encaminhar à sede da Prefeitura Universitária (PU), na Ilha do Fundão, toda a documentação referente à situação do bar. Além disso, o abaixo-assinado com mais de 600 assinaturas, recolhido pelo Centro Acadêmico de Psicologia foi anexado ao processo. "O Astériu's Bar é uma das únicas cantinas que fica aberta à noite para quem estuda aqui. O bar é um patrimônio afetivo da UFRJ e está regulamentado. Todos nós queremos que as obras da reforma recomecem imediatamente", disse a estudante.

Em artigo enviado à Adufrj-SSind (o texto completo será publicado na próxima semana e já está disponível no *site* www.adufrj.org.br), o professor da Escola de Serviço Social, Francisco Ary Fernandes de Medeiros, comentou a atitude dos diretores das Unidades do *campus*: "Ao emitir tal "ordem", aquele grupo apenas deixou claro o completo despreparo para gerir os assuntos das diferentes Unidades, visto que parecem desconhecer as atribuições que lhes competem, assim como as definições estatutárias e regimentais que têm de respeitar".

Uma nova reunião foi marcada para esta segunda-feira (11/3) na sub-prefeitura, na qual as partes envolvidas vão tentar solucionar o caso. Enquanto isso, a reforma e a demolição da cantina estão suspensas, deixando sem muitas opções a comunidade da Praia Vermelha.

UFRJ

Comunidade não vai aos debates of

Pleito se realiza nos dias 12, 13 e 14 de março e o mais importante agora é reagir contra uma possível candidatura vilhenista de última hora

Pouca participação da comunidade foi a tônica dos debates entre os candidatos a reitor. A pouca divulgação, a marcação das discussões para um período muito próximo às eleições e o formato dos encontros (só eram permitidas perguntas aos integrantes da mesa por escrito) contribuíram em muito para o fracasso dos eventos. No mais concorrido deles, cerca de 150 pessoas foram ao Auditório do Quinhentão (CCS) no dia 6/3.

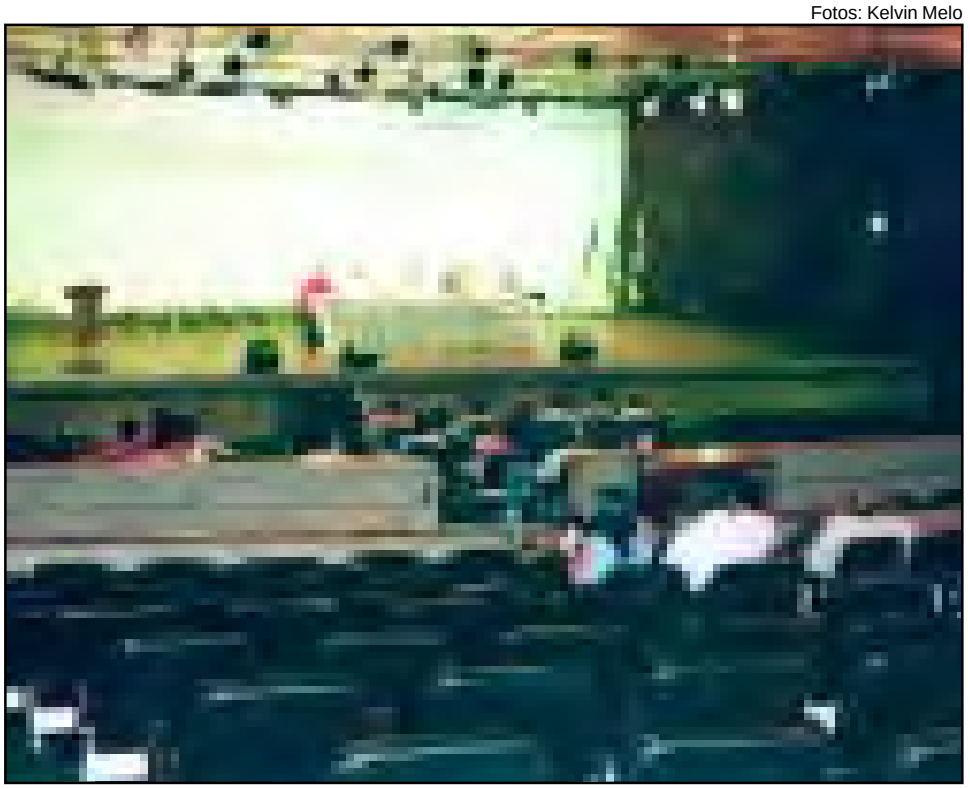
Apesar dos problemas que este processo apresenta, professores, funcionários e estudantes devem comparecer às urnas nos dias 12, 13 e 14 de março para participar da consulta. E mais importante que tudo: devem se preparar para reagir contra uma possível candidatura de última hora, no Colégio Eleitoral que se reúne em 21/3.

A reportagem da Adufrj-SSind marcou presença nos debates do Centro de Tecnologia, na Letras e no Centro de Ciências da Saúde. Os candidatos Carlos Lessa (decano do CCJE), Person Candido (professor da EEFD) e Eloy Eharaldt (FAU) se apresentaram para as platéias locais e discorreram sobre alguns temas, com poucas alterações de um debate para outro. O respeito aos colegiados, assistência estudantil, política de segurança para a UFRJ e gestão Vilhena eram os temas recorrentes.

Carlos Lessa (chapa 1)

O reitorável mais conhecido desta campanha destacou que o receituário neoliberal é o grande responsável pelos problemas atuais da Universidade. Segundo ele, a política econômica cria uma "gigantesca camisa-de-força" nos gastos públicos, o que leva à estagnação ou involução da economia. Lessa observa que o Brasil gasta apenas 4,8% do Produto Interno Bruto com Educação. Esse percentual é inferior à média européia (7%). Além disso, completa o decano do CCJE, existe uma falsa propaganda governamental de que se investe muito no setor. "O que se faz, na verdade, é lutar pelo superávit fiscal", afirmou.

Fotos: Kelvin Melo



AUDITÓRIO DO CENTRO DE TECNOLOGIA NO DIA 4 DE MARÇO

AUDITÓRIO DO QUINHENTÃO NO DIA 6 DE MARÇO

Eloy Eharaldt (chapa 2)

A palavra de ordem do professor Eloy nos debates foi "cooperativismo". "Isso implica muito trabalho e a participação de todos", comentou. Para levar a efeito essa política, Eloy propõe a criação de ouvidorias em cada local de trabalho da UFRJ. "Devo muito à universidade e quero recuperá-la", disse.

Em suas intervenções, Eloy citou que a UFRJ está "doente" e deu o exemplo do grande número de faltosos para o vestibular (quase 30%) como um sintoma.

Person Candido (chapa 3)

O candidato da chapa 3, durante sua apresentação, criticou duramente a organização da consulta. Segundo ele, os debates se transformaram em um "cenário para legitimar as eleições que se dizem democráticas". Person responsabilizou o Consuni e a comissão eleitoral pela fraca participação da comunidade no processo dos debates. "Tínhamos que fazer disso (a consulta, os debates) um grande momento", afirmou. Fora isso, o professor da EEFD disse que não acredita que o MEC vá desrespeitar o resultado da consulta. De acordo com Person, não interessaria aos partidos governistas abrir um novo conflito com as universidades brasileiras neste momento (ano eleitoral).

Notas dos debates

Durante o quarto debate (no CCS), o presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, compareceu e distribuiu aos reitoráveis a Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira.

Também durante o quarto debate, os organizadores tentaram minimizar a impressão de que a comunidade estava muito distanciada do processo de discussão. Foram convidados, para compor a mesa, uma aluna de graduação, um estudante de pós-graduação e um funcionário (todos do CCS).

Mesmo sendo o mais cheio dos debates, o do CCS não conseguiu superar o interesse despertado, a poucos metros dali, por um corredor com trabalhos inscritos na Jornada de Iniciação Científica da universidade. Os painéis estavam cercados de dezenas de estudantes e professores (foto).

As provocação de Person a Lessa também marcaram alguns dos debates. O professor da EEFD questionou os custos da campanha do adversário, com diversas faixas espalhadas pelos campi, e folhetos impressos. Lessa respondeu que tudo está sendo garantido por uma cotização dos integrantes da chapa (num total de R$ 1,6 mil).

Após a reclamação das entidades sobre o formato do debate, os candidatos e a comissão de coordenação da consulta bem que comentaram que haveria uma abertura de tempo para Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG. Parece que o assunto caiu no esquecimento...

iciais entre reitoráveis

A seguir, algumas idéias dos candidatos:

Assistência Estudantil

Carlos Lessa pretende destinar metade dos recursos livres extra-orçamentários para bolsas-auxílio aos estudantes carentes. Segundo ele, isso significaria 300 bolsas de duas mil necessárias. Ele reconhece que é pouco e também defendeu os restaurantes universitários (bandejões). O professor Eloy questionou se seria tão difícil assim resolver esse problema. "Temos que ouvir os que reclamam", observou. Eloy quer a melhoria na assistência, com alojamentos projetados adequadamente e criação de bandejões a preços populares. Person deseja implementar políticas de assistência estudantil, particularmente no que se refere à segurança e transporte do *campus* universitário, alimentação e alojamento dignos aos estudantes de modo geral e com prioridade aos de baixa renda.

Gestão Vilhena

Lessa argumentou que, durante a administração vilhenista, fez parte da resistência no Conselho Universitário contra as políticas do reitor-interventor. Já Person alegou que essa resistência de quatro anos alegada pelo decano pouco significou. "Resistência foi o que a EEFD (Unidade dele) fez quando o reitor tentou criar um estacionamento no *campus* da Praia Vermelha ou quando tentou fechar as piscinas da escola. E teve que voltar atrás", disse. Eloy argumentou que não concordou com muitas atitudes de Vilhena, mas que não podia desconsiderar que "houve alguns pontos positivos", sem dizer quais.

Colegiados

Lessa defendeu o fortalecimento dos colegiados e que, em sua gestão, estas instâncias deixariam de ser meramente normativas para enfim se tornarem deliberativas. "São os mesmos mecanismos, mas agora vou colocá-los em pleno funcionamento", disse. Eloy não se manifestou sobre os colegiados existentes, mas cobrou a implantação de um Conselho de Diretores. Segundo ele, os diretores são os que mais conhecem as dificuldades de cada Unidade e podem ajudar na resolução dos problemas da UFRJ.

Para Person, em sua eventual gestão, os colegiados "hão de se afirmar", mas cobrou dos representantes mais diálogo com a comunidade. Segundo ele, não se sabe de representantes que convoquem seus pares para fazer consultas sobre as decisões a serem tomadas.

Segurança

Lessa disse que a questão da Segurança na UFRJ não é diferente de qualquer bairro do Rio de Janeiro. "É uma Sibéria tropical à noite", afirma. Para o decano, a elaboração de um Plano Diretor que "traga gente para o *campus*" vai minimizar o problema. Um problema que, segundo ele, é um empecilho grave para a multiplicação dos curso noturnos. Também disse que não deve ter presença na universidade a força policial.

Nesse sentido, Eloy falou que o uso das verbas e do *campus* precisa ser disciplinado. Uma saída encontrada pelo candidato é recorrer à Secretaria de Ensino Superior para buscar recursos, sem especificar qual será a política de segurança. Ele só discordou da construção de muros. "Com certeza, fazer mureta não é prioritário", disse.

"Grade é coisa de cemitério", foi assim que Person se referiu à política de cercamento do Fundão encaminhada por Vilhena e que, ao que parece, vai ficar inacabada. O candidato defendeu veementemente que a segurança no Fundão é atribuição de esfera federal e criticou a entrada da polícia militar no *campus*.

Venda e consumo de bebida alcóolica no campus

Lessa disse que a proibição de cerveja é a "intervenção levada quase ao ridículo". Segundo ele, um problema a ser pensado no caso do retorno à venda e ao consumo de bebidas, seria o disciplinamento disso. Eloy comentou que, se não houver qualquer impedimento de ordem legal, a comunidade seria consultada a respeito. Ele é favorável. Person defendeu a co-responsabilidade social sobre o tema. Também é favorável a uma consulta à comunidade para liberar ou não o consumo e a venda de bebidas alcóolicas.

Durante o debate do CCS, o professor Eloy referiu-se ao artigo publicado no jornal da Adufrj-SSind nº 53, de 4 de março, no qual sofre algumas críticas por parte do professor Osvaldo Luiz de Souza Silva (também da FAU). Eloy esclareceu a questão da seguinte forma: disse que a última notícia que obteve sobre a tal sindicância contra ele era a de que tinha sido arquivada. O jornal da Adufrj-SSind ofereceu igual espaço para uma resposta àquele artigo (além da página para divulgação de idéias da candidatura), mas o candidato não enviou nenhum texto até o prazo estabelecido em comum acordo com a reportagem da seção sindical.

Indagados sobre sua preferência eleitoral para presidência da República, Person e Eloy afirmaram que votariam no candidato do Partido dos Trabalhadores (Lula). Lessa não declinou nenhum nome, sob a alegação de que "seria um momento inoportuno". Depois, se eleito, diria o nome de sua preferência sem problemas.

Único candidato a vice-reitor, o professor Sérgio Fracalanzza (da chapa de Lessa) disse que não faz da candidatura "um projeto pessoal". Por essa razão, somente seria vice de um reitor com o qual compartilhe os seus pensamentos (e que esse seria o decano do CCJE).

No debate da Letras, houve um atraso de cerca de meia hora do candidato Carlos Lessa, que gerou reclamações dos demais concorrentes. Lessa estava em um debate já agendado com as comunidades da FAU e da EBA. Durante as declarações, o decano mostrou-se irritado com as provocações de Person em relação à sua chapa e devolveu dizendo que aquela era a sua equipe de trabalho e que tinha o respaldo de vários setores da universidade. Lessa aproveitou para questionar o fato de os demais candidatos não apresentarem aos eleitores suas bases de apoio na instituição. No debate do CCS, foi a vez do candidato Eloy se atrasar quase uma hora (mas não houve reclamações).

Colegiados

Conselheiros temem golpe

Colégio Eleitoral se reúne em 21 de março para montar as listas tríplices

Os integrantes do Conselho Universitário reuniram-se na última quinta-feira (7/3) para aprovar alguns acréscimos nas normas do processo de escolha dos próximo reitor e vice-reitor da UFRJ. A consulta à comunidade acontece nesta semana, nos dias 12, 13 e 14, e o colegiado superior aprovou, entre outras coisas, os locais das seções eleitorais e das urnas para a votação. Podem participar professores, estudantes e funcionários. As seções e urnas foram distribuídas por Centros e Unidades isoladas, contemplando a grande maioria das Unidades e departamentos. A lista completa com os locais de votação e a distribuição das listas de cada segmento eleitor, com os nomes dos eleitores de acordo com a lotação, está disponível no *site* da UFRJ (ou no endereço www.adufrj.org.br).

Apesar do respeito dos colegiados à legislação vigente (ainda que sob críticas de muitos pela falta de democracia imposta pela proporcionalidade 70/15/15), os representantes do Consuni mostraram-se muito preocupados com a formação da lista tríplice no Colégio Eleitoral. O medo é que, na hora agá, alguns integrantes dos colegiados superiores não votem no candidato escolhido pela comunidade ou, pior, que votem em um quarto candidato, apresentado durante a sessão do dia 21 de março.

Não é só este temor que paira sobre as cabeças da comunidade universitária. Em declarações à imprensa carioca, o ministro da Educação, Paulo Renato, afirmou, sem mais delongas, que não vai respeitar a decisão das urnas. "Em 1998 não escolhemos o candidato mais votado porque ele não concordava com as propostas do MEC. Seguiremos o mesmo critério", disse, segundo o jornal O Dia (3/3).

Os representantes do Consuni tentaram, na sessão do dia 7, estabelecer critérios para apresentação dos nomes antes da votação. Só para lembrar, o Colégio Eleitoral é composto por todos os integrantes do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), Consuni e Conselho de Curadores, incluindo o atual reitor e os sub-reitores. Pelas contas de alguns, um suposto candidato vilhenista (fala-se muito no ex-secretário de Ensino Superior e professor da Coppe, Antonio MacDowell) teria pelo menos de 10 a 12 votos certos no Colégio.

Na sessão de 6/3, o CEG, em resposta às declarações veiculadas na imprensa, divulgou nota declarando que seus membros se comprometerão com o resultado da consulta. Para os integrantes do Consuni presentes na sessão de quinta, no entanto, este tipo de declaração não é suficiente para garantir que o mais votado na comunidade conquiste seu nome e dos integrantes de sua chapa como os únicos presentes na lista a ser enviada a Brasília.

Colégio Eleitoral poderá se reunir antes do dia 21

Uma das formas sugeridas por representantes dos técnico-administrativos para garantir que as listas tríplices realmente espelhem o resultado das urnas foi que os membros do Colégio Eleitoral se reúnam informalmente, após o resultado da consulta, para definir como cada conselheiro ou grupo de conselheiros irá votar para garantir o respeito à decisão da comunidade. De acordo com o representante dos técnico-administrativos no Consuni, Carlos Maldonado, esta era a tradição do processo eleitoral na universidade, rompido em 1998.

Maldonado conta que nas eleições dos ex-reitores Nelson Maculan (1990) e Paulo Alcântara Gomes (1994), os integrantes do Colégio Eleitoral se reuniram e estabeleceram a composição das listas, respeitando a chapa vencedora, antes da sessão oficial. Em 1998, diante da vitória expressiva do professor Aloisio Teixeira e do compromisso público firmado entre os demais candidatos e respectivas chapas (à exceção de Vilhena, é bom reconhecer) de que não apresentariam seus nomes, os conselheiros não visualizaram a possibilidade do golpe. A postura autoritária do governo não foi surpresa e a comunidade acabou pagando a conta e teve que agüentar quatro anos de intervenção.

Movimento

Principais deliberações do 21º Congresso do Andes-SN

TEMA I – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe

Decreto 3.860/2001: as seções sindicais deverão promover ampla discussão sobre os efeitos nefastos da implementação do decreto que dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, entre outras providências. Além disso, o Andes-SN deverá desenvolver ações junto ao Congresso para suspender os efeitos do texto (disponível em www.presidencia.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm).

Provão: as seções sindicais do Andes-SN deverão desenvolver ações integradas com as entidades estudantis na campanha do Plebiscito do Provão e na construção de um projeto alternativo de avaliação institucional para a educação superior brasileira, tendo como referência a Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira (Caderno Andes, nº 2).

Fundações de apoio: o Andes-SN deverá promover ações de denúncia sobre as fundações de apoio institucional na perspectiva de alavancar iniciativas que barrem os avanços das estratégias de privatização interna. As seções sindicais também deverão promover seminários regionais sobre o funcionamento dessas fundações. Outra tarefa das seções sindicais é buscar a prestação de contas de todas as fundações em cada instituição e, se necessário, utilizar-se da via jurídica para obtenção dos dados.

PICDT x PQI: as seções sindicais deverão denunciar a política da Capes que substituiu recentemente o PICDT (Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica) pelo PQI (Programa de Qualificação Institucional) e que muda substancialmente os critérios para capacitação de docentes, reduzindo verbas, o que fere o projeto de carreira e capacitação docente do Sindicato Nacional.

Seguridade Social: dar continuidade às ações de denúncias da privatização da Previdência Social Pública e da contribuição que a aprovação do PL 9/99 (que institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos) poderá representar para este processo privatizante. Também deverá ser combatida a PEC 136/99 (que estabelece a contribuição previdenciária dos inativos), com intensificação da pressão política sobre os parlamentares. O Sindicato Nacional também vai apoiar a aprovação do Projeto de Resolução da Câmara 119/2000, que institui uma CPI para averiguar os planos e seguros de Saúde.

O 21º Congresso autorizou o Andes-SN a subscrever a Declaração de Compromisso "Globalizando a Reconstrução da Seguridade Social em um novo mundo", que é fruto de uma articulação entre entidades em nível internacional.

Pacote antigreve: será intensificada a articulação com os parlamentares no Congresso Nacional para obter apoio e barrar a proposta, entre outras medidas.

Lei de Inovação Tecnológica e fundos setoriais: no primeiro semestre de 2002, grupos de trabalho devem realizar um Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia para discutir o projeto de lei e suas implicações para as universidades brasileiras e para a política industrial. O Andes-SN deverá intensificar a denúncia sobre a política dos fundos setoriais.

Políticas Agrárias: realizar até o 44º Conad o II Seminário Nacional de Políticas Agrárias para atualizar a discussão da questão agrária no Sindicato e aprofundar a relação com as entidades dos movimentos sociais de luta pela terra. Entre outros temas, os transgênicos, a biotecnologia e a situação da agricultura familiar merecerão atenção especial.

Comunicação: o 21º Congresso delibera que o Conselho Editorial do InformAndes seja composto por um representante da Diretoria, um sindicalizado de base indicado pelo GTCA e um especialista com reconhecida inserção na área de comunicação sindical, indicado pela Diretoria. Os nomes indicados para compor o conselho, no exercício 2002/2003, serão referendados pelo 44º Conad.

Fotos: Kelvin Melo

DOCENTES DE 61 SEÇÕES SINDICAIS PARTICIPARAM DO CONGRESSO

DELEGAÇÃO DA ADUFRJ-SSIND ACOMPANHA OS TRABALHOS

Tema II – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores

Eixos de Luta: o 21º Congresso deliberou pelo fortalecimento da luta pela construção de uma sociedade socialista por meio da unidade internacional dos trabalhadores. Denunciar a campanha internacional do imperialismo norte-americano e seus aliados contra os direitos e a independência dos povos (materializada no Plano Colômbia, por exemplo) é outra tarefa geral do movimento docente. O combate aos tratados de livre comércio, em especial a ALCA, e luta contra o pagamento da dívida externa também fazem parte do eixo de lutas. Outra tarefa do Sindicato Nacional é a defesa do ensino público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado e sua universalização, em todos os níveis, como dever do Estado e direito de todos, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação e seus impactos e conseqüências nas relações de trabalho docente.

Plano de Lutas das IFES (instituições federais): entre várias medidas, foi aprovada a reação contra qualquer ato de intimidação, perseguição ou punição a qualquer membro da comunidade universitária em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais. Foi mantido o princípio de autonomia da universidade expresso no artigo 207 da Constituição Federal. Outro ponto aprovado foi dar seqüência à campanha de divulgação do Projeto de Carreira Única do Andes-SN para a categoria.

Plano de Lutas da IEES (instituições estaduais): entre vários itens, foi aprovado o acompanhamento do processo de efetivação da autonomia universitária (nos termos do art. 207 da CF) da Uenf, dando ênfase ao apoio à luta dos servidores daquela instituição pelo pagamento de dívidas trabalhistas criadas pelo governo Garotinho e pela aplicação universal do RJU. Também serão denunciadas as políticas e ações de repressão ao movimento organizado, implementadas em todos os *campi* do país, com a presença de policiais militares ou segurança privada,

PAINÉIS DAS SEÇÕES SINDICAIS CONTARAM UM POUCO DA GREVE DE 2001

Fotos: Kelvin Melo

GRUPOS MISTOS ANALISAM OS TEXTOS DO SINDICATO NACIONAL

gerando insegurança e conflitos, como o ocorrido na Unicamp (veja resenha).

Procuradorias: será aprofundado o debate para realizar ampla denúncia em relação ao processo que transferiu os procuradores das Instituições Federais de Ensino para a AGU, considerando todas as conseqüências para a autonomia universitária e questionada a constitucionalidade de tal transferência sem concurso público. Será solicitado à Assessoria Jurídica Nacional que realize estudo sobre as possibilidades de ação jurídica questionando tais transferências.

Plano de Lutas das IPES (instituições particulares): será dada prioridade às linhas de atividades políticas que visem interferir junto aos parlamentares federais, ao Conselho Nacional de Educação e aos conselhos estaduais da área, no sentido de, entre várias medidas, apurar irregularidades no relacionamento entre o poder público e as instituições privadas (notadamente nos campos de fiscalização, financiamento, avaliação, autorização para criação e funcionamento de IES e cursos, expansão de matrículas).

Tema III – Questões Organizativas e Financeiras

Estatuto: o 21º Congresso aprovou alterações de artigos e/ou parágrafos e incisos do Estatuto do Andes-SN. Havia muitas correções gramaticais pendentes após a transformação da Andes em Andes-Sindicato Nacional.

Houve ainda algumas mudanças de conteúdo. As seções sindicais ganharam mais autonomia para se organizar, nos limites do Estatuto e de acordo com os regimentos locais.

Prestação de contas do 43º Conad: foi aprovada a prestação de contas do evento.

Sede Nacional do Andes-SN: foi aprovada a utilização de cerca de R$ 350 mil do Fundo de Solidariedade para compra de imóvel e instalação de infraestrutura para a sede nacional do Andes-SN. A sede atual, localizada na Universidade de Brasília (UnB), não apresenta condições adequadas para o funcionamento do sindicato. As necessidades que se apresentam exigem área superior aos 90 metros quadrados hoje existentes. Atividades essas que envolvem secretaria, tesouraria, imprensa, informática, revisão de textos, fotocopiagem, telefonia, serviços gerais e cozinha. Outra necessidade urgente refere-se ao acervo da documentação histórica do Sindicato.

Sede do 22º Congresso: o próximo Congresso será realizado em Teresina (PI).

Resenha

Boletim especial da Adunicamp de 23/2 relata absurdo processo criminal inventado contra docentes da instituição paulista. Em 4 de setembro de 2001, dois professores perguntaram, de forma educada, a dois soldados da PM o que faziam no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Recentemente, a seção sindical da universidade foi avisada de que uma queixa-crime foi apresentada por um dos policiais, que acusa os professores de racismo. A reitoria e a prefeitura do campus decidiram apoiar os PMs e a confusão está armada. O pior de tudo é que lá (como cá) o "plano de segurança" implementado pela reitoria não foi objeto de discussão, muito menos de deliberação, pelo Conselho Universitário local. Um verdadeiro ataque à autonomia.

Das 17 moções apresentadas ao final do 21º Congresso do Andes-SN, destaque para o documento que repudiou a indicação de Gilmar Mendes (advogado-geral da União) para o STF, dadas as suas recentes atitudes de desrespeito aos trabalhadores. Também foi votada uma moção de repúdio ao veto de FHC ao ensino de Sociologia e Filosofia no ensino médio; uma de saudação à luta do povo argentino e várias outras moções relacionadas às greves estaduais da Paraíba e do Paraná (esta última ainda em andamento naquela ocasião).

Dia Nacional de Luta (20/3)

Na Plenária que estabeleceu o Plano de Lutas das Instituições Federais de Ensino Superior, o 21º Congresso deliberou por um Dia Nacional de Luta em 20 de março para o MEC cumprir o acordo da greve. As mesas de negociação/grupos de trabalho que seriam criadas(os) pós-greve para tratar dos itens não-salariais da pauta ainda não foram instaladas(os). Além disso, as alterações introduzidas na Lei da GID conquistadas na greve também não foram efetivadas.

O Sindicato Nacional vai se articular com as demais entidades da Educação para a realização do protesto. A idéia é paralisar as atividades, construir um ato público e distribuir à população um documento-denúncia com as reivindicações do movimento docente (cumprimento do acordo da greve por parte do ministério).

21 de março é greve geral

Um dia depois do Dia Nacional de Luta, é a vez da greve geral convocada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na pauta, está a defesa dos direitos trabalhistas contidos na CLT, a preservação do direito de greve dos servidores e a luta ampla contra o desemprego. Os professores têm motivos de sobra para participar da iniciativa do dia 21. Além do interesse mais do que justificado na defesa do direito de greve, está em jogo a defesa dos direitos mínimos da classe trabalhadora. Vale lembrar que a ameaça do emprego público (celetização das atividades) foi temporariamente afastada graças à recente greve, mas permanece como um alerta para o futuro.

Reserva de vagas gera polêmica no Congresso

A questão da reserva de vagas ainda é polêmica dentro do Sindicato Nacional. No 21º Congresso, o assunto acabou remetido, para ser mais discutido, a alguns dos grupos de trabalho do Andes-SN (GT Etnia, Gênero e Classe, GT de Política Educacional e GT de Política de Formação Sindical). Até meados de abril, esses grupos devem se reunir para produzir subsídios para o próximo Conad (que vai ocorrer em Florianópolis em junho).

Vale lembrar que, antes do 21º Congresso, a assembléia geral da Adufrj-SSind de 21/2 se posicionou contra a reserva de vagas, seguindo o texto de resolução de professores da seção sindical da Universidade Federal de Viçosa. O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, expôs na plenária essa decisão da AG, mas foi voto vencido.

Houve o entendimento da maioria da plenária no Congresso de que este debate é uma demanda crescente do movimento docente. "Não podemos entrar no diálogo sem ouvir outros movimentos com discussão já acumulada", disse o presidente do Andes-SN, Roberto Leher. Nesse sentido, muitas intervenções lembraram a discussão do movimento negro em relação ao tema, que não pode ser ignorada.

Kelvin Melo

PROFESSORES COMEMORAM O ANÚNCIO DE PRÉ-ACORDO QUE PÔS FIM ÀS GREVES PARANAENSES DURANTE PLENÁRIA

Fim da greve no PR

Chegou ao fim no dia 4 de março a mais longa greve da história do Brasil. Após 169 dias, as assembléias das universidades estaduais de Maringá, Londrina e do Oeste decidiram aceitar a proposta do governo estadual. Pela proposta, o governo se comprometeu a remanejar R$ 35 milhões dos R$ 352 milhões que o Estado vai repassar para o ensino superior para gastos com pessoal. Conforme cálculos dos servidores, o reajuste salarial vai variar entre 12% e 50%. As categorias mais carentes serão as maiores beneficiadas. Mesmo com o fim da greve, os sindicatos das três universidades fazem questão de lembrar que o acordo foi aprovado com algumas ressalvas. O ponto mais polêmico é retirar os R$ 35 milhões das áreas de investimento e custeio. Os servidores defendiam que esses recursos poderiam ser tirados de outras fontes, como a venda das ações da Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica). Na Universidade Estadual da Paraíba, a greve dos servidores continua.

Movimento

2002 também é ano eleitoral para o Andes-SN

Duas chapas concorrerão à Diretoria Nacional (2002-2004) e o pleito será em maio

Fotos: Kelvin Melo

CHAPA ANDES-AD, COM LUCAS AO CENTRO (DE CAMISA AZUL)

CIDA FALA EM NOME DA CHAPA DE OPOSIÇÃO

O 21º Congresso do Andes-SN, realizado em Rio Grande (RS), além da atualização do plano de lutas do movimento docente e outras resoluções, foi também o espaço de apresentação de chapas que concorrerão à próxima gestão do Sindicato (2002-2004). Como já se esperava, os dois grupos que vêm disputando a Diretoria Nacional há algum tempo mostraram seus candidatos a presidente. Pela chapa 1, com a corrente "Andes Autônoma e Democrática", é candidato o professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas (Adufpel-SSind). Pela chapa 2, denominada "Uma Nova Andes é Possível", a candidata é a professora Maria Aparecida Ramos de Menezes, a Cida (da Adufpb-JP).

As eleições nacionais para a Diretoria ocorrerão nos dias 22 e 23 de maio deste ano. Atualmente, Lucas ocupa o cargo de vice-presidente da Regional RS e conta com o apoio do presidente do Andes-SN, Roberto Leher. Cida é presidente da seção sindical da Universidade Federal da Paraíba (seção João Pessoa) e pertence à corrente que dirigiu o Sindicato de 1998 a 2000. Durante a plenária do Congresso, os candidatos a presidente lançaram a campanha.

Lucas defendeu o respeito e o nível de diálogo durante o processo eleitoral. "O debate tem que ser feito até a raiz, sabendo que não somos inimigos uns dos outros", disse. Logo depois, o candidato da situação criticou a mais nova mudança de nome da corrente adversária (que se chamou "Andes para uma nova universidade" na disputa de 2000, por exemplo. Assim como em 1998 chamaram-se "Ganhar a Andes para não perder a universidade"). "Essas mudanças de nome têm muito a ver com as tentativas de o velho se mostrar novo. É a dificuldade de manter a identidade. Nós (da Andes-AD) temos uma história. E nós preferimos o Andes velho de guerra", afirmou.

Lucas contou que a sua chapa representa a continuidade da proposta de trabalho da atual Diretoria. "Com a maior serenidade e firmeza", completou. O candidato fez menção à greve vitoriosa do ano passado, com a mobilização da base. "Essa continuará sendo a nossa conduta. Não à negociação de gabinete", contou, fazendo referência ao fim da greve de 1998, que a gestão anterior terminou ao fazer um acordo com o então senador Antônio Carlos Magalhães. Lucas citou ainda a omissão da Diretoria anterior, que sequer divulgou para a categoria o andamento das reformas de Estado promovidas por FHC. Por isso, ironizou: "Temos certeza de que cada professor saberá qual é a chapa preferida de Paulo Renato", afirmou.

Maria Aparecida afirmou que pretende levar as idéias de sua chapa para cada campus universitário. "Vamos levar a discussão para a base", contou. Segundo ela, quando se é maioria (a chapa da situação vem se apresentando nessa condição nos recentes eventos do Sindicato), não se tem atenção para o debate. Para Cida, o primeiro item a ser discutido é o "papel do Estado-Nação". "Temos que recuperar a cidadania do povo. E a Universidade tem um papel importante nesse sentido", disse. A professora criticou a postura do ministro Paulo Renato que, em entrevista à revista Exame, observou que as instituições brasileiras devem ser meras repassadoras do conhecimento produzido no exterior.

Cida também fez menção à greve do ano passado. "Foi a maior, mas o que a caracterizou foi a unidade política.". Em resposta à ironia de Lucas sobre a mudança de nome da chapa de oposição, ela destacou que todos ali presentes têm uma história. "Para resgatar aquela Andes combativa da ditadura é que apresentamos o novo. Uma nova Andes começa a se instaurar. Uma nova Andes é reclamada pela categoria", disse. Para ela, o resultado da disputa eleitoral não espelhará a minoria de seus simpatizantes no Congresso.

Congresso determina cobrança a ex-diretores do Sindicato

Foi bastante conturbada a discussão da prestação de contas da gestão 1998-2000 do Sindicato Nacional durante o 21º Congresso. Durante a plenária que tratou das questões organizativas e financeiras, os docentes do congresso autorizaram a atual Diretoria do Andes-SN a efetuar a cobrança em valores históricos, não corrigidos monetariamente, dos débitos identificados de ex-diretores para com o Sindicato (no período 98-20000), desde que esses débitos sejam quitados até 30 de abril de 2002. Caso até o prazo limite, tais despesas não tenham sido sanadas, a Diretoria tomará as providências judiciais cabíveis, junto à justiça civil, reivindicando-se a correção monetária estipulada em lei.

O professor Dalton Macambira, que fez parte da Diretoria Nacional 98/00, chegou a impetrar uma ação ordinária no dia 26/2 para que o relatório sobre o tema não fosse distribuído aos delegados, sendo este deferido pela juíza do Rio Grande. A iniciativa, no entanto, perdeu o efeito, uma vez que o referido relatório já havia sido passado aos grupos mistos (etapa preliminar às plenárias), sendo inclusive discutido no dia anterior. A plenária também teve esse entendimento e a votação da proposta de cobrança e punições aos ex-diretores foi encaminhada.

Punições

O 21º Congresso remeteu ao 44º Conad, que será realizado em Florianópolis em junho deste ano, a deliberação sobre a aplicação de sanções estatutárias aos ex-diretores Renato de Oliveira (ex-presidente); Dalton Melo Macambira (ex-1º vice-presidente) e Márcio Florentino (ex-1º tesoureiro). Em relação a Renato, que atualmente é secretário de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, está indicada a suspensão por 60 meses pelo uso de passagens internacionais pagas pelo Sindicato para fins particulares. Para os dois últimos, período igual de suspensão pelo uso de recursos do Andes-SN para pagamento de propaganda eleitoral da chapa, nas eleições sindicais nacionais de maio de 2000.

Obstrução

Em minoria no Congresso, os professores que se identificam com as propostas da gestão anterior (alguns dos ex-integrantes daquela diretoria estavam presentes) tentaram argumentar que o debate não poderia ser promovido, devido à decisão judicial e porque qualquer deliberação tiraria dos acusados o amplo direito de defesa. O atual 1º tesoureiro do Andes-SN, José Domingues, retrucou que o fato de a indicação de punição ser remetida ao próximo Conad dá tempo suficiente para os envolvidos prepararem suas defesas. Não satisfeitos, os professores da oposição promoveram a obstrução dos trabalhos a todo momento, com pedidos de "questão de ordem" ou "questão de esclarecimento". Após uma votação relativa ao tema, formaram-se filas dos simpatizantes da gestão anterior do Andes-SN com o objetivo de pronunciar declarações de voto e, evidentemente, "gastar" o tempo. Apesar disso, as decisões foram tomadas e o 44º Conad promete muita discussão ainda. Em seguida, numa prática já usual nos últimos eventos do Andes-SN, a maioria da oposição se retirou e as votações transcorreram normalmente.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
ENCARTE ELEIÇÃO
EDIÇÃO DE 11 DE MARÇO 2002

A hora da escolha

CHAPA 1

Carlos Lessa

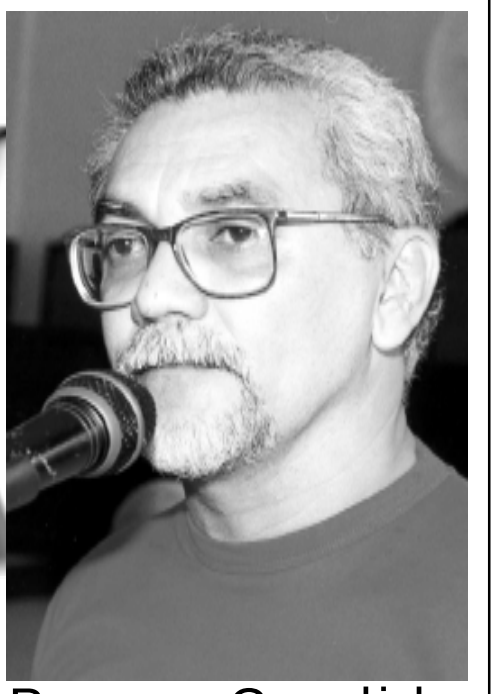
X

CHAPA 2

Eloy Eharaldt

X

CHAPA 3



Person Candido

A eleição no colégio eleitoral

(Consuni, CEG, CEPG e Conselho de Curadores)

- A reunião conjunta do Colégio Eleitoral será dia 21 de março
- A reunião deve ser presidida pelo reitor. Na ausência de Vilhena, a reunião seria presidida pelo professor cuja classe de magistério tenha o nível mais elevado entre os presentes e seja o mais antigo nesta classe.
- São elegíveis todos os docentes em efetivo exercício, com cargo de Titular, Adjunto 4 ou que sejam portadores de título de doutor, independente do nível ou classe.
- Votação uninominal, sendo as listas compostas com os três primeiros nomes mais votados em escrutínio único, onde cada conselheiro vota em apenas um nome

A consulta prévia oficial

- Será realizada nos dias 12, 13 e 14 de março
- Elegibilidade: a mesma do colégio eleitoral
- Forma de votação: a mesma do colégio eleitoral
- Proporcionalidade: 70% para docentes; 15% para estudantes; e 15% para técnico-administrativos*

* Apesar desse critério oficial, os candidatos assinaram um termo de compromisso no qual fica acertado que só aceitarão o resultado da consulta pelo critério de paridade (peso de 1/3 para cada segmento).

CHAPA 1

Carlos Lessa

Uma apresentação

Apesar dos tempos difíceis, a UFRJ continua sendo uma universidade com alto desempenho. Houve o agravante da ilegitimidade de uma direção imposta à comunidade, violentando as aspirações de autonomia democrática. A prática autoritária desta reitoria, ao invés de dissolver linhas de conflito, aprofundou-as e buscou solapar as regras de convivência da universidade. Entretanto, os problemas internos não são novos, nem podem ser todos imputados aos desmandos da última administração. De fato, ela foi responsável pelo clima de intranqüilidade, pela exacerbação de suspeitas recíprocas e pela prática sistemática de geração e estímulo aos conflitos, pelo desconhecimento e desrespeito à nossa institucionalidade. Não só não resolveu nossos problemas tradicionais como engendrou uma cacofonia perturbadora. Teve um único mérito: reforçar o desejo de coesão e tranqüilidade, que somente pode ser atendido mediante o cuidadoso respeito às instituições centrais da vida universitária.

A UFRJ é a mais antiga universidade brasileira, e deve ser preservada pública e gratuita, comprometida com a qualidade e atenta às necessidades da soberania nacional. É para nós inaceitável a troca de qualidade por quantidade. Entendemos a UFRJ como instituição pública essencial à preservação e ao desenvolvimento da nação brasileira e ao aperfeiçoamento democrático.

Rejeitamos qualquer redução economicista, como prejudicial e distorsiva ao funcionamento da UFRJ: ela é guardiã e processadora da memória social. É uma instância produtora de ciência, tecnologia e participante da dinâmica da cultura nacional. Sensível às exigências objetivas do presente, não pode deixar de ser mantenedora da esperança e iluminada pelas utopias. Esta Universidade não é, nem será nunca um escolão de 3º grau, formador de recursos humanos entregues à miopia e à gula do mercado, ou um balcão de negócios.

A Universidade pública tem sido submetida a um regime de emagrecimento de recursos e tornada objeto de políticas que visam sua fragmentação. Cada vez são mais externas ao orçamento da universidade as fontes de financiamento. Negocia-se diretamente com unidades, departamentos ou professores, dispensando-se, intencionalmente, a interlocução com a instituição. Por sua natureza, algumas unidades têm acesso fácil às fontes externas enquanto que outras, essenciais à preservação da memória, à crítica do presente e ao subsídio aos futuros, ao produzirem bens simbólicos não têm sucesso com as fontes externas e tendem a atrofiar-se. Tais procedimentos debilitam a união corporativa e fazem surgir linhas de clivagem indesejáveis. Submetidas a pão e água, pela estreiteza dos orçamentos, as universidades públicas correm o risco de servirem de eco ao ditado popular "em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão". Neste cenário prosperam formas perversas de privatização. Docentes e técnicos administrativos, premidos por gastos familiares tendem a buscar formas complementares externas, potencialmente desviantes de sua prioridade acadêmica. Vocações são canceladas e é difícil o recrutamento de novos talentos. Ligações e modalidades particulares de financiamento crescem no interior do corpo universitário. Não se preconiza um centralismo paquidérmico nem a procrastinação burocratizante. O acesso às fontes externas deve ser sujeito a regras claras, definidas pelos colegiados, e que, respeitados, legítimos interesses específicos contribuam para o fortalecimento da unidade institucional da UFRJ. Sobre a universidade pública recaíram acusações, desde a existência de gorduras e ineficiências, à prática de altos custos e ao vício combinado de conservadorismo e corporativismo. Alguma "gordura" é indispensável a uma universidade. Uma percentagem de seu quadro docente deve estar liberada de forma rotativa e controlada para estudos de pós-doutoramento, viagens de aperfeiçoamento e participação em outras entidades. O retorno subseqüente ao ensino e a pesquisa aperfeiçoa e realimenta o processo acadêmico. Algumas especializações profissionais são imprescindíveis à vida da sociedade e têm alto custo de formação. Sem músicos de madeira e metal as sinfônicas fenecem, sem especialidades médicas os pacientes padecem. São muitos os professores para formar um bom músico de oboé ou um especialista em cirurgias sofisticadas. Além do mais, os custos das aposentadorias foram transferidos das contas do Ministério da Fazenda para os orçamentos da universidade, o que inflou estatisticamente (e talvez maliciosamente) o custo por aluno. Não tem sentido comparar o custo por aluno da UFRJ – uma universidade antiga – com universidades recém formadas.

A universidade não é conservadora. Pelo contrário, é tolerante com a transgressão e com algum tempero anárquico, inerentes ao processo de conhecimento. O rigor com a qualidade não exige a cega submissão aos cânones. A irreverência e a rebeldia fazem da universidade um espaço com poucos preconceitos e propenso a mudanças.

É essencial o reforço dos colegiados como instâncias deliberativas e não apenas normativas. Os colegiados devem exercer na plenitude os poderes de auto-convocação e construção de pauta. Devemos instaurar, no âmbito dos colegiados, o espaço de confluência de processos políticos internos, de explicitação de objetivos, de apresentação, justificação e composição de interesses. Os colegiados devem ser o ponto focal de enfrentamento de nossos problemas. A reitoria não deve ser um balcão de micro-políticas de atendimento clientelista, mas sim, primordialmente, executora do que for decidido pelos colegiados. Obviamente, como protagonista, deverá encaminhar propostas e posicionar-se em relação aos temas em debate. Nossa candidatura está visceralmente comprometida com esta concepção como exigência para estimular a coesão e cooperação entre as variadíssimas dimensões do corpo universitário. A reitoria se compromete a dar transparência às suas ações e, em especial, à aplicação dos recursos orçamentários e extra-orçamentários da universidade. Estará empenhada em disponibilizar um sistema de informações sobre as decisões dos colegiados e das ações da administração.

A articulação da UFRJ com a sociedade civil e política, sobretudo no Rio de Janeiro, é tarefa prioritária. Externamente, o reitor tem que ser a voz da Universidade no diálogo com os poderes da República e instituições centrais da sociedade. O exercício de uma saudável e necessária controvérsia, num clima de paz e de concórdia, desenvolverá a sinergia de nossas unidades e amplificará a potência de nossa voz. É de nosso interesse a interlocução com a bancada federal em matéria de orçamento. É indispensável a visibilidade das realizações da UFRJ. Esta reitoria estará empenhada em informar à sociedade do que é a UFRJ.

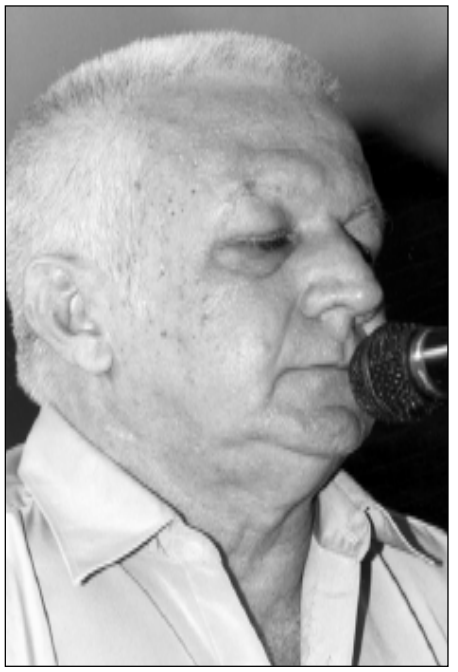
É importante que nos auto-avaliemos e não devemos fugir a qualquer honesta avaliação externa de nosso desempenho.

Consideramos a lista tríplice com escrutínio único e voto uninominal um impedimento legal ao aperfeiçoamento da vida democrática universitária. É também uma inconsistência, pois não exclui a possibilidade de que apenas dois nomes ou mesmo um único surjam da votação do Colégio Eleitoral.

A UFRJ tem que comparecer a todos os foros universitários.

É vital a construção de pautas de atuação conjunta com as universidades públicas do Rio de Janeiro.

Não desconhecemos a necessidade de reformar e ajustar nossos estatutos, porém devemos explorar no limite as potencialidades das regras atuais. Podemos e devemos aperfeiçoar nossa convivência democrática antes de redesenharmos as instituições. Colegiados atuantes e valorizados poderão fazer as reformas subseqüentes.



CHAPA 2

Eloy Eharaldt

Principais propostas para a reitoria da UFRJ

Considero a UFRJ uma instituição doente que precisa de um tratamento, como uma pessoa que está com alguma carência. A primeira avaliação a ser feita é caracterizar este tipo de carência.

Sabemos que o mal da UFRJ são os problemas internos e que os funcionários, professores e alunos precisam de solução imediata para esses problemas. A Universidade possui problemas graves que em quatro anos não resolveremos, necessitando de mais de um mandato para solucionar todos os problemas.

Os problemas internos devem ter prioridade, tais como: contratação de professores e funcionários através de concurso público; término das obras do Hospital Universitário, inclusive o funcionamento da unidade de emergência; incentivo à pesquisa no 2º grau, graduação e pós-graduação, visando a publicação da produção acadêmica; assistência médica e social para os professores e funcionários da UFRJ; melhoria na qualidade de assistência estudantil, com alojamentos projetados adequadamente para abrigar os alunos carentes, criação de "bandejões" com refeições a preços populares; racionalização e transparência do uso das verbas; criação de ouvidores para as diversas unidades e a reimplantação do Conselho de Diretores; melhoria no transporte para a Cidade Universitária, se possível a criação de uma linha do metrô (Centro/Fundão/Aeroporto/Ilha); substituição do corporativismo, pois. a Universidade funciona hoje como um arquipélago.

Temos que interligar suas "ilhas", trocar o corporativismo pelo cooperativismo; recuperação dos laboratórios, tendo em vista a célere evolução tecnológica.

i. Sistema de pesos dados na consulta acadêmica, a professores, funcionários e alunos.

Posso até aceitar que os professores tenham um peso maior, analisando o universo de professores, veremos que ele é bem menor que o de alunos. Instituindo-se pesos iguais, os docentes já seriam valorizados. Acredito que a responsabilidade dos professores é maior, contudo, o peso de 70 % é muito alto, deveríamos rediscutir esses valores e a forma ideal é a paridade.

ii. Solução para "Falta de Recursos" ao desenvolvimento da UFRJ.

Como diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, tive oportunidade de obter recursos dentro do próprio Ministério de Educação (SESU). Forçamos, discutimos e conseguimos resultados, isto é, recursos para os nossos laboratórios de informática e outros. Internamente já é possível conseguir muita coisa. Só não se consegue resolver os problemas quando se fica preso a assuntos acadêmicos no gabinete.

Externamente voce também consegue parcerias. Existem diversas empresas ávidas para firmarem convênios com a UFRJ. O intercâmbio com o meio empresarial, também é importante. Precisamos nos aproximar das empresas e tenho certeza que o que elas mais querem é isto. Qual empresa não quer ter a oportunidade de colar sua imagem com a da Universidade? Um centro de excelência com os maiores conhecedores de assuntos diversos. Quem não quer isto? Não entendo este afastamento. Acredito que é necessário uma maior agressividade administrativa.

Engenheiro Civil,
formado pela Escola de Engenharia da UFRJ.
Professor Universitário desde 1977.
Mestre em Arquitetura
Conforto Ambiental
PROARQ/UFRJ.
Doutor em Engenharia de Produção
COPPE (APIT) UFRJ.

CHAPA 3

Person Candido

Bem Comum

Por uma Universidade de Espírito Livre

A Universidade Federal do Rio de Janeiro está prestes a virar uma página de sua história. Nunca como antes, uma virada de fato se fez tão necessária. A UFRJ está de pé, apesar de tudo e de todos aqueles que insistem em entregar este país à intervenção imperialista do capital transnacional; a desconsiderar a ordem de direito institucional da liberdade e da democracia e a esvaziarem a defesa do ensino público, gratuito, laico e socializado. São muitos os que nela crêem e se dispõem a mantê-la erguida em seu compromisso e em suas responsabilidades históricas com a sociedade brasileira.

Aprendemos muito nesse período de espírito pesado da nossa universidade. Mais do que sobre a instituição que queremos, descobrimos a universidade que não toleramos mais. Uma universidade injusta, autoritária, excludente, cerceadora de direitos humanos fundamentais, uma verdadeira fábrica de alienação. Portanto temos os referenciais para o reencontro da UFRJ de espírito livre.

Eis aqui o nosso programa:

1) **CONCEPÇÃO**: Envolve a visão e a missão de universidade que cumpro realizar

VISÃO – Uma UFRJ pública, autônoma, laica, de qualidade, gratuita e comprometida com as classes populares na construção de uma sociedade justa, democrática e mais igualitária.

MISSÃO – Uma gestão comprometida política, técnica e administrativamente **na** afirmação:

· Da identidade e densidade político institucional da UFRJ;

· Da autonomia, nos termos do art. 207 da Constituição Federal;

· Do cumprimento dos princípios constitucionais, que regem a Administração Pública, destacadamente: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência (LIMPE);

· Da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;

· De esforços para a ampliação das verbas públicas para custeio e de manutenção e de dotação orçamentária em investimentos e empreendimentos na produção acadêmica, científica e tecnológica;

· Do princípio constitucional da "especialidade", de modo a assegurar que as ações administrativas da Universidade cumpram a finalidade para a qual foi criada, ou seja, combatendo todas as formas de sua privatização e mercantilização;

· Da democracia como forma de uma gestão ativa e dinâmica de modo que a participação plena da coletividade promova posicionamentos críticos e transformadores da UFRJ;

· Da afirmação do compromisso da UFRJ de preservar e valorizar a supremacia do Interesse Público da sociedade;

· Do princípio constitucional da "eficiência" , na valorização do servidor público (docente e técnico administrativo) da UFRJ. De forma que ele tenha prazer, orgulho e vontade de trabalhar na UFRJ através de uma política de capacitação continuada e de melhoria das condições de trabalho;

· Do desenvolvimento de políticas adequadas de assistência estudantil, particularmente no que se refere a segurança e transporte do *campus* universitário, alimentação e alojamento dignos aos estudantes de modo geral e prioritariamente aos de baixa renda;

2) **AÇÃO** - Envolve um conjunto de medidas estratégicas a serem viabilizadas a curto, médio e a longo prazo, que cumpro realizar:

· Apresentar ao CONSUNI, tão logo seja escolhido na condição de mais votado pela vontade da universidade, a proposta de realização imediata de eleições universais diretas e democráticas junto à comunidade da UFRJ, para a escolha dos seus Sub-Reitores;

· Realizar um amplo e profundo levantamento descritivo e diagnóstico de toda a situação conjuntural e estrutural da universidade, de forma a tornar transparente a toda a sociedade a realidade do conjunto de necessidades, possibilidades e peculiaridades da UFRJ;

· Revitalizar a ação de todos os órgãos colegiados da UFRJ, no restabelecimento da ordem institucional de seu funcionamento;

· Estimular a realização de Foruns de Política Institucional a nível local (unidades), Setoriais (Centros) e promover um Forum Geral da comunidade de forma a melhor compreender a natureza da instituição, procurando identificar as principais características de sua organização e de seu processo decisório a fim de constituir bases para a análise de formulação de políticas e planejamento;

· Tratar a Universidade de forma diferenciada da ótica racionalista das iniciativas empresariais, visto que suas atividades são basicamente estruturadas para a transmissão e produção do conhecimento, e não do lucro financeiro;

· Formular e implementar com base no resultado do Forum Geral da UFRJ, sua política institucional, abrangendo os planos acadêmico, pedagógico, técnico e administrativo;

· Estimular a comunidade universitária para que ao final de um ano, após o início desta gestão apresente uma programação pró-ativa respectiva aos seus Centros, voltada a atender as demandas da sociedade: exemplo:

um projeto de saúde para a sociedade brasileira (CCS);

um projeto de tecnologia (CT) ;

um projeto de humanização (CFCH); assim como os relativos aos outros centros (CCMN, CCJE, CLA).

· Implementar uma gestão institucional qualificada através de :

- Liderança - criar um sistema de liderança institucional e envolvimento pessoal dos membros dirigentes (Reitor, Vice-Reitor, Sub-Reitores, Decanos, Diretores de Unidades e Chefes de Departamento) no estabelecimento, na internalização na disseminação e na prática de valores e diretrizes que promovam a cultura da excelência acadêmica, levando em consideração as necessidades de todas as partes interessadas.

- Estratégias e Planos - criar e manter um sistema permanente de exame dos processos de formulação das estratégias organizacionais da Universidade de forma a direcionar seu desempenho e determinar sua posição na produção acadêmica, científica, tecnológica e artística, incluindo como estratégias, os planos de ação de metas estabelecidas e desdobradas por toda a organização universitária. Tal sistema incluiria o monitoramento do desempenho de cumprimento do cronograma de metas e a medição do desempenho global.

- Interação Universidade e Sociedade – criar um sistema que examine e monitore os processos de identificação de necessidades, possibilidades e peculiaridades nas relações cooperativas de produção acadêmica, científica, tecnológica e artística da Universidade com a sociedade, bem como, disponibilizar um banco de dados com informações acerca do capital intelectual da Universidade. Tal sistema deverá medir e intensificar níveis de satisfação dessas relações em termos de produção e desempenho;

- Informações e Conhecimento - criar um sistema que examine sistematicamente a produção e utilização de informações catalizadas em redes articuladas com os principais Centros de tomada de decisão e desempenho da organização universitária. Tais informações irão visar fundamentalmente o desenvolvimento do capital intelectual da Universidade, portanto estarão disponibilizadas permanentemente ao processo de sua socialização.

- Pessoal – criar um sistema que examine permanentemente como são proporcionadas as condições para o desenvolvimento de utilização plena do potencial das pessoas que compõe a força de trabalho, em consonância com as estratégias organizacionais da instituição. Tal sistema deverá examinar os esforços para criar e manter ambientes de trabalho e climas de trabalho compatíveis a condução do desempenho, plena participação e satisfação das pessoas e da organização universitária.

- Processos – criar um sistema que examine os principais aspectos da gestão dos processos da organização universitária, incluindo a produção e o exame de administração de seu recurso, de maneira a suportar estratégias, plano de ação e suas operações eficazes.

- Resultado – criar um sistema que examine a evolução do desempenho da organização universitária, em relação as suas necessidades, processos de apoio e processos organizacionais comparativos pertinentes ao desempenho produzido.

Prestigie as eleições para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, professor! Um sindicato forte começa por um conselho representativo da entidade. O Instituto de Química, o Instituto de Matemática, a Faculdade de Farmácia e o NESC realizam as eleições nos dias 18 a 20 de março.

Leia nesta edição: encarte especial com a Carreira Única do Andes-SN

Página 2

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 55 • 18 de março de 2002

Lessa é escolhido nas urnas com 85% dos votos

O professor Carlos Lessa (chapa 1) ganhou a preferência da comunidade da UFRJ na consulta realizada entre os dias 12 e 14 de março. Por qualquer critério de representatividade dos segmentos universitários (paridade, voto universal ou 70% para docentes), Lessa é o primeiro. Na paridade, Lessa teve 19,8% votos de docentes, 5,52% de funcionários e 12,82% de estudantes. Agora, a batalha é no Colégio Eleitoral nesta quinta-feira, dia 21 de março, para garantir que a vontade da comunidade seja respeitada.

Página 4

Leia na página 8 um modelo de carta a ser enviado ao MEC no Dia Nacional de Luta (20/3)

Movimento

Greve de fome na Paraíba

Comunidade exige reinício das negociações. Paralisação já dura mais de cinco meses

A Assembléia Geral da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (Aduepb-SSind), realizada na segunda-feira (11/3), aprovou uma greve de fome por tempo indeterminado, na tentativa de sensibilizar o governo. De acordo com a presidente da entidade, Marlene Alves, a atitude está distante de ser a última cartada da categoria: "As nossas ações são acumulativas. Enquanto fazemos a greve de fome, alguns companheiros tentam negociar com o governador, e outros desenvolvem ações que dinamizem a paralisação". O movimento iniciou-se no dia seguinte (12/3) com um pequeno grupo de professores, funcionários e estudantes na Assembléia Legislativa do estado. Uma equipe de médicos do Sindicato dos Médicos da Paraíba está prestando apoio aos integrantes do Comando Local de Greve.

A paralisação já completou cinco meses. É a mais longa a nível estadual e a segunda maior do país. Os professores reivindicam um aumento nas verbas de investimento e custeio da instituição, a incorporação das gratificações ao salário e um reajuste salarial que pode ser negociado. "Na atual conjuntura, não temos nenhum percentual fixo para negociar, já que o governador, José Maranhão, não tem uma contraproposta", disse Marlene. Ela lembrou ainda que, desde o começo do movimento, os trabalhadores já negociaram diferentes valores para o reajuste. Entretanto, o governo recusou todos, afirmando não conceder o reajuste devido à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O secretário da administração estadual, Antônio Fernandes, revelou, nos últimos dias, que o governo não pretende apresentar propostas: "Esperamos que haja um bom senso entre os professores e que eles compreendam a nossa situação. Estamos na capacidade máxima. A Paraíba já compromete 46% de sua Receita Corrente Líquida (RCL) com pessoal e o limite é de 46,5%". Segundo o economista do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sociais e Econômicos (Dieese), Jorge Souza Alves, no ano de 2001, o estado contabilizou R$ 1,8 bilhão da RCL, sendo R$ 800 mil com pessoal, ou seja, 44% do total. "Como o limite legal de gastos com o funcionalismo é de 49%, há margem para o governo conceder algum tipo de reajuste", completou Jorge.

Ao todo, são 13 mil alunos sem aulas, 28 mil vestibulandos parados e 20 mil pessoas sem atendimento nas clínicas de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Obstetrícia. Cerca de mil docentes e 600 funcionários estão de braços cruzados na espera de um sinal do governo para completar o ano letivo. Os grevistas se apóiam no artigo 37, inciso 10, da Constituição Federal para garantir a concessão de reajuste anual e linear para os servidores públicos.

Legalidade da greve será julgada

O Comando Local de Greve da Aduepb-SSind recebeu, na semana passada, a convocação para ser ouvido no processo de legalidade da paralisação, movido pelo governo da Paraíba. O Tribunal de Justiça vai julgar o caso nesta quarta-feira (20/03). O vice-presidente da entidade, Matusalém Alves, negou que a greve de fome seja uma atitude tomada depois de a categoria ser notificada pelo Judiciário.

Estudantes realizaram protesto

Um ato público, realizado na última semana, na UEPB, pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) teve como objetivo pedir urgência nas negociações entre os grevistas e o governador. "O impasse só tem trazido prejuízos para a comunidade acadêmica", disse o presidente do DCE, Rossy Athaide. Enquanto o governo estadual não toma uma posição, professores, funcionários e alunos continuarão pressionando o governador José Maranhão, organizando protestos nos locais onde ele estiver.

Adufrj-SSind contribui

Seguindo uma solicitação do Andes-SN, a Adufrj-SSind fez uma contribuição para o fundo de greve da Aduepb-SSind prosseguir com suas atividades.

Agenda Sindical

16/3 – Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF), sede do Andes-SN

- Entre outros temas, vai cuidar da prestação de contas do Fundo de Greve, dos encaminhamentos decorrentes do Plano de Lutas do Setor e fazer a preparação para a Plenária dos SPF.

17/3 – Plenária dos SPF
Brasília (DF)

- Entre outros temas, vai elaborar o plano de lutas dos servidores, a campanha salarial 2002 e vai discutir a greve nacional de 21/3

18/3 – Reunião das entidades com os candidatos a reitor da UFRJ

- Uma vez que o debate de 11/3 foi adiado em cima da hora devido às normas do regimento eleitoral, as entidades estão programando este encontro com os candidatos após a consulta à comunidade. Será realizado à tarde, em local a definir.

20/3 – Dia Nacional de Luta

O Sindicato Nacional vai se articular com as demais entidades da Educação para realização do protesto. A instalação de mesas de negociação/grupos de trabalho para tratar dos itens não-salariais da greve do ano passado ainda não foram efetivadas, bem como as alterações introduzidas na Lei da GID.

21/3 – Dia de Mobilização

Na UFRJ, a Adufrj-SSind está convocando os professores para comparecer ao Colégio Eleitoral que vai formar a lista tríplice para reitor. À tarde, todos estão convidados para as atividades da Central contra a flexibilização da CLT e em defesa do direito de greve dos servidores. Até o fechamento desta edição, não havia uma programação definida.

22/3 – Reunião do Setor das Particulares
Niterói (RJ), na UFF – *campus* Gragoatá, Bloco O, em São Domingos

- Vai tratar, entre outros temas, dos encaminhamentos do 21º Congresso para o Setor.

22/3 e 25/3 – Reunião do Setor das Estaduais
Niterói (RJ), na UFF – *campus* Gragoatá, Bloco O, em São Domingos

- Vai tratar, entre outros temas, dos encaminhamentos do 21º Congresso para o Setor.

22/3 a 24/3 – Encontro Nacional de Política Sindical
Niterói (RJ), sede da Aduff

- Com o objetivo de subsidiar o movimento com uma discussão mais aprofundada para formulação de propostas no campo da política e organização sindical, o Andes-SN está convocando as seções sindicais para participação neste evento. Os representantes das seções sindicais devem se inscrever até 19 de março na Secretaria Regional Rio do Andes-SN.

25/3 – Reunião do GTPFS (Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical)
Niterói (RJ), na UFF – *campus* Gragoatá, Bloco O, em São Domingos

- Deve se reunir para sintetizar as propostas do Encontro Nacional de Política Sindical e propor encaminhamentos aos próximos eventos do Andes-SN.

3/4 a 6/4 – Seminário sobre Educação Superior
Belo Horizonte (MG), no Cefet-MG

-Terá o objetivo, entre outros, de aprofundar a discussão dos impactos da Reforma do Estado implementada pelo governo FHC para a educação superior brasileira. O evento vai servir para preparar as intervenções do Andes-SN para o 4º Coned.

7/4 – Reunião GT Política Educacional/ GT Etnia, Gênero e Classe

- Vai tratar do tema reserva de vagas para as universidades e apontar encaminhamentos para o 44º Conad, em Florianópolis, que se realizará em junho.

23/4 a 26/4 – 4º Coned
São Paulo (SP), no Palácio de Convenções do Anhembi

- Constitui-se num dos espaços de luta do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. O desafio do 4º Coned é ampliar as condições para mobilizar e organizar os trabalhadores em Educação e outros setores da sociedade para o enfrentamento e a superação das políticas educacionais vigentes. As inscrições de trabalho podem ser feitas até 23 de março.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

MEC propõe cronograma de negociação com o Andes-SN

Na última terça-feira (12/3), o Ministério da Educação reuniu-se com o Andes-SN, a Fasubra, o Sinasefe e UNE para decidir a instalação das mesas de negociação com as entidades. O novo secretário da Secretaria de Educação Superior (SESu), Francisco César de Sá Barreto, informou que o atraso na abertura do processo decorreu devido às mudanças da secretaria. Ele revelou que a sua posse formal somente acontecerá nesta semana. Os representantes do Andes-SN destacaram que a demora na instalação das mesas causou uma forte inquietação entre os professores durante o 21º Congresso, realizado em fevereiro, na cidade de Rio Grande (RS).

Os sindicatos e os estudantes consideraram prioritárias as questões dos concursos públicos e da alocação de vagas, sendo necessária a autonomia universitária para a definição da classe e do calendário nos editais. Os concursos devem ser homologados até 3 de julho. No plano de carreira, foi requisitada a efetivação das mudanças da Lei da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) com novos instrumentos estabelecidos.

Os vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE) também foram contados como um problema a ser resolvido já que impedem o crescimento das verbas para expansão e melhoria das instituições federais. O Andes-SN sugeriu que o MEC trabalhe para que os vetos sejam removidos. Hoje, a mesa relativa aos Hospitais Universitários se reunirá. Amanhã, será a vez da Carreira e do Concursos e vagas. Na quarta-feira (20/3), será discutida a Assistência Estudantil. A data da mesa de financiamento ainda não foi definida.

Lei de Inovação pode destruir universidade pública

JOSÉ DOMINGUES

As modificações que o MEC tentou implantar nas universidades (no que foi derrotado pela greve) estarão de volta na proposta de Lei de Inovação Tecnológica do Ministério da Ciência & Tecnologia. A afirmação é do 1º tesoureiro do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho, em entrevista à reportagem da Adufrj-SSind durante o 21º Congresso. Segundo ele, o emprego público, as fundações de apoio de direito privado e organizações sociais são alguns dos temas explícitos do documento do ministério. E o movimento docente precisa ficar atento: a previsão é que o texto da nova lei deve chegar ao Congresso Nacional antes de abril deste ano. Para atrair o pesquisador e agilizar a adoção do regime de emprego público, a lei oferecerá condições para que este se licencie de sua instituição para abrir uma empresa de base tecnológica, nos termos definidos pela mesma lei. Mas o pesquisador continuaria utilizando recursos da própria instituição da qual se licenciou. "A Lei de Inovação prevê explicitamente que o 'professor-empresário' use laboratórios e pessoal da universidade. Ou uma universidade, independente de ter ali um 'professor-empresário' pode alugar ou colocar à disposição das empresas os seus laboratórios. É uma privatização mesmo", observou. Outra preocupação de José Domingues diz respeito ao produto final desta política do MCT. "Para criar uma política de tecnologia, deveria vir acoplada uma política industrial para o país. E isso não existe. Ou seja, os 'professores-empresários' vão estar voltados para as indústrias de fora", alertou. Segundo Domingues, estaria configurada uma nova mão-de-obra barata visando produzir para a indústria estrangeira instalada no Brasil. O 1º tesoureiro do ANDES-SN também lista alguns setores favoráveis ao projeto do MCT. "Parte da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) está envolvida na construção deste projeto. Infelizmente, a SBPC de resistência não está presente neste debate. E, nas universidades, os professores ligados às fundações de apoio também fazem *lobby* a favor da proposta", afirmou. Para enfrentar este novo desafio, diz Domingues, o Sindicato tem que estar preparado. A ação seguinte deve ser o estímulo à criação de grupos de trabalho (GTs) de Ciência & Tecnologia em todas as seções sindicais, a divulgação ao máximo possível das informações relativas ao assunto e a busca de alianças com setores dos institutos de pesquisa. "As pessoas têm que desmistificar essa idéia de que ciência e tecnologia é algo distante, inacessível", comentou. Devido à greve, um seminário de C&T organizado pelo Andes-SN previsto para outubro acabou não ocorrendo e deve ser remarcado para maio próximo. "Aí nós teremos que nos posicionar firmemente para fazer frente ao projeto que já estará em discussão no Congresso", completou.

Em tempo: na última sexta-feira, dia 15/3, ocorreu no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) um debate sobre a Lei de Inovação Tecnológica organizado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/RJ (SBPC). Fizeram parte da mesa o senador Roberto Saturnino (PSB), o deputado federal Jorge Bittar (PT), o presidente de honra da SBPC, Ennio Candotti, e dois representantes da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos): Mauro Marcondes (presidente) e Sérgio Luiz Monteiro (da superintendência de Planejamento). A próxima edição o Jornal da Adufrj-SSind publicará matéria sobre o debate.

Resenha

Dengue

Os mata-mosquitos fizeram um protesto em frente à Fiocruz, na avenida Brasil, no dia 7/3. Denunciaram que os recursos para a erradicação do *Aedes Aegypti* foram reduzidos em 71,5% nos últimos cinco anos. Em 1999, foram investidos R$ 329 milhões; em 2001, R$ 38 milhões. Também criticaram o governo por não cumprir a decisão judicial de reintegrar os mata-mosquitos demitidos em 1999.

Fundef

A deputada federal Esther Grossi (PT-RS) pretende aumentar o poder de fiscalização da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados sobre o governo. A parlamentar assumiu, no dia 6/3, a presidência da comissão. O primeiro alvo da deputada será o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Esther Grossi vai pedir ao Ministério da Educação (MEC) que explique porque o valor do custo mínimo por estudante foi reduzido de R$ 600 para R$ 400. "Não vamos fazer oposição de cara. Queremos ouvir os argumentos do governo", afirmou.

Cotas

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou, em 13/3, aos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é um substitutivo favorável ao projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui uma política de cotas de 20% das vagas das universidades e empregos públicos para os afro-brasileiros. Basicamente, o relator concordou com as propostas do autor, destacando a importância de o país adotar ações afirmativas no combate à discriminação, como campanhas educativas, bolsas de estudos e alteração de livros didáticos, entre outras. A matéria não chegou a ser debatida, de acordo com a Agência Senado. O Andes-SN vai estudar o tema da reserva de vagas em seus grupos de trabalho de Etnia, Gênero e Classe e de Política Educacional.

Ensino à distância

Os professores da UFRJ ainda devem lembrar da proposta do Vilhena, proferida antes de uma sessão do Consuni de 20 de dezembro de 2001, de trocar os 26,05% para todos pela abertura de vagas na graduação em cursos presenciais ou à distância, principalmente este último. O movimento docente critica duramente este tipo de sistema de ensino à distância, mas tem gente se mexendo neste sentido: no final de março, Petrópolis recebe o I Congresso Brasileiro de Educação Superior a Distância - I ESuD. O evento tem a promoção da UniRede – Universidade Virtual Pública do Brasil, que tem a UFRJ como "consorciada". Que estranha coincidência...

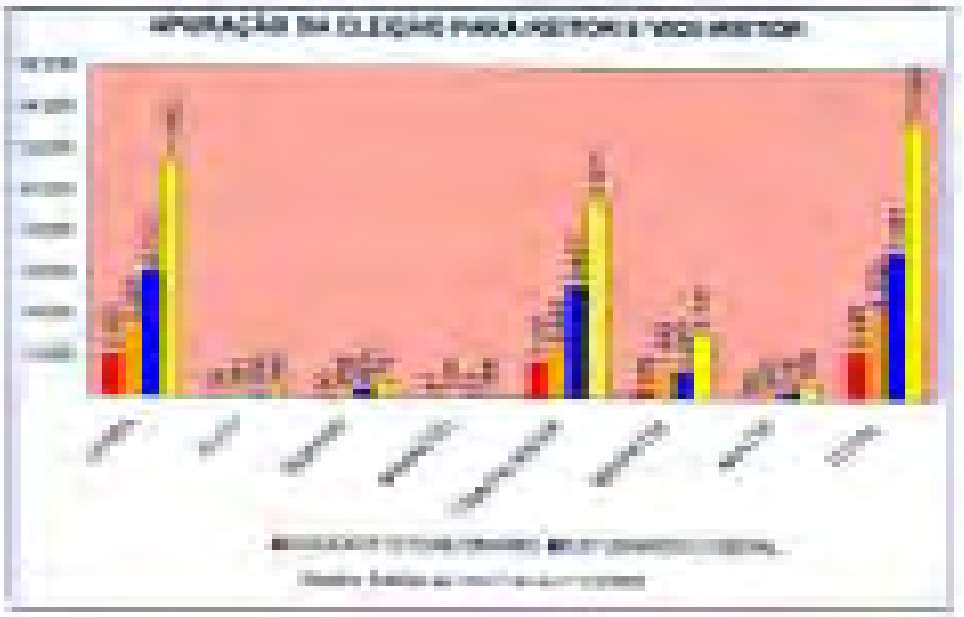
CLT

O Diário Bancário, informativo do Sindicato de Bancários e Financiários do Rio, denuncia em sua edição de 21/2 o absurdo de gastos do governo com a campanha pela destruição da CLT. Com espaços nos jornais de grande circulação e peças diárias no rádio e na televisão, o custo para a propaganda é altíssimo. "O mais grave é que todo o dinheiro da campanha sai dos impostos pagos pelos assalariados e a estratégia do governo é exatamente acabar com os direitos sociais dos próprios trabalhadores", diz um trecho do informativo. Como se não bastasse, a escolha da empresa responsável pela campanha "recaiu" sobre a Artplan, do deputado federal Rubem Medina (PFL-RJ).

UFRJ

Comunidade escolhe Lessa e Fracalanzza para a reitoria

Fracalanzza é escolhido vice-reitor com 71% do total de votos válidos



O professor Carlos Lessa é o novo reitor eleito da UFRJ. O decano do CCJE obteve 85% do total universal de votos, contra 6% do professor Person Candido e 3% do professor Eloy Eharaldt. O vice-reitor da chapa de Lessa, o decano no CCS, professor Sérgio Fracalanzza, conquistou 71% dos votos da comunidade. Os votos brancos totalizaram 23% e nulos, 5%. Participaram da consulta prévia para a escolha da próxima reitoria 13.453 eleitores, entre professores, estudantes e funcionários. Do total de docentes aptos a votar, 66,77% (2.248 professores) compareceram às urnas. Do segmento dos técnico-administrativos, 48,82% (4.172 funcionários) participaram da consulta. Entre os estudantes, 19,25% (7.033) compareceram ao pleito.

O professor Lessa foi o vitorioso também no critério da paridade. Entre os docentes, obteve 19,8% dos votos. Nos funcionários, Lessa conquistou 12,9% dos eleitores. Os estudantes, na paridade, deram 5,51% dos votos para Lessa.

Pela lei, na proporcionalidade 70/15/15, o decano ganhou com 42% dos votos docentes, contra 1,37% para Person e 0,81% para Eloy. Entre os técnico-administrativos, 5,83% dos votos foram para Lessa, 0,45% para Person e 0,32% para Eloy. No segmento dos alunos, 2,51% votaram em Lessa, 0,17% no professor Person e 0,05% em Eloy.

A apuração dos votos ocorreu durante toda a tarde da sexta-feira, 15/3, no Auditório do Quinhentão, no CCS. Ao anunciar o resultado oficial, o coordenador da consulta, professor Aloisio Teixeira, considerou o resultado histórico. “Este resultado mostra a mesma participação da comunidade registrada em 98”, comentou.

Repercussão nas entidades

Para a representante dos estudantes no DCE, Isabel Mansur, o resultado pela paridade é o que importava aos alunos. “O resultado pela paridade indica os nomes dos professores Carlos Lessa e Fracalanzza para a reitoria. Esses são os nomes que a gente vai defender no Colégio Eleitoral, em nome da vontade expressa pela comunidade”, disse a estudante, que tem assento garantido no CE, como representante do Conselho de Ensino de Graduação. Isabel informa que os votos da bancada estudantil no CE, composta de dez estudantes, serão declarados. Assim como o movimento docente, os estudantes prometem mobilizar a comunidade para comparecer à sessão do dia 21 e pressionar os conselheiros a acatar o resultado das urnas.

Para o presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, o resultado das urnas deve ser respeitado e o Colégio Eleitoral deve montar as listas tríplices com os nomes dos mais votados da chapa vencedora. Quanto à postura do MEC, avisa: “A comunidade espera que, desta vez, o MEC tenha sensibilidade e escolha o candidato eleito”. Para o dirigente, apesar do pouco tempo para os debates e organização da consulta, o resultado pode dar condições para o início da reconstrução da democracia interna na universidade.

Segundo uma das coordenadoras gerais, Neuza Pinto, o Sintufrj realiza uma assembléia nesta terça-feira, 19, para definir a posição que a bancada dos técnico-administrativos deve tomar no Colégio Eleitoral. Os funcionários têm cinco votos no CE, como representantes do Conselho Universitário. Neuza espera que os candidatos que participaram da consulta cumpram o compromisso firmado durante as campanhas de respeitar o resultado das urnas, pela paridade.

Reitor eleito

Perguntado pela redação do **Jornal da Adufrj-SSind** sobre a vitória, Carlos Lessa, disse que o resultado das urnas mostrou que a universidade aceitou o programa de sua chapa. “Dois pontos de nossa proposta são fundamentais: o fortalecimento dos órgãos colegiados e o resgate da imagem externa da universidade. Para Lessa, a UFRJ tem que restaurar o prestígio junto à sociedade. “Temos que fazer as pessoas entenderem porque a UFRJ é a maior universidade deste país”, declarou. Quanto à sua expectativa junto a decisão do Colégio Eleitoral, o atual decano acha que a vontade da comunidade será respeitada. Otimista, Lessa também confia que o ministro Paulo Renato vai encaminhar seu nome para a sanção do presidente da República.

Candidato defende resultado

Pouco antes de relatar o resultado da consulta, o professor Aloisio Teixeira leu, a pedido do professor Person Candido, um manifesto intitulado ‘Manifesto Público à UFRJ” no qual o candidato elogiava a participação da comunidade no processo eleitoral e o empenho da comissão de consulta. A redação deste jornal conseguiu contato pelo telefone com o professor Eloy Eharaldt apenas no final da noite, em sua residência. Infelizmente, a reportagem não conseguiu nenhuma declaração do candidato, pois, logo após a identificação, a ligação foi interrompida, e nas tentativas seguintes, o sinal da linha estava ocupado.

A seguir, um dos trechos do manifesto de Person: “Ratifico meu compromisso perante toda a comunidade da UFRJ de somente aceitar ser reitor na condição de mais votado nas urnas da consulta prévia e pelo voto paritário. Sendo assim, concluo este manifesto público, afirmando que o surgimento de qualquer outro nome na lista tríplice a ser enviada ao MEC que não configure os daqueles que foram extraídos das urnas da consulta nomeará os golpistas da Universidade Pública Brasileira”.

ELEIÇÃO PARA REITOR E VICE-REITOR

Critério	Reitor				Vice-reitor			
	Lessa	Eloy	Person	Brancos	Fracalanzza	Brancos	Nulos	Total
Voto universal								
Docente	2.020	39	66	41	1.741	425	82	2.248
Funcionário	3.323	181	256	105	2.443	1.422	307	4.172
Estudante	6.110	129	425	53	5.427	1.290	316	7.033
Geral	11.453	349	747	199	9.611	3.137	705	13.453
Percentual	85%	3%	6%	1%	71%	23%	5%	100%
70/15/15								
Docente	42,00%	0,81%	1,37%	0,85%	36,20%	8,84%	1,70%	46,74%
Funcionário	5,83%	0,32%	0,45%	0,18%	4,29%	2,50%	0,54%	7,32%
Estudante	2,51%	0,05%	0,17%	0,02%	2,23%	0,53%	0,13%	2,89%

Números fornecidos pela Comissão de Consulta

UFRJ

ALIMENTOS SÃO DEIXADOS SEM PROTEÇÃO NO ALOJAMENTO. A ALGUNS METROS DALI, UM BURACO NA PAREDE, PRÓXIMO AO MATAGAL, DEMONSTRA A FALTA DE CUIDADO COM A HIGIENE

Alojados voltam a reclamar da alimentação

Os estudantes levam amostra de leite com pedaços de inseto à sessão do CEG

Revoltados, os alunos apresentaram na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação (13/3) uma mostra de leite oferecido durante um dos lanches do alojamento do Fundão. No leite, segundo os alunos, foram encontradas pernas de insetos. Os estudantes solicitaram, mais uma vez, que a sub-reitoria de graduação (SR-1) investigue junto à coordenação do alojamento as condições de higiene no preparo dos alimentos dos alojados. Frustados com a resposta da reitoria e dos próprios conselheiros ao drama vivido pelos alojados, os estudantes prometeram entrar com uma ação civil pública no Ministério Público Federal contra a administração da UFRJ por desacato aos direitos humanos.

A representante discente Isabel Mansur se irritou ao lembrar aos demais que, há quase um ano, o Conselho Universitário aprovou a extensão da bolsa Profag a todos os alojados, como solução – "emergencial!" – para o fim das 'quentinhas'. O assunto acabou caindo no esquecimento. "A situação dos alojamento já é tão catastrófica que acaba sendo banalizada pela reitoria e pelo próprio conselho. Estamos no nosso limite", desabafou.

De julho de 2001 para cá, o compromisso da reitoria era implementar a Política de Assistência Estudantil aprovada pelo CEG. Mas a falta de recursos orçamentários da sub-reitoria de Patrimônio (SR-3) foi sempre a desculpa dada pelo sub-reitor acadêmico Ricardo Gattass para não resolver o problema. Na época da 'solução emergencial', o reitor Vilhena teve o disparate de declarar que via com "extrema simpatia" a idéia da volta dos bandejões, uma solução que seria definitiva para o problema da alimentação dos estudantes. Mas dinheiro que é bom só foi gasto com projetos pirotécnicos, como o cercamento das Unidades do Fundão e a pintura do pavimento térreo do CT, entre outros exemplos.

À míngua

A situação dos alojados é mesmo caótica. O jornal da Adufrj-SSind visitou as instalações do refeitório onde, atualmente, são servidos os lanches. No café da tarde, fornecido de 14 às 15h, foram servidos pão com manteiga, leite e café. Os alunos reclamam que apenas um dos três funcionários que preparam o lanche é servidor da universidade. Os demais são serventes terceirizados que 'quebram um galho'. Sem condições mínimas, a manteiga é passada por mãos sem proteção nos pães espalhados em uma bancada de alumínio.

O local aonde seria um refeitório – não há sequer uma cadeira, apenas poucas mesas espalhadas pelo salão - é aparentemente limpo, ao menos durante o dia. Mas à noite, os alojados contam já ter visto bichos e insetos variados passeando pelas mesmas bancadas onde são preparados os alimentos. Não é para menos: as paredes do local são todas perfuradas. Em um dos cantos, colado ao chão, se avista um belo buraco de cerca de 50 x 40 cm por onde bem podem passar ratazanas, muitas baratas e até gatos ou cachorros.

CEG discute alojamento em pauta única

Ao final do relato desesperado dos alunos, os demais conselheiros aprovaram como pauta única da sessão desta quarta-feira, 21, o problema do alojamento. O sub-reitor, Ricardo Gattass, ficou incumbido de convidar todos os 'atores' envolvidos na questão do gerenciamento do alojamento. Os estudantes e os conselheiros esperam poder falar diretamente com os responsáveis para tentar chegar à uma solução. Os 'convidados' são o sub-reitor de Patrimônio (ou o "homem do dinheiro" como é chamado por Gatttas), Maurício Arouca, a coordenadora do alojamento, Vera Aguiar (que se encontra em férias, mas espera-se que envie um representante) e o próprio reitor Vilhena.

Rio, 13 de março de 2002.

Ao: Conselho de Ensino e Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A assembléia geral dos moradores do Alojamento Estudantil da UFRJ, realizada em 11 de março de 2002, resolve:

Notificar aos conselheiros que foram encontradas partes de insetos no lanche da tarde do dia 10 de março de 2002 (Domingo), tendo sido recolhida amostra para que Vossas Senhorias possam comprovar.

A precariedade que envolve a estrutura do lanche é constante no dia a dia dos estudantes:

1. Condições do ambiente de trabalho dos servidores;
2. Qualidade, e composição nutricional dos alimentos oferecidos;
3. Insuficiência de alimentos que atenda a todos os moradores;
4. Condições de higiene;
5. Infra-estrutura geral do refeitório.

Desde já, exigimos as devidas providências para que estes episódios não se repitam.

Anote

Nesta quinta-feira (21/3), o livro "Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno" será lançado no Palácio São Clemente. A obra, organizada pelo professor Carlos Lessa, tem ensaios de Afonso Carlos dos Santos, Cacilda Machado, Vânia Maria Cury, entre outros. O evento acontecerá às 20 horas. O Palácio fica à Rua São Clemente, 424, em Botafogo.

Nesta segunda-feira (18/3), será iniciada a Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária, organizada pelo Movimento dos Sem Terra (MST), a UERJ e a FAPERJ. Dentre as atividades paralelas, um debate acontecerá no mesmo dia, no auditório do Centro de Tecnologia/ UFRJ, às 10 horas. O tema "O modelo agrícola das elites e movimentos sociais no campo", será debatido por Leonildes Medeiros (CPDA) e João Pedro Stédile (MST). Na quarta-feira (20/3), Ademar Bogo (MST), Ana Clara Ribeiro (IPPUR/UFRJ) e Luiz Pinguelli Rosa (Coppe) discutirão "A cultura, mística e os movimentos sociais", em mesa mediada pela Adufrj-SSind. O evento será realizado no Salão Nobre do CT/UFRJ, às 14 horas.

Colegiados

CEG aprova licenciatura à distância

Câmara de Currículos emite parecer favorável à criação dos cursos de Física e Ciências Biológicas

Em sua última sessão (13/3), o Conselho de Ensino de Graduação aprovou por unanimidade, em caráter experimental, dois cursos de licenciatura à distância a serem oferecidos por esta universidade: Licenciatura em Biologia à Distância e Ciências Biológicas – Modalidade de Licenciatura. A aprovação dos conselheiros teve como base o parecer da Câmara de currículos e a exposição de argumentos do superintendente da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, Carlos Eduardo Bielschowsky. O ingresso da UFRJ no consórcio do Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj) foi defendido por Carlos como parte da democratização do acesso ao ensino superior "público, gratuito e de qualidade".

A apresentação do consórcio ao colegiado superior foi feita, pela primeira vez, em dezembro de 2000. O Cederj é uma iniciativa do governo estadual que vem arregimentado as parecerias das universidades, não só as estaduais Uerj e Uenf, mas as federais UFF, UFRJ, UFRRJ (Rural) e UniRio. O primeiro vestibular do Cederj foi realizado em outubro de 2001 para o curso de licenciatura em Matemática da UFF. O consórcio vem se espalhando através de pólos regionais estabelecidos em municípios do interior do estado, num total de onze pólos, alguns dos quais nas cidades de Volta Redonda, Petrópolis, Macaé, Itaperuna e Paracambi.

Segundo Carlos Eduardo, os cursos são, na verdade, semi-presenciais. "Os alunos recebem material didático impresso no início do semestre e têm acesso ao conteúdo na *web*", disse, explicando que as dúvidas podem ser tiradas por *e-mail* e que os estudantes podem contar com 'aulas' presenciais de tutores de cada disciplina, durante duas horas por semana. São exigidas duas provas por disciplina e por semestre, realizadas nos pólos, presencialmente.

Preocupações

Apesar de terem aprovado os cursos, ainda que para experimentação, alguns conselheiros manifestaram preocupações quanto à avaliação das Unidades que se dedicarem ao ensino à distância, na UFRJ. Só para lembrar, a reitoria Vilhena condicionou as verbas destinadas à graduação, a exemplo do Programa de Apoio à Graduação (Prograd), à implementação de cursos à distância. A reitoria também chegou a oferecer 'empenho' junto ao MEC para a extensão dos 26,05% (Plano Verão) a todos os professores, em troca de os colegiados acadêmicos aprovarem um aumento da oferta de vagas, principalmente com cursos à distância.

Avaliação em separado

O conselheiro, representante do CCMN, Sérgio de Paula Machado, reivindicou que a administração da UFRJ separe as avaliações dos cursos tradicionais dos não presenciais. Para Sérgio, na hora em que a verba é distribuída sob critérios de índices de evasão, por exemplo, uma Unidade que tenha cursos à distância pode ser prejudicada, já que a desistência de alunos nesta modalidade é reconhecidamente muito alta. O conselheiro pediu ainda que a matriz para distribuição de recursos na próxima reitoria não considere os mesmos critérios. O superintendente de C&T disse concordar que a separação deve ser feita, mas considera fundamental a comparação entre as duas metodologias, presencial e à distância, para futuras avaliações das instituições.

Mais uma fundação

Para administrar o consórcio, o governo Garotinho transformou o Centro de Ciências do Estado, uma autarquia de direito público, na Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância (Cecierj). Os recursos para manter um quadro de 120 ocupantes de cargos comissionados e 628 servidores próprios deverão ser provenientes de orçamentos do Estado, Municípios e União. Apesar da verba orçamentária pública, a Fundação Cecierj ainda poderá prestar serviços e "outras atividades produtivas". No quadro permanente, o maior contingente de técnicos é de nível superior (190), com salários em torno de R$ 1.900,00 Os docentes da fundação são, na maioria (260), professores doutores associados com salários de R$ 4.100,00.

Professora da UFF questiona uso de novas tecnologias educacionais

Na edição número 1, ano VII (10/4/00), o **Jornal da Adufrj-SSind** publicou um artigo da então assessora do Centro de Estudos Sociais Aplicados na Comissão da UFF para implantação dos cursos à distância (Comissão EaD/UFF), Katia Souza Lima, questionando a identificação do ensino à distância como 'passaporte da educação para a modernidade'. Para a mestre em Serviço Social pela UFRJ, o debate sobre universidades virtuais e educação à distância estaria mergulhado na lógica apresentada pelos organismos financeiros internacionais. A professora alerta para o documento do Banco Mundial *"La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia"*, de 1995. Sendo mais uma das cartilhas neoliberais a serem seguidas pelos países em desenvolvimento, o texto "identifica a educação à distância como uma excelente estratégia para garantir as diferenciações entre as instituições de ensino superior, ou seja, as universidades públicas, provadas, e instituições não universitárias, que incluiriam os cursos de curta duração e os cursos à distância, objetivando garantir a formação de mão de obra para atender à lógica do mercado".

Parecer aponta necessidade de diretrizes para o Ensino à Distância

O fato de os cursos Física e Ciências Biológicas estarem sendo ofertados na modalidade não presencial por Unidades da UFRJ não põe um ponto final no debate sobre o assunto. O próprio parecer da câmara estabelece o caráter experimental da modalidade. Segundo o parecer, deverá haver uma avaliação continuada do currículo e da metodologia de ensino, orientada pela própria Câmara. O CEG aprovou a criação de uma comissão de especialistas, formada por docentes da UFRJ, a ser formalmente designada pela Subreitoria de Graduação (SR-1) para repensar a proposta e reformular a estrutura curricular dos cursos.

De acordo com o parecer da Câmara do CEG, diante da assinatura da UFRJ no consórcio Cederj, não restou outra alternativa senão aprovar os cursos (já em processo de implementação nas Unidades) em caráter experimental.

Novas tecnologias com pedagogia ultrapassada

Para os conselheiros, algumas questões pedagógicas ainda precisam ser vistas. Para a professora da Faculdade de Educação e integrante do Conselho Universitário, Raquel Goulart, existem perguntas que ainda precisam ser pensadas e respondidas acerca das propostas de ensino à distância nas universidades públicas. Alguns questionamentos da professora, que é estudiosa do assunto e emitiu um parecer à Câmara, foram incorporados.

Uma das preocupações, por exemplo, é a 'clonagem' da estrutura curricular do ensino presencial. No item disciplinas pedagógicas, do curso de licenciatura em Física, por exemplo, um currículo de trinta anos é simplesmente reproduzido. As condições materiais de ensino (textos, linguagem, bibliografia, laboratórios) também se encontram incompletas, segundo a Câmara. Na explicação da equipe do Cederj, os materiais e a construção dos currículos para os cursos não presenciais ainda serão criados, "durante o próprio processo". "Seguimos uma proposta construtivista", disse o superintendente da Secretaria de C&T.

Movimento

Carta de Rio Grande

Projeto Histórico e Educação: a luta do Sindicalismo Classista foi a temática que reuniu 321 delegados, 46 observadores, 61 Seções Sindicais e uma Secretaria Regional, na cidade de Rio Grande, de 23 de fevereiro a 1º de março, no XXI Congresso do ANDES-SN.

O Congresso reuniu-se em um local pleno de significações sociais e históricas: uma escola pública, cujo auditório foi palco de grandes manifestações seja de arte seja de assembléias dos movimentos sindicais. Um espaço que foi abandonado pelo poder público, durante muito tempo, tendo seu auditório chegado a ser reduzido a um mero depósito de sucata. O Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller, cenário do nosso Congresso, teve seu auditório reconstruído pela AProfURG, nossa Seção Sindical, para voltar a ser um espaço público que possibilite a efetiva atuação dos movimentos sociais.

O esforço solidário dos sindicatos de trabalhadores desta cidade, com o empréstimo de computadores e apoio à realização do evento foi decisivo na construção das condições de êxito do nosso Congresso. Contrariamente ao afirmado pelos governos, foi a ação comum das entidades dos trabalhadores que, ultrapassado os estreitos limites do corporativismo, permitiram e permitirão a reconstrução do espaço público.

A Mesa de abertura do nosso congresso sistematizou uma concepção de sindicato e de sociedade. A fala dos companheiros dos diferentes sindicatos da educação (nacionais e internacionais) e dos movimentos sociais demonstrou a compreensão, deles todos, de uma plataforma comum de lutas contra a violência da sociedade expressa pelo neoliberalismo e a justeza de uma luta pela constituição de uma nova hegemonia que se traduz na luta pelo socialismo. A fala da companheira Maria Odete Martins, representante dos Povos do Mar, emocionou a todos pela sua determinação de luta contra a tentativa de expropriação das condições de vida daqueles trabalhadores e a resistência forte aos desmandos do governo do Ceará e das manipulações das empreiteiras e multinacionais.

As grandes questões sociais e nacionais, na análise do nosso Congresso, passam necessariamente pela compreensão da realidade internacional e na afirmação da construção de um novo internacionalismo dos trabalhadores. A

REPRESENTANTES DE 61 SEÇÕES SINDICAIS PARTICIPARAM DO CONGRESSO

condenação das formas brutais de intervenção imperialista (Colômbia, o ameaçado golpe de estado contra a Venezuela, os massacres no Oriente Médio, entre outras) e a participação efetiva nas Jornadas Continentais contra a ALCA, a Rede Internacional de Solidariedade Ativa, na Rede de Solidariedade à Educação Pública nas Américas marcam efetivamente a dimensão internacional e nacional da nossa luta.

Nessa perspectiva, a Greve Nacional do dia 21 de março, chamada pela Central Única dos Trabalhadores; as lutas pela liberdade e autonomia sindicais; o combate permanente às medidas de perseguição aos trabalhadores adotadas pelo governo neoliberal de FHC (lei antigreve, o famigerado "pacote de novembro", a tentativa de eliminação dos direitos dos trabalhadores, eufemisticamente chamada de flexibilização laboral, que conta com o apoio de uma Central que trai os trabalhadores, a Força Sindical) são tarefas da mais alta responsabilidade e que exigirão toda nossa inteligência, entusiasmo e esforço organizativo. Mais do que nunca, coloca-se para nós a tarefa de, em conjunto com os movimentos sociais, dar uma nova cara a nossa sociedade. O socialismo é a perspectiva que permitirá impedir a contínua e progressiva barbárie capitalista.

Após a grande vitória dos companheiros das Universidades Federais, o Congresso saúda o salto de qualidade das lutas dos companheiros das Universidades Estaduais (no Paraná, na Paraíba), e denuncia a violência cada vez mais atroz contra os companheiros do Setor das Particulares.

O Congresso reafirma a condenação das políticas educacionais determinadas pelos organismos financeiros internacionais e patrocinadas pelo governo FHC e pelo ministro Paulo Renato, de triste fama. Considera que os governos estaduais têm sido poderosas forças auxiliares desse processo e condena a utilização, por esses governos, das Universidades Públicas e dos Serviços Sociais fundamentais para o conjunto da população como laboratório privilegiado na implementação das medidas neoliberais que subservientemente e de bom grado realizam. O Congresso registra como fundamentais a vitória dos companheiros paranaenses e o crescente isolamento que os companheiros da Paraíba vêm impondo ao governador José Maranhão.

A luta conjunta das universidades públicas, federais ou estaduais, contra a precarização do trabalho, as tentativas de limitação da liberdade e da autonomia sindicais, repressão e perseguição das lideranças são a contraface do terrorismo patronal no setor das IPES onde a luta pelo direito de organização é punido com a demissão e a organização de lista que visam a unificar o patronato contra os docentes considerados indesejáveis pelas mantenedoras. Mutilam-se, assim, não apenas as liberdades sociais mas, também, a possibilidade do trabalho. Nessas instituições, implementa-se a política neoliberal na sua forma mais brutal.

A política educacional que pode ser sintetizada nos cursos seqüenciais, cursos a distância, de formação de "professores" como adestrados e adestradores, na forma da LDB, não apenas busca eliminar a construção da capacidade crítica, mas, também, produzir uma juventude na perspectiva do domínio da lógica mercantilista e da construção de um individualismo, negador do coletivo e das formas de solidariedade.

No momento em que o governo prepara mais um ataque contra a educação técnico-profissional por meio das Diretrizes Curriculares para o ensino fundamental, o 21 Congresso reafirma sua posição de atualizar o Caderno 2 – Proposta do ANDES-SN para a Universidade – com essa modalidade de ensino.

O ANDES-SN reforça a necessidade do debate sobre a Política de Cotas e prepara-se para intervir no 4º CONED defendendo o PNE-Proposta da Sociedade Brasileira como subsídio para a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. As propostas do tipo "Inovação Tecnológica" são, no plano da universidade, uma das mais poderosas formas de negação do espaço público do ensino, da pesquisa e da extensão. Elas representam uma condenável adesão aos projetos que buscam redesenhar o território nacional para o Capital, negam a soberania das classes trabalhadoras, esterilizam a liberdade de pesquisa e aniquilam o próprio espaço nacional.

O Congresso expressou também a condenação às fundações internas que aceleram o processo de mercantilização e de privatização da pesquisa, aniquilam a autonomia das universidades, atrelam os destinos destas aos interesses imediatistas das empresas e não se submetem a qualquer forma de controle democrático.

O Congresso encaminhou a resolução da prestação de contas votando, por amplíssima maioria, o envio ao 44º CONAD da análise do relatório da Diretoria. O CONAD, resguardando o amplo direito de defesa, tomará posição sobre todo o processo e adotará as medidas que considerar necessárias. O Congresso atualizou os Estatutos do Sindicato de maneira a permitir a melhor forma de atuação da entidade.

Iniciou-se o processo de sucessão da diretoria com a presença de duas (2) chapas concorrentes para a gestão 2002-2004. Este processo indica o fortalecimento da entidade pela opção que os docentes farão entre os projetos diferenciados que se propõem a dirigir o Sindicato e a atuar no sentido do fortalecimento das lutas do Movimento Docente.

Por fim, mas não menos importante, o Congresso viabilizou a compra de uma sede para o Sindicato. Com isso, são dados passos importantíssimos na melhoria da atuação político-sindical, da participação conjunta com os movimentos sociais e na defesa dos interesses da categoria e do conjunto da sociedade brasileira.

Rio Grande, 1º de março de 2002

Movimento

Todo mundo na reitoria no dia 21

Objetivo é garantir o processo democrático da escolha pela comunidade

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind aprovou um dia de mobilização para garantir o resultado da consulta à comunidade no Colégio Eleitoral, em 21/3. Foi aprovada a suspensão das atividades durante a reunião dos 84 conselheiros que formarão a lista tríplice. O objetivo da atividade é, com o maior número possível de pessoas, dar visibilidade ao resultado das urnas a fim de garantir o processo democrático da escolha.

O dia de formação da lista tríplice de reitor da UFRJ coincide com a data escolhida pela CUT para a greve geral. Neste sentido, foi decidido na AG que, além da pressão no prédio da reitoria, todos os docentes estão convidados a participar das atividades da Central no mesmo dia (até o fechamento desta edição, não havia uma programação definida). A paralisação de 24 horas tem como pauta exigir dos parlamentares e do governo a preservação da CLT e a defesa do direito de greve dos servidores.

Houve o entendimento majoritário na Assembléia Geral de que não havia condições para efetivar a paralisação de um dia na universidade, conforme encaminhado pelo 21º Congresso do Andes-SN. Para reforçar o ato na reitoria, a diretoria da Adufrj-SSind ficou encarregada de convidar outros representantes das seções sindicais do Rio (Sesduenf, Aduff, AduniRio, Asduerj, Adur) e demais sindicatos, além de parlamentares e outras representações da sociedade civil. Convocar o próprio Vilhena para aparecer na reitoria foi uma brincadeira citada na assembléia. Como se sabe, há mais ou menos três meses o reitor não convoca muitas das reuniões do Conselho Universitário com a alegação de estar em Brasília tratando de questões da universidade.

Dia Nacional de Luta

Outro encaminhamento do Congresso apreciado pela AG foi o Dia Nacional de Luta (20/3) para garantir a instalação de grupos de trabalho/mesas de negociação para discussão dos itens não-salariais da greve do ano passado e pela regulamentação das alterações introduzidas na Lei da GID. Também tendo em vista as dificuldades de mobilização no momento, o período de reposição de aulas e o recesso no Colégio de Aplicação, foi aprovado que seria feita uma campanha de denúncia da atitude do MEC por meio de correio eletrônico. Será solicitado aos docentes que enviem mensagens de protesto ao ministério. Uma carta-padrão está disponível na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br) para facilitar o processo e pode ser conferida no quadro ao lado.

Eleições da Adufrj-SSind

Continua em vigor o calendário eleitoral da Adufrj-SSind para o Conselho de Representantes. Nos dias 18 a 20 de março, quatro Unidades da UFRJ estarão fazendo as eleições: Instituto de Química, Instituto de Matemática, Faculdade de Farmácia e Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva (NESC).

Na AG realizada em 13/3, foram apresentadas duas novas propostas de calendário eleitoral (para a Diretoria e também para o Conselho, se outras Unidades apresentarem representantes). Venceu aquela (veja quadro nesta página) que tinha as datas mais próximas (eleições de 17 a 19 de junho contra eleições de 24 a 26 de junho). Ficou para avaliação de uma próxima assembléia se as datas do processo não interfeririam com o próximo Conad do Andes-SN, previsto para junho também.

Pagamento da GID

Embora não fosse item de pauta da AG, foi comentado o problema no pagamento da GID aos aposentados do Colégio de Aplicação. Em função disso e de vários problemas relativos ao pagamento da GED, a diretoria da Adufrj-SSind já solicitou audiências com a SR-4 para cuidar do assunto.

Plenária dos SPF

Foi indicado o nome do professor José Henrique Sanglard como delegado da Adufrj-SSind à Plenária dos SPF (17/3) e à reunião do Setor das Federais, na véspera. O professor Luciano Menezes (Escola de Engenharia) participará como observador. O Setor vai cuidar da prestação de contas da greve do ano passado e avaliar a rodada de assembléias convocada para apreciar a proposta de greve geral. Além disso, será tratado o Plano de Lutas aprovado no 21º Congresso. Já a Plenária vai cuidar, entre outros temas, da greve geral, da campanha salarial e de um Plano de Lutas para o funcionalismo.

Os professores Walcyr de Oliveira Barros (Escola de Enfermagem), Janete Luzia e Cleusa Santos (ambas da Escola de Serviço Social) e Luciano Menezes manifestaram interesse em participar do 4º Coned, cujo período de inscrição se encerra em 23 de março. Os professores Luciano Menezes e Janete Luzia informaram ainda o interesse em participar também do Encontro Nacional de Política Sindical.

Modelo de carta para enviar ao MEC no Dia Nacional de Luta (20/3)

"Ao Excelentíssimo
Ministro de Educação, Paulo Renato
Eu, professor(a) _____da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), venho, por meio desta mensagem manifestar meu mais profundo repúdio à postura assumida por este ministério no que concerne aos compromissos assumidos com as entidades da Educação após a greve do ano passado.

Na ocasião, foi firmado um termo de acordo no qual o MEC se comprometia a instalar mesas de negociação/grupos de trabalho para tratar dos itens não-salariais da pauta de reivindicações. Além disso, a Lei da GID sofreria alterações definidas junto ao Comando Nacional de Greve do Andes-SN. Passados mais de três meses do fim da greve (encerrada nacionalmente em 7 de dezembro), estes dois itens ainda não foram cumpridos. Isso é inaceitável.

Solicito, portanto, a instalação das mesas de negociação, a regulamentação da GID e mais vagas para concursos de docentes pelo Regime Jurídico Único.

Saudações Universitárias"

Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind

21 de Fevereiro de 2002	quinta	Sindicalizados candidatos
18 de Abril de 2002	quinta-feira	Sindicalizados eleitores
24 de maio de 2002	sexta-feira	Inscrição de chapas Diretoria
07 de junho de 2002	sexta-feira	Inscrição de listas Conselho
17 de junho a 19 de junho de 2002	segunda-feira a quarta-feira	Eleição Diretoria/Conselho
19 de Julho de 2002	sexta-feira	Posse Diretoria/Conselho

Debate entre reitoráveis não ocorreu

O debate entre reitoráveis programado para a segunda-feira 11 de março, no Auditório da Letras, acabou adiado pelo regimento eleitoral da consulta. Pelas normas, aprovadas em sessão do Conselho Universitário do dia 7/3, não são permitidas manifestações públicas dos candidatos até 48 horas antes da consulta. A regra pegou de surpresa a diretoria da Adufrj-SSind, que não foi avisada a tempo de suspender a produção de cartazes de convocação para o evento.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL
ENCARTE CARRIRA ÚNICA
EDIÇÃO DE 18 DE MARÇO 2002

Projeto de Carreira Única do Andes-SN

De acordo com as deliberações do 21º Congresso, as Seções Sindicais devem dar seqüência à campanha de divulgação para a categoria da proposta de carreira do Andes-SN.

Na luta contra a política salarial do governo, baseada em gratificações de caráter produtivista e excludente, e pelo nosso projeto de Universidade, a defesa da nossa proposta de carreira é fundamental.

Vale lembrar que, no segundo semestre de 2001, o Sindicato Nacional produziu uma cartilha explicativa intitulada "Carreira Docente e Universidade Pública" (detalhe), distribuída aos sindicalizados da Adufrj-SSind. A novidade do presente encarte é a reprodução, na íntegra, do projeto do Sindicato Nacional e a atualização da Malha de Vencimentos da Carreira Única do Magistério das Instituições Federais de Ensino Superior.

PROJETO DE LEI DE CARREIRA ÚNICA PARA O MAGISTÉRIO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Título I

Capítulo Único

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Fica aprovada a Carreira Única para o Magistério das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), de acordo com o disposto no Inciso V do Art. 206 e Inciso I do Art. 209 da Constituição da República.

Art. 2º - A Carreira Única para o Magistério, prevista nesta Lei, é aplicável a todos os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, que nela ingressem nos termos definidos nesta Lei.

Título II

Capítulo Único

Da Implantação, Coordenação, Supervisão e Controle

Art. 3º - A implantação, coordenação, supervisão e controle da Carreira Única para o Magistério, a que se refere esta Lei, caberão a cada Instituição de Federal Ensino Superior.

Título III

Da Estrutura da Carreira

Capítulo I

Das Classes e Níveis

Art. 4º - A Carreira Única para o Magistério será constituída por classes e níveis.

Parágrafo 1º - Por classe entende-se a divisão da estrutura da carreira que, fundamentada na titulação acadêmica, agrupa atribuições, responsabilidades, qualificação profissional e experiências.

Parágrafo 2º - Entende-se por níveis as subdivisões de uma mesma classe.

Art. 5º - A Carreira Única para o Magistério será estruturada nas seguintes classes e níveis:

I - Professor Auxiliar - Níveis A e B
II - Professor Assistente - Níveis A e B
III - Professor Adjunto - Níveis A e B
IV - Professor Associado - Níveis A e B
V - Professor Pleno (Nível Único)

Capítulo II

Do Ingresso na Carreira

Art. 6º - O ingresso na Carreira Única para o Magistério dar-se-á exclusivamente mediante habilitação em concurso público de provas e títulos.

Parágrafo 1º - Para inscrição nesse concurso será exigido:

a) diploma de graduado em curso superior para classe de Professor Auxiliar;
b) diploma de mestre para classe de Pro-

fessor Assistente;
c) diploma de doutor para classe de Professor Adjunto.

Parágrafo 2º - Poderão candidatar-se também ao cargo de Professor Pleno portadores do título de notório saber concedido pelo conselho superior de ensino, pesquisa e extensão da IFES que estiver realizando o concurso.

Capítulo III

Do Regime de Trabalho

Art. 7º - Os professores da Carreira Única para o Magistério serão submetidos a um dos seguintes regimes de trabalho:
a) Dedicação Exclusiva, com carga horária de quarenta horas semanais de trabalho, distribuídas entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e eventual gestão acadêmica.
b) Tempo parcial, com carga horária de vinte horas semanais de trabalho.

Parágrafo 1º **-** O professor em regime de dedicação exclusiva não poderá exercer outra atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício, em instituição pública ou privada, à exceção de:
I - participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções do magistério;
II - participação em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionada com ensino, pesquisa ou extensão;
III - percepção de direitos autorais correlatos;
IV - colaboração esporádica ou não habitual em atividades de sua especialidade, devidamente autorizada pela unidade, setor ou departamento onde estiver lotado.

Parágrafo 2º **-** Todo professor da Carreira Única para o Magistério poderá alterar seu regime de trabalho para de Tempo Parcial para Dedicação Exclusiva, desde que tenha seu plano de atividades aprovado pela unidade, setor ou departamento acadêmico onde estiver lotado;

Capítulo IV

Da Progressão

Seção I - Entre as Classes

Art. 8º - A progressão na Carreira Única para o Magistério, entre as classes de Professor Auxiliar, Assistente e Adjunto, dar-se-á, exclusivamente, por titulação.

Parágrafo 1º - A progressão .da classe de Professor Auxiliar para a classe de Professor Assistente, exigir-se-á o título de Mestre.

Parágrafo 2º - A progressão da classe de Professor Assistente para a classe de Professor Adjunto exigir-se-á o título de Doutor.

Art. 9º - Na progressão da classe de Professor Adjunto para a classe de Professor Associado, exigir-se-á, além do título de Doutor, que o docente esteja no nível "B" da classe de Professor Adjunto por, pelo menos, dois anos e a avaliação de desempenho.

Parágrafo 1º - A avaliação de desempenho para a progressão de que trata o caput deste artigo constituir-se-á em defesa pública de memorial descritivo e defesa pública de trabalho científico, demonstrando a consolidação da linha de pesquisa do docente ou atividades de extensão, a serem apresentados perante uma banca examinadora.

Parágrafo 2º - A Banca Examinadora deverá ser constituída por, pelo menos, dois docentes de outras instituições de Ensino Superior e por um da Instituição Federal de Ensino Superior a que pertence o docente.

Parágrafo 3º - Os membros da Banca Examinadora deverão ter, no mínimo, a mesma titulação exigida pela classe pretendida pelo candidato.

Art. 10 - A progressão de Professor Associado B para Professor Pleno dar-se-á por concurso interno observados os seguintes requisitos:
I - Defesa pública de memorial descritivo e defesa pública de trabalho científico original, demonstrando a consolidação da linha de pesquisa do docente ou atividades de extensão, a ser apresentado perante banca examinadora.
II - A Banca Examinadora será constituída por cinco docentes com a mesma titulação exigida para a classe pretendida, sendo no mínimo três de outras instituições de Ensino Superior que não a promotora do concurso.

Seção II - Entre os Níveis

Art. 11 - A progressão entre os níveis de uma mesma classe ocorrerá após o cumprimento, pelo docente, do interstício (mínimo) de dois anos ao nível respectivo, em obediência aos seguintes requisitos:
I - De Professor Auxiliar A para B, através da aprovação de memorial descritivo, defendido perante comissão indicada pelo Departamento de origem e referendada na instância acadêmica imediatamente superior.
II - De Professor Assistente A para B, através de aprovação de memorial descritivo, defendido perante comissão indicada pelo Departamento de origem do docente e referendada na instância acadêmica imediatamente superior.
III - De Professor Adjunto A para B, através de defesa pública de memorial descritivo a ser aprovado por comissão composta pela instância imediatamente superior, dentre nomes indicados em lista pelo Departamento de origem do docente.
IV - De Professor Associado A para B, através da defesa pública de memorial descritivo e de documento científico, demonstrando a consolidação da linha de pesquisa do docente ou de suas atividades de extensão, a ser aprovada por comissão composta pela instância acadêmica imediatamente superior dentre nomes indicados pelo Departamento de origem do docente.

Parágrafo Único **-** A homologação e o acompanhamento do processo da progressão será da competência do conselho superior de ensino, pesquisa e extensão de cada IFES.

Capítulo V

Das Atividades

Art. 12 - São consideradas atividades próprias dos professores da Carreira Única para o Magistério:
a) as pertinentes à pesquisa, ensino e extensão, respeitado o princípio constitucional da indissociabilidade destas atividades;
b) as inerentes ao exercício de direção, participação em órgãos colegiados, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição e outras previstas em lei;
c) as inerentes às atividades sindicais, científicas ou representativas de classe ou de categoria profissional.

Capítulo VI

Das Atribuições

Art. 13 - Os docentes integrantes da Carreira Única do Magistério das Instituições Federais de Ensino Superior terão, no mínimo, as seguintes atribuições:
I - Professor Auxiliar - Exercício das atividades de ensino em todos os níveis e modalidades da educação, participação em atividades de pesquisa ou extensão, em caráter coletivo ou individual, seleção e orientação de monitores e orientação de monografia de graduação.
II - Professor Assistente - Além das atribuições da Classe de Professor Auxiliar, atividades de ensino em curso de pós-graduação lato-sensu, elaboração de projetos de pesquisa ou colaboração e coordenação de projetos de extensão, orientação de alunos de pós-graduação lato-sensu e/ou bolsista de iniciação científica, aperfeiçoamento e participação em banca de concurso público para Professor Auxiliar.
III - Professor Adjunto - Além das atribuições da Classe de Professor Assistente, atividade de ensino em curso de pós-graduação stricto-sensu, coordenação de projetos de pesquisa, orientação de alunos de pós-graduação stricto-sensu, participação em bancas de concurso para professor Assistente.
IV - Professor Associado - Além das atribuições da Classe de Professor Adjunto, consolidação de uma linha de pesquisa e elaboração de proposta teórico-metodológica em sua área de conhecimento, participação em bancas de concursos para Professor Adjunto.
V - Professor Pleno - Além das atribuições da Classe de Professor Associado, coordenação de pesquisa e desempenho acadêmico de grupos de produção de conhecimento e participação em bancas de concurso para Professor Associado e Pleno.

Capítulo VII

Da Isonomia

Art. 14 - Os docentes da mesma classe e nível terão salário-base ou vencimento iguais em todas as Instituições Federais de Ensino Superior.

Capítulo VIII

Do Afastamento

Art. 15 - Além dos casos previstos na legislação vigente, o docente integrante da Carreira Única para o Magistério poderá se afastar de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para:
I – capacitação docente;
II – licença sabática;
III – prestar colaboração à Instituição pública, de ensino ou de pesquisa;
IV – comparecer a Congressos ou reuniões relacionados com atividades acadêmicas, administrativas ou sindicais;
V– participar de órgão de deliberação coletiva ou outros relacionados com as funções acadêmicas;
VI – participar de atividades de entidades científicas ou representativas de classe ou categoria profissional.

Parágrafo 1º **-** O afastamento a que se refere o inciso I obedecerá aos prazos estabelecidos no título desta lei referente à capacitação.

Parágrafo 2º **-** O afastamento será autorizado pelo órgão competente da administração central, ouvida a unidade, setor ou departamento no qual o docente estiver lotado.

Parágrafo 3º **-** Cada instituição Federal de Ensino Superior deverá estabelecer normas para regulamentar estes afastamentos, priorizando os docen-

tes em regime de Dedicação Exclusiva.

Art.16 - A licença sabática, com duração de três a seis meses, será concedida aos docentes integrantes da Carreira Única do Magistério das Instituições Federais de Ensino Superior, após sete anos de efetivo exercício do magistério na Instituição, em regime de Dedicação Exclusiva nos últimos dois anos, assegurada percepção de remuneração integral.

Parágrafo 1º - A licença sabática tem por objetivo permitir o afastamento do docente para a realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional.

Parágrafo 2º - A concessão da licença sabática dar-se-á em função da importância e da correlação da atividade a ser desenvolvida no que se refere ao aprimoramento das atividades do docente e da unidade, do setor ou departamento a que estiver lotado.

Parágrafo 3º - O interstício para aquisição da licença sabática será contado a partir da data da admissão do docente na Instituição;

Parágrafo 4º Ao final da licença sabática, o docente apresentará à unidade, setor ou departamento, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, com indicação dos resultados obtidos;

Parágrafo 5º - Observado o disposto no parágrafo anterior, no caso de ter ocorrido afastamento para fins de capacitação, contar-se-á o interstício a partir do retorno do docente à Instituição, desde que o afastamento tenha sido igual ou superior a seis meses. Em caso de duração inferior, descontar-se-á na contagem do interstício, o período correspondente ao afastamento.

Título IV

Da Capacitação Docente

Capítulo I

Dos Objetivos e da Abrangência

Art. 17 - A capacitação deve se realizar através de um Plano Nacional de Capacitação e de Planos e Programas Institucionais, como parte inerente e indissociável da implantação de uma carreira única para o magistério das IFES.

Art. 18 - A capacitação é parte do direito dos docentes ao exercício de sua cidadania, de seu aperfeiçoamento profissional e pessoal, devendo ser acessível a todos os docentes.

Art. 19 - A capacitação docente tem por objetivo o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos docentes das IFES, na perspectiva de construção de um padrão unitário de qualidade, e do aprimoramento do desempenho de suas funções sociais.

Art. 20 - A capacitação compreende os programas de pós-graduação stricto-sensu e as demais atividades técnicas, científicas e culturais, vinculadas aos planos nacional, institucionais e programas de capacitação previstos no âmbito desta lei.

Parágrafo Único - Nas áreas de conhecimento em que se fizerem necessários, também constarão da capacitação os programas de pós-graduação lato-sensu.

Capítulo II

Do Plano Nacional de Capacitação Docente

Art. 21 - O PNCD tem por objetivos:

a) fixar diretrizes para os planos e programas institucionais de Capacitação Docente;

b) coordenar a qualificação de recursos humanos nas diferentes áreas do conhecimento abrangidas pela docência nas IFES, com vistas à viabilização, à integração e à execução das políticas nacionais de educação, ciência, tecnologia e cultura;

c) fixar as diretrizes para a utilização de recursos nos planos nacionais e institucionais e programas de Capacitação Docente;

d) estabelecer mecanismos para possibilitar a coordenação e integração, no que se refere à capacitação docente, da utilização de recursos por parte das diferentes agências governamentais ou de outros fundos criados por força da lei;

e) estabelecer mecanismos para possibilitar a coordenação e integração dos diferentes convênios e acordos de intercâmbio nacional e internacional estabelecidos por agências governamentais, tendo em vista a capacitação docente;

f) fixar os prazos máximos para a execução dos programas de mestrado e doutorado.

Art. 22 - O PNCD deve fixar mecanismos para garantir:

a) afastamento integral dos docentes visando a realização dos programas de capacitação, inclusive se esta se fizer na própria instituição ou cidade onde o docente trabalha;

b) manutenção de todos os direitos e vantagens permanentes dos docentes durante o tempo de afastamento para a capacitação;

c) auxílio de translado extensivo a dependentes quando a capacitação obrigar o docente a fixar residência em outro município que não o seu local de trabalho;

d) bolsa de estudo ou de aperfeiçoamento inclusive se a capacitação se fizer na própria instituição ou cidade onde o docente trabalha, de acordo com os prazos fixados para mestrado e doutorado;

e) recursos financeiros necessários para o efetivo desenvolvimento dos programas de capacitação de docentes.

Parágrafo Único - Os valores das bolsas de que trata o item d) deste artigo devem ser compatíveis com os gastos gerados pela realização da atividade de capacitação, guardando-se tratamento isonômico aos docentes de diferentes áreas do conhecimento.

Capítulo III

Do Plano e dos Programas Institucionais de Capacitação Docente

Art. 23 - Todas as IFES deverão ter um Plano Institucional que garanta a capacitação de seus docentes levando em consideração a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e respeitando as especificidades das diferentes áreas do conhecimento.

Parágrafo 1º - Este Plano deverá estar em consonância com o Plano Nacional de Capacitação Docente.

Parágrafo 2º - O mesmo será constituído de programas que viabilizem esta execução nas diferentes unidades, setores ou departamentos.

Art. 24 - Os Programas de Capacitação do Plano Institucional que integrarão a política geral de pessoal docente de cada unidade de ensino obedecerão os seguintes princípios:

a) cada IFES deve atender às solicitações de afastamento exclusivamente para capacitação de seus professores de modo a possibilitar a participação em programas de capacitação de, no mínimo, vinte por cento (20%) do corpo docente de cada unidade, setor ou departamento;

b)inserção dos programas da unidade, setor ou departamento, dentro de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e do plano institucional de capacitação;

c) obrigatoriedade de permanência do docente, na mesma IFES, por tempo igual ao do afastamento, sob pena de ressarcimento à IFES da remuneração recebida no período;

d) obrigatoriedade de apresentação de relatórios semestrais ou anuais, à unidade, setor ou departamento onde estiver lotado, e acompanhado de Parecer do professor orientador, quando for o caso, durante todo o período de afastamento;

e) o docente em regime de dedicação exclusiva que se afastar para capacitação, não poderá obter alteração de seu regime de trabalho, por igual período de tempo em que esteve afastado;

f) o docente poderá cumprir seu programa de capacitação dentro ou fora da instituição de origem;

g) ao final do afastamento, o docente deverá apresentar um relatório final à unidade, setor ou departamento onde estiver lotado, para avaliação.

Art. 25 - Cada unidade, setor ou departamento deverá definir prioridades para a realização dos programas de capacitação de seus docentes.

Art. 26 - A instituição deverá prever os recursos necessários para a realização dos programas de Capacitação Docente.

Art. 27 - A avaliação do Plano e dos Programas de Capacitação Docente das IFES, bem como a observância do cumprimento dos mesmos é de responsabilidade de seu Órgão Superior Competente.

Título V

Das Disposições Gerais

Capítulo I

Do Quadro de Pessoal

Art. 28 - Haverá, em cada Instituição Federal de Ensino Superior, um quadro de pessoal docente compreendendo o número de vagas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo 1º - Os docentes deverão ser lotados em unidades nas IFES, independente do nível ou modalidades de ensino em que exercem suas atividades.

Parágrafo 2º - O número de vagas será estabelecido e administrado pelos Conselhos Superiores, a partir dos dados fornecidos pelas unidades, setores ou departamentos envolvidos nessas atividades, que fixarão suas necessidades de acordo com os seus programas.

Parágrafo 3º - Na hipótese de afastamento definitivo do docente da Carreira Única do Magistério a sua vaga deverá ser ocupada por concurso público no prazo máximo de um ano, podendo ser contratado professor substituto durante o período dessa vacância.

Capítulo II

Dos Docentes não Integrantes do Quadro

Art. 29 - Além dos integrantes da Carreira Única de Magistério o corpo docente também será constituído por

professores visitantes e substitutos, contratados nos termos definidos nesta lei.

Art. 30 - A contratação de professores visitantes dar-se-á pelo prazo máximo de 24 meses, na forma da Lei, renováveis pelo mesmo período.

Parágrafo 1º - O professor visitante será contratado para atender a programas especiais de ensino, pesquisa ou extensão, de acordo com as normas estabelecidas pela IFES.

Parágrafo 2º - O salário do professor visitante será equivalente ao maior salário percebido pelos docentes enquadrados na classe correspondente à sua titulação.

Art. 31 - Poderá haver contratação de professor substituto, pelo prazo de até 12 meses, para substituições eventuais de docentes da Carreira Única para o Magistério, vedada a prorrogação ou renovação do contrato.

Parágrafo 1º - Para efeitos deste artigo, consideram-se substituições eventuais aquelas realizadas para suprir a falta de docentes da Carreira, decorrente de exoneração, demissão, falecimento, provimento de vaga através de concurso público, e das licenças previstas em Lei, excetuando-se a licença para tratar de interesse particular.

Parágrafo 2º - O salário do professor substituto será equivalente àquele percebido pelos docentes enquadrados na classe correspondente à sua titulação.

Parágrafo 3º - A contratação do professor substituto far-se-á mediante processo de seleção pública a ser estabelecido pela IFES.

Art. 32 - Aplica-se aos professores substitutos e aos professores visitantes o disposto nos artigos 11 e 12 desta Lei.

Capítulo III

Da Transferência ou Movimentação

Art. 33 - É facultada ao docente da Carreira Única de Magistério a transferência de uma para outra IFES, desde que haja aquiescência das instâncias deliberativas das Instituições envolvidas.

Parágrafo Único - Ao docente transferido fica assegurada a continuidade da Carreira e todos os direitos, vantagens e benefícios adquiridos na IFES de origem.

Capítulo IV

Da Demissão

Art. 34 - A exoneração do docente integrante da Carreira Única de Magistério poderá ocorrer a pedido do docente ou por justa causa, sendo que esta deve ser aprovada por dois terços dos docentes em efetivo exercício na respectiva unidade, setor ou departamento, assegurados os direitos de defesa e recursos por processo administrativo.

Parágrafo Único - Os recursos apresentados pelos docentes nos processos administrativos terão efeito suspensivo.

Título VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Capítulo I

Da Transição

Art. 35 - A transição para a Carreira Única do Magistério das IFES far-se-á por opção do docente, a qualquer momento, desde que sejam preenchidos os requisitos previstos para o ingresso na nova carreira.

Parágrafo Único - Caso o docente não opte pela inclusão na nova carreira permanecerá na situação anterior, assegurados todos os direitos e vantagens da carreira considerada em extinção.

Capítulo II

Da Transposição

Art. 36 - A transposição para a Carreira Única dos Docentes das IFES dar-se-á obedecendo os seguintes critérios:

I – Os docentes cujo mais alto título portado seja o de graduado serão enquadrados na classe de professor auxiliar;

II – Os docentes cujo mais alto título portado seja do de mestre serão enquadrados na classe de professor assistente;

III – Os docentes cujo título portado seja o de doutor serão enquadrados na classe de professor adjunto, aprovado;

Parágrafo 1º - Os docentes portadores de título de doutor, da classe de professor titular serão enquadrados na classe de professor pleno.

Parágrafo 2º - O enquadramento dos docentes das carreiras de 1º e 2º graus das IFES obedecerá os mesmos critérios dispostos nos incisos I, II e III e parágrafo 1º deste Artigo.

Parágrafo 3º - Quanto aos níveis, a transposição dar-se-á da seguinte forma:

a) os docentes que estejam nos níveis 1 e 2 serão enquadrados no nível A da classe correspondente, conforme disposto nos incisos I a III deste artigo;

b) os docentes que estejam nos demais níveis serão enquadrados no nível B da classe correspondente, conforme o disposto nos incisos I a III deste artigo;

c) os docentes graduados da classe C da carreira do Magistério de 1º e 2º graus das Instituições Federais de Ensino Superior serão enquadrados no nível A, conforme o disposto no inciso I deste artigo;

d) os docentes graduados da classe D da carreira do Magistério de 1º e 2º graus das Instituições Federais de Ensino Superior serão enquadrados no nível B, conforme o disposto no inciso I deste artigo;

e) os docentes graduados da classe E da carreira do Magistério de 1º e 2º graus das Instituições Federais de Ensino Superior serão enquadrados no nível B, conforme o disposto no inciso I deste artigo.

Art. 37 - Os docentes não graduados integrantes da Carreira de magistério de 1º e 2º graus obrigatoriamente farão parte da carreira em extinção, podendo optar pela Carreira Única do Magistério das IFES após a obtenção de diploma de graduação em curso superior.

Art. 38 – O docente enquadrado como Adjunto B que, na carreira atual seja adjunto 4, terá direito a solicitar imediatamente progressão para a classe de Associado, desde que cumpridas as condições estabelecidas nos parágrafos 1º e 2º do Art. 10.

Capítulo III

Do Acompanhamento e Implantação

Art. 39 – Será constituída uma Comissão com o objetivo de fiscalizar e acompanhar o processo de implementação dessa nova carreira nas IFES.

Parágrafo 1º - Essa Comissão deverá funcionar por um período de 01 ano contado a partir de data de publicação desta lei.

Parágrafo 2º - A Comissão será constituída por um mesmo número de representantes de docentes e dirigentes das IFES, indicados pela ANDES SN e ANDIFES respectivamente.

ANEXO II

PROJETO DE LEI QUE FIXA AS DIRETRIZES DO

PLANO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DOCENTE (PNDC)

Dispõe sobre o PNCD para os docentes das IFES públicas e privadas, de acordo com a LDB[1] e com a Lei[2]..., e dá outras providencias.

I- DO SEU ESTABELECIMENTO

Art. 1º - As diretrizes, estratégias de implementação e avaliação do PNCD serão de responsabilidade de um Fórum especificamente constituído para este fim;

Parágrafo Único – O Fórum de que trata o caput deste Artigo será composto pela ANDES-SN e por representantes dos dirigentes das IFES, do órgãos de fomento de Ciência e Tecnologia e das Entidades Científicas vinculados à área de formação de professores;

Art. 2º - O PNCD, de que dispõe o Art. 1º desta lei, deve:

I - Abranger todos os docentes das IFES;

II - Ter caráter permanente, garantindo um padrão unitário de qualidade, respeitando a indissociabilidade entre o ensino , pesquisa e extensão;

Art. 3º - O PNCD deve necessariamente priorizar os programas de pós-graduação stricto sensu.

Parágrafo Único - Os programas de Pós-Graduação de que trata o caput deste artigo, terá processo contínuo de avaliação.

Art. 4º - O PNCD deverá estabelecer critérios que garanta cooperação inter-institucional, visando a implementação de programas de Pós-Graduação.

Art. 5º - As IFES, deverão ter quadros permanente de forma a possibilitar 20,0% (vinte por cento) dos seus docentes em programas de Pós-Graduação, por unidades, departamento ou centros.

II- DO FINANCIAMENTO

Art. 6º. - A União deverá garantir em seus orçamentos anuais, recursos financeiros anuais suficientes para a manutenção e participação do docente no PNCD.

III- DOS PLANOS INSTITUCIONAIS

Art. 7º - As IFES, com base no PNCD, estabelecerão seus planos institucionais de capacitação, respeitando o que dispõe esta Lei.

---

[1] PLC 101/92.

[2] Lei que dispõe sobre o Plano de Carreira Única do Magistério.

ANEXO III

Malha de vencimentos da carreira única do magistério das IFES

	20 horas	Dedicação Exclusiva
Prof. Auxiliar A	1.084,91(*)	3.363,22
Prof. Auxiliar B	1.193,40	3.699,54
Prof Assistente A	1,627,37	5.044,83
Prof . Assistente B	1.790,10	5.549,31
Prof . Adjunto A	2.169,82	6.726,44
Prof . Adjunto B	2.386,80	7.399,09
Prof . Associado A	2.712,28	8.408,05
Prof . Associado B	2.983,50	9.248,86
Prof . Pleno	3.254,73	10.089,66

(*) A base da malha é o Salário Mínimo do Dieese. Em 02/2002, correspondia a RS 1.084,91

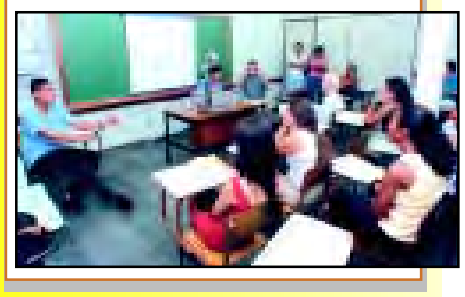
AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 56 • 25 de março de 2002

Incorporação das gratificações na pauta da Campanha Salarial 2002 das Federais
Página 2

MST participa de ciclo de debates na UFRJ
Página 7

Jornadas científicas têm grande participação de estudantes
Página 8



SETENTA REPRESENTANTES VOTARAM NO COLÉGIO ELEITORAL. NO DETALHE, SÉRGIO FRACALANZZA E CARLOS LESSA COMEMORAM O RESULTADO

Carlos Lessa é referendado no Colégio Eleitoral

O Colégio Eleitoral da UFRJ referendou a vontade da comunidade expressa nas urnas. Setenta conselheiros participaram da montagem das listas tríplices. Segundo a assessoria do MEC, o ministro Paulo Renato agendou encontro com Carlos Lessa, nesta segunda (25/2), no Rio.
Página 5

Votação no Colégio Eleitoral:

para reitor:

Carlos Lessa	49 votos
José Luiz Monteiro	9 votos
Sylvia Vargas	8 votos
Luiz Pinguelli	2 votos
Aloisio Teixeira	1 voto
Nulo	1 voto

para vice-reitor:

Sergio Fracalanzza	51 votos
Oscar Acselrad	8 votos
Godofredo Neto	6 votos
Carlos Tannus	2 votos
Sylvia Vargas	1 voto
Antônio Figueiredo	1 voto

Movimento

Campanha Salarial 2002: incorporar gratificações está na pauta

Reunião do Setor das Federais aponta que o item é indispensável na campanha

A incorporação das gratificações é um item indispensável da campanha salarial dos SPF. Esse foi o encaminhamento apontado pela reunião do Setor das Federais, ocorrida em Brasília, no dia 16/3. Muito embora o índice do ICV-Dieese indique um reajuste de 94,32% (inflação acumulada de janeiro de 95 a fevereiro de 2002), a definição de um índice unificado esbarra na existência de gratificações diferenciadas, instituídas ao longo desse período, entre as diversas categorias.Uma alternativa emergencial seria considerar o índice acumulado desde junho de 98, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, que seria de 24,06%. Em vista disso e considerando ainda a falta de discussão no interior do movimento docente, a reunião do Setor levou à Plenária dos SPF a proposta de que não deliber, naquele momento, sobre o índice. A questão foi remetida para a próxima Plenária que acontece em 14/4.

Pacote antigreve e flexibilização da CLT

O Andes-SN vai continuar a acompanhar a tramitação dos projetos de regulamentação do direito de greve e de flexibilização da CLT, além de trabalhar junto das entidades organizadas da sociedade civil para pressionar os parlamentares e derrubar os projetos.

Mesa de negociação pós-greve e cumprimento do termo de acordo

O Setor das Federais indicou a construção de um dia unificado de luta, com paralisação, pelo cumprimento do termo de acordo da greve do ano passado. Ficou deliberado ainda que o Andes-SN encaminharia à Andifes um pedido de esclarecimentos sobre problemas no pagamento da GID nas diversas instituições (ver matéria abaixo). O grupo de trabalho de Verbas do Sindicato Nacional deve realizar um estudo preliminar sobre a matriz financeira de distribuição de recursos entre as IFES e remeter para a discussão nas bases. O grupo de trabalho de Seguridade Social ficou encarregado de discutir a realização de uma campanha nacional em defesa dos hospitais universitários. A iniciativa seria remetida para aprovação no próximo Conad (em junho, em Florianópolis).

A Adufrj-SSind esteve representada na reunião do Setor das Federais e na Plenária dos SPF (veja coluna ao lado nesta página) pelos professores José Henrique Sanglard (delegado) e Luciano Menezes (observador).

SPF lançam campanha salarial em abril

Com a presença de 156 delegados e 29 observadores, realizou-se no auditório da CONDSEF (Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal), em Brasília, a plenária nacional dos SPF. O Andes-SN participou com 16 delegados e 12 observadores da reunião ocorrida em 17/3. Houve o entendimento entre os presentes de que a ofensiva do governo contra os trabalhadores só poderá ser superada por uma maior mobilização das categorias. Os sinais estão mais do que evidentes: pacote antigreve, flexibilização da CLT, não cumprimento dos acordos firmados na última greve, subserviência ao FMI, entre outros). Pela avaliação de conjuntura surgida na Plenária, nem mesmo a atual divisão interna do governo (PFL x PSDB) pode significar um enfraquecimento. Para deliberar sobre a pauta unificada e agrupar as forças dos servidores, foi marcada uma nova plenária nacional para o dia 14 de abril. No dia 16/4, será feito o lançamento da campanha salarial dos SPF na Câmara dos Deputados e, em 7 de maio, será organizado um ato público em Brasília.

MEC cancela mesas de negociação

Entidades sindicais protestam pela correção dos valores da GED e da GID

Prossegue o desrespeito do MEC com o Andes-SN e com a Sinasefe. O termo de acordo assinado ao fim da greve das federais no ano passado previa a correção dos valores da GID, modificava os critérios de avaliação, aumentava os limites globais de pontuação e estendia o pagamento de 60% da gratificação aos docentes aposentados. Além disso, o termo de acordo estabelecia mesas de negociação para tratar dos itens não salariais da pauta de greve. Até o momento, no entanto, os valores da GID de grande parte dos professores de 1º e 2º graus não foram corrigidos. Para piorar a situação, as primeiras mesas de negociação – anunciadas após três meses do fim da paralisação nacional – foram canceladas.

Em 25 de fevereiro, o Sindicato Nacional enviou uma carta ao ministério da Educação para exigir esclarecimentos e as providências necessárias. Até então, somente o Cefet-PR e a escola técnica da Universidade Federal de Viçosa haviam informado que os professores receberam os valores já corrigidos. Um representante da SESu, José Valente, solicitou ao Andes-SN e ao Sinasefe para encaminhar todos os casos em que se registrou algum problema. Para Valente, as mudanças na GID foram implementadas no Siape e a falta da correção foi atribuída a processos administrativos. Uma nova reunião foi agendada entre as partes para este 26 de março. A Adufrj-SSind, entre outras seções sindicais, já enviou ofício com a solicitação da correção do pagamento da GID e também da GED dos professores da UFRJ.

Mesas canceladas

Sem nenhuma justificativa, a mesa de negociação sobre hospitais universitários do dia 18/3 e a mesa relativa a concursos públicos (19/3) foram canceladas pelo MEC. As entidades sindicais do Andes-SN e do Sinasefe fizeram um protesto junto aos representantes da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Proposta de pauta indicada para discussão

(aprovada por unanimidade pelos 156 delegados):

- Defesa dos direitos sindicais (contra o projeto de lei de regulamentação do direito de greve, contra a flexibilização da CLT e pelo direito à negociação coletiva);
- Reposição de perdas;
- Incorporação das gratificações;
- Contra o projeto de emprego público do governo;
- Defesa da Previdência Pública;
- Pelo cumprimento dos termos de acordo de greve;
- Campanha contra a Alca.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Um milhão de trabalhadores protestam contra mudanças na CLT

Várias capitais viveram o protesto da CUT no dia 21

Mais de um milhão de trabalhadores participaram dos protestos, manifestações e paralisações contra o projeto de lei que altera a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), segundo estimativa da Central Única dos Trabalhadores no dia 21. A Executiva Nacional da CUT considera a luta contra o Projeto de Lei nº 5.483/01 do Executivo Federal que altera o artigo 618 da CLT a maior prioridade do movimento sindical neste momento. A data serviu como recado ao governo, caso insista na proposta de flexibilização dos direitos dos trabalhadores.

No início de março, a oposição se aproveitou da crise entre o PFL e o governo para conseguir a retirada da urgência do projeto que flexibiliza a CLT, em tramitação no Senado. Em troca, os partidos oposicionistas votariam a favor da prorrogação da CPMF. O secretário-geral da Presidência da República, ministro Arthur Virgílio, disse que o governo se dispôs a abrir mão da urgência na votação da CLT porque a CPMF é essencial. Isso não quer dizer, no entanto, que a ameaça foi afastada. Dentro de alguns meses, o tema pode voltar à pauta do Congresso e os trabalhadores precisam estar mobilizados.

No dia 21, várias capitais viveram o protesto da CUT. Em Salvador, motoristas e cobradores de ônibus pararam. Em Porto Alegre, ônibus e trens não circularam por duas horas. Em Guarulhos, na grande São Paulo, a estrada que dá acesso ao Aeroporto Internacional foi bloqueada por aeroviários. Em São Bernardo do Campo, sete mil trabalhadores da Volkswagen fizeram um protesto. Na capital paulista, várias categorias se reuniram na avenida Paulista contra a mudança da CLT. No Rio de Janeiro, os empregados de Furnas pararam durante duas horas na parte da manhã. O mesmo fizeram bancários de agências da avenida Rio Branco, coração financeiro da cidade, no Centro; os trabalhadores dos Correios da agência 1º de março, também no Centro; e os petroleiros da Reduc, em Caxias. Os profissionais de educação da rede estadual estão em greve há duas semanas.

"Para nós, o que está escrito na lei não é objeto de negociação, o patrão tem que pagar. Nós queremos negociar aumento de salário, aplicação dos direitos e não ter que negociar aquilo que a lei já nos garante", afirmou o presidente da CUT, João Felício.

Universidade do Rio Grande pune grevista

Kelvin Melo

LEONARDO MAURANO

Um caso de perseguição política pós-greve das Federais do ano passado foi registrado pelo Sindicato Nacional no Sul do país. O fato, mesmo único, é grave. O professor Leonardo Maurano, que lecionava no Colégio Técnico-Industrial (CTI) da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), pagou o preço de estar mobilizado num momento de luta dos trabalhadores.

Docente substituto, Maurano não teve seu contrato prorrogado. E isso sem qualquer justificativa razoável por parte da "administração". Por este motivo, o professor recebeu merecida homenagem na abertura do 21º Congresso do Andes-SN, ocorrido naquela cidade no final de fevereiro. O plenário inteiro o aplaudiu de pé e gritou seu nome em coro. Por outro lado, uma cadeira vazia no palco da cerimônia simbolizou a ausência da reitoria.

O presidente da AproFurg, Manoel Luís Martins da Cruz, conhecido como Maneca, deu o tom do protesto. "Ele (o reitor Carlos Rodolfo Hartmann) não foi convidado para o Congresso porque a indignação da platéia não ia caber neste auditório", disse. Para Maneca, o lugar vazio também simbolizou um lugar que ainda vai ser preenchido por um reitor de verdade. Hartmann não foi o candidato mais votado na consulta feita junto à comunidade da instituição para escolha do reitor – ficou em segundo lugar -, mas foi nomeado pelo MEC no ano passado. Além disso, o interventor tem um histórico de atitudes desrespeitosas em relação aos movimentos organizados da universidade. Como se vê, o "vilhenismo" não é só por aqui...

A história

Maurano entrou como substituto na instituição no início de 2001 e teve uma primeira renovação do contrato em agosto (na FURG, essa avaliação é feita a cada seis meses). Logo depois, começou a greve nacional. E o professor teve destacada atuação no movimento local e nacional. Deve ser ressaltado que Maurano foi um dos seis grevistas do CTI – Unidade com aproximadamente 50 docentes. Foi a Divisão de Informática do local que não encaminhou a renovação do contrato. "A 'ousadia' do Maurano parece que desagradou a algumas pessoas do colégio", disse Maneca, sustentando que o encaminhamento não tinha sentido. "Estávamos em greve. Não havia atividade a ser avaliada. A não ser as de greve. Inclusive, perto do fim do movimento, a seção sindical foi ao Conselho Universitário denunciar uma possível retaliação aos grevistas. Fato que foi desmentido, mas que se confirmou depois", observou. Maneca acrescentou que, depois da decisão do colégio, a seção sindical tentou mudar a situação junto ao reitor. Solicitado, Hartmann alegou que respeitaria a "autonomia da Unidade".

O presidente da AproFurg, porém, lembrou de outro caso de professora substituta que pediu a prorrogação, mas Hartmann não acompanhou a "autonomia da Unidade". Os professores não tiveram sucesso e, hoje, Maurano, que também é estudante de Direito, estagia na assessoria jurídica da AproFurg. A situação vivida pelo professor Maurano é uma amostra do que os contratos precários produzem nas instituições de ensino superior. E é também um exemplo do estrago que a proposta de emprego público (celetização das atividades) pode provocar no movimento docente após uma paralisação.

Tendo em vista essa ameaça, os professores presentes 21º Congresso aprovaram na plenária relativa ao eixo de lutas do Sindicato a luta contra todas as formas de precarização do trabalho docente que comprometem a autonomia individual do professor. Já no Plano de Lutas do Setor das Federais, foi aprovado que se deve "reagir a qualquer ato de intimidação, perseguição ou punição a qualquer membro da comunidade universitária em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais".

Adufrj-SSind protesta

Antes do Congresso, pouco depois de tomar conhecimento da perseguição ao professor Leonardo Maurano, a Adufrj-SSind enviou ofício de protesto ao reitor da FURG e ao diretor do Colégio Técnico-Industrial.

Agenda Sindical

25/3 – Reunião do GTPFS (Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical)
Niterói (RJ), na UFF *– campus Gragoatá, Bloco O, em São Domingos*
- Deve se reunir para sintetizar as propostas do Encontro Nacional de Política Sindical e propor encaminhamentos aos próximos eventos do Andes-SN

3/4 a 6/4 – Seminário sobre Educação Superior
Belo Horizonte (MG), no Cefet-MG
- Trata-se de um seminário de preparação para o 4º Coned, no qual serão discutidos os assuntos relativos à educação superior no país, tais como: reforma do estado, propriedade intelectual, políticas neoliberais para a pós-graduação e política de cotas.

5/4 a 7/4 – Reunião do GT Seguridade Social
Brasília (DF), na sede do Andes-SN
- Vai debater a situação dos hospitais universitários, a assistência à saúde, a preparação do VIII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN e outras deliberações do 21º Congresso do Sindicato relativas à Seguridade Social.

7/4 – Reunião GT Política Educacional/GT Gênero, Etnia e Classe
Belo Horizonte (MG), no Cefet-MG
- Vai tratar do tema reserva de vagas para as universidades e apontar encaminhamentos para o 44º Conad, em Florianópolis, que se realizará em junho

14/4 – Plenária dos SPF

23/4 a 26/4 – 4º Coned
São Paulo (SP), no Palácio de Convenções do Anhembi
- Constitui-se num dos espaços de luta do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. O desafio do 4º Coned é ampliar as condições para mobilizar e organizar os trabalhadores em Educação e outros setores da sociedade para o enfrentamento e a superação das políticas educacionais vigentes. As inscrições de trabalho podem ser feitas até 23 de março.

7/5 – Ato público com Marcha em Brasília, com caravanas dos estados

22/5 a 23/5 – Eleições para Diretoria do Andes-SN
Em todo o país, os professores escolherão a próxima gestão do Sindicato Nacional.

Nacional

Congresso Nacional define agenda para 2002

Direito de greve no serviço público deve ser votado até junho

Devido às eleições em outubro, o Congresso Nacional tem um prazo máximo de até junho para deliberação dos projetos pendentes. Os temas passam pela prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) às reformas políticas do Judiciário e do sistema financeiro. Alguns itens a serem votados estão diretamente relacionados às relações de trabalho. O projeto da previdência complementar dos servidores públicos e a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), se aprovados, significarão um retrocesso em conquistas históricas de milhões de trabalhadores. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) fez um levantamento sobre os projetos em curso e o jornal da Adufrj-SSind listou alguns dos que dizem respeito diretamente às categorias do serviço público federal.

Aposentadoria integral sob risco

Entre as prioridades da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 9/99 institui o regime de previdência complementar a todos os servidores públicos para a parcela da remuneração que excede ao teto do regime geral da previdência (R$ 1.438,00). Tal regime será exclusivamente de capitalização, de contribuição definida e vedado ao patrocinador com tributos de valor superior ao pago pelo empregado. Os atuais servidores poderão optar pela previdência complementar, renunciando à futura aposentadoria integral. Isso consideraria o benefício diferido apenas em relação ao tempo passado no serviço público e não o período anterior ao ingresso no setor. A tendência é de uma aprovação no Congresso ainda primeiro trimestre deste ano. O relator, o deputado federal Robson Tuma (PFL/SP), aguarda conclusão da votação na Câmara. Depois, o texto seguirá para o Senado.

Pacote antigreve

O Projeto de Lei 6.032/2002 deve provocar polêmica na Câmara, de acordo com o Diap. O PL é uma afronta ao direito de organização das categorias do serviço público. A tentativa é minar a construção coletiva de greves nacionais e por setor. Pela proposta, o governo interfere diretamente nos movimentos sindicais, determinando até o quórum necessário para que uma assembléia seja considerada 'apta' a deliberar por uma paralisação.

O pacote antigreve determina: 1) que as deliberações em assembléia somente sejam tomadas com a presença mínima comprovada de dois terços do total dos servidores da categoria; 2) consideram-se aprovadas as votações que obtiveram o voto favorável da maioria absoluta dos presentes (2/3 do total da categoria); 3) antes de deliberar sobre a greve, a assembléia deverá aprovar o indicativo de greve e notificar o poder público para que este se manifeste num prazo de 30 dias; 4) passado o prazo, sem tentativa de conciliação, poderá ser convocada uma assembléia para decidir pela paralisação dos serviços (de acordo com os itens 1 e 2 do PL); 5) com a paralisação, a entidade deverá comunicar com antecedência de 10 dias a data de início do movimento e as reivindicações apresentadas; 6) durante a greve, 50% dos servidores devem continuar em atividade; 7) é proibida a prática de atos que impeçam o acesso ao trabalho. Se a greve não atender aos critérios acima, o movimento será considerado ilegal e o servidor terá o salário cortado, podendo ser até demitido. A entidade sindical poderá até pagar multa de R$ 50 mil por dia de paralisação. Tal PL ainda será distribuído para as comissões, iniciada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e depois pela Comissão de Constituição e Justiça.

Contribuição de aposentados

O projeto que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável também estará em pauta este ano. Atualmente, ele aguarda votação de emendas no Senado relativas ao aumento de cargos do Estado, à ampliação do direito de defesa do servidor sobre sua avaliação de desempenho e à proibição da contratação pelo regime de emprego de servidores de carreira exclusiva.

O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 136/99 que autoriza os governos federal, estaduais e municipais a instituírem contribuição dos aposentados e pensionistas do serviço público está na Comissão Especial da Câmara. A tendência, segundo o Diap, é que este projeto não seja aprovado no atual governo já que há sérias dúvidas jurídicas sobre o conteúdo do texto.

CLT

O projeto de flexibilização da CLT está nas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça do Senado. No início de março, a oposição se aproveitou da crise entre o PFL e o governo para conseguir a retirada da urgência do projeto. Em troca, os partidos oposicionistas votariam a favor da prorrogação da CPMF.(veja matéria da página 3).

Anote

Plebiscito sobre a Alca

A Campanha Jubileu Sul/Américas, é a continuidade da campanha internacional do Jubileu 2000 - Por um milênio sem dívidas! Trata-se de uma coalizão de igrejas, sindicatos, organizações não governamentais e cidadãos que entendem que o processo de endividamento dos países do terceiro mundo é injusto e está inviabilizando sua existência e sobrevivência. Neste ano, a campanha terá como principal tarefa a organização do plebiscito nacional sobre a ALCA, que deverá ocorrer de 1 a 7 de setembro.

Música no Fórum

Com entrada gratuita, o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ anuncia o início da temporada 2002 do Projeto Música no Fórum. Sempre às quintas-feiras, às 19 horas, os eventos ocorrem no Salão Dourado do Palácio Universitário da Praia Vermelha, na avenida Pasteur, 250, no 2º andar. As atividades começam em 4 de abril, com um recital em tributo a Claude Debussy. No dia 11 de abril, é a vez de um recital de violões.

Resenha

Greve na Paraíba pode chegar ao fim

O governador da Paraíba, José Maranhão, assinou acordo feito pelo Comando de Greve da Estadual da Paraíba e o deputado Gervásio Maia, presidente da Assembléia Legislativa, na quinta-feira (21/2), no Palácio da Redenção. O 2º tesoureiro do Andes-SN, Antônio Luiz de Andrade (Tato), assinou o acordo pela Diretoria do Sindicato, como testemunha. Na próxima semana será realizada uma assembléia geral para deliberar sobre o fim da greve. Entre os termos do acordo, o governo paraibano se comprometeu a elevar as verbas de custeio da UEPB em mais R$ 375.000,00 mensais e sucessivas.
Fonte: Andes-SN

Golpe da Fundação

A Fundação Pró Uni-Rio foi acionada na Justiça por desvio de dinheiro. Sem fins lucrativos, a entidade teria como objetivo apoiar o ensino e a pesquisa da UniRio. Nas contas de 2000, a receita declarada pela fundação passou de R$ 80 milhões, mas apenas R$ 2 milhões foram repassados para a universidade. No mesmo ano, cerca de R$ 15 milhões foram distribuídos a três institutos que possuem vinculações com os principais dirigentes da Pró Uni-Rio. E tem mais: os dirigentes são todos parentes entre si. E poucos acreditam quando o Andes-SN fala da privatização das universidades via fundações...

Estacionamento x UFRJ

O Jornal do Commercio (19/3) diz que a Advocacia Geral da União (AGU) entrará com um recurso para reintegrar à UFRJ a posse do terreno da Avenida Chile. No local funciona um estacionamento explorado pela empresa Parking Veículos Ltda. O último aluguel pago pela empresa, neste mês, no valor de R$ 380 equivale à receita mensal obtida com quatro carros, das centenas que usam o lugar diariamente.

UFBa receberá indenização

A Justiça Federal condenou o governo baiano a indenizar a Universidade Federal da Bahia pelos prejuízos provocados pela invasão da Polícia Militar ao *campus* universitário em 16/5/2001. Para reprimir passeata estudantil pela cassação do ex-presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, a PM deslocou 298 agentes para o *campus* da UFBa, no Vale do Canela. Os estudantes foram atacados com cães, cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Os policiais invadiram prédios de unidades de ensino. Fonte: Imprensa da Associação dos Docentes da Federal da Bahia (Apub)

UFRJ

Colégio Eleitoral referenda Carlos Lessa como reitor da UFRJ

Ricardo Gattass presidiu a sessão. Vilhena justificou ausência por motivos "familiares"

Em uma votação estritamente dentro dos limites da Lei de Diretrizes e Bases, com a proporcionalidade de setenta por cento do peso dos votos para o segmento docente, Carlos Lessa foi eleito pelo Colégio Eleitoral como o novo reitor da UFRJ com 49 votos. Seu vice, Sérgio Fracalanzza, obteve 51 votos dos conselheiros. A montagem das listas tríplices foi bastante comemorada pelos presentes à sessão do Colégio Eleitoral, formado pelos conselhos superiores (CEG, CEPG e Consuni) e de curadores. Como não havia espaço para todos, muitos estudantes, professores e funcionários acompanharam a votação por um telão instalado na ante-sala do salão do Conselho Universitário.

Após a divulgação do resultado oficial do colégio eleitoral, Lessa fez seu primeiro discurso como reitor eleito. O decano reafirmou o compromisso de campanha de que submeterá todas as decisões à apreciação dos colegiados superiores que terão poder de autoconvocação e construção das pautas de discussão e deliberação. "A reitoria não será balcão de administração de clientelismos", disse, prometendo transparência na execução de políticas administrativas e acadêmicas.

O reitor eleito citou as moções de apoio à sua nomeação, da câmara de vereadores e da assembléia legislativa do Rio (veja nota nesta página). Lessa considerou que as manifestações sinalizam o apoio da cidade e do estado do Rio de Janeiro à retomada da UFRJ e de sua importância no cenário político local e nacional. Emocionado, o futuro dirigente máximo da instituição cantou com os presentes o hino nacional. Ao final desta sessão histórica, a comunidade deixou o salão com ao menos uma esperança de que a transparência, a democracia e o respeito às decisões da comunidade voltem a nortear os rumos da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Repercussão no movimento nacional

A Central Única dos Trabalhadores enviou nota de apoio à nomeação de Lessa, assinada pelo presidente João Felício. A União Nacional dos Estudantes estava presente à sessão, representada por Anderson Campos, diretor do 'setor das públicas'. O presidente do Sindicato Nacional dos Docentes, Roberto Leher, marcou presença. Para o professor da Faculdade de Educação da UFRJ, a universidade viveu quatro anos de arbítrio, perseguições políticas e de esvaziamento dos conselhos, fruto da política do governo Fernando Henrique Cardoso, materializada na gestão que está por terminar. "Ainda que com tarefas inadiáveis, como a derrubada de todas as medias que aviltam a autonomia universitária, a comunidade da UFRJ pode ser preparar para a primavera. Os movimentos sociais, os colegiados e a resistência quase que silenciosa de tantos fizeram a diferença. Organizados, poderemos assegurar esta conquista", disse o presidente do Andes-SN, para quem "os inimigos da universidade pública (governo e aliados) não ousarão frustrar a vontade clara e inequívoca da UFRJ e do país".

REPRESENTANTES E COMUNIDADE FESTEJAM ENTRADA DE LESSA NO SALÃO

Agnaldo Fernandes, servidor da UFRJ e coordenador geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Fasubra), também presenciou a votação. Para Agnaldo, foi um momento histórico, "uma página virada e uma possibilidade para que a gente caminhe para a volta da normalidade". Agnaldo espera que a gestão do professor Lessa encaminhe um processo de constituição de um novo estatuto para a universidade, "de forma democrática e sem discriminação". As entidades representativas locais (Adufrj-SSind, DCE, Sintufrj e APG) também acompanharam a votação no colégio eleitoral.

Declarações de voto

Alguns conselheiros discentes declararam os votos. Miguel Papi, Danielle São Bento e Isabel Mansur declararam voto nos professores eleitos na consulta pelo critério da paridade (Lessa e Fracalanzza) como compromisso com as deliberações das assembléias estudantis e dos Conselhos Acadêmicos. Bruno Bacelar declarou seu voto dizendo ser representante do conjunto dos estudantes que pregaram o voto nulo. Bruno disse não reconhecer o colégio eleitoral e questionou a falta de democracia do processo baseado na proporcionalidade 70/15/15. "Nenhum dos três candidatos que se apresentaram têm um programa que chegue perto do que foi elaborado pela comunidade, em fóruns democráticos", declarou. Já a representante dos pós-graduandos, Ariane Larentis, também declarou não reconhecer o colégio eleitoral e considerou a consulta o fórum máximo para a eleição dos dirigentes. Para a representante, não basta trocar os dirigentes sem que se troque o projeto de universidade, fazendo referência "à lógica de mercado", que dominou a administração da atual reitoria.

Candidatos reconhecem vitória da chapa 1

Os candidatos que participaram da consulta, Eloy Eharaldt e Person Candido, divulgaram nota lida por Ricardo Gattass reconhecendo Carlos Lessa como o "primeiro é único" vencedor das eleições na comunidade.

A composição das listas

Os demais nomes que compõem as listas a serem enviadas ao Ministério da Educação são de integrantes da chapa do professor Lessa. Na lista para reitor, o futuro sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa (SR-2), José Luiz Monteiro ficou em segundo, com nove votos; e a sub-reitora de Graduação (SR-1), Sylvia Vargas, em terceiro, com oito. Na lista de vice-reitor, foram dados ao decano e futuro sub-reitor de Patrimônio (SR-3), Oscar Acserald, oito votos e ao professor Godofredo de Oliveira, próximo coordenador do Fórum de Ciência e Cultura, seis votos. Com essa configuração, o ministro Paulo Renato vai ter que escolher entre Lessa e... Lessa.

A votação universal na consulta prévia à comunidade

	Docentes	Técnicos Administ.	Estudantes	Total	% voto Universal
Universo Eleitoral	3.367	8.546	36.518	48.431	
Total de votantes	2.248	4.172	7.033	13.453	
Votos Lessa	2.020	3.323	6.110	11.453	85%
Votos Eloy	39	181	129	349	3%
Votos Person	66	256	425	747	6%
Votos Fracalanzza	1.741	2.443	5.427	9.611	71%
Votos branco para reitor	41	105	53	199	1%
Votos brancos para vice	425	1.422	1.290	3.137	23%
Nulos	82	307	316	705	5%

As ausências

Consuni: Dani Gamerman (Titulares do CCMN); Eliezer Jesus (Titulares do CCS); Luiz Fernando Dias Duarte (Fórum de Ciência e Cultura)
CEPG: Tânia Coelho dos Santos (CFCH)

O diretor do Hospital Universitário, Amâncio Paulino, teve que se ausentar por motivos particulares da segunda votação, na montagem da lista para vice-reitor

Alerj e Câmara apóiam nomeação

Na véspera da reunião do Colégio Eleitoral, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro se pronunciou favorável à nomeação de Carlos Lessa como reitor da UFRJ. O presidente da Alerj, Sérgio Cabral (PMDB) e o deputado Edmilson Valentim (PC do B) entregaram uma moção de apoio assinada por 61 parlamentares ao decano do CCJE.

Vereadores também defendem Lessa

No dia 18/3, a Câmara Municipal também se pronunciou favorável à nomeação do professor Carlos Lessa para reitor da UFRJ. Ele foi homenageado, em sessão solene, no salão nobre da Casa, por iniciativa do vereador Fernando Gusmão (PCdoB).

Colegiados

Câmara docente constata degradação do alojamento

Responsável pelo orçamento, o sub-reitor Maurício Arouca não comparece ao CEG para esclarecer gastos com alojamento e bolsas

Manuella Soares

LIXÃO NOS FUNDOS DO ALOJAMENTO MOSTRA DESCASO DA ADMINISTRAÇÃO AROUCA

"Não sei se alguém pode sentar ali para estudar". O questionamento fez parte do relato da presidente da Câmara Docente do Conselho de Ensino de Graduação, Ana Maria Borralho, sobre sua visita às instalações do alojamento da UFRJ, na Ilha do Fundão. A representante do Centro de Ciências da Saúde (CCS) contou aos demais conselheiros na sessão do dia 20/3 o estado de deterioração a que estão submetidos os alojados. Ana confirmou as informações divulgadas na edição passada deste jornal. A professora e a representante discente Danielle São Bento tiveram acesso, ainda, aos locais onde deveriam ser armazenados os alimentos. "São dois *freezers* enferrujados e prateleiras que não são suficientes para guardar toda a quantidade", comentou Ana, fazendo referência a um 'mau cheiro' do local. As conselheiras verificaram o estoque de leite. A validade dos 2.800 litros encontrados estava em dia (até junho/2002), mas metade das caixas estava guardada em um banheiro, sem nenhuma infraestrutura própria para a armazenagem.

As representantes do colegiado visitaram dois quartos, um do alojamento feminino e outro, do masculino. Em ambos, pode-se verificar a precariedade: divisórias de madeira empestadas por cupins, fiação aparente, umidade nas paredes, entre outras mazelas. Nos corredores, bujões de gás instalados precariamente põem sob risco de incêndio os moradores. O laboratório de graduação (Lig) do prédio não é ligado à rede da universidade e os suprimentos são rateados pelos alunos.

Reitor é responsável

Coordenadora do Alojamento, a técnica-administrativa Vera Aguiar compareceu em resposta ao convite do colegiado para prestar esclarecimentos em relação aos lanches servidos aos estudantes. Sentindo-se desrespeitada pelo conselho, Vera e os servidores que com ela trabalham chegaram a colocar seus cargos à disposição da reitoria. Há quinze anos à frente do alojamento, a funcionária teve seu trabalho reconhecido por todos os presentes. Os representantes discentes explicaram que não se tratava de buscar os responsáveis entre os funcionários que cuidam diretamente do alojamento. "Não estamos questionando o trabalho da Vera. O DCE e o movimento estudantil sempre estiveram juntos com os funcionários, nas lutas, dentro e fora da universidade. O que esta reitoria quer é desviar o foco da atenção", disse Isabel Mansur, para quem o atual reitor e seus sub-reitores (Gattass e Maurício Arouca, da SR-3) são os responsáveis pelo sucateamento das condições do alojamento.

Quase no fim da sessão, Vera explicou que o último pedido de licitação enviado à Sub-reitoria de Patrimônio (SR-3) não foi aceito e que o alojamento realmente vem recebendo menos quantidade de alimentos desde então. Gattass prometeu ir com Vera e os estudantes solicitar ao sub-reitor Maurício Arouca que outra licitação fosse feita urgentemente para suprir as necessidades emergenciais dos alojados.

Por três vezes, Arouca não presta esclarecimentos

Os estudantes, no entanto, insistiram na cobrança ao sub-reitor de uma solução urgente para a falta de condições de higiene nos lanches servidos. Os alunos disseram estar no limite da paciência em relação aos maus tratos e prometeram entrar na justiça contra Vilhena e Gattass, que respondem diretamente pelo alojamento, caso não tivessem suas reivindicações atendidas. Só para entender o desespero dos alojados, a reitoria Vilhena ainda prossegue até junho quando, espera-se, assumirá o professor Carlos Lessa, eleito na consulta e pelo Colégio Eleitoral (veja matéria na página 6). E o medo do descaso se justifica. Também convidado do CEG, o sub-reitor de Patrimônio não compareceu. Esta foi a terceira vez que Arouca é chamado para esclarecer sobre os assuntos de assistência estudantil e não comparece, eximindo-se de sua responsabilidade.

Profag

Os alunos e alguns representantes docentes cobraram de Gattass a transformação da 'bolsa-trabalho', como é chamada a bolsa do Programa de Fomento à Graduação, em auxílio alimentação para os alojados. A decisão foi tomada pelo Conselho Universitário, no ano passado, e até hoje não foi implementada.

Emergência

Outro problema enfrentado pelos alunos, e compartilhado por professores e funcionários, é a falta de uma emergência no Hospital Universitário. Quem passar mal no *campus* do Fundão tem que procurar unidades a quilômetros de distância. Para os moradores do alojamento a falta de assistência é uma capítulo a mais. À noite ou nos fins de semana, os alojados não contam com o HU para atendimentos e são encaminhados ao Hospital Paulino Werneck, na Ilha do Governador.

Representando Amâncio Paulino, diretor da Unidade, o cirurgião Marcos Freitas explicou aos conselheiros que a política que vigora, hoje, no Clementino Fraga é de que a vocação do hospital universitário são os atendimentos de alta complexidade. Segundo Marcos, com a emergência funcionando, mais de 70% das internações passam a ser de casos considerados mais simples, cujo atendimento poderia ser feito em qualquer unidade do Sistema Único de Saúde da região. Na opinião de Marcos, isso acontecia devido à insuficiência da rede, apesar de o município do Rio ser o maior em quantidade de hospitais da rede pública.

Segundo o cirurgião, na concepção da atual direção do HU, para atender a população do *campus* a reitoria deve investir na criação, com recursos próprios, de um pronto-atendimento na Unidade.

Movimento

MST enfrenta as multinacionais

Movimento não quer só ocupar os latifúndios, pois o modelo econômico sufoca o pequeno agricultor

Kelvin Melo

LEONILDE (CPDA), OSCAR ACSELRAD (DECANO DO CT), NEUZA LUZIA (SINTUFRJ) E JOÃO STÉDILE (MST)

A luta no campo mudou. Mais do que ocupar a terra e acabar com os latifúndios, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem se defrontando com o modelo econômico, implantado pelo neoliberalismo, que sufoca o pequeno agricultor. "Nosso inimigo não é mais o fazendeiro de chapéu de palha; nossos inimigos são a Shell Química, a Monsanto (empresa multinacional voltada para a agricultura e para a biotecnologia), o Estado, os bancos americanos e por aí vai", disse João Pedro Stédile, um dos líderes do MST. A afirmação foi feita durante a abertura da edição paralela da Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária, no Auditório do Centro de Tecnologia, no dia 18/3. O evento foi uma iniciativa do próprio MST, da Faperj e da Uerj para divulgar novos estudos no campo da cultura nacional e da reforma agrária que teve sua programação oficial realizada na universidade estadual.

O líder do MST deixou vários alertas para a platéia. Segundo ele, somente agora o neoliberalismo volta-se com mais força para a agricultura. "Porque o ciclo natural da produção agrícola é mais lento e demora a dar retorno", explicou. Isso começa pela política agrícola, que ganha um caráter norte-americano. "É a lógica das grandes fazendas mecanizadas", disse. "Os pequenos agricultores estão sendo alijados dos financiamentos do BNDES". Outro problema atual é a desnacionalização da agroindústria. "As multinacionais tomaram conta. Só restou a Sadia de grande companhia brasileira", comentou.

João Pedro Stédile não perdoa o papel do ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, nesse desmonte. "Ele é o melhor ministro que os americanos já tiveram no Brasil", disse. "A Embrapa (órgão vinculado ao ministério) está sendo sucateada. Tem o mesmo orçamento de uns R$ 500 milhões há sete anos", observou.

A última mudança negativa no panorama da agricultura é o que Stédile chama de "pacote tecnológico". Antes, essa parte se resumia à compra de máquinas, ao uso de adubo químico e de agrotóxicos. "Isso se esgotou. Agora está sendo difundido que o aumento da produtividade no meio rural virá pela biotecnologia", disse. E o que aparenta ser bom é onde mora o perigo. "As técnicas não são de conhecimento público. Pior: nenhum cientista dá atestado de que os transgênicos, por exemplo, são bons para a saúde das pessoas ou do meio ambiente", completou, acrescentando o exemplo do "mal da vaca louca", originada numa mudança de alimentação do gado europeu.

Assentamentos do MST mudam o campo

Além de Stédile, também debateu o assunto no auditório do CT a professora Leonilde Medeiros, do curso de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Leonilde deu uma aula sobre a questão fundiária no país e suas motivações históricas. Desde o período colonial até os dias atuais, a professora falou que a ocupação do solo brasileiro sempre se caracterizou pelas grandes unidades voltadas para a exportação em detrimento do abastecimento do mercado interno. É assim que surgem os grandes ciclos (do café e da cana, por exemplo). Leonilde citou os conflitos no campo do início do século XX, a criação das Ligas Camponesas no Nordeste e, finalmente, o MST como a expressão nacional da insatisfação dos trabalhadores rurais.

Sobre o MST, a professora adiantou algumas observações de uma pesquisa em andamento na UFRRJ. Os assentamentos do movimento, embora bastante espalhados pelo país e ainda incapazes de alterar o péssimo índice nacional de desigualdade na distribuição das terras, começam a produzir impactos sócio-econômicos positivos nas localidades próximas. "Os assentamentos orientam a produção para consumo do mercado brasileiro (e introduz essa prática até em regiões antes só voltadas para a exportação). Apesar da precariedade, tornam-se importantes pontos geradores de empregos, reduzem o êxodo rural e proporcionam uma dinamização política onde se encontram. Ou seja, produzem lideranças e tornam-se importantes espaços de debate", disse.

Integração entre MST e Universidade deve ser ampliada

No dia 20/3, a edição paralela, na UFRJ, da Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária, debateu "A cultura, mística e os movimentos sociais". Realizado no Salão Nobre da Decania do CT, o encontro teve a mediação da vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, e contou com a presença dos professores Luiz Pinguelli Rosa (diretor da Coppe), Ana Clara Ribeiro (IPPUR) e do representante do MST Ademar Bogo.

Cleusa ressaltou a importância do MST na atual conjuntura brasileira: "o único movimento social realmente organizado neste país". A vice-presidente da Adufrj-SSind comentou que a Universidade deve estar ao lado dos movimentos sociais. Defendeu que o produto do conhecimento seja voltado para os trabalhadores. "Infelizmente, sabemos que a produção do conhecimento hoje se volta para os interesses do mercado. Aqui, portanto, nesta que é considerada a maior universidade federal do país, devemos enfrentar esse debate", completou.

Logo em seguida, a professora Ana Clara acompanhou o pensamento da diretora da Adufrj-SSind. "Estamos sendo empurrados por uma administração federal voltada para o produtivismo, o que leva à morte da Universidade", observou. Para Ana Clara, essa cobrança inadequada pelo governo sobre os quadros universitários impede uma articulação com a sociedade e seus movimentos sociais. Sobre a mística, que era um dos temas do debate, a professora do IPPUR afirmou a Universidade apresenta dificuldades para lidar com o assunto. "Nós temos o nosso afastamento baseado na Razão. E não quero dizer que isso é uma coisa boa", brincou. Segundo ela, os movimentos sociais e suas místicas deviam nortear o pensamento da Universidade; para que esta possa "olhar além da realidade".

O professor Pinguelli também reconheceu a função social do MST. "A sociedade brasileira não tem um projeto. Os sem terra têm um e estão bem organizados politicamente", afirmou. Para o diretor da Coppe, a presença do movimento na Universidade devia se ampliar para que as duas partes se enriqueçam com a integração.

Já Ademar Bogo ressaltou a importância da Mística para a Cultura do MST. Identificou a contemplação, a solidariedade e a devoção como elementos fundamentais desta Mística, entendida como uma forma de manifestação coletiva dos sentimentos e de fortalecimento da unidade do movimento. A Mística, no ponto de vista do MST, como um conjunto de convicções profundas mobiliza as pessoas na vontade de mudanças. Ademar destacou ainda o papel da Igreja católica, que tem unido fé e política para ajudar os trabalhadores do campo.

UFRJ

Jornadas científicas têm a maior participação de alunos

65% dos estudantes envolvidos não recebem bolsas de iniciação científica

Na última terça-feira (19/3), foram realizadas as segundas fases da XXIII Jornada de Iniciação Científica e da XIII Jornada de Iniciação Artística e Cultural. Os trabalhos relacionados ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) foram apresentados na Escola de Serviço Social (ESS). De acordo com a coordenadora do Centro e diretora eleita da ESS, a professora Rosana Morgado, na primeira fase do evento havia 1.958 trabalhos inscritos dos quais 90 eram do CCJE; 378, do CCMN; 754, do CCS; 158, do CLA e 275, do CT. O CFCH registrou 303 projetos divididos em 60 sessões (veja quadro nesta página).

A etapa inicial do encontro realizou-se nos dias 6, 7 e 8 de março nos *campi* da UFRJ. Para o segundo estágio, o CFCH classificou 53 trabalhos que foram distribuídos entre nove sessões. Os eixos temáticos abordavam desde as "Manifestações culturais e sociabilidade" até os "Aspectos Históricos" e "Expressões sociais da violência". Além destes, os assuntos "Trabalho, movimentos sociais e questões contemporâneas", "Políticas e práticas em saúde", "História e Etnia", "Relações de Gênero", "Educação e Sociedade" e "Meios de comunicação, tecnologia e sociedade" foram debatidos. Cada sessão tinha, em média, oito apresentações que eram analisadas por dois professores.

Alta produção e pouco reconhecimento

Em entrevista ao Jornal da Adufrj-SSind, Rosana Morgado explicou que a maioria dos alunos realiza seus projetos sem uma bolsa de iniciação científica, artística ou cultural. "Neste ano, dos 1.958 trabalhos inscritos, 1.247 não tinham nenhuma bolsa", afirmou. A professora Ludmila Cavalcanti (ESS), coordenadora da Unidade nas últimas três Jornadas, também apontou as dificuldades vividas pelos estudantes sem bolsa: "Em 2000, cerca de 70% (1.258 de 1.787) dos projetos apresentados não receberam nenhum auxílio". Para elas, é de extrema importância o aumento do número de bolsas de iniciação científica em uma instituição com milhares de estudantes como a UFRJ: "Esse investimento acarreta em uma maior qualidade do trabalho elaborado", completou Rosana.

UMA DAS NOVE MESAS DA SEGUNDA FASE DAS JORNADAS

Faltam bolsas e equipamentos para as apresentações

Os discentes que desejam uma bolsa têm duas opções: ou esperam uma avaliação favorável do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de acordo com o projeto enviado pelo seu professor orientador ou aguardam que o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da CNPq agracie a universidade com muitas bolsas. Entretanto, o problema não pára por aí. Depois de fornecidas pelo PIBIC/CNPq, as bolsas da UFRJ são distribuídas da Sub-Reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa (SR-2) para os Centros segundo seu critério de avaliação. Os Centros, por sua vez, dividem as bolsas entre suas Unidades. No ano passado, o PIBIC forneceu 711 bolsas à instituição que foram alocadas pela SR-2 da seguinte forma: 44 para o CCJE; 125 para o CCMN; 245 para o CCS; 105 no CFCH; 71 no CLA e 121 no CT.

O CNPq analisa todos os anos as instituições que as recebem. Depois, um relatório é elaborado para estabelecer o número exato de contribuições a serem encaminhadas. Contudo, na Jornada deste ano, a agência de fomento não enviou nenhum avaliador para o evento no CFCH, o que preocupou as duas professoras com a possível diminuição da quantidade de bolsas. Para elas, as Ciências Humanas não podem ser vítimas do preconceito das instituições. "Os números revelam que os estudantes da área humana têm se interessado mais pela pesquisa. Em 2000, 232 trabalhos foram inscritos no Centro, enquanto, este ano, 303 projetos participaram das Jornadas", disse a professora Rosana Morgado.

Além do número reduzido de bolsas, as Jornadas passam por muitas dificuldades com a falta de equipamentos e salas para as apresentações. "Em alguns momentos, é difícil conseguir até um retroprojetor para as sessões. Neste ano, a Decania não pôde fornecer uma sala para ser a sede da coordenação do CFCH e a Rosana teve que ocupar a dela", afirmou a professora Ludmila. Para organizar as Jornadas, a coordenação contou com a ajuda de duas bolsistas da ESS, as estudantes Roberta Luz Távora e Ana Paula Simões: "Trabalhamos cerca de 10 a 14 horas por dia para poder dividir as mesas da melhor maneira possível", completou Ludmila.

ESS é a que mais cresce

Dentre as Unidades do CFCH, a Escola de Serviço Social tem a participação mais crescente dos últimos eventos. A professora Ludmila Cavalcanti apresentou gráficos que comprovam esta tese: "Em 99, a ESS contribuiu com 35 projetos. Em 2000, esse número passou para 50 e no ano passado, alcançou o total de 65 trabalhos, apresentados nestas Jornadas". Da mesma forma que umas Unidades aumentam a quantidade de atividades discutidas, outras diminuem os projetos. É o caso do Instituto de Psicologia que, de 47 trabalhos, em 1999, foram para 10 , em 2000.

As duas docentes priorizaram que, mesmo sem bolsas, os alunos devem procurar conhecer as Jornadas. "Cada vez mais, divulgamos as datas dos eventos para que mais pessoas assistam. E isso vem dando certo. Até o estudante pode se sensibilizar com a pesquisa", destacou Rosana. Neste ano, os alunos da escola foram dispensados de suas aulas para acompanhar o evento. Elas acreditam que o ideal seria a suspensão das aulas pelo Conselho de Ensino e Graduação (CEG) no período das Jornadas.

Integração de disciplinas

Segundo a professora Rosana Morgado, as sessões do CFCH procuram integrar as disciplinas do Centro: "Se vai haver uma mesa sobre a violência, nós misturamos trabalhos da Psicologia, da Sociologia, da Comunicação e de outras Unidades em uma mesma sessão". Para as professoras, é importante que os alunos convivam com visões e enfoques diferentes sobre um único eixo temático.

Vencedor recebe prêmio do CNPq

Para a próxima fase, dos 53 trabalhos sobrarão apenas nove. Dentre eles, o vencedor receberá um prêmio em dinheiro do CNPq. Todos os classificados para esta etapa participarão do Projeto Jovem Pesquisador, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) com estudantes dos demais estados. Os finalistas serão conhecidos nesta semana.

Centros	trabalhos apresentados 2001	Bolsas PIBIC 2001
CCMN	378	125
CCJE	90	44
CCS	754	245
CLA	158	71
CT	275	121
CFCH	303	105

Movimento

Conselho da Adufrj-SSind já tem novos representantes

O Conselho de Representantes da Adufrj-SSind já tem professores eleitos em algumas Unidades. Foram eleitos oito conselheiros. Dois do Núcleo de Saúde Coletiva, três do Instituto de Matemática e outros três da Faculdade de Farmácia. A homologação das eleições é ponto de pauta da próxima Assembléia Geral, dia 27/3.

Nota de solidariedade

A diretoria da Adufrj-SSind estima a pronta recuperação do professor Raphael Haro, do Instituto de Física, que se encontra internado na Clínica São Vicente, na Gávea. O professor foi vítima de um acidente de trânsito e seu estado de saúde inspira cuidados. Raphael esteve presente nas lutas do movimento docente, em especial nos anos 80, e participou da fundação desta entidade.

Ata de apuração da Eleição para o Conselho de Representante

Reunida na sede da Adufrj-SSind, em 22 de março de 2002, a Comissão Apuradora, composta pelos professores Regina Célia de Souza Pugliese, Filadelfio Cardoso e José Antonio Martins Simões, apresenta para homologação o resultado da eleição para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2001-2003.

Foram eleitos para o Conselho de Representantes:
NESC:
Com nove votantes e nove votos válidos,
Leticia Legay Vermelho ..... Titular
Regina Helena Simões Barbosa ..... Suplente
Instituto de Matemática:
Com quarenta e um votantes, quarenta votos válidos e um nulo,
Ricardo Kubrusly ..... Titular
Eduardo San Pedro Siqueira ..... Titular
Bruno Costa ..... Titular
Faculdade de Farmácia:
Com vinte e um votantes e vinte e um votos válidos,
Fábio de Souza Menezes ..... Titular
Sheila Garcia ..... Suplente
Carlos Rangel ..... Suplente
Rio de Janeiro, 22 de março de 2002

Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind

21 de Fevereiro de 2002 (quinta)	Sindicalizados candidatos
18 de Abril de 2002 (quinta-feira)	Sindicalizados eleitores
24 de maio de 2002 (sexta-feira)	Inscrição de chapas Diretoria
07 de junho de 2002 (sexta-feira)	Inscrição de listas Conselho
17 de junho a (segunda-feira) a 19 de junho de 2002 (quarta-feira)	Eleição Diretoria/Conselho
19 de Julho de 2002 (sexta-feira)	Posse Diretoria/Conselho

Manifesto

Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial da UFRJ para os Candidatos a Reitor da UFRJ*

A nossa comunidade existe há trinta anos, e em todos estes anos vivemos no mais absoluto abandono. A Vila Residencial da UFRJ é fruto da política da reitoria que no início dos anos 70, precisava habitar o campus universitário da UFRJ, e utilizou-se do quadro técnico, para isso aglutinou funcionários e suas famílias nas antigas casas dos operários da construção da ponte Rio-Niterói. O acervo histórico da construção da UFRJ está vivo em seus moradores. A mão-de-obra operária fincada no pilar de cada prédio aqui construído, assim como cada tijolo erguido, já passaram pelas mãos de alguns moradores.

Conseguimos do Município, na gestão anterior, a liberação de verba para implementação do Projeto Bairrinho, no qual o Município através da Secretaria de Obras entraria com obras de infra-estrutura, tais como: sistema de rede de águas pluviais, asfalto e demais obras de urbanização. Mas cínica e descaradamente a Reitoria/Coppe/Prefeitura-UFRJ impediram a realização das obras e desmoronando o sonho de muitos nós, mas ao mesmo tempo transformou nossa indignação em fortalecimento do espírito de luta de tantos outros, que querem romper com essa política de "apartheid" social. Isso sem falar do Governo do Estado, que há meses tenta dialogar com a Reitoria e Prefeitura-UFRJ, para a implementação do projeto de saneamento básico, como parte do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG, mas não encontra resposta dos interlocutores.

Como os senhores podem observar, estamos sendo asfixiados, sabemos que todas as dificuldades que nos são impostas, fazem parte de uma política perversa, de uma "morte" lenta e silenciosa, implementada por um grupo de pessoas que priorizam "negócios" privados, em detrimento do Bem Público, que acaba sendo secundarizado. O argumento utilizado desse grupo, é que não há condições técnicas para habitação na Vila, por conta do solo denominado de tufo e conhecido como "argila mole". Só que os doutores não nos apresentaram nenhum documento comprobatório, enquanto o Município realizou o estudo para a realização do Projeto Bairrinho e concluiu que é viável a urbanização da comunidade, citando inclusive outras comunidades que possuem o mesmo tipo de solo, e foram contempladas com o projeto do Favela Bairro. Não toleramos mais o descaso, não é possível que uma Universidade não possua sensibilidade e visão social. Temos uma comunidade com aproximadamente 360 famílias, e não podemos continuar na próxima gestão a assistir a esta barbárie social.

Entendemos que o papel da Universidade é o Ensino, Pesquisa e Extensão, e na Extensão a UFRJ pode e deve, firmar convênios com Unidades que possam atuar na nossa comunidade, como já o fazem a EEAN e a Fac. de Nutrição. Portanto não compete a Universidade ocupar o espaço do Estado e Município, que de fato tem competência única e exclusiva, no tocante a realização de obras e políticas públicas para estas questões. Mas também sabemos que a Universidade não deve se opor à inserção dos serviços públicos na Vila Residencial da UFRJ, ou em qualquer outro lugar, pois as questões sociais estão intrinsecamente ligadas à Universidade.

Gostaríamos de manter um canal permanente de diálogo com o futuro Reitor, para que possamos buscar soluções conjuntas, para o bem estar dessa tão sofrida comunidade. Gostaríamos também de desejar sucesso aos três candidatos na eleição, e que seja empossado além do mais voltado paritariamente, seja também o mais voltado para a redemocratização interna da UFRJ, bem como com as questões sociais da Vila.

Segue aqui alguns pontos que definimos como cruciais, para a sobrevivência as Vila Residencial da UFRJ.

1) Regulamentação fundiária da comunidade;

2) Autonomia na relação da AMAVILA com o Estado e/ou Município, sem qualquer interferência da administração da UFRJ / Prefeitura-UFRJ, já que entendemos que não é o papel da Universidade nas questões básicas citadas anteriormente;

3) Parceria com a Universidade no que remete ao seu papel (Ensino, Pesquisa e Extensão), que possam oferecer para a comunidade cursos, oficinas, palestras, saúde, esporte e lazer etc.

Amavila – Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial da UFRJ
Gestão trasnformar para mudar

* Este manifesto foi entregue aos candidatos na consulta para reitor, durante o período de campanha, e repassado para Adufrj-SSind pelos candidatos Person Cândido e Eloy Eharaldt.

Opinião/Francisco Ary Fernandes de Medeiros*

O Bar do Asterius e o chá das dez

No dia 26 de fevereiro passado, alunos, professores e funcionários do campus da Praia Vermelha ficaram estarrecidos com a notícia que circulava entre os freqüentadores do Bar do Asteriu's: havia uma ordem para sua demolição! Após as primeiras reações de incredulidade, a situação foi aos poucos clareando. Acontecera que, por absoluta falta do que fazer, alguns diretores de unidades do campus resolveram encontrar-se para um descontraído chá das dez (atrasado, como qualquer outra imitação). O assunto então tratado chegou ao ponto crucial dos prazeres que são alcançados com a imposição autoritária da vontade de quem detém parcela de poder na Universidade. Para alcançar tal prazer decidiram, em meio a "... acalorada discussão por parte dos presentes ... " e sem qualquer apoio regimental, que fossem "...imediatamente sustadas as obras para a instalação de cantina de alimentação, em espaço contíguo ao prédio da Psicologia, ...", além de, no mesmo documento, requererem que fossem "... as referidas obras demolidas, ...". Ora, uma reunião de diretores para um batepapo, mesmo "acalorado", sobre o estado do campus não se constitui instância deliberativa da Universidade. Ao emitir tal "ordem", aquele grupo apenas deixou claro o completo despreparo para gerir os assuntos das diferentes unidades, visto que parecem desconhecer as atribuições que lhes competem, assim como as definições estatutárias e regimentais que têm de respeitar.

A decisão aparentemente foi tomada sem qualquer esforço no sentido de conhecer a situação sobre a qual intervinham. Se tivesse havido um mínimo de cuidado, teriam observado que não se tratava de "... obra para a instalação de cantina ..." visto que esta já estava instalada desde a década de 1980, tendo à frente o "seu Astérius", pessoa carinhosamente lembrada por todos o que freqüentaram o ambiente do seu "bar", assim como pelos que hoje o freqüentam. Em conseqüência de acidente que sofreu, somado aos seus noventa e oito anos de vida, ele só raramente pode vir ao seu bar para alegria dos seus amigos e fregueses. No entanto, todos reconhecem e concordam que a sua figura simpática e acolhedora o torna parte do patrimônio humano da seção da Academia que tem o seu habitat no campus da Praia Vermelha.

Tenho certeza que alguns desses diretores já passaram pelo local onde há muito funciona o Bar do Astériu's. Mesmo que nenhum tenha jamais passado por aquela área do campus, deveriam ter consultado os arquivos da própria Prefeitura da Universidade ou do ETU, onde devem estar arquivadas a planta e cópias do processo de autorização para o funcionamento da cantina, o que foi o resultado de movimento dos seus freqüentadores, a maioria alunos, funcionários ou professores do Instituto de Psicologia. Poderia ter sido feito isto ao menos para dar uma certa aparência de seriedade. Poderiam também ter observado que a obra que se realiza no momento não é de construção, mas de reforma, executada por determinação da subprefeitura, conforme planta que esta forneceu e em que não chega a prever nem mesmo a demolição das paredes já existentes, mas apenas redistribuição do espaço interno e mudança do balcão de atendimento. Naturalmente, uma "ordem" tão irresponsável e injustificada como essa não poderia deixar de provocar uma reação espontânea de indignação e de protesto por parte dos usuais freqüentadores daquele local de convivência, o que se materializou em documento assinado por mais de 500 membros da comunidade acadêmica em que se manifesta um NÃO À DEMOLIÇÃO DO ASTÉRIU'S BAR.

Se a soberana decisão de demolir a obra foi digna de uma chanchada sem atrativos, a resposta aos pedidos de esclarecimento dos que sentiam lesados em seu convívio tranqüilo, amigável, produtivo do Bar do Astériu's chegou aos limites do pífio. Em *Nota de esclarecimento à comunidade da Praia Vermelha*, distribuído no dia 28 do mesmo mês, é afirmado que o documento enviado à sub-prefeitura tinha, por "... seu objetivo maior – provocar a discussão sobre o uso do espaço comum do campus da Praia Vermelha, ...". O que espanta é o fato de apenas o Bar do Astériu's ser objeto de tanta preocupação e zelo, quando, na própria *Nota* é reconhecida a existência do bingo, do estacionamento nas áreas de esporte do campus, e de outras mazelas contra o que nenhuma palavra foi proferida, qualquer discussão acalorada foi realizada.

É preocupante observar-se a superficialidade com que as pessoas responsáveis pelos destinos da Universidade, em seus diferentes níveis, tratam dos assuntos que são de suas competência. Para nós, do campus da Praia Vermelha, agrava-se o fato pela circunstância de uma das signatárias haver sido recentemente indicada para o cargo de Decana do CFCH em consulta à comunidade que se caracterizou mais por acusações difamatórias sobre o autoritarismo da concorrente, a quem o grupo que conseguiu maior número de indicações acusou de ter apoio de "vilhenistas do IFCS". Hoje assinam, em conjunto, o mesmo documento. Pelo que se sabe, uma das marcas bem definidas do Vilhena é o seu autoritarismo, o desrespeito constante às normas regimentais e à legislação vigentes. Tais práticas são, evidentemente, o fruto de uma escola que se vem formando há já algumas décadas na academia, talvez por saudosismo ou por simples deleite em imitação, e que parece ter por característica maior apontar as práticas autoritárias dos demais administradores, ao mesmo tempo em que se exercitam em demonstrações cada vez mais sofisticadas, audazes e visíveis de indevido desrespeito aos estatuto e regimento em vigor. Parece que se acham acima de tais instrumentos e que as instâncias deliberativas estão ao seu dispor apenas para acatarem o que já definem ou para os aplaudir gratuitamente.

Creio que chegou a hora de o problema criado ser resolvido de maneira séria e competente. Maquinações, como a que resultou em injustificado pedido de parecer da Procuradoria da Universidade, determinado pelo sub-prefeito ao seu chefe, apenas sinaliza para a perda do sentido que poderia ter a ocupação do cargo. A solução para o problema criado se encontra em reconhecer a extensão que alcançou a brincadeira e tomar as medidas corretas para a imediata retomada das obras e próximo funcionamento do "Bar do Astériu's".

Rio de Janeiro, 06 de março de 2002

* Escola de Serviço Social

Vida no Campus

NA ÚLTIMA SEMANA, O SUB-PREFEITO DO *CAMPUS* DA PRAIA VERMELHA, PAULO MÁRIO, ENCAMINHOU O PROCESSO RELATIVO AO ASTÉRIU'S BAR (FOTO) PARA A PROCURADORIA DA UFRJ. O PROBLEMA COMEÇOU QUANDO OS DIRETORES DAS UNIDADES DO *CAMPUS* PEDIRAM A DEMOLIÇÃO DO ESTABELECIMENTO E A COMUNIDADE ACADÊMICA PROTESTOU CONTRA A ATITUDE TOMADA. POR ENQUANTO, A PROCURADORIA NÃO EMITIU NENHUM PARECER SOBRE O CASO.

Movimento

Plebiscito do provão começa em abril

Estudantes de diferentes instituições comparecem à Uerj para apoiar o plebiscito do exame

Com o objetivo de lançar a campanha do Plebiscito do Provão no estado, um debate reuniu, no último dia 13, dezenas de estudantes no auditório 11 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professores também participaram da discussão que teve como objetivos questionar os critérios da avaliação, encontrar novas alternativas para o fim do teste e novos tipos de provas. Participaram como convidados a representante do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro, e o 1º vice-presidente da regional/RJ do Andes-SN, Marcelo Badaró. Matheus Thomaz, representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Uerj, iniciou o encontro lembrando que o Plebiscito acontecerá de 17 de abril a 17 de maio, em todo o território nacional: "Os estudantes da graduação têm o direito de escolher o tipo de prova a que querem ser submetidos e quais devem ser os métodos utilizados. Nós não queremos o Provão que não avalia nada e só serve para classificar as universidades".

A técnica-administrativa da UFRJ, Ana Maria Ribeiro, parabenizou a iniciativa da Coordenação Regional do Plebiscito em promover atividades nas universidades para esclarecimentos sobre o problema da avaliação. "O Provão é uma conseqüência da política que o governo tem em mente para a educação no Brasil. Uma política de sucateamento, de privatização das universidades públicas", disse a representante do Sintufrj. Ana Maria também afirmou que a idéia do exame foi introduzida durante a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1995: "Nesta época, a autonomia universitária ficava condicionada a essas provas. Na verdade, a intenção do governo é, a partir do Provão, construir as reformas curriculares nas instituições de ensino superior".

A servidora continuou sua fala revelando que existem diferentes interesses envolvidos na manutenção do Provão: "Além da economia para o setor público, há um interesse comercial na reforma curricular e a possível diminuição do tempo de formação acadêmica. Também há o lucro das fundações que realizam os exames, no caso, a Fundação Cesgranrio". Para Ana Maria, o objetivo do Provão é determinar o conteúdo do ensino médio e dos cursos de graduação. A divulgação das notas das provas coloca as universidades em um *ranking*, no qual as boas instituições ficam de um lado e as más do outro: "O governo quer definir as universidades. Umas seriam somente para a pesquisa, outras para a graduação, outras de curta duração", completou.

ESTUDANTE CRITICA O PROVÃO

"As conseqüências da política do governo resultam em menos verbas para as instituições de ensino superior e o conseqüente corte do incentivo à pesquisa e à extensão", apresentou Ana Maria Ribeiro. Na UFRJ, o Provão foi a justificativa do reitor, José Henrique Vilhena, para a distribuição de vagas do concurso público de docentes (ver Jornal da Adufrj-SSind nº 51). "O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, diz que um curso será fechado devido às notas baixas do Provão, mas até agora nada disso aconteceu. Como também não são resolvidos os problemas vistos nas universidades com notas ruins. A intenção é transformar tudo em um escolão", disse Ana Maria.

Andes-SN apóia proposta do Plebiscito

O 1º vice-presidente da regional/RJ do Andes-SN, Marcelo Badaró, começou sua intervenção questionando o fato de uma prova como o Provão analisar 4, 5 e 6 anos de curso: "É só olhar o conteúdo da prova. Não há um bom resumo do que foi dado nas universidades". O professor da UFF também afirmou que, depois de anos lutando para sair do vestibular unificado, as instituições de ensino superior estão sofrendo novamente com um vestibular de fim de curso que é o Provão. O curioso é que a mesma fundação que realizava esse exame, hoje, é responsável pelo Provão (Fundação Cesgranrio).

A falta de destaque dos profissionais que participam das comissões de especialistas avaliadoras das universidades também foi apresentada por Badaró como uma questão problemática do Provão: "Eles não representam a comunidade acadêmica e sim, interesses em jogo. Será que eles respondem pela diversidade do curso?", questionou. O professor completou: "O Provão serve a um projeto ruim do Ministério da Educação (MEC) que é ampliar o ensino superior privado, adaptar as universidades a um modelo de mercado com uma mão-de-obra especializada". Para o vice-presidente, as instituições privadas estão usando o Provão como marketing, enquanto as públicas sofrem com a separação das que merecem mais verbas do MEC (notas mais altas do exame) das que não receberão muitos recursos do ministério.

Solução deve partir da comunidade

Para Marcelo Badaró, cada entidade (Fasubra, Sintufrj, Andes-SN, Adufrj-SSind, UNE) deve ter um projeto de ideal de universidade. Na verdade, todas devem se unir para ter um padrão unitário com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, está cada vez mais difícil superar essa situação, já que há uma crescente adaptação das universidades públicas para o Provão. Primeiro, havia a discussão se o exame seria obrigatório ou não. Logo depois, ninguém precisaria revelar sua nota: "Agora, algumas empresas já exigem a nota da prova para seleção de *trainee*", completou o docente.

O outro objetivo do governo brasileiro na educação é disponibilizar para o mercado americano nossos estudantes e universidades: "Com a imposição da ALCA, será aplicado o modelo aprovado pelo Banco Mundial que é uma abertura às instituições americanas no Brasil como no restante da América Latina", disse Marcelo.

Para o 1º vice-presidente da regional/RJ do Andes-SN iniciativas como o Plebiscito do Provão servem para demonstrar que os estudantes não concordam com estes critérios de avaliação. "Essa batalha é muito complicada porque nem todos concordam em mudar esse tipo de exame. Como exemplo, existem os alunos de universidade privadas que apóiam o Provão. Devem ser organizados mais debates para que haja um Plebiscito representativo nacionalmente".

O debate foi encerrado como a promessa da Coordenação Estadual do Plebiscito da realização de mais debates antes do dia 17 de abril quando será iniciada a votação pelo país.

ANA MARIA
(SINTUFRJ)

"O Provão é uma conseqüência da política que o governo tem em mente para a educação no Brasil. Uma política de sucateamento, de privatização das universidades públicas"

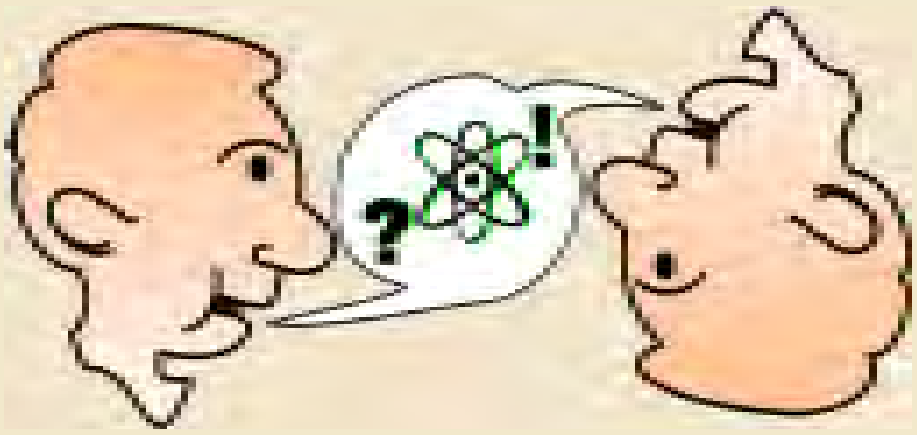
MARCELO BADARÓ
(ANDES-SN)

"O Provão serve a um projeto ruim do Ministério da Educação (MEC) que é ampliar o ensino superior privado, adaptar as universidades a um modelo de mercado com uma mão-de-obra especializada"

Ciência e Tecnologia

"Inovação" gera dúvidas entre pesquisadores

Anteprojeto de lei do governo é visto com desconfiança pela comunidade científica



Muitas dúvidas marcaram o debate realizado no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) sobre o anteprojeto da Lei de Inovação do Ministério da Ciência & Tecnologia. Apesar de a "Inovação" ser o tema principal, muito se discutiu também a respeito dos fundos setoriais nesta reunião realizada em 15/3, organizada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Dois representantes da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) fizeram uma exposição inicial da área de C&T. O presidente da agência de fomento, Mauro Marcondes, afirmou que "a Lei de Inovação é um avanço". Na visão dele, o aumento do número de doutores e mestres no país (eram cerca de 24 mil em 94; passaram a 31 mil em 99, somente nas federais) não está sendo aproveitado de forma correta. "A Lei de Inovação viria atender a esse público", observou. Outro fator de mudança que, no ponto de vista da Finep, favorece o anteprojeto de lei do MCT é a presença cada vez maior de grupos de pesquisas nas empresas. "Já existem grupos de pesquisa internos que podem fazer interlocução com a Universidade", afirmou.

Já o superintendente de Planejamento da Finep, Sérgio Luiz Monteiro, disse que a política de C&T&I (Inovação) está fortemente associada à política industrial, o que facilita sua tramitação entre os parlamentares. "Todos os partidos estão comungando dessa visão e a aprovação (rápida) dos fundos setoriais são uma prova disso", afirmou. Vale lembrar que o Andes-SN cobra justamente este ponto: uma política industrial acoplada à C&T. Para a diretoria do Sindicato, no vazio existente, o projeto vai servir apenas para fornecer mão-de-obra para as indústrias estrangeiras instaladas no país.

O superintendente contou ainda que a Lei dever ser vista mais como removedora de obstáculos do que criadora de incentivos. Segundo ele, "a idéia é dar maior mobilidade ao pesquisador e ao aparato público". O Andes-SN classifica essa mobilidade como uma flexibilização das relações de trabalho e privatização.

Respondendo a algumas críticas já recebidas na Finep, Sérgio disse ser falso que a Lei tira a perspectiva de Inovação da Universidade ou de que não aceita a pesquisa básica. "Há espaço para tudo", contou. Para quem está preocupado com a utilização indiscriminada de recursos públicos pelo setor privado, Sérgio comentou que essa aplicação "será regulada".

Políticos convidados falam sobre projeto e fundos

Um dos parlamentares convidados ao debate, o senador Saturnino Braga (PSB) comentou que deve ser feito o esforço de exportação, o que fortaleceria a idéia de inovação de produtos. O senador acrescentou, no entanto, que a prioridade da C&T são as necessidades do povo brasileiro. Outro convidado, o deputado federal Jorge Bittar (PT) disse que a Lei de Inovação carece de um projeto nacional maior. Bittar reconhece o *boom* de mestres e doutores no país, mas não vê "clima de otimismo nas universidades". Também tem o receio de que o direcionamento do MCT para a Inovação venha a acabar com a pesquisa básica. Preocupado com a flexibilização das relações de trabalho presentes no anteprojeto, Bittar não gostou de perceber a instituição sendo "ignorada". E defendeu um maior debate sobre o assunto.

FNDCT

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado em 1969, mas atuante a partir de 1971, também foi bastante citado durante o debate. Para Mauro Marcondes, o FNDCT em seu formato atual tem duas diferenças importantes em relação ao modelo anterior: estabilidade e volume. Os recursos vêm de fontes pré-determinadas e em escala cada vez maior. A previsão de Mauro é que o FNDCT ultrapasse a soma de R$ 1 bilhão por ano daqui a algum tempo. Atualmente, gira na casa dos R$ 400 milhões, mas já esteve em nível inferior recentemente; R$ 180 milhões em 2000.

Críticas aos fundos

Ildeu Moreira, professor do Instituto de Física da UFRJ, esteve presente ao CBPF e, no momento em que se abriu espaço para perguntas da platéia, foi muito crítico com os fundos. "Apesar do panorama cor-de-rosa que está sendo desenhado pelos representantes da Finep e pelos parlamentares, na verdade, voltou-se agora apenas para (o volume de) financimento da década de 70. Pior: esses recursos estão muito direcionados. Isso vira, na verdade, um chamariz e leva a um desvirtuamento do papel da Universidade". Ildeu também criticou a gestão dos fundos. Em conversa com um dirigente da Coppe, o professor contou que aquele se considerou "muito parecido com a rainha da Inglaterra" (ou uma figura decorativa), uma vez que a gestão dos recursos passava à parte da direção do órgão suplementar. Mandou ainda um recado aos parlamentares: "Tenho medo desses consensos gerais (Bittar e Saturnino afirmaram ser entusiastas dos fundos setoriais durante as exposições iniciais). Quando há muito consenso, os poderosos estão aproveitando". Indagou ainda sobre a transparência do uso dos recursos dos fundos setoriais e também sobre a possibilidade de deixar um percentual dos fundos para a chamada demanda espontânea dos pesquisadores.

Representantes da Finep tentam responder

Os representantes da Finep, até mesmo pela avançada hora a que o debate chegou, foram muito vagos em relação a diversas perguntas e deixaram sem respostas algumas críticas. De mais importante, cabe ressaltar a informação do presidente da Finep de que um relatório sobre a aplicação dos fundos está pronto e será disponibilizado em breve na página eletrônica do MCT. Sobre a pesquisa básica, o superintendente Sérgio voltou a defender que não se faz inovação sem a pesquisa básica e classificou como fundamental a observação sobre a demanda espontânea. "Um percentual deve ser direcionado para isso, uma vez que ninguém tem a capacidade de antever tudo de importante que pode ser produzido".

Por fim, o presidente de honra da SBPC, Ennio Candotti, criticou a falta de empregos e os recursos ridículos do CNPq. "Agora, somos ricos em capital humano e falam em milhões para os fundos", observou. Sérgio argumentou que a situação é realmente dramática e deve ser solucionada pela ação dos fundos setoriais.

Andes-SN é contra

Em entrevista ao jornal da Adufrj-SSind 55 (18/3/02), o 1º tesoureiro do Andes-SN, José Domingues tratou do assunto. A defesa ampla da Ciência e Tecnologia já foi discutida pelo próprio Domingues no jornal 35 (20/8/01), em matéria sobre debate na sede da Regional Rio do Sindicato.

Para Domingues, "o anteprojeto da lei da forma como está é uma tentativa de implantar nas universidades, via MCT, o que o MEC não conseguiu no ano passado (regime de emprego público, por exemplo)". O Sindicato Nacional deve realizar um seminário em maio próximo para fazer frente ao projeto do ministério que, provavelmente, já estará em discussão no Congresso Nacional. Em relação aos fundos setoriais, a proposta do Andes-SN é romper com o estímulo a pesquisas vinculadas às demandas do mercado e defender a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

C&T&I ou CTI?

Desde que a chamada "Inovação" foi introduzida na propaganda do Ministério de Ciência & Tecnologia, abriu-se espaço para uma pilhéria óbvia: a política de C&T&I transformou-se em CTI (Centro de Tratamento Intensivo). O gracejo, presente nas rodas de conversa dos pesquisadores, é uma forma de amenizar a indignação com o tratamento dispensado à Ciência no país.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 45 • 1 de abril de 2002
www.adufrj.org.br

Plebiscito sobre a Alca

A Campanha Jubileu Sul/ Américas é a continuidade da campanha internacional do Jubileu 2000 - por um milênio sem dívidas. Neste ano, a principal tarefa do movimento é a organização do plebiscito nacional sobre a Alca, que deverá ocorrer de 1 a 7 de setembro.

Agenda Sindical

3/4 a 6/4 – Seminário sobre Educação Superior
Belo Horizonte (MG), no Cefet-MG
- Trata-se de um seminário de preparação para o 4º Coned, no qual serão discutidos os assuntos relativos à educação superior no país, tais como: reforma do estado, propriedade intelectual, políticas neoliberais para a pós-graduação e política de cotas.

5/4 a 7/4 – Reunião do GT Seguridade Social
Brasília (DF), na sede do Andes-SN
- Vai debater a situação dos hospitais universitários, a assistência à saúde, a preparação do VIII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN e outras deliberações do 21º Congresso do Sindicato relativas à Seguridade Social.

7/4 – Reunião GT Política Educacional/GT Gênero, Etnia e Classe
Belo Horizonte (MG), no Cefet-MG
- Vai tratar do tema reserva de vagas para as universidades e apontar encaminhamentos para o 44º Conad, em Florianópolis, que se realizará em junho

14/4 Plenária dos SPF

23/4 a 26/4 – 4º Coned
São Paulo (SP), no Palácio de Convenções do Anhembi
- Constitui-se num dos espaços de luta do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. O desafio do 4º Coned é ampliar as condições para mobilizar e organizar os trabalhadores em Educação e outros setores da sociedade para o enfrentamento e a superação das políticas educacionais vigentes.

7/5 – Ato Público
Com marcha em Brasília, com caravanas dos estados

8/5 a 11/5 – 10ª Plenária Nacional da CUT
São Paulo (SP)
- Vai discutir a conjuntura e a atuação da central sindical no momento. Haverá espaço ainda para debater o estatuto da CUT, suas políticas permanentes (na área de Educação, por exemplo) e o Plano de Lutas da entidade

22/5 a 23/5 – Eleições para Diretoria do Andes-SN
Em todo o país, os professores terão a oportunidade de escolher a próxima gestão do Sindicato Nacional

Adufrj-SSind discute Campanha Salarial 2002

Índice de reposição salarial deve estar vinculado à questão da Carreira docente

A questão da campanha salarial 2002 foi um dos principais itens discutidos na assembléia geral de 27/3. Os professores presentes ouviram os informes da Reunião do Setor das Federais e da Plenária dos SPF, realizadas nos dias 16 e 17 de março, respectivamente. A AG da Adufrj-SSind remeteu para discussão nas Unidades, Conselho de Representantes e próxima AG todos os pontos encaminhados para discussão nas bases das categorias pela última Plenária (veja quadro nesta página). Houve consenso de que esses pontos eram essenciais, mas houve ressalvas quanto ao significado do item "reposição de perdas salariais" que, na opinião dos presentes, não devia ser reduzida a um debate sobre estabelecimento de um índice de reajuste salarial. Foi ressaltada a importância de se considerar outros aspectos do problema, como a Carreira Única, perda de anuênios, abonos pecuniários ou adicionais por tempo de serviço, por exemplo. Também foi enfatizada a necessidade de priorizar o cumprimento integral do acordo de greve, com a instalação das mesas de negociação e a regulamentação da GID, e a construção de um Dia Nacional de Luta. O professor José Miguel (Escola de Engenharia) propôs ainda que os diferentes ganhos judiciais e demais "penduricalhos" dos contracheques dos docentes em todo o país sejam inventariados para uma discussão mais aprofundada do tema.

A retomada dos trabalhos de estudo das carreiras do serviço público também foi destacada como um elemento importante para se repensar a lógica da reposição de perdas com que se tem trabalhado até então.

Homologação do Conselho de Representantes

O Conselho de Representantes da Adufrj-SSind já tem professores eleitos em algumas Unidades. Os nomes dos representantes do NESC e do Instituto de Matemática, já divulgados no jornal anterior (nº 56, de 25 de março), foram todos homologados. Foi encaminhado um pedido de esclarecimento à comissão eleitoral sobre a lista da Faculdade de Farmácia. Depois do processo consumado, verificou-se que aquela Unidade possuía dois suplentes para um titular. Esta situação não é prevista no regimento da seção sindical. Podem existir, sim, dois titulares e um suplente, de acordo com o número de sindicalizados daquele local. Quando o caso for esclarecido, os nomes serão submetidos à homologação da próxima AG ou do próximo Conselho de Representantes (o que ocorrer primeiro). Existe uma assembléia prevista para o dia 9 de abril. O CR ainda não tem nenhuma reunião agendada.

Eleições para a Diretoria do Andes-SN

Sobre o último item de pauta, Sanglard deu informe sobre as eleições nacionais para a diretoria do Sindicato. Concorrem duas chapas: pela chapa 1, com a corrente "Andes Autônoma e Democrática", é candidato o professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas (da Universidade Federal de Pelotas); pela chapa 2, denominada "Uma Nova Andes é Possível", a candidata é a professora Maria Aparecida Ramos de Menezes (da Universidade Federal da Paraíba). O jornal da Adufrj-SSind já fez uma matéria sobre a apresentação das chapas em sua edição de nº 54 (de 11 de março) e estará trazendo mais informações, artigos e opiniões dos candidatos ao longo do processo eleitoral. As eleições ocorrem nos dias 22 e 23 de maio. No dia seguinte, 24 de maio, encerra o prazo para inscrição de chapas para a diretoria da Adufrj-SSind (veja quadro ao lado).

Anuênios e abono pecuniário

Embora não tenha sido ponto específico de pauta, os anuênios e os abonos pecuniários não recebidos continuam preocupando o corpo docente da UFRJ. Até 1997, a seção sindical teve ganho de causa na questão e os professores receberam os valores. Em 1998 e 2000, a entidade ganhou na Justiça, mas até hoje os docentes não receberam, apesar dos vários protestos das diretorias. Em 2001, não foi impetrada ação por conta da greve. Os professores presentes à Assembléia aprovaram que fosse feita uma solicitação à assessoria jurídica da Adufrj-SSind para verificar o andamento destes casos.

Proposta de pauta indicada para discussão

- Defesa dos direitos sindicais (contra o projeto de lei de regulamentação do direito de greve, contra a flexibilização da CLT e pelo direito à negociação coletiva);
- Reposição de perdas;
- Incorporação das gratificações;
- Contra o projeto de emprego público do governo;
- Defesa da Previdência Pública;
- Pelo cumprimento dos termos de acordo de greve;
- Campanha contra a Alca.

Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind

21 de Fevereiro de 2002 (quinta)
Sindicalizados candidatos

18 de Abril de 2002 (quinta-feira)
Sindicalizados eleitores

24 de maio de 2002 (sexta-feira)
Inscrição de chapas Diretoria

07 de junho de 2002 (sexta-feira)
Inscrição de listas Conselho

17 de junho a (segunda-feira) a 19 de junho de 2002 (quarta-feira)
Eleição Diretoria/Conselho

19 de Julho de 2002 (sexta-feira)
Posse Diretoria/Conselho

Colegiados

Confusão à vista no SIGA

Com início do semestre letivo muito próximo, novo sistema de registro acadêmico ainda apresenta graves problemas

O novo sistema de registro acadêmico (SIGA) continua sendo uma dor de cabeça para a comunidade da UFRJ. Como se sabe, para rodar o SIGA é necessária uma máquina com a configuração mínima de um Pentium 200 com 64MB de memória, além dos programas Internet Explorer 6.0 e Acrobat 5.0. Apesar de ser uma configuração considerada obsoleta, a realidade das Unidades da universidade é bem pior. E, com a proximidade de mais um início de semestre letivo (6 de maio), os conselheiros do CEG, na sessão de 27/3, previram muito tumulto (já está ocorrendo) para a inserção de dados.

Os motivos são conhecidos: equipamentos precários, ausência de treinamento para os funcionários das secretarias acadêmicas no SIGA e falta de recursos para comprar aplicativos (ou por outro lado, incentivo à pirataria). Além disso, as Unidades distantes da Ilha do Fundão, mesmo com maquinário adequado, têm dificuldades de acessar a rede. Para complicar ainda mais, uma conselheira relatou o desaparecimento de dados que teriam sido supostamente inseridos no sistema com sucesso no dia anterior.

"Preparem-se para o caos", foram as palavras do conselheiro Sérgio de Paula Machado (CCMN), que é também coordenador de graduação do Instituto de Química. "O *software* não pode ser usado na UFRJ. Vai chover AGF (Alteração de Grau e Freqüência) e grau I (insuficiente)", afirmou. Sérgio também se mostrou revoltado com uma reunião no NCE voltada para os coordenadores, na véspera da sessão colegiado, para esclarecimentos em relação ao programa. "Até onde minha paciência suportou, não houve resposta para nenhuma pergunta dos coordenadores", completou.

Gattass não conseguiu tranqüilizar nenhum conselheiro quando garantiu que as secretarias das Unidades estão recebendo computadores com o *Windows* licenciado e que são as responsáveis pela inserção dos dados. Nem mesmo a suposta disponibilidade dos computadores do NCE para esse período de início do semestre letivo foi suficiente para aplacar a revolta do CEG. Sérgio perguntou se os demais computadores das Unidades vão receber produtos licenciados e ficou sem resposta. Os argumentos de que as secretarias acadêmicas e os coordenadores não estão esclarecidos sobre o SIGA também não foram rebatidos pelo sub-reitor. Finalmente, Sérgio contou que o NCE só vai abrir suas salas para secretárias acadêmicas. "Mesmo que fosse aberto para todo mundo, seriam computadores insuficientes para atender uma demanda de mais de trinta mil alunos e professores", completou.

Uma alternativa apresentada por alguns conselheiros foi a viabilidade de manter o antigo sistema de registro acadêmico trabalhando junto ao atual. Funcionaria como um período de transição. Gattass fez pouco caso da proposta: "Se vocês quiserem a volta do sistema antigo, defasado em trinta anos, posso fazer", disse. O sub-reitor alegou que a máquina que dava suporte ao sistema anterior não é da UFRJ, o que significaria uma conta de R$ 1,2 milhão para a próxima reitoria.

Em vista dos problemas anunciados, a conselheira Marize Malta (CLA) propôs a extensão dos prazos dos atos acadêmicos. Marize também pediu a confecção de um manual do SIGA para ampla distribuição e que a reitoria faça circular um memorando com as responsabilidades e direitos de cada um em relação ao SIGA. Segundo ela, existe muita confusão neste sentido em toda a UFRJ. Ao que parece, já se insinuam no novo sistema mais atividades para sobrecarregar o cotidiano (e a paciência) do professor. O sub-reitor anotou as sugestões, ficou encarregado de tomar as providências e apresentar os resultados na próxima sessão do colegiado.

Um computador para cada Unidade

A promessa que o sub-reitor assumiu diante do CEG foi a compra de um computador para cada secretaria acadêmica. Gattass explicou que está usando verbas de um programa da SESu. Os recursos iniciais seriam suficientes para adquirir 20 máquinas, que devem ser instaladas nesta semana. Dentro de um mês, as secretarias restantes também ganhariam um computador de configuração atualizada. "O impacto dessas 20 máquinas é zero. É uma gota d'água num oceano", alertou Sérgio. O CEG aprovou que o NCE faça uma visita às Unidades para verificar quais apresentam necessidades mais urgentes para esta primeira distribuição. De antemão, já se sabe que a Faculdade de Letras, a Escola de Belas Artes, o Observatório do Valongo e o IFCS (este, com três computadores; são três secretarias acadêmicas no instituto) terão prioridade devido ao estado atual de precariedade.

Chamada complementar do Prorecon

De acordo com Gattass, um representante do MEC visitou a UFRJ na véspera e disse que haveria mais recursos disponíveis do Programa de Modernização das IFES (Prorecon). Ainda segundo Gattass, algumas Unidades já teriam feito pedidos, recuperando aquilo que não foi conseguido na chamada inicial do programa. A notícia causou estranheza aos conselheiros do CEG. "Todas as Unidades tiveram pedidos cortados. Fica esquisito que uma ou outra saia na frente. As outras não têm conhecimento disso", reclamou Sérgio. O sub-reitor garantiu que não encaminhará nada ao MEC sobre o Prorecon sem ouvir o CEG antes.

Rápidas do CEG

Transição tranqüila

Está sendo organizado para o início de maio um seminário de apresentação dos projetos em andamento da atual reitoria (será um filme-catástrofe?), entre outros assuntos. De acordo com o sub-reitor Gattass, serão convidados todos os integrantes da equipe do reitor eleito Carlos Lessa. O objetivo é garantir uma transição tranqüila.

Alojamento

Gattass disse ter participado de uma longa reunião com os alunos do alojamento após a sessão anterior (20/3) do CEG. Afirmou já ter resolvido a questão do café da manhã (uma nutricionista será chamada para cuidar da alimentação no local) e está encaminhando a solução dos demais problemas (iluminação e limpeza, por exemplo).

E a nomeação dos decanos?

A conselheira Iris Rodrigues (CFCH) alertou o colegiado de que a professora Suely Souza de Almeida (da Escola de Serviço Social) foi eleita pela comunidade daquele Centro em janeiro e até agora não foi nomeada pelo reitor. Essa protelação estaria causando vários problemas no local: certos processos administrativos estão parados, pois precisam da assinatura de um decano. O sub-reitor contou que o estatuto da UFRJ recentemente aprovado no Conselho Nacional de Educação prevê a figura dos decanos e a situação deve ser resolvida logo. Será?

UFRJ

Encerramento das jornadas será no dia 4

Nesta quinta-feira (4/4), acontecerá a Sessão de Encerramento das jornadas de Iniciação Científica e Iniciação Artística e Cultural com a exposição dos trabalhos vencedores de cada Centro. Todos serão premiados com um cheque no valor de mil reais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e apresentarão seus trabalhos na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A sessão será realizada no Auditório do Quinhentão (CCS), às 14 horas.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática: Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Autoritarismo no Pedro II

Diretor exige que associação de docentes desocupe sede da unidade de São Cristóvão

No dia 5 de março, a Associação dos Docentes do Colégio Pedro II (ADCPII) recebeu uma notificação do diretor-geral da instituição, Wilson Choeri, para que desocupasse a sede da entidade, situada na unidade de São Cristóvão. Entre os diferentes motivos para o despejo, o documento afirma que o sindicato desenvolve, junto aos alunos, atividades incompatíveis, como o comparecimento a assembléias. Segundo a nota, as reuniões "exercem pressão espúria sobre as autoridades do colégio, quebrando-se assim as boas regras de convivência". Além disso, o comunicado alega que a ADCPII, apesar de receber uma quantia significativa dos sindicalizados, recusa-se a pagar um aluguel previsto em contrato com a direção.

Dias depois, a associação distribuiu uma carta à comunidade acadêmica respondendo às acusações. A declaração destaca que a participação dos estudantes nas assembléias "é um princípio a ser respeitado por qualquer instituição de ensino, cujo compromisso seja a formação do cidadão ético". Em relação à suposta inadimplência da entidade, o documento explica que se firmou, em 1997, um acordo com a direção para a contribuição em serviços de xerox de cerca de R$ 250. Em 1999, a diretoria do colégio decidiu mudar o compromisso e passou a cobrar o dobro do sindicato. Desde então, a assessoria jurídica da ADCPII tenta uma negociação administrativa. Entretanto, só em 28 de fevereiro deste ano a direção manifestou-se contra a proposta da associação e, cinco dias depois, enviou o tal documento com a ordem de desocupação da sala.

De acordo com uma das diretoras do sindicato, Rosane Gomes, as últimas atitudes da diretoria da instituição estão diretamente relacionadas à luta de professores, funcionários e alunos pela manutenção do 3º turno (noturno) na unidade São Cristóvão III: "Como representou um maior fechamento nas vagas da escola pública e uma negação do acesso e da permanência de jovens trabalhadores em um Ensino Médio de qualidade, as entidades representativas da instituição (a ADCPII, o Sindscope e o Grêmio) decidiram protestar contra este ato".

Em represália, a direção não cedeu espaço na escola para a realização de uma audiência pública, promovida pela associação (com a presença de deputados) e ameaçou os diretores de punições previstas no Regime Jurídico Único (RJU). "Também organizamos um plebiscito na unidade que provou o descontentamento da comunidade com a extinção do noturno. Dias depois, a diretoria proibiu a promoção de novos plebiscitos em qualquer outra unidade do colégio", completou Rosane.

Segundo a assessoria de imprensa da direção-geral, a decisão pelo fim do curso noturno em São Cristóvão foi tomada devido aos problemas administrativos, de segurança e de falta de recursos.

Entidade não sairá da sede

No dia 18 de março, a assembléia geral da ADCPII deliberou acionar o departamento jurídico do sindicato no caso de a diretoria do colégio insistir com a desocupação da sede. Foram reunidos diferentes documentos que comprovam a integridade da diretoria da associação no acordo de aluguel assinado por ambas as partes. Além disso, várias declarações de docentes favoráveis à permanência da associação na unidade foram encaminhadas à direção-geral. Segundo a representante da ADCPII, Rosane Gomes, o diretor-geral, Wilson Choeri, não entrou em contato com a diretoria do sindicato, após a determinação da retirada da sala. O Jornal da Adufrj-SSind tentou encontrar o diretor-geral para ouvir sua versão, mas a assessoria de imprensa do colégio comunicou que Wilson estava muito ocupado e que os motivos para notificação da desocupação da sala foram expostos no documento do dia 5 de março.

Durante a assembléia, a professora Clementina Dias, integrante da diretoria da ADCPII, revelou ter recebido um memorando acusatório da direção do colégio. Também foi determinado o envio de uma carta às entidades sindicais nacionais ("Chega de autoritarismo no Pedro II"), denunciando as ações arbitrárias em relação à comunidade acadêmica e pedindo moções de solidariedade para a luta da associação.

Audiências e debates nos próximos dias

Na mesma assembléia, foi sugerida a realização de um debate sobre "Gestão Democrática na Escola" nas próximas semanas. Também será agendada uma nova Audiência Pública, em Brasília, para a definição do problema do fim do 3º turno da unidade de São Cristóvão.

Bingo em julgamento

A Associação dos Moradores da Lauro Muller e Adjacências (ALMA) informa que o polêmico assunto do Bingo invasor de terreno da UFRJ (*campus* da Praia Vermelha) está incluído na pauta do dia 4 de abril da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. O imóvel da Lauro Muller foi cedido pela UFRJ para uma associação de servidores - que hoje administra o bingo - nos anos 50 para fins educacionais e culturais e acabou sendo transformado em uma casa de jogos, desvirtuando a finalidade e proporcionando lucros a terceiros. No mesmo local também foi inaugurada uma churrascaria que funciona em parceria com a casa de jogos.

Cartas

Sobre o Projeto de Lei de Inovação (PLI)

O PLI é a regulamentação da privatização das poucas instituições públicas que ainda fazem pesquisa e desenvolvem tecnologias inovadoras no país. Já temos exemplos suficientes de outras iniciativas do governo no mesmo sentido e que aprofundam a dependência e o empobrecimento do país. Embora no primeiro artigo o PLI proponha " medidas de incentivo à pesquisa e a inovação", seu conteúdo é quase todo dedicado a implementar contratos de trabalho precários na área de ciência e tecnologia. Enquanto os países mais desenvolvidos se preocupam com o desenvolvimento industrial, planejam projetos de ciência aplicados, incentivam a ciência básica, em nosso país aplica-se uma receita diferente. Simplesmente a flexibilização das relações de trabalho deve operar um milagre, com a ajuda das "Leis Universais do Mercado", e o progresso se dará. Esta receita, sob a inspiração do Banco Mundial, não é aplicada em nenhum dos países ricos. O resultado é o nosso empobrecimento progressivo, o desmonte das nossas agencias de fomento, como o CNPq e o crescimento de projetos sujeitos a instabilidades políticas, como os recentes PRONEX e Institutos do Milênio. Basta olharmos para nossa história recente, para constatarmos que não foi este o caminho que nos permitiu algum crescimento científico. Portanto, o atual PLI deve ser rejeitado, como mais um instrumento que agravará nossa dependência científica e tecnológica.

José Antonio Martins Simões
Professor do Departamento de Física Teórica da UFRJ.

UFRJ

MEC confirma Lessa na reitoria

Paulo Renato diz que vai nomear o decano em 8 de julho, quando termina o mandato de Vilhena

Até agora, tudo bem. O ministro da Educação, Paulo Renato, anunciou no dia 25/3 que vai nomear para reitor o decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Carlos Lessa, em 8 de julho. Segundo o ministro, o assunto já foi conversado com o presidente Fernando Henrique. O anúncio é uma vitória – parcial, é bem verdade – da comunidade da UFRJ, que o escolheu por ampla maioria na consulta prévia realizada de 12 a 14 de março. O termo "parcial" se explica porque o ministro não deveria sequer ser consultado sobre o nome. Na forma defendida pelo movimento docente e pelos demais segmentos universitários, o processo eleitoral se inicia e se esgota nas próprias instituições.

O encontro entre Paulo Renato e Lessa ocorreu na representação do MEC no Rio e teve direito a elogios ao decano. "Lessa foi meu professor em 1968, na Comissão Econômica para a América Latina, em Porto Alegre, e fomos colegas na Unicamp. Fiquei feliz com a resposta da UFRJ. A partir de 8 de julho, já poderemos nomeá-lo", disse Paulo Renato. O fato é que o ministro não tinha opção. Os candidatos menos votados na consulta retiraram seus nomes e a lista tríplice foi composta somente de pessoas da chapa vencedora. Para não aceitar a vontade da maior universidade federal do país, o ministro ia comprar mais desgaste para ele e para seu partido, o PSDB, em pleno ano eleitoral. E Paulo Renato, ex-presidenciável e ex-candidato ao Senado por São Paulo, está com o prestígio arrastando no chão. Tão por baixo que precisou engolir em seco quando Lessa afirmou que "se a universidade não aceita o reitor escolhido, a instituição será levada ao inferno", em entrevista aos jornalistas. Paulo Renato sempre esteve ao lado de Vilhena, reitor que escolheu contra o desejo da universidade. Até mesmo no tumultuado vestibular por conta da irresponsabilidade do reitor, o ministro o apoiou. "Não quero fazer retaliações, mas considero o estilo dele de administrar uma catastrófe", declarou Lessa.

Propostas para a UFRJ

Um dos objetivos do encontro com o ministro foi o de expor um plano de recuperação para a UFRJ. Carlos Lessa citou algumas promessas de sua campanha eleitoral, como a reativação da emergência do Hospital Universitário Clementino Fraga, que atenderia moradores de bairros e favelas que cercam a Ilha do Fundão. Outra preocupação é a segurança. Lessa vai buscar parcerias para a criação de um pólo cultural que proporcione maior movimento no *campus*. A implantação de um sistema de iluminação semelhante ao utilizado no Parque do Flamengo e a instalação dos chamados "polígonos de segurança" da Polícia Militar nas saídas da ilha foram algumas das idéias levantadas. Há planos ainda para ampliar as vagas, investindo em cursos noturnos, e para diminuir as taxas de retenção e evasão de alunos. Foi reafirmado o fortalecimento dos órgãos colegiados da UFRJ (CEG, CEPG e Consuni).

Movimento

Termina a greve na Paraíba

Terminou a greve dos professores da Universidade Estadual de Paraíba, no dia 28/3. A paralisação durou 161 dias. Em reunião realizada no dia 21, o governo apresentou uma proposta que contemplava parte das reivindicações dos servidores: seriam destinados mais R$ 375 mil para despesas com folha de pessoal da instituição. E o Conselho Universitário, em comum acordo com os sindicatos de funcionários e professores, definiria a proposta de alocação dos recursos orçamentários.

Mas não foi um fim de greve tranqüilo. Antes da assembléia dos professores do dia 28 que determinou o fim do movimento, houve uma AG unificada na véspera e os sindicatos de docentes e técnico-administrativos se desentenderam. O motivo foi a forma de distribuição dos R$ 375 mil. A Aduepb divulgou uma proposta na qual os funcionários receberiam 5% do montante, enquanto estes queriam uma "fatia" de cerca de 25%. O resultado foi a divisão das categorias em assembléias separadas. Em matéria do jornal local Diário da Borborema, a presidente da Aduepb, Marlene Alves, rejeitou a proposição dos funcionários: "São mais de mil professores e apenas 400 funcionários", disse. Segundo ela, a divisão sugerida não poderia ser efetivada sem causar prejuízo aos docentes, que têm direitos a mais gratificações e outros benefícios, como dedicação exclusiva e reconhecimento às titulações de especialização, mestrado e doutorado.

Resenha

Governo perde força para mudar CLT

A mobilização de mais de um milhão de pessoas em todo o país em protesto contra as mudanças na CLT, no dia 21/3, enfraquece os argumentos do governo para aprovar o projeto, que tramita no Senado, segundo o presidente da CUT, João Felício. O projeto ameaça conquistas trabalhistas ao sobrepor o acordo à lei." Nunca se debateu tanto a CLT num único dia. A população ficou sabendo o que estava em jogo", afirmou Felício.

Transgênicos sem controle

Matéria de O Globo, de 21/3 conta que o Brasil perdeu o controle sobre soja transgênica. O relatório da Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados apresentado este mês mostra que o Brasil praticamente não fiscaliza as plantações irregulares de soja geneticamente modificada, que crescem a cada dia. Estima-se que, nos estados do Sul, os maiores produtores nacionais de soja, o plantio ilegal varie de 25% a 30% da produção.

SESu quer ensino privado com mais apoio do MEC

Em entrevista ao jornal "Folha de S. Paulo" (24/3), o novo secretário da SESu, Francisco César de Sá Barreto, ex-reitor da UFMG disse que o ensino superior privado precisará crescer ainda mais rapidamente - apesar das críticas da falta de qualidade - para atender a futura demanda por vagas. Para ele, o principal problema será a inserção dos alunos pobres nas faculdades privadas. A solução: ampliação do financiamento público. Atenção com este novo subalterno de Paulo Renato...

MEC recua na exigência de doutores para concursos

Matéria do Correio Braziliense (25/3) informa que faltam doutores para preencher o corpo docente das universidades federais. Quase metade das duas mil vagas abertas para contratação de professores ainda não foram preenchidas. O Ministério da Educação exige doutorado de todos os concorrentes. E essa titulação é rara em algumas áreas do conhecimento, como Medicina e Ciências da Computação. O MEC recuou e, agora, além de doutores, mestres poderão se candidatar para completar as vagas deixadas em aberto. A maioria pertence às instituições das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Há uma carência de pelo menos seis mil docentes nas federais brasileiras.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 57 • 8 de abril de 2002

ASSEMBLÉIA GERAL

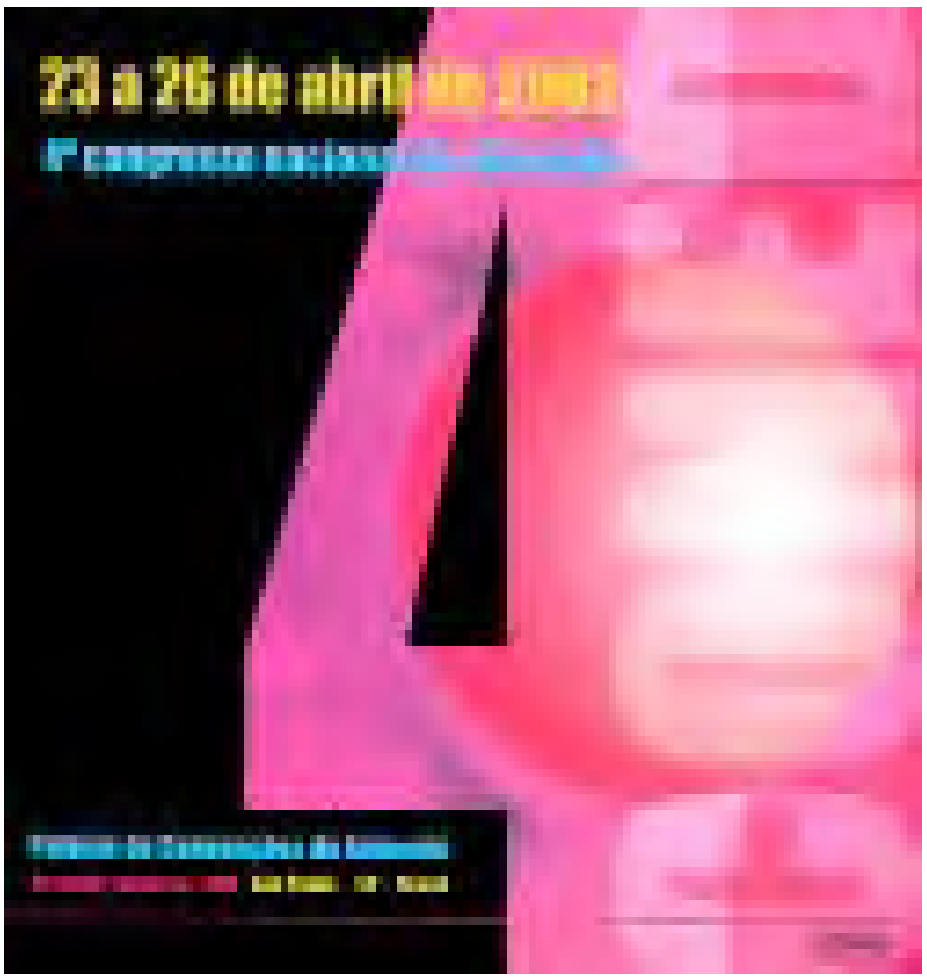
11 abril 2002 12:30

- Eleição de delegados para plenária dos SPF (14/4)
- Campanha Salarial 2002
  - pauta de reivindicações
- Homologação dos representantes da Farmácia

Auditório do Centro de Tecnologia
Bloco A - Ilha do Fundão

AdUFRJ

4º Coned quer uma outra Educação para o país



De 23 a 26 de abril, o Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo (SP), será palco da quarta edição do Congresso Nacional de Educação. O tema do evento é "Garantir direitos, verbas públicas e vida digna: uma outra Educação é possível". Mais de cinco mil pessoas são esperadas para o evento que, em suas edições anteriores, construiu e consolidou o Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira (que, vale lembrar, é bem diferente do PNE do governo aprovado em dezembro de 2000 no Congresso).

Página 2

Reunião do Conselho de Representantes

segunda-feira, 08/04/2002, 16:00 horas, Adufrj-SSind, sala D-200, Centro de Tecnologia

Pauta:

- Homologação dos Representantes da Farmácia
- Estrutura/Organização do Andes-SN/Adufrj-SSind
- Planejamento de Atividades/Reuniões 2002

Aberta a todos os sindicalizados

Jurídico

PSS: a UFRJ continua descumprindo a ordem judicial

Infelizmente, persiste na UFRJ a prática de postergar e descumprir o pagamento de ordens judiciais. Embora a SR-4 tenha prometido, por diversas vezes, efetuar o pagamento dos valores descontados, a título de PSS, sobre o 13º salário e o abono constitucional de férias, da remuneração dos professores, a categoria ainda não obteve o cumprimento da ordem judicial deferida pelo juízo.

A Adufrj-Seção Sindical não só tem efetuado várias gestões administrativas para obter o cumprimento da decisão judicial vitoriosa, como também já comunicou a inércia da Universidade à 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro, tendo pleiteado ao Juiz que determine providências que assegurem o pagamento imediato aos professores. O Juiz está aguardando o retorno dos autos do processo, que se encontra em poder da Advocacia Geral da União, para apreciar nosso pedido.

Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind

Em tempo: Foi marcada uma reunião da Adufrj-SSind com a Procuradoria da UFRJ e a SR-4 no dia 17/4, às 11h, para tratar especificamente do PSS.

Reserva de vagas pode aumentar evasão nas universidades

Página 3

Jornada de Iniciação escolhe melhores trabalhos

Páginas 4 e 5

SIGA é novamente questionado por colegiado

Página 8

Movimento

Coned quer uma outra Educação para o país

Evento deve reunir mais de cinco mil pessoas na capital paulista

De 23 a 26 de abril, o Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo (SP), será palco da quarta edição do Congresso Nacional de Educação (Coned). O tema do evento é "Garantir direitos, verbas públicas e vida digna: uma outra educação é possível", bem no estilo do mote do Fórum Social Mundial ("Um outro mundo é possível").

O desafio do 4º Coned é ampliar as condições para mobilizar e organizar os trabalhadores em Educação e outros setores da sociedade para o enfrentamento e a superação das políticas educacionais vigentes. Além disso, pretende possibilitar uma intervenção qualificada e crítica na elaboração e implementação de planos estaduais e municipais de educação, referenciados no Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira. Vale lembrar que foram os Coned anteriores (1996 e 1997, em Belo Horizonte, e 1999, em Porto Alegre) que construíram e consolidaram o PNE da Sociedade, cujo texto está disponível na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br/documentos.htm).

Além de quatro conferências temáticas, o 4º Coned vai contar com mais de 90 convidados para 37 mesas redondas, que contemplarão o seguintes eixos temáticos: Organização e Avaliação da Educação Nacional, Gestão Democrática da Educação Nacional, Financiamento da Educação Nacional e Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação. O público esperado para o evento é de cinco mil pessoas e mais informações podem ser conseguidas na página eletrônica: www.coned.org.br

O Coned é uma realização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, composto, entre outras entidades, pelo Andes-SN, e, desde a Constituinte (1988), vem atuando na defesa intransigente da educação pública, gratuita, para todos, em todos os níveis, com qualidade social.

"O 4º Coned, portanto, acontecerá em um contexto de enfrentamento entre dois projetos opostos de educação: um do governo atual, autoritário, excludente, de natureza privatista; outro democrático, inclusivo, com qualidade social, público e gratuito, sob a responsabilidade do Estado", diz um trecho da apresentação na página eletrônica do Coned.

Reunião do Conselho de Representantes
segunda-feira, 08/04/2002,
16:00 horas, Adufrj-SSind, sala D-200,
Centro de Tecnologia
Pauta:
- Homologação dos Representantes da Farmácia
- Estrutura/Organização do Andes-SN/ Adufrj-SSind
- Planejamento de Atividades/Reuniões 2002

Companheiros,

Em outubro de 2001, expiraram ainda durante a greve, os mandatos de todos os representantes das Unidades no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, sem que houvesse condições para a recomposição do Conselho até agora. Esta situação vinha colocando fortes restrições à discussão e ao trabalho necessário na UFRJ.

Só em março último foi possível realizar eleições para o Conselho e reiniciar o processo de renovação da representação dos sindicalizados da Seção Sindical.

Assim, é com grande satisfação que convocamos a primeira reunião do Conselho após esse longo recesso para dar as boas vindas aos nossos conselheiros, informá-los sobre a estrutura e o funcionamento da Seção Sindical e do Sindicato Nacional, além de começar a discutir o planejamento de nossas atividades neste ano.

As reuniões do Conselho são abertas à participação de todos os sindicalizados, que estão também convidados a comparecer.

Saudações Sindicais e Universitárias,

Diretoria da Adufrj-SSind

Anote

Plebiscito do Provão será em maio

Os preparativos para o Plebiscito do Provão estão em fase de conclusão. Em reunião realizada na semana retrasada, a coordenação regional do Rio de Janeiro decidiu que a votação vai acontecer entre os dias 13 e 17 de maio. Antes de proporem aos universitários as três perguntas do questionário elaborado pela União Nacional de Estudantes (UNE) e Executivas de Cursos, as instituições promoverão debates sobre o assunto. O plebiscito será realizado nacionalmente de 17 de abril a 17 de maio. O resultado nacional será divulgado no dia 26 de maio. O provão está marcado para o dia 9 de junho.

Plebiscito sobre a Alca

A Campanha Jubileu Sul/ Américas, é a continuidade da campanha internacional do Jubileu 2000 - por um milênio sem dívidas. Neste ano, a principal tarefa do movimento é a organização do plebiscito nacional sobre a Alca, que deverá ocorrer de 1 a 7 de setembro. O Acordo da Alca é mais do que um acordo de livre comércio, é um acordo que vai destruir a soberania nacional dos países que o firmarem, submetendo-os, todos, às leis econômicas e aos interesses do capital norte-americano. E vai reorganizar as economias latino-americanas para serem exportadoras de matérias-primas e mão-de-obra barata e importadoras de bens de consumo industrializados. O desenvolvimento autônomo nacional estará totalmente comprometido.

Agenda Sindical

14/4 – Plenária dos SPF

23/4 a 26/4 – 4º Coned
São Paulo (SP), no Palácio de Convenções do Anhembi
- Constitui-se num dos espaços de luta do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. O desafio do 4º Coned é ampliar as condições para mobilizar e organizar os trabalhadores em Educação e outros setores da sociedade para o enfrentamento e a superação das políticas educacionais vigentes. As inscrições de trabalho podem ser feitas até 23 de março.

24/4 a 27/4 – Fórum Mundial da Educação
São Paulo (SP)
- Paralelamente ao 4º Coned, será lançada a segunda edição do Fórum Mundial de Educação

7/5 – Ato Público com Marcha
Brasília (DF), com caravanas dos estados

8/5 a 11/5 – 10ª Plenária Nacional da CUT
São Paulo (SP)
- Vai discutir a conjuntura e a atuação da central sindical do momento. Haverá espaço ainda para debater o estatuto da CUT, suas políticas permanentes (na área de Educação, por exemplo) e o Plano de Lutas da entidade

22/5 a 23/5 – Eleições para Diretoria do Andes-SN
Em todo o país, os professores terão a oportunidade de escolher a próxima gestão do Sindicato Nacional

17/6 a 19/6 – Eleições para Diretoria/ Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

19/7 – Posse da Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

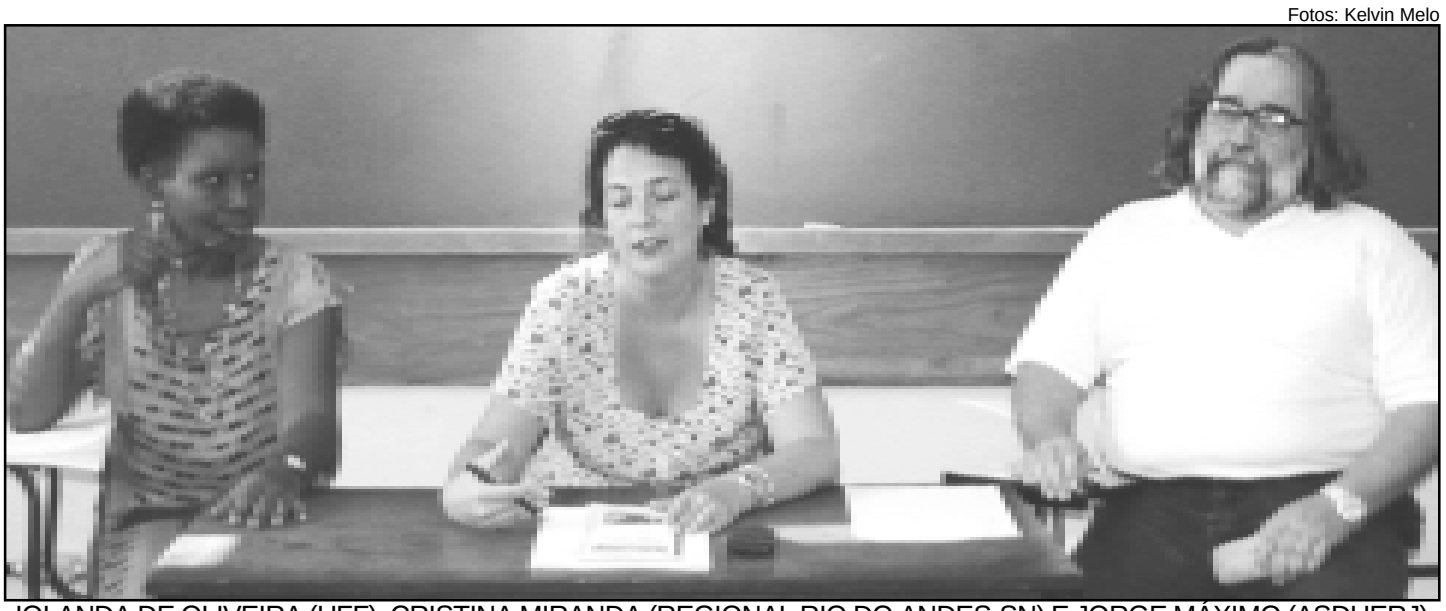
DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática: Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Reserva de vagas pode aumentar evasão nas universidades

Tema ainda é polêmico e Andes-SN promove encontros para aprofundar o debate

Fotos: Kelvin Melo



IOLANDA DE OLIVEIRA (UFF), CRISTINA MIRANDA (REGIONAL RIO DO ANDES-SN) E JORGE MÁXIMO (ASDUERJ)

Os alunos que tiverem acesso à universidade pública pela política de cotas necessitam de programas de acompanhamento e apoio para seus estudos. Sem isso, a proposta pode ampliar o problema da evasão dentro das instituições. Essa foi a principal conclusão do encontro de seções sindicais de docentes do Rio de Janeiro realizado na Uerj, no dia 1º de abril, e que tinha a reserva de vagas como tema. Com a organização da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, foram convidados para a mesa de debate os professores Jorge Máximo (presidente da Asduerj) e Iolanda de Oliveira (Faculdade de Educação da UFF).

E não foi à toa que a Uerj recebeu a reunião. Uma lei estadual já regulamentada (mas ainda não implementada por falta de dotação orçamentária) destina 50% das vagas, no mínimo, por curso e turno, para os candidatos oriundos da rede pública para aquela universidade estadual, assim como para a Uenf. De acordo com a lei nº 3.524, de 28 de dezembro de 2000, as vagas só podem ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio das instituições municipais ou do estado. Esses alunos estão isentos da taxa de inscrição do concurso e vão passar por avaliações à parte, durante os três anos do ensino médio. No vestibular próximo, os primeiros alunos serão avaliados apenas pelas notas dos exames feitos na 3ª série e caberá às universidades estaduais elaborar todas as provas.

O professor Jorge Máximo, no entanto, alertou que, logo em seu primeiro ano de vigência, a norma corre o risco de não ser implementada. "O governo não mandou os recursos para o processo seletivo diferenciado", disse. Segundo ele, o processo de efetivação das cotas na Uerj foi "muito abrupto" e teve motivação eleitoreira por parte do governo Garotinho. "Só houve um debate na universidade sobre o assunto", afirmou. O presidente da Asduerj lamentou que as mazelas do ensino público tenham sido encobertas desta maneira em detrimento de políticas efetivas de melhoria da rede educacional. Uma vez que a Uerj também não dispõe de verba, tudo leva a crer que o governo de transição vai herdar o problema deixado por Garotinho.

Outros problemas foram apontados pelo professor e, também, pela diretora da Asduerj e 3ª secretária da Diretoria do Andes-SN, Cláudia Gonçalves, também presente ao debate: as escolas de organização popular (ligadas aos sindicatos ou igrejas), por exemplo, ficaram de fora das cotas. "A legislação regula o acesso, mas não regula a permanência. Não existem recursos previstos para manutenção de projetos voltados para esses alunos", comentou Jorge. O concurso da Uerj custa R$ 70. Com essa "massa" de candidatos oriundos das escolas públicas, quem vai arcar com as despesas? "Acabaram com a gratuidade do vestibular, não há alojamentos; as bibliotecas são precárias: tudo complica a permanência do aluno (carente)", afirmou Cláudia.

Logo em seguida à exposição de Jorge, foi a vez da professora Iolanda de Oliveira (FE-UFF). Coordenadora do Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira (Penesb), existente desde 1995 naquela universidade, Iolanda tratou da política de cotas para negros. E acompanhou o pensamento dos colegas da Uerj em vários aspectos da reserva de vagas aplicada, no caso, aos estudantes negros. "Fico muito preocupada quando se dá ênfase à política de cotas, sem pensar num contexto mais amplo", disse. Iolanda ponderou que é uma medida que "não basta por si". Ela lembrou um estudo realizado sobre os negros matriculados na UFF em 1995 dos quais 50% não conseguiram terminar os estudos. Apesar do expressivo percentual, não se pode fazer comparações com os demais alunos, pois Iolanda não possuía dados gerais sobre a evasão na universidade. Num aspecto, porém, considerou positiva a discussão das cotas. "Para a mobilização, certamente é importante, pois todo mundo começa a discutir o tema. Existem apenas 2% de negros na Universidade", observou.

Iolanda também participou aos demais presentes que alguns militantes do movimento negro defendem a cota pela cota, simplesmente para evitar mais atrasos no tratamento da questão. Segundo esta lógica, mesmo que houvesse graves dificuldades e mesmo que poucos concluíssem os cursos, o processo teria valido a pena.

Cotas para negros já têm lei

Um pouco antes, o presidente da Asduerj havia chamado a atenção para um outro projeto de lei que reserva vagas para os negros nas universidades estaduais do Rio de Janeiro. Seriam destinadas, no caso, 40% das vagas destinada aos candidatos da rede pública e mais 40% dos 50% do restante das vagas. O texto já foi sancionado, mas ainda depende de regulamentação. Jorge contou que a definição do percentual se deveu a um estudo do IBGE, que aponta os negros e pardos como 40% da população.

Andes-SN discute mais o tema

O encontro das seções sindicais com o tema da reserva de vagas foi um "aperitivo" da discussão no movimento docente. De 3 a 6 de abril, o Cefet-MG recebeu representantes de várias SSinds para o seminário sobre Educação Superior, no qual a política de cotas foi um dos pontos importantes. Finalmente, no dia 7 de abril, os grupos de trabalho do Andes-SN de Política Educacional e de Gênero, Etnia e Classe se reuniram, também em Belo Horizonte, para debater a questão. A reunião teve como objetivo apontar encaminhamentos para o 44º Conad, que se realizará em Florianópolis, em junho deste ano. O Sindicato ainda não tem posição definida sobre a reserva de vagas, mas está procurando aprofundar o debate. Sem dúvida, pela polêmica criada, muita discussão ainda é necessária para analisar a política de cotas no acesso à universidade pública

Tribuna

Jorge Máximo

"O governo não mandou os recursos para o processo seletivo diferenciado e só houve um debate na universidade sobre o assunto"

Iolanda de Oliveira

"Fico muito preocupada quando se dá ênfase à política de cotas, sem pensar num contexto mais amplo"

Veja ainda nesta edição (página 6) artigo da coordenadora do Sintufrj Ana Maria Ribeiro sobre a reserva de vagas.

UFRJ

Jornada escolhe os seis melhor

Dos 2.785 alunos participantes da Jornada de Iniciação Científica, 1.247 não são bolsistas

JOSÉ EMANUEL PIN, REPRESENTANTE DA FUJB, ENTREGA PRÊMIO A UMA DAS ESTUDANTES, CHRISTINE CRUZ. NA MESA, JOSÉ EMANUEL, JOSÉ CARLOS GONÇALVES, DO CCS, MARIA CHEVITARESE E EDSON WATANABE

A Jornada de Iniciação Científica e Artística e Cultural de 2001 premiou os melhores trabalhos produzidos por grupos de pesquisa de estudantes de graduação orientados por professores doutores da UFRJ. Ao todo, seis trabalhos foram contemplados com um primeiro lugar por Centro. No CCMN, o prêmio ficou com o trabalho *Foraminíferos de Sedimentos de Fundo da Baía de Guanabara*, orientado pela professora Cláudia Gutterres Vilela. No CFCH, foi premiado o grupo orientado pela professora Helena Ibiapina Fuioni, com *O acesso ao ensino superior: evolução, dilemas e perspectivas*. No CCS, a produção orientada pelos professores Gabriela Silva, Pedro Oliveira e Hatisaburo Masuda, *Um novo composto derivado da biliverdina em Rhodnius prolixus*, foi a vencedora. O CCJE elegeu *Cartografia em ação: lugares do protesto e da reivindicação no Rio de Janeiro*, orientado pela professora Ana Clara Ribeiro, como a melhor realização. *A importância dos espaços culturais para a requalificação dos centros urbanos*, orientado pela professora Maria da Conceição Guimarães, foi considerado o melhor trabalho do CLA. No CT, o premiado foi *Análise do impacto das especificações do produto na otimização do processo de hidrotratamento de óleos básicos lubrifucantes*, orientado pelos professores José Luiz de Medeiros, Ofélia de Queirós, Mônica Antunes e Alexandre de Castro Leiras Gomes

Na tarde da última quinta-feira, dia 4/4, a sub-reitora de Extensão, Maria Chevitarese, abriu a sessão de encerramento da Jornada. O evento aconteceu no auditório do Quinhentão, no CCS, e foi prestigiado pela comunidade. Na ocasião, os seis trabalhos foram apresentados. Para Chevitarese, a iniciação científica favorece tanto os alunos da graduação quanto os docentes que os orientam. Ao participar de um programa, o aluno tem a chance de aplicar na pesquisa os conhecimentos adquiridos em sala de aula que, sem dúvida, ajudam muito na produção de vários docentes. "Sem este trabalho, as pesquisas dos professores seriam prejudicadas", concluiu a sub-reitora.

Christine Cruz, do grupo do CCS mostrou a descrição do composto de um pigmento encontrado no interior do *Rhodnius prolixus*, inseto transmissor da doença de Chagas. O resultado do trabalho pode se tornar uma contribuição para a indústria farmacológica. O grupo do CCMN, formado por bolsistas da UFRJ e da UFF e da Faperj, apresentou

Melhores Trabalhos

Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
O acesso ao ensino superior: evolução, dilemas e perspectivas
Autores: Beatriz Rodrigues Gomes, Patrícia Rosa da Silva, Patrícia Amaral de Sá e Camila Bezerra

Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza – CCMN
Foraminíferos de Sedimentos de Fundo da Baía de Guanabara, RJ
Autores: Antônio Enrique Sayão Sanjines e Marcos da Silveira Pugirá

Centro de Letras e Artes – CLA
A importância dos espaços culturais para a requalificação dos centros urbanos
Autores: Juliana de Araújo Castelo Branco Castro, Laura Dominguez Martinez e Olivia Nascimento de França

Centro de Tecnologia – CT
Análise do impacto das especificações do produto na otimização do processo de hidrotratamento de óleos básicos lubrificantes
Autores: Frederico Medina Vargas e Leandro Chagas Barbosa

Centro de Ciências da Saúde – CCS
Um novo composto derivado da biliverdina em *Rhodnius prolixus*
Autor: Christine Cruz Oliveira

Centro de Ciências Jurídicas e Econômica – CCJE
Cartografia em ação: lugares do protesto e da reivindicação no Rio de Janeiro
Autores: Laura Maul de Carvalho, Maria Amélia Vilanova Neta e Alice Lourenço

res trabalhos da UFRJ

um trabalho de mapeamento ambiental da Baía de Guanabara. Os alunos isolaram vários protozoários presentes no ecossistema e investigaram suas formas e deformações e níveis de poluição nos dois principais 'compartimentos' da baia: na entrada e na região da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc).

O grupo de alunas do CLA construiu um catálogo para o ambiente *web* com descrição dos principais museus do Centro do Rio e suas interfaces com o desenvolvimento da região. O material será publicado na internet (www.arquimuseus.fau.ufrj.br) e servirá de fonte de consulta para estudantes e profissionais. Representando o CT, estudantes da Escola de Química demonstraram o trabalho premiado sobre a otimização do processo de produção de óleos lubrificantes. A proposta é criar um mecanismo de qualidade que permita a redução de custos e aumento do lucro para as empresas, a partir da análise das especificações do produto.

Cartografia em ação foi o trabalho premiado do grupo de alunas do CCJE. A proposta foi desenvolver uma metodologia para a análise da conjuntura social, a partir do armazenamento de informações da mídia, através do mapeamento e da representação da dinâmica das ações sociais manifestas no espaço urbano. O grupo do CFCH trabalhou a questão do acesso ao ensino superior, remontando toda a história do acesso às universidades, desde 1911. O trabalho reafirma a crítica à expansão universitária, principalmente no setor privado, desvinculada de uma reflexão sobre o papel das instituições na sociedade. O grupo apresentou, também críticas à democratização do acesso através do chamado ensino à distância ou da política de cotas.

Prêmio é pago pela FUJB

De acordo com o coordenador da Jornada, Edson Watanabe, o prêmio foi criado em 1995 e o melhor trabalho de cada Centro recebeu um prêmio no valor de R$ 1.000,00. Apesar de muitos alunos inscritos serem bolsistas do CNPq, Watanabe explica que a premiação tem sido paga pela Fundação José Bonifácio ou por alguma empresa conveniada (na edição 56 do Jornal da Adufrj, de 25/3, foi publicado, equivocadamente, que o prêmio era concedido pela agência de fomento). As jornadas têm recebido apoio, também, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (Faperj).

Foram inscritos quase 2.100 trabalhos. Destes, 1.958 foram aceitos e apresentados. Segundo Watanabe, 2.785 alunos participaram da Jornada. Destes, 1247 não têm nenhum tipo de bolsa acadêmica. Quarenta e cinco por cento dos alunos participam das jornadas sem apoio, o que Watanabe considera um percentual alto. Em 2000, o percentual teria sido de 47% de estudantes não-bolsistas inscritos nas jornadas. Em 2001, 721 bolsistas do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) se inscreveram.

Distribuição das bolsas

Watanabe também é assessor da sub-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (SR2) e avisa que as inscrições para pedidos de bolsa PIBIC para o período de 2002/03 já estão abertas e o edital se encontra na página www.sr2.ufrj.br. O total de bolsas recebidas pelo CNPq para a UFRJ para 2002 é de 839 e, segundo Watanabe, a reitoria da UFRJ ainda concedeu mais 40 bolsas. A distribuição de quotas é feita por Centro e é decidida pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG), que se reúne às sextas-feiras, pela manhã, na sala do Conselho Universitário. Na distribuição, são considerados a média da distribuição dos últimos três anos, a demanda do ano corrente e o percentual de doutores no Centro. Segundo Watanabe, os pedidos de bolsa de um Centro competem em condições de igualdade, "qualquer que seja a Unidade do aluno ou do professor".

Menções Honrosas

Além da premiação máxima, vários trabalhos receberam menção honrosa na participação das Jornadas. O campeão de menções foi o CCS com 24 trabalhos prestigiados. O CCMN, o CCJE e o CT foram premiados com dez, oito e seis menções honrosas, respectivamente. O CLA e o CFCH receberam, cada um, cinco menções. A lista dos trabalhos premiados também pode ser vista na página da SR-2.

Maior participação, apesar da falta de bolsas

Em 1996, 2179 alunos participaram da Jornada e foram apresentados 1.619 trabalhos. Naquele ano, 711 estudantes que participaram não eram bolsistas. Em 2001, dos 2.785 participantes, mais de 1.200 não são bolsistas. A queda do número de alunos bolsistas participantes da Jornada começou em 1997, com o corte de 350 bolsas concedidas pela própria UFRJ. De 1998 em diante, apesar das restrições, segundo os organizadores, o número de participantes tem aumentado significativamente com 2.667 alunos autores em 2001. Ainda segundo seus organizadores, entre 1996 e 1998, 39% da produção científica discente foi realizada por ex-bolsistas do PIBIC. "Isto mostra que a iniciação científica é um instrumento poderoso para se incentivar a produção científica", afirma o relatório da Jornada. Nos cursos de pós-graduação da UFRJ, 20% dos alunos são ex-bolsistas do programa.

Evolução das jornadas desde 1996

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Número de alunos participantes	2179	1632	1875	2139	2667	2785
Número de orientadores	871	699	1199	1163	1294	1435
Número de trabalhos	1619	1438	1313	1568	1787	1958
Número de alunos sem bolsa	711	756	618	924	1258	1247

Distribuição das bolsas dos alunos nos anos de 2000 e 2001

Tipo de bolsa	2000	2001
CAPES-PET	29	40
CNPq-IC Balcão	309	363
CNPq-PIBIC Outra IES	35	41
CNPq-PIBIC UFRJ	747	721
CNPq-RHAE	14	27
FAPERJ	73	156
SR2-CEPG	3	15
Outra*	199	258
Sem Bolsa	1258	1247
CAp/UFRJ	(**)	16
Total	2667	2868

(*) Inclui bolsas de empresas e agências como ANP e outras; (**) Não contabilizado

Resenha

Gastos sociais diminuem na era FHC

Os sete anos de governo Fernando Henrique Cardoso deixaram um saldo negativo para a área social. Os gastos com saúde e saneamento, educação e cultura, trabalho, assistência e previdência social, que em 1995 representaram 61,8% das receitas correntes, caíram para 53,9% em 2001. Os dados foram levantados pela assessoria técnica da bancada do PT. Educação foi o setor mais afetado, com redução de 15,5% no período - viu seu orçamento encolher de R$ 14,1 bilhões para R$ 11,9 bilhões. Fonte: Informes PT, 2 de abril.

Uerj: risco de evasão para as federais

De acordo com matéria da Folha Dirigida (2/4), o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Wanderley de Souza, recebeu, no dia 26 de abril, uma solicitação levada pelos estudantes da Uerj. O documento faz um apelo ao governo do estado para que sejam adotadas medidas contra a sobra de vagas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), depois que houver a divulgação das listas das universidades federais do Rio. Os alunos temem o desperdício do dinheiro público com a manutenção de vagas que poderão ser abandonadas por quem já se matriculou na Uerj e consiga se classificar para as universidades federais.

Desemprego preocupa jovens universitários

Matéria de O Estado de São Paulo (31/3) informa que o medo de não conseguir um emprego após terminar a faculdade é a grande preocupação dos jovens, segundo uma pesquisa realizada pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Segundo o levantamento, 42% dos entrevistados afirmaram estar preocupados com o futuro profissional em curto prazo. Foram ouvidos 500 estudantes de 16 a 25 anos que procuraram a entidade em busca de um estágio. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1992 a 1999 a taxa de desemprego na faixa dos 18 a 24 anos saltou de 9,6% para 14,6%.

Subnutrição atinge 150 milhões de crianças

Um terço das crianças dos países em desenvolvimento - 150 milhões no total - sofre de subnutrição, revelou um recente relatório do Unicef. O Fundo das Nações Unidas para a Infância disse que os dados mostram que, enquanto foram conquistadas algumas "vantagens espetaculares" em relação a deficiências nutricionais, a subnutrição continuou sendo um problema, segundo informou a Folha de S. Paulo (13/3).

Opinião/Ana Maria Ribeiro*

Pelo mérito

O acesso à universidade pública deve ser, sempre, pelo mérito acadêmico

Há um projeto de lei já aprovado no Senado e em tramitação no Congresso Nacional que obriga as universidades estatais a reservarem 50% das vagas para alunos oriundos das escolas públicas de ensino médio. No Rio de Janeiro, a Assembléia Legislativa aprovou a reserva de 40% das vagas das universidades estaduais para estes alunos e 10% para alunos da raça negra. Este debate é fundamental para eliminar falsos discursos, comuns em períodos pré-eleitorais, desconhecedores dos dados reais e, mais uma vez, de ataque às universidades públicas.

O teor de boa parte das críticas à universidade pública, veiculadas pela imprensa e em alguns textos divulgados no meio educacional, sugere que na sociedade brasileira existe uma grande desinformação a respeito dos papéis e do desempenho daquela no país. Infelizmente, é comum o desconhecimento das contribuições da universidade pública para o avanço da ciência e da tecnologia no país, do real custo da instituição e da verdadeira parcela que lhe cabe nos gastos governamentais em educação. Uma das origens desta situação reside na inexistência de uma sistematização e análise dos dados relevantes sobre a universidade pública brasileira. Este fato facilita a divulgação de idéias equivocadas e fatos inverídicos. Por exemplo, é comum a UFRJ ser apresentada com uma enorme relação entre o número de alunos e o de docentes e funcionários, sem jamais ser mencionada a existência de oito hospitais (onde estão 60% dos funcionários) que oferecem à população do Rio de Janeiro cerca de 1.000 leitos e sem ser especificada a diversidade dos mais de 200 cursos (graduação e pós) oferecidos - afinal um professor de medicina não pode substituir um de engenharia mecânica, por exemplo.

A UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, a primeira e maior universidade federal do país, oferece mais de 6 mil vagas para os seus cursos de graduação. Dados, coletados entre os mais de 50 mil candidatos, que se inscrevem anualmente ao concurso de seleção, mostram que a maioria esmagadora dos estudantes das escolas públicas do estado do Rio de Janeiro sequer se inscrevem para ingressar na universidade (quadro I). **Apenas 30% dos inscritos no concurso estudaram, no todo ou na maior parte do ensino médio, na escola pública**. O fato de os outros 70% serem oriundos da escola particular não significa que são ricos e não carentes. Vejamos os dados.

O quadro II mostra a renda mensal dos alunos classificados na UFRJ nos período de 1997 a 1999.

Como podemos verificar a seguir, cerca de 70% dos inscritos no Concurso de Seleção/UFRJ têm sua origem nas escolas particulares e 30% nas escolas públicas, sendo esta a mesma proporção entre os classificados, o que significa, que ao compararmos, em cada tipo de instituição, os candidatos inscritos com os classificados, verificaremos **o mesmo percentual de aprovação**. Aproximadamente 11% dos alunos das públicas e das particulares - com relação aos inscritos - alcançam a classificação na UFRJ, o que demonstra ser falsa a tese de que as particulares classificam mais. Durante décadas a população brasileira foi induzida, através de forte mensagem publicitária, a acreditar que escola boa é a escola particular. Com isso, a maioria esmagadora dos trabalhadores investiram seus parcos recursos pagando instituições de ensino ou tentando uma bolsa em instituições "sem fins lucrativos" com o objetivo de dar aos seus filhos o tão propalado "ensino de qualidade" para alcançar o sonho de ingresso na universidade pública. Agora, se decreta que o aluno carente está apenas na escola pública sem que o estado tenha aumentado a oferta de vagas no ensino médio e, muito menos, apresentado índices de qualidade na escoa pública. ***Portanto, a proposta de reservar 50% das vagas para os estudantes das escolas públicas representaria uma enorme desigualdade no processo de acesso à universidade pública***.

Com relação à cota para a raça negra, é curioso observar que é praticamente nulo o levantamento desta informação nos questionários de inscrição nos concursos de seleção. Sendo portanto impossível de verificar, de fato, qual a porcentagem de ingresso de negros na universidade pública. Os dados existentes se referem aos que estão cursando. Sem uma base concreta que se possa analisar a relação entre ingresso e permanência, estaremos incorrendo no mesmo erro e falseando o principal debate: como garantir a permanência do estudante sem condições sócio-econômicas de se manter numa universidade pública. As cotas acabam servindo de estatísticas populistas e eleitorais, que não respondem ao sério problema de formação acadêmica no ensino médio e de condições de funcionamento das universidades.

A principal questão para garantir a democratização do acesso à universidade pública está na qualidade do ensino fundamental e médio - está na garantia da **obrigatoriedade do ensino médio** como nos países europeus - 11 ou 12 anos de ensino obrigatório contra os 8 exigidos no Brasil. Os estudantes mais carentes deste país, que conseguem concluir o ensino médio - que o Estado não tem a obrigação de oferecer - partem para o mercado de trabalho em busca da sobrevivência. O novo ensino médio introduzido pelo governo federal na LDB, e em leis e decretos, afasta ainda mais o estudante carente da universidade pública, pois retira a equivalência da formação técnico-profissional do ensino médio, induzindo-o à formação imediata para o trabalho e não para uma formação básica e acadêmica (ênfase dada nas universidades públicas baseadas na indissociabilidade entre ensino e pesquisa e extensão). Frente aos altos índices de desemprego registrados em nossa economia, a política mais correta seria a de manter os jovens na escola, aumentar a formação teórica e prática, em vez de criar cursos de curta duração - no ensino médio e superior - que só servem para enriquecer os que fazem do ensino uma fonte de renda e para maquiar dados estatísticos de escolarização.

Portanto, enquanto houver mais candidatos do que vagas nas universidades públicas, a forma mais democrática continuará sendo a que proporciona a mesma avaliação acadêmica aos candidatos. A luta está em conseguir igualdade de condições no acesso a um ensino fundamental e médio de qualidade e a obrigatoriedade do estado em oferecer 12 anos de escolaridade. A luta está em garantir assistência estudantil: restaurantes universitários, alojamento estudantil, bolsas acadêmicas e sociais, bibliotecas abertas em tempo integral nas universidades públicas para garantir a permanência do estudante até sua conclusão de curso. As cotas só aprofundarão a crise existente.

* Técnica em Assuntos Educacionais da UFRJ;

ex-coordenadora executiva da Comissão Executiva do Concurso de Seleção/UFRJ (96/99);

Coordenadora Geral do SINTUFRJ e representante dos funcionários técnico-administrativos no Conselho Universitário da UFRJ.

Quadro I

UFRJ - Tipo de Instituição que cursou o Ensino Médio								
ano ingresso	1996		1997		1998		1999	
	cand.	cand.class	cand.	cand.class	cand.	cand.class	cand.	cand.class
Escola Pública	14.355	1.890	15.773	1.776	16.253	1.746	16.688	1.734
Escola Particular	28.702	3.846	32.085	3.846	35.442	3.961	34.315	3.976

cand. - candidatos inscritos no Concurso e **cand.class** - candidatos classificados na UFRJ

Quadro II

Renda Mensal dos Alunos classificados	1997	1998	1999
Até 1 salário mínimo	36	23	55
Mais de 1 até 3 s.m.	331	278	263
Mais de 3 até 5 s.m.	562	551	528
Mais de 5 até 10 s.m.	1282	1308	1180
Mais de 10 até 20 s.m.	**1500**	**1422**	**1396**
Mais de 20 até 30 s.m.*	1885	919	969
Mais de 30 s.m.	0	1175	1116
em branco	43	45	341
Total	5639	5721	5848

* Obs: até 1997, o último item era "mais de 20 s.m.", separado após 1998 em dois itens "mais de 20 até 30 s.m." e "mais de 30 s.m.".

Manifesto

Durante o Fórum Social Mundial, o Andes-SN subscreveu o documento a seguir. A subscrição foi referendada no 21º Congresso do Sindicato Nacional, realizado em Rio Grande (RS), no fim de fevereiro. Além disso, também no Congresso, foi indicado que a entidade sindical se esforce no sentido de garantir sistemas públicos de Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social.

Declaração de Compromisso

Globalizando a reconstrução da Seguridade Social em um novo mundo

A nova roupagem neoliberal de que se travestiu o velho sistema capitalista a par de buscar estabelecer mundialmente patamares mais aprofundados de sua lógica de reprodução e lucro teve como conseqüência, hoje reconhecida até mesmo pelos organismos que implementam essa política, um processo de saque, violação, exclusão, empobrecimento e aumento das desigualdades sociais, sem falar na violência, que beira à barbárie.

Contra isso se rebelam os povos e sociedades comprometidas com um mundo mais humano justo e solidário, onde os direitos e a soberania das nações sejam respeitadas e onde as condições de cidadania sejam resgatadas em sua plenitude, permitindo que os indivíduos desfrutem dos avanços e conquistas gerados pelo esforço e trabalho comum que todos desenvolvem e que garanta respeito às suas condições de partícipes da construção dessa ordem.

Nesse esforço, nessa luta e com tal propósito insere-se a realização do Fórum Social Mundial.

Frente a tão gigantesco desafio não é de admirar que a pauta desse evento venha contemplando questões as mais variadas, todas elas pertinentes e absolutamente fundamentais para se ganhar compreensão e estabelecer estratégias de superação da atual ordem mundial. Entre tais questões incluem-se as referentes à Seguridade Social.

A variedade de oficinas, seminários e palestras que se realizaram neste II Fórum Social Mundial, abarcando esse tema revelaram um entendimento central, qual seja: as políticas neoliberais se fundamentam no desmantelamento do Estado tendo como referência principal a desconstituição dos sistemas de Seguridade Social, instrumento básico de redistribuição da riqueza e da proteção social.

Por trás disso esconde-se o propósito de alcançar ajustes fiscais que permitam garantir o pagamento das infindáveis dívidas externas dos países subdesenvolvidos, mantendo a dependência às grandes potências colonizadoras. Visa, também, abrir o mercado para a privatização desse campo das políticas públicas, que de direito transforma-se também em mercadoria, portanto beneficiando os grandes empresários e o sistema financeiro internacional que visualizam nesse espaço um potencial meio para sua expansão.

As conseqüências dessa intervenção já são conhecidas: cortam-se direitos, minimizam-se os benefícios, mudam-se as regras, criando-se toda uma série de impeditivos ao acesso a tais serviços, aumentam-se os valores de contribuição, taxam-se os aposentados, reduzem-se os valores das pensões, estabelecem-se sistemas de seguro - que rompem com a lógica da solidariedade - estimula-se o individualismo e geram-se as exclusões dos que não podem pagar pelos sistemas privados, que vicejam em torno dos sistemas públicos. Afora isso, resta a estes arcar com os passivos e encargos decorrentes das migrações forçadas de beneficiários para os "modernos e eficientes modelos" criados pelo capital, na verdade arapucas que aprisionam e exploram os trabalhadores.

Assim, na perspectiva de reverter tal ordem, é necessário que os povos que defendem um novo mundo: exijam proteção social universal e integral, onde os Estados não renunciem a sua responsabilidade quanto a garantir sistemas públicos de Seguridade Social; pronunciem-se, veementemente, contra a privatização parcial ou total da Seguridade Social, em seus campos da saúde, da previdência e da assistência social; lutem por leis que assegurem os direitos de aposentadoria com dignidade, tanto para os atuais como para os futuros aposentados e pensionistas; não abram mão de garantir que a gestão dos sistemas públicos de Seguridade Social se dê com transparência e sejam exercidos, democraticamente, com participação e controle dos trabalhadores ativos e aposentados. É necessário, ainda, que se reafirme os termos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, ampliada com a assinatura do Pacto de São José de Costa Rica, que em seu art. 26 aponta para que, igualitariamente, se efetivem os direitos econômicos, sociais e culturais de todos os povos, sobrepondo-os aos interesses particulares de algumas nações, por mais poderosas que possam ser.

Referenciados nesses princípios, as Entidades Associativas, Sindicais e os Movimentos Organizados de Trabalhadores, presentes a este II Fórum Social Mundial, que subscrevem este Documento, reunidos em assembléia específica na Escola de Saúde Pública em Porto Alegre-RS, em 03/02/2002, decidiram, por consenso, constituir um Movimento Internacional de luta e resistência contra o desmonte da Seguridade Social Pública, em defesa dos direitos de saúde, assistência social e previdência, considerando os direitos de aposentadoria dos trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas, particularmente na América Latina.

Referido Movimento surgiu do interesse demonstrado nos Seminários e Oficinas havidos durante o II Fórum e da grande afluência de pessoas interessadas em aprofundar a discussão do tema, ocasiões em que surgiram diversas idéias referentes à necessidade da globalização da reconstrução da Seguridade Social Pública de nossos povos.

São nossas propostas:

• inserir na programação do III Fórum Social Mundial Eixo específico para discussão de temas pertinentes à Seguridade Social Pública, em todas as suas vertentes - Previdência, Saúde e Assistência Social;

• manter ativo o intercâmbio entre as Entidades Associativas, Sindicais e Movimentos Organizados de Trabalhadores, incluindo aí parlamentares comprometidos com a luta dos trabalhadores, objetivando a troca de informações e experiências, para ampla divulgação e intercâmbio;

• articular essas Entidades e Movimentos no sentido de organizar agendas comuns de ações e lutas, visando o resgate das perdas sociais e a reconstrução dos Sistemas Públicos de Seguridade Social, preservando suas instituições e seus trabalhadores.

• realizar, ainda no corrente ano, em local a ser defenido, uma Reunião Internacional de delegados dessas Entidades e Movimentos com objetivo de aprofundar os trabalhos de organização e propor a pauta de trabalho para o III Fórum Social Mundial.

Assim sendo, acreditamos que um novo mundo só será possível com resgate da dignidade humana. Isto posto, a infância será protegida, o adulto terá trabalho e garantia de aposentadoria e pensão dignas para a família e o idoso será amparado em todo o mundo.

"UM NOVO MUNDO É POSSÍVEL"
Porto Alegre - RS, Brasil, 4 de fevereiro de 2002.

Subscrevem:

ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior);

ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social);

CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Públicos Federais);

COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas);

FASUBRA SINDICAL;

FENAJUFE;

FRENTE PARLAMENTAR DE ENTIDADES CIVIS E MILITARES EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA;

INSTITUTO MOSAP;

SINASEFE;

UNAFISCO SINDICAL (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal);

FORO EM DEFENSA DE LA SEGURIDAD SOCIAL (Argentina);

UNION TRABAJADORES DEL INSSJyP (UTI) (Argentina);

SEMAPI (Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Perguntas e de Fundações Estaduais do RS).

Colegiados

SIGA é questionado de novo

CEG solicita adiamento de prazo para efetivação de atos acadêmicos no novo sistema de registro da UFRJ

"Um fecho de ouro da administração Vilhena", ironizou a conselheira Lilia Pougy (CFCH) na sessão do CEG do dia 3. Ela se referia à crescente confusão criada na UFRJ pelo novo sistema de registro acadêmico (SIGA). Embora não fosse ponto de pauta, o assunto voltou a mobilizar o colegiado devido às dificuldades verificadas na maioria das Unidades para acessar e inserir dados no programa. Na tentativa de minimizar o "caos" (nenhum dos presentes acreditava que a medida irá solucionar tranqüilamente a situação), foi aprovada uma dilatação dos prazos dos atos acadêmicos.

Até o dia 15 de abril, uma segunda-feira, as Unidades podem fechar todas as pendências acadêmicas relativas ao segundo semestre letivo de 2001. De 16/4 até 19/4, o sistema fica aberto para digitação de notas. A partir de 22 de abril, começam as inscrições em disciplinas. Ainda até 19 de abril, fica aberto o módulo de previsão de turmas. Segundo a superintendente em exercício da SR-1, Itacy Pereira, o parâmetro do SIGA é que todo professor pode lançar notas, mas quem não conseguir deve entrar em contato com a DRE para resolver os chamados casos "excepcionais". Ao que parece, trata-se de um caso raro em que o "excepcional" é a regra. Para complicar ainda mais, o colegiado decidiu que as Unidades que estiverem conseguindo realizar os atos acadêmicos no novo sistema podem seguir os prazos anteriormente estabelecidos. Isso, é claro, se o SIGA permitir.

Até onde se sabe, apenas a Escola de Química conseguiu fazer a previsão de turmas e somente Antônio Cláudio (representante do CT) acreditava que os professores da Escola de Engenharia conseguiriam lançar as notas nesta segunda-feira, dia 8.

Cadê a SR-1? Sumiu...

A primeira reclamação na sessão coube ao professor Sérgio de Paula Machado (CCMN). "Na reunião passada, foram levantados vários problemas sobre o SIGA e, de repente, eu me deparo aqui com a ausência do sub-reitor ou de qualquer representante da SR-1", disse. O sub-reitor Ricardo Gattass estava viajando e a professora Itacy, que é superintendente em exercício, só apareceu quando chamada. Aliás, outro representante do CCMN, Cláudio Limeira, disse ter visto o superintendente Átila Freire pela última vez no colegiado em 31 de outubro do ano passado.

Kelvin Melo

CONSELHEIROS RECLAMAM DE PROBLEMAS NO SIGA

Processo simplificado de previsão de turmas

Um alento para o CEG foi a informação trazida pela conselheira Lilia Pougy de que já está providenciada uma versão simplificada de previsão de turmas dentro do SIGA. Neste momento, Miguel Jonathan (CCMN) comentou que essa boa notícia só foi possível por causa da ajuda da secretária acadêmica de sua Unidade (Instituto de Matemática) que conversou com os técnicos criadores do sistema. "Minha secretária é que deu a idéia. Eles (os criadores do sistema) nunca perguntaram nada a alguém que sempre trabalhou com isso; se o que estavam fazendo era bom ou ruim", criticou.

Conselheiro vê erros básicos no SIGA

O professor Antônio Cláudio (CT) fez várias considerações sobre a implantação do SIGA. Segundo ele, que é analista de sistemas, o momento mais delicado é a implantação. "Não posso colocar nenhum sistema no ar sem o treinamento do usuário. Em segundo lugar, um manual deveria ser feito e distribuído o mais rápido possível", afirmou. Um terceiro ponto citado pelo conselheiro foi a ausência de um menu de ajuda no SIGA. Ainda segundo ele, o "tempo de retorno" das respostas pelo sistema está muito alto. Se isso está ocorrendo agora, com a universidade pouco "sintonizada" no SIGA, Antônio Cláudio perguntou como será o funcionamento nos momentos de grande utilização do sistema. Outro problema é a desinformação: "O SIGA ficou fora do ar dois dias (1 e 2 de abril) e não circulou nenhuma mensagem da reitoria avisando sobre o fato", encerrou.

Quase se voltou à inscrição por papel em toda a UFRJ

Antes de decidirem pelo adiamento dos prazos de inserção dos dados no SIGA, o CEG quase aprovou a volta da inscrição por papel em toda a UFRJ. Uma solução emergencial que não está inteiramente afastada, diga-se de passagem. Os conselheiros se viram forçados a discutir o assunto diante do quadro geral de inoperância do sistema, mas resolveram dar mais uma chance ao programa. A professora Lilia Pougy não acreditou no que foi aprovado: "Vamos prorrogar em duas semanas uma coisa que não funciona", lamentou.

Rápidas do CEG

Novo prazo para discutir a periodização

Foi informado o prazo de 31 de maio para o envio de sugestões sobre a periodização (lembram a resolução conjunta CEG/CEPG 01/99?). As secretarias do CEG e do CEPG despacharam um documento com a nova data-limite para as entidades representativas da UFRJ (Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj), para os diretores de Unidades, chefes de Departamentos e coordenadores se posicionarem.

Vestibular em andamento está ameaçado

O vestibular 2002 da UFRJ está sob séria ameaça. O coordenador acadêmico do concurso e também conselheiro pelo CCMN, Herli Menezes, denunciou que a reitoria ainda não pagou o fotolito de impressão das provas num valor de R$ 2,8 mil. Pior ainda é que não foi determinada nenhuma data para o pagamento dos avaliadores numa soma bastante superior (R$ 1,2 milhão para um grupo de cerca de 550 pessoas). Uma vez que a correção dos últimos exames está prevista para o dia 17 de abril, existe a possibilidade de os avaliadores cruzarem os braços e não prosseguirem com os trabalhos. Depois da confusão de Vilhena ao forçar a realização do concurso no ano passado, só faltava essa...

Mais uma vez: e a nomeação dos decanos?

A representante Íris Rodrigues (CFCH) voltou a cobrar no colegiado a nomeação dos decanos. Na estrutura da universidade, os conselhos de centro realizam importantes discussões a respeito de processos que precisam da assinatura de um decano. "Temos montanhas de processos esperando no CFCH", disse.

Nosso Bolso

Correção no pagamento da GED e da GID

O secretário-geral do Andes-SN, Edmundo Fernandes, informa que, em reunião do Sindicato Nacional com a SESu, em 28 de março, o representante do MEC afirmou que já deverá ser concretizada, no próximo pagamento, a regularização dos novos valores da GID, da GED (aumento de 3,5%) e da correção da remuneração dos substitutos. Quanto à GID, isso significa a equiparação com a GED para mestres e doutores, extensão de 60% para os aposentados e o aumento de 3,5%. Edmundo solicita que as Seções Sindicais acompanhem a questão e informem à Secretaria do Andes-SN imediatamente, caso os problemas persistam.

Errata: no boletim nº 45, na matéria de capa, não publicamos corretamente o nome da chapa 2, que concorre à Diretoria Nacional do Andes-SN. Em vez de "Uma Nova Andes é Possível", o correto é **"Uma nova Andes é possível: plural e de luta".**

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 46 • 15 de abril de 2002
www.adufrj.org.br

Leia nesta edição o encarte especial sobre as eleições do Andes-SN

Agenda Sindical

13/4 - Reunião Setor das Federais

14/4 – Plenária dos SPF

23/4 a 26/4 – 4º Coned, em São Paulo (SP), no Palácio de Convenções do Anhembi

Constitui-se num dos espaços de luta do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. O desafio do 4º Coned é ampliar as condições para mobilizar e organizar os trabalhadores em Educação e outros setores da sociedade para o enfrentamento e a superação das políticas educacionais vigentes. As inscrições de trabalho podem ser feitas até 23 de março.

24/4 a 27/4 – Lançamento do FME, em São Paulo

- Paralelamente ao 4º Coned, será lançada a segunda edição do Fórum Mundial de Educação, que ocorrerá, provavelmente, em novembro deste ano.

22/4 - Reunião do Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe , na Sede da ADUNIFESP Seção Sindical, em São Paulo

- Tendo em vista a discussão sobre política de cotas, foram convidados também os integrantes do GTPE (Política Educacional) e GTPFS (Política de Formação Sindical).

7/5 – Ato Público com Marcha em Brasília, com caravanas dos estados

8/5 a 11/5 – 10ª Plenária Nacional da CUT, em São Paulo

- Vai discutir a conjuntura e a atuação da central sindical do momento. Haverá espaço ainda para debater o estatuto da CUT, suas políticas permanentes (na área de Educação, por exemplo) e o Plano de Lutas da entidade

9, 10 e 11/5/02 - VIII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, Rio de Janeiro, na Asduerj

- Terá como tema central a "Dignidade na Aposentadoria: promovendo esse direito de cidadania".

22/5 a 23/5 – Eleições para Diretoria do Andes-SN

- Em todo o país, os professores terão a oportunidade de escolher a próxima gestão do Sindicato Nacional

17/6 a 19/6 – Eleições para Diretoria/ Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

19/7 – Posse da Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Presidenciáveis estão convidados para o Coned

Número de trabalhos inscritos anima os organizadores

Em suas três edições anteriores (1996 e 1997, em Belo Horizonte, e 1999, em Porto Alegre), o Coned elaborou e aperfeiçoou o Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira, que contou com a participação do Andes-SN. No entanto, como todos sabem, o tucanato (no poder desde 1994) ignorou o trabalho final de milhares de profissionais ligados ao setor. Agora, às vésperas de mais uma eleição presidencial e, na esperança de uma mudança de pensamento, o 4º Congresso Nacional de Educação resgata essa proposta e, mais uma vez, disponibiliza seu conteúdo para os candidatos. A organização do evento, que vai ocorrer no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo (SP), anunciou o envio de convites para todos os candidatos no último dia 10. De acordo com a 1ª vice-presidente da Regional Sul do Andes-SN, Maria da Graça Bollmann, o congresso tem condições de influenciar o programa de trabalho dos presidenciáveis. "Todo mundo sabe que os candidatos estão elaborando suas propostas. Além disso, os resultados do Coned serão disponibilizados publicamente", afirmou Graça.

Na visão da professora, nenhum programa de governo pode prescindir de um projeto nacional de Educação e de Ciência & Tecnologia. "Projeto nacional e Educação estão unidos. Não se pode separá-los. A Educação é uma forma de tornar esse país um pouco mais independente, de transformá-lo em um país criador, em vez de usuário do conhecimento que vem de fora. Essa é a proposta do Coned", disse.

O expressivo número de trabalhos (450) já apresentados para os quatro eixos temáticos do Coned (Organização e Avaliação da Educação Nacional, Gestão Democrática da Educação Nacional, Financiamento da Educação Nacional e Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação) animou os organizadores. Para Graça, isso representa a vontade de participar dos profissionais da Educação – são esperadas mais de cinco mil pessoas para o congresso. Ainda mais se considerado que o evento vai transcorrer em dias úteis da semana (terça a sexta-feira) e com uma parte das universidades federais em ritmo de reposição das aulas, por conta da greve do ano passado.

Até o fechamento desta edição (12/4), o número de trabalhos por eixo não tinha sido levantado, mas a professora e dirigente do Andes-SN destacou a menor procura para a questão do financiamento da Educação. "Não é fácil o acesso aos dados do financiamento da Educação nos estados e no governo federal. É uma caixa preta. Isso desanima muitas pessoas", acredita. Outro fator apontado pela professora para que o financiamento se torne o tema menos procurado é a falta de interesse das pessoas nas próprias instituições. "São poucas as pesquisas nas faculdades de Educação sobre este assunto", comentou.

Mas se a parte institucional não se preocupa com o financiamento, o Sindicato está atento. A questão do financiamento é tema recorrente dos Congressos e Conads do Andes-SN. A própria Adufrj-SSind, em janeiro deste ano, realizou, em conjunto com as demais entidades representativas da universidade, o seminário "Uma outra UFRJ é possível" e "A autonomia universitária e financiamento" foi o título do segundo dia de debates (leia edição de 28 de janeiro). O mesmo assunto esteve presente nos artigos e traduções do professor Luiz Paternostro sobre os acordos entre o MEC e o Banco Mundial publicado nos jornais da Adufrj-SSind de março de 2001. Ou ainda nos vetos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Plano Nacional de Educação do MEC, aprovado em dezembro de 2000 (atenção: não é o PNE da Sociedade Brasileira), publicado em 28 de maio de 2001. O Sindicato também se manifestou sobre financiamento, entre outras várias oportunidades, nas críticas aos fundos setoriais, às fundações e aos cursos pagos. Não é por acaso que o Sindicato Nacional tem deliberado, em suas instâncias, pela luta pela garantia do "financiamento integral, pelo Estado, do conjunto das Instituições de Ensino Superior públicas, pela gratuidade plena nos estabelecimentos de ensino público, nos termos da Constituição Federal e Estaduais, contra todas as formas de desresponsabilização do Estado com o financiamento das Universidades Públicas".

Participação do Andes-SN

O Sindicato Nacional dos docentes do ensino superior integra o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que está promovendo o Coned, e estará participando ativamente do evento: das quatro conferências e 37 mesas-redondas previstas, os dirigentes do Andes-SN vão participar de uma conferência e 12 mesas, como debatedores ou coordenadores.

Algumas mesas em que o Andes-SN estará presente:

24 de abril

Financiamento e Gestão: articulação indispensável para garantir educação democrática
Roberto Leher - UFRJ

Conseqüências da Reforma do Estado para a Educação
Luiz Carlos Gonçalves Lucas - Ufpel

Condições de trabalho e saúde nas redes pública e privada
Fernando Molinos - UFRGS -

25 de abril

Fórum Nacional de Educação (FNE): conquistar uma instância democrática de planejamento da educação
Maria da Graça Bollmann - UFSC

A quem interessa as fundações criadas nos espaços públicos?
Luis Allan Künzle - CEFET/PR

As políticas de financiamento geradas pelos organismos internacionais para a educação na AL
Roberto Leher - UFRJ

Conjuntura e desafios dos movimentos dos(as) trabalhadores(as) em educação
Celi Eltza Zülke Taffarel

A política de "fundos" é apropriada para o financiamento da educação?
José Domingues de Godoi Filho - UFMT

Movimento

Ofensiva salarial será lançada neste dia 16

Servidores pressionam em ano eleitoral para conquistar as reivindicações

No dia 16 de abril, os servidores lançam a campanha salarial unificada na Câmara dos Deputados. Muito embora o índice do ICV-Dieese indique um reajuste de 94,32% (inflação acumulada de janeiro de 1995 a fevereiro de 2002), a definição de um percentual de reposição linear esbarra na existência de gratificações diferenciadas, instituídas ao longo deste período, entre as diversas categorias. No ano passado, vale lembrar, o funcionalismo pediu 75,48%, mas só ganhou 3,5%. A concretização desta iniciativa de 2002 reside na proximidade das eleições. Ninguém duvida que os parlamentares querem garantir votos entre os mais de 1,5 milhão de servidores, entre ativos e aposentados, além de suas famílias.

No movimento docente em particular, a GED e a GID continuam sendo os grandes entraves para uma luta unificada com os demais SPF. Se conquistada a reposição linear no patamar exigido pelas entidades nacionais dos servidores, o Andes-SN defende a retirada destas gratificações e outros "penduricalhos" do contracheque. Além do mais, estas rubricas dificultam a discussão e a eventual implantação do Projeto de Carreira Única do Sindicato, reproduzido, na íntegra, em um encarte do jornal da Adufrj-SSind de 18 de março.

Um exemplo claro do clima favorável à campanha foi a aprovação quase unânime de um reajuste para os servidores do Senado, no início de abril. Outro ponto positivo para a ofensiva do funcionalismo foi a recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que permitiu a possibilidade de aumento dos salários às vésperas do pleito de outubro, de acordo com matéria de O Estado de S. Paulo (6/4).

Já existem cinco projetos de lei – alguns de iniciativa do governo, como o que reorganiza as carreiras do Banco Central – com previsão de entrada na Câmara. "Com este governo nunca foi fácil negociar a valorização dos servidores, mas agora vamos usar o ingrediente explosivo de uma campanha presidencial", afirmou o coordenador da Federação dos Servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, Adilson Rodrigues dos Santos, na mesma matéria do Estadão.

Adufrj-SSind também discute Campanha Salarial

A questão da campanha salarial 2002 foi um dos principais itens discutidos na Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 27 de março. A Assembléia remeteu o assunto para discussão nas Unidades, Conselho de Representantes e para a próxima assembléia (que ocorreu no dia 11 de abril) os pontos encaminhados pela Plenária dos Servidores Públicos Federais do dia 17 de março.

Manifesto

Sobre patrões e empregados

A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais vem a público manifestar sua posição à respeito da situação revelada pela saída do Ministro Martus Tavares do Ministério do Planejamento para integrar-se aos quadros no BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

O conjunto da sociedade deve estar atento ao fato. Como se já não bastasse o Banco Central ser dirigido por Armínio Fraga, "ex"-assessor do mega-especulador Georges Soros, a nossa Educação ser comandada por Paulo Renato, também com uma passagem pelo BID, vemos, agora, a incorporação de Martus Tavares àquele organismo cujas políticas tem afetado tão danosamente o Brasil, a América Latina e os países dependentes.

Da nossa parte não temos nenhuma expectativa de mudança nas políticas implementadas pelo Ministério do Planejamento que, sob a tutela deste indivíduo, radicalizou-se como instrumento autoritário, responsável pela consolidação da política de arrocho dos salários dos servidores públicos federais - que passaram 7 anos sem reajuste salarial e receberam 3,5% ao final deste período - bem como pelos vários cortes de verbas para setores essenciais da área social, como saúde, educação esegurança.

Martus Tavares procurou, sistematicamente, destruir os serviços públicos, que são uma obrigação do Estado perante a sociedade que contribui para a sua manutenção. Como se dono fosse do nosso país, em conjunto com Fernando Henrique e sua Corte, tratou de levar a população à miséria e à humilhação, priorizando o pagamento da questionável dívida externa, esquecendo-se que a maior dívida do Brasil é com o seu povo.

Agora, certamente através de uma "avaliação de desempenho" na função de Ministro, acaba de ser "promovido" do primeiro escalão do governo brasileiro para o BID que comprova sua vocação: prepara quadros (Paulo Renato) e premia aqueles cuja subserviência e comprometimento a serviço deste governo e do imperialismo internacional já foram testadas e aprovadas. Isto não nos surpreende, antes comprova, que o Ministério do Planejamento do governo Fernando Henrique estava nas mãos de pessoa tão ligada aos interesses externos.

O "segredo de Polichinelo" novamente se desnuda: quem, durante dois mandatos presidenciais, procurou apresentar-se como dono e patrão do Brasil e dos brasileiros, mostra quem efetivamente manda.

Queremos um Brasil para os brasileiros!
Chega de subserviência e exploração!
Não ao pagamento da Dívida Externa!
Pela qualidade dos serviços públicos!
Fora FHC e FMI!

Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais

Nosso Bolso

Dúvidas quanto aos novos valores da GED e da GID

Na edição anterior do Jornal da Adufrj (8/4/02), publicamos uma nota sobre a correção dos pagamentos das gratificações GED (dos professores do terceiro grau) e GID (dos professores de 1º e 2º graus). Alguns professores aposentados ligaram para a redação com dúvidas em relação ao texto. Esclarecendo: a diretoria do Andes-SN informava, naquela ocasião, que, em reunião com o MEC no dia 28/3, foi prometida pelo governo a regularização dos novos valores das gratificações, conquistada na greve do ano passado. Pelo acertado com o MEC, na GED deve incidir o reajuste de 3,5% concedido para todo o funcionalismo, em janeiro deste ano. Na GID, além dos 3,5%, deve haver a equiparação dos valores da pontuação da gratificação dos docentes de 1º e 2º graus com os valores da GED, recebida pelos docentes da carreira do terceiro grau. Os professores aposentados de 1º e 2º graus ainda têm direito, como resultado da greve, a receber 60% dos valores da pontuação máxima da GID, assim como os colegas aposentados do nível superior rebecem em relação à GED.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Novos conselheiros da Adufrj-SSind realizam primeira reunião

No dia 8, o novo Conselho de Representantes da Adufrj-SSind realizou sua primeira reunião após as recentes eleições. A penúltima reunião do CR foi realizada em 26 de setembro de 2001. A primeira medida foi a homologação dos nomes da Faculdade de Farmácia, Unidade na qual havia uma dúvida sobre o resultado do processo eleitoral: na ata de apuração, surgiram dois suplentes para um titular (situação que não é prevista no regimento eleitoral da seção sindical). Houve o devido esclarecimento junto à comissão eleitoral e foi feita a correção: existem agora dois titulares (professores Fábio de Souza Menezes e Sheila Garcia) e um suplente (Carlos Rangel). Entre os vários itens discutidos estavam: Lei de Inovação, cursos pagos, Fundações e estratégias para conseguir ampliar a representação do CR na UFRJ.

Já foi marcada a próxima reunião do Conselho para o dia 22 de abril, segunda-feira, às 18 horas, na sede da Adufrj-SSind, no Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200, com a seguinte pauta: planejamento de atividades para 2002; ampliação do Conselho; grupos de trabalho da Adufrj-SSind; e Acordo Coletivo de Trabalho (2002/04) dos funcionários da Adufrj-SSind. Estarão sendo discutidos vários assuntos, como a privatização interna das universidades (cursos pagos, fundações, Lei de Inovação), Carreira Docente e periodização. A reunião é aberta a todos os sindicalizados.

Assembléia da Adufrj-SSind

O fim de período letivo e o início das férias prejudicaram a realização da Assembléia Geral da Adufrj-SSind, marcada para o último dia 10. Sem quórum suficiente para as discussões, apenas foi ratificada a homologação dos nomes dos professores da Faculdade de Farmácia no Conselho de Representantes da seção sindical e foi aprovada a indicação da professora Janete Luzia para a Reunião do Setor das Federais (13/4) e para a Plenária dos SPF (14/4).

EDITAL*

Prorrogação dos prazos das eleições

Por deliberação da Assembléia Geral da Adufrj-SSind realizada em 13 de março de 2002, ficam prorrogadas para os dias 17, 18 e 19 de junho de 2002 as eleições para a Diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2001-2003, de acordo com o disposto no artigo 42 do Regimento Geral da Adufrj-SSind.

As chapas candidatas à Diretoria para esta quinta convocação devem ser inscritas junto à Secretaria da Adufrj-SSind até 24 de maio de 2002, sexta-feira, e as listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até 07 de junho de 2002.

Podem se candidatar a cargos na Diretoria ou no Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 21 de fevereiro de 2002 e são eleitores os docentes sindicalizados até 18 de abril de 2002, desde que estejam em pleno gozo de seus direitos.

José Henrique Sanglard
Presidente da Adufrj-SSind

***Este edital foi publicado no caderno de classificados do Jornal do Brasil de 6 de abril.**

Anote

CUT/RJ promove mostra de imprensa sindical

No dia 30 de abril, haverá a abertura da Mostra de Imprensa Sindical Brasileira, às 19h, na antiga sede do Sindipetro/RJ, localizada na Avenida Presidente Vargas, 502/20º andar. O evento tem a promoção do Núcleo Piratininga de Comunicação, do Sindipetro/RJ e da CUT/RJ e o apoio do Sintufrj, Sindicato dos Bancários/RJ e Escola de Serviço Social da Uerj. Será realizado debate com os professores de história da UFF René Dreifuss e Marcelo Badaró e a jornalista Claudia Santiago. Após o debate será oferecido coquetel. A Adufrj-SSind vai participar da exposição com exemplares de seus cartazes, publicações e CDs "Registrando a História", que reproduzem todos os jornais e boletins da entidade de abril de 1979 até julho de 2001.

Seminário do Sindicato vai discutir C&T em junho

Para fazer frente ao anteprojeto de Lei de Inovação do Ministério de Ciência & Tecnologia, o Sindicato Nacional deve promover, no início de junho, um seminário sobre o assunto. A princípio, a seção sindical dos docentes da Universidade Federal do Paraná deve receber o encontro. E o movimento docente tem que se apressar: o ministro Sardenberg anunciou recentemente que o texto foi concluído e deve ser enviado para apreciação do Congresso ainda neste mês de abril.

Como já foi publicado em edições do jornal da Adufrj-SSind (25 de março e 18 de março), o Sindicato Nacional vê, no anteprojeto do Ministério de C&T, mais uma tentativa de destruir a Universidade Pública. Segundo o 1º tesoureiro do Sindicato Nacional, José Domingues, o documento prenuncia o que o MEC não conseguiu fazer por conta da greve do ano passado (a implantação do regime de emprego público é um exemplo).

Andes-SN desconfia de apoio à Inovação

Domingues não recebeu com bons olhos o recente apoio dado pela França ao anteprojeto de lei de Inovação do Brasil. O incentivo estrangeiro foi explicitado no Seminário Brasil-França de Incentivo à Inovação e à Parceria Tecnológica, realizado em Petrópolis, no início de abril. O diretor de tecnologia do Ministério da Pesquisa e Tecnologia da França, Alain Costes, chegou a dizer que retorna ao Brasil, em junho, para debater a Lei de Inovação francesa (criada naquele país em 1999) com lideranças políticas e empresariais brasileiras.

"Claro que eles vão apoiar! Os professores das universidades brasileiras vão se transformar em mão-de-obra qualificada e barata para as empresas estrangeiras, como a Renault, por exemplo", disse Domingues.

Resenha

PT quer investigação em universidades privadas

O Núcleo de Educação do PT pediu, no Ministério Público Federal, abertura de inquérito civil para investigar os centros universitários privados. Há suspeitas de que muitos deles funcionem sem autorização e com profissionais de baixa qualificação. O deputado Gilmar Machado (PT-MG) alertou que a situação poderá ser agravada com o PL nº 4.560/01, que altera a LDB para permitir que os centros universitários possam ser criados ou extintos sem a necessidade de aprovação do Conselho Nacional de Educação. Fonte: Informes PT, de 9 de abril.

Insegurança no Fundão ainda é grande

De acordo com matéria da Folha Dirigida (4/04), a Prefeitura da Cidade Universitária revela que o *campus* registrava 345 ocorrências anuais, há dez anos. Já no ano passado, este número caiu para 197. Para a Prefeitura, estas ocorrências englobam todos os tipos de situações: dos casos mais simples aos mais violentos. O prefeito Ivan Pereira destaca que os vigilantes não têm poder de polícia e, para a prisão de supostos bandidos, é necessário acionar a PM.

Hospitais universitários estão à beira do colapso

Um déficit de 20 mil profissionais nos hospitais universitários está levando o sistema ao colapso. O "buraco" é preenchido por pessoal terceirizado e bolsistas, mas o pagamento destes sai de verba do Sistema Único de Saúde (SUS), que deveria ser usada apenas para o custeio de tratamento. A situação se mostra bastante grave, uma vez que os 154 hospitais universitários e de ensino do país (45 são ligados a universidades federais) são responsáveis por 54% dos tratamentos ditos de alta complexidade do SUS e 70% dos transplantes, diz a matéria do JB (4/4).

Analfabetos já somam 16 milhões

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que 11% dos brasileiros são analfabetos. Em números globais, o Brasil tem hoje quase 16 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever. A faixa etária dos 35 aos 60 é a que comporta o maior número de analfabetos – entre as pessoas com mais de 50 anos, a taxa nacional chega a 25%, revela matéria de O Diário de São Paulo (7/4).

Colegiados

CEG aprova datas para Vestibular 2003

Concurso deve ser realizado nos dias 24 de novembro e 1 e 8 de dezembro

Passado o trauma do ano passado, a realização do concurso para ingressos na UFRJ voltou a ser discutida pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG), na sessão da última quarta-feira, dia 10. Apesar do período de transição entre reitorias, o atual sub-reitor, Ricardo Gattass, sugeriu que o edital do Vestibular 2003 seja definido até junho, mas sua aprovação formal só aconteceria sob a nova administração, em julho. Os motivos para a pressa na definição do modelo e regulamentação dos exames, segundo o coordenador acadêmico do concurso, Herli Menezes, são a revista e o manual do candidato. Segundo Herli, o material leva tempo para ser confeccionado e sua produção depende das definições acadêmicas sobre o modelo do exame.

De antemão, os conselheiros definiram as datas das provas: 24 de novembro, 1 e 8 de dezembro. Na definição deste calendário foi considerado o período letivo das universidades e escolas federais e a repercussão nestes da greve do ano passado. Herli ficou encarregado de negociar estas datas com as comissões de vestibular das outras instituições. O objetivo é evitar a sobreposição de dias de provas de vestibulares diferentes para que os candidatos tenham a chance de disputar uma vaga em todas as instituições da rede pública.

Sobre o modelo do concurso, a idéia geral é mantê-lo nos moldes do Vestibular 2002. Só para lembrar, as provas não são mais eliminatórias para as carreiras, em todos os grupos, mas classificatórias. Os conselheiros discutiram a possibilidade de não exigir uma pontuação maior do que zero nas provas gerais. Isso significa que, se um candidato 'zerar' uma das provas não específicas, ainda assim estaria concorrendo.

Redução da taxa

Herli propôs uma redução na taxa do vestibular, que custa hoje R$ 70,00 por candidato. Segundo o coordenador, os custos mais elevados são com o pagamento dos avaliadores, que chegaria a consumir cerca de 40 reais/candidato. "É possível cobrar, no máximo R$ 60,00 e, no mínimo R$ 50,00 por inscrição. Uma família gasta, em média, R$ 500,00 por filho que esta concorrendo a vagas nos vestibulares das públicas, a cada ano", revelou. O argumento de que a redução vai beneficiar os candidatos teve a aprovação imediata dos conselheiros, mas o colegiado cobrou do coordenador dados mais exatos sobre os custos com a realização do Vestibular. A idéia é se ter um mapeamento dos custos, mas também dos gastos com a realização das provas até então. Pensando nesta questão, o representante do CT, Antônio Cláudio, cogitou propor às instituições um vestibular unificado para as públicas.

Cursos novos

Foi lembrado pelo sub-reitor e por integrantes da Câmara de Currículos que só participarão do Vestibular 2003 os cursos novos que tiverem seus processos tramitados e aprovados pelo colegiado até o momento da definição do exame. Segundo os conselheiros, alguns cursos novos têm sido apresentados à comunidade pelas Unidades, como Turismo, Engenharia de Petróleo, cursos à distância e outros, mas sequer entraram com processo na Divisão de Ensino da SR-1.

Alunos do Direito reclamam falta de transparência em concurso para docente

Uma denúncia abalou os ânimos dos conselheiros, na sessão do dia 10/4. A representante do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), Maria Clara Cerqueira, e seus colegas da Faculdade de Direito relataram ao CEG que o concurso para as quatro vagas do quadro docente efetivo da Unidade pode ter sido realizado sem que a comunidade interna e externa tenha tomado conhecimento. Os estudantes estranharam quando viram o edital para as quatro vagas de professore adjunto publicados no Diário Oficial. De acordo com o edital, o prazo de inscrição de candidatos foi de 6/2 a 25/3.

Segundo Maria Clara, o CACO pediu esclarecimentos ao diretor Armênio Cruz, que disse desconhecer qualquer notícia sobre os concursos. A preocupação dos alunos é que a Unidade pode ter perdido as vagas por falta de candidatos, já que a comunidade jurídica não foi avisada. A notícia teve impacto negativo entre os conselheiros, já que a Faculdade de Direito é uma das que mais contrata professores substitutos. Setenta por cento do quadro de professores são substitutos. Apenas 15 dos 30 docentes efetivos ministram aulas, segundo os estudantes.

A conselheira do CCJE e professora Maria da Penha Cruz, poderia prestar algum esclarecimento sobre a realização dos concursos na Unidade, mas não estava presente nesta sessão. Os demais representantes do CEG sugeriram que os alunos fossem aos departamentos procurar informações sobre a divulgação dos programas e ementas das provas. A princípio, os concursos não foram divulgados nos murais, de acordo com os estudantes, que prometeram obter informações dos departamentos. "Um concurso para docente no Direito é quase uma competição. Toda a comunidade jurídica toma conhecimento e os alunos brigam para assistir às aulas dos concorrentes. Não soubemos de nada", disse Maria Clara. Caso os departamentos confirmem a inscrição de candidatos ou a realização dos exames, os estudantes prometem questionar novamente a transparência e legitimidade do processo.

Rápidas do CEG

Continua o drama para os usuários do SIGA (Sistema de Gerenciamento Acadêmico). Às vésperas do início do período letivo de 2002, professores, estudantes e funcionários das secretárias de ensino ainda estão tendo problemas com previsão de turmas, lançamento de notas e, conseqüentemente, com as inscrições dos alunos nas disciplinas. O sub-reitor Ricardo Gattass informou que o Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) estará disponibilizando cinco das vinte máquinas prometidas para uso da comunidade em suas instalações. O NCE fica no prédio do CCMN, no Fundão.

As reclamações sobre o sistema não foram poucas. O representante do CCMN e porta-voz dos descontentes, professor Sérgio Machado, lembrou que, por conta das falhas no acesso do sistema de gerenciamento, os alunos de graduação podem ser prejudicados na hora de concorrerem às bolsas PIBIC (o prazo para inscrição no programa é 17/4). Isto porque os avaliadores só terão disponíveis as notas e boletins oficiais do primeiro semestre do ano passado.

O também representante do CCMN, professor Miguel Jonathan, informou que a Escola de Engenharia está em contato com a Escola Politécnica de Paris (École Polytechnique) para a formação de um convênio entre as instituições. O professor defendeu a parceria dos franceses com a UFRJ, incluindo a dupla diplomação, nos moldes do convênio já realizado pela USP com a mesma instituição. Segundo Jonathan, seriam selecionados alunos para um curso de três anos na França. De acordo com o professor, a formação na Politécnica de Paris é "muito ampla e de caráter mais científico", sendo assim, o estudante complementaria sua formação profissional na UFRJ. A proposta de convênio ainda deve ser formalizada e deverá tramitar na Câmara de Currículos para, então, ser apreciada e regulamentada pelo colegiado.

A propósito das críticas e denúncias dos estudantes da Faculdade de Direito, o representante do CT e presidente da Comissão Temporária de Alocação de Vagas, Antônio Cláudio, lembrou que muitas Unidades ainda não formalizaram a documentação para a contratação de professores substitutos para o ano de 2002. Antônio Cláudio lembrou que os contratos vigoram até 31 de dezembro e alertou que os atrasos na entrega de documentos podem gerar problemas para renovações e novos concursos, no futuro.

Como dizem por aí: demorou! A reitoria já está preparando a transição. Está confirmada a realização da primeira reunião dos sub-reitores de Vilhena com a equipe do professor Carlos Lessa. O encontro será no dia 2 de maio. Ainda para a garantir a tranqüilidade do processo, Gattass prometeu que fará um convite formal à professora Sylvia Vargas (CCS), sub-reitora de Graduação da equipe de Lessa, para acompanhar e intervir nas próximas reuniões do colegiado. O mesmo convite deve ser feito ao próximo sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, professor José Luiz Monteiro (CT).

Sobre o alojamento, Gattass informou que a reitoria ainda não conseguiu fazer a limpeza da caixa d'água e a dedetização do prédio. Segundo o reitor, o processo de licitação ainda está em curso.

Faltou: nada foi falado sobre a proximidade do prazo final para posionamento institucional da comunidade sobre a reformulação da resolução 01/99, que rege a periodização. O prazo para as Unidades, Centros e Departamentos entregarem o resultado de suas reuniões e deliberações sobre o assunto é 31 de maio.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL
ENCARTE ELEIÇÃO
EDIÇÃO DE 15 DE ABRIL 2002

Eleições do Andes-SN serão em maio

Professores de todo o país escolhem nova diretoria do Sindicato nos dias 22 e 23 de maio

O 21º Congresso do Andes-SN, realizado em Rio Grande (RS), além da atualização do plano de lutas do movimento docente e outras resoluções, foi também o espaço de apresentação de chapas que concorrerão à próxima gestão do Sindicato (2002-2004). Pela chapa 1, com a corrente "Andes Autônoma e Democrática", é candidato o professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas (Adufpel-SSind). Pela chapa 2, denominada "Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta", a candidata é a professora Maria Aparecida Ramos de Menezes, da Adufpb-JP.

As eleições nacionais para a Diretoria ocorrerão nos dias 22 e 23 de maio deste ano.

Atualmente, Lucas ocupa o cargo de vice-presidente da Regional RS e conta com o apoio do presidente do Andes-SN, Roberto Leher. Cida é presidente da seção sindical da Universidade Federal da Paraíba (seção João Pessoa) e pertence à corrente que dirigiu o Sindicato de 1998 a 2000. Durante a plenária do Congresso, os candidatos a presidente lançaram a campanha.

Neste encarte especial do boletim da Adufrj-SSind, apresentamos, nas páginas a seguir, artigos dos candidatos (páginas 2 e 3) e as nominatas completas das chapas, retirados da página eletrônica www.andes.org.br (página 4).

Calendário das eleições do Andes-SN

Até 20 de fevereiro de 2002

- são eleitores todos os sindicalizados do Andes-SN até 20/2/2002

Até 28 de março de 2002

- registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, dar-se-á até 28/3/2002

Até 30 de março de 2002

- Os eleitores devem estar em dia com suas contribuições até 30/3/2002

Até o dia 22 de abril

- as alterações previstas nas nominatas só serão consideradas pela Comissão Eleitoral Central se lhe forem comunicadas até 22/4/2002. Não se aplica aos candidatos aos cargos de Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro.

22 e 23 de maio - ELEIÇÕES

24 de maio

- A apuração dos votos nas Seções Sindicais. A apuração deverá estar concluída, impreterivelmente, até as vinte e quatro (24) horas do mesmo dia.

25 de maio

- As Comissões Eleitorais Locais deverão encaminhar, impreterivelmente, até as 12 horas, via meio eletrônico, para a Sede do Andes-Sindicato Nacional o resultado da eleição na sua respectiva Seção Sindical.

- A computação dos votos pela Comissão Eleitoral Central iniciar-se-á às 14 horas, estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais.

- Iniciada a apuração, os trabalhos somente se interrompem após a proclamação do resultado final.

Guilherme Lessa

LUIZ CARLOS LUCAS

CHAPA 1

Andes Autônoma e Democrática

As propostas da Andes Autônoma e Democrática para o movimento docente

Como olhar com bons olhos para uma conjuntura marcada, no plano internacional, pelo avanço militar do Império norte-americano sobre o terceiro mundo, sob o pretexto de combater o narcotráfico e o terrorismo, pelo massacre aos palestinos e pela crise na Argentina, resultante da cega aplicação da cartilha neoliberal ditada pelos organismos financeiros internacionais?

E o que dizer do Brasil, que caminha a passos largos na mesma direção, entregando a gestão do Estado às diretrizes emanadas de fora, através de um governo desgastado pela corrupção e pela crescente miséria do povo, agindo tal qual os regimes fascistas na repressão ao movimento social organizado? Qual a expectativa de mudança que podemos alimentar, numa conjuntura eleitoral em que até a oposição parece convencida de que só se elegerá prometendo manter tudo como está?

Na Universidade, que horizonte nos aguarda, cercados que estamos pelo arrocho salarial, pela escassez de verbas, pela vinculação das pesquisas ao mercado, pela pressão produtivista das "avaliações" que não avaliam o trabalho acadêmico e pelo canto da sereia da privatização interna, que avança através das fundações de apoio?

A perspectiva crítica e realista deve ser um princípio dos que encaram o mundo com o olhar da ciência. O conhecimento científico nos mostra a possibilidade de transformação deliberada das sociedades, não se podendo, portanto, aceitar o fazer acadêmico como álibi para o conformismo cético, ou para a adaptação passiva à ordem, através da busca de saídas individuais.

Os integrantes da Chapa 1- ANDES Autônoma e Democrática, ao pretenderem dar continuidade ao trabalho da atual gestão na Direção Nacional do Andes-SN, estão conscientes das dificuldades que terão de ser enfrentadas para representar a categoria docente numa conjuntura francamente adversa. Acreditam, porém, que, com ética e com a defesa de valores e princípios que inspiram as lutas do movimento por mais de duas décadas, é possível construir horizontes mais promissores a partir de uma intervenção coletiva.

Horizontes mais fecundos para a Universidade, que defendemos pública, realmente autônoma, onde a gratuidade seja um princípio aplicado a todas as atividades acadêmicas e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão seja a principal garantia de um padrão unitário de qualidade. Uma Universidade entendida como dever do Estado e direito dos cidadãos, referenciada socialmente no interesse da maioria da população e não tratada como um serviço submetido à lógica do mercado.

Para isso, defendemos uma concepção sindical que assume a democracia como valor, referenciada por uma perspectiva classista. Não agimos para garantir demandas cegamente corporativas, mas para enfrentar as propostas que, no plano internacional, vêm se esforçando por resolver a crise capitalista às custas dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. Esse é o quadro mais geral em que se inserem os ataques aparentemente pontuais à Universidade brasileira: só enfrentando-o poderemos defender nosso projeto de Universidade.

Uma concepção democrática de direção tem de se pautar pelo respeito intransigente às instâncias deliberativas de base – as assembléias gerais – e pelo cumprimento das deliberações dos fóruns nacionais – os CONADs e Congressos. A democracia requer, também, o debate público das diversas questões da Universidade. Por isso demanda o permanente fortalecimento da produção coletiva do conhecimento engajado, através dos grupos de trabalho do sindicato. Um sindicato democrático caracteriza-se igualmente pela representação de todos os sindicalizados, ativos ou aposentados, das carreiras de 3º e de 1º e 2º graus. Representar a todos significa defender propostas igualitárias em pautas e negociações que não excluem nenhum setor da categoria.

Uma concepção classista e democrática só se afirma através da luta consciente e coletivamente organizada. Não se enfrenta um projeto oposto ao nosso através de negociações de gabinete ou reuniões de confraternização com "autoridades". O sindicato deve estar sim em todos os espaços institucionais, porém sem abandonar a mobilização e a ampla discussão de todas as questões em pauta. Enfrentando nas ruas, mobilizando a partir das bases o conjunto da categoria para as lutas cotidianas no interior das instituições ou, quando necessário para vencer a resistência de governos submetidos aos interesses do capital financeiro em detrimento dos direitos da cidadania, construindo as greves. Como a grande greve do setor das federais de 2001, que, como as diversas greves estaduais entre 2000 e 2002, foi bem sucedida, reerguendo a confiança de boa parte da categoria na ação coletiva e, por sua condução resoluta e democrática, resgatando a confiança da categoria no sindicato.

Estes princípios, que sustentam nosso programa, se expressam em propostas para a educação e para a Universidade, tais como: a defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis e modalidades; a implementação da concepção do ANDES-SN para a Universidade Brasileira; a ampliação das verbas públicas para as Instituições Públicas de Ensino Superior, incluindo recursos para a sua expansão, na perspectiva da universalização; a remoção de todos os obstáculos colocados ao exercício pleno da autonomia universitária e da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; a implantação de um projeto de avaliação com o objetivo de aperfeiçoar as IES, com vistas ao padrão Unitário de Qualidade; Planos de Carreira e garantia de condições para a capacitação dos docentes das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES); e a manutenção dos CEFETs na estrutura da SESu-MEC, entendidos como Instituições Federais de Ensino Superior.

A estas se somam nossas propostas no campo da Ciência e Tecnologia, como: ampliação das verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à pesquisa, democratização de sua gestão, definição pública e democrática de suas prioridades; rejeição ao modelo privatista de financiamento de C&T, explicitado nos fundos setoriais e, especialmente, no projeto de lei de inovação tecnológica.

Nosso programa também apresenta propostas em defesa dos direitos dos trabalhadores em educação, sempre na perspectiva da isonomia e da paridade, como: manutenção dos aposentados nas folhas das IFES e IEES, com garantia de verbas orçamentárias para seu custeio; manutenção do Regime Jurídico Único como regime de trabalho dos servidores públicos; combate às diversas formas de contratação precária de docentes e luta pela abertura e realização de concursos públicos; incorporação das gratificações, como GAE e GED/GID das IFES, aos salários. E, frente à conjuntura de criminalização do movimento sindical, defenderemos: a garantia dos direitos sindicais e, particularmente, do direito de greve dos servidores públicos, combatendo o projeto de lei que "regulamenta" o direito de greve, e o direito de organização sindical nas Instituições Particulares de Ensino, com a defesa intransigente dos dirigentes dessas seções sindicais e luta pela expansão do Sindicato Nacional nessas instituições.

Por tudo isto, a Chapa 1 – ANDES Autônoma e Democrática, orgulha-se em apresentar-se como herdeira de duas décadas de tradição de luta deste sindicato e, em especial, como continuadora do trabalho desenvolvido nos últimos dois anos, em que nosso sindicato resgatou seu papel histórico no sindicalismo brasileiro.

Kelvin Melo

MARIA APARECIDA

CHAPA 2

Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta

Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta

Entenda o que segue apenas como um convite à leitura da Carta-Programa da Chapa 2 na eleição da Andes, onde poderão ser conhecidos os nossos objetivos. Chamamos a atenção também da matéria especial sobre a nossa chapa a ser publicada no próximo boletim "Informandes".

A Andes tem 21 anos, tendo surgido no I Congresso Nacional dos Docentes Universitários, realizado na UNICAMP em fevereiro de 1981. Foi fundada, como sabemos, em um momento especial da vida brasileira, quando o regime militar dava seus últimos espasmos e as lutas sociais cresciam.

A história da Andes deve orgulhar a todos nós. Quem se der ao trabalho de consultar os documentos históricos do Congresso de Campinas, perceberá a intenção daqueles colegas que fizeram história – a entidade nacional dos docentes universitários deveria constituir um espaço de participação dos docentes brasileiros em três dimensões inextricáveis: a de professor, a de pesquisador e a de cidadão brasileiro.

Devemos perguntar: a Andes, hoje, consegue articular bem essas três dimensões da vida docente? A pergunta é factível, pois ela o conseguiu nos primeiros anos.

A Andes já foi um espaço de grandes debates sobre a Universidade. Foi a Andes que lançou a bandeira da eleição direta dos dirigentes universitários. Foi também a Andes que formulou, em articulação com entidades civis como a SBPC, a OAB, a CNBB e a ABI, e em processo coletivo de consultas aos docentes de todo o país, entre 1982 e 1986, uma proposta consistente e democrática de reforma das Universidade brasileiras. Foi ainda a Andes que participou da campanha das diretas-já e que denunciou, em seguida, a *transição transada* (a expressão é de Jânio de Freitas) pelas elites conservadoras brasileiras no acordo da mal-fadada *"Nova República"* de Sarney.

Não devemos fantasiar o passado da Andes, mas tê-lo como referência no presente. Quando o passado se transforma em argumento retórico, justificador do *status quo*, estiola-se a história e ganha força a mitologia.

Se muito vale o já feito, mais vale o que será. Reconhecendo que os tempos são outros, mas as três dimensões da docência (o ensino, a pesquisa e a cidadania) são valores democráticos universais da profissão, nosso desafio hoje é formular um projeto político que aproveite todas as enormes potencialidades criativas dos docentes universitários brasileiros, de maneira a influenciar decisivamente os rumos da sociedade e da universidade. Esse é o importantíssimo papel da Andes. Caso ele não seja cumprindo, corremos o risco de ver definhar a instituição Universidade Pública, no Brasil.

Se o que afirmamos até o momento for verdadeiro, é essencial e urgente a tarefa de construir uma nova Andes. E nós somos dos que acreditam que *Uma Nova Andes é Possível – Plural e de Luta.*

Há, atualmente, dois projetos políticos em contenda no movimento docente brasileiro.

· Um *primeiro,* que se diz majoritário, empenhado em formar uma vanguarda ativa de poucos e bons. Essa maneira de fazer política, além de não aproveitar todo o potencial criativo existente nas Universidades, mais deforma do que forma. Cria um tipo de militante político despolitizado, fruto de uma cultura política primária, que tem muita dificuldade de conviver com o contraditório (a virtude da *fala,* com a qual Aristóteles definiu a política).

· Um *outro,* ciente de que a ANDES é um sindicato dos que exercem a função intelectual na sociedade, portanto deve ser um sindicato altamente participativo e politizado (e não partidarizado), ao mesmo tempo em que não pode e não deve abrir mão da defesa radical dos interesses – salariais e de condições de trabalho – específicos da categoria.

No desiderato de um sindicato altamente politizado, a Andes deve ser *plural* ou *pluralista.* Não há como se formar um espaço público na Universidade (e também na sociedade civil) abdicando do *pluralismo;* a prevalência de uma das idéias em disputa no espaço público só será hegemônica caso consiga se mostrar superior às demais, se tiver capacidade de persuasão. Não se trata da ilusão liberal de que todos os gatos são pardos, de que todos os interlocutores têm os mesmo recursos e possibilidades – isso seria fazer tábula rasa do poder do mercado, do Estado ou até das burocracias sindicais – mas recordar que a virtude encontra-se na direção política, jamais na coerção ou na decisão do (auto)isolamento (auto)suficiente. *Sem pluralismo não há democracia nem hegemonia verdadeira.*

Conquistar hegemonia na condição ideal de um espaço público democrático significa lutar para executar um programa, defender idéias e levá-las à prática. Os docentes que compõem a chapa *Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta* já foram testados em uma miríade de lutas, como a greve das Universidades Federais do ano passado, e a greve de 177 dias da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), encerrada no final de março do presente ano.

Da mesma *maneira* que milhares de ativistas de todos os países e de centenas de tendências políticas estiveram recentemente no *Fórum Social Mundial,* em Porto Alegre afirmando que *"Um Novo Mundo é Possível",* nós dizemos, trazendo o mesmo espírito do brado de Porto Alegre para a particularidade da docência universitária, que também *Uma Nova Andes e Possível: Plural e de Luta.*

Esperamos que a leitura da nossa Carta-Programa, que certamente será entregue por algum colega apoiador da Chapa 2 no seu local de trabalho, estabeleça um diálogo com todos os docentes universitários brasileiros. Não somos donos da verdade, mas temos idéias, conceitos e princípios a apresentar, para debate público. Se você se sentir identificado com nossas propostas, nossa home page é: www.novaandes.com.br

O poeta Manuel Bandeira escreveu um verso muito feliz, que dizia assim: *eu não quero mais saber da poesia que não seja libertação.* Se a política não conduz à liberdade, então essa não é a nossa política.

Um forte abraço,

Maria Aparecida Ramos de Meneses

Professora do DSS-UFPB, Doutora em Serviço Social (UFRJ). Candidata a Presidente da ANDES pela Chapa "Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta". E-mail: www.novaandes.com.br

Maria Aparecia Ramos de Meneses, 37 anos.
Professora do Departamento de Serviço Social da UFPB.
Há 11 anos leciona na instituição.
Doutora em Serviço Social (UFRJ).
Presidente da ADUFPB-JP (2000-2002).
Coordenadora do Setor de Estudos sobre Teoria Social, Trabalho e Cidadania (CECTS) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB.

CHAPA 1
ANDES AD - AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

Presidente: Luiz Carlos Gonçalves Lucas - ADUFPel S.Sind.
1º Vice-Presidente: José Domingues de Godoi Filho - ADUFMAT S.Sind
2º Vice-Presidente: Osvaldo Coggiola - ADUSP SSind
3ª Vice-Presidente: Maria Lia Silva e Reis - ADUCSal S.Sind
Secretário Geral: Celi Zulke Taffarel - APUB SSind
1ª Secretária: Ana Lúcia Barbosa Faria - SINDCEFET - MG
2º Secretário: Marlon Freire de Melo - ADUFPE SSind.
3ª Secretária: Maria Cristina Miranda da Silva - ADUFRJ S. Sind
1º Tesoureiro: José Vitório Zago - ADUNICAMP
2º Tesoureiro: Antônio Luiz de Andrade - ADUNESP S.Sind
3º Tesoureiro: Almir Serra Martins Menezes Filho - ADURN S.Sind

Regional Norte I
1º Vice-Presidente: Antônio José Vale da Costa - ADUA S.Sind.
2º Vice-Presidente: Jorge Luiz C. de Oliveira - ADUNIR S.Sind.
1ª Secretária: Janari Rui Negreiros - SESDUF-RR
2ª Secretária: Eloísa Winter Nascimento - ADUFAC S.Sind.
1º Tesoureiro: Welton Yudi Oda - ADUA S.Sind.
2º Tesoureiro: Edilson Lobo do Nascimento - ADUNIR S.Sind.

Regional Norte II
1ª Vice-Presidente: Vera Lucia Jacob Chaves - ADUFPA S. Sind
2ª Vice-Presidente: Adélia Benedita C. dos Santos - ADFCAP S.Sind.
1ª Secretária: Ana Rosa Peixoto de Brito - ADUFPA S.Sind.
2ª Secretária: Terezinha de Jesus Amaral Torres - ADUFPA S.Sind.
1º Tesoureiro: Benedito Gomes Santos Filho - ADFCAP S.Sind.
2º Tesoureiro: Arthur Leandro de Moraes Maroja - SINDUFAP

Regional Nordeste I
1º Vice-Presidente: José Eudes Baima Bezerra - VPR NE I
2ª Vice-Presidente: Rosilda Silva Dias - APRUMA S.Sind.
1º Secretário: José Aléxis Bezerra Leite - ADUFPI S.Sind
2ª Secretária: Maria Célia Leal e Silva - ADCESP S.Sind.
1º Tesoureiro: Francisco Antônio Loiola - ADUFC S.Sind
2ª Tesoureira: Maria da Conceição Lobato Muniz - APRUMA S.Sind

Regional Nordeste II
1º Vice-Presidente: Josevaldo Pessoa da Cunha - ADUFPB CG S.Sind
2ª Vice-Presidente: Zenilde M. B. de Morais - ADUFERPE S.Sind.
1ª Secretária: Ibiraci Maria Fernandes Rocha - ADURN S.Sind
2ª Secretária: Maria Luiza Martins Aléssio - ADUFEPE S.Sind.
1º Tesoureiro: Rubens Freire Ribeiro - ADUFPB-JP S.Sind
2º Tesoureiro: Emanuel Pereira Braz - ADFURRN S.Sind.

Regional Nordeste III
1ª Vice-Presidente: Maria Cristina da Rocha Mendes - ADUFAL S.Sind
2º Vice-Presidente: Antônio Ponciano Bezerra - ADUFS S.Sind
1ª Secretária: Claudete Sales Sampaio - ADUFS S.Sind
2º Secretário: Ferdinand Martins da Silva - ADUSC S.Sind
1ª Tesoureira Regional NE III: Terezinha Maria Barros Santos - ADUCSAL S.Sind
2º Tesoureiro Regional NE III: Harmensz Van Rin Morais de Assis - APUNI S.Sind.

Regional Planalto
1º Vice-Presidente: Alcir Horácio da Silva - ADUFG S.Sind
2ª Vice-Presidente: Ana Carla Dias Carvalho - ADCAC S.Sind.
1ª Secretária: Nádia Maria Farias Vaz - SESDUNIANA S. Sind
2º Secretário: Enoch José da Mata - ADUFG S.Sind.
1ª Tesoureira: Silva Rosa Silva Zanolla - ADUFG S.Sind
2ª Tesoureira: Zilda de Fátima Mariano - ADCAJ S.Sind

Regional Pantanal
1º Vice-Presidente: Carlos Roberto Sanches - ADUFMAT S.Sind
2º Vice-Presidente: Mário Luiz Alves - ADourados S. Sind.
1º Secretário: Aquiles Lazzarotto - ADUFMAT S.Sind
2º Secretário: Hermano J. H. de Melo - ADUFMS S.Sind.
1º Tesoureiro: Pedro de Assis e Silva Filho - ADUFMAT S.Sind
2º Tesoureiro: Odival Faccenda - ADUEMS S. Sind.

Regional Leste
1ª Vice-Presidente: Elisabeth Orletti - ADUFES S.Sind
2ª Vice-Presidente: Angela M. S. Ferreira - ASPUV S.Sind
1ª Secretária: Maria Rosimary Soares dos Santos - APUBH S.Sind.
2ª Secretária: Eunice Maria Godinho Morando - APESJF S.Sind
1º Tesoureiro: Gilberto Marques Pereira - SINDCEFET-MG
2º Tesoureiro: Valter Pires Pereira - ADUFES S.Sind

Regional Rio de Janeiro
1ª Vice-Presidente: Janete Luzia Leite - ADUFRJ S.Sind
2ª Vice-Presidente: Cláudia March Frota Souza - ADUFF S.Sind
1º Secretário: Marcelo Castanheira Ferreira - ADUNIRIO S. Sind
2º Secretário: José Eustáchio Bruno - ASDUERJ
1º Tesoureiro: Frederico José Falcão - ADURRJ S. Sind
2ª Tesoureira: Gelta Terezinha Ramos Xavier - ADUFF S.Sind

Regional São Paulo
1ª Vice-Presidente: Marília Leite Washington - ADUFSCar S.Sind
2º Vice-Presidente: Elisaldo L. A Carlini - ADUNIFESP S.Sind.
1º Secretário: Marco Antonio Sperl de Faria - ADUNIMEP S.Sind
2ª Secretária: Ana Maria Ramos Estevão - ADUNESP S. Sind
1º Tesoureiro: Adolpho Hengeltraub - ADUNICAMP
2º Tesoureiro: Rubens Barbosa de Camargo - ADUSP S.Sind.

Regional Sul
1º Vice-Presidente: Antonio de Pádua Bosi - ADUNIOESTE S.Sind.
2º Vice-Presidente: João Francisco Ricardo K. Negrão - APUFPR S.Sind.
1º Secretário: Luiz Allan Kunzle - SINDOCEFET-PR
2º Secretário: Evaristo Colman - ADUEL
1º Tesoureiro: Adilson Gil Tavares - SINDOCEFET-PR
2º Tesoureiro: Cássio Joaquim Moletta - APUFPR S.Sind.

Regional Rio Grande do Sul
1ª Vice-Presidente: Ceres Maria Ramires Torres - ADUFPEL S.Sind
2ª Vice-Presidente: Leda Carmen Wulff Gobetti - ADUFRGS S.Sind
1º Secretário: Francisco Carlos Duarte Vitória - ADUFPel S.Sind
2ª Secretária: Rejane Terezinha Pereira dos Santos - SEDUFSM SSind
1º Tesoureiro: Ângelo F. Maffissoni - APROFURG S.Sind.
2º Tesoureiro: Nelton Luis Dresch - ADUFRGS S.Sind.

CHAPA 2
UMA NOVA ANDES É POSSÍVEL: PLURAL E DE LUTA

Presidente: Maria Aparecida Ramos de Menezes - ADUFPB-JP SSind
1° Vice Presidente: Fernando Arthur Freitas Neves - ADUFPA SSind
2° Vice Presidente: Joviniano Soares de Carvalho - APUB SSind
3° Vice Presidente: Rosângela Carrusca Alvim - APUBH SSind
Secretário Geral: Helena Serra Azul Monteiro - ADUFC SSind
1° Secretário: Maria Auxiliadora Leal Campos - ADUPE SSind
2° Secretário: Eliane Leão -ADUFG SSind
3° Secretário: José Mastrangelo - ADUFAC SSind
1° Tesoureiro: Rubens Constantino Volpe Weyne - ADUFRGS SSind
2° Tesoureiro: Osni Jacó da Silva -APUFSC SSind
3°Tesoureiro: Sergio Gonçalves Corrêa - ADCEFET-RJ SSind

Regional Norte I
1° Vice Presidente: Antônio Levino da Silva Neto - ADUA SSind
2° Vice Presidente: Lucas Araújo Carvalho - ADUFAC SSind
1° Secretário: Lucicléia Barreto Queiroz - ADUFAC SSind
2° Secretário: Luiz Alberto Pessoni - SESDUF-RR SSind
1° Tesoureiro: Selma Sueli Baçal de Oliveira - ADUA SSind
2°Tesoureiro: Ise de Goreth Silva - SESDUFRR SSind

Regional Norte II
1° Vice Presidente: Ari de Sousa Loureiro - ADUFPA SSind
*2° Vice Presidente:*Marilucia Barros de Oliveira - ADUFPA SSind
1° Secretário: José Wilson Nunes Fernandes - ADUFPA SSind
2° Secretário: Wilson da Costa Barroso - ADUFPA SSind
1° Tesoureiro: Aluizio Fernandes da Silva Junior - ADUFPA SSind
2° Tesoureiro: Raimundo Bartolomeu Pereira de Souza - ADUFPA SSind

Regional Nordeste I
1° Vice Presidente: Cleide Maria Teixeira Veloso dos Passos - ADCESP-SS SSind
2° Vice Presidente: Sandra Helena de Souza - ADUNIFOR SSind
1° Secretário: Lucineide Morais de Souza- ADUFPI
2° Secretário: Pedro Alberto Campelo - ADUFC SSind
1° Tesoureiro: Mario Ângelo de Meneses Sousa - ADUFPI
2°Tesoureiro: Aécio Alves de Oliveira - ADUFC SSind

Regional Nordeste II
1° Vice Presidente: José Cristovão de Andrade - ADUEPB-SS SSind
2° Vice Presidente: Simone Elizabeth Duarte Coutinho - ADUFPB- JP SSind
1° Secretário: Pedro Antônio de Lima Santos - ADURN SSind
2° Secretário: Hermano Nepomuceno Araújo - ADUFPB-CG SSind
1° Tesoureiro: Cícero Monteiro de Souza - ADUFERPE SSind
2°Tesoureiro: Florival Rodrigues de Carvalho - ADUFEPE SSind

Regional Nordeste III
1° Vice Presidente: Maria Rita de Oliveira Oliveira - APUB SSind
2° Vice Presidente: Antonio Passos Lima - ADUFAL SSind
1° Secretário: Dulce Maria Mafra Oliveira - ADUSB
2° Secretário: Ruy Aguiar Dias - ADUNEB SSind
1° Tesoureiro: Getúlio Barbosa de Oliveira - ADUCSAL SSind
2°Tesoureiro: Maria Pontes de Aguiar Campos - ADUFS SSind

Regional Leste
1° Vice Presidente: João Mauricio Lima de Figueiredo Mota -APUBH SSind
2° Vice Presidente: Angelo Gil Pezzino Rangel - ADUFES SSind
1° Secretário: Lucio Flávio F. Costa - ADUNIMONTES SSind
2° Secretário: Manoel Ribeiro da Silva - APROEFEI SSind
1° Tesoureiro: Jaime Roberto Teixeira Rios -ADUFOP SSind
2°Tesoureiro: Maria Cândida de Pádua Coelho - ADUFU SSind

Regional Planalto
1° Vice Presidente: Ana Lucia Carneiro Sarmento - ADUNB SSind
2° Vice Presidente: Abraão Garcia Gomes - ADUFG SSind
1° Secretário: Iara Barreto - ADUFG SSind
2° Secretário: Ronaldo da Silva - ADCAC SSind
1° Tesoureiro: João Batista de Deus - ADUFG SSind
2°Tesoureiro: Ebnezer Maurilio Nogueira da Silva - ADUNB SSind

Regional Pantanal
1° Vice Presidente: Paulo Marcos Esselin - ADUFMS SSind
2° Vice Presidente: Anderson Glreller Froehlich - ADUNIMAT SSind
1° Secretário: Antonio Firmino de Oliveira Neto - ADUFMS SSind
2° Secretário: Wilse Arena da Costa - ADUFMAT/Roo SSind
1° Tesoureiro: Lauro Bulaty - ADUFMS SSind
2°Tesoureiro: Jeovani Lemes de Oliveira - ADUNEMAT SSind

Regional Rio de Janeiro
1° Vice Presidente: Paulo Roberto Monteiro Peres - ADUFRJ SSind
2° Vice Presidente: Willian Gonçalves Soares - ADUNI-RIO SSind
1° Secretário: Julio Cezar Vaz da Silva - ADCEFET-RJ SSind
2° Secretário: Inês Emília de Moraes S.Patrício - ADUFF SSind
1° Tesoureiro: Ricardo Santos - ASDUERJ
2°Tesoureiro: Dario de Souza Castello - ADUFF SSind

Regional São Paulo
1° Vice Presidente: Emerson Pires Leal - ADUFSCar SSind
2° Vice Presidente: Matilde Alzeni dos Santos Melo - ADUFSCar SSind
1° Secretário: Dilma de Melo Silva - USP-SBC
2° Secretário: José Ricardo Figueiredo - UNICAMP
1° Tesoureiro: Fátima Maria Balduíno dos Santos - ADUFSCar SSind
2°Tesoureiro: Luis Alfredo Chinali - ADUNESP SSind

Regional Sul
1° Vice Presidente: Paulo Cesar de Freitas Mathias - VPR-SUL SSind
2° Vice Presidente: Elizabeth de Araujo Schwarz - APUFPR SSind
1° Secretário: Milton Divino Muniz - APUFSC SSind
2° Secretário: Maria Helena Almança - APUFSC SSind
1° Tesoureiro: Rosana Moreira da Rocha - APUFPR SSind
2°Tesoureiro: Bernardete Wrublevski Aued - APUFSC SSind

Regional Rio Grande do Sul
1° Vice Presidente: João Eduardo da Silva Pereira - SEDUFSM SSind
2° Vice Presidente: Regina Helena Rodrigues Gonçalvez - ADUFPEL SSind
1° Secretário: Ligia Maria Ávila Chiarelli - ADUFPEL SSind
2° Secretário: Daniela Marzola Fialho - ADUFRGS SSind
1° Tesoureiro: Maria Conceição Tassinari Stumpf - ADUFRGS SSind
2°Tesoureiro: Joel Abílio Pinto dos Santos - SEDUFSM SSind

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 58 • 22 de abril de 2002

Conselho de Representantes

22 de abril segunda-feira

18:00 horas

sede da Adufrj-SSind
CT, bloco D, sala 200
Ilha do Fundão

Pauta

Planejamento de atividades para 2002;
Ampliação do Conselho;
Grupos de Trabalhos da Adufrj-SSind;
Acordo Coletivo de Trabalho (2002/04) dos funcionários da Adufrj

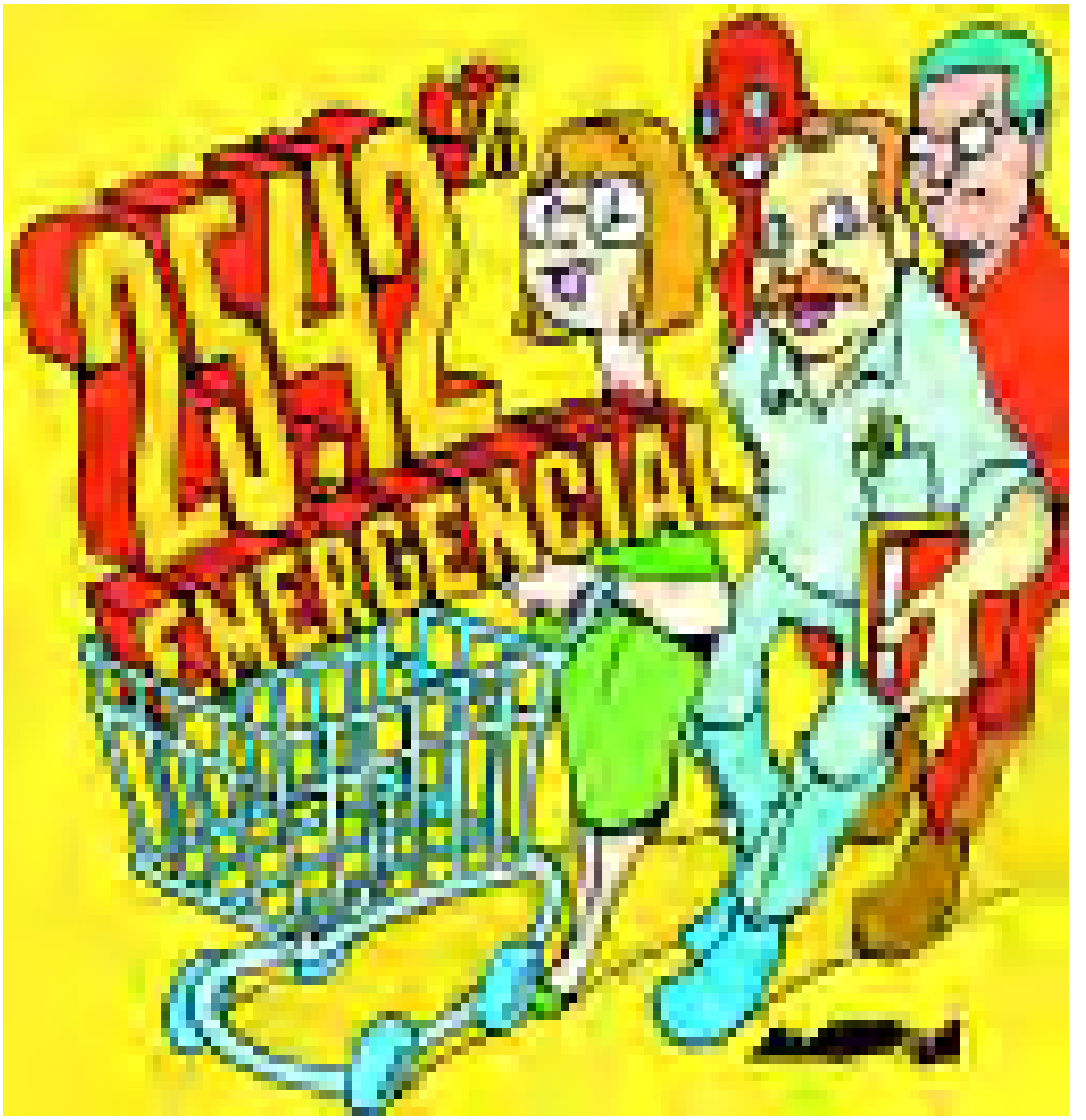
Aberto a todos os sindicalizados

UFRJ disputa R$ 10 milhões da Finep
Página 3

MEC só libera 500 vagas para federais
Páginas 4 e 8

Escândalo na organização do Provão
Página 5

Le Monde
"Por trás de Sílvio Berlusconi, os novos *condottieri*"
Páginas 6 e 7



Campanha Salarial 2002 reafirma luta unificada

Página 8

Manifesto

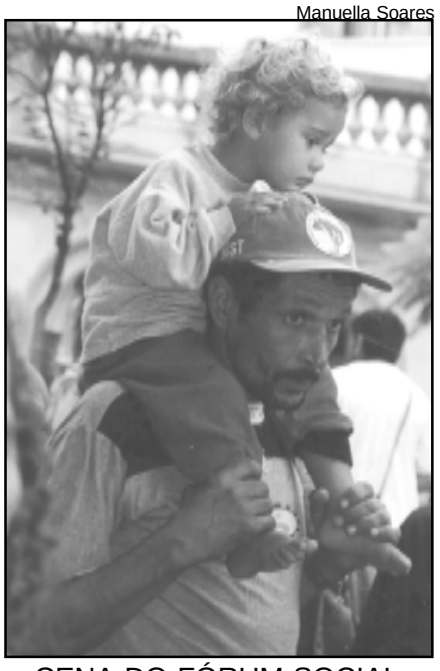
Manifesto da Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária

Durante sete dias de intensas atividades estivemos, o MST, FAPERJ e LPP-UERJ realizando a SEMANA NACIONAL DA CULTURA BRASILEIRA E DA REFORMA AGRÁRIA, mostrando que é possível unir cultura, ciência e política para animar os sonhos em busca de um futuro melhor. Trouxemos dos mais distantes lugares do Brasil as cicatrizes de nossa história de sofrimento, repressão e desilusões. As costuramos com as cicatrizes da população pobre dos morros e comunidades que trazem no sangue e na alma a mesma força e esperança de construirmos uma Pátria Livre da dominação econômica, política, ideológica, moral e cultural, imposta pelos Estados Unidos.

Aproveitamos o espaço da universidade para marcar com nossos pés e modas de viola os sinais da cultura camponesa que resiste, alimentada pelas raízes de nossos antepassados que permanecem vivas na consciência do povo brasileiro.

Resgatamos os verdadeiros valores da arte brasileira. Misturamos sentimentos e afetividade com melodias sertanejas e o samba que habita os morros onde fomos recebidos com abraços de solidariedade. O Brasil caboclo está vivo e latente na memória de nosso povo, onde a simplicidade não permitiu que houvesse a separação entre campo e cidade des-

Manuella Soares



CENA DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, EM POA

de as mais remotas décadas. Os problemas, com suas diferenças, demonstram que as causas e seus causadores são os mesmos, aqui e acolá. Os que torturam, prendem e matam na cidade são os mesmos que arrancam de nossas veias o sangue rebelado e impedem a realização da reforma agrária. Percebemos que os valores, o respeito e os cuidados pela vida e pela cultura estão relegados ao esquecimento. Nos impõem todos os tipos de falsificações. Nos descaracterizam como seres humanos e como nação soberana.

Esta semana reascendeu em nós o orgulho de sermos Sem Terra e produzirmos com nossas mãos esta identidade guerreira. Juntos tecemos a esperança de fazermos através da luta contra o descaso, a dominação e a imposição cultural, um objetivo comum entre campo e cidade. O resgate do desenvolvimento da verdadeira cultura popular somente virá com a efetiva participação do próprio povo explorado. Levamos para nossas casas o calor dos abraços e da afetividade que recebemos nas universidades, nos morros e comunidades. Esta força animará nossos passos para resistirmos e lutarmos contra o latifúndio, o modelo econômico e o imperialismo norte americano.Voltamos com a esperança de que as sementes de um mundo melhor estão germinando e não tardará o dia da colheita.

Convocamos a levantarem-se pela reconstrução da cultura, pela libertação da terra e pela instituição das bases de um novo projeto para o Brasil soberano e socialista, todos aqueles e aquelas que têm esperança e confiam no povo e no futuro.

Só a luta pode construir a verdadeira cultura do povo brasileiro.

* Este texto foi produzido ao final da Semana de 18 a 24 de março, realizada na Uerj, e que teve uma edição paralela na UFRJ

Anote

Campanha Nacional contra a Alca

Como parte da Campanha Nacional contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), ocorrerá, em quase todos os estados, cursos de formação sobre a Alca. A intenção é formar militantes que multipliquem o debate sobre o tema, antecedendo o plebiscito da Alca na semana da pátria (1 a 7 de setembro). No Rio, o curso acontece nos dia 4 e 5 de maio. O local é o Centro de Educação Integral (CEI) de Quintino, que fica na Rua Clarimundo de Melo 847, em Quintino. Contato e inscrição: sec_operativa@hotmail.com. Telefones: 2532-1398 ou 2533-3409.

Imprensa Sindical

No dia 30 de abril, será aberta a Mostra de Imprensa Sindical Brasileira, às 19h, na antiga sede do Sindipetro/RJ, localizada na Avenida Presidente Vargas, 502/20º andar. O evento tem a promoção do Núcleo Piratininga de Comunicação, do Sindipetro/RJ e da CUT/RJ e o apoio do Sintufrj, Sindicato dos Bancários/RJ e Escola de Serviço Social da Uerj. Será realizado debate com os professores de história da UFF René Dreifuss e Marcelo Badaró e a jornalista Claudia Santiago.

Jurídico

Adufrj-SSind questiona Procuradoria sobre PSS

Em reunião no dia 17/4 com a assessoria jurídica e o presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, a Procuradoria da UFRJ disse desconhecer os motivos da universidade para não ter devolvido o desconto indevido do PSS nos contracheques dos professores. O procurador Alexandre Cintra comprometeu-se a dar um parecer sobre a situação até esta segunda-feira, 22 de abril. A assessoria da seção sindical aproveitou a ocasião para entregar ao procurador uma lista dos cinco casos em que já houve ganho de causa na Justiça para a Adufrj-SSind e sobre os quais a universidade ainda não se manifestou. Além do próprio PSS, são citados os abonos pecuniários (em três anos) e o pagamento da GID aos aposentados, com efeitos retroativos (devido à liminar deferida em agosto de 2000).

Movimento

Professores estaduais mantêm greve

Matéria de O Globo (19/4) informa que a proposta do governo do estado foi recusada pelos professores da rede pública estadual, que decidiram manter a greve que já dura 44 dias, até esta quarta-feira (24/4), pelo menos, quando se realizará nova assembléia geral da categoria. O sindicato rejeitou o parcelamento — de quatro a 12 vezes, de acordo com o nível — proposto para o cumprimento do plano de carreira da categoria não abrindo mão do pagamento integral em parcela única. A proposta do governo inclui cumprimento do plano de carreira em quatro vezes para professores do nível 1 a 4 e para professores II com carga horária de 40h semanais. Os de nível 5 e 6 receberiam em oito vezes e os de nível 7 a 9, em 12.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

UFRJ disputa R$ 10 milhões do Fundo de Infra-estrutura para 2002

Recursos do primeiro edital de infra-estrutura ainda rendem polêmica na universidade

Está instaurada mais uma desagradável competição entre todas as universidades do país. É a chamada do fundo de infra-estrutura 3 da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – órgão vinculado ao Ministério da Ciência & Tecnologia -, que vai distribuir cerca de R$ 100 milhões para apoio à pesquisa nas instituições. Na UFRJ, um fórum informal de decanos e diretores vem discutindo o assunto há semanas e apresentou ao Consuni de 18/4 uma proposta para concorrer a R$ 10 milhões do montante geral.

Por falta de quórum (muito devido às férias dos docentes e alunos), o Conselho Universitário não teve condições de deliberar sobre nada, mas encaminhou o projeto para análise da Comissão de Desenvolvimento do colegiado. Os representantes deste setor do Consuni devem dar o seu parecer em sessão convocada para esta semana, quinta-feira (25/4), pela manhã. E o tempo urge. O dia seguinte, 26 de abril, é o prazo final para recebimento dos projetos na Finep.

Uma vez que a primeira proposta da UFRJ foi muito bem avaliada no edital de infra1 (não existiu o infra2 – isso é uma numeração da agência), a comissão resolveu seguir os mesmos parâmetros. Foi feita uma divisão da universidade em módulos e, dada a produção acadêmica de cada lugar, procedeu-se a uma distribuição proporcional dos recursos (veja quadro). De novidade, em relação ao infra1, existe a inserção do Centro de Letras e Artes no projeto da UFRJ e do Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI), que foram jogados para escanteio na primeira chamada, por critérios da Finep. Outro ponto novo é que, além da chamada recuperação dos prédios (que foi a marca do primeiro projeto), cerca de 60% do montante pedido será direcionado efetivamente para a parte de pesquisa.

Infra1 ainda gera polêmica na UFRJ

Para quem não se lembra, no ano passado, a universidade conseguiu cerca de R$ 12, 5 milhões na primeira chamada do fundo de infraestrutura. Graças a uma arrastada discussão (entrando pela via jurídica) entre a sub-reitoria de Patrimônio e finanças da UFRJ e a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) – escolhida pelo Consuni para gerenciar o dinheiro -, os recursos só começaram a chegar há aproximadamente um mês... na SR3. Obedecendo a um cronograma de desembolso da Finep, a reitoria levou 60% do montante (R$ 7,4 milhões) e, se forem gastos 80% dessa parcela até setembro/outubro, a universidade poderá pedir os 40% restantes.

Os integrantes da comissão estavam esperançosos de que, com outro reitor já no poder, essa relação com a Finep fique mais facilitada (tanto para recebimento dos 40% restantes, como para a totalidade dos recursos a serem conseguidos com a segunda chamada do fundo de infra).

Andes-SN é contra os fundos setoriais

Entre a reitoria e a FUJB, o movimento docente não fica com ninguém. Como não cansou de falar o sub-reitor Gattass durante a reunião do Consuni, a corrida ao dinheiro dos fundos setoriais é uma competição (que não deveria existir) entre as universidades do país. A diretoria do Andes-SN defende a alocação de verbas nas instituições não condicionadas a programas de governo, como os fundos setoriais ou os Institutos de Milênio, ligados a setores específicos do mercado.

Consuni critica postura de Vilhena

Independente de ser mais uma criação mesquinha dos ministérios de FHC, qualquer programa fica pior na UFRJ de Vilhena. Vários integrantes do Consuni criticaram a atitude do reitor no tratamento do fundo de infra-estrutura. Lembrou-se que Arouca e Vilhena pouco participaram na criação do primeiro projeto (e nada fizeram desta segunda vez) e, somente com os recursos já garantidos, entraram na luta pelo gerenciamento do dinheiro. E o Consuni havia escolhido a FUJB para cuidar do dinheiro da Finep. O conselheiro Carlos Maldonado resumiu bem a indignação do colegiado: "O Consuni quase não se reúne, porque não é convocado; só se reúne quando se precisa dele e, quando aprovamos algo, só se executa a parte que interessa", afirmou. Ao final, foram vários os pedidos para que a convocação da sessão do conselho desta quinta (25) seja a mais ampla possível para garantir o quórum e a aprovação do projeto.

Rápidas do Consuni

Comissão do vestibular fará concursos

Os técnicos-administrativos levaram ao colegiado a surpreendente notícia colhida na reitoria de que os concursos para a categoria serão organizados pela comissão de vestibular. O decano do CCS e vice-reitor eleito, Sérgio Fracalanzza, criticou a decisão, uma vez que a comissão já fica bastante ocupada com sua atribuição natural do vestibular.

Reitoria "garfa" vagas de funcionários

Também os técnicos-administrativos reclamaram de que tentaram, sem sucesso, participar do processo de distribuição de vagas da categoria pela UFRJ. Apesar de tudo ser um resultado do esforço de greve do sindicato, a reitoria pegou o processo embaixo do braço e enviou para Brasília uma proposta que não levou em conta a realidade das Unidades. Vilhena só não contava que o MPOG ia vetar a quantidade de vagas dada no primeiro prazo (8,5 mil vagas). O processo foi novamente reaberto e o Sintufrj espera poder influir nesta oportunidade.

Proposta da Comissão para divisão da verba do Infra3

31,25%	CCS
31,25%	CT/CCMN
7,25%	Reitoria+Letras
12,5%	Praia Vermelha (campus)
12,5%	Unidades isoladas
5,25%	Sistema de Bibliotecas e Informação

Resenha

Itália realiza gigantesca greve geral

As três principais centrais sindicais da Itália realizaram uma gigantesca greve geral no dia 16 de abril. As entidades reuniram mais de 2 milhões de pessoas nas manifestações de rua contra a proposta do primeiro-ministro, Silvio Berlusconi, de modificações na legislação trabalhista. Lá, como cá, o governo quer facilitar a demissão de trabalhadores. Foi a maior paralisação no país em duas décadas.

Ciência a juros

O Jornal da Ciência Online, de 15/4, divulgou que o Ministério da Ciência e Tecnologia estará abrindo três novos programas de incentivo à inovação tecnológica. A novidade, desta vez, é que são incentivos diretos às empresas e com a cobrança de juros. Os novos recursos fazem parte do decreto presidencial assinado dia 11/4 que regulamenta a Lei 10.332, de dezembro de 2001, e institui mecanismos de financiamento para a C&T.

Com os novos programas, pequenas e médias empresas, mesmo que não tenham Imposto de Renda a pagar, pode ser subvencionadas com dinheiro do Orçamento Fiscal para programas de desenvolvimento tecnológico. A segunda linha de recursos permitirá a Finep emprestar recursos do Fundo Verde Amarelo de Integração Universidade Empresa, a juros de 6% abaixo da Taxa de Juros de Longo Prazo para os 'inovadores'. A Finep espera dobrar seus recursos, na ordem de R$ 1,8 bilhão. O terceiro instrumento é o incentivo ao capital de risco, ou na forma de aporte de capital, a empresas de base tecnológica, ou na forma de mecanismos de liquidez para fundos de capital de risco.

Autonomia para centro universitário é aprovada

Matéria da Agência Câmara de 10/4 informa que a Comissão de Educação, Cultura e Desporto aprovou uma proposta que concede maior autonomia aos centros universitários. Pelo texto aprovado, os centros universitários credenciados pelo Conselho Nacional de Educação poderão, assim como as Universidades, criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior. As instituições poderão ainda remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes. Os centros terão autonomia também para registrar os diplomas emitidos, não necessitando mais de autorização do MEC para validá-los. A oposição não ficou satisfeita. "Equiparar os centros universitários privados às Universidades sem exigir dessas instituições investimentos em pesquisa e manutenção da qualidade de ensino é um absurdo. Esse projeto é mais um privilégio concedido pelo Governo Federal ao ensino privado", afirma Gilmar Machado (PT-MG).

Colegiados

UFRJ recebe 15 vagas novas

Colegiados acadêmicos aguardarão a constituição da Comissão Permanente (Copav) para alocar as vagas

Ninguém falou que as novas vagas anunciadas na sessão conjunta CEG/CEPG (19/4) para as universidades públicas são fruto de mais de cem dias de greve da categoria, no ano passado. Das 2 mil vagas estabelecidas pelo MEC com o Comando Nacional de Greve do Andes-SN, como um dos itens para o término da greve, o governo, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, baixou uma portaria (nº 155, de 15/4) destinando apenas 500 certificados para abertura de concursos docentes nas instituições. O sub-reitor Ricardo Gattass ainda tentou capitalizar as novas vagas como sendo benefícios de uma articulação da reitoria Vilhena com o ministério, cinismo que passou despercebido pela maioria.

Apesar de não terem se dado conta de que estavam distribuindo o resultado de um calote (na verdade, o governo sumiu com 1.500 vagas conquistadas com a greve), os representantes dos colegiados superiores tiveram o bom senso de impedir que a reitoria Vilhena aproveitasse o finalzinho da gestão para distribuir novos 'presentes' aos seus aliados, se é que ainda possui algum. O sub-reitor Ricardo Gattass bem que tentou convencer os conselheiros de graduação e Pós-Graduação a juntar as vagas que sobraram da última Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) e da reserva técnica do reitor, alocadas em 2001, com as novas vagas de 2002. A idéia de Gattass era nomear uma nova Cotav. Ao todo, o sub-reitor estava contando com cerca de 20 vagas que não foram preenchidas do edital de 2001, mais 15 vagas novas que sobrariam do montante que cabe à UFRJ para 2002. À universidade coube 32 vagas de Adjunto, mas 17 terão que ser devolvidas. Estas vagas foram "conseguidas" por Gattass para atender aos caprichos de Vilhena, que não abriu mão de sua recheada reserva técnica, no ano passado.

Conselhos impedem nova distribuição de Vilhena

Os conselhos rejeitaram a idéia e aprovaram que as vagas que sobrarem das Unidades do edital de 2001 serão remetidas à Comissão Permanente de Pessoal Docente. As Unidades devem encaminhar à CPPD as indicações sobre reabertura de concurso e mudança de nível para a vaga em questão, caso desejarem (de adjunto para professor assistente, por exemplo).

As 15 vagas novas (12 para professores Adjuntos e 3 para Titulares) têm, de acordo com a portaria 155, seis meses para que sejam alocadas e para que os concursos sejam abertos. Os conselheiros estavam cientes de que, sendo 2002 um ano eleitoral, estas vagas só serão efetivamente ocupadas em 2003. Isto porque, pela portaria, se a seleção e contratação não fossem feitas até 6 de julho, a nomeação do aprovado só seria efetivada no ano que vem. Mas ainda assim, por 12 votos contra sete, CEG e CEPG decidiram não nomear uma Cotav neste momento. Os conselheiros resolveram destinar três das novas vagas de Adjuntos para a Faculdade de Psicologia (que receberá uma) e para a Escola de Comunicação (que ficará com duas). Porém, as novas alocações só serão definidas e o restante redistribuído - 9 vagas de Adjunto e 3 de Titulares - após a criação de uma Comissão Permanente de Alocação de Vagas Docentes (Copav). A Copav, segundo o professor Márcio Stillac, autor da proposta, deve ser estruturada após a nomeação da reitoria de Carlos Lessa, em junho.

Alunos do CAp estão sem professores para 2002

Não foi por falta de aviso: como foi anunciado pela representante do CFCH, Ana Lúcia Souto Mayor, no início do ano, o Colégio de Aplicação já está sofrendo com a falta de professores. Segundo a diretora do CAp, Militza Bakich, algumas turmas da 5ª série estão sem aulas de matemática e inglês, por exemplo. A diretora e a presidente da Associação de Pais e Alunos (Apacap), Cristina Campelo, fizeram um apelo ao CEG, na sessão de 17/4, para que aceitasse o recurso feito à Cotav (atualmente extinta) para que as dez vagas oriundas de exonerações e aposentadorias fossem consideradas na próxima alocação de vagas. As vagas do CAp foram aprovadas junto ao CFCH, mas foram rejeitadas pela Cotav por se tratarem de vagas para a carreira de 1º e 2º Graus. O argumento foi refutado por Militza e Ana Lúcia. Elas lembraram o reconhecimento do próprio colegiado de que o corpo docente do CAp exerce atividades de ensino, pesquisa e extensão, caracterizando, portanto, o trabalho equivalente ao dos docentes da carreira do terceiro grau.

Militza solicitou ainda aos conselheiros que considerem o pedido do colégio para a abertura de cinco vagas para professores substitutos. A intenção é preencher as vagas dos professores que se afastaram para ocupar os cargos da direção da Unidade, no final do ano passado, e liberá-los para suas atividades administrativas. Neste caso, a professora pode falar com experiência própria. "Como diretora tenho que interromper as aulas para resolver problemas que são da minha única competência".

Substitutos chegam a 33% do quadro

Do quadro efetivo, o CAp tem hoje 33% de docentes em regime de trabalho temporário. " O CAp não é só aula, atendemos à licenciatura, orientamos alunos, fazemos pesquisa e extensão. Poderíamos redistribuir a equipe com o aumento da carga horária de cada um, mas deixaríamos de ter o nosso perfil e passaríamos a ser uma escola comum". A qualidade do trabalho desenvolvido no colégio foi atestada pela representante dos pais. Cristina relatou a experiência de 13 anos como mãe de três 'capianos'. "A falta de professores vem se agravando. Faltam também funcionários", criticou. Cristina disse que a Apacap está ao lado dos professores e reforçou o pedido por mais vagas para a Unidade da Lagoa.

Rápidas do CEG

De volta à folhinha rosa

Desta vez, o sub-reitor Ricardo Gattass reconheceu: as Unidades que não conseguirem realizar os procedimentos acadêmicos no Sistema de Gerenciamento (SIGA) devem tentar proceder manualmente. Ou seja, lançamentos de notas, inscrições de alunos e previsão de turmas – atos mais emergentes para o início do período letivo de 2002 – devem ser feitos nos velhos formulários em papel, ou nas folhinhas brancas e rosas tão conhecidas das secretarias de ensino. Como e quando vai começar a operar normalmente o sistema na *intranet* da UFRJ ninguém sabe. Mas uma coisa é certa para o sub-reitor: "Será um salto tecnológico".

SIGA para onde?

O "salto" não convenceu. Os tropeços no uso dos sistemas eletrônicos têm deixado traumas na comunidade e a maioria dos conselheiros ainda tem receios quanto às promessas tecnológicas da reitoria Vilhena. Mesmo com a possibilidade de as Unidades voltarem a utilizar os formulários em papel, ficou decidido no CEG que os prazos para os atos acadêmicos de 2002 serão ampliados até que o SIGA esteja operando.

Recursos

Gattass anunciou a chegada de R$ 1,450 milhão da Secretaria de Ensino Superior (Sesu) para o Programa de Modernização da Gestão (PMG) e o Programa de Aperfeiçoamento das Condições de Oferta (PCO). Ao todo, de acordo com o edital disponível na página da universidade (www.graduacao.ufrj.br/sr1/pco.html), os programas contam com um total de R$ 2,320 milhões para a graduação. A diferença de R$ 870 mil deve sair dos cofres da reitoria. Gattass informou apenas sobre o montante da Sesu: disse que metade – R$ 725 mil – será repassada aos projetos contemplados em maio. A outra metade fica para junho. Os projetos oriundos das Unidades foram avaliados no ano passado.

Vestibular 2003

Continua na pauta do CEG a definição do edital do próximo concurso de vestibular. A principal deliberação da última quarta-feira foi um cronograma de discussão do edital, apresentado pelo coordenador acadêmico, Herli Menezes. De acordo com a previsão aprovada, a discussão do modelo de provas, avaliação e o ingresso para as carreiras 'performáticas' (dança, música etc) acontece até a sessão de 22 de maio. Os cursos novos devem ser aprovados para inserção no edital até a sessão de 5 de junho. A oferta de vagas deve ser decidida até a sessão de 12 de junho, quando deve ocorrer, também, a definição completa do edital.

Remuneração das bancas

A propósito do vestibular, foi sugerido um aumento na remuneração dos avaliadores das bancas de prova. A proposta partiu do próprio Herli, em relação aos avaliadores de Língua Portuguesa que, segundo o coordenador do concurso, trabalham em dobro. Eles corrigem duas provas (Língua Portuguesa e Literatura e Redação). Para a representante Ana Lúcia Souto Mayor (CFCH), não só os avaliadores de Português merecem mais do que os R$ 2 mil recebidos atualmente por 28 dias de correção. Ana relatou que a UFF paga R$ 900 por quatro dias de trabalho aos seus avaliadores.

Movimento

Escândalo na organização do Provão

Responsável pela organização do concurso, a Fundação Cesgranrio utilizava infra-estrutura e pessoal do IBGE

Que o movimento docente reprova o Provão do MEC por razões acadêmicas todo mundo já sabia. Só que agora existe mais um motivo para não tolerar o exame do ministério: descobriu-se há pouco tempo que a Fundação Cesgranrio, responsável pela organização das provas, utiliza a infra-estrutura e pessoal de um órgão público em suas ações. Uma rede paralela formada dentro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está envolvida com a entidade privada que possui boa relação com o ministro Paulo Renato, ex-candidato à presidência e ex-candidato ao Senado (veja quadro).

A denúncia foi feita no jornal nº 16, de março deste ano, do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Instituições e Fundações Públicas Federais de Pesquisas Estatísticas e Geográficas (Assibge-SN). De acordo com a matéria, data de 1996 a primeira experiência de "parceria" entre a Cesgranrio e um grupo de dirigentes e chefias do IBGE. Naquele ano, a então Coordenadora Operacional de Censos (COC), Maria Wilma Salles Garcia teve a tarefa de coordenar toda a rede de pessoas do instituto escalada para trabalhar no Provão e no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Em 2000, ocorre a retribuição das "gentilezas": a Fundação Cesgranrio é, coincidentemente, escolhida para realizar provas de escolha de pessoal censitário. Em 2002, também a Cesgranrio tem a responsabilidade do exame.

A matéria é farta em citações de documentos que comprovam as ligações entre as duas entidades. O comprometimento fica mais patente em um *e-mail* enviado dentro da rede interna do IBGE em 23 de agosto de 2001, quando a sucessora de Maria Wilma na COC, chamada Vera Affonso, pede precaução aos envolvidos: "Tomei conhecimento que entidades externas ao evento ENEM 2001 estão atuando a fim de melar a aplicação das provas e comprometer a todos nós. Não é brincadeira nem tampouco terrorismo, os fatos foram reais e terão sérios desdobramentos (...)". No final da mensagem, preocupada com um erro na realização dos exames, Vera avisa: " (...) basta um candidato denunciar para a mídia que perdeu as provas por erro de informação no cartão de confirmação para que a Cesgranrio seja responsabilizada e seja colocada em cheque por conta de um erro nosso."

COMUNIDADE ACADÊMICA GANHOU MAIS UM MOTIVO PARA PROTESTAR CONTRA O MINISTRO

Direção do IBGE está calada

A Executiva Nacional da Assibge-SN já entregou todo o material que baseia a denúncia para o Ministério Público e para a Corregedoria Geral da União, há cerca de um mês. Além disso, alguns parlamentares como o deputado Walter Pinheiro (PT-BA) já foram contatados e informados da situação. Suzana Lage Drummond, dirigente do sindicato, acredita que as investigações pelo MP já tiveram início.

A montagem desta rede de serviços paralela ao IBGE fere a legislação do Regime Jurídico Único (Lei 8.112/90). Em seu artigo 117, é vedado ao servidor público federal: utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias e exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

Para o sindicato, resta aos dirigentes do instituto, que já têm conhecimento do problema, esclarecer os fatos. Suzana Lage alerta que, desde que o jornal da Assibge-SN com as denúncias circulou pelo órgão público, a direção do IBGE ainda não emitiu nenhuma nota explicativa.

Provão não avalia nada

O Andes-SN e a União Nacional dos Estudantes (UNE) discordam do Provão por se tratar de mais um instrumento de amesquinhamento do trabalho universitário. Não que as entidades sejam contra uma avaliação institucional dos cursos universitários como uma ferramenta em busca da qualidade; o que não pode ser seguida é a lógica da punição/premiação apresentada pelo MEC.

Segundo a UNE, que está organizando o Plebiscito do Provão neste ano de 2002, o exame é um absurdo porque pretende avaliar os conhecimentos adquiridos em um curso inteiro de quatro anos em apenas quatro horas. Outro ponto criticado pelo movimento estudantil é a autorização do governo para uma faculdade funcionar: " (...) se o ensino que ela oferece é de má qualidade a culpa não é sua, mas de quem a dirige e de quem deveria fiscalizá-la. Não é um exame momentâneo que vai reparar o estrago.", diz um trecho de manifesto na página eletrônica do plebiscito (www.plebiscitoprovao.hpg.ig.com.br). Também pelo fato de o provão ser padronizado, são ignoradas as diferenças de vocação das instituições. Acaba sendo aplicado um teste único de norte a sul do país. Outra reclamação dos estudantes é que o provão é obrigatório e a maioria dos formandos só o faz para poder receber o diploma, condição que o governo impôs para forçar todos a fazerem a prova e, assim, poder alardear ampla adesão dos estudantes. Na verdade, o ministro faz chantagem com o formando ao reter seu certificado se ele não fizer o exame.

Andes-SN apóia o plebiscito

No 21º Congresso do Andes-SN, realizado em Rio Grande (RS), no fim de fevereiro, foi aprovado que as seções sindicais deverão desenvolver ações integradas com as entidades estudantis na campanha do Plebiscito do Provão e na construção de um projeto alternativo de avaliação institucional para a educação superior brasileira. O Congresso também definiu que o Sindicato Nacional deverá lutar pela aprovação do projeto de lei nº 2442/2000, de autoria dos deputados Gilmar Machado (PT-MG) e Walter Pinheiro, que, ao restabelecer atribuições do Conselho Nacional de Educação quanto às definições sobre a organização da educação nacional, a avaliação institucional e as orientações do financiamento educacional, extingue o "Provão" e os efeitos do Decreto 3.860/2001 e das portarias ministeriais que o regulamentam.

Cesgranrio e MEC muito próximos

Para quem duvida das relações muito próximas entre o Ministério da Educação e a Fundação Cesgranrio, basta lembrar um momento da greve do ano passado. No dia 9 de outubro, o ministro Paulo Renato participou de um seminário sobre o Plano Nacional de Educação, presidido por Carlos Alberto Serpa, presidente da Cesgranrio, no Hotel Glória. Depois de um firme protesto dos grevistas, o ministro foi obrigado a se retirar pelos fundos do prédio, para desgosto dos empresários da Educação presentes ao local.

SERPA, A GRANDE LIDERANÇA DO MEC

LE MONDE diplomatique **Internacional/Pierre Musso***

Por trás de Sílvio Berlusconi, os novos *condottieri*

No dia 23 de março, dois milhões de pessoas foram às ruas em Roma, na maior manifestação na Itália depois da Segunda Guerra Mundial. O protesto, além de repudiar o terrorismo, voltou as baterias contra a política do governo Berlusconi, que levou ao poder na Itália uma nova elite, que patrocinou a vampirização da política

A publicação da lista que classifica os países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) segundo o Produto Interno Bruto por habitante é surpreendente: a Itália está antes da Suécia, e a Grã-Bretanha e a França estão relegadas ao 19º lugar[1]. A península não deixa de apresentar uma das taxas de desemprego mais elevadas: atinge cerca de um jovem italiano em cada três. Dessa forma, muitos observadores tomam consciência de que a Itália é um país rico, e não um membro do "clube mediterrâneo" da Europa, como é definida por alguns adeptos do "capitalismo renano".

"Capitalismo renano"? O ex-presidente do Conselho Giuliano Amato prefere falar de "capitalismo nanico[2]": um sistema dominado por um punhado de famílias, mas cercado por uma multidão dinâmica de pequenas e médias empresas. A Itália, segundo a OCDE, tem "uma estrutura industrial dual. Um pequeno número de grandes empresas coexiste com uma vasta rede de pequenas e médias empresas[3]".

Desde meados de 2001, o capitalismo italiano está em plena efervescência. A ascensão à direção do país de Silvio Berlusconi – a maior fortuna do país e a décima-quarta mundial – reflete e acelera essa reorganização: seu governo conta com doze (pequenos) empresários, dentre os vinte e seis ministros. Em resumo, um novo modelo de capitalismo latino se instala por trás desse rei da mídia, que fez toda a sua campanha eleitoral com o tema "presidente-empreendedor", recorrendo às técnicas do marketing e do gerenciamento.

À primeira vista, o capitalismo italiano parece complexo, entre economia informal e participações cruzadas, mas, no fim das contas, o sistema permanece dominado por um oligopólio nacional de acionistas-financistas.

A era dos "fordistas"

Para ficar mais claro, é preciso inicialmente destacar sua multiplicidade, resultado da história industrial. Mais do que um conjunto unificado, seria melhor falar de vários capitalismos, combinando diversos sistemas de produção inseridos em territórios identificados.

O primeiro modelo, "fordista", foi implantado na península no final do século XIX e gerou duas Itálias: o noroeste industrial e rico, deixando de lado o sul pobre e agrícola. Esse sistema dotou-se de dois centros, um financeiro e outro industrial.

O centro financeiro foi constituído durante muito tempo por três grandes bancos "mistos", criados na virada do século XIX para o XX: o Banco Comercial Italiano, o Crédito Italiano e o Banco de Roma, próximo ao Vaticano. Em 1944, eles associaram-se ao Mediobanca, por iniciativa de Enrico Cuccia, regulador do sistema financeiro e patrocinador de todos os negócios da península. Quanto ao centro industrial, ele se compõe da indústria Fiat (automóveis) e da Pirelli (pneus).

As privatizações durante a década de 1990 renderam 63,5 bilhões de dólares, ou seja, tanto quanto para a superliberal Grã-Bretanha

As três Itálias

Durante meio século, os dois *condottieri* industriais, Giovanni Agnelli e Carlo De Benedetti, e mais o dono do Mediobanca, conduziram, portanto, um capitalismo italiano de tipo "fordista". Mas esse trio se esfacelou em junho de 2000, com o desaparecimento de Cuccia. Começou então uma total reestruturação, revelando uma flexibilidade muito grande do capitalismo transalpino. Já na década de 1970, a partir de pequenas e médias empresas muito dinâmicas, haviam surgido novos *condottieri* pós-"fordistas" – Gilberto Benetton e Silvio Berlusconi. A partir de então, coexistem três Itálias geo-econômicas:

- o triângulo industrial da região noroeste, com a grande indústria automobilística (Fiat em Turim, Pirelli em Ivrea), em torno da qual se desenvolveu todo um tecido industrial de pequenas e médias empresas empreiteiras;

- a região sul, com características próprias, que Antonio Gramsci já chamava de "questão meridional": economia latifundiária, pobreza, subvenções, burocracia, atividades mafiosa e informal, realidades que, no entanto, se modificam graças ao dinamismo das pequenas empresas[4];

- "distritos" pouco desenvolvidos tecnologicamente, que intervêm de forma especializada em indústrias de grande intensidade de mão-de-obra e de recursos naturais, como o têxtil (Prato, Biella e Como), as jóias (Arezzo), os móveis (Bassano), a mecânica especializada (Modena), os óculos (Cadore) e os calçados (Macerata ou Vigevano).

A era da reorganização

Sejam independentes nos distritos, ou empreiteiras da grande indústria no noroeste, essa profusão dinâmica de pequenas e médias empresas constitui atualmente a base do sistema. Cerca da metade dos quatro milhões de empresas empregam menos de dez assalariados (contra 35% na União Européia) e somente 20% delas têm quadro de mais de 250 assalariados (contra 35% na UE). Quanto aos 1,7% de empresas de porte médio, também elas são muito dinâmicas, combinando flexibilidade organizacional e desenvolvimento internacional para formar verdadeiras "multinacionais de bolso".

A essas três Itálias, é necessário acrescentar uma quarta, informal e até mafiosa. Em 1998, o setor que empregava trabalhadores irregulares e não declarados (inclusive estrangeiros) representava 22,6% da mão-de-obra, dos quais 18% na indústria e serviços e 73% na agricultura.

Nos últimos dez anos, essa coexistência de alguns gigantes familiares e de uma profusão de pequenas e médias empresas dinâmicas passou por uma profunda reorganização, em duas etapas: inicialmente, privatizações visando desendividar o Estado[5] e "liberalizar" as grandes empresas administradoras de redes ou do setor bancário; em seguida, em 2001, uma redistribuição dos poderes político e econômico.

Festa na Bolsa

Depois da crise de 1929, um "capitalismo de Estado" de inspiração fascista havia crescido na Itália, sobretudo com a criação, em 1933, do Instituto para a Reconversão Industrial (IRI), que controlava o setor bancário e 40% das sociedades anônimas industriais. No pós-guerra, o Estado aumentou ainda seu controle sobre a economia com três poderosas *holdings*: a IRI, a ENEL e a ENI. Durante a década de 1990, em conformidade com as orientações européias, o Estado – que detinha 50% do capital das empresas industriais italianas – cedeu a metade. Essas privatizações renderam 63,5 bilhões de dólares, ou seja, tanto quanto para a superliberal Grã-Bretanha. A metade foi subscrita por particulares que mudaram sua poupança para a Bolsa[6], um terço por investidores estrangeiros e o resto por investidores institucionais[7].

Essa operação financeira fez o sucesso da Bolsa de Milão, privatizada em 1997. De 1992 a 2000, as privatizações aceleraram a elevação da cotação das ações, multiplicada por cinco, contra dois no mercado internacional. Simultaneamente, um processo de consolidação operou-se no setor bancário, à semelhança das fusões entre o Banco Intesa e o Banco Comercial Italiano ou entre as duas principais seguradoras transalpinas, Generali e INA, dando origem ao número três do seguro na Europa, atrás da Allianz e da Axa.

A "maturidade" das privatizações

Essa reestruturação conjugou-se com a privatização de inúmeros bancos públicos e o aumento da presença dos bancos estrangeiros. Segundo a OCDE, "a aceleração das privatizações, somada à explosão de controles e de fusões-aquisições, contribuiu para reforçar o papel predominante das grandes empresas no mercado de ações... No final de 1998, as empresas privatizadas representavam mais de 50% da capitalização global do mercado". Há

uma nova prova da enorme mobilidade do capitalismo italiano: duas *blitze* econômico-financeiras foram realizadas em pleno verão de 2001 para proteger o conglomerado Montedison e a Telecom Italia, acarretando uma reestruturação do Mediobanca. Da mesma forma, no final do ano, a Fiat deu início a sua reorganização interna.

A chegada ao poder do Pólo das Liberdades, de Berlusconi, criou um ambiente favorável às empresas e suas reestruturações

Tal efervescência se explica principalmente pela coincidência do desaparecimento de Enrico Cuccia e a chegada à maturidade das privatizações, pelo equilíbrio que se esboça entre os velhos *condottieri* "fordistas" e os recém-chegados empresários, assim como também pela chegada ao poder do Pólo das Liberdades, de Berlusconi, que criou um ambiente favorável às empresas e suas reestruturações.

Grandes negócios

A nova mudança de 2001 começa com a OPA (Oferta Pública de Compra) dirigida pela EDF e a Fiat contra a Montedison, vasto conglomerado que abrange a indústria agro-alimentar, a construção naval, a química, a engenharia, a farmácia, as finanças e, sobretudo, a energia (61% da Edison e Sondel). A Edison é a segunda maior operadora de eletricidade da península, atrás apenas da ENEL. Ainda que a Montedison só realize 19% de seu volume de negócios com eletricidade, é essa a atividade visada pela OPA, mesmo que tenha que deixar de lado o resto.

Tudo começou em maio de 2001, com a inclusão da EDF no capital da Montedison, o que desencadeou uma defensiva violenta. Opondo-se a que a empresa pública francesa se torne o principal acionista da Montedison, o governo Amato adota um decreto-lei de urgência que limita a 2% os direitos de voto da EDF no grupo italiano no que se refere a assuntos de eletricidade.

Em junho, a Montedison entra com uma queixa junto à Comissão Européia contra a EDF por abuso de poder. Organiza-se a contra-ofensiva nacional. Os três grandes bancos acionistas históricos da Montedison – Banco de Roma, Sanpaolo IMI e IntesaBCI – formam um pacto para gerirem de comum acordo sua participação. Mas a Fiat se alia à EDF na Italenergia, para lançar a OPA contra a Montedison e suas filiais, principalmente a Edison. Finalmente, em julho de 2001, a Montedison aceita a OPA: a EDF e a Fiat assumem juntas 58% do capital da empresa Italenergia, ao lado do financista franco-polonês Romain Zaleski e de um *pool* bancário italiano. Essa OPA bem-sucedida iria contribuir para o enfraquecimento do Mediobanca, que cederia seus 15% da Italenergia, conseguindo uma confortável mais-valia.

A Telecom entra na roda

A segunda grande reestruturação é a da Telecom Italia. Em 1999, já havia sido necessário proteger os acionistas dessa empresa privatizada contra um controle estrangeiro: Roberto Colaninno, na direção de Olivetti, havia então se apropriado da Telecom Italia com o apoio do Mediobanca e o beneplácito do primeiro-ministro de centro-esquerda da época, Massimo D'Alema, para grande escândalo do mundo econômico-financeiro. Ora, no verão de 2001, a Telecom Italia estava de novo ameaçada, desta vez pelas espanholas Telefonica e Endesa, mas também pela Deutsche Telekom.

Anunciando sua neutralidade, o governo Berlusconi não deixaria de comemorar a manutenção dessa empresa estratégica em mãos italianas. Na realidade, em 27 de julho de 2001, o diretor da Pirelli Marco Tronchetti Provera e a família Benetton, por intermédio de sua *holding* Edizioni, entram com sete bilhões, o que lhes permite assumir o controle da Telecom Italia, da TIM – sua filial de telefones celulares –, das Páginas Amarelas e do novo canal de televisão "7" (ex-TMC).

Controle garantido aos *condottieri*

São operações que, junto com a reorganização da Fiat em dezembro de 2001, ilustram a capacidade de reação de que são capazes os *condottieri* italianos para proteger o capital de empresas estratégicas. Essas reestruturações contribuem para estimular a atividade econômica, mantendo-se o controle financeiro por um número restrito de *holdings* familiares.

A manutenção dos *condottieri* à frente da economia permitiu o modelo italiano persistisse no interior da globalização e da unificação européia

Por ocasião dessas reorganizações, as famílias históricas do capitalismo "fordista", os paleo-*condottieri* – o *avvocato* Agnelli, "vice-rei da Itália" e senador vitalício, e o *ingegnere* De Benedetti – tiveram de partilhar o poder com neo-*condottieri*. Surgidos durante a década de 70, estes últimos construíram grandes impérios a partir de pequenas empresas, a exemplo de Berlusconi ou ainda de Gilberto Benetton, presidente da Edizione Holding, que transformou a empresa familiar de pulôveres num gigante internacionalizado e diversificado. Ambos simbolizam a nova capacidade dos empresários italianos em usar tecnologias, mídia e marketing, em dirigir suas empresas em função das "expectativas" dos consumidores, e não mais na contra-corrente, pela produção, como no modelo "fordista".

As empresas governam

Essa transferência de poder no interior do patronato opera-se também em benefício das pequenas e médias empresas muito dinâmicas. A direção da organização patronal Cofindustria, por exemplo, coube a Antonio D'Amato, levado pelas pequenas e médias empresas do nordeste, contra a candidatura de Carlo Callieri que, no entanto, era apoiado por Agnelli e De Benedetti. Outros vencedores são os novos gerentes, como o novo presidente da Telecom Italia, Mario Provera, vice-rei econômico do capitalismo italiano e pretendente ao trono de Agnelli, ou Paolo Fresco, presidente da Fiat, e Paolo Cantarella, seu administrador delegado, que dirigiram a operação Italenergia.

O fenômeno mais marcante é o fato de o governo ter sido diretamente assumido por Berlusconi, um dos neo-*condottieri*

Mas o fenômeno mais marcante é o fato de o governo ter sido diretamente assumido por um desses neo-*condottieri*. As empresas governam, e Berlusconi, no comando, tornou-se o papa do capitalismo transalpino. Aquele que se apresentava, durante a campanha eleitoral, como a encarnação do "sonho econômico italiano", soube reunir em torno de si as figuras do patronato. A Confindustria de Antonio D'Amato apoiou-o ativamente. Depois de ter resistido por bastante tempo, Giovanni Agnelli aceitou-o. Os novos gerentes e acionistas aprovaram-no por unanimidade.

O poder político vampirizado

Líder do principal partido político, Forza Italia, que obteve 30% dos votos nas últimas eleições legislativas, dono da Fininvest[8] e do pólo televisivo Mediaset, que compreende três canais nacionais de televisão comercial, Berlusconi conseguiu dar novo charme ao político graças ao modelo da eficiência empresarial. "Se me interesso a partir de agora pela vida política, é porque tenho vontade de continuar a desempenhar minha profissão de empresário[9]", diz ele. E, se pôde aplicar as técnicas de conquista comercial na política, é porque encarna, *stricto sensu*, o modelo da empresa de comunicação vencedora contra os partidos tradicionais e o Estado-nação em crise. O gigante das comunicações vampirizou, literalmente, o poder político.

Berlusconi personifica as mutações do capitalismo de seu país. Representa o discurso e os valores das pequenas e médias empresas, de onde se origina, e simboliza o sucesso do *self made man* com que sonham tantos italianos. Mas, originário da Lombardia, expressa também a ascensão da "financeirização" da economia, contra o velho modelo "fordista" do Piemonte.

Dessa forma, o capitalismo italiano pôde evoluir dos apertos de mão invisíveis dos paleo-dirigentes para a superexposição mediático-política de seus neolíderes. Só importava a manutenção dos *condottieri* à frente da economia, a fim de que o modelo italiano persistisse no interior da globalização e da unificação européia. Como dizia Giuseppe Tomasi di Lampedusa: "Era preciso que tudo mudasse para que tudo ficasse igual." **(Trad.: Regina Salgado Campos)**

---

* Professor de Ciências da Comunicação da Universidade de Rennes 2

1 Para o ano de 2000, a Itália está em 16º lugar, com 24.500 dólares por habitante, enquanto a mesma relação na França é de 23.200 dólares. Fonte: *L'OCDE en chiffres. Statistiques sur les pays membres*, Paris, 2001. Em outubro de 2001, a taxa de desemprego chegava a 9,3% da população economicamente ativa e a 28% entre os jovens.

2 Em italiano, em vez de usar *renano*, usou-se *nano*, ou seja, nanico, anão. *Il Corriere della Sera*. Milão, 30 de julho de 2001.

3 *Italie 1999-2000*, OCDE, Paris, maio de 2000. Salvo indicação contrária, todas as estatísticas citadas neste artigo são tiradas daqui.

4 Há mais de dois anos, a taxa de criação de empresas ativas nessa região é superior à taxa do centro do país; o desemprego baixou para menos de 20% da população economicamente ativa e as exportações cresceram em 27,3% (contra uma média nacional de 16,5%). Relatório 2001 do CENSIS, Roma.

5 Sem grandes resultados: a proporção dívida/PIB permanece superior a 100% há dez anos, distante, portanto, dos 60% exigidos pelo Tratado de Maastricht.

6 Em 1975, as ações representavam apenas 1,7% dos ativos financeiros das famílias; em 1999, os Sicav, fundos comuns de aplicações e ações, constituíam a metade.

7 *As privatizações na Itália a partir de 1992*, Mediobanca R&S, Milão, outubro de 2000. Segundo este mesmo estudo, a capitalização das Bolsas em relação ao PIB passou de 12,7%, em 1990, para 65,2% em 1999.

8 A Fininvest teve, em 2000, um volume de negócios de 4,3 bilhões de euros e um lucro de 300 milhões.

9 Eugène Saccamano, *Berlusconi: le dossier vérité*, Paris, Editions 1, 1994.

Movimento

Servidores querem 25,42% de reajuste emergencial

SPF lançam campanha unificada. Salário médio da categoria vale metade do que valia há sete anos

Os servidores públicos federais fizeram no último dia 16 o lançamento oficial da Campanha Salarial 2002 no Congresso Nacional. Em um manifesto lido na ocasião, o funcionalismo reivindica um reajuste de 89,12% para repor as perdas de janeiro de 1995 até março deste ano. O salário médio dos servidores está valendo cerca de 50% menos do que valia naquele ano, após o último reajuste linear. Como reposição emergencial, está sendo pedido o índice de 25,42%, que corresponde às perdas entre maio de 1998 e abril de 2002. Este percentual está garantido, inclusive, pela própria lei de revisão salarial da Constituição, que a Emenda Constitucional 19 introduziu.

Além da questão salarial, os servidores também vão lutar contra o desmonte do serviço público, contra o pacote antigreve, contra a flexibilização dos direitos trabalhistas, contra a Alca e pelo "Fora FHC e o fora FMI".

A Plenária Nacional dos Servidores Federais, realizada em 14/4, aprovou os principais eixos de luta e o calendário de atividades da Campanha Salarial 2002. No dia 30 de abril, os SPFs realizarão manifestações em defesa do direito de greve e da autonomia sindical; contra o pacote antigreve do governo, que ataca direitos dos servidores públicos; contra a flexibilização da CLT e pelo direito de negociação coletiva. O Andes-SN participará das manifestações (sem paralisação).

Tudo aumenta, menos o salário

O manifesto da campanha salarial dos SPF destaca que o índice de 89,12%, apesar de considerado alto pelo alto escalão governamental, não passa de uma reposição das perdas. No período de janeiro de 1995 até março de 2002, os preços dos produtos e dos serviços essenciais sofreram grandes alterações. "A assistência médica subiu 289,46% e os medicamentos, 123,61%. A educação subiu 201,77% e a habitação, 171,28%. Outras despesas, ainda tão fundamentais como essas, sofreram aumentos abusivos: transporte, 128,90%, alimentação, 47,44%, recreação, 34,28%. Para dar um exemplo, só o preço do feijão subiu 172,02% nesse período", diz um trecho do manifesto.

Outro ponto ressaltado no documento dos SPF é a política de FHC no manuseio do orçamento. Para garantir a servidão ao neoliberalismo, foram aprovadas várias medidas no Congresso, entre as quais foi destacada a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pela LRF, fica definido que os salários dos trabalhadores na esfera federal não podem ultrapassar 50 da receita líquida da União. O resultado disso impõe a maior perda salarial da história do país, após a década de 30. "Ainda assim, o governo não admite discutir e reajustar os salários nem no patamar colocado pela sua própria legislação. Hoje, o total das despesas da União com pessoal corresponde a 35,32% da receita líquida e 20,46% do orçamento da União, enquanto os compromissos com a dívida, em todos os seus requisitos, têm o privilégio de agrupar mais de 50% do orçamento", informa outro trecho do manifesto.

Sucateamento dos serviços públicos

Um tópico que será bastante frisado na campanha deste ano é que não existe a propalada (pelo governo) "reestruturação dos serviços públicos". Existe desmonte. Segundo o manifesto, há mudanças em curso que alteram a forma de propriedade: em que um órgão público deixa de ser estatal, total ou parcialmente, para se tornar privado. Essas modificações ocorrem de duas maneiras principais: através das terceirizações e/ou através dos contratos de gestão. "Há um processo de privatização progressiva, no caso das Agências Executivas, em que os órgãos vivem com um realidade em que, ao mesmo tempo que são estatais, são também privados. Por outro lado, há um processo de privatização velada (...) que são as Organizações Sociais, onde o órgão deixa de ser propriedade estatal e passa a ser propriedade privada", informa ainda o documento dos SPF.

E tais mudanças, deve-se destacar, não melhoram em nada a qualidade de vida da sociedade brasileira. Os serviços públicos são reduzidos, enquanto os capitalistas lucram mais e os trabalhadores perdem suas conquistas. Basta lembrar que o índice de desigualdade social do Brasil é um dos mais altos do mundo para constatar isso.

MEC ainda descumpre acordo da greve

Diferente do que foi acordado ao fim da greve do ano passado, a Secretaria de Ensino Superior informou, em reunião com o Andes-SN e a Sinasefe, no dia 11/4, que a Lei Orçamentária somente prevê concursos para o Magistério Superior e que os recursos são insuficientes para as duas mil vagas definidas no Acordo – só seriam liberadas 500. A UFRJ já deu início ao processo de alocação de sua cota (veja matéria da página 4). As 1,5 mil restantes seriam autorizadas apenas depois de projeto de lei de crédito suplementar.

A notícia motivou duras críticas dos representantes das entidades sindicais. É importante lembrar que, no dia anterior, o ministério também havia reduzido as 8,5 mil vagas de técnico-administrativos para 2,2 mil. Foi reiterado que não seria aceito o descumprimento do Acordo e caberia ao MEC as formas de viabilizá-lo.

Esse desrespeito com relação aos concursos soma-se aos já divulgados problemas de correção do pagamento da GED (3,5%), da GID e dos professores substitutos. Além disso, os representantes das entidades também indagaram sobre a regulamentação na Lei da GID. Por conta disso, os docentes não podem alcançar os valores integrais da gratificação. As entidades sindicais esperam soluções em uma mesa de negociação sobre este tema marcada para o dia 23 de abril. Também foram agendadas outras mesas de negociação com o MEC: 2 de maio (sobre hospitais universitários) e 7 de maio (financiamento).

Campanha Salarial

Os representantes das seções sindicais do Setor das Federais do Andes-SN aprovaram a reivindicação de um reajuste emergencial na pauta da Campanha Unificada dos servidores, em reunião no dia 13/4. Em princípio, os docentes estabeleceram 24,85% (índice do ICV-Dieese de janeiro/2001 a março/2002) de reajuste emergencial, mas, na Plenária dos SPF, o Andes-SN fechou com os 25,42% (de janeiro/2001 até abril/2002) propostos para todas as categorias.

Calendário aprovado na Plenária dos SPF, dia 14/04

16/04 – Ato Nacional de Lançamento da Campanha Salarial

24/04 – Atividades unificadas dos ramos de educação e seguridade social pelo cumprimento dos acordos assinados entre as entidades sindicais e os respectivos órgãos e ministérios

· Nesta data, os servidores da seguridade social estarão realizando um Dia Nacional de Paralisação

· Em São Paulo, em virtude da realização do 4º Coned, há um indicativo de atividade conjunta dos SPF

30 /04 – Dia Nacional de Luta dos Servidores Federais, indicativo de paralisação e atividades nos estados

01/05 – Dia do Trabalhador, com atividades programadas pela CUT em todo o país

02/05 – Indicativo de participação no ato de lançamento da Frente Parlamentar e de Entidades em defesa da CLT e do Trabalho

Entre 13 e 17/05 – Com data a ser definida: realização de uma grande atividade nacional unificada dos servidores federais, em Brasília. Será entregue aos três poderes da União a pauta de reivindicações dos servidores federais, atualizada

18/05 – Indicativo de realização das Plenárias Nacionais Setoriais dos Servidores Federais

19/05 – Plenária Nacional dos Servidores Federais

Reivindicações

- **Reposição salarial de 89,12%**
- **Reajuste emergencial de 25,42%**
- **Incorporação das gratificações**
- **Contra o desmonte do Serviço Público**
- **Contra o pacote antigreve**
- **Contra a flexibilização dos direitos trabalhistas**
- **Contra a Alca**
- **Fora FHC**

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 47 • 29 de abril de 2002
www.adufrj.org.br

Resenha

Estácio de Sá entra em hospital público

Matéria da Veja Rio (17/4) informa que a Universidade Estácio de Sá quer fazer do Hospital Geral de Bonsucesso, referência do Sistema Único de Saúde, um centro de ensino médico para seus alunos. O convênio, em fase de estudos, prevê que 240 estudantes da faculdade de medicina da Estácio acompanhem os serviços do hospital. Em troca, a universidade repassa o equivalente a pouco mais de R$ 100 por aluno, sob a forma de livros, equipamentos e reforma das instalações. O eventual acordo fez soar o alerta no sindicato dos médicos, que acusa a direção do HGB de estar comprometendo a rotina do hospital em benefício da Estácio.

Americanos a um passo da Base de Alcântara

O acordo entre Brasil e EUA para lançamentos na Base de Alcântara (MA) ainda provoca controvérsias na Câmara. A Comissão de Ciência e Tecnologia prepara-se para votar o relatório do deputado José Rocha (PFL-BA), que modifica a essência do substitutivo do deputado Waldir Pires (PT-BA), aprovado por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores. No mérito, o relatório do pefelista despreza garantias dadas aos brasileiros pelo relatório de Waldir Pires. Assegura, por exemplo, que os contêineres lacrados sejam abertos por autoridades do Brasil na presença de norte-americanos e permite que o dinheiro recebido pelo aluguel seja investido na tecnologia de lançamento de satélites. Fonte: Informes PT, 16 de abril

Entidades coordenam escolha do reitor na BA

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, reunido em 12/04, decidiu transferir às entidades representativas da comunidade - APUB, ASSUFBA e DCE - a condução do processo de eleição do próximo reitor. Por 24 votos contra 16, os conselheiros decidiram revogar a resolução que vinculava a consulta à comunidade às regras impostas pelo governo federal. Houve três abstenções. A decisão do Conselho é uma vitória da comunidade acadêmica, que, há quase 20 anos, vem consolidado o processo de escolha do dirigente máximo da instituição. Fonte: assessoria de imprensa da APUB.

Mostra de imprensa sindical

Neste 30 de abril, haverá a abertura da Mostra de Imprensa Sindical Brasileira, às 19h, na antiga sede do Sindipetro/RJ, localizada na Avenida Presidente Vargas, 502/20º andar. A Adufrj-SSind vai participar do evento, entre outros materiais, com o CD-ROM "Registrando a História", com as publicações da entidade de 1979 até 2001.

Adufrj-SSind participa do 4º Coned

De 23 a 26 de abril, em São Paulo, evento reúne entidades acadêmicas e sindicais do setor de educação

Semana passada, a equipe do Jornal da Adufrj acompanhou a realização do 4º Congresso Nacional de Educação (Coned), no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo (SP). A seção sindical da UFRJ inscreveu cinco professores para participação no encontro. A delegação foi formada pela vice-presidente, Cleusa Santos, e pelos sindicalizados Roberto Figliuolo (Faculdade de Medicina), Miriam Abduche Kaiuca (CAp), Walcyr de Oliveira (Escola de Enfermagem Anna Nery), Janete Luzia Leite (Escola de Serviço Social). No dia 24/4, estava prevista uma manifestação promovida pelo Andes-SN, quando professores e técnico-administrativos protestariam contra os abusos do MEC em relação ao acordo estabelecido para o fim da greve nacional do ano passado.

A categoria dos docentes das federais aproveitaria a oportunidade para reclamar do atraso no cumprimento dos termos do acordo, que inclui a equiparação dos valores da pontuação da GID (1º e 2º graus) com os da GED (terceiro grau). Desde fevereiro, quando o acordo começou a valer, o MEC também não havia pago os 60% referentes a GID para os professores aposentados do ensino fundamental e médio. Em relação à abertura de vagas, o MEC também falhou: das 2.000 vagas para de docentes, acordadas para serem preenchidas com concursos em 2002, o governo ameaçou abrir apenas 500.

Mais de 450 trabalhos foram inscritos

O Coned tratou da atualização do Plano Nacional de Educação elaborado pela sociedade brasileira. As orientações do PNE da sociedade foram produzidas pelas entidades acadêmicas e sindicais do setor de educação do país. O Coned é uma realização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública do qual fazem parte entidades como o Andes-SN, a Fasubra e a UNE.

Este boletim nº 47 foi produzido na semana anterior (19/4) ao evento. Nas próximas edições do Jornal da Adufrj estaremos publicando a cobertura completa do Congresso.

Agenda Sindical

30/4-Dia Nacional de Luta dos Servidores Federais
1º de maio-Dia do Trabalhador
- Participação em todas as atividades promovidas pela CUT em comemoração ao Dia do Trabalhador, em todo o País.

2/5-Indicativo de ato pela defesa da CLT
- Indicativo de participação no ato de lançamento da Frente Parlamentar e de Entidades em defesa da CLT e do Trabalho.

7/5-Ato Público com Marcha em Brasília (DF), com caravanas dos estados

8/5 a 11/5-10ª Plenária Nacional da CUT
São Paulo (SP)
- Vai discutir a conjuntura e a atuação da central sindical do momento. Haverá espaço ainda para debater o estatuto da CUT, suas políticas permanentes (na área de Educação, por exemplo) e o Plano de Lutas da entidade

Entre 13 e 17 de maio-Com data a ser definida pela CNESF
- Realização de uma grande atividade nacional unificada dos servidores federais, em Brasília. A CNESF deverá avaliar e definir o tipo de atividade a ser realizada. Junto com essa atividade será entregue aos três poderes da União a pauta de reivindicações dos servidores federais, atualizada.

18/5-Indicativo de realização das Plenárias Nacionais Setoriais dos Servidores Federais.

19/5-Plenária Nacional dos Servidores Federais.

22/5 a 23/5-Eleições para Diretoria do Andes-SN
Em todo o país, os professores terão a oportunidade de escolher a próxima gestão do Sindicato Nacional

17/6 a 19/6-Eleições para Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

21/6 a 23/6-44º
Conad-Florianópolis (SC), sediado pela APUFSC Seção Sindical, com tema central: **"Transformar a sociedade e a educação: a mesma luta".**

19/7-Posse da Diretoria/ Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Manifesto

Carta dos pós-graduandos da UFRJ ao ministro de C&T

O documento abaixo foi entregue pela Associação de Pós-graduandos da UFRJ ao ministro da Ciência & Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, no dia 15 de abril. O ministro foi convidado pela Coppe (cuja direção anterior, sempre é bom lembrar, não devolveu as vagas de docentes para a COTAV durante o processo de distribuição "vilhenista") para a aula inaugural da Unidade.

"Rio de Janeiro, 15 de abril de 2002.

Prezado Ministro,

O desenvolvimento científico e tecnológico de um país pode até não ser sinônimo de distribuição de renda e fim das desigualdades econômicas, mas é peça chave na qual, sem ela, dificilmente estes nortes serão atingidos. É o principal fator que define como um país se insere na grande economia mundial. Podemos entrar pela porta dos fundos, como uma nova colônia dependente tecnologicamente dos países centrais (modelo que vem sendo firmado pelo Governo Federal), ou podemos entrar com autonomia econômica, o que pelo menos nos garante soberania do país, peça indispensável para pensar-se qualquer democracia. Infelizmente, estamos cada vez mais distantes deste último modelo.

O modelo de desenvolvimento científico brasileiro tem seu início nos anos 50/60 (O CNPq foi criado em 1951), e teve como motor propulsor a organização das pós-graduações nas universidades federais. Ao redor delas formamos os principais núcleos científicos que até hoje sobrevivem, inclusive os já exíguos centros de pesquisa das antigas estatais. A peça central destas pós-graduações, foi e sempre será, os pós-graduandos, profissionais (apesar de ainda estudantes) que produzem hoje em dia cerca de 30% da produção científica nacional. A implementação de "bolsas de estudos" pelos órgãos de fomento visou historicamente a possibilidade da formação de cientistas em massa, e não apenas um pequena elite que podiam dispor integralmente seu tempo à atividade científica.

Infelizmente este quadro tende a retroceder. A CAPES e o CNPq, principais órgãos de fomento de bolsas no estado do Rio de Janeiro, continuam a exigir dedicação exclusiva de seus bolsistas. No entanto, o minguado valor pago por estes órgãos dificilmente pode ser considerado adequado para um padrão de vida mínimo nos grandes centros urbanos, justamente onde se encontram os principais centros de pesquisa. O efeito imediato deste quadro são pós-graduandos abandonando a pós-graduação ou dedicando-se a subempregos ilegais, o que traz, naturalmente, uma queda na qualidade da pesquisa científica. A longo prazo, a tendência é um aumento da elitização da ciência brasileira que, naturalmente, a coloca mais distante da construção de um país mais justo.

No entanto, a situação das bolsas admitia ainda uma outra particularidade. Uma das conquistas do movimento nacional de pós-graduandos foi a vinculação do valor da bolsa ao salário dos docentes. Infelizmente até hoje isso não é regulamentado por lei, sendo apenas objeto de portaria mal formulada da CAPES e do CNPq. Até o momento, essa vinculação tem sido ignorada. Em 1994, o valor das bolsas foi calculado como 70% da remuneração de um docente assistente 1, em regime de dedicação exclusiva, com titulação de mestrado nos estabelecimentos federais de ensino para doutorado e; 70% da remuneração de um docente auxiliar 1, com titulação de aperfeiçoamento no mesmo regime e no mesmo sistema. Isso significa que, enquanto um docente assistente nas condições recebia R$ 1.532,70 por mês (vencimento base + titulação + GAE, excluindo vantagens pessoais) e um auxiliar, também nas condições acima, recebia R$ 1035,11 (mesma coisa), a bolsa de doutorado correspondia a R$ 1.072,89 e a de mestrado R$ 724,58.

Hoje, sete anos depois do último reajuste, o valor das bol sas continua rigorosamente o mesmo. No entanto, em 1998 houve a incorporação da ação que deu os 28,86% aos SPF (cabe lembrar que a implementação deste aumento foi parcial, pois foram considerados aumentos dados anteriormente). Além disso, a partir de 1999, os docentes passaram a receber a GED, que não é concedida igualmente a todos os docentes, constituindo, assim, um complicador no uso da remuneração docente como parâmetro. No entanto, essa foi uma medida deliberada do governo federal, com o objetivo de lançar docente contra docente e burlar as extensões naturais dessa gratificação. Esta política, ao nosso ver, deve ser combatida, defendendo, sempre que possível, a extensão linear de tal gratificação.

Além disso, como resultado da greve dos docentes de 2001, o salário base sofreu um aumento de aproximadamente 13,2%, de acordo com a lei 5.805/01 e houve também um aumento geral dos SPFs de 3,5 % até agora. Todos esse aumentos foram realizados sobre o salário-base, logo não haveria porque não serem implementados. Além disso, é importante que nenhuma das duas regulamentações, tanto da CAPES, como no CNPq, são claras quanto a incorporação de gratificações. Inclusive a GAE (que é uma gratificação, é incorporada ao valor da bolsa). Por isso, os pós-graduandos, no XVI Congresso Nacional de Pós-graduandos, realizado em novembro de 2001, em São Paulo, aprovaram a reivindicação da incorporação linear da GED nas bolsas. Assim, os pós-graduandos vêm por meio desta reivindicar quatro pontos básicos:

1) A incorporação do aumento que os docentes auxiliares e assistentes tiveram em 98 em função da ação dos 28,86% e implementado por portaria MARE 9.179 que nunca foi incorporado às bolsas;

2) O aumento que os professores obtiveram na greve de aproximadamente 13,2% de acordo com a lei 5.805/01;

3) O aumento geral dos SPFs (que até agora é de 3,5%);

4) Incorporação linear da GED no cômputo final do valor da remuneração do docente sobre o qual a bolsa é calculada.

Assim, segundo os valores que pudemos obter e, assumindo o reajuste de 3,5% teríamos como novas remuneração docentes (s/ GED):

- Doc. Assist. 1 40h DE Mestrado = R$ 1.791,99
- Doc. Aux. 1 40h DE Especialização = R$ 1.220,86.

Logo as bolsas ficariam em (70%):

- Doutorado = R$ 1.254,40
- Mestrado = R$ 854.60.

Com a incorporação da GED, os salários de base para conta ficariam em:

- Doc. Assist. 1 40h DE Mestrado (c/ GED) = R$ 2.733,84
- Doc. Aux. 1 40h DE Especialização = R$1.623,97.

Logo (c/ a GED) as bolsas ficariam em:

- Doutorado = 1.913,69
- Mestrado = 1.136,78.

Sem mais, subscrevemos-nos,

Associação de Pós-graduandos da UFRJ"

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 48 • 6 de maio de 2002
www.adufrj.org.br

Acompanhe, nas próximas edições, as matérias completas sobre os principais debates do 4º Coned.

Agenda Sindical

7/5 – Ato Público com Marcha em Brasília (DF), com caravanas dos estados.

8/5 a 11/5 – 10ª Plenária Nacional da CUT
São Paulo (SP)
- Vai discutir a conjuntura e a atuação da central sindical do momento. Haverá espaço ainda para debater o estatuto da CUT, suas políticas permanentes (na área de Educação, por exemplo) e o Plano de Lutas da entidade.

9/5 a 11/5 – VIII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ)

18/5 - Indicativo de realização das Plenárias Nacionais Setoriais dos Servidores Federais

19/5 - Plenária Nacional dos Servidores Federais

22/5 a 23/5 – Eleições para Diretoria do Andes-SN
Em todo o país, os professores terão a oportunidade de escolher a próxima gestão do Sindicato Nacional.

24/5 – Inscrição de chapas para Diretoria da Adufrj-SSind

31/5 a 2/6 – Seminário Nacional de Políticas Agrárias do Andes-SN
Em Recife, na sede da Aduferpe, o evento terá como objetivo debater propostas de políticas agrárias no Brasil e na América Latina.

7/6 – Inscrição de listas para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

17/6 a 19/6 – Eleições para Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

21/6 a 23/6 – 44º Conad
Em Florianópolis, terá como tema central "Transformar a sociedade e a educação: a mesma luta". As contribuições das seções sindicais e dos sindicalizados para integrarem o Caderno de Textos do Conad devem chegar à sede do Andes-SN até o dia 16 de maio, em disquete ou por *e-mail*. As contribuições que chegarem à sede do Sindicato Nacional de 17/5 até 5 de junho serão remetidas às seções sindicais, com as correções e análises de textos, compondo assim o anexo do Caderno de Textos a ser publicado no dia 10 de junho. Encerrados os prazos previstos até o limite do anexo, novas contribuições somente poderão ser discutidas no evento se aprovadas pela Plenária de Instalação do Conad.

19/7 – Posse da Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Coned reafirma Plano da Sociedade Brasileira

Trezentos e oitenta trabalhos foram apresentados no 4º Coned, em São Paulo, nos dias 23 a 26 de abril

Durante quatro dias, a quarta edição do Congresso Nacional de Educação reuniu mais de 4.100 educadores, no Centro de Convenções do Anhembi, na capital paulista. Dividido em quatro eixos principais (organização e avaliação, gestão democrática, financiamento, e trabalhadores e trabalhadoras em Educação), o evento foi prestigiado por profissionais e estudantes de vários estados e municípios. O Coned é organizado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, do qual fazem parte entidades como o Andes-SN, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e a UNE.

Destaque maior do evento, o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, concebido no primeiro Coned de Belo Horizonte, em 1996, não foi alterado. Apesar de o governo Fernando Henrique Cardoso ter conseguido aprovar o seu PNE no final de 2000 - uma espécie de clone mal ajambrado -, os movimentos sociais reafirmaram a luta pela formulação original das entidades acadêmicas e sindicais. Para as centenas de entidades de trabalhadores representadas no Fórum, educação é um direito fundamental, universal e constitui um dever do Estado. Para os participantes do Coned, educação é também um instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social, que prepara as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social para o país. Uma das contribuições deste 4º Coned foi o debate entre as entidades regionais para a formulação de planos de educação para as administrações municipais e estaduais. Será tarefa do FNDEP, também, incentivar a criação do fóruns estaduais.

Por congregar entidades das mais variadas matizes políticas, mesmo dentro de um mesmo campo progressista da Educação, o Coned não é uma instância deliberativa. Tudo é decidido por consenso. Um dos assuntos que causou polêmica, a reserva de vagas nas universidades para negros e estudantes oriundos da redes públicas não conseguiu obter um posicionamento comum entre os participantes. O Fórum deverá incentivar o debate sobre o acesso nas instituições públicas superiores até o próximo Congresso, em 2003.

Provão

O Plebiscito do Provão, que está sendo promovido (de 17/4 a 17/5) pela UNE, é prioridade máxima para as entidades que compõem o Fórum. O plebiscito não se resume na provável constatação da recusa do exame imposto pelo MEC. É, na verdade, uma oportunidade para que os estudantes de todo o país se manifestem publicamente contra este tipo de avaliação institucional baseada em um processo de punição/premiação. Nos debates do Coned, as entidades sindicais e acadêmicas deixaram clara a posição contrária a este tipo de sistema.

Financiamento

Uma das bandeiras levantadas no Congresso foi a da defesa intransigente de verbas públicas para as instituições públicas. Para os participantes do Coned, o governo federal não pode continuar investindo recursos nas instituições particulares, como foi amplamente denunciado.

O debate sobre financiamento, no caso das universidades públicas, foi perpassado também pela discussão sobre os critérios de avaliação do governo. Os movimentos de professores, estudantes e técnico-administrativos são contrários a esta política presente no Provão, nas gratificações produtivistas impostas ao profissionias e nos editais de concorrência a Fundos e programas do governo federal.

A crítica dos educadores tem fundamento: a cada ano, a quantidade de dinheiro público repassado às instituições federais diminui. Docentes e técnico-administrativos, assim como toda a categoria do funcionalismo, vêem os salários cada vez mais arrochados. Não é novidade para ninguém que o governo Fernando Henrique privilegiou o pagamento da dívida pública da União em detrimento da manutenção e investimento das áreas sociais, entre elas a educação pública. Desde 1995, o pagamento de juros cresceu da ordem de R$ 17 bilhões/ano para R$ 70 bilhões em 2001. A dívida pública total da União que foi de R$ 86 bilhões no primeiro ano de governo FHC chegou a R$ 698 bilhões em 2001.

O PNE da Sociedade previa o repasse de 10% do PIB para um sistema nacional de educação pública. Isso significaria em torno de R$ 110 bilhões do PIB de 2000 (R$ 1,1 trilhão). O 'clone' desfigurado do governo, aprovado pelo Congresso no final de 2000, prevê um repasse de 7% do PIB para o setor. Como se não bastasse, o presidente ainda vetou este repasse e, atualmente, os gastos da União não chegam a 5% do PIB. Por este motivo, as entidades do Fórum defendem a retirada imediata dos vetos ao PNE do governo para que ao menos os 7% cheguem ao setor público.

A política de avaliação produtivista e privatista presente nas gratificações impostas ao profissionias e nos editais de concorrência a Fundos e programas do MEC e do Ministério da Ciência e Tecnologia foi bastante criticada. Para os educadores, é um absurdo o governo deixar de investir nas universidades federais, por exemplo, e cobrar das mesmas índices de qualificação, produtividade e infra-estrutura. A política de privatização interna das instituições também foi rechaçada em várias das conferências e mesas-redondas do evento.

Mais escândalo nas particulares

Neste cenário de precarização do setor público foram denunciadas as vantagens dadas pelos governos às mantenedoras particulares. Já na primeira conferência, na noite de abertura, o educador Francisco (Chico) Maria Cavalcante de Oliveira, comentou o caso escandaloso de uma faculdade paulista (o professor não quis revelar o nome) que recebeu uma biblioteca inteira para uma avaliação da Capes. A biblioteca chegou, segundo o professor da USP, em uma frota de caminhões de uma tradicional empresa paulista, a Granero. Para a tristeza da comunidade, a enxurrada de livros não passava de cenário para os avaliadores, permanecendo na instituição por três dias apenas.

4º Coned

Palestra sobre avaliação atrai grande público

Manuella Soares

MIRIAM LIMOEIRO CHAMA ATENÇÃO PARA O COMPROMETIMENTO DE MUITOS PROFISSIONAIS COM O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

A professora do departamento de sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Miriam Limoeiro, teve que repetir a palestra apresentada em uma das mesas do 4º Coned, na tarde do dia 24/4. Juntamente da professora Jussara Hoffmann da UFRGS e do representante da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos), João Caldeira Dantes, Miriam falou para um concorrido público de mais de 400 pessoas na sala L do Anhembi, sendo seguida por outros 300 participantes para um reprise na ante-sala de um dos Auditório do Centro de Convenções. O tema: "Concepções e modelos de avaliação em educação".

Miriam partilhou intensamente nos anos 80 das reflexões do movimento docente sobre o assunto avaliação institucional e de todos os "aprofundamentos teóricos que a questão suscita", como ela mesma diz. Para a professora, há bastante tempo, a argumentação teórica geral sobre a avaliação já está presente no meio acadêmico e científico. Crítica do modelo vigente, Miriam é mais uma a afirmar que o projeto de avaliação proposto pelo MEC é, "sem sombra de dúvidas", um instrumento da lógica do capital . "Instrumento que, aplicado à educação superior, e por intermédio desta, fortalece a ideologia da escola, da competência e da meritocracia, alcançando todo o sistema escolar e, deste modo, estabelecendo uma forma marcadamente ideológica de vinculação do sistema escolar com o conjunto da sociedade", explica. E é nesta vinculação do sistema escolar com a sociedade que a avaliação, na concepção da professora, se revelaria como o instrumento eficaz para impor a mercantilização às universidades públicas.

Miriam reforça a crítica à ideologia criada pelo modelo neoliberal de que na sociedade de mercado as 'coisas são assim e pronto'. "Isto é um recurso para impedir qualquer discussão sobre o projeto político apresentado pelo governo", questiona, lembrando que, na política, sempre existe uma possibilidade de alternativa e que "toda a situação social é passível de transformação".

Para aqueles que incorporam a ideologia de que as coisas são assim e ponto!, Miriam apresenta propostas concretas: "de fato a rede pública é muito precária, de fato é preciso modificá-la, mas é preciso definir com clareza para quem e para o quê". A proposta, ela apresenta: primeiro, investimento substancial, intensiva e extensivamente na formação de professores – com oferta de salários dignos aos profissionais de educação, em níveis que sejam compatíveis com a qualidade requerida. Miriam não se abstém e declara que "este é sem duvida um ponto em que a regulação pelo mercado deve ser considerada e assim ser exercida". Em segundo lugar, Miriam propõe o investimento em equipamentos escolares, escolas em maior número, com instalações melhor dimensionadas e "mais funcionais, bem equipadas com laboratórios, bibliotecas, computadores etc". Finalmente, o Estado tem que garantir oferta de condições para que "a população a ser escolarizada possa efetivamente ingressar freqüentar com regularidade e permanecer na escola". Para que estes "encaminhamentos" sejam levados a cabo, Miriam não esconde que seria necessário uma política educacional que fizesse parte de um conjunto maior de uma política social onde, certamente, o modelo capitalista não seria a referência.

Na opinião da professora, estas propostas não se coadunam com o projeto político do atual governo, para o qual qualidade na educação se resume à qualidade para o mercado. Não é à toa que, como ressalta, a política de avaliação do governo, no caso ensino superior, está intimamente ligada à política de verbas. Basta lembrarmos dos exemplos próximos da UFRJ: não há um programa de melhoria, manutenção ou investimento na universidade que não passe pelo crivo da avaliação produtivista. Exemplo não faltam: Cotav, PCO, Infra-estrutura e outros.

Dedo na ferida

Apesar da crítica contundente ao modelo de Estado perseguido pelos neoliberais ou liberais históricos, Miriam não deixa barato para aqueles que, dentro das instituições universitárias, fazem o papel de implementar as políticas que subordinam ensino e a pesquisa às demandas mercantis. "É verdade que a política de avaliação é imposta como um fato, mas também é verdadeiro que uma tal política somente se torna operante e impositiva localmente por meio de nossos colegas da chamada comunidade universitária que se dispõem a operacionalizar aquela política e constituir a enorme burocracia avaliativa, de universidade em universidade. Os nossos colegas, que defendem esse novos cargos burocráticos de avaliação, se tornam assim, a meu ver, co-responsáveis pela introdução dos critérios da lógica do mercado nas instituições públicas de ensino."

Para Miriam, o chamado 'alto custo da educação' e as propaladas 'dificuldades de caixa' serviram de justificativa para que o dispositivo ideológico da 'qualidade' - entendida como qualidade para o mercado ´-fosse utilizado pelo Estado brasileiro para se obrigar a manter apenas aquelas em que haja a dita 'qualidade'. Para as demais, o governo "retira a condição para a qualidade", ou seja, as verbas. A míngua atinge principalmente as instituições que apresentam resistência ao projeto do MEC, que tem na avaliação a arma para impor a 'qualidade' para o mercado.

Resenha

CPMF não aumentou dinheiro da Saúde

O ex-ministro Adib Jatene disse, em 17 de abril, na CPI da CPMF que, ao idealizar a cobrança do imposto, imaginava estar criando uma fonte adicional de recursos, que se somaria ao orçamento da Saúde. No entanto, não houve acréscimo orçamentário, mas substituição de fontes de receita. O ex-ministro lembrou que, em 1989, foram gastos US$ 11,5 bilhões no setor e hoje a previsão é de US$ 10 bilhões, incluindo campanhas preventivas e de vacinação. "Não dá para fazer milagres com o investimento de apenas R$ 150 *per capita* ao ano", sustentou, ao lembrar que a França investe US$ 700/ano (*per capita*) e os EUA investem US$ 4 mil. Fonte: Informes PT

Pós-graduação cresceu 132%

O Jornal da Ciência por e-mail de 19 de Abril informa que o número de matrículas em cursos de pós-graduação nas universidades federais cresceu 132% de 95 a 2000, de acordo com levantamento da Associação Nacional de Dirigentes das IFES (Andifes). Em 2000, foram produzidas 8.605 dissertações de mestrado, contra 4.093 em 1995, um aumento de 110%. O crescimento das teses de doutorado foi ainda maior: 162%, de 597 para 1.566. O crescimento da graduação no mesmo período foi de 27,5%, passando de 369.599 matrículas, em 1995, para 471.540, em 2000.

Investimento diminuiu nas federais

No mesmo levantamento da Andifes, é apontado também que, corrigindo os valores de acordo com o IGP-DI (Índice Geral de Preços), o investimento nas universidades federais no período diminuiu. O orçamento para pagamento de pessoal ativo, por exemplo, teve queda de 17,8%. Os gastos com os inativos ficaram praticamente estáveis, com queda de 1,2%. Sem a correção, o investimento aumentou. O levantamento foi realizado com 51 das 52 instituições federais de ensino superior do Brasil. Apenas a UFRJ não havia respondido aos questionários (Que coisa, hein? E os professores são obrigados a mexer no Sigma...). Os dados mostram que o aumento das matrículas aconteceu sem aumento do quadro de professores. Em 95, havia 39.205 professores; em 2000, 38.392.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Imprensa sindical mostra sua força

Publicações são documentos importantes para preservação da história dos trabalhadores no país

Imperdível. Especialmente recomendada para todos que acompanham as lutas da classe trabalhadora, foi aberta no dia 30 de abril a Mostra de Imprensa Sindical Brasileira (1988-2002), no centro da cidade. Localizado na antiga sede do Sindipetro (Sindicato dos Petroleiros), na avenida Presidente Vargas, nº 502, no 20º andar, o evento expõe o material de várias categorias: bancários, petroleiros, metalúrgicos, professores, servidores do judiciário, MST, entre outras. As salas do andar estão cobertas com as capas das publicações, como se fossem um papel de parede especial. E, segundo um dos organizadores, o jornalista Vito Giannotti, chegaram publicações suficientes para cobrir o mesmo espaço duas vezes e meia, numa amostra de força da produção sindical de qualidade.

A Adufrj-Seção Sindical e o Sintufrj marcaram presença na sala especialmente reservada para a área de Educação. Pela entidade dos professores, destaque para a edição extra do vestibular com a repressão policial contra a comunidade. Além disso, duzentos CD-ROM "Registrando a História" com o conteúdo dos jornais e boletins da seção sindical de 1979 até meados de 2001 estarão sendo distribuídos aos visitantes da Mostra.

Mas, se cada setor tem a sua sala, um pequeno cômodo com a produção jornalística dos metalúrgicos de Volta Redonda é o que mais emociona os visitantes. Neste lugar, é contada a história da greve de 1988, quando o Exército invadiu a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para reprimir o movimento e assassinou três trabalhadores. Apesar disso, os metalúrgicos não se intimidaram, continuaram a ocupação, conquistaram todas as reivindicações e só voltaram ao trabalho após uma última exigência: a retirada das tropas militares. De forma muito viva, são relatados os detalhes desta luta e são lembrados e celebrados os nomes dos companheiros mortos.

Manuella Soares

CAPAS DE JORNAIS E CARTAZES CONTAM HISTÓRIA SINDICAL

Debate antecede abertura da Mostra

Antes da abertura da mostra sindical, houve um debate sobre "Memória e Resistência" num pequeno auditório da CUT-RJ, que fica no mesmo prédio, no 15º andar, com os professores Marcelo Badaró (da Faculdade de História da UFF e diretor do Andes-SN), René Dreifuss (cientista político) e a jornalista Claudia Santiago (CUT-RJ).

Primeira a falar, Claudia se disse muito satisfeita com a realização do evento, principalmente por ter sido idealizado e preparado em apenas um mês. A jornalista ressaltou que a disputa de hegemonia no mundo de hoje não pode ser efetivada sem meios de comunicação "afiados". Para ela, o jornalismo sindical é muito importante, pois conta a história do ponto de vista dos trabalhadores. Com a mostra, segundo ela, a idéia é transformar um "arquivo morto" de publicações em um "arquivo vivo". "É isso que nós queremos: que o material tenha contato com as pessoas, que incentive (os trabalhadores) a fazerem bem seus jornais, distribuir com qualidade e guardar com cuidado sua produção", afirmou.

Já René Dreifuss destacou a importância da preservação da memória sindical. "Isso é uma questão básica para pensar o futuro", disse. O cientista político comentou que, em todas as sociedades, e em particular no Brasil, convive-se com um "esquecimento incrível". "Gerações emergem e não sabem de nada. Sem memória, tudo é novidade e incompreensão. Hoje, estamos lidando em tempo real com o mundo todo e temos a necessidade de processar essas informações", disse.

O professor Marcelo Badaró encerrou o debate e preferiu tratar o tema a partir das dificuldades para documentar a história sindical no país. Segundo Badaró, é óbvio que nunca foi de interesse das classes dominantes que essa preservação ocorresse. Citou como exemplos a repressão do governo de Getúlio Vargas contra os líderes sindicais da época, quando este apresentou a legislação trabalhista – o então presidente queria ganhar o mérito sozinho e precisava apagar a "memória" de que a legislação só veio a existir por força das lutas anteriores dos trabalhadores. Durante a ditadura militar, essa repressão se intensificou, uma vez que os jornais sindicais se tornaram documentos "incriminadores". Badaró completou sua palestra com a observação de que os jornais sindicais não têm apenas a função informativa: têm a função formativa também. "Esse é um papel importantíssimo. As tarefas de curto prazo de uma campanha salarial do ano, por exemplo, não bastam. É preciso cuidar das atividades de médio e longo prazos", afirmou.

Mostra fica até 30 de maio

A mostra ficará em cartaz até o dia 30 de maio. O horário de visitação é de 14h às 19h. Visitas com acompanhamento podem ser marcadas a partir desta segunda-feira, dia 6, no Núcleo Piratininga de Comunicação, com Augusto, pelo telefone 2220-5618.

Andes-SN vai produzir dossiê sobre HUs

Nos dias 8 e 9 de abril, houve, em Brasília, um seminário sobre Pesquisa Científica na rede de hospitais federais de ensino superior, promovido pela Associação Nacional de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (Andifes). Em 2 de maio, a diretoria do Andes-SN divulgou um relatório em sua página eletrônica (www.andes.org.br) sobre este evento. O 2º vice-presidente da Regional Andes-SN Pantanal, Mário Luiz Alves, deixou registrado no seminário que a discussão da pesquisa deve estar vinculada à democratização interna, pessoal, financiamento, relação com gestores do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre outros pontos, o dirigente do Sindicato Nacional também ressaltou que a entidade vai produzir um documento-denúncia sobre a situação dos hospitais universitários, durante a realização do VIII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, entre os dias 9 e 11 de maio, no Rio de Janeiro, sediado pela Associação de Docentes da Uerj (Asduerj). No fim deste mês, a idéia é levar o documento-denúncia para apresentação em uma atividade na Câmara dos Deputados.

Colegiados

Consuni aprova projeto Infra-3

No dia 25 de abril, o Conselho Universitário aprovou, sob protesto, o projeto de Infra3 (um dos fundos setoriais do governo) pelo qual a UFRJ vai disputar R$ 10 milhões da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A equipe de reportagem da Adufrj-SSind estava em São Paulo para a cobertura do 4º Coned e as informações foram retiradas do Jornal do Sintufrj (nº 516) da semana passada. A proposta foi elaborada por um fórum de diretores e decanos da universidade e apresentada ao Consuni próximo ao prazo final de envio dos relatórios. "Eu quero deixar registrado o meu constrangimento, de não ter outra alternativa, se não aprovar o CT-Infra 3. É uma situação quase de chantagem", protestou Oscar Acselrad, futuro sub-reitor de Patrimônio e Finanças da UFRJ. "Eu esperaria que, ao tomar cconhecimento dessa verba de infra-3, esse fórum de diretores fosse organizadamente ao reitor exigir que este conselho fosse convocado para discutir institucional e formalmente este projeto. Não adianta o professor Lessa e mais uma meia dúzia de pessoas levantarem a bandeira prioritária de respeito aos órgãos colegiados, se os 85% que apoiaram nossa chapa também não vierem junto", disse, na matéria do Sintufrj. Alguns conselheiros declararam seu voto para protestar contra a chantagem. Carlos Lessa comprometeu-se a transferir os recursos do CT-Infra-1 para a Fundação José Bonifácio, assim que assumir, no dia 8 de julho.

Movimento

1º de maio com muitas manifestações

O Dia do Trabalhador foi recheado de manifestações em todo o mundo. Em Cuba, mais de um milhão de pessoas foram ao Centro de Havana para ouvir um discurso do presidente Fidel Castro. Na Rússia, 140 mil marcaram presença na Praça Vermelha, em Moscou. Na França, em todo o país, incluindo a capital, 1,3 milhão de pessoas participaram das manifestações de 1º de maio que tiveram como tema a rejeição à extrema-direita. No Brasil, só na Grande São Paulo, mais de 150 mil foram aos eventos promovidos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O presidente da Central, João Felicio, aproveitou a ocasião para criticar as possíveis mudanças na CLT, através do Projeto de Lei 5.483/01, e o desemprego. Ao comentar sobre a novidade trazida pela CUT em descentralizar os atos do 1º de Maio naquele estado, Felicio considerou acertada a estratégia: "Falamos para um público que não conhece seus direitos e nem estão acostumados a nos ouvir", disse. No Rio de Janeiro, com apoio do governo petista, as manifestações ficaram concentradas no Aterro do Flamengo.

PROFESSORES ESTADUAIS EM GREVE MARCARAM PRESENÇA

Enquanto isso, ainda em São Paulo, a Força Sindical gastou R$ 2,5 milhões com shows e prêmios de sorteio na realização de uma festa. Segundo o presidente da entidade, Paulo Pereira da Silva, a verba vem de empresas que adquiriram cotas de patrocínio. O orçamento da CUT foi mais modesto: no máximo R$ 400 mil. "Não vamos sortear nada porque não achamos certo receber dinheiro dos empresários para oferecer prêmios aos trabalhadores", criticou João Felicio. A CUT deu maior ênfase ao ato político para pedir mais empregos e melhores salários, além de criticar o projeto que altera a CLT. Não foi de se estranhar, portanto, que o ministro do Trabalho, Paulo Jobim, tenha escolhido participar da festa da Força...

Manifestação durante encontro do FMI e do Banco Mundial

De 19 a 22 de abril, mais de 80 mil pessoas participaram de protestos em Washington, EUA, onde se realizou o último encontro do FMI e do Banco Mundial (dias 20 e 21 de abril), co-responsáveis, entre outros, pela crise na Argentina e pelo aumento da exclusão social no mundo todo. Além de condenarem as políticas neoliberais dos dois órgãos, os manifestantes protestaram contra o intervencionismo militar americano em outros países, contra o Plano Colômbia e o Plano Puebla-Panamá (uma série de enormes investimentos multinacionais para aumentar os capitais, sem olhar o bem comum dos povos locais, numa faixa que se estende da região sudoeste da Cidade do México ao Panamá, passando por Guatemala, Belize, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica). A maior manifestação, no entanto, foi de protesto contra a ação do governo israelense nos territórios palestinos (com a cumplicidade do governo norte-americano). Esta foi a maior manifestação de apoio à causa palestina nos Estados Unidos reunindo cerca de 75 mil pessoas.

Fonte: Imprensa FSM2002

MEC propõe regulamentação da GID

A regulamentação da GID e os concursos para docentes voltaram a ser tema de reuniões das entidades sindicais da área da Educação e o MEC no dia 22 de abril.

Na ocasião, o representante da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec), Bráulio Pereira, apresentou uma minuta de decreto para regulamentar a gratificação e propôs a alteração do Decreto nº 3.932 (que estabelece os requisitos básicos da regulamentação da GID), de 19 de setembro, em vigor, para facilitar a tramitação. Os representantes do Andes-SN/Sinasefe ponderaram que as novas pontuações propostas são alterações que teriam de retornar às entidades para apreciação e uma nova reunião deveria ser agendada para um posicionamento final. A diretoria do Andes-SN ficou de enviar um estudo preliminar sobre a proposta da Semtec para as seções sindicais para exame. As avaliações devem ser enviadas para o Sindicato Nacional e para uma próxima Reunião do Setor das IFES (provavelmente em 18/5) para discussão.

A proposta de mudança do Decreto da GID da SEMTEC é a seguinte (o texto original do decreto nº 3.932 pode ser encontrado em www.adufrj.org/documentos.htm): o artigo segundo seria mantido, mas o excesso de pontos de cada um dos grupos seria revertido para pontuação das instituições; a pontuação atribuída por hora-aula passaria para 3,4 pontos por aula/semana para docentes em regimes de 40h e DE; 6,8 pontos para docentes em regime de 20h e 10 pontos para docentes em qualificação ou em função gratificada. Por fim: determinados aspectos propostos no art. 2º, inciso II, não devem constar no texto do Decreto, mas serem objeto de regulamentação no âmbito interno das instituições.

Concursos

Além da gratificação, também foi cuidado em outra reunião, no mesmo dia, o tema da Carreira. Nesta, o novo secretário da SESu, Franciso Sá Barreto, informou que Paulo Renato o autorizou a anunciar que estão sendo feitas gestões junto ao MPOG com o objetivo de transformar as vagas previstas para o regime de emprego público (celetista) em vagas do RJU. O presidente do Andes-SN situou a importância da luta pela Carreira Única e lembrou aos presentes que a atual gestão do Sindicato havia protocolizado a proposta no ministério em meados de 2000. A SESu comprometeu-se a consultar a Andifes (que não compareceu à reunião) para saber se existia algum novo posicionamento da entidade dos dirigentes sobre o assunto e, em 15 dias, seria realizada uma nova reunião com as entidades sindicais.

Política de Formação Sindical em pauta no Andes-SN

Realizado nos dias 22 a 24 de março, o Encontro Nacional de Política de Formação Sindical promovido pelo Andes-SN teve como objetivo aprofundar discussões demandadas pela categoria e fundamentais para a organização do trabalho de base do Sindicato. O Encontro contou com representação de 54 seções sindicais, sendo 41 federais, 10 estaduais e 3 particulares. Na página da Adufrj-SSind, em documentos (www.adufrj.org.br/documentos.htm), o sindicalizado pode encontrar as deliberações do Encontro, que vai servir como subsídio ao debate nas assembléias de base. Com base neste trabalho, podem surgir textos de resolução para os próximos eventos deliberativos do Sindicato Nacional.

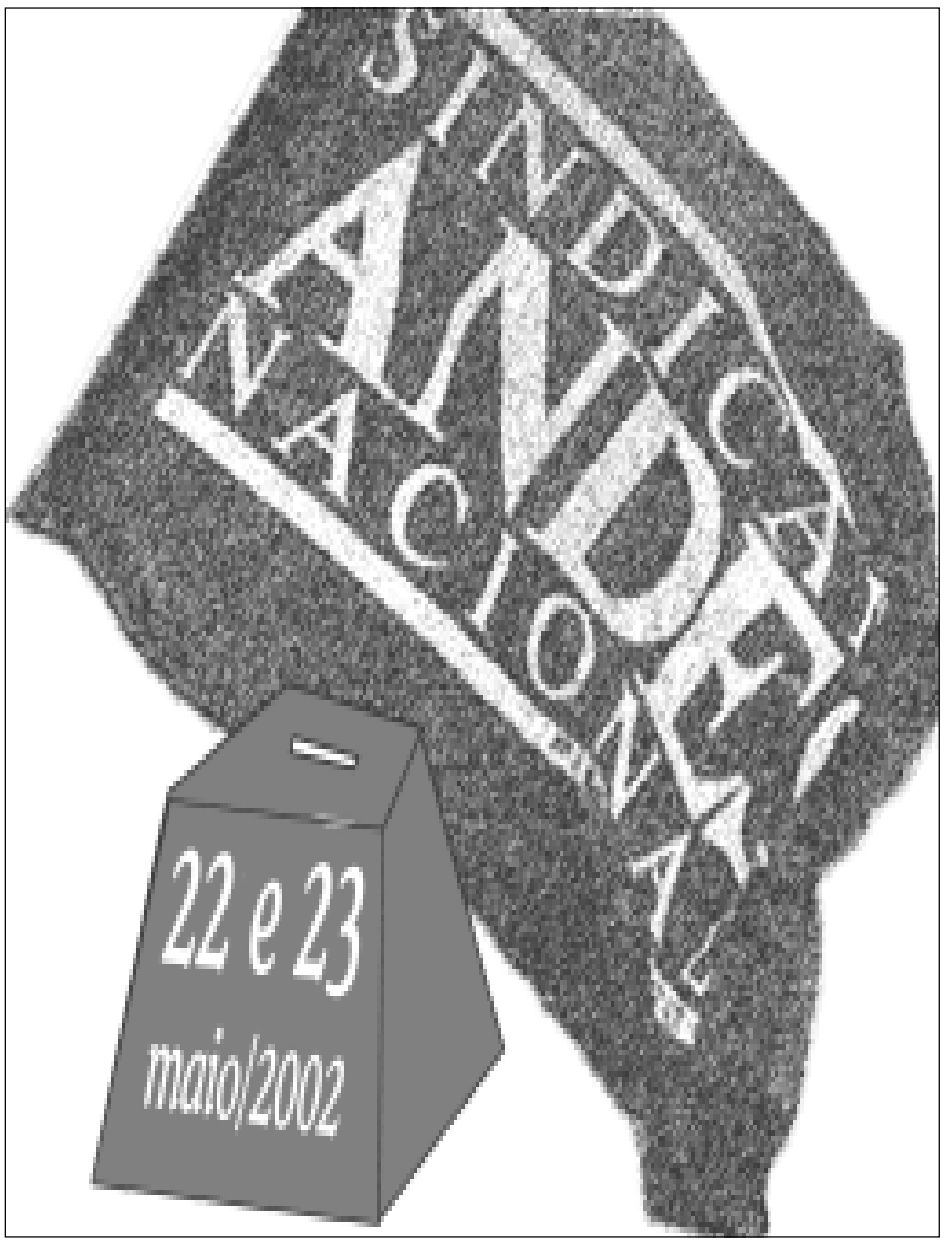
AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL
ENCARTE ELEIÇÃO
EDIÇÃO DE 6 DE MAIO 2002

Eleições do Andes-SN serão neste mês

Professores de todo o país escolhem nova diretoria do Sindicato nos dias 22 e 23 de maio

O 21º Congresso do Andes-SN, realizado em Rio Grande (RS), além da atualização do plano de lutas do movimento docente e outras resoluções, foi também o espaço de apresentação de chapas que concorrerão à próxima gestão do Sindicato (2002-2004). Pela chapa 1, com a corrente "Andes Autônoma e Democrática", é candidato o professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas (Adufpel-SSind). Pela chapa 2, denominada "Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta", a candidata é a professora Maria Aparecida Ramos de Menezes, da Adufpb-JP.

As eleições nacionais para a Diretoria ocorrerão nos dias 22 e 23 de maio deste ano. Atualmente, Lucas ocupa o cargo de vice-presidente da Regional RS e conta com o apoio do presidente do Andes-SN, Roberto Leher. Maria Aparecida é presidente da seção sindical da Universidade Federal da Paraíba (seção João Pessoa) e pertence à corrente que dirigiu o Sindicato de 1998 a 2000. Durante a plenária do Congresso, os candidatos a presidente lançaram a campanha.



Neste segundo encarte especial do boletim da Adufrj-SSind sobre as eleições do Sindicato, apresentamos, nas páginas a seguir, textos dos candidatos (páginas 2 e 3) e as nominatas completas das chapas, retiradas da página eletrônica www.andes.org.br (página 4). Vale destacar que, embora tenham sido pedidos artigos para as duas chapas, a chapa 2 preferiu enviar o seu conteúdo na forma de uma entrevista elaborada pelos próprios componentes.

Calendário das eleições do Andes-SN

Até 20 de fevereiro de 2002

- são eleitores todos os sindicalizados do Andes-SN até 20/2/2002

Até 28 de março de 2002

- registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, dar-se-á até 28/3/2002

Até 30 de março de 2002

- Os eleitores devem estar em dia com suas contribuições até 30/3/2002

Até o dia 22 de abril

- as alterações previstas nas nominatas só serão consideradas pela Comissão Eleitoral Central se lhe forem comunicadas até 22/4/2002. Não se aplica aos candidatos aos cargos de Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro.

22 e 23 de maio - ELEIÇÕES

24 de maio

- A apuração dos votos nas Seções Sindicais. A apuração deverá estar concluída, impreterivelmente, até as vinte e quatro (24) horas do mesmo dia.

25 de maio

- As Comissões Eleitorais Locais deverão encaminhar, impreterivelmente, até as 12 horas, via meio eletrônico, para a Sede do Andes-Sindicato Nacional o resultado da eleição na sua respectiva Seção Sindical.

- A computação dos votos pela Comissão Eleitoral Central iniciar-se-á às 14 horas, estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais.

- Iniciada a apuração, os trabalhos somente se interrompem após a proclamação do resultado final.

Guilherme Lessa

LUIZ CARLOS LUCAS

CHAPA 1

Andes Autônoma e Democrática

Inovação Tecnológica - Última Versão do Ataque à Universidade Pública

Luiz Carlos Gonçalves Lucas e José Domingues Godoi Filho*

Nos últimos anos, enfrentamos diversas ameaças ao projeto de Universidade Pública que o movimento docente e a maior parte da comunidade universitária construíram ao longo da sua trajetória recente. Entre elas, podemos destacar a de quebra do princípio constitucional da autonomia universitária, através da proposta de transformar a Universidade em "organização social" (no Plano Diretor da Reforma do Estado, de Bresser Pereira), ou através das várias propostas do MEC de "regulamentar" a autonomia, em parte já aplicadas através de mecanismos de controle sobre a escolha de dirigentes, por exemplo. Enfrentamos também o processo de corrosão interno, derivado da diminuição dos investimentos públicos em manutenção e expansão das instituições acoplada ao estímulo à proliferação de atividades privadas no interior das Universidades Públicas, gerenciadas pelas fundações de apoio. Mais recentemente, nos defrontamos com a proposta do "emprego público", que visava precarizar a carreira docente, convertendo-a à CLT. Os limites que impusemos a estes projetos dependeram de duras lutas, como a última greve das Instituições Federais de Ensino, em 2001.

Pois agora, os professores destas instituições estão diante de mais um desafio, que combina aquelas três ameaças em uma só, travestida em política de incentivo à Ciência e Tecnologia. Trata-se do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Com previsão de envio para o Congresso nos próximos meses, o projeto procura atrair pesquisadores para uma produção na Universidade, mas para as empresas, oferecendo condições para que o professor se licencie de sua instituição para abrir uma "empresa de base tecnológica". Há garantias para, em caso de fracasso do empreendimento, o professor retornar ao magistério – opção dos que não deram certo, segundo FHC. O docente/pesquisador, agora convertido em "professor-empresário", durante sua licença continuaria, porém, utilizando recursos da própria instituição da qual se licenciou. A Lei de Inovação Tecnológica prevê explicitamente que esta nova figura use laboratórios e pessoal da universidade. Além disso, a Universidade, independentemente de ter ali um 'professor-empresário', pode alugar ou colocar à disposição das empresas os seus laboratórios.

Trata-se, conforme tem destacado em seus pronunciamentos a Assessora de Captação de Recursos do MCT Mary Brito, de *"oferecer condições para que as pesquisas atualmente desenvolvidas possam ir para o mercado sem vinculação com as universidades e sim, com o autor da pesquisa."*

Para desenvolver projetos de inovação, as "instituições científicas" – o que inclui as Universidades Federais - poderão contratar pesquisadores temporária ou sazonalmente, através do regime do emprego público.

O modelo para as instituições científicas se relacionarem com os respectivos ministérios passaria a ser o das "organizações sociais", pautadas pelos contratos de gestão. Para as Universidades, em que não há base para a transformação em organizações sociais, os convênios com as agências de fomento e as empresas passariam, como não poderia deixar de ser, pelas fundações privadas de apoio, como aliás o MCT já vem indicando nos editais dos fundos setoriais e do "fundo dos fundos".

Diante da ausência de uma política industrial nacional, obviamente tal iniciativa se efetivada acabará por direcionar os novos 'professores-empresários' para as empresas multinacionais aqui instaladas, preocupadas em desenvolver, no máximo, aplicações dos pacotes tecnológicos que trazem de suas matrizes. Tais profissionais, passariam a constituir-se em mão-de-obra qualificada à disposição das grandes corporações para contratação de forma terceirizada a custos muito baixos.

Conforme discutimos no nosso último Congresso, em Rio Grande, considerando o disposto na chamada lei de patentes, o desmanche dos órgãos reguladores de normas técnicas e as enormes diferenças existentes nas condições de infra-estrutura das universidades brasileiras, as parcerias com instituições universitárias estrangeiras e/ou com outras instituições privadas não passarão de acordos de transferências de nossos conhecimentos e de nossos recursos naturais para outros países e/ou empresas.

De uma só tacada, tentam nos empurrar projetos de restrição da autonomia universitária, de transformação nas relações do trabalho docente, nas regras de financiamento e nos objetivos institucionais das Universidades federais, via modificações produzidas pelo MCT, sem maiores ônus para o MEC.

É lamentável, embora explicável, que alguns setores da SBPC e da universidade – em especial os que hoje já gravitam em torno das fundações de apoio - estejam apoiando o projeto. Por isso, nosso programa alerta para a necessidade de o movimento docente se organizar para combater a proposta. Nesse sentido, é fundamental ampliar a circulação de informações sobre o tema, através da criação/re-ativação de grupos de trabalho (GTs) de Ciência & Tecnologia em todas as seções sindicais, convocando-os para discutir o assunto, bem como a articulação do Sindicato Nacional com as sociedades científicas para barrar tal proposta.

O movimento docente, que contando com a tradição de luta do Sindicato Nacional, conseguiu evitar o pior nas tentativas de "regulamentação" da autonomia e de implantação do "emprego público" nas Universidades, tem agora o desafio de barrar estas mesmas propostas e complementos ainda piores na forma da "inovação tecnológica". Os candidatos da *Chapa 1 – ANDES Autônoma e Democrática* têm compromisso firme com mais esta luta.

* Candidatos a Presidente e 1º. Vice-Presidente, respectivamente, na Chapa 1 – ANDES Autônoma e Democrática.

Quem é a Andes-AD

A **Andes-AD** constituiu-se como corrente política no interior do movimento docente no Congresso de Salvador, em 1986, quando, pela primeira vez, duas correntes políticas disputaram a direção nacional da então *Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior*. A **Andes-AD** venceu aquelas eleições e manteve-se na direção do sindicato nacional até junho de 1998, quando pela primeira vez perdeu as eleições para a chapa que assumiu a diretoria do **Andes-SN (1998-200)**. No entanto, em 2000 depois de uma belíssima e vitoriosa campanha a **Andes-AD** assumiu novamente o sindicato e hoje compõe a Diretoria (2000-2002).

A criação da corrente respondia a diversas necessidades políticas de organização de um pólo combativo e classista do movimento docente. A concepção sindical da **Andes-AD** está pautada pela organização a partir dos locais de trabalho, pelo respeito às instâncias e aos procedimentos democráticos de deliberação do movimento, pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, pela autonomia em relação a partidos políticos, ao Estado, a credos religiosos e às administrações das universidades.

Tal concepção sindical está inserida no Estatuto do **Andes-SN**, orientando a construção de um projeto de Universidade Pública, gratuita, laica e de qualidade, socialmente referenciada e direcionada para os interesses da classe trabalhadora. Das lutas norteadas por esses princípios foram frutos: as garantias constitucionais de autonomia, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e financiamento público, bem como a isonomia salarial entre *Instituições Federais de Ensino Superior* autárquicas e fundacionais, o Regime Jurídico Único, os planos de carreira do setor federal e de diversas instituições dos setores estadual e particular, bem como a ampliação das condições para o exercício da democracia no interior das Universidades, os estímulos à capacitação docente, as garantias mínimas de verbas, entre muitas outras conquistas, todas hoje sob ataque cerrado.

Kelvin Melo

MARIA APARECIDA

CHAPA 2

Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta

"Existe, entre os docentes brasileiros, um sentimento latente de renovação da ANDES"

As professoras Maria Aparecida Ramos e Helena Serra Azul, respectivamente, candidatas a Presidente e Secretária Geral da chapa "Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta" explicam as diferenças entre as chapas que disputam as eleições da ANDES e o programa da Chapa 2.

Pergunta: Duas chapas concorrem às eleições da ANDES. As duas professoras são candidatas da chapa de oposição. Quais as principais diferenças entre a Chapa 1 (situação) e a Chapa 2 (oposição)?

Aparecida: Vamos por partes. Eu distinguiria diferenças de concepção sindical, de visão de universidade e quanto ao conteúdo do desenvolvimento da luta política no Brasil hoje.

Pergunta: Que diferença de concepção é essa a que você alude?

Aparecida: Não estamos sabendo aproveitar todo o potencial criativo existente nas universidades brasileiras, porque estamos dirigindo o trabalho sindical para uma parcela diminuta dos docentes. Tomemos por exemplo o plano de formação política aprovado pela atual diretoria da Andes no Congresso do Rio de Janeiro de 2001. Quem ler o documento perceberá que o objetivo dessa formação é muito próximo ao de um partido político de quadros; no fundo, o objetivo é formar, em cada Associação Docente, um reduzido núcleo de ativistas, responsáveis por uma miríade de tarefas. O resultado é o esvaziamento das entidades na base. A questão é que essa orientação política colide inclusive com o perfil social da categoria que o sindicato representa. A grande questão, para nós da Chapa 2, não é abordar o docente somente como militante, como faz o grupo majoritário na Andes, mas fazê-lo com base no que consideramos as três dimensões inextrincáveis da docência, as condições de professor, pesquisador e cidadão. A Andes precisa chegar mais, falar mais, com todos os segmentos da categoria, os jovens e antigos docentes, os professores de trabalho precarizado (substitutos) etc.

Pergunta: Essa proposta é bem diferente do projeto universitário de Fernando Henrique e Paulo Renato...

Aparecida: A gestão da dupla FHC/Paulo Renato tem produzido uma autêntica calamidade para o sistema das universidades federais, o que considero um autêntico crime. O sistema das Universidades Federais integra o Brasil do Acre ao Rio Grande do Sul, num padrão unificador de ensino, pesquisa e extensão. Outro patrimônio inestimável é o conjunto das universidades estaduais brasileiras. Pois bem: semelhante ao que acontece no plano federal, as universidades estaduais também passam por um processo planejado de asfixia, como vimos ultimamente nas heróicas greves dos docentes das estaduais da Paraíba e do Paraná. Todos sabemos das distorções das Universidades públicas no Brasil, mas esse governo não pretende sanar as distorções, mas aniquilar as virtudes.

Helena: Deixa-me completar uma coisa que me parece fundamental. Paulo Renato promoveu um "cerco" às Universidades públicas. Promoveu uma política de credenciamento de escolas superiores privadas. A educação superior, no entender do MEC, transformou-se num mero problema de expansão de mercado e realização de negócios lucrativos. Hoje, o objetivo estratégico de Paulo Renato com os credenciamentos parece-nos claro. O ministro trabalhou com dois objetivos: abriu uma frente expansiva de negócios e procurou dar uma solução para a pressão de excedentes do vestibular das Universidades públicas, mais concorridos. Percebo que essa política não teve êxito num aspecto importante: houve toda uma campanha, promovida pelo MEC, de desmoralização das Universidades Públicas, mas a sociedade percebeu que se encontrava nas Universidades Públicas, e não nos supermercados de ensino, o padrão de excelência do ensino superior brasileiro. O movimento docente interagiu bem com a sociedade nas últimas greves por conta principalmente desse fato.

Pergunta: Qual o vínculo entre a consecução de um projeto nacional brasileiro e a instituição universidade pública?

Aparecida: Nós, da chapa 2, repetimos sempre que não é possível pensar um projeto para as Universidades brasileiras, em particular as públicas, dissociado de um projeto nacional. Para que as lutas históricas do movimento docente, em defesa da universidade, tenham conseqüências mais efetivas, é preciso que estejam sintonizadas com este projeto. Essa, aliás, é uma das diferenças entre o que pensa a nossa chapa e a Chapa 1. Estive recentemente num debate com o presidente da ANDES, prof. Roberto Leher, em Salvador. Sabemos dos melhores propósitos que movem Roberto, mas o raciocínio dele é bem representativo do grupo que dirige a ANDES. Resumindo: tanto Roberto como seu grupo reconhecem que a implementação das políticas neoliberais fez aflorar a chamada "questão nacional", só que ele acha que a oposição brasileira tem incorrido nos mesmos erros do passado – aqueles cometidos antes de 1964. Não penso assim. Não vejo que a CUT, os partidos do campo democrático e popular, intelectuais como Maria da Conceição Tavares e o Embaixador Sérgio Guimarães – para citar algumas instituições e personalidades – pensem no mesmo diapasão do pré-64, até porque o momento é outro. Relembrando Florestan Fernandes, que distinguia dependência de neocolonialismo, trata-se hoje de reverter o processo de transição do país de uma situação para a outra – ainda pior – cuja culminância seria a absorção total do mercado interno brasileiro pelos EUA, através de uma eventual adesão brasileira à ALCA. No caso do projeto da esquerda brasileira, trata-se de promover um projeto nacional que realize a reforma agrária e democratize os meios de comunicação, entre muitas outras medidas. A Universidade pública deve constituir um dos pilares importantes desse projeto, que deve ter como âncoras as instituições públicas, não o mercado. O movimento docente, na discussão do projeto nacional, deve preservar sua autonomia em relação aos partidos e a outras instituições. Enfatizemos, entretanto, que é fundamental, ao mesmo tempo, argüir um projeto de nação para o país – o que, longe de ser uma questão "partidária", diz respeito ao próprio futuro do Brasil, à sobrevivência e à evolução das instituições públicas, entre as quais, com destaque, as Universidades.

Pergunta: O que vocês teriam mais a dizer para os docentes universitários brasileiros que irão às urnas dias 22 e 23 de maio?

Aparecida: Tenho percorrido o Brasil nessa campanha e observado que existe latente, entre os docentes brasileiros, um sentido de renovação da Andes. Convido os professores a ler as cartas programa, a conhecer as diferenças entre as chapas. Apenas esta entrevista não esclarece tudo. As idéias da Chapa 2 são claras, sem subterfúgios, mas abertas ao debate e à interlocução. Não somos donos da verdade, nem nos colocamos acima de ninguém.

Maria Aparecida Ramos
Professora do Departamento de Serviço Social da UFPB, Doutora em Serviço Social (UFRJ).
Presidente da ADUFPB-JP e Candidata a Presidente da ANDES pela Chapa 2, "Uma Nova ANDES é Possível: Plural e de Luta".

Helena Serra Azul Monteiro
Professora do Departamento de Fisiologia e Farmacologia da UFC, Doutora em Medicina Interna (UNICAMP).
Presidente da ADUFC (1999-2001) e Candidata a Secretária-Geral da ANDES pela Chapa 2, "Uma Nova ANDES é Possível: Plural e de Luta".

Esta entrevista foi produzida pelos próprios componentes da chapa 2.

CHAPA 1
ANDES AD - AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

PRESIDENTE: Luiz Carlos Gonçalves Lucas - ADUFPel S.Sind.
1º VICE-PRESIDENTE: José Domingues de Godoi Filho - ADUFMAT S.Sind
2º VICE-PRESIDENTE: Osvaldo Coggiola - ADUSP
3ª VICE-PRESIDENTE: Maria Lia Silva e Reis - ADUCSal S.Sind
SECRETÁRIO GERAL: Celi Zulke Taffarel - APUB S. Sind
1ª SECRETÁRIA: Ana Lúcia Barbosa Faria - SINDCEFET - MG
2º SECRETÁRIO: Marlon Freire de Melo - ADUFEPE SSind.
3ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Miranda da Silva - ADUFRJ S. Sind
1º TESOUREIRO: José Vitório Zago - ADUNICAMP
2º TESOUREIRO: Antônio Luiz de Andrade - ADUNESP S.Sind
3º TESOUREIRO: Almir Serra Martins Menezes Filho - ADURN S.Sind

REGIONAL NORTE I
1º VICE-PRESIDENTE: Antônio José Vale da Costa - ADUA S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Jorge Luiz Coimbra de Oliveira - ADUNIR S.Sind.
1ª SECRETÁRIA: Janari Rui Negreiros - SESDUF-RR
2ª SECRETÁRIA: Eloísa Winter Nascimento - ADUFAC S.Sind.
1º TESOUREIRO: Welton Yudi Oda - ADUA S.Sind.
2º TESOUREIRO: Edilson Lobo do Nascimento - ADUNIR S.Sind.

REGIONAL NORTE II
1ª VICE-PRESIDENTE: Vera Lucia Jacob Chaves - ADUFPA S. Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Adélia Benedita Coelho dos Santos - ADFCAP S.Sind.
1ª SECRETÁRIA: Ana Rosa Peixoto de Brito - ADUFPA S.Sind.
2ª SECRETÁRIA: Terezinha de Jesus Amaral Torres - ADUFPA S.Sind.
1º TESOUREIRO: Benedito Gomes Santos Filho - ADFCAP S.Sind.
2º TESOUREIRO: Arthur Leandro de Moraes Maroja - SINDUFAP

REGIONAL NORDESTE I
1º VICE-PRESIDENTE: José Eudes Baima Bezerra - VPR NE I
2ª VICE-PRESIDENTE: Rosilda Silva Dias - APRUMA S.Sind.
1º SECRETÁRIO: José Aléxis Bezerra Leite - ADUFPI S.Sind
2ª SECRETÁRIA: Maria Célia Leal e Silva - ADCESP S.Sind.
1º TESOUREIRO: Francisco Antônio Loiola - ADUFC S.Sind
2ª TESOUREIRA: Maria da Conceição Lobato Muniz - APRUMA S.Sind

REGIONAL NORDESTE II
1º VICE-PRESIDENTE: Josevaldo Pessoa da Cunha - ADUFPB-CG S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Zenilde M. B. de Morais - ADUFERPE S.Sind.
1ª SECRETÁRIA: Ibiraci Maria Fernandes Rocha - ADURN S.Sind
2ª SECRETÁRIA: Maria Luiza Martins Aléssio - ADUFEPE S.Sind.
1º TESOUREIRO: Rubens Freire Ribeiro - ADUFPB-JP S.Sind
2º TESOUREIRO: Emanuel Pereira Braz - ADFURRN S.Sind.

REGIONAL NORDESTE III
1ª VICE-PRESIDENTE: Maria Cristina da Rocha Mendes - ADUFAL S.Sind
2º VICE-PRESIDENTE: Antônio Ponciano Bezerra - ADUFS S.Sind
1ª SECRETÁRIA: Claudete Sales Sampaio - ADUFS S.Sind
2º SECRETÁRIO: Ferdinand Martins da Silva - ADUSC S.Sind
1ª TESOUREIRA: Terezinha Maria Barros Santos - ADUCSAL S.Sind
2º TESOUREIRO: Harmensz Van Rin Morais de Assis - APUNI S.Sind.

REGIONAL PLANALTO
1º VICE-PRESIDENTE: Alcir Horácio da Silva - ADUFG S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Ana Carla Dias Carvalho - ADCAC S.Sind.
1ª SECRETÁRIA: Alejandra Leonor Pascual - ADUnB S. Sind
2º SECRETÁRIO: Enoch José da Mata - ADUFG S.Sind.
1ª TESOUREIRA: Sílvia Rosa Silva Zanolla - ADUFG S.Sind
2ª TESOUREIRA: Zilda de Fátima Mariano - ADCAJ S.Sind

REGIONAL PANTANAL
1º VICE-PRESIDENTE: Carlos Roberto Sanches - ADUFMAT S.Sind
2º VICE-PRESIDENTE: Mário Luiz Alves - ADourados S. Sind.
1º SECRETÁRIO: Aquiles Lazzarotto - ADUFMAT S.Sind
2º SECRETÁRIO: Hermano J. H. de Melo - ADUFMS S.Sind.
1º TESOUREIRO: Pedro de Assis e Silva Filho - ADUFMAT S.Sind
2º TESOUREIRO: Odival Faccenda - ADUEMS S. Sind.

REGIONAL LESTE
1ª VICE-PRESIDENTE: Elisabeth Orletti - ADUFES S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Angela M. S. Ferreira - ASPUV S.Sind
1ª SECRETÁRIA: Maria Rosimary Soares dos Santos - APUBH S.Sind.
2ª SECRETÁRIA: Eunice Maria Godinho Morando - APESJF S.Sind
1º TESOUREIRO: Gilberto Marques Pereira - SINDCEFET-MG
2º TESOUREIRO: Valter Pires Pereira - ADUFES S.Sind

REGIONAL RIO DE JANEIRO
1ª VICE-PRESIDENTE: Janete Luzia Leite - ADUFRJ S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Cláudia March Frota Souza - ADUFF S.Sind
1º SECRETÁRIO: Marcelo Castanheira Ferreira - ADUNIRIO S,Sind
2º SECRETÁRIO: José Eustáchio Bruno - ASDUERJ
1º TESOUREIRO: Frederico José Falcão - ADUR RJ S. Sind
2ª TESOUREIRA: Gelta Terezinha Ramos Xavier - ADUFF S.Sind

REGIONAL SÃO PAULO
1ª VICE-PRESIDENTE: Marília Leite Washington - ADUFSCar S.Sind
2º VICE-PRESIDENTE: Elisaldo L. A Carlini - ADUNIFESP S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Marco Antonio Sperl de Faria - ADUNIMEP S.Sind
2ª SECRETÁRIA: Ana Maria Ramos Estevão - ADUNESP S. Sind
1º TESOUREIRO: Adolpho Hengeltraub - ADUNICAMP
2º TESOUREIRO: Rubens Barbosa de Camargo - ADUSP S.Sind.

REGIONAL SUL
1º VICE-PRESIDENTE: Antonio de Pádua Bosi - ADUNIOESTE S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: João Francisco Ricardo K. Negrão - APUFPR S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Luiz Allan Kunzle - SINDOCEFET-PR
2º SECRETÁRIO: Evaristo Colman - ADUEL
1º TESOUREIRO: Adilson Gil Tavares - SINDOCEFET-PR
2º TESOUREIRO: Cássio Joaquim Moletta - APUFPR S.Sind.

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
1ª VICE-PRESIDENTE: Ceres Maria Ramires Torres - ADUFPEL S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Leda Carmen Wulff Gobetti - ADUFRGS S.Sind
1º SECRETÁRIO: Francisco Carlos Duarte Vitória - ADUFPel S.Sind
2ª SECRETÁRIA: Rejane Terezinha Pereira dos Santos - SEDUFSM
1º TESOUREIRO: Ângelo F. Maffissoni - APROFURG S.Sind.
2º TESOUREIRO: Nelton Luis Dresch - ADUFRGS S.Sind.

CHAPA 2
UMA NOVA ANDES É POSSÍVEL: PLURAL E DE LUTA

PRESIDENTE: Maria Aparecida Ramos de Menezes - ADUFPB-JP S.Sind.
SECRETÁRIO GERAL: Helena Serra Azul Monteiro - ADUFC S.Sind.
1° TESOUREIRO: Rubens Constantino Volpe Weyne - ADUFRGS S.Sind.
1° VICE-PRESIDENTE: Fernando Arthur Freitas Neves -ADUFPA S.Sind.
2° VICE-PRESIDENTE: Joviniano Soares de Carvalho - APUB S.Sind.
3° VICE-PRESIDENTE: Rosângela Carrusca Alvim - APUBH S.Sind.
1° SECRETÁRIO: Maria Auxiliadora Leal Campos - ADUPE S.Sind.
2° SECRETÁRIO: Eliane Leão - ADUFG S.Sind.
3° SECRETÁRIO: José Mastrangelo - ADUFAC S.Sind.
2° TESOUREIRO: Osni Jacó da Silva - APUFSC S.Sind.
3° TESOUREIRO: Sergio Gonçalves Corrêa -ADCEFET-RJ S.Sind.

REGIONAL NORTE I
1° VICE-PRESIDENTE: Antônio Levino da Silva Neto - ADUA S.Sind.
2° VICE-PRESIDENTE: Lucas Araújo Carvalho - ADUFAC S.Sind.
1° SECRETÁRIO: Lucicléia Barreto Queiroz - ADUFAC S.Sind.
2° SECRETÁRIO: Luiz Alberto Pessoni - SESDUF-RR
1° TESOUREIRO: Selma Sueli Baçal de Oliveira - ADUA S.Sind.
2°TESOUREIRO: Ise de Goreth Silva - SESDUFRR S.Sind.

REGIONAL NORTE II
1° VICE-PRESIDENTE: Ari de Sousa Loureiro - ADUFPA S.Sind.
2° VICE-PRESIDENTE: Marilucia Barros de Oliveira - ADUFPA S.Sind.
1° SECRETÁRIO: José Wilson Nunes Fernandes - ADUFPA S.Sind.
2° SECRETÁRIO: Wilson da Costa Barroso - ADUFPA S.Sind.
1° TESOUREIRO: Aluizio Fernandes da Silva Junior - ADUFPA S.Sind.
2° TESOUREIRO: Raimundo Bartolomeu Pereira de Souza - ADUFPA S.Sind.

REGIONAL NORDESTE I
1° VICE-PRESIDENTE: Cleide Maria Teixeira Veloso dos Passos - ADCESP S.Sind.
2° VICE-PRESIDENTE: Sandra Helena de Souza - ADUNIFOR S.Sind.
1° SECRETÁRIO: Lucineide Morais de Souza - ADUFPI S.Sind.
2° SECRETÁRIO: Pedro Alberto Campelo - ADUFC S.Sind.
1° TESOUREIRO: Mario Ângelo de Meneses Sousa - ADUFPI S.Sind.
2°TESOUREIRO: Aécio Alves de Oliveira - ADUFC S.Sind.

REGIONAL NORDESTE II
1° VICE-PRESIDENTE: José Cristovão de Andrade - ADUEPB S.Sind.
2° VICE-PRESIDENTE: Simone Elizabeth Duarte Coutinho - ADUFPB-JP S.Sind.
1° SECRETÁRIO: Pedro Antônio de Lima Santos - ADURN S.Sind.
2° SECRETÁRIO: Hermano Nepomuceno Araújo - ADUFPB-CG S.Sind.
1° TESOUREIRO: Cícero Monteiro de Souza - ADUFERPE S.Sind.
2°TESOUREIRO: Florival Rodrigues de Carvalho - ADUFEPE S.Sind.

REGIONAL NORDESTE III
1° VICE-PRESIDENTE: Maria Rita de Oliveira Oliveira - APUB S.Sind.
2° VICE-PRESIDENTE: Antonio Passos Lima - ADUFAL S.Sind.
1° SECRETÁRIO: Dulce Maria Mafra Oliveira - ADUSB
2° SECRETÁRIO: Ruy Aguiar Dias - ADUNEB S.Sind.
1° TESOUREIRO: Gardênia Maria Tavares da Silva - ADUFAL S.Sind.
2°TESOUREIRO: Maria Pontes de Aguiar Campos - ADUFS S.Sind.

REGIONAL PLANALTO
1° VICE-PRESIDENTE: Ana Lucia Carneiro Sarmento - ADUNB S.Sind.
2° VICE-PRESIDENTE: Abraão Garcia Gomes - ADUFG S.Sind.
1° SECRETÁRIO: Iara Barreto - ADUFG S.Sind.
2° SECRETÁRIO: Ronaldo da Silva - ADCAC S.Sind.
1° TESOUREIRO: João Batista de Deus - ADUFG S.Sind.
2°TESOUREIRO: Ebnezer Maurilio Nogueira da Silva - ADUNB S.Sind.

REGIONAL PANTANAL
1° VICE-PRESIDENTE: Paulo Marcos Esselin - ADUFMS S.Sind.
2° VICE-PRESIDENTE: Anderson Glreller Froehlich - ADUNEMAT S.Sind.
1° SECRETÁRIO: Antonio Firmino de Oliveira Neto - ADUFMS S.Sind.
2° SECRETÁRIO: Ruy Ferreira - ADUFMAT/Roo S.Sind.
1° TESOUREIRO: Lauro Bulaty - ADUFMS S.Sind.
2°TESOUREIRO: Jeovani Lemes de Oliveira - ADUNEMAT S.Sind.

REGIONAL LESTE
1° VICE-PRESIDENTE: João Mauricio Lima de Figueiredo Mota - APUBH S.Sind.
2° VICE-PRESIDENTE: Angelo Gil Pezzino Rangel - ADUFES S.Sind.
1° SECRETÁRIO: Lucio Flávio F. Costa - ADUNIMONTES S.Sind.
2° SECRETÁRIO: Manoel Ribeiro da Silva - APROEFEI S.Sind.
1° TESOUREIRO: Jaime Roberto Teixeira Rios - ADUFOP S.Sind.
2°TESOUREIRO: Maria Cândida de Pádua Coelho - ADUFU S.Sind.

REGIONAL RIO DE JANEIRO
1° VICE-PRESIDENTE: Paulo Roberto Monteiro Peres - ADUFRJ S.Sind.
2° VICE-PRESIDENTE: Willian Gonçalves Soares - ADUNI-RIO S.Sind.
1° SECRETÁRIO: Julio Cezar Vaz da Silva - ADCEFET-RJ S.Sind.
2° SECRETÁRIO: Inês Emília de Moraes S.Patrício - ADUFF S.Sind.
1° TESOUREIRO: Ricardo Santos - ASDUERJ
2°TESOUREIRO: Dario de Souza Castello - ADUFF S.Sind.

REGIONAL SÃO PAULO
1° VICE-PRESIDENTE: Emerson Pires Leal - ADUFSCar S.Sind.
2° VICE-PRESIDENTE: Matilde Alzeni dos Santos Melo - ADUFSCar S.Sind.
1° SECRETÁRIO: Dilma de Melo Silva -ADUSP S.Sind.
2° SECRETÁRIO: José Ricardo Figueiredo - ADUNICAMP
1° TESOUREIRO: Fátima Maria Balduíno dos Santos - ADUFSCar S.Sind.
2°TESOUREIRO: Luis Alfredo Chinali - ADUNESP S.Sind.

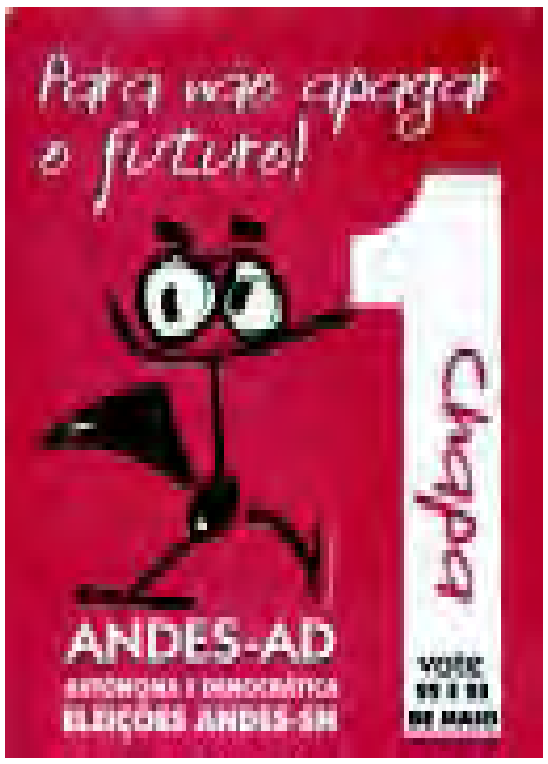
REGIONAL SUL
1° VICE-PRESIDENTE: Paulo Cesar de Freitas Mathias - VPR-SUL
2° VICE-PRESIDENTE: Elizabeth de Araujo Schwarz - APUFPR S.Sind.
1° SECRETÁRIO: Milton Divino Muniz - APUFSC S.Sind.
2° SECRETÁRIO: Maria Helena Almança - APUFSC S.Sind.
1° TESOUREIRO: Rosana Moreira da Rocha - APUFPR S.Sind.
2°TESOUREIRO: Bernadete Wrublevski Aued - APUFSC S.Sind.

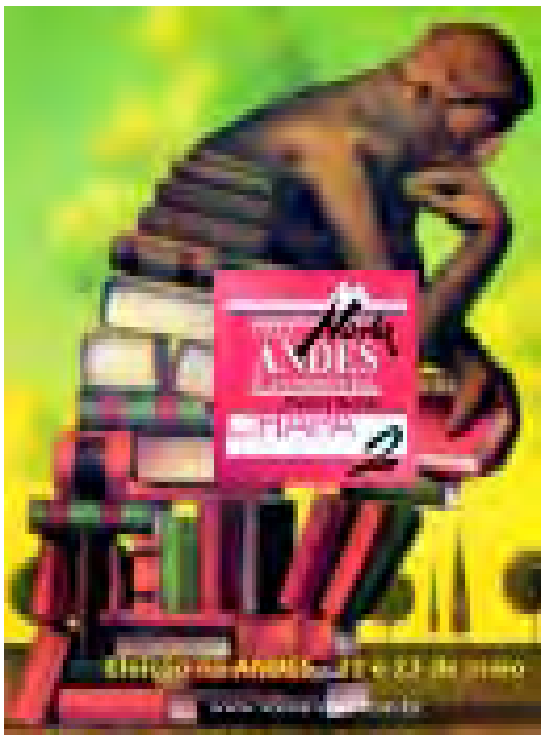
REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
1° VICE-PRESIDENTE: João Eduardo da Silva Pereira - SEDUFSM
2° VICE-PRESIDENTE: Regina Helena Rodrigues Gonçalvez - ADUFPEL S.Sind.
1° SECRETÁRIO: Ligia Maria Ávila Chiarelli - ADUFPEL S.Sind.
2° SECRETÁRIO: Daniela Marzola Fialho - ADUFRGS S.Sind.
1° TESOUREIRO: Maria Conceição Tassinari Stumpf - ADUFRGS S.Sind.
2°TESOUREIRO: Joel Abílio Pinto dos Santos - SEDUFSM

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 59 • 13 de maio de 2002

Eleições do Andes-SN estão próximas





Assembléia Geral

16/5 QUINTA-FEIRA **14h30**

Auditório G-122 (Coppe)

Pauta:

- Eleição de delegados para Plenária dos SPF
- Acordo coletivo da Adufrj-SSind com os funcionários da seção sindical
- Periodização
- 44º Conad
- Eleição do Andes-SN

Reunião Conselho/ Diretoria da Adufrj-SSind

15/5 QUARTA-FEIRA **18h**

Local: sede da Adufrj-SSind (CT, Bloco D, sala 200)

Pauta:

- Periodização
- 44º Conad
- Eleição para Diretoria do Andes-SN e da Adufrj-SSind
- Reunião do Setor das IFES e Plenária dos SPF
- Planejamento de atividades
- Contrato de serviços fotográficos

Reportagem da Adufrj-SSind entrevista Carlos Lessa

Páginas 4 e 5

Conferências do 4º Coned: Uma outra educação é possível

Página 6

Mudança do modelo econômico é a meta

Página 7

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL ENCARTE ELEIÇÃO EDIÇÃO DE 13 DE MAIO 2002

Eleições do Andes-SN serão neste mês

Professores de todo o país escolhem nova diretoria do Sindicato nos dias 22 e 23 de maio

22 e 23 maio/2002

Calendário das eleições do Andes-SN

Quase 70 mil eleitores

Leia nesta edição:

Professores de todo o país escolhem nova diretoria do Sindicato nos dias 22 e 23 de maio. Publicamos o terceiro encarte sobre as eleições do Andes-SN, com artigos dos candidatos, nominatas das chapas e calendário completo do processo eleitoral.

Editorial

Mitos da Previdência*

As prioridades reais do governo Fernando Henrique Cardoso contradizem o discurso oficial e passam ao largo da questão social. Os funcionários públicos sempre foram e continuam sendo bode expiatório. Às vésperas de eleições, o discurso moralista contra privilégios e caça aos marajás do serviço público entra em cena, mas a realidade teima em não se encaixar na verdade de nossos economistas de plantão. Justiça seja feita - esta era foi inaugurada pelo governo Collor, mas FHC se superou e parece que já contaminou alguns setores da esquerda.

Primeiro, as contas públicas não fechavam porque os gastos com pessoal eram absurdos e ameaçavam o plano real. A repetição exaustiva da tese de que todo funcionário público era ineficiente e um marajá em potencial criou condições para que a sociedade aceitasse com certa naturalidade o maior arrocho salarial da história, com direito a sete anos de congelamento e um nababesco reajuste de 3,5% neste ano e reformas diversas (leia-se cassação de direitos).

Muitos escândalos sem punições depois, era necessário eleger outro responsável pelo rombo crônico. A previdência foi a bola da vez, envolvendo todo o sistema, com "ampliação" para os aposentados. Não importa que isso já tenha sido rejeitado no Congresso mais de uma vez, que seja uma contradição, que não seja justo e muito menos que seja inconstitucional - a lógica do governo é financeira, arrecadar é o que importa, desde que seja o trabalhador a pagar a conta.

Neste contexto, a aposentadoria integral é tida como um privilégio, como se os trabalhadores devessem desejar a redução de seus padrões de vida ao se aposentarem, por não serem mais produtivos para a sociedade. Mas a previdência não é um investimento financeiro em que você só recebe o que contribuiu com juros e correção monetária. O fundo tem seu lado financeiro, é claro, inclui até outras contribuições previstas na Constituição, mas que não foram cumpridas integralmente até hoje – por que se indispor com o capital se os assalariados são presas mais fáceis? A manutenção de condições dignas de existência a todos durante a vida é um direito fundamental, pois não somos descartáveis. A previdência privada complementar, apontada como solução, caminha para trás - 66 fundos de pensão já anunciaram que não têm condições de garantir o pagamento integral dos benefícios!

Os recursos para pagar a aposentadoria integral a todos os trabalhadores existem e este deve ser o objetivo a ser alcançado, não retirar dos que já a conquistaram. Entretanto, a prioridade dos gastos deste governo não está no investimento social. E não é preciso ter diploma de Harvard para chegar a esta conclusão. Um estudo do grupo de trabalho sobre verbas do Andes-Sindicato Nacional, com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Fazenda mostra uma realidade assustadora. Em 1995, os gastos da União com pessoal representava 56% das receitas correntes líquidas; em 2000 estes gastos recuaram para 37% das receitas. No mesmo período, os gastos com educação regrediram de 20% para 9% das receitas! Enquanto isso, os gastos com os juros da dívida saltaram de 25% para 55% das receitas líquidas! Os números falam por si e mostram onde estão aplicados os recursos públicos que faltam para garantir direitos elementares dos trabalhadores e da população.

José Henrique Erthal Sanglard
Presidente da Adufrj-SSind, Associação dos Docentes da UFRJ, Seção Sindical do Andes-SN

*Este artigo foi publicado originalmente no jornal O Globo, de 20 de abril deste ano.

Cartas

Propaganda enganosa

O presidente entreguista do nosso grande Brasil
Cujo nome é Fernando Henrique Cardoso,
Armou esta inédita, fantástica e enganosa farsa
Que é de vacinar contra gripe o pobre do idoso

Este filme nós já estamos cansado de assistir
Trata-se de um grande crime doloso
Temos que alertar com urgência urgentíssima
O pobre do ingênuo, digo, do aposentado idoso

Para quê aplicar esta vacina para tapear?
Se a maioria dos brasileiros já está morrendo de inanição
Com o FMI deitando as regras de desgoverno
Que vem explorando e destruindo a Nação

FHC, deixe o governo do Brasil de imediato!
E procure logo o seu povo norte-americano
Onde Vossa Exª. já tem mansão reservada
Ao lado do agiota FMI e nosso tirano

Theóphilo Barbosa Elias
Aposentado, professor adjunto da Faculdade de Farmácia
Departamento de Tecnologia Farmacêutica

Anote

Plebiscito do Provão

Em todo o país, está se aproximando do fim o período de realização do Plebiscito do Provão. Organizado pela UNE e pelo Fórum de Executivas e Federações de Curso, o plebiscito tem o objetivo de repudiar o instrumento avaliador do MEC por vários motivos acadêmicos. Por exemplo: não levar em consideração as especificidades de cada instituição e tentar avaliar em uma prova de quatro horas os conhecimentos adquiridos em quatro anos de um curso.
Por conta dos calendários diferenciados das instituições, os estudantes da UFRJ vão promover a votação até 17 de maio. O pleito ocorre nesta última semana (de 13/5 a 17/5). Mais informções podem ser conseguidas pelo *e-mail:* dce_ufrj@yahoo.com.br.

Plebiscito sobre a Alca

A Campanha Jubileu Sul/ Américas é a continuidade da campanha internacional do Jubileu 2000 - por um milênio sem dívidas. Neste ano, a principal tarefa do movimento é a organização do plebiscito nacional sobre a Alca, que deverá ocorrer de 1 a 7 de setembro. O Acordo da Alca é mais do que um acordo de livre comércio, é um acordo que vai destruir a soberania nacional dos países que o firmarem, submetendo-os, todos, às leis econômicas e aos interesses do capital norte-americano. E vai reorganizar as economias latino-americanas para serem exportadoras de matérias-primas e mão-de-obra barata e importadoras de bens de consumo industrializados. O desenvolvimento autônomo nacional estará totalmente comprometido.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Pode acabar a injustiça com docentes de 1º e 2º graus

Depois das greves de 1998 e 2001, está perto de sair o decreto de regulamentação da GID

Finalmente, parece que vai surgir o decreto de regulamentação da GID. Quase quatro anos após o fim da greve de 1998, e alguns meses depois da greve de 2001, o Sindicato Nacional conquista essa vitória (parcial, na avaliação da diretoria do Andes-SN, tendo em vista que a meta é a Carreira Única protocolizada no MEC e o fim da política de gratificação por desempenho). Contudo, conforme os encaminhamentos do movimento de greve, a Diretoria analisa que "estamos perto de reparar uma injustiça intolerável para um sindicato autônomo, democrático e classista, comprometido com a isonomia e a paridade".

A notícia surgiu em duas reuniões das entidades sindicais da área da Educação com representantes do ministério, nos dias 7 e 8 de maio e o texto do decreto lido ao final da rodada de reuniões pode ser encontrado em www.adufrj.org.br/documentos.htm. O ponto de pauta dos encontros era a avaliação da proposta apresentada pelo MEC para regulamentar a gratificação no final de abril (veja boletim nº 48, de 6 de maio). O presidente do Andes-SN, Roberto Leher, argumentou que três pontos teriam de ser rediscutidos e bem definidos: o conceito de atividades de ensino; a pontuação da hora-aula; e a avaliação qualitativa para fins de pontuação.

Atividades de ensino

Com relação ao conceito de "atividades de ensino", as entidades sindicais apontaram ao ministério que a aula compõe apenas uma das várias atividades docentes vinculadas ao processo de ensino-aprendizagem. Enquanto isso, o MEC pretendia pontuar basicamente as horas-aula, desconsiderando as mudanças na Lei da GID conquistadas na última greve. Após um período de debate, o MEC acatou a proposta das entidades, com pequenas mudanças de redação.

Pontuação hora-aula

Depois de definido o conceito mais amplo de "atividades de ensino", foi discutida a mensuração de cada uma delas pelo valor atribuído à hora-aula. Pela proposta da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), a hora-aula deveria valer apenas três pontos. Pela proposta do Andes-SN/Sinasefe, o valor deveria ser de seis pontos. Uma vez que houve a prévia ampliação do conceito de "atividades de ensino", as entidades entenderam que poderiam reduzir a pontuação inicialmente pedida. Após longa discussão, foi possível chegar ao valor de quatro pontos.

Atividades qualitativas

A exemplo da GED, também os docentes da carreira de 1º e 2º graus devem ter suas outras atividades acadêmicas pontuadas, podendo compor até 40% do total de pontos de cada professor. O MEC não aceitava essa posição e propunha um limite máximo de 30%. Os representantes do Andes-SN destacaram que todas as atividades qualitativas são bem definidas na proposta das entidades sindicais. Mais uma vez, após intenso debate, todos os itens descritivos das atividades, assim como o percentual de 40%, foram aprovados.

Afastamento para pós-graduação

Ficou em suspenso a questão dos docentes afastados para pós-graduação *stricto sensu*. Na intepretação da SEMTEC, a Lei da GID exige que o docente em formação somente pode ter a integralidade da gratificação se estiver ministrando pelo menos quatro horas-aula por semana.

Agenda Sindical

17/5 e 18/5 – I Encontro do Coletivo Jurídico
Em Brasília (DF), vai discutir questões como a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, a GID/GED e a flexibilização trabalhista

18/5 - Reunião do Setor das IFES, na sede do Andes-SN

19/5 - Plenária Nacional dos Servidores Federais

22/5 a 23/5 – Eleições para Diretoria do Andes-SN
Em todo o país, os professores terão a oportunidade de escolher a próxima gestão do Sindicato Nacional.

24/5 – Inscrição de chapas para Diretoria da Adufrj-SSind

31/5 a 2/6 – Seminário Nacional de Políticas Agrárias do Andes-SN
Em Recife, na sede da Aduferpe, o evento terá como objetivo debater propostas de políticas agrárias no Brasil e na América Latina.

7/6 – Inscrição de listas para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

17/6 a 19/6 – Eleições para Diretoria/ Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

21/6 a 23/6 – 44º Conad
Em Florianópolis, terá como tema central "Transformar a sociedade e a educação: a mesma luta".
As contribuições das seções sindicais e dos sindicalizados para integrarem o Caderno de Textos do Conad devem chegar à sede do Andes-SN até o dia 16 de maio, em disquete ou por *e-mail*. As contribuições que chegarem à sede do Sindicato Nacional de 17/5 até 5 de junho serão remetidas às seções sindicais, com as correções e análises de textos, compondo assim o anexo do Caderno de Textos a ser publicado no dia 10 de junho. Encerrados os prazos previstos até o limite do anexo, novas contribuições somente poderão ser discutidas no evento se aprovadas pela Plenária de Instalação do Conad.

19/7 – Posse da Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

CUT

A maior Farsa do mundo

Há meses, a CUT discordou veementemente do governo e da Força Sindical quando apresentaram à nação proposta de um acordo em que, mediante algumas condições, o governo ressarciria as milhares de contas do FGTS expurgadas durante as implantações dos planos Collor e Verão.

Dizíamos que as tais "condições" eram inaceitáveis. O governo, para pagar a dívida, ficaria com parte do montante, além de não corrigir o parcelamento que seria efetuado em até quatro anos. Diante das mobilizações e das denúncias, o ex-ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, gastou 2,5 milhões de reais em propaganda, utilizando-se, inclusive, de presidentes de outras centrais como garotos-propaganda, para tentar convencer os trabalhadores a aderirem ao acordo. Chamaram-no de "O maior acordo do mundo".

Para a CUT, ali se desencadeava "a maior farsa do mundo". Continuamos discordando e denunciando o engodo mas, diante do fato consumado, alertamos aos trabalhadores que a adesão ao acordo proposto pelo governo deveria ser uma decisão individual, porém que ninguém assinasse nada sem saber os valores a que tinham direito. Jamais sugerimos que os trabalhadores abrissem mão da ação coletiva que havíamos movido na Justiça. A vitória seria iminente. Como já ocorreu em alguns casos.

Paulinho e a direção da Força Sindical, ao contrário, seguiram à risca o ditado popular, "faço o que eu digo, não faça o que eu faço". Ao mesmo tempo em que orientaram suas bases a aderirem a proposta do governo, eles próprios não honraram o acordo que subscreveram. Enganaram os trabalhadores. Por puro oportunismo, querem, agora, depois da decisão da Justiça em favor dos metalúrgicos de São Paulo (sindicato filiado à Força Sindical), o rompimento do acordo com o governo porque viram em seus hollerites que receberiam um valor maior do que os expressos no acordo. Uma atitude que envergonha e enoja o movimento sindical decente deste país. Teriam acatado, hoje, a orientação da CUT, dando demonstração inequívoca do acerto da nossa central em denunciar os prejuízos aos trabalhadores? Se assim o fizeram, que acatem também, enquanto é cedo, a nossa orientação sobre as mudanças pretendidas na CLT e o conseqüente fim dos direitos dos trabalhadores.

O que move, afinal, a Força Sindical? Talvez sejam os holofotes e a exposição na mídia em cima de quem pleiteia uma indicação à vice-presidente na Chapa de Ciro Gomes, nas próximas eleições presidenciais, a atiçar os interesses particulares do presidente da entidade. Confessamente fundada com dinheiro de empresários, a Força Sindical toma atitudes que mais inebriam e rastelam o correto raciocínio e a boa fé dos trabalhadores, do que os conduzem à organização no local de trabalho em busca de melhores condições de vida.

João Felicio
Presidente Nacional da CUT

Entrevista/Carlos Lessa

Entrevista com o reitor eleito

Nesta entrevista exclusiva, Carlos Lessa explica seu plano emergencial para a UFRJ, fala dos programas de governo para a Educação, vestibular e distribuição de vagas. O reitor eleito admite não ter posição ainda em relação aos sistemas de coleta de informação eletrônicos e à periodização. E garante que ele e os demais integrantes de sua equipe de reitoria continuarão a dar aulas e fazer pesquisa.

O senhor divulgou para a imprensa, recentemente, que estaria preparando um plano emergencial para a UFRJ. O que é o plano emergencial?

O ministro disse que daria recursos para superar os problemas que colocam sob risco as instalações e pessoas na UFRJ. Nós temos riscos de incêndio, muitos dos nossos prédios não têm castelos d'água nem têm serviços de sistemas adequados para o combate a incêndios. Nós temos banheiros mal conservados que são pontos de transmissão de enfermidades e doenças. Fora a indignidade que representa ter banheiros sujos, quebrados e estragados. Temos problemas de goteiras d'água em nossos telhados. Temos um problema seríssimo de má iluminação no *campus* do Fundão. Também estamos estudando como está a incineração de lixo e vamos estudar, com muita atenção, a questão dos portadores de deficiências. Muitos dos nossos prédios mantêm obstáculos aos portadores de deficiências e nós praticamente não temos banheiros preparados para atendê-los.

Então, isto é o plano emergencial. E, em cima disso eu pedi ao professor Fracalanzza, que é sub-reitor, que coordenasse um trabalho de definição do que vamos fazer em cada uma dessas linhas e uma estimativa preliminar de custo. É este programa que chamo de emergencial e espero ter em minhas mãos em junho para entregá-lo quando o ministro me nomear. O plano não prevê salas de aula, não prevê laboratórios. O plano está circunscrito ao que falei.

No quadro de dificuldades e limitações do governo em relação a orçamento para as instituições, o senhor acredita que receberá verba específica para este plano?

Na entrevista coletiva em que ele (Paulo Renato) disse que eu seria nomeado reitor, ele falou para cerca de 20 ou 30 jornalistas que lá estavam que apoiaria o plano emergencial. Ele me disse que o reitor Vilhena tinha enviado um plano, mas que o plano do reitor englobava tudo. Tudo não é emergencial. Ele deu a entender que se houver um plano bem fundamentado, o apoiará. Então, tenho que admitir que é verdadeira a sua palavra. Se isso vai gerar os recursos, eu não sei, mas, me sinto extremamente desconfortável de ser reitor de uma universidade onde há risco de incêndio com morte de pessoas, banheiros que são repugnantes, *campus* aonde a falta de luz impede a utilização dos prédios para cursos noturnos. Eu não posso ser reitor de uma universidade em que um paraplégico não pode andar em determinados espaços. Se não houver apoio a isso, eu vou literalmente chamar a imprensa e dizer a nossa real situação. Espero que toda a universidade se mobilize em torno disso. Espero mobilizar parlamentares e o governo do Estado para esta questão. Não posso ser reitor e num determinado dia saber, por exemplo, que um incêndio no primeiro andar do Centro de Ciências da Saúde matou pessoas que trabalham no subsolo. Isso para mim é uma questão crucial, este é o sentido do plano emergencial.

O governo tem trabalhado na lógica dos programas de financiamento, por um sistema de premiação/punição. Como no caso dos fundos setoriais, em que as instituições têm que apresentar um belo plano e quem não tiver o belo plano fica sem verba. O que o senhor acha disso?

Os fundos setoriais têm uma lógica voltada não para a universidade como um todo, mas para determinados segmentos, determinadas carreiras, e aí, obviamente se exige que sejam planos de boa qualidade. Esse é um dado da atual matriz de financiamento universitário do país. Eu vou discutir com a universidade estas questões. Veja bem, reitor eleito, eu me propus a ser a voz da universidade. Eu levarei a posição da universidade sobre estas questões. Se a universidade decidir buscar recursos junto dos programas de fundos setoriais, eu encaminharei.

Neste contexto, o plano emergencial disputaria as verbas dos fundos do MEC?

Não. São recursos independentes. Na minha cabeça, o plano emergencial tem que ser um recurso novo. Não tem nada a ver com Infra1 ou Infra3, por exemplo. Se bem que uma coisinha do plano emergencial está no Infra1 que é o castelo d'água para prevenir incêndios no CCS. Creio que isto já foi incluído no projeto do Infra1.

Seguindo esta lógica do governo, a atual reitoria também criou programas baseados na premiação/punição como o Prograd. Formou mais alunos, tem mais verba. Tem mais doutores, mais verba... e enquanto isso, Unidades menos 'produtivas' continuaram com menos possibilidades de crescimento. Como o senhor pretende encaminhar a distribuição de recursos nas Unidades?

A minha posição a respeito é muito clara. Para mim, a universidade é uma corporação. Tal como num corpo humano, a saúde da corporação depende da saúde de seus elementos constitutivos. Então, eu diria para você que, para saúde da corporação UFRJ, é muito importante que todas as Unidades gozem de boa saúde. Não acho que seja possível eliminar segmentos da universidade e ela permanecer saudável e, neste sentido, vou fazer o possível para enfrentar os problemas mais débeis da universidade. Porém, eu vou fazer isso com os colegiados. Por exemplo, vagas de professores: nós estamos com um déficit enorme, mas onde a situação é mais dramática: nos cursos que estão com professores provisórios. Do meu ponto de vista, novos concursos devem ir, preferencialmente, para as Unidades que têm muitos substitutos. Mas vou conhecer a posição do CEG e do Consuni sobre esta questão. Veja bem, não é o 'Eu' que domina, eu posso dizer qual é a minha posição, mas vou defender a posição da instituição. Eu vou, sim, simbolicamente tomar uma medida: o nosso curso de comunicação da ECO é um curso de muito boa qualidade acadêmica, porém tem uma vulnerabilidade que é a falta de laboratórios. Já está instalado o centro de multimídia, mas os equipamentos de audiovisual não estão ainda instalados. A Escola de Comunicação conseguiu, eu não sei por qual caminho, mais de um milhão de reais em equipamentos para esta parte audiovisual, mas não tem duzentos metros quadrados de área construída. Como duzentos metros de área construída é uma construção simples, não é nada sofisticado, eu pretendo utilizar recursos livres do gabinete do reitor para fazer esta instalação. Por quê? Porque não tem nenhum sentido que um excelente curso de comunicação, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, seja prejudicado por falta de equipamentos que estão, inclusive, encaixotados. Adiar isso é correr o risco destes equipamentos começarem a perder qualidade. Eu vou mostrar esta minha preocupação com segmentos nossos que estão fragilizados, muito concretamente, dando total prioridade à instalação destes equipamentos. Da mesma maneira que eu pretendo me empenhar pesadamente ante ao ministério para que sejam liberados recursos de um fundo, este sim de emergência, que eles têm, para repor os equipamentos que foram perdidos no incêndio da Escola de Química. A Escola perdeu praticamente todos os seus laboratórios e equipamentos.

> **"Vou delegar poderes aos sub-reitores e cobrar politicamente os colegiados"**

O senhor falou um pouco sobre a questão das vagas. Em um de seus últimos atos, de 'saideira', Vilhena passou a mão nas vagas que teriam sobrado da última Cotav e distribuiu de acordo com a sua vontade. O que o senhor acha da criação da Copav (Comissão Permanente de Alocação de Vagas Docentes), já proposta por membros dos colegiados acadêmicos?

Eu certamente vou apoiar a Copav. Mas de qualquer maneira eu vou reivindicar aos colegiados um determinado número de vagas em cada concurso para poder planejar isso com um critério mínimo de inovação.

Mas alguns conselheiros já se manifestaram contrários a reserva técnica do reitor...

Eu vou pedir a reserva técnica. Se não derem a reserva técnica, não me deram... Mas eu gostaria que me dessem. Eu vou usar esta reserva para poder empurrar para frente alguns cursos ou renovar cursos que estariam precisando. Acho importante a reserva técnica.

O proposta, então, da reitoria seria utilizar a reserva técnica para cursos novos?

Para inovação ou para renovação de cursos que estão precisando de sangue novo...

Teria algum exemplo?

Não. Eu tenho na minha cabeça, mas não vou dizer.

Outra questão que permeia os colegiados, e o senhor viveu isso muito bem, é a questão da falta de transparência da SR-3 (sub-reitoria de patrimônio e finanças). O Consuni reclamou o tempo todo que os orçamentos nunca eram apresentados. Qual vai ser a postura da reitoria no tratamento de todos os recursos da UFRJ?

Veja bem, a construção da proposta orçamentária deve ser num processo em que vai ser mobilizada a estrutura dos conselhos de Centro. São seis conselhos de Centro. E, isto tudo deve ser compatibilizado no conselho Superior de Coordenação Executiva, que é um conselho formado pelos decanos, pelos sub-reitores e pelo prefeito. Agora, esta proposta vai ser submetida ao Conselho Universitário. Sobre a execução orçamentária, nós daremos notícia na periodicidade que a SR-3 conseguir. O ideal seria, pelo menos, trimestralmen-

Manuella Soares

te. Agora, os recursos extra orçamentários, eu pretendo dar visibilidade mensalmente.

Quais seriam considerados recursos extra-orçamentários?

São recursos originados a partir das fundações e que vão para a reitoria. Por exemplo, a FUJB remete 5% do total de seus recursos para o gabinete do reitor. O vestibular, quando gera saldo, este vai para o gabinete do reitor. Agora, existem algumas verbas patrimoniais que também vão para o gabinete. É possível que haja algum recurso de convênios, eu não sei... para mim é uma caixa preta. Eu estou tão às escuras quanto qualquer pessoa da universidade. Mas a minha idéia é a seguinte: sobre esses recursos extra-orçamentários, eu vou dar notícia à universidade, com absoluta periodicidade. Eu espero conseguir periodicidade mensal. Todo mês eu comunico o que recebi e as destinações. Desde logo, a destinação de um pedaço importante destes recursos vai ser submetida ao conselho universitário na primeira sessão que eu presidir. Eu quero criar um programa de bolsas para estudantes carentes. O conceito de estudante carente, conceito da bolsa, o modo pelo qual vai ser administrada, eu já pedi a um professor para começar a pensar sobre isso. Nós vamos amadurecer a idéia e levar uma proposta ao Conselho. Se o Conselho aprovar, a minha sugestão é a seguinte: eu quero comprometer metade dos recursos livres do gabinete com esse programa.

Eu calculo que hoje a UFRJ precisa de umas duas mil bolsas deste tipo. Pelo que eu consigo perceber, eu consigo criar no máximo 250. Então, espero que a universidade me ajude a conseguir criar outras formas de ampliar o programa de bolsas.

Uma questão que tem atormentado a vida dos professores são os programas para coletas de dados, o Sigma e, mais recentemente, o Siga, que trabalham com a realidade defasada de muitas Unidades e a falta de treinamento. O senhor pretende manter estes sistemas?

Eu não sabia que havia este problema colocado com esta dramaticidade que vocês fizeram referência. Agora, se for, é um problema de treinamento.

Mas é de equipamentos também. Muitas secretarias não têm equipamento suficiente para comportar esses sistemas mais sofisticados...

Outro dia, o presidente Fernando Henrique Cardoso falou do analfabeto digital. Eu me senti incluído nesta categoria. Eu sou de uma ignorância absoluta, não sei como lidar com essas coisas. Eu vou me cercar do melhor conselho, mas em princípio eu acho que a universidade deve aperfeiçoar muito seus sistemas de coleta de informação. A universidade é uma coisa muito obscura. Você tem dificuldade de saber coisas elementares. Por exemplo: ninguém sabe quantos laboratórios a UFRJ tem. Eu estou pedindo ao próximo subreitor de pós-graduação e pesquisa que faça um censo de laboratórios. Também quero um censo das pós-graduações. Quero produzir um catálogo da UFRJ como uma instituição de pesquisa e pós-graduação. Acho que um catálogo da graduação é mais fácil fazer. Sabe que a UFRJ ainda hoje não tem um catálogo de qualidade? Eu quero fazer este catálogo e quero que seja impresso em português e, o ideal para mim, nos cinco idiomas das Nações Unidas. Um catálogo onde a UFRJ se apresente ao mundo. É uma vergonha nós não termos isso. Pretendo no começo da administração fazer uma consulta geral, a partir dos diretores de unidades, para levantar todos os laboratórios da UFRJ. E o meu conceito de laboratório é muito mais amplo que o lugar que tenha apenas equipamentos. Para mim, laboratório é toda a instalação da UFRJ que permite o aperfeiçoamento do estuante. A educação do estudante fora do procedimento clássico da aula que usa suporte na voz do professor ou em procedimentos que não dispensam a presença do professor. Então, para mim uma orquestra sinfônica é um laboratório para formar os regentes. Quero, pelo menos, um censo de laboratórios que nos permita dizer ao mundo que a UFRJ está capacitada a fazer isso, fazer aquilo, pesquisar isso, pesquisar aquilo... Os professores de cada área são responsáveis por isso, por aquilo. E, se os professores não o preencherem... não existirão no catálogo da universidade.

Sobre dois pontos que foram levantados anteriormente: o senhor falou das bolsas carentes e do apoio que a universidade deve prestar a esta iniciativa e falou do vestibular como uma fonte de recurso extra orçamentário. Nas últimas sessões do CEG, o coordenador do Vestibular propôs uma redução na taxa de inscrição, chegando a dizer que o custo real para a realização do concurso seria de apenas 45 reais por inscrição. O que o senhor acha disso?

O que provavelmente o Herli está fazendo é cancelar recursos para o futuro reitor. Eu vou seguir o que a universidade determinar.

Mas o que o senhor acha das universidades públicas se utilizarem de verbas das inscrições de vestibular para fazer caixa? Afinal, para participar de todos os concursos de um determinado ano para todas as instituições do Rio, por exemplo, o candidato tem que desembolsar cerca de 500 reais.

Eu não sei. Realmente eu não vou te responder agora. Não vou te responder agora porque eu não tenho a menor idéia de quanto isso gera de recursos.

Cada vestibular gera mais de um milhão de reais para a universidade, pelas estimativas apresentas no CEG, recentemente.

A Uerj, por exemplo, tem 2.000 bolsas e tem 6.000 alunos. Nós temos 36.000. Eu quero chegar a 250 e não tenho certeza se vou conseguir. Eu, nesse negócio das bolsas, vou ficar meio guloso. Quer dizer, se eu puder botar a mão num dinheiro firme do vestibular para poder bancá-las eu vou querer. Agora, se for um dinheiro que a gente perca, que corra o risco de perder, não o quero para bolsa, não. Porque a tragédia maior é dar a bolsa e depois tirar. Aí é uma tragédia terrível. Você desarruma completamente a vida da pessoa.

Ainda sobre o vestibular, a comissão é de confiança do reitor. O senhor pretende manter os atuais coordenadores?

A comissão de vestibular vai ser escolhida pela sub-reitora de graduação. Deixa eu explicar uma coisa: eu delego a responsabilidade administrativa e vou cobrar posições políticas dos colegiados. Eu, como reitor, fico satisfeito em poder ser a voz da universidade. Eu não quero exercer nenhum desse poderes minúsculos. Eu acho que isso é matéria vital para área da sub-reitoria de graduação que, por sua vez, é naturalmente a presidente do conselho de graduação. Então, ela vai estabelecer isso com o colegiado. Eu não vou me meter nisso. Aliás, eu não vou me meter em muita coisa. Eu não sei se você sabe, mas eu vou continuar dando aulas na graduação e na pós-graduação. Eu e todos os meus colegas de reitoria. Vou continuar a dar aulas e a escrever meus artigos como professor. Vou continuar a orientar teses. Faço absoluta questão, como reitor, de fazer isso.

Constituiu-se durante o processo de construção das propostas da UFRJ para os fundos setoriais do MEC, um fórum informal de diretores de Unidades e decanos. O que o senhor acha desse fórum?

Eu não tenho nada contra reunião. Aliás, esse é um dos direitos democráticos e eu até gosto quando algum grupo na universidade se reúne para pensar, discutir ou propor qualquer coisa. Como pessoa, eu quero é mais. Como reitor, acho que a universidade deve festejar toda e qualquer mobilização. Agora, a institucionalidade nossa é clara, ela passa pelos colegiados. O que acontece é o seguinte: simplesmente a administração Vilhena cancelou os colegiados. Como resposta, surgiram formas paralelas. Essas formas paralelas deixam de ter a sua essencialidade na medida em que a normalidade dos colegiados é a reposta. Por exemplo: os diretores de Unidades ficam muito aflitos porque eles não têm interlocução com o poder central, mas eu pretendo fortalecer o Conselho Superior de Coordenação Executiva e os conselhos de Centros. Nos conselhos de Centro, os diretores têm assento. Então, as posições dos Centros vêm para o Conselho Superior de Coordenação Executiva. Nós temos que colocar em funcionamento as instituições existentes. Se nós chegarmos à conclusão de que elas não funcionam, então vamos reformá-las. Agora, uma coisa é: eu quero que os diretores continuem a ser reunir. Agora, eu também quero que os diretores coloquem os conselhos de Centro funcionando.

Manter o trâmite normal dos processos...

Não é o trâmite, é construir a institucionalidade normal. Se você me perguntar: foi ruim os diretores e os decanos terem se reunido para fazer os projetos? Foi ótimo. Se ele não tivessem feito isso, nós não teríamos obtido nada. Agora, se você me pergunta: é um bom caminho para reconstruir as coisas? Eu acho que nós devemos usar o caminho que a universidade criou, que existe.

Uma das coisas que as pessoas não se dão conta é que o processo de administração é um processo que tem que ter interlocução e você tem que ir harmonizando posições. É impossível você despachar com cinqüenta pessoas. Eu já fui diretor de programas importantes. O limite para você despachar bem é quatro, cinco pessoas. Mais do que isso fica muito difícil de acompanhar.

Então eu vou administrar com a chapa. Os diretores poderão conversar comigo. Aliás eu gosto muito de conversar com eles. Eu quero, inclusive, visitar as Unidades. De vez em quando eu vou programar visitas-surpresa. Eu quero conhecer a universidade, eu quero conversar com todo mundo, mas decisões passam pelos meus sub-reitores, senão não dá. É impossível administrar.

Para finalizar, professor, o que o senhor acha da rediscussão da resolução 01/99, que trata da periodização na UFRJ, já que está bem próximo do prazo final para as Unidades se posicionarem a respeito?

Para falar a verdade, eu nunca me debrucei sobre a questão da periodização. Realmente eu não conheço esta matéria, vou querer me informar melhor sobre ela. Havia um lado dela que eu achava exeqüível, depois eu vi resistências tão dramáticas... agora, começamos a implantar uma nova periodização culminada com greves. Nós perigosamente começamos a nos aproximar de uma situação delicada. Num primeiro momento, eu vou priorizar os colégios. Os que os colegiados decidirem sobre isso é a orientação que eu vou acatar. Eu não gosto da idéia da lei que não pega. A lei que não pega deve ser objeto de uma revisão.

4º Coned

Uma outra educação é possível

Educador defende educação libertária e é aplaudido por mais de 600 pessoas na conferência de abertura do 4º Coned

O educador Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira foi a estrela da noite de abertura do 4º Congresso Nacional de Educação, realizado em São Paulo de 23 a 26 de abril. Professor Titular de Sociologia da USP, o economista e sociólogo Chico de Oliveira se destaca na história dos movimentos sociais como um dos defensores da escola pública, ao lado de personalidades como Florestan Fernandes e Maurício Tratemberg. Em 1964, então superintendente da Sudene teve os direitos políticos suspensos pelo governo militar. No exterior, trabalhou para a ONU na Guatemala e foi professor do Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos, no México. É autor de livros como *Economia da Dependência Imperfeita, Elegia para uma Re(li)gião* e *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*.

O professor abriu a conferência *Educação, Democracia e Qualidade Social – garantir direitos, verbas públicas e vida digna: uma outra educação é possível* chamando a atenção de todos para o fato de que, ao longo da história, o sistema capitalista tem se mostrado capaz de se antecipar aos movimentos libertadores da sociedade. Exemplos não faltaram ao educador. "Foi preciso o século XIX para que a educação surgisse de novo como horizonte de liberdade, de laicidade, de pluraridade para a formação de um novo homem, sobretudo das novas classes populares que entrariam nas cenas social e política. Mas a capacidade de antecipação do capital aos louros e invenções do homem é extraordinária. Eles saltam na frente dos movimentos libertadores e os redesenham, os submetem ou os cooptam", declarou. Chico de Oliveira deu como exemplo concreto o caso da mercantilização das universidades. "Ali, onde deveria existir a liberdade e a capacidade de inventar mundos novos, através do conhecimento, voltou a ser a sede do pedágio dos que ascendem e passou a ser pautada (a universidade) pelos critérios do privado". Chico não poupou os instrumentos de avaliação do governo brasileiro, como o Provão, como exemplos práticos de como as instituições universitárias passaram a operar a partir de critérios de formação profissional voltada para o atendimento das demandas de mercado.

Kelvin Melo

CHICO DE OLIVEIRA

Analfabetismo funcional serve à sociedade de mercado

Para Chico, o problema da educação pública não está apenas nos maus programas do governo ou na insuficiência das verbas, mas na precarização do processo educacional que teria levado ao aumento do número de 'analfabetos funcionais'. O professor exemplifica comentando as "aventuras perigosas das administrações", como a realizada no estado de São Paulo, onde uma "pretensa democratização faz com que o aluno não repita nenhum ano". Este mecanismo, de acordo com o professor, serviria para gerar índices de desenvolvimento, criando os chamados analfabetos funcionais. Homens e mulheres que, na sua visão, não conseguem processar os complexos processos da sociedade contemporânea e passam de sujeitos a indivíduos robotizados ou "sujeitos sem alma". "A educação é o lugar, como dizia Bourdier, em seus primeiros trabalhos, da reprodução da reprodução – ai é que se joga o futuro. Esse enigma, esse lugar, é conhecido há muito tempo e deve ser observado para que a humanidade não nos pregue mais uma peça no sentido de transformar aquilo que era libertário em consenso ou no silêncio dos inocentes", diz fazendo alusão ao filme vencedor do Oscar em 1992.

A referência cinematográfica não foi à toa. Chico quis lembrar aos presentes que o sistema educacional, em especial o superior, voltado exclusivamente para a formação de mão-de-obra pode levar não só o Brasil, mas a humanidade, a conviver com pessoas cada vez mais alienadas e, portanto, sem capacidade de mudar a realidade de injustiças sociais a qual o capitalismo as submete. Chico citou a guinada da sociedade francesa para a direita, "em uma sociedade que, pelos critérios formais, é altamente educada, porque acontece este truque perverso de uma nação, talvez a mais letrada do mundo, dar as costas às promessas da modernidade e enfileirar-se na direção da barbárie", questionou. Para o educador, o sistema capitalista na sua versão neoliberal teria encontrado refúgio para sua reprodução justamente nas escolas e universidades, através da mercantilização do ensino. Isso explicaria o fato de uma sociedade como a da França, apesar de toda sua tradição da busca de um sistema de bem-estar social, ter se rendido à lógica liberal e, mais recentemente, à lógica ultra-liberal. "Aí é que se esconde a perversidade do capital – esta metamorfose pesada e sombria de uma nação que preparou o futuro e, quando ele chegou, ela recuou".

Além da comercialização da educação, Chico denunciou também a mercantilização dos setores de saúde e das igrejas que, assim como a educação, deveriam negar o lucro e, nas sociedades globalizadas, viraram grandes negócios. Estas instituições, segundo o educador, teriam "a capacidade de criar o ser autônomo", não poderiam, portanto, ser privatizadas ou voltadas para o mercado.

Mão-de-obra barata

Segundo Chico, o sistema capaitalista no Brasil já barateou de tal forma a mão-de- obra que é uma falácia o argumento do governo brasileiro de que o investimento em educação para o mercado é fundamental para o crescimento da economia. Para o educador, não há, na verdade, mercado para o contingente de profissionais que são despejados ano a ano pelas instituições de ensino, em especial peas particulares. Basta conferir os índices de desemprego nas principais capitais. "Não é nossa tarefa preparar homens e mulheres para o mercado, mas preparar homens e mulheres subversivos, com todo o rigor da palavra", concluiu, intensamente aplaudido por um público de mais de 600 educadores e profissionais da educação.

Indicador de alfabetismo funcional mostra que apenas 26% dos brasileiros compreendem o que lêem

A discussão sobre o analfabetismo funcional vem crescendo nos meios acadêmicos e nas entidades que se dedicam a estudar os níveis de desenvolvimento social no Brasil. O Instituto Paulo Montenegro, ligado ao IBOPE,por exemplo, apresentou uma pesquisa em dezembro de 2001 relatando índices que ilustram as afirmações do educador Chico de Oliveira em sua palestra na abertura do 4º Coned. Segundo a pesquisa, 9% da população entre 15 a 64 anos se encontra na situação de analfabetismo absoluto. Porém, entre os considerados alfabetizados, 31% das pessoas pesquisadas só conseguem retirar uma informação explícita apenas em textos muito curtos (nível 1 de alfabetização); 34% conseguem também localizar uma informação não explícita em textos de maior extensão (nível 2); e apenas 26% são capazes de ler textos mais longos, localizar mais de uma informação e estabelecer relações entre mais de um elemento no texto (nível 3).

Teoricamente, o nível 3 de alfabetização deveria ser atingido por pessoas que completaram o ensino fundamental. A pesquisa revelou que 57% dos pesquisados com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto não atingiram o nível 3. Outro dado alarmante é que 37% dos universitários ou que já concluíram o ensino médio também não atingiram o nível 3.

Outro dado interessante desta pesquisa é que 37% dos brasileiros empregados não lêem nada no trabalho e 41% deles também não conseguem escrever absolutamente nada. Para realizar a pesquisa, o IBOPE, segundo o *site* do Instituto Paulo Montenegro, entrevistou duas mil pessoas, entre 31/8 a 9/9 de 2001, com idade de 15 a 64 anos, em todo o país, pertencentes a todas as classes sociais. As habilidades de leitura e escrita foram verificadas por meio da aplicação de um teste. Foram coletadas também informações minuciosas sobre os usos que as pessoas fazem destas habilidades em diversos contextos. As informações da pesquisa foram complementadas com opiniões dos próprios entrevistados quanto às suas capacidades e disposições em relação à leitura e à escrita.

IBGE já mede analfabetismo funcional

Segundo o Instituto Paulo Montenegro, o IBGE já mede o analfabetismo funcional no Brasil, mas baseado nos anos de escolaridade dos declarantes. O IBGE considera analfabeta funcional apenas a pessoa que não completou pelo menos quatro anos de escolaridade. Para os pesquisadores do Instituto, no entanto, o número de anos de escolaridade é relativo para se atingir o nível de alfabetização funcional.

4º Coned

Mudança do modelo econômico é a meta

Para conseguir alterar o quadro neoliberal, os movimentos organizados precisam unificar as lutas

Fotos Kelvin Melo

ARMANDO BOITO QUER UMA ENTIDADE SINDICAL ÚNICA PARA OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

A unificação dos trabalhadores da Educação e a mudança do modelo econômico nacional foram os principais pontos defendidos pelo professor Armando Boito Jr. em sua conferência durante a manhã do dia 24 de abril, durante o 4º Coned. Livre-docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, Armando discorreu sobre "Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação: por uma política de valorização profissional". Neste sentido, cobrou a união das categorias do setor e, com a proximidade das eleições presidenciais, pediu mais: a unidade de todos os movimentos organizados contra a candidatura da burguesia, representada pelo tucano José Serra (naquela ocasião, Roseana já havia se retirado da campanha). Na visão dele, apenas com a derrota do modelo vigente será possível constituir a valorização profissional tão almejada pelos profissionais da área educacional.

Armando fez um breve histórico da luta dos trabalhadores no país para analisar o pensamento dos governantes sobre a Educação. Para ele, é a partir da dita Revolução de 30 que o setor começa a se organizar. Na ocasião, a burguesia industrial e a burocracia militar se apoiaram em parte do movimento operário e de profissionais da classe média para derrubar a República Velha. "Surge a política desenvolvimentista e populista, que favoreceu o crescimento do ensino público e a pesquisa tecnológica com relativa independência do exterior", disse. Ocorre a expansão do sistema federal de universidades e institutos de pesquisa.

"Hoje, existe a privatização deste ensino. O capitalismo brasileiro atual não precisa de universidade. Precisa de escolão de 3º grau, mercantilizado, elitista e de segunda categoria", disse. Essa mudança de pensamento sobre as políticas educacionais se delineia claramente nos anos 90, quando o Estado brasileiro promove a abertura comercial. "Os números impressionam. No início da década de 90, as alíquotas de importação caíram de 40% para 20% com Collor e para 2% com FHC. Isso cria sucessivos déficits na balança comercial e aprofunda a dependência do país", analisa. Na área da Educação, viabiliza-se um projeto deliberado de pauperização. "Libera as mensalidades do ensino privado, reequipa setor empresarial com programas públicos e por aí vai", argumenta.

Burguesia de serviços cresce

No vácuo desta desresponsabilização do Estado com os direitos da população, é que cresce, além do setor bancário, o que Armando denominou como a "burguesia de serviços". São os planos de saúde (Saúde), os fundos de pensão (Previdência) e ensino superior privado (Educação).

"A burguesia, na atualidade, ficou mais internacionalizada e improdutiva. Nos oito anos de FHC, pela primeira vez na história do país, deixou de haver um partido burguês de oposição", comentou. Armando citou a UDN (congregando elites rurais, representantes de setores industriais e da classe média), que se opunha ao populismo de Vargas e o MDB ("como oposição consentida, é claro") durante a ditadura militar. "Com FHC, todos os partidos burgueses participam do governo. Estão mais unificados do que nunca. E isso é ruim, pois todos sabem que, quando os "de cima" brigam, os "de baixo" podem aproveitar", contou. Por ocasião do 4º Coned, mesmo com a recente saída de Roseana Sarney da corrida presidencial, Armando não acreditava numa ruptura total entre os partidos da base governista. "O PFL saiu agora há pouco (do governo), mas já esta voltando", disse. No ponto de vista do professor da Unicamp, a candidatura governista mais forte que restou – a de José Serra – contra a considerada ultraliberal Roseana representa uma tentativa de "reciclagem", segundo o professor. "Mas não altera nada significativamente no quadro geral", acredita.

Armando aproveitou para dar um recado às esquerdas do país. "Não é demais lembrar que os neoliberais chegaram ao poder pelas eleições. A burguesia soube explorar o sentimento de insatisfação popular contra os problemas criados pelo estado desenvolvimentista, que sempre excluiu uma grande camada do povo. Eles souberam captar o sentimento popular legítimo, mas direcionaram-no para uma política reacionária", disse. Neste ano eleitoral, o professor já não consegue observar o mesmo apoio das massas populares ao governo. "Temos que explorar isso. Precisamos unificar a luta dos trabalhadores de Educação e, em seguida, com os demais trabalhadores", conclamou.

Armando apontou também algumas dificuldades iniciais para a organização ampla dos trabalhadores do campo e da cidade. No sindicalismo, a Força Sindical aparece como o obstáculo a ser vencido. "A Força aderiu ao modelo neoliberal, apoiou privatizações e a desregulamentação do trabalho." A boa notícia é que, dentro da própria central, surgiram divergências em relação à proposta de flexibilização da CLT e sobre o acordo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). No campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra enfrenta duras medidas governamentais contra sua forma de atuação.

Individualismo meritocrático

No campo da Educação, Armando fundamentou seu discurso no que chamou de individualismo meritocrático dos trabalhadores do setor, referindo-se principalmente aos docentes. No período anterior à década de 70, segundo ele, "os professores tinham a si próprios como indivíduos singulares, com dons e méritos especiais". A luta sindical era considerada apropriada apenas para os trabalhadores manuais, que deveriam compensar sua "ausência de dons". Para Armando, os resultados desta postura foram óbvios: separaram a luta de uns da luta dos demais. "E a luta sindical é a luta coletiva", afirmou.

Depois da ditadura militar, mesmo com o avanço sindical no setor – o Andes-SN surge nesta época, por exemplo -, nem todas as diferenças foram superadas. O professor da Unicamp enumera algumas dificuldades para a unificação: as especificidades encontradas na organização do ensino privado e do público (há ainda instituições públicas geridas por fundações privadas). Dentro das instituições públicas, ocorrem as variações decorrentes da gestão municipal, estadual ou federal. Mas Armando não responsabiliza somente os "patrões" (União, governos, prefeituras ou empresários) para justificar a divisão dos trabalhadores em Educação. "Existe uma enorme dificuldade para unificar a luta de professores e funcionários do mesmo local de trabalho", comenta. O conferencista atribui o "racha" mais uma vez à autosuficiência dos docentes, que, ainda graças aos seus supostos "dons especiais", acreditariam merecer uma organização sindical à parte.

"Cria-se uma hierarquia de profissões", alerta Armando. Ele cita alguns argumentos de campanhas salariais como fazer comparações sutilmente pejorativas com os vencimentos de empregadas domésticas ou cobradores de ônibus. "O que nós estamos dizendo realmente? Estamos nos separando dos outros segmentos. É uma meritocracia de profissão", observa.

■ Entidades sindicais, movimentos sociais e setores da administração pública relacionados à Educação marcaram presença no 4º Coned com estandes. Dessa forma, todos podiam apresentar suas idéias durante os quatro dias do evento, através da distribuição de jornais, livros e panfletos. O Andes-SN, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), a UNE e livrarias com títulos voltados para o ensino, entre outros, montaram sua infra-estrutura no Palácio de Convenções do Anhembi. O estande do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (foto) foi um dos mais procurados pelo público do Congresso.

Acompanhe nas próximas edições outras matérias com a participação do Andes-SN nas principais conferências e mesas do 4º Coned

Colegiados

Colegiados superiores terão que se adaptar ao novo estatuto da UFRJ

Nos quatro anos de gestão Vilhena, o processo de adequação do estatuto da UFRJ à Lei de Diretrizes e Bases da Educação acabou virando uma novela cujos protagonistas principais, além do interventor, foram os representantes do Conselho Universitário. De um lado, os aliados da reitoria que queriam impor a todo o custo um novo estatuto a pretexto das exigências da nova lei. De outro, a resistência da maioria nos conselhos superiores que defendeu apenas a adequação simples à LDB, cujo ponto principal era a representação dos segmentos com base na proporcionalidade de 70%, no mínimo, de integrantes professores. Para a tranqüilidade da comunidade, venceu a maioria dos conselheiros, ou a resistência.

Com a homologação do estatuto finalmente aprovada no início deste ano pelo Consuni, é chegada a vez dos colegiados acadêmicos de graduação (CEG) e de pós-gradudação (CEPG) se adequarem às normas exigida pela legislação. A principal mudança nos regimentos dos colegiados também será na composição de sua representação por segmento. Terão lugar nos conselhos um representante técnico-administrativo e um representante da comunidade externa.

Todos deverão caber dentro da proporcionalidade de 70% para os docentes. No quadro atual do CEG e CEPG, isto significa que o segmento dos alunos terá que ver seu número de representantes reduzido – atualmente são cinco em cada conselho – ou os colegiados terão que aumentar o número de integrantes docentes. Além dos conselhos superiores, os conselhos de Centro e demais colegiados das Unidades também terão que adaptar seus regimentos ao estatuto geral. Estes fóruns também deverão acolher a representação dos técnicos-administrativos.

O CEG, em 8/5, aprovou a criação de uma comissão formada para elaborar uma proposta para o seu regimento. Os professores Antônio Cláudio (CT), Alberto Schanaider (CCS) e Maria da Penha (CCJE) foram os indicados. Participarão da comissão um representante discente e um técnico-administrativo a serem indicados nas próximas sessões.

Notas do CEG

Deu a louca no futuro ex-reitor

Mais uma vez Vilhena assinou uma portaria distribuindo vagas para novos concursos à revelia dos colegiados acadêmicos. A 'saideira' do interventor foi anunciada, com certo constrangimento, é verdade, pelo professor Gattass na última sessão do CEG. Relembrando: os colegiados acadêmicos CEG e CEPG decidiram, em sessão conjunta (19/4), remeter para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) as cerca de 20 vagas que sobrariam do montante que foi distribuído pela última Comissão Temporária (Cotav). Os conselheiros decidiram aguardar a criação de uma Comissão Permanente de Alocação para distribuir a maioria das novas vagas (12 de adjuntos e 3 de titulares) que foram concedidas pelo MEC para 2002. Das 15 vagas novas, apenas três para professores adjuntos foram imediatamente alocadas pelos colegiados: uma para psicologia e duas para a Escola de Comunicação.

Pois o interventor resolveu juntar todas as vagas num mesmo pacote e acabou chegando a esquizofrênica conta de 31 vagas a serem alocadas. Destas, ele 'garfou' quatro de adjuntos e uma de titular. Os contemplados de Vilhena foram: Psicologia (ficou com uma dos colegiados mais duas do reitor) e a ECO (ficou com as duas dos colegiados e recebeu mais duas do reitor). Vilhena também concedeu ao departamento de História do IFCS uma vaga de adjunto e uma de titular para o Instituto de Biofísica. Perplexos, mas em clima de final de temporada, os conselheiros do CEG acabaram decidindo deixar pra lá...

Sempre é bom lembrar que estas 15 novas vagas fazem parte das 500 vagas que o MEC distribuiu por conta do acordo de greve que estabelecia, na verdade, 2.000 vagas paras as IFES.

Conselho debate taxa de vestibular

Na sessão do CEG de 8/5, um tema gerou polêmica na discussão sobre o edital do vestibular 2003. Mais uma vez, o coordenador acadêmico, Herli Menezes, propôs a redução da taxa do concurso para ingresso na UFRJ, dos atuais R$ 70,00 para R$ 60,00, levando em conta um possível aumento na remuneração dos avaliadores. Não que o coordenador da administração Vilhena tenha ficado mais generoso, ao menos na opinião do futuro reitor, Carlos Lessa. O decano acredita que a intenção da atual reitoria é reduzir os recursos para a próxima administração (veja entrevista com o reitor eleito nas páginas 4 e 5).

No relato de Herli ficou claro o lucro de mais de R$ 1 milhão gerado com as sobras do concurso, a cada ano. O custo real das provas, avaliação e material de divulgação estaria, segundo o coordenador, em torno de R$ 45,00. Na exposição de Herli, ficou claro, também, porque as universidades públicas do Rio não concordam (ou, pelo menos, nunca se dispuseram a tratar sobre o assunto) com a unificação dos concursos. As administrações não querem abrir mão do caixa gerado com os vestibulares isolados. O representante do CCMN, Cláudio Limeira, questionou o 'lucro' com o concurso.

Na opinião da diretoria da Adufrj-SSind, o vestibular é uma atividade acadêmica e como tal deve ser custeada com verba orçamentária vinda diretamente da União. "Já é um absurdo que os candidatos, pessoas e famílias que já pagam impostos para o custeio das instituições públicas, sejam obrigados a pagar por um direito que seria o de concorrer a uma vaga na universidade. Quanto mais gerar caixa para custeio através de dinheiro dos candidatos!", critica o presidente da seção sindical, José Henrique Sanglard.

For Grad leva dirigentes para Recife

O sub-reitor, Ricardo Gattass, anunciou na sessão do CEG (8/5) que vai convidar oficialmente a próxima sub-reitora de graduação, Sylvia Vargas, para representar a UFRJ na XV reunião do Fórum de Pró-reitores de Graduação que acontece nos dias 12 a 16 de maio, na Universidade Federal de Pernambuco. A professora será acompanhada pela atual ssessoria da SR-1. Segundo Gattass, a participação neste fórum é importante para a universidade, já que o MEC definiria suas políticas a partir das formulações dos dirigentes em relação a orçamento, distribuição de verbas, fomento, avaliação, entre outros. O interessante foi o comentário do atual sub-reitor sobre a enorme participação das instituições particulares neste fórum. "As particulares têm uma força enorme. Cada universidade leva um pró-reitor e vários assessores', avaliou, dizendo que, com este lobby todo, o ensino privado acaba levando a maior parte dos recursos do governo federal. Não é por acaso, então, que a logomarca do Fórum dos reitores é: *For* Grad. Mais neoliberal, impossível.

Resenha

Editoras universitárias em alta

Matéria da Folha de S. Paulo (24/4) informa que a 17ª Bienal do Livro de São Paulo confirmou o crescimento do setor das editoras universitárias. Agrupadas na Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu), as 58 entidades filiadas tiveram o maior estande do evento, com quase 1.200 m² e lançamento de 200 títulos. Só para se ter uma idéia da evolução do estande: em 2000, o estande coletivo tinha 600 m² e, em 2001, no Rio de Janeiro, 800 m².

Apagão das idéias

O Andes-SN criticou duramente a ameaça do governo federal de processar o professor Ildo Sauer, da USP. Ildo, que é um dos maiores especialistas em energia do país, apontou irregularidades e indícios de improbidade na compra de energia elétrica e nas compensações dadas às concessionárias do setor por uma medida provisória de 21/12/2001. De acordo com a nota oficial do Sindicato Nacional, depois da crise do sistema (que levou ao racionamento) o "governo FHC quer promover também o apagão de idéias e da liberdade de pensamento". Para ler a íntegra da nota, visite www.andes.org.br

USP diz não aos cursos pagos

O Conselho de Pós-Graduação (CoPGr) da USP deliberou, em sua reunião do dia 24/4, pela suspensão da aprovação de cursos de especialização pagos naquela instituição. Já há algum tempo, a decisão vinha sendo cobrada pelos representantes discentes, visto que os tais cursos ferem o princípio (e o direito) de gratuidade do ensino público. O parecer dos alunos teve 24 votos a favor e 9 contra. Foi aprovado ainda que está suspensa a aprovação de novos cursos de especialização, salvo os cursos gratuitos.

Urna eletrônica na UFBa

O processo de consulta à comunidade da Universidade Federal da Bahia (UFBa), para escolha do novo reitor, nos dias 7 e 8 de maio, já pode ser considerado um exemplo para o país. O Centro de Processamento de Dados da universidade ficou de instalar 42 Seções de Votação, com terminais de computador, onde serão depositados os votos eletrônicos de mais de 20 mil professores, estudantes e técnico-administrativos. Digitado, o voto será impresso, confirmado pelo votante e depositado numa urna física, para posterior conferência (se necessário). Fonte: Imprensa da APUB: www.apub.org.br.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL
ENCARTE ELEIÇÃO
EDIÇÃO DE 13 DE MAIO 2002

Eleições do Andes-SN serão neste mês

Professores de todo o país escolhem nova diretoria do Sindicato nos dias 22 e 23 de maio

O 21º Congresso do Andes-SN, realizado em Rio Grande (RS), além da atualização do plano de lutas do movimento docente e outras resoluções, foi também o espaço de apresentação de chapas que concorrerão à próxima gestão do Sindicato (2002-2004). Pela chapa 1, com a corrente "Andes Autônoma e Democrática", é candidato o professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas (Adufpel-SSind). Pela chapa 2, denominada "Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta", a candidata é a professora Maria Aparecida Ramos de Menezes, da Adufpb-JP.

As eleições nacionais para a Diretoria ocorrerão nos dias 22 e 23 de maio deste ano. Atualmente, Lucas ocupa o cargo de vice-presidente da Regional RS e conta com o apoio do presidente do Andes-SN, Roberto Leher. Maria Aparecida é presidente da seção sindical da Universidade Federal da Paraíba (seção João Pessoa) e pertence à corrente que dirigiu o Sindicato de 1998 a 2000. Durante a plenária do Congresso, os candidatos a presidente lançaram a campanha.

Neste terceiro encarte especial do boletim da Adufrj-SSind sobre as eleições do Sindicato, apresentamos, nas páginas a seguir, textos dos candidatos (páginas 2 e 3) e as nominatas completas das chapas, retiradas da página eletrônica www.andes.org.br (página 4).

Voto em trânsito

É facultado o voto em trânsito nas eleições do Andes-SN. Para votar, é fácil. Segundo o Art. 34 do Regimento Eleitoral do Sindicato, o voto em trânsito obedece ao seguinte procedimento:

I - o eleitor assinará lista específica na Seção Eleitoral do local onde se encontre, declarando por escrito a sua Seção Sindical de origem ou, se sindicalizado, via Secretaria Regional, a sua Regional de sindicalização.

II - o voto será colocado em envelope que não contenha identificação e este num segundo envelope, que servirá de sobrecarta, numerado na seqüência de ordem de chegada para votar.

Embora não obrigatório, o professor deverá levar algum documento que comprove a sua identidade, como o contracheque ou a carteira funcional.

A participação dos docentes neste processo será decisiva para o fortalecimento do Sindicato Nacional na luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, e melhores condições de trabalho.

Calendário das eleições do Andes-SN

Até 20 de fevereiro de 2002

- são eleitores todos os sindicalizados do Andes-SN até 20/2/2002

Até 28 de março de 2002

- registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, dar-se-á até 28/3/2002

Até 30 de março de 2002

- Os eleitores devem estar em dia com suas contribuições até 30/3/2002

Até o dia 22 de abril

- as alterações previstas nas nominatas só serão consideradas pela Comissão Eleitoral Central se lhe forem comunicadas até 22/4/2002. Não se aplica aos candidatos aos cargos de Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro.

22 e 23 de maio - ELEIÇÕES

24 de maio

- A apuração dos votos nas Seções Sindicais. A apuração deverá estar concluída, impreterivelmente, até as vinte e quatro (24) horas do mesmo dia.

25 de maio

- As Comissões Eleitorais Locais deverão encaminhar, impreterivelmente, até as 12 horas, via meio eletrônico, para a Sede do Andes-Sindicato Nacional o resultado da eleição na sua respectiva Seção Sindical.

- A computação dos votos pela Comissão Eleitoral Central iniciar-se-á às 14 horas, estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais.

- Iniciada a apuração, os trabalhos somente se interrompem após a proclamação do resultado final.

Quase 70 mil eleitores

As eleições do Andes-SN mobilizam um universo eleitoral significativo: 69.680 professores de todo o país estão aptos a votar no próximo pleito. A UFRJ é o maior colégio eleitoral com 3.419 sindicalizados, seguida pela USP (2.897 sindicalizados), UFMG (2.797) e UFRGS (2.750).

No Rio de Janeiro, além da UFRJ, a UFF também apresenta um grande quadro de sindicalizados (2.376). Há ainda a Uerj (1.486), a UFRRJ (682), a Uni-Rio (628), o CEFET-RJ (516) e a Uenf (143).

Guilherme Lessa

LUIZ CARLOS LUCAS
CANDIDATO A PRESIDENTE

CHAPA 1

Andes Autônoma e Democrática

Universidade Autônoma e Democrática: Porque votar na Chapa 1 - Andes-AD

Nosso apoio à chapa 1, Andes – Autônoma e Democrática, justifica-se tanto pelo papel positivo que vem desempenhando na luta em defesa da Universidade Pública nos últimos anos, quanto pela sua coerência entre os princípios que defende e sua prática política.

Na última década, a Universidade Pública recebeu um ataque duplo. Por um lado, a globalização econômica retirou recursos dos setores de serviços públicos e privatizou o que pôde das antigas funções do Estado. Por outro lado, a ideologia do "mercado regulador', do individualismo, do "darwinismo acadêmico" deixaram profundas marcas dentro de nossas instituições de ensino superior.

Isto não ocorreu apenas dentro da Universidade. Toda nossa sociedade sofre com o processo acelerado de rapinagem econômica. Passada mais de uma década deste processo, seus efeitos nefastos são bem visíveis, não apenas em nosso país, mas no planeta todo, onde destacamos a situação da Argentina. Em períodos recentes, nossos vizinhos do Prata contavam com uma situação econômica mais estável e com um sistema educacional excelente. Apesar das alianças de classes, dos acordos sociais, dos apelos nacionalistas, nada resistiu à voracidade do capital internacional. A situação de nosso país não é muito diferente, embora conte com particularidades importantes. Uma delas está dentro de nossas universidades.

Com todo um processo de deterioração, e reconhecendo que estamos abaixo de nosso potencial realizador e muito aquém das necessidades de nossa população, nossas instituições de ensino superior continuam oferecendo o melhor ensino no país e ainda realizando atividades de pesquisa com méritos. Como conseguimos resistir e manter nossas instituições vivas? Isto é fruto de um trabalho incessante de várias gerações de professores que dedicaram suas vidas a esta instituição. E também é fruto de uma atuação política firme do movimento docente. Resistimos à ditadura militar, ao populismo da velha "nova república" e à onda neoliberal que se abateu sobre nós. Foram as manifestações firmes do movimento docente que impediram que o desmonte de nossa instituição fosse ainda maior.

E, neste movimento, a corrente ANDES- AUTÔNOMA E DEMOCRÄTICA teve uma atuação marcante. Em conjunturas políticas de refluxo dos movimentos sociais, da perda de conquistas históricas dos trabalhadores, do desemprego, no desencontro das organizações políticas partidárias, dois princípios foram mantidos com firmeza: a autonomia universitária e a democracia do movimento. O entendimento de que a Universidade Pública deve estar a serviço de toda a sociedade, e não apenas de alguns grupos, e de que a construção de um regime democrático exige a prática da democracia dentro do nosso movimento, marcam a história da própria Universidade.

Lembramos que as conquistas históricas de nosso movimento, concursos públicos, carreira docente, estabilidade, reajustes salariais, manutenção do financiamento público da universidade, foram o resultado de um enfrentamento político explícito, que em muitos casos nos levou ao recurso extremo da greve.

Outras correntes já ocuparam a direção de nosso sindicato. Suas concepções políticas, partidárias, suas idéias a respeito da universidade e da democracia já foram colocadas em prática dentro e fora da Universidade. Negociações diretas com o Ministério da Educação, propostas de ajustes ao sistema dominante, participação em comissões do governo, não deixaram nenhum resultado positivo. Tudo o que mostraram não recomenda sua recondução à direção de nosso sindicato.

Consideramos imperativo que a direção do ANDES-SN esteja comprometida com uma prática democrática que organize a luta dos docentes, que esteja presente no quotidiano de nosso trabalho, que seja crítica em relação a todos os apelos de cooptação do sindicato, que procure se unir aos setores progressistas da sociedade, guardando a independência e o respeito às suas deliberações. Somente assim, seremos coerentes na luta contra o modelo de universidade privatizada e de um país dependente. Somente com esta prática estaremos efetivamente construindo uma universidade pública democrática, de qualidade, e caminhando no sentido de uma sociedade mais justa para todos.

José Antonio Martins Simões

Professor do Instituto de Física da UFRJ. Ex-Presidente da ADUFRJ.

CHAPA 1 - ANDES AD - AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

PRESIDENTE: Luiz Carlos Gonçalves Lucas - ADUFPel S.Sind.
1º VICE-PRESIDENTE: José Domingues de Godoi Filho - ADUFMAT S.Sind
2º VICE-PRESIDENTE: Osvaldo Coggiola - ADUSP
3ª VICE-PRESIDENTE: Maria Lia Silva e Reis - ADUCSal S.Sind
SECRETÁRIO GERAL: Celi Zulke Taffarel - APUB S. Sind
1ª SECRETÁRIA: Ana Lúcia Barbosa Faria - SINDCEFET - MG
2º SECRETÁRIO: Marlon Freire de Melo - ADUFEPE SSind.
3ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Miranda da Silva - ADUFRJ S. Sind
1º TESOUREIRO: José Vitório Zago - ADUNICAMP
2º TESOUREIRO: Antônio Luiz de Andrade - ADUNESP S.Sind
3º TESOUREIRO: Almir Serra Martins Menezes Filho - ADURN S.Sind

REGIONAL RIO DE JANEIRO
1ª VICE-PRESIDENTE: Janete Luzia Leite - ADUFRJ S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Cláudia March Frota Souza - ADUFF S.Sind
1º SECRETÁRIO: Marcelo Castanheira Ferreira - ADUNIRIO S,Sind
2º SECRETÁRIO: José Eustáchio Bruno - ASDUERJ
1º TESOUREIRO: Frederico José Falcão - ADUR RJ S. Sind
2ª TESOUREIRA: Gelta Terezinha Ramos Xavier - ADUFF S.Sind

Kelvin Melo

MARIA APARECIDA
CANDIDATA A PRESIDENTE

CHAPA 2

Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta

Autonomia Universitária e Greve nas Federais

No correr de uma campanha nacional, os colegas da Adufrj me pedem um artigo livre de reflexão sobre temas em debate na eleição da nova diretoria da Andes. Escolho dois temas fundamentais da campanha, e que expressam diferenças entre as duas chapas: breves considerações sobre a autonomia universitária e um balanço da mais recente greve das Universidades Federais.

Autonomia - Conquistamos na Constituição de 1988 a autonomia universitária didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Mas o que a Constituição pôs a legislação infra-constitucional anda dispondo. A universidade brasileira não conta com os meios legais para a sua defesa já que seus Procuradores vinculam-se, não à universidade, mas à Advocacia Geral da União. A escolha dos dirigentes não se faz pôr eleição livre que expressa a vontade da comunidade e a participação da sociedade, mas exige que se submeta a lista de nomes para a escolha pelo Ministro da Educação. A universidade brasileira tornou-se órgão do MEC, que também luta para esfacelar o Sistema Federal de Ensino Superior.

Pensamos que o princípio constitucional pressupõe autonomia jurídica frente aos poderes da República, o que requer lei orgânica que especifique seu exercício, a exemplo da que garante atualmente o estatuto jurídico do Ministério Público. Uma universidade ou é integralmente autônoma ou não é universidade. Não existe meia autonomia, nem autonomia regulada ou tutelada pelo MEC. Alegar que a concepção de autonomia como a que defendemos confunde o estatuto da autonomia com o da soberania constitui ignorância da origem histórica da universidade e da autêntica natureza da instituição.

Apresentada essas questões de princípios, recordamos um debate que crivou o movimento docente brasileiro há quatro anos passados, e hoje está um pouco esquecido: se deveríamos, naquele momento, partir para regulamentar o artigo 207 da Constituição (que consagra o princípio da autonomia universitária). O sistema universitário brasileiro precisa de salvaguardas de proteção que garantam os princípios de uma verdadeira autonomia universitária. A perversidade é que, nos anos recentes, o artigo 207 da Constituição (que consagra a autonomia universitária) foi usado tão somente como biombo para os lucrativos negócios de credenciamento de novas universidades particulares, a maioria de qualidade duvidosa. A nova diretoria da Andes deve retomar o debate sobre a autonomia universitária e argüir a necessidade de salvaguardas do caráter público e autônomo das universidades.

Greve das Universidades Federais – O tema a greve do ano passado ainda não morreu, até porque a atual diretoria da Andes, para além da retórica, nos deve uma análise séria e consistente daquele movimento.

A greve de 2001 avançou nas conquistas políticas. Trouxe a educação pública para as manchetes e editoriais de jornais e redes de televisão. A força dos professores dobrou o governo em com ele travou embate nos tribunais, o que fortaleceu as instâncias democráticas e instou o judiciário a exercer seu mandato constitucional com independência. Conseguimos barrar pôr hora a proposta de emprego público e evitar danos maiores às nossas aposentadorias e à autonomia universitária. Conseguimos também a equiparação GID e GED e fazer justiça relativa aos aposentados de 1º e 2º graus com a extensão parcial da GID.

Não há como negar que foram modestos os ganhos salariais, ainda mais resumidos pela exclusão arbitrária feita pelo presidente da República da incorporação dos 3,17% decorrentes de ganhos judiciais. A saída de greve com base em tabela salarial reverte as conquistas de 1987, quando conseguimos um piso e uma fórmula de cálculo. Perdemos nosso direito a uma malha salarial baseada em uma lógica de ascensão gradual e passamos para uma situação pragmática definida pelos ganhos na classe modal, o que enfraquece a solidariedade entre os docentes.

A retomada da isonomia parece mais distanciada. Além disso, a possibilidade de não serem implementadas as mesas de negociação parece se concretizar. A pauta centrada no reajuste linear de 75,48% pretendeu unificar os SPFs. Na verdade, esta reivindicação, depois de descontadas as gratificações, traria a nós, como de fato nos trouxe, ganhos pequenos e só seria politicamente justificada se de fato houvesse uma greve unificada de SPFs. Os encaminhamentos confusos da diretoria da Andes se revelaram quando, após a saída da Fasubra da greve – portanto quando sequer se configurava uma greve do setor da educação –, a direção continuou insistindo na tese da greve dos SPFs.

O improviso nas negociações, depois da quimera dos 75,48%, foi o preço da ausência de uma pauta de reivindicações dos professores universitários brasileiros que fosse clara, enxuta e conhecida de todos. Ficamos, por algum tempo, sem uma alternativa compartilhada, legitimada e sólida de formulação de contraproposta. Num contexto de negociações duras, pela primeira vez o movimento docente teve que se haver com um montante financeiro e pensar nos critérios de sua distribuição, política essa, aliás, nada ingênua por parte do governo. O resultado final é que foi rompido o reajuste linear na comissão de sistematização e o fim da greve foi decretado anteriormente à convocação de uma rodada de assembléias para apreciar o indicativo de saída.

Maria Aparecida Ramos de Meneses

Professora do DSS-UFPB, Doutora em Serviço Social (UFRJ), Candidata a Presidente da Andes pela Chapa "Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta

CHAPA 1
ANDES AD - AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

PRESIDENTE: Luiz Carlos Gonçalves Lucas - ADUFPel S.Sind.
1º VICE-PRESIDENTE: José Domingues de Godoi Filho - ADUFMAT S.Sind
2º VICE-PRESIDENTE: Osvaldo Coggiola - ADUSP
3ª VICE-PRESIDENTE: Maria Lia Silva e Reis - ADUCSal S.Sind
SECRETÁRIO GERAL: Celi Zulke Taffarel - APUB S. Sind
1ª SECRETÁRIA: Ana Lúcia Barbosa Faria - SINDCEFET - MG
2º SECRETÁRIO: Marlon Freire de Melo - ADUFEPE SSind.
3ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Miranda da Silva - ADUFRJ S. Sind
1º TESOUREIRO: José Vitório Zago - ADUNICAMP
2º TESOUREIRO: Antônio Luiz de Andrade - ADUNESP S.Sind
3º TESOUREIRO: Almir Serra Martins Menezes Filho - ADURN S.Sind

REGIONAL RIO DE JANEIRO
1ª VICE-PRESIDENTE: Janete Luzia Leite - ADUFRJ S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Cláudia March Frota Souza - ADUFF S.Sind
1º SECRETÁRIO: Marcelo Castanheira Ferreira - ADUNIRIO S,Sind
2º SECRETÁRIO: José Eustáchio Bruno - ASDUERJ
1º TESOUREIRO: Frederico José Falcão - ADUR RJ S. Sind
2ª TESOUREIRA: Gelta Terezinha Ramos Xavier - ADUFF S.Sind

REGIONAL NORTE I
1º VICE-PRESIDENTE: Antônio José Vale da Costa - ADUA S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Jorge Luiz Coimbra de Oliveira - ADUNIR S.Sind.
1ª SECRETÁRIA: Janari Rui Negreiros - SESDUF-RR
2ª SECRETÁRIA: Eloísa Winter Nascimento - ADUFAC S.Sind.
1º TESOUREIRO: Welton Yudi Oda - ADUA S.Sind.
2º TESOUREIRO: Edilson Lobo do Nascimento - ADUNIR S.Sind.

REGIONAL NORTE II
1ª VICE-PRESIDENTE: Vera Lucia Jacob Chaves - ADUFPA S. Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Adélia Benedita Coelho dos Santos - ADFCAP S.Sind.
1ª SECRETÁRIA: Ana Rosa Peixoto de Brito - ADUFPA S.Sind.
2ª SECRETÁRIA: Terezinha de Jesus Amaral Torres - ADUFPA S.Sind.
1º TESOUREIRO: Benedito Gomes Santos Filho - ADFCAP S.Sind.
2º TESOUREIRO: Arthur Leandro de Moraes Maroja - SINDUFAP

REGIONAL NORDESTE I
1º VICE-PRESIDENTE: José Eudes Baima Bezerra - VPR NE I
2ª VICE-PRESIDENTE: Rosilda Silva Dias - APRUMA S.Sind.
1º SECRETÁRIO: José Aléxis Bezerra Leite - ADUFPI S.Sind
2ª SECRETÁRIA: Maria Célia Leal e Silva - ADCESP S.Sind.
1º TESOUREIRO: Francisco Antônio Loiola - ADUFC S.Sind
2ª TESOUREIRA: Maria da Conceição Lobato Muniz - APRUMA S.Sind

REGIONAL NORDESTE II
1º VICE-PRESIDENTE: Josevaldo Pessoa da Cunha - ADUFPB-CG S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Zenilde M. B. de Morais - ADUFERPE S.Sind.
1ª SECRETÁRIA: Ibiraci Maria Fernandes Rocha - ADURN S.Sind
2ª SECRETÁRIA: Maria Luiza Martins Aléssio - ADUFEPE S.Sind.
1º TESOUREIRO: Rubens Freire Ribeiro - ADUFPB-JP S.Sind
2º TESOUREIRO: Emanuel Pereira Braz - ADFURRN S.Sind.

REGIONAL NORDESTE III
1ª VICE-PRESIDENTE: Maria Cristina da Rocha Mendes - ADUFAL S.Sind
2º VICE-PRESIDENTE: Antônio Ponciano Bezerra - ADUFS S.Sind
1ª SECRETÁRIA: Claudete Sales Sampaio - ADUFS S.Sind
2º SECRETÁRIO: Ferdinand Martins da Silva - ADUSC S.Sind
1ª TESOUREIRA: Terezinha Maria Barros Santos - ADUCSAL S.Sind
2º TESOUREIRO: Harmensz Van Rin Morais de Assis - APUNI S.Sind.

REGIONAL PLANALTO
1º VICE-PRESIDENTE: Alcir Horácio da Silva - ADUFG S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Ana Carla Dias Carvalho - ADCAC S.Sind.
1ª SECRETÁRIA: Alejandra Leonor Pascual - ADUnB S. Sind
2º SECRETÁRIO: Enoch José da Mata - ADUFG S.Sind.
1ª TESOUREIRA: Sílvia Rosa Silva Zanolla - ADUFG S.Sind
2ª TESOUREIRA: Zilda de Fátima Mariano - ADCAJ S.Sind

REGIONAL PANTANAL
1º VICE-PRESIDENTE: Carlos Roberto Sanches - ADUFMAT S.Sind
2º VICE-PRESIDENTE: Mário Luiz Alves - ADourados S. Sind.
1º SECRETÁRIO: Aquiles Lazzarotto - ADUFMAT S.Sind
2º SECRETÁRIO: Hermano J. H. de Melo - ADUFMS S.Sind.
1º TESOUREIRO: Pedro de Assis e Silva Filho - ADUFMAT S.Sind
2º TESOUREIRO: Odival Faccenda - ADUEMS S. Sind.

REGIONAL LESTE
1ª VICE-PRESIDENTE: Elisabeth Orletti - ADUFES S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Angela M. S. Ferreira - ASPUV S.Sind
1ª SECRETÁRIA: Maria Rosimary Soares dos Santos - APUBH S.Sind.
2ª SECRETÁRIA: Eunice Maria Godinho Morando - APESJF S.Sind
1º TESOUREIRO: Gilberto Marques Pereira - SINDCEFET-MG
2º TESOUREIRO: Valter Pires Pereira - ADUFES S.Sind

REGIONAL SÃO PAULO
1ª VICE-PRESIDENTE: Marília Leite Washington - ADUFSCar S.Sind
2º VICE-PRESIDENTE: Elisaldo L. A Carlini - ADUNIFESP S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Marco Antonio Sperl de Faria - ADUNIMEP S.Sind
2ª SECRETÁRIA: Ana Maria Ramos Estevão - ADUNESP S. Sind
1º TESOUREIRO: Adolpho Hengeltraub - ADUNICAMP
2º TESOUREIRO: Rubens Barbosa de Camargo - ADUSP S.Sind.

REGIONAL SUL
1º VICE-PRESIDENTE: Antonio de Pádua Bosi - ADUNIOESTE S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: João Francisco Ricardo K. Negrão - APUFPR S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Luiz Allan Kunzle - SINDOCEFET-PR
2º SECRETÁRIO: Evaristo Colman - ADUEL
1º TESOUREIRO: Adilson Gil Tavares - SINDOCEFET-PR
2º TESOUREIRO: Cássio Joaquim Moletta - APUFPR S.Sind.

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
1ª VICE-PRESIDENTE: Ceres Maria Ramires Torres - ADUFPEL S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Leda Carmen Wulff Gobetti - ADUFRGS S.Sind
1º SECRETÁRIO: Francisco Carlos Duarte Vitória - ADUFPel S.Sind
2ª SECRETÁRIA: Rejane Terezinha Pereira dos Santos - SEDUFSM
1º TESOUREIRO: Ângelo F. Maffissoni - APROFURG S.Sind.
2º TESOUREIRO: Nelton Luis Dresch - ADUFRGS S.Sind.

CHAPA 2
UMA NOVA ANDES É POSSÍVEL: PLURAL E DE LUTA

PRESIDENTE: Maria Aparecida Ramos de Menezes - ADUFPB-JP S.Sind.
SECRETÁRIO GERAL: Helena Serra Azul Monteiro - ADUFC S.Sind.
1º TESOUREIRO: Rubens Constantino Volpe Weyne - ADUFRGS S.Sind.
1º VICE-PRESIDENTE: Fernando Arthur Freitas Neves -ADUFPA S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Joviniano Soares de Carvalho - APUB S.Sind.
3º VICE-PRESIDENTE: Rosângela Carrusca Alvim - APUBH S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Maria Auxiliadora Leal Campos - ADUPE S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Eliane Leão - ADUFG S.Sind.
3º SECRETÁRIO: José Mastrangelo - ADUFAC S.Sind.
2º TESOUREIRO: Osni Jacó da Silva - APUFSC S.Sind.
3º TESOUREIRO: Sergio Gonçalves Corrêa -ADCEFET-RJ S.Sind.

REGIONAL RIO DE JANEIRO
1º VICE-PRESIDENTE: Paulo Roberto Monteiro Peres - ADUFRJ S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Willian Gonçalves Soares - ADUNI-RIO S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Julio Cezar Vaz da Silva - ADCEFET-RJ S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Inês Emília de Moraes S.Patrício - ADUFF S.Sind.
1º TESOUREIRO: Ricardo Santos - ASDUERJ
2ºTESOUREIRO: Dario de Souza Castello - ADUFF S.Sind.

REGIONAL NORTE I
1º VICE-PRESIDENTE: Antônio Levino da Silva Neto - ADUA S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Lucas Araújo Carvalho - ADUFAC S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Lucicléia Barreto Queiroz - ADUFAC S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Luiz Alberto Pessoni - SESDUF-RR
1º TESOUREIRO: Selma Sueli Baçal de Oliveira - ADUA S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Ise de Goreth Silva - SESDUFRR S.Sind.

REGIONAL NORTE II
1º VICE-PRESIDENTE: Ari de Sousa Loureiro - ADUFPA S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Marilucia Barros de Oliveira - ADUFPA S.Sind.
1º SECRETÁRIO: José Wilson Nunes Fernandes - ADUFPA S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Wilson da Costa Barroso - ADUFPA S.Sind.
1º TESOUREIRO: Aluizio Fernandes da Silva Junior - ADUFPA S.Sind.
2º TESOUREIRO: Raimundo Bartolomeu Pereira de Souza - ADUFPA S.Sind.

REGIONAL NORDESTE I
1º VICE-PRESIDENTE: Cleide Maria Teixeira Veloso dos Passos - ADCESP S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Sandra Helena de Souza - ADUNIFOR S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Lucineide Morais de Souza - ADUFPI S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Pedro Alberto Campelo - ADUFC S.Sind.
1º TESOUREIRO: Mario Ângelo de Meneses Sousa - ADUFPI S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Aécio Alves de Oliveira - ADUFC S.Sind.

REGIONAL NORDESTE II
1º VICE-PRESIDENTE: José Cristovão de Andrade - ADUEPB S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Simone Elizabeth Duarte Coutinho - ADUFPB-JP S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Pedro Antônio de Lima Santos - ADURN S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Hermano Nepomuceno Araújo - ADUFPB-CG S.Sind.
1º TESOUREIRO: Cícero Monteiro de Souza - ADUFERPE S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Florival Rodrigues de Carvalho - ADUFEPE S.Sind.

REGIONAL NORDESTE III
1º VICE-PRESIDENTE: Maria Rita de Oliveira Oliveira - APUB S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Antonio Passos Lima - ADUFAL S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Dulce Maria Mafra Oliveira - ADUSB
2º SECRETÁRIO: Ruy Aguiar Dias - ADUNEB S.Sind.
1º TESOUREIRO: Gardênia Maria Tavares da Silva - ADUFAL S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Maria Pontes de Aguiar Campos - ADUFS S.Sind.

REGIONAL PLANALTO
1º VICE-PRESIDENTE: Ana Lucia Carneiro Sarmento - ADUNB S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Abraão Garcia Gomes - ADUFG S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Iara Barreto - ADUFG S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Ronaldo da Silva - ADCAC S.Sind.
1º TESOUREIRO: João Batista de Deus - ADUFG S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Ebnezer Maurilio Nogueira da Silva - ADUNB S.Sind.

REGIONAL PANTANAL
1º VICE-PRESIDENTE: Paulo Marcos Esselin - ADUFMS S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Anderson Glreller Froehlich - ADUNEMAT S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Antonio Firmino de Oliveira Neto - ADUFMS S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Ruy Ferreira - ADUFMAT/Roo S.Sind.
1º TESOUREIRO: Lauro Bulaty - ADUFMS S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Jeovani Lemes de Oliveira - ADUNEMAT S.Sind.

REGIONAL LESTE
1º VICE-PRESIDENTE: João Mauricio Lima de Figueiredo Mota - APUBH S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Angelo Gil Pezzino Rangel - ADUFES S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Lucio Flávio F. Costa - ADUNIMONTES S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Manoel Ribeiro da Silva - APROEFEI S.Sind.
1º TESOUREIRO: Jaime Roberto Teixeira Rios - ADUFOP S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Maria Cândida de Pádua Coelho - ADUFU S.Sind.

REGIONAL SÃO PAULO
1º VICE-PRESIDENTE: Emerson Pires Leal - ADUFSCar S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Matilde Alzeni dos Santos Melo - ADUFSCar S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Dilma de Melo Silva -ADUSP S.Sind.
2º SECRETÁRIO: José Ricardo Figueiredo - ADUNICAMP
1º TESOUREIRO: Fátima Maria Balduíno dos Santos - ADUFSCar S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Luis Alfredo Chinali - ADUNESP S.Sind.

REGIONAL SUL
1º VICE-PRESIDENTE: Paulo Cesar de Freitas Mathias - VPR-SUL
2º VICE-PRESIDENTE: Elizabeth de Araujo Schwarz - APUFPR S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Milton Divino Muniz - APUFSC S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Maria Helena Almança - APUFSC S.Sind.
1º TESOUREIRO: Rosana Moreira da Rocha - APUFPR S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Bernadete Wrublevski Aued - APUFSC S.Sind.

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
1º VICE-PRESIDENTE: João Eduardo da Silva Pereira - SEDUFSM
2º VICE-PRESIDENTE: Regina Helena Rodrigues Gonçalvez - ADUFPEL S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Ligia Maria Ávila Chiarelli - ADUFPEL S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Daniela Marzola Fialho - ADUFRGS S.Sind.
1º TESOUREIRO: Maria Conceição Tassinari Stumpf - ADUFRGS S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Joel Abílio Pinto dos Santos - SEDUFSM

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL
ESPECIAL SALÁRIOS
EDIÇÃO DE 16 DE MAIO 2002

Veja como calcular seu salário

O projeto de Lei nº 5.805/2001 resultante do acordo de nossa greve em 2001 foi aprovado no Congresso Nacional como a Lei nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002 (veja a página 3 deste encarte), que alterou os vencimentos básicos dos professores do ensino de 1º, 2º e 3º graus das Instituições Federais de Ensino (IFE) a partir de fevereiro de 2002. Em 17 de dezembro de 2001 (boletim nº 41), publicamos um encarte especial com as tabelas completas de vencimentos dos docentes das IFE, de acordo com as informações disponíveis na época. Estamos agora republicando as mesmas tabelas atualizadas com os valores da remuneração para todos regimes de trabalho e níveis das carreiras do magistério, posto que o índice de reajuste salarial concedido pelo governo ao funcionalismo público a partir de janeiro (3,5%) incidiu sobre os vencimentos básicos estabelecidos pela lei e também corrigiu os valores da GED, da GID e do auxílio-alimentação. Além disso, em recentes reuniões de representantes do Andes-SN e do Sinasefe com técnicos do MEC, nos dias 7 e 8 de maio, surgiu finalmente o texto de um decreto para regulamentar a GID. Embora o decreto ainda não tenho sido assinado, disponibilizamos seu conteúdo neste especial (página 4) para nossos sindicalizados. Mais informações sobre esta última negociação com o MEC podem ser encontradas no jornal nº 59, de 13 de maio.
O conjunto de tabelas a seguir permite a cada docente obter o valor bruto de sua remuneração, de acordo com a Lei nº 10.405, incluindo os efeitos do último reajuste geral do funcionalismo em janeiro de 2002.

Descrição das Tabelas

As tabelas foram organizadas por carreira do magistério (1º/2º graus e 3º grau), titulação (graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado) e regime de trabalho (20 horas semanais, 40 horas semanais e Dedicação Exclusiva). Cada tabela contém os valores das parcelas que compõem a remuneração para cada classe (Titular, Adjunto, Assistente e Auxiliar para 3º grau; Titular, E, D, C, B e A para 1º e 2º graus) e cada nível, U (único) ou 1, 2, 3, 4.

A apresentação das tabelas para cada carreira está em ordem crescente de titulação (primeiro graduação, depois aperfeiçoamento, etc, até o doutorado), para cada um dos regimes de trabalho (20h, 40h e DE). Assim, a primeira tabela de cada carreira se refere aos docentes graduados em regime de 20h semanais, a segunda tabela aos docentes graduados em regime de 40h semanais e a terceira tabela aos docentes graduados em regime de dedicação exclusiva. O próximo conjunto de três tabelas se refere aos docentes com aperfeiçoamento para os respectivos regimes de trabalho e assim por diante. Cada tabela contém oito colunas: Classe, Nível, VB-PL (Vencimento Básico pela Lei 10.405, corrigido para os 3,5%), CSM (Complemento para o Salário Mínimo atual, de R$200,00), VB (Vencimento Básico), GAE (Gratificação de Atividade Executiva), PVerão (Plano Verão sem Anuênios – 26,05%) e Anuênio (1% do Vencimento Básico).

Os valores de cada ponto, os valores máximos e os valores correspondentes a 60% dos valores máximos da GED/GID estão apresentados em tabelas em separado (página 12), também para cada regime de trabalho, titulação e classe. Se a pontuação do docente for diferente de 60% (84 pontos da GED ou 48 pontos da GID) do máximo (140 pontos da GED ou 80 pontos da GID), o valor da respectiva gratificação pode ser encontrada multiplicando-se o número de pontos pelo valor do ponto de acordo com o regime de trabalho, a titulação e a classe do docente.

Metodologia de Cálculo

Os valores das tabelas geradas foram obtidos da seguinte forma:

1. Os vencimentos básicos do regime de trabalho de 20 horas semanais para os docentes apenas com graduação estabelecidos na Lei 10.405, reajustados em 3,5% foram tomados como referência (**VB-PL** ⇨ **VB-PL** x **1,035**).

2. Os vencimentos básicos correspondentes ao regime de trabalho de 40 horas semanais foram determinados multiplicando-se por **2,0** os vencimentos básicos para o regime de trabalho de 20 horas semanais.

3. Os vencimentos básicos correspondentes ao regime de trabalho de 40 horas semanais com dedicação exclusiva foram calculados multiplicando-se os vencimentos básicos para o regime de trabalho de 40 horas semanais por **1,55**.

4. A titulação foi considerada multiplicando-se os vencimentos básicos para o docente graduado pelos respectivos fatores de correção: **1,05** para aperfeiçoamento; **1,12** para especialização; **1,25** para mestrado e **1,50** para doutorado, obtendo-se o vencimento básico pela Lei 10.405 (**VB-PL**).

5. Para os vencimentos básicos menores que o salário mínimo atual (R$200,00) deve haver a complementação para o salário mínimo (**CSM** = **180** – **VB-PL**), obtendo-se, finalmente, o vencimento básico real (**VB**), ou seja, **VB** = **VB-PL** + **CSM**.

6. Calculou-se o valor da Gratificação de Atividade Executiva, que corresponde a 160% do vencimento básico real, ou seja, **GAE** = **1,6** x **VB**.

7. Calculou-se o valor do Plano Verão sem Anuênios, que corresponde a 26,05% do valor da soma do vencimento básico real com a GAE, ou seja, **PVerão** = **1,2605** x (**VB**+**GAE**).

8. Obteve-se o valor de um anuênio, ou seja, **Anuênio** = **0,01** x **VB** = **VB**/**100**.

De posse desses valores em cada tabela combinando carreira, titulação, regime de trabalho, classe e nível é possível obter o valor do vencimento total bruto, a menos de outros ganhos judiciais, vantagens pessoais, ou adicionais tais como periculosidade e insalubridade. Para isso, são necessário os seguintes passos:

a) Localize na tabela relativa a sua carreira, titulação e regime de trabalho os valores do vencimento básico VB e da GAE, na linha correspondente a sua classe e nível.

b) Some o vencimento básico correspondente (VB) com o valor da GAE.

c) Acrescente o valor do adicional por tempo de serviço, multiplicando o valor unitário de anuênio fornecido na mesma tabela (Anuênio) pelo número total de anuênios, que pode ser obtido num contracheque anterior, terceiro campo à esquerda, denominado T.S. (%), logo abaixo do campo categoria/carreira.

d) Complete o valor da parcela relativa ao Plano Verão, se for o caso, somando ao valor já tabelado (PVerão), que foi calculado com base apenas no vencimento básico e na GAE, mais 26,05% do adicional de tempo de serviço obtido no item anterior. Some a parcela corrigida do Plano Verão ao sub-total até aqui.

e) Localize nas tabelas da GED ou da GID, de acordo com sua carreira, regime de trabalho e classe, o valor do ponto, o valor de 60% do valor máximo ou o valor máximo da GED ou da GID, conforme o caso.

f) Adicione o valor da GED ou da GID, de acordo com sua pontuação na avaliação, carreira e situação funcional (ativo ou aposentado). Os valores da GED ou da GID podem ser obtidos no último contracheque em que foram pagos ou multiplicando-se o número de pontos pelo valor do ponto de acordo com a carreira, o regime de trabalho, a titulação e a classe. Os aposentados até junho de 2000 na carreira do terceiro grau recebem 60% do valor máximo da GED, de acordo com o regime de trabalho, a titulação e a classe. Todos os docentes da carreira do 1º e 2º graus, até que haja a regulamentação definitiva da GID, recebem também 60% dos valores máximos da GID, de acordo com o regime de trabalho e a titulação.

g) Finalmente, apenas para os docentes da ativa, inclua os R$ 91,08 relativos ao auxílio alimentação!

Os valores encontrados podem diferir ligeiramente dos constantes nos contracheques, normalmente na ordem de décimos ou centavos de real, devido a truncamentos ou arredondamentos dos valores na geração das tabelas utilizadas pela universidade.

Leia, ao lado, algumas situações específicas dos professores aposentados.

Atenção, professores aposentados!

Os professores aposentados devem considerar pelo menos duas situações específicas para a obtenção dos resultados pelas tabelas. A primeira se refere aos que se aposentaram até 1996, quando ainda estava em vigor o artigo 192 da lei 8.112 ou aos que se aposentaram com as regras do antigo estatuto do funcionalismo público, com a vantagem relativa ao artigo 184. Nestes casos, ao se aposentar o docente deveria receber a diferença relativa ao padrão da classe seguinte ou, se estivesse na última classe, a diferença em relação ao padrão da classe anterior da carreira. Esta diferença é calculada considerando os valores do vencimento básico e da GAE apenas. Até hoje, porém, não temos informações precisas da reitoria e/ou da SR-4 sobre qual foi a interpretação dada a estes casos e como o cálculo foi realizado na UFRJ.

O segundo aspecto se refere aos valores da GED pagos aos aposentados na UFRJ. A lei que instituiu a GED estabeleceu que até que houvesse dois anos de avaliação, o aposentado deveria incorporar apenas 60% do valor máximo da GED relativo ao regime de trabalho, titulação e classe na ativa em que se encontrava quando se aposentou. Completado o segundo ano, porém, o valor a ser incorporado deverá ser calculado pela média dos valores recebidos nos dois últimos anos. Ao que tudo indica, porém, a UFRJ até hoje continua a pagar indiscriminadamente 60% dos valores máximos da GED a todos os aposentados da carreira do terceiro grau, mesmo para os que se aposentaram a partir de julho de 2000, quando eles já teriam completado os dois anos para o cálculo da média. A Adufrj-SSind já entrou com recurso administrativo na reitoria para tentar resolver este problema, pois não há dúvidas quanto ao mérito da questão.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

LEI Nº 10.405, DE 9 DE JANEIRO DE 2002.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, altera as tabelas de vencimento básico dos professores do ensino de 3º grau e dos professores de 1º e 2º graus, integrantes dos quadros de pessoal das instituições federais de ensino, e altera dispositivos da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O *caput* do art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa no valor correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do vencimento básico fixado para os cargos de nível superior posicionados no padrão I da classe A do Anexo da Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001, em regime de 40 (quarenta) horas semanais, acrescido de adicional no percentual de 112,09% (cento e doze vírgula zero nove por cento), por regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais.

....."(NR)

Art. 2º A alteração determinada pelo art. 1º terá efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2002, ficando assegurado ao médico residente, exclusivamente nos meses de dezembro de 2001 e janeiro de 2002, o pagamento da bolsa nos valores vigentes em 30 de novembro de 2001, acrescido de bolsa extraordinária nos valores de R$ 400,00 e R$ 100,00, respectivamente.

Art. 3º As tabelas de vencimento básico dos professores do ensino de 3º grau e dos professores de 1º e 2º graus integrantes dos quadros de pessoal das instituições federais de ensino passam a ser as constantes do Anexo I, a partir de 1º de fevereiro de 2002.

Art. 4º O Anexo II da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo II desta Lei, a partir de 1º de fevereiro de 2002.

Art. 5º O § 2º do art. 1º da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 2º O limite global de pontuação mensal corresponderá, em cada instituição, a 80 (oitenta) vezes o número de professores, e sempre que a instituição de ensino ultrapassar o limite de pontuação correspondente a 75 (setenta e cinco) vezes o número de professores de 1º e 2º graus ativos, a sua ampliação dependerá de autorização expressa do Ministro de Estado da Educação, mediante justificativa apresentada pela IFE no seu plano de desenvolvimento institucional.

....."(NR)

Art. 6º O art. 1º da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º, renumerando-se os demais:

"Art. 1º .....

§ 3º A pontuação atribuída a cada professor obedecerá a regulamento estabelecido por cada instituição, que incluirá, obrigatoriamente, a carga horária semanal, e a avaliação das atividades de ensino obedecerá a critérios quantitativos, mantendo-se os critérios qualitativos para a participação dos docentes em programas e projetos de interesse institucional.

....."(NR)

Art. 7º O § 7º do art. 1º, o parágrafo único do art. 4º, e o art. 5º da Lei nº 10.187, de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2002:

"Art. 1º .....

§ 7º Para fins de cálculo da Gratificação nos meses de férias do servidor ou dos alunos, será considerada a pontuação média alcançada na avaliação do ano civil imediatamente anterior."(NR)

"Art. 4º .....

Parágrafo único. O professor que se encontre nas situações previstas nos incisos II ou III poderá optar pela percepção da Gratificação com base na sua pontuação efetivamente alcançada, caso a possua."(NR)

"Art. 5º A Gratificação de que trata esta Lei integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, de acordo com:

I – a média dos valores recebidos nos últimos 24 (vinte e quatro) meses; ou

II – o valor correspondente a 60% (sessenta por cento) do limite máximo fixado no § 1º do art. 1º, quando percebida por período inferior a 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões existentes quando da vigência desta Lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo."(NR)

Art. 8º Sobre os valores das tabelas constantes dos Anexos I e II desta Lei incidirá qualquer índice concedido a título de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais entre 30 de novembro de 2001 e 31 de janeiro de 2002, vedada qualquer dedução proveniente de posterior revisão geral e anual da remuneração.

Parágrafo único. O disposto no *caput* terá efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2002.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as Leis nºs 8.138, de 28 de dezembro de 1990, e 8.725, de 5 de novembro de 1993.

Brasília, 9 de janeiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

Fernando Henrique Cardoso
Paulo Ranato Souza
Martus Tavares

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2002

ANEXO I

Tabelas de Vencimento Básico

a) Professor do Ensino de 3º Grau

CLASSE	NÍVEL	20 Horas	40 Horas
TITULAR	U	294,71	589,42
ADJUNTO	4	242,66	485,33
	3	232,69	465,38
	2	222,86	445,73
	1	213,27	426,55
ASSISTENTE	4	195,83	391,65
	3	187,53	375,06
	2	179,85	359,70
	1	172,60	345,21
AUXILIAR	4	159,30	318,60
	3	152,84	305,68
	2	146,78	293,55
	1	141,00	282,00

b) Professor de 1º e 2º Graus

CLASSE	NÍVEL	20 Horas	40 Horas
TITULAR	U	272,63	545,26
E	4	230,79	461,58
E	3	221,03	442,07
E	2	211,71	423,41
E	1	202,59	405,18
D	4	187,73	375,46
D	3	181,18	362,36
D	2	177,54	355,07
D	1	174,27	348,54
C	4	171,94	343,89
C	3	168,85	337,70
C	2	165,84	331,69
C	1	163,48	326,95
B	4	133,62	267,25
B	3	127,76	255,52
B	2	122,22	244,44
B	1	116,81	233,61
A	4	110,79	221,58
A	3	106,01	212,03
A	2	101,49	202,97
A	1	97,67	195,34

ANEXO II

Valor dos pontos para cálculo da gratificação de incentivo à docência

ESCOLARIDADE	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
Graduação	1,61	3,22	4,92
Aperfeiçoamento	1,61	3,22	4,92
Especialização	1,61	3,22	4,92
Mestrado	3,12	7,80	11,38
Doutorado	4,55	11,38	17,88

Pode acabar a injustiça com docentes de 1º e 2º graus

Finalmente, parece que vai surgir o decreto de regulamentação da GID. Quase quatro anos após o fim da greve de 1998, e alguns meses depois da greve de 2001, o Sindicato Nacional conquista uma importante vitória (parcial, na avaliação da própria diretoria do Andes-SN, tendo em vista que a meta é a Carreira Única protocolizada no MEC e o fim da política de gratificação por desempenho). Contudo, conforme os encaminhamentos do movimento de greve, a Diretoria analisa que "estamos perto de reparar uma injustiça intolerável para um sindicato autônomo, democrático e classista, comprometido com a isonomia e a paridade". A notícia surgiu em duas reuniões das entidades sindicais da área da Educação com representantes do ministério, nos dias 7 e 8 de maio, em Brasília, e o texto do decreto lido ao final da rodada de reuniões pode ser lido abaixo:

Decreto N.º , de de maio de 2002.

Estabelece os requisitos básicos para a regulamentação da Gratificação de Incentivo à Docência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e, tendo em vista o disposto no § 5º da Lei 10.187, de 12 de fevereiro de 2001, bem como as alterações introduzidas pela Lei 10.405, de 9 de janeiro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º As instituições federais de ensino, relacionadas no Anexo I da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001, editarão regulamentos próprios para atribuição da Gratificação de Incentivo à Docência - GID, observando o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. As instituições referidas no *caput* deste artigo darão prévio conhecimento dos regulamentos propostos ao Ministério ao qual estejam vinculadas.

Art. 2º As atividades de ensino de que trata o § 3º do art. 1º da Lei n.º 10.187 compreendem:

I) as docentes, incluídas nos planos de integração curricular dos cursos, nos níveis e nas modalidades de educação infantil, básica, profissional, especial e superior, reconhecidas pelos órgãos colegiados correspondentes ou pela Diretoria de Ensino na instituição onde não houver órgão colegiado;

II) as de orientação e de apoio técnico-pedagógico a alunos, pais ou responsáveis e professores, independentemente de sua denominação, relativas aos níveis e modalidades da educação infantil, básica, profissional, especial e superior, reconhecidas pelos órgãos colegiados correspondentes ou pela Diretoria de Ensino na instituição onde não houver órgão colegiado;

III) as didáticas e de orientação em cursos de extensão reconhecidos e aprovados pela Comissão de Extensão ou órgão equivalente;

IV) as didáticas de assessoramento a alunos, estando aí compreendida a orientação de trabalhos curriculares;

V) as de orientação de trabalho final de curso e de estágios curriculares;

VI) outras atividades não previstas nos incisos anteriores, vinculadas ao processo ensino-aprendizagem.

Art. 3º Os programas e projetos de interesse da instituição de que trata o § 3º do art. 1º da Lei n.º 10.187 compreendem:

I – os programas e projetos de desenvolvimento técnico e tecnológico, bem como os de extensão, aprovados pela instância competente de cada Instituição Federal de Ensino, no período de avaliação considerado;

II - as atividades artísticas, culturais, desportivas e assistenciais, assim como de disseminação e transferência de conhecimento cientifico, técnico, tecnológico e cultural, devidamente reconhecidas pelo órgão colegiado competente;

III – as atividades voltadas à produção intelectual, compreendendo a produção científica, artística, técnica, tecnológica e cultural, representadas por meio de publicações ou por outras formas de expressão usuais, pertinentes aos ambientes específicos de cada instituição;

IV – as atividades de qualificação desenvolvidas pelo docente, na condição de aluno de curso de pós-graduação *stricto sensu*, com dispensa total ou parcial das atividades de ensino, ou como participante de estágio de pós-doutoramento, necessariamente, condicionadas à aprovação dos respectivos relatórios, segundo os procedimentos fixados pelas instâncias competentes de cada instituição;

V – as atividades administrativas relativas ao desempenho das funções de coordenação, chefia ou direção na respectiva instituição de ensino;

VI - as atividades de representação acadêmica ou sindical, além das relativas à participação em órgãos colegiados, conselhos, câmaras ou comissões da própria instituição, de órgãos governamentais e de entidades científicas, culturais e profissionais;

VII - as atividades de orientação e supervisão não incluídas nos planos de integração curricular dos cursos da instituição;

VIII – as atividades relativas à participação do docente em bancas examinadoras, eventos acadêmicos, científicos e cursos de qualificação *lato sensu.*

Art. 4º A avaliação das atividades de ensino previstas no art. 2º deste Decreto será realizada segundo critérios quantitativos, mediante o cálculo do número de horas semanais destinado à consecução de cada atividade, conforme pontuação a seguir estabelecida:

I – quatro pontos por hora semanal, para os professores em regime de trabalho de quarenta horas ou dedicação exclusiva com, no mínimo, oito horas semanais de aulas;

II – oito pontos por hora semanal, para os professores em regime de trabalho de vinte horas com, no mínimo, oito horas semanais de aulas; e

III – dez pontos por hora semanal, para os professores investidos em cargo de direção ou função gratificada na própria instituição e professores participantes de programas de doutorado, mestrado ou especialização, autorizados pela instituição, com, no mínimo, quatro horas semanais de aulas.

Art. 5º A avaliação da participação do docente em programas e projetos de interesse da instituição será realizada obedecendo a critérios qualitativos, cabendo à instituição a definição dos pontos a serem atribuídos a cada atividade efetivamente desenvolvida.

Parágrafo único. Na composição da pontuação final de cada docente, os pontos atribuídos em função de sua participação nos programas e projetos de interesse da instituição corresponderão a, no máximo, 40 % (quarenta por cento) do limite individual definido no § 1º do art. 1º da Lei n.º 10.187, de 12 de fevereiro de 2001.

Art. 6º A pontuação resultante da avaliação a que se referem os artigos anteriores será considerada exclusivamente para efeito da concessão da Gratificação de Incentivo à Docência, sendo vedada a sua utilização para quaisquer outras finalidades.

Art. 7º No âmbito de cada instituição federal de ensino, em ato de seu dirigente máximo, deverá ser constituído um Comitê de Avaliação Docente - CAD, responsável pela elaboração do regulamento de que trata o art. 1º deste Decreto, pelo processamento das avaliações realizadas, pelo julgamento dos recursos interpostos contra os resultados da avaliação, pela identificação de distorções decorrentes do processo de avaliação da GID e pelo aprimoramento de sua aplicação.

Parágrafo único. Na composição do CAD, deverá ser assegurada a representação dos docentes das respectivas unidades de educação infantil, básica, profissional, especial e superior, escolhidos pelo órgão colegiado competente da instituição ou eleitos pelos seus pares.

Art. 8º O servidor avaliado deverá tomar ciência de sua avaliação e manifestar sua concordância ou discordância em relação aos resultados obtidos.

§ 1º Na hipótese de discordância por parte do servidor, este deverá formular recurso próprio que será julgado pelo CAD.

§ 2º Em caso de indeferimento pelo CAD, caberá recurso ao órgão ou instância colegiada competente, com posterior homologação pelo dirigente máximo.

§ 3º No regulamento de cada instituição federal de ensino, deverão ser definidos os prazos e a forma de interposição de recursos contra os resultados da avaliação de desempenho do docente.

Art. 9º Em caso de afastamento, considerado como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da GID, por prazo inferior ou igual ao do período de avaliação, o servidor terá como base de cálculo para pagamento da gratificação a pontuação obtida no período anterior.

§ 1º No caso de não ter havido aferição no período anterior ou se o afastamento a que se refere o *caput* for por prazo superior ao do período de avaliação, a GID será calculada com base no limite de sessenta por cento do máximo de pontos possíveis por servidor, considerados a titulação e o regime de trabalho do servidor.

§ 2º Para fins de cálculo da Gratificação nos meses de férias do servidor ou dos alunos, será considerada a pontuação média alcançada na avaliação do ano civil imediatamente anterior.

Art. 10 Os regulamentos elaborados pelas instituições relacionadas no Anexo I à Lei n.º 10.187, de 12 de fevereiro de 2001, com base nas disposições do Decreto n.º 3.932, de 19 de setembro de 2001, deverão ser adequados às normas contidas neste Decreto.

Art. 11 Revoga-se o Decreto n.º 3.932, de 19 de setembro de 2001.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Tabelas da carreira do 1º e 2º graus

Tabela 1.1

1º/2º GRAUS - GRADUAÇÃO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	282,17	0,00	282,17	451,48	191,12	2,82
E	4	238,87	0,00	238,87	382,19	161,79	2,39
E	3	228,77	0,00	228,77	366,03	154,94	2,29
E	2	219,12	0,00	219,12	350,59	148,41	2,19
E	1	209,68	0,00	209,68	335,49	142,02	2,10
D	4	194,30	5,70	200,00	320,00	135,46	2,00
D	3	187,52	12,48	200,00	320,00	135,46	2,00
D	2	183,75	16,25	200,00	320,00	135,46	2,00
D	1	180,37	19,63	200,00	320,00	135,46	2,00
C	4	177,96	22,04	200,00	320,00	135,46	2,00
C	3	174,76	25,24	200,00	320,00	135,46	2,00
C	2	171,64	28,36	200,00	320,00	135,46	2,00
C	1	169,20	30,80	200,00	320,00	135,46	2,00
B	4	138,30	61,70	200,00	320,00	135,46	2,00
B	3	132,23	67,77	200,00	320,00	135,46	2,00
B	2	126,50	73,50	200,00	320,00	135,46	2,00
B	1	120,90	79,10	200,00	320,00	135,46	2,00
A	4	114,67	85,33	200,00	320,00	135,46	2,00
A	3	109,72	90,28	200,00	320,00	135,46	2,00
A	2	105,04	94,96	200,00	320,00	135,46	2,00
A	1	101,09	98,91	200,00	320,00	135,46	2,00

Tabela 1.2

1º/2º GRAUS - GRADUAÇÃO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	564,34	0,00	564,34	902,95	382,23	5,64
E	4	477,74	0,00	477,74	764,38	323,57	4,78
E	3	457,53	0,00	457,53	732,05	309,89	4,58
E	2	438,24	0,00	438,24	701,18	296,82	4,38
E	1	419,36	0,00	419,36	670,98	284,03	4,19
D	4	388,60	0,00	388,60	621,76	263,20	3,89
D	3	375,04	0,00	375,04	600,07	254,02	3,75
D	2	367,51	0,00	367,51	588,01	248,91	3,68
D	1	360,74	0,00	360,74	577,18	244,33	3,61
C	4	355,92	0,00	355,92	569,47	241,06	3,56
C	3	349,52	0,00	349,52	559,23	236,73	3,50
C	2	343,29	0,00	343,29	549,26	232,51	3,43
C	1	338,40	0,00	338,40	541,45	229,20	3,38
B	4	276,59	0,00	276,59	442,55	187,34	2,77
B	3	264,46	0,00	264,46	423,14	179,12	2,64
B	2	253,00	0,00	253,00	404,79	171,35	2,53
B	1	241,80	0,00	241,80	386,87	163,77	2,42
A	4	229,34	0,00	229,34	366,94	155,33	2,29
A	3	219,44	0,00	219,44	351,11	148,63	2,19
A	2	210,08	0,00	210,08	336,13	142,29	2,10
A	1	202,18	0,00	202,18	323,48	136,93	2,02

Tabela 1.3

1º/2º GRAUS - GRADUAÇÃO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	874,73	0,00	874,73	1.399,57	592,46	8,75
E	4	740,49	0,00	740,49	1.184,78	501,53	7,40
E	3	709,17	0,00	709,17	1.134,68	480,32	7,09
E	2	679,27	0,00	679,27	1.086,83	460,07	6,79
E	1	650,01	0,00	650,01	1.040,02	440,25	6,50
D	4	602,33	0,00	602,33	963,73	407,96	6,02
D	3	581,32	0,00	581,32	930,11	393,73	5,81
D	2	569,64	0,00	569,64	911,42	385,82	5,70
D	1	559,15	0,00	559,15	894,63	378,71	5,59
C	4	551,67	0,00	551,67	882,67	373,65	5,52
C	3	541,76	0,00	541,76	866,81	366,93	5,42
C	2	532,10	0,00	532,10	851,36	360,39	5,32
C	1	524,53	0,00	524,53	839,24	355,26	5,25
B	4	428,72	0,00	428,72	685,95	290,37	4,29
B	3	409,92	0,00	409,92	655,87	277,64	4,10
B	2	392,14	0,00	392,14	627,43	265,60	3,92
B	1	374,78	0,00	374,78	599,66	253,84	3,75
A	4	355,47	0,00	355,47	568,75	240,76	3,55
A	3	340,13	0,00	340,13	544,21	230,37	3,40
A	2	325,63	0,00	325,63	521,01	220,55	3,26
A	1	313,37	0,00	313,37	501,40	212,25	3,13

Tabela 1.4

1º/2º GRAUS - APERFEIÇOAMENTO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	296,28	0,00	296,28	474,05	200,67	2,96
E	4	250,81	0,00	250,81	401,30	169,87	2,51
E	3	240,20	0,00	240,20	384,33	162,69	2,40
E	2	230,08	0,00	230,08	368,12	155,83	2,30
E	1	220,16	0,00	220,16	352,26	149,12	2,20
D	4	204,02	0,00	204,02	326,42	138,18	2,04
D	3	196,90	3,10	200,00	320,00	135,46	2,00
D	2	192,94	7,06	200,00	320,00	135,46	2,00
D	1	189,39	10,61	200,00	320,00	135,46	2,00
C	4	186,86	13,14	200,00	320,00	135,46	2,00
C	3	183,50	16,50	200,00	320,00	135,46	2,00
C	2	180,23	19,77	200,00	320,00	135,46	2,00
C	1	177,66	22,34	200,00	320,00	135,46	2,00
B	4	145,21	54,79	200,00	320,00	135,46	2,00
B	3	138,84	61,16	200,00	320,00	135,46	2,00
B	2	132,82	67,18	200,00	320,00	135,46	2,00
B	1	126,94	73,06	200,00	320,00	135,46	2,00
A	4	120,40	79,60	200,00	320,00	135,46	2,00
A	3	115,21	84,79	200,00	320,00	135,46	2,00
A	2	110,29	89,71	200,00	320,00	135,46	2,00
A	1	106,14	93,86	200,00	320,00	135,46	2,00

Tabela 1.5

1º/2º GRAUS - APERFEIÇOAMENTO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	592,56	0,00	592,56	948,10	401,34	5,93
E	4	501,62	0,00	501,62	802,60	339,75	5,02
E	3	480,41	0,00	480,41	768,65	325,38	4,80
E	2	460,15	0,00	460,15	736,24	311,66	4,60
E	1	440,33	0,00	440,33	704,53	298,24	4,40
D	4	408,03	0,00	408,03	652,85	276,36	4,08
D	3	393,79	0,00	393,79	630,07	266,72	3,94
D	2	385,88	0,00	385,88	617,41	261,36	3,86
D	1	378,78	0,00	378,78	606,04	256,54	3,79
C	4	373,71	0,00	373,71	597,94	253,11	3,74
C	3	367,00	0,00	367,00	587,19	248,57	3,67
C	2	360,45	0,00	360,45	576,73	244,13	3,60
C	1	355,32	0,00	355,32	568,52	240,66	3,55
B	4	290,42	0,00	290,42	464,68	196,70	2,90
B	3	277,69	0,00	277,69	444,30	188,08	2,78
B	2	265,65	0,00	265,65	425,03	179,92	2,66
B	1	253,89	0,00	253,89	406,22	171,96	2,54
A	4	240,80	0,00	240,80	385,28	163,10	2,41
A	3	230,41	0,00	230,41	368,66	156,06	2,30
A	2	220,59	0,00	220,59	352,94	149,40	2,21
A	1	212,29	0,00	212,29	339,66	143,78	2,12

Tabela 1.6

1º/2º GRAUS - APERFEIÇOAMENTO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	918,47	0,00	918,47	1.469,55	622,08	9,18
E	4	777,51	0,00	777,51	1.244,02	526,61	7,78
E	3	744,63	0,00	744,63	1.191,41	504,34	7,45
E	2	713,24	0,00	713,24	1.141,18	483,07	7,13
E	1	682,51	0,00	682,51	1.092,02	462,26	6,83
D	4	632,45	0,00	632,45	1.011,92	428,36	6,32
D	3	610,38	0,00	610,38	976,61	413,41	6,10
D	2	598,12	0,00	598,12	956,99	405,11	5,98
D	1	587,10	0,00	587,10	939,36	397,64	5,87
C	4	579,25	0,00	579,25	926,80	392,33	5,79
C	3	568,84	0,00	568,84	910,15	385,28	5,69
C	2	558,70	0,00	558,70	893,92	378,41	5,59
C	1	550,75	0,00	550,75	881,20	373,02	5,51
B	4	450,16	0,00	450,16	720,25	304,89	4,50
B	3	430,41	0,00	430,41	688,66	291,52	4,30
B	2	411,75	0,00	411,75	658,80	278,88	4,12
B	1	393,52	0,00	393,52	629,64	266,53	3,94
A	4	373,24	0,00	373,24	597,19	252,80	3,73
A	3	357,14	0,00	357,14	571,42	241,89	3,57
A	2	341,91	0,00	341,91	547,06	231,58	3,42
A	1	329,04	0,00	329,04	526,47	222,86	3,29

Tabela 1.7

1º/2º GRAUS - ESPECIALIZAÇÃO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	316,03	0,00	316,03	505,65	214,05	3,16
E	4	267,53	0,00	267,53	428,05	181,20	2,68
E	3	256,22	0,00	256,22	409,95	173,54	2,56
E	2	245,41	0,00	245,41	392,66	166,22	2,45
E	1	234,84	0,00	234,84	375,75	159,06	2,35
D	4	217,62	0,00	217,62	348,19	147,39	2,18
D	3	210,02	0,00	210,02	336,04	142,25	2,10
D	2	205,80	0,00	205,80	329,29	139,39	2,06
D	1	202,01	0,00	202,01	323,22	136,82	2,02
C	4	199,31	0,69	200,00	320,00	135,46	2,00
C	3	195,73	4,27	200,00	320,00	135,46	2,00
C	2	192,24	7,76	200,00	320,00	135,46	2,00
C	1	189,51	10,49	200,00	320,00	135,46	2,00
B	4	154,89	45,11	200,00	320,00	135,46	2,00
B	3	148,10	51,90	200,00	320,00	135,46	2,00
B	2	141,68	58,32	200,00	320,00	135,46	2,00
B	1	135,41	64,59	200,00	320,00	135,46	2,00
A	4	128,43	71,57	200,00	320,00	135,46	2,00
A	3	122,89	77,11	200,00	320,00	135,46	2,00
A	2	117,65	82,35	200,00	320,00	135,46	2,00
A	1	113,22	86,78	200,00	320,00	135,46	2,00

Tabela 1.8

1º/2º GRAUS - ESPECIALIZAÇÃO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	632,07	0,00	632,07	1.011,30	428,10	6,32
E	4	535,06	0,00	535,06	856,10	362,40	5,35
E	3	512,44	0,00	512,44	819,90	347,07	5,12
E	2	490,83	0,00	490,83	785,33	332,44	4,91
E	1	469,68	0,00	469,68	751,50	318,12	4,70
D	4	435,23	0,00	435,23	696,37	294,78	4,35
D	3	420,05	0,00	420,05	672,08	284,50	4,20
D	2	411,61	0,00	411,61	658,57	278,78	4,12
D	1	404,03	0,00	404,03	646,44	273,65	4,04
C	4	398,63	0,00	398,63	637,80	269,99	3,99
C	3	391,46	0,00	391,46	626,34	265,14	3,91
C	2	384,48	0,00	384,48	615,17	260,41	3,84
C	1	379,01	0,00	379,01	606,42	256,70	3,79
B	4	309,78	0,00	309,78	495,66	209,82	3,10
B	3	296,20	0,00	296,20	473,92	200,62	2,96
B	2	283,35	0,00	283,35	453,37	191,92	2,83
B	1	270,81	0,00	270,81	433,30	183,42	2,71
A	4	256,86	0,00	256,86	410,97	173,97	2,57
A	3	245,77	0,00	245,77	393,24	166,46	2,46
A	2	235,29	0,00	235,29	376,47	159,36	2,35
A	1	226,44	0,00	226,44	362,30	153,37	2,26

Tabela 1.9

1º/2º GRAUS - ESPECIALIZAÇÃO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	979,70	0,00	979,70	1.567,52	663,55	9,80
E	4	829,35	0,00	829,35	1.326,96	561,72	8,29
E	3	794,28	0,00	794,28	1.270,84	537,96	7,94
E	2	760,78	0,00	760,78	1.217,25	515,28	7,61
E	1	728,01	0,00	728,01	1.164,82	493,08	7,28
D	4	674,61	0,00	674,61	1.079,38	456,91	6,75
D	3	651,07	0,00	651,07	1.041,72	440,97	6,51
D	2	637,99	0,00	637,99	1.020,79	432,11	6,38
D	1	626,24	0,00	626,24	1.001,99	424,15	6,26
C	4	617,87	0,00	617,87	988,59	418,48	6,18
C	3	606,77	0,00	606,77	970,83	410,96	6,07
C	2	595,95	0,00	595,95	953,52	403,64	5,96
C	1	587,47	0,00	587,47	939,95	397,89	5,87
B	4	480,17	0,00	480,17	768,27	325,22	4,80
B	3	459,11	0,00	459,11	734,57	310,95	4,59
B	2	439,20	0,00	439,20	702,72	297,47	4,39
B	1	419,76	0,00	419,76	671,61	284,30	4,20
A	4	398,13	0,00	398,13	637,00	269,65	3,98
A	3	380,95	0,00	380,95	609,52	258,02	3,81
A	2	364,71	0,00	364,71	583,53	247,02	3,65
A	1	350,98	0,00	350,98	561,57	237,72	3,51

Tabela 1.10

1º/2º GRAUS - MESTRADO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	352,72	0,00	352,72	564,34	238,89	3,53
E	4	298,58	0,00	298,58	477,74	202,23	2,99
E	3	285,96	0,00	285,96	457,53	193,68	2,86
E	2	273,90	0,00	273,90	438,24	185,51	2,74
E	1	262,10	0,00	262,10	419,36	177,52	2,62
D	4	242,88	0,00	242,88	388,60	164,50	2,43
D	3	234,40	0,00	234,40	375,04	158,76	2,34
D	2	229,69	0,00	229,69	367,51	155,57	2,30
D	1	225,46	0,00	225,46	360,74	152,71	2,25
C	4	222,45	0,00	222,45	355,92	150,66	2,22
C	3	218,45	0,00	218,45	349,52	147,96	2,18
C	2	214,56	0,00	214,56	343,29	145,32	2,15
C	1	211,50	0,00	211,50	338,40	143,25	2,12
B	4	172,87	27,13	200,00	320,00	135,46	2,00
B	3	165,29	34,71	200,00	320,00	135,46	2,00
B	2	158,12	41,88	200,00	320,00	135,46	2,00
B	1	151,12	48,88	200,00	320,00	135,46	2,00
A	4	143,33	56,67	200,00	320,00	135,46	2,00
A	3	137,15	62,85	200,00	320,00	135,46	2,00
A	2	131,30	68,70	200,00	320,00	135,46	2,00
A	1	126,36	73,64	200,00	320,00	135,46	2,00

Tabela 1.11

1º/2º GRAUS - MESTRADO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	705,43	0,00	705,43	1.128,69	477,79	7,05
E	4	597,17	0,00	597,17	955,47	404,46	5,97
E	3	571,92	0,00	571,92	915,06	387,36	5,72
E	2	547,80	0,00	547,80	876,48	371,02	5,48
E	1	524,20	0,00	524,20	838,72	355,04	5,24
D	4	485,75	0,00	485,75	777,20	329,00	4,86
D	3	468,80	0,00	468,80	750,09	317,52	4,69
D	2	459,38	0,00	459,38	735,02	311,14	4,59
D	1	450,92	0,00	450,92	721,48	305,41	4,51
C	4	444,89	0,00	444,89	711,83	301,33	4,45
C	3	436,90	0,00	436,90	699,04	295,91	4,37
C	2	429,11	0,00	429,11	686,58	290,64	4,29
C	1	423,00	0,00	423,00	676,81	286,50	4,23
B	4	345,74	0,00	345,74	553,19	234,17	3,46
B	3	330,58	0,00	330,58	528,93	223,90	3,31
B	2	316,24	0,00	316,24	505,99	214,19	3,16
B	1	302,25	0,00	302,25	483,59	204,71	3,02
A	4	286,67	0,00	286,67	458,67	194,16	2,87
A	3	274,30	0,00	274,30	438,88	185,78	2,74
A	2	262,61	0,00	262,61	420,17	177,86	2,63
A	1	252,72	0,00	252,72	404,35	171,17	2,53

Tabela 1.12

1º/2º GRAUS - MESTRADO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	1.093,42	0,00	1.093,42	1.749,47	740,57	10,93
E	4	925,61	0,00	925,61	1.480,98	626,92	9,26
E	3	886,47	0,00	886,47	1.418,35	600,41	8,86
E	2	849,09	0,00	849,09	1.358,54	575,09	8,49
E	1	812,51	0,00	812,51	1.300,02	550,31	8,13
D	4	752,91	0,00	752,91	1.204,66	509,95	7,53
D	3	726,65	0,00	726,65	1.162,63	492,16	7,27
D	2	712,05	0,00	712,05	1.139,27	482,27	7,12
D	1	698,93	0,00	698,93	1.118,29	473,39	6,99
C	4	689,59	0,00	689,59	1.103,34	467,06	6,90
C	3	677,19	0,00	677,19	1.083,51	458,66	6,77
C	2	665,12	0,00	665,12	1.064,20	450,49	6,65
C	1	655,66	0,00	655,66	1.049,05	444,08	6,56
B	4	535,90	0,00	535,90	857,44	362,96	5,36
B	3	512,40	0,00	512,40	819,84	347,05	5,12
B	2	490,18	0,00	490,18	784,29	332,00	4,90
B	1	468,48	0,00	468,48	749,57	317,30	4,68
A	4	444,34	0,00	444,34	710,94	300,95	4,44
A	3	425,17	0,00	425,17	680,27	287,97	4,25
A	2	407,04	0,00	407,04	651,26	275,69	4,07
A	1	391,72	0,00	391,72	626,75	265,31	3,92

Tabela 1.13

1º/2º GRAUS - DOUTORADO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	423,26	0,00	423,26	677,21	286,67	4,23
E	4	358,30	0,00	358,30	573,28	242,68	3,58
E	3	343,15	0,00	343,15	549,04	232,41	3,43
E	2	328,68	0,00	328,68	525,89	222,61	3,29
E	1	314,52	0,00	314,52	503,23	213,03	3,15
D	4	291,45	0,00	291,45	466,32	197,40	2,91
D	3	281,28	0,00	281,28	450,05	190,51	2,81
D	2	275,63	0,00	275,63	441,01	186,68	2,76
D	1	270,55	0,00	270,55	432,89	183,25	2,71
C	4	266,94	0,00	266,94	427,10	180,80	2,67
C	3	262,14	0,00	262,14	419,42	177,55	2,62
C	2	257,47	0,00	257,47	411,95	174,38	2,57
C	1	253,80	0,00	253,80	406,08	171,90	2,54
B	4	207,45	0,00	207,45	331,91	140,50	2,07
B	3	198,35	1,65	200,00	320,00	135,46	2,00
B	2	189,75	10,25	200,00	320,00	135,46	2,00
B	1	181,35	18,65	200,00	320,00	135,46	2,00
A	4	172,00	28,00	200,00	320,00	135,46	2,00
A	3	164,58	35,42	200,00	320,00	135,46	2,00
A	2	157,56	42,44	200,00	320,00	135,46	2,00
A	1	151,63	48,37	200,00	320,00	135,46	2,00

Tabela 1.14

1º/2º GRAUS - DOUTORADO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	846,52	0,00	846,52	1.354,43	573,35	8,47
E	4	716,60	0,00	716,60	1.146,56	485,36	7,17
E	3	686,30	0,00	686,30	1.098,08	464,83	6,86
E	2	657,36	0,00	657,36	1.051,78	445,23	6,57
E	1	629,04	0,00	629,04	1.006,47	426,05	6,29
D	4	582,90	0,00	582,90	932,64	394,80	5,83
D	3	562,56	0,00	562,56	900,10	381,02	5,63
D	2	551,26	0,00	551,26	882,02	373,37	5,51
D	1	541,11	0,00	541,11	865,77	366,49	5,41
C	4	533,87	0,00	533,87	854,20	361,59	5,34
C	3	524,28	0,00	524,28	838,85	355,09	5,24
C	2	514,93	0,00	514,93	823,89	348,76	5,15
C	1	507,61	0,00	507,61	812,17	343,80	5,08
B	4	414,89	0,00	414,89	663,82	281,01	4,15
B	3	396,69	0,00	396,69	634,71	268,68	3,97
B	2	379,49	0,00	379,49	607,19	257,03	3,79
B	1	362,70	0,00	362,70	580,31	245,65	3,63
A	4	344,00	0,00	344,00	550,40	232,99	3,44
A	3	329,16	0,00	329,16	526,66	222,94	3,29
A	2	315,13	0,00	315,13	504,20	213,44	3,15
A	1	303,27	0,00	303,27	485,22	205,40	3,03

Tabela 1.15

1º/2º GRAUS - DOUTORADO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	1.312,10	0,00	1.312,10	2.099,36	888,69	13,12
E	4	1.110,73	0,00	1.110,73	1.777,18	752,30	11,11
E	3	1.063,76	0,00	1.063,76	1.702,02	720,49	10,64
E	2	1.018,91	0,00	1.018,91	1.630,25	690,11	10,19
E	1	975,02	0,00	975,02	1.560,02	660,38	9,75
D	4	903,50	0,00	903,50	1.445,60	611,94	9,03
D	3	871,97	0,00	871,97	1.395,16	590,59	8,72
D	2	854,46	0,00	854,46	1.367,13	578,72	8,54
D	1	838,72	0,00	838,72	1.341,95	568,06	8,39
C	4	827,50	0,00	827,50	1.324,01	560,47	8,28
C	3	812,63	0,00	812,63	1.300,21	550,40	8,13
C	2	798,15	0,00	798,15	1.277,03	540,58	7,98
C	1	786,79	0,00	786,79	1.258,86	532,89	7,87
B	4	643,08	0,00	643,08	1.028,93	435,56	6,43
B	3	614,88	0,00	614,88	983,80	416,46	6,15
B	2	588,21	0,00	588,21	941,14	398,40	5,88
B	1	562,18	0,00	562,18	899,48	380,76	5,62
A	4	533,20	0,00	533,20	853,13	361,14	5,33
A	3	510,20	0,00	510,20	816,32	345,56	5,10
A	2	488,45	0,00	488,45	781,51	330,82	4,88
A	1	470,06	0,00	470,06	752,10	318,37	4,70

Tabelas da carreira do 3º grau

Tabela 3.1

3º GRAU - GRADUAÇÃO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	305,02	0,00	305,02	488,04	206,59	3,05
Adjunto	4	251,15	0,00	251,15	401,84	170,11	2,51
Adjunto	3	240,83	0,00	240,83	385,33	163,12	2,41
Adjunto	2	230,66	0,00	230,66	369,06	156,23	2,31
Adjunto	1	220,63	0,00	220,63	353,01	149,43	2,21
Assistente	4	202,68	0,00	202,68	324,29	137,28	2,03
Assistente	3	194,09	5,91	200,00	320,00	135,46	2,00
Assistente	2	186,14	13,86	200,00	320,00	135,46	2,00
Assistente	1	178,95	21,05	200,00	320,00	135,46	2,00
Auxiliar	4	164,88	35,12	200,00	320,00	135,46	2,00
Auxiliar	3	158,19	41,81	200,00	320,00	135,46	2,00
Auxiliar	2	151,92	48,08	200,00	320,00	135,46	2,00
Auxiliar	1	145,94	54,07	200,00	320,00	135,46	2,00

Tabela 3.2

3º GRAU - GRADUAÇÃO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	610,05	0,00	610,05	976,08	413,19	6,10
Adjunto	4	502,31	0,00	502,31	803,69	340,21	5,02
Adjunto	3	481,67	0,00	481,67	770,67	326,23	4,82
Adjunto	2	461,32	0,00	461,32	738,11	312,45	4,61
Adjunto	1	441,26	0,00	441,26	706,02	298,87	4,41
Assistente	4	405,37	0,00	405,37	648,59	274,56	4,05
Assistente	3	388,19	0,00	388,19	621,10	262,92	3,88
Assistente	2	372,29	0,00	372,29	595,66	252,15	3,72
Assistente	1	357,90	0,00	357,90	572,64	242,41	3,58
Auxiliar	4	329,75	0,00	329,75	527,60	223,34	3,30
Auxiliar	3	316,38	0,00	316,38	506,21	214,28	3,16
Auxiliar	2	303,83	0,00	303,83	486,14	205,79	3,04
Auxiliar	1	291,87	0,00	291,87	466,99	197,68	2,92

Tabela 3.3

3º GRAU - GRADUAÇÃO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	945,58	0,00	945,58	1.512,92	640,44	9,46
Adjunto	4	778,57	0,00	778,57	1.245,72	527,33	7,79
Adjunto	3	746,59	0,00	746,59	1.194,54	505,66	7,47
Adjunto	2	715,05	0,00	715,05	1.144,07	484,30	7,15
Adjunto	1	683,96	0,00	683,96	1.094,33	463,24	6,84
Assistente	4	628,32	0,00	628,32	1.005,31	425,56	6,28
Assistente	3	601,69	0,00	601,69	962,70	407,52	6,02
Assistente	2	577,05	0,00	577,05	923,28	390,84	5,77
Assistente	1	554,75	0,00	554,75	887,60	375,73	5,55
Auxiliar	4	511,11	0,00	511,11	817,78	346,18	5,11
Auxiliar	3	490,39	0,00	490,39	784,62	332,14	4,90
Auxiliar	2	470,94	0,00	470,94	753,51	318,97	4,71
Auxiliar	1	452,40	0,00	452,40	723,84	306,41	4,52

Tabela 3.4

3º GRAU - APERFEIÇOAMENTO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	320,28	0,00	320,28	512,44	216,92	3,20
Adjunto	4	263,71	0,00	263,71	421,94	178,61	2,64
Adjunto	3	252,88	0,00	252,88	404,60	171,27	2,53
Adjunto	2	242,19	0,00	242,19	387,51	164,04	2,42
Adjunto	1	231,66	0,00	231,66	370,66	156,91	2,32
Assistente	4	212,82	0,00	212,82	340,51	144,14	2,13
Assistente	3	203,80	0,00	203,80	326,08	138,03	2,04
Assistente	2	195,45	4,55	200,00	320,00	135,46	2,00
Assistente	1	187,90	12,10	200,00	320,00	135,46	2,00
Auxiliar	4	173,12	26,88	200,00	320,00	135,46	2,00
Auxiliar	3	166,10	33,90	200,00	320,00	135,46	2,00
Auxiliar	2	159,51	40,49	200,00	320,00	135,46	2,00
Auxiliar	1	153,23	46,77	200,00	320,00	135,46	2,00

Tabela 3.5

3º GRAU - APERFEIÇOAMENTO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	640,55	0,00	640,55	1.024,88	433,85	6,41
Adjunto	4	527,42	0,00	527,42	843,87	357,22	5,27
Adjunto	3	505,75	0,00	505,75	809,20	342,55	5,06
Adjunto	2	484,39	0,00	484,39	775,02	328,07	4,84
Adjunto	1	463,32	0,00	463,32	741,32	313,81	4,63
Assistente	4	425,64	0,00	425,64	681,02	288,28	4,26
Assistente	3	407,60	0,00	407,60	652,15	276,07	4,08
Assistente	2	390,90	0,00	390,90	625,45	264,76	3,91
Assistente	1	375,80	0,00	375,80	601,28	254,53	3,76
Auxiliar	4	346,24	0,00	346,24	553,98	234,51	3,46
Auxiliar	3	332,20	0,00	332,20	531,52	225,00	3,32
Auxiliar	2	319,03	0,00	319,03	510,44	216,08	3,19
Auxiliar	1	306,46	0,00	306,46	490,34	207,57	3,06

Tabela 3.6

3º GRAU - APERFEIÇOAMENTO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	992,86	0,00	992,86	1.588,57	672,46	9,93
Adjunto	4	817,50	0,00	817,50	1.308,01	553,70	8,18
Adjunto	3	783,92	0,00	783,92	1.254,26	530,95	7,84
Adjunto	2	750,80	0,00	750,80	1.201,28	508,52	7,51
Adjunto	1	718,15	0,00	718,15	1.149,05	486,41	7,18
Assistente	4	659,74	0,00	659,74	1.055,58	446,84	6,60
Assistente	3	631,77	0,00	631,77	1.010,84	427,90	6,32
Assistente	2	605,90	0,00	605,90	969,44	410,38	6,06
Assistente	1	582,49	0,00	582,49	931,98	394,52	5,82
Auxiliar	4	536,67	0,00	536,67	858,67	363,49	5,37
Auxiliar	3	514,91	0,00	514,91	823,85	348,75	5,15
Auxiliar	2	494,49	0,00	494,49	791,19	334,92	4,94
Auxiliar	1	475,02	0,00	475,02	760,03	321,73	4,75

Tabela 3.7

3º GRAU - ESPECIALIZAÇÃO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	341,63	0,00	341,63	546,60	231,38	3,42
Adjunto	4	281,29	0,00	281,29	450,07	190,52	2,81
Adjunto	3	269,73	0,00	269,73	431,57	182,69	2,70
Adjunto	2	258,34	0,00	258,34	413,34	174,97	2,58
Adjunto	1	247,11	0,00	247,11	395,37	167,37	2,47
Assistente	4	227,01	0,00	227,01	363,21	153,75	2,27
Assistente	3	217,38	0,00	217,38	347,82	147,23	2,17
Assistente	2	208,48	0,00	208,48	333,57	141,20	2,08
Assistente	1	200,43	0,00	200,43	320,68	135,75	2,00
Auxiliar	4	184,66	15,34	200,00	320,00	135,46	2,00
Auxiliar	3	177,17	22,83	200,00	320,00	135,46	2,00
Auxiliar	2	170,15	29,85	200,00	320,00	135,46	2,00
Auxiliar	1	163,45	36,55	200,00	320,00	135,46	2,00

Tabela 3.8

3º GRAU - ESPECIALIZAÇÃO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	683,26	0,00	683,26	1.093,21	462,77	6,83
Adjunto	4	562,58	0,00	562,58	900,13	381,04	5,63
Adjunto	3	539,47	0,00	539,47	863,15	365,38	5,39
Adjunto	2	516,68	0,00	516,68	826,69	349,95	5,17
Adjunto	1	494,21	0,00	494,21	790,74	334,73	4,94
Assistente	4	454,01	0,00	454,01	726,42	307,50	4,54
Assistente	3	434,77	0,00	434,77	695,63	294,47	4,35
Assistente	2	416,96	0,00	416,96	667,14	282,41	4,17
Assistente	1	400,85	0,00	400,85	641,36	271,50	4,01
Auxiliar	4	369,32	0,00	369,32	590,91	250,14	3,69
Auxiliar	3	354,34	0,00	354,34	566,95	240,00	3,54
Auxiliar	2	340,29	0,00	340,29	544,47	230,48	3,40
Auxiliar	1	326,89	0,00	326,89	523,03	221,41	3,27

Tabela 3.9

3º GRAU - ESPECIALIZAÇÃO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	1.059,05	0,00	1.059,05	1.694,47	717,29	10,59
Adjunto	4	872,00	0,00	872,00	1.395,21	590,61	8,72
Adjunto	3	836,18	0,00	836,18	1.337,88	566,34	8,36
Adjunto	2	800,85	0,00	800,85	1.281,36	542,42	8,01
Adjunto	1	766,03	0,00	766,03	1.225,65	518,83	7,66
Assistente	4	703,72	0,00	703,72	1.125,95	476,63	7,04
Assistente	3	673,89	0,00	673,89	1.078,23	456,43	6,74
Assistente	2	646,29	0,00	646,29	1.034,07	437,74	6,46
Assistente	1	621,32	0,00	621,32	994,11	420,82	6,21
Auxiliar	4	572,45	0,00	572,45	915,92	387,72	5,72
Auxiliar	3	549,23	0,00	549,23	878,77	372,00	5,49
Auxiliar	2	527,46	0,00	527,46	843,93	357,25	5,27
Auxiliar	1	506,69	0,00	506,69	810,70	343,18	5,07

Tabela 3.10

3º GRAU - MESTRADO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	381,28	0,00	381,28	610,05	258,24	3,81
Adjunto	4	313,94	0,00	313,94	502,31	212,63	3,14
Adjunto	3	301,04	0,00	301,04	481,67	203,90	3,01
Adjunto	2	288,33	0,00	288,33	461,32	195,28	2,88
Adjunto	1	275,79	0,00	275,79	441,26	186,79	2,76
Assistente	4	253,36	0,00	253,36	405,37	171,60	2,53
Assistente	3	242,62	0,00	242,62	388,19	164,32	2,43
Assistente	2	232,68	0,00	232,68	372,29	157,59	2,33
Assistente	1	223,69	0,00	223,69	357,90	151,50	2,24
Auxiliar	4	206,09	0,00	206,09	329,75	139,59	2,06
Auxiliar	3	197,74	2,26	200,00	320,00	135,46	2,00
Auxiliar	2	189,90	10,10	200,00	320,00	135,46	2,00
Auxiliar	1	182,42	17,58	200,00	320,00	135,46	2,00

Tabela 3.11

3º GRAU - MESTRADO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	762,56	0,00	762,56	1.220,10	516,48	7,63
Adjunto	4	627,88	0,00	627,88	1.004,61	425,26	6,28
Adjunto	3	602,09	0,00	602,09	963,34	407,79	6,02
Adjunto	2	576,65	0,00	576,65	922,64	390,57	5,77
Adjunto	1	551,58	0,00	551,58	882,52	373,58	5,52
Assistente	4	506,71	0,00	506,71	810,74	343,19	5,07
Assistente	3	485,23	0,00	485,23	776,37	328,65	4,85
Assistente	2	465,36	0,00	465,36	744,58	315,19	4,65
Assistente	1	447,38	0,00	447,38	715,81	303,01	4,47
Auxiliar	4	412,19	0,00	412,19	659,50	279,18	4,12
Auxiliar	3	395,47	0,00	395,47	632,76	267,85	3,95
Auxiliar	2	379,79	0,00	379,79	607,67	257,23	3,80
Auxiliar	1	364,84	0,00	364,84	583,74	247,10	3,65

Tabela 3.12

3º GRAU - MESTRADO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	1.181,97	0,00	1.181,97	1.891,15	800,55	11,82
Adjunto	4	973,22	0,00	973,22	1.557,15	659,16	9,73
Adjunto	3	933,23	0,00	933,23	1.493,17	632,08	9,33
Adjunto	2	893,81	0,00	893,81	1.430,09	605,38	8,94
Adjunto	1	854,94	0,00	854,94	1.367,91	579,05	8,55
Assistente	4	785,40	0,00	785,40	1.256,64	531,95	7,85
Assistente	3	752,11	0,00	752,11	1.203,38	509,41	7,52
Assistente	2	721,31	0,00	721,31	1.154,10	488,54	7,21
Assistente	1	693,44	0,00	693,44	1.109,50	469,66	6,93
Auxiliar	4	638,89	0,00	638,89	1.022,23	432,72	6,39
Auxiliar	3	612,98	0,00	612,98	980,77	415,17	6,13
Auxiliar	2	588,68	0,00	588,68	941,89	398,71	5,89
Auxiliar	1	565,50	0,00	565,50	904,80	383,01	5,65

Tabela 3.13

3º GRAU - DOUTORADO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	457,54	0,00	457,54	732,06	309,89	4,58
Adjunto	4	376,73	0,00	376,73	602,77	255,16	3,77
Adjunto	3	361,25	0,00	361,25	578,00	244,68	3,61
Adjunto	2	345,99	0,00	345,99	553,58	234,34	3,46
Adjunto	1	330,95	0,00	330,95	529,51	224,15	3,31
Assistente	4	304,03	0,00	304,03	486,44	205,92	3,04
Assistente	3	291,14	0,00	291,14	465,82	197,19	2,91
Assistente	2	279,22	0,00	279,22	446,75	189,11	2,79
Assistente	1	268,43	0,00	268,43	429,48	181,81	2,68
Auxiliar	4	247,31	0,00	247,31	395,70	167,51	2,47
Auxiliar	3	237,28	0,00	237,28	379,65	160,71	2,37
Auxiliar	2	227,88	0,00	227,88	364,60	154,34	2,28
Auxiliar	1	218,90	0,00	218,90	350,24	148,26	2,19

Tabela 3.14

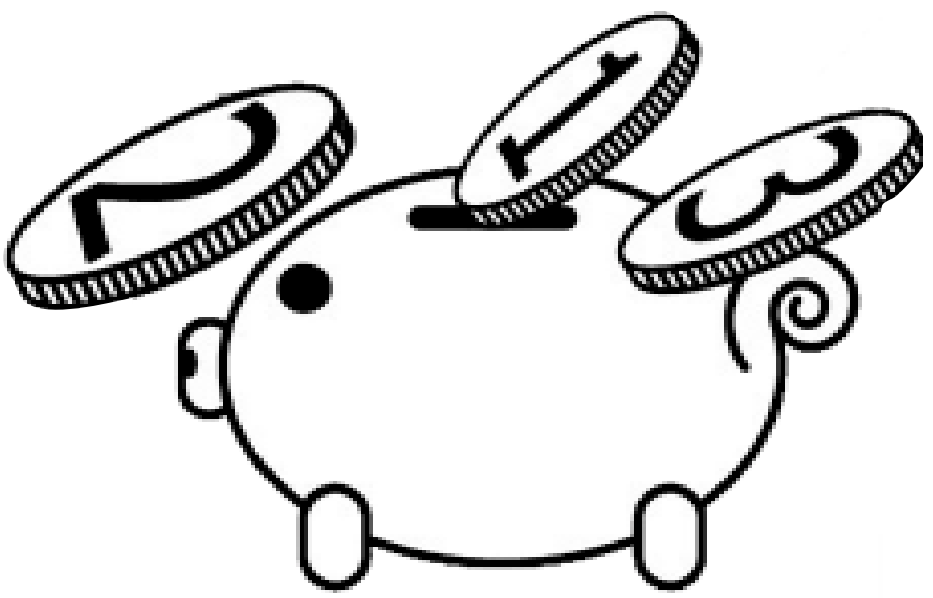
3º GRAU - DOUTORADO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	915,07	0,00	915,07	1.464,12	619,78	9,15
Adjunto	4	753,46	0,00	753,46	1.205,53	510,32	7,53
Adjunto	3	722,50	0,00	722,50	1.156,00	489,35	7,23
Adjunto	2	691,98	0,00	691,98	1.107,17	468,68	6,92
Adjunto	1	661,89	0,00	661,89	1.059,03	448,30	6,62
Assistente	4	608,05	0,00	608,05	972,88	411,83	6,08
Assistente	3	582,28	0,00	582,28	931,65	394,38	5,82
Assistente	2	558,43	0,00	558,43	893,49	378,23	5,58
Assistente	1	536,85	0,00	536,85	858,97	363,61	5,37
Auxiliar	4	494,63	0,00	494,63	791,40	335,01	4,95
Auxiliar	3	474,57	0,00	474,57	759,31	321,43	4,75
Auxiliar	2	455,75	0,00	455,75	729,20	308,68	4,56
Auxiliar	1	437,81	0,00	437,81	700,49	296,53	4,38

Tabela 3.15

3º GRAU - DOUTORADO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	1.418,37	0,00	1.418,37	2.269,38	960,66	14,18
Adjunto	4	1.167,86	0,00	1.167,86	1.868,58	790,99	11,68
Adjunto	3	1.119,88	0,00	1.119,88	1.791,81	758,49	11,20
Adjunto	2	1.072,57	0,00	1.072,57	1.716,11	726,45	10,73
Adjunto	1	1.025,93	0,00	1.025,93	1.641,49	694,87	10,26
Assistente	4	942,48	0,00	942,48	1.507,97	638,34	9,42
Assistente	3	902,54	0,00	902,54	1.444,06	611,29	9,03
Assistente	2	865,57	0,00	865,57	1.384,92	586,25	8,66
Assistente	1	832,12	0,00	832,12	1.331,40	563,60	8,32
Auxiliar	4	766,67	0,00	766,67	1.226,67	519,27	7,67
Auxiliar	3	735,58	0,00	735,58	1.176,93	498,21	7,36
Auxiliar	2	706,42	0,00	706,42	1.130,26	478,46	7,06
Auxiliar	1	678,60	0,00	678,60	1.085,76	459,61	6,79



Exemplos de uso das tabelas

Para ilustrar o procedimento de cálculo por meio das tabelas apresentadas, vamos obter as novas remunerações totais brutas de alguns docentes hipotéticos. **O primeiro caso** se refere a um docente da ativa da carreira de 1° e 2° graus, da classe E, nível 2, em regime da trabalho de 40H semanais, com mestrado, 13 anuênios e recebendo os 26,05% do plano verão.

Exemplo 01 - Ativo			Regime	Titulação	GID	Tempo	Plano	Auxílio
Carreira	Classe	Nível	Trabalho			Serviço	Verão	Alimentar
1º 2º Graus	E	2	40H	Mestrado	60%	13	Sim	**91,08**

Neste caso, a Tabela 1.11 nos fornece o vencimento básico (R$547,80), a GAE (R$876,48), o plano verão sobre estas parcelas (R$371,02) e o valor de um anuênio (R$5,48). Com o valor do anuênio e o tempo de serviço (13 anos) obtemos o adicional por tempo de serviço (R$71,21) e a parcela do plano verão sobre os anuênios (R$18,55) que permitem determinar o valor total relativo ao plano verão (R$389,58). A Tabela 2.1a fornece o valor do ponto da GID (8,076) para o cálculo do valor da GID (R$387,67) com base em 48 pontos (60% do máximo de 80). Por fim, o docente da ativa deve receber ainda o auxílio alimentação (R$91,08). A remuneração bruta deste docente seria, assim, dada pela soma do vencimento básico com a GAE, o adicional de tempo de serviço, o plano verão, a GID e o auxílio alimentação, totalizando R$2.363,81, como pode ser verificado abaixo.

Tabelas Usadas	VB	GAE	Valor do Anuênio	Adicional T. Serviço	Plano Verão		Ponto da GID	Valor da GID
					PVerão	T.S.		
1.11/2.1a	**547,80**	**876,48**	5,48	**71,21**	371,02	18,55	8,076	**387,67**
						Total PV	**389,58**	

No segundo exemplo, vamos calcular agora a remuneração bruta de um professor da ativa da carreira do 3º grau, da classe adjunto, nível 1, em dedicação exclusiva, com doutorado, 126 pontos da GED, 18 anuênios e recebendo o plano verão, como segue.

Exemplo 02 - Ativo			Regime	Titulação	Pontos	Tempo	Plano	Auxílio
Carreira	Classe	Nível	Trabalho		GED	Serviço	Verão	Alimentar
3º Grau	Adjunto	1	40H DE	Doutorado	126	18	Sim	**91,08**

Neste caso, a Tabela 3.15 nos fornece os valores do vencimento básico (R$1.025,93), da GAE (R$1.641,49), do plano verão sobre estas parcelas (R$694,87) e de um anuênio (R$10,26). Com o valor do anuênio e o tempo de serviço (18 anos) obtemos o adicional por tempo de serviço (R$184,67) e a parcela do plano verão sobre os anuênios (R$48,11) que determinam o valor total relativo ao plano verão (R$742,97). A Tabela 4.0c fornece o valor do ponto da GED (10,576) para o cálculo do valor da GED (R$1.332,53) com base em 126 pontos. Por fim, como docente da ativa deve receber ainda o auxílio alimentação (R$91,08). A remuneração bruta deste docente seria obtida, assim, somando o vencimento básico com a GAE, o adicional de tempo de serviço, o plano verão, a GED e o auxílio alimentação, que é igual a R$5.018,68, como pode ser verificado a seguir.

Tabelas Usadas	VB	GAE	Valor do Anuênio	Adicional T. Serviço	Plano Verão		Ponto da GED	Valor da GED
					Pverão	T.S.		
3.15/4.0c	**1.025,93**	**1.641,49**	10,26	**184,67**	694,87	48,11	10,576	**1.332,53**
						Total PV	**742,97**	

No terceiro exemplo, vamos calcular a remuneração bruta de um professor da carreira do 3º grau aposentado em 1997, na classe assistente, nível 3, em regime de 20H semanais, com mestrado, 28 anuênios e recebendo o plano verão. Neste caso, como a aposentadoria ocorreu após 1996, não há a vantagem da diferença para a classe superior. Também não é possível fazer a média dos últimos dois anos da pontuação da GED, cuja lei é posterior à data da aposentadoria, o que implica adotar 60% do máximo de 140 (84 pontos) para o cálculo da GED. Se a aposentadoria tivesse ocorrido em 2001, por exemplo, a pontuação para o cálculo da GED deveria ser feita pela média dos pontos correspondentes aos valores recebidos nos 24 meses anteriores ao da aposentadoria.

Exemplo 03 - Aposentado (1997)			Regime	Titulação	Pontos	Tempo	Plano	Auxílio
Carreira	Classe	Nível	Trabalho		GED	Serviço	Verão	Alimentar
3º Grau	Assistente	3	20H	Mestrado	84	28	Sim	**0,00**

Neste caso, a Tabela 3.10 nos fornece os valores do vencimento básico (R$242,62), da GAE (R$388,19), do plano verão sobre estas parcelas (R$164,32) e de um anuênio (R$2,43). Com o valor do anuênio e o número de anuênios (28 anos) obtemos o adicional por tempo de serviço (R$67,93) e a parcela do plano verão sobre os anuênios (R$17,70) que determinam o valor total relativo ao plano verão (R$182,02). A Tabela 4.0a fornece o valor do ponto da GED (1,843) para o cálculo do valor da GED (R$154,84) com base em 84 pontos. Como o docente é aposentado, não recebe o auxílio alimentação. A remuneração bruta deste docente seria, assim, a soma do vencimento básico com a GAE, o adicional de tempo de serviço, o plano verão e a GED, resultando em R$1.035,60, como pode ser verificado a seguir.

Tabelas Usadas	VB	GAE	Valor do Anuênio	Adicional T. Serviço	Plano Verão		Ponto da GED	Valor da GED
					PVerão	T.S.		
3.10/4.0a	**242,62**	**388,19**	2,43	**67,93**	164,32	17,70	1,843	**154,84**
						Total PV	**182,02**	

Para concluir, vamos calcular a remuneração bruta de um professor da ativa da carreira do 3º grau, da classe adjunto, nível 2, em dedicação exclusiva, com doutorado, 6 anuênios e 100% da GED (140 pontos), mas que não recebe o plano verão.

Exemplo 04 - Ativo			Regime	Titulação	Pontos	Tempo	Plano	Auxílio
Carreira	Classe	Nível	Trabalho		GED	Serviço	Verão	Alimentar
3º Grau	Adjunto	2	40H DE	Doutorado	140	6	Não	**91,08**

Neste caso, a Tabela 3.15 nos fornece os valores do vencimento básico (R$1.072,57), da GAE (R$1.716,11) e de um anuênio (R$10,73). Com o valor do anuênio e o tempo de serviço (6 anos) obtemos o adicional por tempo de serviço (R$64,35).. A Tabela 4.0c fornece o valor do ponto da GED (10,576) para o cálculo do valor da GED (R$1.480,59) com base nos 140 pontos (100%). Por fim, como docente da ativa deve receber ainda o auxílio alimentação (R$91,08). A remuneração bruta deste docente seria obtida, assim, somando o vencimento básico com a GAE, o adicional de tempo de serviço, a GED e o auxílio alimentação, o que resulta emR$4.424,70, cujas parcelas podem ser verificadas a seguir.

Tabelas Usadas	VB	GAE	Valor do Anuênio	Adicional T. Serviço	Plano Verão		Ponto da GED	Valor da GED
					PVerão	T.S.		
3.15/4.0c	**1.072,57**	**1.716,11**	10,73	**64,35**	0,00	0,00	10,576	**1.480,59**
						Total PV	**0,00**	

Por fim cabe ressaltar mais que, o tempo de serviço para o cálculo dos anuênios e do respectivo adicional pode não corresponder exatamente ao tempo real de serviço do docente, pois os anuênios foram suprimidos do RJU em 1996 e, posteriormente, os quinqüênios, também foram congelados a partir de 1999. Para saber sua situação, verifique o percentual do adicional de tempo de serviço que está assinalado nos contracheques, como já foi explicado antes.

Tabelas da GED

As tabelas a seguir apresentam os valores relativos a um ponto da GED (Tabelas 4.0a, 4.0b e 4.0c), assim como os valores correspondentes a 60% e a 100% da pontuação máxima, 84 e 140 pontos, respectivamente (Tabelas 4.1a, 4.1b, 4.2a, 4.2b, 4.3a e 4.3b), de acordo com o regime de trabalho, a titulação e a classe.

Tabela 4.0a - GED - Valor do Ponto - 20 HORAS

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	0,753	0,955	0,955	2,153	3,081
Adjunto	0,753	0,955	0,955	1,843	2,691
Assistente	0,753	0,955	0,955	1,843	1,843
Auxiliar	0,753	0,955	0,955	0,982	1,346

Tabela 4.0b - GED - Valor do Ponto - 40 HORAS

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	1,494	1,924	1,924	5,382	7,683
Adjunto	1,494	1,924	1,924	4,615	6,728
Assistente	1,494	1,924	1,924	4,615	4,615
Auxiliar	1,494	1,924	1,924	2,462	3,364

Tabela 4.0c - GED - Valor do Ponto - DE

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	2,247	2,879	2,879	6,728	12,500
Adjunto	2,247	2,879	2,879	6,728	10,576
Assistente	2,247	2,879	2,879	6,728	8,073
Auxiliar	2,247	2,879	2,879	3,081	4,803

Tabela 4.1a - 60% GED - 84 Pontos - 20 HORAS

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	63,29	80,25	80,25	180,84	258,82
Adjunto	63,29	80,25	80,25	154,84	226,04
Assistente	63,29	80,25	80,25	154,84	154,84
Auxiliar	63,29	80,25	80,25	82,51	113,02

Tabela 4.1b - 100% GED - 140 Pontos - 20 HORAS

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	105,49	133,74	133,74	301,39	431,37
Adjunto	105,49	133,74	133,74	258,07	376,74
Assistente	105,49	133,74	133,74	258,07	258,07
Auxiliar	105,49	133,74	133,74	137,51	188,37

Tabela 4.2a - 60% GED - 84 Pontos - 40 HORAS

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	125,45	161,62	161,62	452,09	645,36
Adjunto	125,45	161,62	161,62	387,67	565,11
Assistente	125,45	161,62	161,62	387,67	387,67
Auxiliar	125,45	161,62	161,62	206,83	282,56

Tabela 4.2b - 100% GED - 140 Pontos - 40 HORAS

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	209,09	269,37	269,37	753,48	1.075,59
Adjunto	209,09	269,37	269,37	646,11	941,85
Assistente	209,09	269,37	269,37	646,11	646,11
Auxiliar	209,09	269,37	269,37	344,72	470,93

Tabela 4.3a - 60% GED - 84 Pontos - DE

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	188,75	241,87	241,87	565,11	1.049,97
Adjunto	188,75	241,87	241,87	565,11	888,35
Assistente	188,75	241,87	241,87	565,11	678,13
Auxiliar	188,75	241,87	241,87	258,82	403,49

Tabela 4.3b - 100% GED - 140 Pontos - DE

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	314,58	403,11	403,11	941,85	1.749,96
Adjunto	314,58	403,11	403,11	941,85	1.480,59
Assistente	314,58	403,11	403,11	941,85	1.130,22
Auxiliar	314,58	403,11	403,11	431,37	672,48

Tabelas da GID

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos a um ponto da GID (Tabela 2.0), assim como os valores correspondentes a 60% e a 100% da pontuação máxima, 48 e 80 pontos, respectivamente (Tabelas 2.1a e 2.1b), de acordo com o regime de trabalho e a titulação.

Tabela 2.0 - GID - Valor do Ponto

Escolaridade	20 Horas	40 Horas	DE
Graduação	1,666	3,333	5,092
Aperfeiçoamento	1,666	3,333	5,092
Especialização	1,666	3,333	5,092
Mestrado	3,226	8,076	11,773
Doutorado	4,709	11,773	18,507

Tabela 2.1a - 60% GID - 48 Pontos

Escolaridade	20 Horas	40 Horas	DE
Graduação	79,98	159,97	244,43
Aperfeiçoamento	79,98	159,97	244,43
Especialização	79,98	159,97	244,43
Mestrado	154,84	387,67	565,11
Doutorado	226,04	565,11	888,35

Tabela 2.1b - 100% GID - 80 Pontos

Escolaridade	20 Horas	40 Horas	DE
Graduação	133,31	266,62	407,38
Aperfeiçoamento	133,31	266,62	407,38
Especialização	133,31	266,62	407,38
Mestrado	258,07	646,11	941,85
Doutorado	376,74	941,85	1.480,59

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 60 • 20 de maio de 2002

SPF fazem protesto em Brasília
Página 2

4º Coned discutiu mercantilização do Estado, fundações internas e influência do Banco Mundial na Educação brasileira
Páginas 4 a 7

VIII Encontro de Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN
Páginas 9 a 11

Assembléia da Adufrj-SSind pede revogação da resolução da periodização
Página 12

Chegou a hora!

Nestes dias 22 e 23 de maio, professores de todo o país escolhem a nova diretoria do Sindicato Nacional (gestão 2002-2004). Pela chapa 1, *Andes Autônoma e Democrática*, é candidato o professor Luiz Carlos Lucas (Adufpel-SSind). Pela chapa 2, denominada *Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta*, a candidata é a professora Maria Aparecida Ramos de Menezes, da Adufpb/JP-SSind. Leia, no quarto e último encarte especial antes das eleições, as nominatas das chapas e os locais de votação espalhados por todos os *campi* da UFRJ - que é o maior colégio eleitoral do Andes-SN, com 3.419 sindicalizados (de um total de quase 70 mil potenciais eleitores no Brasil todo). Participe, professor! E ajude a fortalecer o seu Sindicato!

Movimento

SPF fazem ato de protesto e entregam pauta de reivindicações

Os servidores públicos federais realizaram no último dia 15 um ato público unificado em Brasília (DF). O objetivo foi marcar a entrega da pauta de reivindicações com manifestação de protesto contra o descaso do governo FHC em relação à melhoria salarial. São sete anos e apenas um irrisório aumento de 3,5% concedido no início deste ano. Mais de mil servidores se concentraram em frente à Catedral de Brasília, de onde saíram em passeata pela Esplanada dos Ministérios. Com palavras de ordem e apitaço, os manifestantes denunciaram o desmonte do serviço público, os ataques do governo FHC aos direitos trabalhistas e a perda da qualidade de vida dos SPF.

A manifestação se encerrou com ato em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Uma comissão formada por representantes do Andes-SN, Condsef, Fenafisp, Fasubra, Sinasefe e Unafisco protocolou a pauta de reivindicações no ministério. Nenhuma autoridade recebeu os dirigentes sindicais, apesar da audiência ter sido solicitada com uma semana de antecedência, que foi considerada mais uma prova do descaso do governo com o funcionalismo.

Reivindicações

As principais reivindicações dos servidores federais na Campanha Salarial 2002 são: preservação dos direitos sindicais; contra o projeto de lei de regulamentação do direito de greve; contra a flexibilização da CLT; pelo direito à negociação coletiva; pela reposição das perdas salariais; pela incorporação das gratificações; pelos concursos pelo Regime Jurídico Único e contra a proposta do emprego público do governo; pela Previdência pública; pelo cumprimento dos termos de acordos e finalmente, pela campanha contra a Alca.

Arrecadação cresce e o salário dos SPF desaparece

Para justificar a campanha salarial, basta verificar dados do próprio governo federal: a despesa com pessoal no período de 1995 a 2001 cresceu 56%, enquanto, no mesmo período, a Receita Corrente Líquida cresceu 149,12%.

Para recompor as perdas salariais, o índice ICV do Dieese calculado para o período de janeiro de 1995 a abril de 2002 é de 89,57%. Os servidores reivindicam a reposição imediata das perdas do período de junho de 1998 a abril de 2002, de acordo com o ICV do Dieese (aplicação da revisão geral anual obrigatória, conforme redação incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 4/6/1998) com o reajuste de 25,42%.

Plenária

No dia 19 de maio, seria realizada Plenária Nacional dos SPF, antecipada pelas reuniões setoriais de cada categoria. O Setor das Federais do Andes-SN faria sua reunião no dia 18. A vice-presidente, Cleusa Santos, representou a Adufrj-SSind nos dois eventos.

Anote

Mostra de Imprensa Sindical Brasileira

Desde o dia 30 de abril, está funcionando na antiga sede do Sindipetro (Sindicato dos Petroleiros), no centro do Rio, a Mostra de Imprensa Sindical Brasileira (1988-2002). O evento expõe o material de várias categorias: bancários, petroleiros, metalúrgicos, professores, servidores do judiciário, MST, entre outras. As salas da exposição (no prédio nº 502 da Avenida Presidente Vargas, no 20º andar) estão cobertas com as capas das publicações. A Adufrj-SSind e o Sintufrj marcam presença na sala especialmente reservada para a área de Educação. A mostra ficará em cartaz até o dia 30 de maio. O horário de visitação é de 14h às 19h. Visitas com acompanhamento podem ser marcadas no Núcleo Piratininga de Comunicação, com Augusto, pelo telefone 2220-5618.

Plebiscito sobre a Alca

A Campanha Jubileu Sul/Américas é a continuidade da campanha internacional do Jubileu 2000 - por um milênio sem dívidas. Neste ano, a principal tarefa do movimento é a organização do plebiscito nacional sobre a Área de Livre Comércio das Américas, que deverá ocorrer na Semana da Pátria, no início de setembro. O Acordo da Alca é mais do que um acordo de livre comércio, é um acordo que vai destruir a soberania nacional dos países que o firmarem, submetendo-os, todos, às leis econômicas e aos interesses do capital norte-americano. E vai reorganizar as economias latino-americanas para serem exportadoras de matérias-primas e mão-de-obra barata e importadoras de bens de consumo industrializados. O desenvolvimento autônomo nacional estará totalmente comprometido.

Agenda Sindical

22/5 a 23/5 – Eleições para Diretoria do Andes-SN
Em todo o país, os professores terão a oportunidade de escolher a próxima gestão do Sindicato Nacional.

24/5 – Inscrição de chapas para Diretoria da Adufrj-SSind

31/5 a 2/6 – Seminário Nacional de Políticas Agrárias do Andes-SN
Em Recife, na sede da Aduferpe, o evento terá como objetivo debater propostas de políticas agrárias no Brasil e na América Latina.

3/6 e 4/6 - 9ª Plenária Social Nacional sobre a ALCA
São Paulo (SP)

7/6 – Inscrição de listas para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

17/6 a 19/6 – Eleições para Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

21/6 a 23/6 – 44º Conad
Em Florianópolis, terá como tema central "Transformar a sociedade e a educação: a mesma luta".
O prazo de envio de contribuição para o caderno de texto foi 16/5. As contribuições que chegarem à sede do Sindicato Nacional de 17/5 até 5 de junho serão remetidas às seções sindicais, com as correções e análises de textos, compondo assim o anexo do Caderno de Textos a ser publicado no dia 10 de junho. Encerrados os prazos previstos até o limite do anexo, novas contribuições somente poderão ser discutidas no evento se aprovadas pela Plenária de Instalação do Conad.

19/7 - Posse da Diretoria/ Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Comissão do Senado quer cumprimento do acordo de greve

Decisão foi tomada após leitura de manifesto do Andes-SN sobre a quebra de acordo no número de vagas para concurso

A Comissão de Educação do Senado encaminhou, no dia 14/5, um ofício ao MEC solicitando a abertura de concurso público para, no mínimo, mil professores das instituições federais de ensino, pelo Regime Jurídico Único. Segundo a Agência Senado, o número de contratados poderá chegar a dois mil, cumprindo-se, assim, o acordo estabelecido entre o Andes Sindicato Nacional e o MEC, ao final da greve nacional de 2001.

A decisão foi aprovada por unanimidade entre os parlamentares da Comissão e foi tomada depois que o presidente, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), leu um manifesto assinado pelo Andes-SN. No manifesto, os professores lembram os itens do acordo e o compromisso firmado pelo governo de abrir duas mil vagas em 2002. No manifesto, os sindicalistas denunciam que o Ministério só abrirá 500 vagas este ano. As 1,5 mil restantes teriam que ser aprovadas pelo Congresso Nacional, através de projeto de lei de crédito suplementar.

Segundo a Agência Senado, Ricardo Santos assinalou que a greve dos cem dias nas universidades federais, no ano passado, só chegou ao fim quando ficou acertado que o MEC, entre outras medidas, abriria os concursos em 2002 para preencher duas mil vagas existentes no corpo docente das instituições. "É necessário que o MEC cumpra a palavra e não permita quebra de acordo", recomendou. Ainda, segundo a agência, o deputado peesedebista informou que a Comissão fará gestões junto à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional para assegurar a liberação dos recursos necessários à contratação dos docentes.

MEC cancela reunião sobre carreira

Sob a alegação de que a Associação Nacional dos Dirigentes (Andifes) não teria enviado o seu projeto de carreira docente, o secretário da SESu/MEC cancelou a reunião do dia 15/5. A reunião faria parte das mesas de negociação acordadas entre os sindicatos e o governo ao final da greve dos docentes, no ano passado. Segundo o Andes-SN, o real propósito deste mesa era a apresentação do parecer do MEC sobre os projetos de carreira do sindicato dos docentes e do Sindicato Nacional dos Servidores das Escolas Federais de Ensino (Sinasefe).

O descontentamento do Andes-SN foi exposto no comunicado dirigido à Secretaria do MEC. "Em nossa compreensão, este fato (falta de proposta da Andifes), em hipótese alguma, comprometeria a finalidade da reunião, pois seu propósito era a apresentação do parecer desse Ministério sobre os projetos de carreira docente do Andes-SN e do Sinasefe, conforme acertado na reunião do dia 22/4/02".

A expectativa do Andes-SN era, além da discussão sobre a carreira, obter informações do MEC sobre os concursos públicos previstos para este ano.

Professores da rede estadual querem justiça

Muita gente não sabe, mas os professores da rede pública estadual estão em greve com o objetivo de fazer o governo respeitar uma decisão judicial. Em ação ganha ainda durante a gestão de Anthony Garotinho (PSB), o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio conseguiu a implantação do Plano de Cargos e Salários da categoria. Isso foi "empurrado com a barriga" pelo ex-governador até 6 de março, quando foi deflagrado o movimento.

O governo de Benedita da Silva (PT), empossada em 6 de abril, chegou a elaborar uma proposta de parcelamento do PCS em doze vezes, o que foi rejeitado pelas assembléias da categoria. O movimento grevista fez, então, uma contraproposta para que esse parcelamento fosse reduzido para quatro vezes apenas, mas não obtiveram nenhuma resposta que não fosse a intransigência: na base do decreto, o estado resolveu fazer valer a sua proposição.

A próxima assembléia do Sepe foi marcada para esta terça-feira, 21 de junho, na Concha Acústica da Uerj, às 14h. Na parte da manhã, os professores vão fazer uma passeata em frente ao prédio da Justiça Federal para pedir a implantação imediata do Plano. Segundo uma das coordenadoras do Sepe, Marisa Gonzaga, os alunos e os pais de alunos estão apoiando o movimento e participando ativamente dos atos públicos.

Kelvin Melo

ASSEMBLÉIAS MOBILIZAM CENTENAS DE PROFESSORES NA CONCHA ACÚSTICA DA UERJ

Adiamento dos vestibulares

Ainda segundo Marisa, o movimento vai continuar pedindo o adiamento dos vestibulares para não prejudicar seus alunos, especialmente o da Uerj, que estaria sob a alçada mais direta do governo estadual. O secretário de Educação, William Campos, no entanto, diz que não pode fazê-lo para não prejudicar os alunos da rede particular. Marisa contesta: "É um absurdo, pois mesmo esses alunos ganhariam mais tempo para estudar", disse. O primeiro exame do vestibular da Uerj está marcado para 9 de junho. Parece que o secretário quer dar uma de Vilhena...

Resenha

MEC deve rejeitar franquias universitárias

A proposta do Conselho Nacional de Educação para a permissão de franqueamento de centros universitários deverá ser reprovada pelo MEC. É o que conta a matéria do Jornal O Globo de 17/5. A idéia partiu de Paulo Alonso, reitor de uma universidade privada do Rio de Janeiro. Segundo o jornal, a secretária do Ministério, Maria Helena Guimarães, afirmou que a LDB não dá autonomia para os centros universitários abrirem cursos fora da sede, como no caso das universidades. Não bastasse a baixa qualidade do ensino superior privado, o CNE ainda quer a franquia de cursos isolados, com baixa qualificação de docentes, sem bibliotecas e laboratórios.

Privatização de 25% dos leitos nos HUs

O projeto que permite a cobrança de internações nos Hospitais Universitários (PL 449/99), aprovado no Senado em dezembro de 2000, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais da casa, no último dia 8. Segundo a Agência Diap, caso não haja recursos contrários à decisão da Comissão, o PL 449/99 seguirá para a Câmara dos Deputados. De acordo com o projeto, os HUs poderão destinar até 25% de seus leitos para pacientes através de pagamento direto ou para planos de saúde privados.

CUT e Força disputam dinheiro do FAT

Segundo a agência de notícias da Federação dos Bancários do Paraná, a CUT e a Força Sindical travam uma das maiores disputas pela filiação de sindicatos de todos os tempos. "O que elas não relevam nessa disputa é o interesse pela divisão dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)', diz a matéria de 19/3/02. Segundo a agência, no ano passado, o FAT destinou R$ 494 milhões para as centrais sindicais, governos estaduais, sindicatos patronais e outras entidades financiarem cursos de qualificação profissional. As centrais sindicais ficaram com R$ 95 milhões. A CUT levou R$ 35 milhões e a Força, R$ 38 milhões. Para este ano, o Orçamento da União destinou R$ 253,5 milhões para os cursos, um corte de 48% em relação ao ano passado.

Favorecimento no MEC será tema de audiência

A Agência Informes anuncia que a audiência pública sobre as denúncias de tráfico de influência no Ministério da Educação foi remarcada para o dia 5 de junho, no Plenário da Câmara de Deputados, em Brasília. A iniciativa é do deputado Gilmar Machado (PT/MG). Estão convidados para o encontro o presidente do Andes-SN, Roberto Leher, o presidente da Câmara de Educação Superior do CNE, Arthur Roquete, e o secretário de Educação Superior do MEC, Francisco Sá Barreto.

4º Coned

Banco Mundial manda na educação dos países periféricos

Professores traçam histórico e perspectivas da participação do organismo internacional nas políticas educacionais das nações mais pobres

O Banco Mundial se tornou um superministério mundial da Educação dos países periféricos. E a situação tende a piorar com a eventual entrada do Brasil na Alca. As afirmações foram do presidente do Andes-SN, Roberto Leher, durante mesa redonda realizada em 25 de abril no 4º Coned, que tinha como tema "As políticas de financiamento geradas pelos organismos internacionais para a educação na América Latina". Roberto dividiu esta mesa com os professores Pablo Gentili (da Uerj e do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais), Fernando Rodal (da Confederação dos Educadores Americanos) e Marília Fonseca (UnB).

Roberto questionou em sua intervenção por que um banco, e não a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), estaria exercendo tal função. Para responder, o presidente do Sindicato Nacional buscou os motivos da criação do Banco Mundial, no pós-II Guerra Mundial. Vinculado ao Fundo Monetário Internacional, havia então três diretrizes básicas: reconstruir a Europa (questão particularmente importante num momento de início da Guerra Fria); assegurar o livre mercado (para garantir a hegemonia do capitalismo) e assegurar um mercado para a economia americana (motivo pelo qual todos os empréstimos concedidos pelo Banco e pelo FMI estariam atrelados de alguma forma à expansão norte-americana).

"Isso é importante porque há quem pense que os órgãos estão acima dos países. Nada mais falso", observou Roberto. Na Unesco, por exemplo, cada país tem o peso de um voto; no Banco Mundial, as decisões são tomadas pelo peso da participação acionária (e os maiores sócios são os Estados Unidos e alguns países da Europa). "Na discussão da crise argentina, está tudo sendo conduzido pelo departamento de Estado americano", exemplificou.

Kelvin Melo

PABLO GENTILI (EM PRIMEIRO PLANO) E ROBERTO LEHER, AO MICROFONE, ANALISAM INTERFERÊNCIA DO BANCO MUNDIAL

Segundo Roberto, a desmoralização da Unesco se iniciou na década de 60. Até então, com a participação ampla de países periféricos e da União Soviética, o órgão era considerado "autônomo demais" para os americanos. É quando Ronald Reagan (pelos EUA) rompe com a Unesco, assim como a Inglaterra, de Margaret Tatcher. Com isso, quase 40% dos recursos aportados para a entidade foram automaticamente eliminados. "O órgão fica morto-vivo e o Banco Mundial assume a condição de ministério mundial da Educação", disse.

Não é por acaso, portanto, na visão do presidente do Andes-SN, que existe a política de destruição da pesquisa no Brasil, com investidas contra os Cefets e institutos. É o processo de formação de um sistema educacional periférico. E o mais revoltante é que o Banco não está financiando nada. "Ele (o Banco Mundial) conduz a política, mas são os Estados nacionais que arcam com os gastos", disse. Essa política só é viabilizada porque, ao renegociar sua dívida externa com a banca internacional, o país precisa aceitar tais acordos para conseguir os empréstimos. O presidente do Andes-SN aproveitou a palestra para deixar um alerta: "O maior desafio agora é impedir que a Alca se instale entre nós. Senão vai abrir mesmo o setor de serviços e qualquer questão de autonomia (dos países periféricos, no caso, das Américas) ficará mais complexa", completou.

Fernando Rodal (da CEA) fez coro com Roberto e reafirmou que os empréstimos do Banco Mundial não chegam a passar de um dígito. Para fazer frente a esse processo, o educador pediu a ação conjunta dos sindicatos para impedir as medidas dos Estados cooptados por tais políticas. "Temos que estar permanentemente desmascarando essas políticas; os países são totalmente capazes de construir sua própria Educação", disse.

'Gênios' do vestibular

O professor Pablo Gentili também criticou duramente a interferência do Banco Mundial nas políticas educacionais dos países periféricos. Segundo ele, existem graves problemas na gestão dos recursos e faltam políticas de incentivo (as atuais diretrizes só fazem aumentar a segregação entre os "melhores" e os "pouco produtivos"). Gentili argumentou que o próximo passo dos organismos internacionais será a derrubada das barreiras jurídicas que ainda resistem nos países periféricos. "Essa legislação limita a expansão das políticas educacionais do Banco Mundial", disse.

Para dar um exemplo dos danos causados à educação brasileira pela interferência internacional, Gentili citou uma recente reportagem da Veja (de 27 de fevereiro deste ano), intitulada "Os segredos dos gênios do vestibular". Na capa, figuravam rapazes bem vestidos que teriam passados nos primeiros lugares da Fundação Getúlio Vargas ou na PUC, graças, supostamente, às suas táticas de aprendizado. O professor fez um rápido exame do vestuário de cada um (com suas roupas de grife, tênis da moda e relógios caros) e calculou, por baixo, que cada um teria gasto uns R$ 435 para posar para o periódico. "Ora, isso representa o rendimento de seis meses de trabalho de uma pessoa no Maranhão, por exemplo (60% da população em situação de pobreza ou miséria). Aí está o segredo dos gênios do vestibular", ironizou.

Inconformado com a situação, Pablo Gentile cobrou mais firmeza dos candidatos ditos de esquerda na tomada de posições durante as eleições para presidência da república. Segundo ele, "talvez para não assustar os organismos internacionais", o discurso tem sido ameno demais.

Previsões sombrias se concretizam

A professora Marília Fonseca, da UnB, comentou sua experiência em pós-graduação para falar do Banco Mundial. Em 1989, quando apresentou uma tese sobre o organismo internacional, Marília pintou um quadro sombrio do que se transformaria a educação nacional se as propostas do Banco Mundial proliferassem em território brasileiro. Na ocasião, chegou a ficar constrangida por colegas que diziam que "nunca nos submeteríamos, que tínhamos uma Inteligência que não iria permitir tal situação". Hoje, a professora tem certeza de que a ação do Banco foi além de suas expectativas mais pessimistas.

Na visão dela, o Banco Mundial não é, como muitos pensam, uma agência de fomento, mas um dos principais sujeitos da globalização. O organismo se transformou num aglutinador de informações para coordenar o processo de globalismo. Além disso, tenta conter o avanço da pobreza (não porque é "bonzinho", mas porque isso afetaria os países ricos com a ameaça de caos social).

Estudiosa do assunto, Marília observou que, na década de 70, quando, apesar de tudo, existia um projeto nacional, ainda havia embates entre o ministério da Educação e o Banco Mundial. Isso mudou bastante de uns tempos para cá. Nos últimos três documentos aos quais teve acesso, o próprio Banco se refere à negociação como "muito rápida e flexível".

Recentemente, aliás, Marília descobriu que o organismo promove estudos nos quais a figura do professor é considerada um dos insumos menos importantes para a educação. Muito mais respeitados para o Banco Mundial são os recursos técnicos, vinculados principalmente ao ensino à distância.

4º Coned

Governo mercantiliza estado brasileiro

Professores debatem reforma do Estado e suas conseqüências na educação pública superior

Manuella Soares

OS PREFESSORES JOÃO DOS REIS (PRIMEIRO, DA ESQUERDA PARA A DIREITA) E LUIZ CARLOS LUCAS (QUARTO, DA ESQUERDA PARA A DIREITA)

As reformas na estrutura do Estado, promovidas pelo governo Fernando Henrique, também foram tema no 4º Coned. Participaram da mesa *Conseqüências da Reforma do Estado para a Educação* o professor de sociologia da PUC/SP, João dos Reis e o vice-presidente da regional Sul do Andes-SN e atual candidato à presidência do Sindicato, Luiz Carlos Gonçalves Lucas.

O professor João dos Reis é pesquisador do assunto e focou sua exposição nas transformações do estado brasileiro, em especial, desde 1995, e seus reflexos na educação. Segundo João dos Reis, o governo brasileiro optou pelo enxugamento neoliberal da máquina estatal e, ao mesmo tempo, por um alto grau de subordinação das suas políticas internas aos organismos políticos internacionais. "É preciso compreender que vivemos uma universalização do capitalismo que os teóricos e intelectuais orgânicos ligados ao capital insistem em chamar de globalização, como se fosse possível dar o bem-estar social dos países cêntricos a todos os países da periferia", analisou. Para Reis, esta compreensão seria o ponto de partida para o entendimento dos efeitos da reforma neoliberal na educação brasileira.

O acadêmico citou o processo de mercantilização que ocorre nas esferas sociais do estado, principalmente, nas áreas da saúde e educação. Este processo de mercantilização teria, na opinião do professor, invadido também a área da política e privatizado o "próprio paradigma do estado". Com o estado mercantilizado, o poder do estado, segundo Reis, não estaria mais na esfera política, mas no mercado. De acordo com Reis, no plano diretor de 1995, o governo desenha a reforma do estado denominando-a 'reforma gerencial', baseada em teorias organizacionais e não mais em teorias políticas tradicionais liberais. "Bresser joga fora as teorias dos filósofos políticos e assume as teorias organizacionais produzidas pelas grandes corporações", comentou, afirmando que estas novas teorias assumidas pelos estados neoliberais, como no caso brasileiro, teriam consolidado a 'universalização do capitalismo'.

Terceiro setor

Para Reis, a reforma do Estado foi fundamental para que a criação do chamado terceiro setor, que seria formado por organizações "semi-públicas ou semi-privadas". Neste terceiro setor, estariam incluídas as universidades públicas e todo o sistema federal de ensino superior, transformadas em organizações sociais ou em fundações públicas de direito privado, uma contradição para o sociólogo.A lógica empresarial estaria na estrutura da organização destas novas entidades e as conseqüências seriam as já alertadas pelos movimentos organizados do setor público: fim do regime jurídico único, da isonomia, das aposentadorias integrais e celetização dos contratos.

Tentativa de celetização do serviço público

O diretor do Andes-SN, Luiz Lucas, concordou com as análises expostas por Reis e lembrou também o papel das agências internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário, na formulação de políticas educacionais para o governo brasileiro. Para Lucas, a 'alma' da política neoliberal materializada na reforma do estado é a privatização. "O que se preconizava no documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* é linha geral do que pretende se implantar aqui. A alma desta política é a privatização. Educação, como uma série de outros serviços de natureza social, pode ser concebida como serviço, seja como direitos ou como algo que tenha a ver com cidadania, ou como um bem que se encontra no mercado ao qual se tem acesso caso se possa pagar por ele", analisou. Lucas fez questão de frisar que tem se baseado muito nos estudos apresentados pelo professor João dos Reis para tratar das conseqüências da reforma na educação superior.

Lucas lembrou que a transformação do estado brasileiro de um modelo corporativo e patrimonial dos anos 40 e 50 para um modelo residual ou neoliberal. Na educação, Lucas citou o relatório do GERES (Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior) como a fonte onde o governo Fernando Henrique e seus ministros teriam bebido para alterar o desenho institucional do sistema federal de ensino. "O MEC não conseguiu levar adiante o seu projeto de autonomia que apontava para a privatização e o governo passou a preconizar o processo de privatização a partir na reforma do próprio estado", disse. O projeto GERES, de 1986, já previa a formação dos chamados "centros de excelência", onde certamente estaria embutida uma nova relação contratual com os docentes e funcionários, quebrando a isonomia e pondo fim ao regime jurídico único.

Restrição de recursos é a arma do governo

Para Lucas, como o projeto de autonomia e a regulamentação do artigo 207 da Constituição foi barrado, o MEC passou a processar formulações que não dependeriam de alterações no texto constitucional no que diz respeito à educação pública superior. A falta de investimento, segundo Lucas, é a grande arma do governo para fomentar a privatização interna através das fundações de apoio. "Em 1995, os recursos de investimento para as universidades federais chegaram a R$ 400 milhões, o que já é muito pouco. Em 2000, foram da ordem de R$ 30 milhões, ou seja, nada".

Lucas chamou a atenção para a emenda constitucional 19 que derruba conquistas trabalhistas dos servidores públicos e retrocede na regulamentação do trabalho. "Com a emenda, rastreia-se a Constituição e elimina-se todas as referências à isonomia, retornando à tendência patrimonialista do período anterior de os governantes tratarem o público como se fosse privado".

A ameaça das fundações

A emenda 19, segundo Lucas, cria a possibilidade de contratação pela CLT, mas para isso dependeria de uma regulamentação. Foi aí que o governo surgiu com a proposta de lei do emprego público (Lei 9.962), que introduz a perspectiva de contratação celetista em alguns setores públicos. As greves das universidades federais barraram a reforma ao menos no que se refere às universidades, mas para Lucas, a reforma do estado continua a ser uma ameaça a todos os setores da esfera pública. Lucas relembrou as organizações sociais propostas no plano diretor da reforma de 1995, que teriam exatamente a configuração e o papel que têm hoje as fundações de apoio no interior das instituições públicas. "O decreto-lei 200/1967 foi significativo para o surgimento destas entidades. Empresas em que uma série de atividades são sustentadas com recursos públicos, mas que se afastam de qualquer controle de natureza pública", denunciou. Para o professor, essas fundações recebem recursos públicos e ficam absolutamente fora dos controles da administração pública. "E nós vimos que elas foram instrumentos maravilhosos para toda a espécie de atividade de clientela e patrimonial", concluiu o sindicalista, para quem, se este modelo fundacional se generalizar, corre-se o risco da perda de qualquer caráter público por parte do estado brasileiro, principalmente no espaço da educação pública superior.

4 Coned

Fundações internas apóiam setor privado

Totalmente desviadas de sua finalidade, as fundações de apoio transferem recursos públicos a pessoas e empresas privadas

A quem interessam as fundações privadas nas universidades públicas? Esta foi a pergunta-tema de uma das uma das 37 mesas-redondas do 4º Congresso Nacional de Educação. O primeiro a debater foi o professor da Unimep e ex-docente da Universidade Federal de São Carlos, Valdemar Sguissardi. Conhecedor do assunto, Valdemar trabalha para o conselho de curadores da fundação mantenedora desta universidade. Segundo o professor, São Carlos não é a única instituição de ensino superior federal de caráter fundacional. O professor lembrou que, desde 1960, com a criação da Universidade de Brasília, planejada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira como uma entidade de direito público, todas as demais universidades surgidas a partir daí foram criadas como fundação, ou as que eram autarquias criaram suas fundações internas. "Hoje, metade das universidades públicas é Fundação. E dentro destas existem outras fundações ditas de apoio institucional", disse, criticando a multiplicação destas entidades privadas como resposta à falta de recursos imposta pelos governos na última década.

Para Valdemar, apesar de as universidades com estruturas fundacionais remontarem aos anos 60, a reforma do Estado proposta por Bresser Pereira no início do governo tucano foi o grande impulso para que as fundações se constituíssem nas próprias estruturas universitárias. "Para Bresser, uma fundação é o sintoma de que a universidade pública tem que se transformar em uma organização social. Significaria o acerto de suas proposta de salvar as universidades da falência financeira do Estado e do mercado", analisou. Para o professor, as fundações privadas acabaram constituindo, na verdade, uma forma esperta de o governo brasileiro complementar salários dos professores de departamentos considerados 'profissionais', estimulando-os a ficar na universidade em vez de se dedicarem a consultorias no mercado formal.

Para defender sua tese de que as fundações privadas estão tornando o espaço público em 'espaço de quase-mercado', Valdemar citou o sociólogo português Boaventura de Souza Santos: "a mercantilização do modo de estar no mundo está a converter-se no único modo racional de estar no mundo mercantil". O acadêmico afirma que a proposta de transformar definitivamente as autarquias em organizações sociais de Bresser deu suporte às várias tentativas do MEC de aprovar a autonomia financeira das universidades no lugar de garantir a autonomia da gestão financeira, esta, sim, prevista na Constituição (artigo 207). A ameaça das fundações, segundo o professor, existe desde os tempos da ditadura. "Toda a vez que o governo queria acabar com os movimentos de democratização das universidades autárquicas, o governo ameaça com a transformação das autarquias em fundações.

Valdemar criticou a existência das fundações internas e defendeu uma profunda regulação das universidades fundacionais. Mais uma vez, citou o exemplo de São Carlos: "Para que um professor consiga bolsa de extensão, por exemplo, sua proposta tem que passar pelo conselho departamental, pelo conselho de ensino, pela câmara de extensão e pelo conselho de ensino e pesquisa", conta. Segundo Valdemar, as contas de São Carlos são controladas por um órgão fiscal e por uma comissão assessora do Conselho Universitário. Para o aluno graduado, a bolsa não pode ultrapassar o valor de R$ 330,00 e para professor titular, o limite de pagamento é de R$ 2.570,00 ou 30% do salário, por bolsa. O docente não pode receber mais de uma remuneração extra de cada vez.

Fundações diminuem oferta de vagas

Para o representante da Fasubra no debate, Cristiano Paiva Zenaide, a existência das fundações está intimamente ligada com a escassez de recursos para o financiamento e o custeio das instituições. Para ele, o centro da crise está no problema das vagas enfrentado pelo movimento dos servidores durante a greve do ano passado. "Uma fundação é uma instituição atípica, prevista no código civil, mas que vem, desde os anos setenta, tomando uma conformação institucional, agregando a demanda de vagas das universidades", comentou. Segundo Cristiano, em função do período militar, 75 fundações privadas se agregaram às instituições públicas de ensino superior, enquanto "estruturas de descentralização administrativa", com base decreto-lei 200. Até a década de oitenta, segundo o servidor, estas entidades tiveram um papel tímido no apoio à pesquisa, "Até então as fundações não ameaçavam, mas, com Bresser, as fundações tiveram outro papel, com alto volume de recursos e gerência", afirmou, citando o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que, "em 1984, tinha em torno de 20 pesquisas acompanhadas pela fundação. Já em 1996, tinha mais de 200 projetos gerenciados pela fundação. Hoje, são mais de 300 projetos". Para o sindicalista, além do desvio de função das entidades de apoio, existe a dificuldade de controle interno e externo – auditorias de mais de 300 projetos – do volume de recursos, em sua maioria públicos, que as fundações movimentam.

Outro caso comentado pelo servidor para ilustrar o papel gerencial e administrativo que as fundações estão desempenhando na estrutura das universidades foi a recente parceria entre a fundação da Universidade Federal de Minas Gerais e o BNDES para a construção da faculdade de Farmácia. Segundo Cristiano, a reitoria alienou terrenos da universidade para viabilizar a Unidade. "O BNDES financiou os compradores do terreno com o valor de R$ 9,6 milhões e a fundação entrou apenas com R$ 1,9 milhão para a construção da faculdade de Farmácia.. Outro exemplo de Cristiano para a ingerência das entidades privadas na vida institucional foi uma fundação de 'apoio' da Federal da Paraíba que obteve mais de 600% de crescimento em poucos anos de existência. "A Fundação de Apoio Estudantil da federal da Paraíba, na verdade, é uma agenciadora de mão de obra e tem mais de 1.300 funcionários da universidade contratados de forma precária. Eles atendem os hospitais, manutenção de empresas e assistência estudantil", criticou.

O poder das fundações

O grau de liberdade das fundações também foi questionado. Segundo o representante da Fasubra, as fontes de recursos das fundações de apoio são as mais variadas. Vale tudo: convênios, contratos, acordos, auxílios, doações, dotações, serviços prestados, rendas próprias, bens, títulos, ações, papéis financeiros, juros de capital e outras receitas desta natureza. "O grau de liberdade de destas entidades é maior do que o da própria universidade pública", disse, levantando o problema da falta de autonomia nas instituições. "Para debater as fundações, deve ser debatido o regime jurídico das IFES", disse o servidor, para quem o regime autárquico para as universidades foi a grande conquista da Constituição de 1988, que fundiu as fundações universitárias com o sistema federal criando o regime de autarquia especial para as universidades. Para Cristiano, as fundações tiram o papel que seria da própria instituição e defende a consolidação do RJU: "a consolidação deste regime júridico (único) e de um grau de liberdade poderia possibilitar à instituição federal uma relação com a sociedade nos seus contratos, na construção e no comércio da ciência e tecnologia", avaliou.

Inverter a lógica: transformar as fundações em autarquias de regime especial

Do ponto de vista da legislação, segundo Cristiano, há três instâncias de controle das fundações: o controle externo, através do Ministério Público; o controle interno, através dos órgãos colegiados; e as auditorias internas. Hoje, para o sindicalista, nenhum deles é exercido. O sindicalista lembrou também que a Fasubra tem decisão congressual de que a luta pela autonomia universitária passa pela incorporação das fundações internas ao regime jurídico de autarquia especial. "O MEC investiu, durante os últimos sete anos, cerca de R$ 7 bilhões em todo o sistema educacional, contando com folha para aposentados,

Foi intensa a participação do Andes-SN no 4º Congresso Nacional de Educação, nos dias 23 a 26 de abril, em São Paulo. Representantes do Sindicato Nacional estiveram presentes nas principais conferências e mesas-redondas do evento promovido pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. A abertura e o encerramento foram conduzidas pela professora e primeira vice-presidente da Regional Sul, Graça Bollmann. Graça também é uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho Política Educacional da entidade. O presidente do Sindicato, professor Roberto Leher, participou da conferência *Financiamento e Gestão: articulação indispensável para garantir educação democrática,* com a professora da Faculdade de Educação da USP, Lisete Gomes Arelaro. Nas mesas-redondas, marcaram presença os diretores Fernando Molinos, Vera Lúcia Jacob, Marina Barbosa, Marília Leite Washington, Domingues de Godoi Filho, Luiz Carlos Lucas e também Graça Bollmann e Roberto Leher. O Andes-SN coordenou, ainda, outras seis mesas-redondas.

Fernando Molinos debateu o tema *Condições de trabalho e saúde nas redes pública e privada*, já a professora Vera Jacob representou o sindicato na discussão sobre avaliação na mesa *Exame Nacional de Cursos, Enem e Saeb: isto é avaliação?* Marina Barbosa participou da mesa *Trabalhadores e trabalhadoras em Educação: resistência à precarização das condições de trabalho*. Marília Leite participou da discussão sobre educação à distância na mesa *As novas tecnologias e seus impactos na educação*. Domingues de Godoi falou sobre a arrecadação de recursos através de fundos na mesa *A política de 'fundos' é apropriada para o financiamento da educação?* Luiz Lucas participou da discussão sobre as fundações de apoio e as universidades públicas (veja matéria na página 5) e Roberto Leher falou sobre as políticas dos organismos financeiros para a América Latina (veja matéria na página 4). Graça Bollmann também representou a entidade na mesa *Fórum Nacional de Educação: conquistar uma instância democrática de planejamento da educação*. Nas próximas edições, publicaremos o relato de outras mesas que foram acompanhadas pela redação do Jornal da Adufrj.

Fotos Manuella Soares

DOMINGUES DE GODOI FALA EM MESA SOBRE FINANCIAMENTO E GRAÇA BOLLMANN (À DIREITA) DURANTE ABERTURA DO 4º CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

AO LADO, A PROFESSORA VERA JACOB DURANTE MESA SOBRE AVALIAÇÃO. ACIMA, O ESTANDE DO SINDICATO NO 4º CONED

precatórios e outros penduricalhos. Enquanto isso, as fundações operam, através e com agências internacionais, cifras fantásticas que nunca chegam ao conhecimento da população. A própria Unitrabalho está apoiada nestas fundações", disse, criticando a fundação de pesquisa voltada para o mundo do trabalho que transfere dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador, repassando-o para estas entidades privadas, através dos projetos de pesquisa e extensão.

USP tem mais de 30 fundações privadas

O presidente da Seção Sindical dos Docentes da USP (Adusp-SSind), Ciro Teixeira Correia, foi o último palestrante e o mais crítico á existência das fundações ditas de 'apoio'. O quadro de privatização interna da USP foi apresentado em um longo dossiê, organizado pela revista Adusp e publicado nas edições de março, setembro e dezembro de 2001. Para fundamentar sua posição, Ciro citou um trecho do jurista e professor Celso Antônio Bandeira de Melo: "o que se passou, entretanto, no direito brasileiro, é que foram criadas inúmeras pessoas denominadas como fundações, com atribuições nitidamente públicas e que, sob este aspecto, em nada se distinguia das autarquias. O regime delas estaria inevitavelmente atrelando-as às limitações e controles próprios das pessoas de direito público. Entretanto, foram batizadas de pessoas de direito privado apenas para se evadirem destes controles moralizadores ou, então, para permitir que seus agentes acumulassem cargos e empregos - o que lhes seria vedado se fossem reconhecidas como pessoas de direito público".

Para Ciro, o texto do jurista responde de pronto a quem interessam as fundações privadas nos espaços públicos. "Não dá margem a dúvidas. As fundações interessam aos setores que pretendem escapar aos controles previstos para as contas públicas ou que procuram concentrar poder, via acumulação de cargos, ou se beneficiarem da complementação salarial incompatível com as regras isonômicas que regem a nossa carreira", afirmou. A USP tem hoje mais de trinta fundações privadas e, segundo o professor, são elas que se apóiam na infra-estrutura pública em prol de interesses privados. "Ao se apropriarem da marca ou da sigla USP, conseguem captar grandes somas de recursos públicos de empresas estatais, de secretarias de estado, de prefeituras, do SUS e os repassam ao setor privado via pagamento por serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas", criticou.

Esta apropriação indevida do espaço e dos recursos públicos pôde ser constatada pelo material apresentado nas revistas da seção sindical. Segundo Ciro, em 2000, o orçamento da USP foi da ordem de R$ 1,1 bilhão, incluindo as folhas de pagamento, enquanto a receita total das fundações foi de mais de R$ 400 milhões. "As fundações movimentaram um terço do orçamento da universidade! No entanto, a parcela deste recursos que ficou na USP foi de menos de R$ 16 milhões", revelou. Para Ciro, a presença das fundações privadas são incompatíveis com a isenção e autonomia de gestão das universidades públicas. "Em 1998, apenas as três fundações da Faculdade de Economia e Administração movimentaram um total de 134 milhões de reais. O orçamento da FEA foi de R$ 20 milhões", continuou. Uma destas fundações, a FIPECAP, segundo Ciro, ganhou do MEC autorização para a criação de seu próprio curso privado. "Uma fundação, que se diz de apoio, ganha do governo autorização para a faculdade privada dela, utilizando a estrutura pública!" Ciro cobrou também a responsabilidade dos docentes na ampliação destas distorções. Segundo o professor, estimativas indicam que os professores ligados a projetos das fundações da FEA, por exemplo, recebem, em média, complementações da ordem de R$ 12 mil por mês.

Universidade públicas com recursos públicos

Para Ciro, é totalmente viável manter a universidade com recursos públicos, de forma direta e via orçamento público. No caso da USP, o estado de São Paulo tem um PIB em torno de R$ 450 bilhões. O setor público paulista, segundo Ciro, representa cerca de 20% deste montante. "Em qualquer nação organizada, este percentual varia de 40 a 55%". Em 2002, a arrecadação do ICMS paulista deve fechar o ano em torno de R$ 26 bilhões, de acordo com o docente, e o estado repassa para as universidades em torno de R$ 2,6 milhões ou 0,6% do PIB. "Indicadores da ONU mostram que as sociedades mais organizadas destinam 1,5 a 2% do PIB para seu sistema superior de educação. Em vez de destinar seus recursos para o setor privado via fundações, a USP e todas as instituições públicas poderiam, sim, melhor qualificar suas estruturas administrativas para dar a eficiência e agilidade que o aparato da universidade é capaz". Para Ciro, a universidade tem que conscientizar a sociedade de suas potencialidades e suas Unidades e estruturas devem estar voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas e na interlocução com esta sociedade.

Eleição do Andes-SN

Chapa 1 lança campanha no Rio

Candidato da chapa Andes Autônoma e Democrática visita seção sindical da UFRJ

A Adufrj-SSind recebeu o candidato à presidência do Andes Sindicato Nacional, Luiz Carlos Gonçalves Lucas. Integrante da atual direção do Sindicato e professor da Federal de Pelotas, Lucas esteve no Rio para o lançamento da campanha da Chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática na UFRJ. O ato de campanha aconteceu na tarde do dia 13/5, na Casa da Ciência da UFRJ, no *campus* da Praia Vermelha e contou com a presença de vários parlamentares e representantes de entidades sindicais e estudantis. Marcaram presença os diretores da Adufrj-SSind, José Sanglard e Cleusa Santos, o vereador do PT, Eliomar Coelho, o atual presidente do Andes-SN, Roberto Leher, a coordenadora do Sintufrj Ana Maria Ribeiro, Agnaldo Fernandes, da Fasubra, e os integrantes do DCE da UFRJ Daniel Souza, Isabel Mansur e Bruno Lopes, além de vários docentes de outras universidades públicas e sindicatos do estado.

Agnaldo Fernandes, da Fasubra, defendeu a continuidade da política da atual diretoria, através do apoio à Chapa1, lembrando da integração do movimento docente com os segmentos dos técnico-administrativos e estudantes na luta pela universidade pública. “A unidade dos trabalhadores é fundamental para alcançar a vitória e os companheiros da Andes-AD têm isso como princípio. É importante que entremos em contato com técnicos, alunos e professores para que a eleição seja vitoriosa. A História não acabou e este capítulo está sendo escrito por nós, os trabalhadores”, disse.

Ana Maria Ribeiro, do Sintufrj, lembrou o compromisso da atual direção do Sindicato com a Universidade Pública, na defesa da UFRJ, após a intervenção de quatro anos da gestão de José Vilhena. “Não é só um dever para a Chapa 1 ganhar o Andes-SN. É, antes, uma necessidade, para recuperarmos a década esquecida da Universidade. É uma bandeira nossa que todos se unam para que as entidades mais combativas toquem a defesa da Universidade Pública e da democracia”, comentou.

O ex-presidente da UNE e ex-deputado federal, Lindberg Faria, também manifestou apoio à chapa 1. “A Cida (Maria Aparecida) me ligou e eu falei que não tinha condições de apóia-la em razão da história de sua corrente no Andes-SN. Conheço a luta dos docentes. Presenciamos o final da gestão de 98, quando o Renato (de Oliveira) foi negociar com Antônio Carlos Magalhães. Acompanhamos a diretoria que entrou em 2000 e estou convencido de que precisamos de um Sindicato combativo, quer ganhe o Serra ou o Lula. Tenho a certeza de que a vitória da Chapa 1 do Andes-SN representa a concretização deste projeto”, afirmou.

APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA NA CASA DA CIÊNCIA

Manuella Soares

O presidente da Associação de Docentes da Uerj, Jorge Máximo, recuperou a história da corrente Andes-AD, representada pela Chapa 1. “Fiz parte da Diretoria quando esta fez a transformação de Associação de Docentes para Sindicato e o filiou à CUT. A Andes-AD esteve fora do Sindicato por dois tenebrosos anos, dois tenebrosos anos que nos causaram indignação, que foram os dois anos de 98 e 99 da ‘Nova Andes’ à frente do Sindicato. A Diretoria que está saindo fez um trabalho memorável”, afirmou, defendendo o voto na Chapa Andes Autônoma e Democrática.

A professora Florinda Lombardi e militante do PSTU também levou seu apoio à chapa. “Nós estamos aqui mais para agradecer a vocês por existirem. A crise de direção que assola o mundo não encontra similar neste Sindicato. Roberto (Leher) tipificou este papel no campo da Educação e o cumpriu bem, conseguindo escapar de todas as armadilhas postas pelo Governo FHC, provocando baixas no projeto de educação no projeto econômico deste governo. É importante no embate com a Alca termos este Sindicato neste rumo’, analisou.

O atual presidente do Sindicato e professor da UFRJ, Roberto Leher, também fez sua declaração de apoio à Chapa 1. “O processo de construção pautado em valores éticos e políticos expressa a melhor tradição de lutas sindicais no mundo, que é o princípio da autonomia. Mas este processo só tem sentido se o Sindicato é autônomo e suas questões são deliberadas pela base. Tenho certeza de que a Universidade Pública seria diferente ou não mais existiria se não fosse a presença do Andes-SN e dos companheiros de Sindicatos presentes e que lutam na mesma direção que a nossa. Contamos com nossos companheiros discentes e servidores com um voto ativo, claro de uma determinada concepção de Universidade”, conclamou o sindicalista.

LUCAS E JOSÉ SANGLARD, NA ADUFRJ-SSIND

Em seu discurso, Luiz Lucas se apresentou como representante de uma proposta que congrega inúmeras pessoas que lutam neste Sindicato. “Não é o Lucas contra a Cida, porque aí as diferenças não seriam muito grandes; é a luta de um grupo e de uma concepção contra outra radicalmente diferente”. O professor considera que a diretoria que antecedeu a atual não fez nada contra a Reforma do Estado, por exemplo. “Nossa Autonomia e Democracia demonstrou que temos feito um trabalho e, quando tudo parece pouco, devemos olhar para a Educação nos países periféricos e percebemos que a nossa luta não tem sido inútil. Período defensivo começa a ser revertido e as esquerdas em geral tomam uma postura mais ofensiva”, avaliou o candidato.

UFRJ

Vilhena impõe *pro tempore* na Odontologia

Contrariando a vontade da comunidade da Faculdade de Odontologia, que elegeu o professor Wladimir Cortezzi, o reitor-interventor resolveu nomear um *pro tempore* para dirigir a Unidade. O escolhido de Vilhena foi o professor Ítalo Gandelman. A consulta, realizada em março deste ano, e aprovada pela Congregação, elegeu Wladimir com 51,11% dos votos na proporcionalidade 70/30.

A decisão do reitor foi tomada com base em recurso impetrado pela candidata que perdeu na consulta, a professora Vilma Azevedo da Silva Pereira, depois que o diretor da Faculdade, Ítalo Victor de Oliveira, declarou vago o cargo em 30 de abril. Segundo os componentes da direção que deveria ter assumido, o clima na Faculdade é de perplexidade, principalmente entre os alunos, que ameaçam entrar em greve. Dos 236 alunos que participaram do pleito, 204 votaram na chapa Novo Tempo, do professor Wladimir. Apenas 30 estudantes votaram na professora Vilma.

O recurso da professora questiona a validade do processo eleitoral, alegando que o artigo 25 do Regulamento da Consulta, aprovado em reunião da Congregação, estaria em desacordo com o Decreto 1.916, de 23 de maio de 1996, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes de instituições de ensino federais. O curioso é que a própria Vilma votou favoravelmente ao resultado da consulta, na Congregação. “Ainda que a Professora Vilma tenha o direito jurídico de questionar este deslize, não tem o direito moral, já que ela assinou, junto do outro candidato a Diretor, uma declaração se comprometendo a respeitar a vontade da comunidade acadêmica”, afirma o diretor eleito.

Seguridade

Ativos e aposentados, unidos

Encontro de Aposentadoria do Andes-SN reafirma luta conjunta de trabalhadores da ativa e aposentados pelos direitos conquistados

MESA DE ABERTURA DO VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

A importância da luta conjunta de profissionais da ativa e aposentados em defesa dos direitos trabalhistas conquistados em 1988 foi o principal tema dos participantes da mesa de abertura do VIII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN. Realizada em auditório da Uerj, nos dias 9, 10 e 11 de maio, a cerimônia contou com a presença do 1º vice-presidente do Sindicato, Fernando Molinos; com o presidente da Asduerj, Jorge Máximo; com o coordenador geral da Associação dos Servidores local, Jorge Augusto; com o diretor do Centro de Tecnologia e Ciências (CTC) daquela universidade, Nival de Almeida; e com o vice-reitor da Uerj, Celso Pereira de Sá.

Jorge Máximo abriu o VIII Encontro e lembrou que as investidas contra os direitos "não cessam e as perspectivas futuras não são alentadoras". O presidente da Asduerj mencionou que até os candidatos de oposição para as eleições presidenciais do fim do ano já se manifestaram contra conquistas dos aposentados – uma clara referência ao economista do PT, Guido Mantega. Em matérias de meados de abril nos grandes jornais, Guido propôs a unificação dos sistemas de previdência, acabando com a Previdência pública.

Apesar disso, o professor ressaltou que, graças ao esforço de toda a categoria, na Uerj, conseguiu-se manter a paridade entre aposentados e ativos. "Alguns aposentados ganham até mais, uma vez que não descontam mais para a Previdência", afirmou

O vice-reitor Celso Sá falou em seguida. Muito próximo de sua aposentadoria (faltava um mês para tanto), o dirigente parabenizou a iniciativa do Andes-SN e da Asduerj e destacou que o aposentado não é um trabalhador erradicado. "A aposentadoria, na realidade, nos libera para outras formas de viver", disse. O diretor do CTA, Nival de Almeida, acompanhou o pensamento de Celso. "É importante que a gente envelheça com dignidade e participando", contou.

Jorge Augusto, o coordenador da associação de funcionários observou, com satisfação, que os aposentados da categoria "são muitos ativos". Ele citou que, durante as assembléias de greve, pelo menos as realizadas no Hospital Universitário Antônio Pedro, a maioria dos participantes é de aposentados.

Fernando Molinos foi enfático: "É inegável que (os governos) tentam nos impor um presente e um futuro de barbárie. Querem dobrar vontades e humilhar as tentativas de humanização. Nós conquistamos a aposentadoria com merecimento e queremos desfrutá-la, com dignidade e sem filantropia. É um direito nosso até o último suspiro que dermos. É a luta que está posta para nós".

Origem dos Encontros

Desde 1994, através de encontros, denominados inicialmente de Encontros de Docentes Aposentados, o Andes-SN trata de assuntos relativos à aposentadoria. Esta atividade é articulada em conjunto com o Grupo de Trabalho sobre Seguridade Social, respaldado pelo trabalho das seções sindicais em seus GTs locais.

As reflexões que surgiram ao longo de quase uma década após o primeiro encontro sempre foram compartilhadas com os demais trabalhadores, tanto do setor público como do setor privado. A aposentadoria deixou de ser uma questão restrita ao círculo dos aposentados e ganhou cada vez mais atenção dos trabalhadores da ativa – os aposentados de amanhã. Em função disso, os eventos do Andes-SN passaram a ser chamados de Encontros de Assuntos de Aposentadoria, abertos a todos os docentes.

E o momento não é dos mais fáceis para a defesa dos direitos relativos à aposentadoria. Os governos neoliberais que se sucedem no país voltam-se violentamente contra a classe trabalhadora, em especial contra o segmento dos aposentados, tentando diminuir ou retirar conquistas sociais.

Nestas circunstâncias, é preciso reagir. Nas palavras do 1º vice-presidente do Sindicato Nacional, Fernando Molinos Pires Filho: "Os aposentados não querem favores. Os aposentados tão somente se dispõem, como veteranos, a continuar lutando por dignidade. E disso não estão dispostos a abrir mão".

Cronologia dos Encontros de Aposentadoria do Andes-SN

1994

Em setembro, dando conseqüência à deliberação do XXVIII Conad, realizado em junho de 1994, em Recife (PE), o Andes-SN anuncia a programação do I Encontro Nacional de Docentes Aposentados que ocorreria em outubro, em Florianópolis (SC). A Aducsal-SSind propõe o exame do documento "Trabalho Igual x Aposentadoria Diferente", que analisa a diferença de trato entre docentes vinculados ao regime celetista e aqueles estatutários, vinculados às instituições públicas.

1995

No final do mês de abril, em Natal (RN), o Andes-SN realiza o II Encontro Nacional dos Aposentados. Foram discutidas as políticas neoliberais em seus reflexos sobre os compromissos sociais do Governo, incluindo os direitos previdenciários e de aposentadoria. Especial destaque mereceu a proposta de Reforma da Previdência.

1996

Em abril, cumprindo deliberação do XV Congresso realizado em Santa Maria (RS), o Sindicato realiza, em Brasília, o III Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria. Marcando a abertura do evento, organiza-se, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara do Deputados, com a presença de vários parlamentares, um significativo ato político.

1996

Ainda nesse ano de 1996, o Sindicato realiza seu IV Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria, em Brasília. O evento prioriza o desrespeito à legislação e suas conseqüências nos direitos de aposentadoria. Deste evento resultou a proposta de realização de um abaixo-assinado entre os docentes, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, expondo as posições do Sindicato em relação à Reforma da Previdência e conclamando os parlamentares a se posicionarem contra o projeto.

1997

Em fins de agosto, ainda no decorrer dos impasses que a cada momento se geravam no Congresso em relação a pontos da proposta do governo, o Sindicato, seguindo deliberação do XXXIV Conad, realizado em Palmas (TO), desenvolve, em Brasília, o V Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria. A pauta do evento privilegiou os seguintes temas: "O Orçamento das Universidades e a manutenção dos Aposentados na folha de pagamento das IES; As ameaças de quebra da paridade entre aposentados e docentes da ativa e as propostas de aposentadoria complementar"; entre outros assuntos.

1999

No inicio de agosto, realiza-se em Goiânia, sediado pela Adufg-SSind, o VI Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria. A temática abordada sob o título "Em defesa dos Aposentados e dos HUs", configurou dois blocos de discussão. Em um deles, discutiram-se aspectos relacionados ao papel das universidades, em particular dos hospitais universitários, na construção do Sistema Único de Saúde (SUS). No outro, já com as Reformas Administrativa (Emenda Constitucional nº19) e Previdenciária (Emenda Constitucional nº 20) aprovadas, analisaram-se os desdobramentos e conseqüências de suas aplicações, em particular para os servidores públicos.

2001

Abrindo o ano de 2001, de 12 a 14 de janeiro, realizou-se em Uberlândia, sediado pela Adufu-SSind, o VII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN. Em um convite que expressava: "Faça história. Construa a luta. Esperamos por Você!", a militância docente foi chamada a discutir o: "Futuro da Aposentadoria: Uma Reflexão e Luta do Presente".

Seguridade

Economista traça perfil da contra-reforma previdenciária

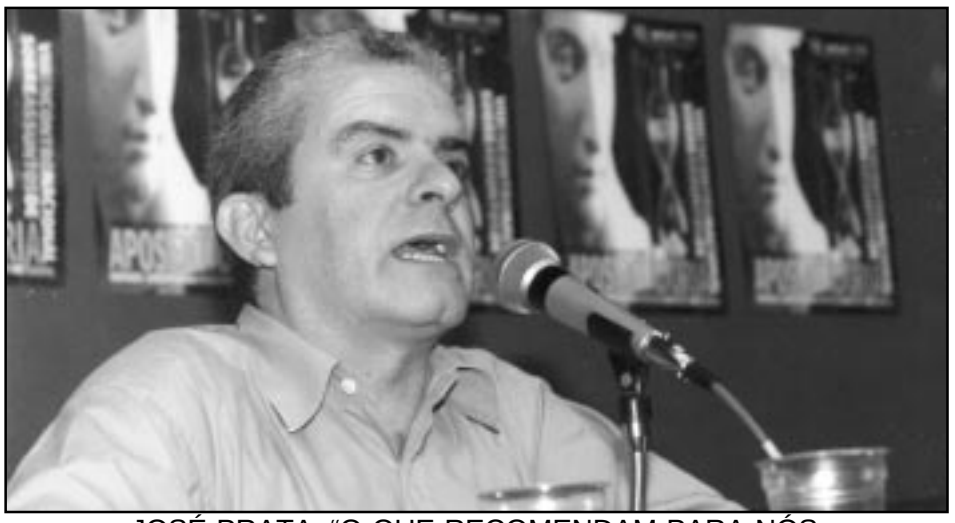
José Prata sugere ainda alternativas para superação do modelo neoliberal na área da Seguridade Social

Economista e especialista em Previdência Social, José Prata de Araújo foi o conferencista da noite de abertura (9 de maio) do VIII Encontro de Assuntos de Aposentadoria. Prata tinha como tema "A Contra-Reforma Previdenciária – Situação Atual" e discorreu sobre o caso da Argentina no contexto da América Latina, a ameaça da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e as alternativas para enfrentar o modelo neoliberal.

O palestrante citou a incoerência do discurso contra os princípios (já bastante desfigurados pelo governo) da Previdência nacional. "O que recomendam para nós, ninguém faz na Europa ou nos Estados Unidos, pátria do liberalismo", disse. José Prata lembrou que, antigamente, o sistema da América Latina era considerado a vanguarda do atraso. "Agora, é a vanguarda do melhor", ironizou. Nos EUA, o empregador paga cerca de 16% para a previdência dos empregados e, acima dos 65 anos, é o Estado que paga o plano de saúde universal. "A chamada 'mudança estrutural' é só para nós", disse.

Logo a seguir, o economista comentou que as investidas contra uma Previdência que se fundamente no pacto solidário entre as gerações só são possíveis em uma conjuntura de liberalismo com autoritarismo. "Foi assim, por exemplo, com Pinochet, um ditador sanguinário, no Chile, em 1981", afirmou. Naquele país, os empregadores não têm mais custeio previdenciário, e o trabalhador, se tiver alguma atividade regular, é obrigado a contratar uma seguradora privada. "É uma espécie de Proer da Previdência: privatiza a receita e estatiza o passivo (pagamento dos aposentados)", comparou.

Neste ponto, Prata fez referência a uma recente visita de dirigente da Previdência chilena ao Brasil. No meio de uma exposição, o visitante falou que a Previdência só seria viável daqui a uns 15 ou 20 anos, quando morrerem os atuais aposentados. Seria o chamado momento de inflexão do sistema, pelo qual os novos que entram não precisariam mais "sustentar" os idosos do antigo sistema. "Ou seja: a Previdência que era um pacto de vida, vira um pacto de morte", disse o conferencista.



JOSÉ PRATA: "O QUE RECOMENDAM PARA NÓS, NINGUÉM FAZ NA EUROPA OU NOS EUA"

O caso da Argentina

Nesta conjuntura, o caso argentino é, para o economista, resultado da mistura explosiva entre o Estado endividado e a privatização da previdência. A Argentina perdeu US$ 30 bilhões de 1994 para cá, com a privatização. Com o país inteiramente quebrado, os fundos de pensão argentinos também estão sendo arrastados para o fundo do poço, já que as seguradoras haviam investido em títulos do governo. "O Brasil só não quebrou porque a carga tributária compõe 33% do PIB e não privatizou a Previdência", alertou. E só não privatizou porque não há recursos para tal empreitada. Para ilustrar o que dizia, José Prata citou o rodízio de ministro do PFL no comando da Previdência nos últimos anos. "Não é por questão ideológica, certamente, que isso ainda não ocorreu. Somente para privatizar a parte do INSS, custaria ao Estado o equivalente a US$ 60 bilhões. São dois pacotes do FMI", informou.

No caso brasileiro, no qual as investidas neoliberais vão "comendo pelas beiradas", o terreno é fértil para a contra-reforma previdenciária. "A sociedade é desintegrada, 50% da população não tem carteira assinada, as estatais têm gestão privada", exemplificou. Na fragmentação do povo, o sucesso destas investidas vêm se ancorando em um único argumento: o controle da inflação. "Vão diminuir direitos trabalhistas, mas diziam que é para controlar a inflação; vão fazer a reforma da previdência, mas diziam que é para controlar a inflação", observou o economista. E a população comprou esta tese.

Sindicatos também são culpados

Prata também responsabiliza os sindicatos no processo. Até a década de 80, era muito conhecida a bandeira de luta do sindicalismo contra a miséria do povo. A partir de então, essa deixa de ser a palavra de ordem e se inicia a luta pela indexação salarial dos trabalhadores com carteira assinada. Isso teve um claro impacto para o economista: "Nós demos um tchau para os mais pobres e os liberais correram para o abraço. Os governos passaram a jogar os excluídos contra os incluídos", disse. E José Prata deixa bem claro que refuta qualquer argumentação de privilégio para os servidores públicos. "Vergonha não é a estabilidade do servidor; é a rotatividade da mão-de-obra regida pelo mercado: 37% ao ano, ou três vezes maior que a taxa norte-americana", contou.

Para tentar impedir a marcha neoliberal sobre os direitos previdenciários, José Prata recomenda a politização do debate. Todos têm que abraçar a Saúde, a Previdência e a Assistência Social como um projeto de sociedade. "A Seguridade Social é o marco civilizatório do mundo. O pano de fundo da discussão não é fiscal: é de solidariedade". Outro ponto a ser atacado é a relação da Previdência com a Alca. "O bloco comercial uniformiza as políticas sociais dos países-membros. Deve existir a neutralidade nos custos e, atualmente, isso implica que o Brasil está diferente dos demais. Por isso, surge a pressão sobre o sistema. A reforma da CLT, na visão de Prata, é uma adaptação neste sentido. Só para se ter uma idéia: no Brasil, os trabalhadores têm direito, se quiserem, a 30 dias de férias. Na Argentina, hoje, são 10 dias mais um por cada ano de serviço. "Só conseguem os 30 dias após 20 anos de serviço". Outra bandeira dos movimentos deve ser a ampliação da cobertura previdenciária: a economia informal no país está fora, segundo o conferencista, porque é cobrado um percentual de 20% aos trabalhadores precários que quiserem contribuir, enquanto os assalariados são descontados em 8% a 11%. A renda mínima para trabalhadores com mais de 65 anos, mesmo que não tenham contribuído, é outro compromisso assinalado pelo economista dentro da perspectiva da solidariedade entre gerações. O custeio da Previdência, ainda para José Prata, não deve ser vinculado mais ao trabalho, mas ao capital das empresas. Fim da isenção para algumas instituições como cartórios e hospitais privados é outra meta: "O Brasil deixa de arrecadar cerca de R$ 2 bilhões por ano assim". No fim, Prata reafirmou que a Previdência não pode ser assunto de aposentados. "Previdência significa prevenção e envolve todos os trabalhadores."

@dufrj

Pela redução da jornada de trabalho

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) lançaram o Fórum Eletrônico pela Redução da Jornada de Trabalho, que já pode ser acessado pelo endereço: www.tempolivre.org.br

O objetivo do fórum é estimular o debate sobre o tema e oferecer elementos para a elaboração de propostas para a efetiva implementação da jornada reduzida. Segundo o Dieese, o Brasil tem uma das jornadas de trabalho mais altas do mundo, de 44 horas semanais. "E sabemos que os trabalhadores extrapolam ainda mais este número", disse um dirigente do órgão, Sérgio Mendonça, em entrevista ao jornal Extra, de 17 de maio.

Seguridade

Palestrantes defendem valorização dos aposentados

"Precisamos criar uma nova moral social. Não se trata mais de acrescentar anos à vida, mas de acrescentar vida aos anos". A sentença foi do consultor do Sesc-SP e gerontólogo e epidemiólogo do envelhecimento, o doutor Marcelo Antônio Salgado. No dia 10 de maio, Marcelo abriu a mesa-redonda com o tema "Promovendo a Dignidade na Aposentadoria", no segundo dia do VIII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN.

A primeira questão abordada por Marcelo disse respeito ao reflexo de uma vida inteira bem cuidada na aposentadoria. "Não se trata de só lutar pelos direitos dos aposentados ou dos idosos. Temos que lutar pelos direitos dos jovens e dos trabalhadores. Não é aos 70 anos que podemos compensar todo um ciclo de vida descompensado", observou. Depois disso, o doutor constatou o absurdo de se trabalhar tanto no país para ficar sem dignidade no período posterior da aposentadoria. Segundo Marcelo, essa discriminação do idoso é uma das últimas que ainda restam no planeta. Para ele, o preconceito contra a mulher vem sendo derrubado desde o século retrasado, assim como o conceito de superioridade da raça branca.

Tratamento selvagem dos idosos

Revoltado com a situação atual, o palestrante foi buscar as razões históricas do tratamento da velhice que, segundo ele, sempre foi "selvagem" no mundo todo. Para ilustrar o que dizia, citou apenas os exemplos encontrados em tribos esquimós e no Japão. No Pólo Norte, quando o indivíduo se tornava incapaz de produzir e passava a onerar o grupo familiar, ganhava duas opções: ou se "internava" permanentemente no iglu ou se despia e seguia pela região gelada para ser devorado pelas feras – alternativa esta mais aceita culturalmente. No oriente, numa cerimônia intitulada "Festa dos Mortos", cada família apresentava um idoso que seria conduzido às regiões montanhosas do país para ser abandonado. "Claro que existiam sociedades que preservavam seus velhos, mas eram situações mais raras", comentou.

Particularmente no Brasil, disse Marcelo, há um equívoco muito grande quando se pensa que os idosos eram mais respeitados no passado. Como era uma sociedade bastante marcada pelo patriarcado, somente nas elites os velhos eram ainda respeitados. Mas os idosos pobres eram, em geral, maltratados.

Outro ponto que fundamenta essa falta de cuidado com os idosos é a própria novidade do crescimento do segmento de população dos mais velhos. Nas sociedades pré-industriais, havia apenas dois tempos: a juventude e a maturidade. "Raras eram as pessoas que chegavam à idade avançada. A velhice é fruto do sistema aperfeiçoado", observou, referindo-se aos avanços da medicina, tanto na prevenção como no diagnóstico das enfermidades. Hoje, o mundo está vivendo este "fenômeno": no ano 2000, havia 600 milhões de pessoas com mais de 60 anos; a expectativa para o ano 2025 é que 1,1 bilhão de pessoas estejam nesta faixa etária.

Estatuto do idoso

Em seguida ao doutor Marcelo, o deputado Rosinha foi mais breve e falou apenas da possibilidade de aprovação de um estatuto voltado para o idoso. Para Rosinha, essa nova legislação viria para se ocupar de situações não previstas na Constituição e, principalmente, para tipificar crimes contra a Terceira Idade. "É um conjunto de 123 artigos que tratam do direito à vida, à liberdade, à dignidade, saúde, educação, e cultura, entre outros. Questões como deixar de prestar assistência ao idoso ou abandona-los em sanatórios ou hospitais seriam cobertas pelo estatuto, segundo o parlamentar. A dificuldade para aprovar o estatuto estaria no item que contempla os indivíduos com 65 anos ou mais com o recebimento de um salário mínimo. "E isso esbarra na famosa tesoura da equipe econômica", contou. Para a aprovação do documento, o deputado pede a mobilização da sociedade e encerrou sua participação com um provérbio "Quando uma pessoa idosa morre, queima-se uma biblioteca inteira". E o parlamentar frisou que a expressão daria importância à sabedoria de vida, não referindo-se apenas aos idosos mais cultos.

A vice-presidente da Confederação Brasileira de Aposentados (Cobap), Maria Machado, encerrou a parte da manhã do VIII Encontro ao falar das chamadas conferências mundiais do envelhecimento. As conferências, ou assembléias mundiais, são eventos oficiais promovidos pelos governos. Em abril deste ano, em Madri (Espanha), houve a segunda edição do evento. A primeira vez que se discutiu o assunto entre as nações foi em 1982, em Viena (Áustria). Justamente por se tratar de um acontecimento institucional, as delegações oficiais são indicadas pelos ministérios das Relações Exteriores. No caso brasileiro, segundo a dirigente da Cobap, isso significou que os representantes da sociedade civil foram impedidos de participar. A justificativa: facilitar "versões mentirosas" do que ocorre em nosso país, segundo Maria Machado.

Mas, ao que parece, o governo brasileiro nem precisaria dispensar esse cuidado todo. A pauta do evento também não sofre interferência da sociedade e predominam os debates sobre os impactos econômicos do envelhecimento da população mundial. Maria Machado não perdoa este tipo de postura: "Em vez de ser comemorado este fato de se prolongar a vida, viramos um problema (econômico) para o Estado", contou.

Para impedir que o tema mereça tratamento tão mesquinho no futuro, Maria Machado defendeu que as escolas de ensino fundamental e médio incluam disciplinas em seus currículos como uma espécie de formação para o envelhecimento. Além disso, no ensino superior, os cursos da área da Saúde teriam a Geriatria como matéria obrigatória e todos os demais cursos deveriam falar, pelo menos, de Gerontologia Social. Seria um amplo processo de educação da sociedade.

Organismo internacional para a defesa dos idosos

Além disso, para disciplinar a violência de Estados contra o idoso através do que classificou de políticas perniciosas, deveria existir um organismo internacional para aplicar as sanções devidas. Maria Machado até ironizou: "Se você quiser punir um inimigo no Brasil, arranja uma aposentadoria do INSS para ele".

Outro ponto criticado pela palestrante foi o processo de infantilização do idoso em curso em muitos lugares do país. Maria citou as clínicas que fazem os idosos participarem de jogos, recreação, ginástica e dança. "Eu digo que os idosos dançam com música e, depois, sem música, dançam em seus direitos", contou. São programas despolitizados até certo ponto: quando se aproximam os períodos eleitorais, é comum um vereador ou deputado aparecer em tais lugares para prometer melhorias e ganhar votos.

Por fim, Maria Machado repudiou veementemente a proposta de criação de sindicatos de aposentados. A Constituição determina que os trabalhadores estão sindicalizados às entidades da vida laboral. "A velhice é uma questão circunstancial, não ideológica, e não pode ser determinante para dividir a luta da categoria", completou.

Esclarecimentos sobre a Política de Assistência Social

Ainda no dia 10, a especialista em Políticas Sociais pela Uerj e presidente eleita do Conselho Regional de Serviço Social, Hilda Corrêa Oliveira, tratou das atribuições da área de Assitência Social, diferenciando as ações do assistencialismo e criticando os recentes governos que desvirtuaram o que já estava prescrito para as políticas do setor na Constituição (1988) e na Lei Orgânica de Assistência Social (1993).

Hilda descreveu a Assistência Social como um dever do Estado e um direito do cidadão. No entanto, as políticas do setor no Brasil se voltaram para interesses clientelistas e citou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), já extinta. Embora desempenhasse importante social, suas atividades eram "atravessadas" por parlamentares, que queriam angariar votos nos segmentos mais pobres da população.

Na legislação, a assistente social considera a violência ainda maior: mesmo com a Constituição e com a LOAS, o governo ignora todo o trabalho anterior e lança um programa de *marketing* bastante conhecido por ser capitaneada pela primeira-dama do país, Ruth Cardoso: o Comunidade Solidária, que não passa de um programa temporário e assistencialista. Neste ponto, Hilda aproveitou para fazer a diferenciação: o assistencialismo vem em conseqüência da fraternidade, de um favor que se presta ao próximo. Com a Assistência Social, a história é diferente: trata-se de uma recuperação dos direitos básicos do cidadão que estão sendo violados. "Nós queremos programas permanentes que perpassem os governos", afirma a presidente eleita do CRESS. A palestrante cobrou maior atenção e participação da população e dos movimentos em relação à Assistência Social. De acordo com ela, seria uma forma de combater a já avançada desfiguração da Constituição, que já sofreu mais de 30 emendas de 1988 para cá.

Sindicato acompanha a questão dos conselhos

Em certo momento da palestra, Hilda citou o papel dos conselhos regionais profissionais, que deveriam exercer um papel descentralizador nas políticas de Assistência Social (o que não estaria ocorrendo na gestão de FHC). A preocupação da palestrante retoma, em certa medida, os objetivos pautados para o III Encontro de Professores da UFRJ, promovido pelo GT Seguridade Social da Adufrj-SSind, em maio de 2000, que, entre outros assuntos, buscava o estreitamento de relações entre o Sindicato e os Conselhos Profissionais e Regionais da área da Seguridade Social.

Movimento

Assembléia pede revogação da resolução 01/99 da periodização

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 16/5 decidiu encaminhar aos colegiados superiores o pedido de revogação da resolução conjunta CEG/CEPG 01/99 que trata da periodização. A deliberação tomou por base o fato de ainda estar vigindo uma normatização incompatível com a real idade das Unidades da UFRJ. Por enquanto, a direção da seção sindical ficou incumbida de elaborar, junto das demais entidades representativas da universidade (APG, DCE e Sintufrj) uma relação de princípios mais geral para ser apreciada pela comunidade e, posteriormente, pelos conselhos. A assembléia marcou esta posição também pela proximidade de prazo final (31 de maio) dado pelo CEG e pelo CEPG para retorno de sugestões das Unidades sobre o tema.

Acordo coletivo aprovado

Foi aprovado o acordo coletivo com os funcionários da seção sindical divulgado aos sindicalizados pela mala direta na semana retrasada e que vai disciplinar as relações trabalhistas na Adufrj-SSind até 2004.

Eleições

Foram dados informes dos processos eleitorais do Andes-SN (veja encarte nesta edição) e da própria Adufrj-SSind, que inscreve chapas candidatas para a diretoria até o dia 24 (veja calendário ao lado).

Plenária dos SPF

Foi aprovado também o nome da vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, que representou a seção sindical na Reunião do Setor das Federais (18/5) e para Plenária dos SPF (19/5). Além disso, Cleusa esteve, com a advogada Sayonara Grillo, da assessoria jurídica da entidade, acompanhando o I Encontro Coletivo do Jurídico do Andes-SN. Também em Brasília, no evento, seriam discutidas questões como a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, a GID e a GED e a flexibilização trabalhista, entre outros temas.

Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind

21 de Fevereiro de 2002 (quinta)
Sindicalizados candidatos

18 de Abril de 2002 (quinta-feira)
Sindicalizados eleitores

24 de maio de 2002 (sexta-feira)
Inscrição de chapas para a Diretoria

07 de junho de 2002 (sexta-feira)
Inscrição de listas para o Conselho

17 de junho a (segunda-feira) a 19 de junho de 2002 (quarta-feira)
Eleição Diretoria/Conselho

19 de Julho de 2002 (sexta-feira)
Posse Diretoria/Conselho

MST

MST denuncia impunidade no julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás

Dados da reforma agrária do governo são peça de ficção

Proferido o resultado do julgamento do massacre em Eldorado dos Carajás (em 16 de maio), o coordenador nacional de Direitos Humanos do Movimento dos Sem-Terra (MST), Jovelino Strozake, foi aos jornais para denunciar a impunidade dos assassinos. Segundo ele, o efeito será o mesmo da tendência aberta pelo júri do Carandiru, no ano passado, em São Paulo. O coronel Ubiratan Guimarães, que comandou a ação da PM no presídio do Carandiru, foi condenado a mais de 600 anos de prisão pela morte de 111 presos e continua em liberdade. Para o MST, ao inocentar o capitão Raimundo Almendra Lameira, a Justiça acenou para a absolvição dos outros 149 policiais também denunciados pela morte de 19 sem-terra em abril de 1996.

Mesmo a condenação do comandante da operação, coronel Mário Pantoja, a 228 anos de prisão não satisfez o MST. Afinal, o policial vai responder ao processo em liberdade, assim como o responsável pela ação da PM no Carandiru (e que está solto até hoje). O movimento também iniciou outra campanha, aproveitando a repercurssão do julgamento, pela libertação de José Rainha Júnior, preso no Pontal do Paranapanema por porte ilegal de arma desde o dia 25 de maio. O MST acionou o escritório da Anistia Internacional, em Londres, e acusou a Justiça de manter Rainha em "prisão política". O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), advogado do MST, comparou as duas situações, em entrevista ao jornal O Globo (em 17/5): "Este país é mesmo injusto: o coronel foi condenado a 228 anos e está em liberdade, enquanto Rainha, que nem condenado foi, está preso", disse.

Reforma Agrária para inglês ver

Ainda em relação ao MST, vale a pena lembrar os recentes acontecimentos na disputa de informação com o governo em relação à luta no campo. Finalmente, já no fim do governo FHC, descobriu-se que a tão propagandeada reforma agrária de FHC é uma farsa. Em abril, o jornal Folha de S. Paulo fez uma série de reportagens desmascarando os técnicos da União.

Movimento denuncia manipulação de dados

Segundo o informativo do MST de 10 de maio, "a maracutaia é tão mal feita que há gritantes diferenças entre os números apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - e as superintendências do Incra. Apenas no ano passado, o MDA aumentou, no seu balanço anual, em 14% os números apresentados pelos Incras estaduais. Em Espírito Santo, o aumento foi de 67% e em Sergipe, de 68%. Em 2000, a maquiagem foi ainda maior, atingindo o índice de 48% do total apresentado pelo MDA. Enquanto o Ministro alardeou que havia assentado 108.986 famílias, o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) constatou que foram assentadas apenas 36.061 famílias. Se creditarmos como verdade que o programa Banco da Terra assentou outras 20 mil famílias - uma verdade que não resistiria a mais uma curiosidade de um grande jornal que se dispusesse a fazer uma investigação séria - o total de famílias assentadas subiria para 56.061 famílias. Ainda assim faltariam 52.925 famílias para chegarmos ao número apresentado pelo Jungmann".

Isso sem falar que o ministro Jungmann não poupou recursos financeiros para divulgar sua Reforma Agrária virtual. "Somente no ano passado o gasto com a propaganda aumentou em 31%, atingindo a soma de R$ 8,63 milhões. Já em 2000, comparando com o ano anterior, o aumento com a publicidade foi de 66%. Quanto maior a mentira, maior o esforço para fazê-la aparecer como verdade", completa o informativo.

Andes-SN promove seminário

O Andes-SN realiza, nos dias 31 a 2 de junho, o Seminário Nacional de Políticas Agrárias. O evento acontece em Recife, na sede da Seção Sindical dos Docentes da Federal de Pernambuco e terá como objetivo debater as propostas sobre o assunto no Brasil e na América Latina.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

ENCARTE ELEIÇÃO

EDIÇÃO DE 20 DE MAIO 2002

Chegou a hora!

Nestes dias 22 e 23 de maio, professores de todo o país escolhem nova diretoria do Sindicato

Chegou a hora de escolher a nova direção do Sindicato Nacional (gestão 2002-2004). Pela chapa 1, com a corrente "Andes Autônoma e Democrática", é candidato o professor Luiz Carlos Lucas (Adufpel-SSind). Pela chapa 2, denominada "Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta", a candidata é a professora Maria Aparecida Ramos de Menezes, da Adufpb-JP. Atualmente, Lucas ocupa o cargo de vice-presidente da Regional RS do Andes-SN, e conta com o apoio do presidente Roberto Leher. Maria Aparecida é presidente da seção sindical da Universidade Federal da Paraíba (seção João Pessoa) e pertence à corrente que dirigiu o Sindicato de 1998 a 2000. Neste último encarte especial antes das eleições, apresentamos, nas páginas a seguir, uma entrevista com Lucas (página 2) e as nominatas retiradas da página eletrônica www.andes.org.br (página 4). A professora Maria Aparecida, apesar de informada do prazo da redação da Adufrj-SSind para recebimento de suas respostas, não chegou a enviar o material solicitado. Abaixo, listamos os locais de votação na UFRJ, maior colégio eleitoral do Andes-SN, com 3.419 sindicalizados. Participe, professor! E ajude a fortalecer o seu Sindicato!

Calendário das eleições do Andes-SN

22 e 23 de maio - ELEIÇÕES

24 de maio

- A apuração dos votos nas Seções Sindicais. A apuração deverá estar concluída, impreterivelmente, até as vinte e quatro (24) horas do mesmo dia.

25 de maio

- As Comissões Eleitorais Locais deverão encaminhar, impreterivelmente, até as 12 horas, via meio eletrônico, para a Sede do Andes-Sindicato Nacional o resultado da eleição na sua respectiva Seção Sindical.
- A computação dos votos pela Comissão Eleitoral Central iniciar-se-á às 14 horas, estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais.
- Iniciada a apuração, os trabalhos somente se interrompem após a proclamação do resultado final.

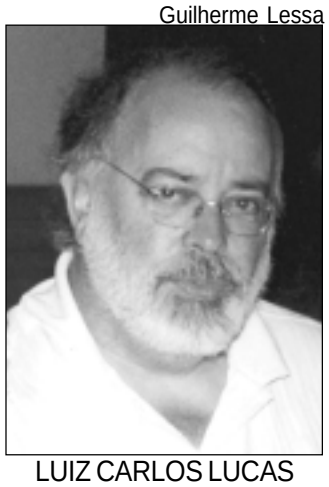
Observações:

1) Os horários de funcionamento das seções eleitorais serão fixados nos próprios locais de votação assim que as mesas eleitorais estiverem constituídas. A Adufrj-SSind disponibilizará os horários em sua página eletrônica: www.adufrj.org.br

2) Os professores sindicalizados da Adufrj-SSind poderão votar em qualquer seção eleitoral na UFRJ diferente da Unidade ou Órgão Suplementar onde estiverem lotados. É o chamado voto em trânsito. As mesas de votação serão instruídas sobre o procedimento a ser adotado nestes casos. O mesmo caso se aplica a professores sindicalizados das demais seções sindicais do Andes-SN.

SEÇÃO ELEITORAL		LOCAL DE VOTAÇÃO	UNIDADES AGRUPADAS
1	Praia Vermelha 1	Entrada da Escola de Serviço Social	Escola de Serviço Social Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Instituto de Economia Instituto de Neurologia Instituto de Psicologia Instituto de Psiquiatria
2	Praia Vermelha 2	Sala de professores da Faculdade de Educação	Escola de Comunicação Faculdade de Educação
3	Centro	Entrada do IFCS	Escola de Música Faculdade de Direito Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
4	São Cristóvão	Entrada do Museu Nacional	Museu Nacional Observatório do Valongo
5	Ana Nery	Pavilhão de aulas da Escola Ana Nery	Escola de Enfermagem Hospital Escola São Francisco de Assis
6	CAp	Pátio interno do CAp	Colégio de Aplicação
7	Reitoria	Entrada elevadores/térreo Prédio da Reitoria	Escola de Belas Artes Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
8	Letras	Em frente ao Bloco D/térreo	Faculdade de Letras COPPE
9	Centro de Tecnologia CT	Bloco D/térreo e Burguesão	Escola de Engenharia Escola de Química Instituto de Macromoléculas
10	Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - CCMN	Bloco A do CT/térreo Em frente aos elevadores	Instituto de Física Instituto de Geociências Instituto de Matemática Instituto de Química Núcleo de Computação Eletrônica - NCE
11	Educação Física	Corredor da piscina	Escola de Educação Física e Desportos
12	Centro de Ciências da Saúde - CCS	Bloco A do CCS/térreo	Faculdade de Farmácia Instituto de Biologia Instituto de Biofísica Instituto de Ciências Biológicas - ICB Instituto de Microbiologia Instituto de Nutrição Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais - NPPN Núcleo de Tecnologia Educacional p/ Saúde - NUTES
13	Hospital Universitário	Subsolo do HUCFF Em frente aos elevadores	Faculdade de Medicina Faculdade de Odontologia Instituto de Doenças do Tórax - IDT Instituto de Ginecologia Instituto de Puericultura e Pediatria - IPPMG Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva - NESC

Guilherme Lessa



LUIZ CARLOS LUCAS
CANDIDATO A PRESIDENTE

CHAPA 1

Andes Autônoma e Democrática

Entrevista com Luiz Carlos Lucas
Chapa 1 - Andes AD - Autônoma e Democrática

1 - A próxima Diretoria do Andes-SN vai assumir o mandato às vésperas das eleições para presidente, Senado e Câmara Federal. Como o Sindicato deve se comportar durante o processo eleitoral? E depois, com os parlamentares e presidente eleitos?

Ao longo de nossa trajetória de grupo organizado temos lutado pela preservação da autonomia do Sindicato em relação ao Estado, às administrações universitárias, bem como aos partidos políticos. O que não quer dizer que a gente defenda um sindicalismo neutro, apolítico. Ao contrário, temos formulado propostas e interferido sobre a elaboração de políticas públicas. O que pretendemos é não nos atrelarmos à política partidária, preservando a democracia sindical e impedindo que o sindicato se prenda a uma lógica estatal.

É com este horizonte que encaramos o período eleitoral e o futuro governo, qualquer que seja ele. Apresentaremos nossas reivindicações e propostas e estaremos dispostos a participar de todo e qualquer canal de diálogo e negociação, mas mantendo a autonomia do movimento docente e entendendo que o sucesso de nossos projetos e o atendimento de nossas demandas depende da capacidade de mobilização e luta da categoria docente.

2 - Qual o seu pensamento a respeito das gratificações produtivistas (GED e GID) e sua influência nas atividades docentes?

Em nossa carta-programa incluímos dois pontos sobre as gratificações produtivistas:

. Eliminação dos mecanismos de diferenciação e discriminação salariais e incorporação das gratificações aos salários;

. Incorporação ao salário dos docentes das IFES, em seus percentuais máximos, da GAE e da GED, garantindo as conquistas obtidas na Greve de 2001 entre GED e GID e lutando pela equiparação plena entre as mesmas;

Defendemos uma concepção de educação que enfatize o papel da universidade pública e com responsabilidade social. Defendemos uma educação com padrão de qualidade voltada para a construção de uma sociedade igualitária e a isonomia de tratamento no conjunto dos docentes. Por essa razão, durante o período em que estivemos como oposição sindical (entre 1998 e 2000), não aceitamos a política de capitulação que instituiu, entre nós, formas produtivistas e de pagamento e criou um verdadeiro "apartheid" em relação aos professores aposentados e da carreira de 1º e 2º graus.

As conseqüências nefastas desta política, aceita pela diretoria do ANDES-SN daquele período, que tinha a mesma composição política e muitos dos atuais componentes da Chapa 2 que disputa estas eleições, foram sentidas na pele por toda a categoria, não apenas pelo aumento efetivo da carga de trabalho, mas pela desqualificação mesma da natureza do trabalho docente, embutida nestas gratificações, que desrespeitam a lógica própria da produção de conhecimento, subsumindo-a à da produção de mercadorias.

3 - Como o(a) senhor(a) avalia as duas últimas grandes greves do movimento docente (1998 e 2001)?

Na nossa avaliação, um dos principais pontos positivos da última greve, além de haver derrotado o projeto de "emprego público", reside justamente nesta comparação. Fomos capazes de romper com a situação de imobilismo que se configurou como uma tendência de longo prazo não só no Andes como no sindicalismo em geral e que, entre nós, foi intensificada com o desastroso final da greve de 98, quando as decisões de nossas instâncias deliberativas foram sistematicamente desrespeitadas, com conseqüências desastrosas para o trabalho docente, conforme apontamos na questão sobre a GED e a GID.

Na greve do ano passado conseguimos recuperar nossa capacidade de ação coletiva. Consolidamos uma posição importante de interlocução no conjunto dos movimentos populares, associações científicas e profissionais, junto ao Congresso Nacional e à própria mídia, que tradicionalmente nos tem sido hostil. Sobretudo os docentes recuperaram a confiança em sua capacidade de interferir no cenário político nacional.

No que diz respeito às nossas reivindicações, a última greve foi uma das maiores vitórias do movimento docente nos últimos anos, em especial por termos barrado a proposta de fragmentação da categoria e precarização do trabalho docente incluída no projeto do "emprego público". Tivemos também ganhos financeiros. Foram modestos, mas ainda assim superiores aos obtidos por inúmeras categorias com poder de pressão aparentemente maior do que o nosso. Revertemos algumas das discriminações geradas pela GED e pela GID, garantimos os direitos dos aposentados e, sobretudo, recuperamos nossa capacidade de interferir no cenário político nacional. Novas vagas para concursos públicos, melhoria das condições de funcionamento dos Hospitais Universitários e uma regulamentação mais adequada da GID estão sendo agora conquistadas nas mesas de negociação previstas no acordo que pôs fim à greve.

Tudo isso só foi possível graças a uma condução política do movimento que sempre respeitou democraticamente a vontade de nossas instâncias deliberativas de base – as Assembléias - e preservou rigorosamente a autonomia do sindicato, o que acabou por resgatar a confiança da categoria na ação coletiva e no sindicato.

4 - Como o Sindicato Nacional deve enfrentar a questão da Lei de Inovação?

A Lei de Inovação visa, a um só tempo, restringir a autonomia universitária, transformar as relações do trabalho docente, mudar as regras de financiamento e os objetivos institucionais das Universidades federais, via modificações produzidas pelo MCT, sem maiores ônus para o MEC, mas resgatando as propostas de "regulamentação da autonomia" e de "emprego público", que o movimento docente conseguiu barrar.

Temos agora o desafio de barrar estas mesmas propostas e complementos ainda piores na forma da "inovação tecnológica". Para isso é necessário iniciar imediatamente debate e a mobilização contra a proposta no interior das Universidades, através dos GTs de Ciência e Tecnologia e das Seções Sindicais. A partir daí devemos buscar o posicionamento crítico das instâncias deliberativas das Universidades. É fundamental também articularmo-nos com os setores das Associações Científicas que compreenderam os objetivos da proposta e a ela se opõem. No Congresso Nacional, cabe-nos levar o posicionamento crítico da categoria antes que a lei seja tratada como matéria corriqueira e aprovada de roldão. Tudo isso depende de nossa mobilização e a disposição dos componentes da Chapa 1 é garantir as condições ara manter acesa esta chama de luta.

5 - Como o Sindicato Nacional deve enfrentar a questão da privatização interna das universidades (prestação de serviços, cursos pagos e fundações)?

O Sindicato nacional acumulou ao longo dos últimos anos uma série de reflexões coletivas e deliberações de suas instâncias contra o processo de privatização interna. Em nossa carta-programa, traduzimos nosso posicionamento a partir de reivindicações de garantia de verbas públicas para manutenção e expansão das Instituições Públicas de Ensino Superior, mantido o padrão de qualidade, pautado pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a autonomia didático-científica e pedagógica.

Conhecer o caráter corruptor das fundações privadas e dos cursos pagos, denunciar as danosas conseqüências que trazem e lutar pela gratuidade em todos os espaços da Universidade e pelo fechamento das fundações é tarefa do Sindicato Nacional e de cada Sessão Sindical. O exemplo do debate na USP sobre as Fundações, impulsionado pelo trabalho da ADUSP e que resultou recentemente na suspensão de autorizações para cursos pagos deve ser tomado a sério por todo o movimento docente. Não há inevitabilidade também neste caso. A Universidade pode e deve manter-se pública.

6 - Que tipo de informações a próxima gestão do Sindicato pretende priorizar em suas publicações e na página eletrônica para conhecimento dos sindicalizados

Manteremos a política de disponibilizar, na medida das especificidades de cada veículo – Informandes, Universidade e Sociedade, Cadernos ANDES-SN, página na internet, correio eletrônico... –o conjunto das informações, análises e produções coletivas do Sindicato sobre a ampla gama de questões de interesse de uma categoria voltada para o conhecimento, como a dos docentes.

Kelvin Melo

MARIA APARECIDA
CANDIDATA A PRESIDENTE

Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta

Espaço reservado para a chapa 2

A professora Maria Aparecida, apesar de informada do prazo da redação da Adufrj-SSind para recebimento de suas respostas à entrevista também endereçada para a chapa do professor Luiz Lucas, não chegou a enviar o material solicitado.

CHAPA 1
ANDES AD - AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

PRESIDENTE: Luiz Carlos Gonçalves Lucas - ADUFPel S.Sind.
1º VICE-PRESIDENTE: José Domingues de Godoi Filho - ADUFMAT S.Sind
2º VICE-PRESIDENTE: Osvaldo Coggiola - ADUSP
3ª VICE-PRESIDENTE: Maria Lia Silva e Reis - ADUCSal S.Sind
SECRETÁRIO GERAL: Celi Zulke Taffarel - APUB S. Sind
1ª SECRETÁRIA: Ana Lúcia Barbosa Faria - SINDCEFET - MG
2º SECRETÁRIO: Marlon Freire de Melo - ADUFEPE SSind.
3ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Miranda da Silva - ADUFRJ S. Sind
1º TESOUREIRO: José Vitório Zago - ADUNICAMP
2º TESOUREIRO: Antônio Luiz de Andrade - ADUNESP S.Sind
3º TESOUREIRO: Almir Serra Martins Menezes Filho - ADURN S.Sind

REGIONAL RIO DE JANEIRO
1ª VICE-PRESIDENTE: Janete Luzia Leite - ADUFRJ S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Cláudia March Frota Souza - ADUFF S.Sind
1º SECRETÁRIO: Marcelo Castanheira Ferreira - ADUNIRIO S,Sind
2º SECRETÁRIO: José Eustáchio Bruno - ASDUERJ
1º TESOUREIRO: Frederico José Falcão - ADUR RJ S. Sind
2ª TESOUREIRA: Gelta Terezinha Ramos Xavier - ADUFF S.Sind

REGIONAL NORTE I
1º VICE-PRESIDENTE: Antônio José Vale da Costa - ADUA S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Jorge Luiz Coimbra de Oliveira - ADUNIR S.Sind.
1ª SECRETÁRIA: Janari Rui Negreiros - SESDUF-RR
2ª SECRETÁRIA: Eloísa Winter Nascimento - ADUFAC S.Sind.
1º TESOUREIRO: Welton Yudi Oda - ADUA S.Sind.
2º TESOUREIRO: Edilson Lobo do Nascimento - ADUNIR S.Sind.

REGIONAL NORTE II
1ª VICE-PRESIDENTE: Vera Lucia Jacob Chaves - ADUFPA S. Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Adélia Benedita Coelho dos Santos - ADFCAP S.Sind.
1ª SECRETÁRIA: Ana Rosa Peixoto de Brito - ADUFPA S.Sind.
2ª SECRETÁRIA: Terezinha de Jesus Amaral Torres - ADUFPA S.Sind.
1º TESOUREIRO: Benedito Gomes Santos Filho - ADFCAP S.Sind.
2º TESOUREIRO: Arthur Leandro de Moraes Maroja - SINDUFAP

REGIONAL NORDESTE I
1º VICE-PRESIDENTE: José Eudes Baima Bezerra - VPR NE I
2ª VICE-PRESIDENTE: Rosilda Silva Dias - APRUMA S.Sind.
1º SECRETÁRIO: José Aléxis Bezerra Leite - ADUFPI S.Sind
2ª SECRETÁRIA: Maria Célia Leal e Silva - ADCESP S.Sind.
1º TESOUREIRO: Francisco Antônio Loiola - ADUFC S.Sind
2ª TESOUREIRA: Maria da Conceição Lobato Muniz - APRUMA S.Sind

REGIONAL NORDESTE II
1º VICE-PRESIDENTE: Josevaldo Pessoa da Cunha - ADUFPB-CG S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Zenilde M. B. de Morais - ADUFERPE S.Sind.
1ª SECRETÁRIA: Ibiraci Maria Fernandes Rocha - ADURN S.Sind
2ª SECRETÁRIA: Maria Luiza Martins Aléssio - ADUFEPE S.Sind.
1º TESOUREIRO: Rubens Freire Ribeiro - ADUFPB-JP S.Sind
2º TESOUREIRO: Emanuel Pereira Braz - ADFURRN S.Sind.

REGIONAL NORDESTE III
1ª VICE-PRESIDENTE: Maria Cristina da Rocha Mendes - ADUFAL S.Sind
2º VICE-PRESIDENTE: Antônio Ponciano Bezerra - ADUFS S.Sind
1ª SECRETÁRIA: Claudete Sales Sampaio - ADUFS S.Sind
2º SECRETÁRIO: Ferdinand Martins da Silva - ADUSC S.Sind
1ª TESOUREIRA: Terezinha Maria Barros Santos - ADUCSAL S.Sind
2º TESOUREIRO: Harmensz Van Rin Morais de Assis - APUNI S.Sind.

REGIONAL PLANALTO
1º VICE-PRESIDENTE: Alcir Horácio da Silva - ADUFG S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Ana Carla Dias Carvalho - ADCAC S.Sind.
1ª SECRETÁRIA: Alejandra Leonor Pascual - ADUnB S. Sind
2º SECRETÁRIO: Enoch José da Mata - ADUFG S.Sind.
1ª TESOUREIRA: Sílvia Rosa Silva Zanolla - ADUFG S.Sind
2ª TESOUREIRA: Zilda de Fátima Mariano - ADCAJ S.Sind

REGIONAL PANTANAL
1º VICE-PRESIDENTE: Carlos Roberto Sanches - ADUFMAT S.Sind
2º VICE-PRESIDENTE: Mário Luiz Alves - ADourados S. Sind.
1º SECRETÁRIO: Aquiles Lazzarotto - ADUFMAT S.Sind
2º SECRETÁRIO: Hermano J. H. de Melo - ADUFMS S.Sind.
1º TESOUREIRO: Pedro de Assis e Silva Filho - ADUFMAT S.Sind
2º TESOUREIRO: Odival Faccenda - ADUEMS S. Sind.

REGIONAL LESTE
1ª VICE-PRESIDENTE: Elisabeth Orletti - ADUFES S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Angela M. S. Ferreira - ASPUV S.Sind
1ª SECRETÁRIA: Maria Rosimary Soares dos Santos - APUBH S.Sind.
2ª SECRETÁRIA: Eunice Maria Godinho Morando - APESJF S.Sind
1º TESOUREIRO: Gilberto Marques Pereira - SINDCEFET-MG
2º TESOUREIRO: Valter Pires Pereira - ADUFES S.Sind

REGIONAL SÃO PAULO
1ª VICE-PRESIDENTE: Marília Leite Washington - ADUFSCar S.Sind
2º VICE-PRESIDENTE: Elisaldo L. A Carlini - ADUNIFESP S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Marco Antonio Sperl de Faria - ADUNIMEP S.Sind
2ª SECRETÁRIA: Ana Maria Ramos Estevão - ADUNESP S. Sind
1º TESOUREIRO: Adolpho Hengeltraub - ADUNICAMP
2º TESOUREIRO: Rubens Barbosa de Camargo - ADUSP S.Sind.

REGIONAL SUL
1º VICE-PRESIDENTE: Antonio de Pádua Bosi - ADUNIOESTE S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: João Francisco Ricardo K. Negrão - APUFPR S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Luiz Allan Kunzle - SINDOCEFET-PR
2º SECRETÁRIO: Evaristo Colman - ADUEL
1º TESOUREIRO: Adilson Gil Tavares - SINDOCEFET-PR
2º TESOUREIRO: Cássio Joaquim Moletta - APUFPR S.Sind.

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
1ª VICE-PRESIDENTE: Ceres Maria Ramires Torres - ADUFPEL S.Sind
2ª VICE-PRESIDENTE: Leda Carmen Wulff Gobetti - ADUFRGS S.Sind
1º SECRETÁRIO: Francisco Carlos Duarte Vitória - ADUFPel S.Sind
2ª SECRETÁRIA: Rejane Terezinha Pereira dos Santos - SEDUFSM
1º TESOUREIRO: Ângelo F. Maffissoni - APROFURG S.Sind.
2º TESOUREIRO: Nelton Luis Dresch - ADUFRGS S.Sind.

CHAPA 2
UMA NOVA ANDES É POSSÍVEL: PLURAL E DE LUTA

PRESIDENTE: Maria Aparecida Ramos de Menezes - ADUFPB-JP S.Sind.
SECRETÁRIO GERAL: Helena Serra Azul Monteiro - ADUFC S.Sind.
1º TESOUREIRO: Rubens Constantino Volpe Weyne - ADUFRGS S.Sind.
1º VICE-PRESIDENTE: Fernando Arthur Freitas Neves -ADUFPA S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Joviniano Soares de Carvalho - APUB S.Sind.
3º VICE-PRESIDENTE: Rosângela Carrusca Alvim - APUBH S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Maria Auxiliadora Leal Campos - ADUPE S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Eliane Leão - ADUFG S.Sind.
3º SECRETÁRIO: José Mastrangelo - ADUFAC S.Sind.
2º TESOUREIRO: Osni Jacó da Silva - APUFSC S.Sind.
3º TESOUREIRO: Sergio Gonçalves Corrêa -ADCEFET-RJ S.Sind.

REGIONAL RIO DE JANEIRO
1º VICE-PRESIDENTE: Paulo Roberto Monteiro Peres - ADUFRJ S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Willian Gonçalves Soares - ADUNI-RIO S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Julio Cezar Vaz da Silva - ADCEFET-RJ S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Inês Emília de Moraes S.Patrício - ADUFF S.Sind.
1º TESOUREIRO: Ricardo Santos - ASDUERJ
2ºTESOUREIRO: Dario de Souza Castello - ADUFF S.Sind.

REGIONAL NORTE I
1º VICE-PRESIDENTE: Antônio Levino da Silva Neto - ADUA S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Lucas Araújo Carvalho - ADUFAC S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Lucicléia Barreto Queiroz - ADUFAC S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Luiz Alberto Pessoni - SESDUF-RR
1º TESOUREIRO: Selma Sueli Baçal de Oliveira - ADUA S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Ise de Goreth Silva - SESDUFRR S.Sind.

REGIONAL NORTE II
1º VICE-PRESIDENTE: Ari de Sousa Loureiro - ADUFPA S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Marilucia Barros de Oliveira - ADUFPA S.Sind.
1º SECRETÁRIO: José Wilson Nunes Fernandes - ADUFPA S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Wilson da Costa Barroso - ADUFPA S.Sind.
1º TESOUREIRO: Aluizio Fernandes da Silva Junior - ADUFPA S.Sind.
2º TESOUREIRO: Raimundo Bartolomeu Pereira de Souza - ADUFPA S.Sind.

REGIONAL NORDESTE I
1º VICE-PRESIDENTE: Cleide Maria Teixeira Veloso dos Passos - ADCESP S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Sandra Helena de Souza - ADUNIFOR S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Lucineide Morais de Souza - ADUFPI S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Pedro Alberto Campelo - ADUFC S.Sind.
1º TESOUREIRO: Mario Ângelo de Meneses Sousa - ADUFPI S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Aécio Alves de Oliveira - ADUFC S.Sind.

REGIONAL NORDESTE II
1º VICE-PRESIDENTE: José Cristovão de Andrade - ADUEPB S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Simone Elizabeth Duarte Coutinho - ADUFPB-JP S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Pedro Antônio de Lima Santos - ADURN S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Hermano Nepomuceno Araújo - ADUFPB-CG S.Sind.
1º TESOUREIRO: Cícero Monteiro de Souza - ADUFERPE S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Florival Rodrigues de Carvalho - ADUFEPE S.Sind.

REGIONAL NORDESTE III
1º VICE-PRESIDENTE: Maria Rita de Oliveira Oliveira - APUB S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Antonio Passos Lima - ADUFAL S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Dulce Maria Mafra Oliveira - ADUSB
2º SECRETÁRIO: Ruy Aguiar Dias - ADUNEB S.Sind.
1º TESOUREIRO: Gardênia Maria Tavares da Silva - ADUFAL S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Maria Pontes de Aguiar Campos - ADUFS S.Sind.

REGIONAL PLANALTO
1º VICE-PRESIDENTE: Ana Lucia Carneiro Sarmento - ADUNB S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Abraão Garcia Gomes - ADUFG S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Iara Barreto - ADUFG S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Ronaldo da Silva - ADCAC S.Sind.
1º TESOUREIRO: João Batista de Deus - ADUFG S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Ebnezer Maurilio Nogueira da Silva - ADUNB S.Sind.

REGIONAL PANTANAL
1º VICE-PRESIDENTE: Paulo Marcos Esselin - ADUFMS S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Anderson Glreller Froehlich - ADUNEMAT S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Antonio Firmino de Oliveira Neto - ADUFMS S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Ruy Ferreira - ADUFMAT/Roo S.Sind.
1º TESOUREIRO: Lauro Bulaty - ADUFMS S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Jeovani Lemes de Oliveira - ADUNEMAT S.Sind.

REGIONAL LESTE
1º VICE-PRESIDENTE: João Mauricio Lima de Figueiredo Mota - APUBH S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Angelo Gil Pezzino Rangel - ADUFES S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Lucio Flávio F. Costa - ADUNIMONTES S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Manoel Ribeiro da Silva - APROEFEI S.Sind.
1º TESOUREIRO: Jaime Roberto Teixeira Rios - ADUFOP S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Maria Cândida de Pádua Coelho - ADUFU S.Sind.

REGIONAL SÃO PAULO
1º VICE-PRESIDENTE: Emerson Pires Leal - ADUFSCar S.Sind.
2º VICE-PRESIDENTE: Matilde Alzeni dos Santos Melo - ADUFSCar S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Dilma de Melo Silva -ADUSP S.Sind.
2º SECRETÁRIO: José Ricardo Figueiredo - ADUNICAMP
1º TESOUREIRO: Fátima Maria Balduíno dos Santos - ADUFSCar S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Luis Alfredo Chinali - ADUNESP S.Sind.

REGIONAL SUL
1º VICE-PRESIDENTE: Paulo Cesar de Freitas Mathias - VPR-SUL
2º VICE-PRESIDENTE: Elizabeth de Araujo Schwarz - APUFPR S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Milton Divino Muniz - APUFSC S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Maria Helena Almança - APUFSC S.Sind.
1º TESOUREIRO: Rosana Moreira da Rocha - APUFPR S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Bernadete Wrublevski Aued - APUFSC S.Sind.

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
1º VICE-PRESIDENTE: João Eduardo da Silva Pereira - SEDUFSM
2º VICE-PRESIDENTE: Regina Helena Rodrigues Gonçalvez - ADUFPEL S.Sind.
1º SECRETÁRIO: Ligia Maria Ávila Chiarelli - ADUFPEL S.Sind.
2º SECRETÁRIO: Daniela Marzola Fialho - ADUFRGS S.Sind.
1º TESOUREIRO: Maria Conceição Tassinari Stumpf - ADUFRGS S.Sind.
2ºTESOUREIRO: Joel Abílio Pinto dos Santos - SEDUFSM

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 61 • 27 de maio de 2002

Professores da rede estadual encerram greve
Página 2

Incorporação de gratificações deve conduzir a campanha salarial
Página 3

Soberania, sim; Alca, não
Páginas 4 e 5

Maioria das Unidades ainda não opera no SIGA
Páginas 6 e 7

Chapa 1- Autônoma e Democrática vence eleição do Andes-SN

Até 19h30 do dia de fechamento desta edição (24/5), a chapa 1 (Andes AD Autônoma e Democrática) vencia as eleições para direção do Andes-SN com 10.825 votos contra 6.336 atribuídos à chapa 2 (Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta). O resultado oficial só seria conhecido no sábado (25/5), quando seriam computados os votos de todas as seções sindicais pela Comissão Eleitoral Central. Ainda assim, não havia chance de alteração das posições entre as chapas. Na UFRJ, a chapa conseguiu 550 dos votos válidos dos docentes da universidade contra 89 da chapa 2 (Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta). Houve ainda 20 votos nulos e 17 brancos.

Página 8

Chapa única se inscreve para eleições da Adufrj-SSind

Na última sexta-feira (24/5), foi inscrita a chapa Adufrj – Transparência, Democracia e Autonomia para as eleições da próxima diretoria da entidade, com os seguintes nomes: Cleusa dos Santos, professora da Escola de Serviço Social (candidata a presidente); José Luciano de Souza Menezes, da Escola de Engenharia (candidato a 1º vice-presidente) e José Henrique Sanglard, também da E. Engenharia (candidato a 1º tesoureiro). Para ocupar um dos cargos vagos (a diretoria pode ser formada por até 7 nomes), a chapa indicou desde já o nome do professor Arthur Arruda Leal Ferreira (do Instituto de Psicologia), que ainda se encontra na condição de chefe de departamento e apenas aguarda a publicação de portaria com a nomeação do novo chefe do departamento, recém-eleito. De acordo com o estatuto da Adufrj-SSind, nenhum professor que ocupa cargo institucional pode se candidatar à diretoria da seção sindical. Nas próximas edições, o jornal publicará a carta-programa da chapa inscrita. De antemão, seus componentes se comprometem a realizar discussões abertas para completar os cargos vagos.

Jurídico

Ação da Correção do FGTS

A Adufrj – Seção Sindical move uma ação coletiva para rever as perdas no FGTS provocadas pelos expurgos dos Planos Verão e Collor. Nesta ação – que tramita na 6ª Vara Federal sob o nº 2000.5101021791-3 – apresentamos uma lista de todos os nossos associados até julho de 2000.

A Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind também está movendo ações individuais perante os Juizados Especiais Federais (pequenas causas, até quem tem 12 mil a receber) ou a Justiça Federal (para quem tem mais de 12 mil reais a receber). Como a proposta do governo é rebaixada, principalmente para categorias como a dos professores, que em sua maioria receberão além de 2 mil reais, estamos desaconselhando a adesão ao acordo do governo.

Caso o (a) Professor (a) tenha interesse em obter mais informações e/ou ajuizar uma ação contra a Caixa Econômica Federal procure o nosso Plantão Jurídico com a documentação necessária, cuja relação encontra-se na Secretaria da Adufrj–SSind.

Atenciosamente,
Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind

Movimento

Professores da rede estadual encerram greve

Sepe-RJ vai lutar pelo adiamento das datas de vestibular para garantir direitos dos alunos

Após 77 dias em greve, os professores da rede pública estadual decidiram em assembléia realizada em 21 de maio, na Concha Acústica da Uerj, retornar às salas de aula. O movimento conseguiu importantes conquistas junto ao governo, como a criação de uma comissão para incluir no orçamento de 2003 o pagamento de atrasados do plano de 1996; a padronização da carga horária dos funcionários em 30 horas semanais; o adicional de R$ 50 para professores a partir de maio, no pagamento relativo a abril, e o abono das faltas nos dias de greve, entre outras vitórias.

Em entrevista ao jornal O Fluminense (em 22/5), o coordenador do Sepe-RJ (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do RJ), Sérgio Aurnheimer afirmou que a proposta do governo estadual de escalonamento do Plano de Cargos e Salários (PCS) agradou a muitos docentes, mas deixou um alerta: "Provamos que a greve teve a adesão de toda categoria, conseguindo do governo uma proposta, mesmo estando longe do que vínhamos pleiteando. O Sepe não descarta a possibilidade de uma nova greve, caso aconteça um recuo do governo em relação ao que nos vem acenando", afirmou.

Kelvin Melo

ALUNOS QUEREM ADIAMENTO DO CONCURSO

Ainda segundo Sérgio, o sindicato pretende continuar a luta pela modificação das datas dos vestibulares da Uerj e da Uenf. "Se for necessário, entraremos com uma medida judicial para mudar a data das provas", completou. No véspera da assembléia que determinou o encerramento da greve, o Sepe entregou um documento à reitora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Nilcéa Freire, pedindo o adiamento do vestibular da instituição.

Segundo matéria divulgada na página eletrônica do Andes-SN (www.andes.org.br), o documento, que tinha por destinatários a reitora e os membros dos conselhos superiores da universidade, baseia-se no fato de que a rede estadual de ensino não iniciou o ano letivo de 2002, já que a greve dos profissionais das escolas estaduais teve início no dia 6 de março e ultrapassou 70 dias, o que prejudicou o calendário do primeiro semestre. O Sepe alegou, também, que cerca de 32 mil das 75 mil inscrições efetivadas para o vestibular 2003 da Uerj provêm de alunos da rede pública, segundo dados da Secretaria de Estado de Educação. O sindicato reivindica que esta parcela, que representa quase 50% do total das inscrições, tenha o mesmo direito dos outros inscritos. Como a primeira prova do vestibular 2003 está prevista para 9 de junho, seria fundamental que os alunos das escolas públicas revisassem os conteúdos do ensino médio junto de seus professores, e que tenham oportunidade de assistir às aulas repostas e de se preparar para as outras fases do vestibular.

Diversos outros setores apóiam a reivindicação do Sepe e se encontram mobilizados para sensibilizar a direção da Uerj, como a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES); a Associação dos Docentes da Uerj (Asduerj); o Sindicato dos Técnicos Administrativos da Uerj (Sintuperj), a Central Única dos Trabalhadores (CUT-RJ); grêmios estudantis de diversas escolas estaduais, entre outros.

Plebiscito repudia Provão na UFRJ

Em todo o país, de meados de abril até a semana passada, os estudantes do ensino superior se manifestaram sobre o Provão do MEC. A iniciativa foi organizada pela UNE e pelo Fórum de Executivas e Federações de Cursos e tinha o objetivo de repudiar o instrumento avaliador do ministério por vários motivos acadêmicos. O resultado oficial da consulta só sai neste dia 27, depois de uma reunião da coordenação nacional do plebiscito que aconteceria em São Paulo nos dias 25 e 26 de maio.

Leia ao lado as questões propostas e o resultado da UFRJ, onde 1.523 alunos participaram do pleito:

QUESTÃO 1 - **O governo federal gastou com o Ensino Superior R$ 6,1 bilhões em 1995 e R$ 5,5 bilhões em 1999* o que representa uma redução da ordem de 9,8% dos recursos. No mesmo período foram abertas 3 instituições públicas federais de ensino superior e 221 instituições privadas. O provão serve como instrumento para a implementação desse projeto, uma vez que se propõe a ser critério para fechamento de cursos, para distribuição de verbas e incentivos ao mesmo tempo que é utilizado como instrumento de mídia pelo setor privado. Você concorda com a política do MEC de desobrigação do Estado da educação pública e gratuita?**

*valores corrigidos e expressos em preços médio de 1999

Sim – 1,97% Não – 97,05%
Brancos – 0,59% Nulos – 0,39%

QUESTÃO 2 - **O provão, utilizado pelo MEC como principal instrumento de avaliação das instituições de ensino superior, consiste em uma prova, padronizada nacionalmente e destinada somente aos estudantes que estão concluindo o curso. Desconsidera os objetivos, as especificidades, a autonomia e a inserção social de cada instituição. Seus resultados são divulgados na forma de um ranking onde as instituições são classificadas por conceitos (A, B, C, D e E) Você concorda que as instituições de ensino superior sejam avaliadas dessa forma?**

Sim – 15,82% Não – 83,19%
Brancos – 0,46% Nulos – 0,46%

QUESTÃO 3 - **Segundo o MEC, os altos índices de comparecimento ao provão atestam a aceitação desse exame por parte de estudantes e instituições. Entretanto, os estudantes que não comparecem à prova são impedidos de receber seu diploma, conforme determina o artigo 3º da lei 9131/95. Você concorda com a vinculação do recebimento do diploma à obrigação de comparecer ao provão?**

Sim – 7,44% Não – 91,83%
Brancos – 0,26% Nulos – 0,46%

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Incorporação de gratificações deve conduzir a campanha salarial

A Campanha Salarial 2002 enfrenta dificuldades relacionadas ao tempo escasso para intervir nas alterações das diretrizes orçamentárias de 2003 (o tema deve ser votado até o final do mês de junho no Congresso) e à pouca mobilização nas bases. Por conta disso, a pauta de luta dos servidores públicos federais deverá se traduzir em reivindicação por itens específicos, entre os quais se destaca a questão da incorporação das gratificações. O assunto foi discutido na reunião do Setor das Federais, realizada em 18/5, em Brasília, com a participação de cinco diretores do Andes-SN e 23 representantes das seções sindicais. A Adufrj-SSind se fez representar pela vice-presidente da entidade, Cleusa Santos.

Além da questão salarial, foi indicada à Direção Nacional a necessidade de se fazer um balanço crítico das negociações com o MEC após a greve do ano passado (veja matéria nesta página). O documento será encaminhado às seções sindicais para avaliação.

MEC sob pressão

O Setor das Federais encaminhou várias iniciativas para pressionar o ministério pelo efetivo cumprimento do Termo de Acordo, assinado ao final da greve. Entre elas, deverá ser construído um Dia Nacional de Paralisação, em conjunto com outras entidades da Educação; contatos com parlamentares para interceder a favor dos docentes e uma campanha nacional de denúncia da postura do governo nas mesas de negociação. As Assembléias Gerais das seções sindicais também deverão reforçar o apoio às negociações nas mesas. Para tratar da questão salarial, serão feitos os cálculos do impacto dos custos econômicos e sociais da pauta de reivindicação. Além disso, será conversado com as demais entidades do campo da Educação a agenda de autonomia universitária.

MEC quer atacar novamente a autonomia universitária

Em reunião no dia 15/5, o secretário da SESu, Sá Barreto, informou que recebeu uma nova proposta de anteprojeto de lei orgânica de autonomia universitária da Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). A tal proposta ainda não é definitiva e dependia de sugestões dos reitores (com prazo até o fim deste mês de maio). Sá Barreto argumentou que pretende fazer uma análise do conteúdo e levar ao conhecimento do ministro tão logo tenha o projeto final em mãos. Para ele, diferentemente da opinião de todas as entidades presentes à reunião, as questões do financiamento, das carreiras e da gestão de recursos humanos só será resolvida com a regulamentação do artigo 207 da Constituição Federal (que trata da autonomia universitária). Foi combinada a realização de um seminário nacional sobre autonomia universitária, em Brasília, no dia 17 de junho e Sá Barreto aceitou participar da iniciativa.

O Andes-SN tem decisão congressual pela defesa da auto-aplicabilidade do artigo 207 da CF e do princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, combatendo as propostas de legislação infraconstitucional ou de Emenda Constitucional que tenham o objetivo de regulamentar a autonomia universitária.

Concursos

O MEC reconheceu a dívida do governo com os concursos para o ensino de 1º e 2º graus. Mas, assim mesmo, não vai resolver a questão. Essas foram as notícias do diretor da SESu, José Valente, na continuidade da reunião, ao falar sobre vagas e concursos entre o MEC e as entidades sindicais (além da UNE). Segundo Valente, a previsão de um total de 500 vagas para os 1º e 2º graus constará na proposta orçamentária de 2003. Para este ano, o dirigente garante apenas as 2,2 mil vagas para técnico-administrativos (apenas nos HUs), 500 vagas de docentes para o 3º grau e 300 vagas para docentes da recém-criada Universidade Federal de Tocantins.

Reunião sobre HUs sem resultado

Os representantes do Ministério da Educação continuaram se fingindo de mortos (ou de "muito vivos") nas demais mesas de negociação com as entidades sindicais após a greve do ano passado. Em reunião agendada para o dia 20/5 para tratar da situação dos hospitais universitários, houve dificuldades na recepção aos diretores dos sindicatos pela SESu. Finalmente iniciada a reunião – 50 minutos depois do combinado -, o secretário José Valente fez algumas observações sobre o tema e, menos de uma hora depois, se retirou à la Vilhena (disse que sairia "por alguns minutos" e não mais retornou à sala). Os sindicalistas saíram indignados. Enquanto houve discussão, no entanto, Valente opinou que o tempo disponível para encaminhar concursos para os HUs era reduzido devido ao ano eleitoral e acreditava que o problema ficaria para o próximo governo. Neste ano, o MEC abriu concurso para 2,2 mil vagas, porém, o déficit do setor é de mais de 20 mil profissionais.

Assistência Estudantil

Estava prevista para o dia 21/5 uma mesa de negociação entre MEC e entidades sobre Assistência Estudantil, porém, até o fechamento desta edição (24/5), não chegou às seções sindicais um relato sobre o encontro.

URGENTE

Paulo Renato defende comércio de serviços educacionais

O ministro da Educação, Paulo Renato, deve ter passado dois dias de rei na semana passada. Ele participou, nos dias 23 e 24, em Washington, do fórum sobre "Comércio de Serviços Educacionais", onde seria discutida a demanda por Educação pós-secundária. O evento foi promovido por, nada mais, nada menos, do que o Banco Mundial (Bird) e a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No dia 23, o ministro participou do painel "'Como a demanda global por Educação pós-secundária pode ser atendida?". A exposição de Paulo Renato seria centrada nas modificações feitas na legislação educacional a partir de 95 que possibilitaram avançar (sic) nos processos de credenciamento de instituições de Educação em todos os níveis de ensino. A nota é da assessoria do MEC.

O objetivo do painel era mostrar como os sistemas públicos estão trabalhando no mundo para responder à crescente necessidade de acesso à Educação pós-secundária e "como os sistemas nacionais podem expandir-se deliberadamente ou **deixar de impor obstáculos às instituições que oferecem serviços educacionais não estatais"** (grifo da redação da Adufrj-SSind).

Resenha

Andifes contrária à cobrança de mensalidades

O novo presidente da Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Mozart Neves Ramos, é contra a proposta do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, de cobrar mensalidade nas universidades federais. De acordo com declarações do ministro, em alguns anos, o sistema público terá que repensar seu financiamento. O valor das mensalidades, segundo Paulo Renato, deveria ser proporcional à renda familiar do aluno. Para Ramos, que também é reitor da Universidade Federal de Pernambuco, este tipo de cobrança não resolve o problema e amplia ainda mais o "apartheid" no ensino superior do país, de acordo com matéria na Folha Dirigida, de 9 de maio.

Paulo Renato apoiou chapa 2 para o Sindicato

Deu na Folha de S. Paulo, na coluna "Painel", em 19 de maio: "O ministro Paulo Renato (Educação) apóia a chapa 2, formada por PT e PC do B, para a eleição da diretoria da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, que ocorre na próxima quarta-feira (22/5)"

Alca vai engolir setor industrial do país

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) concluiu uma pesquisa que identifica 11 setores industriais nacionais (de um total de 23) como bastante vulneráveis à criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Para 72% dos empresários ouvidos pelo Iedi, o Brasil ainda não tem condições de concorrer em igualdade com as importações dos países da Alca, em especial dos Estados Unidos. Fonte: O Globo (21/5).

Alunos em greve pela contratação de docentes

Matéria da Folha de S. Paulo (de 20/5) destaca a greve de alunos da USP pela contratação de professores. Desde 29 de abril, os estudantes do curso de Letras deixaram de ir às aulas. Mas, nos últimos dias, o movimento ganhou a adesão de colegas das áreas de Geografia, História, Filosofia e Ciências Sociais. Segundo levantamento que está sendo feito pelos estudantes, seria necessária a contratação de mais 330 professores ao longo dos próximos três anos. Eles prometem manter a greve até que a reitoria tenha uma resposta efetiva para as reivindicações.

Internacional

Soberania, sim;

Secretário de Relações Internacionais da CUT faz palestra no Rio sobre implicações do possível acordo na região das Américas

A preservação da soberania, a situação de desigualdade econômica entre as partes envolvidas e a forma de regulamentação proposta são motivos mais que suficientes para o Brasil rejeitar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A conclusão apareceu em seminário realizado no auditório da CUT-RJ no último dia 15 de maio, com a presença do secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores, Kjeld Jakobsen. Para Kjeld, a Alca, tal como está elaborada, não é vantajosa.

De acordo com ele, o acordo envolveria 34 nações do continente e significaria a submissão do pouco que ainda resta de patrimônio dos países periféricos aos desígnios norte-americanos. No entanto, o dirigente aproveitou a ocasião para negar que a CUT defenda o isolamento do Brasil. "Todo país, socialista ou capitalista, precisa realizar comércio internacional", disse. O secretário cutista defendeu, no momento, um comércio mais pontual, de país para país, "que é trabalhoso, mas dá mais resultados a médio e a longo prazo".

Acordo para massacrar os menores

"Livre comércio é um conceito teórico, mas vamos dizer que isso realmente existisse", sugeriu Kjeld. "Os EUA possuem 73% do PIB do continente; o Brasil, 6%. O que vai acontecer? É como colocar para lutar o Mike Tyson contra o Costinha. Existe uma grande assimetria entre os participantes: diferença de tecnologia e mão-de-obra qualificada, por exemplo. E o mesmo caso vai se verificar entre Brasil e Haiti. É um acordo para massacrar quem é menor", contou.

O mecanismo de proteção inserido na legislação preliminar da Alca sobre investimentos é uma condição singular que também deveria inviabilizar qualquer possibilidade de adesão ao acordo. Segundo Kjeld, assim como fizeram no Nafta (tratado de livre comércio entre EUA, México e o Canadá), existe um capítulo preparado para proteger os investimentos das megaempresas. E os governos (e, portanto, os contribuintes) é que pagam a conta. "Segue, mais ou menos, o pensamento do seguro do apagão. As empresas investiram, aconteceu algo errado, os governos devem dar algum tipo de retorno", disse.

A preservação da soberania é outro motivo para rejeitar a Alca. "Estamos (na CUT) buscando juristas que nos auxiliem a identificar os pontos de confronto do acordo da Alca com a Constituição brasileira", afirmou.

Plebiscito sobre a Alca

O dirigente sindical está bastante esperançoso com o organização do Ple-

Evolução do liberalismo

Antes da Alca propriamente dita, Kjeld voltou bastante no tempo para falar de comércio internacional e deu uma breve aula sobre os organismos internacionais, como o FMI, Banco Mundial, BID e OMC.

De acordo com ele, nos séculos XVIII e XIX, as tarifas alfandegárias (quando existiam) tinham a função mais de financiar os Estados nacionais do que limitar o trânsito de mercadorias. Para exemplificar, o dirigente da CUT contou que tais tarifas representavam 80% da receita dos EUA, no século XIX.

Em 1929, vem a famosa Depressão – resultado do declínio das vendas do setor produtivo americano, graças à recuperação pós-guerra dos países europeus. A crise se espalha pelo mundo devido à interdependência do sistema capitalista. "Um fenômeno do qual não se tinha conhecimento; o desemprego chegou a mais de 30% da população dos EUA, direitos foram retirados; salários, reduzidos", disse. Passado o "susto", os países capitalistas (que tinham condições de fazê-lo) passam a defender suas economias como nunca. O resultado é o aumento indiscriminado de tarifas sobre importados. "Até o Brasil fez isso com o café", afirmou.

Surge o Keynesianismo, teoria do inglês John Maynard Keynes pela qual o Estado exerce importante papel na regulação da economia. "E isso existe até hoje. Não viram o (presidente americano) Bush financiando a agricultura do país com a *Farm Bill*?", questionou Kjeld.

E quando o capitalismo parecia se acomodar de novo, veio a II Guerra Mundial.

Logo no pós-guerra, os países começam a pensar regras para o mundo evitar tais "desastres". Na famosa Conferência de Bretton Woods (1944), são articuladas as maneiras de financiar a reconstrução. Surgem o Banco Mundial e o FMI. Neste ponto, o dirigente cutista destacou: "Embora o liberalismo tivesse sido desmoralizado através de suas crises, o FMI continua sendo eminentemente liberal. Não gastar mais do que arrecada, como apregoam os técnicos do Fundo, não é um princípio keynesiano, por exemplo. Segundo Keynes, o Estado pode até se endividar em certo momento para se desenvolver", explicou.

O surgimento da OMC

Durante sua palestra, Kjeld lançou uma dúvida aos presentes: "Por que a Organização Mundial do Comércio (OMC) somente surge em 1994, 50 anos depois de Bretton Woods?" A resposta é simples: os americanos não queriam um órgão regulador de seu comércio, interferindo em sua economia superprotegida. Kjeld observou que, após a Depressão de 29, os EUA criaram uma legislação bastante peculiar de *antidumping* (a legislação *antidumping* é utilizada, na forma de sobretaxa, contra a importação de produtos cujo preço de exportação é inferior ao praticado no mercado interno do exportador - prática considerada contrária aos princípios comerciais da OMC).

Isso sem falar na já tradicional política norte-americana de isolamento do mundo (só entraram na II Guerra quando atacados e só constituíram um similar do nosso ministério de Relações Exteriores no pós-guerra. "O governo tem o direito de impedir a importação que prejudique a produção local (presente ou que tenha futuro)", disse. Uma OMC nunca poderia funcionar nestes termos. E a grande verdade é que a OMC funciona até hoje mal das pernas, de acordo com o sindicalista. "Quem tem a 'legitimidade' é o FMI. Na OMC, cada país tem um voto. No FMI, as decisões são tomadas pelos maiores acionistas (EUA é o principal, claro)", observou. Este último é que decide.

O GATT

Na conjuntura de pós-guerra, só foi possível a criação do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), que funcionava através de rodadas de negociação até 1994 (a OMC tem início em janeiro de 1995). Kjeld não perdeu a oportunidade de lembrar que a última rodada de negociações (do Uruguai) relativa ao GATT produziu um impacto significativo na economia da América Latina: os pa-

Alca, não

biscito sobre a Alca, previsto para ocorrer no início de setembro, com o objetivo de mobilizar milhares de brasileiros sobre o tema. Segundo ele, existe uma pré-disposição grande contra a Alca entre os movimentos sindicais de todos os países, até mesmo entre os americanos (que perderam milhares de postos de trabalho com o Nafta e vêem com maus olhos este acordo ainda mais amplo das Américas). Isso sem falar no presente sentimento anti-americano nos países periféricos. Mas Kjeld fez um alerta: "O plebiscito não é o fim. O assunto merece muito debate. No início da administração FHC, o governo fez quase tudo o que bem quis com relação aos trabalhadores. Agora, a correlação de forças mudou. São oito anos de desgaste. E ainda restam dois anos e seis meses para impedir o acordo", comentou. A última reunião dos negociadores do acordo, realizada em 2001, em Quebec, estabeleceu o dia 1º de janeiro de 2005 como o marco inicial da Área de Livre Comércio das Américas.

"Alternativas para as Américas"

Como uma solução a longo prazo para substituir a proposta da Alca, o secretário da CUT apresentou o movimento da Cúpula Popular das Américas, surgido em 1998, em Santiago (Chile). Em documento que pode ser acessado pela internet (http://www.asc-hsa.org/pdf/alterpor.pdf), os organizadores da Cúpula pregam a resistência ao neoliberalismo. E, como diz o próprio nome do documento básico da entidade ("Alternativas para as Américas"), mostram opções para os povos do continente diferentes das sugeridas pela Alca. Ambiente, trabalho, imigração, a função do Estado, finanças, desenvolvimento energétivo viável e agricultura são alguns dos temas abordados no texto.

Rápidas sobre a Alca

A CUT vem escrevendo sobre o assunto desde 1996, mas a Alca só começou a merecer mais atenção desde a reunião preparatória para formalização do acordo realizada em Quebec (há cerca de um ano). Ainda assim, a discussão ainda é considerada bastante restrita a um círculo de interessados. A esperança da direção da central sindical é que o Plebiscito ajude a amplificar o debate.

A Plenária da CUT, realizada nos dias 8 a 11 de maio, em São Paulo (SP), discutiu a política de Relações Internacionais da entidade. Foi confirmada a posição já estabelecida de contrariedade à Alca. De novidade, surgiu o apoio ao povo palestino e ao Timor Leste.

Em relação aos candidatos presidencialistas (até o dia do seminário), o secretário da CUT não identificou posicionamentos firmes sobre a questão da Alca. "O Serra e o Ciro são liberais; o Garotinho não mostra preocupação com isso e o Lula também deixa a desejar na formulação de políticas internacionais", analisou. O dirigente cutista acredita que o debate ainda vai aparecer na campanha com mais força. "Não como tema central, mas vai aparecer", completou.

íses reduziram suas tarifas sobre importados, em média, em 25%. Isso ocorreu durante as gestões de Fernando Collor e Itamar Franco – e este último, para quem não se recorda, nomeou Fernando Henrique para ministro das Relações Exteriores. Não é à toa, portanto, que o atual presidente do país defende a Alca desde que não seja um acordo tão escancaradamente negativo para o Brasil, como está configurado hoje em dia.

O BID

Em 1948, com a Europa sendo reconstruída com o apoio do Plano Marshall, a Organização dos Estados Americanos (OEA) reclamou uma postura semelhante em relação a seus países-membros. A resposta por parte do governo americano foi curta e grossa: "O que vocês precisam é de livre comércio. *Trade, not aid* (comércio, não ajuda)!", disseram. E assim foram constituídos os bancos regionais de apoio: o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o Banco Asiático e o Banco Africano

Os anos de ouro

Dos anos 50 aos anos 70, o capitalismo viveu seus chamados "anos de ouro". O dinheiro excedente que não era investido em produção passou a ser usado nos países pobres por meio desses organismos internacionais. Inicialmente a juros baixos, o processo se acelerou visando ao lucro rápido. E teve início a especulação.

O Mercosul

Aprendidos os conceitos básicos sobre a criação dos organismos internacionais, Kjeld voltou-se para a situação atual do comércio exterior do Brasil. Vinculado ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) desde março de 1991, o país tenta garantir, dentro deste bloco (com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai) e guardadas as devidas proporções, uma situação semelhante à da União Européia, onde se exerce a integração econômica, em vez de um mero tratado de livre comércio. Para mostrar apenas uma diferença entre os processos em curso na Europa e na América do Sul, o dirigente ressaltou que, na UE, são quinze países e uma única moeda (o euro). O processo para efetivar a integração custou anos de planejamento e envolveu expressiva ajuda aos países mais empobrecidos do sul da Europa. Aqui nos trópicos, ajuda é quase uma palavra proibida.

No entanto, tanto lá como cá, o que gera polêmica são os aspectos sociais. O capital se beneficia e não são analisadas as situações dos trabalhadores - um item que certamente deveria ser explorado para divulgação do debate da Alca. "Do ponto de vista político, é um fator que constitui uma unidade entre os povos. O problema é que o Brasil não tem uma política de desenvolvimento para si, quanto mais para o Mercosul", disse Kjeld, alfinetando a gestão FHC.

O dirigente discorda, porém, quando dizem que o Mercosul está "morrendo". Para ele, nesta década completada de funcionamento, o empresariado já movimentou suas fábricas dentro da região também conhecida como "Cone Sul", já tem negócios em andamento e não haveria o interesse em dar esse passo para trás.

O Consenso de Washington

No final da década de 80, o Banco Mundial promoveu um seminário em Washington para analisar a situação da América Latina e seu endividamento externo. Com a presença de representantes das diversas economias (Mário Henrique Simonsen era o brasileiro presente), foram prescritas algumas receitas para os países periféricos se "acertarem".

O remédio quase matou os pacientes. O primeiro a implantar as medidas e o primeiro a sentir a crise e a pedir moratória foi o México (em 1994). O Brasil sentiu o drama em 1998 e, hoje, a bola da vez é a Argentina.

Anote

Plebiscito sobre a Alca

A Campanha Jubileu Sul/Américas é a continuidade da campanha internacional do Jubileu 2000 - por um milênio sem dívidas. Neste ano, a principal tarefa do movimento é a organização do plebiscito nacional sobre a Alca, que deverá ocorrer na Semana da Pátria, no início de setembro. O Acordo da Alca é mais do que um acordo de livre comércio, é um acordo que vai destruir a soberania nacional dos países que o firmarem, submetendo-os, todos, às leis econômicas e aos interesses do capital norte-americano. E vai reorganizar as economias latino-americanas para serem exportadoras de matérias-primas e mão-de-obra barata e importadoras de bens de consumo industrializados. O desenvolvimento autônomo nacional estará totalmente comprometido.

UFRJ

Maioria das Unidades ainda não opera novo sistema acadêmico

Técnico responsável acredita que SIGA funcionará melhor no segundo semestre

"Chegam reclamações de todos os lados". O desabafo é do sub-reitor Ricardo Gatass na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação (22/5). Gattass teve que ouvir novamente a voz desesperada de muitos conselheiros sobre a dificuldade de acesso ao Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA). "A tela congela!", reclamou a representante da Escola de Serviço Social, Lilia Pougy. "É um absurdo que um sistema tão 'bacana' não faça, no mínimo, o que o sistema 'obsoleto' (SIRAgrad) fazia", criticou a professora Vanda Freire, representante da Escola de Belas Artes.

Desde o final do ano passado, quando o SIGA foi implantado às pressas pela reitoria, alunos, professores e secretarias de ensino vêm penando para conseguir acessar ou aprender a interagir com o novo sistema. O primeiro semestre letivo de 2002 já começou e, por conta das dificuldades de acesso ao sistema, a maioria das Unidades ainda não conseguiu resolver seus problemas com previsão de turma, lançamento de notas do período passado e inscrições em disciplinas. O CEG decidiu, então, em 15 de abril, ampliar o período de inscrição até que o sistema esteja operando plenamente.

O NCE montou, em suas instalações no *campus* do Fundão, um laboratório para atendimento dos funcionários das secretarias de ensino que ainda estão sem os equipamentos necessários ou que não conseguem acessar a *Web* por falta de capacidade da rede local. A iniciativa do Núcleo não está sendo suficiente para algumas Unidades, principalmente para as que já receberam novas máquinas. Para Lilia Pougy, da ESS, os técnicos do Núcleo deveriam se deslocar até as secretarias e não o contrário. Na sessão do CEG, Lilia reivindicou: "Agora que temos computador, os técnicos do NCE devem ir até lá (*campus* da Praia Vermelha). O Gilson (funcionário responsável pelo SIGA) já nos visitou e esteve na Escola de Música (no Centro), mas tem que 'esquentar' a cadeira, não basta uma visita", reclamou.

Um dos problemas para que o sistema opere plenamente, segundo Gattass, estaria na falta de participação da própria comunidade. Para o sub-reitor, o fato de algumas Unidades insistirem em fazer as inscrições no papel estaria atrasando a implementação do sistema. "Gostaria que os professores reclamassem mais. O sistema melhora a cada dia, e a participação dos professores neste processo é fundamental", disse para a redação do Jornal da Adufrj. Gattass prometeu, ainda, a elaboração de um manual do SIGA, que espera estar pronto até o final de sua gestão na reitoria, no início de julho.

Sistema foi implantado às pressas

De acordo com Gilson Tavares, técnico do NCE, o sistema deverá estar operando melhor no segundo semestre, quando as pessoas já estarão familiarizadas com suas diversas possibilidades de uso. Para Gilson, a comunidade criou muita expectativa em relação ao SIGA, desde a sua implementação no final do ano passado, quando o *mainframe* da Unisys (máquina que operava o sistema de registro acadêmico SIRAgrad) quebrou. De acordo com o técnico, houve uma inversão no processo de desenvolvimento do sistema. "O processo de inscrição dos alunos deveria ter sido o último a ser disponibilizado", disse, comentando que a reitoria determinou que pelo menos uma das principais ferramentas do sistema deveria estar pronta naquele momento. A opção foi pôr no ar a inscrição em disciplinas, pois era o serviço mais reclamado pela comunidade. Só que para realizar a inscrição, de acordo com o técnico, era preciso que outros serviços estivessem prontos como previsão de turmas, lançamento de notas, alterações de grau e freqüência (AGF) etc. "Montar um sistema desses não é uma coisa trivial. São várias Unidades que funcionam como 'vasos' comunicantes. Para se ter uma idéia, levamos cinqüenta dias só para fazer a migração do *mainframe* para os micros da nova rede", explicou o funcionário do NCE.

Para os que questionam o processo de transição do SIRAgrad para o SIGA, Gilson explica, ainda, que não havia possibilidade de manter os dois sistemas funcionando em paralelo. Após a primeira falha geral do computador da Unisys, ainda em novembro de 2001, havia o risco de a universidade perder todo o seu banco de dados. Como a máquina da Unisys era obsoleta, não havia, segundo Gilson, outra possibilidade senão implementar o SIGA mesmo em processo de desenvolvimento. Para ele, não existia e ainda não existe, no mercado, nenhum produto pronto que atendesse às necessidades de uma estrutura como a UFRJ.

01/99 dificultou implementação do SIGA

A resolução conjunta 01/99, foi mais um fator, segundo o técnico, que forçou a implantação imediata do SIGA fora do computador da Unisys. "A questão dos blocos era um problema. O cumprimento da resolução implicava em modificar o sistema em um *mainframe* agonizante. O sistema só comportava um tipo de periodização, já o SIGA permite vários formatos de períodos, mas esta migração não é trivial", diz Gilson. De acordo com o funcionário, em dezembro, a reitoria, quando solicitou ao NCE a implementação SIGA, insistiu que fosse considerada a 01/99, com as 20 semanas de aula e os blocos de 10 semanas. Naquele momento, vale lembrar, os colegiados acadêmicos já haviam reconhecido que a resolução não tinha sido implementada na prática. As Unidades já estavam, inclusive, se posicionando pela volta a periodização de 15 semanas, com calendário único para toda a universidade, na linha da proposta de revisão da 01/99 apresentada pelos próprios conselhos (CEG/CEPG).

Lentidão da rede e aumento de acesso causam estrangulamentos

A taxa de utilização do SIRAgrad, segundo Gilson, era de 10 a 15 pessoas simultaneamente. Isto porque o sistema era exclusivo para inscrição dos alunos nas disciplinas e só quem tinha acesso efetivo eram os secretários das seções de ensino ou os coordenadores de curso. O SIGA pode se acessado por alunos, professores e funcionários das secretarias acadêmicas. Isto leva a uma taxa de mais de 700 usuários por volta das 10h da manhã, segundo Gilson.

Se a maior parte das Unidades já está com equipamentos, a lentidão da rede da UFRJ ainda é um problema. Se no Fundão e na Praia Vermelha, o *link* com a Rede Rio (*pool* de instituições) é de 10 Mbps, no IFCS, segundo Gilson, o *link* é de apenas 64Kb. Gilson acredita que com o aumento dos *links* (o do IFCS deve ser ampliado para 256Kb e há promessas de 100Mb para o Fundão) o problema do acesso vai ser resolvido.

Um pouco de paciência

Gilson faz questão de comentar uso das inscrições de alunos feitas em papel, ou as tais 'folhinhas rosas'. Para ele, a eventual necessidade de se usar a inscrição em papel não significa um retrocesso para a comunidade. O técnico lembrou que o serviço de inscrição em disciplina *on line* era usado por apenas metade das Unidades. "A outra metade usava a folha rosa, mas, ainda assim, as inscrições só eram efetivadas quando as secretarias acadêmicas entravam com os dados no sistema", disse.

UFRJ

Concepção do SIGA existe há anos

Sistema custou, até agora, R$ 250 mil do Programa de Melhoria e Gestão

A origem do projeto SIGA remonta à reitoria Paulo Alcântara, cujo vice era o magnífico interventor, José Vilhena. Desde aquela época, segundo o técnico do Núcleo de Computação Eletrônica e responsável pela implementação do novo sistema, Gilson Tavares, existia a idéia de se criar um sistema geral para toda a Universidade. Ainda na gestão de Paulo Alcântara, atual reitor de uma universidade privada carioca, a UFRJ optou por comprar um *mainframe* (computador de grande porte) da Unisys, em um financiamento de trinta e seis parcelas. O ex-reitor só esqueceu de pagar as 35 faturas restantes, e a manutenção da máquina, segundo atestam Ricardo Gattass e Gilson Tavares, era muito cara.

Quando o ex-vice de Paulo Alcântara, José Vilhena, assumiu, a dívida com a multinacional estava em curso. Quem acompanhou de perto a trajetória da reitoria intervencionista lembra das gestões do ex-sub-reitor Antônio MacDowell Figueiredo junto aos colegiados superiores para a implementação de um sistema de registro acadêmico que iria se comunicar com o Sistema de Gerenciamento Acadêmico (Sigma), produzido dentro do *mainframe* pela 'empresa-projeto' SCIRE. A SCIRE, diga-se de passagem, tem como coordenador-geral o próprio Figueiredo e funciona no Bloco I, do Centro de Tecnologia, desde 1992.

Pressão pela informatização prejudicou docentes

O Sigma também causou estragos na vida de muitos professores. A começar pela pressão da reitoria para que todo o cadastramento dos dados para efeito da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) fosse feito no Sigma. A reitoria fez de tudo para não permitir que os docentes fizessem suas declarações em papel, perdendo na Justiça para uma ação da Seção Sindical dos Docentes (Adufrj-SSind).

Opção pelo desenvolvimento institucional

Quando assumiu a sub-reitoria de graduação, em julho de 2000, Gattass anunciou que não iria manter o contrato com a Unisys e investiria no desenvolvimento do novo sistema (SIRA). Diante das críticas da comunidade ao Sigma, a equipe do NCE foi acionada para desenvolver o SIGA, que incorporaria o sistema de inscrições *on line* SIRAGrad, que operava isoladamente, no *mainframe* da Unisys. Em dezembro do ano passado, segundo Gilson Tavares, o computador da Unisys quebrou e a empresa, diante da quebra de contrato por parte da administração da universidade se recusou a consertá-la. O reparo foi feito por uma empresa terceirizada da própria Unisys e, a partir daí, a reitoria passou a cobrar a implementação imediata do sistema feito em casa. O sub-reitor Gattass informou que foram utilizados os R$ 250 mil recebidos do Programa de Melhoria de Gestão (PMG) para a compra das novas máquinas para o SIGA.

Entendendo os sistemas novo e antigo

Antigo: um *mainfame* da empresa Unisys, comprado na gestão Paulo Alcântara Gomes, em 1995. O ex-reitor só pagou a primeira das 36 parcelas do financiamento. Todo o banco de dados da universidade estava inserido ali. O Sigma, por exemplo, foi produzido dentro do *mainframe*. O equipamento já estava obsoleto e praticamente pifou, no final do ano passado. Segundo Gilson, não havia no mercado nada que atendesse à necessidade de uma instituição como a UFRJ. Para o funcionário, houve truculência por uma parte da reitoria Vilhena no processo de mudança do gerenciamento informatizado, mas reconhece o mérito do sub-reitor, Ricardo Gattas, que fez a opção pelo desenvolvimento institucional do SIGA, pela equipe do NCE.

SIGA: Conjunto de servidores baseado em tecnologia Intel. Permite a comunicação de todos os bancos de dados da universidade e de todas as Unidades. Permite acesso de professores, alunos e funcionários de acordo com o perfil de cada um.

Antigo: Possibilidade de apenas uma tipo de periodização por sistema. Três sistemas rodando simultaneamente com periodização distintas: um para graduação, um para a pós graduação e um terceiro para atender à Coppe .

SIGA: admite cursos com periodizações distintas, de acordo com cada Unidade, dentro de um calendário único para a graduação e pós-graduação. Neste ponto, atenderia à manifestação da maioria das Unidades até o momento, pela revisão da 01/99. A Adufrj-SSind, na assembléia do dia 16/5, aprovou a solicitação da revogação da resolução que, na prática, não foi implementada.

Antigo: trabalhava com o regime de créditos

SIGA: De acordo com Gilson, com a 01/99, os períodos são computados em horas de aula e, com a presença dos blocos, gera uma mistura de regime seriado com regime de créditos. O SIGA pode atender a esta demanda, mas Gilson não esconde que se trata de mais um componente para a complexidade do sistema. Esta questão, segundo o técnico, ainda não foi tratada no CEG. Um dos problemas em relação ao regime seriado é que a legislação pede a impressão do histórico do aluno por períodos e não com a carga horária, como está previsto na 01/99, segundo o funcionário.

Rápidas do CEG

Emperrada nomeação de diretor eleito na Odontologia

Na sessão de 22/5, o sub-reitor Ricardo Gattass fez vaga menção à situação de intervenção da Faculdade de Odontologia. "Vou solicitar que o *pro tempore* nomeado pelo reitor (Vilhena) convoque a Congregação da Unidade para nos enviar uma lista tríplice". Gattass mais uma vez deu uma de 'joão sem braço' e não divulgou a real situação da Unidade. Disse que professores estariam deixando de oferecer matérias obrigatórias, insinuando uma espécie de greve branca. Segundo o presidente do Centro Acadêmico da Odontologia, Alexei Cavalcanti, que também é representante discente na Congregação da Unidade, não existe nenhuma greve. "O que existe é que o departamento de Clínica Odontológica não está oferecendo as aulas práticas por falta de infra-estrutura mínima", disse, aproveitando para lembrar o sucateamento promovido pela direção anterior. A sexta-feira, dia 24, estava programada uma sessão ordinária da Congregação, não havendo nenhum ponto de pauta referente à escolha de diretor. O estudante confirmou as informações sobre a intervenção veiculadas na matéria (página 6) do Jornal nº 60 da Adufrj (20/5/2002). A Unidade já realizou a consulta, sendo o professor Wladimir Cortezzi o eleito com 51,11 % dos votos. O resultado foi refletido na Congregação que montou a lista tríplice com os nomes dos componentes da chapa vencedora. A professora Wilma Azevedo da Silva Pereira, que perdeu na consulta, enviou o recurso que foi prontamente acatado por Vilhena.

Segundo Alexei, o processo de eleição de Wladimir foi totalmente correto e transparente e os estudantes votaram maciçamente no professor. Caso a reitoria insista em não reconhecer o resultado da consulta e os nomes já enviados pela Congregação, Alexei avisa que os estudantes prometem uma mobilização junto ao colegiado da Unidade.

CEG debate modelo de vestibular 2003

Nesta quarta-feira (29/5), o CEG estará rediscutindo o modelo de concurso para ingresso na graduação da UFRJ. A taxa do Vestibular 2003 foi mantida em R$ 70,00 e o edital de isenção foi aprovado na sessão de 22/5. Os candidatos à isenção terão de 17 a 21 de junho para entregar os documentos necessários no Salão Azul do prédio da reitoria, no *campus* do Fundão.

Apesar da aprovação da taxa, os conselheiros se mostraram insatisfeitos com as contas apresentadas pelo coordenador acadêmico do concurso, Herli Menezes, sobre o vestibular 2002. "Eu me sinto desinformada", reclamou a representante do CCS, Ana Borralho. Até o sub-reitor Ricardo Gattass se mostrou pouco confortável com a falta de detalhamento dos números. "Eu também queria saber melhor desses números", declarou, se referindo à prestação de contas do vestibular.

A redação do Jornal da Adufrj teve acesso à estimativa de gastos divulgada pelo coordenador durante a sessão do colegiado. As despesas da coordenação acadêmica com elaboração de provas foram, segundo a planilha, de R$ 192.017,79. Com fiscalização, foram gastos R$ 913.545,00. A avaliação seria a etapa mais custosa do vestibular: R$ 2.207.062,79. Com a impressão das provas foram gastos R$ 91.000,00. O total apresentado foi de R$ 2.298.062,79 de gastos com o vestibular 2002, incluindo os custos acarretados com o adiamento do concurso. De acordo com a apresentação do coordenador no CEG, a Sub-reitoria de Patrimônio e Finanças (SR-3) também teria tido gastos diretos com a realização dos exames.

CAp continua com disciplinas sem professor

Mais uma vez a direção do Colégio de Aplicação (CAp) foi ao CEG pedir que a Câmara Docente reconsiderasse o pedido de mais quatro vagas para professores substitutos. Os docentes em regime temporário são necessários, segundo a direção, que tem o apoio da Associação de Pais (APaCAp), já que os dirigentes não podem acumular o trabalho com as turmas e o atendimento aos licenciados com as tarefas administrativas e acadêmicas. A Câmara Docente não havia concedido as vagas por considerar que a volta dos ex-diretores poderia suprir as necessidades atuais. Os professores do CAp esclareceram que não podem substituir um professor da área de química, como a atual vice-diretora, por um de línguas, caso da ex-vice diretora, Ana Lúcia Souto Mayor, por exemplo. A diretora da Adufrj-SSind, Regina Pugliese, é professora do colégio e acha justa a reivindicação. "Este é um problema antigo. O CAp vem trabalhando com cerca de 20% de professores substitutos em seu quadro e algumas disciplinas continuam sem professor", comentou.

Eleição Andes-SN

Chapa 1 vence as eleições do Andes-SN

Na UFRJ, Andes AD Autônoma e Democrática venceu com 550 votos contra 89 da chapa 2

A chapa 1 (Andes AD Autônoma e Democrática) venceu as eleições para o biênio 2002-2004 da direção do Andes-SN. Na UFRJ, a chapa conseguiu 550 dos votos válidos dos docentes da universidade contra 89 da chapa 2 (Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta). Houve ainda 20 votos nulos e 17 brancos (veja mapa de apuração abaixo). A redação da Adufrj-SSind teve acesso a uma parcial das eleições nacionais e, até as 19h30 do dia do fechamento desta edição (24/5), a chapa Andes-AD Autônoma e Democrática estava na frente, com 10.825 contra 6.336 da chapa 2, em todo o país. O resultado oficial só seria conhecido no sábado (25/5), quando seriam computados os votos de todas as seções sindicais pela Comissão Eleitoral Central. Ainda assim, não havia chance de alteração das posições entre as chapas.

Com a vitória, o novo presidente do Andes-SN será Luiz Carlos Gonçalves Lucas (professor da Seção Sindical da Federal de Pelotas). A UFRJ estará representada na composição da executiva nacional com Cristina Miranda (professora do CAp), como 3ª secretária, e com Janete Luzia (Escola de Serviço Social) na 1ª vice-presidência da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN. Cristina Miranda, que acompanhou a apuração das urnas da UFRJ na sede da Adufrj-SSind, comentou: "Esta bela vitória é um reconhecimento do trabalho da Diretoria atual do Sindicato Nacional expresso no trabalho conjunto com os técnico-administrativos e estudantes e demais movimentos sociais e no resultado da greve vitoriosa de 2001. A greve reparou a injustiça com os docentes da carreira de 1º e 2º graus conferindo isonomia na equiparação GED/GID. Também barrou o projeto de emprego público do MEC, possibilitou mais vagas para concurso pelo RJU e trouxe ganhos salariais. Na UFRJ, é um referendo do trabalho da Adufrj. A votação dos professores expressa a vontade de um sindicato cada vez mais autônomo e democrático".

Kelvin Melo

A VOTAÇÃO MOBILIZOU A UFRJ NOS DIAS 22 E 23 DE MAIO, NAS TREZE SEÇÕES ELEITORAIS ESPALHADAS POR TODOS OS CAMPI. À ESQUERDA, O PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND, JOSÉ SANGLARD, VOTA NO FUNDÃO. ABAIXO, O PRESIDENTE DO ANDES-SN, ROBERTO LEHER, VOTA NA PRAIA VERMELHA

Seção Eleitoral	Eleitores Sindicalizados	Votantes	Abstenções	Votos em Trânsito	Chapa 1	Chapa 2	Brancos Nulos	Total
01 - Praia Vermelha 1	241	47	194	7	51	1	2	**54**
02 - Praia Vermelha 2	191	49	142	3	42	6	4	**52**
03 - Centro	277	32	245	3	22	10	3	**35**
04 - São Cristóvão	87	28	59	0	22	4	2	**28**
05 - Ana Nery	95	22	73	1	19	3	1	**23**
06 - Cap	123	44	79	0	40	1	3	**44**
07 - Reitoria	253	20	233	2	20	2	0	**22**
08 - Letras	281	71	210	1	64	7	1	**72**
09 - CT	491	110	381	5	81	27	7	**115**
10 - CCMN	473	72	401	6	63	7	8	**78**
11 - Educação Física	73	42	31	0	30	9	3	**42**
12 - CCS	370	62	308	5	55	10	2	**67**
13 - Hospital Universitário	464	43	421	1	41	2	1	**44**
Totais	**3419**	**642**	**2777**	**34**	**550**	**89**	**37**	**676**

Agenda Sindical

31/5 a 2/6 – Seminário Nacional de Políticas Agrárias do Andes-SN
Em Recife, na sede da Aduferpe, o evento terá como objetivo debater propostas de políticas agrárias no Brasil e na América Latina.

3/6 a 4/6 – 9ª Plenária Social Nacional sobre a Alca
São Paulo (SP)

21/6 a 23/6 – 44º Conad
Em Florianópolis, terá como tema central "Transformar a sociedade e a educação: a mesma luta".
As contribuições das seções sindicais e dos sindicalizados para integrarem o Caderno de Textos do Conad deveriam chegar à sede do Andes-SN até o dia 16 de maio, em disquete ou por *e-mail*. As contribuições que chegarem à sede do Sindicato Nacional de 17/5 até 5 de junho serão remetidas às seções sindicais, com as correções e análises de textos, compondo assim o anexo do Caderno de Textos a ser publicado no dia 10 de junho. Encerrados os prazos previstos até o limite do anexo, novas contribuições somente poderão ser discutidas no evento se aprovadas pela Plenária de Instalação do Conad.

7/6 – Inscrição de listas para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

17/6 a 19/6 – Eleições para Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

19/7 - Posse da Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 49 • 3 de junho de 2002
www.adufrj.org.br

Eleição para a diretoria do Andes-SN

22 e 23 de maio de 2002-05-26

Ata de apuração final ofocial - CEC

Número Total de Eleitores	69.366
Número Total de Votantes	20.119
Números Total de Votos na Chapa 1	11.733
Números Total de Votos na Chapa 2	7.447
Números Total de Votos em Brancos	516
Números Total de Votos nulos	423

Agenda Sindical

3/6 a 4/6 – 9ª Plenária Social Nacional sobre a Alca
São Paulo (SP)
- Deve definir o conteúdo da cédula que vai ser usada durante o Plebiscito sobre a Alca, em setembro.

7/6 – Inscrição de listas para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

8/6 – Reunião conjunta do GTPE e GT Carreira
Brasília (DF)
- Vai discutir o projeto de autonomia da Andifes e Regulamentação da GID.

9/6 – Reunião do Setor das IFES
Brasília (DF)

14/6 – Oficina de trabalho: "Em defesa da Saúde dos Trabalhadores da Educação"
Brasília (DF)
- Com a promoção do Andes-SN e da Fasubra, o evento vai analisar os efeitos das reformas neoliberais sobre as políticas de saúde do trabalhador e levantar pontos para definição de um plano de luta articulado entre as entidades sindicais, entre outros objetivos.

17/6 a 19/6 – Eleições para Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

21/6 a 23/6 – 44º Conad
Em Florianópolis (SC), terá como tema central "Transformar a sociedade e a educação: a mesma luta".

22/06 – Indicativo de Plenárias Setoriais

23/06 – Indicativo de Plenária dos SPF

19/7 - Posse da Diretoria/ Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Anote

Livro sobre Educação do Trabalhador

A Mauad Editora, o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris) e o Sindicato dos Engenheiros convidam para o lançamento do livro "Educação do Trabalhador... para além dos consensos fáceis", organizado por Rogério Valle. O evento ocorrerá, em 5 de junho, no Auditório A da sede do Sindicato dos Engenheiros, que fica na avenida Rio Branco, 277, 17º andar, a partir das 18h. Mais informações podem ser conseguidas pelo telefone 2532-1398.

Chapa 1 Autônoma e Democrática ganha com folga em todo o país

Para presidente eleito, resultado expressa reconhecimento da categoria ao trabalho da atual direção do Andes-SN

Mais de vinte mil docentes foram às urnas nos dias 22 e 23 de maio quando foi eleita a próxima direção do Sindicato Nacional. Com 58,32% dos votos válidos, a Chapa 1 (Andes AD Autônoma e Democrática) venceu o pleito contra a Chapa 2 (Uma nova Andes é possível: Plural e de Luta), que obteve 37,01% dos votos. Foi muito pequena a manifestação de votos em branco (2,56%) e nulos (2,1%). Apesar da mensagem contida no nome da chapa de oposição, este resultado não deixa dúvidas quanto à vontade da maioria da categoria pela continuidade da política de enfrentamento às propostas reformistas do governo federal, expressa no trabalho da atual direção, presidida pelo professor da UFRJ, Roberto Leher.

De um total de 69.366 eleitores, 20.119 participaram das eleições para a próxima direção do Sindicato. Destes, 11.733 escolheram a chapa 1 e 7.447, a Chapa 2, caracterizada como de oposição à atual direção. Na região Sul, de origem do presidente eleito Luiz Carlos Lucas, a chapa 1 obteve 70,84% dos votos, contra apenas 24,61% concedidos à chapa concorrente. Na região Nordeste II, reduto da candidata da oposição, Maria Aparecida, a chapa 2 conseguiu abrir uma pequena margem (52,49% a 43,81% dos votos) sobre a chapa 1. Na região Rio de Janeiro, a chapa 1 também ganhou com ampla margem de votos: 72,98% a 22,28%. Na regional Rio, a vice-presidente eleita é a professora Janete Luzia, da Escola de Serviço Social da UFRJ. A Adufrj-SSind também estará representada na executiva nacional do Andes-SN com a 3ª secretária eleita, a professora do Colégio de Aplicação Cristina Miranda. Confira em quadro nesta página o resultado das eleições em todas as regiões do país.

Reconhecimento

Para o presidente eleito, Luiz Carlos Lucas, esta votação era esperada e manifesta o reconhecimento dos docentes ao trabalho da atual direção do Sindicato. "Os docentes tinham amplo conhecimento de que nós representamos a continuidade do trabalho desta direção e que esta nos apóia", comentou. Segundo Lucas, a agenda política do Sindicato permanece a mesma, com o compromisso de dar prosseguimento ao trabalho da entidade junto às mesas de negociação com o MEC que vêm sendo agendadas desde o final da greve, no ano passado. "A nossa agenda continua bastante ampla. A primeira coisa a ser feita é dar continuidade às mesas de negociação. O resultado da mesa referente à GID (Gratificação de Incentivo à Docência, dos professores de 1º e 2º Graus) tem sido bastante satisfatório, mas temos que continuar o empenho em relação às mesas sobre financiamento, HUs e pela contratação dos dois mil docentes pelo RJU, como foi acordado durante a greve", anunciou.

Lucas adiantou, também, que uma das tarefas do movimento docente no próximo período será o debate em torno do projeto de autonomia que vem sendo apresentado pela Associação Nacional dos Dirigentes (Andifes) em algumas universidades. Para o presidente eleito, esta nova versão da Andifes para a autonomia universitária retoma vários pontos do antigo projeto do MEC, amplamente rejeitado pelo movimento no final dos anos 90. Em uma análise preliminar, Lucas considera a proposta da associação de reitores ambígua. "Em um momento, eles (reitores) falam em projeto de carreira única e, mais adiante, admitem que as universidades poderão criar projetos de carreira próprios", questionou. A velha proposta de orçamento global (que juntava recursos para pagamento de pessoal à rubrica de Outros Custeios e Capital) está presente, segundo Lucas, na proposta da Andifes, o que considera bastante preocupante para o movimento. A Lei de Inovação, proposta pelo governo ao Congresso Nacional, é outra questão que deverá tomar a agenda do Sindicato nos próximos meses e que deverá estar sendo discutida pelas bases, nas seções sindicais do Andes-SN, de acordo com o próximo presidente da entidade nacional.

O resultado das urnas em todo o país

Regionais	Chapa 1	Chapa 2	Brancos	Nulos	Votantes
Norte I	56,61%	40,16%	2,07%	1,17%	47,92%
Norte II	71,35%	25,84%	1,69%	1,12%	33,35%
Nordeste I	51,49%	45,65%	1,70%	1,16%	36,72%
Nordeste II	43,81%	52,49%	1,83%	1,86%	35,28%
Nordeste III	50,16%	46,35%	1,16%	2,33%	27,70%
Planalto	43,06%	52,00%	2,76%	2,19%	33,72%
Pantanal	52,87%	45,98%	0,77%	0,38%	9,28%
Leste	60,12%	35,64%	3,13%	1,11%	26,50%
Rio de Janeiro	72,98%	22,28%	1,90%	2,85%	25,81%
São Paulo	68,93%	23,47%	5,65%	1,94%	25,62%
Sul	70,84%	24,61%	2,52%	2,03%	34,51%
Rio Grande do Sul	54,47%	36,19%	3,58%	5,76%	22,31%
Percentual de votação nas sedes Regionais	66,67%	31,82%	0,00%	1,52%	68,04%
Total Nacional	58,32%	37,01%	2,56%	2,10%	29,00%

Obs.: Confira o mapa detalhado, com o resultado em todas as seções sindicais, na página da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br).

Colegiados

CEG discute vestibular 2003

Conselheiros vão encaminhar o assunto para as Unidades se posicionarem

O início de discussão do modelo de vestibular deste ano tomou conta da sessão do CEG de 29/5. Nota mínima para determinadas disciplinas, vagas ociosas, reserva de vagas, faixas de "corte", apoio da universidade aos alunos carentes: um pouco de tudo foi debatido.

Diante das críticas que o concurso estaria sofrendo na imprensa, o coordenador acadêmico Herli Menezes comentou o modelo de 2002 (pelo último edital, somente estaria habilitado à classificação para o preenchimento das vagas oferecidas o candidato que não tivesse faltado a nenhuma prova e tivesse obtido nota superior a zero em todas as provas). Segundo ele, foi esse modelo que permitiu a alguns alunos "ditos fracos ou com pouca base" se esforçarem e conseguirem as vagas. Foi citado o exemplo de estudantes com cerca de cinco pontos que teriam se classificado para a área tecnológica. "O nosso sistema tem sido alvo de críticas, mas a gente tem que trazer esse tipo de aluno para cá", disse, enfatizando o papel social da universidade.

A representante do CFCH e professora do CAp, Ana Lúcia Souto Mayor, frisou as motivações para a mudança do modelo no ano passado. Para Ana, nas carreiras de baixa procura, foi minimizado o problema das vagas ociosas. A professora também lembrou a tarefa social e acadêmica da UFRJ na formação dos alunos "não tão bem informados". Segundo ela, tem que haver um compromisso institucional para apoiar esses estudantes em seus cursos. "E isso estava previsto na política de assistência estudantil aprovada pelo CEG (em setembro de 2000, e que nunca foi levada a efeito pela reitoria)", disse. A representante do CCS, Ana Borralho, fez coro. Apesar de lotada na Faculdade de Medicina, onde a maioria esmagadora do corpo discente tem condições econômicas de levar os estudos adiante, Ana sabe das dificuldades enfrentadas pela minoria de alunos carentes, principalmente daqueles que entram via programas de convênio entre países. "O aluno carente passa para cá e a UFRJ não oferece nada a ele (só o alojamento). Talvez uma bolsa, mas só a partir do segundo período", observou.

Miguel Jonathan (CCMN) preferiu levar a discussão para as notas mínimas. "Cursos de alta procura deveriam ter faixas de corte mais altas", afirmou. Na visão dele, nem mesmo os cursos de baixa procura poderiam aceitar alunos com pontuações muito baixas. Logo em seguida, foi a vez do conselheiro Antônio Cláudio (CT) recordar que a eliminação do critério de nota mínima foi uma solicitação do próprio CCMN, uma vez que esse tipo de seleção causou um grande número de vagas ociosas naquele Centro após o concurso 2001.

A prova de Língua Portuguesa/Literatura Brasileira também mereceu atenção dos conselheiros. Hoje, ela é composta por uma redação (cinco pontos) e um conjunto de questões (mais cinco pontos). Ou seja, o candidato está habilitado às vagas oferecidas se zerar apenas uma das duas partes e pontuar na outra. Neste sentido, Antônio Cláudio sugeriu que a redação seja separada e não possa mais ser zerada – item no qual recebe o apoio do coordenador acadêmico do vestibular.

Cláudio Limeira (também do CCMN) lembrou ao final que a discussão da reserva de vagas também deve entrar em pauta para que os colegiados não sejam "atropelados" pelo tema mais à frente. O conselheiro manifestou, assim como muitos outros, a felicidade de participar de uma discussão rica como aquela e mantinha a esperança de que isso se repetisse com mais freqüência. Ele não perdeu a oportunidade de criticar os quatro anos da gestão Vilhena, nos quais o colegiado ficou muito tempo "apagando incêndios", em vez de tratar das questões meramente acadêmicas.

O projeto dos conselheiros do CEG é montar uma comissão para sistematizar as idéias inicialmente levantadas e as motivações históricas das mudanças recentes do concurso. O próximo passo seria encaminhar um documento com todo o material debatido para as Unidades apreciarem e retornarem suas sugestões.

SIGA

O sub-reitor Gattass se comprometeu a preparar um manual do SIGA em, no máximo, duas semanas. O técnico do NCE responsável pelo sistema, Gilson Tavares, foi convidado para a sessão da próxima semana (5/6), para prestar esclarecimentos. Além disso, o colegiado pretende continuar o debate sobre o vestibular e, se der tempo, vai falar ainda do Provão do MEC, a pedido da representação discente.

Homenagem

Ismael Soares, representante do CT, citou, durante o expediente da sessão do colegiado, o falecimento do professor Miguel de Simoni, que era professor do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, na semana retrasada. A redação da Adufrj-SSind recebeu um artigo em homenagem a Miguel e vai publicá-lo no próximo jornal. Enquanto isso, o texto já pode ser encontrado na página eletrônica da seção sindical: www.adufrj.org.br

Termina prazo para posicionamento sobre 01/99

A última sexta-feira, 31/5, foi o prazo dado pela Comissão Mista CEG/CEPG para que Centros, Unidades e Departamentos se posicionassem em relação às alterações da resolução conjunta 01/99, que trata da periodização da universidade. Até o dia 27/5, segundo informações obtidas junto às secretárias dos dois colegiados, apenas o Centro de Letras e Artes, a Escola de Química, o Instituto de Economia e o Museu Nacional haviam enviado posição sobre a legislação. As secretarias não quiseram adiantar as respostas destas congregações e Conselhos de Centro. O material segue para a Comissão Mista que deverá apresentar um balanço da opinião da comunidade sobre a reformulação da 01/99. Em sessões anteriores, integrantes dos colegiados acadêmicos informaram que a tendência da maioria das Unidades é pela volta à periodização semestral, com 15 semanas de atividades de ensino, perfazendo os 200 dias de atividades acadêmicas efetivas (ensino, pesquisa e extensão) previstas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Resenha

Morre João Amazonas

Faleceu no dia 27/5, de insuficiência respiratória, o presidente de honra e um dos principais líderes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), João Amazonas. Ele tinha 90 anos de idade e 62, de militância no partido. Sobrevivente da guerrilha do Araguaia, histórico movimento de resistência armada à ditadura militar, João Amazonas era um dos grandes representantes da luta da classe trabalhadora.

Censo Escolar desmascara MEC

O Ministério da Educação adora fazer propaganda de que, no governo FHC, mais crianças entraram para a escola. Pode até ser verdade. Mas de que adianta se não há apoio e infraestrutura para que concluam os estudos? O Censo Escolar divulgado na semana passada pelo próprio MEC mostra que 6,1 milhões de estudantes foram matriculadas na primeira série em 1993, mas apenas 2,6 milhões foram aprovados na 8ª série em 2000.

INFORME

Os próximos jornais e boletins da Adufrj-SSind voltarão a divulgar matérias sobre as mesas redondas e conferências do 4º Congresso Nacional de Educação, realizado em São Paulo (SP), nos dias 23 a 26 de abril. Informamos que a Carta do 4º Coned já se encontra à disposição em nossa página eletrônica: www.adufrj.org.br/documentos.htm

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 62 • 10 de junho de 2002

Reunião para discussão do Caderno de Textos do 44º Conad

12/06
quarta-feira

9:00

sede da Adufrj-SSind

Aberta a todos os sindicalizados

Assembléia Geral

13/6 **13:30**
quinta-feira

Pauta:

1 – Eleições Diretoria/Conselho da Adufrj-SSind

2 – Projeto de Autonomia da Andifes

3 – Campanha Salarial 2002/ Paralisação 19/06

4 – 44º Conad: Textos/Eleição da Delegação da Adufrj-SSind

Auditório da Engenharia Naval e Oceânica
(sala C-208), Centro de Tecnologia

PQI da Capes exclui docentes de capacitação

Página 3

Crise nos HUs em pauta na Câmara

Página 4

4º Coned: "Representante da CNTE critica herança patrimonialista" e "Particulares totalizam 85% do sistema superior de educação"

Páginas 6 e 7

Só falta você!

Adufrj-SSind lança campanha de sindicalização para novos professores concursados e solicita a atualização do cadastro dos docentes já sindicalizados

Página 8

Leia, nesta edição, encarte sobre as eleições da Adufrj-SSind

Homenagem

Réquiem para Miguel de Simoni

Conforme anunciado no último boletim, o jornal da Adufrj publica artigo do professor Marcelo Paixão (do Instituto de Economia da UFRJ) em homenagem ao professor Miguel de Simoni (do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ), falecido recentemente. Miguel ingressou na UFRJ em 1976 e se tornou um dos fundadores da Adufrj-SSind (em 1979). Segundo Marcelo, o professor foi "um dos pioneiros nos estudos sobre processo e condições de trabalho no Brasil, tendo orientado dezenas de teses sobre este assunto, nos mais diversos setores da economia brasileira: automobilística, canavieiro, naval etc. Deste, e de outros pontos de vista no plano humano e pessoal, Miguel se enquadra perfeitamente na categoria de Brecht dos imprescindíveis."
Como despedida do amigo e ex-orientador, Marcelo preparou este manifesto, "buscando, assim, prestar uma justa homenagem a este que sempre foi um lutador e defensor de uma Universidade voltada para os interesses de nosso povo."

Miguel de Simoni foi meu orientador no Mestrado lá na COPPE. Tal como foi, igualmente, o orientador de tantos outros, no plano acadêmico, humano, espiritual e pessoal. Mas ele foi mais do que isso. Ainda garoto fui parar lá no Fundão. Em meu peito cintilavam delírios de igualdade e de revolução. Velhos sonhos de guri, mas que se, de alguma forma, ainda pulsam em meu estágio adulto, se tornaram possíveis pelo raro brilho generoso de Miguel. E assim, de novo, também foi com muitos outros. O nosso velho Professor foi o parteiro da generosidade madura que ainda pulsa em muitos de nós. Por isso, Miguel, há tempos, já virara verbo. Consoante, falar de sua pessoa, ou chamar seu nome, somente se tornara possível, em formato de recital.

Miguelzinho foi um idealista incorrigível. Mesmo para sair deste planeta, primeiro mandou às favas a razão. Até tentou ser generoso, deixando conosco seu coração. Mas ali, parceiro querido, sua tentativa seria vã. Deus te quis por inteiro. E lá foi ele, fundar a sociedade alternativa no único lugar onde tal empresa poderia, atualmente, vingar. Do lado de Guskil Kushá a quem, não podemos esquecer, devemos todas as Quintas-Feiras dedicar uma oração. E, assim, neste exato momento, Miguel, deve estar rindo da gente: - de tanto fazê-la, para a história eu já entrei. Durango Kid é com vocês...

Vá em paz querido amigo. Foi coerente de sua parte ter vivido até à última gota dos teus instantes na mesma Ilha onde tantas sementes de sonho ajudastes a brotar. Mas deixa eu ser sincero com você. Quanta saudade. Como eu queria, neste exato momento, te contar as novidades no Grêmio da COPPE ou no Bar da Prainha, na data da lua cheia, tocando um violão, tomando uma gelada, com você repetindo o mesmo gesto de quanto tu entraste em cena, pela primeira vez, no palco de minha vida. O dedo molhado de cerveja girando no entorno da borda do copo. Sorrindo das nossas velhas piadas sem graça - que com tua risada acabavam ficando sempre engrassadíssimas. Eu tentando te convencer da luta de classes e você me ensinando que, na vida, existe o algo mais, invisível aos nossos olhos, que só o sentimento é capaz de enxergar.

Ah, meu querido Miguel, por que uma fuga assim tão rápida? O que fizemos, nós, de tão errado para não te merecermos mais alguns instantes em nosso meio? Ah, meu Miguelzinho, sem a tua orientação, como fazer para encontrar outra vez elfos encantados, gnomos roqueiros, duendes trostskistas na floresta? Depois do almoço, para onde é que devemos ir? Como é mesmo que a gente faz para ver o Mundo com o olhar do coração?

Mas desculpa amigo. Não posso interromper tua viagem. Suas malas estão prontas. Você está na plataforma. O apito já tocou. O disco voador que você tanto esperara, agora, vai partir. Siga em paz meu irmãozinho, faça uma boa travessia. A partir deste momento o caminho não é mais difícil de seguir. Ademais as estrelas já estão ansiosas esperando por ti. Daqui, do mundo dos átomos, ficamos nós com tuas lições aprendidas - homens, não sois máquinas, homens é que sois. Isto podes ter certeza. Jamais esqueceremos de você.

É noite. É muito tarde e a cidade dorme. Primeiro foram os bebês, depois as crianças, depois os adultos e, por fim, os jovens. Mas é noite, a nossa pólis respira o merecido descanso da semana que passou. Só um não dorme agora, posto que não dormirá jamais. Este permanecerá acordado em nossas mentes e corações. Aliás, principalmente, em nossos corações, posto que ali, em vigília, Miguel, sempre morou.

Miguel de Simoni não morrerá jamais. Não enquanto eu viver, não enquanto cada um de nós que o amamos, que compartilhamos com ele cada instante de sua generosa euforia vivermos. Não enquanto o sonho de justiça e de dignidade, de rebeldia e de transformação social, de solidariedade e de amor ao próximo; palpitar, em algum peito terráqueo.

Sim, nós resistiremos. Eles são muitos. Mas não podem voar!

Marcelo Paixão
Rio de Janeiro, madrugaa chuvosa e triste do dia 25 de Maio de 2002

Anote

Novo presidente terá 15 dias para avaliar Alca

Mais do que nunca, é importante a participação da sociedade no Plebiscito da ALCA, que ocorre na Semana da Pátria, de 1 a 7 de setembro de 2002. Pelo último calendário de implantação da Alca, já em 15 de janeiro de 2003, os países terão de apresentar as propostas de liberalização de cinco áreas essenciais: bens industriais, agricultura, serviços, compras governamentais e investimentos diretos estrangeiros. O novo presidente do Brasil terá menos de duas semanas para tomar essas decisões marcantes. Essa agenda não considera o calendário de decisões do povo brasileiro e foi definida no final de abril, durante a 10ª Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Alca. Definiu-se também que as tarifas de importação para a abertura comercial da Alca serão as que estiverem em vigor no dia 15 de janeiro do ano que vem. Com isto, o novo governo brasileiro não terá tempo para tomar fôlego.

Regulamentação do direito de greve

A Coordenação Estadual dos Servidores Públicos Federais do Rio de Janeiro convoca debate sobre "***A Regulamentação do Direito de Greve em Questão***", com a Dra. Sayonara Coutinho (da assessoria jurídica da Adufrj-SSind), nesta segunda-feira, dia 10 de junho, às 18h, na sede da CUT-RJ, Av. Pres. Vargas, 502, no 15º andar, no Centro.

Filósofo húngaro na Uerj

O renomado filósofo marxista húngaro István Mészáros, que colaborou diretamente com Luckács, na Universidade de Budapeste, estará proferindo uma conferência no Auditório 11 da Uerj (Bloco F), nesta terça-feira, dia 11, às 18h. O pensador está de passagem pelo Brasil para promover o lançamento de seu novo livro: "Para além do capital". Esta obra foi traduzida pelo filósofo Sérgio Lessa (da Universidade Federal de Alagoas) e por Paulo César Castanheira. O livro, fruto de duas décadas de trabalho intenso, é uma das mais aguçadas reflexões críticas sobre o capital em suas formas, engrenagens e mecanismos de funcionamento. Influenciada por Marx, Lukács e Rosa Luxemburgo, a obra de Mészáros é o desenho crítico e analítico mais ousado contra o capital e suas formas de controle social.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Nova Diretoria do Andes-SN assume no 44º Conad

Marcado para Florianópolis, o 44º Conselho Nacional de Associações Docentes (Conad) vai atualizar o plano de lutas do Sindicato e vai dar posse à nova Diretoria (gestão 2002-2004), recentemente eleita, cujo presidente será o professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas (da seção sindical da Universidade Federal de Pelotas).

Além da atualização das lutas e da transmissão dos cargos de Diretoria, o Conad de Florianópolis também terá a responsabilidade de encaminhar a determinação do 21º Congresso sobre aplicação (ou não) de sanções à gestão 1998-2000 (sob a então presidência do professor Renato de Oliveira, hoje secretário de C&T do Rio Grande do Sul) relativas aos resultados apurados por uma auditoria e relatados naquele evento.

Florianópolis tem história para contar

Florianópolis abrigou o I Congresso do movimento docente (1982), em plena ditadura. Na ocasião, tal como agora, as políticas governamentais redesenhavam um Estado cujos interesses eram antagônicos ao conjunto dos trabalhadores do país. Completava-se um ano de movimento organizado em entidade nacional e havia o embate contra a política educacional que procurava se adequar aos interesses do mercado.

À época, os militares, gestores da ditadura do capital, viviam plenamente a ideologia da segurança nacional e a estratégia "Brasil, grande potência". Os docentes respondiam, com suas propostas, a essas determinações governamentais. Já naquele momento discutia-se o projeto de universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Hoje, docentes dos três setores estiveram e estão em luta tanto pela questão salarial quanto pela democratização interna das Universidades. Projetos restritivos à universidade vêm sendo constantemente apresentados: GED e GID vêm mutilando a natureza do fazer universitário. Leis de "inovação tecnológica" e fundações internas determinam, sem nenhum controle, os destinos da universidade. Por isso, a importância de mais um encontro dos representantes das seções sindicais de todo o país. O conteúdo do Caderno de Textos do 44º Conad, com as propostas que serão discutidas no evento, pode ser encontrado na página eletrônica www.adufrj.org.br/documentos.htm.

Diretoria prevê destruição das universidades em projeto da Andifes

O secretário da SESu, Francisco Sá Barreto, propôs ao Andes-SN, à Fasubra, ao Sinasefe e à UNE (em 15/5) uma reunião para tratar do financiamento das instituições federais de ensino. Sá Barreto registrou que o objetivo do futuro encontro seria discutir encaminhamentos propostos pela Associação Nacional de Dirigentes das Ifes, que associam financiamento e autonomia. O Setor das Federais (em 18/5) deliberou que uma rodada nacional de assembléias definiria a pertinência da participação do Sindicato neste evento. E a Diretoria do Andes-SN já indicou para apreciação das AGs a não participação no tal seminário de autonomia. O Conselho de Representantes da Adufrj-SSind já discutiu o tema em sua última reunião e acatou o encaminhamento da Diretoria Nacional. Vai propor à assembléia geral marcada para o dia 13/6 que o Andes-SN não participe do seminário.

De acordo com a análise da Diretoria, a proposta da Andifes tem o propósito de acelerar e institucionalizar a privatização já em curso em muitas instituições. Segue, portanto, a direção traçada pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (1996), sistematizado pelo ex-ministro Bresser Pereira, que pretende transformar as universidades e demais Instituições Federais de Ensino Superior em Organizações Sociais de direito privado.

O texto da associação de dirigentes universitários tenta operacionalizar a cobrança de taxas e mensalidades em pós-graduação e extensão; contratação fora do Regime Jurídico Único; fragmentação da carreira docente e a eliminação do preceito constitucional da gestão democrática.

Vale lembrar que as instâncias deliberativas do Andes-SN já reiteraram que o Art. 207 da Constituição Federal não requer legislação complementar. Pelo contrário, conforme defende o Sindicato, as universidades somente poderão exercer plenamente o disposto no artigo quando todo o entulho legal autoritário for removido do texto constitucional. "Seria pueril acreditar que é sobre isso a mesa pretendida pelo MEC", diz certo trecho da análise encaminhada pelo Andes-SN para as seções sindicais em 28 de maio (e que pode ser encontrada, na íntegra, na página www.adufrj.org.br/documentos.htm).

O anteprojeto de autonomia da Andifes, assim como o projeto de Inovação Tecnológica do Ministério de Ciência & Tecnologia, é uma iniciativa que tem como principal objetivo a privatização das instituições federais de ensino superior.

PQI da Capes exclui docentes de capacitação

O Andes-SN disponibilizou para as seções sindicais, no dia 1º de junho, uma análise sobre o Programa de Qualificação Institucional (PQI) da Capes. Trata-se de um projeto do Ministério da Educação que vem substituindo, aos poucos, o Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT).

Segundo o estudo do Sindicato Nacional, existem diferenças evidentes entre as duas iniciativas, sob os mais diferentes aspectos, como a definição da própria política de qualificação; sua avaliação; público atendido; financiamento, entre outros itens.

Enquanto o Andes-SN defende uma política nacional de capacitação de docentes que atenda aos três setores do nível superior, a Capes desativa o PICDT (que desempenhava tal papel) e introduz o PQI (voltado apenas para as públicas). Isso contraria a proposta do Sindicato no que diz respeito à compreensão de Carreira Única e padrão de qualidade nacional.

O Andes-SN também defende a responsabilidade do Conselho Nacional de Educação no acompanhamento e avaliação dos Planos de Capacitação, enquanto a Capes toma toda essa responsabilidade. O Sindicato também é favorável à capacitação de todos os docentes; já a agência de fomento exclui aqueles que estiverem a 14 anos da aposentadoria. O projeto sindical prevê ainda investimentos dos governos federal, estadual e municipal, mas a Capes indica contrapartidas e parcerias para manter o financiamento do programa.

O Andes-SN defende ainda a preciosa autonomia universitária para a construção de grupos, linhas e cooperações. A Capes restringe as cooperações a grupos de excelência, interferindo nas possibilidades de produção do conhecimento e nas prováveis matrizes científicas em desenvolvimento.

O documento completo pode ser encontrado em: www.adufrj.org.br/documentos.htm

Resenha

Fim do mito das universidades federais elitistas

Estatísticas recentes acabam de derrubar o mito de que as universidades gratuitas são privilégio dos ricos. Dados do Provão 2001 mostram que mais da metade dos estudantes de faculdades federais pertence a famílias que ganham até R$ 1.800 (52% do total). Cerca de 27% pertencem a famílias com renda entre R$ 1.801 a R$ 3.600. Os mais abonados respondem pelos 21% restantes. Também ao contrário do que se divulga, a pesquisa mostra que o número de alunos abonados supera o de pobres nas faculdades privadas (55% contra 45%). A matéria é da Revista Época (edição de 3/6).

FNDCT a caminho da regulamentação

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou em 5/6 a emenda substitutiva oferecida ao PLS 85/01, que dispõe sobre a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A proposição, de autoria do senador Roberto Saturnino (PT/RJ), estabelece novas formas de rateio dos recursos do fundo, bem como a formação do conselho diretor que administrará o FNDCT. Conforme a proposição, cerca de no mínimo 60% dos recursos do Fundo deverão ser destinados ao apoio de projetos executados por universidades, centros de pesquisa e entidades sem fins lucrativos.

AL perde um milhão de cientistas

No jornal O Globo, de 29/5, matéria informa que a América Latina perdeu mais de um milhão de cientistas nos últimos 40 anos. Os dados são da Academia de Ciências da AL: desde 1961, mais de 1,1 milhão de cientistas foram para Europa e Estados Unidos. "Na realidade, a perda não é só para a Ciência e para a Universidade. Estima-se que tenham saído da região aproximadamente US$ 30 bilhões nesse período, por meio de contribuições para a formação destes cientistas". Isso sem falar nos possíveis rendimentos que estes "cérebros" possam originar no exterior.

Brasil: 2º em desemprego

Em 20 anos, o Brasil pulou da nona para a segunda posição entre os países com maior quantidade de desempregados no mundo, ficando atrás apenas da Índia. É o que mostra levantamento divulgado na semana retrasada pela secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do município de SP. Em 1980, havia no Brasil 964,2 mil pessoas sem emprego. Em 2000, esse número subiu para 11,454 milhões. Na Índia, há dois anos, havia 41,344 milhões de desempregados.

Movimento

Crise nos HUs em pauta na Câmara

A CRISE EM HOSPITAIS COMO O CLEMENTINO FRAGA FILHO SERA DISCUTIDA NO CONGRESSO NACIONAL

Chamar a atenção da mídia e da opinião pública para o drama dos hospitais universitários. Esse será o principal objetivo de uma mostra científica e de uma oficina de trabalho que as entidades sindicais da educação e estudantes de Medicina vão promover na Câmara dos Deputados entre os dias 11 e 14 de junho.

Até o dia 13, o Andes-SN, a Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras) e a Denem (Direção Executiva dos Estudantes de Medicina) realizam a mostra científica cultural "Vida e Morte dos Hospitais Universitários". O evento vai expor as duas faces dos hospitais universitários, por meio de painéis, fotos, documentos, vídeos e dados: um lado retrata sua importância, seu papel e seu significado para a sociedade; outro, expõe seus problemas e dificuldades de funcionamento. A Adufrj-SSind vai enviar matérias de suas publicações que envolveram o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) nos últimos anos.

Além de dar publicidade ao problema, a escolha do Congresso como local da atividade tem a óbvia função de sensibilizar os parlamentares para a importância e as dificuldades que hoje enfrentam os hospitais universitários e de ensino, buscando apoio para o encaminhamento de soluções. Os organizadores entendem que deve ser prestada a solidariedade a esses estabelecimentos para que continuem integrados e cumprindo seu papel, tanto no campo da assistência quanto da pesquisa e na formação de profissionais qualificados e comprometidos com a construção do Sistema Único de Saúde (SUS).

Oficina

No dia 14 de junho, o Andes-SN e a Fasubra realizarão a oficina de trabalho "Em Defesa da Saúde dos Trabalhadores da Educação", na Câmara. Aqui, os objetivos serão: discutir as bases conceituais e práticas que orientam as análises da saúde do trabalhador; analisar os efeitos das reformas neoliberais sobre as políticas de saúde do trabalhador, identificando seus principais pontos de estrangulamento; estabelecer relações entre o processo e organização do trabalho em educação e a saúde do trabalhador da educação e levantar pontos para definição de um plano de luta articulado entre as entidades sindicais.

Evento é conseqüência do 4º Coned

A questão da saúde tem ocupado papel destacado na pauta política do movimento sindical do campo da educação. Historicamente, muitas das entidades sindicais que representam categorias que atuam no espaço da educação se envolveram no processo de reforma sanitária que marcou a Constituição de 1988, participando da luta em defesa da saúde enquanto direito de cidadania e responsabilidade do Estado e contribuindo com as discussões sobre a implementação do SUS.

De outra parte, enquanto espaço de organização e defesa dos interesses dos trabalhadores, têm procurado aprofundar-se na análise do processo de reestruturação produtiva, identificando e denunciando seus efeitos sobre a saúde dos trabalhadores, para, a partir daí, influenciar tanto na definição de sistemas de vigilância quanto na implantação de esquemas médicos assistenciais que privilegiem desde a prevenção até a reabilitação dos necessitados.

Nesse contexto, os trabalhadores da educação, por meio de seus sindicatos têm procurado contemplar a questão, realizando estudos e debates específicos e procurando, em seus eventos conjuntos, dar sentido de unidade ao enfrentamento da questão. O exemplo mais recente disso ocorreu na plenária final do 4º Coned, no qual havia o eixo temático "Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação". Uma das deliberações finais do evento foi a indicação de que o Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador – INST/CUT, juntamente das entidades nacionais sindicais em educação, realizassem, por ocasião da 2ª Conferência Internacional em Saúde Ambiental e Ocupacional (de 17 a 20 de junho deste ano, em Salvador), uma oficina de Trabalho sobre a Saúde do Trabalhador em Educação - decisão que deu origem à atividade desta semana na Câmara dos Deputados.

Breve diagnóstico

Na página eletrônica do Andes-SN, datado de 4 de junho, um texto serve como parâmetro da importância do debate: "Os Hospitais Universitários e de Ensino são importantes espaços de formação das diferentes profissões que compõem a chamada área médica, tanto na graduação como pós-graduação, sem desconsiderar, também sua participação na formação de pessoal técnico. Nesse sentido, neles se desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No campo da pesquisa, tem sido absolutamente relevante sua contribuição para testagem de técnicas, abordagens biomédicas e terapêuticas, sem falar no desenvolvimento de tecnologia de ponta, contribuindo assim para o desenvolvimento da ciência. Na área assistencial integram o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsáveis por 9% dos leitos e 12,75% das internações em 2001, sendo que responderam por 48,12% do total das internações de alta complexidade, percentual que sobe para 70,47% no caso de transplantes.

Os HUs também contribuem para o pronto atendimento e atenção ambulatorial em grande parte dos municípios. Muitos deles constituem-se em unidades únicas de referência para determinadas enfermidades. Contraditoriamente a esse relevante papel, passam por uma situação de crise que envolve falta de pessoal, dificuldades de financiamento, de gestão o que tem descaracterizado seu papel e dificultado a manutenção de seu padrão de qualidade, induzindo a saídas que colocam em risco sua natureza pública."

Programação da oficina "Em Defesa da Saúde dos Trabalhadores da Educação"

14/6 - Câmara dos Deputados

Manhã

Das 8h30 às 12h30 Mesa de Debates - "A Saúde dos Trabalhadores da Educação: da compreensão do problema a organização da luta". Conferencistas: Dr. Francisco Lacaz (Adunifesp-SSind), Dr. Wanderley Codo (Adunb-SSind), Drª Denise Bourguignon (Adufes-SSind) e Dr. Luís Augusto Facchini (Adufpel-SSind, a confirmar).

Tarde

Das 14 às 16 horas - Relato de situações e estudos - a cargo de representantes das entidades

Das 16 às 18 horas - Discussão sobre propostas de estratégia e ações de luta

Ministros serão convocados para explicar crise nos hospitais

A ausência de representantes dos ministérios da Saúde e da Educação na audiência pública que discutiu no dia 29/5 a crise dos hospitais universitários foi duramente criticada pelos integrantes da Comissão de Educação, organizadora do encontro. A reação do deputado Gilmar Machado (PT-MG) foi imediata. Ele convocará os próprios ministros, Barjas Negri e Paulo Renato Souza. "Se os assessores deles estão tão ocupados que não podem sequer participar da discussão, talvez os ministros tenham mais tempo", ironizou o deputado. Autor do pedido da audiência - juntamente do deputado Walter Pinheiro (PT-BA) -, o deputado Fernando Ferro (PT-PE) considerou a ausência a reafirmação do "descaso e omissão' do governo em relação à saúde e ao ensino médico no país. "Os hospitais estão abandonados à própria sorte, sucateados e endividados e o governo não se dispõe sequer a discutir a questão", criticou.

Na ocasião, os gestores dos hospitais universitários aproveitaram para explicar as dificuldades das instituições. Para continuar atendendo à população, os hospitais criaram fundações que captam recursos com o setor privado e contratam pessoal, mas o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público proibiram esse expediente.

A representação do Andes-SN presente à audiência pública fez relato sobre a forma como o MEC vem se comportando em relação à mesa de negociação sobre HUs do pós-greve e apresentou o trabalho que vem sendo desenvolvido com a Fasubra e a Denem (veja matéria nesta página), solicitando apoio das demais entidades e dos parlamentares para o desenvolvimento da atividade. A questão do projeto de lei nº 449, em tramitação no Senado, também foi objeto de consideração. O projeto pretende viabilizar a reserva de leitos (25%) para ocupação de pacientes privados, representando a legalização do uso indevido do patrimônio público em detrimento do usuário SUS, criando-se a dupla porta de entrada, mecanismo de discriminação e privilégios.

Fontes: Informes PT e circular da Coordenação Nacional do Grupo de Trabalho de Seguridade Social do Andes-SN, ambos de 31 de maio.

UFRJ

Apenas 29,09% dos estudantes estão inscritos no SIGA

Professores e alunos ficarão sem acesso por duas semanas

Na tentativa de remediar o caos instalado com a implementação às pressas do Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA), o Conselho de Ensino de Graduação, na sessão de 5/6, decidiu por fim nesta segunda-feira, dia 10/6, ao período de Alteração de Inscrição em Disciplinas (AID). O período para as alterações foi estendido, há algumas semanas, pelo próprio conselho até que o sistema estivesse funcionando plenamente. Como o sonho informatizado ainda não aconteceu, sobrou ao conselho a alternativa de fechar o acesso a professores que não exerçam atividades de administração acadêmica e aos alunos. O objetivo é salvar as inscrições já realizadas de várias formas por algumas Unidades (em planilhas ou na mão mesmo - folhas rosas, brancas ou da cor disponível).

Segundo informações do técnico do Núcleo de Computação Eletrônica, Gilson Tavares, ao colegiado, apenas 29,09% dos estudantes estão devidamente matriculados nas disciplinas para o primeiro semestre de 2002.

Após um longo debate entre o representante do NCE e os conselheiros do CEG, ficou decidido que apenas as secretarias de ensino, coordenadores de curso e diretores adjuntos de ensino terão acesso ao sistema, durante duas semanas, para realizar as inscrições dos alunos e a previsão de turma para os docentes. O processo se assemelha muito ao que era realizado anteriormente, pelo sistema de inscrição *on line*, feito no antigo *mainframe* pelas secretarias de ensino e pela Divisão de Registro de Estudantes (DRE). Gilson anunciou que as informações sobre o novo procedimento estarão disponíveis em "barras vermelhas" na primeira página de acesso ao SIGA.

Pressão pelo reajuste das bolsas de pós-graduação aumenta

Na sessão de 17 de maio, o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) discutiu e aprovou por unanimidade a moção proposta pela bancada discente de apoio ao reajuste das bolsas e vinculação em lei do valor das bolsas ao salário dos docentes.

A iniciativa do conselho se junta a diversas manifestações pelo reajuste, como a proferida durante a 25ª reuniao anual da Sociedade Brasileira de Química, realizada de 20 a 23 de maio, em Poços de Caldas (MG). Também o presidente da Sociedade Brasileira de Física, José Leite Lopes, já afirmou, em entrevista para a Folha Dirigida, que a defasagem das bolsas concedidas pelo governo federal pode provocar a migração de pesquisadores para instituições estaduais. Segundo a SBF, as bolsas pagas pelo CNPq e pela Capes não são reajustadas há oito anos. A reivindicação é justa, pois o atual valor das bolsas tem levado muitos pós-graduandos a abandonarem o trabalho de pesquisa e desestimulado a entrada de novos estudantes, o que pode prejudicar todo o sistema. Em junho, representantes dos pós-graduandos da UFRJ já haviam reivindicado o aumento ao ministro da Ciência & Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, em visita à Coppe. O texto da moção pode ser conferido, na íntegra, na página eletrônica da Adufrj-SSind: www.adufrj.org.br/documentos.htm.

Notas do CEG

UFRJ recebe apenas R$ 1,98 milhão do Infra3

Na sessão de 5/6, o sub-reitor Ricardo Gattass anunciou que, dos R$ 12 milhões pretendidos pela UFRJ no projeto Infra3 (um dos fundos setoriais do MCT), a universidade receberá apenas R$ 1,98 milhão. Segundo o sub-reitor, os avaliadores do ministério acharam que o projeto da UFRJ não se enquadrava nas especificações do edital do programa. Assim como no Infra1 (a UFRJ recebeu R$ 12 milhões em 2001), os recursos do Infra3 se destinam à melhoria da infraestrutura das universidades que têm atuação expressiva no desenvolvimento de pesquisas.

O projeto da UFRJ para o Infra3 foi aprovado às pressas, na última sessão do Conselho Universitário (e primeira após a indicação de Carlos Lessa pelo Colégio Eleitoral) de 25 de abril. Na ocasião, muitos conselheiros, inclusive o próximo sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Oscar Acserald, protestaram pelo fato de a formulação do projeto da universidade não ter passado pelas instâncias formais do Consuni. Como as sessões do colegiado eram constantemente desmarcadas pelo reitor Vilhena, o projeto seguiu a tramitação informal do Infra1, sendo discutido por alguns diretores de Unidades em reuniões isoladas. Só que, desta vez, em meio ao processo eleitoral da reitoria. Não podia ter dado muito certo mesmo.

Ainda segundo Gattass, a UFMG receberá R$ 4,3 milhões do fundo setorial e a UFF, R$ 3,1 milhões.

Vestibular 2003: CEG discute modelo nesta quarta

Ficou para esta quarta-feira, dia 12/6, a discussão do modelo a ser adotado pela UFRJ no concurso vestibular para 2003. O tempo da sessão foi praticamente tomado pela discussão sobre a implementação do SIGA e seus efeitos na vida da comunidade.

Cursos novos

De acordo com presidente da Câmara de Currículos, Ângela Gonçalves, dois novos cursos de graduação estão prestes a serem ofertados pela UFRJ. O curso de Matemática Aplicada obteve aprovação na Câmara e seu parecer será remetido para apreciação do colegiado nas próximas sessões. Já para deliberar sobre o curso de Turismo, a Câmara ainda aguarda o posicionamento do Instituto de Geociências, uma das Unidades envolvidas. O restante das exigências, segundo Ângela, já foi cumprido.

Provão e ensino à distância

O representante do CCMN, Sérgio de Paula Machado, alertou para a possibilidade de os cursos à distância que foram aprovados recentemente pelo colegiado venham a ter a mesma avaliação no Provão estabelecida para as graduações tradicionais. Em 13/3, o CEG aprovou, em caráter experimental, dois cursos à distância a serem oferecidos pela UFRJ, mas sob a orientação do Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj): Licenciatura em Biologia à Distância e Ciências Biológicas – Modalidade de Licenciatura. Já na ocasião, o professor Sérgio alertou para o fato de que a mesma avaliação para as duas modalidades de ensino (presencial e não presencial) poderia acarretar em futuras perdas de verba para as Unidades que promovessem cursos à distância. Na sessão, o professor demonstrou preocupação com o desempenho dos 'alunos à distância' no Provão e como este resultado poderá repercutir em futuras avaliações do MEC.

Quando da aprovação dos cursos pelo colegiado, Sérgio alertou ainda que os cursos não presenciais têm alto índice de evasão, item que tem sido usado como um critério produtivista de avaliação em todos os programas do governo para as universidades.

Comissão Mista vai apresentar proposta para a periodização

Terminado o prazo (31/5) para manifestação das Unidades e Centros em relação à Resolução 01/99, que determina uma nova periodização para a UFRJ, a comissão mista CEG/CEPG deverá proceder a análise dos posicionamentos enviados. Foi informado que a comissão apresentará uma proposta para deliberação dos colegiados levando em conta a posição da comunidade. Nada foi adiantado nesta sessão, mas em reuniões anteriores, vários conselheiros afirmaram que, nas Unidades onde a resolução foi debatida, a tendência majoritária era manutenção da periodização atual, semestral, com 15 semanas de aula, sem prejuízo do cumprimento dos 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, previstos na LDB. Não custa lembrar que os 200 dias estabelecidos na legislação não se restringem a atividades em sala de aula, sendo dias de trabalho em ensino, pesquisa e extensão.

Coned

Representante da CNTE critica herança patrimonialista

Conferência discute financiamento de ensino fundamental no país

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação é uma entidade que representa 2,5 milhões de trabalhadores da educação básica pública no Brasil. O Secretário de Projetos e Cooperação da entidade que promove o movimento denominado a Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Escola Pública, Carlos Augusto Abicalil, foi o palestrante da conferência *Organização e Avaliação da Educação Nacional: políticas públicas e democracia*, realizada durante o 4º Congresso Nacional de Educação, ocorrido em abril, na cidade de São Paulo.

Abicalil traçou um panorama geral das políticas públicas voltadas para o ensino fundamental no país e não mediu críticas ao modelo de distribuição de recursos, implementado pelo governo federal e executado pelos governos estaduais e municipais: o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). A Constituição de 1988 vincula 25% das receitas dos estados e municípios à Educação. Com a Emenda Constitucional n.º 14/96, 60% destes desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de Estados e Municípios) ficaram reservados ao ensino fundamental (1ª a 8ª séries do antigo primeiro grau). O Fundef introduziu novos critérios de distribuição do orçamento para o ensino fundamental e a utilização de 15% dos principais impostos de estados e municípios, promovendo, na opinião de Abicali, uma concorrência entre estas duas esferas pelos recursos Federais e uma ambigüidade de oferta em relação aos ensinos fundamental e médio. Para o dirigente, a implementação deste modelo acaba promovendo um verdadeiro 'jogo de empurra' entre as três esferas governamentais. "Alguns concebem que o ensino médio seria de responsabilidade estadual e o superior, de responsabilidade federal. Aqui em São Paulo, fica a incoerência – o estado empurra para o município a responsabilidade pelo ensino fundamental e, ao mesmo tempo, não abre mão das universidades estaduais (USP, Unicamp e Unesp) para o sistema federal", questiona, utilizando o exemplo do governo do tucano Geraldo Alckmin.

Instituições privadas lucram com desresponsabilziação

Segundo Abicalil, as reformas implementadas pelo governo federal no sistema educacional brasileiro nos últimos sete anos, e seguido por várias administrações regionais e locais, refletem, ao mesmo tempo, uma desresponsabilização com o financiamento da educação pública e uma centralização das políticas educacionais na esfera do executivo: "Não se trata da crise do planejamento central, mas de uma outra forma de definir, entender e implementar uma política educacional, sempre sob a égide do poder executivo". Para o dirigente, entre a propaganda alardeada pelo governo federal de que houve melhoria no sistema educacional, principalmente na educação básica, e a realidade vivida pelas escolas existe uma enorme distância. Abicalil criticou também a captação de recursos para o ensino público via instituições privadas. "Quanto mais acentuada a desresponsabilização, mas fácil é a captação de recursos privados", questionou, citando casos de desvio de dinheiro público, através de ações de empresas privadas junto ao setor educacional. A Fundação Roberto Marinho foi um de seus exemplos. Segundo Abicalil, a Fundação promotora dos conhecidos tele-cursos deduz do imposto de renda das organizações Globo R$ 2,00 de cada real aplicado na produção de programas 'educativos'- cujas cópias são transmitidas durante uma década inteira sem atualização. A Fundação Bradesco foi outra instituição citada pelo dirigente como uma das que utiliza a aplicação de recursos em programas educativos para promover a subtração de fundos públicos através da isenção de impostos. "Para os assalariados, de cada R$ 50,00 de renda (líquidos), R$ 37,00 voltam na forma de imposto (para os cofres públicos). De cada instituição financeira, de cada R$ 100,00, apenas R$ 0,17 voltam na forma de imposto", denunciou, citando como fonte o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

Herdeiros do patrimonialismo

De acordo com o dirigente da CNTE, as contraposições entre centralização e descentralização, concentração e desconcentração, verticalismo autoritário e participação democrática estão presentes na política nacional de educação, "em que pese todos os documentos oficiais afirmarem sempre a descentralização, a deconcentração e a participação democrática como objetivos". Segundo Abicalil, na organização do sistema brasileiro de educação existem três vertentes que determinam o processo de acessibilidade e permanência da população no sistema. "Somos herdeiros de uma, vítimas de outra e promotores da terceira", aborda. "Herdeiros de uma visão sistêmica patrimonialista sob a ótica dos coronéis, ainda bem viva, presente", afirma citando de dois coronéis da vida política atual, Jader Barbalho e Antônio Carlos Magalhães, que, banidos por um processo de renúncia no congresso por envolvimento em escândalos políticos, estariam retomando sua atividades. Segundo Abicalil, tanto ACM como Jader retornam ao Senado provavelmente no próximo ano. Abicalil lembrou que Collor de Mello também é candidato ao Senado pelo estado de Alagoas. "É o primeiro colocado (Collor) nas pesquisas de lá. Paulo Maluf é o primeiro colocado nas pesquisas de São Paulo (para o governo estadual)", alertou. Para Abicalil, a cultura patrimonialista brasileria seria a explicação para esta retomada do poder parlamentar pelas velhas oligarquias. "Esta herança estaria na organização do Estado brasileiro e, por conseqüência, na orientação das políticas públicas de educação".

"No caso da educação básica", afirmou, "o coronelismo é gritante. Os processos de descentralização e da 'prefeiturização', e não municipalização, já que quem distribui os recursos é o prefeito e seus organismos de controle, é que determinam as políticas educacionais e a distribuição de recursos", disse, lembrando que são poucas as administrações que admitem a participação popular. Para o dirigente, o coronelismo ainda avança na base administrativa dos cinco mil municípios – "só 200 têm uma população suficientemente organizada do ponto de vista do conceito de sociedade civil gramsciniano", conclui. "Na educação básica, o que prevalece é a concorrência por fundos entre a prefeitura e o governo estadual. Enquanto isso, o 'imperador' ri, se diverte".

A Constituição, segundo Abicalil, prevê a colaboração entre as três esferas, mas as administrações priorizam desresponsabilização que gera o jogo de empurra: "empurra para fora, para a sociedade civil e para as parcerias com o setor privado, na direção da eliminação da responsabilidade pública com o setor".

Abicalil criticou também a cultura privatizante dos espaços públicos, que acaba sendo reproduzida pela população. O dirigente questionou a figura do 'pistolão', segundo ele, presente nas administrações. Para o sindicalista, "os processos de seleção de exames de QI, de quem indica, onde a administração pública acaba sendo a extensão do quintal de determinadas famílias" são mais um entrave a ser superado por uma nova organização política de estado. Uma organização que permita a inclusão dos agentes sociais, dos trabalhadores em educação, na promoção de uma escola pública de qualidade com participação democrática de todos na definição das políticas de financiamento e de gestão.

Retrato da Escola

A CNTE organizou, em 1999, como uma das atividades da Marcha em Defesa da Escola Pública, a pesquisa 'Retrato da Escola' aplicada nas instituições públicas das redes municipais e estaduais. Foram pesquisadas as escolas de dezessete estados, incluindo São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A aplicação dos questionários atingiu as zonas urbanas e rurais de todas as regiões do país.

Uma das conclusões retiradas do resultado da consulta foi que a grande maioria dos pais e mães (70,18%) não tem o ensino fundamental completo, mas avalia que a escola e a educação são muito importantes e que sem elas não se vai muito longe (67%). Outro dado demonstrado foi que a melhoria salarial para os trabalhadores em educação é a primeira reivindicação de pais e mães dos alunos matriculados e dos trabalhadores pesquisados. A mesma reivindicação aparece, também, entre os alunos. Ao lado de melhores salários para os profissionais, aparecem a melhoria da infra-estrutura e dos equipamentos escolares, além da regularidade e ampliação na oferta da merenda. As informações completas do resultado da pesquisa, da abordagem e da metodologia aplicada estão no endereço www.cnte.org.br.

Coned

Particulares totalizam 85% do sistema superior de educação

Manuella Soares

CLÁUDIA GONÇALVES, 3ª SECRETÁRIA DO ANDES-SN (SEGUNDA, DA DIR. PARA ESQ.), FALOU SOBRE DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO NO ENSINO SUPERIOR

Reserva de vagas e assistência estudantil são debatidas no acesso às universidades

A crescente privatização do ensino superior e a total falta de apoio das instituições aos estudantes foram os principais pontos da mesa redonda que discutiu o tema "Educação Superior: quem tem acesso? Quem permanece?", durante o 4º Congresso Nacional de Educação (Coned). Realizada no dia 25 de abril, a mesa também avaliou a questão da reserva de vagas para as universidades públicas. Primeira a falar, a professora Madalena Guasco Peixoto (da PUC-SP) recheou a sua apresentação de números que atestam o avanço do ensino privado no país. Ela foi buscar as informações no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, que vem realizando, nos últimos anos, o Censo da Educação Superior.

De acordo com o último censo (de 2000) – o Censo de 2001 deve ser divulgado em setembro deste ano -, o sistema de Educação Superior brasileiro tinha 2,7 milhões de estudantes em cursos de graduação presenciais. Desde 1995, a taxa média de crescimento anual foi de 8,9%. A rede privada apresentou o maior crescimento, de 17,5%, e tem 1,8 milhão de alunos. Em seguida, estão as instituições estaduais, que apresentaram 9,8% de crescimento e têm 332 mil matrículas. As Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) apresentam um acréscimo de 9,1% na matrícula e contam com 483 mil alunos.

O Brasil tem 1.180 instituições de Educação Superior e os novos estabelecimentos (olha só que novidade!) são praticamente todos da rede privada, que teve um aumento de 11% e conta com 1.004 instituições (85% do total). A rede de Instituições Federais de Educação Superior teve o acréscimo de mais um estabelecimento e passou a contar com 61 unidades.

As instituições estaduais passaram de 72 para 61 no último ano, o que significou uma redução de 15%. Para o MEC, essa mudança é explicada pela aglutinação de faculdades isoladas e não está diretamente relacionada ao fechamento de estabelecimentos. No caso das instituições municipais de Educação Superior houve uma diminuição de 10%. São 54 estabelecimentos, seis a menos que em 1999. Aqui, o ministério não divulga, os estabelecimentos foram assumidos pela iniciativa privada.

Para a professora da PUC-SP, tão alarmante quanto esses números é constatar o crescimento do denominado "ensino pós-médio". "O MEC adora falar que houve descentralização do Educação Superior (das capitais para o interior), mas não fala que isso é praticado por instituições que, em geral, nem de nível superior são; o tal ensino pós-médio", afirmou Madalena. Ou seja: ganham cada vez mais espaço os cursos de curta duração voltados para as demandas imediatas do mercado, algo bem longe do que se espera de uma formação universitária de verdade.

Estado se desresponsabiliza da Educação

Em seguida, a 3ª Secretária do Andes-SN, Claudia Gonçalves, comentou a diminuição da participação do Estado na Educação. "A gente tem a implementação de uma política na qual o Estado se desresponsabiliza da Educação Superior", disse. Claudia ressaltou que este projeto educacional não permite ao contingente da juventude o acesso à universidade. Sem investimento na ampliação do sistema, o número de vagas oferecido pelo Estado em todas as suas instâncias não é capaz de absorver a massa de estudantes que se forma no ensino médio: 1,8 milhão, em 2000. "Nós oferecemos apenas 210 mil vagas públicas por ano", contou

Cursos seqüenciais rechaçados na USP

A estudante Samantha Freitas, do DCE da USP, centrou fogo nas políticas "alternativas" que surgem em tempos neoliberais com o suposto objetivo de melhorar o acesso ao ensino superior. Ano passado, contou ela, apareceu uma proposta do Conselho de reitores das universidades estaduais paulistas (Cruesp) para criar, ao longo de 10 anos, cerca de 130 mil novas matrículas. A iniciativa custaria aos cofres do estado de São Paulo algo em torno de R$ 465 milhões. Samantha ponderou: "Só o orçamento anual da USP, para 60 mil estudantes, é de R$ 1 bilhão. Então, com metade do orçamento, como seria possível criar o dobro de matrículas?", questionou. Ela mesmo respondeu: "Com cursos de curta duração: a proposta previa 94 mil novas matrículas pelos cursos seqüenciais de duração de um ano e meio, dois anos". Na ocasião, os movimentos da comunidade universitária se organizaram e conseguiram afastar temporariamente o projeto.

Um projeto, aliás, que estava correndo debaixo do maior sigilo. "Não foi discutido em nenhum fórum público e só se conseguiu acessar o documento com os deputados da assembléia legislativa, onde já estava sendo debatido", informou. Outro ponto interessante: no documento, apareciam o tempo todo citações dos cursos de graduação como "tradicionais" (num tom desqualificador), enquanto os seqüenciais seriam os "ágeis" (com rápida inserção dos alunos no mercado e menos oneroso para o Estado).

Em dado momento da palestra, a aluna fez uma crítica à política de assistência estudantil em algumas universidades públicas com a chamada bolsa-trabalho (criada para substituir a atividade de funcionários técnico-administrativos). "A gente está na universidade para estudar, não para trabalhar", disse. A estudante defendeu, ao final de sua fala, o resgate do PNE da Sociedade, que exige a ampliação de recursos públicos para todos os níveis de ensino do país. "Somente assim haverá a democratização do acesso".

Ubes defende a reserva de vagas

Já a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) preferiu abordar o tema do acesso ao ensino superior pela defesa da reserva de vagas. "É um pequeno passo para a construção de um país mais justo", disse Igor Bruno Pereira, presidente da entidade. Segundo Igor, há o entendimento de que a medida é paliativa, mas que a entrada desses alunos mais pobres nos cursos mais concorridos justificaria o processo. "Queremos democratizar o acesso", contou. A Uerj, exemplificou, oferece 90 vagas para Medicina. "Não é possível que não tenhamos 45 estudantes em toda a rede pública para preencher essa cota", disse.

Andes-SN é contrário

Claudia Gonçalves, em sua exposição, já tinha antecipado o tema da reserva de vagas desenvolvido pelo representante da Ubes. Ela criticou duramente tal iniciativa. Durante a gestão do ex-governador Anthony Garotinho, que fez grande barulho com a reserva de vagas na Uerj e na Uenf, não se investiu um centavo a mais na viabilidade da idéia. Resultado: "A experiência diz tudo: a lei de Garotinho (das cotas) é de 1999. Até hoje, não entrou nenhum aluno assim. O governador fez (a legislação) na canetada, isentou esses alunos do vestibular e não deu os recurso para realização do processo", completou. De acordo com Claudia, o Andes-SN só não tem posição definida ainda sobre reserva de vagas para afro-descendentes (o 44º Conad, que ocorrerá neste mês, deve apresentar alguma novidade em relação ao tema).

Adufrj-SSind

Campanha de sindicalização dos professores concursados

Adufrj-SSind também solicita a atualização do cadastro dos docentes já sindicalizados

A Adufrj-Seção Sindical é o espaço privilegiado para discussão política de todos os professores da UFRJ; em atividade ou aposentados. Também é uma das 91 seções sindicais que compõem o Andes-Sindicato Nacional. Com sua estrutura democrática, o Sindicato permite a cada docente falar e ser ouvido em todo o país, através da participação nas assembléias, nos grupos de trabalho, nos congressos e demais fóruns da entidade.

Conquistas nacionais

Na defesa intransigente da democracia e da autonomia, a então Associação Nacional de Docentes (Andes) surgiu no ano de 1981. Em 1988, a Constituição brasileira foi promulgada e junto dela veio uma das bandeiras históricas do movimento: a conquista do direito de sindicalização dos servidores públicos. Até aquele momento, com o não reconhecimento das entidades e a proibição das greves, os professores lutavam pelos seus direitos através das associações de docentes e da Andes. Nesse mesmo ano, 1988, a Andes se transformou em Sindicato Nacional.

Desde sua fundação, as conquistas para a categoria se ampliaram: reajustes salariais; planos de Carreira; aberturas de concurso público; rejeição de projetos de lei contra os trabalhadores e resistência aos ataques contra a Universidade pública, gratuita e de qualidade; entre outras lutas que sempre pautaram o movimento docente.

Neste momento em que o governo abre (graças ao movimento de greve do ano passado, é bom lembrar) centenas de vagas para docentes em todo o país, convidamos os novos concursados da UFRJ para conhecer a entidade. Esperamos provocar o interesse para sua sindicalização. Se você, colega professor, conhece alguém que tenha entrado na universidade recentemente, por favor, repasse este convite.

A seção sindical fica no Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200 e funciona de 8h30 às 17h, de segunda a sexta-feira. Nossos telefones de contato são: 2260-6368, 2590-4799 e 2590-7753 e o nosso e-mail é: adufrj@alternex.com.br

O que é necessário para a sindicalização

Para se sindicalizar, o docente deve comparecer à sede da Adufrj-SSind, munido de uma cópia do contracheque, e preencher dois formulários (ou requerer as duas fichas pelo e-mail; neste caso, porém, terá que entregar os documentos preenchidos e assinados na sede). A contribuição do sindicalizado é descontada direto da folha de pagamento e representa 0,8% da remuneração composta pelos seguintes itens (vencimento básico + GAE + GED (ou GID) + adicional por tempo de serviço + IPC 26,05% (popular Plano Verão)).

Atualização do cadastro

Em breve, a Adufrj-SSind estará enviando para os seus sindicalizados uma solicitação para a atualização das informações constantes das fichas de sindicalização atuais. Será enviada também para cada docente a sua ficha atual para que sejam feitas as alterações, caso necessário. Informações como o regime, a titulação, entre outras, por exemplo, não constavam da ficha de sindicalização antiga e precisam ser complementadas. Há, ainda, casos em que o professor foi promovido na carreira, sendo necessária a atualização destes dados em sua ficha. Além desta atualização ser importante para a melhoria da comunicação entre a entidade e os professores, ela permite que seja feito o cálculo do valor da mensalidade do sindicalizado, antes produzido na sub-reitoria de pessoal da universidade, hoje, de responsabilidade da seção sindical.

Agenda Sindical

11/6 a 13/6 – Mostra "Vida e Morte nos Hospitais Universitários"
Brasília (DF), na Câmara dos Deputados (veja matéria na página 4)

14/6 – Oficina de trabalho: "Em defesa da Saúde dos Trabalhadores da Educação"
Brasília (DF)
- Com a promoção do Andes-SN e da Fasubra, o evento vai analisar os efeitos das reformas neoliberais sobre as políticas de saúde do trabalhador e levantar pontos para definição de um plano de luta articulado entre as entidades sindicais, entre outros objetivos.

17/6 a 19/6 – Eleições para Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

19/6/02 – Dia nacional de luta com paralisação dos SPF

21/6 a 23/6 – 44º Conad
Em Florianópolis (SC), terá como tema central "Transformar a sociedade e a educação: a mesma luta".

22/6 – Indicativo de Plenárias Setoriais

23/6 – Indicativo de Plenária dos SPF

24/6 – Ato Nacional de Lançamento do Manifesto contra a entrega da Base de Alcântara, no Maranhão
Rio de Janeiro (RJ) – Praça Tiradentes, no Teatro João Caetano, a partir das 18h

19/7 - Posse da Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Grupos de Trabalho

Reuniões em 8 e 9/6

A vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, e a professora Janete Luzia (da Escola de Serviço Social) representaram a seção sindical na reunião conjunta do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) e GT Carreira, em Brasília (DF), no dia 8 de junho. O objetivo da reunião era discutir o projeto de autonomia da Andifes e a regulamentação da GID. Cleusa e Janete também participaram da Reunião do Setor das IFES, no dia 9. Mais detalhes serão informados na próxima publicação da Adufrj-SSind.

Saúde é prioridade do GTSS da Adufrj-SSind em 2002

O Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind (GTSS), com o apoio da Secretaria Regional do Rio de Janeiro do Andes-SN, estará realizando na UFRJ, em outubro deste ano, um evento dedicado à Saúde do Professor. A atividade está prevista para os dias 15 e 16/10/02, na Praia Vermelha e no CCS (Fundão). Para o pleno êxito do evento, será fundamental a contribuição de professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes, especialmente das áreas que trabalham com o tema, com as quais o GTSS está fazendo contatos.

Esta iniciativa é um desdobramento das atividades que estarão sendo realizadas esta semana em Brasília (ver Agenda Sindical nesta página), que têm como um dos objetivos pressionar o MEC a instalar as Mesas de Negociação sobre os Hospitais Universitários e Assistência à Saúde estabelecidas no acordo que pôs fim à greve do ano passado.

As pessoas interessadas em participar e/ou colaborar, com o evento de outubro ou com as demais atividades do GTSS, podem enviar mensagem para janeteluzia@ufrj.br, entrar em contato com a Secretaria da Adufrj-SSind (2590-4799, 2590-7753 ou 2260-6368) ou, ainda, comparecendo à próxima reunião ordinária do GTSS, que será realizada no dia 1º de julho, às 15h, na Escola de Serviço Social, no *campus* da Praia Vermelha.

ATENÇÃO

UFRJ diz ter pago 26,05% para todos por engano

A Sub-reitoria de Pessoal e Serviços Gerais (SR-4) informou que pagou, no mês de maio de 2002, os 26,05% relativos ao Plano Verão para todos. A SR-4 informou que houve erro no processamento do Serpro – a empresa pública vinculada aos ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão -, em Brasília, e os valores pagos por engano deveriam ser ressarcidos. Até o momento, no entanto, a sub-reitoria não enviou esclarecimentos por escrito solicitados pela Adufrj-SSind, mas alertamos para a possibilidade de haver o processamento do desconto destes valores nos contracheques dos próximos meses.

@dufrj

Biblioteca Virtual de Literatura

Sob coordenação de Heloisa Buarque de Hollanda e Beatriz Resende (do Programa Avançado de Cultura Contemporânea - UFRJ), a Biblioteca Virtual de Literatura **(http://www.prossiga.br/pacc/bvl)** permite a pesquisa de *links* relacionados aos principais escritores e ensaístas da literatura brasileira e mundial. Páginas eletrônicas pessoais e outras que façam referência aos autores são listadas, assim como e-mails de contato. Outra categoria interessante da biblioteca é a 'Criação On-line', serviço que reúne endereços onde a própria Internet serve como veículo de publicação: poemas e outros textos virtuais podem ser acessados numa lista de *sites* selecionados. A Biblioteca Virtual de Literatura também apresenta informações sobre concursos e prêmios, academias e associações, bibliografias, livrarias e editoras, entre outros assuntos.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
ENCARTE ELEIÇÃO
EDIÇÃO DE 10 DE JUNHO 2002

Eleições da Adufrj-SSind ocorrem nos dias 17 a 19 de junho

Estão convocadas as eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind para os dias 17, 18 e 19 de junho. No dia 24/5, foi inscrita para concorrer à direção da entidade a chapa Adufrj – Transparência, Democracia e Autonomia, com os seguintes nomes: Cleusa Santos, professora da Escola de Serviço Social (candidata a presidente); José Luciano de Souza Menezes, da Escola de Engenharia (candidato a 1º vice-presidente) e José Henrique Sanglard, também da E.E. (candidato a 1º tesoureiro). Para ocupar um dos cargos vagos (a diretoria pode ser formada por até sete nomes), a chapa indicou desde já o nome do professor Arthur Arruda Leal Ferreira (do Instituto de Psicologia), que ainda se encontra na condição de chefe de departamento e apenas aguarda a publicação de portaria com a nomeação do novo chefe do departamento, recém-eleito. De acordo com o estatuto da Adufrj-SSind, nenhum professor que ocupa cargo institucional pode se candidatar à diretoria da seção sindical.

Para as eleições do Conselho de Representantes da seção sindical, inscreveram-se os seguintes nomes pelo Instituto de Química: Milton Roedel Salles; Maria Lucia Patitucci e Magaly Girão Albuquerque (todos titulares).

Neste encarte, estão publicados a carta-programa da chapa (página 2); informações gerais sobre o processo eleitoral (página 3); e os locais de votação (página 4).

Chapa 1: Adufrj - Transparência, Democracia e Autonomia

CARTA-PROGRAMA

A intensificação das ações do Governo Federal contra o ensino público, mais especificamente, contra as universidades federais e o aumento de vagas das universidades privadas, exigem o fortalecimento das entidades que possam congregar todos os docentes para a defesa do ensino público e gratuito e contra as políticas neoliberais que estão destruindo o País.

Com efeito, oito anos de medidas anti-universitárias do governo colocaram as universidades federais em uma situação crítica. É preciso continuar a construção coletiva de ações que se contraponham

- ao arrocho salarial decorrente do congelamento dos salários e à política de gratificações produtivistas;
- à ausência de verbas orçamentárias para a pesquisa, que não devem ter vinculação às necessidades imediatas do mercado;
- ao desrespeito aos resultados das urnas na escolha dos reitores e de dirigentes eleitos democraticamente, gerando crises de legitimidade que degradam o *ethos* acadêmico;
- à afronta ao princípio constitucional da autonomia universitária, pela subordinação da Procuradoria das Universidades Federais à Advocacia Geral da União;
- à quebra dos princípios constitucionais da isonomia (entre docentes das carreiras de 1º e 2º graus e do 3ºgrau) e da paridade entre ativos e aposentados (GED/GID), e
- a todas as medidas que venham a impedir a efetivação do Art. 207 da Constituição Federal que determina que as universidades são instituições autônomas e assentadas no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Entendemos que a Adufrj-SSind deva se manter como uma entidade democrática, combativa e autônoma diante de governos, de reitorias, de partidos políticos e de credos religiosos.

É com essa perspectiva que vimos postular a direção da Adufrj-SSind, gestão 2001-2003, apresentando ao conjunto da categoria a síntese de nossa Carta-Programa:

1. Lutar pela democracia e por transformações econômico-sociais capazes de engendrar a superação da heteronomia decorrente da condição capitalista dependente e subordinada de nosso país, incapaz de forjar, soberanamente, o seu desenvolvimento científico, artístico, educacional e cultural. A luta contra as medidas que visam impor versões renovadas do velho pacto neocolonial ao país é crucial para configurar uma autêntica universidade pública, gratuita, de alta qualidade e universal. A defesa da universidade é, nessa perspectiva, um gesto em favor de melhores condições de vida para o conjunto dos brasileiros, dos povos latino-americanos, africanos e de outras regiões subordinadas.

2. Organizar juntamente com as entidades sindicais (Sintufrj, Fasubra, Servidores Públicos Federais, CUT), científicas (SBPC, ANPEd, ANPOCS, ANPUH, SBF, ABEM, SBQ, etc), estudantis (DCE, UNE, APG, ANPG) e demais movimentos sociais (MST, ATTAC, etc) a luta contra qualquer medida que tenha o objetivo de aprofundar a privatização do ensino público, como os Tratados de Livre Comércio (ALCA/ OMC), as Reformas Administrativa e da Previdência. Participar de iniciativas como o Fórum Social Mundial e o Fórum Mundial da Educação é da maior importância. Em virtude do avanço da reforma do Estado, emergem como eixos prioritários a defesa da paridade entre ativos e aposentados e o combate ao projeto de emprego público do MEC e aos projetos de regulamentação da Autonomia.

3. Lutar pela viabilização de medidas que assegurem o financiamento público das universidades federais, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização do ensino público. Há hoje em curso um processo de privatização que vem deslocando a universidade para a esfera privada. Com o objetivo de preservar e aprofundar a universidade como o lugar do pensamento crítico, inclusive crítico da própria ciência, da arte e de outras manifestações da criação humana, é necessário promover amplo debate sobre o financiamento, incluindo a atuação do número crescente de fundações no interior das IES públicas e na UFRJ.

4. Lutar pela Carreira Única do Andes-SN e pela manutenção da estabilidade do emprego dos servidores públicos. Estas ações devem estar fundamentadas no Projeto do Andes-SN para a Universidade Brasileira e estar organicamente articuladas com a luta em favor do Plano Nacional de Educação, edificado nos Congressos Nacionais de Educação (CONED's).

5. Lutar pela imediata correção dos salários dos docentes ativos e aposentados, considerando perdas inflacionárias, ganhos reais e a malha salarial da nova carreira proposta pelo Andes-SN.

6. Lutar pela democratização da gestão das universidades e pelo fortalecimento de todas as instâncias e práticas capazes de constituir a universidade como uma esfera pública radicalmente democrática.

7. Prosseguir e aperfeiçoar as iniciativas capazes de promover ampla circulação e o debate das idéias na universidade, fortalecendo os veículos de comunicação da Adufrj-SSind e outras iniciativas capazes de democratizar a comunicação.

8. Ampliar e aprofundar as formas de participação dos sindicalizados no cotidiano da Adufrj-Ssind, incluindo os aposentados, fortalecendo os Grupos de Trabalho, o Conselho de Representantes, as reuniões nas unidades e a organização de encontros e seminários sobre temas de interesse da categoria.

9. Lutar pela preservação dos espaços e práticas democráticas de nosso Sindicato Nacional, denunciando quaisquer formas de debilitamento da democracia interna, e atuando ativamente nos eventos que forjam o Andes- SN como um sindicato autônomo e democrático.

10. Lutar contra a mercantilização, precarização e privatização dos HUs, por sua manutenção como espaço didático-pedagógico na formação de profissionais de saúde, na pesquisa e na sua inserção na rede do SUS, sem descaracterizar o seu papel de atenção secundária e terciária, assim como sua condição de referência na rede.

11. Lutar junto ao Andes-SN pela garantia de verbas suficientes e permanentes para o funcionamento e manutenção e ampliação dos HUs, no orçamento do MEC, do Ministério da Saúde e Ciência e Tecnologia, viabilizando a totalidade de suas funções, de tal forma que não se justifiquem a realização de convênios e reservas de leitos para o atendimento privado.

12. Promover amplo debate sobre a questão de gestão dos fundos de pensão, exigindo a democratização e a transparência de suas políticas.

Dessa forma estamos publicamente apresentando nossa chapa para concorrer à direção da Adufrj-SSind no biênio que se encerrará em 2003. A nossa chapa está constituida pelos seguintes professores sindicalizados e respectivos cargos:

Presidente: Cleusa dos Santos

1º Vice Presidente: José Luciano de Souza Menezes

2º Vice Presidente: vago

1º Secretário: vago

2º Secretário: vago

1º Tesoureiro: José Henrique Sanglard

2º Tesoureiro: vago

Para ocupar um dos cargos vagos indicamos desde já o professor Arthur Arruda Leal Ferreira, que no presente momento é Chefe de Departamento e aguarda exoneração. De acordo com o Regimento Geral da Adufrj-SSind o professor Arthur não pode se candidatar à Diretoria da Seção Sindical enquanto não for substituído legalmente na chefia do Departamento. É também um compromisso nosso realizar reuniões públicas com o objetivo de avaliar o programa aqui apresentado, de estabelecer metas e prioridades de atuação na UFRJ, de discutir com nossos sindicalizados os procedimentos adequados para complementar os cargos vagos e de eventualmente construir candidaturas aos mesmos.

Conclamamos a categoria a participar ativamente do processo sucessório na Adufrj-SSind, inclusive na organização das eleições, e a votar na Chapa 1: Adufrj - Transparência, Democracia e Autonomia.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2002

Informações gerais sobre as eleições da Adufrj-SSind

Professores da UFRJ podem votar em qualquer uma das 14 seções eleitorais espalhadas pelos *campi*. Aposentados também participam das eleições nos dias 17, 18 e 19.

Para o processo eleitoral agora em curso, podem votar todos os professores sindicalizados à Adufrj-SSind até o último dia 18 de abril que estejam em pleno gozo de seus direitos, sendo vedado o voto por procuração.

O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta pelos seguintes integrantes: Regina Pugliese (CAp), José Simões (Instituto de Física) e Filadelfo Cardoso Santos (Instituto de Física). Para realização do pleito, a comissão agrupará os eleitores em conjuntos denominados seções eleitorais (veja listagem na página 4).

As eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes serão realizadas por escrutínio universal direto e secreto. Em cada local de votação, deverão ser disponibilizados: uma lista única de presença dos eleitores da respectiva seção eleitoral; cédulas oficiais para votação; envelopes para votos em separado (assim como ocorreu há pouco nas eleições do Andes-SN; a relação oficial dos candidatos; atas de votação; registro de ocorrências; e urna inviolável para depósito dos votos.

Voto em separado

O professor poderá votar em qualquer seção eleitoral, mesmo fora de sua Unidade, com o uso do envelope em separado.

Aposentados também podem votar

Os docentes aposentados também podem comparecer às urnas. Lembramos que a participação destes professores é fundamental na luta pela manutenção dos direitos da categoria, conquistados ao longo da história do sindicato.

Apuração

A apuração dos votos deverá ser realizada por uma Comissão Apuradora, cujos integrantes serão designados pela comissão eleitoral, na sede da Adufrj-SSind ou em outro local público indicado pela Comissão Eleitoral, até o dia seguinte ao do encerramento da votação.

Conselho

O Conselho é formado por representantes dos sindicalizados de cada Unidade da UFRJ, em quantidade que varia de acordo com o número de sindicalizados da Unidade. Unidades com até 60 sindicalizados têm um representante; entre 61 e 120, dois representantes; e, acima de 120, três. Os suplentes são em igual número. Os sindicalizados votam numa das listas da sua Unidade e o critério para preenchimento dos cargos é proporcional, isto é, o número de candidatos eleitos de cada lista é proporcional ao número de votos recebidos pela lista.

Resultado

A Diretoria em exercício convocará uma reunião do Conselho de Representantes, até no máximo 15 dias após a divulgação dos resultados apurados, com o objetivo de julgar requerimentos tais como: recontagem de votos; impugnação de urnas ou outros recursos cabíveis; completar o processo, se necessário; e homologar os resultados.

Conheça os integrantes da Chapa Adufrj - Transparência, Democracia e Autonomia

Presidente: Cleusa dos Santos, da Escola de Serviço Social. É a atual 2ª vice-presidente da seção sindical

1º Vice Presidente: José Luciano de Souza Menezes, da Escola de Engenharia

1º Tesoureiro: José Henrique Sanglard, da Escola de Engenharia. É o atual presidente da seção sindical

Arthur Leal, do Instituto de Psicologia, integrará a diretoria, assim que se desincompatibilizar do atual cargo de chefe de Departamento, em sua Unidade

VOCÊ FAZ A DIFERENÇA, VOTE!
ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA E CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND
17, 18 E 19 DE JUNHO

Veja aqui onde VOCÊ vai votar!

Seção Eleitoral	Locais de votação		Unidades agrupadas
1	Praia Vermelha 1	Entrada da Escola de Serviço Social	• Escola de Serviço Social • Instituto de Neurologia • Instituto de Psicologia • Instituto de Psiquiatria
2	Praia Vermelha 2	Entrada da Faculdade de Educação	• Escola de Comunicação • Faculdade de Educação
3	Praia Vermelha 3	Entrada da Decania do CCJE	• Faculdade de Administração/ C. Contábeis • Instituto de Economia
4	Centro	Entrada do IFCS	• Escola de Música • Faculdade de Direito • Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
5	São Cristóvão	Entrada do Museu Nacional	• Museu Nacional
6	Anna Nery	Pavilhão de aulas da Escola Anna Nery	• Escola de Enfermagem • Hospital-Escola São Francisco de Assis
7	CAp	Pátio interno do CAp	• Colégio de Aplicação
8	Reitoria	Entrada dos elevadores/térreo Prédio da Reitoria	• Escola de Belas Artes • IPPUR • Faculdade de Arquitetura e Urbanismo • COPPEAD
9	Letras	Em frente ao Bloco D/térreo	• Faculdade de Letras
10	Centro de Tecnologia (CT)	Bloco D/térreo e Burguesão	• COPPE • Escola de Engenharia • Escola de Química • Instituto de Macromoléculas

Seção Eleitoral	Locais de votação		Unidades agrupadas
11	Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN)	Bloco A do CT/térreo Em frente ao elevadores	• Observatório do Valongo • Instituto de Física • Instituto de Geociências • Instituto de Matemática • Instituto de Química • Núcleo de Computação Eletrônica
12	Educação Física	Corredor da piscina	• Escola de Educação Física e Desportos
13	Centro de Ciências da Saúde (CCS)	Bloco A do CCS/térreo Praça de alimentação	• Faculdade de Farmácia • Instituto de Biologia • Instituto de Biofísica • Instituto de Ciências Biomédicas • Instituto de Microbiologia • Instituto de Nutrição • Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais • Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde
14	Hospital Universitário	Subsolo do HUCFF Em frente aos elevadores	• Faculdade de Medicina • Faculdade de Odontologia • Instituto de Doenças do Tórax • Instituto de Ginecologia • Instituto de Puericultura e Pediatria • Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 50 • 17 de junho de 2002
www.adufrj.org.br

Ato Nacional de Lançamento do Manifesto contra a Entrega da Base de Alcântara

Essa atividade faz parte da campanha contra a entrega da Base de Alcântara, no Maranhão, e contra o acordo assinado pelo governo FHC em abril de 2000, que entrega o controle de toda a área da base (62 mil hectares) para o governo dos Estados Unidos. Será no dia 24 de junho, segunda-feira, às 18h, no Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes, Centro do Rio.

AG da Adufrj-SSind discute textos do 44º Conad

Professores deliberam pela não participação do Andes-SN no seminário de autonomia proposto pela Andifes

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind realizada em 13/6 discutiu principalmente os temas pertinentes ao 44º Conad que se aproxima (dias 21 a 23, em Florianópolis, com o tema "Transformar a sociedade e a educação: a mesma luta").

Na análise do Caderno de Textos, documento que conduz os trabalhos do conselho de seções sindicais, os professores presentes à AG aprovaram as sanções determinadas pelo 21º Congresso aos ex-diretores do Andes-SN (gestão de 1998-2000). Segundo apuração da atual Direção Nacional, houve mau uso dos recursos do Sindicato pelos ex-diretores Renato de Oliveira, Dalton Macambira e Márcio Florentino. As penas previstas suspendem os professores por cinco anos das atividades no Andes-SN. Foram aprovados também: a prestação de contas do 21º Congresso (de Rio Grande – RS), o balancete analítico da atual gestão que se encerra no 44º Conad (2000-2002) e a prestação de contas do Comando Nacional de Greve de 2001.

Também se discutiu uma proposta de criação de seções sindicais "multiins-titucionais" no Setor das universidades particulares (para evitar a perseguição dos sindicalistas nas instituições). Neste caso, a AG deliberou que seja levada a sugestão de filiação via vice-presidências regionais para discussão nos grupos mistos do Conad (uma etapa preliminar às plenárias do evento). Outra questão organizativa discutida foi a possibilidade de realizar eleições proporcionais para diretoria das seções sindicais e do Andes-SN. Os docentes na AG rejeitaram esta proposta por entenderem que esta prática dificulta a gestão das entidades.

A delegação da Adufrj-SSind ao 44º Conad será composta pelos professores: Cleusa Santos, da Escola de Serviço Social (como delegada, com direito a voto); José Henrique Sanglard (suplente de delegado) e Luciano Menezes, ambos da Escola de Engenharia; Walcyr de Oliveira, da Escola de Enfermagem, Miriam Abduche Kaiuca (Colégio de Aplicação) e Roberto Figliuolo (Faculdade de Medicina), estes como observadores.

Campanha Salarial 2002

A divulgação da Campanha Salarial 2002, as iniciativas com o objetivo de fazer cumprir efetivamente o acordo da greve (regulamentação da GID mais os itens não-salariais da pauta) e a revogação do decreto 2.208/97 (que define a Reforma do Ensino Técnico) também foram aprovadas na assembléia. Ainda dentro da parte do Plano de Lutas do Sindicato, a AG da Adufrj-SSind posicionou-se contra a política de cotas para o ensino superior. Sobre o tema da assistência estudantil, a assembléia recuperou uma proposta já levada ao 21º Congresso (de Rio Grande, no início deste ano) e deixou a seguinte recomendação para os delegados ao evento: para que as seções sindicais lutem por uma política de assistência estudantil com orçamento definido, numa política para viabilizar a permanência e a conclusão dos alunos nos cursos, reduzir a evasão nas instituições públicas e fornecer condições adequadas para o trabalho discente em geral.

Rejeição à autonomia da Andifes

Os professores presentes à assembléia referendaram a posição da diretoria do Andes-SN, do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind e do Setor das Federais (realizado em 9/6) de não participar do seminário de autonomia proposto pela Andifes (ver matéria do jornal nº 62, de 10 de junho). O professor Luciano Menezes deu a sugestão (aprovada pela AG) de encaminhar a discussão da autonomia da Andifes para os departamentos, Centros e decanias da UFRJ. O passo seguinte será levar o debate para os colegiados superiores da instituição e conquistar uma posição institucional contra a proposta.

Dia de Mobilização

Para divulgação da campanha salarial 2002 dos servidores públicos federais e para chamar a atenção da sociedade para o descumprimento do acordo de greve por parte do governo, está sendo organizado um Dia de Mobilização no Largo da Carioca, nesta quarta-feira, dia 19, às 15h. A diretoria da Adufrj-SSind convida todos os professores que tiverem condições para reforçar as atividades do ato.

Defesa dos HUs

A professora Janete Luzia (da Escola de Serviço Social) informou que, por conta do trabalho desenvolvido pelas entidades sindicais da Educação e pressão dos estudantes da área da Saúde, já está sendo formada dentro do Congresso Nacional uma Frente Parlamentar em Defesa dos HUs.

Eleições para a Adufrj-SSind ocorrem nestes dias 17,18 e 19. Participe e ajude a fortalecer o seu sindicato. Abaixo, divulgamos notas do DCE e do Sintufrj de apoio à chapa única ("Adufrj-Transparência, Democracia e Autonomia") inscrita no processo eleitoral:

Nota de Apoio à chapa ADUFRJ - Transparência, Democracia e Autonomia

O Diretório Central dos Estudantes da UFRJ, DCE Mário Prata, declara o seu apoio à Chapa ADUFRJ - Transparência, Democracia e Autonomia. Entendemos que as companheiras e companheiros que compõem esta chapa, única concorrente à diretoria da ADUFRJ, são os que estiveram na luta ao nosso lado por uma Universidade Pública Gratuita e de Qualidade ao longo destes últimos anos na UFRJ.

Estivemos presentes, juntos, em Atos, Passeatas, "Universidades na Praça", na Campanha da Periodização etc. Não podemos esquecer, claro, da luta pelo afastamento do Interventor, que acaba agora o seu mandato. Enquanto ele se vai, nós ficamos para construir uma outra UFRJ depois de 4 anos de sofrimento e reformas neoliberais barradas pela força dos movimentos organizados.

Por isso, companheiras e companheiros, estamos com vocês. Prontos para encarar este novo período que se apresenta na nossa Universidade. Até a vitória.

DCE - Mário Prata - UFRJ

O movimento docente tem sido um parceiro na resistência e nas lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores e principalmente na busca por uma universidade pública, gratuita, de qualidade e com compromisso social. A Chapa *Transparência, Democracia e Autonomia*, que concorre às eleições da Adufrj-SS, traz consigo esta marca.

E na certeza de que os docentes representados pela Adufrj-SS terão nestes companheiros uma direção capaz de conduzi-los a novas conquistas, é que lhes prestamos o nosso apoio.

Direção do Sintufrj

Colegiados

CEG discute criação de grupo VI para carreiras 'artísticas'

Discussão sobre alteração ou não do modelo do vestibular 2003 prossegue nesta quarta, 19/6

A sessão do Conselho de Ensino de Graduação, de12/6, foi dedicada à discussão sobre o Vestibular da UFRJ. Ainda na pauta do colegiado, a definição do edital do concurso de 2003 acabou sendo adiada para os próximos encontros. Sobre quais medidas serão tomadas em relação aos resultados do último exame questionado por candidatos e alguns representantes de cursos, pouco foi discutido e nada ficou definido. Nas próximas sessões, o colegiado ainda deve discutir a possibilidade de alterar critérios de eliminação, seleção e 'pontos de corte' para alguns cursos ainda no concurso deste ano.

O assunto que acabou tomando conta de todo o tempo da reunião foi a proposta de criação de um novo grupo de carreiras a ser inserido no vestibular 2003, apresentada pelo coordenador acadêmico do concurso, Herli de Menezes. O novo grupo (VI) seria composto pelos cursos considerados 'performáticos' ou 'artísticos'. Artes Cênicas (com habilitação em Indumentária, Cenografia e Direção Teatral) Música, Dança, Pintura, Escultura, Gravura, e Licenciatura em Educação Artística (com habilitação em Música, Desenho e Artes Plásticas) devem compor o Grupo VI, caso aprovado.

Uma das justificativas apresentadas é o fato de alguns candidatos com bom aproveitamento nos Testes de Habilidade Específica (THE) terem sido excluídos dos cursos para os quais se candidatam por não conseguirem um rendimento suficiente nas provas não específicas de suas áreas. A idéia seria que, para o novo grupo, o THE tivesse peso dois. A primeira prova (não específica) conteria os conteúdos básicos do ensino médio (Física, Química, Matemática e Pedagogia). A segunda, os exames de Língua Portuguesa/Literatura Brasileira, Redação e Língua Estrangeira. E, na terceira e última prova, seriam avaliados os conteúdos de Geografia e História.

Conselheiros temem açodamento da proposta

Dos que se manifestaram, a maioria se mostrou preocupada em aprovar a criação de um novo grupo sem que a Comissão de Vestibular tenha apresentado uma proposta para os critérios de avaliação para a seleção de alunos para estas carreiras. A representante da Escola de Belas Artes, Marize Malta, pediu que a comissão apresente um estudo sobre o formato das provas deste novo grupo. A professora sugeriu, ainda, que a comissão solicite pareceres de especialistas em educação e avaliação da Faculdade de Educação. "Não podemos ficar no 'achismo'. Particularmente, sou contra testes para determinadas carreiras, mas não tenho nada contra o novo grupo. Só acho que precisamos fundamentar os critérios para esta avaliação", comentou. O representante do Centro de Ciências da Saúde, Alberto Schanaider, concordou e, assim como outros conselheiros, também pediu cautela na aprovação da proposta. Os conselheiros solicitaram ao coordenador da Comissão que enviasse a proposta para as Unidades envolvidas com os cursos. Segundo a também representante do CCS e integrante da Câmara de Currículos do colegiado, Ana Borralho, é preciso que as Unidades e Congregações dos Centros estejam de acordo com a mudança.

Esta sessão foi presidida pela representante do CCS, Ângela Gonçalves. Nesta quarta-feira, dia 19, o assunto vestibular deve voltar à pauta. Ao final da sessão, Ana Borralho cobrou o 'dever de casa' deixado pelo sub-reitor Ricardo Gattass para os conselheiros, na semana anterior. A professora se referiu ao parecer sobre a definição dos 'perfis' de usuários do novo sistema de gerenciamento, SIGA. Na sessão de 5/6, Gattass prometeu que terminaria a cartilha do SIGA em quinze dias.

Anote

HU precisa de doadores

O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho está precisando com urgência de doadores de todos os tipos de sangue para não ter que suspender cirurgias. Atualmente, o hospital está recebendo uma média de 30 doadores por dia, quando o ideal seria entre 60 e 80. Para doar sangue, basta estar saudável, ser maior de 18 anos e pesar mais do que 50 quilos. O doador deve se dirigir ao 3º andar do HUCFF, de segunda a sexta-feira, entre 7h e 13h. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone 2562-2305.

VI Congresso dos servidores do CP II

O Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II organiza, a partir de 27 de junho, o seu VI Congresso. No dia 28, uma sexta-feira, às 16h45, está programada uma mesa redonda de tema "Campanha Salarial 2002 e Mesas de Negociação da greve" com a participação do professor Roberto Leher; do dirigente do Sinasefe, Marcos Dorval; e o coordenador geral da Fasubra, Agnaldo Fernandes. O local do Congresso é a Unidade de São Cristóvão III, do colégio, localizada no Campo de São Cristóvão, nº 177. Mais informações pelo telefone: 2580-3784 ou 3860-6643.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes
E-mail Adufrj: adufrj@alternex.com.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Opinião/Andes AD

Chapa única para a Diretoria da Adufrj-SSind não é da Andes AD

A Andes Autônoma e Democrática (Andes AD), cuja chapa, encabeçada pelo professor Luiz Carlos Lucas, acabou de vencer as eleições para a Diretoria do Andes - Sindicato Nacional, biênio 2002-2004, constituiu-se como corrente política no interior do movimento docente no Congresso de Salvador, em 1986. Nesse ano duas correntes políticas disputaram a direção nacional da então Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. A Andes-AD venceu aquelas eleições e manteve-se na direção do sindicato nacional até hoje, com exceção do período entre 1998 e 2000.

A concepção sindical da Andes-AD está pautada pela organização a partir dos locais de trabalho, pelo respeito às instâncias e aos procedimentos democráticos de deliberação do movimento, pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, pela autonomia em relação a partidos políticos, ao Estado, a credos religiosos e às administrações das universidades.

Esta concepção está inserida no Estatuto do Andes-SN, orientando a construção de um projeto de Universidade Pública, gratuita, laica e de qualidade, socialmente referenciada e direcionada para os interesses da classe trabalhadora. Das lutas norteadas por esses princípios foram frutos: as garantias constitucionais de autonomia, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e financiamento público, a isonomia salarial entre Instituições Federais de Ensino Superior autárquicas e fundacionais, o Regime Jurídico Único, os planos de carreira do setor federal e de diversas instituições dos setores estadual e particular, a ampliação das condições para o exercício da democracia no interior das Universidades, os estímulos à capacitação docente, as garantias mínimas de verbas, entre muitas outras conquistas, todas hoje sob ataque cerrado.

Os professores sindicalizados que compõem a Andes AD agrupam-se em núcleos, por seção sindical, por meio dos quais organizam a sua intervenção política na seção sindical e no sindicato nacional. Ao longo dos últimos anos, o núcleo Adufrj da Andes AD tem sido responsável pela constituição das chapas para a Diretoria, da maioria das listas para o Conselho de Representantes e da maioria dos grupos de trabalho e das representações da Adufrj-SSind, constituindo-se assim na direção do movimento docente na UFRJ durante este período. É importante registrar que as forças políticas que se opõem à Andes AD na UFRJ têm optado por não disputar a Diretoria da Adufrj, embora tenham estado presentes nas chapas que se candidataram à direção nacional em 1996, 1998, 2000 e 2002.

Apesar da ausência de oposição, as dificuldades para manter esta direção não têm sido poucas. A disponibilidade dos professores para as atividades sindicais tem sido pequena, o que acarreta sobrecargas e prejuízos individuais para aqueles que assumem as tarefas dirigentes. Esta falta de disponibilidade também atingiu os membros do núcleo Adufrj da Andes AD e fez com que, infelizmente, este não tenha conseguido constituir e/ou participar de uma chapa para a Diretoria da Adufrj nas eleições que deveriam ter ocorrido em setembro de 2001. Apesar dos esforços do núcleo, o prazo para a inscrição de chapas teve de ser prorrogado várias vezes sem que qualquer chapa, da Andes AD ou não, se inscrevesse, o que fez o atual mandato da Diretoria ser prorrogado por cerca de nove meses. Até o dia 24 de maio, final do último prazo prorrogado para inscrição de chapas, coincidente com o dia da apuração dos votos da eleição nacional, o núcleo não tinha solução para o problema.

Foi com muita surpresa e desagrado, portanto, que o núcleo tomou conhecimento, pelo Jornal da Adufrj de 27 de maio, que fora inscrita para candidatar-se à Diretoria da Adufrj uma chapa denominada Transparência, Democracia e Autonomia, composta por Cleusa dos Santos, candidata a presidente, José Luciano de Souza Menezes, candidato a 1º vice-presidente, e José Henrique Sanglard, candidato a 1º tesoureiro.

A surpresa resultou do fato de todos os integrantes da chapa fazerem parte do núcleo Adufrj da Andes AD e, apesar do tema estar em pauta nas reuniões do núcleo há mais de um ano, não terem comunicado a este a sua intenção de candidatar-se desta forma.

O desagrado decorre da constatação de que, ao inscreverem uma chapa para a diretoria da Adufrj-SSind articulada fora dos espaços da Andes AD e sem o conhecimento desta, os companheiros Cleusa, Luciano e Sanglard, embora membros da corrente, demonstraram não tê-la como referência política no movimento docente. Os companheiros têm, sem dúvida, o direito a essa posição, mas o núcleo entende que devem formalizá-la, e que é preciso que fique claro para o conjunto dos sindicalizados da Adufrj que, apesar de composta por membros da Andes AD, a chapa, pela forma como foi construída, não tem, em princípio, a confiança política da Andes Autônoma e Democrática.

Além do processo de construção e inscrição da chapa, há problemas com o programa. Os seus autores basearam-se num programa que o núcleo preparou para a chapa que tentava formar, por sua vez referenciado no programa registrado com a chapa da Andes AD de 1999 (da qual fazia parte a atual diretoria), mas tiveram o cuidado de fazer algumas alterações preocupantes. É omitido o caráter nacional do sindicato, que, em contraposição ao modelo de federação, é defendido historicamente pela Andes AD e cuja força já foi demonstrada várias vezes, induzindo à idéia de que a "entidade sindical" se reduz à Adufrj-SSind. Um item adicionado propõe discutir a "gestão" de fundos de pensão, quando há deliberação de Congresso do Andes-SN - proposta pela Adufrj-SSind - contrária à existência deles. Os membros da chapa jamais abordaram estes assuntos no âmbito do núcleo.

Isto não significa que o núcleo da Andes AD fará "oposição" automática à futura Diretoria. O núcleo concorda, evidentemente, com os itens do programa que foram transcritos do programa da Andes AD, e agirá para que sejam cumpridos. Lutará, especialmente, para que os espaços democráticos da Adufrj funcionem regularmente e suas deliberações sejam cumpridas e usará esses espaços para apresentar suas posições de apoio ou de crítica às iniciativas da Diretoria. Finalmente, o núcleo conclama o conjunto da categoria a aderir a esta luta.

Saudações universitárias e sindicais.

Núcleo Adufrj-SSind da Andes Autônoma e Democrática, em 14 de junho de 2002.

Leia na página 4 a resposta da chapa Adufrj - Transparência, Democracia e Autonomia a esta nota.

Resenha

Sem jabá

Deu na coluna Informe JB, de 6 de junho: "O MEC começa em julho a avaliação dos cursos superiores no país. Para evitar a troca de favores, fixou regras para os técnicos que irão às universidades. Uma delas os proíbe de ir a festas públicas onde cumprem a missão pedagógica".

Provão não prejudica interesses privados

O paulistano Jornal da Tarde (09/06) informa que o Provão do MEC teve sua sétima edição e não fechou até então nenhum curso. De acordo com o professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) Mário Sérgio Cortella, o Provão protege a situação atual da qualidade de ensino e não consegue ultrapassar os interesses dos cursos privados. "O governo ainda entende que o ensino é um negócio mas, depois de quase oito anos, ele precisa agir para que o Provão não seja mero instrumento de propaganda e promoção." O presidente da União Nacional dos Estudantes, Felipe Maia, não acredita no fechamento de um curso. "Falta vontade e coragem para o ministério fechar um curso", acredita. "Não existe um interesse real em se avaliar o sistema porque os donos das instituições particulares deixariam de ser beneficiados. Sabemos que há muitas instituições ruins e, se o interesse em manter a qualidade fosse real, o exame seria mais consistente."

600 milhões de famintos em 2015

Seiscentos milhões de pessoas em todo o mundo poderão não ter o que comer no ano de 2015 se não forem tomadas iniciativas para combater o problema da fome. A FAO (Agência oficial da ONU para a alimentação), em relatório publicado em 4/6, afirma que serão necessários cerca de US$ 24 bilhões em investimentos públicos para reduzir esse número pela metade até 2015.

Livro sobre socialistas utópicos

Com a crítica do coordenador de pós-graduação da Escola de Serviço Social, José Paulo Netto, o caderno Prosa & Verso, de O Globo (8/6), saudou o livro "Utópicos, heréticos e malditos. Os precursores do pensamento social de nossa época", organizado pelo professor Aloisio Teixeira. Trata-se de um conjunto de 16 textos dispostos por Aloisio em dois blocos: o primeiro, referente ao capitalismo da primeira metade do século XIX; o segundo, ligados à transição e consolidação do estágio monopolista. O lançamento é da Editora Record.

Nota

Nota da Chapa Adufrj - Transparência, Democracia e Autonomia

A chapa Adufrj – Transparência, Democracia e Autonomia, que pleiteia a diretoria da Adufrj-Seção Sindical dos Docentes da UFRJ para o biênio 2002/2003, se referencia nos princípios historicamente defendidos pela corrente política nacional Andes Autônoma e Democrática, como pode ser verificado na prática de seus componentes, a nível local e nacional. A maioria das direções eleitas do Andes-SN, assim como as da direção da Adufrj-SSind, tem sido majoritariamente composta por docentes ligados a esta corrente.

Os professores Cleusa Santos, José Luciano Menezes e José Henrique Sanglard, integrantes da chapa Adufrj – Transparência, Democracia e Autonomia, fazem parte da corrente política Andes AD. A carta-programa desta chapa expressa, de forma inequívoca, esta identidade

Entretanto, a chapa Adufrj – Transparência, Democracia e Autonomia não foi, de fato, construída no interior do núcleo Andes-AD da Adufrj-SSind, mas as razões disto não podem ser resumidas na questão da disponibilidade das pessoas. Há pelo menos dois anos o núcleo vem enfrentando problemas internos e divergências políticas que chegaram a ser confundidas com questões pessoais e que resultaram no desligamento e no afastamento de vários companheiros de expressiva trajetória no movimento docente na UFRJ.

A crítica feita por alguns integrantes do Núcleo da Andes Autônoma e Democrática da Adufrj-SSind no documento "*Chapa única para a Diretoria da Adufrj-SSind não é da Andes-AD*", de que os professores Cleusa, Luciano e Sanglard não têm como referência política a corrente Andes AD não se sustenta. A condução da Adufrj-SSind na atual gestão sempre se pautou pelos princípios de democracia e de autonomia, além da construção e do fortalecimento do Sindicato Nacional. O reconhecimento público do trabalho desses professores realizado principalmente durante a greve de 2001 na condução das Assembléias da Adufrj-SSind, no encaminhamento das propostas nacionais e nos Comandos Local e Nacional de Greve atesta o compromisso com o respeito à autonomia, à democracia e às decisões de nossas instâncias deliberativas, mesmo quando as propostas aprovadas não eram exatamente aquelas que defendiam. É surpreendente que parte do Núcleo da Andes-AD da Adufrj-SSind possa supor que os componentes da Chapa Transparência, Democracia e Autonomia possam vir a defender que a Adufrj-SSind deva se sobrepor ao Sindicato Nacional ou que não tenham clareza do caráter nacional do Sindicato.

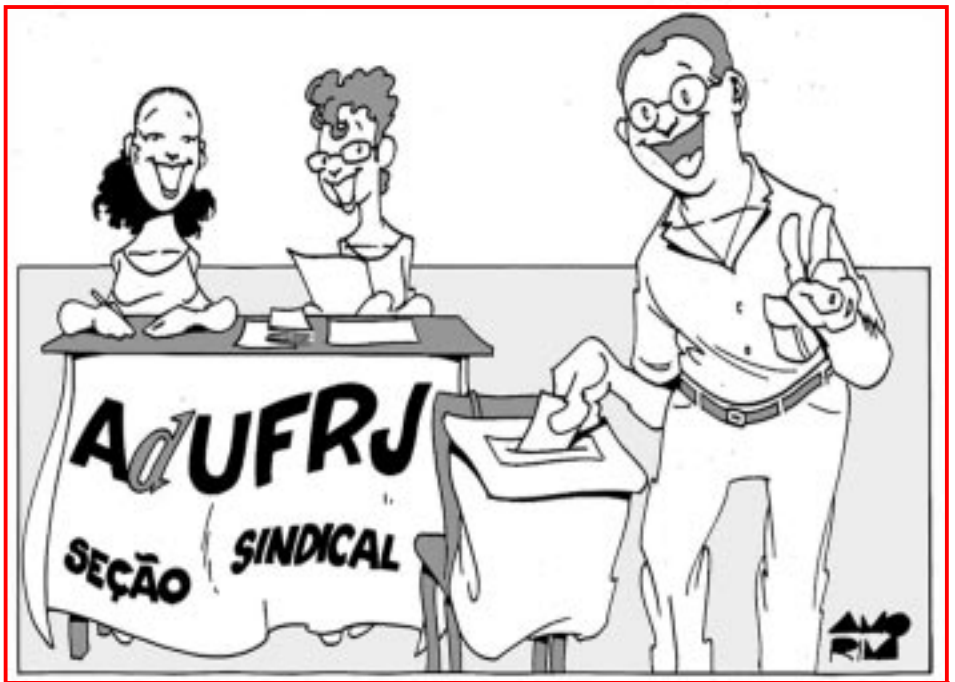
Ainda sobre as críticas ao programa da chapa, o fato de haver deliberação anterior sobre um tema ou proposta em qualquer instância do Sindicato não pode transformar a matéria em dogma ou assunto proibido. A negação da possibilidade de amplo debate sobre a gestão dos fundos de pensão ou qualquer outro tema sobre o qual já se tenha posição anterior só interessa àqueles que defendem o pensamento único. A discussão permanente e a atualização das propostas defendidas pelo Sindicato deve ser um objetivo a ser perseguido, pois novos fatos e elementos surgem a cada momento.

Conclamamos todos os sindicalizados eleitores a comparecerem às urnas e participarem do processo eleitoral nesta semana. Seu voto faz a diferença.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2002

Cleusa Santos
José Luciano Menezes
José Henrique Sanglard

Subscrevem também esta nota o professor Arthur Leal Ferreira, indicado para preencher um dos cargos vagos na chapa, e a professora Regina Célia de Souza Pugliese, da atual diretoria da Adufrj-SSind.



Eleições nos dias 17, 18 e 19 de junho. Participe!!!

Agenda Sindical

17/6 a 19/6 – Eleições para Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

19/6/02 – Dia nacional de luta com mobilização dos SPF

21/6 a 23/6 – 44º Conad
Em Florianópolis (SC), terá como tema central "Transformar a sociedade e a educação: a mesma luta".

22/06 – Indicativo de Plenárias Setoriais

23/06 – Indicativo de Plenária dos SPF

26/06 – Audiência sobre o CNE
Brasília (DF), na comissão de Educação da Câmara dos Deputados
Com a conferência do professor Roberto Leher

19/7 - Posse da Diretoria/ Conselho de Representantes

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 51 • 24 de junho de 2002
www.adufrj.org.br

Agenda Sindical

24/06 – Ato contra a entrega da Base de Alcântara
Rio de Janeiro (RJ)
A Campanha Nacional contra a Alca convida para o Ato Nacional de Lançamento do Manifesto contra a Entrega da Base de Alcântara, às 18h, no Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes, Centro do Rio.

26/06 – Audiência sobre o CNE
Brasília (DF), na comissão de Educação da Câmara dos Deputados
Com a conferência do professor Roberto Leher

28/06 – "Campanha Salarial 2002 e Mesas de Negociação da greve"
Às 16h45, está programada uma mesa-redonda durante o VI Congresso dos Servidores do Colégio Pedro II com o tema "Campanha Salarial 2002 e Mesas de Negociação da greve", com a participação do professor Roberto Leher (Faculdade de Educação da UFRJ); do dirigente do Sinasefe, Marcos Dorval; e do coordenador geral da Fasubra, Agnaldo Fernandes. O local do Congresso é Unidade de São Cristóvão do colégio, localizada no Campo de São Cristóvão, nº 177.

19/7 - Posse da Diretoria/ Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Obs: por conta da realização do 44º Conad, não houve a reunião do Setor das Federais, indicada para anteceder a Plenária dos SPF (prevista para 23/6). Esta última também não ocorreu devido ao processo de paralisação de algumas categorias (judiciário federal, auditores e fiscais da Receita e fiscais de contribuições previdenciárias). O fato de outras entidades (como o Andes-SN e a Fasubra) estarem envolvidas em congressos de categoria também inviabilizou a realização da Plenária.

Nosso Bolso

SR- 4 vai descontar 26,05% de 800 professores

A SR-4 informou que vai descontar integralmente na folha de junho (paga no início de julho) o que foi pago a mais na folha de maio (paga no início de junho) para quem não recebia o ganho judicial do Plano Verão (26,05%). A medida afeta cerca de 1,8 mil pessoas na UFRJ, sendo cerca de 800 docentes concursados após a extensão administrativa de 1994. A SR-4 preferiu fazer o desconto de uma só vez, pois a devolução do percentual (que incide apenas sobre parte dos vencimentos) não atinge o limite máximo legal de desconto de até 25% da remuneração bruta dos servidores. A sub-reitoria estava expedindo correspondência com os devidos esclarecimentos na semana que passou para os professores afetados pela medida.

Os 45 escândalos de FHC

Vale a pena dar uma olhada na página eletrônica do Andes-SN (www.andes.org.br), no *link* "45 escândalos que marcaram o governo FHC". O título já diz tudo: da farra do Proer à intervenção na Previ, passando pelo caixa-dois de campanhas e propinas nas privatizações, são relatados os principais "podres" da atual administração federal.

Chapa única para diretoria da Adufrj-SSind recebe 505 votos

A chapa única inscrita para concorrer à direção da Adufrj-SSind foi confirmada nas urnas pela expressiva votação de 505 professores – houve mais 15 votos em branco e dez nulos (veja quadro). A "Adufrj – Transparência, Autonomia e Democracia" assume o mandato no dia 19 de julho, mas, na verdade, alguns de seus componentes continuarão o trabalho à frente da seção sindical. A professora Cleusa Santos, da Escola de Serviço Social, atual 2ª vice-presidente da entidade, será a presidente. José Henrique Sanglard, da Escola de Engenharia, atual presidente, será o 1º tesoureiro. A novidade é a entrada do professor Luciano Menezes (também da Engenharia) no cargo de 1º vice-presidente.

Ao fazer uma avaliação do processo eleitoral, Cleusa ressaltou o número de votantes. "O resultado foi bom, porque, após a greve que durou até quase o fim do ano passado, os professores ainda estão se reorganizando em suas atividades de docência, o que tem impedido a participação e o acompanhamento mais efetivo das atividades sindicais", disse. Luciano também comentou o fato de o jogo do Brasil, na segunda-feira pela manhã (primeiro dia da votação), ter sido um "obstáculo" para a tranqüilidade do processo eleitoral. Apesar de tudo, quase não houve diferença em relação ao número de votantes da eleição anterior para diretoria da Adufrj-SSind (em setembro de 1999), quando 569 professores compareceram às urnas e 544 ratificaram a também chapa única que constituiu a atual diretoria.

A presidente eleita observou que pretende dar continuidade ao trabalho da atual gestão com o objetivo de fortalecer o Conselho de Representantes da entidade, estimular os Grupos de Trabalho (GTs) e aprofundar a política de comunicação da seção sindical. "Vamos nos pautar sempre pelo plano de lutas do Sindicato, aprovado e atualizado em seus Congressos e Conads. Vamos acompanhar de perto este novo ataque da SESu e da Andifes que se desenha sobre a autonomia universitária e as mesas de negociação pós-greve", comentou.

SEÇÃO NA PRAIA VERMELHA

No plano local, Cleusa espera que a reitoria de Carlos Lessa seja bem diferente da gestão anterior. "No entanto, vamos permanecer atentos às medidas tomadas pela nova gestão e também acompanharemos as dificuldades do fazer universitário cotidiano dos docentes", contou. Assistente social e, portanto, próxima das questões vinculadas à Seguridade Social, a presidente eleita quer buscar e apoiar alternativas que visem à participação mais ativa dos professores aposentados na entidade.

Os diretores eleitos reafirmaram que pretendem preencher os demais cargos da diretoria (que pode ser composta por até sete nomes). Vale lembrar que o professor Arthur Arruda Leal Ferreira, do Instituto de Psicologia, já é um dos indicados da diretoria eleita para se juntar ao trabalho da chapa. Ele ainda aguarda publicação de portaria para deixar o atual cargo de chefe de departamento. De acordo com o estatuto da Adufrj-SSind, nenhum professor que ocupa cargo institucional pode se candidatar à diretoria da seção sindical.

Representantes do IQ foram eleitos

Para as eleições do Conselho de Representantes da seção sindical, inscreveram-se e foram eleitos com 19 votos e 2 nulos os seguintes nomes pelo Instituto de Química: Milton Roedel Salles; Maria Lucia Patitucci e Magaly Girão Albuquerque (todos como titulares).

Homologação dos resultados

A diretoria em exercício deverá convocar uma reunião do Conselho de Representantes, até no máximo 15 dias após a divulgação dos resultados apurados, com o objetivo de julgar requerimentos tais como: recontagem de votos; impugnação de urnas ou outros recursos cabíveis; completar o processo, se necessário; e homologar os resultados.

Seção eleitoral	votantes	votos	brancos	nulos
P. Vermelha 1	58	53	2	3
P. Vermelha 2	29	28	1	0
P. Vermelha 3	05	05	0	0
Centro	06	05	1	0
São Cristóvão	21	20	1	0
Anna Nery	40	39	0	1
CAp	55	54	1	0
Reitoria	30	28	1	1
Letras	80	77	3	0
CT	59	55	3	1
CCMN	58	54	1	3
Ed. Física	32	31	1	0
CCS	42	41	0	1
HUCFF	15	15	0	0
Total	**530**	**505**	**15**	**10**

A PRESIDENTE ELEITA, CLEUSA SANTOS, ASSINA A LISTA DE VOTAÇÃO

Opinião/Roberto Leher (*)

Autônoma, mas livre das imposições do mercado

Para que a universidade pudesse ser o lugar em que a livre produção do saber pode ser pleiteada, foi preciso uma longa luta de seu corpo para afirmar a sua particularidade. Desde o século XIII, as primeiras universidades, Bolonha, Paris e Oxford, tiveram de afirmar as mediações singulares que configuram o fazer universitário. E isso não foi possível sem conflitos com o poder eclesiástico, com a nobreza e com a burocracia estatal.

A criação da Universidade de Berlim, em 1808, consagrou a noção moderna de que esta instituição tem regras próprias estabelecidas por sua comunidade. A autonomia, conforme Humboldt, requer o autogoverno e, por conseguinte, demanda proteção institucional para que os governos não venham a se imiscuir em seus assuntos internos. Um requisito indispensável para a autonomia, conforme a experiência de Berlim, é a sua integral manutenção pelo Estado. Para ser democrática, a gratuidade deve ser plena e a oferta de ensino público universalizada. E para ser o lugar da criação de conhecimento novo, o ensino, a pesquisa e a extensão devem ser indissociáveis.

No Brasil, após um século de República, essa concepção moderna foi alçada a princípio constitucional. A Carta de 1988 consagrou os fundamentos que nortearam a revitalização do ensino e da pesquisa nas grandes universidades como Harvard, Princeton, Oxford, Paris, Heiddenberg etc. Contudo, com a virada neoliberal, a fonte de inspiração passou a ser outra: o Banco Mundial. Este decreta que, na periferia do capitalismo, as universidades devem ser "escolões", cujo metro é a eficiência em relação ao mercado. Antes que um espaço para a solução de problemas cada vez mais complexos que exigem estudos multifacetados, interdisciplinares e ousados, o governo brasileiro optou pelo modelo do Banco Mundial dos aligeirados cursos seqüenciais, da educação a distância massificada, das avaliações padronizadas e centralizadas por organizações desprovidas de legitimidade acadêmica. De um lado, o estrangulamento do financiamento das universidades públicas e, de outro, a criação de condições extremamente favoráveis à expansão meteórica de organizações privadas que, salvo exceções, em nada contribuem para o desenvolvimento científico e para a democratização do conhecimento. No inverno de seu governo, o MEC e seus aliados na burocracia universitária, tentam, novamente, regulamentar a autonomia. A pretexto de sua operacionalização, objetivam desfigurar a conquista de 1988: as universidades gozam de autonomia nos limites da Carta Magna e não nos contornos de uma legislação de grau inferior.

Para que a universidade possa contribuir como instituição estratégica para o desenvolvimento e para a superação do *apartheid* educacional planetário em curso, no mundo dito globalizado, é preciso investimentos concretos e, não menos importante, que a autonomia como norma constitucional - norma, é preciso frisar, bastante em si - seja respeitada.

(*) Professor da Faculdade de Educação da UFRJ, presidente do ANDES-SN.

Este artigo foi publicado no jornal O Globo, em 8 de junho

Manifesto

Manifesto em defesa da soberania do Brasil (*)

E contra o acordo de utilização da base de Alcântara pelo governo dos Estados Unidos

"O mais antigo e legítimo princípio do exercício da soberania dos povos é a defesa da integridade do seu território. Princípio que lhe garante ação soberana inquestionável para desenvolvê-lo de maneira sustentável e oferecê-lo às gerações futuras."

O Governo Fernando Henrique Cardoso está ferindo este princípio, ao acatar as inaceitáveis condições impostas pelo governo dos Estados Unidos da América, para utilização da Base de Alcântara, no Maranhão.

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, para utilização daquela base de lançamentos de foguetes, assinado entre os dois governos em abril de 2000, constitui-se numa peça que envergonha a diplomacia brasileira e um insulto à nossa soberania e inteligência.

É inaceitável para um país soberano, sob qualquer ponto de vista, admitir que dentro da área da Base de Alcântara, a circulação de pessoas e equipamentos seja privativa da autoridade do governo dos Estados Unidos.

A forma do acordo deixa dúvidas e suspeitas sobre as reais motivações geopolíticas e militares do governo dos Estados Unidos ao exigir autonomia total em nosso território, justamente na entrada da Amazônia.

Além disso, o Acordo coloca em risco as comunidades de remanescentes de Quilombos que há mais de duzentos anos vivem na região.

E sepulta, sorrateiramente, a possibilidade da Aeronáutica brasileira desenvolver um programa espacial autônomo e soberano.

O Acordo depende agora de aprovação do Congresso Nacional.

Nós, cidadãos e cidadãs atentos(as) aos princípios e à defesa da soberania nacional e conscientes do exercício da soberania popular assegurada pela Constituição da República, nos manifestamos, exigindo:

1. Que o Congresso Nacional rejeite o malfadado acordo.
2. Que se busque uma solução justa e duradoura para que todos os brasileiros que vivem no município de Alcântara tenham seus direitos assegurados e possam trabalhar e melhorar suas condições de vida.
3. Que seja assegurado o direito de nosso povo à investigação, à pesquisa, ao acesso e desenvolvimento de novas tecnologias pacíficas de exploração espacial.

Teatro João Caetano, Praça Tiradentes, Rio de Janeiro, 24 de junho de 2002.

(*) Este texto seria lido no ato previsto para o teatro.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes
E-mails Adufrj: adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG não referenda distribuição de recursos da reitoria

Graduação recebe apenas R$ 862 mil

Mais uma vez, a reitoria apresentou ao Conselho de Ensino de Graduação uma proposta de distribuição de recursos para as Unidades sem que o colegiado tivesse definido os critérios acadêmicos para esta repartição. Segundo o sub-reitor Ricardo Gattass, serão 'antecipados' R$ 431 mil até o dia 1 de julho. Este dinheiro deverá vir juntamente da complementação da verba para o pagamento dos contratos dos professores substitutos. A UFRJ iria receber R$ 2,87 milhões para cobrir esta despesa, mas Gattass afirma que esteve com o representante da Secretaria de Ensino Superior, José Valente, em Brasília, no dia 18/6, e que este teria prometido que o ministro assinaria um decreto, com a verba de R$ 3,3 milhões, complementando o orçamento para os contratos temporários. A sobra, ou R$ 430 mil, é exatamente o adiantamento da verba para a graduação, que tem sido distribuída pela reitoria Vilhena pelos critérios do Prograd (Programa de Apoio à Graduação).

Estes critérios vêm sendo alvo de críticas dos conselheiros e representantes das Unidades nos colegiados. No início da sessão, o representante do Centro de Tecnologia, Antônio Cláudio, apresentou uma planilha que elaborou a pedido do sub-reitor. O professor reconheceu ter adotado critérios aleatórios, com base na distribuição anterior do Prograd, em função do pouco tempo dado pela reitoria para que o colegiado decidisse sobre a alocação da verba. O resultado não foi aceito pelos demais conselheiros e o colegiado decidiu referendar apenas que a sub-reitoria de Graduação (SR-1) faça a distribuição dos recursos, sem aprovar os critérios apresentados.

Ficaram de fora

Receberão os recursos as Unidades que têm ensino na graduação. Na planilha apresentada, não constava nenhuma verba para o Colégio de Aplicação, nem para o Observatório do Valongo, o que, segundo Gattass, será corrigido. Segundo o sub-reitor, a verba de R$ 17.811 destinada, na proposta apresentada, para o Instituto de Biofísica (que não trabalha com a graduação) deve ser repassada para essas Unidades.

Causou surpresa

Além da escassez de recursos, os conselheiros reclamaram muito da distribuição apresentada. Ninguém conseguiu explicar por que Unidades como a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e a Faculdade de Direito receberão R$ 60 mil (limite máximo), enquanto outras que têm, em princípio, custos mais altos por aluno, como a Escola de Química, a Belas Artes, a Escola de Comunicação ou Odontologia receberão algo em torno de R$ 15 mil.

O representante do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza (CCMN), Sérgio Machado, não perdeu a oportunidade de reclamar da falta de orçamento e verba para a graduação. "Não é só com a qualificação docente e de currículos enxutos que se faz cursos com qualidade", criticou.

Colegiados discutirão 01/99, GED e Copav

O sub-reitor convocou os colegiados para uma sessão conjunta no dia 28/6 para discutir a resolução 01/99 e suas implicações em relação à contagem de horas-aula para a Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Gattass vai propor aos colegiados que se aprove a extensão do prazo de transição para a implementação da resolução, para a qual já há uma proposta de revisão da comissão mista dos colegiados. O prazo de transição se encerrou no exercício do ano acadêmico de 2001 e, se os colegiados não aprovarem sua extensão, a contagem de horas para a GED deverá ser de 160 horas por semestre, de acordo com a 01/99 que, diga-se, não foi implementada por nenhuma Unidade.

Letra morta, a resolução não vingou. A assembléia da Adufrj-SSind aprovou a reivindicação de que os conselhos promovam a sua revogação. Vale lembrar que, em dezembro de 2000, as entidades representativas da UFRJ (Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj) já haviam feito um requerimento conjunto pedindo a reformulação da 01/99.

Na sessão conjunta do dia 28, está prevista, também, a discussão sobre a criação de uma Comissão Permanente de Alocação de Vaga Docente (Copav), em substituição à atual Cotav (comissão temporária).

Vestibular

Novamente, o modelo de vestibular não foi definido. Foi marcada uma sessão do CEG com pauta única sobre o assunto, nesta quarta-feira, 24/6,às 9h, na sala do Conselho Universitário.

Reitoria faz festa em sítio

Na última sexta-feira, 21/6, ninguém trabalhou no gabinete do reitor, nas subreitorias e nos locais ligados à administração central. O reitor-interventor José Vilhena promoveu uma festa de despedida em um sítio no Recreio dos Bandeirantes. (Quem será que pagou a conta das festividades?) No dia 28, será a vez do sub-reitor acadêmico, Ricardo Gattass, confraternizar com os conselheiros do CEG e CEPG e a equipe das secretarias dos colegiados superiores. Na sessão do CEG do dia 19, Gattass fez o convite para um almoço que será realizado nas instalações do Núcleo de Computação Eletrônica.

O professor fez questão de declarar: "para que não haja nenhuma dúvida de que sou eu quem está bancando este almoço, eu vou cozinhar para os senhores". Na verdade, a 'família Gattass', representada por uma tia, estará a postos na cozinha do NCE preparando quatro especialidades publicadas em livro de receitas de autoria do sub-reitor.

Resenha

CNPq só receberá propostas pela Internet

A decisão do CNPq de só receber solicitações para Bolsas de Produtividade em Pesquisa - PQ e Projeto Integrado de Pesquisa – AI somente por formulário eletrônico, a partir de 10 de junho, não agradou. Os usuários de sistemas operacionais baseados em Software Livre, tais como o Linux e o Free BSD entre outros, não terão como entregar propostas pela Internet porque o software fornecido pelo CNPq funciona exclusivamente com um sistema operacional proprietário, o Windows, em suas várias versões, comentou Colin Robert Beasley no Jornal da Ciência por e-mail (13/6).

Federais fazem "mágica"

Matéria da Folha de S. Paulo (20/6) informa que, apesar de uma queda de 72% no volume de investimentos e 17% a menos na quantidade de recursos para manutenção, as universidades federais conseguiram aumentar de 88 mil para 112 mil as vagas oferecidas por meio de processos seletivos, de 1995 a 2000 (crescimento de 26%). As informações constam de um levantamento elaborado pela Associação Nacional de Dirigentes das Ifes – Andifes. No mesmo período, o número de concursos para professores e técnicos caiu de 440 para 71 e 496 para 2, respectivamente.

Governo terceirizou 30 mil postos de trabalho

Relatório do Tribunal de Contas da União sobre os números da administração pública no ano passado apontou ilegalidades na execução dos contratos, desvirtuamento das contratações e fraude ao mandamento constitucional do concurso público. A análise das contratações de mão-de-obra privada feitas ao longo do governo FHC mostra que já foram terceirizados 29.930 postos de trabalho. Isso representa um repasse de R$ 1,5 bilhão anuais, de acordo com matéria do JB (18/6).

Cuidado com a Lei de Inovação!

O texto da Lei de Inovação – condenado pelo Andes-SN – está sendo analisado pelo Ministério do Planejamento, mas a intenção do governo é mandá-lo para discussão na Câmara antes do recesso parlamentar, que começa em julho. Só para se ter uma idéia do caráter "democrático" do projeto, basta reproduzir o que a assessora Mary Brito, do Ministério de Ciência e Tecnologia disse ao jornal Valor Econômico (em 18/6) sobre as 6,8 mil sugestões de alteração ao texto durante o período de consulta pública: "Aceitamos as sugestões de aperfeiçoamento do texto, mas não consideramos propostas relativas ao mérito da questão".

Movimento

44º Conad discute reserva de vagas

Evento deu posse à nova Diretoria Nacional (gestão 2002-2004), eleita no pleito de maio

Um dos debates mais aguardados do 44º Conselho Nacional de Seções Sindicais (Conad), realizado em Florianópolis entre os dias 21 e 23, era relacionado à política de cotas para o ensino superior (tanto para candidatos negros como para alunos oriundos da escola pública). Alguns participantes do Grupo de Etnia, Gênero e Classe da Seção Sindical da Federal de Santa Catarina (Apufsc-SSind) proporiam, durante o 44º Conad, que o Andes-SN se posicionasse pela criação de uma cota de, no mínimo, 20% das vagas do ensino superior público e privado, bem como do crédito educativo, para negros. Os professores da Apufsc que assinam o texto de resolução presente no Caderno de Textos – documento que conduz os trabalhos do conselho de seções sindicais - acreditam que a ação afirmativa foi adotada com sucesso nos Estados Unidos e esperam resultado semelhante no Brasil.

Já alguns docentes da Seção Sindical da Federal de Viçosa (Aspuv-SSind) estariam propondo, durante o evento, que o Andes-SN rejeitasse qualquer projeto que tenha por objetivo a reserva de vagas na área da Educação. Segundo eles, as ações afirmativas arriscariam "fertilizar uma

discriminação contra a qual precisamos lutar". Para resolver o problema do acesso ao nível superior do ensino, os docentes da Aspuv resgataram o Plano Nacional de Educação da Sociedade (bem diferente do PNE do governo) para recuperar o caráter público das políticas educacionais. De acordo com esta perspectiva também manifestada no Caderno de Textos, os professores presentes à última Assembléia Geral da Adufrj-SSind decidiram se posicionar contra a política de cotas para o ensino superior.

Sobre a política de assistência estudantil, a Adufrj-SSind recuperou uma proposta (aprovada em AG) já levada ao 21º Congresso (de Rio Grande, no início deste ano) e deixou a seguinte recomendação para seus representantes no evento: para que as Seções Sindicais lutem por uma política de assistência estudantil (alimentação, moradia, transporte, material didático, bolsas de estudo, etc) com orçamento definido, política esta entendida como uma questão acadêmica essencial para viabilizar a permanência dos alunos nos cursos e a conclusão dos mesmos, reduzir a evasão nas IES públicas e fornecer condições adequadas para o trabalho discente e docente em geral.

Conad também atualiza plano de lutas

O 44º Conad tinha o objetivo de atualizar o plano de lutas do Sindicato e dar posse à nova Diretoria Nacional eleita no pleito de maio (gestão 2002-2004), cujo presidente será o Luiz Carlos Gonçalves Lucas (da seção sindical da Universidade Federal de Pelotas).

Além da atualização das lutas e da transmissão dos cargos de Diretoria, o Conad de Florianópolis também tinha a responsabilidade de encaminhar a determinação do 21º Congresso do Andes-SN sobre a aplicação (ou não) de sanções à gestão anterior do Sindicato (gestão 1998-2000), sob a então presidência do professor Renato de Oliveira, hoje secretário de C&T do Rio Grande do Sul. As possíveis punições a três ex-diretores daquela Diretoria prevêem a suspensão de cinco anos das atividades do Andes-SN. Isso ocorreria por conta de supostas irregularidades encontradas em uma auditoria posterior àquela gestão.

A Adufrj-SSind esteve representada no 44º Conad pelos professores Cleusa Santos, da Escola de Serviço Social (como delegada); Luciano Menezes e José Henrique Sanglard (como suplente de delegado), ambos da Escola de Engenharia; Walcyr de Oliveira, da Escola de Enfermagem e Miriam Abduche Kaiuca (Colégio de Aplicação). Roberto Figliuolo (Faculdade de Medicina), que apresentou seu nome para integrar a delegação na última AG, não pôde viajar por conta de problemas de saúde. O conteúdo do Caderno de Textos do Conad, com as propostas que foram discutidas, pode ser encontrado na página eletrônica www.adufrj.org.br/documentos.htm.

Mais informações sobre o que ficou definido em relação ao assunto da reserva de vagas e as demais deliberações do 44º Conad estarão disponíveis nas próximas publicações da Adufrj-SSind.

Anote

"A Universidade que queremos"

No dia 2 de julho, os professores Person Candido (da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ e ex-candidato a reitor no último pleito), Paulo Alcântara Gomes (presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, ex-reitor da UFRJ e dirigente da Universidade Castelo Branco) e Luiz Carlos Gonçalves Lucas (presidente recém-eleito do Andes-SN) estarão debatendo o tema "A Universidade que queremos", na sede do jornal Folha Dirigida. O conteúdo do debate vai constar de um suplemento especial do periódico. O encontro não será aberto ao público, mas a reportagem da Adufrj-SSind conseguiu autorização para participar e vai divulgar os resultados da discussão.

Internacional

Câmara discute educação no GATS

No dia 17/6, foi promovida pelas comissões de Educação, Cultura e Desporto; de Seguridade Social e Família; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, a reunião intitulada "Decisão da OMC de incluir a educação e outros serviços no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços". A audiência contou com as presenças de Marco Antônio Dias, assessor especial do reitor da Universidade das Nações Unidas; Glaci Zancan, presidente da SBPC; Wrana Maria Panizzi, representante da Andifes, e José Arthur Giannotti, coordenador da área de Filosofia do Centro Brasileiro de Pesquisa (Cebrap).

Marco Antônio Dias, um dos convidados para o debate, disse que, abrindo-se as portas para o ensino superior privado, os governos podem retirar investimentos do ensino público, comprometendo projetos de pesquisa de interesse nacional e a formação de uma elite pensante, fundamental para o desenvolvimento interno de qualquer país. Também o mercado de trabalho dos professores pode vir a sofrer concorrência desleal estrangeira. E os estudantes de classes sociais mais baixas serão excluídos dessa máquina global de fabricação de profissionais, concluiu a Comissão.

Para Marco Antônio Dias, incluir a Educação entre o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS) significa abrir as portas à comercialização do ensino: "Implica, no contexto atual, que países soberanos não deverão criar nenhuma restrição à ação dos grupos e instituições dos países ricos que, sem escrúpulo algum, tentam oferecer formação às nações em desenvolvimento, que nada têm a ver com suas necessidades, nem com suas culturas ou valores".

Fonte: Agência Câmara, 17/6

Ato Nacional de Lançamento do Manifesto contra a entrega da base de Alcântara

Dia 24/06 – 18h Teatro João Caetano – Praça Tiradentes - RJ

http://www.alcantara.org.br

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 63 • 1º de julho de 2002

Reunião da Diretoria e Conselho de Representantes

3 de Julho
quarta-feira
18:00

Sede da Adufrj-SSind
Centro de Tecnologia
Bloco D – Sala 200

Pauta:
1 – Informes Gerais;
2 – Homologação do resultado das Eleições para Diretoria e Conselho de Representantes;
3 – Encaminhamentos do 44º Conad;
4 – Contrato de Serviços Fotográficos;
5 – Prestação de Contas 2001.

Agenda Sindical

19/7 - Posse da Diretoria/Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

25/7 - Dia Nacional de Mobilização contra a flexibilização dos direitos trabalhistas e em defesa da reforma agrária, por mais e melhores empregos e pela redução da jornada de trabalho

1/9 a 7/9 - Plebiscito contra a Alca

7/9 - Grito dos Excluídos

Governo publica nomeação de Lessa no Diário Oficial
Página 2

CEG e CEPG discutem comissão permanente para alocação de vagas docentes
Página 3

Benedita libera recursos para implantar cotas nas estaduais
Página 3

Base de Alcântara é dos brasileiros
Página 8

Manuella Soares

LUCAS PROMETEU ENCAMINHAR AS LUTAS DO SINDICATO CONTRA A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PROPOSTA PELO GOVERNO E CONTRA A "AUTONOMIA" PROPOSTA PELA ANDIFES

Nova direção do Andes-SN mantém enfrentamento com o MEC

O 44º Conselho Nacional de seções sindicais do Andes-SN, realizado em Florianópolis, entre os dias 21 e 23 de junho, deu posse à nova Diretoria. O novo presidente é o professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas, da seção sindical da Universidade Federal de Pelotas. O 44º Conad aprovou sanções administrativas aos diretores da gestão 1998-2000 e atualizou o Plano de Lutas do Sindicato para o enfrentamento das políticas do governo federal para a área da Educação.

Páginas 4, 5, 6 e 7

UFRJ

Decreto nomeia Lessa para reitor

No dia 28 de junho, foi finalmente publicado o decreto de nomeação de Carlos Lessa para reitor da UFRJ. O Sintufrj está organizando, com o apoio da Adufrj-SSind, o ato "Xô, Vilhena" no dia 5 de julho, nesta sexta-feira. A idéia é realizar uma atividade que marque o fim dos quatro anos de desmando e de autoritarismo do Reitor interventor José Henrique Vilhena.

De 10h às 15h, no *hall* da Reitoria, haverá um ato público com apresentações artísticas e intervenções de parlamentares, partidos políticos, sindicatos e entidades estudantis. O ponto alto da manifestação deverá ser a lavagem simbólica do chão da reitoria com água, vassoura e perfumes (água de cheiro, colônia), incensos, sal grosso e o que mais for necessário para "limpar" o ambiente. O espaço será decorado com faixas, cartazes, bandeiras do Brasil de plástico com adesivos "Não à Alca" e bolas de gás. Quem acompanhar o ato terá a oportunidade de ver uma exposição de fotos destes quatro anos: ocupação da reitoria, conselhos universitários, greves, entre outras atividades.

De 17h às 22h no Espaço Cultural do Sintufrj, haverá uma festa de confraternização e de esperança de dias melhores.

Atenção

Sigma já consumiu R$ 1,5 milhão da UFRJ

Com a colaboração da redação do jornal da Adufrj-SSind, o jornal do Sintufrj publica esta semana uma matéria sobre os gastos da UFRJ com o sistema Sigma. Elaborado pelo Scire (grupo coordenado por Antônio MacDowell de Figueiredo, professor de Engenharia Mecânica da Coppe), o Sigma consome cerca de R$ 400 mil anuais dos recursos da Sub-reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa (SR-2). Embora negue tais valores, Figueiredo prefere não expor o montante pago aos quatro programadores que trabalham para o Scire. "São valores compatíveis com o mercado", afirma. Se feitas as contas com os valores supostos, chega-se à conclusão que apenas entre setembro de 1999 (quando foi implantado) e junho de 2002, o Scire levou algo em torno de R$ 1,5 milhão da UFRJ. Recursos difíceis de justificar, considerando a extrema penúria em que vive a Universidade, hoje. O detalhe é que o sistema de gerenciamento de informações foi implantado durante a gestão de Figueiredo na SR-2.

Anote

Eleições CREA e CONFEA

Os conselhos regional (CREA) e federal (CONFEA) de Engenharia, Arquitetura e Agronomia terão eleições para a presidência neste dia 3 de julho. Além disso, na mesma data, também será escolhido o Conselheiro Federal, na modalidade de Engenharia Civil. Na UFRJ, haverá uma urna localizada na Coppe, Bloco G, térreo, com previsão de funcionamento de 8h às 20h. Mais informações sobre o processo eleitoral e os candidatos podem ser conseguidas na página: www.crea-rj.org.br/eleicoes/index.htm.

Cartas

À Diretoria da Adufrj-SSind

Caros colegas,

Causou-me estranheza o artigo "chapa única para a diretoria da Adufrj não é da Andes AD". Como sindicalizada, mas não militante, não é do meu conhecimento as divergências que ocorrem no interior do movimento docente. Neste sentido, ao ler este artigo tive a impressão de que o Andes não está apoiando a única chapa para a próxima gestão da Adufrj. Meu estranhamento torna-se ainda maior pelo fato desta chapa ser composta por professores que estiveram empenhados com a última eleição para o Andes, todos apoiando a chapa 1, que foi vencedora.

É sabido que em nosso país é comum a leitura de jornais pelas manchetes, o que reforça a confusão. De certo que há no mesmo boletim uma resposta dos integrantes da chapa. No entanto, quero enfatizar que para o leitor leigo (e vi diversos professores confusos com o artigo) esta resposta não foi suficientemente esclarecedora, já que nesta a chapa subscreve os princípios da corrente Andes AD que, por sua vez, tem sido majoritária na direção do sindicato, tanto a nível local, quanto nacional.

Como professora sindicalizada e eleitora da chapa 1 do Andes, gostaria de obter um esclarecimento sobre o seu apoio a esta eleição, já que entendo que ao sindicato nacional não cabe confundir a categoria com as divergências internas.

Quero manifestar meu apoio a atual diretoria da Adufrj, especialmente pelo seu desempenho na greve e pelo compromisso de tocar um sindicato nas condições atuais. A própria publicação do artigo em questão, já é uma demonstração que a atual diretoria é plural e democrática.

Por último, gostaria de obter um pronunciamento oficial do Andes, bem como solicitar que esta diretoria redija matéria esclarecendo aos professores e a todos os interessados.

Fátima Valéria F. de Souza
Professora Assistente da ESS
19/06/02

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes
E-mails Adufrj: adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Colegiados acadêmicos decidem prorrogar transição para 01/99

Reunião conjunta discute criação de comissão permanente de alocação de vagas docentes

Os conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados e Pesquisa prorrogaram até 2003 o prazo para que as Unidades e Órgãos Suplementares procedam à reformulação de seus regulamentos, normas acadêmicas e currículos dos cursos, anteriormente estabelecidos na resolução conjunta 01/99 (periodização) para o final do ano passado. Os colegiados decidiram manter em 2002 e 2003, como em 2001, o limite de 120 horas para a contagem da carga horária de ensino na graduação para efeito do recebimento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Se a resolução não fosse alterada, os docentes teriam que cumprir o mínimo de 160 horas na graduação. Como foi uma decisão tomada em sessão conjunta, a decisão já é oficial e não precisa passar pelo Conselho Universitário. Na prática, esta é mais uma medida que constata que a resolução que pretendia estabelecer uma nova periodização na UFRJ não foi aceita pela comunidade, tão pouco implementada pelas Unidades.

Copav

Os dois colegiados trataram, ainda, da criação de uma comissão permanente de alocação de vagas docente (Copav). Pela proposta apresentada pelo professor Hatisaburo Masuda, competiria à comissão a elaboração de um plano da política de contratação de professores para a universidade. A Copav colaboraria ainda com as Unidades no planejamento dos programas de qualificação acadêmica de professores. Outra atribuição da comissão permanente seria levantar o número de cargos vagos da carreira docente, com base em informações periódicas fornecidas pelas Unidades, pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e sub-reitorias.

Reserva técnica causa polêmica

Os conselheiros chegaram a debater a proposta, mas, por falta de quórum, não houve deliberação sobre o assunto. Na proposta, o artigo 5º causou polêmica entre os conselheiros: "O dirigente máximo da Universidade poderá solicitar, junto à Copav, mediante justificativa adequada, a concessão de uma quota de vagas, não excedente a 10% (dez por cento) das vagas em análise pela Copav". Trata-se de manter a tradicional e polêmica reserva de vagas para a reitoria. Na gestão Vilhena, a concepção da reserva foi levada ao extremo e a reitoria, nas ocasiões em que a universidade recebeu vagas, fez a distribuição à revelia dos conselhos e da própria Cotav (comissão temporária).

O novo decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Alcino Câmara, defendeu a reserva de vaga para o reitor. O decano não gostou do fato de o reitor ter que solicitar as vagas à Copav, o que, na sua opinião, seria uma subserviência aos colegiados. Opinião oposta teve o representante do Centro de Ciências da Saúde (CCS) no CEPG, Nelson Souza e Silva, para quem existe um mal entendido em relação às atribuições do executivo da universidade. "O reitor não tem as vagas. A LDB dá claramente o poder de alocação de vagas aos conselhos acadêmicos. Ao reitor cabe a execução das políticas acadêmicas advindas dos conselhos", afirmou.

A representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ana Lúcia Souto Mayor, também defendeu que o reitor e os sub-reitores devem submeter suas propostas de utilização da reserva técnica à apreciação da Copav e, conseqüentemente, aos colegiados. Os conselheiros que a sucederam nas intervenções também teceram críticas à reserva para o reitor. Alguns defenderam, ainda, que, caso aprovada, as vagas destinadas à reserva técnica tenham um caráter excepcional em relação à política geral definida pela Copav para serem atendidas. Em uma segunda intervenção, o professor Alcino voltou a defender a reserva, alegando que a reitoria de Carlos Lessa tem projeto de implentar novos cursos, como o de relações internacionais, e, para isso, precisará de mais do que "duas ou três vagas". Logo em seguida, o decano do CCJE se retirou da sala do conselho, que ficou sem quórum para deliberações.

Vida no Campus

UMA INICIATIVA QUE ESTÁ SE TORNANDO CADA VEZ MAIS FREQÜENTE NOS *CAMPI* GANHOU MAIS UM CAPÍTULO NA RECEPÇÃO DOS CALOUROS DO CURSO DE ASTRONOMIA, DO OBSERVATÓRIO DO VALONGO: O TROTE-CIDADÃO. OS VETERANOS PROPUSERAM AOS NOVOS ALUNOS DA UFRJ UMA AÇÃO SOCIAL, EM VEZ DO TROTE TRADICIONAL. ELES ARRECADARAM 28 LATAS DE LEITE, DOADAS NO DIA 28 DE MAIO À CRECHE SÃO JOÃO BATISTA DA LAGOA.

Divulgação

Resenha

Benedita libera recursos para implantar cotas

Matéria da Folha de São Paulo (26/6) informa que já está definido o projeto que regulamenta as cotas para negros e pardos e para alunos da rede pública em universidades estaduais do Rio. A governadora Benedita da Silva (PT) decidiu liberar R$ 4 milhões, recursos que faltavam para garantir a implementação do sistema ainda neste ano. A equipe que cuidou da regulamentação definiu que incluirá a cota de 40% para negros e pardos dentro da cota de 50% para alunos da rede pública. Além disso, ficou decidido que as universidades estaduais receberão recursos para dar aulas de reforço escolar para os alunos que entrarem com deficiências no ensino superior. No caso do sistema que beneficia os negros, o governo do Estado fará com que o aluno que se declarar negro ou pardo assuma um termo de responsabilidade por sua declaração, podendo ser processado por falsidade ideológica caso minta.

Capes divulga resumos de 125 mil trabalhos

A Folha Online divulgou em 25/6 que a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) lançou uma página na internet que reúne teses e dissertações de mestrado e doutorado, produzidas no país de 1996 a 2001. O arquivo da instituição (www.capes.gov.br) possui um conjunto de informações e resumos de 125 mil trabalhos. Para consultar o banco de teses o interessado tem uma ferramenta de busca que permite a pesquisa por autor, título, palavra-chave e palavras constantes do resumo, além da instituição, o nível (mestrado ou doutorado) e o ano da defesa da tese ou dissertação.

Ainda o levantamento da Andifes

Ainda sobre o levantamento dos indicadores de desempenho das Ifes (período 1995-2002) feito pela Andifes, já citado no boletim passado da Adufrj, vale comentar que a área de pós-graduação foi utilizada pela associação de dirigentes como referência da melhoria da universidade pública. Houve um aumento de 4.000 dissertações de mestrado em 1995 para 9.700 em 2000. No mesmo período, as teses de doutorado cresceram de 597 para 2.100. Enquanto o número de professores com mestrado caiu de 17,4 mil, em 1995, para 16,4 mil, em 2000, a quantidade de docentes com doutorado apresentou aumento de 57%, de 10,3 mil para 16,2 mil.

Andes

Conad dá posse à nova dire

Vinte anos depois do primeiro Congresso, Florianópolis volta a sediar um evento nacional do Andes-SN

Fotos Manuella Soares

NOVA DIRETORIA TOMA POSSE NO 44º CONAD. AO CENTRO, O PROFESSOR LUIZ CARLOS LUCAS

Com o tema *Transformar a sociedade e a educação: a mesma luta*, foi realizado, em Florianópolis (SC), o 44º Conselho Nacional de Seções Sindicais do Andes-SN (Conad). Na cerimônia de abertura, realizada no auditório da Justiça Federal de Santa Catarina, tomou posse a diretoria eleita para o biênio 2002/2004, presidida pelo professor da Universidade Federal de Pelotas, Luiz Carlos Lucas. Com mais de 60% dos votos de professores universitários de todo o país, a nova direção do Andes-SN representa a continuidade proposta de trabalho da gestão anterior, sob a presidência do professor da UFRJ, Roberto Leher.

Entre os convidados para a cerimônia, o representante catarinense da Fasubra Sindical, Jorge Luiz, saudou as duas direções, a nova e a que se encerrava, e todo o movimento docente pelas lutas travadas em conjunto com os técnico-administrativos e demais servidores públicos. Arilde Franco Alves, do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica e Profissional, também saudou a nova diretoria. "Nos sentimos muito felizes por estarmos aqui representando os trabalhadores em educação do 1º e 2º graus no 44º Conad". Arilde lembrou que o Sinasefe participou junto do Andes-SN, da Fasubra e da UNE da greve nacional de 2001. "A união destas forças é o que faz a gente avançar", concluiu.

Felipe Maia, da União Nacional dos Estudantes, saudou os professores: "Eu fiz questão de estar presente na posse do Andes-SN porque o ano de 2002 será, assim como 2001, um período de grande resistência ao processo de privatização da educação no país. A pressão internacional através da Alca e da OMC tende a acirrar os conflitos em defesa da universidade pública no Brasil." O representante dos estudantes acredita que a unidade de todos os setores que defendem o ensino público em conjunto com os demais setores da sociedade precisa ser uma marca dos movimentos em 2002.

Leda Scheibe, da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação, disse que espera poder continuar a parceria com o Andes-SN pela luta pela educação pública no Brasil. "Todos sabemos que, desde a LDB, em 1996, que esta luta tem nos colocado em guarda na resistência às políticas apresentadas para a formação de educadores e para a profissionalização", comentou.

A represente da Executiva Estadual de Luta Contra a Alca (SC), Rita Matos, agradeceu o convite para a cerimônia e relatou um pouco do trabalho de conscientização que os comitês locais vêm fazendo nas escolas, nos bairros, nas universidades e nos sindicatos sobre a necessidade de o Brasil não assinar o acordo de livre comércio nas Américas. Segundo a militante, os sindicatos devem discutir a defesa da soberania do solo brasileiro e a autodeterminação dos povos da América Latina. Rita convidou a todos para a luta contra a Alca que, segundo ela, ainda está engatinhando. "Falta pouco mais de dois meses para o Plebiscito da Alca (1 a 7 de setembro), e esta luta não acaba aí. A Alca provavelmente será uma ofensiva dos governos em 2003, e este ano é fundamental para a resistência a este projeto de rapina e de roubo da nossa riqueza e de todos os povos da América".

Homenagem aos companheiros

A vice-presidente da regional Sul da gestão 2000/2002, Graça Bolmann, fez uma rápida saudação dizendo sentir-se bastante orgulhosa de ter participado pela terceira vez da diretoria nacional do Andes-SN, "Me sinto muito orgulhosa de ter trabalhado ao lado de companheiros e companheiras que dignificaram a luta por uma educação pública e, principalmente, por uma universidade pública, gratuita e de qualidade social". A professora entregou ao presidente Roberto Leher uma placa como um gesto de homenagem, extensiva, segundo ela, a todos os integrantes da diretoria.

O presidente da seção sindical anfitriã, Paulo Rizzo, saudou os participantes do Conad e comentou o apoio dado pela diretoria do biênio 2000/2002 às seções sindicais, usando como exemplo a solicitação da Apufsc nos mais vários assuntos. "Tenho certeza de que teremos da próxima diretoria, encabeçada pelo professor Lucas, o mesmo empenho, a mesma dedicação e o mesmo trato igual, sem diferença, para todas as seções sindicais".

Balanço

O professor Roberto Leher comentou a trajetória da diretoria que encerrou o seu mandato lembrando que muitos de seus integrantes não tinham experiência em trabalhar à frente da entidade nacional e tiveram, no início, a colaboração de muitos ex-dirigentes. "Pesou e pesa muito estar na diretoria de um sindicato como o Andes Sindicato Nacional. Nós sabíamos que teríamos que levar adiante um patrimônio político construído por companheiros e companheiras por mais de duas décadas de lutas". Para o dirigente, a tarefa maior foi manter a entidade com respeitabilidade e credibilidade junto à base da categoria e aos demais setores da sociedade. Roberto fez questão de mencionar as greves nas universidades estaduais (em São Paulo, Paraná, Bahia, Rio de Janeiro e Paraíba) que, para ele, foram decisivas para o sucesso da greve nacional do setor das federais no ano passado.

Retrospectiva

Para Leher, os movimentos conjuntos foram fundamentais para a construção da resistência ao projeto privatista do governo federal para o ensino público superior. "Assumimos o mandato com o movimento empurrando a diretoria a assumir responsabilidades imensas. Começamos rompendo alguns silêncios", disse Roberto, referindo-se aos primeiros atos de esclarecimento da diretora junto à categoria sobre o avanço da reforma do estado. Roberto lembrou ainda que durante o período da gestão anterior à sua (1998/2000), a Emenda Constitucional 19 (reforma do Estado), a emenda 20 (reforma da Previdência) e a Lei de Emprego Público foram aprovadas, o que levou o conjunto das seções sindicais, independente da diretoria de então, a organizar um movimento de resistência em âmbito estadual, com as greves das estaduais, e federal, culminando nas greves de 2000 e 2001.

Não poderia ter ficado de fora dos comentários do presidente o sucesso da greve das federais, do ano passado. Leher ressaltou a luta conjunta das categorias docente, discente e dos técnico-administrativos pela manutenção do RJU, por reajuste salarial e contra as gratificações produtivistas. Nem tudo foi conquistado, mas o governo pôde sentir a força do movimento unificado e teve que recuar na implementação das reformas nas instituições federais.

Andes

etoria

"Hoje o Andes-SN faz parte da coordenação nacional do Plebiscito da Alca, junto da Fasubra, da CNBB, da CUT, com os partidos do campo da esquerda, trabalhando para construir um forte movimento contra a Área de Livre Comércio das Américas", citou o dirigente, como um dos exemplos concretos da retomada do Andes-SN como uma entidade de expressão nacional nas lutas do povo brasileiro por sua soberania e por uma nova ordem social. Nos últimos dois anos, segundo o professor, a entidade rearticulou sua participação nos movimentos sociais e populares, nacionais e internacionais. "Estamos, ainda, no Fórum Social Mundial, no Fórum Mundial pela Educação, na Rede Solidariedade Internacional", citou. Roberto ressaltou, também, o estreitamento do diálogo do movimento com os partidos políticos e os parlamentares. "É interessante observar que a maneira como nós, coletivamente, estamos interagindo com o parlamento tem permitido o reconhecimento de legitimidade da nossa entidade, o qual tem sido importante para nossas lutas, como ficou patente durante as nossas greves".

Participação

O Conad tem representação de um delegado de base por seção sindical. Quarenta e oito delegados e 90 observadores participaram deste evento.

Novo presidente alerta para flexibilização da autonomia

Ao tomar posse na cerimônia de abertura do 44º Conad, o presidente eleito para o biênio 2002/2004, Luiz Carlos Lucas, ressaltou um dos embates mais emergentes pelo qual passará a categoria docente nos próximos meses. Para Lucas, a proposta de autonomia universitária apresentada pela Andifes (associação dos reitores) é a forma que alguns dirigentes encontraram para levar a cabo o projeto de autonomia apresentado pelo governo em 1998. Reformatada, a proposta da Andifes, segundo o professor, resgata o que parecia ter sido sepultado pela ação de resistência dos movimentos, principalmente nos dois últimos anos.

Lucas criticou o projeto que dá aos reitores a possibilidade de, entre outras gestões, alienar bens da universidade como garantia para a realização de projetos internos. "Eu não diria que esta idéia tem a aprovação de todos os reitores, mas sim dos mais ligados ao governo", comentou. O novo presidente fez questão de vincular a proposta da Andifes com o projeto de Inovação Tecnológica do governo que deve ser enviado ainda este mês ao Congresso Nacional. Para Lucas, o projeto formulado dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia transformará por definitivo as universidades em empresas, privatizando seu patrimônio e transformando professores e pesquisadores em empresários a serviço dos mercados.

Sobre o processo eleitoral do Sindicato, Lucas fez questão de ressaltar o caráter democrático e o alto nível dos debates. Lucas destacou a decisão da categoria pela manutenção de uma política de enfrentamento com os projetos neoliberais do governo federal, mas fez referência à chapa da professora Maria Aparecida, sua concorrente no pleito. "Tenho também a convicção de que a nossa oposição merece também o nosso respeito", disse, referindo-se aos integrantes e eleitores da chapa 2.

Lucas encerrou seu discurso conclamando todos à luta. "Espero que divergências não sejam impeditivo para que o Sindicato dê as respostas de enfrentamento necessárias. Este sindicato sempre foi um sindicato de enfrentamento e continuará sendo", concluiu, ovacionado pelo auditório ainda lotado, após mais de quatro horas de cerimônia.

CELI TAFFAREL
secretária geral

LUIZ LUCAS

JOSÉ ZAGO
1º tesoureiro

Primeiro dirigente relembra construção do Sindicato

Na cerimônia de abertura do 44º Conad, o professor da Universidade Federal de Santa Catarina Osvaldo Maciel lembrou que o primeiro congresso do Andes-SN foi realizado em Florianópolis, em 1982. Foi como presidente da diretoria provisória, naquele ano, que Maciel presidiu o I Congresso, em Florianópolis, quando foi eleita a primeira diretoria da entidade. Segundo o professor, já naquela época, os conflitos e divergências entre os participantes do movimento estavam presentes. "O Congresso de Florianópolis foi realizado com rígida austeridade nos gastos. Uma comissão organizou uma hospedagem coletiva em uma casa de estudantes e em dezenas de residências de colegas e companheiros", contou, chamando a atenção para o momento de criação do Sindicato que, há vinte anos, contava com poucos recursos de seus recém-filiados, ainda sob o regime militar. Somente na sala de estar de sua casa, em Florianópolis, ficaram hospedados 12 professores. "Na tensão da luta política, e já então sindical, as articulações mostraram divergências, mas foi possível montar uma chapa unitária com posições aparentemente irreconciliáveis e dirigir um um sindicato singular como o nosso", comentou. Maciel fez questão de saudar Roberto Leher e desejou uma trajetória de sucesso ao presidente Lucas.

OSVALDO
MACIEL

Maciel usou a nova sede do Andes-SN, comprada em junho deste ano, como símbolo da nova gestão: "Um tempo de semear. Eu quero simbolizar estes novos tempos na nova sede que está sendo montada em Brasília. Não é pouco, é algo simbólico, material, mas cheio de significado humano e político. E acho que, se seus alicerces forem construídos sobre os pilares da democracia, da autonomia e da fidelidade com as nossas bases, nós não poderemos fracassar".

Na mesa de abertura do 44º Conad, estavam presentes:

Roberto Leher – presidente da gestão 2000/2002
Paulo Rizzo – presidente da Seção Sindical dos Docentes da Federal de Santa Catarina
Luiz Carlos Lucas – presidente eleito para a gestão 2002/2004
Jorge Luiz – diretor da Fasubra Sindical
Arilde Franco Alves - da direção nacional do Sinasefe
Felipe Maia – presidente da UNE
Osvaldo Maciel - primeiro presidente do Andes-SN
Khader Ortman - representante do Comitê Catarinense de Solidariedade ao Povo Palestino
Leda Scheibe – presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação
Rita Matos – represente da Executiva Estadual de Luta Contra a Alca (SC)
Graça Bolmann – vice-presidente da Regional Sul do Andes-SN

Divulgação Adufrj-SSind

Ausência sentida - O Professor Edmundo Fernandes Dias (foto), secretário geral da gestão 2000/2002, não pôde comparecer à cerimônia, pois estava se recuperando de problema de saúde. Em carta endereçada aos participantes dos Conad, Edmundo enviou um grande abraço para todos os companheiros e companheiras do Andes-SN.

Andes

Movimento suspende ex-dirigentes

Após a abertura, na noite da sexta-feira, dia 21, o 44º Conad transcorreu no fim de semana de 22 e 23. Foram realizadas quatro plenárias: Instalação, Inicial (onde são apresentadas as teses de conjuntura), Tema I (Avaliação e Atualização do Plano de Lutas) e Tema II (Questões Organizativas e Financeiras). A plenária de instalação aprovou o regimento do Conselho. A novidade em relação aos encontros anteriores foi a aprovação da destinação de um tempo de 30 minutos para a defesa de três professores citados no Texto Resolução 19 (aplicação de sanções administrativas a ex-diretores da gestão 1998/2000).

Na plenária Inicial, a diretoria apresentou seu texto de análise da conjuntura para os próximos meses. Na apresentação, o presidente Luiz Lucas alertou para os efeitos do último empréstimo feito pelo governo brasileiro ao Fundo Monetário Internacional. De acordo com a diretoria do Andes-SN, esta foi a saída encontrada pelo governo Fernando Henrique para adiar uma crise que já atingiu outros países sul-americanos e dependentes como a Argentina. Lucas alertou ainda para o fato de que a negociação com os credores internacionais se deu com base na troca de títulos da dívida, de médio e longo prazos, por títulos que vencerão logo no primeiro trimestre de 2003. Seja qual for o governo, que ninguém se engane, o prejuízo da irresponsabilidade da atual equipe econômica poderá cair novamente sobre os ombros dos trabalhadores.

"Procuram construir o terror eleitoral. Estamos vendo a confluência cada vez maior, no âmbito dos discursos, de programas que não se distinguem", comentou, criticando a perda de conteúdo ideológico nas campanhas presidenciais. "Seja quem for o governo, as promessas de aprovação da Alca, do aumento do superávit de 3,5% do PIB para 3,7%, do pagamento da dívida, como quer o atual governo, não poderão ser mantidas. O próximo governo vai ter que negociar e fazer algum tipo de não pagamento das dívidas para garantir, no mínimo, alguma soberania", comentou.

Em relação às questões universitárias e do serviço público, a análise apresentada pelo novo presidente deu subsídio para a atualização do Plano de Lutas do Sindicato e de seus setores (federais, estaduais e particulares), discutida nos grupos mistos e deliberada na Plenária do Tema I, na manhã de domingo, 23, no auditório da reitoria da UFSC. Confira as principais deliberações na página 7.

Outra tese para a análise da conjuntura foi encaminhada pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (Adufop). O professor Jaime Roberto Teixeira leu para os presentes a íntegra do texto publicado no Caderno de Textos do evento.

No debate sobre as teses, o professor da Adusp, Osvaldo Coggiola fez a crítica à análise da seção sindical de Ouro Preto que, no seu entendimento, estava defendendo que o Andes-SN se posicionasse favorável à candidatura Lula para presidente. "É a primeira vez que poderemos ter um partido de esquerda no governo. E temos que ter uma postura independente", defendeu Coggiola, lembrando a característica autônoma do Sindicato frente a todos os partidos políticos e governos. O presidente da Apufsc também criticou o texto da Adufop: "É praticamente uma proposta de programa eleitoral. O nosso Congresso, em Rio Grande, já deliberou pela linha da autonomia em relação às eleições", lembrou.

Fotos Manuella Soares

PRESIDENTE ELEITA DA ADUFRJ-SSIND, CLEUSA SANTOS, VOTA PELA SUSPENSÃO DOS EX-DIRETORES

Ex-diretores estão suspensos por cinco anos

Na plenária do Tema II, o Conad aprovou por 31 votos a favor, dois contrários e 12 abstenções a suspensão por 60 meses dos professores Renato de Oliveira (Adufrgs), Dalton Melo Macambira (Adufpi) e Márcio Florentino Pereira (Adufg) das atividades sindicais. A penalidade foi motivada pelas denúncias apresentadas em uma auditoria nas contas da gestão 1998/2000. A auditoria apurou que o professor Dalton Macambira usou verba da entidade para pagamento de fotolitos para material de campanha da chapa da situação, na eleição do Sindicato Nacional, em 2000. Quanto a Renato de Oliveira, atual secretário de Ciência e Tecnologia do estado do Rio Grande do Sul, foi apurado que o professor usou dinheiro da entidade para pagar uma passagem para o Canadá utilizada por um de seus familiares. Segundo a diretoria 2000/2002, em julho de 2000, foi verificado um débito de cerca de R$ 4 mil. Um cheque de Renato de R$ 2.700,00 foi utilizado para quitar parte do adiantamento feito pelo professor. O restante do adiantamento não retornou aos cofres da entidade. Por ser o primeiro tesoureiro da entidade, na ocasião das irregularidades, ao professor Florentino também coube a punição.

Os professores suspensos tiveram amplo direito de defesa. Desde o Conad de Uberlândia, em junho de 2001, ficou aprovado que uma Comissão do Sindicato iria preparar um relatório sobre o resultado da auditoria. Os professores foram convidados por diversas vezes a prestar esclarecimento sobre os fatos denunciados, mas optaram por não fazê-lo. Neste Conad de Florianópolis, a diretoria do Andes-SN disponibilizou passagens, diárias e hospedagem para que os docentes ou seus procuradores comparecem ao Plenário do evento para uma última oportunidade de defesa. Apenas o professor Dalton Macambira esteve presente em Florianópolis, mas, ainda assim, optou por não cumprir os prazos estipulados pelo regimento do evento e só adentrou ao auditório do Conad quando este estava em regime de votação, deliberando sobre a punição.

Segundo informações da diretoria ao plenário, o professor Dalton comunicou que irá recorrer da decisão do movimento na justiça comum. Os delegados presentes não gostaram e criticaram o fato de o ex-diretor não reconhecer a legitimidade do fórum sindical. Vale lembrar que os três professores não foram expulsos e continuam, como trabalhadores, tendo direitos às conquistas da categoria amparadas pelas ações da entidade. A penalidade, no entanto, impede que os três professores participem dos fóruns da entidade, não tendo direito nem a voz, nem a voto, nas atividades, nem a se candidatarem a qualquer cargo no Sindicato Nacional.

Andes-SN se solidariza com luta do povo palestino

Convidado especial da abertura, o representante do Comitê Catarinense de Solidariedade ao Povo Palestino, Khader Ortman, falou para os professores sobre a luta do povo árabe pela retomada do território palestino e pela constituição de um Estado palestino soberano. "Em 1948, o sionismo, a serviço do capital internacional no mundo arábe, fez com que a ONU, sensibilizada pelo sofrimento do povo judeu sofrido pelo nazismo, aprovasse a resolução 181, em 1948, que dividiu a pátria pelestina em dois estados: um árabe e um israelense. Na verdade a ONU não tinha nem base jurídica, nem base humanitária para fazer tal resolução. Foi criado o estado de Israel dentro do território palestino e começou uma guerra territorial ao mundo árabe, a serviço do sionismo", criticou. Segundo Khader, até 1965, o povo palestino se viu às voltas com a resistência às investidas territoriais do Estado de Israel, patrocinadas, segundo ele, pelos governos dos Estados Unidos, na luta pelo controle da exploração de petróleo na região. "Neste momento, não havia mais solução nem com a ONU, nem com os governos dos países vizinhos, comprometidos com o sistema capitalista liderado pelos EUA", continuou, citando a criação da OLP – Organização pela Libertação da Palestina – que, segundo ele, lidera o povo palestino até hoje, e levou ao surgimento das intifadas (movimentos de resistência do povo palestino à opressão do estado de Israel). "Desde 1992 até 2002, as conversas entre autoridades nacionais palestinas e os líderes dos movimentos sionistas israelenses não chegaram a nenhum lugar", lamentou. O militante pediu a colaboração dos presentes para a Campanha de Arrecadação de Medicamentos coordenada pela CUT. O telefone da campanha é 0XX-48-2225448.

KHADER ORTMAN

Andes

Principais deliberações do 44º Conad

Eixos emergenciais aprovados na atualização do Plano de Lutas*

Projeto de universidade: foi aprovado que será defendido intransigentemente o projeto de universidade que garanta a universalização do ensino público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado.

Combate ao imperialismo: o Sindicato vai se empenhar na denúncia e no combate ao avanço da campanha imperialista que visa a atacar a soberania de países estrategicamente selecionados, com especial ênfase nas questões da Palestina, da Alca e da defesa da base de Alcântara (MA).

CUT: o Andes-SN deve assegurar e ampliar sua participação nas diferentes instâncias da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Autonomia da Andifes, Inovação Tecnológica e PQI: o Sindicato vai combater os projetos de Inovação Tecnológica, o de Telecomunicações, o Plano de Qualificação Institucional (PQI), a proposta de lei orgânica de autonomia da Andifes para as instituições federais e todos os demais projetos governamentais que forem orientados pela lógica da ampliação da ingerência do mercado no setor público com conseqüente desresponsabilização do Estado em relação ao financiamento, universalização da oferta e controle de serviços públicos de qualidade.

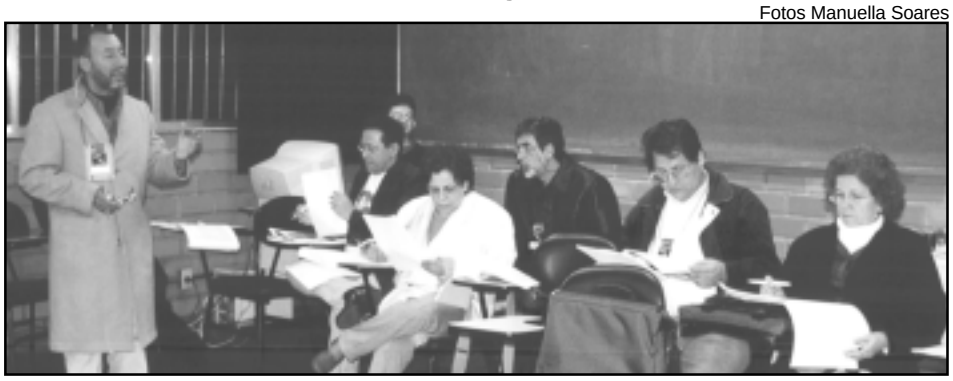
Classe Trabalhadora: o Andes-SN vai lutar pela garantia de políticas salariais que assegurem o poder de compra dos trabalhadores e pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora.

Direito de greve: o Sindicato também combaterá qualquer tentativa de regulamentação do direito de greve e toda legislação ou medidas que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores.

Eleições de outubro: o Andes-SN pretende se manter autônomo em relação a partidos e governo durante o processo eleitoral que já toma conta do país. Os professores presentes ao 44º Conad entendem que este é um momento privilegiado para fortalecer o processo de luta por uma sociedade justa e igualitária. Com relação às políticas públicas, o movimento docente defende o não pagamento da dívida externa, a ruptura com o FMI e o apoio à reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, entre outras medidas. Além de amplamente divulgadas, estas propostas devem ser encaminhadas aos candidatos à presidência da República.

Hospitais Universitários: será ampliado, em caráter urgente e preferencial, a luta pela manutenção dos hospitais universitários, que enfrentam crises permanentes agravadas na atual conjuntura pela incapacidade e irresponsabilidade do MEC em negociar soluções emergenciais com as entidades representativas de professores, funcionários e estudantes.

Fotos Manuella Soares



GRUPOS MISTOS DISCUTEM AS PROPOSTAS DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS

DELEGAÇÃO DA ADUFRJ-SSIND NA PLENÁRIA DO 44º CONAD

Eixos de luta*

Direitos sindicais: serão combatidas todas as violências perpetradas contra militantes de organizações – sindicais, partidárias e de movimentos sociais.

Precarização do trabalho docente: o Sindicato vai continuar empenhado em lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente que comprometem a autonomia individual do professor, como a proposta de Emprego Público, o aumento de contratações por prazo determinado, a redução do número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal.

Autonomia universitária: será defendida a autonomia universitária nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, combatendo todos os projetos legislativos que visem regulamentá-la (destruindo sua essência), bem como todas as tentativas de negar sua auto-aplicabilidade. Haverá luta pela revogação de normas, resoluções, regimentos, estatutos, decretos e leis que restrinjam o exercício pleno da autonomia, como as que definem o Exame Nacional de Cursos (o Provão), a escolha de dirigentes e a nomeação de procuradores.

Carreira Docente: o Andes-SN vai lutar pela valorização do trabalho docente, reivindicando a implementação da Carreira Única, do Plano Nacional de Capacitação Docente, do piso e da malha salariais propostos pelo Sindicato.

Fóruns: o Andes-SN deve intensificar sua participação, efetivando seus eixos de luta, nos fóruns e movimentos organizados, tais como o Fórum Social Mundial, o Fórum Mundial de Educação, o Tribunal das Dívidas, Campanha contra a Alca, entre tantos outros.

Rede Internacional de Solidariedade Ativa: foi aprovada a participação na Rede Internacional de Solidariedade Ativa. Para tanto, foi indicado que as seções sindicais se inscrevam na rede.

Democratização da comunicação: o Sindicato vai construir, em conjunto com as entidades que compõem o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação a luta pelo controle social dos meios de comunicação.

Fundações: o Sindicato vai lutar contra as fundações de direito privado que atuam nas instituições de ensino superior públicas, promovendo o processo de privatização interna. Para subsidiar esta luta, devem ser promovidos debates nas próprias instituições para elaboração de dossiês e posterior encaminhamento de denúncias ao Ministério Público.

Assistência Estudantil: foi aprovada a proposta apresentada pela Adufrj-SSind para que o Sindicato lute, em conjunto com as entidades do movimento estudantil, por uma política de assistência aos alunos (alimentação, moradia, transporte, material didático, monitoria, iniciação científica etc.) com orçamento definido. Esta política deve ser entendida como questão acadêmica essencial para viabilizar a permanência e a conclusão dos estudantes no curso, reduzir a evasão nas instituições públicas e fornecer condições adequadas para o trabalho docente em geral.

Setor das Particulares: como forma de facilitar a organização sindical nestas instituições (onde os sindicalistas, via de regra, são bastante perseguidos), o 44º Conad aprovou, entre outras medidas, que as seções sindicais pautem a discussão sobre a organização dos docentes das IPES em seções multiinstitucionais (não seria por local de trabalho), de caráter excepcional, sujeitas às avaliações anuais nos Congressos do Andes-SN. O assunto deverá ser tratado no 22º Congresso.

Setor das Estaduais: foi aprovado, entre outras resoluções, que o setor deverá combater em todos os níveis a cobrança de mensalidades nas universidades públicas estaduais.

Setor das Federais: em relação à campanha salarial dos servidores públicos federais, as seções sindicais deverão intensificar a divulgação da pauta de reivindicações com o objetivo de ampliar a mobilização da categoria, entre outras medidas.

Mesas de Negociação: será retomada a pressão junto aos parlamentares da Comissão de Educação da Câmara e do Senado para que as interpelações já feitas pelas comissões em favor do cumprimento dos acordos, possam ter mais força política.

GID: As seções sindicais devem mobilizar os docentes da carreira de 1º e 2º graus das Ifes para que as comissões de avaliação de desempenho docente sejam formadas o mais rápido possível, uma vez que o decreto regulamentador da GID deverá ser homologado em breve.

Ensino Técnico: o Andes-SN deve continuar a luta pela revogação do Decreto 2.208/97, que define a Reforma do Ensino Técnico. Nesse sentido, deve discutir e acompanhar a tramitação e fazer pressão junto aos parlamentares para aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 402/1997, que susta os efeitos do decreto 2.208/97.

Reserva de vagas: em relação a discussão sobre a reserva de vagas nas universidades públicas para determinados grupos por questões étnicas ou socio-econômicas foi aprovado que as seções sindicais organizem ou ampliem esta discussão nos Grupos de Trabalho Etnia, Gênero e Classe locais e enviem representações para o GT nacional sobre o tema. Foi aprovado, também, que o Sindicato promova seminários sobre o assunto que possibilitem a formulação de conclusões e proposições a serem apresentadas para deliberação no XXII Congresso, no início de 2003, em Teresina (PI).

* Resumo dos textos aprovados no evento

Movimento

Alcântara é dos brasileiros

Ato no Rio lança campanha contra entrega de base aos norte-americanos

A BANDEIRA DO BRASIL E O REPÚDIO À POLÍTICA EXTERNA AMERICANA MARCARAM PRESENÇA NA ATIVIDADE

Não é só em tempo de Copa do Mundo que o brasileiro deve ser patriota; deve ser patriota sempre. Esta foi a mensagem da deputada federal Jandira Feghali (PC do B-RJ) durante ato de lançamento do manifesto contra a entrega da base de Alcântara aos norte-americanos (veja boletim da Adufrj nº 51). Realizado no dia 24, o evento mobilizou centenas de pessoas para o Teatro João Caetano, no Centro do Rio.

Na exposição de motivos contra o Acordo, a camponesa Dorinete Serejo Moraes, de uma comunidade vizinha à base de Alcântara, relatou os desmandos que a população local vem sofrendo. Quando as instalações militares foram inauguradas, vinte anos atrás, havia a expectativa de melhorias na situação dos moradores. Pelo contrário, o pacato município começou a conviver com o pior dos mundos: propriedades foram desapropriadas, famílias foram deslocadas, a cidade sofreu um "inchaço" urbano. As agrovilas para onde as famílias foram deslocadas são cercadas de terras improdutivas e os moradores não possuem qualquer documentação de posse das moradias.

Dorinete alertou que o Acordo de Alcântara pode complicar ainda mais a situação dos moradores. Pela proposta do governo, amplia-se a área da base e mais comunidades deverão ser deslocadas, agravando os problemas sociais da região. A camponesa informa que não existe nenhum ressentimento local contra a existência da base, mas que o governo deveria fazer um estudo para "não prejudicar o direito das pessoas".

O líder dos sem-terra e coordenador da campanha nacional contra a Alca, João Stédile, buscou relacionar as iniciativas da Alca e do possível acordo de Alcântara. Segundo ele, a futura utilização pelos americanos daquela área seria mais um passo em direção à "recolonização" da América Latina. "Não se trata aqui apenas de lançar foguetes mais barato, como diz o governo. É um plano para recolonizar a região", disse. Stédile conclamou os presentes a construir comitês populares de esclarecimento sobre o Acordo em todo o país. "Estamos aqui para dizer à opinião pública que saberemos defender os interesses brasileiros com todas as nossas forças". De 5 a 12 de agosto, informou Stédile, estará em curso uma semana nacional de conscientização da população sobre as possíveis conseqüências do acordo de Alcântara. Nos dias 8 e 9 deste mesmo mês, grandes manifestações serão realizadas em Belém, São Luís e Alcântara. O líder dos sem-terra convocou ainda para a participação no Plebiscito contra a Alca, no início de setembro.

TEATRO JOÃO CAETANO, NO CENTRO DO RIO, FICOU LOTADO NO DIA 24

DA ESQ. PARA A DIR: DORINETE, WALDIR PIRES E STÉDILE

Waldir Pires, deputado federal pelo PT, que assinou parecer na Comissão de Relações Exteriores rejeitando diversos dispositivos do documento assinado entre os governo brasileiro e norte-americano, estava esperançoso de derrotar o projeto no Congresso. Mas, para isso, alertou, é necessária a mobilização da sociedade. E tem razão ao dizer isso: o documento, mesmo modificado na sua comissão, foi aprovado com o texto original do governo em outra comissão da Câmara (de Ciência e Tecnologia) e, até a semana passada, encontrava-se em discussão da Comissão de Constituição e Justiça, de onde deverá seguir para o plenário da Casa.

Entenda o Acordo:

O acordo visando à utilização pelos Estados Unidos do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, trouxe à tona a discussão sobre a posição subalterna adotada pelo Governo em relação aos americanos. Assinado em 18 de abril, estão previstas diversas restrições quanto ao uso que o Brasil poderá fazer da sua própria base. O Acordo Brasil-Estados Unidos sobre Salvaguardas Tecnológicas, que regula os lançamentos, tem, por exemplo, cláusulas para lá de inaceitáveis. Pelo texto, o Brasil fica proibido de utilizar os recursos provindos do aluguel da base aos EUA para desenvolver o seu programa espacial. Permite, apenas, que tais recursos sejam usados no aprimoramento da infra-estrutura do Centro de Lançamento de Alcântara. Um outro parágrafo impede o Brasil de utilizar sua base e veículos de lançamento de propriedade dos EUA ou de terceiros países para o lançamento de satélites de desafetos dos norte-americanos, como Irã, Iraque, Líbia ou Coréia do Norte. Outros acertos previstos dizem que os técnicos norte-americanos supervisionarão o transporte e acondicionamento de todo o equipamento trazido dos EUA, sem que nenhuma autoridade brasileira, inclusive a alfândega, inspecione nada. Quando do lançamento de foguetes americanos, certas áreas do centro estarão sob controle de autoridades dos Estados Unidos, com poder de decidir quem está autorizado a circular por elas. Submetendo-se a tais exigências, o Brasil perde autonomia de utilizar sua base espacial de acordo com os interesses da população brasileira.

Em tempo: A Comissão de Relações Exteriores aprovou, no dia 26/6, mais um acordo internacional de uso da base de Alcântara para lançamento de foguetes, desta vez com a Ucrânia. Assim como aconteceu com o acordo com os Estados Unidos, os integrantes da comissão aprovaram o texto do deputado Waldir Pires (PT-BA), que garante ao Brasil soberania e salvaguardas tecnológicas.

O texto aprovado garante a presença de funcionários brasileiros na abertura de contêineres, a produção de crachás por autoridades brasileiras e a troca de tecnologia entre os países.

Enquanto isso, na Comissão de Constituição e Justiça, o parecer sobre o Acordo Brasil-EUA (Projeto de Decreto Legislativo 1446/01) só deve voltar à pauta no próximo semestre, dando tempo para intensificar-se a campanha contrária ao polêmico projeto.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 52 • 8 de julho de 2002
www.adufrj.org.br

Agenda Sindical

11/7 – GT Ciência e Tecnologia do Andes-SN
Goiânia (GO) – na sede da Regional Planalto

13/7 e 14/7 – GT Verbas do Andes-SN
Brasília (DF), na sede do Sindicato Nacional

19/7 - Posse da Diretoria/ Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

25/7 - Dia Nacional de Mobilização contra a flexibilização dos direitos trabalhistas e em defesa da reforma agrária, por mais e melhores empregos e pela redução da jornada de trabalho

2/8 - Debate sobre a Alca
Rio de Janeiro (RJ), no Teatro Pedro II, unidade do colégio de São Cristóvão, às 17h30, com a presença do líder do MST, João Pedro Stédile.

1/9 a 7/9 - Plebiscito contra a Alca

7/9 - Grito dos Excluídos

Anote

Adufrj-SSind e Sintufrj debatem Alca

Na quarta-feira, dia 17/7, ao meio-dia, no saguão do bloco A do Centro de Tecnologia, os professores Roberto Leher, ex-presidente do Andes-SN, e Reinaldo Gonçalves, do Instituto de Economia da UFRJ participam do debate "A Universidade pública e a América Latina diante da ameaça da Alca". O evento é promovido pela Adufrj-SSind e pelo Sintufrj e pretende mobilizar a comunidade para a constituição de um Comitê da UFRJ contra a Área de Livre Comércio das Américas.
Na quinta, dia 18/7, é a vez da Seção Sindical dos docentes da UFF realizar o debate "A Universidade Pública e a América Latina diante da ameaça da Alca" com os mesmos palestrantes. O evento em Niterói começa às 18h, na sede da Aduff-SSind, na Rua Lara Vilela, 110, São Domingos.

Jornada 2002

O edital da XXIV Jornada de Iniciação Científica e XIV Jornada de Iniciação Artística e Cultural já se encontra disponível na página da SR-2 (http://www.sr2.ufrj.br). A inscrição de resumos vai de 10/07 a 31/07 e a Jornada ocorre em 26, 27 e 28 de novembro de 2002. Como nos outros anos, o evento deve acontecer nos Centros, mas, para uma visão geral da UFRJ, no dia da abertura será realizada uma sessão painel especial onde se pretende apresentar trabalhos representando todos os Centros da Universidade em um único local. Também nesta sessão devem aparecer os representantes da Iniciação Científica júnior do CAp.

Posse da Diretoria e do CR

Todos os professores estão convidados para a posse da nova diretoria da Adufrj-SSind e dos novos integrantes do Conselho de Representantes da entidade na sexta-feira, dia 19 de julho. O evento será realizado no Salão da Congregação da Escola de Música (Rua do Passeio, nº 98, Lapa, 4º andar), a partir das 19h30.

Após a transmissão dos cargos, haverá coquetel para os convidados. Compareça e prestigie o seu sindicato!

Xô, Vilhena!

COMUNIDADE 'LIMPA' QUATRO ANOS DE AUTORITARISMOS E DESMANDOS

Lessa toma posse e primeira sessão do Consuni será dia 12

Para marcar o fim da reitoria Vilhena, na manhã da última sexta-feira (5/7), funcionários e estudantes lavaram a entrada principal do prédio da reitoria, no *campus* do Fundão. O ato, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj), com o apoio da Adufrj-SSind, contou com a presença do deputado Estadual Chico Alencar, que também é professor da universidade e esteve presente nas manifestações de protesto à reitoria intervencionista, durante os últimos quatro anos. A seção sindical esteve representada pelos diretores José Henrique Sanglard, Cleusa Santos e Regina Pugliese.

Munidos de baldes com água e sabão, vassouras e sal grosso, a comunidade 'limpou' os quatro anos de autoritarismo, encarnado na pessoa de José Vilhena. O reitor eleito, Carlos Lessa, tomará posse nesta quarta-feira (10/7), em Brasília, de onde receberá o cargo diretamente do Ministro Paulo Renato. Na quinta-feira (11/7), Lessa dará posse aos decanos eleitos e não nomeados por Vilhena. Segundo a assessoria do nova reitoria, Lessa irá de decania em decania, em todos os *campi*, nomear os dirigentes. Na sexta-feira, às 9h, Lessa promete realizar a derrubada da porta de aço do gabinete, no prédio da reitoria. A porta foi instalada por Vilhena e expressa bem a marca da truculência do ex-interventor. Na sexta-feira, o Conselho Universitário se reúne em sessão solene, a partir das 11h, no Auditório do Centro de Tecnologia. A partir das 13h30, a nova gestão promove uma festa com a apresentação de diversos artistas cariocas, no pátio do prédio da reitoria.

Quatro anos de intervenção

Durante quatro anos, a comunidade da UFRJ sofreu com uma reitoria autoritária e pouco hábil no tratamento das questões acadêmicas e administrativas. Desde o início da gestão intervencionista, a comunidade clamou pela renúncia de Vilhena. Os apelos vindos de todos os segmentos acadêmicos, sindicais e sociais, no entanto, não foram suficientes para conter a gana de poder do reitor-interventor e seus apoiadores. O ato 'Xô, Vilhena!' foi uma forma que a comunidade encontrou de desabafar, mais uma vez, o grito repetido durante todo este tempo.

Nova reitoria faz festa no Fundão

Nesta sexta-feira, dia 12, a partir das 13h, em um palco montado na reitoria, está prevista uma série de shows para marcar a posse do reitor. A festa terá as seguintes apresentações, pela ordem: Companhia Folclórica do Rio (da UFRJ); Rodrigo Lessa (com o show "Feito à mão"); Francisco João ("Temperoforró"); orquestra UFRJazz ensemble, com a regência do maestro José Rua; Renata Mansour e Sylvio de Oliveira cantam músicas de Noel Rosa; Noca da Portela e Roberto Medronho (show "Samba e Ciência") e, para encerrar, Velha Guarda da Portela e Cristina Buarque.

Coned

Garantindo direitos: uma outra Educação é possível

Professora da USP defende a substituição do capitalismo para garantir direitos sociais fundamentais, como as políticas educacionais

"A educação é um direito social, mas, antes de tudo, é um direito humano fundamental." As palavras foram ditas pela professora Maria Victoria Benevides, da Faculdade de Educação da USP, que proferiu uma das conferências do segundo dia do 4º Congresso Nacional de Educação (Coned), realizado em São Paulo

Tomando como base a Constituição Federal, Maria Benevides comentou o desrespeito das autoridades com os direitos dos cidadãos e conclamou os educadores presentes a falarem aos "não-organizados". Pessoas que colocam a política em último lugar são aquelas que, segundo a conferencista, mais precisam entender a importância da participação na vida em sociedade.

A Constituição brasileira vigente, dita "Cidadã" e promulgada após intensa participação popular, estabelece como objetivos da República: "construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art.3º). Como fundamentos do Estado democrático de Direito, o texto constitucional afirma a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Os direitos sociais incluem educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (art.6º).

De acordo com Benevides, o texto da Carta Magna é "muito bonito", mas não encontra correspondência com a realidade. Socióloga e dirigente da Escola de Governo (de São Paulo), a professora poderia analisar os vários desrespeitos com a Constituição, mas restringiu a exposição ao tema do evento: a Educação

"O direito à Educação não é (e nunca foi) respeitado no país", disse. Para Maria Benevides, que tinha como tema da conferência "Garantindo direitos: uma outra educação é possível", mesmo o argumento da chamada "boa escola pública de antigamente" deve ser rebatido. "Essa é uma verdade 'entre aspas'. A escola pública possuía uma orientação elitista e não atendia a todos", comentou.

Mais adiante, a socióloga citou o artigo 214 da Carta que pede a elaboração de um Plano Nacional de Educação que conduza à: "erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; e promoção humanística, científica e tecnológica do País". Sem precisar dizer à platéia que tais metas estavam longe de serem cumpridas, Benevides lembrou que as conquistas sociais pressupõem a luta coletiva. "Num estado verdadeiramente democrático, a igualdade deixa de ser retórica e se transforma em realidade através da lei. E o reconhecimento dos direitos não nasceu do acaso ou da boa vontade dos governantes. Nossa Carta Magna é um avanço considerável, mas a realidade de hoje ainda confronta aqueles objetivos proclamados", provocou. O grande problema dos direitos humanos é a sua não-efetividade, pois sua defesa dependerá de uma posição de poder na sociedade.

A professora observou que certas pesquisas de opinião rebaixam a credibilidade do Judiciário, do Legislativo, do Executivo da União aos últimos lugares. "Ora, é o Estado que está em último lugar! Hoje, um Estado mínimo e privatizado", exclamou. "A nossa tarefa, como educadores, é falar aos desorganizados e aos despolitizados sobre a importância da política", disse. Ainda segundo ela, a escola pública é um dos meios mais efetivos, se bem organizado, de atingir essa "massa". A escola pública tem as condições para atingir tais indivíduos. E, com uma ativa participação popular, segundo Benevides, está criado o ambiente para a superação do capitalismo e sua substituição por um sistema democrático com amplas garantias sociais. A conferencista explicou que o capitalismo não pode ser simplesmente "humanizado". E, dentro de uma sociedade dita periférica na ordem globalizada, não há possibilidade de afirmação dos direitos sociais.

Outro ponto que merece a atenção e o repúdio da sociedade é o permanente abuso de quem tem o poder: do presidente da República aos diretores de escolas. Contra isso, insistiu a professora, mais uma vez é o momento de exercer a cidadania ativa, com todos os seus instrumentos possíveis, como os conselhos, o orçamento participativo, consultas populares e os plebiscitos – por exemplo, o que vai ser organizado sobre a Alca, em setembro deste ano. E Benevides deixa claro que a participação cidadã em entidades da sociedade civil não significa aceitar a diminuição do papel do Estado – este continua sendo o grande responsável pelo desenvolvimento nacional com a garantia efetiva dos direitos dos cidadãos.

Esperançosa de que a conjuntura mude, Benevides citou o pensador italiano Antonio Gramsci, segundo o qual, "devemos ser pessimistas no diagnóstico, mas otimistas na ação". A professora disse perceber uma "conscientização lenta do povo" e citou o pensador Fábio Konder Comparato: "No Brasil, a esperança é uma virtude revolucionária". Esta, como uma exigência contra a destruição feita pelo neoliberalismo econômico, é o grande desafio para o século 21.

ATENÇÃO

Andes-SN tem novo endereço

O Andes-SN já está funcionando na sede própria, localizada no seguinte endereço: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2 Edifício Cedro II, 3º andar, Bloco "C", CEP 70302-914 Brasília-DF. Telefone: (61) 322-7561 e Fax: (61) 224-9716.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Debate

Andes-SN e Conselho de Reitores defendem visões diferentes de Universidade

Presidente do Andes-SN e presidente do CRUB divergem de propostas de representante dos reitores brasileiros

Em debate realizado na sede do jornal Folha Dirigida com o tema "A Universidade que queremos", no dia 2 de julho, ficou clara a divergência de idéias entre o professor Paulo Alcântara, presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas. Também participou do debate Person Candido, professor da Escola de Educação Física da UFRJ e candidato a reitor no último pleito. Paulo Alcântara quer instituições que respondam "às demandas empresariais". O presidente do Andes-SN defende a Universidade verdadeiramente autônoma, capaz de crescer desvinculada dos interesses do mercado. Para o professor Person, as melhorias no sistema público podem vir com o fim das políticas do atual governo.

Lucas deu início ao debate fazendo um breve retrato da situação da Universidade no país. Com ênfase nas instituições públicas, o presidente do Sindicato Nacional destacou a resistência dos docentes (verificada, principalmente, na greve de 2001) aos projetos de "destruição deliberada" promovida pelo MEC. O professor comentou a intenção do governo de transformar as universidades em organizações sociais, que estariam regidas por contratos de gestão e perderiam o seu caráter público. Para Lucas, é nesse contexto que se proliferam as fundações de direito privado dentro do espaço público da Educação.

De posse dos dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Lucas citou os números que mostram o descaso governamental com a Universidade: represamento salarial, não-reposição dos quadros, crescimento da contratação de serviços terceirizados, entre outros. "Se fosse um levantamento do Andes-SN, (os técnicos do governo) poderiam até desconsiderar, como se dissessem: 'ah, eles são do contra mesmo!', mas não é", provocou Lucas. Os indicadores da pesquisa da entidade estão disponíveis na página da Adufrj-SSind: www.adufrj.org.br/documentos.htm

O dirigente sindical também criticou a prática de liberação de recursos mediante concorrência de projetos. "Se fosse um acréscimo, tudo bem; o problema é quando isso se transforma num dinheiro sem o qual a universidade não consegue mais sobreviver", disse. Para Lucas, é neste momento que o caráter público das instituições começa a se perder e as pesquisas são forçadas a se dirigir para certos objetivos. Para arrematar, o presidente do Andes-SN alertou os presentes para a ameaça que representa a proposta de autonomia lançada pela Andifes recentemente, já divulgada no jornal da Adufrj nº 62, de 10 de junho. "Conseguiram piorar um projeto da própria Andifes de 1999, que já era ruim", afirmou.

Já Paulo Alcântara não se deteve no quadro atual da Educação superior. Preferiu falar sobre as mudanças que o sistema universitário brasileiro deve sofrer daqui em diante. Na concepção do ex-reitor da UFRJ, um ponto seria o importante papel a ser desempenhado pelas públicas na formação de professores para todo o sistema superior. Com o tempo, acredita Paulo, a rede privada, que é nova e não tem uma tradição de pós-graduação, consolidaria suas linhas de pesquisa e alcançaria o ideal de Carlos Chagas: "A Universidade é um local onde se ensina porque pesquisa".

"Precisamos formar 600 mil professores em três anos. Isso não ocorre senão pela inserção de novas tecnologias no ensino", disse, enaltecendo o exemplo do ensino à distância. Paulo argumentou que os "cursos convencionais estão montados em patamares do século XIX" e "são resistentes às mudanças". O atual reitor da Universidade Castelo Branco – que já foi reitor da UFRJ e, vale lembrar, teve Vilhena como vice-reitor – observou que as universidades deveriam se voltar mais para as micro e pequenas empresas do país (em suas contas, seriam cerca de 14,5 milhões delas que gerariam 30 milhões de empregos). Também defendeu a integração do setor privado e das públicas ("Não se faz planejamento da Educação por pedaços") e uma maior diferenciação dentro da rede de ensino superior. "A Universidade não pode se enclausurar nos muros da Academia. E a Federal de Viçosa não pode ter os mesmos objetivos de uma UFRJ ou da PUC-RJ, por exemplo", afirmou. Paulo falou ainda que outro papel da Universidade seria o de fornecer a educação continuada aos profissionais já estabelecidos no mercado.

O professor Person Candido falou sobre a complexidade do tema proposto. "São apenas 82 anos de debate sobre a existência da Univesidade. E insuficientes", disse. Na mesma linha do presidente do Andes-SN, Person destacou que seria "pouco responsável dizer que a universidade seja resistente às mudanças; que seja obsoleta ou arcaica; e que o ensino, a pesquisa e a extensão são produtos mercantilistas". Neste ponto, o docente assinalou a discussão da autonomia universitária como o ponto-chave do processo de transformação das universidades e repudiou as instituições com ensino notadamente de baixa qualidade e desvinculadas da Ciência.

Person somente vê chances de melhoria para a Universidade com a mudança das políticas do governo atual. "A alma da política neoliberal é a privatização recomendada pelo FMI e pelo Banco Mundial. E tudo tende a piorar com a possível entrada do Brasil na Alca (Área de Livre Comércio das Américas)", disse. Para ele, o comprometimento crescente com o pagamento das dívidas interna e externa do país defendidas por FHC e seus ministros afetou sobremaneira a Educação.

O professor da UFRJ depositou suas esperanças de mudança nas eleições majoritárias de fim de ano. Para Person, falta, antes de tudo, uma nação soberana. "Aí teremos a chance de conseguir uma universidade comprometida com os anseios populares, autônoma e democrática", observou. E no fim, destacou: "Uma universidade que vise ao bem comum de sua comunidade; e não de alguns grupos".

Em outro momento, o presidente do Andes-SN contestou as sugestões de Paulo Alcântara para a Universidade se voltar para o mercado. "Desconfio das mudanças para atender ao mercado. Sabemos que a formação se torna superficial e fica obsoleta com o tempo, quando as condições do mercado mudam", contou. Lucas também rejeitou que a dita "homogeneidade" do sistema federal de ensino superior impeça a vocação singular de cada instituição. Entre as instituições privadas, o professor fez questão de frisar que existem boas universidades como as PUC. No entanto, a grande maioria existiria num sistema de descontrole total com o consentimento do atual governo.

O conteúdo do debate entre os três professores deverá ser divulgado em um suplemento especial do jornal Folha Dirigida em outubro, mês do Dia do Professor (12/10).

Tribuna

Luiz Lucas

"Desconfio das mudanças para atender ao mercado. Sabemos que a formação se torna superficial e fica obsoleta com o tempo, quando as condições do mercado mudam"

Paulo Alcântara

"A Universidade não pode se enclausurar nos muros da Academia. E a Federal de Viçosa não pode ter os mesmos objetivos de uma UFRJ ou da PUC-RJ, por exemplo"

Person Candido

"A alma da política neoliberal é a privatização recomendada pelo FMI e pelo Banco Mundial. E tudo tende a piorar com a possível entrada do Brasil na Alca"

Adufrj-SSind

CR confirma resultado das eleições

Realizada no dia 3 de julho, a reunião do Conselho de Representantes e Diretoria da Adufrj-SSind homologou os resultados do último pleito da seção sindical. A chapa única "Adufrj - Transparência, Autonomia e Democracia" foi eleita com 505 votos, 15 brancos e 10 nulos, num total de 530 votantes. A lista de representantes do Instituto de Química foi eleita com 19 votos e 2 nulos, num total de 21 votantes. A transmissão de cargos está marcada para o dia 19 de julho, em evento na Escola de Música, a partir das 19h30 (veja nota na capa desta edição).

Por falar em eleições, os conselheiros da seção sindical não se mostraram nada satisfeitos com os processos eleitorais da universidade (para decanos, diretores e conselhos). Foi solicitada à diretoria a necessidade de tentar interferir nestes pleitos institucionais com o objetivo de garantir legitimidade maior ao processo. Houve o entendimento no CR de que o conceito de representação está inteiramente deturpado, pois os representantes são, em grande parte, indicados pelos diretores, que controlam as candidaturas e a divulgação dos processos eleitorais. Os prazos mínimos estariam inviabilizando o debate e a formulação de compromissos públicos com o eleitorado. A possibilidade de haver candidaturas que não sejam viciadas na origem é fundamental para renovar os conselhos, criar condições objetivas para a reflexão crítica e a promoção de transformações na UFRJ.

Isso explicaria, no ponto de vista do CR, por exemplo, a resistência do CEG e do CEPG em reconhecer o equívoco que foi a resolução conjunta 01/99, quando toda a comunidade nega sua implantação. Foi assinalado pelos presentes que raras unidades se dizem adaptadas ao sistema de módulos (com diferentes intepretações do que seja um "módulo") e muitas retornaram ao que era antes, como a própria Coppe, que foi uma das idealizadoras da proposta e hoje já reativou o sistema trimestral sem módulos.

Foi lembrado que a 01/99 fere o regimento da UFRJ, que estabelece autonomia das unidades para fazerem seus calendários acadêmicos. Sugeriu-se a promoção de uma atividade de debate ou seminário, com a presença de conselheiros do CEG e do CEPG para retomar a discussão, que ainda não ganhou posicionamento explícito da nova reitoria.

Outros encaminhamentos

Em relação às deliberações do 44º Conad, já divulgadas no último jornal da Adufrj, o CR espera mobilizar a categoria para discutir temas como: campanha salarial, projeto de autonomia da Andifes, Programa de Qualificação Institucional, campanha contra a Alca, Carreira Única do Andes-SN, privatização interna da universidade, assistência estudantil e reserva de vagas

Próxima reunião e prestação de contas

A próxima reunião do CR está marcada para o dia 17 de julho, às 18h, na sede da Adufrj-SSind, sala D-200, do Centro de Tecnologia. Nesta ocasião, será analisada a prestação de contas da entidade relativa ao ano passado, entregue aos conselheiros neste dia 3 e, se possível, a prestação de contas de 2002, até o mês de junho. Continua em pauta o planejamento de atividades.

UFRJ

Vestibular ainda não tem edital

Não avançou o debate sobre a alteração do modelo do vestibular 2003. Na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação, o tema foi pauta única, mas não houve deliberação. A proposta de se criar 'pontos de corte' como critério de seleção e qualificação dos ingressos em algumas carreiras foi discutida, mas não se chegou a nenhuma definição. O sub-reitor Ricardo Gattass, a pedido do colegiado, disse que iria solicitar às Unidades que se pronunciassem sobre os critérios de seleção do vestibular da UFRJ para seus cursos. Nesta quarta-feira (10/7), já sob a gestão da nova reitoria, o CEG se reúne novamente para tratar do assunto.

No final da sessão, o representante do Centro de Ciências da Saúde, Jorge Fernando Teixeira, fez uma homenagem ao professor Ricardo Gattass que realizava sua última sessão como presidente do colegiado. Jorge agradeceu a participação do professor na reitoria, apesar das diferenças políticas entre o sub-reitor e o conselho.

Chapas definidas disputam DCE

Já estão definidas as chapas que vão concorrer à coordenação do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Duas chapas se inscreveram para o processo eleitoral, que ocorre entre os dias 9 e 11 de julho com quase nove meses de atraso. Protelada devido à greve das federais, a votação tem como concorrentes as chapas "Não seguimos à toa: a unidade fortalecendo o DCE", número 1, que pretende dar continuidade ao trabalho da gestão anterior, e "A hora é essa, agora só falta você", chapa 2, de oposição.

As duas chapas possuem 30 universitários. Nos dias de votação, os alunos poderão escolher se preferem o sistema de proporcional ou majoritário para a coordenação do DCE da maior universidade do Brasil. A expectativa da comissão eleitoral é que haja boa participação dos estudantes, já que a consulta ocorre no meio do período letivo.

Vilhena se aposenta

O mandato do ex-reitor, José Henrique Vilhena, só terminaria no dia 7 de julho, mas, convenientemente, o professor foi aposentado no dia 26 de junho. Vilhena, que entra para a história da maior universidade federal do país como o mais impopular de seus dirigentes, pretende fundar uma ONG para criar projetos de qualificação para jovens que terminam o ensino médio e escrever um livro contando sua experiência como reitor. A informação é de matéria da Folha Dirigida, de 2 de julho. Será que só agora o ex-interventor pretende deslanchar a sua carreira acadêmica?

ANDES

Regional Rio realiza transmissão de cargo

Uma pequena festa foi realizada na sede da Regional Rio do Andes-SN, na semana passada (3/7). A transmissão de cargos da diretoria anterior para a direção do biênio 2002/2004 foi acompanhada por representantes de todas as seções sindicais do Rio, entre eles, a presidente eleita da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, e a diretora da seção sindical, Regina Pugliese. O ex-presidente do Sindicato, professor Roberto Leher, também prestigiou o evento. A rápida cerimônia de transmissão foi seguida de um coquetel ofertado aos convidados. A nova primeira vice-presidente da Reginal Rio, Janete Luzia Leite, é professora da UFRJ e sindicalizada da Adufrj-SSind. Os demais diretores da regional são: Cláudia March Frota Souza, da Aduff-SSind (2ª vice-presidente); Marcelo Castanheira Ferreira, da Adunirio-SSind (1º secretário); José Eustáchio Bruno, da Asduerj (2º Secretário); Frederico José Falcão, da Adurrj-SSind (1º Tesoureiro) e Gelta Terezinha Ramos Xavier, da Aduff-SSind (2ª Tesoureira).

Resenha

Alunos impedem discurso de Paulo Renato

Matéria de O Estado de S. Paulo (29/6) demonstra que o ministro Paulo Renato vai ser lembrado para sempre com "muito carinho" pela comunidade acadêmica. Convidado para um debate em Curitiba, o ex-presidenciável conseguiu falar pouco mais de cinco minutos: as vaias de cerca de 100 estudantes da Universidade Federal do Paraná obrigaram-no a se retirar do evento. O coordenador do DCE local, Guilherme Mikami, disse que o objetivo do protesto era reclamar da falta de cumprimento dos acordos feitos com professores e estudantes na última greve.

Acordo de Alcântara é lesivo à soberania

Matéria da Folha de S. Paulo alerta que o ponto do acordo mais lesivo ao Brasil, na opinião do deputado federal Waldir Pires (PT), é o que impede que a Aeronáutica brasileira desenvolva um programa aeroespacial autônomo e soberano. O deputado lembra que o mercado aeroespacial deve movimentar US$ 40 bilhões nos próximos dez anos, e que seria injusto alijar o Brasil de disputar esse mercado: "O Brasil investiu mais de US$ 500 milhões no setor aeroespacial nos últimos 20 anos e, com o desenvolvimento do projeto VLS (Veículo Lançador de Satélites), entrou para o rol das nações que tem algo a dizer em termos de tecnologia para o setor. Além das implicações políticas e militares, seria muito interessante para os EUA afastar um país com o potencial do Brasil deste mercado", afirma Pires.

SESu quer orçamento próprio para graduação

A última edição da Revista Ensino Superior apresenta uma entrevista com o secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Francisco César Sá Barreto, que apontou a questão do financiamento ao estudante de graduação como sua principal meta de gestão. A proposta dele é criar no MEC um setor só para a graduação, com orçamento próprio, para cuidar desta parte.

Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária

A página eletrônica do MST (www.mst.org.br) informa: em 25 de junho, o projeto de lei de autoria da senadora Marina Silva, que institui o dia 17 de abril como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária foi sancionado. Para quem não se lembra, 17 de abril de 1996 foi o dia do massacre de trabalhadores rurais sem terra (19 mortos), pela Polícia Militar do Pará, em Eldorado de Carajás.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 64 • 15 de julho de 2002

Posse da Diretoria e do CR

Todos os professores estão convidados para a posse da nova diretoria da Adufrj-SSind e dos novos integrantes do Conselho de Representantes da entidade nesta sexta-feira, dia 19 de julho. O evento será realizado no Salão da Congregação da Escola de Música (Rua do Passeio, 98, Lapa, 4º andar), a partir das 19h30.
Após a transmissão dos cargos, haverá coquetel para os convidados. Compareça e prestigie o seu sindicato!

Conselho de Representantes

17/7 quarta-feira **18:00** horas

Local: sede da Adufrj-SSind
sala D-200, CT

Pauta:
1 – Informes Gerais;
2 – Projeto de autonomia da Andifes e PQI da Capes;
3 – Contrato de Serviços Fotográficos;
4 – Prestação de Contas 2001/2002

Reunião aberta a todos os sindicalizados

Sub-reitores anunciam primeiras medidas
Página 5

Plano emergencial para recuperar UFRJ custa R$ 14 milhões
Página 6

Professores substitutos estão com salários atrasados
Página 6

AUDITÓRIO DO CT LOTA PARA ACOMPANHAR A SESSÃO SOLENE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, A PRIMEIRA SOBRE A PRESIDENCIA DE CARLOS LESSA. AO LADO, O PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND, JOSÉ HENRIQUE SANGLARD, ENTREGA PROPOSTAS EM DISCUSSÃO NO MOVIMENTO DOCENTE AO REITOR ELEITO

Lessa assume reitoria

O professor Carlos Lessa dá seus primeiros passos como reitor da UFRJ. Em sessão solene no auditório do Centro de Tecnologia, lotado pela comunidade acadêmica, o novo dirigente anunciou a disposição de colocar a maior universidade federal do país no rumo do qual nunca deveria ter se desviado: do pensamento crítico para a construção da nação brasileira.

Página 4

Adufrj-SSind

Texto entregue ao reitor empossado, Carlos Lessa, durante sessão solene do Conselho Universitário, em 12/7

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2002

Ofício no. XXX/02

Da: Diretoria da Adufrj-SSind

Para: Conselho Universitário da UFRJ

A/c Reitor e Presidente do Consuni da UFRJ

Prof. Carlos Francisco Theodoro R M de Lessa

Magnífico Reitor

A diretoria da Adufrj - Seção Sindical dos Docentes da UFRJ do Andes-Sindicato Nacional, de acordo com as deliberações dos últimos encontros nacionais do Sindicato e de nossa Assembléia Geral, vem por meio deste solicitar a Vossa Magnificência que encaminhe e paute no Conselho Universitário da UFRJ a discussão sobre a Lei Orgânica da Autonomia proposta pela Andifes e o Plano de Qualificação Institucional (PQI) da CAPES, visando um posicionamento institucional da UFRJ sobre estes temas. Em anexo, seguem cópias do Anteprojeto de Lei da Andifes e dos textos de avaliação crítica sobre estas propostas, que refletem a discussão já acumulada pelo Sindicato.

Entendemos que estas propostas são da maior relevância no momento atual e constituem ameaças à Universidade Pública que defendemos, pois alteram a natureza jurídica das IFES no sentido da transformação em organizações sociais de direito privado, limitam a autonomia a pretexto de regulamentá-la, modificam a carreira única isonômica , alteram o sistema de qualificação de docentes e colidem até com princípios constitucionais de gratuidade do ensino público, por exemplo. Por tudo isso, estas propostas devem ter uma posição clara da instituição e a discussão interna deve ser a mais ampla possível, envolvendo o corpo docente, os funcionários técnico-administrativos e o corpo discente da UFRJ, bem como suas instâncias institucionais: os Conselhos Superiores da UFRJ, os Conselhos de Centros, as Congregações de Unidades e Órgãos Suplementares e os Colegiados dos Departamentos.

A posição do Sindicato contra tais iniciativas se baseia na defesa da auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal, no princípio de gratuidade do ensino público em todos os níveis e no princípio da indissoci-abilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que nos leva a combater qualquer proposta de legislação ou de Emenda Constitucional que tenha como objetivo regulamentar a autonomia universitária.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos protestos de estima e de elevada consideração, apresentando nossas cordiais

Saudações Universitárias e Sindicais

Prof. José Henrique Sanglard
Presidente da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

19/7 - Posse da Diretoria/ Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

25/7 - Dia Nacional de Mobilização contra a flexibilização dos direitos trabalhistas e em defesa da reforma agrária, por mais e melhores empregos e pela redução da jornada de trabalho

27/7 e 28/7 - Reunião do GTSS/A
Natal (RN) - Sede da Adurn-SSind
- Terá o objetivo de discutir o planejamento do grupo de trabalho, a questão dos hospitais universitários, saúde do trabalhador e os encaminhamentos do 21º Congresso e do 44º Conad do Andes-SN, entre outros.

2/8 - Debate sobre a Alca
Rio de Janeiro (RJ), no Teatro Pedro II, unidade do colégio de São Cristóvão, às 17h30, com a presença do líder do MST, João Pedro Stédile.

1/9 a 7/9 - **Plebiscito contra a Alca**

7/9 - Grito dos Excluídos

18/7 - Encontro pós-Conad das Seções Sindicais do Rio de Janeiro, 13h às 17h, na sede da Secretaria Regional do Andes-SN, à Av. Rio Branco, 277, sala 1306 – Centro.

Anote

Jornada 2002

O edital da XXIV Jornada de Iniciação Científica e XIV Jornada de Iniciação Artística e Cultural já se encontra disponível na página da SR-2 (http://www.sr2.ufrj.br). A inscrição de resumos vai até 31/7 e a Jornada ocorre em 26, 27 e 28 de novembro de 2002. Como nos outros anos, o evento deve acontecer nos Centros, mas, para uma visão geral da UFRJ, no dia da abertura será realizada uma sessão painel especial em um único local. Também nesta sessão devem aparecer os representantes da Iniciação Científica júnior do CAp.

Movimento de combate à corrupção eleitoral

Foi lançado no dia 10 de julho o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, na sede da OAB, em Brasília. O evento, que foi coordenado pela CNBB, conta com o apoio de várias entidades da sociedade civil organizada e resgata o trabalho realizado nos anos de 1988 e 1999, quando houve a campanha em torno de projeto de iniciativa popular que deu origem à Lei nº 9.840/99 (que combate a corrupção eleitoral e instituiu o lema "voto não tem preço; tem conseqüências"). Mais informações pelo telefone: (61)323-8713

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Governo autoriza mais 900 concursos para Educação

O governo federal autorizou no dia 4 de julho a realização de concursos públicos para um total de 9.702 vagas. Os concursos poderão ser realizados ainda este ano, mas as contratações só poderão ser feitas a partir de janeiro de 2003, devido às proibições em ano eleitoral. Em relação à área de Educação, foram destinados 400 cargos para professores das universidades federais e mais 500 vagas para os docentes de 1º e 2º graus das instituições vinculadas ao MEC. O ministério ainda não estabeleceu a divisão de vagas por instituição.

De acordo com o 2º Secretário do Andes-SN, Marlon Freire de Melo, o MEC deve estar fazendo um estudo baseado na demanda e mais informações só devem ser prestadas a partir desta semana. Para Marlon, o anúncio dos concursos cumpre apenas em parte o acordo firmado ao final da greve de 2001. Na ocasião, além de se comprometer com a abertura de mais vagas docentes, o MEC deveria promover, em conjunto com as entidades sindicais (Andes-SN, Fasubra, Sinasefe) e UNE, mesas de negociação para tratar de outros itens não-salariais do termo de acordo: hospitais universitários, GID, Carreira, Assistência Estudantil, entre outros. Destes pontos, apenas a regulamentação da GID avançou um pouco mais, mas ainda não foi oficialmente formalizada pelo governo.

Marlon informou que o Sindicato Nacional encaminhou um pedido de audiência com o MEC na última sexta-feira (12/7), à tarde, e aguardava a resposta. "Vamos demonstrar a insatisfação do movimento docente e cobrar o cumprimento do acordo de greve", disse. Segundo ele, uma Reunião do Setor das Federais está sendo convocada para o dia 21 para discutir esta questão.

Alunos da USP em greve pela contratação de professores

A USP está vivendo um grande movimento pela contratação de professores para uma de suas maiores Unidades: a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). As atividades do local estão paralisadas desde meados de abril, por iniciativa dos alunos, que estão indignados com a falta de docentes e as salas de aula superlotadas. O movimento exige que 259 professores sejam contratados. Os dados que basearam a reivindicação podem ser encontrados na página eletrônica da seção sindical dos docentes daquela instituição (Adusp): http://www.adusp.org.br/arquivo/claros_fflch.doc

De acordo com o informativo da Adusp, na última década, a instituição perdeu cerca de mil professores, e essas vagas ainda não foram devidamente preenchidas, mesmo após a greve de 2000, quando a Reitoria viu-se obrigada a atender parcialmente a reivindicação de contratação de professores. A seção sindical vem denunciando essa política deliberada da administração central, que atingiu seu auge na gestão do reitor Jacques Marcovitch, que chegou a elogiar, em artigo publicado na Folha de S.Paulo, o "enxugamento" do quadro de pessoal da universidade.

O 1º vice-presidente da entidade, Osvaldo Coggiola (que é professor da FFLCH), observa que a universidade, se tiver seu orçamento comparado com as demais estaduais da região ou mesmo às federais, é a que menos gasta com pessoal. "A USP tem condições, sim, de contratar esses 259 professores. O impacto na folha de pagamento não chegaria a 1,3%", comentou.

Independente do resultado final da greve, o professor Coggiola já considera o movimento vitorioso. Para ele, as contrapropostas de contratação de docentes apresentadas por parte da reitoria ao longo destes mais de dois meses atestam isso. "Começaram propondo onze contratações; passaram a 46 e, agora, já oferecem 91 até 2004", observou.

Chapa 2 vence eleições do DCE em disputa apertada

A chapa 2, "A hora é essa, agora só falta você", venceu a eleição para a coordenação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRJ. Com 4.016 votos, eles superaram a chapa 1, intitulada "Não seguimos à toa: a unidade fortalecendo o DCE", que conseguiu 3.675 - a diferença foi de apenas 341 votos. Houve ainda 147 cédulas em branco e 136 nulas, totalizando um total de 7.974 votantes.

Além dos representantes da chapa, os estudantes da UFRJ aprovaram que a direção do DCE seja majoritária, por 3.443 contra 3.226 votos dados à proporcionalidade (regime onde as chapas dividiriam os cargos da direção com base na votação recebida).

O cordenador eleito do DCE, Márcio "Batata", disse que uma das primeiras medidas da nova gestão será cobrar de Carlos Lessa a implementação do programa de bolsas de auxílio aos estudantes carentes – o reitor prometeu transformar metade dos recursos extra-orçamentários da UFRJ em bolsas (estimadas em 250).

Outro ponto que o diretório pretende promover é a integração dos estudantes de todos os *campi*. Márcio diz que, para isso, o diretório deverá promover festas e, principalmente, debates e cursos. Os estudantes pensam em criar também uma mostra de iniciação científica do próprio DCE. "A idéia é premiar as pesquisas que vão de encontro às propostas do movimento estudantil", disse Márcio.

Uma das críticas da nova gestão ao grupo da chapa concorrente era a de que seus representantes eram 'subservientes' às decisões das entidades representativas da comunidade, Adufrj-SSind e Sintufrj. Sobre este ponto, Márcio afirmou que a nova gestão do DCE, agora majoritária, também deseja desenvolver um trabalho de "extrema cooperação" com as entidades sindicais da UFRJ. "Estas entidades são importantíssimas", comentou.

ATENÇÃO

Andes-SN participa da Reunião da SBPC

O Andes-SN aproveitou a realização da 54ª Reunião Anual da SBPC, que ocorreu na semana passada, na Universidade Federal de Goiás, para passar a sua mensagem aos pesquisadores de todo o país. No dia 10, com a presença do presidente do Sindicato, Luiz Lucas, e do ex-presidente Roberto Leher, além de representantes do MST e da UNE, foi realizado um debate sobre a "Alca e suas conseqüências na Educação", em uma tenda montada dentro do *campus* local. No dia seguinte, foi a vez do vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godói Filho, falar da proposta do governo de Lei de Inovação Tecnológica.

Resenha

Universidade estadual cobra mensalidade irregular

Matéria da Folha de S. Paulo (3/7) informa que a Universidade Estadual Vale do Acaraú, com sede em Sobral, interior do Ceará, tinha até o dia 4 de julho para decidir se parava de cobrar dos alunos taxas de matrícula e mensalidades. A recomendação foi feita pela Procuradoria da República, que pode mover uma ação civil ou criminal contra a instituição em caso de descumprimento. Mesmo pública, a universidade cobra até R$ 120 por mês dos alunos da graduação, apesar de receber verbas do governo do Estado para sua manutenção e pagamento de funcionários. O artigo 206 da Constituição garante a "gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais".

Negócio lucrativo

O Correio Braziliense (6/7) divulga que abrir uma faculdade particular é garantia de retorno financeiro. Grandes ou pequenas, qualificadas ou não, as faculdades privadas são um ótimo negócio. Tanto, que há uma delas em praticamente cada esquina do país. Somente no Distrito Federal foram abertas, em média, cinco faculdades por ano, desde 1997. "Todo o investimento dos empresários da educação se paga em dois ou três anos", afirma José Tarcílio Nascimento, presidente do Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Para tanto, basta encher as salas de aula. Cada aluno matriculado equivale a uma mensalidade que, no DF, varia de R$ 300 a R$ 2.200. Multiplicando por algumas centenas de alunos, dá para arrecadar pelo menos R$ 1 milhão por mês. É o suficiente para custear as despesas com professores e infra-estrutura. E ainda sobra para distribuir dividendos entre os donos da instituição.

Cursos seqüenciais crescem 269%

Criados como uma alternativa de curta duração aos cursos de nível superior, os cursos seqüenciais apresentaram um forte crescimento nos últimos dois anos. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do MEC, houve um aumento de 269% na oferta dessa modalidade no país. Em 2000, o Censo do INEP registrou a existência de 178 cursos seqüenciais no país. A última atualização mostra, neste ano, 656. Destes, 71% estão concentrados na iniciativa privada. Pelo aligeiramento e pela formação voltada exclusivamente para o mercado, o Andes-SN já se posicionou contrariamente a esse tipo de curso.

UFRJ

Nova reitoria inicia mandato c

SUB-REITORES SÃO ACLAMADOS PELO COLEGIADO SUPERIOR. AO LADO, CARLOS LESSA

Sessão solene do Consuni aprova sub-reitores

O novo reitor da UFRJ, Carlos Lessa, durante a sessão solene do Conselho Universitário, na sexta-feira (12/7), disse não ter sentido aplicar qualquer raciocínio economicista à Universidade. "Fazê-lo em educação é vender a primogenitura pelo prato de lentilhas". Na cerimônia de posse da nova reitoria, Lessa defendeu a universidade pública e criticou o neoliberalismo e o mercado como paradigmas para as instituições. O reitor reafirmou a proposta de campanha e prometeu cumprir as decisões dos colegiados superiores. Glamourosa, a cerimônia lotou o Auditório do Centro de Tecnologia e foi prestigiada por reitores de outras instituições como a UFF, a UniRio e a PUC/RJ. Também estiveram presentes o senador Saturnino Braga (PT/RJ), a deputada federal Jandira Feghali (PC do B/RJ) e o vereador petista Eliomar Coelho. Representantes de entidades científicas e agências de fomento.

Representantes dos segmentos falam durante a sessão

As entidades representativas da universidade, Adufrj-SSind, DCE e Sintufrj, saudaram a reitoria eleita por 85% da comunidade. O presidente da entidade dos docentes, José Henrique Sanglard, afirmou que a "nova reitoria não tem só diferenças no discurso em relação à anterior, mas tem também legitimidade", disse, referindo-se à administração intervencionista de José Vilhena. Para o presidente da seção sindical, a grande tarefa da universidade será o resgate de um ambiente acadêmico e a criação de formas democráticas de participação da comunidade nas decisões da vida política e universitária da instituição. Sanglard disse ser este um momento oportuno para a criação de uma estatuinte. "Precisamos estabelecer canais adequados para a participação dos representantes das Unidades, das entidades representativas e dos órgãos colegiados neste debate sobre as questões da universidade". Um dos debates a serem enfrentados, segundo o professor, é o da resolução 01/99 (que trata, entre outras questões, da periodização), legislação que não foi absorvida, na prática, pelas Unidades.

Cumprindo deliberações do último Conselho das Seções Sindicais do Andes-SN (44º Conad), Sanglard entregou, ainda, ao reitor empossado, a proposta da Andifes (associação dos reitores) que, segundo o movimento docente, colide frontalmente com a idéia de uma universidade pública e autônoma como defende o Sindicato Nacional (Andes-SN). Junto da proposta, Lessa recebeu do presidente da Adufrj-SSind os textos com as críticas do movimento docente ao projeto da Andifes e ao Plano de Qualificação Institucional da Capes. Ao final da cerimônia, Lessa, a pedido de Sanglard, se comprometeu em pôr em pauta a discussão sobre o projeto dos reitores e o PQI na próxima sessão ordinária do Consuni.

A coordenadora do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro, ressaltou o início da volta à normalidade institucional e lembrou que é necessária a participação de todos na reconstrução do papel da universidade pública na sociedade. Para Ana Maria, a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é uma das bandeiras a serem abraçadas pela comunidade universitária como forma de garantir a soberania do país e, também, da própria universidade pública. "É papel da universidade e responsabilidade de todos nós, brasileiros, ajudar a garantir a nossa soberania como diz o professor Lessa", afirmou.

O coordenador recém-eleito do DCE, Márcio "Batata", também saudou a nova administração e disse que os estudantes tiveram papel fundamental na eleição de Lessa para reitor. "Batata" afirmou que o diretório trabalhará junto da reitoria "no que for de melhor para os estudantes desta universidade".

Um iluminista

Carlos Lessa marcou seu discurso inaugural com afirmações de valorização do papel da universidade na construção de um estado-nação voltado para a solução dos problemas sociais. Para o reitor, o pragmatismo não pode ser dominante na universidade. "O humanismo inerente a uma casa do espírito tem a obrigação de decantar uma ética que subordine o poder da técnica. Tem que exercitar a consciência social para a realidade do mundo, do conhecimento e da nação. É necessário continuamente reiventar a utopia", declarou.

Para a presidente eleita da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, a defesa do conhecimento como instrumento da civilização humana parece ser o elemento que sustenta a concepção do novo reitor. Para a presidente da seção sindical, o 'espírito' defendido por Lessa resgata os "valores do conhecimento da modernidade e se contrapõe à propaganda pós-moderna do fim da história ou da doutrina do pensamento único, tão bem utilizada por seus antecessores na administração da universidade".

Reitor é contra cotas para negros

Em clara referência ao projeto do gover-

SR-4 vai abraçar a luta por concursos

O diálogo com os sindicatos, a luta por mais concursos públicos e a ampliação dos serviços da creche universitária são alguns dos principais objetivos do professor Luiz Afonso Mariz à frente da Sub-Reitoria de Pessoal e Serviços Gerais (SR-4).

Luiz Afonso quer aproximar a SR-4 das Unidades. Para isso, o diretor do Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira (IPPMG) aposta na criação de um fórum de discussões na esfera da sub-reitoria. "Não existe um colegiado na área de Pessoal, como existe nas áreas acadêmicas (como o CEG e o CEPG)", afirma. Ele pretende fazer reuniões sistemáticas com diretores e coordenadores de Relações Humanas. "E logo!", diz.

Da experiência como diretor, Luiz Afonso quer levar a negociação para a sub-reitoria. A dificuldade que os sindicatos enfrentaram com a antiga sub-reitoria na busca de informações ou marcação de encontros será coisa do passado, de acordo com ele.

Com a presença de Lessa, reitor que teve esmagadora maioria na consulta à comunidade e apresenta uma reputação acadêmica reconhecida – bem ao contrário de Vilhena -, Luiz Afonso acredita que a UFRJ terá condições de comprar a briga por mais concursos públicos para os cargos da universidade. "A gente não tinha crédito antes (para enfrentar o problema da terceirização)", comentou.

A volta da Divisão de Assistência ao Estudante (DAE) – transferida por Vilhena em 2000 para a SR-4 - para a esfera da SR-1 e o repúdio à bolsa-trabalho são favas contadas para o sub-reitor. "Ela (a DAE) nunca deveria ter saído da SR-1. Foi um absurdo o que aconteceu", disse. Ele também contou o exemplo de uma estudante da Escola de Enfermagem que, com a bolsa-trabalho, estagiava na biblioteca do

com prestígio da comunidade

JOSÉ SANGLARD E O EX-PRESIDENTE DO ANDES-SN, ROBERTO LEHER, NA CERIMÔNIA

no estadual de reserva de vagas para estudantes negros, Lessa se disse absulutamente contrário ao que chamou de "cota racial". Para o novo dirigente, propor este tipo de reserva esconde o problema real que é a condição ecônomica desfavorecida da maioria dos estudantes brasileiros. "Meu Brasil é mestiço, não é multiracial", disse, afirmando a importância de se criar bolsas de auxílio aos estudantes de baixa renda ou "heróis do vestibular", como foram chamados pelo reitor. Lessa reafirmou o compromisso de implementar a política de assistência estudantil definida pelos colegiados acadêmicos.

Novos decanos

Na quinta-feira, 11 de julho, Carlos Lessa foi de Centro em Centro empossando os novos decanos. São eles:
João Ferreira da Silva (CCS)
Alcino Ferreira Câmara Neto (CCJE)
Angela Rocha dos Santos (CCMN)
Suely Souza de Almeida (CFCH)
Carlos Tannus (CLA), o único reeleito
Claudio Luiz Baraúna Vieira (CT)

IPPMG. "Não vejo sentido nisso", observou.

A creche universitária, que hoje atende cerca de cem crianças, deve ter seu atendimento ampliado. Segundo Luiz Afonso, o objetivo é montar mais duas creches – uma no *campus* da Praia Vermelha e mais uma no Fundão – para receber mais 200 ou 300 crianças. "Sabemos que há uma demanda de mais de duas mil crianças, mas atender 15% ou 20% disso já é interessante", disse.

Sub-reitor critica valor de bolsas

O sub-reitor de Ensino para Graduados e Pesquisa, professor José Luiz Monteiro, garante que tem grande interesse e irá manter o respeito às decisões dos colegiados superiores, em especial àquelas advindas do fórum que irá presidir, o Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG). Para José Luiz, esta será a marca da gestão Lessa. "Mas isto não significa que o executivo vai abrir mão de suas políticas", diz, garantido que a ênfase das propostas da reitoria será a qualidade dos programas e a definição de critérios para avaliação desta qualidade. "Queremos qualidade, mas a avaliação desta qualidade não deve ser um elemento de discriminação. Qualidade não deve ser um estigma". O novo sub-reitor acredita que a universidade deve ampliar a qualidade e investir na recuperação de programas que hoje não encontram apoio na estrutura.

Outra preocupação de José Luiz é com a fragmentação das linhas de pesquisa na universidade. Para ele, é necessária uma ação interna para aproximar grupos e aumentar a capacidade de desenvolvimento destes. José Luiz, que é professor do programa de Engenharia Química da Coppe, citou a atuação da UFRJ junto ao governo do Estado do Rio na recuperação da Baía de Guanabara. "Existe um grande número de grupos trabalhando com esta questão que estão desarticulados", comentou, acrescentando que será necessário, em alguns casos, até mesmo superar "barreiras" e "vaidades" para atingir esta integração.

Graduação

José Luiz diz que tem total afinidade com a professora Sylvia da Silveira Mello Vargas (SR1) e que a reitoria deverá promover a aproximação entre a pós-graduação e a graduação, principalmente no que diz respeito ao fomento a bolsas para estudantes carentes. O professor diz que pretende manter o estímulo às jornadas de iniciação científica e reconhece que a demanda por bolsas para que os estudantes de graduação trabalhem com pesquisa aumentou e que o número de alunos não bolsistas que participam das jornadas é grande . "Devemos preservar estes estudantes e, se possível, aumentar as bolsas".

Defasagem nas bolsas de mestrado e doutorado

Outra preocupação que deve motivar ações da reitoria junto ao governo federal, segundo José Luiz, é o valor das bolsas de mestrado e doutorado que, para o professor, estão muito defasadas. "O reajuste das bolsas é atrelado ao salário dos docentes e como a política do governo foi a de dar aumentos em forma gratificação, não houve reajuste das bolsas dos alunos".

O sub-reitor promete atuar junto ao Fórum de Pró-reitores de Pesquisa, ação que considera fundamental para a instituição. "A UFRJ ficou ausente destes fóruns durante quatro anos", disse, comentando, ainda, a necessidade de a reitoria estar presente também na Andifes (associação dos reitores das federais).

Sigma

José Luiz comentou os noticiários recentes na imprensa da comunidade sobre os gastos da reitoria Vilhena com a implementação do Sigma (sistema de gerenciamento que serve para a coleta de dados da Gratificação de Estímulo à Docência), do grupo do ex-sub-reitor, MacDowell de Figueiredo. Para José Luiz, as matérias trouxeram pouca precisão de dados e isso seria justamente o reflexo de como eram tratadas estas questões na reitoria Vilhena. "A matéria é um reflexo da situação da universidade, desta total ausência de informações consistentes. Não temos informações confiáveis", revelou. Se as informações veiculadas forem confirmadas pela nova gestão, segundo o professor, será o caso de se rediscutir este procedimento de contratação de serviços. "Seja qual for o serviço ou o mérito, não é razoável que um volume de recursos como este seja dirigido a um só projeto".

Transparência será objetivo da SR-3

O professor Oscar Acselrad será o responsável pela Sub-Reitoria de Patrimônio e Finanças (SR-3). E "transparência" parece que vai ser sua palavra de ordem. A intenção do sub-reitor é divulgar trimestralmente balancetes da atuação da reitoria. "Isso não é favor nenhum. Devemos demonstrar o que está sendo feito", afirma.

No momento, a grande preocupação de Acselrad diz respeito a "tomar pé" da situação financeira da universidade. "Pedi várias informações (à reitoria que encerrava mandato) e recebi muito pouco do que foi solicitado", contou. Oscar já antecipa que vai rever todos os contratos da UFRJ no sentido de conhecer as receitas/despesas da instituição.

A mudança de imagem da sub-reitoria também é outra meta: "Durante os últimos tempos, a SR-3 ganhou a fama de algoz da universidade. Vamos procurar demonstrar que a sub-reitoria não é um organismo de punição, mas de apoio às Unidades", analisou Oscar.

A proposta orçamentária da UFRJ para 2003 será prioridade para o ex-decano do CT. Segundo ele, o prazo estabelecido pela União se encerra no final deste mês de julho – o que pode impossibilitar a desejada discussão do tema no Conselho Universitário. Se não conseguir agora, o sub-reitor garante que o assunto terá o tratamento adequado nos próximos anos.

A propalada dívida de milhões de reais da UFRJ com a companhia elétrica Light (com ameaças de corte da energia) não abala o sub-reitor. Segundo ele, a universidade não deve ser geradora de recursos e deve ser mantida com orçamento da União. "O problema é do governo federal", comentou.

Nas próximas edições, a redação deverá entrar em contato com os demais sub-reitores: Sylvia Bandeira (SR-1), Marco Antônio França Faria (SR-5). Também serão feitas entrevistas com a prefeita, Maria Ângela Dias, e com o novo coordenador do Fórum de Ciência e Cultura, Godofredo de Oliveira Neto.

UFRJ

Professores substitutos têm salários atrasados

103 contratados em 2002 ainda não receberam

De acordo com informações prestadas pelo então superintendente da Sub-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (SR-2), Manoel Aguinaldo Guimarães, 264 professores substitutos estão recebendo os salários normalmente. Os outros 103 que deveriam ter sido contratados no início do primeiro semestre de 2002 já começaram suas atividades, mas ainda não receberam pagamento. A justificativa da reitoria em fim de mandato foi que a Secretaria de Ensino Superior do MEC ainda não teria liberado a portaria com a tabela de autorização de recursos para contratação de temporários e visitantes para as universidades. Segundo Aguinaldo, o montante de recursos globais para este fim já foi autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mas a SESu ainda não teria autorizado a distribuição por instituição.

De acordo com as informações de Aguinaldo, a reitoria Vilhena encaminhou um segundo ofício sobre o assunto à SESu no dia 19 de junho, solicitando a verba total de R$ 3.534.176,15. Deste montante, R$ 1.991.191,98 seriam destinados aos 263 contratos já realizados e que, segundo Aguinaldo, vêm sendo pagos. Deste total, ainda, R$ 888.819,96 seriam para efetivar os 103 contratos novos e outros R$ 654.164,21 seriam para pagar 36 contratatos de professores visitantes.

Segundo o ex-superintendente, esta verba já teria sido liberada, informalmente, por contatos entre o ex-sub-reitor Ricardo Gattass e o secretário da SESu, José Valente. Mas a portaria ainda não teria chegado à universidade e o ex-sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, se recusou a pagar os novos contratos. Os novos substitutos, no entanto, estão trabalhando, alguns desde o mês de fevereiro. "O governo ainda não fez a tabela (com a distribuição dos recursos para contratos temporários, por instituição). O ministério (MPOG) já definiu a quantidade total de professores, mas falta o MEC fazer o seu trabalho. O Arouca (ex-SR3) diz que só pode contratar depois que esta tabela sair", diz Aguinaldo.

Trabalhando de graça há dois meses

As professoras Patrícia Simões, Lana Mara Rodrigues e Márcia Cristina de Brito só querem trabalhar. E, lógico, receber o devido pagamento. Mas o desencontro de informações entre as sub-reitorias (cujos dirigentes se despediram semana passada) e o MEC parece que não vai permitir isso. Docentes substitutas, as três participaram do concurso para o Departamento de Letras Vernáculas em março deste ano. Em abril, foram instadas a assinar contratos em branco no setor de Pessoal da Faculdade de Letras, pois lhe disseram que este era o "procedimento normal". A partir de maio, já estavam em salas de aula (três vezes por semana) e, até agora, nada de dinheiro!

Após várias cobranças na Unidade e na sub-reitoria de Pessoal (SR-4), descobriram que seus contratos não foram homologados pela reitoria. Pior: mesmo com uma sinalização de liberação de recursos do MEC para a UFRJ, não existe garantia de retroatividade dos pagamentos. A paciência chegou ao fim. Em comum acordo com o setor onde trabalham, as três decidiram não mais dar aulas. Na última sexta-feira (12/7), somente entrariam nas classes para comunicar os motivos do afastamento para seus alunos. Como elas, pelo menos, de acordo com as informações do superintendente da SR-2, mais cem profissionais vêm trabalhando de graça há meses.

A coordenadora do setor de Língua Portuguesa, Leonor Werneck, reafirmou ao jornal da Adufrj-SSind o apoio à decisão das professoras e alertou para o fato de que cerca de 300 alunos, entre calouros e formandos, estão sem aulas. Leonor diz que enviou memorando para as duas sub-reitorias (SR-2 e SR-4) pedindo esclarecimentos sobre a falta de pagamento dos substitutos e não obteve resposta.

Plano emergencial custará R$ 14 milhões

Apresentado como a tábua de salvação da UFRJ, o plano emergencial do reitor Carlos Lessa teria um custo total em torno dos R$ 14 milhões (veja tabela). A recuperação da rede de prevenção e combate a incêndios seria a maior despesa, requerendo mais de R$ 6 milhões para sua efetivação. A recuperação dos sanitários em todos os *campi* (R$ 2,35 milhões) e a recuperação das coberturas e telhados dos prédios (R$ 1,97 milhão) seriam outras obras que exigiriam mais recursos.

Na justificativa do projeto, a reitoria empossada comenta que a imensa produção acadêmica da UFRJ "não vem sendo acompanhada por investimentos na manutenção e expansão da sua infra-estrutura". Ainda de acordo com o texto do plano emergencial, a situação "pode ser observada facilmente em qualquer visita" à universidade. E os jornalistas presentes à coletiva de Lessa bem puderam verificar as gigantescas infiltrações no teto do saguão do prédio da reitoria, como uma amostra fidedigna do que estava sendo dito.

Em relação aos sanitários, o plano divide o problema em três níveis: reparos leves; reparos leves com substituição de louças, metais e esquadrias e reforma geral, com intervenção na parte hidráulica, elétrica e revestimentos. Para os telhados, a justificativa é que o avançado estado de deterioração, com suas constantes infiltrações, pode provocar (ou já está provocando) a perda de equipamentos, livros e revistas científicas.

Para a iluminação pública (questão evidentemente ligada à segurança dos *campi*), é levantado que o atual sistema comporta tecnologia e materiais ultrapassados. Sua substituição por novas luminárias, conseguiria que, com a mesma potência, houvesse um acréscimo de desempenho. As luminárias antigas seriam direcionadas para locais onde são hoje inexistentes e as excedentes poderiam ser distribuídas pelos estacionamentos das Unidades e Centros.

A queda de energia e a queima de equipamentos no Palácio Universitário (*campus* da Praia Vermelha) seriam evitadas com o plano emergencial, que prevê o conserto do sistema de distribuição de energia chamada secundária. A distribuição principal tem sua implantação prevista e aprovada num dos fundos setoriais ao qual a UFRJ concorreu (o CT-INFRA 1). Também mereceriam atenção especial os sistemas de energia elétrica da Faculdade de Direito, do IFCS e do Observatório do Valongo. O IFCS aparece explicitamente no plano emergencial em mais dois itens: recuperação da rede hidráulica do prédio e com a descupinização, impermeabilização das paredes e higienização dos livros da biblioteca local.

A rede de água potável do subsolo do prédio da Reitoria, o levantamento dos problemas de acessibilidade aos deficientes físicos nas Unidades da UFRJ, as condições de consumo da água da universidade e a rede de prevenção e combate a incêndios são os outros itens do plano.

ORÇAMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DA UFRJ

IT E M	Custo estimado em R$1,00
1.Obras emergenciais de recuperação dos sanitários	2.350.000
2.Obras emergenciais de recuperação das coberturas e telhados	1.973.000
3.Obras emergenciais de recuperação e expansão da iluminação pública	800.000
4.Obras emergenciais de recuperação do sistema de distribuição de energia elétrica do Palácio Universitário	400.000
5.Obras emergenciais de recuperação do sistema de distribuição de energia elétrica da Faculdade de Direito	350.000
6.Obras emergenciais de recuperação do sistema de distribuição de energia elétrica do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	450.000
7.Recuperação emergencial das instalações elétricas do Observatório do Valongo	30.000
8.Recuperação emergencial da rede hidráulica do prédio do IFCS	180.000
9.Descupinização, impermebialização das paredes e higienização dos livros da Biblioteca do IFCS	120.000
10.Obras emergenciais de recuperação de parte da rede de água potável do Sub-Solo do Prédio do Centro de Letras e Artes e Reitoria	70.000
11. Levantamento das barreiras de acessibilidade aos deficientes físicos nas unidades da UFRJ	918.700
12.Avaliação emergencial, através de análises físico-químicas e microbiológicas, das condições de potabilidade da água de consumo nas unidades da UFRJ	50.000
13.Obras emergenciais de recuperação da rede de prevenção e combate a incêndios (sistema fixo) e instalação do sistema móvel (extintores).	
13.1) Instalação do sistema móvel (extintores)	230.135
13.2) Recuperação da rede de combate e prevenção a incêndios – sistema fixo	6.170.000
13.3) Aquisição de caminhão com tanque moto bomba	125.300
TOTAL	**14.217.135**

4º Coned

Educação à distância recebe críticas no Coned

Novas tecnologias na Educação devem estar a serviço do professor. Não, o contrário

Com o título "As novas tecnologias e seus impactos na educação", realizou-se mais uma das mesas do 4º Congresso Nacional de Educação (Coned), em São Paulo (SP), no dia 24 de abril. Apesar do amplo tema, os participantes centralizaram suas críticas nas políticas governamentais voltadas para o ensino à distância, caracterizadas pela má qualidade, homogeneidade e superficialidade. Também ficou marcado pelos participantes da discussão, porém, que as novas tecnologias devem ser aproveitadas, mas adequadas às necessidades do professor e respeitando as diversidades culturais de um país imenso como o Brasil.

O professor Nelson de Luca Pretto (da Universidade Federal de Bahia e coordenador do grupo assessor da Biblioteca Virtual de Educação à Distância) está de olho nas iniciativas do governo para tentar superar a crescente "exclusão digital" no país. Ele citou, por exemplo, a regulamentação do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações). O programa prevê a instalação de 250 mil computadores com acesso à internet em 12.500 escolas públicas de ensino médio do país, atendendo a 6,6 milhões de estudantes. O FUST emperrou na polêmica compra dos *softwares* da empresa de Bill Gates e no *lobby* das teles. Em rumoroso caso de desvio de finalidade, as empresas de telefonia queriam usar os recursos do FUST para cobrir as perdas com a inadimplência dos assinantes mais pobres.

Fora os problemas de viabilidade, o professor não se dá por satisfeito nem com a possível implantação da internet em todos os colégios. Ele acredita que já se fala bastante nas questões de alfabetização digital, mas não se pode esquecer que a alfabetização digital está vinculada às demais alfabetizações (da língua, dos números, da ciência, da expressão corporal). Se estes componentes não forem articulados, esta alfabetização ficará pela metade e será gerado o analfabetismo funcional digital. Não haverá qualificação de um trabalhador com rudimentos de informática, porque ele vai ser mais um profissional de segunda categoria.

Já Marília Leite Washington (da Universidade Federal de São Carlos e hoje 1ª vice-presidente da Regional São Paulo do Andes-SN) buscou situar as novas tecnologias na perspectiva da educação, da democracia e da qualidade social. Marília não poupou críticas ao uso que o governo pretende fazer do ensino à distância (EAD) na Educação nacional. "Desde a década de 90, a menina dos olhos do governo federal é o ensino à distância, com evidentes reflexos nos estados", informou. Não é à toa, segundo ela, que, fora outros instrumentos reguladores, o PNE do governo de janeiro de 2001 dedica um capítulo inteiro ao assunto.

NELSON PRETTO COMENTA O AVANÇO DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Bom para quem?

"Se a educação à distância é tão benéfica e soluciona tantos problemas, por que será que os chamados países desenvolvidos não usam educação à distância massivamente, como política de governo? Se a EAD é tão boa assim, por que as escolas mais prestigiosas e os cursos mais tradicionais ficam ao largo da EAD como política institucional (não como experiência, é claro), embora tais instituições coloquem à disposição equipamentos modernos?" Estes foram os primeiros questionamentos da professora à platéia do Coned.

Do ponto de vista dela, a tecnologia é a busca de uma solução e, no caso da educação brasileira, estaria ocorrendo uma confusão entre meios e finalidades. Para ilustrar o que dizia, citou o exemplo básico da televisão no colégio. "Com qual finalidade pedagógica, o aparelho entra no colégio? Entra e fica fechado numa sala. A não ser quando alguém lembra de passar um filme".

Marília também lembrou da LDB, que enfatiza o uso de novas tecnologias, em especial na formação de professores. Para ela, as dimensões do país e a dispersão populacional até justificariam a decisão política de investir em Educação à Distância. As críticas ao modelo do governo, no entanto, começaram pela discussão das reais necessidade pedagógicas efetivas dos professores, consideradas as diferenças regionais. "Se a gente faz a crítica dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), pelo esforço de homogeneização, o mesmo ocorre com a educação à distância. Existem questões éticas aí embutidas nesta política de governo que privilegia, na formação de professores, o aligeiramento e a superficialidade".

Qualidade duvidosa

"Agora, eu percebo que essa questão da EAD está quase que fora de controle", contou. Se alguém inserir a expressão "EAD" num buscador da internet vai se surpreender com a quantidade de resultados encontrados, na opinião dela.

Marília também mostrou outra incoerência do sistema que, na propaganda do MEC, visaria ao "aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública de ensino fundamental e médio, e ao enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem". Em sua grande maioria, nas universidades públicas, são os substitutos, monitores ou alunos de pós-graduação que produzem o material divulgado; em programas privados, são professores temporários, contratados com essa finalidade. "Se a gente está falando de ensino de qualidade, está faltando alguma coisa nesses elementos mencionados da educação à distância", ironizou.

A professora da Faculdade de Educação da UFRJ Raquel Goulart Barreto - do grupo de trabalho de Política Educacional da Adufrj-SSind - também tratou da formação de professores pelo uso de novas tecnologias. Raquel comentou que a tecnologia, para o chamado Primeiro Mundo, é considerada uma condição a mais. Nos subdesenvolvidos, é receitada (quase imposta) como implantação da educação à distância.

Ainda sobre a formação de professores, que se tornou um tema bastante comentado nos últimos anos, a professora da UFRJ lamentou que não se esteja falando na formação inicial fortalecida e continuada. "Neste momento, a formação inicial está enfraquecida e fica cada vez mais esvaziada. Se a gente não pode reconfigurar o aparato (novas tecnologias), precisamos reconfigurar a função. Caso contrário, a gente corre o risco de permitir que os objetos ocupem os lugares dos sujeitos. Ainda mais porque esses objetos têm a característica de serem mais baratos, acessíveis e de manuseio simples", alertou.

Oportunismo

O professor da UFF Francisco José de Silveira Lobo Neto (vice-presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional) foi o último palestrante do tema: "A educação que temos nas políticas governamentais não é a que precisamos. Uma outra educação comprometida com o social e político precisa ser gestada. O que as tecnologias têm a ver com isso? Muito. Desde o tempo em que a placa de argila era cortada pelo estilete e era marcada pela cal; a cal virou giz e a argila virou quadro. Tecnologia é uma questão de domínio dos princípios e não somente dos processos", discursou. No campo educativo, Francisco José vê a tecnologia como um processo facilitador da comunicação e da informação. "A transformação educacional vem sendo desconstruída no avanço dos aligeirados e sucessivos consensos da sociedade mercadológica. Assim como a lógica de mercado vem provocando a barbárie das relações econômicas, e portanto, sociais e políticas, ela também faz retroceder, pela imposição de limites puramente operativos, o entendimento da relação entre tecnologia e educação", afirmou. "O que muitas vezes se pode ler quando se ouve falar em 'objetividade pedagógica', 'aceleração da formação', 'flexibilidade curricular', na verdade, está sendo veiculado pragmatismo, aligeiramento, oportunismo", completou.

UFRJ

Lessa apresenta suas propostas para UFRJ

Em entrevista coletiva, reitor diz esperar tramitação rápida do projeto emergencial

Na entrevista coletiva que se seguiu ao ato simbólico de derrubada da porta de aço da reitoria, na manhã da última sexta-feira (12/7). Lessa buscou valorizar a formação acadêmica, falou brevemente do plano emergencial de recuperação da universidade (veja matéria na página 6) e citou a necessidade de novos cursos. A terceirização crescente e a possibilidade de realizar uma auditoria nas contas da gestão de Vilhena também mereceram comentários do ex-decano do CCJE.

A expectativa de Carlos Lessa é que o plano de recuperação dos *campi* da UFRJ, já pronto e entregue ao ministro da Educação na solenidade de posse (em Brasília), seja apresentado ao Congresso em agosto, como projeto de crédito suplementar. "E esperamos que tenha uma tramitação rápida", afirmou o reitor. Ele disse que deve haver dignidade para a comunidade acadêmica desenvolver as suas atividades. "(No plano) não pedimos um centímetro a mais de salas de aula. Têm prioridade as condições de trabalho", completou. Sobre o risco de incêndio presente em várias locais da universidade, Lessa se mostrou satisfeito com a possibilidade de o Corpo de Bombeiros instalar uma de suas unidades na ilha do Fundão.

O reitor eleito não deixou de observar que a terceirização crescente afeta a qualidade do trabalho universitário e, no caso das unidades hospitalares, é até ilegal – o pagamento dos contratos temporários está sendo efetuado com parte dos recursos recebidos do Sistema Único de Saúde, o que não é permitido por lei. "É dramática a situação. Se nós cumprirmos a lei, vamos ter que reduzir dramaticamente o atendimento, prejudicando a população", contou. Lessa considera essencial a contratação, via concursos públicos, de pelo menos 400 professores e 2 mil técnico-administrativos. Ainda sobre a área hospitalar, Lessa prometeu reativar o setor de Emergência do HU. Para isso, pretende apresentar um projeto para a Prefeitura do Rio de Janeiro e para o Ministério da Saúde.

Perguntado sobre a privatização das universidades públicas, Lessa se exaltou. Nacionalista assumido, reiterou que a universidade não é "privatizável". "A Universidade é a porta de entrada da sociedade. É uma instituição do Estado nacional brasileiro", analisou.

Cursos novos e formação

O novo reitor também entende que novos cursos são importantes para o desenvolvimento do trabalho universitário. Ele citou, a princípio, que tem grande interesse na criação do curso de Saúde Coletiva e de Biblioteconomia. "Mas há propostas de todo tipo", disse. Neste ponto, Lessa só criticou o aligeiramento dos cursos. "Não gosto de carreiras curtas. Temos que valorizar a formação acadêmica", afirmou. Ele acredita que, se o aluno recebe um diploma, é porque ganha condições de caminhar no mundo. Defendeu, como opinião pessoal, que quase todas as carreiras deveriam ampliar o tempo de formação.

Prestação de contas e auditoria

Lessa referiu-se diversas vezes à falta de informações que tinha sobre as condições da UFRJ por conta da "caixa preta" em que se transformou a gestão Vilhena. A falta de transparência orçamentária nos últimos quatro anos, no entanto, não o estimulou para o encaminhamento imediato de uma auditoria das contas da administração anterior. "Nós assumimos como verdadeiro tudo o que nos é dito", disse. Se os documentos encontrados na reitoria parecerem "obscuros", um estudo será pedido "até para proteger o nome daqueles que saíram". Em relação à sua administração, Lessa garantiu que vai pedir para o Tribunal de Contas da União verificar suas contas daqui a dois anos. "Auditoria não é uma arma", completou.

Presenças

Os primeiros passos de Lessa no comando da maior universidade federal do país contaram com o acompanhamento significativo da imprensa, de docentes e de funcionários da UFRJ. A deputada federal Jandira Feghali foi a única parlamentar presente. Também marcaram presença o coordenador da Fasubra, Agnaldo Fernandes; o ex-presidente do Andes-SN e professor da Faculdade de Educação, Roberto Leher; e da presidente e do 1º vice-presidente eleitos da Adufrj-SSind, respectivamente, Cleusa Santos e Luciano Menezes.

"Cai a porta"

Caiu o símbolo do autoritarismo. A porta de aço que ficava na passagem do saguão do Conselho Universitário para o gabinete da reitoria foi removida no prometido primeiro ato do reitor Carlos Lessa. Com a ajuda de dois funcionários, o professor fez cena simbólica com um pé-de-cabra para os fotógrafos e cinegrafistas e, encerrada a operação, disse que a sala do reitor estava aberta para todos.

Alca

Adufrj-SSind e Sintufrj debatem Alca

Nesta quarta-feira, dia 17/7, ao meio-dia, no Auditório do Centro de Tecnologia, os professores Roberto Leher, ex-presidente do Andes-SN, e Reinaldo Gonçalves, do Instituto de Economia da UFRJ participam do debate "A Universidade pública e a América Latina diante da ameaça da Alca". O evento é promovido pela Adufrj-SSind e pelo Sintufrj e pretende mobilizar a comunidade para a constituição de um Comitê da UFRJ contra a Área de Livre Comércio das Américas.

Na quinta, dia 18/7, é a vez da Seção Sindical dos docentes da UFF realizar o debate "A Universidade Pública e a América Latina diante da ameaça da Alca" com os mesmos palestrantes. O evento em Niterói começa às 18h, na sede da Aduff-SSind, na Rua Lara Vilela, 110, São Domingos.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

ESPECIAL BALANÇO

EDIÇÃO DE 15 DE JULHO 2002

MANIFESTAÇÕES CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA DE FHC E SEUS MINISTROS TIVERAM O APOIO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA UFRJ

Balanço da Gestão 1999/2001

Diante do reconhecimento dos docentes do trabalho desenvolvido pelo Andes-SN, ao longo de duas décadas, podemos inferir – pelo resultado das urnas – que os princípios que sustentam as propostas políticas da corrente Andes Autônoma e Democrática representam a vontade política da maioria dos docentes sindicalizados nas mais de 91 seções sindicais do país. E na UFRJ isto não tem sido diferente.

Vale lembrar que **autonomia e democracia** simbolizam o conteúdo de uma concepção de luta sindical classista. Esta luta tem sido, nas universidades, o substrato ideológico que movimenta um pólo de resistência que reclama por reformas imediatas de caráter universal como: educação gratuita em todos os níveis e modalidades - através da ampliação das verbas públicas para as Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior, incluindo recursos para a sua expansão, paridade entre ativos e aposentados – conseqüentemente, o direito à seguridade social para o conjunto da classe trabalhadora.

Se, por um lado, há o reconhecimento de que, conjunturalmente, os sindicatos estão enfraquecidos, isto não logra obscurecer por muito tempo as estratégias políticas dos representantes do capital financeiro. Em 2001, ocorreu no setor da educação uma das maiores contendas com o governo, trazendo à baila o debate sobre a finalidade dos serviços públicos na grande imprensa: jornais, revistas, rádio e redes de televisão. Isto deveu-se ao fato de que a elite capitalista e conservadora desse país é débil e frágil diante da orientação dos imperativos econômicos dos organismos multilaterais, tornando-se incapaz de responder às demandas dos trabalhadores constitucionalmente incluídas nos direitos sociais.

Com isto, chamamos a atenção para o fato de que o quadro de barbárie que veio se aprofundando no Brasil, a partir da década de 90, tem exigido dos movimentos organizados uma redefinição de políticas que fortaleçam os laços de solidariedade dos trabalhadores, através da construção de alianças que reclamem a ampliação dos seus direitos, assim como os direitos dos cidadãos.

A flexibilização adotada pelo governo federal se manifesta, no âmbito do serviço público, através de alterações legais que suprimem direitos conquistados pela categoria e da imposição de cortes unilaterais nas remunerações dos servidores, restringindo benefícios e o acesso à previdência social. Várias destas alterações legais foram realizadas conforme a Constituição, apesar de sua evidente injustiça, o que, no entanto, não foi a tônica da ação governamental, que se caracterizou, inúmeras vezes, através de medidas flagrantemente incons-

Continua na página 2

Continuação da capa

titucionais. Nos últimos anos, diversas arbitrariedades foram perpetradas pela Reitoria da UFRJ - com apoio do MEC e suporte do MPOG - na remuneração dos funcionários públicos, dentre eles os docentes das Universidades.

A promulgação das Emendas Constitucionais nºs 19 e 20, por exemplo, trouxe à tona a realidade do enxugamento do orçamento destinado ao funcionalismo público, prevendo, expressamente, a incidência dos limites de teto de remuneração, proibição de acúmulo de proventos e remunerações, alteração dos critérios para a aquisição dos direitos, como a substituição do "tempo de serviço" pelo "tempo de contribuição" e o estabelecimento de idade mínima para aposentadoria.

A necessidade de enfrentar a privatização das Universidades públicas expressa no Plano Diretor da Reforma do Estado de Bresser Pereira - proposta de Organização Social que pretende transformá-las em uma instituição de direito privado - significou uma aliança entre os diversos segmentos que deviam contestar a imple-mentação do Projeto de Emprego Público. E a greve de 2001 significou não somente conquistar recursos financeiros, mas também a reversão parcial das discriminações geradas pela GID e pela GED, barrando ainda o Projeto de Lei que visava o desconto do Plano da Seguridade Social dos aposentados e sua extensão para todo o funcionalismo. A greve resgatou ainda a confiança nas instâncias deliberativas do movimento docente, mostrando que seus instrumentos políticos são a principal força para impulsionar nossas conquistas. A disposição de estabelecer a interlocução com o Supremo Tribunal Federal, com o Supremo Tribunal da Justiça, assim como participar de fóruns em defesa da autonomia universitária com a OAB, a SBPC, o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas, a CUT, a UNE, a Fasubra, o Sinasefe, a CNESF, a Cinaen, o MST, a Andifes, as sociedades científicas, os partidos políticos, etc., foram nossas principais estratégias.

E a UFRJ exemplifica este processo de maneira cristalina, pois foi uma das poucas universidades federais do país que teve que enfrentar uma gestão imposta autocrática e autoritariamente pelo governo para consolidar a política de desmonte da universidade pública no país.

O longo processo da gestão "vilhenista" exigiu maior integração entre professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes, o que possibilitou maior aprofundamento na luta por autonomia, democracia e, conseqüentemente, por **transparência.** Transparência não é apenas o zeloso acompanhamento das propostas presentes nos planos, projetos e programas implementados nas Universidades Públicas, mas também a defesa da transparência do fazer universitário. Isto significa que se quer uma avaliação voltada para os interesses nacionais e sociais, com a participação das entidades representativas do movimento popular e da sociedade civil.

Os fóruns democráticos de participação dos sindicalizados e de deliberação da Adufrj-SSind (Grupos de Trabalhos, Conselho de Representantes e Assembléias Gerais) foram canais que sempre estiveram abertos a todos para a construção e a avaliação de propostas a serem defendidas pela entidade em nome da categoria. Os veículos de comunicação da Adufrj-SSind também foram mantidos como espaços permanentes para a colaboração, a divulgação de idéias e opiniões e a participação de todos os sindicalizados.

Entre os Grupos de Trabalho (GT) da Adufrj-SSind, vale destacar o protagonismo político do Grupo de Política Educacional que, em conjunto com o Diretório Central dos Estudantes (DCE), a Associação dos Pós-Graduandos (APG) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj) promoveram, ao longo de 2001, um amplo debate sobre a proposta de nova periodização aprovada pelos colegiados superiores.

A Resolução 01/99 foi uma tentativa de impor à comunidade um formato único de trabalho e de organização dos cursos que, entre outros fatores, feria o regimento da universidade, aumentava a carga horária de alunos e professores e tentava redefinir até o conceito de aula, para atender aos critérios de pontuação da Gratificação de Estímulo à Docência. A pretexto de se adequar às exigências da LDB de 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, interpretadas como dias de aula, mas que, na prática, significam atividades de ensino, pesquisa e extensão, a resolução da nova periodização incluía uma série de diretrizes que permitiriam a viabilidade do projeto da reitoria Vilhena: de distribuição de verbas, de vagas e de outros recursos através de critérios produtivistas.

Somente em 4 de julho de 2001, os colegiados acadêmicos finalmente reconheceram as dificuldades e encaminharam proposta de reformulação da Resolução 01/99 contendo algumas das reivindicações surgidas nos diversos debates públicos promovidos pelas entidades, mas que não resolviam todos os problemas apontados. Após quase três anos de sua aprovação, a Resolução 01/99 continua em vigor no papel, mas ainda não foi implantada nas Unidades e, cada vez mais, mostra-se inviável. A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 16/5/2002 encaminhou aos colegiados superiores o pedido de revogação da Resolução. Mas a discussão das propostas de alteração continua em pauta no CEG e no CEPG.

Periodização, Autonomia e Financiamento

Vale destacar que a discussão em torno da nova periodização e da reforma curricular que seria por ela imposta na UFRJ significou o início de um debate mais profundo no movimento docente em relação à questão da autonomia universitária associada diretamente aos modelos de financiamento público orçamentário versus a proposta de gestão fundacional sob a ótica do mercado. Foram vários os artigos e editorias publicados por integrantes do GTPE Local, diretoria e docentes sobre o tema, nas publicações da seção sindical. Podemos citar os textos *Periodização a toque de caixa* (editorial, Jornal 11, 4/9/2000); *Nova periodização: profesores da UFRJ vão dar 60% a mais de aulas* (GTPE, Jornal 12, 18/9/2000); *Nova periodização é desculpa para reforma administrativa da reitoria* (Ana Maria Ribeiro, Jornal 16, 20/11/2000); *Reforma curricular e resolução CEG/CEPG 01/99* (Luiz Carlos Paternostro, jornal 13, 2/10/2000); *Quem estará tranquilo?* (Diretoria da Adufrj-SSind, Boletim 19, 26/10/2001); *Sobre videntes e previsões* (GTPE, Boletim 23,19/2/2001); *Universidade Carandiru* (Luiz Carlos Brito Paternostro, Boletim 24, 12/3/2001); *Projeto MEC/Bird 2000* (tradução Luiz Carlos Paternostro, Jornal 24, 19/3/2001); *Semana de Trabalho da Reforma Curricular da ECO: pintando a guilhotina e enfeitando a sepultura* (Luiz Carlos Paternostro, Jornal 26, 23/4/2001); *Qual das UFRJ está em crise?* (editorial, Jornal 27, 7/5/2001); *Quo Vadis. Para onde vamos com a reforma curricular da ECO?* (William Dias Braga e Luiz Carlos Paternostro, Jornal 29, 28/5/2001); *Universidade Carandiru II. Ou vaidades e intrigas palacianas* (Arthur Arruda Leal, Caderno Debates, edição de 6/8/2001); *Grupo de trabalho analisa proposta da Comissão Mista CEG/CEPG - sugestões da Adufrj-SSind para modificações nas propostas de resoluções apresentadas pela comissão mista CEG/CEPG, para discussão* (Encarte Periodização, edição de 27/8/2001);

Outros Grupos de Trabalho continuaram em atividade e tiveram atuação importante. O Grupo de Seguridade (GTSS) trabalhou regularmente na formulação de propostas para os encontros nacionais e foi fundamental na organização e na realização do II Encontro de Seguridade, Saúde e Aposentadoria na UFRJ. O Grupo de Comunicação e Artes (GTCA) também marcou presença nos encontros nacionais e teve papel destacado nas discussões sobre política de comunicação da Adufrj-SSind e do Andes-SN, além da crítica e da avaliação do trabalho de comunicação na seção sindical. Após a greve de 2001, porém, todos esses grupos de trabalho tiveram suas atividades interrompidas e é necessário reativá-los.

Houve ainda a iniciativa de formação de grupos de trabalho nas áreas de Arquivo Sindical e de Carreira Docente, mas que não chegaram a funcionar com a regularidade necessária. Mais recentemente, está em fase de constituição o GT de Ciência e Tecnologia.

As Greves e a Agenda Política

As greves nacionais de 2000 e 2001, em especial a segunda, significaram, além da possibilidade concreta da conquista de reajuste salarial, ainda que insuficiente para cobrir todas as perdas, a oportunidade de expor o projeto de sucateamento do governo federal e suas investidas para privatizar as instituições federais. Neste contexto, a participação dos professores nas Comissões de Atividades da Greve, no Fundo de Solidariedade de Greve e nos Comandos Locais de Greve foram essenciais para o sucesso do movimento. A expressiva participação dos docentes nas reuniões de Unidades, nas Assembléias Gerais conduzidas pela diretoria, com o apoio e atuação do CLG, foi fundamental para fortalecer as posições encaminhadas ao Comando Nacional de Greve do Andes-SN nas negociações com o Governo e com o Congresso Nacional.

Destacamos, ainda, a participação de professores do CLG ou indicados pelas Assembléias Gerais que, ao longo de mais de cem dias de greve, em 2001, nos representaram no CNG/Andes-SN e, inclusive, participando diretamente, das mesas de negociação do Comando com o governo e do contato com parlamentares.

Mobilização Dentro e Fora da Universidade

Levando adiante a tradição da participação da entidade nos movimentos de rua, das passeatas e grandes manifestações públicas, a Adufrj-SSind procurou estar presente em todas as atividades de mobilização, em conjunto com os demais servidores públicos federais e estudantes. Estivemos junto com os servidores em todas as passeatas e nas diversas atividades de protesto, como na manifestação de 9 de outubro, quando professores, estudantes e funcionários em greve adentraram o salão do Hotel Glória, no Rio, para repudiar a presença de Paulo Renato no Seminário PNE Verso & Reverso, promovido pela iniciativa privada. Assim, pressionamos o governo a atender nossos representantes, em Brasília. As tradicionais manifestações em defesa da universidade pública no centro do Rio, conhecidas como 'Universidade na Praça', foram também atividades priorizadas pela entidade, em conjunto com os demais segmentos.

Jurídico promove manutenção de direitos dos professores

Desde novembro de 1999, sindicalizados são atendidos pelo plantão jurídico

Apesar das dificuldades do quadro atual, a Adufrj-SSind tem conseguido vitórias jurídicas importantes em meio a uma política de contenção salarial e de sucateamento do serviço público federal praticada pelo governo.

As liminares e sentenças garantindo a opção pelo pagamento do abono pecu-niário dos anos de 1998, 1999 e 2000 são um exemplo das vitórias conseguidas pela Adufrj-SSind. Contudo, apesar dos docentes terem decisões favoráveis garantido a opção pelo abono de férias, a Universidade permanece inerte, descumprindo impunemente as determinações judiciais, através de artifícios orçamentários vários.

A Adufrj-SSind também garantiu judicialmente aos substituídos o direito de recolherem a contribuição previdenciária sem as majorações de alíquota instituídas pela Lei 9.783/99. Ainda sobre as arbitrariedades da mesma Lei, a seção sindical conseguiu impedir os descontos instituídos pela Lei 9.783/99 a título de contribuição para a seguridade social nos proventos dos aposentados e pensionistas.

Destaque-se também que foi garantido aos aposentados representados pela Adufrj-SSind, que fazem jus às vantagens do extinto artigo 192 do RJU, o recebimento de tal vantagem calculada com base em sua remuneração, e não apenas com base no vencimento básico, conforme vinha sendo efetuado pela reitoria da UFRJ. O pedido foi julgado procedente para declarar o direito dos substituídos, servidores aposentados e pensionistas da UFRJ ao percebimento do art. 192 do RJU calculado com base na remuneração (compreendida como vencimento/proventos básicos, adicional por tempo de serviço, gratificação de atividade executiva, o IPC de 26,05% e os adicionais e gratificações de caráter permanente).

A Adufrj-SSind também obteve liminarmente a declaração da isenção de contribuição previdenciária aos professores que completarem os requisitos previstos nos artigos 3º e 8º da Emenda Constitucional nº 20/98 (esta isenção beneficia aqueles que, apesar de poderem se aposentar, continuam trabalhando).

Outra vitória obtida pelos docentes da Adufrj-SSind no Judiciário foi a garantia do pagamento da GID (Gratificação de Incentivo à Docência) aos docentes aposentados do Colégio de Aplicação, por medida liminar, com ordem de pagamento imediato. Apesar da determinação judicial, confirmada por sentença, a Universidade permanece inerte, não tendo efetuado o pagamento da gratificação aos inativos.

A ASSESSORA JURÍDICA SAYONARA GRILLO PARTICIPA DE UMA ASSEMBLÉIA E PRESTA ESCLARCIMENTO AOS PROFESSORES (27/09/01)

Também deve-se destacar as vitórias nas ações visando a prorrogação do prazo para a entrega dos relatórios de atividade, para fins de recebimento da GED relativa aos anos de 2000 e 2001, bem como a garantia da entrega de tais relatórios por escrito, e não apenas pelo Sistema SIGMA, *via internet*.

Resistência à intervenção

A Adufrj-SSind esteve presente em todas as lutas dos professores na resistência à reitoria Vilhena. Obteve liminar do Tribunal para cassar liminar obtida pela UFRJ que determinava a desocupação imediata da Reitoria, quando da posse de Vilhena, interpôs Representação perante o Ministério Público Federal contra a regulamentação da periodização e, sobretudo, impediu, em duas oportunidades, o corte do Plano Verão dos professores. Esta foi uma importante decisão, proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, determinando à reitoria que se abstivesse de suprimir do contracheque dos professores o percentual do Plano Verão.

Em relação ao Plano de Seguridade Social do servidor (PSS), obtivemos sentença em primeira instância assegurando a isenção do PSS sobre a gratificação natalina e o abono de férias, tendo o juiz determinado o cumprimento imediato desta decisão, mesmo enquanto pendente o julgamento do recurso apresentado pela Universidade. Mais uma vez, a UFRJ se manteve intransigente, não cumprindo esta decisão judicial, e a AGU obteve a revogação da ordem de cumprimento imediato. A Adufrj-SSind já está diligenciando para tentar restaurar a ordem de pagamento imediato, sendo certo que se mantém nossa vitória quanto à obrigação de pagar os atrasados dos PSS já descontados.

Greve

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind conseguiu também reformar a autoritária decisão judicial tomada pelo Dr. Siro Darlan, de determinar o fim da greve, sob pena de aplicação de multa diária aos docentes, por aluno sem aula. A cassação desta liminar contribuiu para a manutenção da maior vitória da categoria, obtida com a greve. Além disso, a assessoria jurídica teve papel destacado no apoio aos colegiados superiores e em ações diretas no episódio do adiamento do vestibular durante a greve de 2001.

ASSESSORIA ACOMPANHA A REUNIÃO COM A PROCURADORIA DA UFRJ PARA TRATAR DOS 26,05% (6/02/02)

Assessoria Jurídica Nacional

Por outro lado, também devemos registrar a atuação da Assessoria Jurídica do Andes - Sindicato Nacional, na luta pela efetivação dos direitos da categoria docente nas IFES de todo o País. O reconhecimento, pelo Supremo, do direito à correção do FGTS foi fruto de sustentação do conjunto de advogados do Sindicato, que assumiu a defesa dos trabalhadores cujo processo estava sendo discutido naquele Tribunal. A atuação firme e reconhecida da Assessoria do Sindicato Nacional foi de importância fundamental para barrar as articulações do então Advogado Geral da União, Dr. Gilmar Mendes, no sentido de impedir qualquer correção nas contas de FGTS.

A assessoria jurídica do Sindicato Nacional também teve papel importante na Greve de 2001 quando, em histórica decisão no Superior Tribunal de Justiça, foi garantida à categoria a liberação dos salários retidos pelo Ministério da Educação e Cultura, decisão esta mantida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal mesmo diante de jurisprudência anterior, do Tribunal, desfavorável quanto ao direito de greve do servidor público.

Mesmo cientes dos limites da atuação no Judiciário, que não substitui nem condiciona a luta política, prosseguimos utilizando todos os espaços institucionais de resistência, para a defesa e a manutenção de nossos direitos.

Implantação do plantão jurídico

A partir de novembro de 1999, começou o atendimento personalizado da assessoria jurídica aos professores associados à Adufrj-SSind, efetivando proposta iniciada na gestão anterior da entidade. As consultas são agendadas na secretaria e devem versar sobre assuntos relativos a questões trabalhistas, coletivas ou individuais, que digam respeito ao docente e sua relação institucional com a UFRJ. O plantão acontece todas as quartas-feiras, das 13h às 17h, na sede da entidade.

Acordos coletivos com os funcionários da Adufrj-SSind

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind também apreciou os contratos de acordos coletivos com os funcionários da entidade (veja página 6), firmados em duas oportunidades durante esta gestão.

Comunicação Sindi

A política de comunicação do movimento docente foi uma das preocupações constantes para a Adufrj-SSind e, ao longo dos últimos anos, o investimento da entidade em seus veículos de informação dinamizou a prática democrática entre os diversos atores da luta sindical na universidade pública, em especial, na UFRJ. Desde 1994, quando a seção sindical passou a contar com um informativo periódico, os investimentos na esfera da comunicação com a categoria docente e, mais amplamente, com os segmentos universitários, vêm se materializando em uma grande quantidade de meios (jornais, boletins, cadernos, página eletrônica, vídeos, eventos públicos etc.) de informação jornalística e política.

Na comunicação e, em especial, no jornalismo tradicional, as informações sofrem processos de manipulação para transformarem-se em notícias comercializáveis, sendo tratadas pelo mercado como produto. Na comunicação e no jornalismo sindical propostos pelo movimento docente e assumidos pela Adufrj-SSind, as notícias são tratadas não como produto a ser consumido, mas como informações que sirvam para a mobilização política dos trabalhadores em torno de um projeto, seja de resistência aos ataques do governo e de seus representantes, seja para promover ações mobilizadoras na busca da conquista de direitos, ou para a ampla defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, para todos e socialmente referenciada.

Comunicação como ação política da entidade

Nos últimos três anos, em particular, a Adufrj-SSind conseguiu realizar importantes melhorias no conjunto dos materiais disponibilizados para a comunidade universitária. Ainda que a preocupação primeira tenha sido o contato direto com os professores da UFRJ, a política de comunicação da seção sindical pretendeu mostrar a luta de todos os segmentos, docentes, estudantes e técnico-administrativos, por uma universidade democrática e livre dos ataques promovidos pelo governo federal, tão bem expressos pela gestão do interventor do MEC, José Vilhena, nos últimos quatro anos.

No âmbito dos investimentos estruturais, destaca-se no departamento de comunicação sindical da Adufrj-SSind a reformulação da sala de trabalho, com a aquisição de mobiliário e maquinaria tecnologicamente atualizados. Para a promoção do conjunto de materiais realizados, destaca-se, também, o investimento da entidade na qualificação dos profissionais do setor, seja pela participação em fóruns de formulação de política de comunicação do próprio sindicato (Grupos de Trabalho de Comunicação e Artes Nacional e Local), seja na participação de cursos de especialização em jornalismo sindical e outros.

O jornalismo da Adufrj-SSind

A produção jornalística da seção sindical, ao longo dos últimos anos, em especial, buscou cobrir um leque de assuntos que dessem à categoria a oportunidade de estar a par dos acontecimentos políticos nacionais e das deliberações do movimento docente acerca destes acontecimentos. A redação do Jornal esteve presente em todos os fóruns do Andes-SN (Congressos, Conads e alguns seminários e encontros) e da própria se-

EM SESSÃO DO CEG (3
SOBRE

Resumo da produção da Comu

1999

(a partir de outubro – posse da atual diretoria)

9 boletins produzidos
2 jornais

2000

25 boletins
20 jornais
4 boletins de greve

Novo projeto gráfico do jornal começa no dia 10 de abril

Reformulada a página eletrônica da entidade (em maio)

Foram lançados 4 encartes neste ano:

Encarte periodização – resolução 01/99 (10/4) – com análise, conceitos e resolução CEG/CEPG, além do texto da resolução do Conselho Universitário, relativos ao assunto

Encarte Acordo coletivo com funcionários (8/5)

Encarte Reivindicações Salariais dos professores das IFES (12/5)

Encarte Lei de Emprego Público e MP da GID (14/8) – com avaliações e textos da legislação

Lançado Caderno (em setembro): "II

EDIÇÃO 10/04/00

Encontro de Professores da UFRJ – Alternativas para uma Nova Seguridade" – Neste caderno foram publicadas os palestras das professoras Ana Elizabete Mota (UFPE) e Laura Tavares (UFRJ) no evento promovido pela Adufrj-SSind, em 12 de maio de 2000, na Escola de Serviço Social

Calendário de Mesa 2001 – 5.000 exemplares, distribuídos para todos os sindicalizados. Nas páginas do calendário foram registrados os principais eventos do movimento docente da Adufrj-SSind no ano de 2000, com a apresentação de fotos e o resumo cronológico dos acontecimentos.

2001

22 boletins
7 boletins de greve
29 jornais

Edição Especial Vestibular (em outubro) – Em 31 de outubro, o Jornal da Adufrj-SSind lança uma edição especial mostrando a repressão sofrida por estudantes, professores e funcionários durante ato pelo adiamento do concurso, aprovado pelos colegiados acadêmicos e sumariamente desrespeitado pelo reitor-interventor, José Vilhena.

Foram lançados sete encartes neste ano:

Encarte sobre eleições da Adufrj-SSind (em setembro)

Encarte sobre Educação: decreto presidencial nº 3.860 alterou regras para o ensino superior (setembro)

Encarte Debates Adufrj-SSind: foram três edições (6/8); (20/8) e (12/11)

Encarte Periodização: GTPE da Adufrj analisa proposta da comissão mista CEG/

EDIÇÃO 31/10/01

CEPG (27/8)

Encarte salários (que foi atualizado em 2002) (17/12)

***Clipping* completo da greve de 2001 –** Uma coletânea, em sete volumes, com todas as reportagens, artigos, entrevistas, cartas do leitor, matérias pagas e editoriais publicados nos princi-

al mostra sua força

TUDANTES LÊEM A EDIÇÃO ESPECIAL DO JORNAL DA ADUFRJ
IA POLICIAL DURANTE O DIA DO VESTIBULAR

ção sindical (Assembléias, encontros e seminários). A comunicação da entidade esteve presente também, em alguns eventos relevantes para a organização da luta dos trabalhadores como as duas edições do Fórum Social Mundial (2001/2002), a última edição do Congresso Nacional de Educação (Coned) e outros.

Os eventos internos da UFRJ (crise institucional dos colegiados superiores, intervenção, tentativa de implementação de nova periodização e suas implicações, distribuição de verbas e vagas para concurso público, entre outros assuntos) também foram objetos de cobertura do Jornal como forma de alertar e mobilizar a categoria docente sobre os ataques internos à autonomia universitária e à democracia institucional.

O jornalismo da Adufrj-SSind buscou dar visibilidade, também, à luta de outros movimentos sociais organizados, como o Movimento dos Sem Terra, dos estudantes, e de outras categorias de trabalhadores.

A redação do Jornal da Adufrj-SSind esteve presente:

V Conad Extraordinário em Juiz de Fora (fev/2000); 19º Congresso de Juiz de Fora(fev/2000); 40º Conad de Brasília (jun/2000); 20º Congresso da Uerj (fev/2001); 41º Conad de Pelotas (nov/2000); 42º Conad de Uberlândia (jul/2001); 43º Conad, de Brasília (dez/2001); 21º Congresso de Rio Grande (RS) (fev/2002); II Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, em Porto Alegre (out/nov/2000); Fórum Social Mundial (2001 e 2002); GT Comunicação & Artes, em Brasília (set e out/2000) e em Curitiba (ago/2001); 4º Coned, em São Paulo (abr/2002); 44º Conad, em Florianópolis (jun/2002).

cação Sindical da Adufrj-SSind

EDIÇÃO 03/12/01

pais jornais comerciais do país. Depoimentos de diretores e militantes da Adufrj-SSind, bem como do Andes-SN foram constantes em todos os materiais publicados sobre a greve nacional. Este retrato demonstra a visibilidade do movimento de greve e do Sindicato conquistada durante este período. Para isso, ressaltamos o trabalho de assessoria de imprensa da Comunicação realizado durante os três meses de greve, que contou com a imprescindível colaboração dos professores da Escola de Comunicação, Luiz Carlos Paternostro e William Braga, e da professora da Faculdade de Letras, Leonor Werneck, integrantes do Comando Local de Greve. Além das inserções em jornais impressos, foram diversas as ocasiões em que integrantes do CLG e da diretoria deram depoimentos a jornais televisivos e emissoras de rádio.

***Clipping* do Fórum Social Mundial 2001** – registro das principais matérias veiculadas na imprensa tradicional sobre o evento ocorrido em janeiro de 2001, em Porto Alegre.

2002

até agora (17 de junho):
9 boletins
14 jornais
1 Especial salários – 16 de maio

4 encartes sobre eleições do Andes-SN: 20/5; 13/5; 6/5 e 15/4 – Com estes encartes, o jornal da Adufrj-SSind pôde disponibilizar o debate democrático entre as candidaturas à direção do Sindicato Nacional para todos os docentes da UFRJ.

Encarte sobre Carreira Única do Andes-SN (18/3)

Encarte sobre eleição do reitor (11/3) –

CD-ROM "REGISTRANDO A HISTÓRIA

No encarte, foram publicados artigos dos três candidatos à reitoria, com o objetivo de socializar os projetos de cada candidatura para a comunidade universitária

Encarte sobre eleição do reitor produzido em conjunto com as demais entidades (também em 11/3) – Material de posicionamento político dos três segmentos (estudantes, professores e técnico-administrativos) em relação ao processo eleitora da UFRJ

***Clipping* do Fórum Social Mundial 2002** registro das principais matérias veiculadas na imprensa tradicional sobre o evento ocorrido em fevereiro de 2002, em Porto Alegre.

Lançado CD-ROM "Registrando a História", com todas as publicações de junho de 1979 a setembro de 2001, em fevereiro - Um resgate histórico de todas as publicações da entidade, desde sua fundação. A concepção do CD foi inicialmente discutida em gestões anteriores e organizada nesta gestão, sendo concluída em janeiro de 2002. Foram distribuídas 5.000 cópias do CD-ROM para todos os docentes sindicalizados, entidades sindicais e do movimento social.

CADERNOS DA ADUFRJ

A importância dos Grupos de Trabalho

GTPE DA ADUFRJ-SSIND, EM CONJUNTO COM AS OUTRAS ENTIDADES, AJUDOU A PRODUZIR MATERIAIS PARA DIVULGAR A CAMPANHA CONTRA A PERIODIZAÇÃO

Durante a gestão do biênio 2000-2002 do Andes-SN, os Grupos de Trabalho do Sindicato voltaram a reunir, regularmente, professores das seções sindicais e da Diretoria para o debate e encaminhamento de temas gerais e específicos que têm reflexo no movimento docente nacional. Foram reativados os seguintes GTs, em nível nacional: Carreira, História do Movimento Docente, Etnia, Gênero e Classe, Política de Formação Sindical, Seguridade Social e Aposentadoria, Verbas, Política Educacional, Ciência e Tecnologia, Política Agrária e Comunicação e Artes.

O trabalho destes grupos dá suporte às ações da diretoria do sindicato e serve como espaço de produção de análises e dados para o enfrentamento da categoria docente à política de bombardeio governamental junto aos setores públicos, em especial às áreas sociais.

A retomada do trabalho dos GTs recupera um modelo de prática sindical que caracterizou a fundação do Andes-SN. E de um sindicato que se caracteriza pelo radical compromisso com a democracia e com a construção coletiva.

Os GTs se constituem em um espaço da base para formulações e contribuições de propostas que a diretoria leva aos eventos de deliberação nacional. Esse é o papel dos GTs. Eles identificam as demandas e preocupações geradas no cotidiano do trabalho docente, a sua relação interna com a universidade e na sua relação externa com a sociedade. Da reflexão sobre esse cotidiano, apontam-se as perspectivas de luta para o Sindicato.

A atuação dos GTs locais da Adufrj-SSind na última gestão

GT Seguridade Social - Em atividade, o grupo de trabalho da seção sindical acompanhou, com pelo menos um integrante, os Encontros nacionais sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN no período: o realizado em Uberlândia (janeiro de 2001) e o do Rio de Janeiro (maio de 2002), além de contribuir com suas reflexões para a Política de Seguridade Social do Sindicato nos Congressos da categoria. Promoveu ainda o II Encontro de Professores da UFRJ, em maio de 2000, com o tema "As duas faces da contra-reforma de FHC". Para outubro de 2002, o GT já planeja um evento dedicado à saúde do professor e espera amplo envolvimento da comunidade universitária.

GT Política Educacional - Crítico das vinte semanas implantadas pelos colegiados acadêmicos da UFRJ numa interpretação equivocada da LDB, o Grupo de Trabalho de Política Educacional analisou a legislação pertinente, escreveu textos para o jornal da seção sindical e promoveu um ciclo de cinco debates em toda a UFRJ sobre o assunto (durante 2001). Neste momento, o CEG e o CEPG já receberam sugestões das Unidades para modificar sua polêmica resolução. A tendência é pela volta das 15 semanas e pelo respeito à especifidade, exceção feita às Unidades que assim não o desejarem (pelo respeito à autonomia local).

GT Comunicação e Artes - Uma dos principais objetivos da retomada deste GT foi aproximar a militância do que significa fazer a comunicação sindical – um instrumento de disputa de hegemonia a serviço dos trabalhadores. O grupo local esteve presente em várias reuniões do GT Nacional do tema e contribuiu para a Política de Comunicação do Sindicato. Localmente, estruturou uma pesquisa para ser feita junto aos sindicalizados sobre os veículos de comunicação da entidade, mas a greve não permitiu que a atividade fosse levada adiante. A enquete deve ser encaminhada em breve. Também um seminário nacional sobre Comunicação Sindical, que seria organizado no Rio em conjunto com o GT Nacional, acabou não ocorrendo em função do movimento grevista.

GT Carreira - A cartilha nacional "Carreira docente e a Universidade Pública", publicada em julho de 2001, teve a contribuição dos professores Roberto Houaiss e Cristina Miranda, militantes da Adufrj-SSind, O coordenador do GT local, José Simões, chamou algumas reuniões do grupo, tendo como tema: Plano de trabalho, GED/GID e Emprego Público – assuntos que foram bastante debatidos durante a greve.

GT Etnia, Gênero e Classe - Quando da organização, pelo Andes-SN, do Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe, a Adufrj-SSind solicitou a colaboração dos professores da UFRJ que tivessem trabalhos acadêmicos na área e a eventual participação no GT local, mas não houve retorno da categoria. A criação do GT Nacional foi uma decisão do Congresso de Juiz de Fora (fevereiro de 2000).

Infra-estrutura, secretaria e arquivo

Uma das prioridades desta gestão foi o investimento na ampliação de toda a infra-estrutura física da sede da Adufrj-SSind e na estrutura de informática. A ampliação da estrutura de informática exigiu também a contratação de um profissional especializado para atuar como suporte desta área. Foi instalada uma rede interna de computadores, conexão para acesso rápido à Internet através da rede da UFRJ, mantendo-se a possibilidade de conexão telefônica já existente anteriormente. Todos os equipamentos de informática e os aplicativos utilizados foram periodicamente atualizados, de acordo com as necessidades de cada setor. A página eletrônica da Adufrj-SSind também foi reformulada e mantida com o objetivo de oferecer informações de maneira mais ágil aos sindicalizados e permitir outras formas de comunicação com a entidade.

A reforma geral das instalações da sede na sala D-200 do Centro de Tecnologia foi realizada em duas etapas, construindo-se mezaninos que permitiram a ampliação e criação de novos espaços funcionais (salas para reuniões, a comunicação, a secretaria, o suporte de informática, a diretoria/jurídico, o arquivo, o almoxarifado, a recepção, banheiros e copa), redistribuindo, modernizando e redecorando todo o ambiente. Proporcionaram-se, assim, melhores condições de trabalho e de atendimento aos sindicalizados.

Houve ainda a aquisição de aparelho de vídeo, de televisão e de um sistema de som próprio para uso em auditórios e atos públicos. Também foi efetivada a instalação de uma central telefônica com atendimento digital e ampliação do número de linhas telefônicas da Adufrj-SSind.

Além de novas instalações, a secretaria também recebeu investimento em equipamentos e na área de sistemas de informática, como a atualização e a instalação de aplicativos para o gerenciamento e o controle da contabilidade e o cadastro de sindicalizados. Foi adquirida uma impressora de cheques com o respectivo programa para o controle e arquivamento de cheques emitidos.

Houve também investimento na área de arquivo com a reestruturação do espaço do arquivo sindical, instalação de estantes para a organização do acervo, que está disponível para a pesquisa, e a aquisição de nova máquina copiadora com maior capacidade e velocidade.

Acordo coletivo com os funcionários

No início de abril de 2000, a Adufrj-SSind celebrou um acordo coletivo de trabalho com os funcionários da entidade. Proposta que já vinha sendo discutida em gestões anteriores da seção sindical, o documento conseguiu ser viabilizado naquele ano e já houve uma renovação no começo de 2002 (com vigência até 2004). Questões como avaliação, 13º salário, auxílio-creche, auxílio-alimentação, auxílio-refeição, jornada de trabalho, treinamento e formação profissional e reajuste salarial constam do acordo e dão transparência à relação trabalhista na seção sindical.

Principais eventos promovidos pela Adufrj-SSind nesta gestão

Outubro de 1999

A diretoria da Adufrj-SSind tomou posse em 15/10, em solenidade no Salão Nobre do IFCS.

Dezembro de 1999

A Adufrj-SSind fez um debate sobre a regulamentação acadêmica, como era chamada a proposta da periodização, no dia 7, com a presença de conselheiros do CEG e o então sub-reitor Aníbal Lopes. O evento aconteceu no Auditório do Centro de Tecnologia, no Fundão.

Abril de 2000

No dia 19, os movimentos sociais organizados do país fizeram várias manifestações de contraponto às comemorações oficiais pelo descobrimento do Brasil. Nas escadarias do IFCS, a Adufrj-SSind, o Sintufrj e o DCE aproveitaram a data para denunciar os desmandos da reitoria Vilhena.

Maio de 2000

A Adufrj-SSind, representada pela vice-presidente, Cleusa Santos, participa do XXII Encontro dos estudantes de Serviço Social da 5ª Região.

A Seção sindical promoveu, no dia 12/5, o II Encontro de Professores da UFRJ, com debates sobre a área de Seguridade Social.

A Adufrj-SSind participa de ato dos funcionários, organizado pelo Sintufrj, que reuniu 2 mil pessoas em frente ao HUCFF. No dia 18/5, uma passeata de seis mil servidores contou com a participação da entidade.

Realizada neste mês, as eleições para a Diretoria do Andes-SN (ganha pelo professor da UFRJ e então 1º Secretário da Adufrj-SSind, Roberto Leher) têm recorde de votantes (1.038), na UFRJ.

Junho de 2000

Professores da UFRJ deflagram participação em greve nacional em assembléia geral realizada no dia 2/6. No dia 15/6, o Comando Local de Greve da Adufrj-SSind e o dos funcionários técnico-administrativos entregaram ao ministro de C&T, Ronaldo Sardenberg, um documento de repúdio à sua visita à UFRJ, no *campus*, do Fundão.

Julho de 2000

Servidores, incluindo os docentes da UFRJ, suspendem a greve de forma unificada no dia 17.

Agosto de 2000

A Adufrj-SSind foi uma das entidades que organizou com a colaboração da professora da Escola de Serviço Social Fátima Grave, o Encontro de Seguridade Social Pública – Construindo uma Ação Coletiva, nos dias 24 e 25, no Teatro João Caetano. O evento contou com a presença de mais de 1000 profissionais e estudantes da área.

Setembro de 2000

A seção sindical participou do Plebiscito da Dívida com algumas urnas. A entidade promoveu, no dia 19/9, um debate sobre Carreira Docente, na FAU, com a participação dos professores José Simões (Instituto de Física) e Reinaldo Gonçalves (Instituto de Economia). No dia 29/9, foi a vez de a seção sindical realizar um debate sobre Emprego Público, Carreira e GID, com o professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas (atual presidente do Andes-SN), no auditório do CT.

FESTA OFICIAL DOS 80 ANOS DA UFRJ RECEBEU O PROTESTO DAS ENTIDADES CONTRA OS DESMANDOS DE VILHENA (21/11/00)

Novembro de 2000

Nos dias 21 e 22, a Adufrj-SSind, em conjunto com as demais entidades representativas da universidade, realizou um protesto contra as políticas do MEC e da reitoria na festa oficial dos 80 anos da UFRJ.

Dezembro de 2000

As entidades Adufrj-SSind, DCE, Sintufrj e APG pedem uma reunião conjunta CEG/CEPG para apreciação de uma contraproposta sobre periodização. A proposta foi rejeitada pelos colegiados.

A seção sindical promoveu, neste período, a campanha de abaixo-assinado pela liberdade de representação sindical do presidente do Andes-SN, Roberto Leher, perseguido pela diretora da Faculdade de Educação, pelo interventor Vilhena e pelo MEC.

Janeiro de 2001

A Adufrj-SSind esteve presente na primeira edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS.

Eventos sobre a Periodização

Nos meses de abril, maio e junho de 2001, a Adufrj-SSind organizou juntamente das entidades Sintufrj, DCE e APG, cinco grandes debates sobre a periodização proposta pelos conselhos superiores na resolução CEG/CEPG 01/99. Para todos, foram convidados integrantes dos colegiados acadêmicos de graduação e pós-graduação e pesquisa. O primeiro, dia 3/4, foi realizado no auditório do CFCH, na Praia Vermelha e teve a participação da professora da Faculdade de Educação da UFMG, Dalila Andrade. Dia 8/5 foi a vez da comunidade do CCS debater o assunto, tendo como convidado especial o professor Pablo Rieznik, da Faculdade de Ciências Sociais de Buenos Aires. O terceiro foi realizado no Auditório G2 da Faculdade de Letras e contou com a presença do professor Luiz Dagobert de Aguirra Roncari, da USP. O quarto debate teve como convidada a integrante do Consuni e representante dos técnico-administrativos, Ana Maria Ribeiro. O evento aconteceu no dia 7/6, no Auditório do Centro de Tecnologia. No quinto e último debate, 21/6, no IFCS, a discussão sobre a nova periodização já começou a tomar o rumo do movimento. Na ocasião, os representantes do CEG e CEPG anunciaram mudanças na 01/99. O processo, no âmbito institucional, culminou em uma proposta de reformulação da resolução, com a volta dos períodos semestrais, com 15 semanas de aula e a eliminação da figura dos 'módulos' de 10 semanas. Participou deste evento, como convidado, o então secretário geral do Andes-SN, Edmundo Dias.

PRIMEIRO DEBATE SOBRE PERIODIZAÇÃO LOTA AUDITÓRIO DO CFCH (3/04/01)

Maio de 2001

A seção sindical comemorou 22 anos de fundação, com um coquetel na sede da entidade.

Junho de 2001

No dia 22/6, a seção sindical convidou os sindicalizados para uma reunião sobre os rumos da entidade. Com a pauta: "Adufrj-SSind para quê?", e "Processo Eleitoral 2001", a diretoria deu início a uma série de reuniões para tratar dos rumos da entidade e do processo sucessório.

Agosto de 2001

Uma semana após a deflagração da greve nacional dos servidores públicos, a seção sindical participou do protesto contra a presença do ministro José Serra em seminário realizado pelo Instituto de Economia, na Praia Vermelha. O ato acabou inviabilizando a presença de Serra na UFRJ, mas o presidente da Adufrj-SSind aproveitou a ocasião, em nome de todos os grevistas, para entregar uma carta de reivindicações a outro representante do governo, o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg.

Em 22/8, a Adufrj-SSind realiza assembléia e adere à greve nacional dos servidores de 2001

Dias antes do início da greve (20 e 21/8), a Adufrj-SSind realiza duas edições do debate "Crise capitalista e Universidade", sobre as políticas do Banco Mundial e resistência dos docentes e demais trabalhadores argentinos. Os eventos contaram com a presença do secretário da Associação de Docentes da Universidade de Buenos Aires, Nestor Correa. Na ocasião, o professor argentino já comentava o caos social em que mergulhou o seu país em função do cumprimento das orientações dos organismos internacionais.

Setembro de 2001

Durante todo o dia 29 de setembro, professores, estudantes e funcionários das universidades e instituições federais em greve armaram diversos estandes para mostrar o seu trabalho na praça Cinelândia, no Centro. Foi mais

Continua na página 8

Continuação da página 7

uma edição do tradicional "Universidade na Praça", que contou com a participação ativa da Adufrj-SSind e do CLG.

Durante a greve, a Adufrj-SSind, mediou um debate sobre a Democratização do acesso à Universidade Pública, realizado dia 21/09, no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, em Botafogo.

Outubro de 2001

A Adufrj-SSind esteve presente na manifestação contra a realização da primeira prova do vestibular 2002, no domingo, 28/10, no *campus* do Fundão. A entrada do CCMN acabou virando uma praça de guerra com a presença da polícia reprimindo a manifestação da comunidade pelo cumprimento da decisão dos colegiados superiores de adiar o concurso em função da greve nacional dos docentes.

O Comando Local de Greve da Adufrj-SSind realizou duas importantes atividades neste mês: um Ato-Show com artistas eruditos e populares na Escola de Música na noite de 25/10; e um debate sobre o adiamento do vestibular, no dia 23/10, no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, em conjunto com as demais entidades da universidade.

A seção sindical participou também do "Dia Nacional das Categorias em Luta", organizado pela CUT-RJ, na Avenida Rio Branco, no Centro. Foi organizado um verdadeiro desfile, com a participação dos integrantes da bateria da Escola de Samba Arranco do Engenho de Dentro.

Entre as atividades realizadas, o Comando Local de Greve da Adufrj-SSind organizou, no dia 11/10, um grande protesto na Assembléia Legislativa do Rio, com a presença de vários parlamentares da casa e da Câmara de Vereadores. Os dois fóruns legislativos aprovaram moções de apoio à greve nacional dos docentes.

No dia 15/10, a Adufrj-SSind esteve presente em um protesto que pôs na berlinda o ministro Paulo Renato, que participava de um seminário, no Hotel Glória. Naquele momento, o governo havia acabado de cortar os salários dos servidores como retaliação ao movimento grevista. Professores, funcionários e estudantes adentraram o salão do hotel gritando, sob as câmeras da imprensa, "salafrário, eu quero meu salário". A manifestação teve grande repercussão nacional e fortaleceu o movimento frente às ameaças do ministro e do governo.

ATO NO HOTEL GLÓRIA (9/10/01)
PRESSIONOU O MINISTRO PAULO RENATO

Novembro de 2001

Durante a greve, entre as várias atividades desenvolvidas, o Comando Local de Greve da Adufrj-SSind realizou, em 26/11, na Praia Vermelha e no IFCS, "Atos em Defesa da Democracia". Professores e estudantes fizeram divertidos 'piquetes' em forma de cafés da manhã para chamar a atenção da imprensa para o fato de que a greve continuava em toda a UFRJ e desfazer boatos de que algumas Unidades retornariam ao trabalho naquela data.

No domingo, dia 11/11, a seção sindical organizou juntamente do Sintufrj, DCE e APG, a "Festa da Democracia, em frente ao Centro de Ciências da Matemática e da Natureza, no *campus* do Fundão. O evento marcou a comemoração do cumprimento do adiamento do vestibular 2002. O ato-festa ocupou o mesmo cenário da violência sofrida pelos estudantes que protestavam em 28 de outubro, contra a decisão arbitrária do reitor-interventor de realizar a primeira prova do concurso.

Dezembro de 2001

Em 10/12, a Adufrj-SSind organizou, em conjunto com o Sintufrj, o DCE e a APG, o Ato em Defesa da UFRJ, no Auditório Pedro Calmon, na Praia Vermelha. O evento teve a participação do presidente do Andes-SN, Roberto Leher, do presidente nacional da CUT, João Felício, dos integrantes dos colegiados superiores da UFRJ e de parlamentares do Rio de Janeiro. A atividade teve o objetivo de demonstrar a unidade dos movimentos em torno da luta pela retomada da normalidade institucional da UFRJ, ainda mais fragilizada pelos desmandos do reitor-interventor, José Vilhena.

Janeiro de 2002

No dia 16, com o apoio da Adufrj-SSind e do Sintufrj, os alunos realizaram um ato contra o funcionamento do Bingo Botafogo (instalado irregularmente, em terreno da universidade).

A seção sindical participou da segunda edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, realizado de 31 de janeiro a 5 de fevereiro.

A Adufrj-SSind, com as entidades Sintufrj, DCE e APG, promoveram o seminário "Uma outra UFRJ é possível" com temas como a autonomia e suas relações com a democracia, o financiamento e a política acadêmica da instituição, nos dias 22, 23 e 24.

Fevereiro de 2002

Um coquetel, no dia 19, festejou a inauguração das novas instalações da sede da Adufrj-SSind e os 23 anos de comunicação da entidade com a comunidade universitária (na ocasião, foi lançado o CD-ROM das publicações da seção sindical desde 1979)

Março 2002

Delegação da Adufrj-SSind participou do 4º Congresso Nacional de Educação (em São Paulo). Seção sindical participa com algumas publicações da I Mostra de Imprensa Sindical Brasileira (1988-2002), no prédio que sedia a CUT-RJ.

No dia 20/3, em edição paralela da Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária, a Adufrj-SSind mediou a mesa "A cultura, mística e os movimentos sociais", no Salão Nobre da Decania do CT.

Diretores da Adufrj-SSind acompanharam reunião do Colégio Eleitoral, no dia 21. Na véspera, em conjunto com as demais entidades representativas da UFRJ, a seção sindical publicou as propostas dos movimentos para o futuro reitor da universidade.

Maio de 2002

Adufrj-SSind organizou as eleições para a diretoria do Andes-SN na UFRJ, que contou com 642 votantes.

Junho de 2002

Adufrj-SSind lançou campanha de sindicalização dos professores concursados

Nos dias 17, 18 e 19 foram realizadas as eleições para a diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. A chapa única "Adufrj – Transparência, Autonomia e Democracia" foi confirmadas nas urnas pela votação de 505 professores – houve mais 15 votos em branco e dez nulos.

Julho de 2002

Para marcar o fim da intervenção do MEC na UFRJ, no dia 5, foi realizado o ato "Xô, Vilhena!" nas escadarias do prédio da reitoria. Funcionários, estudantes e professores lavaram a entrada do local com água, sabão, vassouras e sal grosso, para "limpar" os quatro anos de autoritarismo de Vilhena. O evento foi organizado pelo Sintufrj e contou com o apoio da Adufrj-SSind.

UNIÃO DE ESTUDANTES, FUNCIONÁRIOS E DOCENTES NO ATO EM DEFESA DA DEMOCRACIA, REALIZADO NAS ESCADARIAS DO IFCS (26/11)

UM DOS DIAS DO SEMINÁRIO "UMA OUTRA UFRJ É POSSÍVEL", NO SALÃO NOBRE DO IFCS (23/01/02)

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS

EDIÇÃO DE 15 DE JULHO 2002

Adufrj-SSind apresenta contas de 2001

A diretoria da Adufrj-SSind disponibiliza para o conhecimento de todos os sindicalizados a prestação de contas da entidade relativa ao ano de 2001. A reunião do Conselho de Representantes marcada para o dia 17 de julho, às 18h, na sede da entidade (e aberta a todos os sindicalizados) vai discutir os balancetes que estão sendo publicados a seguir. Ainda nesta reunião, a prestação de contas referente ao primeiro semestre de 2002 deverá ser apresentada aos conselheiros. Neste momento, a diretoria aguarda a conclusão do serviço pelo escritório de contabilidade contratado pela seção sindical. Após análise do conselho, os balancetes serão submetidos à apreciação de uma Assembléia Geral.

	Balancete Analítico 31/12/2001	**Adufrj-SSind**	
No.	**Descrição**	**Sub-Total R$**	**Total R$**
1	**Ativo**		**504.725,40**
1.1	**Circulante**		**327.584,30**
1.1.1	**Disponível**		**322.421,30**
1.1.1.1	Caixa	695,06	
1.1.1.2	Contas Correntes (BB, CEF)	24.025,64	
1.1.1.3	Contas de Poupança (BB)	297.476,49	
1.1.1.4	Aplicações Financeiras (CEF)	224,11	
1.1.2	**Realizável - Curto Prazo**		**5.163,00**
1.1.2.1	Adiantamento para Viagens	5.163,00	
1.2	**Permanente**		**177.141,10**
1.2.1	**Imobilizado**		**177.141,10**
1.2.1.1	Móveis e Utensílios	37.148,55	
1.2.1.2	Máquinas e Equipamentos	76.428,50	
1.2.1.3	Direito de Uso de Telefones	6.800,28	
1.2.1.4	Sistema de Comunicações	9.771,77	
1.2.1.5	Equipamentos Informática	10.797,00	
1.2.1.6	Instalações	36.195,00	
2	**Passivo**		**504.725,40**
2.1	**Circulante**		**1.904,63**
2.1.1	**Exigível - Curto Prazo**		**1.904,63**
2.1.1.1	IRRF - Salários	1.745,99	
2.1.1.2	IRRF - Consultoria Jurídica	158,64	
2.2	**Patrimônio Líquido**		**502.820,77**
2.2.1	**Patrimônio Social**		**632.066,71**
2.2.2	**Deficit do Exercício**		**129.245,94**
3	**Receitas**		**1.384.002,26**
3.1	**Operacionais**		**1.345.335,53**
3.1.1	Contribuições dos Sindicalizados	1.344.053,13	
3.1.2	Recuperação de Despesas	1.260,00	
3.1.3	Dividendos Recebidos	22,40	
3.2	**Financeiras**		**38.666,73**
3.2.1	Aplicações Financeiras	23,58	
3.2.2	Rendimentos de Poupança	38.643,15	
4	**Despesas**		**1.513.248,20**
4.1	**Operacionais**		**1.505.461,43**
4.1.1	**Institucionais Andes-SN**		**438.356,35**
4.1.1.1	Mensalidades		336.315,79
4.1.1.2	Comissão Nacional de Mobilização	29.116,35	
4.1.1.3	Fundo de Solidariedade	10.089,48	
4.1.1.4	Central Única dos Trabalhadores	62.554,73	
4.1.1.5	Outras Despesas	280,00	
4.1.2	**Despesas com Eventos**		**142.544,10**
4.1.2.1	Passagens	23.873,46	
4.1.2.2	Rateios 42-43 Conad/20 Congresso	17.110,04	

4.1.2.3	Diárias e Estadias	93.410,34	
4.1.2.4	Outras Despesas com Eventos	8.150,26	
4.1.3	**Pessoal**		**304.499,83**
4.1.3.1	Salários	191.826,58	
4.1.3.2	Estagiários	1.752,40	
4.1.3.3	Décimo Terceiro Salário	15.314,37	
4.1.3.4	Férias	11.164,84	
4.1.3.5	Previdência Social	48.758,12	
4.1.3.6	FGTS	14.227,15	
4.1.3.7	Seguro Saúde	12.827,09	
4.1.3.8	PIS - Folha de Pagamento	1.760,59	
4.1.3.9	Vale Transporte	1.066,49	
4.1.3.10	Auxílio Creche	5.732,52	
4.1.3.11	Contribuição Sindical	69,68	
4.1.4	**Serviços Prestados**		**164.785,84**
4.1.4.1	Pessoas Jurídicas	135.095,21	
4.1.4.2	Pessoas Físicas	28.675,00	
4.1.4.3	Seguros	1.015,63	
4.1.5	**Divulgação**		**296.345,48**
4.1.5.1	Jornais/Boletins	121.290,00	
4.1.5.2	Cartazes/Cópias	14.871,30	
4.1.5.3	Despesas Postais	142.347,38	
4.1.5.4	Anúncios/Publicidade	17.836,80	
4.1.6	**Outras**		**158.929,83**
4.1.6.1	Assinaturas	2.534,50	
4.1.6.2	Limpeza/Conservação/Manutenção	27.712,15	
4.1.6.3	Lanches/Refeições	14.972,81	
4.1.6.4	Telefone	14.072,56	
4.1.6.5	Material de Expediente	64.835,30	
4.1.6.6	Doações	780,00	
4.1.6.7	Impostos e Taxas	4.754,95	
4.1.6.8	Diversos	29.267,56	
4.2	**IRRF sobre Aplicações**		**4,59**
4.3	**Financeiras**		**7.782,18**
4.3.1	Juros, Multas e Correções	790,17	
4.3.2	CPMF	6.863,31	
4.3.3	Despesas Bancárias	128,70	

	Balanço Patrimonial 31/12/2001	**Adufrj-SSind**	
	Descrição	**Sub-Total R$**	**Total R$**
Ativo			**504.725,40**
	Circulante		**327.584,30**
	Caixa	695,06	
	Contas Correntes (BB, CEF)	24.025,64	
	Contas de Poupança (BB)	297.476,49	
	Aplicações Financeiras (CEF)	224,11	
	Adiantamento para Viagens	5.163,00	
	Permanente		**177.141,10**
	Móveis e Utensílios	37.148,55	
	Máquinas e Equipamentos	76.428,50	
	Direito de Uso de Telefones	6.800,28	
	Sistema de Comunicações	9.771,77	
	Equipamentos Informática	10.797,00	
	Instalações	36.195,00	
Passivo			**504.725,40**
	Circulante		**1.904,63**
	IRRF - Salários	1.745,99	
	IRRF - Consultoria Jurídica	158,64	
	Patrimônio Líquido		**502.820,77**
	Patrimônio Social	632.066,71	
	Deficit do Exercício	129.245,94	

Pedimos desculpas aos sindicalizados pela apresentação dos balancetes neste modelo de página (formato A4). Nas próximas edições, estaremos republicando a prestação de contas de 2001 e publicando a prestação referente ao primeiro semestre de 2002 no formato tradicional. Estes balanços também estarão disponíveis no endereço www.adufrj.org.br/documentos.htm.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 53 • 22 de julho de 2002
www.adufrj.org.br

Assembléia Geral da Adufrj-SSind

24 de julho
quarta-feira

9:00 horas

Auditório da Engenharia Naval e Oceânica
sala C-208
Centro de Tecnologia/Ilha do Fundão

Pauta:

1) Encaminhamentos da reunião do Setor das IFES

2) Contribuição dos sindicalizados sobre o 13º salário de 2001 e férias de 2002

3) Prestação de contas 2001

4) Atribuições e funções dos membros da nova diretoria

5) Posse da Diretoria da Adufrj-SSind (biênio 2001/2003)

UFRJ recebe 24 vagas para 2003

No dia 18/07 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria 2.067, do MEC, que distribui 400 vagas a serem preenchidas pelas IFES. As contratações serão realizadas para a classe de Professor Adjunto, com titulação de doutor. Se não houver candidatos inscritos com o requisito, será reaberto o concurso para a classe de Professor Assistente, com mestrado. O salário de professor Adjunto, nível 1, com dedicação exclusiva, é de R$ 4.141,98. As IFES terão o prazo de seis meses para publicação dos editais de concurso. A nomeação dos candidatos aprovados será realizada no exercício de 2003. A Universidade Federal de Goiás foi a instituição que mais vagas recebeu nesta distribuição (30), seguida pela UFRJ (24). A UFF (16), a UniRio (5), a UFRRJ (3) e o CEFET-RJ (1) também aparecem na divisão das vagas.

Conforme divulgado no jornal anterior da Adufrj, o Andes-SN considera que o anúncio dos concursos cumpre apenas em parte o acordo firmado ao final da greve de 2001. Na ocasião, além de se comprometer com a abertura de mais vagas docentes, o MEC deveria promover, em conjunto com entidades sindicais (Andes-SN, Fasubra e Sinasefe) e UNE, mesas de negociação para tratar de outros itens não-salariais do termo de acordo: hospitais universitários, GID, Carreira, Assistência Estudantil, entre outros.

■ **Posse da diretoria e do CR**
Na próxima publicação da Adufrj-SSind, estaremos divulgando todos os detalhes da cerimônia de posse da nova diretoria e novos integrantes do Conselho de Representantes da entidade. O evento ocorreu na noite de sexta (19/7), na Escola de Música da UFRJ.

Reitor distribui documentos do movimento docente

Andes-SN quer posicionamento institucional das universidades contrário à autonomia da Andifes e ao PQI da Capes

Começou bem. Lessa atendeu à primeira solicitação da diretoria da Adufrj-SSind expressa na sessão solene do Consuni, no auditório do CT, no dia 12/7. Na ocasião, o presidente da seção sindical dos docentes, José Henrique Sanglard, passou às mãos do novo reitor um ofício em que se pede o encaminhamento ao Conselho Universitário da discussão sobre a Lei Orgânica de Autonomia proposta pela Andifes e o Plano de Qualificação Institucional (PQI) da Capes. Dito e feito: durante o expediente da última reunião do colegiado (em 18/7), os conselheiros receberam cópias dos documentos com as propostas da associação de reitores e da agência de fomento, bem como as críticas já elaboradas pelo Andes-SN. O objetivo da Adufrj-SSind é obter um posicionamento institucional da UFRJ sobre estes temas, que são considerados ameaças à Universidade Pública, seguindo deliberação congressual do Sindicato Nacional. A expectativa da seção sindical é que os assuntos sejam debatidos o mais breve possível naquele fórum.

Disciplina

Ordem na casa. Esta foi a máxima que dirigiu os trabalhos da primeira sessão extraordinária do Conselho Universitário realizada em 18/7. Sob o comando do novo reitor, Carlos Lessa, e ladeado por todos os seus subreitores, questões como a assuidade e o tempo de intervenção dos conselheiros foram bastante explicitadas, com o objetivo de resolver uma extensa pauta acumulada durante os últimos quatro anos da era Vilhena. "Haverá controle de freqüência e sucessivas faltas serão punidas com a perda do mandato", disse o ex-decano do CCJE. Se não houver quórum mínimo para o início da sessão, dentro da tolerância de tempo permitida pelo regimento interno do colegiado, o Consuni será cancelado. O novo reitor também manifestou o desejo de preencher as vagas ociosas do fórum deliberativo máximo da instituição.

Lessa inaugurou ainda duas práticas no colegiado: a primeira, curiosa, foi disponibilizar plaquinhas de identificação na mesa onde os representantes tomaram assento após longa inatividade; a segunda foi o início da apresentação de todas as Unidades da UFRJ – durante um ano, um diretor ou coordenador de curso vai mostrar, em meia hora, a produção de cada faculdade, escola ou instituto para os conselheiros. A intenção de Lessa é reativar a vida institucional da universidade. O primeiro a falar foi o professor José Argolo, diretor da Escola de Comunicação.

Enquanto não se transforma em parte do estatuto, a auto-convocação foi afirmada como compromisso da reitoria Lessa. Vale lembrar que, durante a gestão anterior, o conselho teve sua atuação diminuída, pois não havia um dispositivo como esse – as sessões só podiam ser convocadas pelo reitor e este, como se sabe, não tinha nenhum interesse em manter um fórum como o Consuni ativo.

26,05% voltam à pauta

Vários conselheiros pediram a palavra para saudar a nova reitoria. O professor José Roberto, um dos representantes do CCS, aproveitou a ocasião para divulgar uma carta de alguns docentes de três institutos do seu Centro na qual se pede atenção para a questão dos 26,05%. De acordo com a leitura da carta, cerca de 30% dos professores da UFRJ não percebem o ganho judicial, afetando a isonomia salarial da carreira.

Substitutos finalmente são pagos

Informação do sub-reitor de Patrimônio e Finanças (SR-3), Oscar Acselrad, que esteve reunido no MEC, em Brasília, na véspera do colegiado, dava conta que os professores substitutos e os visitantes receberiam seu pagamento (inclusive os atrasados) na tarde do dia seguinte (sexta-feira, 19). O ministério teria disponibilizado cerca de R$ 180 mil para a operação. Uma outra reunião com representantes do MEC, nesta semana e na UFRJ, estaria agendada com o objetivo de evitar a repetição do atraso. Lessa pediu desculpas em nome da universidade pelo que qualificou de "atraso vexaminoso".

Orçamento da universidade

O sub-reitor de Finanças também comentou que a UFRJ deve receber (informação extra-oficial, segundo ele) R$ 10 milhões dos cerca de R$ 14 milhões pedidos no Plano Emergencial apresentado ao MEC e divulgado no jornal anterior da Adufrj. Além disso, o ministério deve anunciar para a Andifes esta semana um crédito suplementar para as universidades. Se mantida a distribuição histórica, contou Oscar, a UFRJ abocanha 7,5% do montante de recursos, o que representaria um toal de R$ 5 milhões. Isso não quer dizer muito, uma vez que o próprio sub-reitor informou que o orçamento dito anual destinado às universidades em geral é gasto até a metade do ano.

Comissões permanentes são eleitas

O primeiro ponto de pauta foi a eleição das comissões permanentes que auxiliam as atividades do colegiado: Legislação e Normas; Ensino e Títulos; e de Desenvolvimento. Em seguida, também foram eleitos os representantes do Consuni no Conselho de Curadores – outra instância paralisada na gestão Vilhena. Depois, teve início a discussão de possíveis mudanças no regimento interno do Consuni, mas nada foi deliberado.

DCE toma posse

O representante discente no Consuni e coordenador geral do DCE eleito, Márcio Sá, avisou aos presentes sobre a posse da diretoria da entidade no próximo dia 24, no Auditório do Quinhentão, às 16h30.

Outro representante discente, Miguel Papi, integrante da chapa adversária nas eleições recentes, pediu a palavra no Consuni para se despedir: "Teremos representantes de apenas uma parte do movimento estudantil, com a vitória da majoritariedade para o DCE", alertou. Miguel disse ainda que os componentes de sua chapa iam tentar acompanhar os colegiados na medida do possível.

Movimento

Área de livre comércio aumenta crise social e

Entidades criam Comitê contra a Alca na UFRJ. O movimento teve início com debate com a presença dos professores Roberto Leher e Reinaldo Gonçalves

ANA MARIA RIBEIRO, COORDENADORA DO SINTUFRJ, MEDIA O DEBATE COM OS PROFESSORES ROBERTO LEHER (ESQ.) E REINALDO GONÇALVES (DIR.)

Não faltam motivos para que o povo brasileiro rejeite a adesão do país à Área de Livre Comércio das Américas. Esta é a opinião dos que compareceram ao debate "A universidade pública e a América Latina", promovido pelas entidades Adufrj-SSind e Sintufrj. O evento ocorrido na quinta-feira (17/7), no Auditório do Centro de Tecnologia, contou com conferências dos professores Roberto Leher, ex-presidente do Andes-SN, e Reinaldo Gonçalves, do Instituto de Economia. As intervenções foram seguidas de debate com uma platéia de cerca de cinqüenta pessoas, entre professores, estudantes e funcionários. O objetivo do debate era instigar na comunidade da UFRJ a criação de um comitê na universidade contra a Alca.

Professor titular do IE, Reinaldo traçou um cenário sombrio sobre a economia brasileira dos últimos oito anos, período em que o país ficou sob o império do governo Fernando Henrique e seus aliados pefelistas. O professor elencou, ainda, algumas não menos sombrias perspectivas de uma adesão à área de livre comércio. "FHC foi o pior presidente do Brasil dos últimos cem anos do ponto de vista macroeconômico. Não há registro na história do país de um aumento das desigualdades como nos últimos anos", criticou.

Para começar sua análise, o professor demonstrou os efeitos sociais deste possível acordo multilateral. "A Alca é um enorme problema, não é um probleminha", alertou. "Significa reforçar a principal causa de instabilidade e crise, ou a nossa 'africanização', afirmou. Para Reinaldo, o acordo de livre comércio ampliará o desemprego, pois haverá mais abertura às importações de bens e serviços. A agricultura familiar será outra vítima dos acordos multilaterais. "Vivemos uma regressão ao século XIX, com o *'agrobusiness'* e o Brasil repetindo o discurso dos períodos do café, do fumo e do açúcar, se tornando uma grande fazenda de exportação de soja".

Outro alerta feito por Reinaldo foi quanto a uma iminente crise institucional. Para o professor, os problemas econômicos e sociais gerados por uma agenda política pautada na precarização das relações de trabalho, na perda de renda e na pobreza, na conseqüente violência e aumento do tráfico de drogas, no desmonte do Estado e na vulnerabilidade externa podem, caso este cenário se mantenha em 2003, acabar levando o Brasil a crises institucionais semelhante às vividas por nossos vizinhos argentinos, venezuelanos, bolivianos, equatorianos e peruanos.

Os mais interessados

Segundo o economista, os Estados Unidos não são o maior inimigo nesta luta contra a Alca. Para Reinaldo, os verdadeiros adversários são os governos dos países latino-americanos, em especial, o governo brasileiro e sua elites dominantes, todas cooptadas pelo capital internacional. De acordo com o professor, a burguesia nacional decadente se aproveita da desregulamentação para vender empresas endividadas e promover mais fugas de capital. Os meios de comunicação também apostam na liberação do comércio porque, segundo Reinaldo, as empresas do setor se endividaram em dólares e também têm interesse em vender ações (desnacionalização). Não é à toa que o Congresso Nacional aprovou, recentemente a abertura de 30% do setor às empresas estrangeiras. O déficit crônico do balanço de pagamentos internos e do passivo da dívida externa também contribui para a defesa do acordo multilateral pelo governo brasileiro. Também não é por menos que a imprensa tradicional alardeia os 'benefícios' do acordo e se cala diante de dissidentes.

Cenários

Reinaldo defendeu que o próximo governo, na perspectiva de uma vitória do candidato de oposição Luiz Inácio Lula da Silva, deve privilegiar apenas acordos bilaterais, na velha política do 'toma lá, dá cá'. O economista acredita que o país ainda tem poder de fogo para barganhar, de governo para governo, com países como os EUA, China, Coréia ou mesmo integrantes da Comunidade Européia. Um dos cenários apontados pelo professor é que os americanos desistiriam da Alca em função da própria 'africanização' da América Latina. "O custo de transação para eles é muito grande no esquema Alca", comentou. De acordo com Reinaldo, a estratégia do governo americano seria a mesma adotada para os países da África: tentar isolar o país comercialmente e tirar benefícios pontuais e seletivos.

O professor acredita também que, em uma conjuntura mais acirrada de conflitos econômicos e políticos com países da CE ou asiáticos (principalmente na Ásia Central), os EUA também não teriam tanto interesse na Alca como hoje demonstram. Reinaldo comentou também a proximidade das eleições norte-americanas com a possível derrota do presidente Bush: "Se a agenda política interna dos americanos estiver congestionada com eleições, também significa que a Alca perde importância no cenário político americano".

Propriedade intelectual favorece grandes potências

A Área de Livre Comércio não envolve apenas os acordos sobre bens de consumo tradicionais (produtos e serviços). A vocação dos países chamados periféricos para consumidores de 'bens de conhecimento' já não é nenhuma novidade para a comunidade científica nacional, e cresce, entre os defensores dos acordos multilaterais, a idéia de educação e conhecimento como produtos comercializáveis. Ex-dirigente do

impede desenvolvimento científico

Sindicato Nacional dos Docentes, Leher dedicou sua intervenção para chamar a atenção para esta faceta da Alca: a expansão do setor privado da educação e a privatização do ensino público superior. Para o professor da Faculdade de Educação, assim como na Argentina e em outros países periféricos, o Brasil, ainda que mais recentemente, conseguiu montar um sistema educacional superior de qualidade. Roberto lembrou a condição subalterna dos países periféricos em relação à produção de conhecimento e de pesquisa científica e tecnológica, que se agravaria com a adesão à Alca. "O que temos visto em termos de expansão da educação privada é um movimento forte para que estas modificação ocorram também no setor público. São os cursos aligeirados e simplificados apresentados para todas as esferas de saber", criticou.

Para ex-presidente do Andes-SN, o debate em torno da área reconfigura a produção econômica do país e isto teria repercussões importantes no ensino superior. Tal como apregoam os órgãos financeiros reguladores do mercado internacional (FMI e Banco Mundial), o Brasil, como um país periférico, não deveria ter inserção em pólos e nichos de produtos com alto valor agregado. "Não cabe, hoje, nas políticas que estão em curso na América Latina e na África a retomada de um processo de desenvolvimento mais autônomo que permitisse a essas nações ampliar a sua capacidade produtiva e, sobretudo, agregar valor por meio de conhecimentos tecnológicos, artísticos, culturais etc", afirmou. Para Roberto, este é exatamente o motivo pelo qual o sistema educacional brasileiro estaria se simplificando, ou tornando-se "minimalista", de acordo com o professor. Para isso, as universidades estariam reformulando seus sistemas de ensino e avaliação.

Aumento de reserva intelectual

Para ilustrar o processo de 'africanização' da América Latina e, em especial, do Brasil, Roberto citou o panorama das patentes no cenário internacional. "No mundo, existem três milhões e meio de patentes, entendidas com a transformação do conhecimento em uma mercadoria que pode ser comercializada. Destes, vejam, apenas 1% está fora do grupo de dez nações mais ricas do mundo". Roberto anda acrescenta: "na realidade, nem este 1% expressa a realidade das patentes, já que em vários países latino-americanos são patentes feitas por multinacionais. Das 400 mil patentes consideradas estratégias, zero por cento está nos países periféricos". Segundo o professor, a situação das patentes mostra que não há demandas efetivas para a construção e manutenção de um sistema de ensino de alta qualidade em países como o Brasil.

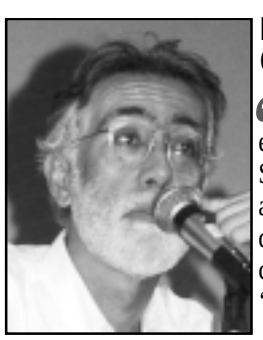
Para ressaltar a situação de subserviência científica e tecnológica dos países latino-americanos, Roberto citou ainda a fala do nobel de economia, Gary Backer, que diz que as universidades da América Latina não devem receber recursos para a pesquisa porque estão se dedicando a redescobrir a roda e seria "muito injusto" que se alocassem recursos para estas universidades enquanto "nós temos tantas crianças sem acesso ao ensino fundamental etc". Para Roberto, esta postura é assumida, por exemplo, pelo governo Fernando Henrique com a sua política voltada para a 'valorização' do ensino fundamental. Com esta desculpa, o governo vem freando a produção acadêmica nacional.

Para Roberto, a Alca vai aprofundar ainda mais o distanciamento das economias nacionais latino-americanas da produção autônoma e da pesquisa científica e tecnológica. Roberto lembrou e criticou o tratado Tripp (*Trade Related Intelectual Properties Problems*). "Estas normas sobre a propriedade intelectual já foram acertadas na Rodada do Uruguai desde 89 até 93. Elas definem que a educação entra na área de serviços", comentou. Roberto lembrou, ainda, que a partir da Rodada do Uruguai, o Brasil foi forçado a aprovar uma lei de patentes "mais retrógrada do que a do governo Menem", segundo o professor.

Provão

Para quem pensa que a Alca atinge só os pesquisadores, Roberto Leher lembra que, além da abertura do comércio educacional, já em franca expansão no país, os testes de avaliação também serão padronizados sob a orientação dos acordos multilaterais. O professor mencionou, como exeplo, o caso do sistema educacional mexicano e a resistência dos estudantes da Universidade Autônoma do México que promoveram uma greve de quase um ano contra, entre outras formas de privatização, a adoção de do 'provão' do Nafta (México, EUA, e Canadá) financiado por multinacionais, entre elas, a Coca-Cola.

Tribuna



Reinaldo Gonçalves

"A Alca é um enorme problema. Significa reforçar a principal causa de instabilidade e crise, ou a nossa 'africanização"

Roberto Leher

"A expansão do livre mercado instaura uma barbárie sem volta. É a expansão da África subsaariana que está em jogo. E dali não tem movimento emancipatório."

Ana Maria Ribeiro

"Hoje a gente vê uma forma autoritária de apresentação de uma aliança, na qual a população não é convocada a se posicionar, porque, no debate, se colocaria contrária à Alca"

Resenha

IFCS na mira do TCU

Deu na coluna Informe JB, em 18/7: "Recém-concluída auditoria do Tribunal de Contas da União descobriu irregularidades na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1997, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais superfaturou obras e pagou por serviços não realizados. Também contratou sem licitação. Nem ao menos projetos básicos eram preparados. O tribunal agiu rápido. Já condenou duas ex-diretoras do instituto e as empresas envolvidas a devolverem aos cofres públicos cerca de R$ 300 mil. Também requisitou à UFRJ que abra sindicância para apurar o envolvimento de servidores com os prestadores de serviço. O relatório de auditoria menciona a possibilidade de um 'conluio' entre eles."

SBPC quer CNPq forte

Em entrevista ao jornal Gazeta Mercantil (15/7), a presidente da SBPC, Glaci Zancan, pediu a reestruturação do CNPq para financiar o trabalho dos pesquisadores, bem como a ampliação do número de bolsas concedidas. Segundo ela, o orçamento da instituição está congelado desde a época da paridade do real com o dólar. Os US$ 620 milhões viraram R$ 620 milhões. Além disso, o governo federal contingenciou 45% do valor que seria repassado este ano.

Ampliação e reajuste das bolsas

Matéria de O Globo (18/7) afirma que o Ministério da Educação (MEC) vai aumentar o número de bolsas concedidas para mestrado e doutorado no país e já preparou uma proposta de reajuste do valor das bolsas para o próximo ano. Uma dotação extraordinária repassada ao ministério em junho, a pedido do ministro Paulo Renato Souza, permitiu que fosse aumentado em 7,5% o número de bolsas de mestrado e em 3,4% as de doutorado concedidas pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal (Capes), a principal agência do governo de fomento da pós-graduação. Os programas que receberão as novas bolsas já foram selecionados e os bolsistas começarão a receber a ajuda financeira a partir de agosto. No mestrado, foram criadas mais 972 bolsas. No No doutorado, 336. No total, serão pagas no país 13.901 bolsas de mestrado e 10.141 de doutorado. Hoje a bolsa de mestrado é de R$ 724 e a de doutorado de R$ 1.072.

Colegiados

Redação será valorizada no vestibular UFRJ

Prova vai valer dez pontos e não poderá mais ser zerada

O exame de redação ganhou "vida própria" no vestibular da UFRJ. Em sessão do Conselho de Ensino de Graduação (17/7), foi decidido que, ao contrário do ano passado, a redação passa a ser avaliada de zero a dez (não mais até cinco, quando era somada à nota da prova de Língua Portuguesa/Literatura Brasileira). Pela situação anterior, o candidato não era eliminado do concurso se zerasse a redação, desde que fizesse pontos na parte de Português/Literatura. O caso daqueles que conseguiram passar com zero na redação gerou polêmica dentro e fora da universidade e as comparações com os fáceis vestibulares das particulares foram inevitáveis. As datas do exame foram confirmadas para os dias 17/11, 24/11 e 22/12 deste ano.

Representantes do Centro de Tecnologia ainda tentaram minimizar a pontuação conjunta da redação e de Língua Portuguesa, preocupados com a classificação de candidatos com potencial para a área de Exatas. A proposta foi vencida com o entendimento que a capacidade de interpretação de textos e a expressão do pensamento do candidato pela redação são requisitos fundamentais.

O professor Ismael da Silva (CT) argumentou ainda que a correção da redação está carregada de "subjetividade", o que implicaria em alterações decisivas na classificação das carreiras mais procuradas. Recebeu como resposta de Íris Rodrigues (CFCH) que a correção de uma redação é baseada em critérios bastante rigorosos (como a relação com o tema dado e a estrutura do texto), eliminando o caráter subjetivo do avaliador.

Com a necessidade de fechar o edital do vestibular até o fim do mês, os conselheiros do CEG deixaram de lado algumas sugestões de mudança para o concurso deste ano. Aquela que seria a grande novidade, a criação do grupo VI (das chamadas carreiras artísticas), foi considerada uma proposta prematura e, por enquanto, foi descartada. Elaborado para abrigar as carreiras de Artes Cênicas, Música, Dança, Pintura, Escultura, Gravura e Licenciatura em Educação Artística, o novo grupo teria o objetivo de distinguir os candidatos que conseguem bom aproveitamento nos testes de habilidade específica (THE), mas são excluídos por não alcançarem o mínimo rendimento em provas não específicas de suas áreas.

Outras medidas tomadas nos últimos anos foram revogadas: a realização de provas em localidades fora do Rio, por exemplo, foi uma delas. O vestibular em São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Brasília e Campina Grande atraiu 3.233 candidatos e apenas 3% se classificaram para a UFRJ. As despesas de viagem com funcionários que vão aplicar os exames não teriam sido compensadas, de acordo com o coordenador acadêmico Herli Menezes.

A estudante Marcela Marques (da Escola de Enfermagem) protestou contra a medida para a reportagem da Adufrj-SSind. Segundo ela, que ainda não pôde assumir a representação no colegiado (a diretoria do DCE toma posse apenas no dia 24, à tarde), a concepção da entidade estudantil passa pela defesa da ampliação das oportunidades de acesso à universidade. "Além disso, foi um vestibular atípico, após uma greve e num momento de tensão com a reitoria. Não pode servir como parâmetro", comentou. Marcela acredita que vai conseguir convencer outros professores na próxima sessão para eliminar a revogação. Ela corre contra o tempo, uma vez que a consolidação do edital deve ser fechada justamente nesta quarta-feira (24/7).

Lessa prestigia sessão do CEG

A última reunião do CEG também contou com a presença do reitor Carlos Lessa. Ao contrário do antecessor – que nunca comparecia, apesar de muitas vezes convidado para prestar esclarecimentos diversos -, Lessa permaneceu no colegiado cerca de duas horas, ao lado da nova sub-reitora de Graduação, Sylvia Bandeira. Ele ouviu e falou sobre os problemas da universidade neste período. E reafirmou a proposta de criar novos cursos e aumentar a oferta de matrículas da UFRJ, desde que isso não seja feito com cursos de curta duração.

O ex-decano do CCJE também manifestou preocupação com a evasão e a retenção. Ele quer um projeto de pesquisa rigoroso para conhecer as razões disso. Lessa ainda criticou os professores que conseguem fazer carreira sem dar aulas e citou o ex-reitor como um exemplo. Mais uma vez, como disse ao longo da campanha eleitoral, confirmou que vai continuar lecionando, assim como todos os integrantes de sua equipe.

A integração entre as várias Unidades da UFRJ é outro sonho do novo reitor. "Me incomoda ter pouco baile, pouco concurso de poesia, ou de xadrez", exemplificou. "E, para mim, o estudante de Medicina não deve namorar uma estudante de Medicina. Deve namorar a de Física", brincou.

Assistência Estudantil já tem relatório

A reunião também serviu para mostrar as novas caras da reitoria em cargos indicados. O professor Alberto Schanaider (ex-representante do CCS no CEG) assumiu a superintendência da SR-1, bem como o posto de coordenador executivo do vestibular. Foi ele quem disse que um relatório sobre assistência estudantil baseado no programa elaborado pelo colegiado em 2000 já estava pronto para ser encaminhado aos conselheiros. Outra novidade é que o representante do CCMN Cláudio Limeira assume a direção da divisão de ensino, assim que sair a nomeação oficial.

01/99 é reconhecida como empecilho

O representante do CT Antônio Cláudio aproveitou a presença do reitor para citar a resolução conjunta 01/99 como um empecilho para modernização da UFRJ. "Essa resolução hoje é um freio às atualizações curriculares", disse. Segundo ele, as Unidades não sabem se programam seus cursos novos pelos parâmetros antigos ou pelos novos (da 01/99)", contou, acrescentando que existe um "pronunciamento muito grande da comunidade contrário à resolução".

SIGA

Foi distribuída cópia do manual do Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA) para todos os conselheiros. A notícia é que todas as pessoas diretamente vinculadas ao sistema estariam recebendo o material, principalmente as secretarias acadêmicas.

Agenda Sindical

25/7 - Dia Nacional de Mobilização contra a flexibilização dos direitos trabalhistas e em defesa da reforma agrária, por mais e melhores empregos e pela redução da jornada de trabalho

27/7 e 28/7 - Reunião do GTSS/A Natal (RN) - Adurn-SSind
- Terá o objetivo de discutir o planejamento do grupo de trabalho, a questão dos hospitais universitários, saúde do trabalhador e os encaminhamentos do 21º Congresso e do 44º Conad do Andes-SN, entre outros.

2/8 - Debate sobre a Alca
Rio de Janeiro (RJ), no Teatro Pedro II, unidade do colégio de São Cristóvão, às 17h30, com a presença do líder do MST, João Pedro Stédile.

1/9 a 7/9 - Plebiscito contra a Alca

Anote

Seminário Política e Subjetividade

A Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais promove o seminário "Política e Subjetividade". Dia 31 de julho, Arthur Leal (do Instituto de Psicologia) comenta "O grande exclausuramento"; Janice Caiafa (da Escola de Comunicação) fala de "Como desafiar os novos poderes das sociedades de controle?"; e Pedro Martins (aluno do curso de Comunicação Social da ECO) encerra o dia com "A questão da recusa no "Bartleby" de Herman Melville". No dia 1º de agosto, o seminário continua com outras três palestras, às 15 horas, no Auditório da Escola de Governo (prédio branco atrás do CFCH), no *campus* da Praia Vermelha.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Andes-SN cobra do MEC a regulamentação da GID
Página 2

CEG quer a formalização da Copav
Página 6

Sub-reitora de Graduação apresenta seus planos
Página 6

Consuni debate submissão da Procuradoria da UFRJ à AGU
Página 7

Agenda Sindical

2/8 - Debate sobre a Alca
Rio de Janeiro (RJ), no Teatro Pedro II, unidade do colégio de São Cristóvão, às 17h30, com a presença do líder do MST, João Pedro Stédile.

11 a 18/8 – Semana de Educação, Cultura e Arte
Em todas as universidades, essa semana de atividades está sendo marcada como uma preparação para o Plebiscito nacional contra a ALCA. No dia 13, um grande ato público em Brasília também está sendo organizado.

22 e 23/8 – GT Nacional de Etnia, Gênero e Classe
Cuiabá (MT), na Adufmat Seção Sindical, *campus da UFMT*
- Vai debater a política de cotas para o ensino superior.

1/9 a 7/9 - Plebiscito contra a Alca

7/9 - Grito dos Excluídos

11 a 13/9 – Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN *Curitiba (PR)*
- Vai debater: a Lei de Inovação Tecnológica, Fundos setoriais; Institutos do Milênio; Fundação de Amparo à Pesquisa; Lei de Propriedade Intelectual; Política Industrial

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 65 • 29 de julho de 2002

NA MESA , ARTHUR LEAL (INDICADO PARA COMPOR A DIRETORIA), JOSÉ SANGLARD (1º TESOUREIRO), CLEUSA SANTOS (PRESIDENTE) E LUCIANO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

Diretoria toma posse

Nova diretoria conclama professores a participarem dos fóruns do movimento docente

Emoção, disposição para a luta e festa. Assim transcorreu a cerimônia de posse da diretoria da Adufrj-SSind, biênio 2001/2003, na sexta-feira, 19/7, no Salão da Congregação da Escola de Música. Representantes das entidades dos estudantes, dos técnico-administrativos, de outras seções sindicais e do Andes-SN estiveram presentes. O reitor Carlos Lessa também prestigiou o evento. A transmissão oficial dos cargos da diretoria eleita ocorreu na Assembléia Geral do dia 24/7, no Centro de Tecnologia (veja matéria na página 8).

A diretoria já empossada é formada pelos professores Cleusa Santos (presidente), José Luciano Menezes (1º vice-presidente) e José Henrique Sanglard (1º tesoureiro). Na cerimônia de posse, a nova diretoria reafirmou a indicação do professor Arthur Arruda Leal para o cargo de 1º secretário. Arthur aguarda a liberação oficial do cargo de chefe de departamento, no Instituto de Psicologia, por isso não pôde constar da formação da chapa eleita em junho.

O ex-presidente e atual 1º tesoureiro, José Sanglard, comentou o trabalho feito pela diretoria do biênio 1999/2001, ressaltando os movimentos das greves nacionais, a campanha da periodização e o investimento da seção sindical em sua infra-

Continua nas páginas 4, 5 e 8

Movimento

Andes-SN cobra do MEC a regulamentação da GID

Acordo assinado ao final da greve ainda não foi cumprido

O Andes-SN protocolou no dia 18 de julho, no MEC, um documento que exige o pronunciamento do ministério sobre a minuta de decreto de regulamentação da GID, estabelecida no Termo de Acordo assinado ao final da greve de 2001. O MEC não honrou o compromisso – assumido em reuniões com entidades sindicais da Educação – de editar o decreto em aproximadamente 45 dias. Passados mais de 50 dias úteis, o ministério não promoveu nenhuma ação neste sentido.

No documento protocolado, a diretoria do Andes-SN ressalta que as mudanças na Lei da GID já deviam estar vigindo em fevereiro de 2002, mas as negociações somente começaram em 12 de março. Mesmo assim, apenas em 11 de abril foi possível elaborar as normas sistematizadas na minuta. Diz um trecho: "A minuta de decreto, portanto, expressa um acordo reconhecido como legítimo pelas partes envolvidas, considerando, fundamentalmente, as especificidades existentes nas várias instituições que compõem o sistema federal de ensino e uma maior equivalência entre as formas de apuração da GID e da GED (...)".

Mais adiante, a indignação com a morosidade do MEC fica patente: "O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Acordo e nas mesas de interlocução tem gerado profunda insatisfação e indignação nos docentes envolvidos, tendo em vista que todos os compromissos firmados pelo Andes-SN e pelo Sinasefe no Termo de Acordo foram rigorosamente cumpridos, assegurando a integral reposição do calendário letivo".

A diretoria do Sindicato também observa no documento protocolado no MEC que os docentes da carreira de 1º e 2º graus esperam, desde fevereiro de 2000, pela regulamentação dos critérios da GID, "uma gratificação instituída, à revelia do movimento docente e a despeito da ampla e irrestrita rejeição dos docentes (...)".

Enquanto os profissionais da carreira de ensino superior percebem a GED desde a sua instituição (ressalvados os aposentados, que também foram prejudicados), os professores credores da GID recebem apenas o percentual de 60% do valor máximo da gratificação. A ausência da regulamentação, expressa na minuta, portanto, demonstra "uma inaceitável injustiça pelo seu caráter discriminatório para com os docentes da carreira de 1º e 2º graus das IFES". Até então, a única resposta dada pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica era a de que o decreto estava no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) desde o dia 24 de maio.

Setor das Federais

Em recente reunião de representantes das seções sindicais das instituições federais (21/7), ficou definido que o Andes-SN deve organizar contundente denúncia do não-cumprimento do termo de acordo, em especial no que se refere à não-edição do decreto de regulamentação da GID. Com o objetivo de pressionar o governo para cumprir o que assinou, o Sindicato Nacional deve se articular com outras entidades sindicais e com parlamentares, no Congresso e nos estados.

A reunião do Setor das Federais também indicou o engajamento de todas as seções sindicais na campanha contra a mercantilização da Educação. A categoria deve estar mobilizada para a realização de atividades conjuntas nas universidades no início de agosto

A Lei nº 10.480, de 2 de julho deste ano, que dispõe sobre o quadro de pessoal da Advocacia-Geral da União, entre outros aspectos, também mereceu a atenção dos representantes das seções sindicais. A questão, que mobilizou o Conselho Universitário da UFRJ na semana passada, será avaliada com o coletivo jurídico do Andes-SN.

O Setor das Federais aprovou ainda uma moção de repúdio à anulação, pelo Consuni da Universidade Federal de São Carlos, do concurso público de provas e títulos pelo qual João dos Reis Júnior foi aprovado por banca constituída por professores titulares da UFSCar, USP e UFF. A anulação ocorreu a pedido de candidata reprovada, cujo recurso foi negado pelas diversas instâncias da universidade até ser acatado pelo Consuni, em decisão dividida. Segundo o setor, "a decisão estabelece um precedente extremamente perigoso, posto que o concurso transcorreu na mais estrita observância à legalidade, sendo a banca constituída por pessoas nacionalmente respeitadas academicamente, na área objeto do concurso".

CAp

Segundo a professora Regina Pugliese, o Colégio de Aplicação da UFRJ vem realizando reuniões com a participação de todos os professores para discutir os critérios internos de pontuação da GID, atendendo as especificidades dos professores do colégio.

Concursados da Petrobras vão à luta pela admissão

A luta por concursos públicos ganhou uma dimensão inusitada na Petrobras. Não é segredo para ninguém os problemas que a empresa enfrenta por conta do excesso de terceirização e pela falta de mão-de-obra especializada. Apesar disso, existem cerca de 1,6 mil profissionais de nível superior aprovados em concurso de 2001 que ainda não foram convocados pela Petrobras. Os candidatos já realizaram todas as etapas, inclusive os exames médicos, mas tudo foi paralisado em função de uma briga judicial devido a mudanças no plano de previdência (pelo mesmo motivo, outros dez mil candidatos aprovados em 15 concursos anteriores para os níveis fundamental, médio e superior também aguardam convocação para o emprego).

Além disso, a Petrobras vem agindo sem transparência com os candidatos ao demorar no repasse de informações – passaram-se três meses entre os exames médicos e a comunicação oficial de que o concurso estava paralisado por uma liminar. Por tudo isso, foi marcada uma manifestação em frente ao Edifício Sede da Petrobras (Edise), nesta quinta-feira, 1º de agosto, a partir do meio-dia. O Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro está apoiando o protesto.

Jurídico

Professor do Direito processa Adufrj-SSind

O professor Agnelo Maia, da Faculdade de Direito da UFRJ, está processando a Adufrj-SSind por suposta violação de sua honra e moral. O motivo da ação foi uma denúncia veiculada pelo jornal da entidade (nº 50, 28/1/02) de que o professor teria agredido estudantes durante o processo eleitoral para escolha da direção da Unidade. A informação da agressão partiu, como foi publicado na época, dos próprios estudantes. O professor Agnelo, desde então, nunca procurou a entidade ou a redação do jornal para pedir direito de resposta ou alguma retificação da notícia veiculada, o que seria atendido, como sempre ocorre nos casos em que alguém procura a redação.

Na ação, o professor, que já foi integrante do Conselho de Representantes da Seção Sindical, não está reivindicando direito de resposta, mas um ressarcimento em dinheiro a ser calculado pela Justiça. A assessoria jurídica da Adufrj-SSind já encaminhou contestação ao processo do professor, em cumprimento às exigências legais.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos, **1ª Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes, **1ª Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard

UFRJ

Docentes reclamam de matérias sobre o IFCS

Coluna do jornal fala em condenação e penalidades que não existem no processo formal

Sem julgamento, não existe condenação; sem condenação, não existe pena a pagar. Esse princípio básico foi ignorado pela nota da coluna Informe JB publicada em 18/7 e reproduzida na coluna "Resenha" do boletim da Adufrj-SSind nº 53, de 22 de julho, na qual ex-diretores do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) são acusados por supostos superfaturamento de obras e pagamentos de serviços não realizados. Na realidade, o caso ainda está em processo de exame por uma comissão de sindicância da UFRJ e, segundo o diretor da Unidade, Franklin Trein, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) citado como fonte pelo texto do Jornal do Brasil não fala em nenhum valor a ser ressarcido aos cofres da União (como afirma a matéria).

O diretor do instituto designou, em portaria publicada no final de junho deste ano, uma comissão de sindicância para apurar a situação de acordo com a orientação da Procuradoria da universidade, ainda na gestão Vilhena. Formada pelo procurador federal Carlos Roberto de Andrade e Silva, pelo professor adjunto Aquiles Cortes Guimarães e a técnica-administrativa Enedina Serra Pinheiro, a comissão tem um prazo de um mês para conclusão dos trabalhos, prorrogável por igual período. Segundo Franklin, o parecer da sindicância pode ou não indicar abertura de inquérito administrativo, sendo este ainda um processo interno da universidade.

"Ou seja, estamos no primeiro nível do processo. A matéria do JB desconsidera tudo isso", critica o diretor do IFCS. Franklin disse que enviou para o jornalista responsável pela coluna uma carta na qual esclarece os fatos do processo em andamento na UFRJ, mas não recebeu qualquer resposta. De fato, no dia seguinte (19/7) à publicação da nota do Informe JB, o periódico voltou a se referir ao caso do instituto, com o título "TCU quer que ex-diretoras da UFRJ devolvam valor desviado". Sobre esta matéria, Franklin enviou para a redação do jornal, no dia 25, nova reivindicação para que seja ouvida a versão das pessoas do instituto, com sessenta assinaturas de professores (não só do IFCS, como colegas docentes de outras Unidades da universidade ou até mesmo de outras instituições de ensino).

Manuella Soares

NORMA BUSCO CRITICA MATÉRIAS SOBRE O IFCS NO CONSUNI

Ainda de acordo com Franklin, o relatório do TCU diz respeito às obras realizadas entre 1995 e 1998 para recuperação de salas, escoramento do teto da secretaria acadêmica e para criação da nova biblioteca do instituto. Segundo o diretor do IFCS, o procedimento do tribunal é corriqueiro e verifica a montagem dos processos e documentações relacionadas a obras realizadas. "São vários processos. O TCU citou as pessoas responsáveis e pediu a argumentação dos envolvidos (desde 1999). Para alguns casos, o Tribunal ficou satisfeito; em outros, não. Por isso, citou novamente as pessoas e encaminhou para a UFRJ o pedido de abertura da sindicância", contou.

Conselheira critica nota no Consuni

Durante a sessão do Conselho Universitário de 25/7, a representante do CFCH, Norma Musco Mendes, fez um pronunciamento, em nome dos professores do IFCS, indignada com as matérias do Jornal do Brasil. Para a professora, os textos foram tendenciosos, maliciosos e mentirosos. Norma também informou que os professores enviaram notas de repúdio à redação do jornal e pediram direito de resposta. Por ter reproduzido a nota publicada no Informe JB sobre o assunto, o jornal da Adufrj também sofreu críticas da conselheira.

Coordenação Executiva se reúne após dois anos

Reunido pela última vez em 27 de junho de 2000, o Conselho Superior de Coordenação Executiva retomou suas atividades na última terça-feira (23/7). O órgão é composto pelos decanos, pelos subreitores, vice-reitor, reitor, coordenador do Fórum de Ciência e Cultura, Prefeita Universitária e diretor do Escritório Técnico. Mais de dois anos depois da última reunião, o CSCE havia acumulado 385 processos, basicamente questões de ordem administrativa. O procedimento adotado foi homologar os numerosos processos "em bloco", à exceção dos seis primeiros, que tratavam de acordos diretos com outras instituições (como a Universidade Autônoma de Barcelona, por exemplo), e que foram relatados.

Dos 279 restantes, 219 processos diziam respeito à concessão de estágios de alunos da universidade e, mais preocupante, os outros 160 documentos tratavam de relações firmadas com a UFRJ, através da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) – o expressivo número é uma prova inequívoca da influência da fundação no cotidiano da universidade.

Plano Emergencial

Diante da possível liberação (informação extra-oficial) de R$ 10 milhões do Plano Emergencial, Lessa informou aos conselheiros que deseja adiantar as obras que puder para mostrar serviço ao MEC. A intenção dele é começar pela recuperação das instalações elétricas do Observatório do Valongo, ao custo de R$ 30 mil – item de menor valor de todo o Plano. O planejamento da recuperação dos sanitários (R$ 2,35 milhões) é outro item que já está sendo encaminhado pela reitoria em conjunto com a Prefeitura Universitária.

Vila dos Funcionários

O novo reitor também informou que pretende realizar um grande projeto conjunto das mais diversas Unidades da UFRJ (Escola de Serviço Social, Faculdade de Educação, Escola de Educação Física e Desportos, entre outras) na Vila do Funcionários. Lessa quer desenvolver a iniciativa como um plano-piloto para marcar a ação interdisciplinar de extensão dentro da universidade.

Corte nos telefones

O sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Oscar Acselrad, divulgou para os presentes a proposta de reduzir a conta de telefone da UFRJ (em torno de R$ 400 mil), com a proibição das ligações para celulares. Somente a reitoria, as decanias e direções de Unidades teriam linhas liberadas. Oscar adiantou que, após um período de quatro meses, o impacto dessa medida poderia ser reavaliado, podendo ser continuada ou não. Segundo ele, a expectativa é que a conta seria reduzida à metade com a aceitação da proposta.

Alguns decanos se manifestaram sobre o assunto, contra ou a favor, mas nada foi deliberado. Para o decano do Centro de Letras e Artes, Carlos Tannus, num país onde a telefonia celular se expandiu enormemente, mas, ao mesmo tempo, não houve a correspondente expansão da telefonia fixa, tal medida poderia prejudicar o funcionamento da universidade. "Hoje, praticamente só anoto números de celular na minha agenda", contou.

Auditórios aos pedaços

Após tanto tempo sem uma reunião formal, os novos decanos (apenas Tannus foi reconduzido ao cargo) transmitiram para a equipe da reitoria vários problemas de seus Centros. O decano do Centro de Tecnologia, Cláudio Baraúna, e a decana do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Ângela Rocha, manifestaram as preocupações com o estado de precariedade de seus principais auditórios. No bloco A do CT, há o risco de queda das placas defletoras de som; no "Roxinho" (CCMN), o local já está interditado porque as placas de revestimento do teto estão caindo.

Movimento

Comunidade prestigia cerim

Continuação da capa

estrutura e pessoal. Sanglard destacou, ainda, as dificuldades de trabalho de uma direção com poucos componentes. Dos sete integrantes originais, quatro tiveram que se afastar, por motivos pessoais e sindicais. A diretoria que encerrou o mandato fez questão de homenagear os companheiros licenciados: Maria de Lourdes Passos; Roberto Leher (este, afastado para exercer a presidência do Andes-SN até junho deste ano); Henrique Innecco Longo; e Leila Rodrigues da Silva.

Sanglard relembrou ainda a situação de intervenção da UFRJ nos últimos anos. "Todas as nossas reivindicações junto à reitoria acabavam caindo num vazio. O silêncio era sempre a resposta". Para o ex-presidente que se dispôs a continuar na linha de frente da seção sindical, a grande tarefa da universidade, hoje, é continuar a apresentar-se como um serviço público de qualidade. O diretor aproveitou a ocasião para questionar os diversos serviços que são cobrados pelas universidades públicas em função das deficiências orçamentárias impostas pelos governos.

CARLOS LESSA PARABENIZA NOVA DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND DURANTE CERIMÔNIA NA ESCOLA DE MÚSICA

Maior sindicato de professores universitários da AL

A nova presidente da Adufrj-SSind disse que a militância política sempre fez parte de sua proposta de vida e defendeu a necessidade da renovação dos quadros da entidade. Cleusa conclamou os professores da UFRJ a participarem das frentes do movimento docente local, das assembléias e fóruns de discussão e de elaboração de políticas para o movimento nos Grupos de Trabalho locais e nacionais.

Cleusa lembrou que o Andes-SN é o maior sindicato da América Latina de professores universitários e destacou a importância da inserção da categoria na luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), bandeira já defendida pelos sindicalistas do movimento.

Aposentados e cumprimento do acordo de greve

A presidente, que é professora da Escola de Serviço Social, lembrou a necessidade de ampliação da luta pela Seguridade Social e contra a privatização do setor. Cleusa chamou atenção ainda para o movimento dos professores pelo cumprimento do Termo do Acordo entre o Andes-SN, Fasubra, Sinasefe e o MEC, estabelecido na greve do ano passado. Ainda falta, por exemplo, a liberação de 600 vagas para concurso de professores das 2.000 estabelecidas no acordo. A assinatura do decreto que regulamentará a Gratificação de Incentivo à Docência (da carreira de 1º e 2º graus) é outra pendência que o MEC ainda não cumpriu.

Fundações

No âmbito da educação pública, Cleusa destacou a subordinação dos projetos do governo às orientações dos fundos internacionais (FMI e Banco Mundial) e à Organização Mundial do Comércio. A presidente acredita que se faz necessário o debate sobre a mercantilização, em especial do ensino superior, e alertou também sobre a apropriação do conhecimento pelo mercado através da atual legislação de patentes no país. Para a professora, uma das tarefas da entidade será refletir junto com os segmentos da comunidade universitária a gestão das fundações privadas e as prestações de serviços privados pelas universidades, principalmente na área da saúde e nos Hospitais Universitários.

Declarações

A vice-presidente da Regional Rio do Andes-SN e professora da UFRJ, Janete Luzia, parabenizou a nova diretoria e reafirmou as lutas do Sindicato. "Que nós possamos trabalhar juntos. Estamos em duas frentes que estão sendo atacadas: a educação e o sindicalismo", refletiu. A diretora da Aduff-SSind, Sônia Lucio, também congratulou a nova gestão "que, com certeza, enfrentará mais dois anos à frente do movimento docente nesta universidade (UFRJ)". Neuza Pinto, da coordenação do Sintufrj, parabenizou a direção que encerrou o mandato "pela garra e pela coragem de encarar junto com os demais segmentos a luta de resistência contra os quatro anos de intervenção na universidade". Neuza disse que os movimentos universitários estão "amadurecidos", trabalhando juntos, cada um com as suas especificidades, mas na mesma luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade. "Estamos juntos e continuaremos juntos, com certeza", declarou.

PÚBLICO LOTA SALA DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE MÚSICA

O presidente da Asduerj, Jorge Máximo, também parabenizou a diretoria anterior pelo "papel que desempenhou na resistência e pela retomada da democracia na universidade: "Deixo o abraço solidário da Uerj e de seus militantes". O novo coordenador do DCE Mário Prata, Márcio 'Batata', desejou sucesso à nova diretoria da seção sindical e disse não 'ver a hora' de realizar reuniões com as entidades sobre o projeto de autonomia da Andifes e contra a Alca. O presidente da AduniRio, Carlos Alberto Andrade, ressaltou a importância da democracia nas instituições: "A

ônia de posse

relação da seção sindical com as reitorias nunca é fácil, mas com um reitor eleito pela comunidade é um pouco melhor", disse.

Lessa prestigia posse da seção sindical

O reitor Carlos Lessa compareceu à cerimônia de posse da diretoria da Adufrj-SSind e disse crer que os movimentos sociais não se confundem com a estrutura da universidade e que a reitoria manterá as portas abertas, "quer no sentido operacional, ou no sentido prático: a porta de aço do gabinete já foi retirada", brincou. Para o reitor, a convivência com a seção sindical será de respeito e de cooperação, "tendo a clareza das propostas da universidade e do papel que ela cumpre na construção da nação".

Presentes na cerimônia

Janete Luzia – 1ª vice-presidente da Regional Rio do Andes-SN

Sônia Lúcio – diretora da Seção Sindical dos Docentes da UFF

Jorge Máximo – presidente da Associação de Docentes da Uerj

Cleier Marcosin - vice-presidente da Asduerj

Carlos Alberto Andrade – presidente da Seção Sindical dos Docentes da UniRio

Carlos Lessa – reitor da UFRJ

Neuza Pinto – coordenadora do Sintufrj

Simone da Silva – coordenadora do Sintufrj

Luiz Afonso – Sub-reitor de Pessoal da UFRJ (SR-4)

Marcio 'Batata' – coordenador do DCE

Carlos Minc – deputado estadual (PT)

Eliomar Coelho – o vereador (PT) enviou representação

Cláudia Santiago e Vito Gianotti – coordenadores do Núcleo Piratininga de Comunicação Sindical

Vários professores, representantes sindicais e parlamentares enviaram, ainda, mensagens de congratulações.

Substituto reivindica participação na entidade

O professor substituto da Escola de Belas Artes Ralph Cyrill Dias aproveitou o evento para reivindicar a filiação dos contratados à seção sindical. Segundo Ralph, os substitutos acabam formando uma categoria à parte. "Somos quase 50% da força de trabalho docente nas universidades públicas. Nós só não nos reunimos porque não sabemos 'quem' somos e 'onde' estamos", disse, solicitando que a Adufrj-SSind, de alguma forma, procurasse identificar estes professores e os convocassem para participação dos fóruns da entidade. "Precisamos de amparo em nossos contratos. Se o governo quiser, nos manda embora a qualquer momento", desabafou.

RALPH DIAS

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, reconheceu a precariedade das relações e das condições de trabalho dos professores contratados temporariamente. Cleusa disse que a seção sindical está de portas abertas à participação dos docentes substitutos, embora, naquele momento, houvesse dúvidas quanto à possibilidade de sindicalização. A presidente lembrou ainda a série de reuniões que a entidade promoveu durante a greve de 2001 especificamente com os substitutos. Na ocasião, o Jornal da Adufrj publicou matéria sobre o direito de greve destes professores.

Carlos Lessa se comprometeu a emitir carteiras de identificação para os professores contratados, uma reivindicação imediata dos substitutos. Segundo o professor Ralph, eles só têm os contracheques, o que demonstra a precária vinculação com a universidade.

Sindicalização de substitutos está prevista

O regimento geral da Adufrj-SSind, no parágrafo único de seu artigo 7º, estabelece as condições para a sindicalização de professores que não fazem parte da carreira do magistério ao afirmar que: "Os professores visitantes, substitutos e outros contratados sob qualquer forma pela UFRJ para exercer atividas docentes poderão, enquanto vigorar seu contrato, sindicalizar-se à Adufrj-SSind".

A festa da posse

CLEUSA SANTOS E LUCIANO MENEZES COM OUTROS PROFESSORES NO COQUETEL DA POSSE. A FESTIVIDADE FOI ACOMPANHADA POR UM GRUPO DE ALUNOS DA ESCOLA DE MÚSICA QUE SE APRESENTOU PARA OS CONVIDADOS

OS FUNCIONÁRIOS TAMBÉM FORAM HOMENAGEADOS. NA FOTO, A SECRETÁRIA ELISA JESUS RECEBE FLORES PELO GRUPO DA SECRETARIA. MANUELLA SOARES REPRESENTOU A EQUIPE DA COMUNICAÇÃO

A FESTA CONTOU COM PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS PROFESSORES DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL, DA QUAL A NOVA PRESIDENTE, CLEUSA SANTOS, FAZ PARTE

Homenagem emociona a todos

Durante a cerimônia, foi bastante emocionante o momento em que a professora Regina Pugliese foi homenageada. Regina, que se despedia da diretoria da seção sindical, após a participação consecutiva em duas gestões, recebeu flores da ex-diretora da Adufrj-SSind Rosanne Dias. A despeito de um drama pessoal (em 2001, a professora perdeu um ente querido, vítima da violência urbana), Regina continuou à frente da seção sindical até o último dia de seu mandato. "Eu fiquei para viver", afirmou agradecendo.

Colegiados

CEG quer a formalização da Copav

Conselheiros querem definir a política de distribuição de vagas para a UFRJ o mais rápido possível

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) manifestou, na sessão de 24/7, o interesse em formalizar a criação da Comissão Permanente de Alocação de Vagas (Copav) o mais breve possível. A iniciativa surgiu, não por acaso, da definição do edital de vestibular 2003. O colegiado está fechando o documento no qual é comunicado o número de vagas que cada curso da universidade vai oferecer. No entanto, uma solicitação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), que pediu uma redução de 20 vagas para alunos no curso devido às dificuldades de infra-estrutura e, principalmente, de falta de pessoal, suscitou mais uma vez o assunto da distribuição dos concursos de docentes pela UFRJ.

Com as intervenções da professora Wanda Freire, uma das representantes do Centro de Letras e Artes no colegiado e da vice-diretora da Unidade, Maria Amália, presente na platéia, a FAU fundamentou o pedido de redução na carência de docentes para cumprir as recomendações da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) do MEC. Estariam faltando cerca de 40 professores, se todos dedicassem um mínimo de doze horas para a graduação.

Wanda explicou ainda que a Unidade, no início da década de 90, aumentou sua oferta em 25% na gestão do então diretor Luiz Paulo Conde (ex-prefeito da cidade) e, logo depois, a reitoria promoveu um aumento de 20% para todos os cursos da UFRJ. "Ou seja, saímos de 160 vagas para 240, sem nenhum aporte de professores", afirmou, acrescentando que muitas aposentadorias se seguiram nos anos seguintes. Pelo documento distribuído na sessão do colegiado, mais três docentes da FAU entraram com pedido de aposentadoria recentemente. A representante do CLA comentou também que esta seria uma redução em caráter provisório.

Vários representantes de outras Unidades da universidade engrossaram o coro de necessidade de mais concursos, mas argumentaram contrariamente à redução das vagas. "Assim, vai 'estourar' o problema. Todo mundo vai querer reduzir vagas. O CCMN, por exemplo, não pede substituto, mas nem por isso deixa de sofrer com a falta de concursos", afirmou o representante daquele Centro, Cláudio Limeira. Por sete votos a três, foi negada a solicitação da FAU.

Diante das 24 novas vagas que a UFRJ ganhou graças à greve dos docentes de 2001, surgiu a proposta de privilegiar a FAU na nova distribuição. Mais uma vez, o justo "muro das lamentações" tomou conta do conselho. "Temos que pensar a política de distribuição de vagas para toda a UFRJ e com a Copav, cuja definição ainda não foi fechada. Devemos chamar uma reunião conjunta CEG/CEPG tendo esse ponto como pauta única e rapidamente", disse Ana Lúcia, representante do CFCH. Porém, dada a premência do fechamento do edital do vestibular, a data da reunião conjunta não foi acertada.

Representação estudantil se despede

A representante discente Isabel Mansur, que compunha a chapa que não foi reconduzida ao DCE nas últimas eleições, despediu-se do colegiado. Na sua intervenção, Isabel ressaltou que a direção da qual fez parte tem certeza de ter cumprido o seu papel. A professora Ana Lúcia Souto Mayor também destacou a participação da bancada discente no CEG e lembrou, em particular, da votação que adiou o vestibular, que contou com o decisivo voto dos alunos.

SIGA mais uma vez

"Para variar", o sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA) voltou a receber críticas dos conselheiros. Chegaram relatos de estudantes preocupados por se descobrirem fora dos registros do sistema. Tão ou mais grave que isso foi a descoberta de que os coordenadores de cursos podem inscrever ou retirar alunos das disciplinas de outras Unidades com suas senhas.

Vestibular

O edital do vestibular será finalizado apenas nesta quarta-feira (31/7).

Professores podem ampliar participação no vestibular

A comissão do concurso de seleção para cursos de graduação, vinculada à SR-1, quer ampliar a participação dos docentes do quadro permanente da UFRJ no vestibular. Todos aqueles que estiverem interessados em compor as comissões de elaboração das provas e as comissões de avaliação podem entregar um currículo mínimo na comissão de vestibular, situada no prédio do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), no Fundão. O prazo está aberto até 9 de agosto deste ano.

Além de ampliar a participação de docentes da UFRJ nestas comissões, o objetivo da organização de vestibular é "promover um intercâmbio entre diferentes visões de avaliação em cada área de conhecimento". A comissão do concurso solicita que, nos currículos entregues, sejam prestadas todas as informações de dados pessoais, endereços, telefones (e eventuais e-mails) para contatos posteriores.

Mais informações sobre esta iniciativa podem ser conseguidas pelo número: 2598-9421.

UFRJ

SR-1 vai apoiar assistência estudantil

Professora da Faculdade de Medicina, Sylvia da Silveira Mello Vargas já assumiu plenamente suas funções na sub-reitoria de Graduação (SR-1). Na continuidade da série de matérias do jornal da Adufrj que está apresentando as propostas da equipe de Carlos Lessa, ela informa algumas de suas primeiras medidas: organização interna da sub-reitoria e apoio à assistência estudantil. Além dessas iniciativas, Sylvia acredita que a comunidade ainda deve dar um voto de confiança ao sistema SIGA (Sistema de Gerenciamento Acadêmico) e diz repudiar distribuição de recursos da maneira como era o Prograd (Programa de Apoio à Graduação) da antiga reitoria.

A primeira dificuldade que a sub-reitora enfrentou em seu novo cargo foi como reorganizar o setor onde trabalha agora. "O funcionamento da SR-1 e da SR-2 não estava integrado. Havia uma superposição. Era difícil identificar até qual funcionário estava vinculado a cada área", disse. Sylvia não culpa o antecessor (Ricardo Gattass) pelo estado do local que encontrou, uma vez que ele acumulou as duas sub-reitorias durante bastante tempo. Também nova presidente do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), Sylvia comentou que o colegiado tem a tarefa de rever todas as suas resoluções. De acordo com ela, algumas normas precisam ser atualizadas ou simplesmente não fazem mais sentido nos dias de hoje (a resolução 01/99, que, na prática, não foi implementada por nenhuma Unidade, é um exemplo).

Outras providências da sub-reitoria dizem respeito ao vestibular. O concurso, cuja organização havia sido terceirizada pela comissão de vestibular, volta a ser de responsabilidade do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE). Neste sentido, por ser retomada sua feitura dentro da UFRJ, Sylvia acredita que possa existir uma redução das taxas de inscrição para os candidatos (a diretoria da Adufrj-SSind considera o vestibular uma atividade acadêmica e que, portanto, deveria ser totalmente gratuita).

Em relação à assistência estudantil, a professora reafirma os compromissos assumidos por Lessa durante o processo eleitoral. Já está sob domínio dos conselheiros do CEG um relatório com uma proposta de bolsas para discussão. Depois do colegiado acadêmico, Sylvia ainda vai levar o assunto para apreciação do Conselho Universitário. Além das bolsas, a sub-reitora quer melhorar as instalações físicas do alojamento e criar uma rotina de atendimento médico para os estudantes. "Se acontece uma emergência aqui no Fundão, tem que existir o atendimento aqui", disse, acrescentando que já iniciou um diálogo neste sentido com o diretor do hospital universitário, Amâncio Paulino. A fiscalização dos estágios dos alunos também é outra preocupação. "Vamos ver se esses estágios não estão tomando tempo de aula dos alunos", contou.

Sobre o Prograd, Sylvia esclareceu que não soube ainda todos os detalhes do programa, mas teve o conhecimento de que a distribuição de recursos não agradou à grande maioria. Outra iniciativa da antiga reitoria, o sistema SIGA não será substituído. Segundo ela, a implantação "foi irreversível" e trata-se de um programa "melhor que o outro". "O grande problema é que o SIGA foi implantado apressadamente e o pessoal do NCE não tem culpa disso", afirmou. Sylvia pede à comunidade um crédito para o programa e diz que "(o SIGA) será algo importante para o universidade". Apesar do sentimento de esperança, a sub-reitora já ouviu na sessão do CEG mais algumas críticas ao sistema (veja matéria acima).

Colegiados

Reitoria questiona lei que retira procuradorias das federais

Para integrantes dos colegiados superiores, legislação fere a autonomia universitária e retira poder de decisão dos dirigentes

Enquanto era o Vilhena, tudo bem. Durante quase quatro anos, o governo federal parece não ter se incomodado com o que acontecia no interior das universidades federais, em especial na UFRJ, no que diz respeito ao trabalho das procuradorias das reitorias. Muito lógico. Seus procuradores, nomeados pelo reitor-interventor, emitiam pareceres de acordo com os interesses da reitoria Vilhena que, por sua vez, representava exclusivamente os interesses dos ministérios e da presidência da República. Agora que o cenário autoritário das instituições começa a mudar, a exemplo do processo que elegeu e legitimou o reitor da UFRJ, o governo consegue aprovar no Congresso Nacional, no último dia 2/7, a Lei 10.480, que retira dos dirigentes o poder de nomeação dos procuradores das autarquias federais.

Resultado: Carlos Lessa assumiu a reitoria, demitiu o procurador nomeado por Vilhena, Alexandre Cintra, mas não pôde nomear o seu escolhido para o cargo, professor Ronaldo de Medeiros Albuquerque. Na primeira sessão ordinária do Consuni, na última quinta-feira (25/7), Lessa expôs o problema para os colegiados superiores (os integrantes do CEG e do CEPG foram convidados) e pediu o posicionamento dos conselheiros, que foram unânimes em rechaçar a legislação.

A Lei 10.480 estabelece uma Procuradoria-Geral Federal, cujos procuradores ficam subordinados à Procuradoria Geral da União, acabando, na prática, com a autonomia das autarquias e instituições federais, caso das universidades públicas. Isso significa, segundo exposição do próprio Ronaldo Alburquerque durante a sessão do Colegiado, que nem a reitoria nem os fóruns político-administrativos da universidade têm direito de tomar decisões e defendê-las perante à sociedade e aos órgãos judiciários. "Não existe mais órgão judiciário na universidade", alertou. Para o procurador indicado por Lessa, a lei é inconstitucional.

O ex-reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), Antônio Celso, participou da sessão do Consuni e disse não ter vivido este tipo de situação com o governo do Estado em sua gestão, de 1996 a 1999. O ex-reitor da estadual também concorda que a lei é inconstitucional e fere a autonomia das instituições universitárias públicas. "Acho que cabe uma ação de inconstitucionalidade para que se restabeleça o poder do reitor e seja assegurada a nomeação do procurador, como um cargo de confiança do reitor", comentou.

Manuella Soares

CLEUSA SANTOS APRESENTA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO JURÍDICO DA ADUFRJ-SSIND

Estudantes e Técnicos defendem artigo 207

O representante discente Márcio 'Batata' e o dos técnico-administrativos, Carlos Maldonado, defenderam o artigo 207 da Constituição Federal e a autonomia das instituições federais. Márcio disse que conversou com o presidente da UNE, Felipe Maia, e este garantiu o posicionamento da entidade dos estudantes contrário à legislação. Maldonado também criticou a quebra da autonomia e lembrou a Ação de Inconstitucionalidade impetrada pelas entidades nacionais Andes-SN e Fasubra, através de partidos políticos da oposição, em 1995. Na ocasião, o governo federal, durante o processo de implementação do Sistema de Administração Federal, baixou decreto que, segundo Maldonado, "chegou ao ponto de dizer que processos de ações judiciais favoráveis aos servidores, já julgadas, só seriam pagos se o governo dissesse ter condições financeiras para tal". A ADIN garantiu o respeito ao artigo 207 da CF e as entidades conseguiram limiares favoráveis ao pagamentos de suas ações. O servidor afirmou ainda que a Fasubra Sindical também estará disposta a patrocinar uma ação deste tipo contra a lei 10.480.

O representante e estudante de Direito, Renato Ludwig, lembrou que só há possibilidade de se restringir a autonomia, ainda que somente a administrativa, a partir de uma emenda constitucional. "Isto é um desrespeito ao próprio poder de reforma da Constituição", acrescentou.

Andes-SN é contra a legislação

Na sessão do Consuni, a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, reafirmou a luta do movimento docente local e nacional contra os ataques à autonomia universitária expressos, agora, na lei 10.480. A professora leu parte da avaliação preliminar da assessoria jurídica da Adufrj-SSind que também aponta para a inconstitucionalidade da Lei 10.480 (veja quadro).

O presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, informou à redação do Jornal da Adufrj, que o Setor das Federais do Sindicato, em reunião ocorrida no último final de semana, em Brasília, decidiu encaminhar a discussão sobre a legislação com a Andifes e com a Fasubra (veja matéria na página 2). O Andes-SN também está avaliando o questionamento constitucional da lei e deve realizar ação conjunta com as entidades do movimento nacional, inclusive com a OAB, para pedir sua revogação. Para Lucas, "o Andes-SN não tem nenhuma dúvida de que a lei fere frontalmente a autonomia das universidade". Segundo o professor, o setor das Federais já tomou decisão de se mobilizar contra mais este ataque do governo federal.

Procurador de Lessa vai trabalhar em seu gabinete

Como a universidade se encontra oficialmente sem procuradoria, ficou decidido, com total apoio dos colegiados, que o procurador indicado por Lessa, Reinaldo Albuquerque, trabalhará como assessor no gabinete do reitor, enquanto não houver a revogação da lei. Lessa anunciou que o advogado da reitoria estará à disposição da comunidade para qualquer encaminhamento jurídico. O reitor comunicou, ainda, que, principalmente os decanos e os diretores de Unidades poderão se reportar diretamente ao seu assessor para qualquer questão administrativa que necessite de pareceres ou consultorias.

UFRJ sediará encontro da Andifes

A próxima reunião da Andifes será nos dias 11, 12 e 13 de agosto e a UFRJ será a anfitriã. Ainda na sessão do Consuni, o conselheiro Oscar Rosa Mattos sugeriu que a reitoria aproveitasse a oportunidade para transformar o evento em um grande debate sobre a revogação da lei 10.480 e sobre a autonomia universitária. O professor sugeriu ainda o convite a entidades e parlamentares.

Lei é inconstitucional

O artigo 207 da Constituição Federal é claro: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão."

Segundo análise preliminar da assessoria jurídica da Adufrj-SSind, com a lei, a representação das autarquias passa a ser feita pelo Procurador-Federal, nomeado pelo Presidente da República (que poderá delegar tal atribuição), a partir da indicação do Advogado-Geral da União. De acordo com a lei 10.480, o Procurador-Geral poderia coordenar, fiscalizar, orientar tecnicamente o trabalho dos procuradores e também representar judicialmente as autarquias (incluindo as universidades federais) perante os tribunais superiores. "Ao estabelecer as atribuições do Procurador-Geral Federal, a referida lei repassa ao ocupante deste cargo a competência para distribuir os cargos e lotar os Membros da Carreira nas Procuradorias-Gerais ou Departamentos Jurídicos de autarquias e fundações federais (caso da UFRJ). E, mais grave, a entidade representada (no caso, a universidade) deixa de escolher seu representante judicial junto ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais Superiores!", diz o texto da análise jurídica da seção sindical.

Para o jurídico da Adufrj-SSind, a lei pode agravar o processo de controle e subordinação das universidades ao governo federal, sendo uma afronta à autonomia das instituições, garantida pela Constituição Federal no seu artigo 207.

Movimento

Adufrj-SSind vai solicitar dados funcionais do corpo docente à reitoria

A Assembléia Geral, realizada no dia 24/7, aprovou que a diretoria da seção sindical deve tentar obter os dados funcionais dos professores junto à nova reitoria da UFRJ. A iniciativa é necessária para que a entidade possa tornar sua arrecadação mais precisa, por meio do desconto em folha dos docentes da universidade. Desde meados do ano passado, por determinação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), foi transferida para as consignatárias a tarefa de informar diretamente ao Serpro os valores das consignações. No entanto, a Adufrj-SSind só pode informar o desconto de cada sindicalizado por meio de valores fixos em reais, enquanto que a administração da universidade tem acesso à rubrica de movimentação financeira, que permite informar o desconto como um percentual sobre a remuneração bruta.

Justamente pelas dificuldades de obter as informações funcionais dos docentes junto à reitoria Vilhena, não foi possível realizar os descontos sobre o décimo terceiro de 2001 e as férias de 2002.

Na transferência para o novo sistema Siape, o valor dos percentuais de desconto foi mantido na forma de um percentual por um prazo indefinido, no início. Já para a atualização mensal das consignações, a Adufrj-SSind só pode incluir ou alterar dados por valores fixos, o que hoje ainda representa uma parcela pequena do total de sindicalizados. A atualização dos dados funcionais torna-se, assim, essencial e deve ser solicitada à nova reitoria. O risco de se fazer um desconto extra, no caso das férias e do 13º salário, é retirar todos os sindicalizados do sistema automático de desconto por percentual (no Siape) e obrigar a entidade a informar o valor da contribuição de cada um dos sindicalizados de uma hora para outra. A falta dos dados funcionais atualizados dos sindicalizados poderia ter impacto significativo na arrecadação da Adufrj-SSind.

Em função da resposta da reitoria à solicitação sobre os dados funcionais dos professores (positiva ou negativa), a questão será reavaliada em nova Assembléia. Outras propostas para solucionar o problema da consignação mensal e do desconto específico dos percentuais sobre o 13º salário (2001) e férias (2002), apresentadas na AG foram: a solicitação à reitoria de inclusão de todos os sindicalizados no sistema por desconto por percentual; fazer ou não o desconto sobre o 13º salário de 2001 e as férias de 2002 – se forem feitos, sobre que valores de remuneração: atuais ou da época exata em que deveriam ter sido feitos, considerando a situação precisa funcional e salarial do docente; e, por fim, como tratar o desconto sobre 13º e férias daqui em diante: tentar fazer os descontos na época devida como contribuição adicional ou alterar o percentual sobre a remuneração mensal para compensar a perda de arrecadação sobre o 13º e férias, sem cobrança adicional em separado.

Encaminhamentos do Setor das IFES

Foram dados informes relativos à reunião do Setor (veja matéria na página 2).

Prestação de contas 2001

Esta matéria ainda não havia sido aprovada pelo Conselho de Representantes e, a pedido da diretoria, foi retirada da pauta.

Atribuições e funções da nova diretoria

Provisoriamente, enquanto pelo menos um dos cargos de secretaria não for preenchido, o 1º vice-presidente, Luciano Menezes, vai acumular as funções e atribuições de 1º secretário. O item foi aprovado por unanimidade na AG.

Posse da diretoria 2001-2003

Foi informado o resultado da eleição homologado pelo Conselho de Representantes no dia 3 de julho deste ano. Em seguida, foi lida, aprovada e assinada a ata de posse. O mandato desta diretoria terminará em 15 de outubro de 2003.

Anote

Fórum sobre paternidade

A Maternidade-Escola e o Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, do Instituto de Psicologia da UFRJ, vão realizar no dia 7 de agosto um Fórum de Debates sobre Paternidade, no auditório do CFCH, a partir das 9h. As inscrições serão feitas no local.

Organização contra a Alca a pleno vapor

As perguntas para o Plebiscito Nacional sobre a Alca, que ocorre na Semana da Pátria (1 a 7 de setembro), já estão prontas. São elas: "1 – O governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca?"; "2 – O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca?" e "3 – O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos EUA?". Os votantes, apenas aqueles com mais de 16 anos, poderão participar com qualquer documento de identificação. A apuração nacional será realizada até o dia 14 de setembro. Finalmente, nos dias 17 e 18 de setembro, em Brasília, vai acontecer um grande ato de divulgação dos dados do Plebiscito.

DCE

Nova direção do DCE toma posse

A nova direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE) tomou posse na tarde do dia 24 de julho, no auditório do Quinhentão (CCS). Os novos coordenadores gerais da entidade são: Márcio Sá "Batata" (Licenciatura em Química); Vinícius de Assis (Engenharia) e Alessandro Pacheco (Letras). Os novos representantes do DCE têm assento a partir do dia 24 nos colegiados CEG e Consuni.

Durante a posse, o 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, marcou presença e saudou os estudantes: "Em nome da Adufrj-SSind viemos dar as boas vindas à nova diretoria do DCE e desejar que o trabalho conjunto das entidades representativas da UFRJ continue sendo feito na defesa do ensino público, gratuito e de qualidade no país. Nesse momento em que a Reitoria da UFRJ se propõe a respeitar os colegiados superiores, que a nossa união não mais permita que a UFRJ viva momentos de autoritarismo e desrespeito como nos últimos quatro anos", disse.

Resenha

HU tem 900 funcionários terceirizados

Um dos principais hospitais federais do país, o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) apresenta déficit de 2 mil funcionários. Para resolver essa deficiência de pessoal, a unidade vem aplicando recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) na contratação de funcionários terceirizados, o que é irregular. Com cerca de 900 terceirizados, o HU gasta mensalmente R$ 850 mil, de acordo com matéria da Folha Dirigida.

Cortes afetam a ciência

O JB, em matéria de 22/7, mostra que os cortes no orçamento federal deixaram a Ciência nacional em situação crítica. Houve uma redução de 31% dos recursos do MCT deste ano. Como exemplo da crise, a concessão de novas bolsas de estudo pelo CNPq está suspensa desde março. Do montante inicial, aprovado e fixado em R$ 2,6 bilhões – fora verba suplementar de R$ 182 milhões -, escoaram R$ 810 milhões, em dois cortes.

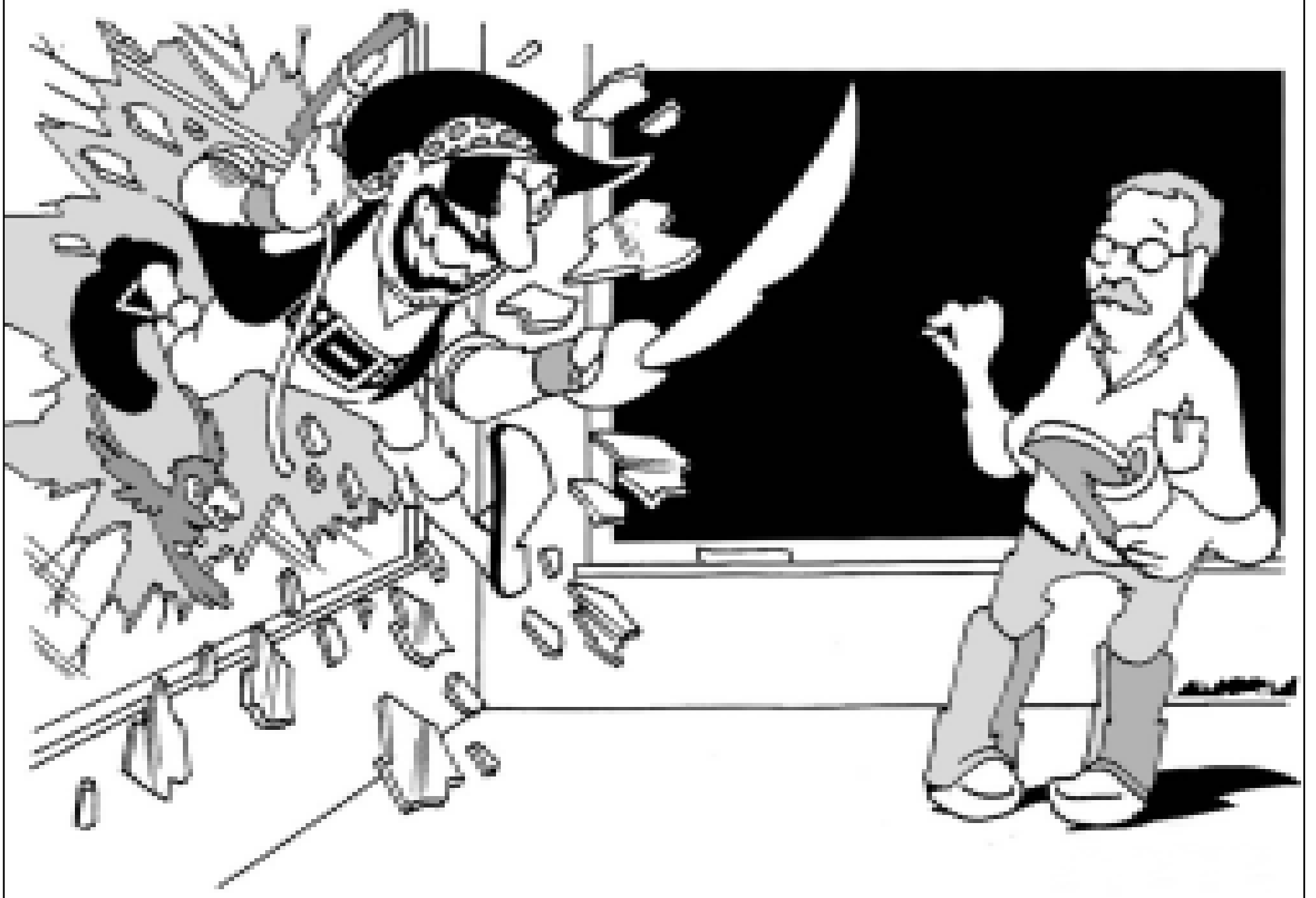
Inpe enfrenta dificuldades

O Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe) recebeu recentemente uma verba emergencial de R$ 9 milhões para todas as suas despesas até o final do ano. O dinheiro, no entanto, só dá para pagar os custos fixos até outubro, de acordo com o diretor da instituição, Luiz Carlos Moura Miranda. O orçamento do Inpe este ano é de R$ 88 milhões (24% menos que em 2001), mas até agora o Instituto só recebeu R$ 24 milhões. Os cortes, óbvio, provocaram o adiamento de alguns projetos, informa a Gazeta Mercantil (23/7).

Em sinal de alerta com a Lei de Inovação

O ministro da C&T, Ronaldo Sardenberg, diferente das previsões anteriores, confirmou que vai enviar em agosto ao Congresso o projeto de lei da Inovação – antes, ele queria que a proposta chegasse aos parlamentares até o início de julho. O texto do ministério tem como objetivo incentivar a ida dos pesquisadores para a iniciativa privada, sem perda do cargo acadêmico. Hoje, 80% dos 7 mil cientistas no Brasil estão nas universidades, de acordo com matéria de O Estado de SP (20/7). O Andes-SN já se manifestou contrariamente a este projeto e (veja agenda sindical) fará um seminário de C&T para discutir mais o tema e elaborar estratégias de enfrentamento.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
ENCARTE AUTONOMIA
EDIÇÃO DE 29 DE JULHO 2002



Considerações gerais do Andes-SN sobre o projeto de Lei Orgânica de Autonomia da Andifes

Após um período em que o MEC teve de se colocar na defensiva em virtude da greve nacional dos docentes e dos técnicos-administrativos, ressurge, por meio de outros sujeitos, no caso, reitores das IFES reunidos na ANDIFES, mais um projeto que dispõe sobre a autonomia. Os reitores apresentam uma agenda que, independentemente dos objetivos de seus proponentes, seguramente será comemorada pelos adversários da educação pública alojados no MEC e no CNE.

Os itens esparsos condizentes com a defesa da educação pública superior seguramente desapareceriam caso o referido projeto de lei venha a ser submetido ao parlamento. Em uma tramitação fria, sem mobilização, certamente o peso da maioria conservadora se faria sentir, visto que a correlação de forças no Congresso Nacional é francamente favorável ao governo, mesmo com as arestas entre os seus diversos blocos. Ainda que o improvável ocorresse, seguramente seriam vetados pelo presidente como ocorreu no Plano Nacional de Educação.

Apesar de pretender regulamentar a autonomia com o fito de operacionalizar a conquista constitucional, o presente projeto de lei orgânica nada define além do que já está estabelecido pela Carta Magna. O que o projeto tenta operacionalizar de novo é justamente o que a Constituição proíbe que a universidade faça em nome de sua autonomia, como: I) a cobrança de taxas e mensalidades em diversas modalidades de pós-graduação e extensão, II) a contratação de pessoal fora do RJU, e III) fragmentação da carreira docente das IFES. O preceito constitucional da gestão democrática, com a criação do Conselho Superior das IFES, um conselho basicamente constituído pelas administrações universitárias e pelo Executivo, dotado de amplas prerrogativas, se dissiparia como fumaça ao vento.

Ademais, torna orgânicas as criticáveis fundações de apoio de direito privado e a venda de serviços. O projeto

institucionaliza a terceirização e a contratação precária por meio do emprego público, em termos muito semelhantes aos previstos no PL de Inovação Tecnológica do MCT.

Não menos importante, o projeto cria um novo sistema: o Sistema de IFES, quebrando ainda mais a necessária unidade do sistema público de educação em todos os níveis.

Em um momento em que as verbas vinculadas da União são subtraídas por fundos de estabilização fiscal, o projeto estabelece a sub-vinculação orçamentária das verbas para as IFES, projetando-lhes um futuro incerto. A seguir a orientação neoliberal e, por conseguinte, o círculo infernal do pagamento das dívidas interna e externa, não é preciso muito esforço para concluir que a ameaça do ministro Paulo Renato de que, num prazo de cinco anos, as IFES teriam de cobrar mensalidades, tornar-se-ia uma dura realidade.

Comparado com o projeto de lei que a Andifes apresentou em 1999, o projeto atual é ainda pior, pois acrescenta alguns itens que tornam mais explícito o fim da gratuidade nas IFE (art. 3º item XII e art. 27), além de regulamentar a existência das Fundações de apoio e a venda da prestação de serviços por meio s da inclusão de um capítulo inteiro no projeto atual (Cap. VIII), os demais capítulos e artigos são mantidos na íntegra.

Cap. I - Sobre a natureza jurídica

Mantém na íntegra a versão do projeto de 1999. A universidade federal passará a ter uma personalidade jurídica especial, sem especificar qual, abrindo possibilidade de ser transformada (num futuro próximo) nas "organizações sociais" (conforme prevê a Reforma do Estado de Bresser Pereira)

As universidades públicas federais passam a assumir o status de ente jurídico de direito público denominado Universidade Pública Federal (Art.1) e seriam regidas por seus estatutos (Art.2).

Os estatutos, segundo a proposta da Andifes, estariam fundamentados pelo presente projeto de lei e não diretamente pela CF, distintamente da posição do Andes-SN que compreende que a autonormação e a autogestão (autogoverno) têm como fundamento o "gozo da autonomia" conforme o Art. 207, CF. Diferentemente da Andifes e do MEC, o Sindicato não defende que uma lei infraconstitucional delimite o alcance da AUTONOMIA visto que o Art.207 - em suas relações com os demais preceitos constitucionais - é, para o Andes-SN, "bastante em si".

Do documento preliminar da Andifes advêm problemas sérios como, por exemplo, a definição de que "a participação dos docentes é majoritária nos Conselhos" (Art.2, I, II). Cabe ressaltar que estes são as instâncias que deliberam sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como sobre a administração e (o que é omitido pelo projeto) a gestão financeira e patrimonial. Para o ANDES-SN, cabe ao estatuto definir a forma de participação, desde que obedeça ao princípio constitucional da "gestão democrática".

Cap. II – Dos Princípios e das Finalidades

O texto preliminar da Andifes (Art. 3) elege 12 princípios, todos redundantes em relação aos princípios da CF, **exceto** o último que restringe o princípio da gratuidade aos cursos regulares (graduação e pós-graduação acadêmica (SIC!): mestrado e doutorado). Essa restrição da gratuidade não constava na versão apresentada em 1999, de forma tão explícita como no projeto atual. Desse modo, mesmo contrariando a CF, o projeto admite a cobrança de taxas escolares na pós-graduação *lato sensu* e no mestrado profissionalizante (quiçá, no futuro próximo, no doutorado profissionalizante) além da cobrança de taxas para diversos serviços e atividades realizados pela universidade (art. 27).

Quanto às finalidades. Novamente, nada diferente do contido na CF.

Cap. III – Da Autonomia

O Art. 5 repete, com alguns ajustes, o caput do Art. 207 da CF. A seguir (Art. 6), repete o preceito da CF de liberdade de pensamento, declara a necessidade de "autogestão racional de seus recursos" e, finalmente, define que a autonomia didático científica diz respeito aos fins e a administrativa e de gestão financeira são meios para que os fins possam ser alcançados. Nada além de discursos circulares sobre o disposto na CF.

Seção I – Da Autonomia Didático-Científica

Novamente, discursos circulares (Art.9). Depois estabelece o que hoje já se encontra disposto na LDB sobre a criação de cursos e a definição de currículos, objetivos, vagas, calendários, conferição de graus, diplomas e outros títulos, normas de seleção. Nenhuma novidade em relação ao já assegurado na CF. Submete, no entanto, a autonomia à "legislação aplicável ou legislação pertinente", ou seja, reduz a autonomia garantida na CF submetendo-a a legislação inferior como a LDB e à lei de diretrizes curriculares etc.

Seção II – Da Autonomia Administrativa

O Art. 11 pretende discriminar o escopo da autonomia administrativa – a abrangência da capacidade de autonormação – destacando as normas para a escolha de dirigentes e para a administração de recursos humanos e materiais. A seguir (Art.12), elege outras prerrogativas advindas da autonomia administrativa. A exemplo da LDB – vivamente combatida pelo FNDEP - prevê o estabelecimento de "planos de carreira e de remuneração de seu quadro de pessoal, no limite de sua capacidade orçamentária" (VI), retomando os termos do Projeto de Lei (abril de 1999) elaborado pela Andifes, rompendo com a carreira única das instituições federais e condicionando qualquer reajuste salarial ao crescimento das receitas, uma hipótese difícil de se concretizar quando outras despesas vinculadas não param de crescer, como os juros e os serviços da dívida. Atrela, assim, a expansão e a qualidade à captação de verbas externas via contratos, acordos e convênios, uma vez que o montante a ser repassado é insuficiente para manter a atual oferta. Além disso, apresenta contradições entre artigos que tratam da mesma questão. Enquanto no item VI do art. 12 afirma que serão estabelecidos planos de carreira e de remuneração diferenciados por instituição condicionando-os à capacidade orçamentária de cada uma, no art. 19 do mesmo projeto remete a uma lei especial a instituição de planos de carreira únicos submetidos ao RJU. Na versão de 1999, no caput do art. 19, que trata do plano de carreira, estabelecia a instituição de regime jurídico próprio, expressão essa retirada na versão atual mantendo, entretanto, a defesa de carreiras diferenciadas por instituição, representando um desrespeito ao projeto de CARREIRA ÚNICA do Andes-SN (apresentado ao MEC por diversas vezes).

Ainda no artigo 12, o item XII define que "caberá à universidade estabelecer regulamento próprio para contratos administrativos referentes a obras, serviços, compras, alienações e locações". Ao analisarmos o art. 36 das disposições finais e transitórias, teremos uma visão mais concreta das intenções dos reitores. Nesse artigo, remetem à Lei n.º 8.666 (que regula os processos de licitação) o acréscimo de um inciso ao artigo 24, que trata das isenções de licitação (cujo caput é intencionalmente omitido), ou seja, a pretensão é a de LIBERTAR as IFE de qualquer CONTROLE PÚBLICO "*nas compras ou contratações pertinentes a serviços de natureza singular, medicamentos, suprimentos e equipamentos hospitalares ou aqueles destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão, adquiridos no mercado interno ou externo, mediante justificativa pormenorizada, desde que integrem projetos de ensino e pesquisa ou extensão e que o preço contratado seja compatível com o mercado*". Abrem-se assim, brechas para todas as formas de corrupção e suborno em detrimento a possibilidade de uso mais rápido e racional dos recursos financeiros.

Seção III – Da Autonomia de Gestão Financeira e Patrimonial

Nesta seção, são previstas como receitas a serem geridas as verbas vindas da União, as doações e as verbas próprias, geradas pela própria instituição (Art. 13 e Art.14, IV) por meio da venda de serviços ("cooperação financeira com entidades privadas", Art.14, IV) e cobrança de mensalidades nos cursos *lato sensu* e nos mestrados profissionalizantes, por exemplo. Entre outras ações, assegura a liberdade de trabalhar o **orçamento globalmente**, podendo remanejar recursos entre todas as rubricas (II). Desse modo, verbas de pessoal poderiam ser deslocadas para outros custeios de capital, contrariando as posições do Andes-SN. A intenção é clara: REDUZIR SALÁRIO EFETIVO E POSSIBILITAR A COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL por meio de "ADICIONAL VARIÁVEL" de acordo com a "PRODUTIVIDADE" de cada servidor na venda de serviços da instituição.

Ainda o item VI do art. 14 dá liberdade às IFE em "realizar operações de crédito e prestar garantias", ou seja, a instituição poderá PENHORAR O PATRIMÔNIO PÚBLICO SEM AUTORIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL como hoje é exigido já que seus bens patrimoniais são propriedade pública.

Cap. IV – Do Sistema de IFES

O Art.15 define o Sistema de IFES como as instituições criadas ou incorporadas e mantidas pela União e estende a autonomia – didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, conforme os termos do projeto de Lei Orgânica – para as IFES não universitárias o que fere a constituição federal.

Desse modo, as atuais escolas isoladas e centros universitários teriam seu grau de autonomia ampliado. Merece estudos adicionais a inclusão no sistema das instituições "mantidas" pela União.

A noção de sistema de IFES fraciona o sistema público de educação, separando educação superior, básica, infantil e profissional.

Seção I – Do Conselho Superior

O Art.16 estabelece para o sistema, um conselho superior, com o objetivo de: manter a sua unidade, integrar as políticas orçamentária, financeira e administrativa e coordenar a interlocução com o Executivo.

Este conselho proporia os modelos de distribuição orçamentária, elaboraria o orçamento, orientaria as políticas de gestão de pessoal e planejaria a expansão (e as necessidades financeiras) do sistema (art.17).

A composição seria a seguinte: cinco representantes das universidades federais, distribuídos regionalmente, dois das demais IFES, um dos dirigentes das IFES, um do Executivo, um da comunidade científica, um do CNE. Em suma, 8 dirigentes das IFES, 1 do CNE (um órgão de governo), 1 do Executivo e 1 da comunidade científica, totalizando 11 membros: uma Andifes levemente ampliada. E ainda, o processo de escolha dar-se-á pelos próprios dirigentes negando a participação da comunidade o que se contrapõe aos princípios democráticos que o Andes-SN defende, que asseguram a participação da comunidade em todas as instâncias deliberativas de decisão. Em nossa proposta para a Universidade Brasileira (Caderno 2, p. 48) defendemos a criação de um Conselho Interuniversitário constituído por 21 membros que devem ser eleitos de forma direta com a participação dos três segmentos da comunidade universitária, garantindo o princípio de ampla representação.

Seção II – Dos Planos de Carreira e do Regime Jurídico

Como já destacamos anteriormente, o Art. 19 está em contradição com o Art.12, VI (que permite carreiras diferenciadas por instituição), estabelecendo – por Lei especial – planos de carreira únicos respectivamente para os docentes e para os técnicos-administrativo. Os Planos de carreira devem dispor sobre: estruturas de cargos de provimento permanente com garantia de isonomia de vencimentos e de estabilidade e ingresso por concurso público de provas e títulos. A progressão, na proposta da Andifes, conjuga tempo de serviço com desempenho ou titulação, não restando claro se o desempenho pode suprir a titulação. Prevê também forma de provimento temporário (cargos comissionados), direitos e deveres, jornada de trabalho, procedimentos disciplinares, um plano institucional de

capacitação de recursos humanos e, ainda, a contratação temporária sem qualquer processo seletivo público. Apenas os servidores EFETIVOS seriam contratados pelo RJU.

A política de gratificações passaria a ser orgânica, prevendo adicionais variáveis não incorporáveis aos vencimentos e nem à remuneração. Com isso, a prestação de serviços seja na universidade, seja nas fundações, ficaria legalizada pela presente lei. O pagamento dessas gratificações deverá ser na forma de pagamento a serviço de terceiros pessoa física (quando efetuado diretamente pela instituição) com verbas arrecadadas pelo serviço prestado (Art. 20, parágrafo único), o que hoje não é permitido para o servidor público. Além disso, somente após cinco anos de promulgada essa lei, é que poderá haver suplementação de recursos para pagamento de pessoal, condicionado a um processo de avaliação quantitativa, o que significa na prática CONGELAMENTO DO SALÁRIO EFETIVO POR 5 ANOS, podendo, no entanto, o servidor que tiver MAIOR EMPENHO NA VENDA DE SERVIÇOS DA IFE, receber "penduricalhos" NUNCA INCORPORÁVEIS AO SALÁRIO ou à REMUNERAÇÃO. Com isso, muda-se a lógica da instituição que passará a PRIORIZAR as atividades que possibilitarem MAIOR ARRECADAÇÀO de RECURSOS EXTERNOS, instituindo-se a LÓGICA COMPETITIVA ENTRE docentes e técnicos-administrativo pela DISPUTA por SERVIÇOS QUE O MERCADO PAGAR MELHOR. O ensino de graduação e a pós-graduação "gratuitos" serão SECUNDARIZADOS em detrimento das atividades que proporcionarem maiores "GANHOS INDIVIDUAIS".

Seção III – Do Financiamento

O projeto retoma o projeto de financiamento do MEC (PROJETO DE LEI de 14/10/99 - Dispõe sobre o financiamento, a organização e a administração das universidades federais). Estabelece (Art.21) a subvinculação da receita proveniente de impostos, conforme o Art. 212 da CF (75% dos 18% das receitas de impostos da União).O texto pretende salvaguardar o financiamento de perdas, definindo que os recursos não poderão ser inferiores ao orçamento do exercício anterior. Estabelece, também, acesso das IFES e do Conselho ao SIAFI, SIDOR, SIPRAR.

A lei orçamentária deverá prever 95% das verbas para manutenção e desenvolvimento das IFES e 5% para a expansão e melhoria da qualidade (Art.22). O Art.23 define critérios de distribuição desses recursos, incluindo, como quer o Banco Mundial, indicadores de produtividade (alunos, tempo de permanência etc.) – isto é, a chamada eficiência – e a avaliação. Novamente temos a vinculação entre financiamento, produtividade e avaliação. O cômputo de cada instituição será regulamentado pelo Conselho Superior que poderá não assegurar os 5% de recursos para uma dada instituição (Art.23). Na prática, representa uma capitulação da Andifes ao modelo de EXCELÊNCIA do MEC, que nada mais é do que uma cópia do modelo defendido, desde 1991, pelo então Ministro GOLDEMBERG, que propôs, também, um número fictício da verba a ser repassada pela União e que era insuficiente para a manutenção das IFE (tanto do custeio como da folha de pessoal).

O custo da folha dos aposentados e pensionistas deverá ser arcado por rubrica própria do Tesouro, não compondo os recursos provenientes da subvinculação acima mencionada, compondo, porém, a proposta e a execução orçamentárias das IFES (Art.24). Com isso, joga os aposentados no limbo, inclusive com a possibilidade de reajustes diferenciados entre ativos, aposentados e pensionistas.

O orçamento das IFES, como já destacado, será global, podendo haver movimentação de recursos entre as diversas rubricas, inclusive a de pessoal para OCC e vice-versa. O projeto tenta salvaguardar o custeio da folha de pagamento, preconizando que os recursos financeiros mensais assegurarão, no mínimo, as despesas de pessoal e custeio básico. Entretanto, tal garantia é uma falácia, na medida em que FIXA no artigo seguinte (art. 26) um percentual mínimo de 15% para as verbas de OCC o que é incompatível com o custeio de folha de pagamento de pessoal, pois não se pode estabelecer um RECURSO FIXO(85%) para o pagamento de salários por conta de nossa carreira. É importante ressaltar que, desde 1984, os gastos de pessoal têm oscilado entre 87% (1998) e 96% (1989), ora, ao FIXAR em 85% os gastos com pessoal, haverá, na prática, a redução de salários dos servidores (o que é possível legalmente na medida em que cerca de 75% do salário atual corresponde a gratificações que podem ser reduzidas). Além disso, somente após 5 anos, se os recursos de pessoal ultrapassarem 85% do total, por meio de avaliação do Executivo, mais verbas deverão ser disponibilizadas pela União (Art.26). Novamente, a avaliação empreendida pelo governo é elevada a critério de distribuição de recursos financeiros. A avaliação é utilizada, desse modo, como instrumento coercitivo para ajustar as universidades aos parâmetros governamentais. A proposta de Orçamento Global significa concretamente REDUÇÃO DE SALÁRIO, DESTRUIÇÃO DA CARREIRA E DEMISSÃO.

As universidades poderão estabelecer valores e preços destinados a remunerar serviços, atividades e cursos. O fim da gratuidade alcança atividades como documentos, diplomas, concursos, taxa de matrículas e mensalidades em cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e mestrado profissionalizante e outras atividades definidas pelo conselho superior de cada universidade federal (Art.27). Como já apontado, o fim da gratuidade tornar-se-ia orgânico, caso o projeto fosse aprovado.

Cap. V – Das Relações das Universidades Públicas Federais com as Fundações de Apoio

Não previstas na definição conceitual do Art.207 da CF, nem nos demais dispositivos constitucionais, as fundações de direito privado são tratadas no projeto (num capítulo inteiro-Cap. VIII) na perspectiva de serem tornadas orgânicas, avançando no modelo privatizante já conhecido nos projetos anteriores do MEC. As diversas modalidades de serviço (cursos de especialização, prestação de serviços, mestrados profissionalizantes etc) à venda no mercado têm, assim, os seus *locus* definidos: as fundações de apoio (Art.28). O projeto autoriza os servidores a atuarem nessas fundações com remuneração das mesmas, embora vede a sua incorporação e o uso do tempo da jornada de trabalho regular (Art.29). A exemplo do Projeto de Inovação Tecnológica do MCT, as fundações poderão contratar pessoal no regime de emprego público (Art.29). Na prática, poderá haver contratação ou demissão em qualquer caráter e a qualquer tempo em função da execução dos contratos estabelecidos, sem concurso público ou qualquer processo de seleção pública, o que permitirá todo tipo de prática POPULISTA, NEPOTISTA, RETALIADORA ou ELEITOREIRA sem qualquer possibilidade de CONTROLE DIRETO. Por meio das fundações, a universidade poderá terceirizar os diferentes concursos, entre outras atividades (Art. 32).

Ora, para que tornar orgânica as fundações de apoio se pelo projeto as IFE terão LIBERDADE para: REMANEJAR RECURSOS; contratar pessoal docente e os técnicos-administrativo por tempo determinado; efetuar pagamento adicional para pessoal; contratar serviços, comprar equipamentos e materiais SEM LICITAÇÃO; PENHORAR BENS e PATRIMÔNIO sem aprovação do Congresso Nacional; realizar APLICAÇÕES FINANCEIRAS, etc. (tudo o que hoje só é permitido às fundações realizarem)?

Cap. VI – Das Disposições Finais e Transitórias

O projeto cria uma diferenciação jurídica entre as universidades federais e as instituições federais de ensino superior não-universitárias. As primeiras passariam a assumir o status de ente jurídico de direito público denominado Universidade Pública Federal. As demais manteriam o seu diploma legal atual (Art.33). Os recursos para o pagamento de precatórios vencidos antes da promulgação da presente lei serão de responsabilidade do Tesouro, não compondo as verbas estabelecidas pelo Art. 212 da CF.

***

O documento preliminar da Andifes retoma seu antigo projeto de lei orgânica para regulamentar a autonomia das universidades, jogando água no moinho da política governamental. A regulamentação do Art.207, CF, contrapõe-se às deliberações congressuais do Andes-SN, que defendem a tese, vigorosamente fundamentada no campo jurídico, de que a autonomia é um preceito constitucional de eficácia completa. Para garantir o exercício da autonomia universitária é preciso apenas aplicar o disposto no corpo da Carta Magna: disponibilizar recursos públicos orçamentários, segundo critérios estabelecidos pelas IFES, para as autarquias e fundações públicas; assegurar a gestão democrática; assegurar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; obedecer aos princípios da publicidade e da impesso-alidade; assegurar a carreira única nacional; garantir a gratuidade nos estabelecimentos oficiais, enfim, cumprir a Constituição Federal.

Cabe aqui um esclarecimento sobre a autonomia das universidades estaduais paulistas, utilizadas como exemplo pelos defensores da necessidade de regulamentação da autonomia. É importante ressaltar que, tanto na constituição estadual de São Paulo como na do Rio de Janeiro, foi repetido na íntegra o art. 207 da CF, não existindo de fato nenhuma LEI DE AUTONOMIA. A tão propalada legalidade da autonomia das estaduais paulistas consiste num DECRETO do governador do Estado que estabelece exclusivamente o percentual de ICMS do Estado de S.P para as três IEES, inicialmente estabelecido em 8,4%,insuficientes para garantir a sustentação dessas instituições. Após várias pressões dos movimentos organizados dessas IEES, principalmente por meio da realização de sucessivas greves, conseguiram alterar o percentual para 9,57% o que ainda é insuficiente para garantir a manutenção e expansão dessas instituições. O exercício da autonomia das estaduais paulistas e da UERJ foi definido nos estatutos dessas IEES, deliberado internamente com a participação da comunidade universitária, inclusive não tendo que adaptar seus estatutos à LDB , por gozarem efetivamente de AUTONOMIA como estabelece a CF (à exceção da Unicamp que, por uma decisão de seu Conselho Universitário deliberou pela adaptação de seu estatuto à LDB).

Em síntese, a essência do projeto de Lei Orgânica das IFE, defendido por setores da Andifes nada mais é do que a REGULAMENTAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO INTERNA DAS IFE a ser materializada por meio: da defesa da AUTONOMIA FINANCEIRA em lugar da AUTONOMIA DE GESTÃO; da diversificação das FONTES DE RECURSOS para atuarem no MERCADO INTERNO E EXTERNO (adequando-se à decisão da OMC); do estabelecimento da competição intra e extra institucional como qualidade fundamental; da instituição de carreiras e salários diferenciados entre os servidores docentes e os técnicos-administrativo das IFE e pagamento por serviço; liberdade total para a compra de equipamentos e materiais e estabelecimento de contrato de serviços sem qualquer CONTROLE PÚBLICO, dentre outras medidas. O projeto de autonomia significa, enfim, GERENCIAMENTO EMPRESARIAL das IFE com o estabelecimento de relações reguladas pela esfera do PRIVADO, sendo TOTALMENTE INCONSTITUCIONAL e INDEFENSÁVEL NO PLANO ÉTICO.

Reafirmamos nossas deliberações congressuais, conclamando todos os docentes das IFE a "defender a auto-aplicabilidade do art. 207 da CF e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, combatendo qualquer proposta de legislação infra-constitucional ou de Emenda Constitucional que tenham por objetivo regulamentar a autonomia universitária com vista ao desmantelamento das IFE e viabilizam a consolidação de diferenciações entre as instituições, implicando a ruptura da possibilidade de se atingir o padrão unitário de qualidade conforme defendemos na Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira (Caderno 2)"

Brasília, 17 de junho de 2002.

Diretoria do ANDES-SN, com contribuições do GTPE/CARREIRA e do Setor das IFES)

PQI - Plano de Qualificação Institucional

Ingerência do MEC na autonomia universitária e a desqualificação do docente na qualificação institucional (análise do Andes-SN)

O Andes-SN defende uma proposta para a universidade brasileira historicamente construída, baseada na autonomia e democracia das instituições universitárias e na constituição e implementação de um padrão unitário de qualidade para a universidade brasileira.

Um dos elementos centrais dessa proposta é o Plano de Carreira Única para todos os decentes das Instituições de Ensino Superior (IES) nos três níveis, fundamentada nos seguintes princípios: a) unificação da carreira para os docentes das IES que atuam em todos os níveis de ensino nas redes federal, estadual, municipal e particular; b) ingresso na carreira apenas por concurso público; c) admissão nas IES públicas pelos regimes estatuários vigentes nas três esferas da administração; d) exigência de titulação como principio essencial na estruturação da carreira; e) progressão na carreira adotando critérios de avaliação de desempenho acadêmico e titulação; f) progressão para o último estágio por concurso interno; g) exigência de uma política de capacitação docente com suporte para efetivação da proposta de carreira; h) avaliação do corpo docente para garantir processo contínuo de capacitação nas IES; i) atribuições acadêmicas especificas para as diferentes classes; j) adoção do regime de dedicação exclusiva para as diferentes classes; i) adoção do regime de dedicação exclusiva como regime preferencial na contratação do docente nas IES; m) adoção de regime semanal de trabalho de 20h ou de 40h, neste caso, como dedicação exclusiva; n) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o) adoção do projeto do Andes-SN como referência para quaisquer critérios para implementação da carreira; p) isonomia de remuneração entre as IES; e q) previsão de um período de transição para a proposta de carreira do Andes-SN.

Estes são princípios norteadores caros ao Movimento Docente que afirma ser vital a unificação das condições de pesquisa, ensino e trabalho, destacando-se aí a questão da Careira.

Os eventos nacionais do Andes-SN vêm investindo para avançar na construção do projeto de carreira única e de diretrizes para a elaboração de um Plano Nacional de Capacitação Docente (PNCD) na perspectiva do Padrão Único de Qualidade.

No 27º Conad, Pelotas, novembro de 1993 e no 13º Congresso em Viçosa/MG, fevereiro de 1994, foram elaboradas diretrizes para a construção de um PNCD e um Projeto de Carreira Única com base nos princípios defendidos pelo Movimento Docente. No 15º Congresso de Santa Maria, fevereiro de 1996, foram aprovadas as diretrizes para o Plano Nacional de Capacitação Docente.

O Plano Nacional de Capacitação Docente é uma condição indispensável para a superação de processos de desqualificação do trabalhador, em seus processos de formação acadêmica continuada e do modelo dos "centros de excelências", que têm como perspectiva a defesa do Padrão Único de Qualidade.

Na proposta do Movimento Docente já protocolada nos Ministérios – MEC e MPOG –, a responsabilidade do Estado como estimulador, fomentador e coordenador dos Planos e Projetos das IES é concebida como central, uma vez que os recursos públicos constituem-se no aporte fundamental para as universidades brasileiras.

O Projeto do Andes-SN prevê:

a) atender a TODOS OS DOCENTES das IES públicas e privadas;

b) ter caráter permanente que garanta um padrão único de qualidade, respeitando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

c) priorizar os programas de pós-graduação *stricto sensu;*

d) avaliar os programas permanentemente;

e) dotar o PNCD de critérios que garantam cooperação interinstitucional visando à implementação de programas de pós-graduação;

f) garantir às IES a existência de quadros de forma a possibilitar 20% dos seus docentes em programas de pós-graduação e, com base no PNCD, as instituições estabelecerão seus Planos Institucionais de Capacitação, respeitando o que dispõe a Lei;

g) garantir nos orçamentos anuais da União, dos Estados e dos Municípios recursos financeiros suficientes para a manutenção e participação dos docentes no PNCD.

Segundo a Capes os programas destinados à qualificação docente são institucionais, ou seja, administrados pelas próprias instituições e diversificados.

A Capes aporta recursos às instituições de ensino para a qualificação de seu corpo docente por meio dos programas abaixo:

Instituições Públicas de Ensino Superior:

· Programa de Qualificação Institucional (PQI)

· Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT)

· Programa de Mestrado Interinstitucional (MINTER)

Instituições Públicas de Educação Fundamental, Média e Superior Tecnológica:

· Programa Institucional de Capacitação de Docentes do Ensino Tecnológico (PICDTec)

· Programa de Mestrado Interinstitucional (MINTER)

Instituições Privadas de Ensino Superior:

· Programa de Qualificação Docente (PQD)

· Programa de Mestrado Interinstitucional (MINTER)

Manter um processo contínuo de avaliação.

Trataremos aqui especificamente do PICDT e do PQI, considerando as medidas que o **Governo/MEC/Capes** vem adotando para, paulatinamente substituir o PICDT pelo PQI.

O PICDT caracterizava-se por financiar a qualificação do corpo docente/técnico de instituições de ensino superior, concedendo cotas de bolsas para a realização de cursos de mestrado e doutorado junto a cursos de pós-graduação avaliados pela Capes. O programa era gerenciado pelas instituições de origem dos docentes e técnicos por meio de uma Comissão de Capacitação Docente que conduzia o processo de seleção e acompanhava os bolsistas.

O PICDT está sofrendo solução de continuidade em 2002: sua última distribuição de cotas de bolsas ocorreu no 1º semestre de 2002. Os benefícios previstos no programa estão mantidos para os que se encontram na condição de bolsistas, até o final da vigência da bolsa.

O PQI é um programa de apoio a missões de estudo e de trabalho voltado à formação de docentes de Instituições Públicas de Ensino Superior; vinculado a projetos conjuntos de pesquisa e pós-graduação entre equipes de diferentes regiões do País ou de diferentes cidades da mesma região e de diferentes Instituições.

O PQI visa a promover, segundo a Capes, o desenvolvimento acadêmico das IES públicas, por meio:

· "do estímulo a elaboração e implementação de estratégias de melhoria do ensino e da pesquisa, desde o nível departamental até o institucional;

· da qualificação de docentes e excepcionalmente de técnicos, preferencialmente em nível de doutorado, no âmbito de projetos de pesquisa em cooperação com outras instituições do país; e

· do apoio à políticas de desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa dos docentes recém-qualificados".

Ainda segundo dados da Capes, foram apresentadas 274 propostas para o PQI até 30 de abril. Das 59 Instituições de Ensino Superior que se candidataram, 39 são federais e 20 estaduais e apresentaram, respectivamente, 200 e 74 projetos.

A relação das instituições com o número de projetos enviados por estado encontra-se na tabela da página 5 deste encarte.

O PQI, que substituirá o PICDT, busca promover o desenvolvimento institucional das IES públicas mediante a formação de docentes e excepcionalmente de técnicos, preferencialmente no nível de doutorado, no contexto de projetos consubstanciados em ações de cooperação externa. Esses projetos de cooperação, necessariamente sustentados por projetos de pesquisa, devem demonstrar o esforço institucional em alavancar mudanças no perfil do ensino, da pesquisa e da pós-graduação nas IES.

Esse programa, que deverá ser apresentado na forma de projetos de cooperação em pesquisa e pós-graduação, visando à formação dos docentes e excepcionalmente de técnicos das instituições envolvidas, tem como característica apoiar o plano institucional das qualificação das IES.

Os objetivos explicitados nos documentos da Capes são promover o crescimento acadêmico das IES públicas mediante:

· o estímulo à elaboração e implementação de estratégias de melhoria do ensino e da pesquisa, desde o nível departamental até o institucional;

· a qualificação de docentes e excepcionalmente de técnicos, preferencialmente em nível de doutorado, no âmbito de projetos de pesquisa em cooperação com outras instituições do país; e

· o apoio a políticas de desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa dos docentes recém-qualificados.

Os requisitos para as IES de origem são qualificar seu corpo docente e excepcionalmente técnico, preferencialmente em nível de doutorado. A IES que pretenda participar do PQI deverá:

· ser pública;

· apresentar à Capes o plano institucional de qualificação na forma de projetos de cooperação que materializem os objetivos do programa;

· demonstrar condições de acompanhamento e avaliação da execução dos projetos de cooperação;

· apresentar contrapartida no financiamento do projeto de cooperação para as IES estaduais e municipais.

Outras características do projeto são:

· visar à formação de docentes e excepcionalmente de técnicos, preferencialmente no nível de doutorado;

· ter duração de até cinco anos e envolver duas ou mais equipes, sendo uma da IES de origem dos docentes e uma ou mais da(s) IES de cooperante(s) onde ocorrerá a qualificação;

· prever toda a formação de docentes e técnicos durante a execução do projeto; e.

· estabelecer metas quanto ao ensino, à criação de grupos de pesquisa, à implantação de programas de pós-graduação, bem como novas áreas de concentração ou linhas de pesquisa em programas existentes.

Quanto às características dos Docentes e dos Técnicos em Formação:

· pertencer ao quadro permanente da IES; e

· contar com pelo menos 14 anos de atividade até a aposentadoria por tempo de serviço, quando iniciar sua qualificação.

Os Itens Financiáveis são:

· bolsas de mestrado ou doutorado para missões de estudos;

· diárias ou bolsas de professor visitante para missões de trabalho;

· passagens aéreas ou despesas de locomoção para missões de estudos e/ou trabalho;

· recursos de custeio para desenvolvimento das atividades do projeto para a equipe da IES de origem no montante anual de R$ 2.000 (dois mil reais), por docente/técnico, quando o mesmo, em formação, estiver em sua IES;

· recursos de custeio para desenvolvimento das atividades do projeto para a equipe da IES cooperante que serão:

■ montante anual de R$ 5.000 (cinco mil reais) por docente/técnico, em formação, durante a missão de estudos, quando se tratar de IES cooperante pública;

■ montante correspondente a taxas escolares por docente/técnico, em formação, durante a missão de estudos quando se tratar de IES cooperante particular;

■ Os valores serão reduzidos em 50% (cinqüenta por cento) quando o docente/técnico, em qualificação, estiver na IES de origem.

Após a análise de mérito dos projetos de cooperação, o plano institucional de qualificação terá seu financiamento discutido entre a Capes e a Pró-Reitoria de modo a estabelecer prioridades e a dimensão dos recursos a serem concedidos.

Analisando os elementos constitutivos das propostas do Andes-SN para a PNCD, defendidas pelo Movimento Docente e os Programas da Capes, podemos identificar divergências e antagonismos na compreensão:

1. do que é Política de Qualificação Docente

2. do que seja a gestão da política, sua coordenação, acompanhamento, avaliação;

3. sobre os setores a serem atendidos;

4. sobre a caracterização dos docentes a serem atendidos;

5. sobre o financiamento

6. sobre o montante a ser investido

7. sobre as cooperações a serem firmadas

Enquanto o Andes-SN defende que devemos ter uma Política Nacional de Capacitação de Docentes que atenda aos três setores, formulada a partir dos Planos Institucionais, com Autonomia das IES, a Capes desativa o PICDT, que desempenhava este papel, para introduzir um Programa restrito as públicas, o que contraria a proposta do Andes-SN no que diz respeito à compreensão de Carreira Única e Padrão de Qualidade Nacional;

Enquanto o Andes-SN defende a responsabilidade do Conselho Nacional de Educação em acompanhar e avaliar Planos de Capacitação, a Capes chama para si tal responsabilidade;

Enquanto o Andes-SN defende a capacitação de todos os docentes, a Capes exclui aqueles que estiverem a 14 anos da aposentadoria, eliminando os que não tiveram essa oportunidade antes.

Enquanto o Andes-SN prevê investimentos do Governo Federal, Estadual e Municipal, a Capes indica contrapartidas e parcerias.

Enquanto o Andes-SN defende a autonomia Universitária para a construção de Grupos, Linhas e Cooperações, a Capes restringe as cooperações a grupos de excelencia, interferindo assim, nas possibilidades de produção do conhecimento e nas prováveis matrizes cientificas em desenvolvimento.

No Seminário Nacional sobre Educação Superior ocorrido em Belo Horizonte/MG, de 4 a 6 de abril de 2002 e no 21 º Congresso do Andes-SN, a questão foi amplamente debatida e concluiu-se que no bojo da reforma do Estado brasileiro, que implementa à risca a política neoliberal, desresponsabiliza-se o Estado de suas atribuições, entre as quais a de garantir aos docentes planos e programas para formação continuada, sem prejuízo de seus salários, carreira e com assistência garantida.

A reforma do Estado, a desconstitucionalização do item autonomia universitária, com a remessa para Lei menor do Artigo 207 da Constituição e as propostas de Lei orgânica da Autonomia, a retirada de direitos e conquistas, como os direitos da CLT, o Pacote Antigreve, os baixos investimentos na educação, ciência & tecnologia constituem medidas conjuntas de implementação de políticas que visam abrir o Mercado da América Latina, com base em Associações de Livre Comércio, a exemplo da ALCA, onde o único bem que agrega valor - o trabalho humano – seja desqualificado e com isto valha menos para garantir taxas de lucro.

A luta incessante do Andes-SN contra tal política pode ser reconhecida, também, nas deliberações congressuais como por exemplo, nas resoluções do 21º Congresso a respeito do PQI destacadas a seguir:

1 - As Seções sindicais do Andes-SN deverão:

1.1 - promover ampla discussão sobre os efeitos nefastos da implementação do Decreto 3.860/2001 (que dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências) e das Portarias MEC 1.465/01 e 1466/01 (que regulamentam o Decreto), no que diz respeito à violação da Constituição Federal, quanto à autonomia universitária e à extensão da autonomia aos centros universitários.

1.2 - desenvolver ações junto aos órgãos superiores das universidades para que não se submetam aos procedimentos e exigências do MEC quanto a credenciamento e recredenciamento de seus cursos, resguardando a autonomia garantida pelo art. 207 da CF/88.

2 - As Ads/Seções Sindicais deverão:

a) denunciar a política da CAPES que substituiu o PICDT pelo PQI, recentemente implantado, que muda substancialmente os critérios para capacitação de docentes, reduzindo verbas, o que fere o nosso projeto de carreira e capacitação docente.

b) recomendar as Seções Sindicais que organizem e implementem ações de combate ao programa.

c) recomendar ao GTPE que elabore um parecer sobre o PQI e seus desdobramentos, tendo como parâmetro o plano e Programa Nacional e Institucional de Capacitação Docente que o Andes-SN protocolou no MEC, considerando também, o PICD e o PIDCT.

d) intervir devidamente assessorado pelo GTPE, com o apoio das associações nacionais de pesquisa e pós-graduação, junto à Capes, no sentido de revogar o PQI e implementar o Programa de Capacitação protocolado pelo Andes-SN, no MEC

Na perspectiva apontada durante a vitoriosa greve de 2001, quando ficou evidente que nossas conquistas devem continuar sendo demarcadas pela luta cotidiana e pelo enfrentamento constante das políticas de destruição, cabe-nos levar e implementar nas bases as resoluções congressuais, articulando-as com as demais lutas de defesa de direitos e conquistas dos trabalhadores e barrarmos os processos que desqualificam o conjunto dos docentes em seu processo de qualificação acadêmica continuada.

A descrição do PQI pode ser encontrada no endereço:
www.capes.gov.br/Bolsas/Qualificacao/Pqi.htm

Número de projetos enviados por instituição

UF	IES	Quantidade
AL	UFAL	2
AM	UA	8
AP	UNIFAP	2
BA	CEFET/BA	2
	UEFS	1
	UESB	4
	UFBA	5
	UNEB	6
CE	UECE	4
	UFC	6
ES	UFES	9
GO	UFG	3
MA	CEFET/MA	3
	UFMA	12
MG	CEFET/MG	2
	EFOA	1
	FUNREI	6
	UEMG	2
	UFJF	7
	UFLA	4
	UFMG	3
	UFU	1
	UFV	6
MS	UEMS	1
	UFMS	2
MT	UFMT	12
	UNEMAT	11
PA	UEPA	6
	UFPA	4
PB	UFPB	6

UF	IES	Quantidade
PE	UFRPE	2
	UPE/FESP	
PI	UESPI	2
	UFPI	4
PR	CEFET/PR	7
	FAFIJA	1
	UEL	11
	UEPG	2
	UFPR	5
	UNICENTRO	2
	UNIOESTE	8
RJ	UFRJ	1
RN	UFRN	10
	UERN	3
RO	UNIR	8
RR	UFRR	13
RS	CEFET/RS	2
	FURG	4
	UFPEL	4
	UFRGS	4
	UFSM	9
SC	UDESC	5
	UESC	1
	UFSC	3
SE	UFS	5
SP	FAMERP	1
	UFSCAR	3
	UNESP	1
TO	UNITINS	10

Projeto de Lei Orgânica de Autonomia da Andifes

Proposta de um anteprojeto de lei

Capítulo I

DA NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º A Universidade Federal é pessoa jurídica de direito público, revestida de personalidade jurídica especial, dotada de capacidade de autonormação e de autogestão, submetida aos princípios e destinada às finalidades constantes desta Lei.

Parágrafo único A Universidade Federal instituída e mantida pela União constitui ente jurídico de direito público denominado Universidade Pública Federal, com as características próprias atribuídas pela Constituição Federal, por esta Lei, pelos diplomas legais de instituição e pelos respectivos estatutos.

Art. 2º A Universidade Federal reger-se-á por seus estatutos, aprovado pelo respectivo colegiado superior, em instância final.

Parágrafo único. Os estatutos da Universidade Federal assegurarão:

I - a organização da comunidade acadêmica em colegiados e órgãos de direção com capacidade decisória sobre todos os assuntos relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão, à administração e ao planejamento;

II - a participação em seus órgãos colegiados de docentes, de alunos, do corpo técnico e administrativo e da sociedade civil, observada a participação majoritária de docentes em efetivo exercício na instituição, bem como as finalidades de cada órgão.

Capítulo II

DOS PRINCÍPIOS E DAS FINALIDADES

Art. 3º A Universidade Federal obedecerá aos princípios de:

I - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

II - função social do ensino, da pesquisa e da extensão;

III - interação permanente com a sociedade e o mundo do trabalho;

IV - integração com os demais níveis e graus de ensino;

V - igualdade de condições para o acesso e permanência discente na instituição;

VI - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura e o saber;

VII - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

VIII - garantia de qualidade acadêmica;

IX - gestão democrática e colegiada;

X - eficiência, probidade e racionalização na gestão dos recursos;

XI - valorização profissional dos docentes e técnicos-administrativos;

XII gratuidade do ensino de graduação e de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado acadêmicos.

Art. 4º São finalidades da Universidade Federal:

I - gerar, transmitir e disseminar o conhecimento, em padrões elevados de qualidade e equidade;

II - formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento ampliando o acesso da população à educação superior;

III - valorizar o ser humano, a cultura e o saber;

IV - promover a formação humanista do cidadão com a capacidade crítica frente à sociedade e ao Estado;

V - promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural;

VI - conservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia;

VII - estimular a solidariedade humana na construção da sociedade e na estruturação do mundo da vida e do trabalho;

VIII - educar para a conservação e a preservação da natureza;

IX - propiciar condições para a transformação da realidade visando à justiça social e ao desenvolvimento auto-sustentável;

X - estimular o conhecimento e a busca de soluções de problemas do mundo contemporâneo, em particular os regionais e nacionais.

Capítulo III

DA AUTONOMIA

Art. 5º A Universidade Federal goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedece ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 6º A autonomia da Universidade Federal visa a garantir a liberdade de pensamento, a livre produção e transmissão do conhecimento e a autogestão racional de seus recursos e meios para o fiel atendimento aos princípios e às finalidades, estabelecidos nesta Lei.

Art. 7º A autonomia da Universidade Federal será exercida por meio de seus órgãos colegiados.

Art. 8º A autonomia administrativa e a autonomia de gestão financeira e patrimonial decorrem e estão subordinadas à autonomia didático-científica, como meios de assegurar a sua efetividade.

Seção I

Da Autonomia Didático-Científica

Art. 9º A autonomia didático-científica consiste na liberdade para estabelecer políticas e concepções pedagógicas em relação à geração, organização, sistematização, transmissão e disseminação do conhecimento.

Art. 10 É assegurada à Universidade Federal, para garantir o exercício da autonomia didático-científica, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas, a liberdade de:

I - criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior, nos termos do que dispõe a legislação aplicável;

II - fixar os currículos de seus cursos e programas, observadas as diretrizes da legislação pertinente;

III - fixar seus objetivos pedagógicos, científicos, tecnológicos, artísticos e culturais;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências de seu meio;

V - estabelecer periodicamente o calendário acadêmico, observada a duração mínima do período letivo determinada pela lei;

VI - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, de produção artística e cultural e de atividades de extensão;

VII - conferir graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos;

VIII - registrar os diplomas que confere;

XI - estabelecer normas e critérios para seleção, admissão e exclusão de seus alunos, assim como para aceitação de transferências;

X - promover a avaliação de seus cursos e programas, com a efetiva participação de professores, alunos e demais profissionais da educação.

Seção II

Da Autonomia Administrativa

Art. 11 A autonomia administrativa consiste na capacidade de auto-organização e de edição de normas próprias, no que concerne à escolha de seus dirigentes e à administração de recursos humanos e materiais.

Art. 12 É assegurada à Universidade Federal, para garantir o exercício da autonomia administrativa, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas, a liberdade de:

I - organizar-se internamente da forma mais conveniente e compatível com sua peculiaridade, estabelecendo suas instâncias decisórias, observado o disposto no art. 8º desta Lei;

II - estabelecer a política geral de administração da instituição;

III - elaborar e reformar seus estatutos e regimentos;

IV - escolher seus dirigentes;

V - estabelecer seu quadro de pessoal, criando, transformando e extinguindo cargos e funções, no limite de sua capacidade orçamentária;

VI - estabelecer planos de carreira e de remuneração de seu quadro de pessoal, no limite de sua capacidade orçamentária;

VII - admitir, nomear, promover, demitir e exonerar pessoal;

VIII - organizar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

IX - autorizar o afastamento de seu pessoal para qualificação e atualização e para participação em atividades científicas, tecnológicas, artísticas, culturais e de representação;

X - estabelecer normas e exercer o poder disciplinar relativamente ao seu quadro de pessoal e ao corpo discente;

XI - firmar contratos, acordos e convênios;

XII - estabelecer regulamento próprio para contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações.

Seção III

Da autonomia de Gestão Financeira e Patrimonial

Art. 13 A autonomia de gestão financeira e patrimonial consiste na capacidade de gerir recursos financeiros e patrimoniais, postos à sua disposição pela União ou recebidos em doação, bem como os gerados pela própria Universidade Federal.

Art. 14 É assegurada à Universidade Federal, para garantir o exercício da autonomia de gestão financeira e patrimonial, sem prejuízo de outras ações que venham a ser estabelecidas, a liberdade de:

I - propor e executar seu orçamento, em conformidade com os limites estabelecidos pela União;

II - remanejar os recursos oriundos da União e as receitas próprias, inclusive rendimentos de capital, entre rubricas, programas ou categorias de despesa;

III - gerir seu patrimônio;

IV - receber doações, heranças e legados e estabelecer cooperação financeira com entidades privadas;

V - receber subvenções e estabelecer cooperação financeira com entidades públicas;

VI - realizar operações de crédito e prestar garantias.

Parágrafo único. A Universidade Federal publicará anualmente o balanço das receitas auferidas e das despesas efetuadas, para conhecimento da sociedade.

Capítulo IV

DO SISTEMA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Art. 15 As instituições de ensino superior criadas ou incorporadas e mantidas pela União constituem o Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior.

Parágrafo único. As demais instituições federais de ensino superior, além das Universidades, gozam das prerrogativas de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial estabelecidas no Capitulo III desta Lei.

Seção I
Do Conselho Superior

Art. 16 O Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior instituirá um Conselho Superior com o objetivo de:

I - fortalecer o Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior, mantendo sua unidade,

II - promover a integração das políticas orçamentária, financeira e administrativa, ajustando os procedimentos necessários;

III - coordenador as ações de interlocução com o Poder Executivo Federal, no que se refere a questões de ordem orçamentária, financeira, administrativa e patrimonial;

IV - estimular ações de cooperação e de solidariedade entre as instituições do sistema.

Art. 17 – São competências do Conselho Superior:

I - propor modelo de distribuição de recursos orçamentários, a que se refere o art. 21 desta Lei;

II - encaminhar ao Poder Executivo federal o orçamento da educação superior federal;

III - orientar as políticas de gestão de pessoal das instituições do sistema;

IV - sugerir ações administrativas a serem implementadas pelas instituições federais de ensino superior decorrentes dos ajustes necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei;

V - estabelecer critérios para a definição de aporte de recursos destinados aos programas de expansão e melhoria da qualidade do ensino superior, previstos no art. 22 desta Lei.

Art. 18 O Conselho Superior é composto por:

I - cinco representantes das Universidades Públicas Federais, distribuídos regionalmente;

II - dois representantes das demais instituições federais de ensino superior;

III - um representante dos dirigentes das instituições federais de ensino superior;

IV - um representante do Poder Executivo, indicado pelo Presidente da República;

V - um representante da comunidade científica, indicado pelo conjunto de suas associações;

VI - um representante do órgão colegiado normativo do Poder Executivo federal responsável pela formulação e acompanhamento da política educacional.

§ 1º Os membros representantes das instituições de ensino superior serão escolhidos por maioria absoluta dos dirigentes dessas instituições.

§ 2º O Presidente do Conselho Superior será escolhido pelos seus pares, dentre os representantes das Universidades.

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Superior terá duração de dois anos.

Seção II
Dos Planos de Carreira e do Regime Jurídico

Art. 19 Lei especial instituirá planos de carreira únicos respectivamente para os docentes e para o pessoal técnico-administrativo das instituições federais de ensino superior, os quais disporão sobre:

I - estrutura dos cargos de provimento permanente com garantia de isonomia de vencimentos e de estabilidade; condições de investidura nos cargos de provimento permanente condicionado à aprovação em concurso público de provas e títulos;

II - critérios de desenvolvimento das carreiras de provimento permanente, em decorrência da conjugação de tempo de serviço com desempenho ou titulação;

III - critérios de provimento temporário em cargos e funções destinados ao exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento;

IV - definição de direitos, deveres e vantagens dos servidores;

V - disciplina das jornadas semanal e diária de trabalho;

VI - procedimento administrativo disciplinar;

VII - implantação de sistemática de desenvolvimento de recursos humanos, através de plano institucional de capacitação de recursos humanos;

VIII - contratação por tempo determinado de pessoal docente e técnico-administrativo para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, pertencentes aos quadros de pessoal das Instituições Federais de Ensino Superior, ficam submetidos ao regime jurídico instituído pela Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 20. Os servidores do quadro permanente de cada Universidade poderão receber adicional variável, não incorporável aos vencimentos nem à remuneração para qualquer efeito, decorrente de participação em atividades, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão, prestação de serviços e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, executados diretamente pelas instituições ou por fundação de apoio,custeados com recursos de fontes distintas da que trata o art. 21 desta Lei.

Parágrafo único. O pagamento do adicional variável será efetuado por meio da rubrica serviços de terceiros pessoa física, quando efetuado diretamente pela instituição, à conta recursos próprios arrecadados mediante execução das atividades referidas neste artigo, sobre os quais incidirão descontos de tributos e contribuições aplicáveis à espécie.

Seção III
Do Financiamento

Art. 21 A União destinará. anualmente, no mínimo setenta e cinco por cento da parcela da receita resultante de impostos, vinculada na forma do art. 212 da Constituição Federal, às instituições que constituem o Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior.

§ 1º Os recursos destinados às instituições federais de ensino superior, na forma do *caput*, não poderão ser inferiores, em valores reais, ao montante dos recursos alocados sob a mesma égide, no exercício anterior.

§ 2º O Poder Executivo garantirá às Instituições Federais de Ensino Superior e ao Conselho Superior o acesso irrestrito, para fins de consulta, ao:

I - Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;

II - Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR;

III - Sistema de Previsão de Arrecadação - SIPRAR; e,

IV - aos órgãos equivalentes, que vierem a substitui-los.

Art. 22 A lei orçamentária anual destinará, do total dos recursos vinculados na forma do artigo anterior:

I - noventa e cinco por cento à manutenção e ao desenvolvimento das IFES, alocados diretamente a cada órgão executor; e,

II - cinco por cento à expansão e à melhoria de qualidade do ensino superior, alocados segundo programas incluídos na proposta orçamentária consolidada pelo Conselho Superior.

Art. 23 A distribuição dos recursos destinados diretamente às instituições federais de ensino superior obedecerá, entre outros, aos seguintes indicadores:

I - número de alunos admitidos nos cursos de graduação;

II - número de alunos diplomados nos cursos de graduação reconhecidos e avaliados;

III - número de alunos admitidos nos cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu;*

IV - números de certificados de especialização e de títulos de mestre e doutor;

V - percentual do corpo docente com titulação de mestre e doutor;

VI - área construída com finalidade acadêmica;

VII - área do Campus ou Campi;

VIII - avaliação dos cursos;

IX - produção acadêmica;

X - número de alunos de graduação e de residentes, que atuem nos hospitais universitários,

XI - número de alunos de pós-graduação *stricto sensu* que atuem nos hospitais universitários;

XII- número de leitos e complexidade dos hospitais universitários;

XIII - tempo médio de permanência de paciente e taxa de ocupação por leito;

XIV - número de atendimentos em pronto socorro e em ambulatórios e número de cirurgias realizadas.

§ 1º Os indicadores levarão em conta diferenças entre áreas do conhecimento.

§ 2° Os indicadores relativos ao corpo docente serão uniformizados em termo de equivalência ao tempo integral.

§ 3º Os critérios de distribuição dos recursos referidos no *caput* deste artigo serão regulamentados por proposição do Conselho Superior, previsto no art. 16 desta Lei, assegurada a cada uma das instituições federais de ensino superior, a alocação mínima de noventa e cinco por cento do montante distribuído no ano anterior, em valores reais.

§ 4º Os critérios de distribuição de recursos incluirão indicadores específicos para as instituições que mantêm ensino fundamental e médio.

Art. 24 As despesas com inativos e pensionistas correrão à conta de fontes próprias do tesouro nacional, outras que não a referida no art. 21, integrando, para todos os efeitos, a proposta e a execução orçamentárias das instituições federais de ensino superior.

Art. 25 O montante calculado como devido a cada instituição, conforme o art. 23 desta Lei, será alocado sob a forma de orçamento global, sendo os correspondentes recursos financeiros repassados em duodécimos mensais, no primeiro dia útil de cada mês.

§ 1º Caberá a cada instituição, após informação sobre o montante a que terá direito, elaborar e executar seu orçamento, discriminando entre despesas de pessoal, outros custeios e capital, incluindo o montante e a destinação dos recursos oriundos de outras fontes que não a estabelecida no art. 21, assegurando a possibilidade dos remanejamentos previstos no inciso II do art. 14 desta Lei.

§ 2º Os excedentes financeiros de cada exercício serão automaticamente incorporados ao exercício seguinte, não podendo influir na fixação do montante do orçamento global anual distribuído pelo Poder Executivo, ao qual se refere ao art. 21 desta Lei.

§ 3º Os repasses financeiros mensais a cada instituição federal de ensino superior assegurarão, no mínimo, recursos para suas despesas de pessoal e custeio básico.

Art. 26 Na elaboração de seu orçamento, cada instituição federal de ensino superior destinará, no mínimo, quinze por cento para outros custeios e capital.

§ 1º Os recursos de custeio a que se refere o *caput* deste artigo não incluem despesas com benefícios sociais, bolsas, diárias e outras que se destinem a pagamento de pessoal.

§ 2º As instituições federais de ensino superior que não conseguirem implementar as diretrizes contidas no *caput* deste artigo serão avaliadas pelo Conselho Superior, que sugerirá ações a serem implementadas para que se atinjam as condições previstas neste artigo.

§ 3º Após cinco anos da promulgação desta Lei, se a soma dos recursos destinados a pessoal para todas as instituições federais de ensino superior ultrapassar oitenta e cinco por cento do total dos recursos destas, a União, após processo de avaliação, apontará recursos suplementares de forma a restabelecer a condição de que o comprometimento máximo do orçamento de cada instituição federal de ensino superior com pessoal não ultrapasse oitenta e cinco por cento.

Art. 27 As Universidades Federais poderão estabelecer valores e preços destinados a remunerar serviços, atividades e cursos, tais como:

I – expedição de documentos;

II – registro de diplomas e certificados;

III – convalidação de diplomas estrangeiros;

IV – concurso público e processo seletivo simplificado;

V – processo seletivo destinado ao ingresso em seus cursos;

VI – matrícula e mensalidade pela realização de cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e mestrado profissionalizante;

VII – outras atividades correlatas assim definidas pelo conselho superior competente de cada Universidade Federal.

Parágrafo único. Ao aluno de baixa ren-

da, assim reconhecido por cada Universidade mediante avaliação sócio-econômica, será assegurada isenção dos valores previstos nos incisos I, II, V e VI.

CAPÍTULO V

DAS RELAÇÕES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS COM AS FUNDAÇÕES DE APOIO

Art. 28 As Universidades Públicas Federais poderão contratar, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e por prazo determinado, fundação de apoio ou outras formas de associação civil destinadas a apoiar suas atividades, com a finalidade de dar apoio a programas e projetos de pesquisa, ensino, extensão, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, de prestação de serviços, e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais contratantes, visando o cumprimento de seus objetivos institucionais.

Art. 29 As Universidades Públicas Federais contratantes poderão autorizar, de acordo com as normas aprovadas pelo órgão de direção superior competente, a participação de seus servidores nas atividades realizadas pelas fundações referidas no artigo anterior, sem prejuízo de suas atribuições funcionais.

§ 1° A participação de servidores das Universidades Públicas Federais contratantes nas atividades previstas no artigo anterior, autorizada nos termos deste artigo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, e não poderá ser realizada durante a jornada de trabalho a que estão sujeitos.

§ 2° As fundações de apoio poderão remunerar os servidores das Universidades Públicas Federais, autorizados a participar da execução das atividades referidas no *caput*, na forma estabelecida pelo conselho superior respectivo.

§ 3° Os valores percebidos na forma do parágrafo anterior não se incorporam aos vencimentos nem à remuneração do servidor para qualquer efeito, os quais ficam sujeitos à incidência dos tributos e contribuições pertinentes.

§ 4° Para execução dos contratos de que trata o art. 28, as fundações de apoio poderão contratar pessoal para atender especificamente ao objeto da contratação.

Art. 30 A retribuição devida pelas fundações de apoio pela utilização de bens e serviços das Universidades Públicas Federais deverão integrar os orçamentos destas instituições, de acordo com os valores fixados pelo órgão superior competente.

Parágrafo único. Os valores referidos no *caput* deverão ser repassados pela fundação de apoio às Universidades Públicas Federais até o quinto dia útil do mês subseqüente ao da realização das atividades objeto de cada contratação.

Art. 31 Aplicam-se, no que couber, as disposições da Lei n° 8.958, de 20 de dezembro de 1994, às contratações reguladas neste capítulo.

Art. 32 As Universidades Públicas Federais poderão contratar fundação de apoio, na forma do art. 28 desta lei, para realização de processo seletivo destinado ao ingresso em

seus cursos, concurso público e processo seletivo simplificado, e outras atividades de interesse das instituições, na forma disciplinada pelo conselho superior competente.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33 A Universidade Pública Federal criada ou instituída sob a forma de autarquia ou fundação de direito público, integrante da Administração Pública Federal na data da publicação desta Lei, fica transformada em ente jurídico de direito público denominado Universidade Pública Federal, com as características próprias atribuídas pela Constituição Federal, por esta Lei, pelos diplomas legais de instituição e pelos respectivos estatutos.

Parágrafo único As demais instituições federais de ensino superior conservam as características, atribuições e prerrogativas que lhes foram conferidas pelos respectivos diplomas legais de constituição, às quais são acrescidas as disposições desta Lei, especialmente as referidas no Capítulo IV e nos artigos seguintes deste Capítulo.

Art. 34 No exercício da autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial, as Universidades Públicas Federais adotarão critérios específicos na organização e desenvolvimento das referidas áreas, conforme previsto nesta Lei, e não estão subordinadas às normas gerais ou especiais emanadas dos órgãos centrais ou setoriais integrantes da Administração Pública Federal, inclusive da Presidência da República.

Art. 35 Fica autorizada às universidades públicas federais a criação, transformação e extinção de cargos e funções necessários ao desenvolvimento de suas atividades, desde que haja prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 36 O art. 24 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art.24.....

XV - nas compras ou contratações das instituições federais de ensino superior, pertinentes a serviços de natureza singular, medicamentos, suprimentos e equipamentos hospitalares ou aqueles destinados ao ensino, à pesquisa ou à extensão, adquiridos no mercado interno ou externo, mediante justificativa pormenorizada, desde que integrem projetos de ensino, pesquisa ou extensão e que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado."

Art. 37 O disposto no § 3º do art. 25 não se aplica para o primeiro ano do modelo de distribuição de recursos decorrentes da vigência desta Lei.

Art. 38 As instituições federais de ensino superior ajustarão gradativamente seus orçamentos de forma a respeitar o disposto no art. 25 desta Lei, dentro do prazo máximo de cinco anos a partir de sua regulamentação.

§ 1º Nos primeiros cinco anos de vigência desta Lei, a União complementará, com recursos adicionais em relação ao art. 21 desta Lei, o orçamento das instituições federais de ensino superior que apresentarem custos de pessoal superiores a oitenta e cinco por cento e inferiores a cem por cento de seu orçamento, de modo que os recursos de outros custeios e capital atinjam o limite mínimo de quinze por cento, não sendo permitida a ampliação dos recursos destinados ao pagamento das despesas com pessoal.

§ 2º Nos primeiros cinco anos de vigência desta Lei, as instituições federais de ensino superior que apresentarem necessidades de recursos de pessoal superiores a cem por cento daqueles previstos pelo art. 25 desta Lei. deverão sofrer uma análise especial por parte do Conselho Superior, que sugerirá ações a serem implementadas para que se atinjam os limites ali estabelecidos.

§ 3º Os recursos para programas de expansão e de melhoria da qualidade do ensino superior estabelecidos no art. 21 desta Lei poderão ser utilizados excepcionalmente nos primeiros cinco anos após a sua promulgação, para atender soluções emergenciais surgidas para adaptação das instituições federais de ensino superior as suas diretrizes.

Art. 39 As despesas com inativos e pensionistas das instituições federais de ensino superior serão cobertas pela União como encargos do Tesouro Nacional, através do Ministério da Educação e do Desporto, não fazendo parte dos recursos definidos no art. 212 da Constituição Federal.

Art. 40 As despesas com o pagamento de precatórios que tenham origem em legislação do período anterior à promulgação desta Lei, ou decorrentes de atos posteriores que não tenham decorrido de decisão, serão cobertas pela União com recursos dedicados especificamente a este fim pelo Tesouro Nacional, não fazendo parte dos recursos definidos no art. 212 da Constituição Federal.

Art. 41 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Projeto de Lei de Autonomia do MEC (1999)

O projeto de Autonomia da Andifes em muito faz lembrar o projeto do MEC lançado em 1999 e amplamente rechaçado pelo Andes-SN. Também não é novidade a forma como o projeto de lei de autonomia da Andifes se apresenta para a sociedade, lançado para discussão após uma demorada greve de docentes em todo o país, no ano passado. Em 1999, também depois de uma longa greve em 1998, o MEC divulgou sua proposta de autonomia. Na ocasião, a resposta do movimento docente em todo o país foi rápida. O anteprojeto foi anunciado pelo MEC em 29 de julho de 1999; no dia 31 do mesmo mês, representantes das seções sindicais das instituições federais e estaduais de ensino se reuniram em Brasília e debateram o tema. A conclusão foi unânime. "O anteprojeto é inaceitável. É anti-isonômico. É inconstitucional. Constitui uma grave ameaça à Universidade, tão grande como foi a intervenção militar na Universidade", disse um trecho do relatório desta reunião.

A Diretoria Nacional do Sindicato do biênio 1998/2000 (gestão de Renato Oliveira) ainda defendeu a proposta de se discutir um projeto alternativo. Preocupado com a desigual correlação de forças no Congresso Nacional a favor do governo federal, o movimento docente, nos Congressos e Conads, prudentemente rejeitou tal encaminhamento. Com mobilização e luta, a ameaça de desregulamentação da autonomia universitária, garantida no artigo constitucional 207, foi afastada. Isto até novas investidas e novos projetos de lei. A seguir, reproduzimos a íntegra do projeto de Lei do MEC de 1999. O objetivo é esclarecer os docentes sobre as semelhanças entre a proposta de regulamentação infra-constitucional da autonomia da Andifes e o antigo projeto do MEC.

Dispõe sobre a autonomia das universidades federais e dá outras providências.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei destina-se a assegurar às universidades federais:

I – atendimento das peculiaridades de sua estrutura é organização;

II – fiscalização e avaliação pelo Poder Público;

III – orçamento fixado na forma da lei;

IV – autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Art. 2º As universidades federais relacionadas no Anexo I, pessoas jurídicas de direito público, submetem-se às determinações desta Lei.

Parágrafo único. As universidades federais sujeitar-se-ão a mecanismos de controle da sociedade, que verifiquem a qualidade e a quantidade dos serviços que prestam.

Art. 3º Ao Ministério da Educação compete a coordenação, a supervisão e o acompanhamento das disposições constantes desta Lei.

CAPÍTULO II - DA AUTONOMIA

Art. 4º No exercício de sua autonomia, as seguintes atribuições são asseguradas à universidade federal, em conformidade com sua capacidade orçamentária e financeira:

I – criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior previstos em lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, obedecidas às diretrizes gerais pertinentes;

III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e a **necessidade social da localidade ou região onde está inserida**;

V – elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI – conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII – firmar contratos, acordos e convênios;

VIII – administrar rendimentos financeiros e demais receitas, e deles dispor na forma prevista em lei e nos respectivos estatutos.

Art. 5º Para garantir a autonomia didático-científica, caberá aos colegiados científicos de ensino e pesquisa das universidades federais, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, deliberar sobre:

I – criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II – ampliação e diminuição do número de vagas;

III – elaboração da programação dos cursos;

IV – programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V – promoção da avaliação dos seus cursos e programas;

VI – normas e critérios para seleção, admissão, promoção e exclusão de seus alunos, assim como para aceitação de transferências;

VII – contratação e dispensa de professores e de servidores técnico-administrativos nos limites do quadro de empregos da instituição;

VIII – planos de carreira docente e técnico-administrativa, observados os limites de remuneração dos respectivos empregos.

Art. 6º No exercício de sua autonomia, incumbirá às universidades federais, além das atribuições estabelecidas no artigo anterior:

I – propor ao Ministério da Educação plano de carreira para os seus empregados, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II – elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimento referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos;

IV – elaborar a respectiva proposta orçamentária anual;

V – realizar, com aprovação da União, operações de crédito ou de financiamento para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos, condicionadas à contragarantia baseada no fluxo de recursos referidos no art. 8º desta Lei;

VI – realizar as transações financeiras e contábeis, bem assim de gestão do pessoal contratado nos termos do art. 10, independentemente de restrições infralegais, ressalvado o disposto no § 9º do art. 8º e as normas de padronização da contabilidade da Administração Federal.

Parágrafo único. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão adotará as providências necessárias à adaptação dos sistemas operacionais da administração federal ao disposto nesta Lei, e controlará a legalidade da investidura nos empregos de que trata o art. 10, bem assim os casos de acumulação previstos na Constituição.

Art. 7º O Poder Executivo poderá decretar intervenção nas universidades constantes do Anexo I a esta Lei, nas seguintes hipóteses:

I – não-atingimento das metas fixadas no contrato de que trata o art. 11, ressalvada a ocorrência de fatos externos que alterem as condições de sua implementação;

II – endividamento acima da capacidade orçamentária da instituição;

III – não-recolhimento, nas épocas próprias, de impostos e contribuições federais;

IV – processo de investigação de irregularidades administrativas.

§ 1º Enquanto perdurar a intervenção de que trata o **caput**, caberá ao interventor designado, nos termos de autorização do Ministério da Educação, o exercício das prerrogativas de autonomia fixados nesta Lei, e, especialmente, a prática dos atos administrativos necessários à regularização das situações que tenham motivado a intervenção, mediante a utilização dos recursos do orçamento da instituição, com prioridade sobre todas as demais despesas, ressalvadas as precedências fixadas em Lei.

§ 2º Antes da decretação de intervenção, nas hipóteses previstas nos incisos I a III do **caput** deste artigo, poderá o Ministério da Educação firmar termo de compromisso para saneamento da instituição, no qual serão obrigatoriamente incluídos mecanismos de condicionamento temporário da execução orçamentária e financeira às metas estabelecidas.

CAPÍTULO III - DO FINANCIAMENTO

Art. 8º A União destinará, anualmente, ao conjunto das universidades federais, exclusivamente e sob a forma de subvenção econômica, o valor correspondente à soma das seguintes parcelas:

I – despesas efetivamente realizadas com pessoal no exercício de 1997, excluídas aquelas referentes a inativos, pensionistas e precatórios judiciais naquele exercício, bem assim a contribuição do empregador ao Plano de Seguridade Social do Serviço Público;

II – despesas efetivamente realizadas no exercício de 1997 com outros custeios

e capital, à conta dos seus orçamentos próprios , nas fontes: “Recursos Ordinários”, “Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino”, “Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas”, “Contribuição para Financiamento da Seguridade Social”, e “Recursos do Fundo de Estabilização Fiscal”;

III – despesas efetivamente realizadas no exercício de 1997, à conta de convênios e destaques provenientes do orçamento do Ministério da Educação naquele exercício;

IV – valor correspondente ao pagamento anual da Gratificação de Estímulo à Docência, instituída pela Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, aos professores do magistério superior ativos, calculado com base na extrapolação do valor da folha-base de abril de 1999, apurada no Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE;

V – o valor anual da contribuição do empregador ao Plano de Seguridade Social do Serviço Público, calculado mediante a extrapolação da aplicação das alíquotas previstas nas Leis nº 9.717, de 28 de novembro de 1998, e nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999, sobre a folha-base de abril de 1999, apurada junto ao SIAPE.

§ 1º Dos valores apurados na forma dos incisos I, II, III e V do **caput** deste artigo, serão deduzidos os referentes às unidades organizacionais transferidas nos termos do art. 23, quando pertencentes às universidades relacionadas no Anexo I.

§2º O Poder Executivo poderá reajustar o valor definido nos termos do **caput**, tendo em vista a previsão de elevação da receita líquida da União.

§3º Os recursos aportados às universidades federais pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior e pelos órgãos públicos não vinculados ao Ministério da Educação, **por força de** convênios, contratos e outras formas de ajuste com destinação específica não integrarão, em qualquer hipótese, a base de financiamento estabelecida no **caput** deste artigo.

§4º Os recursos diretamente arrecadados pelas universidades federais serão utilizados pela instituição que os gerar, não integrando a base de que trata o **caput** deste artigo.

§5º Os recursos referidos no **caput** deste artigo serão distribuídos anualmente entre as universidades, na forma do disposto em regulamento, observado o seguinte:

I – treze por cento do total segundo critérios que atendam as necessidades dos hospitais de ensino mantidos pelas instituições;

II – oitenta por cento, conforme critério estabelecido com base:

a) no quantitativo de alunos matriculados e egressos, observadas as peculiaridades de custo por área de conhecimento e nível de ensino;

b) na qualidade do ensino ofertado; e

c) no volume e na qualidade das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas;

III – sete por cento aplicado pelo Ministério da Educação em programas de expansão e melhoria das universidades federais de que trata esta Lei.

§6º Enquanto existirem no quadro das universidades federais servidores ativos submetidos ao regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os recursos destinados ao pagamento de sua remuneração, bem assim aos correspondentes encargos sociais e benefícios pagos por intermédio do SIAPE, serão incluídos em rubricas específicas no respectivo orçamento e deduzidos da respectiva subvenção econômica.

§7º O regulamento de que trata o §5º preverá regra de transição de modo a garantir o cumprimento do disposto no §6º.

§8º É assegurada às universidades federais a incorporação do excesso de arrecadação de recursos diretamente obtidos de outras fontes, mediante a abertura de crédito suplementar.

§9º Somente ato do Presidente da República, fundamentado na insuficiência da arrecadação ou na necessidade imperativa de redução do déficit público ou obtenção de superávit no exercício, poderá limitar a transferência às universidades federais dos recursos definidos na forma deste artigo.

§10. Na hipótese prevista no parágrafo anterior, as universidades federais poderão propor os devidos ajustes nos compromissos e nas metas fixadas nos contratos de que trata o art. 11.

Art. 9º - Na hipótese de transformação de instituição federal de ensino superior em universidade, por força de lei superveniente, o valor destinado pela União à sua manutenção será apurado e atualizado nos termos dos incisos I a V do **caput** do art. 8º, e agregado ao quantitativo definido no referido artigo, sujeitando-se, a partir de então, aos mesmos critérios de distribuição.

CAPÍTULO IV - DOS PLANOS DE CARREIRA DO PESSOAL

Art. 10. As universidades federais poderão propor, de acordo com suas necessidades, peculiaridades e disponibilidades orçamentárias e financeiras, planos próprios de carreira para seus quadros docente e técnico-administrativo, no regime de contratação do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, que disporão sobre:

I – admissão nos empregos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma do art. 37, inciso II, da Constituição, e dos regulamentos adotados pela universidade;

II – aplicação dos adicionais e gratificações previstos em lei;

III – critérios de desenvolvimento nas carreiras em decorrência de avaliação de desempenho e titulação;

IV – critérios de provimento de cargos gerenciais e de assessoramento;

V – direitos, deveres e vantagens dos empregados;

VI – plano institucional de capacitação de recursos humanos;

VII – contratação por tempo determinado para atividades docentes ou técnico-administrativas de necessidade temporária;

VIII – previsão de demissão na hipótese de constatação de insuficiência dos recursos orçamentários e financeiros e critérios de seleção dos demitidos.

§1º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de sessenta dias a contar da publicação desta Lei, projeto de lei dispondo sobre a criação:

I – do conjunto de empregos, suas respectivas tabelas de vencimentos e regras de movimentação entre o Ministério da Educação e as universidades, bem assim a regulamentação dos casos de demissão dos seus ocupantes;

II – dos adicionais por titulação e natureza do trabalho aplicáveis aos empregos nas universidades federais;

III – das gratificações aplicáveis aos empregos nas universidades **federais**, em função do desempenho e da qualidade do trabalho;

IV – do conjunto de cargos gerenciais e de assessoramento e sua remuneração, definindo os de livre provimento.

§2º Os planos de carreira serão submetidos à aprovação prévia do Ministério da Educação.

§3º Os valores definidos na forma dos incisos I a III do §1º não se aplicarão, em nenhuma hipótese, aos servidores subme-

tidos ao regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112,de 1990.

§4º Na hipótese de investidura de servidor submetido ao regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 1990, nos cargos de que trata o inciso IV do §1º, a retribuição pelo seu exercício correrá à conta da subvenção econômica da universidade, sujeitando-se aos encargos sociais aplicáveis ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, e não se incorporará, para qualquer fim, à sua remuneração do cargo efetivo.

§5º As indenizações trabalhistas devidas a empregados contratados no âmbito do plano de carreira da universidade, decorrentes de demissão ou sentença judicial, correrão à conta de sua respectiva disponibilidade orçamentária.

TÍTULO V

DO CONTRATO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Art. 11. Fica instituído o contrato de desenvolvimento institucional, destinado a ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira das universidades federais, nos termos do art. 37, §8º, da Constituição Federal.

Parágrafo único. As universidades federais poderão optar pela ampliação da autonomia de que trata este artigo, mediante contrato de desenvolvimento institucional a ser firmado com o Ministério da Educação.

Art. 12. O contrato de desenvolvimento institucional terá por objeto a fixação de metas de desempenho e do plano estratégico de reestruturação e contemplará:

I – a simplificação de estruturas, compreendendo a redução de níveis hierárquicos, a descentralização e a delegação, como forma de propiciar maior proximidade entre os dirigentes e agilidade do processo decisório;

II – o reexame dos processos de trabalho, das rotinas e dos procedimentos, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados e ampliar a eficiência da Universidade;

III – a adequação do quadro de empregos às necessidades da instituição, com vistas ao cumprimento de sua missão, compreendendo a definição de perfis profissionais e respectivos quantitativos de cargos;

IV – a implantação ou o aperfeiçoamento dos sistemas de informação para apoio às atividades operacionais e ao processo decisório da instituição;

V – a instituição de programa permanente de capacitação e de sistema de avaliação de desempenho dos servidores; e

VI – o crescimento do número de alunos associado ao incremento da relação aluno e professor.

§1º O plano estratégico de reestruturação e desenvolvimento deverá estar integrado ao processo de avaliação institucional, bem assim observar os parâmetros estabelecidos no plano plurianual.

§2º Os Ministros de Estado da Educação, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão instituirão grupo de trabalho interministerial, com a finalidade de definir as diretrizes básicas do contrato de desenvolvimento institucional.

§3º O desempenho de cada universidade em relação a metas estabelecidas no contrato de que trata este artigo será amplamente divulgado, mediante a publicação periódica em jornal de grande circulação e em outros meios, inclusive eletrônicos de acesso público.

Art. 13 – O contrato de desenvolvimento institucional conterá:

I – os objetivos e as metas da universidade federal, compatíveis com o plano plurianual, com seus respectivos planos de ação anuais, prazos de consecução e indicadores de desempenho;

II – o demonstrativo de compatibilidade dos planos de ação anuais com o orçamento e com o cronograma de desembolso;

III – as responsabilidades dos signatários em relação ao atingimento dos objetivos e metas definidos e em relação ao provimento de meios necessários à consecução dos resultados propostos;

IV – as medidas a serem adotadas com a finalidade de assegurar maior autonomia de gestão orçamentária, financeira, operacional e administrativa, bem assim o acesso aos recursos referidos no inciso III do §5º do art. 8º desta Lei, condicionado aos objetivos e metas estabelecidos;

V – os critérios, os parâmetros, as fórmulas e as conseqüências a serem considerados na avaliação do seu cumprimento, quantificados sempre que possível;

VI – as penalidades aplicáveis às universidades e aos seus dirigentes, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis na forma da legislação pertinente;

VII – as condições para sua vigência, revisão, renovação e rescisão.

Art. 14 – As universidades federais que celebrarem o contrato de desenvolvimento institucional poderão:

I – editar regulamentos próprios de avaliação de desempenho dos seus empregados;

II – utilizar os resultados da avaliação institucional para fins de progressão funcional dos seus empregados;

III – propor a revisão de seu quadro de empregos, mediante a movimentação daqueles criados na forma do inciso I do §1º do art. 10;

IV – propor a revisão de seu quadro de cargos gerenciais e de assessoramento, mediante a movimentação dos cargos criados na forma do inciso IV do §1º do art. 10;

V – fixar os limites para a concessão de suprimento de fundos para atender as despesas de pequeno vulto;

VI – editar regulamento dispondo sobre os valores de diárias no País e as condições especiais para sua concessão, observados os valores máximos unitários estabelecidos pela União.

§1º No ato da implementação do quadro de que trata o inciso IV, serão remanejados para o Ministério da Educação os Cargos de Direção e Funções Gratificadas de que trata a Lei nº 9.640, de 25 de maio de 1998, alocados à universidade.

§2º Decorridos, no mínimo, três anos da celebração do contrato de desenvolvimento institucional, a universidade positivamente avaliada poderá propor ao Ministério da Educação projeto de lei dispondo sobre a alteração dos valores das tabelas de vencimentos dos empregos e cargos gerenciais e de assessoramento integrantes de sua estrutura.

§3º Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, o Poder Executivo encaminhará o referido projeto de lei ao Congresso Nacional.

Art. 15. Aos reitores das universidades federais que celebrarem o contrato de desenvolvimento institucional fica assegurada a prerrogativa de:

I – autorizar afastamento de servidores e empregados no País e ao exterior;

II – admitir empregados docentes e técnico-administrativos nas vagas existentes e nos limites orçamentários disponíveis;

III – autorizar a realização de concurso público para admissão de empregados;

IV – contratar professores substitutos e visitantes;

V – estabelecer regulamento próprio para contratos administrativos pertinentes a serviços, compras, alienações e locações;

VI – fixar os limites mensais e anuais referentes à realização de serviços extraordinários por parte de empregados, desde que haja recursos orçamentários disponíveis e atendida a necessidade dos serviços para o cumprimento dos objetivos e metas do contrato;

VII – alienar, gravar, permutar e conceder o uso de bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio da universidade, mediante o consentimento prévio de seu colegiado máximo.

§1º A contratação de obras e serviços de engenharia civil está sujeita ao procedimento de licitação previsto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§2º Para os casos não previstos no parágrafo anterior, a universidade poderá utilizar procedimentos próprios de contratação, nas modalidades de consulta e pregão, estabelecidos nos termos do inciso V do **caput** deste artigo.

Art. 16. As universidades federais que celebrarem o contrato de desenvolvimento institucional poderão remanejar os recursos orçamentários entre projetos e atividades de um mesmo programa previsto no plano plurianual, bem assim solicitar ao órgão competente do Poder Executivo a edição ou proposição dos atos necessários ao remanejamento entre programas.

Art. 17 . Os excedentes financeiros de cada exercício das universidades federais que celebrarem o contrato de desenvolvimento institucional serão incorporados ao exercício seguinte, não podendo ser considerados na fixação do montante do orçamento anual distribuído pelo Poder Executivo.

Art. 18. O Ministério da Educação acompanhará a execução do contrato de desenvolvimento institucional mediante relatório anual de desempenho apresentado pela universidade federal.

§1º As prerrogativas que vierem a ser asseguradas às universidades federais na conformidade do disposto nos arts. 14 e 15 desta Lei somente poderão ser exercidas durante a vigência dos respectivos contratados de desenvolvimento institucional.

§2º As prerrogativas previstas no inciso VII do art. 5º e nos incisos IV, V e VI do art. 6º somente poderão ser exercidas após a celebração do contrato de desenvolvimento institucional pela universidade.

§3º O Ministério da Educação, no cumprimento do disposto no **caput**, deverá relatar, anualmente, à Casa Civil da Previdência da República, os avanços quantitativos e qualitativos da gestão universitária e as dificuldades encontradas para cumprimento da metas estabelecidas nos contratos de desenvolvimento institucional.

§4º O Ministério da Planejamento, Orçamento e Gestão designará equipe técnica para apoiar o Ministério da Educação no cumprimento do disposto no parágrafo anterior, em relação aos assuntos de sua área de competência.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 19. Correrá à conta do Tesouro Nacional a despesa relativa aos proventos de aposentadorias e pensões dos atuais inativos e pensionistas das universidades federais não integrando, nesta caso, os recursos definidos no art. 8º desta Lei.

§1º Os atuais ocupantes de cargos integrantes do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, que vierem a se aposentar terão os respectivos proventos custeados pela

União, com recursos do Tesouro Nacional, na forma do **caput**.

§2º As despesas relativas a pensões instituídas por servidores que se enquadrem nas condições previstas no **caput** deste artigo serão custeados com recursos do Tesouro Nacional.

§3º As despesas decorrentes da decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança nº 22.307-7-DF, cujas vantagens foram estendidas aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, serão custeados com recursos do Tesouro Nacional, na forma do **caput** deste artigo.

§4º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverá orientar, supervisionar e controlar as ações de defesa da União em juízo, executadas pelos respectivos órgãos jurídicos das universidades.

§5º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá propor à Advocacia-Geral da União correições e intervenções nos respectivos órgãos jurídicos das universidades, nos casos de omissão ou inadequação da defesa contra ações impetradas por servidores submetidos ao regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 20. Excepcionalmente, na hipótese de expedição de precatórios contra as universidades federais por força de decisões judiciais fundamentadas na legislação anterior à publicação desta Lei, a União poderá destinar recursos específicos para o seu pagamento, desde que exauridos todos os recursos cabíveis, e verificada, pelos órgãos competentes, a tempestividade e a qualidade da defesa da União por parte da universidade condenada.

Parágrafo Único. Os recursos referidos no **caput** não integrarão a base de financiamento definidas no art. 8º desta Lei.

Art. 21. Até que seja instituído o plano de carreira de que trata o art. 10 desta Lei, o ingresso de pessoal em universidade federal dar-se-á nos termos da legislação em vigor, condicionada à prévia e específica autorização do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Ao pessoal nomeado nos termos do **caput** deste artigo aplica-se o disposto no § 6º do art. 8º e nos arts. 19 e 20 desta Lei.

Art. 22. Os projetos de lei que dispuserem, anualmente, sobre as diretrizes para a elaboração orçamentária conterão dispositivo referente à extinção dos cargos vagos no Plano Único de Retribuição e Classificação de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, existentes nas universidades federais que tenham planos próprios de carreira nos termos do art. 10, bem assim dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas remanejadas para o Ministério da Educação por força do §1º do art. 14 desta Lei.

Art. 23. Ficam transferidas para os Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais, definidas como instituições de destino, as unidades organizacionais vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior, definidas como instituições de origem, na forma do Anexo II a esta Lei.

§1º Passam a integrar as instituições de destino, sem solução de continuidade, independentemente de qualquer formalidade, as unidades e respectivos cursos, de todos os níveis, atualmente ministrados nas unidades organizacionais ora transferidas.

§2º Os alunos regularmente matriculados nos cursos transferidos na forma do parágrafo anterior passam, igualmente, a integrar o corpo discente das instituições de destino, independemente de adaptação ou qualquer outra exigência formal.

§3º As unidades organizacionais transferidas nos termos deste artigo passam a constituir Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs das instituições de destino.

Art. 24. Ficam redistribuídos para as instituições de destino todos os servidores ativos pertencentes ao quadro de pessoal das instituições de origem que se encontrem lotados e em exercício nas unidades organizacionais transferidas nos termos do artigo anterior, em **31** de maio de 1999.

Parágrafo Único. Na hipótese de redução de remuneração do servidor redistribuído nos termos do **caput**, em decorrência de enquadramento no quadro da instituição de destino, ser-lhe-á assegurada a percepção da diferença apurada como vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita aos mesmos reajustes aplicados ao conjunto dos servidores públicos federais.

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir das instituições de origem para as de destino:

I – as dotações orçamentárias destinadas às unidades organizacionais transferidas nos termos do art. 23;

II – os bens imóveis, inclusive em construção, assim como os bens móveis e o acervo documental e material integrante do patrimônio destinados às unidades organizacionais transferidas nos termos do art. 23, após inventário a ser concluído no prazo máximo de sessenta dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 26. Ficam criados oitenta e um Cargos de Direção – CD, sendo vinte e sete CD-3 e cinqüenta e quatro CD-4, e trezentas e setenta e oito Funções Gratificadas – FG, sendo cinqüenta e quatro FG-2 e trezentas e vinte e quatro FG-4.

§ 1º Os Cargos de Direção e Funções Gratificadas criados nos termos deste artigo serão distribuídos entre as instituições de destino de que trata o art. 23, em ato conjunto dos Ministros de Estado da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão, e utilizados, exclusivamente, na administração das unidades organizacionais transferidas.

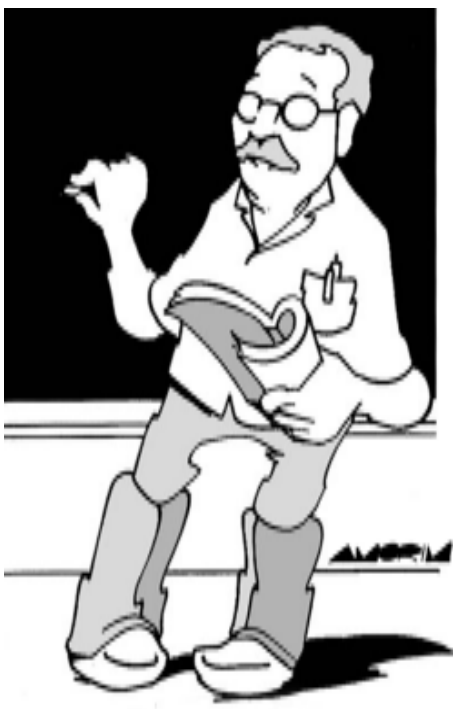
§ 2º Do ato referido no parágrafo anterior constará o remanejamento para o Ministério da Educação os Cargos de Direção e Funções Gratificadas distribuídos às instituições de origem nos termos da Lei nº 9.640, de 1998, que se encontravam em utilização nas unidades organizacionais transferidas nos termos do art. 23 em 31 de maio de 1999.

§ 3º Aos cargos remanejados nos termos do parágrafo anterior aplica-se o disposto no art. 22.

Art. 27. As instituições de destino sucederão as de origem em relação a todos os direitos e obrigações relativos às unidades organizacionais transferidas nos termos do art. 23.

Art. 28. Os Ministérios da Educação, da Fazenda, e do Planejamento, Orçamento e Gestão adotarão tempestivamente as providências necessárias, no âmbito de suas competências, para a implementação dos dispositivos desta Lei.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1ª Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1ª Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 54 • 5 de agosto de 2002
www.adufrj.org.br

Agenda Sindical

11 a 18/8 – Semana de Educação, Cultura e Arte
Atividades preparatórias para o Plebiscito contra a Alca.
13/8 - Ato contra a mercantilização da Educação - Alca não, soberania sim
Grande ato público em Brasília para barrar as medidas de mercantilização da educação.
14/8 - GT Comunicação & Artes da Adufrj-SSind
Na sede, às 10h
Pauta: preparação para o GTCA Nacional (18/8)
14/8 - Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
Sede da Adufrj-SSind, CT, bloco D, sala 200, 17h30.
16 e 17/8 – GTs Verbas e Carreira
Brasília (DF) – na sede do Andes-SN - vai debater o planejamento destes grupos de trabalho e a Carreira Única do Andes-SN, entre outros pontos.
18/8 – GT Comunicação & Artes
Brasília (DF) – na sede do Andes-SN - Avaliação e planejamento de atividades até 2003
21/8 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Às 9h30 com local e pauta a serem divulgados.
22 e 23/8 – GT Nacional de Etnia, Gênero e Classe
Cuiabá (MT), na Adufmat Seção Sindical, *campus da UFMT*
- Vai debater a política de cotas para o ensino superior.
1/9 a 7/9 - Plebiscito contra a Alca
7/9 - Grito dos Excluídos
11 a 13/9 – III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN
Curitiba (PR)
- Vai debater: a Lei de Inovação Tecnológica e Fundos setoriais, entre outros assuntos.

Eleição de representantes do CCMN

Uma convocação da Decania do CCMN para a eleição de representantes no Conselho de Centro, no CEG e no Consuni permitiu que os professores deste Centro organizassem uma discussão sobre o papel das representações nos colegiados. O evento acontece nesta terça-feira, 6 de agosto, às 12h, no bloco A na sala 633 (6º andar). A Adufrj-SSind estará presente na reunião dos docentes.

Até 14 de agosto, estão abertas as inscrições para representação do CCMN em vários colegiados da UFRJ. Para o próprio Conselho de Coordenação do Centro estão abertas vagas para professores, funcionários e alunos, com mandato de dois anos. Para o CEG, existe a vaga de representante titular e suplente dos professores (mandato de três anos). Para o Consuni, há vagas para um representante titular e suplente dos professores Titulares e também dos Adjuntos, com título de doutor (mandato de 4 anos). As eleições ocorrem nos dias 21 e 22 de agosto. Mais informações podem ser conseguidas na secretaria da decania do CCMN.

CAp recebe seis vagas

O Diário Oficial publicou em 24/7 a portaria nº 2.122 que fixa o quantitativo de cargos de professores de ensino fundamental e médio que serão contratados pelas instituições federais de ensino mediante concurso público, num total de 500. Dessas, 70 foram distribuídas entre 25 instituições vinculadas às universidades. Para a UFRJ (leia-se Colégio de Aplicação), foram destinadas seis vagas.

Consuni poderá se autoconvocar

Conselheiros alteram regimento do colegiado

Em sessão extraordinária (31/7), os integrantes do Conselho Universitário concluíram a análise dos destaques ao relatório consolidado da reforma do regimento interno, apresentado pela Comissão de Legislação e Normas do colegiado. A aprovação formal das mudanças deverá acontecer nas próximas semanas, mas os conselheiros já decidiram, no texto consolidado, que o Consuni terá poder de autoconvocação, controle sobre a pauta e que suas comissões permanentes poderão apresentar propostas de resolução para aprovação em Plenário.

Segundo o relator da reforma, Carlos Maldonado, com o novo regimento, o colegiado superior deixará se ser um órgão de assessoramento da reitoria e passará a legislar, de fato, sobre os assuntos da universidade. "O fundamental da alteração do regimento do Consuni foi a mudança da lógica velha do conselho. Pelo novo regimento, o colegiado deixa de ser um apêndice do reitor", comenta. Segundo o representante dos técnico-adminsitrativos, o Consuni trabalhará, a partir de agora, com "a lógica da gestão colegiada". As comissões permanentes de Legislação e Normas (CLN), de Ensino e Títulos (CET) e de Desenvolvimento (CD) também ganham autonomia e poderão apresentar matérias para discussão e propostas de resolução, antes um atribuição restrita ao reitor ou ao presidente do conselho. Maldonado acredita que se o 'executivo' ou a reitoria e o 'legislativo', no caso o Consuni, vierem a trabalhar juntos, a apresentação das pautas e propostas para deliberação continuarão a ser feitas pelo reitor. "Essas alterações são um remédio para prevenir novos Vilhenas", disse, lembrando a administração do interventor do MEC. José Vilhena passou praticamente os quatro anos de sua gestão desconvocando o Conselho Universitário pois sabia que não conseguiria aprovação da maioria para seus projetos.

Regimento Geral também será alterado

Passado o período de 'arrumar a casa' no colegiado superior, a discussão passará a ser em torno da reforma do regimento geral da universidade. Já como resultado do processo de afirmação do Consuni como instância superior, a Comissão de Legislação e Normas apresentará uma proposta de alteração do regimento geral da universidade, datado de 1971.Para Maldonado, a reforma do regimento geral deverá ser um momento de importantes debates sobre questões financeiras, acadêmicas e patrimoniais. "O regimento da UFRJ é tão velho e caduco que ninguém presta atenção nele", comentou, lembrando que é no regimento da universidade que são tratadas questões de funcionamento e atribuições da estrutura universitária, desde as sub-reitorias até os departamentos nas Unidades.

A adequação do estatuto da universidade à Lei de Diretrizes e Bases foi concluída ano passado, mas só em fevereiro último foi homologada pelo Consuni. Mesmo assim, as mudanças se restringiram à formalização da composição dos integrantes do colegidado por segmento (docentes, estudantes e técnicos) na proporção 70/30 para os professores. Isto significa que, de acordo com o conselheiro, as alterações regimentais esbarrão nas limitações do atual estatuto. Segundo Maldonado, a gestão Vilhena acabou impedindo a discussão de um novo estatuto e questões previstas na LDB, como, por exemplo, a existência ou não dos departamentos, não foram tratadas. Para o conselheiro, se houver participação da comunidade e das entidades representativas, a discussão da reforma do regimento da universidade poderá ganhar *status* de uma pré-estatuinte. "Se fizermos um bom debate do regimento, será quase um preparatório para um processo de estatuinte", comentou.

Unidades devem adequar seus regimentos internos

O estatuto homologado em fevereiro também determina que as Unidades devem acompanhar as adequações à LDB, principalmente em relação à composição das representações. Estudantes e técnico-administrativos passam a ter assento garantido nas Congregações e fóruns departamentais. Maldonado explica que o prazo para estas reformulações deveria estar se esgotando no mês de agosto, já que seria de 90 dias após o início da reforma interna do Conselho Universitário: "Acontece que nem o Vilhena e nem o Gattass (ex-sub-reitor acadêmico) encaminharam a solicitação às Unidades e não seria justo cobrá-las agora". Maldonado avisa que a reitoria deverá solicitar nos próximos dias que as Unidades promovam as alterações de seus regimentos. "Daremos mais 90 dias para as Unidades que devem estar encaminhando seus processos para aprovação no Conselho Universitário lá para novembro", disse.

Colegiados acadêmicos também fazem adequações

No Conselho de Ensino de Graduação, a reforma do regimento interno também já começou. Segundo o presidente da Comissão formada para preparar a proposta de alteração, Antônio Cláudio, além da nova composição (com a representação de técnico-administrativos), as principais mudanças serão a formalização de antigas práticas. "O CEG, assim como o CEPG (Conselho de Ensino de para Graduados e Pesquisa), já tem o poder de autoconovocação, mas o colegiado deixará, no regimento, de ter apenas atribuição de planejamento para poder deliberar sobre as ações executadas pela reitoria, como está previsto na LDB.

Comitê da UFRJ contra a Alca dá os primeiros passos

Em reunião na sede da Adufrj-SSind, no dia 1º de agosto, a presidente da seção sindical, Cleusa Santos, e o coordenador do Sintufrj José Carlos começaram a discutir os encaminhamentos sobre o Plebiscito da Alca, que ocorre de 1 a 7 de setembro em todo o país. Ficou definido que uma próxima reunião nesta segunda-feira (5/8), às 18 horas, na Escola de Serviço Social vai reunir as entidades representantivas da UFRJ (sindicatos, DCE e APG) para organizar o fortalecimento do comitê da universidade contra a Alca. Na quinta-feira (8/8), às 9h30, na sala C da decania do Centro de Tecnologia, será realizada a primeira reunião do comitê aberta a toda comunidade universitária. Para este encontro e para integrarem o comitê, estarão sendo especialmente convidadas pela Adufrj-SSind as pessoas que assistiram ao debate sobre a área de livre comércio, realizado em meados de julho, com os professores Roberto Leher e Reinaldo Gonçalves.

A participação nos fóruns estaduais contra a Alca, promoção de debates, impressão das cédulas, instalação de urnas, contribuição financeira e expectativa de votos em cada categoria de trabalhadores são pontos que serão discutidos nas reuniões do comitê local da UFRJ.

Faltam 27 dias para o Plebiscito da Alca

Colegiados

UFRJ se organiza para pedir substitutos

Pedidos devem ser encaminhados para o CEG em duas etapas

Como ocorre todos os anos, já começou a corrida dos departamentos por professores substitutos. Resultado da ausência de concursos nos últimos anos (até recentemente) e do afastamento de docentes da UFRJ por diversos motivos (aposentadorias, óbitos etc.), os temporários já constituem cerca de 10% da força de trabalho da universidade.

Neste ano, de acordo com a legislação do MEC, as instituições de ensino superior devem encaminhar seus pedidos de substitutos até o mês de setembro. Para atender o prazo, a câmara docente do CEG dividiu o processo na universidade em duas etapas. Até 31 de agosto, podem ser encaminhadas ao colegiado as solicitações de professores temporários somente com o quantitativo (sejam renovações ou vagas novas), sem justificativas. Até 31 de outubro, em conformidade com a resolução do CEG 01/96 (disponível na página eletrônica www.ufrj.br), os pedidos devem receber as devidas justificativas após tramitação nas congregações de Unidade e conselhos de Centro.

O presidente da câmara docente do CEG, Antônio Cláudio, já avisa que não serão mais aceitos pedidos *ad referendum*. "Não podemos julgar centenas de casos sem o embasamento da discussão nas Unidades e Centros", afirmou. A novidade deste ano é que todos os professores substitutos poderão ter seus contratos renovados até dezembro de 2003, mesmo aqueles que entraram na instituição em 2000 (os mais "antigos"). Antônio Cláudio aproveita para comentar que os pedidos de renovação têm, em geral, preferência em relação aos que solicitam vagas novas. "Entendemos que são professores já testados e aprovados pelos departamentos", informou.

Vestibular

O edital do vestibular foi finalizado na última sessão do CEG. A UFRJ vai oferecer 6.223 vagas, 20 a mais que o concurso anterior por conta da introdução do curso de Matemática Aplicada. Na sessão desta quarta-feira (7/8), deve ser definido o manual do candidato.

SIGA

Mais uma do novo Sistema de Registro Acadêmico. Alunos regularmente inscritos nas disciplinas de certas Unidades sumiram dos registros do SIGA e não aparecem nas pautas. Detalhe: a notificação de não constarem do sistema foi divulgada recentemente, após mais da metade do semestre cursado. Uma reunião entre a SR-1, a DRE e o NCE iria verificar o problema. Os conselheiros do CEG estão preocupados em garantir os direitos dos alunos.

Na tentativa de identificar outros pontos falhos do SIGA, a SR-1 está solicitando que todo e qualquer problema relacionado ao sistema seja encaminhado para a sub-reitoria, aos cuidados da professora Cláudia Jardim. Ela pede que os relatos sejam os mais detalhados possíveis. "Não basta dizer 'não consegui entrar' como relato", disse Cláudia.

E, ao que parece, não vai ser pouco o trabalho para equilibrar o SIGA. Pela professora Wanda Freire (representante do CLA), veio a informação de que uma hora e meia foi o tempo necessário para realizar apenas três atos acadêmicos relacionados a estudantes da FAU. Falta de equipamentos de qualidade para rodar o programa também é uma realidade das Unidades. A própria Cláudia comentou que os manuais do sistema distribuídos às secretarias acadêmicas já precisam de correções e atualizações. "Novas funções foram inseridas no SIGA depois de impressos os manuais", contou.

Copav

A sub-reitora informou que ainda será marcada a sessão conjunta CEG/CEPG para tratar da criação da Comissão Permanente de Alocação de Vagas Docentes (Copav), em substituição à comissão temporária de anos anteriores. O objetivo dos conselheiros é formalizar este mecanismo na estrutura formal da UFRJ e impedir eventuais favorecimentos a Unidades sob proteção do reitor, seja ele qual for.

Programas serão detalhados

Todos os programas de fomento criados pela reitoria ou pelo MEC (Profag, PCO, PET, Prolig, Prograd, entre outros) estão sendo analisados pela reitoria atual, que vai distribuir um relatório completo sobre o assunto na sessão de 14 de agosto do CEG.

UFRJ

Coppe promove seminário sobre serviços na área de saúde

Dentro da programação da 28ª Conferência Internacional de Pesquisa Operacional, a Coppe promoveu um debate sobre a "Acessibilidade e qualidade dos serviços de saúde", no dia 1º de agosto, no auditório do Centro de Tecnologia. O evento contou com a presença do vice-diretor da Coppe, Luiz Fernando Legey, de representantes do Hospital Miguel Couto e das secretarias estaduais de Defesa Civil e de Saúde, além de professores de instituições estrangeiras. O professor Mário Jorge Ferreira de Oliveira, da área de Pesquisa Operacional da Coppe, conduziu a atividade.

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, esteve no local e acompanhou o debate.

Embora o debate da Coppe tenha tido um caráter mais geral, vale lembrar que o movimento docente defende, na esfera da Educação, a ampliação, em caráter urgente e preferencial, da luta pela manutenção dos Hospitais Universitários, que enfrentam crises permanentes agravadas na atual conjuntura pela incapacidade e irresponsabilidade do MEC de negociar soluções emergenciais com as entidades representativas de professores, servidores e estudantes.

De modo mais amplo, o Andes-SN, por intermédio de suas Seções Sindicais, também visa à articulação dos movimentos sociais em defesa da saúde pública, organizando ações de combate ao sistema de saúde complementar.

Ato contra a mercantilização da Educação
Alca Não, Soberania Sim - 13 de agosto - Brasília

Resenha

Vice de Ciro investigado

O ex-presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, candidato a vice-presidente na chapa de Ciro Gomes (PPS), está sendo investigado pelo Ministério Público. Reportagem da revista Época aponta Paulinho como responsável por irregularidades na compra e venda de uma fazenda no interior de São Paulo e em acordos com sindicatos patronais lesivos aos trabalhadores. A fazenda teria sido superfaturada em R$ 1 milhão e comprada para a Força Sindical com dinheiro público. O MP o intimou a prestar esclarecimentos sobre o caso, de acordo com matéria da agência Informes PT (30/7).

Cresce violência no campo

O informativo Rápido, da CUT-RJ, de 1/8, observa que aumentou o número de assassinatos no campo. Os dados são do relatório de Conflitos no Campo 2001, que está sendo lançado nacionalmente pela Comissão Pastoral da Terra. Em 2001, ocorreram 29 assassinatos no campo, enquanto que, em 2000, 21 pessoas foram mortas em conflitos no Brasil. O relatório também informa que houve aumento do trabalho escravo. Em 2000, 465 pessoas foram submetidas ao trabalho escravo; em 2001, o número saltou para 2.416.

FH veta recursos da Saúde

O presidente FHC vetou a ampliação de 2% para 3% do total do orçamento geral da União destinado à reserva de contingência – recursos previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para gastos inesperados como seca, enchentes e endemias -, de onde sairiam R$ 5 bilhões para o reajuste do salário mínimo do ano que vem e para o financiamento de emendas parlamentares. O presidente vetou ainda os artigos que aumentavam em R$ 1 bilhão os recursos para a Saúde.

Antena no CAp preocupa

Matéria do caderno de bairros Zona Sul de O Globo (25/7) informa sobre as dificuldades que pais, alunos e professores enfrentam para tentar remover uma antena de telefonia celular instalada em pleno pátio do Colégio de Aplicação-UFRJ. A comunidade local preocupa-se com possíveis malefícios à saúde causados pela radiação. No entanto, apesar de o decreto municipal nº 21.244, de abril deste ano, impedir a implantação do equipamento em estabelecimentos de ensino, a antena continua lá. A operadora diz que vai retirá-la, mas não especificou um prazo.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

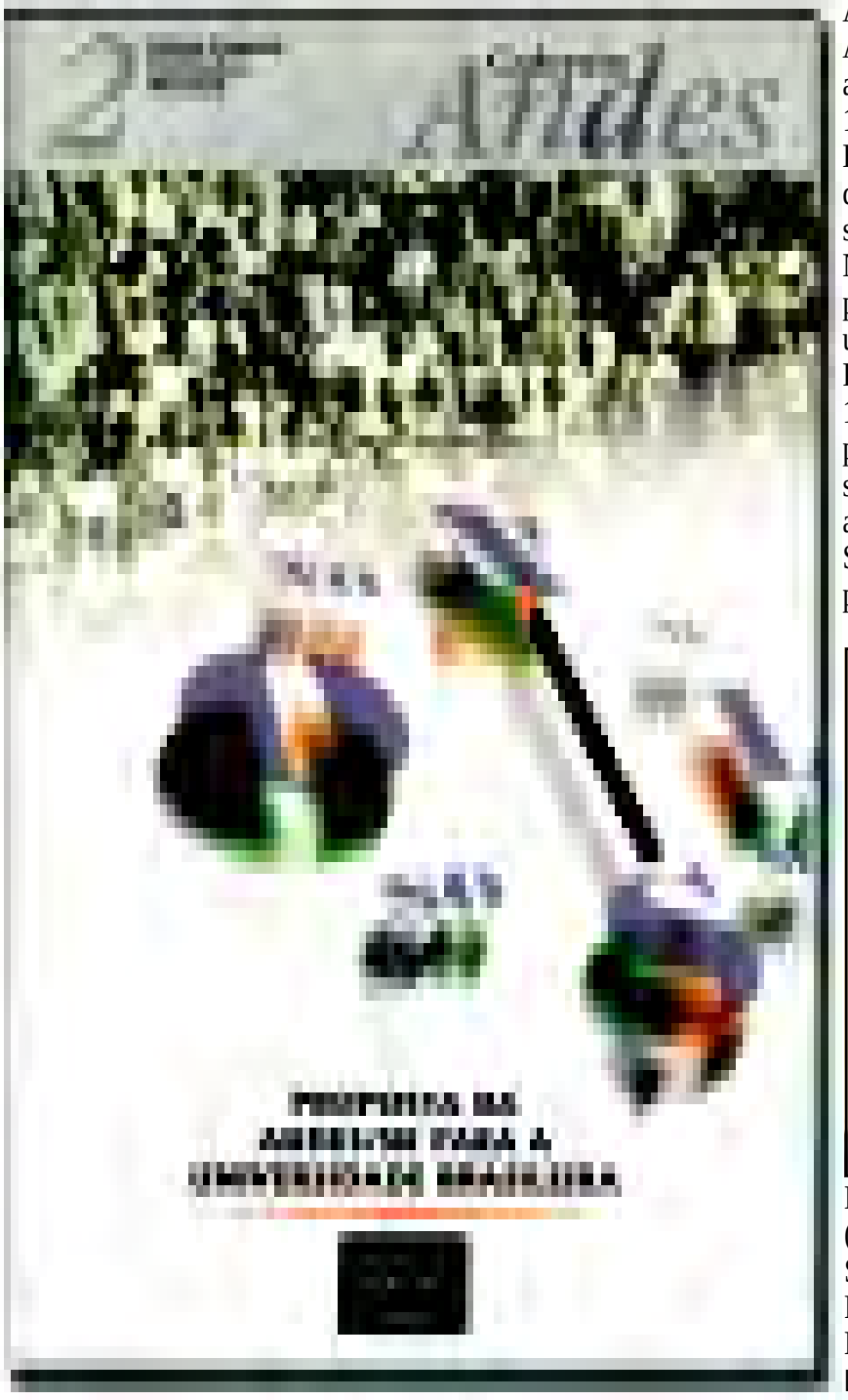
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1ª Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1ª Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 66 • 12 de agosto de 2002

Proposta do Andes-SN é entregue a reitores



A 44ª Reunião Ordinária do Conselho da Associação Nacional dos Dirigentes (Andifes) acontece nestas segunda e terça-feiras (12 e 13/8), no Auditório do Núcleo de Computação Eletrônica, na Cidade Universitária. A diretoria da Adufrj-SSind foi convidada para a solenidade de abertura, nesta segunda, às 9h. Na pauta do encontro dos reitores estão previstos debates sobre autonomia universitária e sobre a lei que retira as Procuradorias das autarquias federais (Lei 10.480). Na ocasião, a Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira (Caderno 2) será distribuída pela diretoria da Adufrj-SSind a todos os dirigentes. O presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, também estará presente na abertura do evento.

Kelvin Melo

Na última sessão do Conselho Universitário (8/8), a presidente da seção sindical, Cleusa Santos, entregou ao reitor Carlos Lessa a Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira (Caderno 2).

Leia mais na página 5.

Faltam 22 dias para o Plebiscito da Alca

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

14/8 (quarta-feira) **17h30**

Sede da Adufrj-SSind, CT, bloco D, sala 200

Pauta:
- Reunião do Setor das Federais/Plenária dos SPF
- Prestação de contas 2001
- Contribuição dos sindicalizados sobre o 13º salário de 2001 e as férias de 2002
- Contrato de serviços fotográficos **Reunião aberta a todos os sindicalizados**

Reunião dos professores substitutos na Adufrj-SSind

15/8 (quinta-feira) **12h**

Sala C da Decania do Centro de Tecnologia Ilha do Fundão

Pauta:
Condições de trabalho
Situação funcional

Assembléia Geral

21/8 (quarta-feira) **9h30**

Auditório do CT, Ilha do Fundão

Pauta:
- Encaminhamentos do Setor das Federais
- Prestação de contas 2001
- Contribuição dos sindicalizados sobre o 13º salário de 2001 e as férias de 2002
- Contrato de serviços fotográficos

Movimento

MEC ainda não cumpriu o Termo de Acordo pós-greve

Mesas de negociação foram canceladas pelo ministério e GID ainda não foi regulamentada

Continuar a pressão em cima do MEC para o cumprimento do Termo de Acordo pós-greve de 2001 permanece como uma das principais tarefas do movimento docente. Em circular datada de 2 de agosto, a diretoria do Andes-SN encaminhou para as seções sindicais um breve balanço das negociações com o ministério desde o ano passado. O documento deixa claro que o governo pouco fez para cumprir integralmente o que foi negociado e firmado entre as partes. O Andes-SN e o Sinasefe, signatários do Termo de Acordo pelo lado sindical, comprometeram-se a aprovar o indicativo de saída de greve e a repor as aulas do segundo semestre letivo de 2001 (o que está sendo feito).

Já o MEC deveria, entre uma série de compromissos, encaminhar projeto de lei baseado no acordo fechado no Congresso; definir metas de contratação para até 2 mil docentes, pelo Regime Jurídico Único (RJU); alterar proposta da Lei da GID (10.187/2001) e garantir participação nas mesas de negociação com o Andes-SN e o Sinasefe para tratar de itens não-salariais da pauta de reivindicações.

Em relação ao projeto de lei do reajuste salarial, isso foi cumprido e passou a valer no início deste ano. Em relação à GID, foi aprovada pelas entidades sindicais uma minuta de decreto de regulamentação da gratificação, mas a tramitação do documento parou no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Em 18/7, o Andes-SN e o Sinasefe protocolaram um documento de protesto. Entretanto, o MEC não voltou a se pronunciar sobre o tema. Sobre os concursos, o acordo está parcialmente cumprido, pois já foram autorizadas quase duas mil vagas. Nas demais mesas de negociação, porém, o MEC não compareceu ou não houve avanço em relação às propostas do movimento docente.

Curitiba recebe Seminário de C&T do Andes-SN

Entre os dias 11 e 13 de setembro, Curitiba vai receber o III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN. Durante o evento, serão apresentados vários trabalhos sobre esse área. Os temas abordados serão: Lei de Inovação tecnológica; Fundos Setoriais; Institutos do Milênio; Fundação de Amparo à Pesquisa; Lei de Propriedade Intelectual e Política Industrial

Todos os trabalhos serão também apresentados na forma de painel, durante o evento.

As instruções para a elaboração dos trabalhos e dos painéis estão disponibilizadas na página eletrônica do Seminário: www.apufpr.org.br/cienciaetecnologia. A data limite para a entrega dos trabalhos é 22 de agosto e deverão ser enviados para o endereço da Apufpr: apufpr@milenio.com.br. O seminário está sendo promovido pela Apufpr-SSind e pelo Sindocefet-PR.

O encontro do movimento docente procura analisar criticamente a conjuntura da produção de ciência e tecnologia no Brasil e alguns dos seus principais problemas e perspectivas. No atual contexto internacional, esta temática é ainda mais importante. Não existe país que tenha alcançado um grau avançado de desenvolvimento sem a adoção de um modelo soberano e autônomo de ciência e tecnologia. A falta de investimentos e a ausência de uma política industrial socialmente referenciada tem sido uma das grandes lacunas na condução das atuais políticas governamentais. Para o Sindicato, é urgente que essas questões sejam disticutidas, objetivando a construção de uma política de ciência e tecnologia que oriente os debates da campanha eleitoral do presente ano e contribua para a formulação de uma diretriz vigorosa do Brasil nesta área.

Jurídico

Isenção do PSS sobre a gratificação natalina e o abono de férias

Na ação ordinária nº **2000.510.1007517-1,** na qual a Adufrj-SSind postula o reconhecimento da inconstitucionalidade dos descontos efetuados nas parcelas de gratificação natalina e abono de férias pela Universidade a título de contribuição previdenciária dos filiados, foi obtida uma sentença favorável em primeira instância, garantindo a isenção do Plano de Seguridade Social (PSS) sobre a gratificação natalina e o abono de férias. O juiz determinou o cumprimento imediato desta decisão, mesmo enquanto pendente o julgamento do recurso apresentado pela Universidade. Infelizmente, a UFRJ se manteve intransigente não cumprindo esta decisão judicial e a Advocacia Geral da União obteve a revogação da ordem de cumprimento imediato. A Adufrj-SSind está se empenhando para tentar restaurar a ordem de pagamento imediato, sendo certo que se mantém a vitória da entidade sindical quanto à obrigação de pagamento dos atrasados dos PSS já descontados.

Agenda Sindical

11 a 18/8 – Semana de Educação, Cultura e Arte
Atividades preparatórias para o Plebiscito contra a Alca.

13/8 - Ato contra a mercantilização da Educação - Alca não, soberania sim
Grande ato público em Brasília para barrar as medidas de mercantilização da educação.

14/8 - GT Comunicação & Artes da Adufrj-SSind
Na sede, às 13h
Pauta: preparação para o GTCA Nacional (18/8).

14/8 - Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
Sede da Adufrj-SSind, CT, bloco D, sala 200, 17h30.

16 e 17/8 – GTs Verbas e Carreira
Brasília (DF) – na sede do Andes-SN - vai debater o planejamento destes grupos de trabalho e a Carreira Única do Andes-SN, entre outros pontos.

17/8 – Reunião do Setor das IFES
Brasília (DF)

18/8 – Plenária dos SPF
Brasília (DF)

18/8 – GT Comunicação & Artes
Brasília (DF) – na sede do Andes-SN - Avaliação e planejamento de atividades até 2003

21/8 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Às 9h30, auditório do CT, Ilha do Fundão

22 e 23/8 – GT Nacional de Etnia, Gênero e Classe
Cuiabá (MT), na Adufmat Seção Sindical, *campus da UFMT*
- Vai debater a política de cotas para o ensino superior.

1/9 a 7/9 - Plebiscito contra a Alca

7/9 - Grito dos Excluídos

11 a 13/9 – III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN
Curitiba (PR)
- Vai debater: a Lei de Inovação Tecnológica e Fundos setoriais, entre outros assuntos.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Andes

Andes-SN critica despolitização da SBPC

Protesto da Diretoria do Sindicato Nacional ocorre após a 54ª Reunião

Não à indiferença. Essa poderia ser considerada a palavra de ordem do Andes-SN durante a 54ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Para a Diretoria do Sindicato Nacional, a SBPC apresenta fragilidade política e financeira para encaminhar as questões de defesa da C&T e Educação nacionais.

Em relatório sobre a Reunião ocorrida em Goiás entre os dias 7 e 12 de julho, a diretoria do Andes-SN critica veementemente a ausência de debate sobre os problemas da área e comenta a Reunião paralela, realizada durante o evento, de forma mais politizada.

De acordo com o relatório, logo na abertura do evento, o ministro de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, silenciou sobre a grave crise. Lógico. Ao longo da Reunião oficial, que teve como tema "Ciência e Universidade Rompendo Fronteiras", "foi sentida a ausência do debate sobre as reais fronteiras a serem rompidas, os projetos de universidade em embate, a ausência dos sujeitos políticos defensores de projetos que antagonizam com propostas da atual política de governo", diz um trecho. Mais adiante, no mesmo texto: "(...) a capacidade política da comunidade científica, reunida em torno da SBPC, (foi) esvaziada".

Na Assembléia Geral da SBPC, "de maneira muito tênue", alguns elementos da crise da área de Ciência e Tecnologia apareceram. Os pós-graduandos reivindicaram condições de trabalho e reajustes nas bolsas. Os estudantes dos programas PET pediram a expansão do programa e, também, o reajuste dos valores pagos. Os dirigentes de entidades científicas protestaram contra o corte de recursos, as indicações de fechamentos de programas de pós-graduação, o fechamento de laboratórios e a falta de infra-estrutura para pesquisa. Houve, ainda, a manifestação dos professores que chamaram a atenção para o não cumprimento do Termo de Acordo da greve de 2001. Dentro das instituições, o corpo docente protestou contra a privatização em curso, através de projetos e programas governamentais.

A Reunião Paralela

A programação paralela contou com debates sobre a mercantilização da Educação, sobre a Lei de Inovação Tecnológica e reuniões sobre a Campanha Nacional contra a OMC e a Alca, entre outros temas. O evento extra-oficial foi acompanhada por um público estimado de 500 pessoas (de 5 mil inscritos da Reunião Anual).

Faixas de protesto rasgadas

A Diretoria do Andes-SN destaca que as faixas distribuídas pelo *campus* da Universidade Federal de Goiás com palavras de ordem, como: "Contra a Alca", "Contra a Lei de Inovação Tecnológica do MCT", "Pelo cumprimento dos Termos de Acordo firmados com o MEC", foram quase todas rasgadas. "(...) em atos de vandalismo praticados pelos que não querem dar visibilidade às questões cruciais que afligem e ameaçam a educação, ciência e tecnologia em nosso país", denuncia o relatório.

Citação do cientista político Petras

Em dado momento do relatório, a diretoria faz questão de reproduzir uma citação do cientista político norte-americano James Petras: "Estruturalmente, os intelectuais da América Latina deixaram de ser intelectuais orgânicos conectados e dependentes dos movimentos populares para tornarem-se intelectuais institucionais atados a agências de financiamento e suas prioridades intelectuais... Em seu sentido mais amplo, a ascensão dos intelectuais institucionais e o declínio dos intelectuais orgânicos representam uma contra-revolução cultural, um grande salto para trás".

UFRJ

Professores do CCMN voltam a discutir representação nos colegiados

No dia 6 de agosto, realizou-se uma reunião de professores do CCMN para discutir as próximas eleições de representantes em diversos Conselhos da UFRJ. Estiveram presentes 19 docentes de quatro unidades deste Centro (Instituto de Física, Instituto de Geociências, Instituto de Matemática e Instituto de Química), além do vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes. Na reunião, foi destacado que cabe à decania do CCMN a convocação, divulgação e organização das eleições dos representantes docentes no Conselho de Coordenação do Centro, CEG e Consuni.

A discussão também deixou clara a necessidade de conferir aos docentes a possibilidade de participar, através de seus representantes, das discussões e decisões dos Conselhos Superiores e de Centro. Neste sentido, considerou-se importante a divulgação dos temas e questões a serem discutidos, bem como o conhecimento das resoluções aprovadas nos colegiados, ficando a critério do representante a convocação de seus representados para a discussão e deliberação a respeito de temas considerados relevantes. Sugeriu-se, inclusive, que os boletins da Adufrj-SSind poderiam ser utilizados com o objetivo de ampliar a divulgação destes temas. Houve um início de discussão sobre o perfil dos representantes e, de antemão, foi considerado inadequado que o representante ocupe cargos institucionais.

Para dar continuidade ao debate sobre a representação, foi convocada uma nova reunião de docentes do CCMN para este dia 12 de agosto, ao meio-dia, novamente na sala 633, no 6º andar do Bloco A do CT.

Manuella Soares

DEZENOVE DOCENTES PARTICIPARAM DA PRIMEIRA REUNIÃO

Resenha

Diploma para todo o Mercosul?

Matéria do Correio Braziliense (1/8) informa que existe um projeto em tramitação no MEC com o objetivo de validar automaticamente os diplomas universitários nos países componentes do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai). "O assunto vinha sendo tratado de forma sigilosa, não havendo qualquer iniciativa de chamar a comunidade universitária para debate. O resultado da divulgação acabou causando grande constrangimento no mundo acadêmico, não sendo poupadas críticas ao projeto", diz um trecho.

Projeto de Lei garante mandato sindical

A Agência Câmara (em 5/8) afirma que o deputado João Eduardo Dado (PDT-SP) apresentou Projeto de Lei (7013/02) para assegurar a remuneração ao servidor investido em mandato classista e aumentar o limite do número de servidores licenciados por entidade. A proposta modifica a Lei 8.112/90 (RJU) para assegurar ao servidor o direito à licença com remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, que congreguem no mínimo, 500 associados. O projeto proíbe a exoneração, dispensa ou demissão de servidor investido em mandato classista, salvo a pedido ou após processo administrativo disciplinar. A defesa dos direitos sindicais está na pauta de reivindicações dos SPF.

Residentes do Hupe pedem socorro

O Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe) da Uerj está em sérias dificuldades. Na unidade não falta pessoal para trabalhar, mas sim equipamentos e materiais básicos para o atendimento. Segundo Rodrigo Cruvinel, vice-presidente da Associação de Residentes do Hupe, das 18 salas do Centro Cirúrgico, apenas sete estão funcionando. Dos 600 leitos, só 450 podem ser utilizados. Ele ressalta que não há equipamentos eficientes para averiguar a fundo os problemas do paciente. "É até irresponsável atender alguns tipos de paciente no Hupe, já que não há condições de trabalhar para resolver a doença", alerta o residente, em matéria da Folha Dirigida (6/8).

Jurídico

Assessorias Jurídicas dos servidores discutem 3,17%

Regulamentação do direito de greve e reforma do Judiciário também são discutidas

A regulamentação do direito de greve no serviço público, a reforma do Poder Judiciário e a questão dos 3,17% foram os itens discutidos pelos representantes das assessorias jurídicas das entidades sindicais ligadas à CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais), no dia 30 de julho, em Brasília.

Os 3,17%, vale lembrar, dizem respeito à diferença de uma variação acumulada do IPC (índice de preços ao consumidor) nos vencimentos de 1994. Naquele ano, a Lei nº 8.880, de 27 de maio (Lei do Plano Real) estabeleceu reajuste de salários a ser concedido aos servidores públicos civis e militares da União. Em janeiro de 1995, no entanto, houve um reajuste que não abrangeu esse percentual de 3,17%. A não incorporação da diferença motivou o sindicato a ingressar com ação judicial na tentativa de estender tal reajuste à categoria docente. Em setembro de 2001, o governo editou medida provisória que reconheceu o direito dos servidores prejudicados e concedeu o reajuste por meio de acordo. No entanto, a MP governamental impõe restrições aos servidores que têm direito ao ganho judicial.

A reunião de Brasília voltou a reforçar a recomendação de não se aceitar o acordo proposto na Medida Provisória nº 2.225-45/02.

Direito de greve

A regulamentação do direito de greve é um ponto delicado da pauta dos servidores. O entendimento é que, com este governo, não se torna possível disputar projetos no Congresso Nacional. Das propostas que se encontram em tramitação na Câmara – uma delas é o pacote autoritário anti-greve de FHC, surgido durante a greve dos professores do ano passado (e disponível na página eletrônica www.adufrj.org.br) -, a coordenação da CNESF não apóia nenhuma. Foi encaminhado que representantes de todos os servidores (federais, estaduais e municipais) e dos três Poderes devem se encontrar em um seminário para apreciar a questão. Enquanto isso não ocorre, as instâncias deliberativas das entidades sindicais devem continuar discutindo o tema para se posicionarem sobre a regulamentação (ou não) do direito de greve.

Reforma do Poder Judiciário

Outro seminário deve ser organizado pelos servidores para tentar barrar a proposta de Emenda Constitucional nº 29, que trata da reforma do Poder Judiciário. O encaminhamento surgiu baseado na análise que a atual PEC não promove a democratização do Judiciário, como seria desejado. Foi lembrado durante a reunião de Brasília que a reforma consta da Cartilha do Banco Mundial (olha só a coincidência!) desde o início da década de 90. Antes da realização do seminário, cada entidade deverá encaminhar para a Coordenação da CNESF sua posição sobre o assunto.

Movimento

Andes-SN quer intensificar luta pela Reforma Agrária

Seminário do Sindicato Nacional discute papel da Academia na oposição aos projetos de governo

Ampliar a participação dos professores universitários na luta pela reforma agrária é uma das tarefas do Andes-SN. Esse objetivo ficou claro durante o II Seminário Nacional de Política Agrária do Sindicato Nacional, realizado em Recife (PE), no período de 31 de maio a 2 de junho último.

Sediado pela seção sindical dos docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Aduferpe-SSind), o evento teve o título "Universidade Pública e Reforma Agrária – uma mesma luta" e contou com a presença de representantes do MST, da Comissão Pastoral da Terra, da FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco), do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), de comunidades indígenas, entre outros.

Ao longo de seis mesas redondas (o relatório completo do seminário está disponível em www.andes.org.br), sobraram críticas para a política do governo FHC. Para o coordenador do MST, Jaime Amorim, o modelo em curso de implantação no país não passa de uma cópia do modelo norte-americano, com intensa mecanização do campo e conseqüente prejuízo para a agricultura familiar. Órgãos e institutos de pesquisa como a Embrapa (Empresa Brasileira de Agropecuária) são privatizados ou sucateados.

Os reflexos desta política já se fazem sentir: "inchaço" populacional das cidades, maior concentração de terra e riqueza, controle internacional de sementes e insumos e submissão de qualquer projeto ambiental ao lucro, entre outros pontos.

O MST defende um outro projeto de vida no campo, com fortalecimento dos serviços públicos, da agricultura familiar, com a produção voltada primeiramente para o abastecimento interno e com a reconstrução da identidade cultural camponesa.

Andes-SN contra o governo

Pelo Andes-SN, a professora Celi Taffarel comentou que a questão da cooptação de intelectuais para o projeto do governo "vem de longo tempo". Neste sentido, alertou para a ameaça da possível implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), "que submeterá toda a formação dos trabalhadores a tais acordos que visam à submissão da nação, caracterizando-se este processo como assalto às consciências e à nação".

FEAB questiona formação nas universidades

Jacir Chies, representante da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) questionou a pesquisa relativa às políticas agrárias nas instituições de ensino. De acordo com os argumentos dele, a pesquisa dos centros universitários e acadêmicos, em sua maioria, não atende às reais necessidades da sociedade. Ele também defendeu a criação de núcleos em defesa da reforma agrária nas universidades.

Próximo seminário será na Bahia

O próximo Seminário de Políticas Agrárias do Sindicato Nacional deverá ocorrer na Bahia e a próxima reunião do grupo de trabalho relativo ao tema está prevista para o início de setembro deste ano.

Visita aos assentamentos

No último dia do seminário, professores e alunos visitaram assentamentos e acampamentos do MST no município próximo de Caruaru. Pernambuco possui hoje cerca de 26 assentamentos do movimento, com 3,6 mil famílias e 300 acampamentos.

I Seminário ocorreu em 2001

O Andes-SN realizou um Seminário Nacional de Política Agrária, pela primeira vez, em fevereiro de 2001, em Viçosa (MG). De acordo com o texto de apresentação da Diretoria Nacional do Sindicato, "a luta de resistência construída pelos trabalhadores rurais é estratégica na medida em que causa sobre o meio de produção da propriedade rural o mesmo impacto que a luta dos trabalhadores da cidade causa sobre a divisão e distribuição da renda e dos lucros, propiciando a ampliação dos direitos e conquistas sociais como resultante do enfrentamento permanente da ditadura do capital sobre o trabalho".

Colegiados

Autonomia começa a ser discutida no Consuni

Andes-SN é contrário ao projeto dos reitores sobre o tema

A reunião da Associação Nacional de Dirigentes das IFES (Andifes), durante esta semana, na UFRJ, significa mais do que a reaproximação da maior universidade federal do país a este fórum de reitores, já que, durante a gestão intervencionista, Vilhena e a Andifes andaram se estranhando. Significa também o início do debate sobre a autonomia universitária no Consuni.

No Consuni de 8/8, Carlos Lessa mostrou-se angustiado sobre a questão já pautada no encontro de reitores, uma vez que a UFRJ não conseguiu encaminhar este debate nos últimos quatro anos por conta da administração vilhenista. O novo reitor lembrou que a Adufrj-SSind fez chegar às mãos da administração, logo na cerimônia de sua posse, as considerações do Andes-SN sobre a proposta de autonomia da Andifes. No entanto, queria mais informações para se posicionar na reunião desta semana.

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, esteve presente no colegiado e defendeu a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal. De acordo com as decisões congressuais do movimento docente, o texto constitucional já assegura a autonomia à universidade. Para o Andes-SN, não há nenhuma necessidade de regulamentar o artigo da CF. Cleusa disse que os pressupostos que sustentam a concepção de autonomia e democracia do movimento docente estão contidos no Caderno nº 2: "Uma proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira". "Nesta proposta, o reitor e os conselheiros certamente poderão se aprofundar sobre a concepção de autonomia", afirmou. Com estas palavras, a presidente entregou ao reitor quatro exemplares do Caderno nº 2.

Ao ressaltar uma das conseqüências sociais fundamentais do projeto da Andifes, Cleusa argumentou que, ao associar autonomia e financiamento, o documento dos reitores busca transformar as universidades públicas em organizações sociais, implementando, assim, o projeto de privatização da Educação.

Andes-SN recusa projeto dos reitores

Vale lembrar que, em maio deste ano, o secretário da SESu, Sá Barreto propôs às entidades sindicais da Educação, mais a UNE, uma reunião para tratar do financiamento das instituições federais de ensino superior. Sá Barreto destacou que seriam discutidos os encaminhamentos propostos pela Andifes a respeito do tema. A posição da diretoria do Andes-SN, acompanhada pelas seções sindicais, indicou a não participação neste evento. De acordo com a análise daquela ocasião: "O que o projeto tenta operacionalizar de novo é justamente o que a Constituição proíbe que a universidade faça em nome de sua autonomia, como: i) a cobrança de taxas e mensalidades em diversas modalidade de pós-graduação e extensão; ii) a contratação de pessoal fora do RJU, e iii) fragmentação da carreira docente das IFES. O preceito constitucional da gestão democrática, com a criação do Conselho Superior das IFES, um conselho basicamente constituído pelas administrações universitárias e pelo Executivo, dotado de amplas prerrogativas, se dissiparia como fumaça ao vento".

Não à universidade como organização social

Embora reconhecesse seu pouco conhecimento do tema, Lessa garantiu que defenderia a Universidade como uma instituição do Estado Nacional brasileiro. Ele se diz totalmente contrário à idéia de transformar as instituições federais de ensino superior em organizações sociais. "Na leitura que fiz das críticas da Andes, a Andifes se afastou destas questões que são basilares para mim", afirmou. Ainda sobre a questão da autonomia universitária, o reitor frisou que os funcionários e professores não podem ser separados do Estado. "Sou de uma geração que a pessoa enchia a boca para dizer que era servidor público federal", disse. Lessa disse que ia pedir para o tema não se esgotar na reunião da Andifes. Nessas posições, o reitor foi apoiado pelo Conselho Universitário.

Colegiado veta Lessa no Conselho de Minerva

O controvertido Conselho de Minerva, entidade criada na gestão Vilhena à revelia do Consuni para congregar ex-alunos da UFRJ, voltou à pauta do colegiado. No dia seguinte àquela sessão (9/8), o reitor participaria de um colóquio sobre o "Resgate da Identidade Brasileira", em Teresópolis. Durante o evento, Lessa seria convidado a assumir a presidência honorária do polêmico conselho da era vilhenista.

O novo reitor ponderou que compareceria ao colóquio em respeito a várias personalidades presentes e, a princípio, tinha a intenção de aceitar o título de presidente honorário da "entidade", embora declarando que a questão do conselho de Minerva "está *sub judice* do Conselho Universitário da UFRJ".

Os conselheiros não gostaram da proposta. Lessa foi convencido a comunicar que não poderia aceitar de maneira alguma a indicação, enquanto o Consuni mantém o assunto na sua pauta de discussão. Uma comissão foi formada no colegiado para estudar o Conselho de Minerva.

Inscrição de alunos ainda está indefinida

SIGA ainda não tem a confiança dos conselheiros do CEG

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) de 7/8 transcorreu sem problemas com a iluminação, já então restabelecida. O que afligiu os conselheiros foi outra preocupação bastante conhecida: o Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA). Com a proximidade de início do segundo semestre letivo (18 de setembro), o colegiado quer evitar possíveis complicações com as inscrições dos estudantes (como ocorreu no semestre passado). Uma reunião anterior entre representantes do NCE, da Divisão de Registro de Estudantes (DRE) e da SR-1 considerou que o melhor caminho poderá ser a inscrição via secretarias acadêmicas por pedido dos alunos. Neste caso, a inscrição *online* pela internet seria deixada de lado.

A professora Cláudia Jardim (representante do CT), que está com a função de informar o CEG sobre as novidades do sistema, comentou que a opção foi pela prudência. O superintendente da SR-1, Alberto Schanaider, seguiu o mesmo ponto de vista. "Embora seja até possível (inscrição *online*), não senti o sistema preparado", afirmou.

Alberto comentou ainda que espera o aumento de capacidade e velocidade na transmissão de dados pela rede telefônica para o SIGA. Estaria sendo agendada uma reunião com a Telemar (que, diga-se de passagem, é mais uma das credoras da UFRJ) para efetivar a transformação da rede. O professor Antônio Cláudio (CT) também observou que, além da rede externa, a intranet da UFRJ precisa de investimentos.

CT reclama da possibilidade de inscrição via secretarias

O próprio Antônio Cláudio foi o primeiro a reclamar do procedimento de inscrição via secretarias. Segundo ele, em boa parte da Escola de Engenharia este ato acadêmico passou a ser *online* há muitos anos e a nova determinação significaria uma involução. "Nós nem temos funcionários suficientes para fazer esse tipo de serviço", contou. De acordo com Alberto Schanaider, nas Unidades onde houver grande demanda, e dependendo de uma confirmação que só seria informada na reunião desta quarta-feira (14 de agosto), o NCE ficaria de arregimentar uma equipe para apoio e digitação dos pedidos. O superintendente também estuda com o NCE a possibilidade de deixar o SIGA "em aberto" para certas Unidades e, para as restantes, realizar o procedimento pelas secretarias acadêmicas.

Substitutos

Vale lembrar que a UFRJ já estabeleceu o seu cronograma para que os departamentos façam os pedidos de cotas de professores substitutos. Até 31 de agosto, podem ser encaminhadas ao colegiado as solicitações de professores temporários somente com o quantitativo (sejam renovações ou vagas novas), sem justificativas. Até 31 de outubro, em conformidade com a resolução do CEG 01/96 (disponível na página eletrônica www.ufrj.br), os pedidos devem receber as devidas justificativas após tramitação nas congregações de Unidades e conselhos de Centro.

Carteiras de estudantes

O representante Jorge Fernando (CCS) indagou à sub-reitoria, durante o expediente da sessão, como poderia resolver o problema dos estudantes que estão requerendo as carteiras de estudantes da UFRJ. Eles precisam do documento para ter acesso facilitado às bibliotecas da universidade e conseguir descontos em eventos culturais pela cidade. O superintendente da SR-1 respondeu que uma carteira provisória estaria sendo providenciada ainda esta semana. Por falta de dinheiro, não será feita em papel-moeda, como antes.

UFRJ

Ligth privatizada deixa UFRJ sem energia

Corte de energia mostra descompromisso do MEC com as universidades

Por mais que a universidade tente, não consegue esquecer o ex-interventor do MEC na UFRJ. E a lembrança (mais uma vez) não é nada boa. Vilhena deixou de pagar as contas de luz da universidade de dezembro de 2001 até maio deste ano (quando já estava de saída). O resultado dessa atitude foi conhecido em todos os noticiários e jornais: a Light cortou o fornecimento de energia para o prédio da reitoria e para o *campus* da Praia Vermelha desde o início da manhã do dia 5 de agosto. A situação só foi normalizada dois dias depois, após a revolta da sociedade e de um acordo firmado entre as partes, em Brasília.

Se é bem verdade que o ex-reitor aprontou um grande tumulto, também devem levar sua parcela de (ir)responsabilidade o governo e a própria Light. No governo FHC, foi permitida a "farra" das multinacionais. Entre julho de 1994 e junho de 2002, a energia elétrica teve um aumento de 227,26%; a tarifa telefônica, 381,07%, de acordo com matéria da Folha de S. Paulo (6/8). Os últimos aumentos de energia, vale lembrar, foram justificados pelas perdas causadas às concessionárias graças ao racionamento da população. Ou seja, o governo pediu, a sociedade economizou e, "de brinde", sofreu o aumento. Para se ter uma idéia, no segundo semestre de 2001, a conta de luz da UFRJ girava entre R$ 600 mil e R$ 800 mil. Em maio de 2002, já era de R$ 1,2 milhão.

O Ministério da Educação, em vez de providenciar os recursos para o funcionamento digno das instituições de ensino, concede um orçamento que não dá para as despesas anuais de custeio das IFES. A UFRJ recebe um montante em torno de R$ 30 milhões/ano para custeio (sem as despesas da folha de pessoal) e, segundo o próprio sub-reitor de Patrimônio e Finanças (SR-3), Oscar Acselrad, o dinheiro acaba bem antes do fim do ano (e a universidade precisa viver de recursos próprios, sejam quais forem). E, ainda, na maior cara-de-pau, o MEC põe as instituições para disputar as migalhas dos fundos setoriais e outros programas menores (e tem quem ache isso bom!).

Por fim, à Light sobrou truculência e falta de bom senso para negociar. A nova reitoria já tinha dado sinais de que pretendia resolver a pendência financeira: além de honrar os compromissos desde a posse, Lessa conseguiu pagar a conta de luz relativa a dezembro de 2001. Não bastasse isso, no dia 2 de agosto, houve uma reunião em Brasília entre representantes da empresa, o sub-reitor Oscar e José Valente (pela SESu/MEC) para montar um planejamento de acerto das contas.

O corte

Não adiantou. A empresa ignorou a universidade e promoveu o corte da energia. Duas vezes. A primeira, pela manhã, já afetava as atividades acadêmicas no prédio da reitoria e do *campus* da Praia Vermelha. Entre contatos com secretários estaduais (de Segurança, de Energia), com o ministro Paulo Renato e parlamentares alertando para a situação da maior universidade federal do país, o novo reitor descobriu que poderia religar a luz no Fundão. Bastava ligar uma chave. E Lessa deu a ordem para tal ao meio-dia. À tarde, a empresa voltou ao *campus* e, mesmo diante do protesto de estudantes, funcionários e reitoria, promoveu novo corte do fornecimento de energia (e, desta vez, a luz só pôde retornar com a ação da empresa).

Manuella Soares

EM ALGUNS LOCAIS, COMUNIDADE PRECISOU APELAR PARA A LUZ DE VELAS

Prejuízos para a sociedade

A insensibilidade da empresa não permitiu ver o óbvio. O corte de energia prejudica toda a sociedade. Enquanto houve iluminação natural, as aulas foram dadas perto das janelas ou em lugares abertos (até em escadarias). No caso específico da Praia Vermelha, nos cursos noturnos de diversas Unidades, as turmas foram dispensadas. O Instituto de Neurologia Deolindo Couto registrou os prejuízos mais graves: houve perda de resultados e materiais de exames que estavam sendo realizados nos laboratórios; suspensão das cirurgias marcadas; suspensão das consultas que necessitavam de equipamentos elétricos e suspensão dos exames que necessitavam de ambientes iluminados, entre outros. No Hospital Universitário, as doações de sangue diminuíram à metade, pois as pessoas pensavam que a Unidade também estava sem luz.

Os números

A UFRJ deve à Light algo em torno de R$ 7 milhões. Além dos R$ 5,8 milhões relativos ao período entre janeiro e maio deste ano, há uma parcela em torno de R$ 1,5 milhão concernente à administração de Paulo Alcântara e renegociada por Vilhena. A segunda maior credora da universidade é a Telemar (R$ 806 mil). Além destas firmas, há também a Embratel (R$ 463 mil), a companhia de limpeza Projel (R$ 119 mil), a firma de segurança Vigilance (R$ 348 mil) e a firma dos ônibus circulares dos *campi* Real Brasil (R$ 241 mil). Aliás, por conta da recente disparada do dólar, Lessa temia por novos aumentos nessas tarifas.

A briga judicial

Se houve acordo para pagamento da dívida, faltou cordialidade na Justiça. O reitor já comunicou que pretende acionar a Light judicialmente "para reparação dos prejuízos impostos aos bens desta IFES (instituição federal de ensino superior)", diz o trecho de um ofício da SR-3, datado de 6 de agosto. A concessionária, por sua vez, também estuda medidas para acionar a UFRJ por ter religado a luz à revelia da empresa, ao meio-dia do "apagão" de 5 de agosto.

Vale destacar ainda que, antes da renegociação firmada em Brasília, o juiz Carlos Alexandre, da 19ª Vara Federal concedeu uma liminar a pedido da Advocacia Geral da União para restabelecimento da energia na universidade.

UFRJ não vai pagar luz com Plano Emergencial

Em meio ao caos em que se transformou o prédio da reitoria durante a falta de luz, Lessa afirmava, com absoluta segurança, que não desviaria recursos do Plano Emergencial (R$ 10 milhões previstos) ou do fundo de infra-estrutura (R$ 12 milhões) para pagamento das faturas de energia elétrica.

Manuella Soares

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES SINDICAIS FORAM CHAMADOS (EM 5/8) À REITORIA PARA CONHECER A SITUAÇÃO

UFRJ

Concessionária questiona prejuízos

Na terça-feira (6/8), o sub-reitor de Patrimônio e Finanças (SR-3), Oscar Acserald, esteve em Brasília e participou de uma reunião no MEC, com a presença de representantes da Light. No encontro foram negociadas as condições e a forma de pagamento da dívida da universidade. Só para lembrar, a dívida foi contraída por falta de pagamento das contas de dezembro de 2001 a maio deste ano, durante o 'fim de festa' da sub-reitoria anterior, de responsabilidade do professor Maurício Arouca.

Segundo Acserald, o dinheiro para saldar o débito com a concessionária não sairá da verba de custeio já programada para a universidade para 2002 (R$ 30 milhões) e 2003 (R$ 35 milhões). De acordo com o sub-reitor, o MEC se comprometeu em utilizar os chamados "saldos de benefícios" do exercício do orçamento das universidades federais deste ano (sobras de verbas destinadas ao pagamento de vales-transporte, tíquete-alimentação, entre outras).

Nesta segunda-feira (12/8), a UFRJ recebe R$ 800 mil de antecipação para saldar a primeira parcela da dívida estimada em R$ 5,8 milhões. Em outubro, ainda segundo o sub-reitor, será paga a segunda parcela de R$ 2,5 milhões. Em dezembro, o MEC libera mais R$ 2,5 milhões para a terceira e última parcela. Acserlad esclareceu que há ainda um saldo da dívida com a concessionária, de cerca de R$ 1,4 milhão, referentes a impostos que estão sendo questionados judicialmente. O sub-reitor contou que a universidade havia ganho liminar favorável em relação à dívida de ICMS, mas o governo do Estado recorreu. O professor diz não saber se a gestão Vilhena entrou com algum recurso para reverter a situação e deve encaminhar o caso para a assessoria jurídica da atual reitoria.

Manuella Soares

ESTUDANTES IMPEDEM NOVO CORTE DA LUZ NO FUNDÃO

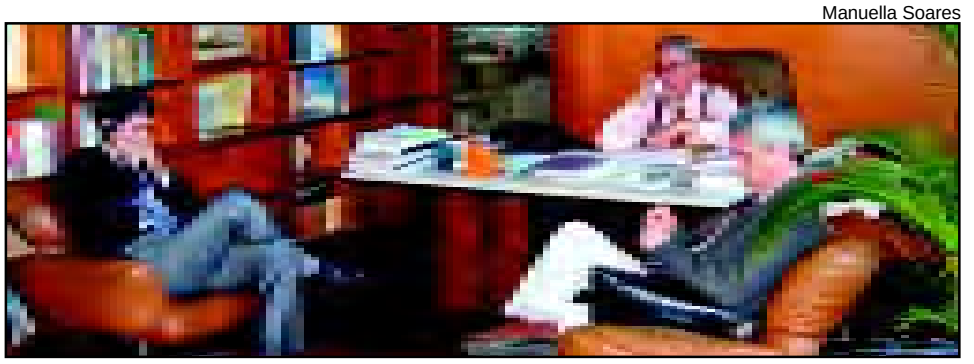
Intransigência de uma empresa privatizada

Para o sub-reitor, a concessionária foi arbitrária ao efetuar os cortes em meio a uma negociação. Acserald disse que, apesar de a Light enviar uma notificação de corte previsto para o dia 13/8 (a notificação chegou na universidade, segundo o sub-reitor, no dia 28/7), a dívida já estava em processo de negociação. Na sexta-feira, dia 2/8, a diretoria da Light esteve negociando com a reitoria, e não havia motivos para a concessionária efetuar os cortes na segunda, dia 5, prejudicando estudantes, professores e funcionários no exercício de suas atividades.

Acserald contou, ainda, que, na minuta do contrato de renegociação da dívida, discutida em Brasília, a UFRJ apresentou uma cláusula em que ficaria garantido que a concessionária ressarciria a universidade por quaisquer danos sofridos com os cortes de energia. A direção da Light não aceitou alegando que não podia se responsabilizar por danos causados com a religação da luz pela reitoria, na segunda-feira (5/8).

A cláusula acabou sendo retirada do contrato e, após o impasse, foi aprovada uma ata da reunião com as reivindicações e argumentos das partes, e ficou estabelecido que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) julgará sobre a responsabilidade da concessionária sobre os prejuízos que vierem a ser apresentados pela universidade. Na verdade, a legislação já determina que a Agência seja a mediadora entre os fornecedores e os usuários.

Manuella Soares



REITOR SE INDIGNOU COM A INTRANSIGÊNCIA DA LIGHT

Consuni se revolta contra declarações de Arouca

Como não podia deixar de ser, a reunião do Conselho Universitário de 8 de agosto teve como principal discussão o corte de luz da UFRJ no início da semana passada. Além dos desdobramentos da negociação, no entanto, o que mais mobilizou os conselheiros foram as declarações do ex-sub-reitor de Patrimônio e Finanças Maurício Arouca nas páginas dos jornais.

Arouca declarou, em O Globo (6/8) que: "Até o fim de junho, quando eu estava no cargo, pagamos todos os débitos com os outros fornecedores, com exceção da Light e da Embratel. Acho que, com a chegada da parcela de julho da União, teria sido possível pagar uma boa parte da dívida, mas não sei por que isso não foi feito". Segundo Lessa, essa foi uma "atitude cínica e mentirosa": "O comportamento dele (Arouca) é indigno. Ele sabe exatamente a situação que transmitiu", comentou. Indignado, o reitor preparou, em conjunto com o sub-reitor atual de Patrimônio e Finanças, Oscar Acselrad, uma nota de resposta. O texto recebeu a aprovação do Consuni e seria distribuído aos jornais (veja a nota abaixo).

Os conselheiros chegaram a propor que o ex-sub-reitor fosse enquadrado no Código Disciplinar da UFRJ. No entanto, uma vez que Arouca encontra-se de licença sem vencimentos, foi ponderado que ele talvez não possa ser punido dessa maneira. Lessa, de início, até desejou que a nota fosse transformada numa moção de repúdio do Consuni, mas, no decorrer da reunião, o texto acabou dirigido mesmo para a imprensa.

Para a reunião da Andifes que se realiza esta semana na UFRJ, Carlos Lessa disse que iria propor um item que defenda as universidades do reajuste das tarifas. Segundo ele, não existe nenhuma previsão de recursos orçamentários pelo MEC para cobrir eventuais aumento das contas (como o que ocorreu com a energia elétrica no início deste ano).

Nota da reitoria

"O ex-Sub Reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, declarou ao jornal O Globo em sua edição de 6 de agosto de 2002: "...quando eu estava no cargo pagamos todos os débitos com os fornecedores, com exceção da Light e Embratel. Acho que, com a chegada da parcela de julho da União, teria sido possível pagar uma boa parte da dívida, mas não sei porque isso não foi feito".

A atual administração, ao assumir a Reitoria em 10 de julho, encontrou faturas não pagas de 30 concessionárias e outras empresas no período de Janeiro a Junho de 2002, num valor total de R$ 10.475.180,00, dos quais R$ 6.622.934 diziam respeito ao consumo de energia elétrica.

O destino da parcela de julho repassada pela União por certo não diz respeito ao ex-Sub Reitor. No entanto, cabe a ele explicar a extensão da dívida legada, da mesma forma como ainda nos é devida a informação sobre a utilização de todos os recursos extra orçamentários nos últimos quatro anos, explicação por várias vezes solicitada pelo Conselho Universitário e jamais atendida. Cabe a ele explicar porque foram gastos mais de 1 milhão de reais com empresas de consultoria e marketing entre 1998 e 2000, sem qualquer informação ou prestação de contas à Universidade. Cabe a ele explicar porque não foram repassadas no devido prazo as cotas 3 e 4 do Programa PROAP da CAPES aos cursos de pós-graduação em 2002.

Quanto ao episódio recente do corte de fornecimento de energia elétrica pela Light cabem ainda duas interrogações:

1. Porque o fornecimento de energia elétrica pela Light foi cortado de forma arrogante e agressiva no dia 5 de agosto, quando um processo de negociação estava em curso envolvendo o MEC, a UFRJ e a concessionária desde o dia 16 de julho? Esta negociação foi inicialmente sinalizada pelo ato de pagamento da fatura de dezembro de 2001 (R$ 834.000), e consolidou-se através de duas reuniões em Brasília, nos dias 17 de julho e 2 de agosto, ocasião em que foi apresentada à Light uma primeira proposta para a liquidação da dívida.

2. Porque a Light adotou este procedimento nos primeiros dias da nova gestão da Reitoria da UFRJ, que apenas possuía informações fragmentadas sobre a situação financeira da Universidade, e não tomou nenhuma medida ao longo dos meses de janeiro a junho, nos quais se gerou a dívida em questão?

Trazemos portanto a este Conselho Universitário nosso repúdio pela atitude arrogante e prepotente da Light, que rompe unilateralmente um processo civilizado de negociação em total desrespeito à Universidade, ao Ministério da Educação e ao Governo Federal.

Carlos Lessa
Oscar Acselrad"

observação: esta nota foi subscrita pelos conselheiros presentes na sessão de 8/8.

Cartas

Biofísica participa da graduação

Prezados senhores,

Causou-nos surpresa o artigo intitulado "CEG não referenda distribuição de recursos da reitoria" publicado no jornal da Adufrj de 24/06/2002, onde se lê: "...a verba de R$ 17.811 destinada, na proposta apresentada, para o Instituto de Biofísica (que não trabalha com a graduação) (sic)...".

Naquela publicação fica patente o desconhecimento da Adufrj com relação à importante participação do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF) no ensino de Graduação de todos os cursos da áreas médicas e biológicas da UFRJ, como Medicina, Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Farmácia, Psicologia, Educação Física e Ciências Biológicas, além do curso de Física Médica do Instituto de Física. Conforme a tabela anexa, baseada nos últimos dados compilados para o Relatório de Gestão e no SIGMA, o IBCCF participa de um total de 66 disciplinas de Graduação na UFRJ, a maioria obrigatória para os cursos supracitados. Como pode ser verificado na tabela abaixo, com as disciplinas agrupadas por área, passam pelo IBCCF quase 5.000 alunos de Graduação em todos os anos:

Disciplinas agrupadas por área	Total de alunos inscritos em 2001
Biofísica	631
Biofísica Celular	149
Fisiologia	2969
Parasitologia	676
Biologia Molecular	234
Total	**4659**

Em 2001, foram computadas para os nossos 81 professores ativos, um total de carga didática de 27.686 horas-aula homologadas, resultando em uma média de 342 horas-aula efetivas / professor em sala de aula por ano. Os indicadores acadêmicos, inclusive, mostram que não só atuamos, mas prestamos um serviço de excelência na formação dos alunos. Isto deve-se ao fato de que as disciplinas que ministramos nas áreas de Fisiologia, Biofísica e Parasitologia são de competência única e exclusiva dos docentes qualificados pelo IBCCF.

Apesar do IBCCF não administrar cursos próprios de Graduação, a administração daquelas disciplinas dentro do nosso padrão de qualidade consome consideráveis recursos para manutenção da infraestrutura, atualização constante de recursos didáticos e despesas correntes, o que justifica inteiramente a sua inclusão como Unidade da UFRJ a ser contemplada pelo PROGRAD.

O IBCCF sempre teve um forte compromisso com o ensino de qualidade e transmissão de conhecimentos atualizados aos milhares de alunos de Graduação que aqui passam anualmente.

Desta forma, a Coordenação de Graduação, sua Diretoria e seu corpo docente vêm manifestar seu repúdio à afirmação reproduzida acima pelo jornal da ADUFRJ, e espera que os dados expostos acima esclareçam o nosso importante papel na formação de uma parcela considerável dos alunos de Graduação da UFRJ.

Rio de janeiro, 24 de julho de 2002

Atenciosamente,

Patrícia Franca Gardino
Coordenadora de Fisiologia
Claudia Lage
Coordenadora de Biofísica
Bartira Bergmann
Coordenadora de Parasitologia
Walter Zin
Diretor

Nota da redação – Na edição da matéria citada pela Coordenação de Graduação do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, a afirmação de que esta Unidade 'não trabalha com a Graduação', de fato, não corresponde à realidade, pois pode dar a entender que o Instituto não tem qualquer participação na graduação. Na verdade, o Instituto trabalha com a graduação. A afirmação foi feita a partir do acompanhamento da sessão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), quando a expressão foi utilizada como referência ao fato de o Instituto não ter curso próprio de Graduação, e na qual ficou definido, como foi reportado, que o Instituto não receberia verbas do referido Programa por este motivo.

Segundo o conselheiro do CEG e responsável pela apresentação da proposta de distribuição do Prograd, naquele momento, Antônio Cláudio, a distribuição de recursos deste programa não poderia ter sido feita para o Instituto. Apesar de contar com "infra-estrutura de pessoal envolvida com disciplinas de graduação, não possuímos registros oficiais de uso de infra-estrutura física desta Unidade na graduação". A representante do CCS no colegiado e integrante da Câmara de Currículos, Ana Maria Borralho, reconhece a participação de professores e o uso de laboratórios e salas do Instituto nas disciplinas citadas pela Coordenação de Graduação do Instituto, mas ressalva que estas disciplinas não estão registradas na Divisão de Registro de Ensino pelo IBCCF - as disciplinas citadas são de responsabilidade do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB). Os critérios de concessão de recursos do Prograd foram definidos e aprovados pelo CEG.

UFRJ às escuras

Colegas,

Para não dizerem da nossa insensibilidade e omissão, assistimos ao absurdo cometido contra a Universidade Pública. Apagaram as luzes da UFRJ. Isso é muito emblemático. Em pleno ano eleitoral, no ocaso do governo do FHC/PSDB apagam-se as luzes de uma das mais importante Universidade Pública Brasileira. Vi professores lecionando nas escadarias, outros se dando por felizes por ainda terem giz para ensinar. Vi hospitais desligados, laboratórios parados. Por que? Por falta de pagamento das contas de energia à Light. Aqui na Ufla, já tiramos recursos da pós-graduação para cobrir despesas dessa natureza. Sacrificamos os anéis para não perdermos os dedos. Esse fato demonstra a falta de prioridade dada à educação nesse governo, demonstra o processo de desresponsabilização com as universidades, demonstra o sucateamento que querem insistentemente implementar na Universidade Pública. Devemos protestar veementemente contra o descaso do governo com nossas universidades. A nossa tem sido punida frequentemente. Se não reagirmos, logo acenderemos velas também. Protesto e Solidariedade!

José Tarcísio Lima
Presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Lavras

José Serra, o exterminador do Futuro

É uma coisa de causar perplexidade
O candidato do PSDB à Presidência da República
Sr. José Serra disse que agora passou a ENTENDER DE GENTE
Como pode depois desta declaração continuar candidato a PRESIDENTE?

Atualmente, no nosso GRANDE BRASIL
Qualquer um pode se candidatar a Presidente
Agora, foi indicado pelo FHC o Sr. José Serra
Para acabar logo com a VIDA DA GENTE

É o que quer o Sr. Fernando Henrique Cardoso
O algoz, principalmente do pessoal do Executivo
Que há mais de sete anos não aumenta o salário dos professores e do funcionalismo
Temos que dar um basta nisso e impedir que haja este infeliz CONTINUÍSMO

O ex-Ministro da Saúde José Serra, PAI DA EPIDEMIA DE DENGUE
Bem como o seu protetor, que é o Presidente Fernando Henrique Cardoso
Esqueceram dos 54 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da POBREZA
Não interessam a eles, porque sempre tiveram uma boa vida semelhante à da NOBREZA.

Theóphilo Barbosa Elias
Aposentado, Professor Adjunto da Faculdade de Farmácia, Departamento de Tecnologia Farmacêutica

Movimento

Greve na USP já ultrapassa cem dias

Uma assembléia de estudantes realizada na noite de 7 de agosto decidiu que a greve na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP deveria continuar pelos dias seguintes (não havia previsão de nova reunião). A assembléia reuniu mais de 300 pessoas em frente à faculdade. Até o início das votações quase oitenta oradores se revezaram nos discursos pró e contra a greve. O ato começou às 19h30, mas a decisão final só ocorreu por volta das 23h. Apesar disso, no dia seguinte, os professores, na congregação local, decidiram retomar as aulas em 12/8.

As atividades desta parte da universidade estão paralisadas desde meados de abril, por iniciativa dos alunos, que estão indignados com a falta de docentes e as salas de aula superlotadas. O movimento exige que 259 professores sejam contratados. De acordo com o informativo da Adusp, na última década, a instituição perdeu cerca de mil docentes, e essas vagas ainda não foram devidamente preenchidas, mesmo após a greve de 2000.

UFRJ

Nesc se apresenta ao Consuni

Direção do Núcleo propõe curso de graduação para sanitaristas

Na sessão do Conselho Universitário do último dia 31 de julho, foi a vez de o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva expor seu trabalho como órgão suplementar do Centro de Ciências da Saúde e sua inserção no ensino de graduação e pós-graduação e em diversos projetos de extensão. O diretor Roberto de Andrade Medronho discorreu sobre a história de criação do Núcleo. Segundo o diretor, o campo da Saúde Coletiva é marcado pelo caráter dinâmico em relação à produção de conhecimento e de práticas. "Uma evidência disto é a convivência de diferentes 'rótulos', entre eles, Medicina Social, Saúde Pública, Medicina Preventiva, Saúde Coletiva, decorrentes de um percurso que não se pretende aqui recuperar", declarou. De acordo com Medronho, são várias as universidades públicas que possuem Núcleos de Saúde Coletiva, como a UnB, a UFMG e as federais de Pernambuco e Ceará, citadas pelo professor.

Segundo Medronho, a missão do Nesc é difundir e produzir conhecimento na área de saúde coletiva, contribuindo para as reformas de saúde do país. O diretor citou a participação do corpo universitário do Núcleo na Reforma Sanitária Brasileira e na formulação do preceito 'Saúde, direito de todos e dever do Estado' inserido na Constituição de 1988.

Segundo o documento *Nesc: Evolução e Perspectivas*, distribuído aos integrantes do Consuni, durante o primeiro ciclo de implantação do Núcleo, foram desenvolvidos relevantes projetos de pesquisa e extensão. A resposta de diversos grupos de pesquisadores abrigados em distintas instituições públicas foi, entre outras, a criação de núcleos em várias instituições. Medronho ressaltou os projetos do Nesc financiados pela Fundação Kellog que "visaram à elaboração de modelos assistenciais regionalizados e hierarquizados".

Profissionais ocupam Ala Sul do HUCFF

Medronho contou ainda que o espaço físico no Núcleo no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho não foi programado, mas 'conquistado'. Em 1995, a ala Sul do 5º andar do hospital foi ocupada pelos profissionais que se envolveram com as atividades do núcleo. De acordo com a apresentação, o órgão suplementar logo ampliou seu quadro de pessoal técnico, "embora com um quadro docente ainda deficiente", naquele momento.

A consolidação do Nesc se deu com a ampliação do quadro de professores e com a implantação de uma política de priorização da formação de pessoal em nível de doutoramento. Na exposição, foram ressaltados o investimento em instalações e a implantação de um LIG – Laboratório de Informática para a Graduação. Segundo a apresentação, os recursos vieram de um convênio com o governo do Estado do Rio, mediado pela Fundação de Amparo à Pesquisa (Faperj).

Já na fase de expansão, em 1998, o Nesc criou o programa de pós-graduação *strictu sensu* e "oito laboratórios passaram a nuclear suas atividades de ensino, pesquisa e extensão". Atualmente, o Núcleo participa de intercâmbios com diversas secretarias de saúde, com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e com o Ministério da Saúde, "onde o NESC é o Centro de Referência em Vigilância em Saúde Ambiental".

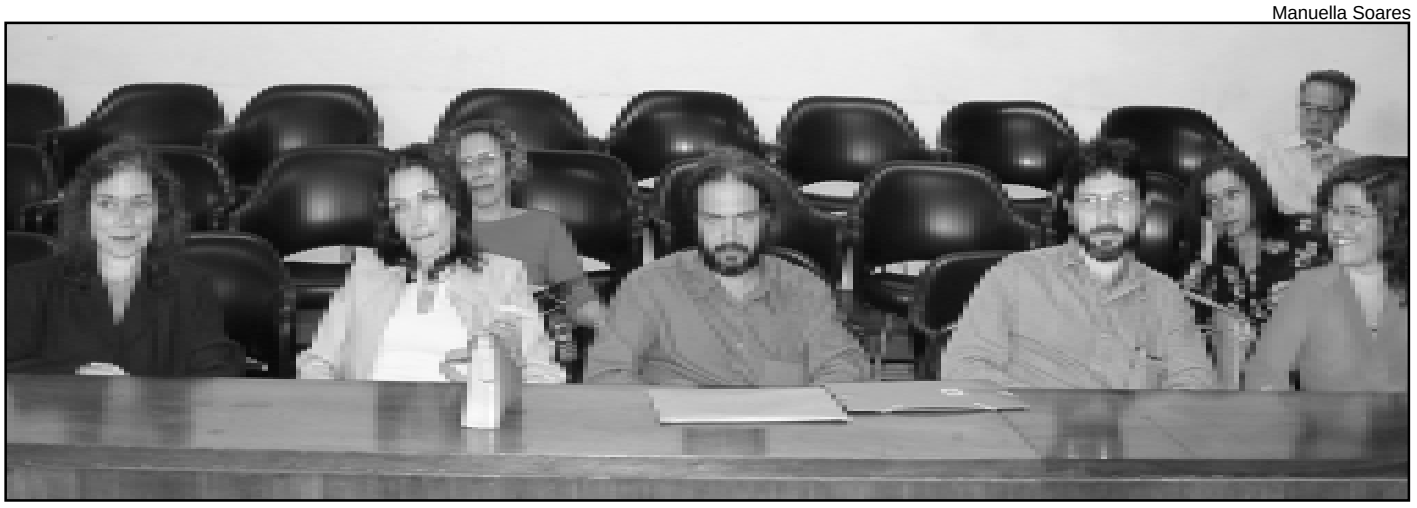
Criticas à avaliação da Capes

Medronho criticou a política de avaliação da agência financiadora do MEC. Para o professor, os critérios da avaliação da Capes deveriam ser revistos. O trabalho desenvolvido no Núcleo, segundo o professor, não encontra parâmetros na literatura científica internacional pois tratam-se de pesquisas com características nacionais e regionais. De acordo com os critérios da agência, o programa de mestrado do núcleo acabou obtendo nota 3 (antigo C), na escala de 0 a 7, o que acarretou perda de repasse de verbas para a unidade. "Há muito custo, mantemos um periódico, Caderno de Saúde Coletiva, que tem tido grande repercussão no meio acadêmico", disse, comentando, que mesmo com as dificuldades de recursos, a avaliação da unidade passou de grau 'C local' para 'B nacional'.

Curso de Graduação

Na exposição aos integrantes do Consuni, o diretor apresentou ainda a proposta de criação de um Curso de Graduação em Saúde Coletiva. O professor considera fundamental a formação em nível de graduação para os profissionais sanitaristas. No documento que circulou no colegiado, entre as perspectivas apontadas pela direção do Núcleo, estão também a de abertura de um Programa de Doutorado em Saúde Coletiva e a ampliação de vagas de residência, a criação do Instituto de Saúde Coletiva e a criação do Programa de Políticas Públicas, "articulando com todas as unidades da UFRJ que atuam com políticas públicas".

Manuella Soares



Gestão democrática

Roberto Medronho fez questão de apresentar toda a diretoria do Nesc e afirmar que as decisões são tomadas em conjunto e de forma colegiada. Ronir Raggio (vice-diretor); Antonio José Leal (coordenador de ensino); Maria Lúcia Magalhães Bosi (coordenador de pesquisa); Regina Simões Barbosa (coordenadora de extensão), que também integra o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind; Adriano da Rocha (gerente administrativo); Rejane Sobrinho (gerente de documentação e divulgação); e Monica Ferreira Magnanini (gerente de informação em saúde) fazem parte da direção atual do Núcleo.

Radiografia

Segundo a apresentação do Nesc, a unidade possui uma grande diversidade de profissões em seus diversos cursos. O Núcleo conta, atualmente, com 20 residentes em Saúde Coletiva, 70 alunos do mestrado em Saúde Coletiva e 70 alunos dos cursos de especialização e atualização.

O mestrado teve, em 2002, 38 novos alunos e apresenta quatro áreas de concentração: Epidemiologia e Bioestatística; Políticas e Planejamento em Saúde; Ambiente e Saúde; e Ciências Humanas. São oferecidas 26 disciplinas.

A residência em Saúde Coletiva é um curso multiprofissional com 360 horas no módulo teórico e 5.760 horas no módulo prático, com característica docente-assistencial e os alunos cumprem a carga horária prática em Núcleos de Epidemiologia e Planejamento de Hospitais do SUS, Coordenadorias de Área Programática e Secretarias de Saúde. O Núcleo também oferece o Curso de Especialização em Medicina do Trabalho com 25 vagas e carga horária de 656 horas.

O corpo docente do Núcleo é próprio, sendo que 31 de seus 43 professores são doutores. Publica a revista Cadernos Saúde Coletiva, como meio de divulgar a produção científica da área.

No próximo jornal, estaremos divulgando a apresentação do IFCS, realizada na sessão do Conselho Universitário de 8/8.

Opinião/José Domingues de Godoi Filho *

A Lei de Inovação Tecnológica e a Universidade

Manuella Soares

JOSÉ DOMINGUES

A espécie humana, dados os limites mínimos para a sua sobrevivência, acumulou uma diversidade de saberes para a busca de, no mínimo, alimento, vestuário e habitação. Em todos os casos, se viu frente à necessidade de apropriar-se dos recursos naturais e de estabelecer relações sociais entre os grupamentos humanos para assegurarem, desenvolverem e ampliarem esse processo.

Com o saber científico-tecnológico, não é diferente. Também está vinculado às atividades humanas e reflete as forças sociais que o utiliza e o circunda. Assim, hoje, quando a ciência e a tecnologia representam um dos principais fatores de produção, a dependência científico-tecnológica implicará na dependência econômica e na perda de soberania. Contudo, a decisão sobre introdução de inovações tecnológicas na sociedade deve responder a algumas perguntas básicas: Quais são as motivações para a introdução de inovações? Seria a taxa de lucro? Qual será o preço social das inovações? Quais serão os efeitos no mundo do trabalho? Ao fazermos a opção por um caminho, estamos fazendo uma escolha sócio-política de longo prazo que implica e representa a definição por uma série de itens relacionados ao padrão de consumo, à força de trabalho, aos níveis de investimentos, à exploração dos recursos naturais, à energia, à estruturação do sistema educacional e da pesquisa, com inevitáveis interferências na identidade cultural.

O Governo FHC adotou o "slogan" INOVA BRASIL e contratou uma agência de publicidade para tratar do tema e *"emoldurar a prestação de contas à sociedade brasileira a respeito de como, onde, por que e quanto o Governo Federal gasta com ciência, tecnologia e inovação"*. Tal iniciativa, associada à reforma do Estado e às políticas públicas vigentes, não deixam dúvidas sobre a opção adotada pelo MCT com o seu anteprojeto de lei de inovação tecnológica. Na melhor das hipóteses, dará um duro golpe contra as universidades brasileiras, transformando-as num ainda difuso conglomerado de empresas.

A construção do saber científico e a geração de tecnologias para a transformação dos recursos naturais e energéticos em bens para a sociedade possuem, sem dúvida, fortes inter-relações. Porém, guardam diferenças fundamentais nos seus pressupostos e na forma de materializá-los. A construção do saber científico, função das universidades, objetiva ampliar os horizontes de liberdade, expandir a capacidade de percepção de nossos sentidos e compreender as relações existentes na natureza e entre os grupamentos humanos. O conhecimento gerado será patrimônio da humanidade.

A geração de tecnologias é definida por interesses econômicos e reguladas por patentes - um tipo de contrato que concede ao seu detentor o direito de ser dono, com exclusividade, de um produto durante um período de tempo. É a maneira que o capitalismo encontrou para, em "tempos de paz", garantir o lucro, o que não é o objetivo da universidade.

Considerando o grau de internacionalização da economia brasileira e o controle exercido pelas empresas transnacionais sobre os nossos recursos naturais, sobre as telecomunicações e a política industrial voltada para o atendimento dos interesses dessas mesmas empresas, resta muito pouco a esperar de bom com a opção feita pelo MCT. Poderemos sim, estar gerando uma nova fase de pilhagem dos nossos recursos naturais e de exploração de mão-de-obra de nível universitário.

O anteprojeto de lei, disponibilizado para consulta pelo MCT, adota todos os pressupostos da reforma do estado: - emprego público para *flexibilizar* as relações de trabalho entre os pesquisadores e as instituições de pesquisas; contratações de serviços sem licitação; assinatura de contratos de gestão com os ministérios e parcerias com as fundações de direito privado.

A contratação de pessoal será com base na CLT com todas as suas flexibilizações e criação da figura do contrato de *"pessoal temporário e sazonal"*, algo pior do que o contrato de professor substituto. O contrato será de seis meses, renovável uma única vez, sendo o processo de *"seleção simplificado"*. O professor que se encontra na atual carreira deverá, se quiser ter acesso aos possíveis e incertos recursos, optar pelo regime de emprego público; ficando sujeito à percepção de subsídio e não de salários e à demissão por finalização de projeto e/ou por definição dos interesses do chefe de plantão.

Para atrair os pesquisadores, a lei oferecerá condições para que esses se licenciem de sua instituição para abrirem uma empresa de base tecnológica e se transformarem em empresários. A licença será de suas atividades junto a sua instituição de origem. Ou seja, se docente de uma universidade pública, o pesquisador se afastará de suas funções docentes para constituir a sua empresa de base tecnológica e se utilizar das instalações e laboratórios existentes em sua universidade, atendendo a política governamental de *"oferecer condições para que as pesquisas atualmente desenvolvidas possam ir para o mercado sem vinculação com as universidades e sim, com o autor da pesquisa."*

O anteprojeto de lei prevê que a universidade deverá dispor de um núcleo de inovação tecnológica, próprio ou em associação com terceiros, para gerir sua política de inovação. Esse núcleo, com certeza, se tornará o centro de poder e de decisão da universidade. Caberá ao núcleo decidir sobre todos os aspectos relacionados à política institucional de estímulo à inovação, inclusive sobre a negociação de patentes e sobre a recomendação ou não, ao MCT, de projetos de pesquisa que devam merecer apoio para a industrialização.

Para a execução de suas atividades, a universidade deverá firmar convênios com instituições criadas com a finalidade de dar apoio à realização de projetos de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico, de ensino e de extensão. O anteprojeto de lei deixa claro que se trata das *"instituições de apoio, que deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado"*, criadas dentro ou fora da universidade.

Como o MCT criou, em 2001, o CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, uma Organização Social que tem como objetivo: - promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e suas relações com o setor produtivo; discutir a política de ciência, tecnologia e inovação e sua inserção nas atividades produtivas; desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; e prestar serviços na área de ciência, tecnologia e inovação, além de exercer a secretaria-técnica dos Fundos Setoriais, ficam dadas as condições para que o governo imponha às universidades a lei de inovação tecnológica e as relações previstas pela reforma do estado – *universidade* (transformada ou não em organização social) - *fundação de apoio de direito privado – CGEE* (organização social).

Com o anteprojeto de lei de inovação tecnológica, o Governo FHC contribuirá, ao mesmo tempo, com o des-

manche da universidade brasileira e com a geração de falsas expectativas para o setor empresarial, pois também não atenderá às demandas das empresas brasileiras. Quando muito, atenderá às empresas incubadas que representam muito pouco do PIB brasileiro. Assim, enquanto alardeia pela mídia as suas *"realizações e compromissos"* com a ciência e a tecnologia, via INOVA BRASIL, o governo aloca poucos recursos para o MCT e, frente à qualquer instabilidade, impõe cortes e contingenciamentos que continuam inviabilizando os programas já existentes e não possibilitando a implantação de outros. Se considerarmos o que consta da LDO aprovada para a elaboração do Orçamento Geral da União de 2003, não teremos nada a festejar, uma vez que os valores ficarão próximos dos previstos para 2002. Ou barramos o anteprojeto de lei de inovação tecnológica e rediscutimos a política nacional de ciência e tecnologia, ou ficaremos sujeitos, em tempos de Governo FMI (ou JS? ou CG? ou LIS?), a destruição do que foi construído pela comunidade acadêmica com recursos da população brasileira.

***** 1º Vice-Presidente do Andes-SN

Adufrj-SSind

Calendário de Assembléias Gerais e Reuniões do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind em 2002

A diretoria da Adufrj-SSind divulga aos sindicalizados calendário padrão para as Assembléias Gerais e reuniões do Conselho de Representantes. O critério básico foi o de convocar uma Assembléia Geral mensal, na 3ª semana de cada mês, precedida sempre de uma reunião do Conselho de Representantes, na semana anterior. O calendário permitirá que todos se planejem com antecedência para melhor atender às reuniões. Poderão, ainda, ser convocadas reuniões ou assembléias extras, havendo necessidade.

Adufrj-SSind – Calendário de Assembléias e Conselho

Calendário 2002	Conselho de Representantes	Assembléia Geral
Agosto	14/8	21/8
Setembro	11/9	18/9
Outubro	9/10	16/10
Novembro	13/11	20/11
Dezembro	11/12	18/12

As Assembléias Gerais estão previstas para as quartas-feiras pela manhã, a partir das 9h30, na Ilha do Fundão, e as reuniões do Conselho de Representantes também serão realizadas nas quartas-feiras, mas a partir das 17h30, na sede da Adufrj-SSind, no Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200. A pauta específica de cada reunião de Conselho ou Assembléia será divulgada com antecedência por cartazes, mensagens eletrônicas e nos jornais e boletins da entidade.

Caminhada da Soberania

18/8 (domingo) • 10h

Concentração em frente ao Hotel Meridien, no Leme

Soberania sim, Alca não!

Participe!

Movimento

Comitê contra Alca deslancha na UFRJ

O principal objetivo será organizar o Plebiscito Nacional sobre o acordo, de 1 a 7 de setembro

Manuella Soares

PRÓXIMA REUNIÃO DO COMITÊ SERÁ NESTA QUARTA (14/8) NA SALA C DA DECANIA DO CENTRO DE TECNOLOGIA

Alca é a sigla de Área de Livre Comércio das Américas. Um acordo que pretende formar o maior bloco econômico do planeta, hegemonizado pelos Estados Unidos, com a participação de 34 países do continente americano, à exceção de Cuba. Os efeitos da aprovação deste acordo multilateral pelo governo brasileiro, seja ele da situação ou da oposição, serão devastadores para a economia e para a soberania nacional. Os movimentos organizados da UFRJ já aderiram à campanha contra a Alca. Na última quinta-feira (8/8), representantes das entidades Adufrj-SSind, Sintufrj e DCE Mário Prata realizaram uma reunião com integrantes da comunidade universitária para instalar o Comitê da UFRJ contra a Alca.

O encontro reuniu dez pessoas e foi a primeira atividade formal do Comitê da UFRJ e contou com a participação de um integrante do grupo do Comitê da Ilha do Governador, Roberto Santoro. Roberto informou que o Comitê da Ilha também está em processo de estruturação. A representante do Sintufrj, Simone Silva, informou que a organização da campanha contra a Alca no Estado está funcionando desde setembro, com sede no Sindicato dos Engenheiros (Rio Branco 277 - 17º andar, Centro). A organização estadual se encontra na fase de massificação da campanha, envolvendo centenas de entidades sindicais, do movimento social, comunitário e pastorais. Neste domingo, dia 18/8, está programada a Caminhada da Soberania. A marcha percorrerá a orla de Copacabana com concentração em frente ao Hotel Meridien, no Leme, a partir das 10h da manhã. O comitê espera mobilizar a comunidade universitária para o ato, durante esta semana.

Meta é de 40 milhões de votos

Segundo Simone, a organização nacional espera contabilizar 40 milhões de votos contra o acordo da Alca no plebiscito de setembro. No Rio, a expectativa gira em torno de um milhão de votos em todo o estado. Só para se ter uma idéia da dimensão da empreitada, no último plebiscito popular, o da Dívida Externa, em setembro de 2000, foram contados cerca de seis milhões de votos a favor do não pagamento da dívida aos credores internacionais.

Os participantes da reunião do Comitê consideraram que um milhão de votos para todo o estado do Rio é muito pouco e pretendem contribuir para que esta meta seja superada e o Plebiscito seja um grande sucesso. O professor Person Cândido, da Escola de Educação Física chegou a propor que se utilizasse o sistema de telefonia para a apuração dos votos. "A população está votando pelo telefone para escolher quem é o mais bobo nestes programas de televisão. Por que não iriam votar em um assunto bem mais importante?", questionou.

A idéia parece boa, mas pode esbarrar nas regras previstas na legislação. Para que o Plebiscito tenha validade perante o Congresso Nacional é preciso que sejam cumpridas as normas do processo eleitoral regidas pelo Tribunal Superior Eleitoral. Para isso, estão sendo impressas, na Assembléia Legislativa do Rio, cédulas de 17 x 7 cm, que serão distribuídas em função da demanda de cada comitê. As urnas estarão sendo distribuídas pelos comitês por local de trabalho (sindicatos, universidades etc), de bairro e do movimento social (associações de moradores, pastorais de igrejas etc). O mapeamento dos locais está sendo centralizado nos comitês regionais e a idéia é que os jornais das entidades envolvidas publiquem a listagem dos locais de votação mais próximos do local de circulação de suas categorias.

Estudantes estarão de férias

Uma preocupação levantada pelos representantes do DCE foi a realização do Plebiscito durante o período de férias da universidade. Várias possibilidades estão sendo pensadas para viabilizar a participação dos alunos. Segundo Simone, os estudantes dos Centros Acadêmicos do Direito e do IFCS já organizaram seus sub-comitês e estão se programando para levar suas urnas para as ruas próximas às Unidades, durante a semana do Plebiscito. A idéia é potencializar a votação nestes dias, recolhendo os votos da população do Centro.

Outra idéia para possibilitar a votação dos estudantes é marcar um dia de votação geral, quando as entidades convocariam os alunos, antes do término das aulas, para comparecerem à universidade em determinado dia, quando poderiam ser realizadas atividades culturais para marcar a data, algo como 'Dia do Plebiscito da Alca na UFRJ'. O vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, sugeriu também que houvesse urnas em todas as Unidades e Centros da UFRJ. Algumas urnas também estarão nas Unidades em determinados horários e locais estratégicos como corredores, praças de alimentação e portas de agências bancárias.

Rede de apoio

O Plebiscito sobre a Alca tem apoio da Central Única dos Trabalhadores, do Andes-Sindicato Nacional, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica (Ibase), do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), entre outras entidades nacionais. Personalidades e artistas como Gabriel Pensador, Lobão, Plínio Arruda, entre outros, também apóiam a campanha. Entre as universidades fluminenses, a Uerj, a UFF, a Rural e a UniRio, com a participação das entidades representativas, também já estão montando seus comitês.

Comitê Geral da UFRJ discute a Caminhada na Orla contra a ALCA e a organização do Plebiscito contra a ALCA

Na última quinta-feira, 08 de agosto, os técnicos-administrativos, docentes e estudantes se reuniram para organizar a semana de mobilização e o plebiscito de 1º a 7 de setembro, o SINTUFRJ, ADUFRJ e DCE também estavam presentes. No próximo domingo, 18 de agosto a Campanha realizará uma grande caminhada pela Orla, com concentração às 11h em frente ao Hotel Meridien – Leme.

Apesar das férias dos estudantes, o comitê avalia que é possível recolher os votos da comunidade e aproveitar nossa organização para recolher votos da população. É muito importante que o plebiscito atinja o maior número de pessoas. O comitê quer colocar pelo menos uma urna por unidade e, em grandes concentrações, mais de uma urna, como é o caso do Hospital Universitário. Para isso é necessário que surjam comitês por unidade para ajudar na organização.

Se você acha que algo precisa ser feito para impedir a implantação da ALCA, converse com seus colegas, monte seu comitê e compareça à próxima reunião do comitê geral da UFRJ, que será no dia 14.08 – quarta-feira na sala C da Decania do CT, às 9h30.

SOBERANIA SIM, ALCA NÃO!

Plenária Estadual da Campanha Contra a ALCA – 14 de agosto – 18h no Sindpetro/RJ – Av. Passos, 34 – Centro.

Plenária de Sindicalistas Contra a ALCA – 19 de agosto – 18h no SENGE – Av. Rio Branco, 277 – 17º andar.

PLEBISCITO DE 1º A 7 DE SETEMBRO! VOTE NÃO!

Comitê da UFRJ contra a Alca

Anote

Caminhada da Soberania

Neste domingo, dia 18 de agosto, vai acontecer a Caminhada da Soberania na orla da Zona Sul da cidade. Trata-se de mais uma atividade de esclarecimento da sociedade sobre os prejuízos que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) poderá trazer ao país. A concentração da caminhada está marcada para as 10h, no Leme. O Plebiscito Nacional sobre a Alca ocorre entre os dias 1 e 7 de setembro.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 67 • 19 de agosto de 2002

Faltam 14 dias para o Plebiscito da Alca

Assembléia Geral

21 de agosto quarta-feira

9:30 horas

Auditório do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

Pauta
- Encaminhamentos do Setor das Federais
- Prestação de contas 2001
- Contribuição dos sindicalizados sobre o 13º salário de 2001 e as férias de 2002
- Contrato de serviços fotográficos

Agenda Sindical

17/8 – Reunião do Setor das IFES
Brasília (DF)

18/8 – Plenária dos SPF
Brasília (DF)

21/8 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Às 9h30, no auditório do CT, bloco A, Ilha do Fundão.

22 e 23/8 – GT Nacional de Etnia, Gênero e Classe
Cuiabá (MT), na Adufmat Seção Sindical, *campus da UFMT*
- Vai debater a política de cotas para o ensino superior.

23 e 24/8 – GT Política Educacional do Andes-SN
Niterói (RJ)
Entre outros temas, vai debater a transformação da educação em mercadoria, através da Alca e OMC.

1/9 a 7/9 - Plebiscito contra a Alca

7/9 - Grito dos Excluídos

11 a 13/9 – III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN
Curitiba (PR)
- Vai debater: a Lei de Inovação Tecnológica e Fundos setoriais, entre outros assuntos.

Centros da UFRJ elegem representantes

Editorial (2) e Página 3

Guilherme Lessa

LUIZ LUCAS FALA SOBRE PROPOSTA DO ANDES-SN NA ABERTURA DA REUNIÃO DOS REITORES

"Autonomia não se negocia"

Mensagem foi dirigida aos reitores da Andifes

Na semana passada, as entidades Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj aproveitaram o convite da UFRJ para participarem da abertura da 44ª Reunião do Pleno da Andifes e protestaram contra a lei nº 10.480, que submete as procuradorias das instituições à Advocacia-Geral da União e contra a proposta da própria Andifes de regulamentar a autonomia das universidades. Também estiveram na manifestação representantes da Aduff-SSind e da Aduni-Rio-SSind. O ato aconteceu durante a reunião dos reitores, no Auditório do Núcleo de Computação Eletrônica, no Fundão.

Sobre a perda das procuradorias, movimento docente e reitores são contrários à legislação aprovada. A aliança não existe quanto ao item da regulamentação da autonomia. Convidado pela Adufrj-SSind, o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, criticou a última versão do documento dos reitores. Para o Andes-SN, assim como para a Fasubra e para a UNE, a autonomia universitária está contemplada no artigo 207 da Constituição Federal. O problema é que o governo FHC não respeita os pressupostos para sua devida implantação. "Temos defendido isso por tradição e estamos cientes de que as universidades fazem parte da organização do Estado", afirmou Lucas. Para o sindicalista, não interessa à sociedade uma universidade autônoma que esteja sob o domínio de oligarquias internas. Neste ponto, citou a problemática gestão interventora de Vilhena à frente da UFRJ.

A presidente da seção sindical da UFRJ, Cleusa Santos, esteve presente na sessão de abertura do evento e lembrou aos reitores "que, até recentemente, a UFRJ foi palco de luta pelas liberdades democráticas contra uma gestão autoritária. Exemplos disso foram as medidas tomadas contra o adiamento do vestibular e o corte de energia, que tentaram colocar em descrédito o nome da instituição". Ela comentou sobre a responsabilidade social da entidade Andifes para com a sociedade brasileira e cobrou compromissos dos dirigentes universitários com os servidores públicos federais. Referindo-se à resistência da comunidade universitária contra os projetos do MEC, Cleusa disse que "os trabalhadores da Educação estão atentos e aguardando as decisões políticas dos reitores sobre suas posições a respeito do projeto de autonomia". Em seguida, entregou a cada um a proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira, além da proposta de Carreira Única do Sindicato Nacional e as considerações do movimento docente sobre a versão anterior do projeto da Andifes.

Pelo Sintufrj, Neuza Pinto considerou gratificante o retorno da UFRJ ao fórum da Andifes – do qual Vilhena havia se afastado. Mas também criticou a proposta de autonomia apresentada: "Ela vai na contramão da nossa luta de resistência. É importante retirar esta discussão neste final de mandato FHC", disse.

Danilo Moreira, dirigente da UNE, pediu recursos para a assistência estudantil. O coordenador-geral do DCE, Márcio Sá, fez coro com as entidades pela auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal. Rodrigo Almeida, da Associação de Pós-graduandos da UFRJ, apresentou um *kit* com as reivindicações de reajuste das bolsas. A Andifes acatou o pedido e subscreveu uma moção de apoio ao reajuste.

Continua nas páginas 4 e 5

Editorial

Quem representa quem nos Órgãos Colegiados da UFRJ?

O princípio de administração da universidade é baseado na gestão colegiada. A luta pela democratização da universidade foi fortemente marcada, entre outros aspectos, pela reivindicação da presença nos colegiados de representantes de toda a comunidade acadêmica (professores, técnicos-administrativos e alunos) e pelos processos de eleição para as representações das categorias nos mesmos colegiados. Com a bandeira de reestruturação e de democratização da universidade, os movimentos organizados dos três segmentos conseguiram realizar eleições paritárias e politicamente asseguraram nos órgãos colegiados os resultados das eleições diretas. Dessa forma, conseguimos eleger até reitores.

A partir do momento em que as administrações em todos os níveis passaram a ser eleitas através de consultas à comunidade, curiosamente o debate político nos processos eleitorais dos próprios dirigentes e, em particular, dos representantes de categorias foi sendo gradativamente esvaziado. Sem espaço para a crítica, a avaliação permanente e o confronto de idéias, é como se o simples ato de votar pudesse explicitar todos os projetos, as posições e as propostas defendidas pelos candidatos, sem necessidade de retorno aos representados para ciência e discussão durante todo o mandato. Neste quadro, o interesse de cada administração passou a crescer, tomar o lugar e se sobrepor aos das categorias nos processos eleitorais. E o sentido e a própria natureza da representação das categorias foram perdidos.

Nos últimos anos, especialmente nos quatro anos de intervenção na UFRJ, o velho método de decidir entre quatro paredes foi revigorado e muitas das representações de categorias passaram a ser objeto de decisões tomadas nos gabinetes dos dirigentes. Os processos nasciam com erro na origem, ao se adotar a prática de divulgar com muito pouca antecedência o período de inscrições para as eleições das representações, com pouco tempo para a organização de campanha e de debates até a eleição e votação. Geralmente a convocação só acontecia quando os dirigentes já haviam formado as chapas que os apoiariam ou os representariam. Mas a resposta da categoria docente era clara: ausência nas votações e o aparente desinteresse pelos problemas políticos internos e acadêmicos da UFRJ.

Mas, ao que tudo indica, esta situação está mudando na UFRJ. A Decania do CCMN, por exemplo, convocou, há pouco, eleições de representantes com prazos mais dilatados. Isso permitiu que os representados se reunissem e discutissem que tipo de representação desejavam, que mecanismos de acompanhamento seriam possíveis, quais eram os objetivos de uma representação e que valores acadêmicos, éticos e políticos deveriam ser privilegiados nessa escolha. O CFCH e o CCS também realizarão eleições de seus representantes em breve. A Adufrj-SSind conclama os docentes desses centros que também discutam os princípios que devam nortear a escolha de seus representantes. O resgate do sentido e da natureza da representação das categorias começa por aí.

A Adufrj-SSind, como representante dos docentes da UFRJ, não reivindica, nem entende que deveria reivindicar, qualquer representação na estrutura ou nos órgãos colegiados da Universidade, pois isso seria abrir mão de sua autonomia. Nem caberia pretender a tutela dos docentes na escolha de seus representantes. Mas a Seção Sindical entende que é seu papel lutar pela garantia de processos eleitorais democráticos, participativos e legítimos de indicação dos docentes que representarão seus pares nos diversos órgãos colegiados da Instituição, colaborando para a divulgação e a organização desses processos, assim como lutar pelo respeito aos resultados das urnas e à democracia no exercício do mandato de cada representante eleito.

Os próximos representantes das categorias docentes terão que se posicionar sobre questões da maior relevância para a universidade. Estão em discussão hoje nos colegiados superiores, por exemplo, seus regimentos, a criação de novos cursos de graduação, a "modernização" da UFRJ e a fatídica resolução conjunta sobre a periodização. Será que não seria o momento para se pensar num processo estatuinte e não apenas adaptar alguns pontos dos Estatutos e do Regimento da UFRJ?

Não é de esponsabilidade da Seção Sindical a convocação e a realização da eleição dos representantes, mas é nossa responsabilidade social buscar garantir prazos adequados e processos legítimos, não apenas legais ou *pro forma*. Com estas preocupações, propomos que a UFRJ elabore e divulgue amplamente com a devida antecedência um calendário eleitoral anual que permita a organização dos processos de eleição da representação de categorias em seus órgãos colegiados em diversos níveis, ou seja:

a) que o Conselho Universitário discuta e elabore um calendário anual de eleições de todas as representações nos colegiados Superiores e nos Centros;

b) que os Conselhos de Centro discutam e elaborem um calendário anual de eleições para todas as representações nos colegiados das Unidades e Órgãos Suplementares; e

c) que as Unidades discutam e aprovem um calendário anual de eleições para as representações em seus departamentos e coordenações.

O conhecimento prévio do término dos mandatos dos atuais representantes e dos próximos períodos eleitorais permitirá melhor organização e maior participação. É fundamental que os candidatos à representação de cada categoria assumam compromissos públicos claros sobre as propostas que defenderão nos respectivos colegiados para as questões já identificadas ou em discussão, assim como busquem estabelecer mecanismos apropriados de consulta e de contato para retornar ao conjunto dos representados novos elementos sobre aquelas questões ou novos temas que surjam no decorrer do mandato. O princípio democrático não se resume ao instante do voto e a legitimidade da representação deve ser permanentemente ratificada e renovada.

Diretoria da Adufrj-SSind se reúne com Professores Substitutos da UFRJ

A Adufrj-SSind sempre defendeu os interesses dos professores substitutos e a maior luta continua pela ampliação dos concursos públicos, pois a atividade docente desenvolvida deixa de ter um caráter de precariedade e se torna mais efetiva e permanente. Enquanto essa reivindicação não é atendida pelo governo, não deixa de ser importante garantir um mínimo de condições de trabalho para os professores substitutos. Em reunião ocorrida no dia 15 de agosto, na sala C da decania do Centro de Tecnologia, o vice-presidente da seção sindical, Luciano Menezes, reuniu-se com alguns substitutos para tomar conhecimento das condições de trabalho e da situação funcional deles.

Foi informado ao vice-presidente que há um desrespeito por parte da universidade em relação aos substitutos. Foram relatados casos de docentes que trabalham até sem contrato assinado. Mesmo aqueles que chegam a assinar um contrato ficam sem uma cópia do documento. Além disso, seus salários – que estão vinculados aos vencimentos dos Professores Assistentes – não foram atualizados, apesar das últimas conquistas do movimento docente.

Ao final da reunião, foi reafirmado que os substitutos podem se sindicalizar à Adufrj-SSind e Luciano Menezes distribuiu a cada um a ficha de filiação.

Ficou acertado que um representante dos substitutos, professor Ralph Dias, da EBA, vai acompanhar a diretoria da seção sindical em uma reunião marcada com a Sub-reitoria de Pessoal e Serviços Gerais (SR-4) nesta terça-feira (20 de agosto) para tratar de vários temas: assinatura de contrato de professor substituto; cópia de contrato assinado entre a UFRJ e Professores Substitutos; reajuste dos valores pagos aos professores substitutos; especificação da carga horária em sala de aula para professores substitutos; conhecimento antecipado da renovação ou não do contrato de professor substituto e relação com professores substitutos que também são funcionários técnico-administrativos ou alunos da UFRJ.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ/Eleição de representantes

Eleições no CFCH

O processo de eleições dos representantes do Centro de Filosofia e Ciências Humanas para o Conselho Universitário, Conselho de Ensino de Graduação, Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa e Conselho de Centro já começou. De acordo com as normas divulgadas pela decania, podem se candidatar ao Consuni todos os professores lotados nas Unidades do Centro e que integrem a categoria para a qual existe vaga em aberto. Ao CEPG podem se candidatar os docentes lotados nas Unidades ou no Órgão Suplementar (Colégio de Aplicação) que sejam portadores do título de Doutor ou de Livre Docente. Ao CEG podem se candidatar todos os docentes lotados nas Unidades ou no Órgão Suplementar. Ao Conselho de Centro também podem se candidatar todos os professores Adjuntos lotados nas Unidades ou no Órgão Suplementar. Docentes afastados ou em licença estão impedidos de concorrerem às vagas. Só poderão concorrer às vagas nos colegiados os docentes do quadro permanente da universidade. As normas foram aprovadas na sessão do Conselho de Coordenação do Centro, no último dia 12/8.

Calendário

Inscrições de chapas – 13 a 23 de agosto, das 12 às 18h na Secretaria do Conselho de Centro, na sala 30 do CFCH

Eleição – 3 e 4 de setembro

Apuração – A partir das 20 horas do dia 4/9

Homologação dos representantes eleitos – 9 de setembro, no Conselho de Centro

CCS também elege para o CEG

O CCS também já vive os ares do processo eleitoral para representação nos colegiados. Entre os dias 19 e 23 de agosto, estão abertas as inscrições para uma vaga de titular e uma vaga de suplente no Conselho de Ensino de Graduação (CEG). Qualquer professor do quadro permanente pode concorrer. Já está previsto um debate entre os possíveis candidatos no dia 26. As eleições ocorrem nos dias 2, 3 e 4 de setembro. Ainda no mês de setembro, deve começar o processo eleitoral para concorrer às vagas de representação do CCS no Conselho Universitário. Até o início de outubro, será a vez de escolher os representantes no Conselho do próprio Centro.

CCMN faz debate dia 20

As eleições do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza para o CEG, Consuni e Conselho de Centro ocorrem nos dias 21 e 22 de agosto. Já está marcado um debate entre todos os candidatos às diversas representações para esta terça-feira, dia 20, no Salão Nobre da Decania do CCMN. A relação dos candidatos encontra-se abaixo, mas não pode ser considerada a listagem final: de última hora, alguns candidatos anunciaram uma possível retirada de candidatura. Esta é a relação oficial até 17h do dia 16/8.

CEG

Titular:
Profº Alfredo Silveira da Silva - IG
Profº Sérgio de Paula Machado - IQ
Profº Joaquim Lopes Neto - IF
Profª Maria Lucia Patitucci - IQ

Consuni

Representante dos Titulares
Titular:
Profº Raimundo Rocha dos Santos - IF
Profº Edmundo A de Souza e Silva - IM
Profº Jari Nobrega Cardoso - IQ
Suplente:
Não houve inscritos
Representante dos Adjuntos (doutor)
Titular:
Profº Paulo Américo Maia Neto - IF
Profº Eduardo San Pedro Siqueira - IM

Conselho de Coordenação do CCMN:

Representante dos Titulares:
Titular:
Profº João Barcelos Neto - IF
Profº Ricardo Bicca de Alencastro - IQ
Suplente:
Profº Dani Gamerman - IM

Representante dos Adjuntos:
Titular:
Profº João Graciano Mendonça Filho - IG
Profª Lilia Irmeli Arany-Prado - OV
Profº Rodrigo Barbosa Capaz - IF
Profº Júlio Carlos Afonso - IQ
Profº Bruno Alexandre Soares da Costa - IM
Suplente:
Profº João Augusto de Mello Gouveia Matos - IQ

Representante dos Assistentes:
Titular:
Profº Nelson Quilula Vasconcelos - IM
Profª Mônica Moulin Ribeiro Merkle - IM
Suplente:
Não houve inscritos
Representante dos Auxiliares:
Não houve inscritos
Representante dos Técnico-Administrativos:
Titular:
Jorge Costa de Moura - IG
Fábio Ferrentini Sampaio - NCE
Claúdia Coeli Paz de Freitas - Decania
Carlos José Borges Delgado - IF
Suplente:
Ângelo Paschoalette Cardoso - IG

Movimento

Diretoria se reúne com reitor

Na primeira reunião entre a diretoria da Adufrj-SSind e o reitor Carlos Lessa (14/8), os diretores apresentaram uma extensa pauta de assuntos pendentes desde a gestão Vilhena tais como: a solicitação dos dados funcionais dos docentes para a consignação, política de patrimônio, extensão e atrasados do Plano Verão (26,05%), pagamento dos abonos pecuniários de 1998 a 2000, periodização e a situação dos substitutos. O reitor Carlos Lessa mostrou-se preocupado com a Lei nº 10. 480, que retira a procuradoria do âmbito da universidade e propôs uma ação política no Congresso, em particular no Senado, junto com o Andes-SN e demais entidades. Sobre o Plano Verão, o assessor da reitoria, Ronaldo Albuquerque, comprometeu-se a estudar a viabilidade da reivindicação.

A diretoria da Adufrj-SSind cobrou também um posicionamento da reitoria sobre a resolução conjunta CEG/CEPG 01/99, que trata da periodização na universidade. Lessa disse desconhecer a resolução e sugeriu que os diretores se dirigissem aos próprios colegiados acadêmicos para reivindicar um posicionamento. A diretoria da seção sindical perguntou ainda sobre a situação patrimonial da UFRJ, em especial, sobre o terreno da Av. Chile, o Canecão e o prédio anexo ao *campus* da Praia Vermelha, transformado em um Bingo. O reitor disse que a administração central está tomando ciência da situação jurídica destes bens e que pretende formar um fundo patrimonial pelo Consuni. Lessa informou também que está negociando o pagamento do aluguel dos Centros de Pesquisa no *campus* do Fundão (IEN, Cetem, Cenpes etc) na forma de bolsas de estudos.

Dados funcionais

A diretoria solicitou ao reitor o acesso aos dados funcionais dos docentes. Lessa novamente orientou que os diretores se dirigissem a uma subreitoria, desta vez, a de Pessoal (SR-4) para esta solicitação. Já foi solicitada uma audiência com o sub-reitor Luiz Afonso para proceder os devidos encaminhamentos sobre as necessidades do cadastro dos dados funcionais da seção sindical.

A diretoria informou ao reitor que vem organizando reuniões com os professores substitutos e está produzindo um levantamento das principais reivindicações que serão, posteriormente, levadas à reitoria. A diretoria lembrou que um dos motivos para haver um grande número de substitutos é a insuficiência de vagas para concurso público para recompor o quadro efetivo das universidades.

Lessa fez questão de divulgar que está estudando a organização de um "ato" para homenagear os professores aposentados e eméritos da UFRJ. A preocupação do reitor é com as aposentadorias precoces e com a perda de quadros da universidade. Sobre este assunto, a presidente da seção sindical, Cleusa Santos, disse que o assunto da Seguridade Social é intensamente tratado pelos fóruns do movimento docente, organizado nos grupos de trabalho locais e nacional. No entendimento da professora, a questão das aposentadorias 'precoces' é polêmica. Cleusa considerou que, se por um lado é importante manter nos quadros da universidade professores experientes que, em sua trajetória, contribuíram para a produção e reprodução do conhecimento, por outro, esta situação encobre a real demanda de vagas para a UFRJ.

Conselho de Representantes aprova prestação de contas

A quase totalidade dos integrantes do Conselho compareceu à reunião do último dia 14/8 e aprovou a prestação de contas da diretoria do exercício de 2001 e o contrato de prestação de serviços fotográficos. Sobre a contribuição dos sindicalizados sobre o 13º salário de 2001 e as férias de 2002 não houve deliberação. Este ponto deverá retornar à pauta nas próximas reuniões. Os conselheiros entenderam que é mais adequado aguardar a resposta da reitoria sobre a solicitação dos dados funcionais dos docentes (veja matéria ao lado) antes de deliberar sobre o assunto. Foi decidido que a Adufrj-SSind indicaria observadores para o Setor das Federais e para a Plenária dos Servidores que seriam realizados no último fim-de-semana, dias 17 e 18, em Brasília. Os observadores da Adufrj-SSind foram os professores Cleusa Santos, para o Setor, e Luciano Menezes, para a Plenária. Nas reuniões do GT Verbas e GT carreira (16 e 17/8), a seção sindical estaria representada pelo professor José Miguel Bendrao Saldanha.

Movimento

Reitores não aprovam projeto de Lei Orgânica

Ainda não foi desta vez – felizmente, na opinião do presidente do Andes-SN, Luiz Lucas – que a Andifes apresentou oficialmente seu anteprojeto de regulamentação da autonomia das universidades. Lucas teve acesso ao projeto que iria ser discutido na sessão do Pleno dos reitores e, na sua avaliação, a regulamentação é totalmente desnecessária e pode vir a significar, entre outros, o fim da isonomia salarial dos servidores destas instituições.

Para o presidente do Sindicato, houve avanços em relação à proposta anterior dos reitores. Um deles diz respeito à manutenção do Regime Jurídico Único e da seleção por concurso público. Isto significa, de acordo com Lucas, que as universidades não poderão criar carreiras próprias, como estava proposto anteriormente. Mas, ainda assim, a isonomia salarial está comprometida pela proposta dos dirigentes. Lucas explica que no artigo 19 do anteprojeto está posto que os servidores poderão receber "adicional variável, não incorporável aos vencimentos nem à remuneração", sobre atividades custeadas por recursos extra-orçamentários, ou seja, mediante prestações de serviços. Para o presidente do Andes-SN, o movimento docente jamais concordará com este tipo de regulamentação que consolidará a lógica do produtivismo.

Guilherme Lessa

NEUZA PINTO (SINTUFRJ) PROTESTA NO ATO DAS ENTIDADES EM FRENTE AO CCMN, CONVOCADO PELA REGIONAL RIO DO ANDES-SN

Salários podem ser ainda menores

Outra preocupação é com relação ao financiamento. Não é de hoje que os reitores defendem a adoção do orçamento global para a gerência dos recursos orçamentários das universidades. Na prática, significa que o reitor poderia dispor de todo o orçamento de pessoal (estimado em cerca de 95%, na UFRJ, por exemplo) mais o de custeio e investimentos para gerir, através de uma só rubrica, toda a instituição. Só que, no anteprojeto, os reitores acrescentaram um artigo (25) no qual dizem que "na elaboração do orçamento, cada instituição federal de ensino superior destinará, no mínimo, quinze por cento para outros custeios e capital". Lucas teme que este percentual estrangule a verba de pessoal e que os salários venham a ser ainda mais achatados. Ou então que as gratificações como a GAE ou a GED sejam retiradas e cada universidade passe a complementar os salários de seus professores e funcionários da forma que lhe convier para manter os tais 15% de custeio.

Venda de patrimônio

Outro problema detectado por Lucas na nova versão da Andifes para a Autonomia é a possibilidade de, pelo anteprojeto, serem alienados bens e patrimônios públicos da instituição. No parágrafo VI do artigo 13, está assegurada a liberdade de "realizar operações de crédito e prestar garantias". O presidente do Sindicato não tem dúvidas de que isso é uma porta aberta para a venda e penhora de bens e imóveis das universidade como garantia para futuros empréstimos que os dirigentes vierem a contrair em nome da manutenção da instituição.

Universidades

Andifes apresenta proposta aos presidenciáveis

Reitores se preocupam com abertura do mercado de ensino no país

Na reunião da semana passada, os dirigentes das universidades federais prepararam uma carta aos candidatos à Presidência da República pedindo, entre outros, o compromisso com o sistema público de educação superior, mais verbas para o conjunto das universidades e para o aumento da quantidade de vagas na graduação. No documento, os reitores fazem críticas ao atual modelo de financiamento e aos sucessivos cortes orçamentários feitos nos últimos anos nas verbas das universidades federais. Os reitores enfatizaram a necessidade de ampliação da oferta de vagas na graduação que, segundo manifestações durante a sessão, seria hoje o campo de negócios da educação no país. Carlos Lessa foi um dos que mais criticou a expansão do ensino superior privado. "Se não reivindicarmos a ampliação substancial das vagas na graduação na universidade pública, gratuita e de qualidade, estaremos reforçando nossos padrões de desigualdades", criticou. A opinião do dirigente da UFRJ foi compartilhada pelos demais e, na carta aos presidenciáveis, os reitores também vão pedir o compromisso com recursos para manter os estudantes nos cursos, através de bolsas destinadas aos de baixa renda.

Ensino não é mercadoria

Os reitores não esqueceram as solicitações apresentadas pelos movimentos docente, estudantil e dos técnico-administrativos, durante a abertura do evento, e inseriram no documento críticas à Organização Mundial do Comércio. Os dirigentes cobram do futuro presidente posição contrária à inserção pela OMC da educação como um dos doze setores de serviços regulamentados pelo Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (Gats). Pelo acordo, o comércio da educação, em especial a superior, estaria livre no país, e livre também da legislação educacional brasileira. A preocupação não é pequena. Como vem sendo alertado há muito tempo pelo movimento docente e pelas afirmações dos representantes do Andes-SN, a liberação dos serviços educacionais pode significar um retrocesso irreversível da condição de subserviência do país às economias imperialistas.

Com o livre comércio da educação, os reitores temem que as universidades públicas percam ainda mais financiamento público e prestígio frente a qualquer curso ou programa, ainda que à distância, oferecido por alguma instituição de excelência americana, por exemplo. Será a guerra das grifes, na opinião do reitor da UFRJ.

Universidades

Trinta e seis reitores são contra lei da procuradoria geral

Associação de dirigentes divulga moção de repúdio à Lei 10.480 que retira as procuradorias da esfera das universidades

Durante a realização da reunião do Pleno da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) na UFRJ, semana passada, o presidente da entidade, Mozart Neves Ramos (UFPE) e o reitor Carlos Lessa, criticaram a lei 10.480, de 2/7/02, que cria a Procuradoria-Geral Federal. As críticas expressaram a opinião de todos os 36 reitores que participaram do Pleno. Uma moção assinada por todos os dirigentes foi divulgada à imprensa e será encaminhada ao presidente Fernando Henrique, ao ministro Paulo Renato e presidentes da Câmara, Aécio Neves, e do Senado, Ramez Tebet. Os reitores querem a revogação da lei e estarão pedindo aos representantes de partidos políticos para que entrem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

A lei da procuradoria geral determina que o procurador da universidade seja indicado e nomeado pelo Procurador-Geral Federal, cargo subordinado à Advocacia-Geral da União. Na prática, o reitor não escolhe mais seus procuradores, o que significa que a universidade perde direito à representação judicial e extra-judicial.

Segundo os reitores, com a instalação da Procuradoria-Geral serão criadas Procuradorias nas capitais dos estados para atender a todas as autarquias e fundações com sede nessas localidades. Para os dirigentes, a perda do controle do órgão jurídico pelas universidades implicará em perda de agilidade nas respostas a consultas jurídicas e na emissão de pareceres. Isto feriria a autonomia administrativa garantida no artigo constitucional 207.

As entidades nacionais Andes-SN, Fasubra e UNE já se posicionaram contra a legislação e também querem a imediata revogação de mais este instrumento que retira a autonomia das instituições federais de ensino.

R$ 90 milhões para IFES

Durante a reunião do Pleno do Andifes, o presidente da associação, Mozart Neves, informou sobre a suplementação orçamentária que as instituições federais de ensino receberão ainda neste segundo semestre de 2002. As IFES ganharão R$ 90 milhões. À UFRJ, caberá a fatia de R$ 4,7 milhões. O que o governo mudou foi a distribuição deste montante.

Na proposição da Andifes, seriam R$ 50 milhões para custeio, R$ 20 milhões para investimento, R$ 5 milhões para assistência estudantil, R$ 5 milhões para o projeto da Uni-Rede (ensino à distância) e R$ 10 milhões para investimentos em periódicos pela Capes.

O governo cortou a verba da Uni-Rede e R$ 63 milhões destinados às universidades serão usados apenas para custeio. Para a Capes, a verba foi ampliada para R$ 22 milhões.

Manifesto

Este texto foi entregue aos reitores durante a reunião da Andifes na UFRJ.

Carta aberta à sociedade

Em defesa da Educação Pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada

A educação pública brasileira vem passando, ao longo dos últimos anos, por um processo de desmonte, traduzido, metaforicamente, pelo recente apagão da UFRJ e, também, pelo sucatemento das instalações, pela privatização, pela precarização das condições de trabalho e pela perda da autonomia institucional. Tal situação decorre da política do Governo FHC que empurra o país à condição neocolonial. Faz parte dessa política uma educação aligeirada, acritica, incapaz de forjar um futuro para a nação.

A Universidade perde a sua função precípua de ensino, pesquisa e extensão. No ensino figura a primazia do interesse do mercado na definição das orientações acadêmicas, a quantificação das tarefas como critério de avaliação e a flexibilização dos cursos, como no caso dos enganosos cursos seqüênciais. A pesquisa é reduzida à mera adequação tecnológica e tem a sua privatização justificada pela exigüidade de verbas para a sua realização, transformando o conhecimento em um bem privado. A extensão, ainda segundo o projeto governamental, deveria ser restrita a prestação de serviços privados, perdendo a sua referência social. Assim, cada vez mais, o produto do trabalho coletivo é apropriado por uma parcela cada vez menor da população.

O recente corte do fornecimento de energia elétrica da UFRJ pela *Light* – uma empresa privatizada por FHC – incluindo Unidades Hospitalares e laboratórios, não é um caso isolado – é o retrato do descaso do governo, e do MEC em especial, com a Educação. Esta concessionária, em seu país de origem, não ousaria cortar a energia de suas universidades, mas não hesitou em fazê-lo em um país da periferia do capitalismo. Desde o Iluminismo, a universidade é o lugar da luz do saber, em que pulsa a troca de idéias capazes de contribuir para transformar a sociedade e emancipar os cidadãos. Para as elites, é preciso jogá-la nas trevas da escuridão, para silenciá-la.

Os recentes acordos propostos pela OMC (Organização Mundial do Comércio) e previstos na Alca, transformando a educação em mercadoria, conforme as exigências dos EUA, destruirá condições indispensáveis para a soberania dos países latino-americanos. E, sem soberania popular, a barbárie do desemprego, da miséria e da exploração serão exacerbadas. Previsto para 2005, o acordo ganhou extraordinária força com o recente pacote de "ajuda" do FMI. O Secretário do Tesouro dos EUA exigiu a Alca em troca do suporte financeiro do FMI, constrangendo, drasticametne, desde agora, a atuação política de qualquer futuro governo.

O não cumprimento do Termo de Acordo assinado pelo MEC no encerramento da mais longa greve das IFES (2001), em especial no que diz respeito a não regulamentação da GID, Financiamento, Plano de Cargos e Salários, Hospitais Universitários e Assistência Estudantil, demonstra inequivocadamente, que o governo FHC não cumpre o que negocia. Tal atitude é uma afronta às comunidades das IFES e a todos aqueles que se empenharam em levar as negociações a bom termo, como os parlamentares de diversos partidos e a Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). Com o descumprimento do Termo de Acordo, os direitos dos cidadãos desrespeitados.

Para efetivar sua política contra a universidade, o governo empreende mais um ato de força. A publicação da Lei 10.480/02, que transfere as Procuradorias das IFES para uma procuradoria geral, vinculada à AGU, atinge a autonomia universitária, ampliando o poder de intervenção do governo, contra os interesses da sociedade. Com a regulamentação da autonomia, o governo pretende reduzir a responsabilidade do Estado frente à manutenção e o desenvolvimento do ensino, bem como introduz uma lógica de formação que desconsidera a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Não é por falta de leis, aliás, que esta autonomia, associada à gestão democrática, não tem sido exercida, pois ela já está garantida na Lei Maior que é a Constituição Federal. Todas as propostas de "regulamentação da autonomia" apresentadas pelo governo buscam limitar a autonomia, e não garanti-la. Ao contrário, abrem um amplo espaço para a desregulamentação, a privatização e a penetração do setor privado na gestão do patrimônio público, comprometendo a própria noção de autonomia e de universidade. O que tem impedido o exercício da autonomia é a falta de verbas e as restrições às contratações de docentes e técnico-administrativos, além da contenção salarial destes, bem como um conjunto de medidas infraconstitucionais, como a LDB e resoluções executivas do MEC. Não foge da mesma lógica o projeto de Lei Orgânica defendido por setores da Andifes.

Após 4 anos de intervenção 'vilhenista' imposta pelo MEC, a UFRJ tem um Reitor eleito pela comunidade universitária e retoma suas relações com a Andifes. Conclamamos que, frente à destruição das IFES em curso, a Andifes se posicione em defesa da Educação Pública e Gratuita, somando-se aos movimentos representativos dos docentes, estudantes e técnico-administrativos nesta defesa, cobrando:

A Autonomia Universitária – em defesa da autoaplicabilidade do artigo 207 da CF

Medidas contra a Mercantilização da Educação e os acordos da OMC

O fim do Projeto da ALCA e a afirmação da Soberania Nacional

O cumprimento do Termo de Acordo que pôs fim à greve de 2001

A defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada

Não deixemos que o projeto em curso seja a Light de todo o ensino brasileiro

É hora de manifestarmos o nosso repúdio...para não apagar o futuro!

Andes-SN Fasubra UNE

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Globalização

Delinqüência e mistificação

Com a ajuda de analistas promovidos à posição de propagandistas, os bancos financiaram operações de fusão e de aquisição condenadas ao fracasso, mas geradoras de grandes rendas

A imagem idílica dos mercados financeiros norte-americanos fazia parte do discurso convencional sobre a nova economia e a globalização: os empresários "criam valor" e se vêem conseqüentemente remunerados; as *stock-options* e os regimes de aposentadoria aliam os interesses dos empregados aos dos acionistas; a democratização das finanças permite estender os benefícios dessa "criação de valor" a um maior número de pessoas; inúmeros contrapesos (leis, analistas, conselhos de administração, fiscais de contas, imprensa) garantem a integridade dos mercados[1].

A década da expansão econômica – março de 1991 a março de 2001 – sem dúvida foi marcada por escândalos (casos de fraude ou de especulação, particularmente com produtos derivados), mas estes eram atribuídos a algumas pessoas indesejáveis. O vocábulo utilizado – *rogue* (literalmente crápula) – sugeria insubordinação e algo atípico. Esses acidentes de percurso não colocavam em questão o discurso corrente, pois constituíam realmente a exceção que confirma a regra, e comprovavam a capacidade do sistema de se auto-regular. Cada vez que isso acontecia, depois de um breve período de incerteza, os mercados recomeçavam às mil maravilhas.

O mimetismo cego de Messier

Estimulados pela boa saúde de sua economia e por mercados financeiros que desafiavam as leis da gravidade, os dirigentes norte-americanos repetiam sem parar para todo o mundo que era urgente adotar os métodos anglo-saxões: desmantelar os setores do Estado para liberar as forças do mercado e acabar

Com a ajuda de analistas promovidos à posição de propagandistas, os bancos financiaram operações de fusão e de aquisição condenadas ao fracasso, mas geradoras de grandes rendas

com o "capitalismo de compadres", gerador de uma corrupção generalizada. As elites globalizadas e seus menestréis retomaram esse refrão. Alain Minc, por exemplo (que atualmente tem dado menos declarações), explicava: "O êxito dos Estados Unidos exerce uma pressão difusa para nos obrigar a combater nossa própria rigidez. Comemoremos o milagre; aceitemos o mistério; e, sobretudo, sigamos o exemplo[2]."

O milagre foi muito comemorado, o exemplo amplamente seguido. No sentido do mimetismo cego, ninguém foi mais longe que Jean-Marie Messier, que se considerou "o mais norte-americano dos patrões franceses". Depois de uma breve ascensão, chegou ao destino dos patrões "visionários" de quem ele imitava os métodos: a descida aos infernos do grupo Vivendi coincidiu com a ruína de vários símbolos da economia milagrosa.

Em termos de mimetismo cego, ninguém foi mais longe que Jean-Marie Messier, que se considerou "o mais norte-americano dos patrões franceses"

A influência da Enron

A série de catástrofes teve início no dia 2 de dezembro de 2001, com a estrondosa falência da gigante da energia, Enron. Em poucos anos, a empresa texana atingira o sétimo lugar entre as empresas norte-americanas, com um faturamento global superior a 100 bilhões de dólares. Para os teóricos da administração, esse florão da nova economia representava o futuro. Detentor de poucos ativos reais, esse agente de um novo gênero podia, graças aos mais complexos balanços financeiros e aos mais audaciosos conceitos, criar "valor" em toda parte e permanentemente. Não havia *business school* que não glorificasse o caso Enron, em matéria de estratégia, finanças e ética. De 1996 a 2001, a firma de Houston recebeu da revista *Fortune* o título de empresa mais inovadora. Em 2000, o *Financial Times* designou-o "grupo energético do ano", ao mesmo tempo que *The Economist* qualificou seu patrão, Kenneth Lay, como "messias da energia".

"Empresa cidadã", a Enron pertencia de corpo inteiro ao *establishment*, distribuindo generosamente fundos, favores e louvores. Seu dono, Kenneth Lay, padrinho financeiro de George W. Bush e seu amigo íntimo há mais de vinte anos, forneceu-lhe (a título pessoal e por meio de sua empresa) mais de 2 milhões de dólares[3]. Conselheiro muito ouvido quando o atual presidente era governador do Texas, desempenhou um papel fundamental na elaboração da política energética do novo governo. O secretário de Estado das Forças Armadas, Thomas White, ex-dirigente da empresa, prometera, desde sua nomeação, "aplicar os métodos do setor privado ao setor público".

A bola de neve

Menos de um ano antes da falência, Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve Bank (Banco Central norte-americano), recebeu o "Prêmio Enron", conferido pelo Instituto James A. Baker III (nome do secretário de Estado do ex-presidente George H. Bush). Mas a Enron, campeã absoluta da "gestão de risco", tinha corrido riscos consideráveis que balanços financeiros incompreensíveis tentavam dissimular. A queda foi tão imprevista quanto brutal[4]. O caso abalou uma das bases do credo da "nova economia": o princípio do *win-win* ("todo mundo sai ganhando"). Entre 1998 e 2001, o valor da ação triplicou, contribuindo para o enriquecimento dos dirigentes, dos acionistas e dos empregados, de quem toda a poupança-aposentadoria era investida nas ações da empresa (*stock options*). Todo mundo não saiu ganhando até o final... Quando, em

Os dirigentes norte-americanos repetiam que era urgente adotar seus métodos: liberar as forças do mercado e acabar com o "capitalismo de compadres"

poucos meses, 98% do "valor" da Enron se dissipou, os principais diretores fizeram acordos de demissão com indenizações suntuosas; quanto aos iniciados, ficaram sem a garantia de suas ações, enquanto os empregados descobriram que um regulamento interno os proibia de venderem as suas.

Na seqüência, o gigante da revisão contábil, Arthur Andersen – que desempenhou um papel ativo na construção de balanços financeiros duvidosos e, sobretudo, na destruição de documentos comprometedores – caiu em desgraça. Em seguida houve os casos Tyco, Global Crossing, Qwest, Adelphia Communications, Merck e Halliburton (cujo dono, durante a maquiagem das contas, era ninguém menos que o atual vice-presidente, Richard Cheney). Em todos esses casos, os dirigentes pilharam suas empresas com a cumplicidade ativa dos supostos contrapesos. A cada re-

A década da expansão econômica – de 1991 a 2001 – sem dúvida foi marcada por escândalos, mas estes eram atribuídos a algumas pessoas indesejáveis

velação, a fraude parece abarcar quantias maiores: a Enron dissimulou "apenas" 2 bilhões de dólares de dívidas; a WorldCom deixou de contabilizar 3,85 bilhões de dólares relativos a custos; a Xerox superfaturou suas vendas em 6 bilhões de dólares; a Merck contabilizou um faturamento global de 12,4 bilhões de dólares em negócios fictícios.

A aventura da mistificação

Essas empresas compartilham várias características. Em primeiro lugar, direto-

res super-conhecidos dos meios de comunicação e um discurso bem enganoso sobre a inovação, a governança da empresa, a ética e a responsabilidade. Na realidade, impunha-se uma política de comunicação "agressiva": somente as operações na Bolsa refletiam o valor criado pelos dirigentes (e sua remuneração dependia dele); portanto, era preciso "gerenciar" essas operações, cultivando assiduamente a imprensa e os analistas. Dizer que os jornalistas se dispuseram a isso é dizer pouco...

A outra característica comum a essas empresas delinqüentes é muitas vezes terem apelado para os grandes escritórios de consultoria (principalmente o McKinsey, de maior prestígio) e terem generosamente remunerado, sob pretextos variados, os grandes gurus do governo e os mais reputados economistas, para acobertar como "estratégia inovadora" políticas perigosas de aceleração do processo, e apresentar megalômanos como "visionários".

Seria ainda possível fingir que os escândalos seriam proeza de uns poucos indesejáveis? Mesmo os que, anteriormente, louvavam os contratos de empresas falidas, mencionam a "corrupção generalizada" e uma "crise sistêmica[5]". Setores inteiros da economia (Internet, telecomunicações) e profissionais (analistas, revisores, consultores, imprensa financeira, gurus do governo) vêem seus cabeças envolvidas nessa aventura de mistificação.

No limite da legalidade

Como se chegou a isso? Durante toda a última década, a liberalização econômica acelerou-se, as barreiras caíram e as autoridades tutelares viram seu financiamento e seus poderes diminuírem em benefício de uma regulamentação pelo mercado, baseada nos controles internos e nos "códigos de bom comportamento". Quando as "muralhas da China" (entre atividades de consultoria e de contabilidade no caso das firmas de auditoria; entre bancos de depósitos e de investimento no dos estabelecimentos financeiros) foram derrubadas em nome da livre-concorrência e de supostas sinergias, o sistema foi metamorfoseado.

"Profissões" que até então levavam a sério seus códigos de ética transformaram-se em "centros lucrativos". Entre os contadores, que outrora zelavam pela sinceridade das contas, a imaginação tomou o poder: "métodos agressivos", no limite da legalidade, perverteram os princípios estabelecidos. Com a ajuda de analistas promovidos à posição de propagandistas, os bancos financiaram operações de fusão e de aquisição condenadas ao fracasso, mas geradoras de grandes rendas. Quanto às tão celebradas *stock-options*, contribuíram na era do dinheiro-rei para o grande aumento dos lucros em um curto prazo e para a manipulação das contas[6].

O atual diretor-presidente da France Télécom, Michel Bon, explicou em dezembro de 1999 à revista mensal *Capital*: "No dia 20 de setembro de 1997, a France Télécom entrou para o mercado de capitais. Quatro milhões de franceses – e três quartos dos empregados – compraram suas ações. Mais que um acontecimento, é um símbolo: o reconhecimento de que o mercado tornou-se o melhor meio de servir seus clientes (há dez anos, falaríamos de usuários). Espero que essa realidade atinja logo os serviços não-mercantis, como a educação e a saúde." A embriaguês de Bon não é mais aceita. Será que suas esperanças também não?

(Trad.: Wanda Caldeira Brant)

Ibrahim Warde*
* Pesquisador da Universidade de Harvard (Boston, Estados Unidos) e autor de *Islamic finance in the global economy*, ed.Edinburgh University Press, 2000.

1 Ler, por exemplo, de Thomas Friedman, *The Lexus and the Olive Tree*, ed. Farrar, Straus and Giroux, Nova York, 1999.

2 *In* Richard Farnetti e Ibrahim Warde, *Le modèle anglo-saxon en question*, ed. Economica, 1997.

3 Ler, de Charles Lewis, *The Buying of the President 2000*, ed. Avon Books, Nova York, 2000.

4 Ler, de Tom Frank, "Enron aux mille et une escroqueries", *Le Monde diplomatique*, fevereiro de 2002.

5 *Business Week*, "How Corrupt is Wall Street?", 12 de maio de 2002, e *Fortune*, "System Failure", 24 de junho de 2002.

6 Ler "Dow Jones: plus dure sera la chute", *Le Monde diplomatique*, outubro de 1999.

Regional RJ discute projetos do governo

A Regional Rio de Janeiro do Andes-SN está organizando um seminário para a segunda quinzena de outubro sobre os projetos de governo para a área de Educação e de Ciência e Tecnologia. A proposta é montar mesas-redondas com os seguintes temas:

- autonomia universitária;
- hospitais universitários
- fundações de apoio
- projetos de C & T.

Alca

Na mesma reunião, as seções sindicais presentes estabeleceram sua cota de participação na confecção de jornais para a campanha do Plebiscito contra a Alca. A Adufrj-SSind vai financiar a impressão de cem mil exemplares.

Movimento

Andes-SN

CERCA DE TRÊS MIL PESSOAS PARTICIPARAM DA MANIFESTAÇÃO, EM BRASÍLIA

Campanha contra mercantilização nas ruas

A campanha contra a mercantilização da educação já está nas ruas. No último dia 13, cerca de 3 mil manifestantes, entre estudantes, professores de várias universidades e representantes de diversas entidades nacionais - como o Andes-SN, Fasubra, Sinasefe, Andifes, Ubes, UNE, CNBB e MST -, promoveram um ato público em Brasília contra uma proposta da Organização Mundial do Comércio (OMC) de incluir a educação, entre outros 12 itens, na categoria de Serviços nas negociações comerciais.

Pela proposta, o Brasil e outros países não teriam mais o direito de estabelecer suas próprias regras para o setor, que seria regulado diretamente pela OMC. Desta forma, a educação estaria definitivamente sendo tratada como negócio.

Aula pública

As atividades de protesto começaram pela manhã, com uma aula pública, no Teatro de Arena da Universidade da Brasília, contando com a presença do ex-presidente do Andes-SN e professor da UFRJ, Roberto Leher, e do ex-reitor da UnB e ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. Leher fez uma reflexão sobre as tentativas internacionais de desnacionalizar o país, referindo-se diretamente à implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e suas conseqüências para os países latinos. Para o professor, a crise vivida pelo capitalismo gera absurdos como esta investida da OMC. Se nada for feito, disse, "a tendência de que tudo é comercializável vai se aprofundar e a América Latina estará perdendo a capacidade estratégica de definir o seu futuro".

Na mesma linha, o professor Cristovam Buarque afirmou que, com o processo de mercantilização da educação, em menos de vinte anos sairemos da desigualdade para a dessemelhança entre os seres humanos, transformando a América Latina numa ilha de excluídos. Cristovam reforçou a idéia de que por trás da proposta da OMC há, na verdade, uma tentativa de desnacionalizar o país, subordinando-o aos interesses estrangeiros. "A educação é para a libertação. Assim, é preciso ser contra essa proposta e a favor de uma política que garanta a alfabetização a todos, que garanta a todos concluir o ensino médio e não serem expulsos das universidades por não poderem pagar as mensalidades". Cristovam disse ainda que o Brasil não pode se esquecer dos seus mais de 20 milhões de analfabetos. "Esses já são fruto da mercantilização e só uma segunda Abolição no país, com a implantação de políticas sérias e de inclusão, poderá reverter esse quadro".

As alunas do ensino médio da escola pública Elefante Branco, de Brasília, Joelma Alves e Verônica Lima estiveram presentes ao protesto. Para elas, educação não é comércio. "Não temos condições de pagar mensalidades escolares, mas queremos estudar. É um direito nosso", afirmaram. Entre as muitas faixas trazidas pelos estudantes, uma traduzia bem o espírito da manifestação: "Queremos Educação e não Educa$$ão", dizia o texto, assinado por alunos de Pedagogia da UnB.

Carta-denúncia

À tarde, os manifestantes saíram em passeata pela Esplanada dos Ministérios em direção ao Palácio do Planalto, onde entregaram uma carta-denúncia dos movimentos sociais contrários aos acordos com a OMC, à implantação da Alca e em defesa da educação. O documento deverá ser encaminhado ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Entre os dias 1º e 7 de setembro, os sindicatos vão realizar no país um plebiscito sobre o assunto.

Crédito: Imprensa do Andes-SN

Colegiados

Reitoria informa CEG sobre programas de fomento

Conselheiros discutem Profag, Prolig, Prograd, Prorecon, PCO, PET e PMG

A última reunião do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), realizada no dia 14/8, serviu para uma espécie de "balanço" dos programas de fomento da reitoria e do MEC. Sobraram siglas e cifras para todo gosto. E, é claro, também apareceram reclamações de todo tipo.

Criado para auxiliar os alunos carentes do alojamento, o Programa de Formação Acadêmica de Graduação (Profag) foi apresentado pela diretora da Divisão de Assistência ao Estudante (DAE), Sônia Furtado. Segundo ela, o programa teria capacidade para atender 504 pessoas (número máximo de alojados). No entanto, seja por falta de interesse, seja pelo fato de o aluno já possuir uma bolsa do CNPq (não pode haver acúmulo), o programa atende atualmente a 457 estudantes, ao custo aproximado de R$ 120 mil/mês. Sônia ressaltou ainda que o alojamento está com algumas vagas ociosas e, em setembro, com a chegada dos novos moradores, eles serão encaminhados para o Profag.

Em relato distribuído ao CEG, é informado que, do total de estudantes envolvidos no Profag, 291 (ou 63%) são moradores do alojamento. Em 2002, a DAE não aceitou o cadastramento de quatro projetos que, entre outros motivos, destinavam-se à substituição de funcionários técnico-administrativos por estagiários. Sônia esclareceu que o programa procura inserir o aluno sempre em sua área de formação. A exceção só existe para os estudantes que, nos dois primeiros períodos de seus cursos, ainda sem recursos acadêmicos para atuação na área, são encaminhados para estagiar no Sistema de Bibliotecas (SIBI).

Durante a gestão da reitoria de Vilhena, o Profag recebeu muitas reclamações de atraso nos pagamentos. O dinheiro (R$ 241) para cada estudante chegava dez, quinze dias (às vezes, mais tempo) depois do combinado. Sônia comentou que o último repasse veio dentro do prazo (dia 5).

O CEG entende que o Profag é apenas uma das ações previstas dentro do programa de assistência ao estudante da UFRJ, aprovado pela plenária do colegiado em setembro de 2000. Um plano da atual reitoria sobre bolsas já foi encaminhado para os conselheiros para apreciação e discussão.

Prograd

O polêmico Programa de Apoio à Graduação (Prograd) foi um dos famosos "factóides" da gestão Vilhena. Na verdade, a verba do Prograd não representou nenhum adicional de recursos para a graduação – verificou-se que era o mesmo montante destinado a tentar resolver as necessidades das Unidades desde reitorias passadas. A novidade era apenas a sigla pomposa (Prograd).

Mesmo assim, foi supostamente criado para atender projetos das Unidades e o repasse de dinheiro obedeceria a critérios produtivistas. Neste caso, outro problema: Unidades "mais fortes" seriam premiadas e as "mais fracas" continuariam sem recursos para seu aperfeiçoamento. O CEG nunca concordou com os critérios disponibilizados pela reitoria Vilhena e nunca referendou as distribuições feitas – uma em cada semestre. Na "saideira", o ex-sub-reitor Arouca passou para as Unidades o que seria a primeira parcela do Prograd 2002 (R$ 450 mil). Muitos conselheiros reclamaram que o dinheiro "era virtual", pois não tinha chegado às direções. O conselho pensa duas alternativas: ou rever os critérios produtivistas ou extinguir o programa.

Prolig

Na tentativa de fazer algo mais justo com o dinheiro dos Prograds anteriores, o CEG encaminhou a verba para o então recém-criado Programa de Apoio aos Laboratórios de Informática de Graduação. Segundo relato do professor Nivalde Castro, responsável pelos LIGs, o dinheiro nunca chegou às suas mãos. Nivalde, que aproveitou a ocasião para pedir seu desligamento da função, não escondeu a frustração com as promessas da reitoria anterior.

Quando recebeu a notícia de que receberia quase meio milhão de reais para incrementar os laboratórios, Nivalde diz ter feito um levantamento e um ranqueamento das necessidades de cada um. Mas, apesas das cobranças à SR-3, o dinheiro nunca veio. Alguns meses depois, Nivalde contou ter recebido um aviso de que a verba seria ampliada para R$ 850 mil. A licitação para compra dos equipamentos, segundo soube, nunca foi levada adiante. No momento, o professor observa que muitos laboratórios estão desativados e com máquinas muito precárias.

PET

O Programa Especial de Treinamento (PET), que o MEC tentou destruir em 1999, contempla quatro grupos na UFRJ. Foi relatado que o edital do PET para 2003 deve ser lançado ainda este ano, com novas regras. Os grupos do programa podem ser constituídos por um tutor (professor com o título de doutorado e, excepcionalmente, de mestrado) e quatro bolsistas. No segundo ano, o PET permite a ampliação para até oito bolsistas e, no terceiro, até 12. Pela regulamentação nova, o tutor voltará a receber a bolsa de doutorado. Segundo as diretrizes, publicadas no Diário Oficial da União do dia 14 de junho deste ano, cada instituição de ensino superior criará um Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação do PET. Os comitês terão dois terços de seus membros indicados pelos integrantes do Programa e um terço indicado pela sub-reitoria de Graduação.

PMG e PCO = PMCGOA

Em maio de 2001, a Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC) apresentou um edital em que juntou dois programas anteriores do ministério: o Programa de Aperfeiçoamento das Condições de Oferta de Cursos de Graduação (PCO) e o Programa de Modernização da Gestão Universitária transformaram-se no Programa de Melhoria das Condições de Gestão e Organização Acadêmica (PMCGOA).

Em abril de 2002, a SESu liberou a primeira parcela dos programas PCO/PMG da UFRJ, no valor total de R$ 724.999,00. Neste mês de agosto, R$ 570 mil foram destinados aos coordenadores dos projetos melhor conceituados pela comissão local PCO/PMG. O restante (R$ 154 mil) foi liberado para o PMG.

Prorecon

Finalmente, o que tem o maior nome de todos: o Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários (Prorecon). Este programa destinou à UFRJ um total aproximado de US$ 15,6 milhões em materiais. Até o primeiro semestre de 2002, chegaram para a universidade cerca de US$ 6 milhões em materiais.

Aqui, para os conselheiros do CEG, o grande problema foi a morosidade e a "burrocracia" do MEC. Explica-se: criado em 1996, os equipamentos pedidos começaram a chegar há poucos meses. Neste período, alguns equipamentos já não possuem as especificações indicadas ou estão mesmo fora das especificações. Alguns volumes chegam para pedidos de professores que já se aposentaram ou para laboratórios que não mais podem acomodá-los. Há muitas dificuldades na entrega dos equipamentos, em sua distribuição e na instalação.

NCE deve ajudar na inscrição dos alunos

A definição sobre os procedimentos de inscrição de alunos nas disciplinas do segundo semestre letivo está quase fechada: de acordo com tendência apontada na reunião anterior, o CEG deverá indicar que o ato acadêmico seja realizado pelas secretarias acadêmicas. O novo Sistema de Registro Acadêmico (SIGA) ainda não apresenta condições para funcionar "em aberto" para toda a comunidade universitária.

Para formalizar a decisão, o colegiado aguarda apenas o fim de um levantamento que está sendo feito pelo Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) nas Unidades sobre os equipamentos e as condições de treinamento de pessoal. Para locais onde as máquinas são insuficientes, os funcionários já treinados no SIGA serão deslocados da Unidade para o NCE para digitação dos dados. Onde há equipamentos sem pessoal treinado, o núcleo vai deslocar funcionários para apoio. Finalmente, onde não há nem maquinário adequado, nem pessoal treinado ou suficiente, o NCE cuidará dos procedimentos. O superintendente da SR-1, Alberto Schanaider, não obteve resposta ainda da Telemar sobre a possibilidade de aumento da capacidade de transmissão de dados das linhas da universidade. A boa notícia é que um tutorial (*menu* de ajuda) será disponibilizado no sistema para cada época dos atos acadêmicos. O primeiro tutorial diz respeito à previsão de turmas.

E a periodização?

O professor Paulo Renato (representante do CT) cobrou a reitoria sobre a rediscussão da periodização. A sub-reitora Sylvia Vargas disse que o assunto só não foi pautado ainda por conta de demandas mais urgentes, como o edital de vestibular e o SIGA, entre outros itens.

Nenhum pedido de substitutos

A sub-reitora informou que não chegou nenhum pedido de quantitativo de substitutos dos Departamentos até aquela sessão (14/8). O prazo dado para pedidos sem as justificativas é de 31/8.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 68 • 26 de agosto de 2002

Faltam 7 dias para o Plebiscito da Alca

Assembléia Geral

28 agosto quarta-feira

8:30 horas

Auditório do CAp-UFRJ

Rua J. J. Seabra, s/nº - Lagoa

Pauta :

Contrato de serviços fotográficos

Prestação de contas de 2001

Plebiscito da ALCA

Encaminhamentos do Setor das Federais

Setor das Federais participa ativamente do Plebiscito
Página 5

SPF organizam Dia Nacional de Luta
Página 5

Consuni discute segurança no Fundão
Página 6

Cerimônia reúne professores recém-concursados
Página 8

Fotos: Guilherme Lessa

A ORLA RECEBEU A MANIFESTAÇÃO CONTRA A ALCA, NO DOMINGO (18/8)

Plebiscito da Alca está próximo

No domingo, dia 18, a militância carioca vestiu bermuda, camiseta e sandálias e foi para Copacabana conversar com a população sobre a realização do plebiscito que vai conferir a opinião dos brasileiros sobre a Alca. A passeata começou ao meio-dia e terminou por volta das 14h30. Muitos sindicalistas, estudantes acompanhados por seus professores, representantes da Igreja Católica, do PT, PCdoB, PSTU, PCB e PSB, do Modecon, do Grupo Tortura Nunca Mais participaram da manifestação. Entre os oradores, marcaram presença o presidente da CUT/RJ de Janeiro, Antônio Carlos Carvalho e o dirigente do MST, João Pedro Stédile.

Os órgãos de imprensa do Rio de Janeiro foram devidamente informados sobre a realização da passeata de domingo. Estiveram no ponto de encontro para a saída da caminhada porque, no local, se reuniam partidários da candidatura Ciro Gomes. No outro dia, o candidato estava nas capas dos jornais. Nem uma linha sobre a passeata que reuniu mais de mil pessoas foi escrita. A exceção foi a cobertura da Tribuna da Imprensa.

Todo mundo no plebiscito

A CUT Rio chama os sindicatos filiados a participarem da realização do Plebiscito de 1º a 7 de setembro. A Adufrj-SSind conclama os professores a participarem deste movimento.

Fonte: Rápido da CUT-RJ

Mais sobre a Alca na página 4

Adufrj-SSind

SR-4 fornecerá dados funcionais dos docentes

Na última terça-feira, dia 20/8, o sub-reitor de pessoal, Luiz Afonso Henriques Mariz, recebeu a diretoria da Adufrj-SSind, atendendo a solicitação feita anteriormente pela seção sindical ao reitor Carlos Lessa. Participaram do encontro o sub-reitor e José Sanglard e Luciano Menezes, pela diretoria da entidade, e Ralph e Nicolas, dois substitutos da EBA. A Adufrj-SSind já havia solicitado através de ofício os dados funcionais dos docentes para atualização do cadastro e geração das informações da consignação, conforme deliberação da Assembléia Geral de 24/7 (veja jornal de 29 de julho).

O sub-reitor informou que não via problemas em ceder os dados que são públicos (o Sintufrj já havia feito pedido semelhante). Na mesma reunião, foi cobrada também a posição da reitoria sobre os processos judiciais para o pagamento dos abonos pecuniários (1/3 de férias), de 1998 a 2000, que já tinham determinação judicial favorável, mas que a universidade permanecia inerte, mesmo após várias intimações. Há ainda uma liminar garantindo o pagamento da GID (60%) aos aposentados, com efeitos retroativos, que a UFRJ, apesar de intimada, ainda não se manifestou. Os diretores pediram esclarecimento sobre avisos de desconto de possíveis pagamentos indevidos da GID recebidos por alguns professores do CAp, sem especificação da origem e da natureza dos descontos. O professor Luiz Afonso disse que não estava inteirado desses problemas, mas que faria imediatamente o levantamento dos processos citados e retornaria uma posição à Adufrj-SSind.

Na reunião foi tratada a questão dos substitutos, contando com o depoimento dos dois professores presentes. As principais reivindicações dos substitutos dizem respeito ao contrato com a UFRJ, que muitos nem sequer assinaram e outros nem receberam cópia, e também à falta de uma normatização geral sobre as obrigações dos contratados e o número de horas de trabalho em sala de aula. A insegurança quanto à renovação dos contratos também foi criticada, pois os professores só são notificados à última hora, sem tempo para buscar outra opção, se o contrato não for renovado. Em relação aos salários e ao regime de trabalho, a universidade não considera a titulação para adotar o salário de referência na Carreira, nem há desconto para o FGTS, embora haja contribuição previdenciária. A SR-4 comprometeu-se a providenciar imediatamente cópias dos contratos a cada substituto e a buscar a legislação pertinente para verificar as medidas cabíveis quanto ao FGTS e à titulação. Em relação ao processo de renovação dos contratos, em particular, foi sugerido que esta questão fosse discutida também com a SR-1, na reunião que já estava agendada para a quinta-feira, 21/8, pois isso dependia da avaliação dos departamentos e Unidades e tramitava no CEG (veja matéria abaixo).

Adufrj-SSind reitera pedido de suspensão da 01/99

Na reunião com a professora Sylvia Vargas (SR-1), o superintendente, Alberto Schanaider (SR-1), e o sub-reitor, José Luiz Monteiro (SR-2), a diretoria da Adufrj-SSind esteve representada pelos professores Luciano Menezes e José Sanglard. Foi entregue aos dirigentes da SR-1 uma cópia de todos os documentos produzidos pela seção sindical sobre a Periodização, nos últimos anos, incluindo a solicitação conjunta com o Sintufrj, o DCE e a APG para que fosse revogada a Resolução Conjunta CEG/CEPG 01/99 e que fosse feita numa discussão ampla do Regimento da UFRJ, onde esta questão seria incluída num contexto mais adequado. Foi feito um histórico e um resumo dos motivos que levaram as entidades a esta conclusão, culminando com a constatação de que, na prática, a resolução não foi implantada e apenas abriu espaço para que cada Unidade a interpretasse da forma mais conveniente. Até algumas Unidades que haviam tentado implantar a Resolução e o esquema de módulos, como a Coppe, já tinham retornado ao esquema anterior em que trabalhavam, no caso, com uma periodização trimestral. Mesmo a proposta de substitutivo da Comissão Mista CEG/CEPG, apesar de conter alguns avanços, ainda mantém, na essência, a proposta original, que, como havia sido alertado, era inconsistente e inviável. Os sub-reitores reconheceram que isto era um problema e que a resolução, de fato, não havia sido efetivada. Para os sub-reitores, não há ainda a clareza de como trabalhar a proposta de revogação ou suspensão, como foi sugerido pela seção sindical. Na discussão, os dirigentes consideraram a inércia da estrutura da universidade e a pauta, atualmente carregada, dos colegiados. A diretoria da Adufrj-SSind propôs que seja formada uma comissão do CEG, CEPG e Consuni, incluindo também a CPPD e representantes das entidades (Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG) para elaborar uma proposta a ser amplamente debatida pela comunidade envolvendo o regimento da universidade e as questões tratadas pela Resolução. Enquanto não houvesse a revisão do regimento e, eventualmente, uma nova proposta para os temas tratados na Resolução 01/99, a mesma deveria ter seus efeitos suspensos, o que já acontece, na prática, ou mesmo revogada. As sub-reitores ficaram de analisar a proposta e retornar em breve uma posição sobre o assunto.

Em relação às questões dos substitutos, foi esclarecido na reunião que o salário de referência deveria considerar a titulação de acordo com a Portaria Interministerial nº 303, de 4 de julho de 2002, que regulamenta a contratação de substitutos e visitantes. A gestão anterior da UFRJ, porém, optou por considerar apenas o nível auxiliar como referência, pois como a cota relativa aos recursos passados, negociados com o MEC (dotação limite) era fixa, isto significaria conseguir maior número de professores substitutos, apesar de penalizar os que possuíssem titulação, já que houve nivelamento para baixo. A mesma Portaria estabelece cotas para todas as IFES para 2003 e reduz drasticamente o número máximo de professores para a UFRJ, ficando o restante à mercê da negociação direta com o MEC e o MPOG, incluindo as renovações.

A SR-1 vai analisar a consideração da titulação a partir do próximo ano, para o que será necessário que as unidades especifiquem a qualificação para vagas solicitadas (auxiliar, assistente ou adjunto). O prazo para o envio das demandas dos Departamentos/Unidades se encerra em 31 de agosto e algumas já enviaram sem especificar a qualificação, sendo preciso retornar o pedido para especificar o nível desejado. Por fim, a notificação de renovação dos interessados com maior antecedência também vai ser tratada, embora os prazos do MEC/MPOG não sejam favoráveis, pois o pedido de cotas deve ser encaminhado em meados do ano corrente para o ano seguinte. Os departamentos especificam geralmente apenas o número pretendido, sem indicar nominalmente os docentes que gostariam de ter seus contratos renovados.

Agenda Sindical

28/8 - Dia Nacional de Luta pela Campanha Salarial

1/9 a 7/9 - Plebiscito contra a Alca

7/9 - Grito dos Excluídos

11 a 13/9 – III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN
Curitiba (PR)
- Vai debater: a Lei de Inovação Tecnológica e Fundos setoriais, entre outros assuntos.

11/9 - Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
quarta-feira, 17h30, sede da entidade (CT - sl D 200)

17/9 - Entrega do resultado do Plebiscito do ALCA ao presidente da República.

19/9 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind
quinta-feira, 13h30, Salão Nobre da Decania do CT

Outubro
Edição Brasileira da Marcha Mundial das Mulheres

1º a 3/11 - 45º Conad
Belém - PA, sediado pela ADFCAP Seção Sindical
Com o tema central: Projeto Histórico e Programa de Governo: as reivindicações dos trabalhadores versus acordos econômicos.

Resultado das eleições do CCMN

Saiu o resultado das eleições do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza para o Conselho de Ensino de Graduação, Consuni e Conselho de Centro. Os candidatos eleitos são: Profª Maria Lucia Patitucci - IQ (Titular/CEG); Profº Raimundo Rocha dos Santos - IF (Titulares/Consuni); Profº Eduardo San Pedro Siqueira - IM (Adjuntos Doutores/Consuni); Profº João Barcelos Neto - IF (Titulares/Conselho de Centro); Profº Júlio Carlos Afonso - IQ (Adjuntos/Conselho de Centro); Profº João Augusto de Mello Gouveia Matos - IQ (Suplente/Adjuntos/Conselho de Centro); Profº Nelson Quilula Vasconcelos - IM (Assistentes/Conselho de Centro); Fábio Ferrentini Sampaio - NCE e Claúdia Coeli Paz de Freitas - Decania (Técnico-administrativos/Conselho de Centro); e Ângelo Paschoalette Cardoso - IG (Suplente/Técnico-administrativos/Conselho de Centro).

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Grupos de Trabalho

Andes-SN discute capital estrangeiro na imprensa

Próxima reunião deve ocorrer em outubro

O Andes-SN está atento ao projeto, em tramitação no Senado, que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação do Brasil. Este será o principal tema da próxima reunião do Grupo de Trabalho de Comunicação & Artes do Sindicato Nacional, que será realizada em outubro deste ano, na cidade de Natal (RN). O GTCA, que teve seu funcionamento interrompido no início de agosto de 2001 (por conta da greve), voltou a se reunir no último dia 18, em Brasília. Além da definição do encontro de outubro, discutiu-se a política de comunicação do Sindicato e de suas seções sindicais. Outra novidade foi a proposta de se fazer uma oficina integrando o setor das Artes, na discussão sobre a cultura no país. Essa iniciativa surgiu por indicação da Diretoria e teve o apoio de vários docentes ligados à produção acadêmica desta área presentes ao grupo de trabalho.

O GT

Os participantes do GT deram informes de como a Comunicação está sendo tratada em em seus locais de trabalho. A SSind da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a exemplo do que fez a Adufrj-SSind, no ano passado, vai lançar um CD-ROM com as cem primeiras edições de seu jornal sindical. Em Natal, um representante informou que a seção sindical mantém há seis anos uma coluna em jornal de circulação regional. "Lá, fazemos um contrapeso (ao Pensamento Único)", comentou o professor Almir Menezes, que também é diretor do Andes-SN.

A Diretoria do Sindicato Nacional também informou como pretende dinamizar a comunicação da entidade. Como exemplo, o encarregado do GTCA Nacional, Antonio José (Tom Zé), disse que o tradicional Caderno nº 2, de 1996 (publicação que contém a proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira) será atualizado, assim como o Caderno nº 19 (que contém propostas do movimento docente para C&T). A distribuição da revista quadrimestral Universidade e Sociedade do Andes-SN também está sob análise dos diretores. Foi observado que muitas publicações acabam "encalhadas" nas seções sindicais. Estão sendo estudadas formas de melhorar a circulação dessa já famosa revista de artigos do Sindicato. "Todas as edições da Universidade e Sociedade deverão ser publicadas em um CD-ROM, que será lançado no próximo Conad da categoria, ainda neste ano, em Belém", disse Tom Zé.

Para incentivar a livre troca de idéias entre as seções sindicais e a própria direção do Andes-SN, será feita uma recomendação para que todas as SSind remetam suas publicações (periódicas ou não) para as demais. Também foi sugerido que seja criado um espaço dentro da página eletrônica do Sindicato (www.andes.org.br) que funcionasse como central de produção e divulgação de notícias das seções sindicais.

Carreira Única para 2003

O Executivo tem até dia 31 de agosto para enviar ao Congresso Nacional a Lei Orçamentária (LOA) de 2003 e o prazo para apresentação de emendas ainda não foi definido. Este fato é muito importante para o Andes-SN, que tem a possiblidade de implantar sua proposta de Carreira Única no ano que vem. Para viabilizar tal empreitada, o movimento docente baseia-se na emenda apresentada pelo deputado Gilmar Machado (PT) à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2003, na forma de seu artigo 77, possibilitando a inclusão da reestruturação das carreiras dos servidores das instituições federais de ensino superior. É bem verdade que a inclusão deste artigo garante apenas que haverá prioridade na discussão: a verba para efetivar a reestruturação deve estar prevista na LOA 2003.

Pela natureza do trabalho a ser desenvolvido, o GT Carreira do Andes-SN, reunido em Brasília no dia 16/8 vai atuar ao lado do GT Verbas para finalizar a tarefa. As possíveis implicações da proposta de Lei de Inovação Tecnológica do MCT e do PQI da Capes na Carreira atual e na Carreira Única do Andes-SN também serão avaliadas em futuras reuniões do GT Carreira.

Nesta reunião conjunta do GT Carreira e GT Verbas ficou acertado que cada Ad-SSind deve tentar junto às reitorias obter as informações docentes que permitam ao Andes-SN calcular de forma mais correta o impacto financeiro da implantação da nova carreira docente protocolada no MEC. A Apubh questionou a carreira proposta, pois considera que ela só se preocupa com a titulação dos docentes e não permite que profissionais competentes formados pela prática tragam para a universidade seus conhecimentos. Essa visão foi fortemente combatida pela Adufrj-SSind, que lembrou a existência do docente em regime de 20 horas, que se encaixa nessa possibilidade. Se fosse deixada uma carreira sem a opção da titulação e DE, ocorreria justamente a formação proposta pelo MEC dos Mestrados Profissionalizantes e não o desenvolvimento científico e tecnológico que há no país, como por exemplo na prospecção de petróleo em águas profundas. A Aduff-SSind também questionou essa visão que pretende, sem muita clareza, criticar a opção por uma universidade com prioridade na formação acadêmica. O mesmo ponto de vista teve o apoio da Adufscar-SSind, que possui cerca de 90% de doutores e não vê problemas com a carreira que se deseja ver implantada, mas propõe principalmente a revisão da malha salarial. Na reunião conjunta dos GTs, a Adufrj-SSind foi representada pelo seu 1º vice-presidente, Luciano Menezes.

Minuta da GID

Ainda durante a reunião do GT Carreira, a diretoria informou que o Andes-SN tem cobrado insistentemente do MEC as informações relativas ao atraso na publicação do decreto de regulamentação da GID. A Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) tem informado apenas que a minuta estaria no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) há 80 dias e ainda não teria sido liberada devido à identificação de problemas na forma da redação. A SEMTEC argumenta que o MEC está para enviar informações sobre o andamento do processo por estes dias.

GT Verbas estuda campanha salarial

O Grupo de Trabalho Verbas do Andes-SN reuniu-se em Brasília nos dias 16 e 17. Na ocasião, formou-se uma comissão para estudar o impacto orçamentário da campanha salarial 2001 e do financeiro da carreira do Sindicato Nacional sobre o orçamento da União, tendo em vista a reunião conjunta do GT Verbas com o GT Carreira (veja nota acima). Foi formada uma comissão para realização dos cálculos financeiros, que contou com a participação do professor José Miguel Bendrao Saldanha (representante da Adufrj-SSind no GT).

Será elaborado um documento para que as seções sindicais voltem a reativar/organizar seus grupos de trabalho locais para subsidiar o grupo nacional. Foi indicado ainda que as SSind façam um levantamento orçamentário das suas respectivas instituições. A próxima reunião está prevista para os dias 21 e 22 de setembro.

A avaliação preliminar da comissão já apontou um impacto de R$ 4 bilhões para a implantação da Carreira Única do Andes-SN.

Leitura

Obra analisa o Terceiro Setor

No dia 22 de agosto, o professor Carlos Montaño, da Escola de Serviço Social da UFRJ, lançou o livro *Terceiro Setor e Questão Social*. O evento ocorreu no Auditório da Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha.

Livro discute Força Sindical

O livro "Força Sindical – A Central Neoliberal, de Medeiros a Paulinho", de autoria de Vito Giannotti, será lançado no dia 28 de agosto, quarta-feira, a partir das 19h. O evento ocorre na Livraria do Museu da República, na Rua do Catete, 153. No local, ainda haverá um debate com a presença da professora Virgínia Fontes, doutora em História da UFF, e de Agamenon Oliveira, secretário-geral da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge).

Desmonte da Nação na era FHC

No dia 21 de agosto, o sociólogo Ivo Lesbaupin e o economista Adhemar Mineiro lançaram o livro "O Desmonte da Nação em Dados", no auditório da Escola de Serviço Social da UFRJ. Através de 112 páginas, os autores demonstram a falácia que representou o Plano Real e seu suposto impacto na melhoria de vida da população. Pelo contrário, entre outros fatores, a desigualdade social cresceu com o aumento da concentração de renda. Este livro mostra, com amplo apoio em dados, como se deu este desmonte da nação e quais seus resultados.

Livro sobre Paulinho da Viola

Saiu o livro "Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição na obra de Paulinho da Viola", pela EdUERJ, com 184 páginas, do professor Eduardo Granja Coutinho. Bolsista recém-doutor do Instituto de Arte e Comunicação Social da UFF, ele acaba de passar no concurso para professor da Escola de Comunicação da UFRJ. O lançamento será no saguão do Teatro Noel Rosa, na Uerj, dia 28 de agosto, às 18h. Paulinho da Viola e amigos confirmaram a presença.

Alca

Plebiscito da Alca está próximo

Milhões de pessoas devem participar da iniciativa em defesa da soberania do Brasil

Fotos: Guilherme Lessa

PASSEATA CONTRA A ALCA, EM COPACABANA, REUNIU CENTENAS DE PESSOAS

Está chegando a hora. O Plebiscito da Alca terá início no próximo domingo, 1º de setembro, em todo o país, e a expectativa dos organizadores é que milhões de pessoas participem da iniciativa que vai até o dia 7 de setembro. O comitê da UFRJ contra a Alca, que congrega a Adufrj-SSind, a APG, o DCE e o Sintufrj, já está se mobilizando para montar as urnas nos pontos mais movimentados da universidade a partir de segunda-feira, dia 2. A seção sindical dos docentes, vale lembrar, também ajuda o Plebiscito no financiamento da impressão de cem mil jornais com a divulgação da campanha.

Está enganado quem pensa que a Alca é um assunto distante do cotidiano dos trabalhadores e, mais ainda, das universidades. Um dos pontos mais criticados pelos movimentos organizados no acordo é a possibilidade de liberação do comércio de serviços no âmbito das Américas. Isso aconteceria pelo ainda pouco conhecido Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (em inglês, a sigla é GATS – General Agreement on Trade in Services). O GATS é um dos acordos já existentes na Organização Mundial do Comércio (OMC) e, atualmente, estão em curso negociações para ampliar sua abrangência.

Através deste acordo, segundo documento da Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (Rebrip), "os serviços serão considerados uma mercadoria que deve obedecer ao critério da máxima liberalização e abertura ao capital estrangeiro, de forma a maximizar os lucros das empresas que investem nestes setores". E aí é que entra, entre tantos, o setor da Educação.

O documento da Rebrip dá mais detalhes: "Os defensores do GATS argumentam que o acordo preserva os serviços públicos das negociações para liberalização, já que prevê exceções no caso de 'serviços fornecidos no exercício da autoridade governamental'. Porém, a definição do que é um serviço fornecido no exercício da autoridade governamental é: um serviço que 'não é fornecido nem em base comercial nem em competição com um ou mais fornecedores de serviços'. Trocando em miúdos: se, por exemplo, o setor público de educação ou saúde de um país convive com a oferta de serviços privados, como é o caso do Brasil, o GATS então considera que estes setores devem estar sujeitos às suas obrigações de liberalização, já que junto com a 'autoridade governamental' convivem estabelecimentos com base comercial e mais de um fornecedor".

CONSCIÊNCIA COMEÇA CEDO
PARA MANTER SOBERANIA NACIONAL

E tem mais: o capítulo do acordo da Alca que trata de investimentos dá poder às transnacionais de processar governos por "potenciais lucros não alcançados" em função de legislação nacional restritiva. Isso significa que os investidores privados passarão a gozar do direito de processar governos nacionais, em tribunais internacionais privados e secretos, com base na alegação de que leis e regulações destes governos estariam impedindo seus lucros. Ou seja, a empresa passaria por cima da soberania de um país.

O documento da Rebrip pode ser encontrada na página eletrônica da Alianza Social Continental (www.asc-hsa.org/servicios_F.Mello.htm).

Eis as perguntas que estarão na cédula do Plebiscito:

O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?
Sim
Não

O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?
Sim
Não

O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos?
Sim
Não

Movimento

Setor das Federais participa ativamente do Plebiscito

Campanha contra a Alca não pode parar após o evento de setembro

A reunião do Setor das Federais consolidou a posição do Andes-SN na campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Foi informado que as seções sindicais estão participando ativamente da organização do Plebiscito que ocorre no início de setembro, mas já existe a disposição de ir além do resultado da consulta à sociedade. Uma vez que a campanha contra a Alca não se esgota com o Plebiscito, o Andes-SN quer estabelecer, em conjunto com os SPF e demais movimentos da sociedade civil, um calendário de atividades para manter o assunto em discussão até a rejeição final do acordo pelo governo brasileiro.

Em relação à Campanha Salarial, foi definido que o dia 28 de agosto (Dia Nacional de Luta, veja nota da Plenária dos SPF) será utilizado para atividades nas universidades de denúncia contra o não cumprimento do Termo de Acordo pós-greve. A proposta é realizar um panelaço no período de 10h às 12h nas instituições federais de ensino superior. Além disso, haverá o lançamento da Carta do 4º Congresso Nacional de Educação (Coned) – disponível na página www.adufrj.org.br/documentos.htm -, que também deverá ser entregue às coordenações de campanha dos candidatos a presidente da República.

Outra iniciativa que se mantém firme na pauta do Sindicato Nacional é a Campanha Contra a Mercantilização da Educação. Foi lembrado na reunião do Setor o ato público realizado no dia 13 de agosto em frente ao Palácio do Planalto, com aula pública e a presença de cerca de três mil pessoas.

Previdência

O Setor das Federais deliberou ainda pela necessidade de intensificar a luta pela manutenção da Previdência Pública. Debates devem ser organizados para a categoria dos SPF e para a sociedade em geral com o objetivo de conseguir apoio para a conquista das reivindicações relativos à área da Seguridade Social.

Lei de Inovação

O presidente Fernando Henrique enviou no dia 15/8 o projeto da Lei de Inovação Tecnológica. Apesar da dificuldade de análise de propostas no Congresso durante o período eleitoral, o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, espera que o projeto seja aprovado até o final do ano. Ele acredita em tramitação rápida e chega a dizer à Folha de S. Paulo (16/8), que "não temos recebido posições de resistência".

É mentira. O Andes-SN tem se pronunciado em todos os fóruns possíveis sobre mais essa ameaça à Universidade Pública representada pelo projeto de lei de Inovação. As modificações que o MEC tentou implantar nas universidades (no que foi derrotado pela greve) estarão de volta na proposta de Lei de Inovação Tecnológica do Ministério da Ciência e Tecnologia. A afirmação é do 1º tesoureiro do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho. Segundo ele, o emprego público, as fundações de apoio de direito privado e organizações sociais são alguns dos temas explícitos do documento do ministério.

Para atrair o pesquisador e agilizar a adoção do regime de emprego público, a lei oferecerá condições para que este se licencie de sua instituição para abrir uma empresa de base tecnológica, nos termos definidos pela mesma lei. Mas o pesquisador continuaria utilizando recursos da própria instituição da qual se licenciou. "A Lei de Inovação prevê explicitamente que o 'professor-empresário' use laboratórios e pessoal da universidade. Ou uma universidade, independente de ter ali um 'professor-empresário' pode alugar ou colocar à disposição das empresas os seus laboratórios? É uma privatização mesmo", observou. Outra preocupação de José Domingues diz respeito ao produto final desta política do MCT. "Para criar uma política de tecnologia, deveria vir acoplada uma política industrial para o país. E isso não existe. Ou seja, os 'professores-empresários' vão estar voltados para as indústrias de fora", alertou.

Para enfrentar este novo desafio, o Sindicato tem que estar preparado: um seminário de C&T organizado pelo Andes-SN está marcado para os dias 11 a 13 de setembro e, além do projeto de Lei de Inovação, vai debater os fundos setoriais, entre outros temas pertinentes à área.

SPF organizam Dia Nacional de Luta

Os servidores públicos federais voltam às ruas no próximo dia 28 de agosto para desenvolvimento da Campanha Salarial 2002. Nesta data, está sendo preparado o Dia Nacional de Luta, quando também será lançada a Carta do 4º Congresso Nacional de Educação (Coned). A proposta dos SPF é entregar o documento (disponível na página www.adufrj.org.br/documentos.htm) para as coordenações de campanha dos candidatos à presidência da República.

Além das questões relativas à recomposição dos salários, os SPF vão chamar a atenção da população para as ameaças governamentais à Seguridade Social e aos direitos sindicais. Na semana do ato unificado (26 a 30/8), deve ser realizada uma atividade de denúncias à política de FHC para os serviços e servidores públicos, com ênfase nos acordos que não foram cumpridos.

Regulamentação do direito de greve

O assunto da regulamentação do direito de greve foi transferido para uma próxima Plenária, uma vez que há a necessidade de maior discussão nas entidades.

Panelaço no CAp/UFRJ

Nesta quarta-feira, dia 28/8, a Adufrj-SSind promove um 'panelaço' como mobilização para denunciar o não cumprimento do Termo de Acordo com o MEC, com destaque para falta de regulamentação da Gratificação de Incentivo à Docência. O ato faz parte do Dia Nacional de Luta pela Campanha Salarial 2002 dos Servidores Públicos Federais. A manifestação acontece após a Assembléia Geral, às 11h, no Colégio de Aplicação, na Lagoa.

Ato Público denuncia descaso do MEC

Quarta-feira, 11h no Colégio de Aplicação da UFRJ

Compareça! Participe!

Traga sua panela! Vamos Protestar!

Ato protesta contra corte nas verbas do FAT

A CUT realizou atos em todas as capitais do país no dia 20, reivindicando a liberação pelo governo federal dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para programas de qualificação e escolarização de trabalhadores. No Rio de Janeiro, a manifestação foi em frente ao BNDES. O secretário estadual de Trabalho, Adeilson Telles, esteve presente no protesto e disse que a secretaria vai entrar na Justiça caso o governo não libere o restante dos recursos. "Precisamos ser firmes. Não podemos aceitar a esmola que querem nos conceder", disse, em entrevista ao Jornal do Commercio (21/8).

A verba caiu de R$ 208 milhões para R$ 30 milhões, 14% do inicialmente previsto. O decreto nº 4.309 foi publicado no Diário Oficial da União de terça-feira, 6/8, dois dias antes do anúncio do último acordo com o FMI. Para o Estado do Rio, que receberia uma fatia de R$ 14,3 milhões, ficaram R$ 2 milhões.

Colegiados

Consuni discute segurança no Fundão

Governo do Estado apresenta planos 'azul' e 'vermelho' para o Fundão

No último dia 14, mais um assalto, desta vez aos *traillers* do Centro de Tecnologia, motivou a reitoria a buscar parceria com o governo do Estado para a falta de segurança no *campus* do Fundão. Quem fez a denúncia do assalto foi a funcionária do setor de pagamento da reitoria Juliana Azevedo. Juliana relatou em carta encaminhada a todas as sub-reitorias, ao Sintufrj e à Adufrj-SSind que, naquela noite, seu filho, ao chegar para as aulas do curso noturno de Matemática, foi avisado de que os quiosques do CT estavam sendo roubados. Este foi apenas um entre as dezenas de episódios de violência ocorridos na Cidade Universitária nos últimos anos, segundo declarações dos próprios dirigentes na última sessão do Conselho Universitário (22/8).

No dia 19, Carlos Lessa recebeu o secretário de Segurança, Roberto Aguiar. Na ocasião, segundo relato do reitor, o secretário apresentou um projeto subdividido em dois planos: 'o azul' e 'o vermelho'. Pelo 'plano azul' seriam implantados polígonos de segurança na Cidade Universitária, com duas viaturas paradas e dois outros carros circulando pelas vias de acesso aos Centros. Ainda no 'plano azul', a Secretaria do Estado promoveria o treinamento dos vigilantes da universidade, implantando um Posto de Policiamento Comunitário no *campus*.

O 'plano vermelho', de acordo com a exposição do reitor, é mais ousado. Está prevista, nesta segunda etapa, a instalação de um Batalhão da Polícia Militar próximo ao Centro de Ciências da Saúde. Ainda segundo Lessa, nas conversas com o secretário, que é professor da Universidade de Brasília, foi cogitada a criação de um Nesp – Núcleo de Estudo de Segurança Pública -, na universidade. "A UFRJ será pioneira no espaço de civilizar um tema que é normalmente território da barbárie", vislumbrou o reitor.

Lessa apresentou a proposta da Secretaria de Segurança durante o expediente e disse que este assunto deverá entrar em pauta nas próximas sessões para a avaliação e deliberação do colegiado. A representante dos técnico-administrativos, Ana Maria Ribeiro, saudou a iniciativa da reitoria, mas considera que a proposta deve ser amplamente debatida com a comunidade universitária.

Luz pode ser municipalizada

Outra novidade apresentada pela reitoria é a possibilidade de a prefeitura se responsabilizar pela iluminação, sinalização e conservação das vias de circulação da Cidade Universitária. A idéia é municipalizar as vias públicas internas do Fundão, o que, segundo a reitoria, iria trazer benefícios de ordem administrativa e econômica. Somente com a iluminação, segundo os dirigentes, a UFRJ já economizaria.

Reitoria começa a mostrar as contas

Ainda no expediente, o sub-reitor de Patrimônio e Finanças (SR-3), Oscar Acserald, apresentou as contas efetuadas pela nova reitoria desde o dia 16 de julho. Na exposição foram apresentados alguns números: o saldo total de verbas liberadas para o período foi de R$ 5.214.864,84; e a despesa foi de R$ 6.444.795,48. Isto significa um déficit de pouco mais de R$ 1 milhão que, segundo Acserald, será suprido com os próximos duodécimos e dotações suplementares previstos para este ano ainda.

SR-3 deixa de ser balcão

Ao comentar sobre as contas da universidade, o sub-reitor de Patrimônio fez questão de afirmar que a SR-3 deixou de funcionar como um 'balcão' de solicitações. Acserald disse que, ao contrário do que acontecia na reitoria Vilhena, os pedidos de recursos deverão respeitar a tramitação institucional, passando pelos devidos colegiados e fóruns acadêmicos antes de serem encaminhados à sub-reitoria. Segundo Acserald, despesas de diárias e viagens eram pagas diretamente pela SR-3. "Até projetos acadêmicos que não passavam pelos fóruns acadêmicos subiam para a sub-reitoria. Estamos orientando as Unidades para que observem a tramitação destes pedidos", comentou.

Campanha de racionalização de energia

A reitoria aproveitou para lançar a idéia de uma campanha de racionalização de energia. Segundo Lessa, a "truculência" da Light em relação à UFRJ pode ser revertida em ações que levem a universidade a estabelecer uma nova relação com o consumo de serviços como energia e telefonia, principalmente. Os conselheiros que se manifestaram aprovaram a sugestão. A representante dos adjuntos do Centro de Letras e Artes, Sônia Zyngier, sugeriu que a campanha se estendesse à preservação do patrimônio. "Precisamos promover uma campanha que eduque sobre como lidar com a coisa pública", propôs.

Terceirização

Um relatório detalhado das dívidas da universidade, deixadas pelas reitorias anteriores, foi cobrado pelos conselheiros. Lessa respondeu que a administração ainda não tem informação sobre todas os contratos, gastos e, principalmente, sobre as dívidas. O reitor prometeu, no entanto, esclarecer ao colegiado tudo sobre cada nova 'descoberta'. "O compromisso é ir informando sobre as dívidas. Também não sabemos totalmente", explicou.

Um dos itens de maior custo para a universidade é o gasto com os serviços terceirizados pela administração. A consideração foi do representante dos técnico-administrativos, Marcílio Dias, que sugeriu que a universidade promovesse um debate sobre a terceirização de serviços que poderiam ser realizados por servidores concursados. "O custo da terceirização é muito alto. O valor pago por um serviço terceirizado paga o salário de três trabalhadores", questionou.

Deliberações

O Consuni aprovou a concessão de títulos de Professor Emérito aos docentes Edwaldo Machado Cafezeiro (Faculdade de Letras) e Márcio Tavares D'Amaral (Escola de Comunicação). Também foi concedido o título de Doutor *Honoris Causa* aos professores Jiri Jonas (Instituto de Ciências Biológicas), Otto Richard Gottlieb (Instituto de Química) e aos maestros Edno Krieger e Mário Tavares.

Opinião/Segurança

Para a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, a discussão sobre a segurança nos *campi* e a decisão em relação às propostas apresentadas pela reitoria devem acontecer com a participação da comunidade universitária nos colegiados. "A segurança não pode ser tratada sem que se estabeleça uma relação entre a violência e a miséria. Ou seja, esta não é uma questão de polícia, mas, sim, uma expressão da 'questão social', comenta a professora. Para a presidente da seção sindical, "a questão da violência só será solucionada quanto forem feitas as distribuições da renda e das riquezas sociais produzidas no país".

Anote

HUCFF precisa de sangue

O Hospital do Fundão está precisando, com urgência, de doadores de todos os tipos de sangue. Já começam a faltar plaquetas, muito utilizadas em procedimentos de alta complexidade, especialidade da instituição. O tipo de sangue que mais falta é o O, negativo e positivo. Informações para doar podem ser conseguidas pelo telefone 2562-2305 ou na página eletrônica www.hucff.ufrj.br

Inscrições para bolsas de pós no exterior

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) recebe até 30 de agosto as inscrições para bolsas de doutoramento no exterior. O pagamento mensal pode chegar a US$ 1.100. Para cada dependente, o benefício prevê um adicional, que pode atingir o valor máximo de US$ 570. A bolsa também prevê o pagamento auxílio-instalação no país destino, de passagens aéreas e de seguro-saúde ao bolsista e seus dependentes. A duração da bolsa de doutorado é, inicialmente, de doze meses, podendo ser renovada desde que o bolsista tenha desempenho satisfatório e de modo que a duração total não ultrapasse 48 meses. Desse prazo, é deduzido o tempo já cumprido no exterior, com o curso, antes da concessão da bolsa. Mais informações pela página da Capes: www.capes.gov.br

Colegiados

Inscrição será pelas secretarias acadêmicas

Unidades com grande número de alunos receberão apoio do NCE

Agora é definitivo: a inscrição de alunos será feita pelas secretarias acadêmicas pelo serviço de pedido. O novo Sistema de Registro Acadêmico (SIGA) comprovou não ter condições de funcionar "em aberto" para toda a comunidade acadêmica. O CEG definiu, em sessão do dia 21/8, o calendário para os atos acadêmicos relativos ao início do segundo semestre letivo de 2002.

Até este dia 26/8, as secretarias acadêmicas têm acesso ao SIGA para fazer a previsão de turmas. Até o dia 10 de setembro, será a vez das inscrições de alunos. Neste caso, as secretarias acadêmicas e também os coordenadores de curso responsáveis por esta tarefa não precisam se preocupar com o "tamanho" das turmas. Podem ser digitados todos os pedidos de inscrição e, ao final do prazo determinado, o sistema aloca automaticamente os alunos pelos critérios pré-estabelecidos pelo coordenador.

Feito isso, os "excedentes" também são listados e o coordenador atua da forma mais conveniente: aumenta as vagas na turma ou encaminha os estudantes para outras turmas ou disciplinas. Neste sentido, a professora Cláudia Jardim (representante do CT) que está informando o CEG sobre o sistema recomenda a constante visualização da consulta no SIGA para saber a situação dos alunos. A efetivação das inscrições será realizada até 17 de setembro. O calendário completo pode ser acompanhado no quadro. O início das aulas está previsto para o dia 18 de setembro.

Representantes do Centro de Tecnologia ainda tentaram viabilizar a inscrição dos estudantes da Escola de Engenharia e da Escola de Química via SIGA, uma vez que o procedimento *online* já era adotado há bastante tempo nesses dois locais, mas não conseguiram. Os demais conselheiros vetaram o procedimento diferente, por entenderem que poderia prejudicar o interesse de estudantes de outros Centros ou das demais Unidades do próprio CT.

Na mesma sessão do CEG, foi confirmado que o Núcleo de Computação Eletrônica vai disponibilizar seu pessoal e equipamentos para auxiliar as Unidades com grande demanda de inscrições. A Escola de Engenharia, a Escola de Química, FAU, Letras, Direito, entre outras Unidades, já têm apoio garantido.

Quadro:
Até 28/8 – previsão de turmas
de 28/8 a 10/9 – inscrição de alunos
até 17/9 – efetivação das inscrições
de 18/9 a 2/10 – alteração das inscrições
18/9 – início das aulas
até 9/10 – efetivação das alterações
de 9 a 16/10 – trancamento das inscrições
até 19/10 – efetivação do trancamento

Ensino à distância é debatido no CEG

O debate ainda está no começo, mas o ensino à distância exercido pela Universidade Pública já se apresenta como polêmico. Durante a sessão do CEG, o Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj), que funciona desde outubro de 2001, foi apresentado mais uma vez pelo coordenador da entidade, Carlos Eduardo Bielschowsky. O colegiado já ouviu exposições sobre o assunto em dezembro de 2000 e em março deste ano. O Cederj é um consórcio que congrega estado, as Universidades Públicas sediadas no Rio de Janeiro – Uenf, Uerj, UFF, UFRJ, UFRRJ, UniRio - e as Prefeituras Municipais para realizar suas atividades curriculares, presenciais ou à distância. Durante toda a exposição, Carlos buscou passar a idéia de que o Cederj "não é uma universidade virtual" e que o ensino praticado é "semipresencial" e "tem qualidade".

O CEG formou uma comissão de especialistas para acompanhar o ensino à distância praticado pelo Cederj, mas, já nesta sessão, os conselheiros criticaram informações erradas nos livros dos programas distribuídos para o colegiado e pediram diversos esclarecimentos sobre a participação dos docentes do quadro permanente das universidades envolvidos no programa, entre outros itens.

Vale lembrar que, em março deste ano, o CEG aprovou, em caráter experimental, dois cursos de licenciatura à distância: Física e Ciências Biológicas.

Andes-SN é contra

Na Carta do 21º Congresso do Andes-SN, realizado em Rio Grande, em fevereiro deste ano, o movimento docente observou que: "A política educacional que pode ser sintetizada nos cursos seqüenciais, cursos a distância, de formação de "professores" como adestrados e adestradores, na forma da LDB, não apenas busca eliminar a construção da capacidade crítica, mas, também, produzir uma juventude na perspectiva do domínio da lógica mercantilista e da construção de um individualismo, negador do coletivo e das formas de solidariedade".

IFCS é apresentado ao Consuni

Instituto apresentou-se no colegiado em 8/8 e divulgou suas necessidades

Seguindo o planejamento do reitor Carlos Lessa de divulgar a história e atividades das diversas Unidades ou órgãos suplementares da UFRJ no início de cada sessão ordinária do Conselho Universitário, o dia 8 de agosto foi reservado para a apresentação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). O diretor da Unidade, Franklin Trein, fez a exposição, que dividiu em duas partes: "o instituto que temos" e o "instituto que queremos".

O prédio do IFCS, para quem não sabe, já foi sede da Academia Real Militar e Escola Politécnica. Pela sua relevância histórica, o Conselho Universitário solicitou ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o tombamento do local, no que foi atendido em 10 de agosto de 1961.

O fato de ter instalações de cerca de 200 anos, e posteriormente tombadas, no entanto, traz mais problemas do que vantagens: em relatório distribuído aos conselheiros, fica constatado que "o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ é maior do que o edifício em se encontra abrigado". A conseqüência é a limitação das atividades acadêmicas e administrativas. A falta de salas de aula convive com enormes áreas não utilizadas por questões de infra-estrutura. A rede de computadores, a biblioteca, os telefones, os elevadores e banheiros são insuficientes e precários. A proximidade com a vida agitada do Centro traz outras dificuldades para as aulas no lugar. Além do ruído de rua provocado por veículos e camelôs, o instituto convive com um ruidoso "centro cultural" instalado a menos de 50 metros de suas instalações. Ainda de acordo com o relato, o instituto necessita de um plano diretor para resolver suas graves pendências.

Recusando-se a aceitar o rótulo de "unidade isolada" para o IFCS, Franklin prefere chamá-lo de "unidade esquecida". Lessa contou que a comunidade do instituto pode até ter sido esquecida em gestões passadas, "mas não será esquecida por esta administração". Quanto a este ponto, existe uma grande expectativa de que o Plano Emergencial apresentado pelo reitor ao MEC resolva boa parte dos problemas – o IFCS é a Unidade mais citada no projeto da reitoria.

Concursos são necessários

A qualificação profissional dos servidores e a necessidade de ampliação dos concursos são outras duas metas que se impõem no instituto. O diretor citou vários setores com deficiência de pessoal, em especial a parte de manutenção e de serviços gerais. A realização de concursos para vagas docentes também está incluída nesta preocupação da diretoria: "Não há como exigir dos atuais uma ampliação de suas atividades de docência sem comprometer a qualidade de toda a sua produção intelectual", diz um trecho do relatório.

Radiografia

O IFCS congrega cinco Departamentos (História, Filosofia, Ciência Política, Sociologia e Antropologia). Além do elenco das disciplinas obrigatórias e optativas específicas de cada curso de graduação, são oferecidos aos estudantes deste nível de ensino alguns requisitos curriculares suplementares, nomeados Laboratórios de Pesquisa, Núcleos de Pesquisa e Programas, num total de 41 grupos de trabalho, com o objetivo de ampliar a pesquisa na graduação.

Existem ainda os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) nas seguinte áreas: Ciência Política, Sociologia e Antropologia Cultural, Filosofia, História Comparada e História Social.

O corpo docente do instituto possui 150 professores, dos quais 91 possuem o doutorado. O total de alunos da graduação é de 1.970, que se somam aos mais de 450 da pós-graduação. O IFCS conta ainda com um corpo técnico-administrativo de 73 pessoas, dos quais 24,32% com nível superior.

A produção acadêmica do IFCS, somente em 2001, resultou em 340 participações em eventos no Brasil e no exterior; 229 projetos em desenvolvimento; 126 artigos em revistas e resenhas publicadas; 104 livros e capítulos de livros publicados e 51 eventos organizados na UFRJ ou fora dela, entre outros itens.

Movimento

As novas caras da UFRJ

Adufrj-SSind faz campanha de filiação na recepção da SR-4 aos recém-concursados

A Adufrj-SSind marcou presença em uma cerimônia simbólica que reuniu professores recém-concursados para a UFRJ, no dia 22, no Salão Azul do prédio da reitoria. Informada do evento organizado pela SR-4 para receber os novos docentes, a diretoria da seção sindical destacou o 1º vice-presidente Luciano Menezes para comparecer ao local e passar a mensagem do movimento docente.

Ao final da cerimônia, Luciano deu parabéns aos que chegavam para trabalhar na maior universidade federal do país. Ele comentou de forma breve o papel da Adufrj-SSind e do Andes-SN e aproveitou a ocasião para distribuir fichas de sindicalização entre os presentes. Por fim, para ilustrar a importância da luta do movimento sindical nas instituições de ensino superior, lembrou uma declaração do ministro da Educação Paulo Renato, dada em 2001: "Ele disse que a Universidade Pública, gratuita e de qualidade tem poucos anos de vida. Não podemos deixar isso ocorrer", afirmou.

Muita expectativa

Se o cenário não é dos mais animadores, os professores novos dão um show de entusiasmo. Que o diga o recém-concursado Didier Salmon, de 39 anos, que vai trabalhar no Instituto de Ciências Biomédicas: "Estou super orgulhoso de vir para a UFRJ, que é reconhecida no mundo inteiro (Didier é belga e está no Brasil há quase seis anos). É muito importante estar numa universidade e colaborar para a formação de estudantes, além de fazer pesquisa. Para mim, ensino e pesquisa têm que estar associados", contou.

Fotos: Kelvin Melo

SALÃO AZUL, NO PRÉDIO DA REITORIA, RECEBEU OS CONCURSADOS

Já Marcelo Vianna, 37 anos, que vai "engrossar as fileiras" do Instituto de Biologia, pode ser considerado um filho pródigo: formado pela UFRJ na década de 80, foi trabalhar num instituto paulista e aproveitou a oportunidade do concurso para voltar para casa. Consciente das dificuldades da profissão, Marcelo guarda esperança num futuro melhor: "Eu acho que é chavão dizer que o professor não é reconhecido, mas tenho uma expectativa muito grande com o trabalho aqui, principalmente com a pesquisa", contou.

Um pouco mais próxima da realidade da UFRJ, a ex-funcionária técnica-administrativa do Museu Nacional e agora docente daquele local Maria Dulce Gaspar sabe das condições que vai encontrar: "A situação é de salários congelados, sobrecarga de burocracia, linhas telefônicas que não funcionam, mas quero dar continuidade ao meu trabalho como arqueóloga", disse, animada com a nova perspectiva.

LUCIANO DISTRIBUI FICHAS DE FILIAÇÃO

Adufrj-SSind

Novo Calendário de Assembléias Gerais da Adufrj-SSind

Na edição de 12 de agosto de 2002, foi publicado um calendário padrão para as Assembléias Gerais e Reuniões do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. As Assembléias seriam convocadas na 3ª semana de cada mês, com uma reunião do Conselho de Representantes na semana anterior. O dia de realização das Assembléias, porém, foi fixado nas quartas-feiras pela manhã, o que estaria dificultando a participação dos sindicalizados, pois as reuniões ocorreriam sempre no mesmo dia da semana. Vários sindicalizados reclamaram, com toda a razão, deste fato. Em vista disso, a diretoria da Adufrj-SSind está revendo o calendário de Assembléias Gerais proposto para este ano visando a facilitar o comparecimento dos sindicalizados. As Assembléias continuarão a ser realizadas na terceira semana de cada mês, mas à tarde, a partir das 13h30, em dias diferentes da semana: terça, quarta ou quinta-feira, de forma alternada.

As reuniões do Conselho permanecem às quartas-feiras no final da tarde, pois, embora essas reuniões também sejam abertas a todos os sindicalizados, este dia e horário são os mais adequados para viabilizar a presença dos próprios conselheiros.

Adufrj-SSind – Calendário de Assembléias e Conselhos 2002

Mês	Conselho de Representantes	Assembléia Geral
Setembro	quarta-feira - 11/9/2002	quinta-feira - 19/9/2002
Outubro	quarta-feira - 09/10/2002	quarta-feira - 16/10/2002
Novembro	quarta-feira - 13/11/2002	terça-feira - 19/11/2002
Dezembro	quarta-feira - 11/12/2002	terça-feira - 17/12/2002

Resenha

Olha o apagão de novo!

Matéria da Folha de S. Paulo (19/8) informa que cortes no orçamento atrasam a conclusão de linhas de transmissão de energia que o próprio governo definiu como emergenciais durante o racionamento, suspenso em fevereiro. A Eletrobrás sofreu com a tesourada de R$ 1 bilhão em seu orçamento.

Ensino pago na USP é questionado

Nos últimos quatro anos, a Universidade de São Paulo criou 47 cursos de especialização, a maioria com mensalidade, que pode ultrapassar R$ 2 mil. Estima-se hoje que a USP tenha 112 programas de especialização. Um item destacado na matéria do Valor Econômico (13/8) é que alguns programas de pós-graduação gratuitos tiveram notas rebaixadas, por suposta falta de dedicação dos docentes também envolvidos com os cursos pagos.

Estudantes criticam projeto da Unesp

Um projeto de expansão da Universidade Estadual Paulista (Unesp) pretende aumentar em 50% a atuação da instituição. Seriam criados oito *campi* em cidades próximas e a idéia é oferecer um curso em cada um deles, utilizando uma parte dos professores de outras unidades. Os prédios e funcionários não docentes seriam mantidos pelas prefeituras dos municípios. Os estudantes, que já reclamam da situação atual na Unesp (com falta de professores, entre outros problemas), criticam a figura dos "docentes viajantes" – aqueles que ficariam pouco tempo na faculdade por ter de voltar ao *campus* de origem. Segundo eles, haveria prejuízo na pesquisa naqueles municípios.

Bingo Botafogo fora da lei

O JB (29/7) informou que a interdição do Bingo Botafogo só existiu no papel. Duas semanas depois de a prefeitura cassar o alvará de funcionamento, a casa de diversões continua funcionando normalmente, graças a uma liminar. Instalado em terreno da UFRJ, o estabelecimento está totalmente irregular.

TCU devolve área do Canecão à UFRJ

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu que o imóvel onde funciona o Canecão e uma área de 116,2 mil metros quadrados – na qual a casa está localizada – devem ser retomados pela UFRJ, proprietária de todo o terreno desde 1967, segundo o Decreto-Lei nº 233/67, de acordo com matéria do Jornal do Commercio (21/8). Em abril deste ano, o juiz da 1ª Vara Federal do Rio, Mauro Souza, havia anulado a lei estadual que tombava o Canecão.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 69 • 2 de setembro de 2002

Defenda a nossa soberania, diga não à Alca

A organização nacional da Campanha contra a Alca quer superar os 6 milhões de votos do plebiscito que disse não ao pagamento da dívida externa, em setembro de 2000.
Leia mais sobre o movimento contra o acordo multilateral no Editorial, na página 5 e no Encarte desta edição.

Confira os Locais de votação do Plebiscito da Alca na UFRJ

Serão abertas urnas nos seguintes locais:

Praia Vermelha
IFCS
Reitoria
Letras
Centro de Tecnologia
Hospital Universitário
Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST)
Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira
Colégio de Aplicação

"Vote três vezes NÃO no Plebiscito da Alca" Editorial
Página 2

Assembléia aprova prestação de contas de 2001
Página 4

Governo anuncia reajuste de apenas 4% para os servidores
Página 6

Editorial

Vote Três Vezes NÃO no Plebiscito da Alca

Chegou a hora de manifestar nossa posição sobre o tratado da Alca. E a postura que defendemos deve ser assumida publicamente, apesar do voto poder ser secreto, pois está em jogo muito mais que um simples acordo de comércio internacional. O governo brasileiro, submisso ao FMI - Fundo Monetário Internacional, à OMC - Organização Mundial do Comércio - e aos Estados Unidos, defende a adesão ao tratado da Alca como se ele fosse a solução de muitos problemas - mais investimentos estrangeiros, melhora da balança comercial e dos serviços à população. Mas a Constituição Federal brasileira prevê o mecanismo de consulta popular por meio de Plebiscito para que o povo possa se pronunciar sobre as questões polêmicas para o país, indicando o caminho a ser seguido pelos governantes.

A questão da Alca está sendo negociada e decidida entre quatro paredes, nos gabinetes do governo, alijando da decisão a esmagadora maioria da população, que vai sofrer as conseqüências do que vier a acontecer. O atual governo possui maioria no Congresso mas, em fim de mandato, não ousou tentar aprovar a adesão brasileira à Área de Livre Comércio das Américas nem no parlamento, muito menos se preocupou em fazer esse debate com a população. Os maiores partidos políticos de oposição não ousaram também se pronunciar contra essa invasão, pois possivelmente receiam que o poder econômico deixe de apoiar seus candidatos nas eleições que se aproximam. Dessa forma, restou à sociedade se organizar para realizar uma consulta popular que consiga tornar explícita a vontade dos brasileiros.

A adesão à Alca significa mais desemprego, mais arrocho salarial e menos saúde e educação, ou seja, é a intensificação da mesma política que hoje nos coloca no topo das listas de países com maiores desigualdades sociais e econômicas no mundo. A OMC propõe que a educação figure na lista de serviços ou mercadorias submetidas à lógica do mercado - é a mercantilização explícita da educação, direito constitucional. O governo americano montou diversas estratégias para impor seu modelo econômico e político, incluindo a implantação de bases militares em outros países - e aí entra a questão da base de Alcântara. A entrega de parte do território nacional aos EUA significa a perda de nossa soberania.

Nesse instante cabe a pergunta: o que é soberania? Assistimos à escalada mundial de violência pelos que se consideram donos do mundo. Na verdade, não satisfeitos com seus ataques à autodeterminação dos povos, apóiam o genocídio palestino e incentivam a guerra fratricida em vários países. Repetem à exaustão que a submissão a um modelo único (o deles!) é o caminho para a felicidade e a garantia do bem estar coletivo. Mas se esquecem de dizer que o mesmo modelo sequer atende a todos os seus compatriotas.

A soberania nacional passa pela defesa de nossas terras, pela defesa da nossa cultura e de nossos costumes. A soberania nacional passa pelo convívio fraterno dos povos, pelo respeito e o reconhecimento das diferenças entre culturas, com a garantia de bem estar, liberdade e condições dignas de vida a todos. O desrespeito aos direitos humanos e os ataques aos ecossistemas do planeta não devem ser permitidos a nenhuma nação. Principalmente aqueles que se negam a assinar acordos bilaterais devem ser colocados na berlinda pela sua irresponsabilidade com a vida, na medida em que são os que mais poluem e destroem. Não basta participar apenas dos fóruns seletos das grandes potências mundiais, mas temos que lutar em todas as instâncias pela garantia de qualidade de vida de todos os povos e raças.

Por essas razões, a diretoria da Adufrj-SSind conclama todos os docentes a comparecer às urnas no Plebiscito da Alca desta semana e votar NÃO à assinatura do tratado da Alca pelo governo brasileiro, NÃO à participação do governo brasileiro nas negociações da Alca e NÃO à entrega da Base de Alcântara para controle militar dos EUA.

Agenda Sindical

1/9 a 7/9 - Plebiscito contra a Alca

7/9 - Grito dos Excluídos

11 a 13/9 – III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN
Curitiba (PR)
- Vai debater: a Lei de Inovação Tecnológica e Fundos setoriais, entre outros assuntos.

Reunião do comitê da UFRJ contra a Alca nesta terça-feira, 3 de setembro

Dando seqüência à organização do Comitê contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) na UFRJ, convidamos todos os interessados para uma reunião nesta terça-feira, 3 de setembro, às 10h, na sede da Adufrj-SSind (Ilha do Fundão, Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200).

De forma autoritária, o governo federal encaminha a aprovação do acordo da Alca sem promover um debate com a população e com os setores organizados da sociedade. A reunião tem o objetivo de fortalecer a organização do Plebiscito contra a Alca na universidade. Existe a possibilidade de se realizar uma grande panfletagem no Fundão para chamar a atenção da comunidade universitária para o evento.

A organização do Comitê contra a Alca na UFRJ solicita que os interessados em trabalhar como mesários comuniquem a disponibilidade de local, dias e horários para a seção sindical. Se possível, seria importante retornar estas informações por e-mail antes da referida reunião do comitê da UFRJ. Lembramos que é preciso três mesários por seção eleitoral.

Soberania Sim. Alca Não.

Venha discutir conosco! Participe!

Adufrj-SSind

Adufrj-SSind – Calendário de Assembléias e Conselhos em 2002

Mês	Conselho de Representantes	Assembléia Geral
Setembro	quarta-feira - 11/9/2002	quinta-feira - 19/9/2002
Outubro	quarta-feira - 09/10/2002	quarta-feira - 16/10/2002
Novembro	quarta-feira - 13/11/2002	terça-feira - 19/11/2002
Dezembro	quarta-feira - 11/12/2002	terça-feira - 17/12/2002

@dufrj

Mais informação para o sindicalizado

Está disponível na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br) mais um instrumento para informação do sindicalizado. No botão "documentos", na coluna da esquerda da tela de entrada, o visitante terá acesso à chamada "pasta do dia". Neste espaço, serão disponibilizados textos que a seção sindical recebe diretamente do Andes-SN, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, da CUT-RJ, entre outros.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Conselho do Andes-SN será em Belém

Prazo para entrega de contribuições para o Caderno de Textos do 45º Conad é dia 30 de setembro

Já está convocado o próximo Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes-SN. A 45ª reunião do Conad acontece nos dias 1º a 3 de novembro, na cidade de Belém, no Pará. O segundo Conad deste ano será sediado pela Seção Sindical da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (Adfcap-SSind) e terá como temas centrais a economia no país e as demandas dos trabalhadores. As contribuições das SSind e dos sindicalizados ao Caderno de Textos do Conad *Projeto Histórico e Programa de Governo: as reivindicações dos trabalhadores X acordos econômicos* devem chegar à sede do Andes-SN, impreterivelmente, até o dia 30 de setembro, em disquete ou por e-mail. Chamamos a atenção para o novo endereço do Sindicato Nacional, em Brasília: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 3º andar, Bloco "C" CEP 70302-914 - Brasília-DF. O *e-mail* é: andes-sn@andes.org.br.

A diretoria do Sindicato informa ainda que no período de 1º a 21 de outubro também estará recebendo novas contribuições que serão publicadas, juntamente das eventuais correções ou análises, em um material anexo a ser publicado no dia 22 de outubro. O Caderno de Textos e o anexo serão distribuídos para todas as seções sindicais. Após os prazos de composição dos materiais citados, qualquer novo texto só será submetido à discussão do movimento durante a realização do evento. Esta norma obedece, segundo o informe da diretoria, às deliberações do 20º Congresso do Andes-SN (fevereiro/2001).

Composição

O Conad é formado por um delegado por seção sindical, escolhido na forma definida pela assembléia geral local. As Assembléias Gerais também podem definir a escolha de observadores para o evento.

Este Conad está dividido em dois temas

Tema I – **Avaliação e Atualização do Plano de Lutas**

Tema II – **Questões Organizativas e Financeiras**

Confira as orientações sobre o Caderno de Textos:

1 – Indicar o Tema e o subtema: Movimento Docente e Conjuntura, Tema I ou Tema II.

2 – Indicar o Texto de Resolução (TR)

3 – Indicar o(s) autor(res) do Texto: Ex.: Diretoria, Assembléia Geral, Conselho de Representantes ou Sindicalizado

4 – Os textos deverão ter a seguinte formatação:

4.1 – Texto de Apoio – Recomendação: que o texto não ultrapasse 3 laudas

4.1 – Margem Superior – 3

4.2 – Margem Inferior – 2

4.3 – Margem esquerda – 2

4.4 – Margem direita - 2

4.5 – Tipo – Arial 10

4.6 – Espaçamento entre linhas – Simples

4.7 – Espaçamento entre parágrafos – Antes: 3pt; Depois: 3pt

4.8 – Título maiúsculo /negrito – letra 14; Alinhamento justificado.

4.9 – Parágrafos Justificados

4.10 – Nota de rodapé – letra 8

Essas especificações técnicas são fundamentais para auxiliar a produção e a impressão do Caderno de Texto de forma rápida, eficiente e padronizada.

Cartas

Falecimento

Colegas,

É com grande pesar e imensa tristeza que comunico o falecimento do amigo e estudante da UFRJ, além de estagiário da Light, Leonardo Bier de Cicco (23 anos). Leo havia desaparecido na segunda-feira (19/08) pela manhã. Ele, como de costume, havia saído de casa só de bermuda para dar um mergulho na praia do Leme.

Infelizmente, a viagem não teve volta. Depois de cinco dias desaparecido, o que causou o desespero da família e amigos, seu corpo foi encontrado no local onde ele teria se afogado. Mistérios da vida, para os quais não temos explicações. O enterro foi no sábado (24/8) às 16h, no Cemitério S. João Batista. Hoje, às 19:30 aconteceu a missa de sétimo dia, na Igreja S. Rosário, no Leme. Lá estiveram presentes centenas de amigos e familiares. Foi uma celebração bonita! O decano do CT planeja realizar outra missa na UFRJ.

Lamentavelmente,

Gilda Moreira dos Santos (APG/UFRJ)*

* mensagem enviada em 27 de agosto para a redação da Adufrj-SSind

Jurídico

UFRJ errou três vezes no pagamento da GID

A UFRJ errou três vezes no pagamento da Gratificação de Incentivo à Docência dos professores do CAp. De acordo com análise da assessoria jurídica da Adufrj-SSind, a reitoria falhou pela primeira vez ao não cumprir imediatamente a decisão judicial que determinava o pagamento da GID a todos os aposentados e pensionistas em maio de 2000. Após intensa cobrança da seção sindical, em agosto de 2001, muitos aposentados do colégio, filiados à Adufrj-SSind, receberam a rubrica denominada "decisão judicial n tran jug apo" no valor de R$ 4 mil, bem como passaram, nos meses de outubro e novembro de 2002, a receber a GID, através da mesma rubrica. A liminar, portanto, passou a ser cumprida pela UFRJ, que, no entanto, não comunicou o fato adequadamente aos professores. Uma crítica que a assessoria jurídica da Adufrj-SSind faz é que as rubricas que tratam de decisões judiciais nos contracheques dos servidores não são claras.

No início deste ano, em reunião com a Procuradoria e a SR-4, a direção da Adufrj-SSind alertou que a decisão judicial obtida havia sido reconhecida por Lei, após a vitória da greve dos professores e, por este motivo, não deveria haver duplo pagamento (apenas o recebimento mensal da GID). Logo em seguida, veio o segundo erro da reitoria.

Quando o governo fez valer esta parte do acordo da greve e implementou o pagamento a todos os professores aposentados de 1º e 2º graus do país, o mesmo foi feito na UFRJ. Na ocasião, abril de 2002, foram pagas duas outras rubricas de GID (relativas aos atrasados deste ano), sem considerar que os professores aposentados do CAp da UFRJ já recebiam o ganho judicialmente nos primeiros meses do ano (sob a denominação "decisão judicial não transitada em julgado"). Além disso, a UFRJ continuou a pagar a GID em duplicidade, e nos meses de abril, maio e junho deste ano, nos contracheques dos professores vieram duas rubricas de GID: "dec.jud. n tran apo" e "GID – GRAT. INC.DOC. L. 10.450/02-AP". A reitoria constatou o próprio erro e agora deseja a reposição ao erário público. Mas, ao cancelar uma das rubricas, eliminou a da Lei e não a referente à liminar (seu terceiro erro!), o que não faz sentido.

Verifique sua situação

Para verificar se estão corretas as reposições pretendidas pela universidade, o professor deverá multiplicar o valor referente à rubrica da GID paga em um mês do ano de 2000 (primeiro momento de recebimento da GID) por 26 (soma de 24 meses acrescidos de duas gratificações natalinas). A este valor, acrescenta o valor recebido no mês de julho na rubrica "decisão judicial n tran jug apo" e multiplica por seis (janeiro a junho). Este é o total devido pela UFRJ a título de GID.

Para saber o valor efetivamente pago pela UFRJ, devem ser somados os valores recebidos no início de 2000 (abril de 2000); o recebido em agosto de 2001 (R$ 4 mil); o recebido em outubro, novembro e gratificação natalina de 2001; e os valores recebidos de janeiro a junho de 2002 (sob as rubricas "decisão judicial n tran jug apo" e "GID – L. 10.450/02-AP).

Ao confrontar os valores, pode-se concluir se realmente houve pagamento a mais por parte da UFRJ ou se ainda há restos a receber da GID. Se o valor recebido pelo professor ou professora exceder o valor das diferenças que deveria ter recebido, a reposição das eventuais quantias a mais podem ser cobradas pela reitoria, desde que as parcelas não excedam 10% dos proventos de aposentadoria. Tudo isso com comunicação prévia da UFRJ. A diretoria da Adufrj-SSind já marcou para esta quarta-feira (4/9), às 14h, uma audiência com a SR-4 para discutir a eventual forma de reposição.

A assessoria jurídica da seção sindical também vai apurar se os cálculos da reitoria consideraram as parcelas descontadas a mais para o imposto de renda dos professores. A assessoria avisa ainda que estas são as considerações gerais e as particularidades percebidas por cada docente deverão ser discutidas no plantão jurídico da entidade, cujas consultas podem ser marcadas pelos telefones 2590-4799, 2590-7753 e 2260-6368, no ramal 20.

Movimento

Assembléia aprova prestação de contas da Adufrj-SSind de 2001

Após AG, docentes realizam manifestação pelo cumprimento do acordo da greve do ano passado

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 28/8 aprovou, por unanimidade, a prestação de contas da seção sindical relativa ao exercício de 2001 (os números foram divulgados em encarte da edição de 15 de julho deste ano e encontram-se disponíveis na página www.adufrj.org.br). O documento também já tinha sido aprovado no Conselho de Representantes da entidade de 14/8.

Naquele ano foi verificado um *déficit* da ordem de R$ 130 mil. O ex-presidente da gestão 1999-2001 e atual 1º tesoureiro da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, esclareceu as contas: "Tivemos as despesas com a reforma da sede no Fundão, com a campanha da periodização e com a greve", afirmou. Neste ponto, Sanglard comentou ainda que um estudo mais detalhado dos gastos da greve será apresentado para a categoria.

A mudança no sistema de cobrança da mensalidade da seção sindical na folha da UFRJ, que não permitiu a arrecadação em cima do 13º salário dos professores no ano passado, também contribuiu para o *déficit* naquele período. Em 2002, pelo mesmo problema, não foi possível cobrar valores em cima das férias e de parcela do 13º (paga no meio do ano). As informações necessárias para realizar esse desconto estão sendo solicitadas à nova reitoria.

Se, para o futuro, isso pode ser resolvido, ficou o questionamento nas últimas assembléias de como poderá ser feita a cobrança desses valores pendentes. Existem propostas de não fazer o desconto ou, então, de embutir os valores estimados em um índice (provisório) do desconto mensal. As propostas ainda estão sendo estudadas e serão apreciadas oportunamente.

Contrato de serviços fotográficos

Foi aprovado na AG que o contrato de serviços fotográficos que vem sendo discutido pela diretoria e nas últimas reuniões do Conselho de Representantes não será mais firmado. Não houve acordo entre as partes envolvidas.

Alca

A organização do Plebiscito da Alca também mereceu comentários na Assembléia. A diretoria da seção sindical deu os informes de que todos os esforços estão sendo feitos pelo Comitê da Alca na UFRJ, dentro do possível, para montar as seções eleitorais na Universidade. Foi comunicado que todos os interessados em participar da iniciativa são mais que bem vindos para ampliar o número de votantes (leia matérias na página 5).

Regulamentação da GID

Na AG, foram discutidas questões relativas à pauta de reivindicação dos servidores (veja quadro ao lado). No caso dos professores, um dos principais itens da pauta é o cumprimento do termo de acordo firmado ao final da greve de 2001. E a não regulamentação da GID, neste aspecto, representa o maior desrespeito do MEC em relação à categoria. Por conta disso, a diretoria da Seção Sindical decidiu fazer a assembléia do Dia Nacional de Luta (28/8) no Colégio de Aplicação.

Também foi debatido o desconto que a reitoria pretende cobrar dos professores do Colégio de Aplicação relativo a esta gratificação (leia mais na página 3).

Na tarde do dia da Assembléia, chegou correspondência do Andes-SN sobre a tramitação do decreto de regulamentação da GID. Em ofício assinado pelo secretário de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC/MEC), Raul David do Valle Júnior, e reproduzido para todas as seções sindicais, o representante do ministério informa que o documento deveria ter sido enviado até o dia 21/8 para a Secretaria-Executiva conseguir a assinatura de Paulo Renato.

No ofício, o dirigente da SEMTEC historia o processo de tramitação do decreto que ficou paralisado no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) por mais de 80 dias. Raul David explica que atendeu todas as solicitações pedidas pelo ministério, "bem como promoveu as alterações propostas por aquela Pasta, as quais, na maior parte dos casos, representavam meras adequações textuais às regras próprias da redação legislativa". O movimento docente ainda aguarda a formalização do decreto.

Panelaço no Colégio de Aplicação

Fotos Guilherme Lessa

FAIXAS FORAM ESTENDIDAS NO ATO DO CAP

■ Após a Assembléia, realizada no Colégio de Aplicação da UFRJ, na Lagoa, os professores dirigiram-se para as ruas próximas e fizeram um protesto contra o governo. A manifestação fez parte do **Dia Nacional de Luta pela Campanha Salarial dos SPF**. Durante meia hora, os docentes exibiram faixas no trânsito do bairro contra a regulamentação da autonomia universitária pela Andifes, pela paridade entre ativos e aposentados e pelo respeito ao termo de acordo da greve.

1º TESOUREIRO DA ADUFRJ-SSIND, JOSÉ SANGLARD, PARTICIPA DO PANELAÇO

Pauta de reivindicações dos servidores públicos federais

- Recomposição das perdas salariais (25,72% emergencial de 1998 a 2002, reconhecido pelo STF, e 94,76%, de 1995 a 2002)
- Incorporação das gratificações
- Defesa dos direitos sindicais
- Defesa do serviço público de qualidade
- Defesa da Seguridade Social
- Cumprimento dos acordos de greve entre as categorias e governo
- Pela Campanha contra a Alca

Alca

Organização quer mais de 6 milhões de votos contra o acordo de livre comércio

Diga não à subordinação da economia brasileira

Há dois anos, mais de 6 milhões de brasileiros participaram do Plebiscito Nacional da Dívida Externa que contou com o envolvimento de cerca de 100 mil voluntários em todo o país. Raras vezes em nossa história, atores tão diversos se reuniram em torno de uma causa comum.

Nesta semana (de 1 a 7 de setembro), estará acontecendo um novo plebiscito, dessa vez para dar oportunidade para a população decidir sobre dois temas fundamentais para o futuro do país. A Área de Livre Comércio das Américas e a Base de Alcântara são dois acordos que vêm sendo impostos pelo atual governo brasileiro e suas articulações com os organismos financeiros internacionais e, em especial, com o governo americano de George W. Bush. O plebiscito da Alca está sendo organizado pela Coordenação Nacional da Campanha contra a Alca. Atualmente composta por 34 entidades nacionais, a Campanha está sendo realizada nos 27 estados da Federação. A expectativa dos coordenadores é que, nesse período, cerca de 200 mil voluntários trabalhem no processo de votação e apuração e que mais de 6 milhões de pessoas compareçam aos locais de votação.

Para os articuladores do Plebiscito, a Alca fere os interesses nacionais, compromete os direitos dos trabalhadores e pode transformar o Brasil e todo o continente sul-americano em um grande território político e econômico dos Estados Unidos. As mesmas preocupações pautam a Campanha Continental Contra a Alca, prevista também para setembro e que deve se estender a abril de 2003, em todos os países das Américas. O Brasil é primeiro país a promover a consulta popular.

Guilherme Lessa

Quem pode votar

O Plebiscito sobre a Alca é popular, podendo votar todas as pessoas maiores de 16 anos, portadoras de documento de identidade. Haverá urnas em diversos pontos da cidade, nas universidades (inclusive na UFRJ), escolas, sindicatos, igrejas, associações de moradores e outros espaços públicos como praças, metrô, rodoviárias, entre outros. A apuração dos votos no Rio de Janeiro começa dia 9 (segunda-feira), a partir das 8h30, na sede do Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro-RJ), na Av. Passos, 34 – Centro.

Números da Campanha no Rio

· 42 municípios envolvidos ativamente na Campanha contra a Alca
· Cerca de 5 mil voluntários organizados em comitês

Foram distribuídos:

· Mais de 700 mil panfletos
· 350 fitas de vídeo
· 350 mil jornais da Campanha
· 600 livros Soberana Sim, Alca não!
· 7 mil cartilhas
· 300 cds para rádio
· Mais de 30 programas de rádio

Outros locais de votação na cidade

Centro
R. Debret, 23-4º and; Ministério da Fazenda; Largo da Carioca; Central; Lgo de São Francisco; Candelária; ASPHAN; Rede ferroviária federal, C. E. Sousa Aguiar; Banespa; PAM (Av. Venezuela)

Santa Teresa
Lgo. dos Guimarães, R. Paschoal Carlos Magno 115; R. Gomes Freire (esquina com a Riachuelo); R. Al. Alexandrino 1458; R. Oriente 444; R. Eliseu Visconti 100; R. Aarão Reis 114; R. Pintora Djanira 109; Condomínio Eqüitativa; Estação do Bonde

Grande Tijuca
Capuchinhos, Companhia Ética de dança (Morro do Andaraí), escolas estaduais, Imagem e cidadania (V. Isabel), Agente Jovem (Morro da Casabranca), Colégio Santa Teresa, Colégio Ogamitá, I. Santo Afonso, pça Saens Pena e Pça. Afonso Pena

Botafogo
Cobal; Metrô; orla da praia de Botafogo, Colégio Sto Inácio, Paróquia Sta. Cecília; Furnas Centrais elétricas, I. S. João Batista; Colégio Anglo-americano.

Jardim Botânico
Hospital da Lagoa; Colégio Inácio Azevedo do Amaral.

Ipanema
Igreja Nossa Senhora da Paz e I. Cristã de Ipanema

Leme
Igreja Nossa Senhora do Rosário

Copacabana
Metrô e escolas estaduais

Glória/Catete
Museu da República e estações do Metrô

Laranjeiras/Flamengo
Lgo do Machado; Associação de Moradores de Laranjeiras; Pça. Bengurion; Colégio São Vicente; Santa Úrsula; Colégio Sagrado Coração de Maria; Colégio José de Alencar; Colégio Amaro Cavalcanti; Colégio Benett; Metrô Estação Flamengo.

Leblon
Cruzada São Sebastião; Igreja da Pequena Cruzada; Colégio Estadual Prof. Antônio M. Texeira Filho; Colégio Andre Maurois; Colégio Sto. Agostinho

Veja os locais de votação na UFRJ na capa desta edição

Os objetivos do acordo de livre comércio

1. Mercado de Trabalho Flexibilizado e Precarizado

Esta medida é fundamental para o sucesso da ALCA, pois as normas trabalhistas não podem servir de empecilho para que o capital consiga impor seu projeto. É por isso que o governo FHC está tão empenhado em aprovar as alterações da CLT no Brasil. Ele está comprometido com o FMI, que condicionou a renovação do contrato com o governo brasileiro à adesão irrestrita à ALCA.

2. Mercado Financeiro desregulado

O Capital especulativo precisa de um mercado desregulado que lhe permita correr livremente para os lugares onde possa obter maior rentabilidade, maiores taxas de juros, enfim, maior lucratividade. O Brasil já vem preparando esse caminho há anos: foram extintos os instrumentos de controle sobre a movimentação do capital estrangeiro e concedidas isenções tributárias para aplicações de residentes no exterior, privilegiando o capital financeiro internacional.

3. Livre concorrência e livre monopólio

Por trás desse discurso aparentemente progressista, está um grande golpe, pois nenhuma economia das três Américas terá como competir com a economia americana, que exercerá seu poderio sobre as demais. Para se ter uma idéia, o PIB dos Estados Unidos em 2000 foi de 9,9 trilhões de dólares, enquanto que o do Brasil foi de 593 bilhões de dólares. Ou seja, é como colocar o Mike Tyson para lutar com um menino peso pluma.

4. Controle das atentes e royalties

Com a implantação da ALCA, estabelecem-se rigorosos padrões de qualidade e uma série de exigências que só serão atingidas por uma minoria de poderosas corporações, monopolizando, assim, a produção de mercadorias e serviços. Em outras palavras, essa medida significa impossibilitar o surgimento de iniciativas diversificadas, criativas, socializadas e democráticas, aumentando a padronização e o controle sobre as formas de vida da população.

5. Investimentos livres de controles nacionais

A ALCA quer garantir a plena liberdade das organizações para investir, desinvestir, comprar, vender, remeter e transferir, sem qualquer empecilho ou mecanismo regulador de origem nacional.

Fonte: www.jubileubrasil.org.br

Colegiados

CEG quer mais visibilidade na comunidade

Colegiado avança na discussão do novo regimento

O Conselho de Ensino de Graduação dedicou a última sessão (28/8) à discussão da proposta do novo regimento interno do colegiado. As bases da proposta são o regimento atual, o novo estatuto da UFRJ e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O relato da proposta foi feito pelo conselheiro e representante do Centro de Tecnologia, Antônio Cláudio. A discussão do regimento interno ainda deve tomar mais algumas sessões do colegiado, mas os conselheiros já aprovaram alguns princípios importantes, na opinião do presidente da comissão de redação da proposta que está sendo analisada.

O primeiro princípio já garantido é o da autonomia em relação à reitoria e sub-reitorias. Foi mantido o artigo 9º do atual regimento que prevê a autoconvocação e a substituição do presidente (sub-reitor de graduação), em sua ausência, pelo representante docente mais antigo (este ponto foi incluído no artigo 1º). Segundo Antônio Cláudio, o CEG já aprovou também que no novo regimento deve constar o acesso da comunidade acadêmica à composição do conselho, inclusive aos prazos de início e fim de mandatos dos conselheiros. Também foi aprovado que os representantes devem ser eleitos diretamente por seus pares (exceção para os representantes externos).

Os conselheiros aprovaram, ainda, as atribuições do colegiado: o regimento antigo, em seu artigo 2º, listava as competências do CEG "a nível de planejamento" (sic). Antônio Cláudio lembrou que esta forma de redação foi utilizada pelo ex-reitor José Vilhena para justificar o descumprimento das deliberações do CEG. O colegiado planejava, mas não deliberava, no entendimento do interventor. Para dirimir qualquer dúvida em relação às competências acadêmicas do conselho superior, foi aprovado que ficará explícito que o CEG deve "deliberar" nos assuntos de sua competência e não apenas ser responsável pelo seu planejamento.

Plebiscitos

Nas próximas semanas, deverão ser discutidas outras alterações regimentais como a proposta de a comunidade ter acesso também às pautas e deliberações do colegiado. Outra mudança que deve ser aprovada é a realização de plebiscitos para a aprovação de matérias relevantes. Esta proposta, no entanto, ainda não foi debatida nem pelo CEG, nem pela própria comissão de redação do novo regimento.

Composição

A composição do conselho está definida nos artigos 15 e 67 do estatuto da universidade, que estabelece 70% de integrantes docentes. O CEG é composto de 13 docentes (incluindo o sub-reitor), o equivalente a 70% de uma formação de 18 integrantes. Para manter os atuais três membros discentes, a proposta apresentada no colegiado prevê a inserção de um representante dos técnico-administrativos e um ex-aluno, representando a comunidade externa. Serão, então, 13 professores, 3 estudantes, um funcionário e um ex-aluno.

SIGA

Os conselheiros voltaram a repercutir as reclamações de algumas Unidades em relação ao funcionamento do Sistema de Gerenciamento Acadêmico. Os conselheiros lembraram que a implementação do sistema não foi discutida no colegiado e foi realizada pela administração anterior. Segundo os relatos durante a sessão, o colegiado teve que adequar o calendário acadêmico a um sistema que ainda não estão funcionando plenamente.

A sub-reitora, Sylvia Vargas, prometeu convocar a equipe do NCE reponsável pelo SIGA para novos esclarecimentos ao colegiado.

Nosso Bolso

FHC anuncia reajuste irrisório para SPF

Não soou bem o anúncio pelo governo federal, na semana passada, de apenas 4% de reajuste linear para o funcionalismo em 2003. Essa notícia, mais o aumento irrisório do salário mínimo (R$ 200 para R$ 211), são evidências de um orçamento magro para o ano que vem, bastante espremido pelo pagamento dos juros da dívida (R$ 67,5 bilhões contra R$ 54,6 bilhões em 2002). Vale lembrar que apenas o índice de reajuste de 94,76% recompõe as perdas salariais dos servidores federais durante o mandato de FHC, especificamente de 1995 a 2002.

É bem verdade que algumas categorias possuem gratificações de desempenho (que a categoria dos docentes, por exemplo, sempre rejeitou) ou obtiveram reajustes parciais, como os próprios professores das IFES. Com o objetivo de unificar as diversas categorias e considerando a correlação de forças, os SPF estabeleceram o índice emergencial de 25,72% (índice ICV-Dieese 1998-2002), já aceito pelo Supremo Tribunal Federal como aplicação da revisão geral anual obrigatória, conforme prevê o art. 37, inciso X da Constituição Federal – incluído pela Emenda Constitucional 19 de 4/6/98. O índice emergencial não exclui a reivindicação de uma política salarial que corrija integralmente a desvalorização dos salários decorrente da inflação no período de 1995 a 2002.

Incorporação das gratificações continua na pauta

A equiparação dos valores da GID e da GED e o reajuste de cerca de 13% conquistados na greve de 2001 permitiram uma recomposição parcial das perdas salariais, ainda que não na forma reivindicada pelo movimento docente (incorporação das gratificações e equiparação entre ativos e aposentados). Com o índice emergencial, as perdas dos docentes ativos estariam praticamente zeradas, porém não as dos aposentados que, em razão de perceberem apenas 60% dos valores da GED, permaneceriam com perdas significativas. Portanto, a reivindicação da incorporação das gratificações tem de permanecer no topo da agenda política do sindicato.

CFCH já tem candidatos

O Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) já tem seus candidatos para representação no Conselho Universitário, no Conselho de Ensino de Graduação (CEG), no Conselho de Ensino para Graduados (CEPG).

Para a representação de Professores Titulares no Consuni, são candidatos: Wilson Mendonça (titular), do IFCS, e José Paulo Netto (suplente), da ESS. Para o CEG: Maria Luiza Mesquita da Rocha (titular), do CAp; Ana Canen (titular), da Faculdade de Educação; Marcelo Macedo Corrêa e Castro (suplente), da Faculdade de Educação; e Fernando Augusto da Rocha Rodrigues (suplente), do IFCS. Para o CEPG: Antonio Flávio Barbosa Moreira (titular), da Faculdade de Educação e Aluizio Ramos Trinta (titular), da Escola de Comunicação. Não ocorreu inscrição dos suplentes para este colegiado. Também não houve candidaturas para Representantes dos Professores Adjuntos no Consuni e Suplente da representação Professores Adjuntos no Conselho de Centro do CFCH.

As eleições ocorrem nos dias 3 e 4 de setembro e a apuração começa no próprio dia 4, a partir das 20h. A homologação dos representantes eleitos será realizada em sessão do Conselho de Centro prevista para 9 de setembro.

Eleições no CCS para o CEG

Duas chapas concorrem para as eleições do Centro de Ciências da Saúde pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG): na chapa 1, o professor Gil Fernando C. M. de Salles (Faculdade de Medicina/HU) concorre a titular, tendo Maria José Coelho (Escola de Enfermagem Anna Nery) como suplente; pela chapa 2, Déia Maria Ferreira (Instituto de Biologia) é a titular, tendo Letícia Legay Vermelho (Faculdade de Medicina/NESC) como suplente. As eleições ocorrem nos dias 2, 3 e 4 de setembro e a apuração será feita no dia 5.

UFRJ

Escola de Química quer recuperar prejuízos com roubo e incêndio

Unidade se apresenta ao Consuni e pede 'plano emergencial' para recuperar perdas estimadas em R$ 1,5 milhão

Na sessão do Conselho Universitário de 14/8, a diretora da Escola de Química, Belkis Valdman, expôs à reitoria e aos conselheiros presentes mais do que a produção acadêmica e os projetos da Unidade. Conceito A na avaliação do MEC e com um programa de pós graduação entre os cinco melhores da área, a Escola de Química, segundo sua diretora, vem enfrentando dificuldades para recompor laboratórios e salas de aula, destruídos por uma explosão no Bloco I do Centro de Tecnologia, em 2001, e em dois furtos ocorridos em dezembro de 2000 e janeiro de 2001. Com os incidentes, a Unidade perdeu equipamentos, material elétrico, material biológico, documentos e a rede de informática ficou inoperante. Houve ainda cancelamento de concurso público para docentes, além de vários prejuízos de ordem acadêmica.

Os problemas da Unidade são também, de acordo com o relato da diretora, estruturais. Desde 1999, segundo o relatório apresentado pela direção, o subsolo do Bloco onde funciona a Escola (Bloco E do CT) encontra-se totalmente alagado. A inundação se deu, segundo a professora, em função de vazamentos com risco de curto-circuitos na fiação elétrica de equipamentos instalados nos laboratórios do Departamento de Engenharia Bioquímica. Belkis lembrou, ainda, que todo o subsolo do Centro de Tecnologia é inundado com água "suja" em níveis que atingem até 60 cm acima do chão. "Não conseguimos mais trocar as instalações elétricas dos equipamentos do 1º andar dos blocos I e E. As empresas contratadas se recusam a entrar no lodo, pois há risco permanente de curto", denunciou. A diretora contou que em 13 de maio deste ano houve um curto-circuito na subestação do subsolo que ocasionou falta de luz durante três dias. O motivo do curto: "um rato roeu a fiação".

Alerta geral

Os fatos relatados pela diretora da Escola causaram apreensão nos conselheiros e no próprio reitor. Para Lessa, a situação caótica em que se encontra boa parte do prédio, principalmente nestas áreas, se deve à expansão desordenada de laboratórios que teriam surgido "de forma expontânea, sem uma visão de conjunto". "Havia depósito de gases a 50 metros do local do acidente", contou o reitor, ao mencionar o episódio do incêndio no ano passado. Lessa citou o ditado popular "em casa de ferreiro, espeto de pau", numa sutil crítica aos responsáveis pelo crescimento 'desordenado' dos laboratórios.

A diretora da Escola continuou o relato dos incidentes alertando para o fato de que o Laboratório de Química da Unidade tem um escoadouro feito, em partes, de PVC, o que, na sua opinião, é totalmente impróprio. "PVC para escoar reagentes químicos é um crime. Não existe somente água no subsolo, temos 'rejeitos' e há o risco constante de vazamentos", contou. Belkis disse que a Unidade só consegue "driblar" a crise com recursos de projetos. "Não fosse isso já teríamos fechado há muito tempo".

Durante o expediente da sessão, o vice-reitor, Sérgio Fracalanzza, reconheceu o estado crítico da Escola e também do Instituto de Química, que faz parte do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza (CCMN) mas funciona também no Bloco A do CT. Segundo o dirigente, o bloco A do CT também "é um perigo para todos que lá convivem". Sérgio informou que o Instituto de Física – que também funciona no bloco A do CT - está negociando com a reitoria a construção de um prédio próprio, o que liberaria espaço físico no bloco A, e que uma nova subestação para o Centro já estaria contemplada nos recursos do Infra-1 (cerca de R$ 13 milhões).

Radiografia

Docentes: 56 ativos, sendo 46 doutores (79%). Atualmente, cinco estão cedidos.
Técnico-administrativos: 48
Estudantes da Graduação: 1.155
Estudantes da Pós-Graduação: 103 (mestrado) e 68 (doutorado)
Bolsistas: 45 (IC-ITI), 33 de mestrado e 26 de doutorado
A Escola oferece cursos de graduação em Engenharia Química (150 vagas) e Química Industrial (40 vagas).
Na pós-graduação, o Programa de Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos (em níveis de mestrado e doutorado) está entre os cinco melhores da área pela avaliação da Capes.
Como extensão, em 2002, foram oferecidos 22 cursos envolvendo 19 docentes.

Anote

Museu Nacional e o MST

O Museu Nacional promove a exposição "Lonas e bandeiras em terras pernambucanas" até 10 de novembro, de terça a domingo, de 10 às 16h, na Quinta da Boa Vista. A exposição focaliza os acampamentos montados pelos dirigentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em engenhos produtores de cana de açúcar de Pernambuco. Trata-se da apresentação de resultados de pesquisa antropológica desenvolvida a partir de 1997 por uma equipe de pesquisadores do Programa de pós-graduação em antropologia social (PPGAS), do Museu, e do Departement de Sciences Sociales de l'École normale superieure, de Paris (ENS). A curadoria da exposição está sob a responsabilidade da professora Lygia Sigaud.

Encontro de Nutrição

De 15 a 24 de setembro, o *campus* de Gragoatá da UFF vai receber o XIX Encontro Nacional dos Estudantes de Nutrição. O tema do evento será "Erradicar as fomes do povo: só com um novo modelo de sociedade". Mais informações sobre o evento podem ser conseguidas pelo e-mail: enenut2002@yahoo.com.br.

Resenha

Convênios invadem as universidades

É cada vez maior o número de escolas que abrem as portas para a iniciativa privada, em busca de complementação dos recursos sempre insuficientes, de acordo com a Folha de São Paulo (26/8). Uma das mais ativas é a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), que tem hoje cerca de 800 convênios e contratos com empresas e está iniciando uma nova parceria, com a Embraer. Na Faculdade de Medicina de Botucatu, um laboratório da Unesp arrecadou mais de US$ 500 mil nos últimos três anos vendendo serviços.

Relatório de Desenvolvimento Humano 2002

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) acaba de publicar o Relatório de Desenvolvimento Humano 2002 "Aprofundar a democracia num mundo fragmentado". O Relatório classifica 173 países de acordo com o seu nível de desenvolvimento humano (mensurado pelo IDH). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil aumentou de 0,753 para 0,757 entre 1999 e 2000, e o Brasil passou da 75ª para a 73ª posição no ranking de 173 países no mesmo período. O Relatório está disponível em português, na íntegra, em www.undp.org.br.

Pronex na penúria

Deu no Informe JB (27/8): "A Presidência da República e o Ministério da Ciência e Tecnologia receberam semana passada uma carta aberta assinada por 98 pesquisadores de universidades públicas do país. Eles reclamam do atraso e corte de verbas do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex). Dizem que estão à míngua."

Brasil precisa de mais servidores

Tese de doutoramento defendida na Unicamp pelo professor Eneuton Dornellas Pessoa aponta que, no Brasil, a participação do emprego público no emprego total é de 11,3%, sendo que apenas no Japão a participação é menor (7%). Na relação entre o número de servidores públicos e a população, a proporção no Brasil é de 5,1%, ocupando o quinto lugar mundial, atrás apenas de Grécia (4,7%), México (4,3%), Turquia (3,9%) e Japão (3,6%).

Colegiados

Consuni repara injustiça na Faculdade de Educação

Servidores postos em disponibilidade por medida arbitrária da diretora devem ser reintegrados à Unidade

O autoritarismo reinante na Faculdade de Educação sob o comando da polêmica diretora Speranza França da Mata parece estar com os dias contados. Na sessão de 29/8 do Conselho Universitário, foram tomadas medidas que confrontam o poder da dirigente que prejudicou o programa de pós-graduação da própria Unidade, pôs servidores em disponibilidade e perseguiu o ex-presidente do Andes-SN Roberto Leher, entre outros absurdos.

O Consuni determinou a revogação de todos os atos da diretora que levaram ao afastamento dos servidores e, também, a reintegração imediata destes à Unidade. Os funcionários que não caíram nas graças da Speranza foram postos em disponibilidade no ano de 2000 e estavam assinando ponto na SR-4, desde então. Para tomar essa decisão, os conselheiros basearam-se no parecer de uma comissão criada dentro do Consuni que acompanhou outra, de sindicância, criada pelo CEG e pelo CEPG, no final de 2000 (veja quadro).

O colegiado também aprovou uma moção de reparação aos danos morais sofridos pelos servidores afastados. No texto, aprovado por unanimidade, os conselheiros argumentam que os funcionários não tiveram oportunidade de ampla defesa "contra ato reconhecido como arbitrário da referida Direção, que extrapolou qualquer respeito à discricionaridade administrativa".

Preocupação com avaliação futura

Enquanto a reitoria não define se afasta a diretora do cargo (ou não), as bancadas discente e dos técnico-administrativos não se mostraram totalmente satisfeitas com as decisões tomadas pelo Consuni. Eles queriam assegurar aos servidores reintegrados algumas garantias para evitar possíveis novas arbitrariedades da diretora com os reintegrados. Para isso, queriam que as avaliações a que são submetidos regularmente os funcionários por suas chefias imediatas (e, no caso destes servidores, dois dos quatro estão vinculados diretamente ao gabinete da direção) fossem acompanhadas por uma comissão da Congregação da Unidade. No entanto, por ampla maioria, venceu a proposta de que a SR-4 faça esse acompanhamento no lugar da Congregação.

Homenagem a estudante

Antes do início da sessão do Consuni, foi prestada uma homenagem ao aluno da Escola de Engenharia Leonardo Bier de Cicco, de 23 anos, cujo corpo foi encontrado na praia do Leme na semana retrasada. Leonardo era integrante da Congregação da Unidade e sua morte foi muito sentida. Os conselheiros respeitaram um minuto de silêncio, a pedido da representação discente.

Salas de aula na Praia Vermelha

O antigo problema de falta de salas de aula no *campus* da Praia Vermelha começará a ser discutido no dia 6 de setembro, às 9h, em uma sala de reuniões do CFCH, que vai envolver os decanos dos Centros daquela área (mais o decano do CCS, que tem três Unidades lá) e os diretores.

Autonomia Universitária em pauta no dia 16

A decana do CFCH, Suely de Almeida, propôs uma sessão especial do Conselho Universitário para o dia 19 para discutir autonomia universitária. Para a reunião, seriam convidados ainda os conselheiros do CEG, do CEPG e as entidades representativas da UFRJ (Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj). Os professores Luiz Antônio da Cunha (da Faculdade de Educação da UFRJ) e Hélgio Trindade (ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992-1996) e organizador da obra *Universidade em ruínas na república dos professores*).

Diretora pode ser afastada do cargo

A comissão de sindicância do CEG foi instituída pela portaria nº 143, de 19 de janeiro de 2001. O parecer desta comissão, lido pela professora Sônia Zyngier (representante do CLA) no Consuni, sugere a instauração de processo disciplinar contra a diretora, com afastamento dela do cargo como medida cautelar.

O vice-reitor Sérgio Fracalanzza informou que a reitoria vai se inteirar ainda a respeito do conteúdo do relatório da comissão de sindicância para tomar as devidas providências.

Universidades

Anteprojeto de autonomia é rejeitado no Sul

Parte institucional de duas universidades federais do RS manifestam-se contra documento da Andifes

Aos poucos, até a parte institucional de algumas universidades começa a perceber a ameaça que representa o projeto de autonomia da Associação Nacional de Dirigentes das IFES (Andifes). E a reação vem do Sul do país.

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pronunciou-se oficialmente, em 12/7, contra o anteprojeto de regulamentação proposto pelo fórum de reitores. O jornal Adverso, da seção sindical dos docentes da instituição, ainda faz a ressalva: "O fato revela que, embora a maioria reeleita para a nova gestão do Consun (o Consuni de lá) não seja, assumidamente, defensora das causas do Movimento Docente, ainda assim optou por não endossar a proposta governista dos reitores".

Na Universidade Federal do Rio Grande (também no RS), o reitor Carlos Rodolfo Hartmann disse o seguinte, de acordo com o jornal Pó de Giz, da seção sindical local (Aprofurg): "Neste momento político, a posição recomendável é a defesa da autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal". A declaração foi dada em uma audiência solicitada por uma comissão de professores da Aprofurg, na primeira quinzena do mês de junho.

Adufrj-SSind já levou a discussão ao reitor

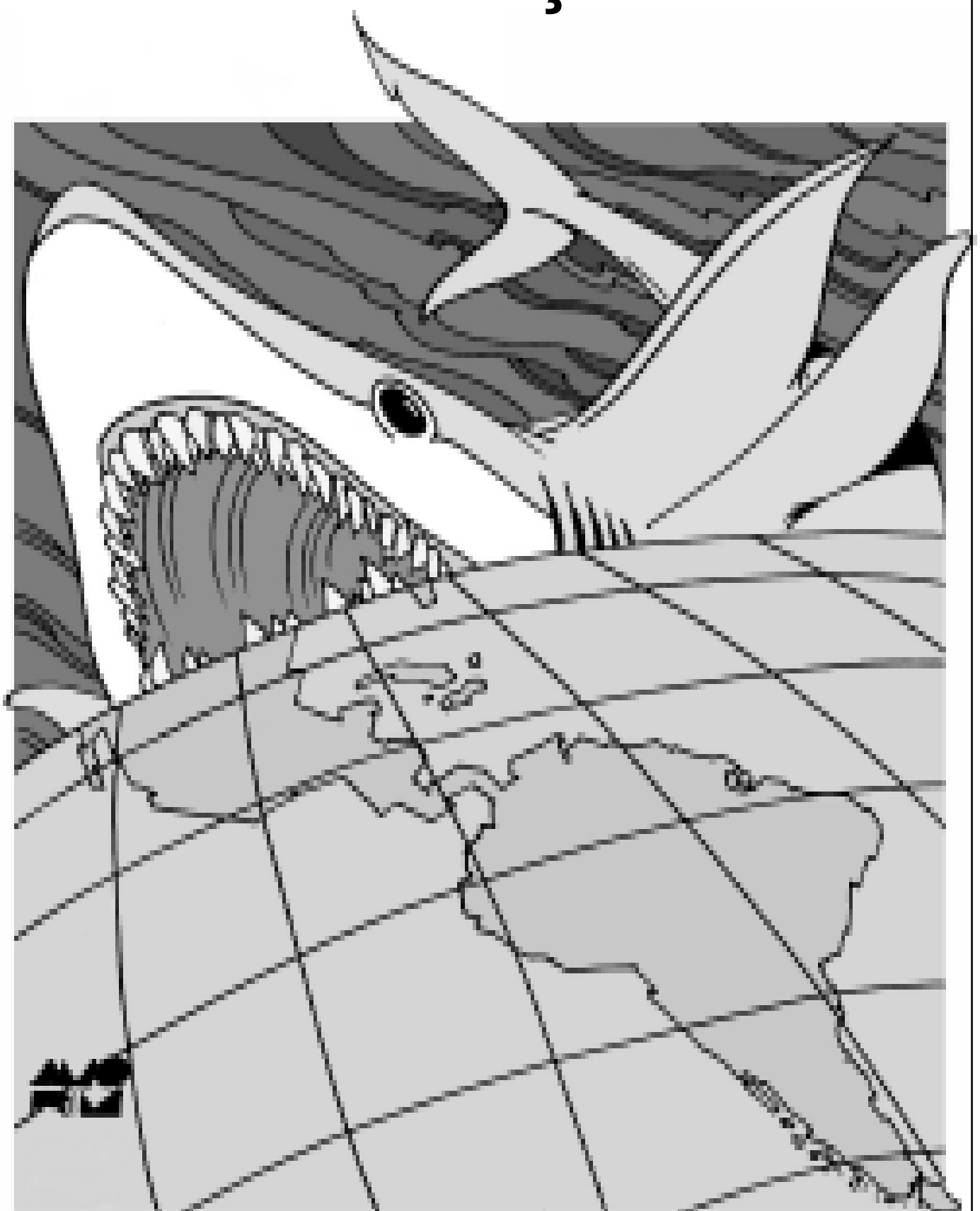
Vale lembrar que, logo na cerimônia de posse do reitor Carlos Lessa, o então presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard (atual 1º tesoureiro da entidade) entregou o anteprojeto da Andifes e as considerações do Andes-SN acerca do documento (ambos publicados em encarte especial na edição de 29 de julho do jornal da seção sindical). E Lessa, logo na primeira reunião do Consuni (18/7) sob sua presidência, distribuiu os dois textos para os conselheiros. A expectativa da Adufrj-SSind é que o assunto seja discutido o mais breve possível naquele fórum. Na sessão extraordinária marcada para 29/8, a autonomia já constava da pauta, mas este assunto só deverá entrar nas próximas sessões, devido à grande quantidadede de ítens já incluídos (ou ainda se for marcada uma sessão só para tratar deste tema).

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
ESPECIAL ALCA
EDIÇÃO DE 2 DE SETEMBRO 2002

Perspectivas para a América Latina e a Universidade Pública diante da ameaça da Alca

Neste encarte reproduzimos os textos do Caderno nº 7 da Seção Sindical dos Docentes da UFF (Aduff-SSind) com a transcrição adaptada do debate *Perspectivas para a América Latina e a Universidade Pública diante da ameaça da Alca*, realizado em sua sede, em Niterói, no dia 18 de julho. Participaram do debate os professores da UFRJ Reinaldo Gonçalves, do Instituto de Economia, e Roberto Leher, da Faculdade de Educação. A reprodução deste material é extremamente oportuna nesta semana em que se realiza o Plebiscito contra a Área de Livre Comércio das Américas em todo o país.

No dia 17 de julho, a Adufrj-SSind e o Sintufrj realizaram um debate com o mesmo tema e com a participação dos dois palestrantes. O evento foi organizado pelas entidades para mobilizar a comunidade da UFRJ para a criação de um comitê local contra a Alca e para a realização do Plebiscito na universidade. A matéria do debate com os professores Reinaldo e Leher, ocorrido no Auditório do Centro de Tecnologia, foi publicada no boletim da Adufrj-SSind nº 53 (22/7/2002).



Guilherme Lessa

Palestra do professor Reinaldo Gonçalves

(Instituto de Economia da UFRJ e membro do Conselho Federal de Economia)

Vou dividir a minha exposição em quatro partes.

Uma primeira discussão é sobre por que o projeto da Alca é um grande problema para a América Latina de modo geral, e para o Brasil, em particular. Um grande problema cujas conseqüências não serão resolvidas ou diluídas com políticas de curto prazo. A implantação da Alca vai criar problemas que, para desmontar depois, mesmo tendo um outro governo com vontade política de mudar, vai dar um trabalho muito grande, porque vai significar uma herança muito pesada para ser administrada no futuro. A primeira questão é discutir por que a Alca é de fato um problema muito grande.

Segundo, do ponto de vista dos elementos estruturais do Brasil, é importante chamar a atenção para o fato de que a Alca envolve não só problemas de natureza econômica ou institucional, mas também de natureza social e política. Quer dizer, a Alca tem efeitos sociais e políticos importantes.

O terceiro aspecto é tentar responder a pergunta: quem ganha com a Alca? Será que há grupos nacionais que ganham com a Alca? Quem são os grupos e as classes sociais que ganham e que perdem? No fundo, a idéia é traçar uma hierarquia dos inimigos públicos, dos adversários e dos aliados. O objetivo é fazer uma discussão a respeito dos atores sociais e políticos envolvidos no projeto da Alca.

E, por fim, há um exercício de cenários. Precisamos pensar o que pode acontecer com a Alca no horizonte 2003-2005.

Basicamente é isso que queremos discutir: por que a Alca é um grande problema; quais são os efeitos sociais e políticos da Alca; quem é que ganha com a Alca; a preocupação de mapear a arena política, identificar principalmente os adversários e inimigos, hierarquizá-los e esclarecer porque eles são adversários, quais são os interesses em jogo. Por fim, quais são os principais cenários com relação à evolução futura do projeto da Alca.

Economia brasileira, trajetória de instabilidade

A idéia central é a seguinte: a Alca representa um grande problema. Na verdade, o que ela faz é reforçar a principal causa da atual trajetória de instabilidade e crise do Brasil. Quando analisamos a economia brasileira, verificamos que ela vem percorrendo, já há vinte anos, uma trajetória de instabilidade, que se agrava a partir de l995, e é uma espécie de algoritmo, na realidade. Que algoritmo é este? Ele começa com um processo de liberalização e de desregulamentação, que é a abertura da economia brasileira, e com uma redução do aparato regulatório, que é incompatível com a realidade brasileira. Trata-se da liberalização e desregulamentação.

Qual é o problema central? Aqui estou falando especificamente do problema na esfera econômica. A desregulamentação e a liberalização atingiram a área comercial, a área produtiva real (que são as empresas estrangeiras operando no país), a área monetária, financeira e a área tecnológica. Principalmente com o governo de Fernando Henrique houve uma liberalização e uma desregulamentação abrangente, rápida e profunda. Esses processos já vinham do governo Collor, mas houve um "salto quântico" no governo Fernando Henrique. Particularmente na área monetária, financeira e na área real (desnacionalização sem registro na história). E também na tecnológica e na comercial, o que já vinha ocorrendo.

A liberalização que Fernando Henrique fez é uma coisa ímpar na história do Brasil. Ele abriu rápida, profunda e de forma abrangente essas quatro áreas das relações entre o Brasil e o mundo: a área comercial, a produtiva, a monetária e financeira e, também, a área tecnológica. Então, isso é um grande problema, que está na origem da atual crise brasileira. Isso porque o Brasil sempre foi, historicamente, vulnerável do ponto de vista externo. Só que, com o governo FHC, essa vulnerabilidade externa cresce simultaneamente nas quatro áreas. Não é mais somar um, mais um, mais um, mais um, igual a quatro. Na realidade, são quatro elevado a quatro em termos de grau de vulnerabilidade. Então o que aconteceu? O grau de vulnerabilidade externa do Brasil se multiplicou por um número muito grande em função dessas aberturas generalizadas.

O problema dessa vulnerabilidade é que o Brasil tornou-se um país frágil frente a pressões, fatores estabilizadores e choques externos. Essa crise na Argentina não tem a menor importância no mundo, para o mundo, mas ela repercute no Brasil. Aliás, desde o ano passado vem repercutindo no Brasil. Então o Brasil é um país muito frágil, de uma vulnerabilidade muito grande. De baixa capacidade de resistir a pressões, fatores estabilizadores de choques externos. Com isso, o Brasil está sempre envolvido em crises cambiais, são as crises cambiais recorrentes. Nós estamos com o dólar fechando a R$ 2,90. Então, ele vai chegar a R$ 3,00 muito rapidamente e, depois, vai chegar a R$ 4,00, a R$ 5,00. Isso em movimentos meio espasmódicos. Esses espasmos, comEm síntese, imposto alto (política fiscal restritiva) e juros elevados (política monetária restritiva). Com isso, a economia fica travada. Com a economia travada, não tem investimento, não tem produção; não tem renda, não tem emprego. Não tendo emprego, não tem consumo; não tendo consumo, não tem investimento; não tendo investimento, não tem renda. É um círculo vicioso e a economia brasileira vem, durante o governo FHC, patinando num nível medíocre. O desempenho da economia brasileira, pelos padrões contemporâneos do mundo, é um desempenho medíocre. E mais: do ponto de vista histórico da economia brasileira, é a pior gestão econômica dos últimos cem anos do Brasil, se nós pegarmos uma bateria de indicadores macroeconômicos como inflação, crescimento, dívida externa e finanças públicas.

Esgarçamento social, tensão política e degradação das instituições

O resultado é que o país passa a ter uma série de problemas econômicos: crescimento baixo, finanças públicas quebradas, balanço de pagamentos

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

completamente fragilizado. Esses problemas econômicos têm implicações sociais. Quais são? Como o Estado está quebrado, não investe. Não investindo em estrutura econômica e social, na educação, na saúde e no aparelho repressivo do Estado, surgem problemas sociais graves, que vão da violência às drogas, à degradação da saúde, da educação etc. Então, temos um problema de esgarçamento social. O brasileiro hoje está muito mais tenso do que há dez anos, apesar da inflação elevada daquele período. Hoje, ele está desempregado, vivendo uma crise de violência maior, com baixa expectativa com relação ao país.

Esse esgarçamento social acaba provocando uma tensão na política muito grande. Um exemplo disso é o fato de que as próprias oligarquias, hoje, no Brasil, estão batendo cabeça. E elas estão batendo cabeça por uma razão simples: quando vão disputar o Estado, como está hoje, quebrado, endividado, fragilizado, entram numa síndrome de "farinha pouca, meu pirão primeiro". Então, nessa síndrome de "farinha pouca, meu pirão primeiro", o que é que a elite faz? Ela tem que controlar diretamente o aparelho do Estado, porque, se ela não controla diretamente o aparelho do Estado, vai ter que começar a disputar recursos na margem. Houve um acirramento da disputa dentro do próprio bloco histórico de poder.

Então, o que faz a oligarquia? Não só a oligarquia tradicional, da política, de base mercantil, de base agrária, mas também a industrial? Fica querendo ocupar o aparelho de Estado. Então, o Jereissati, governador; o Albano Franco, governador; o Ermírio de Moraes quer se candidatar ao governo. Essas coisas significam, na realidade, que a própria elite econômica, agora, quer ir para o Senado, quer ir para o Congresso, que ir para o Executivo. Por que a CNI (Confederação Nacional da Indústria) teve uma crise esse ano? Porque descobriram que os empresários estavam usando a CNI como uma alavanca - como o Albano Franco, que fez escola - para virarem deputado federal, senador, governador etc. Isso significa, na realidade, um tensionamento na política, nas relações de processo das estruturas. A elite econômica quer controlar diretamente, não adianta mais a representação. O resultado disso é um tensionamento grande. Qual é o problema? Isso acaba provocando, do ponto de vista das instituições, uma degradação muito grande. Uma deterioração das instituições.

Atualmente, no Brasil, de um modo geral, observa-se que as instituições vêm se degradando. Não só a universidade, mas a polícia, o Judiciário, as Forças Armadas, o aparelho repressivo do Estado, o próprio aparelho ideológico do Estado, o Congresso, os meios de comunicação. As pesquisas recentes registram que as instituições que hoje são aprovadas pela sociedade, basicamente, são a Igreja e a família, que são instituições de proteção frente a uma sociedade hostil. As pessoas submergem na família, submergem na Igreja, para se protegerem de uma sociedade crescentemente hostil, porque as instituições públicas e privadas estão se degradando. E não são só as instituições públicas; a própria FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), hoje, é uma sombra da FIESP que foi há dez anos. E por aí vai. O resultado disso não é só a dificuldade da sociedade civil de se organizar do ponto de vista dos excluídos, mas também do ponto de vista da classe dominante.

Qual é o processo histórico fundamental do Brasil nesses últimos anos?

Há uma liberalização e desregulamentação – essa é a grande causa dos problemas econômicos do país e a principal origem da crise brasileira. Isso provoca vulnerabilidade; a vulnerabilidade externa provoca crise cambial recorrente; a crise cambial recorrente gera políticas fiscais e monetárias restritivas; essas políticas fiscais e monetárias restritivas geram problemas econômicos tremendos. No lado real, no lado monetário, no lado financeiro, no lado externo, no lado interno da economia brasileira. Esses problemas econômicos provocam o esgarçamento do tecido social.

Um dos fatores importantes é o problema das finanças públicas degradadas. Nunca na história do Brasil as finanças públicas estiveram tão degradadas como hoje. E esses problemas econômicos provocam esgarçamento do tecido social, e isso gera tensionamento na política e daí decorre a deterioração das instituições. Essa deterioração das instituições, no limite, provoca crise institucional. Em outras palavras, tem um risco crescente de crise de ruptura institucional no país em função dessa trajetória de instabilidade e crise.

É exatamente isso o que está acontecendo na América Latina. Está acontecendo isso na Bolívia, Paraguai, Argentina, El Salvador, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, qualquer dia vai chegar no Uruguai. É o algoritmo que está percorrendo a América Latina. Isso desemboca, no final, numa crise institucional. Essa crise institucional pode ter diferentes configurações, mas é crise profunda. E daí? E a Alca? Qual é o problema da Alca?

Desregulamentação e liberalização progressiva

Para começar, a Alca significa mais desregulamentação e liberalização. Basicamente a Alca é isso: liberalização progressiva e desregulamentação progressiva. Basicamente, com dois mecanismos: melhores condições de acesso ao mercado, isto é, liberalização, e tratamento nacional - os não residentes serem tratados exatamente iguais aos residentes, isto é desregulamentação. Alca é, fundamentalmente, isso.

Na verdade, se olharmos as minutas dos capítulos da Alca (os projetos do acordo), vamos observar que o acordo mais estruturado, mais "fechadinho", "redondinho", é o do capítulo sobre investimento. Esse capítulo sobre investimento é que dá proteção às empresas estrangeiras, aí é questão de acesso ao mercado e tratamento nacional. Assim, a Alca reforça a origem principal da atual trajetória de instabilidade e crise do Brasil. Esse é o problema. E por causa disso, nós temos que ter uma rejeição radical em relação ao projeto da Alca. Não há meio caminho, não há meia Alca. Não pode ser "mais ou menos", não há como fazer concessão a argumentos do tipo "se eles aceitarem isso, a gente aceita a Alca". Frente a Alca, só há solução de canto. Não tem um meio termo, não haverá um meio termo. Os próprios americanos não querem o meio termo, pois o meio termo eles conseguem na OMC (Organização Mundial do Comércio), conseguem em esquemas bilaterais etc. Então, este é o grande problema da Alca.

A Alca trará problemas sociais gravíssimos. Quais são os problemas sociais? Precarização das relações de trabalho e flexibilização do mercado de trabalho. Isso vai gerar mais desemprego na economia brasileira, porque essa abertura econômica significará a repetição do que ocorreu nos últimos anos: desnacionalização, fusões e privatização. Isso significa desemprego, destruição de agricultura familiar, expulsão de população rural e perda de renda. Haverá, ainda, mais degradação de meio ambiente, principalmente, por causa dos projetos do *agrobusiness*, maior desigualdade na distribuição de riqueza e renda, e aumento da emigração. O Brasil é um país que, nos últimos dez anos, tornou-se um país de emigração. O estoque de brasileiros no exterior aumentou de 1 milhão para 2 milhões, isto é, duplicou nos últimos dez anos. O Brasil, tradicionalmente, era um país receptor. Hoje, em qualquer lugar do mundo tem brasileiro. Não é só cearense e mineiro, tem carioca, gaúcho, todo mundo esta lá fora. Com a Alca, aumentará a insegurança, a incerteza, o risco de ruptura institucional em função dos problemas econômicos e sociais que se agravarão.

Em síntese, haverá retrocesso dos direitos sociais, dos direitos civis e dos direitos políticos. Por quê? Dos direitos sociais, Fernando Henrique já está se encarregando. Não precisa se aprofundar muito com o retrocesso a direitos sociais. Aí, vai a questão do mercado de trabalho, a flexibilização etc.

O outro aspecto importante é o direito civil. Na medida em que se tem cada vez mais a lógica do mercado, a lógica da privatização dos serviços de infraestrutura e da educação - uma educação que deixa de ser pública, que deixa de ser gratuita -, um serviço de saúde cada vez mais privatizado, na realidade, vai se ter cada vez mais desigualdade no acesso aos bens e serviços. Isso significa retrocesso nos direitos civis, com aumento das desigualdades, inclusive, no que se refere à propriedade, igualdade perante a lei e liberdade.

Com relação aos direitos políticos, vale destacar que o avanço da trajetória de instabilidade e crise na América Latina tem aumentado o risco de ruptura institucional. Daí, o risco de retrocesso nos direitos políticos é crescente. Há um risco muito grande com o projeto da Alca, pois essa envolve o retrocesso tanto de direitos sociais quanto de direitos civis. Isso como conseqüência imediata do processo de mercantilização, de

privatização, de recuo do Estado. O risco de retrocesso dos direitos políticos é uma conseqüência do risco crescente de ruptura institucional.

Quem ganha com a Alca?

A pergunta é: tendo em vista esses problemas, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista político, social e institucional, por que há defensores da Alca? Quem vai ganhar com a Alca? Quem defende e quem tem interesse na Alca?

Quem tem interesse na Alca? Primeiro, o setor exportador, como a indústria de aços. Segundo, o pessoal dos agronegócios, que vende soja, laranja, açúcar para os Estados Unidos. Nesse setor, um terço é capital estrangeiro. Mas, há também a oligarquia do Centro Oeste, do Sudeste e do Nordeste brasileiro. São os grandes proprietários de terra do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, etc. Essa oligarquia é forte do ponto de vista do alavancar recursos.

Em segundo lugar, quem ganha é a burguesia industrial decadente. Por quê? A razão é simples: ela vai vender as empresas e botar o dinheiro fora. Costuma-se dizer que se alguém levantar o dedo em São Paulo, dizendo que compra uma empresa, aparecem cem vendedores. Mas por que eles vendem? Eles vendem exatamente para fazer o que o pessoal tem feito nos últimos anos. Vendem, mandam dinheiro para fora, recebem em ações, recebem parte do dinheiro lá fora e "bye bye, Brasil". Essa burguesia industrial decadente está "doida" para acontecer a Alca, para vender suas empresas e ir embora do país. O que ela já vem fazendo ao longo dos anos noventa. Vários grandes grupos brasileiros venderam, foram embora e deixaram o dinheiro lá fora. Compra uma "salinha" na Avenida Paulista e vai brincar de consultor.

Quem ganha mais? Os barões da privatização. Por que eles ganham? Eles se associam e montam fundos de capital estrangeiro para entrar no esquema da privatização. A Alca vai permitir mais mobilidade de capital para botar e tirar capital do país.

Ganha o latifúndio. Por que o latifúndio improdutivo ganha? Porque eles vão vender as terras e essas terras vão servir como reserva de valor para o capital internacional. O maior latifundiário hoje na Argentina chama-se George Soros. É bem verdade que ele fez um péssimo investimento. Ele pegou cem milhões de dólares, comprou cem milhões de pesos de terra, essa terra que hoje não vale cem milhões de pesos, já vale só cinqüenta milhões de pesos, o dólar está quase quatro. O que ele com-

prou por cem milhões de dólares, hoje está valendo no máximo doze milhões de dólares. Ele perdeu 88% de investimento. Esse é o grande investidor internacional que fala bobagem demais sobre o Brasil. Resultado: o latifúndio improdutivo quer a Alca para vender essas terras. Para quê? Para serem usadas pelo agronegócio internacional e como reserva de valor aqui no país.

Quem ganha também são os bancos. Por causa da desnacionalização, da liberalização e da conversibilidade da conta de capital. Que bancos? Bancos brasileiros e bancos estrangeiros que se beneficiam da falta de controle na entrada e saída de capital.

Quem ganha mais? As multinacionais. Que multinacionais? Não só as americanas, mas também as européias. Com a Alca, a Volkswagen, que é alemã, tem plantas produtivas no Brasil e nos Estados Unidos. A Fiat vai usar o Brasil de plataforma para os Estados Unidos. É um acesso ao mercado norte-americano para a General Motors, para a Ford, para a Fiat e para a Vokswagen.

Quem mais ganha com a Alca? São os meios de comunicação. Os grandes meios de comunicação estão quebrados. Qual o problema deles? Por que foi aprovada, agora, a participação do capital estrangeiro nos meios de comunicação? Porque eles estão "doidos" para vender e botar o dinheiro lá fora. Falam em se capitalizar, fazer saneamento financeiro, mas no fundo a estratégia é a da fuga de capital. Haverá desnacionalização dos grandes jornais, dos grandes mecanismos de televisão a cabo, das grandes revistas e das redes de televisões. Aquela meia dúzia de grupos econômicos que dominam a mídia brasileira passará a ser controlada pelo capital estrangeiro. Por isso eles são os grandes defensores do projeto da Alca.

Finalmente, quem ganha é o governo. Com o grave problema de balanço de pagamento, o governo tem que empurrar com a barriga, qualquer dólar que entrar é importante, porque evita a crise cambial, pelo menos suaviza a crise cambial e suavizar as crises cambiais evita crises de governabilidade. Crises cambiais são marcos da história da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular. Não há um golpe de Estado que não tenha sido precedido por uma crise cambial. Não há um golpe de Estado que não tenha sido precedido por crise de balanço de pagamentos. Todos foram precedidos por crise de balanço de pagamentos. Para evitar crises institucionais, tem que ter governabilidade; para ter governabilidade, tem que ter credibilidade; para ter credibilidade, tem que ter governança. Governança, principalmente, no que se refere ao controle do balanço de pagamentos. A inflação pode ir a mil, dois mil, quatro mil, dez mil, mas faltou dólar, não tem petróleo, não tem trigo. Dá uma tremenda confusão! E todo mundo sabe disso. Todo mundo precisa de dólar. Por isso o governo FHC está desesperado à cata de dólares.

Então, o que nós temos? A quem interessa a Alca? 1) Setor exportador. 2) Burguesia industrial decadente. 3) Barões da privatização. 4) Latifúndio improdutivo, oligarquia predatória. 5) Bancos. 6) Empresas multinacionais. 7) Meios de comunicação. 8) Governo. O que é isso? É bloco histórico. É a elite econômica e política brasileira.

Esses são os nossos inimigos, pois, na realidade, são os principais beneficiários e defensores internos da Alca. E mais, são literalmente os donos do poder. Esses são os nossos inimigos. Os americanos são adversários. Mas os inimigos são internos! Os adversários estão lá. Mas os inimigos estão aqui dentro.

Cenários possíveis

Para concluir, qual é o cenário? Há vários cenários para a Alca: o primeiro é que os norte-americanos desistam da Alca. Por que eles desistiriam da Alca? Há duas incertezas importantes: a primeira é que a América Latina está avançando num processo de "africanização". A América Latina está cada vez mais parecendo a África Subsaariana. Fernando Henrique *subsaariza* o Brasil. Do ponto de vista dos norte-americanos, o projeto da Alca, num processo de africanização da América Latina, significa custos de transação muito altos. Com esse processo de africanização e com economias cada vez menos dinâmicas e com menores benefícios econômicos (economias crescendo mediocremente como as da América Latina nos últimos vinte anos), isso pode fazer com que os Estados Unidos se desinteressem do projeto da Alca em função dos custos de transação política. Eles abandonariam a Alca como abandonaram as iniciativas das Américas em 1991-93. Na ótica dos Estados Unidos, o Plano B pode ser o seguinte: a América Latina se africanizando, é melhor deixar esse povo para lá; onde ocorrer problemas sérios, faz-se intervenção cirúrgica; compram-se, corrompem-se as elites africanizadas e resolvem-se os problemas pontuais. Ademais, o custo de cooptação das elites latino-americanas está caindo, despencando a olhos vistos. Resultado: os norte-americanos podem desistir do projeto da Alca. Assim, a par da negatividade da nossa africanização (que já vem ocorrendo), haveria a positividade do cancelamento pelos Estados Unidos do projeto da Alca.

Outra razão pela qual o projeto da Alca pode ser suspenso é o congestionamento da agenda política dos Estados Unidos. Não só da política interna, mas também da política externa. No caso dos Estados Unidos, esses problemas que os republicanos crescentemente encontrarão até as próximas eleições. Os problemas externos também podem se complicar e congestionar a agenda. Vale destacar algumas incertezas críticas: quem vai substituir Bush no partido Republicano? Os democratas voltarão em decorrência do enfraquecimento do Bush, com as eleições que têm pela frente? A própria recessão da economia americana permitirá maior pressão dos democratas no sentido de mais gasto social e menos gasto militar? Há, ainda, problemas externos, não só na Ásia, mas também na Europa. Os europeus vão reagir com mais protecionismo a essa apreciação cambial do euro em relação ao dólar. Eles vão reagir, têm que reagir com mais protecionismo. Então, haverá um embate muito grande entre os europeus e os norte-americanos. Isso pode congestionar a agenda dos Estados Unidos.

Há outras incertezas envolvidas, como o acordo da América Latina com a União Européia, que é algo menos

importante. Ademais, como evoluirão as renegociações na OMC? Se a OMC avança muito, isto é, se eles conseguirem conquistas no plano multilateral, por exemplo, na questão da educação, investimento, etc, eles não têm muito porque impulsionar a Alca.

Há vários outros cenários. Mas, o problema central é o seguinte: a percepção que se tem é que quem está mais interessado na Alca são mesmo os governos e as elites latino-americanos. E, principalmente, o governo brasileiro.

Quando se faz um exercício de poder de barganha relativo, observa-se que na América Latina há uma fragilidade estrutural. Esse exercício pode se basear em variáveis como dependência bilateral com relação aos Estados Unidos, abertura externa, vulnerabilidade, tamanho de mercado, etc. O fato é que os dois únicos países das Américas, incluindo o Canadá e o México, que podem ser considerados como tendo poder de barganha médio para baixo são Argentina e Brasil. Detalhe técnico: ambos os países têm um problema central, que é a vulnerabilidade financeira externa. No que se refere às dívidas externas desses dois países, o Banco Mundial as classifica como de nível altamente crítico. Quer dizer, Argentina e Brasil têm enorme dependência do sistema financeiro internacional e do Fundo Monetário Internacional, e, portanto, do Tesouro norte-americano. Os únicos dois países que têm alguma condição de barganha são países que estão de "cócoras" no que se refere aos sistemas monetário e financeiro internacional. E, portanto, "comendo na mão" do Tesouro dos Estados Unidos. Em síntese, o poder de barganha da América Latina é muito frágil, muito fraco. Isso é um fato.

Conclusão

Concluindo, se em algum momento no futuro próximo tivermos um governo democrático e popular no Brasil, a Alca não será um problema, desde que haja coragem e vontade política para se rejeitar esse projeto. Simplesmente, é um "não rotundo". Como se faz isso? Na próxima reunião da Alca, manda um garoto ou uma mocinha lá do Itamaraty, que vai lá para a reunião só para tomar nota (*take note*) e dizer: "Não temos autoridade para fazer qualquer compromisso político." O presidente não vai, o ministro não vai e saímos da Alca. Rejeita-se a Alca. Isso não é um problema complicado para resolver, muito menos complicado do que se imagina. Vão fazer o quê? O que eles vão fazer? Claro que vão pressionar. Mas o Brasil sai da Alca.

Por outro lado, se tivermos um governo que não seja governo popular, que faça o país entrar na Alca, teremos problemas. O Brasil poderá obter ganhos na margem (mais investimento, mais comércio), mas certamente terá que fazer concessões sérias como, por exemplo, o acordo na área de investimento e de serviços. De fato, os norte-americanos têm interesse em vários serviços, inclusive de educação. O Brasil importa cerca de trinta milhões de dólares por ano de educação. Só os Estados Unidos exportam nove bilhões de dólares. Então, os norte-americanos estão interessados em vender serviços de educação. Isso ocorrerá por meio, nem tanto do acordo de serviços, mas fundamentalmente pelo acordo de investimento. A atual proposta de acordo sobre investimentos é um esquema de proteção muito forte aos interesses internacionais em cima do conceito de tratamento nacional.

Então, podemos ter diferentes cenários. O cenário otimista é o de rejeição a partir de janeiro de 2003. Quando da primeira reunião da Alca em 2003, basta mandar a mocinha ou o garoto do Itamaraty. Caso contrário, nós teremos uma luta muito séria pela frente e, se não derrotarmos a Alca, o Brasil corre um grande risco de ruptura. Há um risco crescente de ruptura institucional, independentemente da Alca, mas que será agravado pelos efeitos da Alca. Mesmo sem a Alca, o risco de ruptura institucional continua crescente se não houver uma ruptura com o modelo neoliberal.

Muito obrigado pela atenção!...

Guilherme Lessa

Palestra do professor Roberto Leher

(Faculdade de Educação da UFRJ, ex-presidente do Andes-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior)

Saúdo a iniciativa da nossa sessão sindical, Aduff, em promover essa atividade com vistas a estruturar a campanha nacional contra o Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca).

A exposição de Reinaldo demarca de forma muito competente, muito completa, o significado da Área de Livre Comércio das Américas e os seus desdobramentos. Se formos pensar nas implicações da Área de Livre Comércio para a educação, vamos ver que, de fato, o núcleo sólido do problema diz respeito à liberalização e à desregulamentação do setor educacional. Liberalização e desregulamentação que já estão em curso - e isso é importante sublinhar - porque a Área de Livre Comércio só intensifica, acelera, potencializa um processo que já está em andamento. Não podemos nos esquecer que a educação já está inserida no setor de serviço da Organização Mundial do Comércio desde a rodada do Uruguai, ainda na época do Gatt[1].

Educação como serviço a ser realizado no mercado

Não é casual, por conseguinte, que a educação seja definida na reforma do Estado Brasileiro, particularmente com a sistematização feita por Bresser Pereira, como um setor de serviços. É área de serviço não exclusivo do Estado e competitivo, ou seja, um serviço que se realiza no mercado. Portanto, é algo que estamos vivenciando no cotidiano. Basta observarmos a construção do território: proliferam instituições privadas em todas as partes, inclusive dentro de *shopping centers*. Também estamos vivenciando um processo avassalador de privatização dentro das próprias instituições públicas.

E é importante que nós não percamos de vista que tipo de privatização está acontecendo. Nós não estamos tendo a criação de universidades privadas, universidades no sentido do artigo 207 da Constituição Federal. O crescimento é basicamente voltado para aquilo que o Florestan Fernandes chamava de capitalismo dependente. Ou seja, nós temos instituições que têm o rosto do capitalismo dependente e da heteronomia cultural.

O que cresce no Brasil? Crescem os centros universitários e os cursos seqüenciais - em apenas dois anos, estes últimos expandiram 270%. A formação de professores, segundo o governo, teria de acontecer nos institutos superiores de educação, que são o andar de baixo do sistema de ensino superior brasileiro. Nós temos o crescimento brutal de universidades que, rigorosamente, não estão de acordo com o preceito da própria Constituição Federal, ou seja, não são instituições que desenvolvem pesquisa. Em suma, uma expansão que claramente possui a feição capitalista dependente, ou seja, nós

temos a construção, o desenvolvimento, e a expansão de um sistema de ensino que é degradado, que é minimalista, que é superficial, que, enfim, é voltado para uma determinada perspectiva de inserção do país na economia mundial.

É importante não perder de vista, também, que a expansão do setor privado não é uma expansão endógena ao mercado, ou seja, não é o mercado que está impulsionando, está demandando e está incentivando o crescimento das instituições. Fundamentalmente, essas instituições estão crescendo e se desenvolvendo a partir de políticas de governo. Se não fosse a ação deliberada do governo, essas instituições privadas não teriam crescido com um ritmo e com a virulência que elas cresceram nos últimos anos. De fato, os subsídios públicos são diversos: isenções tributárias, previdenciárias e empréstimos subsidiados do BNDES[2]. E, não menos importante, os empresários conseguiram a desregulamentação total das mensalidades.

A crise da dívida aprofunda o ajuste neoliberal

Esse deslocamento da educação como direito do cidadão, dever do estado, para um serviço a ser realizado no mercado, como instituição de mercado, não se deu isoladamente no Brasil. Claramente, esse processo toma feições mais profundas, mais drásticas, pelo menos desde a crise de 1982. É importante que nossas análises políticas considerem, conforme também lembrou Reinaldo, as crises cambiais e da dívida. Para entender um pouco do que está acontecendo hoje devemos reexaminar a crise da dívida de 1982. De fato, a partir de 82, os países latino-americanos não fizeram valer a sua condição de grandes devedores, que poderia repercutir na situação dos grandes bancos americanos. Há uma entrevista feita com um dos diretores do *Chase Manhattan* em que ele comenta que, se na crise de 82, Brasil, Argentina e México tivessem negociado em conjunto e tivessem renunciado ao pagamento, dos dez maiores bancos americanos, quatro quebrariam. Ou seja, os países latino-americanos não fizeram valer sua condição de grandes devedores. Os banqueiros têm um ditado que diz: "Quando você deve pouco, você tem um grande problema, mas quando deve muito, o emprestador tem um grande problema!". E, na realidade, por condições políticas, não foi possível renegociar, reestruturar o padrão da dívida. E a partir daí, certamente o Banco Mundial e o FMI tiveram condições políticas excepcionais para impor uma série de condicionalidades que foram impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial. Depois de aproximadamente sete anos em curso na América Latina, as reformas impostas resultaram no Consenso de Washington.

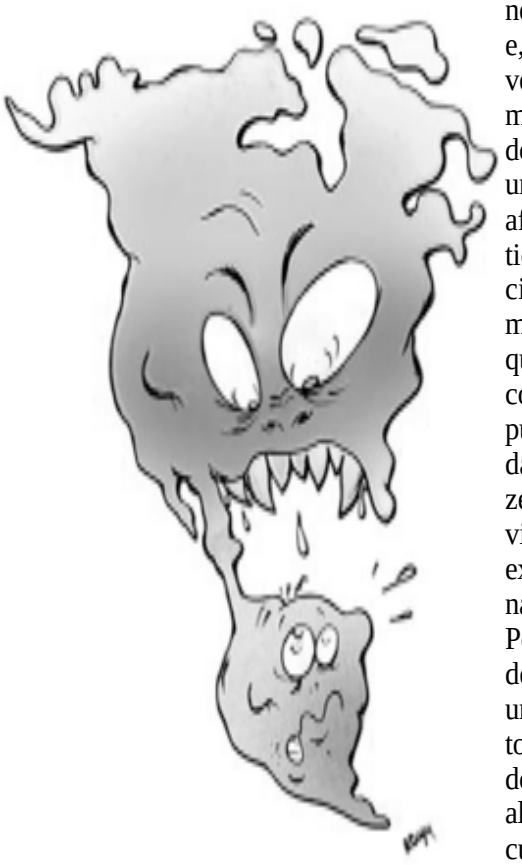
No caso do Brasil, Collor e, a seguir, Fernando Henrique, implementam essa política com uma intensidade, uma aceleração de tempo, extraordinária. Certamente o governo Fernando Henrique fica como uma das referências de eficiência na aplicação da reforma neoliberal. Foi o governo que fez o maior número de privatizações e atos de desregulamentação, inclusive em nível constitucional, no prazo mais curto. Todas as medidas neoliberais precisam ser implementadas num contexto histórico determinado. Isso requer negociações, sobretudo com as frações das classes dominantes que estão na coalizão de poder, mas, ainda assim, no Brasil, esse processo foi extremamente avassalador e chegou ao setor de serviços. Basta ver como a Lei de Patentes foi aprovada no Brasil.

Lei de patentes aprofunda o apartheid científico e tecnológico

Na universidade, infelizmente, não aprofundamos, com o devido rigor, a forma como o Brasil assinou a Lei de Patentes e suas implicações para o país. Desde a rodada Uruguai[3] temos a inclusão da propriedade intelectual como setor de serviço. O projeto de lei foi apresentado ao Congresso brasileiro em 1991. Na ocasião, o Senador Severo Gomes mostrava a versão, em inglês ainda, da Lei de Patentes brasileira. Ela foi traduzida a partir da versão elaborada pelo Departamento de Estado Americano. Na época, as negociações estiveram a cargo de Luiz Felipe Lampreia e de Marcílio Marques Moreira, então embaixador em Washington e, mais tarde, ministro da Fazenda de Collor. É importante destacar que esses personagens que negociaram a Lei de Patentes (negociaram obviamente "entre aspas") são os mesmos personagens que representaram o Brasil na reunião do Consenso de Washington.

Em 1989, por ocasião da reunião que originou o Consenso de Washington, o Brasil foi representado por três negociadores principais: Marcílio Marques Moreira, Bresser Pereira e Pedro Sampaio Malan. Ou seja, o grupo mais vinculado ao capital internacional, a classe mais internacionalizada, representada pelo PSDB, que hoje que está na direção do Estado brasileiro, é composta pelo mesmo grupo que esteve no poder durante toda a década de 90. Mesmo no final da Nova República, esse grupo já estava nos lugares-chave da política. Na Nova República isso não era tão claro. Como havia também

Ricardo Borges



frações da esquerda, "entre aspas" pelo menos, a direção real ficou um pouco mascarada.

A Lei de Patentes, quando foi encaminhada ao Congresso, causou muito mal estar. O fato de ela ter vindo primeiro com uma versão em inglês era motivo de preocupação e deslegitimava fortemente a sua aprovação. Mas, de toda forma, em 1996, ela foi aprovada. Certamente, muitos devem lembrar como ela foi aprovada. Fernando Henrique estava a três ou quatro meses de ir para os Estados Unidos e Clinton, na época, disse: "Você só vai ser bem-vindo aqui se chegar com a lei aprovada. Vire-se!". E foi um Deus nos acuda no Congresso e eles passaram um rolo compressor e aprovaram a Lei de Patentes. Assim, Fernando Henrique foi para os Estados Unidos com a lei aprovada.

É importante destacar que essa Lei de Patentes permite patenteamento de organismos vivos, algo que a quase totalidade dos países com certo aparato de C&T não admite. É uma Lei de Patentes muito mais dura, mais pró-capital, mais pró-imperialismo do que a Lei de Patentes assinada pela Argentina. Nem o governo Menen – cujo alinhamento preferencial com os EUA era conhecido - assinou uma lei tão restritiva como a brasileira.

Qual é o problema de uma Lei de Patentes? Eu acho que isso é um debate que temos que fazer para pensarmos que natureza de instituição de ensino superior nós estamos demandando para o país.

A Lei de Patentes abarca medicamentos, insumos agrícolas, variedades genéticas, afetando os setores de inovação, e, por conseguinte, os setores que têm a ver com agregação de conhecimento às mercadorias e aos processos. Sobretudo na área de medicamento nós temos uma situação dramática. E o quadro de africanização - e africanização no sentido de uma feição cada vez mais parecida com a África subsaariana - fica mais dramático quando pensamos na questão dos medicamentos. Há países, como Moçambique, em que 40% da população adulta são portadores do vírus da Aids. A proliferação do vírus vai fazer com que, em 2010, a expectativa de vida na África caia vinte anos. Hoje, a expectativa de vida média na África está na ordem de 61, 62 anos, no máximo. Pensem o que é uma redução da ordem de vinte anos. O que significa isso para um continente inteiro? E os medicamentos utilizados na atenuação dos efeitos do vírus não podem ter um custo socialmente definido. Muitas vezes, 90% do custo desse medicamento dizem respeito à propriedade intelectual. Não é o custo da matéria prima, não é o custo do processo industrial e tampouco é o custo da investigação. E, ainda assim, as regras da Organização Mundial do Comércio que impõem a propriedade intelectual prevêem um prazo de vinte anos de monopólio do conhecimento. E esse prazo de vinte anos pode ser ainda ampliado com a Alca.

Essa situação vai moldando um quadro que Reinaldo definiu como africanização e que, no caso da educação, configura uma situação de *apartheid* educacional planetário. E isso fica claro quando nós trabalhamos os grandes indicadores das patentes.

Existe um dado que sempre procuro repetir, porque nós, da universidade, temos que pensar muito seriamente sobre o seu significado. Existem no mundo três milhões e meio de patentes. Desses três milhões e meio de patentes, apenas 1% provém de fora do G7[4]. Rigorosamente, não é nem 1%, porque, se nós analisarmos as patentes no México e no Brasil, constataremos que grande parte delas pertence a empresas multinacionais que, por interesses determinados, por situações específicas, acabaram fazendo registro da patente aqui também.

Das quatrocentas mil patentes que são consideradas estratégicas, capazes de modificar o processo de produção das mercadorias, de todos os processos que permitam agregação de valor aos produtos, dessas quatrocentas mil patentes, 0% está nos países periféricos.

Com a Área de Livre Comércio e as regulamentações da Organização Mun-

dial do Comércio, a Lei de Patentes, que hoje congela por vinte anos o acesso a esses conhecimentos, o *apartheid* vai se eternizar, porque grande parte da capacidade tecnológica é adquirida por cópia. É o caso da Índia. A Índia não assinou uma Lei de Patentes nos moldes da brasileira. Sua regulamentação é muito mais pró-cidadania. A Índia faz cópias sistemáticas dos medicamentos, inclusive exporta essas cópias. É preciso registrar que são cópias competentes. Isso permite conhecimento da tecnologia. A caixa preta vai sendo decifrada. A cópia é necessária. Vejam a situação da África a que eu estava me referindo: em 2010, vamos ter a redução da expectativa de vida em vinte anos. Isso é um genocídio em curso. Com a propriedade intelectual, portanto, vamos ter um quadro extremamente dramático.

Áreas de interesse da Alca

Os acordos dar-se-ão basicamente em cinco grandes temas. São cinco grandes áreas que estão previstas na Área de Livre Comércio das Américas.

1) Bens industriais. O parque industrial brasileiro está caminhando rumo ao século dezenove. Há uma simplificação do parque industrial. As empresas de montagem não passam de 'maquiladoras'. É o caso da Ford, que foi para a Bahia e não contratou ninguém com alta qualificação, vindo, por exemplo, da Federal da Bahia. Os técnicos vieram de São Paulo ou dos Estados Unidos. E só contrataram o chão da fábrica. Esta é uma tendência. A simplificação do parque industrial visa referendar, eternizar, congelar e naturalizar essa divisão internacional do trabalho em que os países periféricos têm como vantagens comparativas: a existência de um pequeno, mas rico, mercado; renda extremamente concentrada; mão-de-obra a baixo custo; energia e matéria-prima a preço de banana. Não é por acaso que há vinte anos as indústrias de alumínio estavam todas nos países centrais e agora estão nos países periféricos. É um setor altamente intensivo em energia. Na época do racionamento, foi feito um cálculo que mostrava que só as indústrias de alumínio no Brasil consumiam 9% de toda energia do país.

Mas não há expectativa de que esses países venham a desenvolver e dar prosseguimento a perspectivas de construção da economia e de relações de trabalho mais sofisticadas, como começou a ser feito aqui no Brasil, com muitas contradições e insuficiências, no período da modernização conservadora.

Então, temos um quadro em que os bens industriais seguramente já vão estar submetidos a essa política que pode ser caracterizada como imperialista. Basta lembrar os setores em que nós temos maior capacidade tecnológica, como é o caso da Embraer. As dificuldades em relação a Embraer, ou em outros setores, como aço, são apenas um prenúncio dos problemas futuros.

2) Agricultura. O Congresso Americano acabou de aprovar uma proposição *(Farm Bill)* que permite a alocação de setenta bilhões de dólares em subsídios à agricultura. Daí, podemos perguntar: como a agricultura latino-americana, ou da África, pode competir com uma agricultura que recebeu setenta bilhões de dólares de subsídios? Virtualmente é impossível. Sem contar que existem barreiras sanitárias, políticas de cotas etc.

3) Compras governamentais. Este setor está passando um pouco despercebido no debate, apesar de repercutir diretamente na universidade. O percentual de recursos que o Estado opera, maneja, é sempre muito grande. No mínimo, o equivalente a 30% do PIB[5], variando até 50% ou mais nos países ricos. Por isso, o Estado é um grande comprador. E é um grande comprador de todo tipo de serviço. E pelo tratado da Alca, as prefeituras, os governos estaduais vão poder comprar livros didáticos, estudos sobre meio ambiente, sobre prospecção mineral, etc., de empresas multinacionais.

Quais as conseqüências disso? Vamos pensar na mineração, na prospecção de petróleo, na mineralogia e, genericamente, na agricultura e nos materiais didáticos. Com a Área de Livre Comércio das Américas - e nós não podemos esquecer que governos temos na América Latina - a perspectiva de bons empregos irá desaparecer. Que serviços são esses? Serviços sobre meio ambiente: biofísicos, bioquímicos, geólogos, biólogos. Na área de saúde: enfermeiros, nutricionistas, médicos etc etc.

É fácil saber o que vai acontecer com os poucos e bons empregos vinculados às compras e à prestação de serviços governamentais, se essa área for desregulamentada. Vai criar uma situação extremamente preocupante. A universidade vai poder ser o lócus dos cursos seqüenciais. Com a simplificação do setor de serviços, o que vai sobrar aqui certamente não prenuncia um futuro muito glorioso.

4) Investimentos estrangeiros diretos. É uma modalidade conhecida dos latino-americanos. Esses investimentos foram direcionados à compra, a preço de banana, das empresas estatais, por meio das privatizações. A outra face bem conhecida é o investimento nas 'maquiladoras'. Ou seja, as montadoras que conhecemos em Manaus, a Ford e vários outros exemplos. Na revista Carta Capital, um exemplo muito interessante é apresentado, o caso mexicano. Mostra que em Tijuana, e em toda aquela área perto da fronteira, foi instalada uma série de maquiladoras. A população pobre migrou para aquela região. Agora, já estão fechando milhares dessas empresas, por causa da recessão americana e as pessoas não têm para onde ir.

5) Serviços. Com o exemplo das patentes, e, adiante, com a discussão do ensino superior, é possível desenhar um esboço dos problemas que a desregulamentação do setor irá provocar.

Todas as cinco grandes áreas têm repercussões imediatas para o sistema de ensino superior. E a linha seguida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso pavimenta o caminho para esse *apartheid*, por meio da quebra do que o governo chama, pejorativamente, de modelo europeu de universidade.

Durante a greve, nós citávamos muito uma entrevista de Fernando Henrique, em que ele dizia que era prioridade do seu governo frear o crescimento das universidades federais. E também a entrevista do Paulo Renato, na revista Exame, em que ele falava que a idéia de desenvolvimento tecnológico próprio era uma idéia anacrônica, que podia ter sentido na época do Getúlio, mas que hoje, como o conhecimento está aberto e é livre, pode ser adquirido no mercado. Não haveria dificuldades para conseguirmos comprar conhecimentos. Novamente, é preciso lembrar a situação não só da África Subsaariana, mas de todo o continente. Aqui na América Latina não é diferente. O que significa comprar tecnologia? Sem contar que as grandes corporações da indústria farmacêutica não têm interesse, por exemplo, em fazer estudo sobre dengue. Quem vai comprar remédio para dengue, os pobres? Não há investimento sobre isso.

Com a Área de Livre Comércio, com a Lei de Patentes e com a liberalização da indústria farmacêutica, vamos ter um quadro em que não teremos pesquisas feitas aqui no Brasil para questões que são urgentes. Eu dei o exemplo da dengue, mas podemos pensar na agricultura, nas questões da cultura etc etc. Enfim, com a lógica das patentes e com o deslocamento das pesquisas para as grandes corporações, certamente desafios da saúde pública não serão solucionados.

Há um indicador de que, nas indústrias farmacêuticas, aproximadamente 10% dos recursos que eles utilizam em pesquisa são para áreas de saúde pública, abarcando 90% dos problemas de saúde pública dos países pobres. Noventa por cento das enfermidades existentes nos países pobres, de uma forma geral, recebem 10% dos recursos das corporações na área de pesquisa. Inversamente, 90% dos recursos das corporações são para as doenças e para os problemas dos países ricos – problemas cardíacos etc.

Em suma, a Área de Livre Comércio tem uma repercussão profunda, pois cria uma nova demanda (mais simplificada) e uma nova feição para o sistema educacional dos países periféricos.

Vou concluir mostrando que as medidas que estão em curso hoje no Brasil são todas medidas que corroboram e operacionalizam essa simplificação do sistema de ensino. Eu já dei o exemplo

da formação de professores nos institutos superiores de educação, da explosão dos cursos seqüenciais e dos centros universitários (essa figura exótica que foi criada aqui no Brasil: uma instituição que tem autonomia para abrir e fechar cursos, mas não precisa fazer pesquisa como determina a Constituição Federal). As novas diretrizes curriculares e o 'provão' igualmente apontam para a simplificação e a padronização do sistema de ensino.

Avaliação como instrumento de política educacional

Observem que quase todos os países da América Latina têm um sistema centralizado de avaliação. Temos aproximadamente vinte grandes sistemas de avaliação em curso na América Latina e esses sistemas têm uma característica muito própria: raramente são órgãos de Estado. Em geral, ou são instituições estritamente governamentais, dentro do aparato do governo, mas que não têm legitimidade pública, ou, sobretudo, são instituições de natureza privada. É o caso da Fundação Cesgranrio e da Fundação Carlos Chagas, no Brasil. A Cesgranrio tem como base de sua "legitimidade" o fato do Serpa, enquanto pessoa física, ter doado 500 mil reais para a campanha do Fernando Henrique. Certamente, a Cesgranrio doou muito mais; logo a seguir eles ganharam a concorrência e estão fazendo os 'provões'. Obviamente a Cesgranrio é completamente desprovida de legitimidade acadêmica. Nós não podemos supor que as universidades que estão produzindo um conhecimento extremamente complexo possam ser avaliadas, no processo e na complexidade do que significa produzir conhecimento no Brasil, por meio de Fundações como a Cesgranrio.

De toda maneira, isso está presente em toda a América Latina. O caso do NAFTA[6] é importante, porque o Tratado de Livre Comércio da América do Norte já dá algumas indicações do que pode ser o futuro das universidades no restante da América Latina. No caso do México, quem faz a avaliação centralizada, quem faz o 'provão' de lá, é um órgão chamado Ceneval (Centro Nacional de Avaliação), que tem a participação do que seria equivalente à FIESP do México, assim como da Coca-Cola e outras corporações.

Há perspectiva de construção de um sistema unificado que vai fazer com que o 'provão' seja um 'provão' continental. Não vai ser um 'provão' que irá avaliar a Universidade de Princeton, ou a Universidade de Harvard, ou qualquer outra da alta elite: vai ser a avaliação das empresas de ensino, dos *Collegies*, com o objetivo de facilitar a implementação de um padrão educacional comum. Esse padrão comum vai ser o padrão "McDonaldizado" dos Estados Unidos. Não podemos ter dúvida quanto a isso. Certamente não haverá o reconhecimento das contribuições da História, da Política, da Cultura, da Ciência desenvolvida pelos diversos países latino-americanos. É preciso lembrar que um dos fatores que motivou a grande greve da UNAM[7] foi esse. Já estava presente no debate e o governo recuou, na época, por causa da longa greve dos estudantes da UNAM. Agora, com o governo Fox, essa questão está sendo rediscutida. Hoje já temos, em quase todos os países da América Latina, sistemas centralizados. A idéia de uma avaliação centralizada está presente no debate educacional e, para muitos, já foi naturalizada.

Agenda do Ensino Superior nos Tratados de Livre Comércio

O que pretendem os Estados Unidos com a Área de Livre Comércio no setor do ensino superior? Basicamente o que pretende o governo americano? O exame das proposições apresentadas à Organização Mundial do Comércio é esclarecedor.

O governo americano quer remover obstáculos ao livre mercado educacional. E que obstáculos são esses?

Obstáculos à instalação de instituições estrangeiras aqui no Brasil, ou na América Latina. A instalação de instituições é um primeiro obstáculo. Vários países criam dificuldades para a instalação de empresas educacionais estrangeiras.

Segundo: remover todos os obstáculos que hoje impedem a outorgação de títulos, diplomas, certificados. Hoje nós já temos a possibilidade de fazer um cursinho na Internet pela Universidade de Michigan, mas é claro que o diploma não tem validade no Brasil e se esse diplominha da Universidade de Michigan for levado aos Estados Unidos vai ser motivo de chacota. A outorgação de títulos é uma questão que está colocada logo no topo das exigências.

Abolição de todo o tipo de restrição a cursos a distância; ao uso da Internet, sobretudo para cursos a distância.

Como muitos desses cursos são de graduação, vários países colocam exigências que comprovem a saúde econômica da faculdade que vai ser criada para que, após o investimento de quatro anos ou mais por parte dos "clientes", essa empresa não venha a desaparecer. Esse é um outro ponto que eles acham que deveria ser removido: a prova de condições econômicas.

A exigência de sócios locais é outra exigência tida como absurda. Querem remover qualquer obstáculo a estabelecimento de parcerias e associações com grupos locais ou à possibilidade de desfazê-las. Isso é importante e nós já temos exemplos concretos desse processo aqui no Brasil, basta lembrar o Curso Pitágoras, que se associou a um grupo multinacional americano e já está fazendo *joint ventures* aqui no Brasil e fora, inclusive no Chile, ligado ao Walfrido Mares Guia, que, não por acaso, é um dos arrecadadores da campanha do Ciro Gomes.

Demora da burocracia estatal. É claro que aqui é novamente a perspectiva da flexibilização da desregulamentação. Um tratamento fiscal discriminatório, tratamento menos favorável às franquias, é um outro ponto. Eles têm reclamado muito que as franquias são mal vistas e que têm que ter tratamento igual a qualquer outro tipo de iniciativa.

Leis e Regulamentações Nacionais que estão dificultando a contratação de trabalhadores. Os professores muitas vezes têm exigência de plano de carreira, de piso salarial e de exigências trabalhistas que devem ser removidas.

Acesso às subvenções – os países muitas vezes não tratam igualmente as empresas estrangeiras que estão aqui. Por exemplo, a verba do BNDES, que hoje vai para as instituições privadas, deveria ir também para as instituições estrangeiras.

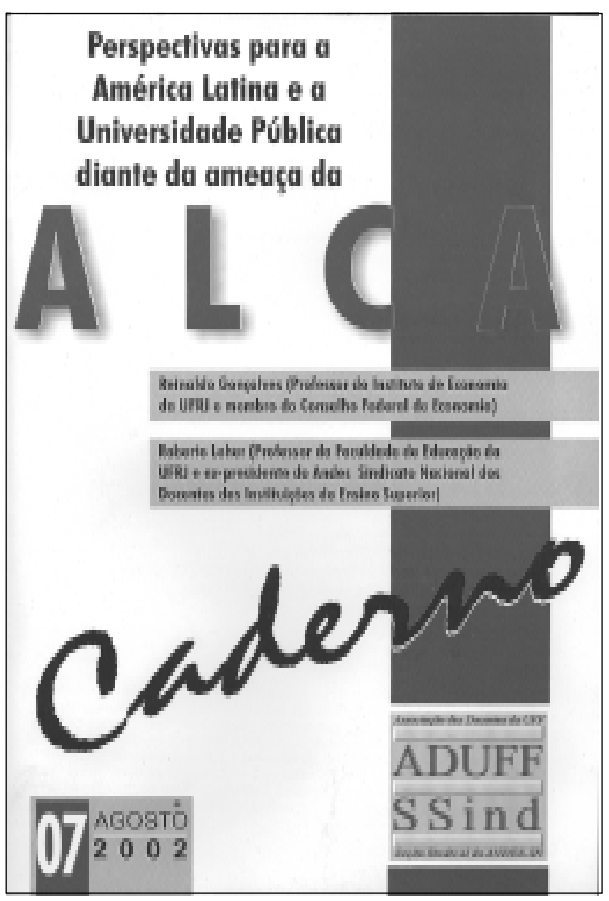
Dificuldade de utilização de mão-de-obra temporária vinda da matriz, ou seja, a entrada e saída de pessoal dos países-sede é também outro problema levantado.

A remessa de lucro – não pode haver nenhum obstáculo à remessa de lucro.

Com esse quadro, o que é que nós teríamos? Nós teríamos os cursos a distância, que vão certificar, e uma situação de implementação desse novo sistema de ensino – que já está em curso no Brasil. As políticas da Alca não podem ser analisadas sem pensar o que são as classes dominantes no Brasil. Existem aliados internos. Frações das classes dominantes estão interessadas nesse tipo de negócio, vide o Pitágoras, que é só um pequeno exemplo, mas teríamos "n" outros casos.

Há um trabalho divulgado na Revista Exame, que tem como origem um estudo feito por analistas do Banco de Boston, que avalia que o mercado educacional brasileiro tem o potencial de algo como 90 bilhões de reais. Não é um pequeno mercado que está em jogo. Esse mercado é atraente e certamente com a desregulamentação vai haver uma voracidade bastante grande e teremos muitas compras, fusões... Nós vamos ter uma reconfiguração pela qual certamente as universidades públicas não poderão passar incólumes.

Os acordos que visam a implementar a Alca e os Tratados de Livre Comércio para o ensino superior operam, naturalizam, esse *apartheid* educacional planetário. É isso o que está em jogo e por isso a campanha contra a ALCA deve ganhar bastante força nas universidades. Precisamos conversar com nossos companheiros, ajudar, mobilizar, para que, de fato, em setembro, possamos ter elementos para um posicionamento forte da Universidade contra a Área de Livre Comércio das Américas.



CAPA DO CADERNO Nº 7 DA ADUFF-SSIND

[1] Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e o Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade).
[2] Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
[3] A Rodada Uruguai corresponde a oitava rodada de negociações comerciais multilaterais. Entre outras decisões foi acordada a criação da Organização Mundial do Comércio. O setor de serviços foi objeto de uma série de deliberações, entre as quais destaca-se a propriedade intelectual. Embora 117 Estados tivessem participado, a hegemonia foi do chamado quadrilátero: EUA, Comunidade Européia, Canadá e Japão.
[4] Grupo dos 7 países mais ricos do mundo
[5] Produto Interno Bruto
[6] Tratado de Livre Comércio da América do Norte
[7] Universidade Nacional Autônoma do México

Reprodução dos textos publicados no Caderno nº 7 da Aduff-SSind. Revisão de texto e Edição: Lígia Coelho. Transcrição de fitas: Sulamita Teixeira Ferreira e Denise de Novaes Salema

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 55 • 9 de setembro de 2002
www.adufrj.org.br

Errata:
No último jornal da Adufrj (edição nº 69, de 2 de setembro), no encarte sobre a Alca, faltaram as notas de rodapé da transcrição da palestra do professor Roberto Leher (já incluídas na versão eletrônica na página da entidade, em www.adufrj.org.br).

UFRJ pode ser sitiada

Posto policial, batalhão de vias especiais, delegacia de meio ambiente, heliporto e base de operações marítimas no *campus*

De acordo com o vice-reitor, Ségio Fracalanzza, nesta quinta-feira, 12/9, a reitoria já pretende encaminhar para discussão na pauta do Conselho Universitário a proposta feita em conjunto com a secretaria de Segurança do Estado do Rio para a Cidade Universitária. Conforme foi divulgado na edição nº 68 do jornal da Adufrj (26/8/2002), para resolver a demanda por segurança no Fundão, a reitoria está propondo, entre outras medidas, a instalação de um Batalhão da Polícia Militar no *campus*. Segundo Fracalanzza, a reitoria se comprometeu a dar uma resposta ao projeto do governo do Estado em um mês da data da reunião com o secretário de Segurança, Roberto Aguiar (19 de agosto).

De acordo com o vice-reitor, a reitoria já aceitou a primeira etapa da proposta apresentada pela Secretaria: dois polígonos de segurança com uma viatura em cada e dois outros carros da PM circulando em torno das Unidades e Centros.

Na primeira fase, já aceita pela reitoria, segundo o vice-reitor, os servidores vigilantes da universidade receberiam treinamento da Polícia Militar e orientações de como agir em situações de violência, roubos e furtos no *campus*. O di-

Continua na página 3

Reunião Conselho de Representantes

11 Setembro (quarta-feira)

17:30 horas

Sede da Adufrj-SSind
Centro de Tecnologia
Bloco D – Sala 200

Pauta:
1 – Informes/Assuntos Gerais;
2 – 45º Conad – Cronograma/ textos da Adufrj-SSind;
3 – Contribuição sobre 13º salário/2001 e férias/2002;
4 – Organização de reuniões nas Unidades;
5 – Sistemática para indicação de representantes nas reuniões nacionais (GT, SPF e IFES).

As reuniões do Conselho são abertas a todos os sindicalizados. Participe!

AGU confirma exoneração do procurador de Vilhena feita por Lessa

Em portaria publicada no dia 4 de setembro, o advogado-geral da União exonerou o procurador-geral da UFRJ, Alexandre Cintra (nomeado na gestão Vilhena), e nomeou Ronaldo Medeiros de Albuquerque (indicado pelo reitor Carlos Lessa), em seu lugar. Pela lei nº 10.480, aprovada no Congresso Nacional no início de julho deste ano, foi retirado dos dirigentes o poder de nomeação dos procuradores das autarquias federais. A reportagem da Adufrj-SSind tentou localizar o dr. Ronaldo na reitoria para falar da nomeação, mas ele estava em viagem e só deve assumir a função nesta segunda-feira, 9 de setembro.

As entidades sindicais da Educação são contrárias à lei nº 10.480, que estabelece uma Procuradoria-Geral Federal, cujos procuradores ficam subordinados à Procuradoria Geral da União e, na prática, acaba com a autonomia das autarquias e instituições federais. Para a assessoria jurídica da Adufrj-SSind, a lei pode agravar o processo de controle e subordinação das universidades ao governo federal, sendo uma afronta à autonomia das instituições, garantida pela Constituição Federal no seu artigo 207.

Propostas da Reitoria e da Secretaria de Segurança Pública do Estado para o Fundão

Abaixo, a íntegra das propostas do Grupo de Trabalho da UFRJ e da Secretaria

Secretaria de Segurança Pública - Planejamento Especial para a Ilha do Fundão
Objetivos das Ações:
• Em curto prazo – a instalação de cursos e atividades acadêmicas noturnas
• Em longo prazo – a transformação da Ilha do Fundão em um espaço de convívio social e em uma área de lazer integrada à Cidade

Proposições do GT-UFRJ
• Instalação de DPO´s – antiga Av.1 e Rua 32
• Instalação de Circuito Fechado
• Instalação de Base de Policiamento Marítimo
• Implementação do Programa RELUZ
• Controle de Acesso ao Campus
• Fechamento da Alça da Linha Vermelha
• Fechamento Noturno da Cidade Universitária
• Implementação do Sistema de Ronda pela PMERJ

Comentários sobre as Proposições do GT-UFRJ
• Instalação de DPO´s – antiga Av.1 e Rua 32
Não vemos necessidade de 2 DPO´s. O da antiga Rua 32 é desnecessário em nosso projeto
• Instalação de Circuito Fechado - Envolve investimento elevado e está mais relacionado a vigilância patrimonial que a segurança do público
• Instalação de Base de Policiamento Marítimo - É uma externalidade prevista em nossa proposta
• Implementação do Programa RELUZ - Refere-se a decisão privativa da Universidade sendo complementar aos objetivos propostos
• Controle de Acesso ao Campus - Refere-se a decisão privativa da Universidade sendo desnecessário para os objetivos propostos
• Fechamento da Alça da Linha Vermelha - Desaconselhável por motivos evidentes e desnecessário para os objetivos propostos
Fechamento Noturno da Cidade Universitária - Objetivo antagônico aos interesses da Universidade
• Implementação do Sistema de Ronda pela PMERJ - Em implantação

Propostas de Atuação Policial
• Instalação de DPO na Pç da Prefeitura – Unidade de Comandamento e Referência para a Comunidade
• Inversão do posicionamento do Trailer na área do Hospital Universitário
• Instalação de PPC na rotatória da Av 1
• Instalação de Polígono na Av 4 próximo a Rua 15
• Instalação de Polígono na Rua 5 esquina com Av 4
• Instalação de Unidade do CBMERJ na Vila Residencial dos Funcionários

Propostas de Atuação Complementar 1
• Realização de Treinamento dos Vigilantes da UFRJ (todos os campi)
• Ações regulares de planejamento de segurança entre a PMERJ e Divisão de Segurança da Universidade
• Criação de AISP Especial da Ilha do Fundão

Propostas de Atuação Complementar 2
• Instalação da Delegacia do Meio Ambiente no atual prédio da empresa de segurança na Sede Campestre
• Instalação do Batalhão de Vias Especiais da PMERJ e do CORE – PCERJ nos galpões atualmente utilizados pelo Metro
• Instalação de Posto de Observação e Heliponto no alto do Pq da Mata Atlantica

Adufrj-SSind

Adufrj-SSind discute questões salariais com SR-4

Continua a luta para ampliar direitos dos substitutos da UFRJ

A diretoria da Adufrj-SSind continua em contato com as sub-reitorias para resolver os problemas verificados junto aos sindicalizados. No último dia 4, houve uma reunião com a Sub-Reitoria de Pessoal e Serviços Gerais (SR-4) na qual foram tratados assuntos vinculados basicamente aos salários dos professores. GED, GID, substitutos, ganhos judiciais: um pouco de tudo foi discutido.

Em relação aos substitutos, foi lembrado pela diretoria da seção sindical que alguns professores estão trabalhando sem contrato assinado (ou, no caso de terem assinado algum documento, não ficam com uma cópia para sua segurança trabalhista). Este ponto já havia sido levado ao conhecimento da reitoria no encontro de 20/8 (jornal da Adufrj nº 68, de 26 de agosto). O sub-reitor Luiz Afonso Henriques disse ter verificado a situação e constatou que os temporários ficam, sim, com um documento que teria valor legal.

A assessoria jurídica da entidade sindical reivindicou, ainda em relação aos substitutos, que o valor dos salários seja estabelecido em função da qualificação do docente. Se ele é mestre ou doutor, deve ganhar como tal. Não importa se não é estatutário, porque a universidade tem a autonomia para resguardar esse direito. A mesma jurisprudência valeria para garantir férias e licenças para os temporários. Luiz Afonso disse que levaria a questão para apreciação dos colegiados acadêmicos CEG e CEPG.

Progressão por qualificação

Outro item debatido na reunião foi o prejuízo causado aos docentes que se qualificam, mas precisam aguardar a emissão do diploma pela instituição onde fizeram o mestrado ou doutorado (há casos em que a demora chega a meses!) para entrar com o processo na CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente). Somente depois, conseguem receber o valor devido nos vencimentos. A diretoria da Adufrj-SSind observou que a ata de uma banca examinadora tem o valor legal necessário para implementação do novo salário e o pagamento correto poderia ser feito já a partir do contracheque seguinte do docente recém-qualificado. De acordo com a seção sindical, esse era o procedimento adotado pela UFRJ até a ex-sub-reitora de pessoal Maria Augusta mudar a regulamentação interna. Luiz Afonso concordou e prometeu encaminhar esta questão. Existe a possibilidade de revisão, por parte da reitoria, da data de progressão dos professores que se submeteram ao processo. Isso não implica, porém, em pagamento das diferenças por medida administrativa, uma vez que cairiam nos chamados "exercícios findos" e não haveria previsão orçamentária para tal.

GID

Conforme noticiado no último jornal da Adufrj (nº 69, de 2 de setembro), a UFRJ errou três vezes no pagamento da Gratificação de Incentivo à Docência (GID). A terceira falha foi o cancelamento da rubrica referente à Lei da gratificação e a manutenção da rubrica da liminar (o que não teria mais sentido). O sub-reitor disse que ia verificar junto ao jurídico da universidade a pertinência da reivindicação. Para reposição ao erário de eventuais recebimentos a mais da gratificação, a sub-reitoria já estabeleceu que o desconto no contracheque será feito pelo valor mínimo estabelecido pela legislação (dez por cento dos vencimentos).

GED no papel

A diretoria da seção sindical criticou os procedimentos de avaliação da Gratificação de Estímulo à Docência. Para a Adufrj-SSind, deve ser garantido pela administração o direito de o docente entregar seus dados em papel para a comissão de avaliação local. Todo ano, a entidade ganha esta ação na Justiça e a UFRJ poderia evitar o contrangimento legal. Outro aspecto é a reivindicação da seção sindical de que os critérios da GED sejam amplamente discutidos pelo corpo docente da instituição. Luiz Afonso disse que ia encaminhar a questão para o reitor.

Ganhos judiciais

Professores que foram transferidos para outras instituições entraram em contato com a seção sindical para reclamar da perda de ganhos judiciais adquiridos na UFRJ (26,05%, por exemplo).

Se existe a perda daqueles que saíram, há ainda a perda dos que ficaram: a seção sindical obteve ganho de causa em ações relativas ao abono pecuniário dos docentes de 1998 a 2000 e do cancelamento do desconto do Plano de Seguridade Social (PSS) em cima da gratificação natalina e de abono pecuniário. Nos abonos de 1999 e 2000, a Adufrj-SSind reivindicou o pagamento a todos, pois a UFRJ não abriu nenhuma opção ao corpo docente na escala de férias daqueles anos. Luiz Afonso afirmou que vai pagar o que é devido, mas não estipulou o prazo.

Dados funcionais

A direção da seção sindical recebeu do sub-reitor disquetes com os dados funcionais dos docentes da UFRJ para atualização cadastral. O material recebido está sendo analisado para verificar se há necessidade de complementação das informações.

"Universidade e Sociedade" recebe artigos

ATENÇÃO

A tradicional revista de artigos do Andes-SN "Universidade e Sociedade" já está recebendo materiais para o seu próximo número. A publicação terá como tema central "Partidos Políticos e Projetos Sociais". O objetivo é examinar o movimento e a atuação dos partidos políticos neste ano de eleições e seus projetos sociais apresentados ou propostos para a sociedade brasileira. Todos estão convidados a enviar seus artigos para o Sindicato Nacional até o dia 30 de setembro, aos cuidados do professor Antônio Ponciano Bezerra – que é um dos encarregados de Imprensa e Divulgação da entidade. O Andes-SN fica no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 3º andar, Bloco "C", CEP 70302-914, em Brasília (DF). O telefone é: (61) 322-7561 e o fax: (61) 224-9716. O e-mail geral é: andes-sn@andes.org.br

Agenda Sindical

11/9 – Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
Sede da Adufrj-SSind (CT, Bloco D, sala 200), às 17h30.

11 a 13/9 – III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN
Curitiba (PR)
- Vai debater: a Lei de Inovação Tecnológica e Fundos setoriais, entre outros assuntos.

19/9 – Assembléia Geral da Adufrj
Pauta, horário e locais a serem definidos

1 a 3/11 - 45º Conad
Belém (PA) – com o tema "Projeto Histórico e Programa de Governo: as reivindicações dos trabalhadores X acordos econômicos".

Anote

Simpósio internacional na USP
De 17 a 19 de setembro, o anfiteatro de História da USP recebe o simpósio internacional "A Encruzilhada da América Latina". Estão previstos vários debates sobre a Universidade, a dívida externa, lutas sociais, as eleições no Brasil, as reformas neoliberais, entre outros temas. O presidente e o 2º vice-presidente do Andes-SN, respectivamente Luiz Carlos Lucas e Osvaldo Coggiola, estarão presentes. Os professores Pablo Rieznik (Universidade de Buenos Aires) e Edmundo Fernandes Dias (Unicamp), que participaram do ciclo de debates da periodização em 2001 na UFRJ, também estarão no evento. A entrada é franca. As inscrições podem ser feitas no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP). Os contatos são os seguintes: (11) 3815-0167, 3091-3589 e 3091-3587. O e-mail é: prolamev@edu.usp.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Continuação da Capa

rigente adiantou, também, que será instalada uma Unidade de Comandamento e Referência para a Comunidade. No material apresentado à reitoria pela Secretaria de Segurança, a Unidade é vinculada à instalação de um Departamento de Policiamento Ostensivo (DPO) e o local será a praça da Prefeitura.

Esta Unidade de Comandamento, segundo Fracalanzza, abrigará uma 'central de comunicação' que estabelecerá uma rede de informações entre os Centros e estará ligada diretamente à administração central, ou seja, à reitoria. O vice-reitor garante que nenhuma 'ação' será tomada sem a ciência e o aval da reitoria. "A administração central estará junto (da polícia) para evitar abusos ou mal entendidos", disse, comentando as possíveis atuações na PM em situações rotineiras da vida universitária, como protestos, manifestações e passeatas. Segundo o professor, os policiais militares também receberão treinamento especial para atuarem no espaço da universidade.

Humanização do *campus*

Segundo o ex-decano do Centro de Ciências da Saúde, além da presença da polícia militar, a proposta da reitoria é também humanizar a cidade universitária, com investimentos em iluminação e recuperação de espaços abandonados. "A pressão é diária, de pais, estudantes e funcionários reclamando da falta de segurança nos locais", comenta Fracalanzza. Pela proposta que será levada para aprovação do Consuni, serão instalados no Fundão, além da 'Unidade de Comandamento', uma Delegacia de Meio ambiente e um Batalhão de Vias Especiais.

Sem debate com a comunidade

A expectativa para a sessão do Consuni sobre o tema é grande. Apesar de considerar o Conselho Universitário um fórum adequado para deliberação sobre propostas desta natureza, a diretoria da Adufrj-SSind teme pela falta do debate na comunidade para a tomada de decisões que podem alterar profundamente a vida no ambiente universitário. Para a diretoria da Adufrj-SSind, este assunto não deve ser deliberado num período de recesso acadêmico (neste mês de setembro). A diretoria da seção sindical entende que há a urgência na definição de uma política adequada de segurança no campus, mas considera que os objetivos da propostas não se resumem a aumentar a segurança para as atividades acadêmicas. "A expressiva militarização do espaço da UFRJ, incluindo a instalação de um Batalhão Especial, heliporto e base para operações marítimas, indicam que os objetivos do grupo de trabalho da UFRJ vão além de transformar a ilha num espaço de convívio e lazer integrado à cidade do Rio de Janeiro. A proposta pode levar à conclusão de que o GT-UFRJ desejaria instalar no Fundão um forte aparato policial para dar suporte e basear as ações da PM", avalia José Henrique Sanglard, diretor da entidade.

Registro

PM instala Batalhão na Maré

Desde o ano passado, a Polícia Militar vem construindo um Batalhão de Vias Especiais na área reservada para a segunda etapa da Vila Olímpica, na favela da Maré, vizinha à cidade universitária. Em agosto de 2001, na ocasião em que a proposta foi divulgada, os moradores da região fizeram um protesto contra a iniciativa. Segundo noticiário do Jornal do Brasil (31/8/2001), houve choque entre os moradores e a polícia. 'Do confronto entre moradores e policiais, restaram três pessoas feridas", diz matéria.

Disputa apertada no CCS

Em disputa apertada para representação do Centro de Ciências da Saúde no CEG, venceu a chapa 1, composta pelos professores Gil Fernando C. M. de Salles (Faculdade de Medicina/HU), como titular, e Maria José Coelho (Escola de Enfermagem Anna Nery), como suplente. Os dois receberam 302 votos contra 296 da chapa 2, composta pelas professoras Déia Maria Ferreira (Instituto de Biologia), candidata a titular, e Letícia Legay Vermelho (Faculdade de Medicina/NESC), candidata a suplente. Houve ainda 10 votos nulos e 12 brancos. Antes de encaminhar os nomes para o CEG, haverá homologação no Conselho de Centro do CCS, nesta segunda-feira, dia 9. No Centro de Filosofia e Ciências Humanas, onde não havia disputa por vaga, foram endossados os nomes de todos os representantes para o Consuni, CEG e CEPG, cujos nomes foram divulgados na edição de 2 de setembro do jornal da Adufrj. A homologação também será nesta segunda-feira, no Conselho de Centro.

Comunidade da UFRJ participa do Plebiscito da Alca

Manifestação no HU colhe assinaturas contra a Alca

As entidades representativas da universidade (Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj) fizeram sua parte no Plebiscito da Alca e espalharam seções plebiscitárias pelos *campi*. A direção da Adufrj-SSind, no entanto, avalia que o resultado na UFRJ poderia ser melhor, não fosse o recesso letivo que atrapalhou as atividades. Caiu a movimentação de alunos, professores e funcionários na instituição e houve dificuldades de conseguir pessoas para compor as seções.

Apesar de tudo, o ponto alto da campanha na universidade, decidida pelo comitê local, foi uma grande panfletagem realizada na porta do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), às seis da manhã do dia 5/9. Os manifestantes aproveitaram a grande movimentação de pacientes que chegam para o atendimento e colheram assinaturas contra a Área de Livre Comércio das Américas. Os interessados eram esclarecidos sobre o acordo através de jornais da Campanha Nacional contra a Alca e eram convidados a votar em urnas próximas. Na ocasião, a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, conclamou os presentes a participarem da votação e explicou o que o acordo poderia significar para a área de serviços no Brasil, como a Educação e a Saúde. Trocando em miúdos: o atendimento prestado no HU, público e de qualidade, poderia estar com seus dias contados...

Otimismo com a Campanha

A Secretaria da Campanha Nacional contra a Alca estava otimista com o andamento do Plebiscito. Em boletim da organização do evento datado de 3 de setembro (disponível em www.jubileubrasil.org.br), foi informado que a expectativa é superar os números do Plebiscito da Divida Externa de 2000, quando foram mobilizados 120 mil voluntários em 3.444 municípios e foram utilizadas 55 mil urnas, que resultaram numa votação de 6.030.329 eleitores

No dia 17, haverá a divulgação dos resultados da consulta em todo o país. À tarde, após manifestações públicas, os números serão entregues aos representantes dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e, ainda, na Embaixada dos Estados Unidos, em Brasília. No dia seguinte, uma Assembléia Popular, que vai contar com um representante por município, vai definir os rumos da Campanha contra a Alca, após a consulta popular.

Alcântara fica para depois das eleições

A habitual falta de *quorum* no Congresso Nacional em época de eleição acabou beneficiando o Brasil. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deixou de votar no dia 29/08 o parecer do relator Zenaldo Coutinho (PSDB-PA) sobre o acordo com os Estados Unidos para uso da base de Alcântara, no Maranhão – situação que está sendo questionada na terceira pergunta do Plebiscito contra a Alca. Coutinho comprometeu-se a realizar uma nova audiência pública, em novembro, para a discussão do polêmico acordo, apontado por diversos setores da sociedade como sendo lesivo à soberania nacional.

Guilherme Lessa

PACIENTES PARTICIPAM DA VOTAÇÃO NA PORTA DO HOSPITAL

Opinião/Francisco Ary Fernandes de Medeiros*

C&T: a política dos átomos

Há muito vimos no país nos acostumando com as situações de *cobertor curto*. Cada vez que falta vontade política para a concretização de ações necessárias por parte dos órgãos do governo, ouvimos a ladainha de sempre: faltam recursos orçamentários e as prioridades são outras. Desta maneira, testemunhamos um crescente desinteresse, da parte dos detentores do poder, para com um projeto de sociedade que tenha a sua população como foco maior e as políticas públicas como compromisso fundado no bem estar e na soberania da nação. A economia em bases de produção de bens de consumo para atender as necessidades da população cedeu lugar, de maneira cínica, a uma economia fundada no jogo financeiro, nos interesses do lucro imediato e na especulação internacional. E a estratégia do cobertor curto passou a concentrar a atenção de todos, dirigindo-a para as situações específicas do uso do cobertor da vez, cada um puxando-o para o seu lado ou opinando sobre a sua melhor utilidade.

Parece que em C&T estamos, há muito, discutindo a situação de cobertor curto para uma cama de poucos. Uma discussão atomizada, em que cada programa e cada situação é apresentada de forma isolada, solitária, e é desta forma questionada e avaliada. É óbvio que, tratada isoladamente, cada cama encontra a forma mais adequada de distribuir o seu cobertor; sempre sobra uma migalha para os mais fracos, sobras do quinhão leonino que naturalmente cabe aos mais poderosos. Mas uma política que contemple os interesses maiores da nação em seu afã de soberania, de desenvolvimento econômico e social, de um bem estar com bons Índices de Desenvolvimento Humanos e que tenha o caráter universal em sua aplicação, tem a sua discussão sistematicamente inviabilizada, pois o ardor que poderia estar dirigido para o debate de idéias na defesa de programas adequados à realidade e aos interesses do país e para a apresentação de propostas mais abrangentes, canaliza-se para as tentativas de evitar aspectos visivelmente catastróficos para o sistema de C&T, presentes em alguns programas sugeridos e fomentados pelos órgãos governamentais, e nelas se esgota.

Há algum tempo eram discutidos o Pronex, as bolsas de doutorado no exterior, a universidade enquanto organização do Estado, a educação tecnológica (os CEFETs), cada um isolado em sua redoma. Quando se discute a autonomia universitária, isola-se do seu significado para a sociedade brasileira e a discussão é direcionada para a aplicação do Art. 207 da Constituição Federal apenas no que se refere ao seu financiamento. Nada interligado. Nada como parte de um conjunto. Nada como parte de um todo.

Hoje discutem-se, também de forma isolada, alguns programas. Inovação Tecnológica, Laboratório do Milênio, Fundos Setoriais, Fundações de Amparo à Pesquisa, o Instituto do Milênio, Lei de Propriedade Intelectual, questões incluídas pelo ANDES-SN no temário do III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia para uma discussão mais articulada sobre elas, foram postas pelo governo para tratamento isolado. Não passam de chamarizes para que os mais indignados com o descaso que isso representa concentrem a atenção em seus aperfeiçoamento e crítica, desviando-a dos aspectos mais totalizados do assunto.

Parece que a ciência é tida como enclausurável em torre de marfim. Ou exclusivamente produto de modernos mosteiros medievais. A visão presente no PRONEX não poderia ser mais emblemática. É sistematicamente relegado que um sistema de C&T é necessariamente um sistema de redes. Que a ciência é produzida para a sociedade e que dela recebe as demandas, os insumos, os recursos humanos. E os recursos humanos, imprescindíveis para a sua implementação, não surgem do nada, não se formam em quatro paredes de um laboratório, mas são socializados nessa direção por uma rede de ensino de qualidade, por uma sociedade que valoriza o saber, por uma demanda que se organiza para encaminha-lo aos cursos e institutos pertinentes.

Seguramente os atuais responsáveis, no governo, pelas políticas relacionadas a C&T foram formados em torres de marfim e querem fomentar mosteiros. Não compreendem que a sociedade, em todos os seus segmentos, é a grande consumidora e também produtora de ciência e tecnologia, produtos cruciais para a sua existência no mundo moderno, em que a complexidade crescente dos modos de vida exige o recurso cada vez mais amplo e insubstituível aos instrumentos que medeiam o homem e o seu ambiente e possibilitam meios e condições de produção que satisfaçam as suas necessidades. Ciência e tecnologia, em seus diferentes níveis, se constituem em direito de todos por serem imprescindíveis à vida, seja a individual, em comunidades, nas sociedades nacionais e da humanidade, essa abstração que simboliza o todo. Assim, aos movimentos organizados resta abrir uma discussão mais ampla na sociedade, vinculando o tema às suas questões fundamentais, o que significa não discuti-lo dissociado das questões dos ensinos fundamental, básico e superior, do papel e das funções da universidade, do fomento à pós-graduação, das demandas da sociedade como um todo e dos interesses da soberania nacional. E, como pano de fundo em toda essa discussão, resta o enigma indecifrável: por que o cobertor não é curto na hora de pagar os juros das dívidas externa e interna?

*** Professor da Escola de Serviço Social da UFRJ**

Anote

Andes-SN debate Ciência e Tecnologia

Nestes dias 11 a 13 de setembro, a Universidade Federal do Paraná vai receber o III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN. Temas como a proposta de Lei de Inovação Tecnológica, os fundos setoriais, os institutos do milênio, entre outros, estarão sendo debatidos. Confira a programação a seguir:

Dia 11/09

18h - Abertura

19h - Conferência de Abertura:
"Da Consciência Crítica Universitária para as correções de rumo e aplicações das Ciências no Brasil", por ***Aziz Nacib Ab´Saber*** - Instituto de Estudos Avançados – USP

Dia 12/09

9h - Mesa Redonda
"Ciência, Tecnologia e Sociedade"
Prof. Dr. José Henrique de Faria
Departamento de Administração – UFPR
Prof. Dr. Francisco Antonio Doria
UFRJ
Prof. Dr. Osvaldo Coggiola
Departamento de História – USP

14h - Mesa Redonda
"Financiamento da Ciência e Tecnologia no Brasil"
Prof. Dr. Luiz Pingueli Rosa
Coppe – UFRJ
Profa. Dra. Glaci Therezinha Zancan
Presidente da SBPC e Departamento de Bioquímica – UFPR
Prof. Dr. Roberto Leher
Faculdade de Educação – UFRJ
Dr. Gonçalo Signorelli de Farias
Diretor Presidente da Fundação Araucária – PR

19h - Mesa Redonda
"Política Industrial e Desenvolvimento"
Prof. Dr. Aldair Tarcísio Rizzi
Departamento de Economia e Vice-Reitor da UFPR
Dr. Arthur Claudino dos Santos
Presidente em exercício da Federação das Indústrias do estado do Paraná
Prof. Jorge Hori
Coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais

Dia 13/09

9h - Conferência
"O Modelo Econômico Brasileiro e Dependência Tecnológica" por ***Prof. Dr. José Walter Bautista Vidal*** UnB

14h - Conferência
"O Jornalismo Científico e a Conferência de Johannesburgo", por ***Randau Marques*** - Assessoria de Imprensa da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

16h - Plenária de Encerramento

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

ENCARTE
PLANO DE LUTAS

EDIÇÃO DE
9 DE SETEMBRO
2 0 0 2

Eixos de luta

Já está convocado o próximo Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes-SN. A 45ª reunião do Conad acontece nos dias 1º a 3 de novembro, na cidade de Belém, no Pará. O segundo Conad deste ano será sediado pela Seção Sindical da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (Adfcap-SSind) e terá como temas centrais a economia no país e as demandas dos trabalhadores. As contribuições das SSind e dos sindicalizados ao Caderno de Textos do Conad "*Projeto Histórico e Programa de Governo: as reivindicações dos trabalhadores X acordos econômicos*" devem chegar à sede do Andes-SN, impreterivelmente, até o dia 30 de setembro, em disquete ou por e-mail. Chamamos a atenção para o novo endereço do Sindicato Nacional, em Brasília: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 3º andar, Bloco "C", CEP 70302-914 - Brasília-DF. O *e-mail* é: andes-sn@andes.org.br.

A diretoria do Sindicato informa ainda que no período de 1º a 21 de outubro também estará recebendo novas contribuições que serão publicadas, juntamente das eventuais correções ou análises, em um material anexo a ser publicado no dia 22 de outubro. O Caderno de Textos e o anexo serão distribuídos para todas as seções sindicais. Após os prazos de composição dos materiais citados, qualquer novo texto só será submetido à discussão do movimento durante a realização do evento. Esta norma obedece, segundo o informe da diretoria, às deliberações do 20º Congresso do Andes-SN (fevereiro/2001).

Neste encarte, disponibilizamos para conhecimento dos sindicalizados os eixos de luta da categoria docente e o plano de lutas do setor das instituições federais, aprovados no último Congresso do Andes-SN (realizado em Rio Grande (RS), no início deste ano). Com isso, espera-se facilitar a tarefa daqueles que queiram contribuir para o Caderno de Textos. Na página quatro do encarte, disponibilizamos ainda o ofício do Sindicato Nacional com as normas para contribuição de textos para o 45º Conad.

RBorges/Andes-SN

I - EIXOS DE LUTA

1 - Fortalecer a luta pela construção de uma sociedade socialista. Esta luta requer a derrota do imperialismo por meio da unidade internacional dos trabalhadores, para defender a independência nacional dos povos oprimidos e a expropriação do grande capital internacional.

2 - Denunciar a campanha internacional do imperialismo norte-americano e seus aliados contra os direitos e a independência dos povos, sob o pretexto de "combate ao terrorismo" e em especial, a intervenção imperialista no Oriente Médio e na Ásia Central, as tentativas de violentar a independência da América Latina (Plano Colômbia, manobras militares no Cone Sul, tentativas de desestabilizações como o fomento de um golpe de Estado na Venezuela para derrubar o governo Chávez, bem como pelas sucessivas tentativas de internacionalização da amazônia, pela defesa das populações tradicionais etc.), assim como o ataque em todos os países aos direitos civis e a criminalização dos movimentos de luta dos trabalhadores e minorias oprimidas.

3 – Combater a exploração capitalista expressa no programa neoliberal produzido pelo consenso de Washington, referendado pelo fórum de Davos (G7), FMI, Banco Mundial e OMC, construindo ações efetivas de enfrentamento contra as coalizões de classes e forças que implementam as políticas neoliberais nos âmbitos federal, estadual e municipal.

4 - Intensificar as lutas contra o pagamento da dívida externa e os tratados de livre comércio, em especial a ALCA, que operam medidas econômicas e sociais responsáveis pela exploração dos trabalhadores e a promoção da miséria em larga escala em nosso país, participando ativamente dos fóruns e tribunais da dívida.

5 - Intensificar a luta, unificada com os movimentos sociais, por transformações que atendam aos direitos fundamentais da maioria da população, potencializando o sindicalismo classista, autônomo e democrático e participando ativamente nas instâncias, fóruns e atividades da CUT, com o objetivo de avançar na organização do conjunto da classe trabalhadora em âmbitos nacional e internacional contra a ordem do capital.

6 – Combater as violências perpetradas contra militantes de organizações - sindicais, partidárias e movimentos sociais – exigindo a imediata apuração dos fatos e punição dos culpados.

7 - Defender o ensino público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado e sua universalização, em todos os níveis, como dever do Estado e direito de todos, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação, e seu impacto e conseqüências nas relações de trabalho docente.

8 - Lutar pela expansão e pelo desenvolvimento das instituições públicas de ensino superior em direção à universalização de acesso ao ensino superior público, defendendo: a autonomia, nos termos do artigo 207 da Constituição Federal; a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; a gratuidade plena; a ampliação das verbas, ampliação do quadro permanente, com a contratação de professores e técnicos-administrativos, no Regime Jurídico Único (no caso das federais); o padrão unitário de qualidade; e a democracia como base do autogoverno dessas instituições e lutar, ainda, contra a legislação que procura destruir e regulamentar a autonomia universitária, bem como todas as tentativas de regulamentá-la e todas as formas de precarização do trabalho docente que comprometem a autonomia individual do professor, como o emprego público, o aumento do número de contratações por prazo determinado, a redução do número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal.

9 - Lutar pela ampliação das verbas orçamentárias para a educação pública e para os órgãos de fomento à Ciência e Tecnologia, em consonância com o princípio defendido no caderno 2 do ANDES-SN.

10 - Defender as metas do PNE-Sociedade Brasileira, sustentando: a reformulação das políticas para o setor, de modo a assegurar a democracia nos órgãos de fomento federais e estaduais; a participação ativa da comunidade universitária na definição das prioridades do setor; a alocação de verbas não condicionadas a programas governamentais (como os Institutos do Milênio) e empresariais (como os Fundos Setoriais) para estimular pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão.

11 - Lutar pela valorização do trabalho docente, reivindicando a implementação da carreira única, do Plano Nacional de Capacitação Docente, do piso e da malha salarial propostos pelo ANDES-SN, assim como lutar por políticas de reposição das perdas salariais

12 - Combater as medidas governamentais que violentam as conquistas democráticas dos trabalhadores como as que se materializaram na violência do pacote de novembro, constituído pelo decreto nº 4010, de 12/11/2001 (transfere para o presidente da república a responsabilidade pela liberação e/ou corte de pagamento) e MP nº 10, de 13/11/2001 (altera a Lei nº 8745/93 para permitir contratação de pessoal por tempo determinado, para substituir grevistas) pelos quais se pretende destruir os direitos de liberdade e de organização sindical dos trabalhadores.

13 - Combater o PL 5483 (que altera o art. 618 da CLT) e todas as medidas governamentais que, sob o cínico eufemismo flexibilização, que, na verdade, significa redução ou extinção de direitos sociais e trabalhistas, impõem retrocesso histórico e econômico às conquistas da classe trabalhadora.

14 – Mobilizar as Seções Sindicais para discussão e organização de pautas específicas, retratando as demandas expressas por local de trabalho, tanto no que se refere às condições de trabalho quanto a direitos e formas de gestão que precisem ser encaminhadas junto às administrações de suas respectivas IES.

15 – Sistematizar e intensificar a participação na CUT, pautando as questões da Educação em seus espaços deliberativos, das questões relacionadas à universidade e à educação em geral. de forma a que isso se reflita em ações concretas de defesa e de luta dos direitos da categoria docente.

16 - O sindicato deve implementar ações relacionadas ao processo de eleições gerais no pais, mantendo nossa tradição de ação autônoma em relação a partidos e governos. Esse é um momento privilegiado para fortalecer o processo de luta por uma sociedade justa e igualitária, defendendo particularmente as questões que temos elaborado referentes á educação,saúde, ciência, tecnologia, artes e cultura

17 - Lutar, em conjunto com o movimento organizado, sindical e popular pela reestatização das empresas e serviços estratégicos e contra a abertura dos mesmos ao capital estrangeiro.

18 - Intensificar a participação da

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1ª Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1ª Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

ANDES-SN, como protagonista da sua ação política e efetivando seus eixos de luta, nos Fóruns organizados, tais como Fórum Social Mundial, Tribunal das Dívidas, Fórum contra a Alca, entre tantos outros.

19 - Participar da luta contra o ALCA, inclusive integrando o plano de mobilização elaborado pelas entidades promotoras do Fórum Social Mundial.

20 - Participar ativamente da Rede SEPA (Rede de Solidariedade à Educação Pública na América), em âmbito continental, no sentido de travar lutas em defesa da Educação Pública, Democrática, Laica, Gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

21 - Participar ativamente na Rede Internacional de Solidariedade Ativa. O Congresso indica a necessidade de que todas as Seções Sindicais se inscrevam na rede como forma de dar enraizamento máximo à ela.

22 - Construir, em conjunto com as entidades que compõem o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), a luta pelo controle público dos meios de comunicação; pela reestruturação democrática dos sistemas de comunicações; pela capacitação da sociedade para o conhecimento e a ação sobre a comunicação e definição e disputa de uma Política de Desenvolvimento da Cultura do país através da mídia.

23 - Lutar em conjunto com as entidades do FNDC de apresentar um programa sustentado no debate de projetos que se encontram em tramitação no Legislativo e no Executivo Federal; a disputa pela regulamentação, por lei, das demais tecnologias de TV por assinatura; a disputa da regulamentação da radiodifusão; a luta por uma regulamentação da TV Digital que considere perspectivas estratégicas do país e os interesses da sociedade, não se restringindo aos interesses de alguns grupos nacionais, nem sucumbindo às pressões de conglomerados econômicos internacionais.

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

1 – Manutenção e intensificação dos processos de interlocução e articulação com as demais SPF e entidades do campo da educação, fortalecendo os fóruns intersindicais e viabilizando a realização de ações conjuntas voltadas para a luta em defesa de interesses comuns à classe trabalhadora.

2 - Defesa do direito e liberdade de organização sindical – contrapondo-se a toda legislação e medidas que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores.

RBorges/Andes-SN

2.1 - Lutar contra o pacote antigreve de novembro de 2001 expresso no Decreto 4010, de 13-11-01, que centraliza o pagamento de servidores nas mãos do ministro do Planejamento, por expressa autorização do Presidente da República; na Medida Provisória nº10, de 14-11-01, que autoriza substituição de servidores em greve por trabalhadores contratados temporariamente, por até três meses, prorrogáveis a partir do 11º dia de greve; no PL snº, que considera a ilegalidade da greve depois do seu 30º dia, aplicando multas, descontando salário e impedindo contagem de tempo de serviço, além de exigir 2/3 de presença para as AG terem validade jurídica; no PL 5721/01, que altera artigo do RJU, permitindo processos administrativos disciplinares coletivos em ato sumário.

2.2 - Lutar pela modificação da legislação que estabelece critérios para liberação e condições de exercício do mandato sindical, no sentido de garantir a liberdade e a autonomia sindical.

2.3 - Reagir contra qualquer ato de intimidação, perseguição ou punição a qualquer membro da comunidade universitária, em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais

2.4 - Realizar debates, seminários, encontros de abrangência nacional, regional e local sobre a reforma do Estado e seu impacto na organização sindical.

3 – Autonomia da Universidade – caracterizada pelo absoluto respeito ao princípio constitucional expresso no Art. 207 da CF

3.1 - Aprofundar o debate e a discussão, em conjunto com as outras entidades do campo da educação, com vista a identificação de ações que contribuam para:

3.1.1 - resistir a todas as formas de regulamentação coerentemente com nossa posição de considerar o Art. 207 autoplicável;

3.1.2 - combater todas as formas de financiamento que impliquem o comprometimento da autonomia científica, didático pedagógica e de gestão das IFE

3.1.3 – lutar pela revogação de normas, resoluções, regimentos, estatutos, decretos e leis que restrinjam o exercício da plena autonomia universitária como, por exemplo, a escolha de dirigentes e nomeação de procuradores, com garantia de suas atuações igualmente autônomas em relação ao MEC e à Advocacia Geral da União, respectivamente.

3.1.4 - realizar ampla denúncia em relação ao processo que transferiu os procuradores das IFE para a AGU, considerando todas as conseqüências para a autonomia universitária e questionar a constitucionalidade de tal transferência sem concurso público. Solicitar à AJN que realize estudo sobre as possibilidades de ação jurídica questionando tais transferências.

3.2 - Denunciar e combater a ingerência dos conselhos profissionais na autonomia das instituições de ensino superior.

3.3 - defender o sistema federal de ensino superior garantindo:

a) manutenção das escolas e colégios técnicos, escolas agrotécnicas e colégios de aplicação nas IFES.

b) preservação dos CEFETs como instituição de ensino superior.

c) manutenção de todos os níveis e modalidades de ensino existentes nas IFES, historicamente defendidas pelo MD.

3.4 - denunciar e combater acordos e convênios mantidos pelos gestores e órgãos diretores das instituições públicas federais, reitores, administradores e prefeitos de *campi* universitários com as polícias civis e militares estaduais e/ou outras instituições de segurança pública ou privada, que venham a ferir a autonomia universitária ou os interesses de sua coletividade.

4 – Manutenção do caráter público e gratuito da educação e luta contra a privatização interna nas IFES – caracterizado pela luta contra a expansão do setor privado de educação e as formas de configurar o sistema público à lógica de funcionamento do mercado.

4.1 - Intensificar a luta pela defesa intransigente da gratuidade do ensino nas IES públicas em todos os níveis e modalidades, combatendo todas as formas de extingui-la, em particular a cobrança de taxas e a implementação de cursos pagos ou a retribuição na forma pecuniária e de serviço dos egressos.

4.2 - Aprofundar o debate, mediante a realização de eventos, sobre a política governamental de expansão, favorecimento e fortalecimento da privatização da educação, submetida à lógica do mercado.

4.3 - Lutar pela ampliação de vagas nas IFES, condicionadas à ampliação de recursos orçamentários, criação de vagas para docentes e técnicos-administrativos, infra-estrutura e equipamentos, resguardando a sua autonomia.

4.4 - Indicar às seções sindicais a realização de seminários preparatórios ao Seminário Nacional sobre Educação Superior, no qual se discuta a privatização interna das IFES: fundações internas, terceirização, prestação de serviços, contrato precário, cursos de pós-graduação pagos, convênios, cursos de extensão pagos, cursos a distância pagos, curso de formação de professores financiados pelo FUNDEF, entre outros.

4.5 - Denunciar todas as formas de privatização interna.

4.6 - Produzir um número especial do Caderno Andes sobre a

privatização interna das IFES.

4.7 - Intensificar a luta contra a mercantilização e a privatização dos HUs, denunciando à sociedade a situação precária destes hospitais, e ressaltando a importância da manutenção deles como espaço didático-pedagógico na formação de profissionais de saúde, na pesquisa e na sua inserção à rede do SUS, sem descaracterizar o seu papel de atenção secundária e terciária, assim como sua condição de referência na rede.

4.8 - combater a política governamental de expansão e fortalecimento da privatização da educação, submetida à lógica do mercado

5 – Defesa permanente da regulamentação estatutária e luta contra a precarização do trabalho docente – expresso na continuidade da luta contra o projeto de emprego público, garantindo-se a forma estatutária de relação de trabalho no serviço público, regida pelo RJU e organizada em carreira que impeça formas precarizadas de docência.

5.1 - Lutar contra as fundações que vêm promovendo um processo de privatização interna das universidades públicas.

5.2 - lutar contra todas as formas precarizadas de contratação previstas pelo anteprojeto de lei de inovação tecnológica

5.3 - Lutar contra as alterações na previdência que possam descaracterizar a previdência pública prevista no RJU.

5.4 - Acompanhar as iniciativas no legislativo que se refiram ao RJU.

5.5 - Atuar junto com os demais servidores para impedir que alterações no RJU de natureza privatizante ou que caracterizem flexibilização do trabalho se viabilizem.

6 – Ampliação do financiamento e melhoria das condições de trabalho – referenciado pelas necessidades de custeio condizentes com as exigências de novos investimentos e garantia de exercício profissional, qualificado pelas condições físicas, materiais e técnicas indispensáveis à totalidade das atividades acadêmicas.

6.1 - Promover, por meio do GTPE, GT Verbas, juntamente com entidades do Setor da Educação, um seminário temático sobre financiamento das universidades públicas.

6.2 - Lutar pela garantia do financiamento público para as IFES, com destinação de 25%, no mínimo, do orçamento da universidade para custeio e capital.

6.3 - Lutar pela garantia de verbas suficientes e permanentes para o funcionamento e manutenção e ampliação dos HUs, no orçamento do MEC, do Ministério da Saúde e Ciência e Tecnologia, viabilizando a totalidade de suas funções, de tal forma que não se justifiquem a realização de convênios e reservas de leito para o atendimento privado.

6.4 - Lutar pela garantia de verbas suficientes e permanentes para o funcionamento, manutenção e ampliação dos Hospitais-Escola veterinários nas IES, no orçamento do MEC.

6.5 – Promover, por meio do GTPE, ações articuladas com o DNTE no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, pelo comprometimento do Congresso Nacional visando à fiscalização e ao combate aos mecanismos de transferência de verbas públicas para o financiamento do setor privado.

6.6 - Lutar pela garantia de verbas suficientes e permanentes para o funcionamento, manutenção e ampliação dos restaurantes universitários e residências estudantis.

7 – Carreira Única e melhoria das condições salariais – Configurado na implantação do Projeto de Carreira Única do ANDES-SN, na luta contra o Projeto de Política Salarial do governo baseado em gratificações de caráter produtivista e excludente que rompem com a paridade entre ativos e aposentados e na revisão e correção de distorções de nossas tabelas salariais, referenciadas pelas deliberações de nossos eventos nacionais no que diz respeito a piso salarial e índices de recuperação de perdas.

7.1 - Mobilizar as Seções Sindicais do ANDES-SN para a instalação e o acompanhamento dos GT e Mesas de negociação pós-greve com o MEC.

7.2 - Dar seqüência à campanha de divulgação do Projeto de Carreira Única do ANDES-SN para a categoria.

7.3 - Articular com as demais entidades da educação um Dia Nacional de Lutas pelo cumprimento do Termo de Acordo e pela efetivação da Lei nº 10.405, conquistada pela greve, com paralisação das atividades, ato público e distribuição à população de um documento-denúncia reivindicando a instalação dos grupos de trabalho e Mesas de negociação do MEC e exigindo a adequação do decreto de regulamentação da GID às alterações introduzidas na Lei da GID por meio da Lei resultante da greve. Para tanto, o Congresso indica as datas de 11 a 15 de março para uma rodada de Ags e 20/3 como Dia Nacional de Lutas.

7.4 - Lutar contra a remuneração do trabalho baseada em gratificações.

7.5 - Lutar contra todas as medidas governamentais que objetivem a quebra da paridade entre ativos e aposentados.

8 - Combater a política governamental de expansão e o favorecimento da privatização da educação tecnológica submetida à lógica do mercado.

Circular nº 296/2002
Brasília, 22 de agosto de 2002
Para: Seções Sindicais, Diretores e Secretarias Regionais
Companheiros:

De acordo com o Art. 30, inciso XII, do Estatuto do ANDES-Sindicato Nacional, fica convocado o 45º CONAD do nosso sindicato para o período de 1º a 3 de novembro, na cidade de Belém - PA, sediado pela ADFCAP Seção Sindical, com o tema central: **Projeto Histórico e Programa de Governo: as reivindicações dos trabalhadores versus acordos econômicos.** Estamos encaminhando, anexa, a proposta de pauta e cronograma e orientações sobre o caderno de textos do 45º CONAD.

Chamamos a atenção para as seguintes informações:

1 – DOS PRAZOS PARA AS CONTRIBUIÇÕES AO CADERNO DE TEXTOS

0.1 – As contribuições das seções sindicais e dos sindicalizados para integrarem o Caderno de Textos deverão estar na sede do ANDES-SN, impreterivelmente, até o dia **30 de setembro**, em disquete ou por e-mail.

1.2 - As contribuições que chegarem à sede do ANDES-SN no período de **1º a 21 de outubro** também serão remetidas às seções sindicais, juntamente com as correções e análises de textos, compondo assim o anexo ao Caderno de Textos a ser publicado no **dia 22 de outubro**.

1.3 - Encerrados os prazos previstos para a composição do Caderno de Textos e do anexo, qualquer novo texto só será submetido à discussão no evento, obedecidas as deliberações do 20º Congresso (Rio de Janeiro, 15 a 21 de fevereiro de 2001) registradas a seguir:

"**2 - após a publicação do Anexo, qualquer novo texto somente poderá ser submetido à discussão no evento se aprovada sua inclusão pela Plenária de Instalação. Para a apreciação pela Plenária de Instalação, o novo texto deverá apresentar uma justificativa demonstrando a necessidade da sua apreciação no evento e os fatos excepcionais que levaram à apresentação fora dos prazos fixados.**

2.1 a inclusão de novos textos deve ser aprovada por maioria simples dos delegados presentes.

2.2 - no caso de aprovação da inclusão de novos textos, cabe à comissão organizadora a responsabilidade da reprodução dos mesmos para o conjunto de participantes do evento".

ORIENTAÇÕES SOBRE O CADERNO DE TEXTOS DO 45º CONAD

1 – Indicar o Tema e o subtema: Movimento Docente e Conjuntura, Tema I ou Tema II.
2 – Indicar o Texto de Resolução (TR)
3 – Indicar o(s) autor(res) do Texto: Ex.: Diretoria, Assembléia Geral, Conselho de Representantes ou Sindicalizado
1 – Deverão ter a seguinte formatação:
4.1 – Texto de Apoio – **Recomendação**: que o texto não ultrapasse 3 laudas
4.1 – Margem Superior – 3
4.2 – Margem Inferior – 2
4.3 – Margem esquerda – 2
4.4 – Margem direita - 2
4.5 – Tipo – Arial 10
4.6 – Espaçamento entre linhas – Simples
4.7 – Espaçamento entre parágrafos – Antes: 3pt; Depois: 3pt
4.8 – Título maiúsculo /negrito – letra 14; Alinhamento justificado.
4.9 – Parágrafos Justificados
4.10 – Nota de rodapé – letra 8

Essas especificações técnicas são fundamentais para auxiliar a produção e a impressão do Caderno de Texto de forma rápida, eficiente e padronizada.

PROPOSTA DE PAUTA E CRONOGRAMA DO 45º CONAD

6ª feira (1º/11)	Sábado (2/11)	Domingo (3/11)
9h às 12h ***Credenciamento***	*9h às 10h* ***Plenária de Instalação*** *10h30 às 12h30* ***Plenária Inicial***	*9h às 12h* ***Plenária Tema I***
14h às 18h ***Credenciamento***	*15h às 18h* ***Grupo Misto - Tema I***	*15h às 18h* ***Plenária do Tema II***
19h **Plenária de Abertura**	19h às 22h **Grupo Misto Tema II**	19h às 22h **Plenária de Encerramento**

Temário:
MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

Tema I – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas
Tema II – Questões Organizativas e Financeiras do ANDES-SN

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 70 • 16 de setembro de 2002

Assembléia Geral

19/9 quinta-feira **13:30**

Salão Nobre da Decania
do CT, bloco A, Ilha do Fundão

Pauta
- Informes/Assuntos Gerais;
- 45º Conad - Cronograma/Textos da Adufrj-SSind;
- Contribuição sobre 13º salário/ 2001 e férias 2002;
- Organização de reuniões nas Unidades;
- Sistemática para indicação de representantes nas reuniões nacionais (GT, SPF e IFES);
- Indicação do professor Arthur Arruda Leal Ferreira para compor a diretoria da Adufrj-SSind;
- Ação Judicial do Abono Pecuniário.

Conselho de Representantes

18/9 *quarta-feira* **17:30**
Adufrj-SSind - Centro de Tecnologia bloco D - sala 200
Mesma pauta da AG de 19/9

Nova carreira docente tem impacto estimado em R$ 4,1 bilhões
página 3

GT Política Educacional quer fortalecer Fórum em Defesa da Educação Pública
página 3

Alunos passam noite na Faculdade de Educação para garantir inscrição nas licenciaturas
página 5

Guilherme Lessa

AÇÃO POLICIAL NO FUNDÃO, AUTORIZADA PELA EX-REITORIA, DURANTE MANIFESTAÇÃO PELO ADIAMENTO DO VESTIBULAR, EM 2001

Comunidade precisa debater a segurança nos *campi*

Na semana passada, a Adufrj-SSind reivindicou à reitoria e ao Conselho Universitário a divulgação ampla das propostas de segurança para a Cidade Universitária apresentadas pela Secretaria de Segurança do Estado. O Conselho Executivo, formado pela reitoria e os decanos, aprovou a instalação dos polígnos e a circulação de viaturas da PM no Fundão.

Representantes dos estudantes e dos técnico-administrativos também querem que o debate envolva toda a comunidade universitária.

Página 4

Adufrj-SSind

Adufrj-SSind implanta listas de discussão de Grupos de Trabalho

A Adufrj-SSind está atualizando sua política de comunicação, objetivando maior participação dos docentes, a formação de grupos de trabalho e a ampliação dos debates na UFRJ, colocando à disposição dos sindicalizados listas de discussão tendo como referência os atuais Grupos de trabalho que já estão formados no âmbito do Sindicato.

A participação é voluntária e as listas abertas propiciarão a oportunidade de os docentes aprofundarem o debate sobre as questões pertinentes de seu interesse e a participação na formulação de políticas para o Andes-SN. Os Grupos de Trabalho da Adufrj-SSind poderão ser coordenados por um dos participantes, escolhido em cada grupo por seus próprios membros, e a diretoria da Adufrj-SSind participará dos GTs, na medida do possível. Caberá ao coordenador ou a um dos membros designados pelo grupo, encaminhar à diretoria o material que o grupo desejar colocar no arquivo permanente de sua lista, o envio de propostas e de solicitações à Seção Sindical para o apoio de suas atividades.

Para fazer a inscrição numa das listas e participar do respectivo grupo, os docentes deverão acessar a página da Adufrj-SSind, escolher um ou mais Grupos de Trabalho dos quais deseja participar, se inscrever e aguardar a mensagem de confirmação. As informações para a inscrição estão no endereço www.adufrj.org.br, no hipertexto Grupos de Trabalho. Além da discussão nas listas, os GT devem ter reuniões periódicas de trabalho com a presença de seus componentes, com o objetivo de melhor atender às demandas do grupo. Além da produção de textos e propostas de atividades a serem encaminhadas pela Seção Sindical, o GT local também deve tratar da participação nos eventos nacionais, discutindo as questões em pauta no Sindicato na sua área específica de atuação e indicando representantes.

As informações da Seção Sindical sobre o movimento docente, outros sindicatos, a CUT, o Diap e os SPF, entre outros, vão ser divulgadas numa lista específica, a Lista de Discussão Sindical (LS_Adufrj-SSind@yahoogrupos.com.br). Esta nova modalidade de organização e de divulgação das informações permitirá aos docentes obter cópias de documentos de modo mais rápido e seletivo, a partir dos textos disponibilizados eletronicamente em arquivos associados a cada lista de discussão e informação. O esquema atual de distribuição de documentos anexados a mensagens eletrônicas para os docentes que têm manifestado interesse em receber a chamada "pasta do dia" será desativado, mas todos os documentos já enviados até hoje permanecerão à disposição dos interessados para consulta e cópia no sítio da Adufrj-SSind. O tempo gasto antes em receber mensagens eletrônicas com anexos pesados poderá ser utilizado agora na seleção dos arquivos de interesse. A inclusão de novos documentos no acervo de uma das listas será notificada automaticamente a seus participantes.

Atualmente estão constituídos no Andes - Sindicato Nacional os Grupos de Trabalho relacionados na Tabela 1, juntamente da respectiva lista de discussão local da Adufrj-SSind.

Para participar dos grupos de trabalho nacionais, o sindicalizado deve solicitar sua inclusão e ser indicado pela Seção Sindical de origem, pois a representação nos GT nacionais não é individual, mas por seção sindical. Geralmente isto ocorre em um dos eventos nacionais do Sindicato (Conad ou Congresso) mas a indicação pode ser feita também ao longo do ano.

Até o ano passado, a Adufrj-SSind tinha três grupos de trabalho locais constituídos em operação regular: o GT de Comunicação e Artes, o GT de Política Educacional e o GT de Seguridade Social e Aposentadoria. Com a greve, as atividades foram interrompidas e os GT locais entraram em recesso. Até o momento, dos GT locais, apenas o GTSS/A já retomou suas atividades e está em fase de formação o GT de Ciência e Tecnologia. A partir das listas espera-se que seja possível aglutinar os sindicalizados e consolidar outros grupos de trabalho na Adufrj-SSind.

Além das listas de discussão, foram abertos também novos endereços eletrônicos da Seção Sindical para sua estrutura administrativa, para a diretoria e para o Conselho de Representantes, além de endereços pessoais para cada funcionário (veja na Tabela 2).

Agenda Sindical

17 a 19/9 - Simpósio internacional "A encruzilhada da América Latina"
São Paulo (SP) - Anfiteatro de História da USP

18/9 – Conselho de Representante
17:30 na sede da Adufrj-SSind, Centro de Tecnologia bloco D - sala 200
Pauta
- Informes/Assuntos Gerais;
- 45º Conad - Cronograma/Textos da Adufrj-SSind;
- Contribuição sobre 13º salário/2001 e férias 2002;
- Organização de reuniões nas Unidades;
- Sistemática para indicação de representantes nas reuniões nacionais (GT, SPF e IFES);
- Indicação do professor Arthur Arruda Leal Ferreira para compor a diretoria da Adufrj-SSind;
- Ação Jidicial do Abono Pecuniário.

19/9 – Assembléia Geral da Adufrj
13h30, no *Salão Nobre da Decania do CT, bloco A, Ilha do Fundão*

21 e 22/9 – Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF) – Sede do Andes-SN

18 a 20/10 – GT Comunicação e Artes do Andes-SN
Natal (RN) – Sede da Adurn-SSind

1 a 3/11 - 45º Conad
Belém (PA) – com o tema "Projeto Histórico e Programa de Governo: as reivindicações dos trabalhadores X acordos econômicos"

Tabela 1

Grupo de Trabalho Nacional/Local	Lista de Discussão da Adufrj-SSind
GT Carreira	GTCarreira_Adufrj-SSind@yahoogrupos.com.br
GT Ciência e Tecnologia (GTC&T)	GTCT_Adufrj-SSind@yahoogrupos.com.br
GT Comunicação e Artes (GTCA)	GTCA_Adufrj-SSind@yahoogrupos.com.br
GT Etnia, Gênero e Classe	GTEGC_Adufrj-SSind@yahoogrupos.com.br
GT História do Movimento Docente	GTHMD_Adufrj-SSind@yahoogrupos.com.br
GT Política Agrária	GTPA_Adufrj-SSind@yahoogrupos.com.br
GT Política Educacional (GTPE)	GTPE_Adufrj-SSind@yahoogrupos.com.br
GT Política de Formação Sindical (GTPFS)	GTPFS_Adufrj-SSind@yahoogrupos.com.br
GT Seguridade Social /Aposentadoria (GTSSA)	GTSSA_Adufrj-SSind@yahoogrupos.com.br
GT Verbas	GTVerbas_Adufrj-SSind@yahoogrupos.com.br

Tabela 2

Seção Sindical - Adufrj-SSind		Diretoria da Adufrj-SSind	
Geral	adufrj@adufrj.org.br	Geral	diretoria@adufrj.org.br
Arquivo	arquivo@adufrj.org.br	Presidência	presidente@adufrj.org.br
Comunicação	comunica@adufrj.org.br	1ª Vice-presidência	vice1@adufrj.org.br
Secretaria	secretaria@adufrj.org.br	2ª Vice -presidência	vice2@adufrj.org.br
Suporte	suporte@adufrj.org.br	1ª Secretaria	secretario1@adufrj.org.br
Grupos Trabalho	gts@adufrj.org.br	2ª Secretaria	secretario2@adufrj.org.br
Conselho de		1ª Tesouraria	tesoureiro1@adufrj.org.br
Representantes	conselho@adufrj.org.br	2ª Tesouraria	tesoureiro2@adufrj.org.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Grupos de Trabalho

Setor das Federais estuda implantação da Carreira Única do Andes-SN

Impacto orçamentário anual da nova carreira foi estimado em R$ 4,1 bilhões, com margem de erro de 10%

Uma nova reunião do Setor das Federais foi convocada para os dias 21 e 22 de setembro, em Brasília, na sede do Andes-SN. E um dos itens de pauta pode vir a mexer profundamente com a vida dos docentes universitários das instituições federais: trata-se da apresentação e discussão do estudo sobre o impacto orçamentário da proposta de Carreira Única do Sindicato Nacional. O documento foi produzido por uma comissão do grupo de trabalho Verbas do Andes-SN, que se reuniu no dia 16 de agosto, também na capital do país, e, no dia seguinte, em conjunto com o GT Carreira (conforme divulgado no jornal da Adufrj nº 68, de 26/8).

Para quem não sabe, o Andes-SN defende há muitos anos um projeto de Carreira Única. A novidade da conjuntura é que, graças a uma emenda apresentada pelo deputado Gilmar Machado (PT) à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2003, na forma de seu artigo 77, foi aberta a possibilidade de inclusão da reestruturação das carreiras dos servidores das IFES. E é aí que pode entrar a proposta de nova carreira do Sindicato Nacional.

De acordo com o livreto "Carreira Docente e Universidade Pública", editado pela Diretoria do biênio 2000-2002 e cujo conteúdo atualizado foi distribuído em um encarte do jornal nº 55 (18/3/02) aos sindicalizados da Adufrj-SSind, a Carreira Única "é, ao mesmo tempo, um estímulo ao crescimento e desenvolvimento do professor, um instrumento de realização profissional e, também, um mecanismo de garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, condição necessária à qualificação para a universidade em suas relações na sociedade".

O que a comissão do GT Verbas, da qual participou o professor José Miguel Bendrao Saldanha, representante da Adufrj-SSind, trabalhou foi justamente a transposição da carreira atual para a Carreira Única, cujos critérios foram aprovados no 38º Conad (realizado no Rio de Janeiro, em 1999).

Mas não foi tarefa fácil. Por causa das dificuldades em conseguir informações precisas com o MEC, a comissão trabalhou com os dados originais utilizados pelo Comando Nacional de Greve de 2001. Esses dados são incompletos e contêm erros, de acordo com a própria comissão. No caso dos aposentados de 1º e 2º graus, por exemplo, não se sabe a data de aposentadoria, o que impossibilita o cálculo correto do tempo de serviço e, portanto, do número de anuênios. Em alguns casos, a classe é incompatível com a titulação, como, por exemplo, um professor Auxiliar com Doutorado.

Impacto de R$ 4,1 bilhões

O impacto orçamentário anual da nova carreira, que foi estimado em R$ 4,1 bilhões, consiste na diferença entre a folha anual atual e a folha anual da nova carreira. Por conta dos dados imprecisos ou errados, o cálculo não considera aspectos que afetam o valor do impacto, ora aumentando-o, ora diminuindo-o. Baseada na experiência da greve, a comissão acredita que o número final ficou dentro de uma margem de 10% de erro. Apesar da imprecisão, o objetivo do documento era o de conseguir uma estimativa para permitir o encaminhamento político da questão da carreira pelo Setor das Federais em sua próxima reunião.

À medida que as informações precisas sejam conseguidas, altera-se o valor do impacto: para mais ou para menos. O impacto calculado aumentará quando forem considerados: valores pagos aos pensionistas, professores substitutos, professores das escolas militares e novos professores; adicionais de insalubridade e periculosidade; titulações obtidas de 2001 a 2003; progressões dos atuais doutores Adjunto 4, de Adjunto B para Associado A, que ocorrerão imediatamente após a implantação da nova carreira e gastos com o Plano Nacional de Capacitação Docente.

O valor do impacto diminuirá quando forem considerados: valores pagos em virtude de ações judiciais relativas à carreira atual, que deixarão de ser pagos com a transferência para a nova carreira (principalmente planos econômicos); docentes que optarão por não migrar para a nova carreira e aumentos na arrecadação de imposto de renda retido na fonte (IRRF) e de contribuições para o Plano de Seguridade Social (PSS) decorrentes dos aumentos das remunerações.

GTPE quer fortalecer o FNDEP

Fortalecer o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) passou a ser uma das principais tarefas do Grupo de Trabalho Política Educacional (GTPE) do Andes-SN. Reunido em Niterói, nos dias 22 e 23 de agosto, o GT defende que o Fórum não deve se limitar à organização dos Congressos Nacionais de Educação (Coneds), o último destes realizado em São Paulo (abril/2002).

Para os professores presentes ao grupo de trabalho, o FNDEP teve importante papel na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação da sociedade e, por tudo isso, deve reassumir seu papel político. Neste sentido, o Andes-SN e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação devem se esforçar para reorganizar o Fórum nos estados.

PQI

O Plano de Qualificação Institucional (PQI) da Capes continua recebendo duras críticas do Sindicato Nacional. Os professores presentes ao GTPE, em Niterói, sugeriram acréscimos ao texto divulgado pelo Sindicato Nacional em junho deste ano e disponível na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br). Foi debatido, por exemplo, se é constitucional o cerceamento da evolução na carreira com base na faixa etária (docentes a menos de 14 anos da aposentadoria não podem participar do PQI). O Andes-SN vai pedir um parecer jurídico para sua assessoria sobre os possíveis pontos inconstitucionais do projeto da agência de fomento.

Propostas de governo para Educação

O GTPE Nacional também encaminhou para os GTs locais que realizem estudos detalhados das propostas do candidatos para os governos estaduais. Será encaminhado para cada seção sindical uma espécie de "roteiro" que vem sendo usado pela diretoria do Andes-SN para discussão com os partidos que convidam a entidade para debater propostas. No caso de reuniões com candidatos, existe a recomendação do GTPE para que sejam entregues o Caderno 2 do Sindicato Nacional e o Plano Nacional de Educação da sociedade.

Outros encaminhamentos

Analisar o efeito da Alca na educação brasileira, debater as Fundações dentro das universidades públicas, divulgar o PNE da sociedade nas instituições são outros objetivos do GTPE, que continuarão em pauta no Sindicato Nacional. A próxima reunião do grupo de trabalho deve ocorrer no final de setembro, em São Paulo.

GTSS discute saúde do professor

Realizar oficinas sobre a saúde do trabalhador docente, promover estudos sobre o Estatuto do Idoso (proposta do deputado federal Paulo Paim- PT) e denunciar a postura do MEC nas mesas de negociação pós-greve relacionadas à Seguridade Social. Esses foram alguns dos principais encaminhamentos tomados na reunião do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Aposentadoria (GTSS/A), ocorrida nos dias 27 e 28 de julho deste ano, cujo relatório foi enviado para as seções sindicais em 2 de setembro.

Na ocasião, ficou decidido que o Andes-SN, de forma articulada com a Fasubra, UNE, outras entidades da área da saúde e demais movimentos sociais organizados, faça esforços no sentido de instalar as mesas de negociação de Auxílio Alimentação e Assistência à Saúde e Assistência Estudantil. Meses após o fim da greve, o ministério da Educação não moveu uma palha para instalar essas mesas e ainda mantém paralisada a de hospitais universitários.

Apesar do descaso do MEC, o grupo de trabalho indicou à direção do Andes-SN para manter a tentativa de interlocução. "Entende-se que, se o Andes-SN retirar-se da negociação, irá proporcionar ao MEC mais liberdade para a implementação das políticas governamentais, com grandes prejuízos para a Universidade Pública Brasileira", diz um trecho do relatório do GT, que, em conjunto com o Setor das Federais e o GT Carreira, deve escrever um documento denúncia sobre a postura do ministério para divulgação ampla na sociedade.

Hospitais Universitários

O GTSS/A indica às Secretarias Regionais e seções sindicais a participação nos comitês e fóruns em defesa dos HUs, onde já existam, ou que estimulem a criação desses espaços, em conjunto com a Fasubra e os DCEs, entidades da área da Saúde e demais movimentos sociais organizados. Ainda em relação aos hospitais, deve-se dar continuidade ao trabalho de recolhimento de assinaturas de compromisso dos parlamentares em defesa dos HUs para criação de uma Frente Parlamentar com a mesma finalidade. Também deve haver a denúncia das distorções nas tabelas de procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS): o reajuste devido possibilitaria aos hospitais universitários um atendimento mais humano e eficaz.

Saúde do Trabalhador

Foi indicado às seções sindicais a realização de oficinas sobre Saúde do Trabalhador Docente.

Estatuto do Idoso

Foi indicada também a realização de estudos sobre o Estatuto do Idoso (disponível na página eletrônica do Andes-SN em http://www.andes.org.br/estatutoidoso.htm).

Colegiados

Comunidade precisa debater segurança no campus

Adufrj-SSind solicita ao Consuni debate sobre propostas da reitoria e da Secretaria de Segurança

Na última sessão do Conselho Universitário (12/9), o vice-presidente da seção sindical, Luciano Menezes, solicitou que as propostas para a segurança no *campus* do Fundão, apresentas pela reitoria e pela Secretaria de Segurança do Estado sejam amplamente divulgadas para a comunidade universitária. Luciano reconheceu o Consuni como fórum para a deliberação sobre o tema, mas pediu que as entidades representativas Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG fossem consultadas e que a comunidade tivesse espaço para debater o assunto. "A gente não entende muito qual o objetivo de todo este aparato", comentou, referindo-se à possibilidade da instalação de um batalhão da Polícia Militar na Cidade Universitária, uma das propostas que deverá ser discutida pelo conselho. O professor também questionou a instalação de um posto policial, de uma delegacia de meio ambiente, heliporto e base de operações maríticas no *campus*. Luciano lebrou que um batalhão de vias especiais está sendo construido nas proximidades do Fundão, na área do complexo da Maré. O diretor da seção sindical criticou o fato de o projeto da reitoria ser dirigido somente à segurança do Fundão, esquecendo os demais *campi* e as Unidades isoladas. "A Adufrj-SSind partilha das preocupações e vai se empenhar para que a segurança da UFRJ seja a mesma que queremos para a toda a sociedade", afirmou.

Para o Jornal da Adufrj-SSind, a diretora do Sintufrj e integrante do Consuni, Ana Maria Ribeiro, disse estar presente na reunião em que o Secretário de Segurança, Roberto Aguiar debateu o tema com a reitoria, no dia 19 de agosto. Segundo Ana Maria, o Sintufrj fez uma reunião com os servidores da vigilância da universidade e a atual prefeita, professora Maria Angela, antes de a proposta da reitoria começar a circular na universidade. Na ocasião, segundo Ana Maria, os vigilantes, em sua maioria patrimoniais, declaram a incapacidade de lidar com determinadas situações frente ao nível de violência que se instalou no *campus*. De acordo com a servidora, os vigilantes que fazem a ronda ainda não tiveram regulamentados o porte de arma nem os seus uniformes.

Ana Maria não vê problemas na circulação de viaturas nem na instalação de um posto policial na Cidade Universitária. Mas a representante dos funcionários se preocupa com a instalação de um Batalhão Especial e da Delegacia do Meio Ambiente.. "O secretário Roberto Aguiar tem uma boa visão da formação dos policiais, mas este governo só tem mandato garantido até dezembro. Quem nos garante que o próximo não vai ser truculento nas ações da PM no *campus*?", questionou a servidora.

O diretor do DCE Mário Prata, Márcio 'Batata', diz não ter conhecimento formal das idéias da reitoria, mas pelo que se informou nos jornais da Adufrj-SSind e do Sintufrj considera "exagerado" o que foi apresentado.

A representante da Associação dos Pós-graduandos (APG), Gilda Moreira, também considera um exagero a instalação de um Batalhão da PM no Fundão e acredita que a reitoria deva ouvir a comunidade antes de transformar "de forma tão radical" a estrutura de segurança da universidade. Para Gilda, a administração deve realizar um debate com as entidades da comunidade, os moradores do alojamento e representantes das comunidades vizinhas, como a Ilha do Governador.

Iluminação e melhorias

O vice-reitor, Sérgio Fracalanzza, explica que a proposta da reitoria envolve, além da presença da polícia militar, a urbanização da Cidade Universitária. Fracalanzza diz que serão feitas obras de melhoria na infra-estrutura dos espaços do *campus*, além da instalação de iluminação adequada nos prédios, estacionamentos e vias de circulação. O dirigente informou também que a Prefeitura da universidade está preparando um projeto social voltado para a recuperação da Vila Residencial. A intenção, segundo o professor, é criar condições de ocupação do *campus* do Fundão para atividade acadêmicas e de extensão que visem à participação das comunidades vizinhas, particularmente da população da Ilha do Governador. A melhoria do transporte seria uma das ações estratégicas para realizar a articulação da Cidade Universitária com a população do bairro vizinho. "Atividades culturais e de lazer aos finais de semana organizadas pelas Unidades também estão sendo pensadas", diz o sub-reitor.

CAp no Fundão

Para o Jornal da Adufrj-SSind, Fracalanzza adiantou que o projeto de instalação de uma unidade do Colégio de Aplicação da UFRJ está avançado. O projeto é da Prefeitura e da reitoria e, segundo o sub-reitor, envolve a instalação de uma creche associada ao colégio. "Atenderíamos toda a cadeia de ensino – da educação infantil ao ensino superior – em um só espaço", comenta.

Proposta para a segurança nos Conselhos de Centro

Na reunião do Conselho Superior Executivo, em 10/9, foi aprovada a primeira parte do plano de segurança para o Fundão. Chamado de 'plano azul', a primeira fase da proposta da reitoria inclui a instalação de dois polígonos de segurança com duas viaturas paradas e dois outros carros da PM circulando por toda o *campus*. Pelo 'plano azul' será instalado uma central de comunicação e os vigilantes da universidade receberão treinamento da polícia do Estado. O CSE decidiu que as propostas para a segurança deverão ser discutidas pelos Conselhos de Centros e Unidades para depois seguir para deliberação no Consuni. Não foi divulgado calendário oficial para a discussão nos Centros. O CSE é formado pelo reitor, vice-reitor, sub-reitores, decanos, prefeita e coordenador do Fórum de Ciência e Cultura.

Rápidas

R$ 1 milhão para projetos institucionais

No Consuni de 12/9, o sub-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, comunicou que a Fundação José Bonifácio irá, em 2003, disponibilizar R$ 1 milhão par projetos acadêmicos da reitoria, em especial, para o desenvolvimento de ensino. Segundo o sub-reitor, está sendo formada uma comissão para gerir este recurso formada por dois integrantes da FUJB, dois do CEG e dois do CEPG.

Apoio a recém-doutores

Já está disponível na página da SR-2 (www.sr2.ufrj.br) o edital para o Programa de Apoio ao Docentes Antônio Luiz Viana. O programa é uma iniciativa do CEPG, criado em maio de 1999, e visa a fomentar pesquisas de professores recém-doutores da UFRJ. Atualmente, segundo a reitoria, são cerca de 100 os docentes considerados recém-doutores, ou que tenham concluído o doutoramento há, no máximo, cinco anos. O edital do programa vai contemplar 20 candidatos, com recursos de até R$ 8 mil por proposta. Cada candidato poderá encaminhar apenas um projeto.

Corte nas bolsas de iniciação

A UFRJ terá menos 15% de recursos do PIBIC (Programa de Incentivo a Bolsistas de Iniciação Científica), o que significará perda de cerca de 120 bolsas no ano que vem. Segundo o reitor, Carlos Lessa, os cortes do CNPq atingiram as instituições de forma desigual. "Outras universidades, como Tocantins, tiveram cortes de apenas 2%", reclamou. De acordo com o sub-reitor José Luiz, alguns critérios estabelecidos pelo ministério prejudicam as universidades com maior quantidade de alunos. Lessa criticou o fato de os professores das universidades fluminenses que participam das comissões da agência, em especial da UFRJ, não "brigarem" por mais recursos para as instituições do Estado. Foi informado que está sendo criado um 'comitê de bolsas PIBIC' no CNPq, e que a UFRJ estaria nele representada pelas professoras Angela Pinto e Celuta Sales Alviano (CEPG).

Particulares recebiam taxas de bancada

Causou surpresa entre dos integrantes do Consuni a informação da reitoria de só neste ano o governo federal cortou as taxas de bancada das instituições particulares. Há quatro anos as universidades públicas já haviam perdido este recurso. A indignação com a política privatista do governo foi geral.

Aluno ganha prêmio jovem cientista

O estudante de engenharia da UFRJ, Maurício de Oliveira Brandão, conquistou em primeiro lugar o prêmio Jovem Cientista, entre os estudantes de graduação, com o trabalho *A pilha de combustível de oxidação direta de álcoois*. O prêmio foi comemorado pelos integrantes do Consuni.

Privatização do ensino

A representante dos técnico-administrativos Ana Maria Ribeiro entregou à reitoria um documento sobre inclusão dos serviços de educação na Organização Mundial do Comércio. Sobre o tratamento da educação como serviço mercantilizado, o reitor comentou que "esta é uma questão tão perigosa quanto à Alca (Área de Livre Comércio das Américas)".

Radioterapia no HU

No dia 20 de setembro será inaugurado o serviço de radioterapia do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Segundo o diretor do HU, Amâncio Paulino, a instalação do equipamento foi possível através de uma parceria da universidade com o Ministério da Saúde e o Hospital do Câncer. O equipamento teve um custo da ordem de U$ 2,5 milhões e a obra física para a sua instalação consumiu U$ 1,8 milhão, sendo que um terço foi pago pelo MS e dois terços foram pagos pela UFRJ. O novo equipamento, segundo Amâncio, vai possibilitar a formação de especialistas no tratamento do câncer, hoje restrita às redes particulares.

UFRJ

Faculdade de Educação entra em colapso

Consuni poderá debater afastamento da diretora e abertura de inquérito administrativo, sugeridos pela comissão de sindicância

Sob a direção da professora Speranza França, a Faculdade de Educação é uma das maiores vítimas da ex-reitoria Vilhena. A critica foi apresentada pelo representante dos professores titulares do CFCH, Luiz Antônio Cunha, durante o Conselho Universitário. Luiz Antônio entregou uma petição ao reitor Carlos Lessa solicitando que a reitoria tome as 'medidas cabíveis' para retomar a normalidade naquela Unidade. Segundo o professor, a atual diretora recorre à justiça comum cada vez que precisa encaminhar um ato administrativo. Speranza nunca teria enviado nenhuma proposta para apreciação da Congregação da Unidade para a tomada de decisões, inclusive acadêmicas.

O resultado da administração da professora foi o afastamento de dezoito professores "qualificados", que foram postos à disposição, a mudança da linha do programa de pós-graduação, e o afastamento de quatro técnico-administrativos, com funções e conhecimentos importantes para o funcionamento da Unidade. Segundo Luiz Antônio, a diretora tenta fazer tudo sozinha e ocupa também a coordenação da pós-graduação da Unidade. No início de 2000 o ex-interventor exonerou a então coordenadora eleita do Programa de Pós-Graduação em Educação, professora Marlene Alves Rodrigues. Para Luiz Antônio, o atual programa é "retrógrado" e significa uma volta ao passado em termos acadêmicos.

Estudantes passam a noite em claro na FE

Cerca de 230 estudantes passaram em claro a noite da última terça (10/9) e tiveram que esperar até o início da manhã de quarta, dia 11, na Praia Vermelha, para que a secretaria de ensino abrisse o atendimento aos pedidos de inscrição nas disciplinas de licenciatura oferecidas pela Faculdade. Durante o Consuni, o representante dos estudantes Márcio 'Batata' relatou as dificuldades que os formandos de diversos cursos de graduação têm encontrado para conseguirem vagas nas disciplinas obrigatórias. Segundo Batata, há vários semestres que os alunos têm tido que disputar as vagas.

Professor da Unidade, Luiz Antônio disse não ter como responder ao aluno. "Infelizmente, nós não temos resposta. A Unidade não tem condições de responder as causas deste gargalo, neste momento", disse, responsabilizando a administração da professora Speranza pelo caos instalado no processo de inscrição. De acordo, ainda, com o professor, um dos problemas pode ser justamente a falta de funcionários, disponibilizados pela diretora, para realizar as inscrições. "Não sabemos o tamanho do desencontro entre a oferta e a procura pelas disciplinas", relatou o professor à reportagem do jornal da Adufrj.

Consuni analisará relatório de sindicância

O reitor Carlos Lessa disse desconhecer o gargalo das licenciaturas na FE. "Não entendo porque estamos limitando as licenciaturas", questionou, afirmando que esta questão mereceria um posicionamento do Conselho de Ensino de Graduação e do Conselho de Centro do CFCH. Lessa adiantou que vai disponibilizar aos integrantes do Consuni o relatório conclusivo da comissão de Sindicância formada por representantes do CEG e do Conselho de Ensino de Pós-Graduação que apura as irregularidades na administração da FE. O reitor deve pedir para que o Consuni se posicione sobre o resultado da sindicância. O parecer final da comissão sugere o afastamento da diretora do cargo e a abertura de inquérito administrativo.

Escola de Engenharia se apresenta ao Consuni

Unidade ofereceu, para 2002, cerca de 10% das vagas do vestibular da UFRJ

Rejeição zero, evasão zero, retenção zero: o sonho de qualquer Unidade de graduação do ensino superior não é diferente para a diretoria da Escola de Engenharia. Na sessão do Consuni de 29/8, professores da Escola apresentaram um pouco da história, números e metas da EE. No entanto, de acordo com as palavras do diretor Helói José Fernandes, o sonho ainda está distante. Existe significativa preocupação de seu corpo docente com os índices encontrados nestes três aspectos do cotidiano de um curso, embora ainda não tivesse um levantamento formal do assunto.

Para tratar do aspecto da rejeição, Helói afirmou que vários dos melhores vestibulandos (aqueles que passam para várias universidades) estão deixando a UFRJ em segundo plano. A evasão é outro fator preocupante: "Temos um índice significativo (de alunos que não terminam o curso)", contou o diretor. Ele comentou ainda os níveis de retenção do curso: "Nossos alunos não estão conseguindo acabar seus estudos em cinco anos (período estipulado para a Engenharia); estão levando mais tempo", completou. O professor argumentou que está encaminhando uma pesquisa para conhecer melhor esses índices para que os docentes da Unidade pensem uma solução.

Outra meta do diretor é retomar o antigo nome da Escola de Engenharia, que se chamava Escola Politécnica (na grafia da época, "Polytechnica"), em 1874. Para Helói, trata-se de uma questão de recuperação da identidade da Unidade, que já foi denominada também de "Escola Nacional de Engenharia", de 1937 a 1965, quando ocupava o atual prédio do IFCS, no Centro – a partir de 1965, recebeu o nome atual. O processo de substituição da grafia encontra-se em análise da comissão de Legislação e Normas do Consuni.

Helói comentou ainda que pretende ampliar a inserção dos doutores da EE na pós-graduação *stricto sensu*. Neste momento, os próprios conselheiros cobraram mais integração com a Coppe e receberam como resposta que existe, sim, dificuldade de acesso dos docentes da EE a alguns programas consolidados do órgão suplementar.

O diretor disse também que tem como proposta o redimensionamento do corpo social da Escola de Engenharia. Segundo ele, o fato de o gabinete da diretoria estar instalada no bloco A do Centro de Tecnologia, distante alguns blocos das salas de aula do curso, precisa ser revisto. "Estamos distantes do nosso centro de gravidade", disse Helói.

Radiografia

A Escola de Engenharia possui 233 docentes, dos quais 166 são doutores e 48 são mestres. Hoje, existem 17 titulares, 175 adjuntos, 40 assistentes e apenas um auxiliar de ensino na composição do corpo de professores da Unidade. A EE tem ainda 3.003 alunos com matrícula ativa e 162 técnico-administrativos. Em 2002, a Escola ofereceu 650 vagas no vestibular, o que corresponde a 10,48% do total oferecido pela UFRJ. E, desde 1874 até 29/8 deste ano, foram contabilizados 19.793 estudantes graduados. São doze departamentos e 9 habilitações. Há um total de 562 disciplinas teóricas e 102 disciplinas experimentais, além de 44 laboratórios técnicos e 10 Laboratórios de Informática da Graduação (LIGs).

As pessoas da Escola

É motivo de grande orgulho do diretor o conjunto de pessoas "que fez, faz e fará a nossa instituição". Na sessão do Consuni, Helói citou funcionários com grande tempo de "casa", professores queridos pelos alunos e estudantes com alto coeficiente de rendimento (CR) acumulado, além da recente reformulação do Centro Acadêmico de Engenharia (CAEng). Na ocasião, foi feita (conforme divulgado no jornal da Adufrj nº 69, de 2 de setembro) uma homenagem póstuma ao estudante Leonardo Bier de Cicco, que integrava a Congregação da Unidade.

Feitos

Também foram destacados projetos de extensão com impacto social, como o projeto Minerva, que dá noções de Informática e Inglês para alunos da rede pública estadual; os índices de aprovação dos formandos da EE em concursos públicos, entre outros feitos da Escola.

Opinião/Fernando Amorim*

A Raiz do Autoritarismo ainda está Viva

A UFRJ passou os últimos quatro anos mergulhada numa crise cuja causa imediata foi o desrespeito, por parte do governo federal, à autonomia universitária expressa na escolha de seu dirigente máximo. No entanto, a causa mais importante deste problema reside na permanência de valores cultivados no período autoritário, e que possuem raízes profundas na sociedade brasileira. A ditadura acabou, mas muitos de seus valores permanecem e um dos principais se expressa na própria subversão do princípio de democracia representativa. Quando se elege diretamente alguém para a presidência, para a reitoria ou para a direção de uma unidade acadêmica se está escolhendo alguém para representar um projeto político que conquistou o apoio da maioria da sociedade ou do corpo social da universidade. No entanto, nos últimos anos, procurou-se criar a idéia de que a legitimidade conferida pelo voto garantia ao titular o direito de se apropriar do cargo como uma propriedade pessoal e fazer o que bem entendesse, inclusive rasgar o projeto com o qual se elegeucomo fez e ainda faz FHC (um programa brilhante, formulado por iluminados, que tiraria o Brasil do "atraso"). Na UFRJ, o argumento utilizado pelo governo para nomear Vilhena foi o de derrotar o tal "atraso" e garantir a excelência acadêmica. A UFRJ se levantou e reagiu, mas acabou ficando isolada porque a idéia de que FHC tinha "autoridade" para fazer o que fez havia se tornado hegemônica. A causa principal, tanto da crise da UFRJ, quanto de todos os problemas que seriam vividos nos anos subseqüentes, foi a idéia profundamente autoritária de que a legitimidade conferida pelo voto assegurava-lhe o direito de se confundir com as instituições e passar por cima delas quando elas contrariassem a sua vontade soberana. Esta idéia foi, e continua sendo, incensada pela mídia e pelos intelectuais de plantão, a serviço do poder.

Na UFRJ,com o bloqueio e o esvaziamento dos colegiados, com todo o poder concentrado na mão dos dirigentes, a resistência do corpo social reduziu muito a capacidade de intervenção da reitoria. Começamos a virar esta página com a eleição do Professor Carlos Lessa, superando, inclusive, divisões internas que já estavam se tornando históricas. Porém, o processo está longe de se concluir. A questão principal é a construção uma nova ordem democrática, em que todas as decisões importantes para o futuro da UFRJ sejam efetivamente debatidas e assim legitimadas. A democracia é o regime do conflito das idéias e da diversidade. Uma decisão não é legítima apenas porque foi tomada por um dirigente eleito. O que a legitima é o debate livre e franco das idéias, sobretudo na universidade.

O movimento docente tem uma grande responsabilidade com o aperfeiçoamento democrático na UFRJ e na universidade brasileira. Foi o principal protagonista na transformação em realidade do projeto de democratização pela via da eleição direta dos dirigentes. No entanto, o processo de democratização na UFRJ e na universidade brasileira está ainda longe de produzir instituições estáveis e efetivamente democráticas. É preciso avançar na discussão e na proposição de novas formas de gestão, principalmente no que se refere aos colegiados como instâncias de deliberação. Na UFRJ, o modelo FHC produziu inúmeros clones. Existem muitos colegiados que são carimbadores burocráticos da vontade dos dirigentes, esvaziados completamente de suas atribuições políticas e acadêmicas.

Não pretendo fazer apenas uma discussão teórica num plano abstrato. Irei utilizar como exemplo deste processo um caso no qual estou envolvido e que considero um exemplo paradigmático do quadro descrito acima. Não é, portanto, uma denúncia, mas uma ilustração com o objetivo de encontrar saídas que possam contribuir para superar a crise institucional em que nos arrastamos há mais de quatro anos.

Participo há muitos anos da organização de um evento acadêmico, o Encontro de Educação em Engenharia. Este ano será realizada a sua oitava edição em novembro. É um evento interinstitucional, promovido em conjunto pela UFRJ, UFJF e UFF, apoiado pela Associação Brasileira de Ensino de Engenharia e pela Associação Brasileira de Expressão Gráfica. Têm o apoio financeiro do CNPq e da FAPERJ, agências reconhecidas pela seriedade do julgamento que realizam dos projetos que lhes são submetidos. Mantém há dois anos, permanentemente, uma página na Internet com os anais de todas as edições anteriores (www.dee.ufrj.br/VIIEEE/VIIEEE.html). Todas as edições foram avaliadas e aprovadas pelo CEG. É um evento que busca se constituir como espaço de reflexão livre, orientado para encontrar solução para a atividade de ensino no campo da Engenharia, e para contribuir com o processo de qualificação dos professores no desafio de encontrar formas de fazer com que nossos alunos aprendam e se tornem intelectuais críticos e criativos, capazes de construir um futuro melhor e, sobretudo, mais justo para o Brasil. É um evento orientado para estimular o trabalho de pesquisa coletivo e multidisciplinar. Vem produzindo resultados como experiências didáticas, teses de mestrado e doutorado e no oitavo encontro será lançado um livro organizado pelo professores Jorge Luís do Nascimento (UFRJ) e Danilo Pereira Pinto (UFJF), que se pretende o primeiro de uma série, com o resultado da cooperação entre as duas universidades e com o relato de experiência estimuladas ou criadas a partir dos encontros. Não há como negar que o Encontro é o resultado de um trabalho sério, iniciado em 1995, e que vem se destacando como uma iniciativa inovadora de grande repercussão no campo da educação em Engenharia.

O primeiro e o segundo eventos foram apoiados com entusiasmo pelo diretor da Escola de Engenharia, Professor José Haim Benzecry, que participou, e continua participando, das atividades do Encontro. O atual diretor, embora nunca tenha participado da totalidade da programação dos encontros, continuou apoiando sua organização, até que no VII Encontro, sem qualquer discussão com a comissão organizadora, mesmo tendo indicado o diretor de ensino para participar dos trabalhos de organização, retirou seu apoio ao evento. Esta decisão não teria um significado maior se o diretor não tivesse bloqueado o envio de solicitação de auxílio para a FUJB. O fez ao arrepio tanto da cultura institucional, quanto dos procedimentos administrativos preconizados tanto na LDB, quanto no regimento da UFRJ. O evento foi realizado com o apoio do CNPq e obteve o mesmo sucesso das edições anteriores. Na plenária de encerramento, foi **eleita** a comissão de organização da qual participo, junto com o Professor Jorge Luís, pela UFRJ. O diretor da escola não compareceu, nem enviou nenhum representante a esta reunião Apenas quando foram distribuídos os cartazes e os folhetos de divulgação do VIII Encontro, o diretor da Escola de Engenharia da UFRJ enviou ofícios para a UFJF e para a UFF, nomeando uma comissão para organizar o VIII Encontro, sem qualquer conversa ou comunicação aos membros da comissão eleita no VII Encontro. Evidentemente houve uma reação a ação tão despropositada e estranha ao meio acadêmico e, mesmo assim, os trabalhos de organização do evento continuaram. Como reação, o diretor da Escola aprovou uma moção na Congregação afirmando que a Escola não apóia, nem participaria do VIII Encontro e, portanto, o evento não poderia exibir o nome da instituição. A moção foi discutida a toque de caixa, em sessão esvaziada, sem prévio aviso da pauta e sem que nenhum dos membros da comissão fosse chamado a prestar os esclarecimentos devidos. Esta seqüência de episódios lamentáveis não se encerra aqui, pois, não satisfeito em fazer excluir o nome da escola do referido evento, o diretor da Escola continuou na sua cruzada para impedir a realização do mesmo, levando a moção da Congregação para o Reitor e tentando inviabilizar no Conselho de Centro a solicitação de recursos financeiros encaminhados através da COPPE.

O diretor da Escola pode conseguir impedir o auxílio da FUJB, mas é inaceitável que tenha sucesso no seu objetivo de destruir uma iniciativa que apenas bons frutos tem trazido à vida acadêmica. O Encontro será realizado na data marcada como foi o anterior.Com que direito se julga o diretor da Escola de se apropriar do trabalho de um grupo de professores da UFRJ que conquistaram o respeito de todas as pessoas envolvidas no campo da educação em engenharia? Porque insiste na idéia de que uma atividade aprovada pelo CEG só poderá utilizar o nome da instituição se tiver o apoio da diretoria da Escola? A LDB e os estatutos da UFRJ nos garantem o direito de realizar o evento e usar o nome de nossa instituição, que é um patrimônio público. E mais: com que direito se julga o diretor da Escola para impedir que professores lotados na COPPE encaminhem legitimamente seus projetos a FUJB? A moção, aprovada pela Congregação, afirma que a Escola não tem qualquer relação com evento. Com que base o diretor afirma não querer a realização do evento? Uma moção é apenas uma opinião, a meu ver lamentável, aprovada ao arrepio da ética, sem ouvir os interessados, com um quorum extremamente reduzido.

A Congregação da Escola de Engenharia se amesquinhou ao se dobrar ao mandonismo de seu diretor. Não cumpriu sequer sua obrigação de preservar os direitos fundamentais consolidados por muitos anos de prática acadêmica. Isto não me surpreende, porque esta tem sido a dinâmica nos últimos anos. A Congregação se esvaziou quando nada de importante passou a ser discutido de forma minimamente aceitável. As decisões são tomadas no Gabinete e, quando necessário, carimbadas, sem debate, pelo colegiado. Assim foram aprovadas as normas eleitorais, em uma única reunião, com um calendário que deixava apenas sete dias úteis entre a inscrição da chapa e o pleito, com um feriado prolongado no meio e durante a greve.

A raiz viva do autoritarismo está na evidente disposição do diretor de se confundir com a instituição, e de estabelecer os seus interesses como se interesses institucionais fossem. Nossa contribuição para reverter este quadro será realizar o VIII Encontro, conforme a plenária anterior deliberou e para o qual fomos eleitos. Trata-se de um evento que oferece densidade acadêmica e tempo para reflexão coletiva. Não cobra, nem nunca cobrou, qualquer tipo de taxa de inscrição. Convido, em nome da comissão, não só os professores de Engenharia, mas a todos os interessados em refletir sobre o ensino universitário que participem do Encontro. A programação definitiva estará em breve disponível na página do evento (http://wwweduceng.ufjf.br).

* Professor da Escola de Engenharia

Opinião/Maurício Tiommo Tolmasquim*

O Papel da Petrobrás: O Caso da Plataforma P-50

A polemica sobre a contratação do estaleiro Jurong, de Cingapura, para construir a plataforma de extração de petróleo P-50 coloca em questão a forma que a Petrobrás deve atuar no país.

A Petrobrás tem tido ao longo de sua história um papel central no desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro, implementando uma estratégia de nacionalização de seus supridores de equipamentos, serviços e materiais, e estabelecendo uma parceria com universidades e centros de pesquisas visando um desenvolvimento tecnológico cooperativo. Assim o expressivo aumento da produção de petróleo no Brasil, nas últimas décadas, através do aproveitamento de campos marítimos gigantes na Bacia de Campos, só foi possível graças a implementação de programas de P&D, como o Programa de Capacitação Tecnológica em Sistemas de Produção para Águas Profundas.

A decisão da PETROBRAS de contratar o estaleiro Jurong, de Cingapura, para construir a plataforma de extração de petróleo P-50 é um dos marcos de um processo paulatino de inflexão na trajetória da empresa. Ela reflete a visão governamental de deixar as forças de mercado guiarem o processo de desenvolvimento do país. A Petrobrás passa, assim, cada vez mais, a se orientar por uma estratégia predominantemente de cunho privado, em detrimento de sua função de alavancar e promover o desenvolvimento tecnológico e industrial nacional e de gerar empregos e renda no país. Com efeito, a construção de plataforma P-50 no Brasil poderia representar a geração de cerca de US$ 50 milhões em impostos e a criação de aproximadamente 2 mil empregos diretos e 6 mil indiretos no país.

Os U$ 14 milhões de diferença entre o primeiro e segundo colocados são irrisórios para uma empresa do porte da Petrobrás, vis-à-vis, os benefícios macroeconômicos que poderiam gerar. É difícil aceitar a contratação do estaleiro no exterior, sobretudo quando se considera que o preço 6% menor oferecido pelo estaleiro Jurong (R$ 244 milhões) é em grande parte fruto do regime fiscal (REPETRO) que isenta a importação de bens para a indústria do petróleo de todos os impostos, enquanto a indústria nacional é obrigada a arcar com vários tributos, que incidem durante a fabricação da plataforma. Este regime fiscal é um exemplo de política industrial às avessas onde os Estado abre mão de receitas de impostos em benefício da produção em outros países.

A construção da plataforma P-50 em Cingapura além de não criar empregos no país, pode trazer inclusive prejuízos a própria PETROBRAS. A legislação do Estado do Rio de Janeiro estabelece a cobrança de 18% de ICMS sobre bens para indústria de petróleo que sejam importados, como forma de estimular que as plataformas sejam feitas nesse Estado e não no exterior. Algumas estimativas indicam que o preço da plataforma construída pela Jurong aumentaria de US$ 53 milhões caso o estaleiro realizasse toda a obra no exterior. Este valor adicional, pelo contrato, terá de ser coberto pela PETROBRAS. Neste caso, o custo pago pela PETROBRAS seria superior a proposta de US$ 270 milhões, apresentada pelo estaleiro que ficou em segundo lugar na licitação.

Cabe ao governo ter uma política energética e industrial que alie a produção de petróleo com o desenvolvimento econômico, tecnológico e social do país. Esta política assume um caráter de urgência em face do fato da Petrobrás ter um extenso número de licitações previstas para os próximos meses, dentre os quais se destacam a construção das plataformas P-51 e P-52 do mesmo porte da P-50, prevista para os campos de Marlim Sul e Roncador. Os investimentos previstos podem atingir a importante soma de U$ 4 bilhões.

Em seminário realizado na COPPE/UFRJ ficou claro que os estaleiros nacionais estão tecnicamente preparados para construir estas plataformas. Vale dizer, que mesmo que os estaleiros brasileiros não tivessem esta competência caberia a Petrobrás levar em consideração na fase concepção do projeto as especificidades nacionais, já que no campo da engenharia, diferentes concepções podem ser idealizadas para atender o mesmo objetivo.

Que fique claro que não se está advogando, aqui, uma reserva de mercado, que privilegie a indústria nacional a qualquer custo. Porém, é inaceitável que uma pequena diferença de preço impeça a criação de empregos tão fundamental para o bem estar social do país. Bastaria, por exemplo, que na licitação tivesse previsto um sistema de pontuação que levasse em conta o índice de nacionalização da obra para que o resultado fosse outro.

O caso da plataforma P-50, nos traz um alerta sobre a dupla função que devem ter as empresas estatais: a função produtiva estrita, a qual deve ser feita com a máxima eficiência e o menor custo; e a função de promotoras do desenvolvimento industrial e tecnológico nacional, a qual deve ser submetida aos interesses maiores da nação.

* Coordenador do Centro de Economia Energética e Ambiental (CENERGIA) da COPPE/UFRJ

Resenha

Morreu Gerd Bornheim

O renomado professor e filósofo Gerd Bornheim faleceu, aos 72 anos, vítima de um tumor cerebral, na noite de 5/8, no Rio de Janeiro. Nascido em Caxias do Sul, RS, Gerd estudou na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde se tornou professor catedrático. Lecionou depois na Universidade de Caxias do Sul. Vindo para o Rio, trabalhou na UFRJ e na Uerj.

Alta do dólar atinge Fapesp

A crise cambial, que elevou o dólar de R$ 2,37 em 1º de maio para os atuais valores em torno de R$ 3, atingiu a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Houve suspensão, por tempo indeterminado, da importação de bens e serviços. A agência tomou esta decisão porque muitos dos compromissos foram assumidos com o dólar em torno de R$ 2,5. Foram gastos mais de R$ 60 milhões apenas com a correção cambial.

CNPq sofre com cortes

O ajuste fiscal provocado pelo governo federal provocou um rombo de R$ 50 milhões no orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para se adequar à realidade, várias medidas já foram tomadas. Do total de 160 bolsas requeridas para formação no exterior, apenas 35 foram aprovadas. Além disso, 1,4 mil bolsas de iniciação científica foram canceladas e 415 bolsas de doutorado e pós-doutorado no exterior foram indeferidas. A matéria é da Folha Dirigida (10/9).

Urnas suspeitas

A descoberta de urnas eletrônicas falsificadas e de componentes completos para montagem de quase uma centena mais, em Brasília, indica um crime inquietante. Não se sabe quantas urnas foram fabricadas, nem quantas foram distribuídas. A Polícia Federal apenas iniciou a investigação, depois que a polícia do Distrito Federal recusou-se a investigar o caso. Detalhe: nas urnas apreendidas, foi encontrado o registro de votos para a coligação pluripartidária montada, no DF, pelo governador e candidato à reeleição Joaquim Roriz e por José Serra, entre outros nomes. Com adaptações, o programa do simulador é capaz de desviar votos de um candidato para outro na urna oficial.

Alca

Cerca de 1 milhão votam contra Alca no Rio

Nesta terça-feira dia 17, a Coordenação Nacional do Plebiscito da Alca vai divulgar, em Brasília, os números do evento realizado nacionalmente e na semana da Pátria, entre os dias 1 e sete de setembro. Os números serão entregues a representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além da Embaixada dos Estados Unidos no país. Para marcar este momento, estão previstas diversas atividades, como coletiva à imprensa, protestos e eventos culturais. No dia seguinte, haverá uma Assembléia Popular (cada município terá direito a um representante) para definir os rumos da campanha após o Plebiscito.

No Rio de Janeiro, em números estimados pela coordenação estadual, foram apurados de 800 a 1 milhão de votos

150 mil repudiam Alca

O Plebiscito viveu seu grande momento no último dia reservado para as votações, no sábado, 7 de setembro). O Dia da Independência foi marcado pela discussão da área de livre comércio, tema principal da 8ª edição do Grito dos Excluídos. O Grito é organizado pelos movimentos populares e sindicais e foi realizado em todo o país.

Guilherme Lessa

Na Basílica Nacional de Aparecida do Norte, no Vale do Paraíba, milhares de pessoas protestaram contra a adesão do Brasil à área de livre comércio.. Sob o tema "Soberania não se negocia", o evento reuniu cerca de 150 mil pessoas – número recorde – segundo levantamento da organização do santuário e da Polícia Militar. A última edição levou cerca de 90 mil pessoas a Aparecida.

Além dos romeiros, representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicalistas da CUT e partidos políticos de oposição marcaram presença no local. Houve uma encenação contra a Alca no altar da Basílica, com a concordância do cardeal-arcebispo de Aparecida, dom Aloísio Lorscheider. "Os interesses da população têm que estar acima dos direitos privados. O Brasil tem que se tornar livre das grandes potências", disse Lorscheider.

Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, seis mil pessoas participaram do protesto, na Rua 14 de julho. Em São Paulo, dois mil manifestantes protestaram diante do Museu do Ipiranga.

Constituição proíbe implementação da Alca

Advogado analisa pontos conflitantes entre o tratado internacional e a Carta Magna do Brasil

No dia 4 de setembro, a Regional Rio de Janeiro do Andes-SN encaminhou para as seções sindicais um estudo das dificuldades jurídicas para a implementação da Alca. A análise foi produzida pelo advogado Américo Masset Lacombe, doutor em Direito pela PUC-SP e presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (biênio 1993/1995).

Para Lacombe, o artigo quarto da Constituição Federal é claro ao estabelecer a independência nacional (inciso I) e a igualdade entre Estados (inciso V) como princípios pelos quais o Brasil deve reger-se em suas relações internacionais. Dessa forma, qualquer tratado internacional que venha a ser assinado não pode fazer o país desrespeitar a igualdade entre Estados, o que levaria os diplomatas brasileiros a exigir absoluta igualdade de tratamento. "A primeira dificuldade, portanto, seria exigir dos Estados Unidos a queda das barreiras referentes aos produtos brasileiros. E isto parece impossível visto que o Congresso Norte-Americano, pela voz de diversos dos seus membros, tem dito que a sua função é proteger os produtores americanos", diz o advogado, em seu estudo.

Ainda de acordo com Lacombe, o tratado não poderá conter nenhuma cláusula que vede sua apreciação política pelo Congresso Nacional (art. 84, VIII) e a sua validade jurídica pelo Judiciário (art. 5º, inciso XXXV). Uma vez que as disposições do art. 5º são cláusulas pétreas, não poderão ser modificadas, nem por Emendas Constitucionais, muito menos por tratados.

Mercado interno como patrimônio nacional

Diz o art. 219 da Constituição que "o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país, nos termos da lei federal". E Lacombe frisa em seu estudo que "patrimônio nacional" não é "patrimônio da União". "O mercado interno é, de conseguinte, um patrimônio inalienável da nação brasileira e é obrigação dos Poderes Públicos incentivar o seu desenvolvimento e conferir-lhe autonomia tecnológica. Com isto, fica vedada qualquer cláusula em tratado que impeça a transferência de tecnologia".

A integração da América Latina

O fato de o mercado interno ser patrimônio nacional, prossegue o estudo de Lacombe, não impede a integração do Brasil com o restante da América Latina. Essa afirmação está contida no art. 4º, no qual "a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações". Para o advogado, embora não seja especificado o tipo de comunidade, também não diz que se trate de uma mera "união de mercados, de uma integração econômica mais profunda, ou mesmo de uma Confederação". Segundo ele, como não pode ocorrer a abdicação da soberania, o que está proibido é a criação de uma federação de países.

A questão da soberania

Lacombe encerra seu raciocínio para dizer que todo Estado é soberano, salvo os Estados-membros de uma federação que abdicam de parte de sua soberania, pois não possuem personalidade de direito internacional. Portanto, de acordo com o advogado, "todo poder emana do povo" e somente o povo pode abdicar da soberania. Assim sendo, sem uma manifestação popular (plebiscito) convocada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 49, XV, da Constituição, seria impossível a assinatura de um tratado com um Estado que não seja latino-americano, a não ser que se trate de meros acordos comerciais, e ainda assim com respeito absoluto à igualdade entre as partes.

“O alvo é o lucro e não a qualidade”, artigo de Cleusa Santos
Página 2

Adufrj-SSind se prepara para o 45º Conad, em Belém (PA)
Página 3

Sessão especial do Consuni debate autonomia universitária
Página 5

UFRJ deve pedir o máximo de professores substitutos permitido pela legislação
Página 6

Adufrj-SSind propõe comissão para tratar da segurança dos *campi*
Página 7

Professores podem vender 1/3 das férias
Página 7

Dez milhões dizem não à Alca
Página 8

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 71 • 23 de setembro de 2002

Kelvin Melo

AUDITÓRIO DO CENTRO POLITÉCNICO DA FEDERAL DO PARANÁ LOTOU PARA ASSISTIR À ABERTURA DO EVENTO DO ANDES-SN

Seminário do Andes-SN debate C&T no país

Sem explicações, Lei de Inovação do governo ainda não chegou ao Congresso

Num contexto de evidente descaso do governo federal com a política de Ciência e Tecnologia do país, o Andes-SN não poderia deixar isso passar em branco. Entre os dias 11 e 13 de setembro, o Sindicato Nacional, ao lado das seções sindicais da Universidade Federal do Paraná e do CEFET-PR, promoveu o III Seminário de C&T, em Curitiba. A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, representou a seção sindical no evento.

No dia 14/9, ainda em Curitiba, o GT Ciência e Tecnologia do Andes-SN reuniu-se para analisar as discussões do III Seminário e construir o cronograma de atividades do grupo até o ano que vem. Nesta edição, do jornal da Adufrj, trazemos a conferência de abertura do professor Aziz Nacib Ab´Saber, do Instituto de Estudos Avançados da USP. Nas publicações seguintes, será divulgado o conteúdo das demais mesas do evento.

Este encontro do movimento docen-

Continua na página 4

Opinião/Cleusa Santos*

O alvo é o lucro e não a qualidade

Manuella Soares

CLEUSA SANTOS

Desde a segunda metade da década de 1970, a terceirização ou subcontratação adquire maior importância. Resultante da queda tendencial da taxa de lucro do capital, esse fenômeno, parte constitutiva do sistema capitalista, levou à chamada reestruturação produtiva e exigiu novas formas de valorização do capital. Uma simples lista de medidas político-econômicas destas últimas décadas basta para provar este ponto: grandes fusões e aquisições, na área empresarial, para expandir o nível de acumulação do capital, demandaram redução no tempo de produção e nos custos; a "Toyotização" compreendeu maior automação da produção. Esse processo, além de levar a uma maior concentração e centralização do capital, fenômeno endógeno ao capitalismo, consagrou a flexibilização e a precarização das relações de trabalho gerando trabalho temporário, informalidade, desemprego maciço em escala planetária, redução dos salários e das conquistas sociais, expressos na quebra do aparato institucional do Estado. Com efeito, com a desresponsabilização do Estado por um lado, e por outro, as novas modalidades de acumulação do capital, privatização ou a terceirização de serviços - cujo alvo maior é o lucro e não a qualidade (vide seguridade social e educação) - têm levado à contratação precarizada de pessoas desqualificadas (no Serviço Público, não concursadas) que muitas vezes têm que dar conta de excessiva carga de trabalho, já que o quadro de funcionários foi drasticamente reduzido. Agregados ao desmonte do Estado, a reforma tributária, privatizações, liberalização comercial, redução do déficit no comércio exterior e do déficit público, superávit fiscal e a reestruturação do sistema de seguridade social, têm sido efetivados.

Um exame mais detido das políticas públicas demonstra que a conjugação do público e do privado exige transferência de recursos públicos para as organizações sociais. Entre os problemas previstos desta conjugação, há três que se sobressaem. Em primeiro lugar, essa transferência revela uma alteração na forma de propriedade do Estado eximindo-o de sua responsabilidade social. Em segundo lugar, a falta de investimentos e a ausência de uma política industrial socialmente referenciada têm sido uma das grandes lacunas na condução das atuais políticas governamentais gerando dependência tecnológica e subordinando o conhecimento produzido pelos países em desenvolvimento aos interesses das empresas multinacionais. Se os enormes avanços da ciência e da tecnologia não vieram acompanhados de uma reprodução de riqueza e conhecimento, isto não justifica que setores da universidade busquem no mercado privado outras alternativas, seja nas fundações, seja nas empresas que pagam por pesquisas. Em último lugar, o fato de o Brasil ser incapaz de gerar uma economia de alta tecnologia torna a universidade frágil demais para sustentar uma posição contrária às questões que envolvem a aceitação de compromissos impostos pelo Acordo Geral sobre Comércio e Serviços. Além disso, existe a possibilidade de a Educação, Saúde e Arte se tornarem serviços. Por este motivo, a discussão sobre Propriedade Intelectual e Lei de Patentes, cujas perspectivas de agregação de valor às mercadorias são incertas, diz respeito à precarização e à terceirização dos serviços, pois advém de regulamentações que ferem a autonomia universitária incidindo no trabalho docente: expansão dos cursos seqüenciais, crescimento dos centros universitários etc.

Há dados que chocam por sua crueza: só nos Hospitais Universitários das instituições públicas há um déficit de 20 mil empregados. Dos 38 mil funcionários, 20 mil são terceirizados, pagos em sua maioria com recursos do SUS, o que se constitui em procedimento ilegal. Outro exemplo: de acordo com a Associação de Engenheiros da Petrobras, a terceirização crescente dos serviços da estatal, com a contratação de técnicos sem qualificação, foi o pano de fundo do acidente ocorrido na plataforma P-36 – o quadro de funcionários da estatal caiu de 60 mil para 36 mil nos últimos dez anos (dados de 2001).

Os enormes avanços da ciência e da tecnologia não vieram acompanhados de uma distribuição de riqueza e conhecimento. Ao contrário do que sugerem os neoliberais, o mercado e o processo antiestatizante não garantem a liberdade, a cidadania e a democracia. O que se percebe é uma tendência ao dilaceramento do tecido social, ou seja, dos valores mínimos de agregação social, um movimento que instaura a perda da genericidade e funda a barbárie social (40 milhões de brasileiros vivem na indigência; a violência urbana chega a níveis de guerra civil). A reversão de tal situação só se dará através do combate organizado dos trabalhadores a esse sistema hegemônico do capital, concentrador de riqueza e disseminador da miséria.

*** Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ e Presidente da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ - Adufrj-SSind.**

Obs: Este artigo saiu no Globo em 12/9/02, em versão reduzida por motivo de espaço daquele jornal.

Grupos de Trabalho

GTSS/A da Adufrj-SSind promove encontro sobre Saúde do Professor

O III Encontro de Professores da UFRJ sobre Assuntos de Seguridade Social – a Saúde do Professor será realizado no dia 15 de outubro, das 14h às 18h, no Auditório do CFCH, no *campus* da Praia Vermelha. O encontro será uma realização da Adufrj-SSind, coordenado pelo seu Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Aposentadoria.

Para a composição da mesa debatedora, além de representantes do GTSS/A e da diretoria da Adufrj-SSind, o GT está convidando representantes da Fiocruz (Kátia Reis e Jussara Brito), da Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST/UFRJ) (Teresinha Ramos) e da UFF (Denise Alvarez e Marina Barbosa).

Como nos encontros anteriores, a idéia é editar um caderno especial com os textos solicitados aos debatedores que participarem da mesa. Nesta terça-feira, 24 de setembro, às 16h, na Escola de Serviço Social, o GTSS/A terá nova reunião onde se espera concluir a proposta para o encontro, incluindo a confirmação dos debatedores.

Movimento

Sintufrj promove encontro sobre Saúde do Trabalhador

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj), através de sua Coordenação de Políticas Sociais, e representantes estudantis da Escola de Serviço Social, estarão realizando em setembro (23, 25 e 30) e início de outubro (02), o I Encontro de Saúde do Trabalhador, que tem como objetivo debater propostas para formular uma política de saúde e de segurança nos diversos ambientes de trabalho com a participação dos próprios trabalhadores.

A diretoria da Adufrj-SSind foi convidada e estará participando da abertura do Encontro, que ocorrerá às 18h deste dia 23, segunda-feira, no Auditório da ESS. O GTSS da Adufrj-SSind deverá indicar um debatedor para a mesa "O Movimento Sindical e a Saúde do Trabalhador", programada para o dia 2 de outubro, às 18h, no Auditório do CFCH.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Adufrj-SSind

Adufrj-SSind se prepara para o 45º Conad

A Assembléia da Adufrj-SSind realizada em 19/9 já começou a traçar os planos do movimento docente na UFRJ com vistas ao próximo Conad (45º, será realizado em Belém, no Pará), que terá como tema central "Projeto Histórico e Programa de Governo: as reivindicações dos trabalhadores x acordos econômicos". A proposta aprovada na AG é que seja avaliada a organização de atividades preparatórias para o evento do Sindicato Nacional. Dados os prazos para confecção do Caderno de Textos (até 30/9), o estímulo ao debate dos temas principais, como Conjuntura e eleições presidenciais, financiamento da Universidade e cumprimento do acordo da greve, deve ser programado para antes de 21 de outubro (prazo final para contribuição para o Anexo de Textos).

Sobre a contribuição dos sindicalizados sobre o 13º salário de 2001 e as férias de 2002 – vale lembrar que, por não conseguir da reitoria passada as informações necessárias, a Adufrj-SSind não conseguiu cobrar esses valores – o tema foi encaminhado para a próxima Assembléia. O Conselho de Representantes da Adufrj-SSind posicionou-se contra a cobrança pelo prolongado tempo já decorrido desde então. Na AG de 19/9, a questão foi repensada pelos presentes por dois motivos: fortalecer o fundo de reserva da entidade para eventuais emergências (como greves, por exemplo) e o repasse ao Andes-SN – também por conta do problema de desconto em folha na UFRJ, o Sindicato Nacional deixou de receber os valores daquela época. Por maioria, a AG sugeriu que a diretoria da seção sindical encaminhasse um texto de esclarecimento aos sindicalizados, com os possíveis impactos. A proposta é, se aprovado o desconto na próxima AG, encaminhá-lo em parcelas para não sobrecarregar os professores.

Ainda na AG de 19/9, foi discutida a proposta de indicação de representantes para eventos sindicais nacionais por certo período, esquema já adotado em algumas SSind. Formalmente, apenas a Plenária dos servidores públicos federais precisa de indicação de AG. As indicações para Setor das Federais, reuniões de grupos, seminários nacionais não precisam de deliberação de AG. A diretoria entende que, à medida que tais eventos são marcados (e previamente divulgados nos meios de comunicação da entidade), a Assembléia mais próxima servirá para apresentação dos candidatos aos grupos de trabalho do Andes-SN, por exemplo. Não houve deliberação sobre o tema, que foi remetido para a próxima AG. Foi proposto também que a diretoria avaliasse a inclusão do debate sobre a política de listas de discussão já divulgada no jornal nº 70 (de 16 de setembro), na pauta da próxima AG.

Como forma de mobilização dos docentes na UFRJ, a diretoria vai tentar viabilizar a realização de reuniões de Unidades junto do Conselho de Representantes, aliando à pauta questões específicas dos locais de trabalho articuladas com as questões gerais do Sindicato. Por sugestão do CR, a política de segurança dos campi é um tema a ser abordado. Embora não haja grande acúmulo de discussão no Sindicato Nacional, esta questão já está presente no Plano de Lutas das IFES (ver página 7).

Indicação de Arthur para a diretoria

Não houve deliberação sobre a indicação do professor Arthur Arruda Leal (Instituto de Psicologia) para compor a diretoria da seção sindical. Por problemas de saúde com um familiar, Arthur não pôde comparecer, inviabilizando a discussão.

Ação do Abono pecuniário aprovada

A Assembléia autorizou a diretoria da Adufrj-SSind a entrar com um requerimento jurídico para venda de um terço das férias de 2003 dos sindicalizados. Mais informações sobre a marcação da escala de férias dos docentes podem ser obtidas na página 7.

Agenda Sindical

23/9 – Reunião na sede da Secretaria Regional do Rio de Janeiro do Andes-SN
Av. Rio Branco, 277/1306 – Centro
Às 17h, vai tratar da organização de evento, previsto para meados de outubro, voltado para debate dos projetos do governo FHC que estão em curso para a Educação brasileira

24/9 – Reunião do GTSS/A da Adufrj-SSind
Escola de Serviço Social, às 16h
-Preparação do III Encontro da Seguridade, sobre Saúde do Professor

27 e 28/9 – GT Política Educacional do Andes-SN
São Paulo (SP) – Faculdade de Educação da USP
-Vai discutir PQI e diretrizes curriculares para o ensino médio profissionalizante, entre outros itens. No dia 30, o GTPE volta a se reunir em Caxambu (MG) para discussões e encaminhamentos para a Assembléia Geral da ANPed (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).

27 e 28/9 – II Encontro do Coletivo Jurídico do Andes-SN
Salvador (BA) – Universidade Católica de Salvador
-Vai discutir, entre outros itens, relações de trabalho nas instituições particulares, especificidades das relações de trabalho nas estaduais, fundações de apoio e cursos profissionalizante e de aperfeiçoamento pagos nas universidades públicas.

9/10 – Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

15/10 – III Encontro de Seguridade Social da Adufrj-SSind – Saúde do Professor
Auditório do CFCH, das 14h às 18h

16/10 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind (a confirmar)

18 a 20/10 – GT Comunicação e Artes do Andes-SN
Natal (RN) – Sede da Adurn-SSind

1 a 3/11 - 45º Conad
Belém (PA) – com o tema "Projeto Histórico e Programa de Governo: as reivindicações dos trabalhadores X acordos econômicos"

Anote

HUCFF precisa de sangue
O Hospital do Fundão está precisando, com urgência, de doadores de todos os tipos de sangue. Já começam a faltar plaquetas, muito utilizadas em procedimentos de alta complexidade, especialidade da instituição. O tipo de sangue que mais falta é o O, negativo e positivo. Informações para doar podem ser conseguidas pelo telefone 2562-2305 ou na página eletrônica www.hucff.ufrj.br

CAp divulga edital de admissão para 2003
O Colégio de Aplicação da UFRJ já divulgou o edital (publicado em 30/8 no Diário Oficial da União) para admissão de alunos para o próximo ano. Para o ensino médio (antigo 2º grau), estão abertas 30 vagas para a primeira série e seis vagas para a segunda série. Para a Educação Infantil (Classe de Alfabetização), estão abertas 50 vagas e para o Ensino Fundamental (antigo 1º grau), 10 vagas. No dia 30 de novembro, haverá sorteio público das vagas entre os candidatos. Os candidatos ao ensino médio ainda farão exames de nivelamento no final de outubro e início de novembro deste ano. Mais informações podem ser conseguidas na Secretaria do CAp: 2511-5338, 2511-5382 e 2294-6597.

Cartas

Alca (destruidora de países emergentes)

Houve um PLEBISCITO NACIONAL e o povo BRASILEIRO votou NÃO
À ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) para impedir a sua IMPLANTAÇÃO
Seria ótimo para os EUA, mas péssimo para o BRASIL e a AMÉRICA LATINA
Que seriam sufocados com o aumento de desemprego e da miséria, chega de exploração

Está na hora de elegermos um LÍDER DE FATO
Para defender o nosso BRASIL, a sua SOBERANIA
Não podemos deixar que continue essa SUBSERVIÊNCIA
Temos que acabar de vez com esse ENTREGUISMO, essa ANARQUIA

Além da ALCA, tem a nossa BASE de ALCÂNTARA, no MARANHÃO.
Agora, foi alugada pelo FHC, para os EUA, um país ESTRANGEIRO
A referida BASE sempre foi usada para lançamento dos nossos foguetes.
Aqui fica o nosso protesto, pois Alcântara sempre foi e continuará sendo do BRASILEIRO.

Theóphilo Barbosa Elias
Aposentado, professor adjunto da Faculdade de Farmácia, Departamento de Tecnologia Farmacêutica

Movimento

Continuação da capa

te procurou analisar criticamente a conjuntura da produção de ciência e tecnologia no Brasil e alguns dos seus principais problemas e perspectivas. E uma das mais graves questões do presente, para o 1º vice-presidente do Andes-SN e coordenador do grupo de trabalho de C&T do Sindicato, José Domingues de Godoi Filho, passa pela proposta da Lei de Inovação Tecnológica. Segundo ele, o texto do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) ameça a Universidade Pública brasileira ao criar dispositivos que flexibilizam a relação contratual entre professores e instituições de ensino. Leia-se por flexibilização a possibilidade de o docente, ainda que com dedicação exclusiva, estabelecer contratos com ganhos particulares, sob o aval da instituição.

Onde está a Lei de Inovação?

Ao que parece, o governo federal inaugurou um jogo de esconde-esconde sem sentido com a comunidade acadêmica. O MCT anunciou que enviou o anteprojeto da Lei de Inovação para o Congresso no dia 15 de agosto. De acordo com Domingues, no entanto, os parlamentares não têm conhecimento do texto. "Na comissão de Ciência e Tecnologia, ninguém sabe da Lei", disse o 1º vice-presidente do Andes-SN.

Sem explicações para a estranha manobra do ministério de C&T, Domingues recomenda estado de alerta para as seções sindicais. "Temos que ficar com os olhos bem abertos, pois, na assessoria do MCT, não existem notícias de mudanças no texto divulgado pelo Andes-SN para os professores", disse.

O professor comenta que falta muito trabalho ainda para esclarecer a categoria dos malefícios do projeto para a Universidade Pública. "Ainda restam várias seções sindicais para darmos palestras. Estamos enviando textos para todos e temos solicitado para os locais que têm grupos de trabalho de C&T consolidados trocarem informações com as seções sindicais próximas", contou.

11 de setembro. Mas o de 1973

Na abertura do evento de Curitiba, no primeiro aniversário da tragédia do *World Trade Center*, o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, fez questão de lembrar uma data muito mais próxima da realidade latino-americana e esquecida pela mídia. Em 11 de setembro (só que de 1973), o ex-ditador Augusto Pinochet derrubou o presidente socialista Salvador Allende. Para Lucas, sem qualquer desrespeito ao fato ocorrido nos Estados Unidos, tem um caráter bastante simbólico o 11/9 chileno. "As ditaduras chilena e brasileira mataram muito mais (que os incidentes nos EUA)", disse Lucas.

Interdisciplinaridade deve ser a meta do pesquisador

Conferencista da abertura, professor Aziz Ab'Saber critica o produtivismo "sem essência"

Professor emérito da USP, integrante do Instituto de Estudos Avançados da mesma instituição, ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e um geógrafo preocupado com as desigualdades brasileiras. Não podia ser melhor a escolha para conferencista de abertura do III Seminário de Ciência e Tecnologia do Andes-SN, realizado em Curitiba, na noite do dia 11 de setembro. Aziz Nacib Ab'Saber brindou o auditório lotado com uma aula de conhecimento: falou sobre qual deve ser o comportamento do cientista, criticou o produtivismo "sem essência" e referiu-se à ameaça da Alca.

Ao longo da exposição, Aziz frisou um ponto que deve ser o norte de quem trabalha a Ciência: interdisciplinaridade. Na concepção dele, os cientistas das mais diferentes áreas devem debater constantemente entre si para a realização de projetos. "A aplicação das ciências exige diferentes técnicos e cientistas", disse. O professor defendeu que grandes reuniões devem ser feitas a cada 5 ou 10 anos para pensar todos os problemas do país. O individualismo, para ele, assemelha-se à prática dos governantes, que são autoritários na decisão sobre os rumos dos projetos.

Kelvin Melo

AZIZ NACIB AB'SABER E LUCAS, DURANTE A CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Infelizmente, admitiu, é difícil convencer autoridades a investir no que chama de "coleção de cérebros", como ocorre no Instituto de Estudos Avançados da USP, pois os gastos com recursos e estrutura são consideráveis. Ainda neste aspecto, salientou, contudo, que, se conseguida, a interdisciplinaridade deve ser exercida sem vaidades. Outro ponto que deve ser caro ao pesquisador é a "essência". Perguntado sobre o produtivismo que começa a dominar as universidades brasileiras, Aziz observou que a prática é perigosa. Ele lembrou sua experiência na direção da SBPC, quando entrava em contato com os resumos enviados por cientistas de todo o país. Segundo o geógrafo, os documentos formavam grosso material e pouco diziam. "A essência tem que vir antes do número", sentenciou.

Metabolismo urbano

Baseando-se num conceito que diz ter sido criado pelos americanos ("Lá, as instituições são excelentes, as universidades são excelentes; o governo é que não vale muito"), Aziz falou do "metabolismo urbano" – a conjunção dos metabolismos individuais dos habitantes e a metrópole onde vivem. "O maior problema será o do lixo. Na Grande São Paulo, são 17 milhões de metabolismos individuais com suas necessidades e descartes. A indústria também cria e descarta. Temos que ter ética com o futuro. Falo com seriedade sobre esse tema", comentou, preocupado com o meio ambiente e o futuro da humanidade.

Alca

Saltando de um assunto para outro com grande desenvoltura, Aziz não perdoou a possibilidade de inclusão do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). "Agora, querem (os Estados Unidos) enquadrar financeiramente e burocraticamente o nosso país. E a sociedade brasileira não está percebendo isso", contou.

A propósito de estar falando no primeiro aniversário do famoso 11 de setembro nova-iorquino, Aziz ironizou a intolerância que dominou os EUA após o ocorrido. "Imaginem se eu estivesse em Washington nesse dia, com esse nome", contou (Aziz é descendente de libaneses).

Homenagem do Andes-SN

Ao final da exposição, a organização do seminário do Andes-SN entregou um pequeno troféu em homenagem ao cientista. O presidente do Sindicato Nacional, Luiz Carlos Lucas, afirmou que o professor Aziz Nacib Ab'Saber é uma referência pela "sua sensibilidade social e perspectivas de transformação política do país". Segundo Lucas, o renomado geógrafo é um modelo a ser seguido, em contraposição "aos docentes que se afastam" da defesa dos interesses nacionais.

Colegiados

Sessão especial do Consuni debate autonomia universitária

Não houve deliberação, mas conselheiros aprenderam mais sobre o tema

Foi uma aula especial. A sessão do Conselho Universitário do dia 19/9 marcada para debater autonomia universitária no Auditório Pedro Calmon (*campus* da Praia Vermelha) ouviu as exposições do professor Luiz Antônio Cunha, da Faculdade de Educação da UFRJ, e de Hélgio Trindade, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O primeiro enfocou a história da autonomia universitária no Brasil; o segundo demarcou a importância dos componentes ideológicos e políticos no processo de construção histórica do conceito de autonomia. Para além da abstração do seu conteúdo legal, a autonomia signfica "luta de classes". Ademais, contou um pouco de sua trajetória na Associação Nacional de Dirigentes das IFES e dos projetos sobre o tema da autonomia desenvolvidos junto ao MEC desde 1996.

Segundo Luiz Antônio, a autonomia universitária é uma história que vai e volta no Brasil. Por mais surpreendente que pareça, ela surge antes mesmo das universidades. Afinal, as primeiras instituições que surgem no país são faculdades isoladas. Para essas, o governo concedeu autonomia plena na primeira lei orgânica do ensino superior da República. Com a expansão do sistema superior, começam as restrições. Na década de 30, com o Estado Novo de Vargas, surge o decreto-lei que cria o estatuto das universidades brasileiras. Ocorre que, com a flagrante influência do fascismo, a legislação nacional é quase uma cópia da legislação autoritária italiana da época. Com Gustavo Capanema à frente do MEC, a relação entre governo e universidades melhora bastante, e o que o professor chamou de "curva de afrouxamento" sobre as instituições prossegue com a redemocratização de 1946. No regime militar, a pressão volta. Nessa época, as listas deixam de ser tríplices e passam a ser sêxtuplas (pensou-se em criar o mecanismo com listas de nove nomes). O objetivo é claro: aumentar as possibilidades de escolha de dirigentes mais afinados com as políticas governamentais.

Luiz Antônio chegou à Constituição de 1988, quando se estabelecem as três esferas da atual autonomia universitária: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Na LDB de 1996, são inseridas características adicionais e "nada interessantes", de acordo com Luiz Antônio. Neste momento, quebra-se o conceito de universidade e passa a vigorar o conceito de universidade especializada. A modificação, que beneficiou a antiga Escola Paulista de Medicina (atual Unifesp), favorece enormemente as particulares. Estas não investem em Tecnologia e Saúde, que custam caro, mas em Áreas Humanas. "E de baixo nível", completa Luiz Antônio. Finalmente, com um decreto de 1997, o governo FHC e o ministro Paulo Renato permitem o surgimento dos centros universitários, sem necessidade de pesquisa e com plena autonomia. "Agora, voltamos ao início de tudo (da formação do ensino superior brasileiro), com centros isolados autônomos", observou o professor da Faculdade de Educação da UFRJ.

Leis orgânicas da autonomia

O professor Hélgio Trindade ressaltou na parte inicial de sua palestra o enfrentamento que a UFRJ teve com o MEC em 1998. "Essa universidade sofreu com um dos efeitos mais deletérios da falta de autonomia (o direito de eleger o reitor). O ministério tentou quebrar a espinha dorsal da mais importante federal do país e impor a sua concepção de autonomia", comentou. Hélgio, que foi reitor da UFRGS no início do governo FHC e participou da Andifes, teve a oportunidade de acompanhar de perto os primeiros passos do ministro Paulo Renato. Segundo o ex-reitor, o ministro preferiu aproximar-se do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) – com forte presença das particulares – do que da Andifes.

De acordo com o ex-reitor, quando a Andifes lançou seu primeiro projeto de lei orgânica das universidades (1996), a proposta era controlar as já autônomas (privadas) e conceder liberdades para as públicas tornarem-se autônomas. Na ocasião, tudo indicava que o projeto seria encaminhado ao Congresso, quando Paulo Renato recuou. As justificativas seriam o desgaste político de uma derrota no plenário (o ministro não acreditava que a proposta pudesse passar pelo *lobby* das particulares) e a negativa da equipe econômica do governo (Hélgio não citou, mas o Andes-SN também já se opunha a essa primeira versão da lei orgânica, que em muito se assemelha à proposta atual).

Já como ex-reitor e, portanto, fora da Andifes, o professor gaúcho também não aprova o texto da última versão da entidade. Um conselho formado na lei orgânica para gerir as relações entre universidades e governo, deu um exemplo, tem a composição bastante limitada (praticamente só reitores), impedindo a eventual participação de representantes da sociedade.

Balanço da "era FHC" ignora reforma universitária

Num determinado ponto de sua palestra, o professor Hélgio lembrou o livro A Era FHC: um balanço. Obra produzida sob encomenda para agradar o governo, o capítulo sobre a Educação Superior ficou resumida a poucas palavras, segundo ele: "A reforma universitária ficou para o sucessor de Fernando Henrique Cardoso". Na verdade, os movimentos organizados não permitiram que o presidente e o ministro da Educação fizessem a reforma universitária que desejavam.

Hélgio conta que a autonomia deve ser conquistada pela comunidade acadêmica, mas para uma instituição reformada. "Não por um local feudalizado, para uma comunidade que se volta para si mesma em busca de seus interesses coletivos. A autonomia não é feita para benefício da própria comunidade, mas para a sociedade", afirmou, aproveitando a ocasião para passar às mãos do reitor Lessa o estatuto da UFRGS, cujo trabalho de elaboração acompanhou desde o princípio.

Entidades e Lessa manifestam sua opinião sobre o tema

Ao final da exposição dos dois professores, foi aberto o espaço para a participação da platéia. Além dos conselheiros do fórum máximo de deliberação institucional da UFRJ, foram convidados para assistir à sessão especial os representantes da Adufrj-SSind, da APG, do DCE, do Sintufrj, do CEG, do CEPG e diretores de Unidades ou Órgãos Suplementares.

A conselheira Ana Maria Ribeiro, que também é coordenadora do Sintufrj, foi a primeira a falar. Ela fez questão de desmistificar a idéia de que os movimentos organizados não desejam uma regulamentação da autonomia. Apenas não queriam (e não querem) fazê-lo com um Congresso Nacional francamente favorável ao governo federal. Para exemplificar o que dizia, citou a construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cujo substitutivo sofria seguidas alterações pelos deputados governistas em curto espaço de tempo para desespero daqueles que assessoravam os partidos de oposição. Ana contou ainda sobre edição de medidas provisórias no campo da Educação e a trágica lei da escolha de dirigentes universitários, aprovada em 1995, e que teria seu momento fatal em 1998, com a imposição de Vilhena à UFRJ pelo MEC. A coordenadora do Sintufrj fez votos que o próximo governo seja mais atencioso com as universidades e permita o debate com os movimentos organizados da Educação.

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, lembrou a fundamental participação do movimento docente nos embates sobre a autonomia universitária, o papel de resistência das greves (particularmente a última, de 2001) durante o governo FHC e entregou ao professor Hélgio as considerações do Andes-SN sobre o projeto da Andifes. Cleusa citou ainda a lei nº 10.480, que submete as procuradorias das universidades à Advocacia Geral da União, como o mais recente ataque à autonomia universitária.

A também conselheira e representante da Associação de Pós-Graduandos, Gilda Moreira, mostrou preocupação ainda com as concepções de autonomia que valorizam demais a gestão colegiada. Ela citou o exemplo da Unicamp como uma instituição cujos conselhos possuem uma estrutura muito ruim para os funcionários e estudantes, reduzindo sua participação. "Não há espaço para os estudantes e técnicos", contou.

O reitor Carlos Lessa mostrou respeito pela posição dos movimentos pela auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal, mas sentiu-se desorientado quanto à autonomia que possui. Segundo ele, a autonomia financeira e patrimonial é relativa, pois o orçamento é bastante limitado. A autonomia para contratar não existe. A autonomia para demitir, somente após o rito permitido pelo RJU (com o qual concorda) e, finalmente, com a lei 10.480, perdeu a autonomia jurídica. Lessa pensa que essas situações de autonomia precisam ser esclarecidas, mas acredita que as universidades ainda têm tempo para a discussão qualificada.

Colegiados

UFRJ vai pedir o máximo de substitutos

Os poucos concursos não resolveram problemas da contratação de professores temporários

Quinhentos e um pedidos de substitutos. Esse foi o número inicial que chegou à câmara docente do CEG para que a UFRJ faça a sua requisição de professores temporários do ano que vem. Na análise do presidente da comissão responsável pelo assunto e representante do CT, Antônio Cláudio, o quantitativo solicitado pelos Departamentos supera em muito o limite imposto pelo MEC à universidade: 10% do corpo docente da ativa ou 316 (pelas últimas informações conseguidas por ele junto à CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente). Por conta disso, o professor acredita que a maior federal do país deve tentar conseguir este máximo de vagas permitido pela legislação vigente.

Das eventuais 316 vagas possíveis (se efetivamente distribuídas pelo MEC, pois sempre há o risco de cortes pelo motivo financeiro), a proposta da comissão da Câmara Docente é reter 10% do total, ou 32, como reserva técnica. Antônio Cláudio observou que o fato de toda a cota deste ano (259) ter sido distribuída entre as Unidades (já que a demanda foi grande), prejudicou o andamento das atividades em locais onde os professores se aposentaram ou faleceram durante o período.

O presidente da comissão fez uma ressalva que, apesar dos recentes concursos (com cerca de 130 vagas para o quadro permanente da UFRJ), piorou o panorama da graduação. A informação não surpreende quem acompanhou de perto o processo de distribuição vilhenista já em fim de gestão. Aliado a alguns diretores que se recusaram a devolver suas vagas para redistribuição pelo CEG/CEPG, Vilhena passou mais vagas para locais de alegada "excelência acadêmica", perpetuando a força de Unidades já consolidadas e impedindo que Unidades não tão fortes pudessem se desenvolver.

O resultado desta postura começa a se manifestar: em relação a este ano, quando foram pedidos 297 substitutos e 259 foram distribuídos, a demanda inicial subiu 59,3%. É bem verdade que, ainda segundo Antônio Cláudio, quando os Departamentos fizerem suas justificativas de pedidos, o número pode cair. Apesar disso, o professor lamentou que não exista uma estimativa mais precisa para já orientar os trabalhos do CEG, como estava previsto quando se dividiu o processo em duas etapas: pedidos sem justificativas até 31 de agosto e pedidos justificados até 31 de outubro (com parecer circunstanciado de todas as instâncias).

Caos na Faculdade de Educação

Os atos autoritários da diretora Speranza França na Faculdade de Educação da UFRJ e os reflexos deste comando na parte administrativa da Unidade repercutiram no CEG, assim como ocorreu no Consuni da semana retrasada, de 12/9 (ver jornal da Adufrj nº 70, edição de 16 de setembro). No caso, um dos próprios conselheiros discentes sofreu diretamente com o caos instalado na FE. Wellington Augusto, que é estudante da Letras, foi inscrever-se numa das licenciaturas e, para isso, precisou chegar por volta da meia-noite na Unidade. Só foi atendido no início da tarde do dia 11 de setembro. Detalhe: assim como foi relatado no jornal anterior, dezenas de alunos já estavam na porta da secretaria de ensino desde a tarde do dia 10. Segundo Wellington, havia cerca de 130 pessoas à sua frente na fila. "A Faculdade de Educação ainda conserva resquícios da gestão passada e precisa de uma solução breve. O que ocorreu foi um desrespeito com o ser humano", disse. Um dos novos representantes do CFCH no CEG e professor da citada Faculdade de Educação, Marcelo Macedo, fez questão de acompanhar o protesto do representante discente. "Assim como você viveu esse drama, nós vivemos o drama constantemente", comentou.

Rediscussão da 01/99 está próxima

A sub-reitora Sylvia Vargas informou aos conselheiros que a rediscussão da resolução conjunta 01/99 (periodização) está bastante próxima. Em conversa anterior com o sub-reitor de Ensino Para Graduados e Pesquisa, José Luiz Monteiro, ficou acertado que uma reunião conjunta sobre o tema deve ser marcada para a primeira quarta-feira de outubro (dia 2). A conselheira Ana Borralho (representante do CCS) aproveitou a notícia para defender a proposta de revogação da 01/99, no que foi acompanhada pela professora Edionne Trindade (CLA).

Escala de férias do professor

Ana Borralho solicitou, ainda durante o expediente da sessão do CEG, que a SR-1 buscasse a SR-4 para buscar soluções para a escala de férias dos professores. Com o calendário letivo bastante "apertado", sobram poucos dias para o descanso dos docentes. Ana quer saber se existem mecanismos legais que garantam os direitos dos servidores, sem entrar em conflito com as leis. Para ilustrar o que dizia, ela disse ter feito uma marcação de férias "fictícia" (mais sobre o assunto na página 7).

Solicitações de substitutos para 2003

Centros/2002	Novas 20 horas	Novas 40 horas	Prorrogação/20	Prorrogação/40	total
Total do CLA	58	20	77	13	168
Total do CCMN	22	0	0	0	22
Total do CCJE	21	0	47	0	68
Total do CCS	60	2	48	0	110
Total do CFCH	56	0	62	0	118
Total do CT	10	0	5	0	15
Total da UFRJ	**227**	**22**	**239**	**13**	**501**

Resenha

Faculdades privadas dominam o Sudeste

Matéria da Folha Online (13/9) indica que as faculdades privadas dominam com larga folga o ensino no Sudeste. A comprovação veio na Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) de 2001. Pela primeira vez nessa pesquisa, o IBGE perguntou em que tipo de rede (pública ou privada) o estudante estava matriculado. Na região Sudeste, de um total de 1,8 milhão de estudantes, 80,1% estão em faculdades privadas. Em todo o Brasil, a proporção de alunos na rede pública de ensino superior é de 30,2%, contra 69,8% na rede privada.

Stiglitz critica Consenso de Washington

O renomado economista e prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz apontou o Consenso de Washington como um dos principais responsáveis pelo fraco desempenho econômico e social da América Latina nos anos 90. Stiglitz fez a crítica durante palestra no Instituto de Economia da UFRJ, no dia 12/9. A matéria é de O Estado de S. Paulo (13/9).

Desempregado leva um ano para achar trabalho

O tempo médio que um trabalhador da Grande São Paulo leva para conseguir um emprego praticamente dobrou no governo FHC. Em julho de 1993, esse tempo era de 27 semanas, de acordo com dados da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise e Dados), órgão do governo do estado de São Paulo, hoje administrado pelo PSDB. Em julho deste ano, o trabalhador só encontrava um emprego depois de 51 semanas, 96% a mais do tempo gasto em 1993. Um ano inteiro, como se sabe, tem 52 semanas (Fonte: Informes PT, 18/9).

Acordo Trips barra difusão tecnológica

O acordo de Trips, sobre propriedade intelectual, assinado em 1994, foi empurrado goela abaixo aos países do Terceiro Mundo em troca de aberturas de mercado no Primeiro Mundo para produtos específicos, como arroz. A afirmação foi dada pelo professor da Universidade de Paris, Benjamin Coriat, em seminário realizado no BNDES, no dia 15/9. O professor critica principalmente a possibilidade de exigência de patentes no campo da produção do conhecimento básico. "Isso é um absurdo, porque bloqueia a circulação do conhecimento", disse ele, em matéria da Gazeta Mercantil.

UFRJ

Adufrj-SSind propõe comissão para tratar da segurança nos *campi*

Em reunião com as entidades DCE, Sintufrj e APG e o reitor Carlos Lessa, a diretoria da seção sindical propôs a criação de uma comissão para estudar as propostas apresentadas pela reitoria e pela Secretaria Estadual de Segurança para a Cidade Universitária. A comissão teria representação dos colegiados superiores – CEG, CEPG e Consuni, das decanias, da prefeitura universitária, de representantes dos vigilantes e da Vila Residencial, além das próprias entidades. Segundo a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, a reitoria não aceitou a criação da comissão, mas se comprometeu em levar a proposta para a apreciação do Conselho Universitário.

Segundo Cleusa, a reitoria justificou a necessidade de implantar os planos 'azul' e 'vermelho', divulgados nas edições anteriores do Jornal da Adufrj. Só para lembrar, pelo 'plano azul', já em processo de realização pela reitoria, serão instalados dois polígonos de segurança com quatro viaturas, duas paradas e outras circulando; uma central de comunicação da PM e haverá, ainda, treinamento dos vigilantes da universidade. O 'plano vermelho' ainda será definido no Conselho Universitário e inclui a instalação de um posto policial, de um batalhão de vias especiais, de uma delegacia de meio ambiente, de um heliporto e de uma base de operações marítimas. Tudo isso no Fundão.

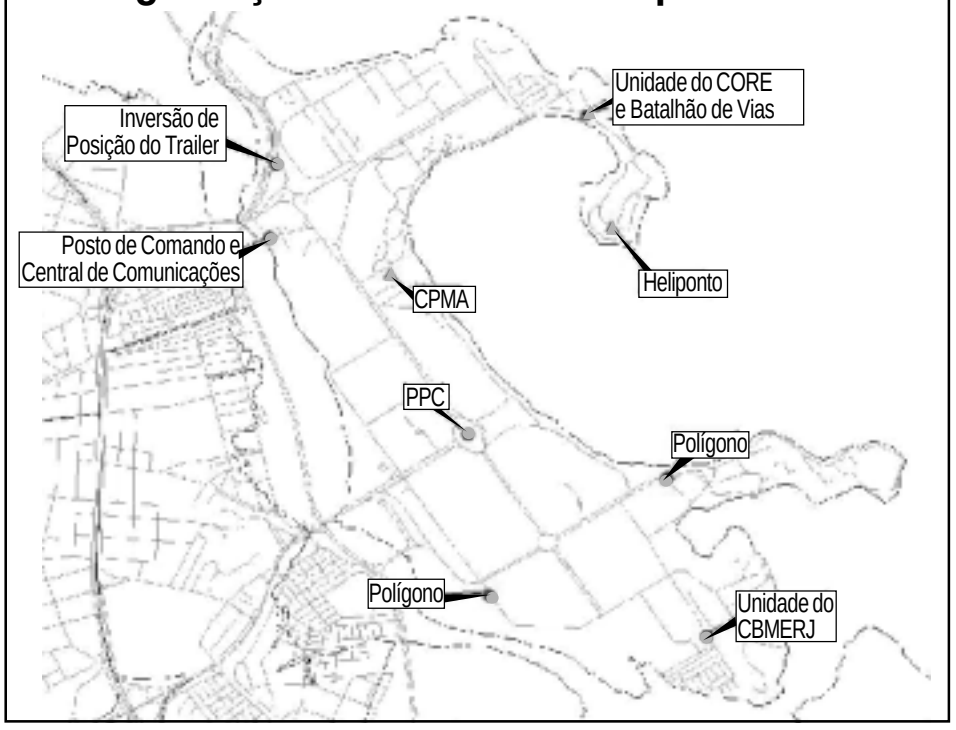
O reitor, de acordo com a professora, disse pretender estabelecer, a longo prazo, um processo de valorização do *campus*. Lessa teria explicitado sua vontade de que todas as Unidades e Centros da UFRJ funcionassem na Cidade Universitária. A presidente da Adufrj-SSind espera que o Consuni seja sensível à proposta da comissão. "Esperamos que o Conselho Universitário encaminhe a constituição da comissão e abra o debate sobre o tema com toda a comunidade universitária. A responsabilidade social sobre a questão da segurança patrimonial e individual na universidade é coletiva", comentou Cleusa.

A diretoria da Adufrj-SSind entende que a participação da entidade sindical numa comissão dessa natureza deverá ser apenas como observadora.

Andes-SN já tem posição sobre o tema

Por conta de problemas já ocorridos entre a comunidade universitária e policiais em instituições que fazem alguma espécie de "parceria" com órgãos de segurança, o Andes-SN já se manifestou contrariamente a propostas neste sentido que contrariem os interesses da coletividade. No Plano de Lutas do Setor das Federais, aprovado no 21º Congresso do Sindicato Nacional, realizado em Rio Grande (RS), no início deste ano, a questão é expressa da seguinte maneira: (...)3.4 – denunciar e combater acordos e convênios mantidos pelos gestores e órgãos diretores das instituições públicas federais, reitores, administradores e prefeitos de *campi* universitários com as polícias civis e militares estaduais e/ou outras instituições de segurança pública ou privada, que venham a ferir a autonomia universitária ou os interesses de sua coletividade".

Mapa das propostas da Reitoria e da Secretaria de Segurança Pública do Estado para o Fundão



Jurídico

Professores podem vender 1/3 das férias

Continua o drama para o recebimento do abono pecuniário pelos docentes da UFRJ que deseja vender 1/3 dos seus dias de férias de 2003. Como nos anos anteriores, a reitoria emitiu listagens de marcação das férias do próximo ano para as Unidades sem o campo para a opção pelo abono ou a venda de 15 dias do período. A Adufrj-SSind já encaminhou ofício à Sub-reitoria de Pessoal (SR-4) solicitando a elaboração de nova planilha com campo para a opção pelo abono.

Mesmo com solicitação em curso, a seção sindical recomenda aos professores que quiserem o abono, ao marcarem suas férias para 2003 nas planilhas atuais, assinalar a opção por 30 dias de férias e, no segundo período, lançando "Abono Pecuniário". Outra opção para os professores que já marcaram suas férias e ainda querem vender 15 dias do período é elaborar um requerimento administrativo (veja ao lado).

MODELO DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PARA A CONVERSÃO DE 1/3 DAS FÉRIAS DE 2003 EM ABONO PECUNIÁRIO

Tendo em vista que não há campo específico para a marcação de nosso pleito de abono pecuniário relativo ao ano de 2003, nas planilhas emitidas por esta Sub-Reitoria, que fomos instados a assinar, apresentamos neste momento nossa opção pessoal pela conversão de 1/3 de nossas férias em pecúnia.

Pretendemos discutir judicialmente a questão, de forma a obtermos nosso direito à conversão de 1/3 das férias em pecúnia, pois acreditamos que permanece em vigor o artigo 39 do Decreto 94.664/87 (PUCCRE) .

Manifestamos, assim, nossa real vontade para que produza seus devidos efeitos legais, requerendo, desde já, sejam efetuadas as devidas anotações nas planilhas de férias e em meus assentamentos funcionais.

Rio de Janeiro, _____

Assinatura

NOME DO PROFESSOR EM LETRA DE FORMA:
Número de Registro:
Departamento/Unidade/Centro:
Identidade:
ASSINATURA:

Alca

Dez milhões dizem não à Alca

Números superam os do Plebiscito da Dívida Externa, realizada em 2000

O Plebiscito sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) superou as expectativas e alcançou a expressiva marca de 10.149.542 votantes. Mais importante: nas respostas da cédula plebiscitária, a rejeição à Alca e à entrega da Base da Alcântara alcançaram índices superiores a 95% (veja quadro). O estado do Rio de Janeiro fez bonito e contribuiu com o recolhimento de 742.254 assinaturas do total. O evento contou com a incrível marca de 120 mil voluntários, organizados por quase quatro mil municípios do território nacional em seus 27 estados.

Os resultados do Plebiscito foram entregues em Brasília, no dia 17, para representantes do Executivo, Legislativo, Judiciário e na embaixada dos Estados Unidos, junto de um manifesto dos organizadores (movimentos sociais do campo e da cidade, igrejas, sindicatos, entidades estudantis, associações profissionais, partidos políticos e organizações não-governamentais).

No texto, os responsáveis pelo evento expressaram o desejo de soberania do povo brasileiro: "Os números do Plebiscito Nacional sobre a Alca e Alcântara revelam a mais profunda aspiração da sociedade brasileira pela construção de uma nação verdadeiramente livre e soberana, onde o povo seja o dono do seu destino. Uma nação onde não haja exclusão social, nem injustiça, nem fome, nem miséria. Uma nação capaz de promover uma outra integração, baseada no respeito à diversidade cultural e à soberania dos países membros, na eqüidade das relações comerciais e na solidariedade entre os povos. A sociedade brasileira rejeita o projeto estadunidense de recolonização econômica, comercial e militar e aspira por um projeto próprio de desenvolvimento", diz um trecho.

Também foi lembrado no manifesto o Plebiscito realizado em 2000 sobre as injustas dívidas externa e interna, que "também inviabilizam a construção de um projeto próprio de desenvolvimento". Na ocasião, mais de seis milhões de votantes participaram do evento nacional. "A cidadania brasileira tem dado, assim, sucessivas mostras de maturidade e vontade política, sempre disposta a participar quando solicitada, sempre indicando sua ânsia por um presente e um futuro de liberdade, dignidade e justiça", diz outro trecho do manifesto entregue na capital federal.

Questão 1

O governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca?

Sim	113.643 (1,12%)
Não	9.979.964 (98,33%)
Brancos	32.291 (0,32%)
Nulos	23.738 (0,23%)

Questão 2

O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca?

Sim	341.593 (3,37%)
Não	9.737.190 (95,94%)
Brancos	47.470 (0,47%)
Nulos	23.289 (0,23%)

Questão 3

O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos?

Sim	66.219 (0,65%)
Não	10.006.740 (98,59%)
Brancos	1.100 (0,01%)
Nulos	21.547 (0,21%)

No fim do documento, ficou clara a disposição dos organizadores do Plebiscito de continuar a campanha contra a Alca. Segundo João Stédile, coordenador do MST e um dos integrantes da comissão nacional do Plebiscito, em entrevista à Tribuna da Imprensa (18/9), dez outros países latino-americanos realização votações, semelhante a esta, até abril do próximo ano, prazo limite para que os governos se manifestem sobre a Alca.

CUT comemora conscientização

Para o presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores, João Felicio, mais importante do que os mais de 10 milhões de votos recolhidos foram os debates sobre a dependência externa, a história da América Latina, as políticas industriais, o imperialismo, a conscientização popular sobre o papel do Estado, sobre as liberdades democráticas, entre outros assuntos que o tema da Alca suscitou, de acordo com o informativo da CUT nº 126, de 19/9. "O movimento sindical, um dos organizadores do Plebiscito foi responsável por um terço da totalidade dos votos", disse o secretário geral da CUT, Carlos Alberto Grana.

Marco Aurélio defende Plebiscito

Na contramão do discurso do Executivo, o representante do Judiciário e presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio, valorizou a realização do Plebiscito. Para o ministro do STF, o uso de plebiscitos é perfeitamente válido como instrumento de manifestação da vontade popular: "O plebiscito situa-se no campo do exercício da cidadania e estampa a conseqüência do que foi proclamado na Carta da República, segundo a qual todo o poder emana do povo", disse para a comissão da Campanha Nacional contra a Alca que foi visitá-lo no dia 17.

Na Embaixada dos EUA, ironia

Se a acolhida aos resultados do Pleibiscito foi boa no Judiciário, o mesmo não se pode dizer da recepção na Embaixada dos Estados Unidos. De acordo com matéria da Folha de S. Paulo (19/9), a embaixadora Donna Hrinak defendeu que primeiro fosse criada a Alca para depois discutir seus impactos. Ela até recebeu a comissão da Campanha Nacional contra o acordo, mas falou que os movimentos organizados estariam discutindo algo como a figura de Papai Noel, ou algo que ainda não existe.

Contra a reunião da Alca em Quito

A Campanha Nacional contra a Alca reivindica que o governo brasileiro saia imediatamente das negociações para o acordo da Alca. Portanto, não concorda com a participação da delegação do Brasil, composta pelos ministros da Fazenda e Relações Exteriores, Pedro Malan e Celso Lafer, respectivamente, na reunião em Quito, dentro do cronograma dos interessados na criação do tratado internacional, que se realizará entre os dias 28 e 31 de outubro deste ano.

Fontes: Jubileu 2002, Informe CUT e jornal Folha de São Paulo

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
ENCARTE PRESIDENCIÁVEIS
EDIÇÃO DE 23 DE SETEMBRO 2002

Grupo do Andes-SN analisa propostas dos presidenciáveis para a Educação

GTPE compara programas de governo com as propostas dos movimentos do setor da Educação

Atentos aos programas dos candidatos à presidência da República para a educação pública no país, os integrantes do Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN produziram um documento comparando-os às propostas acumuladas pelo movimento docente. O grupo confrontou o que dizem os candidatos com a "Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira" e com o "Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira". Os programas foram retirados de sítios na internet e, segundo o GTPE, o único candidato que não disponibilizou sua proposta foi o candidato do Partido da Causa Operária, Rui Pimenta. O documento do GT pode ser lido nas páginas seguintes.

A idéia dos professores do grupo foi avaliar o grau de aproximação e de compromisso dos candidatos com o que defende o Sindicato e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. As vinculações dos programas com a atual política do governo Fernando Henrique Cardoso também foram expostas pelo grupo.

Em avaliação preliminar, o GTPE afirma que as propostas dos candidatos Garotinho (PSB) e Lula (PT/PL) são as mais detalhadas o que não significaria maior profundidade em termos de conteúdo do que as demais. "No tema Educação Superior, o programa do candidato Serra apresenta apenas três metas gerais e três outras específicas; já o programa do candidato Ciro pauta quatro itens a respeito deste tema. Em ambos, o que é comum é o tratamento genérico do tema e a continuidade/aprofundamento da atual política desenvolvida pelo governo FHC", diz o texto de apresentação do grupo.

Segundo o GT, são nos programas de Lula e do candidato José Maria que as propostas mais se distanciam das atuais políticas educacionais de FHC, "embora Lula não chegue a um rompimento de fato". O candidato do PT, de acordo com a análise do grupo, tem como premissa um diagnóstico crítico dos oito anos de gestão do ministro Paulo Renato. Neste sentido, as propostas de Lula e José Maria, do PSTU, se aproximariam, "em graus diferentes", das posições defendidas pelo Andes-SN.

O GTPE ressalta que o programa do candidato petista "enaltece" o Plano Nacional de Educação do governo, propondo apenas rever alguns vetos presidenciais – FHC vetou o aumento da percentagem sobre o PIB para a educação dos atuais 5% para 7%, como propõe o PNE do governo. Lula ignora, segundo o GT, o PNE da Sociedade Brasileira, que deu origem ao plano governamental e que estabelece um percentual de 10% sobre o PIB para a educação, em dez anos.

Proposta parecida com a dos reitores

De acordo com o GT, o candidato Garotinho "possui grau intermediário de distanciamento/aproximação com a atual política educacional". O grupo define as propostas do candidato do PSB como as defendidas pela Associação Nacional dos Dirigentes (Andifes).

Ciro e Serra reproduzem política do governo

Para o GTPE, as propostas dos candidatos Ciro, do PPS, e de Serra, do PSDB, reproduzem diversos pontos defendidos pelo atual ministro Paulo Renato. Serra apresenta apenas um conjunto de metas a serem cumpridas: aumentar em 50% o número de alunos no ensino superior, mas sem aumentar os recursos públicos para tal, o que indica, na opinião do grupo, que só haverá expansão no setor privado. Ao mesmo tempo, o candidato tucano propõe aumentar em 20% as vagas dos cursos diurnos nas universidades federais, "concentrando, assim, ainda mais, as vagas de ensino superior no setor privado".

Ciro propõe explicitamente a criação dos chamados 'centros de excelência' e a transformação das atuais universidades federais autárquicas em fundações. "É o retorno às propostas do projeto GERES, do início do governo Sarney", comenta o grupo de trabalho.

Reunião do Grupo de Trabalho Política Educacional (GTPE)

Datas: nos dias 27 e 28 de setembro, em São Paulo, e no dia 30 de setembro em Caxambu-MG, com a seguinte proposta de pauta:

1-Debate: A proposta de capacitação docente do ANDES-SN em tempos de PQI

Data/horário: 27/9, das 15h às 18h

Local: Auditório da Faculdade de Educação da USP – Cidade Universitária - São Paulo- SP

2-Reunião do Pleno – Pauta:

-Informes;
-PQI;
-Projeto de Lei de Colaboração;
-Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio Profissionalizante e a transformação dos cursos de tecnólogos;
-Preparação para a ANPEd;
-Outros assuntos

Data/horário: 28/9, de 9 às 12h e das 15h às 18h

Local: Hotel Lorena Flat – Av. Rebouças 955, Cerqueira César São Paulo-SP

3-Reunião do dia 30/9 – Caxambu – MG (ANPEd) – 20h às 22h

-Discussões e encaminhamentos para a Assembléia Geral da ANPEd.

Seguem as propostas dos candidatos quanto ao financiamento/autonomia; avaliação institucional e gestão democrática. A análise do GTPE do Andes-SN está em negrito para cada proposta.

Financiamento/Autonomia

Ciro - Organizar sistema universitário hierárquico e descentralizado. Cada universidade federal será uma fundação autônoma. Haverá algumas grandes universidades com capacidade para estudo avançado e pesquisa, que atrairão os melhores alunos e os pesquisadores mais brilhantes em todos os campos. - Propor legislação que permita ao cidadão recorrer ao Judiciário na defesa de mínimos de investimento ou desempenho. Regulamentar o mandado de injunção, previsto na Constituição, para servir a esse objetivo.

GTPE - Defende uma estrutura para o ensino superior baseada na figura dos "centros de excelência" e a transformação das atuais autarquias em fundações, sem especificar se serão de direito público ou privado, reeditando, assim, as propostas do projeto GERES (1985). É, com certeza, a mais conservadora das propostas apresentadas, tendo um caráter elitista claro. Suas propostas avançam e consolidam o projeto Paulo Renato

Garotinho - Agregar em 2003 no mínimo 30% de recursos ao item de custeio das IFES, passando dos atuais 420 milhões de reais para, no mínimo, 546 milhões; - Propomos que os recursos destinados para as IFES sejam separados em três grandes itens, um destes destinado ao pagamento de aposentados e pensionistas, o segundo relacionado com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, os recursos para o pagamento de pessoal da ativa e custeio e um terceiro item para o pagamento de precatórios e outras despesas judiciais. - O planejamento de recursos para estes três itens se dará de maneira independente de forma que o aumento de recursos para o pagamento de aposentados e pensionistas não consuma recursos originalmente previstos para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão das IFES. - Procurar estabelecer uma matriz de alocação de recursos entre as diversas IFES, englobando as questões de custeio e de pessoal. - garantir que a parcela da verba global relacionada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão mantenha-se no mesmo patamar ao longo dos anos, imune a intempéries como inflação e problemas decorrentes de políticas de governo. - Simultaneamente a estes procedimentos devem ser desenvolvidos um amplo trabalho de preparação das IFES para o processo de flexibilização para uma gestão autônoma. A efetivação de uma proposta de autonomia deve ser formulada em colaboração com as diversas associações de classe (ANDES, ANDIFES, UNE e SINTRASEF) contemplando entre outros pontos, seminários para conscientização da comunidade acadêmica, formação de quadros de servidores técnico-administrativos para esta nova realidade, aporte de recursos tecnológicos e conscientização para a devida prestação de contas das IFES para o conjunto da sociedade brasileira, tanto no que diz respeito ao mérito quanto à relevância de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. - Pretende-se implementar um programa descentralizado de aporte de recursos a projetos, nos moldes dos conduzidos pelo CNPq, envolvendo os departamentos/unidades interessados, com a finalidade de obter e implementar a infra-estrutura adequada para os cursos de graduação. Os projetos serão submetidos diretamente pelas departamentos/unidades interessados, sendo os recursos alocados de forma análoga à praticada atualmente pelo CNPq. O julgamento dos projetos deve necessariamente levar em consideração a diversidade regional - com clareza de que são diferentes as missões das diversas IES públicas brasileiras - e que cada curso em cada IES pública apresenta, por sua vez, missão e demandas específicas. Pretende-se o aporte neste programa de 40 milhões de reais no ano de 2003 e de 60 milhões por ano nos anos subseqüentes. Além disto, é essencial investir em infra-estrutura de julgamento e acompanhamento dos projetos para garantir a eficácia e continuidade deste programa.

GTPE - A proposta segue diretrizes de textos da ANDIFES, em especial devido a seu formato estritamente pragmático. Propõe ampliar os recursos de custeio em caráter emergencial para 2003. A separação dos recursos em três itens (aposentados e pensionistas, custeio e pessoal da ativa, precatórios e outras despesas judiciais) de um lado revela o pragmatismo, de outro pode levar a uma perda de direitos por parte de aposentados e pensionistas, em especial quanto à vinculação entre os provimentos de pessoal da ativa e inativos. A proposta torna essa possibilidade clara ao dizer que o crescimento de recursos para o item aposentados e pensionistas não deverá consumir recursos destinados ao pagamento de custeio e pessoal. A proposta introduz ainda o conceito de "flexibilização para uma gestão autônoma". Não explicita o que seja exatamente este termo. Contudo, é sintomático não apresentar qualquer compromisso com a garantia da autonomia nos termos do artigo 207 da CF/88. A proposta de descentralização de recursos para projetos segue os moldes hoje implementados pelo governo FHC para a alocação de recursos sob a forma de editais, como, por exemplo, no caso do Fundo de Infra-Estrutura, com todas as conseqüências resultantes, ou seja, uma disputa desigual para a obtenção de recursos, que termina por ser um meio de legitimar a alocação de recursos para os "centros de excelência", para determinadas áreas do conhecimento e dando margem ao aumento do fisiologismo e compadrio. Além disso, os valores propostos (40 milhões em 2003 e, após, 60 milhões) são pífios.

Lula - As propostas de ação do governo Lula para superar a grave situação educacional atual devem estar em consonância com as reivindicações da sociedade civil organizada refletidas nos avanços políticos feitos no âmbito do Congresso Nacional quando da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE). Uma das ações prioritárias do governo Lula nessa direção será reexaminar os vetos do presidente Fernando Henrique ao PNE, criando as condições para que através do esforço conjunto da União, Estados, Distrito Federal e municípios, o percentual de gastos público em educação em relação ao PIB seja elevados para o mínimo de 7% no período de dez anos. -a promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (Artigo 207 da CF); - a ampliação do financiamento público ao setor público, revisão e ampliação do crédito educativo e criação de programa de bolsas universitárias, com recursos não vinculados constitucionalmente à educação; - a defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público (artigo 206, IV, da CF); .-*Pr*omover a autonomia universitária nos termos constitucionais, vinculando-a à democracia interna, baseada na tomada de decisões por órgãos colegiados representativos e no controle social mediante mecanismos abertos de prestação de contas e de avaliação institucional.

GTPE - A proposta defende o re-exame dos vetos de FHC ao PNE, mas não assume nenhum compromisso com seu não-acatamento. Além disso, legitima o PNE do governo FHC ao se limitar apenas a rever os vetos. Difere da proposta do ANDES-SN e do PNE da sociedade brasileira ao não se contrapor à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Fundo de Estabilização Fiscal que retira verba da educação. O nível de comprometimento do PIB com a educação está abaixo do estabelecido no PNE da Sociedade Brasileira (10%). Os termos postos para a autonomia universitária estão em consonância com os princípios defendidos pelo ANDES-SN, ou seja, a auto-aplicabilidade do art. 207 da CF/88. Do mesmo modo, a defesa da garantia constitucional à gratuidade do ensino superior público e da gestão democrática, baseada em órgãos de representação.

Serra - Assim como a saúde, a educação se beneficiará do impacto do crescimento econômico sobre a arrecadação de impostos, já que 25% desses valores se destinam à aplicação obrigatória em educação por parte de municípios e estados e 18% por parte da União. Uma expansão do PIB de 4,5% ao ano proporcionará um aumento dos recursos destinados à educação, de cerca de R$ 69 bilhões, em 2002, para R$ 93 bilhões, em 2006. Serão, portanto, mais R$ 24 bilhões anuais. Assim, em 2006, a União dedicará à educação R$ 4 bilhões a mais do que atualmente, enquanto os estados e municípios aplicarão mais R$ 20 bilhões. -Isso vai estimular a ampliação gradual da bem-sucedida experiência do FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, para a educação infantil (de 4 a 6 anos de idade) e para o ensino médio. Os municípios passarão a destinar uma porcentagem mínima obrigatória à educação infantil. Os estados destinarão porcentagem similar para o desenvolvimento do ensino médio. É o impulso que falta para que o Brasil atinja a universalização da educação infantil, criando 4 milhões de novas vagas na rede municipal, progressivamente até 2006. E também para que se consiga dobrar a taxa de escolaridade líquida no ensino médio, entre os adolescentes de 15 a 17 anos. Além disso, serão adotados mecanismos de apoio federal ao programa de expansão da carga horária. - Estimular a complementaridade entre os setores público e privado, mantendo as universidades públicas como espinha dorsal do sistema de ensino superior nos campos da pesquisa e geração de conhecimento e formação de quadros de alto padrão.

GTPE - Não se refere diretamente à forma de financiamento das universidades, mas a associa a ampliação de recursos para a educação ao aumento da arrecadação, fruto do crescimento econômi-

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1ª Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1ª Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

co previsto para o período de governo. Mantém a atual política do governo FHC cuja prioridade é a "universalização" do ensino fundamental, ampliando o FUNDEF para a educação infantil e para o ensino médio. Defende a concepção de "centros de excelência" e somente as IFES que se enquadrarem nessa categoria serão mantidas como públicas.

Zé Maria -O PSTU se pronuncia totalmente contra a Reforma Educacional do governo FHC e contra a ingerência do Banco Mundial na Educação nacional. -O PSTU defende o financiamento integral do ensino básico, médio e superior como um dever do Estado. Ou seja, o Estado deve garantir ensino público e gratuito para todos. -O PSTU defende a estatização de toda a rede particular de ensino sem indenização, sob o controle da comunidade escolar. -Somos contra a subordinação do ensino às exigências dos grandes monopólios e do mercado. Somos pela autonomia didática, pedagógica e de gestão financeira das escolas e universidades. -Para financiar a Educação defendemos a aplicação plena e direta de, no mínimo, 18% da receita tributária da União e 25% para os Estados e 30% para os municípios. Além disso, defendemos dobrar o orçamento dos atuais 17,9 para 35,8 bilhões de reais com a verba do não pagamento da dívida externa.

GTPE - A proposta defende o financiamento integral do ensino em todos os níveis como dever do Estado e estatização de toda a rede particular de ensino, mas os recursos postos à disposição são insuficientes para este fim, mesmo considerando o aporte de recursos originário do não-pagamento da dívida externa. A proposta defende a autonomia didática, pedagógica e de gestão financeira das escolas e universidades, mas não assume compromissos (por não se referir) com a auto-aplicabilidade do art. 207 do CF/88.

Avaliação Institucional

Ciro - Organizar sistema universitário hierárquico e descentralizado. Cada universidade federal será uma fundação autônoma. Haverá algumas grandes universidades com capacidade para estudo avançado e pesquisa, que atrairão os melhores alunos e os pesquisadores mais brilhantes em todos os campos.

GTPE - Não apresenta uma proposta de avaliação, mas expõe claramente qual será o objetivo de um sistema de avaliação em seu possível governo: a definição de quais são os "centros de excelência", que serão apoiados e privilegiados na distribuição de recursos.

Garotinho -Criar uma comissão geral de avaliação, integrando as diferentes ações na área de avaliação; -Retomar, com ênfase, o processo de Avaliação Institucional; -Montar uma infra-estrutura operacional sólida no âmbito do Governo Federal, integrando os órgãos que trabalham com esta questão, mais especificamente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e a Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESU); -Fortalecer a avaliação de condições de oferta, valorizando o trabalho das comissões de especialistas que são compostas de consultores externos escolhidos por área entre suas lideranças acadêmicas; -Divulgar resultados integrados do processo de avaliação e não apenas resultados parciais -Agilizar os procedimentos de credenc-iamento e reconhecimento de cursos através da montagem de uma infra-estrutura para o setor compatível com a complexidade da tarefa tendo como principal meta a redução dos prazos, sem perda da profundidade e qualidade dos processos; -Aprofundar o rigor no julgamento dos projetos de autorização a qual deve ser pautada principalmente no julgamento efetuado pela comissão de especialistas; -Aprofundar o rigor do processo de reconhecimento dos cursos, levando-se em conta os diversos elementos colhidos pelo processo de avaliação, em especial o parecer da comissão de especialistas; -Envolver os Estados, através dos Conselhos Estaduais de Educação, na supervisão e avaliação anual das Instituições de Ensino Superior localizadas em suas jurisdições.

GTPE - A proposta segue a mesma concepção pragmática já detectada. Busca apresentar mecanismos de melhoria operacional do atual processo, sem, contudo, apresentar uma crítica consistente ao que hoje vem sendo realizado. Termina, assim, por legitimar o sistema atualmente existente. A proposta não apresenta quais as dimensões que serão incorporadas ao processo avaliativo, qual sua finalidade.

Lula - Rever o atual sistema de avaliação que inclui o Exame Nacional de Cursos - ENC ou Provão e implantar um sistema nacional de avaliação institucional a partir, entre outras, da experiência do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). -Aperfeiçoar e aplicar a atual legislação sobre reconhecimento ou renovação da condição de universidade atribuída às IES públicas ou privadas, com base em procedimentos definidos pelo sistema nacional de avaliação institucional. -Redefinir os critérios para autorização de funcionamento de novos cursos, para reconhecimento dos cursos autorizados e em funcionamento, e para credenciamento e recredenciamento das IES.

GTPE - Apresenta uma proposta concebida nos mesmos parâmetros da atual política do governo FHC. Ao defender um Sistema Nacional de Avaliação e ter como referência o PAIUB como o centro do programa de avaliação institucional, não deixa claro a concepção de avaliação, se aproximando muito da concepção de avaliação do governo FHC, principalmente ao propor utilizar a avaliação com a finalidade de tomada de decisões burocráticas como credenciamento e recredenciamento de cursos e de IES, sem apresentar as linhas que nortearam as modificações a serem introduzidas. Consideramos um grande equívoco a proposta de criação de um Sistema Nacional de Avaliação divergindo frontalmente da proposta do ANDES-SN e do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira. Defendemos a instituição de um " SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO concebido como expressão institucional do esforço organizado, autônomo e permanente do Estado e da sociedade pela educação tendo como finalidade o padrão unitário de qualidade nas IES públicas e privadas". Diverge, também, de nossas propostas ao defender a revisão do PROVÃO e não a sua revogação, o que contribui para legitimar a atual política de avaliação do governo FHC. O ANDES-SN e o PNE : Proposta da Sociedade Brasileira defendem "a criação de mecanismos de avaliação interna e externa em todos os segmentos do SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, através de uma dinâmica democrática, legítima e transparente, que parte das condições básicas para o desenvolvimentos do trabalho educativo até chegar a resultados socialmente significativos". Defendemos, portanto, um SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO e não um SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO. Nossa proposta é de um Estado Educador e não um Estado Avaliador que considere a avaliação como um meio para atingirmos o padrão unitário de qualidade social na educação.

Serra - Orientar a política para o ensino superior pela expansão com qualidade, assegurada por um amplo e rigoroso processo de avaliação das instituições de ensino, bem como o descredenciamento das instituições deficientes.

GTPE - Mantém a atual política de avaliação das IES como instrumento de descredenciamento e utilizadas para tomada de decisões burocráticas: autorização, reconhecimento, credenciamento, descredenciamento, etc. e não como diagnóstica e formativa orientada por indicadores sociais, com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

Zé Maria - O PSTU se pronuncia contra o repasse de verbas, vinculados aos chamados "padrões de qualidade e produtividade" impostos pelo MEC e pelas secretarias de Educação. Esse mecanismo é uma forma de desobrigar o Estado do ensino público e incentivar busca por verbas privadas. -Defendemos o fim do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Cursos de Ensino Superior ("provão") que são utilizados para classificar as instituições de acordo com a imposição destes critérios.

GTPE - A proposta se coloca em posição contrária ao sistema de avaliação hoje implementado, por se atrelar a padrões de qualidade e produtividade impostos pelo MEC. Defendem o fim do ENEM e do Provão, como o ANDES-SN e o PNE da sociedade brasileira, entretanto, falham ao não apresentarem uma proposta alternativa de avaliação institucional.

Gestão Democrática

Ciro - Não apresenta nenhuma proposta quanto ao item.

Garotinho Não apresenta nenhuma proposta quanto ao item.

Lula - Promover a autonomia universitária nos termos constitucionais, vinculando-a à democracia interna, baseada na tomada de decisões por órgãos colegiados representativos e no controle social mediante mecanismos abertos de prestação de contas e de avaliação institucional. -Revisar a legislação de escolha de dirigentes nas IFES compatibilizando-a com o princípio constitucional da autonomia universitária

GTPE - A proposta segue os princípios defendidos pelo ANDES-SN em sua "Proposta para a Universidade Brasileira", assegurando a participação da comunidade universitária no processo decisório. Em relação ao processo de escolha de dirigente, no entanto, defende a revisão da legislação e não a sua extinção como o ANDES-SN e o PNE da sociedade brasileira, apresentando uma grave contradição, pois, ao mesmo tempo em que reconhece o principio constitucional da autonomia universitária, defende o estabelecimento de legislação para regulamenta-lo. O processo de escolha de dirigentes se posto de fato em termos constitucionais, implica em assegurar que seja completamente definido no interior da universidade pela sua própria comunidade, não necessitando de lei complementar para regulamentá-lo.

Serra - Não apresenta nenhuma proposta quanto ao item.

Zé Maria - O PSTU propõe a eleição direta para diretores e conselhos de escola, para reitores e órgãos colegiados das Universidades através do voto de professores, estudantes e funcionários. Esses organismos, com a participação da comunidade devem ter autonomia didática, pedagógica e de gestão financeira, assim como controlar a qualidade do ensino.

GTPE - A proposta segue os princípios defendidos pelo ANDES-SN em sua "Proposta para a Universidade Brasileira". Assegura a democracia interna e que a escolha dos dirigentes se inicie e finalize no âmbito da instituição.

Política de Acesso e Expansão da Educação Superior

Ciro - Acabar com o vestibular. Substituí-lo por provas federais administradas aos alunos em cada um dos três últimos anos do segundo ciclo. O estudante concorrerá a um lugar no sistema universitário de acordo com a média das notas obtidas nas provas de cada um desses três anos.

GTPE - De fato não apresenta nenhuma proposta de ampliação do ensino superior brasileiro, seja na esfera pública ou na privada. Propõe um outro processo de seleção para o ensino superior, semelhante ao ENEM, só que de forma seriada. Mantém a atual política de exclusão da população, principalmente dos fi-

lhos da classe trabalhadora, do acesso ao ensino superior.

Garotinho -Consideramos que a ampliação de vagas: *deve respeitar a autonomia dos diversos segmentos envolvidos no processo - em outros termos, deve ser processada por adesão; *deve garantir os recursos humanos e o patrimônio físico das instituições, cuidando de manutenção e atualização de sua infra-estrutura; *deve ser estimulada tanto para as IES federais quanto para as estaduais; *deve contemplar, com prioridade, os cursos de maior demanda social. Em particular, deve contemplar cursos para formação de professores para o ensino fundamental e médio; *deve levar em consideração a demanda por cursos vespertinos e noturnos, em consonância com a LDB, § 4º: As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária. *deve considerar, no sistema de acesso, para as vagas que serão criadas neste programa, a reserva em 50% de vagas para alunos da rede pública, a exemplo do que foi implementado no Estado do Rio de Janeiro pelo governo Anthony Garotinho, visando a alcançar um mínimo de justiça social no preenchimento das vagas do setor público; *deve ser conduzida de modo a democratizar o acesso também em termos geográficos, ou seja, contemplando a população que mora distante dos grandes centros urbanos; *deve incentivar a criação de cursos que atuem em áreas consideradas interdisciplinares; *deve considerar a assistência a estudantes carentes. -Essa expansão na oferta de vagas deve se processar no ensino presencial e no ensino semipresencial envolvendo elementos da educação à distância. Para nortear este processo, a Secretaria de Ensino Superior do MEC, em parceria com os dirigentes das IFES e com a contribuição das demais sociedades representativas, fará um planejamento que considere as questões acima abordadas. -Este planejamento, no que se refere à escolha das carreiras, deve ter como prioritária a questão da demanda social na qual se pretende ampliar a oferta de vagas. Também deve priorizar o desenvolvimento de regiões distantes dos grandes centros urbanos. Por outro lado, é fundamental que apresente, de forma discriminada, os custos de investimento e manutenção das iniciativas a serem desenvolvidas como resposta às questões em prioridade. -É da competência dos governos estaduais o aporte das verbas necessárias de pessoal e custeio para a manutenção das Instituições de Ensino Superior Estaduais. Ainda assim, entendemos que é possível uma parceria dos governos estaduais e municipais com o governo federal no sentido de contribuir para o aumento na oferta de vagas para o ensino superior público e gratuito, destinada ao financiamento para a implementação das novas atividades. -A modalidade de educação semipresencial (à distância) pode abrir as portas da competência acadêmica instalada em nossas universidades públicas, democratizando seu acesso, principalmente para a população brasileira residente nas cidades do interior. -Para que se viabilizem cursos semipresenciais com a mesma qualidade acadêmica dos cursos presenciais, é essencial garantir recursos de investimento necessários tanto à implementação e manutenção de pólos regionais quanto à produção de material didático. Também é necessário o aporte de recursos humanos e de custeio, dentro das universidades públicas, para que o projeto dê conta do processo acadêmico, e nos pólos regionais, para que se cuide do serviço de tutoria presencial, da manutenção dos laboratórios e da própria administração dos pólos. -A ampliação de vagas em cursos presenciais ou semipresenciais (à distância) requer um programa de investimento em infra-estrutura física, equipamentos e, no caso das IFES, na ampliação de recursos de custeio e de pessoal para dar conta destas novas atividades. Será criado um departamento específico no âmbito da Secretaria de Ensino Superior, para o qual as instituições públicas de ensino superior federais, estaduais e municipais apresentarão propostas detalhando o projeto pedagógico dos novos cursos, o impacto social e os investimentos necessários, entre outros itens. -No que diz respeito ao acréscimo de verbas de custeio e pessoal para dar conta de novas atribuições decorrentes do aumento da oferta de vagas, no caso das IFES, sua implementação será realizada em consonância com o projeto de autonomia de gestão. Em outros termos, será necessário encontrar uma fórmula junto com seus dirigentes para garantir que estes recursos adicionais ao sistema serão efetivamente destinados àquelas Instituições no montante adequado.

GTPE - Apresenta uma proposta demagógica e populista, direcionada mais para o assistencialismo do que para uma política séria de expansão da educação superior pública. Na prática não defende a ampliação real de vagas para o setor público e sim a "reserva das poucas vagas" existentes para os alunos oriundos das escolas públicas como forma de fazer "justiça social". Desvia-se do centro da discussão que é a baixa qualidade do ensino e a reduzida aplicação de recursos para a educação básica. O ANDES-SN no 41º CONAD posicionou-se contrário a política de "reserva de vagas" por compreender que essa política além de ser demagógica, não democratiza o acesso ao ensino superior além de ferir direitos constitucionais que definem a educação como direito de todos, independente da classe. Trata-se apenas de uma política ilusória, que pretende desviar os movimentos sociais do eixo central da questão que é a luta pela ampliação das vagas nas IES públicas, com garantia do padrão unitário de qualidade. Fazendo jus a sua política assistencialista aos "carentes", a expansão do ensino superior será centrada na oferta de "cursos à distância" para atender, principalmente à demanda do interior. Não propõe a criação de novas IES públicas para atender a demanda do interior, mantendo o sistema centrado nos centros urbanos. Ao defender a expansão através da educação à distância, principalmente para o interior do país, reforça a dualidade no ensino superior além ressaltar o ensino, dissociando-o da pesquisa e da extensão. Em síntese, reafirma a política atual do governo FHC, aprofundando as distorções existentes no ensino superior atual.

Lula - o reconhecimento do papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social do país; -a consolidação das instituições públicas como referência para o conjunto das IES do país; -a expansão significativa da oferta de vagas no ensino superior, em especial no setor público e em cursos noturnos; -Ampliar, em quatro anos, as vagas no ensino superior, em taxas compatíveis com o estabelecido no PNE (Prover até o final da década, a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos). -Ampliar a oferta de ensino público universitário, de modo a projetar, no médio prazo, uma proporção de no mínimo 40% do total de vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior (Meta referenciada em dispositivo do PNE aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo presidente da República). -Estabelecer e implantar medidas que visem diminuir a desigualdade de oferta de cursos e vagas de graduação e pós-graduação em termos regionais e de interiorização. -Planejar e incentivar, na graduação e pós-graduação, a oferta de cursos e vagas em áreas de conhecimento que melhor respondam às necessidades do projeto nacional de desenvolvimento. -Estabelecer medidas com vistas a reduzir a evasão escolar. -Implantar de forma progressiva uma rede universitária nacional de ensino superior à distância, com exigente padrão de qualidade. -Estabelecer mecanismos e critérios que superem os limites do atual processo de seleção e considerem a possibilidade de novas formas de acesso ao ensino superior, em especial para negros e estudantes egressos da escola pública. Tal medida deve se fazer acompanhar, quando necessário, de programas de nivelamento de conhecimento sob a responsabilidade das instituições de ensino superior.

GTPE - A proposta de Lula em certa medida se aproxima da proposta defendida pelos movimentos sociais ao defender a consolidação das instituições públicas como referência além de propor a criação de novos estabelecimentos públicos de ensino superior. Quanto a meta para ampliação das vagas propõe chegar ao final de uma década a apenas 30%, não chegando ao percentual aprovado no PNE : Proposta da Sociedade Brasileira de atingirmos 40% da oferta da educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos. Novamente aqui, sua referência é o PNE do governo FHC aprovado pelo Congresso Nacional e não o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, se limitando apenas a rever os vetos do presidente. Apresenta preocupação não apenas em ampliar as vagas mas propõe o estabelecimento de medidas para reduzir a evasão escolar. Assim como Garotinho propõe a criação do ensino superior à distância, sem, apresentar detalhes sobre a proposta, o que nos indica que, caso venha a ganhar, devemos ficar atentos em relação a implementação desse programa.

Serra - Estimular a complementaridade entre os setores público e privado, mantendo as universidades públicas como espinha dorsal do sistema de ensino superior nos campos da pesquisa e geração de conhecimento e formação de quadros de alto padrão. -Aumentar em 50% o número de alunos no ensino superior até 2006. -Ampliar em 20% as vagas nos cursos diurnos nas instituições federais de ensino superior e dobrar a oferta nos cursos noturnos – de 100 mil para 200 mil matrículas noturnas.

GTPE - Mantém a mesma concepção do governo FHC para a educação superior, reforçando as Universidades como os centros de excelência, onde se produz conhecimento e as Universidades destinadas apenas ao ensino. Ao propor o aumento em até 50% o número de alunos no ensino superior até 2006, fica claro que deverá ser no setor privado, na medida em que não apresenta uma proposta concreta de ampliação dos recursos para o ensino superior público.

Zé Maria - O PSTU defende o financiamento integral do ensino básico, médio e superior como um dever do Estado. Ou seja, o Estado deve garantir ensino público e gratuito para todos. -O PSTU defende a estatização de toda a rede particular de ensino sem indenização, sob o controle da comunidade escolar. Somos pelo fim do vestibular e que se garanta vaga na universidade para todos que terminem o ensino médio. Defendemos o aumento geral de vagas, para garantir o acesso de todos à Educação pública em todos os níveis, com o dinheiro da dívida.

GTPE -A proposta defende o acesso de todos ao ensino superior público, com financiamento integral do Estado, defendendo, inclusive a estatização das IES privadas (fenômeno que já aconteceu nas décadas de 50 e 60). Entretanto, não deixa claro o quanto de investimento será necessário para tanto e nem se apenas com os recursos provenientes do não pagamento da dívida externa será suficiente para atingir tal meta. Apesar de defenderem os mesmos princípios do movimento docente sua proposta não apresenta consistência faltando um maior detalhamento de tal forma a garantir como viabilizá-la.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 56 • 30 de setembro de 2002
www.adufrj.org.br

AG da Adufrj-SSind é antecipada para o dia 14/10

Em função das atividades previstas para a semana de 14 a 18 de outubro – III Encontro de Seguridade Social da Adufrj-SSind (15/10) e um seminário da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN (em 16/10) -, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind, inicialmente prevista para o dia 16, será realizada na segunda-feira, 14/10, às 13h. O local e a pauta ainda serão definidos.

Luta contra Alca não acabou

Setor das Federais encaminha novas tarefas da campanha junto ao movimento docente

A reunião das seções sindicais das instituições federais de ensino superior (IFES), em Brasília, nos dias 21 e 22 de setembro, deu novo fôlego para a Campanha Nacional contra a Área de Livre Comércio das Américas. Como se sabe, o Plebiscito que aglutinou mais de dez milhões de pessoas contra a Alca e contra a cessão incondicional da base de Alcântara (MA) representou importante passo, mas o assunto só se esgota com a retirada do governo brasileiro das negociações. Neste sentido, o Setor das Federais aprovou alguns encaminhamentos para as SSind e para a diretoria do Andes-SN.

A primeira tarefa trata de reforçar a participação e o trabalho nos comitês estaduais e regionais da campanha contra a Alca com o objetivo de implementar as propostas do Comitê Nacional. Uma das principais metas da continuidade do movimento contra o tratado internacional será o lançamento da campanha pelo abaixo-assinado pela realização do Plebiscito Oficial. A Constituição Federal, nos termos do art. 49, inciso XV, prevê esse mecanismo, sem o qual juristas acreditam que a Alca não pode vigorar (conforme visto no jornal nº 70, de 16 de setembro). Outra meta será a jornada continental de protesto contra o acordo, no dia 31 de outubro, ao final da reunião de ministros das áreas econômica e de Relações Exteriores, que vai ocorrer em Quito, no Equador.

Outro ponto claro para os representantes das seções sindicais sobre a Área de Livre Comércio das Américas é o impacto negativo que vão sofrer setores como a Educação e Saúde públicas. O Setor das IFES encaminhou para as seções sindicais o aprofundamento do debate sobre a relação entre Alca/Educação Pública/Universidade Pública.

Autonomia

O Andes-SN deve atualizar o documento de avaliação do Projeto de Lei Orgânica da Andifes, em sua última versão disponibilizada (de agosto deste ano). Em entrevista à reportagem da Adufrj-SSind, o presidente do Sindicato Nacional, Luiz Carlos Lucas, já antecipou alguns comentários sobre o texto dos reitores. No jornal nº 67, de 19 de agosto, Lucas afirmou que itens como isonomia salarial, orçamento de pessoal e patrimônio das instituições poderiam ser comprometidos pelo projeto dos dirigentes universitários.

Preparação para o 45º Conad

As seções sindicais deverão analisar o Plano de Lutas do Setor das IFES aprovado no 21º Congresso do Andes-SN (também já publicado pela Adufrj-SSind, em encarte do boletim nº 55, de 9 de setembro). O objetivo seria o de avaliar novas demandas e, eventualmente, sugerir supressão de pontos superados e/ou atualização de outros itens.

Lei Orçamentária de 2003

O Setor das IFES indicou às seções sindicais a realização de assembléias gerais emergenciais para estabelecer estratégias de enfrentamento do Projeto de Lei Orgânica da Andifes e discutir possíveis emendas na Lei Orçamentária de 2003. Por unanimidade, os representantes das seções sindicais votaram como eixos da campanha: o reajuste emergencial de 25,72%, a incorporação das gratificações (GAE, GED e GID) e a implantação das carreiras. O Andes-SN ficou encarregado pela produção de material informativo com uma análise da atual conjuntura político-econômica nacional, do não-cumprimento do Termo de Acordo pelo MEC, das reivindicações dos SPF, da Lei Orçamentária de 2003 e sua repercussão na Campanha Salarial. Contatos com parlamentares no Congresso Nacional e nos estados, bem como nos demais movimentos de servidores públicos federais serão tentados para ampliar as possibilidades de sucesso da empreitada.

Reforma administrativa das universidades

O processo de reestruturação administrativa da Universidade Federal de Pelotas, que está sendo conduzido de maneira antidemocrática pela reitoria local, mereceu moção de repúdio na reunião do Setor das Federais. Baseado no fato, o Setor solicitou à diretoria do Andes-SN o levantamento, via seções sindicais, de outros processo desta natureza nas demais IFES.

Saiba em quem NÃO votar nestas eleições

O Andes-SN, em circular enviada às seções sindicais em 24 de setembro, alerta sobre a ameaça a conquistas históricas dos trabalhadores contida no projeto de lei nº 134/01, em tramitação no Senado, com a finalidade de homologar matéria já aprovada na Câmara Federal, em regime de urgência, apesar da resistência das centrais sindicais (CUT e CGT). Este projeto, sob o pretexto de flexibilizar o art. 618 da legislação trabalhista, como forma de facilitar as negociações entre patrões e empregados, tem o objetivo de retirar direitos históricos dos trabalhadores. Se aprovado o projeto de lei, itens como férias, 13º salário e licença-maternidade, entre outros, ficarão sujeitos à negociação com evidente prejuízo para o lado mais fraco de uma mesa de negociação: os empregados, é claro.

Além do combate ao projeto no Senado, a CUT-RJ vem divulgando há algum tempo os nomes dos parlamentares da bancada do Rio de Janeiro que votaram a favor da flexibilização da CLT na Câmara. Muitos deles são candidatos outra vez e, dada a proximidade das eleições, vale a pena lembrar quem são os inimigos do povo: Alexandre Santos (PSDB); Arolde de Oliveira (PFL); Carlos Nader (PFL); Dino Fernandes (PPB); Dr. Heleno (PSDB); Eurico Miranda (PPB); Iédio Rosa (PFL); Itamar Serpa (PSDB); Jair Bolsonaro (PPB); João Mendes (PFL); Jorge Wilson (PMDB); José Egydio (PFL); Laura Carneiro (PFL); Luiz Ribeiro (PSDB); Márcio Fortes (PSDB); Paulo Feijó (PSDB); Paulo Lessa (PFL); Roberto Jefferson (PTB); Rodrigo Maia (PFL); Ronaldo Santos (PSDB) e Rubem Medina (PFL).

Agenda Sindical

30/9 - GT Política Educacional do Andes-SN (3º dia)
Caxambu (MG) - discussões e encaminhamentos para a Assembléia Geral da ANPed

9/10 – Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

12/10 e 13/10 – GT Seguridade Social/Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN
Brasília (DF) – Sede do Andes-SN

14/10 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind, às 13h

15/10 – III Encontro de Seguridade Social da Adufrj-SSind – Saúde do Professor
Auditório do CFCH, das 14h às 18h

16/10 e 17/10 – I Encontro Regional sobre a Universidade Pública Brasileira - "A Crônica de um Desmonte Anunciado"
Programação ainda está sendo definida

18 a 20/10 – GT Comunicação & Artes do Andes-SN
Natal (RN) – Sede da Adurn-SSind

31/10 – Jornada Continental contra a Alca

1 a 3/11 - 45º Conad
Belém (PA) – com o tema "Projeto Histórico e Programa de Governo: as reivindicações dos trabalhadores X acordos econômicos"

19/1 a 22/1 de 2003 - Fórum Mundial de Educação (2ª edição)
Porto Alegre (RS)

23/1 a 28/1 de 2003 – Fórum Social Mundial (3ª edição)
Porto Alegre (RS)

@dufrj

Fórum Mundial de Educação

Os interessados em participar da 2ª edição do Fórum Mundial de Educação, que ocorrerá em Porto Alegre, de 19 a 22 de janeiro de 2003, já podem fazer as inscrições pela página eletrônica www.forummundialdeeducacao.com.br. O valor da inscrição será reajustado a cada dois meses. Em outubro, o investimento é de R$ 50.

Lançamento do FSM 2003

No dia 23 de setembro, a Secretaria do Fórum Social Mundial, representantes do Governo do estado do Rio Grande do Sul, da Prefeitura de Porto Alegre e dos Fóruns Sociais Temático Argentina e Regional Europeu fizeram o lançamento oficial do FSM 2003. O ato aconteceu no Teatro Bruno Kiefer da Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre. Neste dia também foram abertas as inscrições para delegados do evento, que deverão ser feitas através do página eletrônica do FSM: www.forumsocialmundial.org.br.

Andes

Palestrantes apontam obstáculos da Ciência nacional

Sistema burocratizado, baixo investimento e Universidade sujeita ao mercado dificultam trabalho de pesquisa

O segundo dia do III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN, realizado em Curitiba entre 11 e 13 de setembro, começou com a mesa redonda "Ciência, Tecnologia e Sociedade". Os professores Francisco Antonio Dória (ex-Escola de Comunicação da UFRJ e atualmente no Instituto de Estudos Avançados da USP), Otaviano Helene (Instituto de Física – USP) e José Henrique de Faria (do Departamento de Administração – UFPR) debateram os poucos investimentos no setor de C&T no Brasil, a reconhecida capacidade nacional (quando dadas as condições para desenvolver o trabalho científico) e o papel transformador da Universidade na sociedade.

Para Dória, "ninguém acredita que o brasileiro possa estar no *mainstream* da Ciência", em alusão a uma espécie de complexo de inferioridade do próprio país. Partindo do pressuposto que a memória do povo é curta, citou importantes realizações nacionais, como o programa Proálcool, os recordes de prospecção em águas profundas e a imunização em massa pelas campanhas de vacinação como exemplos de força da capacidade científica brasileira.

Por outro lado, ele criticou a sociedade "excludente e racista", com um sistema de ensino formalizado e burocratizado, que impede o desenvolvimento de jovens talentos brasileiros. "O sistema acredita em carimbo e em diploma; não acredita em talento", disse, para logo a seguir, citar o caso de um aluno que, com 16 anos, entrou na universidade e titulou-se como doutor aos 23. "Isso não é um caso excepcional", acredita.

Outro ponto negativo, para ele, são os cursos noturnos (voltados para os pobres) e os diurnos (da classe média para cima). "Isso é um *apartheid*", comentou. Dória, que morou alguns anos nos Estados Unidos, colheu depoimentos de colegas de lá assombrados com a perda de talentos no nosso país. "Vocês não sabem o material humano que desperdiçam no Brasil", disse-lhe um norte-americano.

O professor do IEA-USP aproveitou a oportunidade do seminário para atribuir ao "valor estético" da Ciência uma de suas motivações para a pesquisa. "Um teorema bem feito é uma obra-prima. Tem a elegância de um poema lírico", contou.

Investimento é considerado muito baixo

Mais voltado para os aspectos práticos do fazer da Ciência, Otaviano Helene (IF-USP) ressaltou que a expectativa de uma pesquisa gira em torno do desenvolvimento de uma população. Para ele, as autoridades brasileiras ignoram esse papel da C&T e priorizam o que chamou de "buracos imediatos". Depois, pensa nos investimentos com possível retorno a médio e longo prazos. É nesse vazio que jogam a C&T nacionais. Erradamente, no ponto de vista do professor, pelas possibilidades de retorno econômico do setor.

Em países desenvolvidos, segundo Otaviano, os investimentos em C&T ficam entre 2% e 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB). No Brasil, esse índice significaria recursos da ordem de R$ 20 bilhões ou R$ 30 bilhões. No entanto, os gastos são inferiores a 0,5% (ou R$ 5 bilhões a R$ 6 bilhões). A conseqüência desse subinvestimento reflete-se no número de profissionais envolvidos em Ciência: apenas 43 trabalhadores do setor para cada grupo de 100 mil habitantes. Pelos critérios da Unesco, nos países desenvolvidos, esse número fica entre 400 e 700 trabalhadores.

O professor rejeita a idéia de que não há condições econômicas para alcançar esses índices. "O que a gente precisa é acompanhar a média mundial, pelo menos, em termos de PIB", comentou. Segundo ele, o Brasil possui 2,9% do PIB mundial. "A barreira não é de caráter econômico. Poderíamos deter 2,9% de produção da C&T do mundo. É um sonho absolutamente razoável", afirmou, acrescentando que a participação brasileira na C&T mundial não passa de 0,6%.

Ainda segundo Otaviano, o atraso na área de pesquisa e desenvolvimento científico representa um dos motivos da estagnação de vinte anos da economia brasileira. "Na parte educacional, existe outro nó brasileiro, outro subinvestimento. Enquanto o PNE da Sociedade (construído pelos movimentos sociais, incluído o Andes-SN) defende a destinação de 10% do PIB para a área, o substitutivo do governo aprovado no Congresso previu 7%. E mesmo esse percentual mínimo foi vetado pelo presidente FHC", disse.

O professor, contudo, não perde as esperanças. "A situação deve ser modificada e não é nenhum absurdo, ainda mais pela capacidade de retorno econômico da C&T a curto prazo", observou. O palestrante fez votos para que o Andes-SN ponha a questão da Ciência em sua agenda permanente, com o propósito de aumentar os recursos do setor.

Universidade e "os encantos do mercado"

O professor José Henrique, antes de condenar os agentes externos à Universidade, preferiu fazer a crítica do meio acadêmico. Segundo ele, a Universidade Pública vive o paradoxo de trabalhar com as pluralidades. E isso é perigoso, em certa medida, porque pode fazer o corpo docente "ceder aos encantos do mercado". Ele chegou a perguntar à platéia se a atividade científica deveria ser vinculada à exploração do trabalho ou se o conhecimento deveria ser usado para transformar a sociedade. "Estaremos nós colaborando para o capitalismo em nome de uma neutralidade?", questionou.

Para combater "os encantos do mercado", o professor valeu-se do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. De acordo com José Henrique, um princípio da própria prática acadêmica. Defensor ferrenho do que chamou de "ensino libertário", José Henrique comentou o papel fundamental da Universidade Pública: "Sendo críticos com ela (Universidade), não podemos fugir de sua defesa como instituição pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. A Universidade é um dos últimos refúgios onde ainda existe a aderência social entre a prática científica e a transformação da sociedade", afirmou.

Nas publicações seguintes, continuaremos a divulgar o conteúdo das mesas e conferências do III Seminário de C&T do Andes-SN.

Lei de Inovação vai receber o combate do Andes-SN

Uma circular da coordenação do Grupo de Trabalho de Ciência & Tecnologia do Andes-SN, datada de 26 de setembro, volta a avisar sobre o perigo representado pela proposta de Lei de Inovação Tecnológica do MCT. O secretário executivo deste ministério informou que o documento será enviado ao Congresso Nacional nos próximos dias, em caráter de urgência. O anúncio foi feito no workshop "Os Institutos de Pesquisa Tecnológica do Brasil no Processo de Inovação-Cooperação Interinstitucional", no dia 24/9, no Rio de Janeiro.

A coordenação do GT do Andes-SN convoca todos os sindicalizados para realizarem ações junto aos parlamentares federais, de seus respectivos estados, para impedir a aprovação do regime de urgência e a votação do projeto da lei. Para enviar mensagens para os deputados federais do Rio de Janeiro que integram a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, os endereços eletrônicos são os seguintes:

Arolde de Oliveira (PFL)
dep.aroldedeoliveira@camara.gov.br
Alexandre Santos (PSDB)
dep.alexandresantos@camara.gov.br
Márcio Fortes (PSDB)
dep.marciofortes@camara.gov.br
Jorge Bittar (PT)
dep.jorgebittar@camara.gov.br
Valdeci Paiva (bloco PL/PSL)
dep.valdecipaiva@camara.gov.br
Bispo Rodrigues (bloco PL/PSL)
dep.bisporodrigues@camara.gov.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Periodização vive seus últimos dias

Reunião conjunta CEG/ CEPG discute 01/99 e critérios da GED neste 2 de outubro

A polêmica resolução conjunta CEG/ CEPG 01/99 pode estar vivendo seus últimos dias na UFRJ. Nesta quarta-feira, 2 de outubro, os colegiados acadêmicos se reúnem para analisar o tema e já se pode adiantar que o conselho da área de graduação vai pedir a sua revogação. Nas falas dos diversos conselheiros na última sessão do CEG, ficou claro que a periodização só trouxe complicações para o cotidiano da universidade.

Segundo a representante do CCS, Ana Borralho, a Faculdade de Medicina fez sua reforma em 1994 e não cogita trabalhar com os blocos criados pela 01/99. De acordo com um representante do CT, Paulo Renato, "somente a Coppe fez blocos e depois, voltou atrás". Edionne (CLA) reforçou o coro contra a 01/99: "Essa resolução tem uma nuvem cinza que paira sobre ela e sobre esse colegiado", brincou. Marcelo Macedo também criticou: "A gente não pode esperar que todas as Unidades se enquadrem no mesmo modelo pedagógico".

Calendário de 2003 foi aprovado

Foi com essa disposição que os conselheiros desferiram um primeiro golpe contra a resolução, ao aprovar as datas limítrofes do calendário acadêmico para 2003, cuja definição depende agora do Conselho Universitário. O primeiro período letivo do ano que vem vai de 10 de março até 25 de julho; o segundo período, de 11 de agosto até 23 de dezembro. Foi frisado durante a aprovação pelo CEG que as Unidades e Órgãos Suplementares têm total autonomia para trabalhar seus cursos entre estas datas, que são os limites. Ou seja, as aulas de um determinado local podem até terminar antes dos prazos finais estabelecidos. Houve até propostas no sentido de não estabelecer qualquer limite de datas, dando total liberdade às Unidades, mas a SR-1 defendeu que precisava de alguns dias balizadores para organizar os períodos de atos acadêmicos da UFRJ. Pelos períodos estabelecidos, não é mais possível criar os blocos de 50 dias com curtos intervalos entre eles. Mais uma derrota da 01/99. A Faculdade de Medicina terá um calendário específico (17 de março a 15 de agosto, no primeiro período, e 25 de agosto até 30 de janeiro de 2004, no segundo), assim como provavelmente o Colégio de Aplicação, que ainda estava formulando uma proposta.

Critérios da GED são repetidos do ano anterior

Outra discussão que promete na próxima sessão conjunta CEG/CEPG é a homologação dos critérios da GED. A professora Edionne, que integra a comissão de Acompanhamento e Avaliação Docente (CADD) da UFRJ apresentou os mesmíssimos critérios do ano passado para os demais conselheiros. Segundo ela, não houve tempo para discussão na UFRJ e os prazos da Comissão Nacional da GED estão muito "apertados". Até o calendário é similar ao do ano passado: até 23 de novembro é o prazo final para entrada de dados no Sigma; de 13/ 11 a 30/11 é o prazo para homologação pelos dirigentes dos dados de ensino e orientação; em 7 de dezembro, os resultados são divulgados e os docentes têm até 14/12 para encaminhar seus pedidos de recursos. Alguns itens da pontuação da GED foram questionados pelos representantes do CEG, mas tudo foi remetido para discussão na sessão conjunta deste 2 de outubro. Perguntada sobre o recurso da Adufrj-SSind para recebimento dos dados em formulários de papel, Edionne respondeu que tudo será mantido como antes. O receio da comissão é que, se aberta a possibilidade do envio em papel desde o início, o volume de trabalho aumente significativamente no fim do ano e inviabilize a análise dos dados pela CADD.

Curso de Geografia à distância foi rejeitado

A proposta de um curso de Geografia à distância, mesmo em caráter experimental (como os já aprovados na área de Ciências Biológias, de Física e de Química), foi rejeitada pelo CEG. O relato da Câmara de Currículos do colegiado apontou uma série de problemas com o curso oferecido (assim como ocorreu com os outros três). Desta vez, no entanto, os conselheiros preferiram esperar os resultados dos que foram aprovados a conceder mais uma abertura. Vale lembrar que uma comissão de especialistas sobre educação à distância foi formada pelo conselho para subsidiar futuras discussões sobre o tema.

Verbas para graduação

Durante o expediente da sessão do CEG, a sub-reitora Sylvia aproveitou para informar que todos os recursos que sobrarem do vestibular serão utilizados em programas voltados para a graduação. Atualmente, o vestibular tem gerado receita de R$ 2,5 milhões e despesas de R$ 2 milhões, o que garantiria, portanto, R$ 500 mil para este nível de ensino. Ela adiantou que o dinheiro será repassado aos decanos e não poderá ser usado para questões de infra-estrutura.

Marcação de férias

Sylvia, ainda durante o expediente, esclareceu que a marcação de férias dos professores deverá ser resolvida caso a caso. Sylvia contou que, a pedido do sub-reitor de Pessoal (Luiz Afonso), estaria passando o calendário acadêmico da UFRJ para 2003, assim que aprovado no CEG, para que ele pensasse alguma solução. A professora Ana Borralho (representante do CCS) voltou a cobrar uma cobertura legal para docentes que marcam férias que não estarão efetivamente desfrutando, devido ao exíguo tempo previsto para descanso no ano que vem. "Se acontecer algum problema com o professor no trabalho e ele estiver oficialmente de férias, como é que fica a situação?", questionou. Ana também perguntou se teriam validade os documentos assinados por docentes investidos de alguma função institucional, mas que estarão oficialmente de férias. A sub-reitora não soube responder. A professora Maria da Penha, representante do CCJE, encarregou-se de apurar o assunto em outras instituições para informar o CEG nas próximas sessões.

CEG já tem regimento

O Conselho de Ensino de Graduação já tem um novo regimento aprovado. Agora, para dar continuidade à tarefa de organização institucional em sua área, a sub-reitora solicitou à Comissão de Legislação e Normas do colegiado para revisar as resoluções existentes e trabalhar questões para as quais existe um vazio de regulamentação, como a segunda chamada, por exemplo.

Vestibular terá participação da comunidade

A SR-1 esclareceu que a fiscalização do concurso de seleção para os cursos de graduação da UFRJ terá garantida a participação ampla da comunidade da UFRJ (docentes, estudantes e técnico-administrativos). A divisão das vagas de fiscal respeitará o critério da paridade, ou seja, 1/3 para cada segmento. Professores e funcionários inscritos serão escolhidos por sorteio. Os alunos com coeficiente de rendimento acumulado (CRA) superior a seis e regularmente matriculados a partir do 6º período estão habilitados à inscrição. A seleção será feita com base no maior CRA e, em caso de empate, pelo período e pela idade. O vestibular ocorre nos dias 17/11, 24/11 e 22/12.

Anote

Exposição no IFCS

De 30 de setembro a 4 de outubro, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais vai abrigar, no Salão Nobre da Congregação, uma exposição em conjunto com o Museu da Química Professor Athos de Silveira Ramos, do IQ-UFRJ. O acervo, composto por livros, fotos e documentos de arquivo, mostrará a relação da química com as ciências humanas, filosóficas, jurídicas, tecnológicas e da saúde, no século XX, no Brasil e no mundo. O objetivo do evento é mostrar a importância do trabalho conjunto de instituições de diversos Centros da Universidade.

Autonomia em debate

No dia 16 de outubro, a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, estará presente na Faculdade de Direito da UFRJ para debater a autonomia universitária. O evento faz parte da semana de recepção aos calouros da Unidade e ocorre às 10h.

Saúde do Trabalhador

Nesta quarta-feira, dia 2 de outubro, a conselheira da Adufrj-SSind e professora do Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva (NESC), Regina Helena Simões Barbosa, indicada pela diretoria da seção sindical, estará participando da mesa "O Movimento Sindical e a Saúde do Trabalhador", no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), no *campus* da Praia Vermelha, a partir das 18h. O evento está sendo promovido pelo Sintufrj, dentro da programação do I Encontro de Saúde do Trabalhador. A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, participou da abertura do encontro, no dia 23/9, na Escola de Serviço Social. A diretoria encaminhou o convite do Sintufrj ao GT Seguridade Social da Adufrj-SSind para que o grupo indicasse o representante para a mesa de 2/10, mas não houve disponibilidade entre os integrantes do GT para participar do evento.

Fotos de Nova Iorque

O professor Felipe Acker, do Instituto de Matemática da UFRJ, esteve em Nova Iorque poucos meses antes do ataque às torres gêmeas do World Trade Center. Na ocasião, tirou fotografias que, segundo ele, podem representar "uma cidade auto-confiante e despreocupada, como talvez nunca mais torne a ser". Como forma de marcar o primeiro aniversário do incidente naquela cidade, Felipe Acker conseguiu apoio da decania do CT para expor seus retratos no hall do bloco A do Centro de Tecnologia. A mostra fica no local até 10 de outubro, das 8h às 22h, de segunda a sexta-feira.

Colegiados

UFRJ está sem um tostão

Lessa divide preocupações financeiras com o Conselho Universitário

A situação financeira da universidade está indo ladeira abaixo e novos cortes de energia podem ocorrer. A afirmação não veio de nenhum boato de corredor, mas do próprio reitor da UFRJ, Carlos Lessa, e do sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Oscar Acselrad, em sessão do Conselho Universitário de 26/9. De acordo com eles, o MEC não repassou como deveria a cota mensal do orçamento destinada à maior federal do país: até o dia da sessão, a reitoria tinha recebido menos de 30% do chamado duodécimo. Resultado: "Estamos inadimplentes de todas as contas!", avisa o reitor. Segundo as últimas informações conseguidas pela administração da universidade, o MEC deve repassar o restante apenas no final do mês, nesta segunda-feira, dia 30. E isso, na base do "talvez". Oscar acrescentou ainda que a instituição esperava a chegada de uma suplementação orçamentária de R$ 1 milhão, o que também não ocorreu até agora e, neste caso, não há nem previsão de recebimento.

Como desgraça pouca é bobagem, Lessa comunicou outro problema com relação às contas da UFRJ. Por determinação da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, as universidades estão impedidas de movimentar os chamados recursos próprios (provenientes de convênios, aluguéis, vestibular etc). A proibição seria justificada pelo processo eleitoral em curso em todo o país. "Pelo visto, existe o receio de que os dirigentes possam influenciar as eleições. Ou seja, estamos num corredor polonês orçamentário", contou. O reitor comentou ainda que entrou em contato com o diretor de Desenvolvimento do Ensino Superior do ministério, José Valente, que disse desconhecer a norma. Ele ia se informar sobre o assunto, mas Lessa não obteve resposta até a data da sessão do Consuni.

O sub-reitor Oscar completou o panorama sombrio das finanças da univesidade ao falar das dívidas antigas e futuras. "Nós temos diversas dívidas. Estavam em curso as negociações e o duodécimo estava nos nossos planos (para dar conta desses compromissos já negociados). Ou seja, também a nossa credibilidade vai para baixo do chinelo", contou. Para piorar, observou Oscar, o governo já está anunciando que deve aceitar um reajuste entre 15% a 30% das tarifas de energia elétrica. "Isso nos preocupa demais. A conta de luz representa hoje 20% a 25% dos nossos recursos de custeio", disse. A esse respeito, a pedido da reitoria, o Consuni aprovou uma nota a ser enviada ao ministro Paulo Renato sobre a situação financeira da UFRJ.

Vale destacar em relação à ameaça de novo corte de luz o que foi noticiado pelos jornais na semana que passou: a truculenta Light, que tanto pregou o respeito aos compromissos financeiros como justificativa para o apagão da UFRJ, é a maior devedora privada da estatal Furnas. E o valor cobrado à universidade pela concessionária (R$ 7 milhões) nem se compara ao que é devido pela Light à geradora de energia (R$ 88 milhões).

Em paralelo ao acerto de contas com o MEC, Oscar informou aos conselheiros que está em andamento um estudo para otimizar o uso da luz na UFRJ. Neste ponto, o vice-diretor da Coppe, Luiz Fernando Legey, disse que o órgão suplementar está à disposição para oferecer sua experiência no setor em auxílio à reitoria.

Um outro fato preocupante para o reitor é a paralisia do Congresso Nacional, em função das eleições. Não existe ninguém para chamar a atenção para o problema das universidades. "E o ministro já deve estar aprontando a mala para ir embora", comentou, insinuando que Paulo Renato não deve estar muito disposto a resolver a situação.

Segurança

Lessa informou aos conselheiros sobre a reunião relativa à política de segurança no Fundão com as entidades representativas da UFRJ, representantes dos vigilantes e da Vila dos Funcionários – vale dizer que aquela reunião, realizada em 18/9, foi chamada pela própria reitoria, por meio de sua assessoria para contato com os movimentos sociais.

As entidades querem consulta ampla à comunidade sobre o tema e Lessa respondeu, na ocasião, que existem os órgãos colegiados da UFRJ ("Abertos às manifestações da comunidade", segundo ele) para decidir o assunto. O reitor disse também que solicitou aos Conselhos de Centro para discutirem a política de segurança, mas ainda não teve nenhum retorno. Neste momento, a decana do CCMN, Ângela Rocha, observou que o conselho do Centro que dirige debateu o assunto no dia anterior, mas não se sentiu suficientemente esclarecido para apoiar o estabelecimento de um batalhão da polícia no campus. Lessa pediu urgência nas respostas dos demais colegiados, pois disse sentir-se "co-responsável" pelas notícias de violência de que toma conhecimento na Cidade Universitária.

Distribuição de salas na Praia Vermelha

O vice-reitor Sérgio Fracalanzza informou aos conselheiros que obteve êxito a empreitada de diretores, SR-1 e alguns decanos para "redistribuir" as turmas de alunos pelas salas da Unidades da Praia Vermelha. Pelo menos para este período, garantiu ele, não será mais necessário pedir salas emprestadas à Uni-Rio, por exemplo, como vinha ocorrendo, para acomodar os estudantes.

Moção de louvor?

Tomou um bom tempo da sessão do Consuni a discussão de uma possível moção de louvor a alguns parlamentares que teriam auxiliado a UFRJ na compra de equipamentos para o Hospital Universitário, com auxílio de emendas pessoais. Muitos conselheiros não se sentiram à vontade para "louvar" alguns dos deputados da lista, tendo em vista a contraditória atuação na defesa da Universidade Pública ou dos servidores federais, além da motivação eleitoral que o assunto poderia ganhar. A solução conciliatória acabou sendo transformar a moção em uma simples nota de agradecimento. Ainda assim, duas abstenções foram anotadas.

Autonomia

Pautado como o item de número quatro, a continuação do debate sobre a autonomia universitária acabou não ocorrendo pelo avançado da hora. O tema deve ser o primeiro ponto a ser discutido na próxima sessão ordinária do colegiado.

Adufrj-SSind pede suspensão das eleições no CT

O 1º vice-presidente da Adufrj-SSind e professor da Escola de Engenharia, Luciano Menezes, solicitou a suspensão das eleições para representantes do Centro de Tecnologia no Consuni e no CEPG. O pedido foi encaminhado ao presidente da comissão eleitoral do CT, professor Nei Pereira Júnior, no dia 26/9.

Segundo Luciano, o processo eleitoral apresentou vários problemas de divulgação e um período muito reduzido para que os professores conhecessem os candidatos inscritos. Na lista de motivos para o pedido de suspensão, o vice-presidente da seção sindical anota que a única divulgação a que teve acesso, por acaso, não contempla os professores da Escola de Engenharia (a mensagem é dirigida ao corpo docente da Coppe, da Escola de Química e do Instituto de Macromoléculas). Além disso, a divulgação do período de inscrições foi realizada no dia 18/9, à noite, com início previsto para o dia seguinte, pela manhã, dificultando o conhecimento da notícia. O tempo de apenas dois dias entre o encerramento das inscrições, em 23 de setembro, à tarde, e o primeiro dia das eleições, em 26/9, inviabilizou uma possível discussão de propostas com os candidatos.

No fim do seu questionamento por escrito à comissão eleitoral, Luciano lembra os recentes exemplos do CCS, do CCMN e do CFCH "que realizaram eleições com prazos que permitiram a inscrição, divulgação e o debate de idéias dos pretendentes à representação colegiada". Ele pede ampla divulgação de um novo processo eleitoral, com prazos mínimos para inscrições e realização de debates. Luciano compromete-se ainda com a comissão eleitoral no sentido de divulgação das novas datas no jornal e outros meios de comunicação da Adufrj-SSind.

Resenha

Universidades privadas concentram mercado

Um estudo dos pesquisadores Jacques Schwartzman e Simon Schwartzman, feito a pedido do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), mostra que, em 2000, 5% das instituições concentravam 45% do total de alunos da rede privada. Essa concentração aumentou principalmente por causa do crescimento de grandes instituições de ensino superior. Em 91, a maior Universidade do país era pública (USP) e tinha 31 mil alunos. Em 2000, o título de maior passou para uma instituição privada (Unip), com 66 mil alunos, quase o dobro de alunos da segunda no ranking (USP), que possuía 34 mil, diz matéria da Folha de SP (21/9).

Pobreza alcança 33,64% dos brasileiros

Dados inéditos do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) – responsável pelos cálculos do governo, é bom frisar – mostram que a proporção de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza caiu entre 1999 e 2001, mas continua alta (de 33,96% para 33,64%). Isso representa um total de 56,97 milhões de pessoas. Pelos critérios do Ipea, são pobres todos os brasileiros cuja parcela do orçamento gasta com alimentos não cobre suas necessidades calóricas. O instituto calcula 24 diferentes linhas de pobreza adequadas ao poder aquisitivo de estados e/ou regiões do país.

Registro: A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, participou da semana de recepção dos calouros organizada pelo Centro Acadêmico da Escola de Serviço Social (CASS). Cleusa compôs, ao lado do professor Marcelo Braz (doutorando em Serviço Social na UFRJ), a mesa que debateu o tema "Universidade e eleições presidenciais".

Errata: na nota relativa ao Consuni de 12/9, publicada na página 4 do jornal nº 70, foi dito que a FUJB irá disponibilizar, em 2003, R$ 1 milhão para projetos acadêmicos da reitoria. Na verdade, os recursos serão destinados para projetos acadêmicos das Unidades da UFRJ. Além disso, trata-se de uma iniciativa conjunta da fundação com a reitoria.

Errata 2: no jornal nº 71 da Adufrj-SSind, foi noticiado que o GTSS/A da Adufrj-SSind vai promover encontro sobre Saúde do Professor. Embora o GT local trate também de questões relativas aos aposentados, a sigla correta é apenas GTSS - Grupo de Trabalho de Seguridade Social. O grupo nacional é que incorpora a Encarregatura Sobre Assuntos de Aposentadoria, daí a grafia GTSS/A.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 72 • 7 de outubro de 2002

Assembléia Geral

14/10 Segunda-feira **13h**

Salão Nobre da Decania do CT

Ilha do Fundão - Bloco A

Pauta:
- Indicação do professor Arthur Arruda Leal para compor a diretoria da Adufrj-SSind
- Discussão do Caderno de Textos do 45º Conad

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

9/10 **17h30**

Quarta-feira

Sede da Adufrj-SSind

Centro de Tecnologia - Bloco D sala 200

Pauta:
a mesma da Assembléia Geral

As reuniões do CR são abertas a todos os sindicalizados

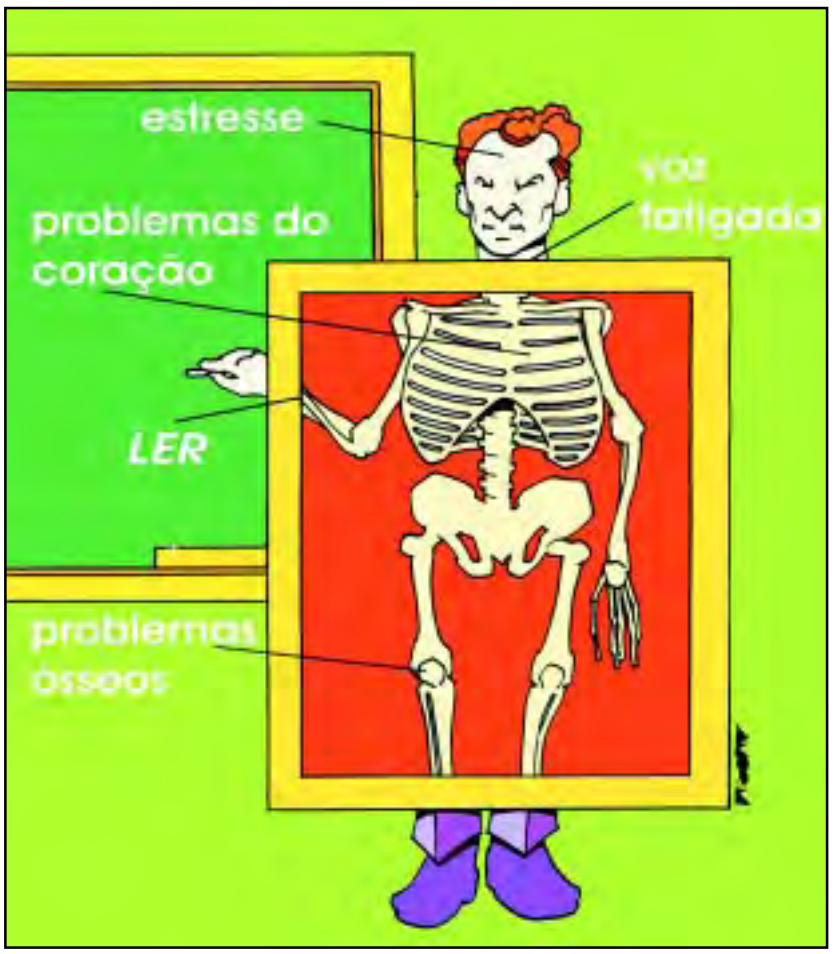
Sindicatos devem lutar pela Saúde Pública de qualidade
Página 3

Decisão sobre a 01/99 é adiada
Página 4

Segurança no Fundão é discutida na reunião CEG/ CEPG
Página 5

IPPUR apresentou-se ao Consuni no dia 26/9
Página 8

III Encontro de Seguridade discute Saúde do Professor



Chamar a atenção para a saúde do docente é o principal objetivo do evento, que será realizado no Dia do Mestre (15/10), no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), no *campus* da Praia Vermelha, a partir das 14h. O Encontro, que está sendo organizado pelo GT Seguridade Social da Adufrj-SSind, terá cinco palestras.

Página 3

III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN

O nó das verbas da Ciência
Página 6

Indústria, universidades e Estado devem atuar juntos
Página 7

Andes-SN

Regional debate desmonte da Universidade Pública

Com o objetivo de enfrentar os vários projetos de destruição das instituições públicas de ensino superior do Brasil, a Secretaria Regional Rio de Janeiro do Andes-SN vai promover o I Encontro Regional sobre a Universidade Pública - "Crônica de um Desmonte Anunciado", nos dias 16 e 17 deste mês, na Uni-Rio e na UFRJ (veja programação abaixo).

De acordo com texto da Regional Rio do Sindicato Nacional, o início da década de 1990 registrou a entrada do projeto neoliberal em terras brasileiras. Isso ocorreu porque os governos do Brasil vêm seguindo à risca o receituário prescrito pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, tendo como alvo prioritário a destruição ideológica e salarial do serviço público nos chamados países periféricos.

Como parte deste contexto, a Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada vem sofrendo constantes ataques. Uma série de projetos como o Programa de Qualificação Institucional (PQI), regulamentação da autonomia universitária e fundações surgem para desviar a atenção da sociedade e da própria comunidade acadêmica do seu verdadeiro significado conjunto: adequar a Universidade Pública às exigências dos organismos internacionais que desejam transformar a Educação em mercadoria e o conhecimento em um bem privado.

I Encontro Regional sobre a Universidade Pública Brasileira - "A Crônica de um Desmonte Anunciado"

PROGRAMAÇÃO
Dia 16/10 - 14 às 18:00h
Auditório Paulo Freire - UniRio

Abertura: ***"A Contra-Reforma do Estado e a Educação Pública Brasileira"***
Prof. Luiz Carlos Lucas
Presidente do Andes-SN)
Prof. Elaine Behring (Uerj)

1ª Mesa: ***Autonomia e Financiamento***
Prof. Roberto Leher (UFRJ)
Adhemar Moreno (Economista/Dieese)
Moderador: Representante da Adur-RJ

2ª Mesa: ***Hospitais Universitários***
Prof. Carlos Alberto Morais de Sá (Hospital Universitário Gaffrée e Guinle/ UniRio)
Sonia Leitão (Sintuff)
Moderador: Representante da Asduerj

Dia 17/10 - 14 às 18:00h - Auditório da ESS / UFRJ

1ª Mesa: ***Fundações***
Prof. Ciro Teixeira (USP)
Dr. Marcelo Chalréo (Assessor Jurídico da Adur-RJ)
Moderador: Representante da Aduff

2ª Mesa: ***Ciência e Tecnologia***
Prof. José Domingues Godoi Filho (1° Vice-presidente do Andes-SN)
Prof. Jorge Máximo (Uerj)
Moderador: Representante da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

9/10 – Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

11 e 12/10 – GT Política de Formação Sindical do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ) – Auditório Paulo Freire (Uni-Rio)
- Vai debater, entre outros temas, a precarização do trabalho docente.

12/10 e 13/10 – GT Seguridade Social/ Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN
Brasília (DF) – Sede do Andes-SN

14/10 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind, às 13h

15/10 – III Encontro de Seguridade Social da Adufrj-SSind – Saúde do Professor
Auditório do CFCH, das 14h às 18h

16/10 e 17/10 – I Encontro Regional sobre a Universidade Pública Brasileira - "A Crônica de um Desmonte Anunciado"
Programação ao lado

18 a 20/10 – GT Comunicação & Artes do Andes-SN
Natal (RN) – Sede da Adurn-SSind

20/10 – GT Políticas Agrárias do Andes-SN
Salvador (BA) - Sede da APUB
Vai preparar o III Seminário Nacional de Política Agrária

31/10 – Jornada Continental contra a Alca

1 a 3/11 - 45º Conad
Belém (PA) – com o tema "Projeto Histórico e Programa de Governo: as reivindicações dos trabalhadores X acordos econômicos"

19/1 a 22/1 de 2003 - Fórum Mundial de Educação (2ª edição)
Porto Alegre (RS)

23/1 a 28/1 de 2003 – Fórum Social Mundial (3ª edição)
Porto Alegre (RS)

Cartas

Como membro da Adufrj desde sua fundação, gostaria de solicitar a essa Diretoria que, na próxima pauta de reivindicações, seja colocada a incorporação da GAE para todos os professores ao nosso salário básico, como conseguiram os funcionários, para garantirmos a manutenção de seu pagamento, além de aumentar os nossos anuênios e ganhos outros.

Atenciosamente,

Prof. Carlos Augusto de Alcântara Gomes
Escola Politécnica da UFRJ

Prezado Professor Carlos Augusto,

A incorporação da GAE e da GED aos salários dos docentes já é, há algum tempo, uma das principais reivindicações do Andes-SN em contraposição à política de gratificações produtivistas e variáveis do governo federal. Como o professor deve se lembrar, durante a greve de 2001 esta questão foi priorizada nas Assembléias Gerais para negociação com o governo, que chegou a acenar com a possibilidade de incorporação. Porém, quando tudo indicava que o acordo estava assegurado, houve o recuo do governo.

Vale lembrar que a proposta de incorporação da GAE, entretanto, chegou a ser criticada nas AG da greve na UFRJ, pois significaria ganhos salariais diferenciados em função dos anuênios. O maior ganho, porém, seria político, ao alterar o perfil de composição de nossos salários e atingir a política governamental.

A concessão da incorporação da GAE a apenas parte dos servidores públicos como os servidores técnico-administrativos das IFES faz parte da estratégia do governo de negociar em separado e oferecer "vantagens" diferentes para dividir as categorias.

Diretoria da Adufrj-SSind

@dufrj

Mais informação para o sindicalizado

Está disponível na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br) mais um instrumento para informação do sindicalizado. No botão "documentos", na coluna da esquerda da tela de entrada, o visitante terá acesso à chamada "pasta do dia". Neste espaço, serão disponibilizados textos que a seção sindical recebe diretamente do Andes-SN, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, da CUT-RJ, entre outros. A "pasta do dia" é atualizada constantemente.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Sindicatos devem lutar pela Saúde Pública de qualidade

Debate promovido pelo Sintufrj alerta para o perigo representado pelas diretrizes do Banco Mundial

Retomar a perspectiva de uma Saúde Pública universal e de qualidade. Esta deve ser a bandeira de luta de todo os sindicatos que prezam os trabalhadores. A conclusão surgiu do debate "O Movimento Sindical e a Saúde do Trabalhador", realizado no auditório da Escola de Serviço Social, no dia 2/10. A mesa, promovida pelo Sintufrj, contou com as participações da conselheira da Adufrj-SSind e professora do Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva, Regina Helena Simões Barbosa, e de José Carlos, um dos coordenadores da entidade dos funcionários técnico-administrativos da UFRJ.

De acordo com Regina, é preciso, antes de tudo, romper com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Mundial aos países periféricos. O banco define as pessoas como "consumidoras de Saúde". E, pior, segundo ela, o governo do Brasil vem seguindo "à risca" o receituário dos organismos internacionais: a legislação nacional está sendo constantemente flexibilizada para permitir a entrada, cada vez mais livre, das empresas estrangeiras no setor.

A professora resgatou, de forma breve, alguns aspectos históricos que mostram o processo de deterioração do sistema de saúde no Brasil. Com a Constituição Federal de 1988, que contou com a forte pressão dos movimentos sindicais, houve algum progresso na área da Seguridade Social. Logo em seguida, ocorreu o gradual desmonte. "Em vez de avançar para uma concepção universal de Saúde, andamos para trás. Voltamos para o que era (o sistema de Saúde) de uma forma mais perversa", disse. A explosão das seguradoras privadas nos anos 90 e a retração dos investimentos governamentais são provas desse desmonte. "A Saúde como direito de todos e dever do Estado tomou um outro rumo", lamentou Regina.

Perigo da Alca

A mercantilização da Saúde via Área de Livre Comércio das Américas foi considerada a principal preocupação do técnico-administrativo José Carlos: "Se implementada (a Alca), o processo, que já está deteriorado, será levado ao esfacelamento total", disse. Como exemplo claro da situação precária que o atual modelo econômico trouxe para o cotidiano dos servidores, o coordenador do Sintufrj falou sobre a experiência de uma iniciativa que a entidade criou na UFRJ: a comissão local de Saúde do Trabalhador (Colsat). Verificou-se, segundo ele, que aqueles que atuam sob as piores condições e, por conta disso, recebem adicionais de periculosidade ou insalubridade, nem pensam em discutir melhorias das condições trabalhistas. "Nós esbarramos no problema financeiro das pessoas, que não querem perder esses adicionais. Eles não entendem que aquela diferença salarial não vai devolver a saúde perdida ali durante tantos anos de trabalho", comentou.

Outro exemplo preocupante para José Carlos é a falta de cuidado com a saúde dos servidores dentro de uma universidade como a UFRJ. "Estou há dez anos aqui e nunca fiz um exame periódico. E estamos num espaço que produz conhecimento", disse, sugerindo que, em outros locais do serviço público, a situação pode ser ainda pior. Neste ponto, Regina aproveitou para lembrar o fechamento da emergência do HU como outro ponto negativo no atendimento das comunidades externa e interna à universidade.

Adufrj-SSind

III Encontro de Seguridade discute Saúde do Professor

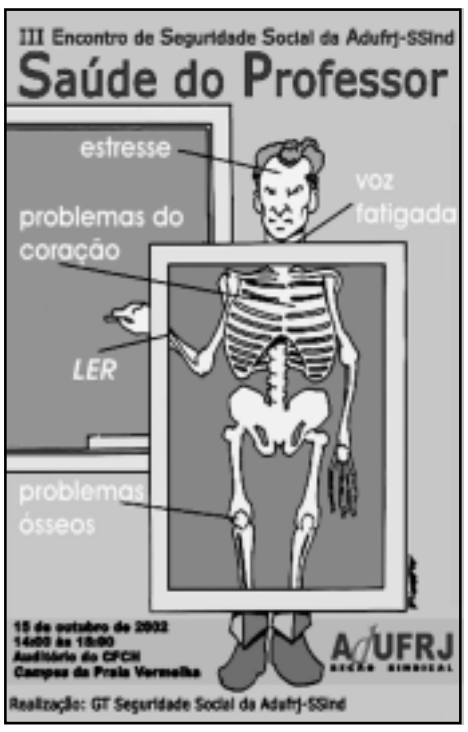
Chamar a atenção para a saúde do docente. Esse é o principal objetivo do III Encontro de Seguridade Social da Adufrj-SSind, que terá como tema a "Saúde do Professor". Não por acaso, o evento será realizado no Dia do Mestre, no próximo 15 de outubro, no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), no campus da Praia Vermelha, a partir das 14h.

De acordo com os integrantes do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind, que está organizando o encontro, a saúde do trabalhador docente do 3º grau ainda não foi suficientemente estudada. Os integrantes do GT dizem ter encontrado "um imenso deserto no que diz respeito a estudos, publicações e pesquisas, cujo foco incida na saúde do professor (do 3º grau)". Com os debates marcados para esta data tão especial, espera-se colocar a questão na ordem do dia e conseguir subsídios sobre o assunto.

O III Encontro será aberto pela assistente social Terezinha Ramos, da Divisão de Saúde do Trabalhador da UFRJ. Ela vai falar do estado em que se encontram os professores da maior universidade federal do país. Em seguida, será a vez de Denise Alvarez (UFF) abordar o tema "A organização do trabalho docente e a avaliação da produção acadêmica". O III Encontro prossegue então com Mary Yale (da Universidade Federal da Paraíba), falando de "Relação Trabalho/Saúde Mental de professores de nível fundamental" e Kátia Reis, da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, com o tema "Programa de Formadores em Saúde, Gênero e Trabalho nas escolas". A jornada será encerrada pela professora Marina Barbosa (Faculdade de Serviço Social-UFF), com "A subordinação do Docente à Lógica do Capital – Adoecendo o ensino". Após a programação, haverá uma confraternização entre os presentes no próprio local.

Conjuntura contribui para doenças

Um aspecto que está pesando na saúde do professor, segundo o GT, é a transformação do trabalho no cotidiano das universidades. Essa modificação vem imprimindo um ritmo exigido cada vez mais rápido, individualista e competitivo na atividade educativa. Assim, não se pode esperar o bem-estar da maioria do corpo docente das instituições. O congelamento salarial e as péssimas condições de trabalho contribuem para piorar o estado dos já abalados servidores do ensino superior.



CARTAZ DO EVENTO QUE VAI OCORRER NO *CAMPUS* DA PRAIA VERMELHA

Origem do III Encontro

A professora Janete Luzia (da Escola de Serviço Social), que compõe o GT Seguridade Social da Adufrj-SSind, explica que a realização deste Encontro está inserida no esforço empreendido desde o ano passado pelo GT Seguridade Social do Andes-SN no sentido de dar maior visibilidade política às questões relacionadas à saúde do trabalhador.

Em tempo: por um engano, nos *folders* de divulgação do evento, foi indicada a UFRJ como instituição de origem da palestrante Denise Alvarez.

Colegiados

Decisão sobre a 01/99 é adiada

Faltou quórum para a sessão conjunta CEG/CEPG. Critérios da GED também ficaram para depois

Ainda não foi desta vez que a resolução conjunta CEG/CEPG 01/99 deixou de "assombrar" a UFRJ. Por falta de quórum dos integrantes do colegiado da área de pesquisa e pós-graduação, a sessão marcada para 2 de outubro não pôde deliberar sobre a polêmica periodização e, ainda, sobre os critérios da GED para o ano que vem. Uma nova sessão conjunta foi remarcada para esta quarta-feira, 9 de outubro, às 9h, para tentar resolver os dois assuntos.

Mesmo sem poder de decisão, os conselheiros presentes resolveram discutir alguns aspectos da 01/99. Como já foi divulgado no boletim anterior da Adufrj (nº 56, de 30 de setembro), os conselheiros do CEG reafirmaram a postura de revogar a polêmica legislação. "A resolução deve ser revogada e vamos começar tudo de novo ou, então, vamos tranformar esta numa colcha de retalhos", disse Maria da Penha, representante do CCJE. O professor Antônio Cláudio (CT) observou que os Departamentos e Congregações do seu Centro encaminharam propostas de retorno ao sistema anterior, na graduação. Apesar disso, o representante defendeu a necessidade de haver um calendário único para que as Unidades possam exercer a interdisciplinaridade entre os cursos. E, neste ponto, Antônio Cláudio pediu que fosse criado até mesmo um calendário geral da universidade com suas datas mais importantes, como o período de admissão ao Colégio de Aplicação, as datas do vestibular, entre outras. "Isso ajuda a organizar a relação da sociedade com a UFRJ", comentou.

Pelo CEPG, o professor Márcio Estillac (CCMN) também fez a defesa do calendário único e argumentou que os conselheiros pautassem a discussão pelas propostas da comissão mista CEG/CEPG (divulgadas no jornal da Adufrj de 25 de junho de 2001 e comentadas pelo GTPE da seção sindical em encarte do jornal de 27 de agosto daquele mesmo ano). Segundo Márcio, a decisão da comissão de separar, a partir da 01/99, os aspectos da GED e os aspectos pedagógicos, foi bastante positiva. A possibilidade de a universidade voltar a contar os sábados para efeito do calendário acadêmico não agradou ao conselheiro. "Seria fictício contar o sábado para todos. Vou continuar defendendo o calendário de 20 semanas", afirmou. Já Paulo Renato (outro representante do CT pelo CEG) também vê alguns pontos positivos na 01/99, mas rejeita "distorcer uma série de coisas para se ter um calendário único". Paulo ainda citou os exemplos da Faculdade de Medicina e do Colégio de Aplicação, que terão calendários próprios de qualquer forma e inviabilizam a teoria do calendário único.

Guilherme Lessa

MARIA DA PENHA (CCJE): "TEMOS QUE REVOGAR ESTA RESOLUÇÃO!"

Coordenadora do Sintufrj fala na sessão

A representante dos funcionários no Consuni e coordenadora do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro, teve a oportunidade de se manifestar na sessão conjunta sobre o tema. Técnica em Assuntos Educacionais, Ana lembrou a experiência que teve durante a tramitação da LDB (que deu origem à resolução 01/99). Ela acompanhou os trabalhos, em Brasília, e esclareceu alguns pontos aos conselheiros. Segundo Ana, a tal determinação dos 200 dias de trabalho acadêmico efetivo não tinha por finalidade atingir as instituições federais. Essa norma veio para confrontar as chamadas universidades particulares que davam seus cursos nos finais de semana apenas. Além do mais, completou, é falsa a premissa de que a UFRJ não oferece os 200 dias. Ela fez um estudo detalhado desde 1980 e verificou que a universidade sempre trabalhou mais. "Apenas em 1999, por causa da greve do ano anterior, (a UFRJ) ficou nos 200 dias", disse.

Para comprovar o que dizia, Ana (que também trabalhou na Comissão de Vestibular) informou que recebia uma pilha enorme de pedidos de autorização para que professores, alunos e técnicos entrassem na UFRJ em dias de vestibular (em finais de semana, em geral). "Com certeza, eles não vinham aqui para passear", disse. Outro ponto que mereceu a crítica da técnica foi a obrigação criada a partir da resolução para que as aulas começassem em fevereiro. Ela comentou que, devido ao grande número de instituições universitárias públicas na cidade, cujos resultados de vestibular são divulgados depois da UFRJ, os alunos reclassificados ficariam bastante prejudicados, estando o seu curso já bem adiantado. "Não podemos fugir da realidade em que estamos inseridos", disse.

Vagas de concursos

Na sessão CEG/CEPG, abriu-se espaço para a administração informar sobre o andamento dos concursos para docentes na UFRJ neste ano. Por falta de candidatos, alguns concursos (que nem o reitor sabia precisar o número) estarão sofrendo novas prorrogações de editais ou, ainda, sofrendo transformações para admissão de Professores Assistentes. Essas eram vagas já distribuídas entre os Departamentos. Já outras 24 vagas concedidas à universidade ainda aguardam a distribuição a ser feita, provavelmente, pela Comissão Permanente de Alocação de Vagas (Copav) - que ainda precisa ser oficialmente formalizada nos colegiados superiores. De qualquer forma, devido ao processo eleitoral, todas as nomeações só poderão ser feitas a partir de 2 de janeiro de 2003.

Renovação do CEPG é justificativa do baixo quórum

O sub-reitor José Luiz Monteiro (SR-2) creditou o baixo quórum do CEPG à grande renovação do colegiado nas últimas semanas, cujos integrantes ainda não estariam acostumados com a dinâmica das sessões conjuntas. Pelo CEPG, compareceram os professores Nelson Souza e Silva (CCS), Henri Acselrad (CCJE), Cybele Vidal Neto (CLA), Denise Pamplona (Fórum de Ciência e Cultura), Márcio Estillac (CCMN) e Ana Lúcia Brito (CLA), além da representante discente Ariane Leite. Outros seis professores deram justificativas da ausência. Os demais não se manifestaram.

Divulgado o resultado das eleições do CT

Saiu o resultado das eleições do Centro de Tecnologia para representação no Conselho de Ensino para Graduados e para o Conselho Universitário. Para o CEPG, com 82 eleitores, foi eleita a chapa composta pelos professores Fernando Rochinha (efetivo) e José Vitor Bontempo (suplente), com 63 votos. Para uma outra vaga de suplente naquele colegiado, foi eleito o professor Eduardo Linhares Qualharini, com 61 votos. Para o Consuni, houve 65 eleitores, sendo eleita a chapa única composta pelos professores Adelaide Antunes (efetivo) e Floriano Carlos Pires Junior (suplente), com 63 votos.

A diretoria da Adufrj-SSind fez uma solicitação à comissão eleitoral do Centro para que suspendesse o processo eleitoral, na semana retrasada, alegando que a divulgação e os prazos teriam sido insuficientes para uma adequada escolha dos representantes (ver boletim nº 56, de 30 de setembro). Não houve resposta por parte da comissão eleitoral à solicitação da diretoria da Seção Sindical.

Perguntado pela reportagem da Adufrj-SSind, o decano do CT, Cláudio Luiz Baraúna, respondeu que não havia razões para suspender o processo eleitoral. "Evidente que os prazos eram suficientes. Não houve nada de errado ou ilegal", afirmou.

Movimento

Entidades da UFRJ organizam seminário sobre Segurança

A Adufrj-SSind está organizando, junto do Sintufrj, do DCE e da APG-UFRJ, um seminário sobre a questão da Segurança. Na reunião ocorrida na última quinta-feira (3/10), na sede da seção sindical dos docentes, houve consenso em torno da necessidade de uma discussão mais ampla do conceito de Segurança, que vai muito além da presença da polícia no *campus*. Foram aprovados, preliminarmente, a organização de quatro mesas: "Autonomia e Segurança" (18/10), na ilha do Fundão (CT); "Segurança nos *campi* da UFRJ" (31/10), na Praia Vermelha; "Universidade e a Comunidade" (12/11), no IFCS; e "Que Segurança queremos para a UFRJ?" (28/11), na reitoria.

Já está marcada uma nova reunião das entidades nesta terça-feira, 8/10, às 12h30, na sede da Adufrj-SSind, para continuar a preparação e a organização dos eventos planejados.

Colegiados

Segurança no Fundão é discutida na CEG/CEPG

Instalação de um batalhão no *campus* gera diversas preocupações

Polícia, presos, exército: assuntos nada usuais ao cotidiano dos colegiados acadêmicos entraram em discussão na sessão conjunta CEG/CEPG de 2 de outubro. Tudo ocorreu assim porque o reitor Carlos Lessa compareceu à primeira sessão dos dois conselhos em sua gestão para falar da política de segurança para a Cidade Universitária.

Uma de suas primeiras notícias aos presentes foi a de que a universidade deve receber R$ 2 milhões ainda este ano relativos ao Plano Emergencial (cujo conteúdo foi divulgado no jornal da Adufrj de 15 de julho), aquele que foi apresentado ao ministro, logo em sua posse, para resolver os problemas mais imediatos da maior instituição federal de ensino superior do país. Deste valor, metade será destinada às melhorias com iluminação no *campus* do Fundão. Esta, segundo Lessa, é uma das providências mais sérias a serem tomadas no combate à violência na ilha.

O reitor instou os colegiados a discutirem, em suas próximas sessões, o mais rápido possível, a viabilidade de aprovação dos planos apresentado pela reitoria e pela Secretaria de Segurança Pública do estado. Segundo ele, o fato de o atual secretário Roberto Aguiar ser um ex-professor universitário facilita os entendimentos e negociações entre as partes, o que poderá não ocorrer em caso de um novo governo.

"Nossos vigilantes são muito poucos. Com os recursos da universidade não dá para cuidar de um território desses. Mal dá para proteger os prédios", prosseguiu ele, acrescentando as notícias de estupros, tiros e assaltos. O reitor referiu-se às duas etapas de instalação da política de segurança no campus (Planos Azul e Vermelho) e transmitiu os comentários que ouviu sobre o tema. Sobre o Plano Azul, que basicamente limita-se à instalação de polígonos com carros policiais nas entradas da ilha, não tem encontrado resistência. Já sobre o Plano Vermelho, que, entre outros itens, prevê a construção do posto de um batalhão dentro do *campus*, está "enfrentando preocupações dos companheiros".

Na concepção de segurança do reitor, seria perfeito ter a polícia tão perto da comunidade acadêmica, com seus carros circulando em profusão. Até porque, apenas com os polígonos nas entradas (pelo Plano Azul), existe o receio de que as demandas do restante da cidade acabem por retirar esses carros com o passar do tempo. "Ledo engano! Isso inspira o horror na comunidade universitária", afirmou.

Lessa, assim como no último Conselho Universitário, informou os conselheiros do CEG e do CEPG sobre a reunião que teve com as entidades sindicais da UFRJ, vigilantes e representantes da Vila dos Funcionários. Ele relatou a preocupação das entidades com um futuro reitor não tão democrático e as implicações de ter a PM tão perto. A truculência ocorrida no último vestibular também foi lembrada. Mas isso não é motivo para impedir a proposta, segundo Lessa. "Não vou fazer plebiscito. Os colegiados têm que decidir. Se quiserem, posso transmitir envergonhado ao secretário que não queremos a continuidade dos planos", disse, sem receio de parecer parcial.

Ou seja, o reitor descartou a opção do plebiscito, que ainda não foi discutida pelas entidades, mas que poderia indicar aos conselhos superiores a vontade da comunidade da UFRJ. Para a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos - que acompanhou a sessão conjunta CEG/CEPG -, ao depositar todo o poder nos conselhos, Lessa desconsidera o sentido da representação, que tem a função de democratizar a informação e buscar junto aos seus representados as alternativas políticas que irão respaldar o seu voto nas deliberações dos fóruns institucionais.

A representante do CLA e diretora da Faculdade de Letras, Edionne Trindade, perguntou sobre uma possível parceria com o Exército, que tem uma unidade instalada próxima à Coppead, para vigiar o *campus*. O reitor disse que já chegou a pensar no assunto, mas lamentou que as Forças Armadas também estão "sem dinheiro para nada", o que inviabilizaria a vigilância. O professor Marcelo Macedo (CFCH) perguntou ainda se o tal batalhão serviria ainda como carceragem (aqui vale dizer que, se o posto funcionar com uma prisão, é evidente o risco de fugas ou resgate pelos próprios comparsas dos presos). Lessa não soube esclarecer. "Acho que não", respondeu o reitor. Ressaltou, no entanto, que, se obtiver permissão dos colegiados, vai chamar professores especialistas na área para negociar todo o processo "com muita precisão". De acordo com ele, o território dos prédios, por exemplo, não poderá ser violado pela PM, a não ser com autorização do dirigente universitário.

O representante do CCS, Jorge Fernando, disse que não havia como agradar a todos e defendeu o uso de todos os recursos possíveis para combater a violência no Fundão. Neste momento, Lessa argumentou que o processo democrático na universidade "precisa ser aperfeiçoado". "Muitas vezes, não tomamos uma decisão (porque não houve o consenso)", disse. Segundo ele, a prática de decidir pelo consenso é uma tradição na UFRJ que precisa ser modificada.

Emenda pior que o soneto

Como se não bastasse a preocupação com a violência, a professora Edionne apresentou uma proposta polêmica que poderia facilitar a integração entre polícia e comunidade via... cursos seqüenciais para os PMs! Outro temor do movimento docente, os cursos seqüenciais proliferam nas particulares e representam o aligeiramento da formação acadêmica. Ou seja, tudo de ruim.

Conselhos do CT e do CCMN discutem segurança

Na reunião do Conselho de Coordenação do CCMN (25/9), os conselheiros aprovaram o Plano Azul (polígonos) e a guarnição de Corpo de Bombeiros, com sugestões de mudanças nas localizações de tal forma a minimizar o problema daquele Centro, um dos pontos mais fragilizados em questão de segurança de toda a ilha do Fundão. De acordo com mensagem da decana Ângela Rocha dos Santos enviada à redação da Adufrj-SSind, não se pode esquecer que o CCMN mantém cursos de Licenciatura em regime noturno - cerca de mil alunos ao todo - e, também por isso, "a questão de segurança é muito mais grave no local". Os representantes do Centro não têm nada a opor em relação ao heliponto e ao ponto de vigilância marítima, mas não se sentiram suficientemente esclarecidos quanto à adequação da instalação de um batalhão de vias especiais na ilha. Além disso, gostariam de ser informados também a respeito das funções de uma Delegacia do Meio Ambiente no Fundão.

O decano do CT, Cláudio Baraúna, disse que o Conselho do Centro começou a discutir o assunto. Em relação ao Plano Azul, os conselheiros também não apresentaram qualquer restrição. Quanto ao outro Plano, algumas discussões e propostas estão sendo feitas, mas Baraúna preferiu guardar o assunto até comunicá-lo ao reitor.

Multiplicação das vagas

O reitor aproveitou a sessão conjunta para pedir aos representantes dos dois colegiados um esforço para criação de novos cursos e multiplicação das vagas existentes. Conhecedor das dificuldades para tal empreitada, Lessa pretende apresentar ao próximo presidente da República um grande planejamento da UFRJ. Neste caso, ele acredita que a responsabilidade pelo crescimento da maior universidade federal do país ficaria mais "pesada" para o chefe do Executivo e, assim, os recursos necessários seriam conseguidos. "Eu sei que as restrições existem, mas temos que estar preparados para uma grande negociação social", disse.

Lessa também comunicou aos conselheiros que pensem essa eventual ampliação de vagas e cursos com vistas ao *campus* do Fundão. O reitor disse não gostar da Cidade Universitária, mas vê nesse território o futuro da UFRJ.

Resenha

Pesquisa está concentrada no Sudeste

A ciência produzida no Brasil aumentou nos últimos tempos, mas está concentrada no Sudeste. A conclusão é do simpósio "Ciência no Brasil", realizado durante a 27ª assembléia geral do ICSU (Conselho Internacional para a Ciência). As áreas que tiveram maior crescimento nos últimos 20 anos foram engenharia (8,5 vezes mais artigos) e medicina (7,6 vezes). Mas a ciência nacional continua concentrada na região Sudeste. "Nos EUA, nenhuma universidade chega a ter 1,5% do total das publicações. Mas, no Brasil, só a USP tem 25%", afirmou o professor Hernan Chaimovich, do Instituto de Química daquela instituição paulista, em matéria da Folha de S.Paulo (27/9).

FH reconhece que pesquisador ganha mal

Quase no apagar das luzes do governo que se encerra, o presidente Fernando Henrique admitiu, durante a entrega de um prêmio da Finep, que os salários de professores e pesquisadores das universidades federais são baixos. Em comentário aos jornalistas, FH disse que "o que mais espera uma pessoa que vive na área acadêmica é reconhecimento, já que salário não tem mesmo!" A matéria é do JB, de 27/9.

Serra pego no contrapé

Depois criticar a formação educacional de Lula, o candidato governista foi pego no contrapé, pela imprensa, na semana retrasada. Na coluna de Boechat, do JB de 27/9, a situação foi descrita assim: "Parece que o presidenciável José Serra foi flagrado num 'lapso'. Em seu *site* oficial, o candidato tucano informa que obteve mestrado em Economia em 1967/68. Pode não ter sido bem assim. Baseada em dados da Universidade do Chile e em depoimentos de professores da instituição, onde ele estudou, a revista 'Carta Capital' prepara reportagem revelando que Serra não fez a dissertação final do curso (...)".

Polêmicos, cursos seqüenciais proliferam

Em 2000, eram 421, hoje são 671 os cursos seqüenciais autorizados pelo Ministério da Educação em todo o país – um crescimento de 59% -, de acordo com matéria da Folha Online (26/9). Reconhecidos pelo MEC desde 1996, esses cursos diferem dos tradicionais sobretudo em razão da menor duração – são ministrados geralmente em dois anos – e do fato de não possibilitarem ao formado obter o diploma de graduação (de bacharelado ou de licenciatura), mas apenas um certificado de formação no ensino superior.

Andes-SN

O nó das verbas da Ciência

Financiamento público está sendo substituído por alternativas danosas à Universidade

A segunda mesa do segundo dia do III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN, realizado em Curitiba, entre 11 e 13 de setembro, debateu um tema de bastante interesse da comunidade acadêmica: "Financiamento da Ciência e Tecnologia no Brasil". Os palestrantes foram os professores Luiz Pinguelli Rosa (diretor da Coppe-UFRJ), Glaci Therezinha Zancan (presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC), Roberto Leher (Faculdade de Educação da UFRJ e ex-presidente do Andes-SN) e Gonçalo Signorelli, diretor-presidente de uma fundação de apoio às universidades paranaenses.

Primeiro a falar, Pinguelli comentou que o financiamento das universidades deve ser público, mas estas não podem deixar de lado a relação com o setor privado. "É preciso estabelecer sistemas protetores para que não ocorra uma espécie de 'corrupção branca', com professores burlando a sua dedicação exclusiva", disse. Em outro momento, chegou a afirmar que "está cheio de ONG pela Universidade". Segundo ele, as válvulas institucionais para gerir esse controle não podem permitir que um docente se torne empregado de uma empresa em tempo integral. Neste caso, até sugeriu uma remuneração alternativa: "A instituição é que deve ser remunerada. Ela (a instituição), se quiser, é que remunera o docente", disse.

Pelo fato de a instituição, que ora dirige, ser beneficiada pelo interesse sempre constante do país na área de petróleo, o professor Pinguelli disse não conhecer uma fórmula ideal para o financiamento da pesquisa em geral. Até brincou: "A Coppe é uma FDP (Filha do Petróleo)", afirmou. Ele criticou, no entanto, o que chamou de "fase curiosa" do investimento atual em Ciência no país. Os fundos setoriais, que deveriam representar um "acréscimo" ao orçamento geral da pesquisa convivem com a "subtração de fontes tradicionais" (os cortes nos recursos das agências Capes e CNPq, entre outros). Vale lembrar que, depois do seminário, no final de setembro, foi anunciado que os fundos setoriais sofrerão redução de R$ 497,8 milhões para 2003. Os 14 Fundos para o desenvolvimento científico e tecnológico têm uma receita prevista de R$ 1,1 bilhão no próximo ano, mas só poderão aplicar R$ 610,1 milhões, de acordo com a proposta orçamentária encaminhada pelo governo ao Congresso em agosto.

Pinguelli apontou ainda como um entrave ao desenvolvimento apropriado da Ciência nacional a política do produtivismo implantado no governo FHC. "Não pode haver estímulo à vagabundagem, mas também é preciso tempo para refletir. A Ciência não pode ser medida pela estúpida produtividade, com a produção desatinada de *papers*. Hoje, valem mais três coisas estúpidas do que algo genial", desabafou. O professor questionou ainda a profusão de editais que "põem os centros uns contra os outros", em competitividade considerada pouco sadia.

Presidente da SBPC critica fundos setoriais

A presidente da SBPC, Glaci Zancan, fez questão de registrar que, mesmo sem o devido suporte, o número de pesquisadores do país cresceu e a comunidade científica brasileira mostrou resultados. Glaci mostrou alguns gráficos à platéia do III Seminário de C&T que demonstraram as reduções orçamentárias das agências de fomento nos últimos anos e confrontou isso com a produção acadêmica. Apesar disso, ao longo do debate, deixou claro que isso tem limite: "Os números são bons, mas ainda são resultados de investimentos passados. Vamos ver daqui para frente", disse, insinuando que o sistema não deve agüentar tamanho arrocho por tanto tempo. Com base nisso, Glaci conclamou os presentes a defender a proposta de uma Agência Nacional de Fomento à Ciência, cujo perfil seria o do agora desprestigiado CNPq.

O modelo de financiamento dos fundos setoriais também não agradou Glaci. Segundo ela, os fundos surgem apenas para substituir a pesquisa dos institutos que existiam nas ex-estatais, agora privatizadas. Sobre uma possível fonte alternativa de financiamento, Glaci contou sobre uma experiência que teve num seminário realizado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA). A professora, naquela ocasião, disse ter sugerido a formação de um fundo comum para a universidade constituído por todos os ganhos de serviços de consultoria feitos via fundações. A divisão dos recursos de tal fundo seria disciplinado via bolsas. "Ninguém quis discutir", lamentou.

Quando criticada pela postura pouco firme na resistência contra os projetos governamentais de destruição da Ciência, a presidente da SBPC eximiu-se da responsabilidade e observou que a entidade tem 25 mil sócios, dos quais 16 mil estão inadimplentes. "O problema não é da diretoria; é da comunidade científica", disse. Pouco depois, o coordenador do GT C&T e vice-presidente do Andes-SN, José Domingues, aproveitou o momento de intervenção da platéia para cobrar o diálogo da entidade com o Sindicato Nacional sobre os diversos temas ligados à Ciência. Domingues lembrou que o Andes-SN tem tradição de ouvir as diversas entidades nacionais sobre os mais diferentes projetos para a sociedade brasileira e lembrou que a maioria dos integrantes da SBPC também é filiada ao Andes-SN. "Não vai dar para uma entidade sozinha enfrentar esses problemas", ponderou.

Fundação paranaense e as "turbulências"

O diretor presidente da Fundação Araucária (uma fundação de apoio às universidades paranaenses), Gonçalo Signorelli, foi o terceiro a falar na mesa. O dirigente foi bastante breve e limitou-se a falar do funcionamento de sua entidade, criada em 1998, mas operacional mesmo somente no ano de 2000. A Fundação Araucária, neste primeiro período efetivo, movimentou uma quantia de R$ 5 milhões, através de editais, para as instituições de ensino superior. E o "bolo" veio crescendo. Em 2001, já eram R$ 10 milhões e a projeção para 2003 chegava a R$ 14 milhões. Atualmente, trabalha com comitês assessores em treze grandes áreas do conhecimento, com 68 professores doutores no total.

Gonçalo denominou a entidade que dirige como uma fundação de direito privado com interesse público. Na opinião dele, também o CNPq merece ser fortalecido, enquanto as pequenas fundações estaduais teriam a função apenas complementar. "Não queremos substituir as grandes agências", disse. Em referência ao período eleitoral que se aproximava, Gonçalo mostrou preocupação com a possível "turbulência" a ser enfrentada nos meses seguintes. Talvez sem querer, o dirigente da fundação acabou dando um exemplo claríssimo da instabilidade e precariedade do sistema de financiamento da Ciência, através das fundações.

Apartheid tecnológico

Último a falar, o professor Roberto Leher centrou a palestra no "*apartheid* mundial em relação ao conhecimento". Dos 3,5 milhões de patentes existentes, 99% pertencem ao G-7 (grupo dos sete países mais industrializados do mundo). Para completar o desmonte da Ciência fora deste eixo, o Consenso de Washington (em 1989) determina uma política devastadora para os países periféricos. A Academia se torna desnecessária nestes lugares, para os senhores da capital norte-americana. E FHC reafirma isso a todo momento com suas atitudes em relação à Educação nacional. Para Roberto, os fundos setoriais revelaram-se os mais novos instrumentos desta postura e representam a extensão da privatização das estatais.

A reação da Ciência nacional significaria, para Leher, a reafirmação da soberania do país. As multinacionais não demandam esforço de desenvolvimento tecnológico dos países subdesenvolvidos. A tecnologia vem do país-sede. Outra crítica de Roberto diz respeito à proliferação das fundações pelas universidades públicas. Estas entidades são criadas, segundo ele, para capitalizar a instituição em troca da flexibilidade administrativa. Assim, torna-se possível contratar pela CLT, pode cobrar mensalidades. No extremo, como quase ocorreu com a já citada FEA-USP, podem ser criados cursos de graduação de uma fundação para competir com os cursos tradicionais. "Temos que quebrar com os mecanismos privatizantes dentro da Universidade Pública", disse.

Tribuna

"Temos que quebrar com os mecanismos privatizantes dentro da Universidade Pública"

Roberto Leher
Fac. de Educação da UFRJ

Fotos: Kelvin Melo

"Os números (da produção acadêmica nos últimos anos) são bons, mas ainda são resultados de investimentos passados. Vamos ver daqui para frente"

Glaci Zancan
Presidente da SBPC

"A Ciência não pode ser medida pela estúpida produtividade, com a produção desatinada de *papers*. Hoje, valem mais três coisas estúpidas do que algo genial"

Luiz Pinguelli
Diretor da Coppe-UFRJ

Andes-SN

Indústria, universidades e Estado devem atuar juntos

Palestrantes defendem maior participação estatal para desenvolver o país

A terceira mesa do seminário do Andes-SN debateu um assunto que está diretamente relacionado com Ciência e Tecnologia: "Política Industrial e Desenvolvimento". Para esta discussão, foram convidados: o professor do Departamento de Economia e vice-reitor da Universidade Federal do Paraná, Aldair Tarcísio Rizzi; o diretor da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Luiz Carlos Baeta Vieira; e o coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Jorge Hori.

Bastante didático, Aldair Rizzi abriu a mesa com uma breve explicação da conjuntura econômica internacional e também do Brasil. Para dar início à estreita ligação entre C&T e política industrial de um Estado, o professor argumentou que não há país algum onde falte uma política em defesa dos produtos locais ou em defesa dos empregos locais. Mesmo naqueles exemplos de nações mais liberais, para as quais se costuma dizer que "a mão invisível do mercado cuida de tudo", verifica-se a presença do Estado de uma forma ou de outra. Ao longo da palestra, o vice-reitor chegou a lembrar a todos os presentes um estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) cujo resultado mostra que houve crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro em todos os períodos nos quais o governo coordenou mais de perto a Economia.

Kelvin Melo

JORGE HORI APRESENTA SUAS IDÉIAS NO SEMINÁRIO

Ainda sobre o Brasil, Aldair desfiou um rosário de críticas às políticas recentemente adotadas: "Nosso país é um caso exemplar de distribuição não-civilizada de renda, concentradora e excludente", afirmou. No fim, o professor responsabilizou também as empresas nacionais: "Nossas empresas não investem em tecnologia e só procuram as universidades para pegar uma técnica que precisam. A visão dos empresários em relação às universidades é muito preconceituosa", disse.

Luiz Baeta, em sua intervenção que representava o pensamento das indústrias, deixou claro que o empresariado nacional "não ligava muito" para Ciência e Tecnologia, no passado. Hoje em dia, no entanto, começa a se dar conta do quanto perdeu. Para ilustrar o que dizia, o dirigente da FIEP afirmou que foi montado, dentro da entidade da qual faz parte, uma comissão que se encarrega de fazer a integração entre a universidade e a empresa.

Baeta afirmou a todo instante a necessidade de agregar valor aos produtos da indústria nacional. "A soja e o aço, por exemplo, saem do Brasil a um preço mínimo, passeiam lá fora e voltam para nós comprarmos (com o preço lá em cima)", desabafou. Neste ponto, o dirigente comentou a importância da parceria que deve se estabelecer entre as empresas e as instituições de pesquisa com o objetivo de mudar tal situação, embora não tenha sequer sugerido as responsabilidades da indústria nesta possível parceria.

Outro palestrante que defendeu a maior participação estatal foi o coordenador do PNBE Jorge Hori. Segundo ele, o Brasil chegou a um ponto no qual parece só existir duas opções: ser explorado ou ser excluído. Para romper com esse modelo, Jorge argumenta que um dos caminhos possíveis é a integração entre universidade e indústria. O problema, no caso, é administrar a "tensão" que surge entre os dois lados. "Cada um respeitando a lógica do outro, chega-se a um acordo", disse.

Fórmula do fim das fundações?

O palestrante, antes mesmo de iniciar sua exposição propriamente dita, fez uma ousada sugestão à platéia constituída em sua totalidade pela comunidade acadêmica: "Quer acabar com as fundações universitárias? Acaba com os privilégios de concorrência sem licitação. Quem quiser criar uma consultoria vai montar sua própria empresa fora da universidade", disse, com base no que tinha acompanhado da mesa anterior do seminário, que questionou o papel dessas entidades no meio universitário público.

Liberdade de trabalho na Alca

Outra sugestão polêmica do empresário durante o seminário foi a possibilidade de o Brasil encaminhar nas negociações da Alca a liberdade de deslocamento dos trabalhadores nas Américas. Ou seja, o trabalhador brasileiro teria condições de atuar sem restrições nos Estados Unidos e no Canadá, por exemplo. "Vamos ver se eles aceitariam", ironizou.

Tempo para aposentadoria não pode ser critério do PQI

É ilegal a determinação do Programa de Qualificação Institucional (PQI) da Capes pela qual somente os docentes que ainda estejam a 14 anos da aposentadoria possam integrar as equipes que apresentarão projetos. Essa foi a conclusão da Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN, que analisou o PQI em meados de setembro, a pedido da direção do Sindicato.

De acordo com os assessores jurídicos, o artigo 47 do Decreto nº 94.664 de julho de 1987 (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE), em seu parágrafo terceiro, criou a seguinte situação: o docente, ao afastar-se de suas funções para aperfeiçoar-se em instituição nacional ou estrangeira (em mestrado ou doutorado), compromete-se a, após seu retorno, permanecer na instituição de ensino por igual período ao do afastamento, sob pena de ser compelido a indenizar as despesas ocasionadas.

O PQI foi criado pela Capes-MEC em substituição ao PICDT (Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica), que existia há 26 anos. O novo programa objetiva, por intermédio da apresentação de projetos de cooperação em pesquisa e pós-graduação, a formação de docentes e, excepcionalmente, de técnicos, preferencialmente no nível de doutorado. O parecer completo da AJN-Andes-SN encontra-se na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br), em "documentos".

Caderno de Textos do 45º Conad está disponível

Já está disponível na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br), em "documentos", o arquivo zipado com o conteúdo do Caderno de Textos do 45º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Conad). O evento será realizado em Belém (PA), de 1º a 3 de dezembro deste ano, e terá como tema central "Projeto Histórico e Programa de Governo: as reivindicações dos trabalhadores x acordos econômicos".

Na UFRJ, a discussão do Caderno de Textos está prevista para ocorrer no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind e na Assembléia Geral dos dias 9 e 14 de outubro, respectivamente. Se os professores resolverem enviar alguma contribuição para ser debatida pelas seções sindicais de todo o país, devem ficar atentos para alguns prazos. Um anexo do Caderno ainda será distribuído antes do 45º Conad, mas o Sindicato Nacional só recebe as propostas até o dia 21 de outubro.

Colegiados

IPPUR apresenta-se ao Consuni

Instituto nasceu de um programa de pós-graduação da Coppe e tornou-se autônomo depois

Pluridisciplinaridade, autonomia e compromisso acadêmico, pluralidade de interlocutores e integração entre ensino, pesquisa e extensão. Esses foram os quatro princípios fundamentais nos quais se basearam os professores do nascente Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), na década de 80, para desenvolverem suas atividades. E, de acordo com o atual diretor, Carlos Vainer – que fez a apresentação do órgão suplementar ao Conselho Universitário em sua sessão de 26/9 -, tais princípios permanecem atuais.

A pluridisciplinaridade é facilmente explicável. Pela sua vocação, o instituto aplica conceitos, métodos e conhecimentos da Geografia, Economia, Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, Arquitetura e Urbanismo e Ciências Ambientais. Em relação à autonomia e compromisso acadêmico, os professores do IPPUR buscam manter o que chamam de "tenso equilíbrio" entre a pressão social por respostas imediatas para os agudos problemas urbanos e regionais e o compromisso com a produção de conhecimento científico e a formação de planejadores e pesquisadores qualificados.

Pela pluralidade de interlocutores, entenda-se que o instituto vai atuar junto aos diferentes agentes da organização territorial (não só os governamentais) para desenvolver o seu trabalho e também enfatiza o intercâmbio científico-acadêmico, em âmbito nacional e internacional. Finalmente, a integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão é tida como o próprio guia da prática acadêmica na preparação dos estudantes.

Na sua apresentação, Vainer informou aos conselheiros os objetivos de cada uma das atividades. Entre tantos, deve-se destacar dois itens relativos à pesquisa: "Contribuir para a construção de um saber crítico sobre a realidade urbana e regional brasileira, não subordinado aos pacotes do pensamento único" e "elaborar metodologias e conhecimentos aplicáveis que contribuam para fazer do Planejamento Urbano e Regional um instrumento voltado para tornar nossas cidades e espaços regionais mais democráticos e justos".

Radiografia

Um dos menores institutos da UFRJ, o IPPUR possui apenas 14 docentes (todos eles doutores com dedicação exclusiva). Destes, 12 são pesquisadores do CNPq (sete de Nível 1). O corpo discente é constituído por 115 estudantes, sendo 66 doutorandos e 49 mestrandos. Para ilustrar o que foi dito a respeito da pluralidade do órgão suplementar, Vainer informou que existem estudantes com formação de arquitetos, geógrafos, economistas, engenheiros, biólogos, historiadores e muitos outros diversos profissionais.

O diretor contou que os professores dão aulas na graduação, mas não oferece disciplinas próprias neste nível de ensino. Uma discussão em andamento no instituto para que se ofereça um curso próprio de graduação divide opiniões no local. Nas Jornadas de Iniciação Científica, o IPPUR mostra sua força e chega a representar 50% dos trabalhos de todo o CCJE.

Somente em 2001, a produção docente alcançou 24 artigos em periódicos científicos, 17 livros e capítulos de livros e 24 trabalhos integrais em anais de congressos, entre outros. Foram produzidas sete teses de doutorado e 24 dissertações de mestrado. Também naquele ano, o IPPUR ganhou o primeiro lugar no Prêmio FUJB de Extensão Universitária. Outro dado que impressiona é a visitação da biblioteca do instituto: 11.383 apenas no primeiro semestre de 2002, sem falar nos empréstimos no balcão, consultas por telefone e consultas por correio eletrônico. Com cerca de sete mil volumes, a biblioteca local constitui-se um dos principais centros de documentação especializados na área.

Problemas

Como nem tudo são flores, o instituto também apresentou seus problemas ao Consuni. O programa de Planejamento Urbano e Regional, por exemplo, teve seu conceito rebaixado de seis para cinco na última avaliação da Capes, embora os critérios tenham sido questionados pelo instituto. Outro "drama" local diz respeito ao espaço físico insuficiente para expandir as atividades do IPPUR, que ainda tenta divulgar mais amplamente sua produção científica e obter a desejada repercussão pública de sua atuação no setor.

Histórico

Cabe ressaltar que, embora tenha sido criado oficialmente em 1987, o instituto tem sua origem alguns anos antes: em 1971, com o então programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PUR) na Coppe. Em 1976, por razões políticas, sete professores do programa foram demitidos e o curso volta a ser remontado somente em 1979. Primeiro, vincula-se diretamente à SR-2. Em 1982, ganha ligação com o Núcleo de Planejamento Urbano e Regional que existia no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). Em 1987, consolida-se como o instituto especializado que é hoje.

Homenagem

O texto abaixo foi aprovado na sessão do CEG de 11/9, em homenagem ao professor Gerd Bornheim, renomado filósofo, que faleceu no dia 5 de agosto, vítima de um tumor cerebral, aos 72 anos.

"A dolorosa inquietação que emerge das contrariedades e da insegurança de ser-no-mundo constrange o homem que, "imerso no mistério do real, vive a necessidade de encontrar uma razão de ser para o mundo que o cerca e para os enigmas de sua existência." Neste contexto, surge o Mestre que nos ajuda a descobrir o vivido para além do caráter ingênuo do estar-com as cobranças do imediato e nos encaminha para a aprendizagem do Desejo, do Belo, do Bem.

Não se trata de iluminação condutora, nem de encaminhamento condicionante às cobranças do entorno massificante, constitui-se na imersão do saber do ente em busca de sua totalidade.

Quando o corpo do Mestre cansa da realidade concreta e objetivante, seus discípulos se responsabilizam pela continuidade da busca e do desejo de imergir na densidade filosófica, fundamento primário do pensar. Não há sofrimento, não há dor, não há quebra; há o encantamento a partir do qual se renovam a liberdade e o sonho de ver para além das aparências.

O Conselho de Ensino de Graduação e Corpo Discente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em sua sessão ordinária do dia 11 de setembro de 2002, aprovou, por unanimidade uma moção de saudades a Gerd A. Bornheim; um preito de respeito e reverência à obra do iluminador de tantas gerações que hoje lamentam sua ausência e louvam sua estrela."

Vida no Campus

Medicina discute carreira docente

No dia 26 de setembro, a Congregação da Faculdade de Medicina (foto) reuniu-se para discutir a carreira docente. A diretoria da Adufrj-SSind foi convidada a participar para prestar esclarecimentos sobre a Carreira Única proposta pelo Andes-SN. Na ocasião, além do jornal da entidade com os eixos de luta do Sindicato Nacional, os dirigentes sindicais entregaram aos presentes um encarte com o texto da nova carreira. A diretoria da seção sindical está aberta a participar de reuniões de professores para, na medida do possível, informar e discutir nas Unidades a proposta de Carreira Unica do Andes-SN. A presidente Cleusa Santos e o 1º vice-presidente Luciano Menezes participaram desta reunião na Medicina.

Renato Marvão

Leitura

Organização do Trabalho e Saúde

O livro "Organização do Trabalho e Saúde: múltiplas relações" é uma coletânea de textos provenientes das aulas e conferências ministradas no Curso de Extensão de Organização do Trabalho e Saúde, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo, em 1998. O livro foi impresso pela editora universitária daquela instituição e mais informações podem ser conseguidas pelo telefone 0(xx)(27)3335-2370 (Secretaria de Produção e Difusão Cultural). Estava previsto o lançamento da obra no IPUB-UFRJ, no dia 4 de outubro último.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 57 • 14 de outubro de 2002
www.adufrj.org.br

III Encontro de Seguridade Social da Adufrj-SSind

15/10 14h

Auditório do CFCH
***Campus* da PraiaVermelha**

Assembléia Geral

14/10 Segunda-feira **13h**

Salão Nobre da Decania do CT
Ilha do Fundão - Bloco A

Pauta:
- Indicação do professor Arthur Arruda Leal para compor a diretoria da Adufrj-SSind
- Discussão do Caderno de Textos do 45º Conad

Resolução conjunta CEG/ CEPG 01/99 é revogada

Pouco antes do Dia do Professor, nesta terça-feira (15/10), os docentes da UFRJ ganharam um presente há muito esperado: a revogação da resolução conjunta CEG/CEPG nº 01/99, aquela que tentou regulamentar a periodização do ano letivo, a caracterização das disciplinas e as cargas horárias docente e discente, entre outros itens. A vida acadêmica da universidade volta a ser regida pela legislação anterior à mal fadada experiência. A decisão ocorreu em sessão que reuniu os dois colegiados acadêmicos da instituição, na manhã de 9 de outubro, no prédio da reitoria.

Não foi tarefa fácil, é claro. Criada em 1999, a resolução sofreu seguidas reclamações da comunidade acadêmica e críticas por parte das entidades representativas Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj. Apesar de tudo, os conselhos preferiram, ao longo deste período, redigir novas regras que prorrogavam o tempo para as Unidades e Órgãos Suplementares adaptarem seus currículos à indesejada resolução. Resultado: passados mais de dois anos, apenas o Instituto de Economia e a Escola de Serviço Social, na graduação, promoveram mudanças em suas estruturas curriculares em função da 01/99. Na pós-graduação, aqui e ali, alguns programas também alteraram suas formas de trabalhar. Vale ressaltar, no entanto, que a Coppe, entusiasta de primeira hora dos famosos "módulos" permitidos pela resolução, voltou atrás em sua reformulação.

Preocupados em não prejudicar ninguém onde a 01/99 foi implantada, os conselheiros também decidiram que a resolução pode continuar válida nesses locais de trabalho que fizeram as alterações. Os colegiados aprovaram ainda que vão iniciar a discussão de uma nova resolução que possa novamente vigorar para o conjunto de toda a UFRJ. O objetivo é começar esse debate o mais rápido possível a partir das propostas da comissão mista CEG/CEPG (divulgadas no Jornal da Adufrj de 25 de junho de 2001), do Grupo de Trabalho Política Educacional (GTPE) da Adufrj-SSind (também divulgadas em encarte do Jornal de 27 de agosto daquele mesmo ano), das entidades representativas e das sugestões de Unidades e Centros surgidas desde 1999.

A discussão

Mesmo nesta última reunião conjunta, alguns professores ainda se mostravam reticentes quanto à revogação da 01/99. Justificavam a dúvida no eventual "vazio" normativo que a decisão poderia ocasionar. Ou seja, em vez de resolver, mais confusões seriam geradas no interior da UFRJ. Esses docentes queriam que um novo conjunto de normas fosse elaborado para, então sim, revogar a resolução. Outros poucos reivindicavam que a resolução conjunta possuía mais aspectos positivos do que negativos e deveria ser somente aperfeiçoada, de acordo com as proposições da comissão mista dos colegiados.

Os argumentos não surtiram efeito. A maioria percebeu a necessidade de interromper logo a permanência de uma lei que não agradava à comunidade acadêmica. A proposta de se retornar oficialmente à legislação anterior, situação da qual poucas se afastaram, na prática – eliminando o risco do "vazio" normativo -, ganhou o voto de parte dos indecisos. O resultado final acabou sendo uma goleada: 17 votos a favor da revogação contra apenas cinco.

Críticas contra a 01/99 se repetem

Durante a sessão colegiada do último dia 9, várias (e antigas) críticas contra a 01/99 foram pronunciadas por novos e também por antigos conselheiros, principalmente do Conselho de Ensino de Graduação. Maria da Penha (representante do CCJE), por exemplo, enfatizou o que já vinha dizendo em reuniões anteriores: "A resolução não foi oportuna ou conveniente. Por isso, devemos partir para novos estudos". Ana Borralho (CCS): "Essa universidade já viveu antes sem a 01/99", disse, em resposta às dúvidas sobre o possível fim da lei. Marcelo Macedo (CFCH): "Toda Unidade tem suas estratégias pedagógicas. Apesar de ser doutor em Educação, não posso dizer como se ensina Medicina", comentou, sobre o "engessamento" acadêmico criado a partir da 01/99. Frederico Tavares (CT) também não perdoou: "A 01/99 tem uma característica básica que é a truculência. Por isso, não foi aceita (pela comunidade)", afirmou. Maria Lúcia (CCMN) corroborou: "A 01/99 foi imposta, sim. A comunidade não participou (de sua criação)". Ariane Leite, representante discente do CEPG, foi além da 01/99 e também criticou os textos da comissão mista: "Algumas propostas questionáveis continuam (naqueles documentos)", observou.

Presidente da Adufrj-SSind participa da sessão

Presente à sessão colegiada, a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, teve a oportunidade de se manifestar sobre a resolução conjunta, tão combatida pela seção sindical desde o seu início. A professora disse que a "reforma do processo democrático na UFRJ não está imune à convivência com posições autoritárias". Ela avaliou a renovação do conselho como um elemento importante, mas que não justificava o desconhecimento deste debate que envolveu a comunidade acadêmica durante mais de dois anos. Cleusa pôs à disposição dos conselheiros todo o material que a entidade produziu a respeito da periodização para subsidiar a discussão do assunto. Antes da votação pelos colegiados, a professora pediu a revogação da 01/99 e lembrou a responsabilidade social de cada um dos conselheiros ali presentes.

GED repete os critérios do ano passado

Por força dos prazos já apertados determinados pela Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC), os conselheiros do CEG e do CEPG não promoveram qualquer mudança, em relação ao ano passado, nos critérios da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) para avaliação dos docentes da UFRJ. Se fosse feita alguma alteração, esta ainda deveria ser comunicada e discutida na comissão nacional de avaliação daquele ministério, o que atrasaria o processo local de captação dos dados. De acordo com o professor Fernando Rochinha, porta-voz da comissão local e também integrante da comissão nacional, a SESu recomenda que as instituições discutam e remetam as sugestões de mudanças no início de cada ano, para que toda a comunidade conheça a pontuação das atividades que serão avaliadas. Assim, os colegiados limitaram-se a discutir as datas do processo interno de pontuação da GED. A captação começa nesta segunda-feira (14/10) e vai até 23/11. A homologação dos dirigentes poderá ser feita já a partir do dia seguinte (15/10), se houver acordo com o docente avaliado, até o dia 30 de novembro. Em 7 de dezembro, haverá a divulgação dos resultados e, até 14/12, corre o prazo final para encaminhamento de recursos.
Vale lembrar que o movimento docente repudia a política do governo federal baseada no produtivismo e reivindica o fim das gratificações em troca de reposição salarial nos vencimentos básicos.

Dia do Professor

Em homenagem ao Dia do Professor (15/10), a Adufrj-SSind está distribuindo aos seus sindicalizados um CD-ROM especial produzido pelo Andes-SN. O CD traz o conteúdo, na íntegra, da revista quadrimestral "Universidade e Sociedade", desde quando foi lançada (em fevereiro de 1991) até a edição de nº 24 (junho de 2001). Ao longo deste período, vários intelectuais escreveram ou foram entrevistados para a publicação do Sindicato, como Florestan Fernandes, Paulo Freire, Marilena Chauí, Roberto Romano, Aziz Ab'Saber, João Stédile, entre outros. Os professores da UFRJ também colaboraram para a revista, como Ildeu de Castro (Instituto de Física), Carlos Lessa (Instituto de Economia e atual reitor), Raquel Goulart Barreto (Faculdade de Educação) e outros. Vale lembrar que a revista impressa já está na edição de nº 27 (de junho deste ano). A Adufrj-SSind está analisando junto ao Andes-SN a possibilidade de reeditar os números já publicados da revista a partir do 25º para distribuição a seus sindicalizados.

Seminário sobre Segurança

18/10 (sexta-feira) **- 12h**

Tema: **"Autonomia e Segurança"**
Salão Nobre da Decania do CT, 2º andar, Bloco A

Convidados:
Michel Misse (IFCS/UFRJ) – a confirmar;
Hélio Luz (deputado estadual e ex-chefe da Polícia Civil);
Sérgio Fracalanzza (vice-reitor da UFRJ).

Organização:
APG, Adufrj-SSind, DCE e Sintufrj

Andes-SN

Pelo fim da "ditadura branca"

Palestrante atribui importante papel de resistência ao Andes-SN

Enfrentar e acabar com a política que exila os pensadores brasileiros da decisão dos rumos do país. Essa deve ser uma premissa básica da Ciência nacional, de acordo com o jornalista Randau Marques (ex-presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico, na gestão 1994-95). Ele foi um dos conferencistas do último dia do III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN, realizado em Curitiba, entre 11 e 13 de setembro deste ano.

Na opinião dele, o Andes-Sindicato Nacional tem um papel importante neste confronto, dada a omissão de entidades importantes como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). "A SBPC foi o grande fórum das discussões do meio ambiente e Saúde, em plena época da ditadura. Hoje, perdeu a credibilidade", disse. O palestrante citou o conferencista da abertura do seminário (Aziz Ab'Saber, cuja exposição foi divulgada no jornal nº 71, de 23 de setembro) como um exemplo de figura que está sendo exilada pelo sistema neoliberal, que ele chama de "ditadura branca". "O sistema neoliberal vigente exclui, vilipendia, quebra a espinha dorsal das pessoas", afirmou. "Por isso, é importante a Universidade retomar suas bases. Depois da ditadura militar derrubada, a Universidade foi comprimida. Acabaram-se os grandes fóruns de discussão", observou, sugerindo que esse papel seja ocupado pelo Sindicato Nacional. "Acabou a ditadura fardada, mas a ditadura do grande capital continua", completou.

E um dos principais embates que os professores universitários vão ter, num primeiro momento, é com a grande maioria das Organizações Não Governamentais (ONGs). Segundo Randau, quando tais organizações começaram a competir pelo dinheiro do Estado e até mesmo de investimentos do exterior (sem pagar impostos), diminuiu-se a força das instituições de ensino e pesquisa superior. "Temos hoje cerca de 2,5 mil ONGs supostamente ambientalistas que estão se auto-arvorando em governo e universidade. Fazem seus negócios, recebem dinheiro internacional e algumas delas são muito bem-sucedidas: tem *staffs* bem pagos, com média salarial de oito mil dólares", comentou. Para ele, as ONGs esqueceram suas origens. Elas se distanciaram da universidade, não pisam mais o chão das escolas, não visitam mais a periferia. "Viraram um filão de negócios", afirmou.

A conferência de Johannesburgo

Randau não despreza o trabalho de todas as organizações não-governamentais. Algumas como o "Greenpeace" ou o "WWF" mereceram elogios do palestrante. "São entidade de luta, políticas. Essas organizações fizeram o contraponto de Johannesburgo", disse. Vale esclarecer, aqui, que Randau foi convidado para o III Seminário do Andes-SN para falar sobre "O Jornalismo Científico e a Conferência de Johannesburgo". Para quem não se recorda, o evento, na África do Sul, realizada no final de agosto deste ano, tinha o objetivo de rever as metas traçadas na Rio-92 para proteção ambiental.

Neste ponto, Randau deixou transparecer o seu desânimo com os resultados obtidos na conferência. "Essas reuniões da ONU refletem a geopolítica internacional. Foi um fracasso redondo", lamentou. Segundo ele, o discurso dos países ricos continua cheio de boas intenções há trinta anos e nada muda no cenário internacional. Como a política norte-americana não dá a mínima para o meio ambiente, não se podia esperar muito mesmo de Johannesburgo. "Bush, que, traduzido do inglês, significa 'arbusto', tem ódio de árvores, era o comentário geral na Conferência", observou.

Agenda Sindical

14/10 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind, às 13h
Salão Nobre da Decania do CT – Ilha do Fundão – Bloco A

15/10 – III Encontro de Seguridade Social da Adufrj-SSind – Saúde do Professor
Auditório do CFCH, das 14h às 18h

16/10 e 17/10 – I Encontro Regional sobre a Universidade Pública Brasileira - "A Crônica de um Desmonte Anunciado"
Programação na página 3

16/10 - 1ª reunião preparatória da Adufrj-SSind para o Conad
Escola de Serviço Social, às 19h

17/10 - GT Ciência e Tecnologia da Adufrj-SSind
Escola de Serviço Social, às 14h

18/10 - Seminário sobre Segurança
Salão Nobre da Decania do CT, 2º andar - Bloco A, 12h, com o tema "Autonomia e Segurança"

18 a 20/10 – GT Comunicação & Artes do Andes-SN
Natal (RN) – Sede da Adurn-SSind

20/10 – GT Políticas Agrárias do Andes-SN
Salvador (BA) - Sede da APUB
Vai preparar o III Seminário Nacional de Política Agrária

23/10 - 2ª reunião preparatória da Adufrj-SSind para o Conad
Escola de Serviço Social, às 16h

24/10 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind, 13h
Pauta e local a confirmar

Vida no Campus

Direito debate Segurança Pública

A Faculdade de Direito da UFRJ promoveu, na manhã do dia 10 de outubro, um debate sobre o "Poder Paralelo". Estavam presentes: o diretor da Unidade, Armênio Cruz; os desembargadores Manoel Carpena Amorim e Eduardo Mayer; o secretário de Justiça do estado, Paulo Sabóia; o procurador do Ministério Público, José Moinhos Pinheiro Filho; o coronel da reserva e professor da Uerj, Jorge da Silva - cotado para ser o secretário de Justiça do próximo governo; e a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos.

O procurador José Moinhos destacou, em sua fala, que a sociedade precisa fazer o resgate da Constituição Federal de 1988 e rever os papéis do Legislativo e Executivo para debater a Segurança Pública. "O enfrentamento da violência ultrapassou o poder da instituição da polícia, pois a questão já se tornou bastante complexa", disse. Já Paulo Sabóia ressaltou a incapacidade de se manter um sistema punitivo como o brasileiro em pleno século 21. "Nosso sistema punitivo é do século 19", disse, acrescentando dados que existem 250 mil presos no país.

Cleusa Santos parabenizou a realização do debate. Ela informou aos presentes que a Adufrj-SSind, em conjunto com as demais entidades representativas da UFRJ, está preparando vários seminários para debater a Segurança pública. "Hoje, essa é uma questão crucial para a sociedade brasileira. A violência expressa o nível de barbarização da vida", afirmou. Preocupada não só com a violência urbana das grandes metrópoles brasileiras, comentou o conflito entre EUA e Iraque que evidencia a "guerra comercial de armas" e finalizou: "A paz mundial é uma tarefa de todos nós, onde cada um de nós tem o papel de transformar este mundo."

Guilherme Lessa

AUDITÓRIO FICOU LOTADO PARA ASSISTIR AO DEBATE

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Adufrj-SSind

Adufrj-SSind convoca reuniões preparatórias para o 45º Conad

Na última reunião do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind (9/10), foi aprovada a realização de duas reuniões gerais preparatórias para o 45º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Conad). O evento ocorre de 1 a 3 de novembro, na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. A primeira reunião preparatória foi marcada para esta quarta-feira, 16/10, às 19h; a segunda, para a quarta-feira seguinte (23/10), às 16h, ambas na Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha. O Caderno de Textos com as propostas para o encontro estão disponíveis na página eletrônica da Adufrj-SSind www.adufrj.org.br/documentos.htm).

Os Conad tratam fundamentalmente da atualização semestral do plano de lutas do Sindicato, aprovado em cada Congresso anual, a partir da análise política de conjuntura, e de questões organizativas e financeiras do Andes-SN. Neste encontro, estarão em pauta questões da maior importância, tais como ações mais contundentes acerca do não-cumprimento do Termo de Acordo firmado pelo MEC no final da greve de 2001 (regulamentação da GID, vagas para concurso, financiamento, plano de Cargos e Salários, hospitais universitários e assistência estudantil); recuperação das perdas salariais (reajuste emergencial de 25,72% e incorporação das gratificações); estratégias de implantação do projeto de Carreira Única do Andes-SN; ameaças à autonomia (projetos de regulamentação do art. 207 da Constituição Federal, projeto de lei orgânica da Andifes e transferência das procuradorias para a AGU) e a luta contra a política da Capes expressa pelo PQI (Programa de Qualificação Institucional), que reduz verbas, restringe direitos e se contrapõe às propostas de carreira e ao plano de capacitação docente do Andes-SN.

GT C&T da Adufrj-SSind

O GT Ciência e Tecnologia da Adufrj-SSind foi formalmente criado e realizou sua primeira reunião no dia 10/10. Foram discutidos: o Caderno de Textos do 45º Conad (na parte de C&T) e a Carta de Curitiba (que constituiu o documento final do III Seminário do Andes-SN sobre C&T), entre outros textos relacionados à área. A próxima reunião será no dia 17/10, às 14h, na Escola de Serviço Social e todos os sindicalizados estão convidados a participar.

III Encontro de Seguridade discute Saúde do Professor

Chamar a atenção para a saúde do docente. Esse é o principal objetivo do III Encontro de Seguridade Social da Adufrj-SSind, que terá como tema a "Saúde do Professor". Não por acaso, o evento será realizado no Dia do Mestre, neste 15 de outubro, no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), no *campus* da Praia Vermelha, a partir das 14h. O III Encontro será aberto por Vânia Glória Alves de Oliveira, da Divisão de Saúde do Trabalhador da UFRJ. Ela vai falar do estado em que se encontram os professores da maior universidade federal do país. Em seguida, será a vez de Denise Alvarez (UFF) abordar o tema "A organização do trabalho docente e a avaliação da produção acadêmica". O III Encontro prossegue então com Mary Yale (da Universidade Federal da Paraíba), falando de "Relação Trabalho/Saúde Mental de professores de nível fundamental" e Kátia Reis, da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, com o tema "Programa de Formadores em Saúde, Gênero e Trabalho nas escolas". A jornada será encerrada pela professora Marina Barbosa (Faculdade de Serviço Social-UFF), com "A subordinação do Docente à Lógica do Capital – Adoecendo o ensino". Após a programação, haverá uma confraternização entre os presentes no próprio local.

Conjuntura contribui para doenças

De acordo com os integrantes do GT, as últimas transformações ocorridas no trabalho docente, fruto do projeto refuncionalizador do governo FHC para as Universidades Públicas, têm imprimido um ritmo cada vez mais rápido, individualista e competitivo na atividade educativa. O congelamento salarial dos servidores, que já durava sete anos, foi interrompido no início de 2002 por um reajuste linear de apenas 3,5%. No caso dos docentes, graças à greve de 2001, houve também um aumento médio em torno de 13% nos vencimentos básicos da categoria, o que ainda está longe de recompor as perdas ocorridas desde a implantação do Plano Real (em 1994). Este achatamento salarial e a instituição da GED/GID, baseada num produtivismo meramente quantitativo, aumentaram a insegurança dos docentes em relação à remuneração, contribuindo para complicar o seu estado de saúde.

ATENÇÃO

Mais uma indesejada fundação privada

Deu no Jornal da Adufmat-SSind (Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso), nº 58, de setembro deste ano: "Já está funcionando a pleno vapor a primeira fundação privada da UFMT, a Fundação Uniselva. O curioso é que seu atual endereço é o escritório de ninguém menos do que o próprio "gerente de empresa", o professor aposentado e advogado Eleni Alves Pereira. A comunidade acadêmica, que sequer foi ouvida quando o reitor Paulo Speller a instituiu, nas vésperas do feriado de 13 de junho de 2001, e a portas fechadas, de forma bastante anti-democrática, espera, pelo menos, ter acesso às atividades desenvolvidas por esta fundação privada."

Andes-SN

Regional RJ debate desmonte da Universidade Pública

Com o objetivo de enfrentar os vários projetos de destruição das instituições públicas de ensino superior do Brasil, a Secretaria Regional Rio de Janeiro do Andes-SN vai promover o I Encontro Regional sobre a Universidade Pública - "Crônica de um Desmonte Anunciado", nos dias 16 e 17 deste mês, na Uni-Rio e na UFRJ (veja programação abaixo).

I Encontro Regional sobre a Universidade Pública Brasileira -

"A Crônica de um Desmonte Anunciado"

PROGRAMAÇÃO
Dia 16/10 - 14 às 18:00h
Auditório Paulo Freire - UniRio
Abertura:
"A Contra-*Reforma do Estado e a Educação Pública Brasileira*"
Prof. Luiz Carlos Lucas
(Presidente do Andes-SN)
Prof. Elaine Behring (Uerj)

1ª Mesa:
Autonomia *e Financiamento*
Prof. Roberto Leher (UFRJ)
Adhemar Moreno (Economista/Dieese)

Moderador:
Representante da Adur-RJ

2ª Mesa:
Hospitais *Universitários*
Prof. Carlos Alberto Morais de Sá
(Hospital Universitário Gaffrée e Guinle/ UniRio)
Sonia Leitão (Sintuff)

Moderador:
Representante da Asduerj

Dia 17/10 - 14 às 18:00h -
Auditório da ESS / UFRJ
1ª Mesa:
Fundações
Prof. Ciro Teixeira (USP)
Dr. Marcelo Chalréo
(Assessor Jurídico da Adur-RJ)

Moderador:
Representante da Aduff

2ª Mesa:
Ciência e *Tecnologia*
Prof. José Domingues Godoi Filho
(1° Vice-presidente do Andes-SN)
Prof. Jorge Máximo (Uerj)

Moderador:
Representante da Adufrj-SSind

Colegiados

Lessa vai convocar sessão especial sobre Segurança

Assuntos diversos dominam reunião do Conselho Universitário

O Conselho Universitário de 10 de outubro dedicou-se a pequenos e variados assuntos, entre informes da reitorias e intervenções dos conselheiros. Mas o tema da Segurança no *campus* do Fundão voltou a se destacar em pelo menos dois momentos. No primeiro, a conselheira e coordenadora do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro, informou os presentes sobre o seminário que as entidades representativas da UFRJ estão organizando (veja chamada na capa).

O reitor Carlos Lessa, ainda francamente favorável ao projeto apresentado em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública do estado (e divulgado no boletim nº 55, de 9 de setembro), criticou a iniciativa. Defendeu que a universidade precisa de uma política de Segurança "concreta" (que seria, na visão dele, aqueles Planos Azul e Vermelho).

Em outro momento, o decano do CCS, João Ferreira, disse que o Conselho do Centro se reuniu no dia 7/10 e aprovou as propostas de Plano Azul e Vermelho, da reitoria e da Secretaria estadual. Os conselheiros deste fórum institucional só fizeram ressalvas quanto à localização da Delegacia de Meio Ambiente, pediram mais esclarecimentos sobre as funções do Batalhão de Vias Especiais e reivindicaram um projeto de urbanização do Fundão. Lessa respondeu que vai convocar uma sessão especial do Consuni para discutir Segurança, mas ainda aguarda o pronunciamento dos demais colegiados da UFRJ. Vale lembrar que, até agora, o debate ficou restrito a alguns Conselhos de Centro.

Reunião com a Prefeitura

A continuidade da sessão foi dominada por vários assuntos. Carlos Lessa aproveitou a ocasião, por exemplo, para informar sobre uma reunião com o secretário municipal de Urbanismo, Alfredo Sirkis. Neste encontro, a Prefeitura confirmou a doação de um terreno contíguo à Escola de Música, na Lapa, para expansão da Unidade da UFRJ. O reitor comunicou já estar sondando a bancada federal do Rio de Janeiro e uma fundação para captar recursos para a obra.

Se essa foi uma boa notícia, já não foi tão bem recebido o informe de que locais afastados dentro do *campus* do Fundão poderiam se transformar em depósitos para o município de materiais perigosos à saúde (mesmo com todos os cuidados tomados) em troca de um projeto de paisagismo. A conselheira Ana Maria Ribeiro lembrou que o projeto em questão não era novo e já tinha sido discutido pelo conselho. Nesta primeira discussão no Consuni, representantes do IPPUR puseram algumas restrições à proposta. Lessa disse que ia retomar as atas passadas do colegiado para recuperar as informações sobre o assunto.

Alimentação precária no campus

O professor Gerardo Gerson (CCMN), entre outros assuntos, mostrou-se preocupado com a qualidade da alimentação no Fundão, feita basicamente pelos *traillers*, que crescem desordenamente pelo *campus*. Sua preocupação foi acompanhada pelo decano do CT, Cláudio Baraúna, que disse estar fazendo um levantamento completo dos quiosques na área por ele administrada. Baraúna pediu que esse estudo fosse realizado em todo o Fundão, cujo resultado deveria ser encaminhado à reitoria para tomada das devidas providências. O professor ressaltou que os donos dos quiosques estão bem organizados em uma associação e possuem até mesmo uma assessoria jurídica forte. "Nenhum Centro será capaz de fazer isso (enfrentar o problema) sozinho", disse.

28%, segurança e servidor benemérito

Ana Maria Ribeiro voltou a se manifestar, ainda no expediente da sessão do Consuni, para dar mais dois informes. Ela comentou a audiência na Justiça Federal naquele dia 10, à tarde, para tratar dos 28,86% dos servidores da universidade, para a qual foram intimados a comparecer o reitor, o procurador-geral da UFRJ, os sub-reitores Oscar Acselrad e Luiz Afonso Mariz, o coordenador do NCE, o Ministério Público e o Sintufrj. A ação desse ganho judicial foi transitada em julgado, mas a gestão anterior inexplicavelmente não pagou.

Ana propôs ainda uma resolução ao Consuni sobre a criação de títulos de benemerência para os técnico-administrativos. Atualmente, apenas os docentes recebem alguma honraria desta natureza na universidade. Para pessoas externas à universidade, também seria criado algum título como "cidadão benemérito".

Diplomas em questão

A decana do CCMN, Angela Rocha, aproveitou para pedir o retorno das cerimônias de premiação dos estudantes talentosos da UFRJ, com elevados coeficientes de rendimento acumulado. Ela explicou que um de seus alunos reivindicou a honraria, o que seria importante para a disputa de uma bolsa no exterior. No entanto, ao encaminhar o pedido para a DRE, descobriu que tal diploma só ficava pronto em dois anos. Lessa pediu que a decana entrasse em contato com a sub-reitora de Graduação, Sylvia Vargas, para tratar desse assunto.

Outro representante dos professores do CCMN, Milton Roedel, por sua vez, pediu para Lessa esclarecer uma questão sobre a emissão de diplomas que dificulta a criação de cursos interdisciplinares. Aparentemente, pela legislação do MEC, apenas uma Unidade pode assinar o diploma. Uma vez que os critérios de produtividade estão "em alta" (até nisso eles atrapalham), dificilmente a Unidade aceita participar de algo que não vai obter o reconhecimento final. Se a norma for confirmada, Milton solicitou que a reitoria tome as medidas para mudar a restrição.

Resenha

Quase 50 mil no vestibular da UFRJ

A comissão de vestibular da UFRJ aguarda o resultado dos testes de habilidade específica para divulgar a relação candidatos/vaga do concurso para 2003. Isso deve ocorrer no início de novembro, uma vez que a divulgação dos resultados do THE será feita no dia 26/10. No ano passado, a maior disputa foi no curso de Medicina: 42,4 por vaga. Este ano, 47.174 candidatos estão na disputa pelas 6.233 vagas, de acordo com matéria da Folha Dirigida (10/10). A grande novidade do vestibular deste ano é a redação, que se tornou uma prova eliminatória. No ano passado, cerca de cinco mil candidatos ficaram com zero na redação.

Banco Mundial x América Latina

O Banco Mundial divulgou na semana passada o estudo "Vencendo o Fosso na Educação e na Tecnologia". De acordo com o estudo, o baixo crescimento econômico dos países da América Latina tem origem na baixa produtividade causada pelo mau desempenho em educação e desenvolvimento tecnológico. A receita do banco para resolver a situação é absurda: defende a retirada de dinheiro das universidades em favor do ensino médio e a adoção de políticas para facilitar a absorção de tecnologia estrangeira, como a liberalização do comércio e o reforço da legislação de patentes. A matéria é do Valor Econômico (10/10).

Brasil rejeita patente global

Durante a assembléia anual da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, encerrada em Genebra, no dia 1/10, o Brasil e outros países ditos "em desenvolvimento" rejeitaram o projeto de criação da patente global, que interessa principalmente aos EUA. A patente global limitará a autoridade dos países para controlar os direitos de patente, além de também retirar da justiça nacional a prerrogativa de julgar e cancelar patentes. Outro ponto criticado é o favorecimento ao enfoque de que a exploração de patentes pode ser feita apenas por importação. Exemplo: uma empresa norte-americana tem sua patente protegida no Brasil, mas só importa o produto da matriz, em vez de produzir localmente. A matéria é da Gazeta Mercantil (2/10).

Anote

Exploração Infantil no Fórum

O Fórum de Ciência e Cultura recebe, a partir desta segunda-feira (14/10), o evento "Exploração Infantil – direitos e realidade". A sessão de abertura está marcada para 11h. Até 25/10, haverá exposição fotográfica, vídeos, oficinas, cursos, palestras e atividades culturais para denunciar os problemas que as crianças enfrentam no Brasil. O Fórum fica no *campus* da Praia Vermelha, na avenida Pasteur, 250, Urca. O telefone para contato é: 2295-1595.

Museu Nacional e o MST

Continua até 10 de novembro no Museu Nacional a exposição "Lonas e bandeiras em terras pernambucanas", de terça a domingo, de 10h às 16h, na Quinta da Boa Vista. A mostra focaliza os acampamentos montados pelos dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais e por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em engenhos produtores de cana-de-açúcar de Pernambuco.

Errata: no jornal passado, foi informado erradamente que o 45º Conad ocorre entre os dias 1º e 3 de dezembro. O evento do Sindicato Nacional será realizado de 1º a 3 de novembro, em Belém (PA).

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 73 • 21 de outubro de 2002

Assembléia Geral

24/10 quinta-feira **13h**

Salão Nobre da Decania do CT

2º andar – bloco A

Pauta:

Informes/Assuntos Gerais

Discussão do Caderno de Textos do 45º Conad

Eleição de delegado e observadores para o 45º Conad

Cobrança de mensalidade sobre 13º salário de 2001 e férias 2002

Segunda reunião preparatória da Adufrj-SSind para o 45º Conad

23/10 16h

Sede da Adufrj-SSind (CT, Bloco D, sala 200)

Departamentos devem agilizar pedido de substitutos

Página 7

Seção Sindical tem novo diretor

Página 3

Artigo "Elementos para um elemento para um debate sobre elição e autonomia sindical

Página 7

Regional Rio debate desmonte da Universidade Pública

Página 8

Guilherme Lessa

NO DIA DO PROFESSOR (15/10), COMUNIDADE DEBATE NA PRAIA VERMELHA SOBRE QUALIDADE E SAÚDE NAS INSTUIÇÕES DE ENSINO

Movimento discute saúde dos professores

Grupo de Trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind promove encontro de especialistas e representantes do movimento sindical. Nas discussões, as condições de trabalho, infra-estrutura, avaliação e saúde dos docentes

Página 4, 5 e 6

Adufrj-SSind se prepara para participar de fóruns mundiais

A Adufrj-SSind já começou a se preparar para participar dos dois maiores eventos do movimento internacional previstos para o início de 2003. O professor José Simões e o novo diretor da seção sindical Arthur Leal coordenarão uma série de encontros sobre os principais temas e eixos do II Fórum Mundial de Educação (19 a 22 de janeiro) e III Fórum Social Mundial (23 a 28 de janeiro). Todos os docentes estão convidados. Confira programação na página 7.

Opinião/Adriano S. Figueiró*

Elementos para um debate sobre eleições e autonomia sindical

A falência do modelo econômico e social instalado no Brasil desde 1994 é hoje um fato inquestionável. Fernando Henrique elegeu-se pela "paternidade" do Real e foi reeleito pela fantasia de uma estabilidade financeira mantida por injeção externa de capital. A farsa da "multiplicação dos dólares", desmascarada com a desvalorização do Real, treze dias após o início do segundo mandato, não pode ser sustentada nem mesmo com os cortes promovidos pela draconiana Lei de Responsabilidade Fiscal e pelas metas de superávit primário acordadas com os famintos organismos financeiros internacionais. A conta gerada por este governo de banqueiros e especuladores tem sido debitada das políticas sociais e do serviço público nestes últimos oitos anos, e, mesmo assim, a insustentabilidade da dívida pública brasileira é flagrante, consumindo mais de 50% da previsão orçamentária para 2003 e alcançando uma situação pior do que a da Argentina no que se refere à relação dívida / PIB.

Assim, mudar o rumo da política brasileira neste momento é, antes de mais nada, uma garantia de governabilidade para que não se rompa o tênue limite entre a civilidade e a barbárie. Em outras palavras, a mudança política é desejada, consentida e, porque não, financiada por uma parcela crescente da burguesia excluída do modelo especulativo, particularmente empenhada na recuperação das taxas de lucro a partir do investimento no setor produtivo.

Diante disso, na esteira da transformação costura-se um grande pacto social entorno de uma candidatura de centro-esquerda, com vistas a retomar o caminho do desenvolvimento a partir de uma suposta aliança entre capital e trabalho. Reserva-se aos sindicatos e demais movimentos sociais, nesta conjuntura, o papel estratégico de garantir o equilíbrio social do futuro governo pelo arrefecimento das lutas reivindicatórias em troca da tentativa de reaquecimento da economia e geração de empregos. Este será por certo, o grande desafio para o qual já se acha o debate instalado dentro do movimento sindical: tomar parte desta nova construção política nos marcos do pacto social estabelecido, ou manter a autonomia sindical historicamente defendida como princípio de organização da luta e autodeterminação política? Não que isso seja uma decisão maniqueísta a ser resolvida no voto, mas corresponde a uma direção norteadora para a ação dos sindicatos nos próximos períodos, decorrendo daí a importância desse debate.

Dentro do Andes-SN, o Congresso de Teresina deverá ser palco de um acalorado debate acerca dos eixos e planos de luta do sindicato no caso de uma vitória petista, uma vez que há os que considerem a possível vitória de Lula como "uma tentativa de construção de uma proposta de socialismo democrático no Brasil" (texto enviado ao próximo Conad pela Assembléia Geral dos docentes da Adufop). Mais do que uma superestimação das possibilidades de transformação permitidas pelo processo eleitoral, tal afirmação desrespeita a luta histórica dos trabalhadores pela construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária e livre das imposições do capital.

O modelo de reforma da previdência e a ampliação da participação das Organizações Sociais na estrutura do Estado constantes na proposta de Lula, ou os embates de diferentes sindicatos com governos estaduais comandados pelo PT são apenas alguns exemplos que permitem dimensionar os limites dessa "aliança" e a tarefa que teremos pela frente.

Não se poderá, contudo, negar o avanço representado pela eleição de uma candidatura comprometida com a redefinição das políticas econômicas e sociais. O futuro governo avançará, quando impedir a entrega da nossa soberania para a Alca; avançará quando substituir o "voluntarismo solidário" pela ação de uma política coordenada de Estado, iniciando o pagamento de uma dívida social historicamente acumulada; quando barrar a terceirização do serviço público, facilitando um canal de diálogo para permitir a retomada da nossa pauta de reivindicações.

O fortalecimento da ação do Estado é fundamental para desvelar o engodo da modernização neoliberal de FHC, onde os trabalhadores precarizados, forçados a trabalhar muito mais, ganhando muito menos e com uma organização profissional tremendamente mais frágil, têm a sua suposta eficiência ligada não a uma maior qualificação, mas a uma sobre-exploração do trabalho derivada do medo do desemprego e da pressão do mercado. É da miséria do trabalhador que se tem construído a modernização brasileira, e a mudança do cenário político poderá sinalizar decisivamente para a transformação desse quadro.

No entanto, caberá aos sindicatos e demais movimentos sociais, de forma autônoma, reivindicar a direção e pressionar o ritmo dessa transformação, ao invés de aceitar o papel que lhes é destinado neste novo pacto social. Afinal, dar as cartas não significa estabelecer as regras do jogo!

Por isso, nesse momento é urgente que o Andes-SN busque criar as condições para aumentar a mobilização da categoria e exigir o cumprimento dos acordos de greve e a retomada imediata de negociação da nossa pauta de reivindicações, tanto com o atual governo quanto com o futuro, tenha ele a bandeira que tiver.

*Sindicalizado da SEDUFSM - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria

Cartas

Progressão por Titulação

Prezados Companheiros da Adufrj,

Há poucas semanas, o Boletim nº. 55 da ADUFRJ publicou uma matéria sobre a questão da Progressão Vertical por titulação. Lembro-me que, em 1990, quando defendi a tese de Mestrado, no dia seguinte, dei entrada no pedido de progressão, anexando à ata da defesa de Tese a cópia da folha assinada pela banca, a cópia do resumo e uma declaração da Coordenação do Curso. Eu já tinha conhecimento que tal procedimento havia mudado, porém não sabia que os entraves seriam tamanhos. Apesar da agilidade do Setor de Diplomas, que aproveito a oportunidade para elogiar a rapidez, pois o diploma foi expedido em 15 dias, o processo ficou aguardando 14 dias na CPPD. Quando o processo, finalmente, chegou à SR-4, a folha para a alteração de classe já havia fechado, sendo que tal alteração só poderá ser feita para a folha de novembro. É um total absurdo, pois eu defendi a tese em 14 de agosto e só começarei a receber o salário de adjunto no início de dezembro, e, o que é pior, sem efeito retroativo. Se a legislação determina que o título de Doutor é a condição para a progressão, no mínimo o efeito financeiro deveria retroagir à data da expedição do diploma. Por que tanta burocracia em um procedimento que deveria ser automático? Como já não nos bastasse ter que agüentar o arrocho salarial decorrente do modelo econômico FHC , ainda nos deparamos com um sistema, dentro da própria Universidade, que em nada nos favorece, principalmente em se tratando de recebimentos, pois, quando é para nos descontar, este mesmo sistema tem uma rapidez impressionante.

Faço um apelo que a Adufrj continue a cobrar da Reitoria uma mudança de postura, para que, em um futuro próximo, outros tantos colegas que venham a se titular não passem por esse problema.

Saudações Universitárias.

Profª. Maria Antonieta Peixoto Gimenes Couto
Depto. de Engª. Bioquímica – Escola de Química

III Encontro de Seguridade

Exma Srª Presidente da Adufrj-SSind,
Cleusa dos Santos

O Encontro de Professores, de nosso sindicato, com o tema Saúde do Professor, neste momento reflete a justa imposição dos professores e de suas reivindicações por uma vida melhor e pelo direito de lutar pela seguridade e pelo reconhecimento de seu trabalho como profissional docente das universidades públicas.

Parabéns às diretrizes desta seção sindical,

Hilo Lins e Silva
Professor Aposentado

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Adufrj-SSind

Diretoria da Adufrj-SSind recebe novo integrante

Professor do Instituto de Psicologia assume como 1º Secretário

O professor do Instituto de Psicologia Arthur Arruda Leal é o mais novo diretor da seção sindical. Arthur foi indicado pelos componentes da chapa eleita 'Transparência, Democracia e Autonomia', deste ano, em junho. Na abertura da Assembléia Geral do dia 14/10, quando tomou posse como 1º Secretário da entidade, o professor justificou sua ausência na Assembléia anterior, de 19/9, por motivos familiares "que não se encontram totalmente resolvidos". Arthur fez questão de referendar o compromisso que fez ao aceitar fazer parte da diretoria da seção sindical. "A persistência não impede que eu tente cumprir a aposta que fiz ao me comprometer em fazer parte desta diretoria. A aposta em um grupo que conduziu com transparência e firmeza a difícil greve de 2001, na UFRJ. A aposta no sindicato como uma das vias mais fecundas de ação política", afirmou.

Para o diretor, a participação na entidade reflete a vocação política docente conjugada às tarefas cotidianas da vida acadêmica. "Esta participação se torna crucial, uma vez que o grupo o qual há alguns anos tem dado sustentação ao sindicato se dividiu, sendo necessária uma ampliação dos debates em torno de nossas atividades. Que esta divisão enriqueça as discussões no lugar de gerar a burocratização do debate". Arthur foi breve em sua primeira intervenção como dirigente da seção sindical justamente porque foi obrigado a se ausentar logo após sua posse, no início da AG. Antes de sair, o professor leu para os presentes um fragmento da "Introdução a uma vida não-facista', de Michel Foucault, sinalizando a sua expectativa para o mandato (leia o texto no quadro abaixo).

AG debate teses para o 45º Conad

Antecipando as reuniões preparatórias da seção sindical para a participação na 45ª edição do Conselho Nacional do Andes-SN, os professores na AG tiveram a oportunidade de debater as análises e proposições do Caderno de Textos do evento, já distribuído para as entidades em todo o país. Apesar de a edição do Caderno já está circulando, as seções ou sindicalizados ainda poderiam contribuir com novos textos até segunda, dia 21/10. A Adufrj-SSind organizou duas reuniões preparatórias, uma ocorreu dia 16, na Escola de Serviço Social; e a outra acontece nesta quarta, dia 23/10, às 16, em sua sede, na Ilha do Fundão. Mesmo perdendo os prazos estabelecidos para contribuições, os sindicalizados, individualmente ou em grupo, ainda podem apresentar textos durante a Plenária de Instalação do Conad, quando serão submetidos à avaliação dos delegados presentes.

Manter a mobilização mesmo com um governo progressista

Nas intervenções feitas durante a AG sobre a atualização do Plano de Lutas do Sindicato Nacional - um dos propósitos do Conad -, foi uma constante a preocupação com a relação dos movimentos sociais e dos sindicatos frente ao pacto social que se delineia com uma possível vitória do candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva. Muitos lembraram que o governo Fernando Henrique não cumpriu e provavelmente não cumprirá com todos os itens acordados no final da greve de 2002, como a regulamentação da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) e a abertura das 2 mil vagas por concurso público. Com pequenas divergências quanto às estratégias que o Sindicato dos docentes deverá adotar para fazer valer suas reivindicações, a maioria dos presentes concordou que, mesmo que haja mais diálogo entre as entidades com um governo considerado de centro-esquerda, será necessário que os movimentos mantenham-se mobilizados justamente para garantir autonomia e sucesso nos eventuais embates ou negociações que possam ocorrer nos próximos anos.

"Liberem a ação política de toda a forma de paranóia unitária e totalizante.

Façam crescer a ação, o pensamento e os desejos de proliferação, justaposição e disjunção, e não por subdivisão e hierarquização piramidal.

Prefiram o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os agenciamentos móveis aos sistemas. Considerem que o que é produtivo não é sendentário, mas nômade.

Não imaginem que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que o que se combate é abominável. É a ligação do desejo com a realidade que possui uma força revolucionária.

Não utilizem o pensamento para dar a uma prática política um valor de Verdade; nem a ação política para desacreditar um pensamento, como se ele não passasse de pura especulação. Utilizem a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política.

Não exijam da política que ela restabeleça os "direitos" do indivíduo tal como a filosofia os definiu. O indivíduo é produto do poder. O que é preciso é "desindividualizar", pela multiplicação e o deslocamento, o agenciamento de combinações diferentes. O grupo não deve ser o liame orgânico que une indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de "desindividualização".

Não se apaixonem pelo poder."

Michel Foucault

Agenda Sindical

23/10 – 2ª reunião preparatória da Adufrj-SSind para o Conad
Sede da Adufrj-SSind, CT, Bloco D, sala 200, às 16h
Atenção: o local desta reunião foi divulgado erradamente como sendo na Escola de Serviço Social, no último boletim

24/10 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Salão Nobre da Decania do CT, Bloco A, às 13h

31/10 – Jornada Continental contra a Alca

1 a 3/11 - 45º Conad
Belém (PA) – *com o tema "Projeto Histórico e Pro*grama de Governo: as reivindicações dos trabalhadores X acordos econômicos"

19/1 a 22/1 de 2003 - Fórum Mundial de Educação (2ª edição)
Porto Alegre (RS)

23/1 a 28/1 de 2003 – Fórum Social Mundial (3ª edição)
Porto Alegre (RS)

Grupos de Trabalho

GTPE encaminha discussão do PQI

O grupo de trabalho Política Educacional do Andes-SN, reunido em São Paulo nos dias 27 e 28 de setembro, encaminhou para as seções sindicais a discussão do Programa de Qualificação Institucional do MEC. Os integrantes do GT argumentam que os debates devem ter o objetivo de denunciar o PQI como a própria negação da qualificação dos docentes e técnico-administrativos. Como contraponto ao programa ministerial, o grupo apresenta o Plano Nacional de Capacitação do Andes-SN, constante da Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira (Caderno nº 2 do Andes-SN) e o Caderno nº 14 (Carreira e Capacitação Docente). Também deve ser denunciada a ilegalidade e o caráter discriminatório contido no PQI que impede a qualificação do docente que estiver a 14 anos de sua aposentadoria (conforme divulgado no jornal da Adufrj de 7 de outubro). O GTPE do Andes-Sindicato Nacional estuda a possibilidade de, no ano de 2003, realizar uma reunião por mês em função das tarefas previstas, além de facilitar a articulação nacional com as situações particulares de cada seção sindical.

Movimento

Professores debatem saúd

Evento é organizado por Grupo de Trabalho da Adufrj-SSind

Ficar na frente do computador até quatro horas da manhã para inserir seu currículo na Plataforma *Lattes*, correr desesperadamente atrás de financiamento para projetos ou mecanismos que garantam pontuações maiores nas gratificações, dar aulas (de qualidade, é claro), fazer pesquisa, participar de congressos - sejam acadêmicos ou de categoria -, assumir cargos administrativos ou institucionais, e tudo isso sem perder a calma, a serenidade e a concentração, é o que se espera de um docente universitário. Esta visão de 'super-homem-mulher' definitivamente não corresponde à realidade da vida destes trabalhadores. Ao contrário, na avaliação dos participantes do III Encontro de Seguridade Social da Adufrj-SSind, o desgaste físico e emocional dos professores vem crescendo na medida em que as condições de realização das tarefas vêm se deteriorando. Uma das causas seria o ritmo mercadológico introduzido, nos últimos anos, no ambiente universitário.

O III Encontro, promovido pelo Grupo de Trabalho Seguridade Social local, contou com a participação de especialistas no assunto Saúde do Professor e de representantes do movimento docente. Segundo o integrante do GTSS, José Miguel Bendrao Saldanha,o objetivos destes encontros é conciliar a ação sindical com a produção acadêmica. "Esta é uma oportunidade para que a gente faça a confluência entre a atividade sindical e nossa atividade acadêmica. Muitas vezes, para dar sustentação às nossas posições políticas, precisamos muito do trabalho da academia. E a academia, por sua vez, muito do que produz - que é importante para a transformação social - não encontra espaço para chegar à sociedade", comentou o professor que intermediou o debate.

A presidente da seção sindical, Cleusa Santos, saudou os participantes e ressaltou a relevância do tema e sua abrangência em relação aos problemas sociais no Brasil. "É fundamental dizer que o problema da saúde do professor tem ganho contornos mais específicos e tem aumentado sua densidade em função dos problemas sociais e do processo de desenvolvimento do sistema capitalista", afirmou.

Para Cleusa, os professores não estão imunes às conseqüências do processo de precarização do trabalho que atinge a imensa maioria das categorias de trabalhadores. Um exemplo citado pela professora é o grande número de contratados temporariamente, mais conhecidos como professores substitutos.

NO DIA DO PROFESSOR, PROBLEMAS QUE AFETAM OS TRABALHADORES DOCENTES SÃO DEBATIDOS NO AUDITÓRIO DO CFCH, NA PRAIA VERMELHA

Divisão de Saúde oferece tratamento a técnicos e docentes

A representante da Divisão de Saúde do Trabalhador da UFRJ, Vânia Glória Alves de Oliveira, comentou a falta de registro de atendimentos aos docentes na universidade. Para a servidora, uma das dificuldades para a realização de um trabalho preventivo em relação à saúde de técnicos e docentes é a diversidade de ambientes de trabalho e a falta de diagnóstico das reais condições dos vários locais para uma população de aproximadamente 12.500 servidores. A DVST conta hoje com 81 funcionários, entre médicos, psicólogos, técnicos de segurança e profissionais de saúde. Ainda assim, este corpo de funcionários, em termos quantitativos, não consegue dar conta do atendimento de toda a comunidade. A Divisão de Saúde é um órgão assessor da Sub-reitoria de Pessoal (SR-4), cujos objetivos seriam o planejamento e o desenvolvimento dos recursos humanos da universidade. Segundo Vânia, a proposta da gestão da SR-4, na reitoria atual, é implementar a qualidade na prestação dos serviços e também promover a qualidade de vida dos docentes e dos técnico-administrativos. "Se a sub-reitoria de Pessoal não valorizar a qualidade da prestação de serviços, nem a qualidade de vida de seus funcionários, a DVST fica sem subsídios políticos para implementar os seus programas", esclareceu.

De acordo com Vânia, a DVST mantém programas de atendimento a servidores portadores do vírus da AIDS, de alcoolismo, de saúde mental, diabetes, fumo, saúde da mulher, prevenção odontológica, entre outros. Do total de servidores, aproximadamente três mil formam o corpo docente ativo da universidade, o que representaria 7,5% da expectativa de atendimento pela divisão de saúde. Segundo o relato da técnica, no entanto, apenas 3% do total dos docentes procuram a Divisão de Saúde.

Trabalho estressante

Segundo a planilha apresentada pela servidora, a maioria dos atendimentos realizados pela DVST foi devido a doenças do aparelho respiratório (30,2%). Em segundo lugar, estão os atendimentos para pedidos de licença a gestantes (15,9%), considerados procedimentos administrativos e não assistência à saúde. Os atendimentos devido a transtornos mentais e comportamentais (incluídos aí os problemas de estresse) são o terceiro fator de procura por atendimento (13%).

Professores não procuram Divisão de Saúde

"O professor só procura a DVST em último caso", alerta. "Em 2001, apenas um caso foi relatado, o que para nós é um problema para o diagnóstico das condições de saúde destes profissionais", reclamou.

Vânia, que é enfermeira do trabalho, solicitou que a Adufrj-SSind, assim como o Sindicato dos Trabalhadores (Sintufrj), seja parceira da Divisão de Saúde no acompanhamento das condições de trabalho, visitando as Unidades. "O sentimento não é mensurável. Isso a gente tem que ouvir do próprio trabalhador", concluiu, apostando em um trabalho preventivo em conjunto com as entidades.

Avaliação faz mal à saúde.

Sem dúvida, a avaliação promovida pelo governo federal através das gratificações produtivistas, como é o caso das gratificações de estímulo e incentivo à docência (GED e GID), tem trazido bastante prejuízo à saúde de muitos educadores e pesquisadores. E não somente elas mas também a concorrência por financiamentos para projetos e a constante readequação às exigências das agências de fomento do governo, como a Capes e o CNPq. A conclusão pode ser retirada da apresentação da professora da Universidade Federal Fluminense, Denise Alvarez, que falou sobre *A organização do trabalho docente e a avaliação da produção acadêmica*.

Pesquisadora da área de Ergonomia, Denise dedicou-se a estudar sobre como e em quais condições os professores executam suas tarefas, desde o trabalho em sala de aula até atividades de pesquisa e extensão.

e e condições de trabalho

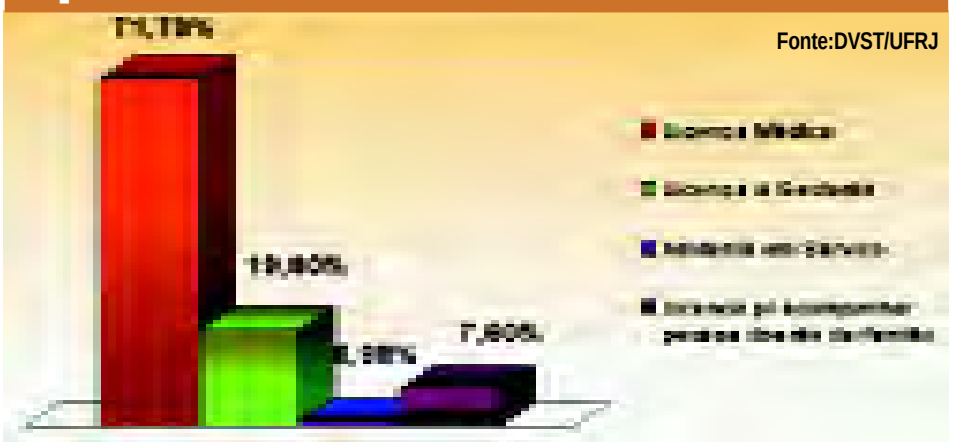
Partindo do princípio da indissociabilidade entre as três áreas acadêmicas, a pesquisadora questiona em seu trabalho que critérios deveriam ser escolhidos para que as atividades de ensino, pesquisa e extensão se beneficiassem do mesmo reconhecimento no momento de uma avaliação, seja institucional, seja das agências ou do próprio governo. Segundo Denise, os professores têm que se "dividir" em dois ambientes, ou no que chama tecnicamente de 'prescrições' na execução das suas atividades: o ambiente das regras da instituição e o das regras 'prescritas' pelas agências financiadoras. "O tempo todo o pesquisador está dialogando com estas agências, que mudam a toda hora as regras de como ele (docente) deve se apresentar", criticou. Denise considera que estes fatores contribuem para a perda de saúde e principalmente para o estresse causado a muitos dos professores que se submetem à lógica produtivista imposta pelos financiadores.

A disputa pela complementação do salário

A conseqüência desta forma de relacionamento do docente com o trabalho seria a quebra da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão. Na maioria das vezes, de acordo com a professora, o docente opta por se dedicar a projetos de pesquisa considerados 'de ponta', ou seja, que estejam sendo trabalhados por pesquisadores em vários países simultaneamente, atendendo, obviamente à corrida tecnológica e ao mercado internacional. Os que não estão ligados a estas áreas de 'excelência', com certeza, sofrem muito mais com a paranóia da corrida pela complementação de salários via projetos de extensão ou com o comprometimento com tarefas que não seriam diretamente ligadas aos projetos acadêmicos do professor.

Segundo Denise, a principal queixa dos docentes é o chamado 'trabalho oculto', ou aquele que não é computado nas avaliações. "A participação nos conselhos, nas administrações, nas coordenações acadêmicas, na maioria das vezes, não é levada em conta nas avaliações", comentou. Para a professora, a avaliação do trabalho docente vem sendo feita nos moldes de uma atividade industrial, "quando deveria se utilizar de critérios de uma avaliação de serviços".

Tipos de afastamentos na UFRJ/2001



Denise criticou ainda as distorções causadas pelos valores dados a atividades na pontuação das gratificações. Enquanto uma determinada atividade de extensão pode valer dois pontos na GED, um artigo indexado em publicação internacional chega a valer 20 pontos - a pesquisadora apresentou no projetor o exemplo de um só 'paper' assinado por dezenas de pesquisadores, das mais variadas instituições do mundo.

De acordo com a professora, 70% do que se publica não é indexado, as exigências são grandes e somente as pesquisas de ponta encontram espaço de divulgação nas principais revistas científicas. "Este funil acaba promovendo entre os próprios docentes as mais diferenciadas estratégias para atingir estas pontuações".Entre estas 'estratégias' estaria a quebra da indissociabilidade das três esferas que compõem o trabalho docente, fragmentando a natureza e a razão da atividade acadêmica.

"Sensação de enlouquecimento"

A terceira palestrante, professora Mary Yale,da Universidade Federal da Paraíba, retratou um cotidiano não muito distante dos docentes universitários. Mary pesquisou as condições de saúde no trabalho dos professores da rede de ensino fundamental (1ª a 4º séries) da Paraíba. Apesar de o trabalho com as crianças e das condições materiais serem mais desgastantes, a maior queixa das profissionais (a grande maioria é de mulheres) está localizada na área da saúde mental. Problemas de voz, varizes, contusões são relatados, mas a depressão e a "sensação de enlouquecimento" estão quase sempre presentes no discurso das educadoras.

Mas, segundo Mary, as professoras do ensino fundamental - "ainda que como uma função ideológica para as manterem produtivas" - conseguem estabelecer alguns mecanismos de defesa. Um deles são as constantes saídas da sala de aula. Seja para tomar uma água, seja para ir ao banheiro, tudo é desculpa para fugir da árdua tarefa de ministrar aulas em condições precárias, sem reconhecimento e remunerações vergonhosas.

Faltar para não adoecer

"Faltar para não faltar ao trabalho e não adoecer" é outra estratégia de sobrevivência. As faltas são acordadas com as direções e não são formalizadas, situação bem parecida com a relatada pela representante da DVST sobre a falta de registro dos afastamentos dos docentes universitários e de suas respectivas 'causas'. Mas, assim como o acadêmico encontra prazer em realizar seus projetos e ministrar suas aulas, as professoras das primeiras séries também relatam como pontos positivos no trabalho os resultados obtidos na formação e na relação afetiva com os alunos.

"Cada escola é uma história"

A partir da frase do geógrafo Milton Santos, o Programa de Formadores em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas foi apresentado pela professora da Escola Nacional de Saúde Pública e pesquisadora da FioCruz Kátia Reis. De acordo com a especialista do Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana, o trabalho desenvolvido pelo Programa é uma parceria entre a Fio Cruz e as universidades Uerj, Federal da Paraíba e Federal do Espírito Santo.

Kátia conta que a proposta de trabalhar diretamente com a formação dos trabalhadores no controle da própria saúde partiu de uma demanda do Sindicato dos Professores do Estado do Rio (Sepe), em 1995. "Fomos procurados por uma secretaria de funcionários da educação do sindicato e a principal reclamação eram as terceirizações e o índice de mortes nas escolas", relatou.

A partir daí, o grupo de Kátia mudou o rumo das pesquisas em saúde no trabalho e partiu para a investigação das condições nos próprios locais envolvendo, num primeiro momento, as serventes e merendeiras das escolas do Estado. "Mais tarde, os professores foram incorporados e o Sindicato passou a ser parceiro destes programas, participando do que chamamos de comunidades ampliadas de pesquisa, uma aliança entre técnicos e pesquisadores", esclareceu.

Sepe adota modelo sindical italiano para a Saúde

A concepção do trabalho de prevenção realizado pelo grupo é baseado no modelo operário (sindical) italiano de saúde do trabalhador. "É fundamental que o trabalhador conheça o processo, que tome para si o conhecimento sobre a saúde do seu corpo e não delegue somente aos médicos a solução". Isto não signifi-

Tribuna

Fotos: Guilherme Lessa

Mary Yale
UFPb

"As marcas do trabalho das professoras de 1ª a 4ª séries são problemas na voz, varizes, contusões, associadas à depressão e a sensação de enlouquecimento."

Denise Alvarez
UFF

"O tempo todo o pesquisador tem que estar dialogando com as agências de fomento que mudam a todo o momento as regras de como ele (docente) deve se apresentar."

Movimento

ca, segundo Kátia, que o trabalhador ocupe o lugar do pesquisador, mas sim que seja também "autor dos conhecimentos e das mudanças".

Inspirados também no método de Paulo Freire, o programa já formou 14 sindicalistas e trabalhadores de base. Estes 'multiplicadores' pesquisam em conjunto com os especialistas as reais condições de trabalho nas escolas, identificam problemas e ajudam a aumentar a consciência crítica e a mobilização em relação aos direitos e às reivindicações das categorias. O fato de o Sepe ter buscado apoio na FioCruz é para Kátia um sintoma de vitalidade do movimento sindical diante da precariedade das condições do trabalho no sistema capitalista atual. A pesquisadora informou que a experiência vem ganhando fôlego e que muitos sindicatos do setor da Educação Pública, entre estes, entidades representativas somente de professores, já promovem este tipo de trabalho.

Amorim

A doença da perda dos direitos

Última palestrante, a professora da Universidade Federal Fluminense e dirigente da Aduff-SSind, Marina Barbosa, falou sobre *A subordinação do Docente à Lógica do Capital - Adoecendo o ensino*. Marina traçou um diagnóstico sociológico da perda da saúde nas instituições de ensino público. Para Marina, as enfermidades atingem não só os docentes, mas todo o ensino público, e podem ser aferidas pelo fato de a educação ter deixado de ser um direito para se tornar um serviço de mercado. "A educação ainda é um espaço com muita gordura para ser queimada em termos de lucro. O conceito do particular no âmbito do ensino e a destruição da esfera pública são a base desta enfermidade", criticou.

Para a professora e sindicalista, a utilização da esfera social como espaço de investimento é uma das causas da perda de autonomia dos profissionais em relação à sua própria produção, no caso das universidades. "A educação adoeceu", afirmou, ao relatar a precarização do trabalho docente como um sintoma desta alteração mais profunda do sistema universitário e da própria estrutura do Estado. Para a professora, a globalização atingiu a esfera acadêmica e os supostos 'privilégios' do trabalho docente enquanto uma atividade onde se deveria ter o controle sob processo de produção. "Os docentes também estão sendo atacados", declarou.

De acordo com Marina, a perda de autonomia e financiamento para linhas de pesquisa que não interessam ao mercado teria sua expressão máxima na implantação da Gratificação de Estímulo à Docência. "A GED destrói o que dá sentido ao trabalho docente, ou seja, a indissociabilidade entre as atividades acadêmicas. Ouso dizer que está é a base da doença psíquica do trabalhador docente", afirmou.

Base do sofrimento

'O modo que a gente adoece e morre são históricos", continuou a professora. A base do sofrimento diagnosticado nas pesquisas apresentadas pelas palestrantes, de acordo com Marina, estaria exatamente em "um sistema (capitalista) que reafirma a todo o momento os fatores que negam o sentido do trabalho e da própria vida", destacou. Para a sindicalista, a transformação desta realidade adoecida em que se encontram instituições e profissionais depende da defesa de um projeto de educação e saúde "compatível com a luta estratégica por um outro modo de produção", concluiu.

Tribuna

Fotos: Guilherme Lessa

"O sistema reafirma a todo o momento os fatores que negam o sentido do trabalho e da própria vida."

Marina Barbosa
UFF

"Os professores da UFRJ não procuram a DVST talvez por não se sentirem trabalhadores, mas 'produtores de conhecimento'."

Vânia Alves
DVST/UFRJ

"´ É fundamental que o trabalhador tome para si o conhecimento sobre a saúde de seu corpo."

Kátia Reis
ENSP/FioCruz

UFRJ

Biofísica pretende criar um curso na graduação

Instituto também apresenta plano de expansão da área física do prédio

O Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF) pretende criar um curso de graduação em "Ciências Biológicas – bacharelado em Biofísica". Essa foi uma das principais novidades apresentadas pelo órgão suplementar em sua apresentação na sessão do Conselho Universitário de 10 de outubro. O novo curso, com tempo de duração previsto para cinco anos, terá o objetivo de formar o estudante em áreas interdisciplinares como informática, física, química e biologia, de acordo com documento distribuído pelo diretor do instituto, Walter Zin, aos conselheiros.

O anúncio foi felicitado pelo reitor Carlos Lessa, que, conforme já divulgado no jornal da Adufrj nº 72, de 7 de outubro, quer apresentar ao próximo presidente um plano de expansão das vagas da UFRJ em troca de mais investimentos. "Temos, na universidade, cerca de doze novos cursos em diferentes níveis de maturação. Esse da Biofísica é extremamente bem vindo", disse Lessa, pedindo pressa na tramitação do processo nos colegiados superiores, especialmente no CEG.

Radiografia do instituto

"Nascido" a partir do antigo laboratório de Física da Faculdade Nacional de Medicina, o Instituto de Biofísica foi oficialmente criado em dezembro de 1945. O órgão suplementar destina-se a atividades de pesquisa, ensino de graduação e pós-graduação, desenvolvimento tecnológico e extensão no campo das Ciências Biológicas, Biomédicas e Médicas, entre outras tarefas.

Do total de 86 docentes em exercício no IBCCF (pois alguns encontram-se afastados para pós-doutoramento e por licença para trato de assuntos particulares), 81 são doutores e apenas cinco são mestres. O instituto possui dois programas de pós-graduação (Ciências Biológicas/Fisiologia e Ciências Biológicas/Biofísica), com mestrado e doutorado em ambos. O primeiro recebe conceito cinco da Capes, enquanto o outro tem sete.

Expansão em estudo

Outra meta do instituto, segundo Walter Zin, é a expansão da área física do prédio, com mais 2.240m2 a serem construídos. O objetivo da obra é possibilitar o remanejamento de laboratórios instalados em outros blocos do Centro de Ciências da Saúde (CCS) – o IBCCF fica no bloco G, mas tem salas nos blocos I, D e subsolo. Dentro desse planejamento, existe uma prioridade para viabilizar o acesso de deficientes físicos ao subsolo e ao 2º andar do prédio. Neste momento, mais uma vez o reitor interrompeu a exposição para avisar que a Prefeitura Universitária tem ordem expressa de só permitir novas obras que permitam o deslocamento de deficientes físicos.

Publicações devem preservar o selo da UFRJ

Assim como o IPPUR já havia feito anteriormente, o IBCCF levou ao Consuni algumas de suas publicações internas, entre elas, um livreto com a aula magna proferida pelo professor Carlos Chagas Filho, em março de 1988. O reitor elogiou o material, mas fez uma ressalva: observou a ausência do ícone da UFRJ na capa das obras acadêmicas. De fato, num volume destacava-se em letras colossais o nome do instituto; no outro, da aula magna, aparecia o nome da FUJB. E só. "Às vezes, a gente precisa de lupa para ler 'UFRJ' (nas capas)", disse Lessa.

Colegiados

Departamentos devem agilizar pedido de substitutos

Prazo final é o dia 31 de outubro

Os departamentos têm até o dia 31 deste mês para entregar as solicitações justificadas, após tramitação nas congregações de Unidades e Conselhos de Centro, de professores substitutos para o ano que vem. Quem fez a lembrança na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação, realizada em 16/10, foi o professor Antônio Cláudio (representante do CT). Ele integra a comissão da Câmara Docente do colegiado, responsável pela análise preliminar dos pedidos. Antônio Cláudio pediu especial atenção com os pedidos de prorrogações dos docentes temporários. "O quantitativo (deste grupo) precisa ser enviado para o MEC no início de dezembro. Portanto, o prazo (de 31/10) é improrrogável", disse. A novidade deste ano é que todos poderão ter seus contratos renovados até dezembro de 2003.

Para atender os prazos estabelecidos pela legislação do ministério, o CEG dividiu o processo na universidade, este ano, em duas etapas. Até 31 de agosto, os departamentos deveriam encaminhar apenas o quantitativo de vagas, sem justificativas. Como resultado dessa fase, chegou-se ao significativo número de 501 solicitações!

Uma vez que o número extrapolou em muito as restrições também estabelecidas pelo MEC (o máximo de temporários não pode superar 10% do corpo docente da ativa de cada instituição), a UFRJ vai trabalhar com o limite possível: 316 pedidos. Hoje, a instituição possui 208 temporários em regime de 20 horas e 61, em 40 horas.

Pedidos de viagem

O representante do CT reclamou da rejeição de pedidos de viagens de docentes para congressos e atividades afins em outras localidades pela Sub-Reitoria de Patrimônio e Finanças (SR-3). A sub-reitora Sylvia Vargas (SR-1) esclareceu que o responsável pela área, professor Oscar Acselrad, fica numa situação difícil pela escassez financeira da universidade. De acordo com informação da sub-reitora, em uma sessão do Conselho Superior de Coordenação Executiva – fórum que reúne decanos, sub-reitores, reitor e prefeita universitária -, Oscar sugeriu que fosse feita uma triagem pelas decanias para facilitar o trabalho. Antônio Cláudio viu dificuldades nessa proposta pelo simples fato de uma decania querer estimular a qualificação dos docentes. Como contraproposta, o representante pediu que a universidade iniciasse a discussão de uma política para julgar esse tipo de solicitação.

Saudação pelo Dia do Professor

O representante discente Wellington Augusto da Silva aproveitou a proximidade com a data do Dia do Professor para parabenizar a categoria. "A situação não é a mais bem recompensada, mas novos tempos virão", disse, acreditando em uma valorização do magistério já a partir do próximo governo.

Feriado do Dia do Funcionário Público

Alguns conselheiros pediram esclarecimentos sobre o possível feriado do Dia do Funcionário Público, em 28 de outubro, que será uma segunda-feira. No Diário Oficial da União, segundo informe da SR-1, a data de 28/10 não consta como feriado, mas a UFRJ tradicionalmente comemora o dia. O gabinete da reitoria ficou de informar a decisão com antecedência para que os docentes possam se programar.

FSM

Adufrj-SSind se prepara para participar de fóruns mundiais

Na última quarta-feira (16/10) foi definido um calendário de reuniões preparatórias para a participação das delegações da seção sindical ao II Fórum Mundial de Educação (19 a 22 de janeiro de 2003) e ao III Fórum Social Mundial (23 a 28 de janeiro de 2003). Ambos serão realizados na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A intenção da direção da entidade é formar grupos de discussão sobre os eixos e temas mais importantes dos dois eventos. Ao final do ciclo de reuniões, serão indicados os professores que nos eventos representarão a entidade. Vale lembrar que, no caso do Fórum Social Mundial, cada entidade recebe uma cota máxima de participantes. Os debates de cada tema ou eixo terão como referência as orientações do movimento docente local e nacional. Um dos critérios para que o interessado seja indicado como delegado aos eventos será a participação nas reuniões preparatórias e o compromisso com a produção de um artigo sobre tema ou eixo escolhido para futura publicação nos materiais da seção sindical. As delegações formadas deverão ser ainda submetidas à aprovação da categoria em uma Assembléia Geral.

FSM recebe proposta de oficinas

A partir da adesão dos docentes interessados às reuniões preparatórias para a participação no Fórum Social Mundial, a Adufrj-SSind poderá estar propondo a realização de uma oficina temática durante esse evento. A organização do FSM informa que as entidades que desejarem propor oficinas deverão fazer sua inscrição e registrar a proposta até o dia 29 de novembro. As inscrições das organizações que enviarão apenas delegados e não realizarão oficinas se encerram no dia 13 de dezembro.

Mais informações sobre os eventos, textos, documentos e prazos de inscrição podem ser obtidas nos endereços: www.forumsocialmundial.org.br e www.forummundialdeeducacao.com.br.

Cronograma para participação da Adufrj-SSind no Fórum Social Mundial. As reuniões serão sempre às quintas-feiras, de 15 às 17 horas, na sede da Adufrj-SSind, Ilha do Fundão

24/10 – Discussão do eixo 1: *Desenvolvimento democrático e sustentável.*

31/10 – Discussão do eixo 2: *Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade.*

7/11 – Discussão do eixo 3: *Mídia, cultura e contra-hegemonia.*

14/11 – Discussão do eixo 4: *Poder político, sociedade civil e democracia.*

21/11 – Discussão do eixo 5: *Ordem mundial democrática, combate a militarização e promoção da paz.*

28/11 – Consolidação das discussões realizadas e confirmação da indicação dos responsáveis pelo acompanhamento dos temas, com compromisso de produzir artigo para futura publicação nos materiais da entidade. Último prazo para definição de apresentação de proposta de oficina para o evento (29/11)

Cronograma para participação da Adufrj-SSind no Fórum Mundial de Educação. As reuniões serão sempre às quintas-feiras, de 15 às 17 horas, na sede da Adufrj-SSind, Ilha do Fundão

12/12 – Discussão do tema 1:
A Cidade e a Educação.

19/12 – Discussão do tema 2:
A Construção Social do Conhecimento.

9/01 – Discussão do tema 3: *Projeto Político e Projeto Pedagógico.*

16/01 – Consolidação das discussões realizadas e confirmação da indicação dos responsáveis pelo acompanhamento dos temas, com compromisso de produzir artigo para futura publicação nos materiais da entidade.

UFRJ

Entidades promovem debate sobre segurança

Na última sexta-feira, dia18, as entidades Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG promoveram o debate *Autonomia e Segurança*. O evento estava previsto para ocorrer no Salão Nobre da Decania do Centro de Tecnologia. Na crista dos debates sociais, a discussão sobre segurança no *campus* do Fundão foram convidados o deputado estadual e ex-chefe de Polícia Civil Hélio Luz (PT), do coordenador do Núcleo de Estudo de Cidadania e Violência Urbana do IFCS, Michel Misse e do atual vice-reitor, Sérgio Fracalanzza. O evento faz parte do Seminário *Segurança nos campi* organizado pelas entidades que terá prosseguimento no próximo dia 31, no Auditório do CFCH, na Praia Vermelha, com debate sobre a autonomia dos poderes e segurança. No dia 12 de novembro será discutida na sala 106 do no IFCS, no Centro, a Infra-estrutura do *campus*, como iluminação e transporte; e, em 28/11, a relação com a comunidade em torno do *campus*, no Salão Azul do prédio da reitoria, no Fundão. Os debates ocorrerão sempre às 12 horas.

"Polícia no Fundão, não!"

De acordo com a apuração do Jornal do Sintufrj (gentilmente cedida), o deputado Hélio Luz sugere como recurso para o *campus* o que para ele é óbvio: "Como o Fundão é uma ilha, os acessos são controláveis. É o feijão com arroz que não soube ser feito. Polígono é fantasia que nunca deu resultado. Polícia não pode entrar em *campus* universitário em hipótese alguma a não ser que haja algum crime, para investigar. Não vai fazer batalhão especial no campus. É loucura. Melhor é ter guarda da própria universidade".

Para o parlamentar, a polícia pode atuar afastando os infratores, mandando recados. Mas a atuação tem que ser de curto prazo, cerca de 15 dias, e diminuindo aos poucos, num programa estruturado com a guarda interna da universidade. Outras medidas são a capina e iluminação pública, além da adoção da guarda municipal. "O prédio (da UFRJ) é propriedade federal, não a ilha. É uma função da guarda municipal (proteger o local), antes de ser da PM. Não tem batalhão escolar? É exatamente isso".

Para Michel Misse, a polícia pode trabalhar no *campus*, mas não dentro das unidades. "O Fundão é muito grande e é um local de passagem. Está integrado à cidade, diferente de outros *campi*. A Praia Vermelha é fechada. Acho inevitável que tenha polícia, mas não dentro dos prédios".

Nas próximas semanas, o Jornal da Adufrj trará matéria com os posicionamentos da reitoria, dos decanos e de representantes das entidades sobre o assunto.

Andes-SN

Regional Rio debate desmonte da Universidade Pública

Neoliberalismo atuou decisivamente no governo FHC, com a "Reforma" do Estado

Contra-reforma de Estado, autonomia das universidades e orçamento para 2003 foram discutidos no primeiro dia do I Encontro sobre a Universidade Pública, organizado pela Regional Rio do Andes-SN. O evento ocorreu no Auditório Paulo Freire, da UniRio (em 16/10) e no Auditório da Escola de Serviço Social da UFRJ (em 17/10).

"O Brasil que a gente herda dos anos 90 está assentado sobre nitroglicerina pura", afirmou a professora Elaine Behring (da Uerj), primeira palestrante do dia. Recém-doutora pela UFRJ, ela defendeu a tese com o título "Contra-Reforma do Estado no Brasil" e, com base nesse material, construiu um esboço do desmonte das políticas públicas empreendidas pelo governo FHC.

Segundo ela, esta contra-reforma de Estado partiu de dois princípios: a mundialização do capital (pela expansão das transnacionais) e a reestruturação produtiva (através da adaptação das relações de trabalho). Ambas visaram à retomada das altas taxas de lucros dos países ricos e seguiram a máxima popular do "faça o que eu digo, não o que eu faço".

A palestrante argumentou que as reformas neoliberais chegaram até com relativo atraso ao Brasil. "Isso ocorreu porque o país tinha um parque industrial sólido e, graças à democratização em curso nos anos 80, a sociedade civil estava mais fortalecida", disse. Por conta disso, a nação foi mais resistente às mudanças. Mas acabou cedendo. "A então oitava economia virou décima-primeira", comentou. A desnacionalização da indústria chegou a tal ponto que, nos dias de hoje, já vive uma segunda etapa: para ilustrar o que dizia, citou o anúncio da fusão da privatizada Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) com uma empresa anglo-holandesa.

Elaine sublinha o Plano Diretor de Reforma do Estado, gestado no governo FHC e coordenado pelo ex-ministro Bresser Pereira, como um dos principais instrumentos de transformação - para pior - da sociedade brasileira. "O Plano é arrogante e desonesto intelectualmente, pois faz uso de conceitos de pensadores democráticos para manipular a população", contou.

Universidade operacional

De acordo com Elaine, a repercussão desse projeto destruidor, na Universidade Pública, é clara: corte de verbas, dificuldade de operacionalização da pesquisa e implementação em larga escala do que a filósofa Marilena Chauí chamou de universidade operacional. Essa universidade, em tempos de neoliberalismo, passa a se pautar pelos princípios da economia, aqui entendida como gerenciamento empresarial e captação de recursos, pela flexibilidade para gestão do funcionalismo e pela produtividade: quanto, em quanto tempo e a que custo se produz. "Quando a Universidade passa a ser uma organização social e setor não-exclusivo de Estado, que é como ela é situada no Plano Diretor, a Universidade deixa de aspirar à universalidade. Essa Universidade não forma e não cria pensamento", esclareceu.

Kelvin Melo

DA ESQ. PARA A DIR.: ADHEMAR MORENO; A 1ª VICE-PRESIDENTE DA REGIONAL RIO, JANETE LEITE; O PRESIDENTE DA ADUNI-RIO, CARLOS ALBERTO LIMA, ELAINE BEHRING E ROBERTO LEHER

Ancorada nos números da miséria brasileira, com 55 milhões de pobres, sendo 26 milhões de indigentes, Elaine não tem dúvidas sobre o caráter negativo desta contra-reforma de Estado. Mas ela não está pessimista para o futuro: "Temos que retomar o rumo de uma agenda radicalmente democrática no sentido econômico e político", disse. Elaine defende a ruptura com a política econômica atual, a mobilização interna que envolva trabalhadores, setores médios e até mesmo segmentos empresariais penalizados pelo Plano Real. Com estes últimos, ela pede cuidado especial diante da tradicional "lógica predatória da burguesia brasileira".

Duas ameaças para o funcionalismo

O funcionalismo federal enfrenta ainda duas ameaças mais imediatas: a reforma administrativa e a reforma da Previdência. Essa foi a afirmativa do professor da Faculdade de Educação da UFRJ e ex-presidente do Andes-SN, Roberto Leher, segundo palestrante da mesa. O primeiro perigo se materializa na proposta de Emprego Público, que aguarda a regulamentação nas diferentes carreiras do Estado. Vencida temporariamente essa possibilidade com a greve de 2001, alguns de seus pressupostos retornam sob novos aspectos, entre os quais, sugere Leher, pode ser listada a Lei de Inovação Tecnológica.

No campo da Seguridade Social, os trabalhadores celetistas já convivem com a mudança nas regras previdenciárias. A aposentadoria se dá agora pelo fator do tempo de contribuição. "E isso, num país onde 55% da população economicamente ativa está fora do mercado formal, chega a ser criminoso", disse. No caso dos servidores, o problema vem sob a forma dos fundos de pensão. Neste ponto, Leher aproveita uma passagem do jornal francês esquerdista Le Monde Diplomatique que, em certo artigo, perguntou aos seus leitores: "Você confiaria a poupança da sua vida inteira à bolsa de valores? Pensem na Enron (empresa norte-americana de energia que fraudou a própria contabilidade)..."

Auto-aplicabilidade do art. 207 da CF

Roberto dissertou ainda sobre a força da auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal, que versa sobre a autonomia universitária. Segundo ele, embora não seja compreendido nem mesmo dentro das próprias instituições de ensino superior, o artigo é completo em si. Amparado em estudos jurídicos, o professor defende que não cabe qualquer outro instrumento para regulamentá-lo.

O Banco Mundial, em 1994, no documento intitulado "Lições da Experiência", fala em dar maior grau de autonomia às universidades. Só que essa autonomia é para que elas possam operar no mercado. Pegando um "gancho" na palestra de Elaine sobre o Plano Diretor de Estado, Roberto comentou que Bresser Pereira classificava as universidades como um serviço ("Não é mais um direito social", observa Leher), não exclusivo de Estado e competitivo. Neste contexto, ensina, deve-se lutar pelas transformações. "E o governo só vai mudar, se os movimentos lutarem por isso. Para impedir que a barbárie se aprofunde ainda mais no Brasil, vamos ter que ter muita coragem, ousadia. E o melhor capital acumulado que a gente pode ter é esse", completou.

Orçamento de 2003 é pura ficção

O economista Adhemar Moreno, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), fechou a mesa com uma análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003, enviada ao Congresso Nacional. Um assunto extremamente importante diante da bastante provável mudança de governo. Na opinião dele, o orçamento do ano que vem é uma "peça irreal" que deveria ser revista (até mesmo pelo candidato governista).

"A LDO de 2003 trabalha com a expectativa de dólar a R$ 2,90. Para o ano, os juros estão sendo projetados a 18,5%, embora já existam anúncios de que esse percentual será elevado", continuou Adhemar. A inflação acumulada prevista para o ano que vem, pelo índice IGP, da Fundação Getúlio Vargas, é de inacreditáveis 6%. E o pior ainda está por vir: o economista teme que o Congresso vote e aprove tudo apressadamente neste fim de ano.

Adhemar, fez questão de observar o processo de transformação da peça orçamentária desde a Constituição de 1988. Na época, os recursos eram vinculados aos gastos, tanto setorialmente, como regionalmente. O que houve a seguir, com os neoliberais, foi o que chamou de "revanche do processo da Constituinte". O governo criou sistemas para burlar a Constituição, que promoviam a desvinculação. Assim foram criados, por exemplo, ao longo do tempo, o Fundo Social Emergencial ("que, de Emergencial tinha muito pouco e, de social, não tinha nada"), o Fundo de Estabilização Fiscal e a assumida DRU (Desvinculação dos Recursos da União).

O último sinal de Paulo Renato

Em relação às universidades, Adhemar lembrou uma passagem de final de greve, quando o ministro Paulo Renato disse que aquela negociação salarial seria a última realizada em nível federal. O economista do Dieese acredita que Paulo Renato já sinalizava com a possibilidade bastante concreta de os reitores assumirem o controle orçamentário de suas instituições, transferindo a negociação para o nível local. Adhemar falou isso e também recordou que o atual ministro da Educação já foi um executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Obs: as demais mesas do Encontro serão publicadas nas próximas edições.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 74 • 28 de outubro de 2002

Guilherme Lessa

Consuni recusa batalhão no campus

Ilha terá somente polígonos de segurança

O reitor Carlos Lessa bem que tentou forçar a aprovação dos Planos de Segurança Azul e Vermelho para o Fundão, propostos em conjunto pela reitoria e pela Secretaria de Segurança Pública do estado (e divulgados no boletim da Adufrj nº 55, de 9 de setembro), mas só conseguiu garantir o primeiro, com 14 votos, na sessão do Conselho Universitário realizada em 24/10. A proposta ainda teve seis abstenções e dois votos contrários das bancadas discente e dos técnico-administrativos.

Só para lembrar, com o Plano Azul, serão instalados dois polígonos de segurança com quatro viaturas, duas paradas e outras duas circulando, uma central de comunicação da PM e haverá, ainda, treinamento dos vigilantes da universidade. O reitor, meio contrafeito, disse que iria comunicar a decisão do colegiado ao secretário Roberto Aguiar.

Os conselheiros, pela primeira vez em uma situação de conflito com Lessa, ainda assim elogiaram a iniciativa da reitoria de propor um plano de Segurança, mas criticaram as possíveis instalações físicas da polícia dentro do *campus*. De acordo com o professor Luiz Antônio Cunha (CFCH), o "medo é mau conselheiro nessa hora": "Por causa de soluções curtas, compromete-se a situação a longo prazo", disse. Milton Roedel (CCMN) foi mais enfático: "Não quero transformar a ilha numa base de repressão ao tráfico. Daqui a pouco vai ter tiro daqui para lá e de lá para cá. Nós temos que voltar a participar da vida social dessas comunidades próximas", comentou. Ana Clara (CCJE) valorizou a idéia do seminário das entidades e sugeriu que especialistas do tema também fossem convidados para futuras sessões, para subsidiar as discussões dos conselheiros. Antônio Paes de Carvalho (CCS) classificou os problemas do Fundão como "fáceis de resolver". "O que existe aqui é o pequeno banditismo. Não é questão para colocar um batalhão aqui dentro", contou. O decano do CCJE, Alcino Câmara, propôs que fosse criada uma "polícia universitária" ou algum outro tipo de policiamento que fosse treinado para lidar com as especificidades da vida acadêmica.

Continua na página 4

Assembléia Geral

8/11 Sexta-feira **9:30**

Salão Nobre da Decania do CT

2º andar, bloco A

Pauta:
1 – Informes Gerais
2 – Encaminhamentos do 45º Conad
3 – Reunião do Setor das IFES/ Plenária dos SPF
4 – Eleição de delegados e observadores para Plenária dos SPF
5 – Alteração do percentual de contribuição dos sindicalizados da Adufrj-SSind

Seminário sobre Segurança

Tema: Segurança nos *campi*

31/10 quinta-feira **12h**

Auditório do CFCH
Praia Vermelha

Convidados:
Edmundo Fernandes Dias (professor de Sociologia da Unicamp e ex-secretário geral do Andes-SN); Maria Ângela Dias (prefeita universitária da UFRJ); e Wlamir Ricardo da Silva (Sindicato dos Trabalhadores da UFC)

Organização: **Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj**

Conselho de Representantes

6/11 17h30

quarta-feira

Sede da Adufrj-SSind

CT, Bloco D, sala 200

Mesma pauta da AG, menos o item 4

Reunião preparatória para o Fórum Social Mundial

31/10 quinta-feira **15h**

Sede da Adufrj-SSind

CT, Bloco D, sala 200

Pauta:
Discussão do eixo 2 – "Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade"

Nesta edição, aproveitamos para repetir o calendário de Assembléias e Conselhos da Adufrj-SSind até o fim do ano. Vale lembrar que uma AG não prevista no calendário já foi convocada para o dia 8/11 (veja acima), em função da reunião do Setor das Federais e da Plenária dos SPF.

Mês	CR	Assembléia
Novembro	quarta-feira, 13/11	terça-feira, 19/11
Dezembro	quarta-feira, 11/12	terça-feira, 17/12

Andes-SN

CARTA DE CURITIBA

Este documento foi o texto final do III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN, organizado pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Paraná (Apufpr-SSind) e pela Seção Sindical dos Docentes do CEFET-PR (Sindocefet-PR), entre os dias 11 e 13 de setembro, em Curitiba

Os participantes do III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN, reunidos de 11 a 13 de setembro na Universidade Federal do Paraná, publicam esta carta à Nação brasileira que, muito embora tenha se livrado da ditadura militar, permanece dominada e dirigida pelos mesmos grupos que financiaram o golpe de 64 e o Milagre Brasileiro, subalternizando os sonhos de uma vida melhor, mais digna e menos desigual para o conjunto de etnias que formam o povo brasileiro.

Partindo do pressuposto de que a soberania de uma nação depende do desenvolvimento científico-tecnológico construído para o bem-estar de seu povo, concluímos que os sonhos de independência, ou, pereceram, ou, ficaram circunscritos ao idealismo de uns poucos. Mesmo depois da retomada do processo de realização de eleições livres e diretas, a nacionalidade se viu presa do descaso tradicional que as elites econômicas sempre dispensaram à Educação; bem como, subjugada pela desinformação e falta total de incentivo ao fazer científico e tecnológico voltado para os reais interesses de nossa sociedade.

O despreparo político, a corrupção, a demagogia e a migração de parcelas da intelectualidade para o credo neoliberal impuseram uma globalização econômica perversa e excludente como panacéia para países em desenvolvimento como o nosso. De nada adiantou, nesse contexto, uma Constituição Cidadã, uma vez que vem sendo aplicada e modificada por uma classe política dócil aos desígnios de conglomerados econômicos interessados em privatizar todos os bens públicos e potencialidades capazes de nos assegurar a independência. Também não adiantou termos um antigo docente do ensino superior à frente dos destinos nacionais, sobretudo quando o mesmo pediu a todos que esquecessem do que havia escrito a vida toda, fraudando o sufrágio que o havia elegido como personificação de uma universidade capaz de livrar o território nacional de seus males e atrasos.

Assim sendo, depois de analisar a presente política industrial, o modelo econômico, o financiamento de ciência e tecnologia e as necessárias correções de rumo para tirar o Brasil da presente crise, os participantes do III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia/ANDES-SN, concluem que, neste ano eleitoral de 2002, é imperioso deixar consignado, antes das eleições e de seu resultado, a importância de se resgatarem os interesses maiores da cidadania brasileira, contemplando o ideal de autonomia e soberania, alicerçado em uma ciência e tecnologia brasileira, independente e voltada para o equacionamento dos problemas de nossa população.

Cumpre-nos, também, denunciar a alarmante insuficiência de recursos orçamentários para a execução das atividades previstas e o desvio dos mesmos para atender aos interesses dos banqueiros; os critérios de distribuição que contemplam poucos grupos de pesquisa e estimulam os aspectos quantitativos em detrimento da qualidade; o já visível fracasso dos fundos setoriais como investimento em pesquisa básica e em inovação tecnológica; o esvaziamento do PRONEX; a extinção do PICDT e a sua substituição pelo PQI; os descaminhos dos Institutos do Milênio e a implantação do Instituto Fábrica do Milênio; o já anunciado bloqueio de cerca de R$ 497 milhões no orçamento de 2003 do MCT, para garantir o superávit primário exigido pelo FMI; a continuação do desmonte das universidades públicas e dos institutos de pesquisas e a ação perniciosa do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (uma entidade criada sob a forma de organização social dentro do MCT) na definição e implementação de políticas de ciência, tecnologia e inovação; além do desnecessário e abominável projeto de lei da inovação tecnológica que, se aprovado, representará um golpe fatal sobre as possibilidades de termos uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade em nosso país.

Finalmente, cabe-nos alertar e conclamar todas as Seções Sindicais e todos os sindicalizados do ANDES-SN a se engajarem, tendo como referência "A proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira", no trabalho de construção de uma política de ciência, tecnologia e inovação que responda às demandas da sociedade brasileira e a torne menos desigual e injusta.

Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 13 de setembro de 2002.

Agenda Sindical

31/10 – Jornada Continental contra a Alca

31/10 – Reunião preparatória para o Fórum Social Mundial
Sede da Adufrj-SSind, 15h

1/11 – Reunião do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical
Belém (PA), durante o primeiro dia do Conad

1 a 3/11 - 45º Conad
Belém (PA) – com o tema "Projeto Histórico e Programa de Governo: as reivindicações dos trabalhadores X acordos econômicos"

5/11 – Fórum Social do Rio de Janeiro
No Teatro da Uerj, a partir das 16h
- Etapa preparatória para o Fórum Social Mundial no estado. Haverá debates e atrações culturais.

9/11 – Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF) – Sede do Andes-SN
Pauta: Encaminhamentos do 45º Conad; preparação para Plenária dos SPF; outros assuntos.

10/11 – Plenária dos SPF
Brasília (DF)
Pauta: Informes; conjuntura; Plano de Lutas, luta contra a Alca

19/1 a 22/1 de 2003 - Fórum Mundial de Educação (2ª edição)
Porto Alegre (RS)

23/1 a 28/1 de 2003 – Fórum Social Mundial (3ª edição)
Porto Alegre (RS)

Cartas

Queridos amigos:

Quase morri de emoção quando li a manchete de capa do jornal desta semana da Adufrj: REVOGADA A RESOLUÇÃO 1/99! (boletim nº 57, 14.10.2002)

Ponto para o trabalho conjunto das entidades!

Adoraria poder comemorar com todos os que trabalharam para esta vitoria: os professores que viajaram para poder estar conosco nos debates da UFRJ, os militantes do DCE e CAs, do Sintufrj, da Adufrj, os funcionários das duas entidades, Sayonara, o pessoal do teatro... Ufa! Foi uma porção de gente trabalhando!

Valeu a pena, pela vitoria e pela oportunidade de trabalharmos juntos!

Um grande beijo a todos,

Maria de Lourdes
Professora aposentada do Instituto de Psicologia e ex-vice-presidente da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Universidade recebe ato pró-Lula antes das eleições

Organizadores do evento divulgam texto em defesa da C&T

Um manifesto em defesa da Universidade e da Ciência & Tecnologia nacional foi o saldo de concorrido ato de apoio à candidatura Lula que lotou o auditório do Centro de Tecnologia no início da tarde de 23/10, quatro dias antes do segundo turno das eleições presidenciais. Além de integrantes da comunidade acadêmica, marcaram presença no evento representantes de diversos partidos, instituições de pesquisa e sindicatos.

No manifesto, que deveria ser subscrito pelos simpatizantes da campanha petista, é destacado o papel do desenvolvimento científico e tecnológico na construção de um Projeto Nacional: "Para nós, o desenvolvimento científico e tecnológico é uma questão de soberania nacional. O país está hoje inserido de forma subordinada no contexto internacional, o que lhe reserva um papel secundário e dependente. Além disso, a superação de nossos graves problemas econômicos e sociais está intimamente ligada à criação e ao uso do conhecimento. A ciência e a tecnologia devem ser usadas para elevar os níveis de educação e saúde do povo, democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, expandir postos de trabalho, promover um desenvolvimento que respeite o meio ambiente e melhore a qualidade de vida", diz um trecho do documento.

Mesa representa arco de alianças

Na imensa mesa que foi montada no auditório, buscou-se representar o amplo arco de alianças em torno da candidatura Lula. Havia representantes do PT, do PDT, do PPS, do PCB, do PC do B, do PSB e do PMDB mineiro, dissidente da base governista. O deputado federal Jorge Bittar (PT), um dos coordenadores da campanha presidencial do partido, foi o primeiro a falar. Bittar lembrou a eleição do reitor Carlos Lessa este ano na UFRJ que, segundo ele, representou uma vitória sobre o obscurantismo da era Vilhena. Para o petista, essa mesma ruptura seria conseguida, no plano governamental, com a eleição de Lula.

Miro Teixeira (deputado federal pelo PDT) já dava as eleições presidenciais como assunto encerrado. Confiante na vitória de Lula, considerava o ato do CT como o primeiro passo pós-segundo turno e conclamava os presentes a pensar em medidas para geração de empregos, contra a corrupção e contra a privatização. Jandira Feghali (PC do B) também manifestou sua confiança na vitória petista e lembrou que não há condições de manter a asfixia do serviço público e, em particular, das universidades e hospitais, se realmente se deseja elaborar um projeto nacional brasileiro. Wanderley de Souza, ex-secretário de C&T do governo estadual de Anthony Garotinho e professor do Instituto de Biofísica da UFRJ, falou em nome do PSB. Ele comentou a identidade de propostas para a área de C&T encontrada entre o seu partido e o do PT e listou algumas medidas a serem tomadas para impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico do país: integração entre as fundações estaduais de amparo à pesquisa e as agências governamentais; volta do apoio aos projetos de demanda espontânea (segundo ele, centenas de pequenos grupos de pesquisa estão parados por falta de dinheiro); correção das bolsas de pós-graduação e a recuperação emergencial e expansão do sistema federal de ensino superior foram alguns dos pontos enumerados para um programa de C&T. O diretor da Coppe e um dos formuladores do programa de governo de Lula, Luiz Pinguelli – que foi o "mestre de cerimônia" do evento -, disse que esses itens estariam contemplados no plano petista.

Fotos: Kelvin Melo

JANDIRA, BITTAR, PINGUELLI, LESSA E MIRO NO ATO DO CT

Reitor manifesta algumas preocupações

Anfitrião do ato, o reitor Carlos Lessa deixou claro, logo de início, que não cabe a uma universidade aderir a uma campanha política, mas felicitou a reunião que, no ponto de vista dele, "aperfeiçoa a prática democrática". Como "um velho professor de Economia", como se definiu, Lessa transmitiu suas preocupações com os cortes dos gastos públicos e com a manutenção da taxa de juros em índices tão elevados. No fim, brincando, disse: "Muito em breve vou procurar esses parlamentares com o pires na mão", comentou, para risos da platéia.

Leite Lopes participa do evento

Único a falar da platéia, o físico José Leite Lopes (do CBPF e professor emérito da UFRJ) disse estar bastante emocionado com o então bastante provável governo Lula. Ele pediu medidas ousadas e importantes para o país e, em particular para a área de C&T, "em favor do povo", para aplausos gerais dos presentes.

Entidades representativas foram convidadas

As entidades representativas da UFRJ (Adufrj-SSind, Sintufrj e DCE) foram convidadas e compareceram ao ato. A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, fez questão de registrar o reconhecimento da seção sindical. "Não estou aqui pelo apoio ao candidato, mas estou honrada pelo convite. Primeiro, pelo reconhecimento da legitimidade da seção sindical e, segundo, pelo espaço político que este ato representa para o Sindicato Nacional apresentar, mais uma vez, suas tarefas políticas, a exemplo da participação nas edições do Fórum Social Mundial, do Fórum pela Democratização dos Meios de Comunicação e dos Congressos Nacionais de Educação", disse. A presidente fez questão de frisar a autonomia do movimento docente diante dos candidatos que se apresentaram durante o processo eleitoral. "Uma vez que a questão do desenvolvimento científico e tecnológico é o núcleo central deste evento, aproveito a oportunidade para pontuar as críticas e contribuições do movimento docente sobre o tema, tais como a crítica aos fundos setoriais (que condicionam o financiamento da pesquisa aos interesses do mercado) e à proposta de Inovação Tecnológica, que visam à privatização do espaço universitário", afirmou. A presidente comentou que o movimento docente continuará atento, durante o governo Lula, na busca incessante de recuperação de um "Estado forte para os trabalhadores; e não para o capital". A professora fez sua intervenção com a certeza de contar com o apoio dos parlamentares presentes, em especial do deputado Jorge Bittar (integrante da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara Federal).

Vale lembrar que o GT Ciência e Tecnologia do Andes-SN realizou, com a organização da Apufpr e do Sindocefet-PR, um seminário sobre o tema, em Curitiba, entre 11 e 13 de setembro – as matérias sobre o evento vêm sendo publicadas nas últimas edições do jornal da Adufrj. Nesta edição, na página 2, leia a Carta final do seminário.

LEITE LOPES COBROU MEDIDAS OUSADAS NA ÁREA DE C&T

Sintufrj também participa do ato

A coordenadora do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro, observou que já existia decisão congressual da categoria dos técnico-administrativos em favor da candidatura Lula. "Ao contrário do Andes-SN, a Fasubra Sindical tem decisão congressual de apoio à candidatura Lula", afirmou, ressaltando, no entanto, que o dia 27 seria "apenas o começo": "Não estamos elegendo um deus. Se queremos transformações, vamos lutar por isso", contou, acrescentando que os movimentos sindicais não podem ficar parados em caso de eleição de um governo dito de esquerda, citando o exemplo do combate contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Colegiados

Continuação da capa

"Redoma de vidro"

Para a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, que se manifestou no Consuni, o projeto da reitoria põe a UFRJ em uma "redoma de vidro". Apesar de reconhecer a importância do fortalecimento das instiutições públicas, particularmente, da sugurança pública no Brasil, assim como, da responsabilidade social de todos (individual e coletiva) com a violência no interior da UFRJ, enfatizou a posição da diretoria da entidade de ser contrária a qualquer instalação de estrutura física da polícia dentro da universidade. Considerando a violência como uma "expressão da questão social", Cleusa ressaltou que o combate dentro do *campus* poderia ser feito por meio do aumento e qualificação do corpo de vigilantes, pelas melhorias na iluminação da ilha e pelo crescimento dos cursos noturnos "que não só dariam densidade populacional ao local, mas, sobretudo, responderiam a uma necessidade social: atender à demanda por vagas na universidade pública".

Cleusa pediu tempo para o Consuni se decidir sobre a questão. "Temos que fazer uma discussão séria sobre o assunto. Isso não pode ser decidido de um dia para o outro. Não podemos nos colocar numa redoma de vidro, fora dos problemas sociais", criticou. Para comprovar sua tese, citou dados apresentados durante o debate da Faculdade de Direito sobre 'Poder Paralelo': "São 77 mil o número de vítimas da violência que morreram somente na década de 90, no Rio de Janeiro; e 76 mil armas de fogo foram apreendidas", relatou a presidente, lembrando ainda a situação do desemprego (12 milhões de desempregados) e de miséria (20 milhões de indigentes) no Brasil. Para Cleusa, não basta proteger o cidadão apenas no espaço universitário.

Vice-reitor responde

O vice-reitor Sérgio Fracalanzza respondeu que não acredita em um envolvimento maior da comunidade acadêmica na discussão. Na sua opinião, apenas uma pequena parte dos professores se manifesta sobre o tema e a maioria fica silenciosa. "A sensação que a gente tem é de aprovação (em relação aos Planos)", afirmou. Fracalanzza aproveitou o Consuni para informar que as melhorias da iluminação do *campus* estarão sendo licitadas dentro de um mês. O vice-reitor também relatou as dificuldades de se realizar concursos públicos para vigilantes. "A médio prazo, não vamos ter enxurradas de concursos públicos. Temos, sim que investir nos vigilantes que temos", afirmou, acrescentando que a universidade vai receber um equipamento de rádio para facilitar a comunicação da Segurança local.

Outras entidades também questionam

Conselheira e representante da APG, Gilda Moreira também considerou "exagerada" a proposta de instalar um batalhão no *campus*. A estudante pediu uma reflexão sobre essa concepção de segurança que se reduz a mero policiamento. "Isso é um pensamento minúsculo. Eu me sentiria mais à vontade de discutir o assunto após o ciclo de seminários organizado pelas entidades (que termina em novembro)", disse. A coordenadora do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro, comentou os problemas que a própria corporação policial apresenta e que poderiam ser trazidos para dentro do Fundão, com vários policiais afastados por comprovada relação com o tráfico e a corrupção. "Isso está nas manchetes dos jornais", observou. O aluno Paulo Maurício, pelo DCE, também considerou "complicado" tomar uma decisão naquela sessão do colegiado. "Estamos convocando os estudantes para discutir. Qualquer decisão tomada agora não seria qualificada", disse.

Lessa acata decisão do colegiado

O reitor decidiu acatar as sugestões de convite a especialistas da área para reuniões do Consuni, a rediscussão do Plano Vermelho e a aprovação somente do Plano Azul (dos polígonos). Lessa acabou aceitando o pedido da representação dos técnico-administrativos para tentar abrir negociação com o possível novo governo de Lula. Esta iniciativa teria o objetivo de conseguir mais concursos públicos para a UFRJ (aí incluídos aqueles destinados à Vigilância).

Conselheiros propõem segurança nos prédios

Na sessão do Conselho de Ensino de Graduação de 23/10, quarta-feira, os representantes também discutiram as propostas da reitoria para a segurança no *campus* do Fundão. A maioria dos conselheiros entendeu que o colegiado acadêmico não tinha informações suficientes para aprovar ou rejeitar as medidas apresentadas pelo reitor, Carlos Lessa, que esteve presente no início da sessão. A sub-reitora. Sylvia Vargas, disse não ter recebido formalmente nenhum projeto por parte da reitoria e foi com base nas informações veiculadas nos jornais e boletins da Adufrj (sobre os 'planos azul e vermelho') que encaminhou o debate junto aos conselheiros.

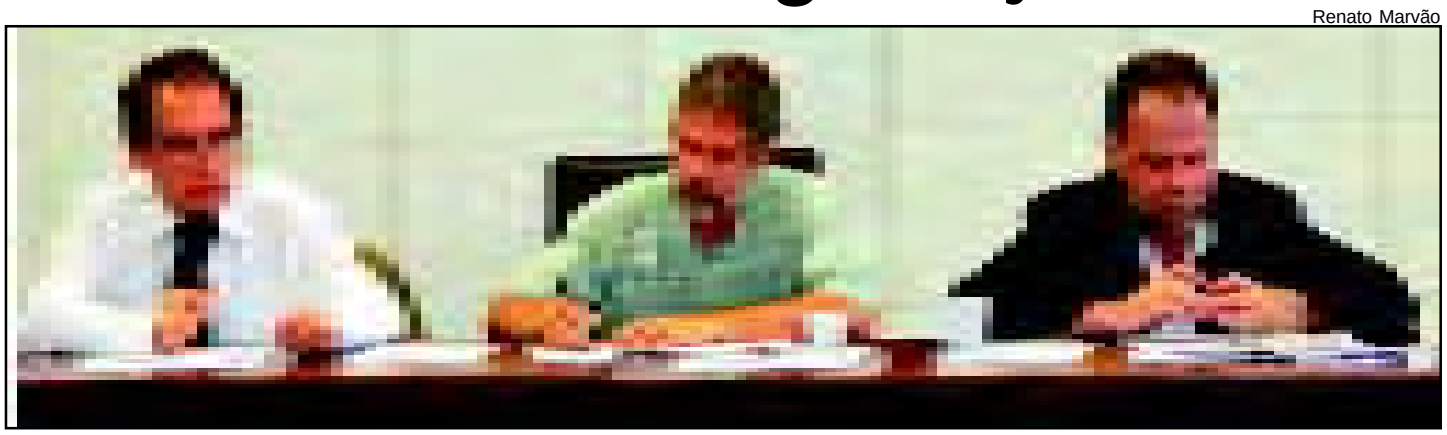
A decisão do CEG foi encaminhar o Consuni um relato de que a maioria aprovava a presença dos polígonos nas vias universidade ('plano azul'), mas que os conselheiros se dividiam em posicionamentos favoráveis e contrários à instalação de batalhão e outros órgãos da PM na Cidade Universitária ('plano vermelho).

No relato, foi sugerido que, independente do projeto que vier a ser implementado, seria necessário que a reitoria promovessem ações de recuperação ambiental do *campus*. Ocupação do espaço, com construção de novas instalações, mudança das vias de acesso, com a recuperação da avenida entre os centros CT e CCMN, controle de entrada e saída dos prédios e da própria cidade através de crachás de identificação, entre outras, também foram sugeridos.

Comunidade inicia debate sobre segurança na UFRJ

Comunidade quer melhoria de iluminação, transporte e investimentos na ocupação do *campus*

Renato Marvão



DA ESQ. PARA A DIR., SÉRGIO FRACALANZZA, JOSÉ SANGLARD E HÉLIO LUZ

O primeiro debate promovido pelas entidades sobre "Autonomia e Segurança" contou com a participação do deputado estadual Hélio Luz (PT/RJ), do vice-reitor, Sérgio Fracalanzza, e do primeiro tesoureiro da Adufrj-SSind, José Sanglard e levou dezenas de professores, estudantes e funcionários ao salão nobre da decania do Centro de Tecnologia na tarde do último dia 18 de outubro. O debate faz parte de uma programação organizada pela seção sindica l junto do Sintufrj, DCE e da Associação dos Pós-Graduandos (APG). O próximo evento acontece nesta quinta-feira (31/11), ao meio dia, no Auditório do CFCH, na Praia Vermelha.

Para Hélio Luz, a presença da Polícia no Ilha do Fundão não traz segurança à comunidade. "Trazer a polícia para dentro do *campus* significa trazer também o ladrão e o traficante, ou seja, a corrupção", afirmou. Luz foi extremamente crítico em relação à proposta apresentada pela reitoria de instalar postos da PM na Cidade Universitária. O parlamentar, que já foi Chefe da Polícia Civil, criticou até mesmo a corporação: "Não há polícia democratizada, ela é a mesma há muito tempo e não deve haver ilusão nisso, qualquer que seja o governo", afirmou.

Para Luz, um simples sistema de cancelas nas entradas e saídas da Ilha inibiria a ação criminal, "pois eles (marginais) evitam o confronto". Para o deputado, a melhor solução é o investimento em segurança própria, ou seja, na contratação e qualificação dos vigilantes. A guarda municipal, que não porta armas de fogo, segundo Luz, seria mais uma alternativa para diminuir as ações de violência no *campus*.

Já o vice-reitor disse não ter o mesmo grau de conhecimento dos problemas internos da polícia, como o deputado. "A Reitoria tem sido diariamente comunicada sobre ocorrências (roubos, furtos, assaltos, intimidações, drogas e até estupros)", relatou. Para o dirigente deve haver a garantia das atividades da comunidade, "com segurança em qualquer horário". O vice-reitor rebateu a idéia das cancelas, lembrando que já houve experiências anteriores com este tipo de recurso, e as cancelas instaladas acabaram virando "alvo da criminalidade".

Durante as intervenções da platéia, a representante do Sintufrj, Neusa Pinto, disse que uma proposta de segurança para a UFRJ deve levar em conta investimentos em infraestrutura, transporte, iluminação e ocupação do espaço físico do *campus*.

Andes-SN

Investimentos em C&T são a chave do poder mundial

Modelo econômico da Cepal aprofundou dependência tecnológica na América Latina

Dos três "ingredientes" para fazer uma nação poderosa, o Brasil tem dois em abundância: recursos naturais e energia. Enquanto esses são sub-aproveitados, o terceiro componente (questão tecnológica) não recebe os investimentos necessários para se desenvolver. Essas foram as conclusões do professor José Walter Bautista Vidal (da Universidade de Brasília), durante a última conferência do III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN, realizado em Curitiba, entre 11 e 13 de setembro.

José Bautista não poupou críticas aos formuladores das teorias econômicas que, segundo ele, sustentam a dominação sobre o nosso país: "As teorias econômicas não são nem teorias, nem econômicas, pois se fundamentam em uma única variável: a moeda. Não levam em conta a energia, a natureza e a questão tecnológica", disse. E, no ponto de vista dele, o fato econômico consiste na transformação da natureza, pela energia, com a inteligência do homem. "As estruturas políticas do poder ignoram esses componentes básicos", afirmou.

Empolgado ao descrever os recursos naturais do Brasil, o professor comenta os 24% de água doce do planeta em território nacional, sendo 18% só na Amazônia – o Canadá, que é o segundo país nesse critério, possui 14% . Outro fator que põe o Brasil em evidência é a capacidade energética que pode ser gerada pela captação solar. Físico, o palestrante acredita que o país tem uma "fusão nuclear natural" à disposição: "Sobre o território brasileiro incide, por dia, uma quantidade de energia equivalente a 350 mil Itaipus – a maior hidrelétrica do planeta. Nós seguimos ignorando tudo isso feito uns idiotas. E vamos atrás de um combustível sujo (petróleo)", afirmou.

Kelvin Melo

JOSÉ WALTER BAUTISTA VIDAL

E se o mundo está para viver um colapso ambiental e energético, segundo ele, a culpa é das nações mais ricas, que basearam o crescimento econômico nos chamados combustíveis fósseis, que são finitos e poluentes. Ainda de acordo com José Bautista, a campanha militar que os EUA ora empreende contra o Iraque representa, por exemplo, mais uma etapa da "guerra da energia do passado", em referência à extração do petróleo na região do Oriente Médio.

Nesse contexto, ensina, a questão tecnológica é essencial. "Temos que nos preparar e isso vai nos custar muita coragem e dedicação, pois estaremos lidando com os ninhos de serpentes que nos dominam há séculos. Vamos ter que nos libertar para chegar a essa apoteose a que estamos destinados", disse.

Cepal recebe críticas

José Bautista não se limitou a analisar a presente conjuntura na sua palestra. Ele atribuiu o atraso tecnológico da América Latina à influência da Cepal (Comissão Econômica para a AL e o Caribe), num passado mais recente. "Tão admirada por todas as correntes ideológicas, a Cepal foi o suporte político dos últimos 50 anos do processo de desenvolvimento da América Latina, especialmente do Brasil", explicou.

No entanto, de acordo com ele, foi justamente neste momento de influência cepalina que se exibiu "a natureza suicida do pensamento tecnológico do modelo econômico nacional". O fato de a Cepal defender a substituição de importações, apesar de todos os aspectos positivos, abriu, segundo ele, a "brecha" que permitiu, mais tarde, a proliferação do neoliberalismo. "Esta dinâmica (da substituição de importações) atraiu para o Brasil as grandes corporações transnacionais. O Brasil montou indústrias de componentes de capital nacional, mas comprava pronto o pacote tecnológicos dos produtos de fora do país. A dependência se estabeleceu", disse, fazendo questão de declarar que também acreditou no modelo da Cepal naquela época. O palestrante disse estar divulgando o conteúdo desta análise sobre a Cepal em obra ainda a ser lançada, que será chamada "Dialética dos Trópicos".

Universidade está omissa

Mas o problema não fica por aí. A Universidade brasileira, de acordo com o palestrante, também está omissa e contribui para essa dominação estrangeira. "Tenho a maior honra e orgulho de ter dedicado a vida ao ensino, mas estou profundamente chocado com o rumo que têm seguido as universidades brasileiras. Não só pelas condições de trabalho, mas também pelo comportamento dos docentes. É uma direção muito perigosa", disse. Segundo José Batista, a Universidade, como casa do saber, deveria comandar a sociedade no campo das idéias, o que não estaria ocorrendo. "Não estamos satisfeitos com isso e precisamos mudar a situação. Ela (a Universidade) está sendo levada por uma série de ideologias que nega a Ciência", alertou aos presentes.

Andes-SN na resistência

José Bautista ressaltou, na resistência da sociedade brasileira, o papel que o Andes-SN ocupou (e continua a ocupar). "Discutir é importante, porque somos uma sociedade sem rumo hoje. E, no mundo, a questão tecnológica é a grande questão do poder mundial", destacou.

Sindicato Nacional em campanha contra Lei de Inovação

O Andes-SN promete não descansar na luta pela Ciência e Tecnologia de qualidade do país. Na reunião do GT de C&T do Sindicato, realizado em 14/10, foram encaminhadas algumas propostas para continuar a discutir as relações entre o conhecimento científico-tecnológico e a construção de uma sociedade mais justa. Em primeiro lugar, destaca-se a resistência ao projeto de Lei de Inovação Tecnológica do MCT. De acordo com o grupo de trabalho do Sindicato, deve-se atuar no sentido de impedir a votação da lei neste final de mandato de FHC.

O Andes-SN acredita que as modificações que o MEC tentou implantar nas universidades (no que foi derrotado pela greve) estarão de volta na proposta de Lei de Inovação do Ministério da Ciência & Tecnologia. De acordo com o 1º vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho, o emprego público, as fundações de apoio de direito privado e organizações sociais são alguns dos temas explícitos no documento do ministério.

Para atrair o pesquisador e agilizar a adoção do regime de emprego público, a lei oferecerá condições para que este se licencie de sua instituição para abrir uma empresa de base tecnológica, nos termos definidos pela mesma lei. Mas o pesquisador continuaria utilizando recursos da própria instituição da qual se licenciou. "A Lei de Inovação prevê explicitamente que o 'professor-empresário' use laboratórios e pessoal da universidade. Ou uma universidade, independente de ter ali um 'professor-empresário', pode alugar ou colocar à disposição das empresas os seus laboratórios. É uma privatização mesmo", observou Domingues.

Outro ponto é realizar um levantamento completo sobre a legislação dos polêmicos programas atuais de financiamento: Pronex (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência), Institutos do Milênio, fundos setoriais e outros. Também será feito um outro levantamento de informações sobre os projetos em tramitação no Legislativo relativos à área de C&T. O resultado deste trabalho será divulgado às seções sindicais.

Foi proposto que a revista "Universidade e Sociedade", distribuída de presente aos sindicalizados na forma de um CD-ROM, na semana do Dia do Professor, tenha uma edição dedicada à política de Ciência e Tecnologia no primeiro quadrimestre de 2003. Também no próximo ano deverá ser realizado o IV Seminário Nacional sobre C&T do Andes-SN (o Jornal da Adufrj, ao longo das últimas publicações, divulgou matérias sobre o III Seminário, que ocorreu em Curitiba em setembro deste ano). Entre outros encaminhamentos, será organizado um conjunto de atividades na Reunião Anual da SBPC, marcada para julho de 2003, em Recife.

Opinião/Fernando Molinos Pires Filho*

Promover saúde: entre o pragmatismo tecnicista e a opção por um novo projeto societário

A expectativa de que, durante o processo eleitoral em curso no país, se instalasse uma discussão de fundo sobre a questão da saúde foi frustrada.

Nem mesmo a presença de um Ministro da Saúde como candidato teve a capacidade de provocar questionamentos e críticas consistentes à forma como o Governo conduziu a política de saúde e tratou aspectos importantes desse problema social.

A pobreza do debate travado entre os candidatos e a sociedade em relação aos programas por eles apresentados para essa área das políticas públicas, a ausência de análises mais detalhadas sobre as medidas apontadas, assim como o não posicionamento ou a falta de clareza em relação a compromissos assumidos, pouco ajudou na avaliação das reais possibilidades de que novos encaminhamentos venham a ser dados a questão.

Mesmo nos limites do tipo de abordagem que atualmente o Governo vem dispensado ao problema, várias e significativas situações foram ignoradas. Entre elas, dentre tantos outros pontos que constaram da pauta da XI Conferência Nacional de Saúde, fórum maior de debate sobre a saúde no país, podemos, como exemplo, referir os temas relacionados ao financiamento (questão que parece, na leitura de alguns deles, ter-se esgotado com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 29), a relação do setor público com o privado (pretensamente regulamentado), a criação e o funcionamento de agências reguladoras, o exercício do controle social, a seleção de modelos de intervenção, a efetivação da referência e contra referência na rede, a melhoria material dos serviços, a disponibilidade e qualificação das equipes profissionais.

Também, a posição expressa por todos os candidatos de defesa intransigente do SUS, numa aparente consensualidade com a diversidade que sua construção possa significar, embotou a discussão e não gerou elementos para compreender a que SUS alguns deles se referem. Se, como adjetiva o Prof. Jairnilson Paim, "o "SUS democrático" desenhado pelo projeto da Reforma Sanitária; o "SUS formal", juridicamente estabelecido pela Constituição Federal, Constituições Estaduais, Lei Orgânica da Saúde, decretos, portarias, resoluções ,etc.; o "SUS real", refém dos desígnios da chamada área econômica do governo, do clientelismo e da inércia burocrática ou o "SUS para pobres", um susto podre para a doença do pobre, uma medicina simplificada para gente simples a quem cabe as migalhas do banquete da direita e dos liberais com "sensibilidade social"".

Guilherme Lessa

FERNANDO MOLINOS

De outra parte, o patamar dos discursos e dos debates ficou muito aquém do explicitado nos programas, material de mais difícil acesso a população em geral, raramente ultrapassando o nível de enunciação de generalidades.

Nessa linha enquadram-se as referências, com maior ou menor precisão, sobre a necessidade de valorização da prevenção, de agilização/humanização do atendimento, do desenvolvimento de programas que aproximem a disponibilidade dos serviços aos usuários (como o PSF-Programa de Saúde da Família e o PACS- Programa de Agentes Comunitários de Saúde), da realização de campanhas e mutirões de procedimentos voltados para responder a uma demanda acumulada no campo cirúrgico (cirurgias eletivas), bem como a produção e distribuição de medicamentos, num verdadeiro corolário de promessas pontuais que não permitem apreender os eixos articuladores do plano de ação que tentará ser implementado.

Esperava-se, no quadro discursivo de valorização de mudanças e reformas participativas construído pelos candidatos que, pelo menos, a necessidade de se retomar o debate político amplo sobre o processo de Reforma Sanitária, expresso em suas diretrizes de universalização, democratização, integralidade, equidade, efetividade, ética e qualidade na abordagem da saúde, fosse anunciado como compromisso de todos, o que, também, não aconteceu.

Agora, no momento em que eleitoralmente duas opções restaram para escolha da sociedade, é preciso que os movimentos sociais realizem um esforço qualitativamente superior para garantir que o pragmatismo e o tecnicismo, que tem prevalecido tanto na análise quanto no trato dessa questão, não continuem encobrindo uma discussão central que terá de ser enfrentada se, realmente, se firma um compromisso com a busca de novos rumos para equacionamento do problema.

Tal debate se expressa na indagação sobre qual das propostas, mesmo que de forma não explicita, incorpora e prioriza a implementação de uma efetiva política de promoção de saúde.

Alguns poderão se perguntar porque isto é tão importante e decisivo.

A resposta está implícita na compreensão de que por trás de qualquer proposta de política para a área esconde-se uma determinada concepção de saúde.

Se nelas prevalecer uma noção ultrapassada de que saúde é simplesmente a ausência de doença e agravos, constrói-se um sistema e formulam-se estratégias de intervenção prioritariamente ou exclusivamente voltadas para tratar e, na melhor das hipóteses, prevenir doenças. Mas se, noutra perspectiva, a saúde for entendida como a expressão das contradições que as mulheres e os homens, vivenciam no experienciar do seu próprio viver em sociedade, ou seja uma condição que sempre mas de forma qualitativamente diferenciada estará presente, o sistema configurar-se-á, contextualizar-se-á e organizar-se-á orientado por uma outra lógica: a de que saúde é vida , qualidade de vida.

Evidentemente que os instrumentais de abordagem para um e outro caso são de natureza distintas.

Um sistema voltado para o doente e para evitar a doença, é marcadamente centrado no instrumental técnico/científico da ciência médica. Outro, voltado para a promoção da saúde, não pode se circunscrever ao campo específico dos saberes, recursos e atos médicos tradicionais, embora incorpore essa importante contribuição.

Necessariamente, este outro sistema prescinde é do recurso político. Em primeiro lugar para reafirmar que a saúde é direito de todos e dever do Estado e que nesta condição seu acesso não pode ficar dependente ou atrelado à condição sócio econômica do cidadão ou as disponibilidades do chamado ajuste fiscal. Em segundo, para assegurar a intersetorialidade de abordagem, garantindo-a não apenas com a contribuição específica e requalificada do setor, mas mediante políticas sociais e econômicas capazes de construir sociedades saudáveis, cidades saudáveis, locais de trabalho saudáveis, onde o viver e o trabalhar não sejam adoecedores.

Fica claro que isso só é possível de ser alcançado num novo projeto societário, cuja preocupação fundante não esteja voltada para o privilegiamento do capital, mas para o bem estar dos cidadãos e onde as relações sociais tenham como essência a busca da justiça, da igualdade, da solidariedade e da ética. Uma ética compromissada com a humanização.

* Professor da UFRGS – Doutor em Odontologia - Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Saúde Bucal Coletiva e sindicalizado da Aprofurg-SSind

Anote

Liberdade de Cátedra no Brasil

A professora Debora Diniz, recentemente premiada pela Organização Pan-Americana de Saúde com o prêmio em Bioética Manuel Velasco-Suarez, foi demitida da Universidade Católica de Brasília após participar de um debate sobre aborto. Esse é um exemplo claro de atentado à liberdade de cátedra no país. Na página eletrônica www.anis.org.br, pode-se ter acesso ao conteúdo da conferência "Aborto e Moral", em evento organizado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Para escrever mensagem de repúdio à UCB, existem os seguintes endereços de correio eletrônico: reitor Guy Capdeville (guy@ucb.br); pró-reitor de Pós-Graduação, Ivan Rocha Neto (ivan@pos.ucb.br); coordenadora do Mestrado em Psicologia, Tânia Maria de Freitas (tania@pos.ucb.br), com cópia para liberdadedecatedra@anis.org.br

II Encontro Regional Rio da Abrapso

O Instituto de Psicologia da UFRJ vai receber, entre os dias 4 e 6 de novembro, o II Encontro Regional Rio da Abrapso (Associação Brasileira de Psicologia Social), que terá o tema "Psicologia Social: desafios e perspectivas para o século XXI). Os eixos temáticos do evento serão: Psicologia Social e Paradigmas, Psicologia Social e as Ciências Sociais e A Formação e Atuação do Psicológo Social. Mais informações podem ser conseguidas pela página eletrônica www.abrapso.org.br.

Leitura

Livro sobre Formação de Professores

A professora Raquel Goulart Barreto, da Faculdade de Educação da UFRJ, lança, nesta terça-feira (29/10), o livro "Formação de professores, tecnologias e linguagens: mapeando velhos e novos (des)encontros". O lançamento ocorre na Livraria da Travessa (avenida Rio Branco, 44), a partir das 19h. A obra está sendo impressa pelas Edições Loyola

Adufrj-SSind

AG discute participação no Conad

Seguridade como eixo de luta e cursos noturnos como democratização do acesso são propostas da Adufrj-SSind

Os presentes na última Assembléia Geral (24/10) da Adufrj-SSind se dedicaram a aprovar as propostas que serão encaminhadas pela delegação da seção sindical ao 45º Conselho Nacional do Andes-SN, que começa nesta sexta-feira, dia 1/11, em Belém (PA). Entre os encaminhamentos aprovados, está a sugestão de um novo Eixo de Luta específico para a Seguridade Social a ser inserido na agenda política do Sindicato. Os professores que participaram das reuniões preparatórias para o evento perceberam que não havia no Caderno de Textos do Conad nenhum eixo que tratasse da seguridade como um direito universal.

Outra proposta que surgiu nas discussões de assembléias anteriores e foi formulada durante as reuniões preparatórias é a de que o Sindicato deve lutar para a ampliação de vagas discentes nas instituições públicas com prioridade para os cursos noturnos. Os professores da seção sindical apostam nos cursos noturnos como uma opção viável para democratizar o acesso à universidade. Esta proposta refletiu a preocupação dos professores, como o conselheiro da Adufrj-SSind Bruno Costa, com as propostas de políticas de cotas e raciais que vêm sendo implementadas em algumas instituições, como a Uerj. Bruno lembrou que propostas de democratização do acesso através das chamadas 'políticas compensatórias' acabaram tendo repercussão na sociedade quando foram inseridas nos programas dos candidatos à presidência Ciro Gomes, Serra e do próprio Lula.

No Plano Geral de Lutas do Sindicato, a assembléia da Adufrj-SSind também propôs que sejam organizados seminários e outros eventos que discutam o caráter assistencialista presente em ações sociais fragmentadas promovidas pelo governo como Universidade Solidária, Amigos da Escola etc. Para os professores da seção sindical, estas ações mistificam a política de assistência e mascaram o dever do Estado com as políticas sociais públicas. Em relação à saúde, a AG enfatizou, ainda, o combate à mercantilização da Saúde Pública em todos os níveis, citando os exemplos dos convênios privados existentes hoje nos Hospitais Universitários e as Fundações Hospitalares.

Reajuste emergencial de 25,72%

Sobre o Plano de Lutas específico do Setor das Federais, a seção sindical enfatizou o reajuste emergencial, propondo modificações no texto original do Caderno onde está dito que o Andes-SN e as SSind devem pressionar os parlamentares, no Congresso Nacional e nos estados no sentido de que elaborem e apresentem emendas à LOA 2003 (lei orçamentária) para haver recursos "prioritariamente" (modificação proposta) para o reajuste emergencial de 25,72% para todos os servidores federais.

Quanto à questão salarial, serão discutidas no Conad de Belém a incorporação das gratificações e a implementação da Carreira Única elaborada pelo Sindicato. Segundo o professor José Miguel Bendrao, o impacto da incorporação das gratificações e da implementação da carreira seria mais alto (da ordem de R$ 4 milhões) do que o reajuste emergencial.

Foram aprovados, também, outros encaminhamentos sobre o Caderno de Textos do Conad que serão apresentados pela delegação durante o evento que termina no domingo (3/11), e será sediado pela Seção Sindical dos Docentes da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (Adufcap). Como delegada ao Conad foi indicada a professora Cleusa Santos; e como observadores e suplentes (na ordem a seguir), os professores Salatiel Menezes, José Henrique Sanglard e José Miguel Bendrao Saldanha.

Movimento eletrônico

O conselheiro e professor do Instituto de Matemática, Bruno Costa, relatou na AG a consulta que fez aos professores nas listas de discussão de sua Unidade e em outras organizadas durante a greve de 2001 sobre o polêmico assunto da política de cotas para acesso às universidades públicas. Bruno se disse satisfeito com o alto índice de respostas contrárias ao sistema de cotas, o que, na sua opinião, referenda a posição da seção sindical pela luta por mais vagas para os estudantes e pela ampliação dos cursos noturnos como alternativas a qualquer política discriminatória. "Mais de 40 docentes se manifestaram e a maioria é contra a política de cotas", relatou. "Acho que o movimento docente deveria encampar e regulamentar o meio eletrônico como instrumento de discussão de temas que estão sendo debatidos pela categoria. Isso não significa substituir as instâncias formais do movimento (assembléias, grupos de trabalho etc)", sugeriu.

Percentual sobre 13º salário de 2001 não será cobrado

A AG aprovou que não será cobrado aos sindicalizados o percentual da mensalidade referente ao 13º salário de 2001. A cobrança não foi feita em dezembro passado devido ao fato de a seção sindical não ter, na ocasião, ainda na gestão Vilhena, acesso aos dados funcionais dos professores para calcular os valores. Apesar de a diretoria já ter conseguido com a nova reitoria a atualização dos dados dos docentes, os professores presentes na AG avaliaram que a cobrança retroativa não deveria ser feita, pelo fato de já terem decorridos muitos meses e pelo possível efeito negativo que teria no desconto total dos professores nos próximos meses – lembrando que, em dezembro próximo, a entidade arrecada o percentual sobre o 13º de 2002.

Na próxima AG, em 8/11, será discutida uma nova forma de arrecadação para os percentuais de férias e 13º salários nas mensalidades da seção sindical.

Rumo ao Fórum Social Mundial

ATENÇÃO

Na primeira reunião preparatória para a participação da Adufrj-SSind no Fórum Social Mundial, em 24/10, os presentes discutiram o tema Desenvolvimento democrático e sustentável. Segundo o professor do Instituto de Física, José Simões, foi discutido o texto Ambiente e sustentabilidade, documento síntese da última conferência sobre o tema na 2ª edição do Fórum, em janeiro deste ano.

Os participantes aproveitaram a ocasião para divulgar o II Fórum Social do Rio de Janeiro, no dia 5 de novembro, a partir das 17h, no Teatro Odylio Costa Filho (Teatrão) da Uerj, no Maracanã. A abertura contará com a apresentação do teatro de Augusto Boal e do grupo Garganta Profunda. Está prevista a participação da governadora Benedita da Silva, de parlamentares e reitores. Após a solenidade de abertura, haverá debate com as presenças do reitor da UFRJ, Carlos Lessa, do escritor Cesar Benjamin, da economista Sandra Quintela, do cientista político Emir Sader.

A próxima reunião da Adufrj-SSind sobre o III FSM acontece nesta quinta-feira, 31/10, de 15 às 17h, na sede da entidade. O tema será Princípios e Valores, direitos humanos, diversidade e igualdade.

Resenha

Desemprego é recorde em SP

A Região Metropolitana de São Paulo, principal centro de mão-de-obra do país, registrou em setembro a taxa recorde de desemprego de 9,3%. É o pior resultado desde o início da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 20 anos. O percentual teve reflexo na taxa média de desemprego do país, que atingiu 7,5%, superando os 7,3% de agosto e alcançando um índice bem maior do que o de setembro do ano passado (6,2%). A matéria é de O Estado de S. Paulo (24/10).

Governo atrasa repasse para IFES

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo (15/10), o governo federal está atrasando o repasse para as universidades federais neste fim de ano e segurando despesas de contas cujos recursos são arrecadados pelas próprias instituições. Segundo a Andifes (associação que representa os reitores), a situação se agravou após o acordo com o FMI. Em setembro, as instituições receberam apenas 30% do valor devido somente no dia 20. O restante foi pago no dia 30. Neste mês de outubro, somente no dia 14 houve o pagamento de 60% do montante que deveria ter sido repassado integralmente até o dia 5.

Funcionalismo quer mais

Deu na Coluna do Servidor, do jornal O Dia (18/10): "A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) pediu ao Ministério do Planejamento para intermediar uma conversa entre representações de servidores e o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Os funcionários querem discutir a Lei Orçamentária Anual de 2003. A CNESF pretende dizer ao ministro que considera insuficiente o índice de reajuste de 4%, previsto pelo governo federal para o ano que vem".

Light pode cortar luz

As instituições públicas endividadas com a Light vão ter que pagar suas contas ou correrão risco de ficar no escuro, de acordo com matéria do JB (16/10). A liminar, concedida em 25 de setembro, proibindo a companhia de energia elétrica de cortar o fornecimento de empresas federais, estaduais e municipais, não está mais valendo. Uma resolução da Anatel protege apenas unidades hospitalares, controle de serviços aéreos e outros serviços considerados essenciais. Agora, cabe a pergunta: como fica a dívida que a Light tem com a estatal Furnas, no valor superior a R$ 88 milhões?

Doutor Lula

Deu na coluna do jornalista Boechat, no JB de 21/10: "Lula não tem curso superior mas pode ganhar um diploma. Começou uma campanha na UFRJ para que seja concedido, pelo reitor Carlos Lessa, ao ex-torneiro-mecânico, o título de Doutor Honoris Causa".

Grupos de Trabalho

GT de Comunicação debate TV digital

Na noite do dia 18/10, no Anfiteatro do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Natal, ocorreu o debate *As conseqüências do capital estrangeiro nas empresas de comunicação brasileiras e sua derivação para a implantação da TV digital*, com presença dos palestrantes Daniel Herz, representando o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e do professor de Comunicação Social da PUC-SP e da PUC-MG, Marcus Cripa. Participaram do evento que antecedeu a reunião do Grupo de Trabalho Comunicação e Artes do Andes-SN, além dos integrantes do GT, cerca de 150 pessoas, entre professores e estudantes da UFRN e da Universidade Potiguar, da rede particular.

O professor Marcus destacou a sua preocupação com a introdução das tecnologias digitais no Brasil, principalmente com a abertura do capital estrangeiro ao setor de comunicação do país, atualmente restrito a seis grandes grupos empresariais nacionais. Em sua avaliação, com o investimento dos grupos internacionais, é pouco provável que a sociedade brasileira tenha condições de definir os padrões culturais e o conteúdo do que será veiculado nos meios de comunicação. Marcus ressaltou o volume de investimentos do mercado brasileiro – segundo ele, cerca de 100 milhões de dólares ou reais. "Se nós já temos problemas hoje, com os investidores nacionais, e a nossa cultura não é respeitada, imaginem quando o padrão for dado pelo capital especulativo".

O jornalista Daniel Herz fez um relato da participação do FNDC no recém-criado Conselho Nacional de Comunicação Social. Daniel se disse favorável à implementação das novas tecnologias digitais e chamou a participação das entidades e do movimento social para o processo de escolha do padrão tecnológico (entre o padrão americano, europeu ou japonês ou a possibilidade de, em parceria com a China, desenvolver um padrão alternativo) e do modelo (formato e programação). Para Herz, que é representante no Conselho pela Federação Nacional dos Jornalistas, a implementação da TV digital vai permitir a multiplicação de canais e programas e a democratização do acesso aos materiais audiovisuais produzidos por entidades de classe e do movimento social.

Avaliação

Na avaliação feita pelo grupo, no dia seguinte (19/10), as palestras foram importantes para chamar a atenção sobre a emergência do debate em torno da possibilidade concreta de implementação da tecnologia digital. Para os professores e jornalistas presentes, a TV digital irá interferir diretamente no modelo das comunicações de massa, na educação (ensino não presencial) e, também, enquanto instrumento de controle social. Para os integrantes deste GT, está claro que os processos de abertura ao capital especulativo e o de implementação de um novo padrão tecnológico estão associados. A introdução de capital estrangeiro significou mais uma perda na soberania nacional e na definição de um projeto de sociedade que atenda às demandas sociais da população brasileira. Na avaliação do grupo, será grande o poder dos investidores estrangeiros no controle da programação dos canais.

Kelvin Melo

AUDITÓRIO DA UFRN FICOU LOTADO PARA ASSISTIR AO SEMINÁRIO

O acompanhamento do desenvolvimento tecnológico foi considerado fundamental pelos presentes, mas o grupo questionou a capacidade de absorção da população, diante dos altos índices de desemprego e da altíssima concentração de renda, dos novos 'produtos' e 'serviços' que surgirão com a TV digital. "No patamar em que se encontra a sociedade brasileira, este novo sistema não pode ser considerado como uma garantia de que haverá a inclusão digital, social e nem a democratização da informação", afirma o documento de avaliação do GT.

O grupo também considerou importante que esta discussão esteja sendo feita pelo Sindicato Nacional. Para o GT, o Andes-SN deve debater sobre as possibilidades de intervenção do movimento docente no processo de definição do padrão e dos modelos das novas tecnologias que se apresentam. Para o grupo de comunicação e artes, é fundamental que o Sindicato venha a se posicionar sobre estes temas, definindo o conteúdo de sua intervenção e sua ação política.

Conselho de Comunicação

No debate que precedeu o encontro do GT, Daniel Herz lembrou que o Andes-SN poderia compor, como um dos cinco representantes da sociedade organizada (veja composição, no quadro), o Conselho de Comunicação Social, um órgão consultivo do Congresso Nacional. Herz disse que, apesar de a Medida Provisória que permite entrada de capital estrangeiro já estar prestes a ser aprovada, a participação das entidades pode forçar o Congresso a aprovar um padrão para a TV digital mais favorável aos interesses nacionais. O representante da Federação dos Jornalistas defendeu um movimento para que o Congresso não aceite nenhum dos padrões já avançados – americano, japonês ou europeu (inglês), isso daria tempo para uma parceria com a China com vistas ao desenvolvimento de tecnologias alternativas e mais baratas.

Para o GTCA, a intervenção do Andes-SN neste debate deve pautar-se no fundamento de aliar o desenvolvimento tecnológico com o desenvolvimento sócio-econômico e cultural. Vários integrantes do GT criticaram a forma como foi constituído o Conselho de Comunicação e lembraram a luta de mais de 14 anos para que o CCS, inserido na Constituição de 88, fosse regulamentado. Alguns observaram o fato de que, somente às vésperas da eleição, o governo tenha conseguido aprovar a liberação ao capital estrangeiro para os monopólios de comunicação com a contrapartida da regulamentação do Conselho, cuja configuração (veja quadro) se distanciou do que propunham as entidades que fazem parte do Fórum pela Democratização da Comunicação (FNDC), incluído aí o próprio Andes-SN.

O novo modelo de comunicação terá relação direta na definição das políticas públicas, inclusive as do setor de Educação e o GTCA questiona como serão definidos os critérios para a produção de materiais audiovisuais para o sistema público de comunicação e de educação. "Este novo modelo deveria ser debatido no contexto de uma política de ciência e tecnologia e industrial para o país, contrapondo-se, assim, à aceitação da tecnologia estrangeira, garantindo o desenvolvimento de tecnologia própria e fomento à indústria nacional", reafirma o texto de avaliação do GTCA.

Para o grupo, a introdução da TV digital e a abertura do capital especulativo no setor de comunicação nacional apresentam mais um desafio para o movimento docente. Foi avaliado ainda que é urgente que as Seções Sindicais se inteirem deste debate com o objetivo de que, no próximo Congresso do Andes-SN, em fevereiro de 2003, em Teresina, o movimento tome alguma posição sobre o assunto. O grupo entendeu, ainda, que as avaliações e definições sobre estes temas devem levar em consideração a conjuntura apresentada com a mudança de governo, independente de qual candidato tenha ganho as eleições presidenciais no dia 27 de outubro.

Conselho de Comunicação é regulamentado junto da aprovação de medida que libera capital estrangeiro

O presidente do Congresso Nacional, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), no dia 5 de junho, proclamou a eleição dos 13 membros titulares do Conselho de Comunicação Social e dos 13 respectivos suplentes. Tratava-se de dar cumprimento a um acordo pelo qual a instalação do Conselho de Comunicação Social, antes do final do primeiro semestre, foi a condição estabelecida por importantes lideranças políticas da oposição no Congresso para aprovar a emenda constitucional que permite a participação do capital estrangeiro no capital acionário das empresas que controlam a mídia impressa e eletrônica.

O Conselho de Comunicação Social foi criado pela Constituição de 1988, em seu art. 224, que o institui como órgão auxiliar do Congresso Nacional. A Lei de N.º 8.389, de 30 de dezembro de 1991, regulamentou o seu funcionamento e incluiu entre as suas atribuições "a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional".

Como ficou configurado

Paulo Machado de Carvalho Neto, representante das empresas de rádio. Suplente, Emmanuel Soares Carneiro, da Abert – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão;

Roberto Wagner Monteiro, representante das empresas de televisão. Suplente, Flávio Martinez (Abratel);

Paulo Cabral de Araújo, representante de empresas de imprensa escrita. Suplente Carlos Roberto Berlink, da ANJ – Associação Nacional de Jornais

Fernando Bitencourt, engenheiro. Suplente Miguel Cipolla, da SET – Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e telecomunicações;

Daniel Herz, representante da FENAJ

Berenice Isabel Mendes Bezerra, representante dos artistas

Geraldo Pereira dos Santos, representante dos profissionais de cinema e vídeo

Representantes da sociedade civil

José Paulo Cavalcanti

Alberto Dines, jornalista

Jayme Sirotski, da RBS-Rede Brasil. Suplente, **Jorge da Cunha Lima,** da Abert - Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão

Carlos Chagas, da ABI. Suplente **Regina Festa,** do Conselho Nacional da Criança e Adolescente;

Ricardo Moretzon, do Conselho Federal de Psicologia. Suplente, **Assunção Hernandez,** do Congresso Brasileiro de Cinema.

Fonte: Associação Nacional dos Jornais (ANJ)

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

ENCARTE
GID/PQI

EDIÇÃO DE
28 DE OUTUBRO
2 0 0 2

Finalmente saiu o decreto de regulamentação da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) para os docentes de 1º e 2º graus. O decreto foi assinado pelo presidente Fernando Henrique no dia 18 de outubro, quase um ano após o fim da greve de 2001, quando esta questão foi muito cobrada pelo movimento docente.

É bem verdade que a legislação apenas minimiza a injustiça decorrente do fim da greve de 1998, quando os professores destes níveis de ensino não conseguiram nem a GED. Em maio deste ano, quando a Adufrj-SSind publicou uma proposta de minuta de decreto que estava sendo elaborada em mesas de negociação entre as entidades sindicais e o MEC, a diretoria do Sindicato Nacional considerou o anúncio da regulamentação como uma vitória parcial. Para o Andes-SN, a meta de todo o movimento docente deve ser a conquista da Carreira Única protocolizada naquele ministério e o fim da política de gratificação por desempenho.

No Colégio de Aplicação da UFRJ, a diretora Militza Putzinger informou que, no início desta semana, haverá eleições para o Comitê de Avaliação Docente (CAD) – previsto no art. 9º deste decreto, o equivalente à Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CADD), da GED. Também já existe uma proposta de regulamento interno (pontuação) que a direção da escola pretende levar a Brasília, em data ainda a ser marcada, para apreciação do MEC. A implementação da gratificação em seus novos valores depende da análise pelo ministério dos regulamentos internos de todas as instituições que vão receber a GID.

Programa de Qualificação Institucional

A partir da página 3 deste encarte, divulgamos o último texto de avaliação produzido pela diretoria do Andes-SN, a partir das discussões do Grupo de Trabalho Política Educacional (GTPE) sobre o Programa de Qualificação Institucional (PQI) da Capes, que veio para substituir o Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT).

Regulamentação da GID

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 4.432, DE 18 DE OUTUBRO DE 2002

Estabelece os requisitos básicos para a regulamentação da Gratificação de Incentivo à Docência - GID e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 4º do art. 1º da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001, bem como as alterações introduzidas pela Lei nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002,

D E C R E T A :

Art. 1º As instituições federais de ensino, relacionadas no Anexo I da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001, editarão regulamentos próprios para atribuição da Gratificação de Incentivo à Docência - GID, observando o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. As instituições referidas no *caput* deste artigo darão prévio conhecimento dos regulamentos propostos ao Ministério ao qual estejam vinculadas.

Art. 2º As atividades de ensino de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 10.187, de 2001, compreendem:

I - as docentes, *strictu senso*, incluídas nos planos de integração curricular dos cursos, nos níveis e nas modalidades de educação básica, profissional, especial e superior, reconhecidas pelos órgãos colegiados correspondentes ou pela Diretoria de Ensino na instituição onde não houver órgão colegiado;

II - as didáticas e de orientação em cursos de extensão reconhecidos e aprovados pela Comissão de Extensão ou órgão equivalente; e

III - as didáticas de assessoramento a alunos, estando aí compreendidas as de orientação de trabalhos curriculares, de trabalhos de final de curso e de estágios curriculares.

Art. 3º Os programas e projetos de interesse da instituição de ensino de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 10.187, de 2001, compreendem:

I - os de desenvolvimento técnico e tecnológico, bem como os de extensão, aprovados pela instância competente de cada instituição federal de ensino, no período de avaliação considerado;

II - os artísticos, culturais, desportivos e assistenciais, assim como de disseminação e transferência de conhecimento científico, técnico, tecnológico e cultural, devidamente reconhecidos pelo órgão colegiado competente;

III - os voltados à produção intelectual, compreendendo a produção científica, artística, técnica, tecnológica e cultural, representadas por meio de publicações ou por outras formas de expressão usuais, pertinentes aos ambientes específicos de cada instituição;

IV - os de qualificação desenvolvidos pelo docente, na condição de aluno de cursos de pós-graduação *lato senso* e *stricto sensu*, ou como participante de estágio de pós-doutoramento, necessariamente, condicionados à aprovação dos respectivos relatórios, segundo os procedimentos fixados pelas instâncias competentes de cada instituição;

V - as atividades administrativas relativas ao desempenho das funções de coordenação, chefia ou direção das atividades de ensino;

VI - as atividades de representação docente em órgãos colegiados, conselhos, câmaras ou comissões da própria instituição, de órgãos governamentais e de entidades educacionais, científicas e culturais; e

VII - as atividades relativas à participação do docente em bancas examinadoras e eventos acadêmicos científicos.

Art. 4º A avaliação das atividades de ensino previstas no art. 2º deste Decreto será realizada segundo critérios quantitativos, mediante o cálculo do número de horas semanais destinado à consecução de cada atividade, conforme pontuação a seguir estabelecida:

I - quatro pontos por hora semanal, para os professores em regime de trabalho de quarenta horas ou dedicação exclusiva com, no mínimo, oito horas semanais de aulas;

II - oito pontos por hora semanal, para os professores em regime de trabalho de vinte horas com, no mínimo, oito horas semanais de aulas; e

III - oito pontos por hora semanal, para os professores investidos em cargo de direção ou função gratificada na própria instituição e professores participantes de programas de doutorado, mestrado ou especialização, autorizados pela instituição, com, no mínimo, quatro horas semanais de aulas.

§ 1º A pontuação a ser atribuída ao docente será baseada na carga horária semanal média, entendida como o quociente entre o número total de horas destinadas ao desempenho das atividades de ensino ao longo do período em que se realiza a avaliação e o número de semanas de que se compõe tal período avaliativo.

§ 2º Para o cálculo da pontuação relativa às atividades de ensino, proceder-se-á à multiplicação da carga horária semanal média definida no § 1º pelo número de pontos correspondentes à situação funcional do servidor avaliado, conforme estabelecido pelos incisos I a III deste artigo.

§ 3º Os regulamentos próprios de cada instituição federal de ensino definirão a duração do período avaliativo mencionado no § 1º deste artigo, atendendo à norma do § 7º do art. 1º da Lei nº 10.187, de 2001.

§ 4º A periodicidade da revisão da pontuação dos professores, nos termos do § 2º, não poderá ser superior a um ano.

Art. 5º A avaliação da participação do docente em programas e projetos de interesse da instituição será realizada obedecendo a critérios qualitativos, cabendo à instituição a definição dos pontos a serem atribuídos a cada atividade efetivamente desenvolvida.

Parágrafo único. Na composição da pontuação final de cada docente, os pontos atribuídos em função de sua participação nos programas e projetos de interesse da instituição corresponderão a, no máximo, quarenta por cento do limite individual definido no § 1º do art. 1º da Lei nº 10.187, de 2001.

Art. 6º O limite global de pontuação mensal corresponderá, em cada instituição, a oitenta vezes o número de professores, e sempre que a instituição de ensino ultrapassar o limite de pontuação correspondente a setenta e cinco vezes o número de professores de 1º e 2º graus ativos, a sua ampliação dependerá de autorização expressa do respectivo Ministro de Estado, mediante justificativa apresentada pela instituição federal de ensino, no seu plano de desenvolvimento institucional.

Parágrafo único. O número de pontos adicionais a serem distribuídos pelas autorizações dos respectivos Ministros de Estado, nos termos do *caput* deste artigo, não poderá superar, a cada ano, a duas vezes o número de docentes efetivos em atividade no conjunto das instituições vinculadas a cada Ministério.

Art. 7º Os professores investidos em Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG na própria instituição, os professores cedidos para o exercício de cargos em comissão de Natureza Especial ou do Grupo Direção e Assessoramento Superiores níveis DAS-6, DAS-5 ou DAS-4, ou equivalentes, na Administração Pública Federal, e os professores participantes de programas de doutorado, mestrado ou especialização autorizados pela instituição, que não atendam à condição de carga horária semanal mínima de aulas, estabelecida pelo § 4º do art. 1º da Lei nº 10.187, de 2001, perceberão a GID com base em quarenta e oito pontos mensais.

Parágrafo único. Os professores que não se encontrem nas situações previstas no *caput* deste artigo e que, cumulativamente, não atendam à condição de prestação de, no mínimo, oito horas semanais de aulas, não farão jus à GID, enquanto não tiverem alterada a sua situação.

Art. 8º A pontuação resultante da avaliação de que trata este Decreto será considerada exclusivamente para efeito da concessão da GID, sendo vedada a sua utilização para quaisquer outras finalidades.

Art. 9º No âmbito de cada instituição federal de ensino, em ato de seu dirigente máximo, deverá ser constituído o Comitê de Avaliação Docente - CAD, responsável pela elaboração do regulamento de que trata o art. 1º deste Decreto, pelo processamento das avaliações realizadas, pelo julgamento dos recursos interpostos contra os resultados da avaliação, pela identificação de distorções decorrentes do processo de avaliação da GID e pelo aprimoramento de sua aplicação.

Parágrafo único. Na composição do CAD, deverá ser assegurada a representação dos docentes das respectivas unidades de educação básica, profissional, especial e superior, escolhidos pelo órgão colegiado competente da instituição ou eleitos pelos seus pares.

Art. 10. O servidor avaliado deverá tomar ciência de sua avaliação e manifestar sua concordância ou discordância em relação aos resultados obtidos.

§ 1º Na hipótese de discordância por parte do servidor, este deverá formular recurso próprio que será julgado pelo CAD.

§ 2º Em caso de indeferimento pelo CAD, caberá recurso ao órgão ou instância colegiada competente, com posterior homologação pelo dirigente máximo.

§ 3º No regulamento de cada instituição federal de ensino, deverão ser definidos os prazos e a forma de interposição de recursos contra os resultados da avaliação de desempenho do docente.

Art. 11. Em caso de afastamento, considerado como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da GID, por prazo inferior ou igual ao do período de avaliação, o servidor terá como base de cálculo para pagamento da gratificação a pontuação obtida no período anterior.

§ 1º No caso de não ter havido aferição no período anterior ou se o afastamento a que se refere o *caput* for por prazo superior ao do período de avaliação, a GID será calculada com base no limite de sessenta por cento do máximo de pontos possíveis por servidor, considerados a titulação e o regime de trabalho do servidor.

§ 2º Para fins de cálculo da GID nos meses de férias do servidor ou dos alunos, será considerada a pontuação média alcançada na avaliação do ano civil imediatamente anterior.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revoga-se o Decreto nº 3.932, de 19 de setembro de 2001.

Brasília, 18 de outubro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Geraldo Magela da Cruz Quintão

Paulo Renato Souza
Guilherme Gomes Dias

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1ª Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1ª Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

PICDT, PQI e PNCD:

Nexos e determinações entre capacitação docente e a reforma da educação superior

O Programa Qualificação Institucional (PQI), lançado, no início deste ano pela CAPES em substituição ao Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT), é parte integrante e indissociável da reforma educacional empreendida pelo governo FHC-Paulo Renato para a educação superior pública. Tal reforma segue as recomendações dos organismos internacionais, dentre eles o Banco Mundial, e tem como centralidade a restrição de gastos com a educação superior pública, como se evidencia no trecho extraído do relatório do BM a seguir:

A experiência demonstra que, se se quer que as instituições estatais melhorem sua **qualidade e eficiência**, os governos deverão efetuar reformas importantes no **financiamento** a fim de mobilizar mais **recursos privados** para o ensino superior em instituições estatais.[1] (grifos nossos)

No conjunto das reformas que vêem sendo implementadas ao longo dos dois governos de FHC, o PQI se configura como uma das mais graves na medida em que visa a atingir especificamente a qualidade do ensino oferecido pelas instituições de ensino superior públicas que, mesmo diante da crise que vivenciam, ainda são as que oferecem ensino de melhor qualidade no país (segundo dados do próprio MEC). Com este programa, o MEC promove o ajuste das regras para a capacitação docente à lógica de centros de excelência, revestindo-o de um verniz moralizante de legitimação, com o apoio das "comissões de especialistas", que, ao fim, sanciona um profundo corte nas verbas destinadas à qualificação docente.

Essa tentativa de "moralização" pode ser evidenciada nos argumentos apresentados pela CAPES para a substituição do PICDT pelo PQI. A agência detectou

A acumulação de situações desfavoráveis, como o predomínio da **decisão individual** na capacitação docente; a ausência de definição de áreas e linhas de pesquisa por parte das IES de origem dos docentes em capacitação e a inadequação regional do objeto da investigação escolhido para a pesquisa; **baixo retorno dos investimentos** em qualificação face a idade média elevada de boa parte dos beneficiados do PICDT associada a prazos de formação mais altos do que os não docentes[2]. (Grifos nossos)

Os argumentos são falaciosos, pois é sabido que o PICDT proporcionou a qualificação de grande parte dos docentes, principalmente das IES públicas, elevando a qualidade do ensino e da pesquisa nessas Instituições (o que incomoda o MEC). É inegável que as IES públicas são as que mais produzem conhecimento no país (cerca de 90% das pesquisas produzidas no Brasil são realizadas nas IES públicas) como resultado de um programa que, embora não sendo o ideal, criou condições para isso, além do que a titulação docente constitui-se num dos critérios definidos pelo próprio MEC para medir o trabalho desenvolvido nas IES.

É importante observar ainda que, por trás desses "argumentos", oculta-se a verdadeira intenção do MEC: a desvalorização do trabalho docente que perde sua autonomia e passa a ser controlado, adequado e uniformizado segundo critérios de produtividade, a partir da lógica racionalizadora do capital, gerando na prática a sua desqualificação gradativa (a primeira ação nessa direção foi a imposição da famigerada GED).

A análise dos números divulgados pela CAPES demonstra ainda mais claramente a política imposta pelo MEC. Verificamos que, no primeiro edital de chamada para apresentação de propostas, foram encaminhados 289 (duzentos e oitenta e nove) projetos para serem avaliados. Os resultados por região foram os seguintes: (veja Tabela 1)

Dos 289 projetos enviados, somente 61 foram recomendados, o que representa apenas 21% dos projetos, ou seja, 79% foram rejeitados.

Segundo a CAPES, os programas destinados à qualificação docente são institucionais, isto é, administrados pelas próprias instituições. Existem, atualmente, quatro modalidades distintas de programas de qualificação docente nas Instituições Públicas de Ensino Superior:

· Programa de Qualificação Institucional (PQI);

· Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT);

· Programa de Mestrado Interinstitucional (MINTER);

· Programa Institucional de Capacitação de Docentes do Ensino Tecnológico (PICDTec);

O PICDT, principal programa de capacitação docente nos últimos 26 anos, está em fase de extinção. Sua última distribuição de cotas de bolsas ocorreu no 1º semestre de 2002. Os benefícios previstos no programa estão mantidos para os que se encontram na condição de bolsistas até o final da vigência da bolsa. Ele se caracterizava por financiar a qualificação do corpo docente/técnico de instituições de ensino superior, concedendo às instituições cotas de bolsas para a realização de cursos de mestrado e doutorado nos cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES. O programa era gerenciado pela própria instituição de origem dos docentes/técnicos por meio de uma Comissão de Capacitação Docente, que conduzia o processo de seleção e acompanhava os bolsistas.

Em 1998, a CAPES, em decorrência da redução nos gastos públicos determinados pelo FMI, após os acordos de novembro de 1997, realizou um forte corte nas cotas de bolsas a serem concedidas às IES públicas. Após a crise cambial de 1999, um novo corte foi realizado e o programa foi sendo gradativamente extinto. Os seguidos cortes fizeram com que a capacitação docente nos moldes do PICDT não se configurasse como prioridade para a CAPES. Foi necessária a introdução de um novo sistema de qualificação docente que utilizasse um menor volume de recursos, ao lado de permitir o controle, por parte da CAPES e do aparato acadêmico a ela associado, dos rumos da formação acadêmica pretendida pelos que demandam estes programas. Confirma-se a adequação do sistema nacional de pós-graduação aos principais eixos da política imposta pelo FMI/Banco Mundial para a educação superior no país: corte de verbas públicas e controle total sobre as IES.

Nesse contexto, foi apresentado o PQI como um programa de apoio a missões de estudo e de trabalho, voltado à formação de docentes de Instituições Públicas de Ensino

Tabela 1

Região	Enviados	Enviados %	Recom.	Recom. %	Rec/Env %
Norte	69	23,88	14	22,95	20,29
Nordeste	80	27,68	22	36,07	27,50
Sudeste	46	15,92	9	14,75	19,57
Sul	66	22,84	9	14,75	13,64
Centro-Oeste	28	9,69	7	11,48	25,00
Brasil	289	100,00	61	100,00	21,11

Superior e vinculado a projetos conjuntos de pesquisa e de pós-graduação entre equipes de diferentes regiões do País ou de diferentes cidades da mesma região e de diferentes Instituições. Seu lançamento seria feito no início de 2001, mas, devido às pressões do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação (FOPROP), sua versão original sofreu modificações e conseqüente atraso. Deve-se salientar que sua formulação final foi discutida pelos pró-reitores de pós-graduação durante a greve de 2001, à revelia da categoria[3].

O PQI visa a promover, segundo a CAPES, o desenvolvimento acadêmico das IES públicas, por meio:

· "do estímulo à elaboração e à implementação de estratégias de melhoria do ensino e da pesquisa, desde o nível departamental até o institucional;

· da qualificação de docentes e excepcionalmente de técnicos, preferencialmente em nível de doutorado, no âmbito de projetos de pesquisa em cooperação com outras instituições do país; e

· do apoio a políticas de desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa dos docentes recém-qualificados."[4]

A principal justificativa para sua introdução, ainda segundo a CAPES, é a instauração de uma cultura de planejamento da pesquisa e da pós-graduação nas IES públicas, algo que, segundo a agência, não existia no caso do PICDT. No entanto, desde 2001, vem sendo desenvolvido um outro programa com essa mesma finalidade: O Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD.

Os resultados apresentados pela primeira chamada de propostas nos moldes do PQI, mostram que ele é apenas um arremedo de política de capacitação docente para as IES públicas, com vícios ainda maiores e mais graves do que os do PICDT. Além disso, o número de projetos recomendados (61) foi inferior aos aprovados em 2001 para o PROCAD (84).

A questão mais grave a ser discutida é, sem sombra de dúvida, a perda de autonomia das IES públicas sobre os rumos da capacitação de seu quadro docente. O PQI transfere esta decisão para a CAPES e para as Comissões de Especialistas incumbidas de analisar as propostas apresentadas. Cabe à CAPES deliberar sobre a adequação técnica das propostas à lógica do PQI, expressa em um conjunto de regras que determinam obstáculos à aprovação de projetos direcionados a programas de pós-graduação de pequenas instituições na condição de receptoras e sem o aparato de apoio necessário à consecução dos projetos nos moldes exigidos. Cabe, em seguida, às Comissões de Especialistas dar o toque final de legitimidade a todo este cenário, deliberando acerca do mérito das propostas, em especial sobre "a capacidade das equipes envolvidas"[5] e a "relevância da pesquisa proposta para o desenvolvimento da área e consolidação do potencial de ensino e pesquisa"[6].

A lógica do corte de projetos é ainda mais perversa em relação às IES localizadas em regiões periféricas do país, como pode ser constatado no resultado dos projetos recomendados pela CAPES: dos 7 projetos encaminhados para as IES da região Norte, apenas 1 foi recomendado, enquanto as IES da região sudeste concentram 71% dos projetos recomendados, ou seja, com o PQI é reforçada a lógica perversa da pós-graduação brasileira centralizando na região sudeste os "centros de excelência". Ora, mas quem são os docentes que formam as comissões de especialistas? A que IES pertencem? A que interesses atendem? São majoritariamente das IES da região sudeste e é lógico que irão beneficiar suas próprias Instituições canalizando a maior parte da verba para essas e perpetuando a assimetria da pós-graduação no Brasil.

A segunda questão de relevância a ser discutida é o estímulo à endogenia nos grupos de uma mesma instituição e entre IES. O PQI não admite que projetos de cooperação oriundos de uma mesma unidade acadêmica e envolvendo diferentes grupos receptores possam ser apresentados para análise e julgamento. Deste modo, é estabelecido um vínculo de exclusividade na formação docente entre um grupo de uma IES de origem e um grupo de uma IES receptora, descaracterizando, assim, um dos parâmetros fundamentais internacionalmente defendidos para a determinação da qualidade de um grupo acadêmico, que é a diversidade de sua formação. Efetiva-se, assim, a política definida pelo Banco Mundial: controle sobre a formação do pesquisador e, conseqüentemente, sobre a produção de conhecimento no país.

Em decorrência desta questão, uma terceira se apresenta: a subordinação dos projetos acadêmicos das IES de origem aos já realizados nos centros receptores. Trata-se de mecanismo semelhante às relações existentes entre os grupos de pesquisa sediados nos países centrais e os núcleos reprodutores nos países periféricos. A estes é posta a tarefa de simplesmente seguir, difundir e dar sustentação aos ditames determinados por aqueles em termos de temas, de metodologias, de referenciais teóricos, de categorias de análise.

O PQI cumpre, portanto, a função de reforçar o processo de precarização do trabalho docente, impondo obstáculos à obtenção da titulação e relegando a docência nas instituições de origem à simples reprodução dos conhecimentos desenvolvidos nas instituições receptoras. Cumpre, principalmente, a tarefa de dar legitimidade aos cortes impostos pelo governo federal para os programas de qualificação docente nas IES. Cumpre, além disso, o objetivo de direcionar a produção do conhecimento, concentrando-a nas pesquisas aplicadas, orientadas para os interesses do mercado, reduzindo o tempo de formação e o número de docentes, inclusive por critérios etários **discriminatórios** e **ilegais**, como a exigência de o docente ou o técnico ter, ao entrar no programa, mais 14 anos de exercício até a data prevista para sua aposentadoria.

O Movimento Docente (MD) compreende que este programa está na contramão dos princípios que orientam a Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, quais sejam: autonomia universitária nos termos do art. 207 da CF/88; padrão unitário de qualidade; democracia interna e liberdade de organização; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e condições dignas de trabalho docente. Para tanto, é fundamental que seja implementada a carreira única para as IES públicas, a isonomia salarial, a estabilidade no emprego, o regime estatutário de contratação, ingresso na carreira unicamente por meio de concursos públicos de provas e títulos e critérios transparentes e definidos de forma coletiva e democrática para aprovação de projetos de pesquisa e políticas de capacitação docente[7].

A alternativa apresentada pelo ANDES-SN ao PQI é o Plano de Capacitação Docente (PNCD), resultado da pedagogia da luta travada em 14 greves, durante as duas últimas décadas, a fim de barrar as iniciativas de desmantelamento das universidades públicas no Brasil. O PNCD é um dos elementos centrais do Projeto do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, articulado com o Plano de Carreira Única.

O MD entende que uma política de capacitação docente deva ser o suporte para uma carreira docente única, estruturada na progressão por titulação e por avaliação de desempenho acadêmico do corpo docente, que garanta, desse modo, um processo contínuo de capacitação nas IES públicas. É ela que levará à construção de um padrão unitário de qualidade entre as IES.

A proposta de diretrizes do PNCD do ANDES-SN prevê que a responsabilidade pela sua elaboração seja do Conselho Nacional de Educação, constituído nos moldes propostos pelo PNE da sociedade brasileira, devendo fixar mecanismos que garantam o afastamento integral dos docentes, visando à realização dos programas de capacitação; a manutenção de todos os direitos, garantias e vantagens permanentes dos docentes durante o período de afastamento para titulação; auxílio de translado extensivo a dependentes; bolsa de estudo, tendo valores compatíveis com os gastos gerados pela realização da atividade de capacitação; e recursos financeiros necessários para o efetivo desempenho dos programas de capacitação.

Ao lado disso, o PNCD prevê que todas as IES tenham planos institucionais de capacitação de seus docentes, de modo a possibilitar a participação em programas de capacitação de, no mínimo, 20% do corpo docente de cada unidade, setor ou departamento. As prioridades para a realização dos respectivos programas de capacitação docente devem ser definidas por cada unidade, setor ou departamento, devendo a IES prover os recursos necessários para este fim. E, por fim, os recursos para a execução das atividades dos programas de capacitação devem estar garantidos nos orçamentos da União, estados ou municípios.

O PICDT era um programa de qualificação mais próximo do PNCD defendido pelo movimento docente enquanto o PQI é a negação da qualificação docente. Sua desativação se constitui em uma grave ameaça à educação superior pública e à implementação da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. Ante essa ameaça, urge que as seções sindicais se mobilizem para assumir posição critica e barrar mais esta estratégia de desmantelo da universidade pública.

Em defesa do PNCD - do ANDES-SN.

Em defesa da UNIVERSIDADE PÚBLICA LAICA, GRATUITA e SOCIALMENTE REFERENCIADA

Diretoria do ANDES-SN
Gestão 2002-2004.

[1] BIRD/BANCO MUNDIAL. **La Ensañanza Superior**. Las lecciones derivadas de la experiencia. (El Desarrollo en la práctica). Washington, D.C.: BIRD/BANCO MUNDIAL, 1995, p.64.

[2] Programa de Qualificação Institucional – Orientações para Solicitação de Financiamento – 2002; Programa de Qualificação Institucional – Orientações para Solicitação de Financiamento – 2003.

[3] Basta verificar os ofícios FOPROP/010/01, de 13 de setembro de 2001, e FOPROP/011/01, de 21 de setembro de 2001; relato da reunião entre o Diretório Nacional-FOPROP e a Diretoria da CAPES realizada em 1º de outubro de 2001; Programa do XVI Encontro de Pró-Reitores de Pós-Graduação, realizado em Salvador, BA, de 29 a 31 de outubro de 2001. É importante, também, verificar o relato da reunião entre o Diretório Nacional-FOPROP e a Diretoria da CAPES, realizada em 24 de janeiro de 2002, em especial o tom final de agradecimento à CAPES adotado pelo FOPROP quanto ao formato final do PQI.

[4] Programa de Qualificação Docente – Orientações para Solicitação de Financiamento – 2002.

[5] Programa de Qualificação Institucional – Orientações para Solicitação de Financiamento – 2003.

[6] Programa de Qualificação Institucional – Orientações para Solicitação de Financiamento – 2003.

[7] Caderno 2 do ANDES-SN: Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 58 • 4 de novembro de 2002
www.adufrj.org.br

Assembléia Geral

8/11 **9:30**
Sexta-feira

Salão Nobre da Decania do CT
2º andar, bloco A

Pauta:
1 - Informes Gerais
2 - Encaminhamentos do 45º Conad
3 - Reunião do Setor das IFES/ Plenária dos SPF
4 - Eleição de delegados e observadores para Plenária dos SPF
5 - Alteração do percentual de contribuição dos sindicalizados da Adufrj-SSind

Conselho de Representantes

6/11 **17:30**
quarta-feira

Sede da Adufrj-SSind
CT, Bloco D, sala 200

Mesma pauta da AG, menos o item 4

Agenda Sindical

5/11 – Fórum Social Carioca
Rio de Janeiro, no Teatro da Uerj, a partir das 16h
- Etapa preparatória para o Fórum Social Mundial no estado. Haverá debates e atrações culturais.

9/11 – Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF) – Sede do Andes-SN
Pauta: Encaminhamentos do 45º Conad; preparação para Plenária dos SPF; outros assuntos.

10/11 – Plenária dos SPF
Brasília (DF)
Pauta: Informes; conjuntura; Plano de Lutas, luta contra a Alca

19/1 a 22/1 de 2003 - Fórum Mundial de Educação (2ª edição)
Porto Alegre (RS)

23/1 a 28/1 de 2003 – Fórum Social Mundial (3ª edição)
Porto Alegre (RS)

Nesta edição, aproveitamos para repetir o calendário de Assembléias e Conselhos da Adufrj-SSind até o fim do ano. Vale lembrar que uma AG não prevista no calendário já foi convocada para o dia 8/11 (veja acima), em função da reunião do Setor das Federais e da Plenária dos SPF.

Mês	CR	Assembléia
Novembro	quarta-feira, 13/11	terça-feira, 19/11
Dezembro	quarta-feira, 11/12	terça-feira, 17/12

Reunião preparatória para o Fórum Social Mundial

7/11 - quinta-feira **15h**
Sede da Adufrj-SSind
CT, bloco D, sala 200

Pauta:
Discussão do eixo 3 - "Mídia, cultura e contra-hegemonia"

Carlos Carvalho/Brasil Imagem

CINELÂNDIA FESTEJA VITÓRIA DE LULA NA NOITE DE 27 DE OUTUBRO

Sem medo de ser feliz

Mais de 52 milhões elegem Lula presidente da República

Treze anos depois da histórica disputa em 1989, a coligação "Lula Presidente" leva o Partido dos Trabalhadores ao Palácio do Planalto. O feito é inédito para as esquerdas brasileiras e causa grande expectativa na América Latina. Eleito com mais 52 milhões de votos válidos (61,27%), conseqüência de um processo histórico de resistência dos movimentos sindicais e sociais ao modelo vigente e da militância de milhares de anônimos, Lula carrega a responsabilidade de honrar o projeto das esquerdas brasileiras por uma sociedade mais justa, humana e solidária. Distribuição da renda e das riquezas advindas do trabalho, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia soberanos, educação e saúde públicas para todos são algumas das expectativas do movimento docente frente ao novo governo. Ainda mais quando o presidente trabalhador sinaliza que seu primeiro movimento será o combate à fome. De acordo com dados do IBGE de setembro de 2001 divulgados na chamada grande imprensa, pelo menos 22 milhões de pessoas compõem a parcela da população com renda insuficiente para suprir as necessidades diárias com alimentação. É um primeiro passo bastante simbólico.

O Andes-SN preferiu preservar sua autonomia histórica em relação ao processo eleitoral, apesar da recomendação de apoio a Lula solicitada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) à qual o Sindicato Nacional é filiado. No 45º Conad, que se realizou no fim de semana após o fechamento desta edição, em Belém (PA), haveria o debate dos delegados e observadores das seções sindicais sobre a nova conjuntura. Do Conad sairia a atualização do Plano de Lutas e a avaliação dos rumos do movimento docente frente ao novo governo.

Análise da proposta de Lula para Educação

Na análise produzida pelo Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN sobre as propostas do então presidenciável petista para a Educação (e divulgadas no encarte do jornal da Adufrj nº 71, de 23 de setembro), foi observado que estas se distanciavam das atuais políticas educacionais do presidente Fernando Henrique e, em certo grau, se aproximavam das posições defendidas pelo Sindicato.

Entre as principais críticas do movimento docente ao programa do PT para a Educação está o fato de Lula querer apenas reexaminar os vetos de FHC ao PNE do governo, em vez de adotar o PNE construído pela sociedade brasileira, nos Coneds (Congresso Nacional de Educação). Ao defender um Sistema Nacional de Avaliação das universidades, Lula também apresenta uma proposta concebida nos mesmos parâmetros da atual política de FHC, segundo o GTPE. A possível criação de um sistema de ensino superior à distância, sem apresentar detalhes da proposta, merece a atenção do movimento docente.

A favor de Lula, entre outros pontos, o GTPE elogia os termos postos para a autonomia universitária, "em consonância com os princípios defendidos pelo Andes-SN, ou seja, a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal de 1988". Da mesma forma, também o grupo de trabalho também vê com bons olhos a defesa da gratuidade do ensino superior e a gestão democrática, baseada em órgãos de representação. Lula propõe-se a rever o processo de escolha dos dirigentes universitários, mas não especifica se vai acabar com as listas tríplices e possibilidade de veto presidencial a reitores eleitos.

UFRJ

Não à polícia militar e à terceirização

Palestrantes do segundo seminário das entidades sobre segurança na UFRJ defendem medidas alternativas

"A reitoria, em vez de bolar planos mirabolantes, precisa ter humildade para descer do seu gabinete e conversar com os vigilantes, aqueles que realmente entendem de segurança na ilha do Fundão". A fala do vigilante Jorge Trupiano foi a mensagem mais dura à reitoria dada durante o seminário promovido pelas entidades Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj, no auditório do CFCH, no *campus* da Praia Vermelha, no dia 31/10.

Jorge criticou a possibilidade de instalação da polícia militar no *campus*. "Quem vai assumir a responsabilidade da perda de uma vida, dentro da UFRJ?", questionou, acrescentando que isso vai ser inevitável com os policiais militares atuando na ilha. Ele comparou a situação de violência atual vivida pela Cidade Universitária com a do restante do Rio de Janeiro e relativizou o problema. "Os índices de violência no Fundão são ínfimos. A UFRJ é um paraíso em relação ao que acontece pela cidade", disse. O vigilante lembrou que há treze anos, sim, havia sérias dificuldades, com o Fundão freqüentando as páginas policiais diariamente. Na ocasião, lembrou Jorge, o grupo de vigilantes que estava entrando, por concurso público, na universidade, organizou-se e traçou diretrizes que fizeram diminuir a violência na ilha.

O vigilante afirmou que os servidores que cuidam da segurança patrimonial conhecem a rotina dos delitos ocorridos no local e pediu à administração da UFRJ para dar as condições técnicas para realização do seu trabalho.

Num momento, porém, Jorge fez a defesa do uso de armas de fogo pelos vigilantes da UFRJ. Dizendo odiar o porte de arma, Jorge acredita que a polêmica medida serviria para proteger as pessoas e o patrimônio da universidade após as 18h.

Guilherme Lessa

SEGUNDO DEBATE DAS ENTIDADES SOBRE SEGURANÇA OCORREU NO AUDITÓRIO DO CFCH

"Depois desse horário, só ficam os vigilantes. Quem vai ao Fundão nesse período quer cometer os delitos e aí eu preciso da arma de fogo", comentou.

O professor de Sociologia da Unicamp e ex-secretário-geral do Andes-SN, Edmundo Dias, não gostou desta possibilidade. "Não creio que a arma preserve a vida de ninguém. Também não acho que isso dependa de quem esteja com a arma", disse. Ele citou alguns incidentes de violência ocorridos dentro do *campus* da instituição paulista – leia sobre o caso, na página ao lado – e também refutou a presença da polícia no meio universitário. Edmundo defendeu a ampliação dos concursos públicos para vigilantes e sugeriu que o tema amplo da segurança nos *campi* (não apenas a posição contrária à militarização dos espaços universitários) fosse levado ao próximo Congresso do Andes-SN.

Plano Azul não está garantido

Em primeira mão, a prefeita universitária Maria Ângela Dias noticiou, no debate, que o Plano Azul aprovado no Conselho Universitário não está garantido ainda. Segundo ela, em conversa com a Secretaria de Segurança Pública, a implantação dos polígonos e posto de coordenação da polícia, entre outros itens, dependem ainda de recursos e de apreciação da Polícia Militar. Ela aproveitou a ocasião para anunciar uma série de medidas que a reitoria está tomando (ou pretende tomar) para minimizar a violência na ilha do Fundão. Em primeiro lugar, a prefeita citou o contato que está sendo feito com outros institutos de pesquisa que existem no *campus* (Cepel, Cetem, Cenpes etc.) para envolvê-los nesta questão. Isso seria motivado não só pelo uso comum do espaço, mas pelo fato de tais institutos terem recursos para investir, de acordo com ela. Outro ponto seria a integração das firmas de vigilância particulares de todos os institutos, mais a da UFRJ, sob a coordenação da prefeitura universitária. A capacitação dos vigilantes servidores seria feita por meio de cursos no 17º Batalhão de Polícia Militar (Ilha do Governador). Haveria, também, melhoria da iluminação pública - projeto, segundo a prefeita, ficou "complicado" depois do famoso corte de luz deste ano -, controle dos estacionamentos, instalação de equipamentos de rádio entre os vigilantes e promoção de uma campanha educativa para que as pessoas observem fatos estranhos e os comuniquem às autoridades universitárias. O último e mais importante item seria a elaboração de um Plano Diretor para urbanizar a ilha do Fundão.

Rural diminui violência sem terceirização

O diretor de segurança da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Renato Luis Evaristo, logo de primeira, discordou da prefeita. Para Renato, o corpo de vigilantes não deve ficar vinculado à Prefeitura Universitária, mas diretamente ao reitor. Essa medida, tomada naquela instituição, segundo ele, agilizou as ações da Vigilância.

Renato comentou que um plano de segurança está sendo implementado naquela instituição, sob observação das entidades representativas e, neste sentido, alguns convênios com a polícia militar já foram encaminhados. Ele ressaltou, no entanto, que a força policial limita sua atuação à periferia da universidade e só intervém dentro do *campus* com expressa autorização da vigilância ou do reitor. Outro convênio, feito com a Polícia Federal, também serviu para acabar com o tráfico de entorpecentes, que começava a se instalar no local.

O diretor de segurança informou que não existem seguranças terceirizados na Rural. A administração local preferiu investir na qualificação dos servidores. Ao saber do montante de recursos gastos com Segurança na UFRJ (um valor perto de R$ 5 milhões/ano), Jorge chegou a sorrir. "Se bem aproveitados, dá para transformar isso aqui numa Suíça", brincou.

Na mesma linha de Renato, a também vigilante Roseni Lima de Oliveira defendeu a valorização profissional dos servidores da UFRJ, com os já famosos cinco milhões de reais da terceirização. Ela fez um breve histórico da constituição do atual corpo de vigilantes da universidade e, a exemplo da prefeita, também informou algumas propostas que poderiam minimizar a violência no *campus* (veja mais na página ao lado).

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Docentes são intimidados na Unicamp

Incidente gerou decisão do Andes-SN contrária à presença da PM nas IES

A preocupação da comunidade acadêmica com a presença de policiais militares em *campi* universitários não é uma novidade para o movimento docente. Em setembro de 2001, a Seção Sindical dos Docentes da Unicamp (Adunicamp-SSind) se deparou com um incidente envolvendo professores e policiais armados dentro do *campus* da Universidade de Campinas. Segundo o boletim da seção sindical, os professores estranharam a presença de uma viatura com dois PMs armados, no estacionamento do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Os docentes Sérgio Silva e Ângela Araujo, decidiram perguntar "de forma polida" para os policiais o motivo da presença do aparato no local e foram tratados de forma "pouco amistosa", segundo a referida publicação.

Os policiais acabaram abrindo um Boletim de Ocorrência com denúncias aos professores por "crime de injúria". A reitoria da universidade, no lugar de se posicionar na defesa dos professores, manteve contatos diretos com o Comando da Polícia Militar de Campinas, fortalecendo as denúncias dos policiais. A atitude da reitoria chocou a comunidade do Instituto que se solidarizou com Sérgio e Ângela, ambos cientistas sociais com mais de vinte anos de trabalho dedicados à estadual paulista. Segundo o boletim da seção sindical, a congregação do IFCS da Unicamp exigiu em moção a exoneração do prefeito universitário que teria enviado carta ao Capitão Comandante da 3ª Companhia de Campinas "lamentado profundamente o ocorrido e parabenizando um dos soldados envolvidos no episódio". Segundo a Adunicamp, nem a prefeitura, nem a reitoria convidaram os dois professores para contar a sua versão dos fatos e exercer o mínimo do direito de defesa esperado em qualquer ambiente democrático, ainda mais tratando-se de uma universidade pública.

Em artigo escrito à época para o Correio Popular (jornal local), o professor e filósofo Roberto Romano conta a versão dos docentes:

"Abordados por dois professores da Unicamp, os policiais, segundo os docentes, se irritaram. Quando ouviram a terrível história que menciono acima (sobre a célebre frase de Pedro Calmon: 'aqui - na universidade - se entra apenas com o vestibular', sobre o quanto é dolorosa na memória universitária a presença de milicianos armados no *campus*, um deles, ainda segundo os docentes, sacou a arma como intimidação. Os policiais retornaram ao local dois dias após, indicando que sua presença seria inelutável. Apesar disto, deram queixa em Delegacia de Polícia por "injúria" praticada pelos docentes. Estes estão ameaçados de processo, como se criminosos fossem. A vice-diretora do IFCH oficiou ao Prefeito da Cidade Universitária, buscando esclarecimentos. Sem levantar os fatos, o dirigente preferiu solidarizar-se com os policiais, enviando ofício ao Comandante da 3ª Companhia da PM, lamentando "profundamente o incidente" e manifestando "o total apoio às operações que a Polícia Militar vem desenvolvendo e parabenizar tanto este soldado quanto os demais pelas atividades no interior do campus."

O incidente dos professores com a polícia foi matéria do último Congresso do Andes-SN, em fevereiro deste ano, na cidade de Rio Grande (RS). O movimento docente aprovou posição contrária à presença da polícia militar nos espaços universitários por ferir a autonomia destas instituições.

Vigilantes reclamam da terceirização

Categoria quer mais capacitação e abertura de novas vagas

Os trabalhadores que cuidam diretamente da segurança patrimonial das universidades, os chamados vigilantes, são (ou deveriam ser, todos) servidores públicos. Em julho de 2001, os servidores vigilantes das universidades públicas realizaram o 8º Seminário Nacional de Segurança das IES e as maiores preocupações desta categoria são o aumento da terceirização deste serviço e a falta de capacitação e condições oferecidas pelas instituições. Este ano, segundo a Coordenadora da Regional Sudeste de Segurança das IES, Roseni Lima de Oliveira, os vigilantes não puderam realizar outro encontro em função dos ajustes de calendário ocorridos após a greve nacional que se encerrou em novembro do ano passado. Segundo Roseni, que é servidora da UFRJ, a redução de pessoal da Vigilância Patrimonial nas instituições é um dos problemas mais graves enfrentados pela categoria no exercício do trabalho de zelar pela segurança nos *campi*. "Muitos dos problemas de segurança poderiam ser evitados com um quantitativo e equipamentos adequados", alerta Roseni.

Segundo a servidora, um levantamento feito em 1988 identificou a necessidade de 1.200 pessoas para o efetivo da Vigilância. Foram selecionadas 400 pessoas, mas somente 200 foram contratadas. A representante da Fasubra Sindical lembra também a importância do trabalho dos vigilantes para o controle das vias expressas nos *campi* e durante o turno dos cursos noturnos. Para a vigilante, muitas ações poderiam minimizar a falta de segurança identificada em várias instituições como a UFRJ. Iluminação adequada, maior número de servidores vigilantes circulando com identificação, aparelhamento da vigilância, com uniformes, central telefônica, viaturas e outros equipamentos, além da criação de um fórum permanente de segurança, foram citados pela funcionária durante o seminário sobre o assunto promovido pelas entidades (veja matéria principal, página 2).

Investimento nos concursados

O Coordenador Nacional de Vigilância das IES, Wlamir Ricardo Silva, diz que a grande maioria das universidades não tem uma política de segurança. "Preferem a terceirização a investir no serviço". Ele acha equivocada a proposta de instalar a polícia nos *campi*: Wlamir é funcionário da Universidade Federal de Pernambuco e foi cotado para participar do segundo debate promovido pelas entidades. Wlamir não pôde comparecer, mas deixou seu recado para a reportagem do Sintufrj: "A UFPE paga uma verba à PM e tem uma Companhia no *campi* para trabalhar em conjunto com a Vigilância. Mas isso muitas vezes não acontece. A UnB (Universidade Federal de Brasília) também tem policiamento interno. Mas, recentemente, os policiais agiram contra uma manifestação de estudantes. Esse é um risco. São subordinados ao comando deles, não à reitoria".

Outras reivindicações

De acordo com o relatório do 8º Seminário Nacional de Vigilância das IES, os servidores querem estar mais capacitados para o exercício das suas funções na vigilância das instituições. Além de defenderem a abertura de concurso público para todos os cargos dentro do Regime Jurídico Único, estes trabalhadores reivindicam também a revisão e a ampliação de cursos oferecidos para a área de segurança, com atualização de disciplinas como línguas estrangeiras e informática.

Resenha

Malabarismo nas contas das federais

As universidades federais estão há quatro meses tentando receber do governo os recursos complementares aprovados no meio deste ano para suplementação orçamentária das contas do segundo semestre. Segundo a Agência Folha, as 53 instituições estão sofrendo com a falta de verbas para o pagamento das contas. Sem dinheiro, os dirigentes estão adotando medidas de restrição ao uso de telefones e de aparelhos de ar-condicionado. "Faltam desde material de limpeza até medicamentos em hospitais universitários", comenta a agência.

Dólar alto dificulta pesquisa

Pesquisas atrasadas, gastos extras com importações, compras no exterior adiadas, acervos de bibiliotecas a caminho da defasagem e incertezas quanto ao futuro próximo. Essas são algumas das conseqüências que os institutos de pesquisa brasileiros, vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), estão tendo de enfrentar por causa da alta dólar, que passou de cerca de R$ 2,60, em maio, para os cerca de R$ 3,75 dos dias atuais, de acordo com matéria de O Estado de São Paulo (26/10). Um exemplo citado é o do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Há alguns meses a instituição fechou a importação de "cluster" de computadores (um conjunto de máquinas que trabalham como se fossem uma só) por US$ 110 mil, com o dólar a R$ 2,80. No mês passado veio a fatura, mas com a moeda americana cotada a R$ 3,60. "Num orçamento apertado, essa diferença pesa", diz Márcio Portes de Albuquerque, coordenador de Atividades Técnicas do CBPF.

Brasil tem poucas bibliotecas públicas

Matéria do jornal paulistano Folha Sinapse (29/10) informa que a quantidade de bibliotecas públicas do país é muito reduzida em relação à população. No Brasil, a proporção é de uma para cada grupo de 35 mil pessoas – há apenas 4.800 bibliotecas públicas e a população está em torno de 170 milhões. O número chega a ser inferior ao total de municípios (5.507). Na França, por exemplo, existem 24 mil bibliotecas para cerca de 60 milhões de habitantes.

Andes-SN

Dois desafios para o movimento docente

MD combate propostas de fim de governo FHC e tenta garantir discussões no futuro governo Lula

O movimento docente começa a enfrentar dois desafios desde 28 de outubro, com a eleição de Lula: o primeiro é o enfrentamento das propostas de fim de governo FHC para as áreas de Educação e C&T até 31 de dezembro deste ano; o segundo será garantir as discussões sobre os temas ligados à Universidade com um governo de esquerda – fato inédito nos 21 anos de história do Andes-SN. Essa é a expectativa do 1º vice-presidente do Sindicato Nacional, José Domingues de Godoi Filho, que foi o convidado do segundo dia de debates organizados pela Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, sobre o Desmonte da Universidade Pública, no dia 17/10.

Em relação ao primeiro desafio, Domingues deu destaque para o confronto com a Lei de Inovação Tecnológica, do Ministério de C&T, que deve tramitar em regime de urgência no Congresso. "A lei vem torpedeando tudo", disse. Segundo ele, a Inovação não existe senão para se ganhar dinheiro. Uma vez que o projeto traz a tal inovação para dentro do espaço universitário, com a criação de empresas de base tecnológica e professores-empresários, celetização e outros itens, fica garantido o desmanche da Universidade Pública. "No mínimo, não podemos deixar a aprovação dessa lei", observou, acrescentando que vários dos deputados influentes da comissão de C&T da Câmara Federal são do Rio de Janeiro e solicitando empenho no combate desta questão pelas seções sindicais fluminenses.

Domingues não gastou toda a munição para criticar somente a Lei de Inovação. A transformação do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) no Programa de Qualificação Institucional (PQI) também foi citada como um elemento destruidor da Universidade Pública, assim como a lei de propriedade intelectual que foi aprovada no país no primeiro ano do governo FHC. "Lei que foi imposta", corrige Domingues.

Fundos setoriais

Os fundos setoriais não foram perdoados. De acordo com Domingues, foram proclamados pelo governo como a salvação da pesquisa no país, mas representam tão somente a extensão da privatização das estatais. Para ele, além de condicionarem o financiamento aos interesses do mercado, os fundos não conseguiram, até hoje, alcançar os níveis de investimentos dos antigos centros de pesquisa das estatais, que foram extintos ou sucateados – sem falar que estes não eram cobrados para obtenção de resultados imediatos. "O MCT, de setembro para cá, nem disfarça mais, em seus documentos: o objetivo é atender às empresas", afirma o 1º vice-presidente do Andes-SN.

A omissão de certos setores da comunidade científica na defesa da C&T voltada para os interesses nacionais complica ainda mais o esforço do movimento docente. "A Academia Brasileira de Ciências, diz, em sua página eletrônica, que se deve fazer conhecimento pelo conhecimento", ressaltou Domingues. De fato, está lá, em www.abc.org.br: "Embora estejamos cada vez mais envolvidos com a solução de problemas socioeconômicos não devemos nos esquecer de que nosso compromisso principal é o de promover a Ciência. Buscar o conhecimento pelo conhecimento, como nós aprendemos com os gregos (...)".

C&T interessa a todos

Diante de um quadro de destruição destes, Domingues conclama os docentes das universidades a debaterem o questão da C&T como nunca fizeram antes. O dirigente do Sindicato Nacional demonstra preocupação com o respeito excessivo com o qual o tema é tratado nas próprias instituições de ensino superior. "Ciência e Tecnologia são vistas como algo a ser discutido por alguns setores da universidade, como se fosse conversa para 'iniciados' apenas. Mas, na verdade, interessa a todos", disse.

Para estimular o debate, o palestrante questionou a própria pertinência de manter a Ciência e a Tecnologia como responsabilidades de um único ministério. "C&T são coisas muito juntas, mas, ao mesmo tempo, distantes. A forma de fazer é diferente: enquanto em Ciência, buscamos universalizar o conhecimento; em Tecnologia, não", comentou, voltando a referir-se à Lei de Inovação Tecnológica. "Mas, se tiramos a Ciência do MCT, põe onde? No MEC, da maneira como está estruturado?", ironizou.

O desafio a partir de 1º de janeiro

Neste ponto, Domingues tocou em um assunto bastante delicado para o movimento docente: como garantir as discussões a partir de 1º de janeiro, com um governo de esquerda. "Pelo programa dos candidatos (o debate, vale lembrar, ocorreu dias antes da eleição), vamos enfrentar um quadro desfavorável. E, então, como vamos nos diferenciar de outros grupos que estejam querendo virar o barco? Vão estar chamando a gente de turma da direita!", disse. "O cerceamento da discussão poderá ocorrer, por incrível que pareça, pois era esperada outra situação. Nós chegamos a uma enrascada que nunca tivemos nos 21 anos do Sindicato Nacional. Como debater, dentro dos princípios que defendemos, e como fazer isso dentro e externamente ao espaço universitário?", completou. Complicado será também, para o dirigente, "o enfrentamento com colegas nossos que estarão no governo federal e nos governos estaduais": "É impressionante a vocação de colegas nossos da universidade quando assumem cargos no governo! Como jogam contra! É um nó que vamos ter que desatar", afirmou.

Nas publicações seguintes, divulgaremos o restante das mesas do I Encontro sobre a Universidade Pública, organizado pela Regional Rio do Andes-SN, nos dias 16 e 17 de outubro.

UFRJ

CCS escolhe representantes para o Consuni

Os professores do Centro de Ciências da Saúde (CCS) escolhem, nestes dias 4, 5 e 6 de novembro, os seus representantes dos Titulares (duas vagas, mais os dois suplentes), de Adjunto (um titular e um suplente) e de Adjunto-Doutor (um titular e um suplente) para o Conselho Universitário. O pleito está marcado para ocorrer de 9h às 16h, em locais a serem definidos por cada Unidade do Centro.

Para Titulares, os candidatos inscritos são os seguintes: Eliezer Barreiro (Faculdade de Farmácia) e George Alexandre dos Reis, como suplente (Instituto de Biofísica), constituindo a chapa 1; e Celeste Carvalho Siqueira (Faculdade de Medicina) e Volney de Magalhães Câmara, como suplente (Faculdade de Medicina), constituindo a chapa 2. Para Adjunto-Doutor, estão inscritos: Pedro Lagerblad de Oliveira (ICB) e Roberto Medronho, como suplente (NESC), constituindo a chapa única.

Para Adjunto – única representação para a qual haverá concorrência, estão inscritas duas chapas: Person Candido da Silva (Escola de Educação Física e Desportos) e Eduisa Silva do Nascimento, como suplente (EEFD), constituindo a chapa 1; e Vera Lúcia Rabello Halfoun (Faculdade de Medicina) e Alexandre Pinto Cardoso, como suplente (também da Medicina), constituindo a chapa 2.

Pleito definido com antecedência

As regras e o calendário do processo eleitoral foram definidos em reunião do Conselho de Coordenação do Centro em 9 de setembro, conforme ata entregue à reportagem da Adufrj-SSind na semana passada. Na ocasião, ficou acertado que o prazo para inscrições das candidaturas seria de 21 a 25 de outubro, com um debate entre os inscritos em 29/10. Segundo a secretária deste colegiado do CCS, Ana Maria Esteves, houve ampla divulgação do processo eleitoral, por cartazes, por pedidos às direções de Unidades e por *e-mail*.

Regras causam polêmica

Um dos candidatos à vaga de representante dos Adjuntos no Consuni, o professor Person Candido (EEFD) disse à reportagem da Adufrj-SSind que entraria com um pedido de esclarecimentos à comissão eleitoral sobre um item das normas do processo e sobre um documento produzido no dia 29/10 pela presidente da comissão, professora Alícia Navarro. De acordo com este documento, os professores Adjuntos Doutores podem votar tanto para representação dos Adjuntos Doutores como para Adjuntos.

Segundo Person, o edital e o o complemento da presidente da comissão eleitoral criam uma discriminação com relação aos professores Adjuntos sem a titulação de doutor. "Primeiro que não existe essa subdivisão na carreira docente (Adjuntos e Adjuntos Doutores); segundo, porque dá poder de votar duas vezes aos Adjuntos Doutores. Em terceiro, uma vez que o edital cria a subdivisão, a chapa 2, na qual ambos os professores são doutores, não poderia estar concorrendo para representação de Adjuntos", observou.

O decano do CCS, João Ferreira, não quis nem ouvir as perguntas da reportagem da Adufrj-SSind. "Isso aqui não é o TRE. O professor Person não quer ser candidato. Quer criar caso", comentou. O decano acrescentou que todas as dúvidas do professor da Educação Física seriam respondidas, se encaminhadas por escrito à comissão eleitoral.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 75 • 11 de novembro de 2002

Atenção:
Foram suspensos o Conselho de Representantes e a Assembléia Geral, marcados, respectivamente para 13/11 e 19/11. Continua válido o restante do calendário de AGs e CRs divulgado até o fim do ano (abaixo).

Mês	CR	Assembléia
Dezembro	quarta-feira, 11/12	terça-feira, 17/12

Seminário sobre Segurança
Tema: Universidade e Comunidade
12/11 (terça-feira) 12h
IFCS - sala 106
Convidados:
Rejane Lúcia Gadelha
(Vila dos Funcionários da UFRJ)
Edson Diniz
(Centro de Estudos e Ação Solidária da Maré)
Michel Misse
(Professor do IFCS)
Representante do Alojamento da UFRJ
Organização:
Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj

Reunião do GT C&T da Adufrj-SSind
14/11 (quinta-feira) 15h
Escola de Serviço Social
Pauta: encaminhamentos do 45º Conad e propostas do governo Lula para C&T

Reunião do GT Política Educacional da Adufrj-SSind
14/11 (quinta-feira) 9h30
Local: Sala dos Professores da Escola de Serviço Social
Pauta: Agenda Nacional; questões locais e COED (Congresso Estadual de Educação)

Reunião preparatória para o Fórum Social Mundial
14/11 (quinta-feira) 15h
Sede da Adufrj-SSind
CT, bloco D, sala 200
Pauta:
Discussão do eixo 4 - "Poder político, sociedade civil e democracia"

Reivindicações serão mantidas

Manuella Soares

MOBILIZAR OS MILHÕES DE BRASILEIROS QUE VOTARAM NO PRESIDENTE LULA A CONTINUAREM FIRMES NAS LUTAS PELAS MUNDANÇAS PARA O PAÍS FOI A TÔNICA DOS DEBATES OCORRIDOS DURANTE O 45º CONSELHO NACIONAL DO ANDES-SN

Reunidos em Belém do Pará, entre os dias 1 e 3 de novembro, 49 delegados e 90 observadores das 53 Seções Sindicais do Andes-SN debateram o resultado das eleições presidenciais e os rumos do movimento docente nos próximos meses, principalmente durante o período de transição para o próximo governo. Os representantes das SSind registraram a importância histórica da eleição do "companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, oriundo do proletariado", mas fizeram questão de registrar, ao longo dos debates que atualizaram o Plano de Lutas da categoria, a vitória de todos os trabalhadores que, nas urnas, rejeitaram o modelo econômico representado pelo governo Fernando Henrique e os empréstimos e acordos estabelecidos, nos últimos anos, com os organismos financeiros internacionais.

Na Carta de Belém (veja íntegra na página 2), os professores presentes ao 45º Conselho Nacional do Andes-SN (Conad) deixaram claro que depositam esperanças no próximo governo e continuam dispostos a dialogar com este e com o próximo governos , mas não abrirão mão das reivindicações já apresentadas ao atual governo, em especial as que dizem respeito às conquistas do acordo da greve de 2001 (ainda não cumprido) e a luta pela educação em todos os níveis e seguridade social públicas e gratuitas para todos. A autonomia do Sindicato em relação ao governo Lula também foi destacada durante várias intervenções nas Plenárias do Conselho.

Leia mais nas páginas 2, 4, 5, 6 e 7

Andes-SN

CARTA DE BELÉM

O 45º CONAD – Conselho do ANDES-SN realizou-se em Belém - PA, no período de 1º a 3 de novembro de 2002, poucos dias após as eleições presidenciais e em uma região estratégica para os que lutam por uma nova sociedade libertada das imposições do Capital.

Os delegados e observadores presentes ao 45º CONAD não apenas registram a importância histórica da eleição do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, oriundo do proletariado, num país marcado pela discriminação e pelo preconceito mas, acima de tudo, sublinham a vitória imposta pelo povo trabalhador aos que, no Brasil, representam e aplicam os planos destrutivos do Capital, em especial, o receituário do FMI. Tal fato, além de revestir-se de importância para a vida nacional, tem desdobramentos políticos em escala continental e mundial.

O fato de a sociedade brasileira ter rejeitado os programas neoliberais do FMI, do BM, da OMC e de seus aliados internos, representados e coordenados por FHC e sua equipe, é a maior demonstração da maturidade política do povo que recusou claramente as seduções do poder instituído para propor uma nova forma de sociabilidade. Ao fazê-lo, a sociedade brasileira constituiu um campo novo de desafios e possibilidades que requererão das organizações e dos militantes do campo popular uma capacidade estratégica de pensar as formas de mobilização dessa imensa energia liberada para construir as políticas necessárias à reconstrução nacional e à liberação do trabalho face às determinações do capital financeiro.

Desafios e possibilidades que exigirão de todos nós a afirmação das soluções necessárias dos graves problemas nacionais, com base nas reivindicações históricas levantadas pelos movimentos sociais como, também, a elaboração coletiva e democrática de alternativas. Este novo governo está colocado diante de restrições econômicas criadas pela submissão do Brasil à ordem do capital financeiro internacional, num momento em que o endividamento externo e interno é o maior já registrado em nossa história. Não desconhecemos que a construção de uma alternativa popular despertará, nacional e internacionalmente, as reações dos que buscarão manter o Brasil dentro da ordem estabelecida. Mas, na medida em que se tornem concretas as aspirações daqueles que o elegeram, o novo governo angariará, no Brasil e no mundo, o apoio dos trabalhadores e dos povos. Somente a mobilização das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais poderá garantir que as expectativas reveladas pelo processo eleitoral se transformem, de fato, em elementos de libertação real da nação e dos que nela trabalham. Devemos intervir neste processo na perspectiva internacionalista de unidade dos trabalhadores. Sem dúvida alguma, o Brasil estará sendo acompanhado de perto não apenas pelos organismos internacionais, mas, e isso é decisivo, pelo conjunto dos trabalhadores em escala internacional. Nos anos 60, dizia-se que para onde pendesse o Brasil, penderia a América Latina. Hoje isto também é verdade. O caminho da ampla mobilização é a forma pela qual poderemos atuar no sentido de dar nossa contribuição decisiva para que esta experimentação histórica se concretize na perspectiva libertadora. Se, pelo contrário, imaginarmos que a automaticidade na política garantirá o êxito desse processo, estaremos colaborando fortemente para a frustração das aspirações populares.

No momento atual, é oportuno lembrar que, com a oposição clara ou velada dos meios de comunicação, sem a participação da maioria dos partidos, sem qualquer apoio governamental, 11 milhões de brasileiros disseram não à ALCA e à entrega de Alcântara. Recusaram o aprofundamento da subordinação nacional ao imperialismo. Impõe-se, agora, a necessidade da realização de um plebiscito oficial. É nessa direção que o resultado das eleições ganha a dimensão da continuidade da luta.

Dizer não às relações econômicas internacionais subalternas e à política de guerra que atacam a soberania das nações e impõem à classe trabalhadora a perda de direitos e conquistas significa defender os serviços públicos, a universidade pública gratuita, laica, socialmente referenciada e a previdência púbica, ameaçada pelas pretensões da iniciativa privada de obter lucros fáceis, certos e rápidos à custa do sacrifício dos trabalhadores.

O enfrentamento, no próximo período, das políticas privatizantes e reacionárias de Estado significa não abrir mão das reivindicações; não admitir nenhuma solução que implique mais perdas ou abandono dos métodos de luta do sindicato; não compactuar com o cumprimento de acordos firmados com o FMI que inviabilizam a concretização de medidas para atender a pautas de reivindicação e que comprometem os serviços públicos, condenando à miséria milhões de trabalhadores. Mantermo-nos coerentes com o programa de luta do ANDES-SN e com a Carta de Princípios da CUT é a forma concreta de levar à frente as aspirações da imensa maioria dos que, em 27 de outubro de 2002, votaram em Lula.

Isto implica enfrentar as conseqüências impostas à educação em decorrência da implementação de medidas que comprometeram os reajustes salariais devidos, o plano de carreira e o financiamento das universidades.

Significa, portanto, manter a mobilização das amplas massas, em ações conjuntas e unificadas em defesa da educação, saúde, moradia, pelos direitos trabalhistas e de auto-organização dos trabalhadores contra as privatizações e pela reforma agrária.

Para enfrentar o próximo período, imprescindível se faz a continuidade da luta. Com base nas reivindicações que historicamente defendemos.Com um sindicalismo classista, combativo, pela preservação da CUT como central sindical independente que se oriente pelos interesses dos trabalhadores. E com um Sindicato que, de forma autônoma e democrática, não abdique das reivindicações e não abra mão de seus métodos de luta.

As necessidades da imensa maioria da população brasileira indicam claramente o sentido e a direção. Precisamos agora dar à idéia de mudança o significado da transformação social.

Chamamos o conjunto dos docentes universitários a construir, no 22º CONGRESSO do ANDES-SN, um novo patamar da luta em defesa da universidade e da educação públicas, e por um Brasil livre da opressão imperialista e da exploração classista.

A LUTA DEVE CONTINUAR

Belém-PA, 3 de novembro de 2002

Jurídico

Adufrj-SSind ganha PSS

A Adufrj-SSind conquistou na Justiça, em recente decisão de juiz de 1ª instância, que a UFRJ não mais efetue o desconto do Plano de Seguridade Social (PSS) nas parcelas de gratificação natalina e abono constitucional de férias já a partir do próximo mês. O reitor já foi intimado, de acordo com informe da assessoria jurídica da Seção Sindical. Os descontos já efetuados serão pagos posteriormente, na execução do processo.

Assessoria esclarece caso dos 28,86%

A assessoria jurídica informa que os professores da UFRJ têm valores extremamente reduzidos a receber, ou mesmo nenhum resíduo, a título de 28,86%. A exceção abrange os docentes que receberam gratificações por funções (FGs e CDs), tendo em vista que tais gratificações acabarão por elevar as diferenças relativas ao ganho judicial. A assessoria esclarece que a entidade sindical ingressou com várias ações visando ao pagamento das diferenças a título de 28,86%. As ações vêm sendo julgadas procedentes. Contudo, por uma determinação do Supremo Tribunal Federal, todas as decisões judiciais também passam pela compensação dos reajustes decorrentes da Lei 8.627/93 (que especificou os critérios para reposicionamento de servidores públicos federais civis e militares e dá outras providências).

Isso significa que, apesar de a Adufrj-SSind estar ganhando as ações ajuizadas, autorizadas as compensações, e tendo em vista que a categoria docente, por força da reestruturação de carreira ocorrida com aquela lei, teve reajustes próximos ou até superiores ao percentual dos 28,86%, na execução dos processos será apurado que muitos professores receberão pouco ou nada. O esclarecimento, na íntegra, da assessoria da Adufrj-SSind está disponível na página eletrônica: www.adufrj.org.br/documentos.htm.

UFRJ

IFCS protesta contra interdição de biblioteca

A comunidade do IFCS não vai ficar calada, enquanto sua biblioteca permanecer interditada. Pelo menos assim pensam os estudantes, que pretendem organizar dois atos esta semana em busca de soluções para o problema. A biblioteca foi fechada desde o início de setembro pela ação de um fungo, que chegou a contaminar alguns funcionários e um estudante.

No primeiro, programado para quarta-feira (13/11), será feito um "IFCS na Praça", no qual um professor deve dissertar sobre os oito anos de FHC e a precarização das condições de trabalho nas universidades. O ato ocorre em frente ao prédio, ali mesmo no Largo de São Francisco durante a tarde. No dia seguinte, os estudantes devem ir à reunião do Conselho Universitário para fazer suas reivindicações.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Adufrj-SSind

AG mantém reivindicações para governo Lula

Seção Sindical organizará reuniões preparatórias para o 23º Congresso, em Teresina

Manter a pauta de reivindicações dos SPF no governo Lula. Essa foi a decisão dos professores presentes à Assembléia Geral da Adufrj-SSind realizada em 8/11, no Salão Nobre da Decania do CT. Também pela decisão da AG, essa seria a posição a ser levada pelos representantes da Seção Sindical à reunião do Setor das IFES e à Plenária dos Servidores Públicos Federais, em Brasília, no último fim de semana (dias 9 e 10/11, respectivamente). Os professores indicados para participar da Plenária foram: Luciano Menezes (1º vice-presidente da entidade), como delegado, e Regina Pugliese, como observadora.

No entendimento do professor José Miguel, "devemos ficar felizes pela eleição de Lula, mas os avanços necessários só vão ser conseguidos pela mobilização popular". Segundo ele, o movimento docente contribuiu para esta vitória ao fazer a resistência contra o governo FHC. No entanto, cabe uma análise mais ponderada sobre o que seria o tal "pacto social" de que se tem tanto falado ultimamente. Ele acrescentou que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra entregou uma carta de apoio ao presidente eleito, mas já avisou que não vai parar com as ocupações.

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, também analisou a conjuntura de forma semelhante. "Historicamente, desde a década de 40, fala-se em pacto social. Na ocasião, os trabalhadores abririam mão da revolução e os empresários abririam mão do lucro. Desde então, socializaram-se somente as perdas; não os lucros", comentou.

A professora Janete Luzia, da Escola de Serviço Social e 1ª vice-presidente da Regional Rio do Andes-SN, lembrou as propostas educacionais de Lula contidas no programa de governo que merecem muitas críticas do movimento docente, assim como a reforma previdenciária. "Essa eleição coloca o Andes-SN no fio da navalha. Como não dar trégua, como alguns sindicatos vêm sinalizando, nem jogar água no moinho da oposição? Por isso é importante retomar a pauta dos SPF", observou.

De olho no próximo Congresso do Andes-SN

Durante as discussões da Assembléia, surgiram algumas propostas novas ou contribuições em relação ao que já existia nas resoluções do 45º Conad. Entre elas, a possibilidade de redução de jornada de trabalho, como propôs Cleusa. "Lutar pela redução da jornada de trabalho como alternativa para incorporar milhões de desempregados e contribuir para a formulação de programas sociais para reduzir a miséria no país", disse ela. Também sugeriu-se o envolvimento maior do Andes-SN com políticas sociais não exatamente ligadas à Educação, como a luta pela Reforma Agrária, conforme propôs Luciano Menezes: "A implementação de programas sociais pelo governo Lula não é suficiente para a execução desses projetos. A implementação só será bem sucedida na medida em que a população e os movimentos organizados dos trabalhadores apóiem e dêem sustentação explícita a essas iniciativas. Muito embora os grupos de trabalho do Andes-SN, como o GT de Política Agrária, discutam, proponham e intervenham no tema, é necessário que o nosso Sindicato torne público o apoio à reforma agrária, enfatizando que esse projeto vai de encontro à luta contra a fome apresentado pelo novo governo". Com a finalidade de amadurecer estas idéias, ficou recomendado que a diretoria da Seção Sindical organize reuniões preparatórias com vistas ao próximo Congresso do Sindicato Nacional (em Teresina, em fevereiro de 2003). A partir destes encontros, seriam elaborados textos de apoio e textos de resolução para apreciação em assembléias futuras e, em seguida, o material aprovado seria inserido no Caderno de Textos do Congresso do Andes-SN.

Encaminhamentos do 45º Conad

Posteriormente à AG, a diretoria confirmou uma reunião para esta quarta-feira, 13/11, às 18h, na sede da Seção Sindical (CT, Bloco D, sala 200) entre os integrantes da delegação da Adufrj-SSind que foram ao 45º Conad. O objetivo é avaliar a participação dos delegados da Seção Sindical e formular encaminhamentos. Posteriormente, os resultados desta reunião serão divulgados.

Alteração do percentual de contribuição

A diretoria indicou a retirada deste ponto de pauta para uma melhor avaliação, o que foi aprovado pela Assembléia.

FME

Na AG, foram referendados os nomes das professoras Rosanne Dias (CAp) e Raquel Goulart (Faculdade de Educação) para participação do II Fórum Mundial de Educação, pela seção sindical. As docentes apresentarão painéis durante o evento.

UFRJ

Representantes do CCS são eleitos para o Consuni

Já são conhecidos os resultados das eleições do Centro de Ciências da Saúde (CCS) para representação no Consuni. Para Titulares, foram eleitas as duas chapas inscritas – havia duas vagas de titulares e mais duas de suplentes: Eliezer Barreiro (Faculdade de Farmácia) e George Alexandre dos Reis, como suplente (Instituto de Biofísica), pela chapa 1, tiveram 38 votos; Celeste Siqueira (Faculdade de Medicina) e Volney de Magalhães, como suplente (Faculdade de Medicina), pela chapa 2, tiveram 35 votos. Houve ainda 10 votos em branco e nenhum nulo.

Para Adjuntos Doutores, venceu a chapa única, constituída pelos professores Pedro Lagerblad (ICB) e Roberto Medronho, como suplente (NESC), com 237 votos. Houve ainda oito votos em branco e nove nulos.

Para Adjuntos, a chapa 1 constituída pelos professores Person Candido (EEFD) e Eduisa Silva, como suplente (também da EEFD) foi vencida pela chapa 2, dos professores Vera Halfoun (Medicina) e Alexandre Pinto, como suplente (também da Medicina), por 191 votos contra 39. Houve ainda 12 votos em branco e dez nulos.

Agenda Sindical

14/11 - Reunião do GTPE local da Adufrj-SSind (veja chamada na capa)

14/11 - Reunião do GT C&T local da Adufrj-SSind (veja chamada na capa)

19 a 21/11/2002 - 10ª Plenária Social Nacional - Soberania Sim, Alca Não
Brasília (DF), Centro Cultural de Brasília

28 e 29/11/2002 - II Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Federais, Estaduais e Municipais
Cuiabá (MT), no Auditório da ADUFMAT

5 a 7/12/2002 - II Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores das três esferas, em Luziânia (GO)

19/1 a 22/1 de 2003 - Fórum Mundial de Educação (2ª edição) - *Porto Alegre (RS)*

23/1 a 28/1 de 2003 – Fórum Social Mundial (3ª edição) - Porto Alegre (RS)

Resenha

Docente da UFRJ na equipe de transição

O Jornal da Ciência por e-mail de 4/11 destaca a presença do professor Ildeu de Castro Moreira, do Instituto de Física da UFRJ, na equipe de transição do atual governo para o de Lula. A tarefa do professor será montar um quadro completo do setor de Ciência e Tecnologia para o novo governo traçar suas próprias políticas e diretrizes. Ildeu, segundo o informativo, propôs ao programa do PT um projeto de popularização da Ciência, "que certamente agora ele vai procurar incrementar".

Promotoria investiga cursos pagos na USP

Matéria da Folha Online (1/11) informa que a Promotoria de Justiça da Cidadania enviou ofício à USP requisitando informações sobre cursos pagos oferecidos por fundações em espaços da universidade. A Constituição estadual proíbe o uso de prédios públicos para o funcionamento de cursos de ensino privado. Um estudo da Seção Sindical dos Docentes da USP computa 112 cursos nessas condições. "São professores improdutivos, que usam a universidade para ganhar dinheiro", disse o professor da Unesp Márcio Augelli, autor da denúncia.

HUs privilegiam cirurgias

De acordo com matéria da Folha de S. Paulo (30/10), os hospitais universitários estão privilegiando atendimentos que recebem mais recursos do SUS (Sistema Único de Saúde) para tentar driblar a crise financeira. O problema acontece porque a tabela de pagamento do SUS varia segundo o tipo de atendimento (o SUS paga cerca de R$ 2 mil no caso de intervenções cirúrgicas e R$ 400, no de clínicas). No HU da UFRJ, a política de expansão dos últimos anos deu preferência ao aumento de leitos para internação cirúrgica (100%), enquanto na área clínica não passou de 50%. De acordo com o próprio diretor do hospital, Amâncio Carvalho, ouvido na reportagem, no entanto, o paciente clínico é melhor para o ensino da medicina, por ficar mais tempo internado.

Caos na UFRJ

A interrupção de água para o Hospital Clementino Fraga Filho na semana retrasada provocou o cancelamento de 52 cirurgias, 1.200 exames e dois transplantes. A paralisação ocorreu por causa de reparos no sistema do Guandu, que deixaram sem água boa parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As seis cisternas do HU ficaram vazias. Após uma ligação do reitor Carlos Lessa para a governadora, foi providenciado um carro-pipa para o local, que nada adiantou. A matéria foi do jornal O Fluminense (1/11).

Polícia na Uerj

Na semana retrasada, detetives da 18ª DP apreenderam em salas de fotocópias da Uerj, a pedido de editoras, cópias ilegais de cem livros técnicos. A alegação era que os estudantes estariam violando o direito autoral. As publicações foram recolhidas no 7º e 9º andares, onde funcionam a Faculdade de Direito e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da universidade. Ouvidos a respeito da apreensão, alunos culparam o preço proibitivo da maior parte dos livros pela prática da cópia. A matéria é do jornal O Dia (7/11).

Andes-SN

Seção Sindical amazonense sedia 45º Conad

Fotos: Manuella Soares

PLENÁRIO DO CONAD, NO AUDITÓRIO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ

Noventa por cento do subsolo amazônico estão em poder das multinacionais

Não foi à toa que os 49 delegados e os 90 observadores de 53 seções sindicais se deslocaram de várias regiões do país para participar do 45º Conselho Nacional do Andes-SN, na cidade de Belém do Pará, no Norte do país, porta de entrada para a Amazônia. O presidente Luiz Gonçalves Lucas não pôde estar presente na mesa de abertura do evento e foi substituído pelo primeiro vice-presidente, José Domingues de Godoi Filho. Domingues, que é professor da Federal de Mato Grosso, fez um relato dos motivos políticos para a escolha da cidade como sede do Conselho. Segundo o diretor, 54% do território brasileiro está na Amazônia e, devido às políticas privatizantes do governo liberal de Fernando Henrique Cardoso, "90 por cento de todo o subsolo amazônico estão em poder de empresas multinacionais", o que caracterizaria, entre outros motivos, a dependência econômica do povo brasileiro aos agentes financeiros internacionais.

O vice-presidente do Andes-SN fez questão de ressaltar a necessidade de que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva reveja a legislação de patentes aprovada nos primeiros anos do governo atual, em maio de 1996. "A diversidade de espécies e organismos que temos nesta região para pesquisas é impar", comentou, chamando a atenção para a necessidade de ser estabelecida uma política de desenvolvimento científico e tecnológico soberana. Domingues também ressaltou as conseqüências de o governo brasileiro aceitar acordos multilaterais, a exemplo da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que acarretariam perdas ainda maiores para a soberania econômica, social e cultural do país. "Os recursos alternativos e as possibilidades de fontes concretas de energia, de estudos de novas formas de socialização, de novos conceitos - que desconhecemos – dos povos indígenas e ribeirinhos fazem deste lugar um pólo de resistência e referências para o nosso movimento", complementou.

Presente na mesa de abertura do Conad, o representante da Sinasefe, entidade nacional dos servidores em educação de 1º e 2º graus, Evaldo Silveira, comentou o tema do evento 'Projeto histórico e progama de governo: reivindicações dos trabalhadores x acordos econômicos' e a relação direta entre a articulação dos segmentos técnicos e de docentes nas lutas universitárias. "Este movimento conjunto tem mostrado convergências e muita competência ao longo do último triênio no encaminhamento do melhor para as instituições tanto nos níveis de 1º e 2º graus como no nível superior". Evaldo acredita que o movimento, após a vitória do presidente Lula, poderá ter grandes esperanças de que, tanto o programa de governo, como as reivindicações históricas dos trabalhadores se tornem realidade.

Estudante defende plebiscito oficial sobre a Alca

A representante do DCE da FCAP, Graciele Guedes, comentou a realização de todas as categorias por terem conseguido derrotar o candidato do governo, José Serra. "Os trabalhadores deste país se sentem realizados. Fernando Henrique passou oito anos massacrando o povo trabalhador, massacrando as universidades públicas", comentou. Na opinião da estudante, o governo de Lula só tem duas saídas: "ou faz um governo que não garanta os direitos dos trabalhadores ou trabalha para garantir uma universidade pública e gratuita e de qualidade como nós desejamos. E isso só pode ser feito rompendo o acordo com o FMI", alertou, lembrando ainda que os 10 milhões de brasileiros que votaram no Plebiscito contra a Área de Livre Comércio das Américas devem ser respeitados, tendo o próximo governo que dizer, também, não aos acordos multilaterais. A estudante defendeu a idéia apresentada pela coordenação do Plebiscito da Alca de exigir do novo presidente a realização de um plebiscito oficial sobre a Alca em todo o país.

MST pede atuação de docentes na construção de um novo projeto social

O representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Pará, Ulisses Manassés, destacou a importância da eleição de um presidente trabalhador. "A década de 90 foi um período em que a ideologia do mercado foi predominante em vários setores da sociedade, tanto no aspecto econômico, cultural como político", comentou, afirmando a necessidade de que as categorias de trabalhadores, incluindo os professores universitários, participem de um movimento para reverter o processo de mercantilização. "Ao contrário do que poderia parecer, nós, trabalhadores, demonstramos que o trabalho jamais poderá ser substituído por esta ideologia mercantilista que predominou e ainda predomina em vários cantos do mundo. A história não tem fim e as lutas sociais para derrubar o capitalismo em sua face globalizada têm se mostrado vigorosas", concluiu, sob aplausos entusiasmados dos presentes.

A PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND, CLEUSA SANTOS, COMENTA MOÇÕES SOBRE SEGURANÇA NOS CAMPI (PÁG. 7)

Diretor da FCAP saúda Conad

O diretor da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, Manoel Tourinho, se disse satisfeito por poder - "nesta pequena faculdade" - hospedar os participantes do 45º Conad. Tourinho comentou o processo de transformação da FCAP na Universidade Federal Rural da Amazônia, "um sonho que vemos ser realizado após 18 mil dias de luta, traduzido-se em 52 anos de existência na Amazônia, sujeito a todas as intempéries climáticas, ambientais, políticas e institucionais". Para o diretor, a transformação da faculdade em universidade federal afasta qualquer possibilidade de privatização, incorporação ou fusão, segundo ele, por diversas vezes aventadas durante os últimos anos pelo governo.

Tourinho fez críticas à distribuição de verba do governo, em especial às originadas dos fundos setoriais para o desenvolvimento dos estados da Amazônia. Segundo o dirigente, apesar de os recursos serem destinados a pesquisas realizadas na região, quem acaba gerenciando as verbas são as instituições das regiões Sul e Sudeste, cujos pesquisadores, através dos critérios estabelecidos pelas agências de fomento, apresentam mais condições de 'concorrência' para a realização dos projetos.

Participaram da abertura, ainda, como convidados, a representante da UNE, Rosiléia Messias, e o diretor da Associação de Funcionários da FCAP, Roberto Rosas.

Diretoria indica continuidade da mobilização

Mobilizar os milhões de brasileiros que votaram no presidente Lula a continuarem firmes nas lutas pelas mudanças necessárias para que o Brasil deixe de ser um país de injustiças sociais e submisso ao capital internacional foi a tônica dos debates ocorridos durante a Plenária Inicial do 45º Conad, durante o dia 1º de novembro. Foram apresentadas cinco análises de conjuntura, incluindo o texto formulado pela diretoria do Andes-SN, relatado pela secretária-geral, Celi Taffarel. A professora iniciou sua exposição comentando a expressiva vitória do candidato petista considerando, no entanto, que o Sindicato deve estar atento às negociações governamentais que estão sendo feitas durante o governo de transição.

Segundo a análise da Diretoria, os acordos com o FMI, em princípio aceitos pelo governo eleito, podem aprofundar, ainda mais, as relações perversas estabelecidas entre capital, trabalho e Estado. Celi reforçou também a necessidade de mobilização da categoria docente para exigir do presidente eleito os acordos firmados na última greve, em 2001, não cumpridos pelo governo FHC.

O texto da Assembléia Geral da Seção Sindical da Federal de Ouro Preto (Adufop-SSind) foi apresentado pelo professor Joaquim Batista de Toledo. Na avaliação da Seção Sindical, o novo governo não vai resolver todas as demandas sociais e as específicas do movimento docente a curto prazo, mas defendeu que os professores universitários "ajudem o companheiro Lula a governar este país".

A terceira contribuição foi assinada e defendida pelo professor da ADUnB, Rodrigo de Souza Dantas. Para o docente, "a vitória eleitoral não significa uma mudança de poder". Rodrigo também defendeu a mobilização popular em torno do novo governo. "Devemos levantar um grande movimento de massas que garanta o sucesso do governo Lula". Para Rodrigo, é preciso construir uma hegemonia do campo das esquerdas a partir de fóruns de categorias, assembléias setoriais de trabalhadores, semelhantes às que ocorreram durante o processo do movimento pró-diretas, nos anos 80.

CELI TAFFAREL, SECRETÁRIA GERAL DO ANDES-SN

A quarta avaliação apresentada e defendida pelo autor, Joviniano Dantas, da APUB, defendeu uma postura crítica do Sindicato frente ao programa do novo governo, em especial aos projetos que se distanciam dos princípios defendidos pelo Andes-SN. O professor citou a luta pela realização de concursos públicos, necessidade, segundo ele, fundamental para a universidade pública brasileira que conta atualmente com um percentual elevado de professores substitutos.

A última tese, apresentada também pelo autor, foi a do sindicalizado da Adunicamp, Edmundo Fernandes Dias. O professor reconheceu a importância da vitória que significa um operário na Presidência da República. Edmundo reforçou a necessidade da manutenção do caráter autônomo do Sindicato frente aos governos. Para o docente, a vitória de Lula não significa de imediato uma derrota do projeto liberal, construído e implementado nos últimos oito anos por FHC. Edmundo considera que a opção pela menor resistência às crises que surgirem nos próximos períodos pode pôr em risco a mobilização da militância social.

Andes-SN pedirá Plebiscito oficial sobre Alca

Coordenação do Plebiscito contra a Alca recomendou campanha por consulta oficial

No Plano Geral de Lutas do Andes-SN, os delegados ao Conad de Belém aprovaram, com apenas quatro votos contrários e cinco abstenções, que a entidade participe das campanhas pela realização de um plebiscito oficial sobre a Área de Livre Comércio das Américas. Segundo o primeiro tesoureiro, José Vitório Zago, a organização do Plebiscito contra a Alca, realizado entre os dias 1 e 7 de setembro últimos, decidiu recomendar às entidades e movimentos que participaram do plebiscito popular que reivindiquem do próximo governo a realização de uma consulta oficial.

Zago, que defendeu a proposta para o plenário do Conselho, lembrou que o Brasil passou a ser co-presidente do Comitê da Alca e que o líder do PT na Câmara Federal e eleito senador, Aloísio Mercadante, já sinalizou que o governo Lula teria a intenção de promover um referendo à população, após a assinatura do acordo, em 2003. O diretor defendeu a proposta encaminhada pela diretoria de que o Sindicato também reivindicasse a realização da consulta oficial, com direito à propaganda gratuita nas TVs e Rádios, com tempos iguais, para os defensores e os contrários à participação do país no acordo multilateral.

10 Milhões já disseram não

Vale lembrar que o plebiscito popular realizado em setembro apresentou quase 10 milhões de votos contra a Alca e contra a entrega da Base de Alcântara ao governo dos Estados Unidos. Houve intensa discussão do plenário do Conad sobre o apoio a um plebiscito oficial. Os contrários argumentaram que a mídia no Brasil tem enorme poder de interferências nas decisões da população e que os principais meios de comunicação estão nas mãos dos setores mais interessados nos acordos multilaterais.

O delegado da Seção Sindical dos Docentes da Unicamp (Adunicamp-SSind), Osvaldo Coggiola, defendeu a participação do Sindicato na realização do plebiscito oficial mesmo com os riscos de que os grandes grupos de comunicação promovam um resultado favorável à Alca. Para o professor, mesmo que o acordo seja referendado na consulta oficial, este será o momento em que os movimentos organizados terão mais chances de divulgar, em escala nacional, os motivos pelos quais são contra o acordo. "Podemos ter três cenários: sem o plebiscito, o governo assina o acordo e depois do fato consumado promove o referendo; ou o governo promove o plebiscito antes de assiná-lo e pede apoio ao acordo; ou, ainda, nós realizamos o plebiscito oficial e ganhamos ou perdemos o apoio da maioria da população contra a Alca. De qualquer forma, teremos o registro oficial dos votos contrários de uma enorme parcela da população", avaliou.

Andes-SN lança novas publicações

O 2º vice-presidente da Regional Nordeste III, Antônio Ponciano, lançou no Conad de Belém a 28ª edição da Revista Universidade e Sociedade. Na ocasião foi lançada também uma nova publicação da entidade: o 'Cadernos Andes-SN'. As duas primeiras edições, com os temas 'O Programa de Capacitação Docente do Andes-SN em tempos de PQI' e 'A transformação da Educação em Mercadoria: Alca, OMC e outros (des) acordos internacionais', foram apresentadas pela primeira vice-presidente da Regional Norte II, Vera Jacob. Os 'Cadernos' trazem transcrições de apresentações de palestrantes durante seminários promovidos pelo Sindicato sobre os respectivos temas.

ANTÔNIO PONCIANO, EDITOR DA REVISTA DO ANDES-SN

Andes-SN

Seguridade Social é novo eixo de luta

Assembléia Geral da Adufrj-SSind indicou prioridade na defesa da seguridade pública

"Lutar pela integralidade da Seguridade Social através de políticas que encaminhem as questões de saúde, previdência e assistência social de forma a garantir um conjunto integrado de ações nessas áreas, com planejamento e orçamento único, combatendo as estratégias em curso que buscam fragmentar e mercantilizar essas ações de forma a facilitar a sua privatização". Este é o mais novo Eixo de Luta do movimento docente, aprovado na Plenária do Tema I – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas, na tarde de Sábado, dia 2/11, durante o 45º Conad.

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, do dia 24/11, ao aprovar as propostas da seção sindical que seriam levadas ao Conselho, encaminhou um Texto Resolução que serviu de base para a aprovação da luta pela Seguridade Social pública, com base na Constituição de 1988, como uma prioridade no mesmo patamar, por exemplo, da defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, em todos os níveis, para todos, como dever do Estado.

Outros eixos aprovados

Na atualização do plano de lutas, os representantes das seções sindicais reforçaram o posicionamento contrário a toda a forma de exploração capitalista. O Conad aprovou, entre outras frentes, a luta contra o pagamento da dívida externa e os tratados de livre comércio, como a Alca. A unificação da luta do movimento docente universitário da América do Sul também foi referendada no 45º Conselho das SSind.

Ainda como eixo central, o Conad se posicionou contra todo o tipo de violência contra os direitos e conquistas democráticas da classe trabalhadora, intensificando a luta unificada com os movimentos sociais e com a CUT, "por transformações que atendam aos direitos fundamentais da maioria da população e pelos direitos constitucionais de organização, manifestação e ação sindicais na perspectiva do sindicalismo classista, autônomo e democrático".

Direito de greve

O Conad se posicionou também contrário a qualquer cerceamento ao direito de organização e manifestação sindicais no setor privado. Em relação ao setor público, o Conad se posicionou contra qualquer regulamentação do direito de greve, para o movimento docente, um direito já garantido na Constituição.

Termo de acordo

O Conad aprovou, também como Eixo de Luta, "lutar em todos os âmbitos administrativos, tanto do setor público como do privado, pela garantia de políticas salariais que assegurem o poder de compra dos trabalhadores e pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora". No Plano específico para o setor das Federais, o Conad aprovou a continuidade da luta pelo cumprimento do Termo de Acordo da greve de 2001, bem como das reinvindicações pelo pagamento do Plano Verão para todos os docentes.

Manuella Soares

NA TARDE DE SÁBADO, 2/11, OS PARTICIPANTES DO CONAD DIVIDIRAM-SE EM GRUPOS MISTOS E DISCUTIRAM OS TEXTOS DE RESOLUÇÃO QUE FORAM APROVADOS OU REJEITADOS NAS PLENÁRIAS. NA FOTO, AO CENTRO, COMO OBSERVADOR, O REPRESENTANTE DA ADUFRJ-SSIND. SALATIEL MENEZES

Carreira

O Conad aprovou a luta "pela valorização do trabalho docente, reivindicando a implementação da carreira única, do Plano Nacional de Capacitação Docente, do piso e da malha salariais propostos pelo Andes-SN, bem como pela formulação de políticas permanentes de preposição salarial". Também foi aprovada a luta contra todas as formas de precarização do trabalho docente, incluídos aí, o projeto de Emprego Público, o aumento de contratação temporária e de prestações de serviços através de convênios que descaracterizem a carreira docente. O Conad também se posicionou contra as diversas modalidades de trabalho informal e voluntário que hoje se apresentam nas instituições de ensino. No pauta específica do setor das Federais, foi aprovado que as SSind deverão realizar debates com o objetivo de divulgar a proposta de carreira do Sindicato, durante o ano de 2003. Também foi aprovado que o Andes-SN realize um evento nacional sobre os encaminhamentos necessários para a implementação da carreira do Sindicato nas IFES. O Conad se posicionou, ainda, contrário ao Programa de Qualificação Institucional (PQI) do governo.

Orçamento das IFES

Também como eixo específico para o setor das Federais, foi aprovada a luta, em conjunto com os estudantes e técnico-administrativos, pela execução integral da Emenda Andifes e pela regularização do repasse do duodécimo devido às universidades. O não repasse tem posto em risco a normalidade do semestre letivo nas insituições.

Política Internacional

Também como Eixo de Luta, o Conad de Belém aprovou o combate à política de submissão e subserviência do Brasil às orientações de organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, "que vêm determinando a mercantilização e a privatização da educação, da ciência e da tecnologia, da saúde e da previdência".

Autonomia universitária e verbas

O Conad referendou a luta intransigente em defesa da universidade pública brasileira e sua autonomia nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, bem como os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Também foi aprovada a luta pela ampliação de verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, com controle social e participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática dos órgãos de fomento federais e estaduais. O movimento docente também quer que esta comunidade participe das definição das políticas, prioridades e planejamentos do setor de C&T. Os participantes do Conad também querem que a alocação de recursos não seja condicionda a programas governamentais, como os Institutos do Milênio, e empresariais, como os Fundos Setoriais. O movimento se posicionou contrário também à privatização dos fundos estatais destinados à pesquisa, através de fundações de direito privado.

Vale lembrar que o Conselho avalia e atualiza o Plano de Lutas do Sindicato e que este evento acontece duas vezes por ano, a cada semestre. No 23º Congresso, em fevereiro, na cidade de Teresina (PI), o movimento docente novamente se reúne, com a participação de delegados de base e observadores das SSind.

Outras deliberações do Conad de Belém

Cursos noturnos

Dos vários ítens aprovados no Plano Geral de Lutas, dois mereceram debates mais intensos do plenário do Conad. Uma proposta oriunda de uma assembléia da Adufrj-SSind propunha acrescentar a priorização dos cursos noturnos para a ampliação do acesso aos estudantes às instituições públicas. Ao final dos debates foi aprovado o seguinte eixo sobre o tema ampliação de vagas discentes: "Lutar, em conjunto com as entidades do setor de educação, pela ampliação de vagas para discentes nas IES públicas, com prioridade para os cursos noturnos, condicionadas à garantia de ampliação de recursos orçamentários destinados à recomposição e à expansão dos quadros efetivos de docentes e de técnico-administrativos; por concurso público, pelo regime estatutário, bem como por infraestrutura e equipamentos, resguardando a sua autonomia."

Aposentadoria integral

Outra questão que mereceu destaques foi a defesa da aposentadoria integral para todos os trabalhadores, que acabou sendo incluída como um item específico do Plano Geral de Lutas. A proposta é, em síntese, que o Andes-SN lute pela aposentadoria integral para todos os trabalhadores, tanto do setor público, como os do setor privado.

Falácia da previdência privada

No Plano Geral, os participantes do Conad fizeram questão de reafirmar a posição contrária à reforma da previdência proposta pelo governo, destacando a "falácia enganosa do governo sobre o 'déficit' da previdência social", marcando o posicionamento contra a mercantilização das ações de previdência, assistência e saúde.

Contas do Sindicato

Na Plenária do Tema II, em 3/11, foi aprovado o balance analítico referente aos meses de janeiro a junho de 2002, apresentado pela diretoria do Andes-SN no Caderno de Textos do evento. O Conad recomentou, ainda, que seja aprimorada a forma de apresentação da prestação de contas. A intenção do Conad é fazer com que as contas da entidade sejam expostas em uma linguagem (quadros, tabelas etc) mais acessível aos sindicalizados.

Próximo Conad

O 46º Conad será realizado no Espírito Santo e será sediado pela Seção Sindical dos Docentes da UFES, no primeiro semestre de 2003.

Andes-SN

Moções questionam repressão nas universidades

Um dos textos repudia morte de estudante durante tiroteio na Unicamp

Quatorze moções foram apreciadas e aprovadas durante o 45º Conad, realizado em Belém (PA). Destas, três demonstraram repúdio à atuação da polícia militar e órgãos de segurança pública. Na primeira, foi relatada a experiência de um professor da Universidade de Fortaleza (Unifor) e seu filho que foram agredidos em plena via pública, durante o dia das eleições, pelo simples fato de trajarem camisetas e bandeiras do Partido dos Trabalhadores. De acordo com o texto, "nada vai apagar a vergonha da PM e do governo do Ceará, do PSDB, autores e responsáveis pela injustificável violência. Violência, bem entendido, exercida a serviço da repressão política e do favorecimento aos candidatos oficiais no Ceará".

Em outra moção, foi repudiada a presença de forças policiais nos ***campi*** universitários, em especial na Unicamp, "que tem trazido mais intranqüilidade do que segurança". Neste documento, foram listados o grave constrangimento causado a dois professores por parte de PMs armados (e divulgado no último boletim da Adufrj, de 4 de novembro) e a morte de um estudante, atingido durante tiroteio entre policiais e ladrões no *campus* de Limeira, daquela mesma instituição. Também foi citada a aprovação pelo Consuni da Universidade Federal de Mato Grosso de um convênio de parceria com a PM daquele estado sem discussão suficiente na comunidade acadêmica. Neste sentido, a moção finaliza com a "necessidade urgente do movimento docente proceder a um amplo debate para a formulação de uma política de segurança para a sociedade brasileira e para a comunidade universitária".

No documento seguinte aprovado pelo 45º Conad, foi lembrada a atuação das Assessorias de Segurança, sob orientação do Serviço Nacional de Informações (SNI) – hoje ABIn, na expulsão de docentes que manifestassem discordância política com o governo vigente e no impedimento da contratação de jovens professores, pelo mesmo critério. Para este caso, os delegados e observadores presentes ao evento do Sindicato Nacional exigiram a abertura dos arquivos destas Assessorias de Segurança "para que a sociedade tome conhecimento das entranhas da repressão e para que a Universidade tome conhecimento pleno de sua própria história".

Adufrj-SSind pauta problema da segurança nos *campi*

Durante a leitura das moções sobre a interferência das polícias nos ambientes universitários, a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, lembrou ao plenário do Conad o processo de resistência das entidades representativas da UFRJ contra a proposta da reitoria de instalar postos e aparatos da PM na Ilha do Fundão. Cleusa informou, ainda, que a seção sindical está promovendo seminários locais sobre o tema, com a participação de representantes do movimento docente e dos técnico-administrativos. Segundo a professora, "a questão da segurança nos *campi* é um problema de segurança pública e que deve ser pautado pelo movimento docente, inclusive para evitar incidentes como os relatados nestas moções."

Pela liberdade de informação

Foi aprovada ainda uma moção contra uma matéria jornalística tendenciosa da TV repetidora do SBT, em Macapá, que atacou o movimento docente e estudantil da universidade federal do estado do Amapá, sem conceder direito de resposta. Os professores e alunos foram chamados de "facínoras, vagabundos, baderneiros e perversos" por conta de uma paralisação em defesa das instituições públicas de ensino superior. Em outra moção, também foi destacado o apoio à luta dos universitários argentinos pela defesa das instituições de ensino locais. A censura utilizada pelo governador Joaquim Roriz, do DF, contra o jornal Correio Braziliense também não passou impune. Um fato ocorrido na própria Belém, que sediou o evento do Andes-SN, recebeu outra moção: o SBT divulgou um programa que insinua a vinculação de práticas criminosas aos praticantes das religiões afro-ameríndias locais. CNPq e Lei de Inovação.

O cancelamento de novas bolsas e substituições pelo CNPq, em setembro recente, mereceu outro repúdio, assim como o sistemático atraso de salários aos docentes do Centro Universitário Campos de Andrade (do Paraná). Outra moção foi direcionada à reitoria da Universidade Tiradentes, de Sergipe, que está reprimindo o diretório central de estudantes local. A presença militar norte-americana na Amazônia também foi rejeitada.

Na penúltima moção do 45º Conad, solicitou-se a não votação da Lei de Inovação Tecnológica, enviada ao Congresso recentemente em regime de urgência. Finalmente, os professores manifestaram solidariedade ao deputado federal Avenzoar Arruda (PT-PB), que foi vítima de campanha "de calúnia, injúria e difamação" pelo candidato do PSDB local ao governo do estado. Avenzoar foi líder estudantil da Universidade Federal da Paraíba, presidente do DCE local e professor do Cefet daquele estado.

Regulamentação da GID é mais um golpe do governo

Várias alterações foram incluídas pelo MEC sem a concordância das entidades sindicais

Mais uma vez, o governo FHC não cumpriu o que foi acordado ao final da greve do ano passado com a publicação do decreto de regulamentação da GID (Gratificação de Incentivo à Docência) – divulgado no encarte do jornal da Adufrj nº 74 (28/10). Esse foi o comentário da diretoria do Andes-SN, em circular enviada às seções sindicais no dia 1º de novembro. Em primeiro lugar, o desrespeito aos professores fica claro com o prazo decorrido entre o final do movimento grevista e a assinatura do decreto: mais de dez meses depois. Além disso, ainda de acordo com a análise dos diretores do Sindicato Nacional, foram incluídas várias modificações que prejudicam a pontuação dos docentes.

Vale lembrar que, no início de maio, uma minuta de decreto foi elaborada em conjunto com as entidades sindicais da Educação (Andes-SN, Sinasefe, Condaf, Concefet e Condcap) e o MEC. Na ocasião, acertou-se um prazo máximo de 45 dias para a publicação do texto. Este prazo expirou e não foi dada nenhuma justificativa por parte do ministério para este atraso. "Finalmente, em 18 de outubro, o decreto é publicado, com uma nova formulação, diferente daquela aceita pelas partes na mesa de negociação em flagrante quebra de acordo", diz um trecho da circular do Sindicato.

Para o Andes-SN, as primeiras críticas podem ser dirigidas à retirada dos incisos II e VI da minuta das mesas de negociação. O inciso II permitiria a obtenção de pontos para atividades de orientação e de apoio técnico-pedagógico. O inciso VI garantiria a cobertura de pontos para a vasta diversidade de atividades exercidas pelos docentes de 1º e 2º graus das IFES.

No artigo 3º do decreto publicado, cerceia-se o exercício da atividade sindical. Já em seu artigo 4º, de acordo com o Sindicato Nacional, é alterado o valor previsto de dez pontos para oito pontos por hora semanal para os professores investidos em cargo de direção ou função gratificada na própria instituição e professores participantes de programas de doutorado, mestrado ou especialização, autorizados pela instituição, com, no mínimo, quatro horas semanais de aulas. Ou seja, mais um obstáculo à obtenção de pontos.

Ainda no artigo 4º, o Andes-SN alerta que foram incluídos quatro parágrafos que aumentam o controle do MEC sobre os critérios de pontuação da GID. As mudanças incidem sobre a metodologia do cálculo da pontuação, impedindo que as próprias instituições estabeleçam métodos mais adequados à sua realidade.

Em parágrafo único incluído após o artigo 6º, são impostas novas restrições às possibilidades de ampliação da pontuação máxima em cada instituição. Esse mecanismo exclui, necessariamente, parte dos docentes do direito de perceber o valor integral da pontuação.

Em outro parágrafo único incluído, desta vez, após o artigo 7º, impede-se que docentes, em situações não previstas na lei, venham a ser considerados nos regulamentos internos das IFES. O exemplo mais significativo de prejuízo será causado aos professores em licença médica que, por este dispositivo, estarão sem chances de receber sequer o valor correspondente a sessenta por cento da gratificação.

A diretoria do Andes-SN pede mobilização para a categoria discutir a regulamentação da GID com o objetivo de apresentar "uma resposta a mais este golpe do governo FHC", conforme a circular enviada às seções sindicais. A análise do Andes-SN encontra-se, na íntegra, disponível na página da Adufrj-SSind: www.adufrj.org.br/documentos.htm (na pasta do dia 4/11 deste ano)

Alca

Protesto contra a Alca mobiliza América Latina

Andes-SN também participa de manifestação no Equador

A Central Única dos Trabalhadores já sugeriu: o Brasil não deve negociar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). "O governo deveria sair da negociação, não por uma questão ideológica, mas porque ela, do ponto de vista econômico, não é vantajosa para o Brasil", disse Kjeld Jakobsen, secretário de Relações Internacionais da central sindical, em matéria da Folha de S. Paulo (31/10).

Durante a campanha, Lula chegou a dizer, cotinua o jornal, que a Alca seria um processo de "anexação" do Brasil pelos EUA, o que indicaria uma rejeição frontal. Mas, com a proximidade das eleições, o petista suavizou o discurso e passou a aceitar a continuidade da negociação. O partido mandou até um representante para a 7ª Reunião Ministerial da Alca, que ocorreu no dia 31/10, em Quito, no Equador: o deputado federal Paulo Delgado. Ele disse, naquela data, que o Brasil saberá dizer não ao acordo, se não forem atendidos os interesses do país.

E é bom os dirigentes do Partido dos Trabalhadores começarem a pautar a negativa ao acordo internacional. Durante a reunião de Quito, Brasil e Estados Unidos assumiram, juntos, a presidência das negociações da Alca. A fase seguinte do processo terá início no ano que vem – com Lula já no poder -, quando todos os países das Américas apresentarão suas ofertas de reduções tarifárias, investimentos e compras governamentais.

Protestos e Plebiscito

Não é de hoje que os movimentos sociais organizados de todo o continente vêm afirmando as desvantagens da Alca e suas conseqüências para os países mais pobres. No histórico Plebiscito realizado, simbolicamente, durante a Semana da Pátria (em setembro), a rejeição à Alca e à entrega da Base de Alcântara alcançaram índices superiores a 95% de uma votação que contou com mais de dez milhões de brasileiros.

Durante o dia da reunião ministerial de Quito, milhares de pessoas protestaram em toda a parte e a tendência é que as manifestações se intensifiquem até a saída do Brasil da mesa de negociações. Em São Paulo, por exemplo, cerca de 4 mil pessoas participaram de um protesto contra a Alca, na Avenida Paulista, em frente ao prédio do Banco Central. O ato contou com a participação de estudantes e sem-terras. No Rio de Janeiro, houve protesto na Cinelândia.

A batalha de Quito

Na cidade equatoriana onde houve a reunião entre os ministros, de acordo com relato do 2º Tesoureiro do Andes-SN que lá esteve, professor Antônio Luiz de Andrade, o Tato, cerca de 15 mil pessoas marcharam durante Manifestação das Jornadas de Luta e Resistência Contra a Alca.

Guilherme Lessa

NO RIO DE JANEIRO, MANIFESTANTES PROTESTARAM EM FRENTE AO CONSULADO NORTE-AMERICANO

Ao longo do trajeto, os manifestantes cantavam e repetiam palavras de ordem. Depois de percorrer dois quilômetros em direção ao Hotel Marriot, onde os manifestantes pretendiam dialogar com os ministros dos países que estão negociando o acordo e entregar um documento com as reivindicações dos povos das Américas, a marcha deparou-se com um forte bloqueio policial, com bombas de efeito moral e outros equipamentos repressivos. Houve um número razoável de feridos e uma criança morreu, segundo relato do dirigente do Sindicato Nacional. Enquanto se buscava, no primeiro bloqueio, uma negociação para que os manifestantes chegassem ao hotel, um segundo bloqueio, formado por militares, grades e tanques, já estava armado próximo ao hotel. E havia, ainda, um terceiro círculo policial ao redor do hotel.

Impedidos de chegar ao local por bombas de gás disparadas pelos policiais, as pessoas se reorganizaram para uma segunda tentativa de alcançar o hotel, no fim da tarde. Mais uma vez, a polícia e o exército impediram o movimento. De acordo com Tato, somente à noite, uma comissão dos manifestantes conseguiu entrar no hotel, entregar o documento e discursar contra a Alca.

Alca e a Educação

Um dos pontos mais criticados pelos movimentos organizados no acordo é a possibilidade de liberação do comércio de serviços no âmbito das Américas. Através deste mecanismo, os serviços serão considerados uma mercadoria que deve obedecer ao critério da máxima liberalização e abertura ao capital estrangeiro, de forma a maximizar os lucros das empresas que investem nestes setores. É aí que entram, entre tantos, a Educação e a Saúde. Ou seja, a situação que já está ruim pode piorar ainda mais.

O diretor do Andes-SN afirmou que o evento de resistência em Quito foi bastante significativo também neste aspecto, uma vez que foi possível trocar idéias e experiências com outras entidades da área de Educação dos demais países da América Latina.

Os próximos passos

Tato alerta que os próximos passos dos movimentos sociais organizados contra a Alca no Brasil passam pela defesa de um plebiscito oficial sobre o acordo (leia matéria na página 5). Na próxima semana (entre os dias 19 e 21), ocorrerá ainda uma Plenária Social, em Brasília, na qual serão elaboradas estratégias para o enfrentamento da proposta da Área de Livre Comércio das Américas.

Em tempo: o 1º vice-presidente do Andes-SN, José Domingues, informou para a reportagem da Adufrj-SSind, durante o fechamento desta edição, que o Sindicato é contrário à proposta veiculada pela equipe do Partido dos Trabalhadores de transferir as Universidades para o Ministério de Ciência e Tecnologia. Os 1º e 2º graus permaneceriam no MEC. Durante esta semana, o Andes-SN vai divulgar uma nota com mais detalhes sobre o assunto.

Anote

I Congresso Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro

De 21 a 23 de novembro será realizado o 1º Congresso Estadual de Educação do Rio de Janeiro. O evento será realizado nas instalações da Uerj, no Maracanã. A abertura será na noite do dia 21, quarta-feira, a partir das 18h, no Maracanãzinho. A realização do I Coed tem por objetivo que as entidades e instituições do setor de educação formulem o Plano Estadual de Educação, uma orientação do 4º Congresso Nacional de Educação (4º Coned), realizado em abril deste ano, em São Paulo, para todos os Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública.
A programação e formas de participação podem ser conferidas na página www.coed.com.br.

Últimos dias para dados da GED

Os docentes da UFRJ têm até o dia 23 de novembro para inserir seus dados no polêmico Sigma para conseguir a famigerada Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Desde o dia 14 de outubro até o próximo 30 de novembro é o prazo destinado à homologação das informações de Ensino e de Orientação pelos dirigentes. A comissão da GED deve divulgar os resultados até 7 de dezembro.

Lei de Inovação já no Congresso

O projeto de Lei da Inovação foi enviada para o Congresso Nacional e deve tramitar em regime de urgência. A proposta será analisada por comissão mista, de deputados e senadores, o que deve agilizar sua votação. O projeto tem o principal objetivo de flexibilizar as relações entre pesquisadores, institutos de pesquisa e empresas privadas. O Andes-SN tem posição contrária ao projeto.

Informações da pós-graduação no país

O Jornal da Ciência por e-mail noticiou em 5/11 que a Capes abriu o acesso para consulta de resumos e outras informações de 185 mil teses e dissertações, apresentadas nos programas de pós-graduação do país, entre 1987 e 2001. As informações constantes desta base de dados são fornecidas diretamente à Capes pelos programas de pós-graduação das instituições de pesquisa brasileiras.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 59 • 18 de novembro de 2002
www.adufrj.org.br

Reunião preparatória para o Fórum Social Mundial
21/11 (quinta-feira) 16h
Sala de convivência da ESS
Praia Vermelha
Pauta:
Discussão do eixos 1 e 3
O material para discussão está disponível na página www.forumsocialmundial.org.br

Atenção: o calendário de Assembléias e Conselhos da Adufrj-SSind até o fim do ano, divulgado em edições anteriores, prevê ainda um CR para 11/12 (quarta-feira) e uma AG para 17/12 (terça-feira). Foi cancelada a AG prevista para o dia 19 de novembro.

Assembléia Geral
22/11 (sexta-feira) 9h30
Auditório do CT
Pauta:
1 – Informes
2 – Campanha contra a Alca
3 – Proposta de Lei de Autonomia da Andifes
4 – PQI/Lei de Inovação Tecnológica
5 – Pauta emergencial dos SPF
6 – Transferência das IFES para o MCT
7 – Assuntos Gerais

Conselho de Representantes
21/11 (quinta-feira) 17h30
Sede da Adufrj-SSind (CT, Bloco D, sala 200)
Pauta: a mesma da AG

Agenda Sindical

19 a 21/11/2002 - 10ª Plenária Social Nacional - Soberania Sim, Alca Não *Brasília (DF), Centro Cultural de Brasília*

26/11 - Reunião do Comitê da UFRJ contra a Alca
Sede da Adufrj-SSind, às 14h

28 e 29/11/2002 - II Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Federais, Estaduais e Municipais. *Cuiabá (MT), no Auditório da Adufmat*

30/11 – Seminário sobre Finanças Públicas. *São Paulo (SP), com organização da Adusp-SSind*

5 a 7/12/2002 - II Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores das três Esferas. *Luziânia (GO)*

11/12 – Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

17/12 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind

I Congresso Estadual de Educação do RJ

Nestes dias 21 a 23 de novembro será realizado o 1º Congresso Estadual de Educação do Rio de Janeiro. O evento será realizado nas instalações da Uerj, no Maracanã, e a abertura será na noite do dia 21, quarta-feira, a partir das 18h, no Maracanãzinho. A realização do I Coed tem por objetivo que as entidades e instituições do setor de educação possam construir o Plano Estadual de Educação, uma orientação do 4º Congresso Nacional de Educação (4º Coned), realizado em abril deste ano, em São Paulo, para todos os Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública

A programação e formas de participação podem ser conferidas na página www.coed.com.br.

Comunidade também quer investimentos em segurança

Moradores da Vila e do Alojamento também sofrem com falta de infra-estrutura no *campus*

Guilherme Lessa

GILDA MOREIRA (AO CENTRO), DA APG, MEDIOU O DEBATE

As relações entre as universidade e a comunidade ao redor dos *campi* foram tratadas no terceiro Seminário sobre Segurança, realizado no último dia 12, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCS). O evento contou com a participação do professor de sociologia e coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Unidade, Michel Misse. Participaram também a representante da Vila Residencial dos Funcionários, Rejane Lúcia Gadelha, o representante dos estudantes do alojamento do Fundão, Anderson Mancuso e o coordenador do Centro de Estudos e Ação Solidária da Maré, Edson Diniz.

Os seminários sobre os problemas que envolvem a segurança pública e suas relações com a universidade têm sido organizados pelas entidades Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e Associação dos Pós-Graduandos. O objetivo é formular uma resposta às iniciativas da reitoria Lessa de implantar um plano de segurança que envolvia, até mesmo, a instalação de um Batalhão da Polícia Militar na Cidade Universitária. A versão mais branda do plano da reitoria, o chamado 'plano Azul', que inclui a circulação e a presença de viaturas e de um contingente de policiais no *campus* do Fundão, foi aceita pelo Conselho Universitário, na sessão de 24/10. O 'plano Vermelho', com um aparato que ia desde o batalhão até a instalação de uma base de operações marítimas, foi rejeitado pela maioria dos conselheiros.

A decisão institucional, no entanto, não esgota a discussão, no entendimento das entidades representativas da comunidade universitária. O tema também foi tratado durante a realização do 45º Conselho Nacional do Andes-SN, ocorrido no início do mês, em Belém (veja matérias na edição anterior do Jornal da Adufrj nº 75, de 11/11/02). Na ocasião, representantes docentes de várias instituições do país relataram conflitos ocorridos entre o Estado, mediante a ação da polícia, e integrantes das comunidades acadêmicas. O Conad aprovou, ainda, várias moções de repúdio à ação da polícia nos *campi*.

Vila reclama direito à habitação

De acordo com Rejane Gadelha, a falta de segurança na Cidade Universitária é um problema sentido ainda mais de perto pelos moradores da Vila dos Funcionários. Hoje, considerada área estratégica para a universidade, segundo a representante da comunidade, a Vila dos Funcionários está localizada próxima às entradas das linhas Vermelha e Amarela. A servidora conta que as famílias da Vila enfrentaram, principalmente durante a reitoria Vilhena, várias tentativas de remanejamento. A idéia de retirar as famílias do local surgiu quando a universidade passou a implementar a construção do Parque Tecnológico no Fundão e a área ocupada pelos moradores passou a ser cobiçada pela antiga administração.

Para a representante comunitária, a solução para todos os problemas que envolvem a segurança passa por investimentos em iluminação, transporte e urbanização do *campus*. E, é claro, também pelo desenvolvimento de uma política que inclua a melhoria da infra-estrutura e das condições de vida dos moradores da Vila. Afinal, são eles que, além de trabalharem, estudarem ou simplesmente habitarem a Ilha, tornam o local mais humanizado, principalmente nos dias e horários em que as Unidades não realizam atividades. Rejane contou ainda um pouco da história da Vila, formada por moradores que foram removidos de nove ilhas que, aterradas nos anos cinqüenta, formaram a Ilha do Fundão. Os trabalhadores que construíram a universidade, em sua maioria, vieram do Nordeste e, juntamente com as famílias que já residiam nas ilhas, foram incorporados à Cidade Universitária, passando a constituir a Vila Residencial.

Alojamento tem propostas

Anderson apresentou propostas que têm sido elaboradas pelos moradores do alojamento e que o movimento estudantil tem defendido ao longo dos últimos anos. O representante dos alojados defendeu a política de assistência estudantil aprovada pelos colegiados superiores, mas até hoje ainda não implementada. Assim como Rejane, o estudante considera fundamental os investimentos em infra-estrutura e logística para quem trabalha, estuda e vive no *campus*. "Moro no alojamento há quatro anos e já estou acostumado a dormir ao som de tiros. Fico imaginando um pai de família, morador das comunidades próximas, que trabalhou o dia inteiro e também dorme ao som de tiros. Fico muito triste', comentou, dizendo ser contra o fechamento do Fundão durante o período da noite. "Não devemos construir muros ou cartões magnéticos para controlar quem entra ou quem sai. Devemos construir pontes entre a universidade e a sociedade ao redor", sugeriu, mencionando medidas possíveis de habitação do *campus* com atividades de lazer,

Continua na página 2

Continuação da capa

culturais e de extensão, desenvolvidas por estudantes para a comunidade nos finais de semana. Outra proposta apresentada pelo aluno seria a abertura das bibliotecas para a população, também nos finais de semana, além do investimento em cursos noturnos.

Exercício da autonomia seria decisivo

A intervenção do professor Michel Misse acabou levando o debate sobre segurança para a seara da autonomia universitária. O pesquisador iniciou sua participação comentando que apenas faria uma abordagem política da situação, pois não se considera um especialista ou técnico em segurança pública. Misse considerou que alguns argumentos apresentados durante as palestras levariam a uma contradição entre o discurso da defesa da autonomia e as propostas apresentadas para a segurança nos *campi*. Para o professor, a comunidade deve definir se entende que a instituição UFRJ deva ser 'aberta' à população em geral e, portanto, deveria aceitar a presença de policiamento de instituições do estado ou mesmo do município; ou se considera que a autonomia definida constitucionalmente daria a ela (UFRJ) a possibilidade de se isolar territorialmente do restante da cidade, com vigilância própria e controles de entradas e saídas. Michel citou a situação do *campus* da Universidade Federal Fluminense do Gragoatá, em Niterói. "Lá o território também é federal e existe apenas uma entrada, com algum controle. Afinal, não é passagem para lugar nenhum, diferente da Cidade Universitária. Não é uma área de trânsito como o Fundão", comentou.

Michel acredita que, "num primeiro momento", há a necessidade de manter um contingente de policiais "treinados e com limites de ação impostos pela reitoria" nas vias de circulação e nas entradas e saídas da Ilha do Fundão. "Acho que o problema principal não é a presença da PM, mas os esclarecimentos sobre as contradições de quem é responsável pelo policiamento em uma área federal, mas de circulação para toda a população do estado e do município". O pesquisador também disse ser contra a instalação de batalhões ou aparatos militares semelhantes no espaço universitário.

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, acabou resumindo o entendimento da maioria dos demais presentes em relação à autonomia com a segurança nos *campi*. "Os movimentos organizados da universidade defendem a autonomia de pensamento, nos termos do artigo 207 da Constituição, mas com recursos públicos oriundos do Estado, sejam eles do governo federal, estadual ou municipal. Nós precisamos de recursos públicos para garantir as atividades de ensino, pesquisa e extensão", comentou. Para a sindicalista, o Estado deve manter recursos suficientes para que a universidade possa, autonomamente, com pessoal próprio, manter a segurança em seu espaço, sem a intervenção de outras corporações.

Representante de Ong da Maré dá sua visão sobre a universidade

O representante do Centro de Estudos e Ação Solidária da Maré (Ceasm), Edson Diniz, contou um pouco da experiência daquela comunidade e sua relação com a universidade. Edson conta que a organização não governamental surgiu em 1997, quando seis moradores decidiram organizar um grupo de estudos que gerou o primeiro pré-vestibular para os moradores da Maré, um bairro quase cidade que comporta 132 mil habitantes. "Se a Maré fosse um município, nós teríamos direito a cerca de R$ 4 milhões do fundo dos municípios, e poderíamos eleger 24 vereadores e um prefeito', brincou. No primeiro ano, cem candidatos participaram do 'cursinho' e, destes, 45 conseguiram uma vaga nas universidades públicas e privadas do estado, segundo Edson. Atualmente, a Ong conta com uma rede de 3.500 pessoas entre assistidos, voluntários e profissionais que promovem diversas ações nas áreas de saúde, educação e cultura no bairro. O representante disse que os participantes da Ong têm consciência de que "não podem e não devem substituir o estado nas ações sociais". A idéia, segundo ele, é criar um referencial melhor de ações sociais para os moradores que só conhecem a ação policial como presença do Estado na região do complexo. Da relação da UFRJ com a Ceasm, Edson relatou a experiência dos cursos de língua estrangeira oferecidos em parceria com o Cursos de Línguas Abertos à Comunidade (CLAC), da Faculdade de Letras.

No debate, a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, fez uma refleção sobre as ações das organizações governamentais. Para a professora, o movimento docente tem clareza de que é necessário fortalecer o papel do Estado nestas ações. "Nós estamos vivendo um momento privilegiado de resistência e de fortalecimento do Estado para o trabalho, e não para o capital, como temos visto até agora. Este fortalecimento do Estado se contrapõe às Ongs", criticou. Para Cleusa, quando as organizações não governamentais passam a receber recursos, inclusive públicos, para gerir ações que seriam dos governos, a população abre mão do Estado como ente capaz de administrar a coisa pública. No âmbito das universidades, a professora citou o caso das fundações e das diversas contratações privatizadas feitas na gestão de projetos da instituição. "Estas ações colocam os servidores como incompetentes para gerir a coisa pública", criticou, ressaltando, ainda, a tentativa de privatização das instituições e serviços públicos sob a falácia da falta de recursos.

Movimento

Setor das Federais encaminha rodada de assembléias

Itens como Alca, PQI e Inovação Tecnológica devem ser discutidos pelas seções sindicais

Em reunião realizada em 9 de novembro, em Brasília, os representantes das seções sindicais dos docentes das instituições federais de ensino superior aprovaram a realização de uma rodada de assembléias gerais, entre 11 e 22 de novembro, para apreciar questões relativas aos governos atual e futuro do país.

Um dos pontos a ser discutido deverá ser a proposta de Lei Orgânica da Andifes. O Setor das IFES encaminhou que as AD/SSind solicitem aos Conselhos Universitários que pautem o assunto. Essa medida terá o objetivo de pressionar os conselheiros para se manifestarem contrários à legislação dos reitores. Vale lembrar que, logo na posse do atual reitor da UFRJ, a Adufrj-SSind entregou os documentos de análise do Andes-SN sobre a lei (e divulgados no encarte do jornal da Adufrj nº 65, de 29 de julho) e solicitou o debate no fórum máximo da universidade. Até o momento, sabe-se que os textos foram distribuídos aos conselheiros e uma sessão especial, no *campus* da Praia Vermelha, discutiu o tema, mas não houve nenhuma deliberação.

Outro item que estará sendo discutido pelas seções sindicais é a continuidade da campanha contra a Alca. Como se sabe, o governo Lula já aceitou participar das negociações do acordo internacional envolvendo as Américas. O Setor pede que sejam reforçados os comitês estaduais e que seja mais esclarecido para a categoria o significado de um plebiscito oficial sobre o tema, conforme aprovado no Comitê Nacional da Campanha contra a Alca e no 45º Conad do Andes-SN (leia matéria no jornal nº 75, de 11 de novembro). Ações contra o Programa de Qualificação Institucional (PQI) da Capes e a proposta de Lei de Inovação Tecnológica são outros dois pontos também já divulgados pela Adufrj-SSind que merecerão a atenção das seções sindicais na rodada de assembléias.

Finalmente, em relação ao futuro governo Lula, foi encaminhada a discussão da pauta emergencial dos servidores públicos federais, que está sendo negociada com parlamentares do PT e junto à equipe de transição. Outro item que envolve a nova presidência é a proposta surgida recentemente na equipe petista de transferir as IFES para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Segundo a avaliação do Setor, essa mudança deve ser combatida, pois fere o artigo 207 da Constituição Federal (ao separar a educação superior da educação básica, "quebra" a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão). Além disso, contrapõe-se ao Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira (disponível em www.adufrj.org.br/documentos.htm) e ao projeto do Sindicato Nacional de uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG prorroga 239 contratos de substitutos

Colegiado ainda vai distribuir 61 novas vagas para 2003

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou a prorrogação de contrato de 239 professores substitutos até o fim de 2003. O Centro de Letras e Artes (CLA) foi o que mais conseguiu prorrogações (89), seguido pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), com 60 renovações (veja quadro nesta página).

Restam 61 vagas para novos temporários que ainda serão distribuídas pelo CEG. O presidente da câmara docente do colegiado, professor Antônio Cláudio (representante do CT), esclarece que as prorrogações tinham urgência por conta da legislação do MEC. Para as novas vagas, o conselho possui algum tempo para deliberar, uma vez que esses professores deverão entrar na UFRJ para o próximo período letivo (em março). O colegiado reservou ainda 16 vagas de reserva técnica para a reitoria cobrir alguma emergência em 2003.

Só que não vai ser nada fácil para o colegiado fazer esta distribuição. Para as vagas restantes (61), existem 222 solicitações de Centros. E esta relação poderia ser pior, segundo explica Antônio Cláudio, se o CCS e o CFCH não tivessem feito cerca de 40 cortes nos seus pedidos iniciais. "Infelizmente, esses Centros foram os únicos que fizeram pareceres circunstanciados", disse. A novidade do processo deste ano é o CCMN, que não tinha substitutos, mas fez 21 solicitações de temporários em regime de 20 horas para 2003.

O volume de solicitações de substitutos, para a diretoria da Adufrj-SSind, evidencia a necessidade de mais concursos públicos para as universidades federais brasileiras. Hoje, os temporários representam cerca de 10% da força de trabalho da UFRJ.

Vale ressaltar que, em reunião realizada com a Adufrj-SSind, as sub-reitorias SR-1 e SR-2 ficaram de avaliar a implantação dos salários dos substitutos de acordo com a titulação, o que é previsto pela regulamentação do MEC. Ainda não há confirmação se esse procedimento foi efetivado.

Sub-reitor apresenta situação financeira da UFRJ

Convidado para falar do problema das despesas de viagens para docentes da UFRJ, o sub-reitor de Patrimônio e Finanças Oscar Acselrad acabou dando um panorama geral das contas da universidade. De acordo com ele, R$ 30 milhões foram destinados ao custeio da maior instituição federal de ensino do país em 2002. Ocorre que este montante só garante o funcionamento geral até o mês de agosto. Em setembro e outubro, a UFRJ vive de recursos próprios e, nos meses finais, "é um salve-se quem puder", de acordo com o próprio Oscar.

O detalhe é que a situação não deve melhorar para o ano que vem. O orçamento de 2003, por enquanto, prevê verbas de custeio em torno de R$ 35 milhões para a UFRJ – um acréscimo de R$ 5 milhões em relação a este ano. No entanto, somente o aumento anunciado de mais de 17% da conta de energia elétrica deve consumir essa diferença.

O sub-reitor comentou que está estudando medidas para reduzir as atuais despesas, como restrição de ligações telefônicas para celulares (as chamadas só seriam permitidas de determinados ramais autorizados), tarifas especiais com a Light e acordos com as demais instituições que dividem o *campus* do Fundão. Mesmo assim, ele não pensa em diminuir a dívida geral da UFRJ. "A gente vai continuar endividado, mas, em vez de passar o dinheiro para a Light, quero passar para as Unidades, por exemplo", disse. No fim, para a reportagem da Adufrj-SSind, Oscar comentou que a universidade gasta cerca de R$ 30 mil/mês com passagens, mas ainda não é um número preciso.

Faculdade de Educação vota regimento interno

Nesta segunda-feira à tarde (18/11), a Faculdade de Educação pode dar um passo importante no retorno à normalidade institucional. Está previsto o início da votação de um novo regimento interno da Unidade, segundo informou o conselheiro do CFCH e professor daquele local, Marcelo Macedo. Desde a eleição da atual diretora, Speranza França, no final de 1999, a maioria do corpo docente da Faculdade e a direção vivem um conflito sobre as normas internas que criou diversos problemas acadêmicos para a Unidade. Para Marcelo, a aprovação de um novo regimento poderia favorecer, entre outros exemplos, a recuperação do programa de pós-graduação da Faculdade.

Quadro dos professores substitutos 2002-2003

UFRJ	2002			2003					
				Solicitadas				Concedidas	
Centros	Prorrogadas	Concedidas 20h	Concedidas 40h	Prorrogadas 20h	Prorrogadas 40h	Nova 20h	Novas 40h	Prorrogadas 20h	Prorrogadas 40h
CCMN	0	0	0	0	0	21	0	0	0
CLA	23	24	52	61	28	37	36	61	28
CFCH	55	20	0	60	0	50	1	60	0
CCJE	25	21	0	24	21	11	19	24	21
CCS	29	27	0	40	1	35	0	40	1
CT	1	1	4	1	3	7	5	1	3
UFRJ - Subtotal	133	93	56	186	53	161	61	186	53
UFRJ - Total	**282**			**461**				**239**	

CADD adia prazos da GED

No dia do fechamento desta edição (15/11), a Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CADD) da UFRJ alterou os prazos da GED. Agora, para inserir dados no Sigma, o prazo final é o dia 2 de dezembro. Os dirigentes terão até 6/12 para homologar os dados de Ensino e de Orientação.

As dificuldades para acessar e inserir dados no Sigma para efeito de pontuação da GED motivaram, no CEG, um pedido de extensão dos prazos relativos à gratificação em uma semana. Em vez de 23/11, os conselheiros queriam que o prazo final para inserção de informações dos professores fosse 30/11; e assim por diante, para homologação pelos dirigentes, para divulgação dos resultados e para encaminhamento de recursos.

De acordo com a conselheira Maria Lúcia Patitucci (CCMN), que também é integrante da CADD, até a última reunião da comissão, realizada em 6/11, cerca de dois terços dos professores ainda não tinham conseguido inserir seus dados no Sigma. Por conta disso, já estava previsto um "congestionamento" para os últimos dias do prazo inicialmente agendado. A situação de angústia vivida com o Sigma causou uma reação curiosa: muitos conselheiros manifestaram-se favoráveis à já tradicional ação da Adufrj-SSind para garantir a entrega dos dados em papel para a CADD.

GED dos professores recém-contratados

Indagada pelo professor Carlos Frederico (CCJE) sobre os procedimentos que os professores recém-concursados deveriam adotar em relação à GED, Maria Lúcia Patitucci esclareceu que o preenchimento deve ser normal. A pontuação dos docentes novos – que já devem estar recebendo 60% da gratificação - será proporcional ao período em que entraram na UFRJ (como se tivessem trabalhado o ano inteiro).

Anote

Abertura das Jornadas

Haverá uma palestra de abertura para a XXIV Jornada da Iniciação Científica e para a XIV Jornada de Iniciação Artística e Cultural no dia 26 de novembro, às 9h30, no Auditório do Centro de Tecnologia, na ilha do Fundão. O Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor emérito da UFRJ, Jorge A. Guimarães, vai dissertar sobre o tema "O contraste entre desempenho científico e o desprestígio da ciência no Brasil - desafios para mudanças".

Leitura

O empresariamento da Educação

Com organização de Lúcia Neves, professora visitante da UFF, será lançado nesta segunda-feira, às 18h30, no Museu da República, na Rua do Catete, o livro "O empresariamento da Educação - Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990". Mais informações sobre a obra que está sendo lançada pela editora Xamã podem ser conseguidas pelo telefone 2205-0603.

Movimento

Comunidade quer auditoria no HU

Nesta quinta-feira, 14/11, pela primeira vez na gestão Lessa, não houve reunião ordinária do Conselho Universitário. As entidades Sintufrj, Adufrj-SSind, DCE e CA de Medicina vinham se preparando em reuniões para intervir na sessão do Consuni e solicitar à reitoria medidas para solucionar os graves problemas por que passa o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Na mesma Quinta-feira, durante o horário em que haveria a reunião do Conselho, o vice-reitor, Sérgio Fracalanzza., esteve em contato com representantes das entidades e servidores do HU. Em mensagem, recebida diretamente por esta redação, a Secretaria dos Órgãos Colegiados, explica que a desconvocação foi motivada pela ausência do reitor Carlos Lessa. Segundo a mensagem, na pauta da sessão do dia 14, o único ponto seria a discussão da autonomia universitária e Lessa faria questão de estar presente.

Após intenso debate entre os servidores e o vice-reitor, ficou acertado que Fracalanzza encaminharia a solicitação de uma auditoria interna na administração do diretor do hospital, Amâncio Paulino. Também será solicitada a participação de representantes dos técnico-administrativos e dos estudantes na comissão já instalada pela própria direção do hospital para apresentar em um prazo de 30 dias um relatório sobre a situação da Unidade. Fracalanzza se comprometeu, também, em encaminhar ao reitor o pedido de inclusão como ponto de pauta da próxima sessão do Consuni a gestão do HUCFF. De acordo com a representante do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro, Amâncio deveria se afastar da direção do hospital durante o processo de auditoria. Vários servidores presentes reclamaram, ainda, da postura centralizadora do diretor e da falta de disposição de diálogo deste com a comunidade do hospital e com outras Unidades do CCS.

Falta de recursos

Como já foi divulgado nas últimas edições do Jornal do Sintufrj, o diretor do HU alega falta de dinheiro para manter leitos e condições de atendimento. Segundo o vice-reitor, que já foi decano do Centro de Ciências da Saúde, o hospital tem uma dívida de cerca de R$ 6 milhões, o que significaria algo em torno de dois meses em arrecadações do SUS. O ex-decano informou que uma unidade hospitalar deve ter sempre em caixa uma quantia equivalente a uma ou uma e meia arrecadação do SUS. "Este fluxo de caixa é fundamental. Hoje, o HU tem dívidas acumuladas", questionou. Um dos motivos apontados pelo vice-reitor para explicar as dívidas da gestão Amâncio seria o número de contratações via cooperativas particulares. Segundo Fracalazza, o déficit do hospital está em torno de R$ 300 mil/mês e se, não houvesse os gastos com terceirização, estimados em R$ 800 mil por mês, o HU teria um superávit de cerca de R$ 500 mil/mês. Vários presentes sugeriram irregularidades promovidas pela administração de Amâncio e reivindicaram o pedido de auditoria, encampado como reivindicação pelas entidades presentes.

Não é de hoje que o movimento docente vem manifestando a necessidade de lutar contra a privatização e contra a precarização dos Hospitais Universitários. Na atualização do Plano Geral de Lutas, no 45º Conad, realizado no início do mês, em Belém, foi reafirmada a necessidade do movimento em defesa dos HUs que "enfrentam crises permanentes, agravadas, na atual conjuntura, pela incapacidade e irresponsabilidade dos governos federal e estaduais de negociar soluções emergenciais, com as entidades representativas de professores, servidores e estudantes, na perspectiva de que essas unidades efetivamente cumpram suas funções acadêmicas e sociais", afirma, ainda, o texto aprovado pelo Conad.

IFCS exige reabertura da biblioteca

Guilherme Lessa

MANIFESTAÇÃO EM FRENTE AO IFCS

Na quarta-feira passada (13/11), estudantes, professores e funcionários reuniram-se em frente ao prédio do IFCS, no Largo de São Francisco, para pedir a reabertura da biblioteca da Unidade, fechada devido à contaminação do ar, em seu interior, por um fungo. O fungo *Aspergillos Niger Van Tiegen* pode causar alergias e problemas de pele aos usuários e funcionários da biblioteca que, segundo o diretor da Unidade, Franklin Trein, não recebe uma limpeza há cerca de seis anos. Franklin diz estar se reunindo com a equipe da reitoria e com representantes de empresas de limpeza e conservação especializadas, durante pelo menos, três horas por dia, desde que a Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos foi interditada, em 3 de setembro último.

De acordo com o diretor do IFCS, a limpeza do acervo, cerca de 60 mil títulos, deveria ser feita constantemente, mas não há recursos para isso. A biblioteca do Instituto também não conta com serviço de conservação, carência compartilhada até mesmo pela Biblioteca Nacional, segundo Franklin. O único serviço que a biblioteca - que atende a estudantes das áreas de filosofia, história e ciências sociais - consegue manter é a encadernação dos livros com capa dura.

Franklin garantiu que a reitoria já se comprometeu em garantir os recursos para que a biblioteca possa abrir "em breve", mas ainda não pôde citar datas. O diretor disse que a Unidade tem recebido o apoio de técnicos da FioCruz, do Arquivo Nacional e de um dos maiores especialistas em conservação, o arquiteto Alfredo Brito. Aberta, a biblioteca do IFCS tem uma demanda de 200 consultas por dia.

Entidade continua preparação para fóruns mundiais

Em 16 de outubro, a diretoria da Adufrj-SSind definiu um calendário de reuniões preparatórias para a participação das delegações da Seção Sindical ao II Fórum Mundial de Educação (19 a 22 de janeiro de 2003) e ao III Fórum Social Mundial (23 a 28 de janeiro de 2003). No entanto, em função das pessoas que se disponibilizaram para a tarefa, os horários e datas das reuniões não pareceram adequados. Por isso, dessa semana em diante, as pautas, horários e locais das reuniões serão decididas de semana para semana. A próxima (ver chamada de capa), conforme previa o calendário anterior, foi agendada para quinta-feira, 21/11, mas mudou de local (agora, é na Escola de Serviço Social), de horário (16h) e de pauta (vai discutir os eixos 1 e 3 do FSM, não mais o 5).

A partir da adesão dos docentes interessados às reuniões preparatórias para a participação no Fórum Social Mundial, a Seção Sindical poderá estar propondo a realização de uma oficina temática durante este evento. A organização do FSM informa que as entidades que desejarem propor oficinas deverão fazer sua inscrição e registrar a proposta até o dia 29 de novembro. As inscrições daqueles que enviarão apenas delegados, sem apresentar oficinas, vão se encerrar no dia 13 de dezembro.

Mais informações, artirgos e documentos sobre os eventos podem ser conseguidos nos endereços: www.forumsocialmundial.org.br e www.forummundialdeeducacao.com.br.

Cartas

Ainda a progressão por titulação

Publicamos, nesta edição, a carta do sub-reitor de Pessoal a respeito de outra, divulgada no Jornal da Adufrj de 21 de outubro. Naquela mensagem, a professora Maria Antonieta, da Escola de Química, reclamava da demora da universidade em pagar o salário devido pela progressão por titulação. Embora a resposta do sub-reitor tenha sido rápida, só pudemos publicá-la agora. A seguir, a professora citada, que foi comunicada do conteúdo desta resposta da reitoria, ainda faz um breve comentário sobre o assunto.

"Rio, 25 de outubro de 2002.

Ao Jornal da Adufrj,

A Sub-Reitoria de Pessoal e Serviços Gerais, manifestando seu compromisso com a transparência administrativa que caracteriza a atual Reitoria, vem informar os passos do processo de progressão vertical da servidora Maria Antonieta Peixoto Gimenes Couto:

1.Em 12/09, é expedido o título de Doutor da Professora, pela Divisão de Diplomas da UFRJ;

2.Em 16/09, a professora requer, através do Departamento de Bioquímica da Escola de Química, sua progressão através do processo 029925/02-60;

3.No dia 20/09, o processo é encaminhado à CPPD;

4.No dia 2/10, a CPPD aprova o parecer do relator, concedendo a progressão vertical;

5.A SR-4 recebe o processo no dia 7/10 e, no dia 10/10, após os lançamentos administrativos no histórico funcional da servidora, é encaminhado à Superintendência de Pessoal para autorização da implantação no pagamento;

6.No dia 14/10, a Superintendência de Pessoal autoriza a implantação para efeito de pagamento.

É necessário resgatar o curso cronológico desta tramitação, para observarmos que transcorreu pouco mais de 1 (um) mês, entre a expedição do diploma e a autorização para o pagamento.

Não consideramos esse prazo satisfatório, seguimos incansáveis na busca de mecanismos que permitam cumprimento mais ágil e rápido dos direitos dos servidores da UFRJ. No entanto, gostaríamos de ressaltar que a concessão de progressões por titulação exigem análise da documentação correspondente ao título e o efetivo registro na vida funcional do servidor.

Atenciosamente,

Luiz Afonso Henriques Mariz

Sub-Reitor de Pessoal e Serviços Gerais"

Observação da professora Maria Antonieta: "As datas procedem, porém, em 10/10, entrei em contato com a DRH (Divisão de Recursos Humanos), quando fui informada que o pagamento referente à progressão seria implantado somente na folha de novembro, o que me levou a escrever a carta para o Jornal da Adufrj".

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 76 • 25 de novembro de 2002

Reunião do Comitê da UFRJ contra a Alca
26/11 (terça-feira) 14h
Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

Reunião do GT de Seguridade Social da Adufrj-SSind
26/11 (terça-feira)
das 14h às 16h
na Escola de Serviço Social
Pauta
1) Rumos do GTSS
2) Caderno do 3º Encontro
3) 2º Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Públicos

Seminário sobre Segurança
Tema
Que Segurança queremos na UFRJ
28/11 (quinta-feira) 12h
Salão Azul da Reitoria
Organização: Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj

Reunião preparatória da Adufrj-SSind para o Fórum Social Mundial
28/11 (quinta-feira) 16h
Sala de convivência da ESS
Pauta
discussão dos eixos 2, 4 e 5
(material disponível sobre o assunto na página do FSM: www.forumsocialmundial.org.br)
Observação: O prazo para a inscrições de oficinas no FSM se esgota em 29/11. Os candidatos a participarem com oficinas pela seção sindical devem, necessariamente, comparecer a esta reunião trazendo proposta pré-estruturada.

Reunião no CAp
29/11 (sexta-feira) 12h
Pauta
Regulamentação da GID

Professores não querem transferência para MCT

Movimento docente vai solicitar ao Consuni a rejeição da proposta da equipe de transição do governo

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 22/11, realizada no Salão Nobre da Decania do CT, tomou posição contrária à proposta de transferência das universidades para o Ministério de Ciência e Tecnologia, formulada pela equipe de transição do governo Lula. A AG acompanhou a decisão já tomada pela diretoria do Sindicato Nacional, que demonstrou preocupação com tamanha mudança na estrutura dos ministérios.

Para os professores presentes à assembléia, diversos motivos podem ser citados para questionar o polêmico projeto, como a fragmentação da política nacional de ensino, a dissociação entre ensino/pesquisa e o direcionamento do ensino/pesquisa para as demandas do mercado. A AG aprovou proposta que a Adufrj-SSind solicite ao Consuni posicionamento contrário à transferência. Também foi aprovado que o Andes-SN reivindique à equipe de transição que privilegie a interlocução com os

Continua na página 3

Opinião/Luiz Carlos Gonçalves Lucas* e Roberto Leher**

Universidades no MEC, Contra a Mercantilização da Educação

Os educadores que ousaram construir um Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, no decorrer de quatro Congressos Nacionais de Educação (CONED), perplexos e apreensivos, acompanham as notícias de que as universidades poderão ser deslocadas para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Essa orientação colidiria com todos os encaminhamentos contra a mercantilização do ensino produzidos ao longo dos ásperos anos 90 e coroaria o êxito das políticas neoliberais.

As resoluções dos CONED propugnam que é preciso desencadear um esforço de racionalização que reorganize de alto a baixo a intervenção do Estado na educação, na produção científica, na criação artística e na capacitação tecnológica, como exortara Florestan Fernandes no início da década passada. O eixo dessa política seria um Sistema Nacional de Educação (SNE) expresso no projeto de LDB da sociedade brasileira, infelizmente derrotado no Congresso Nacional, que aprovou a atual Lei 9394/96, na qual não está previsto um sistema educacional articulado. A meta então em voga era a desregulamentação-flexibilização, em benefício do setor privado.

Com o objetivo de fragmentar as iniciativas educacionais, o Banco Mundial, por intermédio do MEC, promoveu a descentralização da oferta da educação e, ao mesmo tempo, criou um sistema centralizado de avaliação para manter a educação sob seu controle. Quanto às universidades, o propósito passou a ser a autonomia das mesmas como pensada por Hayek: para operar livremente no mercado, sem amarras estatais, para que, em curto prazo, as *organizações* pudessem caminhar com os próprios pés (ver PEC-370/96).

Na realidade, o fracionamento da educação já havia sido iniciado, de modo mais agudo, por Collor de Mello, José Goldenberg e Eunice Durhan, que pretendiam deslocar as universidades para a área de ciência e tecnologia. Como Collor tentara suprimir o INEP, a CAPES e o próprio MCT, foi possível unificar a reação ao desmonte e os referidos órgãos foram mantidos, ainda que em estado vegetativo: enquanto as fronteiras do país eram abertas, expondo as empresas nacionais à competição externa, as verbas para a pesquisa foram drasticamente reduzidas, chegando, em 1992, a um terço do valor que tinham em 1987. No caso das universidades federais, a mobilização assumiu grandes proporções, em particular por meio da grande greve de 1991, assegurando a manutenção dessas instituições no âmbito do MEC.

A reforma do Estado, empreendida por FHC, buscou esquartejar os centros de pesquisa e as universidades. Em suas primeiras versões, conforme noticiado à época, a reforma administrativa pretendia reconfigurar inteiramente o setor: o MCT seria transformado em Secretaria, a FINEP e a pesquisa tecnológica iriam para o Ministério da Indústria e Comércio. Novamente, a reação da comunidade impediu essa reforma. Contudo, aos poucos, o MCT tem sido transformado em coadjuvante do setor produtivo. Com as privatizações, muitos centros de pesquisa e desenvolvimento das antigas estatais foram extintos e, desse modo, o vazio poderia ser preenchido mediante a ressignificação das universidades públicas como setor de serviço, atendendo a demandas de "adequação" de pacotes tecnológicos e de formação aligeirada de mão-de-obra.

Com efeito, a política de C&T, valendo-se de um eufemismo, ciência, tecnologia e inovação (CT&I), deslocara-se para pesquisa e desenvolvimento, sob controle privado, no âmbito do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT, Lei 9257/96). O objetivo seria melhorar a competitividade do país. É nesse ambiente que a Finep promove o Programa Educação para a Competitividade. Tudo é mercado, tudo é lucro. Adiante, foram criados os Fundos Setoriais que induzem à conversão das universidades em organizações sociais privadas. A Greve Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior de 2001 impôs um revés neste objetivo, porém logo um novo estratagema foi construído: o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica (PL 7282/02), medida síntese de toda a política de subordinação da C&T ao capital. Os gestores da área parecem esquecer que, mesmo nos EUA, onde as universidades são dotadas de orçamento na casa de bilhões de dólares, as inovações vindas de forma mais ou menos direta das universidades não chegam a 10% do total. No Brasil, com os Fundos e a nova lei, as universidades seriam o paraíso dos empreiteiros acadêmicos. Mas deixariam de ser universidades.

Em um esforço sério de reorganização de alto a baixo da área, a mudança na política de C&T teria de ser profunda. A área de Inovação deveria ter tratamento específico, não podendo ser confundida, em nenhuma hipótese, com a pesquisa universitária, visto que esta tem de ser orientada por outros princípios e valores. Essas instituições interagem, mas não se confundem. Por outro lado, urge vincular as universidades de forma estreita ao ensino básico e tecnológico. Esses níveis e modalidades, uma vez articulados, poderiam produzir uma sinergia positiva, capaz de servir de emolumento à revolução educacional necessária. Cumpre registrar que, embora insuficientes, em virtude da desvinculação de vários tributos e do fundo de estabilização, os montantes de recursos constitucionalmente destinados nos âmbitos federal (18% da receita advinda de impostos), estadual (25%) e municipal (25%) para os *órgãos responsáveis pela educação* (LDB) (e não para o MCT) não são negligenciáveis. Hoje, mais do que em qualquer outra época, esta é uma política que tem de ser feita pela esquerda, pois os conservadores, após a barbárie neoliberal, não podem mais empunhar a bandeira da educação pública. No entanto, seria um grave erro subestimá-los. As notícias de que as universidades poderiam ser deslocadas para a órbita produtiva comprovam a debilidade da crença de que o neoliberalismo é uma página virada da história. Seria inconcebível que o governo de Lula da Silva tentasse implementar uma medida dessa envergadura sem promover um debate democrático com a sociedade.

É preciso ousadia para não sucumbir às ideologias dominantes. E os educadores brasileiros, ao construírem um PNE unitário, capaz de moldar um sistema nacional de educação democrático e com qualidade social, comprovaram que têm disposição de prosseguir na luta pela causa da educação pública!

* Presidente do Andes-SN/UFPel
** Ex-Presidente do Andes-SN /UFRJ

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição e Reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Adufrj-SSind

Continuação da capa

movimentos organizados dos trabalhadores, através de suas entidades representativas, para a apresentação, elaboração e a discussão de programas do próximo governo.

Reunião no CCS

Com certeza, a possibilidade de reestruturação dos ministérios mexeu com a comunidade acadêmica. As intervenções dos professores foram veementes contra o projeto e surgiu, até mesmo, a proposta de a Adufrj-SSind promover reuniões por Centros para debater o tema, com convite aos representantes dos conselhos superiores da UFRJ. Uma já foi marcada, por iniciativa dos conselheiros da seção sindical, na Faculdade de Farmácia. No dia 5 de dezembro, todos os professores do CCS estarão convidados para posicionar-se sobre o assunto. A reunião ocorre ao meio-dia, mas o local ainda vai ser confirmado.

Outros itens da pauta

A discussão da transferência das universidades para a esfera do Ministério de Ciência e Tecnologia foi a mais importante de uma série de itens discutidos, por solicitação da reunião do Setor das Federais, ocorrida em 9/11, em Brasília. Além da proposta da equipe de transição de Lula, a continuidade da campanha contra a Alca, a rejeição aos projetos de autonomia da Andifes, Lei de Inovação Tecnológica, Programa de Qualificação Institucional e o reajuste emergencial para os servidores públicos federais foram outros assuntos.

Continuidade da campanha contra a Alca

Na Assembléia anterior (8/11), os professores já haviam ratificado o Plano de Lutas da categoria aprovado no 45º Conad de Belém, no qual estava presente a defesa por um Plebiscito oficial sobre a Área de Livre Comércio das Américas. Em função disso, essa deliberação foi encaminhada para a próxima reunião do comitê da UFRJ contra a Alca (nesta terça-feira, 26/11, às 14h, na sede da Adufrj-SSind). Pretende-se, neste encontro com as demais entidades representativas da universidade, formular formas de mobilização para dar continuidade à campanha contra a Alca na UFRJ, em integração com o comitê estadual.

Rejeição à lei proposta pela Andifes

Em relação ao projeto de lei orgânica da Andifes, foi lembrado pelo 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, o empenho da entidade em pautar o assunto no Conselho Universitário da UFRJ. Desde a posse de Lessa, os documentos contendo a proposta dos dirigentes universitários e a análise do Andes-SN foram apresentados à nova reitoria. Já se sabe que os textos foram distribuídos aos conselheiros e uma sessão especial do Consuni chegou a debater o tema, sem deliberar. A diretoria da seção sindical espera que o assunto entre o mais rápido possível na pauta do Consuni para que os conselheiros se posicionem sobre o projeto dos reitores.

Não ao PQI

O 1º tesoureiro da Adufrj-SSind, José Sanglard, informou os presentes sobre o lançamento de um caderno da diretoria do Andes-SN sobre o Programa de Qualificação Institucional durante o 45º Conad, de Belém. Sanglard comentou que a seção sindical pretende comprar um número de exemplares suficiente para distribuição junto aos sindicalizados. Foi aprovado, ainda, que a Adufrj-SSind solicite do Consuni a posição contrária ao projeto, assim como foi feito com a lei de autonomia da Andifes, e também aos conselhos acadêmicos (CEG e CEPG). Sanglard observou que a idéia da diretoria, aprovada na AG, é destacar os pontos conflitantes do progama da Capes em relação à proposta de capacitação docente do Sindicato Nacional.

Lei de Inovação rejeitada

Tramitando em regime de urgência constitucional no Congresso, a Lei de Inovação Tecnológica mereceu o repúdio dos professores presentes à Assembléia. Esta discussão deverá ser também encaminhada ao Conselho Universitário. A novidade, no caso, é que, diante da possível e imediata aprovação na Câmara Federal, também serão articuladas ações junto a parlamentares para rejeitar o projeto formulado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Aprovou-se ainda a divulgação de moção sobre a lei, originada no 45º Conad, para subsidiar essas atividades.

Pauta emergencial dos SPF

A Assembléia aprovou o referendo à negociação da pauta emergencial dos SPF junto a parlamentares e à equipe de transição do governo Lula, envolvendo o reajuste emergencial e a incorporação das gratificações.

SBPC e parlamentar do próprio PT divergem da proposta

De acordo com notícia divulgada pelo Jornal da Ciência por e-mail, em 22/11, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) solicitou à equipe de transição do governo Lula a necessidade de ampla discussão com a comunidade científica e acadêmica, antes de se levar adiante qualquer idéia de alteração nas esturutas da Educação e C&T.

Uma carta da presidente da SBPC, Glaci Zancan, foi enviada em 19/11 aos integrantes da equipe de transição com o seguinte conteúdo: "Gostaríamos de externar nossa preocupação face às notícias divulgadas pela imprensa sobre mudanças estruturais nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia, pois consideramos prematura tal iniciativa sem uma discussão ampla com a comunidade científica e acadêmica".

Por outro lado, em entrevista concedida ao jornal O Estado de S. Paulo, também em 22/11, o deputado Gilmar Machado (PT-MG) minimiza o valor da polêmica proposta do senador eleito Cristóvam Buarque (PT-DF). Gilmar descarta a aplicação desta transferência das universidades para o MCT: "Isso não está escrito no programa do Lula. Não faz parte da proposta do PT nem da equipe da transição. Mas o Cristóvam, que é um pensador, tem todo direito de elaborar e propor. A opinião do núcleo de Educação do PT é que se tem de manter as Universidades no MEC porque acreditamos no sistema de ensino integrado, que é o que norteou a nossa orientação no trabalho da LDB e do Plano Nacional de Educação", disse.

Agenda Sindical

26/11 – Reunião do Comitê da UFRJ contra a Alca
Sede da Adufrj-SSind, às 14h

30/11 - Seminário sobre Finanças Públicas
São Paulo (SP), com organização da Adusp-SSind

3/12 - Reunião da Coordenação Executiva do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Brasília (DF) - sede do Andes-SN, de 9h às 14h
- Entre outros assuntos, vai tratar do papel do Fórum e a relação com o novo governo e do planejamento das atividades para 2003.

5 a 7/12 - II Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores das três Esferas
Luziânia (GO)

8/12 - Reunião do Pleno do GTPE
Niterói (RJ), de 9h às 13h

11/12 - Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

17/12 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind

19/1 a 22/1 de 2003 - Fórum Mundial de Educação (2ª edição)
Porto Alegre (RS)

23/1 a 28/1 de 2003 - Fórum Social Mundial (3ª edição)
Porto Alegre (RS)

@dufrj

Página eletrônica do Consuni

No sentido de facilitar o acesso da comunidade acadêmica à representação colegiada da UFRJ, divulgamos a página eletrônica do Consuni: www.consuni.ufrj.br. Recém-criada, a página oferece informações como a atual composição do conselho, os integrantes das comissões permanentes, o calendário de sessões, o regimento interno e as resoluções e moções deliberadas. O *site* disponibiliza ainda um *link* para as atas das sessões realizadas, mas, como ainda se encontra em processo de construção, só existe o relato da reunião de 10 de outubro deste ano.

Portal da Biblioteca Nacional

Usuários do país inteiro podem ter acesso às obras da maior biblioteca da América Latina. Para isso, basta acessar a página da Biblioteca Nacional (www.bn.br). A biblioteca já estava na rede, mas, no final de outubro, foi lançado o portal da Fundação Biblioteca Nacional (FNB), criado com a finalidade de integrar as atividades e serviços oferecidos à população. O novo portal oferece atendimento personalizado, obras digitais, exposições virtuais, coleções temáticas, tesouros da biblioteca e livraria virtual, entre outros serviços. Através do portal, os usuários poderão ler obras raras com "A Bíblia de Mongúcia", e a primeira edição de "Os Lusíadas", de Camões.

Movimento

I Coed constrói Plano Estadual de Educação

Fotos: Kelvin Melo

NA ABERTURA DO EVENTO, INTEGRANTES DA MESA CANTARAM O HINO NACIONAL

Educadores querem garantir proposta no governo de Rosinha Garotinho

Construir um Plano Estadual de Educação baseado nos princípios do Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira e fazê-lo valer mesmo no futuro governo de Rosinha Garotinho. Essas foram as premissas que nortearam a abertura do I Congresso Estadual de Educação (Coed), no dia 21/11, no Maracanãzinho. O evento também rendeu homenagens ao educador Paulo Freire na fala do conferencista Frei Beto (confira em matéria nas próximas publicações da Adufrj).

Representante do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a professora Marília Washington, que é 1ª vice-presidente da Regional São Paulo do Andes-SN, não escondeu seu orgulho e "muita esperança" nos resultados do Coed do Rio de Janeiro. Ela relatou três episódios que demonstram o empenho dos integrantes do Fórum na defesa de uma Educação pública de qualidade. O primeiro foi a intervenção no processo constituinte, que rendeu a Carta de 1988, "infelizmente desrespeitada por sucessivos governos".

O segundo momento de participação do FNDEP ocorreu na construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a popular LDB. Naquela ocasião, em 1996, o Fórum iniciou a defesa de uma outra proposta de legislação "democrática e inclusiva". Mais uma vez, no entanto, os esforços foram logrados pelo Congresso, dominado pelos parlamentares governistas. "Não houve espaço para negociação", lamentou Marília. De acordo com a professora, a LDB hoje em vigor e toda a regulamentação que se seguiu "ameaçam apagar o futuro de nossa educação pública de qualidade".

No terceiro episódio, a palestrante citou a construção do Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira (PNESB) "num verdadeiro mutirão cívico", que teve como referência a Constituição Federal de 1988 e congregou milhares de educadores em dois congressos nacionais, os primeiros Coneds. O PNESB foi finalizado no II Coned, em novembro de 1997, e entregue na Câmara Federal. Novamente, a correlação de forças desfavorável à oposição na época não permitiu a aprovação do Plano. Pior: tempos depois, no início de 2000, o governo aprovou seu próprio Plano Nacional, formulado nos gabinetes de Brasília, e que ainda sofreu vetos do próprio Fernando Henrique.

As dificuldades para organização do Coed

Alexandre Arrais, integrante da coordenação executiva do evento, explicou a origem e as perspectivas do congresso. Segundo ele, a simples realização do Coed já representava um "retrato da determinação em transformar a Educação" de milhares de educadores. Alexandre contou que a construção de um plano estadual para o setor é uma necessidade indicada pelo PNE da Sociedade Brasileira. Neste sentido, diversas iniciativas foram tentadas durante a gestão do governo Garotinho, mas a administração preferiu centralizar o processo. "O governo anterior organizou uma comissão para construir um plano estadual restrita a 20 entidades, das quais 13 eram secretarias do próprio governo", comentou. O coordenador explicou que apenas com a mudança de governo foi possível realizar os preparativos para o I Coed de forma democrática e coletiva. "Agora é a nossa oportunidade", observou.

Educadores *versus* Rosinha

O deputado Chico Alencar (PT), que participou da abertura ainda como representante da Assembléia Legislativa do Rio, contou que os educadores ali presentes deveriam se preparar para garantir o PEE diante do futuro governo estadual (de Rosinha Garotinho). "Temos que arrombar as portas do poder com a Educação", disse.

Na mesma linha, o atual secretário estadual de Educação, William Campos, comentou uma pergunta que lhe foi dirigida por uma repórter na manhã do evento: "Como é que um Plano Estadual de Educação poderia valer por dez anos, se um novo governo iria assumir já em 2003?". William disse ter respondido que a vigência do PEE seria garantida pela força das universidades do Rio, pelas quase duas mil escolas e milhares de educadores. "Isso é o que vai prevalecer acima da personalidade A ou B", disse.

UM GRANDE PÚBLICO ASSISTIU À ABERTURA DO COED

Entidades que organizaram o evento

Da coordenação executiva do I Coed, participaram diversas entidades sindicais, estudantis, além de órgãos do atual governo do estado e movimentos da sociedade civil. São eles: Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia; Comitê Rio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação; Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro; Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação; União dos Professores Públicos do Estado; União Brasileira de Estudantes Secundaristas. Entre outras instituições e movimentos sociais envolvidos, pode-se destacar a presença de diversas universidades (entre elas, a UFRJ) e do MST.

Mesas e conferências sobre a educação no estado

Em 22/11 (dia do fechamento desta edição), mesas redondas e conferências iriam debater os rumos da Educação no estado do Rio de Janeiro, baseados no seguintes eixos temáticos: Organização e Avaliação da Educação; Gestão Democrática da Educação; Financiamento da Educação e Trabalhadores e trabalhadoras da Educação. No dia seguinte, duas plenárias iriam organizar os encaminhamentos dos eixos para formulação do Plano Estadual.

Adufrj-SSind representada no evento

A Adufrj-SSind esteve representada no I Coed pelas professoras Rosanne Dias, Regina Pugliese (ambas do Colégio de Aplicação) e Raquel Goulart (Faculdade de Educação).

UFRJ

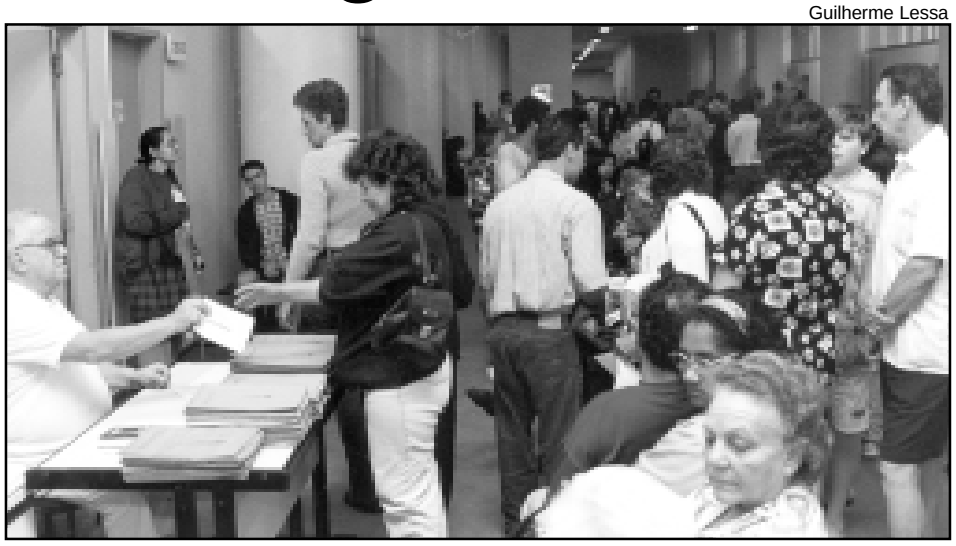
Modelo de gestão e privatização no Clementino Fraga Filho são criticados

Nesta terça, às 10h30, servidores realizam assembléia comunitária para debater crise no Hospital Universitário

Com um déficit estimado em cerca de R$ 6 milhões e com a constante ameaça de fechamento de leitos e atividades de extensão públicas, a direção do Hospital Universitário da UFRJ, na figura do diretor Amâncio Paulino, vem sofrendo críticas das entidades Adufrj-SSind, Sintufrj e do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina com relação à origem das dívidas acumuladas ao longo dos últimos cinco anos. As entidades reconhecem a crise sistêmica pela qual passa toda a rede de hospitais de ensino no país, mas consideram que a direção do HU deve à comunidade alguns esclarecimentos sobre a opção por determinadas políticas de gestão que, na visão dos movimentos, levaram à intensificação do processo de privatização interna naquela Unidade. O representante discente, Francisco Cardoso, diz que a posição do CA é de que "toda administração de órgãos públicos deve ser transparente e democrática e isso não vem acontecendo em relação à direção do hospital. Por isso, a necessidade de uma auditoria externa para esclarecer a origem da dívida". O CA da Medicina questiona a crise financeira pela qual passa o Clementino Fraga Filho. Segundo o estudante, "a direção do HU foi entregue a Amâncio com um caixa com milhões (de reais) e com estoque de medicamentos na farmácia". De acordo com Francisco, que realiza atividades acadêmicas nos ambulatórios, a realidade atual da Unidade, no caso dos medicamentos, é "de uma crise constante de remédios" na farmácia hospitalar. "Às vezes, faltam medicamentos para exames, outras, para o atendimento. A situação dos remédios é muito irregular", conta.

O diretor da Unidade, que é também presidente da Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino (ABHUE), justifica: "No plano político, todos os HUs estão em crise. Somadas, as 18 principais Unidades hospitalares em crise acumulam R$ 130 milhões em dívidas". Amâncio credita o déficit nas contas do hospital à falta de concursos públicos para carreiras do quadro da Unidade. "Ao todo, em todo o país, são 38 mil o número de servidores concursados e 22 mil o número de terceirizados. Nós não fugimos à regra e temos cerca de 1.000 cooperativados (contratados via cooperativas de trabalho)", comenta. O dirigente reconhece que os pagamentos com prestadores de serviço geram o déficit mensal (de cerca de R$ 300 mil por mês, conforme anunciado pelos jornais das entidades), mas acredita ter tomado a medida correta. "Ou contratávamos pessoal ou fechávamos vários setores do hospital, pois não há concursos há anos", afirma.

Guilherme Lessa



ATENDIMENTO NA TRIAGEM DO HOSPITAL

Adufrj-SSind critica política de clínicas

Para a diretoria da Adufrj-SSind, os processos de precarização do trabalho docente e de terceirização têm alterado substancialmente a função social dos HU. Para a direção da seção sindical, conservar o HU da UFRJ como um Hospital Escola, garantindo, ao mesmo tempo, tanto o atendimento às demandas de ensino e de pesquisa, como um direito e a qualidade de seus serviços de saúde pública para toda população, é a questão fundamental. A perda gradativa dessas características nos últimos anos deveu-se não apenas a problemas de gestão de recursos, mas principalmente à política implícita no processo, que fragmentou a visão de um hospital universitário, transformando-o num conjunto de clínicas pouco ou nada integradas. Mais do que o resgate da unidade e da identidade do HU como um verdadeiro hospital universitário, a falta de uma política geral integrada para todos os hospitais da UFRJ é outro problema a ser enfrentado, no entendimento da diretoria da seção sindical.

Catarata como cirurgia de alta complexidade

A representante do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro, também faz coro aos que querem uma auditoria nas contas do hospital. A servidora acredita que os números de produtividade apresentados pela direção do hospital no balanço entregue em reunião do diretor do HU com servidores da Unidade no início do mês ('Relatório do HUCFF 2001') não refletem a realidade dos atendimentos de 'alta complexidade'. Ana Maria questiona, por exemplo, a utilização do número de 1.612 cirurgias de catarata, em 2001, como fator de aumento do índice de atendimentos 'de alta complexidade' de 30% para 60%, segundo a representante dos técnico-administrativos. Para Ana, não se trata de uma 'caça às bruxas' em relação à gestão de Amâncio, mas ela considera que houve, na administração do professor, a adoção de uma política dirigida para a privatização dos serviços na Unidade. Ana faz críticas também à utilização de recursos na construção de instalações "de luxo" para o atendimento a pacientes oriundos de planos privados de saúde, no hospital. "Esta política é um grande equívoco. Além de direcionar recursos que poderiam ser utilizados, por exemplo, na reabertura da emergência, cria instalações próprias para pacientes de planos privados que têm que passar pela mesma triagem dos pacientes do SUS. Ora, quem, que paga um plano de saúde, vai querer passar por toda a triagem nos ambulatórios?", questiona.

Amâncio diz que foi eleito, e reeleito, no ano passado, com uma proposta que deixava claro o objetivo de estabelecer o convênio com planos de saúde particulares para atendimento no hospital. "Ao me eleger, a comunidade respaldou minhas propostas', comentou, relatando que em 1999, a Fundação José Bonifácio contraiu um empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com a finalidade de construir a infra-estrutura necessária para o atendimento aos pacientes particulares. "A FUJB deu as garantias e gerenciou todo o financiamento e, inclusive, a aplicação dos recursos. Todas as licitações para as obras foram feitas por eles (da Fundação José Bonifácio)", relata.

O diretor conta, ainda, que a dívida com o BNDES está em R$ 108 mil por mês, em um financiamento feito por um período de seis anos. Segundo Amâncio, os recursos obtidos com atendimentos aos pacientes de planos particulares são creditados em uma conta corrente da própria fundação, que retira de um total de cerca de R$ 400 mil/mês (montante, segundo ele, arrecadado com os atendimentos particulares) o valor da prestação do BNDES e paga diretamente os serviços prestados pelos médicos, docentes e funcionários envolvidos. Deste recurso, ainda segundo o diretor, sobram cerca de R$ 100 mil que seriam aplicados em melhorias no hospital.

Terceirização

Outra crítica dos movimentos é que a atual gestão do Clementino Fraga Filho, além de ter investido fortemente no processo de privatização, tem tentado terceirizar serviços prestados por laboratórios e Unidades da própria Universidade. A integrante do Conselho de Representante da Adufrj-SSind e professora do Departamento de Medicina Preventiva do Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva, Regina Barbosa, diz não estar acompanhando em detalhes a crise do HU, mas cita a tentativa de terceirização do Laboratório de Virologia como uma das investidas da direção do hospital no processo de privatização dos serviços. Segundo a conselheira, ainda esta ano, a direção do HU tentou fechar o laboratório de Diagnóstico e Patogenia Viral, coordenado pela professora Maria Angélica Guimarães, que produz ensino, pesquisa e extensão. "Alegando incompetência, e sem comunicar à professora, o laboratório ia ser fechado e o serviço, terceirizado", comenta.

Perguntado sobre a terceirização dos serviços, Amâncio diz que "isto não existe no hospital". Sobre a tentativa de fechar o laboratório de virologia, o diretor confirma que, durante "um curto período de tempo", alguns exames realizados pelo laboratório foram repassados para firmas particulares. Amâncio dá justificativas de ordem econômica e não acadêmica para a contratação de serviços de laboratório já realizados pela universidade. "A professora não quis abrir mão da compra de um determinado material utilizado na realização dos exames, que conseguíamos no mercado por um preço duas vezes menor",

UFRJ

conta, sem entrar em detalhes sobre a qualidade do referido material nem no mérito do trabalho realizado pelo laboratório.

Relacionamento com outras Unidades

Outro questionamento que as entidades fazem à administração do Hospital Universitário é a falta de integração com as Unidades cujos alunos têm a formação complementada na Unidade, como a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Farmácia. Procurado pela redação deste jornal, o diretor da Faculdade de Medicina, Almir Fraga Valladares, preferiu não se manifestar neste momento. Já o diretor da Faculdade de Farmácia, José Carlos Saraiva Gonçalves, não só respondeu ao pedido de comentário sobre a relação da Unidade com o hospital como acabou enviando um pequeno artigo sobre o assunto, que publicamos na página 7. Segundo José Carlos, a situação do HUCFF não é de responsabilidade exclusiva da direção da Unidade, mas o diretor questiona o fato de a farmácia hospitalar não interagir com a Faculdade de Farmácia "para a resolução de muitos de seus problemas". Esta orientação seria, segundo José Carlos, de um relatório sobre o serviço da farmácia do HU, realizado em 1999, por consultores externos.

Comunidade se mobiliza para salvar hospital

Apesar de as críticas em relação à gestão do HUCFF acabarem voltando-se para o diretor da Unidade, Amâncio Paulino, a representante do Sintufrj Ana Ribeiro garante que não existe nada de pessoal no pedido de auditoria. "Temos clareza de que o objetivo número um do nosso movimento é salvar o Hospital Universitário, que atende à população e é responsável pela formação de nossos alunos. O HU é um órgão de formação acadêmica e só se justifica como tal. Temos que identificar os problemas e não deixar que tudo acabe em pizza", diz, voltando as baterias para a administração Amâncio. Segundo Ana Ribeiro, o Sintufrj quer um processo de discussão coletiva sobre o que é prioridade na gestão dos recursos do hospital.

Amâncio diz não ter nada contra a realização de uma auditoria em sua administração. O diretor afirma que há cerca de três meses, em uma reunião do Conselho Administrativo do HU, que é presidida pelo reitor, ele já havia solicitado a abertura de um processo de auditoria na Unidade "para que a nova reitoria tomasse pé da situação do hospital".

Reunião de Administração e Assembléia Comunitária

A redação deste jornal confirmou a realização nesta terça-feira, dia 26/11, às 14h, de uma reunião do Conselho de Administração do HU, no gabinete do reitor, Carlos Lessa. O Sintufrj estará realizando no mesmo dia, às 10h30, uma Assembléia Comunitária no pilotis do Hospital, para que a comunidade possa discutir as causas e conseqüências da crise na Unidade.

Hospital Antônio Pedro é administrado por comissão gestora

Na Uerj, diretor de HU renuncia após pressão da comunidade

O Conselho Universitário da Universidade Federal Fluminense, segundo o Jornal da Aduff (de junho de 2002), indicou uma comissão gestora, em julho de 2000, para assumir, também em meio a crises financeiras e administrativas, a direção do Hospital Universitário Antônio Pedro. Dois anos depois, segundo o mesmo jornal, as finanças foram sanadas e parte da capacidade de atendimento foi recuperada, mas o HUAP continua com problemas graves. "Os principais, dos quais derivam todos os outros, são a falta de pessoal e a carência de recursos financeiros", retrata o jornal sindical.

Na Uerj, segundo a assessoria de comunicação da Associação dos Docentes (Asduerj), o Hospital Pedro Ernesto passou por um processo de questionamentos acerca de sua administração que acabou culminando na renúncia do diretor Alvaro Pereira dos Santos Júnior. Alvaro foi substituído pelo professor Carlos Telles. De acordo com a assessoria da Asduerj, o principal motivo que levou à renúncia do diretor foram as manifestações da comunidade em protesto contra a administração de Alvaro Pereira. Falta de investimentos nas instalações do prédio e nos ambulatórios e dívidas com fornecedores estavam inviabilizando o funcionamento de parte do hospital universitário e levaram a comunidade a reagir e pedir uma nova administração voltada para a solução dos problemas no atendimento e na formação dos estudantes. Alvaro Pereira renunciou no dia 5 de agosto e Carlos Telles foi empossado no dia 27 do mesmo mês, segundo informativo da Seção Sindical.

Andes-SN se mobiliza em defesa dos HUs

No 21º Congresso do Andes-SN, realizado em fevereiro último na cidade do Rio Grande (RS), o movimento docente encaminhou entre as políticas para a seguridade social que as seções sindicais realizassem um diagnóstico sobre os Hospitais Universitários. Uma Oficina de Trabalho sobre HUs também foi aprovada no Congresso e foi realizada a Mostra Científica e Cultural: vida e morte dos Hospitais Universitários, em Brasília, nos dias 11 a 16 de junho com a participação da Fasubra e da Direção Nacional dos Estudantes de Medicina. Em abril deste ano, o Grupo de Trabalho Seguridade Social nacional realizou entre os dias 5 e 7 na Câmara dos Deputados e na sede do Andes-SN, em Brasília, uma reunião que teve como um dos temas a situação dos Hospitais Universitários.

No âmbito regional, segundo a primeira vice-presidente da Regional Rio do Andes-SN, Janete Luzia Leite, a entidade está promovendo articulações das Seções Sindicais, com o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro e com os Centros Acadêmicos das Faculdades de Medicina das universidades públicas com vistas a criar um Comitê Estadual em Defesa dos Hospitais Universitários. Janete conta que, de maio para cá, foram realizadas duas reuniões na Regional com a participação de representantes destas entidades, e que pretende retomar um calendário de reuniões sobre os HUs. Janete, que é professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, também participa do Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind e comentou que o grupo ainda não trabalhou especificamente sobre as questões dos hospitais. Sobre a crise do Clementino Fraga Filho, Janete considera não ser por acaso que a Unidade da UFRJ seja a que mais promoveu investidas no processo de privatização dos hospitais. "O Amâncio é presidente da ABHUE (Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino) e defende a política de privatização do governo federal", comenta. Para Janete, o Hospital Universitário da UFRJ tem servido de "balão de ensaio" das políticas do MEC e do governo federal para o ensino médico nas universidades federais.

A rede hospitalar do país e a inserção dos HUs no sistema público

Segundo o relatório da mostra científica e cultural 'Vida e Morte dos Hospitais Universitários', do total de 7.274 leitos, 5.246 (ou 70%) são privados e 2.034 (ou 30%) são públicos. A referida mostra foi patrocinada pelo Andes-SN, Fasubra e pela Direção Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem). O evento ocorreu em junho deste ano, entre os dias 11 e 13, no Espaço Mário Covas, na Câmara dos Deputados.

De acordo com o relatório final da mostra, a rede hospitalar do SUS é formada por 6.425 hospitais. Destes, 2.177 (ou 33,88%) são públicos, 4.093 (ou 63,7%) são privados e 155 (ou 2,42%) são Unidades Hospitalares Universitários, mais conhecidos como Hospitais Universitários. Em toda a rede SUS são oferecidos 595.839 leitos. Deste total, 66.247 (ou 11,12%) são leitos das Unidades universitárias.

A rede pública oferece 22,29% (ou 132.840) leitos, o que significa que os hospitais universitários oferecem um contingente de leitos referente a 49,87% dos leitos da rede pública do SUS. O restante dos leitos são conveniados com os hospitais particulares, representando 396.752 (ou 66,59%) dos leitos que recebem verba do SUS pelo atendimento aos pacientes da rede pública.

Ainda segundo o relatório, embora representem apenas 2,4% do total de hospitais que participam da rede SUS, os HUs respondem por 9% dos leitos públicos e por 12,75% de todas as internações em 2001. Por concentrarem pessoal especializado, no mesmo ano, os HUs foram responsáveis por 48,12% do total nacional de internações de alta complexidade, percentual que sobe, segundo o documento, a 79,47% no caso de transplantes e, em conseqüência, originaram 24,03% das despesas do SUS com internações.

Opinião/José Carlos Saraiva Gonçalves*

Sobre a situação do Serviço de Farmácia do HUCFF

A situação do HUCFF não é de responsabilidade exclusiva da Direção do Hospital, pois a resolução de muito de seus problemas estão fora de seu poder de decisão, especificamente aqueles relacionados com a situação da área de Farmácia. Particularmente no caso da Farmácia, a crise chegou a tal ponto que hoje não existe a possibilidade de ações de "meio termo". Para se ter uma idéia da extensão do efeito negativo sobre o ensino e pesquisa, os alunos do curso de Farmácia se recusam a realizar o seu estágio na Farmácia do HUCFF (suas atividades lá seriam anti-didáticas). Realizam estágio na Farmácia Escola, onde se encontra o Centro Regional de Informações sobre Medicamentos (CRIM), suporte para uma prática profissional contemporânea, permitindo ao estudante interagir com o paciente, orientando sobre o uso correto de medicamentos, alertando sobre o risco de interações medicamentosas, sempre sob a orientação de Professores. Isso nunca seria possível nas Farmácias dos Hospitais da UFRJ, pois nelas não existem professores. A orientação acadêmica deve ser compartilhada, jamais transferida para o corpo não-docente. Isso é lamentável pois os nossos alunos ficam sem a oportunidade de conhecer uma das áreas da profissão que é a Farmácia Hospitalar. Convém salientar que o curso de Farmácia Hospitalar, pioneiro no Brasil, foi oferecido pela Faculdade de Farmácia da UFRJ. Acabou exatamente pela ausência de interação com os Hospitais da UFRJ.

Um relatório sobre o serviço de Farmácia do HUCFF, realizado em 1999, por consultores externos, com experiência em Hospitais Universitários de São Paulo, nas suas conclusões, sugerem em várias oportunidades a necessidade do HUCFF interagir com a Faculdade de Farmácia para a resolução de muitos de seus problemas. Por que motivo esses consultores apontam a Faculdade de Farmácia? Efetivamente, a Faculdade de Farmácia tem reconhecimento Nacional pelo seu papel na Política de Medicamentos. Desde a sua concepção, elaboração e implantação. Hoje a Faculdade participa em vários programas governamentais na área de medicamentos, junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em projetos de ensino, pesquisa e extensão, possui o parque de equipamentos mais moderno da UFRJ para a avaliação da eficácia e segurança de medicamentos (in vivo e in vitro), uma Farmácia Escola modelo no ensino de Farmácia, abriga o Centro de Regional de Informações sobre Medicamentos, participa em projetos de Farmacovigilância e tem reconhecimento pelo Governo e pelos meios produtivos nacionais.

A questão é: Por que uma Universidade que tem uma Faculdade de Farmácia nesse nível não oferece aos pacientes de seus Hospitais a Assistência Farmacêutica, prevista como direito do cidadão, igual ao das assistência Médica e Odontológica? Por que a prática farmacêutica nos Hospitais Universitários os está aquém do nível do estado da arte farmacêutica?

A dificuldade maior para resolver a questão da Farmácia nos Hospitais Universitários é o próprio entendimento do papel da Farmácia Hospitalar que é ignorado pelos dirigentes.

A Farmácia Hospitalar é uma unidade Clínica e como tal deve estar comprometida com os resultados da assistência prestada ao paciente e não apenas com a provisão de produtos e serviços. Deve focalizar sua atenção no paciente e suas necessidades e no medicamento como instrumento.

São sete as atribuições essenciais da Unidade de Farmácia Hospitalar, dentre elas destacamos: otimização da farmacoterapia, informação sobre medicamentos, dispensação, pesquisa e ensino. Nenhuma dessas funções é exercida pela Farmácia do HUCFF. Portanto perdem os alunos da Farmácia, perdem os pacientes do Hospital, perdem os colegas das demais profissões.

A solução para a Farmácia do HUCFF passa por uma rediscussão da estrutura administrativa do próprio hospital e será inviável sem a alocação de vagas para professores da Faculdade de Farmácia, lotados no Hospital.

Outra questão fundamental é a qualificação do pessoal e o sistema de dedicação. É impossível se recuperar qualquer serviço hospitalar com ao atual sistema de dedicação ao trabalho, onde se justifica com todos os argumentos a ausência do profissional e o não cumprimento de tarefas e de horários. Nenhum aporte de recursos pode suprir a falta de dedicação ao trabalho. A terceirização de serviços tem sido utilizada para suprir a ausência injustificada de professores e funcionários.

Cabe ressaltar que o nível dos serviços prestados por alguns setores da Universidade, inclusive Hospitais, tem sido conseguido graças ao esforço sobre-humano de alguns poucos professores, funcionários e alunos.

Finalmente, a situação da Farmácia no HUCFF não pode ser confundida tão somente com a prática de abandono das Universidade Públicas, pois ali existe uma sucessão de visões equivocadas sobre o papel da Farmácia Hospitalar, manifestadas em vários atos das diversas direções daquele Hospital. A atual direção, no início de seu primeiro mandato, tomou iniciativas, juntamente com a Faculdade de Farmácia, para minimizar a inoperância do serviço numa de suas sete missões (a dispensação), porém, por falta de recursos humanos e financeiros não logrou êxito. Entretanto, tais iniciativas ainda estavam vinculadas à visão distorcida do verdadeiro papel da Farmácia Hospitalar. Uma Farmácia Hospitalar contemporânea jamais será implantada em nenhum dos Hospitais da UFRJ se não houver vontade política da Universidade.

* Diretor da Faculdade de Farmácia

Resenha

Hospital da Unifesp em crise

Déficit mensal de R$ 2 milhões, dívida de R$ 60 milhões, 70% dos funcionários terceirizados e conta de luz atrasada há 14 meses. Esse é a situação do Hospital São Paulo (HSP), da Unifesp, o maior da rede de 45 hospitais universitários federais, com atendimento a cerca de 4,5 mil pessoas por dia. Diante dos problemas, o diretor da Unidade pensa em parar de receber novos pacientes e reduzir o atendimento do Pronto Socorro, caso não receba mais recursos. A matéria é do jornal O Estado de S. Paulo (9/11).

Cópia de livros em pauta

Irritados com o não-cumprimento da lei de direito autoral em universidades, os donos de editora estão apelando para a polícia, que está apreendendo cópias feitas sem autorização. Este ano, a Associação Brasileira para a Proteção dos Direitos Editoriais e Autorais (Abpdea) conseguiu, na Justiça, o dobro das apreensões ocorridas no ano passado. A associação alega que a reprodução ilegal causa prejuízo anual de R$ 350 milhões e está levando autores a desistir de escrever livros didáticos, de acordo com notícia do jornal O Fluminense (11/11).

Pesquisa obrigatória nas particulares

As instituições de ensino superior privadas podem ser obrigadas a investir em pesquisa. Um projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) prevê que 15% do faturamento líquido dessas instituições seja destinado para pesquisas e para a qualificação de professores e profissionais da área técnico-científica, segundo nota da Folha Dirigida (1/11). O projeto, que será discutido pelo Senado, estabelece ainda que o recredenciamento das particulares dependerá dessa aplicação.

Justiça derruba limite de idade para bolsas do CNPq

Uma decisão da Justiça Federal em Uberlândia (MG) proibiu que o CNPq adote o limite máximo de idade como critério de seleção de candidatos a bolsas de iniciação científica. A decisão é válida para todo o país. Segundo a resolução normativa 019/2001 do CNPq, um dos requisitos para participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) era "ter menos de 24 anos quando da solicitação de ingresso no programa". "Essa restrição não se coaduna com os princípios constitucionais. À luz da nossa República Federativa do Brasil, a iniciação pode se dar a qualquer idade, seja aos 50 ou aos 70 anos", disse o procurador Jaime Mitropoulos, autor da ação. (Agência Folha, 19/11).

Andes-SN

Interesses econômicos não podem se sobrepor aos da Medicina

Em debate da Regional Rio do Andes-SN, palestrante comenta a importância dos HUs

Kelvin Melo

NO DIA 16/10, A REGIONAL RIO DO ANDES-SN DISCUTIU A SITUAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

O início da descaracterização dos hospitais universitários coincide com a invasão dos interesses econômicos sobre os da Medicina. Essa foi a afirmação do professor da Uni-Rio e dirigente do sindicato dos médicos do estado, doutor Carlos Alberto Morais de Sá, durante debate promovido pela Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, no dia 16/10. Segundo ele, a tradicional Medicina de Hipócrates, cuja essência se baseia na relação médico-paciente, de dedicação total ao enfermo, vem sendo abandonada. "O modelo hipocrático foi considerado antieconômico, anacrônico, paternalista e benevolente. A nova ordem aboliu a relação médico-paciente-família", comentou.

Carlos Alberto observou que a "nova ordem" exige números crescentes de atendimentos, baixos custos, redução de pessoal e relacionamento impessoal com os pacientes, por meio de computadores, cartões magnéticos, fax, telefone e internet, entre outros meios. Um completo absurdo, na visão dele: "A relação da medicina é uma relação de amor. Não tem nada a ver com essa palhaçada", criticou.

Incomodado com o que tem visto no meio médico e acadêmico, Carlos Alberto continuou sua crítica: "Há uma verdadeira histeria sobre o negócio da medicina praticada por evidência", disse. "Chega um doente no hospital e perguntamos: qual o seu problema? Imediatamente (e calado), o paciente apresenta uma série de exames. Ou seja: doente não tem nome, não tem família, não tem nem queixa, não tem nada. Só tem exames. E isso é todo dia", reclamou. O professor da Uni-Rio creditou esse novo comportamento à excessiva valorização de exames e procedimentos laboratoriais. "Hoje, decisões médicas somente são aceitas quando fundamentadas em evidências publicadas ou matematicamente comprovadas. Essa medicina tem que ser denunciada como uma farsa. Medicina não tem nada a ver com isso. Isso está a serviço desse modelo que está aí. Mas virou moderno. Exame hoje é a coisa mais importante do mundo, mais que a sensibilidade do médico", ironizou.

Integrante de várias sociedades médicas e com passagens por várias partes do país e até do estrangeiro, Carlos Alberto verificou que a prática desta medicina "acabou virando moda". "Tem que ter uma evidência matemática ou publicada para poder ser verdadeiro. Como se as evidências, projetos de pesquisa ou os modelos não fossem preparados para responder àquilo que interessa ao indivíduo e que interessa ao modelo econômico", defendeu. Segundo ele, em conformidade com o novo modelo, os profissionais de Saúde sofreram a restrição de limites em sua capacidade de decidir como tratar. "Uma verdadeira camisa-de-força indica que somente está correta a decisão contida nas diretrizes, nos protocolos ou nos consensos. Quer dizer, isso é uma maneira de acabar a Medicina", conta.

Carlos Alberto argumentou ainda que a massa heterogênea das pessoas não pode ser reduzida à simplicidade de uma só coisa. Da mesma maneira, a heterogeneidade das doenças também não pode ser reduzida à simplicidade de um só fato. "Por quê? Porque, no dia que eles conseguirem fazer essa geléia, não vão precisar mais de médicos; vão criar a classe dos tecnólogos, que, aliás, é uma outra questão do MEC. É baratinho, faz o curso em dois anos e vende fácil", disparou. O palestrante disse acreditar que, se esse dia chegar, bastará ao chamado tecnólogo guiar-se pelo protocolo ou saber o que está escrito em determinado consenso. "Eu costumo dizer que esses consensos são anti-senso. É fazer todo mundo pensar igual. É um total absurdo. E eu vejo as grandes universidades públicas brasileiras entrarem nessa. Tá todo mundo discutindo isso, porque é moderno. Ainda não entenderam que esse moderno é o neoliberalismo que está tentando acabar com a Medicina, acabar com a relação médico-paciente, impessoalizar as coisas. Nossos intelectuais entram nisso, porque foi publicado no último *paper*, como se o último *paper* não estivesse a serviço de interesses internacionais, como se fosse a última verdade do planeta", ironizou mais uma vez.

Privatização dos HUs

No ponto de vista de Carlos Alberto, as políticas públicas denotam um claro processo de privatização branca. "As fundações de apoio florescem, compram, contratam, distribuem bolsas. É uma modernidade fantástica", disse, novamente irônico. Somando-se a isso, a formulação de leis para implantação de atendimento privado nos estabelecimentos público faz parte desse contexto de desmonte dos HUs. Ao mesmo tempo, o dirigente sindical se escandaliza com o apoio que tais propostas ganham dentro dos próprios hospitais universitários. "Eu vejo gente dita de esquerda (por isso que esse negócio de esquerda e direita tem que ser revisto) que apóia e pratica isso. Depois, assumem as direções de hospitais e implantam isso, em vez de denunciar. Isso é uma excrescência que precisa ser rigorosamente eliminada", criticou.

Com a prática da medicina "terceirizada", só resta aos profissionais de saúde poder tratar de quem o plano ou seguro privado deixar. Até mesmo os procedimentos de onde internar, o que estão autorizados a fazer e por quanto tempo são ditados pelo serviço privado. "Não é mais o médico que diz nada disso. É o sistema de burocratas comprometidos com a questão econômica. As tradições dos hospitais de ensino universitário estão sendo desrespeitadas e colocadas como algo do passado. Quem pensa diferente está por fora. Tem que ser colocado num museu, porque o moderno manda", esclareceu.

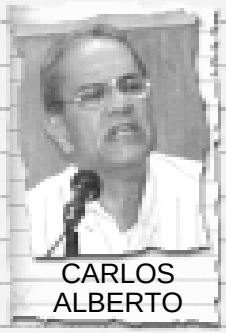
Outro aspecto presente na modernidade para Carlos Alberto é a moda de falar inglês. "O moderno, além de tudo, é falar inglês. Eu já fui a muitas reuniões no Brasil em que as pessoas só falavam inglês. Eu tomei um susto. A despersonalização do país é tão grande que eu sou obrigado a assistir a esse tipo de violência", explica.

Financiamento precário

A razão de tudo isso está, é claro, no es-

SÔNIA LEITÃO

“Em 1999, os 45 hospitais universitários representavam 2,4% dos hospitais conveniados e realizavam 9,5% dos atendimentos ao SUS. Um desempenho muito superior aos demais hospitais públicos e privados da rede de saúde”



CARLOS ALBERTO

“Na hora de avaliar, eles me vêm com um programa que foi desenvolvido na americana Universidade John Hopkins ou na Universidade de Londres. Como se os salários dos profissionais, os medicamentos, os equipamentos e os investimentos fossem equivalentes a uma prestigiosa instituição universitária de saúde européia ou americana”

trangulamento ou engessamento dos orçamentos dos hospitais universitários. Não há financiamento suficiente para implantação, recuperação e modernização de serviços essenciais. Os recursos humanos são escassos ou minguam. “Só para vocês terem uma idéia: em 1983, eu assumi a chefia do serviço de Clínica Médica (do Hospital Gaffrée e Guinle, da Uni-Rio). Nós éramos 23 docentes médicos. Hoje, comigo, são doze. Além disso, a conta de medicamentos e outros insumos hospitalares está comprometida pela restrita disponibilidade financeira”, relatou.

Outro dado do palestrante disse respeito à crescente terceirização de funcionários nos hospitais. Os 45 HUs do MEC têm cerca de 20 mil funcionários terceirizados por fundações de apoio à custa anual de quase R$ 200 milhões. “E se todos forem demitidos, os hospitais entram em colapso”, complementa Carlos Alberto. A política do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) passa pela repressão à realização de concursos, agravando as deficiências e aprofundando o processo de privatização. “No panorama atual, os administradores públicos estão preocupados com os indicadores de assistência. Quantos minutos o doente fica internado? O resto é detalhe”, lamentou o professor, acrescentado que o tratamento dos doentes dos HUs é sempre complexo. Em função dessa característica dos pacientes dos hospitais universitários, Carlos Alberto não entende como os avaliadores do MEC querem fazer parâmetro com instituições privadas de primeira linha como o Hospital Copa d´Or. “Ensino, pesquisa e extensão nem entram em avaliação alguma de HU. Os Hus são obrigados a renunciar aos seus compromissos sociais”, criticou. “Na hora de avaliar, eles me vêm com um programa que foi desenvolvido na americana Universidade John Hopkins ou na Universidade de Londres. Como se os salários dos profissionais, os medicamentos, os equipamentos e os investimentos fossem equivalentes a uma prestigiosa instituição universitária de saúde européia ou americana”, ressaltou.

Programa de Aids do país tem origem nos HUs

Para provar a importância de retomar a valorização dos hospitais universitários brasileiros, Carlos Alberto citou apenas um exemplo. “Vale salientar que o programa de controle da epidemia HIV/Aids no Brasil iniciou-se em 1983 nos HUs do Rio de Janeiro, mais especificamente no Gaffrée-Guinle, da Uni-Rio. Foi um programa que nós desenvolvemos lá no serviço da Clínica Médica e, em 1985, foi adicionado o Hospital do Fundão. Somente em 1986, o programa foi ampliado para as secretarias de saúde, para o ministério da Saúde e para o resto do país”, descreveu. Indignado, o dirigente foi muito aplaudido pela platéia ao relacionar o fato descrito com a campanha eleitoral para a presidência, ainda em curso na semana do debate da Regional Rio do Andes-SN. “Então, programa de Aids deste país, que eu vejo na televisão o cretino do ex-ministro da Saúde dizer que é obra dele, é obra de hospital universitário, é da universidade. E é curioso que ninguém discuta isso. Quando se fala que a universidade pública está dissociada dos interesses da Nação é um grave equívoco”, destacou. Para ele, os hospitais universitários são as melhores referências em assistência médica, pesquisa, programas de educação, prevenção e preparo de profissionais na área de Saúde. “O programa de controle de Aids no Brasil, por exemplo, está internacionalmente relacionado entre os melhores do mundo. No entanto, os HUs não foram contemplados com investimentos, incentivo ou mesmo reconhecimento dos poderes públicos. Isso é fantástico. Qualquer vigarista chega aí e diz que fez o programa de Aids, que fez os genéricos e vira verdade. É a falta de memória, de vergonha na cara, de tudo”, completou.

Esperança de dias melhores

Carlos Alberto definiu os hospitais universitários como instituições que, além de atenderem aos enfermos, têm a missão adicional de formar ou treinar profissionais de Saúde: médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, entre outros. São unidades que desenvolvem atividades de pesquisa, extensão e programas de educação para prevenção de doenças. “Portanto, os HUs oferecem amplo acesso a serviços médicos qualificados, são instituições de educação para as novas gerações, transmitem conhecimento médico atualizado, formam profissionais para a área de Saúde e são ricas como instituições em atividades científicas, culturais e sociais”, afirmou, acrescentado que as políticas governamentais têm progressivamente transformado estes hospitais compromissados com as questões citadas em meras unidades assistenciais, comprometidas com a política do custo-benefício, lucro e atendimento de massa.

Apesar do quadro não ser favorável, o palestrante depositou esperanças nos futuros dirigentes do país, “para que revejam as políticas públicas para os HUs urgentemente”. Para ele, devem ser implantadas políticas de valorização e implantação dos HUs “que permitam cada vez mais sua inserção no aprimoramento da qualidade de vida da população e no aperfeiçoamento científico e social do país”.

Enfermeira descreve influência do Banco Mundial na Saúde

Segunda debatedora mesa sobre hospitais universitários, em 16/10, a enfermeira Sônia Leitão, da UFF, fez uma breve intervenção sobre o histórico da influência do Banco Mundial nas políticas de Saúde do Brasil. Segundo ela, que diz ter se baseado em documentos do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, do MEC e do Banco Mundial, essa (negativa) participação do organismo internacional é mais do que clara.

Foi o Banco Mundial, para Sônia Leitão, que definiu a Saúde como serviço não exclusivo de Estado e passou a incentivar cobrança de taxas, estímulo ao seguro-saúde e descentralização dos serviços públicos. “Essas medidas eram justificadas com o argumento de que o Estado se desobrigaria do serviço para os ricos e, assim, liberaria mais recursos para atender aos pobres. Vale ressaltar que essas medidas quebraram os princípios de eqüidade e universalidade do SUS”, criticou, de antemão, a debatedora.

Em 1993, de acordo com a palestrante, um relatório do Banco Mundial considerou o sistema público brasileiro como ineficaz e caro. A partir de então, começaram a ser ditadas as regras para atuação do Estado e do mercado. Ao Estado caberia prover serviços que produzissem bem público como imunizações e controle de doenças transmissíveis. Coincidentemente, um pouco mais tarde, em 1999, tramitava o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) - hoje, governador eleito daquele estado - que propunha a transferência de parte dos serviços dos HUs para o setor privado. Essa proposta chegou a ser defendida em uma oficina convocada pelo Conselho Nacional de Saúde naquele mesmo ano por parte dos representantes do governo e pela Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino (Abrahue). A justificativa deste grupo, informada pela palestrante, era a de que os excedentes utilizados para seguros privados serviriam para equilibrar o sistema. Houve uma contra-argumentação, na época, dos representantes dos conselhos de Saúde, dos secretários estaduais da área e da própria Andifes, mas o resultado final da oficina acabou sendo um documento que omitiu uma definição em relação às vergonhosas portas duplas (expressão criada para caracterizar a discriminação de tratamento entre pacientes do SUS e dos planos privados), já espalhadas em muitos hospitais universitários.

Sônia Leitão informou que, de acordo com dados do DataSUS (banco de dados do sistema), de 1999, os 45 hospitais universitários representavam 2,4% dos hospitais conveniados e realizavam 9,5% dos atendimentos ao SUS. “Um desempenho muito superior aos demais hospitais públicos e privados da rede de saúde”, comentou. A palestrante também depositou suas esperanças num futuro governo para que valorize o papel do Sistema Único de Saúde (SUS). Um governo, é claro, que torne o sistema mais igualitário e concreto. “Seria uma grande contribuição na busca das liberdades substantivas: saúde e educação de qualidade como direitos do cidadão e deveres do Estado efetivamente”, encerrou.

UFRJ

Instituto de Química em busca da melhor qualidade

Unidade cria política de premiação para alunos, professores e personalidades externas à UFRJ

"Fazer sempre, cada vez mais e com melhor qualidade". Com esta norma, os professores do Instituto de Química apresentaram o histórico, a produção e as metas de sua Unidade ao Conselho Universitário de 12 de setembro deste ano. Criado em 1959, durante a gestão do reitor Pedro Calmon, o IQ-UFRJ foi reconhecido já em 1969 como centro de excelência pelo chamado Conselho Nacional de Pesquisas e credenciado em janeiro de 1972 pelo então Conselho Federal de Educação (hoje, Conselho Nacional de Educação).

O instituto tem hoje 209 alunos matriculados no Curso de Química com atribuições tecnológicas e 312 estudantes no curso noturno de licenciatura. Atualmente dividido em cinco departamentos - Química Orgânica, Química Inorgânica, Físico-Química, Bioquímica e Química Analítica -, o instituto conta ainda com o Pólo de Xistoquímica. Esses departamentos, além dos estudantes dos dois cursos da Unidade, atendem cerca de quatro mil estudantes de cursos da Escola de Química, Faculdade de Farmácia, Instituto de Biologia, Instituto de Nutrição, Instituto de Física, Escola de Engenharia e Instituto de Geociências.

Segundo documento distribuído aos conselheiros, "os currículos dos cursos do IQ-UFRJ foram usados para definir as diretrizes curriculares para a Química no Brasil". Na graduação, ainda segundo o texto, o instituto possui um programa ativo de bolsas de Iniciação Científica.

Na pós-graduação, existem seis programas, cinco dos quais conceituados pela Capes como os melhores do país, e um ainda sem conceito porque foi credenciado em 2001. Até agosto deste ano, foram defendidas 588 teses de mestrado e 242 teses de doutorado. O número de alunos matriculados nos programas de pós-graduação está em torno de 250. Sem entrar em mais números, o documento argumenta que a produção científica dos docentes e pesquisadores da Unidade "está entre as mais expressivas do país". Centenas de artigos científicos são publicados a cada ano em periódicos indexados de "alto índice de impacto".

Na apresentação ao Consuni, foram destacadas as atuações de três laboratórios do instituto: o LABEIM (Laboratório de erros inatos do metabolismo), que tem o objetivo de fazer a avaliação bioquímica para pesquisa e diagnóstico de disfunções genéticas metabólicas; o LAB DOP (Laboratório de Controle de Dopagem), que aplica métodos analíticos orgânicos a amostras biológicas, com vistas ao controle de dopagem no esporte, e de resíduos em alimentos, prevenção ao abuso de drogas, apoio à clínica médica, oncologia, farmacologia, toxicologia e química forense - este é o único laboratório da América Latina credenciado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). Por fim, há ainda o LaDA (Laboratório de Desempenho Analítico), que desenvolve e aplica métodos analíticos à determinação de espécies minerais.

Medalhas

Na atual gestão do IQ-UFRJ foi criada uma política de premiação por medalhas. Há distinções para quem contribui para o museu da Unidade; para o professor responsável pela aula magna no início do ano letivo; para personalidades externas ao instituto que tenham contribuído para a Química do país ou da própria Unidade da UFRJ; para o melhor aluno; para aqueles que se destacaram no IQ e para a melhor tese de doutorado no ano. O reitor Carlos Lessa elogiou a criação de medalhas no Instituto de Química para premiação de estudantes e professores. Citou o exemplo de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo que premiou este ano os melhores trabalhos do corpo discente e enfatizou que o exemplo do Instituto de Química deveria ser seguido por outras Unidades.

Pré-vestibular

Neste ano, foi criado também o pré-vestibular "Samora Machel", cujo objetivo é criar condições para o acesso e permanência de grupos excluídos do ensino superior. Este projeto faz parte de um programa coordenado pelo Laboratório de Políticas Públicas da Uerj. As aulas do curso são ministradas, integralmente, pelos estudantes dos cursos de licenciatura da UFRJ.

Lessa aproveitou a oportunidade para se manifestar contrário à cota de vagas nas universidades públicas para minorias raciais pelo fato de a sociedade brasileira ser multirracial. Ele destacou, entretanto, a necessidade de bolsas para atendimento a estudantes carentes. Por isso, pediu ao diretor do IQ-UFRJ que verificasse se, neste pré-vestibular, o atendimento é voltado para carentes de modo geral ou se está restrito às minorias raciais.

Instituto de Psiquiatria possui biblioteca de referência

Antes da sessão do Conselho Universitário de 24/10, foi a vez da apresentação do Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Os professores ligados à administração do IPUB, tendo à frente o diretor Márcio Versiani, ressaltaram o papel da biblioteca do órgão suplementar do CCS, considerada de referência para todo o Brasil. São mais de 16 mil volumes, além de aproximadamente 150 títulos de periódicos correntes. A instituição possui ainda um acervo de obras raras, em saúde mental, na qual se destaca a presença de duas edições originais do "Tratado de Psiquiatria Clínica", datadas de 1897. Isso sem falar em outros livros do século XIX e do início do século XX. Segundo Versiani, os estrangeiros que visitam o local "ficam maravilhados".

Outro ponto que mereceu o comentário da direção foi o reerguimento da pós-graduação do instituto. Os programas de mestrado e doutorado, que, na penúltima avaliação da Capes, receberam o conceito de nível 2, encontram-se agora em nível 3. "E estão em franca recuperação", segundo o diretor Márcio. Neste momento, o reitor Carlos Lessa interrompeu a apresentação para comentar o "sistema perverso" de avaliação do MEC. De acordo com ele, a concessão de bolsas fica muito restrita aos números finais da análise da Capes, sem levar em conta os eventuais esforços de melhoria (como vêm ocorrendo no IPUB).

Histórico

O IPUB começou a fazer parte da história da UFRJ em 1938, quando um decreto transferiu o Instituto de Psicopatologia e Assistência a Psicopatas para a então chamada Universidade do Brasil. "Desde sua criação até os dias de hoje, como herdeiro do antigo hospício e dos grandes momentos e avanços vividos pela psiquiatria brasileira, o Instituto de Psiquiatria tem marcado sua atuação como uma unidade modelo em pesquisa, ensino de pós-graduação e especialização e como centro gerador de estudos multidisciplinares no campo da saúde mental", de acordo com trecho de documento distribuído aos conselheiros.

Radiografia

O IPUB possui 23 doutores e seis pesquisadores do CNPq. Em 2001, estes foram responsáveis por 83 artigos científicos e 18 livros ou capítulos de livros. Na parte de pesquisa, o instituto tem 15 programas em andamento, tendo uma Comissão de Ética em Pesquisa em Saúde Mental própria, credenciada pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa.

No campo da assistência, a diversidade de instrumentos caracteriza o IPUB como um centro de excelência do Sistema Único de Saúde (SUS). São 207 leitos, três Centros de Atenção Psicossocial, os chamados CAPS (para atender aos variados públicos: infanto-juvenil, adulto e geriátrico). Existem ainda 53 oficinas terapêuticas, 78 salas de ambulatório e um Centro de Produção Cultural, entre outros serviços.

Movimento

Protesto contra Fórum Econômico

Cerca de cem pessoas realizaram um protesto em frente ao hotel Sofitel, em Copacabana, no dia 20/11, contra a realização de uma atividade chamada "Latin America Business Summit", do Fórum Econômico Mundial. Para quem não se lembra, este é o fórum antagonista do Fórum Social Mundial . "O Fórum Econômico Mundial tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo o mundo. Políticas estas que tanto mal fizeram ao Brasil, à Argentina e ao mundo, provocando o maior desemprego da História, deixando os ricos mais ricos e os pobres, miseráveis.", informou um panfleto distribuído na porta do hotel por integrantes do comitê Rio do Fórum Social Mundial.

Para o economista e coordenador do comitê Rio do FSM , Luiz Mário, conseguir mobilizar as pessoas para um ato de frente para a praia em um feriado ensolarado foi "uma vitória". Ele aproveitou para informar a data da próxima reunião do comitê, aberta a todos os interessados, nesta terça-feira, 26/11, às 17h, na av. Rio Branco, 109/16º andar. Mais informações podem ser conseguidas pelo telefone 2232-8178, nos ramais 27 e 33.

Guilherme Lessa

BOM HUMOR MARCOU O PROTESTO EM COPACABANA

Cartas

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2002
A/C
Cleusa, Manuella e Kelvin
Caros companheiros e amigos da Adufrj-SSind,

Ainda não tivemos a oportunidade de agradecer-lhes pelo envio de 200 CDs com a coleção de jornais da Adufrj-SSind, quando da realização da I Mostra Brasileira de Comunicação Sindical.

Gostaríamos que recebessem nossos agradecimentos e aproveitamos para informar que os 150 participantes do 8º Curso Anual de Especialização em Comunicação Sindical, realizado de 14 a 17 de novembro, no Rio de janeiro, receberam o CD em suas pastas.

A reação destes dirigentes e jornalistas sindicais, como não poderia deixar de ser, foi de encantamento com o material produzido por vocês. O trabalho foi por diversas vezes citados em nossas falas, especialmente na que tratou do tema "Memória, história e jornalismo".

Parabéns!

Nossas mais sinceras saudações,

Cláudia Santiago
Coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação

Opinião

Universidade e Ciência & Tecnologia

O artigo abaixo foi publicado no informativo nº 388 da Seção Sindical da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 17/11

Nenhum país será independente nem atingirá patamares mínimos de justiça social se deixar de fazer investimentos em conhecimento e inovação tecnológica próprios.

Períodos de transição de governos sempre trazem à tona questões quanto à real situação de um país. No Brasil, muitos presidentes tentaram resolver problemas antigos em apenas um ministério. Agora, surge uma questão referente ao setor de ciência e tecnologia. Alguns especialistas acreditam que esse setor poderia ser especialmente beneficiado por uma reestruturação. Um deles é Cristovam Buarque, ex-governador do Distrito Federal, senador eleito pelo PT e um dos nomes cotados para o Ministério da Educação.

Cristovam declarou recentemente a diversos jornais que tem planos de transferir as Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação para o de Ciência e Tecnologia. O que Cristovam alega é que o MEC deve ficar responsável apenas pelo ensino fundamental e médio. De acordo com a proposta, a mudança tornaria mais ágéis as negociações e a obtenção de recursos para as universidades, além de facilitar uma interação com outras entidades dedicadas à pesquisa no País.

O Andes-SN coloca-se contra tal medida, que fere o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, o qual garante a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além de separar a educação superior da educação básica, a proposta de Cristovam contrapõe-se ao Plano Nacional de Educação, proposta da Sociedade Brasileira, e o projeto de uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

O que acontece no Brasil é que o governo vem diminuindo a cada ano as verbas destinadas à pesquisa e educação. O investimento em ciência e tecnologia passou a ser considerado descartável. Nos anos 40, quando o Brasil decidiu preparar-se para integrar o grupo de países industrializados, foram criadas instituições como o CNPq, a Capes e outras destinadas a embasar o nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Nos anos 60 e 70, começaram a ser implantados cursos de pós-graduação no país e multiplicaram-se as bolsas concedidas a recém-graduados para prosseguirem seu aperfeiçoamento na Europa e Estados Unidos.

O desmonte da Ciência e Tecnologia do país começou na chamada década perdida, prosseguindo nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. O caminho é sempre o mesmo. Cortam-se verbas para pesquisas, suspendem-se bolsas ou atrasa-se o pagamento, fazendo com que acabem por interromper cursos de mestrado e doutorado. Extinguem-se bolsas de cientistas e de iniciação científica. Os melhores cursos de nossas universidades são prejudicados pela escassez de verbas. Assim, enquanto é tempo, é preciso lembrar que nenhum país será independente nem atingirá patamares mínimos de justiça social se deixar de fazer investimentos em conhecimento e inovação tecnológica próprios.

O papel das universidades no País é de extrema importância. Apesar de o Brasil ser um país rico e potencialmente auto-suficiente em muitos setores, é a pesquisa feita aqui que lhe dá maior autonomia, independência e poder de decisão. Tudo aquilo que distingue os países desenvolvidos dos periféricos. Quase 100% das pesquisas desenvolvidas no país o são no âmbito das universidades públicas e de outros institutos de pesquisa mantidos ou financiados pelo poder público.

Editorial da diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Movimento

CAp protesta contra antena de celular

Equipamento da Telefônica deve ser retirado no início de dezembro

Fotos: Guilherme Lessa

ESTUDANTES APROVEITARAM O SINAL FECHADO PARA DIVULGAR SUA MENSAGEM, TAMBÉM ESTAMPADA EM CAMISETAS (ABAIXO)

Chegou ao limite a paciência da comunidade do Colégio de Aplicação com uma antena de telefonia celular irregularmente instalada no pátio da escola há mais de cinco anos. Preocupados com os possíveis efeitos nocivos da radiação emitida pelo equipamento, professores, alunos e pais fizeram uma manifestação no trânsito da Lagoa no dia 19/11.

Com faixas, cartazes e camisetas estampadas com o *slogan* "Na escola, a gente se *antena* em outras coisas", os manifestantes chamaram a atenção da sociedade para o problema vivido pela escola. Os estudantes aproveitavam o fechamento do sinal próximo ao colégio e abriam as faixas com os dizeres "Fora, *Telefônica* – Escola não é lugar de antena", diante dos motoristas.

De acordo com a presidente da Associação de Pais e Alunos do CAp (APACAp), Lucy Castilho, o equipamento da empresa está totalmente irregular. "A antena jamais foi autorizada pela Prefeitura", informou. Ainda segundo ela, uma lei municipal aprovada em abril deste ano proíbe a instalação deste tipo de material próximo a escolas e hospitais. Lucy contou que a Telefônica foi notificada para retirar a antena um mês depois da proibição municipal, mas não fez nenhum movimento desde então. Por conta desse descaso, a APACAp resolveu organizar o protesto, com o apoio da direção do colégio.

E, ao que parece, o ato político já rendeu seus frutos. Em 20/11, uma parte do material foi removida e, um dia depois, técnicos da Telefônica comprometeram-se com a direção da escola para retirar a antena por completo no início de dezembro, numa operação que depende apenas de acordo com a CET-Rio – como a antena e sua base são muito pesadas, um guindaste será necessário para fazer a obra. O deslocamento deste maquinário vai causar o fechamento de uma das pistas da Lagoa, provavelmente num fim de semana.

Aprendizado de cidadania

A presidente da APACAp comemorou a mobilização da comunidade da escola e promete novas atividades, se a empresa voltar atrás na sua promessa de remoção da antena. Lucy também elogiou o espírito democrático e cívico que regeu o evento. Até mesmo a frase e o desenho estampados nas camisetas do ato foi aprovada em um concurso promovido entre todos os alunos durante os meses de outubro e novembro. A diretora do CAp, Militza Putzinger, reforçou o elogio: "Acho que as crianças fizeram uma grande mobilização. Foi um aprendizado de cidadania", comentou.

Anote

Abertura das Jornadas

Haverá uma palestra de abertura para a XXIV Jornada da Iniciação Científica e para a XIV Jornada de Iniciação Artística e Cultural neste dia 26 de novembro, às 9h30, no Auditório do Centro de Tecnologia, na ilha do Fundão. O Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor emérito da UFRJ, Jorge A. Guimarães, vai dissertar sobre o tema "O contraste entre desempenho científico e o desprestígio da ciência no Brasil - desafios para mudanças".

Aduff-SSind lança caderno sobre Lei Orgânica

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense lançou recentemente o Caderno "O Projeto de Lei Orgânica das IFES e o Movimento Docente", com a palestra proferida pelo presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, sobre a proposta de lei orgânica da Andifes. O objetivo do caderno é fomentar o debate e informar os docentes sobre o projeto em curso. Na palestra transcrita, Lucas faz um relato dos acontecimentos durante a plenária da Andifes, realizada em 12 de agosto, na UFRJ – o movimento docente promoveu um ato no qual a Adufrj-SSind participou e cujos fatos foram descritos no jornal nº 67, de 19 de agosto.

Divulgado o Censo da Educação Superior 2001

No último dia 20/11, o MEC divulgou o Censo da Educação Superior 2001. A matrícula na Educação Superior cresceu 13% de 2000 para 2001. Os dados foram coletados junto a 1.391 instituições de ensino que oferecem cursos de graduação. O sistema privado, com 2.091.529 alunos, cresceu 16% em 2001. A elevação na quantidade de matrículas foi de 4% nas instituições federais, que têm 502.960 estudantes. Nos estabelecimentos estaduais, cujo número de alunos é de 357.015, o aumento chegou a 8%. É claro que o ministério usa os números a seu favor sempre que pode, mas os dados disponíveis em www.inep.gov.br valem como fonte de consulta para estudos na área.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 77 • 2 de dezembro de 2002

Reunião dos professores do CCS
5/12 (quinta-feira) 12:00
Auditório do Quinhentão
Pauta:
Proposta de Transferência das IFES para o MCT

GTSS da Adufrj-SSind
3/12 (terça-feira)
16h às 18h
Escola de Serviço Social
Pauta:
1)Rumos do GTSS
2)Caderno do 3º Encontro

UFRJ desconta PSS contra decisão judicial
Página 3

Crise no HU é debatida no Conselho Universitário
Página 5

Iniciação Científica favorece formação acadêmica
Página 8

Seminário de Segurança não ocorreu

Não ocorreu o seminário sobre Segurança das entidades marcado para o dia 28/11, no Salão Azul da reitoria. A reunião do Conselho Universitário na mesma data, só que pela manhã (ver matéria nas páginas 4, 5 e 6), acabou se estendendo mais do que o previsto e não permitiu que muitos dos organi-zadores do evento pudessem participar do debate.

Para avaliar a série de debates do seminário sobre Segurança, as entidades voltam a se reunir nesta quarta-feira, 4/12, às 9h, na sede da Adufrj-SSind.

Reitor convoca Consuni sem pauta definida

A última sessão do Conselho Universitário foi convocada sem definição prévia da pauta. Esta, de acordo com a convocação expedida pela Secretaria dos Órgãos Colegiados em 26/11, estabelecia apenas a apresentação do Colégio de Aplicação antecedendo à sessão, ao expediente e à ordem do dia "a ser definida pelo Plenário". Este procedimento, para a diretoria da Adufrj-SSind, abre um precedente perigoso, pois pode dar margens ao oportunismo e à legitimidade de decisões que venham a ser tomadas na reunião. O conhecimento antecipado das questões em pauta é um requisito indispensável ao funcionamento de qualquer órgão deliberativo. Na abertura da sessão, o Colegiado aprovou como itens a serem discutidos a aprovação do calendário da graduação para 2003, informes da Sub-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, a possibilidade de tranferência do ensino superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia e a crise no Hospital Universitário, nesta ordem. Leia mais, nas páginas 4, 5 e 6.

Cartas

Universidade em ruínas

Prezados colegas da Pos-graduação da UFRJ,

A conjuntura atual apresenta uma universidade pública totalmente em ruínas. Basta ler os Jornais internos da UFRJ para se ter uma idéia do quão escasso está o Orçamento da nossa instituição atualmente. Não dispomos de verbas para nada. Até mesmo a luz já foi cortada nos *campi* da maior universidade pública do país, por falta de pagamento. Em um debate realizado no dia 21 de novembro, no Alojamento estudantil da UFRJ, por ocasião da II Semana da Consciência negra, o próprio Reitor Carlos Lessa afirmou: "A UFRJ está vivendo à base de pão e água! Não podemos, sequer, pagar passagens para viagens de encontro estudantil, o que é lamentável". Não obstante esta realidade, nada fazemos. Estamos vivendo um processo de "Petrificação" diante de tudo o que nos é imposto como fato consumado e nada apresentamos como alternativa. A situação da Pós-graduação Brasileira não vai nada bem. As Bolsas de pesquisa estão, cada vez mais, escassas, especialmente, e como sempre, na área de Humanas. Não podemos ficar estáticos diante disso.

Agora estamos diante de uma conjuntura aparentemente favorável às nossas reivindicações. Não devemos perder a chance. Vamos construir, juntos, uma pauta de reivindicação, capaz de expressar os nossos objetivos primordiais, e apresentarmos aos órgãos competentes (legislativo e executivo), para que este seja um primeiro passo rumo à mudança. Acredito que o futuro governo será aberto ao diálogo, o que nos impõem, necessariamente, uma tarefa importante: sistematizar bem as nossas demandas, de modo que possamos alcançar êxito diante de qualquer reivindicação. E vejo que hoje a nossa maior demanda é por Bolsas de estudo e pesquisa. Precisamos, em primeiro lugar, exigir a ampliação imediata do sistema de Bolsas nas universidades públicas. Na via contrária, no mês de setembro de 2002, os órgãos de fomento (CNPq e CAPES) efetivaram um co rte significativo das Bolsas em todo o sistema público de ensino superior, incluindo graduação e Pós-graduação. Enquanto isso, dificilmente faltam Bolsas em Instituições como a PUC, por exemplo. Tal fato tem levado a constante evasão dos melhores alunos das instituições públicas em todo o Brasil. Muitos estudantes excelentes da UFRJ, por exemplo, estão hoje fazendo Pós-graduação na PUC. Por que será? Precisamos reverter este quadro, com urgência. Para tanto, é necessário agirmos conjuntamente.

A segunda demanda igualmente importante é a luta pelo reajuste das Bolsas, que estão com o mesmo valor desde o primeiro mandato do atual governo FHC. E lá se vão quase oito anos. Sabemos que, por conta da última greve, o salário dos docentes sofreu um reajuste, ínfimo, claro, mas foi alguma coisa. E nós, como ficamos? Alguém ouviu falar em reajuste de Bolsas estudantis? Acaso nosso "salário" não deveria ser atrelado ao do docente? Até o ano de 1997, ao menos, existia uma resolução do CNPq que determinava isto. E agora, por que estamos ainda sem reajuste, se os docentes obtiveram o seu?

Pensemos um pouco no que estamos fazendo conosco. A questão das Bolsas é apenas um dos vários exemplos. Há muitos outros problemas que precisam ser revertidos, dentre eles se destacam: a questão da assistência estudantil, a falta de recursos laboratoriais e bibliotecários, a carência de professores, a falta de concurso público para docentes e técnico-administrativos, a desenfreada terceirização de grande parte dos serviços, a falta de restaurantes universitários para toda a comunidade acadêmica e uma política de Extensão gratuita. No caso específico da Ilha do Fundão, a urbanização do *campus*, a construção de espaços de integração entre os cursos e, talvez, a mais importante de todas, a nossa participação ativa em todos os processos de construção da universidade pública porque, se uma outra UFRJ é possível, somos nós os agentes desta mudança. Portanto, colegas, vamos agir, sair da inércia que nos assola. Como disse o grande pensador Mahatma Ghandi, "Seja a mudança que você quer no mundo!"

Gilda Moreira dos Santos
Representante discente no Consuni e diretora da APG-UFRJ

Nova assembléia dos Pós-graduandos

2/12 – segunda-feira - 18 horas

Sala da APG no prédio do DCE na Praia Vermelha

Pauta: delegados e propostas para CNPG (Congresso Nacional de Pós-graduandos) e eleições para representantes e coordenação da APG-UFRJ

Documento dos alunos da Faculdade de Educação

Por ocasião da reunião ordinária no CEPG, realizado no último dia 22 de novembro do corrente ano, um grupo de alunos do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com apoio da Associação de Pos-graduandos da UFRJ, encaminhou e leu o documento abaixo citado. Os conselheiros solicitaram esclarecimentos do teor deste, os quais foram prestados pelo grupo de alunos presente.

Ilmo. Sr. Sub-Reitor da Universidade do Brasi
Prof. José Luiz Monteiro
Cc: CONSUNI, CEPG, APG

Nós, alunos abaixo assinados da turma de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentamos algumas questões relativas ao andamento do nosso curso. Solicitamos esclarecimentos e/ou providências, considerando termos tomado ciência do risco de descredenciamento do programa junto à CAPES.

São estes alguns dos nossos questionamentos: - a queda de seu conceito junto à CAPES, em função da qualidade do atual programa; - a limitada oferta de disciplinas; - o número reduzido de linhas de pesquisa que não atendem os interesses dos projetos de dissertação dos alunos; - a insuficiência de orientadores que atendam aos projetos de dissertação; - a alta rotatividade de professores; - o número reduzido de professores da área de Educação, ferindo o Artigo16, do Título IV, do atual regulamento do programa; - a grade de disciplinas não é apresentada com a devida antecedência, impedindo os alunos do prévio planejamento pessoal e profissional; - a ausência de revista ou periódico para publicações científicas de alunos e professores; - a escassez de eventos acadêmicos para atualização científica e divulgação dos trabalhos dos alunos. Entendemos que esta iniciativa em explicar tais questões reflete nosso intuito de implementar ações que contribuam para resgatar a excelência, o alto nível e o conceito que o Programa de Pós-Graduação em educação conquistou no cenário acadêmico nacional.

Visando elevar a qualidade da nossa formação nesta respeitável instituição de educação pública.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2002

@dufrj

Relatório Final do 45º Conad

Já está disponível nas páginas eletrônicas do Andes-SN (www.andes.org.br) e da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br/documentos) o relatório final do 45º Conad, realizado em Belém (PA), entre os dias 1º e 3 de novembro deste ano.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

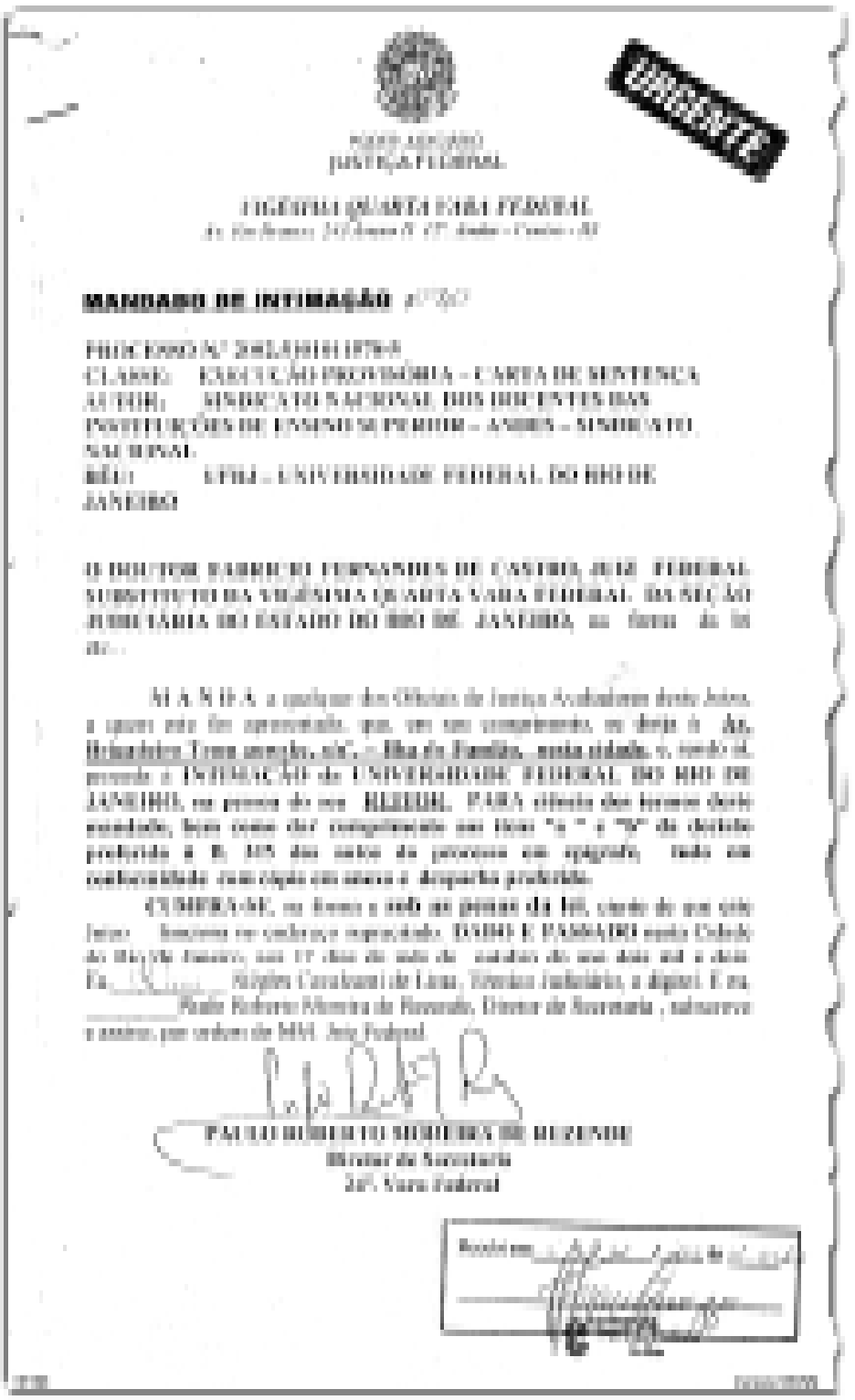
UFRJ desconta PSS sobre 13º, desrespeitando ação judicial

A Adufrj-SSind conquistou, na Justiça, que a UFRJ não efetue o desconto do Plano de Seguridade Social (PSS) nas parcelas de gratificação natalina e abono constitucional de férias. No entanto, na semana passada, a assessoria jurídica da Seção Sindical foi informada pelo sub-reitor de Pessoal e Serviços Gerais, Luiz Afonso Mariz, que a próxima folha de pagamento ainda terá esse desconto.

O sub-reitor atribuiu o erro a um desencontro de informações e ao fato de somente ter recebido o processo administrativo da entidade em 18 de novembro. Ele afirmou que estaria pedindo autorização ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para devolução do desconto em folha suplementar, o que estaria acontecendo até a terceira semana de dezembro (próximo ao dia 21/12).

O erro da sub-reitoria evidencia a necessidade de maior agilidade na tramitação de processos pela administração central da universidade. A UFRJ foi notificada da decisão judicial em 23 de outubro, em documento recebido pelo vice-reitor Sérgio Fracalanzza. Além disso, a Seção Sindical reforçou o aviso com novo ofício dirigido ao sub-reitor de Pessoal, recebido pela chefe da secretaria da Superintendência da SR-4 em 7/11.

REPRODUÇÃO DO MANDADO DE INTIMAÇÃO RECEBIDO PELO VICE-REITOR



JUSTIÇA FEDERAL

VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL

MANDADO DE INTIMAÇÃO

PROCESSO Nº 2002.51.01.[illegible]-9
CLASSE: EXECUÇÃO PROVISÓRIA – CARTA DE SENTENÇA
AUTOR: SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES – SINDICATO NACIONAL
RÉU: UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

O DOUTOR FABRICIO FERNANDES DE CASTRO, JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, na forma da lei etc...

MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, se dirija à Av. Brigadeiro Trompowsky, s/nº, – Ilha do Fundão, nesta cidade, e, sendo lá, proceda a INTIMAÇÃO da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, na pessoa de seu REITOR, PARA cláusula dos termos deste mandado, bem como dar cumprimento aos itens "a" e "b" da decisão proferida à fl. 105 dos autos do processo em epígrafe, tudo em conformidade com cópia em anexo e despacho proferido.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cuja de que este foi expedido nos termos e sob o nº 2002.51.01.[illegible]-9 nesta Cidade do Rio de Janeiro, aos 17 dias do mês de outubro do ano dois mil e dois. Eu, [illegible], Técnico Judiciário, o digitei. E eu, [illegible], Diretor de Secretaria, subscrevo e assino, por ordem do MM. Juiz Federal.

PAULO ROBERTO MOREIRA DE REZENDE
Diretor de Secretaria
24ª Vara Federal

Recebi em ___/___/___

Educadores têm direito à greve

Estudo da Assessoria Jurídica do Andes-SN respalda movimentos grevistas

O ensino não pode ser enquadrado entre aqueles serviços cuja paralisação por greve possa causar riscos eminentes à população. Essa foi a conclusão de análise da Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN, encaminhada às seções sindicais, no final de outubro, pela diretoria do Sindicato.

Os advogados do Andes-SN basearam o estudo na Lei nº 7.783, de 1989, que definiu as atividades "em que o exercício do direito de greve submete-se a critérios ou condições, em nome do interesse público preponderante (...)", conforme trecho da circular. De acordo com esta lei, são consideradas assim tarefas como o tratamento e abastecimento de água, assistência médica e hospitalar, transporte coletivo, entre outros.

No artigo 11 do mesmo texto legal, é ressaltado que: "Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação de serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade". Em parágrafo único logo a seguir, define-se "necessidades inadiáveis" como aquelas que, não atendidas, "coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população". Ocorre que a interrupção dos serviços docentes não implica risco à vida, à saúde ou à segurança da população. Desse modo, conclui a Assessoria Jurídica, o direito de greve nos setores ligados à Educação não encontra nenhum impedimento legal.

A assessoria do Andes-SN reforça sua tese ao dizer que o Comitê de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho (OIT) já se manifestou no sentido de excluir expressamente as atividades vinculadas ao ensino daquelas ditas essenciais.

O estudo da AJN pode ser encontrado na página eletrônica www.adufrj.org.br/documentos.htm (na pasta do dia 28/10/2002).

Agenda Sindical

3/12 – Encontro Pós-Conad da Regional Rio do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ), na AduniRio-SSind, Rua Voluntários da Pátria, 107, Botafogo, de 10h às 16h

3/12 - Reunião da Coordenação Executiva do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Brasília (DF) - sede do Andes-SN, de 9h às 14h
- Entre outros assuntos, vai tratar do papel do Fórum e a relação com o novo governo e do planejamento das atividades para 2003.

4 a 7/12 – II Encontro Nacional sobre Educação Técnica/Tecnológica
Niterói (RJ), na UFF, com abertura no auditório da Escola de Serviço Social, *Campus do Gragoatá*

5 a 7/12 - II Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores das três Esferas
Luziânia (GO)

8/12 – Reunião do GT Etnia, Gênero e Classe do Andes-SN
Niterói (RJ) – sede da Aduff-SSind

8/12 - Reunião do Pleno do GTPE
Niterói (RJ), de 9h às 13h

9/12 - Debate: Política de cotas - democratização do acesso á universidade pública?
Niterói (RJ) às 18h, no auditório Florestan Fernandes, na Faculdade de Educação da UFF

11/12 - Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

17/12 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind

19/1 a 22/1 de 2003
Fórum Mundial de Educação (2ª edição)
Porto Alegre (RS)

23/1 a 28/1 de 2003
Fórum Social Mundial (3ª edição)
Porto Alegre (RS)

Colegiados

Consuni critica Lei de Inovação

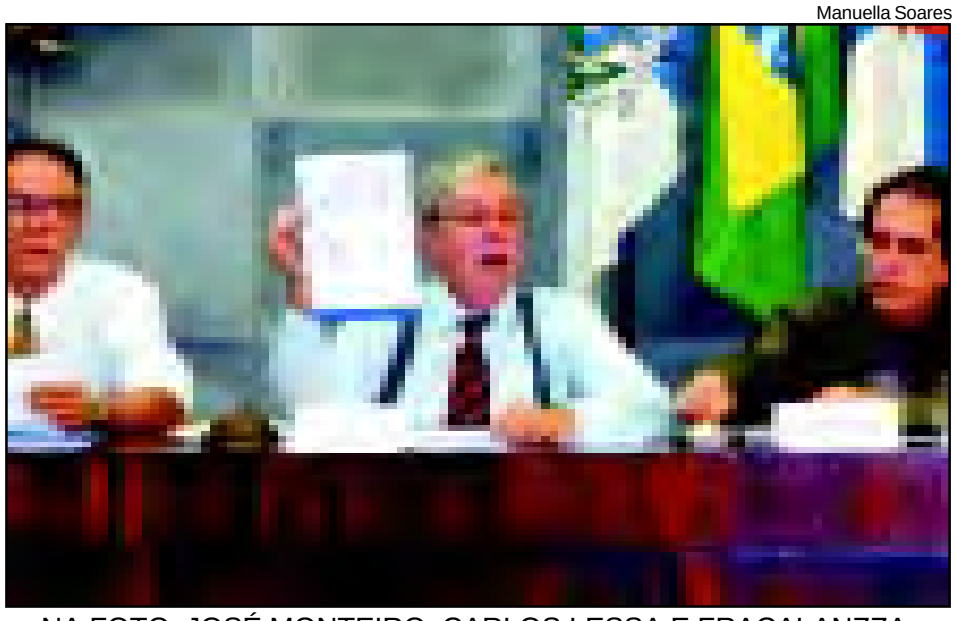
Adufrj-SSind enviou ofício à reitoria solicitando posição contrária aos projetos do governo e da Andifes

No dia 26/11, dois dias antes da realização da última sessão do Conselho Universitário, a seção sindical, enviou ofícios ao reitor Carlos Lessa comunicando as decisões da assembléia geral da entidade do dia 22/11. Em cumprimento às deliberações da AG, foi solicitado ao Conselho Universitário que se posicionasse contra o Projeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais da Andifes, contra o Projeto de Lei 7282/02 - Lei da Inovação Tecnológica, contra o Programa de Qualificação Institucional da Capes e, também, contra a transferência das IFES para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Apesar de o reitor não ter informado aos presentes sobre a reivindicação da seção sindical, na sessão ordinária do último dia 28, o Consuni finalmente elegeu como um dos itens da pauta o debate sobre alguns dos projetos do governo para o ensino superior. Carlos Lessa criticou o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica, que se encontra em caráter de urgência constitucional no Congresso. O reitor afirmou que a intenção ideológica embutida no projeto é ressuscitar algo que já havia sido discutido e recusado no meio universitário, há alguns anos, quando do debate sobre a transformação de algumas instituições federais em organizações sociais de 'excelência", como tentativa de fragmentar a rede federal de ensino superior e promover a escolões de terceiro grau as Unidades ou instituições que não fossem consideradas 'excelentes' sob uma orientação flagrantemente neoliberal.

"Agora, vejam só: as 'excelências' vão acabar parando em Irajá", ironizou Lessa, lembrando que o projeto de inovação é, na verdade, uma forma de vincular as universidades públicas a determinados setores produtivos do mercado, com projetos financiados pelos fundos setoriais que seriam administrados diretamente pelas empresas. Lessa questionou esta lógica liberal e fez a defesa da universidade como parte do Estado. "Não somos terceiro setor. Somos uma unidade central do Estado Nacional. Com este projeto, acaba a difusão do conhecimento e o que fica é a apropriação do conhecimento por setor de empresas. Acabamos com a possibilidade de sermos uma nação", criticou.

Manuella Soares



NA FOTO, JOSÉ MONTEIRO, CARLOS LESSA E FRACALANZZA

A manifestação de Lessa ocorreu durante o relato do sub-reitor de pós-graduação e pesquisa (SR-2), José Luiz Monteiro, sobre sua participação na reunião do Fórum de Pró-reitores, ocorrido em Florianópolis, no mês de outubro. José Monteiro contou que, na ocasião, foi citado o mestrado profissionalizante, que voltou à pauta dos debates dos dirigentes da pós-graduação das instituições públicas e particulares. Segundo o sub-reitor, 5% dos cursos de mestrado oferecidos nas IES já são de caráter profissionalizante. Para José Monteiro, a discussão deste tipo de curso está sendo mal encaminhada pela Capes. O tema é realmente polêmico, principalmente para as instituições públicas. A cobrança de mensalidade para os mestrados profissionais nas públicas já conta, inclusive, com parecer contrário da 5º Vara federal do Rio, expedido em agosto deste ano, pelo Juiz Firly Nascimento Filho.

José Monteiro questionou também o papel do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, criado pelo MCT. O sub-reitor diz não entender a necessidade deste órgão assessor que, na sua opinião, pode ser visto como um prolongamento de gestões anteriores da agência do CNPq, cujo ex-presidente, Evando Mirra de Paula e Silva, é o atual coordenador do CGEE.

Reitoria e conselheiros são contra transferência para MCT

Não foi formalizado, mas o reitor e os conselheiros que se manifestaram foram contra a proposta aventada pela equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Lessa, disse já ter se posicionado contra a idéia do ministeriável da pasta da educação, senador eleito Cristovam Buarque, divulgada pela imprensa nas últimas semanas. Apesar das críticas externadas pelo reitor, segundo o qual a própria Andifes é contra a transferência, o conselheiro e representante dos técnico-administrativos, Carlos Maldonado, sugeriu que a proposta fosse oficialmente rejeitada pelo Consuni. A última Assembléia Geral da Adufrj-SSind (22/11) também aprovou posição contrária à desvinculação do ensino superior do MEC e sua transferência para o ministério da C&T.

Lessa se comprometeu a viajar à Brasília com o objetivo de se encontrar com a presidente da Comissão de Educação da Câmara, deputada Esther Grossi (PT/RS) e relatar as preocupações dos colegiados e da reitoria da UFRJ com estas e outras iniciativas manifestadas pelo governo de transição de Lula, como o atendimento da reivindicação dos reitores das particulares de preencher a fração de um terço de 'vagas ociosas' destas instituições a partir de financiamento de crédito educativo, pago com verba orçamentária. Na opinião de Lessa, isto seria um absurdo, e o dinheiro investido nesta linha de crédito deveria ser repassado para o investimento no aumento de vagas discentes nas instituições públicas.

Conselheiro também critica Inovação

O conselheiro e representante dos titulares do CT, Oscar Rosa Matos, foi um dos que corroborou com as críticas ao projeto de Lei de Inovação. Oscar citou o texto do PL que institui uma nova agência de fomento ligada ao MCT: a Instituição Científica e Tecnológica. A ICT seria, de acordo com o PL, um órgão ou entidade da administração pública direta e indireta, que teria "por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, reconhecida em ato do Ministério da Ciência e Tecnologia". Rosa Matos considera que a comunidade universitária deve voltar a atenção para o significado e as atribuições de mais uma agência de fomento, paralela às já existentes Capes, CNPq e Finep. A ICT poderia concentrar os recursos destinados às principais linhas de pesquisa das universidades.

Movimento docente já vem fazendo a crítica há mais de um ano

Desde antes de ser encaminhado pelo governo Fernando Henrique ao Congresso Nacional, o PL de Inovação já sofre as críticas do Andes-SN e da Adufrj-SSind. Nos últimos Congressos e Conselhos do Sindicato Nacional, os docentes já se posicionaram contra a proposta que acentua a privatização das instituições públicas. De acordo com declarações do 1º vice-presidente do Andes-SN, José Dominges de Godoi Filho, para gerir suas atividades, com a aprovação do PL, as universidades deverão firmar convênios com instituições de direito privado. Em artigo para o jornal da Adufrj-SSind (nº 66, 12/08/2002), o professor já comentava o caráter de gestor dos fundos setoriais atribuídos ao CGEE que, na verdade, é uma ONG que presta serviços para o ministério da C&T na gestão dos 'negócios' na área de inovação tecnológica que seriam promovidos pelas universidades, a partir da Lei.

Colegiados

Crise no HU é debatida no Consuni

Na sessão do Consuni de 28/11, também foi tratada a crise pela qual passa o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. A conselheira e representante dos técnico-administrativos, Ana Maria Ribeiro, informou aos demais sobre a última sessão do Conselho de Administração do HU, onde, segundo a servidora, foram apresentados, mais uma vez, pelo diretor Amâncio Paulino, dados sobre a dívida da Unidade que, na sua opinião, seriam passíveis de questionamentos. Segundo relato apresentado por Ana Maria, o próprio Amâncio teria reconhecido que o seu relatório de contas estaria "mal orientado". Segundo a servidora, as contas apresentadas pela direção do HU, até o momento, "não fecham". "Pelas minhas contas, o saldo devedor é de R$ 6 milhões e não R$ 5 milhões, como foi apresentado", comentou.

Ainda segundo comentários de Ana Maria, durante a sessão, as informações que chegam de funcionários do setor financeiro do Hospital é de que estariam ocorrendo problemas de má gestão dos recursos, além da crise financeira sistêmica pela qual passam praticamente todos os hospitais universitários do país. A conselheira solicitou ao reitor que fosse apresentada ao Conselho Universitário a prestação de contas da Unidade do período de 1997 até o mês de novembro de 2002.

O reitor disse não ter recebido nenhuma denúncia formal de irregularidades na administração do hospital. "As reclamações que chegam ora são de ordem sistêmica, ora operacional", comentou. Lessa disse que iria solicitar que o HUCFF fosse a próxima Unidade da UFRJ a se apresentar ao Conselho Universitário, o que deve ocorrer, provavelmente, na sessão ordinária do dia 12/12.

O decano do Centro de Ciências da Saúde, João Ferreira, considerou que, antes de a discussão sobre a gestão do hospital ser debatida pelo Consuni, deveria ser objeto de discussão e posicionamento do Conselho de Centro, "tal como ocorre com as demais Unidades". João considera que a exposição do HU deve seguir o mesmo ritual de apresentação das demais Unidades que já apresentaram sua produção para o colegiado em sessões anteriores.

Para FUJB, dívida é de R$ 7,5 milhões, além de saldo devedor de empréstimo no valor de R$ 5 milhões

Ao final da sessão, o presidente da Fundação José Bonifácio, Carlos Gondim Pamplona, informou que a dívida atual do HU é de, exatamente, R$ 7,5 milhões, além de R$ 5 milhões que são devidos ao BNDES, fruto de empréstimo garantido pela própria Fundação. Pamplona disse que havia sido convocado pelo vice-reitor, Sérgio Fracalanzza, a comparecer àquela sessão para eventuais esclarecimentos sobre a situação financeira do hospital. Pamplona contou, ainda, que há cerca de quatro anos, Amâncio pediu a colaboração da FUJB para gerir a parte financeira do hospital. Segundo o presidente, a Fundação não participou da discussão sobre em que o hospital deveria investir, nem no que seria prioridade para a Unidade. A FUJB teria participado apenas da gerência financeira dos recursos recebidos do SUS, mas a aplicação seria de responsabilidade da direção do hospital.

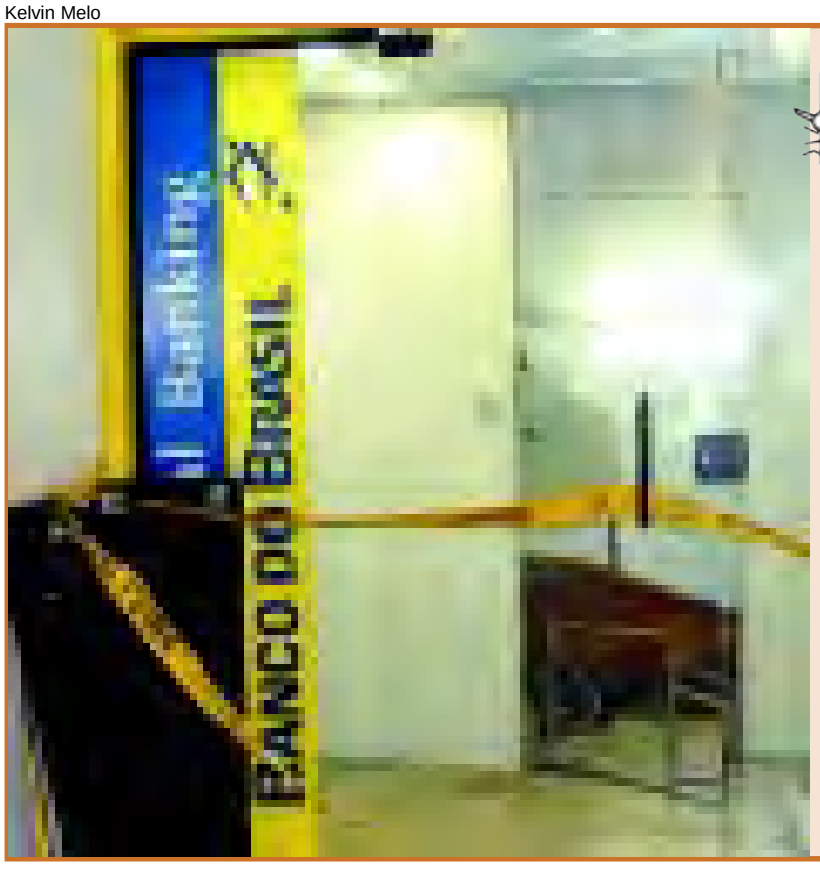
Conforme foi noticiado no jornal da Adufrj-SSind nº 76, 25/11/2002), o empréstimo com o BNDES foi utilizado para as instalações do setor do hospital que passou a atender pacientes de convênios privados.

Calendário da graduação é aprovado

Foi aprovado, na sessão de 28/11, o calendário acadêmico de 2003 para a graduação. O calendário da graduação já havia sido aprovado pelo Conselho de Ensino de Graduação, em 25/9. Até a sessão do Consuni, o Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa não havia aprovado seu calendário e, segundo o sub-reitor, José Luiz Monteiro, a tendência era a de o CEPG aprovar mais de um calendário para a pós-graduação. Alguns conselheiros lamentaram o fato de, para 2003, a universidade não ter conseguido estabelecer um período único de início e fim de período para a graduação e para a pós.

O primeiro período letivo para a graduação começa dia 10 de março de 2003 e segue até 25 de julho. O segundo período tem início em 11 de agosto e vai até 23 de dezembro. Na decisão do CEG, aprovada pelo Consuni, foi frisado que as Unidades e Órgãos Suplementares têm autonomia para trabalhar seus cursos entre as datas de início e fim dos dois semestres. Vale lembrar que este respeito às particularidades de cada Unidade foi uma conquista da revogação da resolução conjunta 01/99, uma clara vitória dos movimentos organizados da universidade.

Kelvin Melo



Vida no Campus

Roubo no CT

O REDUZIDO QUADRO DE VIGILANTES CONCURSADOS E A SEGURANÇA TERCEIRIZADA COM CUSTOS PERTO DE R$ 5 MILHÕES/ANO PRODUZEM SITUAÇÕES ABSURDAS NA UFRJ. EM AÇÃO REALIZADA NO SÁBADO PÓS-FERIADO (16/11), NA ILHA DO FUNDÃO, OS BANDIDOS ROUBARAM UM CAIXA ELETRÔNICO INTEIRO QUE SE LOCALIZAVA NO BLOCO H DO CENTRO DE TECNOLOGIA.

Professor questiona eleições no CCS

Inscrito nas recentes eleições do Centro de Ciências da Saúde para o Consuni na categoria de Adjuntos, o professor Person Candido da Silva (Escola de Educação Física e Desportos) compareceu à sessão do Consuni de 28/11 para protestar contra o resultado do pleito.

Em material distribuído aos conselheiros, Person questionou as regras do processo eleitoral que permitiram aos professores Adjuntos com título de doutorado votarem duas vezes (uma para representação de Adjuntos doutores; outra para Adjuntos) e a inscrição de professores com título de doutorado que concorreram para a representação de Adjuntos.

O professor alega em suas considerações que o estatuto da UFRJ estabelece que os professores adjuntos são representados no Consuni por representantes com e sem doutorado. "Nesse sentido, resulta que a observância de que o estatuto não prevê duplicidade na representatividade de professores adjuntos, mas sim uma diferenciação no mesmo cargo", escreve ele no documento entregue aos conselheiros. Person informa, ainda no documento, que solicitou esclarecimentos à comissão eleitoral sobre as regras, em 30/10. "Registre-se que, até a data presente (21/11, no texto distribuído), não recebi nenhuma resposta formal e direta da Douta Comissão Eleitoral da Decania do CCS acerca do documento protocolado". O professor da EEFD observa, entre outros motivos, que a assessoria jurídica da Adufrj-SSind emitiu parecer "cujas conclusões aderem as idéias propostas pelo ora peticionário (...)".

No requerimento apresentado ao Conselho Universitário, Person solicita a anulação dos votos de professores adjuntos doutores para a eleição de Adjuntos e a impugnação de professores adjuntos doutores inscritos na categoria de adjuntos. O reitor Carlos Lessa recebeu o documento e disse que ia encaminhá-lo à Procuradoria da UFRJ para apreciação. Os conselheiros eleitos no pleito e o decano do CCS participaram normalmente da reunião e não se pronunciaram sobre o assunto.

Colegiados

CAp pode ter outra unidade no Fundão

Anúncio público foi feito na última sessão do Consuni

Manuella Soares

ALUNAS DO CAP FAZEM UMA BREVE ENCENAÇÃO DIANTE DOS CONSELHEIROS

O Colégio de Aplicação pode ganhar um segundo prédio no Fundão. Esta, pelo menos, é a proposta da reitoria Lessa, divulgada durante sessão do Conselho Universitário de 28/11, quando a direção da escola apresentou a história, os números e os projetos daquele órgão suplementar do CFCH aos conselheiros. Para reforçar a viabilidade do "novo" CAp - que, a princípio, seria construído ao lado do alojamento estudantil -, o reitor chegou a citar uma verba conseguida para esta finalidade de cerca de R$ 130 mil, por emenda do senador Saturnino Braga.

Embora não seja muito, o dinheiro serve para acelerar um pouco a discussão do tema na chamada comunidade "capiana". De acordo com a diretora Militza Putzinger, o assunto precisa ser bastante debatido. Inclusive, no mesmo dia da apresentação do CAp ao Consuni, o item estaria pautado em uma plenária de docentes do colégio. Para Militza, seria preferível um segundo CAp no *campus* da Praia Vermelha, próximo à Faculdade de Educação da UFRJ, que é uma Unidade "parceira" de várias iniciativas da escola. "Mas sabemos que isso não é possível, no momento", disse. De qualquer forma, a diretora ressalta que, independente do local da construção, é fundamental que a comunidade do CAp seja consultada sobre o projeto, com o objetivo de manter a identidade com a estrutura atual. Outro ponto básico e importante para transformar em realidade a proposta seria a contratação de funcionários técnico-administrativos e docentes em número suficiente para atender à nova demanda.

Histórico

Na continuidade da apresentação do CAp ao Consuni, foi contado um pouco da história do colégio, que sempre passou dificuldades pelo fato de não possuir sede própria. "Em 12 de março de 1946, o decreto-lei nº 9053 estabelece a exigência de um Colégio de Aplicação em todas as Faculdades de Filosofia do país. Neste sentido, o diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, professor Antonio Carneiro Leão, em estreita colaboração com a cadeira de didática e com a reitoria (da UFRJ), empreende incessantes esforços para sua concretização. O Colégio não é implantado por dificuldades orçamentárias, sendo esta realizada somente doias anos após a promulgação do decreto devido à colaboração da Fundação Getúlio Vargas que cede, provisoriamente, o imóvel sito à Praia de Botafogo (...)", de acordo com documento distribuído aos conselheiros. Até 1952, o CAp realizou suas atividades no prédio cedido pela FGV. A partir de então até 1962, a escola foi transferida para o prédio da Praça São Salvador, antiga sede da Escola Senador Correia. No início da década de 60, o colégio passa ao endereço atual, na Lagoa, em prédio cedido pela Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro.

Democratização do acesso

Foi destacada, na apresentação ao Consuni, a iniciativa de democratização do acesso às vagas da escola para o Ensino Fundamental, com base num sorteio público, com definição de limites de idade e, no caso da 5ª série, um processo seletivo realizado em duas etapas: uma fase de avaliação de nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática, com exigência de aproveitamento mínimo de 50% em cada uma das disciplinas, seguida de sorteio público entre os candidatos aprovados.

Números

O Colégio de Aplicação possui 24 funcionários técnico-administrativos (já teve 30 em 1991), 77 docentes (eram 90, há 11 anos) e 750 alunos de ensino básico e 297 de licenciatura (708 e 305, respectivamente, no início da década de 90). Entre os professores atuais, 46% são mestres, 4% são doutores, 25% são especialistas e outros 25% são graduados.

Metas

Ao fim da exposição, a vice-diretora do CAp, Izabel Cristina, leu alguns princípios da instituição, elaborados a partir de um seminário interno realizado em novembro de 2000. Na ocasião, considerou-se de "fundamental importância" a consolidação de políticas na UFRJ comprometidas com a formação de professores, com a formação continuada e com o desenvolvimento de linhas de pesquisas em educação básica.

Universidades e hospitais do Rio poderão receber R$ 160 milhões em 2003

Logo no início da sessão, o reitor Carlos Lessa anunciou que seu assessor parlamentar, professor Thales Pontes Luz, havia informado que, representando as universidades públicas do estado junto à bancada de parlamentares do Rio de Janeiro, a UFRJ teria conseguido, através de emenda ao orçamento de 2003, assinada pelos deputados Jorge Bittar (PT), Laura Carneiro (PFL), Alexandre Santos (PSDB) e Jandira Feghali (PC do B), um montante de R$ 160 milhões de reais que deverão ser repartidos entre as instituições estaduais e federais e seus respectivos hospitais universitários para recuperação da infra-estrutura de suas Unidades.

Outra emenda apresentada em separado que foi assinada, segundo Lessa, pelo senador Saturnino Braga, deverá garantir para o alojamento da UFRJ R$ 260 mil e, para a instalação da nova Unidade do Colégio de Aplicação na Ilha do Fundão, mais R$ 130 mil.

Movimento

Regulamentação da GID não atende ao CAp

A reunião no Cap sobre a regulamentação da GID convocada pela Adufrj-SSind e realizada na última sexta-feira (29/11) confirmou os problemas que a avaliação do Andes-SN já havia antecipado. Os professores do Colégio de Aplicação estão indignados com a atitude do MEC de introduzir modificações nos itens acordados para o decreto de regulamentação da GID, através do decreto nº4432 de 18 de outubro de 2002. As alterações introduzidas interferem significativamente e de forma drástica na percepção de valores da gratificação: os docentes que exercem atividades de orientação e de apoio técnico-pedagógico a alunos, licenciandos e professores não poderão solicitar a obtenção da gratificação; fica reduzida a definição de atividades de ensino; fica dificultada a obtenção de pontuação para os docentes que exercem cargos em direção ou que têm função gratificada na própria instituição e para os que participam de programas de doutorado, mestrado ou especialização.

Tal atitude do MEC desconsidera totalmente as especificidades de uma escola de educação básica envolvida com ensino, pesquisa e extensão e que trabalha conjuntamente a formação de licenciandos e a instrução e formação de crianças e adolescentes. Os professores estarão se reunindo nesta terça-feira, 3 de dezembro, para discutir os encaminhamentos da questão. É importante que os professores do Colégio de Aplicação se mobilizem para lutar pelo cumprimento do acordo da greve de 2001 e impedir que o MEC imponha normatização que venha a comprometer a qualidade do trabalho realizado no local.

O Jornal da Adufrj publicou matéria sobre a regulamentação do governo em relação à gratificação em sua edição de nº 75 (de 11 de setembro). O texto completo da análise da diretoria do Andes-SN - em que se baseou a matéria - pode ser encontrado na página eletrônica da Adufrj-SSind, em "documentos", na pasta do dia 4 de novembro. Já o decreto de regulamentação da GID foi divulgado em encarte do jornal nº 74 (de 28 de outubro).

Grupos de Trabalho

GT de Seguridade Social do Andes-SN discute a Previdência dos Servidores Públicos

A reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Seguridade Social do Andes-SN, realizada em 12 e 13 de outubro em Brasília, foi iniciada com uma palestra proferida pela professora Dra. Ivanete Boschetti, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, sobre "A Constituição Federal e os objetivos da Assistência Social: As transformações provocadas pelo governo FHC". Após a palestra, o GT discutiu as perspectivas para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, a organização do 2º Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Públicos, a realizar-se no início de dezembro, e a 1ª Conferência Nacional sobre a Política de Medicamentos, prevista para 2003

A palestra de Ivanete mostrou com clareza e riqueza de detalhes como a Assistência Social, definida pela Constituição Federal de 1988 como parte indissociável da Seguridade Social, tal como a Saúde e a Previdência Social, teve esse caráter totalmente modificado ao longo dos oito anos do governo FHC.

A reunião foi realizada antes do segundo turno da eleição presidencial, mas a vitória de Lula era um cenário considerado praticamente certo pelos participantes da reunião. Assim, as propostas para a previdência social contidas no programa de governo da coligação Lula Presidente foram as analisadas pelo GT, especialmente no que diziam respeito ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, principal tema debatido pelo GT nesta reunião.

O programa de governo de Lula prevê a instituição de um sistema único de previdência para todos os trabalhadores, públicos e da iniciativa privada. A participação será obrigatória até um teto, situado entre 10 e 20 salários mínimos. Acima do teto, atuará a previdência complementar facultativa, por meio da constituição de fundos de pensão.

Implantado tal sistema, cessarão, para os servidores públicos, a aposentadoria integral e a paridade entre os ganhos dos ativos e dos aposentados, pois os benefícios a serem recebidos na aposentadoria dependerão dos rendimentos dos fundos, nada garantindo que serão iguais aos salários recebidos pelos trabalhadores ativos. Os propagandistas dos fundos acenam até com ganhos maiores, mas todas as evidências apontam o contrário. Os trabalhadores da empresa norte-americana Enron, por exemplo, tinham cerca de 60% dos ativos do seu fundo de pensão aplicado na própria empresa. Quando esta faliu, esses ativos perderam todo o valor de um dia para o outro.

O GT avaliou com muita preocupação esta intenção do governo Lula. O movimento docente tem historicamente se posicionado contra a substituição do atual regime público de repartição (solidariedade) da previdência social por um regime privado de capitalização (fundos de pensão), por considerar tal sistema totalmente contrário aos interesses da classe trabalhadora. Quando os juros substituem a solidariedade entre as gerações, a estabilidade e a solidez da aposentadoria passam a depender da continuidade da exploração do trabalho assalariado pelo capital. O fato do programa de governo de Lula restringir a atuação dos fundos de pensão à previdência complementar, mantendo a previdência básica sob o regime de repartição, não diminui a preocupação, pois a massa de recursos transferidos do Estado para o setor privado já é enorme, mesmo considerando apenas a esfera complementar, e, além disso, a experiência histórica tem mostrado que o setor privado primeiro complementa e em seguida substitui o estado na prestação dos serviços públicos, como já aconteceu em larga escala com a Saúde e a Educação.

Ao mesmo tempo, o GT preocupou-se em não reduzir a defesa da aposentadoria integral ao argumento, muitas vezes usado, do "direito adquirido", pois este só se aplica aos atuais servidores, mesmo assim de forma desigual, proporcional ao seu tempo de contribuição para a previdência, não servindo portanto para a defesa do sistema atual como um todo, para os atuais e futuros servidores, ativos ou aposentados.

Com base nestas avaliações, o GT aprovou os seguintes encaminhamentos:

1) atribuir à coordenação do GT a elaboração e repasse às seções sindicais de um documento reafirmando as nossas posições em relação à previdência dos servidores e solicitar que as seções sindicais enviem o documento aos candidatos e parlamentares já eleitos, e

2) recomendar às seções sindicais que planejem ações para unificar e esclarecer os professores, priorizando as informações acerca de "direitos adquiridos", "previdência complementar" e outros conceitos relativos à previdência social.

A Adufrj-SSind foi representada na reunião do GT pelos professores Cleusa dos Santos e José Miguel Bendrao Saldanha.

Outros encaminhamentos do GT

II Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Públicos

- Realização de um ato político coletivo na Semana do Aposentado – 21 a 27 de janeiro.
- Esforço por parte das seções sindicais para uma participação efetiva no II Encontro.

1ª Conferência Nacional sobre a Política de Medicamentos

- Que as seções sindicais participem do processo de organização e realização das conferências municipais e estaduais preparatórias à 1ª Conferência Nacional de Política de Medicamentos, na perspectiva de eleger delegados. As ações devem envolver professores e estudantes, especialmente dos cursos de Farmácia e Química, e também os setores populares que tenham experiência com plantas medicinais.
- Reforçar a participação das seções sindicais nos conselhos locais de Saúde.
- Identificar, nas seções sindicais, pessoas que estejam estudando/trabalhando nesta área para discutir e subsidiar o GT.
- Programar o Seminário sobre Medicamentos para abril/2003.

Moção de repúdio

Os participantes da reunião do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior – GTSS/A-ANDES-SN, reunidos em Brasília, nos dias 12 e 13 de outubro de 2002, discutiram o Projeto de Lei nº 25/02 do Senado Federal, que define o Ato Médico e dá outras Providências, manifestam o seu total REPÚDIO à aprovação do referido projeto, por considerar que o mesmo contradita e fere os pressupostos do SUS e das leis que regulamentam o exercício das demais profissões da Área da Saúde, bem como centraliza a responsabilidade de determinação das atividades e competências no âmbito da Saúde para um único órgão de apenas uma categoria – o Conselho Federal de Medicina –, estabelecendo, assim, um retrocesso nas conquistas históricas e democráticas para toda a sociedade brasileira.

Anote

Peça teatral no programa das Jornadas

Está prevista uma peça teatral intitulada "Oxigênio" dentro da programação da XXIV Jornada de Iniciação Científica e da XVI Jornada de Iniciação Artística e Cultural. A peça tem como tema a questão da prioridade da descoberta científica e da ética em ciência. Trata-se de uma ficção que mistura protagonistas históricos reais com personagens fictícios modernos. O espetáculo ocorre nesta segunda-feira, 2 de dezembro, às 16h, no Auditório do Centro de Tecnologia.

Exposição sobre mapas

O Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) inaugura nesta quinta-feira, 5 de dezembro, a exposição "O Tesouro dos Mapas". A mostra, a maior sobre o assunto já realizada no país, reúne 220 peças dos séculos XV ao XIX, entre mapas, cartas náuticas, maquetes de barcos e instrumentos de navegação. O material pertence ao acervo de mais de três mil itens do Instituto Cultural Banco Santos, de São Paulo.

CNPq libera quotas

Mais 285 bolsas de mestrado e doutorado estão disponíveis para utilização dos cursos de pós-graduação em todo o país. O anúncio oficial foi feito no dia 18 de novembro. A liberação das 508 quotas de Mestrado e Doutorado, suspensas provisoriamente em 17 de setembro pelo Conselho, vem sendo feita desde 3 de outubro e, até agora, 446 quotas deste total foram autorizadas. No momento o CNPq está discutindo as perspectivas para 2003 com a equipe de transição do próximo governo. A intenção é manter o mesmo teto dos últimos anos para as quotas de mestrado e doutorado: mais de 5 mil bolsas/ano destinadas para cada uma das modalidades.

Contra a anexação do MAST

Em procedimento que pode comprometer o patrimônio histórico e científico sob a guarda do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), o Ministério da Ciência e Tecnologia está promovendo a anexação desta instituição ao Observatório Nacional. De acordo com Henrique Lins de Barros, pesquisador do MAST, em e-mail que está percorrendo a internet, "as ações do MAST no campo da divulgação da ciência ficarão, na melhor das hipóteses, restritas à astronomia". Uma campanha de abaixo-assinado contra a iniciativa do MCT foi criada e os interessados podem buscar informações pelo endereço hlins@openlink.com.br

UFRJ

Iniciação científica favorece formação acadêmica

Palestrante da abertura das Jornadas destaca papel do PIBIC no desenvolvimento dos alunos

O investimento em projetos de iniciação científica estimula os estudantes para a pesquisa e pode ajudar a resolver parte dos problemas educacionais do país, no futuro. Essas foram as afirmações do professor Jorge Almeida Guimarães, ex-diretor do CNPq e atualmente dirigindo o Centro de Biotecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que recebeu o convite para fazer a palestra de abertura da XXIV Jornada de Iniciação Científica e XIV Jornada de Iniciação Artística e Cultural da UFRJ, em 26/11.

Para ilustrar o que dizia, Jorge citou diversos dados relativos ao PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), baseados em um trabalho de outro professor, Jacques Veloso, do Núcleo de Estudos sobre o Ensino Superior da UnB.

Um dos dados revela: quem teve a bolsa PIBIC durante a graduação leva, em média, 1,2 anos para ingressar no mestrado. Este é o melhor índice de aproveitamento em redução do tempo para entrada na pós-graduação na comparação com todas as outras bolsas que os estudantes podem ter ao longo da sua vida acadêmica. Quem não participou do programa de iniciação leva até seis anos e oito meses para chegar ao mestrado.

Segundo Jorge, a vocação que este tipo de bolsa desperta nos jovens favorece a formação de recursos humanos para a pesquisa e para o ensino. E é justamente aí que o PIBIC começa a ajudar a Educação nacional. Para o palestrante, os resultados do recente Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) no qual os estudantes brasileiros tiveram um fraco desempenho demonstra com clareza a necessidade de formação de bons professores para este nível de ensino.

Docentes estes que podem estar surgindo nas jornadas, ainda de acordo com o trabalho desenvolvido pelo professor da UnB: na pesquisa, 99% dos estudantes do PIBIC consideraram muito importante ou importante o recebimento desta bolsa para o exercício de profissão no meio acadêmico. Mesmo para quem não seguiu a carreira de magistério, a bolsa obteve reconhecimento: 88% classificaram-na importante ou muito importante. Na mesma pesquisa, observou-se que 63% dos bolsistas pretendiam iniciar uma pós-graduação tão logo formados, contra 26% que desejavam fazer algum tipo de trabalho e, depois, fazer uma pós-graduação e apenas 7,2% iriam se dedicar somente ao mercado de trabalho.

Kelvin Melo

JORGE GUIMARÃES

Outra característica do PIBIC que pode estar ajudando o desenvolvimento de jovens docentes é a proximidade com pessoas com um bom tempo de magistério. Pela pesquisa de Jacques Veloso, a grande maioria dos orientadores do programa é constituída de doutores (pelos últimos números, são 9.912 contra 1.371 mestres). Entre os doutores, também a maioria possui cinco anos ou mais com esta titulação.

Invenção brasileira

A concessão de bolsas de Iniciação começou com o surgimento do CNPq, em 1951, mas somente na década de 70, o programa deu um salto. A consolidação do programa ocorreu em 1991, quando houve a institucionalização do PIBIC. A avaliação do programa passou a ser local, pois os comitês assessores não dispunham de tempo para analisar os relatórios dos bolsistas.

"A iniciação científica é uma invenção genuinamente brasileira", comemora Jorge Guimarães. Uma invenção que, desde 1995, vem distribuindo cerca de quatorze mil bolsas (14.397, em setembro do ano passado), embora já se sinalize uma redução para 2003.

Comparação com outros países

Ao longo da palestra, Jorge fez algumas comparações entre a pesquisa brasileira e a de outros países. Na América Latina, o Brasil está na frente há muito tempo. Apenas no início da década de 70, quando tinha somente 373 artigos publicados em revistas internacionais, a Argentina era a primeira colocada (com pouco mais de mil artigos). De lá para cá, o quadro mudou bastante. Em 2000, os brasileiros publicaram quase doze mil artigos, o que fez o país alcançar a 17ª posição no *ranking* da produção científica mundial.

Em outro exemplo, na comparação com a Alemanha, o Brasil também vem fazendo bonito. Há 20 anos, os brasileiros tinham uma produção científica 18 vezes menor. Em 2001, essa proporção foi reduzida: apenas seis vezes menor.

Para ampliar esse desenvolvimento, Jorge Guimarães observou que os futuros governantes têm um desafio: associar um percentual significativo do PIB com a produção de conhecimento científico. Neste aspecto, o palestrante lembrou um tema que foi discutido durante o III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN, realizado em Curitiba, entre 11 e 13 de setembro deste ano.

Na ocasião (ver boletim da Adufrj nº 56, de 30/9), o professor Otaviano Helene (do Instituto de Física da USP) comentou que os países desenvolvidos destinam entre 2% e 2,6% do seu PIB para investimentos em C&T. No Brasil, esse índice significaria recursos da ordem de R$ 20 bilhões ou R$ 30 bilhões. No entanto, os gastos são inferiores a 0,5% (ou R$ 5 bilhões a R$ 6 bilhões).

Alunos protestam no evento

O Auditório do Centro de Tecnologia recebeu uma grande platéia para acompanhar a palestra do professor Jorge Guimarães. Mas nem tudo foram flores na abertura das Jornadas. Embora o número de trabalhos tenha crescido (veja quadro), também aumentou o número de alunos sem bolsas PIBIC participando do evento. Em 2001, eram 1247; neste ano, são 1457. Estudantes do CCMN aproveitaram a ocasião para realizar um protesto, com cartezes e panfletos, distribuídos a todos os presentes. No impresso, críticas ao corte e ao não-reajuste de bolsas.

Evolução das jornadas desde 1996

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Número de alunos participantes	2179	1632	1875	2139	2667	2785	3251
Número de orientadores	871	699	1199	1163	1294	1435	1596
Número de trabalhos	1619	1438	1313	1568	1787	1958	2158
Número de alunos sem bolsa	711	756	618	924	1258	1247	1457

Movimento

Presidente da CADD despreza dificuldades dos professores

A diretoria da Adufrj-SSind encaminhou um ofício, em 28/11, para o presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CADD), Leslie Benchetrit, com o objetivo de prorrogar o prazo final para a entrega de relatórios para a GED de 2/12 para 19/12. A justificativa da solicitação da diretoria da entidade foi baseada nos relatos de vários professores que não estariam conseguindo acesso ao sistema Sigma. Outro motivo razoável para a prorrogação seria o fato de as atividades do segundo semestre de 2002 estarem ocorrendo até 31 de janeiro de 2003 para a maioria das Unidades da UFRJ, em função da greve do ano passado. Desse modo, acredita a diretoria, todos os docentes poderiam inserir os dados sobre suas atividades no Sigma ou apresentar seus relatórios "com mais tranqüilidade e sem prejuízos à pontuação que fizeram jus para percepção da gratificação no próximo ano", conforme o ofício enviado. Foi solicitado ainda que, caso necessário, fosse mantido o pagamento dos valores atuais da GED/GID até que a nova avaliação fosse concluída, "fazendo-se a devida compensação em época oportuna, como já foi realizado em outras ocasiões", ainda de acordo com o documento encaminhado à CADD.

Em texto curto, em 29/11, o presidente da CADD não sinalizou de forma positiva para o ofício da Adufrj-SSind. Leslie preferiu dizer que levaria "a cabo a avaliação GED 2002 em consonância com as normas definidas pela SESu/MEC e com o interesse legítimo do corpo docente da UFRJ. Neste sentido a CADD tem tomado e tomará todas as providências necessárias, adotou e adotará todos os procedimentos cabíveis".

Aparentemente, para o presidente da CADD, a norma do MEC parece ser mais importante do que a realidade da UFRJ...

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 60 • 9 de dezembro de 2002
www.adufrj.org.br

Agenda Sindical

9/12 - Debate: Política de cotas - democratização do acesso á universidade pública?
Niterói (RJ) às 18h, no auditório Florestan Fernandes, na Faculdade de Educação da UFF

17/12 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind

19/1 a 22/1 de 2003
Fórum Mundial de Educação
(2ª edição)
Porto Alegre (RS)

23/1 a 28/1 de 2003
Fórum Social Mundial (3ª edição)
Porto Alegre (RS)

Reunião do GTPE da Adufrj-SSind

12/12 (quinta-feira) - 11h

Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:
1) Temas locais e nacionais

Reunião do GTSS da Adufrj-SSind

13/12 (sexta-feira) - 10h
Sala 35
Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:
1) Rumos do GTSS
2) Caderno do 3º Encontro

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

11/12 (quarta-feira) 17:30
Sede da Adufrj-SSind
Centro de Tecnologia
Bloco D – Sala 200

Pauta:
1 – Informes Gerais;
2 – Sistemática de cobrança da mensalidade dos sindicalizados;
3 – Planejamento de atividades para 2003

Encontro das entidades sobre Segurança

Na semana passada, estava prevista uma reunião entre as entidades Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG para ser realizado um balanço dos seminários sobre Segurança na Universidade, promovidos nos meses de outubro e novembro. A reunião foi cancelada porque os representantes do Sintufrj não puderam comparecer. Os sindicalistas tiveram que viajar a Brasília para participar de reuniões relativas a problemas com o recebimento de ações judiciais. A nova data do encontro será marcada e divulgada oportunamente.

Reunião preparatória da Adufrj-SSind para o Fórum Social Mundial

12/12 (quinta-feira) 15h

Sala de convivência da ESS

Pauta
Eixo 5 e os critérios para participação

Assembléia aprova ação para ampliar prazos da GED 2002

Ação na justiça reivindicará também entrega dos relatórios por escrito

Foi aprovado na Assembléia Geral realizada na última Sexta-feira, dia 6/12, que a diretoria da Adufrj-SSind providencie junto à assessoria jurídica da entidade ações cabíveis no sentido de ampliar os prazos para entrega das declarações da Gratificação de Estímulo à Docência (GED 2002) e permitir que os professores possam entregar seus relatórios de trabalho em papel. A iniciativa de pedir ampliação dos prazos já havia sido tomada pela seção sindical em ofício à Comissão de Avaliação de Desempenho Docente no dia 28 de novembro. A proposta da entidade era de que o prazo para entrega dos dados para a avaliação fosse estendido até o dia 19 de dezembro. A CAAD não atendeu à solicitação, informando apenas que deveria cumprir os prazos estipulados pelo MEC.

Nos dias que antecederam à assembléia da Adufrj-SSind, professores de várias Unidades entraram em contato com a seção sindical reclamando dos prazos e das dificuldades de se conectarem ao sistema Sigma para o envio dos dados para a avaliação. Esta não é uma situação nova para os professores da UFRJ que desde que o Sigma foi implantado, em 1999, sofrem com a lentidão na operação de um programa com recursos sofisticados que só roda na rede *on line*. Confira as cartas recebidas na página da Adufrj-SSind: www.adufrj.org.br.

Além das possíveis ações, será enviado um ofício ao reitor Carlos Lessa solicitando também a extensão dos prazos da GED 2002, a possibilidade de entrega dos relatórios por escrito para os professores que assim o desejarem e a disponibilização do sistema fora da rede, ou *off line*, para preenchimento das informações e posterior envio, nos moldes do que é feito pela Secretaria de Fazenda com a declaração do imposto de renda ou pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com o currículo Lattes, por exemplo.

Extensão orienta preenchimento só no dia 5

O adiamento dos prazos da GED na UFRJ será fundamental para garantir os direitos dos professores de terem suas pontuações garantidas sem a necessidade de recursos posteriores. Só para se ter uma idéia do transtorno que pode causar a insistência no sistema *on line* e nos prazos da CADD, a Sub-reitoria de Extensão enviou mensagem aos professores orientando para o preenchimento das atividades de extensão somente na quinta-feira, dia 5/12, três dias após o útlimo dia estabelecido pela Comissão, dia 2/12, para a inserção dos dados no Sigma.

Campanha contra a Dengue

Na AG, foi informado pelo vice-presidente Luciano Menezes, que a seção sindical foi convidada para uma reunião na Congregação do Instituto de Microbiologia sobre a organização de uma campanha de combate ao mosquito da Dengue nos *campi* da universidade.

Concut e 22º Congressso do Andes-SN

Na AG, a diretoria informou aos presentes que já foi concocada pela diretoria do Andes-SN o 22º Congresso Nacional, que será realizado de 8 a 13 de março, na cidade de Teresina (PI). Também foi divulgada a realização do 8º Congresso Nacional da CUT, que ocorrerá nos dis 28 e 29 de março, em São Paulo (SP). O próximo jornal da Adufrj trará matérias com mais informações sobre os dois eventos.

Professores se inscrevem em todas as listas de GTs

O professor Luciano informou, também, que em todas as listas de discussão dos Grupos de Trabalho temáticos da seção sindical houve inscrição de professores da universidade. O fato foi comemorado pelos presentes e Luciano aproveitou para comentar que as listas não substituem as reuniões formais de trabalho dos grupos, mas garantem a agilidade no contato dos professores e a comunicação entre seus participantes.

Cartas

À diretoria e sindicalizados,

Pude perceber dias atrás no *site* da Adufrj, que nossa seção sindical conta com a totalidade de Grupos de Trabalho - GT do Andes-SN registrada com professores. Desde que eu acompanho o movimento docente na UFRJ não lembro de nenhuma outra gestão ter tido a oportunidade de registrar tal acontecimento. Parabenizo esse fato e espero que os integrantes desses GT possam vir a contribuir com seu trabalho no movimento docente local e nacional

Atenciosamente,

Rosanne Dias
Professora do CAp e ex-diretora da Adufrj (91-93/95-97) e do Andes-SN (94-96)

ATENÇÃO

Adufrj-SSind ganha liminar sobre a GED

No final da tarde de sexta-feira, dia 6/12, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind já havia conseguido liminar favorável ao Mandado de Segurança Coletivo impetrado pela seção sindical que suspende o prazo de entrega dos relatórios da GED estabelecidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho Docente. A liminar da Adufrj-SSind garante aos professores a entrega de seus relatórios de produção acadêmica para fins da avaliação da GED à CADD até o dia 31 de janeiro de 2003, data do término do ano letivo de 2002. A liminar garante também que os formulários da GED 2002 possam ser preenchidos manualmente (manuscritos ou datilografados), e que deverão ser aceitos pela CADD. A comissão deverá entregar, ainda, ao docente um comprovante de recebimento assinado pelo responsável. Segundo a liminar deferida pela Juíza Federal Maria de Lourdes Coutinho Tavares, as autoridades da UFRJ e da CADD não podem obrigar os professores a utilizarem exclusivamente o sistema Sigma como forma de coleta de dados necessários para a avaliação da GED.

Colegiados

Conselho de Minerva será somente uma associação de ex-alunos

Na sessão do Conselho Universitário de 28/11, foi aprovado o parecer da comissão instituída para analisar o processo de constituição do Conselho de Minerva. Para quem não lembra, o Conselho foi criado por José Vilhena durante sua gestão na reitoria. O ex-interventor criou o Conselho e passou a presidi-lo sobre a égide de um estatuto não aprovado, nem sequer apresentado ao Conselho Universitário. Nem mesmo na página eletrônica da tal entidade, seu estatuto estava completamente descrito, como informou o parecer da comissão, relatado pela conselheira e represente dos técnico-administrativos, Ana Maria Ribeiro, durante a sessão do colegiado.

O processo do Conselho de Minerva, apresentado pela ex-reitoria apenas ao Conselho Superior de Coordenação Executiva, tratava de um convênio que seria celebrado entre o Conselho de antigos Alunos e Diplomados e a UFRJ. O objetivo original

da proposta da reitoria Vilhena era fazer com que a nova instituição tivesse poderes para "prestar serviços no campo da gestão e articulação, com vistas ao desenvolvimento de negócios e empreendimentos à UFRJ – Universidade do Brasil". Talvez querendo antecipar uma espécie de 'Lei de Inovação' na universidade, o ex-reitor e seus aliados, tinham a intenção de montar, sutilmente, uma espécie de fundação de direito privado ou Ong voltada para 'negócios no campo da gestão' com a marca da Minerva.

A comunidade e o Consuni só vieram a se inteirar das intenções propostas no processo de criação do Conselho, quando, em agosto deste ano, o reitor Carlos Lessa foi convidado a participar o I Colóquio Resgate da Identidade Brasileira, organizado pela Faculdade de Arquitetura e pelo próprio Conselho de Minerva. Durante a programação do evento, Lessa tomaria posse como seu novo presidente 'de honra'. Ao serem comunicados do convite ao reitor, os integrantes do Consuni pediram que Lessa não aceitasse a nomeação até que as relações entre a nova entidade e a universidade fossem esclarecidas.

Segundo o parecer aprovado pelo Consuni, o Conselho de Minerva não pode ser presidido pelo reitor, já que este é 'mandatário' de uma autarquia federal, regida pelo artigo 207 da Constituição Federal e a universidade não pode ser confundida com uma associação de ex-alunos, caso jurídico do Conselho de Minerva.

Entidade de ex-alunos não pode utilizar marca da UFRJ

O Consuni aprovou ainda que o estatuto do Conselho dos Antigos Alunos diplomados da UFRJ ou Conselho de Minerva seja encaminhado para a Procuradoria da universidade para "apreciação e providências cabíveis". A reitoria encaminhará aos responsáveis jurídicos a solicitação para que deixem de utilizar os símbolos da UFRJ (bandeira, Minerva etc) em seus materiais até que seja emitido o parecer da Procuradoria. Foi solicitado também que a entidade de ex-alunos deixe de utilizar o endereço da universidade (2º andar do prédio da reitoria) até que o Consuni decida se vai ceder ou não o espaço da universidade para sua localização.

CEG aprova relatório final de substitutos

Foi aprovado pelo Conselho de Ensino de Graduação, na sessão de 4/11, o relatório final da Câmara Docente sobre os pedidos de alocação de vagas para professores substitutos nas Unidades. Segundo o relatório, foram priorizados os casos de renovação. Foram prorrogados 239 contratos, sendo 185 para 20 horas, e 54 para 40 horas. Também foram analisados outros casos e, de 220 solicitações, foram aprovadas 61 vagas para novos contratos temporários em 2003, para o regime de 20 horas.

Segundo o relatório, a Câmara havia aprovado, quanto ao mérito, 153 solicitações para novas vagas, mas este montante ultrapassava o total de 316 vagas concedidas à UFRJ para 2003. Isto significa que 93 pedidos considerados meritórios tiveram que ser recusados.

O relatório afirma ainda que a universidade está trabalhando com um quantitativo de substitutos muito além do necessário, "por exigências de leis e portarias que buscaram limitar os quadros docentes, sem levar em conta as reais necessidades das universidades públicas". Na conclusão, a Câmara Docente comenta o elevado número de substitutos na Faculdade de Direito, considerando um caso grave "que se arrasta por vários anos". O relatório sugere que seja feita uma previsão de concursos pra o quadro permanente nos próximos anos, "que seja factível e adequado". O texto comenta a impossibilidade de alocar vagas permanentes nestas Unidades, pois não teriam candidatos suficientes ou os concursos poderiam ser embargados por ações judiciais individuais.

Sobre os cursos novos, a Câmara recomenda que sejam asseguradas vagas nas próximas distribuições para concursos para o quadro permanente. O parecer afirma, ainda, que nas próximas alocações de vagas de concursos para o quadro efetivo sejam atendidos os departamentos com problemas crônicos de falta de docentes e que exigem grande número de substitutos todos os anos.

A Câmara menciona ainda a falta de professores no Colégio de Aplicação que não teve suas solicitações de vagas aprovadas, mais uma vez.

A alocação de substitutos aprovada deixou 16 vagas como reserva técnica para casos considerados "excepcionais". O relatório do CEG solicita que a reitoria apresente ao MEC um pedido de nova cota, de mais 100 vagas, para 2003. Destas, dez novas vagas seriam concedidas para o CAp.

A reivindicação dos substitutos para que seja considerada a titulação nos contratos, com referência na carreira para efeito dos vencimentos, ainda não foi implantada. Segundo o presidente da Câmara, professor Antônio Cláudio, este é um assunto que deverá ser tratado pela universidade com o próximo governo, já que implicaria em aumento da dotação orçamentária para a contratação temporária destes docentes.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Aprovado calendário de atos acadêmicos

Na sessão de 28 de novembro, o Conselho Universitário já havia aprovado as datas limites de início e fim dos dois semestres acadêmicos de 2003 para a graduação, encaminhados pelo Conselho de Ensino de Graduação (veja quadro). Na sessão do CEG de 4/12, os conselheiros aprovaram o calendário de atos acadêmicos para o próximo ano. De acordo com a resolução do CEG, os prazos para requerimento de matrícula serão: para os calouros classificados para os dois semestres, de 21 a 24 de fevereiro.

Para transferência ou isenção de vestibular, o requerimento de inscrição deve ser feito para o primeiro semestre, de 6 a 10 de janeiro; e, para o segundo semestre, de 23 a 27 de junho. O exame de seleção para transferência ou isenção de vestibular será, para o primeiro semestre, após o dia 27 de janeiro; e, para o segundo semestre, após o dia 14 de julho. As matrículas, nestes casos, serão, no primeiro período, no dia 14 de fevereiro; e, no segundo período, em 23 de julho.

Os atos acadêmicos relativos às disciplinas terão os seguintes prazos: a inscrição para os calouros do primeiro semestre será no dia 26 de fevereiro e, para os que passaram para o segundo semestre, no dia 29 de julho. Para os demais, o pedido de inscrição em disciplina deverá acontecer até o dia 14 de fevereiro, para o primeiro semestre, e até 1º de agosto, no segundo semestre. Pedidos de inscrição *on line* devem obedecer aos prazos: de 17 a 28 de fevereiro, no primeiro semestre; e de 28 de julho a 6 de agosto, no segundo.

As alterações de pedido de inscrição em disciplinas devem ocorrer de 10 a 21 de março, no primeiro semestre; e de 11 a 22 de agosto, no segundo. Os pedidos de inscrição com ou sem requisito devem acontecer até 21 de março, no primeiro semestre; e até 22 de agosto, no segundo. Desistências ou trancamentos em disciplinas poderão ocorrer até o dia 11 de abril, no primeiro semestre; e até 12 de setembro, no segundo.

Os prazos para a divulgação pelos Centros e Unidades da previsão de turmas devem respeitar os seguintes limites: para o segundo semestre de 2003: após decorridos 60 dias do início do período letivo de 2003; e para o primeiro semestre de 2004: após decorridos 60 dias do segundo período letivo de 2003. De acordo com a resolução do CEG, ainda, o fechamento do período letivo, executado pela Divisão de Registro de Estudantes e pelo Núcleo de Ciências da Computação (NEC), será realizado nos seguintes prazos: de 23 a 25 de julho, no primeiro semestre; e de 22 a 23 de dezembro, no segundo.

Calendário da graduação

1º semestre
10/3 a 25/7 de 2003

1º semestre para a Faculdade de Medicina
17/3 a 15/8 de 2003

1º semestre para o CAp
10/2 a 18/7 de 2003

2º semestre
11/8 a 23/12 de 2003

2º semestre para a Faculdade de Medicina
25/8 de 2003 a 30/1 de 2004

2º semestre para o CAp
4/8 a 19/12 de 2003

Pós-Graduação poderá ter três calendários

As Unidades da UFRJ poderão optar por três calendários para seus cursos de mestrado e doutorado. A decisão foi do Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, na sessão do dia 29/11. Os calendários da pós-graduação ainda deverão ser submetidos à uma sessão do Conselho Universitário, mas, em princípio, as Unidades poderão optar por um calendário semestral, bimestral ou trimestral. (confira as datas nas tabelas, ao lado)

Comissão para a Faculdade de Educação

Na sessão do CEPG foi nomeada uma Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação. Essa comissão, composta por Leila Rodrigues da Silva (presidente), Harlei Aparecida Elbert Raymundo, Edson Watanabe e Ariane Leite Laurentis (suplente), deverá analisar as condições estruturais e operacionais do Programa, seu planejamento acadêmico e as perspectivas de melhoria da qualidade de seus resultados acadêmicos e indicadores de desempenho. A iniciativa foi tomada após um grupo de estudantes daquela Unidade ter encaminhado carta ao sub-reitor José Luiz Monteiro com questionamentos sobre o risco de descredenciamento do Programa da Faculdade de Educação junto à Capes. O Programa vem sofrendo com a crise que se instalou na Unidade, desde a nomeação da diretora Speranza França. Na carta, publicada no jornal da Adufrj nº 77 (2/12/02), os alunos reclamam do número reduzido de linhas de pesquisa, insuficiência de orientadores, alta rotatividade de professores, ausência de periódicos para publicação, falta de eventos e atividades acadêmicas para atualização e divulgação dos trabalhos, entre outros questionamentos.

Calendário Semestral

Atos Acadêmicos	1º período	2º período
Início de atividades	10/03/2003	11/08/2003
Rematrícula de mat. trancada (descancelamento de matrícula)	Até 07/02/2003	Até 01/08/2003
Previsão de turma	Até 14/02/2003	Até 25/07/2003
Trancamento de matrícula	Até 27/05/2003	Até 24/10/2003
Inscrição em disciplinas (plano de estudos)	De 17/02 a 07/03/2003	De 28/07 a 08/08/2003
Alteração de inscrição em disciplina	De 10/03 a 26/03/2003	De 11/08 a 27/08/2003
Trancamento de inscrição (desistência de inscrição)	De 11/04/ a 17/04/2003	De 12/09 a 19/09/2003
Término de atividades	25/07/2003	23/12/2003
Notas – Pautas de graus e freqüência	De 26/07 a 01/08/2003	De 24/12 a 15/01/2004

Calendário Trimestral

Atos acadêmicos	1º período	2º período	3º período	4º período
Início de atividades	10/03/2003	23/06/2003	29/09/2003	05/01/2004
Rematrícula de mat. Trancada (descancelamento de matrícula)	até 07/02/2003	——	até 01/08/2003	——
Trancamento de matrícula	até 27/05/2003	——	até 24/10/2003	——
Inscrição em disciplinas	27, 28/02 e 10/03/2003	12 e 13/06/2003	18 e 19/09/2003	18 e 19/12/2003
Tranc. de inscrição (desistência de inscrição)	10 a 21/03/2003	23 /06 a 04/07/2003	29/09 a 10/10/2003	05 a 16/01/2004
Término de atividades	06/06/2003	12/09/2003	19/12/2003	20/02/2004
Notas – Pautas de graus e freqüência	20/06/2003	26/09/2003	02/01/2004	06/03/2004

Calendário Bimestral

Atos Acadêmicos	Datas
Início de atividades	17/02/2003
Previsão de turmas	Até 31/01/2003
Rematrícula de mat. Trancada (descancelamento de matrícula)	07/02/2003 e 01/08/2003
Trancamento de matrícula	27/05/2003 e 24/10/2003
Inscrição em disciplina (plano de estudos)	De 17/01 a 31/01/2003
Trancamento de inscrição (desistência de inscrição) 1ºbloco	De 03/02 a 17/02/2003
Trancamento de inscrição (desistência de inscrição) 2ºbloco	De 23/05 a 06/06/2003
Trancamento de inscrição (desistência de inscrição) 3ºbloco	De 08/08 a 22/08/2003
Trancamento de inscrição (desistência de inscrição) 4º bloco	De 24/10 a 07/11/2003
Notas – Pautas de graus e freqüência 1ºbloco	até 11/04/2003
Notas – Pautas de graus e freqüência 2º bloco	até 08/08/3003
Notas – Pautas de graus e freqüência 3º bloco	até 23/09/2003
Notas – Pautas de graus e freqüência 4º bloco	até 09/12/2003
Término de atividades	20/12/2003

Movimento

Professores do CAp querem receber a GID já

Uma semana após a Adufrj-SSind ter realizado uma reunião no Colégio de Aplicação sobre a regulamentação da Gratificação de Incentivo à Docência na UFRJ, os professores da Unidade reuniram-se novamente, na manhã da última terça-feira (3/12). Preocupados, os docentes presentes ouviram de integrantes da Comissão de Avaliação Docente do Colégio que já estavam prontos uma minuta de regulamentação com a proposta de pontuação para efeito da gratificação e um formulário para preenchimento dos dados. A regulamentação e o formulário da GID, segundo as professoras da CAD Edilza Campos e Eliza Proença Pereira, seriam levados ao conhecimento do Conselho Pedagógico que se reuniria na tarde daquele mesmo dia. As professoras informaram, ainda, que encontram 'brechas' no decreto presidencial, nº 4432, de 18 de outubro, que retirava a possibilidade de pontuar as atividades orientação e de apoio técnico-pedagógico. Segundo as representantes da CAD, a proposta formulada contemplaria a pontuação para estas atividades.

Professores podem não receber gratificação ainda este ano

O temor dos professores do CAp era de que não houvesse tempo hábil para que o Conselho Pedagógico apreciasse a regulamentação da Comissão e esta fosse enviada à reitoria para o referendo do reitor ou, ainda, do Conselho Universitário, caso Lessa não se disponibilizasse a aprová-la *ad referendum*. Para a gratificação entrar no pagamento de dezembro, é necessário que a avaliação da CAD seja encaminhada ao MEC até o dia 15 de dezembro, segundo as representantes da comissão.

A gratificação da GID que será recebida durante o ano de 2003 será calculada com base na média da pontuação atingida pelos professores sobre os dados de desempenho referentes aos anos de 2001 e 2002. A partir de 2004, a avaliação passaria a ser efetivamente anual, com dados de referência do ano anterior.

Mais uma vez, governo descumpre acordo de greve

Na avaliação do Andes-SN, mais uma vez o governo FHC não cumpriu o acordo da greve de 2001 e publicou o decreto da GID dez meses após a assinatura do acordo entre os sindicatos e o MEC. Em análise preliminar divulgada pela entidade nacional em 1 de novembro, o Andes-SN critica, ainda, as alterações feitas pelo governo na regulamentação nacional da gratificação quando da publicação do decreto presidencial. A maior crítica é a da retirada do artigo que garantia a pontuação das atividades didático-pedagógicas a alunos, pais, responsáveis ou professores. Professores em cargo de direção ou afastados para qualificação ou licenças diversas também não poderiam ser pontuados, de acordo com as alterações feitas pelo governo, à revelia do acordo assinado com as entidades.

A diretoria da Adufrj-SSind marcou uma reunião com a assessoria jurídica da entidade, nesta quarta-feira, dia 11, para discutir os problemas relativos à implementação da GID na UFRJ. Serão analisadas possíveis ações para garantir o recebimento da gratificação pelos professores, bem como dos atrasados. De acordo com o decreto do governo, os professores só receberiam os valores complementares aos 60% da gratificação referentes ao pagamento de apenas um mês anterior à implementação da avaliação.

Resenha

Governo Lula pode criar mais um fundo setorial

Segundo matéria da Folha de S. Paulo, reproduzida pelo JC *on line*, de 29/11, a equipe de transição de Lula que vem tratando da C&T está discutindo o que fazer com os R$ 1 bilhão dos chamados fundos setoriais criados pelo governo FHC. Uma das idéias do grupo, do qual fazem parte o ministeriável professor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa, e o professor do Instituto de Física da UFRJ, Ildeu de Castro, seria criar um fundo setorial para a área social, aumentar o número de bolsas na pós-graduação e reverter o processo de extinção de institutos de pesquisa como o CBPF e o Impa, ameaçados pelo relatório Tundisi. As propostas foram publicadas pela Folha, a partir de documentos que a redação daquele jornal teria tido acesso.

No caso dos fundos setoriais, o Andes-SN é contrário a esta política de fundos que fragmenta as verbas para as universidades e instituições públicas de ensino superior, estimulando a concorrência entre estas e direcionando os projetos de pesquisa aos setores financiadores dos fundos.

Integrante de equipe desmente informações

Em nota ao JC, no dia 2/12, Ildeu de Castro, diz que as informações das idéias da equipe de governo foram divulgadas pela Folha indevidamente. Segundo o professor, os relatórios aos quais a Folha de S. Paulo teve acesso são "preliminares e, ainda em análise, não refletem necessariamente os posicionamentos ou recomendações que constarão no relatório da transição".

Regional realiza Encontro Pós-Conad

Em consonância com as deliberações do 45º Conselho do Andes-SN, ocorrido no início de novembro, em Belém, a Regional Rio organizou o encontro Pós-Conad. O evento ocorreu no último dia 3, na sede da AduniRio, em Botafogo, com a participação de representantes de várias seções sindicais. Segundo a 1ª vice-presidente da Regional, Janete Luzia, foram convidados alguns professores para comentarem temas que foram considerados prioritários para a discussão do movimento docente frente ao cenário político que se desenha com passagem do governo FHC para o governo Lula. Foram discutidos os temas Ciência e Tecnologia, a situação dos professores de 1º e 2º graus das IFES, a Previdência Social e a precarização do trabalho docente.

A presidente da Seção Sindical da UFF, Marina Barbosa, falou sobre a precarização do trabalho docente; a diretora do Andes-SN, Cristina Miranda, deu algumas informações sobre a situação dos docentes de ensino fundamental e médio e as preocupações com a regulamentação da Gratificação de Incentivo à Docência (veja matéria acima). O integrante do Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind, José Miguel Bendrao Saldanha, foi convidado pela Regional para comentar a situação da previdência frente às propostas que estão sendo ventiladas para o próximo governo, em especial, o fim da previdência pública e os fundos de pensão. O professor da UFRJ e ex-presidente do Andes-SN, Roberto Leher, foi convidado para comentar as propostas do governo para a Ciência e Tecnologia, mas não pôde comparecer ao evento.

Participaram do Encontro Pós-Conad, as seções sindicais da UFF (Aduff-SSind), da UniRio (AduniRio-SSind) e da Universidade Rural do Rio de Janeiro (Adufrr-SSind).

Professores da Uerj podem parar esta semana

Segundo a vice-presidente da Regional, a associação de docentes da Uerj (Asduerj) não pôde enviar representantes, porque estes estariam participando de um movimento contra o corte de 45% das verbas da universidade promovido pela Secretaria de Controle do Estado, o que inviabilizará o funcionamento regular da universidade no próximo ano.

Segundo a página eletrônica da Asduerj, a situação dos trabalhadores públicos estaduais é grave. A ameaça de novos atrasos no pagamento dos salários, soma-se à incerteza sobre o pagamento do 13º salário. Os docentes da Uerj devem paralisar as atividades no dia 11 de dezembro e prometem ocupar as galarias da Alerj, na quarta-feira, dia 10, para impedir que o corte seja aprovado.

Encaminhamentos

De acordo com Janete, os representantes presentes no Encontro Pós-Conad encaminharam, em relação à Previdência, que a Regional deverá convidar todos os Grupos de Trabalho de Seguridade Social das Seções Sindicais para formar uma comissão para produzir frentes de luta contra o Projeto de Previdência do Governo Lula e o sucateamento dos Hospitais Universitários. Esta comissão de GTs trabalharia, ainda, segundo a professora, na organização de um ciclo de seminários, a partir de janeiro de 2003, com o tema central 'Conversando sobre Previdência'. A idéia é que os debates ocorram em todas as universidades públicas do Rio.

Lei de Greve

Janete ressaltou a discussão sobre a regulamentação da Lei de Greve, rejeitada pelo último Conad, e que deverá estar sendo discutida no Congresso Nacional, ainda em janeiro. Sobre este tema, o encontro Pós-Conad encaminhou que a Regional solicite ao Andes-SN que reforce a convocação para as seções sindicais participarem do Comando Nacional de Mobilização, em Brasília, especialmente no dia 11 de janeiro, data em que vários projetos ligados ao movimento e às universidades estarão sendo tratados no Congresso Nacional, inclusive a regulamentação da Lei de Greve.

Jurídico

Reitoria confirma devolução do PSS

O sub-reitor de Pessoal, Luiz Afonso Mariz, confirmou, na semana passada, para a diretoria da Adufrj-SSind, que a reitoria irá efetuar a devolução do desconto do PSS feito sobre o décimo terceiro salário dos docentes até o dia 21 de dezembro. A devolução será feita em folha suplementar. A assessoria jurídica, no entanto, já havia conquistado na Justiça que a UFRJ não poderia efetuar o desconto do PSS nas parcelas da gratificação natalina nem no abono de férias. Como foi divulgado no jornal da Adufrj nº 77 (2/12/02), a UFRJ foi notificada da decisão judicial favorável à Adufrj-SSind no dia 23 de outubro em documento enviado ao vice-reitor Sérgio Fracalanzza. Ainda foi enviada notificação sobre o assunto ao sub-reitor de Pessoal, recebida em 7 de novembro.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 78 • 16 de dezembro de 2002

Assembléia Geral

17 de Dezembro

13:30 horas

Salão Nobre da Decania do CT

Bloco A - Ilha do Fundão

Pauta

1) Informes
2) Sistemática de cobrança de mensalidades
3) Reunião do Setor das IFES dias 11 e 12/01/2003
4) Assuntos Gerais

Agenda Sindical

19/1 a 22/1 de 2003
Fórum Mundial de Educação (2ª edição)
Porto Alegre (RS)

23/1 a 28/1 de 2003
Fórum Social Mundial (3ª edição)
Porto Alegre (RS)

Reunião sobre o FSM

19 de dezembro
17 horas
Escola de Serviço Social

Pauta:

1) Discussão do eixo 5
2) Preparação das oficinas
3) Programação dos delegados

Anote

Almoço de confraternização

Nesta quinta-feira, 19 de dezembro, a partir das 13h, na Churrascaria Estrela do Sul do Norte Shopping, os funcionários, a diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind estarão realizando sua confraternização de fim de ano. Convidamos todos os professores da UFRJ para participar conosco deste evento. A churrascaria cobra R$ 20,90, por pessoa. O Norte Shopping fica na Av. Suburbana s/n, em Del Castilho. Compareçam!

Vitória contra acordo da Base de Alcântara

Comissão aprova solicitação para governo desfazer acordo

Na última quarta-feira, dia 11, foi aprovado na Comissão de Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados o requerimento 36/2002, de autoria do deputado Nilson Mourão (PT-AC) que pode significar o fim da entrega do território brasileiro, onde está instalada a Base de Alcântara, em São Luiz do Maranhão, ao governo americano. O requerimento "solicita ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República que retire a Mensagem nº 296, de 2001, a qual encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América nos Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, celebrado em Brasília, em 18 de abril de 2000".

Segundo o primeiro vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho, o requerimento foi aprovado por unanimidade na Comissão. De acordo com o professor, desde o inicio da implantação da base, a situação dos moradores da cidade é grave e muitas famílias que vivem da pesca foram retiradas do local ou impedidas de atravessar a área da base e ter acesso ao mar. "Das 800 famílias afetadas, cerca de 312 foram deslocadas para sete comunidades. O Ministério da Aeronáutica não cumpriu os acordos e promessas que fez", comenta. A cidade é tombada pelo patrimônio histórico nacional e possui várias construções históricas, também ameaçadas pela perda do território da base militar. De acordo com Domingues, as moradias para as quais foram deslocadas as famílias são piores do que as antigas, "ainda que construídas com alvenaria e tenham água e luz. Como estas pessoas não possuem condições de pagar as taxas de consumo de água e luz, esses serviços estão sendo suspensos. As terras das comunidades não possuem aptidão agrícola e o acesso ao mar foi praticamente cortado", revela o professor.

O Acordo da Base de Alcântra, assinado pelo presidente Fernando Henrique, cede a área do Centro de Lançamento de Alcântara para a utilização irrestrita do governo dos Estados Unidos. Segundo o diretor do Andes-SN, pelo acordo, nem o governo brasileiro teria mais acesso à região e até o presidente da República teria que pedir autorização ao presidente Bush para visitar à base. Outro detalhe apontado pelo professor é que o Brasil não teria direito a destinar os recursos com o 'aluguel' da base aos americanos para pesquisas militares nacionais. Domingues, que também faz parte do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia do Sindicato, diz que Alcântara é considerada uma área estratégica para lançamentos de unidades espaciais. "É um ponto privilegiado da Terra", comenta.

Movimento

Segundo Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria: Notas para discussão

O Segundo Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria, realizado em Luziânia, nos dias 5 a 7 de dezembro, contou com a participação de várias entidades de classe (Andes-SN, ANFIP, ASSIBGE, COBAP, CondSEF, CUT, Fasubra, Fenajufe, FENASPS, FENFISP, Sinasefe, Unafisco) e congregou 425 servidores públicos das instituições Federal, Estadual e Municipal com a finalidade de discutir os principais temas que envolvem a reforma da previdência no Brasil, assim como as propostas contidas no programa do novo governo.

O encontro não teve caráter deliberativo. Entretanto, possibilitou análises e reflexões sobre as conseqüências da Reforma do Estado a partir da concepção das transformações operadas no processo produtivo. Assim, o problema que envolve a distinção entre o Estado provedor e o Estado produtor de bens e serviços foi a pedra de toque das conferências apresentadas.

Vale lembrar que a gênese do sistema de proteção social brasileiro localiza-se nas Caixas de Aposentadorias e Pensões instituídas, em 1923, pela Lei Elói Chaves cujos objetivos eram garantir aos filiados e dependentes, aposentadorias, pensões e assistência médica. Tal sistema era financiado pela contribuição compulsória dos trabalhadores e empregadores transformando-se, após 1930 nos Institutos de Aposentadorias e Pensões, organizados, por sua vez, em ramos de atividade econômica.

Levando em conta os aspectos sócio-históricos que conformam o padrão de desenvolvimento do sistema capitalista no estágio monopolista, considerou-se a constituição do Estado de Bem Estar no pós-guerra, a participação dos trabalhadores na construção dos direitos sociais etc. e estabeleceu-se a relação entre os elementos que envolvem o desmonte dos direitos sociais, particularmente dos previdenciários do serviço público, e as medidas adotadas no Brasil, a partir de 1988. Medidas como: a criação de novas fontes de receitas para a Seguridade Social, em 1988; no governo Collor foram apresentados sete projetos de privatização da previdência; (1993: Relatório Brito) Reforma Constitucional; emenda nº 20 que integra: 1) regime geral ou INSS para todos do setor privado, 2) regime prório dos servidores públicos (federal, estadual e municipal) 3) regime dos militares que já foram reformados; PLC9 – Projeto de Lei Complementar que se aprovado criará um novo regime para os servidores públicos.

Assim, para introduzir os participantes na "espinhosa" tarefa política de resistência contra o processo de privatização da previdência, a primeira conferência, "Panorama de como está a previdência social no Brasil e na América Latina", além destes aspectos, apontou, para o discurso falacioso do déficit de 15 milhões de reais do INSS que, ao contrário do que se afirma, tem nos últimos dois anos alcançado um superávit de aproximadamente 31 bilhões de reais, em 2001, e 28 bilhões de reais, em 2002. Na verdade, chega-se a este cálculo quando se compara o total de despesas da previdência com a folha de salários sem considerar as três fontes de arrecadação. Verifica-se, portanto, que 85 bilhões de reais foram pagos este ano para os segurados. Isto demonstra o interesse do setor privado nesta política.

Apontou-se também, para o caráter "paramétrico" e não estrutural da reforma previdenciária, com especial destaque para o conteúdo antidemocrático de sua implementação que, a exemplo do Chile, tem transformado direitos sociais em direitos individuais. Lá, como se sabe, a solidariedade social - substrato do modelo geracional – de caráter redistributivo e compensatório das desigualdades sociais, foi substituída pela capacidade de consumo de cada um, no mercado, para adquirir as aposentadorias e pensões. Foi comentado, durante o evento, que, se no Brasil a reforma da Previdencia já tivesse sido implementada, certamente o índice de pobreza já teria aumentado em 30%. Diante deste quadro, observou-se que, no Brasil, esta discussão está dez anos atrasada pois, os primeiros sinais da crise da previdência aparecem logo no início da década de 90.

Já, no painel sobre "Previdência social e os servidores públicos: regime por repartição ou capitalização" o debate girou em torno do regime próprio; do regime dos servidores públicos; da aposentadoria integral, da paridade entre ativos e aposentados; do financiamento etc.

Na conferência "Previdência Social e Qualidade de Vida" apontou-se para a tendência de crescimento do número pessoas com 60 anos ou mais em contraste com a década de 1950, quando as pessoas atingiam 46 anos. Foi dito, ainda, que, atualmente, 9% da população encontram-se nessa faixa etária e que em 2050, teremos cerca de 22.7%. Isto significa que 50% da população não terão direito à aposentadoria. Deste modo, esse processo de envelhecimento da população assume importante papel na sociedade brasileira tendo em vista que "nem todos podem trabalhar, bem como, nem todos podem contribuir com o suficiente para uma aposentadoria digna". Trata-se, portanto, nesta perspectiva, da busca de um planejamento econômico e não demográfico.

Tendo como eixo central o sistema de repartição e de capitalização da previdência, analisou-se a previdência complementar como a principal alternativa ao sistema de capitalização citando como risco os casos ocorridos nos Estados Unidos com empresas tidas como sólidas, como, por exemplo, a Eron.

Nos dois sistemas, tanto o empregado como empregador contribuem. No sistema de por repartição, segundo os painelistas, não existe caixa alguma, "pois toda vez que se precisa do dinheiro para pagamento de aposentadorias e pensões a conta é zerada. Ao passo que no sistema por capitalização há dinheiro em caixa, pois trabalhadores contribuintes e empregadores todo o mês depositam os valores respectivos e, ao longo do tempo, aquele dinheiro vai se acumulando."

A CUT descreveu os sistemas de previdência constituidos nos vários países do mundo seguindo a mesma interpretação. O representante da Central afirmou que existem hoje, no Brasil, cerca de quarenta milhões de pessoas que não tem acesso a nenhum tipo de beneficio previdenciário. A Central deverá apresentar como proposta ao novo governo o projeto elaborado em agosto de 1985, que sugere a implantação de sistema único, com teto de até vinte salários mínimos, universalizando este sistema para todos os trabalhadores.

A Central única reafirmou quais são os princípios básicos da discussão previdenciária, tanto para o regime geral quanto para os servidores públicos:

1 - defender o benefício da solidariedade social;

2 - ampliar e lutar pela universalização dos direitos;

3 - lutar por um um sistema único público, de repartição, com teto de até vinte salários mínimos, no sentido de unificar todo o sistema previdenciário.

4 - Preservar os direitos adquiridos.

Estas propostas estarão sendo discutidas pelas sindicatos do setor público no 8º Congresso Nacional da CUT, em maio próximo, e, até lá, as entidades deverão estar debatendo o assunto e tomando suas posições a respeito.

Cleusa Santos
Representante da Adufrj-SSind no evento

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Professora ganha correção do FGTS em tempo recorde

Assessorada pelo Jurídico da Adufrj-SSind, a professora Vera Lúcia Valente conseguiu receber em tempo recorde a correção do FGTS do Planos Collor e Verão sem ter que apelar para a negociação proposta pelo governo e feita através da Caixa Econômica Federal. Vera Lúcia aguardou apenas sete meses para receber o dinheiro devido. Em média, segundo a assessoria jurídica da seção sindical, este tipo de ação contra o governo pelo recebimento da correção do fundo de garantia tem demorado cerca de cinco anos. Por este motivos, muitos trabalhadores acabam aceitando a proposta de acordo do governo e recebem um valor muito menor do que o que o era devido.

A professora já recebeu o pagamento e, segundo a advogada Sayonara Grillo, o resultado foi possível em apenas alguns meses porque a ação foi feita em uma das quatro Varas do Juizado Especial Federal, instaladas em janeiro deste ano, no Rio de Janeiro. O Juizado Especial funciona como uma espécie de juizado de pequenas causas e agiliza processos em que o requerente tem valores a serem recebidos de até R$ 12 mil, como foi o caso da professora Vera.

As ações que foram ajuizadas antes da criação do Juizado Especial não podem ser alteradas e devem seguir sua tramitação original na Justiça Federal comum, segundo a assessoria da seção sindical. Sayonara lembra que este novo Juizado aceita processos individuais de professores contra a União, a UFRJ e outros órgãos públicos, desde que seja respeitado o teto dos valores requeridos nas ações. O atendimento no Plantão Jurídico da Adufrj-SSind acontece toda quartas-feiras de 13 às 16h30, com hora marcada antecipadamente, na secretaria da entidade.

UFRJ

Alunos reclamam abertura de biblioteca

Os estudantes do IFCS estiveram na sessão do Conselho Universitário do dia 12/12 para protestar pela abertura da bilbioteca da Unidade, fechada há mais de 90 dias. Estiveram presentes representes dos Centros Acadêmicos de História e de Ciências Sociais. Os alunos cobraram também a promessa do reitor de compra de equipamentos de vídeo, televisão e retroprojetor para aulas na graduação. O diretor da Unidade, Franklin Trein, informou que já foram realizados estudos para viabilizar a descontaminação de fungos das paredes e livros para a reabertura plena da bliblioteca. Franklin, que naquela sessão tomou posse como conselheiro, representando os professores adjuntos do CFCH, disse que ainda nesta semana, entre os dias 18 e 19, a bilioteca do IFCS estaria oferecendo parte de seu acervo para consulta e empréstimos. Segundo o professor, serão disponibilizados os 9.000 volumes mais consultados pelos alunos e pesquisadores dos cursos da Unidade, que poderão "aproveitar o recesso das festas de fim de ano para preparar seus trabalhos de fim de período".

ESTUDANTES PROTESTAM NO CONSUNI

Quanto aos equipamentos, foi informado pela conselheira Norma Musco Mendes, também representante do CFCH, que o vídeo, o aparelho de TV e o retroprojetor foram comprados, mas que ainda não puderam ser instalados por falta de espaço (sala) adequado e com segurança contra eventuais furtos.

Andes-SN

Servidores reúnem-se com equipe de Lula

No dia 5/12, representantes da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais conversaram com a equipe de transição do governo Lula. Na reunião foi entregue ao representante do futuro governo, Luiz Alberto, um documento da CNESF com as "pendências" que não foram atendidas no acordo de greve e durante o período do governo Fernando Henrique. Segundo o primeiro vice-presidente do Andes-SN, José Domingues, Luis Alberto informou aos sindicalistas "que estava procurando conhecer as reivindicações dos SPFs e coletando informações sobre as pendências existentes para encaminhar aos futuros ministros."

Possibilidades quanto ao orçamento 2003

Na reunião com a equipe de transição, os servidores reafirmaram a expectativa quanto à inclusão de verbas necessárias ao atendimento das reivindicações da pauta da categoria no Orçamento de 2003. Segundo nota do Andes-SN em sua página eletrônica, na última sexta-feira, dia 13/12, o deputado Gilmar Machado (PT/MG) garantiu aos diretores do Sindicato que as reivindicações emergenciais dos servidores serão apresentadas sob forma de emendas ao Orçamento de 2003, a fim de que sejam garantidas "janelas" que possibilitem a discussão de remanejamentos de recursos.

Segundo o deputado, as emendas garantirão a discussão com o novo governo da reposição salarial emergencial de 25,72%, da incorporação das gratificações e do cumprimento dos acordos da greve de 2001, incluindo a carreira docente do Andes-SN. Cabe ressaltar que a apresentação das emendas não garante a sua aprovação. Além disso, a aprovação apenas permite que não haja impedimentos de ordem orçamentária para a negociação das demandas dos servidores com o novo governo.

Errata: Na matéria do boletim nº 60 (9/12/02), 'Regional realiza Encontro Pós-Conad' publicamos que um dos encaminhamentos do encontro da Regional Rio do Andes-SN seria o de solicitar que a entidade nacional reforçasse a recomendação para que as SSinds enviassem representantes ao Comando Nacional de Mobilização, em Brasília, "especialmente, em 11 de janeiro". A data correta era 11 de dezembro, quando os parlamentares no Congresso Nacional estariam discutindo, entre outros temas, a regulamentação do direito de greve dos servidores, sobre a qual o Sindicato tem posição contrária.

Colegiados

Consuni aprova concursos para 'salvar' Faculdade de Direito

Deliberação gera polêmica sobre regime de trabalho

"Se a situação é este terror, como vocês estão contando, não serão 19 vagas que resolverão o problema. Deveria haver uma intervenção na Faculdade", disse o professor Oscar Rosa Mattos, para os estudantes presentes, em sua declaração de voto sobre a aprovação de 19 vagas para concurso de professor Adjunto efetivo 40 horas para o quadro da Faculdade de Direito. A deliberação sobre as vagas disponibilizadas pelo reitor para a Unidade - a título de um quantitativo residual das vagas concedidas ao longo de 2002 - tomou conta das discussões durante praticamente toda a sessão do Conselho Universitário da última quinta-feira, dia 12, descontado o período dedicado ao expediente.

De acordo com os esclarecimentos do sub-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, a alocação das vagas surgiu da demanda apresentada em um relatório de uma comissão do Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CPEG) formada para analisar uma proposta de criação de um curso de pós-graduação na Unidade. Segundo o sub-reitor, a comissão contou com a participação de representantes do Conselho de Ensino de Graduação (CEG). A comissão chegou a conclusão de que seria inviável organizar um novo curso de pós-graduação quando a situação do ensino de graduação na Faculdade é insustentável.

O curso de Direito conta, atualmente, com apenas 30 professores do quadro efetivo e com 45 professores substitutos. Os alunos da Faculdade também consideram a situação caótica e compareceram ao plenário do Conselho para reivindicar a aprovação das vagas. Além dos concursos, os estudantes querem que o processo de seleção dos docentes ocorra com lisura e transperência, práticas, segundo eles, pouco comuns na Unidade. O próprio reitor Carlos Lessa admitiu que a situação da Unidade é das mais absurdas.

Sem dedicação exclusiva

Todos os conselheiros se manifestaram a favor de que o reitor concedesse as vagas para professores Adjuntos à Unidade. A polêmica se deu em torno do regime de trabalho de 40 horas sem dedicação exclusiva no qual trabalharão os docentes aprovados nos concursos. A excepcionalidade deste tipo de regime só havia sido concedida, anteriormente, para a área Médica. Os conselheiros Rosa Mattos e Milton Roedel foram os que mais criticaram a aprovação da excepcionalidade do regime para as 19 vagas. Na votação da carga horária, 22 conselheiros aprovaram o regime de 40 sem dedicação exclusiva para estas vagas e seis votaram contra a medida que foi considerada pela reitoria, durante a votação, como uma situação emergencial para resolver o problema da Unidade.A excepcionalidade, segundo a conselheira Cristina Ayoub Riche, está prevista no Regimento da Uni versidade, mas precisava da aprovação do Consuni.

ESTUDANTES DENUNCIAM CONDIÇÕES DE ENSINO NA FACULDADE DE DIREITO

Sem opções

A justificativa apresentada para quebrar a regra das 40 horas com DE para novos professores da Faculdade de Direito foi a de que os bons profissionais como desembargadores, juízes e promotores, ou advogados de renome não largariam suas funções para se dedicarem integralmente à Universidade. Foi neste ponto, que os professores Rosa Mattos, Milton e a representante dos pós-graduandos, Gilda Moreira, discordaram da aprovação. "Estamos votando aqui o futuro dos próximos 35 anos da Faculdade, já que este será o tempo mínimo que estas pessoas (os concursados) estarão na Unidade. Acho que esta decisão altera tudo, para todas as Unidades", questionou Milton. A representante dos estudantes da pós-graduação considerou que a decisão deveria ser postergada. "Esta é uma questão que merece ser mais debatida", comentou.

Decisão ressalta baixos salários

Para o conselheiro Luiz Antônio Cunha, da Faculdade de Educação, o regime de 40 sem DE é uma "excrecência", mas considerou a decisão necessária diante da gravidade da situação da Fauldade de Direito. "Isto está acontecendo (a falta de candidatos para o regime de 40h DE para o curso de Direito) por conta dos baixos salários. Os profissionais bem sucedidos no meio não querem largar seus escritórios ou consultóros para se dedicarem à universidade", comentou, criticando os baixos salários recebidos pelos servidores quando comparados aos pagos em outros locais para determinadas carreiras.

Prazos

Carlos Lessa informou que para que pudesse dispor das vagas ainda este ano, o Consuni teria que deliberar naquela sessão, já que o prazo para a publicação do edital se esgotaria em 2 de janeiro de 2003 e a administração precisaria das próximas semanas para realizar os procedimentos burocráticos que envolvem o concurso. Os estudantes da Faculdade encheram a sala do Conselho pedindo a aprovação das vagas. O presidente do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, Marcus Vinícius, disse que a situação na graduação da Unidade é urgente. "Dos trinta professores do quadro permanente, muitos só ministram uma disciplina por semestre. Os professores substitutos são maioria. Com estas 19 vagas, poderemos dobrar o número de professores em salas de aula e dobrar o número de docentes com doutorado. Mas precisamos garantir a seriedade das bancas", manifestou o aluno, elogiando a inciativa dos colegiados em aprovar as vagas para a Unidade.

Liminares

Um dos problemas tradicionalmente crônicos na realização de concursos na Faculdade de Direito é a enxurrada de liminares que envolvem o processo e o resultado das seleções. O reitor informou que o professor e jurista Antônio Celso, ex-reitor da Uerj, se comprometeu em coordenar as bancas avaliadoras dos concursos e que a universidade daria total divulgação à seleção nos meios acadêmicos e profissionais. O reitor disse, ainda, que rasgaria seu diploma de professor se com os novos professores selecionados por "bancas sérias" a situação da Unidade não fosse normalizada.

Crise no HU não foi discutida

A conselheira Ana Maria Ribeiro reclamou do fato de a discussão sobre as vagas para a Faculdade de Direito ter preenchido todo o tempo da sessão. Na pauta para da sessão – que seria a última do ano - estava prevista a discussão da crise e das dívidas do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Neste momento, o reitor já havia deixado o Conselho e vice-reitor, Sérgio Fracalanzza, se comprometeu em solicitar a Lessa a convocação de uma sessão extraordinária do Consuni, nesta quinfa-feira, dia 19, com pauta única: crise no hospital universitário.

Opinião/Francisco Ary Fernandes de Medeiros*

Superior ou maternal: dilema no pátio da Praia Vermelha.

Li, com muita atenção, artigo assinado pelo Prof. Fernando Amorim (*A Raiz do Autoritarismo ainda está Viva*, Jornal da ADUFRJ, 16/09/02) em que ele tece algumas considerações sobre o autoritarismo vigente na UFRJ. Junto à tristeza que causa o quadro que descreve, senti um certo desânimo ao perceber que não é apenas na Escola de Serviço Social onde a avidez para o exercício do poder acompanha a distorção causada pelo despreparo em reconhecê-lo como destinado a fazer funcionar com eficácia os diferentes setores da universidade e possibilitar melhores resultados na utilização dos recursos que lhes são destinados. Nossos dirigentes, observa o articulista, acreditam que, ao serem indicados para ocupar um cargo na administração universitária, ganham um feudo que passa a ser sua propriedade particular e, acrescento, recebem como brinde extra a qualidade de participante de grupo fechado, fundamentado em forte relação de amizade que se vem estabelecendo *desde quando ainda eram crianças* , ainda que sem a simplicidade de um *Severino,* e que se manifesta através de uma cumplicidade visível e incontestável.

A indignação do Prof. Amorim estimula cada um de nós, participantes do cotidiano da UFRJ, a refletir com maior empenho sobre o absurdo de alguns atos que são perpetrados no exercício de funções de direção das unidades. Por isso, debrucei-me com atenção sobre o assunto. Observei, estarrecido, que há um sério erro de percepção por parte de nossos dirigentes: ao tentarem ser agradáveis com alguns alunos, eles confundem o ambiente universitário com uma escolinha maternal em que, na hora do recreio, são tomadas decisões destinadas a agradar os donos da escolinha e a conquistar as crianças ali inscritas. Por esta razão, a antiga diretora da Escola, em reunião pública realizada após o término da greve, entusiasmada com o poder que lhe conferia a anuência sistemática da pequena constelação que formava o seu grupo de apoio, resolveu garantir abono de faltas a alunos inscritos em algumas disciplinas após decorridas 25% das aulas previstas, o que resulta em reprovação por faltas. Como conseqüência, dadas as características do relacionamento entre os componentes desse grupo, a atual Coordenação de Ensino de Graduação pressiona, acintosamente, a alguns professores para que fraudem os seus registros de sala de aula, passando a computar como presença, para alguns alunos, os dias de aula durante o período que nem mesmo inscritos estavam na disciplina.

A pressão ostensiva que se exerce sobre um professor para que fraude os seus registros de freqüência de alunos não parece ser um fato isolado. A certeza de que, como bem o observou o Prof. Amorim, "... a legitimidade conferido pelo voto garantia ao titular o direito de se apropriar do cargo como uma propriedade pessoal e fazer o que bem entendesse, ...", ficou escancaradamente demonstrado em um outro acontecimento inusitado. Quando, após feito o planejamento para o período letivo e os Departamentos haverem organizado a distribuição das disciplinas, uma professora, amiga da atual coordenadora de ensino, resolveu exigir que lhe fosse atribuída uma disciplina já destinada aos professores que há alguns períodos a vinham ministrando. Obviamente, sem preocupações com seriedade administrativa, a disciplina foi destinada à postulante, deixando o professor sem a carga do curso de graduação necessária à sua pontuação na GED. As considerações éticas, inclusive de convívio entre pares, foram abafadas pelo afã de atender o pedido da amiga, que hoje, certamente, se diverte com a situação que criou. E, com isto, ficou claramente demonstrado quem manda e para que veio.

Esse grupo reduz, assim, toda administração universitária a uma ação entre amigos. Para os que dele participam, a legislação e as normas regimentais nada mais são que pequenos desafios que encontram no caminho apenas para que demonstrem que se encontram acima delas; e as reuniões dos nossos colegiados nada mais parecem ser que momentos privilegiados para o exercício de subserviência explícita, em que apenas se reúnem para o registro em ata do apoio incondicional de cada um ao mandante da vez.

Encantam-se com o poder que se esforçam em ostentar e, alheios à situação que se encontra a seu redor, tropeçam na própria prepotência e passam exclusivamente a exibir o autoritarismo de que estão impregnados. Esquecem que o campus da Praia Vermelha não é um pátio para encontros de amigos em suas horas de lazer e que a vida acadêmica não se pode limitar a atos de festejo para vangloriar seus dirigentes menores ou para resolver as pequenas intrigas ou frustrações da vida pessoal.

Este quadro preocupa a todos nós, especialmente se for considerado, e esta é uma condição agravante, que atitudes dessa natureza ocorrem no momento de aniquilação sistemática a que setores da sociedade brasileira são submetidos, situação maquinada e magistralmente executada por uma elite apressada em atender as imposições de organismos internacionais, e que dela esses atos, consciente ou inconscientemente, fazem parte e a alimentam.

Os nossos dirigentes próximos ainda não perceberam a tensa situação que enfrenta a universidade pública brasileira, objeto de constantes tentativas de sucateamento por parte das elites governantes, que apelam a diferentes estratégias e artimanhas para alcançar o seu desmonte completo. E essa ameaça de desmonte do ensino público de qualidade, que ora se constata em várias ações do governo e de setores retrógrados da sociedade, exige do movimento docente atenção e esforço redobrados visando o "... aperfeiçoamento democrático na UFRJ e na universidade brasileira" para que ela se prepare para enfrentar momentos de adversidade.

É possível que a situação comentada pelo Prof. Amorim e a constatação de outras anomalias em diferentes unidades da UFRJ ofereçam a oportunidade perfeita para que os órgãos da academia, a partir do reconhecimento de tais fatos, estimulem os que se dedicam às atividades administrativas e de direção a se prepararem, com afinco, para a execução do que é inerente aos cargos que pleiteiam, pois não dá para acreditar que todas as mazelas perpetradas sejam decorrentes de caráter mal formado; é mais provável que tenham suas raízes no despreparo para reconhecer o que é uma instituição pública.

Felizmente, muitos ainda olham para as universidades públicas como o lugar onde se mantém viva a esperança de soberania da sociedade brasileira como construção dos cidadãos que formam. Ao movimento docente compete, então, como bem o indica o Prof. Amorim, " ... avançar na discussão e na proposição de novas formas de gestão, principalmente no que se refere aos colegiados como instância de deliberação.", ao que acrescento a necessidade de melhor preparo daqueles que aceitam ou desejam exercer funções gratificadas.

* Professor da Escola de Serviço Social

Resenha

II Encontro de Aposentadoria

Saiu na Gazeta Mercantil de 9/12 que "Os servidores federais vão à luta". A manchete anunciava que a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) divulgou documento em que "avisa ao novo governo sua intenção de 'manter a resistência e a luta dos últimos 12 anos' na defesa de reajustes salariais e de preservação dos direitos previdenciários dos funcionários públicos federais". A matéria fazia referência ao II Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores das três Esferas, realizado nos dias 5 a 7/12, em Goiás. O encontro foi organizado pelas entidades que participam da CNESF, entre elas, o Andes-SN.

Crise nos HUs

Matéria da Folha de S. Paulo (8/12) comenta a crise nos Hospitais Universitários. "A crise de endividamento já afeta as atividades de pelo menos 20 dos 45 hospitais universitários federais subordinados ao MEC". De acordo com o jornal, as Unidades estão sendo obrigadas a fechar pronto-socorros, reduzir os atendimentos ou renegociar dívidas com fornecedores para não encerrar todas as atividades. Na UFRJ, o Clementino Fraga Filho também passa por crises financeiras, mas representantes de estudantes da Faculdade de Medicina e técnico-adminsitrativos reclamam também de má gestão dos poucos recursos disponíveis.

HUCFF desativa leitos

Na mesma matéria da Folha, o Clementino Fraga Filho é citado com uma das 20 Unidades que podem encerrar atividades. Segundo o Jornal, o HU da UFRJ tem uma dívida de R$ 5,2 milhões e já desativou 30 leitos.

Aposentados e o próximo governo

O Globo de 13/12 registrou em matéria sobre a Reforma da Previdência que o PT deverá enviar ao Congresso no ano que vem projeto de revisão das aposentadorias dos servidores públicos. Segundo o jornal, o deputado paulista José Genuíno teria informado que os direitos adquiridos seriam mantidos, "mas que as expectativas de direito serão revistas e que a contribuição dos inativos terá de ser analisada". Sé receberia aposentadoria integral, o servidor que pagasse sua complementação a uma previdência privada.

CUT defende taxa para aposentados

Em outra nota do jornal Valor Econômico (11/12), o presidente da CUT, João Felício teria defendido que os servidores aposentados que ganham mais de 20 salários mínimos poderiam pagar uma taxa sobre o valor da aposentadoria. Vale registrar que, apesar de filiado à Central, o Andes-SN é contra qualquer reforma que retire direitos dos servidores e dos trabalhadores quanto à seguridade social.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

A ofensiva contra o serviço público

Para os radicais liberais, que detêm hegemonia no Fundo Monetário Internacional, no Banco Mundial, na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na Comissão Européia, nas organizações patronais e nas páginas editoriais dos grandes meios de comunicação, a existência de empresas e serviços públicos constitui um motivo de indignação permanente. Para muitos deles, a hostilidade obsessiva a qualquer tipo de atividade de produção de bens ou serviços que não seja guiada pela busca do lucro e pelos mecanismos de mercado (exceto, naturalmente, as que se relacionem à manutenção da ordem social) representa um ato de fé.

No entanto, salvo raríssimas exceções, os dirigentes políticos europeus – presentes e passados – não adotam essa postura extremista. É lógico que de Anthony Blair a José María Aznar e Silvio Berlusconi, passando, na França, por alguns membros dos governos Jospin e Raffarin, todos eles só falam em "modernidade" e na eficiência do mercado; mas quando falam do setor público, é sempre para pedir, hipocritamente, sua "reforma" e para se vangloriar dos méritos da "abertura" do capital das empresas que o Estado ainda controla. Isso, sempre em nome de alianças industriais que somente essa "reforma" tornaria possíveis e de receitas financeiras que ela permitiria armazenar num período de maré baixa orçamentária.

As gigantescas vitórias liberais

Por detrás desse vocabulário bem-comportado esconde-se a vontade de não se isolar de uma parte de eleitores potenciais e de não bater de frente com um sentimento que continua sendo maciçamente favorável aos serviços públicos acessíveis a toda a população. No entanto, os objetivos são os mesmos daqueles teóricos radicais: ampliar o perímetro de intervenção do capital financeiro e, paralelamente, diminuir a capacidade de resistência, por parte da sociedade, à mercantilização generalizada. Isso é possível por meio do enfraquecimento do peso dos empregados estatutariamente protegidos – os mesmos que, em dezembro de 1995, através de uma "delegação de poder" de greve concedida pelos outros assalariados, lutaram contra os projetos de "reforma" das aposentadorias do governo de Alain Juppé[1]. Dezembro de 1995 continua sendo um espectro que assombra Jacques Chirac e seus ministros...

Contudo, os liberais obtiveram vitórias gigantescas durante as duas últimas décadas. A OCDE avalia, por exemplo, que, entre 1984 e 2000, somente na União Européia as privatizações arrecadaram a quantia de 563 bilhões de euros[2] (quase dois trilhões de reais, o dobro do orçamento da França). E se o ritmo diminuiu a partir de 2000 (passando de um pico de 110 bilhões de euros em 1998 para 22 bilhões em 2001 – respectivamente 385 e 80 bilhões de reais), isso foi simplesmente porque o volume dos ativos privatizáveis passou por um processo de fusões e a queda da Bolsa após o estouro da bolha Internet comprometeu operações no mercado. A paisagem industrial da Europa foi abalada pelo aumento vertiginoso de investidores estrangeiros – principalmente os fundos de pensões anglo-saxônicos – no capital das grandes empresas européias.

Entre 1984 e 2000, e somente na União Européia, as privatizações arrecadaram a quantia de 563 bilhões de euros (quase dois trilhões de reais)

Privatizações têm balanço negativo

Mas ocorreu uma reviravolta total da situação na virada do século: os enormes escândalos no mercado de capitais norte-americano, a falência do setor de telecomunicações e o colapso das ações por toda parte não só minaram a confiança dos investidores como, o que é mais decisivo, a fé no próprio capitalismo (*leia, nesta edição, o artigo de René Passet*). Portanto, o contexto em que se efetuaram as privatizações nas duas últimas décadas foi radicalmente alterado.

Principalmente pelos números que estão em jogo. O novo primeiro-ministro francês, Jean-Pierre Raffarin, não teve a sorte – se é que se pode dizê-lo – que teve seu antecessor Lionel Jospin, o maior privatizador da história da V República. Durante os cinco anos de seu mandato, o líder socialista superou o que haviam conseguido fazer os três primeiros-ministros de direita (Jacques Chirac, Edouard Balladur e Alain Juppé) que o precederam: mais de 30 bilhões de euros (105 bilhões de reais) em ativos públicos foram entregues à especulação na Bolsa. Como chegou tarde, Raffarin só dispõe – caso as cotações não continuem a despencar – de um patrimônio potencial de uns 20 bilhões de euros (70 bilhões de reais) no mercado de capitais...

Existe um segundo fator desfavorável: no mundo inteiro, o balanço das privatizações tem se revelado negativo para os usuários. Vejamos alguns exemplos: a imposição do estado de urgência na Califórnia, no verão de 2000, para enfrentar a escassez de eletricidade provocada pelas medidas de desregulamentação; o aumento brutal das contas de água e telefone – e, às vezes, fazendo-se acompanhar pela degradação dos serviços – nos países da América Latina que caíram nas mãos da Vivendi[3], da Telefonica espanhola e da France Télécom; um aumento de 36% nos últimos 12 anos, em termos reais, do preço da água na Grã-Bretanha; um salto de 60% no preço dos selos, na Suécia, após a liberalização do setor postal; caos no tráfego e catástrofes contínuas (mais de 60 casos de morte) após a privatização da British Rail[4] etc.

Bancos japoneses exigem estatização

A esses inconvenientes, às vezes trágicos, é necessário acrescentar a supressão maciça de empregos, a liquidação dos mecanismos de rateio de custos visando a diminuir as desigualdades e – o que pode parecer paradoxal – a quase-falência de algumas das empresas privatizadas. Diante da distribuição de dividendos suntuosos, num primeiro momento, de inadmissíveis erros administrativos e de sub-investimentos, passando pela auto-distribuição de opções sobre títulos e auto-reajustes salariais prodigiosos para os diretores, muitas dessas empresas estão em vias de fechar as portas e apelam... para o contribuinte.

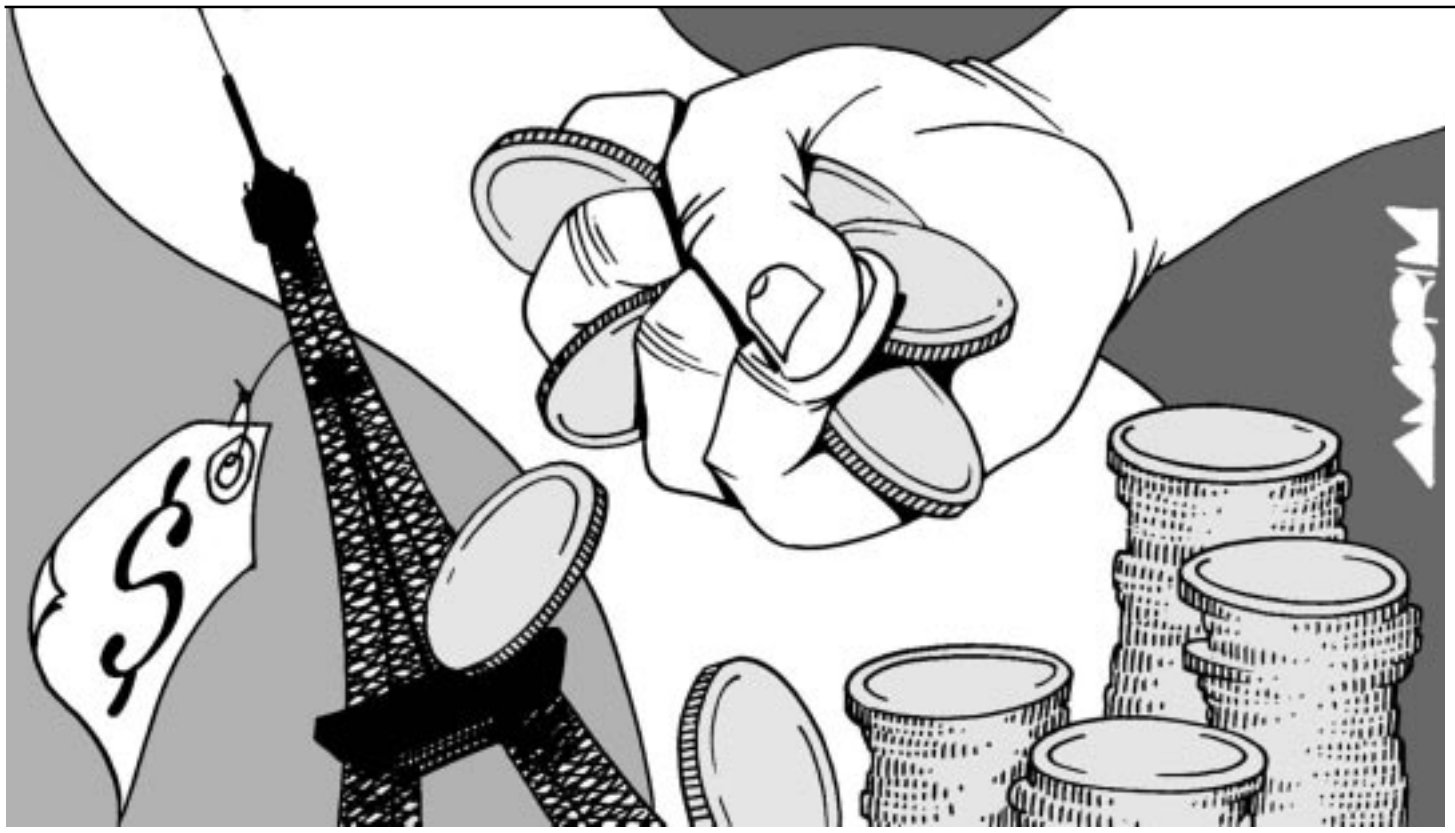
Para não mencionar os bancos japoneses – que exigiram a estatização –, constata-se que na pátria do liberalismo, que é a Grã-Bretanha de Anthony Blair, a empresa Railtrack, responsável pela rede ferroviária britânica e privatizada em 1996, foi forçada a ser reassumida e recapitalizada pelo Estado devido à sua incapacidade de financiar os dispositivos de segurança cuja inexistência custou a perda de dezenas de vidas humanas; que a empresa responsável pelo controle do tráfego aéreo (*National Air Traffic Control Services* – NATS) também está de pires na mão, pedindo uma esmola ao governo; que a British Energy – privatizada em 1996 e que responde por 20% das necessidades do país em energia elétrica, com suas oito centrais nucleares – está ameaçada de quebrar.

Vendendo as jóias da família...

Ao anunciar seu programa de "abertura do capital", total ou parcial, das poucas empresas públicas ainda existentes – com a Air France (companhia aérea), EDF (Electricité de France) e GDF (Gaz de France) à cabeça da lista –, Raffarin e seu ministro da Economia e Finanças, Francis Mer, não parecem estar sincronizados com a conjuntura do mercado de capitais. Por outro lado, têm interesse em permanecer bastante discretos quanto às virtudes intrínsecas das privatizações. Em princípio, portanto, não lhes resta argumento confiável algum, exceto de natureza ideológica, para apresentar à opinião pública algo que evitam fazer. Foram apanhados diante de uma lógica dupla: de um lado, agradar aos amigos e vedar, por pouco que seja, o buraco do orçamento; de outro, participar da frenética orgia liberalizante da Comissão Européia e da maioria dos governos da União Européia.

Como chegou tarde, Jean-Pierre Raffarin só dispõe de um patrimônio potencial de uns 20 bilhões de euros (70 bilhões de reais) privatizáveis...

Na realidade, as privatizações são um tipo de "partilha dos despojos" que recompensa os amigos do novo poder. Primeiramente, os bancos, que recebem dezenas de milhões de euros para "preparar" o processo de cessão dos ativos patrimoniais. Agradecimentos a Francis Mer, portanto, por parte do ABN Amro, Rothschild & Cia., Clinvest, Morgan Stanley, Crédit agricole Indosuez, Lazard, BNP Paribas e Société Générale. Entre as companhias privatizáveis, uma representa lucro imediato e os setores em que foi dividida podem ser adquiridos por uma bagatela: a Air France. Com um valor avaliado em cerca de 3 bilhões de euros (10,5 bilhões de reais), sua parte estatal (57%) representa uma quantia de 1,64 bilhão de euros (5,75 bilhões de reais). É uma das empresas mais rentáveis do mundo: no primeiro trimestre de 2002, teve um faturamento líquido de 159 milhões de euros (quase 560 milhões de reais), ou seja, projetado para o restante do ano, esse faturamento seria de 600 milhões de euros (2,1 bilhões de reais), o equivalente a 20% de sua capitalização na Bolsa. Nenhum acionista com um pouco de bom senso venderia sua parte de uma empresa tão próspera.Francis Mer, entretanto, pretende vender uma quarta parte da empresa. É o que se chama vender as jóias da família...



Privatizando por antecipação

No setor aeronáutico, paira uma ameaça sobre a Direção Geral da Aviação Civil (DGAC), que administra com lucro e em condições de segurança consideradas excelentes o espaço aéreo francês, numa lógica de cooperação com os outros organismos nacionais que fazem parte da Eurocontrol. No entanto, a Comissão Européia, sob o pretexto do "céu único" europeu, pretende instaurar o princípio da concorrência num setor de que nada entende e, em sua defesa, incentiva a privatização, apesar do desastroso precedente britânico[5].

Fascinados pela perspectiva de salários mirabolantes e de generosas distribuições de títulos de que se beneficiariam seus colegas dos grupos privados, os presidentes e principais dirigentes das empresas que ainda são públicas são os primeiros a exigir uma mudança de estatuto. Com o objetivo de se prepararem para essa batalha, já acionaram suas estruturas internas, procedendo a uma privatização por antecipação[6]. Para perda pessoal do presidente socialista do grupo La Poste, Martin Vial, que teve que ceder o lugar a um amigo do novo governo, Jean-Paul Bailly, ex-presidente da empresa ferroviária francesa e que não será menos ardoroso na defesa dos mesmos objetivos – como vem sendo o caso com François Roussely, da EDF, de Jean-Cyril Spinetta, da Air France, e, principalmente, de Pierre Gadonneix, da GDF, que baba de impaciência.

Uma engrenagem implacável

A lógica ultraliberal da União Européia é, portanto, o principal motor das privatizações (assim como é, às vezes, o pretexto invocado para justificá-las), embora teoricamente os tratados sejam neutros quanto à forma de propriedade das empresas. A engrenagem é implacável e pode ser esquadrinhada em quatro tempos:

Apesar de o balanço das privatizações ter se revelado negativo para os usuários no mundo inteiro, o governo francês anuncia a venda total ou parcial das poucas empresas públicas ainda existentes, entre elas a lucrativa Air France, a "jóia da família"

- a Comissão propõe, e o Conselho aprova, medidas de "liberalização" para as empresas públicas em situação de monopólio, preferencialmente as que funcionam em rede (energia, transporte, correios e telecomunicações). Essas empresas perdem automaticamente, portanto, uma parte de seu mercado nacional em proveito de empresas estrangeiras;

- para tentar conservar seu faturamento, as empresas que ainda são públicas são levadas a se internacionalizar por meio de aquisições exteriores, muitas vezes pagas a preços que desafiam o bom senso (exemplos disso são a NTL britânica, a MobilCom alemã, a France Télécom, a Edenor Argentina e a EDF);

- diante da incapacidade total ou parcial de pagarem o preço de sua compra pela troca de ações, as empresas ficam endividadas, o que se pode dar em níveis astronômicos (74 bilhões de euros no caso da France Télécom) ou apenas muito elevados (22,2 bilhões de euros, no caso da EDF, 6,7 bilhões dos quais sendo "sobre-valores", ou seja, sobre-custos da venda, irrecuperáveis em caso de revenda dos ativos);

- a Comissão Européia, em nome da sacrossanta concorrência, proíbe o socorro por parte do Estado com a manutenção do status público, mas o incentiva (como se deu no caso do Crédit Lyonnais e da Air France alguns anos atrás) como medida prévia à privatização que, a partir de então, se torna a única saída possível.

A Convenção de 2004

Essa série de passes de mágica pode ser agravada pelas políticas fiscais nacionais. Raffarin, por exemplo, após uma generosa distribuição de presentes substanciais aos contribuintes ricos e às empresas, se recusa – dizendo-se defensor da "França dos de baixo" – a permitir que a EDF aumente suas tarifas e organiza, dessa maneira, os resultados negativos da empresa para o ano de 2002. Mais um argumento para privatizá-la!

Portanto, é a lógica da atual construção européia que deve ser questionada. A ocasião para fazê-lo surgirá em 2004, quando as pessoas se deverão pronunciar diretamente (se pelo menos lhes permitirem que o façam) em relação ao tratado que vier a ser proposto pela conferência intergovernamental que se baseará no resultado dos trabalhos da Convenção para o Futuro da Europa[7]. Pois, até o momento, a dimensão social e a avaliação do serviço público não foram considerados dignos de figurar num futuro dispositivo constitucional europeu... (Trad.: Jô Amado)

Bernard Cassen
Diretor de redação de *Le Monde diplomatique*.

1- Ler "Quand la société dit non", *Le Monde diplomatique*, janeiro de 1996.

2- *Le Monde*, 9 de outubro de 2002.

3- Ler, de Franck Poupeau, "A La Paz, les dégâts de la privatisation", *Manière de voir* nº 65, "La ruée vers l'eau", setembro-outubro de 2002.

4- Ler, de Marc Nussbaumer, "Le chaos des chemins de fer britanniques", *Le Monde diplomatique*, abril de 2002.

5- Ler a entrevista de Harold Quesnel, do sindicato USAC-CGT, *Bastille République Nation* nº 14, 11 de setembro de 2002.

6- Ler, de Gilles Balbastre, "A La Poste aussi, les agents doivent penser en terme de marché", *Le Monde diplomatique*, outubro de 2002.

7- Ler, de Bernard Cassen, "Une Convention européenne conventionnelle", *Le Monde diplomatique*, julho de 2002.

Cartas

Gostaria que a ADUFRJ encampasse a luta por um melhor atendimento por parte das agências locais do Banco do Brasil aos seus clientes. Torna-se necessário discutir sobre a necessidade da existência delas no campus, já que se tornou de praxe não dispormos da opção de saque, principalmente, às sextas-feiras. Já está se tornando de rotina a peregrinação de professores, alunos e funcionários por todas as agências, em busca de dinheiro para sacar. O saque não é permitido sob a alegação de que a firma que terceiriza o serviço de manutenção de dinheiro nas máquinas não o providenciou. A situação é tão absurda, que o gerente alega não poder fazer nada e que a culpa não é dele nem do BB, mas, sim, da firma! Isso é, no mínimo, revoltante! Para que, então, essas agências foram instaladas no campus? A iniciativa não foi para facilitar a vida dos servidores? Ou foi para colocá-los em risco, com os frequentes assaltos ocorridos?

É preciso zelar pela nossa integridade, moralidade e pelos nossos direitos! Se não o fizermos, quem o fará? Não estamos pedindo ao BB nenhum favor! Pagamos por esses serviços o tanto quanto nos exigem! Pior, nossos salários são depositados lá sem a nossa aquiescência, há anos! Como um professor, que dispõe apenas da hora de almoço para providenciar um saque nessas caixas, resolverá esse problema, quando,por exemplo, no turno da tarde, estiver ministrando aulas? Até quando vamos suportar essa falta de respeito?

Contando com a valiosa colaboração da ADUFRJ,

Cordialmente,

Verginia Reis Crispim
Depto. de Engenharia Nuclear/EE-Programa de Engenharia Nuclear/COPPE

Jornal da ADUFRJ-Seção Sindical

Prezados Redatores:

Sou associado à ADUFRJ desde 1982 e, mesmo na condição de aposentado da UFRJ, recebo regularmente o nosso Jornal aqui em Porto Alegre onde resido atualmente. Ao lado dos temas sindicais abordados, pela leitura do jornal, fico informado e orientado sobre a discussão, os debates, as lutas e o encaminhamento das propostas do Movimento Docente buscando soluções, as mais adequadas posíveis, que posibilitem concretizar o pleno desenvolvimento do país e a eliminação da perversidade heriditária que sustenta nossos vergonhosos ídices de desigualdades sociais. Parabéns, pelo trabalho.

Nesta oportunidade quero refirir-me à matéria do último número do Jornal (2/12/2002) com a síntese da minha palestra de abertura das jornadas de Iniciação Científica e de Iniciação Artística e Cultural da UFRJ ocorrida em 26 de novembro último. A matéria divulgada sintetizou com muita propriedade os pontos importantes da palestra destacando o papel da iniciação científica e do PIBIC em particular como investimento fundamental e processo efetivo para a formação de futuros docentes e pesquisadores em todas as áreas do conhecimento. Agradeço a cobertura do tema e parabenizo a equipe que cobriu o evento.

Atenciosamente,

Jorge A. Guimarães
** Carta enviada pelo Correio Eletrônico*

Andes-SN

Andes-SN convoca para 22º Congresso em Teresina

A diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes já enviou convocação para as seções sindicais para a participação no 22º Congresso Nacional que será realizado nos dias 8 a 13 de março de 2003, na cidade de Teresina, no Piauí. O evento será sediado pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (Adufpi-SSind) com o tema central *Transformação Social e Políticas de Educação, Ciência e Tecnologia*.

Os prazos para as contribuições ao caderno de Textos do 22º Congresso são: "as contribuições da seção sindical deverão estar na sede do Andes-SN, impreterivelmente, até o da 22 de janeiro de 2003, em disquete ou por e-mail; as contribuições que chegarem à sede do Andes-SN no período de 23 de janeiro a 24 de fevereiro de 2003 também serão remetidas às seções sindicais, juntamente com as correções e análises de textos para comporem o anexo ao Caderno de Textos a ser publicado no dia 26 de fevereiro de 2003".

A convocação do Andes-SN diz ainda que "Por recomendação do 18º Congresso, o Caderno de Textos deve ser ordenado dentro de cada tema específico. Para tanto, estamos encaminhando, anexas, algumas orientações visando a uma melhor ordenação e dinâmica dos trabalhos. Encerrados os prazos previstos para a composição do Caderno de Textos e do Anexo, qualquer novo texto só será submetido à discussão, obedecidas as deliberações do 20º Congresso (Rio de Janeiro, 15 a 21 de fevereiro de 2001) registradas a seguir:

2 - após a publicação do Anexo, qualquer novo texto somente poderá ser submetido à discussão no evento se aprovada sua inclusão pela Plenária de Instalação. Para a apreciação pela Plenária de Instalação, o novo texto deverá apresentar uma justificativa demonstrando a necessidade da sua apreciação no evento e os fatos excepcionais que levaram à apresentação fora dos prazos fixados.

2.1 a inclusão de novos textos deve ser aprovada por maioria simples dos delegados presentes.

2.2 - no caso de aprovação da inclusão de novos textos, cabe à comissão organizadora a responsabilidade da reprodução dos mesmos para o conjunto de participantes do evento."

Confira abaixo, o cronograma e os temas do 22º Congresso do Andes-SN:

Proposta de Cronograma e pauta do 22º Congresso

8/3 sábado	9/3 domingo	10/3 2º feira	11/3 3º feira	12/3 4º feira	13/3 5º feira
Credenciamento 9h às 12h	Plenária inicial Apresentação e Debates das Teses de Conjuntura 9h às 13h	Grupos Mistos Tema II 9h às 12h	Grupos Mistos Tema III 9h às 12h	Plenária do Tema I 9h às 12h	Plenária do Tema III 9h às 12h
Credenciamento 14h às 20h	Grupos Mistos Tema I 15h às 18h	Grupos Mistos Tema II 14h às 17h	Grupos Mistos Tema III 14h às 17h	Plenária do Tema II 14h às 17h	Plenária do Tema III 15h às 18h
Plenária de Abertura 19h Plenária de Instalação 20h	Grupos Mistos Tema I 19h às 22h	Livre	Plenária do Tema I 19h às 22h	Plenária do Tema II 19h às 22h	Plenária de encerramento 19h às 22h

Temário: Movimento Docente e Conjuntura Tema I: Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores e Eixos; Tema II - Questões Organizativas e Financeiras; Tema III - Políticas Sociais: Educacional, financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe.

Adufrj-SSind participa de seminário sobre saúde do trabalhador

Na semana passada, a Adufrj-SSind esteve representada no I Seminário Interno da Divisão de Saúde do Trabalhador da UFRJ pela presidente da entidade, professora Cleusa Santos. O seminário foi realizado nos dias 10 e 11 e teve como objetivo convidar os servidores técnicos e docentes para uma avaliação das condições de trabalho no dia-a-dia da universidade.

Segundo a coordenadora da Divisão, Vânia Alves, o encontro foi uma oportunidade para que a equipe de trabalho reorganizasse seu funcionamento diante das necessidades apontadas pelos trabalhadores. Foram discutidos temas ligados diretamente à assistência ao servidor, como a interligação de programas de nutrição, hipertensão e diabetes, que foram considerados como de áreas de trabalho bastante próximas. Também foram discutidas possibilidades de mudanças no setor de concessão de benefícios a servidores portadores de doenças crônicas, como câncer ou HIV. A idéia, segundo Vânia, seria encaminhar à Procuradoria Jurídica da universidade um estudo para viabilizar a concessão permanente de benefícios que só são recebidos durante os períodos considerados 'ativos' das doenças.

Para Cleusa Santos a iniciativa da DVST foi traçar um panorama da saúde dos servidores. Para a diretoria da Seção Sindical o seminário foi bastante importante pois demonstrou "por um lado, o conjunto de preocupações dos servidores com a qualidade do serviço público". Na sua opinião, "buscar melhores serviços para os trabalhadores da UFRJ foi a tônica do evento". Assim como, "tratar esses serviços como direito parece ser o grande desafio", avaliou.

Adufrj-SSind

Mensalidades dos Sindicalizados da Adufrj-SSind sobre 13º Salário e Adicional de 1/3 de Férias de 2002 serão cobradas em janeiro e abril de 2003

Nos salários de dezembro de 2002, cujos valores serão pagos no início de janeiro de 2003, será feita a cobrança da mensalidade da Adufrj-SSind relativa ao 13º salário de 2002. Isto significa que serão descontados dos salários brutos fixos dos sindicalizados duas mensalidades de mesmo valor na maioria dos casos - uma referente ao mês de dezembro e outra relativa ao valor integral do 13º salário, já que não houve desconto sobre as parcelas dos adiantamentos de 13º junto com as férias ou no meio do ano.

Devido à impossibilidade de se obter as informações necessárias atualizadas da reitoria anterior e a problemas operacionais com o novo sistema de consignação que, desde meados de 2001, passou a ser administrado diretamente entre o Siape/Serpro e as consignatárias, no nosso caso, a Adufrj-SSind, o desconto da mensalidade relativa ao 13º de 2001 não foi realizado na época devida. Posteriormente, deliberou-se em Assembléia Geral não cobrar a mensalidade sobre o 13º salário de 2001, em função do grande atraso com que seria feito. Neste ano, porém, os dados foram fornecidos pela nova reitoria, as dúvidas sobre como realizar o desconto foram sanadas e a cobrança está sendo realizada normalmente.

Infelizmente, não foi possível realizar a cobrança da mensalidade junto com o mês de recebimento do 13º salário ou gratificação natalina nem das férias - o fechamento da folha de pagamento ocorre após o prazo dado pelo Serpro para o envio dos dados de consignação e as informações enviados pela reitoria só podem ser processadas para o mês seguinte.

No mês de abril de 2003, junto com os salários de março de 2003, deverá estar sendo feita a cobrança da contribuição dos sindicalizados da Adufrj-SSind relativa ao adicional de férias de 2002 - o valor a ser descontado além da mensalidade do mês corresponde à metade do valor da mensalidade atual, mesmo que haja reajuste salarial em janeiro de 2003, pois serão utilizados os valores nominais informados pela reitoria relativos ao pagamento de férias ao longo de 2002. Parte desse material já foi enviado à Adufrj-SSind e os meses que ainda faltam para completar o quadro já foram solicitados.

A proposta de realizar apenas cobranças mensais de mensalidades, alterando o percentual sobre os salários brutos atualmente utilizado de 0,08% para 0,09%, a fim de incorporar as parcelas relativas ao 13º e o adicional de férias, não está sendo encaminhada pela diretoria. Isto porque, embora este procedimento fosse simplificar muito a parte operacional da cobrança, os aposentados seriam penalizados, pois, para não haver aumento do valor total pago no ano, o percentual a ser utilizado deveria ser ligeiramente menor (0,867%), pois eles não percebem mais férias. A restrição seria assim de cunho político, pois estaríamos cobrando mais dos que têm sido historicamente discriminados, mas sempre defendemos o tratamento isonômico e a paridade entre ativos e aposentados.

A partir de 2003, de acordo com proposta discutida na reunião de 11/12/2002 do Conselho de Representantes e encaminhada para a Assembléia Geral de 17 de dezembro, a diretoria pretende realizar o desconto sobre o adicional de férias nos salários de junho, que serão pagos no início de julho, e o desconto sobre o 13º em dezembro, nos salários recebidos no início de janeiro do ano seguinte, para evitar cobranças adicionais em meses próximos, como terá que ser feito agora.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 79 • 23 de dezembro de 2002

Lessa afirma que não volta a ser reitor

Leia matéria na página 8

Carta Aberta ao Reitor e à Comunidade da UFRJ*

Foi com perplexidade que a comunidade da UFRJ recebeu através da imprensa a notícia de que o reitor Carlos Lessa poderia deixar o cargo para assumir a presidência do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Isto porque o cargo hoje ocupado hoje pelo professor Lessa não foi uma construção apenas individual, mas reuniu amplos setores da comunidade universitária que nele depositaram suas esperanças de superação dos anos desastrosos da gestão Vilhena e da recondução da UFRJ à normalidade acadêmica e institucional.

A estratégia política da eleição de Lessa não foi a de privilegiar a formulação de um projeto para a universidade, mas se concentrou em buscar garantir que o candidato mais votado no processo fosse aquele que seria nomeado pelo governo, respeitando a vontade da comunidade expressa nas urnas. A decisão de deixar o comando da UFRJ pouco tempo após assumir a reitoria com o respaldo maciço de 85% dos votantes não pode ser encarada agora como uma questão pessoal ou restrita à própria administração. A atual reitoria acenou e criou a expectativa de um projeto para a UFRJ a ser amplamente debatido e forjado com a comunidade universitária, mas que até agora não foi explicitado. A perspectiva de deixar inconclusas a formulação e a implantação de proposta de tal vulto deve, portanto, ser antes explicada e debatida junto à comunidade que imaginava poder contribuir e participar deste processo. O compromisso desta reitoria assumido com a comunidade que a elegeu e legitimou, portanto, não pode ser rompido de forma unilateral.

Se mesmo considerando as conseqüências desta decisão para a UFRJ a escolha for pelo BNDES, esta opção deve ser colocada agora, de modo claro e em caráter definitivo, sem afastamento temporário. A instituição não merece ficar em compasso de espera por alguns meses nem como refém da possibilidade de retorno de seu reitor, muito menos ser utilizada como garantia ou segunda opção caso haja problemas ou quebra de expectativas no BNDES a curto prazo.

Caso se configure a vacância do cargo de reitor, entendemos que o vice-reitor deve assumir para conduzir um período de transição que tenha como referência um novo processo eleitoral no próximo período letivo, com garantia de prazos adequados para a formação de candidaturas, a inscrição de candidatos, a divulgação e o debate de suas propostas, que permita a ampla participação da comunidade no processo de definição de projetos políticos, acadêmicos e administrativos para a UFRJ. Este processo deve incluir uma consulta à comunidade, em princípio paritária entre as três categorias, cujo resultado deve ser referendado pelo Colégio Eleitoral na composição da lista tríplice, defendendo desde já a nomeação do mais votado.

Considerando a importância desta questão, convocamos os sindicalizados da Adufrj-SSind e os professores da UFRJ em geral para debater esta situação numa Assembléia Geral, a ser realizada no dia 9 de janeiro de 2003, quinta-feira, às 13h30min, no auditório do bloco A do Centro de Tecnologia, no campus da ilha do Fundão, quando este item estará em pauta.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2002

Diretoria da Adufrj-SSind

** Este documento foi lido e distribuído na sessão do Consuni realizada em 19/12.*

Assembléia Geral

9/1/2003 13:30
quinta-feira

Auditório do CT
Bloco A – Ilha do Fundão

Pauta:
Informes
1) Posição da Adufrj-SSind sobre situação da UFRJ
2) Propostas da Adufrj-SSind para a Reunião do Setor das IFES (11 e 12/1)
3) Assuntos Gerais

Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

8/1/2003 17h30
quarta-feira

Sede da Adufrj-SSind
CT, Bloco D, sala 200
Pauta:
a mesma da AG

Agenda Sindical

9/1- Reunião na Regional Rio do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ) – sede da Regional, Centro, às 16h
–Vai discutir a participação no Congresso Estadual da CUT e no 22º Congresso do Andes-SN

11 e 12/1- Reunião do Setor das IFES Sede do Andes-SN, Brasília (DF)

19/1 a 22/1
Fórum Mundial de Educação (2ª edição)
Porto Alegre (RS)

13/1 - Reunião na Regional Rio do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ) – sede da Regional, Centro, às 17h
–Vai discutir e preparar eventos sobre Previdência e HUs

23/1 a 28/1 - Fórum Social Mundial (3ª edição)
Porto Alegre (RS)

3/2 - Reunião na Regional Rio do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ) – sede da Regional, Centro, às 17h
- Começa a organizar seminário sobre precarização do trabalho docente

8 a 13/3 - 22º Congresso Nacional do Andes-SN
Teresina (PI)

O Congresso terá como tema a Transformação Social e Política de Educação, Ciência e Tecnologia

27 a 31/5 - 8º Congresso Nacional da CUT
Palácio do Anhembi, São Paulo (SP)

Andes-SN

Movimento acompanha últimas sessões do Congresso

Reuniões sobre Previdência recebem mais participantes

O professor Salatiel Menezes acompanhou, representando a Adufrj-SSind, as atividades do Comando Nacional de Mobilização do Andes-SN, na semana de 9 a 13 de dezembro, em Brasília. O representante procurou estar presente nas discussões dos assuntos pautados como os de maior interesse para a seção sindical: a transferência das Instituições Federais de Ensino Superior para a esfera do Ministério da Ciência e Tecnologia; o Projeto de Lei Orgânica da Andifes; o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica do governo e o Programa de Qualificação Institucional da Capes.

Segundo Salatiel, por conta do momento de transição política vivido pelos parlamentares no Congresso, as sessões neste período foram muito esvaziadas, sendo a maioria cancelada por falta de quórum. "Desta forma, não foi possível discutir com os deputados nenhum dos assuntos listados pela Adufrj-SSind", relatou.

Diante da ausência de vários parlamentares que seriam interlocutores nas discussões sobre educação e serviço público com o Sindicato, a Comissão de Mobilização decidiu participar das reuniões de comissões da Câmara dos Deputados onde estivessem em pauta assuntos gerais do movimento docente e, também, visitar os gabinetes de deputados responsáveis por projetos de lei ou de emendas que, se aprovados, pudessem interferir no funcionamento das universidades.

Nas atividades daquela semana, a Comissão pôde acompanhar o debate sobre Previdência dos servidores, uma das discussões mais concorridas, na Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social. Segundo Salatiel, a Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social apresentou documentos que demonstram que não existe déficit no setor, como apregoa o atual governo. Na verdade, a Previdência Social teria um superávit de R$ 33 bilhões. "O problema seria, segundo os auditores, que o governo recolhe este dinheiro para um caixa único da União e utiliza esta verba para pagamento de outras contas, inclusive as dos juros da dívida pública", relata o professor.

Salatiel informou que, nos gabintes dos deputados visitados, foram recebidas cópias de projetos ligados à educação e, especificamente, à Universidade que foram encaminhadas ao Andes-SN e deverão ser repassadas às seções sindicais. Alguns projetos chamaram a atenção do professor: um de autoria do deputado José Janene (PPB/PR) que propõe a unificação da data dos exames de seleção do ensino superior; e outro, que dispõe sobre a proibição da exigência de conhecimento de língua estrangeira em concursos públicos e nos vestibulares. O PL sobre o fim da prova de línguas nos concursos é de autoria do deputado José Carlos Coutinho (PFL/RJ). Segundo Salatiel, os funcionários do gabinete do deputado José Bonifácio de Andrade (PSDB/MG) recusaram-se a fornecer cópia de projeto de autoria do parlamentar que regulamenta os Cursos Universitários Estrangeiros no Brasil. "Este projeto vai na linha das ofertas de MBAs e de cursos à distância, em que a universidade estrangeira monta uma salinha com dois representantes e comercializa sua marca através de cursos por correspondência ou à distância", criticou o docente.

"Para a nossa surpresa, estes projetos já estão com a tramitação bem avançada", alertou o professor, durante seu relato, aos presentes à Assembléia Geral da Adufrj-SSind, dia 17/12.

Direito de Greve

Um dos motivos de preocupação do movimento docente naquela semana foi a discussão do Projeto de Lei da deputada Rita Camata (PMDB/ES) sobre o direito de greve, prevista para o dia 11/12. Segudo Salatiel, por falta de quórum, o PL não foi debatido e havia grande mobilização de servidores nos fóruns da Câmara para resistir à aprovação da regulamentação. De acordo com o relato do professor, este assunto poderá entrar em pauta nas primeiras semanas de janeiro.

Movimento

Fórum pela Escola Pública se organiza para 2003

A professora da Faculdade de Educação Raquel Goulart representou a Adufrj-SSind na Reunião do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, no dia 3 de dezembro, em Brasília. Segundo relatório encaminhado pela professora à seção sindical, várias entidades retomaram a participação no FNDEP. A Associação Nacional de Professores da Educação (Anped), a Associação Nacional pela Formação de Profissionais de Educação (Anfop), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), o Fórum dos Diretores das Faculdades e Centros de Educação (Forumdir), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) e o Fórum Nacional em Defesa da Formação do Professor retomaram suas atividades junto ao FNDEP e foram representados pela professora Regina Vinhaes Gracindo.

De acordo com Raquel Goulart, foi discutido o papel do Fórum como articulador de campanhas e de aglutinação de esforços, atualmente, desempenhados pelas várias entidades de forma isolada. A idéia da organização do FNEDP é, de acordo com a professora, promover uma campanha nacional contra a mercantilização da educação. Para o próximo ano, o Fórum deverá estar resgatando os documentos formulados pelos Congressos Nacionais de Educação (Condes) e estará solicitando uma audiência com o futuro ministro da Educação. A audiência seria uma oportunidade para que os representantes do Fórum entregassem as formulações dos Coneds ao próximo representante do governo.

Sobre a reestruturação da Secretaria Executiva do FNDEP, foram discutidos, segundo o relatório da professora, a ampliação do número de entidades coordenadoras e/ou do número de representantes, a redefinição da sistemática de trabalho e o indicativo da constituição de grupos de trabalho permanentes. A próxima plenária, que acontecerá no dia 22/01, no período em que estará terminando o Fórum Mundial de Educação e o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

Para 2003, o planejamento do Fórum compreenderá ações para o fortalecimento e a (re)definição do FNDEP, o reforço das articulações com parlamentares, um seminário proposto pelas entidades e estratégias para estimular a realização de congressos pelos fóruns estaduais.

Grupos de Trabalho

Na última reunião do Grupo de Trabalho Política Educacional da Adufrj-SSind, dia 11/12, a professora Rosanne Evangelista Dias foi indicada por seus integrantes para coordenar os trabalhos do grupo. Rosanne é professora do Colégio de Aplicação e ex-diretora da seção sindical.

Professores, entre os dias 23 de dezembro deste ano e 3 de janeiro de 2003, a Adufrj – Seção Sindical estará em recesso. Voltaremos ao expediente normal – de 8h30 às 17h30 – em 6/01/2003. A todos, um feliz Natal e um Ano Novo repleto de realizações e novas conquistas. É o que desejam a diretoria e os funcionários da Adufrj-SSind.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Adufrj-SSind

Assembléia aprova calendário de cobrança de mensalidades sobre 13º e Férias

Na última Assembléia Geral da Adufrj-SSind, foi discutida a sistemática da cobrança das mensalidades dos sindicalizados sobre os percentuais de Férias e 13º salário. A proposta apresentada pela diretoria foi aprovada e, em 2003, os professores contribuirão da seguinte forma: no mês de abril, junto dos salários de março de 2003, será feita a cobrança do percentual sobre o adicional de férias de 2002 – serão utilizados os valores nominais informados pela reitoria relativos ao pagamento de férias de 2002; no mês de junho, será feito o desconto sobre o adicional de férias de 2002 nos salários de junho, que serão pagos no início de julho. No mês de janeiro de 2003, ainda, será feita a cobrança da mensalidade da Adufrj-SSind relativa ao 13º salário de 2002. Isto significa que, em janeiro, o sindicalizado estará efetuando dois descontos: o da mensalidade de dezembro mais o correspondente ao 13º salário de 2002. A partir de 2003, também será feito o desconto sobre o 13º salário somente no mês de janeiro do ano seguinte.

Nova AG para discutir Setor das IFES

Os professores presentes decidiram que será necessária a realização de uma nova assembléia para que sejam atualizados os informes relativos à mudança concreta de governo, com a posse do presidente eleito Lula, no início do mês, antes da realização da Reunião do Setor das Federais do Andes-SN, nos dias 11 e 12, em Brasília. Foi solicitado que a pauta emergencial de reivindicações do Sindicato, que tem sido apresentada em reuniões com a equipe de transição do novo governo, fosse divulgada para os docentes da UFRJ antes da próxima AG que, em princípio, deverá ocorrer na quinta-feira, dia 9 de janeiro (ver chamadas na capa). Nesta edição, publicamos um encarte especial com a pauta de reivindicações emergenciais do Andes-SN e, também, o documento entregue pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), da qual faz parte o Andes-SN, à equipe de transição do governo Lula, em reunião no dia 5 de dezembro. Neste texto estão contidas todas as questões relativas ao setor público no que tange às reivindicações dos servidores e, também, dos servidores da educação e das universidades. Na próxima assembléia, além da discussão sobre a participação da seção sindical na reunião, também serão indicados o delegado e os observadores para o encontro do setor das Federais.

Adufrj-SSind discute democracia e novas eleições para reitor

Na AG, também foi discutida a ida do reitor Carlos Lessa para a presidência do BNDES, a convite do presidente eleito. Os professores presentes consideraram prematuro deliberar sobre uma posição formal da seção sindical. Mas, ainda assim, todos defenderam que, caso Lessa deixe o cargo de reitor, sejam realizadas novas eleições com ampla participação da comunidade universitária na formulação de um projeto para a UFRJ.

Movimento

CUT define seu papel no governo Lula

Definir o papel da Central Única dos Trabalhadores (CUT) diante do governo Lula. Essa vai ser uma das tarefas do 8º Congresso Nacional da entidade, que será realizado entre os dias 27 e 31 de maio de 2003, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo (SP).

Não bastasse a importância da relação que vai ser estabelecida entre a CUT e o governo eleito, assuntos como as reformas agrária, da previdência, tributária e trabalhista também serão avaliados pelos delegados eleitos nos sindicatos filiados à Central, entre os quais se inclui o Andes-SN.

Calendário

As normas e orientações do 8º Concut já se encontram disponíveis na página eletrônica da CUT (www.cut.org.br/8concut.htm). O dia dez de fevereiro de 2003 é o prazo final para a entrega de textos para subsidiar o debate na capital paulista. Em 7 de março, deverá ser divulgado o texto-base do evento sindical.

Eleição de delegados

De 13 de março a 13 de abril foi fixado o período de realização das assembléias nos sindicatos e reuniões dos conselhos ou direções para eleição dos delegados ao 8º Concut. Entre 13 de abril e 4 de maio, realizam-se os congressos estaduais da CUT. O dia 7 de maio foi agendado como prazo limite para inscrição de delegados ao 8º Concut.

Resenha

Inovação não será votada este ano

Uma boa notícia foi divulgada na página, www.andes.org.br, em 18/12. O polêmico projeto de lei de Inovação Tecnológica (PL 7282/02) não terá mais condições de ser votado em 2002, apesar de estar tramitando em regime de urgência. No momento, o PL aguarda diversos pareceres: das comissões de Ciência, Tecnologia, da Comunicação e Informática; da Constituição, Justiça e Redação; da Educação, Cultura e Desporto; do Trabalho, Administração e Serviço Público e da comissão de Finanças e Tributação.

Projeto tucano para setor farmacêutico

Começou tramitar no Congresso Nacional o PL 7470/02, do deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), que trata da Política Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Farmacêutico. A Coordenação do grupo de trabalho de C&T do Andes-SN volta a lembrar que o governo FHC tenta a aprovação, nos últimos dias de seu mandato, de reformas e projetos polêmicos que se encontram na gaveta. A coordenação pede ainda para que os GTs de C&T das seções sindicais façam uma avaliação deste PL.

Fórum Nacional de Educação

Matéria da Folha de S. Paulo (17/12) informa que o Partido dos Trabalhadores vai sugerir um pacto para viabilizar a Educação, quando estiver no poder. Nos cem primeiros dias de governo Lula, deve ser criado um Fórum Nacional do setor e terá início um programa amplo de alfabetização. As recomendações estão no relatório preparado pelo grupo de educação na equipe de transição do PT.

Lobby forte das particulares

Ao que parece, o *lobby* das universidades particulares começou a fazer efeito sobre o governo eleito. Em vez de anunciar investimentos nas instituições públicas, o prefeito de São Carlos (SP) e responsável pelo programa petista de educação, Newton Lima Neto, informou uma outra "saída" para o ensino superior. A idéia do petista é financiar 600 mil alunos: 2/3 na forma de crédito educativo (dinheiro emprestado e pago depois do final do curso) e 1/3 como bolsa universitária (paga com trabalho comunitário).

Amaral defende soberania em Alcântara

Depois de ver a pasta da C&T ser tratada como mera "moeda de troca" pelo governo eleito, a sociedade brasileira começa a sentir algum alívio: o futuro ministro Roberto Amaral (atual secretário-geral do PSB) anunciou, antes mesmo de ser confirmado no cargo, que defende a revisão do acordo entre Brasil e EUA para o uso da base de Alcântara (MA). Amaral quer restabelecer a soberania do Brasil no local, garantindo, por exemplo, o acesso dos brasileiros à tecnologia americana (O Globo, 17/12).

Retrospectiva 2002

Eleições mobilizaram a Adufrj-SSi

No ano em que o Brasil ele3geu o ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva presidente da República, o movimento docente esteve presente em todas as frentes de luta contra as reformas liberais do governo FHC no setores do Estado, da educação e da seguridade públicas. Foi também um ano de retomada da institucionalidade para a UFRJ com a nomeação de um reitor escolhido pela comunidade universitária. Nos cenários nacional e local, o Andes-SN e a Adufrj-SSind realizaram também eleições para as respectivas diretorias.

Nesta e nas próximas páginas, poderemos relembrar alguns dos momentos mais importantes vividos por professores, estudantes e funcionários das universidades públicas durante os últimos doze meses.

Guilherme Lessa

Guilherme Lessa

Miguel Papi

Janeiro

Logo no início do ano, a comunidade ainda lutava contra as arbitrariedades do então reitor José Vilhena. A última sessão do Conselho Universitário de 2001 tornara sem efeito a distribuição de vagas para concurso de docentes do quadro efetivo, feita no final de 2001 pelo interventor. No dia 10 de janeiro, os conselheiros se reuniram informalmente (Vilhena desconvocava sistematicamente as sessões ordinárias) e deram início à discussão do processo eleitoral para a escolha de um novo dirigente.

No dia 16, com o apoio da Adufrj-SSind e do Sintufrj, os alunos realizaram um ato contra o funcionamento do Bingo Botafogo (instalado irregularmente, em terreno da universidade).

A seção sindical participou também da segunda edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, realizado de 31 de janeiro a 5 de fevereiro.

As entidades Adufrj-SSind. Sintufrj, DCE e APG promoveram o seminário "Uma outra UFRJ é possível" com temas como a autonomia e suas relações com a democracia, o financiamento e a política acadêmica da instituição, nos dias 22, 23 e 24. O seminário foi uma iniciativa da comunidade de debater um projeto das entidades para a universidade, que seria posteriormente apresentado aos candidatos à eleição para

Abril

No d
públicos
Campa
unificad
cações e
emerger
perman
vimento

Nos
SSind p
gresso N
(em São

Fevereiro

Um coquetel, no dia 19, festejou a inaugu
novas instalações da sede da Adufrj-SSin
anos de comunicação da entidade com a co
universitária (na ocasião, foi lançado o CD-
publicações da seção sindical desde 1979). N
uma assembléia geral da seção sindical apro
assessoria jurídica da entidade promovesse
contra o funcionamento do Bingo Botafogo

Na última semana do mês, nos dias 23 a 28
SN realizou o seu 21º Congresso Nacional,
do Rio Grande (RS), com o tema *Projeto H*
Educação: a luta do sindicalismo classista.
gresso, foram lançadas as duas chapas que
ram nas eleições nacionais do Sindicato, n
maio: A chapa *Andes Autônoma e Democra*
veio a vencer o pleito, e a chapa *Uma nova*
Possível: Plural e de Luta.

ind, o Andes-SN, a UFRJ e o país

Guilherme Lessa

Março

Neste mês, a comunidade elegeu, com 85% dos votos válidos, Carlos Lessa como novo reitor da UFRJ. Professores, estudantes e funcionários puderam acompanhar pelos jornais da Adufrj-SSind os debates oficiais realizados durante a campanha para a escolha do reitor. Em conjunto com as demais entidades representativas da UFRJ, a seção sindical publicou também as propostas dos movimentos para o futuro reitor da universidade. No dia 21, o colégio eleitoral da universidade referendou a indicação de Lessa e Sérgio Fracalanzza (como vice-reitor) para a reitoria.

Ainda neste mês, jornal da Adufrj-SSind publicou reportagem sobre as péssimas condições de moradia dos estudantes do alojamento do Fundão.

Manuella Soares

Manuella Soares

l

lia 16, os servidores
s federais lançaram a
nha Salarial 2002
la. Uma das reivindi-
era o reajuste salarial
ncial de 25,42%, que
ece na pauta dos mo-
os.
dias 23 a 26, Adufrj-
articipou do 4º Con-
Nacional de Educação
Paulo).

Manuella Soares

Kelvin Melo

uração das
d e os 23
munidade
ROM das
Neste mês,
ovou que a
uma ação
o.
, o Andes-
na cidade
istórico e
No Con-
concorre-
o mês de
ática, que
a Andes é

Maio

Adufrj-SSind organizou as eleições para a diretoria do Andes-SN na UFRJ, que contou com 642 votantes. Em todo o país, a Chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática ganha com folga. Em depoimento ao jornal da Adufrj, na ocasião, o presidente eleito, Luiz Carlos Lucas, disse que o resultado expressou o reconhecimento do trabalho da diretoria nacional anterior. A Chapa 1 venceu a concorrente *Uma nova Andes é Possível: Plural e de Luta* com 58,32% dos votos válidos em todas as seções sindicais e escritórios regionais.

No dia 20, em edição paralela à Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária, a Adufrj-SSind mediou, na UFRJ, a mesa "A cultura, mística e os movimentos sociais", no Salão Nobre da Decania do Centro de Tecnologia. A Seção sindical participa também da I Mostra de Imprensa Sindical Brasileira (1988-2002), promovida pela CUT-RJ.

Retrospectiva 2002

Manuella Soares

Junho

A Adufrj-SSind lançou campanha de sindicalização dos professores concursados.

Nos dias 17, 18 e 19 foram realizadas as eleições para a diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. A chapa única "Adufrj – Transparência, Autonomia e Democracia" foi eleita pelos professores da UFRJ com 505 dos votos válidos – houve, ainda, 15 votos em branco e dez nulos.

Nos dias 21 a 23, o Andes-SN realizou seu 44º Conselho de Seções Sindicais e Associações Docentes (Conad), em Florianópolis (SC), com o tema *Transformar a sociedade e a educação: a mesma luta*. Na evento, a diretoria eleita para o biênio 2002/2004 tomou posse em cerimônia com auditório lotado e na presença de vários representantes dos movimentos sindicais e sociais do país.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Assembléia Geral 13/6 13:30
Só falta você!
Adufrj-SSind lança campanha de sindicalização para novos professores concursados e solicita a atualização do cadastro dos docentes já sindicalizados

Alcântara é dos brasileiros: em 24 de junho, os movimentos sociais e sindicais organizaram uma grande manifestação no Teatro João Caetano, no Rio, contra a entrega da Base Militar de Alcântara para o governo dos Estados Unidos, um acordo encaminhado pelo governo FHC para aprovação no Congresso Nacional.

Guilherme Lessa

Julho

Para marcar o fim da intervenção do MEC na UFRJ foi realizado o ato "Xô, Vilhena!" nas escadarias do prédio da reitoria. Funcionários, estudantes e professores lavaram a entrada do local com água, sabão, vassouras e sal grosso, para "limpar" os quatro anos de autoritarismo de Vilhena.

A Adufrj-SSind lança uma publicação especial com o balanço das atividades da entidade durante a gestão de1999/200.

Carlos Lessa assume a reitoria em sessão solene do Conselho Universitário, no Auditório do Centro de Tecnologia (12). Na ocasião, o então presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, entrega documentos de análise crítica do Andes-SN das propostas do governo e da Andifes para a universidade.

No dia 19, foi a vez de a nova diretoria da Adufrj-SSind realizar uma cerimônia de posse no Salão da Congregação da Escola de Música, com a presença de vários representantes de outras seções sindicais, da Regional Rio do Andes-SN, dos estudantes e dos funcionários, além da presença do reitor Carlos Lessa. A posse oficial foi realizada em Assembléia Geral, no dia 24.

No final do mês, em uma sessão extraordinária, presidida pelo novo reitor, o Conselho Universitário fez alterações no regimento da universidade dando poderes ao colegiado de legislar, se auto-convocar e definir sua pauta para discussões e deliberações.

Guilherme Lessa

Agosto

Em 5 de agosto, a UFRJ tem a luz cortada pela concessionária de serviços de energia Light por falta de pagamento de contas deixadas pela reitoria anterior, uma dívida de mais de R$ 7 milhões. A comunidade se revoltou com a arbitrariedade da prestadora privatizada que causou grandes prejuízos às atividades e ao patrimônio da universidade. As entidades se manifestaram reivindicando que o governo federal repassasse a verba necessária à quitação da dívida para a instituição e reclamou da falta de transparência na administração das contas da universidade e da falta de verbas para as instituições públicas.

No dia 8, a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, entrega a Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira ao reitor da UFRJ, em sessão ordinária do Conselho Universitário.

Nos dias 12 e 13, a UFRJ sediou uma reunião da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Na ocasião os movimentos universitários protestaram contra o projeto de Lei Orgânica da entidades dos reitores.

No dia 14, a diretoria da seção sindical participa da primeira reunião do Comitê contra Alca da UFRJ, formado pelos movimentos da universidade. O Comitê ajudou a organizar a participação da comunidade no plebiscito popular contra Área de Livre Comércio das Américas, realizado em setembro.

No dia 22, a Adufrj-SSind marcou presença na cerimônia de nomeação coletiva dos professores concursados em 2002, no Salão Azul, no prédio da reitoria. Na ocasião, a seção sindical distribuiu fichas de sindicalização para os novos docentes.

No final do mês (29), o Consuni repara as injustiças cometidas pela professora Speranza França na direção da Faculdade de Educação. O colegiado determinou a revogação de atos da diretora, como pôr em disponibilidade servidores. Estes foram reintegrados às suas atividades, normalizando o funcionamento de setores estratégicos da Unidade.

Para marcar o dia Nacional de Luta pela Campanha Salarial dos Servidores (28), professores fazem panelaço em frente ao Colégio de Aplicação na Lagoa.

Manuella Soares

Guilherme Lessa

Kelvin Melo

Guilherme Lessa

Setembro

De 1 a 7 de setembro, a comunidade da UFRJ participou do Plebiscito Nacional contra a Alca que apurou 10 milhões de votos em todo o país contra o acordo multinacional. A Adufrj-SSind participou ativamente da organização das urnas nos *campi* da universidade. Só no Rio de Janeiro, um milhão de pessoas disseram não à Área de Livre Comércio das Américas

Neste mês, a reitoria da UFRJ anunciou seus planos de segurança para o *campus* do Fundão. Os projetos que envolviam a instalação de grande aparato policial e militar em território universitário foi publicizado pelos jornais da seção sindical e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da universidade (Sintufrj).

Nos dias 11 a 13, o Andes-SN realizou seu terceiro seminário sobre Ciência e Tecnologia, em Curitiba (PR). Já neste momento, o movimento docente fazia críticas contundentes ao projeto de Inovação Tecnológica do governo federal.

Guilherme Lessa

Outubro

No dia do professor, o Grupo de Trabalho sobre Seguridade Social da Adufrj-SSind organiza seminário sobre a Saúde do Professor. O evento, realizado no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, contou com sindicalistas, especialistas e pesquisadores no assunto.

Em Natal (RN), o Grupo de Trabalho Comunicação e Artes do Andes-SN realizou debate sobre a introdução da tecnologia digital nas telecomunicações no Brasil e as implicações da entrada de capital estrangeiro no setor de comunicações, aprovada pelo Congresso Nacional. O evento aconteceu nos dias 18 e 19 e contou com a presença da equipe de comunicação da seção sindical e da presidente da entidade.

No dia 18, a Adufrj-SSind, junto das demais entidades da comunidade, inicia uma série de debates sobre Segurança na Universidade. O evento contou com a presença do vice-reitor, Sérgio Fracalanzza, e do deputado estadual Hélio Luz.

Na sessão do dia 24, o Conselho Universitário recusa a proposta de instalação de um batalhão da polícia militar no Fundão, além de outros aparatos policiais. O colegiado aprovou apenas a instalação de um polígono de segurança com duas viaturas da PM, uma parada e outra circulando pelo *campus*.

No Domingo 27, 52 milhões de brasileiros elegeram Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República. A vitória do candidato da oposição e a derrota do representante do governo FHC, José Serra, foi comemorado nas ruas de todo o país.

No último dia do mês (31), manifestantes de toda a América Latina se reuniram na cidade de Quito, no Equador, para protestar contra a Alca durante a 7º Reunião Ministerial da Área de Livre Comércio. O Andes-SN esteve representado na manifestação. No Rio, manifestantes também foram às ruas protestar contra o acordo econômico entre os países.

Novembro

Nos dia 1 a 3 de novembro, o Andes-SN realizou seu 45º Conselho Nacional (Conad), com representantes de 53 seções sindicais do país. A tônica dos debates foi a vitória do candidato petista para a presidência da República e a necessidade de manter as mobilizações das categorias e movimentos sociais para reforçar a luta pela justiça social no país e a manutenção e a ampliação das conquistas dos trabalhadores.

No dia 19, alunos e pais do Colégio de Aplicação da UFRJ protestaram contra a instalação de uma antena de telefonia celular no pátio da escola. A antena foi posta irregularmente na escola há mais de cinco anos.

No dia 21, o Maracanãzinho foi palco do I Congresso Estadual de Educação. A Adufrj-SSind acompanhou a abertura do evento cujo objetivo era o de formular o Plano Estadual de Educação sob a orientação do 4º Congresso Nacional de Educação. O evento foi organizado pelo Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública.

Em 22, em Assembléia Geral da Adufrj-SSind, os professores se posicionaram contrários à fragmentação da educação e a ida do ensino superior para a alçada do Ministério da Ciência e Tecnologia, proposta que estaria sendo articulada pela equipe de transição do novo governo e estava sendo veiculada pela imprensa tradicional.

No dia 26, a UFRJ realizou a abertura das 24ª e 14ª Jornadas de Iniciação Científica e Cultural, respectivamente.

No dia 6, a Adufrj-SSind conseguiu liminar na Justiça garantindo aos professores o prazo de até 31 de janeiro de 2003 para a entrega de seus relatórios para efeito de avaliação para recebimento da GED 2002. A liminar também garantiu aos professores a entrega dos relatórios em papel, manuscrito ou datilografados, e o recebimento de um comprovante por parte dos responsáveis da Comissão de Avaliação no ato da entrega dos dados.

Kelvin Melo

Dezembro

No início do mês, a Adufrj-SSind conseguiu liminar favorável na Justiça ao adiamento dos prazos de entrega dos formulários para avaliação da GED/2002. A Comissão de Avaliação de Desenpenho Docente tem que aceitar até dia 31 de janeiro de 2003 os formulários que podem ser apresentados em papel.

Nos dias 5 e 7, a seção sindical participa do II Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria das Três Esferas, realizado em Luziânia (GO).

No dia 5, a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais entrga à representantes da equipe do governo Lula documento com as reivindicações e expecativas da categoria para o próximo período (veja encarte desta edição).

No dia 11, a Comissão de Amazônia e de Desenvolvimento Regional aprova requerimento que solicita ao presidente da República a retirada do acordo que cede o território de Alcântara aos Estados Unidos. Esta foi uma vitória importante para a soberania do povo brasileiro e os movimentos sociais esperam que o próximo governo não entregue ao governo americano a Base Militar de Alcântara.

No dia 19,o Conselho Universitário aprova uma licença para que o reitor Carlos Lessa. O Consuni define a licença por um período de 90 dias, posterior abertura de processo eleitoral para escolha de novo dirigente. A diretoria da Adufrj-SSind defendeu um processo eleitoral democrático, paritário e com ampla participação da comunidade.

Colegiados

Lessa diz que não volta a ser reitor depois de assumir mandato no BNDES

UFRJ deve escolher nova reitoria em 2003

A diretoria da Adufrj-SSind entregou Carta Aberta à Comunidade da UFRJ (leia na capa desta edição) durante sessão extraordinária do Conselho Universitário na última quinta-feira, dia 19/12, quando foi aprovada uma licença para que o reitor Carlos Lessa deixe o cargo para assumir a presidência do BNDES, no próximo governo. O Consuni aprovou uma licença por 90 dias para o reitor, a partir de 1º de janeiro de 2003. Durante este período, o vice-reitor, Sérgio Fracalanzza, assume a direção da instituição e a universidade deverá se preparar para uma nova eleição para a reitoria, a partir de março, quando expira o prazo aprovado para a licença e se inicia o período de vacância do cargo, de 60 dias.

A presidente da seção sindical, Cleusa Santos, referenciando-se nas práticas democráticas do movimento, defendeu que a discussão sobre o processo eleitoral que se dará em 2003 aconteça com a participação de toda a comunidade universitária. Como foi explicitado na carta lida pela professora, a entidade defende uma consulta à comunidade com a participação das três categorias, com seu resultado referendado pelo Colégio Eleitoral e a nomeação do mais votado.

A proposta de afastamento por período determinado foi proposta pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva, no dia 17/12. Antes de os integrantes do Consuni se manifestarem sobre o afastamento, Lessa relatou uma série de feitos da reitoria nos cinco meses em que esteve na direção da instituição. O professor fez questão de ressaltar a volta da normalidade institucional, após quatro anos de intervenção federal, vividos pela comunidade durante o mandato de José Vilhena. Segundo Lessa, foram realizadas, nesse pequeno período, 65 reuniões de colegiados superiores (CEG, CEPG e Consuni – este último realizou 19 sessões) e 46 de conselhos de Centros. "Todas as atas foram aprovadas e estão à disposição da comunidade", destacou, dizendo que quem quer que venha a assumir a reitoria não terá mais coragem de desrespeitar as instâncias superiores. Lessa lembrou que o Consuni reformulou seu estatuto e agora o colegiado tem poder de auto-convocação, de determinar sua pauta e propor resoluções para deliberação.

Técnico-administrativos

Os cinco representantes dos servidores técnico-administrativos defenderam que o vice-reitor, Sérgio Fracalanzza, assumisse a reitoria e que fosse dada licença sem prazo determinado para Lessa. Os servidores argumentaram que uma eleição nos primeiros meses de 2003 poderia desfazer o clima de harmonia institucional criado a partir da candidatura e da eleição da reitoria Lessa e levantar velhas disputas de grupos políticos que, na opinião da bancada dos técnicos, não seriam produtivas para a universidade, neste momento.

Estudantes

Os representes do Diretório Central dos Estudantes defenderam a licença do reitor com prazo determinado e a abertura do processo eleitoral, a partir de março de 2003. A representante da Associação dos Pós-Graduandos, Gilda Moreira, se absteve das votações por entender que não poderia tomar uma posição sem antes ter consultado seus representados.

Articulações

Apesar de a notícia da saída de Lessa ter circulado na imprensa apenas por alguns dias, antes da definição oficial do reitor e da decisão do Consuni, vários boatos já começaram a circular nos corredores da universidade a respeito da sucessão. Apenas duas candidaturas se expressaram publicamente na sessão do Colegiado, na quinta-feira. O professor do Instituto de Economia Aloisio Teixeira informou, durante a sessão, que esteve, na manhã daquele mesmo dia, conversando com o professor da Coppe, Pinguelli Rosa. Segundo Aloisio, os dois concordaram que, caso Fracalanzza assumisse a reitoria, dariam todo o apoio à decisão do conselho. O professor informo, ainda, que caso ele ou Pinguelli venham a se tornar candidatos que ambos abririam mão de "velhas" disputas e conversariam, novamente, podendo convergir para uma única candidatura.

Professores, entre os dias 23 de dezembro deste ano e 3 de janeiro de 2003, a Adufrj – Seção Sindical estará em recesso. Voltaremos ao expediente normal – de 8h30 às 17h30 – em 6/01/2003. A todos, um feliz Natal e um Ano Novo repleto de realizações e novas conquistas. É o que desejam a diretoria e os funcionários da Adufrj-SSind.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

ENCARTE SPF

EDIÇÃO DE
23 DE DEZEMBRO
2 0 0 2

Servidores Públicos Federais encaminham reivindicações ao governo Lula

Por tudo o que o governo em fim de um longo mandato de oito anos impôs aos servidores públicos federais, a derrota do candidato de FHC nas recentes eleições foi motivo de festa para todo o funcionalismo. Por outro lado, a candidatura vitoriosa do ex-sindicalista Lula também não pode representar um relaxamento na defesa das causas justas dos servidores e de toda a sociedade. Até porque algumas das propostas do governo eleito veiculadas pela imprensa colidem frontalmente com os direitos dos trabalhadores.

Para deixar claro aos novos dirigentes da Nação o que o funcionalismo quer, a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais entregou à equipe de transição, no início de dezembro, um documento com as reivindicações da categoria. O conteúdo deste texto foi reproduzido, na íntegra, neste encarte, nas páginas a seguir.

Os SPF fazem referência, entre outros pontos, ao proceso de reestruturação dos serviços públicos, ao reconhecimento do 1º de maio como data-base do funcionalismo federal, à defesa dos direitos sindicais e à defesa da Seguridade Social e da Educação. Também são assinaladas questões relativas às políticas salariais, como a incorporação da Gratificação por exercício de Atividade Executiva (GAE), o pagamentos integral de valores decorrentes de sentenças judiciais e o pagamento imediato e integral dos 28,86% concedidos aos militares, legislativo e judiciário, entre outras.

A CNESF, que elaborou as reivindicações após vários debates realizados por todas as entidades representativas dos servidores, solicitou ainda uma agenda de reuniões com o novo governo para tratar destas questões.

Propostas do Andes-SN

Na última página deste encarte, os professores da UFRJ também podem tomar conhecimento das propostas de medidas emergenciais do Andes-SN solicitadas ao Núcleo de Educação do PT e também a representantes da equipe de transição, no fim de novembro. A suspensão do Programa de Qualificação Institucional (PQI) e a ampliação do número de bolsas do PICDT; o reconhecimento do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira como documento de referência política do setor e a investigação sobre autorizações de cursos concedidas desde 2000 são algumas das reivindicações do Sindicato Nacional.

Documento da CNESF à equipe de transição

Brasília, 5 de dezembro de 2002.

Excelentíssimo Senhor
Presidente Eleito da República Federativa do Brasil
A/C Equipe de Transição do Governo Eleito

Prezados Senhores:

As Entidades que compõem a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais – CNESF (ANDES-SN, ASSIBGE, CONDSEF, FASUBRA-Sindical, FENAFISP, FENAJUFE, FENASPS, SINASEFE, UNAFISCO Sindical e CNTSS) têm um papel fundamental em prol dos direitos dos trabalhadores, em particular do serviço público, e em defesa da soberania nacional, hoje ameaçada pela ALCA, FMI, Banco Mundial, OMC e por outros organismos financeiros internacionais que acentuam o processo de concentração do poder e acirram as desigualdades sociais que resultam no aprofundamento da miséria e da pobreza do povo brasileiro.

Estas lutas mais generalizadas nos remetem a questões localizadas, como as que dizem respeito especificamente à caótica situação da classe trabalhadora brasileira, como resultante das políticas governamentais submissas aos interesses internacionais. Contextualizando, tem-se a greve dos SPFs, ocorrida em 2001, como reflexo de forte insatisfação dos trabalhadores do Serviço Público com as suas condições de trabalho. As perdas decorrentes de quase uma década de congelamento das remunerações, proventos e pensões, associadas a medidas coercitivas, como a regulamentação do direito de greve, somente têm aumentado o inconformismo dos servidores. De fato, a resistência dos SPFs reflete a luta da categoria pela garantia dos seus direitos, hoje ameaçados pelas políticas "econômicas e sociais" do atual Governo.

Destarte, no intuito de dar resposta aos desafios que lhe são impostos, o conjunto dos servidores públicos federais, de forma unificada, encaminham à equipe de transição do governo eleito algumas propostas e reivindicações da categoria, deixando claro que o documento aqui apresentado resulta de debates realizados por todas as entidades representativas dos SPFs e contém as principais medidas julgadas necessárias para garantir um Serviço Público com padrão unitário de qualidade.

A maior parte das propostas contidas no aludido documento faz parte do conjunto de reivindicações dos trabalhadores, ao longo desses últimos anos, e demonstra a luta da categoria contra o desmonte do serviço público. As interações comunicativas estão na base da democracia e as questões que os SPFs querem discutir são cruciais para o futuro do Serviço Público Federal. Com efeito, questões como reposição das perdas salariais, recomposição dos quadros de pessoal, garantia da seguridade e da previdência públicas, dos direitos sindicais e defesa do serviço público com qualidade, expressam eixos de reivindicação que estão no cerne do debate social e político brasileiro e mundial, embate este magnificado pelos efeitos negativos das políticas neoliberais.

Pelo exposto, solicitamos estabelecimento de uma agenda com o novo governo, onde possamos tratar das questões enunciadas. Por oportuno reafirmamos a necessidade de ações imediatas no que tange às questões emergências aqui pontuadas. Neste sentido, a expectativa das entidades que compõe a CNESF reside em uma resposta desta equipe frente às demandas emergenciais que necessitam ser incluídas no Orçamento de 2003.

Saudações sindicais

Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais

Defesa do serviço público

Na compreensão de que os serviços públicos - saúde, alimentação e nutrição, educação, habitação, transporte, saneamento, segurança, cultura e lazer - são fundamentais para a organização e estruturação da sociedade, numa perspectiva de assegurar efetiva distribuição de renda e o enfrentamento da questão social, reafirmamos serem estes responsabilidade do Estado e direito de todos os cidadãos. Nesse sentido, os Servidores Públicos Federais(SPFs), de forma unificada, apresentam aos Candidatos à Presidência da República, as propostas que se seguem, no intuito de que o novo governo assuma o compromisso de recomposição, revalorização e revitalização desses serviços, com qualidade e socialmente referenciado, concretizado em ações em prol desse patrimônio nacional.

1. SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

1.1. Processo de Reestruturação dos Serviços Públicos

A política de reestruturação dos serviços públicos foi anunciada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. É verdade que não foi aplicada como pretendida, no entanto, tal fato não ocorreu porque houve resistência do movimento sindical organizado.

São duas as bases centrais da política apresentada pelo extinto MARE: alterar a forma de propriedade e substituir o modelo de administração. Na alteração da forma de propriedade, dois movimentos eram apresentados: as privatizações, operada pelo programa de desestatização e as Organizações Sociais. Já, na alteração administrativa aparece o modelo gerencial como substituto do burocrático.

O Governo não avançou na implementação das Organizações Sociais, ou seja, segundo o Plano Diretor, propriedades públicas não estatais. Na verdade, propriedades privadas. Não concordamos com o conceito de terceiro setor que toma, hoje, a "ciência política contemporânea". E o atual Governo investiu em muito nessa idéia. Aparecem como Organizações Sociais em 1995; depois, como OSCIP, na Lei 9.790/

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL
SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753
DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

99. Aparece, ainda, no PL que propõe a criação dos Centros de Prestação de Serviços para todo o ministério da defesa. Em todos esses casos, a questão central é a alteração da forma de propriedade.Se tais alterações já eram menos perceptíveis que as privatizações diretas, que surgiam nos injustos leilões na Bolsa de Valores, a política que o Governo operou foi, ainda, mais invisível. Sem forças para avançar nas Organizações Sociais,(projeto que foi naufragando com o tempo e sem sucesso com a Lei das OSCIP, pois as ONGs não correram ao Ministério da Justiça para pedir qualificação, como pretendia o Palácio do Planalto,) o Governo concentrou-se nos Contratos de Gestão, apostando em alterações na forma de propriedade, através de extinções (DNER, SUDENE, SUDAM), ou do discurso da qualificação, privatizando (como ocorreu com a ANVISA, por exemplo), por meio do repasse de verbas, da reprodução aberta das terceirizações, dos empregos públicos, etc.

Portanto, se o Governo não avançou, como pretendia, com as Organizações Sociais, alterando a forma de propriedade das Universidades, do IBAMA, do INCRA, da FUNAI, da FUNASA e de outros órgãos, avançou com os contratos de gestão por meio das Agências Executivas. O Governo combina, por meio dessa política, alterações na forma de contrato de trabalho; das formas de propriedade; das gerências.

Mas, tais acontecimentos permitam que caia por terra o discurso governista contra o patrimonialismo que assola nossa formação social. Desconstrói, também, o demagógico discurso que se apresenta contra a corrupção. O que ocorreu nos órgãos públicos foi a concentração de poder, ampliando as chagas da corrupção e do patrimonialismo. Posicionamo-nos contrários a essa mudança. Queremos, sim, alterações, mas que apontem para a universalização dos direitos e dos serviços; ampliem o controle da população; fortaleçam os órgãos públicos e ação do Estado; que acabem com o modelo patrimonialista e mergulhado na corrupção. Tal formato só pode se constituir por meio da propriedade estatal.

Guilherme Lessa

SERVIDORES DEVEM MANTER A MOBILIZAÇÃO MESMO NO GOVERNO LULA

1.2 Reconhecimento da data-base dos Servidores Públicos Federais (SPFs) em 1º de maio

A data-base do funcionalismo, fixada em janeiro de cada ano desde 1989, vem sendo desconsiderada desde 1996 pelo atual Governo. A Emenda Constitucional (EC) 19/98 reafirmou a obrigatoriedade de uma data-base anual, com revisão geral de índices para todos os servidores. Desde junho de 1998 os servidores aguardam o cumprimento do contido no art. 37, X da CF. E a regulamentação desse dispositivo deve ser alterada mediante a fixação de uma data-base anual coincidente com a do reajuste do salário-mínimo, **o dia 1º de maio, símbolo da luta internacional dos trabalhadores pelo reconhecimento de seus direitos**. Assim, aplicada a data-base anual a partir da vigência da EC 19/98, em maio de 1999 os servidores teriam seus vencimentos reajustados; e em maio de 2000, novamente. A revisão salarial aplicada em janeiro de 2002, de 3,5%, com base na inflação futura, foi insuficiente para recompor as perdas da categoria conforme dados do DIEESE e do próprio governo. A revisão geral anual atende ao que determina a nova redação do art. 37, X da Constituição Federal (CF), e não constitui favor ou benesse do governo, mas o cumprimento do preceito constitucional e da vontade expressa pelo Congresso Nacional. Podemos afirmar que o decreto que estabelece a data base em 1º de janeiro desconsidera a reivindicação histórica dos trabalhadores em relação à revisão de salários em 1º de maio.

1.3. Compondo o processo de negociação

Reiteradas vezes, logo após encerrados os movimentos reivindicatórios dos servidores, o governo "esquece" os compromissos assumidos. Em oito anos de mandato, FHC negou-se a receber e negociar com os Servidores. É necessário reabrir o processo de negociação geral. Esperamos que o próximo Governo acene nessa direção. O fato é que o Brasil é um dos poucos países do mundo, onde o serviço público não consta com o Acordo Coletivo. Os servidores públicos são trabalhadores, organizados em Entidades Classistas, e como tais, devem ser vistos. Portanto, esperamos que seja instaurado o Acordo Coletivo e respeitadas as representações dos trabalhadores do serviço público.

2. DIREITOS SINDICAIS

2.1.Direito de Greve, Lei anti-greve e Autonomia Sindical

O Governo FHC investiu em desregulamentar o que deveria ser regulamentado e regulamentar o que não carece de Leis. Essa equação promoveu retirada de direitos e a apresentação de um Projeto de Lei (PL) que busca "regulamentar"a greve dos servidores. É, na verdade um instrumento para destruir as Entidades Classistas e impossibilitar as legítimas ações de reivindicação dos trabalhadores. Tal fato gerou um movimento de várias apresentações de projetos sobre a matéria. São proposições que não interessam ou não atendem às idéias e práticas dos sindicatos de servidores. No lugar de preocupações sobre políticas de proibições, deve-se pensar, imediatamente, na constituição da abertura do acordo coletivo e das negociações, constituindo datas-bases sérias que sejam respeitadas pelo Governo. Nesta ótica, defendemos:

- A garantia do Direito Constitucional de Greve e da Autonomia Sindical, com a imediata retirada do pacote anti-greve;
- O estabelecimento de espaços de negociação sindical permanentes nos diversos setores dos SPFs;
- O reconhecimento da importância do exercício da atividade sindical para o aperfeiçoamento da democracia, garantindo a liberação dos dirigentes com remuneração;
- A garantia, conforme preceituado na CF, do desconto em folha de mensalidades e outras eventuais taxas aprovadas pela categoria, sem ônus para as entidades sindicais;

2.2.Direito à Organização por Local de Trabalho

- Garantia de acesso dos dirigentes nos locais de trabalho para a realização de reuniões;
- Espaço para divulgação de materiais do sindicato;
- Liberação de representantes por local de trabalho para participação em atividades sindicais;
- Espaço de negociação permanente acerca de questões locais;

2.3.Acesso aos cargos do Serviço Público apenas por concurso público - Lei 8112/90 - Regime Jurídico Único (RJU)

É fundamental reafirmar o princípio constitucional contido no art. 37, II da CF, ainda mais quando proliferam as situações de contratação temporária por excepcional interesse público – descaracterizando-se a temporariedade pela sucessiva prorrogação de contratos, e a excepcionalidade pela sua banalização, conforme se verifica na

MP 1.887-45, que está em sua 46ª reedição. Além das diversas hipóteses de contratação que vem sendo abusivamente utilizadas, para substituir pessoal concursado, ou satisfazer necessidades que deveriam ser resolvidas mediante a nomeação de servidores efetivos; contratos com empresas prestadoras de serviço por meio das quais são contratados **sem concurso** servidores que, na maior parte dos casos, vêm executando tarefas típicas dos órgãos, **o que contraria orientação do Tribunal de Contas da União e decisões da Justiça Federal**. Finalmente, é absolutamente perversa e contrária ao interesse público a utilização de convênios com organismos internacionais, especialmente o PNUD, por meio dos quais têm sido contratados "consultores" e "assistentes" vinculados a projetos específicos custeados majoritariamente com dotações orçamentárias, onde são contratados **sem concurso** servidores que, muitas vezes, permanecem vinculados durante vários anos a tais projetos. Tais fórmulas aparentemente "legais" são, na verdade, fraudadoras da CF, além de demonstrarem claramente a discriminação do servidor público, que na maioria dos casos recebe remuneração inferior à do pessoal contratado por essas formas irregulares.

2.4.Processos de convocação dos aprovados nos concursos já efetuados e garantia de reposição de pessoal nas vagas existentes

A suspensão da convocação de candidatos aprovados em concursos públicos determinada pelo Decreto 2.983/99 é completamente desarrazoada e contrária ao interesse público. Engessa, sob o único argumento de que é necessário reduzir ou conter o gasto com pessoal, a nomeação de pessoal já concursado para áreas essenciais, assim como a realização de novos concursos públicos. As universidades federais e a rede federal de ensino profissional, assim, são cada vez mais forçadas a utilizar-se de contratações temporárias, de maneira fraudulenta, para satisfazer necessidades permanentes. A redução de quadros verificada, desde

Samuel Tosta

A GREVE DE 2001 MOSTROU A FORÇA DO FUNCIONALISMO

1989, por força de políticas similares, supera 250.000 servidores, que hoje, no Poder Executivo, são apenas pouco mais de 400.000. Instituições como o INSS, INPI, Ministério da Saúde, agências reguladoras e outros também são sucateadas, por não disporem de quadros suficientes, e estarem ao mesmo tempo proibidas de realizar concursos. Além de impedir o Estado de aparelhar-se devidamente para cumprir suas obrigações, a medida frustra expectativas por parte dos cidadãos que concorreram e lograram aprovação nesses concursos, e que aguardam a chance de assumir seus cargos e exercer suas atribuições, contribuindo para o descrédito quando à seriedade dos concursos e dos próprios órgãos que os promoveram.

Além disso, urge estabelecer uma mesa para revisão e revogação da extinção de cargos, visando a reestruturação e recomposição dos cargos, bem como ampliar o alcance dos serviços públicos de qualidade à população.

2.5.Definição de Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os SPFs

A política de recursos humanos, definida pelo Plano Diretor e demais documentos do extinto MARE, negou, até onde foi implementada, o direito do conjunto do funcionalismo público a um plano de carreiras que observe os princípios do mérito e da profissionalização. A grande maioria dos servidores permanece vinculada a planos de cargos obsoletos, sem quaisquer incentivos ao desenvolvimento profissional. A política de capacitação, instituída pelo Decreto 2.794/98, além de não efetiva - posto que até o momento não implementada - é também ineficiente e inconsistente com a premissa de que a política de desenvolvimento deve ser associada à implantação de carreiras estruturadas, com conteúdos atributivos amplos, e adequadas à natureza das instituições públicas e suas competências. Da mesma forma, impõe-se que sejam estruturadas carreiras cujas remunerações observem aos critérios esboçados pelo art. 39 da CF, permitindo que observem a qualificação dos seus membros e a complexidade das tarefas, garantindo atratividade e retenção do servidor público, e art. 40, § 8º da CF, com estrutura de remuneração que garanta a paridade dos vencimentos dos aposentados e dos pensionistas com os vencimentos dos ativos.

2.6.Implantação de políticas que impeçam a discriminação de trabalhadores do Serviço Público por motivo de raça, gênero, idade, religião, opção sexual

O acesso aos cargos públicos, assim como o seu desenvolvimento em carreiras, e o acesso aos cargos e funções de confiança, devem ter como único critério o mérito. O princípio da isonomia (art. 5º da CF) não admite diferenciações em razão de raça, gênero, idade, religião, opção sexual ou quaisquer outras. Ações que promovam o avanço de grupos sociais devem ser implementadas, sempre com o sentido de ampliar oportunidades para os grupos marginalizados, notadamente os deficientes físicos, como aliás determina a CF, em seu artigo 7º, inciso VIII. Por isso, não é aceitável que a redação dada ao art. 37, II e ao art. 38, possa vir a dar margem a qualquer medida legal ou regulamentar no sentido de propiciar discriminação mediante a fixação de "requisitos diferenciados de admissão" ou realização de concursos públicos diferenciados "de acordo com a natureza e a complexidade do cargo".

2.7.Alocação de verbas suficientes para o atendimento qualificado do Serviço Público

É inaceitável que se inviabilize a prestação de serviços públicos ao cidadão por meio da destinação insuficiente de verbas. A proposta de Orçamento da União encaminhada ao Congresso Nacional para o ano 2002 não garante as dotações necessárias para a manutenção e ampliação do serviço público.

2.8.Reintegração dos demitidos e assegurar a manutenção dos anistiados pela Lei 8.878/94

A anistia concedida pela Lei 8.878/94 foi o resultado de uma intensa luta dos sServidores para reverter uma das maiores barbaridades cometidas pelo Governo Collor. No entanto, arbitrariamente o Governo FHC não apenas suspendeu a reintegração dos demitidos que tiveram seus processos apreciados pela Comissão de Anistia, como determinou a revisão de todos os processos, cancelando milhares de anistias já concedidas. Negando aos anistiados o direito ao contraditório e da ampla defesa, cometeu um duplo pecado, penalizando com uma segunda demissão servidores que já haviam sido prejudicados pela demissão arbitrária e irresponsável no Governo Collor. A reintegração dos anistiados é questão de justiça que precisa ser reconhecida pelo Governo, como demonstração não apenas de civilidade, como também de respeito à Lei.

Segundo Rui Barbosa, a anistia produz "**efeitos irrevogáveis, irretratáveis e incontestáveis".**

3. DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL

3.1. Manutenção da Previdência Social Pública Estatal

Defendemos uma Previdência Social Pública de qualidade, administrada pelo Estado. Previdência Social pressupõe uma política de confisco e distribuição de renda. É a garantia que a sociedade dá aos seus cidadãos de subsistência na velhice ou incapacidade laboral. Este papel é do Estado.

3.2.Orçamento digno para a Seguridade Social

Para garantir a Previdência Social Pública e Estatal, defendemos a elaboração de um orçamento específico para a Seguridade Social, desvinculado do Orçamento Fiscal, que seja executado pelo Governo e fiscalizado pela Sociedade.

3.3. Garantia de Auditoria independente na Previdência Social

Entendemos que somente uma auditoria independente nas contas da Previdência Social pode garantir um controle social efetivo sobre a execução do Orçamento da Seguridade Social sobre os repasses da União e sobre a verdadeira dimensão do "déficit" da Previdência Social.

3.4.Garantir o repasse das receitas arrecadadas pelo Tesouro Nacional para a Seguridade Social

É absolutamente inaceitável a prática, corriqueira nos últimos anos, de desvios de recursos da Seguridade Social, arrecadados pelo Tesouro, quer por meio do Fundo de Estabilização Fiscal, quer por meio da própria Lei Orçamentária, para o custeio de atividades estranhas à Seguridade Social. As receitas da Seguridade, definidas no art. 195 da CF, devem ser totalmente destinadas à garantia de direitos sociais e serviços nas áreas de saúde, assistência e previdência. Não existe déficit na Seguridade; as três áreas devem contar não apenas com suas fontes de recursos específica, mas, também, com dotações orçamentárias do Tesouro, como forma de capitalizá-la para o cumprimento dos seus compromissos futuros, decorrentes do envelhecimento da população e da necessária ampliação da cobertura da saúde, previdência e assistência social.

Guilherme Lessa

TEATRO JOÃO CAETANO FICOU LOTADO PARA ACOMPANHAR O ENCONTRO DE SEGURIDADE SOCIAL PÚBLICA, EM AGOSTO/2000

3.5. Garantia da manutenção dos direitos previdenciários constitucionais dos Servidores Públicos

A aposentadoria integral do servidor público, assim como a paridade entre ativos e aposentados, são direitos garantidos pela CF. O servidor ativo contribui com 11% sobre o total da sua remuneração durante sua vida laboral, o que, juntamente com a contribuição patronal – Estado – é suficiente para garantir a integralidade dos proventos de aposentadoria e pensão.

A implantação da Previdência Complementar certamente comprometerá os benefícios dos servidores, posto que a aprovação do PL 09, ainda em discussão no Congresso, poderá determinar um sistema de contribuição definida, o que, apenas, garante um ingresso conhecido, mas não um valor para o benefício. Ou seja, o servidor será obrigado a contribuir para um sistema que aplicará o dinheiro destinado à sua aposentadoria num mercado de alto risco como o de ações. Na hora de receber o benefício, poderá descobrir que não tem nada a perceber. Isto, porque serão considerados os valores que sobreviverem ao mercado financeiro, ao longo de 10, 20 ou 30 anos, o tempo de sobrevida estimado, taxas de administração e outras variáveis sobre as quais não tem controle.

Além disso, a Previdência Complementar significa a transferência de recursos da União e dos servidores para o setor privado, privilegiando um dos setores mais lucrativos da economia no Brasil e no mundo – a Previdência Privada.

3.6.Garantia de não contribuição dos Servidores Aposentados

Já a implantação da cobrança de contribuição previdenciária aos aposentados e pensionistas, além de inconstitucional, é perversa, pois é uma forma de redução de benefícios para os servidores públicos. Não é razoável nem moralmente justificável utilizar-se desta contribuição para tentar solucionar um eventual "déficit" da previdência dos servidores, pois os recursos para pagamento dos proventos de aposentadorias e pensões são oriundos do Tesouro.

Assim, o desconto de contribuição previdenciária destes servidores não diminui despesa, tão pouco aumenta receita. É, apenas, um jogo contábil para ajudar o Governo a cumprir as metas impostas pelo Fundo Monetário Internacional. Falar em déficit da Previdência dos Servidores seria a mesma coisa que falar em déficit de salário.

3.7.Garantia da aposentadoria especial

Desde 1998, os servidores públicos não podem usufruir do direito à aposentadoria especial, por exposição a agentes nocivos à saúde e condições insalubres, por falta de regulamentação.

A EC 20/98 exige lei complementar para o trato dessa questão, tanto para o servidor quanto para o segurado do RGPS. Essa lei deve ser instrumento efetivo para o exercício do direito, e não um meio para o seu cerceamento. É direito social que deve ser respeitado e materializado numa legislação tecnicamente correta, preservando a saúde do trabalhador, seja do setor público ou do setor privado, e assegurando a dignidade de sua existência.

3.8.Garantia do Controle Social nas políticas de Seguridade Social

Defendemos a revogação dos artigos da MP 1.799/99 que extinguem o Conselho Nacional de Seguridade Social e os Conselhos Estaduais de Previdência Social;

Além de ser matéria que não pode ser tratada por medida provisória, a extinção desses colegiados não, apenas, tolhe a participação social como demonstra um viés autoritário, que vê na participação e controle social uma forma de atuação política antagônica à democracia representativa, quando, na verdade, a democracia direta é complementar a ela. Trata-se de concepção neoliberal, que precisa ser rechaçada em favor de um projeto de Estado que opere na lógica da inclusão social e não da exclusão.

4. EDUCAÇÃO

4.1.Manutenção do Sistema Educacional Federativo

Primeiramente, entendemos de fundamental importância a manutenção do Sistema Educacional Federativo, Público, Gratuito de Qualidade e com Compromisso Social, bem como os recursos atualmente estabelecidos pela Constituição Federal.

4.2.A Luta em Defesa da Universidade Pública e pela Autonomia Universitária

A Constituição Federal assegurou, em seu art. 207, a Autonomia Didático-Científica e de Gestão Administrativa e Patrimonial para as Universidades.

Ao longo destes anos, as Insti-

tuições de Ensino Superior Públicas deste País vêm sofrendo um lento e inexorável processo de sucateamento e de privatização provocado por ações de governos que se sucedem, totalmente descompromissados com estas IES Públicas e submissos às orientações do FMI e do Banco Mundial.

Não bastasse a omissão do Governo, a Organização Mundial do Comércio(OMC), em suas resoluções, "determina" a mercantilização do Ensino Superior dos países "periféricos", redirecionando e transformando o "produto" da Universidade em serviços a partir das necessidades do mercado.

É necessário que seja assegurada a Autonomia Universitária nos termos da Constituição Federal. Assim, por princípio:

- Defendemos a auto-aplicabilidade do art. 207 da CF e lutamos pela não-edição de qualquer projeto infraconstitucional que vise à sua regulamentação;
- Defendemos a nomeação autônoma, pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), de seus Procuradores Jurídicos, com garantia de sua atuação igualmente autônoma, sem subordinação administrativa e jurídica à Advocacia Geral da União;

4.3.Revogação da Lei 9.192/96 – Escolha dos Reitores

Um dos pressupostos para o exercício da Autonomia Universitária é a Gestão Democrática que está estruturada nos pilares:

- Democracia da produção do conhecimento – Reconhecendo os saberes não hegemônicos produzidos na sociedade;
- Respeito e tratamento equânime e, no mínimo, paritário entre os membros da comunidade universitária no processo de escolha dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior e
- Consolidação dos Órgãos Colegiados e Conselhos Superiores com participação de representação da comunidade interna e externa.

A Lei 9.192/96, além de discriminar segmentos da comunidade universitária – estudantes e técnico-administrativos, estipulando pesos diferenciados para o voto, representa uma forte agressão à Autonomia Universitária. Nesse sentido, defendemos:

Guilherme Lessa

ATÉ CARREATAS FORAM REALIZADAS PARA CHAMAR A ATENÇÃO DA SOCIEDADE PARA OS PROBLEMAS DO SERVIÇO PÚBLICO NOS ÚLTIMOS ANOS

- A autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior para definição dos processos de escolha de seus dirigentes, sem qualquer interferência do governo, esgotando-se a escolha no âmbito de cada IES, a partir da definição contida nos seus estatutos . Revogação da Lei 9.192/96;

4.4. Revogação da Lei 9.131/96 - Provão e Decreto 2.026/96

O processo de avaliação das IES, deve ocorrer em dois momentos, de forma contínua, contemplando o processo de construção do conhecimento:1) Auto-avaliação e 2) Avaliação interna e externa.

O instrumento de "avaliação" disciplinado pela Lei 9.131/96 – PROVÃO, não contempla uma visão processual, pois através da "avaliação" pontual do conhecimento acumulado pelo aluno graduando define o nível de "qualidade e competência" das Universidades. A utilização deste instrumento, embora discutível do ponto de vista do método, dada a sua limitação e discriminação, reafirmou a superioridade qualitativa das Instituições de Ensino Superior Públicas, mas não avançou na apresentação de alternativas concretas para superar as deficiências diagnosticadas nestas Instituições.

O Decreto 2.026/96 constituiu uma Comissão de Especialistas, cujo papel se resume a levantar as condições de funcionamento dos laboratórios, bibliotecas, qualificação e produção docente, infra-estrutura, entre outros.O diagnóstico produzido por esta Comissão, só possui a função de construir um "ranking" nacional das IES, apontando as instituições e cursos para credenciamento e/ou recredenciamento de acordo com as exigências do Conselho Nacional de Educação. Desta feita:

- Lutamos pela garantia de avaliação institucional interna e externa das IFES, resguardando-se o integral financiamento do Sistema Público do Ensino Superior pelo Estado;
- Lutamos pela revogação da Lei 9.131/96 e do Decreto 2.026/96;
- Lutamos pela extinção do Exame do Ensino Médio (ENEM), como mecanismo de acesso ao ensino superior e também pela extinção do Exame Nacional de Cursos.
- Sugerimos que, em curto espaço de tempo, seja retomado o DEBATE NACIONAL acerca do MODELO DE AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS.

4.5. A Garantia do Ensino Superior Público e Gratuito

Reafirmamos o nosso princípio em Defesa da Utilização de Verbas Públicas para a Escola Pública, com a expectativa que o Governo eleito sustente este princípio como elemento norteador para a definição do financiamento da educação pública em nosso País.

O art. 212 da CF tem como prerrogativa a garantia do ensino superior público e gratuito, que só pode ser garantido ao povo brasileiro, através de uma Política de Financiamento com recursos públicos estáveis.

Com base nos termos do art. 206 da CF, defendemos:

- A gratuidade plena da educação pública e lutamos pela revogação de todas as taxas nas IFES;

4.6. Plano Nacional da Educação (PNE)

O Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional, foi marcado pelo método anti-democrático do seu encaminhamento, desrespeitando uma construção coletiva do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Este fato coloca como desafio para o novo Governo o investimento na retomada da discussão sobre o PNE, tendo como ponto de partida o PNE da Sociedade, considerando o seu papel estratégico na construção de uma nova sociedade, onde a Educação possa ser entendida como um direito do cidadão e não apenas como uma "concessão" do Estado.

Temos a clareza de que o caminho para a superação das desigualdades sociais e da violência passa pela Educação, com uma perspectiva libertária e transformadora. Portanto, a redefinição de prioridades e metas do referido Plano precisa ser encarada como uma das tarefas centrais do novo Governo.

4.7. Hospitais Universitários

Primeiramente, ressaltamos a importância da reflexão sobre os Hospitais Universitários (HUs), enquan-

to espaço estratégico para a consolidação de um Projeto de Universidade Pública voltada para seus compromissos sociais. Nesse sentido, seu papel não pode ser reduzido a ser apenas mais uma instituição competidora da rede de saúde existente.

Temos claro que o conceito de ensino em saúde não pode estar limitado ao espaço físico e assistencial dos HUs, sendo necessário desenvolver redes docente-assistenciais vinculadas principalmente aos níveis de atenção primário e secundário do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os HUs devem direcionar suas estratégias para se integrar cada vez mais com as comunidades e à rede do SUS onde se inserem; tornar-se um centro de referência e de pesquisa; pensar e experimentar, de forma pioneira, novas formas de micro-gerenciamento de saúde, novos modelos de assistência e formas de tratamentos, as quais possam ser transferidas a outras instituições após serem testadas. Destarte, considerando a complexidade dos HUs e a necessidade de discussão entre os diversos atores sociais que atuam neste espaço, propomos:

q A manutenção dos HUs, com garantia de financiamento público para que cumpram efetivamente suas funções didático-pedagógicas;

q O estabelecimento de uma Agenda de Encontros entre representantes da FASUBRA-Sindical, ANDES-Sindicato Nacional, UNE, ABRAHUE (Associação Brasileira dos Dirigentes de Hospitais Universitários e de Ensino), ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e MEC.

4.8.Ciência e Tecnologia:

O investimento em Ciência e Tecnologia, nesta conjuntura, representa um dos elementos imprescindíveis para a garantia da independência e soberania de nosso País.

Esperamos que seja garantido um espaço, ao término do processo eleitoral, para estabelecermos um grande debate nacional acerca da Educação, Ciência e Tecnologia, buscando a construção de um Plano de Metas, onde sejam definidas as questões prioritárias para estes setores.

Nesse sentido, defendemos o financiamento para a Área de Ciência e Tecnologia:

q Que seja aplicado o percentual de 1,5% do PIB em Ciência e Tecnologia. E que sejam destinados recursos públicos capazes de garantir uma política de ciência e tecnologia que fortaleça a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas, bem como a democratização das agências de fomento como CAPES, CNPq e FINEP;

q Que sejam mantidos os recursos para o Programa Especial de Treinamento (PET), com repasse imediato dos atrasados.

4.9.Ensino Médio, Técnico e Educação Tecnológica:

Para que a educação profissional seja reintegrada plenamente ao sistema regular de ensino público e com a garantia de financiamento público integra, é preciso que seja revogado o Decreto Ministerial 2208/97 e a Portaria Ministerial 646/97;

Os colégios técnicos, escolas agrotécnicas, colégios de aplicação, escolas vinculadas, casas de cultura, restaurantes universitários e fazendas experimentais das universidades federais devem ser mantidos em suas respectivas instituições. Também, devem ser mantidos como Instituição Federal de Ensino Superior no âmbito da Secretaria de Ensino Superior/MEC e os CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica). Nesse sentido, reivindicamos:

q A revogação imediata do Decreto Ministerial 2208/97 e a Portaria Ministerial 646/97;

q A instalação de uma Mesa de negociação para o Tema, uma vez que o mesmo não está equacionado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

4.10.Aposentados e Pensionistas:

Considerando a política nefasta dos últimos governos imposta para esse seguimento da classe trabalhadora, reivindicamos:

q A manutenção dos aposentados vinculados à folha geral de pagamento do pessoal das IFEs;

q A garantia de tratamento isonômico entre ativos e aposentados/pensionistas no que tange à remuneração e aos benefícios;

q A devolução do PSS indevidamente descontado dos aposentados e a suspensão de qualquer iniciativa que crie imposto previdenciário sobre o salário dos mesmos.

5.POLÍTICAS SALARIAIS:

5.1. Conforme o próprio governo, em dados divulgados pelo Ministério da Fazenda, a Despesa de Pessoal no período de 1995 a 2001 teve uma variação em 56%, enquanto a Receita Corrente Líquida da União cresceu 149,12%.

Estes números nos informam da capacidade existente em conceder aos servidores a reposição imediata das perdas do período de junho de 1998 a abril de 2002, de acordo com índice ICV do DIEESE (aplicação da revisão geral anual obrigatória, conforme art. 37, inciso X, da CF - redação incluída pela EC 19, de04/06/1998) com o reajuste de 25,72%;

É necessário que haja uma política salarial que estabeleça um plano de recomposição integral do poder aquisitivo dos servidores públicos, que pelo índice do ICV-DIEESE, no período de janeiro-1995 a abril-2002 é de 94,76%, além de um método que impeça a acumulação de perdas e, com isto, facilite o processo de revisão geral anual.

5.2.Incorporação da GAE ao vencimento no seu valor mais alto

A incorporação da Gratificação por Exercício de Atividades Executiva (GAE) ao vencimento básico se impõe como medida de justiça, especialmente tendo em vista que o valor da tabela de vencimentos básicos atualmente em vigor não cumpre a sua função, permitindo, simplesmente, o achatamento das vantagens sobre ele incidentes, tais como o adicional por tempo de serviço e adicionais de periculosidade. Além disso, as medidas adotadas para a reestruturação de poucas Carreiras indicam novamente a oportunidade e razoabilidade dessa medida, por meio da fixação de tabelas de vencimento realistas, com a incorporação de algumas vantagens, medida já aprovada pela Câmara dos Deputados por meio da Resolução 28/98. Trata-se, além disso, de medida aprovada e encaminhada pela Comissão de Isonomia, desde 1993, e até hoje não cumprida.

5.3.Pagamento integral dos valores decorrentes de sentenças judiciais

No âmbito do Estado Democrático de Direito, o cumprimento das decisões judiciais é cláusula pétrea, sendo imputada a pena de crime de responsabilidade em caso de seu descumprimento, como reza o art. 85, VII da Constituição Federal. Transitada em julgado ou deferida em caráter liminar, a decisão judicial não admite contemporização, protelação ou sujeição a qualquer instância de julgamento administrativo quanto a sua executoriedade.

RELAÇÃO ENTRE DESPESA COM PESSOAL E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DA UNIÃO

	Despesa de Pessoal	Receita Corrente Líquida	% de Desp.Pes./ Rec.Cor.Líq.	Receita Corrente da União	Despesa de Pessoal X Receita da União
Acum. Em 1995	37.825,50	67.298,10	56,21	127.094	29,76
Acum. Em 1996	40.900,90	89.353,00	45,77	152.515	26,82
Acum. Em 1997	44.529,70	97.041,00	45,89	175.271	25,41
Acum. Em 1998	47.945,00	104.491,00	45,88	200.359	23,93
Acum. Em 1999	51.571,00	129.854,00	39,71	218.022	23,65
Acum. Em 2000	56.093,30	148.201,50	37,85	252.518	22,21
Acum. Em 2001	59.212,20	167.650,50	35,32	289.411	20,46
Variação % no período	56,54	149,12	-37,16	127,71	(31,26)
Variação % média anual	7,76	16,43		14,70	

Fonte: STN/MF
Elaboração: DIEESE/DF
OBS.: - A Receita Corrente Líquida corresponde à Receita Corrente da União menos: transferências constitucionais e legais; contribuição para o PIS/PASEP; benefícios previdenciários. Das Receitas Correntes estão deduzidos os valores relativos aos incentivos e às restituições fiscais.

Assim, não pode a ordem jurídica conviver com o desrespeito e o descumprimento das decisões judiciais, nem com as limitações introduzidas pelo Decreto 2.839/98.

5.4.Pagamento imediato e integral dos 28,86% concedidos aos militares, legislativo e judiciário

A integralização dos 28,86% às remunerações dos servidores civis do Executivo é matéria já resolvida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e que a própria MP 1.904-16 estendeu e reconheceu em parte, desde julho de 1998, aos servidores. Essa extensão, no entanto, tanto em vista do seu parcelamento em 7 anos, quanto da dedução de reposicionamentos concedidos pela Lei 8.627/93, se deu de forma incompleta, subvertendo o princípio da decisão do STF que foi de reconhecer o direito ao reajuste **de tabelas,** o que não comporta a compensação de quaisquer reposicionamentos, ainda mais quando concedidos por lei para corrigir distorções provocadas por lei anterior, como foi o caso da Lei 8.627/93.

5.5.Garantia da dotação orçamentária para o pagamento dos direitos já assegurados tais como: indenizações; auxílios creche, transporte, alimentação e assistência médica, com revisão e ampliação dos valores;

5.6.Fim dos cortes no orçamento do Poder Judiciário e a garantia dos recursos para o pagamento dos benefícios (vale alimentação, transporte, saúde, etc.), bem como das diferenças salariais devidas; retirada do PL de Reforma do Judiciário e a ampla discussão com a sociedade civil;

5.7.Pagamento dos anuênios, conforme decisão do STF.

Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais

Proposta do ANDES-SN de medidas emergenciais a serem implementadas pelo novo governo:

1- Revogar o Decreto 2.208/97 e portaria 646/97 IMEDIATO RETORNO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO nos CEFETs (antigos e novos), Colégios Técnicos e Agrotécnicos;

2- Transformar os CEFETs (Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas e Maranhão) em UNIVERSIDADES mantendo o ensino médio integrado, a graduação e a pós-graduação;

3- Realizar auditoria urgente no PROEP, nas Fundações de Apoio (das Universidades, das Faculdades Isoladas e dos CEFETs) e nas Cooperativas das Escolas Técnicas Cefetizadas;

4- Realizar auditoria da utilização dos recursos do FAT e do FUST (financia a educação à distância)

5- Repor de imediato as vagas dos docentes da Educação Superior e da Educação Básica da rede federal (Colégios de Aplicação, Colégios Técnicos, Agrotécnicos e CEFETs), com realização de concurso público pelo RJU (pelos cálculos de 2000 faltam repor 4.600 vagas);

6- Revogar o Decreto 1.916/96 e a Lei 9192/95 que regulamenta a escolha de dirigentes das Instituições Federais de Ensino, respeitando o regulamento estabelecido pela comunidade acadêmica no interior de cada Instituição Federal de Ensino para normatização e definição do processo de escolha dos dirigentes;

7- Suspender o PQI e ampliar o número de bolsas do PICDT (para mestrado e doutorado) com reajuste nos valores das bolsas e abertura de discussão para a implementação do Plano Nacional de Capacitação Docente do ANDES-SN;

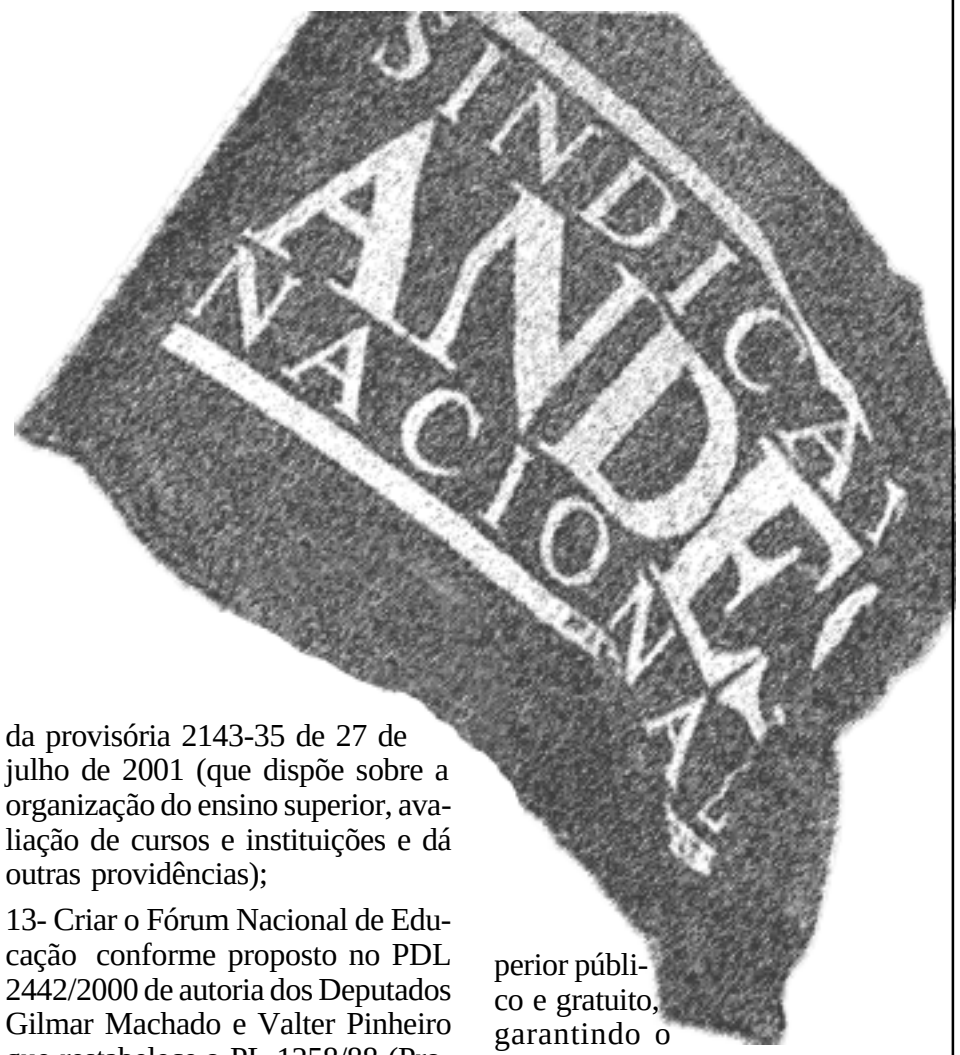
8- Rever os vetos do PNE do governo;

9- Reconhecer o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira como documento de referência política para a educação brasileira;

10- Suspender o reconhecimento de novos cursos e a criação de Instituições de Ensino Superior e investigar as autorizações de cursos desde 2000;

11- Arquivar o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica;

12- Revogar o Decreto 3.860/2001, as Portarias Ministeriais 1.465/2001; 1.466/2002 e 2.402/2001 e a Medida provisória 2143-35 de 27 de julho de 2001 (que dispõe sobre a organização do ensino superior, avaliação de cursos e instituições e dá outras providências);



13- Criar o Fórum Nacional de Educação conforme proposto no PDL 2442/2000 de autoria dos Deputados Gilmar Machado e Valter Pinheiro que restabelece o PL 1258/88 (Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovado pelo Câmara dos Deputados);

14- Alterar o CNE, tanto a composição como as atribuições, conforme proposto no PDL 2442/2000;

15- Extinguir o Provão e a Avaliação das Condições de Oferta, conforme proposto no PDL 2442/2000;

16 – Extinguir o ENEM;

17 - Revogar o Decreto 3.276/99 e todas as resoluções do CNE que deslocam a formação dos docentes das Faculdades de Educação para as Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação e CEFETs, aprovando o PDL 385/2000 que reafirma o papel da universidade como *locus* da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação;

18- Respeitar o artigo 207 da CF/88 que garante a autonomia das Universidades revogando todo entulho autoritário (leis, decretos, portarias, resoluções,medidas provisórias, etc.) que restrinjam o exercício pleno da autonomia universitária;

19 - Expandir as vagas no ensino superior público e gratuito, garantindo o padrão unitário de qualidade;

20 - Suspender a implantação de cursos seqüenciais;

21- Consolidar um Sistema Nacional de Educação conforme propõe o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira revogando imediatamente toda a legislação que impede ou fere a organização e o funcionamento democrático da educação brasileira;

22- Instituir mecanismos de avaliação interna e externa, em todos os segmentos do Sistema Nacional de Educação, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, através de uma dinâmica democrática, legítima e transparente, que parte das condições básicas para o desenvolvimento do trabalho educativo até chegar a resultados socialmente significativos;

23 – Incorporação ao salário dos docentes das Instituições Federais de Ensino das gratificações de caráter produtivistas (GED e GID) nos seus valores mais altos e da GAE;

24 – Retomar as mesas de negociação estabelecidas pelo Termo de Acordo firmado na greve de 2001.

Jornais, boletins e encartes da Adufrj–SSind publicados no período de 01/2003 a 12/2003.

Encartes publicados neste período:

24/02/03 - Conjuntura
24/03/03 - Previdência
12/05/03 - Eleições UFRJ
12/05/03 - Especial Reformas
19/05/03 - Previdência
26/05/03 - Previdência
28/07/03 - Previdência
04/08/03 - Eleições Adufrj
19/08/03 - Previdência
22/09/03 - Prestação de contas
06/10/03 - Especial Balanço
20/10/03 - Previdência

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 80 • 13 de janeiro de 2003

Assembléia Geral
21/1
terça-feira
13:30
horas
Auditório do CT Bloco A
ilha do Fundão

Pauta:
1) Informes;
2) Processo eleitoral para reitor;
3) Propostas da Adufrj-SSind para o 22º Congresso do Andes-SN, em março;
4) Assuntos gerais.

GT Política Educacional da Adufrj-SSind
16/1 – quinta-feira
9:30 horas
Escola de Serviço Social
Pauta:
Plano de Trabalho do GT (questões locais e nacionais)

Reunião Geral dos Grupos de Trabalho da Adufrj-SSind
21/1 – terça-feira
17:30 horas
Sede da Adufrj-SSind
Pauta:
Organização e Funcionamento dos GTs

Esclarecimentos sobre os 3,17%
Página 3

Diretor do Hu não comparece ao Consuni
Página 4

"CAp no Fundão é uma expansão", diz dirigente
Página 5

Ministro da Educação visita sede do Andes-SN

Antes mesmo de tomar posse, o ministro da Educação Cristovam Buarque atendeu a uma solicitação do Andes-SN e visitou a sede da entidade, em Brasília, para conversar com o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes, Luiz Carlos Lucas. O encontro aconteceu no dia 26 de dezembro e, segundo Lucas, a receptividade do novo ministro contrastou muito com os últimos oito anos da era FHC, "quando os governos só nos recebiam após verem-se desgastados pelas greves", comentou o presidente do Sindicato. Para Lucas, o encontro com o ministro petista foi muito positivo, mas não significa que o movimento não encontrará dificuldades de encaminhar suas reivindicações junto ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Um exemplo citado por Lucas foi o embate que os servidores públicos terão que enfrentar com relação à proposta de Reforma da Previdência do novo governo (veja matérias sobre a reforma nas páginas 6 e 7).

Segundo o relatório do Andes-SN sobre o encontro, Cristovam lembrou que, como docente da Universidade de Brasília, é, inclusive, filiado ao Sindicato. O ministro, que também já esteve em contato com os representantes da União Nacional dos Estudantes no dia 7/1, afirmou que quer um diálogo permanente com os Sindicatos. Segundo a coordenadora nacional da Fasubra e servidora da UFRJ, Neusa Pinto, o ministro deverá visitar a sede da entidade nacional dos técnico-administrativos nesta semana de 13 a 17 de janeiro.

Continua na página 12

Cartas

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 2003
Exma. Sra.
Profa. Dra. Cleusa dos Santos
DD Presidente da ADUFRJ-SSIND
Prezada Professora:

Em sua edição de 16 de dezembro próximo passado, o periódico da ADUFRJ publicou, sob a rubrica "Opinião" (página 5), artigo de lavra do Prof. Dr. Francisco Ary Fernandes de Medeiros, no qual se expendem juízos dos quais discordamos substantivamente.

Marcando nossa posição em face de texto tão infeliz, elaboramos a "Nota à Comunidade Acadêmica" que segue em anexo, a que estamos dando ampla divulgação na Escola de Serviço Social da UFRJ. Entendemos, porém, que o caráter amplamente democrático com que V. Sa. tem pretendido pautar sua gestão – ademais do elementar direito de expressão dos vários intervenientes da comunidade acadêmica – nos autoriza a requisitar sua publicação no mesmo periódico.

É neste sentido que nos dirigimos a V. Sa. solicitando a sua inserção na próxima edição do jornal.

Saudações universitárias.

Nota dos professores Titulares da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

À Comunidade Acadêmica

Nós, a totalidade dos professores titulares da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (dois dos quais com responsabilidades na Direção da Unidade), sentimo-nos no inarredável dever de nos pronunciar acerca da lamentável "opinião" do Prof. Francisco Ary Fernandes de Medeiros, divulgada na edição de 16 de dezembro de 2002 do jornal da ADUFRJ.

Entremeando inverdades a alusões irresponsáveis que ferem a dignidade de companheiros docentes e desqualificam órgãos colegiados da Unidade, a "opinião" do referido professor carece de qualquer fundamento. Não expressa o clima de trabalho acadêmico, de seriedade institucional e de respeito ao corpo discente que vem caracterizando a dinâmica da Escola de Serviço Social há, pelo menos, mais de uma década e meia.

É precisamente em defesa desta trajetória acadêmica, que tem situado esta Unidade entre as melhores dentre suas congêneres em todo o país, que repudiamos – firme e contundentemente – a "opinião" descredibilizada deste professor.

Prof. Livre-Docente Carlos Nelson Coutinho
Prof. Dr. Giuseppe Mario Cocco
Prof. Dr. Jean-Robert Weisshaupt
Prof. Dr. José María Gómez
Prof. Dr. José Paulo Netto
Profa. Dra. Nobuco Kameyama

Prezados Srs.,

A matéria publicada no Jornal da Adufrj em 09/12 passado "Reitoria confirma devolução do PSS" criou a expectativa de que iríamos receber este montante até o dia 21/12. O que de fato não aconteceu...

Enviei uma mensagem para a SR-4 solicitando uma explicação para o ocorrido, e agora, quase 1 semana após a promessa da devolução tão esperada na véspera de Natal, recebo a resposta de que a folha suplementar foi creditada no dia 11 de NOVEMBRO/02. E examinando o meu contracheque de novembro, verifiquei que realmente a devolução do PSS sobre a gratificação natalina JÁ HAVIA SIDO creditada!

Portanto, quero manifestar aqui todo o meu descontentamento por ter sido enganada por uma matéria jornalística. Pior do que passar um Natal sem dinheiro nem para fazer uma ceia, é constatar que não são tomados os devidos cuidados para evitar uma frustração numa época tão significativa, e justamente pela associação que defende a nossa classe!

Espero que tal fato não volte a ocorrer, pois não merecemos ser tão desconsiderados assim!

Atenciosamente,

Angela Maria Mazzucco

***Nota da Diretoria**: A informação publicada no Boletim da Adufrj-SSind de 9/12, como a própria professora reconhece, estava correta, pois a devolução do desconto do PSS sobre o décimo terceiro foi realizado por meio de folha suplementar em 11/12 (em dezembro, não em novembro), ou seja, dentro do período informado aos professores. O fato de a professora não ter percebido o crédito de imediato foi porque a reitoria não distribuiu os contracheques da folha suplementar até agora, tendo sido feito apenas o crédito direto em conta corrente. Não houve assim, desconsideração de nossa parte, nem publicação de matéria enganosa, como a professora afirma.*

Carta ao jornal da Adufrj-seção sindical.

Solicito a publicação em espaço do Jornal da Adufrj-SSind.

Prezados companheiros,

Na última sessão do conselho Universitário realizada no dia 19 de dezembro de 2002, estando este que subscreve presente, pude acompanhar o debate que se desenrolou após a abertura da sessão pelo Magnífico reitor, professor Carlos Lessa, sendo oficialmente informado àquele conselho sobre o convite do futuro governo ao professor Carlos Lessa para assumir a presidência do BNDES. Manifestando seu desejo em aceitar o convite e após a apresentação de um relatório de sua atuação e equipe nesses 5 meses no comando da universidade, foi aberto o debate sobre seu afastamento do cargo de reitor da UFRJ e o processo de sucessão.

Gostaria então, mesmo divergindo preliminarmente da avaliação feita pela Adufrj-SSind expressada em carta pública ao Consuni, de parabenizar sua diretoria pelo encaminhamento anunciado de estabelecer a discussão acerca deste novo fato com o segmento que representa, no caso, os docentes sindicalizados à esta entidade. Estendo ainda essas congratulações à representante da APG que no momento de votação declarou sua abstenção em respeito aos seus representados pelo fato do tema também não ter sido debatido em fórum que decidisse pela posição de seu segmento, os alunos da pós-graduação. Lamentavelmente não posso estender essas congratulações aos representantes dos técnicos-administrativos, que optaram por apresentar uma proposta que não tenha sido fruto do debate coletivo com seus representados, no caso a categoria dos servidores técnico-administrativos da UFRJ. Não se trata do cerceamento da liberdade de pensamento da bancada, mas mesmo neste caso, em que pese a premência imposta pelo tempo e prazos, não se justifica uma bancada de representantes, apresentar uma proposta que não tenha sido construída pelos seus representados, quando então estes representantes deveriam estabelecer o limite de suas intervenções na avaliação preliminar e individual ou até mesmo na especulação sobre o futuro da universidade até a maturação deste debate dentro de sua categoria.

Esse encaminhamento arvorado dos conselheiros representantes dos técnico- administrativos, teve como conseqüência a rejeição esmagadora da proposta apresentada, o que certamente não contribui para o fortalecimento de nossa participação conquistada após muita luta nas instâncias de decisão da universidade. A importância devida aos fóruns de discussão dos trabalhadores deve ser resgatada, sob pena de assistirmos no campo da esquerda ao atropelamento das idéias, a inversão dos valores e sentirmo-nos todos como a companheira senadora Heloísa Helena (PT), no triste e recente episódio que calou sua voz sobre a indicação do nome para a presidência do Banco Central.

Saudações Universitárias,

Cláudio Luiz M. Ribeiro
Servidor técnico-administrativo HUCFF/UFRJ.

Prezados Colegas,

Parabenizo a inciativa da ADUFRJ (**Nota da Redação: ação judicial da GED**), embora eu não tenha tido nestes últimos anos a menor dificuldade em enviar minha produção através da Internet nos prazos estabelecidos pela administração da UFRJ.

Gostaria,entretanto, de ser informado sobre a situação atual do descomprimento pela UFRJ do Mandato de Intimação relativo ao desconto do PSS sobre o 13º e sobre o abono constitucional de férias.

Parece-me que seria interessante divulgar a situação atual por meio de mensagem eletrônica e não somente no Jornal da Adufrj-SSind(02/12/2002). Além deste aspecto, ainda existe o descumprimento pela UFRJ (administração anterior) de ações judiciais anteriores, relativas ao 1/3 de férias. Com a divulgação da situação atual dos processos acima apontados, os sindicalizados poderão melhor acompanhar o excelente trabalho que vem sendo feito pela Diretoria da Adufrj-SSind.

Atenciosamente,

Antonio Fernando Catelli Infantosi

Nota da redação: Sobre o PPS, cabe a informação já prestada no boletim da Adufrj-SSind de 9/12 e repetida em resposta da diretoria a uma outra carta desta seção ainda nesta página. Além disso, sobre ações anteriores, foi feito um último balanço jurídico em um encarte especial de 15 de julho de 2002, disponível na página eletrônica da entidade: www.adufrj.org.br. Na medida em que surjam novidades nos processos, estaremos disponibilizando as mesmas o mais brevemente possível em nossos meios de comunicação e também por e-mail, como solicita o professor.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Seção Sindical mantém ação pelos 3,17%

A Assessoria Jurídica do Andes-SN informou que permanece inalterada a orientação de que as seções sindicais mantenham as ações judiciais em tramitação sobre o reajuste de 3,17%, devido aos servidores civis do Poder Executivo Federal por força da Lei nº 8.880/94. A assessoria da Adufrj-SSind confirma a orientação. Segundo a advogada da seção sindical Sayonara Grillo, apesar de o governo anunciar o reajuste para os servidores, o Executivo deverá alegar que os docentes das instituições federais, assim como de outras categorias, não fariam jus ao reajuste por terem, na visão do governo, recebido reajustes em gratificações após janeiro de 1995, que compensariam os 3,17% devidos. A seção sindical dos docentes da UFRJ vai manter as ações na justiça pleiteando o reajuste concedido a outras carreiras da União e aos militares em maio de 1994.

Existe, ainda segundo a assessoria nacional do Andes-SN, uma súmula administrativa da Advocacia Geral da União (AGU) autorizando as Procuradorias a não interporem recursos das decisões judiciais que determinem a aplicação do índice de 3,17% aos vencimentos dos servidores públicos. "Tudo indica que somente por intermédio delas é que o reajuste será incorporado definitiva e adequadamente aos vencimentos básicos da categoria docente, conforme jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça", ressaltou Cláudio Santos, da AJN.

Colaboração: Imprensa Andes-SN

Movimento

Vinte mil pessoas são esperadas para o FME

Novo ministro da Educação é anunciado como um dos debatedores

Cerca de 20 mil participantes são esperados para a segunda edição do Fórum Mundial de Educação, que ocorre de 19 a 22 de janeiro, em Porto Alegre (RS), e que terá como tema central a "Educação e Transformação". Esse número representa cerca de cinco mil inscritos a mais do que a primeira edição, de outubro de 2001. Estão programadas três conferências ("A Cidade e a Educação"; "A Construção Social do Conhecimento" e "Projeto Político e Projeto Pedagógico"), nove debates temáticos, sete debates especiais e 38 atividades de programação simultânea. As conferências ocorrerão no ginásio conhecido como Gigantinho, enquanto os debates temáticos e especiais ficarão em armazéns do Cais do Porto. A programação simultânea será realizada em espaços próximos a esses dois eixos principais do Fórum.

Ainda no Gigantinho, que tem capacidade para 15 mil pessoas, será montada uma estrutura que comportará mais de 200 estandes de expositores, área de credenciamento, espaço cultural e a praça de alimentação, entre outros elementos da infraestrutura. No ano de 2001, foram inscritos 786 trabalhos de profissionais da Educação. Nesta segunda edição do FME, são esperadas as inscrições de mais de 2 mil trabalhos.

Ao final do FME, no dia 22/1, assim como foi feito na primeira edição, realizada em outubro de 2001, será divulgada a Carta do Fórum. Ela representa o documento final que será encaminhado ao Fórum Social Mundial e à comunidade internacional como contribuição dos educadores para a contrução de "Um Outro Mundo Possível". A Carta é redigida pelo comitê de organização, a partir das contribuições advindas dos relatos dos grupos temáticos (educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; educação de jovens e adultos; educação superior; políticas públicas e gestão da educação; educação e gênero, etnia e raça; educação especial; educação e tecnologia; educação, arte e cultura; educação para a paz; educação nos movimentos sociais e sindicais; educação popular; educação e meio ambiente; educação e sexualidade; educação e trabalho; educação e comunicação; e educação no campo), e assinada por todas as entidades e educadores presentes.

Cristovam Buarque no FME

O novo ministro da Educação, Cristovam Buarque, está sendo anunciado pela organização do Fórum Mundial de Educação como um dos debatedores do evento, no dia 20 de janeiro. Cristovam falará sobre "Violência nas escolas e estratégias de superação". A atividade é promovida pela Unesco, uma das agências das Nações Unidas.

Adufrj-SSind marca presença

A Adufrj-Seção Sindical estará representada no evento de Porto Alegre pelas professoras Regina Pugliese, Rosanne Dias (ambas do Colégio de Aplicação) e Raquel Goulart (da Faculdade de Educação).

Inscrições ainda estão abertas

As inscrições para o Fórum Mundial de Educação ainda podem ser feitas até 17 de janeiro somente na página eletrônica www.forummundialdeeducacao.com.br, com o custo de R$ 80.

Fonte: página do FME

Agenda Sindical

13/1 - Reunião na Regional Rio do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ) - sede da Regional, Centro, às 17h
-Vai discutir e preparar eventos sobre Previdência e Hus

13/1 – Reunião da Coordenação Estadual dos SPF
Sede da CUT-RJ, na av. Pres. Vargas, 502/15º andar, às 18h30
- Terá como pauta a campanha salarial dos SPF 2003 e a organização dos grupos de estudo sobre reformas do governo Lula.

16/1 - GT Política Educacional da Adufrj-SSind
Escola de Serviço Social, às 9h30

19/1 a 22/1 - Fórum Mundial de Educação (2ª edição)
Porto Alegre (RS)

21/1- Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Auditório do CT, às 13h30 (veja chamada de capa)

21/1 - Reunião Geral dos Grupos de Trabalho da Adufrj-SSind
Sede da entidade, às 17h30 (veja chamada de capa)

22/1 - Debate sobre Reforma da Previdência
Rio de Janeiro (RJ) – local e horário a confirmar

22 e 23/1 – Fórum Sindical Mundial
Não há necessidade de inscrições prévias e a programação ainda não foi digulgada.

23/1 a 28/1 - Fórum Social Mundial (3ª edição)
Porto Alegre (RS)

3/2 - Reunião na Regional Rio do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ) – sede da Regional, Centro, às 17h
- Começa a organizar seminário sobre precarização do trabalho docente

8 a 13/3 - 22º Congresso Nacional do Andes-SN
Teresina (PI)
O Congresso terá como tema a Transformação Social e Política de Educação, Ciência e Tecnologia

25 a 27/4 - Congresso Estadual da CUT-RJ
local indefinido

27 a 31/5 - 8º Congresso Nacional da CUT
Palácio do Anhembi, São Paulo (SP)

Anote

Marcha abrirá o III FSM
O III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, de 23 a 28 de janeiro, terá como primeira atividade uma Marcha pelas ruas do Centro da cidade. A concentração será às 17h, no Largo Glênio Perez.

Colegiados

Diretor do HU não comparece à sessão do Consuni

Amâncio alega estar de férias e deixa conselheiros sem esclarecimentos devidos sobre a crise na Unidade

Mais uma vez, o diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho deixa de comparecer a uma sessão do Conselho Universitário que trataria da crise financeira e administrativa de sua Unidade. Segundo o reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza, Amâncio Paulino enviou um memorando à reitoria solicitando que a discussão dos problemas do hospital fosse tratada pelo colegiado após o fim de seu período de férias, no mês de fevereiro. Como o Consuni tem recesso marcado para o segundo mês do ano, Amâncio só poderia responder às denúncias apresentadas por servidores no conselho por má administração e gerência de recursos a partir de março. O pedido de adiamento da discussão pelo diretor do HU foi interpretado por alguns conselheiros como esquivamento. "A crise não entra em férias e nem tampouco pede adiamento", criticou o representante dos técnico-administrativos Fortunato Mauro.

A partir de uma solicitação do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina, apresentada por representantes discentes no colegiado, o Consuni solicitou que a reitoria refaça o requerimento de uma representação da direção do hospital para a próxima sessão ordinária, que acontece no dia 23/1. Fracalanzza informou ainda que, na véspera, convidou o diretor Adjunto, Silvio Martins, para a reunião do dia 9/1. Silvio alegou não poder abrir espaço em sua agenda para aquele dia, mas disse ao vice-reitor que poderia comparecer a outros encontros para os quais viesse a ser convocado.

Normalidade institucional

Ao abrir o expediente, o reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza, fez referência à licença concedida pelo Conselho ao reitor Carlos Lessa, para que este assumisse a presidência do BNDES, afirmando que a universidade continuava funcionando normalmente e que não haveria mudança na configuração da equipe da reitoria e das subreitorias. Fracalanzza disse aos conselheiros que acreditava que a comunidade saberia encontrar o "caminho adequado para a substituição do professor Lessa". De acordo com o que foi aprovado na sessão do dia 19 de dezembro passado, Lessa está licenciado do cargo de reitor por um período de 90 dias, a contar do dia 1º de janeiro. Expirado este prazo, inicia-se o período de vacância do cargo por, no máximo, 60 dias. É esperado que, durante estes dois meses ou antes, o Conselho Universitário inicie o processo de sucessão, realizando nova consulta à comunidade a ser referendada pelo Colégio Eleitoral.

Revogação da atual legislação

Ainda na última sessão de 2002, foi pautado para a reunião do último dia 9/1, a discussão sobre a revogação da Lei 9.192 e do Decreto 1.916 que tratam da escolha de dirigentes universitários. A atual legislação data do período do governo Fernando Henrique Cardoso e impõe as famosas listas tríplices e um processo de escolha baseado na proporcionalidade de votos entre os três segmentos em que os docentes tem um peso de 70% na escolha dos dirigentes. A legislação é considerada extremamente antidemocrática pelos movimentos docente, discente e de funcionários. O debate no Consuni que poderia resultar em um movimento junto ao novo governo e ao Congresso Nacional para a revogação da Lei e do Decreto acabou sendo adiado para a sessão do dia 23/1. Vale lembrar que o Andes-SN e a Adufrj-SSind são favoráveis ao fim das listas tríplices e defendem que o processo de escolha de dirigentes seja definido, realizado e concluído no âmbito das instituições, respeitada a autonomia universitária nos termos da Constituição Federal (artigo 207).

Sobre sucessão na UFRJ, o representante dos Titulares do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Ricardo Tauile, foi um dos poucos que se pronunciaram. Tauile fez um apelo para que a discussão sobre a sucessão na universidade se dê em um clima de "bom senso". O professor disse ter tomado um certo susto com a saída de Lessa, mas acredita que a universidade poderá seguir funcionando dentro da normalidade institucional, sugerindo que seja escolhido um "nome de consenso" para a reitoria. "Apelo para um grande nome com passagem pelas várias correntes políticas que seja escolhido por aclamação, tal como foi o professor Lessa".

Quem fez o contraponto à idéia de um 'grande nome' para a reitoria foi o representante dos Adjuntos do Centro de Ciências da Saúde, Alexandre Cardoso. Para o professor, o fato de o Conselho estar reunido já demonstra que a universidade continua funcionando normalmente. Disse não ter preocupações com a sucessão e acredita que a instituição tem muitos professores habilitados ao cargo de reitor. Cardoso aproveitou sua intervenção para chamar a atenção dos conselheiros e da reitoria para a reforma da Previdência que o governo Lula vem anunciando. "Nós não somos privilegiados. Se temos aposentadoria integral é porque contribuímos integralmente", disse defendendo o Regime Jurídico Único, fazendo referência às conquistas das categorias docente e de servidores a partir de suas entidades representativas e sindicais.

Conselho aprova formação de comissões permantes

Foram aprovados os nomes dos integrantes das comissões de Legislação e Normas, de Ensino e Títulos e de Desenvolvimento do Conselho Universitário. Alguns representantes continuaram nas comissões e outros nomes foram eleitos para suprir vagas abertas por conselheiros que terminaram seus mandatos no final do ano passado. Apenas um representante foi substituído: o aluno Paulo Schueler é o novo integrante da Comissão de Desenvolvimento no lugar de Liomar Monteiro Sales. A votação dos membros das comissões foi uninominal e secreta. A contagem dos votos foi feita durante a sessão e a quase totalidade dos conselheiros foi eleita por unanimidade. Confira a nova formação das comissões em quadro nesta página. Alguns representantes estão com mandatos próximos do término, mas o colegiado decidiu que a substituição será feita, caso a caso, quando da saída do conselheiro.

Veja como estão compostas as comissões permanentes do Conselho Universitário

Comissão de Legislação e Normas

Presidente – Carlos Antônio Kalil Tannus

Professor Gerardo Gerson Bezerra de Souza

Professora Cristina Ayoub Riche – *com mandato terminando em abril/2003*

Professora Ana Clara Torres Ribeiro – *com mandato terminando em maio/2003*

Professor Oscar Rosa Matos – *com mandato terminando em março/2003*

Técnico-administrativo Marcílio Araújo – *substituindo Carlos Maldonado, licenciado para ocupar cargo na prefeitura de Campinas*

Estudante Márcio Carvalho de Sá

Comissão de Ensino e Títulos

Presidente – Suely Souza de Almeida

Professor Alcino Câmara – *eleito na sessão de 9/1*

Professor Olínio Gomes Coelho – *eleito na sessão de 9/1*

Professor Carlos Antônio Levi da Conceição

Técnico-administrativa Ana Maria Ribeiro

Estudante Cristiane Monteiro – *eleita na sessão de 9/1*

Comissão de Desenvolvimento

Presidente – Ângela Rocha dos Santos

Professor Cláudio Baraúna – *eleito na sessão de 9/1*

Professor João Ferreira da Silva

Professor José Ricardo Tauile

Professor Franklin Trein – *eleito na sessão de 9/1*

Técnico-administrativo Izaias Gonçalves Bastos

Estudante Paulo Schueler – *eleito na sessão de 9/1*

UFRJ

Dirigente diz que CAp II é uma expansão da Unidade da Lagoa

Questionado pela redação do Jornal da Adufrj sobre as notícias de que a reitoria iria construir um novo Colégio de Aplicação na Cidade Universitária, o reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza, se tratar de uma expansão do colégio e não de uma nova Unidade. "Há intenções da reitoria em abrir uma sede do CAp no Fundão. O que é bom deve ser duplicado", afirmou o dirigente. Fracalanzza garante, no entanto, que esta "duplicação" não seria a construção de uma Unidade independente, com diretoria e administração próprias. Segundo o vice-reitor, a idéia é que seja feita uma expansão do Colégio com a construção de uma sub-sede no *campus* do Fundão. De acordo com Fracalanzza, ainda não existe nenhum projeto no papel e a formalização das idéias da reitoria para a construção das instalações do CAp II estão a cargo da Prefeitura e do Escritório Técnico da Universidade (ETU).

Guilherme Lessa

ESTUDANTES DO CAP EM UMA DAS MUITAS MANIFESTAÇÕES PELA DEFESA DA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO

Corpo docente e técnico

Fracalanzza garante que a direção e o projeto pedagógico do Colégio continuarão os mesmos e só sofrerão alterações com a participação da comunidade da escola. Mas já anuncia uma novidade: pretende implementar o que chama de 'residência' para licenciandos. O ex-decano do Centro de Ciências da Saúde quer reproduzir a prática da formação médica para a formação dos professores do ensino médio e fundamental. Segundo o dirigente, os melhores alunos da licenciatura ganhariam bolsas de um ou dois anos para ministrarem aulas na nova sede do CAp, sendo orientados por um professor do corpo docente da Unidade. Estes residentes seriam, na visão do vice-reitor, potenciais professores das escolas da rede estadual e municipal, que qualificariam o ensino na rede pública.

Questionado sobre a escassez de recursos para manter a estrutura atual da escola e sobre a falta de professores e funcionários que já sofre o colégio da Lagoa, Fracalanzza disse que só implementará a construção da sede no Fundão quando o governo federal enviar os recursos e autorizar a abertura de concursos para novos professores e técnicos.

Quanto às especulações sobre a eventual construção de uma terceira sede do Colégio na Praia Vermelha, Fracalanzza disse ser esta uma possibilidade inviável no momento, mas que poderia ser estudada a partir de um "grande projeto de expansão de várias Unidades para a Praia Vermelha, entre elas, o CAp".

Comunidade do CAp desconfia da proposta

Ninguém disse ser contra, mas o ceticismo domina professores e a presidente da associação de pais e alunos do CAp (Apacap) quando se fala em novas unidades, seja no Fundão ou no *campus* da Praia Vermelha. A razão é simples: o atual prédio, além de não ser propriedade da UFRJ (o colégio está em terreno da prefeitura), apresenta diversos problemas estruturais. Como se não bastassem as limitações de ordem física, a escola está com carência de cerca de 20 professores para atender aos 700 alunos e 300 licenciandos. Isso sem falar na falta de funcionários. Como então criar um novo CAp?

De acordo com a vice-diretora da escola, Izabel Goudart, a reitoria ainda não deu qualquer garantia de reforma do prédio atual, reposição de quadros ou mesmo da implantação de novas tecnologias educacionais para viabilizar a ambiciosa expansão. Ainda em relação ao projeto da reitoria, a vice-diretora afirma ter "pouca informação" a respeito do assunto.

Em uma visita ao hangar onde seria construída a segunda unidade do CAp, no ano passado, Izabel conta que passou às mãos do então reitor, Carlos Lessa, alguns projetos arquitetônicos apresentados como trabalho de final de curso da graduação e da pós-graduação da FAU-UFRJ. Estes projetos traziam propostas para organização do espaço escolar do Colégio de Aplicação, construídos a partir de pesquisa realizada com a comunidade capiana. No entanto, Izabel não soube dizer se o material estaria sendo aproveitado pelos técnicos da reitoria.

Problemas atuais

Goteiras, falta de laboratórios, ausência de computadores, poucos funcionários e professores (alguns perto da aposentadoria), entre outros, foram problemas apontados pela vice-diretora na unidade atual. "Nós sempre reivindicamos uma sede própria. Queremos que o nosso trabalho seja respeitado. E precisamos de condições mínimas para isso", disse Izabel. O concurso em andamento para o quadro de professores está longe de suprir as necessidades do colégio. "Temos turmas que vão iniciar o ano letivo sem aulas", comentou.

A presidente da Apacap, Lucy Castilho, também desconfia da proposta de novas unidades: "Será interessante se não prejudicar o CAp atual. Se continuar como está, a tendência é desaparecer", afirmou. Lucy observa que os recursos citados poderiam ser utilizados para melhorar as condições do prédio da Lagoa. "O ministro fala em instalar banda larga (internet rápida) em todas as escolas, mas o CAp não tem sequer os computadores. Nem todas as salas têm ventiladores de teto. E (em caso de dinheiro para isso) se instalassem ar condicionado, a parte elétrica do prédio não agüentaria", reclamou.

Concursos para o colégio

O CAp-UFRJ está com inscrições abertas para o quadro efetivo e também para vagas de substitutos. Para o quadro permanente (40h, D.E), o prazo de inscrições vai até 2 de fevereiro para as áreas de Física, Química, Matemática, Artes Cênicas, Música e Desenho Geométrico. Para cargos temporários, o prazo é mais curto: até esta semana. As áreas disputadas são: Geografia, Inglês, Serviço de Orientação Educacional, Núcleo Comum, Física e Artes Plásticas. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: 2511-5338.

Regulamento da GID

Na próxima sessão do CEG (15/1), deverá entrar em pauta o regulamento interno do Colégio de Aplicação com vistas à obtenção da Gratificação de Incentivo à Docência (GID).

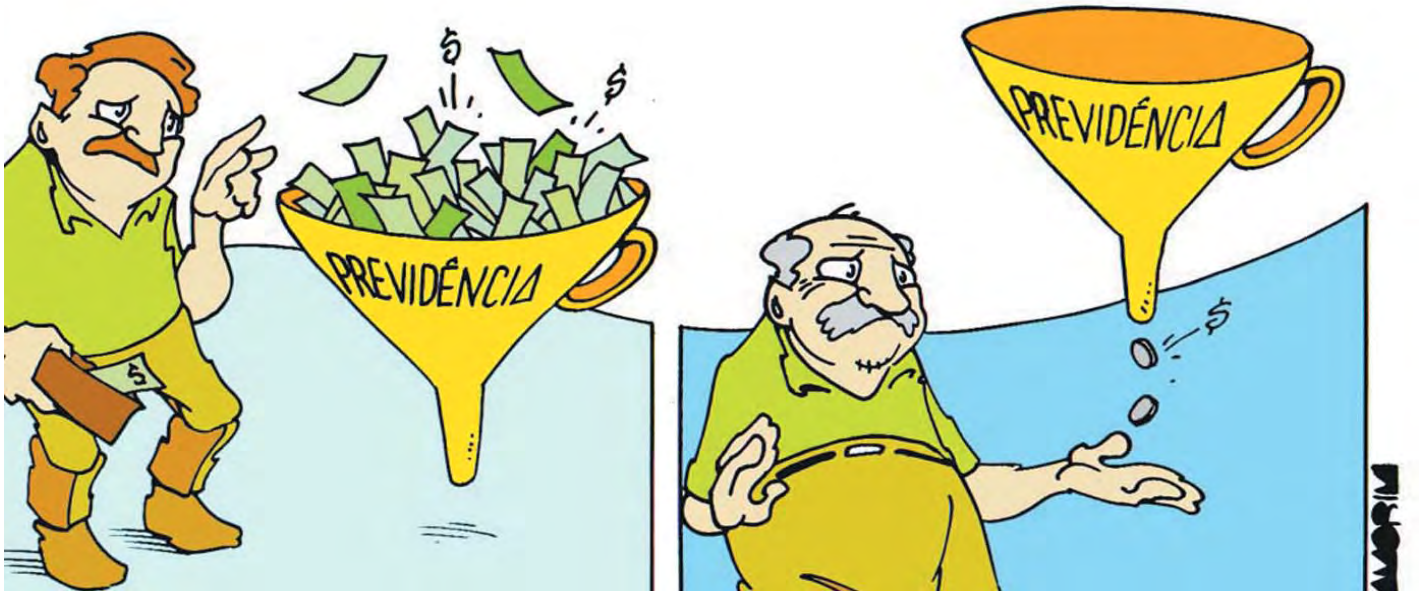
Antena de telefonia celular mudou-se para perto

Depois de muito protesto e lentidão por parte da Telefónica, finalmente foi retirada a antena de telefonia celular do pátio da escola, que poderia estar causando danos à saúde das pessoas pela radiação emitida. Mas não deu nem para comemorar: a empresa instalou uma nova antena na torre de uma igreja que fica ao lado do CAp. De acordo com Lucy Castilho, o novo local escolhido infringe ainda mais a lei. Além de continuar a uma distância proibida de uma escola, aproximou-se da área do Hospital da Lagoa. "Agora, tanto o hospital como o CAp podem acionar a empresa na Justiça", comentou a presidente da Apacap.

Movimento

Reforma da Previdência de Lula é um erro

Diap analisa conseqüências negativas da proposta encaminhada pelo governo Lula



O tiro pode sair pela culatra se o novo governo insistir na reforma da Previdência nos moldes propostos na imprensa. Esse é o teor da análise produzida em dezembro do ano passado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) sobre o assunto. Em artigo publicado no boletim da entidade (nº 148), a diretoria do DIAP destaca os efeitos negativos que a "reforma" pode provocar no funcionalismo e na economia do país. O texto chega a afirmar que até a proposta do governo FHC "era menos radical do ponto de vista do servidor".

A diretoria do Diap acredita que a proposta atual teria a intenção de acalmar o mercado, mas poderá produzir um resultado inverso ao pretendido, "tanto do ponto de vista da expectativa, que tem tudo para ser frustrada, quanto dos pontos de vista econômico, político e social". Em seguida, o texto faz uma comparação entre as reformas de FHC e Lula. Em relação ao governo tucano, que também pretendia reduzir despesa e agradar ao mercado, foram tentados sete itens: instituir idade mínima; substituir tempo de serviço por tempo de contribuição; instituir a previdência complementar para os futuros servidores; quebrar a integralidade, com a adoção de um redutor; eliminar a paridade entre ativos e aposentados; instituir cobrança de aposentados e pensionistas; e aumentar a alíquota de contribuição dos servidores para até 25% da remuneração.

Segundo o Diap, houve um enorme desgaste político, uma corrida para aposentadorias precoces e quase nenhuma economia. Foram incorporados ao texto constitucional (pela Emenda Constitucional nº 20/98) os três primeiros itens (idade, tempo de contribuição e previdência complementar), sendo que o último, fundo de pensão complementar para os servidores, ainda não foi regulamentado pelo Congresso. FHC aprovou ainda uma lei instituindo a contribuição para os aposentados, mas o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, a considerou inconstitucional. O Diap não cita, porém, para algumas carreiras, como os docentes universitários, a política de gratificações também eliminou a paridade entre ativos e aposentados.

A reforma de Lula, de acordo com a entidade, será mais difícil ainda, porque, "além de provocar uma nova corrida para aposentadoria, aumentar a despesa de imediato, elevar o déficit dos regimes próprios, mobilizar os atuais aposentados e pensionistas contra, também terá enorme resistência nos governadores.

O primeiro motivo seria uma espécie de exclusão seletiva. Sob o fundamento de que a jurisprudência internacional recomenda um tratamento especial para os militares e magistrados, o Poder Executivo ou o Congresso certamente excluirá esses segmentos, "quebrando a pretendida eqüidade de tratamento entre os servidores de Estado", diz o artigo do Diap. Em relação a este ponto, porém, o governo sinalizou, no dia de fechamento desta edição (10/1), que também os militares e magistrados perderiam a aposentadoria integral.

"Em segundo, porque o governo foi eleito prometendo honrar contratos e, se cumprir acordos com o mercado e quebrar a expectativa de direito, desrespeitando o ato jurídico perfeito, que foi o contrato assinado com os atuais servidores, estará criando dois pesos e duas medidas".

Em terceiro, em vez de redução, haverá aumento de despesa de imediato, tanto para o governo federal como para estados e municípios. A transferência dos atuais servidores do regime próprio para o INSS, por exemplo, significa que nenhuma instância de governo (federal, estadual ou municipal) contará mais com a receita de 11% de contribuição sobre o total da remuneração. Além disso, terá que pagar ao INSS a quota patronal, que será de duas vezes a contribuição do empregado, "num aumento imediato de despesa sobre a folha da ordem de 33% e sem nenhuma redução de despesa já que o ente estatal continuará pagando o salário dos servidores em atividade e todo o estoque de aposentados". A resistência do Congresso é outro fator que pode pesar contra a proposta do PT. De acordo com o Diap, mesmo o polêmico Projeto de Previdência Complementar (PL 9/99) para futuros servidores é mais fácil de viabilizar, pois a votação exige um quórum de maioria absoluta. No entanto, o novo ministro Ricardo Berzoini parece apressado e diz que o problema do PL é que só produziria resultado financeiro daqui a 35 anos.

De outra forma, a reforma previdenciária exige emenda constitucional, cuja votação requer o voto favorável de três quintos dos deputados e senadores, em duas votações em cada Casa do Congresso. O ministro quer neutralizar a reação dos parlamentares com conversas "com a sociedade" e com líderes partidários. Resta saber que representantes de qual "sociedade" está falando o novo ministro." O tema, como se vê, será dos mais polêmicos e um eventual erro em seu encaminhamento poderá não apenas significar uma derrota política do governo, mas a inviabilização de outras reformas urgentes, como a tributária", encerra o artigo.

Fonte: Boletim do DIAP, nº 148

Servidores reagem à notícia

A reforma da previdência anunciada pelo PT está provocando arrepios no funcionalismo. As primeiras manifestações começam a aparecer. Na seção Cartas dos Leitores do jornal O Globo (em 5/1), sobraram protestos. Em um dos textos, certo leitor ironiza a afirmação do novo ministro da pasta de que acabaria com os privilégios: "Que boa notícia! Finalmente acabarão com os rombos provocados por sonegação, o governo perseguirá os valores que foram desviados. Acabarão com a corrupção, a malversação das verbas, as pensões daqueles que nunca contribuíram e a aposentadoria dos políticos". Em outra carta, um leitor observa que, por vários anos, contribuiu para a Previdência com 11% do salário bruto, enquanto o trabalhador da iniciativa privada apenas contribui com 11% em cima do teto do INSS (agora em R$ 1.561). "Agora, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva diz que vai limitar as aposentadorias do funcionalismo público (...) E o dinheiro que paguei a mais à Previdência durante todos esses anos para ter direito à aposentadoria integral? Serei ressarcido? (...)"

Cartas

Rio de Janeiro, 11/12/2002

Prezada colega,

Sou professor aposentado da UFRJ (IQ - Adjunto II). Tenho cardiopatia grave e 73 anos. Preocupo-me muito com as sucessivas tentativas do Governo Federal em relação à aposentadoria e aos salários dos servidores públicos (apesar de já rejeitadas propostas que nos onerariam pelo Congresso e STF). Eis que, para surpresa minha, que votei no PT e desvanecimento de minhas esperanças, vejo a declaração do presidente do PT, deputado José Genoíno: "Lula vai rever aposentadoria de servidores... Se os gastos com a aposentadoria dos servidores públicos não foram reduzidos, o governo perderá a capacidade de investimentos... O problema não são as aposentadorias do INSS, mas as do setor público – afirmou Genoíno". (O Globo, 11/12/2002, pág. 13).

Aposentei-me em 1987 com 35 anos de serviço. No início todos contribuíam e poucos, obviamente, se aposentavam. Os Governos torraram o dinheiro arrecadado, não houve proteção para cumprir a finalidade estabelecida. Entendo que deva haver uma forte pressão no Congresso, uma forte propaganda para influenciar a opinião particular, com esclarecimento em jornais, etc (envio de cartas aos parlamentares). No início dizem excluir "os que têm direitos adquiridos". A seguir acabam com os direitos adquiridos, taxam os inativos com nova contribuição, etc.

O ativo de hoje, será o inativo de amanhã.

Atenciosamente,

Professor Edgar P. Cabral de Menezes

Adufrj-SSind

AG é favorável à realização de eleições para reitor na UFRJ

Próximas assembléias vão deliberar sobre formato do pleito

Os professores presentes à Assembléia Geral da Adufrj-SSind, reunida em 9/1 no Auditório do Centro de Tecnologia, manifestaram-se favoráveis a uma proposta para que a eleição do reitor ocorra no primeiro período letivo de 2003 (em maio ou junho). A decisão, tomada por unanimidade, demanda garantia de prazos adequados para a formação de candidaturas e inscrição de candidatos, a divulgação e o debate das propostas dos candidatos, além da ampla participação da comunidade na definição de projetos para a UFRJ.

Na AG, discutiu-se muito a respeito do formato que essas próximas eleições poderiam adotar, mas nada foi deliberado. Os professores entenderam que seriam necessárias mais discussões e debates para as decisões serem tomadas com mais amadurecimento. Ficaram em aberto, portanto, questões como a ponderação do voto (paritário ou universal); caráter da consulta à comunidade; existência de colégio eleitoral formado pelos conselhos superiores da UFRJ; e envolvimento das entidades representativas (APG, DCE, Adufrj-SSind e Sintufrj) no processo eleitoral, entre outros pontos.

Reiterou-se a disponibilidade dos meios de comunicação da Adufrj-SSind que, como sempre, ficarão à disposição para apresentação de propostas, artigos e idéias da comunidade acadêmica sobre as eleições que se seguirão. Uma delas já foi apresentada pelo professor Person Candido (da EEFD) para que a Adufrj-SSind encaminhe "esforços de conversação junto aos demais segmentos representativos da comunidade da UFRJ, no sentido de que eles conjuntamente conduzam todo o processo eleitoral de escolha do novo reitor da UFRJ". Ainda segundo o professor Person, apenas o suporte de material e pessoas para viabilizar o pleito seriam de responsabilidade da reitoria.

A diretoria da Adufrj-SSind ficou incumbida de esclarecer aos sindicalizados os aspectos legais relativos à escolha de dirigentes universitários. No entanto, todos os professores que pediram a palavra na AG deixaram claro que o caráter político das decisões da categoria nas assembléias deve se sobrepor à legislação autoritária vigente. A chamada lista tríplice, que é encaminhada ao ministro da Educação para escolha do reitor, é o exemplo mais visível, na lei, de desrespeito à autonomia universitária.

Reforma da Previdência também é discutida

A reforma previdenciária proposta pelo governo Lula e que tem o funcionalismo como alvo principal foi longamente debatida na Assembléia. Os professores aprovaram a realização de uma série de atividades que permitam subsidiar as discussões da categoria dos docentes universitários. A primeira delas ocorreria até o fim de janeiro, em conjunto com a Secretaria Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, quando a Adufrj-SSind deve promover uma mesa-redonda sobre o tema na UFRJ. As notícias da capital federal somadas ao período de recesso letivo da universidade, em fevereiro, justificariam o prazo relativamente curto para a construção deste evento. O 1º tesoureiro da seção sindical, José Henrique Sanglard, comentou que o grande volume de ligações de professores para a sede em busca de informações junto à assessoria jurídica e à diretoria demonstram a atual inquietude da categoria.

A segunda atividade seria levada como sugestão à reunião dos representantes das seções sindicais das Instituições Federais de Ensino Superior, que se reuniriam nos dias 11 e 12/1, em Brasília: construir um seminário durante a realização do 22º Congresso do Andes-SN, em Teresina (PI), em março deste ano. Essa reunião terá um momento de participação conjunta com o encontro do Grupo de Trabalho Seguridade Social/Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, que teria o tema da Previdência Social como um dos pontos de pauta.

A terceira atividade seria um outro seminário na UFRJ, após o Congresso do Sindicato Nacional, com convite aos presidentes do Andes-SN, da CUT, da Força Sindical e Direção Nacional do PT, entre outros nomes, com a mediação de representante da Adufrj-SSind, para debater a reforma proposta.

A Adufrj-SSind, com a participação de seu GT de Seguridade Social, estará publicando, em breve, um encarte especial sobre a Reforma da Previdência para subsidiar o debate.

Também foi aprovado que a diretoria da Adufrj-SSind encaminhe ao Andes-SN a necessidade de um movimento que envolva a CNESF - Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais - e outros sindicatos, exigindo do governo Lula a transparência das contas da Previdência, tornando público os números de empresas, de empregados, valores descontados e recolhidos aos cofres da Previdência e os inadimplentes e suas dívidas. De acordo com o 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, essa é uma medida importante, pois pode ajudar a desmascarar o discurso do governo de que o alegado "déficit" das contas se deve aos "privilégios" do funcionalismo. A grande verdade é que existe muita sonegação e desvio de recursos do governo da área de Seguridade Social para outras destinações.

Representantes para a reunião do Setor das IFES e do GTSS Nacional

Para a citada reunião do Setor das IFES, estará representando a Adufrj-SSind o professor Luciano Menezes, tendo como observadores Cleusa Santos e José Miguel Bendrao Saldanha. Cleusa e José Miguel darão prioridade à participação no Grupo de Trabalho Seguridade Social/Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN.

Resenha

Fim da lista tríplice

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, defendeu o fim das listas tríplices para escolha de reitores. "O nome apontado na eleição com professores, funcionários e alunos tem de ser respeitado, seja ele de quem for", afirmou, em matéria de O Estado de SP (4/1). Ele anunciou ainda a organização de um Fórum Nacional de Educação no segundo semestre deste ano. Os próximos 100 dias serão destinados para organizar esse encontro.

Reajuste das bolsas já

O novo ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral (PSB), assumiu a pasta com críticas à retirada de investimento na pesquisa básica em favor da aplicada e prometendo rever os valores das bolsas de auxílio à pesquisa. "Nossa primeira preocupação será uma ação em conjunto com o Ministério da Educação visando à revisão do valor das bolsas da Capes e do CNPq", disse Amaral, em seu discurso na transmissão do cargo, até então ocupado por Ronaldo Sardenberg, de acordo com a Folha de SP (3/1).

PM diz não ao Plano Azul

Em matéria do jornal Extra (29/12), o Comando Geral da PM diz que não vai executar a primeira parte do Plano de Segurança elaborado para a ilha do Fundão. O comandante-geral da corporação, Francisco Braz, considerou que os números da criminalidade do local não justificam medidas como a instalação de polígonos de segurança, conforme previa o chamado Plano Azul.

Cota para deficientes físicos

Além de reservarem parte de suas vagas para negros ou pardos ou para quem estudou a vida toda em escola pública, a Uerj e a Uenf terão de destinar 10% de suas vagas para alunos da rede pública que sejam portadores de deficiência. A lei foi sancionada pela governadora Rosinha Matheus em 3/1 e prevê ainda a adaptação das instalações das universidades para oferecer livre circulação aos alunos da nova cota.

Botafogo x UFRJ?

Em nota publicada na coluna do Ancelmo Gois, em O Globo (19/12), Lula teria encomendado um plano de salvação do Botafogo, via BNDES, para construção de um centro de treinamento num "terrenão da UFRJ atrás do Canecão". Em troca, de acordo com o colunista, seriam exigidas contrapartidas na gestão do clube. A nota só não explicou o que a universidade ganharia com isso...

Opinião/

UFRJ, BNDES, Autonomia Universitária (*)

A nomeação do professor Carlos Lessa, reitor da UFRJ, para a presidência do BNDES, abre caminhos extraordinários para a universidade brasileira. Seguramente, uma orientação da política de desenvolvimento para a soberania do país pode, de uma parte, fazer com que as universidades venham a cumprir importante papel na construção da nação, revertendo uma longa tendência de desmonte da universidade e, de outra parte, criar condições para que as universidades brasileiras finalmente possam exercitar a autonomia assegurada pelo Art. 207, da CF.

Desde a criação das primeiras universidades, a autonomia tem sido um objetivo sistematicamente perseguido por todos aqueles que constróem essas instituições. Alguns marcos se consolidaram como referências nessas lutas: a criação da universidade de Berlim, em 1809, por Humboldt, instituindo o moderno conceito de autonomia universitária como capacidade de autogoverno e de autonormação e o conhecido *Cordobazzo*, a rebelião estudantil que forjou a autonomia na universidade de Córdoba, no início do século passado. No Brasil, apenas com as grandes mobilizações da sociedade foi possível elevar a autonomia a princípio da Constituição Federal, em 1988; entretanto, apesar desse êxito, não foi possível exercê-la. É quase um truismo lembrar que regimes políticos voltados para o interesse de poucos não toleram universidades livres e autônomas. Ao longo da ditadura militar professores foram cassados, perseguidos e demitidos. Somente a UnB perdeu 80% de seus docentes entre 1964-65, em virtude da intolerância do novo regime com o pensamento crítico. O longo inverno neoliberal que pretendia sufocar a vida democrática do país, a partir de Collor até FHC, jamais tolerou a idéia da autonomia, nos termos da Carta Magna. Assim, uma série de medidas foram adotadas para limitá-la.

No âmago do conceito de autonomia, está contida a idéia-força do autogoverno. Para impedir o seu exercício, FHC fez aprovar a Lei nº 9172/95 que exige a elaboração de listas tríplices aprovadas em colegiados que contenham pelo menos 70% de docentes em sua composição, medida reiterada na LDB (Lei nº 9394/96), aprovada, como se sabe, a partir de manobras regimentais que corroeram toda a sua legitimidade.

Com base nessas normas, hoje conhecidas como entulho neoliberal, o MEC pôde cometer a inominável violência de impor um interventor na UFRJ, o Sr. Vilhena. A resistência dos movimentos docente, estudantil e dos técnicos administrativos, acrescida da postura firme e coerente de diversos colegiados da instituição, impediram que as tarefas para as quais o interventor fora chamado não se efetivassem.

Com a saída do reitor Carlos Lessa, para desempenhar importante função no Estado, a UFRJ encontra-se diante de uma situação muito especial. A instituição pode, pela primeira vez desde a promulgação da Constituição Federal, exercer a autonomia universitária, efetivando o seu autogoverno, como previsto no Art. 207.

Para tanto, a comunidade universitária, por meio de suas entidades representativas, pode lograr um processo de sucessão que permita o gozo da prerrogativa constitucional, a exemplo do que várias universidades já fizeram em um contexto de ameaças e de retaliações. Com efeito, universidades distintas como a UFRGS, UFU, UFMT, UFJF, entre outras, organizaram consultas conduzidas pelas entidades representativas, segundo normas estabelecidas internamente, processos que foram ratificados pelos colegiados superiores. Em mais de uma ocasião, o MEC não respeitou o processo, mas os germes da autonomia foram plantados em solo fértil. O governo de Lula da Silva, por intermédio de seu ministro da educação, já se manifestou favoravelmente ao autogoverno, afirmando que as famigeradas listas tríplices expressam o passado. Assim, cabe à UFRJ reinaugurar essa prática de forma pioneira, como fizera no passado ao eleger diretamente um reitor no ocaso da ditadura. A comunidade da UFRJ pode, assim, cumprir um nobre papel histórico: a recuperação das conquistas da Constituição de 1988!

(*) Texto apresentado na Assembléia Geral da Adufrj-SSind em 9 de janeiro de 2003.

Cristina Miranda - CAp
Janete Luzia Leite - ESS
José Miguel Bendrao Saldanha - EE
Leila Rodrigues - IFCS
Roberto Leher - FE
Sara Granemann - ESS
Walcyr de Oliveira Barros - EEAN

Grupos de Trabalho

GTPE divulga relatório de Encontro sobre Educação Técnico/Tecnológica

A coordenação do Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN divulgou, na semana passada, o relatório sobre o II Encontro Nacional sobre Educação Técnico/Tecnológica, ocorrido entre os dias 4 e 7 de dezembro de 2002, em Niterói. O GTPE ficou incumbido da tarefa de construir, para aprovação no próximo Congresso do Sindicato Nacional (a ser realizado no Piauí, em março), a Proposta de Educação Técnico-Tecnológica, contemplando a discussão deste evento do fim do ano passado. O II Encontro aprovou alguns encaminhamentos, entre os quais se destaca a integração da educação técnico/tecnológica ao Sistema Nacional de Educação; a revogação de toda a legislação que impôs concepções que diferem daquelas construídas pela sociedade brasileira quando da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educacão (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE) e a transformação imediata dos CEFETs em Universidades, mantendo o ensino médio integrado, a graduação e a pós-graduação.

A implantação da Carreira Única do Andes-SN, o retorno do número de vagas ofertadas anteriores à aplicação do Decreto-Lei 2.208 (que FHC assinou para regulamentar a educação profissional em 1997) e a reposição imediata das vagas dos docentes da Educação Superior e da Educação Básica da rede federal (Colégio de Aplicação, Colégios Técnicos, Agrotécnicos e CEFETs) com a realização de concurso público pelo Regime Jurídico Único (RJU) foram outros pontos afirmados no II Encontro. Também será defendida junto ao novo governo a necessidade da realização de uma auditoria no Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) do MEC, nas fundações de apoio e nas cooperativas e a ampliação das verbas para o financiamento público da educação na ordem de 10%, conforme propõe o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, incluindo verba para o financiamento da educação técnico/tecnológica. A íntegra do relatório do GTPE está disponível na página eletrônica do Andes-SN (www.andes.org.br).

Adiamento de Seminário

Também na semana passada, a coordenação do GT Comunicação e Artes do Andes-SN informou que o seminário "Cultura, Arte e Política Contemporânea: produção, recepção e consumo", que antecederia a próxima reunião do Grupo nos dias 11 e 12 de janeiro, em Salvador/BA, será transferido para uma próxima oportunidade. Isso ocorreu porque o escritor Ariano Suassuna, principal palestrante do evento, estará impossibilitado de comparecer nestas datas e só manifestou sua situação ao Sindicato em meados de dezembro passado. A coordenação do GTCA volta a se reunir no dia 18 de janeiro, quando então definirá a data do próximo encontro, bem como as possíveis alternativas para o seminário.

Fonte: Andes-SN

Opinião/Flávio Dickstein*

O Programa de Apoio ao Ensino de Graduação

A Fundação Universitária José Bonifácio está lançando o **PROGRAMA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO** (PAEG)**,** cujo objetivo é o de "fomentar projetos que visem a inovação, a atualização e a melhoria do ensino de graduação". O PAEG terá `a sua disposição neste ano de 2003 a quantia de R$ 600 000.00. Uma primeria seleção de propostas, para posterior encaminhamento ao CEG, estará a cargo de cada um dos seis Centros Universitários da UFRJ. Os recursos totais relativos aos projetos encaminhados pelo CCJE, CCMN e CT não deverão ultrapassar o valor de R$ 180 000, 00, enquanto que os do CCS, CLA e CFCH deverão se restringir ao máximo de R$ 220 000,00. Estes tetos foram estabelecidos levando-se em conta o total de alunos de graduação inscritos em cada centro.

O PAEG apresenta várias características singulares, que gostaria de destacar. Em primeiro lugar, trata-se de um projeto voltado ao ensino de graduação. Este é um aspecto positivo e muito importante. De fato, a UFRJ tem uma grande responsabilidade no ensino de graduação. Trata-se da formação de jovens que irão desempenhar em futuro próximo um papel relevante no desenvolvimento econômico, cultural e social do país. Pelo conhecimento técnico adquirido, suas ações têm enorme potencial multiplicador. Do ponto de vista *intra muros*, a graduação é a base e o sustentáculo do triângulo indissociável formado pelo ensino, pesquisa e extensão universitários. Seu fortalecimento é a maior contribuição que podemos dar para o desenvolvimento a médio prazo da pós-graduação, da pesquisa e das atividades de extensão na UFRJ.

Outra marca essencial do PAEG, expressa em seu edital de convocação, é a de ser um programa que visa a apoiar projetos que tenham certas características específicas. Elas estão relacionadas abaixo, ao lado de comentários meus.

§ fomentar a multidisciplinaridade – todos sabemos da importância e a necessidade de oferecermos aos nossos alunos uma formação diversificada e abrangente. No entanto, as iniciativas neste terreno enfrentam grandes dificuldades para serem concretizadas, porque nem a nossa organização espacial, nem a nossa estrutura orgânica e operacional estão aparelhadas para tal. A FUJB pretende apoiar iniciativas que estimulem a integração vertical na UFRJ, envolvendo diversas unidades de ensino, eventualmente de centros distintos.

§ apresentar soluções pedagógicas inovadoras – é forçoso reconhecer que um número expressivo de alunos da UFRJ segue seus estudos na UFRJ sem entusiasmo. É forçoso reconhecer ainda que com frequência o rendimento dos estudantes nas disciplinas oferecidas fica aquém do desejado. A FUJB pretende incentivar a reflexão sobre estes problemas, e apoiar projetos pedagógicos que busquem aperfeiçoar a eficiência no ensino das disciplinas ministradas na UFRJ.

§ promover a integração entre a graduação, a pós-graduação e a pesquisa – todos aqueles que participam da Iniciação Científica sabem do entusiasmo que a grande maioria dos alunos a elas dedica. Devemos ter como meta propiciar a todos os graduandos algum tipo de envolvimento com as atividades de pesquisa que aqui são desenvolvidas. Em particular, a UFRJ tem a responsabilidade e a obrigação de atender de forma adequada 'aqueles que têm vocação para a carreira acadêmica, estimulando a aceleração de suas formações, sem prejuízo da qualidade.

§ dar assistência especial a alunos com deficiência em conhecimentos do âmbito do ensino médio – a UFRJ tem a responsabilidade e a obrigação de prestar um atendimento diferenciado aos alunos que apresentem deficiências de conhecimento fundamental. Muitos desses alunos não conseguem acompanhar seus cursos, sentem-se perdidos e sem suporte institucional. A FUJB irá apoiar os professores e as unidades que busquem soluções para este grave problema.

§ contribuir para uma ampla formação cultural e científica do alunado, para além das especificidades técnicas da carreira – pretende-se incentivar iniciativas que visem abrir horizontes e perspectivas aos nossos alunos, fortalecendo a formação para a cidadania.

§ incentivar a formação de profissionais para atuar em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional ou particularmente carentes em mão de obra de nível superior – pretende-se incentivar a reflexão e a ação da UFRJ no enfrentamento de questões estratégicas nacionais. Entende-se aqui estratégica no sentido lato, isto é, relacionadas 'a formação artística, técnica e cultural de nossos profissionais

Um outro aspecto importante do programa é a sua flexibilidade, tanto na forma como no conteúdo. De fato, não há formatos préestabelecidos. Há grande flexibilidade também na aplicação dos recursos, que poderão ser destinados a:

· aquisição de material permanente e de consumo;

· pagamento de serviços de terceiros, excluídas obras, passagens e estadias;

· concessão de bolsas a alunos de graduação integrados ao projeto;

· promoção de atividades inerentes ao projeto.

Os projetos selecionados pela UFRJ deverão ser encaminhados 'a FUJB até o dia 9 de maio próximo. A FUJB irá apreciá-los, sob a ótica dos critérios acima expostos e sob a restrição dos recursos financeiros disponiveis, divulgando o resultado final da seleção no dia 28 de maio. O programa terá início no segundo semestre de 2003, com a duração de um ano.

A FUJB, reconhecendo a importância do PAEG, decidiu alocar R$ 600 000,00 para o programa em 2003. O PAEG constitui, portanto, dentre os projeto de fomento da FUJB, aquele com o maior aporte financeiro. Seria desejável, no entanto, que para os anos vindouros esses recursos pudessem ser ampliados. Na minha opinião, seria recomendável a associação de todas as fundações de apoio 'a UFRJ 'a esta iniciativa, para estendê-la e fortalecê-la.

* Professor Titular – Instituto de Matemática. Membro do Conselho Administrativo da FUJB.

Universidades

As "saideiras" de Paulo Renato

Neste início de ano, o sub-reitor de Ensino para Graduados e Pesquisa, José Luiz Monteiro, encaminhou para conhecimento dos conselheiros do Consuni dois documentos relativos a assuntos polêmicos: cobrança de taxas em cursos de pós *lato sensu* e apoio do MEC à pós nas instituições particulares.

De acordo com a portaria nº 65, de 11 de novembro do ano passado, o então presidente da Capes, Abílio Baeta Neves, aprovou um programa de suporte ao ensino de pós-graduação nas instituições particulares chamado PROSUP. O sub-reitor da UFRJ chama a atenção para o fato de que a previsão do denominado "custeio de taxas escolares" no tal programa alcança valores semelhantes aos que são concedidos às instituições federais pelo PROAP, "com o agravante de que, nessa portaria, não há qualquer restrição ao uso desses recursos, ao contrário do que ocorre com o PROAP". José Luiz afirma ainda que há uma "tímida" exigência de contrapartida, equivalente a cerca de 5% das bolsas concedidas.

Sobre a cobrança na pós, José Luiz compartilhou um extrato de parecer do Conselho Nacional de Educação, também de novembro do ano passado, que defende as taxas dos cursos *lato sensu*, cuja legalidade é questionada pelo Ministério Público Federal.

A decisão do CNE baseou-se no aspecto que os cursos de especialização e aperfeiçoamento (*lato sensu*) não se configurariam como atividade de ensino regular e, portanto, não podem ser enquadrados na exigência de gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, conforme o artigo 206 da Constituição Federal. O parecer do Conselho foi homologado pelo ex-ministro da Educação Paulo Renato, no dia 14/11.

Assembléia Geral

21/1 terça-feira

13:30 horas

Auditório do CT
Bloco A
ilha do Fundão

Opinião/Francisco de Oliveira*

Entre São Bernardo e a avenida Paulista?

Silvio Bahiana

COM A POSSE DE LULA, A EXPECTATIVA DO FIM DA ERA GLOBALIZANTE E MERCADOLÓGICA DE FHC

A avaliação de determinado período histórico somente deve ser feita pelo exame das configurações que tomam períodos que lhe sucedem, comparando-se invariabilidades e mudanças marcantes. Ainda que os contemporâneos não possam nomear com segurança a marca dos períodos, no calor da hora, enquanto permanecem em ação os elementos definidores, devem tentá-lo, até porque isso faz parte da política. O que definirá, para o futuro, os dois mandatos de FHC na Presidência e mais, desde seu exercício como ministro da Fazenda de Itamar Franco? Terá havido uma "era FHC", como os mais áulicos já trombeteavam desde os dias iniciais do primeiro mandato, pendurados apenas no fato de que chegava à Presidência um cientista social prestigiado nacional e internacionalmente? A honra de sermos governados por um Sartre, como declarou uma áulica do primeiro momento? Avaliações são de variada índole. A mais frequente consiste no exame da performance econômica e das realizações materiais, o que não deixa de ser importante e talvez decisivo. Vista por esse ângulo, a surpresa da Presidência de FHC é que ela é de espantosa mediocridade. A Folha publicou nestes dias avaliações setoriais, das quais resultou a confirmação de que o período FHC não sobressai quando comparado a outros períodos presidenciais. Algumas "melhoras" são menos o resultado de incisiva ação do governo que se finda e mais a projeção de tendências históricas de longo prazo. Como nos casos da saúde e da educação, por exemplo, especificamente com a queda da mortalidade infantil e da taxa de analfabetismo. Mesmo nesses casos, no período FHC não se acelerou a melhoria de seus indicadores; pelo contrário, procedimentos metodológicos que medem incrementos marginais dizem que houve desaceleração da melhoria. Breve estudo de Reynaldo Gonçalves, professor titular de Economia Internacional da Universidade do Brasil-UFRJ, que circulou na internet meses atrás, estabeleceu um ranking dos principais indicadores econômicos, oficiais e usualmente utilizados, que mostrava a grande surpresa de, além de ser medíocre, o período FHC ter sido o pior na história republicana desde Prudente de Moraes. É quase inacreditável! Em indicadores como o da inflação, o governo FHC ganha de lavada de todos os outros, empatando com o de Campos Salles, com quem é frequentemente comparado, sendo Pedro Malan seu Joaquim Murtinho. Importante é ressaltar que Vargas também não se saiu nada mal no capítulo da estabilidade monetária, mas seu período histórico é justamente reconhecido como tendo colocado a questão social, com os direitos trabalhistas, no centro da nova dinâmica da economia e da sociedade brasileiras.

Nos outros indicadores, crescimento total e per capita do PIB, vulnerabilidade externa medida pelo déficit da balança comercial, vulnerabilidade financeiramedida pela dívida interna sobre o PIB e um indicador criado por Gonçalves, que ele chamou, quem sabe em irônica homenagem a FHC, de "índice de dependência", que mede a distância do PIB brasileiro em relação ao dos EUA, o período FHC perde de goleada para outros. Para Vargas, a quem FHC queria varrer da história brasileira, e para JK, com quem queria ser comparado no segundo mandato, a derrota do período FHC é humilhante. O reconhecimento futuro de uma "era FHC" dependerá inicialmente do desempenho de seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Mas, desde já, há que reconhecer que FHC fincou uma estaca forte de não-retorno, que desde logo balizará os desempenhos de seus sucessores. Para além do desastre econômico que está à vista de todos, que ajudou a eleger alguém inteiramente imprevisto no esquema do Reich de 20 anos do sinistro Sérgio Motta, o que há de não-retorno é a consolidação, visto que este é um processo de "longue haleine", de uma sociabilidade do êxito a qualquer preço, que, nas condições de miséria, se transforma em violência - no grosso, a falência do Estado e, a granel, as gangues e a criminalidade soltas, que aliás são faces da mesma moeda, são o lado perverso e sinistro da modernidade que levou tanto tempo para ser hegemônica no Brasil. Uma espécie de "revolução burguesa lúmpen". A contrapelo da reconhecida pavonice do personagem, que gostaria de ser lembrado como o arauto de uma modernidade civilizadora. Suas reformas - uma pirataria semântica -, a violenta privatização de poderosos recursos estatais, que abalou as bases da propriedade burguesa e instaurou uma nova luta no interior dos grandes grupos econômicos, liquidando de vez o espaço privativo de empresas e grupos tradicionais e desqualificando as oposições, no que foi ajudado pela violenta erosão do emprego formal, levou a uma implosão das regras de relações entre classes, interesses e política.

Entre a avenida Paulista e São Bernardo: uma política econômica ortodoxa, para não dizer tucana, e uma política social petista, Palocci-Meirelles e Fome Zero-Ministérios Sociais.

José Serra é inegavelmente um mau ator, mas sua derrota deveu-se em parte à indeterminação da política que brotou dos oito anos de FHC, que o declarado oposicionismo de Lula e dos outros candidatos recolheu como cacos dispersos da implosão da política. O que explica que a porcentagem de votos do PT em 20 anos, que ficava sempre nos 30%, tenha saltado para o dobro no segundo turno? Os mais otimistas dirão que o país queria mudar. Mas em que direção? O não-retorno tem consequências sérias para o novo período que se abre. Em primeiro lugar, está o fato, visível, de que a política econômica do presidente Lula está grandemente determinada pela herança de

Pedem a Lula que ele se distinga de FHC levando a cabo o que ele não pôde fazer. Aliás, é notável como figuras geralmente tidas como racionais, imparciais e não-ideológicas, acham mesmo que FHC queria errar!

FHC. Mas o mais importante é que seus opositores também estão imersos no mesmo "ethos", o que dificulta enormemente a percepção de caminhos distintos dos de FHC. Ficou evidente a enorme similitude formal entre os programas de todos os candidatos, incluindo-se o governista Serra.

No final, o que sobrou da indeterminação da política que resultou do turbilhão promovido por FHC, nas vagas da globalização? Ele descarta a permanência imediata de qualquer forma, vale dizer a coagulação de experiências a partir das quais se projeta o futuro. Essa não-forma está presente seja na flutuação diária do câmbio, seja na insegurança que faz o risco-Brasil dançar uma dança de são Guido, seja na ansiedade dos especuladores, seja na incapacidade dos movimentos sociais fixarem uma agenda de futuro que tenha por base o passado, mesmo que seja o imediatamente anterior, que torna as centrais sindicais quase irrelevantes para um programa de defesa dos direitos do trabalho. Que faz com que Porto Alegre esteja permanentemente a ouvir o relato dos milhares de experiências alternativas, sem que a soma delas possa constituir-se em contra-agenda unitária e global. A formação do governo Lula é caracteristicamente um tatear nas sombras da indeterminação da política. Como comprova a formação do ministério, tenta colocar em cada pasta um representante dos variados interesses, na ausência de uma hegemonia. Mas quem define esses interesses? Até onde a biografia social dos indicados permite conclusões, os critérios de representatividade correm o risco de anacronismo, pois parecem basear-se no fato de pertencerem a setores econômicos, nas experiências anteriores em variados lugares da chamada sociedade civil. É um experimento novo: dificilmente se reconhece a formação de uma hegemonia pela agrega ão heterogênea de interesses, que não deve ser confundida com a agregação de interesses heterogêneos, pois estes o são sempre como resultado da pluralidade da sociedade. A formação da hegemonia se faz a partir de um centro irradiador, que atrai outras forças e as integra ao projeto hegemônico. A formação do governo e das alianças de FHC teve este claro sinal: apesar de a imprensa ter proclamado anos seguidos que ele era refém de ACM, o que se dava era exatamente o contrário.

O eixo que surge anunciado pela formação do governo Lula é o que sobrou da vasta indeterminação. Entre a avenida Paulista e São Bernardo: uma política econômica ortodoxa, para não dizer tucana, e uma política social petista, Palocci-Meirelles e Fome Zero-Ministérios Sociais. Das experiências imediatamente anteriores, restaram a continuidade da política econômica, o que não é nada inovador, e uma difusa definição do social, que exclui o trabalho. Alguém poderia pensar que finalmente emerge a social-democracia no Brasil da soma do PSDB e do PT, uma espécie de "síntese Felipe Gonzalez", único exemplo na história de uma transição em direção ao "welfare" num país da periferia capitalista, ou da "semiperiferia", como Boaventura de Sousa Santos qualifica o especial estatuto da Espanha e de Portugal no capitalismo contemporâneo. A FHC faltava o lastro sindicalista, que, aliás, se esmerou em detonar. A Lula sobra, com folga, esse aval. Mas, até onde declarações de formuladores da política de Lula podem identificar um programa, o que parece é que se pretende realizar o que FHC não conseguiu: 13º salário e férias sendo tratados como "penduricalhos" vão na direção contrária do "welfare". Na agenda da "transição" em direção a um pós- eoliberalismo, o programa para o trabalho somente comparece no registro do neodesenvolvimentismo. E o programa para a seguridade social permanece em brumas, mas sendo sugerida uma versão suave do sistema de capitalização e a derrogação dos "privilégios" do funcionalismo público. Comprou-se o discurso neoliberal ou ele já estava introjetado? O programa que ficou conhecido como neoliberal e, entre nós, tucano, enquanto sociabilidade, menos que ideologia, está de corpo inteiro no par Palocci-Meirelles, e até na definição do social, que não se apresenta como antagônico ao econômico, mas como sua correção. E nos conselhos que renomados articulistas vêm repetindo à exaustão: autonomia do Banco Central, corte nas despesas do governo, uso implacável da taxa de juros, "sensatez" na negociação da Alca, eliminação de privilégios corporativos (leia-se derrogação dos direitos constitucionais do funcionalismo público). Pedem a Lula que ele se distinga de FHC levando a cabo o que ele não pôde fazer. Aliás, é notável como figuras geralmente tidas como racionais, imparciais e não-ideológicas, acham mesmo que FHC queria errar! Desaparece toda a objetividade e, em seu lugar, surgem análises e avaliações de um voluntarismo espantoso. O governo Lula ou ultrapassa a "era FHC" ou estará definitivamente classificado dentro dela e, no futuro, historiadores e sociólogos reconhecerão um longo período de hegemonia neoliberal que englobará FHC e seus sucessores por um tempo que, hoje, ainda não é previsível. Ultrapassar quer dizer estabelecer novas formas de propriedade social, redistribuir renda com um vigor e uma velocidade que não permita ao sistema adaptar-se e antecipar-se às transformações. A radicalidade estará em um programa que leve ao infinito a proposta de uma renda societal, para além das reengenharias do trabalho e do neodesenvolvimentismo, já que o velho e bom emprego formal não voltará. Ultrapassar quer dizer inscrever a miséria e a desigualdade definitivamente como obstáculos intransponíveis, em vez de acidentes de uma má política econômica, que somente poderão ser resolvidas pela reestruturação do sistema que as supere. Quaisquer outras "políticas sociais" poderão ser apenas funcionalizações da pobreza. É preciso dizer isso em alto e bom som. Programas como o Fome Zero não têm essa qualidade. Devem ser feitos, pois, como nos ensinou Betinho, a fome não espera por reformas estruturais. Mas o que alavancou decisivamente a Europa ocidental no pós-guerra foi a decidida implementação da seguridade social como "custo" do sistema, que somente seria ultrapassado pelo aumento da produtividade do trabalho. O programa Fome Zero, ao ser financiado pelo Orçamento, não se inscreve como "custo". É um bom começo, mas será insuficiente. Ultrapassar, por isso, significa colocar a fome como obstáculo, e não como piedosa contrição. Ultrapassar quer dizer cruzar o umbral do socialismo, na edificação de uma sociabilidade anticompetitiva, de uma cultura universalizante da política. O socialismo só está escanteado do debate e da agenda quando pensado nas velhas fórmulas da aceleração das forças produtivas e da produção do proletariado. Mas se propõe por outros modos, que reinventam a herança clássica. O capitalismo contemporâneo, movido a ciência e tecnologia, tem se antecipado como os melhores zagueiros do futebol. É preciso desbordá-lo nos pontos em que ele não pode anteciparse. A agenda de Lula pede essa radicalidade. Que está no amplo movimento de contestação, na enorme expectativa que se formou, mesmo na boa vontade dos que se oferecem para colaborar. Falta tentar dar-lhe forma, e a única forma universal até agora conhecida é aquela que parte de políticas públicas estatais. A questão não é a de uma abstrata condenação do estatal, tipicamente liberal, mas de seu controle popular. Alguns que hoje aconselham Lula a evitar toda "tentação" estatizante, que estigmatizam logo como "populista", foram os que na ditadura exerceram com a maior implacabilidade a coerção estatal para forçar o crescimento econômico. "Nenhum escrúpulo, senhor presidente", disse um deles com a concordância de todos os presentes, frase pronunciada em célebre e celerada reunião em que se decidiu pelo AI-5, confirmada outra vez pelos "arquivos implacáveis" de Elio Gaspari. E ainda se diz que o Banco Central não faz crescimento econômico, quem o faz é o setor privado. Dá vontade de rir, mas o caso é de chorar!

O governo Lula ou ultrapassa a "era FHC" ou estará definitivamente classificado dentro dela e, no futuro, historiadores e sociólogos reconhecerão um longo período de hegemonia neoliberal que englobará FHC e seus sucessores por um tempo que, hoje, ainda não é previsível.

Alguns que hoje aconselham Lula a evitar toda "tentação" estatizante, que estigmatizam logo como "populista", foram os que na ditadura exerceram com a maior implacabilidade a coerção estatal para forçar o crescimento econômico.

* Sociólogo e professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

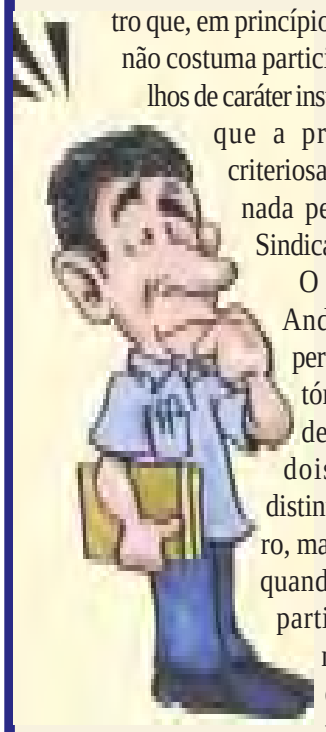
Publicado originalmente no jornal Folha de São Paulo em 29 de dezembro de 2002.

Movimento

Continuação da capa

Uma nova universidade

O relatório do Andes-SN menciona que, entre as prioridades destacadas por Cristovam no encontro com a entidade, está a "necessidade de construir uma nova universidade que vá de encontro aos anseios gerais do Brasil". O ministro sugeriu a criação de um 'conselho consultivo' do governo a ser caracterizado como um 'conselho de gestão das IFES' e disse que convidará as entidades representativas da comunidade universitária, entre elas o Andes-SN, para participar deste fórum. Sobre a participação do Sindicato no referido conselho, Luiz Lucas disse ao ministro que, em princípio, o Andes-SN não costuma participar de conselhos de caráter institucional, mas que a proposta será criteriosamente examinada pelas bases do Sindicato.



O presidente do Andes-SN recuperou ainda a história da entidade, destacando dois momentos distintos. O primeiro, mais 'ofensivo', quando a entidade participou ativamente da constituinte na década de 80, quando foram aprovadas propostas que fazem parte da luta histórica do movimento docente por uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. O segundo momento do Sindicato é marcado, a partir dos anos 90, pela resistência ao projeto neoliberal e, em especial, às políticas do governo Fernando Henrique que enfraqueceram o caráter público das instituições de ensino superior.

SESu

Sobre a indicação para a Secretaria de Ensino Superior, Cristovam afirmou que terá muito cuidado na escolha do secretário. "Ressaltou que o mais importante é que o nome escolhido obedeça um perfil que considera fundamental: ampla capacidade de diálogo com todas as instâncias dos movimentos; fazer parte de uma universidade pública e não ter preconceitos com as particulares; criatividade para enfrentar emergências com poucos recursos. Disse também que jamais indicaria um nome para SESu que inviabilizasse um bom relacionamento com os movimentos", comenta o relatório do Andes-SN. A referência do ministro não foi à toa, já que um dos cotados para o cargo teria sido o ex-presidente do Sindicato, Renato de Oliveira, atualmente suspenso de suas atividades como sindicalista durante 60 meses por malversação dos recursos da entidade. Atualmente, o mais cotado para assumir a secretaria é o ex-reitor da Federal do Paraná, Carlos Roberto Antunes.

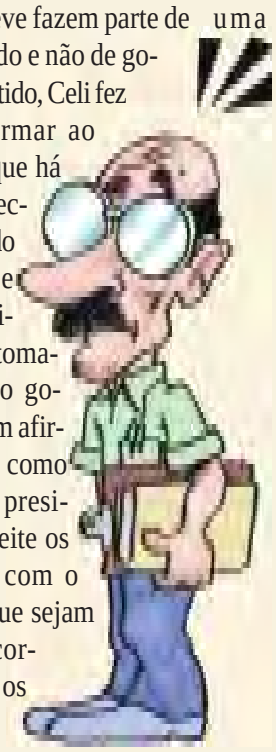
Escolha de dirigentes e autonomia

Assim como disse aos jornais e os estudantes, durante a visita à UNE, o ministro afirmou à diretoria do Andes-SN que respeitará a autonomia das universidades na escolha de seus dirigentes, rechaçando qualquer possibilidade de nomear um reitor eleito que não seja o primeiro da lista tríplice enviada por qualquer instituição. Cristovam criticou a postura de seu antecessor, Paulo Renato, e afirmou não ser contrário à mudança no processo de escolha e indicação de dirigentes sinalizando ser favorável ao fim das listas tríplices e ao processo de escolha paritária para reitores e demais dirigentes. Na presença da diretoria do Andes-SN, o novo ministro, segundo o relatório da entidade, defendeu até o voto universal, pelo qual teria "simpatia". O ministro ressaltou, ainda, que o processo de escolha de dirigentes deve se dar em cada instituição autonomamente.

Acordo de greve

A Secretária Geral do Andes-SN, Celi Taffarel, lembrou ao ministro a necessidade de o governo Lula recuperar o Plano Nacional de Educação da Sociedade, construído pelas entidades ligadas ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, ao longo dos últimos quatro anos, durante quatro Congressos Nacionais de Educação (Coneds), que congregaram mais de cinco mil educadores de todo o país em cada uma de suas edições.

Na ocasião, Celi recuperou, ainda, o histórico da greve nacional de 2001, ressalvando os quatro meses de luta sob ameaças terríveis do MEC configuradas no 'pacote antigreve' e que a falta de diálogo do governo com o movimento resultou no descumprimento do Termo do Acordo de Greve. Para o Andes-SN, os acordos estabelecidos na greve fazem parte de uma política de Estado e não de governo. Neste sentido, Celi fez questão de afirmar ao novo ministro que há uma grande expectativa por parte do movimento de que estas negociações sejam retomadas com o novo governo. Cristovam afirmou que assim como defende que o presidente Lula respeite os acordos feitos com o FMI, defende que sejam honrados os acordos feitos com os sindicatos.



Estudantes consideram encontro com ministro "acima das expectativas"

Imprensa Andes

CRISTOVAM BUARQUE

Foi a primeira vez que um ministro visitou a sede da União Nacional dos Estudantes. O encontro aconteceu no último dia 7/1 e foi considerado acima do esperado pelo movimento estudantil, segundo o diretor de Universidades Públicas, da executiva nacional da entidade, Anderson Campos. Para o aluno da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o encontro com Cristovam Buarque foi simbólico e marcou uma nova era de relacionamento entre os estudantes e o governo federal. "O diálogo e a participação dos estudantes nas atividades com o governo está consolidado", afirmou o representante da UNE ao jornal da Adufrj, por telefone, logo após sair da audiência com o ministro.

Educação não é mercadoria

O fim do analfabetismo e a construção de um novo modelo de escola fundamental foram mencionados pelo novo ministro e tiveram o apoio da entidade estudantil. Ainda segundo Anderson, o governo Lula pretende implementar uma reforma universitária abolindo as listas tríplices para escolha de reitores, ampliando a democracia interna nas instituições e implementando uma avaliação institucional de acordo com as demandas da comunidade universitária e com a participação dos segmentos na formulação dos critérios desta avaliação. Para Anderson, isto pode significar o fim do Provão, rechaçado pelas entidades estudantis e de docentes como critério de avaliação do ensino nas universidades e instituições de ensino superior.

Cristovam teria concordado com os estudantes que o Provão "não avalia nada" e, segundo o representante da UNE, o ministro também seria contra a consideração da Educação como um serviço comercial e passível de regulamentação por organismos como a Organização Mundial do Comércio.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano V nº 61• 17 de janeiro de 2003
www.adufrj.org.br

Assembléia Geral
21/1 terça-feira
13:30 horas
Auditório do CT - Bloco A
Ilha do Fundão

Pauta:
1) Informes;
2) Processo eleitoral para reitor;
3) Propostas da Adufrj-SSind para o 22º Congresso do Andes-SN, em março;
4) Assuntos gerais.

Reunião Geral dos Grupos de Trabalho da Adufrj-SSind
21/1 – terça-feira
17:30 horas
Sede da Adufrj-SSind
Pauta:
Organização e Funcionamento dos GTs

Agenda Sindical

19/1 a 22/1 - Fórum Mundial de Educação (2ª edição)
Porto Alegre (RS)
22 e 23/1 - Fórum Sindical Mundial
Porto Alegre (RS)
23/1 a 28/1 - Fórum Social Mundial (3ª edição)
Porto Alegre (RS)
23/1 – Reunião Ampliada da CNESF
Porto Alegre (RS), às 14 horas, na sede do Sindisprev
23/1 - Debate Reforma da Previdência do Goveno Lula
Auditório G-122 da Coppe, Centro de Tecnologia, Ilha do Fundão, às 13h
24/1 - Reunião na Regional Rio do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ) - sede da Regional, Centro, às 16h
- Preparação do ciclo de debates "Conversando sobre a Previdência Social"
3/2 - Reunião na Regional Rio do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ) - sede da Regional, Centro, às 17h
- Começa a organizar seminário sobre precarização do trabalho docente
8 a 13/3 - 22º Congresso Nacional do Andes-SN
Teresina (PI)
O Congresso terá como tema a Transformação Social e Política de Educação, Ciência e Tecnologia
25 a 27/4 - Congresso Estadual da CUT-RJ
local indefinido
27 a 31/5 - 8º Congresso Nacional da CUT
Palácio do Anhembi, São Paulo (SP)
29/1 - Conversando sobre a Previdência Social
Auditório da Escola de Serviço Social, Praia Vermelha, às 15h

Conversando sobre a Previdência Social
29 de janeiro
15 horas
Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha
Promoção
Adufrj-SSind e Regional do Rio do Andes-SN

Setor das Federais critica reforma da Previdência

O debate sobre as conseqüências da reforma proposta pelo governo Lula foi a tônica da reunião das seções sindicais, em Brasília

Na última reunião do Setor das Federais do Andes-SN, ocorrida nos dias 11 e 12, em Brasília, as seções sindicais, entre elas a Adufrj-SSind, debateram a Reforma da Previdência proposta pelo governo Lula para os servidores públicos. Segundo o representante da Adufrj-SSind no evento, Luciano Menezes, a reclamação dos presentes foi geral contra a reforma anunciada pela imprensa nas últimas semanas. Para os professores do Setor das IFES, o governo federal deve realizar um amplo debate com a sociedade sobre o assunto, ouvindo, inclusive os sindicatos de servidores.

Na reunião do Setor, foram aprovadas, entre outras, propostas encaminhadas pela Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 9/1 como a realização de um seminário durante o 22º Congresso do Andes-SN que ocorrerá em março, na cidade de Teresina, no Piauí. Outra proposta encaminhada pela seção sindical e aprovada pelo plenário do Setor foi que seja encaminhado à Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos (CNESF) a realização de um movimento conjunto das categorias para que o governo Lula promova a transparência das contas da Previdência. A idéia é tornar público os números de empresas, de empregados, valores descontados e recolhidos aos cofres da Previdência e os inadimplentes e suas dívidas.

Avaliação

Segundo Luciano Menezes, algumas seções sindicais avaliaram que o movimento não deve pressionar o governo Lula, neste início de mandato, e que a discussão sobre a reforma previdenciária deve ser reivindicada com ênfase pelas entidades. Ainda segundo o professor, os representantes dos docentes no Setor avaliaram que o governo Lula teve uma boa posição em relação à política externa, especialmente no apoio prestado ao governo da Venezuela. O 'programa de combate à fome' também foi elogiado pelos docentes. De acordo com Luciano, o movimento espera, no entanto, que este programa não seja apresentado como impedimento pelo governo para a realização de negociações salariais com os servidores.

Campanha Salarial

O Setor das Federais aprovou, ainda, que seja encaminhada para a aprovação na próxima reunião da CNESF a mesma pauta de 2002 para a Campanha Salarial de 2003 dos servidores públicos federais. Uma inclusão seria a reivindicação da realização de um plebiscito oficial sobre o acordo da Área de Livre Comércio das Américas. O Andes-SN já se manifestou contra a Alca e participou, assim como a Adufrj-SSind, da realização do plebiscito popular contra a Alca, em setembro do ano passado. Na ocasião, dez milhões de brasileiros votaram contra o acordo multilateral.

Reforma da previdência do governo Lula

23 janeiro 2003 quinta-feira 13:00 horas

Palestrantes
- Clemilce Sanfim
  Auditora fiscal da Previdência Social
- Antônio Augusto de Queiroz
  Diretor do DIAP

Mediador
- Murillo Cruz
  Professor do Instituto de Economia da UFRJ

Auditório G-122 da Coppe - Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jurídico

Administração cumpre liminar da Adufrj-SSind com atraso

A Sub-Reitoria de Pessoal (SR-4) efetuou, no mês novembro de 2002, o desconto do percentual do Plano de Seguridade Social dos Servidores (PSS) sobre os salários de nossos sindicalizados, contrariando decisão judicial favorável à seção sindical. Tal como foi informado pelos veículos de comunicação da entidade, o valor descontado foi devolvido em folha suplementar emitida dia 11 de dezembro último. Segundo informações repassadas pela SR-4 à assessoria jurídica, só receberam esta devolução aqueles que não haviam sido descontados em novembro, por serem sindicalizados também ao Sintufrj, estando também cobertos por outra liminar concedida a esta entidade. Alguns professores tiveram o percentual do PSS descontado em novembro mas não receberam a devolução em dezembro por terem problemas cadastrais junto ao sistema da UFRJ, gerados, segundo a assessoria da seção sindical, pelo próprio Siape, sistema informatizado do governo federal, que gera a folha de pagamento.

SR-4 diz que cumprirá liminar da Adufrj-SSind

A SR-4 informou que estaria preparando uma folha suplementar para a devolução do desconto efetuado sobre o PSS de professores que receberam o adicional de férias em janeiro de 2003. Outra informação obtida pela assessoria jurídica junto à SR-4 é a de que a liminar da Adufrj-SSind finalmente será cumprida pela administração da universidade e os professores que receberem o adicional de férias em fevereiro não terão o percentual do PSS descontado em seus contracheques. O jurídico da seção sindical chama a atenção para os transtornos causados aos professores pelo não cumprimento pela administração da UFRJ da liminar judicial ganha pela Adufrj-SSind sobre o PSS.

Mudança de matrícula

Alguns docentes não tiveram devolução do PSS em dezembro por terem mudado de matrícula em função da efetivação de novo contrato (de professor Adjunto para professor Titular, por exemplo). O sistema da UFRJ não considerou estes professores como sindicalizados da Adufrj-SSind. Este problema poderia ter sido sanado, caso a SR-4 tivesse conferido a listagem da universidade com a listagem da seção sindical, enviada para o Siape.net, nos meses em que existe alguma alteração. Para agilizar a atualização dos cadastros, a assessoria jurídica solicita que os docentes nesta situação informem a alteração de matrícula diretamente na seção sindical para que a entidade possa cobrar a regularização no sistema de consignação da entidade na SR-4.

Movimento

Novo secretário da SESu não tem aval de sindicalista

Personalista, participou do projeto de emprego público para as universidades rejeitado pelo movimento docente e apoiou o grupo do ex-presidente do Andes-SN, Renato de Oliveira, que assinou o acordo da GED em 1998. Esse é um breve perfil do novo Secretário do Ensino Superior, Carlos Roberto Antunes, ex-reitor da Universidade Federal do Paraná entre 1998 e 2002, escolhido pelo ministro Cristovam Buarque para o cargo na semana passada. O "currículo" nada recomendável do novo secretário da SESu foi traçado pelo presidente da seção sindical dos docentes da UFPR, Francisco de Assis Marques, que dá mais detalhes: "Ele é politicamente esperto. Quando tem um auditório cheio de sindicalistas, faz um discurso de esquerda. Nos gabinetes, a história é outra", afirmou. Francisco conta que Carlos Roberto já foi diretor da própria entidade sindical nos anos 80, mas comenta que isso não é vantagem para ele: "O ex-ministro Paulo Renato também foi presidente da Adunicamp...".

Na greve de 2001, o presidente da Apufpr-SSind explica que o movimento teve problemas com a reitoria. "Saiu dele uma proposta de reajuste por titulações para encerrar a greve, atropelando o movimento docente", exemplificou. Carlos Roberto desmarcou, ainda naquele período, sessões do Conselho Universitário de lá que poderiam tomar decisões de apoio ao movimento de greve. Também naquela ocasião, continua Francisco, o diretor do HU local criou dificuldades para o movimento grevista dos servidores da Unidade, sob a proteção do reitor. O diretor da seção sindical parananse até acreditava que Carlos Roberto reunia todas as condições para ser o secretário da SESu. Só que de Serra. "Foi uma surpresa para a gente a indicação pelo PT. Só espero que não ocorra na Secretaria o que aconteceu aqui. O passado não recomenda", afirmou.

SESu não deve interferir na administração das universidades

Cristovam Buarque já passou um recado para o novo secretário, de acordo com matéria do Correio Braziliense divulgada na página eletrônica do Andes-SN, na semana passada: interferir o mínimo possível na administração das universidades. Meio contraditoriamente, e sem dizer como, Carlos Roberto Antunes pretende repensar a estrutura das universidades, segundo este jornal. "A universidade deve sair do seu casulo e apoiar o Brasil em projetos como o da erradicação do analfabetismo e da fome. Existe muita burocracia nas universidades brasileiras. A lei que nos regulamenta é a mesma das repartições públicas. De alguma maneira, dentro da legalidade, precisamos mudar".

Governo abre novo concurso para IFES

Matéria de O Globo (15/1) informa que o governo federal vai abrir, ainda este ano, concurso para a contratação de dois mil professores e seis mil servidores para universidades e escolas federais e para os hospitais universitários. O concurso ainda não tem data marcada nem edital pronto, mas os recursos para o pagamento dos novos servidores foram previstos no Orçamento de 2003 pelo governo passado. Metade das vagas para professores será destinada às universidades. A outra metade ficará com as escolas federais. As vagas para servidores seguirão a mesma distribuição, com prioridade para os hospitais universitários. Ainda não está estabelecido o número de vagas por instituição. Ainda de acordo com a matéria de O Globo, o novo secretário de Ensino Superior, Carlos Antunes, em breve vai chamar os reitores para discutir a divisão e o tempo que será necessário para a realização do concurso.

Vale lembrar que a abertura do concurso este ano ainda faz parte do acordo assinado entre o ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza e os professores e técnico-administrativos para encerrar a greve de 2001. Parte das vagas prometidas — 500 de professores e 2.200 de servidores — foram abertas no primeiro semestre de 2002.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Previdência

Professores se sentem ameaçados pela Reforma da Previdência

Medo pode levar docentes à aposentadoria precoce

As últimas notícias veiculadas sobre a Reforma da Previdência do governo Lula têm causado expectativa na comunidade dos servidores públicos e, como não poderia deixar de ser, entre os professores das universidades públicas. A Adufrj-SSind e o Andes-SN vêm tratando do tema da Seguridade Social nos últimos anos defendendo o direito à aposentadoria integral para os servidores e demais trabalhadores. O movimento docente luta, ainda, para que o conjunto das ações e políticas de governo sejam destinadas a assegurar um sistema de saúde, assistência e previdência público e universal, baseado na Constituição de 1988.

Na UFRJ, a reitoria resolveu se adiantar à própria reforma e, através do sub-reitor de Pessoal, Luiz Afonso, está recomendando que os professores façam a averbação do tempo de serviço para efeito de contagem para uma eventual aposentadoria. Este cenário repete o ano de 1995, durante o início do governo Fernando Henrique, quando dezenas de professores em plena atividade solicitaram aposentadoria por medo de uma possível reforma no sistema e da perda de direitos e conquistas dispostas na Constituição de 1988.

Na época, o discurso era praticamente o mesmo adotado pelo governo recém-empossado, segundo matéria publicada pelo jornal da entidade, em fevereiro de 95, tendo como fonte o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap): "Serviço público, alvo de FHC. Sua idéia é acabar com o direito à aposentadoria integral, aplicando aos servidores as mesmas regras e limites a serem definidos para os trabalhadores do setor privado...". Hoje, o que está por detrás da reforma pretendida é impor um teto para todos os servidores, também com base no setor privado e, com isso, abrir espaço para que os fundos de pensão privados possam gerir montantes de recursos advindos da 'poupança' que farão muitos servidores na tentativa de complementar, no futuro, suas aposentadorias e compor os salários integrais recebidos durante os anos de atividade.

De acordo com pronunciamento do sub-reitor, durante a sessão do Conselho de Ensino de Graduação de 15/1, os professores devem reclamar aos jornais do tratamento que o funcionalismo está recebendo, assim como as entidades institucionais e de classe das universidades devem pressionar o governo sobre a nova reforma da previdência. Mas o dirigente recomenda que os docentes que estiverem em condições para aposentar comecem a fazer a averbação do tempo de serviço no caso de ter trabalhado fora da UFRJ, considerada a parte mais demorada do processo (isso pode levar meses, em certas situações).

Luiz Afonso não acredita que a anunciada reforma seja implementada por medida provisória e a discussão do projeto na sociedade e no Congresso vai dar o tempo necessário para os servidores se organizarem. "Para mim, isso parece um bode que puseram no meio da sala para testar as reações das pessoas. Os militares e os magistrados já reclamaram. Nós temos que colocar nossa opinião na mídia também", afirmou. O professor cogitou a possibilidade de um contato com o próprio ministro da Educação, Cristovam Buarque, para interceder no assunto a favor dos servidores. A proposta seria levada ao reitor em exercício da UFRJ, Sérgio Fracalanzza.

O sub-reitor, que nos últimos dias está sendo bombardeado por pedidos de informações e orientações, disse que a averbação do tempo de serviço é uma providência útil para agilizar o processo de aposentadoria num futuro próximo. "Se houver condições para aposentadoria, a pessoa já pode pedir a isenção do PSS (Plano de Seguridade Social) e aí pode esperar um pouco para ver o que vai acontecer. A decisão vai ser de foro íntimo", comentou.

Embora tenha insistido que não acredita que a reforma passe da maneira como está sendo anunciada, Luiz Afonso já pensa até em montar um esquema especial para a SR-4 no caso de uma nova "corrida" às aposentadorias. "Os chefes das seções de pessoal de cada Unidade seriam chamados para trabalhar aqui no prédio da reitoria, sob a orientação dos profissionais da SR-4. Mas isso é apenas uma idéia ainda", contou.

Novo concurso nada adiantaria

No dia em que Luiz Afonso visitou o CEG, o jornal O Globo publicou uma matéria em que o Ministério da Educação anunciava um novo concurso para as universidades (dois mil docentes e seis mil técnico-administrativos). De acordo com o sub-reitor, se a tal reforma se concretizar, haverá um "êxodo" de professores, principalmente para instituições particulares, e o concurso será uma mera substituição dos que saírem. "Só que vão trocar quadros experientes por professores novos", ressaltou.

Remendo ruim

Com receio do enfraquecimento da UFRJ, alguns conselheiros do CEG defenderam a criação de um mecanismo que permita professores aposentados darem aulas e orientações normalmente. Luiz Afonso, no entanto, lembrou os problemas de ordem legal que podem surgir nesta situação. Alunos podem questionar uma reprovação de um docente aposentado, por exemplo. Além disso, na área médica, na qual os professores também prestam atividades de assistência, não ficariam claras as responsabilidades em caso de um mau atendimento ou erro de um aposentado. Indagado depois da sessão pela reportagem da Adufrj-SSind, o sub-reitor também considerou que esse tipo de medida iria impedir ou dificultar o acesso de jovens à carreira docente universitária.

A diretoria da Adufrj-SSind rejeita todo e qualquer tipo de solução paliativa como a apresentada no CEG em decorrência da reforma da previdência do governo Lula. Todos os professores da UFRJ (da ativa ou aposentados) estão convidados a participar das assembléias e debates que estarão sendo promovidos seção sindical para discutir o problema e montar estratégias para barrar o avanço da proposta governamental. Para a Adufrj-SSind, também não deve prosperar qualquer idéia que tente "salvar" essa ou aquela categoria do funcionalismo. Essas tentativas enfraqueceriam a luta conjunta dos servidores públicos federais, da qual os docentes universitários fazem parte.

Conselheiros criticam reforma

O último CEG serviu como um termômetro da universidade em relação à reforma proposta pelo governo Lula. Nas mais diversas Unidades, os professores demonstram intenção de aposentar-se ou pedem orientações de como proceder.

De acordo com o representante do CT, professor Antônio Cláudio, a reitoria terá que levar essa discussão da reforma a todos os fóruns institucionais possíveis. Segundo ele, criou-se um ambiente hostil até para novas iniciativas das universidades, como os cursos noturnos, que perderiam o apoio pela desmotivação dos mestres. "É uma contradição. O governo pede esforço das universidades e tira recursos do trabalho. Tem que tirar os recursos do capital", observou.

A diretora da Faculdade de Letras e representante do CLA, Edionne Trindade observou que as "pessoas estão em pânico". "É um momento de insegurança muito grande", disse.

Adufrj-SSind e Regional do Andes-SN debatem o tema

No dia 23/01/2003, a Adufrj-SSind realizará o debate "Reforma da Previdência e o Governo Lula", tendo como palestrantes Clemilce Sanfim (auditora fiscal da Previdência Social), Antônio Augusto de Queiroz (diretor do DIAP) e, como mediador, Murillo Cruz (professor do Instituto de Economia da UFRJ).

Em reunião realizada na Secretaria Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, em 13/1, um dos temas era a Previdência Social. Foi avalido que as informações disponíveis para a proposta de reforma do atual governo "apontam para um quadro pior que o do projeto do governo FHC". A Regional promoverá com as seções sindicais o Rio de Janeiro uma série de eventos intitulada "Conversando sobre a Previdência Social", conforme deliberado no Encontro Pós-45º Conad. O primeiro será na UFRJ, no dia 29 (veja chamada na capa desta edição). Os debates teriam como eixos: a Política Previdenciária e a Reforma do Estado; e a Previdência Social no Brasil.

O ciclo da Regional está previsto para começar no dia 29/1, também na UFRJ; o segundo debate promovido pela secretaria seria em 5 de fevereiro, na Uni-Rio; o terceiro aconteceria em março, na UFF. Uma próxima reunião da Secretaria do Rio de Janeiro do Andes-SN foi marcada para o dia 24/1, às 16h, na sede da entidade (av. Rio Branco, 277/1306 – Centro).

FSM

Adufrj-SSind realiza oficinas no Fórum Social Mundial

Seção Sindical abordará formação de professores e a ética na formação dos jovens nas universidades

Mais de 100 mil pessoas são esperadas para a terceira edição do Fórum Social Mundial que começa nesta quinta-feira, 23 de janeiro, em Porto Alegre (RS). Tal como nas edições de 2001 e 2002, o FSM 2003 receberá até o dia 29, data do encerramento do evento, presenças ilustres da política, da cultura e da ciência internacionais. O FSM é organizado por entidades da sociedade civil nacional e internacional com o objetivo de apresentar alternativas à lógica economicista da globalização. O evento se realiza paralelamente ao Fórum Econômico Mundial, de Davos, na Suíça, onde se reúne a nata dos representantes do sistema financeiro planetário. Gente como o megainvestidor George Soros e o multimilionário Bill Gates.

Lá, em Davos, desde o primeiro Fórum Econômico, os ativistas anti-globalização realizam manifestações contrárias ao encontro que demarca o poder do sistema capitalista no mundo e o conseqüente aumento da fome e da miséria nos países periféricos e da África Subsaariana. Desde janeiro de 2001, os movimentos organizados em entidades internacionais como a Attac – Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos - e nacionais como o MST, a CNBB e a CUT, optaram por uma nova forma de se contrapor a Davos e construir alternativas à ordem social e econômica vigente: elegeram Porto Alegre o porto seguro das formulações para a construção de um novo mundo possível, com a presença de milhares de trabalhadores, estudantes, ativistas políticos e representantes de movimentos sociais e culturais.

Presença de Lula em Davos é criticada por organizadores do FSM

Três anos depois, ao menos no Brasil, os ares de mudança se materializaram na eleição do governo do ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente, inclusive, já anunciou que participará do FSM este ano, assim como nos anteriores. A crítica é quanto à presença do presidente Lula no encontro que reúne os representantes dos organismos financeiros internacionais em Davos. O jornalista e escritor Emir Sader, um dos organizadores do Fórum Social, disse que a ida de Lula à cidade suíça seria um erro político. A ida de Lula, eleito de forma democrática e com a repercussão popular de sua posse na bagagem, pode concentrar ainda mais os holofotes da mídia internacional para os velhos e carcomidos liberais de sempre. Assim como o FSM, o fórum de Davos não é um encontro de governantes, mas de representantes do sistema capitalista mundial, portanto, a presença de Lula como representante do Brasil neste espaço não se justificaria, nem mesmo diplomaticamente.

Segundo o noticiário veiculado pela imprensa, na semana passada o porta-voz da Presidência, André Singer, disse que Lula pretende aproveitar "todos os espaços para defender os pontos de vista do Brasil" e para "expor seus projetos para reduzir a distância entre países ricos e pobres". De acordo com os organizadores do Fórum de Davos, Lula "compartilhará com os participantes suas opiniões a respeito da governança global", relata matéria da Folha de S. Paulo (14/1/03).

Manuella Soares

LULA NA ÚLTIMA EDIÇÃO DO FSM, EM 2002

As oficinas da Adufrj-SSind

A Adufrj-SSind estará, como nas edições anteriores, presente com uma delegação de docentes no III FSM. Participarão pela seção sindical os professores sindicalizados José Antonio Martins Simões, Cleusa dos Santos, Yolanda Aparecida Demétrio Guerra, Raquel Goulart Barreto, Arthur Arruda Leal Ferreira, Regina Helena Simões Barbosa. Este ano, a seção sindical estará promovendo, ainda, duas oficinas durante o Fórum de Porto Alegre. Organizada pela professora Raquel Goulart, a oficina *Políticas educacionais: análise do discurso do MEC para a formação de professores* está inserida no Eixo 3 do evento: Mídia, Cultura e Alternativas à Mercantilização e Homogeneização.

Valores e princípios na formação de jovens; qual o lugar dos professores universitários? é o debate proposto em outra oficina da Adufrj-SSind que foi organizada por José Antônio Martins Simões, dentro do Eixo 2 - Princípios e Valores, Direitos Humanos, Diversidade e Igualdade. De acordo com Simões, os convidados abordarão questões sobre princípios éticos que estão ou deveriam estar presentes na formação dos jovens universitários nas diversas instituições de ensino superior do país.

Presenças ilustres no Fórum de Porto Alegre

Já estão confirmadas as presenças para o III FSM, entre outras personalidades, do escritor palestino Tariq Ali, do economista egípcio Samir Amin, do filósofo húngaro Istvan Meszaros, do líder do Movimento dos Sem Terra, João Pedro Stédile, do sindicalista italiano Sérgio Cofferati, a presidente do Conselho de Cidadãos Canadenses e diretora do Fórum Internacional sobre Globalização, Maude Barlow, do diretor da Central Palestina pelos Direitos Humanos, Raji Surani, do sociólogo Boaventura Souza Santos, do teólogo Leonardo Boff, do escritor uruguaio Eduardo Galeano, do editor do Le Monde Diplomatique, Ignacio Ramonet, da estudiosa da comunicação Sally Burch, do ativista de direitos humanos, Sergio Yahni, do prêmio nobel da Paz Adolfo Perez Esquivel e do lingüísta e cientista político, Noam Chomsky, grande estrela do II FSM, em 2002.

Resenha

UFRJ recupera terreno do bingo

A universidade conseguiu a reintegração de posse de um terreno, em Botafogo, que vinha sendo utilizado pelo Bingo Botafogo. A decisão, do Tribunal Regional da 2ª Região (RJ), foi dada em antecipação de tutela. A nota foi do Jornal do Brasil (15/1).

Brasil pouco ganha com Alca

O Brasil terá pouco a ganhar em termos de acréscimo nas exportações, tanto na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) quanto num acordo comercial entre o Mercosul e a União Européia (UE), se todas as tarifas aplicadas no comércio forem reduzidas a zero. Essa é a conclusão de um estudo do economista João Alberto De Neri, do Ipea, e pelo professor Jorge Saba Arbache, da UnB. Segundo eles, o crescimento das vendas brasileiras seria de, no máximo, 5%. A matéria de O Globo (13/1) não fala do impacto que as importações poderiam alcançar no Brasil com as tarifas zeradas.

Ensino de cultura afro-brasileira

O governo sancionou, em 9/1, a Lei 10.639, que altera a LDB e torna obrigatório o conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira nos níveis fundamental e médio. A lei foi sancionada com dois vetos: ao parágrafo 3º do art. 26-A, que impunha um limite mínimo de 10% do conteúdo para esta finalidade e ao art. 79-A, que obrigava a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, de universidades e demais instituições de pesquisa nos cursos de capacitação para professores. Fonte: Agência Diap.

Novo ministro e os Hus

O novo ministro da Saúde, Humberto Costa, concedeu entrevista à Folha de S. Paulo (12/1) e afirmou não aprovar a idéia de que os hospitais universitários reservem vagas para clientes de empresas de medicina suplementar para ter outra fonte de financiamento que não seja o SUS. Por outro lado, apesar de reconhecer o déficit de pessoal dos Hus (e jogar a responsabilidade sobre isso exclusivamente para o MEC), o ministro deseja que os hospitais economizem.

Serra na UFRJ?

Deu na coluna do Ancelmo Gois (12/1): "Na volta do período em que será professor visitante na Universidade de Princeton, José Serra pode dar aulas no curso de economia da UFRJ. Quem fez a sondagem foi o ex-reitor Carlos Lessa, orientador do curso de mestrado do senador no Chile".

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 81 • 27 de janeiro de 2003

Agenda Sindical

29/1 – Conversando sobre a Previdência Social
Auditório da Escola de Serviço Social, às 15h

30/1 - Debate "*Reforma da Previdência do Governo Lula*"
- Realização da Coordenação Estadual dos Servidores Públicos, às 18h, *no auditório da CUT/RJ, na av. Presidente Vargas, 502, 15º andar. Expositores: Profº. José Miguel Bendrao Saldanha e Profª. Sara Granemann.*

3/2 - Reunião na Regional Rio do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ) - sede da Regional, Centro, às 17h
- Começa a organizar seminário sobre precarização do trabalho docente

5/2 e 12/2 – Reunião da Adufrj-SSind para discutir o Caderno de Textos do 22º Congresso do Andes-SN
Sede da Adufrj-SSind (CT, Bloco D, sala 200), nas duas datas, a reunião ocorrerá às 14h, e é aberta a todos os sindicalizados

19/2 - Conselho de Representantes
Sede da Adufrj-SSind (CT, Bloco D, sala 200), às 17h30

20/2 - Assembléia Geral
Local a confirmar, às 13h30

8 a 13/3 - 22º Congresso Nacional do Andes-SN
Teresina (PI)
O Congresso terá como tema a Transformação Social e Política de Educação, Ciência e Tecnologia

TST classifica Andes-SN como modelo para reforma sindical

Conforme notícia encaminhada pelo Andes-SN para as seções sindicais na semana passada, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Francisco Fausto, classificou o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) como modelo para o movimento de reestruturação dos sindicatos brasileiros.

A característica do estatuto do Andes-SN mais elogiada pelo presidente do TST foi a devolução, todos os anos, do montante relativo à contribuição sindical obrigatória descontada dos salários dos sindicalizados. "O Andes dá um exemplo de ética e bom senso quando opta por devolver os valores relativos ao imposto sindical. Esse é o posicionamento que o TST considera ideal como ponto de partida para a reformulação do movimento sindical brasileiro", disse o presidente do Tribunal. Em seguinda, completou: "O Andes mostra que é possível a uma entidade manter-se apenas por meio da vontade de seus associados, posição que somente os sindicatos representativos e realmente fortalecidos conseguem adotar".

Guilherme Lessa

MARCHA COM MILHARES DE PARTICIPANTES ABRIU OS TRABALHOS DO FÓRUM

Organizador do Fórum Social defende serviço público

Página 6

Opinião

Outras prioridades

Cleusa Santos*

Na periferia do capitalismo, as reformas do Estado, coetâneas com os pressupostos teóricos do neoliberalismo, representaram o desmonte do Estado e o esgarçamento do tecido social. Ao alterar a função social das instituições públicas, cuja prestação de serviços era assentada numa perspectiva de distribuição de renda nas esferas de saúde, alimentação e nutrição; habitação, transporte, saneamento, segurança, cultura; e lazer - essas reformas promoveram o sucateamento das políticas sociais, incidindo diretamente sobre os direitos sociais.

Assim, o enfrentamento da questão social, objetivo e fundamento do estado de direito.e, conseqüentemente, da cidadania, foi sendo deslegitimado e até mesmo desqualificado ao longo de mais de uma década. Dentro da guerra ideológica necessária à aceitação pública dessas reformas, os servidores públicos foram "eleitos" os vilões da modernização do país. De "marajás" a "vagabundos", o total de 713 mil em 1989 foi reduzido a 535 mil em 1995. Os Estados Unidos, com uma população 70% superior à do Brasil, têm 230% a mais de servidores públicos.

Por detrás da máscara da modernidade, a reforma do Estado engloba a desregulamentação financeira, a abertura comercial, a privatização generalizada, a precarizaçào das relações de trabalho. Foi a saída encontrada para a sustentação do sistema financeiro internacional, dentro de um quadro que apontava para a queda das taxas de lucro em meados dos anos 1970: mera transferência de renda do trabalho para o capital, dos trabalhadores para os grandes grupos econômicos.

O resultado foi óbvio: aumento vertiginoso das dívidas interna e externa, desemprego, maior pobreza, violência, corrupção, que já atinge até o Judiciá rio, queda dos investirrientos públicos para gerar superávit (3,75% do PIB) e pagar o serviço da dívida. Por outro lado, há verbas do I Proer para banqueiros, do BNDES para mazelas empresas em dificuldades sociais. As condições atuais de aposentadoria exigem uma reflexão sobre a inversão da lógica que preside o sistema público de previdência social. Para além de se identificar que a Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social) é superavitária (R$ 28 bilhões em 2002) e constatar que desvincular a previdência dela é manobra contábil, deve-se discutir o Orçamento da União e as formas de financiamento da Previdência. Portanto, o serviço público não é o algoz das mazelas sociais. As prioridades é que precisam ser invertidas.

** Presidente da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ.*

Este artigo foi publicado na editoria de Opinião de O Globo, em 21/1

Movimento

Regional do Andes-SN adia ciclo de debates sobre Previdência Social

Na reunião da Secretaria Regional-RJ do Andes-SN com os Grupos de Trabalho de Seguridade Social das Seções Sindicais do Rio de Janeiro, realizada em 13/01, foi aprovado o encaminhamento de início imediato do ciclo de debates "Conversando sobre a Previdência Social", tendo os seguintes eixos: a) a Política Previdenciária e a Reforma do Estado; e b) a Previdência Social no Brasil.

O primeiro debate previsto seria promovido em conjunto com a Adufrj-SSind, no dia 29 de janeiro, às 15h, na Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha. Tendo em vista a dificuldade de confirmação dos debatedores neste período e os prazos curtos para divulgação ampla e eficaz, a coordenação do ciclo de debates propôs e foi aprovado pelos GTs em reunião realizada no dia 24/1 a transferência do debate na UFRJ para março, realizando-se no dia 29/1 uma reunião ampliada sobre a Previdência Social, convidando as diretorias, os GTs das Seções Sindicais e os professores (leia nota abaixo).

Conversando sobre a previdência social

quarta, 29/01, às 15h, na Praia Vermelha

O Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind (GTSS), em conjunto com a Secretaria Regional do Andes-SN do Rio de Janeiro, fará nesta quarta-feira, 29 de janeiro, das 15h às 18h, no Auditório da Escola de Serviço Social (*campus* da Praia Vermelha), uma reunião ampliada sobre o tema "Conversando sobre a previdência social". Na reunião, serão analisadas e debatidas as propostas de reforma anunciadas pelo governo Lula e as avaliações e alternativas produzidas pelo movimento sindical, em particular pela CUT, pelo Andes-SN e pelos sindicatos de servidores públicos. Estão sendo convidados para a reunião membros das diretorias e GTs de Seguridade Social das seções sindicais do Rio de Janeiro, além de professores e pesquisadores da área. A reunião é aberta a todos os interessados e tem o objetivo de colaborar com a qualificação do movimento docente no assunto, auxiliando também a preparação do ciclo de debates sobre a reforma previdenciária que está sendo organizado pelo Andes-SN no Rio de Janeiro. Estão previstos debates na Uni-Rio e na UFRRJ em fevereiro, e na UFF e na UFRJ em março.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Adufrj-SSind

Seção Sindical realiza primeiro debate sobre Reforma da Previdência

Fotos: Kelvin Melo

AUDITÓRIO DA COPPE RECEBEU CERCA DE 50 SERVIDORES PARA ACOMPANHAR O DEBATE

Palestrantes refutam argumentos governistas para o setor previdenciário

A Previdência completou 80 anos no último dia 24, mas quem ganhou o presente - de véspera - foram os cerca de 50 professores e funcionários que acompanharam o primeiro debate da Adufrj-SSind sobre a reforma do setor, proposta pelo governo Lula. Ao contrário do que divulga a mídia, preocupada unicamente com os impactos financeiros, os palestrantes convidados pela seção sindical mostraram o lado mais humano do setor previdenciário e restabeleceram a verdade dos fatos.

Primeira a falar, a auditora fiscal da Previdência Social Clemilce Sanfim fez questão de desconstruir o discurso do governo – amplificado pela imprensa – de que a Previdência Social é deficitária. Amparada por várias transparências com tabelas, a auditora mostrou "por a mais b" que a Seguridade Social, se recebesse as receitas que lhe são garantidas pela Constituição Federal em seu artigo 195, seria, na realidade, superavitária. Tendo como fonte o SIAFI (Sistema de Administração Federal) e o fluxo de caixa do INSS, Clemilce citou o exemplo de 2001. Naquele período, o total das receitas foi de R$ 136,877 bilhões contra R$ 105,413 bilhões de despesas. Saldo disso: R$ 31,464 bilhões.

"Quem coloca a Previdência na berlinda é o próprio governo que escolheu um modelo econômico que não serve ao país", afirmou. "Regime de capitalização não funciona. E o modelo atual funciona com uma geração sustentando a outra. O problema é que a próxima tem 40 milhões de desempregados. Isso não é por culpa da Previdência", criticou. De acordo com ela, existe uma cultura "bem sedimentada contra o servidor". E essa campanha tem um objetivo: entregar o setor previdenciário para a iniciativa privada. "A Previdência é um filão", completou.

E, por falar em iniciativa privada, a palestrante fez um alerta a quem pensa que a previdência complementar pode ser uma saída para os servidores. Estudiosa do assunto, ela revelou que absolutamente nenhuma instituição garante o trabalhador em caso de "quebra" dos fundos. "A Susep (Superintendência dos Seguros Privados) não garante; o governo não garante e não há qualquer banco auxiliar ao qual recorrer nos planos existentes".

Para ela, antes de qualquer reforma previdenciária, o melhor caminho para o país passa, primeiro, pela reforma tributária e por um esforço de campanha arrecadatória para a Previdência por parte do governo. "O próprio governo deve à Previdência. É o maior devedor", comentou.

Em um dos seus muitos trabalhos sobre o setor, Clemilce defendeu um no qual acusa o governo de improbidade administrativa com os recursos da Previdência. "Tiram receitas a todo momento da Previdência para outras rubricas. Isso é um crime", ressaltou. Ela lembrou o recente caso de socorro do governo passado à Varig, no qual se anulou um significativo pagamento da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) por parte da companhia aérea. "Isso é recurso da Seguridade Social! E o governo não cria créditos suplementares para substituir essas perdas", disse.

Indignada com a presente situação, Clemilce considera de vital importância a realização de fóruns como o organizado pela Adufrj-SSind, com o objetivo de esclarecer a sociedade sobre a real natureza da Seguridade Social. "Reforma da Previdência é cumprir a Constituição", contou, sob aplausos da platéia.

Diretor do DIAP classifica reforma de "erro político"

Para o analista político e diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Antônio Augusto de Queiroz, "o servidor está sendo chamado, mais uma vez, a pagar a conta" com a reforma proposta. Essa postura governista, segundo ele, só faz reforçar a assimetria entre assalariados e mercado financeiro no Brasil. "Em 1964, a participação dos salários na composição do PIB (Produto Interno Bruto) era de 62%. Hoje não chega a 30%", comentou. Numa frase que arrancou risos nervosos da platéia, Augusto de Queiroz disse que o governo "escolheu o servidor como variável de ajuste".

Assim como Clemilce, Antônio Augusto criticou a unificação dos regimes pelo INSS, e não pelo regime próprio dos servidores: "Estão nivelando por baixo", comentou. E o perigo reside, segundo Augusto, no fato de a proposta partir de um governo dito de esquerda. "As reformas mais impopulares foram deixadas para o governo popular, que teria legitimidade para executá-las com pouca ou nenhuma resistência", disse.

Quebra de contrato com os servidores

Em certo ponto de sua exposição, o dirigente do DIAP ironizou o compromisso petista de "honrar os contratos assumidos": "Só não disse que ia fazê-lo só com o setor financeiro. E o ato jurídico perfeito que é o contrato com os servidores?", questionou. Na avaliação dele, isso é um erro político, porque aumenta as despesas do Estado de imediato ao provocar uma corrida precoce às aposentadorias e aumenta a insatisfação dos servidores. "E o governo precisa dos servidores", afirmou.

Ainda sobre o aumento imediato das despesas do governo, Augusto fez algumas observações simples: "Vai (o governo) perder os 11% sobre o salário integral dos servidores e ainda vai ter que pagar o dobro da contribuição do empregado ao INSS".

Professor do IE da UFRJ pede esforço de resistência

Mediador do debate, o professor Murillo Cruz, do Instituto de Economia da UFRJ, comentou a necessidade de uma urgente resistência do povo brasileiro contra este projeto. "Está em jogo a quebra definitiva da espinha dorsal da estrutura do país. É a desconstrução do setor público", disse.

DA ESQ. PARA DIR.: CLEMILCE; MURILLO CRUZ E ANTÔNIO AUGUSTO

Aflito com os pouco mais de vinte dias do governo Lula (com aumento de juros e anúncio de reforma da Previdência), Murillo está percebendo um vazio de oposição. "Peço aos nossos sindicatos para ocupar esse espaço", comentou.

Outros debates e seminários à vista

Nas intervenções da platéia após a exposição dos palestrantes, misturaram-se as manifestações de contentamento com o conteúdo do debate e com a iniciativa da Adufrj-SSind, críticas ao governo petista e conclamações à unificação da luta dos servidores.

O professor Roberto Cintra (Coppe), por exemplo, lamentou a ausência de um maior número de docentes naquele debate. Roberto Faria, do Instituto de Química, também criticou o que chamou de "inércia" dos professores. "Daqui a dez anos, eles vão refletir que deveriam estar aqui hoje. Não temos tempo a perder. Temos que agir rápido", comentou.

O técnico-administrativo Marcílio Lourenço, ex-coordenador do Sintufrj, também acompanhou o debate e sugeriu "maturidade política" para enfrentamento da reforma da Previdência. Segundo ele, a proposta governista é ruim, mas a vitória nas eleições presidenciais é uma conquista. "Não queremos implodir o governo. Temos que mudar sua rota", disse.

O 1º tesoureiro da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, observou ao final do debate que o objetivo da seção sindical foi alcançado: fornecer elementos para a reflexão e desmascarar a falácia do rombo da Previdência. O auditório da Coppe recebeu um número expressivo de servidores para uma primeira discussão do tema. "Foi um grande ganho", comentou. Sanglard afirmou ainda que os meios de comunicação da entidade estão à disposição dos professores para manifestações sobre o tema da Previdência e que o material fornecido pelos debatedores seria também sistematizado e publicado em breve. A Adufrj-SSind vai, ainda, divulgar nos boletins e jornais os próximos eventos que tratem do assunto com a finalidade de ampliar a participação da comunidade acadêmica e a troca de idéias.

Sanglard observou também que a posição crítica do Sindicato não significa que a luta seja contra o governo, mas sim "pela defesa de nosso projeto de sociedade". O grande desafio do Andes-SN, neste momento, é a construção de uma proposta para a Seguridade Social Pública, que envolve a Previdência, a Saúde e a Assistência Social.

O 1º tesoureiro da seção sindical destacou que a reforma da previdência é uma das faces da Reforma do Estado, que visa retirar direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, atingindo tanto o setor público quanto o privado e que um dos pontos centrais da luta "é o combate ao desemprego e à sonegação fiscal".

CLEMILCE SANFIM

"O modelo funciona com uma geração sustentando a outra. O problema é que a próxima tem 40 milhões de desempregados. Isso não é por culpa da Previdência"

ANTÔNIO AUGUSTO

"As reformas mais impopulares foram deixadas para o governo popular, que teria legitimidade para executá-las com pouca ou nenhuma resistência"

Colegiados

Consuni aprova regras da GID

Incluído em regime de urgência na pauta do Conselho Universitário de 23/1, o regulamento interno do Colégio de Aplicação da UFRJ para obtenção da Gratificação de Incentivo à Docência foi aprovado. De acordo com a diretora do CAp, Militza Putzinger, existe uma perspectiva "realisticamente otimista" de que os efeitos do regulamento sejam implantados no contracheque dos professores em julho.

Segundo Militza, o regulamento aprovado pelo Consuni precisa percorrer um caminho mais demorado. Nesta semana, o documento estará sendo enviado ao MEC para apreciação. A diretora não acredita que vá haver qualquer tipo de recusa pelos técnicos do ministério, pois o texto foi feito em conjunto com a assessoria jurídica da SR-1. Apesar disso, depois da aprovação ministerial, ainda há a necessidade de publicação no Diário Oficial.

O regulamento passa a vigorar 30 dias após a publicação no DO. Neste momento, o comitê local processa a avaliação e, em seguida, encaminha os resultados para a reitoria implementar a GID no contracheque. "Como ainda tem o carnaval nesse período, acho que julho é o prazo", disse Militza.

A Adufrj-SSind, em virtude da aprovação pelo Consuni da normatização da GID na UFRJ, reivindica que a reitoria implante imediatamente a gratificação no contracheque dos professores do CAp-UFRJ.

Eleições para reitor e crise nos HU

Por conta das discussões em torno do regulamento do CAp e outros processos urgentes, não houve tempo para o debate em torno da crise no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho e sobre a lei de escolha dos dirigentes universitários.

26,05%

O 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, esteve presente no Consuni e, em nome da seção sindical, solicitou da reitoria a extensão administrativa dos 26,05%. Ele lembrou aos conselheiros que a entidade conquistou na justiça o ganho judicial para todos os docentes da UFRJ e, posteriormente, conseguiu a extensão também para os professores que ingressaram na universidade após 1994. No entanto, depois de um breve período, a administração cortou o percentual dos vencimentos dos professores novos. Luciano criticou a injustiça que atinge grande parcela dos docentes da UFRJ, que exercem a mesma atividade dos mais antigos, porém com salários bem mais reduzidos. Ratificou ainda que a SSind está solidária com a luta dos docentes que vêm pleiteando junto à reitoria a solução dessa injustiça. Declarou também que a Assembléia da Adufrj-SSind aprovou, por unanimidade, a realização de eleições para reitor, sendo essa a posição da entidade, e que espera que o Consuni defina as normas eleitorais que deverão ser válidas para as Unidades que estiverem em situação semelhante. Durante o expediente, antes da manifestação de Luciano, o reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza, afirmou que iria tentar resolver a questão junto ao ministro da Educação.

CEG/CEPG discutem periodização

Cerca de três meses após a revogação da polêmica resolução conjunta nº 01/99 (ver boletim da Adufrj, nº 57), CEG e CEPG voltaram a discutir a questão da periodização do ano letivo em sessão realizada em 17/1. Na ocasião, uma comissão formada por integrantes dos colegiados acadêmicos da UFRJ apresentou uma proposta preliminar (já disponível na página eletrônica www.adufrj.org.br/documentos.htm) para apreciação dos demais conselheiros. O objetivo do novo documento seria, de acordo com um dos componentes desta comissão, professor Fernando Rochinha (CT/CEPG), flexibilizar as regras acadêmicas que estariam muito "engessadas" pela legislação anterior.

Algumas diferenças são visíveis: por exemplo, diferente da definição de "dias de trabalho acadêmico efetivo" da 01/99 que dizia assim: "são aqueles nos quais há atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão da Educação Básica e Superior da UFRJ", o novo conceito é mais abrangente: "Os dias de trabalho acadêmico efetivo são aqueles nos quais há atividades de ensino ou pesquisa ou extensão da Educação Básica e Superior oferecidos pela UFRJ".

Apesar da intenção de dar flexibilidade às regras acadêmicas da UFRJ, o debate foi bastante demorado e mobilizou diversas falas a favor ou contra pontos do texto apresentado. Uma primeira polêmica deu-se em função da necessidade ou não de um calendário único para a universidade. Enquanto alguns conselheiros defendiam que este tipo de programação seria mais adequado aos alunos e à administração dos atos acadêmicos, outros preferiam um calendário base, dada a diversidade encontrada entre as Unidades e órgãos suplementares da instituição. No final desta primeira rodada de debates, venceu por esmagadora maioria a proposta de um calendário base. Outra discussão foi quanto à possibilidade da divisão do ano letivo em blocos. Alguns conselheiros reclamaram da confusão que isso gerou no passado e do fato de o modelo ter sido adotado, na graduação, até onde se tem notícia, apenas na Escola de Serviço Social. Para estes representantes, os blocos deveriam ser retirados explicitamente da legislação e, isso feito, seriam tratados como excepcionalidades. Mas seriam permitidos para não prejudicar um curso que porventura tivesse implantado o modelo.

Uma vez que a sessão já estava em adiantada hora, o sub-reitor José Luiz Monteiro encerrou temporariamente o debate. Além da divisão do ano letivo, a nova resolução pretende regulamentar a disciplina e o requisito curricular complementar e a carga horária discente.

Carga horária docente

Uma outra proposta, também preliminar, sobre a carga horária docente em atividades de ensino foi distribuída aos conselheiros do CEG e do CEPG. E, assim como o texto da periodização, está disponível na página eletrônica da Adufrj-SSind.

SSind vai analisar proposta

Avaliando preliminarmente a nova proposta de resolução conjunta CEG/CEPG, a diretoria da Adufrj-SSind não vê mudança substancial, pois estão mantidos os cem dias, os blocos e o calendário único passou a ser chamado de calendário base. A diretoria da Adufrj-SSind já encaminhou o documento para análise do Grupo de Trabalho Política Educacional da seção sindical.

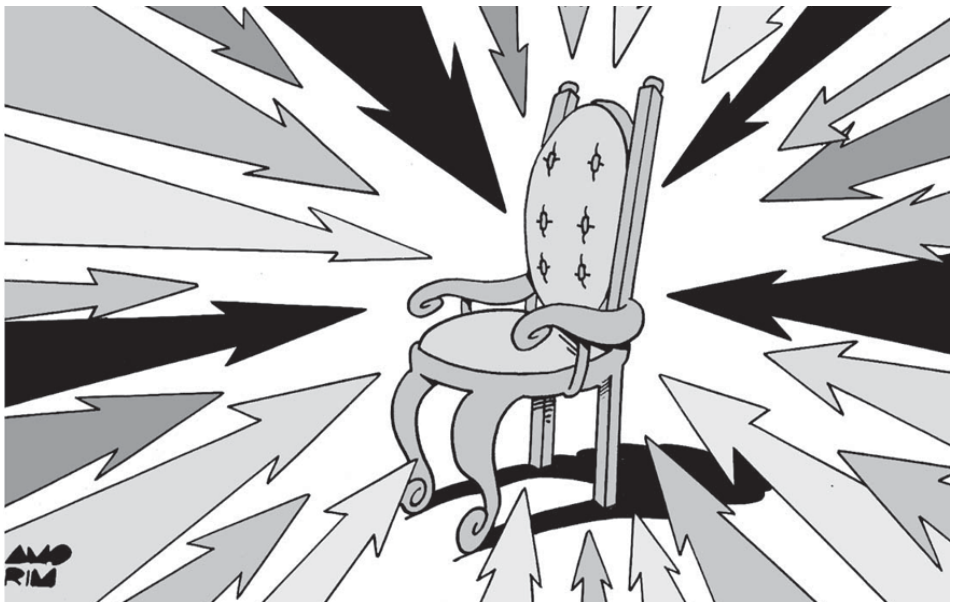
Movimento

Eleições para reitor devem continuar a ser debatidas pelos segmentos da universidade

As quatro entidades defendem o fim da legislação atual e a eleição para reitor

Com a licença concedida ao reitor Carlos Lessa para assumir a presidência do BNDES no início de janeiro, a discussão sobre a eleição para reitor na universidade deverá tomar conta dos debates das sessões do Conselho Universitário a partir de março, logo após o recesso do colegiado em fevereiro. As entidades representativas dos movimentos docente, discente e técnico-administrativo também deverão estar se posicionando em relação ao processo de escolha dos dirigentes, sobre a ponderação dos votos e sobre a organização da eleição na universidade. O Jornal da Adufrj-SSind ouviu representantes das três entidades (Sintufrj, DCE e APG), além da própria direção da seção sindical, com o objetivo de iniciar o debate sobre a realização de eleições para a reitoria da UFRJ dentro de um novo contexto político apresentado pelo governo Lula da Silva.

O novo ministro da Educação, Cristovam Buarque, tem manifestado publicamente que irá respeitar o resultado das eleições nas universidades públicas. Mas para não contar só com a 'palavra' do governo, os movimentos universitários ainda terão que conquistar a revogação do decreto presidencial nº 1.916/95 e da Lei nº 9.192/95, que regulamentam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no que se refere à escolha de dirigentes. Esta legislação foi amplamente utilizada pelo ex-ministro Paulo Renato para não nomear os reitores escolhidos pelas comunidades universitárias e impor interventores, como aconteceu na UFRJ, com a nomeação de José Vilhena, em 1998, e da professora Inguelore Souza na Federal de Pelotas, em setembro de 2000. A Lei e o decreto determinam que os reitores e vice-reitores sejam escolhidos pelos colegiados superiores em uma votação que obedece o percentual de 70% de peso para o voto dos representantes docentes e, ainda, a elaboração de listas tríplices a serem submetidas ao ministro, que pode escolher qualquer um dos nomes enviados.



Opiniões

A representante dos técnico-administrativos no Conselho Universitário e coordenadora do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro, defendeu a posição da bancada dos funcionários no colegiado, na sessão de 19 de dezembro, quando foi concedida a licença por 90 dias a Lessa. Para Ana, o conselho deveria ter concedido a licença sem prazo determinado para que a comunidade ganhasse mais tempo para garantir a revogação da legislação junto ao governo e, só então, realizar as eleições na universidade. "Quando soubemos oficialmente da decisão do reitor de ir para o BNDES não tivemos tempo de convocar uma assembléia. Os representantes dos técnicos no conselho (Consuni) se reuniram ainda durante a sessão e decidiram apresentar a proposta de conceder a licença, mas sem prazo determinado", diz Ana Ribeiro. Segundo a servidora, o Sintufrj estará promovendo um seminário nos dias 6 e 7 de fevereiro para debater o assunto e realizará uma assembléia para definir a posição da categoria sobre as eleições na universidade.

O representante discente no Consuni e coordenador do DCE, Márcio 'Batata', disse que a decisão da licença por 90 dias foi acertada. "A maior expectativa que temos (os estudantes) é que haja novas eleições. A indeterminação do prazo para a licença do reitor não nos garantia a realização das eleições". Para Márcio, o momento político é propício para que a consulta seja realizada com ampla participação da comunidade e organizada pelo Conselho Universitário sem que este se submeta a uma legislação imposta pelo governo anterior. "Quero ver os que defendiam a legalidade com receio da interferência do antigo governo continuarem a defender isso (lista tríplice e percentual de votos 70/30 para docentes), agora com o governo Lula", comentou. Segundo o estudante, o último congresso do DCE da UFRJ aprovou a defesa da paridade entre as categorias. Os estudantes da graduação também querem a revogação da Lei e do decreto que regulamentam o processo de escolha de dirigentes e defendem o fim das listas tríplices e do Colégio Eleitoral. "O nome do escolhido pela comunidade deve ser enviado diretamente para o ministro", defende 'Batata'.

Apesar de ter se abstido da votação sobre a saída do reitor, a integrante da Associação dos Pós-graduandos e representante suplente no Consuni, Gilda Moreira, também considera que a licença por 90 dias foi a melhor decisão. "A gente entende que o professor Fracalanzza tem toda a competência para assumir a reitoria. Porém, se realizássemos a eleição agora, poderíamos abrir um precedente perigoso para o futuro", diz a conselheira, para quem a licença sem prazo determinado também poderia ser utilizada, em um outro momento, de forma contrária aos interesses da maioria da comunidade. Gilda também defende o fim das listas tríplices e a paridade nas eleições para a reitoria. A representante da APG não vê problemas em realizar as eleições mesmo sem a revogação da legislação atual: "Se o Consuni chegar ao ponto de defender a paridade e o fim das listas, não haverá problemas para empossar o reitor eleito", considera.

A servidora Ana Ribeiro não compartilha do otimismo dos alunos. A representante do Sintufrj teme que, mesmo o ministro respeitando a decisão da comunidade, o resultado de uma eleição ainda sob a legislação vigente poderia ser questionado na justiça por um eventual 'perdedor'. "Antes de abrir qualquer discussão sobre eleição, que passa por discutir nomes e chapas, deveríamos debater o processo eleitoral e a mudança da lei", considera.

Posições da Adufrj-SSind

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind aprovou a realização de eleições para a reitoria após o término da licença do reitor Carlos Lessa, ainda no primeiro período letivo de 2003, em maio ou junho. Na pauta da AG do dia 21/1, estava a discussão sobre qual seria melhor formato para o processo de escolha dos dirigentes. A assembléia acabou não acontecendo por falta de quórum, mas uma nova AG está marcada para o dia 20 de fevereiro, quando este assunto será retomado e os professores poderão definir sua posição.

Historicamente, a seção sindical defende que as eleições para dirigentes sejam paritárias na universidade, com o mesmo peso para cada categoria (docentes, discentes e técnico-administrativos). A seção sindical, assim como o Andes-SN, propõe o fim das listas tríplices e da legislação atual. O movimento docente reivindica, ainda, com base no princípio da autonomia universitária, que cada instituição defina seu processo de escolha de dirigentes, devendo ser o mesmo encerrado na própria universidade.

Para a diretoria da Adufrj-SSind, ainda não há um consenso entre os docentes sobre o processo eleitoral. O momento político, após a eleição do governo Lula, pode abrir espaço até para a retomada do debate sobre outras formas de pleito, com o voto universal, por exemplo. A Adufrj-SSind já entrou em contato com as demais entidades DCE, Sintufrj e APG e está agendando uma reunião dos movimentos universitários que deverá acontecer na primeira semana de fevereiro, também com o objetivo de discutir o processo de escolha da próxima reitoria.

FSM

Organizador do Fórum Social defende serviço público

Manuella Soares, de Porto Alegre

Conferencistas defendem serviço público como prioridade de políticas governamentais no governo Lula

Antes de presidir a primeira grande conferência do Fórum Social Mundial sobre a militarização e a guerra anunciada entre os EUA e o Iraque, prevista para a tarde da sexta-feira, dia 24/1, o sociólogo Emir Sader participou, pela manhã, da oficina Serviços Públicos e Projeto Histórico. O professor da Uerj falou sobre a importância do resgate do serviço público como elemento estratégico da democratização do Estado e da universalização dos direitos de cidadania. O Auditório do Sindicato dos Previdenciários do Rio Grande do Sul, no Centro de Porto Alegre, abrigou cerca de 200 representantes de entidades sindicais do setor público.

O evento contou, ainda, com a participação da representante do Ministério do Planejamento e Gestão e ex-Secretária de Planejamento do Estado de São Paulo, Elena Kherr (presidente da Enapa), e do ex-presidente do Andes-SN e professor da UFRJ, Roberto Leher. O assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), Eduardo Alves, e o deputado Federal eleito, Maurício Rands (PT/PE), também fizeram parte do debate promovido pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), com o apoio do Andes Sindicato Nacional. De saída, Emir Sader criticou o anúncio do ministro da Economia Antônio Palocci de que será aumentada para 3,75% do PIB a meta de superávit em 2003. Um dos organizadores do FSM, o cientista político fez duras críticas aos anúncios do governo Lula que, na sua opinião, sugerem uma manutenção da política do ex-ministro Pedro Malan: ceder às chantagens do capital internacional e transferir recursos do setor produtivo para o setor financeiro e especulativo. Segundo o professor, as altas taxas de juros no país atraem os especuladores e não geram emprego para a população.

"Esperança tem que vencer o medo também para o governo. Lula disse que não valia a pena ganhar se não mudassem os rumos da política de Malan no primeiro dia de governo", lembrou o sociólogo, para quem o governo Lula, ainda que preso a um orçamento definido pela equipe de Fernando Henrique, deveria sinalizar, ao contrário do que está sendo feito, que irá baixar a taxa de juros, "mesmo que de 25% para 24,5%. No Japão, a taxa de juros é de zero por cento e, nos EUA, é de 0,25%, por exemplo". Para Emir, a luta contra o medo e pela vitória da esperança continua, mesmo após a posse do presidente Lula, e o governo terá que tomar uma decisão, mais cedo ou mais tarde, sobre qual será a real prioridade: social ou econômica?

Emir fez duras críticas às políticas compensatórias e defendeu a luta pelos serviços públicos de qualidade e como estratégia de governo e construção de cidadania. Para o professor, o dinheiro arrecadado pelas administrações devem ser direcionados para manter o sistema de serviços públicos para todos os trabalhadores que, na verdade, são os que contribuem e mantêm os sistemas públicos e a própria máquina estatal. Sobre a ida do presidente da República ao Fórum Econômico de Davos, o coordenador do FSM disse que Lula deve ser o emissário das propostas do fórum social para aqueles que controlam a economia do planeta. Para o sociólogo, Lula não deve criticar o protecionismo dos países ricos, como os EUA, mas defender que os países em desenvolvimento possam proteger seus bens culturais, seu patrimônio público e suas riquezas. "Nenhum governo pode aceitar que cultura, educação e bens de serviços públicos sejam regidos pela comercialização", declarou.

Fotos: Guilherme Lessa

SINDICATO NACIONAL MARCOU PRESENÇA NA MARCHA

MESA DEBATE A IMPORTÂNCIA DO RESGATE DO SERVIÇO PÚBLICO

CERCA DE 50 MIL PESSOAS ESTIVERAM NA MARCHA

Adufrj-SSind participa do III Fórum Social

A seção sindical participa do evento em Porto Alegre representada por uma delegação de seis professores. Nas próximas edições, estaremos publicando matérias sobre a participação dos demais palestrantes citados na oficina da CNESF e sobre outras conferências e atividades do Fórum.

Posição do Andes-SN nos diversos fóruns

A diretoria do Andes-SN encaminhou uma nota para as seções sindicais o seguinte teor: "O Andes-Sindicato Nacional participa do Fórum Mundial de Educação, do Fórum Social Mundial e das reuniões da CNESF e do Fórum em Defesa da Escola Pública, e posiciona-se: contra a guerra; pela soberania dos povos; pela independência e autonomia sindical, na defesa das reivindicações, e contra reformas e pactos que retiram direitos históricos dos trabalhadores".

FME

Fórum organiza campanha mundial pela Educação

Carta do evento ressalta a elaboração democrática de políticas educacionais

"Construir a Educação para um outro mundo possível". Assim, encerra-se a Carta da segunda edição do Fórum Mundial de Educação, ocorrido em Porto Alegre, entre os dias 19 e 22 deste mês. A ambiciosa meta dos mais de 15 mil educadores, representando cerca de cem países, terá como plano de ação a elaboração coletiva e pretende se opor radicalmente às propostas neoliberais de mercantilização da área de serviços educacionais. "Portanto, o Plano de Ação, que enxergamos como necessário no horizonte, não pode nascer de um pequeno grupo de cientistas e pedagogos, nem, muito menos, de uma minoria de detentores do poder, mas do conjunto dos diversos segmentos sociais mobilizados e organizados", diz um trecho da Carta.

J. L. Rocha

GINÁSIO GIGANTINHO FICOU LOTADO EM TODOS OS DIAS DO EVENTO

De acordo com a professora Maria da Graça Bollmann, que ajudou a redigir o documento final do evento, representando a Associação de Educadores da América Latina e do Caribe (AELAC), os participantes do FME têm agora uma agenda política para se basear: diversos fóruns locais, nacionais e até continentais devem ser organizados pelo planeta inteiro para idealizar uma Plataforma Mundial de Educação.

Graça citou o exemplo brasileiro como um estímulo para os demais países do mundo, de forma autônoma, realizarem suas tarefas na área educacional. "Nós temos o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), uma entidade que há 16 anos vem trabalhando neste sentido", disse. Também na Carta do II FME são ratificados alguns princípios e diretrizes que podem nortear a Plataforma Mundial de Educação, como a garantia da oferta de Educação Infantil a todas as crianças entre zero e seis anos de idade e a condenação da apropriação privada do conhecimento científico e tecnológico como mera acumulação econômica que se baseia na espoliação humana, entre outros pontos. A consolidação da referida Plataforma começaria a acontecer a partir da terceira edição do Fórum Mundial de Educação, prevista para o ano que vem. Porto Alegre e São Paulo são as candidatas oficiais para sediar o evento.

Adufrj-SSind publica matérias sobre o II FME

A partir desta edição, o Jornal da Adufrj vai publicar uma série de matérias sobre o segundo Fórum Mundial de Educação. A seção sindical esteve representada no evento pelas professoras Raquel Goulart (Faculdade de Educação), Rosanne Dias e Regina Pugliese (ambas do CAp).

Cristovam pretende reformar universidades

Ministro discute vagas ociosas com reitores das federais

Em uma concorrida e tumultuada entrevista coletiva concedida antes da abertura do Fórum Mundial de Educação (em 19/1), Cristovam Buarque anunciou que pretende fazer uma mudança estrutural das universidades. "A última reforma foi feita em 1968, pelos militares. O Brasil mudou muito de lá para cá. E o governo também", disse, referindo-se à recente vitória petista nas eleições presidenciais.

Embora tenha sido breve neste assunto – cada repórter perguntava em uma direção diferente (alfabetização, universidades, educação no campo, avaliação) -, Cristovam garantiu que a reforma seria feita em conjunto com a comunidade acadêmica, sem ferir a autonomia universitária. Cristovam disse ainda que iria se reunir com os reitores das instituições federais de ensino superior para discutir, entre outros assuntos, as vagas ociosas no sistema público. A questão do índice de ociosidade, no entanto, já gerou um pequeno atrito entre o ministério e a associação de reitores (Andifes). Enquanto os técnicos do governo falam em 140 mil vagas ociosas, a Andifes acredita que o número é bem menor.

Kelvin Melo

CRISTOVAM BUARQUE

GATS

Uma importante declaração do ministro foi dada quase ao final da coletiva. Perguntado sobre a possibilidade de inclusão da Educação no GATS (Acordo Geral do Comércio de Serviços), Cristovam respondeu que "é um absurdo pensar em mercantilização da Educação".

Vale lembrar que o GATS é um dos acordos já existentes na Organização Mundial do Comércio (OMC) e, atualmente, estão em curso negociações para ampliar sua abrangência. Através deste acordo, os serviços serão considerados uma mercadoria que deve obedecer ao critério da máxima liberalização e abertura ao capital estrangeiro, de forma a maximizar os lucros das empresas que investem nestes setores. É nisso aí que pretendem incluir a Educação e a Saúde, entre outros serviços públicos.

Indagado sobre a avaliação do ensino superior através do polêmico Provão, Cristovam comentou que pretende manter o mecanismo, com algumas mudanças: "Somos (governo) radicalmente a favor da avaliação. Tanto que queremos avaliar a avaliação", comentou.

Intervenção na Uergs mobiliza FME

Platéia vaia secretário de Educação do RS

Há mais Vilhenas do que pode supor nossa vã filosofia. E pior: também continuam a existir "autoridades" governamentais dispostas a atingir a autonomia universitária para levar seus protegidos ao poder. A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) foi o lugar da aparição do último "clone vilhenista". No dia 13 de janeiro, o governador recém-eleito Germano Rigotto (PMDB) exonerou o reitor José Clóvis Azevedo e seus vice-reitores. No lugar do antigo reitor, Rigotto nomeou o professor Nélson Boeira.

O ato do governador não tinha razão de ser. A Uergs foi fundada em 13 de setembro de 2001 e seus dirigentes só deveriam ser substituídos em agosto de 2004, após eleições na comunidade acadêmica local.

Protesto

Na abertura do Fórum Mundial de Educação, professores, funcionários e alunos da Uergs levaram faixas de protesto ao Ginásio Gigantinho. Além de tomar de conhecimento mundial a intervenção na universidade, a manifestação tinha um alvo certo: o secretário estadual de Educação, José Fortunati, que apoiou publicamente as medidas do governador. Durante os quase dez minutos de seu discurso na abertura do evento, Fortunati foi solenemente vaiado pela multidão presente ao ginásio.

Andes-SN defende autonomia

Para o 2º tesoureiro do Andes-SN, Antônio Luiz de Andrade (o Tato), a comunidade acadêmica local está no "caminho certo" ao se mobilizar para defender a autonomia universitária. "Essa é a posição historicamente defendida pelo Sindicato Nacional", disse Tato.

J. L. Rocha

MANIFESTANTES NÃO POUPARAM CRÍTICAS AO GOVERNO DO RS

Cartas

Nota de resposta ao artigo de opinião do prof. Ary Fernandes de Medeiros

Conselho Diretor da Escola de Serviço Social da UFRJ

Foi com surpresa e pesar que lemos o artigo de opinião do Prof. Ary Fernandes de Medeiros, nosso colega na Escola de Serviço Social, intitulado "Superior ou maternal: dilema no pátio da Praia Vermelha", publicado no jornal da ADUFRJ de16/12/2002, em que o professor faz críticas e denúncias envolvendo pessoas e o conjunto da atual e da direção anterior da Escola.

Em primeiro lugar, acreditamos que críticas e conflitos são elementos saudáveis e necessários à vida social e acadêmica, e que as instâncias de discussão e deliberação nos diversos níveis institucionais de cada departamento e de cada unidade da UFRJ constituem os primeiros canais democráticos de encaminhamento destas questões internas à escola. Não há dúvidas de que hoje a Escola de Serviço Social conta com os mais diversos tipos de órgãos colegiados e instâncias colegiadas de direção, em pleno funcionamento e com ampla visibilidade e acesso. Assim, pensamos que utilizar a denúncia pública de conflitos internos da Escola sem explorar e esgotar estes canais, como fez o Prof. Ary, constitui recurso extremo que gera um descrédito gratuito à normalidade democrática da vida acadêmica e um esgarçamento desnecessário da convivência entre pares.

De qualquer forma, este Conselho Diretor, representado pela diretora da Escola de Serviço Social, Prof. Rosana Morgado, está tomando todas as providências para abertura imediata de uma comissão de sindicância para averiguação das denúncias e críticas feitas pelo Prof. Ary naquele artigo. Tão logo seus trabalhos forem concluídos, nos comprometemos a publicar seus resultados e esclarecer a comunidade da UFRJ quanto à verdade apurada dos fatos.

Entretanto, até o pleno esclarecimento dos fatos por tal comissão, que esperamos que seja o mais breve possível, cabe a este Conselho Diretor buscar resguardar a credibilidade das pessoas e dos órgãos atingidos, junto à comunidade desta universidade. Nesta direção, **todos os membros deste Conselho Diretor possuem uma versão dos fatos muito diferenciada daquela apresentada pelo professor, e consideram que até o presente momento não há razões para questionar a lisura do comportamento adotado pelas diversas pessoas e órgãos nos eventos citados no referido artigo.** Apenas para exemplificar, decisões referentes a indicação de disciplinas que foram atribuídas pelo professor a pessoas individuais, em virtude de possíveis interesses particulares, foram tomadas por órgãos colegiados, com plena visibilidade e direito de defesa e recurso. Da mesma forma, o comportamento adotado pela coordenação de graduação em relação aos registros de sala de aula foi inclusive objeto de consulta prévia e seguiu orientação do CEG, e foi dirigido apenas ao professor Ary, tendo em vista que seu comportamento vem atingindo os direitos dos alunos, que têm protocolado uma série de abaixo-assinados contra os métodos didáticos do professor. O Prof. Ary, por sua vez, vem ignorando estas recomendações emitidas pelo CEG.

De qualquer forma, **este Conselho Diretor acredita na institucionalidade democrática de nossa universidade e que tais denúncias, bem como as suas devidas responsabilidades, deverão ser plenamente esclarecidos pelos mecanismos e órgãos de decisão adequados para este fim, com pleno direito de defesa para todas as partes envolvidas.** Neste caso, como afirmamos anteriormente, estamos providenciando a imediata abertura de uma comissão de sindicância, para apurar todos as críticas e denúncias feitas.

Assinam

Conselho Diretor

Diretoria (Prof ª. Rosana Morgado)

Vice-Diretoria (Prof. José Paulo Neto)

Coordenação de Pós-Graduação (Prof ª. Nobuco Kameyama)

Coordenação de Graduação (Prof ª. Leila Scorcim)

Coordenação de Pós-Graduação Lato Sensu e Extensão (Prof. Eduardo Vasconcelos)

Coordenação de Estágio (Prof ª. Marileia Porfírio)

Vice-Coordenação de Estágio (Prof ª. Rita de Lima Cavalcante).

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2003.
Exma. Sra. Profa. Dra. Cleusa dos Santos

DD Presidente da ADUFRJ-SSIND

Prezada Professora:

O artigo publicado no Jornal da ADUFRJ em 16 de dezembro de 2002, de lavra do Prof. Dr. Francisco Ary Fernandes Medeiros, "Superior ou Maternal: dilema no pátio da Praia Vermelha", provocou indignação por parte dos alunos do curso de Serviço Social da UFRJ. Por este motivo, solicitamos a V.Sa. a publicação de nossa resposta a este artigo na próxima edição do jornal, pautada no caráter democrático de sua gestão.

Atenciosamente,

Alunas da turma 2001/2 do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Professor Francisco Ary Fernandes de Medeiros,

Dirigimo-nos diretamente ao senhor, em resposta ao seu artigo publicado no jornal da ADUFRJ do dia 16 de dezembro de 2002. Ficamos estarrecidas ao lê-lo, e como o senhor descredibilizou professores e funcionários da Escola de Serviço Social, sentimo-nos no dever de responder-lhe a fim de defender a imagem da nossa Escola, que oferece um dos melhores cursos de Serviço Social do país, uma vez que estamos muito satisfeitas com o atendimento oferecido pela Escola, pois o ensino é dado por ótimos docentes da mesma. Surpreendemo-nos com o fato de sua insatisfação perante a administração da Escola. Porém, perguntamos-lhe: o senhor já indagou aos seus alunos se estes ficaram satisfeitos com a sua aula? Se não, faça uma experiência. Temos a plena certeza de que a maioria responderia "não". Então, como pode alguém desmoralizar outros profissionais, sem saber dos demais suas opiniões sobre si mesmo? Como pode alguém falar de ética, quando se foi tão antiético ao colocar um artigo deste tipo num jornal, além de desrespeitar seus próprios alunos em sala de aula? Testemunhas é que não faltam. Referindo-se à disciplina Serviço Social I, oferecida às alunas da turma 2001/2, lecionada pelo senhor, apontamos que:

1º) cobrou presença dos alunos, passando uma lista durante aulas extras, procedimento incorreto perante as regulamentações do curso;

2º) desvirtuou o programa oferecido as suas alunas, além de não ter dado conta da ementa da disciplina;

3º) nós, alunas, não sabemos que critérios o senhor usou para avaliar as nossas notas, a partir do momento que foram pedidos alguns trabalhos valendo apenas 3,3 pontos (segundo o senhor) e uma prova, a qual foi realizada já dentro do período de paralisação das aulas. Ou seja, mais um procedimento incorreto. Apenas uma aluna teve acesso a essas provas, justamente a que ficou reprovada. Tivemos que, simplesmente, aceitar o fato de ver as nossas notas quando estas foram diretamente lançadas no histórico escolar, sem ao menos sabermos o porquê dos erros e acertos que tivemos.

4º) falou de ser incapaz de dar aulas expositivas, passando o seu próprio encargo as suas alunas. Perguntamos-lhe: onde ficou o papel de professor neste processo? Resultado: desgosto por parte de todas pelo mínimo aprendizado. Utilizando o título do seu artigo "Superior ou Maternal", o enfatizamos, direcionando-o à sua pessoa: superior ou maternal? Enquanto o senhor fizer parte do quadro docente desta Escola, nós, alunas do curso de Serviço Social, estaremos "alertas" as suas provocações, por não tolerarmos profissionais conservadores e autoritários, que corroboram para o sucateamento do ensino público de qualidade.

TURMA 2001/2:

Ana Carolina da C. Fernandes

Bruna Michele Romão Pereira

Carla Rabelo Barrígio

Caroline de Mendonça Araújo

Christiane dos Passos Guimarães

Clara Bandeiro de Oliveira

Érika Neves Lima de Souza

Ingrid Mara Gonçalves Ribeiro

Marcela Soares

Mariana Calhau Martins

Mariane Gonçalves Esmael

Michelle Souza

Mírian do Nascimento Machado

Renata da Silva Ferreira

Roseana Reis de Almeida

Selene Nogueira Ferreira

Suellen C. de Assis

Tatiana do Amaral

Tatiana Silva

Tatia ne de Lima dos Santos

Thaíssa de Azevedo Machado

Opinião

Democracia na universidade pública: um confronto com princípios

Prof. Mauricio L Aguilar Molina, D.Sc.*
Prof. Waldyr Azevedo Junior, D.Sc.*

A idéia mais geral do conceito de Universidade é o de um espaço onde as idéias são confrontadas e o consenso é construído sobre a base de uma discussão com argumentos clara e abertamente apresentados e, fundamentalmente, onde todos os atores têm seu espaço para expressar suas opiniões.

Este é um ideal que, em tese, todos aqueles que trabalhamos na Universidade nos comprometemos - seja explícita ou implicitamente - a observar e respeitar. Esta forma de operar é um dos elementos essenciais da construção da cidadania e, no seu exercício cotidiano pelos professores, deve servir como um exemplo prático a ser seguido por aqueles que estão sendo formados para serem no futuro próximo os lideres e condutores da nossa sociedade.

As necessidades do árduo dia a dia da vida prática nos colocam na disjuntiva entre o nosso discurso e a nossa prática, nos confrontam com os princípios que defendemos e, muitas vezes, aqueles ideais que em tese deveriam nortear as nossas vidas podem chegar em algum momento a dificultar a realização de nossos objetivos, ficando nós tentados a seguir atalhos que podem colocar em risco a observância destes ideais.

A estrutura da Universidade pública é baseada em unidades em diferentes níveis, cuja célula fundamental, o Departamento, tem vida própria e objetivos próprios. Na prática, esses objetivos são construídos ao longo do tempo em harmonia com os objetivos da instituição como o ente maior. Assim, todas as decisões dentro da Universidade devem, em principio, exaurir todas as possibilidades de obtenção de consenso.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) estes princípios acima enunciados correm o risco de serem violentados por uma possível medida de força que, mesmo ainda como hipótese, horroriza pela forma em que ela pode vir a ser perpetrada.

De fato, em 16 de janeiro de 2003, o Diretor do Instituto de Ciências Exatas (ICE) da UFJF visitou o Departamento de Fundamentos de Projeto (PRO) onde, em um encontro marcado com antecedência, comunicou a alguns professores presentes a decisão que a Magnífica Reitora da UFJF, Professora Margarida Martins Salomão, tomaria nos dias seguintes no sentido de resolver alguns "problemas históricos". Esta decisão consistiria na transferência de professores do PRO para o Departamento de Engenharia de Produção da Faculdade de Engenharia da UFJF e a proposta de dissolução do PRO, com a conseqüente re-alocação dos professores restantes. Se for materializada, esta decisão afetará negativa e profundamente os professores do PRO e, pela maneira anunciada, representará um sério retrocesso e uma violação dos princípios acima enunciados não somente no âmbito da UFJF como também de toda a sociedade.

Tudo isto causa profundo impacto pois a Magnífica Reitora apenas comunicou sua iminente decisão ao Diretor do ICE, sem sequer comunicar aos diretamente afetados. Mais impacto causa ainda o fato de a Magnífica Reitora poder vir a decidir medidas tão graves sem qualquer tipo de negociação com os principais afetados, que certamente, caso consultados, poderiam contribuir para uma saída de consenso frente às dificuldades alegadas pelo Diretor do ICE.

Por outro lado, se esta decisão for materializada, destoaria completamente do discurso e da postura democrática histórica da Magnífica Reitora no sentido de sempre alargar os espaços democráticos, de lutar contra o autoritarismo na sociedade dando voz a todos os segmentos da Universidade e trabalhando em prol de uma Universidade de maior qualidade acadêmica e, principalmente, humana.

Conseqüentemente, conclamamos os colegas de UFRJ a apelarem à Magnífica Reitora (gabinete@reitoria.ufjf.br) no sentido de ela não levar a cabo as medidas anunciadas, de entrar em diálogo com o PRO e, de este modo, não manchar a sua límpida atuação democrática.

Juiz de Fora, 5ª Feira 23 de Janeiro de 2003

* Departamento de Fundamentos de Projeto, ICE - UFJF
O professor Waldir é também sindicalizado da Adufrj-SSind

Outros endereços de interesse:

·Associação de Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora – APESJF: apesjf@acessa.com, apesjf@artnet.com.br

·Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – SINTUFEJUF: sintufjf@sindicato.ufjf.br

·Prof. Mauricio: aguilar@pro.ufjf.br

·Prof. Waldyr: waldyr@pro.ufjf.br

Os autores do artigo "Democracia na Universidade Pública: um confronto com princípios" solicitam a todos os interessados para que enviem mensagens para a reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora com o objetivo de impedir as medidas anunciadas no texto. O endereço eletrônico da reitoria é gabinete@reitoria.ufjf.br. Para quem quiser conhecer mais sobre o caso, os professores disponibilizam informações na página eletrônica do Departamento deles: www.pro.ufjf.br. No *site*, existe inclusive uma "carta aberta à Magnífica Reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora", com mais detalhes sobre o assunto.

Cartas

Prezados(as) companheiros(as),

No jornal da ADUFRJ que circulou no dia 13/01, foi publicada a carta de um servidor funcionário técnico-administrativo tecendo comentários sobre a atuação da bancada dos técnico-administrativos no CONSUNI. Solicito, na oportunidade, a possibilidade de prestar alguns esclarecimentos como uma das representantes eleitas da categoria no Conselho Universitário. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, diferentemente dos estudantes, cuja bancada é de representação da entidade representativa, e dos docentes, cuja representação é institucional ou por nível de carreira, a representação dos técnico-administrativos extrapola a entidade representativa, na sua representação, e não tem vinculação institucional. Como o próprio processo é organizado também pelo sindicato, temos uma bancada que reconhece a legitimidade da representatividade do SINTUFRJ e de suas instâncias de deliberação. O fato de a diretoria do sindicato não ter tomado conhecimento da ida do Prof. Carlos Lessa para o BNDES, ainda em sua reunião ordinária e, portanto, não ter discutido o assunto e convocado assembléia específica para debater o caso, nada impede nossa bancada de ter posição diante da deliberação que se exigia naquele momento, sem condições de adiamento. Em segundo lugar, não foi a primeira vez que nossa bancada teve uma proposta apresentada rejeitada pela maioria. Em 2001, defendemos a eleição para reitor de forma paritária e também fomos derrotados, sem com isso macular nossa representação. Exatamente como minha companheira dem tendência e de partido, Senadora Heloísa Helena (PT-AL), não calarei minha voz perante os momentos importantes em que temos que ter posição firme e no momento certo. Sobre o momento que vivemos na UFRJ, continuo firme na posição de que mais importante do que discutir nomes para Reitor é discutir o processo eleitoral. As próximas eleições para Reitor da UFRJ deverão acontecer coadunadas à nova realidade brasileira, na qual defendemos no movimento e na comunidade universitária a autonomia universitária de fato e de direito, sem 70% para docentes, sem lista tríplice, sem colégio eleitoral. Para isso ocorrer, o que já tem a manifestação positiva do novo ministro, precisamos derrubar a legislação vigente, sob pena de um processo legítimo ser questionável na legalidade. Pensemos mais na UFRJ e menos nas personalidades.

Um feliz 2003 para todos
Ana Maria Ribeiro/IDT
representante dos TA's no CONSUNI

Resenha

Ensino médio sem professor

Falta professor no ensino médio brasileiro. O déficit maior está entre os profissionais que ensinam as disciplinas de física, química, biologia e matemática. São 200 mil a menos do que o necessário em todo o país, segundo o novo Secretário do Ensino Médio do Ministério da Educação (MEC), Antonio Ibañez. Em 2001 - últimos dados disponíveis -, formaram-se na USP, por exemplo, 172 professores nessas áreas, sendo 52 em física, 42 em biologia, 68 em matemática e apenas 10 em química, de acordo com matéria de O Estado de SP (19/1).

Bandejão mais caro na Rural

Nem bem começaram as aulas e a polêmica já se instalou na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Os alunos querem tentar, pela quarta vez, dialogar com a reitoria sobre o aumento de mais de 140% no valor do bandejão. A assistência que custava R$0,60 passou para R$1,45. A proposta estudantil é de que seja criada uma comissão para estudar formas de não reajustar o benefício, diz a Folha Dirigida, de 21/1.

Bancos estrangeiros dobram ganhos

Os bancos estrangeiros que operam no Brasil dobraram seus ganhos em 2002, segundo levantamento feito a partir de dados do Banco Central. Entre janeiro e setembro, essas instituições registraram ganhos de R$ 7,643 bilhões contra R$ 3,884 bilhões obtidos no mesmo período de 2001, de acordo com matéria da Folha de S. Paulo (4/12).

Mulheres na reitoria

É visível a desproporção entre o número de mulheres no corpo docente e nos postos de comando das universidades. Enquanto nas salas de aula há um certo equilíbrio entre os sexos, nas salas da administração predominam os homens. Nas 53 instituições federais, as mulheres representam 42% do corpo docente, mas só existem cinco reitoras. O preconceito e a entrada tardia das mulheres nas universidades podem ser duas pistas deste desequilíbrio numérico, segundo matéria do suplemento Sinapse, da Folha de S. Paulo, de 17/12.

As maiores da produção científica

Na mesma edição do suplemento Sinapse, da Folha de 17/12, publica-se um *ranking* do Instituto para a Informação Científica (ISI é a sigla, em inglês) das 20 instituições que mais produziram artigos científicos nos últimos dez anos. Em primeiro lugar, está a Academia Russa de Ciências, seguida, pela ordem, pela Universidade do Texas e da Universidade de Harvard. A USP é a melhor instituição latino-americana, no 279º lugar.

Opinião

A universidade, a utopia que podemos

Person Candido Matias da Silva*

Temos hoje a universidade brasileira que o processo histórico evolutivo das sociedades e o jogo das forças sociais nos permitiu ter. Uma instituição marcante e marcada pela bravura de sua capacidade crítica de resistência, alicerçada nos interesses de uma sociedade que ainda luta para fazer valer seus direitos de justiça e liberdade e sua soberania nacional. Diante disto, pode-se afirmar que a universidade, antes de ser, um simples aparato estrutural fisiológico, é um processo singular, orgânico, criado e delineado no tempo e espaço de sua existência.

Torna-se superficial e até pouco responsável, dizer simplesmente que a universidade brasileira deva ser identificada como um sistema de estrutura obsoleta, arcaica e resistente a mudanças, elitista, abstrata, dissociada do mundo real, aparelho ideológico de manutenção de sistemas políticos, transmissora e reprodutora de conhecimentos fragmentados. Esta visão utilitarista e imediatista do processo formador, desemboca na compreensão de que o ensino, a pesquisa e a extensão (nesse caso confundida com prestação de serviços) constituem-se num grande produto de mercantilização do mundo neoliberal e capitalista.

Segundo Ferraro (Professor Titular da Universidade Católica de Pelotas), as políticas neoliberais de desregulamentação, privatização, macroeconomia monetarista, legislação anti-sindicalista, são justificadas mais do que teoria, como um movimento social de carater reacionário, posto como imperativo à modernização e de respostas às exigências da globalização, tratada como inevitável coisa da natureza, o que cinicamente serve para tranquilizar as consciências sobre exclusões sociais que este movimento impõe. Nesse sentido, aponta-se para um movimento de contraposição e de desconstrução dos mecanismos segregativos da universidade, um processo catártico, ou seja, absolutamente apropriado de síntese do pensar a universidade no Brasil, não apenas como uma mera instituição econômica de forças objetivas, mas sim para a construção conceitual de universidade enquanto um processo ético-político que transcenda concepções estreitas de necessidades, para uma força subjetiva de liberdade das camadas populares e a vontade cidadã de soberania da nação brasileira.

A superação da desmoralizadora autoestima nacional latino-americana sobre incapacidades e falências do Estado na formulação de suas políticas macroeconômicas, teórica despudorada que já nem sequer considera aspectos da independência e soberania, notando-os como obstáculos ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social é o grande compromisso de consciência filosófica que cumpre a universidade hoje realizar.

Nesse sentido, destaca-se o ponto transcendente do debate sobre a universidade que temos hoje que orientar: A Autonomia

O conjunto de aspectos (estruturais e conjunturais) que contornam o contexto da universidade brasileira revela-nos uma possibilidade histórica muito apropriada à este momento catártico de realização. As perspectivas de mudanças reais na política nacional, de ampla e profunda valorização da classe trabalhadora e de respeito as camadas populares, abrem um campo sem precedentes históricos, da re-construção da universidade no Brasil. Um campo para que ela possa compreender-se críticamente e situar-se na re-organização de seus pensamentos (filosofia) e solidez cultural (prática política).

Nesse sentido, destaca-se o ponto transcendente do debate sobre a universidade que temos hoje que orientar: A Autonomia.

Apontar perspectivas de sentido e significado da autonomia da Universidade no Brasil, remete-nos a indagações primárias desde o que seja universidade, cuja resposta somente poderá ser encontrada no seio dela mesma, ou seja na definição exata de sua singularidade, que corresponde à singularidade de cada universidade no Brasil, seja ela pública ou privada, de âmbito federal, estadual ou municipal, no tempo singular em que esteja vivendo, até a oportunidade do repensar o compromisso do seu papel público, tanto das universidades privadas quanto as de caráter público institucional.

Por tais indagações acerca da autonomia, percorrem desafios de retomar a universidade condenada ao ensino profissional de baixa qualidade, desvinculado da ciência e do ambiente da pesquisa científica, cuja prática pedantesca professoral e livresca repete patética , exclusiva e monotonamente o que os outros (intelectuais da colonização) pensaram, fizeram ou escreveram, via de regra, desfocados dos campos da atuação universitária, quais sejam o do conhecimento, da ética e da política, ou seja, uma prática comprometida em não mudar absolutamente nada.

Se entendermos a universidade enquanto um processo singular, orgânico de construção histórica de sí mesma, torna-se difícil imaginar possibilidades idealizantes dela mesma (tipo a universidade ideal) , sob pena de perdermos sua própria dimensão utópica, essencialidade de sua subsistência, que é exatamente o que cada universidade pode se tornar, o seu devir, seu destino.

Portanto, a grande utopia da universidade consiste propriamente no que ela pode se tornar singularmente

Portanto, a grande utopia da universidade consiste propriamente no que ela pode se tornar singularmente.

Do ponto de vista da utopia, distinta do sonho, da fantasia ou da idealização modelar, pensar e agir a universidade concreta para encontrar sua singularidade, significa mais do que tudo, ela colocar-se no seu destino e tornar-se criadora do seu próprio destino.

O desejo da universidade utópica, representa a vontade determinada de quere-la como ela o é, um processo permanentemente inacabado, em constante transformação crítica e criativa de sí mesma e de seu destino.

Criar conhecimentos por meio de pesquisas científicas, formar cidadãos ao exercício de funções especializadas e exercer autonomia para a soberania nacional, constituem alguns destinos comuns da utopia universitária brasileira, construída historicamente na singularidade de suas distintas universidades .No Brasil, desde a Colônia à República, sempre houve grande resistência a idéia de criação de universidade no País e de País com universidade criativa.

Se por um lado é recente a história da criação da universidade no Brasil, quando em 1920, reunindo a Escola Politécnica e a de Medicina do Rio de Janeiro e incorporando uma das Faculdades Livres de Direito é criada pelo Governo Federal, por decreto do então presidente Epitácio Pessoa a Universidade do Rio de Janeiro. Por outro, a registros mais antigos que datam do século XVI, quando jesuítas tentam mal logradamente criar universidades na Colônia para expandir os ensinamentos criativos de seus colégios.

Antes a visão positivista do idealismo, na atualidade o pensamento de políticas neoliberais com suas propostas modernizadoras contra o dito anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas, contribuem para a pronta aceitação e compreensão das classes dirigentes à um alinhamento às posições norte-americanas que passam a pontificar uma visão clássica e monetarista dos problemas econômicos, instala-se no Brasil o processo de desconstrução do sentido de responsabilidade pública das nossas universidades.

Reforça-se aí, a maior e mais emergente de nossas utopias universitárias: A AUTONOMIA

A autonomia entregue a toda a sorte de renúncia, num cenário nacional em que o debate obsessivo sobre a inflação, considerado como único mal a ser combatido a qualquer preço, submete numa interpretação distorcida de propósitos, a universidade pública brasileira a um desmanche e a um verdadeiro sucateamento de suas estruturas, até mesmo de sua capacidade de tomada de decissões.

Nunca em sua história, como nos últimos 8 (oito) anos, a universidade no Brasil, em particular a universidade pública, foi tão vilipendiada

Nunca em sua história, como nos últimos 8 (oito) anos, a universidade no Brasil, em particular a universidade pública, foi tão vilipendiada, agredida e escurrasada. Simplesmente pela incompreensão das elites dirigentes de que o âmbito da cultura do conhecimento na universidade é o tempo e o espaço do dissenso, da controvérsia, do conflito e do exercício da contradição. Esta é a ambiência necessária ao crescimento e desenvolvimento das Ciências, das Artes e da Tecnologia.

Mas apesar de tudo e de todos aqueles que insistem em entregar este país à intervenção imperialista do capital transnacional; a desconsiderar a ordem de direito institucional da liberdade e da democracia e a esvaziarem a defesa do ensino público, gratuito laico e socializado. São muitos os que crêem na autonomia da universidade brasileira e se dispõem a mantê-la erguida em seu compromisso e em suas responsabilidades históricas de soberania com a sociedade brasileira.

Se não sabemos exata e absolutamente a universidade que queremos, dada a constituição utópica de sua própria natureza, com alguma razão sabemos a que não toleramos mais: Uma universidade que reflita uma sociedade injusta, autoritária, excludente, cerceadora de direitos humanos fundamentais, que nunca correspondem ao desejo, a vontade e a utopia das camadas populares, da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

Entretanto, uma outra universidade brasileira é possível, desde que possamos além de mudar as estruturas de poder, desconstruir as diversas conjunturas que ainda conformam o privilegio do capital ao trabalho.

O processo de mercantilização desenvolvido pelo governo FHC ao Estado Brasileiro, criou sérias conseqüências na educação de nível superior no país. Oriundo da universalização do capitalismo, dita globalização, o poder do estado subordina-se ao mercado e as suas regras internacionais, agenciadas por seus organismos representantes, tais como, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). E como nos diz Luiz Lucas: "A alma da política neoliberal materializada na reforma do estado é a privatização".

Portanto a possibilidade real de mantermos a universidade, pública, gratuita e de qualidade reside na capacidade de empreendermos a autonomia e a democracia necessárias a isto, pois se dependermos do atual governo caminhamos para o fim do ensino público gratuito neste país . Tudo em nome do cumprimento de metas de privatização 'RECOMENDADAS" pelo FMI e esta situação só tende a piorar com a eventual entrada brasileira na ALCA.

Segundo Edmundo Coelho, pesquisador do IUPERJ, já a partir de 1968 a universidade brasileira começa a dar sinais de exaustão de sua colonizada reforma, questões como: " a demanda por vagas criou uma pressão muito grande sobre o sistema universitário; as matrículas expandiram-se demasiada e desordenadamente; a ampliação dos quadros docentes não obedeceu nenhum planejamento; as universidades viram minguar em termos relativos os seus recursos orçamentários; não parece que a qualidade do ensino universitário tenha melhorado durante este período; instaurou-se nas universidades uma divisão profunda entre o ensino e a pesquisa, entre os níveis de graduação e pós-graduação; alinha-se o ensino com a graduação e a pesquisa com a pós-graduação. Portanto já aí, tínhamos problemas demasiados para piorarmos com políticas excludentes.

Atualmente a universidade precisa estar aberta às inovações e as contradições que a tríade ciência/teconologia/industria desenvolve, dado o seu compromisso de gerar ciência e tecnologia. Esta abertura passa pela compreensão de políticas educacionais que considerem a bipolaridade da noção de desenvolvimento como questão crítica e ético-política.

O comprometimento crescente de orçamentos com o pagamento de juros das dívidas interna e externa, por parte do atual governo brasileiro, afetam sobremaneira o cenário da educação, especialmente no que tange a sua organização, a avaliação e o seu financiamento, impondo às IES públicas uma asfixia generalizada de suas possibilidades desenvolvimento.

Apesar disso tudo, a universidade brasileira, em termos gerais, vem tentando cumprir seu papel concebendo e trabalhando a complexidade de suas responsabilidades de formação da inteligência filosófica, criação e recriação da cultura.

São muitos os que crêem na autonomia da universidade brasileira e se dispõem a mantê-la erguida em seu compromisso e em suas responsabilidades históricas de soberania com a sociedade brasileira

Segundo Edmundo Coelho, a pouca consideração que tem merecido a ciência no ambiente cultural e junto das elites dirigentes, projetaram às universidades mais funções de seleção e recrutamento para grupos de estratos e estatus sociais bem definidos do que de treinamento para atividades produtivas. Assim a qualificação adquirida torna-se menos importante do que a certificação dos processos de socialização que confirmam o "status quo" do sistema educacional. É a visão do produto em detrimento do processo, a superistimação dos elementos de entrada no sistema a quase que expurgar uma saída. Segundo este autor a ênfase nos concursos e nos exames seletivos é o indicador mais seguro deste credencialismo.

Desta forma a centralização, a estratificação do sistema de ensino e a padronização de currículos tecnocráticos asseguram os interesses do estado pela redução do dissenso, do controle da controvérsia e da limitação do conflito no ambito da própria vida cultural universitária.

Mas apesar de tudo e de todas as adversidades, cumpre no universo utópico das possibilidades da universidade, em qualquer conjuntura que se ponha, por mecanismos próprios e internos de resistência buscar apropriar-se do pensar teórico das camadas populares de forma a dar-lhe adequada organicidade e solidez cultural, ou seja o retorno à sociedade em consciência filosófica e prática política. Pelo menos imagina-se isso, como desejo de um povo que queira afirmar-se em justiça e democracia com soberania na perspectiva da existência e vivência de sua universidade.

A parte tudo o que possa ser dito que nos falta em relação a universidade no Brasil, nos falta antes, a nação soberana que queremos ter, a noção de justiça que queremos realizar e a prática de democracia que queremos viver. Nos falta o país independente e livre para pensar e agir por sí mesmo, sem subalternidades, um país cujo governo reconheça, valorize e respeite a capacidade do seu povo de governar-se, e a partir daí então, cumpra o seu devido papel de interprete e interlocutor de suas vontades políticas. Um país em que a classe trabalhadora que o constroi e reconstroi, seja dignificada pelo seu trabalho e que suas camadas populares incluam-se na expressão de sua existência.

Com o governo Lula, instala-se a esperança de uma grande chance de termos nossa universidade singular, capaz de espelhar sua vontade cidadã de conhecimento, de ética e de política, e ela está apresentada na perspectiva de mudanças que possam efetivamente ocorrer nas diferentes conjunturas universitárias, quando cada Universidade em cumplicidade com a sociedade saiba de fato exercer de forma efetiva e capaz a correspondência aos seus anseios de uma universidade de espírito livre, autonôma, democrática e comprometida com os interesses de justiça das classes populares.

Julho de 2002

* Professor Adjunto da EEFD da UFRJ

UFRJ

Terreno onde funcionava Bingo é reintegrado à UFRJ

Após muita luta e protestos contra privatização do patrimônio público, área de 5 mil m² é devolvida pela Justiça à universidade

"Parece que estamos em Monte Carlo!" A exclamação foi feita pela coordenadora do Sistema de Bibliotecas e Informações da UFRJ (SiBI), Mariza Russo, ao adentrar as instalações do Bingo Botafogo, junto do reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza, e de outros representantes da instituição e dos movimentos organizados da universidade. A visita dos integrantes da comunidade, na manhã da terça-feira, dia 21/1, selou a reintegração do terreno de propriedade da universidade, ocupado nos últimos anos pela Associação dos Servidores Civis do Brasil (ASCB). Desde 1971, a universidade disputa a retomada do terreno cedido a uma entidade que havia perdido o caráter de representação de categoria e vinha explorando o terreno para fins comerciais e lucrativos, através da empresa Amauta – Administradora de Serviços Ltda e do Bar e Restaurante Braseiro da Fé. A última investida da ASCB foi transformar parte da sede em uma luxuosa casa de jogos de azar e churrascaria, além de manter uma creche particular nos fundos do terreno.

Quem acompanhou o noticiário da universidade nos últimos dois anos lembra da indignação dos moradores de Botafogo com a instalação do Bingo, expressa nas inúmeras manifestações da Associação de Moradores da Lauro Muller e Adjacências (Alma). O Diretório Central dos Estudantes, a Adufrj-SSind, o Sintufrj e a APG encamparam a luta pela reintegração de posse do terreno ocupado pela ASCB-Amauta e realizaram diversos atos de protesto, desde sua inauguração, em 2001.

As manifestações da comunidade denunciaram as atividades do cassino, absolutamente contrárias aos princípios educativos, de ensino e culturais de uma universidade pública.

O movimento das entidades foi lembrado pela presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, durante a visita às instalações do terreno da Lauro Muller. Cleusa saudou a decisão da justiça, afirmando que os movimentos tiveram participação ativa na recuperação do patrimônio público da universidade. "Certamente, nossas manifestações devem ter influenciado favoravelmente a decisão do juiz pela devolução do terreno da UFRJ", comentou a professora, durante o ato simbólico de reocupação do espaço onde funcionava o Bingo. A presidente da seção sindical sugeriu que seja aberto o debate com as Unidades, como, por exemplo, a Escola de Belas Artes e a Faculdade de Arquitetura, sobre a utilização do espaço.

Manuella Soares

VISÃO DA PARTE INTERNA DO BINGO, ESPAÇO RECUPERADO PELA UNIVERSIDADE

Guilherme Lessa

ESTUDANTES EM MANIFESTAÇÃO CONTRA BINGO EM 16/1/2002

Cinco mil metros quadrados deverão abrigar um Centro Cultural público

O terreno devolvido à UFRJ tem uma área de cerca de 5 mil m² e, de acordo com Fracalanzza, será ligado à área da Casa da Ciência. A idéia da reitoria é construir no local um grande Centro Cultural da universidade, com salas de teatro, cinema, exposições e apresentações musicais. A notícia da reintegração do patrimônio foi recebida pela reitoria na segunda-feira, dia 13/1. A decisão partiu do Tribunal Regional Federal e o processo ainda não está totalmente finalizado. Mas dificilmente a UFRJ perderá esta ação, de acordo com a procuradoria da universidade e segundo o próprio reitor em exercício.

Ao saber da retomada do terreno, a reitoria encaminhou ao Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), no dia 14/1, a proposta de que a Editora da UFRJ fosse transferida, em caráter emergencial, do Fórum de Ciência e Cultura para o local onde funcionava o Bingo. A medida foi aprovada e, no mesmo dia, funcionários da editora, sob a coordenação da professora Renata Bondin, deram início à mudança, instalando-se em salas ocupadas anteriormente pela administração da ASCB-Amauta.

Fórum de Ciência e Cultura apresentará proposta para espaço

Durante a visita às instalações do Bingo, Fracalanzza anunciou, ainda, que caberá ao Fórum de Ciência e Cultura (FCC) a formulação de uma proposta de um complexo cultural a ser instalado no local. De acordo com o dirigente, o projeto do Fórum será levado para apreciação das instâncias de decisão da universidade como o Consuni e os colegiados de graduação e pós-graduação (CEG e CEPG). Fracalanzza também se comprometeu em discutir com as entidades representativas dos movimentos docente, discente e de funcionários a formulação do projeto de ocupação da nova área que deverá estar ligada ao *campus* da Praia Vermelha.

O reitor em exercício disse à redação do Jornal da Adufrj-SSind que pretende realizar parcerias com instituições da sociedade civil para patrocinar a construção das instalações do Centro Cultural. "Entidades como o Sesi (Serviço Social da Indústria) ou o Sesc (Serviço Social do Comércio) poderiam financiar a construção de teatros, cinemas e salas de exposições, por exemplo", adiantou Francalanzza.

Espaço também poderá abrigar creche universitária

Também está nos planos da reitoria, segundo o coordenador do FCC, Godofredo de Oliveira Neto, a instalação de uma subsede da creche universitária do *campus* do Fundão no terreno de Botafogo. Além do Centro Cultural, já é certo, segundo Godofredo, que a Editora da UFRJ e o Sistema de Bibliotecas (SiBI) sejam instaladas no local.

Exposições públicas marcarão a retomada do terreno

Duas exposições que seriam realizadas nos próximos meses na Casa da Ciência deverão ser transferidas, em caráter excepcional, para o prédio do Bingo como forma de demarcar a retomada do patrimônio da universidade. A mostra *Brasil de Portinari* e a exposição interativa *Descubra e Divirta-se* deverão levar, segundo os coordenadores da Casa da Ciência, cerca de 10 a 15 mil crianças e adolescentes por mês ao mais novo espaço cultural da cidade.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 82 • 3 de fevereiro de 2003

Reunião da Adufrj-SSind para discutir o Caderno de Textos do 22º Congresso do Andes-SN

5/2 – quarta-feira
14:00 horas

Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

Aberta a todos os sindicalizados.

Ciclo de Debates "Conversando sobre a Previdência"

5/2 – quarta-feira
11:00 horas

Hospital Universitário Gaffrée e Guinle
Anfiteatro Geral,
Rua Mariz e Barros 775

Debatedores
Aloisio Teixeira,
do IE/UFRJ
Sara Granemann
e Andrea Teixeira,
da ESS/UFRJ

Agenda Sindical

3/2 - Reunião na Regional Rio do Andes-SN
Rio de Janeiro (RJ) - sede da Regional, Centro, às 17h
- Começa a organizar seminário sobre precarização do trabalho docente

4/2 - Reunião da Coordenação Estadual da campanha contra a ALCA
Sede do Sindicato dos Engenheiros do RJ, na av. Rio Branco, 277/17º andar, às 17h
- Nesta reunião será discutido o planejamento do ano.

5/2 – Ciclo de Debates "Conversando sobre a Previdência"
Hospital Gaffrée e Guinle, às 11h (veja chamada acima)

5 e 12/2 – Reunião da Adufrj-SSind para discutir o Caderno de Textos do 22º Congresso do Andes-SN
Sede da Adufrj-SSind (CT, Bloco D, sala 200). Nas duas datas, a reunião ocorrerá às 14h e é aberta a todos os sindicalizados.

19/2 – Conselho de Representantes
Sede da Adufrj-SSind (CT, Bloco D, sala 200), às 17h30

20/2 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Local a confirmar, às 13h30

8 a 13/3 - 22º Congresso Nacional do Andes-SN
Teresina (PI)
O Congresso terá como tema a T*ransformação Social e Política de Educação, Ciência e Tecnologia*

25 a 27/4 - Congresso Estadual da CUT-RJ
local indefinido

27 a 31/5 - 8º Congresso Nacional da CUT
Palácio do Anhembi, São Paulo (SP)

Kelvin Melo

SÉRGIO FRACALANZZA, CLEUSA SANTOS, LUCIANO MENEZES, SAYONARA GRILLO E JOSÉ SANGLARD

Entidade cobra de reitoria os 26,05% e os 28,86%

Reitor em exercício é favorável à extensão administrativa

Uma audiência com o ministro da Educação antes de 12 de março pode decidir a extensão administrativa dos 26,05% (Plano Verão) para todos os servidores da UFRJ. Essa, pelos menos, foi a intenção comunicada pelo reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza, aos diretores e à assessoria jurídica da Adufrj-SSind, em reunião realizada na manhã da última sexta-feira (31/1).

Na ocasião, a presidente da seção sindical, Cleusa Santos, realizou uma breve exposição sobre o caso. Recuperou historicamente a luta que a entidade, ao longo de quase uma década, vem travando pela extensão dos 26,05% para todos. Lembrou porém, que o movimento docente tem um projeto de Carreira Única, que é a proposta definitiva para acabar com a distorção de salários diferentes para funções equivalentes entre os docentes e resgatar a isonomia nas IFES. Para Cleusa, estas distorções revelam o mesmo processo instalado no setor privado: competitividade e fragmentação entre as categorias, o que destrói os laços de solidariedade entre os docentes. Para ela, a UFRJ pode, dependendo da vontade política de seus dirigentes, fortalecer a luta pela correção dessa injustiça para todo o sistema público das universidades brasileiras, utilizando sua autonomia administrativa, de gestão financeira e patrimonial (artigo 207 da CF). A presidente da seção sindical espera, ainda, a proposta orçamentária desta reitoria e o debate das propostas de política institucional com toda a comunidade, principalmente com a proximidade de um novo processo eleitoral na universidade.

O dirigente universitário, por sua vez, demonstrou disposição em resolver a questão dos planos junto ao ministério em um encontro que ainda precisa ser marcado. "Tenho o maior interesse em resolver isso", disse. Fracalanzza adiantou ainda que, assim que conseguir um horário na agenda de Cristovam Buarque, vai convidar as representações da Adufrj-SSind e do Sintufrj para acompanhá-lo a Brasília. "Quero expor ao ministro a situação que isso está criando na UFRJ", comentou, referindo-se às disparidades salariais entre, por exemplo, professores do mesmo nível da carreira, porém com datas de admissão diferentes (anteriores ou posteriores ao julgamento do processo).

O reitor em exercício comprometeu-se - e chegou a solicitar o pedido por escrito da Adufrj-SSind - de realizar um levantamento, entre todos os professores da universidade (da ativa ou aposentados), de quem recebe o ganho judicial dos 26,05% e também dos 28,86%. Este documento estará

Continua na página 2

Continuação da capa

sendo encaminhado para a reitoria nesta segunda-feira (3/2), junto de outros dois ofícios: um deles solicita a relação entre os docentes da UFRJ e o Plano de Seguridade Social (quem desconta, quando foi descontado, quem obteve a devolução); o outro requer o cumprimento imediato de todas as sentenças e liminares obtidas pela seção sindical relativas ao abono pecuniário de férias. O contéudo destes ofícios pode ser lido, na íntegra, na página eletrônica www.adufrj.org.br/documentos.htm.

Além do interesse de tornar esses dados públicos, Fracalanzza pretende se armar desses números para sensibilizar o ministro nessa futura reunião. Segundo ele, o aspecto financeiro não deve representar um empecilho para solução do caso. Os cálculos da reitoria falam em uma despesa a mais de cerca de R$ 925 mil por mês para efetivar a extensão administrativa do ganho judicial para todos. "Isso significa de 1% a 2%, no máximo, da folha de pagamento da UFRJ", contou.

O prazo dado até 12 de março para acontecer esse encontro foi estipulado pelo próprio ex-decano do CCS. Ele informou que, nesta data, está previsto que o ministro da Educação visite a UFRJ e participe da solenidade de início do ano letivo de 2003, provavelmente no auditório do Centro de Tecnologia. Antes disso, Fracalanzza quer estar em Brasília para discutir outros assuntos com o MEC, entre os quais estaria incluída a questão das ações judiciais da universidade.

Consuni pode discutir novamente o caso

O 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, lembrou ao reitor em exercício que a Universidade de Brasília recebe o ganho judicial e que o próprio Cristovam Buarque era o reitor naquela época (1985-1989). Luciano também comentou que o Conselho Universitário daquela instituição referendou o ato administrativo, o que fortaleceu a ação – fato que poderia ser repetido na UFRJ. O 1º tesoureiro da seção sindical, José Henrique Sanglard, acrescentou que o Consuni da UFRJ já fez uma recomendação para a extensão do ganho judicial (em 4/10/2001). Fracalanzza vai recuperar o desenrolar da questão no fórum deliberativo da instituição e também levará esses dados para a reunião com o ministro. "Se o ministro se sentir melhor em resolver isso com uma decisão favorável do Consuni, eu pauto o tema no próximo colegiado. O problema é que, por causa do recesso de férias, o próximo só ocorrerá em 13 de março", disse.

28,86% também foram discutidos

Sanglard observou que outros ganhos diferenciados também criam uma grande injustiça na instituição: há servidores com os 26,05% e com os 28,86%, com um percentual e sem o outro e também aqueles sem qualquer um dos ganhos. O 1º tesoureiro ressaltou que esta situação agravou o quadro anterior em relação à heteronomia de salários na UFRJ, devido à forma como as conquistas relativas aos planos econômicos vêm sendo implantadas, gerando novas distorções salariais internas.

Por conta da efetivação do percentual dos 28,86% para os sindicalizados do Sintufrj, a assessora jurídica da seção sindical, Sayonara Grillo, considerou que ganha mais força a ação da Adufrj-SSind. "O reconhecimento do direito significa isonomia com os militares. E isonomia é para todos os servidores civis. Os fundamentos administrativo e jurídico ficam consistentes (para realizar a extensão)", afirmou.

Abono pecuniário

Luciano citou uma outra ação judicial que a universidade não vem cumprindo: a do abono pecuniário de férias. Nos anos de 1996 e 1997, o dinheiro foi pago. De 1998 até 2000, houve o ganho na Justiça – em 98, foram feitos até os cálculos para o pagamento -, mas a administração Vilhena ignorou o processo. Fracalanzza pediu um novo requerimento da Adufrj-SSind neste sentido para analisar o assunto.

Problemas financeiros da UFRJ

Fracalanzza aproveitou a reunião para dar um breve panorama financeiro da instituição. E não está nada fácil, apesar das informações que o MEC apresenta. Segundo o reitor, na última reunião da Andifes, realizada em Porto Alegre, os dirigentes reclamaram do atraso dos repasses mensais para as universidades – apenas um percentual ínfimo relativo a dezembro foi distribuído. Os técnicos do ministério, no entanto, responderam que as instituições não precisam tanto assim, pois teriam R$ 100 milhões em caixa, sendo R$ 4 milhões da UFRJ. "Aqui, a gente só tem R$ 300 mil que a administração não pode nem mexer. É o dinheiro do Proap; é das Unidades. A SR-3 está com o caixa zerado", afirmou Fracalanzza.

Representação institucional na universidade

Os diretores da seção sindical expressaram ainda nesta reunião a preocupação com o entendimento da reitoria de que os órgãos colegiados são a comunidade. De acordo com Sanglard, o ex-reitor Carlos Lessa parecia defender claramente esta concepção. "Esse foi um tema que não tivemos oportunidade de debater com ele. As questões discutidas nos colegiados não retornam adequadamente para os representados e para as Unidades. E não é por má fé. Falta uma estrutura para isso", disse. Fracalanzza concordou que as notícias "não andam" na UFRJ e solicitou o auxílio dos dirigentes sindicais para divulgar o que ocorre nas instâncias colegiadas.

Eleições

Ainda nesta reunião, os diretores da SSind solicitaram ao vice-reitor uma discussão sobre o processo de sucessão na universidade. Fracalanzza mencionou que o MEC estaria interpretando que a vacância do reitor Carlos Lessa contaria a partir de sua nomeação para a presidência do BNDES, no dia 10 de janeiro. Por esta 'interpretação', as eleições teriam que acontecer ainda em março. O próprio reitor em exercício reconheceu que este processo seria inviável. Cleusa Santos lembrou as preocupações da diretoria da Seção Sindical explicitadas na 'Carta Aberta aos Professores da UFRJ', quando o Conselho Universitário concedeu a licença por 90 dias ao reitor. Para a presidente da SSind, a diretoria da entidade estava atenta a possíveis interpretações como a que estaria fazendo o ministério da Educação e reivindicou, naquele momento, a garantia de novas eleições com prazos adequados para o debate.

Entenda os 26,05%

O Plano Verão, editado em 15/01/89, "congelou" os preços e salários e também extinguiu o reajuste salarial baseado na variação da URP (unidade de referência de preços). Esta medida suprimiu o reajuste nos salários de todos os trabalhadores pela URP de fevereiro/89, promovendo a perda de 26,05%.

Em 30 de agosto de 1993, a ação do Plano Verão da Adufrj-SSind, reclamação trabalhista 841/90, obteve decisão favorável (acórdão) no Tribunal Regional do Trabalho. E esta foi a última decisão judicial de julgamento quanto ao mérito do processo na justiça do trabalho.

A seção sindical conseguiu em 1994 a extensão administrativa para todos os docentes (não só os listados no processo), inclusive os novos que ingressaram depois de 1989. Em 1996, no entanto, não se sabe exatamente por que motivo, a reitoria estabeleceu que apenas os professores que tinham ingressado na UFRJ até dezembro de 1994 e constavam na listagem do processo teriam direito ao ganho, retirando o pagamento dos demais e limitando a extensão administrativa a esta data.

Entenda os 28,86%

Em setembro de 1992, com o advento da Lei 8.460/92, houve um remanejamento estrutural na tabela de pessoal no qual os servidores públicos federais, por força desta lei, foram submetidos a enquadramento e conseqüentes alterações salariais.

Em janeiro de 1993, foi concedido um reajuste geral para os servidores públicos federais civis e militares de 100% mais um abono de CR$ 102.000,00 (em cruzeiros). Fora este reajuste geral, os servidores militares ainda receberam um percentual de 28,86% a mais do que o recebido pelos servidores civis.

A partir desta data, a Adufrj-SSind ingressou com várias ações para garantir o pagamento das diferenças entre o reajuste dado aos militares e recebido pelos demais servidores federais.

Durante todos esses anos, as entidades sindicais brigaram na justiça federal contra os argumentos dos governos de que o percentual dos 28,86% poderiam ser descontados dos valores recebidos pelos servidores civis durante o reenquadramento de 1992.

GTs

Nota do GTPE

No dia 16 de janeiro o Grupo de Trabalho Política Educacional da Adufrj-SSind reuniu-se na Escola de Serviço Social para discutir seu Plano de Trabalho.

Nesta reunião foi destacada para discussão e avaliação a participação da Adufrj-SSind no I Congresso Estadual de Educação - COED, no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e no Fórum Mundial de Educação. Também foi avaliada a necessidade de discussão, por parte do GTPE, da política de formação de professores da UFRJ.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Fracalanzza discute vagas ociosas com o CEG

Reitor em exercício expõe o problema para os conselheiros

Três mil e duzentas vagas trancadas na UFRJ e um reduzido número de cursos noturnos. Esses foram os motivos da visita do reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza, à sessão de 29/1 do Conselho de Ensino de Graduação (CEG). Na ocasião, Fracalanzza pediu apoio dos conselheiros para solucionar esses problemas, que, segundo ele, receberão a imediata cobrança do MEC, da imprensa e da sociedade.

O elevado número de vagas trancadas foi resultado de um recente levantamento da SR-1 (Sub-Reitoria de Graduação e Corpo Discente). Para o reitor em exercício, "um número inconcebível" que deve ser combatido. Fracalanzza citou o exemplo de outras universidades federais, como a de Santa Maria (RS), que promovem grandes editais de transferência para eliminar a taxa de ociosidade. Naquela instituição, o edital abre oportunidades em igual número ao de trancamentos, mas garante o direito dos alunos que quiserem "destrancar" a matrícula.

Fracalanzza deixou claro que é preciso pensar na qualidade ao tomar medidas desta natureza e sugeriu a criação de mecanismos de "proteção acadêmica", como aulas de reforço, para alunos transferidos. "Até alguns alunos provenientes do vestibular precisam disso", comentou.

Cursos noturnos

Dando como argumento o déficit brasileiro de cerca de 200 mil professores para o ensino médio e fundamental, Fracalanzza também chamou a atenção para a necessidade de ampliar o número de cursos noturnos da UFRJ, principalmente na área das licenciaturas. O reitor em exercício reconhece as dificuldades, como a falta de segurança e iluminação no Fundão, por exemplo, mas insiste na proposta. "Se tivermos um bom projeto, o MEC vai nos apoiar", observou. E pediu uma certa pressa: "Se nós esperarmos criar as condições (para implantar os cursos noturnos) e depois fazer, vamos perder o rumo da História. Claro que o projeto tem que ser muito bem consolidado, mas temos que dar uma resposta (ao MEC e à sociedade) o mais rápido possível", completou.

No último Conad do Andes-SN, realizado em Belém (PA), em novembro do ano passado, um dos itens aprovados no Plano Geral de Lutas dizia respeito justamente aos cursos noturnos. Oriundo de proposta de Assembléia da Adufrj-SSind, foi aprovado que deve ser dada prioridade aos cursos noturnos para ampliação do acesso dos estudantes às instituições públicas, condicionados à garantia de ampliação dos recursos orçamentários destinados à recomposição e expansão dos quadros efetivos de docentes e de técnico-administrativos, "bem como para infra-estrutura e equipamentos, resguardando a sua autonomia".

O vice-reitor até citou a possibilidade de utilização do ensino à distância para ampliar o número de licenciandos. Vale lembrar que a UFRJ já faz parte do consórcio do Cederj (Centro de Educação Superior à Distância), que congrega ainda a Uenf, Uerj, UFF, UFRJ, UFRRJ, UniRio e as Prefeituras Municipais para realizar suas atividades curriculares, presenciais ou à distância.

Andes-SN tem posição sobre ensino à distância

Na Carta do 21º Congresso do Andes-SN, realizado em Rio Grande, em fevereiro do ano passado, o movimento docente observou que: "A política educacional que pode ser sintetizada nos cursos seqüenciais, cursos a distância, de formação de "professores" como adestrados e adestradores, na forma da LDB, não apenas busca eliminar a construção da capacidade crítica, mas, também, produzir uma juventude na perspectiva do domínio da lógica mercantilista e da construção de um individualismo, negador do coletivo e das formas de solidariedade".

Repercussão no CEG

Com algumas concordâncias e críticas, os conselheiros deram uma primeira impressão sobre os dois problemas apontados pelo reitor em exercício. Marize Malta (representante do Centro de Letras e Artes) considerou que a universidade não tinha que se submeter ao ministério tão depressa. "Não podemos aceitar essas coisas de pronto! É preciso passar um diagnóstico claro para a sociedade (dos problemas da universidade)", afirmou.

A sub-reitora de Graduação, professora Sylvia Vargas, comentou as dificuldades enfrentadas pelos cursos noturnos do CCS. Fora isso, lembrou um outro dado que aumentaria o número de vagas da UFRJ: a aprovação de cerca de dez cursos novos. "São cursos de que todo mundo falou (no ano passado), mas que não chegaram formalmente à Divisão de Ensino da SR-1 (para tramitação). Ninguém fala mais nada disso agora e, pelo que ouço, esses cursos não demandariam novos docentes", disse.

Jorge Fernando (CCS) propôs, entre outras medidas, a formação de um conselho das universidades para rastrear os candidatos classificados para mais de uma instituição. A partir daí, seria feito um trabalho de convencimento para os estudantes não "prenderem" vagas em outras universidades.

Antônio Cláudio (CT) foi mais além: propôs uma classificação única para todos os vestibulares do Rio de Janeiro. Antes da realização dos concursos – que poderiam continuar diferenciados -, o candidato preencheria uma ficha com suas preferências. Ao passar para a primeira universidade de sua lista, seu registro seria eliminado das demais. O professor do Centro de Tecnologia citou o exemplo de cinco estudantes conhecidos dele que passaram para a UFRJ, Uerj, UFF e IME. Todos optaram pelo IME, mas apenas um abriu mão da matrícula nas outras instituições.

Novo plano de segurança para o Fundão

Fracalanzza adiantou também aos conselheiros que está buscando marcar uma audiência com a governadora do estado para reformular o plano de segurança para a área. A grande novidade anunciada é que o novo projeto não incluiria a construção de um batalhão da polícia, como chegou a ser defendido na primeira versão junto ao governo estadual anterior. Na ocasião, além dos movimentos organizados da UFRJ, o Plano de Segurança foi rejeitado pela própria cúpula da PM.

A diretoria da Adufrj-SSind espera que, desta vez, a comunidade seja ouvida antes do anúncio de qualquer projeto pela reitoria.

Bolsa auxílio para os estudantes

Na sessão do CEG de 22/1, foram aprovados a resolução e o edital para a concessão de bolsa auxílio (correspondente ao valor de uma bolsa PIBIC/CNPq, em torno dos R$ 240) aos estudantes para este ano. O número de vagas disponível é de 250, sendo 150 para os alunos calouros e 100 para os veteranos. As inscrições deverão ser realizadas no Auditório Archimedes Memória, no terceiro andar da reitoria, entre os dias 17 e 21 de março, obedecendo ao critério da letra inicial dos nomes dos interessados (mais informações podem ser conseguidas pelos telefones 2598-1718 e 2598-1724, da Divisão de Assistência ao Estudante ou na página eletrônica: www.ufrj.br). A lista dos selecionados será divulgada até o dia 28 de maio de 2003. Foi rejeitado no colegiado um parágrafo da resolução que vedava a acumulação da bolsa auxílio com a concessão de vagas para o alojamento.

Resultado do vestibular

A universidade divulgou na semana passada a lista de notas dos 47 mil inscritos no vestibular. Havia um prazo para pedidos de revisão e os candidatos classificados devem ser anunciados em 18 de fevereiro.

Recesso

O CEG entra em recesso e só volta a dar expediente em março.

Resenha

Previdência privada aumenta exclusão

A privatização da previdência no Chile, diferentemente do prometido por seus mentores, aumentou a exclusão social, segundo o especialista regional em Educação para o Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Eduardo Rodrigues Calderón: "Na verdade, baixou em 17,1% o número de coberturas pelo sistema". Ainda segundo Calderón, houve um aumeno de 50% da poupança interna, mas esses recursos foram para a especulação financeira, em detrimento de um projeto nacional de desenvolvimento. A matéria é do Monitor Mercantil (29/1).

Êxodo no funcionalismo

O temor de perder os proventos totais e outros direitos com a anunciada reforma da Previdência pode gerar um êxodo sem paralelo na história do funcionalismo. Milhares de servidores públicos, em todas as esferas (federal, estadual e municipal), que contam tempo para aposentadoria, já planejam a mudança. Estimativas realizadas por entidades de classe indicam que a "renúncia coletiva" pode alcançar efetivos de 15% a 25% de determinadas categorias, de acordo com O Estado de S. Paulo (26/1).

Particulares em ritmo acelerado

O censo do Ensino Superior do MEC, de 2001, demonstra o crescimento sem controle das instituições particulares. A Unip (Universidade Paulista) consolidou-se na liderança do ranking com 81 mil alunos. A Estácio de Sá chegou aos 60 mil estudantes e ultrapassou a USP, que tem 35 mil. Detalhe: em 1991, a USP era primeira colocada, enquanto Unip e Estácio nem apareciam na lista. A UFRJ já não é a federal com maior número de alunos; foi superada pela Universidade Federal do Pará, segundo matéria da Folha de S. Paulo (20/1).

Federais

Três grupos emergenciais de trabalho vão ser criados rapidamente pelo Ministério da Educação para diagnosticar os problemas das universidades federais. A decisão foi anunciada no dia 24/1 pelo ministro Cristovam Buarque, durante encontro que teve com 40 dos 53 reitores das IFES e com o ministro de C&T, Roberto Amaral. Um dos grupos vai tratar da infra-estrutura; outro vai verificar necessidades de criação de vagas e, ainda, como as universidades podem se engajar no Fome Zero e na erradicação do analfabetismo. Um terceiro grupo vai apresentar uma proposta de reformulação das instituições, de acordo com o Jornal do Commercio (25/1).

FME

Fome Zero, Educação Mil

Cristovam Buarque define três grandes eixos de atuação para o seu ministério

Kelvin Melo

NA ABERTURA, O SECRETÁRIO DO RS, JOSÉ FORTUNATI; CRISTOVAM BUARQUE; O PREFEITO DE PORTO ALEGRE, JOÃO VERLE; E O COORDENADOR DO FME, ELIEZER PACHECO

Na cerimônia de abertura do Fórum Mundial de Educação, na noite de 19 de janeiro, em Porto Alegre, o ministro Cristovam Buarque proferiu um discurso no qual definiu três eixos de atuação para a área: erradicação do analfabetismo; universalização da matrícula no ensino básico; e a reforma das universidades. E, referindo-se ao já famoso programa Fome Zero, o petista lançou uma ambiciosa proposta: construir uma "Educação Mil".

A fala sobre a reforma universitária ocupou a última parte do discurso do ministro petista. Cristovam destacou o estado de abandono das instituições públicas de educação superior e a "degradação" das particulares, "que preferiram crescer em número, em vez de crescer na qualidade do ensino". Citou, ainda no caso das públicas, a falta de professores, a falta de equipamentos e a falta de dinheiro. Apesar do quadro desfavorável, Cristovam afirmou que não há mais como adiar a "construção de uma nova universidade". Provocativo, comentou que os professores não podem ser tão pouco ambiciosos. Cristovam quer prêmios Nobel surgindo dessa reforma universitária e, ao mesmo tempo, a maior formação de professores para o ensino médio. Para ele, essa "nova universidade" tem que acompanhar a velocidade como o conhecimento avança no mundo e, sobretudo, tem que "ficar em sintonia com as dificuldades do povo brasileiro, dos excluídos brasileiros".

Assim como o jornal da Adufrj antecipou em sua edição de 13 de janeiro (nº 80), o ministro pretende discutir a reformulação da universidade em conjunto com a comunidade acadêmica. "Não vamos, no governo, inventar essa universidade de fora para dentro", informou. Se tudo correr bem, Cristovam observou: "A universidade pode fazer o casamento das idéias novas que o Fórum aqui cria com a novidade da política representada por Luiz Inácio Lula da Silva".

A diretoria da Adufrj-SSind considera que mudou bastante o discurso do ministro, desde o período em que foi cotado para o cargo até então. Antes da nomeação, Cristovam defendia a polêmica proposta de transferência das universidades para o Ministério de Ciência e Tecnologia, enquanto o MEC enfatizaria suas ações no ensino básico.

Analfabetismo

Sobre a erradicação do analfabetismo, Cristovam classificou como "surpreendente" que, em pleno século XXI, o problema ainda exista. "Lamentavelmente, dependendo do que a gente considera analfabetismo, entre 15 e até 50 milhões de brasileiros não estão plenamente integrados, incluídos no mundo das letras", disse, referindo-se ao analfabetismo funcional. Para eliminar os vergonhosos números, o ministro calcula que seria necessária uma quantia de R$ 1,5 bilhões por ano em programas ministeriais. Isso significaria, nas contas de Cristovam, "um, apenas um em cada mil reais da renda nacional".

Educação básica

Outro inconformismo de Cristovam é o péssimo resultado educacional dos estudantes brasileiros do ensino básico em comparação com outros países, aferido em testes internacionais. Para justificar sua indignação, o ministro listou alguns pontos que deveriam favorecer a formação dos jovens. Ele considerou o único idioma fundamental falado no Brasil inteiro – além dos idiomas indígenas bastante localizados -, a massa de universitários e professores e o PIB nacional na casa de R$ 1,2 trilhões. Para melhorar essa situação, o ministro quer todas as crianças na escola com "um programa sério de Bolsa Escola" e "na motivação, qualificação e valorização dos nossos professores". "Nós precisamos de mais professores e cada professor a mais é, certamente, um agente presidiário a menos nesse país. Nós precisamos, sim, pagar melhor nossos professores. Se os nossos professores ganhassem tanto quanto nossos juízes, os nossos juízes não teriam tanto trabalho quanto eles têm", disse, para delírio da platéia de educadores do ginásio Gigantinho.

Críticas ao ministro antecessor

Durante seu discurso, Cristovam permitiu-se fazer duas críticas ao ministério da Educação anterior. Para ele que, em todas as ocasiões possíveis, fazia questão de elogiar a gestão do ex-ministro tucano Paulo Renato, as "alfinetadas" soaram quase como um grito pelos alto-falantes do Ginásio Gigantinho. Em certo momento, o ministro petista citou as estatísticas – de tanto gosto para Paulo Renato – que falam em 97% das crianças brasileiras matriculadas nas escolas. "No Brasil de hoje, (...) esquecem que esses 97% - se é o número correto -, muitas delas (crianças) se matriculam e não continuam, já no segundo mês, a ir às aulas. E das que continuam, raríssimas chegam ao final do ensino médio; e as que chegam, quase todas, com uma péssima qualidade no seu ensino".

Em outro ponto, quando falava do processo de alfabetização, Cristovam insinuou lentidão nas políticas de governo para solucionar o problema. O novo ministro frisou que não iria "apenas competir" com os governos anteriores no número de alfabetizados. "Nós não somos um governo para continuar na velocidade que os outros vieram. Nós somos um governo para pisar no acelerador e dobrar à esquerda na história do nosso país", afirmou.

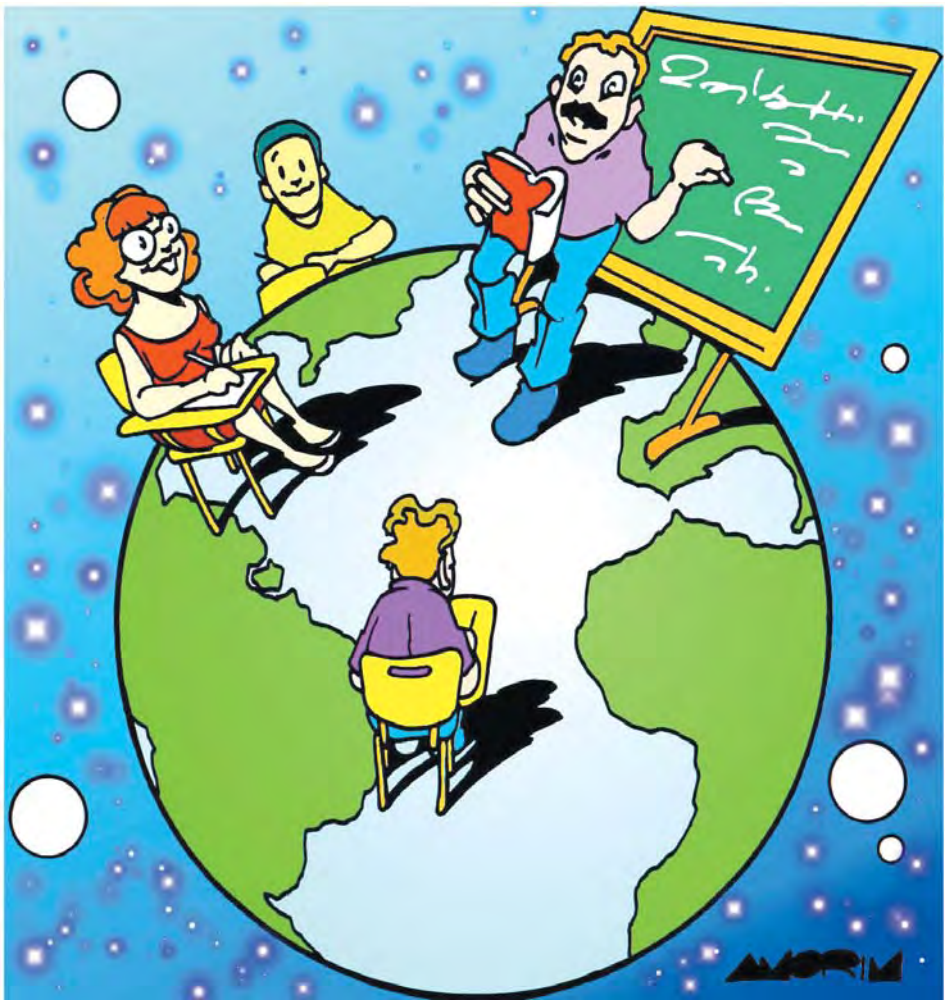
"Novo projeto civilizatório"

Esperançoso, Cristovam valorizou o papel dos fóruns que foram organizados na capital gaúcha (FME e FSM) ao longo dos últimos anos. Para ele, "o mundo inteiro busca no Brasil, em Porto Alegre, em Brasília, em cada um dos brasileiros, hoje, o sonho de que é possível construir, diferentemente das propostas vazias dos Estados Unidos e da Europa Ocidental". Ainda segundo o ministro, o fato de o país possuir "todas as tragédias da civilização" e também os recursos necessários para solucionar os problemas foi o motivador da criação dos fóruns. "Nós somos o lugar onde pode nascer um novo projeto civilizatório. Quando isso acontecer, Porto Alegre vai estar nos mapas como um dos pontos centrais nesse imenso 'eixo do bem' que se cria entre todos aqueles que tenham a boa vontade – não, é mais que isso -, tenham a capacidade de sonhar e, mais que isso, tenham a vontade política de mudar o mundo através da educação".

FME

Fórum Mundial de Educação

Declaração de Porto Alegre



PREÂMBULO

A segunda edição do Fórum Mundial de Educação, realizada em Porto Alegre (RS), Brasil, às vésperas do Fórum Social Mundial, reunindo um número de educadoras, educadores e estudantes superior a 15 mil pessoas, representando mais de 100 países, de todos os continentes, comprova a expansão e a vitalidade do movimento social que defende a educação pública, laica e gratuita de qualidade para todas as mulheres e homens do Planeta.

Um ano após a realização do primeiro Fórum Mundial de Educação, neste segundo momento de organização coletiva de nossa reflexão sobre os limites e as potencialidades, sobre os recuos e os avanços, sobre as dificuldades e as vitórias de uma educação libertadora e inclusiva, capaz de promover a cidadania ativa, intermulticultural e planetária, retomamos a análise crítica do contexto dominado pela hegemonia do projeto neoconservador e neoliberal e ratificamos nossos compromissos com os princípios, diretrizes e propostas da **Carta de Porto Alegre pela Educação Pública para Todos**, proclamada na primeira edição do Fórum Mundial de Educação e agora incorporada a esta Declaração.

Reafirmamos nosso repúdio à mercantilização da educação implementada pelos organismos internacionais e pelos acordos de livre comércio e a toda e qualquer forma de discriminação, a toda e qualquer ação unilateral de força que, neste contexto internacional de cultura da guerra e da violência, ratificando, portanto, nosso compromisso incondicional com a cultura da paz e da solidariedade, que é a ambiência adequada à construção da liberdade, da igualdade, do respeito às diferenças.

Entendemos que os princípios, as diretrizes e os rumos apontados naquele documento continuam sendo referências obrigatórias para quem quer que esteja comprometido com a luta pela universalização da educação pública, laica, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Entendemos, também, que precisamos avançar em nossos propósitos, dando conseqüência prática aos compromissos assumidos.

Como nossas proclamações anteriores têm sido construídas a partir de elaborações coletivas, o princípio da socialização do processo de tomada de decisões, cada vez mais ampliado, deve continuar sendo um parâmetro obrigatório para a formulação e implementação de políticas, planos, programas e projetos educacionais, que propomos como estratégia de avanço nesta caminhada inclusiva de todos os homens e mulheres da Terra. Portanto, o **Plano de Ação**, que enxergamos como necessário no horizonte, não pode nascer de um pequeno grupo de cientistas e pedagogos, nem, muito menos, de uma minoria de detentores do poder, mas do conjunto dos diversos segmentos sociais mobilizados e organizados.

DECLARAÇÃO

Além dos princípios e diretrizes já assumidos na Carta de Porto Alegre pela Educação Pública para Todos, proclamamos os seguintes compromissos:

I – Estabelecer, como utopia pedagógica, a **Escola Cidadã**, dever do Estado, sob controle social, construída por todos e todas, constituindo-se de um currículo intermulticultural – portanto, não indiferente às diferenças – potencializadora de vivências democráticas, com processos de avaliação emancipadora e produtora de conhecimentos que preparem todos os seres humanos para o protagonismo ativo, nos contextos específicos de seus respectivos processos civilizatórios. Fazem parte desta utopia o desenvolvimento e o apoio a todas as formas de movimentos pela **Educação Popular** – propulsora do processo de transformação política, econômica e cultural da sociedade.

II - Garantir a oferta de Educação Infantil às crianças de zero a seis anos, de modo a permitir o seu pleno desenvolvimento.

III – Universalizar a educação básica para todos os habitantes da Terra em idade escolar, para os que a ela não tiveram acesso na idade própria e para os que dela foram expulsos, assegurando sua formação para o exercício da cidadania plena.

IV – Assegurar a educação secundária para todos os concluintes da educação primária, como parte constitutiva da formação básica a que todos os cidadãos e cidadãs têm direito.

V – Fundamentar e estruturar a educação tecnológica em uma formação geral de qualidade, capaz de propiciar a participação de todos e todas no mundo do trabalho, numa perspectiva emancipatória.

VI – Garantir o direito, o acesso e a qualidade social da educação superior, nas suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, a todos e todas que a demandarem.

VII – Condenar a apropriação privada do conhecimento científico e tecnológico como mera acumulação econômica que se baseia na espoliação humana, já que seus autores o geraram graças à conjugação esforços coletivos, constituindo patrimônio da humanidade.

VIII – Ofertar educação especial, de modo a garantir, aos portadores de necessidades especiais e em situação de risco, a prioridade de atendimento.

IX – Garantir, prioritariamente, aos oprimidos, silenciados, explorados e marginalizados do mundo, o usufruto da riqueza socialmente produzida, de forma a compensar a dívida que lhes foi imposta à revelia de suas aspirações, projeções, ideais e direitos.

X – Garantir os direitos trabalhistas e sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras em educação e o exercício da liberdade de expressão em todos os níveis e modalidades de ensino.

XI – Fortalecer a luta para transformar as comunidades rurais e urbanas em espaços pedagógicos e construir a **Cidade Educadora,** reestruturando e mobilizando todos os seus recursos, em todos os seus setores e instâncias.

Assim, orientadas e orientados por essas referências epistemológicas, políticas e éticas, declaramos nosso compromisso com o esforço de mobilização e organização de todos os segmentos das sociedades a que pertencemos, no sentido de elaborar uma **Plataforma Mundial de Educação**, que contenha princípios e diretrizes, metas e objetivos, estratégias de implementação e de potencialização de recursos, cronograma e avaliação periódica, de modo a permitir políticas, planos, programas e projetos educacionais, em todos os níveis de ensino, para todos os povos da Terra.

A Plataforma deverá favorecer a mobilização, a participação social e a construção democrática de propostas elaboradas pelas diversas formas de organização da sociedade. Sua consolidação dar-se-á em patamares sucessivos e ampliados, do nível local até o nacional, sendo aprovada pelas instâncias de representação envolvidas no processo, garantindo a descentralização e universalização das decisões.

A Plataforma Mundial de Educação será formulada e proposta em Fóruns constituídos em cada um dos países que participaram das duas edições do Fórum Mundial de Educação, bem como em outros que vierem a aderir a este movimento. Sua consolidação será iniciada no III Fórum Mundial de Educação e sua finalidade é construir a educação para um outro mundo possível.

Porto Alegre, 22 de janeiro de 2003.

Opinião

Três fetiches no caminho de Lula

Carlos Cosenza*
J. Carlos de Assis**

Existe um magnífico pequeno livro de Bertrand Russel baseado em Peano, no qual se demonstra que bastam os três conceitos fundamentais de 'zero', 'número' e 'sucessor' para construir toda a matemática. Ocorre que, hoje, para reconstituir o essencial da economia neoliberal em que estamos enredados, bastam, também, três conceitos fundamentais. São eles: 'superávit primário', 'metas de inflação' e 'responsabilidade fiscal'. Neste caso, não se trata, claro, apenas de conceitos. São dogmas. E representam, por sua popularidade, três fetiches que estão no caminho do governo Lula.

O desafio que se coloca ao governo Lula, a nosso juízo, é similar àquele com o qual se confrontou Roosevelt, às vésperas do New Deal: deslocar o eixo da acumulação capitalista do setor financeiro especulativo para o setor produtivo.

A eficácia comum desses três dogmas, ou a virtualidade que faz deles autênticos fetiches, repousa menos na teoria econômica que os sustenta do que na sua lógica bem manipulada do senso comum. Em termos de teoria, não têm nada de novo. São a exumação pura e simples do liberalismo que prevaleceu nos anos 20, antes da Grande Depressão, e que o New Deal de Roosevelt e o estado do bem estar social posterior à Segunda Guerra enterraram por bem uns cincoenta anos. Sua ressurgência é uma combinação de velha ideologia, e técnicas aprimoradas de comunicação modernas.

Pretendemos examinar abaixo, sumariamente, esses três fetiches, não de um ponto de vista doutrinário abstrato, mas, dentro da perspectiva da economia funcional de Abba Lerner, em relação aos efeitos que cada ação econômica considerada provoca na economia real em termos de geração de emprego, crescimento de renda e inflação. O desafio que se coloca ao governo Lula, a nosso juízo, é similar àquele com o qual se confrontou Roosevelt, às vésperas do New Deal: deslocar o eixo da acumulação capitalista do setor financeiro especulativo para o setor produtivo. Não se fala em mudar o sistema. Fala-se em sair do marco do liberalismo e passar ao capitalismo regulado.

1.Superávit Primário

A campanha presidencial norte-americana de 1932, no auge da Grande Depressão, travou-se em torno da necessidade de manter o equilíbrio orçamentário. Isso pode parecer surpreendente, hoje, mas deve ser compreendido no contexto ideológico da época. O pensamento econômico liberal, então prevalecente, atribuía o desemprego à inflexibilidade do mercado de trabalho. Uma vez eliminadas as pressões sindicais, os salários cairiam para o que seria o nível de equilíbrio do pleno emprego: só continuariam desempregados os que, voluntariamente, não quisessem aceitar esse salário mais baixo.

A campanha presidencial brasileira de 2002 travou-se, em grande parte, em torno da questão do alto desemprego (não só Lula, mas o próprio Serra colocou o tema no primeiro item de seu programa), mas, forçados pela equipe econômica de Fernando Henrique, todos os principais candidatos presidenciais se comprometeram a manter o superávit primário de 3,75% do PIB. Este é o primeiro fetiche no caminho de Lula. É que, se mantiver o compromisso com o superávit primário, não terá como gerar os 10 milhões de empregos prometidos. Trata-se de uma impossibilidade teórica e prática.

O que um superávit primário dessa ordem provoca na economia? Para o senso comum, trata-se de uma medida de austeridade do governo, bastante elogiável porque equipara o governo a um chefe de família de bom senso que gasta menos do que ganha. Mas o senso comum não distingue a economia de uma casa da economia de um país. Numa casa, quando alguém gasta menos do que ganha, o dinheiro economizado vai para uma aplicação, que se torna automaticamente consumo ou investimento de outros. A economia, como um todo, continua a funcionar normalmente. No caso do superávit primário, não. O governo não devolve para a economia o dinheiro que ele recolhe a mais.

Devolve, sim, para os rentistas que estão aplicados em dívida pública, a taxas de agiotagem, na forma de juros (25% hoje). Parte desse dinheiro que veio do superávit primário, e que chamamos de moeda financeira, entra na economia como meio de pagamento, nas transações diárias das empresas. Uma outra parte, porém, junto com os juros globais da dívida pública, permanece aplicada e fica inativa nas contas dos agentes superavitários privados. O resultado é que a economia privada transfere mais recursos para o governo do que o governo lhe devolve, com um efeito final contracionista – ou seja, desemprego.

Tecnicamente, o orçamento primário brasileiro tem sido contracionista (superávit) e o orçamento nominal (juros), expansionista. Voltaremos a isso abaixo, quando tratarmos das metas da inflação. Aqui, cabe considerar o efeito dessa política macroeconômica sobre o emprego. Quando existe alto desemprego numa economia, é sinal de que o dispêndio total da sociedade é inferior à sua capacidade de produção potencial. Ou que a poupança financeira é maior do que a poupança efetiva (investimento). A economia privada, por si mesma, não pode gerar investimento novo, desde que não há demanda nova. Para mobilizar essa capacidade ociosa, inclusive humana, uma demanda nova tem que ser criada: 1) pelas exportações; 2) pelo dispêndio público.

Todos estamos de acordo em que as exportações devem ser estimuladas. Contudo, realisticamente, numa economia com um grau de abertura relativamente pequeno (10%), só um aumento gigantesco das exportações, pouco provável nas circunstâncias internacionais atuais, teria efeito relevante na geração de emprego. Daí o imperativo do dispêndio público, inclusive deficitário. E o governo não precisa de ter medo do déficit (como Roosevelt não teve, mandando às favas o equilíbrio orçamentário), porque, com alto desemprego, déficit não gera necessariamente inflação; gera, sim, mais circulação de riqueza.

2.Metas de Inflação

Evidentemente que nem no nível do senso comum as pessoas acreditam que, por fixar metas, o Banco Central tem a inflação sob controle. Se alguma coisa controla a inflação, essa coisa está ligada a sua influência sobre os preços. O fetiche em torno das metas da inflação reside no fato de que o Banco Central sacralizou (sem dar muitas explicações) uma teoria monetarista altamente controversa como eixo da política monetária, vendendo à opinião pública a idéia de que se trata de uma técnica neutra infalível para controlar os preços. O coração do modelo é a relação entre taxa de juros, orçamento fiscal e câmbio: se o câmbio sobe, e mantido o quadro fiscal, os juros têm que subir para contrabalançá-lo.

Responsabilidade fiscal não é não gastar, nem gastar pouco, mas gastar bem. Um país com tantas deficiências em serviços públicos básicos (educação, saúde, habitação, segurança, assistência social, etc, etc) tem que gastar muito, aplicando bem cada centavo do que arrecada, e grande parte justamente em pessoal.

Vimos isso agora, em plena campanha eleitoral: o câmbio disparou, e o Banco Central aumentou a taxa básica de 18,5% para 21%. Todos os "entendidos" aplaudiram. De fato, dentro do modelo de metas, não havia outra alternativa. Não obstante, a inflação teve um forte repique. Alguns poucos dissidentes do senso comum poderiam perguntar, muito plausivelmente: Não seria o modelo de metas que estaria equivocado? A nosso juízo, esses céticos têm razão. O modelo de metas é um fetiche. Vamos dar dias razões para isso, uma teórica, outra prática. Ambas estão ligadas à idéia central do modelo, ou seja, a de que os preços reagem à oferta monetária, e a de que o Banco Central controla a oferta monetária.

Falamos há pouco da moeda financeira. Essa moeda, embora contabilmente registrada como dívida pública, não passa, em grande parte, de meio de pagamento corrente. O Banco Central não tem nenhum controle sobre ela. Assim, quando ele aumenta a taxa de juros básica, o que faz, em lugar de restringir a oferta monetária total, é aumentar sua disponibilidade junto aos rentistas. Isso anula, inclusive em termos da teoria quantitativa usada na base do modelo, a suposta contração de moeda primária, exercida para impedir a propagação de uma alta de preço relativo – notadamente o câmbio.

Vejamos dois casos, o do petróleo e o do câmbio. O Banco Central reage ao aumento do preço do petróleo ou à desvalorização da moeda aumentando a taxa de juros. O que ele quer com isso? Evidentemente, ele não tem como impedir que subam aqueles preços nos quais o petróleo ou o dólar entram como elementos de custo. Ele quer, sim, que outros preços não acompanhem essas altas. Para isso, restringe a oferta de moeda primária e de crédito. Em outras palavras, induz uma recessão. Acontece que o grosso do movimento na economia está na área dos oligopólios e monopólios, que

simplesmente podem compensar a eventual queda da demanda de seus produtos com um aumento de preços. Não só isso: os próprios consumidores que dispõem de moeda remunerada continuarão comprando a preços crescentes. Por outro lado, a alta de juros básicos tem efeito nulo sobre demanda a crédito, como se sabe empiricamente há décadas. Daí que alguma inflação persiste, mesmo com recessão. A saída? Uma política de rendas negociada, na qual as pressões de custo sejam compensadas pelo crescimento da produção, e não recessão.

3.Responsabilidade Fiscal

Não cremos que haja alguém na sociedade brasileira contra a responsabilidade fiscal. Contudo, talvez fosse um exercício interessante apanhar, aleatoriamente, três pessoas, e pedir para escreverem, cada uma, meia página sobre o que entendem por responsabilidade fiscal. Teríamos três opiniões completamente diferentes. E possivelmente nenhuma delas corresponderia ao que a equipe do atual governo chama de responsabilidade fiscal do setor público. De fato, a famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal se reduz aos seguintes pontos: gastar menos (incluindo juros, nos estados e municípios) do que se arrecada em tributos; não recorrer a crédito; gastar no máximo 60% da receita com pessoal.

É uma lei recessiva, anti-capitalista, concentradora de renda e preconceituosa contra o serviço público. Responsabilidade fiscal não é não gastar, nem gastar pouco, mas gastar bem. Um país com tantas deficiências em serviços públicos básicos (educação, saúde, habitação, segurança, assistência social, etc, etc) tem que gastar muito, aplicando bem cada centavo do que arrecada, e grande parte justamente em pessoal. Além disso, no plano federal, o governo deveria gastar mais do que arrecada, pois só assim compensará a poupança detida sob forma de moeda financeira por agentes privados que não gastam nem em investimento, nem em consumo. Assim tem sido em toda a história do capitalismo: o governo equilibra o orçamento na expansão, e faz déficits na recessão. Chama-se política anticíclica. É a verdadeira responsabilidade fiscal. Visto pelo lado da aplicação, o superávit primário (tributos recolhidos de todos) é uma gazua de transferência de renda para poucos (os titulares da dívida pública), agravando, junto com o desemprego, a perversa distribuição de renda brasileira.

* D.Sc., professor da Coppe/UFRJ e da Escola Politécnica da UFRJ

**Economista, M.Sc. pela Coppe/UFRJ

Movimento

Coordenação do FNDEP reúne-se com ministro

Em 14 de janeiro, portanto cinco dias antes da abertura do FME (ver matéria na página 4), a coordenação executiva do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública reuniu-se com o ministro Cristovam Buarque, em Brasília.

O FNDEP, vale lembrar, é integrado por mais de 30 entidades de caráter sindical (entre elas, o Andes-SN), acadêmico-científico, estudantil e dos movimentos populares e detém o papel de legítimo articulador da política educacional brasileira pela sua atuação desde 1986.

Os representantes do FNDEP apresentaram algumas reivindicações ao ministro, como a revogação da Lei 9.192 (da escolha de dirigentes universitários), a ampliação das vagas para estudantes nas instituições de ensino superior públicas e a manutenção da autonomia universitária nos termos do art. 207 da Constituição Federal.

Além disso, a coordenação do Fórum manifestou ao ministro que espera a democratização das decisões do MEC, interlocução e diálogo permanente e agilidade nas respostas às demandas das entidades que integram o FNDEP. Foi ressaltado que o Fórum nunca foi ouvido pelo ex-ministro Paulo Renato, que só recebia seus integrantes pela pressão de greves. Já Cristovam informou que já esteve em audiências, separadamente, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), UNE, Fasubra, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Andes e Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB).

A coordenação do Fórum agendou o seminário "Reafirmando as propostas para a Educação Brasileira", neste mês de fevereiro, para o qual o ministro se comprometeu a participar. A audiência foi encerrada com Cristovam Buarque comentando as três grandes linhas de atuação que pretende desenvolver no seu ministério, e cujo conteúdo repetiu dias depois na abertura do FME.

Regional RJ do Andes-SN e GTs discutem Seguridade Social

Em reunião realizada no dia 24/1 na sede da Secretaria Regional Rio com representantes das diretorias e dos Grupos de Trabalho de Seguridade Social das seções sindicais, foi avaliado que há "a necessidade de articulação entre a Reforma da Previdência e o Trabalho, principalmente devido à forma como os professores vêm sendo contratados, notadamentes nas universidades estaduais (sem quaisquer vínculos ou direitos)".

No relatório da reunião distribuído para as seções sindicais na semana passada, foi observada a forma como a mídia vem trabalhando diariamente a "inevitabilidade da Reforma nos moldes propostos pelo governo e na culpabilização do servidor público pelo suposto déficit da Previdência". Os professores presentes à reunião ponderaram que essas idéias precisam ser desmistificadas mesmo entre os servidores.

Além disso, foi analisado que não se deve ficar no "castelo dos direitos adquiridos", mas pensar, sim, uma reforma da Previdência, "mas não dentro do que está sendo proposto. Para isso, os docentes reunidos na Regional pensaram algumas medidas, como a modificação do cálculo do benefício quando da aposentadoria, a derrubada do fator previdenciário e a necessidade de trabalhar conjuntamente a Reforma Tributária. "A contabilidade do governo mede negócios, e não a economia real. O que tem que ser questionado é o rendimento do capital", diz um trecho do relatório.

Ciclo de debates

Também foi discutido nesta reunião o início do ciclo de debates "Conversando sobre a Previdência". O primeiro foi marcado para o Hospital Gaffrée e Guinle, da Uni-Rio, nesta quarta-feira, dia 5/2 (ver chamada de capa).

Cartas

Senhora Presidente,

com relação à matéria publicada em seu jornal no dia 27 do corrente, a presidência da APESJFSS informa a V. Exa. que os professores Mauricio L.S. Molina e Waldyr Azevedo Junior, em reunião conjunta com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFJF, manifestaram suas preocupações sobre uma possível transferência para outra unidade da UFJF e, que conforme eles, à revelia de ambos. Nesta reunião a Apes e o Sintufejuf se colocaram à disposição de ambos e, de imediato, solicitaram (Apes e Sintufejuf) uma audiência conjunta com os diretores da Faculdade de Engenharia e do Instituto de Ciências Exatas, envolvidos nessa possível transferência, para ouvir seus pareceres sobre o assunto em tela. Ambos os Diretores nos garantiram que a possível transferência dos professores, como também a extinção do Departamento onde ambos estão lotados, se fará conforme os trâmites legais (Conselho de Unidade e Conselho Superior) onde terão pleno direito de intervir no processo, conforme a norma regimental. Portanto, o processo ainda não foi instalado. Hoje, dia 30 de Janeiro, a Apes, através de seu presidente, novamente se reuniu com os professores envolvidos e se colocou novamente à sua inteira disposição. A Apes e o Sintuifejuf se manifestaram às partes envolvidas seu firme propósito de que todo o processo seja transcorrido na maior transparência possível, em conformidade com o direito e que estarão atentos na defesa dos procedimentos democráticos e também, em atendimento da vontade de ambos, poderão contribuir para uma solução de consenso.

Juiz de Fora, 30.01.03.

Atenciosamente,

José Carlos Rodrigues
Presidente

FSM

Índia sediará o 4º Fórum Social Mundial

Organizadores comemoram mundialização do evento e esperam participação intensa dos asiáticos, europeus e africanos no FSM 2004

Na manhã do último dia do Fórum Social Mundial 2003 (29/1), os representantes do Comitê Internacional que organiza o evento concederam uma entrevista coletiva a um público de jornalistas que lotou o maior auditório do Centro de Convenções da PUC/RS. Os organizadores registraram a participação de mais de 100 mil pessoas entre delegados, observadores, profissionais de comunicação e ativistas de todo o mundo no evento de Porto Alegre. O Comitê Internacional foi representado, na coletiva, pelo representante das organizações e movimentos no Brasil, Cândido Grzybowski, diretor de Política e Planejamento do Ibase – Instituto Brasileiro de Análise Sócio Econômica.

Durante os seis dias, o FSM contou com a participação de 20.763 delegados, representando 5.717 organizações de 156 países. Só para se ter uma idéia do crescimento do Fórum Social, em 2001, o evento registrou a participação de 20 mil pessoas entre delegados, observadores e imprensa. Na primeira edição, participaram 121 delegações de países, num total de pouco mais de 4.000 delegados.

Cobertura inédita

A impressão de quem passava pela sala de imprensa era de que se tratava de uma cobertura de Copa do Mundo. Quatro mil e noventa e quatro jornalistas de 1.423 veículos de 51 países se credenciaram para acompanhar o FSM 2003. Mais de 2 mil eram profissionais da imprensa brasileira, de 808 veículos de informação da imprensa tradicional, comunitária e sindical, entre rádios, jornais e sistemas e canais de televisão aberta e por assinatura. A imprensa italiana foi a segunda mais numerosa, com 153 profissionais de 83 veículos daquele país. Houve destaque para a imprensa americana que enviou 97 jornalistas de 74 veículos.

O Fórum também contou com o trabalho voluntário de cerca de 650 pessoas e profissionais. Destes, 80 faziam parte da equipe da rede de tradutores solidários.

O Acampamento da Juventude que, no ano passado, abrigou 16 mil estudantes, contou com a presença e as barracas de 25 mil jovens de todas as nacionalidades, dos quais mais de 19 mil representavam cerca de 700 entidades ou coletivos de juventude ou agremiações.

Custos

Segundo o Comitê, o evento deste ano custou US$ 3,485 milhões, sem contar despesas indiretas com pessoal e hospedagem de conferencistas, que foram pagas pela Prefeitura de Porto Alegre. As informações cedidas pela organização mencionam que os 100 mil participantes movimentaram, com despesas de passagem, hospedagem e alimentação, no mínimo, US$ 20 milhões. Alguns jornais informavam uma movimentação de cerca de US$ 50 milhões durante a semana do Fórum, na cidade.

Guilherme Lessa

A MARCHA PELA PAZ E CONTRA ALCA (ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS) TOMOU CONTA DA AV. BEIRA MAR, EM PORTO ALEGRE. MILHARES ACOMPANHARAM A PASSEATA, APÓS A ÚLTIMA CONFERÊNCIA DO FSM, NO FINAL DA TARDE DO DIA 28/1. OS MAIORES PROTESTOS FORAM CONTRA OS ACORDOS COMERCIAIS, OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS (FMI E OMC) E CONTRA OS EUA PELA INVESTIDA NA GUERRA CONTRA O IRAQUE. EM 2005, O FÓRUM DEVE VOLTAR PARA PORTO ALEGRE

Organização não teme esvaziamento

Durante a coletiva, o Comitê informou a decisão tomada nos dias 21 e 22 de janeiro, às vésperas do início do FSM de que a Índia será o país sede do mega evento em 2004. A correspondente da agência internacional *Reuters* perguntou se o crescimento exponencial dos participantes do fórum poderia decair com o deslocamento do evento do Brasil para a Ásia e se não haveria um esvaziamento do fórum nos próximos anos. Cândido respondeu que os organizadores do Fórum reconhecem e valorizam muito o esforço de todos os participantes e a vitória de terem conseguido reunir mais de cem mil pessoas "que têm os mesmos ideais e anseios sobre o futuro da humanidade e a organização das sociedades no mundo". Para o representante do CI no Brasil, "não é o número que é vital na construção deste outro mundo. A questão é o processo de mundialização que nós iniciamos já em anos anteriores. E, indo à Índia, este processo vai se consolidando e ajudando a contemplarmos a diversidade cultural política deste planeta para podermos construir, de fato, um outro mundo possível. De qualquer forma, foi um êxito este Fórum que já é uma vitória no processo de mundialização", respondeu à jornalista, sendo bastante aplaudido.

Espaço para todos

Segundo o diretor do Ibase, desde a primeira edição do FSM, o espaço das entidades da sociedade civil foi preservado "para que estas pudessem exercer seu papel cidadão do ponto de vista das suas próprias reflexões". Cândido destacou como uma das principais novidades do terceiro fórum mundial, as mesas de debates e controvérsias, que reuniram, nas manhãs dos dias 24, 25 e 26, representantes de partidos, de governo e de agências internacionais, como as Nações Unidas, para debater com representantes das organizações e movimentos que compõem o Fórum alternativas concretas para que as diversas nações possam implementar políticas de desenvolvimento social e humano, de forma soberana e solidária, na perspectiva de um mundo baseado nas necessidades do homem e tendo a natureza e os bens produzidos como patrimônio comum da humanidade e não como artigos comercializáveis (estas mesas e outras conferências principais serão divulgadas através de matérias e artigos nas próximas edições do Jornal da Adufrj-SSind).

Maior integração entre os diversos movimentos sociais

Além da acentuação da internacionalização do movimento por uma nova ordem econômica e social no mundo, o FSM, que nas suas primeiras edições foi predominantemente integrado por organizações não governamentais, abriu-se, nesta terceira edição, às entidades sindicais, movimentos de trabalhadores do campo, como a Via Campesina e o brasileiro MST. Outra pergunta feita por outro jornalista da imprensa estrangeira foi sobre a possibilidade de o movimento político criado com o Fórum gerar um pensamento único de esquerda, refletindo a preocupação de setores da imprensa tradicional com a revitalização de pensamentos progressistas a partir do Fórum Social.

A resposta de Cândido foi: "a coisa que mais repudiamos é qualquer forma de pensamento único pelo seu caráter autoritário, impositivo e negador da própria diversidade humana. Temos o compromisso de combater o pensamento único. Agora, sabemos que a nossa cultura política foi forjada, especialmente na esquerda, de um determinado modo de pensar que não aceitava a diversidade", afirmou o representante do Comitê. Os organizadores do Fórum disseram, ainda, que estão tentando aprender a conviver com a diversidade de movimentos sociais e políticos que se juntaram ao Fórum Social. Cândido citou situações que aconteceram na montagem do evento, "em que uma rede tentava dialogar com si mesma ou uma tendência só queria negociar com ela própria, mas todos estamos descobrindo que o que nos fortalece é exatamente a diversidade."

O diretor do Ibase deu exemplos da participação de entidades ligadas à Igreja, "que no ano passado estiveram se reunindo em um lugar que quase ninguém sabia onde era, e este ano estiveram dentro do fórum". Outro exemplo citado foi o II Fórum Sindical Mundial que, em janeiro de 2002, só reuniu sindicalistas e aconteceu 'fora' da programação oficial. Este ano, o Fórum Sindical se incorporou ao evento de Porto Alegre e os sindicalistas participaram da consolidação das propostas finais do Fórum Social. "A Via Campesina (movimento internacional de trabalhadores rurais ligados, no Brasil, ao MST) realizou eventos, em 2002, paralelos à programação oficial. Eles mesmos (os trabalhadores do campo) reconheceram que precisavam de mais diálogo e também se integraram ao Fórum. São exemplos concretos que mostram que podemos dialogar, é difícil, mas podemos enfrentar este desafio", finalizou Cândido.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 83 • 10 de fevereiro de 2003

Reunião do Conselho de Representantes
11/2 - terça-feira
15:00 horas
Sede da Adufrj-SSind
Centro de Tecnologia
Bloco D - Sala 200
Pauta: mesma da AG
As reuniões do Conselho são abertas a todos os sindicalizados.
Participe!

Reunião da Adufrj-SSind para discutir o Caderno de Textos do 22º Congresso do Andes-SN
12/2 - quarta-feira
Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200).
A reunião ocorrerá às 14h e é aberta a todos os sindicalizados.

Observação:
Foi cancelada a primeira reunião da Adufrj-SSind para a discussão do Caderno de Textos do 22º Congresso Nacional do Andes-SN, marcada para o dia 5/2, porque o Caderno de Textos não ficou pronto a tempo de ser distribuído. O material chegou às seções sindicais em 7/2.

Assembléia Geral
13/2 - quinta-feira
13:30 horas
Sala G-119 (Coppe)

Pauta:
1) Reunião do Setor das IFES
2) Plenária Nacional dos SPF
- *Campanha Salarial;*
- *Reforma da Previdência;*
- *Campanha contra a ALCA;*
- *Auditoria da dívida externa/OMC.*
3) Eleição para reitor/COPPE
4) Ações Judiciais

80 anos de EEAN

A diretoria da Adufrj-SSind foi convidada a comparecer à comemoração dos 80 anos de existência da Escola de Enfermagem Anna Nery, que ocorrerá nesta quarta-feira (19/2), no Fórum de Ciência e Cultura, às 9h30. Haverá uma missa solene, seguida de uma sessão de abertura, um número musical e um coquetel. O Fórum fica na av. Pasteur, 250, no Palácio Universitário, *campus* da Praia Vermelha.

A seção sindical aproveita a oportunidade para antecipar os parabéns a todo o corpo docente, discente e de funcionários técnico-administrativos que ajudam e ajudaram a construir a história dessa importante Unidade da UFRJ.

Guilherme Lessa

PEDRO SIMÕES, REGINA BARBOSA, JOSÉ SIMÕES, ROBERTO LEHER E CHICO ALENCAR

Oficina debate a formação universitária

Docentes têm papel fundamental na formação dos jovens universitários

Durante a realização do III Fórum Social Mundial, no final de janeiro, em Porto Alegre, a Seção Sindical organizou duas oficinas, que ocorreram, simultaneamente, na tarde do dia 25. Apesar das dificuldades próprias de organização de oficinas em um megaevento como o FSM, uma das atividade programadas pela seção sindical atraiu mais de 30 participantes. Vale ressaltar que foram promovidas mais de 1.200 oficinas, o que daria, em média, 17 delegados inscritos no evento (20.773, no total) para cada atividade cadastrada. A maioria dos que compareceram ao debate promovido pela seção sindical era formada por estudantes universitários e professores das instituições públicas. A oficina *Políticas educacionais: análise do discurso do MEC para a formação de professores* foi organizada pela professora da Faculdade de Educação Raquel Goulart e será reportada nas próximas edições deste jornal.

Após participar das duas edições anteriores do FSM, os professores Regina Barbosa, do Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva, e José Simões, do Instituto de Física, decidiram propor a oficina *Valores e princípios na formação dos jovens: qual o papel dos professores universitários.* A idéia foi abrir um diálogo com os participantes do Fórum sobre formas de aproximar o movimento docente de grupos que vêm realizando debates sobre temas que dizem respeito à comunidade universitária. O tema central da oficina foi a relação professor-aluno na perspectiva de estabelecer princípios éticos e valores comprometidos com a construção de uma outra sociedade possível, no dia-a-dia das salas de aula, laboratórios e atividades acadêmicas.

Um dos convidados a apresentar propostas foi o estudante do Instituto de Economia da UFRJ, Pedro Martins Simões. Pedro é filho de Regina e do professor e ex-diretor da Adufrj-SSind José Simões. Como universitário e integrante de uma família de 'militantes' do movimento docente, o estudante apresentou uma visão de quem não faz exatamente parte dos núcleos mais próximos do movimento estudantil, mas também se preocupa em participar de ações que visem mudar a lógica do individualismo e do ceticismo que, segundo ele, estaria rondando as salas de aula das instituições universitárias.

Com um discurso pouco familiar para os que participam diretamente dos movimentos universitários, Pedro Simões contou aos presentes a experiência de participar de um grupo "não religioso" de cerca de 40 jovens que se reúnem uma vez por mês para debater temas sobre drogas, intolerância, indiferença, entre outros mais ligados à subjetividade do exercício que é ser 'jovem' em um sistema cujos valores são predominantemente os da competitividade e da individualidade. "Vivemos uma crise de valores, somos vistos (seu grupo) como conservadores ou ligados à religião. Nossa sociedade é extremamente fechada, as pessoas não se relacionam, não se abrem e cada um vive em seu 'mundinho', isolado. Neste contexto, a família e a escola estão perdidos, sem saber como preparar os jovens para este mundo", reclamou Pedro, para quem caberia aos docentes um papel de 'mestres', com consciência da influência que podem exercer na identidade cultural e na formação ética da juventude. De acordo com Pedro, os professores universitários, em sua maioria, "adotam um postura de

Continua na página 5

Cartas

Algumas considerações sobre a questão previdenciária

O início do novo governo recolocou em pauta a questão previdenciária brasileira começando pela proposição do novo Ministro da Previdência de uma unificação da Previdência para funcionários públicos e e do setor privado. Em grande parte a mídia, e de certa forma o novo governo, penalizam o funcionalismo público classificando-o como o grande responsável pelo déficit previdenciário. Entretanto é necessário que se esclareçam alguns aspectos.

Em primeiro lugar tomemos como exemplo dois funcionários, um do setor público e outro setor privado, ganhando o mesmo salário, digamos 30 salários mínimos. Enquanto o funcionário do setor privado contribui mensalmente para a previdência oficial com 8% do valor de 10 salários mínimos, isto é, com 0,8 salários mínimos, o funcionáriodo setor público contribui mensalmente para a mesma previdência oficial com 11% do seu salário, 30 salários mínimos, isto é, contribui com 3,3 salários mínimos. Equivalentemente, o valor da contribuição do funcionário do setor público é 4,12 vezes o valor da contribuição do funcionário setor privado. O funcionário do setor privado terá direito com a sua contribuição a cerca de 7,5 salários mínimos de aposentadoria oficial , ou seja 9,37 vezes o valor da sua contribuição mensal. Multiplicando 9,37 por 3,3, pela mesma regra, o funcionário público teria direito a uma aposentadoria no valor de 30,9 salários mínimos. Onde está a injustiça da aposentadoria integral? Foi mencionado, em artigos de opinião no Jornal do Brasil, o problema do valor da contribuição ser muitas vezes crescente ao longo da carreira, uma vez que o funcionário ao se aproximar do fim do seu tempo de serviço atinge postos mais importantes com melhores salários. Isto certamente não se aplica à categoria dos professores universitários das Universidades Federais. Os concursos para professores, sobretudo no Sul e Sudeste, têm sido desde a década de 90 preponderantemente para Professores Adjuntos, ou seja, pessoas que tenham doutorado. Entra-se na carreira como Adjunto I e progride-se bianualmente até Adjunto IV, por mérito, cada progressão corresponde a um incremento de cerca de 5% do salário. Assim, trabalhando 35 anos, 29 anos da carreira do professor será essencialmente como o mesmo salário (o qual só reajustado mediante prolongadas greves). As vagas para professor titular são evidemente em número restrito, e apenas uma conjugação de dispnibilidade de vaga e mérito levará um professor a ser titular. Portanto, o valor da contribuição previdenciária do professor universitário ao longo da carreira é basicamente estável, o que elimina o argumento levantado acima.

A ação do governo, qualquer governo, ao propor reformas previdenciárias sempre gera no quadro de pessoas que têm de 30 a 35 anos de contribuição uma corrida a aposentadorias, tanto públicas quanto privadas. Isto ocorre pelo menos desde de o governo Collor. O que isto acarreta para a Previdência oficial? Evidentemente, o número de passivos vai cada vez mais superar o número de ativos, agravando-se o fato que no caso público a reposição de funcionários, e a conseqüente recuperação de sua contribuição, só se faz mediante concurso, que tem sempre trâmites burocráticos nem sempre agéis. Além disto, o governo, devido ao déficit orçamentário, freqüentemente afirma não poder realizar os concursos, que contribuiriam, por gerar recolhimento previdenciário dos novos funcionários, para diminuir o déficit da previdência, o grande vilão.

A matéria de capa da revista Veja da semana começada no dia 19/1/03 traz números incompatíveis com a realidade. Ao invés de uma pesquisa profunda sobre os valores de salários efetivos e sua correspondente contribuição para a previdência oficial, a revista pinça exemplos particulares, que devem sem dúvida ser condenados, onde de fato ocorrem privilégios, como em poucos casos de aposentados da Universidade Federal do Ceará (como mostrado na revista). Isto absolutamente não é a regra, como também não é o caso do exemplo referente aos militares, . Existe um corpo significativo de funcionários cuja aplicação da regra geral rígida realmente é injusta e isto deve ser evitado.

Espero sinceramente que o PT, que emergiu nos anos 80 como um partido da esquerda democrática, em contraponto aos partidos comunistas, no qual a opinião da base era efetivamente considerada, não se torne, na sua primeira experiência de poder federal, em um partido que perdendo o referencial da diferença torne-se autoritário na condução do Estado. Por isto um amplo debate sobre a questão previdenciária respeitando sobretudo à representação parlamentar, que deve refletir a opinião da nação, é absolutamente imprecindível. Toda a discussão deve ser canalizada para o Congresso Nacional, pois é lá que que se exprime a cidadania emergindo do sufrágio universal. Preocupa ao eleitor, sobretudo após 8 anos em que a institucionalização do processo democrático foi tão significativa, que o que hoje começa como um censura ao direito de opinião de uma combativa Senadora da República, termine amanhã ou depois em um arquipélago Gulag, como na finada União Soviética.

Rio de Janeiro, 19/1/03.

Prof. Amílcar Pacheco
Departamento de Matemática Pura
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(Universidade do Brasil).

Prezados colegas,

Esta carta já foi enviada há días para O Globo e para o Jornal do Brasil. Como a mídia está fazendo a política de execrar o funcionalismo público, dando continuidade à política do governo FHC, agora também uma prática do constante do governo Lula, não foi publicada até hoje (e com certeza, não o será). Tal vez, vocês tenham a oportunidade de divulgá-la. Um abraço companheiro de Juan López Gondar (Prof. Adjunto do Instituto de Matemática da UFRJ)

O ministro Palocci afirmou no Forum Social Mundial de Porto Alegre que, para que um funcionário público pudesse aspirar a receber aposentadoria integral, sem onerar os cofres da União, ele teria de contribuir para a Previdência com não menos de 60% do seu salário bruto. Vamos às contas. Consideremos, como exemplo, um funcionário que ganhe R$5.000 brutos e que desconte para a Previdência absurdos 60% desse valor. Após 35 anos de contribuição, com juros compostos atrelados à caderneta de poupança (e não aos escandalosos juros que o governo paga ao sistema financeiro), na estimativa de um modesto rendimento de 0,5% ao mês, esse funcionário teria acumulados nada menos do que R$4.298.501,60 (a fórmula para este cálculo aparece em qualquer livro básico de matemática financeira). Assim, se esse montante fosse repassado para o trabalhador e aplicado novamente na poupança, ele receberia de juros, por mês e de por vida, R$21.492,50; ou seja, mais de quatro vezes o salário bruto que recebia na ativa. Isso, sem contar com que, não mexendo no saldo original, esses mais de quatro milhões de reais depois passariam integralmente para seus herdeiros. Brincar com os números, acertando e errando nas contas, pode até ser um exercício pedagógico adequado nos primeiros estágios do conhecimento mas, para um Ministro da Fazenda, realmente, pega muito mal, pois reflete extrema ignorância ou profunda má fé.

Juan López Gondar
Professor Adjunto do Instituto de Matemática

Agenda Sindical

11/2 - Plenária Estadual da Campanha contra a ALCA
Sindicato dos Engenheiros, às 18h

11/2 - Conselho de Representantes da Adufrj-SSind (ver chamada de capa)

12/2 – Reunião da Adufrj-SSind para discutir o Caderno de Textos do 22º Congresso do Andes-SN
(ver chamada de capa)

13/2 - Reunião do GTPE da Adufrj-SSind (ver chamada na página 3)

13/2 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind (ver chamada de capa)

15/2 – Dia Internacional de Luta contra a Guerra de Bush
Manifestações ocorrerão no mundo inteiro contra a guerra no Iraque
A concentração, no Rio de Janeiro, será às 15h, em frente ao *Hotel Meridien, no Leme*.

17/2 – Reunião do Setor das IFES
Brasília (DF) – sede do Andes-SN, às 13h30
Pauta: Informes das seções sindicais; Encaminhamentos do II Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria; Campanha Salarial (calendário e reformas); Campanha contra a Alca; Auditoria da dívida externa/OMC.

18/2 – Plenária Nacional dos SPF

18 a 21/2 – Seminário de Trabalho: Reafirmando propostas para a educação *brasileira*
Brasília (DF) - Auditório Dois Candangos da UnB
Trata-se de evento organizado pelo Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública

19/2 – Lançamento da Campanha Salarial 2003
- Ato no Congresso Nacional e caminhada para protocolar pauta

19/2 – Conselho de Representantes
Sede da Adufrj-SSind (CT, Bloco D, sala 200), às 17h30

20/2 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Sala G-122 (Coppe), às 13h30

8 a 13/3 - 22º Congresso Nacional do Andes-SN
Teresina (PI)
O Congresso terá como tema a Tr*ansformação Social e Política de Educação, Ciência e Tecnologia*

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

FME

Cidades integram processo educacional

Conferencista relata experiências de Barcelona para enfrentar os problemas educacionais

A escola possui um caráter capitalista, além de ser racista e sexista. Com essas observações, a doutora em Filosofia pela Universidade de Barcelona, professora Marina Subirats, chamou a atenção da platéia na segunda grande conferência do Fórum Mundial de Educação, realizado em Porto Alegre, entre os dias 19 e 22 de janeiro.

O ensino é capitalista, segundo a doutora, porque aprofunda as diferenças entre os alunos: "A escola é um campo de batalha onde se aponta quem vai disputar os títulos, ou seja, quem serão os dominantes", afirmou. Sexista porque ainda segue os padrões ditados pela cultura masculina; e racista porque não absorve as diversidades e produz a discriminação.

Para combater as mazelas que dominam o ensino, Marina citou o exemplo dado por Paulo Freire que reivindicava a democratização da escola. E, neste momento, Marina não conseguiu segurar a expressão mais utilizada nos fóruns mundiais, com mudança apenas do núcleo da oração : "Uma outra escola é possível".

O tema proposto para a conferência era "A Cidade e a Educação", e a professora citou duas iniciativas que vêm sendo organizadas em Barcelona, sua cidade de origem, onde ela é a presidente da Comissão de Educação e Cultura e, também, a presidente do Instituto Municipal de Educação: a Agenda 21 Escolar e a experiência das Cidades Educadoras.

Para explicar a Agenda 21 Escolar, vale lembrar o que foi a construção da Agenda 21 firmada na ECO-92 do Rio de Janeiro. Na ocasião, o objetivo do documento para o qual contribuíram 179 países era promover o desenvolvimento sustentável, com justiça social, preocupação com o meio ambiente e eficiência. Naquele mesmo ano, de acordo com a conferencista, a cidade de Barcelona instituiu a Agenda 21 Escolar, na qual o ensino local ficaria comprometido com o estabelecimento destas metas planetárias.

Todos os centros escolares, desde a Educação Infantil até o ensino médio, participam do programa, que convida ao esforço cívico para rever planejamentos e práticas educativas tendo como meta algumas ações de melhoria dos problemas sociais e ambientais em escala municipal. A escola torna-se um lugar onde se imagina estratégias para viver de acordo com os princípios de sustentabililidade da Agenda 21 global.

Cidades Educadoras

Já o grupo das Cidades Educadoras foi fundado em 1990 em um Congresso Internacional realizado em Barcelona. Entre os princípios desta iniciativa, pode-se destacar: evitar a exclusão educacional por motivos de raça, sexo, cultura, idade, condição econômica e outras formas de discriminação. As Cidades Educadoras defendem a preservação da identidade cultural de cada núcleo urbano envolvido, facultam a todos os habitantes da cidade o direito de refletir e participar de programas educativos e devem ajudar na formação dos pais para estimular os filhos a crescer de forma integrada ao patrimônio da cidade. No Brasil, as cidades de Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Caxias do Sul (RS) e Cuiabá (MT), entre outras, fazem parte do grupo das Cidades Educadoras.

A partir destas experiências, as crianças foram estimuladas, por exemplo, a conhecer o ciclo da água, da energia (para evitar desperdícios), a cuidar das árvores e das plantas. E, não menos importante, criou-se um programa de visitação de museus e outros espaços públicos da cidade. Para Marina, esse tipo de atividade ganha um significado especial para as crianças pobres, muitas vezes restritas a um espaço reduzido e hostil. "A escola ensina que o patrimônio urbano é comum, de todos", comentou. Ao mesmo tempo em que mostra às crianças os seus direitos, o programa também constrói responsabilidade nelas sobre esses mesmos espaços.

Críticas às políticas educacionais usuais

Marina comentou a incoerência da Educação nos dias atuais. "Temos mais ciência e professores do que nunca. Por outro lado, temos a crise dos sistemas educativos", disse. Isso ocorre, segundo ela, em função da própria dificuldade de manter a escola. "Cheia de contradições e paradoxos, é a única parte do sistema social que, de maneira organizada, tenta transmitir uma ética", disse. Acrescentou ainda que a família não tem mais tempo para a tarefa e os meios de comunicação, "pelo contrário, transmitem antivalores e frivolidades".

Mais FME nas próximas edições

O Jornal da Adufrj-SSind continuará a publicar matérias sobre as demais conferências e palestras do Fórum Mundial de Educação. Vale destacar que o Grupo de Trabalho Política Educacional da Adufrj-SSind volta a se reunir no próximo dia 13 para debater, entre outros pontos, a avaliação do FME (ver chamada ao lado).

Pierre Bourdieu é homenageado no FME

Ainda no dia da abertura do Fórum Mundial de Educação (19/1), a organização do evento prestou uma homenagem ao sociólogo francês Pierre Bourdieu, falecido em 23 de janeiro de 2002, vítima de câncer, aos 71 anos. Nos telões do ginásio Gigantinho, passou-se um vídeo com trechos de uma entrevista feita com o pensador na qual se destacam as críticas ao neoliberalismo.

Além disso, o professor Bernard Charlot, que pesquisa Sociologia da Educação na Universidade de Paris VIII foi chamado ao palco para dar um depoimento sobre a vida e a obra de Bourdieu.

Para Charlot, o homenageado daquela noite sempre "foi um companheiro de lutas". Conhecido sociólogo de grande influência no pensamento contemporâneo, Bourdieu também sempre estava "do lado dos mais fracos". E por isso mesmo apostava na Educação, segundo Charlot.

"Não vou convidá-los aqui para um minuto de silêncio como se faz normalmente nestes momentos, mas, sim, a falar e trocar idéias nesses três dias (de FME)", afirmou Bernard Charlot, ao final, para os aplausos da platéia.

Kelvin Melo

DIVERSOS ESTANDES PARA DIVULGAÇÃO DE MATERIAL DAS ENTIDADES FORAM MONTADOS PRÓXIMOS AOS LOCAIS DE PALESTRAS E CONFERÊNCIAS DO FME. O QUE CHAMOU MAIS A ATENÇÃO FOI O DA ORGANIZAÇÃO DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES COM SUA IMENSA FAIXA BORDADA.

Reunião do GTPE

13/2 quinta-feira 9:30 horas

Escola de Serviço Social

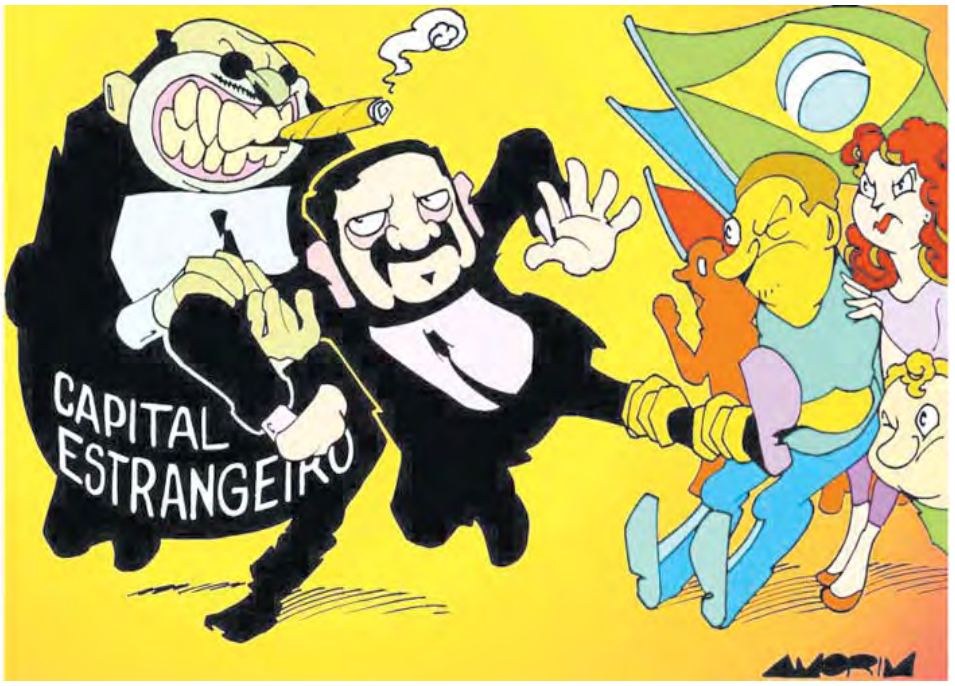
pauta:

1. Avaliação do FME;
2. Periodização na UFRJ; 3. II COED;
4. Formação de Professores na UFRJ

FSM

A esperança deve vencer o medo dentro do governo

Durante o III Fórum Social Mundial, organização de servidores promove debate sobre o sistema público e as relações com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva



O ministro do Planejamento, Antônio Palocci, nega, mas o Anexo de Metas Fiscais, aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2003, deixa bem claro que o governo, para cumprir as metas de reduzir a relação da dívida total do país com o Produto Interno Bruto (estimado em R$ 1,422 trilhão) para patamares inferiores a 50% em 2005, deverá, além de prever um superávit primário de 3,75% - o que já foi anunciado pelo ministro no começo de janeiro -, se desdobrar em novos ajustes e pacotes econômicos para continuar enviando as remessas de juros da dívida pública para os organismos credores internacionais. Hoje, a relação da dívida-PIB está em torno de 57,5%. No entendimento dos que defendem a continuidade da política econômica da administração de Fernando Henrique, o governo deve seguir aumentando a taxa de juros internos – como foi elevada em janeiro, de 25% para 25,5% - e projetando superávits primários ainda superiores, entre 4% e 5%, como sugerem os analistas americanos. Um deles é o economista do Instituto Para a Economia Internacional Ted Truman, "experiente tecnocrata econômico do governo americano', como descreve o jornal Estado de S. Paulo, em 12 de janeiro último. O referido 'Anexo' pode ser encontrado no endereço www3.senado.gov.br/orcamento.

Na oficina realizada pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais durante o III Fórum Social Mundial, dia 23/1, em Porto Alegre, os participantes da mesa adiantaram para a platéia de servidores as críticas que o governo sofreu, na última semana, de setores de sua base. Para um dos convidados da CNESF, o sociólogo Emir Sader, enquanto o governo for chantageado pelos agentes financeiros que especulam com as altas de juros no país "não haverá afirmação das políticas sociais" no Brasil. "A situação não muda de um dia para o outro, mas é possível produzirmos condições diferentes. A esperança não pode ser apenas a de combater a fome, mas de universalizar direitos, de democratizar o Estado, a cidadania, de socializar as decisões fundamentais", refletiu o professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. "Infelizmente, ainda há o medo na política econômica, a política financeira de continuidade é uma política financeira de medo", denunciou.

No evento, Emir Sader destacou o caráter estratégico do serviço público como política governamental de resgate do crescimento social, econômico e político do país. Para ele, a grande herança dos governos anteriores foi a falácia plantada pela ideologia neoliberal de que existe uma separação entre o público e o privado. "É fundamental que o novo governo, em consonância com os movimentos sociais, redefina o privado como espaço da afirmação da liberdade da cidadania, articulado com o público". Isso significaria nada mais do que uma guinada nos rumos que o governo Lula apresentou neste início de mandato. "O déficit provocado pelo pagamento dos juros da dívidas é uma criminalização dos trabalhadores que são descontados em folha religiosamente a Previdência Social. Mas, além disso, é a absolvição do capital especulativo internacional, que atua na bolsa de valores e não paga impostos", disparou, indignado com a continuidade da política econômica preliminarmente adotada pelo ministro Palocci, neste início de governo.

Para o professor, as reformas estruturais no país deveriam começar com a reforma tributária e não com a reforma do sistema previdenciário. "Nós precisamos saber com que dinheiro contamos, quem paga imposto, para quem vão esses recursos e qual é reforma tributária socialmente justa no Brasil. Colocar a questão tributária como uma questão pública. O mundo do trabalho é descontado em folha e o grosso desse dinheiro é destinado para pagar juros da dívida", criticou. Segundo Emir, ao adotar uma postura continuísta, o governo em vez de diminuir a desigualdade, "ele a multiplica".

Orçamento de 2004 deve apontar para crescimento de fato

Para o sociólogo, o teste de fogo do governo Lula será a entrega da peça orçamentária de 2004. 'Aí não dá pra dizer que é herança do governo anterior. Aí é o nosso orçamento, não vai dar mais pra ser 'lulinha paz e amor'", afirmou, dizendo que, dado o comprometimento do Estado brasileiro com o pagamento da dívida pública, não vai haver crescimento econômico suficiente para continuar pagando a dívida e começar a fazer a tão prometida política social. Para o professor, é a taxa de juros alta que chama o dinheiro externo e interno para a especulação e impede o crescimento e os investimentos no setor produtivo, com a conseqüente geração de empregos. "No Japão, a taxa de juros é zero e a dos EUA é 0,25%. A hegemonia do capital financeiro que não financia a produção e nem a pesquisa tem que ser destruída. Devemos aproveitar a lua-de- mel, mas a próxima peça orçamentária será fundamental".

Defesa do serviço público e críticas à Reforma da Previdência

Outro palestrante da oficina da CNESF no FSM, o professor da UFRJ e ex-presidente do Andes-SN Roberto Leher destacou a importância do debate estratégico sobre um projeto histórico para o serviço público. Para Roberto, é necessário afirmar que a própria existência de um fundo público (verbas públicas definidas no orçamento da União) põe por terra as teses dos liberais mais tradicionais de que o mercado pode se auto-regular. "A tese do mercado como auto-regulador capaz de atingir um ponto de equilíbrio, onde todas as questões sociais pudessem ser resolvidas na esfera do mercado, historicamente, se mostra falsa com a criação de um fundo público". Roberto chamou a atenção para o cenário político internacional e a possibilidade de liquidação do patrimônio público e dos serviços públicos com a abertura do livre comércio entre as Américas do Norte e do Sul, a partir do acordo multilateral da Alca. Roberto alertou ainda para o *status* de mercadoria que terão a Educação e a Saúde, caso o governo brasileiro aceite as orientações e a regulação da Organização Mundial do Comércio para as negociações com os demais países, especialmente com os Estados Unidos.

Roberto fez coro com Emir Sader na avaliação da conjuntura econômica neste início de governo. O ex-presidente do Sindicato Nacional dos docentes criticou as políticas compensatorias contra a fome e contra a violência que, segundo ele, seriam orientadas pela lógica da governabilidade da ordem atual (dos governos neoliberais). "Devemos repensar a disputa do conceito de público. Políticas públicas podem estar sendo feitas em nome do interesse do capital", alertou. Citando Perry Anderson, Leher destacou que, com a eleição de Lula, a correlação de forças mudou para melhor do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores. "Mas ela não se definiu, historicamente, ainda. Estamos abrindo um novo capítulo de embates. "O discurso que orienta as discussões sobre as políticas públicas ainda é o neoliberal, o discurso de gestão de administração. Os direitos sociais do trabalho continuam sendo discutidos no escopo do custo Brasil, a idéia de que temos que melhorar a nossa competitividade reduzindo gastos públicos ainda é muito forte na sociedade e no governo Lula", ponderou.

Professor lembra ajuste de 1998

Roberto lembrou o ajuste fiscal de 1998, quando o governo Fernando Henrique recebeu das agências financeiras internacionais 40 bilhões de dólares para 'salvar' o país dos efeitos da crise asiática do ano anterior. "Naquele momento, a contrapartida do governo FHC era acelerar a reforma administrativa e da previdência", rememorou. Segundo Roberto, o acordo com o FMI estabelecido em 98 ainda está em plena vigência. "O acordo de 2002 (que aponta as metas orçamentárias para 2003) apenas coloca novas metas para o superávit primário, mas o acordo segue o mesmo. Afirmar que vamos ter um superávit de 3,75% do PIB significa tirar de R$ 270 bilhões custeio e investimento dos setores sociais. Significa retirar do que sobrou para manter a máquina pública 3,75% do PIB, ou algo em torno de R$ 55 bilhões ", disse Roberto, ressaltando, ainda, que há uma perda estimada na peça orçamentaria de 2003 de R$ 15 bilhões. "Então vamos ter R$ 70 bilhões a menos em um Estado que já está no osso. Falar em políticas públicas com este superávit é obviamente um contra-senso".

FSM

Cadê os 4% para o funcionalismo?

Roberto criticou o sumiço do reajuste de 4% previsto para os servidores públicos federais no ano passado. Para quem esteve à frente de uma entidade nacional de servidores durante dois anos de governo FHC, o quadro que se delineia neste início de governo Lula é, no mínimo, "preocupante". A Secretária do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Helena Kerr, esteve presente e falou sobre sua experiência de dois anos à frente da secretaria de administração e gestão pública da prefeitura petista de São Paulo. A representante do governo Lula ouviu as críticas à política econômica e pediu um pouco de paciência para os servidores. "Em 24 dias de governo Lula, acho que a gente devia ter um pouquinho mais de tranqüilidade para pensar o tempo que é possível para a gente alcançar isso (a universalização do serviço público com qualidade), porque os problemas são geológicos, eles tem eras'.

Para a secretária do MPOG, os movimentos devem sair do discurso genérico de mudança e entrar na discussão dos problemas concretos. "Há os que resistem de dentro da máquina às mudanças. Não basta defender os servidores como um todo". Para Helena, governo e sindicatos deveriam criar um fórum democrático para discutir as questões do serviço público e também as reformas da Previdência e administrativa. "Não devemos depender de um fórum anual (se referindo ao FSM) ou dos fóruns das confederações (de trabalhadores) para discutir o sistema", disse propondo a criação de "um outro espaço de negociação". Helena disse que administrações do PT têm trabalhado em estratégias inovadoras que visam a alterar o "modelo de gestão de pessoas, melhorar a qualificação e criar espaço de negociação e de informatização. Informação pública cria, de fato, um governo democrático", concluiu.

Opções devem ser debatidas

"Que tamanho de vespeiro é esse e qual a base do *iceberg* que não estamos vendo?", refletiu Helena, mencionando a crise sistêmica do Estado brasileiro, que, segundo ressaltado por todos os presentes, foi consolidado sobre bases patrimonialistas e de interesses de pequenos grupos dominantes da sociedade. "Enquanto discutirmos em pedacinhos o serviço público, a gente não desmonta este *iceberg* (o sistema público fisiológico e a serviço de interesses privados), e continuamos ou privilegiando os que estão no topo, ou atrasando reformas adiadas historicamente no país".

Em resposta às críticas feitas à política econômica, especialmente ao reajuste do funcionalismo, a secretária disse que os movimentos e o próprio governo terão de discutir opções de reajuste para as categorias. Uma delas seria aplicar reajustes lineares que, segundo a secretária, favoreceriam servidores com salários bastante altos, reconhecidamente a minoria, mas que seriam os que mais se favorecem da corrosão da máquina estatal. Outra opção seria aumentar o piso das categorias e conter os salários mais altos, estabelecendo tetos, tal como vem sendo ventilado para os proventos na reforma da previdência.

Continuação da capa

transmissores do conhecimento acadêmico, como se dissessem: minha função é ensinar a matéria do programa". O estudante reconhece as dificuldades de falta de estrutura e de condições de trabalho dos professores, mas acredita que os 'mestres' poderiam debater valores e princípios mais 'humanos' no contato direto com seus alunos, além de promover maiores debates sobre temas políticos e sociais.

Neo-conformismo esclarecido

O deputado Federal pelo PT do Rio de Janeiro Chico Alencar foi um dos convidados. Ao ouvir os relatos de Pedro Simões e Regina Barbosa, Chico Alencar fez críticas ao que chamou de 'neo-conformismo esclarecido' que teria se instalado entre os educadores nas universidades, nos últimos anos. Para o deputado, que é professor licenciado do departamento de História da UFRJ, assim como na sociedade, na universidade também predomina a ideologia dominante, ainda hegemonizada pela lógica do consumo e do individualismo. "A cultura da desconstrução da cidadania, da perda da identidade do sujeito como agente da história, infelizmente, está presente também nas instituições educacionais".

Para o parlamentar, a discussão de valores e princípios que norteiem a relação entre educadores e jovens deveria passar por um debate sobre a cultura estabelecida, especialmente pelos meios de comunicação de massa. "Existe uma confusão entre cultura e entretenimento. Como o professor pode, no seu processo de ensino, reverter este processo educativo?", questionou, referindo-se ao fato de a mídia exercer uma tal persuasão sobre a sociedade que, até mesmo aqueles que seriam os mais preparados, teoricamente, para ensinar e promover educação, estariam contaminados pela cultura do voyeurismo, criada a partir de programas como o global *Big Brother*.

Para Chico, a apatia que toma conta de boa parte dos docentes em relação a projetos voltados para a coletividade e que extrapolem os monólogos em sala de aula ou a prática restrita da pesquisa em laboratórios, se deve à cultura da 'delegação'. "Nós todos, mesmo os de 'esquerda', tendemos a estimular a cultura da delegação, do paternalismo, do ser pedinte", questionou. Para o professor licenciado, falta aos docentes a visão de que podem ser catalisadores de movimentos de juventude que contribuam para a mudança da realidade social.

Educador social

De acordo com Chico, falta também, entre os educadores a retomada de preocupação de estabelecer um "elo afetivo" entre professor e aluno. "O ato educativo tem que ser um ato coerente", afirmou, ressaltando a importância de que as instituições universitárias criem espaços de discussão sobre o cotidiano dos jovens e as relações pessoais e interpessoais que se estabelecem no fazer acadêmico e institucional.

Para o professor, a falta de referências coletivas é um sintoma da sociedade de consumo e é, neste contexto, que os docentes seriam personagens privilegiados para suprir esta ausência, "buscando ser um educador social", e não apenas estarem voltados para a formação estritamente profissional ou acadêmica do jovem universitário. "O uso de drogas, por exemplo, raramente é tratado pelas instituições, apesar de esta ser uma situação real vivida nos *campi* pelos nossos estudantes", comentou.

Outro convidado, o professor da Faculdade de Educação da UFRJ e ex-presidente do Andes-SN, Roberto Leher, reconheceu que a relação direta dos docentes com os estudantes não é um tema que tem estado na agenda política do Sindicato. Mas, ao mesmo tempo, Roberto lembrou que os estudantes ou a juventude universitária sempre esteve à frente das mudanças estruturais e democráticas das instituições universitárias. Para Leher, de certa forma, seriam os estudantes os que, historicamente, a partir de suas demandas por maior participação na construção do conhecimento e do saber, teriam 'empurrado' o corpo docente para as grandes mobilizações por mudanças e melhorias na relação universidade e sociedade.

O professor lembrou a luta do movimento estudantil, no início dos anos 90, quando pressionaram e mobilizaram toda a sociedade para o *impeachment* do ex-presidente Collor. Para Roberto, apesar da aparente desmobilização das categorias nas instituições de ensino, "há nichos de resistência" à ordem cultural e econômica vigente, "e os estudantes fazem parte desta resistência", afirmou.

Cultura do 'empreenderismo'

Sobre a discussão de valores e princípios que norteiam a formação dos jovens nas universitários, Leher creditou à cultura do 'empreenderismo' a exacerbação do individualismo e da política do 'salve-se quem puder' que hoje impera nos meios acadêmicos. Para o professor, não há como fugir do aspecto político mais geral para compreender o que se passa no cotidiano das universidades. Segundo o professor, a aproximação cada vez maior entre as universidades, especialmente as públicas, das exigências do mercado, faz com que professores e alunos vejam-se obrigados a cumprir uma agenda que os limita ao 'fazer para a produção', para a competitividade, para a produtividade. Não haveria mais espaço, na lógica mercadológica em que se inseriram as estruturas de ensino, para a construção de um conhecimento libertador e para a realização de experiências que conduzam a um conhecimento voltado para as necessidades do humano, do social e do público.

Tribuna

Fotos: Guilherme Lessa

REGINA BARBOSA

"Após a participação em eventos como esse, nossa vitalidade para o movimento aumenta. Mas ao longo do ano, somos massacrados pelo dia-a-dia"

CHICO ALENCAR

"O ato educativo tem que ser um ato coerente. Devemos discutir os contra-valores dominantes e exercer um elo também afetivo com os nossos alunos"

ROBERTO LEHER

"Os laboratórios hoje funcionam sob a exigência do mercado, são estruturas de empresas e os pesquisadores vivem como empresários ou gestores de recursos"

PEDRO SIMÕES

"Uma coisa que percebi é que os professores têm a tendência a discutir demais e agir de menos. Não percebem, muitas vezes, que tentar compreender completamente o problema, até suas raízes, não é mais importante do que fazer algo para resolvê-lo"

Previdência

Regional realiza primeiro debate sobre Previdência

Reforma significa ampliar proteção social, em vez de cassar direitos

Discutir a concepção de Estado que a sociedade quer, ampliar os mecanismos de proteção social para os brasileiros e politização do debate. Essas foram algumas das premissas básicas surgidas durante o primeiro debate do ciclo "Conversando sobre a Previdência", organizado pela Regional Rio de Janeiro do Andes-SN e realizado no Hospital Gaffrée e Guinle, da Uni-Rio, no dia 5/2.

Primeiro a falar, o professor do Instituto de Economia da UFRJ, Aloisio Teixeira, criticou o discurso falacioso do governo em relação a supostos déficits da Seguridade Social. Em um estudo realizado sobre o ano de 2000, Teixeira somou todas as receitas constitucionalmente destinadas para o setor, mais a CPMF (que foi criada depois). Resultado: R$ 96 bilhões. As despesas dariam um valor em torno de R$ 68 bilhões, o que perfazeria o saldo positivo de R$ 28 bilhões. "Ou seja, a Seguridade Social é superavitária", disse, acrescentando que os recursos são desviados para o pagamento da dívida pública.

Em seguida, Aloisio ressaltou a confusão que se faz, no momento, ao juntar a Previdência Pública e o Regime Geral da Previdência Social "no mesmo saco". Na Constituição Federal, as duas estão dispostas em partes separadas. A do funcionalismo está sob o título "Da organização do Estado", enquanto o geral está sob o título "Da ordem social". "Por que o constituinte fez isso? Porque, na época, existia uma concepção de Estado que deveria se contrapor à ditadura: um Estado democrático com seu corpo funcional aprovado por concurso e qualificado, não sujeito às vicissitudes políticas. Quando se falou em aposentadoria integral, era para dar segurança para os servidores (em relação aos governos momentâneos)", comentou. O professor do IE-UFRJ até acredita que a sociedade pode querer mudar isso, mas o "debate atual está torto". "O que a sociedade quer do Estado? Do seu corpo funcional? Quer o Estado mínimo?", questionou. "Não pode é juntar as duas discussões (Previdência e concepção de Estado)", completou.

A professora Laura Tavares, da Escola de Enfermagem Anna Nery, foi a segunda palestrante e também pediu uma discussão maior por parte da sociedade. Só que ela foi mais além: "Vamos discutir não só a Previdência, mas o que pensar em termos de proteção social para os brasileiros", observou.

Kelvin Melo

LAURA TAVARES, ALOISIO TEIXEIRA E ANDREA TEIXEIRA

Não aos fundos de pensão

Laura defendeu que uma proposta de reforma da previdência seja iniciada pela incorporação dos demais brasileiros ao sistema de proteção social. Para ela, o mecanismo do fator previdenciário, introduzido pelo governo FHC, já fez uma reforma "perversa" do setor para os trabalhadores celetistas. "Se formos incluídos na Previdência Geral, é um nivelamento por baixo", disse.

Ela também citicou a postura do governo de incluir os fundos de pensão para complementar a aposentadoria dos servidores públicos, nesta reforma anunciada, mesmo sob o pretexto de que essa mudança aumentará a chamada poupança interna do país. "Não há nenhuma evidência internacional de que os fundos trarão alguma garantia de investimento no setor produtivo. Significará, na verdade, uma brutal transferência de recursos do setor público para o setor privado", afirmou. Em último caso, disse Laura, se for inevitável a unificação pelo regime geral, os movimentos deverão lutar por um teto alto para evitar que as pessoas sejam obrigadas a ter os fundos.

A professora Sara Granemann (da ESS-UFRJ), cujo nome foi anunciado na chamada para o debate da Uni-Rio, abriu mão de sua participação nesta primeira etapa do ciclo organizado pela Regional. Isso ocorreu em função da confirmação da presença da professora Laura Tavares e do fato de Sara já estar agendada para um próximo debate do ciclo, ainda a confirmar. Foi avaliado, naquele momento, que uma mesa com quatro debatedores prolongaria demais o tempo de exposição.

Debate está despolitizado

Última a se manifestar, a professora Andrea Teixeira, da Escola de Serviço Social da UFRJ, criticou a despolitização criada pelo governo e divulgada pela mídia em torno do debate da reforma da Previdência. Para ela, a atitude petista é similar à encaminhada pelo governo FHC. "O que o FHC fez? Trouxe à tona as questões técnicas e escondeu a parte política", disse.

De posse do programa do governo, Andrea disparou: "Não tem nada sobre Seguridade. O programa fala das três áreas (Saúde, Assistência Social e Previdência) separadamente". Em relação ao setor previdenciário presente no documento, Andrea destacou alguns pontos positivos e negativos (grande maioria).

Positivo para ela é a formulação de um sistema único. O problema é qual sistema escolher. "Não pode nivelar por baixo", disse. A proposta de se fazer uma discussão ampliada com a sociedade também é boa, para a professora da ESS. Mas Andrea não perdoou o prazo dado pelo ministro Berzoini, em torno de 90 dias. "É um prazo muito pequeno. A Itália levou cinco anos para discutir o seu sistema e a França já vai para mais de oito anos de debate sobre o assunto. E lá (nesses países) tem economia estável", ressaltou. Outro ponto favorável, embora não tenha aparecido muito na mídia, é a disposição do ministro Berzoini de tornar a contribuição patronal para a Previdência mais "pesada" para as empresas voltadas para o setor financeiro.

A retórica do déficit (como descreveu o professor Aloisio), o recuo do governo em relação aos magistrados e militares, o inadmissível teto de apenas dez salários mínimos e a precedência da reforma previdenciária sobre a reforma tributária foram os pontos negativos destacados por Andrea.

Seguridade Social e a agenda política do movimento docente

Desde 1998, o tripé da Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência) entra na agenda política do Andes-SN. Se as questões que envolviam o direito à Saúde, à previdência e à assistência sempre estiveram presentes no movimento docente separadamente, a Seguridade Social em sua dimensão mais ampla e articulada ganha destaque nesta época.

A partir de 1994, por exemplo, essa disposição para discutir os assuntos relativos ao setor foi materializada na forma de reuniões denominadas inicialmente de Encontros de Docentes Aposentados. Esta atividade é articulada em conjunto com o Grupo de Trabalho Seguridade Social/Assuntos de Aposentadoria organizado nacionalmente e respaldado pelo trabalho das seções sindicais em seus GTs locais.

Após o primeiro encontro, em meados da década de 90, as reflexões que surgiram fizeram ver que a aposentadoria deixou de ser uma questão restrita ao círculo dos aposentados e ganhou cada vez mais atenção dos trabalhadores da ativa – os aposentados de amanhã. Em função disso, os eventos do Andes-SN passaram a ser chamados de Encontros de Assuntos de Aposentadoria, abertos à participação de todos os docentes. O último Encontro – o oitavo – ocorreu em maio de 2002, na Uerj, e recebeu ampla cobertura do jornal da Adufrj (nº 60, de 20/5/2002).

A Adufrj-SSind também faz parte desse esforço de debater a área da Seguridade Social: em maio de 2000, a seção sindical, através do seu GTSS, realizou o II Encontro de Professores da UFRJ, tendo como tema "As duas faces da Contra-reforma de FHC – Alternativas para uma nova Seguridade". Naquela ocasião, entre outros debatedores, também estiveram presentes os professores Aloisio Teixeira e Laura Tavares (esta, aliás, que também marcou presença no VII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, realizado em Uberlândia, em 2001), que recentemente voltaram a contribuir com suas idéias para o debate da Regional Rio do Andes-SN. Antes disso, em julho de 1999, foi organizado o I Encontro, que também buscou ampliar o conhecimento dos docentes sobre a Reforma de Estado do governo FHC e suas implicações na legislação previdenciária do país.

Em agosto de 2000, a Adufrj-SSind foi uma das entidades que, junto ao Conselho Regional de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro (CRESS), participou da organização do Encontro de Seguridade Social Pública – Construindo uma Ação Coletiva, que ocorreu no Teatro João Caetano, no Centro do Rio, com a participação de quase mil pessoas (jornal nº 11, de 4/9/2000). Em 23 de janeiro último, a entidade promoveu o primeiro debate na UFRJ sobre a reforma previdenciária anunciada pelo governo Lula, no auditório da Coppe, para cerca de 50 servidores (jornal nº 81, de 27/1).

Previdência

Andes-SN conversa com ministro da Previdência

No dia 31/1, o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, recebeu, em Brasília, alguns diretores do Andes-SN para discutir a reforma do setor sob sua responsabilidade. Estiveram presentes, pelo Sindicato Nacional, o presidente Luiz Carlos Lucas; a 3ª vice-presidente, Maria Lia Silva e Reis; e o encarregado de Assuntos de Aposentadoria, Mário Luiz Alves. Inicialmente, Berzoini reafirmou a disposição do governo de promover mudanças com o objetivo de deixar a Previdência sustentável e "torná-la elemento de justiça social para a classe trabalhadora". O ministro fez uma exposição do caso, com ênfase nos supostos déficits, e "descartou o entendimento, veiculado pela mídia e por governos anteriores, de que o regime próprio de previdência dos servidores públicas foi o responsável pelos problemas atualmente existentes".

Berzoni informou ainda que o conteúdo da reforma não foi definido. Serão feitos contatos com a sociedade representada por movimentos sociais, organizações de classes, sindicatos e centrais sindicais, entre outros, e a partir das discussões estabelecidas, o governo vai elaborar a sua proposta. O ministro acredita que dentro de 90 dias – prazo de discussão já considerado curto pelo Andes-SN - será possível enviar o projeto ao Congresso Nacional. Neste período, tanto o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social quanto o Conselho Nacional da Previdência irão se reunir para também discutir a questão.

Direito adquirido gera controvérsias

Já em relação ao direito adquirido dos servidores pela aposentadoria integral, Berzoini confirmou aquilo que se tem lido na grande imprensa: quem cumpriu as exigências estabelecidas pelo regime atual está garantido; já para os demais funcionários ainda na ativa e sem os requisitos todos cumpridos há interpretações jurídicas diversas. Nesse último caso, o ministro citou a possível adoção de regras de transição para o funcionalismo pelas quais o tempo de trabalho seria regido até a aposentadoria.

Andes-SN rebate esboço de reforma

Embora o governo ainda não tenha uma proposta formalizada, as diretrizes divulgadas pela mídia foram mais que suficientes para receber as críticas dos diretores do Andes-SN, na audiência com o ministro. De acordo com o relatório da reunião repassado às seções sindicais na semana passada, "a formatação desse regime, conforme divulgado pela imprensa, com um teto igual ao do Regime Geral da Previdência (R$ 1.561), acrescido da implantação de uma previdência complementar, é incompatível com os objetivos da construção de um sistema previdenciário justo como anuncia o governo".

No trecho seguinte do relatório, manifesta-se a preocupação do Sindicato Nacional com a fragmentação progressiva da Seguridade Social, "inclusive no atual governo, com a recente criação do Ministério da Assistência Social" e, ainda do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Para o movimento docente, deveria haver um único órgão responsável pela Seguridade como um todo.

Fundos de pensão? Não!

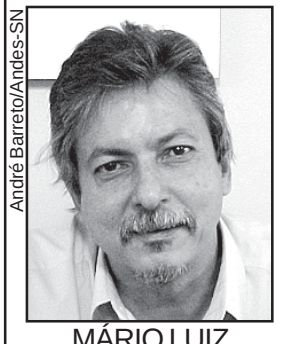
Os sindicalistas fizeram ver ao ministro que não concordam com a implantação dos fundos de pensão no debate da reforma da previdência, uma vez que "parte da Previdência estaria vinculada à lógica do mercado financeiro, sem que eles (os segurados) detenham algum tipo de controle real sobre as aplicações".

Diante da disposição governamental de reformar a Previdência, o Sindicato expressou alguns pontos básicos a serem considerados: 1) a Previdência Social deverá ser exclusivamente pública; 2) a Previdência Social Pública deverá atender aos princípios de integralidade dos vencimentos no ato da aposentadoria, paridade de vencimentos entre ativos e aposentados e não-contribuição previdenciária dos aposentados; 3) o Sindicato já se posicionou contrário à previdência complementar, por considerá-la privatizante, quer na forma estritamente empresarial ou na de fundos de pensão.

Para o Andes-SN, "somando a estes princípios o nosso entendimento de que direitos sociais não se reduzem, ao contrário, ampliam-se, reafirmamos a nossa disposição na defesa da extensão da integralidade a todos os trabalhadores". Ao fim do relatório, os dirigentes do Sindicato ressaltaram a postura de respeito ao diálogo pela concessão da audiência, mas que isso não deve impedir a "máxima mobilização" para impedir que a reforma trilhe os caminhos da privatização e da violação de direitos.

Fonte: Andes-SN e Informes PT (3/2)

Andes-SN quer discutir Seguridade na Câmara


André Barreto/Andes-SN

MÁRIO LUIZ ALVES

Em entrevista à Adufrj-SSind, por telefone, o Encarregado dos Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, Mário Luiz Alves, adiantou os próximos passos do Sindicato na defesa da Seguridade Social. No Caderno de Textos do 22º Congresso, por exemplo, que estava sendo remetido para as seções sindicais na semana passada, foi feita uma análise da proposta esboçada pelo governo Lula para a reforma previdenciária. A partir daí, a diretoria do Andes-SN sugere algumas iniciativas – que deverão ser aprovadas pelos delegados das seções sindicais na reunião de Teresina, em março -, para fazer frente ao ataque governamental. Uma delas, talvez a mais importante, será organizar o IX Encontro de Assuntos de Aposentadoria do Sindicato dentro da Câmara dos Deputados, no início de maio. "Queremos dar visibilidade ao movimento de resistência dos servidores", contou. Para este evento, serão chamadas outras entidades de servidores para "engrossar as fileiras" e também para realizar um trabalho de convencimento dos deputados pelos corredores do Congresso.

Ainda de acordo com Mário, será proposta à Confederação Nacional de Entidades do Serviço Público (CNESF) a criação de uma espécie de fórum do funcionalismo para barrar a iniciativa do governo Lula na área previdenciária. "O que a gente percebe é que está todo mundo se mexendo internamente, mas isso não é suficiente. Temos que nos organizar naquilo que temos consenso", disse o diretor do Andes-SN. Ele acrescentou que esteve, na semana passada mesmo, em uma reunião na Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), em Brasília, onde foi informado que está sendo feito um desmonte dos argumentos do governo.

Mário revelou estar bastante preocupado com o que tem ouvido de histórias de centenas de servidores se preparando para aposentadoria, em diversas reuniões pelo país. Se a reforma anunciada passar pelo Congresso tal como está, os prejuízos ao serviço público serão sensíveis. "Será uma corrida às aposentadorias sem precedente na história", afirmou.

Palestras em todo o país

No esforço de conscientizar o maior número de pessoas sobre a reforma da Previdência, o Andes-SN e as seções sindicais vêm promovendo debates por todo o país. Neste dia 12/2, por exemplo, o próprio Mário Alves estará presente em um seminário sobre o tema na Universidade Federal de Uberlândia. Na mesma data, com o mesmo assunto, o ex-secretário-geral do Sindicato Nacional, e atual 1º vice-presidente da Adunicamp, Edmundo Dias, estará fazendo uma palestra na Universidade Federal do Paraná.

Resenha

BNDES contrata militares

Matéria da Folha de S. Paulo (2/2) informa que a nova diretoria do BNDES contratou dois coronéis da reserva do Exército na tentativa de garantir a segurança das informações da instituição. O objetivo é tentar evitar que o conteúdo de conversas telefônicas ou transações bancárias vaze para fora da instituição, como aconteceu no episódio do grampo de telefones do banco em 1998. O vice-presidente do BNDES, Darc Costa, afirma que a idéia de chamar os militares para ajudar a diretoria foi do próprio presidente da instituição, Carlos Lessa.

R$ 113 bi de juros

A desvalorização cambial e a elevada carga de juros fizeram com que a dívida líquida do país crescesse R$ 220,241 bilhões, de 2001 para 2002. O Brasil fechou o ano passado com uma dívida de R$ 881,108 bilhões, o equivalente a 55,9% do Produto Interno Bruto (soma de todas as riquezas produzidas no país). Em dezembro de 2001, essa dívida estava em R$ 660,867 bilhões (52,6% do PIB). Nem a economia recorde de R$ 52,364 bilhões - a maior desde 1991 - foi suficiente para cobrir os gastos com juros, que totalizaram R$ 113,978 bilhões (8,43% do PIB) no ano passado, de acordo com matéria do Jornal do Brasil (31/1).

Fundos setoriais

As instituições públicas de ensino superior receberam a maior parte dos recursos dos Fundos Setoriais – condenados pelo Andes-SN por, entre outros motivos, vincularem a pesquisa aos interesses do mercado. Dados apresentados pela diretoria do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos revelam que, no período 1999 a 2002, de um total de R$ 824,5 milhões, elas receberam R$ 571,2 milhões, de acordo com nota da assessoria de comunicação do MCT.

Via Campesina

A Via Campesina realizou, de 21 a 23 de janeiro, a Primeira Assembléia Mundial de Camponeses. O evento, foi realizado em Porto Alegre e discutiu, entre outros temas: a luta pela soberania alimentar (o direito dos povos de produzir e comer de acordo com sua cultura) e a campanha Global pela Reforma Agrária e contra os transgênicos. A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas na Ásia, África, América e Europa.

Opinião

As crianças e seus brinquedos

Maria de Lourdes Passos*

Entre os achados arqueológicos mais freqüentes, encontram-se estatuetas que representam seres humanos, ou partes de seu corpo, e animais. Tradicionalmente entendidas como oferendas a divindades, os arqueólogos avançam agora uma nova interpretação para algumas das que retratam animais: é possível que fossem brinquedos de crianças da Antigüidade.

A hipótese decorre da observação de que a população que hoje habita a região pantanosa do Iraque preserva tradições, técnicas e costumes milenares, herdados dos antigos povos de várias etnias – como sumérios, babilônios e assírios - que viveram na Mesopotâmia. Assim, por exemplo, a iconografia de peças retiradas das escavações aponta para semelhanças notáveis, no que diz respeito à forma e materiais utilizados, entre habitações da Antigüidade e aquelas onde hoje vivem as comunidades. É possível também, concluem os arqueólogos, que as crianças da Antigüidade brincassem com pequenos animais feitos de argila, tal como o fazem hoje.

Em face do risco de guerra na região, o *Archaeological Institute of America* expressa sua preocupação com os danos que podem ser causados a sítios arqueológicos cuja importância é evocada pela simples menção às antigas cidades de Ur, Uruk, Nínive, Babilônia e tantas outras. Sua integridade é condição para a busca de uma melhor compreensão do surgimento e desenvolvimento das sociedades humanas. O *Archaeological Institute of America* ainda nos lembra que o "bárbaro" Iraque é signatário da Convenção de Haia (1954), pela qual os países se comprometem a proteger os bens culturais em caso de conflito armado, ao passo que o "civilizado" Estados Unidos não é.

Embora não deixe de ser chocante pensar na preservação de bens materiais, por mais valiosos que sejam, quando as vidas humanas estão sendo desconsideradas, é compreensível a preocupação do *Archaeological Institute of America*.

A complexa e fascinante história desta região, onde nasceram as primeiras cidades e, no 4º milênio ª C., se inventou a escrita - que tanto transformaria, para o bem e para o mal, as sociedades humanas -, tem sido investigada a partir principalmente das inscrições cuneiformes em tabuinhas de argila e monumentos, além de outros materiais de várias naturezas descobertos pelos arqueólogos em tumbas e cidades soterradas.

As extensas redes de comércio, os contatos diplomáticos entre diferentes reinos e impérios, as migrações dos povos fizeram viajar as pessoas e, junto com elas, a ciência, a literatura e outras formas da arte da Antigüidade. Encontramos o eco das maravilhosas lendas mesopotâmicas, assim como das imagens de deuses, demônios e humanos cujas histórias elas contam, em figuras bíblicas como Noé, sobrevivente de um dilúvio catastrófico, e os arcanjos. Elas também estão relacionadas a outros textos universais, bens igualmente valiosos de toda a humanidade, como a Ilíada e a Odisséia.

A decifração da escrita cuneiforme, que grafou em torno de 15 línguas durante 3 milênios, possibilitou o conhecimento de idiomas já desaparecidos - como o persa antigo, o babilônico, o hitita, etc -, assim como de sucessivos estágios de desenvolvimento do próprio sistema de escrita, e de documentos que permitem reconstruir parte da história dos impérios e da vida quotidiana de seus habitantes.

Não fossem os estudos de lingüistas e arqueólogos, quase nada saberíamos sobre os arquivos e bibliotecas – algumas magníficas - dos palácios, templos e mesmo de casas particulares da Mesopotâmia. Não conheceríamos também o longínquo tataravô de nossos dicionários, as listas léxicas cuneiformes, muitas delas bilíngües, cujo principal objetivo era estabelecer e ensinar o sistema de escrita. Estes estudiosos também nos contam as histórias, particularmente interessantes para nós professores, das primeiras escolas, da invenção dos primeiros métodos e materiais de ensino e da disciplina escolar (a propósito, os estudantes já reclamavam de professores, e parece que com razão!).

Sem nenhum respeito pela herança cultural em perigo e pelo direito que as crianças de todos os tempos e lugares têm de brincar, os interesses econômicos e políticos que o presidente americano representa decidiram atacar o Iraque para controlar suas reservas de petróleo, fazer negócios da indústria bélica, testar armamentos e afirmar sua condição de império militar e econômico.

Àqueles que crêem que brincar é prerrogativa intocável das crianças e que temos todos o direito de, com múltiplos propósitos, interrogar nossa história e celebrar a tenacidade e capacidade de invenção humanas, resta dizer NÃO, de todas as formas, à barbárie da guerra.

As manifestações contrárias a ela se avolumam e no dia 15 de fevereiro ocorrerão em todo o mundo. A participação de cada um de nós é fundamental. Vamos dizer ao beligerante Bush e a seus repugnantes aliados que, para nós, império só mesmo o das crianças!

* Professora aposentada do Instituto de Psicologia e ex-diretora da Adufrj-SSind

Agência Brasil/Marcello Jr

Ato do Dia Mundial Contra a Guerra, aprovado no III Fórum Social Mundial. 15 de fevereiro (sábado), 15 horas, Praia do Leme (em frente ao Meridien)

Andes-SN contra a guerra

Neste sábado (15/2), ocorrerá a "Marcha de Manifestação Mundial contra a Guerra ao Iraque". A concentração do evento do Rio de Janeiro será na esquina entre as avenidas Atlântica e Princesa Isabel, no Leme, às 15h. A Regional Rio de Janeiro do Andes-SN está organizando uma "ala" da marcha e pede a todos os interessados para que vistam camisetas com as inscrições do Sindicato ou roupas vermelhas. As seções sindicais também estão convidadas a levar suas bandeiras.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano V nº 62 • 17 de fevereiro de 2003
www.adufrj.org.br

Conselho de Representantes
19/2 - quarta-feira
13h30
Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)
Pauta:
A mesma da AG, menos o item 3

Assembléia Geral
20/2 - quinta-feira
13h30
Sala G-122 (Coppe)
Pauta:
1) Encaminhamentos do Setor das Federais e da Plenária dos SPF;
2) Caderno de Textos do 22º Congresso do Andes-SN
3) Escolha de delegados e observadores para o 22º Congresso do Andes-SN (de 8 a 13/3, em Teresina – PI)
4) Eleição para reitor/Unidades

GTPE da Adufrj-SSind
20/2 (quinta-feira) 9h30
Escola de Serviço Social
Pauta:
Periodização na UFRJ; II COED

Ciclo de Debates "Conversando sobre a Previdência"
26/2 – quarta-feira
13:00 horas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Auditório Hilton Sales
sala 82 P1
Debatedores
José Miguel Saldanha,
Escola de Engenharia/UFRJ
Sara Granemann
da ESS/UFRJ

Agenda Sindical

18 a 21/2 – Seminário de Trabalho: Reafirmando propostas para a educação brasileira
Brasília (DF) - Auditório Dois Candangos da UnB
Trata-se de evento organizado pelo Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública
19/2 – Lançamento da Campanha Salarial 2003
- Ato no Congresso Nacional e caminhada para protocolar pauta de reivindicações no Palácio do Planalto
25/02 - Debate sobre Reforma Trabalhista e Sindical
Sede da CUT-RJ, na av. Pres. Vargas, 502/15°, às 18h
- Evento promovido pelos Servidores Públicos Federais do Rio
8 a 13/3 - 22º Congresso Nacional do Andes-SN
Teresina (PI)

Abono Pecuniário de 2003
Os professores têm prazo, até este dia 21, para solicitar o abono pecuniário do ano de 2003 nos setores de Pessoal das Unidades. A garantia da opção pelo abono foi resultado de uma liminar conseguida pela Adufrj-SSind na Justiça.

Servidores lançam Campanha Salarial 2003

O primeiro grande passo de 2003 para recomposição das perdas salariais dos servidores será dado nesta semana (em 19/2) com o lançamento da Campanha Salarial dos SPF, em Brasília. O ato vai ser precedido por uma grande Plenária Nacional do funcionalismo (em 18/2), também na capital federal. Para quem pensava que os sindicatos iriam afrouxar as reivindicações diante do primeiro governo de esquerda eleito no país, as entidades já sinalizam muita disposição em defesa de suas categorias. O Andes-SN é uma delas: "Não vamos derrubar ou abandonar bandeiras de luta, não vamos rebaixar reivindicações e não vamos abrir mão de nossos instrumentos de luta", diz o trecho de uma nota veiculada na página eletrônica da entidade sindical (www.andes.org.br), no último dia 7. Vale lembrar que o novo índice de reposição salarial para este ano, já calculado pelo Dieese, está fixado em 46,95%.

O Sindicato Nacional acrescenta, ainda nesta nota, que não pode exigir cumprimento imediato das reivindicações por parte do governo, mas mantém sua postura de autonomia e continuidade da luta. E é nesta linha de atuação que seus dirigentes vêm dialogando, nos últimos dias, com técnicos dos diversos ministérios, com parlamentares, com a Andifes, com a CUT e outras representações.

A reação do Andes-SN surgiu em função da ausência, nos contracheques de janeiro e fevereiro, do aumento linear para os SPF de 4% previsto no orçamento feito no final do ano passado. Os dirigentes sindicais percorreram os corredores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Casa Civil em busca de esclarecimentos. Contudo, sem obter nenhum resultado concreto, só receberam informações relativas a cortes no orçamento para alcançar o superávit primário acordado com o FMI.

CNESF solicita audiências com ministérios

Em reunião do dia 4 de fevereiro com a Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais (CNESF), a diretoria do Andes-SN expôs a inquietação do movimento docente com o não-cumprimento do reajuste linear, mesmo de percentual irrisório. A entidade que congrega as entidades nacionais do serviço público federal respondeu que solicitou audiências em caráter de urgência junto à Casa Civil e ao MPOG (sem resposta até o fechamento desta edição).

Audiência com o líder do PT na Câmara

Nos últimos dias, a diretoria do Andes-SN conseguiu uma audiência com o líder do PT na Câmara, deputado Nelson Pellegrino. Cobrado sobre o reajuste salarial dos SPF, o parlamentar reconheceu a existência dos acordos firmados no ano passado. No entanto, de acordo com ele, as dificuldades deixadas por FHC e a possível guerra contra o Iraque repercutem negativamente na economia e não permitem o reajuste linear de 4%.

Pellegrino afirmou que vai insistir junto à bancada petista e junto à Casa Civil para que seja instalado um fórum de negociação para discutir a situação dos SPF. O deputado também se comprometeu a ajudar nas solicitações de audiências nos ministérios.

Andifes foi informada da gravidade da situação

Em reunião marcada pela Andifes e realizada em 5 de fevereiro, foram apresentadas as preocupações do movimento docente em relação ao não-cumprimento do estabelecido no orçamento para 2003 e, ainda, em relação aos acordos de greve – foram cinco movimentos grevistas durante os oito anos do governo FHC. "Solicitamos aos reitores, via Andifes, atenção especial à situação que se soma ao gravíssimo quadro já instalado nas universidades que sofreram um profundo processo de deteriorização e desmantelamento durante o governo de FHC", diz um trecho da nota divulgada pelo Andes-SN.

Andes-SN

Caderno de Textos do 22º Congresso do Andes está disponível

Já está disponível na página eletrônica do Andes-SN (www.andes.org.br) o Caderno de Textos do 22º Congresso dos docentes universitários. O Caderno, vale lembrar, é o documento que guia o debate em torno da atualização do plano de lutas do Sindicato Nacional. E, logo na parte de apresentação, a Diretoria do Andes-SN faz duras críticas às primeiras medidas anunciadas pelo governo Lula, como a reforma da Previdência (que retira direitos dos trabalhadores). No dia do fechamento desta edição (14/1), o ministro Berzoini anunciou a desistência do governo quanto ao regime único previdenciário. Mas a ameaça sobre os futuros servidores já se manifesta de forma clara na possível aprovação no Congresso de um teto único para o funcionalismo.

Ainda neste texto, a diretoria reafirma a postura autônoma e de independência sindical no diálogo com o novo governo. O 22º Congresso do Andes-SN ocorrerá em Teresina (PI), entre os dias 8 e 13 de março, e terá como tema a "Transformação Social e Políticas de Educação, Ciência e Tecnologia".

Prazo para novos textos

Ainda há tempo para contribuir para o debate do Congresso: os textos que chegarem à sede do ANDES-SN até 24 de fevereiro de 2003 serão remetidas às seções sindicais, juntamente com as correções e análises de textos, para comporem o anexo ao Caderno de Textos a ser publicado no dia 26 de fevereiro de 2003. Encerrado o prazo previsto para a composição do Anexo, qualquer novo texto só será submetido à discussão, se aprovada sua inclusão pela Plenária de Instalação.

Adufrj-SSind

Professores querem reajuste emergencial

Com os demais servidores federais, categoria dos docentes participa de Campanha Salarial 2003. Entre outras reivindicações, os servidores querem um reajuste de 46,95%

Na Assembléia Geral de 13/2, foram eleitos delegados para a Plenária dos Servidores Públicos Federais José Henrique Sanglard, indicado pela diretoria, e Salatiel Menezes, eleito pelos presentes à Assembléia. Os mesmos professores foram indicados para representar a Adufrj-SSind na reunião do Setor das Federais do Andes-SN. A reunião das federais acontece nesta segunda, dia 17/1, e a plenária dos servidores na terça, 18/1, ambas em Brasília. Sobre a Campanha Salarial 2003, foi aprovado que os representantes da Adufrj-SSind defendam nas duas reuniões o cumprimento do acordo de greve de 2001, a realização de auditoria da dívida externa e que não seja incluída a questão do pagamento da dívida externa, mantendo os demais ítens da pauta de reivindicações do ano passado para a Campanha Salarial 2003 que começa no dia 20 de fevereiro em todo o país (veja matéria na capa desta edição).

Foi destacado pelos docentes presentes que a Campanha deste ano deve manter a exigência do cumprimento do Termo de Acordo da última greve de 2001 que conquistou reajustes salariais em torno de 13% nos vencimentos básicos, a abertura de 2.000 vagas para professores universitários nas instituições federais e a instalação de mesas de negociação que tratariam de vários temas como a Carreira Única, a crise nos Hospitais Universitários e a Assistência Estudantil.

Algumas mesas foram instaladas no início de 2002 com a participação de representantes das categorias nacionais dos docentes (Andes-SN), dos técnico-administrativos (Fasubra) e dos estudantes (UNE), outras nem chegaram a ser instaladas. Até o final de 2002, o governo passado promoveu um esvaziamento destes fóruns e as categorias ficaram sem o cumprimento pleno de conquistas como a regulamentação da gratificação produtivista para os professores de 1º e 2º graus das universidades. Apesar de ter regulamentado a GID (Gratificação de Incentivo à Docência), o governo Fernando Henrique alterou pontos acordados com o movimento docente no Termo de Acordo. O total de vagas para concurso também não foi cumprido.

Reajuste Emergencial é atualizado

A assembléia ratificou ainda a reivindicação de um reajuste emergencial de 46,95% para o funcionalismo federal. O reajuste foi atualizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e equivale às perdas do período desde junho de 1998.

Auditoria na dívida pública

Ainda sobre a Campanha Salarial 2003, foi debatido se os servidores públicos deveriam ter como uma das suas reivindicações o não pagamento da dívida externa pública brasileira aos credores internacionais. O fato de o governo ter que administrar uma dívida que compromete praticamente 60% do Produto Interno Bruto pode inviabilizar qualquer investimento nas áreas sociais, entre elas, a educação pública e as universidades, na opinião dos docentes. Os reajustes dos servidores também ficam comprometidos. Basta observar o 'sumiço' do reajuste de 4% previsto no Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, ainda sob o governo FHC. A equipe econômica do governo Lula ainda não confirma, mas é bastante provável, segundo estudos feitos por técnicos do Dieese que assessoram às entidades nacionais, como o Andes-SN e a Fasubra, que nem mesmo os 2,5% veiculados pela imprensa nas últimas semanas possam ser pagos nos próximos meses.

Após um intenso debate na AG, os professores decidiram que o melhor encaminhamento a ser levado para à reunião do Setor e à Plenária dos Servidores - que estará definindo uma posição nacional de todo os funcionários federais - é que a Campanha 2003 tenha como uma de suas bandeiras a auditoria nas dívidas contraídas pelo governo federal nos últimos anos. A partir da auditoria, a sociedade brasileira teria a oportunidade de avaliar se o governo deve ou não continuar a manter a atual política de pagamento de juros altíssimos, de dívidas contraídas com vencimentos de curto prazo, que permitem, ainda, a especulação interna e os aumentos do dólar a cada véspera de um novo acerto do governo com os credores.

Dívida 'bumerangue'

Alguns professores, como Salatiel Menezes, lembraram que, muitas vezes, o governo contrai dívidas 'bumerangues', ou seja, a União recebe empréstimos que deveriam ser utilizados para sanar problemas sociais e de desenvolvimento interno e os mesmos recursos retornam para os conglomerados que realizaram os empréstimos através de compras e licitações internacionais. "O movimento deve dizer que esta dívida já está paga há muito tempo", comentou José Sanglard, lembrando os juros extorsivos que são cobrados pelos organismos internacionais.

Reforma da Previdência

Ainda na discussão sobre a Campanha 2003, os professores aprovaram que o Andes-SN e a Adufrj-SSind continuem a realizar debates e campanhas de esclarecimento sobre os efeitos prejudiciais da reforma previdenciária nos moldes em que está sendo anunciada pelo governo Lula. Foi aprovado, também, que o movimento dos servidores invista em campanhas externas com peças de propaganda a serem veiculadas na mídia eletrônica, como rádios e programas de TV. Apesar do alto custo deste tipo de material, os professores na AG entendem que os servidores precisam combater com urgência a campanha que é feita por setores do governo, de empresários e da própria mídia de que são os trabalhadores os responsáveis por um suposto 'déficit' no sistema.

Para esclarecer a sociedade a os próprios servidores, os professores também aprovaram que o Andes-SN e as demais entidades sindicais cobrem do governo a sua proposta definitiva e que seja dado um espaço de tempo suficiente para que as entidades e a sociedade possam debatê-la e apresentar suas propostas, ressaltando que a discussão não pode ficar restrita ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Atos de rua

Também foi aprovado que o movimento docente busque realizar, a partir de março, atos públicos e mobilizações nas ruas da cidade, junto com os demais servidores, para esclarecer a população sobre a reforma da previdência e, principalmente, desfazer os mitos construídos pela mídia tradicional. Segundo o Andes-SN (Caderno de Texto do 22º Congresso, que acontece de 8 a 13 de fevereiro, em Teresina, PI), na execução orçamentária da Seguridade Social de 2001, foi apurado um total de receitas na ordem de R$ 136,877 bilhões, enquanto que as despesas realizadas com Saúde, Previdência e Assistência Social foram da ordem de R$ 105,413 bilhões. O saldo portanto é positivo, de R$ 31,464 bilhões. Não existe déficit, como quer fazer crer o governo e a imprensa em geral. O problema, mais uma vez, está relacionado com o pagamento da dívida pública, já que o governo desvia os recursos da Seguridade Social, como de outras áreas sociais, para o pagamento de juros e contratos estabelecidos pelos ajustes fiscais para manter a atual 'estabilidade' econômica e a inflação nos patamares dos últimos períodos.

Alca

Foi aprovado que a Adufrj-SSind retome as atividades do Comitê contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) na UFRJ. Os professores referendaram, ainda, a luta contra Alca como uma das bandeiras da Campanha Salarial 2003. Foi entendido que os movimentos e sindicatos devem reivindicar do governo Lula que apresente à sociedade os parâmetros de negociação que estão sendo encaminhados pelo Brasil na discussão com os demais países envolvido no acordo multilateral.

Eleições na universidade

A AG ratificou a posição anterior da Adufrj-SSind para que a UFRJ realize eleições para reitor no próximo período letivo, com prazos adequados para a realização do processo. A AG aprovou, ainda, a posição de que as eleições devam acontecer também nas Unidades e Órgãos Suplementares que venham a ter cargos vagos em sua direção, como é o caso atual da Coppe. Assim como Carlos Lessa, o diretor da Coppe, Pinguelli Rosa, foi licenciado pela Congregação do Instituto para exercer cargo em um órgão do governo Lula.

A diretoria da Adufrj-SSind informou também que ainda não tinha sido possível realizar uma reunião com as demais entidades representativas da comunidade da UFRJ (Sintufrj, DCE e APG) para discutir o processo eleitoral para reitor, como havia sido indicado em AG anterior.

Ações judiciais

A diretoria da Adufrj-SSind prestou esclarecimentos sobre a situação das ações relativas ao Plano Verão (26,05%) e dos 28,86% no âmbito da Adufrj-SSind. As solicitações à reitoria sobre relação dos professores que percebem os respectivos percentuais foram encaminhadas mas ainda não tinham sido respondidas, assim como não havia ainda novas informações sobre a negociação da reitoria com o MEC sobre a extensão administrativa discutida na última audiência com o reitor em exercício.

Alguns professores cobraram da Adufrj-SSind uma postura mais contundente em relação à solução das diferenças salariais provocadas por esses ganhos judiciais, que se agravaram muito com extensão dos 28,86% a apenas parte dos docentes, como no caso do Plano Verão. A discussão foi acirrada e mostrou desconhecimento por parte de alguns docentes da luta desenvolvida pela Seção Sindical pela extensão dos 26,05% a todos até agora. Vários sindicalizados deram seus testemunhos e diretoria prestou os esclarecimentos necessários, incluindo o apoio ao grupo de professores que, de forma independente, vem se organizando e reivindica da administração da UFRJ a incorporação dos 26,05%.

Em relação aos 28,86%, em particular, por duas vezes já haviam sido agendadas reuniões com o Sintufrj com este item em pauta mas elas não puderam ser realizadas. As informações precisas sobre a ação do Sintufrj que incorporou os 28,86% é de fundamental importância para o planejamento de ações políticas para a extensão a todos os docentes, assim como eventuais ações no âmbito jurídico ou administrativo na UFRJ a serem encaminhadas pela Adufrj-SSind.

Universidades

Governo aumenta o número de bolsas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, no último dia 10, um pacote de 14 medidas, entre elas, a que aumenta o número de bolsas do CNPq em mais de 4 mil. Mais 10.250 bolsas serão criadas e distribuídas em novas modalidades. Outra medida determina o preenchimento imediato de três mil vagas ociosas nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Santa Catarina (UFSC), do Paraná (UFPR) e de Minas Gerais (UFMG). Consta que, ao todo, haveria hoje 35 mil vagas ociosas nas universidades federais do país.

O Ministério da Ciência e Tecnologia vai, ainda, reinstituir a chamada taxa de bancada, para apoio ao desenvolvimento de teses de doutorado. Cada aluno bolsista de pós-graduação receberá, a cada três meses, o equivalente a uma bolsa de doutorado, hoje no valor de R$ 1.072,89. A distribuição das bolsas terá a preocupação de contemplar as diversas regiões do país e Norte, Nordeste e Centro-Oeste receberão atenção especial como parte da política de descentralização da atividade científica no país.

O aumento no número de bolsas e a criação de novas modalidades não implicará em gastos extras para o MCT. Um grupo de trabalho nomeado pelo ministro examinou o orçamento do MCT e do CNPq e concluiu que as medidas serão possíveis com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

O aumento do valor das bolsas

O secretário-executivo do MCT, Wanderley de Souza, também informou que o ministério continua estudando um aumento no valor das bolsas, outra grande expectativa dos bolsistas do CNPq. A questão exige um entendimento com a Capes e as Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados. Wanderley prevê que terá uma resposta a este problema até o final de março. Mais detalhes sobre as medidas do ministério podem ser conferidas em www.cnpq.br.

Fonte: Jornal da Ciência por e-mail 2218, de 11 de Fevereiro de 2003.

Resenha

Continua a luta com bingo

Uma decisão judicial da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no início do mês, autorizou a retomada do terreno pela empresa Amauta Administração de Serviços Ltda., administradora do bingo Botafogo. A UFRJ, que já se preparava para inaugurar um centro cultural no local, foi obrigada a retirar todo o material levado para o espaço. A universidade informou que comunicou o fato à AGU, encarregada da ação judicial sobre o assunto, para tomar as medidas cabíveis.

Pro tempore para a UFRJ

Matéria da Folha Dirigida (em 6/2) informa que o ministro da Educação vai indicar um reitor pro tempore para conduzir o processo eleitoral na instituição, no final de março. Cristovam mostrou-se favorável ao parecer elaborado pela Procuradoria da universidade, que possibilitou o afastamento por licença de 90 dias do antigo reitor. Ainda não há nome para assumir a reitoria durante esse período. Segundo a assessoria da UFRJ, Cristovam tem liberdade para indicar qualquer nome.

Livre acesso para docentes

Os professores da rede pública podem ter acesso garantido aos cursos de Licenciatura e Pedagogia, sem necessidade de vestibular. Essa foi uma das propostas apresentadas pelo ministro Cristovam Buarque, em seu único dia de mandato no Senado. Segundo ele, esta medida facilitaria o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que exige que, em 2006, todos os professores do ensino fundamental tenham nível superior completo. De acordo com o censo escolar 2002, o Brasil tem cerca de 272 mil professores leigos. Outros 541 mil possuem apenas nível médio completo. A matéria é da Folha Dirigida (6/2).

Projeto sobre CLT enterrado

Arquivar o projeto de lei que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) será uma das primeiras decisões do Senado assim que o Congresso retomar os trabalhos, neste dia 17. Com o apoio do governo e do seu partido, o PT, o presidente do Senado em exercício, Paulo Paim (RS) está tomando providências para que o polêmico projeto, já aprovado na Câmara, seja rejeitado pelos senadores. Esse seria o ponto de partida para uma nova discussão no Congresso sobre mudanças nas leis trabalhistas. A matéria é do jornal O Estado de S. Paulo (7/2).

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Os bons e os maus patriotas dos EUA

Daniel Lazare*

As manifestações contra a guerra crescem, nos Estados Unidos. Enquanto os protestos contra a guerra do Vietnã tinham, de início, o apoio de uma pequena minoria da opinião pública, atualmente 37% dos norte-americanos opõem-se ao projeto de Bush

As ondas de radicalismo só ocorrem nos Estados Unidos a cada trinta ou quarenta anos[1]. Uma vaga desse tipo parece se esboçar, alimentada pela ameaça de uma próxima invasão do Iraque. Os observadores a comparam já às anteriores. Durante a guerra do Vietnã, foi preciso esperar 1968, isto é, três anos de cerrada intervenção militar norte-americana, para que surgissem movimentos de protesto importantes. Desta vez, em 26 de outubro de 2002, quase 200 mil pessoas dirigiram-se a Washington e cercaram a Casa Branca; no mesmo momento, mais 80 mil pessoas saíam em passeata em São Francisco.

Em ambos os casos, opunham-se a uma guerra que ainda está apenas no estágio de projeto. Enquanto os jovens do *Students for a Democratic Society* (SDS) constituíam a força propulsora do movimento contra a guerra da década de 60 (na época, o alistamento era obrigatório...), as manifestações atuais têm por apoio uma base mais ampla. No início, os adversários da escalada indochinesa tinham apenas o apoio de uma pequena minoria da opinião pública. Ora, a dar crédito às pesquisas atuais, 37% dos norte-americanos opõem-se ao projeto de seu presidente[2].

A "falta de patriotismo"

George W. Bush pode parecer em excelente posição; na realidade, está mais fraco que Lyndon Johnson no final de seu mandato. Sua aventura iraquiana o expõe a toda série de riscos (obstáculos militares inesperados, caos no Iraque após uma eventual vitória, aprofundamento das dificuldades econômicas nos Estados Unidos). Pode ocorrer que, subitamente, o presidente se encontre na situação que seu pai conheceu, muito popular em 1991 e, no ano seguinte, repudiado por seus eleitores.

A situação atual assemelha-se ao Vietnã em um aspecto: a reciclagem que ela induz na *intelligentsia* progressista. Durante a guerra da Indochina, velhos social-democratas, como Irving Howe, criticaram com veemência os estudantes militantes que haviam ousado romper com o consenso anticomunista da guerra fria ao apoiar Ho Chi Minh. Hoje, os veteranos das lutas da década de 60 denunciam, no movimento pacifista que se esboça, pecados ideológicos bastante semelhantes.

Na realidade, semanalmente, ou quase, um progressista célebre imputa ao movimento sua falta de patriotismo, sua hostilidade aos valores dominantes do povo norte-americano ou sua oposição de princípios ao exercício do poder militar. Christopher Hitchens avalia que existe uma clivagem entre os que apóiam uma operação contra "Saddam" e os que "realmente acreditam que John Ashcroft (o secretário da Justiça) representa uma ameaça mais preocupante que Osama bin Laden3". Este maniqueísmo assemelha-se um pouco ao do presidente Bush, para quem "ou vocês estão conosco, ou vocês estão com os terroristas".

Amplia-se o espectro dos protestos

A feminista de esquerda Ellen Willis e o historiador do movimento populista Michael Kazin também combateram o movimento contra a guerra. Kazin argumentou que não compreende que as massas sejam patriotas e que a burguesia nômade não seja. No caso dos Estados Unidosm, acrescentou que "a frase de Marx, segundo a qual os trabalhadores não têm pátria, foi constantemente desmentida[4]". Segundo ele, se os pacifistas querem se unir ao povo, é preciso que se mostrem mais patriotas do que seu presidente...

A presença de elementos "radicais" na coalizão pacifista suscitou um grande número de objeções. Todd Gitlin, ex-presidente da SDS e hoje sociólogo na Universidade de Nova York, alertou os contestadores sobre o perigo de ver pessoas como Ramsey Clark, ex-secretário da Justiça do presidente Johnson – que, a partir de então, apoiou todos os adversários dos Estados Unidos (mesmo os menos recomendáveis) – desempenharem um papel importante na organização das manifestações. Gitlin previu que, caso esses elementos não sejam expurgados (e como o fariam?), a menor desconfiança ligada à sua presença acarretará a derrota do movimento. Isso ocorreu poucos dias antes das grandes manifestações de 26 de outubro...

Outros críticos, como Marc Cooper e David Corn, editorialistas do jornal The Nation, afirmaram que os manifestantes erraram ao apontar outros problemas além da futura invasão, questionando o embargo norte-americano contra Cuba ou o Iraque (apesar, neste último caso, das centenas de milhares de vítimas em conseqüência deste embargo).

O "radical" George W. Bush

Tamanha hostilidade explica-se de várias formas. Entre os aliados intelectuais do Partido Democrata, o ressentimento vem coroar uma série de fracassos. Tudo começou em novembro/dezembro de 2000 quando os republicanos venceram, de forma discutível, a corrida à Casa Branca. Depois de 11 de setembro o mal-estar cresceu quando os parlamentares progressistas, apavorados com a idéia de serem julgados como maus patriotas, acompanharam os passos do presidente aceitando a perspectiva de uma guerra sem fim para "livrar o mundo dos malfeitores".

Como resultado de uma tendência antiga, até a ala intelectual mais progressista do Partido Democrata está em frangalhos. Há uma geração, os estudantes radicais acreditavam, com Herbert Marcuse, que o aburguesamento da classe operária norte-americana a impediria de desempenhar um papel revolucionário. Estes mesmos estudantes, hoje com as têmporas grisalhas e começando a engordar, ainda acreditam que a classe operária foi cooptada pelo sistema. Mas, desta vez se alegram com isso e desde que não haverá outra "alternativa" para a sociedade burguesa, a missão da esquerda seria a de se aliar, expurgando as falhas mais inconvenientes. Um procedimento que os conduz a se transformarem em oposição leal, patriótica e a nunca estigmatizar o imperialismo norte-americano, nem no momento em que este se firma mais do que nunca na história do país desde a invasão de Cuba em 1898.

No entanto, uma fração – ainda minoritária, porém não desprezível – da população dos Estados Unidos experimenta sentimentos anti-imperialistas quando se dá conta do custo humano das sanções contra o Iraque, das manipulações do Conselho de Segurança pela Casa Branca e das tentativas cínicas do governo Bush destinadas a fazer recair sobre Saddam Hussein a responsabilidade pelos atentados do 11 de setembro. Certamente, uma miríade de organizações minúsculas, que se dizem marxistas, trotskistas ou maoístas5, apressa-se a explorar tais sentimentos, mas quem é responsável por isso? O elemento mais radical dos Estados Unidos se chama George W. Bush. A maneira como ele conduz sua guerra contra o terrorismo transforma o tabuleiro internacional e acentua o tom altamente direitista da política norte-americana. Apenas revolucionando a ordem mundial, o presidente dos Estados Unidos revoluciona também a oposição a suas políticas, obrigando-a a mostrar-se tão radical quanto ele.

(Trad.: Teresa Van Acker)

* Jornalista, autor de The Frozen Republic: How the Constitution is Paralyzing Democracy, New York, Harcourt, 1996.

1 - Ler, de Howard Zinn, Histoire populaire des Etats-Unis, ed. Agone, Marselha, 2002.

2 - Ler "Poll: Most support war as a last resort", USA Today, 26 de novembro de 2002.

3 - Ler, de Christopher Hitchens, "Taking Sides", The Nation, 14 de outubro de 2002. A partir de então, Christopher Hitchens decidiu não mais colaborar com o jornal The Nation.

3 - Ler, de Michael Kazin, A Patriotic Left, ed. Dissent, outono de 2002.

4 - Foi o Partido Comunista Revolucionário, um pequeno grupo maoísta, que lançou o abaixo-assinado "Not In Our Name", que teve o apoio de milhares de pessoas.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 84 • 24 de fevereiro de 2003

Reunião GTSS
25/2 - terça-feira
15:00 horas
Sede da Adufrj-SSind

Pauta
- Planejamento da discussão sobre a Reforma da Previdência na UFRJ
- Ciclo de debates do Andes-SN, Regional/RJ "Conversando sobre a Previdência"
- Propostas de teses sobre Seguridade Social ao XXII Congresso do Andes-SN
- Outras atividades do GTSS

Reunião da Adufrj-SSind para discutir o Caderno de Textos do 22º Congresso do Andes-SN
25/2 - terça-feira
Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200).
A reunião ocorrerá às 17h e é aberta a todos os sindicalizados.

Ciclo de Debates "Conversando sobre a Previdência"
26/2 – quarta-feira
15:00 horas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Auditório Hilton Salles
sala 82 P1
Debatedores
José Miguel Saldanha,
Escola de Engenharia/UFRJ
Roberto Leher,
Ex-presidente do Andes-SN
Sara Granemann
da ESS/UFRJ

Assembléia Geral
27 de fevereiro
quinta-feira
9h30
Sala G -122
(Centro de Tecnologia - Coppe)

Pauta
1) Campanha Salarial
2) Reforma da Previdência
3) 22º Congresso do Andes-SN:
- Discussão do Caderno de Textos
- Eleição de delegados/observadores
4) Assuntos Gerais

Manuella Soares

ASSEMBLÉIA DA ADUFRJ-SSIND, REALIZADA EM 20/2

AG aprova indicativo de paralisação para impedir Previdência Complementar

Projeto de Lei tramita em caráter de urgência e pode ser votado por acordo de lideranças

Durante quatro horas, a Reforma da Previdência foi o tema mais debatido na última Assembléia Geral da Adufrj-SSind, em 20/2. Os docentes da AG referendaram o indicativo de paralisação dos docentes da UFRJ, caso seja encaminhado para votação na Câmara dos Deputados o PL 9/99 que determina um teto para a aposentadoria dos futuros servidores públicos igual ao já praticado pelo INSS, de R$ 1.561,00. O PL propõe a instalação de Fundos de Previdência Complementar, como forma de poupança para garantir a integralidade dos proventos após a aposentadoria. O indicativo de paralisação foi um dos encaminhamentos aprovados em uma representativa Plenária de Servidores Públicos Federais, com um total de 297 participantes (259 delegados e 38 observadores) ocorrida no dia 18/2, em Brasília.

O sucesso da Plenária dos Servidores foi comentado pelos representantes da SSind nos eventos, José Henrique Sanglard e Salatiel Menezes. Os professores também deram informes sobre a reunião do Setor das Federais do Andes-SN, no dia 17, que precedeu a plenária dos servidores. As diretoras do Andes-SN e sindicalizadas da Adufrj-SSind, Cristina Miranda e Janete Luzia, complementaram as informações sobre os eventos.

Os docentes relataram e comentaram a grande presença de servidores no lançamento da Campanha, no auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional. Com capacidade para 600 pessoas, o auditório ficou lotado e muitos ainda ocuparam as laterais e os corredores, em pé e sentados no chão. Cerca de 20 parlamentares estiveram presentes ao ato, atraídos, na opinião da professora Cristina Miranda pelo grande número de entidades da base do funcionalismo e de representantes das categorias de servidores e do lançamento nacional da Campanha Salarial 2003 (leia matéria na página 3). Na avaliação do professor Sanglard, que acompanhou as atividades em Brasília, o movimento dos servidores tem todas as condições de crescer a partir de março, quando as universidades retomam todas as atividades, após o recesso.

Preocupação com a Previdência é geral

Caso o Projeto de complementação da previdência para o setor público não seja retirado de pauta, os servidores aprovaram a defesa da Seguridade Social Pública e a luta contra a implementação de Fundos de Pensão. Na reunião do Setor das Federais do Andes-SN, os docentes, sobre este assunto, aprovaram como proposta à Plenária dos SPF a retirada imediata do PLC 9/99 e das PEC 136 (que pede contribuição previdenciária dos aposentados) e 137 (que implementa o limite para as aposentadorias dos servidores ou subteto), além da revogação da Emenda Constitucional 20, que permite a regulamentação de Fundos de Pensão pela União, estados e municípios para seus servidores.

Durante a AG, houve avaliações dos docentes sobre as propostas divulgadas pelo governo e pela imprensa. Houve críticas de alguns professores à postura de parte dos dirigentes da Central Única dos Trabalhadores que teriam defendido os fundos de pensão públicos na Plenária dos Servidores. "Na Plenária, a CUT tentou contemporizar a reforma, e no ato de lançamento da campanha, a Central fez a defesa do arquivamento do PL e um discurso mais contundente contra as propostas do governo", comentou a 3º Secretaria do Andes-SN, Cristina Miranda.

Salatiel Menezes foi outro que criticou al-

Continua na página 2

Movimento

Continuação da capa

guns posicionamentos dúbios de parlamentares e dirigentes da Central sobre a reforma proposta pelo governo. "Acho que há dois discursos: um para os trabalhadores e entidades e outro, interno, nos corredores do Congresso e nos gabinetes", criticou professor, para quem as exceções seriam de parlamentares mais identificados com correntes mais 'à esquerda' do partido do governo.

Os docentes mostraram-se preocupados com a correlação de forças do governo para a aprovação do PL 9/99. Foi aprovado que a Adufrj-SSind encaminhe à Coordenação Estadual dos Servidores Federais a proposta de que seja formada uma comissão de representantes das entidades do Rio para atividades junto aos parlamentares do Estado. Foi aprovado, ainda, que a professora Sara Granemann seja a representante da SSind junto à coordenação estadual e na comissão. A avaliação do Andes-SN, segundo a professora Cristina Miranda, é que as entidades devem procurar pressionar todos os parlamentares da base do governo, e não somente os mais ligados aos movimentos dos servidores. "Não depende de um ou outro parlamentar a retirada do PL, mas dos partidos".

Ministro recebe pauta de servidores

Após o lançamento da Campanha, segundo Cristina Miranda, um grupo de servidores da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) foi ao ministério da Casa Civil protocolar a pauta de reivindicações da Campanha 2003. A pauta seria protocolada também nos ministérios do Planejamento e da Fazenda. A conversa dos servidores com o ministro-chefe, José Dirceu, demorou cerca de uma hora hora e meia. Segundo a diretora do Andes-SN, ao receber a pauta, Dirceu argumentou que não poderia mexer no orçamento de 2003 e que só poderia negociar os reajustes na peça orçamentária de 2004. Disse ainda que o governo se limitaria a cumprir o que está definido na proposta de governo do PT apresentada em 2002 e que não pretendia mudar 'de eixo'. O ministro disse ainda, segundo Cristina, que seria muito difícil o arquivamento do PL 9/99 já que este seria uma "moeda de negociação" do governo no Congresso.

Campanha em defesa da previdência pública tem que ir para as ruas

O entendimento geral dos presentes à AG é de que o movimento docente tem que disparar campanhas de esclarecimento à população sobre a reforma em curso. Para a sindicalizada e ex-diretora da SSind, Maria de Lourdes Passos, é preciso que os professores da UFRJ se conscientizem dos efeitos de uma reforma que vai retirar conquistas dos trabalhadores. Lourdes é aposentada e também considera que parte dos dirigentes da CUT e dos parlamentares da base do governo fazem um discurso mais moderado para os movimentos sociais, mas apenas para ganhar tempo e implementar a reforma. "Acho que devemos participar dos encontros com o governo e das instâncias da CUT (estão previstos para os meses de abril e junho, os encontros estaduais e nacional da Central), mas devemos nos preparar para o diálogo com a sociedade". A professora considera que a opinião pública tende a acreditar no discurso de que os servidores aposentados são privilegiados e as informações sobre a real situação do funcionalismo e do serviço público não são tratadas pelos meios de comunicação. "Precisamos organizar a base dos professores da UFRJ para comprar esta luta (em defesa da seguridade pública) e ganharmos a sociedade", concluiu.

Para a presidente da SSind, Cleusa Santos, é preciso que as pessoas estejam esclarecidas sobre as relações entre a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária. Cleusa lembrou a configuração do Conselho Nacional de Desenvolvimento Social, que conta com a participação de 41 representantes do setor empresarial, a metade do total de integrantes, entre ministros, representantes de centrais sindicais, movimentos socias e personalidades. Por este motivo, segundo a professora, é preciso chamar a atenção da opinião pública que além do setor financeiro, também o setor comercial tem grande interesse na extensão dos serviços de seguridade social com mercantilização da previdência. "Precisamos entender melhor os laços que se estabelecem entre a cobrança de impostos e o destino que se dá a estes recursos", comentou, sugerindo que os docentes acompanhassem as propostas de movimentos internacionais como a ATTAC - Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos – que "podem apontar alternativas mais sólidas para serem apresentadas ao governo". A idéia da ATTAC é tributar o capital financeiro para acabar com a miséria mundial em dez anos. Uma das campanhas da ATTAC, por exemplo, é o perdão das dívidas dos países 'pobres' pelos organismos financeiros internacionais.

Propostas aprovadas na reunião do Setor das Federais

Eixos gerais da Campanha:

1 – Reposição Salarial Emergencial - 46,95%;
2 – Reposição das perdas salariais do governo FHC - 122,39%;
3 – Incorporação de todas as gratificações;
4 – Pelo cumprimento dos Termos de Acordo da greve de 2001;
5 – Defesa da Seguridade Social Pública - Contra a Previdência Complementar e os Fundos de Pensão; pela retirada imediata do PLC 9/99 e das PEC 136 e 137; e revogação da EC 20 – votação: unanimidade;
6 – Pelo direito de greve e autonomia sindical;
7– Reconstrução do serviço público e defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada, reconhecendo o *PNE: Proposta da Sociedade Brasileira* como documento de referência política para a educação brasileira;
8– Pela retirada do Brasil das negociações da ALCA e pela realização do Plebiscito Oficial.
9 – Contra o pagamento da dívida externa – votação: 12 favoráveis, 3 contrários, 3 abstenções

Itens emergenciais

- Reajuste Emergencial (46,95%);
- Política de recomposição das perdas salariais desde 1995 (122,39%);
- Incorporação das gratificações (inclusive as produtivistas);
- Cumprimento dos Termos de Acordo de greve/2001;
- Defesa da Seguridade Social Pública - Contra a Previdência Complementar e os Fundos de Pensão;
- Estabelecer a data-base dos servidores públicos federais em 1º de maio.

Fundos de Pensão não podem ser públicos

Para a sindicalizada Sara Granemann, ainda há muito desconhecimento sobre os fundos de pensão ou sobre as formas de previdência complementar. Segundo a professora, que vem realizando debates sobre o tema em sindicatos do Rio, a previdência complementar tem relação direta com o capital financeiro, tese que, segundo ela, alguns sindicalistas e representantes do governo rebatem. Segundo Sara, não há diferença entre a previdência complementar realizada por instituições ou bancos privados e os chamados 'fundos públicos', geridos por estados ou categorias. Em ambos os casos, de acordo com a docente, o capital arrecadado com as contribuições é aplicado no mercado financeiro, ou seja, na bolsa de valores, o que colaboraria com o aumento da especulação e com a perda de postos de trabalho no setor privado. "O que o mercado financeiro, o governo, alguns sindicatos e até a CUT pretendem gerir é algo que pode chegar a 70% do PIB em 2012, ou seja, de 500 a 700 bilhões de reais", disse, referindo-se a projeções de aplicações feitas com o montante das contribuições dos trabalhadores nos próximos anos, caso o PL 9/99 seja aprovado.

GTSS discutirá estratégias de mobilização na UFRJ

Os professores na AG recomendaram ao Grupo de Trabalho de Seguridade Social local que discuta estratégias para viabilizar uma campanha de esclarecimento e mobilização dos professores da UFRJ contra a Reforma da Previdência. O GTSS da Adufrj-SSind se reúne nesta terça-feira, dia 25/2, às 15h, na sede da SSind e deverá apresentar propostas para a discussão da Reforma da Previdência na universidade na AG do dia 27/2 (veja chamada na capa).

Eixos Gerais

Segundo Sanglard, na discussão sobre os Eixos Gerais de Luta para o movimento docente, o setor das Federais aprovou o reajuste emergencial, referendado pela Plenária dos Servidores, de 46,95%. O índice emergencial, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), foi atualizado e corresponde às perdas salariais dos meses de junho de 1998 a abril de 2003. Os docentes das seções sindicais das Federais e os demais servidores também querem que o governo reconheça o mês de maio como a data-base da categoria. "Por este motivo, o cálculo das perdas já é estimado até abril deste ano", explica o tesoureiro da SSind. Os servidores aprovaram, ainda, um índice de reajuste pleno atualizado, também

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 5.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

pelo Dieese, em 122,89%, de janeiro de 1995 a abril de 2003.

Incorporação das gratificações

Além dos reajustes emergencial e pleno, o Setor das Federais aprovou para a Campanha de 2003 a luta pela incorporação de todas as gratificações recebidas pelos servidores. Isto significa reivindicar do governo a incorporação, além da GAE – Gratificação por Atividade Executada (que hoje equivale a 160% do salário base), das gratificação por produtividade: GED (Gratificação de Estímulo à Docência) e GID (Gratificação de Incentivo à Docência). Vale lembrar que os servidores técnico-administrativos conseguiram incorporar a GAE aos salários, na greve de 2001, quando também impediram a implementação da gratificação produtivista GDAE (Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacional). A Plenária dos SPF referendou a reivindicação pela incorporação das gratificações para todos os servidores.

Campanha defende suspensão do pagamento da dívida externa

Um assunto que vinha causando polêmica entre as diversas categorias de servidores era a inserção da campanha pelo não pagamento da dívida externa na pauta de reivindicações. Segundo Sanglard, apesar de a última Assembléia local ter indicado apenas a aprovação de uma 'auditoria da dívida', a Plenária dos Servidores, bem como a reunião do Setor das Ifes, aprovou por ampla maioria, como eixo da campanha, uma auditoria das dívidas interna e externa e a suspensão imediata do pagamento da dívida externa.

Caderno de Textos para o 22º Congresso do Andes-SN

Os professores debateram algumas propostas apresentadas no Caderno de Textos do 22º Congresso Nacional do Andes-SN que acontece nos dias 8 a 13 de março, em Teresina (PI). Foi decidido que seria publicado um encarte nesta edição com as propostas de Texto de Resolução sobre os Eixos do Plano Geral de Luta, do Plano de Lutas do Setor das Federais, além dos textos específicos sobre a Seguridade Social, a Reforma da Previdência e os Hospitais Universitários. O encarte traz as propostas da diretoria do Andes-SN sobre estes temas e será objeto de discussão e deliberação da próxima AG, nesta quinta-feira, dia 27/2, às 9h30, na sala G 122, da Coppe, na Ilha do Fundão. Antecedendo à AG, a Adufrj-SSind realiza mais um encontro para que os docentes possam discutir o Caderno do Congresso, nesta terça-feira, 25/2, às 17h, na sede da entidade.

Escolha de delegados

Na AG, foram escolhidos alguns delegados da SSind para o Congresso de Teresina. A seção sindical tem direito a uma delegação de 12 representantes escolhidos em assembléia e um indicado pela diretoria da entidade. Foram escolhidos na AG os professores Cleusa Santos, José Sanglard, Salatiel Menezes, José Miguel Bendrao Saldanha, Sara Granemman, Maria de Lourdes Passos, Roberto Leher, Rosanne Evengelista Dias e, pela diretoria, Luciano Menezes. Na próxima assembléia, os professores José Miguel e Sara Granemman confirmarão a participação e ainda será possível eleger os demais representantes para completar a delegação. Além desta representação, a AG pode indicar observadores ou suplentes de delegados para o evento.

Eixos para a Campanha Salarial 2003 aprovados na Plenária dos SPF:

1- Não à ALCA!
2- Reforma Tributária já!
3- Contra a retirada de Direitos de todos os trabalhadores
4- Auditoria da Dívida Interna e Externa
5- Suspensão imediata do Pagamento da Dívida Externa
6- Negociações já!
7- Cumprimento dos Acordos de Greve de 2001
8- Incorporação das Gratificações
9- Recuperação do Serviço Público
10- Política Salarial
11- Arquivamento do PLC 09/1999
12- Em defesa da Previdência Social Pública
13- Reajuste Emergencial de 46,95%
14- Revogação das seguintes leis: Emenda Constitucional nº 20, Lei 9717/99, Leis Complementares nº 108 e nº 109
15- Manutenção da paridade entre ativos e aposentados com arquivamento imediato das PEC 136 e 137
16- Garantia de aposentadoria integral para todos os trabalhadores
17- Auditoria na Previdência

Atividades e calendário aprovados na Plenária dos SPF

1- Produção de 2 milhões de Cartilhas para subsidiar a campanha em favor da Previdência Pública
2- Paralisação dos SPF caso o PL 9/99 entre na pauta de votação do Congresso Nacional.
3- Dia 8/03- Dia Internacional da Mulher- agregar às manifestações os eixos da Campanha Salarial 2003 com destaque para o arquivamento do PLC 09/199 e os motes dos SPF: Não à ALCA; Não à Guerra etc
4- De 24/02 até 19/03 realização de assembléias gerais para encaminhar as ações aprovadas na Plenária dos SPF
5- 20/03- lançamento unificado da Campanha Salarial nos estados e ato pelo arquivamento do PL 09/99
6- 22/03- plenárias das entidades
7- 23/03- Plenária dos SPF em Brasília
8- 25/03- Seminário Nacional sobre a Previdência.

Ato da Campanha 2003 mobiliza servidores

Mais de cem entidades da base do funcionalismo federam marcaram presença no ato

Cerca de mil pessoas marcaram presença no auditório Nereu Ramos, da Câmara Federal, no dia 19 de fevereiro, para o lançamento da Campanha Salarial 2003 dos servidores. Aproximadamente 110 entidades de base, federações e confederações do funcionalismo público federal (entre elas, o Andes-SN), estavam presentes. Os partidos de esquerda, incluindo o PT, também compareceram com 30 parlamentares.

Pela Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF), Rogério Marzolla iniciou o ato de lançamento da Campanha. Ele reafirmou as reivindicações aprovadas na Plenária dos SPF no dia anterior e destacou a disposição de luta dos SPF para fazer valer os direitos dos trabalhadores. Marzolla frisou a necessidade do não-pagamento da dívida externa e a importância de enfrentamento da reforma previdenciária anunciada pelo governo.

O presidente da CUT, João Felício, ressaltou que a central sindical estará ao lado dos servidores na campanha salarial. Felício afirmou que a CUT manterá uma postura autônoma diante do governo e criticou o Projeto de Lei nº 9/99 (que fixa regras previdenciárias para os futuros servidores). Ele voltou a afimar que a primeira necessidade do país no momento é a reforma tributária, em vez da questão da Previdência.

Líder do governo pede calma

Líder do governo na Câmara, o deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) pediu a palavra durante o ato para informar que o governo já organiza uma mesa de negociações com a CNESF para esta semana. Pellegrino disse ainda que o governo não vai votar ou apresentar qualquer reforma da Previdência sem antes dialogar e negociar com as entidades e com o funcionalismo – o que Pellegrino não disse foi que o governo está estipulando prazos exíguos para esta discussão, que mais parece um monólogo para a imprensa e para "atendimento aos mercados".

Representante do Andes-SN ressalta PNE da Sociedade

Pelo Andes-SN, o 1º vice-presidente José Domingues comentou a necessidade de os sindicatos preservarem sua autonomia e independência em relação ao governo para o sucesso da luta dos trabalhadores. Domingues observou que as críticas vindas principalmente do MEC de que as universidades não têm contribuído para o desenvolvimento do país não têm fundamento: considerado o papel dos hospitais universitários e da pesquisa em geral (em especial, nas estatais), o retorno econômico têm sido imensamente maior do que o investido nas instituições públicas de ensino superior. Neste sentido, Domingues defendeu posição contrária ao projeto de Lei de Inovação Tecnológica, que a antiga gestão do MCT tentou impor às universidades e que buscava aumentar a privatização do espaço público nestas instituições. Para a política educacional, citou o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, construído nos Coneds, como a referência.

Servidores protocolam pauta no Palácio do Planalto

Concluídas as falas das entidades, os presentes se dirigiram em passeata ao Palácio do Planalto para entregar a pauta de reivindicações dos servidores ao ministro da Casa Civil, José Dirceu (veja matéria de capa).

FSM

Jovens debatem formação de professores no Fórum Social

Seção Sindical promove oficina sobre ensino à distância e as propostas de governo

Promovida pela Adufrj-SSind, a oficina *Políticas educacionais: análise do discurso do MEC para a formação de professores*, realizada durante o III Fórum Social Mundial, no dia 25/1, em Porto Alegre, apresentou propostas que buscam rediscutir a formação de professores para a escola básica, atualmente associada à propagação do ensino à distância nas instituições. Coordenada pela professora Raquel Goulart Barreto, da Faculdade de Educação da UFRJ, a oficina, para sua surpresa, teve como público jovens adolescentes, a maioria secundaristas, atraídos, segundo ela, pelo tema proposto. "Na medida em que as declarações do atual Ministro da Educação apontam para a manutenção e, até, para a expansão da política de formação de professores a distância, a oficina pretendeu criticar o modelo proposto pelos organismos internacionais, adotado no Brasil desde 1995, bem como apresentar propostas de ação visando a redimensionar a questão da formação de professores para a escola básica", comenta Raquel.

Inscrita no eixo "Mídia, cultura e contra-hegemonia", a oficina pretendeu, segundo a professora, traçar alternativas que superem a proposta *neotecnicista* adotada pelos dirigentes. "Esta proposta tem se caracterizado pela redução das tecnologias de educação e comunicação a estratégias e materiais de Educação a Distância (EAD). Por um lado, concebe as tecnologias como uma espécie de solução para todos os problemas educacionais. Por outro, faz silêncio acerca da substituição tecnológica que a sustenta: opera com a tecnologia *em lugar de* ... Mais ainda, esta perspectiva reducionista tem, como foco, a formação de professores a distância e, conseqüentemente, diz respeito à totalidade da educação, indissociável do projeto de sociedade em que se inscreve", explica Raquel.

Guilherme Lessa

JOVENS UNIVERSITÁRIOS QUEREM INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS AOS CURSOS PRESENCIAIS

Segundo a coordenadora da oficina, a proposta de se investir em novas tecnologias para aumentar o número de profissionais de ensino não é nova, nem original ou específica. Formulada pelos organismos internacionais para o Terceiro Mundo, as tecnologias de ensino à distância têm sido justificadas apenas, segundo Raquel, em termos de distâncias geográficas e vêm sendo valorizadas em nome de uma pretensa "flexibilização" da formação profissional. Enquanto isso, nos cursos de formação de professores presenciais, não há, de acordo com a professora, uma política que garanta o acesso a estas mesmas tecnologias. "Estão presentes (as tecnologias) nos cursos a distância e ausentes, ou pelo menos distantes, nos cursos presenciais", critica.

Para Raquel, no caso dos cursos à distância, os "sujeitos" ou formandos se relacionam com as tecnologias apenas na condição de usuários. Já nos cursos presenciais, as dificuldades de acesso impediriam a real apropriação das Tecnologias de Ensino como objeto de análise e como modo de aperfeiçoamento das condições de ensino-aprendizagem. "Em outras palavras, o questionamento central diz respeito aos modos pelos quais as TIC são incorporadas aos processos pedagógicos", comenta, ainda, a educadora.

A proposta

O trabalho planejado para a oficina, de acordo com a docente, compreendia a discussão conceitual e o exercício de análise de textos da Secretaria de Educação à Distância do MEC, associando-os com a realidade vivenciada nas escolas. "Na realização deste trabalho, é importante assinalar algumas dificuldades: o número elevado de oficinas em horário concomitante e o atraso na divulgação da programação das oficinas, distribuída duas horas antes do início previsto. O resultado não foi apenas um público bastante reduzido (cerca de 18 pessoas), mas diferente do que havia sido imaginado quando da concepção da oficina. Eram alunos universitários de diferentes áreas, preocupados com as políticas do MEC em geral, mas com pouca ou nenhuma familiaridade com as questões relativas à formação de professores", relata.

Sem abrir mão da proposta de discutir os conceitos fundamentais da oficina, Raquel conta que ela e sua colaboradora, a pesquisadora Lígia Karam Corrêa de Magalhães, adaptaram o discurso para o público mais adolescente que compareceu ao evento e procuraram debater as vivências cotidianas daquele grupo. "Assim, por exemplo, a presença de múltiplos sentidos foi ilustrada pelo recurso a textos que circulavam no evento, como o de uma camiseta vendida nas proximidades da sala, com os dizeres: "Para melhorar o mundo, os homens precisam fazer como as mulheres: largar os tanques".

Na roda de discussão em que se transformou a oficina, foram desenvolvidos dois eixos de debate: o levantamento das razões que levaram aqueles jovens para a escolha daquela oficina específica; e a introdução dos termos-chave do encontro: "a educação como projeto social, ação de sujeitos; a formação de professores, na perspectiva dos sentidos que adquire socialmente; e a análise de discurso como alternativa de aproximação de linguagem e história, nas suas relações com a ideologia, compreendida como hegemonia de sentido". Os textos da Secretaria do MEC e as alternativas à 'onda' *neotecnicista* em curso também foram debatidos pelos presentes.

Como resultado, segundo Raquel, foi aprovada a seguinte proposta de ação, que foi entregue aos responsáveis pela coordenação do Fórum Social: "Superar a atual redução das tecnologias da informação e da comunicação a estratégias de educação a distância, viabilizando a sua incorporação aos diferentes processos pedagógicos, no sentido do aperfeiçoamento destes mesmos processos. Na medida em que o trabalho docente configura a mediação entre os sujeitos e os materiais de ensino, é fundamental garantir a presença das diferentes tecnologias ao cotidiano dos cursos de formação de professores (especialmente os presenciais), de modo a permitir a sua incorporação como objeto de análise e foco de propostas pedagógicas sustentadas pelas tecnologias."

Movimento

Ministro ouve críticas do FNDEP

Um encontro recheado de propostas para o MEC. Assim pode ser definido o "Seminário de Trabalho: Reafirmando propostas para a educação brasileira", promovido pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), nos dias 18 a 21/2, na Universidade de Brasília. No dia 20, o ministro da Educação, Cristovam Buarque, acompanhou os trabalhos do FNDEP por cerca de duas horas e meia e ouviu muitas críticas à legislação vigente para o setor, além de sugestões de aperfeiçoamento baseadas no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, construído nos Coneds.

De acordo com a representante do Fórum Catarinense em Defesa da Escola Pública (uma das entidades que compõem o FNDEP), professora Graça Bollmann, o ministro foi cobrado, por exemplo, sobre o caráter privatista do Conselho Nacional de Educação (CNE). "O Fórum chegou a pedir a demissão dos atuais conselheiros, mas o ministro disse que isso não seria possível", comentou Graça. O fim do Provão e do Enem foi outra reivindicação do FNDEP ao ministro. Para isso, informou Graça, Cristovam comprometeu-se a criar uma comissão para estudar o assunto.

Graça Bollmann observou que um novo encontro do Fórum ficou agendado para os dias 5 e 6 de abril, em Brasília também, para continuar a discussão de políticas emergenciais para a Educação a serem encaminhadas ao ministro.

FME

Contra a mercantilização da Educação

Encontro promovido pelo Andes-SN durante o FME defende o internacionalismo da luta dos movimentos sociais

Internacionalizar a luta contra a mercantilização da Educação. Essa foi a solução apresentada pelo professor Osvaldo Coggiola (2º vice-presidente do Andes-SN) durante a mesa da manhã do I Encontro Internacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior, promovido pelo Sindicato Nacional e realizado no Fórum Mundial de Educação, em Porto Alegre, no dia 20 de janeiro.

Para chegar a essa afirmação, Coggiola discorreu sobre a influência de organismos reguladores internacionais na economia do mundo e mostrou a necessidade de uma reação organizada dos diversos países contra o pensamento neoliberal vigente.

De início, o dirigente do Andes-SN comentou o princípio da liberalização tão apregoado pela Organização Mundial do Comércio (OMC): "Se houver liberalização, os piores sairão do mercado e os consumidores sairão ganhando", citou. Logo em seguida, fez a relação deste princípio da organização multilateral com a área educacional de nível superior brasileira, hoje dominada por instituições particulares. Aparentemente, a lógica da OMC serviria para banir os cursos ruins. Mas Coggiola mostrou que esse não é o real interesse da organização.

Organismos multilaterais vêem ensino superior como mercado potencial

Antes de mais nada, Coggiola argumentou que a Educação não pode ser tratada como mercadoria e, sim, como um direito fundamental. No entanto, alertou a platéia que este ponto é insuficiente para possibilitar o debate da questão. Ele preferiu defender que o verdadeiro interesse por trás dessa "lógica" seria o de abrir espaço às empresas estrangeiras para abocanhar um mercado em expansão. Segundo ele, os dados históricos demonstram que o número de universidades está crescendo em todo o mundo. "No Brasil, existem hoje cerca de três milhões de universitários (em 1988, o número de alunos não atingia o milhão e meio); no mundo todo, são 85 milhões. E, estima-se, em 2025, serão 165 milhões", informou

Kelvin Melo

OSVALDO COGGIOLA E JOCELYN BERTHELOT (COM O MICROFONE)

Coggiola contextualizou esse número espantoso de pessoas com significativo poder de compra com a constante crise mundial. "Numa situação de estreitamento de mercados, é essencial abrir novos mercados. Ou seja: vem daí o princípio da abertura da Rússia, a pressão sobre economias estatizadas e, finalmente, a abertura do setor de serviços, como a Educação", disse. "É para isso que existem FMI, Banco Mundial, OMC e outros organismos", completou.

O dirigente do Andes-SN também desfez qualquer ilusão de justiça que pudesse existir entre os presentes sobre os procedimentos dos órgãos multilaterais. "A OMC tem um tribunal para julgar litígios, mas apenas em 2% dos casos houve decisão favorável aos países pobres. É que nem a Justiça brasileira", ironizou. Além do mais, explicou Coggiola, nesses órgãos, a democracia é "relativa", pois os países mais ricos têm maior peso nas decisões a serem tomadas. Ele citou a ingerência das missões do FMI nos países pobres. "Nos EUA, empresas com faturamento superior ao PIB argentino faliram recentemente e nada aconteceu. Por que não mandam uma missão do FMI para lá?", questionou.

Por isso, segundo o professor, o internacionalismo da luta dos movimentos sociais dos diversos países deve ser encampado em busca da construção de uma sociedade socialista. Na Educação em particular, a luta é contra a mercantilização do setor. "Nós defendemos a não-entrada na Alca e um sistema político que não pague a dívida externa. Mas isso deve ser feito mudando o caráter de classe da Educação e do próprio governo", afirmou.

Professor alerta para os perigos da Alca

O canadense Jocelyn Berthelot, da Rede Social para Educação Pública nas Américas (Sepa), também questionou o modelo econômico da globalização neoliberal "com sua vontade de impor valores de mercado a todas as atividades humanas, inclusive a Educação". Em seguida, Jocelyn demonstrou como esse modelo é prejudicial aos países em desenvolvimento. Ele voltou a atenção da platéia para um dos capítulos que regem o acordo comercial da Nafta (que integra Canadá, EUA e México): o de número 11. Este trecho dá direito às empresas de processar o governo de um país participante, quando seus investimentos internacionais forem feridos por Leis ou regulamentos nacionais. De acordo com o canandense, a intenção do governo norte-americano é repetir esta cláusula no acordo da Alca, em claro atentado contra a soberania das nações envolvidas.

Assim como Coggiola, Jocelyn defendeu o internacionalismo da luta dos movimentos sociais. Ele elogiou a iniciativa do Plebiscito brasileiro contra a Alca, com a participação de dez milhões de pessoas, e ressaltou a necessidade de formulação de projetos democráticos para enfrentamento do neoliberalismo.

Na próxima publicação da Adufrj-SSind, estaremos reportando o conteúdo da segunda mesa do I Encontro Internacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior, promovido pelo Andes-SN, e que contou com a participação de representantes da Fasubra e entidades sindicais da Europa e da América.

Resenha

Lei de cotas esbarra na mistura de raças

Um substitutivo que juntou projetos de lei do senador José Sarney (PFL-AP) e do então deputado Paulo Paim (PT-RS), agora respectivamente presidente e vice-presidente do Senado, vai reacender a discussão sobre a constitucionalidade das cotas raciais, agora na esfera federal. Pelo projeto de lei, quem se declarar afro-descendente se beneficiará de cota mínima de 20% nos vestibulares das universidades públicas e particulares, nos concursos públicos e no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. O substitutivo foi aprovado por unanimidade em comissão especial da Câmara e agora vai ao plenário. (O Estado de SP, 16/2)

Primeiro nas cotas rejeita o sistema

O estudante Daniel Araújo, que se autodeclarou negro e concluiu os ensinos fundametal e médio em escolas públicas, conseguiu o primeiro lugar em Medicina e a terceira posição no ranking geral do vestibular da Uerj. Daniel considera o sistema de cotas um "paliativo" que não resolverá a questão da inserção do negro na sociedade. "O que precisa acontecer mesmo é a recuperação da escola pública", disse, em matéria da Folha de S. Paulo (8/2).

Ensino virtual tem 84 mil alunos

O Brasil tem atualmente 84.713 pessoas que cursam o ensino superior por meios virtuais, nas chamadas universidades à distância. O dado é do primeiro censo feito no país realizado pelo Iesalc (Instituto Internacional da Unesco para a Educação Superior na América e no Caribe). Até o fim de 2002, 33 instituições públicas e privadas brasileiras ofereciam 60 cursos de graduação e pós-graduação nessa modalidade. Até 2006, o MEC quer aumentar para 500 mil o número de vagas nos cursos superiores de ensino à distância do país (Folha de São Paulo, 14/2)

CNPq não reajusta bolsas

Erney Camargo assumiu o cargo de presidente do CNPq com o compromisso de rever o valor das bolsas de estudo pagas pela instituição e congeladas há anos. O reajuste está entre as principais demandas dos pesquisadores beneficiados. Camargo afirmou, no entanto, que o orçamento para 2003 do CNPq (R$ 688 milhões) é insuficiente para pagar um aumento. Por outro lado, Camargo disse que a agência pretende aumentar o número das bolsas com valores menores do que as atuais. (Jornal da Ciência por e-mail, 17/2)

UFRJ

Dívida da UFRJ pode chegar a R$ 14 milhões

Mesmo assim, administração atual pretende repassar R$ 5 mil mensais para cada Unidade

Se a situação estava ruim para as universidades públicas no governo Fernando Henrique, não deve melhorar neste início de governo Lula. Pelo menos foi isso que ficou demonstrado na reunião promovida pela reitoria no último dia 19 com convite a todos os decanos e diretores de Unidades e Órgãos Suplementares da instituição. Neste encontro institucional, o sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Oscar Acselrad, apresentou as contas de 2002 e traçou uma perspectiva sombria para 2003.

No ano passado, a UFRJ recebeu do MEC para o seu custeio um valor perto de R$ 36,5 milhões contra um total de gastos de R$ 45,7 milhões. Ou seja: teve resultado negativo em torno de R$ 9 milhões. Mas para quem achava que a mudança na presidência e no ministério poderia melhorar a vida da instituição já em seu primeiro ano, Oscar não deu esperanças. O orçamento até prevê uma verba maior desta vez (R$ 41,5 milhões), mas os reajustes das despesas correntes, principalmente na parte de energia elétrica, deverão elevar a dívida da universidade para R$ 55,8 milhões. Portanto, a reitoria projeta uma dívida de R$ 14 milhões.

Como se não bastasse tudo isso, a UFRJ continua a receber os repasses mensais do MEC de forma muito atrasada. O reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza, anunciou que a instituição conseguiu apenas um percentual do duodécimo que deveria ter entrado já em 5 de dezembro. E nada de janeiro e fevereiro. Por conta desses atrasos que se tornaram constantes no final do ano passado, o sub-reitor Oscar informou que não paga a conta da fornecedora de energia desde agosto e pretende pagar apenas uma parte do valor daqui em diante.

Para tentar minimizar esse déficit estimado em R$ 14 milhões, a reitoria anunciou algumas medidas: vai desencadear uma ampla campanha para a comunidade economizar energia e, desde o mês de janeiro, restringiu os ramais que podem fazer ligações telefônicas para celular ou para fora da cidade do Rio de Janeiro – esta última determinação foi decidida no Conselho Superior de Coordenação Executiva, segundo Fracalanzza. "A partir das próximas contas, vamos examinar os resultados", disse Oscar. Neste sentido, o professor Roberto Medronho, diretor do NESC, solicitou à reitoria que as direções de Unidade recebam regularmente as contas por linha telefônica para apurar localmente este controle.

Manuella Soares

FRACALANZZA APRESENTA PROBLEMAS DA UFRJ AOS DIRETORES E DECANOS

Repasses mensais de R$ 5 mil para as Unidades

Enquanto corta por um lado, a reitoria divulgou uma iniciativa de auxílio às unidades (menos as hospitalares que, mal e mal, contariam com as verbas do SUS). Cada uma vai receber R$ 5 mil mensais para suas despesas internas, enquanto o total das decanias ganharia R$ 30 mil/mês – neste último caso, a distribuição seria proporcional ao tamanho da área administrada. O CCS seria o maior beneficiado, com R$ 10,5 mil. Esses repasses custariam R$ 2,7 milhões anuais aos cofres da reitoria. Como já disse em novembro do ano passado, em uma reunião do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), Oscar prefere repassar dinheiro às Unidades do que para a Light, dada a situação de endividamento.

A iniciativa que soou positivamente para a mairia dos diretores presentes ainda não começou porque o caixa está zerado, de acordo com a reitoria. Assim que os duodécimos sejam regularizados, o dinheiro será passado, inclusive o retroativo a janeiro. Fracalanzza comentou que esta é uma decisão administrativa que está aberta às críticas e poderá ser pautada e reconsiderada nos conselhos superiores da UFRJ (CSCE e Consuni). O decano do CT, Cláudio Baraúna, foi quem menos apreciou a novidade. Alegando já ter recebido mais verbas no passado, Baraúna não aceitou a equiparação de todas as Unidades pelos R$ 5 mil.

UFRJ precisa crescer

O reitor em exercício aproveitou a reunião institucional também para apresentar outros problemas da UFRJ que provavelmente estarão sofrendo cobranças da sociedade e do MEC: vagas ociosas, cursos noturnos e aperfeiçoamento da pós-graduação, entre outros fatores.

Quanto às vagas ociosas, por exemplo, Fracalanzza apresentou um estudo preliminar que registra cerca de três mil trancamentos na UFRJ, em média por semestre, desde o primeiro período de 2000. O reitor em exercício citou a iniciativa de outras universidades que promovem grandes editais de transferência para ocupar esse "espaço", resguardando os direitos dos alunos que fizeram a opção pelo trancamento. Segundo ele, isso poderia ser repetido na UFRJ, com a garantia de um período de qualificação em disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa dos estudantes transferidos. Fracalanzza anunciou ainda que pretende reduzir o período máximo de trancamento da matrícula para dois períodos, em um Consuni extraordinário em março.

Sem favorecimentos

Ao longo da reunião institucional, chamou a atenção um comentário do reitor em exercício sobre as chances de a UFRJ ou suas Unidades obterem mais recursos junto ao MEC em acordos de gabinete. "Pela transparência atual do MEC, não há condições de favorecimentos", afirmou.

Ministros da Educação e de C&T visitarão UFRJ

Fracalanzza confirmou a visita do ministro da Educação, Cristovam Buarque, para a solenidade de abertura dos cursos de graduação da UFRJ. No dia 10 de março, às 12h30, Buarque realizará a aula magna no auditório do Centro de Tecnologia. O reitor em exercício tenta ainda marcar a visita do ministro de C&T, Roberto Amaral, provavelmente para o dia 14 ou para o dia 17 de março. Neste caso, a reitoria buscaria promover um seminário com a presença de representantes da secretaria estadual de C&T, da Faperj e outras entidades científicas.

Canecão e a UFRJ

Em nota de sua coluna de O Globo (16/2), o jornalista Ancelmo Gois divulgou que a casa de espetáculos Canecão e a UFRJ voltaram a conversar depois de anos de "pendenga judicial" (vale lembrar que, assim como o Bingo Botafogo, o imóvel também está instalado irregularmente em terreno da universidade). O jornalista comenta que o aluguel da casa passaria dos atuais R$ 15 mil para R$ 40 mil mensais.

Na reunião do dia 19/2, o sub-reitor Oscar confirma que a reitoria está dialogando com a administração do Canecão, mas que não existe nada concreto ainda, muito menos os valores divulgados em O Globo.

Bingo Botafogo

Até o fechamento desta edição (21/2), a reportagem da Adufrj-SSind tentou conseguir informações sobre o processo de retomada do Bingo Botafogo junto à Procuradoria da Universidade, mas o procurador não retornou as ligações telefônicas feitas para o seu setor.

Previdência

Reforma pode desmontar universidades

Cerca de 800 professores e 12% dos técnico-administrativos da ativa da UFRJ têm mais de 55 anos de idade

O "fenômeno" da corrida às aposentadorias, se confirmadas as intenções do governo em relação à Previdência, deve afetar imensamente as universidades brasileiras. Matéria do Valor Econômico de 18/2 informa que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem cerca de mil profissionais em condições de pedir aposentadoria integral ou parcial. Na USP, são 1.005 docentes com tempo de serviço necessário para se aposentarem. Lá, ainda de acordo com o Valor Econômico, "nos últimos três meses, foram significativos os pedidos de contagem de tempo – 151". Na UFMG, dos 2,4 mil professores, cerca de 27% estão com idade entre 50 e 59 anos. Somente neste ano, a Universidade Federal do Paraná recebeu 40 pedidos de aposentadoria. Apenas para comparar, durante todo o ano de 2000, apenas 39 docentes se aposentaram. Detalhe: de 1991 até setembro de 2001, 23.469 docentes se aposentaram nas universidades, de acordo com informações conseguidas pelo ex-diretor do Andes-SN Fernando Molinos junto ao MEC.

Na UFRJ, a situação se repete

Na reunião do dia 19/2 com diretores e decanos (ver matéria da página 7), o reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza, apresentou um potencial problema da UFRJ vinculado à tentativa governamental de reformar a Previdência: hoje, cerca de 800 docentes têm mais de 55 anos de idade. Deste número, em torno de 300 professores têm mais de 60 anos.

Fracalanzza esclarece ainda que os números não são precisos, porque o levantamento de dados foi feito às pressas para esta reunião (de fato, em duas das tabelas exibidas na ocasião, aparecem números diferentes para o quadro de professores ativos de 3º grau da universidade: 3.186 e 3.207). De qualquer forma, a situação não está muito distante do que foi mostrado e há razões de sobra para preocupação. Considerando o tempo de início da vida laborativa aos 25 anos, a grande maioria desta parte do quadro funcional poderia requerer a aposentadoria integral (ou mesmo proporcional) para não ficar preso ao teto único de R$ 1.561,00 anunciado pelo governo. No Colégio de Aplicação, ainda por esta tabela, existem 11 docentes com mais 55 anos. Entre os técnico-administrativos, pouco mais de 12% do quadro ativo encontram-se nesta faixa etária superior aos 55 anos de idade (veja tabelas abaixo).

O reitor em exercício disse estar conversando com técnicos do MEC e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) sobre o assunto, mas o diálogo não tem resultado em ações concretas por parte do governo. A única sinalização um pouco mais positiva é a provável realização de concursos somente para a área hospitalar de todas as instituições federais do país. Fracalanzza exibiu também duas outras tabelas que registram as saídas (por "exclusão" ou "aposentadoria") e os ingressos de docentes e técnicos na universidade desde 1995 – entre os professores, a situação até mantém-se estável (1.220 saídas contra 1.303 ingressos), mas é bom lembrar que a era Collor com sua corrida às aposentadorias não foi contabilizada (veja tabelas abaixo).

Substituição não seria plena

Mesmo que houvesse um número de concursos autorizados em quantidade suficiente para empatar com essas potenciais saídas, o ex-decano do CCS não ficaria satisfeito. "A gente estaria trocando professores no auge da carreira e da experiência por jovens docentes sem tanta formação", comentou Fracalanzza, que diz desconhecer o Projeto de Lei nº 9/99, que promoveria mudanças para a Previdência dos futuros servidores – o que, para muitos sindicalistas, representaria o sinal verde para alterar o regime previdenciário dos que ainda estão na ativa.

Andes-SN vai lutar até o fim

O Sindicato Nacional anuncia que vai continuar a defender intransigentemente uma Seguridade Social em que a proteção ao cidadão está acima de tudo. Entre as diferentes reivindicações do movimento docente, estão: a integralidade de vencimentos no ato da aposentadoria para todos os trabalhadores, a paridade entre ativos e aposentados; a não-contribuição previdenciária dos aposentados; a recusa a qualquer tipo de previdência complementar e/ou fundo de pensão. Em artigo da última edição do jornal da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais, a entidade critica duramente a iniciativa do governo Lula. "Em síntese, a Previdência Social Pública, configurada nessas premissas, será em parte privatizada, levando o cidadão a ter que comprar um direito social. A proposta do governo segue a lógica do mercado em detrimento da concepção de proteção social expressada no capítulo da Seguridade Social da nossa Constituição. Erradamente trabalha na perspectiva de economia de recursos, posto que a sua implementação só irá agravar a situação fiscal do país", diz um trecho.

AG da Adufrj-SSind quer quadro completo

Na última Assembléia Geral da Adufrj-SSind (leia matéria de capa), os professores presentes aprovaram uma recomendação ao Andes-SN para que fosse solicitado ao MEC e à Associação Nacional de Dirigentes das IFES (Andifes) um levantamento semelhante ao apresentado pela UFRJ, mas em nível nacional. Assim, seria possível afirmar quantos docentes estariam em condições de requerer a aposentadoria em todo o sistema público de Educação Superior.

Faixa etária dos servidores da UFRJ

Docentes 3º Grau

	< 20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-56	56-60	>60	Total
Feminino	0	0	7	78	215	255	256	238	160	84	1293
Masculino	0	0	12	79	221	268	304	472	324	234	1914
											3207

Docentes 1º e 2º Graus

	< 20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-56	56-60	>60	Total
Feminino	0	0	0	3	14	9	19	6	7	3	61
Masculino	0	0	0	3	5	5	2	2	1	0	18
											79

Técnico-Administrativos - Nível Apoio

	< 20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-56	56-60	>60	Total
Feminino	0	0	1	38	101	108	131	106	86	85	656
Masculino	0	0	0	84	233	206	161	120	77	53	934
											1590

Técnico-Administrativos - Nível Intermediário

	< 20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-56	56-60	>60	Total
Feminino	0	12	50	183	537	659	518	292	164	130	2545
Masculino	0	7	20	154	482	585	516	285	134	103	2286
											4831

Técnico-Administrativos - Nível Superior

	< 20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-56	56-60	>60	Total
Feminino	0	3	9	46	281	453	422	209	69	43	1535
Masculino	0	0	8	17	108	244	246	158	61	25	867
											2402

Entradas X Saídas por ano

Docentes de 3º Grau

Ano	Exclusões	Aposentadorias	Total	Ingresso
1995	41	211	252	214
1996	69	193	262	207
1997	57	146	203	282
1998	51	112	163	252
1999	36	57	93	108
2000	37	37	74	50
2001	30	36	66	29
2002	26	48	74	131
			1187	1273

Docentes de 1º e 2º Graus

Ano	Exclusões	Aposentadorias	Total	Ingresso
1995	2	5	7	6
1996	2	0	2	11
1997	5	2	7	3
1998	1	1	2	3
1999	3	0	3	4
2000	2	2	4	2
2001	1	2	3	1
2002	1	4	5	0
			33	30

Movimento

Guilherme Lessa

DEZ MIL PESSOAS REALIZARAM O PROTESTO DO RIO DE JANEIRO NO DIA INTERNACIONAL CONTRA A GUERRA DE BUSH, EM 15/2

Milhões de pessoas contra a guerra dos EUA

Entidade pede continuidade da campanha contra a guerra no Iraque

"A Humanidade já derrotou o império". Assim a secretaria da Campanha Jubileu Sul/Brasil comentou o sucesso absoluto em que se transformou o ato mundial contra a guerra norte-americana no Iraque, no último dia 15. A Campanha Jubileu Sul é uma coalização de igrejas, sindicatos e outras entidades da sociedade civil que lutam contra o endividamento dos países pobres. Essa entidade organizou o Plebiscito da Dívida em 2001, o Plebiscito contra a Alca em 2002, e agora também participa das atividades pela Paz.

Manifestações gigantescas ocuparam ruas no mundo todo em protestos contra a política belicosa do governo Bush. As maiores manifestações ocorreram em Roma (3 milhões de pessas) e em Barcelona (um milhão). Por terem acontecido nos países que comandam a ofensiva militar, as mais significativas foram as que tomaram as cidades de Londres, na Inglaterra (quase um milhão), e Nova York, nos EUA (100 mil). No Rio de Janeiro, cerca de dez mil manifestantes realizaram uma passeata pela orla de Copacabana, que terminou com um ato ecumênico na altura da Rua Siqueira Campos.

Continuidade da campanha contra a guerra

Uma vez que o governo americano não parece interessado em parar sua gigantesca máquina de guerra, a secretaria da Campanha Jubileu Brasil informa algumas sugestões que vem recebendo de continuidade da campanha pela paz, em caso de o ataque norte-americano se consumar.

Propõe-se, por exemplo, que seja feita uma vigília de protesto em frente de cada consulado ou embaixada americana. Também está sendo considerada a realização de uma campanha de boicote ao consumo de produtos de empresas americanas instaladas no país. Como não podia deixar de ser, graças aos reais objetivos petrolíferos da guerra na região do Golfo, o boicote ao abastecimento nos postos de combustível da Esso e da Texaco, entre outros, de origem norte-americana, mereceu um item à parte.

Foi sugerido ainda que, a partir das escolas, as crianças escrevam cartas de solidariedade para os meninos e meninas iraquianas. Paralelamente, outras cartas seriam enviadas às crianças americanas para que peçam o fim da ofensiva militar. Sindicatos norte-americanos seriam chamados a fazer paralisações como forma de protesto contra a guerra, o que aumentaria a pressão do empresariado sobre o governo daquele país.

Boicote aos produtos americanos

Quem, na semana passada, não recebeu pela internet um ou mais pedidos de boicote aos produtos norte-americanos por causa da possível guerra contra o Iraque? A iniciativa do boicote surgiu durante o ato do dia 15 de fevereiro e promete deslanchar nas próximas semanas, se o governo dos EUA continuar com sua proposta belicosa.

Em reunião do dia 18, o comitê Rio do Fórum Social Mundial decidiu centrar a campanha nos postos de combustível de origem americana, como a Shell, a Texaco e a Esso, embora outros produtos sejam citados nos e-mails. "Uma vez que a guerra é por petróleo, é natural começar por aí", disse o economista Luís Mário, do comitê. Ele alerta que a campanha está forte na internet, mas precisa ser massificada fora do meio virtual, com a distribuição de panfletos e adesivos, por exemplo.

Para continuar a organização da campanha de boicote, uma próxima reunião do comitê Rio do FSM já está marcada para o dia 11 de março, às 17h, no Conselho Regional de Economia, que fica na av. Rio Branco, 109/19º andar.

Agenda Sindical

19/02 a 19/03 – Rodada de assembléias nos estados para discutir a Campanha Salarial.

24/2 - Lançamento do abaixo-assinado pelo plebiscito oficial contra a Alca
na *Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Rua Araújo Porto Alegre, nº 77/ 9º andar - Centro*, às 18h
- Haverá debate com o dirigente João Pedro Stédile, do MST, sobre "Conjuntura nacional e latino-americana frente à Alca".

25/2 - Debate sobre Reforma Trabalhista e Sindical
sede da CUT-RJ, na av. Pres. Vargas, 502/15°, às 18h
- Evento promovido pela Coordenação Estadual dos Servidores Públicos Federais do Rio de Janeiro
26/2 - Reunião do Comitê-Rio contra a Alca no 7º andar da ABI, às 11h.

26/2 – Ciclo de Debates "Conversando sobre a Previdência"
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Auditório Hilton Sales (sala 82 P1), às 13h

8 a 13/3 - 22º Congresso Nacional do Andes-SN
Teresina (PI)
- O Congresso terá como tema a Transformação Social e Política de Educação, Ciência e Tecnologia

19/3 – Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
Sede da Adufrj (CT, Bloco D, sala 200), às 17h30

20/3 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind Local a confirmar, às 13h30

20/03 – Lançamento da Campanha Salarial nos estados, com ato público.

22/03 – Plenárias setoriais das entidades dos SPF.

23/03 – Plenária Nacional dos SPF.

25/03 – Seminário sobre Previdência, organizado pela CNESF.

25 a 27/4 - Congresso Estadual da CUT-RJ
local indefinido

3 a 7/6 - 8º Congresso Nacional da CUT
Palácio do Anhembi, São Paulo (SP)

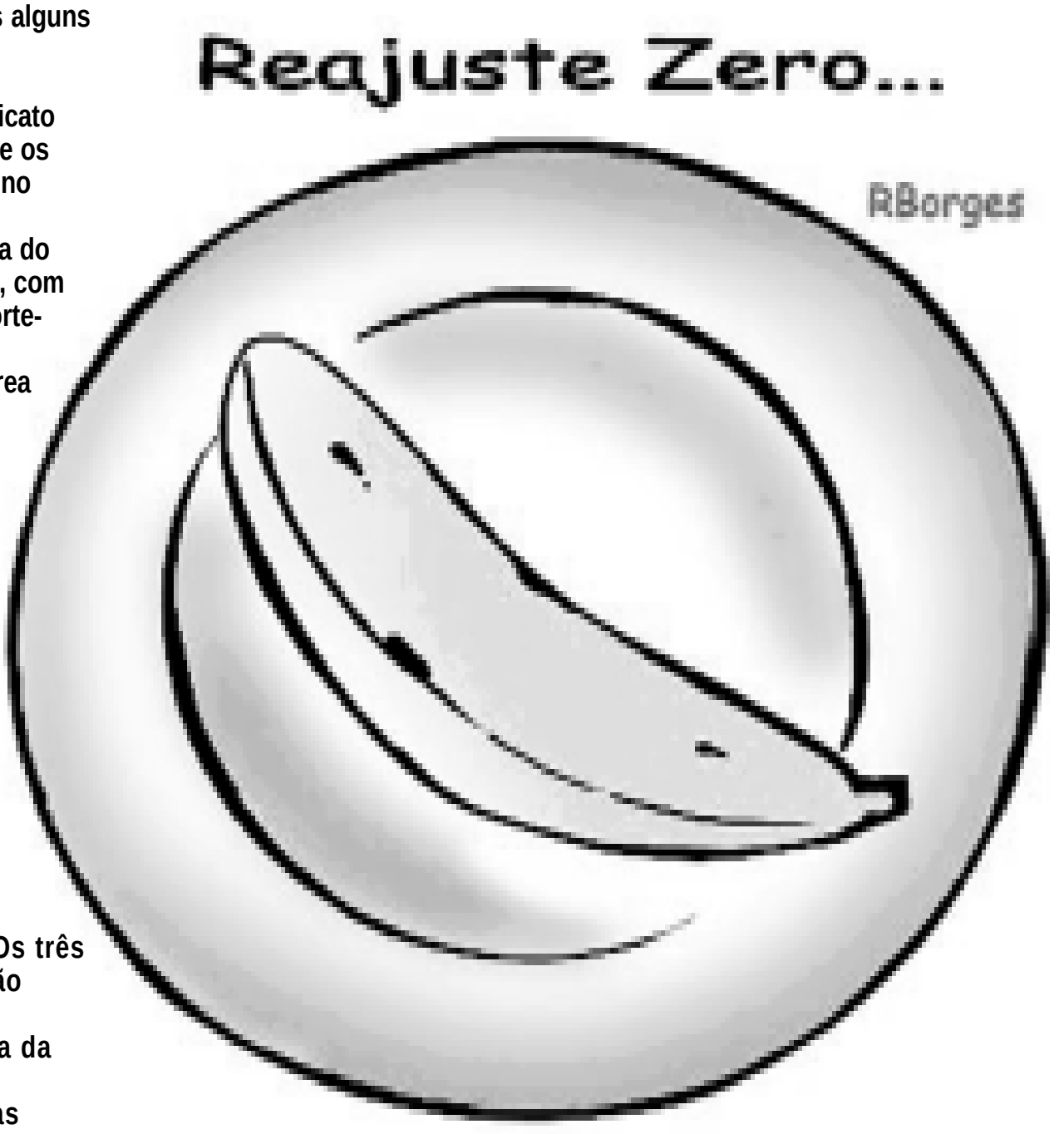
AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
ENCARTE CONJUNTURA
EDIÇÃO DE 24 DE FEVEREIRO 2003

Diretoria do Andes-SN apresenta eixo de lutas para 2003

Neste encarte especial, a Adufrj-SSind traz para apreciação dos sindicalizados alguns dos principais textos que estarão norteando o debate do movimento docente no 22º Congresso do Sindicato Nacional. O evento vai ocorrer entre os dias 8 e 13 de março, em Teresina, no Piauí.

Para começar, a análise da Diretoria do Andes-SN sobre a conjuntura atual, com destaque para a ofensiva militar norte-americana contra o Iraque, a possibilidade de implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a campanha salarial 2003 dos servidores públicos federais e a situação da Educação e da Ciência e Tecnologia no país. Nas páginas 7 e 8, a Diretoria do Andes-SN apresenta o eixo de lutas do movimento docente para este ano e para o setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Na página 8, neste contexto em especial no qual o governo anuncia sua reforma da Previdência, foram publicados os textos de resolução relativos à questão da Seguridade Social. Os três Textos de Resolução listados são contribuições da Diretoria do Sindicato Nacional e da diretoria da seção sindical da Universidade Federal de Minas Gerais (as duas últimas). No TR-29, a diretoria do Andes-SN propõe diversas atividades para fazer frente à reforma previdenciária governamental. A diretoria lista, ainda, alguns pressupostos básicos que deveriam gerir um Regime Único de Previdência Social Pública para todos os trabalhadores. Nos TR-30 e TR-31, a direção da Apubh faz propostas para auditoria das contas do regime próprio de Previdência Social e a abertura de um amplo debate sobre a Seguridade Social, além de chamar a atenção para a problemática dos HUs.



Todo o material aqui reproduzido foi retirado do Caderno de Textos do 22º Congresso, que está disponível na íntegra, na sede da Adufrj-SSind ou na página eletrônica do Andes-SN (www.andes.org.br).

Movimento Docente e Conjuntura

Texto 01

Diretoria do ANDES-SN

1. O imperialismo norte-americano lança um novo ataque destinado a estender sua dominação mundial. São mais de 100 mil soldados, navios e aviões dotados de armas de destruição maciça, lotados na região do Golfo Pérsico. Ao arrepio de toda norma jurídica, de todas as instituições internacionais e, até, na ausência da mais leve sombra de uma prova (os enviados da ONU inspecionaram mais de 300 locais "suspeitos" de estocarem armas nucleares ou químicas sem achar absolutamente nada), os EUA decidem impor a sua vontade imperial e unilateral, com o objetivo de submeter os povos do mundo periférico, e também os seus concorrentes imperialistas como, Europa Ocidental e Japão, aos ditames do capital financeiro norte-americano. Os protestos dos países europeus (que solicitaram que as supostas "provas" em poder da CIA, transformada numa espécie de polícia mundial, sejam submetidas ao controle da ONU) não ocultam que, sob pressão, e para defender seus próprios interesses, a Europa prepara sua intervenção na guerra. Sob a mesma pressão norte-americana, também Rússia e China, declarando sua oposição à guerra, se aliam contra o Iraque, como, já fizeram no passado, na guerra contra o Afeganistão. Com a decisão de atacar o Iraque, o imperialismo norte-americano procura ampliar os limitados objetivos da "guerra contra o terror" até uma completa colonização do Oriente Médio, incluindo o Golfo Pérsico e a Ásia Central, consideradas como regiões estratégicas não só para a produção e o transporte de petróleo, mas também para o controle político de todo Oriente e a costa do Pacífico e para o que seus estrategistas chamam de "tabuleiro euro-asiático". Esta decisão não reflete apenas a determinação de Bush de controlar o petróleo iraquiano. Seu objetivo estratégico é impor uma completa reorganização política de todo o Oriente Médio em benefício dos interesses norte-americanos. O ataque de alcance mundial a um suposto "eixo do mal", demonstra a extensão também mundial da empreitada guerreira dos EUA: a perspectiva de um ataque à Coréia do Norte soma-se a outras ameaças que procuram pretextos para transformar o mundo inteiro numa espécie de protetorado militar dos EUA.

2. Bush tornou pública uma "doutrina de segurança" que estabelece o direito de os EUA lançarem ataques preventivos e unilaterais contra todo aquele que pretenda "ameaçá-la"; enviou ao Congresso uma declaração de "poderes de guerra" e tratou como irrelevante a oferta do Iraque de permitir o retorno de seus inspetores militares. Alguns senadores admitiram que a declaração de "poderes de guerra" enviada por Bush "é tão ardilosa que poderia ser usada pela Casa Branca como autorização para atuar não só no Iraque, mas também em países como a Síria ou o Irã. É um cheque em branco que autoriza o presidente a fazer virtualmente qualquer coisa em qualquer lugar do Oriente Médio". O petróleo iraquiano é outro objetivo essencial: um novo governo iraquiano anularia todas as concessões petrolíferas estabelecidas por Saddam e possivelmente desfiliaria o Iraque da OPEP, o cartel mundial dos países produtores de petróleo. Com o aumento da produção iraquiana nas mãos norte-americanas, e o desmantelamento da OPEP, seria provocada uma queda generalizada dos preços do petróleo. A diminuição dos preços provocada pelo petróleo iraquiano forçaria a Arábia Saudita a privatizar em massa a exploração do petróleo cru, condicionaria o desenvolvimento petrolífero russo e geraria a quebra de dezenas de companhias rivais dos EUA em todo o mundo. Com o imperialismo norte-americano marchando decididamente para a guerra, cada uma das potências mundiais e regionais ver-se-ia obrigada a adequar seus interesses ao novo quadro. James Woolsey, ex-chefe da CIA e atual assessor das grandes empresas, não teve pudor em afirmar que "a França e a Rússia têm importantes petrolíferas e interesses econômicos no Iraque. Devemos dizer-lhes que, se nos apoiarem no esforço em conseguir que o Iraque disponha de um regime decente, faremos o possível para que as novas autoridades de Bagdá e as companhias petrolíferas norte-americanas cooperem com suas empresas". Putin, por sua vez, reclama dos grandes contratos petrolíferos firmados por Saddam, e também do apoio norte-americano à investida russa contra a Geórgia. A resolução norte-americana de manter um "Iraque unificado" e de evitar a dissolução das forças armadas iraquianas está levando a Turquia e as nações árabes a colaborar no esforço militar norte-americano. Aos enclaves curdos se ofereceu a autonomia em um Iraque federal. Aos militares iraquianos se ofereceu o poder político, se dessem um golpe que derrotasse Saddam e fizessem os EUA pouparem os 200 bilhões de dólares que custará a guerra. Estes compromissos políticos, muitos deles contraditórios, já começam a redesenhar todo o quadro político do Oriente Médio. A guerra contra o Iraque nada tem a ver com a "democracia" ou com a "segurança mundial". Por este meio bárbaro, o imperialismo norte-americano está tentando encontrar uma saída para a crise mundial e para sua própria crise.

3. Nas Nações Unidas, Bush lançou dois ultimatos. Um contra o Iraque, ameaçando-o com a invasão e a destruição total, caso ele não se renda incondicionalmente. O outro, contra o resto do mundo, ameaçando-o de, caso não apóie sua "cruzada" contra Saddam, os EUA irão atacar assim mesmo. Sob a pressão norte-americana, os demais membros do Conselho de Segurança (Grã-Bretanha, Rússia e China) se uniram à campanha contra o Iraque. Pelo discurso, a Europa parecia se opor à guerra, mas não tem nem a força nem a unidade política para brecá-la. Assim, depois da Grã-Bretanha, Espanha, Itália, um a um os países, somaram-se à campanha com o argumento de que o Iraque deveria cumprir as resoluções da ONU. França e Alemanha rejeitam a guerra. Aqueles que se associam para o massacre do povo iraquiano o fazem em defesa de seus próprios interesses.

4. Bush é um capitalista vinculado ao negócio do petróleo, assim como o seu vice-presidente Cheney; seu gabinete está repleto de figuras provenientes da indústria petrolífera que financiou sua campanha eleitoral. É natural, portanto, que em sua campanha contra o Iraque, os interesses das grandes companhias petroleiras estejam em primeiro plano. Desde que chegou à presidência, Bush seguiu a política de diversificar as fontes de abastecimento de petróleo. Seu objetivo, segundo as palavras de um senador republicano, é "sair da dependência dos estados criminosos, como a Arábia Saudita e o Iraque", e reduzir a capacidade da OPEP (o cartel que agrupa os produtores) para manipular os preços do petróleo cru. Nesta direção, autorizou a exploração petrolífera no Alasca, respaldou os esforços de Putin para expandir a produção petrolífera russa e estabeleceu um protetorado sobre o Afeganistão para garantir o traçado dos oleodutos que levem o petróleo cru da Ásia Central até o Oriente e Ocidente. A invasão do Iraque está no quadro desta política. O Iraque tem a segunda maior reserva mundial de petróleo; sua capacidade produtiva é de 5 milhões de barris diários (hoje extrai menos de um milhão). Um governo pró-EUA em Bagdá, com o concurso de maciços investimentos norte-americanos para reabrir poços e reconstruir sua infra-estrutura, poderia inundar de petróleo cru o mercado mundial em um prazo de 3 a 5 anos: os preços cairiam para menos de 15 dólares por barril (ou até, segundo analistas, para menos de 10 dólares). Semelhante diminuição dos preços deixaria fora do mercado a maioria dos produtores atuais, por exemplo, a espanhola Repsol-YPF, ou a brasileira Petrobras, cujos custos de produção são substancialmente maiores aos do Golfo ou da Rússia; seus despojos poderiam ser presa fácil dos monopólios norte-americanos. Significaria, também, o fim da OPEP, que perderia sua capacidade para fixar os preços internacionais. A própria Arábia Saudita seria duramente golpeada, porque suas receitas petroleiras se reduziriam substancialmente (o que forçaria a monarquia a "abrir" a exploração de suas jazidas às companhias privadas). Os grandes beneficiários seriam os monopólios petrolíferos norte-americanos (que iriam apoderar-se dos poços iraquianos) e também o grande capital norte-americano, que veria reduzido o custo de energia. Estes planos enfrentam contradições explosivas. A eclosão da guerra levaria a um aumento imediato do preço do petróleo que alguns situam em 50 dólares por barril (um aumento de 65%) ou ainda mais, se o Iraque decidir atacar os poços do Kuait e da Arábia Saudita. Um aumento dos preços do petróleo de tal magnitude arrastaria a economia norte-americana - golpeada pelas quebras e pela queda da bolsa- e a economia mundial a uma recessão; os bancos que acumulam enormes perdas pelo fim da bolha da Internet, as falências das telecomunicações e a queda das Bolsas de Valores poderiam não sair intactas deste novo golpe. A guerra de 1991, sem alcançar semelhantes níveis de preços, levou os EUA à recessão que teve como custo a derrota de George Bush Sr. Mas, além da recessão, a economia norte-americana deverá arcar com o enorme custo da guerra, 200 bilhões de dólares, o equivalente a 2,5% do PIB norte-americano. Em 1991, os árabes, a Europa e o Japão arcaram com 80% dos gastos da guerra; desta vez não aconteceria o mesmo.

5. O governo Bush está intimamente associado ao petróleo e, em menor grau, às indústrias do setor militar. O atual vice-presidente, ex-secretário da defesa e ex-dirigente da Halliburton Corporation, Dick Cheney, é o principal representante desses interesses. A Halliburton, com um valor nominal de mercado superior aos 18 bilhões de dólares, é a maior fornecedora de petróleo em todo o mundo. A empresa também se tornou uma das mais importantes contratantes do setor da construção para o setor militar dos EUA, desde o início da administração Bush. Se a Chevron-Texaco (a qual batizou um navio com o nome da assessora para a Segurança Nacional de Bush, Condoleezza Rice) precisar da Nigéria ou de novos poços de petróleo no Ártico, a Halliburton estará lá. Há uma porta giratória permanente entre o governo e os negócios nos EUA. Essa, naturalmente, não é uma realidade exclusivamente americana, mas de todos os governos capitalistas do mundo. Utilizando o estado de espírito belicoso da atmosfera pós-11 de setembro, os chamados "falcões" da classe dirigente ocuparam o primeiro plano, embora não sem contradições e oposição real de outros setores da classe dominante, do governo e dos militares, que te-

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 5.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

mem algumas das conseqüências de uma nova guerra. Essas conseqüências incluem a possibilidade de uma alta nos preços do petróleo e a pressão inflacionária que atingiria a já perturbada economia; a ulterior desestabilização de uma região já em ebulição devido à "Guerra contra o Terrorismo" e ao apoio dos EUA a Israel; e o esgotamento dos recursos de um exército de "voluntários" do qual se exige cada vez mais, entre outros motivos. As forças que defendem uma nova guerra também têm divisões entre si. Outra motivação é que os EUA têm escassos resultados para mostrar em sua "Guerra contra o Terrorismo". Até agora, o Mulá Omar e Osama bin Laden não têm colaborado e não entregaram os seus cadáveres para a foto da vitória como troféus. Embora os imperialistas tenham, obviamente, obtido muitos ganhos no Afeganistão, a guerra parece ter perdido o seu ímpeto, sem que muitas das importantes questões tenham sido resolvidas a seu favor. Uma guerra contra o Iraque desviaria as acusações de falta de "severidade" com relação à Al Qaeda e ao "Eixo do Mal", vindas da parte da extrema-direita dos EUA e, também, de alguns democratas. Outra motivação é o petróleo, e não somente o petróleo no interior das fronteiras do Iraque. A competição entre os poderes imperialistas pelo acesso e o controle do petróleo tem aumentado desde o colapso da União Soviética. O velho equilíbrio entre as potências imperialistas diante da comum ameaça soviética acabou, significando que é provável que cada uma dessas potências persiga seus próprios objetivos de energia, incluindo o acesso direto ao petróleo. Os EUA e a Grã-Bretanha, contando com quatro entre as cinco mais importantes companhias de petróleo do mundo, foram mantidos fora do controle de mais de 10% do petróleo do mundo, produzido pelo Iraque. Em função disso, causará alguma surpresa que esses dois países sejam os mais inflexíveis em continuar as sanções e, agora, declarar guerra, sejam quais forem as conseqüências para o povo iraquiano? O Japão e a Alemanha, por sua vez, quase não têm recursos petroleiros próprios, de forma que a segunda e a terceira economias do mundo têm que comprar o acesso ao mercado do petróleo, pois continuam dependentes dos EUA para proteger seu acesso ao petróleo. Para os EUA, o controle do petróleo significa poder sobre os seus aliados, que são também seus rivais: os EUA fizeram a Alemanha e o Japão desembolsarem dezenas de bilhões de dólares pelo petróleo do Kuait durante a última Guerra do Golfo. A recessão e os problemas políticos internos tornam a Alemanha e o Japão muito menos propensos a repetir a experiência. Os mais belicosos membros do governo dos EUA vêem o controle do petróleo como o ponto de partida de suas respectivas políticas: quando olham os mapas do mundo, eles vêem os recursos e as zonas de influência. Com tudo o que ocorreu durante a última década, eles sentem uma necessidade urgente de reconfigurar partes do mundo segundo seus próprios interesses e, quase uma obrigação predestinada de fazê-lo em razão de pertencerem à única superpotência. Essa não é uma atitude nova da administração Bush. As intervenções "humanitárias" da administração Clinton estavam baseadas na mesma visão arrogante, que considera que o Oriente Médio é demasiadamente importante para ser deixado ao seu próprio povo. O objetivo desse grupo é impor a Pax Americana na região. Os custos e as conseqüências dessa brutalidade só podem ser imaginados, mas a destruição que Israel está infligindo aos palestinos é um bom lugar para começar a fazê-lo.

6. A raiz da política imperialista praticada pelo governo dos EUA é a natureza própria do capitalismo que impõe violentamente os interesses das "grandes potências" capitalistas à vasta maioria da humanidade. As vidas arruinadas de muitos estão por trás do lucro e do poder de poucos. Nós, os povos trabalhadores do mundo, não somos simplesmente "as massas exploradas" pelas quais se deve ter compaixão. Nós somos um poder que, através da luta pelos nossos próprios interesses, buscamos a liberação de toda a humanidade. As crises estão, atualmente, fazendo tremer continentes, em função das conseqüências dos últimos vinte e cinco anos de cruzada neoliberal. De Jacarta a Buenos Aires, de Johannesburgo a Jenin, de Seattle a Gênova, as pessoas têm marchado contra a guerra. É hora de dar um nome a esse sentimento, para a utilização comum, racional e compartilhada dos recursos naturais, finitamente, concedidos ao planeta, em outras palavras, o socialismo. Os trabalhadores, as "massas exploradas" também existem nos EUA, embora em geral mais silenciosamente do que no resto do mundo. A escalada guerreira dos EUA tem como pano de fundo a crise capitalista mundial, em especial nos próprios EUA. Em Nova York –como em Los Angeles, Chicago e outras grandes cidades dos Estados Unidos– o céu está coberto por uma espessa nuvem de pessimismo. Uma profunda perda de confiança nas condições de funcionamento do mercado é o sinal para a abertura de uma verdadeira crise social. Esse pessimismo tem uma base real. Todos os indicadores referentes à produção e ao comércio indicam que a economia de ponta do sistema está se curvando para um novo mergulho depressivo depois de ter ensaiado uma recuperação. O Federal Reserve divulgou o seu Industrial Production and Capacity Utilization, relatório que sustenta as avaliações de curto prazo da economia mundial, mostrando que a produção de bens duráveis –o núcleo regulador da produção industrial dos EUA, e conseqüentemente da economia mundial– apresentou sua primeira queda mensal depois de nove meses de expansão. Este estratégico setor apresentou também a primeira queda mensal da utilização da capacidade e da produção em termos de valor agregado. Outros indicadores evidenciam que a economia dos EUA já pode ter iniciado o temido mergulho para uma depressão econômica mundial. Os ramos que mais sofreram com esse enfraquecimento das encomendas para a indústria foram os produtores de equipamentos de transportes, particularmente o da aviação civil (Boeing) e o das montadoras de veículos (GM e Ford). Outra coisa importante: os pedidos para os ramos produtores de bens de capital (capital fixo) desabaram 6,6%. Foi o maior declínio desde setembro de 2001. O mundo do capital está patinando em cima de uma fina camada de gelo. O perigo de um mergulho nas profundezas da depressão industrial aumentou desde o quarto trimestre do ano 2002. Qualquer descuido dos reguladores da economia pode detonar a explosão. Houve um sinal de que poderia estar ocorrendo o início de uma fuga em massa dos investidores em ações, o que levaria ao colapso do sistema de crédito mundial. As 500 maiores empresas dos Estados Unidos estão valendo apenas a metade do que valiam trinta meses atrás. Apenas a metade do capital continua de pé, a outra metade já virou cinzas, com o maior índice de queda em um único ano desde 1937. As grandes companhias compraram coordenadamente ações, prorrogando o desabamento do mercado. Mas essas intervenções têm limites: a "lei da gravidade" do capital vai acabar se impondo.

7. No quadro da guerra, continua o massacre do povo palestino. Desde a fundação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, o mito do "retorno", e as falsificações sobre a existência e os direitos dos palestinos foram incentivados e divulgados por todo mundo. A máquina de propaganda do Estado israelense tentou transformar os palestinos em cidadãos de segunda classe, tratando-os como animais. Toda luta palestina legítima foi associada ao terrorismo e à brutalidade. Na atualidade, o Estado de Israel recebe em torno de US$ 5 bilhões anuais dos Estados Unidos, dinheiro proveniente diretamente do bolso dos contribuintes norte-americanos, para salvaguardar a segurança do país. Grande parte do capital recebido vai para as forças armadas e para o aparato de segurança israelenses, que compram tratores e armas usados para derrubar edifícios e matar civis inocentes. A política tradicional dos governos israelenses tem sido destruir casas, expulsar famílias de suas terras, aumentar as taxas de desemprego entre os palestinos, criar assentamentos ilegais e massacrar populações civis, conseqüentemente levando muitos jovens sem perspectivas a cometer atos extremos, como os atentados suicidas. Os judeus, como qualquer outro povo, merecem viver com liberdade e dignidade onde quer que seja. Preconceito, racismo e opressão devem ser combatidos em todas as instâncias. O povo judeu certamente sofreu perseguições por séculos e foi vítima dos horrores monstruosos do Holocausto nazista. Isso é algo que deve ser sempre lembrado para nunca mais ocorrer, assim como as crueldades cometidas contra os negros durante a escravidão no período colonial e o massacre dos índios americanos, para citar apenas alguns exemplos. É inaceitável que perseguições e massacres ainda possam ocorrer contra civis inocentes de quaisquer raças e religiões na atualidade. Esse tipo de preconceito deve ser atacado. Por isso, qualquer estado fascista que oprime e mata homens, mulheres e crianças todos os dias deve ser combatido. O criminoso de guerra Ariel Sharon, assim como muitos outros dirigentes israelenses, portanto, deveriam imediatamente ser levados a julgamento por um tribunal internacional dos povos, por diversos crimes contra a humanidade. Enquanto os EUA continuarem a dar apoio irrestrito às políticas israelenses, a solidariedade com a causa palestina fará parte da luta geral contra o imperialismo, expressa no lema: Todo o apoio aos palestinos em sua luta pela liberdade, independência e soberania.

8. A economia da América Latina, 10 anos depois das incursões "neoliberais" feitas pelos "nacionalistas" (e até "socialistas") de outrora, apresenta um quadro caótico de crise generalizada, que desmente qualquer análise que a reduza a "dificuldades conjunturais". Uma das características desse período foi a abertura desregrada das fronteiras nacionais com a drástica redução das tarifas alfandegárias, ampliando a oferta de produtos importados. A contrapartida de ampliação das exportações não se consolidou, e o resultado foi o salto de uma situação de superávit (US$ 29,5 bilhões em 1989, que eram sugados pelo pagamento da dívida externa) para a de déficit (USS 45,8 bilhões em 1999). Era a estratégia de combater a inflação com produtos importados a preços menores do que os nacionais. Dizia-se: a indústria nacional precisa modernizar-se para competir. Cadeias produtivas inteiras foram desarticuladas, a dependência externa aumentou e consolidou-se ainda mais. Outro aspecto dessa política foi a desvalorização dos patrimônios nacionais (seguindo a tendência mundial de queda dos valores) vendidos a empresas multinacionais a preços irrisórios, para garantir a entrada de dólares e cumprir as obrigações com o capital financeiro. No Brasil, as privatizações, renderam US$ 63,6 bilhões. Mesmo assim, a dívida externa saltou de US$ 123,9 bilhões em 1991 para US$ 236 bilhões em março de 2002. Com as reformas, as conseqüências sociais foram dramáticas: desemprego aberto, perdas de postos assalariados e trabalho precário. De 1989 para 1999, o número de desempregados na AL aumentou em 11,1 milhões, com a taxa de desemprego aberto saltando de 4,8% da população economicamente ativa para 9,2%, de acordo com os dados oficias da OIT. Caiu também o emprego assalariado. Em 1989, 57,8% do total da ocupação latino-americana eram assalariados. Em 1999, esse percentual havia caído para 51%, com a perda de 4,7 milhões de empregos, sendo 3 milhões só no setor industrial. A renda per capita média dos latino-americanos em relação aos norte-americanos era de 33,5% em 1980, caindo para 22,9% em 1990 e para menos de 20% na virada do século. Em 2000, mais de 36% das famílias latino-americanas (220 milhões de pessoas) viviam abaixo da linha de pobreza.

9. Só na Argentina, a atividade econômica regrediu entre 1998 e 2002 mais do que o dobro do que na "grande depressão" da década de 1930. A situação da Argentina não é uma exceção, mas um resumo das contradições econômicas e sociais da América Latina nas malhas da voracidade do capital financeiro internacional. O outrora país mais rico da América Latina produz atualmente alimentos em quantidade suficiente para alimentar 262 milhões de pessoas (mais de 7 vezes a sua população total) e exporta o equivalente a 9000 calorias diárias por habitante, no entanto, mais de 50% das suas crianças sofrem de anemia por falta de ferro, e 15 milhões de pessoas, oficialmente (40% da sua população) vivem abaixo do limite da pobreza absoluta. Quadro agravado com a desvalorização do peso, com a qual pretendia-se incentivar as exportações e proteger o mercado interno mediante a desvalorização dos salários e do gasto público como saída para os capitalistas. A desvalorização foi estimulada também pelo FMI e o imperialismo norte-americano, que pretendiam o barateamento dos ativos argentinos, a privatização dos bancos estatais e o afastamento da competição dos investidores europeus. A desvalorização da moeda nacional foi aplaudida por grande parte do espectro político. O quadro da economia do país é catastrófico. O

desemprego alcança 28% dos trabalhadores e o subemprego 20%, enquanto que o salário real (para os que ainda conservam o emprego) retrocedeu 25% em 7 meses. Em que pese a brutal queda dos salários, a cada mês 50.000 trabalhadores ficam sem trabalho. O rápido aumento do desemprego e a precariedade das condições de trabalho pressionam os esquálidos salários, destruindo o consumo interno do país. Mais da metade da população é considerada pobre e mais de 20%, indigente. Saiu à luz nos meios de comunicação de todo o mundo a morte de centenas de crianças apenas na província de Tucumã, no entanto, diariamente morrem 33 crianças em todo o país. A queda de 13% do PIB não reflete as verdadeiras dimensões do colapso (como conseqüência da deflação, o valor da massa de produto caiu em quase 50%, o que implica uma forte quebra de capitais). Duhalde teve que retroceder em suas intenções repressivas e diante de novas vitórias populares (a extensão do seguro-desemprego a dois milhões de desempregados, a expropriação de várias empresas ocupadas, aumentos salariais e inclusive a redução da jornada de trabalho para os trabalhadores do metrô de Buenos Aires sem redução salarial, também se brecou a repressão policial contra as casas ocupadas pelas organizações "piqueteiras"). A crise da Argentina, junto à do Uruguai, marca um limite histórico do capitalismo no Prata e coloca a alternativa de revolução ou barbárie. O PIB argentino chegou a ser superior ao faturamento das maiores corporações mundiais, só perdendo para as 30 maiores delas. O PIB argentino representava 50% do PIB latino-americano, o porto de Buenos Aires só era superado, nas Américas, pelo porto de Nova Iorque; atualmente, não atinge 10% do latino-americano. A economia argentina acompanhou o retrocesso geral da América Latina no mercado mundial, marcado pelo "baixo crescimento" predominante a partir da década perdida dos 80. Como o resto da região, contribuiu para a recuperação hegemônica norte-americana, financiando o saneamento dos bancos norte-americanos afetados pela dívida regional, abrindo novos mercados para a exportação da principal potência e facilitando a remessa de utilidades das corporações radicadas na zona. A classe dominante argentina viabilizou esse processo de transferência de ingressos em detrimento do mercado interno e fracassou, assim como também fracassou na criação de um pólo de negócios de certa autonomia em torno ao Mercosul. Isso acontece também com as economias vizinhas: a Bolívia, por exemplo, desaparece do comércio exterior: em 1980, a Bolívia participava com 0,05% das exportações mundiais e, em 1999, esta porcentagem seria de 0,02%, o que representa um retrocesso de 60%, de acordo com o informe do Ministério de Comércio Exterior. O setor externo registrou déficits comerciais de US$ 5,14 bilhões de 1991 a 2000, o que representa quatro vezes mais que o alívio à dívida externa. Em meio ao processo de "mundialização" capitalista e, apesar da imediata abertura econômica, a Bolívia deixa de existir, salvo como reserva de matérias-primas e de biodiversidade questionável. A destruição das economias latino-americanas é a base da crescente produção e tráfico de narcóticos.

10. A implantação da ALCA que os EUA querem impor (principalmente como uma arma para excluir do seu "quintal" seus concorrentes europeus) só agravaria essa situação. A ALCA, que é essencialmente a extensão do NAFTA (Acordo de Livre Comércio assinado por EUA, Canadá e México em 1994), estenderia a todo o continente um tratado cujas conseqüências sociais já estão claras. Em seu período de vigência, o NAFTA demonstrou as conseqüências que traz para os trabalhadores, a sociedade e o meio ambiente. Desde que o NAFTA entrou em vigor, o número de mexicanos que ganham menos de um salário-mínimo aumentou em um milhão, e 8 milhões de famílias submergiram na pobreza. Como agravante desse quadro sombrio, na região das indústrias "maquiladoras", ao longo da fronteira entre EUA e México, o crescimento da poluição e dos dejetos químicos, resultado da supremacia dos interesses comerciais consagrada no NAFTA, fez aumentar dramaticamente as taxas de hepatite e de deficiências nos recém-nascidos. Prevendo a livre circulação de capitais, a ALCA não estende essa "liberdade" ao trabalho: no México, o NAFTA provocou um enorme surto de desemprego, ao mesmo tempo em que cinco milhões de crianças são obrigadas a trabalhar. O "Muro da Vergonha" da fronteira México-EUA sobrevive e piora, em meio às pomposas declarações capitalistas sobre a "liberdade de comércio". Por outro lado, o NAFTA provocou uma onda de desregulamentação e de demissões nos próprios EUA. Só a partir de setembro de 2001, as demissões se elevaram a mais de 600 mil.

11. A ALCA degradaria ainda mais os direitos trabalhistas e as condições de trabalho e ampliaria também a destruição do meio ambiente. Depois da eventual assinatura da ALCA, para adotar qualquer norma destinada a preservar o meio ambiente ou a saúde, os Estados deverão assegurar que não se trata de um obstáculo ao comércio ou ao investimento, reservando-se às empresas o direito de questionar judicialmente estas normas. Para a América Latina, isso significará aprofundar uma política de depredação dos recursos naturais e descuido do meio ambiente e das populações locais. É o que já ocorre no NAFTA. No estado mexicano de Guerrero, 40% das florestas foram devastadas pela exploração predatória nos últimos anos. A ALCA vai ampliar para todo o continente as regras do NAFTA sobre o monopólio das patentes (particularmente importantes no setor farmacêutico e agronômico), o que terá enormes conseqüências sobre o preço dos medicamentos e a saúde da população. Além disso, a ALCA, como o NAFTA, impedirá, sob pretexto de garantir segurança absoluta para os investimentos, qualquer regulação estatal considerada nociva aos investidores, mesmo quando esta se apóie em considerações de bem-estar geral ou de defesa da saúde pública ou do meio ambiente. O Canadá, por exemplo, foi processado e condenado no NAFTA por proibir um aditivo para gasolina considerado cancerígeno. O México enfrenta processos por causas similares. O acordo confirmará e aprofundará a privatização dos serviços sociais. O projeto da ALCA se estende também aos serviços, obrigando os Estados a garantir o direito das empresas privadas a concorrer com os serviços públicos. Isso abre espaço para privatizar o que ainda não foi entregue, entre outros setores, a educação e a saúde. A própria OMC (Organização Mundial do Comércio) está implementando regulamentação que define a educação como um serviço comercial, isto é, como uma mercadoria com preço submetido à lei do mercado, reivindicando a abertura irrestrita do "mercado educacional" da América Latina, visando à privatização da educação e abrindo uma nova linha de negócios para o capital financeiro internacional. A ALCA também exclui expressamente a possibilidade de reverter as privatizações já realizadas. O princípio geral é transformar os serviços sociais em mercadorias cujo acesso será regulado pela capacidade individual de pagamento. Em contrapartida, se oferecem medidas compensatórias avessas à manutenção dos direitos sociais universais. Isso permite às empresas –tal como já ocorreu no Canadá e no México- exigir as mesmas isenções e privilégios com que contam os serviços públicos. Alguns dos países latino-americanos com agricultura desenvolvida ou especializada não poderão sequer beneficiar-se de suas vantagens comparativas neste setor, já que os subsídios agrícolas (utilizados pelos EUA, para defender seus produtores) são uma das poucas exceções definidas pelo tratado. O acordo espalhará e aprofundará a pobreza e a desigualdade. Ele significará a criação de uma zona econômica, do Alasca à Terra do Fogo, em benefício das corporações transnacionais estadunidenses e de alguns sócios locais. A política norte-americana de subsídios agrícolas (US$ 19 bilhões anuais) elimina a possibilidade do "grande mercado do norte" se transformar num escoadouro para a produção primária latino-americana. A hipótese de degringolada da ALCA, devido às suas próprias contradições, já levou o governo dos EUA a lançar um "Plano B", mediante negociações comerciais bilaterais com Chile e América Central.

12. Mas a Argentina é também a ponta avançada da organização social e política independente dos explorados. A América Latina é o cenário de profundos processos de luta de massas. Durante o verão de 2000, houve uma ampla onda de lutas operárias, camponesas, indígenas e populares, com epicentro na convulsionada região andina, mas que abarcou outros países: Costa Rica, Paraguai, Argentina. Uma nova onda de convulsões políticas e mobilização social começou a se estender: o novo levantamento indígena em Equador; a greve geral de 22 de março de 2001 na Colômbia; a incessante agitação na Bolívia; a polarização política e social na Venezuela; a virtual agonia do governo e a maciça mobilização camponesa no Paraguai... Em alguns dos processos mais agudos surgiram novas formas de organização e métodos radicalizados de luta: no Equador, sobre a base do grande levante camponês e indígena de 21 de janeiro de 2000, formou-se um Parlamento Popular. Na Bolívia, em abril de 2000, a Coordenadora pela Água e pela Vida centralizou a rebelião de Cochabamba e em setembro um novo levantamento camponês comoveu o país. Na Argentina, a arma dos piquetes e bloqueios de estrada mostraram a extensão do protesto. As Assembléias Populares e o Bloco Piqueteiro Nacional são os filhos do "argentinaço". As Assembléias nasceram ao calor da mobilização popular e se multiplicaram como cogumelos na semana posterior ao "argentinaço". Iniciaram-se na pueblada que acabou derrubando Rodríguez Saá uma semana depois. As massas da América Latina começaram a lavrar com suas próprias mãos os degraus na construção de uma subjetividade superior para os movimentos operário e popular.

13. A crise venezuelana é uma expressão da tendência mencionada. A Venezuela possui condições excepcionais de barganha com os EUA, pois disputa com a Arábia Saudita o título de maior fornecedora do petróleo importado pelo amo do norte. Os enunciados nacionalistas (o país passou a chamar-se República Bolivariana da Venezuela) conquistaram apoio popular, pelo inacreditável grau de corrupção e reacionarismo do "sistema democrático" anterior , que elevou de 33% a 67% a percentagem de venezuelanos com renda inferior a dois dólares diários. O emprego precário e o desemprego, por sua vez, passaram a afetar mais de 64% dos trabalhadores. O aumento da renda petroleira (devido ao preço internacional atingido pelo barril) deveria, para os chavistas, evitar uma onda privatizante maior, assim como garantir os subsídios sociais prometidos pelo governo. Mas isto significa que a estabilidade política dependeria das oscilações do mercado mundial e, sobretudo, que todo o programa de Chávez estava condicionado pelas garantias dadas aos EUA de continuar pagando a dívida externa. No entanto, importantes interesses da classe dominante e, sobretudo, da velha burocracia política, foram contrariados pela "revolução bolivariana".

14. Um grupo do alto escalão das forças armadas tentou um golpe em abril de 2002, quando a diplomacia norte-americana cometeu seu pior erro em décadas, reconhecendo um governo surgido de um golpe, ao qual teve de retirar apoio às pressas quando uma enorme mobilização popular devolveu Chávez ao poder. Mas os limites do nacionalismo de Chávez deram novas chances a uma oposição pró-imperialista desacreditada depois de seus fracassos golpistas. Chávez não resolveu nenhum dos problemas das grandes massas, nem os do subdesenvolvimento do país: não afetou a relação privilegiada da Venezuela com os EUA, abastecendo regularmente os portos dos EUA com petróleo que chega 10 vezes mais rápido que os carregamentos do Golfo. Como nunca antes, o petróleo representa mais de 70% das divisas que ingressam no país e transformou-se praticamente na única fonte de ingressos fiscais. O mercado interno venezuelano se encontra destruído e a desocupação alcança recordes. O governo de Chávez exerceu um papel fundamental no controle dos abastecimentos por parte da OPEP, o que permitiu elevar o preço do barril de petróleo de 10 para 25 dólares por barril desde 1999. Chávez evitou com isto um colapso orçamentário da Venezuela. Uma política destas características precisou de uma supervisão estatal dos investimentos privados nas áreas de exploração e extração. Esta estatização parcial foi no entanto acompanhada por uma política aberta de privatizações, em especial das telecomunicações. Chávez tampouco utilizou o excedente petroleiro para investimentos industriais em outros campos; quando enfrentou a burocracia privatista da

empresa estatal, terminou recuando. As altas patentes nomeadas por Chávez trocaram de lado; o apoio ao governo constitucional se manifestou somente entre os oficiais médios. Chávez foi devolvido ao poder por uma multidão de dezenas de milhares de trabalhadores dos municípios vizinhos que haviam começado o assalto ao palácio de governo, no qual as prefeituras chavistas desses municípios tiveram um papel importante de mobilização. Apesar de contar com ingressos petroleiros extraordinários (como combinação dos altos preços internacionais e de uma produção acima da "cota" estabelecida pela OPEP), a Venezuela sofre uma recessão forte e duradoura. A Venezuela cortou seu fornecimento de petróleo a Cuba, algo que os Estados Unidos vinham exigindo há muito tempo. As contradições domésticas em que a administração de George W. Bush se encontra, bloqueada pela resolução da OEA que defende uma saída "institucional" para a crise venezuelana, enfrenta, de um lado, pressões dos que, como Otto Reich, insistiam na remoção de Chávez, e, do outro, os que temem que a crise na Venezuela, responsável por quase 15% do fornecimento de petróleo aos EUA, resulte em um conflito armado no momento em que se prepara a guerra contra o Iraque. A substituição de Reich por um "falcão" ainda pior (de nome Noriega) abriu terreno para uma nova movimentação golpista da embaixada dos EUA na Venezuela, que devemos combater por meio da mobilização solidária com o povo venezuelano e com sua vontade democrática. Os EUA, ao mesmo tempo em que alentam a movimentação golpista, participam do "Grupo de Amigos da Venezuela", promovido pelo governo Lula, demonstrando-se dispostos a usar todas as contradições políticas para impor seus interesses, em especial quando o petróleo está em jogo.

15. A crise da Venezuela combinou-se explosivamente com a da Colômbia. As FARC, fortemente armadas, contam com dezenas de milhares de homens e uma implantação muito forte nas zonas rurais; seu mais recente desenvolvimento foi a aparição das milícias urbanas. Os norte-americanos encobrem sua intervenção direta com uma "privatização" crescente da guerra, ou seja, com a formação de exército de mercenários e o apoio da indústria bélica norte-americana ao Exército colombiano e aos paramilitares, sem passar pelo Pentágono. A fragilidade do Estado se completa no fato de que, por não ter domínio sobre seu próprio território, não arrecada impostos e nem oferece serviços educativos e sanitários. O exército colombiano, em que pese ser o que, depois de Israel e Egito, recebe mais ajuda militar dos Estados Unidos, é reduzido, débil, manifestamente inepto no combate. Sofreu humilhantes derrotas impostas por guerrilheiros e não exerce o monopólio da repressão estatal. O aparato do Estado está penetrado pelo narcotráfico, que também financia, junto com os criadores de gado, os paramilitares. A Colômbia tem um exército de camponeses pobres que envia para combater uma guerrilha camponesa em defesa do regime político dos latifundiários. Na Colômbia, 2.300 proprietários de terras (sendo um deles o atual presidente Uribe) possuem 40 milhões de hectares; 2,5 milhões de camponeses pobres possuem apenas 4,5 milhões de hectares.

16. A situação na América Latina, expressão da conjuntura mundial, é de instabilidade política, produto do esgotamento das políticas impostas ao continente pelo imperialismo norte-americano por meio das instituições multilaterais, em particular, o FMI e o Banco Mundial. É este esgotamento do modelo que conduziu à destruição dos postos de trabalho, à devastação dos serviços públicos, ao questionamento de todos os direitos conquistados ao longo de décadas, à desnacionalização da economia e à destruição do patrimônio público dos países da região que resultaram na falência dos governos que, na última década, foram os agentes do diktat do FMI e do Banco Mundial. Na Venezuela, em primeiro lugar, na Bolívia, no Equador e no Brasil, ainda que se apoiando em alternativas políticas distintas entre si, o povo trabalhador impôs importantes derrotas a candidatos pró-imperialistas em seus processos eleitorais. Este sentimento de recusa das políticas impostas ao continente que dá conteúdo aos resultados eleitorais citados é o mesmo que comanda o levante dos trabalhadores argentinos cuja ação ininterrupta não permitiu, até aqui, a recomposição do regime político, ou seja, não permitiu que a burguesia local abra uma alternativa política para a continuidade de sua dominação. A ascensão do governo Lula, do PT, foi vista, neste quadro histórico-político, com esperanças por todos os setores populares, mas também com atenção pelos representantes do governo e do establishment dos EUA. O novo governo da principal nação latino-americana se estruturou claramente como um governo de colaboração de classes, com um programa capitalista e com importantes representantes da burguesia financeira. Nesta crise política, as manobras de colaboração de classes, para tentar conter a inédita emergência do movimento operário e camponês da América Latina, não estão em contradição com outras armas complementares: existe um verdadeiro labirinto de organizações militares dos EUA na América Latina, além de uma dúzia de bases aéreas clandestinas, radares, centros de mando e outras posições militares que constituem uma teia de aranha que se estende desde Honduras e El Salvador, descendo até o Equador, Peru, Bolívia e Colômbia, incluindo o Brasil, prestes a entregar aos EUA a base de Alcântara, no Maranhão, ponto estratégico para o controle da região equatorial disputando-se, aqui, com a Europa o ponto ideal para o lançamento de fogetes, já que o fogete Ariane, europeu, é lançado pela França da vizinha Guiana que abrange o Cone Sul na "Tríplice Fronteira" e nos "Operativos Cabañas" na Argentina, e que fecha o polígono ao norte das ilhas de Curassau, Porto Rico e Bahamas. Desde as Américas Central e do Sul, até Israel e Golfo Pérsico, mais de 200 mil soldados norte-americanos e um número indefinido de "funcionários privados" são espalhados pelo mundo. Desde a época da Guerra Fria seu número se reduziu em 50%, mas 90% dessa redução teve lugar na Europa, principalmente na Alemanha. Em todos os outros lugares há um crescimento significativo da presença clandestina de tropas norte-americanas. Somente um salto de qualidade política, baseado no internacionalismo proletário, poderá abrir chances de vitória para a revolução latino-americana nas novas condições históricas. A América Latina existe como um projeto político, cujo destino repousa inteiramente nas mãos dos explorados e oprimidos de todo o continente.

17. É apenas neste contexto, no qual se evidencia a atividade política das massas oprimidas em todo o continente como elemento de desestabilização da ordem imperialista na América Latina, que se pode situar e entender a vitória do candidato do PT, Lula, em 27 de outubro. O voto em Lula, do ponto de vista da esmagadora maioria dos seus eleitores e, em particular, de frações organizadas da classe trabalhadora, se revestiu deste caráter de recusa da continuidade da política aplicada por FHC, ao longo de 8 anos, a mando do FMI, e da busca de um governo que pudesse inverter a situação. Ainda que difuso e confuso, este sentimento esteve na base do movimento que permitiu a vitória de Lula. O próprio dia da posse foi marcado, em primeiro lugar, pelo protagonismo dos 200 mil trabalhadores e jovens que, se promoveram um evento festivo, não deixaram de se manifestar pelas suas reivindicações por meio de faixas, panfletos e palavras de ordem. A presença das massas populares no cenário da luta política, mesmo que permeada por expectativas e ilusões, marca profundamente o momento e deve ser considerada. O segundo e não menos importante traço da situação que vivemos reside no governo que Lula formou. Trata-se de um governo cujo eixo é um partido construído a partir do movimento sindical e operário, das organizações de esquerda e dos movimentos populares: o PT, mas numa coligação burquesa de governo fundada num programa estruturado sobre a base das teses fundamentais que presidiram a administração FHC, tanto no que diz respeito à política econômica quanto no que se refere à concepção de políticas sociais, ancoradas na perspectiva da "focalização nos mais pobres", ou seja no questionamento do caráter universal do serviço público e dos direitos. Expressão cabal do caráter do governo é a equipe econômica, montada em torno do Ministro da Fazenda Antônio Palocci, em que despontam nomes como Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, Roberto Rodrigues, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Luís Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, todos representantes dos bancos, dos grande proprietários de terra e do grande empresariado. Numa situação em que a crise econômica mundial não permite (a serem mantidas as cadeias que unem o Brasil ao comando das instituições do capital financeiro internacional) medidas reformistas ou nacionalistas. A continuidade da política econômica de Malan, no que ela tinha de essencial, abertamente anunciada pelo Ministro Antônio Palocci, determina, de um lado, uma presença ostensiva de setores nucleares da burguesia pró-imperialista no governo e, de outro, a aplicação de uma política cujo objetivo será de realizar as contra-reformas que FHC não pôde realizar, mercê da resistência popular.

18. Com efeito, uma missão do FMI visitou o Brasil em novembro de 2002 e se entrevistou com representantes do governo FHC e com a então "equipe de transição" do governo Lula. Em 6 e 7 de dezembro, o próprio Diretor-Gerente do FMI, Horst Kohler, veio ao Brasil reunir-se com FHC e com Lula. A Carta de Intenções enviada ao FMI pelo Ministro da Fazenda e pelo Presidente do BC, em 19/12/02, resultante destas conversações, mostra claramente os limites que as negociações com o Fundo estabelecem para o novo governo. No seu item 1, renova-se o compromisso do Brasil em aprovar no Congresso a autonomia operacional do BC. No item 2, é reafirmado o compromisso de votar no Congresso "a legislação remanescente para instituir os fundos de previdência complementar para os servidores públicos". No item 3 da Carta de Intenções, o governo brasileiro dá conta da edição de medida provisória destinada a converter a contribuição social para o PIS num imposto sobre valor adicionado (cf. site do Ministério da Fazenda). Kohler, no mesmo dia 19, divulgou comunicado em Washington frisando que "um rápido processo no Brasil para assegurar a autonomia do BC conferirá apoio importante ao fortalecimento da credibilidade da política monetária (brasileira)". Como se vê, o FMI tenta não permitir qualquer margem de manobra ao novo governo e condiciona todo acordo futuro ao aprofundamento das medidas destrutivas desenvolvidas desde o período de FHC. Ato contínuo à posse do novo governo, seus principais porta-vozes ministeriais começaram a anunciar as diretrizes orientadoras da política a ser aplicada. Já em sua posse, Meirelles anunciou que pretende manter a orientação macro-econômica anterior e avançar a proposição de atribuição de um mandato à diretoria do BC que nada mais é do que a independência do Banco reivindicada pelo FMI.

19. Ricardo Berzoini, da Previdência Social, no mesmo espírito da Carta de Intenções já referida, recolocou a necessidade de adotar as medidas que FHC brandiu ao longo de 8 anos e cuja adoção se chocou com a resistência dos trabalhadores: unificação dos regimes de previdência, estabelecimento de um teto máximo para o valor das aposentadorias, com a introdução do regime de previdência complementar privada, e contribuição de aposentados e pensionistas. Durante as primeiras semanas do governo, a imprensa patronal pautou em termos editoriais a exigência de que o novo governo efetive com prioridade a Reforma da Previdência, apresentada como uma espécie de "mãe de todas as reformas", sem a qual o Estado brasileiro estaria fadado à falência e o governo, inviabilizado. Retomou-se com toda força o discurso do combate aos supostos privilégios dos trabalhadores do setor público. A CUT, pela boca de seu presidente, vem legitimando esta ofensiva da patronal quando pauta seu discurso pela exigência de que os militares não sejam excluídos do novo sistema, ao invés de denunciar o cínico discurso do "combate aos privilégios", que esconde o desejo do capital de destruir a Previdência Pública. FHC, em que pese a aprovação da Emenda Constitucional n.º 20, não conseguiu implementar sua reforma até o fim, ou seja, estabelecer uma privatização do sistema à moda chilena. Apesar de ter-se dado um passo na quebra do regime de repartição solidária e na introdução dos sistemas de previdência complementar, a previdência complementar ainda não foi regulamentada. Ainda tramitam no Congresso, advindas da era FHC, e precisam ser agora

barrados, o PL 09/99, que cria fundos de pensão complementar, a PEC 136/99, que trata da contribuição dos aposentados e a PEC 137/99, que autoriza estados, municípios e o DF a fixarem subtetos inferiores ao teto da União. Um importante aspecto é que FHC teve barrada no judiciário a quebra dos direitos previdenciários dos servidores que já estão no sistema. Sob este ângulo, a reforma previdenciária anunciada por Berzoini aponta para perdas ainda mais drásticas do que aquelas impostas por FHC, por exemplo, quando empurra para o novo regime de previdência complementar inclusive os trabalhadores que estão hoje no sistema. A se crer nos anúncios do ministro, o projeto do novo governo garantiria os direitos dos atuais servidores proporcionalmente ao tempo de serviço no momento da publicação da nova lei, sendo que sobre o tempo de serviço restante incidiriam as novas regras, ou seja, o estabelecimento do teto de 10 salários, a partir do qual ter-se-ia que recorrer à previdência complementar. Respeitados parcialmente os direitos adquiridos, não haveria, na verdade, economia para os cofres públicos. Com o crescimento das despesas previdenciárias por mais algum tempo, e com a perda da receita advinda das contribuições dos servidores que ganham acima de 10 salários, uma vez que a parte superior ao teto seria dirigida aos fundos de pensão, só resta ao governo uma saída já tentada por FHC e rejeitada pelo Congresso e pelo Supremo: o confisco dos proventos dos aposentados mediante o desconto de contribuições – "taxar os aposentados". Ou seja, a capitalização dos fundos de pensão seria feita às custas do desfinanciamento do Regime Próprio de Previdência. Este jogo teria como único vencedor o grupo das empresas seguradoras. O ANDES-SN combate a reforma anunciada, reafirma a defesa dos direitos previdenciários dos servidores na sua integralidade, ao mesmo tempo em que luta pela extensão destes direitos ao conjunto da classe trabalhadora.

20. Jacques Wagner, ministro do Trabalho, por sua vez, retoma o tema da reforma trabalhista e sindical e lança a proposição da extinção da multa de 40% por demissão imotivada. No que se refere à reforma trabalhista, o ANDES-SN mantém sua posição, que é a do movimento sindical brasileiro, isto é, de recusar toda quebra de direitos trabalhistas codificados na CLT. Em relação à reforma sindical, reafirma a posição histórica da CUT de defesa da Convenção 87 da OIT, que assegura a plena liberdade e autonomia sindicais.

21. Ainda que tenham um caráter fragmentário, as medidas anunciadas configuram um quadro de expectativas bastante negativo para o movimento sindical, inclusive para o movimento docente. Numa situação marcada pela expectativa popular e pelo protagonismo das massas de um lado, e, de outro, pelas exigências ditadas pelo imperialismo, o governo Lula busca os meios de aplicar a política de flexibilização e desregulamentação da legislação trabalhista com o beneplácito das organizações dos trabalhadores. Este é o sentido último dos apelos do presidente a um pacto social que ora se corporifica no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CODES), que se reuniu inicialmente sob o signo da Campanha Fome Zero. O significado do CODES foi dado pela declaração de Horácio Lafer Piva, presidente da FIESP, que afirmou que o pacto seria um fórum baseado na idéia de que "todos, empresários e trabalhadores, devemos aceitar perder um pouco". O CODES, formado por 82 membros – dos quais já se nomearam 42, além dos presidentes da CUT, UNE, do representante do MST e alguns sindicatos, tem uma maioria de grandes empresários nacionais e internacionais. Neste momento, dos 42 indicados, estes últimos somam 22. No CODES, nivelam-se todos os participantes de tal forma que o peso da CUT, que representa vários milhões de trabalhadores, em eventuais posicionamentos do Conselho, seria o mesmo das ONGs ou de uma entidade patronal, todos reunidos num amálgama corporativista em torno do bem comum. Ou seja, dilui-se o caráter representativo e de classe das organizações, dissolvendo todos na "geléia geral" da chamada "sociedade civil". O CODES, ao lado do Fórum Nacional do Trabalho, encarregado de preparar a Reforma Trabalhista e Sindical, tem, segundo o próprio governo, a tarefa de criar as condições para que as reformas tributária e fiscal, previdenciária, agrária e agrícola, além das medidas de geração de emprego e renda, sejam aprovadas no Congresso Nacional.

22. Desta forma, fica claro o lugar que deve ocupar na nossa luta a tarefa de preservar a independência do ANDES-SN e da Central Única dos Trabalhadores. Se não recusamos a negociação como parte do processo de luta sindical, não a confundimos com o estabelecimento de pactos que implicam um acordo permanente com os representantes das classes dominantes e do governo e, no caso concreto, de um acordo permanente para aplicar justamente as medidas de destruição dos direitos e conquistas dos trabalhadores. A ação do ANDES-SN, buscando realizar a unidade do serviço público das três esferas, sobre a base da defesa e da reafirmação das bandeiras consensuais dos trabalhadores do setor público, deve priorizar a preparação dos CECUTs e do CONCUT, instâncias nas quais será definido o destino da Central. No curso dos próximos meses, quando as novas reformas serão anunciadas à nação e enviadas ao Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que a energia das massas, liberadas nos últimos meses, estarão voltados para a exigência de que o governo Lula atenda às reivindicações que impulsionaram o amplo movimento que o elegeu. Neste contexto, cabe ao ANDES-SN reafirmar sua plataforma de lutas com as bandeiras efetivamente capazes de promover a emancipação nacional e o atendimento das reivindicações populares:

a) Fora o FMI;

b) Não-pagamento da dívida externa;

c) Não à ALCA e à OMC, por um plebiscito oficial sobre a ALCA, retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA;

d) Não à guerra, contra a militarização e a entrega da base de Alcântara;

e) Reforma agrária sob controle dos trabalhadores;

f) Reestatização das empresas privatizadas

g) Não às reformas previdenciária, trabalhista sindical;

h) Não a pactos que retirem direitos históricos dos trabalhadores.

Na base destas reivindicações, destas bandeiras, o ANDES-SN deve aprofundar suas relações com os demais componentes do movimento sindical e popular, buscando a construção de uma unidade política e de ação para a negociação com base em uma plataforma classista que se oponha àquela posta em prática pela classe dominante em consonância com as políticas ditadas pelo FMI.

23. A educação, durante as duas últimas décadas, principalmente nos anos do governo FHC, sofreu as severas conseqüências da implementação rigorosa e sem tréguas das medidas neoliberais. No campo da Educação Superior, no período de 1995 a 2000, houve queda de 72% no volume de investimentos (outros custeios e capital), queda de 17% nos recursos de manutenção, def*icit de* 7.000 docentes e de 20.000 técnicos. Paradoxalmente, ocorre um crescimento de 26,21 % no número de novas vagas para o vestibular - (Fonte: Indicadores de desempenho das IFES. ANDIFES: 19/6/02; FSPn20/06/02, p. C7). Os indicadores de investimento e expansão permitem identificar o impacto das medidas, bem como reconhecer os pontos estratégicos e prioritários sob os quais devem incidir a ação organizada em defesa da educação pública. Tarefa histórica, que o ANDES-SN, reconhece, não fará só, mas sim articulado com movimentos, fóruns, setores e organismos da luta de classe que defendem o projeto histórico socialista e os serviços públicos. O balanço dos oito anos de implementação da política neoliberal permite visualizar o lastro de conseqüências nefastas para a educação no Brasil. Os dados recolhidos pela equipe de transição do governo Lula, e não divulgados, o demonstram. A educação superior no período de FHC foi desvirtuada em seu sentido de universidade, com a privatização do sistema, com o desinvestimento programado do setor público, com o desrespeito à Constituição no que se refere à autonomia universitária e à democracia interna, no crescimento desenfreado de cursos endogênicos de pós-graduação, na privatização do espaço público por meio das famigeradas fundações de apoio, no desmantelamento do processo de avaliação institucional, no sucateamento da graduação mediante cursos seqüenciais, entre outras. A ameaça de desmantelamento do maior sistema nacional de fomento à ciência & tecnologia da América Latina - as universidades públicas brasileiras- e a conseqüente dependência tecnológica, tendem a acentuar-se caso sejam aprovadas leis que tramitam no parlamento como é o caso da Lei de Inovação Tecnológica. Os constantes contingenciamentos e não-repasse das verbas públicas suficientes para manutenção e investimentos, os hospitais universitários em colapso, o ensino privado em franca e desenfreada expansão, professores e técnicos-administrativos sem reajustes de suas perdas salariais, trabalho docente precarizado, termos de acordo de greve não cumpridos, entre outros, são indicadores do desmantelamento da educação pública. Por outro lado, cresce desenfreadamente o setor privado. Em 2001, o total de ingressantes foi de 72,20% no setor privado para 22,20 % no setor público. Os cursos que mais crescem (96%) no Brasil são os oferecidos por instituições privadas e noturnos. Medidas em tramitação junto à OMC permitirão que a educação deixe de ser considerada direito universal para se tornar rico filão de lucros fáceis a ser intensamente explorado, cada vez mais, pelos capitalistas nacionais e também internacionais. Atualmente lideram o ranking das universidades as particulares UNIP (Universidade Paulista) com 81 mil alunos e a Estácio de Sá (RJ) com 60 mil alunos e com um crescimento 76,6% em apenas um ano. Das 20 universidades que aparecem no ranking, 14 são instituições privadas.

24. Às medidas no campo da educação, ciência & tecnologia somam-se as governamentais que atentaram contra todos os trabalhadores e que devem ser detidas no novo governo. Tais medidas podem ser reconhecidas na política de reajuste salarial, submetida aos acordos internacionais com o FMI, as propostas para a previdência pública, a flexibilização da CLT, o pacote antigreve. Medidas estas que foram rejeitadas no último pleito eleitoral com a derrota do candidato à sucessão de FHC. No período do governo FHC, o ANDES-SN enfrentou as investidas que pretendiam, sem êxito, implementar o reacionário projeto de regulamentação da autonomia universitária (Artigo 207 da Constituição Federal), inclusive valendo-se do reforço apresentado pela ANDIFES com o seu Projeto de Lei Orgânica para a Universidade. Enfrentou as iniciativas para eliminar as contratações pelo Regime Jurídico Único e a transição para o regime de emprego público, enfrentou a limitação dos concursos públicos e as contratações precarizadas de aproximadamente 8.000 mil professores substitutos nas IFES, bem como a introdução das gratificações produtivistas e as avaliações institucionais (Provão, Enem, Saeb) orientadas pela lógica do mercado. Vale lembrar que nesse processo de enfrentamento dos últimos 8 anos (1994 a 2001) foram necessárias cinco greves nas instituições federais de ensino (1994, 1996, 1998, 2000, 2001), bem como intensas e fortes greves deflagradas nas instituições estaduais de ensino (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraíba, Bahia, Ceará) . O não-atendimento de reivindicações, o que culminava em greves, girou em torno da política de reajuste para resgatar perdas salariais; carreira e capacitação docente; política de pessoal; orçamento e verbas; democracia e autonomia; emprego e aposentadoria e política educacional para as instituições de ensino superior, ensino médio, técnico e educação tecnológica e financiamento para a área de ciência e tecnologia - aplicação imediata de 1,5% do PIB em ciência e tecnologia e destinação de recursos públicos capazes de garantir uma política de ciência e tecnologia que fortaleça a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas, assim como a democratização das agências de fomento como CAPES, CNPq e FINEP e, ainda, manutenção dos recursos para o programa PET (Programa Especial de Treinamento). Tal enfrentamento não evitou, que o débito educacional no Brasil seja um dos maiores do mundo e a qualidade de ensino uma das piores. Mas, permite que a imprensa burguesa reconheça que os professores e técnicos-administrativos das instituições federais e estaduais de ensino sobreviveram heroicamente ao período e não deixaram cair o prestígio da nossa pesquisa científica & tecnológica, basicamente realizada nas universidades publicas.

25. O governo Lula assume com um bilhão

de recursos a menos para investimentos na educação. De 8 bilhões em 2002, passamos para 7 bilhões em 2003. Restrições estabelecidas a partir dos acordos com o FMI. O ministro da Educação, Cristóvam Buarque, assume o Ministério com uma forte pressão das demandas e reivindicações colocadas, ao longo da história, no campo da educação. Já anunciou durante a abertura do Fórum Mundial de Educação (19 a 22 de janeiro de 2003), os três principais eixos do governo Lula para a Educação, a saber: O problema do analfabetismo (entre 15 a 50 milhões de brasileiros não estão plenamente integrados no mundo das letras); a educação básica (O Brasil situa-se em um dos últimos lugares no mundo no que se refere à educação e tem um dos piores resultados educacionais entre todos os países do mundo); mudanças na universidade brasileira (universidades públicas foram relegadas e abandonadas e as particulares degradadas, por preferirem crescer em número em vez de crescer na qualidade de ensino). Durante o Fórum Social Mundial, reuniu os reitores (ANDIFES) e convidou o ANDES-SN, a FASUBRA e a UNE e anunciou a criação de três grupos de trabalho: um para levantar as condições de infra-estrutura; outro para estudar necessidades emergenciais de ocupação e criação de vagas, a instalação de cursos noturnos e engajamento das universidades nos dois principais projetos do governo Lula – Fome Zero e Erradicação do Analfabetismo – e, o terceiro grupo para apresentar uma nova proposta que servirá como base para reformular as universidades. O ministro já anunciou aos órgãos de imprensa que "havendo possibilidade de conceder aumento salarial, não vai ser preciso fazer greve. Se não houver possibilidade, a greve vai ser inútil". Declarou ainda que não pretende interromper nenhum projeto da pasta, implementados nos últimos 8 anos durante o governo do ministro Paulo Renato (Folha de São Paulo 04/01/03, p. C15). O eixo da erradicação do analfabetismo em quatro anos, anunciado pelo governo e já severamente criticado, o eixo da educação básica e as mudanças da universidade surgem em um contexto de manutenção da política econômica, cujo ponto central de estabilidade é o pagamento das dívidas externa e interna, o que tem implicado descontinuidade de programas na área social e no não-investimento adequado na educação. Os gastos com o pagamento da dívida foram de, aproximadamente, 110 bilhões em 2002, cerca de 27% a mais do que as despesas financeiras ocorridas em 2001, que giraram em torno de 86,4 bilhões. Este montante equivale a aproximadamente o dobro (50,3 bilhões conforme acordo com o FMI) do esforço fiscal feito pelo setor público ao longo do ano de 2002. Em novembro de 2002, a dívida totalizava 869,5 bilhões, o equivalente a 57,5% do PIB. É daí que vem a pressão para o aumento do superávit primário – dinheiro que o governo economiza para pagar a dívida -, que já está acordado com o FMI, será de 3,75% do PIB em 2003 (Folha de São Paulo, 19/01/03, p. B1). Portanto, o ANDES-SN entende que o eixo da política econômica deve ser alterado e os esforços fiscais do setor público dirigidos para enfrentar as reivindicações históricas da classe trabalhadora.

26. O ANDES-SN apresentou ao ministro as suas demandas imediatas em reunião realizada na sede do Sindicato, quando foram entregues os seguintes documentos: Carta do 4º CONED; PNE da Sociedade Brasileira; Termo de Acordo entre o MEC, ANDES-SN e SINASEFE, assinado no fim da greve de 2001; Projeto de Lei de Carreira Única do ANDES-SN; Pauta de Reivindicações dos SPFs; Proposta do ANDES-SN de medidas emergenciais a serem implementadas pelo novo governo; Cadernos de Política Educacional do ANDES-SN: Nº 1, Set. de 2002 – "A Transformação da Educação em Mercadoria: ALCA, OMC e outros (Des) Acordos Internacionais", Nº 2, outubro de 2002 – O Programa de Capacitação Docente do ANDES-SN em Tempos de PQI. A audiência com o ministro teve a finalidade de apresentar o Projeto de Universidade e a Pauta de Reivindicações do ANDES-SN, atualizada, a ser protocolada no MEC, e com isto pautar com o Ministério: O PNE da sociedade brasileira que, estabelece 10 % do PIB para educação; novas contratações; a incorporação de gratificações; a instalação de mesas de negociação; a não-aprovação do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica. São, portanto, reivindicações prioritárias, que não serão negligenciadas: a reposição salarial emergencial; a recuperação de perdas históricas; a incorporação de gratificações e o cumprimento dos termos de acordo de greve. Diante da pressão da pauta política e econômica do ANDES-SN, principalmente no item salários, o governo argumenta que está enfrentando a crise do reajuste que costuma seguir a meta da inflação, que saltou para 8,5%. O previsto no orçamento era 4%, compromisso que o novo governo não teve condições de honrar por falta de recursos. Quanto à Campanha Salarial 2003, os servidores públicos federais estão reivindicando emergencialmente 46,95% para compensar perdas salariais. O ANDES-SN propôs à CNESF, para deliberação na plenária do dia 18 de fevereiro, os eixos gerais e específicos, conforme definidos pelo Setor das IFES a saber: reposição salarial emergencial e recuperação das perdas históricas; incorporação das gratificações; pelo cumprimento dos termos de acordo de greve; defesa da seguridade pública, contra a previdência complementar e os fundos de pensão; pelo direito de greve e autonomia sindical; defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada; reconhecimento do PNE; Proposta da Sociedade Brasileira como documento de referência política para a educação brasileira; pela retirada do Brasil das negociações da ALCA e pela realização do plebiscito oficial; contra o pagamento da divida externa.

27. A prevalecer a política econômica traçada no governo de FHC e estendida ao governo Lula, as reivindicações encontram-se ameaçadas. Ou se atendem às exigências dos organismos internacionais ou se atendem às reivindicações da maioria da sociedade brasileira. Não cabe ao ANDES-SN recuperar o caráter classista do governo ou colocá-lo à esquerda, mas, fundamentalmente, defender nas mesas de negociação, as reivindicações do Movimento Docente no conjunto das lutas dos servidores públicos e das demais entidades classistas, estudantis, sindicais e populares. A diretriz básica das relações do Sindicato Nacional com o novo governo será estabelecida a partir da autonomia e independência sindical e com base nas reivindicações. O ANDES-SN não se dispõe, como sujeito político, a implementar medidas que retirem direitos e conquistas históricas e que restrinjam a expansão do que dignifica a vida humana.

28. Com essa orientação, o ANDES-SN vem participando das campanhas internacionais (Quito, México) e nacionais, contra a ALCA e a OMC, contra a mercantilização da educação, juntamente com executivas nacionais de curso e outras entidades classistas, estudantis, sindicais e movimentos populares. Participou do Fórum Mundial de Educação defendendo diretrizes para a educação pública de qualidade socialmente referenciada, indicada no PNE da sociedade brasileira e, defendendo uma plataforma mundial de educação que se contraponha aos interesses do capital. Participou com destaque da reunião da CNESF, realizada em Porto Alegre a 23 de janeiro passado junto ao Fórum Mundial Social impulsionando uma coordenação para construir uma pauta única a ser apresentada e adotada pelos congressos estaduais e nacional da CUT. Propomos também uma plenária acional única de todo o funcionalismo público, dos três âmbitos (federal, estadual e municipal), que adote um claro programa e um preciso plano de lutas contra as reformas encaminhadas e contra a destruição dos serviços públicos. Propomos que essa plenária anteceda o Congresso Nacional da CUT (a ser realizado a partir de 23 de maio, em São Paulo), para pesar decisivamente na orientação política a ser adotada pela Central e para se contrapor à reforma previdenciária a ser proposta nessa data pelo governo ao Congresso Nacional. O 22º CONGRESSO do ANDES-SN impulsiona assim a perspectiva classista e combativa do sindicalismo no Brasil.

Tema I - Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores e Eixos

Texto de Resolução - 08

Eixos do Plano Geral de Lutas

1 – Fortalecer a luta pela construção de uma sociedade socialista. Esta luta requer a derrota do imperialismo, por meio da unidade internacional dos trabalhadores, para defender a independência nacional dos povos oprimidos e a expropriação do grande capital internacional pelos trabalhadores.

2 – Denunciar a campanha internacional do imperialismo norte-americano e seus aliados contra os direitos e a independência dos povos.

3 - Combater a intervenção no Oriente Médio (a questão palestina, a guerra contra o Iraque) e na Ásia Central, nas tentativas de violentar a independência e a democracia da América Latina (Plano Colômbia, manobras militares no Cone Sul, golpe na Venezuela, imposição da ALCA, sucessivas tentativas de internacionalização da Amazônia e de apropriação da Base de Alcântara, destruição de populações tradicionais etc.), assim como no ataque aos direitos civis e na criminalização dos movimentos de luta dos trabalhadores e minorias oprimidas em todos os países.

4 – Lutar contra todas as formas e espécies de discriminação e opressão sociais das chamadas minorias, visando à construção histórica de uma sociedade e de uma cultura radicalmente democráticas.

5 – Combater a ofensiva capitalista contra os trabalhadores do mundo todo e a ofensiva neoliberal encabeçada por entidades como FMI, Banco Mundial e OMC inspiradas pelo Consenso de Washington e o Fórum de Davos, intensificando as lutas contra o pagamento da dívida externa e os tratados de livre comércio que operam medidas econômicas e sociais responsáveis pela exploração dos trabalhadores e a promoção da miséria em larga escala em nosso país, e fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital.

6 – Reforçar a unidade da classe trabalhadora, internacionalmente e, em particular, na América Latina, por meio de iniciativas concretas a serem tomadas pelo ANDES-SN para a unificação da luta do movimento docente universitário da América do Sul, em especial do Cone Sul.

7 – Combater a política de submissão e subserviência do Brasil às orientações de organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial a OMC, que vêm determinando a mercantilização e a privatização da educação, da ciência e da tecnologia, da saúde e da previdência; nessa perspectiva, combater todos os projetos governamentais orientados pela lógica de ampliação da ingerência do mercado no setor público, com conseqüente desresponsabilização do Estado em relação ao financiamento, universalização da oferta e controle de serviços públicos de qualidade.

8 – Combater todo tipo de violência contra direitos e conquistas democráticas da classe trabalhadora, intensificando a luta unificada com os movimentos populares e com a CUT, por transformações que atendam aos direitos fundamentais da maioria da população e pelos direitos constitucionais de organização, manifestação e ação sindicais, na perspectiva do sindicalismo classista, autônomo e democrático.

9 – Lutar pelo direito à liberdade de organização e manifestação sindicais; contra quaisquer formas de cerceamento deste direito no setor privado; contra qualquer regulamentação, em especial no setor público, do direito de greve, e contra quaisquer instrumentos legais ou medidas que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, combatendo todo ato de intimidação, perseguição ou punição a membros da comunidade acadêmica, em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais.

10 – Lutar, em todos os âmbitos administrativos, tanto do setor público como do privado, pela garantia de políticas salariais que assegurem poder de compra aos trabalhadores e pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora.

11 – Lutar pela valorização do trabalho docente, reivindicando a implementação da

carreira única, do Plano Nacional de Capacitação Docente, do piso e da malha salariais propostos pelo ANDES-SN, bem como pela formulação de políticas permanentes de reposição salarial.

12 – Lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente: Emprego Público nas IES públicas, aumento no número de contratações por tempo determinado, prestação de serviços via convênios que descaracterizem a carreira docente, redução do número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado.

13 – Defender intransigentemente a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada e sua universalização, em todos os níveis, como dever do Estado e direito de todos, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação e seu impacto e conseqüências nas relações do trabalho docente.

14 – Lutar intransigentemente em defesa da universidade pública brasileira e sua autonomia, nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, bem como dos princípios da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, do acesso universal com gratuidade plena, do padrão unitário de qualidade, tendo a ampliação do financiamento público estatal e o autogoverno democrático como pilares da expansão e do desenvolvimento das IES públicas, nos marcos referenciais políticos, conceituais e metodológicos da *Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira* (Cadernos ANDES, nº 2, 1996) e nas diretrizes e metas do *PNE da Sociedade Brasileira.*

15 – Lutar pelo estímulo a pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e pela ampliação das verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, pelo seu pleno controle social e pela participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática dos órgãos de fomento federais e estaduais, na definição das políticas, prioridades e planejamentos do setor; pela alocação de recursos não condicionada a programas governamentais (como os Institutos do Milênio) e empresariais (como os Fundos Setoriais).

16 – Lutar contra a privatização dos fundos estatais destinados à pesquisa, por meio de fundações de direito privado.

17 – Lutar pela integralidade da seguridade social mediante políticas que encaminhem as questões de saúde, previdência e assistência social de forma a garantir um conjunto integrado de ações nessas áreas, com planejamento e com orçamento únicos, combatendo as estratégias em curso que buscam fragmentar e mercantilizar essas ações de forma a facilitar a sua privatização.

BANDEIRAS DE LUTA

A - Contra as guerras imperialistas.

B - Contra a ALCA, a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo.

C - Contra a reforma da previdência e outras reformas que atacam conquistas e condições de vida dos trabalhadores.

D - Em defesa da Educação Pública, em todos os níveis e dos serviços públicos em geral.

E - Pela liberdade de organização e prática sindical.

F - Pela recuperação de perdas históricas e estabilidade no emprego.

G - Reajuste salarial JÁ!

Texto de Resolução - 09

O 22º Congresso do ANDES-SN reafirma o seu do Plano de Lutas do Setor das IFES aprovado no 21º Congresso e propõe as seguintes atualizações:

1. Articular com as entidades da CNESF ações de mobilização para implementação da Campanha Salarial dos SPF de 2003.

2. Articular com as entidades da CNESF ações de mobilização – A reforma do Estado e suas implicações nas reformas da Previdência, trabalhista, sindical, tributária, educação e saúde – denunciando/esclarecendo a sociedade sobre os reais efeitos destas reformas no serviço público federal, em especial a reforma da previdência.

3. Promover, articuladamente com as entidades do serviço público (federal, estadual e municipal), um amplo debate com a sociedade que esclareça os reais objetivos da reforma da previdência da maneira como ela está sendo concebida pelo atual governo (conforme informações veiculadas na mídia e programa de governo);

4. Construir uma proposta do ANDES-SN para a Seguridade Social Pública, com base nos seguintes princípios:

a. Defesa do Sistema da Previdência Social Pública com Regime Único para servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada;

b. Aposentadoria integral, limitada ao teto atual do maior vencimento do servidor público;

c. Fim do Fator Previdenciário e mudança na base de cálculo dos proventos de aposentadoria, de forma a dar peso maior aos meses mais recentes;

d. Paridade ativos-aposentados, conjugada à proteção dos salários contra a inflação;

e. Superávits do sistema absorvidos pelo Estado e *déficits* cobertos também pelo Estado, com taxação do capital, emissão de moeda e/ou negociação social sobre critérios para concessão de benefícios (idade para aposentar-se, etc.);

f. O cálculo das contribuições e outras fontes de custeios.

5. Articular com as entidades cutistas do serviço público das três esferas (municipal, estadual e federal) a construção, apresentação e defesa de teses conjuntas no próximo CONCUT, em especial no que se refere à proposta da reforma de previdência do governo e o posicionamento da central sindical.

6. Realizar um encontro sindical nacional das entidades de servidores públicos das três esferas (municipal, estadual e federal), cutistas e não cutistas, antecedendo o CONCUT, a fim de preparar a intervenção das entidades e afunilar as teses construídas.

7. Lutar pela retirada do Congresso de todos os PLs que propõem regulamentar as greves dos servidores públicos.

8. Lutar pelo cumprimento do termo de acordo assinado pelo MEC ao fim da greve de 2001.

Tema III - Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe

T exto de Resolução - 29

I - O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

1) intensifique a pressão sobre os parlamentares e empreenda ações locais e nacionais com o objetivo de defender um Regime Único de Previdência Social Pública para os trabalhadores dos setores público e privado, com base nos seguintes pressupostos:

a) integração com as políticas de saúde e assistência social;

b) incorporação de todos os trabalhadores no Regime Único;

c) gestão pública e democrática com garantia de transparência dos recursos da Seguridade Social;

d) custeio coberto pelas contribuições dos trabalhadores e seus empregadores, pela receita de impostos, especialmente os incidentes sobre ganhos de capital, e outras fontes;

e) integralidade dos vencimentos no momento da aposentadoria, com teto igual ao maior salário do serviço público, ou seja, vencimentos do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal

f) paridade de proventos entre trabalhadores ativos e aposentados com as mesmas características funcionais;

g) extinção do Fator Previdenciário atualmente em vigor no Regime Geral da Previdência Social (RGPS);

h) restabelecimento do tempo de serviço como critério para concessão do benefício de aposentadoria, em substituição ao tempo de contribuição atualmente em vigor no RGPS;

i) restabelecimento do tempo de serviço desvinculado de idade mínima, para a concessão do benefício de aposentadoria para os servidores públicos;

j) garantia de regras especiais para concessão de aposentadorias para trabalhadores em condições especiais;

k) garantia da não-contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas.

2) promova, articuladamente com outras entidades representativas de servidores públicos, ações de propaganda contra a Reforma Previdenciária anunciada pelo governo federal, enfatizando:

a) a necessidade de aprofundar e ampliar o debate sobre a reforma e suas conseqüências e a impossibilidade de fazê-la no curto espaço de tempo pretendido pelo governo federal;

b) a importância da realização da reforma tributária anterior ou simultaneamente à Reforma Previdenciária;

c) a desmitificação das falácias dos "privilégios previdenciários" dos servidores públicos e do "déficit" da previdência;

d) a posição contrária do sindicato à instituição de qualquer tipo de previdência complementar, por considerá-la inserida num caráter privatista;

e) os efeitos nefastos para a classe trabalhadora do fortalecimento dos fundos de pensão, mecanismo da instituição da Previdência Complementar, apresentados como a solução para o falso problema do déficit;

3) proponha, por intermédio de sua Diretoria, à CNESF, a criação de um Fórum em defesa da Previdência Social Pública.

4) proponha à CNESF a realização do III Encontro Sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Públicos no 2º Semestre de 2003.

5) realize, no segundo semestre de 2003, um Seminário sobre Mercantilização da Educação, Precarização do Trabalho Docente e Saúde do Trabalhador em Educação.

6) encaminhe, aproveitando a experiência metodológica da ADUSP sobre o encaminhamento de ações e estudos que deram visibilidade ao problema das Fundações de Apoio de Direito Privado e ensino pago na USP, pesquisa, em colaboração com as seções sindicais, com o objetivo de apreender a real situação em que se encontram, detectar seus problemas e os possíveis desvios ocorridos no seu interior;

7) intensifique o debate sobre Assistência Social, vinculando-o à Seguridade Social.

8) realize o IX Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN, a ser realizado na primeira quinzena do mês de maio em Brasília, preferencialmente em espaço da Câmara Federal, tendo como tema central a defesa da Seguridade Social, discutindo amplamente suas três áreas: Saúde, Previdência e Assistência Social como um todo.

II - O 22º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que suas seções sindicais:

1) busquem aprovar nos congressos estaduais da CUT (CECUTs) as teses do Sindicato sobre Seguridade Social, em especial, as relativas à Reforma Previdenciária.

2) identifiquem os companheiros que participarão, como delegados, das Conferências Estaduais e Nacional de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, informando a Coordenação Nacional do GTSS/A, para favorecer uma articulação para inserção do ANDES-SN nessas atividades.

T exto de Resolução - 30

Propor ao governo:

1: a auditoria das contas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);

2: a abertura de um amplo debate sobre a Seguridade Social e em especial sobre a Previdência.

T exto de Resolução - 31

O 22º Congresso recomenda que as entidades representativas mantenham a comunidade universitária informada e ativamente participante das reflexões e lutas sobre a problemática dos HUs. A ANDES–SN deve realizar imediatamente o diagnóstico da situação nacional dos HUs para subsídio de discussões a serem feitas com o atual Governo, visando ações que garantam o adequado funcionamento dos HUs como espaços públicos de ensino, pesquisa e prestação de serviços à sociedade.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano V nº 63 • 28 de fevereiro de 2003
www.adufrj.org.br

Agenda Sindical

19/02 a 19/03 – Rodada de assembléias nos estados para discutir a Campanha Salarial.
8 a 13/3 - 22º Congresso Nacional do Andes-SN
Teresina (PI)
- O Congresso terá como tema a Transformação Social e Política de Educação, Ciência e Tecnologia
19/3 – Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
Sede da Adufrj (CT, Bloco D, sala 200), às 17h30
20/3 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Local a confirmar, às 13h30
20/03 – Lançamento da Campanha Salarial nos estados, com ato público.
22/03 – Plenárias setoriais das entidades dos SPF.
23/03 – Plenária Nacional dos SPF.
25/03 – Seminário sobre Previdência, organizado pela CNESF.
25 a 27/4 - Congresso Estadual da CUT-RJ
local indefinido
3 a 7/6 - 8º Congresso Nacional da CUT
Palácio do Anhembi, São Paulo (SP)

Anexo ao Caderno de Textos do 22º Congresso já está disponível

Já se encontra disponível na página eletrônica do Andes-SN (www.andes.org.br) o Anexo ao Caderno de Textos do 22º Congresso dos docentes universitários, que se realizará em Teresina (PI), entre os dias 8 e 13 de março. O Caderno e o seu Anexo, vale lembrar, são os documentos que guiam o debate em torno da atualização do plano de lutas do Sindicato Nacional. Os textos do Anexo representam as contribuições recebidas pela diretoria do Andes-SN entre os dias 23 de janeiro e 24 de fevereiro. Novos textos só serão submetidos à discussão, se aprovada sua inclusão pela Plenária de Instalação do evento de Teresina.

No Anexo, foram propostos mais 26 textos de resolução e mais duas análises de conjuntura. Além das questões organizativas e financeiras do Sindicato, existem contribuições sobre: Reforma da Previdência, reserva de vagas, política educacional pós-fóruns mundiais realizados em Porto Alegre neste ano (FME e FSM), avaliação produtivista e Lei de Inovação Tecnológica, entre outros assuntos.

Adufrj-SSind não funcionará nos dias 5, 6 e 7

Nesta semana de carnaval, a Adufrj-SSind não vai funcionar. A seção sindical volta ao expediente normal a partir de 10 de março.

Manuella Soares

PROFESSORES ORGANIZAM SEMANA DE DEBATES SOBRE PREVIDÊNCIA PÚBLICA EM MARÇO. NA FOTO, A AG DE 27/2

Assembléia critica organização de seminário da reitoria

Reitoria recebe ministros e cria evento para definir 'posição' da UFRJ sobre Reforma da Previdência

Na última Assembléia Geral da Adufrj-SSind, em 27/2, a diretoria informou aos professores que a entidade foi convidada a participar de um Seminário da UFRJ, intitulado *A questão da Previdência Social e a Universidade*, que deverá ser realizado na segunda quinzena de março. Por conta de seu formato, o evento da reitoria acabou sendo criticado pelos presentes e a AG definiu que a entidade não deveria participar. Após a atividade da universidade, a administração central solicitaria que cada Unidade indicasse um representante docente, discente e do corpo técnico-administrativo e instalaria grupos de trabalho para a produção de uma "carta de intenções da Universidade em relação à questão da Previdência", que seria produzida num período de trinta dias. Os presentes na AG entenderam que a iniciativa da reitoria ia de encontro às atividades que vêm sendo realizadas e programadas pelo movimento docente local e nacional sobre o assunto, como debates e assembléias pautadas com o tema.

Para os professores presentes à AG, a instituição poderia até se posicionar formalmente, através de seus colegiados acadêmicos, sobre quaisquer reformas ou iniciativas do governo, mas não caberia à reitoria organizar um evento para tomar deliberações em nome da comunidade. Apesar de o seminário da reitoria ainda não ter sido oficialmente divulgado, a notícia sobre sua realização já circulou no informativo sindical *on line* Rápido da CUT/RJ, em 18/2. Na programação divulgada pela Internet, constava o financiamento do evento, que ocorreria nos dias 18 e 19 de março, pelo BNDES. Nomes como Aloisio Teixeira, Andrea Teixeira e Laura Tavares foram listados no noticiário.

Movimento Docente tem agenda de debates sobre o tema

Dando seqüência aos encaminhamentos aprovados na assembléia anterior, o Grupo de Trabalho de Seguridade Social da SSind apresentou na AG uma proposta de atividades a serem realizadas pela entidade na UFRJ na semana de 17 a 21 de março. Foi definido pela AG que o GTSS e a diretoria da SSind organizarão dois debates e cinco reuniões nos diversos *campi* da UFRJ para discutir a reforma da Previdência com os professo-

Continua na página 2

Adufrj-SSind

Continuação da capa

res e repercutir as deliberações do 22º Congresso do Andes-SN sobre o tema. O Congresso do Sindicato Nacional estará acontecendo nos dias 8 a 13 de março, em Teresina (PI).

De posse de uma versão atualizada da programação do evento da reitoria, Cleusa Santos informou aos presentes que os ministros da Previdência, Ricardo Berzoini, e da Educação, Cristovam Buarque, participariam da abertura do seminário da reitoria, que contaria ainda com a presença do presidente do BNDES e ex-reitor da universidade, Carlos Lessa. Diante da informação sobre a presença dos representantes do governo na universidade, a AG aprovou que fosse acrescentado ao calendário de atividades da SSind uma manifestação pública durante a abertura do seminário da reitoria, aproveitando a presença dos ministros Berzoini e Cristovam.

Na manifestação, os professores solicitarão aos ministros que o projeto que estipula um teto de proventos para os futuros servidores aposentados e permite a previdência complementar através de fundos de pensão seja arquivado no Congresso. Também será defendida a Previdência Pública, Solidária e por Regime de Repartição, além de uma Auditoria na Previdência. A idéia não é, segundo os professores, protestar contra o governo Lula, mas reivindicar que a proposta governista seja explicitada diretamente para os movimentos sociais e para os sindicatos de forma clara e sem a intermediação da mídia.

A AG aprovou, ainda, que a proposta da manifestação quando da presença dos ministros seja encaminhada pela delegação da Adufrj-SSind ao Congresso de Teresina. A idéia é tentar transformar o ato da UFRJ em uma manifestação de todas as SSinds e do Andes-SN, em conjunto com as demais entidades de servidores. O movimento estudantil, através do DCE e da APG, e o sindicato dos técnico-administrativos também serão convidados a participar do movimento pela Previdência Pública, Solidária e por Regime de Repartição.

Previdência: privatizar é a solução?

O título dos debates que a Adufrj-SSind estará promovendo na semana de 17 a 21 foi definido pelo GTSS e aprovado na AG. O evento *Previdência: Privatizar é a solução?* se desdobrará em dois grandes debates, com a presença de convidados como o deputado e autor de destaque ao PL 9, Walter Pinheiro (PT/BA), atuários e integrantes da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência Social e integrantes do próprio GT. No dia 17/3 (segunda-feira) haverá o primeiro debate, quando será priorizada a discussão sobre a privatização do sistema público de previdência e a ameaça dos fundos de pensão para os trabalhadores. No dia 18/3, data prevista para a abertura do seminário da reitoria, deverá acontecer a manifestação da SSind e demais movimentos por ocasião da presença dos ministros na UFRJ. Nos dias 19 e 20/3, a SSind organizará cinco reuniões com os professores de vários *campi*, provavelmente na Praia Vermelha, Centro e Fundão, atendendo a distribuição geográfica das Unidades e Centros. Na sexta-feira, 21/3, fechando a semana, a entidade realiza um segundo grande debate, com a participação das representações das entidades para definir uma posição conjunta dos segmentos da UFRJ sobre a Seguridade Social e as reformas em curso, em consonância com o movimento geral dos servidores, dos estudantes e dos trabalhadores da iniciativa privada. A confirmação dos convidados, os auditórios e horários dos debates e das reuniões serão divulgados na semana de 10 a 14 de março pelos veículos de comunicação da SSind.

A AG aprovou como mote para a discussão da Seguridade Social na UFRJ, eixos já aprovados na última plenária dos SPF, ocorrida em 18/2, em Brasília: O arquivamento do PL 9: Por uma Previdência pública, Solidária e por Regime de Repartição; e Auditoria na Previdência.

Lançamento da Campanha Salarial 2003 nos Estados

Na semana de atividades do movimento docente na UFRJ sobre a Reforma da Previdência, os docentes serão convidados a participar de outra atividade tão importante quanto às demais. No dia 20/3, está previsto um ato na Central do Brasil, no Centro, às 17 horas.

Vale lembrar que a luta contra o PL que regulamenta a previdência complementar para o funcionalismo e pela defesa da Previdência Pública e por regime de repartição faz parte da pauta de reivindicações dos servidores federais aprovada para a Campanha deste ano.

Caderno de Textos do 22º Congresso

Na AG, os professores avaliaram as propostas de Texto de Resolução apresentadas no Caderno de Textos do 22º Congresso do Andes-SN. Foram analisadas as propostas relativas aos temas, além dos Eixos do Plano Geral de Lutas e do Plano de Lutas do Setor das IFES, a política educacional; a expansão do ensino público; a organização da pós-graduação no país; a organização de um efetivo Sistema Nacional de Educação; políticas de formação de professores; autonomia universitária; escolha de dirigentes; Sistema Nacional de Educação, transformação social e políticas públicas; Seguridade Social; Reforma da Previdência; Hospitais Universitários: crise de identidade e paternidade; Ciência e Tecnologia; Política Agrária; Etnia, Gênero e Classe; e Carreira Docente.

Sobre a Seguridade Social, os professores centraram o debate na Reforma da Previdência e se posicionaram favoráveis à Previdência Pública, em um Regime Único, mas com base em propostas diferentes das apresentadas, até o momento, pelo governo. Os professores defendem um regime de solidariedade, que significaria a manutenção dos proventos dos inativos pela contribuição dos trabalhadores em atividade, garantindo a sobrevivência de todos os trabalhadores ao final da jornada dos anos de trabalho.

A delegação da Adufrj-SSind no 22º Congresso será composta pelos professores Cleusa Santos, José Henrique Sanglard, Luciano Menezes, Roberto Leher, Rosanne Evangelista Dias, Maria de Lourdes Passos,e José Miguel Bendrao Saldanha.

Errata: no último jornal da Adufrj (nº 84, de 24/2), foi divulgado erradamente que o professor Salatiel Menezes foi escolhido como delegado da seção sindical ao 22º Congresso do Andes-SN

Cartas

À prefeitura do *Campus* da Praia Vermelha e aos responsáveis pelo credenciamento do estacionamento,

Gostaria, em função das regras para credenciamento, fazer 3 perguntas:

1) Por que há a necessidade de pagamento de R$ 15,00, supondo que deve haver um direito ao estacionamento dos professores que trabalham no local, e que este valor está acima de qualquer plástico que se coloque em nosso veículo?

2) Por que o pagamento à FUJB é feito somente nos caixas com atendentes do Banco do Brasil, sistema moroso e limitado em termos de horário, ao contrário dos caixas-eletrônicos ou ainda do recebimento direto do valor em questão?

3) Por que o prazo para pagamento vai apenas até dia 28 de fevereiro, sendo este o período de férias da maior parte dos professores, devido ao calendário de reposição?

Estas perguntas pedem resposta, pois, ainda que não se trate de nenhum problema de maior gravidade, se trata de mais um mecanismo em nossa vida universitária, dentre tantos outros (SIGMA, SIGA e outros) que tornam o nosso cotidiano desnecessariamente custoso e trabalhoso.

Arthur Ferreira
Professor do Instituto de Psicologia e diretor da Adufrj-SSind

Política de cotas: polêmica que deve ser adotada?

O movimento negro busca a discussão sobre o racismo há algum tempo, porém só agora com a implementação da política de cotas para negros, o assunto foi acolhido pela sociedade. A discussão tem sido ampla. Todos têm uma opinião, apesar da pouca informação. A mídia pouco informa, principalmente a televisão que é explicitamente tendenciosa.

Na UFRJ, o Alojamento Estudantil iniciou tal discussão em 2001 na I Semana da Consciência Negra e avançou o debate na segunda organização em 2001. A realização da semana deveu-se aos alunos do alojamento que buscaram integrar ao debate a universidade e a sociedade.

A segunda edição da Consciência Negra contou com a presença do reitor profº Dr. Carlos Lessa e professores Carmem Tindó, Cinda Gonda, Joel Rufino, Ary Pimentel e Vânia Santana. A organização sentiu a ausência de um representante da Adufrj-SSind, a qual não foi justificada apesar do convite formal.

No dia 13 de março de 2003, o Consuni (Conselho Universitário) discutirá o tema, o que é preocupante porque se trata da última instância deliberativa da UFRJ. O debate deveria ser feito com toda a comunidade antes de qualquer deliberação.

Contamos com a sua presença na Reitoria às 10:00h no dia 13 (quinta-feira) para exigirmos a discussão.

Verônica Palmira Salme de Aragão
Membro da comissão de organização da Semana da Consciência Negra do Alojamento Estudantil da UFRJ

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 5.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Em estado de máxima mobilização

Coordenação do Setor das IFES encaminha ações emergenciais para a luta dos servidores

Esclarecer a sociedade sobre os falsos argumentos da Reforma da Previdência, lutar pelo arquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 9/99 (que estabelece normas para criação da previdência complementar para o servidores) e lançar a Campanha Salarial 2003 dos SPF nos estados. Essas são as ações emergenciais recomendadas pela Coordenação do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior do Andes-SN, em circular enviada às seções sindicais em 25/2. Antes mesmo da reunião interministerial realizada com o servidores em 26/2, a Coordenação já considerava que a luta seria "áspera" e conclamava o funcionalismo para "a mobilização máxima".

Sobre a anunciada Reforma da Previdência, a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) já adiantou que pretende produzir dois milhões de cartilhas explicativas para subsidiar a discussão na sociedade. A exemplo do que já foi feito pela Adufrj-SSind em 23 de janeiro (veja jornal nº 81, de 27/1), a coordenação do Setor solicita esforços para realização de debates sobre o tema.

Dentro da luta contra a reforma previdenciária do governo, a coordenação do Setor destaca o enfrentamento do PL 9/99, editado pelo ex-presidente Fernando Henrique e retomado pelo governo Lula. A Coordenação solicita pressão em cima dos parlamentares da Câmara e das assembléias legislativas. Conforme indicação da última Plenária dos SPF, ratificada na AG da Adufrj-SSind de 20/2, os servidores deverão paralisar suas atividades caso o projeto entre em votação no Congresso Nacional.

Para o dia 20/3, a Coordenação conclama as seções sindicais para se organizarem em função do lançamento unificado da Campanha Salarial 2003 nos estados. Também nesta data, todos os atos devem ser acompanhados de manifestações contra o PL 9/99.

Lula ainda não rompeu com modelo deixado por FHC

A Coordenação do Setor argumenta que "as orientações macroeconômicas do governo Lula da Silva ainda não romperam com as adotadas pelo governo FHC" e, por conta disso, "a Campanha Salarial acontecerá em uma conjuntura muito adversa". A notícia de que o governo lançaria a sociedade contra os servidores para fazer valer a aprovação da Reforma da Previdência, divulgada em grandes jornais, foi recebida com críticas e preocupação: "Apesar de a declaração ter sido desmentida (embora confirmada por dois governadores), anuncia-se um quadro em que sequer os procedimentos democráticos podem ser obedecidos - contrariando uma forte expectativa dos servidores e dos trabalhadores - em função dos objetivos da política macroeconômica".

Governo sinaliza reajuste irrisório

Na reunião interministerial do dia 26/2, o governo ofereceu duas alternativas aos líderes sindicais sobre reajuste salarial: aumento de 4% para quem não teve reposição alguma ou de 2,5% para todos. Os representantes do funcionalismo pedem 46,95% de reajuste emergencial, de acordo com cálculo do Dieese, a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 1998. O ministro do Planejamento, Guido Mantega, ressaltou que o Orçamento Geral da União prevê recursos apenas para isso. "É o nosso limite", afirmou.

A instauração da comissão contou com a presença dos ministros da Fazenda, Antônio Palocci; da Casa Civil, José Dirceu; da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci; da Previdência, Ricardo Berzoini; do Trabalho, Jaques Wagner; e de Mantega. A pauta de reivindicações dos servidores, no entanto, deve voltar a ser debatida no dia 12 de março, quando acontecerá a primeira reunião entre comissões formadas por representantes do governo e do funcionalismo público.

Após a reunião com os ministros, o 1º vice-presidente do Andes-SN, professor José Domingues, elogiou a abertura do debate, mas não deixou de criticar os caminhos para a reforma da Previdência. "Precisamos de mais tempo para discutir. O ritmo está muito acelerado", disse, em matéria do Correio Braziliense de 27/1.

Resenha

Sindicalizado ganha mais

Segundo informação da Agência France Press, relatório divulgado no dia 12 de fevereiro pelo Banco Mundial mostra que uma forte sindicalização dos trabalhadores conduz à redução das disparidades salariais. De acordo com o relatório do BM, os trabalhadores sindicalizados ganham mais, têm melhor formação e, em geral, se beneficiam de uma maior estabilidade no trabalho do que seus colegas não-sindicalizados.

Governo deve R$ 90 milhões às IFES

O presidente da Associação dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), reitor Paulo Speller, informou que o novo governo deixou de repassar cerca de R$ 90 milhões para 53 universidades. A maioria está sem pagar fornecedores, prestadores de serviço de limpeza e de segurança, além das contas de luz e telefone. O valor corresponde a parcelas do orçamento de 2002, classificadas como restos a pagar, e repasses para manutenção das instituições vencidos em janeiro e fevereiro, de acordo com O Estado de SP (26/2).

Ministro critica cotas

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, afirmou que cota para negros nas Universidades não resolve a desigualdade social no país. "Cotas ajudam a mudar a cor da Universidade, mas não a classe. Os pobres continuarão excluídos", disse. Ele argumenta que a população de baixa renda em geral não passa da 4ª série do ensino fundamental, bem longe da porta da Universidade. Apesar das críticas, o ministro diz ser favorável às cotas. Nos EUA, exemplifica, serviu para garantir o acesso dos hispano-americanos às universidades. Mas é contra a imposição desse regime para a sociedade inteira. Cristovam ressalta que a desigualdade entre as classes só se resolverá com "uma tremenda escola pública, gratuita, de qualidade, para todas as crianças" (O Estado de SP, 19/2).

Greve na Uerj prossegue até 11 de março

A greve está mantida na Uerj até 11 de março, quando será realizada uma nova assembléia conjunta entre professores e funcionários técnico-administrativos para decidir os rumos do movimento. Os servidores estaduais cruzaram os braços em função do não-pagamento do 13º salário pelo governo do Rio de Janeiro, entre outras reivindicações.

Em mensagem eletrônica de 25/2, a Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj) informou que a última assembléia conjunta aprovou a manutenção de atividades essenciais do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe) durante a greve. Também foram aprovadas três moções nesta última assembléia: "Uma à Reitora Nilcéa Freire, reivindicando o seu empenho na defesa da universidade. Outra, repudiando as declarações do Secretário de Ciência e Tecnologia, Fernando Peregrino, que, assumindo a postura de interventor da universidade, afirma que matriculará na Uerj tanto os alunos aprovados através do sistema de cotas, quanto os que conseguiram vagas através de liminares judiciais, 'nem que para isso tenha que comprar mais carteiras escolares'. A outra moção de repúdio será endereçada à governadora Rosinha Garotinho e exigirá a imediata exoneração do delegado da 1ª DP (Central do Brasil), Alberto Leite, pela arbitrariedade cometida contra o dirigente do Sepe (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação), Gualberto Tinoco".

Rosinha reedita prisão política

O informativo da Asduerj também esclarece os acontecimentos de 24/2, quando a polícia da Governadora Rosinha Garotinho prendeu o sindicalista Gualberto Tinoco. O dirigente compareceu a 1ª DP para depor no inquérito aberto pela Polícia Civil para apurar os incidentes do protesto do movimento grevista em frente à Assembléia Legislativa, em 17/2. Na ocasião, o automóvel que conduzia a governadora Rosinha Garotinho foi cercado. "Segundo informações de diretores do Sintuperj (Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio) , presentes à delegacia durante o depoimento, 'ao perceber que não teria elementos concretos para incriminar Gualberto Tinoco pelo incidente, o titular da 1º DP, Alberto Leite, invocou um mandado de prisão conta o sindicalista expedido pela justiça estadual em 1976'. Na época, a ditadura militar havia condenado o sindicalista, à revelia, por ter participado de uma passeata estudantil. Gualberto foi levado para a carceragem da Polinter e solto na manhã do dia 25/2, através de *habeas corpus* impetrado pelo Sepe", ainda segundo o informativo da Asduerj.

Opinião

Reforma ou contra-reforma?

César Benjamin*

"Está havendo precipitação e confusão, mas ainda existem possibilidades de uma saída boa para a previdência."

Não poderiam ser mais inoportunos o momento e o modo como o governo Lula precipitou o debate sobre a chamada reforma da Previdência. Mesmo sem ter um diagnóstico e uma proposta para apresentar à sociedade, o presidente definiu um prazo de apenas noventa dias para que se concluísse a fase preliminar da reforma, no âmbito do Executivo, de modo a poder iniciar em seguida, ainda neste semestre, a tramitação legislativa subseqüente. Em seguida, o ministro Berzoini reiterou a existência de um megadéficit, parcialmente causado por supostos privilégios concedidos a algumas categorias de servidores públicos. A reação provocou recuos, bate-bocas e confusão. Iniciou-se uma discussão de varejo, dominada por interesses, esvaziada de qualidades, conceitos e informação confiável. Até o momento em que escrevo, o debate não permitiu uma visão de conjunto sobre o que está em jogo, nem adotou como referência um projeto coerente de nação.

Três argumentos têm sido usados para demonstrar a urgência dessa reforma. O primeiro é o tamanho do déficit, estimado pelo ministro em 70 bilhões de reais por ano, sem dúvida, muito dinheiro. O segundo é a tendência de envelhecimento da população: o ontingente apto a receber benefícios aumenta de modo mais do que proporcional à média, destruindo inexoravelmente o equilíbrio receita-despesa do sistema. O terceiro são projeções catastróficas. Eis a principal: graças à generosidade das nossas instituições previdenciárias, o número de beneficiários aumentou 1.140 por cento em trinta anos, enquanto a população total do Brasil, no mesmo período, aumentou 109 por cento; projetando esses números para o futuro, verifica-se que em vinte anos chegaremos à proporção de um contribuinte para um beneficiário. Cada trabalhador em atividade terá de sustentar um aposentado ou pensionista. É completamente inviável.

São argumentos impressionantes. Mas estão errados.

Os três argumentos

Quanto ao primeiro: o que vem sendo chamado de déficit da Previdência Social é, na verdade, o "déficit" da Seguridade Social. São coisas muito diferentes. O maior avanço inscrito na Constituição de 1988, em termos de direitos sociais, foi a proposta (nunca completamente implantada) de formação de um sistema integrado de seguridade, com três componentes: a saúde pública (amparo aos doentes), a assistência social (amparo a portadores de deficiência e pessoas em situações de risco social) e a previdência (amparo aos que ultrapassaram o período de vida laborativa). Os dois primeiros correspondem a direitos líquidos de cidadania e, como tal, não contam com receitas próprias, devendo ser financiados com impostos pagos pela sociedade como um todo. Portanto, não se aplica nesses casos o conceito de déficit (ninguém diz, por exemplo, que uma escola pública, que oferece ensino gratuito, é "deficitária"; tampouco se pode dizer isso de um hospital público, ou da assistência a uma pessoa pobre, portadora de deficiência grave). Só o terceiro componente da Seguridade Social (a Previdência propriamente dita) é capaz de gerar receitas, constituindo assim o pólo potencialmente superavitário do sistema. Usar as despesas da Seguridade, como um todo, para discutir a reforma da Previdência é um artifício lamentável, que só serve para assustar a opinião pública e dramatizar o problema.

Quanto ao segundo argumento: de fato, está em curso uma alteração na distribuição etária da população brasileira, que entrou na última fase do que os demógrafos chamam de transição demográfica. Porém, trata-se de processo recente, iniciado na década de 1970. Os processos demográficos naturais têm grande inércia e se realizam em prazos longos. No caso brasileiro, pelo menos até 2020, as mudanças se concentrarão principalmente em uma diminuição relativa da população infantil, com aumento relativo da população adulta, justamente aquela que está em idade produtiva. Entre 1990 e 2020, calcula-se que a população de zero a 14 anos diminua de 35 para 21,5 por cento, a população de 14 a 64 anos aumente de 60,3 para 70 por cento, e a população acima de 65 anos aumente um pouco, de 4,8 para 8,8 por cento. As tendências demográficas brasileiras continuarão sendo favoráveis ao equilíbrio da Previdência até, pelo menos, o início da terceira década do século 21. (Em 2010, por exemplo, teremos 123 milhões de pessoas em idade laborativa, 86 por cento a mais do que em 1990).

Quanto ao terceiro argumento: não se pode usar as taxas de crescimento do número de beneficiários da Previdência em décadas passadas para, com base nelas, fazer projeções para o futuro. Pois, no passado, houve ingressos maciços de novos contingentes populacionais no sistema, justamente para atingir a meta de sua universalização. Grupos inteiros - trabalhadores rurais, empregados domésticos, autônomos, portadores de deficiência, pessoas com mais de 65 anos etc. - foram incorporados aos benefícios, em levas sucessivas, em um processo que já terminou. Não há mais grupos novos a serem coletivamente incorporados. O padrão de crescimento dos benefícios, no futuro, será diferente do padrão do passado.

Não se pretende negar que nossa Previdência Social, *stricto sensu*, tenha se tornado deficitária. Mas a principal explicação para isso está em outro lugar: depois de duas décadas perdidas, em termos de crescimento econômico, e de uma década de experimentação neoliberal, o mercado de trabalho se desorganizou completamente e, por causa disso, as receitas do sistema desabaram. O número de cidadãos contribuintes aumentou a uma taxa anual de 7,3 por cento na década de 1960, 7,9 por cento na de 1970, 2,8 por cento na de 1980 e apenas 0,8 por cento na de 1990. Hoje, e ainda por muito tempo, os problemas da Previdência não decorrem principalmente da demografia, nem do tipo de benefícios concedidos. Decorrem da economia, ou seja, da combinação de desemprego, informalidade e baixo crescimento (além, é claro, de corrupção e sonegação). A Previdência não poderá se equilibrar - a menos que se proceda a um genocídio de direitos - se o modelo econômico não for alterado.

Os dois caminhos

Há, pois, dois caminhos possíveis. O primeiro - defendido pelo FMI, o Banco Mundial, os conservadores em geral e, agora, o PT - é considerar definitiva e inamovível a nova configuração do mercado de trabalho, com cerca de 20 por cento de desemprego aberto e mais de 50 por cento de informalidade, e jogar todo o peso do "ajuste" na eliminação de benefícios pactuados com as gerações de trabalhadores que entraram no sistema em períodos passados. Reduzida a uma questão de natureza fiscal, a Previdência passa a se submeter às diretrizes gerais de arrocho comandadas pelo FMI. A chamada "reforma" se torna um jogo de soma negativa, no qual prevalece o salve-se-quem-puder que estamos começando a assistir. Com um agravante: se for aceita a proposta do ministro Berzoini, de formação de uma "previdência dos pobres", em regime de repartição, com teto de 1.500 reais, ao lado de uma "previdência dos ricos e remediados", em regime de capitalização individual, gerenciado por empresas privadas, o Estado perderá nas duas pontas: ficará com o passivo do sistema atual (qual empresa capitalista aceitará esse passivo?) e estimulará o incremento de uma bolha de recursos líquidos, administrada por grandes grupos privados. Como mostra a experiência no mundo inteiro, a maior parte desses recursos será direcionada para a especulação financeira, cujo peso, em última análise, sempre recai sobre as finanças públicas.

O segundo caminho - sem prejuízo de correções, onde se façam necessárias para eliminar abusos - é reequilibrar a Previdência, em curto prazo, por meio da retomada do crescimento econômico e da geração de empregos formais (além, é claro, do combate à sonegação e à corrupção). Isso é perfeitamente possível. Nesse novo contexto, de soma positiva, a sociedade brasileira poderá debater com calma e transparência as alterações realmente necessárias, sem perder de vista que a Seguridade Social, na qual a Previdência se insere, não é uma questão de natureza fiscal, a ser entregue a burocratas assustadiços, recém-convertidos ao Neoliberalismo, mais realistas que o rei. O sistema de seguridade é o principal alicerce de um projeto civilizatório que afirma as pessoas humanas - especialmente os doentes, os portadores de deficiência e os idosos - como detentores de direitos. É parte essencial de um projeto de nação.

César Benjamin
Autor de *A Opção Brasileira* (Contraponto Editora, 1998, nona edição) e integra a coordenação nacional do Movimento Consulta Popular.

Obs: este artigo foi publicado originalmente na revista "Caros Amigos" de fevereiro deste ano

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 85 • 17 de março de 2003

Não à Reforma da Previdência

Ato durante a abertura do Seminário da UFRJ sobre a Previdência Social

18/3 terça-feira

9h

Auditório do Centro de Tecnologia

Ilha do Fundão

Assembléia Geral

20/3 quinta-feira

13h30

Auditório da Coppe bloco G-122

Pauta:

1) Informes;
2) Avaliação e encaminhamentos do 22º Congresso do Andes-SN;
3) Indicativo de greve contra o PL-9 (Reforma da Previdência);
4) Eleição de delegados para o Setor das Federais e para a Plenária dos SPF
5) Assuntos gerais

Previdência: Privatizar é a Solução?

21/3 sexta-feira

16h

Auditório da Escola de Serviço Social

Praia Vermelha

Com:

João Batista, Babá
Deputado federal (PT/PA)

Isabel Vieira
Diretora adjunta de estudos técnicos e coordenadora de estudos sobre a Reforma da Previdencia da Unafisco

José Miguel Saldanha
Professor da Escola de Engenharia e membro do GT Seguridade Social do Andes-SN

Ricardo Borges

PROFESSORES FAZEM UMA PASSEATA PELAS RUAS DE TERESINA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Greve já...

Kelvin Melo, de Teresina

...se o governo apresentar o PL 9/99 ao Congresso

Na noite de abertura e na plenária inicial do 22º Congresso do Andes-SN, realizado em Teresina (PI), entre os dias 8 e 13 de março, uma pequena palavra com grande significado ecoou nas falas de alguns participantes: greve. A motivação para um possível movimento grevista seria demarcada pelo envio à Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 9/99, que modifica o regime previdenciário dos servidores e que, no entender de alguns sindicalistas, representa o início da privatização do setor.

O presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, foi um dos primeiros a defender a proposta da greve, no caso do envio do PL à Câmara Federal. No debate sobre a atualização do Plano de Lutas do Sindicato, o indicativo de greve ganhou a aprovação dos delegados das seções sindicais reunidos em Teresina.

Os congressistas decidiram ainda remeter o indicativo para imediata apreciação das SSinds das instituições federais, estaduais e particulares.

Lucas comentou que as justificativas governamentais para a reforma da Previdência passam sempre pelo "ajuste fiscal". Para o presidente do Andes-SN, o mesmo argumento vem sendo utilizado como receituário para outros países sempre com vários efeitos negativos. Lucas citou os exemplos do Chile e da Argentina que entraram em profunda crise com a expectativa do "ajuste fiscal". "Isso (reforma previdenciária) é a criação de espaço para o capital especulativo", sentenciou, em referência à atuação dos fundos de pensão (que deverão proliferar no país, com a reforma anunciada) na economia mundial.

Continua na página 2

Andes-SN

Congresso aprova construção de regime único da previdência social*

Docentes também aprovaram ações de mobilização contra a reforma proposta pelo governo Lula

O 22° Congresso do Andes-SN aprovou os seguintes princípios e diretrizes para uma proposta de regime único para a previdência social, a ser construída em conjunto com os demais trabalhadores dos setores público e privado:

1) integração com as políticas de saúde e assistência social;

2) incorporação de todos os trabalhadores no Regime Único;

3) gestão pública, democrática e transparente dos recursos da Seguridade Social, com a participação majoritária dos trabalhadores ativos e aposentados;

4) custeio coberto pelas contribuições dos trabalhadores e seus empregadores e pela receita de impostos e contriuições, especialmente os incidentes sobre ganhos de capital;

5) integralidade dos vencimentos no momento da aposentadoria, com teto igual ao maior salário do serviço público, nos termos da Constituição Federal;

6) paridade de proventos entre trabalhadores ativos e aposentados com as mesmas características funcionais ou reajuste dos benefícios de acordo com o índice geral de salários, garantido um mecanismo de proteção contra a inflação;

7) extinção do Fator Previdenciário atualmente em vigor no Regime Geral da Previdência Social (RGPS);

8) restabelecimento do tempo de serviço como critério para concessão do benefício de aposentadoria, em substituição ao tempo de contribuição, para todo o sistema previdenciário;

9) restabelecimento do tempo de serviço desvinculado de idade mínima, para a concessão do benefício de aposentadoria para os servidores públicos;

10) garantia de regras especiais para concessão de aposentadorias para trabalhadores em condições especiais;

11) garantia da não-contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas.

O Congresso aprovou também que o Andes promoverá, articuladamente com outras entidades representativas de servidores públicos, ações de propaganda contra a reforma previdenciária anunciada pelo governo federal, enfatizando:

a) a necessidade de aprofundar e ampliar o debate sobre a reforma e suas conseqüências e a impossibilidade de fazê-la no curto espaço de tempo

b) a importância da realização da reforma tributária anterior ou simultaneamente à reforma previdenciária;

c) a desmistificação das falácias dos "privilégios previdenciários" dos servidores públicos e do "déficit" da previdência;

d) os efeitos nefastos para a classe trabalhadora do fortalecimento dos fundos de pensão, mecanismo da instituição da Previdência Complementar, apresentados como a solução para o falso problema do déficit.

Foi também aprovada a realização do IX Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN na primeira quinzena do mês de maio, na Câmara dos Deputados, tendo como tema central a defesa da seguridade social, que compreende a saúde, a assistência e a previdência social.

Serão ainda propostas à Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais da CUT (CNESF) a criação de um Fórum em Defesa da Previdência Social Pública e a realização do III Encontro Sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Públicos. Ainda por decisão do Congresso, as seções sindicais do Andes-SN lutarão para aprovar nos congressos estaduais da CUT (CECUTs) as sua propostas para a seguridade social, especialmente as relativas à reforma previdenciária.

---

* Informe enviado pelo delegado da Adufrj-SSind ao 22º Congresso, em Teresina, José Miguel Bendrao Saldanha

Agenda Sindical

17/02 - Debate Previdência: Privatizar é a solução?
No Auditório do Centro de Tecnologia, às 12h30, no Fundão

18/03 - Ato em Defesa da Seguridade Social Pública
No Auditório do Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão, às 9h, durante a abertura do Seminário da UFRJ sobre Seguridade Social

19/03 - Reuniões da Adufrj-SSind com os professores sobre a Reforma da Previdência Social
9h30 - Anfiteatro da Decania do CCMN, no Fundão
10h - Salão Nobre do IFCS, no Centro
13h - Auditório da Biblioteca Central do CCS - Bloco L, no Fundão
14h30 - Faculdade de Belas Artes, na Sala de Audiovisual - 7º andar, Fundão
15h - Audiotório da Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha

19/02 a 19/03 – Rodada de assembléias nos estados para discutir a Campanha Salarial

19/03 – Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
Sede da Adufrj (CT, Bloco D, sala 200), às 17h30 - mesma pauta da AG de 20/3 (ver chamada na capa), menos o item 4. A reunião é aberta a todos os sindicalizados.

20/03 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Auditório da Coppe - Sla G-122, Ilha do Fundão, às 13h30 (ver chamada na capa)

20/03 – Lançamento da Campanha Salarial nos estados, com ato público
No Rio, os servidores se reúnem às 17h, na Central do Brasil

21/03 - Debate Previdência: Privatizar é a solução?
No Auditório da Escola de Serviço Social, às 16h, na Praia Vermelha

22/03 – Plenárias setoriais das entidades dos SPF
Em Brasília

23/03 – Plenária Nacional dos SPF
Em Brasília

25/03 – Seminário sobre Previdência, organizado pela CNESF

25 a 27/4 - Congresso Estadual da CUT-RJ
Local indefinido

É Hora de Lutar

Convovação Geral
Lançamento
Campanha Salarial Unificada SPF
Dia 20 de março às 17h, na Central do Brasil
Coordenação Estadual SPF-CUT

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Andes-SN

Continuação da capa

O presidente do Sindicato Nacional também ressaltou que o movimento docente não luta apenas pelos direitos dos servidores públicos, mas pela extensão deles aos demais trabalhadores da iniciativa privada. "Acredito que o Andes-SN não vai aceitar essa violência da reforma previdenciária. O Sindicato vai assumir sua responsabilidade histórica ao impedir que a esperança se perca", disse.

Ainda na noite de abertura, o presidente da CUT-PI, Marlon Leitão, enfatizou que "aquele que contrariar os interesses dos trabalhadores vai receber a resistência da Central". Marlon rebateu os ataques que os servidores vêm sofrendo do governo e da imprensa. Segundo ele, Lula já chamou os SPF de "corporativistas". "Ora, o Andes-SN defende os professores e o sindicato dos servidores públicos defende os servidores assim como Lula defendeu, há algum tempo, os metalúrgicos do ABC paulista", comentou.

No mesmo tom, o 1º vice-presidente da Regional Nordeste I, José Eudes Bezerra, criticou as primeiras medidas do governo. "Este Congresso do Andes-SN ocorre num momento singular. Grande parte dos trabalhadores vem, deste 27 de outubro de 2002 (data do segundo turno das eleições presidenciais) com o sentimento da vitória. No entanto, o governo nos apresenta um conjunto de políticas que nós, docentes, não podemos aceitar", observou. Eudes conclamou os presentes à resistência e citou a greve como um instrumento dessa luta.

Movimentos populares marcam presença

Além de representantes da Diretoria do Sindicato, da seção sindical da Universidade Federal do Piauí (que sediou o evento) e da Secretaria Regional do Andes-SN, muitos outros movimentos marcaram presença na mesa da cerimônia de abertura do 22º Congresso dos docentes universitários. Havia, entre outras, representações do Diretório Central dos Estudantes da UFPI, da Fasubra, da Federação de Moradores e Conselhos Comunitários de Teresina e de comunidades pesqueiras do Nordeste. Vale destacar que a aliança com os movimentos populares tem sido uma característica do Sindicato Nacional nos últimos anos.

Ricardo Borges/Andes-SN

MESA DE ABERTURA DO 22º CONGRESSP DO ANDES-SN, EM TERESINA (PI)

Dia Internacional da Mulher

Como a abertura do 22º Congresso coincidiu com o Dia Internacional das Mulheres (8 de março), a data não passou em branco. Muitas foram as homenagens e quem roubou a cena do primeiro dia do evento foi justamente uma mulher: Francisca Rodrigues dos Santos, da Associação das Quebradeiras de Coco do Piauí, contagiou a todos com seu entusiasmo. De linguagem simples, Francisca lembrou a luta das mulheres ao longo dos anos: "Hoje, tem direito de votar. Antes, não podia", disse. E, ao final, deu clara demonstração de vitalidade e luta, para os demorados aplausos da platéia: "A gente administra um quilo de arroz para repartir por 20 filhos. Por que não pode administrar uma prefeitura? Ou um sindicato?", questionou. E Francisca foi mais além: "Só porque o presidente é do PT, nós não vamos bagunçar ele? Nós vamos! Vocês estão no seu direito!".

Ricardo Borges/Andes-SN

FRANCISCA RODRIGUES

Luta começou há146 anos

Francisca Rodrigues é o exemplo vivo de uma luta que começou há 146 anos. Em 8 de março de 1857 ocorreu a primeira greve organizada por mulheres. Centenas de trabalhadoras das fábricas têxteis de Nova Iorque iniciaram uma marcha de protesto contra os baixos salários, a jornada de doze horas diárias e as más condições de trabalho. Durante a greve, cerca de 130 manifestantes morreram em um incêndio. Em 1908, mais de 14 mil mulheres marcharam nas ruas de Nova Iorque pelos mesmos motivos das operárias de 1857, mais o direito ao voto. Caminhavam com o *slogan* "Pão e Rosas", em que o pão simbolizava a estabilidade econômica e as rosas, uma melhor qualidade de vida.

Participação das mulheres no Andes-SN

A participação das mulheres no movimento docente é significativa: entre os 313 delegados, 43 observadores e 35 diretores do Andes-SN (total de 391 pessoas), 158 eram mulheres. Destas, muitas são presidentes de seções sindicais, como Edna Magalhães Nascimento, da Adufpi-SSind.

Adufrj-SSind no Congresso

A Adufrj-SSind esteve representada no Congresso do Andes-SN pelos seguintes delegados: Cleusa Santos, José Henrique Sanglard, José Miguel Bendrao Saldanha, Luciano Menezes, Maria de Lourdes Passos, Roberto Leher e Rosanne Dias.

Mais do 22º Congresso

Além das demais matérias desta edição, na próxima edição serão publicadas deliberações do Congresso de Teresina.

Nova edição da Revista Universidade e Sociedade

Durante o Congresso, foi lançada a 29ª edição da revista "Universidade e Sociedade", que é a publicação quadrimestral de artigos e entrevistas do Andes-SN. Em sua primeira parte, a revista traz uma grande quantidade de textos sobre a polêmica de cotas; na segunda, destacam-se a mercantilização do ensino e a questão da Previdência. Em seguida, um bloco mais diversificado de textos comenta a democracia na América Latina, a globalização, a Educação e a Alca, entre outros pontos.

Neste número da "Universidade e Sociedade", há ainda uma entrevista com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), dr. Francisco Paula de Medeiros, sobre trabalho escravo no país. Existe uma segunda entrevista com o ex-presidente do Andes-SN (2000-2002) e professor da Faculdade de Educação da UFRJ, Roberto Leher. Por fim, um ensaio fotográfico destaca as minorias do mundo rural e do mundo urbano espalhadas pelo Brasil. A apresentação da revista aos congressistas foi feita pelo professor Antônio Ponciano Bezerra, editor da publicação.

Ricardo Borges/Andes-SN

Andes-SN

Na Plenária de conjuntura, maioria apóia a greve

Mobilização pretende resgatar o governo Lula para a defesa das lutas sociais

No segundo dia do 22º Congresso do Andes-SN, realizado entre 8 e 13 de março, em Teresina (PI), ocorreu a chamada Plenária Inicial, com a apresentação e debate das teses de conjuntura. Embora não seja uma plenária deliberativa, a análise do momento atual é uma etapa que atrai a atenção de todos, pois, a partir daí, verifica-se a tendência que pode guiar o andamento dos trabalhos do evento. Daqueles que se dirigiram ao microfone da plenária, a grande maioria apoiou a proposta de greve apresentada pela Diretoria do Sindicato no caso de envio do PL 9/99 ao Congresso. Uma minoria pediu mais tempo e paciência para o governo Lula.

A guerra contra o Iraque, o governo Lula, a discriminação racial no Brasil e a Alca foram alguns dos temas que mobilizaram a platéia do Congresso. Destes, sem dúvida, o governo Lula e suas medidas para a economia e na área da Previdência foram os que mais ocuparam as falas dos congressistas. Foram apresentadas nove teses de conjuntura e, em seguida, mais de 35 professores se inscreveram para comentar o que foi exposto.

O presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, destacou a melhoria na capacidade de diálogo do novo governo com os movimentos sociais. De fato, a Diretoria do Sindicato Nacional e outros representantes dos servidores conseguiram audiências importantes como, por exemplo, com os ministros da Educação, Cristovam Buarque; da Previdência, Ricardo Berzoini; e da Casa Civil, José Dirceu. No governo anterior, tal situação só poderia ser imaginada em caso de greve. "Mas pode ocorrer um diálogo vazio de conteúdo, pois as medidas que estão sendo tomadas enfraquecem qualquer negociação", comentou Lucas. Para ele, o descaso com a questão do reajuste dos servidores federais e a anunciada reforma da Previdência configuram um quadro de continuidade das políticas de FHC. "O movimento docente não pode permitir que esse governo traia a sua história e faça o que o governo FHC não conseguiu. Mais do que nunca, é preciso mobilizar. Por isso, o Sindicato traz aqui a proposta da greve. Por tudo aquilo que a gente tem lutado historicamente", completou.

Ricardo Borges/Andes-SN

PROFESSORES VOTAM PELO INDICATIVO DE GREVE NO CONGRESSO DE TERESINA

O delegado Rodrigo de Souza, da seção sindical dos professores de Brasília (Adunb-SSind), observou que o governo está acuado pelo capital. "Está se comportando (o PT) mais como partido trabalhista do que como partido dos trabalhadores", disse. Para Rodrigo, no entanto, o movimento docente não pode ficar na oposição ao governo, mas, sim, ao FMI e suas medidas.

O professor Edmundo Fernandes Dias, sindicalizado da seção sindical da Unicamp, discordou desta tese. Segundo ele, vai ser difícil resgatar Lula para a luta dos movimentos sociais. Até porque não é o próprio Lula o verdadeiro problema, mas "o conjunto de forças que ele representa".

Luta pela CUT

Celi Taffarel, secretária-geral do Andes-SN, lembrou a importância de os professores presentes ao Congresso de Teresina se esforçarem para participar também dos congressos estaduais e Nacional da CUT, que se aproximam. Na continuação das falas, alguns delegados criticaram o fato de o governo Lula estar influenciando a eleição da central sindical, o que poderia trazer grande prejuízo para lutas mais gerais dos sindicatos filiados, entre eles, o Andes-SN.

O professor José Vitório Zago, também da Unicamp e 1º tesoureiro do Andes-SN, até brincou antes de falar sério: saudou os presentes com o termo camaradas, até porque hoje todo mundo é companheiro". Zago defendeu a autonomia sindical diante do governo, tal como foi deliberado na sucessão presidencial pelo movimento docente. "Não tenho ilusão no governo Lula, mas isso não pode nos dividir. Temos que manter a nossa autonomia", disse.

O 1º vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho, pediu, na plenária, algumas ações imediatas: ele quer o fim do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes) criado no governo Lula – e que congrega uma maioria de empresários – ou a retirada do representante da CUT neste fórum, com o objetivo de não dar a legitimidade do movimento sindical aos debates ali realizados. O Congresso de Teresina aprovou, por maioria, uma posição contrária à participação de representantes da CUT no Conselho de Desenvolvimento.

Maria Aparecida Ramos de Meneses, da seção sindical dos docentes da Universidade Federal da Paraíba, foi uma das que defenderam que não há porque "tremular a bandeira do socialismo contra o governo Lula". Para ela, basta ao movimento sindical pressionar o governo para que encontre o seu rumo à esquerda.

Um dos delegados da Adufrj-SSind ao evento de Teresina, o professor Roberto Leher acredita que o governo Lula mudou de lado já com a divulgação da chamada "Carta ao Povo Brasileiro" (de junho de 2002). Para ele, o documento poderia ser tranqüilamente intitulado de "Carta a Davos", por exemplo. "Houve aí o deslocamento. Basta observar os grandes grupos econômicos que investiram na campanha de Lula. Não tem como mudar essa lógica sem romper com o FMI e o pagamento da dívida externa", afirmou.

Lucas voltou ao microfone uma vez mais para esclarecer a questão da eventual greve. "Não é para fazer oposição ao governo Lula. Assim é para manter a nossa autonomia. Ou resistimos ou perdemos o auto-respeito", observou.

Leonardo Ferreira Soares, da seção sindical dos docentes da Universidade Federal do Piauí, defendeu o governo. "Temos que manter a autonomia, mas não podemos ser intransigentes. O governo vem mantendo diálogo com os movimentos, ao contrário do anterior", disse.

Cláudia Gonçalves de Lima, da Associação de Docentes da Uerj, criticou a dicotomia que estava sendo travada na plenária entre "ser contra Lula" ou "sustentar o governo Lula". Para ela, não haverá resultados positivos para os SPF sem atividades de rua, que mobilizem a sociedade.

E foi justamente isso que os delegados do Congresso fizeram: no dia 12 de março, os sindicalistas marcharam do hotel onde ocorria o evento até o palácio do governo estadual (que é do PT) para protestar contra a tramitação do PL 9/99.

Um dos últimos a falar, Edmundo Dias retomou o microfone para também criticar o que chamou de "perversa inversão": "Não é a gente que está contra o governo; é o governo que está contra a sociedade", completou.

Andes-SN

"Radicais" do PT comparecem ao Congresso

Ao fazer críticas à condução do governo, parlamentares dizem que estão defendendo o presidente Lula

Os descontentes do PT com os rumos do novo governo são em maior número do que se pode supor. De acordo com o deputado federal João Batista Oliveira, o Babá (PT-PA), que compareceu ao Congresso do Andes-SN no dia 9/3, pelo menos 28 parlamentares do partido estão insatisfeitos com as medidas tomadas por Lula e seus ministros nos três primeiros meses de 2003.

E, pelo discurso de Babá, existe, entre os insatisfeitos, disposição suficiente para enfrentar a direção do PT em votações relacionadas aos trabalhadores, como a anunciada reforma da Previdência, o que diminuiria a suposta margem de maioria governista no Congresso.

O deputado paraense observou que o PT não está, como governo, defendendo o seu próprio "programa histórico", contra o imperialismo, de ruptura com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e contra o aumento da taxa de juros. Essas, segundo ele, foram algumas das diretrizes aprovadas no último encontro do partido, realizado em dezembro de 2001, no Recife.

"Agora, dizem (a direção do PT e ministros) que devemos ter calma, que não podemos atacar o Lula com nossas posições. Eu respondo que estamos defendendo o Lula", afirmou Babá, para os aplausos da platéia. O parlamentar criticou duramente o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que, antes mesmo de FHC, privatizou serviços públicos no exercício da prefeitura de Ribeirão Preto (SP).

A grande quantidade de recursos prevista no orçamento de 2003 para o pagamento de juros da dívida (R$ 93 bilhões), a disposição do governo de negociar a Área de Livre Comércio das Américas (Alça) e a possibilidade de desconto previdenciário dos aposentados também mereceram críticas do deputado. Babá lembrou que, na Argentina, o ex-presidente Fernando de la Rua teve o apoio da esquerda e assumiu um discurso contra o modelo econômico de outro ex-presidente, Carlos Menem. No entanto, De la Rua começou a aplicar as mesmas medidas também sob a justificativa de acalmar os mercados e acabou caindo da presidência.

Babá aproveitou a oportunidade para lembrar que já foi professor universitário no início da década de 80, quando chegou a participar de um Congresso do Andes-SN. Em sua trajetória, integrou ainda a direção da Fasubra e da CUT. Conhecedor, portanto, do movimento de docentes e funcionários técnico-administrativos, Babá ressaltou o papel dos sindicatos no enfrentamento das medidas anunciadas pelo novo governo: "Os companheiros do Andes-SN têm um papel fundamental", disse

Luciana Genro também esteve presente

A deputada federal Luciana Genro (PT-RS) também esteve presente no Congresso do Sindicato Nacional durante o dia 9/3. Também considerada da ala "radical" do partido, Luciana anunciou que o novo governo não terá o voto dela para a retirada de qualquer direito dos trabalhadores. "Temos que mudar a pauta desse país. Não podemos continuar com a pauta de FHC. Precisamos de desenvolvimento econômico e geração de empregos", afirmou.

A deputada criticou também a anunciada reforma da Previdência: "Temos que discutir, sim, o fator previdenciário, que é um mecanismo perverso, e como conquistar aposentadorias dignas para os trabalhadores", observou. Luciana conclamou os presentes para um movimento de resistência: "Tem que romper com o FMI agora. Os trabalhadores são os verdadeiros aliados de que o governo precisa. Ninguém está dizendo que vai ser fácil, mas as constantes manifestações contra o FMI em todo o planeta, a realização dos fóruns de Porto Alegre e a própria eleição de Lula, com mais de 50 milhões de votos, demonstram que há disposição de luta no mundo inteiro", completou.

Estaduais do Rio em greve expõem problemas

Servidores querem pagamento do 13º salário e cobram responsabilidade da governadora pelo sucateamento das instituições

Ainda na Plenária Inicial de debate das teses de conjuntura, a organização do evento abriu espaço para a manifestação dos docentes das universidades estaduais do Rio de Janeiro. As instituições fluminenses estão em greve por conta do não-pagamento do 13º salário (até o fechamento desta edição) e pelo sucateamento do serviço público. Em sua fala, o diretor Jorge Máximo, da Asduerj (Associação de Docentes da Uerj), responsabilizou os governos de Rosinha, de Garotinho e mais a direção nacional do PT pelos atuais problemas enfrentados pelos servidores no Rio.

"O que colocou Garotinho no Rio foi uma articulação do Diretório Nacional do PT (nas eleições de 1998), que impôs a aliança (então com o PDT, ex-partido do marido da governadora) ao diretório do PT no Rio", esclareceu Jorge.

Ainda segundo ele, o PT voltou a errar quando deixou Benedita assumir por apenas nove meses um estado falido, enquanto o ex-governador entrava na sucessão presidencial. "E agora o governo federal posa de rainha da Inglaterra", criticou, em referência à intransigência da União na negociação da dívida do estado. "O governo federal não pode ficar indiferente, pois a população foi atingida", completou.

Ricardo Borges/Andes-SN

O PRESISENTE DA /ASDUERJ, JORGE MÁXIMO, COM O MICROFONE, FALA PARA OS CONGRESSITAS

Jorge fez questão de relacionar o caso da fiscalização da receita do estado sob a responsabilidade de Garotinho – e, posteriormente, de Rosinha – com o escândalo que derrubou o ex-presidente Fernando Collor: "Collor sofreu *impeachment* por conta de US$ 5 milhões descobertos na chamada Operação Uruguai. No caso atual, mais de US$ 30 milhões estão na Suíça. Quase sete vezes mais", afirmou.

Cédula de Rosinha

Na Plenária, foram distribuídas cédulas com a caricatura da governadora Rosinha com um cifrão no lugar do "s"; o número de série no papel era a repetição bastante simbólica do "171"; e Silveirinha (o pivô do escândalo da receita do Rio) assinava a nota como "sub-secretário de pilantragem tributária".

Pedido de apoio

Jorge solicitou aos presentes a divulgação do movimento grevista dos servidores do Rio de Janeiro e também pediu ao Andes-SN e às demais seções sindicais a cooperação material para manutenção das atividades de greve no estado.

Nesta segunda-feira, dia 17, com concentração no Largo do Machado, às 10h, os servidores estaduais farão uma grande manifestação, em passata, até o Palácio da Guanabara, em Laranjeiras. Segundo informes da página eletrônica da Asduerj (www.asduerj.org.br), durante os protestos, haverá um ato-show com a presença da Velha da Portela, o grupo AffroReggae e outras bandas de Rock e Hip Hop.

UFRJ

Presença de ministro lota aula magna no Fundão

Nem mesmo carisma do professor Cristovam impede manifestações de protestos contra rumos do governo Lula

Renato Marvão

DURANTE A AULA INAUGURAL ESTUDANTES REIVINDICAM "FOME ZERO NA UFRJ". OS ALUNOS QUEREM A CONSTRUÇÃO DE BANDEJÕES NOS *CAMPI*

Durante a aula magna proferida pelo ministro da Educação, Cristovam Buarque, estudantes liderados pelo Centro Acadêmico de Geografia cobraram da atual reitoria a construção de bandejões nos *campi* da UFRJ. Com faixas e cartazes, os alunos formaram um jogral na platéia do Auditório do Centro de Tecnologia em referência a uma das bandeiras do novo governo: "Fome Zero na UFRJ! Bandejão Já!". A aula inaugural ocorreu na manhã da segunda-feira, dia 10/3, primeiro dia de atividade acadêmica de 2003. Com o auditório lotado, o ministro defendeu uma nova 'causa' para as universidades públicas. Para Cristovam, as instituições precisam se comprometer com o que disse ser as principais tarefas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva: completar a República e concretizar a 'libertação da escravidão' no país. "Há 115 anos ainda convivemos com um país escravocrata, só que de outro tipo", disse o ministro, em referência ao padrão de miserabilidade em que sobrevive a maioria da população brasileira.

O ministro alternou seu discurso, ora falando como governo, ora em nome de sua condição de professor da Universidade de Brasília, função em que diz pretender exercer até a 'compulsória'. Como governo, o ministro defendeu a reestruturação de currículos, sugerindo a implementação de cursos de curta duração e de um ensino seqüencial. "Há muitos alimentos cujo prazo de validade é maior do que o do diploma", afirmou, defendendo uma formação para o mercado em que os cursos de graduação fossem reduzidos e que 'estudante-profissionais' passassem o restante de suas vidas vinculados a uma instituição universitária através de programas de educação continuada.

Com um discurso bem parecido com o de seu antecessor, senão nas palavras, ao menos na intenção, Cristovam defendeu a prioridade das ações do MEC para o ensino fundamental. Para o ministro, as instituições universitárias estariam perdendo em velocidade na construção do conhecimento e do saber. "Hoje, o jovem que ler bem os jornais, assistir à programação de TV e navegar na internet, já sabe mais do que será ensinado pela universidade mais adiante", afirmou defendendo que as estruturas departamentais dos cursos devem ser mais enxutas e devem dar lugar a "estruturas multidisciplinares", proferiu.

Cotas

O ministro disse que o governo Lula ainda não tem posição sobre o sistema de cotas para o acesso às universidades públicas. Como professor, Cristovam elogiou a iniciativa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro que implementou o sistema no seu vestibular 2003. "Acho que a Uerj prestou um grande serviço, mesmo com todas as dificuldades legais. O simples debate sobre as cotas já é bom. Como ministro, não vou defender o sistema de cotas enquanto não houver um consenso sobre o tema", afirmou.

Deslumbramento com os cargos

Em um tom menos governista, Cristovam criticou os dirigentes que se 'deslumbram' com os cargos recebidos. O ministro defendeu ainda que os integrantes do governo e os dirigentes não caiam "nas malhas da burocracia" que, segundo o professor, "destrói qualquer revolucionário". Sobre o processo de reformas, Cristovam disse que o país (ou a sociedade) precisaria "mudar a visão de que tudo que é diferente é desonesto". Questionando o atual sistema e defendendo a construção de uma 'República Cidadã', o ministro defendeu que as leis sejam revistas. "Grande parte das leis, ou quase todas, foram feitas para uma República não acabada, que não cidadã", concluiu.

Novas visitas

Ao lado do reitor licenciado, Carlos Lessa, e do reitor em exercício, Sérgio Fracalannza, o ministro prometeu realizar reuniões com os dirigentes e com a comunidade da UFRJ para discutir problemas administrativos. "Não vamos esquecer as goteiras, nem as finanças", prometeu. Na gestão iniciada por Lessa, ainda durante o governo FHC, a universidade obteve a promessa de receber R$ 10 milhões para obras emergenciais de infra-estrutura. Até a saída do reitor para ocupar a presidência do BNDES já no governo Lula, em janeiro, a reitoria não havia recebido a verba para o Plano Emergencial que foi uma das bandeiras de campanha da reitoria assumidas pelo professor Fracalanzza.

Escolha de dirigentes

Com a proximidade de um novo processo eleitoral na UFRJ, ao final de sua palestra, o ministro foi procurado por jornalistas que perguntaram sobre a posição do governo em relação às eleições na instituição. Cristovam repetiu o discurso já feito para representantes dos estudantes e dos docentes, quando de sua visita às sedes da UNE e do Andes-SN, em Brasília, no final de 2002, antes de sua posse. O ministro não se comprometeu em revogar o decreto-lei, assinado pelo ex-presidente Fernando Henrique, em 1996, que determina a escolha de reitores e vice-reitores por meio de listas tríplices e a proporcionalidade de 70 por cento de peso nos votos docentes para a escolha dos dirigentes universitários. Cristovam disse apenas que vai nomear o primeiro nome de qualquer lista ou indicação que chegar em suas mãos como resultado da escolha do reitor da universidade.

O Andes-SN e a Adufrj-SSind defendem o fim das listas tríplices e da atual legislação. O movimento docente defende, ainda, a automia das universidades, com base no artigo 207 da Constituição Federal, e que o processo eleitoral seja definido e seja realizado democraticamente nas instituições.

UFRJ

Pós-graduandos reivindicam aumento e reajuste de bolsas

Funcionários também aproveitam presença de ministro e reivindicam audiência com ministro

Renato Marvão

DURANTE A CERIMÔNIA, CRISTOVAM BUARQUE CONVERSA COM CARLOS LESSA, CERCADO POR DIRIGENTES E REPRESENTANTES DA COMUNIDADE

As entidades representativas dos movimentos docente, discente e dos técnico-administrativos foram convidadas a participar da mesa da aula inaugural no Auditório do CT. Representando o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade (Sintufrj), a coordenadora da entidade Ana Maria Ribeiro leu uma carta dirigida ao ministro Cristovam Buarque, reivindicando que o governo encaminhe ao Congresso Nacional uma nova lei que substitua a atual legislação que determina o processo de escolha de reitores através de lista tríplice e a proporcionalidade de 70/30 para o peso dos votos do segmento dos professores.

Na carta, a Coordenação-Geral do Sintufrj reivindica, ainda, uma audiência com Cristovam para discutir "assuntos relativos à situação do corpo de servidores da UFRJ, como a extensão-administrativa aos demais servidores, de índices econômicos já recebidos pela grande maioria". A solicitação para a realização de uma audiência com o ministro para discutir a extensão de planos econômico recebidos por parte da categoria para todos os servidores da universidade, já havia sido acordada pela Adufrj-SSind em audiência com o reitor em exercício, Sérgio Fracalazza, no dia 31 de janeiro, conforme foi noticiado em matéria da edição nº 82 deste jornal (3/2/03). Na ocasião, o professor Fracalanzza se posicionou a favor da extensão administrativa do Plano Verão (26,05%) para todos os servidores da UFRJ e acenou com a possibilidade de uma audiência com o ministro, com a participação da diretoria da seção sindical, em Brasília, até o dia 12 de março.

Reajuste e bolsas para a pós

A principal reivindicação dos pós-graduandos, representados pela coordenadora da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ, Ariane Larentins, foi o aumento da quantidade e o reajuste das bolsas de estudos, congeladas há oito anos. "Precisamos ampliar o número de bolsas que, desde 1995, vêm diminuindo sensivelmente", disse Ariane. Segundo a pós-graduanda, naquele ano, 42% dos estudantes de mestrado e 60% dos doutorandos recebiam bolsas, "e, hoje, esses percentuais caíram para 16% e 30%, respectivamente". Os pós-graduandos também aproveitaram a oportunidade para reivindicar da reitoria a instalação de bandejões nos *campi*.

Ariane lembrou aos presentes os cortes de verbas ocorridos sistematicamente nos últimos anos nas áreas sociais, incluindo a Educação e a produção de Ciência e Tecnologia, e lamentou a reprodução das medidas implementadas agora pelo atual governo. "Em 2003 foram cortados 341 milhões de reais da Educação, 1,6 bilhões de reais da Saúde, entre outros cortes", lamentou. "Constatamos que não é correto alegar que faltam recursos ao Estado para o atendimento de nossas reivindicações. A redução dos recursos destinados à saúde, educação, às demais áreas sociais e à ciência e tecnologia tem sido parte da política que privilegia os interesses da especulação financeira", criticou a estudante, comentando que, em 2002, o governo anterior pagou R$ 110 bilhões de juros aos credores internacionais. Vale lembrar, ainda, que para 2003 está previsto um pagamento recorde de R$ 141,6 bilhões, conforme publicado pela Folha de S. Paulo, de 8/3/03.

DCE formula proposta para governo

O coordenador do Diretório Central dos Estudantes, Márcio Sá, reconheceu as dificuldades enfrentadas pelo ministro, no início de governo. 'Batata', como é conhecido o representante dos alunos, disse que o corpo discente da universidade estaria "à disposição" do governo. "Queremos estar juntos para superar a falta de recursos, de bandejão, de assistência, e a falta de professores na universidade", afirmou o estudante, que comentou também a preocupação dos alunos com a corrida dos professores para a aposentadoria, fruto da ameaça da Reforma da Previdência, anunciada pelo governo. Márcio informou, ainda, que o DCE estaria finalizando uma projeto para a erradicação do analfabetismo no país, uma solicitação feita pelo então senador eleito Cristovam durante a sua visita à sede da UNE, em Brasília, no final do ano passado.

Representantes docentes no Congresso do Andes-SN

A diretoria da Adufrj-SSind não pôde estar presente na aula inaugural do ministro, pois seus integrantes estavam participando do 22º Congresso Nacional do Andes-SN, em Teresina (PI). Perguntado pela reportagem do Jornal da Adufrj se teria alguma mensagem para os representantes docentes de todo o país que estavam, naquele momento, reunidos no estado em que foi lançado o primeiro grande ato do governo Lula, o Programa Fome Zero, o ministro disse que reafirmava tudo o que havia conversado com os sindicalistas do Andes-SN durante a visita à sede da entidade, em Brasília, no final de dezembro. Cristovam disse ter se comprometido com a diretoria do Sindicato com a transparência dos dados sobre financiamento, verbas e gastos do governo com o ensino superior e a educação pública durante sua gestão como ministro. Na ocasião, o ministro também disse aos docentes que não realizaria reformas ou tomaria qualquer medida sem antes ouvir toda a comunidade acadêmica.

Resenha

Mais dinheiro para os credores

Projetados para R$ 141,6 bilhões, os gastos da União, estados e municípios com o pagamento do juros da dívida deverão bater o recorde em 2003. A informação é do jornal Folha de S. Paulo (8/3/03) que comenta a estimativa do Banco Central de um aumento de 24% do valor do pagamento da dívida pública em relação ao ano passado. O mesmo jornal traz o alerta de que para compensar o pagamento dos juros, o governo precisou aumentar o superávit primário de 3,75% do PIB para 4,25%. A notícia revela o resultado de mais um ajuste fiscal, aos moldes dos realizados durante os anos do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

Mais endividamento

De acordo com os jornais da primeira semana de fevereiro, o governo Lula pretende dar continuidade aos saques do empréstimo firmado pelo governo passado com o FMI. Isto significa continuar a política de ajuste fiscal e a redução de gastos dos setores públicos para manter as contas 'equilibradas' a rolagem dos juros destes e dos empréstimos anteriores. Se o presidente gostou dos ares de Davos, na Suiça, não se sabe, mas a política econômica de endividamento e ajustes continua uma verdadeira bola de neve...

CNBB defende aposentadoria digna

Sem entrar no mérito das reformas pretendidas pelo governo federal, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil lançou sua Campanha da Fraternidade de 2003 com o tema "Vida, dignidade e esperança". No momento em que o governo ameaça servidores com tetos e subtetos para os proventos, a CNBB defende o aumento no valor das aposentadorias para todos os trabalhadores.

Limites para reajustes de parlamentares

Segundo o Jornal do Brasil (10/3/03), o deputado federal Chico Alencar (PT/RJ) apresento na Câmara Federal um projeto de lei pode dificultar ou até mesmo impedir os auto-reajustes efetuados pelos parlamentares no Congresso Nacional. Em um país onde os trabalhadores amargam anos sem reposição nos salários, os congressistas da Câmara aprovaram, em dezembro passado, um reajuste de R$ 8,7 mil para R$ 12 mil, fora as verbas para escritórios, passagens aéreas e gabinetes. "O direito dos parlamentares à remuneração foi uma conquista democrática. Mas isso não pode se transformar numa excrescência", disse o deputado, de acordo com o Jornal.

Colegiados

Lessa renuncia e acelera processo sucessório na UFRJ

Conselho terá sessão extraordinária para discutir sucessão

Ao abrir a primeira sessão ordinária do Conselho Universitário após o recesso de fevereiro, na quinta-feira, dia 13/3, o então reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza, anunciou a renúncia do professor Carlos Lessa ao cargo de reitor da universidade. Fracalanzza leu a carta de renúncia em que ex-dirgente universitário rememora o processo de resistência da comunidade universitária e dos colegiados à gestão Vilhena e a aglutinação das forças políticas da instituição entorno de seu nome para a reitoria. Com a renúncia, segundo a carta, Lessa diz estar abrindo caminho institucional para o processo eleitoral para a escolha do novo reitor da UFRJ. No final de dezembro, Lessa anunciou ao Consuni sua decisão de assumir a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a convite do então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Na sessão de 19 de dezembro, os conselheiros aprovaram uma licença de 90 dias, a contar de 1º de janeiro de 2003, para que Lessa assumisse o BNDES.

Menos tempo

A licença concedida a Lessa pelo Colegiado terminaria somente no dia 29 de maio, e só então se configuraria a vacância do cargo de reitor. A partir desta data, o MEC nomearia um *pro tempore* e, só então, o processo eleitoral seria deflagrado. Com a renúncia, o cargo de reitor está vago e o professor Fracalanzza assume a reitoria na condição de vice. Diante da vacância do cargo, o ministro da Educação, Cristovam Buarque, nomeará um reitor *pro tempore* que terá, a partir da sua nomeação, 60 dias para, com o Consuni, organizar todo o processo eleitoral.

Dois candidatos até o momento

Ao final da sessão Sérgio Fracalanzza disse à reportagem do Jornal da Adufrj-SSind acreditar em uma rápida nomeação do *pro tempore* e que ele mesmo deveria ser o indicado. O vice-reitor considera que esta condição não o impedirá de concorrer às eleições para o cargo de reitor, pretensão que já havia anunciado publicamente, através da imprensa do Rio de Janeiro. Sobre a renúncia de Lessa, Fracalanzza disse não ter nada a declarar e apenas mencionou que o fato adiantou um pouco o processo sucessório na universidade. Outro candidato declarado ao cargo, o professor do Instituto de Economia, Aloisio Teixeira, se disse surpreso pela decisão de Lessa, mas considerou positiva a renúncia. Na sua opinião, com a antecipação do processo eleitoral, "a a UFRJ vai poder realizar um processo sucessório democrático, em igualdade de condições para todos, em que a comunidade vai poder debater os projetos que se apresentam para a universidade".

Legislação pode ser revogada

Na pauta da sessão do Consuni estava prevista a discussão sobre o processo eleitoral para Reitor e a proposta de encaminhamento de pedido de revogação da Lei 9.192/95 e do Decreto 1.916/96 que versam sobre o processo de escolha de dirigentes universitários, apresentada em reuniões anteriores. Por falta de tempo a discussão foi adiada para uma sessão extraordinária a ser realizada nesta quinta-feira, 20/3, às 9h30, sem expediente, e com pauta única s obre o tema. A última sessão começou por volta das 10h30 e só as intervenções do expediente se estenderam até quase as 13h.

Ainda no expediente, a representante dos servidores técnico-dministrativos, Ana Maria Ribeiro, disse que, em conversa com o ministro da Educação, antes da aula inaugural da universidade (leia matérias nas páginas 6 e 7), Cristovam Buarque teria declarado que o MEC já tem pronto um Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso que revogaria a atual legislação sobre a escolha de dirigentes. Segundo a conselheira, a nova lei teria apenas dois artigos: "o primeiro restabelece a autonomia das universidades, dizendo que o processo começa e termina em cada instituição; e o segundo revoga a legislação vigente", informou.

Conselheiros se despedem

Os professores Oscar Rosa Mattos (Titulares do CT), Milton Roedel Salles (Adjuntos do CCMN) E Ana Clara Torres Ribeiro (Adjuntos do CCJE) se despediram da representação no Conselho Universitário, na última quinta. Após oito anos de mandato, o conselheiro Oscar disse que, neste período, teve a oportunidade de se "graduar e pós-graduar em UFRJ". Rosa Mattos relembrou o período da resistência do colegiado à reitoria Vilhena, quando o conselho era impedido de funcionar pelo então interventor e o estatuto, ainda não reformado, não permitia sua auto-convocação.

Sobre o processo sucessório, o professor disse ter lamentado muito o afastamento do ex-reitor. "Espero que este processo não reacenda a velha disputa das chapas 1 e 3. Acho que a UFRJ não merece isso", disse, fazendo referência a disputa de grupos que concorreram em eleições anteriores. Como conselheiro, Rosa Mattos foi um dos articuladores do processo de consulta que elegeu a chapa de Carlos Lessa. O professor fez ainda críticas aos baixos salários pagos aos servidores docentes. "Não é possível pensar em renovação de quadros se um professor DE com doutorado ganha R$ 2.700,00", disse ao relatar a perda de um aluno que teria feito concurso para professor da universidade, mas desistiu ao passar em primeiro lugar em um concurso para perito da Polícia Federal, com um salário inicial de R$ 8 mil.

O representante dos adjuntos do CCMN, Milton Roedel, também lembrou os anos de luta pela normalidade institucional e citou sua participação na greve nacional unificada dos servidores, em 2002. "Quando cheguei como conselheiro, havia um vazio institucional, hão havia perspectivas. Neste período, os professores também participei de uma greve nacional unificada contra um governo federal cujas políticas se reproduziam aqui, na UFRJ, através da gestão Vilhena", lembrou. Roedel também não ter gostado do desfecho da reitoria de Lessa. "Com a saída de Lessa, tenho a esperança de que a universidade não entre num processo de fratura", comentou.

A conselheira Ana Clara foi breve e também lamentou o fato de a universidade ter que enfrentar novo processo eleitoral com a saída imprevista do ex-reitor Carlos Lessa.

Capes investe no fim dos programas de mestrado

Na sessão do Consuni, o sub-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, informou, para o lamento dos presentes, que os cursos de mestrado da UFRJ sofreram um corte de bolsas da Capes da ordem de 15% em relação ao ano de 2002. Segundo o sub-reitor, em 2003, a universidade recebeu da agência do MEC 805 bolsas de mestrado. Para 2003, caso o ministério não aceite um recurso que será apresentado pela reitoria em nome do Consuni, os programas terão apenas 689 bolsa de mestrado. O que mais causou indignação do próprio José Luiz e dos conselheiros foi o critério adotado pela Capes para os cortes. De acordo com o dirigente, a agência adotou o critério de manutenção do número de bolsas para os programas que tiveram média de titulação conferida em 30 meses. Os que tiveram média de conclusão do curso superior aos dois anos e meio sofreram reduções.

Alguns cursos tiveram diminuição de até 50% do número de bolsas de mestrado e outros, segundo o sub-reitor, chegaram a perder mais de 80% das bolsas. Até cursos considerados de excelêcia, com grau 7 (o máximo) na avaliação da agência, foram punidos. Programas como o de Antropologia Social e o de Biofísica, que têm avaliação máxima da Capes, perderam 7 e 8 bolsas de mestrado, respectivamente. O programa de Engenharia de Produção foi o mais prejudicados, quantitativamente: de 52 bolsas recebidas em 2002, contará com apenas 15, este ano.

Estudantes querem reajuste

A reação dos estudantes da pós-graduação também foi intensa. A representante dos alunos no colegiado, Cristiane Cruz Monteiro, lembrou que o governo Lula prometeu, no início de janeiro, um aumento de 10% no número de bolsas oferecidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, pelo CNPq. "Diante destes cortes da Capes, podemos perder a esperança de novas bolsas", comentou. A estudante pediu ajuda aos docentes para a luta também pelo aumento do valor das bolsas (R$ 724,52, as de mestrado; e R$ 1072,00, as de doutorado).

Política deliberada

Para os conselheiros Eliezer Barreiro (CCS) e Adelaide Antunes (CT), o governo Lula pode estar reproduzindo uma política já deliberada pelo governo anterior de acabar com o nível de mestrado como instrumento de formação acadêmica para renovação dos quadros da docência. Na opinião da professora, o governo pode estar apostando em uma formação em nível de pós-graduação no mestrado voltada para o mercado e para a qualificação de profissionais já inseridos no mercado, "que não precisariam, em tese, das bolsas". Aos programas de doutorado, apenas, estaria reservada a pesquisa e a excelência acadêmicas.

Na opinião de todos os que se manifestaram entre estudantes, docentes e representantes dos técnicos-administrativos, as bolsas de mestrado são fundamentais na produção de pesquisa e conhecimento nas universidades públicas. Na opinião de todos, o corte sumário das bolsas, ainda mais nessas proporções, pode por fim a trinta anos de construção da pós-graduação no país. O Andes-SN e a Adufrj-SSind tem posição contrária aos cursos de mestrado profissionalizantes, uma das conseqüências apontadas pela limitação cada vez maior das bolsas.

O sub-reitor José Luiz não soube informar a situação dos cortes nas outras universidades, mas acredita que a UFRJ não foi a única a ser punida pelo critério da Capes.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 86 • 24 de março de 2003

Novo telefone da Adufrj-SSind

Um dos números da Adufrj-Seção Sindical (2590-7753) foi substituído por uma linha digital e deixou de existir. Agora, além do 2590-4799 e do 2260-6368, a seção sindical passa a atender também pelo número 3884-0701.

Agenda Sindical

25/03 - Seminário sobre Previdência, organizado pela CNESF
Brasília (DF) - no Congresso Nacional

27/03 - Encontro Regional Pós-22º Congresso
Niterói (RJ) - na sede da Aduff-SSind, às 13h

4/04 - Grande Manifestação do Rio de Janeiro Contra a Guerra
na Candelária, horário ainda indefinido

6/04 - Plenária Nacional Extraordinária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Brasília (DF)

25 a 27/4 - Congresso Estadual da CUT-RJ
Local indefinido

3 a 7/06 - Congresso Nacional da CUT
São Paulo (SP) - Anhembi

Disputa para a reitoria se acirra na UFRJ
Página 3

Principais deliberações do Congresso de Teresina
Página 4

Protestos durante seminário da Previdência no CT
Páginas 5 e 6

Servidores Federais começam Campanha Salarial no Rio
Página 6

Kelvin Melo

O PRESIDENTE DO ANDES-SN, LUIZ LUCAS, ESCLARECE DÚVIDAS DOS PROFESSORES NA AG DE 20/3

AG aprova indicativo de greve se PL9/99 tramitar no Congresso

Professores aprovam deliberação do Congresso do Andes-SN, realizado em Teresina

Por unanimidade, a última assembléia geral da Adufrj-SSind (de 20/3) aprovou o indicativo de greve encaminhado pelo Congresso do Andes-SN, em Teresina, entre 8 e 13 de março, se o governo retomar a tramitação do Projeto de Lei Complementar 9/99, que institui o regime de previdência complementar para os servidores federais, estaduais e municipais. Os professores presentes à AG aprovaram ainda uma recomendação ao Sindicato Nacional para que todos os esforços sejam feitos para a retirada completa do PL da pauta da Câmara Federal.

A Assembléia contou com a especial participação do presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, que veio ao Rio para apoiar o movimento de greve dos servidores estaduais, na qual a Uerj e a Uenf estão envolvidas. Lucas tirou dúvidas dos docentes e fez uma breve exposição do acompanhamento do PL 9/99 pelo Sindicato e das tentativas de negociação com o governo, nas últimas semanas. Em solidariedade à greve das estaduais do Rio de Janeiro, a Adufrj-SSind concedeu empréstmo de R$ 20 mil ao fundo de greve.

Carta para o FMI prevê votação do projeto

De acordo com ele, a grande novidade em relação ao projeto foi a descoberta da intenção governamental de votá-lo até o fim de junho de 2003 escrita em uma carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O item sete da carta afirma: "Um problema fundamental que o país terá de enfrentar no futuro próximo diz respeito às pensões do setor público". Em seguida, são listadas as opções que o governo está estudando para a área, "incluindo o aumento da idade para a aposentadoria, a elevação no número de anos de contribuição que dá direito a uma aposentadoria, assim como uma revisão das regras que regem as pensões". Mais adiante: "A votação do Projeto de Lei Complementar regulando a aposentadoria complementar para o setor público (PL9)continua entre as prioridades do governo e fará parte das reformas da previdência", prossegue o documento, que está disponível, na íntegra, na página eletrônica do Andes-SN (www.andes.org.br), na parte de notícias e no encarte especial desta edição.

Não bastasse a subserviência, Lucas destacou que a tal carta está datada de 28 de fevereiro deste ano e ninguém sabia disso. Nas caminhadas dos

Continua na página 2

Adufrj-SSind

Continuação da capa

servidores pelos corredores do Congresso Nacional ou em audiências com ministros, nada havia sido dito a respeito. Nem mesmo alguns parlamentares do PT foram informados do conteúdo do documento, redigido por conta da segunda revisão do acordo entre o país e o FMI. "Sem conhecimento da sociedade, do Congresso, da própria base partidária, toma-se uma decisão dessas", criticou Lucas.

O presidente do Andes-SN afirmou que o PL 9/99 constitui uma "ameaça de curtíssimo prazo", uma vez que as demais medidas anunciadas para a Previdência dependem de alteração constitucional e, para isso, são necessárias duas votações na Câmara e no Senado com três quintos de todos os parlamentares (não apenas os presentes). "O PL 9/99 só depende de alguns arranjos", explicou, justificando a posição congressual do Sindicato de propor a greve em caso de tramitação do projeto.

Andes-SN vai manter autonomia

Perguntado por um professor se o Andes-SN não estaria se mobilizando tarde demais e se o fato de muitos sindicalistas serem filiados ao PT não estaria atrapalhando esse processo, Lucas foi enfático: "Estamos nos organizando, mas não vejo nem como justificável fazer a greve sem exaurir os demais canais de negociação (audiências com ministros e parlamentares)", disse. Ele comentou ainda que a decisão do Congresso dos docentes de Teresina foi bastante divulgada pela imprensa e já preocupa alguns setores governistas. Quanto à vinculação partidária ao PT, Lucas também foi franco: "Eu mesmo sou filiado ao PT há muitos anos, mas respeito os compromissos que assumi na minha chapa: autonomia e democracia. Se tiver que existir o enfrentamento (com o governo), não haverá qualquer problema", disse.

Desmobilização dos professores preocupa

Desde o ano passado, a Adufrj-SSind vem alertando os professores sobre os problemas da Reforma da Previdência. Um um dos aspectos discutidos na Assembléia foi a ainda pequena mobilização dos docentes nesta importante questão da Previdência. No início do novo governo, em 13 de janeiro, a Seção Sindical publicou a síntese de uma crítica do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) sobre a reforma anunciada. Em 17 de janeiro, começou-se a falar em corrida às aposentadorias nas universidades, enquanto o Setor das seções sindicais das universidades federais já criticava as medidas do governo Lula para o setor.

De lá para cá, além de outras matérias e artigos, a Adufrj-SSind e a Secretaria Regional Rio de Janeiro do Andes-SN realizaram quatro debates (dois na UFRJ, um na Uni-Rio e outro na Rural) sobre a reforma e apenas um deles, na Coppe, em 23/1, atraiu a platéia razoável de cerca de 50 servidores. Ainda em 2003, três assembléias foram convocadas pela diretoria, tendo a reforma da Previdência como item de discussão, também sem grande presença de docentes. Antes desta última AG, a Adufrj-SSind chamou reuniões em cinco diferentes pontos da universidade para debater o tema, mas apenas um dos encontros conseguiu ser realizado.

Representantes da Adufrj-SSind para o Setor e Plenária

A AG aprovou o nome da professora Sara Granemann como observadora para a reunião do Setor das Federais do Andes-SN e para a Plenária dos Servidores Públicos Federais, ficando a diretoria de indicar o nome do representante da Adufrj-SSindo nas atividades citadas.

Representação da APG fala na AG

Alguns representantes da Associação de Pós-Graduandos (APG-UFRJ) estiveram na AG da Adufrj-SSind e informaram a intenção de estreitar os laços entre as duas entidades. O pós-graduando Rodrigo Almeida solicitou que a seção sindical intensificasse a luta pelo reajuste e ampliação das bolsas estudantis e que tal pleito fosse levado às instâncias superiores do Sindicato. Rodrigo comentou ainda que, nas instâncias deliberativas dos pós-graduandos, as reivindicações dos docentes por mais verbas para a Educação e pela abertura de concursos públicos também são defendidas. Ao final, o representante leu a carta reproduzida nesta página, na íntegra.

Colegiados

Edital do PIBIC está na rede

Na última quarta-feira, 19/3, os colegiados acadêmicos CEG e CEPG, em sessão conjunta, aprovaram o edital de bolsas de iniciação científica (PIBIC) para alunos da UFRJ. O edital, segundo o assessor da SR-2, Edson Watanabe, já se encontra na página da universidade (www.sr2.ufrj.br).

No edital, os conselheiros aprovaram uma 'recomendação' sobre o limite de idade que estaria sendo cobrado pela agência financiadora das bolsas. Segundo o edital, o CNPq limita a 24 anos a idade dos alunos que se candidatam às bolsas de iniciação. O edital da UFRJ, no entanto, permitirá aos alunos que tenham 24 anos ou mais a candidatar-se às bolsas, "desde que o orientador apresente justificativa que será apreciada pelo Comitê Local".

Um item das 'Condições Complementares' do edital acabou não sendo aprovado. O trecho que ainda será objeto de apreciação em nova sessão dos colegiados, podendo ser inserido posteriormente é o seguinte: "Excepcionalmente, solicitação de docente aposentado da UFRJ será aceita se acompanhada de declaração de concordância do Coordenador de Graduação e de Programa de Pós-Graduação. Esta solicitação deve ser acompanhada de declaração do próprio docente aposentado de que não possui vínculo de trabalho ou pesquisa, externo à UFRJ". Os conselheiros não aprovaram este item, pois surgiu o questionamento entre os integrantes dos colegiados de que alguns professores aposentados que lecionam em instituições particulares estariam inscrevendo seus alunos (das particulares) para concorrerem às bolsas da UFRJ.

A UFRJ recebeu uma cota 714 bolsas de iniciação científica para o período 2002-2003. O valor da bolsa PIBIC é de R$ 241,51 e cada aluno poderá concorrer com apenas um projeto.

Cartas

Carta dos Pós-graduandos

Rio de Janeiro, 20 de março de 2003

À Associação dos Docentes da UFRJ

A APG-UFRJ tem como pauta central de reivindicações a necessidade urgente do reajuste e da ampliação de bolsas de estudo e pesquisa no país. O reajuste faz-se necessário devido à defasagem no valor das bolsas, congeladas há 8 anos. Além disso, temos direito ao reajuste se retomarmos a vinculação do valor das bolsas ao salário dos docentes, que teve aumento como resultado das últimas greves, que não foi repassado às bolsas – o ANDES se posicionou favorável a este repasse. Também precisamos reivindicar a ampliação do número de bolsas, que desde 1995 vem diminuindo sensivelmente (em 1995, 42% dos mestrandos e 60% dos doutorandos possuíam bolsas e hoje esses números caíram respectivamente para 16% e 30%). Neste sentido, em assembléia de pós-graduandos ocorrida em 29/01/03, no auditório do Instituto de Biofísica-CCS, que contou com a presença de mais de 80 alunos, votamos pela busca de apoio dos docentes, técnico-administrativos e alunos de graduação ao nosso pleito.

Por isso, solicitamos à Associação dos Docentes da UFRJ reunida nesta assembléia que inclua em sua pauta de reivindicação o reajuste e ampliação de bolsas. Além disso, gostaríamos de solicitar que os delegados eleitos para a plenária dos Servidores Públicos Federais levassem este pleito para que seja incluída na pauta nacional dos servidores.

Nós, da APG-UFRJ, faremos o mesmo com os pontos que são mais específicos destes movimento (como abertura de concursos públicos para docentes e técnicos, abertura de cursos noturnos e ampliação do número de vagas discentes nas Universidades Públicas, reajuste dos salários do funcionalismo público, não à reforma da previdência nos termos apresentados pelo governo), mas que também estão relacionados às nossas reivindicações. Com isso, pretendemos tentar unificar nossas reivindicações em uma pauta geral, que é o AUMENTO DAS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO (SUPERIOR, MÉDIA E FUNDAMENTAL), CIÊNCIA E TECNOLOGIA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS. Com isso poderemos também exigir mais verbas para assistência estudantil, bandejão gratuito, melhoria da iluminação, transporte e infra-estrutura, ampliação do alojamento, ou seja, reivindicar melhores condições de trabalho, estudo e pesquisa nas Universidades para todos nós.

Associação de Pós-Graduandos da UFRJ

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Disputa acirrada pela reitoria na UFRJ

Conselheiros discordam no debate sobre eleições para reitor

Após muita discussão sobre como será conduzido o processo eleitoral na universidade, o Conselho Universitário, em sessão extraordinária, na quinta-feira, 20/3, aprovou por 18 votos favoráveis, nenhum contrário e nove abstenções que a reitoria deve solicitar ao ministro que nomeie um reitor *pro tempore* para exercer o cargo por 60 dias. Na votação, os conselheiros aprovaram que o *pro tempore* deverá ser o atual vice-reitor, o professor e candidato a reitor Sérgio Fracalanzza. Neste período como *pro tempore*, o vice-reitor terá também a função de promover junto ao colegiado superior o processo para a escolha do próximo dirigente.

Ao abrir a sessão, Fracalanzza disse aos conselheiros que, caso viesse a ser o *pro tempore*, não via problemas em continuar candidato a reitor. Para defender sua posição de permanecer à frente da reitoria e se manter candidato, Fracalanzza disse ter preocupações de ordem administrativa e de continuidade do trabalho já desenvolvido pelas sub-reitorias neste período. "Tenho receio de que, nestes dois meses, a UFRJ fique paralisada. Basta uma chuva para que o caos seja instalado na universidade", comentou. Fracalanzza afirmou que, como *pro tempore*, não conduziria o processo eleitoral que, no seu entendimento, ficaria a cargo de uma comissão formada pelos três colegiados superiores (Consuni, CEG e CEPG).

Conselheiros pedem a desincompatibilização

Apesar das boas intenções do vice-reitor, os conselheiros não gostaram da idéia de um candidato à frente da reitoria, mesmo representando a continuidade da reitoria atual. Sem meias palavras, o decano do CCJE, Alcino Câmara, disse que não participaria de nenhum processo se não houvesse a desvinculação do candidato e de todos os seus sub-reitores dos cargos da reitoria. "Não moro num mundo de anjos", disse o professor, para quem a solução para a vacância do cargo de reitor, provocada pela saída de Lessa, seria a de que os decanos assumissem a reitoria e conduzissem o processo eleitoral nos próximos dois meses, junto dos colegiados.

Mais moderados, outros conselheiros também criticaram a intenção de Francalanzza de permanecer na reitoria e ser candidato, ao mesmo tempo. Para a maioria, o mais indicado para ser o *pro tempore* seria o vice-reitor, mas este não deveria ser candidato, simultaneamente. Na discussão, em nenhum momento, Fracalanzza rebateu os comentários. O representante titular dos adjuntos do CCS, Pedro Lagerbrad de Oliveira, deu início aos questionamentos: "Tenho receio de que, sem a desincompatibilização, comece a haver suspeitas de barganha em torno de reivindicações justas da comunidade, como a extensão dos 26%", comentou.

Ana Maria Ribeiro também defendeu que o vice-reitor não acumulasse o cargo com a candidatura. A servidora lembrou que, em todos os processos anteriores, os quais acompanhou, os dirigentes se desvincularam dos cargos para serem candidatos. "A prática dos candidatos sempre foi a de licenciamento, uma tradição da prática democrática da universidade".

'Embananamento'

A discussão sobre a sucessão da reitoria Lessa entre os conselheiros não foi simples. Na pauta do conselho, dois itens que, discutidos, ora separadamente, ora em conjunto, acabaram 'embananando' ou dificultando o debate, segundo reclamaram alguns conselheiros. Originalmente, o Consuni tomaria uma posição sobre a proposta de encaminhamento de pedido de revogação da Lei 9.192/95 e do decreto presidencial 1.916/96 que tratam do processo de escolha de dirigentes universitários. Somente depois de se posicionar sobre a atual legislação é que os conselheiros começariam a discutir como se daria a consulta à comunidade para a escolha de uma nova reitoria. A atual legislação, considerada pelos representantes dos técnico-administrativos e estudantes, um 'entulho da ditadura', prevê eleições para os cargos de reitor e vice, separadamente, em votação uninominal pelo Colégio Eleitoral (formado pelos conselhos superiores) e com a proporcionalidade de 70/30 para o peso dos votos docentes. Pela legislação, o Colégio Eleitoral tem, ainda, que enviar duas listas tríplices (uma para reitor e outra para vice) para que o ministro da Educação escolha dois entre os nomes enviados para serem os dirigentes máximos da instituição. Vale lembrar que foi esta legislação e, principalmente o decreto-lei, que respaldou a gestão do ex-reitor Vilhena, nomeado pelo ex-ministro Paulo Renato, mesmo sendo o terceiro nome da lista e o menos votado na consulta à comunidade, em 1998.

Os integrantes do conselho até começaram a discutir o posicionamento do colegiado superior contra a atual legislação. Em todas as falas, inclusive a dos representantes docentes e do próprio vice-reitor (que ocupa o lugar de reitor, desde o anúncio da renúncia do professor Lessa) e seus sub-reitores, foi consenso de que ao menos o decreto presidencial 1.916 deveria ser revogado pelo atual governo. Mas no decorrer das intervenções, os professores Ricardo Tauile (CCJE) e Alexandre Cardoso (CSS) solicitaram inversão de pauta. A partir daí, os conselheiros passaram a discutir como seria organizada a eleição nos próximos 60 dias.

Defesa da autonomia

A conselheira e técnica-administrativa, Ana Maria Ribeiro, reclamou. Segundo ela, primeiro o colegiado deveria se posicionar com base em qual legislação iria debater o processo sucessório. Segundo ela, o próprio ministro da Educação, Cristovam Buarque, estaria "reticente em nomear um *pro tempore*, por não querer passar pela história como um ministro que nomeou um interventor para uma universidade pública". Para a conselheira, o atual ministro, ao declarar publicamente várias vezes, que nomeará o escolhido pela comunidade universitária estaria sinalizando que não concorda com a legislação criada pelo governo anterior. É fato que o ministro já declarou que, na sua opinião, o processo de escolha de dirigentes deveria começar e se encerrar em cada instituição, tal como garante a autonomia universitária estabelecida na Constituição Federal (artigo 207) e como defendem as entidades nacionais Andes-SN, UNE e Fasubra.

Outro representante dos funcionários, Marcílio Lourenço, defendeu que para resolver a vacância do cargo de reitor, o Consuni deveria se pautar pelo Estatuto da universidade e pela autonomia garantida na Constituição. Pelo Estatuto, no caso da vacância do cargo, o próprio colegiado poderia determinar a escolha do *pro tempore*, sem precisar recorrer ao ministro. Este reitor 'temporário' teria a incumbência de conduzir o processo eleitoral com os colegiados superiores. Para o conselheiro, pedir para que o ministro escolha o *pro tempore* é abrir mão da autonomia da instituição. Os estudantes e funcionários que se manifestaram disseram que o processo pode ficar comprometido pela falta de tempo para o debate em torno das propostas das candidaturas que já se apresentaram e das que ainda podem se apresentar. Vale lembrar que as candidaturas só se oficializam no momento em que os colegiados aprovarem o regimento eleitoral e que forem estipuladas as datas de inscrição dos nomes dos candidatos (ou das chapas, se os colegiados decidirem realizar uma consulta autônoma, desconsiderando a criticada legislação do governo Fernando Henrique).

Debate continua nesta semana

Esgotado o tempo regulamentar da reunião, foi pautada para a próxima quinta-feira, 27/3, em sessão ordinária, a continuação do debate sobre a sucessão na UFRJ.

Diretoria da Adufrj-SSind defende desincompatibilização dos candidatos

No final do ano passado, quando o ex-reitor Carlos Lessa anunciou que se afastaria da reitoria para assumir a presidência do BNDES, a diretoria da Adufrj-SSind divulgou uma Carta Aberta ao reitor e à comunidade chamando a atenção para a necessidade de que se configurasse a vacância do cargo para que o vice-reitor, no caso o professor Sérgio Fracalanzza, assumisse e conduzisse o processo eleitoral com prazos adequados a realização das eleições para reitor. Na nota, a diretoria reinvidicava que o período de transição tivesse como referência o processo eleitoral, próximo ao período lelitvo, com a garantia de prazos adequados para a formação de candidaturas, para inscrição de candidatos, divulgação e debate de suas propostas, com ampla participação da comunidade.

Sobre a decisão do vice-reitor de se manter candidato enquanto assume a reitoria, a diretoria da Adufrj-SSind considera que qualquer candidato deve se descompatibilizar de qualquer cargo administrativo para concorrer ao pleito.

A Assembléia Geral de 9 de janeiro atualizou a posição do movimento docente da UFRJ sobre as eleções para reitor. Os professores presentes à AG, conforme foi publicado na edição 80 deste jornal, manifestaram-se favoráveis a que as eleições ocorressem no primeiro período letivo de 2003, em maio ou junho.

Sobre o processo eleitoral, a Adufrj-SSind continuará pautando o tema nas próximas Assembléias Gerais para que o movimento docente discuta e se posicione sobre o assunto.

Andes-SN

Principais Deliberações do 22º Congresso do Andes-SN

Realizado entre os dias 8 e 13 de março, em Teresina (PI), o 22º Congresso do Andes-SN reuniu 313 delegados e 43 observadores de quase 70 seções sindicais, além de 35 diretores do Andes-SN, para atualização e aprovação do Plano de Lutas do Sindicato Nacional. O movimento docente debateu e aprovou diretrizes em relação aos Setores (Estaduais, Federais e Particulares), sobre a organização do próprio Andes-SN e sobre políticas sociais (educacional, ciência e tecnologia, comunicação, seguridade social e outras).

Kelvin Melo

DELEGADOS ATUALIZARAM PLANO DE LUTA DO SINDICATO

TEMA I - POLÍTICAS SETORIAIS

Indicativo de greve contra o PL 9/99: conforme antecipado no último Jornal da Adufrj (de 17/3), o 22º Congresso aprovou e encaminhou para a imediata apreciação de todas as seções sindicais o indicativo de greve, caso seja retomada a tramitação do Projeto de Lei Complementar 09/99.

Eixos do Plano Geral de Lutas: o Sindicato aprovou o fortalecimento pela construção de uma sociedade socialista. Entre as medidas para alcançar tal objetivo, os professores decidiram pelo combate à política de submissão e subserviência do Brasil às orientações de organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, entre outros. Nas universidades, foi reafirmada a luta pela valorização do trabalho docente, reivindicando a implementação da Carreira Única, o Plano Nacional de Capacitação Docente, o piso e a malha salarial propostos pelo Andes-SN

Bandeiras de luta: O reajuste salarial já, a reforma agrária sob controle dos trabalhadores, a rejeição à autonomia do Banco Central e a negativa aos pactos que retirem direitos históricos dos trabalhadores foram algumas das bandeiras de luta aprovadas em Teresina.

Codes: Criado para assessorar o governo Lula, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes) sofreu a rejeição dos professores. Por ampla maioria, os delegados do Congresso votaram contra a participação de representantes da CUT (central à qual o Andes-SN é filiado) neste conselho. Essa decisão objetiva tirar qualquer legitimidade do movimento sindical das discussões do Codes, cuja composição majoritária é de empresários pouco ou nada sensíveis às conquistas dos trabalhadores.

Alca: o Sindicato vai intensificar a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas até a retirada do governo brasileiro das negociações do acordo.

Autonomia universitária: mais uma vez, o Andes-SN reafirma o combate a todos os projetos legislativos que propõem regulamentar a autonomia universitária, destruindo-a em sua essência, bem como todas as tentativas de negar a auto-aplicabilidade do art. 207 da Constituição Federal.

Cursos noturnos: o Sindicato também vai lutar pela amplicação de vagas para estudantes nas instituições de ensino superior públicas, com prioridade para os cursos noturnos. Isso será condicionado à garantia de recursos orçamentários, destinados à recomposição e à expansão dos quadros efetivos de docentes e de técnico-administrativos e à infra-estrutura das IES. Os contratos dos novos quadros deverão ser feitos por concurso público e caracterizados pelo regime estatutário.

Gratuidade do ensino público: essa diretriz é histórica. O Andes-SN intensificará a luta pela defesa intransigente da gratuidade do ensino, em todos os níveis e modalidades, nas IES públicas.

Fundações de apoio: o Sindicato também vai lutar contra o processo de privatização interna das IES públicas, promovido pelas fundações de direito privado, "realizando debates nessas IES, organizando dossiês e, quando necessário, dando encaminhamento ao Ministério Público".

Comunicação: o Andes-SN propõe-se a construir, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, a luta pelo controle social dos meios de comunicação, compreendendo: a) a reestruturação democrática dos meios de comunicação; b) a capacitação da sociedade para o conhecimento e a ação sobre a comunicação; c) a definição e a disputa de uma Política de Desenvolvimento da Cultura do País, por meio do controle da mídia pela sociedade.

Produção científica e tecnológica: o Sindicato pretende implementar ações em defesa da produção científica e tecnológica nacional, organizando firme oposição ao projeto de Lei de Inovação Tecnológica, a fim de arquivá-lo, como também, às regulamentações de exploração do subsolo, à Lei de Telecomunicações, à lei de Patentes, e a outros projetos e programas governamentais que, orientados pela lógica da ingerência do mercado e por interesses estrangeiros, comprometem o desenvolvimento e a soberania do país.

Plano de Lutas das IFES: lutar pelo efetivo cumprimento do termo de acordo assinado pelo MEC ao fim da greve de 2001 foi um dos principais itens aprovados em Teresina. As seções sindicais de instituições federais devem lutar, ainda, pelo índice de reposição salarial emergencial (46,95%), reposição das perdas do governo FHC (122,39%), incorporação das gratificações e em defesa da Seguridade Social Pública.

Plano de Lutas das IEES: o Sindicato vai realizar o I Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Ensino Superior para construção de pauta nacional e mapeamento do quadro geral. O evento será realizado em São Paulo, no segundo semestre deste ano. Também aqui as seções sindicais devem se organizar para combater as reformas que retirem direitos dos trabalhadores, como a da Previdência.

Instituições particulares de ensino superior: foi aprovada a constituição de seções sindicais multiinstitucionais, compostas por docentes de diferentes instituições do setor das particulares, localizadas no mesmo estado. Essa medida visa a favorecer a organização sindical nessas instituições que perseguem as lideranças sindicais e aprofundam a precarização do trabalho docente.

TEMA II - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Conselho Editorial do Informandes: o 22º Congresso aprovou a constituição do Conselho Editorial do Informandes (publicação mensal do Sindicato) para o período 2003/2004. A Diretoria será representada pelo professor Antônio José Vale da Costa, o Tom Zé. Pela base do movimento, foi indicado o professor Roberto Boaventura de Sá, da UFMT, escolhido em reunião do GT Comunicação e Artes do Sindicato. Como especialista em Comunicação Sindical, foi aprovado o nome de Paulo Miranda, do Sindicato dos Jornalistas de Brasília.

Prestação de contas do 45º Conad: foi aprovada a prestação de contas do 45º Conad, realizada em Belém (PA), no segundo semestre de 2002.

Novas seções sindicais: foi homologada a transformação/criação de novas seis seções sindicais. São elas: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (Sinduva); Seção Sindical dos Docentes da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior em Mineiros (Sesdifimes); Seção Sindical dos Docentes da Fundação Universidade Estadual de Alagoas (Sindfunesa); Seção Sindical dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Sindcefet-GO); Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Ceará (Sinduece); e Seção Sindical da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Sinduepg).

Sede do próximo Congresso: o 23º Congresso do Andes-SN será realizado na cidade de Salvador.

TEMA III - POLÍTICAS SOCIAIS

Etnia, Gênero e Classe: o Andes-SN vai realizar um Seminário Nacional sobre Democracia Racial e Ações Afirmativas, durante o ano de 2003 e vai manter na pauta permanente do Sindicato a discussão das questões de etnia, gênero e classe social. No contexto das políticas públicas, o Sindicato vai debater a universalização e as ações de focalização (políticas afirmativas).

Plataforma Feminista: o Congresso de Teresina reconheceu a importância da Plataforma Política Feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em Brasília, entre os dias 6 e 7 junho de 2002.

Observação: Na próxima edição do Jornal da Adufrj-SSind estaremos divulgando outras deliberações relativas ao tema Políticas Sociais.

Previdência

Secretário da Previdência ouve protesto das entidades da UFRJ

Adufrj-SSind espalha faixas e panfletos contra a reforma anunciada pelo governo em seminário da reitoria

A deselegância foi a marca registrada do secretário da Previdência do governo Lula, Helmut Schwarzer, presente à abertura do seminário organizado pela reitoria da UFRJ no dia 18/3. Depois de defender o que bem quis sob o ponto de vista da área econômica, com argumentos questionáveis, o secretário abandonou o auditório e não ouviu as incisivas críticas dos palestrantes que se seguiram, no evento. Para surpresa dos diretores da Adufrj-SSind, que se retiraram do local após o pronunciamento da deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ), Helmut estava conversando no salão de entrada do seminário, demonstrando não ter qualquer compromisso inadiável que pudesse impedir a audição das demais palestras.

A Adufrj-SSind aproveitou a oportunidade do seminário para também espalhar faixas com dizeres em defesa da Seguridade Social Pública e contra o PL 9/99. Além disso, foi realizada uma panfletagem em todo o auditório com esclarecimentos sobre a reforma e conclamando os servidores para a resistência ao projeto do governo e para o lançamento da campanha salarial dos SPF que aconteceria na tarde daquele dia, no Centro do Rio (veja matéria na página ao lado).

Diálogo com a sociedade?

De certa forma, a atitude do secretário do governo não surpreende, pois o próprio ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, tem se mostrado um especialista no "assunto". Berzoini diz querer diálogo com a sociedade, mas dá um prazo retrito até o fim deste semestre para votar a matéria. Pior: notícias divulgadas recentemente pela imprensa informam que a reforma já esta praticamente fechada e não há muita esperança, por parte dos servidores, de que suas reivindicações sejam atendidas. Mesmo porque tiveram pouco ou nenhum espaço para se manifestar. Helmut, portanto, reproduz, em escalão inferior, o desempenho de seu chefe. Preocupado apenas com números e não com pessoas, o secretário recusou-se a responder uma pergunta da reportagem da Adufrj-SSind sobre o indicativo de greve dos professores.

Guilherme Lessa

1º TESOUREIRO DA ADUFRJ-SSIND, JOSÉ SANGLARD, DISTRIBUI PANFLETOS À PLATÉIA DO SEMINÁRIO

O interessante é que Helmut iniciou sua apresentação pregando que "a sociedade deve participar deste debate (sobre Seguridade Social) com transparência". O secretário mostrou-se surpreso com a notícia dada pelo vice-reitor, Sérgio Fracalanzza, um pouco antes, de que poderia haver uma corrida às aposentadorias nas universidades com a reforma previdenciária. "Não há necesidade de precipitar a aposentadoria. Fico impressionado que isso ocorra na Universidade, onde há tanto acesso à informação", comentou. Segundo ele, os direitos daqueles que já reúnem condições para aposentar-se estão garantidos.

Em seguida, armado de gráficos e tabelas, Helmut diagnosticou o "problema" do Brasil, cujo envelhecimento da população estaria inviabilizando o sistema previdenciário. Ao longo da palestra, o secretário deu exemplos bem tendenciosos: confrontou altos salários do Judiciário com a aposentadoria de salário mínimo do regime geral da Previdência, "esqueceu" de citar as particularidades da carreira dos servidores (como a ausência do FGTS) e "brindou" a platéia com as projeções do governo para a área previdenciária com a implantação de parte ou do todo da reforma - aumento da idade mínima para os servidores se aposentarem, redução das pensões, instituição da previdência complementar (PL 9/99) e outros "ajustes", como ele classificou.

Segundo ele, se todos os itens da reforma fossem aprovados, o Brasil faria uma economia de R$ 52 bilhões em trinta anos. Para justificar a atrocidade com os servidores para a sociedade, Helmut afirmou que esses recursos excedentes poderiam ser utilizados para "políticas de integração social". Um discurso, para quem não se lembra, bastante parecido com o mote da campanha de privatizações: na época, o governo dizia que iria vender as estatais e utilizaria os "lucros" na área social. A sociedade está esperando até hoje...

Entidades discursam no seminário

Helmut só não passou incólume pelo seminário porque teve que ouvir o pronunciamento das entidades representativas da UFRJ que pediram a palavra, enquanto ainda estava na mesa. Primeira a falar, a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, lamentou a ausência do ministro e lembrou que a Reforma da Previdência ocupou espaço central nas discussões do 22º Congresso do Andes-SN, ocorrido Teresina. Cleusa criticou o pagamento da dívida externa como o real motivo das mazelas brasileiras, pelos seguidos e vultosos cortes no orçamento da área social. "Faremos a resistência porque somos favoráveis à solidariedade entre as gerações e pela distribuição de riquezas para todos os trabalhadores. Por isso, somos contra este projeto de reforma. Nada mudou do que vinha sendo feito pelo governo FHC", disse, para os aplausos da platéia.

Ana Maria Ribeiro, coordenadora do Sintufrj, argumentou que a categoria dos técnico-administrativos está iniciando o debate sobre a Previdência. Ela adiantou, no entanto, que, a despeito da grande expectativa da população em relação ao governo Lula, não dá sequer para começar essa discussão, se não houver o arquivamento do PL 9/99. Ana repudiou o tratamento conferido pelo secretário do Ministério da Previdência aos servidores. "Trabalhadores para gerenciar o Estado não podem ser comparados aos empregados de uma empresa que visa o lucro", comentou. A coordenadora do Sintufrj recordou que, na década de 80, os professores só saíam da Universidade pela aposentadoria obrigatória; hoje, corre-se o risco de um esvaziamento pela corrida às aposentadorias.

Pela Associação de Pós-Graduandos, a estudante Ariane Larentis rebateu a última afirmação do secretário sobre a economia do sistema após 30 anos de medidas duras contra os trabalhadores. "O secretário falou em economia de R$ 50 bilhões em 30 anos, mas, só no ano passado, o país pagou R$ 110 bilhões em juros da dívida. Nesse contexto, não vamos apoiar uma reforma que priorize o capital especulativo", observou.

Palestrantes rejeitam argumentos do secretário

Na mesa do seminário que se seguiu à abertura, todos foram unânimes na rejeição aos argumentos do secretário da Previdência. O professor Aloisio Teixeira (Instituto de Economia) citou Roberto Campos: "Existem grandes mentiras, pequenas mentiras e as mentiras estatísticas", disse. Segundo ele, os números apresentados por Helmut não são falsos, mas "as projeções enviesam o debate". "Se o PIB voltasse a crescer, todas aquelas tabelas iriam por água abaixo", argumentou. Laura Tavares (da Escola de Enfermagem Anna Nery) fez um apelo para que os servidores não fiquem restritos à defesa do regime próprio, enquanto o regime geral já sofreu com as reformas de FHC. "A luta dos servidores públicos não pode ser diferente da dos outros trabalhadores da iniciativa privada", comentou. A deputada federal Jandira Feghali, que é da base parlamentar de sustentação do governo, ressaltou que deve haver "independência crítica" para apontar os erros de Lula e sua equipe. Ela defendeu uma outra reforma que não penalize os servidores e inclua outros 40 milhões de brasileiros na Seguridade Social. "Não há déficit na Seguridade Social", afirmou, acrescentando que nenhuma Previdência de servidor público em todo o mundo se sustenta apenas com as contribuições de empregado e empregador.

Previdência

Fim ou continuidade?

Palestrantes criticam política econômica do governo Lula

"Entre São Bernardo e a avenida Paulista". O texto do professor Francisco de Oliveira, publicado no final do ano no Jornal Folha de S. Paulo e reproduzido na edição nº 80 do Jornal da Adufrj (12/1/03), foi citado durante as críticas e questionamentos feitos pelos palestrantes em uma das mesas do Seminário da UFRJ sobre a Previdência Social, na tarde da terça, dia 18/3. Em seu artigo, Chico de Oliveira, questiona se o governo Lula será o fim ou a continuidade do que chama de 'Era FHC'.

Para o jornalista Milton Temer, um dos palestrantes da mesa *Que Estado queremos?*, vai chegar o momento em que o presidente Lula vai se deparar com a seguinte cena: de um lado, os setores sociais do governo que vêm realizando um trabalho, segundo o ex-deputado petista, de profundas mudanças em relação aos oito anos anteriores; e, de outro, os ministros e representantes dos setores econômicos que, no governo, defendem a continuidade da política econômica de FHC. Cada qual segurando uma ponta de um dos ossinhos de uma frágil asa de galinha, depois de devidamente 'degustada'. "Será possível que o governo Lula acredite ser factível que, ao mesmo tempo em que enfrenta as agências reguladoras dos setores de energia e telecomunicações, que constrói a reforma agrária, elegendo um ministro próximo às causas dos movimentos sem terra e que implementa reformas sociais; este mesmo governo possa continuar a manter a política de privilégios aos setores financeiros e especulativos?", questionou arrancando aplausos de uma já modesta platéia do Centro de Tecnologia.

O alvo maior do ex-deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições passadas foi o ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Segundo Temer, Palocci deveria pedir desculpas ao presidente Lula ao ser elogiado por banqueiros do Itaú, na segunda-feira, dia 17/3, por ter assinado novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, dando como garantia a aprovação da Reforma da Previdência, começando pelo envio do Pl-9 que cria a previdência complementar para os servidores públicos. Segundo Temer, na reunião da executiva do Partido dos Trabalhadores, ocorrida no fim de semana de 15/3, da qual participou o presidente Lula, o partido aprovou que iria realizar um seminário interno para discutir a reforma da previdência. "E, na Segunda-feira (17), o governo Lula assina um acordo com o FMI dando como garantia o PL-9?", criticou.

Tanto Milton Temer quanto o também palestrante Carlos Nelson Coutinho, professor da Escola de Serviço Social, lembraram do escândalo do Proer - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional para ilustrar o Estado neoliberal consolidado, a partir da eleição de Fernando Collor. Segundo Temer, em 1995, quando foi criado, o governo deu, através do Proer, R$ 40 bilhões aos bancos privados. 'Isso em um momento em que o Real equivalia a um dólar. Quando estes bancos não lucraram até hoje?", questionou Temer. Carlos Nelson também criticou os rumos adotados pelo governo brasileiro nestes primeiros cem dias de mandato. "O eleitorado votou na idéia de mudança que foi passada durante toda a campanha, de que iríamos mudar de modelo (econômico). O fato de o Lula ter assinado a 'Carta ao Povo Brasileiro' afirmando que não iria romper contratos, não significa que não pode mudar o modelo econômico", comentou o professor da ESS. Para o acadêmico, no programa de governo de Lula estava indicado uma aliança dos trabalhadores com os setores produtivos do capital nacional, ou seja, com uma política de retomada de desenvolvimento econômico e geração de empregos para o país, "além da valorização das formas de democracia participativa", e não a continuidade da política de favorecimento do capital especulativo internacional.

Movimento

Lançamento da Campanha Salarial no Rio

No dia 20/3, ocorreu o lançamento da Campanha Salarial Unificada dos Servidores Públicos Federais em todos os estados. No Rio de Janeiro, o evento ocorreu na Central do Brasil e contou com dezenas de participantes. Enquanto os servidores reivindicam uma reposição emergencial de 46,95% desde 1998 e uma reposição de 122,39% desde o início do governo FHC, o governo Lula sinaliza um aumento irrisório entre 2% e 4%. No Congresso do Andes-SN realizado em Teresina recentemente, foi aprovado que o ato da campanha salarial unificada nos estados também protestasse contra o projeto de lei complementar 9/99 (da previdência complementar para o funcionalismo). A manifestação do Rio de Janeiro contou com a participação do presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, que veio prestar apoio aos professores em greve das universidades estaduais fluminenses. O vice-presidente, Luciano Menezes, representou a diretoria da Adufrj-SSind no lançamento da campanha.

Guilherme Lessa

SERVIDORES CHAMAM ATENÇÃO DA SOCIEDADE PARA SUAS REIVINDICAÇÕES

Resenha

Bombeiros no Fundão

A UFRJ vai ficar mais protegida contra incêndios a partir deste ano. A reitoria assinou uma carta de intenção com o Corpo de Bombeiros para construção de uma Unidade de Capacitação da corporação na Cidade Universitária, na Ilha do Fundão. A instituição já reservou uma área de 5.000 m2 para a obra. Enquanto os bombeiros ajudarão no combate aos incêndios na Ilha do Fundão, a UFRJ vai ceder seu corpo docente para a formação especializada dos bombeiros (Folha Dirigida, 18/3).

Ensino sem apoio

Deu na coluna Radar, da Veja de 19/3: "O ministro Cristovam Buarque recebeu na semana passada um relatório sobre as condições do ensino fundamental público e privado. O material é de chorar. Um exemplo: dos 35 milhões de estudantes do ensino fundamental, 81% não têm acesso a laboratórios de ciências e 44% estudam em escolas sem biblioteca".

Relatório pode ser estudado

O material ao qual se refere o colunista da Veja é a "Geografia da Educação Brasileira 2001", divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) do MEC. O relatório, que traça o rendimento escolar dos alunos, entre outros dados, está disponível na internet (www.inep.gov.br), de acordo com matéria do Jornal do Commercio (12/3). O trabalho identifica, ainda, um aumento no número de candidatos a vagas nas universidades públicas. Em 1997, eram 7,4 inscritos por vaga; em 2001, eram 9,3 por vaga.

Quarto ano no ensino médio?

A Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (Semtec/MEC) estuda a possibilidade da criação de um quarto ano (opcional) no ensino médio aos alunos da rede pública. Este ano extra ofereceria aos estudantes três opções: disciplinas preparatórias para um melhor desempenho no vestibular, cursos técnicos ou cursos profissionalizantes. Segundo o secretário de Educação Média e Teconológica, Antônio Ibañez, o quarto ano não impediria o estudante que já concluiu os três primeiros de prestar vestibular ou se candidatar a um curso técnico (Folha Dirigida, 18/3).

Andes-SN

Carta de Teresina

Às vésperas de mais um anunciado holocausto promovido pela necessidade do capital imperialista de reconstituir seus lucros e avançar numa ainda maior concentração de poder econômico e militar, no controle geopolítico sobre as fontes petrolíferas e toda a região do Oriente Próximo, via imposição de uma guerra covarde e genocida, 356 delegados e observadores, representando 67 (sessenta e sete) Seções Sindicais reuniram-se, no 22º CONGRESSO do ANDES-SN, em Teresina, Piauí, de 8 a 13 de março de 2003, para aprovar o Plano Geral de Lutas do Sindicato, frente aos imensos desafios colocados pela conjuntura nacional e internacional.

Mais do que nunca é preciso dar à palavra mudança o significado de transformação social. A postura de autonomia sindical é essencial para o desenvolvimento da luta.

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN reafirmou sua solidariedade internacionalista ao povo do Iraque, à heróica luta do povo palestino, exemplo histórico de resistência popular antiimperialista e à luta de todos os povos latino-americanos, em especial, neste momento, com os trabalhadores da Argentina, Bolívia e Venezuela que, resistindo à ofensiva do capital e aos golpes imperialistas, apontam uma perspectiva de transformação revolucionária que abre uma nova etapa da luta pela unidade socialista da América Latina.

O balanço realizado no 22º CONGRESSO confirma o quadro de crise generalizada no mundo e, em especial, na América Latina, território onde se realizam profundos processos da luta das massas contra a exploração capitalista e as avassaladoras investidas imperialistas para impor o domínio americano sobre todos os povos, classes trabalhadoras e nações. A implementação das políticas neoliberais, cujo cerne é a retirada de direitos dos trabalhadores, é viabilizada pelas chamadas reformas do Estado.

Essas políticas vêm, há mais de uma década, se traduzindo em abertura desregrada das fronteiras nacionais, perda do patrimônio nacional, privatizações, desarticulação das cadeias produtivas, endividamento externo, aprofundamento da dependência. As contra-reformas empreendidas por FHC trouxeram conseqüências dramáticas: desemprego, trabalho precário, destruição dos serviços públicos, ataques a direitos e conquistas históricas dos trabalhadores. O que surpreende é que hoje se pretenda, como ontem, com Collor e FHC, fazer do funcionalismo público o responsável pela crise que vivemos, desviando a atenção dos verdadeiros responsáveis pela secular exploração e opressão do nosso país, a saber, o grande capital internacional, sobretudo financeiro, suas instituições e seus aliados e as classes dominantes brasileiras.

As políticas e medidas até aqui anunciadas pelo governo, na continuidade da Carta aos Brasileiros (Julho de 2002), de manutenção do acordo de agosto/2002 com o FMI (firmado por FHC), de constituição de um ministério a que são alçadas figuras empresariais como Henrique Meirelles, Luiz F. Furlan e Roberto Rodrigues chocam-se frontalmente com as aspirações dos trabalhadores responsáveis pela vitória eleitoral.

Premido pela expectativa popular e pelo protagonismo das massas, por um lado, e pelas exigências ditadas pelo imperialismo, por outro, o governo atual aplica e aprofunda a política macroeconômica dos que foram derrotados nas urnas, em 2002: continuidade do pagamento da divida externa, elevação do superávit fiscal primário para 4,25% do PIB, elevação da taxa básica de juros para 26,5% e, sobretudo, a continuidade da política salarial e das reformas indicadas por FHC. Nenhuma política econômica foi alterada. Todas foram reforçadas.

No centro da continuidade das "reformas", está a da Previdência. O governo acaba de anunciar a urgência na votação do PLP 09/99, pressionando o Congresso Nacional para acelerar a sua tramitação. A eventual aprovação do PLP regulamentaria os dispositivos da EC nº 20/98, que fixa um teto para a aposentadoria dos servidores e introduz a Previdência Complementar Privada. O caminho da privatização integral da Previdência estaria aberto, bem como se estabeleceria um vasto terreno de rapina para as seguradoras. A esta política o povo brasileiro já disse NÃO repetidas vezes, inclusive nas eleições de 2002.

Eis porque nos negamos a abrir mão do direito de estabelecer nossas pautas de reivindicações, de organizar a luta pelo seu cumprimento e negociar com governos e patrões a partir delas. E não reconhecemos como instância de negociação o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, instrumento privilegiado para a elaboração e legitimação de medidas que tentam suprimir o inalienável direito dos trabalhadores de lutarem e negociarem a partir dos interesses exclusivos da classe. Ao tentar-se diluir estes interesses, no âmbito de um ilusório bem comum social, ataca-se não só a independência dos sindicatos, mas a base da própria democracia, a saber, o direito de livre expressão política dos interesses de classes contraditórios e antagônicos. A composição do CODES, feita por indicação governamental e sem qualquer consulta à sociedade, com uma esmagadora maioria das classes patronais, de empresários, membros do governo e de ONGs, contra uma pequena minoria de representantes dos trabalhadores, indica o seu caráter legitimador das propostas que visam à destruição das conquistas sociais e democráticas das maiorias populares. Por isto, votamos que a CUT, Central única dos Trabalhadores, à qual estamos filiados, saia do Conselho. Por isto, dizemos: negociação, sim; pacto social, não!

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN expressou sua firme convicção de que o povo trabalhador não abrirá mão da vitória obtida contra FHC, em 2002, e não aceitará que os derrotados e os exploradores sigam ditando a política do país. Nós, docentes das universidades brasileiras, temos completa confiança em que, ao lado dos demais trabalhadores, saberemos dar seguimento às vitórias de 2002, agora pelo método da luta cotidiana, fundada na independência e autonomia de nossas entidades.

Organizamos, desde já, nesse espírito, a resistência ao PLP 09/99 para barrar sua tramitação e conquistar sua retirada. Para tanto, o 22º CONGRESSO do ANDES-SN encaminha para apreciação das suas Seções Sindicais o indicativo de greve com o conjunto dos servidores públicos do país.

O 22º CONGRESSO compreende que esta luta diz respeito ao conjunto dos trabalhadores, particularmente aos servidores públicos, razão pela qual o movimento docente irá se empenhar no fortalecimento da articulação com as demais categorias dos servidores, em âmbitos federal, estadual e municipal e exigirá que a CUT tenha papel relevante na organização da luta.

O lugar estratégico que devem ocupar a luta sindical e as tarefas do sindicalismo classista, independente e autônomo, assume, portanto, um caráter necessário, urgente e vital. Não podemos somente reagir a medidas encaminhadas e aprovadas ou legitimar propostas de reforma. O papel do sindicalismo classista e combativo é agir, barrar, impor derrotas à pretensão do capital de fazer dos países endividados os financiadores da guerra e fazer dos direitos duramente conquistados, em anos de luta, fonte de lucros do capital especulativo. Contra o discurso que pretende que o sindicalismo rebaixe suas bandeiras e abra mão de seus meios de luta, sob pena de incorrer em "corporativismo", reivindicamos para os trabalhadores a vigência da organização de classe independente.

Ao discutir seu Plano de Lutas, o ANDES-SN reafirma suas bandeiras históricas: contra as guerras imperialistas; Contra a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo; Contra a entrega da Base de Alcântara; Não à ALCA e OMC; Por um plebiscito oficial sobre a ALCA; Pela retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA; Contra a Reforma da Previdência, em defesa da previdência pública, solidária, em regime de repartição; Não ao PLP 09/99 ou qualquer reforma que institua a previdência complementar e os fundos de pensão; Em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, em todos os níveis, e dos serviços públicos em geral; Pela liberdade de organização e prática sindicais; Pela recuperação de perdas históricas e estabilidade no emprego; Reajuste salarial já! Fora o FMI! Não ao pagamento da dívida externa; Reforma agrária sob controle dos trabalhadores; Contra as reformas que atacam as conquistas e as condições de vida dos trabalhadores; Contra as "reformas" e pactos que retirem direitos dos trabalhadores; Negociação, sim, pacto social, não; Pela reestatização das empresas privatizadas; Contra a participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Não à autonomia do Banco Central; Fora Israel dos territórios ocupados da Palestina.

O 22º CONGRESSO aprofundou a discussão da nossa organização democrática e aprovou alterações estatutárias como a criação das Seções Sindicais Multiinstitucionais, no sentido de ampliar e fortalecer a organização na base e ampliar as possibilidades de sindicalização dos que vêm sofrendo a forte investida da superexploração do trabalho docente nas instituições particulares de ensino.

As políticas sociais aprovadas no 22º CONGRESSO apontam, ainda, para a defesa da educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, indicam o PNE da sociedade brasileira como parâmetro para as definições na política educacional, defendem o projeto de universidade do ANDES-SN, historicamente construído pelo Movimento Docente, que prevê a autonomia universitária, segundo o Artigo 207 da Constituição Federal, o financiamento público para a educação pública, a carreira e política de capacitação docente. Apontam também a rejeição do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica.

Com esta orientação, o ANDES-SN continuará participando das lutas internacionais e nacionais contra a ALCA e a OMC e contra a mercantilização dos serviços públicos. Participará da CNESF e entrará nos congressos estaduais e nacional da CUT para que esta adote um preciso programa e plano de lutas contra as reformas de destruição dos serviços públicos, impulsionando, assim, a perspectiva classista e combativa do sindicalismo, no Brasil, colocando-nos na primeira fileira dos que buscam fazer com que o sentido da mudança seja o das transformações sociais.

A população brasileira indicou, claramente, sua vontade de alterar as condições políticas e sociais que vêm, secularmente, destruindo e negando sua possibilidade de existência. O ANDES-SN reafirma a necessidade e o desejo de ser sujeito histórico ativo nas lutas pelo processo de transformação social.

Teresina, 13 de março de 2003

Movimento

Não aos fundos de pensão

Debate sobre Previdência rejeita projeto do governo para os servidores

Os fundos de pensão não podem ser considerados sequer uma opção para os servidores. Essa foi a conclusão do debate "Previdência: Privatizar é a solução?", realizado pela Adufrj-SSind e pela Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, no último dia 17, no auditório do Centro de Tecnologia.

Para uma das debatedoras, a auditora fiscal da Previdência Social Clemilce Sanfim, não é possível entender pelo bom senso que o governo vai lançar os servidores nesses fundos de pensão e, mesmo dizendo-se sem dinheiro, vai depositar sua parte de empregador. Isso tudo com o detalhe que vai receber menos receita (contribuição apenas até o teto do regime geral, hoje em R$ 1.561) e ainda dará um percentual aos fundos. "É uma doação para a iniciativa privada", observou.

Clemilce Sanfim comparou a atual reforma em curso com o ocorrido na área da Saúde, quando os planos de seguradoras entraram no segmento e conseguiram milhões de "clientes". "O mesmo movimento feito em um dos ramos da Seguridade (Saúde) passou agora à Previdência. Os fundos visam ao lucro", disse. A auditora acrescentou a informação de que os fundos de pensão cobram taxas de administração que, de imediato, já se trata de um dinheiro que não entra na conta dos trabalhadores. "O seguro é um regime egoísta e não serve ao Brasil. Aqui devemos continuar com o regime de repartição e a solidariedade entre gerações", afirmou.

A auditora, assim como já havia dito no primeiro debate sobre Previdência realizado pela Adufrj-SSind em janeiro deste ano (jornal nº 81), reafirmou que a Seguridade Social é superavitária, se o governo respeitar suas fontes de receita constitucionalmente instituídas. "Hoje, o governo só pega a receita da contribuição do empregado (em algumas projeções, também a do empregador - governo) e a confronta contra todas as outras despesas", disse. Segundo ela, a União já reteve e utilizou para outras finalidades quase R$ 100 bilhões dos recursos da Seguridade, nos últimos três anos. "A Previdência é vítima do modelo econômico escolhido para o país", comentou.

Não bastasse a quantia gigantesca desviada pelo governo, Clemilce critica ainda as constantes isenções previdenciárias distribuídas a torto e a direito: "Foram perdidos R$ 12 bilhões só no ano passado (com as isenções), sem a criação de crédito suplementar algum", lamentou. Outro problema é a sonegação. Citando o ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, a auditora repetiu que "para cada um real arrecadado corresponde um real sonegado".

Kelvin Melo

CLEMILCE, JANETE LUIZA (1ª VICE-PRESIDENTE DA REGIONAL RIO DO ANDES-SN) E SARA GRANEMANN

Resistência e ajustes

"Temos que batalhar muito para impedir esta reforma", concluiu ela, pois o governo Lula tem a seu favor um contingente eleitoral de mais de 50 milhões de votos e, portanto, maior facilidade para fazer passar essas medidas pelo Congresso Nacional.

Defensora da Previdência atual, Clemilce sugere apenas alguns importantes ajustes para o sistema funcionar melhor: além da preservação de suas receitas constitucionais, a auditora quer uma campanha para aumentar a arrecadação, o combate à sonegação e à evasão e a cobrança do pagamento das dívidas com a Previdência. "A gente vai arrumar o Brasil com Educação e trabalho. A gente tem as riquezas e as pessoas necessárias para essa tarefa", encerrou.

Fundos de pensão e o capitalismo

Outra palestrante na mesa, a professora Sara Granemann (da Escola de Serviço Social e do Grupo de Trabalho de Serviço Social da Adufrj-SSind) fez questão de frisar que a Seguridade Social é uma conquista histórica dos trabalhadores seriamente ameaçada pelo PL 9/99, no caso dos servidores. "Isso porque o Regime Geral da Previdência Social já foi reformado", disse, referindo-se a medidas como o fator previdenciário, implantadas no governo FHC.

De acordo com a professora, a instituição dos fundos de pensão é profundamente prejudicial aos trabalhadores. Pela natureza do seu funcionamento, os fundos buscam aumento dos lucros com base no investimento em grandes empresas. É o que leva, por exemplo, ainda segundo Sara, o fundo de pensão dos funcionários da Boeing a investirem na própria Boeing, nos Estados Unidos. Para a lucratividade da empresa subir, quem perde são os próprios trabalhadores da Boeing, que passam a sofrer com aumento da jornada, terceirização, flexibilização, entre outras medidas. "Ou seja: os próprios investidores são os que determinam a própria forma de exploração", afirmou.

Sara lamentou que a alternativa dos fundos de pensão tenha sido impulsionada sob o consentimento dos sindicatos. "E, no Brasil, a 'moda' pegou", criticou. Como um dos grandes defensores dos fundos, a professora criticou o Secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, que tinha uma empresa - Gushiken e Associados - que prestava consultoria em matéria previdenciária (e o fez até mesmo para o governo FHC). Gushiken já foi diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo de 1979 a 1986.

ANOTE

Seminário sobre a Guerra

Nesta sexta-feira, dia 28/3, de 13h às 17h, o Auditório G-2, da Faculdade de Letras, vai receber um seminário que vai analisar o confronto contra o Iraque. Os professores Hani Ibrahim Hazime, João Batista e Cristina Ayoub Riche (todos do setor de estudos árabes da faculdade), José Carlos Assis (economista) e João Medeiros (do Instituto de Química da UFRJ) são os palestrantes do evento, aberto a todos os interessados.

Novo telefone da Adufrj-SSind

Um dos números da Adufrj-Seção Sindical (2590-7753) foi substituído por uma linha digital e deixou de existir. Agora, além do 2590-4799 e do 2260-6368, a seção sindical passa a atender também pelo número 3884-0701.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
ENCARTE PREVIDÊNCIA
EDIÇÃO DE 24 DE MARÇO 2003

O PLP 9/99 e a reforma da previdência do governo Lula.

A Adufrj-SSind apresenta neste encarte um conjunto de documentos relativos ao Projeto de Lei Complementar PLP 09/99 e a outros aspectos da reforma da previdência anunciada pelo governo Lula, selecionados pelo Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind (GTSS). Os trechos dos documentos que o GTSS considerou mais significativos estão em negrito. Segue-se uma descrição resumida dos documentos:

1) Projeto de Lei Complementar nº 09/99 (PLP 09/99), com os destaques já aprovados e os destaques pendentes de votação, cuja leitura e análise mostram que, independentemente dos Destaques Pendentes de Votação que vierem a ser aprovados, o "órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar" previsto na Lei terá o poder de estabelecer o regime dos planos dos fundos de pensão.

2) Carta de intenção enviada pelo governo brasileiro ao FMI em 28 de fevereiro deste ano, na qual o governo afirma, sem ambigüidades, que pretende aprovar o PLP 09/99 e a legislação que criará os fundos de pensão dos servidores federais até o final de junho.

3) Trechos do programa de governo da Coligação Lula Presidente relativos à reforma da previdência, que mostram que as linhas gerais da reforma anunciada pelo governo Lula já estavam no seu programa.

4) Partes da Constituição Federal relativas (a) à seguridade social, e (b) à previdência do servidor público, com o texto original de 1988 e as alterações decorrentes das emendas constitucionais aprovadas desde então, das quais a mais significativa foi a Emenda Constitucional nº 20/98, de 15/12/1998.

5) Deliberação da CUT sobre a reforma da previdência, aprovada na 10ª Plenária Nacional, realizada em maio de 2002. O último Congresso Nacional da CUT (Concut), o 7º, foi realizado em 2000. Os temas da seguridade social não foram discutidos no 7º Concut, que os remeteram para a Plenária Nacional. O 8º Concut será realizado de 3 a 7 de junho deste ano, após os congressos estaduais, que se realizarão entre 23 de abril e 4 de maio.

Projeto de Lei Complementar N° 9-A, de 1999

Redação após os destaques já apreciados e destaques pendentes de votação

Dispõe sobre as normas gerais para instituição de regime de previdência complementar pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica disciplinada por esta Lei Complementar, nos termos dos §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal, a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus servidores titulares de cargo efetivo.

Art. 2° Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I - patrocinador: a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que instituam planos de benefícios de caráter previdenciário, para os seus servidores titulares de cargo efetivo;

II - participante: servidor titular de cargo efetivo contribuinte para o respectivo plano de benefícios.

Art. 3° A União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, ao instituírem regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal, o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, aplicável imediatamente a todos os servidores admitidos após a instituição do regime de que trata esta Lei Complementar e, mediante prévia e expressa opção, aos demais servidores, **sendo observado, para os não optantes, o § 3º do art. 40 da Constituição Federal.** *(acréscimo decorrente da aprovação do DVS 2 - PMDB, oriundo da Emenda Substitutiva nº 50. Votação ocorrida em 29/11/00 com o placar de Sim - 288, Não - 3 e Abstenção - 1).*

§ 1° Instituído o regime referido no *caput* com o estabelecimento de limite para o valor das aposentadorias e pensões do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal, é vedada a cobrança de contribuição, para esse regime, sobre base de cálculo que exceda aquele limite.

§ 2° Somente mediante prévia e expressa opção, poderá o servidor titular de cargo efetivo aderir ao regime de que trata esta Lei Complementar.

§ 3° O aporte de recursos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na qualidade de patrocinadora, à entidade fechada de previdência complementar corresponderá ao valor da contribuição do participante.

§ 4º A alíquota de contribuição previdenciária dos servidores que não exerçam a opção prevista no "caput" não poderá exceder a maior alíquota que for fixada, observados critérios de equilíbrio financeiro e atuarial, para os segurados empregados do regime geral de previdência social. *(acréscimo decorrente da aprovação do DVS 3 - PMDB, oriundo da Emenda de Plenário nº 57, aprovada em 29/11/00 com o placar de Sim - 298 e Não - 1).*

Art. 4° As regras e princípios gerais estabelecidos pelas Leis Complementares que regulam o art. 202 da Constituição Federal aplicam-se às entidades reguladas pela presente Lei Complementar, obedecidas as seguintes disposições:

I - utilização, exclusivamente, de plano de benefícios na modalidade de contribuição definida, com remuneração das reservas, durante o período de contribuição, determinada pela rentabilidade dos respectivos recursos garantidores, nos termos de regulamentação estabelecida pela autoridade competente na forma da lei; *(Os destaques pendentes referem-se todos a este inciso - ver no final deste texto).*

~~II - quando da concessão do benefício de aposentadoria, manutenção das reservas do patrocinado na própria entidade, sob a forma de renda mensal vitalícia, calculada com base na reserva acumulada até a data de concessão do benefício, na forma definida pelo órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar; ou compra de renda mensal vitalícia em entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora, de livre escolha do participante, mediante portabilidade das respectivas reservas individuais acumuladas;~~ *(suprimido em função da aprovação do DVS 8 - PT. Votação ocorrida em 30/10/01 com o placar de Sim - 1 e Não - 356).*

III - utilização de percentual da contribuição para cobertura de seguro para custeio de benefício de invalidez permanente e pensão por morte, a ser oferecido pela própria entidade fechada ou por entidade aberta ou sociedade seguradora, definido pelo órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar.

Parágrafo único. As sociedades seguradoras mencionadas nos incisos II e III são aquelas autorizadas a operar exclusivamente no ramo vida, nos termos da regulamentação do regime de previdência complementar.

Art. 5° Lei federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal poderá instituir o regime de previdência complementar para seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, **por intermédio de uma ou mais entidades fechadas de previdência complementar,** definindo os critérios e as normas indispensáveis à implantação dos respectivos planos de benefícios, observadas as bases técnicas e os regulamentos estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador. *(acréscimo decorrente da aprovação do DVS 9 - PMDB, fruto da Emenda de Plenário nº 54. Votação ocorrida em 29/08/01, com o placar de Sim - 377).*

§ 1° O funcionamento dos respectivos planos de benefícios deverá ser previamente autorizado pelo órgão regulador e fiscalizador de que trata *o caput.*

§ 2° Lei especifica que institua o regime de previdência complementar na União, nos Estados, no Distrito Federal ou nos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, poderá facultar a adesão de empregado público, observado o disposto no § 3° do art. 202 da Constituição Federal.

§ 3º A aposentadoria dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, bem como a pensão de seus dependentes serão regidas, respectivamente, para o Poder Judiciário, na forma do art. 93, inciso VI da Constituição Federal, por Lei Complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal e para o Ministério Público por lei complementar de iniciativa do Procurador-Geral da República e dos Procuradores-Gerais, observado o disposto no art. 40 da Constituição Federal. *(acréscimo decorrente da aprovação da Emenda aglutinativa nº 1. Votação ocorrida em 23/10/01 com o placar de Sim - 405).*

~~Art. 6° Para implementação do regime de previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, incluídas em cada caso suas autarquias e fundações, haverá apenas uma entidade fechada de previdência complementar para cada ente federativo e para a União.~~ *(suprimido com a aprovação do DVS 11 - PMDB. Votação ocorrida em 28/08/01, com o placar Sim - 3 e Não - 328).*

§ 1° Fica autorizada a adesão de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios às entidades fechadas multipatrocinadas, para implementação do regime de previdência de que trata o *caput*, vedado o estabelecimento de solidariedade.

§ 2° Ficam mantidas as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por órgãos ou entidades públicas existentes até a data da publicação da presente Lei Complementar.

~~§ 3° Na hipótese do parágrafo anterior, os planos de benefícios serão considerados em extinção, vedada a adesão de novos participantes.~~ *(suprimido com a aprovação do DVS 11 - PMDB. Votação ocorrida em 28/08/01, com o placar de Sim - 3 e Não 328).*

~~§ 4° Extintos os planos de benefícios na forma do parágrafo anterior, e honrados todos os compromissos, o patrimônio remanescente será revertido ao respectivo ente patrocinador.~~ *(suprimido com a aprovação do DVS 11 - PMDB. Votação ocorrida em 28/08/01, com o placar de Sim - 3 e Não - 328).*

Art. 7° O regime de previdência complementar de que trata a presente Lei Complementar garantirá aos participantes, por intermédio de seus planos de benefícios, no mínimo, aposentadoria e pensão.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no art. 4°, o regime de previdência complementar de que trata esta Lei Complementar assegurará aos participantes pelo menos um plano de benefício que contemple os mesmos benefícios de renda programada e continuada oferecidos pelo regime a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, ~~sendo vedada a vinculação dos valores desses benefícios à remuneração do cargo efetivo ocupado pelo participante.~~ *(suprimida em função da aprovação do DVS 13 - PPS. Votação ocorrida em 29/08/01, com o placar de Sim - 5 e Não - 384).*

Art. 8° A base de cálculo da contribuição dos participantes e dos patrocinadores será a remuneração que se situe entre o valor estabelecido como limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social e o valor fixado no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1° A entidade fechada de previdência complementar manterá controle das reservas constituídas em nome do participante, individualizando e registrando contabilmente as suas contribuições e as do patrocinador.

§ 2° Desde que previamente estabelecidas as regras correspondentes e sem contrapartida do patrocinador:

I - os participantes poderão contribuir, facultativamente, sobre base de cálculo que exceda a prevista no caput;

II - será admitida a contribuição facultativa de participantes com remuneração inferior ao limite máximo para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 9° Desde que assuma as contribuições de responsabilidade do patrocinador, além das suas próprias, e a despesa administrativa correspondente, é facultado no participante o direito à permanência no plano de benefícios quando desligado do patrocinador antes da aquisição de direito a beneficio que seja de prestação programada e continuada.

Art. 10. As contribuições do órgão público, os benefícios e as condições contratuais previs-

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

tas nos estatutos e regulamentos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar não integram a relação jurídica de trabalho estabelecida entre o participante e o patrocinador da entidade, bem como não integram a remuneração do servidor titular de cargo efetivo, para todos os fins de direito.

Parágrafo único. A falta de repasse pelo órgão público das contribuições do patrocinador e do participante, bem como a utilização dos recursos respectivos em desacordo com a legislação, constitui ato de improbidade administrativa, punível na forma da lei, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art 11. As entidades fechadas de previdência complementar de que trata a presente Lei Complementar farão publicar anualmente em órgão oficial de imprensa, os demonstrativos contábeis. financeiros, atuariais e de benefícios, sem prejuízo da divulgação aos participantes, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

Art. 12. É vedada a utilização de recursos garantidores das reservas técnicas das entidades de previdência complementar, a que se refere esta Lei Complementar, para empréstimos e financiamentos de qualquer natureza inclusive à União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas entidades da administração indireta, bem, como para empréstimos a participantes ou assistidos.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica no caso de operações com títulos públicos de emissão do governo federal.

Art. 13. Os recursos do fundo de investimento especialmente constituído, na hipótese de serem investidos em títulos públicos, somente poderão ser aplicados em títulos de emissão do governo federal, nos termos de regulamentação estabelecida pela autoridade competente na forma da lei.

Parágrafo único. É vedada às entidades fechadas de previdência complementar aplicar recursos no exterior.

Art. 14. O serviço passado do servidor titular de cargo efetivo já em exercício à data de instituição do regime complementar que exerceu a opção prevista no *caput ou* no § 2° do art. 3° corresponderá a um beneficio proporcional diferido, a ser pago pelo ente público, quando do cumprimento dos requisitos para concessão de benefício de aposentadoria, inclusive por invalidez permanente, e pensão por morte.

§ 1° É facultado ao ente público desincumbir-se do encargo mencionado no *caput* mediante o aporte de reserva, atualmente calculada, que deverá ser integralizada junto a entidade fechada de previdência complementar até a data da concessão do beneficio.

§ 2° Entende-se por serviço passado, para os fins deste artigo. o tempo de serviço anterior à adesão ao regime de previdência complementar inclusive em atividade privada, vinculada ao regime geral de previdência social, desde que devidamente averbado no órgão competente.

Art. 15. A infração a qualquer disposição desta Lei Complementar ou a seu regulamento, a ser editado pelo Poder Executivo, para a qual não haja penalidade expressamente confirmada sujeita a pessoa física ou jurídica responsável às penalidades previstas na Lei Complementar que disciplina *o caput* do art. 202 da Constituição Federal.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

DESTAQUES PENDENTES DE VOTAÇÃO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 9/99
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR

Nº	AUTOR	DVS	VOTO/ORIENTAÇÃO
05	PSB/PCdoB	Para asuprimir o inciso I do artigo 4º da Subemenda do relator, que estabelece a modalidade exclusivamente de contribuição definida.	NÃO
06	PDT	Pretende excluir do texto a expressão "exclusivamente", prevista no inciso I do art. 4º da Subemenda do relator.	NÃO
07	PT	Retira do texto a expressão "na modalidade de contribuição definida" prevista no inciso I do art. 4º.	NÃO

Carta de intenção do governo brasileiro referente à segunda revisão do acordo com o FMI assinado em 13/11/1998 (ajuste fiscal).

Brasília, 28 de fevereiro de 2003

Prezado Sr. Köhler:

1. Tendo assumido há dois meses, o atual governo já começou a cumprir seu compromisso de reforçar a estabilidade macroeconômica, acelerar o crescimento econômico e melhorar as condições sociais. Dado que a realização de nossos objetivos tomará tempo e envolverá um esforço político abrangendo muitas direções, a principal tarefa agora consiste em aumentar a confiança nas políticas econômicas e atender às necessidades sociais mais urgentes. Esta carta descreve as prioridades de política econômica mais imediatas do governo.

Arcabouço Macroeconômico

2. Em 2002, o Brasil enfrentou um forte choque econômico decorrente da deterioração do ambiente internacional, bem como das dúvidas, por parte do mercado, acerca das condições da economia brasileira. A economia respondeu a essas pressões com um forte ajuste da conta corrente do balanço de pagamentos, equivalente a 3% do PIB, mediante significativa melhora da balança comercial, como resultado da rápida resposta do setor privado às mudanças macroeconômicas. As exportações cresceram 8% em volume, mais do que compensando a deterioração dos termos de troca, enquanto o setor financeiro provou sua robustez diante de condições adversas. Sublinhe-se que o ajuste do balanço de pagamentos deu-se sem recessão: estima-se que o PIB tenha crescido 1,5% e o emprego cerca de 2%. Por outro lado, a brusca depreciação do Real resultou em um surto inflacionário no final de 2002, com efeitos que têm se estendido em 2003.

3. A Tabela 1 apresenta de forma resumida as variáveis macroeconômicas chave que respaldam o programa. A firmeza das políticas adotadas até agora e a agenda de mudanças estruturais assinalada pelo governo não apenas ajudarão o Brasil a crescer, como tornarão mais perceptível a menor vulnerabilidade econômica brasileira. Isto é importante, porque, apesar dos sinais de melhora na percepção pelos mercados, o ambiente mundial continua frágil. Em particular, a perspectiva de uma guerra no Iraque está enfraquecendo as expectativas de crescimento mundial, além de estar agravando a aversão ao risco, por parte dos investidores, causada pelo estouro da bolha no valor dos ativos e pela onda de problemas de governança empresarial ocorridos nos países desenvolvidos.

Políticas Macroeconômicas

4. O resultado fiscal em 2002 superou mais uma vez as metas do programa, registrando um superávit primário para o setor público consolidado de mais de 3,9% do PIB, com a dívida líquida do setor público somando o equivalente a 56% do PIB aos preços do final do ano. Depois de analisar as perspectivas de sustentabilidade da dívida pública, o governo resolveu reforçar a política fiscal, propondo-se a alcançar um superávit primário de 4,25% do PIB em 2003, ou seja ½ ponto percentual do PIB acima da meta anterior. Um decreto de programação orçamentária e financeira já foi publicado, com o estabelecimento de limites para a despesa discricionária dos órgãos em conformidade com o novo superávit. Os governos subnacionais e as empresas públicas federais deverão também contribuir para o ajuste, em linha com a tendência projetada para suas receitas e, no caso das empresas públicas, novas práticas administrativas. Do nosso ponto de vista, deu-se um grande passo na direção de reforçar substancialmente as finanças públicas e consideramos robusto o superávit primário adotado. Conseqüentemente, os critérios de desempenho para o resultado primário do setor público consolidado, os tetos de valores indicativos da dívida pública para o resto do programa, bem como os mecanismos para reavaliação das metas do superávit primário, estão ajustados conforme proposto na Tabela A anexa. Dito isto, a trajetória da dívida e as metas fiscais continuam sob nossa contínua avaliação. O governo tem o compromisso de gerar, no médio prazo, superávits primários suficientes para garantir o gradual declínio da relação divida/PIB. Com este objetivo, metas fiscais para 2004-06 serão submetidas ao Congresso, em abril, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004. Para diminuir ainda mais a vulnerabilidade na área fiscal, pretende-se, adicionalmente, e de acordo com as condições de mercado, alongar o prazo da dívida, reduzir a exposição à taxa de câmbio e aumentar a participação dos instrumentos prefixados. Este processo já foi retomado em janeiro, com a duplicação do prazo médio da dívida colocada por leilão, além do declínio na proporção da dívida indexada ao dólar.

5. O novo governo confirmou seu compromisso com os regimes de câmbio flutuante e de metas de inflação. Dentro deste arcabouço, e em seguida à subida da inflação provocada pela desvalorização cambial, o Banco Central do Brasil publicou uma carta aberta descrevendo as causas da ultrapassagem da meta para 2002, as perspectivas para 2003, e os objetivos a serem seguidos este ano. O Banco Central também está enviando uma carta para o Fundo Monetário Internacional, em decorrência do fato de a inflação, ao final de 2002, ter superado o teto do programa. A política monetária tem-se mantido em estado de alerta. O Banco Central respondeu ao surto de inflação com um aumento dos depósitos compulsórios dos bancos e um aumento cumulativo da taxa de juros de 8,5 pontos percentuais desde outubro último, de modo a evitar que o choque decorrente da desvalorização cambial se propagasse ou perpetuasse. O objetivo é levar a inflação a uma trajetória declinante e consistente com a meta operacional adotada. Dada a inflação já acumulada e o alto custo de alcançar as metas previstas ainda neste ano, decidiu-se atingir estas metas de aproximadamente 4% de inflação anual em um período mais longo, estabelecendo-se uma meta operacional de 8,5% para o final de 2003. Em consonância com tal procedimento, a banda para consulta referente ao final de março, junho e setembro foi modificada conforme proposto na Tabela A. A meta operacional é consistente com uma queda na inflação, ainda que a taxa sobre 12 meses durante o período do programa deva permanecer alta por conta da herança do último trimestre de 2002. O Banco Central manterá a condução da política mone-

Tabela 1. Parâmetros Macroeconômicos

	2002	2003
Crescimento Real do PIB (%)	1,5	2,8
Inflação (IPCA - percentual de crescimento em 12 meses)	12,5	8,5
Conta corrente (% do PIB)	-1,7	-1,3
Reservas oficiais brutas (US$ bilhões)	38	50

tária voltada para o futuro, com base nas projeções de inflação, além de continuar agindo de forma rápida para atingir a meta operacional.

Políticas Estruturais

6. O fortalecimento das bases da economia exigirá profundas mudanças estruturais. Apesar de ainda estarmos no processo de formular medidas específicas, já estabelecemos objetivos claros para 2003, conforme descrito a seguir. O governo já começou inclusive a construir um amplo consenso em torno da necessidade das mudanças. Neste contexto, um grande passo à frente foi o acordo obtido com os governadores dos 26 estados e do Distrito Federal com respeito aos princípios a serem seguidos pelas reformas da Previdência e Tributária, conforme descrito na Carta de Brasília, de 22 de fevereiro último.

7. Um problema fundamental que o país terá de enfrentar no futuro próximo diz respeito às pensões do setor público. O governo deseja aumentar a eqüidade do sistema previdenciário, além de reforçar as condições de sustentabilidade de longo prazo das bases financeiras do sistema de previdência do setor público, como identificado na Carta de Brasília. Com este propósito, estão sendo examinadas diversas opções, incluindo o aumento da idade para a aposentadoria, a elevação no número de anos de contribuição que dá direito a uma aposentadoria, assim como uma revisão das regras que regem as pensões. Uma proposta de reforma desenhada de forma a reduzir o déficit da previdência do setor público ao longo do tempo será enviada ao Congresso até a metade do ano. A reforma visará corrigir os efeitos regressivos na distribuição da renda do atual sistema, além de melhorar as condições financeiras da previdência do setor público já no médio prazo. Na hipótese de se verificarem custos de transição, as reformas serão conduzidas de modo a garantir a consistência com os objetivos fiscais para os próximos anos. A votação do Projeto de Lei Complementar regulando a aposentadoria complementar para o setor público (PL9) continua entra as prioridades do governo e fará parte das reformas da previdência (Tabela B).

8. Para melhorar a estrutura tributária, o governo está desenvolvendo um programa de reformas focado na redução da regressividade, do viés anti-exportações, da proporção de receitas vinculadas, da guerra fiscal entre estados, dos custos de arrecadação e da sonegação tributária. A reforma deverá ser neutra em termos de carga tributária, mantendo as receitas de todos os níveis de governo, ao mesmo tempo em que aumente a eficiência econômica. Desta forma, a reforma tributária será um complemento importante para a reforma previdenciária, contribuindo para mudar o panorama fiscal do país. O governo também está atento para a necessidade de compensar qualquer redução na receita tributária decorrente da projetada redução da alíquota da CPMF, bem como para os efeitos sobre a vinculação das receitas do projetado fim da DRU. Uma proposta de reforma tributária, consistente com a Carta de Brasília e tratando das questões relacionadas à CPMF e a DRU, será submetida ao Congresso até o final de junho. Conseqüentemente, a Tabela B estabelece um novo parâmetro correspondente à reforma tributária, eliminando o parâmetro estrutural anteriormente estabelecido para fins de março acerca da CPMF e da DRU.

9. Pretendemos seguir uma agenda adicional de mudanças estruturais em outras áreas. Primeiro, o governo vai procurar garantir uma aprovação rápida pelo Congresso da PEC que facilitará a regulação do setor financeiro - um passo necessário para a passagem da desejada lei que formalizará a autonomia operacional e a responsabilização do Banco Central. Segundo, o governo continuará em seus esforços para que se realizem progressos na venda dos quatro bancos federalizados, como refletido no parâmetro estrutural proposto agora para final de junho. Terceiro, para diminuir o spread bancário e aumentar a disponibilidade de crédito para o investimento, o governo tem a intenção de que uma nova lei de falências seja votada. Esta lei terá como objetivos ajudar a preservar o funcionamento das empresas em dificuldades, cuja sobrevivência seja viável, enquanto sua propriedade é transferida, além de melhorar a definição na ordem de prioridade dos credores da massa falida.

Políticas sociais e crescimento

10. A retomada do crescimento, em conjunto com uma melhor distribuição da renda, constituem o principal objetivo do novo governo. Destarte, além das medidas descritas acima, o governo planeja tomar medidas para aumentar a competitividade do país e melhorar o ambiente para o crescimento de longo prazo. Com este propósito, o governo pretende, entre outras ações, trabalhar com os parceiros comerciais para que as barreiras ao comércio sejam reduzidas. O governo também está trabalhando para aumentar a oferta de crédito para as pequenas e médias empresas, inclusive por parte de instituições privadas e cooperativas de créditos sujeitas a critérios prudenciais e de transparência. Neste sentido, o governo já publicou uma medida provisória permitindo que mais de 2 milhões de empresas inscritas no SIMPLES possam ter acesso aos recursos de cooperativas de crédito.

11. A redução das enormes desigualdades na distribuição de renda no Brasil é um elemento central da política do governo. Ainda que o crescimento econômico possa ajudar na eliminação da pobreza extrema, não será suficiente para que se alcance este objetivo. Assim, o governo está desenvolvendo o programa da Fome Zero, sob o comando de um ministério dedicado a esta tarefa. O Fome Zero é um importante primeiro passo, mas o governo

Tabela A. Metas Quantitativas

Todas as definições, ajustes e requerimentos de informações, salvo os aqui modificados, continuam idênticos àqueles estabelecidos pelo Memorando Técnico de Entendimento anexo à Carta de Intenções de 29 de agosto de 2002.

	CD, MI,	2002		2003		
	BC, HP (1)	Fim de dezembro		Fim de	Fim de	Fim de
				março	junho	setembro
		Programa	Efetivo	Programa	Programa	Programa
Metas Fiscais (R$ bilhões)						
Piso do superávit primário do setor público consolidado (2)	CD	50.3	52.4	15.4	34.5	54.2
Teto no estoque da dívida líquida do setor público consolidado	MI	895.0	881.1	945.7	961.1	985.6
Metas do setor externo (US$ bilhões)						
Teto no estoque da dívida externa do setor público não financeiro	CD	96.5	91.4	95.6	95.2	94.9
Teto no estoque de dívida garantida pelo setor público	CD	1.6	0.6	1.6	1.6	1.6
Teto no estoque total da dívida de curto prazo do setor público não financeiro	CD	3.5	0.1	3.5	3.5	3.5
Piso nas reservas líquidas internacionais 3/	CD	5.0	14.2	5.0	5.0	5.0
Aumento na exposição do BCB nos mercados de câmbio futuro (3)	CD	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Aumento da exposição do BCB nos mercados a termo de câmbio (3)	CD	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Metas monetárias (em pontos percentuais)						
Variação do IPCA em 12 meses						
Banda Externa	BC	12.0	...	17.5	18.5	17.5
Banda Interna	BC	11.0	...	16.5	17.5	16.5
Valor Central	BC	8.5	12.5	15.0	16.0	15.0
Banda Interna	BC	8.0	...	13.5	14.5	13.5
Banda Externa	BC	7.0	...	12.5	13.5	12.5
Itens de Referência (R$ bilhões)						
Receitas de Privatização (acumulado)	HP	6.1	3.6	0	0	0
Reconhecimento de Passivos (acumulado)	HP	22.1	14.3	2.9	5.3	8.6
Investimentos programados da Petrobrás	HP	...	...	3.1	6.2	9.6

(1) Critério de Desempenho (CD), Meta Indicativa (MI), Banda de Consulta (BC) ou Hipótese do Programa (HP).
(2) A nota de rodapé na Tabela II.A.(i) do MTE e o parágrafo 16 da Carta de Intenções de Agosto de 2002 ficam modificados para eliminar a condição de que a conclusão das revisões dependa em se alcançar acordo com respeito ao valor do superávit primário.
(3) Critério de desempenho contínuo.

irá também delinear, nos próximos meses, uma reforma mais abrangente dos programas de transferências e uma rede de proteção social. Para coordenar este programa social, o governo criou o Ministério de Assistência e Promoção Social, o qual irá avaliar os programas já existentes e procurar formas para integrá-los de modo a evitar duplicidades e focar os benefícios na população mais pobre. Estas reformas permitirão que todos os brasileiros participem mais efetivamente da riqueza nacional e do potencial do país.

12. Temos a expectativa de que a implementação deste programa garantirá um ambiente econômico estável, com um crescimento sustentável e justo, que ao longo do tempo resultará em diminuição da pobreza e melhora nos indicadores sociais e de capital humano. Como sempre, o governo continua pronto a adotar medidas adicionais para garantir a consecução dos objetivos estabelecidos. Também estaremos mantendo uma política de diálogo estreito com o Fundo Monetário Internacional.

Cordialmente
Antônio Palocci Filho
Ministro da Fazenda
Henrique de Campos Meirelles
Presidente do Banco Central do Brasil

Tabela B. Parâmetros Estruturais

Final de Maio de 2003

- Progresso na votação de uma nova lei de falências visando a aceleração da restruturação de empresas em dificuldades e a garantia dos direitos dos credores.

Final de Junho de 2003

- Progresso no processo de venda dos quatro bancos federalizados.
- Apresentação ao Congresso de legislação para a reforma dos regimes de aposentadoria dos servidores públicos civis, consistente com os princípios enunciados na Carta de Brasília.
- Apresentação ao Congresso de legislação permitindo a criação de fundos de pensão complementar para os servidores públicos federais após a aprovação do PL 9.
- Apresentação ao Congresso de uma reforma fiscal conforme explicado no parágrafo 8 acima.

Trechos do programa de governo da Coligação Lula Presidente relativos à reforma da previdência.

46. Um dos maiores desafios políticos e administrativos do futuro governo é o equacionamento da questão previdenciária. Para dar conta desse desafio, é necessário um conjunto de iniciativas de curto, médio e longo prazos, para construir soluções estruturais, capazes de permitir que a presente e as futuras gerações de brasileiros possam estar plenamente conscientes e relativamente tranqüilas quanto aos direitos que poderão usufruir após o término de uma longa dedicação de vida laboral. Essa profunda reformulação deve ter como objetivo a criação de um sistema previdenciário básico universal, público, compulsório, para todos os trabalhadores brasileiros, do setor público e privado. O sistema deve ter caráter contributivo, com benefícios claramente estipulados e o valor do piso e do teto de benefícios de aposentadoria claramente definido. A gestão deve ser democrática, a cargo de um órgão quadripartite, incluindo representantes do Estado, dos trabalhadores da ativa, dos aposentados e dos empresários, conforme já prevê a Constituição Federal, mas que o atual governo não respeitou.

47. Em complemento ao sistema público universalizado, aos trabalhadores tanto do setor público como do privado, que almejam valores de aposentadoria superiores ao oferecido pelo teto da previdência pública, haverá o sistema de planos complementares de aposentadorias, com ou sem fins lucrativos, de caráter facultativo e sustentado por empregados e empregadores.

48. O referido sistema básico universal só terá viabilidade como resultado de um processo de longo prazo, construído a partir da participação de trabalhadores e empresários, e da sociedade em geral, por se tratar de tema sensível que afeta o futuro de todos os cidadãos, e que ao mesmo tempo representa um eficaz mecanismo de distribuição de renda. Também por incidir diretamente sobre as contas públicas, e por lidar com um conjunto de direitos adquiridos ao longo de décadas, a implementação plena de uma Reforma Previdenciária atravessa um longo período de transição.

49. Além de planejar e dar início à discussão de um novo sistema previdenciário brasileiro, racional e adequado à realidade social e econômica, e condizente com as tendências demográficas, as quais demonstram um acelerado processo de envelhecimento da nossa população, devemos tomar uma série de medidas estratégicas a serem implementadas imediatamente no interior do atual sistema previdenciário.

O atual sistema previdenciário brasileiro é constituído por:

a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de filiação compulsória e que dá guarida a todos os trabalhadores que exercem atividades remuneradas - excetuando os que estejam filiados ao Regime Próprio de Previdência - e é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

b) Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), de filiação compulsória, organizado no âmbito de cada ente federado - municípios, estados, Distrito Federal e União -, acessível exclusivamente aos servidores titulares de cargo efetivo, conforme determina o artigo 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98;

c) Previdência Complementar, de caráter facultativo e que supre a necessidade de renda adicional superior ao teto dos regimes básicos, por ocasião da inatividade. É administrada por ntidades privadas.

50. Quanto ao RGPS o déficit apontado para o presente exercício fiscal é da ordem de R$ 16 bilhões. Cabe ressaltar, porém, que esse déficit deve-se em parte à desvinculação das receitas de contribuições sociais (Cofins e CSLL), conforme emenda constitucional 27, que vem drenando recursos da seguridade social para o caixa do Tesouro. Além disso, em virtude do mecanismo de contabilização das contas do INSS, benefícios de caráter mais assistencial que previdenciário, normalmente concedidos à margem da obrigatoriedade contributiva, são considerados como benefícios do sistema contributivo. Portanto, um dos objetivos de uma reforma estratégica é adotar normas de clareza, transparência e eficácia contábil, definindo claramente cada modalidade de benefício e sua fonte de financiamento.

51. O reduzido número de trabalhadores contribuintes ao RGPS, em relação à população economicamente ativa, expressa uma gravíssima situação social - altas taxas de desemprego e de informalidade das relações de trabalho - decorrente, principalmente, do próprio modelo econômico adotado pelo atual governo. O aumento do desemprego, a falta de uma estrutura adequada de fiscalização trabalhista e previdenciária e os incentivos à flexibilização do mercado de trabalho acabaram por restringir o índice de cobertura do sistema. Os trabalhadores não contribuintes do sistema previdenciário totalizam aproximadamente 56% da população ocupada, segundo dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios/1999 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).

52. A ampliação da fiscalização, a adoção de punições mais severas aos praticantes de sonegação e fraude, a maior eficácia na cobrança da dívida ativa e o incentivo à formalização do trabalho são elementos que podem abrir caminho, para o ingresso de novas receitas para o sistema previdenciário, permitindo assim, uma discussão mais racional quanto à eventual redução da alícota de contribuição. As fontes de financiamento devem ser objeto de negociação no âmbito da Reforma Tributária. O peso da contribuição dos empregadores (20% sobre a folha de pagamento) é um elemento de redução de competitividade dos produtos brasileiros (pois poucos países adotam alíquotas tão altas) e, ao mesmo tempo, é um incentivo à falta de registro formal do trabalhador ou ao registro com salários mais baixos que os praticados.

53. Uma política de forte crescimento econômico resultará em elevação do salário médio na economia e da quantidade de empregos e de sua formalização, com conseqüências positivas no equilíbrio financeiro do sistema previdenciário.

54. Em relação à previdência do setor público, o desequilíbrio apontado é três vezes maior que o apresentado no Regime Geral, ou seja, próximo de R$ 50 bilhões, o que representa 4,1% do PIB, conforme dados do Ministério da Previdência e Assistência Social/SPC para o ano de 2000. A falta de empenho e a pouca sensibilidade, por parte do atual governo, na negociação da Reforma da Previdência ocorrida em 1997 e 1998, em grande parte, explicam como se chegou a esta dramática situação previdenciária no setor público.

55. Os segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social, os servidores titulares de cargo efetivo, têm garantia constitucional para as regras de cálculo de benefício, bem como para o reajustamento desse valor e a elegibilidade ao benefício. Ainda de acordo com as disposições da Constituição Federal, o RPPS deve ser regido pelo princípio da contribuição obrigatória.

56. Nosso governo, respeitando o princípio do direito adquirido, combatendo privilégios, buscando uniformizar e racionalizar os procedimentos administrativos que hoje estão expressos em uma miríade de centros difusos de administração previdenciária nos entes federados, acelerando o processo de implementação dos RPPS de sorte a recepcionar as contribuições previdenciárias dos servidores para fins de aposentadoria, já que atualmente em muitos entes federados não há contribuição para aquela finalidade, deve buscar a negociação de um contrato coletivo do setor público, no qual os assuntos trabalhistas e previdenciários devem ser objeto de ampla e democrática negociação.

57. Quanto ao terceiro pilar do atual sistema previdenciário brasileiro, a previdência complementar, que pode ser exercida através de fundos de pensão, patrocinados por empresas ou instituídos por sindicatos (conforme a Lei Complementar 109), voltada para aqueles trabalhadores que querem renda adicional além da garantida pelos regimes básicos, deve ser entendida também como poderoso instrumento de fortalecimento do mercado interno futuro e fonte de poupança de longo prazo para o desenvolvimento do país. É necessário crescimento e fortalecimento dessa instituição por meio de mecanismos de incentivo.

58. Por outro lado, é imprescindível que seja revisto e aprimorado todo o sistema regulatório da previdência complementar, uma vez que ele tem se mostrado, em alguns de seus aspectos, inibidor do crescimento do setor. A gestão paritária, pelos participantes e patrocinadores, é um fator de segurança e credibilidade para o sistema. A democratização e fortalecimento da Secretaria de Previdência Complementar também devem ser objeto dessas mudanças. A regulamentação dos novos fundos de pensão, com foco no estímulo à sua difusão, beneficiará notável contingente de participantes atualmente excluídos desse sistema.

Constituição Federal - artigos relativos à seguridade social, com o texto original de 1988 e as redações dadas pelas emendas constitucionais posteriores.

TÍTULO VIII - Da Ordem Social

...

CAPÍTULO II - DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - eqüidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

(*) VII - ~~caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.~~

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**VII** - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados."

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

(*) I - ~~dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;~~

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**I** - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;"

(*) II - ~~dos trabalhadores;~~

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**II** - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;"

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

§ 1º - As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º - A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º - A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4º - A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º - Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º - As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b".

§ 7º - São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

(*) § 8º - ~~O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.~~

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**§ 8º** O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**§ 9°** As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**§ 10.** A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**§ 11.** É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar."

Seção II - DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

(*) § 1º ~~Parágrafo único~~. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. ***(*) Parágrafo único modificado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00:***

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00:
"§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:" (AC)

"I - no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º;" (AC)

"II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea *a*, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;" (AC)

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea *b* e § 3º." (AC)

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00:
"§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:" (AC)

"I - os percentuais de que trata o § 2º;" (AC)

"II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;" (AC)

"III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;" (AC)

"IV - as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União." (AC)

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico;

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Seção III - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

(*) Art. 201. ~~Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a:~~

I - ~~cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes do trabalho, velhice e reclusão;~~

II - ~~ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda~~;

III - ~~proteção à maternidade, especialmente à gestante;~~

IV - ~~proteção ao trabalhador em situação de~~

~~desemprego involuntário;~~

V - ~~pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no § 5º e no art. 202.~~

§ 1º - ~~Qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição na forma dos planos previdenciários.~~

§ 2º - ~~É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.~~

§ 3º - ~~Todos os salários de contribuição considerados no cálculo de benefício serão corrigidos monetariamente.~~

§ 4º - ~~Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.~~

§ 5º - ~~Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.~~

§ 6º - ~~A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.~~

§ 7º - ~~A previdência social manterá seguro coletivo, de caráter complementar e facultativo, custeado por contribuições adicionais.~~

§ 8º - ~~É vedado subvenção ou auxílio do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos.~~

(*) Redação dada ao artigo pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**Art. 201.** A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei."

(*) Art. 202. ~~É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições~~:

I - ~~aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal;~~

II - ~~após trinta e cinco anos de trabalho, ao homem, e, após trinta, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei;~~

III - ~~após trinta anos, ao professor, e, após vinte e cinco, à professora, por efetivo exercício de função de magistério.~~

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**Art. 202.** O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar."

(*) § 1º - ~~É facultada aposentadoria proporcional, após trinta anos de trabalho, ao homem, e, após vinte e cinco, à mulher.~~

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**§ 1°** A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos."

(*) § 2º - ~~Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.~~

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**§ 2°** As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**§ 3º** É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**§ 4º** Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**§ 5º** A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:
"**§ 6º** A lei complementar a que se refere o § 4° deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação."

Seção IV - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Constituição Federal - artigo 40, relativo à previdência dos servidores públicos, com o texto original de 1988 e as redações dadas pelas emendas constitucionais posteriores.

(*) Art. 40. ~~O servidor será aposentado:~~

I - ~~por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;~~

II - ~~compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;~~

III - ~~voluntariamente:~~

a) ~~aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;~~

b) ~~aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e~~

~~cinco, se professora, com proventos integrais;~~

c) ~~aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;~~

d) ~~aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.~~

§ 1º - ~~Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, "a" e "c", no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.~~

§ 2º - ~~A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.~~

§ 3º - ~~O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.~~

§ 4º - ~~Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.~~

§ 5º - ~~O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.~~

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/93: "**§ 6º** ~~As aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores, na forma da lei.~~"

(*) Redação dada ao artigo pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98: "**Art. 40.** Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1°, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º.

§ 8º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 15. Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar."

Resolução da 10ª Plenária Nacional da CUT (maio de 2002) sobre a previdência social

Pauta dos trabalhadores cutistas para uma previdência mais universal

Para avançarmos na universalização dos direitos previdenciários, gestão paritária, melhoria dos direitos, aposentadorias dignas e justas, necessitamos implementar a pauta seguinte:

Uma previdência geral, como seguro social público, até 20 SM indistintamente para trabalhadores do setor público e privado, com benefícios correspondentes a esses valores e com complementação de fundos de pensão acima desses limites;

A Reforma Previdenciária veio mais uma vez aumentar os encargos da Previdência para a classe trabalhadora, isentando o empregador de sua obrigação, ou seja, o calote. Recolhe compulsoriamente dos trabalhadores/as e as autoridades não fiscalizam de forma contundente as empresas sonegadoras, verdadeiro ralo das verbas. Ainda isenta as "instituições filantrópicas" como Bingos, Fundação Roberto Marinho, etc.

Não aprovação da Emenda Constitucional n° 136/99 que retoma o confisco redutor de salários para os aposentados quer do regime geral da previdência, como dos servidores públicos;

Preservação dos direitos previdenciários conforme disposições originais da Constituição Federal de 1988 e leis 8.212 e 8213/91 para trabalhadores do setor privado e público;

Não aceitação das imposições do FMI e Banco Mundial quanto à redução de direitos previdenciários estabelecidas nos acordos de cooperação para concessão de empréstimos;

Gestão paritária, entre trabalhadores/servidores, aposentados, governo e patrões, do âmbito local ao âmbito nacional, de todos os regimes previdenciários: RGPS, Fundos de Pensão Complementares e Regimes dos Servidores Públicos;

Ratificação da convenção 102 da OIT e subseqüentes sobre Seguridade Social (estabelecendo 9 benefícios básicos) com o auxílio desemprego proporcional ao salário dos trabalhadores quando em atividade laboral;

Aposentadorias especiais, insalubres, penosas e perigosas aos 15, 20 e 25 anos, com comprovação em formulário acompanhado pelo sindicato, sem limite de idade, com permanente direito de conversão de especial para comum e vice-versa e não incidência do equipamento de proteção individual no direito da aposentadoria especial;

O limite de idade para aposentadoria é contraditório, onde uma pequena parcela da população atinge a idade estabelecida, generaliza de forma equivocada como um todo (nacional) não considerando as realidades regionais e as características do trabalho realizado.

Permanente formação dos trabalhadores sobre assuntos previdenciários, para gestão e conhecimento de direitos, para trabalhadores do RGPS, Fundos de Pensão Complementares e Institutos dos servidores públicos;

Seguro Acidente de Trabalho, com benefícios, tratamento e reabilitação públicos com gestão paritária;

Reajuste das atuais aposentadorias e pensões, garantindo-se o poder de compra em base dos valores originais de sua concessão e reajustes constantes para elevação das aposentadorias e pensões mais baixas;

Implantação do benefício de renda mínima para as populações em permanente estado de risco social (seca, pobreza, enchentes, etc.) combinado com programas de geração de emprego e renda solidários. Ampliação dos benefícios assistenciais, como do amparo assistencial do idoso e ao deficiente, com redução das exigências de renda mínima, tendo como fonte de recursos o Orçamento Geral da União;

Ampliação dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, tanto assalariados como do regime de agricultura familiar, combinando regime especial contributivo com recursos provindos do Orçamento da União.

Garantir que as verbas da Seguridade Social se destinem exclusivamente à saúde, previdência e assistência social conforme preceito constitucional. Que a previdência tenha garantido três fundos: o fundo RGPS, o FUNDO ASSISTENCIAL e o FUNDO MISTO para os segurados especiais (rurais).

Em Defesa da Previdência Pública e Solidária

O novo acordo assinado no mês de agosto entre o governo brasileiro e o FMI exige, entre outras coisas, o aprofundamento da "reforma" da previdência, que já vem sendo aplicada por FHC desde 1998, ameaçando agora com o desconto dos trabalhadores aposentados.

Hoje, em vários governos estaduais e municipais, em aplicação da EC20, os regimes de aposentadoria dos servidores vem sendo atacados, com a redução de direitos e a abertura para a "capitalização individual" ou fundos de pensão.

A defesa da Previdência Pública e Solidária é um direito coletivo do conjunto da classe trabalhadora, não é possível aceitar sua destruição através da "reforma" de FHC.

A CUT chama todos os sindicatos a engajarem uma luta pela revogação da EC20, da Lei 9717 e as Leis que derivam da "reforma", como forma de defender a Previdência Pública e Solidária.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 87 • 31 de março de 2003

Assembléia Geral

03/4 quinta-feira
9:30 horas

PAUTA:
1) Informes;
2) Eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFRJ;
3) Reforma da Previdência;
4) Paralisação Nacional dos SPF no dia 8/4/2003;
5) Assuntos Gerais.

Salão Nobre da Decania do CT
Bloco A - 2º andar
Ilha do Fundão

Conselho de Representantes
2/4 - quarta-feira
17:30 horas
Sede da Adufrj-SSind
Centro de Tecnologia
bloco D - sala 200
Pauta
a mesma da AG

Ação da Adufrj-SSind sobre titulação tem parecer favorável
Página 2

Consuni discute eleições e forma Comissão Organizadora
Página 4

Projeto de Lei 9/99 é só o começo da reforma
Páginas 6, 7 e 8

Assembléia Geral decide participação na paralisação nacional dos servidores

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind discutirá nesta quinta-feira (3/4), entre outros itens (veja chamada na coluna ao lado), a participação dos professores da UFRJ na paralisação de 24 horas do dia 8 de abril, encaminhada pelo Setor das Federais do Andes-SN e pela Plenária dos SPF, ocorridos nos últimos dias 22 e 23 de março, em Brasília. A data aprovada nos fóruns nacionais marcará a luta dos servidores contra o PL 9, que institui a Previdência Complementar para o funcionalismo público.

Jurídico

Ação sobre titulação tem parecer favorável

UFRJ ainda não reconhece o direito dos professores logo após a defesa de tese

Uma das poucas universidades do país que não reconhece a progressão por titulação a partir do momento de defesa da tese porque prefere aguardar a emissão do diploma, a UFRJ foi acionada pela Adufrj-SSind para garantir este direito na Justiça. A assessoria jurídica da entidade tem encaminhado alguns casos desta natureza e, recentemente (dezembro de 2002), o Juiz Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama deu ganho de causa a um dos docentes auxiliados pela seção sindical.

No acórdão referente ao julgamento do caso, o juiz descreve que "é correta a sentença que considera a data da aprovação da tese de Doutorado com expedição do documento respectivo como termo inicial para efeito de progressão funcional por titulação, e não a data da expedição do diploma. O diploma tem caráter declaratório, especialmente quando o próprio Curso de Doutorado foi ministrado na própria UFRJ".

Vale dizer que, em 25 de outubro do ano passado, o sub-reitor de Pessoal e Serviços Gerais, Luiz Afonso Mariz, escreveu carta ao jornal da Adufrj-SSind na qual observou que os integrantes da reitoria "seguem incansáveis na busca de mecanismos que permitam cumprimento mais ágil e rápido dos direitos dos servidores da UFRJ. No entanto, gostaríamos de ressaltar que a concessão de progressões por titulação exigem análise da documentação correspondnte ao título e o efetivo registro na vida funcional do servidor".

Para Sayonara Grillo, advogada da Adufrj-SSind, a decisão do juiz federal é importante porque começa a criar uma jurisprudência favorável no Judiciário para a questão. E isso deve estimular a universidade para que finalmente resolva o assunto em âmbito administrativo, com os professores recebendo os vencimentos com a gratificação pela titulação no mês seguinte à defesa de tese. Atualmente, há relatos em que os docentes esperam cerca de seis meses para receber o diploma. "Não depende de lei alguma; basta um ato administrativo. O professor não pode sofrer o prejuízo por causa da burocracia", conta Sayonara.

A advogada recomenda que os professores protocolizem o pedido de progressão nos departamentos tão logo realizem sua defesa da tese e procurem a assessoria jurídica da Adufrj-SSind para resguardar os seus direitos.

Professor satisfeito com a assessoria

Paulo Afonso Rheingantz (da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) foi o professor favorecido no processo julgado em dezembro último. Ele fez o doutorado em um programa da Coppe e defendeu a tese em maio de 2000, mas só começou a receber a gratificação pela progressão em outubro. Ainda há oportunidade para mais um recurso da UFRJ, mas a tramitação do processo para recuperar os valores da gratificação nestes seis meses está bastante favorável ao docente. "E, como eu, existem muitos outros nesta situação. Conheço alguns colegas que esperaram dois anos para ganhar o diploma", disse. "Na UFF, na UFRGS, na UFSC e na UFPel não é assim, por exemplo", explicou.

Sabendo das dificuldades que enfrentaria para receber os valores devidos, Paulo Afonso procurou a assessoria jurídica da Adufrj-SSind e ficou "absolutamente satisfeito" com o trabalho. Ainda naquela ocasião, Paulo Afonso fez uma consulta ao Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG) e obteve a confirmação de que podia atuar já como doutor, mesmo sem o diploma. "Então, se eu tenho as atribuições, por que não posso ter os benefícios?", questionou. Ele reforça o pedido da assessoria jurídica da seção sindical para que os docentes lutem pelos seus direitos nesta questão.

Professor perde ação contra a Adufrj-SSind

Em ação que tramita na 42ª Vara Cível do Rio de Janeiro, o professor Agnelo Maia Borges (da Faculdade de Direito) teve julgado improcedente o seu pedido de indenização em razão de danos morais contra a Adufrj-SSind. O docente afirmou, no processo, que a seção sindical publicou notícia inverídica em que teria agredido fisicamente alguns estudantes durante o período de realização das eleições para a direção da faculdade.

A assessoria jurídica da seção sindical contestou o pedido, uma vez que o jornal da Adufrj-SSind é "órgão informativo que tem sua atuação marcada pelo profissionalismo e seriedade". A assessoria cita um Registro de Ocorrência, lavrado pela 4ª Delegacia da Central do Brasil, onde é registrado crime de lesão corporal pelo qual é indiciado o professor Agnelo.

Em sua sentença, a juíza Simone Gastesi Chevrand observa que "ainda que o autor (da ação, professor Agnelo) tenha sofrido algum tipo de aborrecimento, todavia, não pode ser confundido com danos morais, mormente porque os fatos noticiados encontram-se devidamente respaldados em documentos públicos".

Anote

Colóquio de Didática do Ensino Superior na UFRJ

A UFRJ realizará um Colóquio de Didática do Ensino Superior para discutir o ensino de graduação sob o ponto de vista de professores e alunos de diferentes áreas acadêmicas. A iniciativa ocorre no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), localizado no *campus* da Praia Vermelha, nos dias 2, 9, 16 e 30 de abril; nos dias 7, 14, 21 e 28 de maio; e em 4 de junho. As inscrições são gratuitas no local, antes de cada palestra, a partir das 16h30. A coordenação é da professora Marlene Carvalho. Telefone para informações: 2275-2589, das 12h às 18h.

IPUB divulga programação

O Centro de Estudos do Instituto de Psiquiatria da UFRJ já divulgou sua programação para abril. Neste dia 4, será discutido o "Impacto de Escolaridade e de Idade em Idosos de uma Comunidade"; no dia 11, é a vez do "TREC - Um estudo clínico controlado para pacientes agitados em emergências psiquiátricas" e; no dia 25, "Tradução e Estudo da Qualidade de uma Escala para Identificação de Fobia Social em Adolescentes". As atividades ocorrem sempre às sextas-feiras, às 10h30, no Auditório Icema de Oliveira. O IPUB fica no *campus* da Praia Vermelha.

@dufrj

Página eletrônica sobre a reforma

A página eletrônica http://reformadaprevidencia.org buscar formar uma consciência crítica sobre os erros no projeto do governo e preservar os direitos do servidor público. O internauta pode conhecer artigos e notícias sobre a reforma previdenciária em curso e dar sua opinião em uma espécie de mural virtual presente no *site*.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Para barrar o PL 9, servidores organizam paralisação em 8 de abril

Relato da participação da Adufrj-SSind na reunião do Setor das Federais do Andes-SN e da plenária dos SPF*

Os delegados das seções sindicais do Andes-SN, reunidos em seu 22º Congresso, no Piauí, em março de 2003, votaram pela greve caso tramite o Projeto de Lei nº 9/99 que institui a Previdência Privada Complementar para os Servidores Públicos Federais, Estaduais e Municipais. Após o Congresso do Andes-SN, as seções sindicais devem realizar Assembléias Gerais para deliberação do indicativo de greve contra o PL 9/99. No dia 22.03.2003, o Setor do Andes-SN que congrega as Instituições Federais de Ensino Superior realizou reunião na qual estiveram presentes 27 seções sindicais. Destas, 13 já haviam realizado assembléias para apreciação do indicativo de greve e 12 seções sindicais aprovaram o indicativo deliberado pelo Congresso do Andes-SN. As demais seções sindicais realizariam Assembléias Gerais no período posterior ao da reunião do Setor das Federais. Da reunião do dia 22.03, importa destacar duas questões:

1) - Os informes da Direção Nacional do ANDES-SN que, em conjunto com a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), tem participado das audiências e reuniões de negociação com o Governo.

2) – A disposição para lutar contra a aprovação do PL 9/99.

Com relação às reuniões de negociação com o Governo, avalia-se como muito séria a decisão governamental - expressa na carta de intenções ao FMI publicada no jornal da Adufrj-SSind, em 24.03.2003 - de aprovar o PL 9/99 até junho de 2003. Mais grave ainda foi a afirmação dos seus ministros de Estado, na audiência com a CNESF, em 26.02.2003, de que o governo ainda não possuía proposta fechada sobre a Reforma da Previdência e a tramitação do PL 9/99, e, dois dias após tal audiência, enviarem carta de intenções ao FMI, na qual selam o compromisso da aprovação do PL 9/99 e da Reforma da Previdência.

O segundo ponto – a luta contra a tramitação do PL 9/99 – também foi reafirmada pela Plenária dos Servidores Públicos Federais, realizada em Brasília, em 23.03.2003, com a participação de 206 delegados e 63 observadores de vários sindicatos do Serviço Público Federal. A deliberação central diz respeito ao repúdio às propostas do governo para a Reforma da Previdência e, especialmente, contra a aprovação do PL 9/99. A Plenária dos Servidores Públicos Federais deliberou pelo seguinte calendário de lutas:

Realizar debates e manifestações com os Servidores Públicos federais, estaduais e municipais e com os trabalhadores da iniciativa privada na semana de **07 a 11 de abril de 2003.**

Organizar o dia **08 de abril** como **dia nacional de luta** contra o **PL 9/99 com paralisações** em todo o país.

A Plenária dos Servidores Públicos Federais considerou, ainda, que o debate sobre a Contra-Reforma da Previdência Social do Governo Lula não tem sido feito com a sociedade e que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social não pode substituir os movimentos sociais e o Parlamento. Neste sentido, a Plenária aprovou resolução que exige a saída da CUT – na figura de seu presidente, João Felício – deste conselho.

Por fim, deve-se ressaltar que tanto o Setor das Federais do Andes-SN como a Plenária dos Servidores Públicos Federais, aprovaram moções contra a guerra imperialista do governo norte-americano e ao mesmo tempo manifestaram total apoio ao povo iraquiano. Aprovou-se, neste sentido, que os sindicatos devem se engajar em ações e campanhas de solidariedade aos iraquianos e em atos contra a guerra.

* Observadora da Adufrj-SSind, na Plenária dos Servidores Públicos Federais e ao Setor das Federais do Andes-SN, Sara Granemann.

Calendário de Lutas aprovado na Plenária dos SPF

28/3 - Ato Nacional contra a Guerra
7 a 11 de abril - Semana de Mobilização - a ser incorporada pelos trabalhadores do serviço público e da iniciativa provada com acompanhamento da CUT
8/4 - Dia Nacional de Luta contra o PLP 9/99 com a parlisação
Sem data - Reunião ampliada da CNESF para avaliação da paralisação do dia 8

CNESF realiza seminário com parlamentares e entidades da sociedade civil

A Adufrj-SSind participou do Seminário sobre a Reforma da Previdência realizado pela Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF), no último dia 25/3, em Brasília. A presidente Cleusa Santos e a professora Sara Granemann, integrante do GT de Seguridade Social da Adufrj-SSind, representaram a entidade no evento. De acordo com relatório enviado pelo Andes-SN às seções sindicais, o Seminário cumpriu o seu objetivo de implementar uma ampla Frente Nacional em Defesa da Previdência Pública. De acordo com o Sindicato Nacional, o seminário realizado no Auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional, contou com mais de 300 participantes, sendo registrada a presença de 109 representantes de entidades e sindicatos.

Participaram, como painelistas, os deputados federais Alceu Colares (PDT/RS), Jandira Feghali (PC do B/RJ) e Lindberg Farias (PT/RJ), o professor e pesquisador da Unicamp Milko Matijascy e a representante da Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), Lúcia Fatorelli. Além dos palestrantes, também se manifestaram no seminário da CNESF os deputados João Batista Araújo, o Babá (PT/PA), Luciana Genro (PT/RS), Alice Portugal (PC do B/BA),o representante da OAB, Roberto Caldas, e da CNBB, padre Ernani Pinheiro. A CNESF convidou ainda representantes do governo Lula para o evento. Segundo os organizadores do seminário, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, justificou sua ausência dois dias após a sua realização. Já os ministros da Previdência, Ricardo Berzoini, e do Trabalho, Jaques Wagner, não enviaram representação nem justificaram a ausência. Convidados, os senadores Paulo Paim (PT/SP) e Heloísa Helena (PT/AL) justificaram a não participação.

Agenda Sindical

31/03 - Reunião preparatória dos servidores públicos do Rio para a paralisação do *dia 8 de abril*
Às 18h, no Auditório 13 da Uerj, em Vila Isabel

3 e 4/04 - Reunião do GTPE do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

4/04 - Grande Manifestação do Rio de Janeiro Contra a Guerra
na Candelária, horário ainda indefinido

6/04 - Plenária Nacional Extraordinária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Brasília (DF)

7 a 11/04 - Semana Nacional de Mobilizações dos servidores federais, estaduais e municipais contra o PL-9 que dá início à Reforma da Previdência

7 e 8/04 - 11ª Plenária Social Nacional da Campanha contra a Alca
São Paulo (SP)

8/04 - Dia Nacional de Lutas com paralisação de 24h dos servidores públicos federais contra o PL 9

25 a 27/04 - Congresso Estadual da CUT-RJ
Local indefinido

3 a 7/06 - Congresso Nacional da CUT
São Paulo (SP) - Anhembi

Congresso Estadual da CUT-RJ

Já foram divulgadas as orientações básicas para os congressos estaduais da CUT e também para o 8º Congresso Nacional da central sindical. O CECUT do Rio de Janeiro será realizado entre os dias 25 e 27 de abril, em local ainda a ser definido. Na pauta dos eventos, serão discutidos, além da conjuntura internacional e nacional, o papel da CUT frente ao governo Lula e as reformas (tributária e fiscal, da Previdência, Agrária e Sindical e Trabalhista), entre outros assuntos. Outro ponto importante em debate será a eleição da direção da CUT. Muito se especula na imprensa que o presidente da República estaria influenciando o pleito para eleger um conhecido seu (o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, Luiz Marinho, que chegou a ser cotado para o ministério do Trabalho do novo governo). Dessa forma, Lula estaria facilitando suas ações diante da maior representação de trabalhadores do país. O prazo para a realização das assembléias para eleição de delegados é de 17/03 a 13/04/03 (a assembléia da Adufrj-SSind, com este item, está programada para o dia 9 de abril).

Colegiados

Consuni encaminha eleições indiretas para reitoria

Em sessão ampliada, Colegiados Superiores definem, nesta quinta, dia 3 de abril, se farão ou não consulta à comunidade

Manuella Soares

O DIRETOR DA ADUFRJ-SSIND, JOSÉ SANGLARD, DEFENDE A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA NO CONSUNI

Em sessão extraordinária, na última quinta-feira, dia 27/3, o Conselho Universitário aprovou a constituição de uma 'Comissão Organizadora do Processo Sucessório' para elaborar as regras que definirão as eleições para a reitoria da universidade. A Comissão Organizadora será formada por cinco integrantes do Consuni, dois do conselho de graduação (CEG), dois do conselho de pós-graduação e pesquisa (CEPG), dois representantes técnicos-administrativos e dois representantes dos alunos. Do Consuni, foram eleitos para a Comissão os professores Pedro Lagerblad de Oliveira (CCS), Norma Musco Mendes (CFCH), Carlos Antônio Levi da Conceição (CT), José Ricardo Tauile (CCJE) e Carlos Antônio Kalil Tannus (CLA). A Comissão terá sua primeira reunião nesta terça-feira, 1º de abril, às 14h, na ante-sala do Conselho Universitário. Na quinta-feira, dia 3/4, de acordo com a decisão do colegiado superior, a comissão discutirá o processo eleitoral em sessão extraordinária para a qual serão convidados os integrantes do CEG, CEPG e Conselho de Curadores, colegiados que, nas eleições de 2002, constituíram o Colégio Eleitoral.

Ministro não nomeia *pro tempore*

O reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza, informou, logo no início da sessão, que a exoneração oficial do professor Carlos Lessa do cargo de reitor foi publicada em 24 de março, o que significa que todo o processo eleitoral deve acontecer até dia 24 de maio, cumprindo o prazo de 60 dias estabelecido no estatuto da universidade, no caso da vacância do dirigente. Fracalanzza informou, ainda, que o ministro da Educação, Cristovam Buarque, em resposta à solicitação feita pelo colegiado uma semana antes, não viu a necessidade de nomear um reitor *pro tempore*. O ministro esclareceu em nota distribuída aos conselheiros que o vice-reitor poderia assumir a reitoria durante a vacância do cargo de reitor, conforme prevê o estatuto da universidade. Na sessão anterior, o representante dos técnico-administrativos, Marcílio Lourenço, alertou para o fato de que a universidade tinha que começar a exercer de fato sua autonomia assegurada no artigo 207 da Constituição Federal, dispensando a necessidade de uma "intervenção", mas foi voto vencido.

Cheque em branco

O 1º Tesoureiro da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, se manifestou no colegiado e questionou as atribuições da Comissão Organizadora. Para o diretor da seção sindical, não ficaram definidas as atribuições desta comissão, o que seria "dar um cheque em branco para um conjunto ainda mais restrito de pessoas definir questões que dizem respeito a toda a comunidade". Na discussão ocorrida no colegiado superior, os representantes dos técnico-administrativos e dos estudantes propuseram eleições paritárias e alguns professores do Consuni defenderam eleições com base na 'legislação vigente', conforme matéria na página 5. Para Sanglard, o processo eleitoral na universidade deve ser pautado pela autonomia universitária. O professor apresentou a posição do Sindicato Nacional dos Docentes de defesa da autonomia definida no artigo constitucional 207, lembrando que o Andes-SN defende que o processo de escolha dos dirigentes universitários seja definido e encerrado no âmbito de cada instituição, dispensando qualquer intervenção governamental.

O diretor da seção sindical lembrou aos presentes a intenção do governo Fernando Henrique ao elaborar a Lei 9.192/95 e o decreto presidencial 1.916/96. De acordo com o professor, o governo anterior tinha como meta restringir a autonomia universitária e impor o seu projeto de universidade a partir da escolha dos dirigentes. Sanglard chamou a atenção, ainda, para o fato de o governo anterior, através de uma legislação que colide com a autonomia constitucional, ter promovido em várias instituições vários casos de intervenção. O principal alvo atingido pela legislação foi, para o docente e sindicalista, a UFRJ, com a gestão de José Vilhena no período 1998/2002.

Eleições diretas

O diretor da Adufrj-SSind reivindicou que os representantes da comunidade no Conselho Universitário reflitam sobre a nova conjuntura em que o novo governo federal foi eleito com a proposta da 'mudança'. "Será que seremos nós que vamos nos reprimir, neste momento?", questionou o professor, lembrando que o próprio Consuni e demais colegiados superiores e acadêmicos já se manifestaram contra a legislação vigente que determina que a escolha dos reitores seja feita por um Colégio Eleitoral, com a formação de listas tríplices, delegando a escolha dos dirigentes ao governo federal e, ainda, com uma proporcionalidade de 70% de peso para o voto docente.

Sanglard também lembrou que o governo Lula, através do ministro Cristovam Buarque já deixou claro que respeitará a decisão da comunidade, o que dispensaria qualquer preocupação com o estatuto legalista da eleição. "A UFRJ deve, neste momento, manifestar o que ela entende por autonomia e acho que isto vai muito além do que está posto nesta questão eleitoral", concluiu, alertando para a necessidade de que a comunidade passe a discutir também os projetos apresentados para ela nas candidaturas.

Vice-reitor promete deixar o cargo

Ao divulgar o parecer do ministro, Sérgio Fracalanzza se comprometeu com a sua desincompatibilização do cargo de vice, "assim que houver necessidade para que se cumpram os prazos para que haja eleição para os cargos de reitor e vice-reitor". A decisão do vice-reitor implica na indicação de um dos sub-reitores para o cargo de reitor, assim que o processo eleitoral for oficialmente deflagrado.

Colegiados

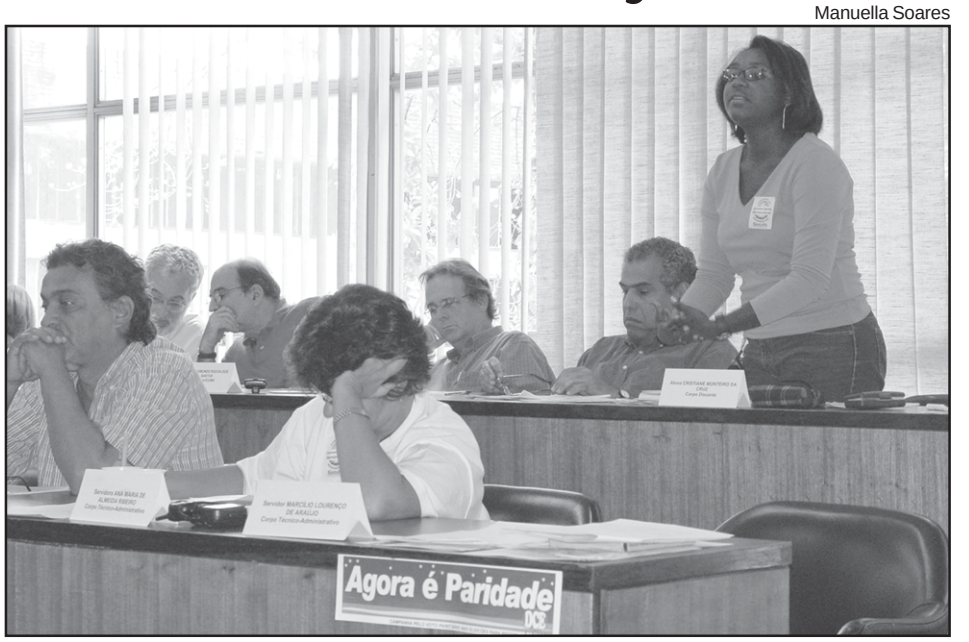
Estudantes e funcionários pedem paridade nas eleições

Devidamente 'adesivados' e segurando cartazes com dizeres em favor de eleições paritárias, os representantes dos técnico-administrativos e dos estudantes de graduação e pós-graduação defenderam, na sessão do Consuni de 27/3, a realização de eleições para a próxima reitoria com o peso de voto igual para os três segmentos: alunos, professores e funcionários. A representante no colegiado, Cristiane Cruz Monteiro, informou que a Associação dos Pós-Graduandos (APG), em assembléia, decidiu apoiar a paridade e se recusou a participar de qualquer comissão eleitoral instalada antes da definição das regras eleitorais. A Adufrj-SSind ainda não definiu, em assembléia da categoria docente, sua posição sobre as regras do processo eleitoral para a escolha da próxima reitoria, mas, historicamente, a seção sindical também tem defendido a paridade entre os segmentos universitários.

A bandeira levantada pelas categorias pode impulsionar a comunidade a assumir o processo ou a pressionar os colegiados superiores para que promovam eleições democráticas na universidade. O próprio ministro da Educação, Cristovam Buarque, já sinalizou que acatará a decisão da comunidade universitária e os representantes das categorias não vêem porque alguns conselheiros insistem em apresentar a seguinte encruzilhada: ou o Consuni realiza eleições formais com base na 'legislação vigente' ou se limita a formalizar o processo, realizando eleições indiretas, também com base na legislação, através de um Colégio Eleitoral (formado pelo Consuni, CEG, CEPG e Conselho de Curadores). A realização de uma 'consulta formal' (com base na legislação vigente) significa que a comunidade participará de eleições onde o resultado será a expressão da proporcionalidade 70/30 para o voto dos docentes. A consulta formal implica, ainda, na definição de listas tríplices para nomeação pelo presidente da República dos professores eleitos para os cargos de reitor e vice em um Colégio Eleitoral com a composição de 70% de professores.

A outra opção, defendida até agora por alguns conselheiros, como a professora Norma Musco (CFCH) e o professor Luiz Antônio Cunha (CFCH), pode desencadear vários resultados. Um deles seria a comunidade, através de outros fóruns (as entidades sindicais e estudantis, por exemplo) realizar as eleições e o Colégio Eleitoral referendar seu resultado (neste caso, o respeito à decisão da comunidade estaria garantido apenas na declaração de intenção dos integrantes deste Colégio).

Manuella Soares



REPRESENTANTE REIVINDICA PARIDADE NAS ELEIÇÕES

Por eleições democráticas

O debate sobre a escolha de dirigentes sempre foi intenso na UFRJ. A comunidade ainda tem fresca na memória a lembrança dos quatro anos de autoritarismo de uma gestão imposta pelo governo Fernando Henrique, com base na 'legislação vigente', passando por cima da vontade de professores, alunos e funcionários, em 1998. Ainda com base na legislação, o ex-reitor José Vilhena se fartou com atitudes intervencionistas nas Unidades (caso da nomeação da diretora da Faculdade de Educação, Speranza França).

No Conselho, a repercussão da defesa da paridade causou polêmica. A representante dos técnicos-administrativos, Ana Maria Ribeiro, esclareceu que os funcionários não querem "empurrar goela abaixo" a proposta da paridade. Segundo a servidora, "99% das Congregações e Conselhos da universidade têm posição (moções ou resoluções) contrárias à esta legislação (lei 9.192/95 e decreto e 1.916/96)". "A história desta universidade é a do diálogo", afirmou a servidora, ressaltando a posição do governo Lula sobre a autonomia universitária, em relação à qual "não cabe o argumento de que a lei manda. Temos outra conjuntura".

"Queremos o debate"

A servidora defendeu, ainda, que as Congregações e outros fóruns da instituição discutam as regras para o processo eleitoral para balizar as decisões dos colegiados superiores. O professor Luiz Antônio Cunha, disse, refletindo a opinião de alguns dos presentes, que o colegiado não poderia "revogar a legislação" e defendeu o respeito à lei e ao decreto. Para o professor, os colegiados teriam apenas a competência de elaborar as listas tríplices. Como alternativa, o professor sugeriu que o Consuni renunciasse à realização da consulta à comunidade. Trocando em miúdos, pela proposta do professor, o colegiado superior abriria mão de promover as eleições e se limitaria a referendar o resultado de alguma consulta que viesse a ser realizada (pelas entidades, por exemplo). Na falta de algum posicionamento via urnas, o Colégio Eleitoral bateria o martelo e indicaria os nomes dos próximos reitor e vice-reitor.

O professor da Faculdade de Educação já havia manifestado sua posição favorável ao cumprimento da legislação em uma sessão especial promovida pelo Conselho Universitário, no auditório Pedro Calmon, no *campus* da Praia Vermelha em setembro de 2002. Nesta sessão, Luiz Antônio debateu o tema autonomia universitária com o ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Hélgio Trindade. Palavras de Hélgio durante o evento: "Essa universidade (UFRJ) sofreu com um dos efeitos mais deletérios da falta de autonomia (em referência à 'legislação vigente'). O ministério (de FHC) tentou quebrar a espinha dorsal da mais importante federal do país e impor a sua concepção de autonomia".

Anote

René Dreyfuss necessita de ajuda

O cientista político René Dreyfuss, autor do livro "1964: a conquista do Estado" e o "Jogo da Direita", entre tantos outros, necessita da ajuda de amigos e admiradores para continuar o tratamento de um tumor no cérebro. Seu estado de saúde é gravíssimo. A família pede doação na conta 260554-8, agência 7475, no Unibanco. René é professor da UFF e da Unicamp. Em abril do ano passado participou de debate na abertura da I Mostra Brasileira de Comunicação Sindical, no auditório da CUT-RJ.

Debate pela paz

Nesta segunda-feira, dia 31, às 19h, o deputado federal Chico Alencar e o deputado estadual Alessandro Molon promovem um debate pela Paz. Em pauta, uma "Análise do impacto da guerra sobre a conjuntura mundial", com Francisco Carlos, professor de História (UFRJ), e Luiz Fernandes, cientista político do IRE (Instituto de Relações Exteriores da PUC/RJ). O evento será na Associação Brasileira de Imprensa, na Rua Araújo Porto Alegre, 71 – Centro

40 anos de IEN

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) abriu, desde o último dia 26, uma exposição sobre os 40 anos do IEN (Instituto de Energia Nuclear). São oito painéis e quatro vitrines que apresentam passagens marcantes da história do Instituto, como a contribuição do instituto ao domínio brasileiro da tecnologia do combustível nuclear e à segurança das usinas de Angra dos Reis. O Mast fica na Rua General Bruce, 586 - São Cristovão - RJ. A exposição vai até o final de abril e as visitas podem ser realizadas às terças, quintas e sextas-feiras, de 10h às 17h; aos sábados (10h às 20h) e aos domingos (16h às 20h).

Fórum recebe ministro do Desenvolvimento Agrário

O Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ retoma suas atividades em 2003 a partir desta quarta-feira, dia 2 de abril, às 11h, com a Aula Magna "Contradições da modernidade no Brasil", proferida pelo escritor e professor emérito Eduardo Portella, no Salão Moniz Aragão. Dentro do Projeto Tribuna Livre, o Fórum realiza uma mesa-redonda sobre a Reforma Agrária, no dia 16 abril, às 17h, no Salão Dourado, com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Soldatelli Rossetto. O Fórum fica no Palácio Universitário da Praia Vermelha. O telefone é: 2295-1595 ramais 113 e 117 e a programação inicial do ano pode ser conferida em "www.forum.ufrj.br.

Previdência

Projeto de Lei 9/99 é só o começo da reforma

Servidores da ativa não devem ficar tão tranqüilos como sugerem os técnicos do governo

Kelvin Melo

DEBATE SOBRE A REFORMA ATRAIU 70 PESSOAS AO AUDITÓRIO DA ESS, EM 21/3

Minar o regime próprio dos servidores até a sua extinção é a armadilha contida do PL 9/99 do governo federal. Essa foi a principal conclusão que marcou mais um debate organizado pela Adufrj-SSind e pela Secretaria Regional Rio de Janeiro do Andes-SN sobre a reforma da Previdência anunciada por Lula e seus ministros. O evento, realizado no último dia 21, no Auditório da Escola de Serviço Social da UFRJ, atraiu cerca de 70 pessoas, algumas delas estudantes ou representantes de sindicatos de fora da universidade.

A defesa da implantação de uma reforma tributária antes da previdenciária coube à diretora da Unafisco Sindical (que congrega os fiscais da Receita Federal), Isabel Vieira. De acordo com ela, a carga tributária sobre o rendimento do assalariado está em torno de pouco mais de 40%. A sindicalista exibiu um gráfico que divide a carga tributária geral no país: uma parte sobre o consumo (que ela considera o mais injusto, pois é quem menos ganha que mais paga); outra é sobre renda (para ela, mais justa, porque pode ser taxada progressivamente); e o último e menor pedaço é o que representa o imposto sobre patrimônio. "Num país onde se concentra renda e patrimônio, não podemos aceitar que esse pedaço corresponda a apenas 4% da arrecadação geral", afirmou.

Isabel informou ainda que a carga tributária no Brasil cresceu de 1994 a 2002 de 29,46% para 35,8%. E quase todo esse crescimento se fez em cima dos trabalhadores. Paralelamente, criticou Isabel, proliferam as isenções sobre as operações de capital. "Enquanto isso, a tabela da pessoa física permanece congelada. Quando se consegue um pequeno reajuste (nas deduções), esse valor também se perde ao longo do tempo. Mas os juros da dívida do país são pagos aos borbotões", afirmou. "Quem paga imposto no país é o trabalhador. Essa é a questão. Temos que exigir a reforma tributária. O Brasil tem que ser sustentado não só pelo Trabalho, mas também pelo Capital", completou.

Isabel Vieira defendeu o superávit do sistema de Seguridade Social, se respeitadas suas fontes constitucionais de receita, e questionou a sonegação fiscal. "O governo, em vez de cobrar, leva o endividado ao Refis (Programa de Recuperação Fiscal)", contou. Ela citou o exemplo da Academia de Tênis de Brasília - um clube da elite do Distrito Federal que tem pagamentos programados ao Refis até o ano de 3700 (é isso mesmo; a reportagem não escreveu errado). E o Refis serve para regularizar débitos com a Fazenda e com o INSS. "O Refis é questão de Previdência, na maior parte, e um pouco de Receita. Para vocês verem como é tratado o recurso do trabalhador", comentou.

Isabel também ressaltou a redução dos valores dos benefícios. "Antes, o teto era de 20 salários mínimos; passou a dez e agora está em 7.8, porque ficou desvinculado do salário. Isso é um calote na previdência do trabalhador", disse, indignada. Isabel disse conhecer pessoas que trabalharam por anos a fio contribuindo sobre o teto de 20 salários e agora recebem bem menos. "Ninguém devolveu nada. E quando a pessoa vai se aposentar, será aplicado um fator previdenciário que vai reduzir ainda mais o salário", observou.

Regime Próprio

Isabel apresentou ainda alguns dados sobre o regime próprio dos servidores. Segundo ela, a despesa total dos servidores da União sofreu um violento descréscimo de 1995 até o ano passado. Os gastos com folha não podem ultrapassar 60% da receita líquida (Lei Camata), mas, em 2002, encontravam-se em 36,7%. "Aqui estão incluídos ativos, aposentados, militares etc", destacou Isabel.

Deputado critica governo

Já o deputado federal João Batista, o Babá (PT-PA), fez uma comparação entre os documentos do governo anterior e o atual. De posse de memorandos do Ministério da Fazenda comandado por Pedro Malan, Babá leu trechos em que o todo poderoso braço direito de FHC na área econômica defendia a reforma da previdência dos servidores para "poupar gastos e ampliar receitas". O atual ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, de acordo com o palestrante, não fugiu desse esquema. Classificado como "radical" pelo governo, Babá citou a carta de intenções ao FMI divulgada em encarte do último jornal da Adufrj como uma prova cabal do que dizia.

Fundos de pensão, não!

Está claro para o deputado que a reforma visa unicamente à privatização do segmento. Babá citou algumas reportagens que demonstraram o que estava dizendo: para o jornal Valor Econômico de janeiro deste ano, apenas o debate em torno da reforma já beneficia as seguradoras privadas. De fato, a Bradesco Vida e Previdência, que é a maior seguradora do país, captou, em janeiro, R$ 490 milhões, o que representa mais 75% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Para quem ainda acredita que os fundos de pensão podem ser uma boa e segura alternativa previdenciária, Babá mostra outra versão. Ele citou casos em que os fundos tiveram perdas súbitas em suas operações no mercado, com resultados imediatos para os filiados ao plano. "O caso mais patético ocorreu com a quebra da Enron, cujas ações perderam completamente o seu valor. A Enron era considerado o sétimo grupo econômico dos EUA e a maior comercializadora de gás e eletricidade daquele país. E 60% dos US$ 2,1 bilhões do fundo de pensão dos empregados da companhia estavam investidos em ações da própria Enron", informou.

Kelvin Melo

ISABEL VIEIRA, JOSÉ MIGUEL, BABÁ E LUCAS

Críticas ao Codes

Babá criticou também a composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado para assessorar o governo Lula e que tem a pretensão de democratizar as decisões governamentais. Na verdade, pela maioria constituída de empresários (41 entre 82 integrantes, enquanto a CUT, por exemplo, tem direito a apenas uma vaga), o Codes nem de longe representa os trabalhadores. E Babá fez questão de frisar este ponto, ao rebater o apoio deste conselho à reforma da Previdência. O deputado listou alguns representantes ligados às grandes companhias e suas respectivas dívidas com a Previdência, como a Companhia Vale do Rio Doce (R$ 392 milhões), Itaú (R$ 380 milhões) e Telefónica (R$ 291 milhões), entre outros. "São todos grandes devedores do INSS. Somados, esses senhores devem R$ 1,393 bilhões. E o Berzoini alega que os servidores são culpados", ironizou. Vale lembrar que, no início de março deste ano, o 22º Congresso do Andes-SN, em Teresina, votou contra a participação de representantes da CUT - à qual o Sindicato é filiado - neste conselho. O objetivo é não legitimar qualquer decisão do Codes pelo movimento sindical.

Ameaça de expulsão do partido

O deputado comentou ainda as ameaças de expulsão que vêm sofrendo pela cúpula do partido, se não votar com o governo. Apesar disso, Babá garantiu que não iria votar contra a classe trabalhadora e trair os 20 anos de militância no PT. "Isso, no mínimo, é um escândalo. Daqui a pouco, posso estar numa comissão de ética do partido por ser ético", observou.

Manipulação dos dados pode aumentar

Último dos palestrantes, o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, deixou um alerta para os servidores que acreditam que o PL 9 não vai afetar os trabalhadores da ativa de hoje. "A partir da aprovação do PL 9, todos os atuais servidores ficam num regime em extinção", explicou. O presidente do Andes-SN fez um comentário para a platéia: "Se hoje (com o sistema superavitário) existe toda essa manipulação de dados, imagine o que vai acontecer, no futuro, para esses servidores que permanecerem com o regime próprio em extinção, que terá cada vez menos arrecadação e mais pagamentos por fazer...", disse Lucas, insinuando que o PL 9 só vai abrir as portas da reforma.

Segundo Lucas, nas audiências que os servidores vêm mantendo com o governo, aparece um discurso contraditório entre a ampliação do superávit primário e a adoção do regime único nivelado pelo teto do INSS (R$ 1.561). Com a eventual aprovação da reforma, a União teria despesas da ordem de R$ 19 bilhões ao longo dos próximos 23 anos (a estimativa é ainda maior para os estados e municípios), segundo matéria do jornal Valor Econômico (28/2). No primeiro ano, para o governo federal, seriam gastos R$ 2,1 bilhões. Essa contradição fez o presidente do Andes-SN observar que a adoção do teto do INSS para os servidores certamente virá acompanhada de outras alterações dentro do regime próprio do funcionalismo. "É absolutamente inviável e irreal pensar que as coisas fiquem apenas na aprovação do PL 9", disse.

Lucas informou ainda sobre o processo de negociação com o novo governo, cuja capacidade de diálogo é reconhecidamente superior a do governo anterior. No entanto, as medidas em estudo anunciadas pelo Ministério da Previdência pressupõem forte mobilização do funcionalismo com a realização de atos, acesso à mídia e apoio aos parlamentares que resistem às propostas governamentais para a área.

Regime único de uma outra forma

Lucas é pessoalmente favorável à adoção de um regime único, desde que o regime mantenha a aposentadoria integral. O professor citou o modelo previdenciário da Europa setentrional que é público e adota a integralidade como um dos seus componentes. Também no último Congresso do Andes-SN, foi aprovada a constituição de um regime único de previdência social cujos princípios foram divulgados no jornal da Adufrj nº 85 (de 17 de março).

Mudança

Anunciado como um dos debatedores no jornal de 17 de março, o professor José Miguel Bendrao Saldanha (do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind) cedeu seu espaço como palestrante para o presidente do Andes-SN, que confirmou sua presença poucos dias antes do debate. Para não prolongar em demasia o tempo de exposição e permitir uma maior participação da platéia, José Miguel tornou-se o mediador do encontro.

Tribuna

Kelvin Melo

Isabel Vieira
Diretora da Unafisco

"Temos que exigir a reforma tributária. O Brasil tem que ser sustentado não só pelo Trabalho, mas também pelo Capital"

Kelvin Melo

Babá
Deputado Federal PT-PA

"Não vou votar contra a classe trabalhadora e trair os 20 anos em que milito no PT"

Guilherme Lassa

Luiz Lucas
Presidente do Andes-SN

"A partir da aprovação do PL 9, todos os atuais servidores ficam num regime em extinção"

Previdência

Platéia critica aspectos da reforma previdenciária

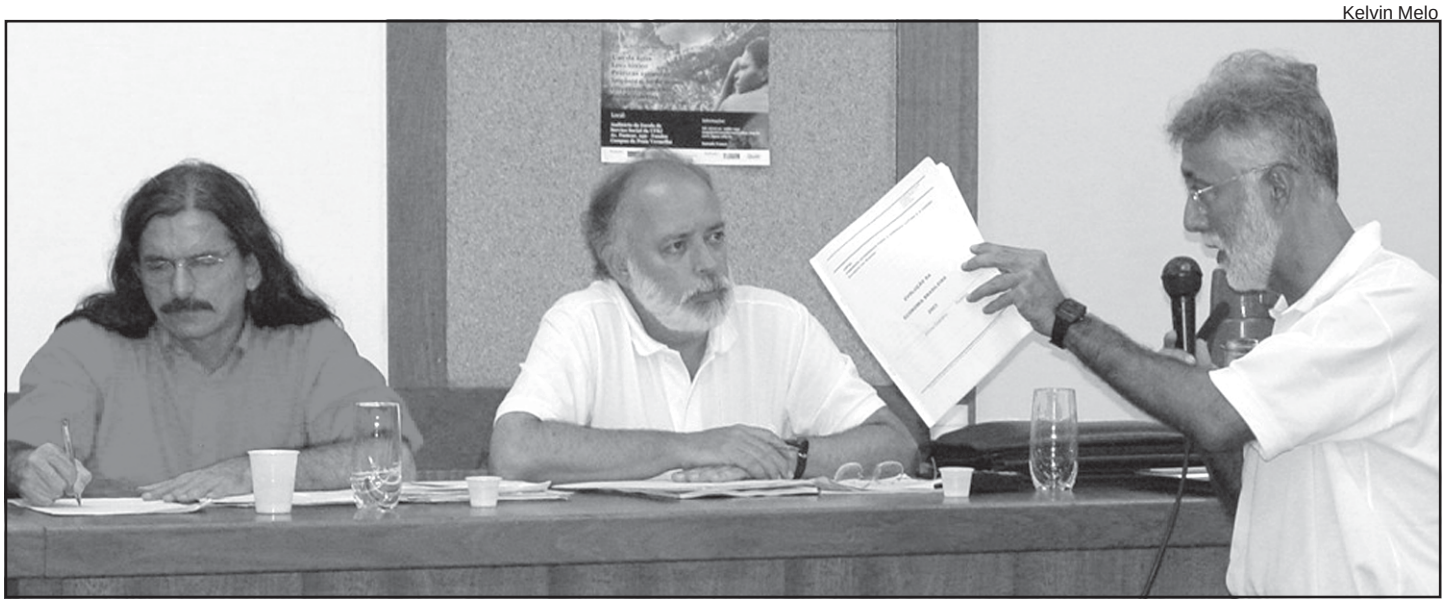
Após a palestra dos convidados, a platéia de cerca de 70 pessoas teve a oportunidade de se manifestar sobre diversos assuntos, como a mobilização dos servidores, a quebra da paridade, a responsabilização do presidente Lula na questão das reformas e a política de Seguridade Social.

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, agradeceu a presença dos palestrantes e falou do esforço da seção sindical em sensibilizar a categoria docente sobre a situação da Seguridade Social, através da realização de debates e da introdução do tema nas reuniões de Conselho de Representantes e nas assembléias. Cleusa acredita que a Universidade possui quadros qualificados para discutir o tema, mas não basta "só a participação no campo teórico; é preciso ação que permita preservar tantos os direitos dos servidores, quanto defender o serviço público, gratuito e de qualidade".

O presidente da Associação de Docentes da Uerj (Asduerj), Jorge Máximo, citou a atual greve dos servidores do estado como mais um reflexo da desresponsabilização dos governos com o serviço público. Ele também lembrou a resistência dos professores e funcionários daquela instituição contra as tentativas de quebra de paridade entre ativos e aposentados. "A cada greve, jogam uma 'isca' para nos separar dos aposentados, dizendo que isso facilitaria o atendimento das reivindicações e nós sempre recusamos", comentou.

A professora da Escola de Serviço Social e integrante do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind, Sara Granemann, lembrou aos presentes o tamanho dos interesses financeiros por trás da previdência complementar. "Em todo o mundo, estima-se que os ativos dos fundos de pensão cheguem a US$ 17 trilhões. Somente nos EUA, são US$ 6 trilhões", contou. A professora informou que, caso o PL 9 seja aprovado, os ativos dos fundos de pensão saltariam de R$ 180 bilhões para R$ 700 bilhões, na estimativa mais "otimista", em apenas nove anos.

Kelvin Melo



REINALDO GONÇALVES DIRIGE PERGUNTA AOS PALESTRANTES

Economista quer responsabilização de Lula

Reinaldo Gonçalves, professor do Instituto de Economia da UFRJ, aproveitou a ocasião para pedir uma maior parceria entre os movimentos sociais, incluindos os conselhos federais profissionais, para fazer frente às reformas e mudar a política econômica do governo Lula. Ele citou recente resolução do Conselho Federal de Economia - do qual faz parte - que solicita a imediata mudança dos rumos da economia nacional. E Reinaldo fez questão de frisar que o Cofecon está longe de ser o órgão de uma categoria progressista. O professor do IE-UFRJ ressaltou ainda que o presidente da República está sendo muito poupado nas críticas. "É 100% irrelevante criticar o FMI e o Banco Mundial. Temos que centrar fogo nos atores políticos importantes. Quem manda no governo é o Lula", afirmou.

Pela Seguridade Social

A professora da Universidade Federal de Pernambuco e pós-doutoranda da UFRJ Ana Elisabete Mota classificou como uma grande armadilha a questão da reforma previdenciária. Para ela, sob o título da reforma da Previdência, está em jogo, na realidade, uma reforma administrativa. "É uma reforma administrativa; é o fim do regime jurídico único e é a fratura da Seguridade Social da Constituição de 1988", disse. Defendeu ainda que a luta deve ser pela Seguridade Social, não contra a Reforma da Previdência.

Ana, vale lembrar, já contribuiu com artigos para a revista Universidade e Sociedade do Andes-SN e também participou do II Encontro de Professores da UFRJ, realizado pela Adufrj-SSind em maio de 2000

As mudanças anunciadas pelo governo

Há muitas idas e vindas no discurso, mas Lula e seus ministros vêm divulgando as seguintes medidas para o funcionalismo na mídia e nos fóruns em que se manifestam:

Projeto de Lei Complementar nº 9/99 - institui o regime de previdência complementar para os futuros servidores da União, estados, Distrito Federal e municípios. As autoridades públicas poderão limitar o pagamento da aposentadoria integral até o limite estabelecido pelo Regime Geral da Previdência Social aos celetistas (hoje, em R$ 1.561). Neste sistema, para conseguir uma aposentadoria de valor superior a esse limite, o servidor deverá contribuir também para um plano de benefícios de uma ou mais entidades fechadas de previdência complementar.

Aumento da idade mínima - para requerer a aposentadoria, a idade mínima do servidor passaria de 53 para 60 anos, no caso dos homens, e de 48 para 55 anos, no caso das mulheres

Prazo de carência - para requerer o benefício, o funcionário precisaria ter 20 anos de serviço público e 10 anos no cargo em que se dá a aposentadoria. Hoje, a carência é de 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo.

Valor da aposentadoria reduzido - o valor da aposentadoria seria equivalente ao do último salário do servidor menos os 11% da contribuição previdenciária. Ou seja, o servidor teria direito ao seu último salário líquido. O secretário especial de Desenvolvimento Econômico e Social do governo, Tarso Genro, defende que tal dispositivo só funcione para os futuros servidores com ganhos acima de R$ 4 mil.

Valor da pensão reduzido - em caso de morte do aposentado, sua viúva ou filho menor de 21 anos passaria a receber o valor da pensão equivalente a 70% da aposentadoria.

Opinião

Reforma da previdência – certo ou errado?

Cláudio Thomás Bornstein*

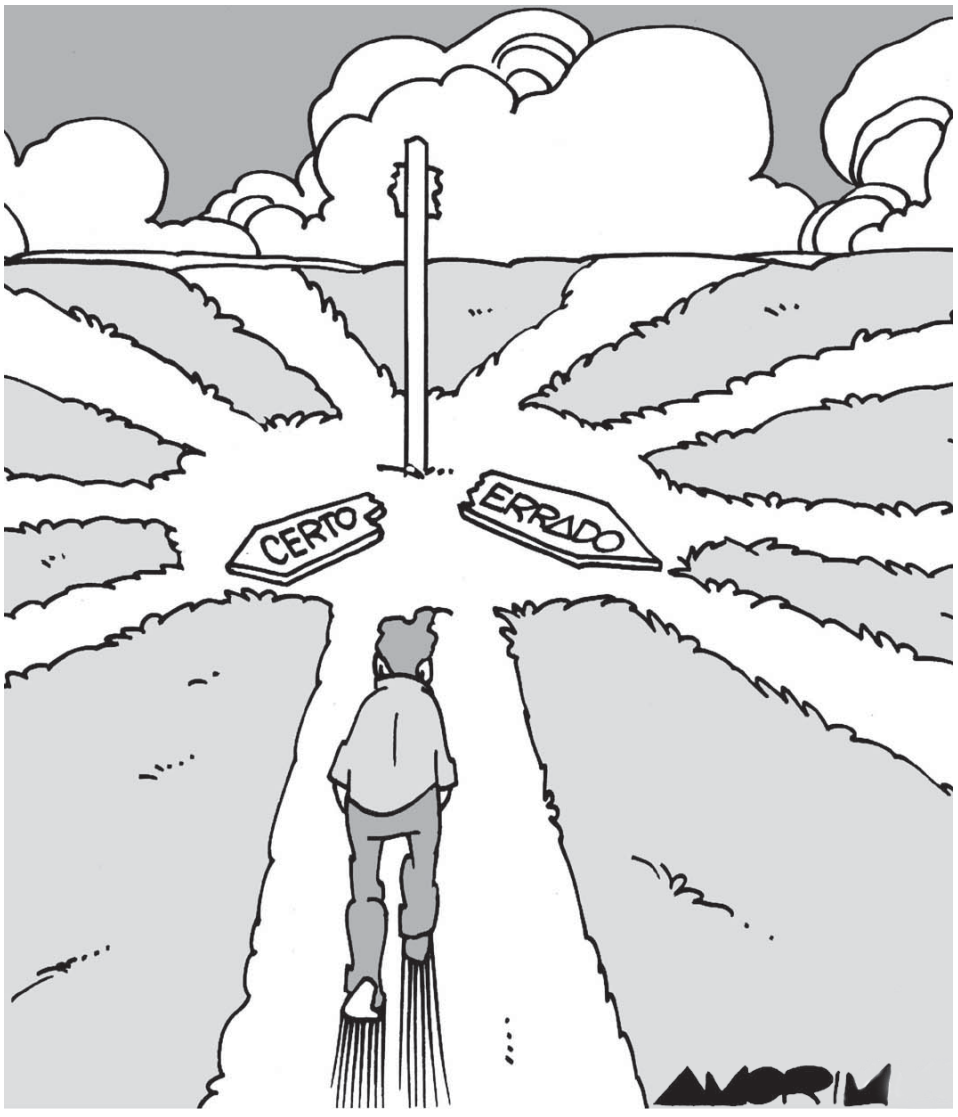
Nos últimos tempos tem aparecido uma série de artigos excelentes no jornal da Adufrj-SSind sobre este tema. Lembro-me de um artigo, por exemplo, que provava em bases atuariais que a contribuição por nós paga é mais do que suficiente para pagar a aposentadoria até uma idade muito mais avançada do que a expectativa de vida do brasileiro, mesmo de brasileiros de classe média. No boletim de 28 de fevereiro, Cesar Benjamim, em artigo extremamente lúcido e ponderado, mostra que o déficit da previdência é, entre outras coisas, muito mais fruto da baixa arrecadação do que da alta despesa.

Acho que estes são talvez os argumentos mais importantes a serem levados à comunidade externa à UFRJ. São argumentos de impacto, simples e concisos e com um respaldo numérico que costuma ser associado à objetividade. Aqui quero apresentar argumentos um pouco diferentes, para uso interno, digamos. Afinal, se desejamos convencer, antes de mais nada, temos que estar convencidos.

A primeira questão que eu gostaria de levantar é a do *certo ou errado*. Por ser questão complexa me vejo impossibilitado de uma análise mais profunda no espaço aqui disponível. Quero no entanto levantar algumas dúvidas na esperança que provoquem reflexão. Será o dualismo certo/errado uma forma correta de avaliarmos uma questão complexa como a reforma da previdência? Feito o balanço receita/despesa se a conta fecha, isto é se a receita é maior que a despesa, então a conta está certa? Será que a questão é simples assim?

Como Cesar Benjamim mostra no artigo já mencionado, a atuação do estado, de forma geral, nem sempre pode ser medida por esta ótica simplista. Pois se fosse, como ficaria o sistema de saúde? E o sistema educacional? E o ensino básico?

No caso em questão, a reforma da previdência, mais especificamente, a aposentadoria integral pode ser vista por uma ótica totalmente diferente. Pode ser vista, por exemplo, como um direito adquirido em uma longa luta do funcionalismo público. Ou, do ponto de vista oposto, tratar-se-ia de um privilégio ao qual outros grupos não têm direito. De qualquer maneira, tudo isto independe da conta feita, do balanço entre receita e despesa



e deste balanço estar certo ou errado.

Privilégio ou direito? Com esta pergunta chegamos mais perto do cerne da questão. Analisemos o problema um pouco mais profundamente. Para mim, por exemplo, privilégio é pagarem 20 a 30% ao ano por dinheiro aplicado a risco zero. Risco zero sim, pois se por acaso a remuneração for ameaçada pela alta cambial, ou seja, se a remuneração for ameaçada pela inflação, trocam os papéis por outros atrelados à variação do dólar. Risco zero também porque os papéis são garantidos pelo governo e o governo é deles, ou melhor, dos seus amigos, quer dizer, mais precisamente, na cabeça do Banco Central que certamente terá papel determinante na formulação de toda e qualquer política alternativa, está um amigo deles. Para mim, privilégio é isto. Para eles, os outros, será direito, direito de receber a justa remuneração pelo dinheiro nada mais que justo.

O que é que no entanto tem a remuneração do capital a ver com a reforma da previdência, questão inicialmente proposta? Tem tudo a ver! Pois o bolo, chamemo-lo de orçamento ou de arrecadação, é um só. Uma fatia do bolo é para a previdência. Outra fatia do bolo (a maior delas) é para a agiotagem. E é claro, existem muitas outras fatias mais.

Visto sob esta ótica, tem sentido ficarmos, numa discussão metafísica, a discutir o tamanho certo da fatia de bolo, se ela corresponde ou não às minhas necessidades, ao meu aporte na construção da grande obra culinária? O gordo banqueiro, velho clichê, acha que a fatia maior é, por direito, a dele. Afinal, tem um vasto corpanzil para alimentar. Já o magro Barnabé, para ficar no clichê, parte do princípio de que como precisa engordar, nada mais justo do que aumentar o seu pedaço.

Gordo ou magro, banqueiro ou funcionário, fatia grande ou pequena, será tudo assim tão relativo? Como enxergar o caminho certo nesta vastidão de pontos de vista? O justo, onde está? Na verdade a explicação para a confusão é simples e um pouco de lógica ajuda a encontrar a saída para o dilema. Pois se consideramos válidos todos os possíveis pontos de vista para uma questão, esta questão se apresentará sob todos os possiveis pontos de vista válidos. É óbvio!

O problema que se coloca é se os diversos pontos de vista têm todos a mesma validade. Se a reposta é sim, há efetivamente pouco a fazer. Caímos no relativismo onde cada um defende o seu.

A expectativa que eu tenho é que não seja assim. Que seja possível convencer a população, ao menos a maioria desta que existe um ponto de vista que lhe é mais propício. Que seja possivel convencer a população que setores monopolistas por definição, como água, esgotos, luz e gás, ou setores dados à formação de grandes conglomerados, oligopólios, como petróleo, energia ou comunicação, ou ainda setores onde seja necessário um planejamento ou um retorno a longo prazo como, por exemplo saúde, previdência e educação, não podem ficar na mão de banqueiros ou associados.

Se for possível convencer a população que educação é importante demais para ficar na mão de um empresário cujo horizonte de planejamento não transcende a próxima assembléia dos acionistas, que se a educação sob a tutela do estado é ruim, pior será sem ela, que há que melhorá-la mas nunca abdicar dela, que a solução é o aprimoramento e não a renúcia ou a desistência, se tudo isto for possivel, também será possível mostrar que privilégios na verdade são direitos e que direitos são privilégios. Que é dificil, com todos os grandes meios de comunicação fazendo coro ao pequeno grupo bem afinado e bem orquestrado, isto é. Mas poucas coisas importantes são fáceis. Que isto nos sirva de consolo.

Para finalizar ainda um adendo. Na história do bolo, existem aqueles, até os bem intencionados, que acham que se é para diminuir a fatia dos funcionários é para aumentar não a dos banqueiros mas sim a dos sem comida, dos sem-terra ou sem-teto. Ora, pura ingenuidade ! Os sem-comida, os sem-terra ou sem-teto o são porque antes de mais nada, são os sem-voz. E sendo sem-voz , são sem direito e sem fatia. Têm sido usados, sim, e não é de hoje, como escudo, como disfarce, como anteparo atrás do quais se escondem os verdadeiros interessados.

*Professor da COPPE/Engenharia de Sistemas e Computação da UFRJ

Opinião

Mongóis Contemporâneos

João Baptista M. Vargens*

Julho de 1979. Os termômetros ultrapassam os 50 graus. Os vendedores de água espalham-se pelas esquinas de Bagdá para refrigerar os que insistem em desafiar o verão causticante. Embora carioca da gema e há um ano resida em Damasco, não me é possível caminhar pela Avenida Abu Nawas, às margens do Tigre, que bafora um vapor insuportável. O jeito é me recolher ao leito do Diana, hotel local, e assistir a uma partida de futebol entre duas equipes nacionais árabes. Hão de convir os leitores, um programa nada atraente para quem é do país tricampeão do mundo.

O Diana abriga funcionários da empresa mineira Mendes Júnior, responsável por diversas obras na área da construção civil e, no momento, constrói uma ferrovia ligando Bagdá à fronteira com a Síria, desbravando o deserto. No hotel, ouve-se português a valer. É muito bom após meses sem conversar, em grupo, na língua materna. Mas o grande acontecimento político é veiculado em bom árabe. Sussurra-se ao pé dos ouvidos, com toda a discrição: "Bakr renunciou. Saddam assumiu o poder". À noite, em rede de rádio e televisão, confirma-se a notícia. O ex-Vice-Presidente faz um comunicado à nação, já investido pelo Partido Baath do cargo de mandatário supremo do país. O povo não se manifesta publicamente. Nas ruas e nas fronteiras alguns militares fardados circulam, todavia o clima é de aparente tranqüilidade.

O Mundo Árabe recebe com satisfação e reservas a informação da ascensão de Saddam. Os governos sírio e iraquiano trocam afagos. Fala-se de uma nova República Árabe Unida. A anterior foi bombardeada pelo acordo de paz firmado pelo Egito e por Israel, com as bênçãos americanas.

O ambiente no Oriente Médio ferve: a guerra civil no Líbano, o eterno drama do povo palestino e a Revolução Iraniana. Os nacionalistas árabes sonham, mais uma vez., com uma união de forças capaz de derrotar o imperialismo americano e a arrogância do invasor sionista.

Os Estados Unidos, amargando a queda da dinastia Pahlavi no Irã, municiam o Iraque, a fim de que seja contida a avalanche islâmica que contagia as populações muçulmanas. Um estopim de pavio curto ronda os fartos poços de petróleo do Golfo Árabe. Saddam faz a opção. Servirá aos interesses de Washington e empreenderá a guerra contra o Irã. Desse modo espera evitar que a onda chiita afogue os países vizinhos. Tem em mente ocupar a liderança do Mundo Árabe, espaço vazio desde a morte de Abdel Gamal Nasser. Mas o tiro sai pela culatra. Milhões de mortos de ambos os lados. Milhões de petrodólares despendidos para financiar o embate, esvaziando os cofres árabes e engordando os bolsos dos fabricantes de armas e dos donos das refinarias.

Mais uma vez a sociedade árabe acorda de um sonho que virou pesadelo. Saddam precisa recuperar o prestígio interno. A oposição cobra-lhe as vidas e os dinares desperdiçados na campanha contra o Irã. Em 1990, mês de agosto, invade o Kuwait com a anuência dos Estados Unidos, consentimento sugerido durante o encontro de autoridades iraquianas com a Embaixadora de Bush em Bagdá. Outra vez Saddam é emboscado, cai na armadilha. Um contingente militar, reunindo forças de 30 países, massacra impiedosamente o Iraque em janeiro de 91, sob os olhares das câmeras da CNN e o testemunho de todo o planeta.

Sanções severas sufocam o povo iraquiano ao longo de 12 anos. O dinar, que valia 5 dólares americanos em julho de 1979, não é sequer aceito no mercado internacional. Milhares de crianças morrem de desnutrição. Tudo isso porque potências econômicas ocidentais, capitaneadas pelos Estados Unidos, querem derrubar sua criatura, Saddam Hussain. Desejam impor no Iraque um governo fantoche que sirva plenamente aos seus interesses. Sabem muito bem americanos e britânicos da fragilidade do poder de monarcas, sultões e emires aliados na região. O 11 de Setembro deu mostra cabal do inconformismo das massas árabes e muçulmanas e de sua capacidade de organização. Sabem muito bem os instauradores da "nova ordem mundial" que Bin Laden reproduz-se progressivamente a cada agressão e, da mesma forma que foram abaixo os símbolos da pujança econômica americana, a qualquer momento poderão ruir as alianças forjadas no Oriente Médio.

Albores de 2003. É a hora do ataque! Chegou o momento do saque, da dominação explícita! Corro os olhos em antigas crônicas árabes escritas há 745 anos. Elas me contam em detalhes a tragédia que assolou Bagdá, devastando a capital cultural do Oriente, a princesa da Mesopotâmia. Relatam as façanhas de Hulagu, irmão do imperador Mongua (1251-1259), que tomou Bagdá em 1258. Falam da pilhagem da cidade e das destruições em massa que duraram 7 dias. Narram sobre as 800 degolações e sobre o assassínio do califa abássida, asfixiado sob os tapetes do palácio. Dizem, também, os textos sobre a marcha para Damasco, após o massacre da Alepo, a famosa Halab, na Síria. A capital foi poupada por ter-se vendido.

Seguiam, assim, as lideranças dos mongóis os ensinamentos de Gengiscão, o filho do céu, fundador do Império Mongólico, que, no leito de morte, teria dito a seus filhos: "Conquistei-vos um império tão extenso que, do seu centro a sua extremidade, vai um ano de caminhada. Somos o instrumento do Céu para instaurar a ordem no universo inteiro. Haverá um único Sol no Céu e um único soberano na Terra."

A arrogância e a prepotência continuam. Gengiscão trocou de nome. O Tigre, com respingos do sangue, segue seu curso. O Eufrates, detentor de mistérios, espreita de seu leito e de seus férteis aluviões, estarrecido, a ação das bestas selvagens, no século XIII, ávidas em dominar a rota da seda e, no século XXI, sedentas do ouro negro.

* Professor Adjunto do Setor de Estudos Árabes da UFRJ.

Opinião

Nota sobre repercussões do artigo *Superior ou maternal: dilema no pátio da Praia Vermelha*

Francisco Ary Fernandes de Medeiros*

Em 16/12/2002 foi publicado artigo de minha autoria *(Superior ou maternal: dilema no pátio da Praia Vermelha)* em que, a partir de alguns fatos observados na Escola de Serviço Social da UFRJ, discorro sobre a necessidade urgente de ações que visem o *melhor preparo daqueles que aceitam ou desejam executar funções gratificadas* na administração da universidade, o que implica conhecimento da legislação pertinente e dos aspectos inerentes à função pretendida. Tal artigo teve repercussão inesperada, pois resultou em compromisso formal da Comissão Diretora da Escola de *averiguação das denúncias* (sic) *e críticas feitas pelo Prof. Ary naquele artigo*, conforme afirma na *Nota de resposta ao artigo de opinião*, publicada no Jornal da Adufrj em 27/01/2003.

Nessa *Nota*, o Conselho Diretor, antecipando as conclusões da comissão de sindicância que se encontrava em fase de providências para sua abertura, emite opiniões e algumas informações parciais sobre fatos objetivos que alteram substantivamente as situações consideradas. Por exemplo, lembra que "*... o comportamento adotado pela coordenação de graduação em relação aos registros de sala de aula foi inclusive objeto de consulta prévia e seguiu orientação do CEG, e foi dirigido apenas ao Prof. Ary ...*". A *Nota* não esclarece, no entanto, que esses "*registros em sala de aula*" referem-se às aulas ministradas no início do período letivo, nos dias imediatamente anteriores ao início da greve dos docentes realizada entre setembro e dezembro de 2001, e que esse "*comportamento adotado pela Coordenação de Graduação*", dirigido "*... apenas ao Prof. Ary ...*", tinha por objetivo fazer computar como presença todas as aulas ministradas naqueles dias, independente de estar o aluno freqüentando ou não a disciplina; tal "*comportamento*" estendeu-se por cerca de um ano, mesmo após ter sido discutido em reunião do Conselho Deliberativo do Departamento de Fundamentos do Serviço Social ao término da greve. Naquela reunião, esclareci sobre a não competência do professor para o abono de falta, na situação considerada, por não ter amparo legal. Lembrei, também nessa oportunidade, que o Comando Nacional de Greve defendia o rigoroso cumprimento do semestre letivo, com reposição de todas as aulas. Portanto, não me omiti em discutir a situação colocada em seus canais competentes. No entanto, após concluído o semestre letivo, a Coordenação de Graduação me encaminhou, para ciência, parecer do CEG em que os membros de uma das suas câmaras esclarecem que as aulas do período que foram ministradas em data anterior ao início da greve dos docentes deveriam ser "contabilizadas". Com base nesse parecer, a Coordenação de Graduação entendeu que esse período deveria ser computado como presença de todos os alunos, inclusive dos que não haviam freqüentado as aulas porque ainda não estavam inscritos, o que foi uma indiscutível interpretação equivocada do texto. O termo "*contabilizar*", nessa situação, significa, naturalmente, considerar o período para a devida apuração e registros. Antecipei, portanto, a adoção das recomendações que vieram a ser emitidas pelo CEG. Além do mais, a orientação dada pela Coordenação de Graduação estava em flagrante desacordo com a legislação e as normas regimentais então em vigor, que consideram a freqüência obrigatória, a ser computada em horas-aula (Lei nº. 9.394, de 23 de dezembro de 1996, art. 47, parag. 3º, e Resolução CEG/CEPG nº 01/99, art. 4º, parag. 3º, e art. 10º); em vista disto, eu estaria impedido de cumprir tal orientação (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 116, IV).

Mas, por outro lado, emergiu um aspecto muito positivo em todo esse *conflito*: a Comissão Diretora afirmou acreditar que "*... críticas e conflitos são elementos saudáveis e necessários à vida social e acadêmica ...*". Não compreendeu, no entanto, que as críticas sobre o funcionamento de uma instituição eventualmente alcançam "*... as instâncias de discussão e deliberação dos diversos níveis institucionais ...*". E, é inquestionável, a transparência na administração da Universidade exige que as situações, onde o uso inadequado da autoridade resulte em bloqueios sobre o fluxo normal das atividades acadêmicas, sejam discutidas com o público interno a fim de viabilizar ações que resultem na solução do impasse. A divulgação de opiniões, desde que baseadas em fatos objetivos, passa então a ser não apenas um direito, mas um dever de cada docente.

Finalmente, é salutar constatar-se que o Jornal da Adufrj vem sendo crescentemente utilizado como um meio para por em foco as mazelas da administração da universidade, o que demonstra a sua adequação como veículo das opiniões dos seus associados. Realmente, após esgotadas as possibilidades por vias administrativas internas e as instâncias deliberativas dos departamentos da unidade, como o foram nas situações por mim comentadas no artigo, ele é um meio adequado para o objetivo de suscitar a discussão dos principais erros, abusos e omissões da administração, a fim de que sejam corrigidos e superados. Isto o demonstra a publicação dos artigos de opinião *A Raiz do Autoritarismo ainda está Viva*, escrito pelo Prof. Fernando Amorim, e *Democracia na universidade pública: um confronto com princípios*, da responsabilidade dos Profs. Maurício L. Aguilar Molina e Waldyr Azevedo Junior; também a adequação do veículo resultou na atenção que o artigo de minha autoria recebeu. Isto mostra, claramente, que o Jornal da ADUFRJ – SS, destinado ao público interno da UFRJ, cumpre a sua vocação no sindicalismo e firma-se como um veículo para a participação democrática dos docentes nos destinos da universidade, o que justifica a divulgação dessas opiniões através dele.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2003.

* Professor da Escola de Serviço Social

Resenha

HESFA será restaurado

O Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA), uma das oito unidades hospitalares da UFRJ, passará por obras de recuperação e restauração. O imóvel, localizado na avenida Presidente Vargas, é tombado pelo patrimônio histórico e será restaurado graças a uma doação de R$ 14 milhões. O anúncio foi feito pela reitoria, no dia 21, de acordo com matéria da Folha Dirigida (25/3).

Projeto amplia privatização dos HUs

Está prevista para este dia 1º de abril a votação do Projeto de Lei nº 449/99, do ex-senador Lúcio Alcântara (filiado ao PSDB), que trata da disponibilização de 25% dos Leitos dos hospitais universtirários para os planos e seguros de saúde. Na justificativa do projeto, o ex-senador argumenta que a remuneração do Sistema Único de Saúde pelos serviços prestados à população é insuficiente. Em vez de propor uma correção da tabela do SUS, Lúcio prefere abrir os HUs à iniciativa privada.

Programa Mobilidade Estudantil

Matéria de 20/03 da Folha Dirigida informa que os reitores das universidades federais assinaram um convênio para a criação do Programa Mobilidade Estudantil. O projeto permite aos universitários estudarem, por um ano, em estabelecimento diferente daquele onde prestaram vestibular. O objetivo é proporcionar aos alunos a vivência em outra comunidade acadêmica e o contato com uma realidade econômica e social diferente da sua. Porém, para ter direito à transferência temporária, os estudantes só podem ter apenas uma reprovação por período letivo e já devem ter concluído todas as disciplinas do primeiro ano, ou dos dois primeiros semestres de seu curso.

IFES não recebem mais duodécimos

De acordo o decreto presidencial nº 4.591, de 10/02 deste ano, o MEC só repassa recursos de custeio e investimentos às instituições federais quando elas informam ao Siafi as despesas liquidadas. São recursos repassados semanalmente, conforme as universidades vão registrando os empenhos (comprometimento de gastos). O MEC repassou este ano (de 2/01 a 20/03) R$ 68.862.560,90 às universidades públicas federais. Antes, prevalecia o sistema de duodécimos, quando todo o orçamento anual das Universidades era dividido pelos doze meses (Jornal da Ciência por e-mail, 25/3). Mesmo com a mudança, a Andifes sustenta que as Universidades federais deixaram de receber do MEC R$ 48 milhões este ano.

UFRJ

Roubo e tiroteio no NESC

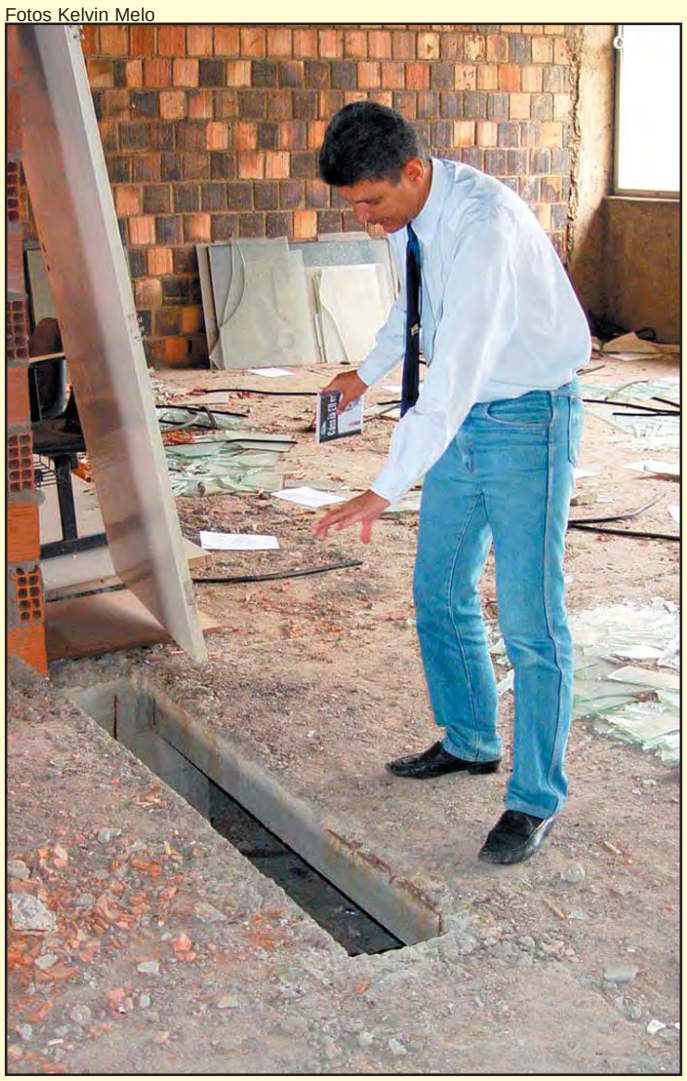
Crescem os roubos de esquadrias e equipamentos no Hospital Universitário

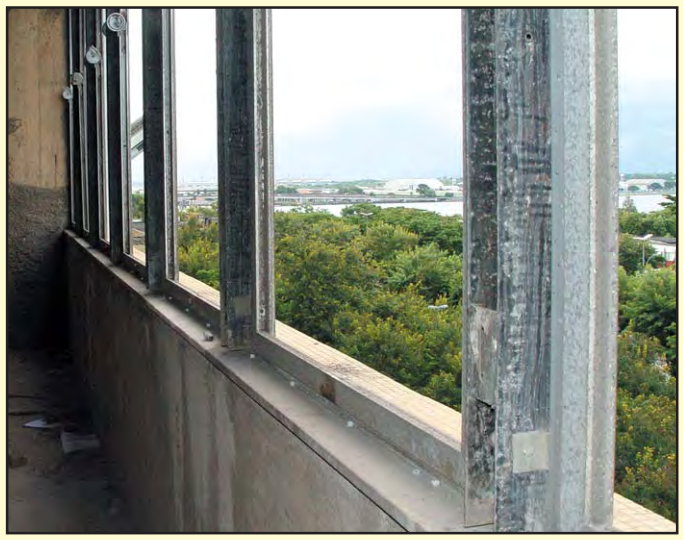
A ousadia dos bandidos parece não ter limite na ilha do Fundão. Um novo capítulo de violência foi escrito na semana que passou quando bandidos roubaram 34 esquadrias de alumínio puro das janelas do Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva (Nesc), no quinto andar do Hospital Universitário. Isso ocorreu na noite do dia 24 de março. Mesmo após divulgação do ocorrido na imprensa, os ladrões não se importaram: voltaram na noite seguinte para completar o roubo de mais esquadrias. Só que, desta vez, a vigilância acabou trocando tiros com os invasores.

O roubo de esquadrias já é tradicional no Hospital Universitário. Na chamada "perna seca" do prédio, já não se encontra mais nada que contenha alumínio. Aos poucos, os bandidos começam a "depenar" a chamada parte habitada.

O diretor do Nesc, Roberto Medronho, estava indignado: "Por sorte, foi fora do expediente. Diariamente, 400 ou 500 pessoas transitam por aqui e eu me sinto o responsável pela integridade física delas", disse. Medronho comunicou o fato a todas as autoridades da universidade e também ligou para os órgãos de imprensa para chamar a atenção da sociedade para o problema. Até porque, segundo ele, a Polícia Federal "não resolve nada". Para o diretor, o governo federal tem que enviar recursos em caráter de urgência para recuperar o estado de Unidades da universidade, como o Nesc.

Fotos Kelvin Melo





NA FOTO MAIOR, O DIRETOR DO NESC APONTA O VÃO POR ONDE OS BANDIDOS PASSARAM AS ESQUADRIAS. OS VIDROS DAS JANELAS DO HOSPITAL SÃO QUEBRADOS E RETIRADOS DAS ESQUADRIAS PARA FACILITAR O ROUBO

Para a conselheira da Adufrj-SSind e professora do Nesc, Regina Barbosa, os roubos remetem ao problema da terceirização de serviços como o de vigilância. Para a professora, a rotatividade dos funcionários das empresas contratadas pode ser uma das causas dos constantes roubos. A professora informou, ainda, que, além das esquadrias, os laboratórios do Hospital Universitário também vêm sofrendo com o furto de equipamentos novos. Outros problemas estruturais também incomodam a comunidade que trabalha e estuda no hospital. Segundo Regina, após o recesso do Carnaval, depois de um período de chuvas, o laboratório de informática do Núcleo ficou fechado uma semana, por conta de alagamento nas salas que também comprometeram os equipamentos do local.

DVST e Instituto de Psiquiatria lançam programa para o trabalhador

No dia 28 de março, com a promoção da Divisão de Saúde do Trabalhador e do Instituto de Psiquiatria, ocorreu o lançamento do "Pólo de Atenção em Saúde Mental do Trabalhador da UFRJ/IPUB-DVST". O evento contou com a participação da presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos.

Vale lembrar que o tema da saúde do trabalhador está na pauta do movimento docente em todos os seus fóruns e, em especial, nos Grupos de Trabalho de Seguridade Social. No eixo de lutas do Andes-SN, foi aprovado como recomendação no 45º Conad, realizado em Belém (PA), em novembro de 2000, que as Seções Sindicais realizem um levantamento da produção científica dos docentes das suas respectivas universidades a fim de alimentar um banco de dados sobre o estudo da questão Trabalho/Saúde. No plano geral de lutas do Sindicato, foi aprovado que as Seções Sindicais "devem se mobilizar para a discussão e a organização de pautas específicas, retratando as demandas expressas por local de trabalho, no que se refere tanto às condições de trabalho e à promoção da saúde do trabalhador quanto a direitos e formas de financiamento e gestão, que precisem ser encaminhadas às administrações de suas respectivas Instituições de Ensino Superior".

Novo telefone da Adufrj-SSind

Um dos números da Adufrj-Seção Sindical (2590-7753) foi substituído por uma linha digital e deixou de existir. Agora, além do 2590-4799 e do 2260-6368, a seção sindical passa a atender também pelo número 3884-0701.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano V nº 63 • 7 de abril de 2003
www.adufrj.org.br

Reunião do Conselho de Representantes

7/04 - segunda-feira
17:30 horas
Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

Pauta:
1) Informes;
2) 11º CECUT (Congresso Estadual da CUT) e 8º CONCUT (Congresso Nacional da CUT);
3) Eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFRJ;
4) Paralisação das Atividades 08/04/03;
5) Assuntos Gerais.

As reuniões do CR são abertas a todos os sindicalizados. Participe!

Dia Nacional de Luta contra o PL 9/99

Os professores da UFRJ vão parar suas atividades neste dia 8 de abril

Participe da passeata da Candelária à Cinelândia, às 16h, e diga não à reforma previdenciária anunciada pelo governo. A mobilização é a garantia da preservação dos seus direitos.

Assembléia Geral

9/4 - quarta-feira
13:30 - horas
Auditório G-122 Coppe/CT

Pauta:
1) Informes;
2) Teses e eleição de delegados para o 11º CECUT (Congresso Estadual da CUT) e 8º CONCUT (Congresso Nacional da CUT);
3) Eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFRJ;
4) Reforma da Previdência;
5) Assuntos Gerais.

Reunião do GT Política Educacional da Adufrj-SSind

10/04 - quinta-feira
9h30 às 12h
Escola de Serviço Social
Pauta: Agenda Nacional

Conferência sobre Previdência Social e Fundos de Pensão

7/04 - segunda-feira 16h

Prof. Ricardo Bellofiore
(diretor do Departamento de Ciências Econômicas da Università degli Studi di Bergamo – ITA)

Auditório da Escola de Serviço Social Campus da Praia Vermelha

Assembléia aprova paralisação de 24 horas no dia 8

Contra a tramitação do PL 9/99, servidores fazem advertência ao governo

Reunidos em assembléia no dia 3, os professores votaram a favor da paralisação de 24 horas na UFRJ para esta terça-feira (8 de abril). A atividade - que está sendo organizada em todo o país pelos servidores estaduais, federais e municipais - é uma advertência ao governo contra a tramitação do Projeto de Lei nº 9/99, que institui a previdência complementar para o funcionalismo. No Rio de Janeiro, está prevista uma passeata da Candelária à Cinelândia, às 16h.

A Adufrj-SSind vai distribuir uma nota esclarecedora (veja nesta página), baseada em documento já elaborado na Aduff-SSind (Seção Sindical da UFF), dos motivos da paralisação. Além do correio eletrônico, os docentes poderão ter acesso ao material em uma panfletagem que está sendo programada para a véspera da paralisação nos diversos campi, no dia 7. Quem estiver interessado também pode solicitar à seção sindical o texto explicativo para distribuir em suas respectivas Unidades (e isso não vale só para a paralisação).

Continua na página 2

O Projeto de Reforma da Previdência do Governo Federal

1 - O que é o PL nº 09/99?

É o projeto de lei que regulamenta o que está previsto na Emenda Constitucional 20 (aprovada em 98), que institui a possibilidade de previdência complementar. Se aprovado, o PL 09/99 acaba com a integralidade das aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais, estaduais e municipais e privatiza a previdência porque permite a criação de fundos de pensão.

2 - Os efeitos da aprovação do projeto irão atingir os trabalhadores da ativa?

O que está posto é para os novos trabalhadores do serviço público. Porém, o governo já informou que a reforma da previdência não se esgota na regulamentação do PL 09/99. Além do mais, o projeto ainda poderá ser alterado no Senado e o governo entende que só possuem direito adquirido os trabalhadores que completarem o seu tempo para se aposentar na data de aprovação do Projeto de Lei.

3 - Quais são os pontos da reforma da previdência propostos pelo governo?

O Ministro da Previdência Social informou aos parlamentares da Comissão de Seguridade Social que a proposta do governo contém os seguintes itens:
- aumento da carência do tempo no serviço e na função, respectivamente de cinco para dez anos e de dez para vinte anos;
- proporcionalidade das pensões, com redução das pensões das filhas de militares;
- elevação da idade mínima para se aposentar;
- o salário do trabalhador aposentado e do pensionista deverá ter o mesmo valor do salário líquido dos trabalhadores da ativa;
- aprovação do PL 09/99.

4 - Qual a situação do PL hoje?

Foi aprovado na Câmara Federal e a votação final está obstruída por 3 destaques: 1 do PDT, 1 do PT e 1 do PSB/PC do B.

O PDT e o PC do B já tomaram decisão nos seus fóruns de não retirar os destaques. Os destaques referem-se à constituição do Fundo de Pensão por contribuição definida e/ou benefício definido que, respectivamente, definem só o valor da contribuição e/ou só o valor do benefício. Caso os destaques sejam retirados, o PL é remetido automaticamente ao Senado para aprovação e, em seguida, para sanção presidencial.

5 - Quais as conseqüências imediatas do PL 9/99?

a) 26% da força de trabalho dos Servidores Públicos, em todo o país, pedirão aposentadoria; a gravidade destes números torna-se ainda maior quando assistimos ao desmonte do Estado e a não realização de concursos para contratação de mão-de-obra capaz de substituir os aposentados.

b) Os servidores públicos (federais, estaduais e municipais) com direitos já conquistados farão parte de um regime em extinção. Neste, com a progressiva ausência de recursos para o pagamento das aposentadorias, o número de aposentados crescerá e não haverá trabalhadores na ativa para contribuírem com os recursos para o pagamento solidário da aposentadoria de quem já trabalhou, pois os novos contribuiriam para a previdência complementar (Fundos de Pensão).

c) Com as contra-reformas operadas na Constituição - especialmente com a Emenda Constitucional nº 20 e a nova redação do artigo 40 - a previdência deverá ser de caráter contributivo e buscará equilíbrio financeiro e atuarial. Assim, a 'saúde' de suas contas será de responsabilidade de seus participantes; e seus benefícios e a lógica da solidariedade entre os trabalhadores serão substituídos por aquela lógica contábil, na qual a proteção social é também transformada em mercadoria. Ademais, abrem-se precedentes sérios para que os 'superávit', quando existirem, prestem-se a outros fins, por exemplo, podendo servir ao pagamento de serviços da dívida.

Nota baseada em material da Aduff-SSind e do Sintuff

Continuação da capa

Mobilização precisa se intensificar

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, acredita que a maioria dos docentes ainda não se conscientizou sobre as conseqüências da reforma previdenciária. "Por maiores que tenham sido os nossos esforços", disse, referindo-se às várias atividades promovidas pela seção sindical, pela Secretaria da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN e pelos integrantes do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind desde que o assunto surgiu no noticiário do governo. Para ela, é preciso fazer um "denso trabalho" de mobilização nas Unidades da UFRJ para trazer mais professores para os debates e atos realizados pelas entidades sindicais.

A 3ª secretária do Andes-SN e professora do CAp-UFRJ, Cristina Miranda, também afirmou que é necessário ampliar cada vez mais as informações a respeito da reforma previdenciária. Segundo Cristina, os professores que se informam um pouco mais sobre as conseqüências do PL 9 ficam indignados, mas ainda é preciso transformar essa revolta em participação nas atividades dos servidores. Neste momento, o coordenador do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind, professor José Miguel, também pôs os integrantes do grupo à disposição dos organizadores da paralisação para a possível realização de palestras neste dia 8.

Já para a 1ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, Janete Luzia, o problema não é a desinformação. "A questão é muito polêmica", comentou. De acordo com Janete, além do panfleto voltado para a paralisação do dia 8, seria importante fazer um trabalho de esclarecimento ponto a ponto da reforma, através de mensagens eletrônicas curtas, para facilitar o entendimento da categoria.

Paralisação será nacional

A decisão da assembléia da Adufrj-Ssind reforça o encaminhamento da última plenária dos servidores públicos federais, que indicou o dia 8 como o Dia Nacional de Mobilização contra o PL 9. Para a possível greve, em caso de tramitação do projeto no Congresso Nacional, já existe um número significativo de seções sindicais do Andes-SN dispostas ao enfrentamento com a reforma previdenciária: até o dia 1º de abril, de 20 SSinds que realizaram assembléias e responderam à consulta do Sindicato, 19 aprovaram o indicativo de greve e houve apenas uma SSind contrária.

Anote

EEFD completa 64 anos

A Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) da UFRJ completa 64 anos no próximo dia 17 de abril. A EEFD vai oferecer um conjunto de eventos relacionados à pesquisa, ensino e extensão e convida toda a comunidade para troca de informações sobre novos conhecimentos. As comemorações se iniciam já nesta segunda-feira, dia 7, com uma cerimônia de abertura no Auditório do Quinhentão, a partir das 8h30, seguida de várias mesas redondas. Haverá outras atividades na própria escola e no Fórum de Ciência e Cultura, no *campus* da Praia Vermelha, até o dia 29 deste mês.

Adufrj-SSind

AG reafirma autonomia e propõe paridade para eleições da UFRJ

Os professores na AG de 3 de abril também discutiram o processo eleitoral da UFRJ. Por unanimidade, foi aprovado que a autonomia universitária presente no artigo 207 da Constituição Federal deve ser respeitada. Isso significa dizer que os docentes da assembléia rejeitaram qualquer legislação inferior ao texto constitucional como os decretos do governo FHC que tratam da escolha de dirigentes universitários, com estabelecimentos de listas tríplices e decisão final do presidente da República. Foi destacado em várias intervenções que o próprio ministro da Educação, Cristovam Buarque, quer remover essa legislação infraconstitucional e liberar os processos sucessórios nas universidades.

Com apenas um voto contrário e uma abstenção, a assembléia também deliberou que a paridade entre os segmentos representativos da UFRJ (um terço para estudantes, um terço para técnico-administrativos e um terço para docentes) deve ser um dos princípios do processo eleitoral.

Outra decisão da AG sobre as eleições da UFRJ disse respeito à condução do processo: preferencialmente, a comissão organizadora criada no Conselho Universitário deve assumir esta tarefa. Se os princípios de autonomia e paridade votados anteriormente não forem preservados, os movimentos organizados devem se encarregar das eleições.

Assunto continua pautado nas AGs seguintes

Pelo detalhamento que o processo exige, o tema das eleições da UFRJ será continuamente pautado nas próximas assembléias da Adufrj-SSind.

Decisão foi levada ao Consuni

Aproveitando a reunião simultânea do Conselho Universitário que discutia o tema, as posições da Adufrj-SSind sobre as eleições foram transmitidas àquele colegiado pela presidente Cleusa Santos, que se deslocou até o prédio da reitoria (leia matéria na página 4).

Cartas

Prezado Editor,

Ao lermos o último número do nosso jornal, na seção Colegiados, observamos que assuntos relevantes tratados na última reunião do Consuni não forem sequer mencionados e outros que mereceram destaque na reportagem não foram apresentados de forma correta, são eles : 1- No expediente foi informado que em reunião própria os professores eméritos aprovaram moção contra a invasão do Iraque, 2- foi aprovada por aclamação Moção do Conselho Universitário contra a citada invasão 3- O conselho agasalhou recurso de professora do ICB para pós doutorado no exterior, negado inicialmente na sua unidade e na gestão anterior ao prof Lessa, 4- a aprovação de uma comissão para organizar o processo eleitoral sem definir as suas funções ,antes de ouvir em reunião conjunta os demais colegiados superiores, foi deliberada e com o intuito de ampliar a discussão e ganhando com isto mais espaço para os centros e unidades se manifestem, portanto não há cheque em branco na verdade a discussão de fundo não se estabeleceu. Na ocasião logo após a fala do representante da ADUFRJ, Prof Sanglard, como autores da proposta lhe esclarecemos, mas ao que parece não foi suficiente.

Com a finalidade de melhor informar aos leitores e fazer justiça às decisões do Colegiado solicitamos a publicação desta carta no local pertinente.

Saudações universitárias

Alexandre Pinto Cardoso
Representante dos Adjuntos do CCS

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Cursos noturnos do Fundão param por falta de segurança

Coordenação da licenciatura noturna dos cursos de Física e Química suspendem atividades

O coordenador da Licenciatura noturna do curso de Física, Artur Chaves, comunicou ao Conselho de Ensino de Graduação, na sessão de 2/4, a paralisação dos cursos noturnos de sua Unidade e do Instituto de Química. O coordenador pediu apoio do colegiado para o que chamou de greve pedagógica. A paralisação aprovada pelos professores, estudantes e funcionários dos dois cursos foi motivada, segundo ele, pela falta de segurança no *campus*. Após vários incidentes nas áreas e estacionamentos do Centro de Tecnologia e de outros prédios da Cidade Universitária, os professores e funcionários que trabalham nos cursos noturnos da Física e da Química decidiram que não há condições de trabalho para continuarem suas atividades.

A coordenadora da licenciatura do curso noturno de Biologia, que trabalha no Centro de Ciências da Saúde, ao lado do Hospital Universitário, disse o trabalho não será paralisado na sua Unidade, apesar de reconhecer que o medo da comunidade é grande em relação à segurança. De acordo com a professora, os professores da Biologia entendem que a questão da segurança é um problema vivido, atualmente, por todos os moradores da cidade do Rio de Janeiro. "Não vamos criar pânico neste *campus*", disse aos representantes do CEG, pedindo que fosse reivindicado do governo federal as garantias para o funcionamento dos cursos noturnos na universidade.

O vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, solicitou que o CEG, "como um colegiado superior da UFRJ, responsável pelo ensino de graduação, não só reafirme e garanta o funcionamento do ensino noturno como se empenhe para que mais Unidades abram cursos noturnos na Ilha do Fundão, pois só o aumento da presença de alunos, professores e funcionários neste horário melhoraria a segurança. Desta forma, a universidade pública estaria atendendo àqueles que trabalham durante o dia e só podem estudar à noite", comentou. Para o diretor da seção sindical, "todas as greves realizadas nas universidades são greves que têm também como objetivo a formação dos estudantes, pois mostra que os direitos de cidadania devem ser conquistados na luta coletiva". Para o dirigente, a greve nas licenciaturas noturnas é institucional. "Esta greve é institucional, já que foi encaminhada pela coordenação das licenciaturas, mas o CEG tem que garantir a existência destes cursos", comentou o professor.

A representante do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, professora Maria Lúcia Patitucci, propôs a paralisação de todos os cursos do Centro, independente de serem noturnos. Para ela, os docentes dos cursos diurnos deveriam ser solidários e paralisar também. Para Maria Lúcia, ao tratar do problema dos cursos noturnos isoladamente, o colegiado pode acabar contribuindo para criar dois tipos de universidade: a noturna e a diurna.

Estudantes apóiam paralisação

A representante dos estudantes da Física Ana Camile disse que os alunos apóiam integralmente a paralisação dos professores e funcionários. Para a representante dos professores do Centro de Ciências da Saúde Ana Maria Borralho, a UFRJ deveria realizar um ato público convidando a imprensa para expor as necessidades da universidade para manter a segurança nos *campi*. Para a professora, refletindo a opinião da maioria que se manifestou, medidas emergenciais de iluminação e policiamento deveriam ser tomadas. Já o representante do Centro de Tecnologia, professor Antônio Cláudio, disse que o colegiado, por ser um órgão normativo, não poderia se posicionar a favor de uma paralisação, fossem quais fossem os motivos. O professor também defendeu a necessidade de maior iluminação e mais transporte no *campus*. O professor sugeriu a recuperação da vias de circulação e paradas de ônibus tais como eram antes da ligação entre as linhas Vermelha e Amarela e antes da 'reurbanização' iniciada por Vilhena, há dois anos atrás, que resultou no fechamento de vias de circulação importantes entre os prédios, como entre o CT e o CCMN e o Hospital Universitário e o CCS.

Ao final do debate, que contou com a presença do vice-reitor e reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza, o CEG aprovou uma moção afirmando apoio às reivindicações dos cursos noturnos pela segurança no Fundão e encaminhando solicitação para que a reitoria, na próxima sessão do colegiado, apresente um plano de segurança para o *campus*.

Vice-reitor diz que medidas já estão sendo tomadas

Sérgio Fracalanzza pediu calma aos conselheiros. Segundo o dirigente, a universidade conta, atualmente, com apenas 170 vigilantes do seu quadro permanente, dos quais 100 estão "desviados de função". "Não há como trazê-los de volta. Muitos hoje são copeiros, garçons, auxiliar de escritório, entre ouras funções", relatou. Ao todo, a vigilância particular tem 300 homens circulando na universidade, o que custa, segundo o vice-reitor, para a universidade R$ 5 milhões por ano, "de um orçamento total para custeio de R$ 36 milhões", comentou.

Fracalanzza anunciou que a reitoria está em contato com a Secretaria de Segurança Nacional e já conseguiu que a Polícia Federal instalasse no Fundão um posto avançado para realizar investigações sobre furtos e roubos acontecidos no *campus*.

O dirigente disse, ainda, que a Prefeitura concordou em participar de um projeto para a melhoria da iluminação e do transporte na Cidade Universitária.

Resenha

Só isso?

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, informou que o governo deve anunciar nesta semana o valor do reajuste dos vencimentos dos servidores públicos. Nem o aumento linear estaria garantido. Estudos do governo apontam índices entre 2,5% e 4%. Os SPF pedem uma reposição salarial emergencial de 46,95%, de acordo com matéria do Jornal do Commercio (4/4).

Corrida às aposentadorias

Na UFRJ, o número de aposentadorias concedidas para professores neste ano até o dia 28 de março era de 69. Além disso, outros 34 pedidos estavam sendo analisados pela universidade. Os números já são superiores ao do mesmo período no ano passado, com 52 aposentadorias. Se continuar neste ritmo, o total pode ultrapassar as 211 aposentadorias de 1995, quando Fernando Henrique começou a discutir mudanças na Previdência, segundo a Folha de SP (30/3).

Agenda Sindical

7 a 11/04 - Semana Nacional de Mobilizações dos servidores federais, estaduais e municipais contra o PL-9 que dá início à Reforma da Previdência

7 e 8/04 - 11ª Plenária Social Nacional da Campanha contra a Alca
São Paulo (SP)

8/04 - Dia Nacional de Luta com paralisação de 24h dos servidores públicos federais contra o PL 9

09/4 - Reunião dos representantes dos GTSS das Seções Sindicais do Rio
Sede da Asduerj, a partir das 18h

10/4 - Audiência do Andes-SN com o Secretário da SESu/MEC
Brasília (DF)

15/4 - Reunião do GTSS da Adufrj-SSind
Escola de Serviço Social, às 15h30

25 a 27/04 - Congresso Estadual da CUT-RJ

21 a 23/5 - IX Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria Do Andes-SN
Brasília (DF), no Auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal
Local indefinido

3 a 7/06 - Congresso Nacional da CUT
São Paulo (SP) - Anhembi

Colegiados

Conselhos Superiores vão realizar eleições indiretas para reitor e vice-reitor

Eleições para a reitoria serão definidas no Colégio Eleitoral

Após intenso debate, integrantes do Conselho Universitário aprovaram com apenas uma abstenção, na sessão de 3 de abril, a realização de uma pesquisa para saber quem serão os escolhidos pela comunidade universitária para a reitoria nos próximos quatro anos. A diferença da pesquisa para a consulta é tênue do ponto de vista semântico, mas fundamental para os que defendem a 'legalidade' do processo e as eleições indiretas. Ao optar por uma pesquisa 'formal', o Consuni decidiu que o Colégio Eleitoral, do qual faz parte junto com os Conselhos de Ensino de Graduação (CEG) e para Graduados (CEPG) e Conselho de Curadores, é quem define a eleição para os cargos de reitor e vice-reitor em sessão especial. Nesta sessão serão montadas as listas tríplices para a escolha de um dos nomes pelo presidente da República, com base na proporcionalidade de 70% para o peso dos votos para os docentes.

Mesmo com o fato de o ministro da Educação, Cristovam Buarque, já ter decidido encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei que põe fim às listas, a maioria dos representantes da comunidade nos órgãos superiores ainda tem medo da lei e do decreto lei infra-constitucionais do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que determinam a formação do Colégio Eleitoral e as eleições indiretas.

O ministro da Educação já manifestou publicamente, em diversas ocasiões, que defende a autonomia universitária garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal e que cada instituição, autonomamente, realize seu processo de escolha de dirigentes, sem a ingerência do governo. Esta é, aliás, a posição do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN). Na Assembléia Geral da Adufrj-SSind, ocorrida na mesma manhã do Consuni, os professores aprovaram que são favoráveis a que o processo de escolha dos dirigentes aconteça com base na autonomia universitária (constitucional e não na legislação vigente) e que as eleições sejam paritárias para as categorias docente, dos estudantes e dos técnico-administrativos. Isto significa que todos os segmentos têm o mesmo peso na contabilidade dos resultados.

A assembléia da seção sindical também aprovou que, se a pesquisa for paritária, o processo deve ser conduzido pela Comissão Organizadora configurada na sessão de 27 de março. Caso os colegiados não aprovem a realização de eleições paritárias (agora definidas como 'pesquisa formal'), a Adufrj-SSind poderá, junto com as demais entidades representativas (DCE, Sintufrj e APG), promover eleições com a paridade entre os segmentos. A AG aprovou também que o Consuni não deliberasse na sessão do dia 3/4 e remetesse as proposats apresentadas para as normas eleitorasi para ampla discussão nos Centros e Unidades.

Próxima sessão definirá as normas

O Consuni aprovou, ainda, que a Comissão Organizadora do Processo Sucessório (definida na sessão de 27/3) deverá apresentar na reunião conjunta dos colegiados superiores nesta quinta-feira, dia 10, um proposta de regimento para todo o processo eleitoral para a eleição, agora restrita ao Colégio Eleitoral. A comissão deverá apresentar, em separado, uma proposta de regimento para a pesquisa 'formal'. Ficou decidido, ainda, que os integrantes de todos os conselhos que formam o Colégio Eleitoral (Consuni, CEG. CEPG e Conselho de Curadores) terão voto na decisão das normas da eleição no Colégio e da pesquisa.

Pelo teor do debate na última sessão do colegiado a discussão sobre o caráter da tal pesquisa ainda promete grandes polêmicas. Para o representante dos professores do Centro de Ciências da Saúde no CEPG, Nelson Souza e Silva, a pesquisa não diz nada. "Pesquisa não é eleição de reitor, não significa nada", questionou o professor sobre a legitimidade do processo encaminhado pelo Consuni. Para o conselheiro, a decisão sobre o processo eleitoral ainda deve acontecer em uma sessão ampliada com a presença de todos os conselheiros dos colegiados. Nelson, que já foi candidato a reitor em 1994, reclamou da pequena participação dos representantes dos colegiados acadêmicos na sessão conjunta que definiu a pesquisa.

Eleições indiretas

O resultado da pesquisa 'formal' a ser encaminhada pelos colegiados superiores, ainda que expresse a vontade de todas as categorias - docentes, discentes e técnico-administrativos - de forma partiária, não necessariamente será seguido pelo Colégio Eleitoral. A opção por acatar a vontade da comunidade para a composição das listas será de foro íntimo de cada conselheiro. Vai valer a responsabilidade de cada conselheiro com seus representados ou a pressão que cada segmento fará com os seus representantes.

Conselheiros deverão ouvir seus representados sobre normas para a pesquisa

Para que os conselheiros nos órgãos colegiados (CEG, CEPG e Consuni) tenham mais tempo para 'ouvir' a opinião de seus representados, o Consuni decidiu não definir, na última sessão, as normas da pesquisa. No caso das bancadas dos estudantes e funcionários, os conselheiros já manifestaram que vão seguir a decisão de suas categorias e encaminharão como norma para a pesquisa 'formal' a votação paritária entre os segmentos.

A divisão sobre as normas para a escolha dos dirigentes acontece entre os próprios docentes. Apesar de a Assembléia da Adufrj-SSind ter aprovado eleições paritárias, há os que defendem que o voto do professor tem que ter um peso maior no processo. E é justamente a discussão entre a legalidade e a legitimidade que, na opinião dos representantes discentes e de funcionários, vem mascarando o debate de fundo sobre a proporcionalidade dos votos na definição dos resultados da eleição.

Alguns docentes já se decidiram pelo apoio à proporcionalidade estabelecida na lei do governo anterior: 70% de peso para a categoria docente. O manifesto pelo percentual veio dos professores Adjuntos do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza e foi lido pela representante no Consuni, Lilia Irmeli. Segundo a conselheira, 50 professores do Centro assinaram o manifesto, mas no documento não havia nenhuma assinatura ou listagem de nomes. A professora do CCMN e representante no CEG, Maria Lúcia Patitucci, que participou da Assembléia da Adufrj-SSind disse não ter assinado a nota e defendeu a paridade entre os segmentos.

Professor defende paridade

Um dos que defendem a paridade, o representante do CCS no Consuni e ex-reitor da universidade, Alexandre Cardoso, considera que a pesquisa deve ser feita pelos colegiados e reconhece a "liderança histórica" dos docentes na produção de conhecimento. Para o professor, no entanto, no momento de definir os rumos da instituição, professores e funcionários "se irmanam" e a diferença do saber entre as categorias é "tênue em se tratando da construção do saber e da gestão da universidade". "A categoria 'estudantes' não é transitória. Inúmeros autores das nossas publicações são alunos", disse o conselheiro, para quem a discussão da proporcionalidade é secundária diante do debate de propostas das candidaturas. Alexandre diz defender a posição de seu Centro, e também a de toda a categoria docente expressada na decisão da Assembléia da Adufrj-SSind, pela paridade.

O representante dos Titulares do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Ricardo Tauile, defendeu um meio termo entre a paridade e a proporcionalidade 70/30. O professor disse acreditar que o confronto entre o percentual maior para os docentes e a paridade não vai acelerar o processo de democratização das eleições na universidade. Tauile, expressando a opinião de parte da categoria docente, defende uma proporcionalidade de 50% para os votos docentes, 25% para estudantes e 25% para funcionários. A fórmula, menos aviltante para os demais segmentos, foi utilizada nas eleições de 1994 e 1998, quando foram nomeados o ex-reitor Paulo Alcântara (o mais votado) e José Vilhena (o terceiro votado na pesquisa entre a comunidade).

Consuni pede revogação do decreto de FHC

Para garantir que no processo de eleição indireta no Colégio Eleitoral não apareça nenhum nome entre os seis que comporão as duas listas, para reitor e vice, que não sejam da chapa eleita para a reitoria, o Consuni aprovou uma solicitação ao Ministério da Educação para que encaminhe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o pedido de revogação do decreto-lei 1.916/96. O decreto assinado pelo ex-presidente Fernando Henrique determina a votação uninominal e em escrutínio único, em votação secreta, o que deu margem à inclusão do nome de Vilhena na lista de 1998.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 88 • 14 de abril de 2003

Reunião do GTSS da Adufrj-SSind

15/4 - terça-feira
15h30 horas
Escola de Serviço Social
Pauta:

1) Reforma da previdência
a) A luta contra a aprovação do PLP 9/99.
b) Ciclo de debates "Conversando sobre a Previdência".
c) Atividades na UFRJ.
d) Atividades conjuntas com outras entidades.
e) Publicações do GTSS.
f) Próximo Encontro Nacional.
2) Outras atividades do GTSS
a) Caderno sobre Saúde do Professor.
b) Comunicação do GTSS.

Obs: o relatório da reunião realizada em 1º de abril está sendo produzido e será divulgado em breve.

Servidores terão reajuste de 1%
Página 2

AG da Adufrj-SSind defende autonomia e discussão ampla nas eleições internas
Página 3

Conselhos superiores aprovam normas para o Colégio Eleitoral
Páginas 4 e 5

Colégio de Aplicação debate reforma previdenciária
Página 7

Economista italiano analisa fundos de pensão na Europa
Página 9

Guilherme Lessa

CERCA DE DOIS MIL MANIFESTANTES PARTICIPARAM DA PASSEATA DO DIA 8 DE ABRIL

Reforma traz prejuízos para servidores

Governo apresenta reforma previdenciária e anuncia aumento irrisório

Até o fechamento desta edição (em 11/04), o governo federal informava que iria enviar a reforma da Previdência para análise do Congresso Nacional nesta semana. Apesar de um pretenso diálogo com as entidades sindicais, as propostas anunciadas para a área previdenciária não se desviaram um milímetro daquilo que já vinha sendo cogitado desde governos passados e divulgado nos jornais da Adufrj-SSind: retirar direitos do funcionalismo. E, como se não bastasse o bombardeio contra a previdência pública, o governo anunciou ainda um aumento irrisório de 1% (leia matéria na página 2), que só fez aumentar a insatisfação de todas as categorias.

Para fazer frente à ameaça sobre seu regime próprio, os servidores já começaram a mobilização. Milhares de servidores foram às ruas em todo o país no dia 8 de abril, em protesto organizado pela Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais (CNESF) - Dia de Luta e Paralisação contra o PLP 09/99. O projeto de lei regulamenta a criação da previdência complementar e, conseqüentemente, dos fundos de pensão dentro do serviço público. No Rio de Janeiro, houve uma passeata do funcionalismo da Candelária até a Cinelândia.

Continua na página 6

Nosso Bolso

Servidores terão reajuste de 1%

Índice é muito inferior ao reivindicado na Campanha Salarial 2003 (46,95%, emergencial)

Os servidores federais terão reajustes salariais de 1% a 13,23%, de acordo com documento divulgado pelo Ministério do Planejamento na semana passada. O reajuste mínimo de 1% atingirá cerca de 133 mil dos 1.247.985 servidores federais (10,65%); entre 1,81% e 13,23%, serão "beneficiados" 1.108.511 (88,9% dos servidores); enquanto cerca de 828.700 (75%) perceberão índices que oscilarão entre 4% e 13,23%. A idéia central do governo foi conceder reajustes maiores aos servidores que tiveram menores aumentos nos últimos cinco anos e às categorias com menor remuneração no Poder Executivo.

O mecanismo utilizado foi o seguinte: 1% linear para todos os servidores, mais uma gratificação fixa de R$ 59,87, que será concedida apenas aos funcionários civis do Executivo a partir de maio. O pagamento será feito no início de junho, retroativo a janeiro. Esta política aplica-se aos ativos, aposentados e pensionistas.

Dando como exemplo um professor de magistério de 1º e 2º graus, com dedicação exclusiva, com mestrado, da classe A, e com nível 1, GID máxima de 80 pontos, sem ganhos judiciais (como o Plano Verão) e sem anuênios: hoje, ele recebe R$ 1.960,90. Com o 1% linear, mais a gratificação fixa, passará a perceber R$ 2.040,38. Nas mesmas condições, mas sendo titular da carreira de 1º e 2º graus: passará de R$ 3.785,27 para R$ 3.882,99.

Outro exemplo: um professor de magistério superior, com mestrado, dedicação exclusiva, da classe auxiliar e do nível 1, GED de 140 pontos, sem ganhos judiciais (como o Plano Verão) e sem anuênios. Hoje, ele recebe R$ 1.901,50. Com o 1% linear, mais a gratificação fixa, passará a perceber R$ 1.980,39. Nas mesmas condições, mas sendo titular da carreira de 3º grau: passará de R$ 4.015,35 para R$ 4.115,37.

A reação dos servidores

O reajuste de 1% anunciado, no entanto, está muito aquém do percentual reivindicado na Campanha Salarial de 2003 (índice emergencial de 46,95%), o que causou indignação nos dirigentes sindicais.

Nesta quarta-feira, dia 16, às 14h, uma mesa de negociação entre servidores e governo se reúne novamente no Ministério do Planejamento. A Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais deverá realizar uma Plenária Nacional dos SPF no dia 29 de abril para decidir suas próximas atividades.

Movimento

Professores paulistas em greve

Desde o dia 2 de abril, os professores da Universidade Metodista de Piracicaba, em São Paulo, estão em greve por melhores salários e condições de trabalho, entre outras reivindicações. Os docentes reivindicam 16,42% de reposição das perdas salariais, mas a entidade mantenedora da universidade (o Instituto Educacional Piracicabano) só aceita conceder um índice de 5,5%.

Em função desta proposta da direção-geral do IEP, os professores decidiram continuar a greve em uma assembléia realizada no dia 8 de abril, com 113 votos favoráveis. A negociação está sendo conduzida pela Adunimep, que é uma das seções sindicais do Andes-SN. Até o fechamento desta edição, a data da próxima AG local não estava definida. Através de uma comissão, a Adunimep pretende reforçar a mobilização entre os professores, alunos, pais de alunos e a imprensa.

Os professores lutam, ainda, pela ampliação da democracia interna. Curiosamente, em um manifesto público dos professores da Unimep, foi listado um motivo para a greve que serviria para muitas universidades federais por aí: "(...) Os reflexos da crescente centralização de poderes alija a academia de espaços de decisões acadêmicas-administrativas imprescindíveis para a realização do nosso projeto de universidade (...)".

FME 2004 fica em Porto Alegre

A terceira edição do Fórum Mundial de Educação (FME) permanecerá em Porto Alegre, de acordo com nota da assessoria de imprensa do evento. A escolha do local foi feita semana passada, na reunião do Comitê de Organização, com representantes de entidades nacionais e internacionais da área. A data para a realização também foi definida. A próxima edição acontece de 29 a 31 de julho de 2004. Moacir Gadotti, diretor do Instituto Paulo Freire e membro do Comitê de Organização, explica que a definição por Porto Alegre foi estratégica, visto que o Congresso da Internacional da Educação será de 24 a 29 de julho na capital gaúcha. "A Internacional tem representação em 189 países e deverá reunir 2 mil delegados".

Durante a reunião, o Comitê de Organização também reafirmou que o FME irá construir uma rede mundial permanente de mobilização em defesa da educação pública e gratuita para que todas as pessoas do mundo tenham acesso ao conhecimento. A nova estruturação do FME será planejada por cinco comissões: Temática, Relações Internacionais, Comunicação, Finanças e Organização. Constituídas pelas entidades que participam da organização desde a 1ª edição do FME, as comissões irão elaborar o panejamento organizativo e estrutural da atuação do FME no mundo.

Agenda Sindical

***15/4 - Reunião do* GTSS da Adufrj-SSind**
Escola de Serviço Social, às 15h30
16/04 - Reunião dos Servidores Públicos Federais
Sede da CUT-RJ, na Av. Pres. Vargas, 502/15° andar, Centro, às 18h.
Pauta: Avaliação do Ato do dia 08/04 e próximas atividades
25 a 27/04 - Congresso Estadual da CUT-RJ
Faculdade de Direito da UFF (a confirmar)
26 e 27/4 - Reunião do Conselho Deliberativo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
São Paulo (SP)
21 a 23/5 - IX Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN
Brasília (DF), no Auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal
Local indefinido
3 a 7/06 - Congresso Nacional da CUT
São Paulo (SP) - Anhembi

Cartas

PL 09

Parabéns pelo excepcional esclarecimento, a todos nós, das estretégias destinadas a prejudicar os servidores públicos através do PL 09. Parabéns,
Prof. Sérgio de Souza Brasil

Anote

Próxima edição da "Universidade e Sociedade"

O encarregado de Imprensa e Divulgação do Andes-SN, Antonio José Vale da Costa, enviou circular às seções sindicais no último dia 7 para falar da próxima edição da revista "Universidade e Sociedade". A publicação terá dois temas centrais: "Políticas de Financiamento da Educação" e "Seguridade Social: o Desmonte e o Descaso". O diretor do Sindicato esclarece que os artigos devem ser enviados para o Andes-SN até o dia 20 de maio deste ano. Ele solicita, ainda, que os autores apresentem um texto-síntese do trabalho (15 a 20 linhas) para divulgação na página do Andes-SN.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Adufrj-SSind

Autonomia e discussão ampla

AG da Adufrj-SSind reivindica prazos amplos para permitir debate de propostas dos candidatos a reitor

Prazos amplos para inscrição de candidatos às eleições para reitor e vice-reitor, divulgação e debate de propostas, realização de dois turnos (se necessário) e encaminhamento do candidato eleito ao MEC para nomeação final. Essas foram as propostas aprovadas na Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada em 9 de abril, que reafirmou o princípio da autonomia universitária para a organização do pleito institucional. De acordo com os professores presentes, a administração da UFRJ tem o direito de "assumir integralmente a responsabilidade pelo processo" garantido pela Constituição Federal.

De acordo com o 1º vice-presidente da seção sindical, Luciano Menezes, o momento vivido pela UFRJ é muito semelhante ao da realização das primeiras eleições para reitor, que culminou com a vitória do professor Horácio de Macedo (década de 80). "Claro que a conjuntura de mobilização era outra, mas, diante das falas do ministro, é hora de repetir aquele processo", disse, referindo-se à postura de Cristovam Buarque de facultar a cada insituição a liberdade para escolher seus dirigentes. "No Consuni, está predominando um discurso legalista e parece que vamos ter um simulacro de eleição", completou.

A 3ª secretária do Andes-SN e professora do CAp-UFRJ, Cristina Miranda, que acompanhou a penúltima reunião do Conselho Universitário, disse ter ficado "impactada" com a fala dos conselheiros. "Acredito que a gente deveria chamar uma reunião das entidades representativas da UFRJ (DCE, APG, Adufrj-SSind e Sintufrj) para discutir o processo", observou. A diretoria da seção sindical afirmou que ainda não foi possível realizar essa reunião, embora já tenha sido agendada e posteriormente desmarcada por duas vezes.

Conselheiro da Adufrj-SSind e professor do Instituto de Química, o professor Milton Roedel fez uma intervenção contrária à participação das entidades no processo eleitoral. Segundo ele, "movimento sindical é movimento sindical e academia é academia". "Sempre participei do movimento sindical, mas nós estamos dentro de uma instituição que deve ser norteada pelos professores, sim", comentou.

O professor José Miguel, da Escola de Engenharia, discordou deste ponto de vista. Segundo ele, as entidades devem se mobilizar para defender a Universidade, "e não a academia". José Miguel pôs em dúvida a capacidade de os professores dirigirem a instituição e atribuiu à categoria alguns dos problemas existentes na UFRJ. Ele criticou ainda as eleições para o Conselho Universitário, que não considera democráticas. "Os alunos e funcionários fazem uma eleição mais democrática. Já os professores fazem eleições que a gente nem fica sabendo", disse.

Reforma da Previdência

A novidade da discussão na Assembléia em relação a este ponto de pauta foi a notícia do recuo do governo em votar o PL 9/99 agora e agregá-lo ao conjunto da reforma da Previdência. Muitas falas frisaram que a resistência deve continuar e a mobilização deve ser estimulada. O 1º Tesoureiro da Adufrj-SSind, José Sanglard, assim como os demais integrantes da diretoria, reafirmou a necessidade de se realizar mais reuniões nas Unidades para debater o assunto com os demais docentes, a exemplo do que ocorreu no Colégio da Aplicação no dia 8 de abril (veja matéria na página 7). A presidente da seção sindical, Cleusa Santos, também lembrou a necessidade de realizar um debate sobre Seguridade Social com a presença de representantes do PT e das centrais sindicais (especialmente a CUT), com o apoio do Andes-SN. Esta proposta foi encaminhada na reunião do Setor das Federais, em 11 e 12 de janeiro, nos seguintes termos: "Promover debate na UFRJ sobre a Reforma da Previdência, convidando os presidentes do Andes-SN, da CUT, da Força Sindical e Direção Nacional do PT, tendo a Adufrj como mediadora". Também nesta reunião de Setor, os delegados da Adufrj-SSind encaminharam proposta de realização de uma reunião nacional sobre previdência social no Piauí, onde o Congresso do Sindicato ocorreria alguns meses depois . A seção sindical da universidade federal daquele estado acabou produzindo o evento em março e convidou a auditora fiscal Clemilce Sanfim (que também participou de palestra da Adufrj-SSind no fim de janeiro). Sanglard sugeriu, ainda, que fosse realizado um próximo debate na UFRJ sobre os regimes único e próprio para Previdência Social.

Foram vistas com preocupação pelos professores as propostas surgidas em alguns setores do sindicalismo para a criação de fundos de pensão públicos, em suposta oposição ao PL 9 (que abre espaço para os chamados fundos de pensão privados). "É inaceitável. Uma previdência que se diz pública não pode funcionar pelo regime de capitalização; ela deve ser acessível a todos. Aprovar isso é o mesmo que votar o PL 9", disse a professora Sara Granemann, da Escola de Serviço Social e integrante do GTSS da Adufrj-SSind.

Eleição para congressos da CUT

A AG de 9/4 elegeu os representantes da Adufrj-SSind ao 11º Congresso Estadual da CUT (25 a 27 de abril, em local ainda indefinido) e ao 8º Congresso Nacional (Concut), em São Paulo, de 3 a 7 de junho. Para o evento nacional, serão delegadas as professoras Janete Luzia (ESS) e Cristina Miranda (CAp). Para o evento estadual, além de Janete e Cristina, irão os professores José Miguel Bendrao (Escola de Engenharia), Walcyr de Oliveira Barros (EEAN), Roberto Leher (Faculdade de Educação), Sara Granemann (ESS) e Leila Rodrigues (IFCS). Os professores Sara e Walcyr serão, ainda, suplentes dos delegados ao Concut.

Durante a discussão sobre este tema, Cleusa Santos destacou que a CUT tem legitimidade para representar os trabalhadores, mas encontra-se distante dos seus interesses. "A CUT tornou-se uma aristocracia dos operários", comentou. Apesar de reconhecer as dificuldades de mobilização, a professora fez questão de dizer que "temos que nos fortalecer enquanto classe". A possível eleição do metalúrgico Luiz Marinho, amigo pessoal de Lula, para a presidência da CUT - o Concut é uma instância eleitoral - foi classificada como "uma intervenção sem precedentes na história da Central", de acordo com a professora Sara Granemann.

Os professores da assembléia fizeram uma discussão dos pontos principais a serem avaliados pelos congressos e aprovaram alguns princípios que devem ser defendidos pelos delegados da Adufrj-SSind (veja quadro nesta página). Muitos temas já haviam sido debatidos e deliberados recentemente no 22º Congresso do Andes-SN, realizado em Teresina, no início de março.

Princípios aprovados na AG de 9 de abril para os congressos estadual e nacional da CUT:

1) Rejeitar qualquer alternativa à Previdência Social - seja Previdência Complementar Aberta ou Fechada ou como Fundo de Pensão "Público" - por capitalização. Afirmar, ao mesmo tempo e de modo intransigente, a Previdência Pública e por repartição para o conjunto dos trabalhadores do país.

2) Reafirmar os princípios aprovados no 22º Congresso do Andes-SN para a construção de um Regime Único de Previdência Social Pública para os trabalhadores do serviço público e privado. São eles: que o Andes-SN intensifique a pressão sobre os parlamentares e empreenda ações locais e nacionais com o objetivo de defender um Regime Único de Previdência Social Pública para os trabalhadores dos setores público e privado, com base nos seguintes pressupostos: a) integração com as políticas de saúde e assistência social; b) incorporação de todos os trabalhadores no Regime Único; c) "gestão pública, democrática e transparente dos recursos da Seguridade Social, com a participação majoritária dos trabalhadores ativos e aposentados"; d) custeio coberto pelas contribuições dos trabalhadores e seus empregadores, pela receita de impostos e contribuições, especialmente as incidentes sobre ganhos de capital; e) integralidade dos vencimentos no momento da aposentadoria, com teto igual ao maior salário do serviço público, nos termos da Constituição Federal; f) paridade de proventos entre trabalhadores ativos e aposentados com as mesmas características funcionais ou reajuste dos benefícios de acordo com o índice geral de salários, garantindo um mecanismo de proteção contra a inflação; g) extinção do Fator Previdenciário atualmente em vigor no Regime Geral da Previdência Social (RGPS); h) restabelecimento do tempo de serviço como critério para concessão do benefício de aposentadoria, em substituição ao tempo de contribuição atualmente em vigor para todo o sistema previdenciário"; i) restabelecimento do tempo de serviço desvinculado de idade mínima para a concessão do benefício de aposentadoria aos servidores públicos; j) garantia de regras especiais para concessão de aposentadorias para trabalhadores em condições especiais; k) garantia da não-contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas.

3) Que a CUT reafirme os princípios de autonomia, de sindicalismo classista, independente em relação ao governo, aos partidos políticos e aos patrões, presentes na fundação da Central Única dos Trabalhadores.

4) Reivindicar que os representantes da CUT se retirem do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

5) Não à ALCA e à OMC. Por um plebiscito oficial sobre a ALCA e pela retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA.

6) Combater a ofensiva capitalista contra os trabalhadores do mundo todo e a ofensiva neoliberal encabeçada por entidades como FMI, Banco Mundial e OMC inspiradas pelo Consenso de Washington e o Fórum de Davos, intensificando as lutas contra o pagamento da dívida externa e os tratados de livre comércio que operam medidas econômicas e sociais responsáveis pela exploração dos trabalhadores e a promoção da miséria em larga escala em nosso país, e fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital.

Colegiados

Conselhos superiores aprovam normas para o Colégio Eleitoral

Eleições indiretas serão precedidas de pesquisa junto à comunidade para a escolha do reitor e vice-reitor

Manuella Soares

A REUNIÃO NÃO CONTOU COM A PRESENÇA DE TODOS OS INTEGRANTES DOS COLEGIADOS

Em sessão extraordinária, no dia 10/4, o Conselho Universitário, junto dos conselhos de Ensino de Graduação (CEG), para Graduados (CEPG) e de Curadores, aprovou as normas para a eleição da próxima reitoria no Colégio Eleitoral, formado por estes fóruns. As normas da pesquisa serão definidas nesta terça-feira, 15/4, em outra reunião extraordinária. A Comissão Organizadora do Processo Sucessório apresentou para os conselheiros uma proposta para regulamentar todo o processo e, à parte, uma proposta para regulamentar a pesquisa que inclui a definição, entre outros itens, da ponderação dos votos entre as categorias de docentes, estudantes e técnico-administrativos.

Novamente o debate sobre as normas eleitorais foi pautado pela legislação vigente e não pela autonomia universitária garantida no artigo 207 da Constituição Federal. A lei 9.192/95 e, principalmente, o decreto presidencial 1.916/96 (assinado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso) que determinam a eleição indireta possibilitaram, em 1998, a nomeação do segundo menos votado na consulta realizada pelo Consuni junto à comunidade. Na ocasião, o eleito, professor Aloisio Teixeira, não pode assumir a direção da universidade em função de uma articulação de 'notáveis' da própria instituição com o então ministro tucano Paulo Renato. O resultado, todos lembram, foram os quatro anos de intervenção da gestão Vilhena.

O diretor da Adufrj-SSind José Henrique Sanglard lamentou que os conselhos ainda se pautassem pela legalidade. "Lamento que o Conselho Universitário não assuma sua autonomia. Não existe meia autonomia, nem meia legalidade. Ou se assume a legalidade completamente (fazendo referência ao fato de a comissão organizadora ter apresentado a data de 12 de junho para a realização do pleito, já que o prazo, pela legislação vigente, seria até 25 de maio), ou se assume, de fato, a autonomia. Parece que, para exercermos a democracia, é preciso seguir uma legislação autoritária".

O professor questionou a opção dos conselhos pela eleição indireta e informou que o Andes-SN encaminhou ao MEC um documento explicitando a posição do movimento docente nacional sobre o processo de escolha de dirigentes nas instituições. O Sindicato Nacional defende que o processo se encerre na própria instituição (sem a necessidade das listas para a escolha final do governo) e que as eleições sejam, no mínimo, paritárias entre as categorias. O documento foi distribuído pelo diretor aos conselheiros (veja texto em quadro na página ao lado).

Posição da Adufrj-SSind

O dirigente da seção sindical anunciou também a posição dos docentes aprovada na Assembléia Geral do dia 9/4. A AG aprovou, por unanimidade, que, de acordo com a autonomia que lhe confere a Constituição Federal, a UFRJ deve assumir integralmente a responsabilidade pelo processo de eleição do reitor, estabelecendo prazos amplos para inscrição de candidatos, divulgação e debate de propostas e realização de dois turnos, se necessário, e encaminhando, ao final do processo, o nome do candidato eleito ao MEC para nomeação. "A paridade tem a ver com a responsabilização de todos os segmentos, docentes, estudantes e funcionários, com a instituição. A quem interessa que a UFRJ não assuma sua autonomia? Queremos que a comunidade assuma sua responsabilidade com a condução da universidade", questionou Sanglard.

Votação no Colégio Eleitoral deverá ser dia 12 de junho

Pela resolução aprovada pelos quatro conselhos superiores, a eleição para os cargos de reitor e vice será realizada no dia 12 de junho. A data prevê a realização de dois turnos na pesquisa eleitoral cujo regulamento ficou para ser discutido e aprovado na terça-feira, dia 15/4. A data apresentada pela comissão organizadora extrapola os 60 dias do prazo para realização das eleições estabelecido na legislação questionada pelos movimentos universitários e até mesmo pelo atual ministro da Educação, Cristovam Buarque. O ministro já declarou diversas vezes seu total apoio à autonomia das instituições de ensino e que respeitará a decisão da comunidade sobre os seus dirigentes internos. Cristovam já se pronunciou contrário à legislação vigente e prepara, no bojo de outras medidas para a Educação, a revogação do decreto e uma legislação que devolve a autonomia às instituições.

Quanto à data, os colegiados superiores acertaram que, no caso de haver dois turnos na pesquisa, o Consuni solicitará ao MEC a prorrogação 'legal' deste prazo. Mais uma vez, os colegiados recorrerão ao expediente de subordinação ao governo e não buscam exercer a autonomia constitucional da universidade em relação ao estado.

Eleição no Colégio Eleitoral

A resolução dos colegiados sobre as eleições, pautada pela legislação vigente, prevê a organização de listas tríplices, em sessão especial conjunta, devendo cada lista ser formada pelos três primeiros nomes mais votados. Se, até lá, o governo federal abolir o decreto que estabelece a votação uninominal em escrutínio único, os conselheiros poderão reabrir a discussão de como será a votação no Colégio Eleitoral. Para Sanglard, esta pespectiva abre a possibilidade de mudanças de regras com o processo em andamento.

Foi aprovada, ainda, a composição de uma comissão eleitoral de sete conselheiros dos quatro colegiados, sendo cinco docentes, um discente e um técnico-administrativo. Os nomes deverão ser aprovados na sessão extraordinária de 15 de abril. A comissão deverá receber as inscrições dos candidatos, organizar a votação, apurar os votos e apresentar os resultados da apuração. Pela resolução, podem ser candidatos todos os docentes da UFRJ, da ativa, titulares, adjunto 4 ou que sejam portadores do título de doutor, independente do nível ou da classe do cargo ocupado.

A pesquisa

Na resolução, foi aprovada a realização de uma pesquisa para o candidato que "apresente a maior legitimidade" para a comunidade. Vale lembrar que a pesquisa não é o processo de consulta formal cuja realização, segundo a legislação vigente, é facultada ao Consuni. A pesquisa é organi-

Colegiados

Sobre o processo de escolha de dirigentes o ANDES-SN defende que:

a) O reitor e o vice-reitor devem ser escolhidos mediante eleições diretas e secretas, com a participação, no mínimo paritária, de todos os docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, encerrando-se o processo de eleição no âmbito da instituição;

b) Os conselhos superiores acadêmicos devem ser responsáveis pela organização das eleições de dirigentes, a partir de critérios democraticamente estabelecidos pela comunidade acadêmica declarando o eleito, empossando-o e comunicando a posse às autoridades competentes;

c) O mandato de reitor e de vice-reitor deve ser de quatro anos, não sendo permitida a recondução;

d) A posse do reitor e vice-reitor eleitos dar-se-á imediatamente após o término do mandato do reitor e vice-reitor em exercício;

e) O diretor e vice-diretor de unidades acadêmicas devem ser nomeados pelo reitor, após eleição direta e secreta, realizada em cada unidade, com participação, no mínimo paritária, de todos os docentes, alunos e servidores técnico-administrativos;

f) O diretor e vice-diretor (dirigentes máximos) de estabelecimento isolado de ensino superior e CEFET devem ser escolhidos mediante eleição direta e secreta, com a participação, no mínimo paritária, de todos os alunos, docentes e servidores técnico-administrativos;

g) O mandato de diretor e de vice-diretor de estabelecimento isolado ou unidade acadêmica deve ser de quatro anos, não sendo permitida a recondução;

h) As eleições para escolha de reitor e vice-reitor, bem como diretor e vice-diretor de estabelecimento isolado de ensino superior e CEFET ou unidade acadêmica, deverão efetuar-se até 60 (sessenta) dias antes de esgotar-se o mandato do antecessor, ou dentro de 60 (sessenta) dias após a vacância, quando for o caso;

i) Em caso de vacância dos cargos de vice-reitor e de vice-diretor de estabelecimento isolado de ensino superior, CEFET ou de unidade acadêmica, o conselho universitário ou equivalente deverá eleger vice-reitor ou vice-diretor *pro tempore* até a eleição do sucessor;

j) Reitores e diretores de universidades e de estabelecimentos isolados de ensino superior e CEFET, bem como seus respectivos vices, poderão ser exonerados dos cargos antes do término do mandato, mediante aprovação da comunidade acadêmica, conforme estabelecido nos seus estatutos e regimentos.

zada por todos os colegiados superiores e não apenas pelo Consuni. Mesmo optando pela pesquisa, os colegiados decidiram abrir mão da autonomia conferida pela Constituição Federal. Diferente de um processo de eleição direta, sem a montagem de listas, o resultado da pesquisa poderá ou não ser referendado no Colégio Eleitoral. A votação dos conselheiros no candidato indicado pelas urnas da pesquisa será fruto do compromisso político dos colegiados com vontade da maioria na universidade.

As normas da pesquisa serão definidas na sessão do dia 15/4. A comissão organizadora do processo já apresentou aos colegiados uma proposta de regimento e, em alguns pontos, não houve consenso entre seus integrantes. A primeira discussão deverá ser se os candidatos a reitor e vice, que formarão uma chapa, deverão apresentar os nomes de seus sub-reitores, prefeito e coordenador do Fórum de Ciência e Cultura no momento da inscrição das candidaturas. Outra polêmica deverá ser a realização ou não de um segundo turno, caso nenhuma das chapas obtenha mas de 50% do total dos votos. Outra discussão proposta pela comissão organizadora é se, no caso de um segundo turno, vai haver a possibilidade de rearranjos entre os integrantes das chapas perdedoras e as vencedoras do primeiro turno.

Ponderação dos votos

Um capítulo à parte, a ponderação dos votos deverá ser o ponto máximo de atrito entre os integrantes dos colegiados. A comissão organizadora do processo apresentou como proposta a proporcionalidade entre as categorias na relação de 50% do peso dos votos para os docentes, 25% para os técnico-administrativos e 25% para os estudantes, mas não houve consenso. As bancadas estudantil e de funcionários nos colegiados têm posição fechada pela paridade (33,3% de peso para cada segmento). Os representantes docentes nos colegiados se dividem. Há os que defendem a paridade, de acordo com movimento docente local e nacional, mas também há os que defendem os 50/25/25 e até os 70/15/15, ainda que mascarados pelo discurso da legalidade.

Renato Marvão

ALUNOS PEDEM MAIS ILUMINAÇÃO E TRANSPORTE

Estudantes reivindicam segurança no Fundão

Os Conselhos de Centros Acadêmicos da UFRJ apresentaram ao Conselho Universitário uma série de reivindicações para minimizar a crise de segurança vivida pela comunidade nas últimas semanas na Cidade Universitária. Na terça-feira, dia 8/4, estudantes, professores e funcionários foram surpreendidos com um tiroteio no estacionamento localizado entre o Centro de Ciências da Matemática e da Natureza e o Centro de Tecnologia, na antiga Avenida Brigadeiro Trompowiski. A diretora do Instituto de Geociências, professora Josilda Rodrigues, informou a paralisação dos cursos noturnos de Geografia, após o incidente. A professora lembrou que os cursos noturnos de Física, Química e Matemática também já paralisaram e solicitou ao vice-reitor Sérgio Fracalanzza que decretasse estado de emergência na UFRJ por conta da onda de assaltos e da comunidade não se sentir segura para trabalhar e estudar no *campus*, principalmente à noite.

A decana do CCMN, Angela Rocha, reconheceu que os tiroteios e assaltos realmente têm acontecido nos arredores dos Centros. A avenida transformada em estacionamento, segundo a professora, vem sendo chamada pelos alunos de 'Faixa de Gaza', numa alusão ao território palestino, área de conflito com os israelenses. Na discussão do Consuni, o representante dos adjuntos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas Ricardo Tauile sugeriu que a reitoria analisasse a possibilidade de pedir ao governo federal a presença do Exército para garantir a segurança no *campus*.

O representante do colegiado e diretor do Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva (Nesc), Roberto Medronho, relatou que, após ter denunciado à reitoria e à imprensa sobre os roubos das janelas de sua Unidade no Hospital Universitário, foi ameaçado pela 'máfia' de bandidos que circunda o local. O diretor disse ter pedido proteção à Polícia Federal e considera que a universidade deve reagir. Medronho sugeriu a participação das entidades representativas Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG em um ato pela Paz na Cidade Universitária e no Rio de Janeiro. "Vamos nos vestir de branco e pedir paz para trabalhar e estudar. Nós não podemos nos curvar ao terror, não podemos nos curvar à violência", conclamou.

A representante dos técnico-administrativos, Ana Maria Ribeiro, disse que não se pode esperar que o Fundão venha a se transformar em uma 'ilha da fantasia', isolada do contexto social da cidade. Para ela, a falta de segurança no *campus* é um reflexo da "maré" de violência vivida por toda população do país. A servidora sugeriu que a universidade inicie um processo de investigação interna sobre as 'máfias' que podem estar promovendo a série de roubos a laboratórios e salas nas Unidades.

Ana Maria, assim como os representantes dos alunos, demonstrou preocupação com a entrada da Polícia Militar no patrulhamento da cidade universitária. Para a servidora, a comunidade deveria discutir o papel da polícia nos *campi* e sugeriu a organização de comissões por Centro para debater o assunto. A opinião da conselheira remete à posição defendida pela Adufrj-SSind contrária à instalação de um aparato policial na Ilha do Fundão, como foi proposto pelo ex-reitor, Carlos Lessa, no final do ano passado. Para a seção sindical, a presença da polícia na cidade universitária pode acirrar os conflitos e aproximar mais ainda a violência instalada na cidade do *campus*.

O representantes dos estudantes no CEG, Fábio Samu, pediu tranqüilidade à comunidade e também questionou o trato da polícia militar. Samu lembrou o assassinato da estudante Gabriela Prado Ribeiro, na estação do Metrô São Francisco Xavier, vítima do despreparo de um policial. O estudante também sugeriu que a universidade organize um seminário para discutir a segurança nos *campi*.

Em nome dos alunos, o representante do CA de Geografia Licio Caetano leu a nota assinada pelos conselhos de CAs do CCMN e da UFRJ e citou algumas reivindicações como a melhoria da iluminação dos postes nas vias de circulação nos estacionamentos e nos ponto de ônibus. Os estudantes pediram a alteração do trajeto dos ônibus que circulam no *campus*, da criação de um ponto de ônibus em frente à entrada principal do CCMN e que o transporte circule 24 horas, em intervalos menores. Revitalização dos cursos noturnos, com a abertura de novas turmas e aumento das atividades, foi outra reivindicação.

Os estudantes pediram também a criação de um policiamento universitário "treinado para manter a segurança do *campus* e capacitado para o trato com os alunos". Por último, pediram que os candidatos a reitor expusessem abertamente suas propostas para a solução dos problemas da universidade. Na nota, distribuída durante a sessão do Consuni, os estudantes reivindicaram também a participação paritária na escolha da próxima reitoria: "Afinal, nós temos diversas necessidades distintas daquelas dos professores e funcionários e, com a paridade, poderemos exigir que estas necessidades sejam tratadas como prioritárias por toda a comunidade universitária".

Movimento

Continuação da capa

Na UFRJ, a paralisação foi parcial, sendo que algumas Unidades como o Colégio de Aplicação e a Escola de Serviço Social pararam totalmente suas atividades.

A passeata

A manifestação ocupou todas as pistas da Avenida Rio Branco e chamou a atenção da sociedade para a ameaça que paira sobre o funcionalismo. Devidamente equipados com adesivos, faixas e cartazes contra o PL 09, os servidores lançaram músicas e palavras de ordem contra o governo. Os servidores estaduais, em greve e também sujeitos aos efeitos da possível aprovação do projeto, reforçaram o ato. Havia ainda representantes do funcionalismo municipal e estudantes.

"A Previdência não é patrimônio do governo; é do povo brasileiro.Quem sonega são os banqueiros. Por isso, fora PL 9 e fora reforma da previdência", foi o protesto da coordenadora geral do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio (Sintuperj), Perciliana Rodrigues.

Guilherme Lessa

A ADUFRJ-SSIND MARCOU PRESENÇA NA PASSEATA

"Nós defendemos uma Previdência Pública e não essas mentiras que são plantadas na imprensa. O que existe, de verdade, é sonegação e corrupção. E os maiores devedores da Previdência estão no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (que assessorou o governo Lula na construção da proposta)", disse Vera Pinheiro, diretora do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no estado. Professora do CAp-UFRJ e 3ª secretária do Andes-SN, Cristina Miranda também se manifestou: "O Andes-SN está aqui representado para lutar pelo regime de repartição e contra a privatização do setor previdenciário. Essa passeata é só o começo", afirmou.

O presidente da CUT-RJ, Antonio Carlos Carvalho, criticou os rumos do governo: "Temos que dizer um profundo não a essa reforma da previdência. Não foi esse projeto, que só atende aos interesses dos banqueiros, que nós elegemos. Faremos greve, sim, se continuarem assim", completou.

Adufrj-SSind divulga efeitos negativos do PL 9

Como parte da semana de mobilização contra o PL 9 e a reforma da previdência do governo - através de mensagens eletrônicas diárias aos sindicalizados, com base em texto preparado pelo Conselho de Representantes da AdunB-SSind - e em seus últimos jornais e boletins, a Adufrj-SSind tem divulgado os efeitos negativos do PL 9/99. E este tema deverá continuar em pauta. Para conhecer o conteúdo das mensagens, o interessado pode visitar a página eletrônica: www.adufrj.org.br.

Manifestantes do DF protestam no Ministério da Previdência

Em Brasília, a manifestação do dia 8 de abril reuniu centenas de servidores federais na Esplanada dos Ministérios. Depois da concentração na Praça do Servidor, foi realizada uma caminhada até o Ministério da Previdência, onde ocorreu um ato de protesto. Participaram representantes do Andes-SN, dos servidores da Seguridade Social, da CUT, dos técnico-administrativos das universidades, da Justiça, do Legislativo, dos fiscais da Receita Federal, entre outras entidades.

A secretária-geral do Andes-SN, Celi Taffarel, afirmou que o objetivo do governo com o PLP 09/99 é privatizar a Previdência Social para atender aos compromissos assumidos com o FMI. Disse que a reforma da previdência está gerando um clima de insegurança entre os docentes, fazendo com que muitos professores antecipem o pedido de aposentadoria. Celi cobrou a imediata recomposição do salário dos servidores públicos federais e reforçou a disposição de luta dos professores.

Ao final do ato, os servidores gritaram palavras de ordem contra o PLP 09/99, entre elas: "Lula, votamos em você, retire o PL de FHC". Os manifestantes seguiram em caminhada até o Palácio do Planalto para entregar mais de 20 mil assinaturas contra o projeto. Uma comissão de servidores foi recebida pelo secretário de Recursos Humanos, Luís Fernando, que se comprometeu a encaminhar o abaixo-assinado ao ministro da Previdência, Ricardo Berzoini.

Ricardo Borges/Andes-SN

SERVIDORES ENTREGARAM ABAIXO-ASSINADO CONTRA O PL 9/99 NO PALÁCIO DO PLANALTO

Ato no Congresso

Em seguida, os manifestantes caminharam até o Congresso Nacional para realizar ato no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. A mesa foi coordenada pelo 1º vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho. Vários deputados se manifestaram contra o projeto e elogiaram a iniciativa dos servidores pela defesa de uma previdência social pública e solidária. O deputado João Batista, o Babá (PT-PA), em discurso emocionado, afirmou que ele e outros deputados estão sofrendo ameaça de expulsão do PT por serem éticos.

Informe: Andes-SN

Previdência

Colégio de Aplicação debate reforma previdenciária

Cerca de 20 docentes do CAp acompanham palestra organizada pela Adufrj-SSind

No dia 8 de abril, na parte da manhã, a Adufrj-SSind promoveu um debate sobre reforma da Previdência no Colégio de Aplicação da UFRJ, que parou completamente suas atividades na mobilização contra o PL 09/99. Cerca de 20 docentes da Unidade acompanharam as intervenções da presidente da seção sindical, Cleusa Santos, e do coordenador do GT Seguridade Social da entidade, o professor José Miguel Bendrao Saldanha.

Cleusa destacou a importância de reuniões como aquela, que são e serão cada vez mais necessárias para conscientizar o corpo docente da UFRJ. Ela ressaltou ainda o trabalho do Andes-Sindicato Nacional nesta mobilização contrária à reforma da Previdência.

A presidente da seção sindical comentou que a reforma que interessa aos trabalhadores é a tributária, que deixaria na berlinda a questão do empresariado nacional e do capital. "Mas isso está sendo pouco discutido", lamentou. A professora acredita que a discussão previdência/reforma tributária, se bem conduzida, pode levar a um outro ponto, também mais interessante para os trabalhadores: uma reforma trabalhista, com redução da jornada de trabalho e manutenção dos salários.

No debate do CAp, a presidente da Adufrj-SSind resumiu a história da Seguridade Social: desde os primeiros mecanismos de proteção social da Alemanha do fim do século XIX. A partir de 1880, o então chanceler Otto von Bismarck impulsiona uma legislação social e criou leis relativas a acidentes de trabalho, o reconhecimento dos sindicatos, o seguro doença, acidente ou invalidez, entre outras medidas. Foi a forma encontrada pelo dirigente alemão para neutralizar as ideias revolucionárias que começavam a tomar conta da Europa, em especial depois da Comuna de Paris (1871).

Cleusa referiu-se ainda ao processo de reorganização da economia após a revolução russa de 1917, quando se estabelece o conflito entre capitalismo e socialismo. O primeiro sistema fica praticamente obrigado a fazer algumas concessões sociais para fazer frente ao segundo. Isto permite o avanço dos direitos sociais do século XX, consolidados no Estado de Bem-Estar. Com algum atraso, os ideais deste Estado de Bem-Estar chegam ao Brasil e se constituem em um projeto social a ser garantido pela Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, que, no entanto, nunca foi plenamente consolidada. Ao contrário, de lá para cá, a Constituição Federal sofreu com diversas alterações dos seguidos governos.

Fotos: Kelvin Melo

REGINA PUGLIESE,EX-DIRETORA DA ADUFRJ-SSIND; CLEUSA SANTOS E JOSÉ MIGUEL

AS SALAS DO CAP FICARAM VAZIAS NO DIA DE MOBILIZAÇÃO CONTRA O PL 9/99

Mais especificamente em relação ao projeto de lei 9/99, Cleusa reafirmou que existem interesses financeiros para apoiá-lo. "A Previdência está se tornando um filão. Os capitalistas querem se apropriar dele. E, infelizmente, é um governo de esquerda que, acredito eu, a maioria aqui ajudou a eleger, está permitindo isso". Cleusa observou também que a discussão da previdência está reduzindo a dimensão da Seguridade Social.

Solidariedade entre gerações

José Miguel, coordenador do GTSS da Adufrj-SSind, defendeu em sua exposição o mecanismo da Previdência Social, que preconiza a solidariedade entre gerações. "O que era feito pelos antigos clãs foi substituído pela ação do Estado. Esse pacto continua", observou. Esse regime de repartição trata do oposto ao que começa a ser promovido pelo novo governo: o regime de capitalização, onde "cada um se responsabiliza pela própria Previdência", segundo José Miguel.

O coordenador do GT exibiu alguns gráficos do Ministério da Previdência que projetam as despesas do governo com cada uma das "novidades" apresentadas pelo governo para o regime dos servidores: PL 9/99, aumento da idade mínima, redução da pensão etc. Em relação ao projeto de lei, ficou claro o aumento das despesas da União com a aprovação da previdência complementar. "Então, é evidente que o governo não vai parar por aí (nesta reforma)", afirmou. De fato, nesta semana, o governo deve enviar ao Congresso um pacote mais amplo de medidas para o setor previdenciário.

Quase ao final, José Miguel dividiu com os professores presentes uma notícia conseguida recentemente na internet: um estudo da empresa de consultoria Watson Wyatt sobre os grandes fundos de pensão americanos (com mais de mil participantes), no ano de 2002, demonstrou que apenas 37% deles estão "financeiramente saudáveis". Um alerta mais que oportuno neste momento, já que os fundos não são garantidos pelo governo nem órgãos privados.

Andes-SN

Atividades do GTPE

Foram muitas as atividades do GTPE (Grupo de Trabalho de Política Educacional) do Andes-SN entre os dias 3 e 8 de abril, em Brasília:

3 e 4/4 Reunião do pleno do GTPE;

5 e 6/4 Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública;

7 e 8/4 Seminário de Avaliação do INEP.

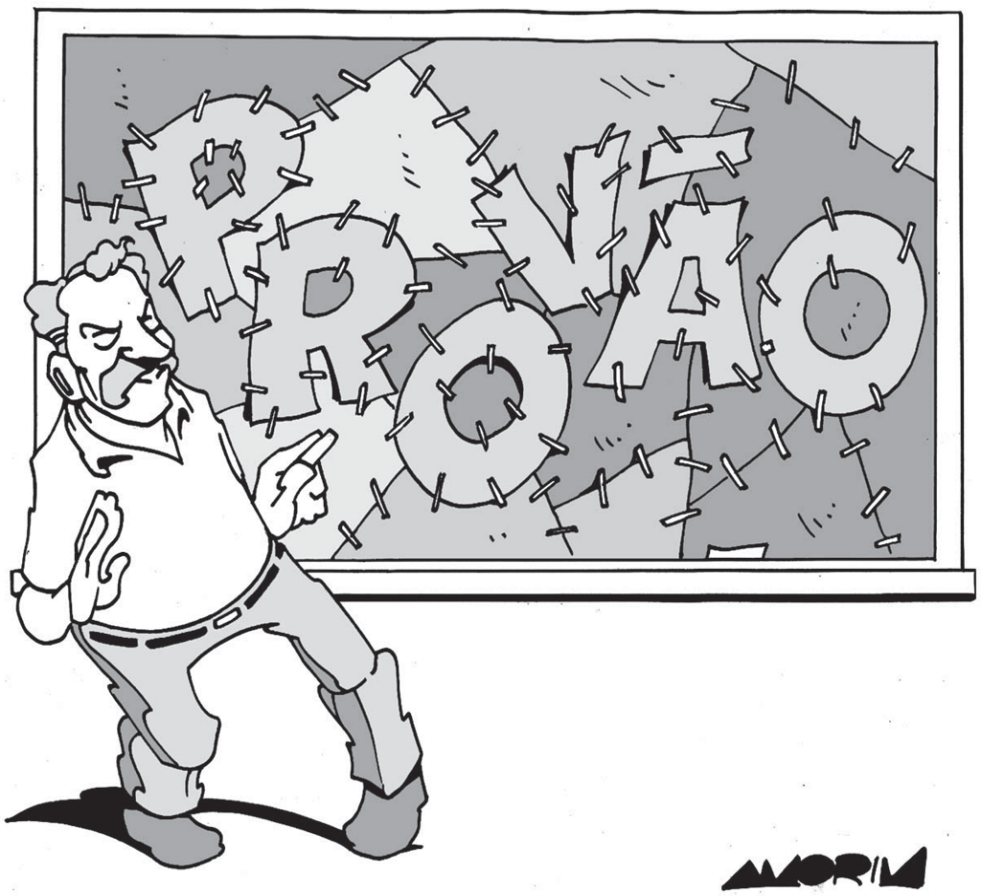
A reunião do GTPE nacional tratou de encaminhamentos das deliberações do 22º Congresso do Andes-SN (março/2003) e da preparação para a Plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, nos dias 5 e 6 de abril.

Na reunião do GTPE nacional, foram dados informes sobre as falas do Ministro Cristovam Buarque em Audiência Pública no Senado (em 1/4/03) e também no Seminário de Trabalho promovido pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, de 18 a 21/02/03. O Ministro tem declarado que são três os eixos de sua política para a Educação: combate ao analfabetismo, educação básica de qualidade e uma nova universidade.

Os participantes da reunião (várias seções sindicais do Andes-SN estavam presentes) avaliaram que até agora não é possível enxergar mudanças na orientação do MEC. Como o governo anterior, este fala de uma valorização da educação básica, mencionado nos dois primeiros eixos. No que diz respeito à "nova universidade", ainda não apareceu nada, exceto notícias em jornal de variadas formas de apoio do MEC ao ensino à distância, principalmente no que diz respeito à oferta de ensino superior para os professores da educação básica. Este é um grande filão para as universidades particulares.

A partir de deliberação do 22º Congresso do Andes-SN e da pauta do Fórum, a reunião tratou do tema *composição e atribuições do CNE (Conselho Nacional de Educação) e do Fórum Nacional de Educação, proposto no PNE (Plano Nacional de Educação) -Proposta da Sociedade Brasileira*. Tanto o Andes-SN quanto as demais entidades do Fórum em Defesa da Escola Pública avaliam que o atual Conselho Nacional de Educação tem sido francamente favorável ao ensino privado e não representa adequadamente a sociedade brasileira. A proposta que surgiu desta reunião e da reunião do Fórum será encaminhada para a avaliação das Seções sindicais do Andes assim como para a base das outras entidades que compõem o Fórum.

A reunião do Andes-SN também tratou da "Gestão democrática da Educação". No que diz respeito às universidades, nosso sindicato tem a deliberação de luta pelo respeito ao princípio constitucional da autonomia universitária e pela revogação da legislação infra-constitucional que trata da eleição de dirigentes. Temos defendido que o processo de escolha dos dirigentes deve ser organizado em cada instituição, de acordo com seu estatuto e regimento.



Junto com as demais entidades do Fórum, nosso sindicato estará se esforçando pela gestão democrática de nossas universidades, no que diz respeito à composição e funcionamento dos colegiados e às eleições para dirigentes. Sobre estas, as entidades que compõem o Fórum vão implementar ações para "*Revogar imediatamente a Lei 9192/95, que disciplina a escolha de dirigentes universitários, bem como a Lei 9394/96, no artigo que trata da matéria, garantindo eleições, no mínimo, paritárias e participativas nos processos de escolha de dirigentes, homologando o resultado no âmbito da instituição de educação superior*."

A reunião do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública tratou destes temas da reunião do GTPE, além de outros, como Financiamento da Educação e Formação de Profissionais da Educação. Na discussão sobre avaliação do ensino, o Fórum decidiu abraçar a proposta dos estudantes das Executivas e Federações de Curso, também participantes do Fórum, de uma campanha de boicote ao Provão 2003.

O Fórum também aprovou uma Moção contra o Provão, já encaminhada ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais)/MEC (veja no quadro).

No próximo Jornal da Adufrj estaremos concluindo o relato da Plenária do FNDEP e apresentando o seminário promovido pelo INEP sobre Políticas de Avaliação Educacional.

Informe enviado pelas professoras Rosanne Dias e Maria de Lourdes Passos que participaram das atividades, representando o GTPE da Adufrj-SSind.

MOÇÃO

As entidades integrantes do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, reunidas em Plenária Nacional, realizada em Brasília - DF, no dia 06 de abril de 2003, manifestam seu repúdio à continuidade da aplicação do Exame Nacional de Cursos ("Provão"), por considerá-lo um desserviço ao país, posto que tem ele servido para escamotear a real situação da educação superior brasileira. Essas entidades - acadêmicas, científicas, estudantis, profissionais e sindicais - assim se manifestam, por considerar que a pretensa avaliação, representada pelo Exame Nacional de Cursos:

- *"avalia" o aluno e não o processo educacional (sobretudo o projeto político-pedagógico da instituição e sua aplicação), não oferecendo alternativas ao estudante com pretenso mau desempenho;*
- *pretende avaliar o futuro desempenho profissional do estudante, mas o faz de forma pedagogicamente inconsistente, pois a atuação do dentista, do fisioterapeuta, do médico, do professor e demais profissionais formados pelas instituições de ensino superior não pode ser aferida por meio de uma prova escrita, pontual e restrita;*
- *vem enganando a sociedade brasileira, com aval do governo, posto que, no critério comparativo, atualmente adotado pelo MEC, vários cursos, em instituições de ensino superior cujos alunos apresentaram péssimo desempenho no "Provão", têm, mesmo assim, obtido conceitos A e B na avaliação oficial;*
- *vem desvirtuando a verdadeira finalidade da educação superior - a formação ampla e a profissionalização de qualidade e socialmente referenciadas -, quando se constata que várias instituições privadas já criaram "cursinhos", destinados ao simples treino de seus alunos quanto a questões prevalentes no "Provão";*
- *não se constitui em instrumento adequado, conveniente e suficiente para a avaliação do ensino superior, posto que traz conseqüências deletérias à real avaliação da qualidade da educação desse nível;*
- *precisa ser urgentemente substituída, podendo o Censo da Educação Superior e a Avaliação Institucional, incluindo a Avaliação das Condições de Ensino, ser utilizados como instrumentos que, reconceituados e melhor estruturados, poderão apropriadamente desempenhar as funções inerentes à Avaliação da Qualidade da Educação Superior brasileira.*

Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Plenária Nacional
Brasília - DF, 06 de abril de 2003.

Previdência

Investidores das bolsas de valores são os mais interessados nos fundos de pensão

Para cientista italiano, teses keynesianas influenciam governos e trabalhadores a aceitarem os fundos de pensão

O especialista em fundos de pensão nos países da Europa ocidental Ricardo Bellofiore foi o convidado da Conferência sobre Previdência Social e os Fundos de Pensão, promovida pela Regional Rio do Andes-SN, na segunda-feira, 7/4, no Auditório da Escola de Serviço Social da UFRJ, na Praia Vermelha. Teórico marxista, o italiano Bellofiore analisou as diretrizes do Banco Mundial para a Previdência Pública dos países europeus e em desenvolvimento que desencadearam na onda de privatização do setor. A justificativa maior para a adoção dos fundos é a afirmação, pelo Banco Mundial, de que a previdência complementar seria solução para supostos 'déficits' gerados pelo pagamento dos proventos dos trabalhadores vinculados ao sistema. No caso da Europa, a preocupação dos governos, segundo o professor, é com a taxa de envelhecimento da população e os baixos índices de natalidade, o que comprometeria os recursos orçamentários a médio e longo prazos.

De acordo com o professor de Ciências Econômicas da *Università degli Studi di Bergamo*, os governos de centro-esquerda e os sindicatos da Europa e dos países de economia periférica, influenciados pelas teorias desenvolvimentistas de John Maynard Keynes, começaram, a partir dos anos 90, a promover a privatização da previdência pública de seus Estados para investir em setores da economia interna e gerar empregos e consumo de bens e serviços. O desenvolvimento se daria através da aplicação no mercado dos recursos gerados pela poupança dos trabalhadores para a garantia de suas aposentadorias.

A justificativa para se adotar os fundos de pensão na economia destes países é apresentada de várias formas, segundo Bellofiore, e tem sua expressão maior nos documentos do organismo internacional. "Os discursos favoráveis aos fundos tornaram-se fortes na Europa, após a metade dos anos 90. Os governos de direita e o patronato sempre gerenciaram os fundos, mas a esquerda (governos de centro-esquerda) e também os sindicatos passaram a adotar esta posição", comentou o professor, criticando a posição de algumas entidades de trabalhadores favoráveis aos fundos. Na Alemanha, assim como na França, Espanha e na própria Itália, o novo sistema de previdência privada, de acordo com o economista, vem sendo utilizado para reforçar um enfraquecido mercado financeiro.

Manuella Soares

BELLOFIORE ANALISA O RISCO DOS FUNDOS PARA OS TRABALHADORES

Bellofiore destacou o ano de 1994 como o início da implementação dos fundos na Itália. "Neste ano é publicado um documento do Banco Mundial sobre o assunto. Seu título é: Prevenir a crise do envelhecimento: políticas para proteger as pessoas idosas e promover o crescimento", lembrou. Segundo o economista, no documento, o Bird orienta claramente os governos a adotarem o sistema de pensão no lugar do sistema de repartição, no qual os trabalhadores em atividade pagam as pensões dos já aposentados, em um sistema de solidariedade entre os contribuintes.

Para o Bird, o primeiro pilar da seguridade social, a previdência pública, estaria em crise nestes países e a solução seria a adoção de um sistema por capitalização, que formaria um segundo pilar. Cada trabalhador acumularia uma poupança para a garantia de sua previdência após a aposentadoria. Esta poupança seria administrada pelos fundos de pensão que garantiriam o rendimento do sistema financeiro, também em crise.

Outra possibilidade apresentada pelo Bird para 'resolver' a crise do sistema público seria deixar que cada trabalhador escolhesse o tipo de investimento ou fundo privado de sua preferência para garantir a aposentadoria. Isto jogaria os trabalhadores em um verdadeiro cassino e os colocaria em risco permanente de, ao se aposentar, não terem nenhuma garantia de retorno da poupança investida nos fundos.

Desenvolvimento às custas da poupança dos trabalhadores

As teorias keynesianas, serviram, segundo Bellofiore, para dar sustentação às teses do Banco Mundial e atrair a simpatia de setores da esquerda e dos trabalhadores para o gerenciamento dos fundos de pensão. Ao administrar bilhões de recursos, os gerenciadores dos fundos poderiam interferir na produção da economia, favorecendo investimentos na indústria ou no agrobusiness para a geração de empregos. Este seria o canto da sereia dos fundos de pensão.

Para Bellofiore este raciocínio é errado pois se baseia em "fatos e teorias discutíveis". Segundo o economista, o cenário mundial é de pessimismo e "são sempre as pressões mais urgentes que falarão mais alto do que o crescimento econômico ou a migração (em referência a procura por postos de trabalho nos países da Europa ocidental). Para ele, se os governos europeus adotassem para o sistema previdenciário público previsões sobre a fertilidade, o crescimento da população e a migração, os resultados seriam melhores. "Geralmente não se observa que o crescimento econômico do estado de bem-estar, após a 2ª Guerra, aconteceu com um sistema que se construiu com grande parte da população sendo inativa."

Na verdade, segundo o conferencista, os preocupações com déficits no sistema público nada tem a ver com o envelhecimento da população, fato real nestes países, mas sim com as prioridades de investimento do PIB nos setores sociais. "Se há o aumento da população envelhecida, não há como não aumentar a cota do PIB para este segmento da população", comentou.

Bellofiore sugeriu a adoção, por parte dos governos, de uma política mais corajosa que compreenderia formas de controle do capital e das despesas públicas associada a uma política de investimentos nos setores públicos. Esta orientação, segundo o analista, seria incompatível com a adoção da aplicação dos fundos de previdência na economia. O lucro dos fundos privados saem exatamente da precarização, da redução de salário e da extinção de postos de trabalho. O dinheiro dos fundos é aplicado nas transações de papéis das dívidas dos países e fazem parte do chamado capital improdutivo, não gerando, portanto, empregos.

Para finalizar, o ecomomista citou as teses do colega francês Michelle Aglieta, segundo as quais a adoção dos fundos de pensão só poderia encontrar algo de positivo para os trabalhadores se as economias mundiais entrassem em acordo. Para o francês, de acordo com Bellofiore, a economia mundial necessita de novas industrializações e caberia às "velhas industrializações" (EUA e países da Europa) emprestar conhecimento e tecnologia às "novas" (países da América do Sul, Ásia e África) para que estas produzissem riquezas e, como contrapartida, garantissem o sistema previdanciário das 'velhas' economias. Esta seria, segundo o conferencista, uma orientação para uma "globalização financeira". Deste movimento, resultaria um efetivo aumento de crédito para os países periféricos, entre eles, o Brasil.

O evento contou com o apoio das seções sindicais do Rio, entre elas a Adufrj-SSind, e fez parte da semana de mobilização contra o Projeto de Lei 9 (PL9/99) que teve como ponto alto a paralisação nacional de servidores por 24 horas, no dia 8 de abril.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

A Internacional dos movimentos sociais

Rafael Diaz-Salazar*

Já são numerosas as propostas para construir uma globalização alternativa. No Fórum de Porto Alegre foram dadas as condições para que surja uma rede internacional de movimentos que as articule. Chegou o momento de debater os instrumentos para a execução destas alternativas[1] .

Uma das senhas de identidade da rede internacional de movimentos é sua pretensão de conectar unidade e diversidade. Trata-se de uma proposta inovadora que terá que superar grandes dificuldades para que seja concretizada. A grande diversidade de movimentos é muito enriquecedora pela complementariedade que oferece. Os problemas podem surgir pelas inevitáveis divergências na hora de adotar propostas muito concretas, de passar dos objetivos gerais às estratégias para viabilizá-los, estabelecer modalidades de ação e coordenação, marcar um tipo ou outro de prioridade etc. E além disso os problemas de cunho pessoal e psicológico que existem em todas as organizações.

A questão que inevitavelmente convém colocar é se a rede internacional de movimentos deve se reduzir à celebração anual do Fórum Mundial e dos Fóruns continentais ou tem que ir além disso. Fazer uma ou outra opção tem vantagens e inconvenientes, mas tem-se que enfrentar esta questão se verdadeiramente desejamos criar algo além de um ponto de encontro e debate; ou seja, se queremos ir além de uma confluência e superposição das múltiplas alternativas e promoção de campanhas e mobilizações nos cinco continentes. Como analista deste processo, atrevo-me a colocar um conjunto de sugestões que nem sequer chegam a ser propostas, pois não disponho de elementos suficientes para avaliar os debates internos no Conselho Internacional do *Fórum Social de Porto Alegre* e, muito menos, sobre as repercussões finais resultantes da adoção de uma das opções que vou colocar. Recordemos as reflexões de Max Weber sobre as "conseqüências não desejadas da ação".

Parece-me que o *FSM* deve continuar fiel às suas senhas de identidade do seu nascimento. Tem que ser nada mais e nada menos que um "espaço" mundial onde se encontram, pensam e propõem alternativas todos os movimentos sociais, ONGs, sindicatos, centros de pesquisas e ação etc. que assumem sua *Carta de Princípios*. Quanto mais plurais sejam os movimentos que participem dele, dentro da identidade marcada pela Carta, melhor. Deve manter-se um estrito apartidarismo e não se deve forçar consensos, unanimidade e declarações vinculantes para todos e cada um de seus membros. Caso caminhe para uma uniformização o *FSM* acabará se rompendo. Se suprime a diversidade mediante a obrigação de assumir um programa de ação muito concreto, não será possível manter a unidade necessária para criar uma nova opinião pública sobre a globalização. Dito de maneira clara, o *FSM* de Porto Alegre não deve se converter em uma V Internacional.

Mas, na verdade, creio que necessitamos de uma nova *Internacional* radicalmente distinta das quatro anteriormente existentes. Isto é óbvio porque sugiro uma Internacional de *movimentos*, não de partidos políticos. E mais ainda: é preciso ser absolutamente intransigente ante a possível utilização desta Internacional por partidos comunistas ou social-democratas para fazer ressurgir seus projetos. Os partidos das esquerdas que se dediquem a voltar a fundar suas internacionais, que grande falta faz a eles e a nós também. A sugestão de criar uma Internacional de movimentos não a formulo para substituir o *FSM* e muito menos de suprimi-lo. Ambos seriam compatíveis pois teriam objetivos e finalidades diversas mas seriam complementes. Esta nova *Internacional de Movimentos pela Justiça Global* pode se construir com muitos setores do *FSM* e, se vier a se constituir, há de estar presente nele sem vocação de dominar e nem de dirigir, demonstrando uma nova cultura política sobre as relações de poder dentro das organizações e a conexão entre unidade e diversidade. E mais, creio que esta Internacional é inviável sem o fundamento de uma cultura moral e política distinta das Internacionais históricas.

Porque creio que a dinâmica aberta pelo *FSM* de Porto Alegre há de desembocar em uma Internacional de novo tipo? Fundamentalmente, porque o poder articulado ao qual as redes internacionais de movimentos enfrentam e o objetivo básico pelo qual lutam requer uma concentração organizada e sistemática de esforços. Naomi Klein caracterizou estas redes como uma "nuvem de mosquitos". O diagnóstico me parece acertado e até positivo que estas nuvens se reproduzam e cresçam. Entretanto, não se pode criar uma globalização alternativa somente com "mosquitos ", contra-cúpulas, manifestações de ruas, lutas nacionais, informes separados sobre alternativas, campanhas paralelas, equipes de pressão política desconectadas entre si. No máximo consegue-se alguns objetivos que minoraram problemas pontuais mas que manterão intactas as fábricas de produção de pobreza e sofrimento humano.

Sobre que bases sociais e organizativas construir esta Internacional? A dificuldade do tema e o espaço reduzido disponível me obrigam a ser breve e esquemático. As bases sociais são muito amplas e já estão dentro do *FSM*. Creio que há um grande consenso sobre os problemas a serem abordados e as medidas mais urgentes a serem tomadas, principalmente para resolver as necessidades básicas dos pobres do Sul. Um decálogo dos problemas mundiais prioritários e das ações urgentes a serem empreendidas seria relativamente fácil de serem elaborado se for assumido por muitos integrantes do atual *FSM* desde que se concentre em temas bastante básicos: alimentação, água, educação, saúde etc. Este seria o programa mínimo para criar alianças cidadãs bastante amplas que são absolutamente imprescindíveis. Com respeito à organização interna seria necessário estabelecer sistemas de trabalho que permitissem a reprodução da identidade de movimentos diversos com a disposição de eliminar as iniciativas particulares, quando necessário, e conectá-las com programas comuns. Não se trata de decretar a abolição de todos os movimentos para criar uma única organização mundial centralizada mas também não se pode continuar com a multiplicidade de propostas, campanhas, projetos, mobilizações etc. que se superpõem umas às outras, são paralelas ou têm uma confluência muito débil e pontual. A Internacional que sugiro só poderá existir se conseguirmos enfrentar com êxito esta dificílima tarefa de preservação da identidade e relegar iniciativas autônomas ao refúgio de um trabalho comum. Para abordar este objetivo é necessário pelo menos, seis instrumentos de trabalho:

a) Um âmbito permanente de debate sobre os problemas de fundo: diagnóstico, objetivos, propostas, estratégias etc. François Houtart se referiu no *La tirania del mercado y sus alternativas [A tirania do mercado e suas alternativas]* à existência de duas correntes intelectuais que convergem e divergem no *FSM*: keynesianos e pós capitalistas. Ainda que haja muitas correntes, as posições destas duas famílias ideológicas que, sem dúvida, são as mais fortes, chega a hora de realizar um tipo ou outro de propostas, objetivos e estratégias. É necessário um debate com tempo suficiente e uma nova cultura do diálogo, o consenso e a as contradições internas.

b) Uma rede de centros de pesquisa e ação conectados entre si e com os movimentos de base para elaborar um sólido *programa internacional de políticas de justiça global*. Creio que chegou a hora de economizar os esforços de muitos grupos de elaboração de propostas e alternativas com o fim de oferecer à comunidade internacional um programa de políticas para outro tipo de globalização. Algo parecido, ainda que distinto, às propostas programáticas contidas no "Nuevo Orden Economico Internacional"[Nova Ordem Econômica Internacional] e a "Carta de Derechos y Deberes Econômicos de los Estados"[Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados"] formulada nos primeiros cinco anos dos anos 70.

c) Um âmbito de planificação e coordenação de campanhas e mobilizações de pressão política de alcance mundial, ainda que adaptadas às especificidades de áreas continentais ou regionais.

d) Uma rede articulada de meios de comunicação dedicada a tarefas de informação interna e externa, criação de opinião pública mundial em todo tipo de cidadãos, e incidência nos grandes meios de comunicação de massas. Seu objetivo final seria gerar uma nova mentalidade e sensibilidade coletiva sobre a *justiça global*. Dada a importância dos meios de comunicação na criação da opinião pública, os jornalistas são aliados fundamentais para os movimentos. Nesta linha, é fundamental o trabalho com os diretores de opinião dos meios de comunicação mais importantes.

e) Um grupo internacional de avaliação e acompanhamento dos objetivos propostos, dos meios adotados e dos tempos estabelecidos para alcançá-los.

f) Um Conselho Internacional estável e permanente, dedicado exclusivamente à tarefa de impulsionar estes trabalhos.

Estes são alguns dos meios que seria conveniente levar em conta, caso se estime que a sugestão formulada merece ser levada em consideração.

** Professor de Sociologia da Universidade Complutense de Madri.*

1 Extraído do livro *Justicia Global, Las alternativas de los movimientos del Foro de Porto Alegre,* Barcelona, Icaria, 2002. Prólogo de Ignacio Ramonet

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Enfrentar o Império

Arundhati Roy*

Quando se fala de Império, de que se trata exatamente? Do governo dos Estados Unidos e de seus satélites europeus, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e das empresas transnacionais? O Império será apenas isso? Não terá ele, em inúmeros países, engendrado excrescências subsidiárias, subprodutos perigosos, tais como o nacionalismo, o fanatismo religioso, o fascismo e, é claro, o terrorismo, que caminham de mãos dadas com o projeto de globalização liberal?

Para ilustrar meu propósito, vou tomar o caso da maior democracia do mundo: a Índia, atualmente na vanguarda da ofensiva neoliberal. Seu mercado de um bilhão de habitantes foi aberto a fórceps pela OMC. O governo e as elites do país sentem um prazer enorme com as privatizações e a ditadura dos mercados e das empresas gigantes. Não é absolutamente por acaso que o primeiro-ministro, o ministro do Interior e o ministro do Investimento (isto é, das privatizações) - exatamente os que assinaram um contrato com a Enron, que vendem a preço de liquidação as infra-estruturas da Índia às transnacionais, que querem privatizar a água, a eletricidade, o petróleo, o carvão, o aço, a saúde, a educação e as telecomunicações - sejam todos membros ou adeptos do Corpo Nacional dos Voluntários (RSS[1]), organização hindu, de direita e ultranacionalista que, no passado, não escondeu sua admiração por Hitler e seus métodos.

O massacre de Gujarat

Na Índia, o desmantelamento da democracia avança a passos rápidos e com a mesma eficácia de um plano de ajuste estrutural. A implantação do projeto neoliberal em escala global desloca a existência das populações; as privatizações em massa e as "reformas" do trabalho expulsam os camponeses de suas terras e os assalariados de seus empregos. Milhares de agricultores arruinados se suicidam tomando pesticidas. De todo o país chegam informações sobre situações de fome mortal. Enquanto a elite continua sua viagem rumo a um destino imaginário, para algum lugar no cimo do mundo, os pobres são apanhados na espiral do crime e do caos. A história nos ensina que esse clima de frustração e de desilusão nacional constitui o terreno ideal para o fascismo.

Os dois braços do governo agarraram a Índia com tenazes. Enquanto um se empenha em leiloar o país, pedaço por pedaço, o outro, para desviar a atenção, orquestra os uivos do coro do nacionalismo hindu e do fascismo religioso. E realiza testes nucleares, reescreve os livros de história, queima as igrejas e destrói as mesquitas. A censura, a vigilância, a suspensão das liberdades civis e dos direitos humanos, as tentativas visando a definir quem é e quem não é cidadão indiano – particularmente em virtude de seu pertencimento a uma minoria religiosa – tornaram-se práticas normais.

Em março de 2002, no Estado de Gujarat, 2.000 muçulmanos foram chacinados durante um *pogrom* organizado pelas autoridades. As mulheres foram visadas de modo especial: despidas e seguidamente estupradas, antes de serem queimadas vivas. Os rebeldes saquearam as lojas, as casas, fábricas de tecidos e mesquitas, incendiando-as em seguida. Mais de 150 mil muçulmanos foram expulsos de suas casas e a base econômica de sua comunidade foi completamente destruída. Enquanto Gujarat era saqueado, o primeiro-ministro da Índia fazia a promoção de seus novos poemas na MTV.

Uma globalização seletiva

Em janeiro de 2003, o governo do Gujarat que havia organizado o massacre ganhou as eleições com uma confortável maioria. Ninguém foi punido pelas atrocidades. Narendra Modi - que foi seu mentor e que tem orgulho de fazer parte do RSS - começou seu segundo mandato de primeiro-ministro do Estado. Se tivesse sido Saddam Hussein, é evidente que cada uma das barbáries praticadas teria virado matéria principal do jornal da CNN. Como não é o caso, e como o "mercado" indiano está aberto aos investidores internacionais, esse massacre não constitui sequer uma embaraçosa matéria de noticiário policial. No entanto, a Índia tem mais de 100 milhões de muçulmanos. Uma bomba-relógio está armada em nossa terra milenar.

Tudo isso para recusar o mito de que o livre comércio aboliria as barreiras nacionais: ele não ameaça a soberania dos Estados, simplesmente destrói a democracia. À medida que aumentam as desigualdades entre ricos e pobres, a luta pelo monopólio dos recursos intensifica-se. Para que prosperem os arranjos entre amigos e patifes; para entregar às grandes empresas os campos que cultivamos, a água que bebemos e o ar que respiramos, a globalização liberal precisa, nos países pobres, de uma confederação de governos autoritários, corruptos e às suas ordens, a fim de impor a esses países "reformas" impopulares e matar suas revoltas no nascedouro.

Durante esse tempo, os países do Hemisfério Norte trancam suas fronteiras e acumulam armas de destruição em massa. Afinal, precisam zelar para que só sejam globalizados o capital, os bens, as patentes e os serviços. Não à livre circulação das pessoas. Não ao respeito aos direitos humanos. Não aos tratados internacionais contra a discriminação racial, contra as armas químicas e atômicas, contra o efeito-estufa ou contra a mudança climática. Principalmente não - que Deus não o queira - à justiça.

Os homens de terno escuro

O Império é tudo isso: essa confederação às suas ordens, essa obscena acumulação de poder, essa distância sempre maior entre os que tomam as decisões e os que a elas estão submetidos. Nosso combate, nosso objetivo, nossa visão de um outro mundo possível passam pela eliminação dessa distância. Como, então, resistir ao Império?

Não estamos nos saindo mal. Tivemos vitórias importantes, principalmente na América Latina: em Cochabamba, na Bolívia[2]; na revolta de Arequipa[3], no Peru; na Venezuela, onde o presidente Hugo Chávez agüenta firme apesar dos esforços do governo norte-americano. Lula tornou-se presidente do Brasil. E o mundo inteiro tem os olhos postos no povo argentino, que tenta reconstruir um país a partir dos escombros das devastações provocadas pelo FMI. Na Índia, o movimento contra a globalização liberal se fortalece e está em vias de se tornar a única força política capaz de se opor com sucesso ao fascismo religioso.

Sabemos, entretanto, que, sob o amplo manto da "guerra contra o terrorismo", ocupam-se ativamente os homens de terno escuro. Enquanto as bombas caem sobre nós e os mísseis teleguiados estriam os céus, contratos estão sendo assinados, patentes registradas, oleodutos instalados, recursos naturais saqueados, a água privatizada.

Afiar a memória e aprender com a história

Mas o Império agora está a descoberto, e é demasiado horrível para se olhar a si mesmo num espelho. Antes do dia 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos da América tinham uma história secreta, principalmente para seus próprios cidadãos. Porém, atualmente, esses segredos fazem parte da história e são de domínio público. Nós sabemos que cada um dos argumentos utilizados para lançar a guerra contra Bagdá é uma mentira. O mais grosseiro desses argumentos é a pretensa preocupação de levar a democracia aos iraquianos. Matar as pessoas para livrá-las da ditadura ou da corrupção ideológica é, certamente, uma velha prática do governo norte-americano.

Ninguém tem a menor dúvida quanto ao fato de que Saddam Hussein é um implacável ditador, um assassino cujos piores excessos beneficiaram-se, no momento em que ocorreram, do apoio dos governos norte-americano e britânico. É certo que os iraquianos teriam tudo a ganhar livrando-se dele. Mas, por esse raciocínio, o mundo também teria tudo a ganhar livrando-se de um certo senhor Bush.

Que podemos fazer? Podemos afiar nossa memória, aprender com nossa história. Podemos continuar a construir uma opinião pública que se fará ouvir. Podemos fazer com que George Bush, Anthony Blair e seus "aliados" sejam vistos pelo que eles são: covardes assassinos de bebês, envenenadores de água potável, pusilânimes lançadores de bombas - mas à distância. Nós podemos reinventar a desobediência civil de mil e uma formas. Quando Bush nos diz "Vocês estão conosco ou com os terroristas", devemos informá-lo que os povos do mundo não têm que escolher entre um malfeitor Mickey Mouse e mulás loucos. (**Trad.: Iraci D. Poleti**)

---

* Escritora indiana. Autora, em especial, de *Ben Laden, secret de famille de l'Amérique*, ed. Gallimard, Paris, 2001, e de *Le Dieu des petits riens*, ed. Gallimard, Paris, 2000 (Prêmio Booker 1997). Este artigo consiste de trechos da conferência da autora no dia 27 de janeiro de 2003, durante o Forum Social Mundial de Porto Alegre.

[1] Nota da redação: O RSS, fundado em 1925, contaria atualmente com três milhões de membros formados em campos de treinamento paramilitares (ler: *Le Monde*, 15 de março de 2002).

[2] Nota da redação: Em Cochabamba, na Bolívia, a "guerra da água" começada pela população em 1990 e 2000 obrigou o governo de La Paz a cancelar a privatização da gestão da água. Ler *Manière de voir* nº 65, setembro-outubro de 2002, "La Ruée vers l'eau".

[3] Nota da redação: Em junho de 2002, seis dias de revolta popular na cidade e na província de Arequipa, no sul do Peru, obrigaram o presidente Alejandro Toledo a desistir da privatização de duas empresas de eletricidade.

Opinião

Os esquecimentos de Berzoini e a seguridade social

Andréa de Paula Teixeira*

Na *Folha de S. Paulo* de 02/04/2003, o Ministro Ricardo Berzoini publicou um artigo no qual tenta explicitar "dois enganosos fetiches", que envolveriam a discussão "tendenciosa", segundo ele, do PLP 9. Que fetiches são estes? O primeiro é que o PLP 9 é a "própria reforma que dará justiça social e sustentabilidade orçamentária à Previdência do setor público". O segundo é que o PLP 9 é "a prova cabal de que o atual governo apenas cumpre o roteiro definido por seus antecessores, mancomunados com banqueiros e organismos internacionais". Para Berzoini, ao contrário, o PLP 9 é somente "um projeto de lei complementar que trata de parte da reforma da Previdência", apresentado em 1999 ao Congresso Nacional, para regulamentar o parágrafo 14 do artigo 40 da Constituição Federal, que diz que a "União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios **poderão** instituir regimes de previdência complementar para capitalizar aposentadorias de seus servidores, cujos salários superem o teto pago pelo regime geral do INSS".

Berzoini esqueceu de lembrar que o parágrafo 14 do artigo 40 não tem a redação original dada pela Constituição promulgada em 1988, mas a redação aprovada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que instituiu a reforma previdenciária nos termos neoliberais. Berzoini também se esquece de dizer que a Constituição promulgada em 1988 trazia como grande avanço na área social a introdução da concepção de seguridade social, que na forma da lei se refere ao conjunto articulado de ações, do poder público e da sociedade em geral, para assegurar **direitos** nas áreas de saúde, previdência e assistência social. Como os esquecimentos parecem uma virose relacionada diretamente ao exercício do governo, cabe lembrar que esta concepção de seguridade, universal e baseada no usufruto do direito social como parte inerente da cidadania, opõe-se a uma concepção de seguro social mais restrita, que vincula o direito a uma contribuição individual, quase sempre compulsória.

A seguridade social também foi esquecida no programa de governo que levou Lula à presidência da República. Não se falou de um Ministério da Seguridade Social e — no que se refere à área da previdência — encontra-se nele apenas uma proposta genérica de construção de um sistema único para servidores públicos e trabalhadores do setor privado. Na área de saúde, não há nenhuma novidade, enquanto na área de assistência social os programas de combate à fome e de geração de renda se encontram separados de uma política de assistência, que, por sua vez, é formulada de modo genérico e sem especificação. A seguridade social poderia elevar os trabalhadores brasileiros a um patamar de cidadania, cujo déficit é histórico e inegável, através de uma proteção social que fosse direito do cidadão e dever do Estado. Para tanto, a Carta de 1988 estabeleceu também uma diversificada fonte de financiamento, capaz de garantir essa proteção social ampla. Fazem parte destas fontes a chamada contribuição sobre a "folha" de salários, o COFINS, a CLL e a receita de concurso de prognósticos. A estas fontes, foi acrescida mais tarde a CPMF, vinculada diretamente à saúde.

O Ministro também se esquece de explicitar, com transparência, os valores destas fontes de financiamento, de forma a tornar mais claro o debate sobre o tão propalado déficit previdenciário, motor principal tanto da reforma feita no governo FHC quanto da reforma proposta agora. Algumas "surpresas" poderiam aparecer: basta verificar, só para dar alguns exemplos, os estudos da ANFIP, da Profa. Maria Lúcia Werneck e do Prof. Aloísio Teixeira.

Mas talvez o esquecimento mais sério do Ministro refira-se à **universalidade,** que é central na concepção de seguridade: com o PLP 9, a possibilidade de universalização da proteção social se esvai. Berzoini explicita que "o PLP 9 poderá dar um direito pelo qual todos os partidos de esquerda lutam há muito tempo para toda a classe trabalhadora: o sistema de fundos de pensão geridos por empregados e empregadores". Cita, ainda, o exemplo da existência deste sistema no Brasil, nas empresas estatais, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás, etc. Mas também se esquece de explicitar como o governo investirá nos fundos de pensão previstos pelo PLP 9. Para chegar ao patrimômio da PREVI existente hoje, o BB, por exemplo, investiu até cinco vezes o que era investido por cada bancário. O governo FHC limitou o investimento da empresa pública a um por um, isto é, o BB agora só pode investir quantia igual àquela investida pelo funcionário. Com todos os problemas financeiros gerados pela política econômica do governo FHC e ampliados pela manutenção, pelo menos até agora, desta política pelo atual governo (basta lembrar o aumento do superávit fiscal e da taxa de juros), qual a disponibilidade do governo Lula para investimento em fundos de pensão que possam garantir a longo prazo uma previdência digna e que não leve o servidor público a um processo de pauperização crescente, como acontece hoje com o trabalhador do regime geral?

Muita coisa continua esquecida na discussão sobre a reforma da previdência. Com relação aos fundos de pensão, será um único fundo ou serão vários? Serão públicos ou privados? Serão constituídos por contribuição definida ou por benefício definido ou, ainda, por ambos? Por outro lado, a criação de diferentes fundos levaria à morte da universalidade no âmbito da seguridade social, isto é, não haveria mais a possibilidade de integração entre saúde, assistência social e previdência, já que para esta última passaria a valer o peso político e econômico de cada corporação. A volta do corporativismo, já legalmente superado com a unificação do sistema previdenciário nos anos 60, reeditará as diferenciações entre as categorias profissionais vigentes na época dos IAPs.

Outra importante questão levantada no artigo é a participação obrigatória dos novos servidores nas regras propostas pelo PLP 9; os atuais servidores, ao contrário, teriam a possibilidade de optar entre permanecer no regime atual ou se filiar ao novo regime. Várias indagações podem aqui ser feitas: trata-se realmente de uma opção? Com um regime em extinção e o retorno ao corporativismo para os novos servidores, como serão tratados os servidores atuais que não fizerem a opção pelos fundos de pensão? Como os futuros governantes atenderão às reivindicações de um conjunto de servidores cujo regime estará extinto? Respostas para estas questões não se encontram nem no artigo do Ministro nem nas suas entrevistas à grande imprensa.

O que encontramos mais uma vez, embora o Ministro diga o contrário, é a satanização do servidor público, considerado um "privilegiado". O centro da discussão sobre a reforma é a alteração das condições de aposentadoria do servidor público. Pode-se constatar que nenhuma das propostas até agora apresentadas refere-se ao regime geral da previdência social; nada foi dito sobre a necessidade de alterar tal regime a fim de minimizar a situação de penúria em que se encontram os aposentados e pensionistas vinculados ao INSS, 2/3 dos quais recebem salário mínimo. Por que o atual debate sobre a reforma não inclui o regime geral? Porque esta reforma, na verdade, já foi feita com a Emenda Constitucional nº 20 e completada com a criação do "fator previdenciário". Só resta agora submeter o servidor público às mesmas condições. Embora fale em unificação dos sistemas previdenciários, o Ministro também esqueceu de justificar o seguinte: por que essa unificação deve ser feita com base nas regras do INSS e não adotando-se como regime geral aquele que é hoje próprio do servidor público. Por que a unificação deve ser feita com um nivelamento por baixo, reduzindo-se e não ampliando-se direitos?

Berzoini pede, no final do seu artigo, que os interlocutores apresentem "o máximo de consistência na condução de seus argumentos, sob pena de rejeitarmos o rótulo sem conhecermos adequadamente o produto". A proposta de reforma previdenciária do governo ainda não foi apresentada; a aprovação do PLP 9 foi posta na ordem do dia como prioridade, mas não se explica que relação as mudanças nele propostas terão com a reforma global a ser feita. O PLP 9 não altera em nada as condições dos trabalhadores vinculados ao regime geral e penaliza os servidores públicos, tanto os atuais quanto os futuros. Portanto, a exigência de um "máximo de consistência na argumentação" poderia ser dirigida de volta ao Ministro, acrescida de uma pergunta: a quem realmente interessa a aprovação do PLP 9?

* Professora Assistente da Escola de Serviço Social da UFRJ e doutoranda do Programa de Pós-Graduação da ESS/UFRJ.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano V nº 65 • 17 de abril de 2003
www.adufrj.org.br

Festa de 24 anos da Adufrj-SSind

Fundada em 26 de abril, a seção sindical vai comemorar seu 24º aniversário nesta sexta-feira (dia 25) em sua sede, localizada no campus da Ilha do Fundão, no Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200, a partir das 17h. Na ocasião, haverá coquetel e o lançamento de uma revista da Adufrj-SSind sobre a Reforma da Previdência. Todos os professores sindicalizados estão convidados. Compareça!

Estaduais suspendem a greve

As assembléias conjuntas dos servidores da Uerj e Uenf, realizadas no dia 15/04, decidiram pela suspensão da greve com retorno às atividades nos dias 24/04 e 22/04, respectivamente. A decisão foi tomada considerando a irresponsabilidade do governo em não ter apresentado uma proposta anteriormente, causando prejuízo aos trabalhadores e à população. O Movimento Unificado dos servidores continuará exigindo a responsabilidade política e judicial do governo do Estado pelo não pagamento dos direitos dos trabalhadores. As duas assembléias decidiram encerrar a paralisação, mas mantiveram o Estado de Greve, reforçando a participação no Movimento Unificado do Funcionalismo para continuar a luta pelo atendimento de todas as reivindicações.

Fonte: Página eletrônica do Sindicato dos Trabalhadores das Universidade Públicas Estaduais do Rio (Sintuperj)

Agenda Sindical

25 a 27/04 - Congresso Estadual da CUT-RJ
Canto do Rio, em Niterói. Rua Visconde do Rio Branco, nº 701

26 e 27/4 - Reunião do Conselho Deliberativo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
São Paulo (SP)

1º de maio - Dia do Trabalhador

5/5 - Ato Unificado no Rio contra a Reforma da Previdência
Local e horário a confirmar

9/5 - Reunião do Setor das Federais

10/5 - Plenária dos SPF

21 a 23/5 - IX Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN
Brasília (DF), no Auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal

3 a 7/06 - Congresso Nacional da CUT
São Paulo (SP) - Anhembi

Adufrj-SSind no feriado

Por conta dos feriados, a Adufrj-SSind não terá expediente nesta terça-feira (22/4). Voltamos ao trabalho normalmente a partir desta quinta-feira (24/4).

Kelvin Melo

CONSELHEIROS APROVAM AS NORMAS E O CALENDÁRIO DA PESQUISA ELEITORAL

Colegiados Superiores aprovam paridade para eleições internas

Primeiro turno será realizado nos dias 20, 21 e 22 de maio e colegiados firmam compromisso com o resultado das urnas

A pesquisa eleitoral junto à comunidade da UFRJ para escolha dos próximos reitor e vice-reitor vai obedecer ao critério da paridade entre os segmentos de professores, técnico-administrativos e alunos (um terço de "peso" para cada um). A decisão, que envolveu os conselheiros do CEG, do CEPG, do Consuni e do Conselho dos Curadores, em sessão extraordinária realizada em 15/4, foi aprovada por 33 votos favoráveis e apenas 12 contrários. O fato só não foi mais comemorado - o pleito paritário é defendido por todas as entidades representativas estudantis e sindicais - porque ainda caberá ao Colégio Eleitoral, formado pelos colegiados citados, a formulação da lista de nomes que será enviada ao MEC para nomeação. É bem verdade que também foi aprovado que o chamado Colégio Eleitoral deve se comprometer em acatar o resultado das urnas. No entanto, a votação final será secreta e não permite avaliar se a resolução será cumprida à risca por todos os seus integrantes.

Curiosamente, quase todos os que se manifestaram para defender esta ou aquela proporção eleitoral discursaram em favor da "unidade da UFRJ", seja para dizer que os professores seriam mobilizados se mantivessem uma cota maior (nem que fosse no critério de 50/25/25), ou, por outro lado, pela paridade, os técnico-administrativos e alunos participariam com força da pesquisa. Para o professor Pedro Lagerblad de Oliveira (CCS/Consuni), "a questão não é a forma, mas a circunstância". Em reunião no seu Centro, o docente apurou a proporção de 70% para os professores como a mais aceita, mas acreditava que o critério de 50/25/25 seria "um ótimo meio do caminho, bem aceito pelos técnico-administrativos, alunos e docentes". Ricardo Tauile (CCJE/Consuni) reforçou essa posição: "Essa proporção de 50/25/25 já é uma proposta de chegada, de entendimento. Queria que isso sensibilizasse os colegas. Uma queda-de-braço aqui pode estimular a sensação de fratura. Por isso, os 50/25/25 vêm no sentido da conciliação", observou.

Paulo Mauricio, um dos representantes discentes no Consuni, expressou ponto de vista diferente: "Essa proposta (de paridade) não é corporativa. Estamos em um outro momento político e a maneira mais legítima (de realizar o pleito) é pela

Continua na página 4

Manifesto

Caros Colegas:

Enviamos em anexo a carta-manisfesto do Programa de Engenharia Química da Coppe-UFRJ sobre o problema iminente de aponsetadorias prematuras que podem ser provocadas pela aprovação de um plano mal elaborado da reforma da previdência. Esta carta foi aprovada por unanimidade em reunião de colegiado do PEQ/COPPE/UFRJ de 09 de abril de 2003 e será lida em futura reunião do CONSUNI. Além disso, o PEQ pretende divulgar amplamente o seu conteúdo.

Gostaríamos de solicitar a divulgação da mesma no jornal da Adufrj.

Atenciosamente,

Príamo Albuquerque Melo Jr.
Vera Maria Martins Salim
(Professores do PEQ/COPPE/UFRJ).

Ao Conselho Universitário da UFRJ

Do Colegiado do Programa de Engenharia Química

COPPE - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 09 de Abril de 2003

Prezados Conselheiros:

Há algum tempo temos acompanhado as discussões sobre as propostas de mudanças na Previdência Social, em particular o regime de aposentadoria dos funcionários públicos. Não é de hoje que o funcionalismo é acusado, por fontes governamentais, com uma orquestrada amplificação nos grandes veículos de comunicação de massa, de ser o culpado por grande parte das mazelas do país, e em particular, pelos problemas crônicos por que passa a Previdência Social.

Em cheque sempre estão as questões relacionadas à estabilidade e à aposentadoria integral do servidor público. Essas questões, usualmente discutidas de forma superficial, são sempre colocadas como privilégios, quase sempre sem lembrar que elas estão associadas à definição do modelo de funcionamento do Estado brasileiro e às contra-partidas exigidas do empregado público. Por exemplo, o funcionário público não tem direito ao FGTS e paga 11% de seus vencimentos à Previdência (quando os CLTistas pagam 8% sobre um teto de 10 salários mínimos); no caso dos docentes universitários hoje, a maior parte dos seus vencimentos (cerca de 80%) é composta de gratificações que não são incorporadas ao salário básico. Já se fala em remover algumas dessas gratificações na aposentadoria. Não é demais lembrar que quando da implementação da GED, os aposentados só ganharam 60% da gratificação dos ativos.

Embora existam pontos a serem corrigidos no regime de Previdência Social, causa estranheza a pressa e a modo com que esse debate é conduzido pelo Governo Federal. Nos últimos anos, por duas vezes, ao se discutir este assunto, de forma igualmente atabalhoada, um grande número de funcionários públicos se viu compelido a solicitar a aposentadoria, embora boa parte deles preferisse continuar trabalhando normalmente. O prejuízo causado à União, pela inabilidade de seus governantes, foi enorme. Parece que o atual governo não percebeu os equívocos e tende a cometer os mesmos erros. Só para exemplificar o que já está ocorrendo, o Secretário de Ensino Superior (SESU), Prof. Carlos Roberto dos Santos, registrou recentemente sua preocupação com elevado aumento do número de docentes de IES públicas, altamente qualificados, que se aposentaram nos meses de janeiro e fevereiro deste ano.

Vejamos o caso do Programa de Engenharia Química da COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro. O PEQ / COPPE / UFRJ, que nesse ano de 2003 comemora 40 anos de fundação, e que constituiu o núcleo ao redor do qual se desenvolveu a pós-graduação e pesquisa em Engenharia do país. O PEQ tem recebido nota máxima em todas as avaliações a que foi submetido nas últimas décadas (tem atualmente o conceito 7 na CAPES). Seu corpo docente é reconhecido nacional e internacionalmente pelos trabalhos e pesquisas relacionadas a diversos campos da Engenharia. O futuro deste grupo, altamente qualificado, no entanto, está em risco. Metade de seus professores (9 de 18) pode simplesmente decidir pela aposentadoria e se afastar da universidade, a curto prazo, em função das mudanças propostas no regime de previdência do funcionalismo e, principalmente, pela ausência de garantias de que seus direitos atuais serão respeitados, caso optem por não se aposentar. Assim, de um dia para o outro, o PEQ/COPPE/UFRJ, a despeito dos enormes serviços prestados ao país, pode simplesmente implodir, soterrando com ele toda uma tradição e excelência em Engenharia. Pode o Brasil se dar a esse luxo, destruindo de forma tão irresponsável um patrimônio construído ao longo dos últimos 40 anos?

Independentemente da questão da Previdência, o PEQ vem discutindo e agindo, há anos, sobre este problema, visando a uma renovação programada de seu corpo docente. Esta renovação, no entanto, esbarra na falta de vagas para concursos públicos e nos baixos salários, em particular para aqueles que hoje iniciam sua carreira nas Universidades Federais do país.

Pelas razões acima apresentadas, o PEQ/COPPE/UFRJ solicita ao órgão deliberativo de maior hierarquia desta Universidade que interfira junto ao Governo Federal para que este mude o tom e o rumo das discussões sobre a aposentadoria dos funcionários públicos e inicie uma série de ações responsáveis no sentido de minimizar esta nova avalanche de pedidos de aposentadoria que, no caso particular do MEC, irá trazer prejuízos irreparáveis à ciência e à pesquisa e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do nosso país.

Colegiado do Programa de Engenharia Química

Carta aprovada por unanimidade em reunião do Colegiado do PEQ/COPPE do dia 09/04/2003.

Resenha

Consulta popular sobre Previdência

O deputado Roberto Gouveia (PT-SP) apresentou no dia 14 um projeto que prevê realização de consulta popular (plebiscito ou referendo) sobre as propostas de mudança na Previdência Social, segundo matéria do jornal O Estado de S. Paulo (15/4). O problema é que o controle da propaganda e do eventual questionário da consulta pelo governo pode inviabilizar o debate e isolar o funcionalismo do restante da sociedade.

Verba emergencial para universidades

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, apresentou, no dia 11/4, um pacote de medidas para o ensino superior que custará cerca de R$ 324 milhões. Entre as medidas, estão: a abertura de concurso para 7,7 mil vagas em hospitais universitários; a liberdade para cada instituição federal contratar professores de acordo com a titulação mais adequada à área de conhecimento; a liberação de R$ 100 milhões para investimentos também em HUs e o fim da lista tríplice para reitores.

Salário mínimo deveria ser de R$ 1.466,73

O salário mínimo brasileiro deveria valer R$ 1.466,73 em março, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). O cálculo foi feito com base no preceito constitucional que estabelece que o salário mínimo deveria suprir as necessidades de uma família com alimentação, moradia, educação, saúde, transporte, vestuário, higiene, lazer e previdência social. O mínimo ideal calculado pelo Dieese corresponde a 7,3 vezes o valor do salário de março (R$ 200). No dia 1º, o salário mínimo recebeu um reajuste nominal de 20%, passando a valer R$ 240, segundo matéria da Folha Online (4/4).

Errata: o último boletim da Adufrj, de 7 de abril, saiu com a numeração errada, repetindo a do anterior (nº 63), de 28 de fevereiro.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Servidores podem acumular mais perdas em 2004

Relatório do Andes-SN classifica medidas do governo Lula

Mais perdas salariais à vista. Esse é o teor do relatório enviado às seções sindicais no dia 14/4 pelo Andes-SN no qual se comenta a audiência que os servidores federais tiveram com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, em 9 de abril. De acordo com o documento, caso se confirmem as informações de que na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2004 (LDO) o governo prevê inflação de 15% em 2003 e correção de salários até 5% para os SPFs, isto quer dizer que o funcionalismo federal acumulará "mais alguns pontos percentuais em nossas já enormes perdas salariais".

Com o irrisório reajuste de 1% mais a gratificação fixa anunciada na semana retrasada, apenas 1,2% dos servidores públicos federais civis receberão a resposição da inflação de 2002 (12,5% pelo IPCA), que corresponde àqueles que ganham até R$ 500. Aproximadamente 80% dos servidores não receberão nem mesmo a metade da inflação do ano passado, ainda de acordo com o relatório

Orientações políticas

Para fazer frente ao atual governo, o movimento docente, reunido no 22º Congresso do Andes-SN, em março deste ano, adotou como resoluções: não rebaixar reivindicações; não baixar bandeiras de luta e não abrir mão dos instrumentos de luta construídos historicamente.

O governo de Lula foi caracterizado, segundo o relatório, como um "governo de coalizão de classes que vem, paulatinamente, adotando medidas que não atendem às reivindicações dos trabalhadores que o elegeram". Para o movimento docente, essa característica se evidencia nas medidas econômicas adotadas, nos cortes realizados no orçamento de 2003, no superávit fixado e nos acordos reafirmados com o FMI.

Próximos passos dos servidores

Com base na avaliação de que o governo continuará pautado pela agenda do FMI/Banco Mundial e G-7 e não pelas reivindicações dos trabalhadores, o Andes-SN está indicando uma série de atividades para os próximos dias: além da reunião do Setor das Federais, seguida de Plenária dos SPF (ver agenda sindical, na página 2); está sendo cogitada uma audiência com o próprio presidente Lula, marcada pela Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais, para tratar da Reforma da Previdência, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do reajuste dos SPF.

Mais especificamente no campo da Educação, o Andes-SN vai agendar uma audiência com o ministro da Educação, Cristovam Buarque, tendo como pauta as incorporações das gratificações (GID, GED, GAE) e as demais deliberações do 22º Congresso do Andes-SN. Além disso, o Sindicato Nacional vai continuar a luta pela revogação imediata da Lei 9.192/95, do parágrafo único do art. 59 da LDB (Lei 9.394/96) e do decreto 1.916/96, que regulamentam a escolha de dirigentes.

Entre outras medidas, o Sindicato vai continuar também a campanha para conseguir mais assinaturas no documento contra o PLC 9/99 (ou outras medidas que introduzam a privatização da Previdência Social Pública) dirigido ao presidente da República (veja abaixo). Para participar da iniciativa, os professores da UFRJ podem procurar uma cópia da carta na sede da Adufrj-SSind (CT, bloco D, sala 200, ilha do Fundão), onde vão informar sua lotação e seu registro de identidade. Os interessados também podem buscar uma cópia do documento para colher assinaturas em suas respectivas Unidades.

"Ao presidente Lula,

·**Somos servidores públicos das três esferas** e como a maioria do povo trabalhador brasileiro nos somamos ao movimento que o elegeu presidente para mudar o Brasil, derrotando a política de FHC e do FMI.

·**Sofremos arrocho salarial, fomos caçados como marajás** por Collor de Mello e por FHC, que retirou 56 direitos dos servidores públicos em 10 anos.

·**Em especial, FHC se dedicou a privatizar nossa Previdência** com sua Reforma.

·**Mas isso deve mudar depois da vitória de 27 de outubro.**

·**No entanto o PL 9/99 (que cria os Fundos de Pensão Complementar)** está para ser aprovado no Congresso Nacional. Por isso apoiamos o ofício que a Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF) lhe enviou em 5/12/02, fazendo eco à angústia de milhões de servidores, dizendo:

"A implantação da Previdência Complementar certamente comprometerá os benefícios dos servidores, posto que a aprovação do PL 09, ainda em discussão no Congresso, poderá determinar um sistema de contribuição definida, o que, apenas garante um ingresso conhecido, mas não um valor para o benefício. Ou seja, o servidor será obrigado a contribuir para um sistema que aplicará o dinheiro destinado á sua aposentadoria num mercado de alto risco como o de ações. Na hora de receber o benefício, poderá descobrir que não tem nada a perceber.

Além disso, a Previdência Complementar significa a transferência de recursos da União e dos servidores para o setor privado, privilegiando um dos setores mais lucrativos da economia no Brasil e no mundo – a Previdência Privada".

·**Nós nos somamos a esta decisão. Não podemos aceitar o projeto** que combatemos nestes anos todos. Nesse sentido, pedimos sua ajuda para retirar/arquivar, no Congresso Nacional, o PL 9/99 de FHC/FMI."

Colegiados

Continuação da capa

paridade. E mesmo dentro da paridade, o peso dos docentes é maior", ressaltou. A decana do CFCH, Suely Souza de Almeida, também foi a favor da paridade: "Defendo o voto paritário, porque assim fui eleita diretora de Unidade e, depois, decana. As três categorias estão igualmente implicadas neste processo, porque a Universidade não existe sem nenhuma delas", disse. Coordenador do DCE e representante no Consuni, o estudante Márcio Carvalho de Sá, o "Batata", foi enfático: "Não nos interessa a matemática que faça uma corporação mais forte que a outra. Queremos a harmonia e a justiça entre as corporações. Não consideramos justo, portanto, neste momento, transgredir a harmonia da realidade do dia a dia (com outra proposta de não-paridade)", afirmou. "Relembrando a eleição de Vilhena, não foram os técnicos, nem os alunos que foram costurar acordos em Brasília com Paulo Renato", completou.

Além da paridade, ficou definida uma fórmula de ponderação nas eleições que leva em conta o total de votantes de cada segmento, em vez do universo total de eleitores. O cálculo ficou assim para preservar o "peso" dos alunos que, mesmo mobilizando milhares de colegas, dificilmente chegariam a alcançar sequer a metade dos mais de trinta mil discentes da UFRJ. Houve grande divergência neste ponto, quando vários representantes de docentes quiseram fazer valer o denominador do universo eleitoral: "Desse modo, a paridade fica apenas para aqueles que foram votar. Esse grupo (que foi votar) não é uma categoria. Isso não é consistente", argumentou o decano do CCJE, Alcino Câmara. O decano do CT, Cláudio Baraúna, considerou que a fórmula adotada trazia o princípio do voto universal para a pesquisa. Márcio "Batata" reafirmou que não havia na proposta o voto universal e que a adoção do universo de eleitores contribuiria para a desmobilização dos alunos, já que a participação não é obrigatória: "Na eleição passada, que já foi chamada aqui de altamente mobilizadora, houve menos participação dos docentes e dos funcionários do que no pleito de 1998. Já os alunos deram uma grande contribuição ao processo (foram 7.033 votantes de um total de 13.453, mas havia um universo de mais de 36 mil alunos)", afirmou.

Chapas só conterão nomes do reitor e do vice

Foi rejeitada a proposta em que cada chapa deveria apresentar, no ato da inscrição, os nomes dos sub-reitores, do prefeito e do coordenador do Fórum de Ciência e Cultura que constituiríam a sua eventual administração. Os candidatos a reitor e vice-reitor detentores de cargo de direção, função gratificada na UFRJ ou cargo de direção nas fundações de apoio da universidade deverão se desincompatibilizar de suas funções a partir da inscrição da chapa até o dia da proclamação dos resultados da eleição no Colégio Eleitoral.

Neste ponto, o reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza, que já assumiu sua candidatura, disse que o procurador da UFRJ iria à Brasília no dia seguinte para esclarecer sua situação junto à Procuradoria do MEC - Fracalanzza já é um vice-reitor que assumiu o cargo e tornou-se candidato à sucessão.

Calendário reduz período para debates

A inscrição de chapas para reitor e vice-reitor será feita nos dias 28 e 29 de abril. Em seguida, de 30/4 até 16 de maio, haverá campanha com debates entre os candidatos. Nos dias 20, 21 e 22 de maio, ocorre o primeiro turno da pesquisa, com divulgação dos resultados no dia 23/5. Se nenhuma das chapas obtiver mais de 50% dos votos ponderados das três categorias, as duas mais votadas participarão de um segundo turno nos dias 3, 4 e 5 de junho, com divulgação dos resultados no dia 6/6. A elaboração das listas tríplices pelo Colégio Eleitoral será feita até o dia 12/6. A pesquisa será realizada de 9h às 16h. Nas Unidades onde houver atividades noturnas, o horário será prorrogado até 21h.

A professora Maria Lúcia Patitucci (CCMN/CEG), que também é conselheira da Adufrj-SSind, chegou a propor um calendário um pouco mais extenso para garantir um prazo maior para a realização de debates - a proposta original concedia mais uma semana para a campanha - mas, sob o argumento de não "estourar" demais o período previsto pela legislação do MEC, houve preferência dos colegiados pela redução desta fase em que serão conhecidas as proposições dos candidatos.

A diretoria da Adufrj-SSind lamenta que não foi dada a devida atenção à discussão de um projeto para a UFRJ pelos Conselhos Superiores.

Comissão se reúne em 25/4

No dia 25 de abril, às 13h, será instalada a comissão responsável pela organização da pesquisa eleitoral, que terá sete representantes dos conselhos superiores (dois do Consuni, dois do CEG, dois do CEPG e um do Conselho de Curadores); sete representantes dos docentes (sendo um por Centro e um pelo Fórum de Ciência e Cultura); sete representantes dos estudantes, indicados pelo DCE e APG, através de seus fóruns; e sete representantes dos funcionários técnico-administrativos, indicados pelo Sintufrj, através de um dos seus fóruns. Os nomes ainda não são conhecidos.

Calendário da pesquisa

atos	data
Instalação da Comissão da Pesquisa	até 25/4
Inscrição de chapas	28 e 29/4
Campanha com debates	30/4 a 16/5
Realização do primeiro turno da pesquisa	20, 21 e 22/5
Divulgação dos resultados da pesquisa	23/5
Realização eventual do segundo turno da pesquisa	3, 4 e 5/6
Divulgação dos resultados do segundo turno da pesquisa	6/6
Elaboração das listas tríplices pelos Conselhos Superiores	até 12/6

Sessão quase não termina

Logo no início da sessão extraordinária, uma votação quase pôs fim aos trabalhos. O professor Nelson Souza e Silva (CCS/CEPG) pediu que fosse modificado o título do regimento da consulta à comunidade. Para ele, "pesquisa" era um nome inadequado: "Não há necessidade de maquiar o processo como 'pesquisa'. Isso é uma proposta de eleição. Não é próprio da UFRJ fazer esse tipo de maquiagem. Ou nós nos comprometemos ou isso é uma brincadeira", criticou, fazendo referência ao poder concedido ao Colégio Eleitoral na instância final. No entanto, por 21 votos a 18, a questão foi considerada superada pelo debate da sessão anterior, quando os colegiados decidiram pela eleição indireta (veja jornal da Adufrj nº 88, de 14 de abril).

Kelvin Melo

CONSELHEIROS DISCUTEM COMPROMETIMENTO DO COLÉGIO ELEITORAL COM O RESULTADO DAS URNAS

Essa votação causou uma grande tensão e os representantes dos técnico-administrativos anunciaram que se retirariam do recinto, ao lado de alguns representantes docentes. De acordo com a conselheira Rejane Gadelha, esse resultado "formalizou uma questão que estava velada até o momento (ou seja, a pesquisa não iria ser respeitada pelo Colégio Eleitoral mesmo)".

Após um recesso que durou mais de quarenta minutos, foi costurada a resolução que definiu o comprometimento do Colégio Eleitoral com o resultado das urnas. Mais seguros, todos os conselheiros retornaram à sala do Consuni e votaram o restante do regimento da pesquisa eleitoral.

Diretor da Adufrj-SSind manifesta posição

Acompanhando a sessão, o 1º tesoureiro da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, reafirmou novamente a posição da seção sindical em defesa do exercício pleno da autonomia universitária. Ele comentou a retidão da votação que definiu o comprometimento do Colégio Eleitoral com o resultado da pesquisa: "Este compromisso político é fundamental e deve ser explícito, sim, para não dar margem a interpretações", disse.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano V nº 66 • 28 de abril de 2003
www.adufrj.org.br

Assembléia Geral

8/5 - quinta-feira 13h30
Salão Nobre da Decania do CT
Bloco A, ilha do Fundão

Pauta:

1 - Informes
2 - Ações judiciais pelos 28,86% e 26,05% (Plano Verão)
3 - Eleições para Reitor/Vice-Reitor na UFRJ
4 - Campanha na UFRJ contra a Reforma da Previdência do governo
5 - Reunião do Setor das IFES/ Plenária dos SPF (9 e 10 de maio)
a) Paralisação nos dias 14 e 15 de maio contra a Reforma da Previdência
b) Eleição de Delegados/observadores para Plenária dos SPF
6 - Assuntos Gerais

Conselho de Representantes

5/5 - segunda-feira 17h30
Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)
Pauta:
a mesma da AG

Agenda Sindical

29/04 - Reunião da Coordenação Estadual dos SPF do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro (RJ), na sede da CUT-RJ, às 15h30
30/04 - Reunião dos GTs Seguridade Social das SSinds do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro (RJ), na sede da Regional, no Centro, às 17h
1º de maio - Dia do Trabalhador
5/5 - Ato Unificado no Rio contra a Reforma da Previdência
Local e horário a confirmar
9/5 - Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF), na sede do Andes-SN
10/5 - Plenária dos SPF
Brasília (DF)
15/05 – Ato Unificado em Defesa da Previdência Pública
Rio de Janeiro (RJ)
21 a 23/5 - IX Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN
Brasília (DF), no Auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal
3 a 7/06 - Congresso Nacional da CUT
São Paulo (SP) - Anhembi
27 a 29/06 - 46º Conad do Andes-SN
Vitória (ES)

Lula na UFRJ

A Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe) vão inaugurar o Laboratório de Tecnologia Oceânica, neste 30 de abril, às 11h30. Está sendo anunciada a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Consuni modifica critério das eleições para reitor

Pesquisa vai adotar o universo de eleitores de cada categoria, em vez do total de votantes

Reviravolta na fórmula das eleições internas para reitor e vice-reitor da UFRJ. Em reunião ordinária do Conselho Universitário de 24 de abril, os representantes de docentes, funcionários técnico-administrativos e alunos modificaram o denominador que seria utilizado na ponderação entre as categorias: em vez do total de votantes, passa a vigorar o universo de eleitores. A mudança, a princípio, tende a diminuir o peso dos estudantes no pleito (que são mais de trinta mil e que, nas últimas eleições, mobilizaram cerca de sete mil) e reforça a posição dos professores. Por outro lado, o uso do universo de votantes poderia dar margem a distorções no processo, inlusive estimular a abestenção para aumentar a ponderação dos votos de uma categoria em relação às demais, o que seria um contra-senso.

A polêmica nem estava pautada nesta sessão do colegiado, para a qual estavam previstos apenas um expediente e dois processos para análise, mas a discussão ocorreu por força de diversas manifestações de desagrado com o resultado da reunião do chamado Conselhão (CEG, CEPG, Consuni e Curadores) de 15/4. Logo no expediente, a decana do CCMN, Ângela Rocha, apresentou um requerimento assinado por 13 conselheiros para rediscutir a fórmula. O decano do CT, Cláudio Baraúna, também propôs um novo debate em torno da questão, dizendo-se respaldado por um abaixo-assinado com mais de cem nomes do Centro, entre os quais destacou os dos quatro diretores das Unidades e Órgãos Suplementares locais. O decano do CCJE, Alcino Câmara, reforçou o pedido. Também representante do CCJE, o professor Ricardo Tauile queria voltar atrás na votação anterior do Conselhão: "Eu me peguei votando errado naquela votação. Quero deixar isso público", disse, atribuindo o erro à avançada hora em que terminou a reunião conjunta, com todos cansados. Ele cobrou unidade de todos os presentes: "Vamos tentar nos pôr de acordo. Os problemas (da Universidade) são maiores que essa polarização (entre categorias) aqui dentro", afirmou.

Até mesmo um dos já assumidos candidatos a reitor, o professor Aloisio Teixeira, distribuiu um documento aos conselheiros questionando a decisão tomada pela reunião conjunta dos colegiados. Além de perguntar, no texto, se o Conselhão - não previsto no estatuto nem nos regimentos da UFRJ - não poderia ter suas decisões contestadas judicialmente, Aloisio teceu comentários sobre a fórmula então adotada. "Ao se considerar o número de votantes - e não o número de eleitores - como base de cálculo da ponderação, não se estaria distorcendo a vontade do eleitor? Afinal, esta pode manifestar-se tanto no apoio a candidatos como no voto em branco ou nulo, ou simplesmente pode o eleitor abster-se de votar", disse ele, em um trecho do documento.

A modificação teve ainda o apoio inesperado dos estudantes e dos técnico-administrativos. A coordenadora do Sintufrj e representante no Consuni, Ana Maria Ribeiro, anunciou que a bancada dos funcionários "votou equivocadamente", tendo em vista as decisões congressuais da categoria, que prevêem o universo de eleitores, e também solicitou uma revisão. Coordenador do DCE, o representante discente Márcio Carvalho, o "Batata", disse não discordar da fórmula que foi aprovada no Conselhão. No entanto, para evitar uma divisão, propôs um recuo. "Não podemos aprovar avanços maiores do que a Universidade pode avançar. Em função (da manutenção) do princípio maior da paridade, estamos propondo esse recuo", afirmou.

E a função do Conselhão?

Com todas as intervenções favoráveis à mudança do denominador eleitoral, só restou ao Consuni deliberar sobre a melhor forma de fazê-la. Enquanto alguns advogavam que o próprio Consuni, como órgão máximo deliberativo da universidade, tinha plenas condições de promover a alteração, outros acreditavam que isso deveria voltar a ser objeto de discussão no próprio Conselhão. "Temos que encaminhar a votação hoje. O Consuni nunca abriu mão do seu poder e sempre foi maioria no Conselhão, não tenho dúvida. Só daremos continuidade ao processo", defendeu Luiz Antônio Cunha (CFCH), que não desejava atrasar a pesquisa. "Mais que a legalidade, estão a legitimidade e a responsabilidade com as decisões que tomamos. Temos que reformar as decisões no próprio fórum em que tomamos essa decisão", afirmou o decano do CCS, João Ferreira. Uma terceira proposta não fazia objeção à votação do tema pelo Consuni, mas defendia sua ratificação em uma nova reunião conjunta dos colegiados superiores. A professora Vera Lúcia Halfoun (CCS) acreditava que acrescentar uma semana a mais no calendário eleitoral não traria nenhum grande prejuízo. Havia receios, ainda, que uma decisão do Consuni sobre um processo eleitoral paritário, enquanto a legislação vigente no país não é revogada (o próprio ministro Cristovam Buarque pretende dar liberdade para cada instituição realizar eleições como bem entenda) poderia dar margem a algum tipo de contestação judicial.

A situação foi resolvida com uma resolução bem vaga que determinava o universo de eleitores de cada categoria como denominador da fórmula para qualquer processo de organização de processo de eleição, consulta ou pesquisa na UFRJ. A resolução do Consuni que promoveu a alteração teve 24 votos favoráveis e apenas sete contrários.

Grupos de Trabalho

Avaliar para quê? Avaliando as políticas

* Textos enviados pelas professoras Rosanne Dias e Maria de Lourdes Passos, que participaram das atividades mencionadas, representando o Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adufrj-SSind

"O SAEB indica uma catástrofe. O ENEM mostra resultados praticamente nulos da rede pública: a instituição da promoção automática levou com ela o analfabetismo e a ignorância matemática. No ensino superior, a única alteração foi de quantidade, com a expansão do ensino particular com caráter mercadológico: ela foi feita onde havia investidores e clientes para eles, em total discordância com critérios educacionais." Com estas palavras, o Presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), professor Otaviano Helene, encerrou sua fala de abertura do Seminário, ressaltando ser este apenas o início da discussão pública sobre avaliação, que deveria se prolongar por muito tempo. O evento foi promovido pelo Inep em conjunto com o MEC e suas secretarias de Ensino Fundamental (SEF), de Ensino Médio e Tecnológico (SEMTEC) e de Ensino Superior (SESu).

O Andes-SN participou com suas seções sindicais, junto com várias outras entidades integrantes do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). O Gtpe da Adufrj-SSind também estava presente durante todo o seminário, assim como intervindo em mesas de discussão da educação básica.

Na abertura do evento, foi colocada a perspectiva de construção de um sistema de avaliação compatível com os objetivos sociais e educacionais que seriam os do atual governo. Entre as críticas apresentadas ao sistema de avaliação educacional brasileiro, Otaviano Helene apontou a escassa utilização de dados disponíveis no Inep para alterar a situação da educação brasileira, a existência de um sistema de progressão continuada que avança para as séries seguintes as dificuldades escolares e a expansão do ensino superior de forma mercadológica em desacordo com uma proposta nacional.

Destacamos também nessa mesa de abertura o pronunciamento da representante da Comissão de Educação da Câmara Federal, enfatizando a importância de avaliar o sistema de avaliação e divulgando a realização de Ciclos de trabalho sobre Alfabetização de Crianças, a ocorrer em outubro de 2003. O professor Osvaldo Russo de Azevedo representou o ministro Cristovam Buarque. Segundo ele, o governo Lula não vai fazer uma revolução econômica, mas pode fazer uma revolução social, com o aprofundamento da democracia.

A mesa-redonda que traçou um *Olhar Panorâmico sobre as Políticas de Avaliação no Brasil* apresentou inúmeras críticas sobre o modelo de avaliação gestado no governo FHC. Para Julio Jacobo (Unesco), entre as premissas presentes na reforma dos anos 1980 estavam uma nova concepção do papel do Estado, a relocalização do aparato tecnológico e a reconfiguração do papel da educação, retirando-se o Estado de algumas questões educacionais. Entre as principais análises apresentadas por Jacobo, está a de que a metodologia das escalas empregada pelos institutos privados de avaliação eram escalas "vazias", por não serem explicadas, ficando um vazio público de entendimento. A inexistência de troca de informações técnicas ou metodológicas sobre a avaliação entre os sistemas foi denominado por Jacobo como processo de "incomunicação". Concluiu sua fala declarando ter dúvidas da existência de um sistema nacional de avaliação brasileiro.

Nildo Ouriques (UFSC) discordou frontalmente da posição apresentada pelo representante do MEC na sessão de abertura. Para o professor Nildo, a educação é um subsistema da economia e sem recursos não será possível reverter a péssima situação da educação brasileira. A crise do país, para o professor, é financeira e não fiscal. É preciso romper com a austeridade fiscal para termos os recursos necessários para a educação. Nildo Ouriques apontou a estratégia de vigilância e punição da avaliação brasileira que não serve para o planejamento e diz muito pouco sobre os currículos das nossas universidades, aumentando a insensibilidade para os problemas brasileiros. Para Nildo o modelo implementado no Brasil foi importado, caracterizando-se como neocolonizador e privatizante, responsável por produzir uma derrota acadêmica do intelectual brasileiro com o quantitivismo. Em resposta a tudo isso, para Nildo, é necessário construir um sistema social de avaliação.

A política de avaliação tornou-se vitrine no governo FHC, segundo Maria Teresa Leitão representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que, entretanto, não teve legitimidade política para transformá-la em instrumento pedagógico. Na sua opinião, a avaliação por competências e a avaliação do desempenho sem fundamentação se transformaram em modismos da educação. Teresa destacou que o Inep deve deixar clara a intencionalidade política para as três questões a seguir: 1) que os instrumentos de avaliação tenham consistência técnica para dar-lhes confiabilidade; 2) que o processo de construção da avaliação seja participativo e democrático e 3) que a avaliação tenha como meta a inclusão e a qualidade social.

A segunda mesa teve como tema a Avaliação da Educação Superior. O professor José Dias Sobrinho (Unicamp) ressaltou que toda avaliação tem forte componente político e ético, além do técnico. Ele criticou o Provão por ser um procedimento voltado para o controle, por não considerar especificidades, por ser injusto, ao não considerar as desigualdades iniciais, por reduzir a aprendizagem à capacidade de responder àquela prova, por desconsiderar valores universais que formam a pessoa, entre outros aspectos.

O Deputado Ivan Valente (PT/SP) também criticou o Provão. Para ele, há um projeto hegemônico no país, incrustado no poder econômico, na mídia e nas mentes em geral, que é o dos valores neoliberais e que enfatiza a competitividade, a lógica do mercado, o individual sobre o coletivo. O projeto de avaliação que dominou até hoje é compatível com esta lógica. As instituições internacionais como o Banco Mundial impõem a lógica que interessa a elas: política de Estado mínimo, a concepção de que é um luxo haver instituições de ensino, pesquisa e extensão. Para o deputado Ivan Valente, precisamos de avaliação institucional, com caráter público - mesmo para as instituições particulares -, que reafirme valores éticos e que seja uma avaliação de processo e não de produto.

A mesa sobre avaliação do ensino superior foi bastante concorrida na sessão de debates, com a participação de diversos interesses manifestados em uma longa lista de questões e intervenções: estudantes, representantes de instituições públicas, particulares e uma única defensora do Provão, professora Eunice Duhran.

Na discussão sobre avaliação da educação básica, a mesa foi coordenada pela secretária de Ensino Fundamental, professora. Maria José Feres. A tônica da maior parte dos expositores foi pela manutenção do Sistema Nacional da Educação Básica - Saeb, defendendo alguns dos expositores, entre eles a secretária Maria José, o aperfeiçoamento do sistema atual e a articulação entre o sistema da União com o dos estados.

Para a professora Edla Soares, representante da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o consenso sobre a existência de um sistema nacional de avaliação não se fez acompanhar da organização de um sistema nacional de educação. A ênfase de Manoel Palácios (UFJF) foi a de que avaliação deve "testar a eficácia de um direito fundamental" e, assim, servir para monitorar os padrões de desigualdades existentes. Conclamou o público a alterar a agenda política do país, mas destacou que não se incide na agenda pública com resultados privados. Para Palácios, as universidades devem se comprometer como co-gestoras do sistema de avaliação. Seu pronunciamento também defendeu uma definição das matrizes de competências do SAEB que, para ele, não devem ser abandonadas e, sim, aperfeiçoadas.

Como contraponto às posições colocadas, a professora Sandra de Souza (USP) afirmou que não necessariamente devemos estabelecer uma interlocução com o que foi posto na política de avaliação brasileira e analisou os possíveis desserviços da avaliação. Para ela, a avaliação não deve ser discutida no seu aspecto meramente técnico, pois implica princípios e valores, devendo estar claros os pressupostos dessas políticas. Assim devemos verificar: 1) se o lugar ocupado pela avaliação implica a redefinição do papel do Estado nas políticas públicas; 2) se há maior ênfase no produto do que no processo; 3) se há individualização do mérito; e, por último, 4) se há predomínio dos dados quantitativos sobre os qualitativos. Concluiu defendendo que não se pode ter uma política de avaliação à frente da definição de diretrizes e políticas educacionais. Para ela, devemos dar à avalia-

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

s de avaliação educacional*

ção o seu devido lugar.

A última mesa-redonda, sobre o ensino médio, coordenada pelo secretário Ibañez apresentou posições bastante variadas em torno da questão da avaliação. O professor Fernando Dagnoni (Unesp) relatou a experiência da universidade no aproveitamento do Exame Nacional de Ensino Médio -Enem- como parte da seleção para acesso à universidade. Na experiência relatada, o Enem e o vestibular são aplicados simultaneamente e o aluno/candidato pode escolher o seu melhor resultado, contrariando os princípios das medidas em educação. Sobre o Enem disse que somente a longo prazo será possível ser visto o resultado desse exame.

A professora Eliana Carneiro, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) sugeriu, em nome de todos os secretários estaduais de educação, a continuidade tanto do Saeb quanto do Enem. Destacou que os dois exames introduziram uma cultura de avaliação na busca de resultados e de sucesso que já repercute na sala de aula e influenciam o mercado editorial de livros o que, segundo ela, tem ajudado a melhorar a qualidade do ensino. Para Eliana, é positivo ver o ENEM passar a ser uma alternativa para a seleção ao ensino superior porque ele avalia habilidades e competências muito mais do que acúmulo de conhecimentos. Eliana ainda reforçou a necessidade de desenvolver a formação de professores e a avaliação deles voltada para o desempenho.

O professor Heraldo Vianna (Fundação Carlos Chagas) levantou críticas ao modelo de avaliação do Enem detalhando suas discordâncias acerca do estilo de prova que considerou com uma carga verbal muito grande e de grande complexidade. Propôs a modificação do Enem para ser um instrumento mais realista, medindo apenas duas capacidades desenvolvidas ao longo da vida: a habilidade verbal e a numérica. O professor Heraldo discordou da utilização dos resultados do Enem em substituição ao vestibular.

Os debates ocorridos nesse dia buscaram questionar não apenas a política de avaliação adotada pelo governo anterior bem como a política educacional que foi produzida pela reforma educacional implementada nos anos 1990, especialmente no governo de FHC. Notamos, entretanto, que os questionamentos a respeito da avaliação sobre essas políticas e sua adoção, ou não, no atual governo não foram respondidos pelas mesas, especialmente a última, a quem clara e incisivamente essas questões foram dirigidas.

Outro tema bastante criticado foi o do conceito de competências nas política de avaliação da educação brasileira. Apesar de algumas defesas feitas por diferentes expositores, nenhum deles respondeu às perguntas que foram dirigidas a eles sobre o tema. Também ficou de ser esclarecido por parte dos dirigentes das respectivas secretarias do MEC e estadual de educação como pretendem inserir os professores no debate sobre a política de avaliação do país. Essas e outras questões esperamos poder aprofundar melhor em outras publicações da Adufrj-SSind ou mesmo no desenvolvimento de atividades que nos façam refletir a respeito das políticas da avaliação, da formação de professores e curricular e o papel que deve ter a universidade na construção crítica dessas políticas.

Plenária do Fórum em defesa da escola pública sinaliza período de intensas atividades para o movimento*

Neste número estamos dando prosseguimento ao relato das atividades do GTPE (Grupo de Trabalho de Política Educacional) do Andes-SN no período de 3 a 8/4, em Brasília. No Jornal da Adufrj de 14/4, noticiamos a reunião do GTPE do Andes-SN, em 3 e 4/4, e parte da reunião do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), em 5 e 6/4. Neste número estamos finalizando o relato da reunião do Fórum e narrando o Seminário de Avaliação do Inep, em 7 e 8/4.

Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

O Andes-SN é uma das muitas entidades sindicais, científicas, profissionais, etc., que compõem o Fórum, cuja luta em defesa do ensino público no Brasil é da maior importância, como a participação na Constituinte e a produção do PNE (Plano Nacional de Educação) da Sociedade Brasileira. As deliberações do Fórum são tomadas por consenso, respeitando-se pois as instâncias deliberativas próprias de cada entidade componente.

A plenária do FNDEP realizada no dia 6, após a apresentação dos grupos de trabalho para o Seminário realizado em fevereiro com o ministro Cristovam Buarque, tratou de vários outros assuntos, mostrando uma agenda intensa de atividades para o próximo período:

-Campanha contra a Mercantilização da Educação aguardava apenas a produção de uma carta para distribuição pública;

-Marcha pela Educação: a Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE) relatou a dificuldade em encaminhar a tradicional marcha junto a outras entidades. Esse evento que, no primeiro semestre, vem marcando a agenda de protestos nacionais não deve se realizar esse ano dada a prioridade e urgência da discussão da Reforma da Previdência no momento atual;

-Sobre a realização do III Fórum Mundial de Educação (FME) foi dado o informe de que o seu Comitê político se reunirá em Porto Alegre para discutir a organização do evento previsto para julho de 2004 em Porto Alegre. Na ocasião, estará ocorrendo também nessa capital o Congresso da Internacional de Educadores (IE).

-Fóruns Estaduais de Educação: foi ressaltada a importância de constituição dos fóruns estaduais onde ainda não existam e de se envidar esforços na construção dos Planos Estaduais de Educação (PEE). No caso do Rio de Janeiro, temos buscado contato com a Comissão Executiva do I Congresso Estadual de Educação (Coed) para acompanharmos as ações em torno da realização do II Coed, cujo objetivo é a conclusão do PEE para o Estado do Rio de Janeiro.

A próxima plenária do FNDEP ficou de ser convocada em maio com data a ser confirmada pelas entidades. Nessa plenária a pauta de trabalho terá os seguintes pontos: 1) Atribuições e composição do Fórum e do CNE; 2) Políticas de Fundos para Financiamento da Educação (mesa de debate); 3) LDB e PNE (estratégias de alteração: na totalidade ou pontualmente) e, por último, 4) Piso salarial dos profissionais de educação (CNTE).

O GTPE da Adufrj-SSind pretende desenvolver ações para a organização da discussão desses temas na UFRJ contribuindo na construção e divulgação de propostas que venham a ser deliberadas pelos professores da UFRJ e encaminhadas para o conjunto do Sindicato Nacional. Estaremos divulgando as propostas surgidas nas reuniões do GTPE nacional e do Fórum, assim que cheguem os relatórios destas reuniões, com as propostas consolidadas.

Resenha

Congressistas fora da reforma

Pouco se fala nisso, mas os deputados e senadores estão fora da reforma previdenciária. Não será fixado para eles, por exemplo, um teto de aposentadorias equivalente ao maior benefício pago pelo INSS. O teto dos parlamentares continuará sendo seu salário no exercício do mandato - hoje, R$ 12.270. O Plano de Seguridade Social dos Congressistas foi criado em 1997 e garante a integralidade da aposentadoria após 35 anos de mandato ou 60 de idade, de acordo com matéria da Folha de SP (30/3).

Bibliotecas em falta

No estado do Rio de Janeiro, 40% dos alunos do ensino fundamental estudam em escolas que não têm bibliotecas, ou seja, 984.789 estudantes não podem pesquisar nem pegar livros emprestados no colégio onde estudam. Em relação ao ensino médio, a situação também é desapontadora: 17,7% dos estudantes (125.271) estão matriculados em escolas sem bibliotecas.

Liberalização da Educação

A Folha de S. Paulo publicou matéria em 30/3 sobre as quatro propostas de liberalização das regras de Educação em debate na Organização Mundial do Comércio (OMC). EUA, Japão, Austrália e a Nova Zelândia querem que os serviços de ensino sejam comercializados livremente, facilitando a atuação de grupos estrangeiros. Esses quatro países têm interesse no assunto porque exportam tecnologia de educação. A Austrália, por exemplo, faturou cerca de US$ 2,5 bilhões em 2001 com os serviços exportados neste segmento. O Andes-SN tem posição contrária à liberalização da Educação.

Museu Nacional pede socorro

Escassez de recursos, burocracia estatal, prédio praticamente em ruínas, falta de pessoal, descompasso com outras instituições e falta de público estão levando o Museu Nacional ao impasse. “Se nada for feito com urgência, não duramos mais de dois ou três anos”, avisou o diretor da instituição, Sérgio Azevedo, em matéria de O Estado de São Paulo (7/4). O Museu Nacional é uma das principais instituições científicas do país, com pelo menos três coleções únicas de importância internacional: a de paleontologia (com ossadas de animais brasileiros pré-históricos), a de arte indígena e a egípcia, comparável, segundo Azevedo, às do *Louvre*, em Paris, do Metropolitan, de Nova York, e do *British Museum*, Londres.

Jurídico

UFRJ reconhece direito dos docentes para progressão

Acabou a *via crucis* dos professores da UFRJ para recebimento dos proventos relativos à progressão. Em reunião com a diretoria e a assessoria jurídica da Adufrj-SSind, no dia 16/4, o sub-reitor de Pessoal e Serviços Gerais, Luiz Afonso Henriques Mariz, declarou que a universidade vai cumprir fielmente, a partir daquela data, a resolução nº 2/89 do Conselho Universitário, que disciplina este ato da carreira docente. Isto significa que os efeitos da progressão (inclusive os financeiros) serão deferidos aos professores da universidade desde a data da obtenção do respectivo título (data de defesa da tese), no caso de progressão vertical, ou, no caso de progressão horizontal, desde a data do requerimento do docente. Se for o caso, as diferenças serão pagas retroativamente a partir da defesa de tese ou do requerimento.

O reconhecimento deste direito dos docentes é uma reivindicação antiga da seção sindical, que foi reafirmado em ofício de março deste ano dirigido à SR-4. No documento, a presidente Cleusa Santos reclamou que o procedimento anterior de apenas aceitar o requerimento do docente com o respectivo diploma afrontava o próprio Código Civil. Em seu artigo 219, o Código descreve: "as declarações constantes dos documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários". "Isto porque, se a autarquia não pode deixar de reconhecer como válidas as declarações emitidas pela própria Universidade, conforme regra legal não há como deixar de reconhecer e dar validade às atas de defesa das teses defendidas nesta Universidade", diz um trecho do ofício.

No mesmo documento, a presidente Cleusa Santos observa que a norma legal também veda a imposição de condição que se sujeita ao arbítrio de apenas uma das partes. "E é exatamente esta modalidade de condição vedada expressamente pela lei que foi imposta pela UFRJ e que deve ser revista na medida em que sendo da própria autarquia a competência para registrar o título e ela o faz ou deixa de fazer em tempo que apenas a instituição fixa", comenta, no texto.

Divisão de Legislação da SR-4 acata o requerimento

Em resposta ao ofício da Adufrj-SSind, a Divisão de Legislação da SR-4 elaborou um outro documento, datado de 15 de abril, em que corroborou o pedido da seção sindical. Neste texto, a Divisão fez referência à resolução nº 2/89 do Consuni: "A referida resolução vem sendo afrontada por deliberações equivocadas e entendimentos subjetivos pela administração desta IFE (Instituição Federal de Ensino). Uma, por dar seqüência ao respaldo do MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) sem qualquer embasamento jurídico, que não vislumbrou o *periculum in mora*, nos mesmo moldes do motivo do entendimento administrativo, qual seja, em face a morosidade da administração não (se) pode autorizar, a princípio, que sejam profundamente prejudicados os servidores até o ato administrativo oriundo de instituição congênere".

Assessoria da Adufrj-SSind faz recomendações

A assessora jurídica da Adufrj-SSind, Sayonara Grillo, recomenda, portanto, que os professores formalizem os pedidos de progressão daqui em diante. "Em alguns departamentos, o pedido de progressão é informal, sendo o processo administrativo formalizado apenas após o registro do diploma ou após da avaliação (no caso de progressão horizontal). Este procedimento prejudica os professores. O importante é que o docente formalize imediatamente seu pedido de progressão, tão logo ocorra a defesa da tese ou complete o interregno para o pedido da progressão horizontal."

Sayonara também fez questão de destacar a solicitude do sub-reitor Luiz Afonso no tratamento da questão. Já para a presidente da Adufrj-SSind, não é possível deixar de reconhecer a mudança de diálogo entre a atual sub-reitoria de Pessoal e a anterior, da gestão Vilhena. "A sub-reitoria tem demonstrado disposição no atendimento às solicitações feitas pela Adufrj-SSind", completou Cleusa.

PSS não incide mais sobre Função comissionada

Em ofício datado de 10 de abril deste ano, a secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informou que não mais deverá incidir desconto para o Plano de Seguridade Social (PSS) sobre a parcela remuneratória da Função Comissionada ou Cargo em Comissão exercidos por servidor ocupante de cargo efetivo. O documento do MPOG observa que: "(...) com fundamento nos dispositivos legais resenhados, tem-se que a parcela remuneratória recebida pelo servidor ocupante de cargo efetivo pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial, não compõe a totalidade da remuneração do cargo efetivo nem se caracteriza com nenhuma das vantagens definidas como integrantes deste universo, conseqüentemente, não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária para o PSS (....)".

A recente mudança é baseada em decisão do Supremo Tribunal Federal, em sessão administrativa, do dia 18 de dezembro de 2002. Diante disso, a partir deste mês, estará sendo suspenso o desconto da contribuição previdenciária incidente sobre as parcelas correspondentes às Funções Comissionadas e Cargos em Comissão, cabendo ao Siape as providências necessárias.

Andes-SN

Andes-SN realiza Conad em junho

Com o tema *Reforma da Previdência: o medo vencerá a esperança?*, o Andes Sindicato Nacional realiza o 46º Conselho Nacional das Seções Sindicais (Conad) nos dias 27 a 29 de junho, em Vitória (ES). A convocação oficial já foi enviada às SSind, com a proposta de pauta e cronograma.

As contribuições das seções sindicais e dos sindicalizados para o Caderno de Textos do 46º Conad devem ser enviadas, impreterivelmente, até o dia 22 de maio. As contribuições que chegarem à sede do Sindicato no período de 23 de maio a 11 de junho também serão remetidas às seções sindicais e comporão o Anexo ao Caderno de textos a ser publicado em 17 de junho. Encerrados estes prazos, novos textos terão que ser submetidos a apreciação e aprovação de inclusão na Plenária de Instalação do Conselho. Para a aprovação de um texto que não tenha sido publicado no Caderno ou no Anexo, os proponentes deverão apresentar justificativa pelo não cumprimento dos prazos e a relevância para sua apreciação no Conad. A inclusão de textos na Plenária de Instalação deve ser aprovada por maioria simples dos delegados presentes.

Orientações sobre o caderno de textos do 46º Conad

1 – Indicar o Tema e o subtema: Movimento Docente e Conjuntura, Tema I ou Tema II.
2 – Indicar o Texto de Resolução (TR)
3 – Indicar o(s) autor(res) do Texto: Ex.: Diretoria, Assembléia Geral, Conselho de Representantes ou Sindicalizado
4 – Deverão ter a seguinte formatação:
4.1 – Texto de Apoio – **Recomendação**: que o texto não ultrapasse 3 laudas
4.1 – Margem Superior – 3
4.2 – Margem Inferior – 2
4.3 – Margem esquerda – 2
4.4 – Margem direita - 2
4.5 – Tipo – Arial 10
4.6 – Espaçamento entre linhas – Simples
4.7 – Espaçamento entre parágrafos – Antes: 3pt; Depois: 3pt
4.8 – Título maiúsculo /negrito – letra 14; Alinhamento justificado.
4.9 – Parágrafos Justificados
4.10 – Nota de rodapé – letra 8
Essas especificações técnicas são fundamentais para auxiliar a produção e a impressão do Caderno de Texto de forma rápida, eficiente e padronizada.
Tema I – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas
Tema II – Questões Organizativas e Financeiras do Andes-SN

Boicote ao Provão

As professoras Regina Pugliese e Maria de Lourdes Passos estiveram representando a Adufrj-SSind no "Seminário de planejamento e organização: campanha de boicote ao Provão 2003", em São Paulo (SP), entre os dias 25 e 27 de abril. O pré-projeto desta atividade foi aprovado na Plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, no início do mês. A realização do Provão está prevista para junho, nos mesmos moldes e parâmetros do MEC de Paulo Renato/FHC.

A seção sindical também colaborou com a participação de dois representantes dos estudantes do alojamento da UFRJ para participar deste seminário na capital paulista.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 89 • 5 de maio de 2003

Carta aberta ao presidente da República

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2003
Exmo. Sr. Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

A defesa da Seguridade Social e a posição contrária aos fundos de pensão estão na agenda política do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) desde 1998. Em face da ofensiva do grande capital, em sua forma rentista de acumulação e valorização, os trabalhadores do serviço público vêm reforçando os laços de solidariedade e denunciando o caráter privatista desta proposta de Reforma. A luta dos servidores públicos tem se pautado, ao longo de quase uma década, tanto na crítica aos mecanismos antidemocráticos de controle social quanto na resistência à implantação das políticas neoliberais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, que visam, em síntese, a retirar direitos da classe trabalhadora e a reduzir a responsabilidade do Estado na questão social.

Neste processo, o servidor público constituiu-se num tenaz defensor da Seguridade Social e dos serviços públicos e gratuitos de qualidade, negando-se a aceitar o processo de despolitização da luta pelos direitos sociais, assim como a naturalização da mercantilização da saúde, da previdência e da assistência social, Rebento do Governo de Fernando Henrique Cardoso, a Reforma da Previdência anunciada pelo governo, mas até agora não formalizada, visa, entre outras coisas, a extinguir o caráter solidário e de repartição da Previdência e a repassar para o setor financeiro privado recursos fabulosos sem controle público ou social com a instituição de previdência complementar para os servidores públicos, a título de eliminar o déficit do sistema previdenciário. A análise das receitas previstas na Constituição Federal para a Seguridade Social com as despesas da Previdência, Saúde e Assistência Social demonstra seu caráter superavitário e que o déficit não existe.

Uma reforma de tal porte não pode ser realizada de forma apressada e sem um amplo debate com a sociedade, particularmente com os trabalhadores, inseridos ou não no mercado de trabalho. Não há até o momento sinalização do governo de como realizar o debate democrático amplo antes de enviar sua proposta para apreciação do Congresso, debate este que não pode ficar restrito a conselhos de representação e de composição dirigida pelo próprio governo. O governo deveria divulgar sua proposta e discuti-la amplamente com os trabalhadores, os sindicatos e a sociedade em geral.

Guilherme Lessa

PRESIDENTE LULA RECEBEU DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND, EM 30/4

Veja matéria do encontro do presidente Lula com a diretoria da Adufrj-SSind, os protestos contra a reforma e a continuação desta carta nas páginas 4 e 5

Assembléia Geral

8/5 - quinta-feira 13h30
Salão Nobre da Decania do CT
Bloco A, ilha do Fundão

Pauta:

1 - Informes
2 - Ações judiciais pelos 28,86% e 26,05% (Plano Verão)
3 - Eleições para Reitor/Vice-Reitor na UFRJ
4 - Campanha na UFRJ contra a Reforma da Previdência do governo
5 - Reunião do Setor das IFES/ Plenária dos SPF (9 e 10 de maio)
a) Paralisação nos dias 14 e 15 de maio contra a Reforma da Previdência
b) Eleição de Delegados/ observadores para Plenária dos SPF
6 - Avaliação do Cecut/RJ

Conselho de Representantes

5/5 - segunda-feira
17h30
Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)
Pauta:
a mesma da AG

"Reforma da Previdência em debate"

Junto desta edição, os sindicalizados da Adufrj-SSind estarão recebendo em casa o Caderno "Reforma da Previdência em debate" (foto). A publicação traz os textos de Clemilce Sanfim, auditora fiscal da Previdência Social; Antônio Augusto de Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap); e do 1º vice-presidente da Adunicamp, Edmundo Fernandes Dias. A introdução do tema coube à presidente da seção sindical, Cleusa Santos, seguida da apresentação do 1º Tesoureiro, José Henrique Sanglard.

Movimento

CUT-RJ elege novo presidente

Congresso estadual remete ao CONCUT as proposições aprovadas nos grupos de debate

A CUT-RJ já tem um novo presidente por mais três anos: Jayme Ramos (foto), que é o atual vice-presidente da seção fluminense da central sindical, assumiu o cargo no lugar de Antônio Carlos de Carvalho, no 11º Congresso Estadual da CUT, realizado em Niterói (RJ), entre os dias 25 e 27 de abril. Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Niterói, Jayme é vinculado à Corrente Sindical Classista. Esta corrente política compôs, ao lado da Articulação Sindical - ligado à corrente homônima majoritária do PT -, uma chapa intitulada "Novo Rumo para a CUT". Esta união - que foi "costurada" durante o congresso, pois, a princípio, as duas correntes políticas lançariam candidatos próprios - conquistou 277 votos dos representantes de sindicatos presentes

A segunda chapa mais votada, "Unir a Esquerda para fortalecer a CUT com independência e autonomia", congregou o MTS (Movimento por uma Tendência Socialista), o MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), a UC (Unidade Classista), a UST (União Sindical dos Trabalhadores), a Força Socialista, CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores), OMP (Opção Movimento Popular) e independentes, e obteve 190 votos. Uma vez que as eleições da central obedecem ao critério da proporcionalidade, a chapa vencedora terá 59,31% da direção contra 40,69% da segunda colocada. Ou seja, os 11 cargos da Executiva estadual e os 42 da direção toda serão ocupados de acordo com essa divisão. As chapas "Em Defesa da CUT - Independência para defender os direitos" (Democracia Socialista), com 40 votos, e "CUT Independente, Democrática e Socialista" (O Trabalho, independentes petroleiros e Coletivo dos Educadores Socialistas), com 35, não atingiram o coeficiente eleitoral mínimo de 10% (foram 542 votantes) e não participarão da direção estadual. Não houve votos nulos ou brancos.

Para o presidente eleito, é importante frisar que, a despeito da estreita ligação histórica entre a central sindical e o PT, a independência e autonomia da CUT devem ser preservadas. Ele garantiu "com certeza" que a CUT-RJ apoiaria e organizaria uma greve contra a reforma da Previdência do governo, por exemplo, se necessária. "A central é uma construção dos trabalhadores. Temos que dar sustentação ao movimento dos trabalhadores, que é soberano. Até porque o governo está propondo a cassação de direitos", afirmou. O fato de ser noticiada nos grandes jornais a contusão do ministro Palocci em uma amistosa "pelada" com um sindicalista da CUT (Carlos Alberto Grana, secretário geral) não chega a preocupar Jayme. "Cada um tem o direito de se relacionar com quem quiser. Não pode é misturar o lado pessoal com a política", completou.

Divergência quanto ao Codes

Jayme não concorda com a resolução aprovada no último Congresso do Andes-SN, sobre a retirada de representantes da CUT do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes). Segundo ele, se o governo apresentou um espaço político para discussão de propostas, os trabalhadores têm que estar presentes. O que pode ser discutida, segundo ele, é a composição do Codes, amplamente favorável ao empresariado - enquanto a CUT possui apenas um voto. "Se o movimento docente fez essa leitura, o encaminhamento correto é tensionar o governo para conseguir uma participação paritária no Codes. Nós vamos apresentar propostas e fazer a disputa política; senão, os empresários fazem isso (sozinhos)", disse.

Cecut remete relatórios ao Concut

O 11º Congresso Estadual da CUT, além da eleição da próxima diretoria, debateu diversos temas, como: as reformas (Sindical e Trabalhista; da Previdência; Tributária e Fiscal; e Agrária), o papel da central sindical diante do governo Lula, relações internacionais e o papel do Estado e as políticas públicas, entre outros.

Os assuntos foram discutidos em grupos e os relatórios desta discussão foram lidos na plenária final do evento. Destaque para os encaminhamentos que reivindicavam a retirada imediata da CUT do Codes, pelo plebiscito oficial contra a Alca e a retirada do Brasil das negociações pelo acordo internacional. Em todas as intervenções do grupo que discutiu o papel da central diante do governo, foi pregada a autonomia e independência da CUT.

No entanto, com justificativa na hora avançada, a plenária do 11º Cecut não votou nenhum destes encaminhamentos. Os relatórios dos grupos foram simplesmente remetidos para discussão no 8º Concut.

Delegada da Adufrj-SSind comenta Cecut

Delegada da Adufrj-SSind ao 11º Cecut e também para o 8º Concut, a professora Janete Luzia criticou o resultado final do congresso estadual. Segundo ela, não houve um real debate de projeto político para a central. "O Cecut resumiu-se apenas à questão eleitoral", disse. Ela se mostrou preocupada que as propostas do Andes-SN, que foram defendidas e aprovadas nos grupos, acabem perdendo a ressonância no momento do congresso nacional da CUT, que será realizado no início de junho, em São Paulo (SP). "A ausência de debate político parece até proposital", observou.

A CUT-Rio de Janeiro participará do 8º Congresso Nacional da CUT com 179 delegados. Estarão representando a Adufrj-SSind no evento as professoras Janete e Cristina Miranda. No 11º Cecut, além das duas, participaram os professores Roberto Leher, José Miguel Bendrao Saldanha, Walcyr Barros, Sara Granemann e Leila Rodrigues.

Senadora prestigia 11º Cecut do Rio

Fotos: Kelvin Melo

De passagem pelo Rio de Janeiro, a senadora Heloísa Helena foi a ilustre visita do último dia do 11º Cecut. Aplaudida de pé pelos sindicalistas graças às posições que vem defendendo no Congresso e na imprensa, a senadora reafirmou a não-submissão do Estado brasileiro ao FMI e aos demais organismos multilaterais. "E isso significa enfrentamento. Reforma do sistema financeiro não é a autonomia do Banco Central. Reforma da Previdência não é a repetição da cantilena mentirosa do governo FHC, com taxação de inativos. Vamos à luta! Vamos à vitória!", disse.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Delegados dizem não à Reforma da Previdência

Delegados se posicionam contra o projeto da Previdência do governo

Na tarde do sábado (26/4), os grupos e movimentos políticos que atuam na central fluminense apresentaram suas teses para o 11º Congresso Estadual da CUT-RJ. As teses apresentadas centraram-se no comportamento da Central frente ao governo federal, eleito com amplo apoio da CUT em todo o país, inclusive no Rio de Janeiro. "Qual o papel da Central diante das reformas apresentadas pelo governo Lula?" foi a principal questão apresentada pelos militantes das forças que compõem a Central no Estado. Ao final do Congresso estadual, pelo pouco tempo restante para o debate dos temas pelo Plenário, não houve deliberação não só sobre o papel da CUT frente ao Governo Lula e as reformas em curso, mas também sobre os demais temas que constavam da pauta. As propostas oriundas dos Grupos de Trabalho, que se organizaram de forma temática, acabaram sendo remetidas para o Congresso Nacional da Central, que se realiza em junho, em São Paulo, capital.

Pela corrente majoritária da Central, a Articulação Sindical, correspondente à petista Articulação, o delegado Adeilson Telles comentou a vitória do presidente Lula como um "marco ímpar na história" e uma situação "desafiadora para a Central que tem que discutir em uma conjuntura nova". Apesar de representar a tendência mais 'governista' da CUT, Adeilson defendeu a autonomia da Central frente ao governo federal. "Os trabalhadores chegaram ao governo, mas não chegaram ao poder", afirmou. Outra representante da Articulação Sindical, a servidora da UFRJ Lúcia Reis conclamou o fortalecimento das entidades sindicais e da Central, que deveria ter um "papel de protagonista no processo de superação das desigualdades".

Para a Corrente Sindical Classista, que conquistou a presidência da CUT-RJ, a Central tem que manter o compromisso com a classe trabalhadora. Maurício Ramos defendeu as teses da corrente ligada ao PC do B, ressaltando a política internacional do governo Lula em relação à posição contrária à Guerra imperialista no Iraque e ao apoio dado ao governo Hugo Chaves, na Venezuela. Ramos apresentou posição da

Kelvin Melo

DELEGAÇÃO DA ADUFRJ-SSIND ACOMPANHA O 11º CONGRESSO DA CUT-RJ NO CLUBE CANTO DO RIO, EM NITERÓI

Corrente contrária ao desconto para aposentados e pensionistas para a Previdência Social e também contra o PL 9, que institui fundos de pensão complementar para servidores.

O servidor da UFRJ, Agnaldo Fernandes, apresentou as teses da corrente Movimento por uma Tendência Socialista, o MTS, ligado ao PSTU. Agnaldo considerou o evento o "principal Congresso desde a criação da CUT". O sindicalista reconheceu a vitória do presidente Lula como uma "vitória da classe trabalhadora" e fez questão de afirmar que todos que estavam no Cecut ajudaram a eleger Lula. Agnaldo, no entanto, fez críticas a Lula pelo tratamento dado ao ministro da Educação, Cristovam Buarque, quando este reivindicou mais verbas para sua pasta. As críticas a Lula respingaram nos adversários dentro da Central: "A Articulação e o Palocci deveriam ter coragem de dizer isso ('quem tem pressa come cru', como foi dito pelo presidente ao ministro) para o FMI", criticou.

Falando pela corrente Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), a delegada Janira Rocha, que também disputou a eleição da CUT estadual, avaliou que há três gupos definidos dentro do movimento sindical em relação ao governo: os que concordam com o que o governo Lula vem implementando, os que têm dúvidas se o governo vai prosseguir com a política neoliberal herdada do anterior e, finalmente, os que consideram que a sociedade não tem mais tempo a dar para o governo para que este defina suas políticas, de fato. Janira criticou a direção nacional da CUT por, antes mesmo da eleição do presidente Lula, já defender as "teses neoliberais apresentadas agora". Para o MTL, a CUT-RJ deveria se posionar claramente como oposição à direção nacional e suas teses.

Delegados dizem não à Reforma da Previdência

Em um grupo de trabalho que tratou do tema Reforma da Previdência, os delegados discutiram a reforma anunciada pelo governo federal e aprovaram, por unanimidade, substituir parte do texto encaminhado pela diretoria nacional da CUT, que será objeto de deliberação do Congresso Nacional em junho. Em uma posição clara contra a reforma, o grupo de trabalho que tratou do tema rejeitou o texto em que a direção nacional da Central apóia a Previdência Complementar e um teto único de 20 salários mínimos para a Previdência. Foi aprovado, em substituição, a defesa da Previdência Pública Universal e por repartição, contra a previdência complementar (aberta e fechada ou fundos de pensão), contra a cobrança dos inativos, pela paridade de proventos entre trabalhadores da ativa e aposentados. Os delegados do Cecut-RJ aprovaram também, no grupo, posição contrária à elevação da idade mínima para a aposentadoria, o reestabelecimento do tempo de serviço como critério e a desvinculação da idade mínima, além da revogação da Emenda Constitucional 20/98 (que permite previdência complementar para os servidores).

Resenha

PT e a UNE

O PT está empenhado em conquistar a direção da maior entidade estudantil da América Latina, em seu 48º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre os dias 18 e 22 de junho, em Recife. A iniciativa, segundo a presidência da partido, tem como um dos objetivos amentar os níveis de aprovação do governo Lula e ampliar as chances da legenda para as eleições municipais de 2004. O presidente do PT, José Genoino, apressa-se em afirmar que a UNE não servirá de correia de comando para qualquer política partidária. Apesar disso, já é esperada a reação por parte do PC do B, na direção da UNE há mais de uma década. A matéria é do Jornal do Brasil (27/4).

Codes e o INSS

O Sindicato dos Servidores do Legislativo (Sindilegis) divulgou no dia 29/4 uma lista de empresas que têm representantes no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes), criado pelo presidente Lula, e que constam da relação de devedores da Previdência no ano de 2000. As dívidas somavam, já naquela época, R$ 1.393.054.000,00. A matéria é de O Globo (30/4).

Vila modelo no Fundão

A UFRJ pretende criar um modelo de urbanismo para regiões de baixa renda na vila dos funcionários da universidade, na ilha do Fundão. Pelo menos 12 cursos, como Letras, Medicina, Arquitetura e Engenharia Civil preparam projetos para desenvolver no local, que concentra 1,4 mil moradores em uma área de cerca de 20 mil metros quadrados. Entre as iniciativas programadas, está a instalação de um pequeno observatório na vila, que será coordenado pela equipe do Observatório do Valongo, de acordo com matéria da revista Megazine, de O Globo (em 22/4).

Berzoini e os reitores

Em encontro com os reitores da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), no dia 29/4, o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, ouviu muitas reclamações. De acordo com dados da entidade, 5.954 professores universitários já podem se aposentar. Isso representa 13% do corpo docente, hoje composto por 45.476 pessoas. Entre os técnico-administrativos, seriam 6.944 (8,4%) de um total de 82.666. A matéria é de O Globo (30/4). A proposta de reforma do governo vem promovendo uma corrida às aposentadorias como resposta às possíveis novas regras. A referida reunião foi marcada para a manhã, mas o ministro não compareceu, tendo sido agendada, depois, nova reunião à tarde.

Movimento

Presidente Lula recebe Adufrj-SSind

Fotos: Guilherme Lessa

ALÉM DO PRESIDENTE LULA, OS DIRETORES DA ADUFRJ-SSIND ENTREGARAM A CARTA ABERTA E OS DOCUMENTOS DA SEÇÃO SINDICAL AOS MINISTROS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ROBERTO AMARAL, E DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL, BENEDITA DA SILVA (FOTO)

Momentos antes de inauguração do tanque oceânico, presidente recebe diretoria da seção sindical

Durante a inauguração do Laboratório de Tecnologia Oceânica e do Parque Tecnológico da UFRJ, na Ilha do Fundão, na quarta-feira, dia 30/4, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu da diretoria da Adufrj-SSind a Carta Aberta, publicada na capa desta edição, com a posição contrária do movimento docente às reformas anunciadas pelo governo para a Previdência Social. A diretoria da entidade entregou também a Lula algumas publicações da seção sindical e um CD-ROM com informações e documentos produzidos pelo movimento docente sobre a defesa da Seguridade Social. Cleusa Santos, José Henrique Sanglard e Luciano Menezes estiveram com o presidente momentos antes da solenidade de inauguração do maior tanque oceânico do mundo, construído com recursos e tecnologia nacionais pela universidade federal. O encontro aconteceu a portas fechadas e, à exceção da Segurança da Presidência e do professor da Coppe Segen Estefen, ninguém mais teve acesso ao episódio.

A presidente da seção sindical, Cleusa Santos, relatou ao jornal da Adufrj que apresentou ao presidente as preocupações dos servidores públicos com o projeto de reformas que terminou sendo apresentado, na tarde do mesmo dia, no Congresso Nacional. Cleusa reafirmou ao presidente Lula a posição contrária do movimento docente em relação à reforma da previdência e chegou a solicitar que esta não fosse encaminhada ao plenário do Congresso. "Dissemos ao presidente Lula que era necessário discutir a proposta do governo com a sociedade e, particularmente, com os sindicatos, antes de encaminhá-la para tramitação", contou Cleusa.

Em resposta, a diretoria da seção sindical ouviu do presidente que o sindicalismo brasileiro teria que se modernizar e que há nove anos os sindicatos não se mobilizavam em relação ao tema da Previdência. Segundo os diretores da Adufrj-SSind, Lula creditou ao anúncio das reformas pelo governo o fato de o PL 9 ter sido "desenterrado". Lula defendeu a previdência complementar e os fundos de pensão públicos "sob o controle dos trabalhadores" para criar, segundo o presidente, "uma poupança interna para o desenvolvimento do país".

O 1º tesoureiro da seção sindical, José Sanglard, cobrou do presidente o fato de o governo ainda não ter apontado nenhuma indicação para a sociedade de que realmente é diferente de seu antecessor. O presidente e ex-sindicalista respondeu que não seria louco de "jogar fora" 50 anos de história e que precisava de mais tempo para 'sinalizar' as mudanças. Neste momento, o vice-presidente da seção sindical, Luciano Menezes, sugeriu ao presidente Lula que retirasse da pauta do Congresso o PL 9, que institui a previdência complementar para os servidores públicos, "como uma indicação clara de que este governo não é apenas continuidade".

Lula disse, ainda, aos dirigentes sindicais que o fato de encaminhar o projeto de reforma da previdência ao Congresso não significava sua imediata aprovação, o que só ocorreria, segundo ele, no final do ano. O presidente disse que esta disposto a realizar os debates com a sociedade sobre a reforma, até lá. Sugerindo ser um problema para o governo, Lula disse aos dirigentes que conta apenas com dois 'especialistas' neste assunto, os ministros da Previdência, Ricardo Berzoini, e da Comunicação de Governo, Luiz Gushiken. Cleusa Santos lembrou ao presidente que o ministro Gushiken teria interesses na aprovação da previdência complementar já que é proprietário de empresa de consultoria na área, "com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)", questionou a presidente da seção sindical. Ao final da conversa, o presidente da República se comprometeu com os dirigentes em debater a reforma com o conjunto da sociedade. "Senhor presidente, nós vamos cobrar", alertou o 1º tesoureiro da entidade, José Sanglard.

Além do material da seção sindical, a diretoria da Adufrj-SSind também entregou ao presidente Lula outras cartas assinadas pelas entidades Sintufrj, Associação de Pós-Graduandos da UFRJ e pela Coordenação Estudual dos Servidores Públicos Federais. Os documentos podem ser lidos nas páginas 6 e 7 desta edição.

Continuação da capa

Vimos também a V. Excia. para expressar nossa indignação com um reajuste de apenas 1% nos salários quando o compromisso encaminhado ao FMI pelo governo aumentou, de 3,25% para 4,2%, o comprometimento do PIB com o pagamento da dívida pública. Este reajuste de impacto irrisório soa, assim, como provocação e, mais do que não recompor salários após anos de perdas significativas, desqualifica os serviços públicos. A prioridade do governo continua sendo o pagamento da dívida.

Os servidores públicos não ignoram que o salário mínimo foi reajustado, mas ele ainda está em níveis inaceitáveis. Também é de nosso conhecimento o expressivo aumento do número de trabalhadores informais, que hoje ultrapassam os 20 milhões, e a existência de mais de 40 milhões de brasileiros na miséria. Além disso, outros dados mostram a grande concentração da riqueza nacional. São os servidores responsáveis pela agudização da pauperização do trabalhador brasileiro?

O sistema educacional público brasileiro vem sendo aviltado desde a ditadura militar até o governo de Fernando Henrique Cardoso, com sucessivas tentativas de privatização sob diversas formas. O movimento docente tem conseguido diminuir o impacto das investidas de privatização das universidades públicas pelo próprio governo. Estamos nesta luta de resistência há décadas. Causa estranheza também a declaração de V. Excia. que minimiza a meta de alfabetizar todos os brasileiros. A alfabetização não se resume a inserir alunos em sala de aula, mas inclui também o processo de formação de professores, onde o ensino superior público tem papel fundamental. Assim, a dicotomia entre ensino básico e ensino superior, portanto, é uma falsa polêmica.

Sr. Presidente, 52 milhões de brasileiros achavam que este governo vinha para mudar mas não houve até agora indicativos das mudanças esperadas para forjar um outro projeto de sociedade. Retire o PL09/99 do Congresso Nacional. Divulgue os projetos de Reformas do governo elaborados nos gabinetes para discussão com a sociedade antes de envia-las para apreciação do Congresso Nacional. A reforma tributária deve preceder a reforma da previdência. Estas mudanças vêm ao encontro dos anseios de uma parcela significativa da população brasileira. A esperança nos permite ousar para construir coletivamente um novo país. O medo deve ficar pra trás.

Diretoria da Adufrj-SSind

Cleusa dos Santos
Presidente da Adufrj-SSind
José Luciano de Souza Menezes
1º Vice-Presidente da Adufrj-SSInd
José Henrique Sanglard
1º Tesoureiro da Adufrj-SSind

Movimento

Manifestação contra reforma reúne 300 pessoas

Vários sindicatos dos servidores estaduais e federais estiveram no ato

Cerca de 300 manifestantes compareceram ao portão de entrada do Parque Tecnológico, onde foi inaugurado o LabOceano, com a presença do presidente Lula, para protestar contra a Reforma da Previdência. Além disso, diante da presença da governadora Rosinha Garotinho, também sobraram faixas e cartazes de protesto dos servidores estaduais sobre o pagamento dos salários. O Exército e o Batalhão de Choque da Polícia Militar cuidaram de fazer uma linha de isolamento bem longe do prédio em que ocorria a inauguração.

Em um carro de som estacionado próximo ao portão, as entidades se revezaram nas falas contra a reforma previdenciária anunciada pelo governo e seus efeitos. Isso por um certo tempo. Deve-se destacar que a polícia proibiu o uso do sistema de som do veículo por quase uma hora, alegando "obedecer a ordens superiores", mesmo com a manifestação muito distante do local onde se realizava a solenidade. Foi necessária a intervenção de sindicalistas e do advogado Alexandre Fecher, do Sintufrj, para que fosse permitida a reutilização do sistema de som.

Simone Silva, coordenadora do Sintufrj, destacou o período de tempo a mais (cerca de sete ou oito anos, em média) que os servidores serão obrigados a trabalhar para garantir sua aposentadoria integral, se aprovada a reforma da Previdência anunciada pelo governo. "E ainda tem a captação de recursos pelos fundos de pensão privados, que serão aplicados no mercado financeiro", afirmou. "Esse projeto não é novo. Desde o governo Fernando Henrique, os servidores estão lutando para barrá-lo. Essa medida é antidemocrática e não pode vir desse governo (do PT). Queremos que arquive esse projeto para sempre", completou. Ela frisou ainda que, se for o caso, o funcionalismo irá à greve para evitar uma reforma tão ruim.

Kelvin Melo

SERVIDORES SE CONCENTRARAM NO PORTÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO

Ariane Larentis (da Associação de Pós-Graduandos), anunciou o apoio dos estudantes aos servidores e denunciou a condição de precariedade da UFRJ. No caso específico dos pós-graduandos, Ariane reivindicou a ampliação e o reajuste das bolsas, congeladas há oito anos. "Enfim, precisamos de mais verbas para Educação e Ciência e Tecnologia e que não se pague mais juros aos bancos", disse.

A 1ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, Janete Luzia, reforçou o discurso de que os servidores vão resistir à reforma previdenciária anunciada. "Não vamos permitir que os direitos dos trabalhadores sejam rifados em favor do capitalismo", disse. Janete ressaltou que o funcionalismo não vai aceitar a introdução dos fundos de pensão na questão da Previdência, nem mesmo aqueles intitulados "fundos de pensão públicos", que seguiriam a mesma lógica, de acordo com estudos do movimento docente.

Houve intervenções, ainda, de entidades de outras universidades federais, estudantes e outras categorias do funcionalismo da União e do estado.

Presidente não passa pelo protesto

Havia expectativa dos sindicalistas e estudantes presentes de mostrar o protesto a Lula, mas a segurança da Presidência driblou a manifestação. Ele chegou de helicóptero e pousou perto do prédio do tanque oceânico. Outros dois helicópteros - um deles militar - que aterrissaram em um heliponto próximo aos manifestantes ainda chegaram a dar algum alento aos presentes, mas as aeronaves traziam apenas assessores do governo, alguns parlamentares e a ministra Benedita da Silva.

UFRJ

Lula inaugura o maior tanque oceânico do mundo

Presidente diz que pretende dobrar a verba para C&T nos próximos quatro anos

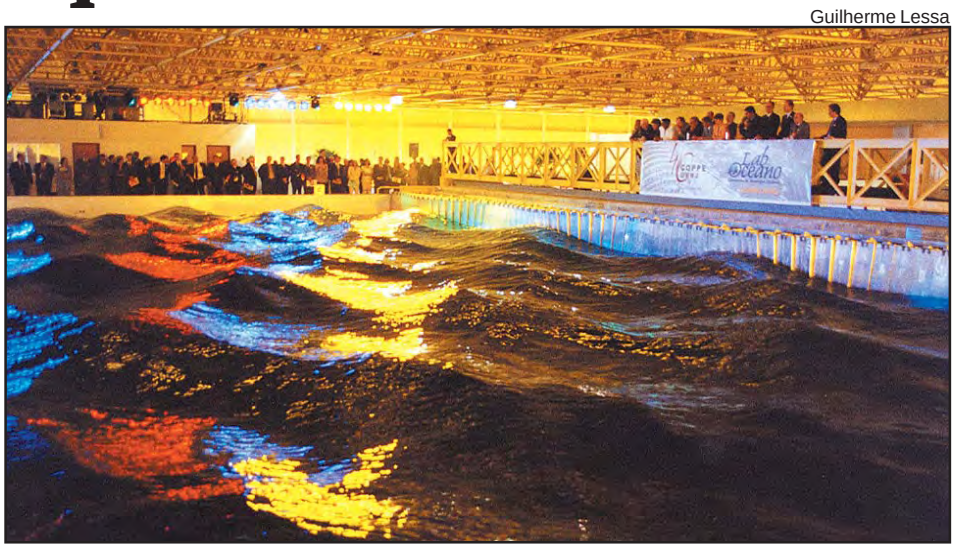
Na primeira visita oficial à cidade do Rio de Janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da inauguração do Laboratório de Tecnologia Oceânica da Coppe (LabOceano). No laboratório está instalado o maior tanque oceânico do mundo que tem como principal característica simular as ondas do mar e os fenômenos marítimos para o suporte na área de exploração de petróleo em águas profundas. Com 23 milhões de litros de água e do tamanho de um edifício de oito andares, o tanque tem 40 metros de comprimento, 30 metros largura e 15 metros de profundidade. O tanque da UFRJ é superior a dois únicos similares construídos, um na Noruega, com 10 metros de profundidade, e outro na Holanda, com 10,5m.

A construção do laboratório da Coppe foi realizada com investimentos do Fundo Setorial CT-Petro, provenientes de *royalties* do setor petrolífero repassados pela agência Finep, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Do CT-Petro, foram gastos na construção do tanque R$ 14,950 milhões. Um milhão de reais foi concedido pela Fundação Carlos Chagas (Faperj).

Na solenidade, o presidente Lula recorreu a uma história de um amigo paralítico que, passados quatro anos de tratamento, teria ficado extremamente feliz ao conseguir mexer um pouco seus pés. Lula comparou o 'progresso' do amigo ao início da recuperação da Ciência e Tecnologia do país e comemorou a inauguração do lançamento do laboratório oceânico como uma vitória , ainda que aparentemente pequena, para a construção de uma política de desenvolvimento que posicione o Brasil, no cenário internacional, de forma independente no setor de exploração de petróleo.

Enquanto do lado de fora das instalações do LabOceano, os estudante de pós-graduação reivindicavam aumento de bolsas e mais verbas para a pesquisa no país, o presidente, em seu discurso no evento, prometia a criação de mais 4.000 bolsas de pesquisa pelo CNPq e de bolsas 'juniores' – que seriam destinadas a estudantes do ensino médio. Lula prometeu também dobrar o orçamento da pasta da Ciência e Tecnologia nos próximos quatro anos e garantiu a formação de mais 10.000 doutores, "principalmente das regiões Norte e Nordeste".

Guilherme Lessa



CONVIDADOS E IMPRENSA ASSISTEM À DEMONSTRAÇÃO DO TANQUE OCEÂNICO

O Andes Sindicato Nacional tem posição contrária aos Fundos Setoriais, por direcionarem a pesquisa aos interesses imediatos do mercado.

Carta Aberta

Esses documentos do Sintufrj, da Coordenação Estadual dos SPF e da APG-UFRJ, reproduzidos nesta página e na seguinte, foram entregues pela diretoria da Adufrj-SSind ao presidente Lula, no encontro de 30/4.

Carta Aberta ao Presidente Lula

É com imenso orgulho que nós, trabalhadores em Educação da UFRJ, o recebemos em nosso local de trabalho. Na universidade trabalham cerca de 15 mil profissionais e estudam mais de 40 mil alunos, envolvidos nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, oferecidas nos mais de 100 cursos que oferecemos. Nas oito unidades hospitalares, atendemos milhares de pessoas do estado do Rio de Janeiro e de outros estados que nos procuram em busca da qualidade e da excelência que aqui produzimos.

Esta comunidade escreveu parte importante da história da luta democrática deste país: nas décadas de 60/70, contra a ditadura militar; na redemocratização das instituições, nos anos 80; e na firme resistência ao projeto neoliberal, nos anos 90. Daqui surgiram as lideranças que dirigiram e dirigem a FASUBRA – Federação dos Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras e do ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Daqui surgiram os pesquisadores e profissionais que despontam na área científica do Brasil e do mundo.

Entretanto, a política de sucateamento da universidade pública nos trouxe graves problemas. A falta de recursos financeiros e humanos tem prejudicado a qualidade de nosso atendimento aos alunos e à população usuária de nossos serviços, principalmente a dos segmentos menos privilegiados socialmente. Hoje, V.Ex.a está inaugurando uma área que teve milhões de reais investidos, que irá contribuir imensamente para o país. Em várias unidades da UFRJ não há dinheiro para o material básico de ensino, não há segurança, não se ocupam os leitos nos hospitais; pelo contrário, desativam-nos. Transformaram a universidade em dois segmentos: os "centros de excelência", que tudo ganham, e os "pobres" que nada têm (políticas públicas de educação, saúde e sociais). Precisamos mudar. Queremos a autonomia universitária para que possamos debater e permitir que estas instituições saiam de seus muros idealizados e coloquem o pé na realidade excludente de nosso país.

Está nas suas mãos um primeiro passo: a revogação do Decreto nº 1.916/96 e a apresentação de nova legislação, substituindo a Lei 9.192/95 e 9.394/96, permitindo que as universidades públicas tenham, de fato, a autonomia conquistada na Constituição de 1988. Não se pode pensar em serviço público de qualidade sem pensar no sujeito que a executa. Os funcionários públicos federais da UFRJ, como a grande maioria dos servidores, não têm salário de "marajá", nem aposentadoria astronômica. A maioria de nós quer trabalhar e quer condições de trabalho. Uma política salarial justa, esperamos, com a mesma esperança que depositamos nosso voto nas urnas, que seja construída nas mesas de negociação já constituídas e em andamento em seu governo. O respeito às decisões judiciais, que também estamos tendo por parte deste governo, necessitando tratar das desigualdades causadas aos que não estão em processos judiciais. A situação de trabalhadores sem regime definido também já está sendo negociada junto ao governo. Precisamos ter condições de repor no quadro funcional docentes e técnico-administrativos assim que os percamos – não há como substituir um professor de física por um de piano; nem um jardineiro por um médico.

Necessitamos urgente de concurso público para todas as áreas.

Nosso sindicato, filiado à CUT e à FASUBRA, sempre teve uma atuação que ia além da necessária luta salarial. Desenvolvemos projetos como o Curso Pré-Vestibular, desde 1986, e que já possibilitou a centenas de trabalhadores da UFRJ, e de outras categorias, terem acesso à universidade pública; projetos como o de alfabetização de servidores; oficinas de música, dança, ginástica. Estamos constantemente engajados nas lutas sociais e trazendo para o seio da academia a visão da classe trabalhadora.

Temos a absoluta certeza que nosso sindicato não se alinha com aqueles que só vivem das contribuições oficiais e do corporativismo cego à realidade brasileira. E é com essa segurança, com independência e autonomia sindical, perante os governos e as reitorias, que temos a obrigação de nos dirigir a V. Exa. para divergir da política proposta para a Reforma da Previdência.

Não concordamos com os métodos e com as propostas que continuam levando à população a idéia de que nós, servidores públicos, somos os vilões do dinheiro público. Não concordamos com a reforma proposta, não porque queremos ser contra o governo, mas porque inúmeros especialistas no assunto já nos mostraram que ela é inócua e equivocada.

Queremos discutir, sim, uma Reforma da Previdência; queremos, sim, o fim de alguns privilégios, mas, fundamentalmente, esperamos que o governo tenha clareza de que o servidor público é, sim, diferente do trabalhador privado, os que trabalham para o público, para toda a população, e os que trabalham para um patrão, na busca do lucro. Somos diferentes. E o Estado, os servidores público, estão além de governos que mudam de quatro em quatro anos. Nos preocupa qualquer política que possa significar, de novo, uma enxurrada de pedidos de aposentadorias e esvaziamento das instituições, o que só agravaria o quadro de crise vigente. Convocamos o presidente LULA a reflexão. Convocamo-lo para que não encaminhe ao Congresso Nacional uma proposta que, de antemão, tem a oposição do conjunto de entidades que representam os servidores públicos.

Não a esta Reforma da Previdência proposta pelo Governo, essa é a nossa posição.

Saudações sindicais e universitárias,

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2003

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ

Carta Aberta ao Exmo. Sr. Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva

Exmo. Sr. Presidente

É com um misto de perplexidade e indignação que a população brasileira – em especial os servidores públicos – vem acompanhando, desde os primeiros dias do novo governo, a retomada de várias propostas oriundas do governo FHC, dentre as quais a manutenção do arrocho salarial e a da Reforma da Previdência.

É no sentido desta última que nos dirigimos a V. Exª para manifestar nossa posição com relação a proposta de Reforma da Previdência que o Governo Federal encaminhará para a Câmara dos Deputados no dia de hoje, 30 de abril.

Nós não podemos aceitar:

- Que seja aumentada a idade mínima para a aposentadoria;
- Que o benefício de pecúlio (pensão) deixe de ser integral e passe a ser de, no máximo, 70% do último salário;
- Que os aposentados e pensionistas sejam taxados sobre parte de sua aposentadoria;
- Que a aposentadoria integral dos servidores seja revogada;
- Que a Previdência seja privatizada por meio de seguradoras ou de Fundos de Pensão, que especularão com recursos que até hoje são patrimônio da Previdência Pública;
- Que os trabalhadores da iniciativa privada tenham mantidas as regras da nefasta "reforma" iniciada por FHC, como o "fator previdenciário", sem o direito à aposentadoria integral, e também com a cobrança de aposentados.

Por isso nos dirigimos a V. Exª, Presidente Lula, para dizer que este projeto não deve ser encaminhado. É necessário, como condição para uma ampla e democrática discussão sobre o tema, revogar a "reforma" de FHC (Lei 9717 e Emenda Constitucional 20), arquivar o PL 09/99, conforme decisão unânime da Executiva Nacional da CUT e da Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais.

Nós solicitamos que V. Exª, tendo declarado que deseja discutir com todos os setores esta reforma, abra uma efetiva negociação com os representantes dos servidores públicos para que possamos apresentar nossos pontos de vista e nossas propostas, como a revogação do entulho de FHC e a inclusão da extensão da aposentadoria integral para todos os trabalhadores.

É preciso que seu governo se apóie nos trabalhadores para enfrentar os que sempre saquearam o Brasil, e governe segundo os interesses da maioria da população. Os milhões de trabalhadores e trabalhadoras que o elegeram esperam que V. Exª diga ao FMI que nós não aceitamos e lutaremos com todos os meios contra as reformas neoliberais, notadamente aquelas que retiram direitos dos trabalhadores, conquistados com a luta e o suor – e, não raro, a vida – de muitos.

Os trabalhadores do serviço público deste país têm combatido o desmonte do serviço público praticado por Collor e FHC a serviço do imperialismo, e continuarão cerrando fileiras contra todas as medidas que reproduzam esse desmonte, a fim de concretizar o nosso projeto de um serviço público de qualidade. Esta esperança foi depositada nas urnas eleitorais e envidaremos todos os nossos esforços para torná-la realidade.

Coordenação Estadual dos Servidores Públicos Federais do Rio de Janeiro

Carta Aberta

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2003.

Ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
Da Associação dos Pós-Graduandos da UFRJ

Senhor Presidente, vimos por meio desta manifestar nossas apreensões com relação aos rumos da Educação e da Ciência e Tecnologia brasileiras. Antes de qualquer manifestação gostaríamos de ressaltar que esta carta manifesta a expectativa dos pós-graduandos, que se soma à expectativa da comunidade acadêmica e do povo brasileiro pela retomada e ampliação de seus legítimos direitos sociais, que também eclodem das Universidades brasileiras.

Com relação à Educação, a Ciência e Tecnologia, estamos certos de que são fatores importantíssimos para o país e que seu desenvolvimento passa necessariamente por um fortalecimento do sistema de pós-graduação, severamente agredido durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Entendemos que o fortalecimento da pós-graduação brasileira passa pelo estabelecimento de uma política de respeito aos professores, pesquisadores, servidores técnico-administrativos e aos pós-graduandos, principalmente no que tange à questão das bolsas de estudos há oito anos congeladas.

Gostaríamos aqui de salientar a importante sinalização dada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, através do CNPq, de um comprometimento maior com a pós-graduação, o que pode ser percebido através da reposição do número de bolsas cortadas em 2002, da volta da taxa de bancada e da criação de novas modalidades de bolsas.

Kelvin Melo

ALUNOS PROTESTAM NA ENTRADA DO PARQUE TECNOLÓGICO

Infelizmente tal postura não encontra reflexo no Ministério da Educação, e cabe-nos denunciar o corte arbitrário do número de bolsas, efetuado pela CAPES em março último, que atingiu inclusive programas de pós-graduação de reconhecida importância nacional e internacional. Entendemos que as justas bandeiras levantadas pelo MEC de priorizar a educação básica e a de erradicar o analfabetismo não podem avançar sem a capacitação de educadores e o desenvolvimento das ciências, campos em que a pós-graduação é indispensável.

Aproveitamos para denunciar as condições internas de trabalho da comunidade universitária da UFRJ. A falta de investimentos em Educação, Ciência e Tecnologia, que é, na verdade, o principal problema, nos obriga a situações de trabalho muitas vezes inapropriadas, como *campi* sem urbanização adequada, falta de segurança, bibliotecas desatualizadas, transporte precário e falta de restaurantes universitários. Ressaltamos, ainda, a necessidade imediata de abertura de concursos públicos para contratação de docentes e técnicos, pois a falta destes está levando a universidade, de forma acelerada, a um estado de coma profundo, onde, se por um lado a falta de professores concursados condena a qualidade dos cursos que muitas vezes funcionam apenas com professores substitutos, por outro, a falta de técnicos nos coloca à mercê de serviços desqualificados de empresas terceirizadas. Cabe-nos salientar ainda que o coma tende a agravar-se com a intensa fuga de cérebros para universidades particulares e instituições internacionais, onde as remunerações são muito atrativas. Essa situação tende a piorar com a tão comentada proposta de reforma da previdência: segundo levantamentos da administração da UFRJ cerca de 800 professores pediriam suas aposentadorias, de um total de 3.200, havendo cursos de pós-graduação renomados onde esta realidade poderá ser ainda pior, onde mais de 50% dos professores poderão se aposentar.

Após essas razões, Senhor Presidente, reivindicamos:

- Ampliação e Reajuste imediato do valor das bolsas de estudo e pesquisa no país;
- Implementação da lei de vinculação das bolsas aos vencimentos dos docentes segundo minuta de projeto de lei discutida e proposta pelos pós-graduandos;
- Mais verbas para Educação, Ciência e Tecnologia nas instituições públicas;

Considerando o imenso respaldo popular obtido na eleição e as lutas históricas do povo brasileiro, que lhe dão força política suficiente para atender nossas reivindicações, acreditamos que elas somente não serão atendidas se não forem prioridades de seu governo, o que, de fato, colocará a Educação, a Ciência e Tecnologia do país em um estado ainda mais grave.

Associação de Pós-Graduandos da UFRJ

UFRJ

Cinco candidatos a reitor se inscrevem para eleições internas

Comissão responsável pela pesquisa eleitoral ainda não homologou os nomes

Três chapas e dois candidatos "avulsos" (sem vice) a reitor se inscreveram para o processo eleitoral da UFRJ, nos dias 28 e 29 de abril. Mas a listagem de reitoráveis pode diminuir (ou não) ainda esta semana. Uma vez que os integrantes da comissão responsável pela pesquisa junto à comunidade ainda pretendem fazer uma reavaliação do regimento desta consulta, a decisão sobre a homologação dos nomes foi adiada para esta segunda-feira (5 de maio), pela manhã, quando haverá nova reunião entre os seus membros.

Pela ordem de inscrição, que será preservada na cédula eleitoral (não haverá numeração), existem os seguintes candidatos: Person Candido Matias da Silva (da Escola de Educação Física e Desportos), para reitor, sem vice; Aloisio Teixeira (Instituto de Economia), para reitor, e Sylvia da Silveira Mello Vargas (Faculdade de Medicina), para vice; Sérgio Fracalanzza (Instituto de Microbiologia), para reitor, e Godofredo de Oliveira Neto (Faculdade de Letras), para vice; Eloy Eharaldt (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), para reitor, sem vice; Luís Eduardo Potsch de Carvalho e Silva (Faculdade de Administração e Ciências Contábeis), para reitor, e Otto Correa Rotunno Filho (Coppe), para vice.

Comissão marca debates

Os debates entre os candidatos também já foram marcados pela comissão: nesta sexta-feira, 9 de maio, o primeiro encontro entre os reitoráveis ocorre no Salão Pedro Calmon. No dia 15 de maio, o local será o Auditório do Centro de Tecnologia e; no dia 16/5, no Quinhentão, no Centro de Ciências da Saúde (CCS). Todos os debates serão realizados às 11h.

Advertência verbal

A vice-presidente da comissão, professora Selene Alves Maia, informou que a assessoria responsável pela página eletrônica da UFRJ foi advertida por publicar uma notícia logo na entrada do *site* com referência apenas ao nome do reitor em exercício, Sérgio Fracalanzza (a nota interna reproduz, ainda, uma foto enorme do candidato) - ele estaria se desincompatibilizando do cargo para concorrer ao processo. De acordo com Selene, daqui em diante, a comissão deverá ser consultada sobre todas as notícias vinculadas às eleições internas nos órgãos oficiais.

Nesta notícia veiculada, foi informado também que o professor José Luiz Fontes Monteiro, que ocupava o cargo de sub-reitor de Ensino para Graduados e Pesquisa, fica no lugar de Fracalanzza, até a definição do novo reitor. A pesquisa eleitoral está marcada para os dias 20, 21 e 22 de maio.

Adufrj-SSind

Adufrj-SSind lança campanha de sindicalização

Seção sindical publica caderno sobre Reforma da Previdência

Em 25/4, no dia em que comemorou seus 24 anos de fundação, a Adufrj-SSind promoveu o lançamento da campanha de sindicalização para fortalecer ainda mais a entidade. Foram expostos, na sede da seção sindical, os *folders* e cartazes que serão usados nesta iniciativa. As peças que serão coladas nas paredes dos diversos prédios da UFRJ foram produzidas com o objetivo de atingir públicos específicos dentro da categoria: há cartazes voltados para os docentes substitutos, visitantes, recém-concursados e os demais professores ainda não sindicalizados.

Os docentes que compareceram à sede da Adufrj-SSind para a festividade também foram os primeiros a ter acesso ao "Cadernos Adufrj-SSind nº 5", cujo tema foi a Reforma da Previdência. A publicação foi lançada durante a festa. Conforme anuncia a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, na introdução da revista: "Na base desta reforma está, em última análise, o desmonte do caráter universal da Seguridade Social (...)". No mesmo texto, Cleusa informa sobre os autores dos textos presentes na edição - que está sendo distribuída aos sindicalizados com este jornal: os dois conferencistas (a auditora fiscal Clemilce Sanfim e o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Antônio Augusto de Queiroz) participaram de um debate realizado pela seção sindical em 23 de janeiro deste ano. Clemilce marcou presença. Infelizmente, o diretor do Diap e o 1º vice-presidente da Adunicamp, Edmundo Fernandes Dias - que também contribuiu para a edição com a análise da conjuntura, aí incluída a reforma previdenciária - , não puderam comparecer, apesar de convidados.

Na sede, onde foi servido um coquetel, os docentes tiveram a oportunidade de observar dois murais especialmente preparados para a ocasião com fotos de eventos cobertos pela Comunicação da seção sindical nos últimos meses. Estudantes, representantes do Sintufrj e o presidente da Asssociação de Docentes da Uerj (Asduerj), Jorge Máximo, prestigiaram a festa.

Agora, só no ano que vem...

Fotos: Kelvin Melo

DOCENTES FAZEM UM BRINDE AOS 24 ANOS DA ADUFRJ-SSIND

DIRETORES CONFRATERNIZAM COM CONVIDADOS

NEUZA PINTO (SINTUFRJ) E LUCIANO MENEZES

CLEMILCE E A REVISTA

MARIA LÚCIA PATITUCCI E DIRETORES

CLEUSA BRINDA COM JOEL TEODÓSIO E JORGE MÁXIMO (ASDUERJ)

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 90 • 12 de maio de 2003

Assembléia Geral

14/5 - quarta-feira **9h30**
Auditório do CFCH
Campus da Praia Vermelha

Pauta:
1 - Informes
2 - Avaliação dos encaminhamentos do Setor das IFES/Plenária dos SPF
a) Paralisação dias 14 e 15 de maio
b) Indicativo de Greve contra a Reforma da Previdência
3 - Avaliação do Cecut-RJ
4 - Eleição para reitor e vice-reitor da UFRJ

Conselho de Representantes

13/5 - terça-feira **17h30**
Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

Pauta: a mesma da AG

Encarte sobre as eleições na UFRJ

Leia, nesta edição, o encarte especial sobre as eleições da UFRJ. A redação da Adufrj-SSind dirigiu 13 perguntas aos três candidatos a reitor sobre os mais diversos temas. Além do questionário, foi feita uma apresentação dos principais pontos do programa de cada candidato.

Confira o primeiro debate oficial com os candidatos a reitor da UFRJ
Páginas 5 e 6

Ainda nesta edição, publicamos um caderno Especial Propostas do Governo para as Reformas da Previdência e Tributária com o texto das emendas apresentadas no Congresso Nacional e as exposições de motivos dos ministros da Previdência e da Fazenda.

Kelvin Melo

SAYONARA GRILLO, CLEUSA SANTOS, LUCIANO MENEZES E JOSÉ SANGLARD

Assembléia autoriza nova ação sobre 28,86%

Seção Sindical vai buscar isonomia salarial com quem já ganhou

Reunidos em assembléia no dia 8/05, os professores da UFRJ autorizaram a diretoria da Adufrj-SSind a encaminhar à assessoria jurídica entidade a solicitação de uma nova ação sobre os 28,86% na Justiça. Presente à AG, a advogada Sayonara Grillo, da assessoria da seção sindical, informou que a nova ação será baseada no princípio da isonomia salarial com aqueles que já ganharam o percentual.

O 1º tesoureiro da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, assim como já fez em outras ocasiões, voltou a afirmar que os ganhos diferenciados criam uma grande injustiça na instituição: há servidores com os 26,05% e com os 28,86%, com um percentual e sem o outro e também aqueles sem qualquer um dos ganhos. Sanglard ressaltou que esta situação agravou o quadro anterior em relação à heteronomia de salários na UFRJ, devido à forma como as conquistas relativas aos planos econômicos vêm sendo implantadas. Hoje, por exemplo, 3.222 docentes não recebem a vantagem referente à integralização dos 28,86% e 1.034 docentes não recebem os 26,05% (Plano Verão).

Sanglard observou que a Adufrj-SSind ainda não tinha tido acesso à interpretação jurídica da reitoria e da procuradoria da UFRJ para conceder e efetuar o pagamento integral dos 28,86% a parte dos docentes da UFRJ: vale lembrar que, há mais de uma década, as entidades sindicais vêm brigando na justiça federal contra os argumentos dos governos de que o percentual poderia ser descontado dos valores recebidos pelas servidores civis durante o reenquadramento de 1992. Em setembro daquele ano, com o advento da lei 8.640/92, houve um remanejamento estrutural da tabela de pessoal no qual os SPF foram submetidos a conseqüentes alterações salariais. Em janeiro de 1993, os servidores militares perceberam os tais 28,86%, que não foram repassados aos servidores civis e pelos quais os sindicatos vêm se mobilizando.

Só sindicalizados ou toda a categoria?

Durante a assembléia, houve um pequeno debate se a nova ação deveria contemplar apenas os nomes dos sindicalizados ou se deveria beneficiar toda a categoria. O 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, defendeu que a ação deveria ser feita para toda a categoria (e não restrita aos sindicalizados). Argumentou que essa forma de ação só deveria ser restritiva, se o juiz assim o determinasse:

Continua na página 2

Adufrj-SSind

Continuação da capa

"A seção sindical deve lutar pelos direitos de toda a categoria", enfatizou. Alguns professores defenderam firmemente que o foco do processo deveria ser restrito, até mesmo como uma forma de incentivo para filiação à seção sindical. A diretoria argumentou que a reivindicação da isonomia salarial para apenas uma parte da categoria já seria um contra-senso. Além do mais, segundo os diretores, a proposta política da Adufrj-SSind é diferente do chamado "sindicalismo de resultados". Nas palavras de Sanglard: "Embora nós conquistemos resultados importantes (e citou o exemplo recente do reconhecimento pela UFRJ do direito dos docentes para a progressão), nós não somos uma central sindical de serviços. Eu não queria ter mais filiados apenas por causa de uma ação, mas principalmente por causa da luta política maior", disse. A proposta de reivindicar isonomia salarial para toda a categoria na nova ação saiu vencedora por ampla maioria.

26,05%

A advogada Sayonara informou que não há novidades sobre a ação dos 26,05%. Vale ressaltar que se trata de uma ação já ganha pela seção sindical e que se encontra em fase de cálculos para pagamento. Paralelamente a isso, a entidade luta pela extensão administrativa do percentual junto à reitoria. Vale recordar que, de acordo com o professor Sérgio Fracalanzza, ex-reitor em exercício, a extensão para todos do percentual representaria um despesa de cerca de R$ 925 mil/mês a mais para a universidade. Isso significaria um impacto de 1% a 2%, no máximo, da folha de pagamento da UFRJ (ver jornal da Adufrj nº 82, de 3 de fevereiro).

Eleição para reitor e vice da UFRJ

Foi deliberado pela AG da Adufrj-SSind uma recomendação para que o Consuni somente envie ao MEC apenas o nome do candidato vencedor da chamada pesquisa eleitoral, cujo primeiro turno se realiza nos dias 20, 21 e 22 de maio. Também foi decidido que serão amplamente divulgadas na UFRJ e novamente distribuídas aos colegiados superiores as posições defendidas pelo Andes-SN em relação ao processo de escolha de dirigentes universitários.

Na avaliação dos docentes presentes à assembléia, foi consensual a posição de que o atual processo eleitoral está longe de ser considerado ótimo. A principal reclamação dos docentes foi sobre o curto tempo formação de candidaturas e de campanha, principalmente sobre os poucos dias reservados aos debates entre os candidatos.

Dentro desta conjuntura, observou-se que o papel da seção sindical seria o de divulgar o máximo possível as propostas dos candidatos. Foi reafirmada, ainda, a autonomia da Adufrj-SSind que, historicamente, não apóia candidatos a cargos na universidade. Além disso, a entidade também deve divulgar as datas, horários e locais dos poucos debates marcados entre os candidatos para o conhecimento dos sindicalizados interessados no assunto.

Reforma da Previdência

A Adufrj-SSind vai propor às demais entidades representativas da UFRJ (APG, DCE e Sintufrj) uma reunião ainda esta semana (de 12 a 16 de maio) para, junto dos integrantes do GT Seguridade Social da seção sindical, organizar o processo de discussão e de mobilização na universidade sobre a Reforma da Previdência proposta pelo governo Lula ao Congresso Nacional. A secretaria da seção sindical vai fazer os contatos para compatibilizar a agenda dos representantes. A reunião estará aberta a todos os interessados em discutir o tema.

Paralisação em discussão no dia 14

Embora favoráveis ao indicativo de paralisação nos dias 14 e 15 de maio da última Plenária dos servidores públicos federais, os professores decidiram remeter o assunto para a próxima AG (14/5, nesta quarta-feira, às 9h30, auditório do CFCH) para uma melhor avaliação. Até porque já será conhecido, nesta ocasião, o resultado da Plenária dos SPF, em 10/05, sábado, após o fechamento desta edição. Além do debate em torno da paralisação de 48 horas, seria analisada pela Plenária uma proposta de indicativo de greve por tempo indeterminado. A paralisação de 48 horas nesta semana, se confirmada, deverá ser uma advertência mais forte ao governo federal em protesto contra a reforma da Previdência do que a paralisação de 24 horas em 8 de abril.

Para esta Plenária, realizada em Brasília, foram eleitos como delegados da Adufrj-SSind os professores Salatiel Menezes (indicado pela base) e Cleusa Santos (indicado pela diretoria). Eles também representarão a seção sindical na reunião do Setor das Federais, no dia 9/05.

Avaliação do Cecut-RJ

Dada a hora avançada, a falta de energia e as notícias de tiroteio nas proximidades da ilha do Fundão, os professores decidiram remeter o tema da avaliação do 11º Congresso Estadual da CUT-RJ para uma próxima assembléia.

Cartas

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2003

Prezada Editora:

Frente à carta enviada pelo prof. Alexandre Pinto Cardoso, publicada na edição de 07/04/2003, presto os seguintes esclarecimentos aos leitores. O prof. Pinto Cardoso escreve que o Conselho (Universitário) "agasalhou recurso de professora do ICB para pós-doutorado no exterior, negado inicialmente na sua unidade e na gestão anterior ao Prof. Lessa". A direção do ICB recomendou que o afastamento fosse indeferido porque um dos dois orientadores seria o prof. Edson Xavier de Albuquerque, do departamento de Farmacologia da Universidade de Maryland. Aprovar este afastamento teria sido aceitar e dar aval à quebra do compromisso assumido pelo prof. Albuquerque perante à Congregação do ICB, de assumir integralmente suas atividades na UFRJ em 02/04/2001 (cópia da ata em anexo), depois de 16 anos de duplo vínculo na Universidade de Maryland e na UFRJ. O primeiro dever de um diretor de Unidade é respeitar e fazer respeitar as decisões de sua Congregação. O que o Consuni aprovou (endossando resolução do CCS que a interessada recusou recentemente na Congregação do ICB) foi estágio de pós-doutoramento com a co-orientadora Dra. Margaret MacCarthy. Chama também a atenção que o prof. Pinto Cardoso, autor da moção de esclarecimentos aprovada no Consuni em 23/01/03, tenha-se omitido de mencionar as demais informações sobre a situação funcional do prof. Albuquerque ? encaminhadas com a aprovação da Congregação ? e também se omitido de analisar as questões formuladas no relatório da Comissão de Legislação e Normas.

Finalmente, para esclarecimentos de quaisquer dúvidas, a direção do ICB coloca à disposição todos os documentos (evidentemente públicos) sobre esta questão.

Atenciosamente,

Adalberto R. Vieyra
Diretor do Instituto de Ciências Biomédicas

Agenda Sindical

14/05 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind
Auditório do CFCH, *campus* Praia Vermelha às 9h30

21 a 23/5 - IX Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN
Brasília (DF), no Auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal

24/5 - GTSS/A do Andes-SN
Brasília (DF)

3 a 7/06 - Congresso Nacional da CUT
São Paulo (SP) - Anhembi

27 a 29/06 - 46º Conad do Andes-SN
Vitória (ES)

24 a 28/10 - Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

1 a 04/04/2004 - Fórum Regional de Educação
São Paulo (SP)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Previdência

Governo quer mesmo é a previdência complementar

Taxação de inativos desvia atenção da mídia, de acordo com sindicalista

Um "bode na sala". Assim o encarregado de Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, Mário Luiz Alves, classificou a taxação dos aposentados contida na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que trata da reforma da Previdência. Segundo ele, a intenção do governo com essa polêmica medida é desviar a atenção da mídia do verdadeiro objetivo: deixar passar, sem muito alarde, a instituição da previdência complementar. "Se o governo perder este ponto (da taxação), não vai ficar chateado", comentou Mário. Segundo ele, um documento de análise da PEC já está sendo produzido, em conjunto com as demais entidades sindicais do funcionalismo federal, para esclarecer melhor os servidores sobre as conseqüências do projeto.

PL 9 está embutido na PEC

Mário já antecipou que, caso seja aprovada a PEC, o caminho para a instituição dos fundos de pensão para os servidores federais, estaduais e municipais estará aberto. A base do Projeto de Lei Complementar nº 9, que foi retirado pelo governo da pauta do Congresso, está presente na PEC entregue ao Congresso Nacional. Bastaria ao governo federal aprovar uma lei ordinária, de tramitação muito mais facilitada, para normatizar a previdência complementar (se vai ser de contribuição definida ou não, benefício definido ou não, se as entidades envolvidas serão do tipo aberta ou fechada etc.) para o funcionalismo da União.

IX Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria

O sindicalista também comentou a realização do IX Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, em Brasília, nos dias 21, 22 e 23 de maio. Para ele, além de contribuir para ampliar a conscientização dos representantes que puderem participar, o evento também servirá como espaço de manifestação contra a Reforma da Previdência. Uma vez que o Encontro foi marcado para o auditório Nereu Ramos, do Congresso Nacional, está previsto um horário para o trabalho de militância junto aos parlamentares. A Assessoria Jurídica Nacional do Sindicato, vale destacar, vai abordar, logo no primeiro dia do IX Encontro, o seguinte tema: "Os Aspectos Constitucionais da Proposta de Reforma da Previdência". Para a abertura do evento, estarão sendo convidados representantes da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), os presidentes da Câmara dos Deputados (João Paulo Cunha - PT) e do Senado (José Sarney - PMDB); a presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (Angela Guadagnin); o relator da comissão especial de Reforma da Previdência (José Pimentel - PT), os dois coordenadores da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social (senador Paulo Paim - PT, e deputado Arnaldo Faria de Sá - PTB) e líderes de partido.

Andes-SN e os princípios da Previdência

Em seu último Congresso, realizado em Teresina (PI), no início deste ano, o Andes-SN aprovou os princípios para a construção de um regime único da Previdência Social do país (ver jornal da Adufrj nº 85, de 17 de março). De acordo com Mário, a proposta surgiu da discussão nos grupos de Trabalho de Seguridade Social do Sindicato Nacional e baseou-se na defesa que o Andes-SN faz de uma sociedade socialista. "Não pode haver, nesta sociedade, regimes diferenciados e ações diferenciadas. Não podemos ter um discurso e trabalhar na contramão", afirmou o sindicalista.

Principais pontos da Proposta de Emenda Constitucional

TETO SALARIAL:

O teto salarial para a União corresponderá à maior remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) - hoje, em R$ 17.170 -, a título de vencimento, representação mensal e parcela recebida em função do tempo de serviço. Nos estados e municípios, o limite será o salário de governadores e prefeitos, respectivamente.

TETO DE BENEFÍCIOS:

O teto do Regime Geral de Previdência Social (INSS) será de R$ 2.400. Pela unificação das regras, este também será o limite dos benefícios dos servidores.

IDADE MÍNIMA:

A idade mínima para a aposentadoria passa de 53 para 60 anos, no caso dos homens, e de 48 para 55 anos, no caso das mulheres.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR:

A instituição da lei que cria a previdência complementar para os servidores das três esferas da federação passa a ser do Executivo. Pelas regras atuais, o Judiciário tem a prerrogativa na instituição do regime complementar dos magistrados.

TAXAÇÃO DOS APOSENTADOS:

Os atuais aposentados que recebem mais de R$ 1.058,00 pagarão 11% de contribuição previdenciária. Os atuais servidores que ainda não preenchem os requisitos da aposentadoria vão pagar, ao se aposentar, uma contribuição de 11% sobre o valor do benefício que ultrapassar R$ 2.400,00.

PENSÃO:

O valor da pensão será equivalente a 70% dos proventos do servidor falecido.

FIM DA APOSENTADORIA PROPORCIONAL:

Acaba a possibilidade de requerimento da aposentadoria proporcional. O benefício será mantido apenas para aqueles que já preenchem os requisitos legais. O servidor que requerer aposentadoria antes da idade mínima poderá fazê-lo, mas terá seus proventos de inatividade reduzidos em 5% para cada ano antecipado.

FIM DA PARIDADE:

Os servidores que se aposentarem pelas novas regras terão correção apenas pela inflação, tendo fim a paridade entre os benefícios da previdência e os vencimentos da ativa.

Primeiro passo da Reforma no Congresso

O primeiro passo das reformas da Previdência e Tributária no Congresso é passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Câmara dos Deputados. Esta comissão, como o próprio nome diz, tem o objetivo de discutir a constitucionalidade dos projetos. O debate destes temas, de acordo com calendário divulgado pelo presidente da CCJR, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), inicia-se nesta segunda-feira, dia 12. Em 22 de maio, está prevista a apresentação do parecer sobre a Reforma da Previdência. O prazo para fazer pedido de vista da reforma está localizado entre os dias 23 e 26. De 27 a 29 deste mês de maio, haveria a votação da constitucionalidade da proposta. Se houver requerimento para o adiamento da votação, a conclusão do processo nesta comissão ficaria para a primeira semana de junho.

Em circular enviada no início deste mês, o Andes-SN solicita que as seções sindicais e os sindicalizados encaminhem, em caráter de urgência, mensagens eletrônicas ao Congresso Nacional, dirigidas aos parlamentares, manifestando sua posição contrária à proposta de Reforma da Previdência encaminhada pelo Executivo.

Previdência

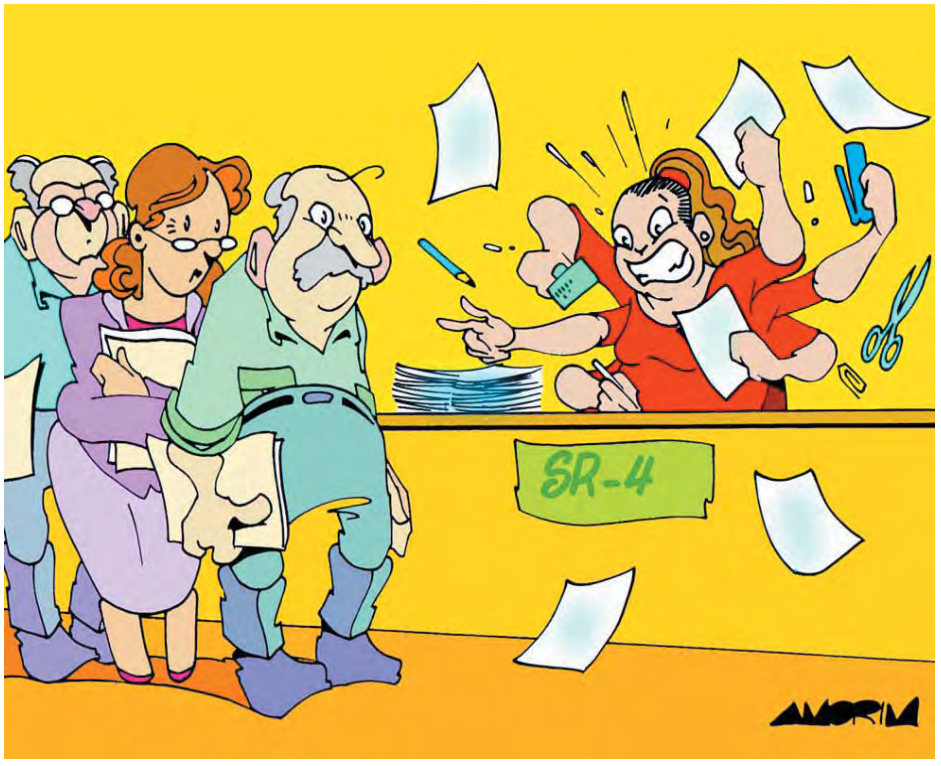
Servidores devem intensificar mobilização

Medidas do governo sinalizam rápida tramitação da reforma da Previdência

Mobilização. O 1º vice-presidente do Andes-SN, José Domingues, não vê outra saída para os servidores preservarem os seus direitos quanto à Previdência, agora que o governo enviou sua "reforma" ao Congresso Nacional. "A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) atropela tudo", reclama Domingues.

E a mobilização deve ser rápida. O sindicalista destacou as recentes manobras do governo como um forte indício de que a tramitação da PEC da reforma não merecerá muito debate por parte dos parlamentares. "O governo quer modificar o regimento da Câmara para agilizar a tramitação, encurtar as audiências públicas e convocar o Congresso em julho extraordinariamente (com um custo extra de R$ 15 milhões para a sociedade)", disse.

Mais grave, segundo Domingues, foi o ato organizado por Lula e sua equipe para a entrega das reformas no Congresso. "Usaram os governadores como uma forma de coação dos parlamentares", afirmou, referindo-se à presença de todos os governadores atrás da mesa da Câmara naquela ocasião. "Lula disse que as reformas não eram apenas do governo, mas de todos os governadores. E citou um por um. Até o Roriz (polêmico governador do Distrito Federal). É uma estratégia mais sutil que a utilizada pelo FHC", criticou.



Recepção aos deputados

Um pequeno esforço de pressão sobre os parlamentares já está em ação. Desde o início da semana, as entidades dos servidores estão recebendo os deputados e senadores no aeroporto de Brasília, com faixas, panfletos e adesivos contra a reforma. A iniciativa deve durar o tempo em que a PEC estiver no Congresso. "Mas isso é pouco", reconhece o dirigente do Andes-SN. "Os próprios deputados contrários à reforma dizem que os servidores têm que fazer muito barulho para conseguir resultados na Câmara", observou.

E as sinalizações?

Domingues aproveita para dizer que não esperava grandes mudanças logo nos primeiros dias de governo, mas as primeiras medidas de Lula e sua equipe estão decepcionando: juros altos, reajuste irrisório para os servidores e reforma da Previdência com retirada de direitos. "Não temos nem as sinalizações de melhorias. Pelo contrário, nos documentos formais do governo, continua a política anterior. O que tem escrito, por exemplo, é o compromisso com o FMI (pela reforma da Previdência)", lembrou Domingues, sobre a carta de intenção assinada entre o governo brasileiro e o Fundo, divulgada no encarte do Jornal da Adufrj nº 86, de 24 de março.

Diálogo esvaziado

O diretor do Sindicato Nacional também desmente o discurso do governo de que as reformas, especialmente a da Previdência, foram construídas em um "amplo debate" com a sociedade. Ele mesmo compareceu a algumas reuniões com o ministro Ricardo Berzoini e o secretário do ministério, Helmut Schwarzer. "Eles até conversaram, anotaram as sugestões, mas não mudaram nada em relação à proposta original. Não teve negociação", disse.

Por essa e outras razões, Domingues acreditava que o indicativo da Plenária dos SPF (realizada após o fechamento desta edição, em 10/5, em Brasília) não poderia ser diferente do seguinte: "Ou se mobiliza, ou não acontece nada. Pior: acontece contra", completou.

Reforma previdenciária pode desfalcar universidades

Matéria da Folha de S. Paulo de 1º de maio alerta que o medo da perda de direitos com a reforma previdenciária deve desfalcar ainda mais as universidades públicas. Dados da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) mostram que, neste ano, até 13% dos professores podem se aposentar - 5.954 têm condições para se retirarem das salas de aula dos atuais 45.476 professores da ativa. De janeiro a 15 de março, de acordo com a entidade, 307 professores efetivamente se retiraram. A saída dos professores piora a falta de pessoal nas federais. Segundo a Andifes, há um déficit de 8 mil profissionais contratados. No lugar deles, estão professores temporários, que podem ficar apenas dois anos no cargo. Segundo a nova presidente da Andifes e reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Wrana Panizzi, em 2002, a UFRGS teve 84 aposentados, mas só recebeu autorização para contratar 36 professores.

Nas instituições estaduais, o fenômeno não é diferente: na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por exemplo, a média mensal de aposentadorias concedidas cresceu 117% em 2003 em relação ao ano passado. Na Universidade de São Paulo (USP), quase triplicou o número de pedidos de contagem de tempo. Em dezembro do ano passado, foram feitos 42 pedidos. Em fevereiro, eram 118. Os pedidos de contagem de tempo não se transformam necessariamente em aposentadorias, mas revelam maior interesse dos docentes em verificar sua situação e, eventualmente, retirar-se do trabalho. Ainda de acordo com a matéria da Folha de S. Paulo, até o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Luiz Fernando Silva, reconheceu que, além da perda de bons profissionais, o aumento das aposentadorias eleva o suposto déficit previdenciário do setor público e aumenta a necessidade de concursos.

UFRJ já tem 84 aposentados em 2003

Na UFRJ, 84 aposentadorias já foram concedidas desde janeiro deste ano, de acordo com o superintendente da SR-4, Roberto Gambine. E cerca de 50 pedidos estão em análise. Gambine não tinha os números separados entre professores e funcionários técnico-administrativos, mas garantia que a maioria era de docentes.

Ele lembrou a apresentação do ex-reitor Sérgio Fracalanzza, em fevereiro (ver jornal da Adufrj nº 84, de 24/02), quando foi exibida uma tabela da faixa etária dos servidores da UFRJ: cerca de 800 docentes da universidade têm mais de 55 anos de idade; e, destes, aproximadamente 300 possuem mais de 60 anos. "Ou seja, há um risco de perda de 10% da força de trabalho docente, mesmo que por aposentadoria proporcional", disse Gambine.

Outro dado que reforça a preocupação do superintendente é a quantidade de processos de averbação do tempo de serviço: uma média de cem pedidos estão sendo assinados na SR-4 por semana, desde março. "Os telefones da sub-reitoria não param", comentou. Segundo ele, está sendo organizada uma reunião com as chefias de DRH (Divisão de Recursos Humanos) para orientar melhor os servidores diante de uma possível enxurrada de pedidos de aposentadoria.

UFRJ

Primeiro debate com reitoráveis é realizado sem grandes polêmicas

Guilherme Lessa

SALÃO PEDRO CALMON TEVE OCUPAÇÃO PARCIAL DURANTE O EVENTO

A platéia não pôde intervir, nem houve perguntas diretas entre os candidatos. Debate com reitores se transforma em exposição de plataformas

Os candidatos a reitor da UFRJ se confrontaram, pela primeira vez, no debate oficial promovido pela Comissão de Pesquisa à Comunidade, na última sexta-feira (9/5). Aloisio Teixeira (Chapa 1), Sérgio Fracalanzza (Chapa 2) e Luís Eduardo Potsch (Chapa 3) não chegaram a entusiasmar a platéia que, confortavelmente, ocupou parte do plenário do auditório do Instituto de Economia, no *campus* da Praia Vermelha. O debate foi mediado pela presidente da Comissão e professora da Faculdade de Direito, Maria da Penha Almeida Cruz. Organizado em quatro blocos, no primeiro, os candidatos puderam expor os principais planos de sua chapa e, no último, suas considerações. A platéia só pôde fazer perguntas, por escrito, que foram selecionadas por assunto e respondidas nos dois blocos intermediários. A ordem das intervenções foi sorteada no início do evento.

Chapa 3

Primeiro a falar, o professor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Luís Potsch disse ser um anti-candidato e que seu pleito teria como objetivo "levar a todos um exame de consciência" sobre a universidade. Para o candidato da chapa 3, não faltam recursos para a universidade pública. "O problema de falta de recursos humanos e de infra-estrutura é uma conseqüência da crise de excesso de competências", afirmou, ressaltando uma perda 50% dos alunos de graduação que, segundo ele, não concluiriam seus cursos. Na linha formação-voltada-para-o-mercado, o professor defendeu uma verdadeira reviravolta nos cursos de graduação, que se transformariam em MBAs Juniores, a exemplo de universidades americanas. "Devemos formar profissionais generalistas e não técnicos. Profissionais para atuarem durante 30 anos no mercado e não para o primeiro emprego".

Quanto aos recursos, o professor disse que, em sua administração, a SR3 criaria um sistema que contabilizasse conhecimento e uma alocação de recursos "com transparência dos processos decisórios". Em relação à política de pessoal, Potsch disse combater o corporativismo e que convocaria a diretora da Faculdade de Educação, Speranza França, para assumir a SR4. Para quem não se lembra, Speranza foi nomeada pelo ex-interventor Vilhena e dedicou boa parte de sua gerência a perseguir professores, técnicos e estudantes que não concordaram com sua indicação e nem com sua administração e política acadêmica. Só para se ter uma idéia do potencial 'bélico' da diretora, Speranza desmontou o conceituado curso de Pós-graduação em Educação da Faculdade assim que assumiu, destituindo a coordenadora eleita do programa, Marlene Carvalho, e impedindo que estudantes realizassem suas defesas de tese.

Chapa 2

A seguir, o candidato da Chapa 2 e ex-vice-reitor da gestão Lessa, Sérgio Fracalannza, relembrou o movimento de resistência à nomeação de Vilhena, em 1998, e os anos seguintes em que, na sua opinião, a UFRJ perdeu o seu papel de liderança junto ao MEC e a associação nacional dos reitores (Andifes). Fracalanzza também ressaltou os cursos de graduação e defendeu o preenchimento das cerca de 3.000 vagas ociosas (originadas por trancamentos de matrícula, segundo o professor) que seriam oferecidas em um edital de transferência para alunos oriundos de outras instituições de ensino. Segundo o ex-vice, um aluno de graduação custa, por ano, de R$ 6,5 mil a R$ 7 mil e o preenchimento das vagas ociosas seria um desafio para a próxima reitoria. Fracalanzza enfatizou os cursos de licenciatura como uma possibilidade de priorizar a oferta destas vagas. Para os programas de pós-graduação, o ex-decano do Centro de Ciências da Saúde propôs que programas nota 7 na Capes auxiliassem cursos nota 3, a exemplo do que, segundo ele, foi realizado com sucesso entre os cursos do departamento de Química Médica e do Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva.

Em sua apresentação, Fracalanzza fez menção a demanda dos técnico-administrativos por um plano de carreira. "Precisamos formular um plano de carreira que identifique as funções dos técnicos na universidade e que nos prepare para a autonomia efetiva", disse, referindo-se ao projeto de orçamento global com uso dos recursos de pessoal e custeio definido pela reitoria. O orçamento global é uma das teses defendidas pela Andifes em seu projeto de autonomia 'plena'.

Chapa 1

Candidato eleito em 1998 pela comunidade e no Colégio Eleitoral mas não nomeado pelo então governo de Fernando Henrique Cardoso, Aloisio Teixeira, disse que a universidade deveria aceitar a "luva" oferecida pelo ministro Cristovam Buarque, em sua aula inaugural, realizada na UFRJ em março. O ministro indagou aos presentes o que a universidade poderia fazer pelo governo. Para Aloisio, o grande desafio seria conjugar as propostas da universidade não só para o governo, mas para a sociedade em geral, com "as questões do cotidiano".

O professor do Instituto de Economia defendeu a recuperação do que chamou de "gestão autônoma dos recursos de pessoal e de custeio". Na apresentação de sua plataforma, Aloisio prometeu que realizará a escolha dos próximos dirigentes sem a submissão à atual legislação. "Devemos assumir a nossa autonomia diante do governo", afirmou. Aloisio também defendeu novos mecanismos de financiamento "a serem elaborados e apresentados pela universidade". O candidato também propôs a reformulação dos planos de carreira, com a incorporação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e das ações judiciais ganhas pelas categorias como os 26,05% (Plano Verão) e os 28,86%.

UFRJ

Candidatos comentam demandas da universidade

No debate, os candidatos a reitor responderam a perguntas gerais formuladas pela platéia do primeiro debate oficial promovido pela Comissão de Pesquisa. Das questões enviadas, por escrito, a mesa selecionou dez perguntas. Os candidatos se comportaram cordialmente e não houve troca de acusações.

A pergunta sobre a extensão administrativa da ação dos 26,05% (Plano Verão) ganha por parte dos docentes foi a que gerou maior turbulência entre os candidatos Aloisio Teixeira e Sérgio Fracalannza. Enquanto Aloisio afirmou que, como reitor, faria a extensão administrativa imediatamente, Fracalanzza afirmou não ser viável para a administração realizar a operação. O ex-vice-reitor e reitor em exercício nos últimos quatro meses afirmou que a extensão das ações salariais não pode ser uma bandeira de campanha e que somente a presidência da República poderia fazê-lo. Aloisio rebateu, afirmando que a autonomia garantida na Constituição Federal respaldaria a decisão administrativa do dirigente. "Como reitor, implantaria os 26,05% para todos e pagaria para ver", afirmou, arrancando os aplausos mais calorosos. Luís Potsch também afirmou que, caso reitor, faria a implantação das ações "transitadas em julgado".

Manutenção no cargo até o final

Perguntados se ficariam no cargo de reitor até o final do mandato, Aloísio e Francalanzza responderam que sim. Potsch fez um discurso defendendo a idéia de que um cargo acadêmico, às vezes, pode ser mais influente do que uma posição na administração. Aloísio considerou que a pergunta teria sido dirigida diretamente a ele, já que ocupou vários cargos na administração pública e em empresas estatais. O candidato disse não ter como dirimir eventuais desconfianças da comunidade a esse respeito apenas com o compromisso verbal, mas fez questão de dizer que já havia recusado convites para participar do governo atual.

Contratos temporários

Respondendo sobre a contratação de serviços temporários, principalmente nos Hospitais Universitários, Sérgio Fracalanzza revelou que a universidade gasta R$ 9 milhões somente com o pessoal de vigilância e de limpeza terceirizados. Estes recursos, segundo o ex-vice-reitor, saem da verba de Custeio e Capital, atualmente orçada em R$ 30 milhões por ano para a instituição. Fracalanzza disse que a UFRJ tem uma 'sobra' de 2 mil vagas de técnico-administrativos, resultante de aposentadorias e afastamentos concedidos desde 1995. O candidato afirmou que tem como plataforma a recomposição do quadro técnico-administrativo. Os demais candidatos não se ativeram a esta questão durante o bloco de respostas.

Reforma da Previdência, gestão democrática e autonomia universitária

Sobre o projeto de Reforma da Previdência do governo federal, o candidato Fracalanzza afirmou que não basta apenas a UFRJ se posicionar sozinha contrária às emendas. Para o candidato, a universidade tem que se articular com as demais instituições e se posicionar "em bloco". Sobre o tema, Aloisio disse apenas que sua posição é pública. Em debate realizado em fevereiro deste ano na Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio), o professor afirmou que a discussão sobre a reforma estaria 'enviesada' e que a primeira discussão com a sociedade deveria ser o papel do Estado. Luís Potsch não se posicionou sobre a questão durante o debate.

Reforma da graduação, evasão e sistema de cotas

Sobre estes temas, Potsch deu ênfase às suas propostas de ocupar os "espaços informais" e à reformulação dos cursos de graduação de caráter multi-disciplinar, criticando, ainda, a "burocracia dos colegiados (acadêmicos)". Sobre a evasão, o professor sugeriu a averiguação das "questões psicológicas" que levam o candidato a trancar a matrícula na universidade. Sobre cotas, não discursou.

Já para Aloisio, a universidade deve pensar em um sistema de cotas social que integre a preocupação com a demanda racial, que, no seu entendimento, teria mais relação com os problemas sociais e de renda. O professor defendeu uma reforma na graduação que vise à atualização de cursos à realidade brasileira e a valorização de projetos nacionais, dando continuidade aos projetos iniciados pelo ex-reitor Carlos Lessa

Neste ponto, Fracalanzza retomou sua proposta de preenchimento das vagas ociosas e de uma política de assistência também iniciada, segundo ele, na gestão Lessa. Quanto à política de cotas, o professor disse ser favorável ao resgate da escola pública dos ensino fundamental e médio como solução para a democratização do acesso às universidades.

Modelo de universidade e autonomia

Sobre universidade, o candidato da Chapa 3 propôs um modelo de "desconstrução científico-pedagógica", baseada em uma gestão universitária empreendedora e "de ocupação dos espaços vazios na organização informal".

Aloisio defendeu a autonomia da universidade em relação ao governo federal e propôs como plataforma a instalação de uma "Ouvidoria Geral e de uma Controladoria Geral, eleitas pela comunidade universitária". Estas instâncias teriam acesso a todas as informações da reitoria, receberiam as demandas da comunidade e as encaminhariam à administração. Para o professor, enquanto há quarenta anos atrás o modelo de universidade baseado nos departamentos era uma posição progressista, hoje haveria a necessidade de a instituição criar uma nova proposta de organização de sua estrutura abarcando unidades multidisciplinares.

Para Fracalanzza, é necessária uma reformulação dos estatutos da universidade com a participação das entidades representativas dos professores, estudantes e funcionários para que se construa um modelo de "universidade ideal". O ex-reitor em exercício fez questão de ressaltar que, nos meses em que ficou à frente da reitoria enviou recursos diretamente da SR3 para as Unidades o que, segundo ele, não acontecia há alguns anos.

Anote

174

O Forum de Ciência e Cultura da UFRJ apresentará nesta terça-feira, dia 13, às 18h, o documentário "Ônibus 174", de José Padilha. A exibição será seguida de debate com o diretor do filme; o crítico José Carlos Avellar e do professor Luiz Antônio Machado da Silva .

Vencedor do Festival Rio BR 2002, o documentário Ônibus 174 mostra a violência das ruas cariocas retratando o trágico seqüestro de um ônibus que resultou na morte da refém e do seqüestrador e foi destaque nos noticiários em 12 de junho de 2000. A entrada é franca e o Forum fica na Av. Pasteur, 250/2º andar, *campus* da Praia Vermelha.

Opinião

Lula e a CNBB

Dom Mauro Morelli*

A provável visita do presidente Lula à próxima Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mais do que reavivar memórias, traz à tona o testemunho e as profecias da CNBB ao longo dos anos da ditadura que produziu uma economia avantajada em chocante contraste com a exclusão social de aproximadamente um terço da nação brasileira. Nosso país, grande produtor de alimentos para exportação, convive com legiões de famintos e desnutridos.

Faz-se necessário precisar o conceito de profecia, pois não se trata, certamente, do. futuro eleitoral do atual presidente ou, mesmo, de um anúncio presumido e presunçoso - ou quiçá blasfemo - do fim dos tempos. O profeta, no meio do povo, com o olhar aguçado pelas noites de vigília, percebendo as contradições da história, revela os desatinos da civilização na direção inversa da sabedoria amorosa do criador de tudo e de todos.

O exercício da escuta da palavra de Deus, longe do burburinho e das atrações da futilidade das cortes e dos salões, não permite que os profetas sejam seduzidos pelo poder nem enganados pela aparência, por isso sempre foram a consciência do Israel antigo ou do novo.

Assim, Jorge Marcos de Oliveira, bispo dos operários e fundador da diocese de Santo André, sempre esteve na mira do Departamento de Ordem Política e Social. A consciência da própria dignidade e do valor do trabalho humano, que marca a história dos movimentos sociais e sindicais do ABC paulista, foi alimentada pelo testemunho e pela pregação profética daquele fascinante pastor. Sem a defesa dos presos políticos e o brado corajoso de Paulo Evaristo Arns e dos bispos paulistas contra a tortura; o Brasil não teria se libertado do regime do terror e da barbárie.

Não menor profecia foi a "Declaração Pastoral ao Povo de Deus" e tantos outros documentos e pronunciamentos da CNBB sobre as exigências cristãs para a construção de uma ordem política, econômica e social que fizesse justiça aos pobres da terra e que fosse comprometida com a dignidade humana e com a cidadania de cada habitante do país.

Nosso operário presidente, em sua luta pelo direito e pela justiça, certamente muito aprendeu com o testemunho de tantos profetas e com as profecias da CNBB. Quando atravessar os longos corredores que conduzem ao salão da plenária, para se encontrar com os bispos da CNBB, o presidente Lula certamente encontrará muitos amigos e companheiros, mas, acima de tudo, corações vigilantes e lábios murmurando preces e tantas perguntas.

Mesma com simpatia e esperança, algumas questões serão levantadas nesse encontro. Deveremos esperar outro presidente ou romperemos os grilhões que mantêm o Brasil eterno refém da economia mundial?

Temos coragem e competência para fazer um pacto social que valorize as diferenças, abomine e acabe com as desigualdades escandalosas e blasfemas entre indivíduos e regiões do país, ou será mantida a violência estrutural que priva a maioria da população de vida com dignidade e esperança? A economia fará o bolo crescer, enquanto o salário permanece um dos mais injustos e vergonhosos do mundo? As terras indígenas serão definitivamente delimitadas, segundo determina a Constituição brasileira? O povo negro, ao lado dos indígenas, permanecerá o mais pobre entre os pobres? Seremos um país culto e solidário ou continuaremos prisioneiros da corrupção e da impunidade?

Conviveremos com abortos, torturas nas delegacias de policia e toda a sorte de violência? O meio ambiente será ainda depredado, nossas riquezas saqueadas e a terra prisioneira do capital e do latifúndio?

*Dom Mauro Morelli, 67, é bispo católico de Duque de Caxias (RJ) e membro da coordenação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. Este artigo foi originalmente publicado na Folha de S. Paulo (27/4/03)

Um golpe chamado pesquisa

Person Candido Matias da Silva*

A publicidade dada pela atual reitoria da UFRJ às normas referentes ao processo sucessório do cargo de Reitor e Vice-Reitor, deixa transparecer sem sombras de dúvidas o descompromisso ético-político com os interesses da comunidade universitária. Na medida que essas normas representam um "arranjo" que se fez, ora na opção pela legalidade, naquilo que interessa especificamente à alguns grupos, tal qual a eleição feita por Colégio Eleitoral e pela ilegalidade em pontos que também só interessam a esses mesmos grupos que na voz de um 'COLEGIADO AMPLIADO' (Instância inexistente na estrutura da UFRJ) aprovam em substituição à consulta, uma pesquisa eivada de vícios e incorreções estatutárias.

Afinal, o que a comunidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro quer ? Ela quer o que sempre quis a respeito da escolha de seu Reitor e Vice-Reitor: ELEIÇÕES LIVRES, DEMOCRÁTICAS E PARTICIPATIVAS, de modo a escolher seus dirigentes pela vontade direta e independente de seus segmentos representativos (docentes, técnico-administrativos e estudantes) e isto sem interferências escusas, é isso o que a UFRJ quer.

Quem não quer eleições livres ,democráticas e participativas na UFRJ e prega invencionices ambíguas? Quem cria situações de indefinições e novas renúncias? São aqueles cujas perspectivas obsessivas do poder, querem apenas e unicamente se apoderar da nossa UFRJ, isto porque pensam e acreditam que ela seja apenas deles. Aqueles que na verdade nunca se OCUPARAM e talvez mesmo não queiram se ocupar com coisas tais como : A estatuinte, a definição socializada de políticas, a elaboração participativa de planos orçamentários transparentes, o desenvolvimento das atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) comprometidas com os interesses e necessidades da sociedade e principalmente com uma universidade pública, gratuita e de qualidade, enfim aqueles única e exclusivamente PRÉ-OCUPADOS com o domínio da estrutura de poder.

Aqueles, inspirados no corporativismo que tem levado a UFRJ a sucessivas renúncias, com argumentos ora reacionários e agora populistas, escondem-se em casuísticos recursos, pois apenas o que lhes sobra é a visão míope da tecnocracia, concordam em burlar naquilo em que lhes interessa as normas do nosso Estatuto, apenas para driblar os interesse s e a vontade da comunidade. Afirmam por uma consciência de descompromisso com o bem comum e a coletividade, que sabem o que é melhor para nós.

Podemos enfrentar esta situação anômala e sem precedentes na UFRJ, se queremos ELEIÇÕES E NÃO PESQUISA, no gesto simbólico do voto nulo e assim poder com a anulação deste famigerado golpe da pesquisa, retomar a serenidade, a sobriedade e acima de tudo a soberania de nossa autonomia naquilo que nos é mais importante: A ESCOLHA LIVRE, DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DE NOSSOS DIRIGENTES EM ELEIÇÕES DIRETAS.

Por uma UFRJ de Espírito Livre e comprometida com o Bem Comum da coletividade, eu me declaro contra-candidato num processo de escolha para Reitor que não respeita a autonomia da nossa instituição através de um golpe chamado pesquisa.

Em, 07 de maio de 2003

Professor Adjunto IV – UFRJ
personcm@hotmail.com

Resenha

Novo bandejão na UFF

Depois de muita insistência e protestos, os alunos da UFF estão comemorando a abertura do segundo bandejão da instituição. A nova unidade, também localizada no *campus* do Gragoatá, foi inaugurada em 28 de abril. Com capacidade para 250 pessoas, o novo bandejão deverá servir média de mil refeições por dia. Os estudantes, entretanto, têm pressa, e já pensam em reivindicar novas unidades pelos demais *campi*, de acordo com a Folha Dirigida (1/05).

Uerj quer reduzir cotas

A Uerj encaminhou à Secretaria do Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação uma proposta de mudança na Lei de Reserva de Vagas, no dia 2 de maio. A idéia é reduzir à metade o número de vagas do vestibular reservadas para estudantes de escolas públicas, negros ou pardos e portadores de deficiências. No último exame, 64% das vagas foram reservadas. De acordo com a reitora daquela instituição, Nilcéa Freire, a proposta apresentada tem percentuais de reserva de vaga "mais razoáveis", em matéria de O Estado de S. Paulo (3/5).

Medicina tem cursos em excesso

Não faltam médicos, mas sua distribuição é inadequada. E o excesso de profissionais não resulta em uma melhora da qualidade do atendimento de saúde. Com esses argumentos, o Conselho Regional de Medicina do estado de São Paulo iniciou uma campanha para tentar convencer a equipe do MEC a não autorizar a abertura de novos cursos de medicina. O padrão da Organização Mundial da Saúde para um bom atendimento é de 1 médico para mil habitantes. No país, há um médico para 606 habitantes. Das 117 escolas médicas autorizadas no país, 47% estão concentradas no Sudeste, de acordo com a Folha de S. Paulo (30/4).

OMC e a Educação

A próxima reunião do conselho da Organização Mundial do Comércio, de 12 a 22/05, terá em pauta a posição dos países sobre as propostas liberalizantes do comércio dos serviços educacionais. Apenas 16 países entregaram propostas. O Brasil aguarda o desenrolar das negociações de todos os serviços, e não apenas dos de Educação, para definir uma posição. O assunto interessa de perto aos mais ricos: os EUA, por exemplo, exportaram US$ 7,5 bilhões em serviços educacionais, somente em 1999, de acordo com a Folha Sinapse (29/4). O Andes-SN é contrário à liberalização da Educação, que deve ser tratada como um direito de todos.

Colegiados

Alunos da Faculdade de Direito reclamam de irregularidade em concursos

Na última sessão do Conselho Universitário, os estudantes da Faculdade de Direito entregaram aos conselheiros e ao sub-reitor de pós-graduação e reitor em exercício, José Luiz Monteiro, um dossiê com 130 páginas com denúncias sobre a administração da Unidade. Do documento constam 1.008 assinaturas dos alunos em um abaixo-assinado que reivindica um posicionamento e solução da reitoria e dos colegiados para a crise na faculdade. Os alunos acusam a direção por manter um determinado grupo no poder e do fato de o diretor Armênio Cruz ter sido nomeado pela gestão Vilhena sem ter sido realizada uma consulta à comunidade local.

Mas o que parece ter mobilizado ainda mais os estudantes contra a direção da Unidade foi a disponibilidade de 17 vagas para concurso público de docentes, concedidas pelo ex-reitor Carlos Lessa no final de 2002. Segundo os estudantes, a faculdade tem apenas 30 docentes efetivos, sendo as aulas ministradas por professores substitutos que chegam a preencher 70% do quadro docente do curso. A faculdade atende a 2.500 estudantes.

Os alunos denunciaram ainda os critérios de contratação dos professores e a não realização dos concursos. Segundo os representantes do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, existem 33 candidatos às vagas para docente Adjunto, mas, até o momento da redação do dossiê, a direção não havia encaminhado a aprovação das bancas para a realização dos concursos. O Caco denunciou também a perseguição da direção aos estudantes que se manifestam contrários à sua política administrativa e acadêmica. Segundo o representante do CA Marcos Vinícius, alguns alunos perderam oportunidades de emprego e bolsas acadêmicas por não terem conseguido colar grau por determinação da direção.

Os estudantes do Direito reivindicam, no documento, a volta da normalidade institucional da Faculdade com democratização e a realização de sessões periódicas de seus colegiados, liberdade para manifestações políticas e de opinião, critérios para a realização de concursos públicos e composição de banca examinadora externa, além de acompanhamento pela reitoria quando da distribuição de novas vagas para docentes na Unidade. Os representantes pedem, também, no documento, um posicionamento do Consuni a respeito de concursos anteriores que estariam paralisados em virtude de ações judiciais.

NR: Durante a produção desta edição não foi possível contatar a direção da Unidade para esclarecimentos sobre as denúncias dos alunos, o que será feito para as próximas publicações.

Comissão não homologa duas candidaturas

No Conselho, a presidente da Comissão de Pesquisa à Comunidade, professora Maria da Penha, relatou a homologação das candidaturas aos cargos de reitor e vice-reitor da UFRJ para a pesquisa que servirá de referência para a escolha dos dirigentes na eleição realizada pelo Colégio Eleitoral que deverá acontecer até o dia 12 de junho. O primeiro turno acontece nos dias 20, 21 e 22 de maio. Confira os nomes e a composição das chapas dos candidatos oficiais em encarte especial sobre as eleições na UFRJ nesta edição.

As candidaturas dos professores Person Candido e Eloy Ehraldt não foram homologadas pelo fato de os dois não terem apresentado candidatos a vice-reitor e, portanto, não configurarem chapas, ferindo um dos artigos do regimento da Pesquisa. O professor Person esteve no colegiado e questionou a decisão da Comissão, pedindo um posionamento do colegiado superior sobre a sua candidatura isolada. Ao final de várias intevenções, o decano do Centro de Tecnologia, Cláudio Baraúna, esclareceu que, apesar de não ter se credenciado a participar da pesquisa, o professor da Faculdade de Educação Física poderia candidatar-se ao cargo postulado inscrevendo-se na Comissão Eleitoral do CE formado pelos colegiados superiores.

Assembléia Geral

14/5 - quarta-feira 9h30

Auditório do CFCH

Campus da Praia Vermelha

Pauta:

1 - Informes

2 - Avaliação dos encaminhamentos do Setor das IFES/Plenária dos SPF

a) Paralisação dias 14 e 15 de maio

b) Indicativo de Greve contra a Reforma da Previdência

3 - Avaliação do Cecut-RJ

4 - Eleição para reitor e vice-reitor da UFRJ

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

ENCARTE
ELEIÇÃO UFRJ

EDIÇÃO DE
12 DE MAIO
2 0 0 3

Guilherme Lessa

CANDIDATOS A REITOR E A PRESIDENTE DA COMISSÃO DA PESQUISA ELEITORAL
NO PRIMEIRO DEBATE OFICIAL, NO *CAMPUS* DA PRAIA VERMELHA, EM 9/5

Entrevista com os candidatos a reitor da UFRJ

Neste encarte, a Adufrj-SSind divulga para os seus sindicalizados uma entrevista com 13 perguntas dirigidas aos três candidatos a reitor da UFRJ. Principais propostas, orçamento da universidade, agências de fomento, cursos noturnos, autonomia universitária, assistência estudantil, fundações privadas: de tudo um pouco foi perguntado aos reitoráveis.

Historicamente, a seção sindical não apóia candidatos a qualquer cargo na instituição, mas entende que o seu papel é dar visibilidade aos programas apresentados e ampliar o debate o máximo possível. Para a diretoria da Adufrj-SSind, vale ressaltar, os prazos do processo eleitoral não foram os mais adequados, com reduzido espaço para a campanha em si. Afinal, o primeiro turno das eleições já se aproxima: nos dias 20, 21 e 22 de maio (veja quadro nesta página com o calendário eleitoral). Além das entrevistas, na página 8 deste encarte, a redação reproduziu o histório dos candidatos a reiror e vice-reitor apresentados pelas chapas.

Espera-se que esta publicação contribua para o esclarecimento das propostas das chapas e de seus respectivos candidatos a reitoria da UFRJ.

Normatização das entrevistas

Para normatizar o material recebido dos candidatos, a redação da Adufrj-SSind retirou os negritos, sublinhados e palavras inteiras em maiúsculas. Para dar igualdade de espaço a todos, o tamanho das respostas foi previamente limitado a 12 mil caracteres. Os textos que superaram esse limite (casos das entrevistas das chapas 1 e 3) foram editados para garantir um mínimo de eqüidade entre as apresentações. A edição foi autorizada pelos autores das respostas.

Calendário da pesquisa

atos	data
Campanha com debates	30/4 a 16/5
Realização do primeiro turno da pesquisa	20, 21 e 22/5
Divulgação dos resultados da pesquisa	23/5
Realização eventual do segundo turno da pesquisa	3, 4 e 5/6
Divulgação dos resultados do segundo turno da pesquisa	6/6
Elaboração das listas tríplices pelos Conselhos Superiores	até 12/6

Guilherme Lessa

CHAPA 1

Aloisio Teixeira

1 – Por quem é composta a sua reitoria e quais são, em linhas gerais, as principais propostas de seu programa como candidato a reitor?

O perfil do grupo que compõe nossa reitoria é variado e expressa uma combinação entre a continuidade de projetos herdados da gestão do professor Carlos Lessa e a necessidade de mudanças em consonância com o novo quadro político que se formou no país deste a eleição presidencial do ano passado.

Assim, a atual sub-reitora de graduação, Professora Sylvia Vargas candidata-se à vice-reitoria, e os professores José Luiz Monteiro, Luiz Afonso Mariz e Marco Antonio França Faria continuarão respectivamente à frente da SR2, da SR4 e da SR5, cargos que ocupam atualmente. A atual Prefeita, Professora Maria Ângela Dias, também deverá continuar em seu cargo. A este grupo, que garantirá a continuidade dos projetos iniciados na gestão passada, devem se somar o Professor Carlos Tannus, atual decano do CLA, chamado a ocupar a Coordenação do Fórum de Ciência e Cultura, o Professor Joel Teodósio, professor titular da Coppe, que ocupará a SR-3 e o Professor José Roberto Meyer Fernandes, professor adjunto do Instituto de Ciências Biomédicas, que irá para a SR-1.

Quanto às nossas propostas, acreditamos que a Universidade, face ao novo quadro político que se formou no país, deve ser cada vez mais propositiva, formulando e apresentando propostas e projetos que configurem uma verdadeira reforma do sistema de ensino superior no Brasil.

Por isso, nosso programa contempla quatro agendas:

. A agenda da permanência;

A permanência diz respeito não apenas à preservação da qualidade de nossas atividades de ensino e pesquisa, mas à continuidade de programas recém-iniciados pelo último reitor, professor Carlos Lessa.

. A agenda da administração do cotidiano;

Administração do cotidiano diz respeito ao enfrentamento das difíceis e urgentes questões com que se defronta a UFRJ.

. A agenda da mudança;

A mudança abrange a necessária apresentação de propostas para a promoção da universidade pública e a reformulação e modernização da vida acadêmica e administrativa da UFRJ

.A agenda da responsabilidade social

A responsabilidade social se dará pela intervenção da UFRJ, como centro de pensamento crítico, no debate sobre as políticas públicas em curso no país, e por sua maior interação com a sociedade.

2 – Quais serão os critérios e prioridades de sua reitoria na alocação de recursos orçamentários na universidade?

A política de financiamento da UFRJ será regida por três princípios fundamentais: Autonomia, institucionalidade e publicidade. A questão da dotação orçamentária liga-se intimamente à da autonomia, pois não poderá haver uma verdadeira autonomia, nos termos estabelecidos no artigo 207 da Constituição, sem que a Universidade disponha dos recursos adequados ao cumprimento de sua função social. Ademais, a constituição de um fundo, nos termos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior (FADES), conforme proposta da UFRJ, pode constituir fonte adicional de recursos para investimento e reequipamento das Universidades, sem constituir ônus para o governo ou desviar recursos de outras áreas prioritárias.

A reitoria estará comprometida com o restabelecimento da autonomia da gestão financeira e irá realizar amplo debate com todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), abrindo caminhos institucionais para que a autonomia possa ser plenamente exercida.

A luta permanente pela ampliação das dotações orçamentárias da Universidade constituir-se-á em pedra-de-toque da futura administração. Para haver êxito nesse terreno, impõem-se como condições, a unidade e a disposição de luta da UFRJ, de modo a sustentar uma ação firme e combativa por parte da reitoria, a ação conjunta dos reitores da IFES, a pressão da comunidade universitária nacional, a articulação com o Congresso Nacional, em especial com a bancada parlamentar do Rio de Janeiro e o apoio da sociedade civil.

Um dos pontos decisivos do novo modelo de gestão é a adoção de uma política planejada e conseqüente de captação de recursos advindos de novas fontes de financiamento à cultura e ao patrimônio, à investigação científica e a programas sociais, em nível nacional e internacional. Para isso, deve ser elaborada uma pauta de ações, incluindo a diversificação dos cursos de extensão e pós-graduação *lato sensu*, o desenvolvimento da prestação de serviços de elevada qualidade, a ampliação das parcerias com o setor empresarial em projetos técnicos, organizacionais e de gestão. A elaboração e execução dessa agenda se dará em quatro direções: criação de estrutura permanente de captação de recursos na Sub-reitora de Planejamento e Desenvolvimento, estímulo às unidades e departamentos para que formulem, ampliem e consolidem programas específicos de ação nesse campo, descentralização das atividades e institucionalização das ações desenvolvidas pelo conjunto de unidades e departamentos.

O ponto central no esforço para ampliar a capacidade da UFRJ na geração de recursos próprios consistirá na reformulação do modelo de gestão do patrimônio imobiliário. Não se trata de alienar patrimônio, mas de usá-lo racionalmente para que possa gerar receitas destinadas a programas de recuperação e manutenção de instalações, de reforma, modernização e ampliação da infra-estrutura física de ensino, pesquisa e administração e de aquisição de material permanente.

A ação da reitoria no campo da gestão financeira será marcada com o selo da transparência. A ampla divulgação das prioridades, das decisões e da aplicação dos recursos dará a tônica da ação, tornando disponíveis para a Universidade e para a sociedade todas as informações relativas a este domínio que devem estar sustentadas por um planejamento estratégico que aponte aonde a universidade quer chegar pelo menos nos seus próximos dez anos.

A futura reitoria assume o compromisso de garantir por todos os meios a manutenção do ensino gratuito de qualidade, opondo-se à cobrança de taxas e outras formas de pagamento para a execução das atividades da universidade.

3 – Quais são as propostas de sua reitoria para a graduação, após-graduação, a pesquisa e a extensão universitárias?

Os eixos básicos da ação da reitoria, no campo do ensino e da pesquisa, se darão através da atribuição de prioridade para o ensino de graduação, integração entre as atividades de graduação e o ensino de pós-graduação e a pesquisa e promoção da interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento. O êxito de alguns deve servir como referência para o trabalho de todos, e para isso a reitoria se esforçará através da definição de prioridades, com incentivos à elaboração de projetos interdisciplinares que se proponham objetivos científicos relevantes, apoio aos grupos consolidados e fomento ao surgimento de novos grupos de pesquisa, estimulando a articulação entre eles a melhoria do gerenciamento da pesquisa, com vistas a poupar esforços desnecessários ao pesquisador, a promover sua integração com o ensino e a extensão e a otimizar o uso dos equipamentos, instalações e pessoal qualificado e a criação de mecanismos eficazes de divulgação dos resultados das pesquisas junto à comunidade científica e à sociedade em geral

Os programas de extensão devem envolver todos os segmentos da universidade – docentes, técnico-administrativos e discentes – apoiando-se firmemente na estrutura formal dos departamentos, unidades e centros e integrando cidadãos e instituições da sociedade civil. A ação da reitoria deve voltar-se para os seguintes pontos: reestruturar a área de extensão, ampliando sua dotação de recursos, definindo objetivos e metas e formulando políticas que permitam maior interação entre as diversas instâncias da UFRJ; promover a mais profunda institucionalização no campo dos convênios, consultorias, contratos de prestação de serviços, acordos de cooperação, cursos de extensão e pós-graduação *lato sensu*, desenvolvidos em parceria com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras; estimular a multiplicação de cursos de extensão e de pós-graduação, sem perder de vista, no entanto, o compromisso com a qualidade desses cursos; constituir mecanismos de avaliação dos benefícios das atividades de extensão para o ensino e a pesquisa, bem como de sua eficácia social.

4 – Qual deve ser a posição da instituição em relação às agências de fomento?

A política das agências de fomento foi formulada durante o período ditatorial e não sofreu nenhuma reformulação substantiva desde que a democracia foi reconquistada. Nossa opinião é que essa política deve ser revista em seus fundamentos, passando as universidades a determinar, no âmbito da autonomia que o artigo 207 da Constituição lhes confere, as prioridades para a alocação de recursos para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país. Ao propor esta reformulação, devem as universidades públicas incluir critérios que estabeleçam o controle democrático e a avaliação da eficácia social de tais políticas.

5 – Qual a sua posição em relação às fundações privadas que atuam no interior da UFRJ, especialmente na gestão de prestação de serviços da universidade para administrações públicas e empresas privadas?

Quando fui candidato a reitor (e ganhei) em 1998, havia apenas três fundações na UFRJ: a FUJB, a COPPETEC e a BIORIO. Hoje já são oito.

Isto é resultado da ausência de uma política específica da universidade para estes órgãos e de mecanismos de controle e normatização para as atividades que desenvolvem. Creio que, antes de mais nada, devemos criar estes mecanismos institucionais para as fundações, dentro de um projeto que regule, defina seu campo específico de atuação e estabeleça complementaridades em sua ação. As fundações, ademais, devem tornar-se instrumentos ativos de captação de recursos externos e auxiliar a universidade a ampliar o campo de financiamento à pesquisa em seu interior.

6 – Qual o projeto de sua reitoria para a Assistência Estudantil?

Considero a expressão "assistência estudantil" equivocada. A política da reitoria deve criar, isto sim, condições para a permanência dos estudantes no espaço dos *campi*, com vistas a sua formação integral. Essa política deve dar ao estudante, antes de mais nada, a possibilidade de dedicar-se integralmente aos estudos, o que será conseguido através da ampliação dos programas de bolsas, inclusive com o restabelecimento das bolsas de monitoria, a reabertura dos restaurantes universitários e a melhoria e ampliação do alojamento estudantil existente e a criação de novos.

A política da reitoria, no entanto, deve ir além disso. Os estudantes são a razão de ser da Universidade, o que nos obrigará a desenvolver ações específicas e a formular políticas próprias para garantir aos estudantes formação completa, não apenas no campo específico do conhecimento e das carreiras que escolheram, mas colocando a seu alcance as possibilidades de acesso à cultura e ao pleno exercício da cidadania.

Outro aspecto da política da reitoria em relação aos estudantes – e não apenas a estes, mas a todos os segmentos da comunidade universitária – diz respeito a suas relações com as entidades representativas. Tais relações dever-se-ão pautar por princípios democráticos e de respeito; as sugestões da comunidade serão examinadas e discutidas, o diálogo será a forma de convivência e os movimentos reivindicatórios não serão considerados como afronta ou ameaça à instituição e suas instâncias dirigentes. Agindo dessa forma, respeitando, e até desejando, a existência de fortes entidades de representação, a reitoria saberá, no entanto, distinguir a especificidade de seu campo de ação, não confundindo a administração da Universidade com o movimento organizado de docentes, técnico-administrativos e estudantes.

A contrapartida dessa atitude aberta e democrática será a afirmação permanente do princípio essencial que a administração universitária não poderá ser eficiente se docentes e técnicos administrativos não estiverem sujeitos à exigência de um comportamento adequado aos compromissos éticos, profissionais e funcionais, próprios do serviço público.

7 – Como sua reitoria avalia as questões de infra-estrutura nos *campi*? Qual a estrutura necessária para manter os cursos noturnos existentes e ampliar a oferta de novos cursos noturnos?

Temos hoje gravíssimos problemas de infra-estrutura nos *campi* da UFRJ. E o orçamento corrente da UFRJ não contém recursos suficientes para resolvê-los. No entanto, os recursos disponíveis do Infra-1 e do plano emergencial elaborado pelo professor Carlos Lessa, quando de sua passagem pela reitoria não foram, até hoje, inexplicavelmente, utilizados. A permanência deste quadro nos desqualifica para pleitear novos recursos no futuro.

Quanto aos cursos noturnos, creio ser um dever da UFRJ ampliá-los e para isso deverá solucionar os problemas de infra-estrutura dos *campi*, especialmente na Ilha do Fundão. Os problemas para isso, no entanto, vão além disso: há hoje enormes carências de pessoal técnico-administrativo para apoio aos cursos noturnos e para o funcionamento de nossas bibliotecas neste horário.

8 – Qual a sua avaliação sobre a carreira docente. O que acha do projeto de carreira única do Andes Sindicato Nacional?

O projeto de carreira apresentado pelo Andes é o ponto de partida adequado para a discussão da questão da carreira docente.

9 – Qual sua posição sobre a isonomia salarial? Como a sua reitoria pretende resolver a diversidade de situações salariais existentes, hoje, na UFRJ, com a GED e os ganhos judiciais de parte dos servidores e professores (Plano Verão – 26,05% e os 28,86%, por exemplo)?

A diversidade de salários hoje existente na UFRJ é inaceitável. A reitoria desenvolverá uma ação firme, visando a melhorias salariais concretas para docentes e técnico-administrativos; em particular através da eliminação das diferenças salariais – implantando imediatamente a o percentual de 26% e lutando pela implantação, no prazo mais breve, dos 28%, já obtidos por alguns servidores – e da unificação das diferenças individuais de algumas categorias. Esta é uma questão de justiça mínima. Ao mesmo tempo a reitoria poderá adotar, com base na autonomia que a Universidade dispõe, nos termos do artigo 207, da Constituição, políticas de incentivo às atividades docentes e técnico-administrativas, que premiem verdadeiramente o mérito e que sejam válidas para todos os servidores da UFRJ.

10 – Qual a concepção de autonomia universitária de sua reitoria? O que seria preciso para implementá-la na UFRJ?

A universidade é autônoma e a reitoria deve assumir um comportamento adequado a este princípio.

11 – Qual a posição de sua reitoria sobre o projeto de autonomia da Andifes?

A UFRJ deve ter uma participação ativa na Andifes, revertendo a posição de afastamento em que se colocou durante quase uma década. Neste contexto, a luta pelo exercício pleno da autonomia deve considerar o estágio atual da discussão no âmbito da Andifes. Em outras palavras – e mais simples – devemos tomar como ponto de partida as propostas atualmente existentes e lutar para melhorá-las, formando uma amplo e forte consenso para que o princípio da autonomia seja restabelecido.

12 – Qual a posição de sua reitoria sobre o processo de eleição para reitor nas universidades?

A reitoria deve lutar pela revogação imediata da legislação interventiva que regula o processo de escolha de dirigentes universitários – legislação esta que fere o princípio da autonomia universitária. A revogação desta legislação deve declarar expressamente que as universidades são autônomas para definir as normas de escolha de seus dirigentes, de acordo com seus estatutos.

13 – Qual o projeto cultural de sua reitoria para a UFRJ?

A Universidade é um espaço privilegiado para a produção, circulação, divulgação e debate de idéias, devendo realizar uma política cultural ligada às atividades de ensino, pesquisa e extensão. É chegado o momento de a UFRJ assumir sua importância nesse campo, não se contentando apenas com ocasionais ações como "produtor cultural" ou "promotor de eventos". A função da Universidade é a de contribuir para o surgimento de novas manifestações culturais e artísticas, influenciando a formulação de políticas de financiamento e apoio à cultura, e atuando em áreas não favorecidas pela indústria cultural. Deve, ao mesmo tempo, abrir seus espaços, de forma permanente, para o debate das questões culturais, dando voz aos seus formuladores e trazendo para o convívio acadêmico escritores, artistas, cineastas e profissionais de teatro.

A política cultural da reitoria deve ter caráter amplo, visando a abertura de espaços para a vivência cultural de estudantes, técnico-administrativos e professores. Deve oferecer condições para o desenvolvimento da cultura, lazer, esporte e divulgação científica na UFRJ e para a própria sociedade. Deve enfim estar estreitamente vinculada aos objetivos pedagógicos da Universidade, em especial nas áreas de Artes, Letras, Educação Física, dando a pesquisadores, docentes e estudantes a oportunidade de divulgar a própria produção.

Guilherme Lessa

CHAPA 2

Sérgio Fracalanzza

1 – Por quem é composta a sua reitoria e quais são, em linhas gerais, as principais propostas de seu programa como candidato a reitor?

Vice- Reitor: Godofredo de Oliveira Neto

SR1: Vera Halfoun

SR2: Ângelo da Cunha Pinto

SR3: Oscar Acselrad

SR5: Adelaide Antunes

FCC: Marlene Carvalho

Prefeitura: Roberto Leal

As linhas gerais do nosso Programa estão contidas em 10 pontos já amplamente divulgados. Entre as prioridades: apoio ao desenvolvimento da graduação, através da implantação de novos cursos, do combate à evasão e à ociosidade de vagas, da ampliação dos cursos noturnos e da consolidação do programa de bolsas para estudantes carentes; implantação de projetos já elaborados visando a melhoria da qualidade de vida nos campi da UFRJ, através da ampliação do sistema de iluminação das vias públicas, consolidação do projeto de segurança já iniciado com os organismos federais, estaduais e municipais de segurança pública, melhoria do sistema de transporte interno e inter-campi. Na administração, a imediata discussão sobre a reforma da estrutura da UFRJ e a criação de uma instância voltada para o Planejamento e Gestão da universidade. Em todas as esferas, a consulta sistemática e organizada às unidades e à comunidade, através de seus órgãos colegiados e entidades de representação.

2 – Quais serão os critérios e prioridades de sua reitoria na alocação de recursos orçamentários na universidade?

Prioridade um: assegurar um orçamento compatível com nossas necessidades básicas, luta que travaremos incansavelmente junto com demais IFES. Na precariedade dos recursos hoje disponíveis, manteremos a política de repasse mensal para todas as Unidades implantada em Janeiro. Em 2003, isto significará comprometer R$2,7 milhões, cerca de 40% de recursos próprios. Nosso compromisso é com a elaboração transparente e democrática de um orçamento interno, a partir da discussão nos órgãos colegiados e no Conselho de Diretores de Unidades a ser institucionalizado. O orçamento devera contemplar dotações específicas para o CEG e CEPG, para que estes possam definir e implantar políticas próprias. Estamos discutindo com o MEC e o MPOG a possibilidade de um novo Convênio para repasse de recursos específicos para aulas práticas e trabalhos de campo de docentes e estudantes, liberando assim mais recursos para o custeio básico.

3 – Quais são as propostas de sua reitoria para a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão universitárias?

É prioridade número um da nossa Chapa apresentar propostas para a graduação na universidade. Investiremos no aumento do número de vagas nos cursos diurnos e, principalmente, nos noturnos. Outra prioridade será resolver o problema da evasão e preencher as 2 mil vagas ociosas, originadas por trancamentos de matrícula. Estaremos encaminhando ao Conselho de Ensino de Graduação proposta para publicação de edital para preencher estas vagas através de tranferências de estudantes de outras instituições, garantindo um semestre para adptação dos novos alunos aos nossos cursos. Daremos ênfase aos cursos de licenciatura, atendendo a uma demanda pela formação de profissionais para as escolas das redes de ensino fundamental e médio.

Outra proposta é melhorar as condições de trabalho de docentes para o ensino de graduação. Recuperaremos integralmente os Ligs (Laboratórios de Informática de Graduação). Ressaltamos, ainda, a necessidade de vincular a política de graduação com uma política de assistência estudantil que garanta as condições para a permanência do estudante na universidade.

As últimas avaliações e os cortes de bolsas soam um sinal de alerta que deve ser considerado com seriedade pela pós-graduação da UFRJ. Se é verdade que temos áreas de ponta e qualidade internacional, temos, também na área de ensino de pós-graduação e pesquisa enormes desigualdades e problemas a serem enfrentados. É necessário avançar nos processos de avaliação dos programas problemáticos e buscar os meios de superar suas deficiências. É indispensável ampliar e acelerar a descentralização, através dos "cepeguinhos". O velho sonho de acesso assegurado a bibliotecas atualizadas tem que ser transformado em realidade. Lutaremos, junto ao MEC e MCT, para definir os caminhos. Ampliação do programas de bolsas de iniciação e implantação de bolsas de extensão abrem o espaço para uma integração dos estudantes e para a articular ensino-pesquisa-extensão. Um Conselho de Extensão e Prestação de Serviços, nos moldes do CEPG e CEG, deverá assegurar políticas de fomento e acompanhamento da qualidade e relevância acadêmica e social dos projetos de extensão/prestação de serviços. E mais: apoio a iniciativas das unidades de ensino público e gratuito à distância; apoio à política do MEC de melhoria do ensino primeiro e segundo graus, através de cursos de treinamento e outras modalidades.

4 – Qual deve ser a posição da instituição em relação às agências de fomento?

Em primeiro lugar, deveremos assegurar a autonomia da UFRJ e da ANDIFES diante das políticas de fomento das agências financiadoras. Isto é até mesmo condição para que venhamos a interferir na discussão das prioridades, formatos e modalidades de alocação de recursos. Queremos discutir com CAPES, CNPq, FINEP, FAPERJ suas políticas e programas. Queremos uma reformatação dos fundos setoriais, de maneira a contemplar a diversidade dos campos da ciência, técnica, arte e cultura. A UFRJ tem um papel central a desempenhar no desenho de uma nova política nacional de C&T, mas apenas se capacitará para desempenhá-lo se e quando os laboratórios e grupos de pesquisas, os programas, unidades e colegiados superiores se engajarem num projeto científico, tecnológico, artístico e cultural da própria UFRJ. Este o nosso compromisso.

5 – Qual a sua posição em relação às fundações privadas que atuam no interior da UFRJ, especialmente na gestão de prestação de serviços da universidade para administrações públicas e empresas privadas?

Nossa política é fazer com que estas fundações, ao invés de funcionarem no "interior" da UFRJ, funcionem *com* e *para* a UFRJ, e estejam submetidas a regras, normas, políticas e diretrizes estabelecidas nos colegiados universitários. Assim, tanto no fomento, quando na prestação de serviços, devem tem como orientação básica o fato de que se trata de fundações UNIVERSITÁRIAS. Reconhecemos que a prestação de serviços, remunerados ou gratuitos, constitui função, embora secundária, da Universidade, sempre que submetida a nossos fins precípuos: ensino e pesquisa.

6 – Qual o projeto de sua reitoria para a Assistência Estudantil?

Inicialmente, é um absurdo que tenhamos somente 500 vagas no alojamento para mais de 30.000 alunos de graduação. Nossa meta é, pelo menos, duplicar este número. Por outro lado, a falta de um restaurante universitário, a um custo compatível, traz dificuldades para todos. Estaremos convocando estudantes, funcionários e servidores, através de suas entidades, a elaborarem conjuntamente um projeto que viabilize esta opção. Prosseguiremos a política de prioridade institucional ao programa de bolsas, incluindo bolsas de monitoria, de extensão, de iniciação artística e cultural. Vamos ampliar o programa que já implantou as primeiras 250 bolsas de assistência ao estudante carente. Para tanto, buscaremos recursos em agências governamentais, empresas estatais e outras possíveis fontes. Finalmente, avaliamos que a assistência estudantil passa também, necessariamente, por um atendimento médico-odontológico, particularmente para os alunos abrigados no alojamento, e por um programa de acompanhamento acadêmico muito rigoroso, através das COAA´s , para que as dificuldades detectadas possam ser corrigidas logo no início e, assim, teremos, sem dúvida, taxas muito menores de evasão e retenção.

7 – Como sua reitoria avalia as questões de infra-estrutura nos *campi*? Qual a estrutura necessária para manter os cursos noturnos existentes e ampliar a oferta de novos cursos noturnos?

Trabalhamos muito, desde abril do ano passado, coordenando a preparação de um projeto emergencial de recuperação da infra-estrutura da UFRJ. Compilamos questões cruciais envolvendo as instalações elétricas, sanitários, telhados e coberturas, deficiência total em relação às condições de acessibilidade para deficientes físicos, entre muitos outros. Percorremos a maioria das unidades da UFRJ verificando in loco as condições existentes e as necessidades. Daremos continuidade em nossa gestão, a essas questões, que são fundamentais para o resgate da auto estima e da dignidade da nossa comunidade. Vamos buscar, com um projeto consistente e realista, os recursos necessários provenientes dos fundos setoriais, MEC, iniciativa privada, Ministério da Cultura, entre outros. Para os cursos noturnos, principalmente no Campus da Ilha do Fundão, temos que melhorar as condições de iluminação, transporte, alimentação e segurança. Já tivemos várias iniciativas nesse sentido. É fundamental, ainda, que tenha-

mos um projeto acadêmico completo, que espelhe as reais necessidades de pessoal e equipamento para que o ensino tenha a mesma qualidade dos cursos diurnos.

8 - NR: o candidato não enviou resposta

9 – Qual sua posição sobre a isonomia salarial? Como a sua reitoria pretende resolver a diversidade de situações salariais existentes, hoje, na UFRJ, com a GED e os ganhos judiciais de parte dos servidores e professores (Plano Verão – 26,05% e os 28,86%, por exemplo)?

A isonomia salarial é a base para qualquer sistema nacional de universidades federais. Sobre esta base, é possível encontrar meios que contemplem de alguma maneira as diferenças regionais e respeitem a própria autonomia universitária. Com base em processos transparentes e democráticos, à base salarial isonômica poderiam vir a ser acrescidos valores que contemplem a diversidade. Em nenhuma circunstância compactuaremos, dentro da UFRJ, com uma situação que desrespeite o princípio trabalho igual-salário igual.

Hoje temos uma situação de absoluta injustiça na UFRJ em relação aos 26,05% e 28,86%. Como temos feito desde agosto de 2002, continuaremos empenhados em uniformizar esses ganhos. Mas não farei promessas impossíveis de serem cumpridas: se estivesse ao alcance do reitor implementar a seu arbítrio e vontade pessoal tais ganhos, eu já o teria feito, como acredito que o Prof. Lessa também o teria feito. Uma coisa posso assegurar: todos os recursos, políticos, institucionais e legais ao alcance da Reitoria serão mobilizados para assegurar os direitos de professores e servidores técnicos-administrativos da UFRJ. Autonomia, pra mim, também é isso.

10 – Qual a concepção de autonomia universitária de sua reitoria? O que seria preciso para implementá-la na UFRJ?

Autonomia é, em primeiro lugar, o poder de definir, sem ingerência externa as políticas acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão. Duas são as condições primordiais: de um lado, a autonomia financeira e administrativa, de outro lado, a livre escolha dos dirigentes. Mas se a autonomia virá nos liberar da dependência extrema dos governos, impõe o estabelecimento de uma outra relação com a sociedade que mantém a universidade pública. Em nossa concepção, precisamos avançar na concepção e implantação de mecanismos de responsabilização, prestação de contas e controle externo. Mas a luta pela autonomia exige, hoje mais que ontem, que a UFRJ se prepare efetivamente para exercê-la. Um processo amplo e democrático de revisão de nosso estatuto e regimento, bem como uma profunda reforma estrutural e administrativa são indispensáveis. Isto não é tarefa para um reitor, nem mesmo para um ou mais Conselhos, mas deverá envolver o conjunto da comunidade universitária. A autonomia significa um novo pacto da Universidade com a sociedade, tanto quanto um novo pacto interno.

11 – Qual a posição de sua reitoria sobre o projeto de autonomia da Andifes?

Como dissemos, embora a autonomia deva colocar nas mãos da Universidade a definição e condução acadêmica, financeira e administrativa, é necessário entender que implica também um novo pacto da universidade com a sociedade. A proposta da ANDIFES deve ser tomada como contribuição para um debate ao qual deverão ser convocadas docentes, estudantes e servidores técnicos-administrativos, de um lado, e organizações representativas da sociedade civil, de outro lado. De qualquer maneira, nossa expectativa é que o novo governo defina a imediata aplicação do que estabelece a Constituição.

12 – Qual a posição de sua reitoria sobre o processo de eleição para reitor nas universidades?

Em primeiro lugar, como já afirmamos, o processo de escolha de reitor deve se encerrar na própria universidade, nos termos que vierem a ser definidos no no Estatuto. Em segundo lugar, estou convencido de que o tema da constituição dos colegiados e escolha interna de dirigentes não pode exaurir energias que deverão estar consagrados a equacionar e enfrentar os desafios de uma universidade que se quer comprometida com seu povo e contemporânea de seu tempo. Quanto ao candente tema das proporcionalidades, devo dizer que entre os que integram e apoiam nossa chapa há posições paritaristas e não paritaristas, refletindo, acredito, o próprio caráter controverso da questão na UFRJ. Na reitoria, logo no início de meu mandato, para evitar que o debate esteja contaminado por processos eleitorais, no bojo do processo de revisão do estatuto e regimento, este tema deverá receber a atenção que merece.

13 – Qual o projeto cultural de sua reitoria para a UFRJ?

Dar prosseguimento às ações do Forum de Ciência e Cultura, estimulando novas iniciativas culturais dos diferentes segmentos e setores da UFRJ, apoiando os grupos culturais já existentes nas Unidades. Manter vínculos e ampliar atividades que possibilitem maior inserção da UFRJ na vida cultural e artística na cidade do Rio de Janeiro, garantindo a pluralidade das manifestações de todos os setores. Dar continuidade ao aumento progressivo das atividades da Editora da UFRJ, que em 2002 conseguiu mais do que duplicar o número de títulos publicados, mantendo uma política editorial de alta qualidade. Prestigiar e apoiar as iniciativas do Museu Nacional e da Casa da Ciência, marcos inequívocos da vida científica e cultural no país.

Guilherme Lessa

CHAPA 3

Potsch

1 – Por quem é composta a sua reitoria e quais são, em linhas gerais, as principais propostas de seu programa como candidato a reitor?

Organizaremos, sob supervisão direta/ pró-ativa do Vice-Reitor Otto Rotunno Filho (Coppe/ Hidrologia) uma equipe de notáveis, independente de filiações político-partidárias universitárias, para revolucionar imediatamente o status-quo da UFRJ. Para **Sub-reitores**, na SR-1 (Graduação) convidaremos o Prof. Dr. Aloísio Teixeira (Economia), para SR-2 (Pesquisa/ Pós-Graduação) o Prof. Dr. Carlos Alberto Fontenelle Bessa (ADM), ex-diretor da FACC, para SR-3 (Finanças), o Prof. Sérgio Fracalanzza (Microbiologia), para a SR-4 (Pessoal), a Profª. Drª Speranza França da Mata, para a SR-5 (Desenvolvimento), a Profª Drª Janira Martins Costa (Museu Nacional), o Forum de Ciência e Cultura (FCC), o Prof. PhD. Fernando Manso (NCE/ IM), na Prefeitura Universitária, o Prof. Dr. Marco Antonio França Faria (Fisico-Química), atual Sub-Reitor (SR-4)

Por entendermos que a crise da UFRJ não tem sua origem primeira na falta/ escassez de recursos (financeiros/ materiais/ humanos), concebida como simples sintoma/ consequencia, mas sim na ênfase burocrático-corporativista interna que impede o impacto social do excesso de competencia potencial da UFRJ, nossa palavra de ordem é a seguinte: "chega de burocracia e estágios mão de obra barata! empreendedorismo estratégico e desconstrutivismo cientifico-pedagógico já. urge (des)educar para (re)educar estratégicamente!" nossas prioridades são: 1-) Integração de Graduação/ Mestrado/ Doutorado através de estímulo a iniciação científica e reorientação epistemológica que transformem Monografias de Final de Curso em verdadeiras Teses de Graduação, acelerando a natural extinção dos Programas de Mestrado; 2-) Autonomia Universitária baseada em Nova Concepção de Contabilidade Estratégica de Gestão/ Avaliação de Desempenho Empreendedor Individual; 3-) Combate radical ao Corporativismo e Feudos Burocráticos da UFRJ; 4-) Programas de Marketing Estratégico Cientifico-Pedagógico para Docentes/ Mestrandos/ Doutorandos visando estimular Captação Pró-Ativa/ Estratégica/ Não Burocrática/ Não Assistencialistas de Recursos Financeiros Externos (Governamentais/ Privados; Nacionais/ Internacionais), orientados para impacto da fecundidade cientifico-social; 6) Reorientar os Concursos Vestibulares para incluir Avaliação Discente do Comportamento Estratégico-Empreendedor/ Vontade Política Transformadora Multidisciplinar, através de Prova de Redação sobre Projeto de Vida, ao invés de atual ênfase na segregação financeira/ escolarização cogintiva.

2 – Quais serão os critérios e prioridades de sua reitoria na alocação de recursos orçamentários na universidade?

Desconsiderando-se a obrigatoriedade das despesas de custeio, a alocação orçamentária discricionária será realizada dentro do princípio de virtual zero base, atendendo exclusivamente critérios de vontade política, baseado na impedância político-social externa almejada dos investimentos universitários, desconsiderando completamente pressões burocrático-corporativistas internas, dentro da lógica acima descrita: "chega de burocracia e estágios mão de obra barata! empreendedorismo estratégico e desconstrutivismo cientifico-pedagógico já." (1-Redução drástica/ imediata da desmotivação/ trancamento/ abandono de curso graduação através de estimulo de MBA JR Multidisciplinar/ Estágios e Inserção Profissional Estratégica Empreeendedora; 2- Articulação Graduação/ Mestrado/ Doutorado; 3- Contabilidade Estratégica/ Avaliação de Comportamento Estratégico Empreendedor; 4-) Combate Radical ao Corporativismo/ Burocracia; 5-) Avaliação Comportamental Estratégica/ Empreendedora/ Não Burocrático-Cogintiva nos Exames Vestibulares; 6-) Estimulo ao Desconstrutivismo Científico-Pedagógico para Desestruturação/ Obsolescência do Status-Quo Político-Social viabilizador de captação pró-ativa de recursos (governamentais/ privados; nacionais/ internacionais) para Projetos de Pesquisa Científica/ Treinamento de Alto Nível/ Cooperação Técnica/ Patrocínios Institucionais;

3 – Quais são as propostas de sua reitoria para a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão universitária?

Redução imediata do trancamento/abandono de curso através da introdução de MBA JR multidisicplinares nas graduações e estimulo a estágios/inserções profissionais estratégico-empreendedoras. Pretendemos também utilizar o benchmarking dos 4 Programas de Mestrado/Doutoramento da UFRJ (Biofísica; Química Biológica; Antropologia Social; Metalurgia) com Avaliação 7 pelo CAPES/ INEP/ MEC, comparando com os mais problemáticos (Direito; Educação Física), como meio de estímulo a uma Revolução Epistemológica, baseada em Desconstrutivismo Científico-Pedagógico e Empreendedorismo Estratégico, através de forte articulação entre Graduação/ Iniciação Científica/ Mestrado/ Doutoramento, que possibilite transformar nossas Monografias de Final de Curso de Graduação em verdadeiras Teses de Mestrado, como ocorre em todo o mundo, acelerando a natural extinção dos Programas de Mestrado. Em relação à Extensão, enfatizaremos a impedancia/ fecundação político-social brasileira/ mundial dentro da citada concepção de universidade aberta, tenho como ponta de lança a organização de um programa avançado/ multidisciplinar de geopolítica brasileira, no fórum de Ciência e Cultura, sob coordenação do Jornalista Hélio Contreras.

4 – Qual deve ser a posição da instituição em relação às agências de fomento?

Agências de Fomento (Cnpq; Finep; Bndes; Capes; Fundos Setoriais; Bid; Bird; Ford; Carnegie), como todo tipo de organização social, possuem dinâmicas institucionais influenciadas por fatores econômico-politicos, em relação aos quais cabe às universidades federais desenvolver capacidade/ expertise/ know-how estratégico-gerencial sob a ótica do "Desconstrutivismo Científico-Pedagógico e Empreendedorismo Estratégico Transdisciplinar", como condição sine-qua-non de otimização para um efetivo Processo Pró-Ativo de Captação de Recursos Financeiros, superando radicalmente a anacrônica proposta burocrática/ corporativista/ isolacionista/ tímida/ medrosa dominante na atual direção da Andes-Sindicato Nacional/ Adufrj-SSind de amplo desestímulo à competitividade inter/ intra-universitária!

5 – Qual a sua posição em relação às fundações privadas que atuam no interior da UFRJ, especialmente na gestão de prestação de serviços da universidade para administrações públicas e empresas privadas?

O título da Monografia que apresentamos, juntamente com o prof. phd. Otto Rotunno Filho (Coppe/ Hidrologia), nosso candidato a Vice-Reitor, para o Prêmio Prof. Dr. Rodolpho Paulo Rocco, em 2000, sob o pseudônimo de waterloo estratégico, comemorativos dos 25 anos da FUJB (1975-2000) é suficientemente elucidativo sobre a nossa posição nessa questão, a saber: "FUJB/ UFRJ: perda da missão histórica, agonia institucional inexorável ou renascimento estratégico mediato. Neste trabalho, concluímos que as crises financeiras universitárias serão amplamente superadas se as universidades salientarem seu papel histórico como verdadeiras "universidades", dentro da perspectiva transdisciplinar demandada pelos desafios históricos do III Milênio; jamais conseguirão resolver seus problemas financeiros saindo com "Pires na Mão", para vender Projetos Assistencialistas, como tem sido enfatizado por muitas fundações universitárias brasileiras;

6 – Qual o projeto de sua reitoria para a Assistência Estudantil?

Maior estímulo de Assistência Estudantil proposta pela Chapa Potsch/ Rotunno é, como diz o ditado "ensinar a pescar e não dar peixe", superando todo o tipo de paternalismo corporativista e desestímulo à competição universitária fecunda/ saudável/ socialmente enriquecedora, cujo calcanhar de aquiles será um combate radical contra os Programas de Estágio Mão de Obra Baratos, voltados exclusivamente para burlar a Legislação Trabalhista Getulista (CLT/ Custos Brasil), que acarretam baixa produtividade institucional, impacto social, castração hierárquico-coercetiva e esterilização criativa do amplo talento potencial dos nossos alunos. Nesse sentido, organizaremos uma central de estágios estratégicos empreendedores transdisciplinares tercerizados, visando um permanente impulsionamento/ oxigenação da Inserção/ Carreira/ Praxis Profissional de nossos egressos sob a ótica do desconstrutivismo cientifico-pedagógico, que possibilitará uma experiência de assistência estudantil sui generis em toda a história da universidade brasileira, sustentado pela conscientização de que "instituição universitária" não é escola técnica, muito menos "senai de iii grau, como a mídia/ opinião pública desinformada insistem em assimilar;

7 – Como sua reitoria avalia as questões de infra-estrutura nos *campi*? Qual a estrutura necessária para manter os cursos noturnos existentes e ampliar a oferta de novos cursos noturnos?

A questão da infra-estrutura/ segurança dos campi da UFRJ traduz questão estrutural que transcende amplamente o contexto universitário e sobretudo a discricionaridade da atuação de reitor, não se podendo aceitar o tratamento demagógico de tema de tal gravidade, como propostas anacrônicas de reintegração da favela da Maré, nos moldes de Horácio Macedo, conforme sugerido na pro-

posta do candidato Aloísio Teixeira (www.ufrj.br/candidatos/aloisioteixeira)! Devemos sim envolver toda a comunidade universitária numa discussão muito mais ampla sobre a discriminalização/ legalização das drogas, conforme defende o Prêmio Nobel de Economia Gary Becker (Chicago University – 1992), que entende neste tipo de guerra ser inexorável a derrota a médio/ longo prazo do status quo, como ocorreu com a lei seca nos EUA, já que os consumidores que viabilizam economicamente esse tipo de mercado situam-se nas classes privilegiadas da zona sul carioca, que constitui grande parte do alunado selecionado pelo vestibular economicamente viesado da UFRJ! Na medida em que os conflitos da Favela da Maré baseiam-se em disputas de grupos rivais pelo controle do tráfico, ampliar demagogicamente a integração da UFRJ neste contexto, significará somente interiorizar/ endogenizar/ acirrar este conflito no plano universitário!

8 – Qual a sua avaliação sobre a carreira docente. O que acha do projeto de carreira única do Andes Sindicato Nacional?

O Projeto de Carreira Única do Andes Sindicato Nacional traduz a visão universitária burocrática-corporativista, que foi profundamente intensificada na Presidência de Roberto Leher (Educação/ UFRJ), apesar de tratar-se de um docente/ cientista do mais alto nível e extremamente dedicado e bem intencionado! Como ensina John Rawls, conhecido como o Rosseau de Harvard, na sua clássica concepção justiça como equidade (Uma Teoria da Justiça; Justiça e Democracia; Liberalismo Político), tratar desiguais como iguais, é tão injusto quanto tratar iguais como desiguais! eliminar a saudável/ fecunda/ produtiva competitividade acadêmico-científica docente, como quer o Projeto de Carreira Única do Andes Sindicato Nacional tem suas nefastas conseqüências demonstradas pelo anacronismo-burocrático do Regime do Leste Europeu da 2ª Metade do Século XX, como tive oportunidade de apreender de viva voz na condição de discípulo de um pensador do porte de Maurício Tragtenberg na EAESP/ FGV, na década de 1980.

9 – Qual sua posição sobre a isonomia salarial? Como a sua reitoria pretende resolver a diversidade de situações salariais existentes, hoje, na UFRJ, com a GED e os ganhos judiciais de parte dos servidores e professores (Plano Verão – 26,05% e os 28,86%, por exemplo)?

A Chapa Potsch/ Rotunno determinará que Decisões Judiciais transitadas em julgado sejam implementadas a-priori independente de qualquer tipo de análise de viabilidade/ correlação de forças sócio-política, não por fazer apologia da posição de "quanto pior melhor" ou de que "alegria de palhaço é ver o circo pegar fogo", mas sim por acreditar profundamente na fecundidade do efeito pedagógico-educativo do confronto social Executivo x Legislativo, que servirá de efeito exemplar para lideranças burocrático-corporativistas fisiológicas/ demagógicas compreenderem na prática que o exercício efetivo do direito de greve pressupõe análise prévia de correlação de forças, sob pena do "Feitiço se voltar contra o Feiticeiro", como ensina ditado popular, transformando insinuações verbais infundadas de força política em derrota consumada inexorável. A Chapa Potsch/ Rotunno não adotará um posicionamento unilateral/ paternalista de isonomia salarial, não demandada explicita/ judicialmente pelos interessados diretos!

10 – Qual a concepção de autonomia universitária de sua reitoria? O que seria preciso para implementá-la na UFRJ?

Entendemos que a dificuldade de implantação de autonomia universitária plena se encontra muito mais dentro da UFRJ, do que no próprio MEC, pois autonomia pressupõe muito mais deveres do que direitos! Autonomia universitária plena pressupõe a capacidade da UFRJ aumentar sua impedancia/ impacto político-social nacional/ internacional, baseado num efetivo programa de desconstrutivismo cientifico-pedagógico e empreendedorismo estratégico, que viabilize um efetivo aumento de recursos financeiros não inflacionário, baseado em fortalecimento de sua correlação de forças institucionais externas, que envolve as 6 prioridades acima discutidas (1- Reestruturação Empreendedora Multidisciplinar na Graduação; 2- Articulação Graduação/ Iniciação Cientifica/ Mestrado/ Doutorado; 3- Avaliação Contábil/ Estratégica da Alocação Financeira de Recursos; 4- Combate à Burocracia Corporativista Interna; 5- Marketing Pró-Ativo de Captação de Recursos baseado em Desconstrutivismo Científico-Pedagógico/ Universidade Aberta Pró-Ativa; 6- Avaliação do Comportamento Estratégico-Empreendedor pelos Exames Vestibulares). Somente quando cada Membro da UFRJ (Docente; Funcionário; Alunos) tiverem plena consciência de que a ênfase burocrático-corporativista traduz efetiva queima presente/ inviabilidade futura de recursos financeiros, representando atitude concreta de "dar um tiro no próprio pé" será possível a UFRJ atingir o efetivo status de autonomia estratégico-empreendedora.

11 – Qual a posição de sua reitoria sobre o projeto de autonomia da Andifes?

O Projeto de Autonomia da Andifes é verborrágico, insípido e estéril, pois ao invés de uma concepção de dialética do concreto limita-se a uma discussão idealista/ semântico/ verbal do vocábulo autonomia. trata-se de uma concepção de autonomia universitária isolacionista/ corporativista/ tímida/ medrosa que desconsidera a possibilidade/ prioridade de que as universidades federais em geral, e especialmente a nossa Universidade do Brasil, devam ter uma papel de articulação/ infiltração/ transformação endógnena do MEC e de toda Política Científico-Educacional Brasileira sobr a bandeira do "Desconstrutivismo Científico-Pedagógico e Empreendedorismo Estratégico Transdisciplinar".

12 – Qual a posição de sua reitoria sobre o processo de eleição para reitor nas universidades?

Nossa posição é muito mais de uma antecandidatura interessada em fecundar/ estimular a comunidade universitária/ demais candidatos a um processo de exame de consciencia/ auto-critica sobre as potencialidades/ fraquezas da UFRJ, visando a um sólido processo de reconstrução eficaz, compatível com a riqueza de potencialidades intrínsecas, do que em fazer concessões político-eleitorais demagógicas para obter voto a qualquer custo. Somos contra qualquer tipo de visão assembleista/ populista/ corporativista que conceba a UFRJ como um club privé, descontextualizado do necessário processo democrático de correlação/ negociação de forças políticas representado pelos diversos Colegiados Universitários e sobretudo pelo Governo Federal, cuja desconsideração da legitimação gestada pelo Processo Eleitoral Federal Nacional só pode ser aceita dentro de uma estratégia burocrático/ isolacionista/ submissa, só comparável ao comportamento de avestruz diante de tormentas/ tempestades;

13 – Qual o projeto cultural de sua reitoria para a UFRJ?

Pretendemos promover uma Revolução Cultural na UFRJ, voltada para reorientar a atuação da Reitoria/ Máquina Administrativa/ Orgãos Colegiados da UFRJ visando transcender a estéril ênfase burocrático-corporativista/ taylorista priorizando a ocupação comunicativa/ questionadora/ fecundadora/ descentralizada de todos os espaços vazios/ públicos/ institucionais da UFRJ sob a ótica do "Desconstrutivismo Científico-Pedagógico e Empreendedorismo Estratégico Transdisciplinar", enfatizando uma Processo de Enfrentamento/ Transformação Endógena do Capitalismo Globalizado ao invés da concepção tradicional de isolamento submisso/ estéril/ assembleísta, fundamentado numa verdadeira exegese do Formalismo Lógico-Positivista (Vide: Max Weber – "Ètica Prostestante e Espírito Capistalista" – Livro do Século Publifolhas; Luiz Sérgio Coelho de Sampaio – "Lógicas Ressuscitadas").

CHAPA 1

Aloisio Teixeira

É doutor em economia e professor titular do Instituto de Economia da UFRJ, desde 1993. Suas atividades na UFRJ vêm-se desenvolvendo tanto no campo do ensino e da pesquisa, quanto no da administração. Ministra cursos na graduação e na pós- graduação, tendo orientado inúmeras teses de mestrado e doutorado. Publicou mais de 60 trabalhos em revistas especializadas, nacionais e estrangeiras, bem como os livros O Ajuste Impossível – Um Estudo sobre a Desestruturação da Ordem Econômica Mundial e seu Impacto sobre o Brasil (publicado pela Editora da UFRJ e Utópicos, Heréticos e Malditos – Os Precursores do Pensamento Social de Nossa Época (Editora Record). Foi diretor do Instituto de Economia Industrial, eleito em 1989. Aloisio possui também comprovada experiência de administrador, tendo sido, em sucessivas ocasiões, Diretor da Finep, Secretário do Conselho Interministerial de Preços, Superintendente da SUNAB, Secretário de Planejamento da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e Diretor da EMBRATEL.

Sylvia Vargas

Possui uma brilhante carreira na UFRJ. Nela se formou e nela vem-se dedicando integralmente às atividades acadêmicas, desde 1971, quando ingressou como docente. Nestas quase três décadas, demonstrou imensa capacidade de articulação e de integração, tornando-se diretora da Faculdade de Medicina no período 1994/1997. Teve, nessa ocasião, oportunidade de comprovar, para o conjunto dos professores, técnicos administrativos e estudantes, seu perfil humanista e sua eficiência administrativa. Em sua gestão foram criados os cursos de fonoaudiologia e de fisioterapia. É fato de orgulho seu, ter sido convidada por seus alunos, em um período de quatro anos, para ser paraninfa ou patrona em nove colações de grau seguidas. É vice- presidente da Fundação José Bonifácio desde 1997, onde mais uma vez nos tem privilegiado com suas qualidades administrativas e a habilidade em agilizar e conduzir processos. A professora Sylvia Mello Vargas vem ocupando papel de destaque à frente da Sub-Reitoria para Ensino de Graduação e Corpo Discente (SR1).

Fonte: página eletrônica da chapa (http://www.ufrj.br/candidatos/aloisioteixeira/default.html)

CHAPA 2

Sérgio Fracalanzza

"Foi Chefe do Departamento de Microbiologia Médica do Instituto de Microbiologia(IM); Diretor do IM, Decano do Centro de Ciências da Saúde(CCS);

"Foi Vice-Reitor da chapa Lessa-Fracalanzza, eleito em 2002 com 79% dos votos;

"30 anos de dedicação marcante e contínua à UFRJ.

Formação profissional

"1981 - 1986 Doutorado Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio De Janeiro, Brasil

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio De Janeiro, Brasil

"1975 - 1980 Mestrado Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio De Janeiro, Brasil

"1970 - 1973 Graduação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo, Brasil, Farmácia .

Atuação Profissional

"Presidente da Sociedade Brasileira de Microbiologia(SBM), 1996 a 2000

"Coordenador do Laboratório de coleção de culturas do IM-UFRJ Chefe do Departamento de Microbiologia Médica do IM - UFRJ

"Diretor do IM – UFRJ .

"Decano do CCS – UFRJ , de 1998 a 2002

"46 trabalhos publicados na área científica

Godofredo de Oliveira Neto

"Foi Subreitor de graduação de 90 a 94 e Coordenador do Forum de Ciência e Cultura, até abril de 2004;

"Escritor renomado;

"23 anos de dedicação marcante e contínua à UFRJ.

Formação profissional

"1985 - 1989 Doutorado em Letras (Letras Vernáculas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil

"1976 - 1979 Mestrado em Letras (Letras Vernáculas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil

"1972 - 1976 Graduação: Bacharelado em Letras. Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle), U.P. III, Paris, França

Atuação Profissional

"1990 - 1994 Sub Reitor de Graduação e Corpo Discente UFRJ

"2002/ 2003 Coordenador do Fórum de Ciência e Cultura

Outras atuações

"Membro do Pen Club

"8 romances publicados

Fonte: página eletrônica da chapa (www.fracalanzza.com.br)

CHAPA 3

Luís Eduardo Potsch

Nasceu no Rio de Janeiro em 1949. Foi aluno do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado da Guanabara (atual Uerj) e, logo após ser aprovado no vestibular do IME - Instituto Militar de Engenharia - de 1968/69, iniciou sua carreira docente na condição de fundador do Curso Planck Vestibulares. Aprovado em concurso público em 1990, para o Departamento de Administração da FACC/UFRJ - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, organizou, na FACC, o Laboratório de Educação Estratégica Empresarial. Na UFRJ, conquistou os Prêmios FUJB/Década 1990 ("Propostas para uma Universidade no III Milênio: Desafios, Missão Histórica e Novas Paradigmas numa Perspectiva Planetária" - 1991; "O Elo Perdido dos Sistemas de Avaliação da Universidade Pública: Uma Incorreta Visão Reducionista de Inserção Profissional").

Otto Corrêa Rotunno

Nasceu em Porto Alegre em 1963, cursou Engenharia Civil na UFRGS, mestrado em Recursos Hídricos na Coppe-UFRJ (1989) e doutorado na Universidade de Waterloo/Canadá (1995). Ingressou na UFRJ em 1987, quando co-liderou a criação do Laboratório de Hidrologia e Estudos do Meio Ambiente. Após sua volta do Programa de Doutoramento (Canadá), notabilizou-se pela implantação do Núcleo de Hidrologia Estratégica Ambiental da Coppe (1996/2003), atuando em estreita articulação científico-pedagógica com o Laboratório de Educação Estratégica Empresarial (ADM/FACC/UFRJ). Destaca-se, neste contexto, a coordenação do Programa de Formação de Lideranças Científicas (PET/Capes-Coppe/Civil).

Fonte: panfleto da chapa distribuído no primeiro debate oficial.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

ESPECIAL REFORMAS

EDIÇÃO DE 12 DE MAIO 2003

Propostas do governo para as reformas da Previdência e Tributária

Neste encarte especial, estamos reproduzindo, na íntegra, para conhecimento dos sindicalizados, a exposição de motivos do governo federal e as Propostas de Emenda Constitucional (PEC) relativas às reformas da Previdência e Tributária, nesta ordem. Estes documentos estão sendo analisados pelo movimento docente e, em breve, estaremos divulgando uma avaliação crítica do seu conteúdo para a comunidade da UFRJ.

Reforma da Previdência
Exposição de Motivos

E.M.I. nº 29 - MPS/CCIVIL-PR

Em 29 de abril de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Emenda Constitucional, que altera o sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

2. No Programa de Governo apresentado por Vossa Excelência por ocasião das Eleições Presidenciais de 2002, a modernização e reforma do sistema previdenciário brasileiro desfrutam de posição de destaque como um dos instrumentos de um novo modelo de desenvolvimento, que englobe crescimento, emprego e eqüidade social. Há, conforme o documento citado, a necessidade de desenhar uma solução estrutural para a questão previdenciária, que garanta a proteção social não apenas hoje, mas também para as próximas gerações.

3. Com tal finalidade, propõe o Programa de Governo de Vossa Excelência a construção, no longo prazo, de um regime previdenciário básico público, universal, compulsório, para todos brasileiros. O regime deve ter um caráter contributivo, como é da tradição e cultura previdenciária brasileira, com benefícios de aposentadoria definidos, valor do piso e teto claramente estipulados e gestão democrática quadripartite. Em complementação a este regime universal, propõe o documento citado a existência de regime complementar de caráter facultativo, destinado àqueles brasileiros que desejam obter, na aposentadoria, valores de benefício superiores ao teto geral do regime básico universal.

4. É sabido que a Emenda Constitucional no 20, de 15 de dezembro de 1998, modificou diversos princípios da administração previdenciária do setor público, em especial o caráter contributivo e o equilíbrio financeiro-atuarial. Não obstante, dada a abrangência incompleta e parcial da EC no 20, persistem hoje regras bastante diferenciadas entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de Previdência Social dos servidores, com desequilíbrios nas dimensões da eqüidade e sustentabilidade de longo prazo.

5. Trata-se de avançar no sentido da convergência de regras entre os regimes de previdência atualmente existentes, aplicando-se aos servidores públicos, no que for possível, requisitos e critérios mais próximos dos exigidos para os trabalhadores do setor privado. Com este vetor, busca-se tornar a Previdência Social mais equânime, socialmente mais justa e viável financeira e atuarialmente para o longo prazo. Esta convergência de regras proposta na Emenda Constitucional em anexo, que inclui a criação de um teto comum de benefícios e contribuições para os segurados futuros dos diversos regimes previdenciários existentes no Brasil, será um passo decisivo na direção em que aponta o Programa de Governo de Vossa Excelência citado mais acima.

6. Dessa forma, com as medidas ora propostas, almeja-se corrigir as distorções do atual modelo, propiciando, também, maior eqüidade entre os regimes de Previdência Social, flexibilidade para a política de recursos humanos, adequação ao novo perfil demográfico brasileiro, melhoria dos resultados fiscais e, sobretudo, a garantia de que as obrigações decorrentes das previsões constitucionais serão, efetivamente, cumpridas em relação ao direito de o servidor público ter uma aposentadoria digna de forma sustentável e sem privar o restante da sociedade dos recursos necessários para o crescimento e desenvolvimento desta Nação.

7. A primeira distorção, em relação ao regime de previdência dos servidores públicos, diz respeito à regra de cálculo do valor das aposentadorias, que não guarda qualquer relação com as contribuições dos servidores quando em atividade ou mesmo com a sua vida laboral, pois o benefício é equivalente à última remuneração do cargo efetivo.

8. Tal disposição não encontra similaridade no direito comparado e muito menos guarda correlação com a aplicada aos segurados do Regime Geral, que leva em consideração a média aritmética simples das remunerações correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.

9. Além deste aspecto, há que se salientar que, enquanto o Regime Geral, voltado ao setor privado da economia, está sujeito a um teto de contribuições e benefícios, nos regimes do funcionalismo público este teto não existe de fato, o que exige o emprego de recursos fiscais para a garantia da proteção social também quando a faixa de renda a ser beneficiada já se encontra bastante acima das faixas correspondentes aos trabalhadores da iniciativa privada, inclusive de segmentos intermédios do espectro de distribuição de renda.

10. Tal situação determina, conforme se verifica na tabela 1, níveis médios de benefícios bastante discrepantes entre diferentes categorias de servidores ou entre essas categorias e os valores médios dos benefícios pagos pelo Regime Geral. Estes valores médios ocultam o fato de que há pessoas percebendo valores de benefícios extremamente elevados, que constituem uma afronta ética e moral em um país com a heterogeneidade social brasileira, no qual para milhões de brasileiros falta até mesmo o alimento básico à mesa diária. Estes benefícios extremamente elevados têm sua origem no fato de que o teto remuneratório geral dos Três Poderes, previsto em texto constitucional, até hoje não foi implementado. (Tabela nº 1)

11. Ademais, a atual regra se constitui em um estímulo a aposentadorias precoces pelo fato de o servidor, ao se aposentar, auferir um incremento em sua renda líquida, pois deixa de contribuir para a Previdência, sendo o benefício equivalente à última remuneração sem desconto da contribuição previdenciária. Trata-se de uma situação ímpar, sem paralelo no resto do mundo nem qualquer conexão com princípios previdenciários e de política social: pagar-se mais para os aposentados em relação àqueles que ainda permanecem em atividade.

12. Ao se examinar a regra de determinação do benefício de aposentadoria da Previdência Social no serviço público brasileiro, verifica-se que esta constitui um caso único no mundo inteiro. Na maioria dos países, o valor do benefício é inferior à remuneração dos servidores ativos. Nações como a França e a Alemanha oferecem a seus servidores um benefício equivalente, em regra, a 75% do valor da última remuneração, isto após 37,5 e 40 anos, respectivamente, de contribuição.

13. Além disso, acrescente-se que, no Brasil, a aposentadoria não significa, necessariamente, o afastamento da atividade. Conforme dados do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, relativos a dezembro de 2002, 6,9% dos cargos comissionados no Poder Executivo Federal são preenchidos por servidores aposentados, sendo quase certa a ocorrência do retorno para a iniciativa priva-

Tabela nº 1

Valor Médio dos Benefícios Previdenciários no Serviço Público Federal e no RGPS

(média de dezembro/01 a novembro/02)

R$ correntes

	Valores (R$)
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	
Executivos (civis)[1]	**2.272,00**
Ministério Público da União	**12.571,00**
Banco Central do Brasil	**7.001,00**
Militares	**4.265,00**
Legislativo	**7.900,00**
Judiciário	**8.027,00**
RGPS	
Aposentadorias por Tempo de Contribuição	**744,04**
Aposentadorias por Idade	**243,10**
TOTAL DOS BENEFÍCIOS[2]	**374,89**

da e, até mesmo, para o mercado informal, utilizando-se, freqüentemente, os conhecimentos especializados obtidos durante os anos de atividade no serviço público.

14. Importante ressaltar, Senhor Presidente, que tal distorção é agravada pelo fato de se exigir, para a aposentadoria dos servidores, apenas cinco anos no cargo efetivo e dez anos no serviço público. Isso permite que se contem períodos elásticos de contribuição para o Regime Geral, para o qual a contribuição se dá, atualmente, apenas até o limite máximo do salário-de-contribuição, atualmente fixado em R$ 1.561,56 (um mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinqüenta e seis centavos).

15. Vale lembrar que o tempo médio de serviço dos servidores civis anterior à entrada no regime próprio da União é de 11,7 anos, ou seja, em média, o servidor trabalhou 11,7 anos antes de ingressar na União. Este tempo pode ter sido exercido tanto no Regime Geral como em algum outro regime próprio, efetuando-se contribuição sobre vencimentos bastante inferiores aos de referência para a aposentadoria, conforme a regra atualmente vigente.

16. Mesmo que o servidor permaneça durante toda a sua vida ativa no serviço público, a regra vigente possibilita que, em havendo mudança de cargo, para garantir o vencimento do novo cargo e colher um expressivo subsídio às expensas dos cofres públicos, a aposentadoria exigirá apenas cinco anos no novo cargo. Ou seja, aposentar-se-á com a nova remuneração, mesmo tendo permanecido por 30 anos em cargos de menor remuneração, para os quais verteu a maior parte de suas contribuições.

17. Na verdade, esse ponto crítico remonta em grande parte à data da promulgação da Constituição Federal, pois antes da instituição do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União - RJU, bem como os dos Estados e Municípios, os servidores, que já estavam na condição de estatutários, contribuíam somente para as pensões a serem pagas aos seus cônjuges e dependentes (e não para as suas aposentadorias). Os que ainda eram celetistas contribuíam normalmente, mas o faziam, como qualquer outro trabalhador da iniciativa privada, para o Regime Geral de Previdência Social, observado um valor máximo de cobertura e de contribuição.

18. A regra atual dos servidores compromete de maneira sensível o equilíbrio atuarial dos regimes próprios de Previdência Social, inexistindo relação entre a contribuição e o benefício a ser percebido, haja vista ser possível ao servidor optar por ingressar mais tarde no serviço público, contribuir com pouco tempo e obter pelo resto da vida um benefício integral em relação à sua remuneração, em razão da garantia de contagem de tempo recíproca entre os regimes.

19. Distorções similares se verificam, também, em relação à pensão por morte. A legislação vigente não condiciona a concessão desse benefício a um estado de dependência econômica ou de necessidade, permitindo, inclusive, que haja acumulação com rendas auferidas pelo trabalho e, até mesmo, com outras aposentadorias.

20. É importante destacar que a morte provoca a privação da renda com que subsistiam as pessoas que conviviam e eram mantidas a cargo e por conta do servidor falecido. A motivação para o benefício surge, pois, da necessidade de se dar cobertura às pessoas que dependiam economicamente do segurado. Dois elementos concorrem, portanto, para a existência do benefício: o óbito e a dependência econômica, conforme a boa doutrina previdenciária.

21. No Brasil, em posição distante dessa doutrina e das normas adotadas pela maioria dos países desenvolvidos, a pensão possui caráter vitalício, independe da situação econômica do beneficiário, não está condicionada a qualquer limite de idade, pode ser acumulada com outros benefícios previdenciários e também é integral, isto é, corresponde a 100% da remuneração do servidor ou do provento que o aposentado percebia. Em especial, o último aspecto abriga um equívoco conceitual, pois se, pelos parâmetros previdenciários usualmente aceitos, o fulcro é a proteção da perda de renda dos dependentes, a reposição integral da última remuneração bruta do servidor falecido gera um nível de reposição de renda per capita na família do falecido muito superior ao nível de renda de que desfrutava a família antes do fato gerador da pensão. Além disso, a sociedade questiona cada vez mais o ônus que representam pensões de longa duração para cônjuges muito jovens, que possuem capacidade de retornar ao mercado de trabalho ou, caso possuam outra fonte de renda própria no momento do falecimento do segurado, possam ajustar-se gradativamente à nova circunstância familiar.

22. Inequívoco, pois, que tais regras colaboram para o grave desequilíbrio financeiro e atuarial existente entre as receitas e as despesas previdenciárias no serviço público nas três esferas de governo. A tabela 2 apresenta dados sobre arrecadação e prestações do regime de previdência dos servidores públicos para os anos de 2001 e 2002 da União, estados e municípios, bem como a estimativa para o ano de 2003, evidenciando uma necessidade de financiamento total da ordem de 39,1 bilhões de reais (3,0% do PIB) em 2002, levando-se em conta a contribuição dos entes públicos. Tais fatos evidenciam a dimensão econômica dos regimes próprios de previdência. (Tabela 2)

23. Do ponto de vista da utilização dos recursos da União e dos estados com os regimes próprios, verifica-se forte comprometimento da receita corrente líquida destes entes federativos com despesas de pessoal inativo e pensionistas, da ordem de 15,1% e 23,4% para União e estados, respectivamente, conforme demonstra a tabela 3 a seguir.

24. A situação dos regimes próprios de previdência também pode ser analisada por uma perspectiva de longo prazo: é o que se pode observar na tabela 4 abaixo, onde são apresentadas as situações dos regimes próprios de previdência da União e das diversas unidades federativas no que concerne ao patrimônio líquido e déficit atuarial, alcançando este último, em termos agregados, os valores de 416,3 e 256,9 bilhões para União e o conjunto dos estados, respectivamente. (Tabela 4)

25. Tal situação compromete o espaço fiscal para o financiamento de um amplo conjunto de políticas públicas tendentes a orientar o País no sentido de um ambiente que permita construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos.

26. Não se pode perder de vista que uma política pública de proteção, como é a Previdência Social, deve oferecer mecanismos explícitos e implícitos de redistribuição de renda, em que aqueles contem com menor capacidade contributiva sejam beneficiados com as contribuições dos detentores de maior capacidade financeira ou com aportes do

Tabela 2

Em 2002, a necessidade de financiamento da Previdência dos servidores públicos foi de R$ 39,1 bilhões. Para 2003, estima-se que a necessidade de financiamento chegue a R$ 41,0 bilhões

Receita, Despesa e Necessidade de Financiamento do Regime dos Servidores Públicos

(em R$ bilhões e como Proporção do PIB - 2001 a 2003)

- com contribuição patronal de 2:1

(Em R$ bilhões correntes)

	2001		2002		2003 *	
		% PIB		% PIB		% PIB
I - PREVIDENCIA DOS SERVID. PUBLICOS	**(37,0)**	**(3,1)**	**(38,1)**	**(3,0)**	**(41,0)**	**(2,6)**
Contribuições	18,4	1,6	21,9	1,7	23,0	1,4
Despesa c/ Inativos e Pensionistas	55,4	4,7	61,0	4,7	64,0	4,0
União	**(21,1)**	**(1,8)**	**(22,1)**	**(1,7)**	**(23,6)**	**(1,4)**
Contribuições	7,0	0,6	8,6	0,7	10,7	0,7
Despesa c/ Inativos e Pensionistas	28,1	2,3	30,7	2,4	33,5	2,1
Estados	**(13,7)**	**(1,1)**	**(14,5)**	**(1,1)**	**(15,4)**	**(1,0)**
Contribuições	11,0	0,9	11,0	0,8	11,0	0,7
Despesa c/ Inativos e Pensionistas	24,6	2,1	25,5	2,0	26,4	1,7
Municípios	**(2,3)**	**(0,2)**	**(2,4)**	**(0,2)**	**(2,5)**	**(0,2)**
Contribuições	1,4	0,1	1,4	0,1	1,4	0,1
Despesa c/ Inativos e Pensionistas	3,7	0,3	3,8	0,3	3,9	0,2

Tabela 3

Participação das Despesas de Pessoal Inativo e Pensionistas na Receita Corrente Líquida Da União E Estados

ENTES	PARTICIPAÇÃO NA RCL
União	15,1%
Estados	23,4%

Elaboração: SPS/MPS

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Tesouro Nacional.

27. Diante das regras vigentes, percebe-se uma situação de regressividade, segundo a qual os servidores públicos, que notoriamente possuem uma renda média superior à dos trabalhadores da iniciativa privada, acabam sendo contemplados com a concessão de benefícios sem a necessária contrapartida contributiva, uma autêntica distribuição de renda às avessas, em que os mais pobres colaboram para sustentar os benefícios dos mais ricos.

28. Conforme, ainda, a tabela 2, a necessidade de financiamento, em 2002, dos regimes de previdência dos servidores públicos nas três esferas de governo situou-se na faixa de 39,1 bilhões de reais, beneficiando pouco mais de 2,5 milhões de servidores públicos. No mesmo ano, toda a dotação destinada ao Ministério da Saúde foi de 28,5 bilhões de reais; a dotação do Ministério do Trabalho e Emprego no Orçamento de 2002 foi de 14,1 bilhões de reais; bem como a do Ministério da Educação no orçamento de 2002 foi de 17,4 bilhões de reais. Isso nos remete a uma outra questão, que é a oportunidade do gasto público.

29. À medida que se destinam cada vez mais recursos para o sistema de previdência dos servidores públicos, dada a premente carência de recursos públicos em áreas vitais para o país, seguramente outras áreas, não menos importantes, ficam a descoberto. Daí a necessidade de se adequar as atuais regras de acesso a benefícios dos servidores, de forma a se alcançar uma situação de maior justiça social. Trata-se, mais do que de uma questão de sustentabilidade econômica de longo prazo, principalmente de garantir também que os recursos públicos possam ser apropriados por políticas voltadas aos mais diversos segmentos da sociedade e que eles não apenas sejam absorvidos pelo financiamento do desequilíbrio gerado por regras atuarialmente inviáveis e inequitativas.

30. Outro aspecto que cumpre ressaltar diz respeito à acelerada alteração do perfil demográfico brasileiro decorrente, basicamente, do aumento do número de pessoas idosas em razão da diminuição da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de sobrevida da população, conforme podemos observar na tabela no 5, e nos gráficos nos 1 e 2.

31. É evidente que o envelhecimento da população, que decorre especialmente do aumento da expectativa de sobrevida, afeta os regimes de previdência dos servidores públicos à medida que esse segmento de trabalhadores também experimenta a mesma e natural transformação.

32. Em uma situação em que os brasileiros estão vivendo cada vez mais, não se justifica conceder aposentadorias com idades precoces, tal como é permitido pelo ordenamento constitucional vigente, 48 anos de idade para mulheres e 53 para homens, na hipótese de terem ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública até 16 de dezembro de 1998, data de publicação da Emenda Constitucional no 20, de 1998.

33. Registre-se que, com a idade de 48 anos, a mulher tem uma expectativa de sobrevida de 29,5 anos, ou seja, praticamente o mesmo tempo de contribuição exigido para a aposentadoria. É uma situação que não encontra fundamento técnico e nenhuma correlação na experiência internacional, além de não guardar referência com a realidade fática dos trabalhadores de baixa renda da iniciativa privada.

34. Para os segmentos de baixa renda, com maiores dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho, é muito difícil o acesso a um benefício com idade precoce. Esses trabalhadores oscilam entre o mercado formal e a informalidade, geralmente tendo acesso somente à aposentadoria por idade pelo Regime Geral de Previdência Social, hoje aos 65 anos para o homem e 60 anos para a mulher.

35. Permitir que alguns servidores públicos, com renda média superior à média dos trabalhadores da iniciativa privada e com melhor inserção no mercado de trabalho, aposentem-se com idades tão precoces é agravar a desigualdade, subsidiando os trabalhadores de maior renda que normalmente se aposentarão mais cedo.

36. Outro aspecto que merece referência diz respeito ao número de ingressos no serviço público que tem sido bastante inferior ao de aposentadorias devido ao processo de reestruturação administrativa implementado pelo governo anterior. Em razão de o sistema funcionar em regime financeiro de repartição, onde os ativos financiam os inativos, a diminuição no fluxo de entrada no serviço público e aumento do fluxo de saída para a aposentadoria, necessariamente, significa o agravamento do desequilíbrio do sistema, pois teremos menos ativos trabalhando para sustentar um número cada vez maior de inativos, conforme observamos no Gráfico nº 3.

37. Em 1991, havia dois trabalhadores em atividade para financiar cada trabalhador inativo e pensionista. Nos últimos oito anos, enquanto o número de ativos reduziu-se em 9,5%, a quantidade de aposentados e pensionistas aumentou 67,3%. Em 1998, a relação entre contribuintes e beneficiários já era de praticamente um trabalhador ativo para cada inativo e pensionista. Na União, em 2002, o número de inativos chegou a 942,7 mil servidores, enquanto o número de ativos chegou a 851,4 mil.

38. Contribuem também para explicar esse problema a precocidade das aposentadorias e as idades elevadas de entrada no serviço público. Nos últimos quatro anos, a idade média de ingresso por concurso público no serviço público federal foi de 33 anos. Por outro lado, as aposentadorias têm ocorrido em idades precoces inferiores a 55 anos, em plena capacidade laboral, o que denota a exiguidade do período contributivo. A tabela nº 6 apresenta os patamares de ingresso no setor público.

39. Todos esses dados demonstram a necessidade de medidas que visem aperfeiçoar o regime de previdência dos servidores públicos, tendo como vetor o Princípio da Isonomia, procurando aproximar as regras desses regimes das regras do Regime Geral, conforme anotado anteriormente. Essas alterações devem ter como escopo dar efetividade ao comando estabelecido pela Constituição - qual seja: que o regime seja contributivo e atuarialmente equilibrado - colaborando para uma maior equidade social entre os regimes, bem como a redução do desequilíbrio atuarial e, conseqüentemente, da necessidade de financiamento da previdência dos servidores públicos.

40. Diante do exposto acima, estamos encaminhando a Vossa Excelência uma Proposta de Emenda Constitucional com diversas alterações ao texto da Lei Maior, a serem explanadas em seguida.

41. Uma primeira alteração trata de modificar a forma de cálculo dos benefícios de aposentadoria e pensão dos servidores. Atualmente, como antes referido, os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, são calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que ocorrer a aposentadoria, correspondendo invariavelmente, à totalidade da remuneração.

42. Conforme demonstrado, o valor dos proventos não guarda relação com a contribuição efetuada pelo servidor ao longo de sua carreira, além de permitir que os valores recolhidos para o Regime Geral de Previdência Social, limitados ao respectivo teto, sejam considerados para efeito de cálculo do tempo de contribuição.

43. Seguindo a diretriz determinada pelo caput do art. 40 da Constituição Federal em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial, propõe-se que a nova fórmula de cálculo dos benefícios, contida no novo texto do art. 40, § 3o, seja orientada pelo cômputo das contribuições que o servidor verteu para os regimes de Previdência Social a que esteve vinculado durante a sua vida laboral, inclusive para o Regime Geral de Previdência Social, garantindo, assim, que o valor do benefício reflita o caráter contributivo do sistema, estabelecendo, de maneira consistente, os fundamentos do seguro social.

44. Tais disposições serão regulamentadas na forma da lei, remetendo ao legislador infraconstitucional a tarefa de garantir que a nova metodologia para cálculo dos proventos tenha equidade e eficiência, isto é, seja justa e operacionalmente viável. Desta forma, o cálculo das aposentadorias nos regimes do funcionalismo passa a guardar mais proximidade conceitual com a forma de cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição do Regime Geral de Previdência Social, onde é apurada uma média dos salários-de-contribuição, que tende a incluir, futuramente, um período de contribuição equivalente aos 80% melhores meses de contribuição de toda a vida laboral do segurado do INSS.

45. Vale ressaltar que a regra atual no regime do funcionalismo compromete de maneira sensível o equilíbrio atuarial dos regimes próprios de Previdência Social, haja vis-

Tabela 4

Passivo atuarial da União e dos estados

(R$ MILHÕES - 2001)

A soma do descasamento entre contribuições e benefícios projetados para todos os atuais integrantes do RPPS da União/Estados (civis e militares) em 2001 é igual a R$ 673,3 bilhões (61% do PIB). Isso inviabiliza a adoção de regime baseado na capitalização plena

Passivo Atuarial da União e dos Estados
(R$ milhões - 2001)

Estado	Ativos	Inativos	Patrimônio Líquido	Déficit Atuarial
São Paulo	19.327	28.189	NI	47.516
Rio de Janeiro	21.666	25.865	7.824	39.706
Minas Gerais	11.344	16.545	2.209	25.679
Rio Grande do Sul	8.743	12.753	1.703	19.793
Bahia	6.446	9.401	1.255	14.591
Paraná	720	13.848	918	13.596
Santa Catarina	3.596	9.035		12.631
Pernambuco	4.565	6.659	NI	11.225
Outros Estados	32.652	43.607	4.018	72.241
TOTAL ESTADOS	**109.059**	**165.902**	**17.927**	**256.978**
Civis	46.104	132.050	-	178.154
Militares	61.634	176.531	238.165	
TOTAL UNIÃO	**107.738**	**308.581**	**416.319**	
TOTAL UNIÃO/ESTADOS	**216.797**	**474.483**	**17.927**	**673.297**

Fonte: Avaliações atuariais, DRAAs e projeções atuariais enviados à CGAET/MPS.
Elaboração: SPS/MPS

Tabela nº 5

Brasil: População Total por Faixa Etária

(1991-2000)

Os idosos no Brasil representam 8,6% da população, o que equivale a um contigente de 14,5 milhões de pessoas. Em relação a 1991, houve um acrescimento de 35,6% na quantidade total de pessoas idosas

	1991	2000	Var. % 2000/1991
TOTAL	146.825.475	169.799.170	15,6%
0 a 14 anos	50.988.432	50.266.122	-1,4%
15 a 59 anos	85.114.338	104.997.019	23,4%
60 anos ou mais	10.722.705	14.536.029	35,6%
% 60 anos ou mais / TOTAL	7,3%	8,6%	-

ta, conforme já assinalado, a inexistência de relação entre a contribuição e o benefício a ser percebido, uma vez que é possível o servidor optar por ingressar mais tarde no serviço público, contribuir com pouco tempo e obter o benefício pelo resto de sua vida em razão da garantia de contagem de tempo recíproca entre os regimes.

46. Também submetemos a Vossa Excelência a alteração do § 7o do art. 40, que atualmente estabelece um valor de benefício para pensão por morte de maneira integral ou proporcional, dependendo da circunstância em que o óbito vier a ocorrer.

47. Propõe-se que a prestação passe a estipular um benefício que observe o limite de até 70% (setenta por cento) do valor a que o servidor teria direito em relação à sua aposentadoria.

48. Nessa questão, procura-se atender conceitualmente aos questionamentos apresentados mais acima na concessão desse benefício. Porém, entende-se que os critérios de determinação do valor exato da pensão em cada caso devem ser normatizados em sede infraconstitucional, visando atender às inúmeras situações surgidas, bem como reagir a eventuais alterações do ambiente econômico.

49. Uma fundamental alteração é a imposição de um limite para o valor máximo dos benefícios pagos aos servidores públicos, que se propõe seja o mesmo teto estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social pelo art. 201 da Constituição Federal.

50. Tal medida será aplicável a todos os servidores que vierem a ingressar no serviço público a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, uma vez que a presente proposta garante aos atuais servidores o recebimento dos proventos sem observância do referido limite.

51. A delimitação contida na redação proposta para o § 2o do art. 40 vem condicionada a que os entes federados instituam regime de previdência complementar para seus servidores, bastando, para isso, a elaboração de lei ordinária que se oriente pelos princípios insculpidos no art. 202 da Constituição, a saber, previdência privada, de caráter complementar, organizada de forma autônoma em relação ao Regime Geral, facultativa e baseada na constituição de reservas garantidoras dos benefícios contratados.

52. O Texto Constitucional vigente determina a aprovação de uma lei complementar que serviria de marco para a futura previdência complementar dos servidores públicos. Todavia, após a elaboração e a publicação das Leis Complementares no 108 e 109, em 29 de maio de 2001, esta exigência tornou-se meramente condicionante da implantação dos regimes de previdência complementar, haja vista todos os princípios e normas necessários para a implementação de um sistema de previdência complementar já estarem positivados, motivo pelo qual a exigência contida na redação atual dos §§ 15 e 16 do art. 40 da Constituição, bem como o art. 10 da Emenda Constitucional no 20, de 15 de dezembro de 1998, resulta desnecessária.

53. Tal medida visa, inspirada nos Princípios da Igualdade e da Solidariedade, homogeneizar os regimes de Previdência Social existentes no País, em razão de os trabalhadores da iniciativa privada estarem vinculados, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social, cujos benefícios são limitados atualmente a um teto de R$ 1.561,56 (um mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinqüenta e seis centavos) e, a partir deste valor, os que quiserem garantir uma renda maior para sua aposentadoria contribuem, facultativamente, para a previdência complementar. Cabe apontar que a presente Emenda Constitucional submete a Vossa Excelência a proposta de elevação do teto de benefícios e contribuição do Regime Geral de Previdência Social, o qual serve de referência para a instituição do teto nos regimes próprios do funcionalismo, para R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) a partir do momento de promulgação desta Emenda.

54. Os futuros servidores públicos estarão, assim, submetidos a princípios similares aos trabalhadores da iniciativa privada, com o que se cumpre o Programa de Governo de Vossa Excelência, submetido ao sufrágio das urnas em outubro de 2002. Proporciona-se mais racionalidade e eqüidade ao sistema previdenciário vigente no país, à medida que se desenha uma estrutura igualitária que abrange todos os trabalhadores e, ao mesmo tempo, fortalece um modelo de previdência que tem como corolários, em primeiro lugar a proteção social com base no princípio da solidariedade, bem como a adesão voluntária à previdência complementar, que, ademais, participa da formação de poupança de longo prazo capaz de gerar riquezas e postos de trabalho.

55. Para os atuais servidores, o limite estabelecido para o Regime Geral somente poderá ser aplicado caso haja prévia e expressa opção pelo regime de previdência complementar.

56. Impõe-se, outrossim, alterar a forma de reajustamento periódico do valor dos benefícios, insculpida no § 8o do art. 40, para os benefícios de aposentadoria e pensão concedidos a partir da promulgação desta Emenda Constitucional. Tal fato deve-se a que, ao calcular-se o benefício a partir dos critérios do novo texto proposto para o § 3o do mesmo art. 40, não mais haverá correlação do benefício com valores de referência da respectiva carreira à qual o servidor pertencia.

57. Diante deste fato, submetemos a Vossa Excelência que o critério de reajuste periódico das aposentadorias e pensões submetidas à nova regra passe a ser o mesmo do Regime Geral de Previdência Social, inscrito no art. 201, qual seja: uma vez concedidos, o valor real dos benefícios é preservado, conforme definição em lei, com o que se protegem o nível de renda e o padrão de vida do servidor inativo e do seu pensionista.

58. Sugere-se, ainda, a supressão da regra de transição prevista no § 1o do art. 8o da Emenda Constitucional no 20, de 1998, que prevê a aposentadoria proporcional para os servidores que, à época de sua promulgação, já haviam ingressado no serviço público. A aposentadoria proporcional, mesmo com a exigência de idade, não se coaduna com a boa doutrina e tampouco encontra sucedâneo no direito comparado.

59. Ademais, os limites de idade fixados para esse benefício - 48 e 53 anos de idade para homens e mulheres respectivamente - são extremamente baixos diante da realidade demográfica brasileira, como antes apontado. Aos 48 anos e 53 anos, mulheres e homens têm uma expectativa de sobrevida de, respectivamente, de 29,5 anos e 21,1 anos.

60. Observa-se, portanto, tempo extremamente longo para recebimento do benefício quando comparado com o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria proporcional (25 anos de contribuição para a mulher e 30 anos para o homem, mesmo com o tempo adicional exigido, comumente chamado de pedágio), o que não é de forma alguma compensado pelo fato de o benefício não ser integral nesta modalidade de aposentadoria precoce.

61. Vale relembrar que os trabalhadores vinculados ao Regime Geral, com remuneração mais baixa e menor inserção no mercado de trabalho, na prática, acabam fazendo jus somente à aposentadoria por idade, para a qual se exige idade de 60 anos para mulheres e 65 para homens. Além disso, neste mesmo Regime Geral, aqueles que procuram aposentar-se prematuramente são alcançados por regra de cálculo de benefícios que lhes aplica o "fator previdenciário".

62. Relativamente à regra de transição para a aposentadoria integral dos servidores que já haviam ingressado no serviço público quando da publicação da Emenda Constitucional no 20, de 1998, a alteração é tão-somente em relação ao valor do benefício, que se sugere seja reduzido em 5 (cinco) por cento para cada ano antecipado em relação aos limites de 55 e 60 anos para mulheres e homens, respectivamente. Não se justifica manter-se constante a taxa de reposição dos rendimentos para servidores que se aposentem em idades inferiores à regra de referência, considerando uma expectativa de sobrevida que resulta em amplo desequilíbrio com os montantes que foram contribuídos em relação ao tempo de recebimento do benefício de aposentadoria. Caso não se criasse uma regra de transição como a proposta, incorrer-se-ia na manutenção dos atuais incentivos equivocados à antecipação da aposentadoria do servidor, ao arrepio de qualquer princípio previdenciário.

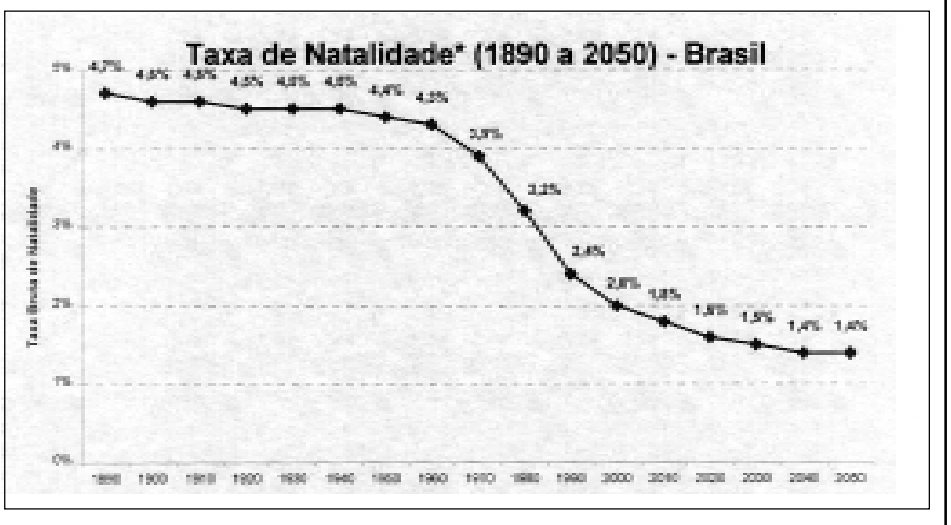
63. É sugerida, ainda, para o servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária (55 e 60 anos de idade e 30 e 35 anos de tempo de contribuição, respectivamente para mulheres e homens) e opte por permanecer em atividade, a instituição de um abono de permanência em serviço, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até aposentar-se voluntariamente ou completar as exigências para a aposentadoria compulsó-

Gráfico nº 1

Para a Previdência, o conceito mais adequado é o da "expectativa de sobrevida". Assim, um homem de 50 anos tinha em 2001, uma expectativa de sobrevida de mais 23,4 anos, isto é, chegará aos 73,4 anos

Gráfico nº 2

O aumento do contigente de idosos deve-se basicamente a dois fatores: diminuição da taxa de natalidade...



ria. Faculta-se, assim, ao servidor continuar a exercer a mesma atividade, outorgando-se-lhe um plus salarial, como forma de incentivá-lo a permanecer no cargo. É dupla a vantagem: para o servidor, em face do ganho salarial; para a administração pública, por não necessitar de contratar um novo servidor e por poder postergar as despesas com o pagamento dos correspondentes proventos.

64. Outra proposta diz respeito à inclusão, no Texto Constitucional, da contribuição previdenciária dos servidores inativos e pensionistas, quer para os que já se encontram nessa situação, quer para aqueles que cumprirão os requisitos após a promulgação da presente Emenda Constitucional.

65. Não obstante ser esta questão historicamente polêmica, é irrefutável a necessidade da medida, sendo certo que não seria possível pretender realizar uma verdadeira reforma no sistema previdenciário brasileiro sem abranger esse tópico, corrigindo-se políticas inadequadas adotadas no passado.

66. Inúmeras são as razões que determinam a adoção de tal medida, cabendo destacar o fato de a Previdência Social ter, essencialmente, um caráter solidário, exigindo, em razão desta especificidade, que todos aqueles que fazem parte do sistema sejam chamados a contribuir para a cobertura do vultoso desequilíbrio financeiro hoje existente, principalmente pelo fato de muitos dos atuais inativos não terem contribuído para o recebimento dos seus benefícios ou terem contribuído, durante muito tempo, com alíquotas módicas, incidentes sobre o vencimento e não sobre a totalidade da remuneração, e apenas para as pensões, e, em muitos casos, também para o custeio da assistência médica (que é um benefício da seguridade social e não previdenciário).

67. Apenas na história recente a contribuição previdenciária passou a ter alíquotas mais próximas de uma relação contributiva mais adequada e a incidir sobre a totalidade da remuneração, além de ser destinada apenas para custear os benefícios considerados previdenciários.

68. A grande maioria dos atuais servidores aposentados contribuiu, em regra, por pouco tempo, com alíquotas módicas, sobre parte da remuneração e sobre uma remuneração que foi variável durante suas vidas no serviço público. Isso porque há significativa diferença entre a remuneração na admissão e aquela em que se dá a aposentadoria em razão dos planos de cargos e salários das diversas carreiras de servidores públicos.

69. Também merece destaque o fato de o Brasil ser um dos poucos países no mundo em que o aposentado recebe proventos superiores à remuneração dos servidores ativos, constituindo, este modelo, um autêntico incentivo para aposentadorias precoces, conforme já mencionamos anteriormente.

70. Essas são as razões que fundamentam a instituição de contribuição previdenciária sobre os proventos dos atuais aposentados e pensionistas ou ainda daqueles que vierem a se aposentar. Além de corrigir distorções históricas, as tentativas de saneamento do elevado e crescente desequilíbrio financeiro dos regimes próprios de previdência serão reforçadas com a contribuição dos inativos, proporcionando a igualdade, não só em relação aos direitos dos atuais servidores, mas também em relação às obrigações.

71. Todavia, considerando a importância da medida em questão, apresenta-se à apreciação de Vossa Excelência, em razão dos interesses sociais que exsurgem da questão, que seja oferecida imunidade para os servidores e pensionistas que, à data de promulgação desta Emenda, percebam proventos até o limite de isenção do Imposto de Renda, previsto no art. 153, III, da Constituição Federal. Incluem-se neste grupo de imunidade também aqueles servidores que, à data de promulgação da Emenda, já possuam constituído o direito adquirido de acesso a aposentadoria e pensão conforme as normas ora vigentes. Já para os servidores que venham a aposentar-se e as pensões que venham a gerar-se após a promulgação da Emenda, o limite de imunidade será estendido até o teto de contribuição e benefícios do Regime Geral de Previdência Social, na medida em que estes servidores passam a ter seu benefício calculado de forma mais condizente com princípios previdenciários em função da alteração do § 3o do art. 40, já mencionada acima.

72. Tal proposta atende aos interesses do Estado Democrático de Direito, bem como se alinha aos objetivos da República, conforme já manifestado anteriormente, em especial a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, permitindo que aqueles que ganham benefícios inferiores a estes limites tenham sua renda protegida e sua capacidade de consumo preservada da incidência desta contribuição.

73. Ressalte-se que a persecução do equilíbrio financeiro e atuarial não pode se restringir ao âmbito da União. Considerando a necessidade de os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atingirem este objetivo, também se propõe, por meio de modificação de texto do art. 149, § 1o, que os demais entes federados, que tenham regime previdenciário em acordo com o art. 40, instituam contribuição previdenciária dos servidores titulares de cargos efetivos destes entes públicos não inferior à contribuição dos servidores federais. Com isto supera-se definitivamente a relutância de alguns entes em estabelecerem uma alíquota mínima condizente com um regime contributivo, tal como requerido pelo caput do art. 40 da Constituição Federal.

74. Também adere à presente proposta a previsão de que exista apenas um regime próprio de Previdência Social para cada ente público, bem como apenas uma unidade gestora do respectivo regime. Tal medida se deve à existência de intensa sobreposição de funções na operacionalização dos regimes próprios por diversas entidades e órgãos da Administração Pública, inclusive entre os poderes estabelecidos.

75. Tal fragmentação resulta em alto custo para o sistema, haja vista um sem número de servidores executarem atividades que, se racionalizadas e devidamente ajustadas em um órgão gestor apenas, permitiria a diminuição dos custos administrativos à medida que a operacionalização reduziria a quantidade de servidores envolvidos, diminuindo as despesas pela adoção de procedimentos em escala auxiliados por sistemas informatizados, possibilitando que diversas áreas carentes de servidores sejam atendidas pela redistribuição dos cargos.

76. Além da sobreposição de funções, destacamos que a atual descentralização administrativa dificulta a necessária transparência no que diz respeito ao acesso às informações do sistema previdenciário. Entendemos que o equilíbrio atuarial somente pode ser alcançado à medida que as projeções atuariais sejam bem realizadas, exigindo-se, para isto, um cadastro de informações, tanto dos servidores, quanto de seus dependentes, confiável e preciso.

77. A fragmentação dos órgãos envolvidos na administração previdenciária, especialmente entre os poderes, impede que estes requisitos sejam atendidos, determinando, muitas vezes, que vários dados sejam estimados com graus variáveis de consistência, impedindo que as políticas previdenciárias e de recursos humanos sejam planejadas de maneira adequada.

78. Não se trata, porém, de reduzir ou interferir na autonomia de cada um dos poderes, no que tange à concessão dos benefícios previdenciários dos agentes públicos a eles vinculados. Trata-se apenas de, excetuada a devida concessão para respeitar a autonomia dos Poderes, centralizar os procedimentos com vistas a racionalizar os custos envolvidos na manutenção destes benefícios, bem como ter acesso amplo às informações necessárias ao bom planejamento previdenciário e garantir mais qualidade aos cadastros que servem de base para as avaliações atuariais.

79. Medida relevante que também propomos a Vossa Excelência refere-se ao aumento do limite máximo do valor dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS de que trata o art. 201 da Constituição Federal. Sugere-se que os atuais R$ 1.561,56 (um mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinqüenta e seis centavos) sejam elevados para R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

80. A Emenda Constitucional no 20, de 1998, em seu art. 14, definiu, como limite máximo para o valor dos benefícios do RGPS, o total de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), que equivalia, à época em que foi proposta, a dez salários mínimos, porém sem vinculação ao valor do salário mínimo, em razão do disposto no inciso IV do art. 7o da própria Constituição, que veda essa vinculação para qualquer fim.

81. Consideramos oportuno e razoável estabelecer esse novo teto, que, igualmente, deverá manter o seu valor real. A renda daqueles com direito a benefícios situados em torno do limite máximo está cada vez mais próxima da devida aos beneficiários com menores rendimentos. Isso ocorre porque o teto dos benefícios tem sido reajustado por índices menores que os aplicados ao valor do piso, ou seja, do salário mínimo.

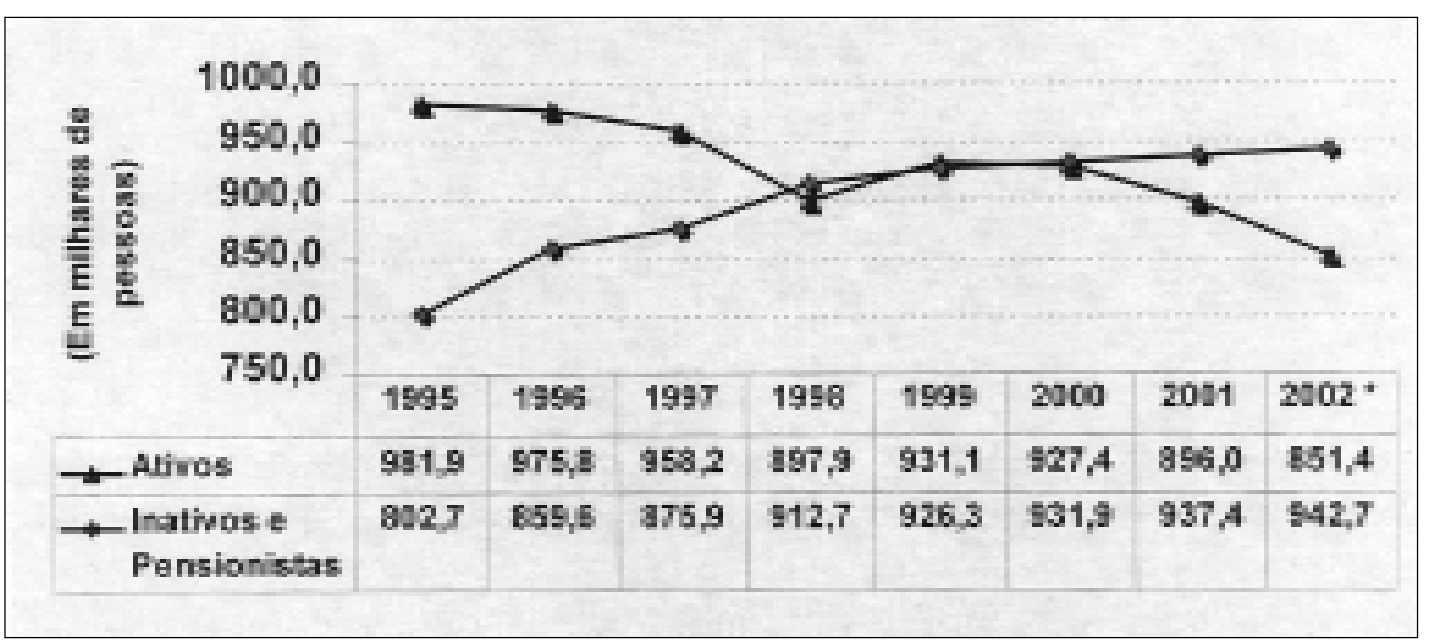
82. Não que os benefícios de valor superior ao salário mínimo tenham tido reajuste em nível inferior ao da inflação, com perda do seu valor aquisitivo. Na história recente da previdência brasileira ocorreu que os benefícios com valores correspondentes ao piso receberam reajustes acima da inflação, de forma a lhes outorgar ganhos reais, o que implica um estreitamento na diferença entre o piso e o teto dos benefícios previdenciários pagos pelo Regime Geral de Previdência Social.

83. É esta uma oportunidade de se dar

Gráfico nº 3

Evolução da Qualidade de Ativos, Inativos e Pensionistas Civis e Militares da União sem Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

1995 a 2002



	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002 *
Ativos	981,9	975,8	958,2	897,9	931,1	927,4	896,0	851,4
Inativos e Pensionistas	882,7	859,6	875,9	912,7	926,3	931,9	937,4	942,7

aos assalariados de nível médio a oportunidade de contribuir com um valor próximo ou igual ao do seu salário e, conseqüentemente, a possibilidade de um benefício futuro mais compatível com a renda atual.

84. Um teto mais elevado para o RGPS, inclusive, trará ganhos de arrecadação para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contribuindo, no curto e médio prazos, para a elevação das receitas da Previdência Social, enquanto os impactos nos custos serão diluídos no tempo. Dessa forma, melhoramos as expectativas fiscais e dos contribuintes e disponibilizamos mais recursos para o pagamento dos benefícios presentes. Conforme estudos elaborados pela Secretaria de Previdência Social, o incremento da arrecadação corresponderia a 147 milhões de reais ao mês.

85. Ressaltamos que não se propõe a vinculação do teto ao salário mínimo, tendo em vista que a Constituição Federal, por princípio, veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim (inciso IV do art. 7o), e não convém romper o vínculo, para não reabrir, em sede constitucional, a indexação da economia. Tal disposição, implicaria em dificuldades para a recuperação do mínimo legal, trazendo prejuízo tanto aos trabalhadores como aos beneficiários da Previdência Social que estão nessa faixa de renda - que são a imensa maioria.

86. Outra importante medida que ainda se oferece e que atinge indiretamente o sistema previdenciário, diz respeito à fixação do limite máximo para percepção de remuneração, proventos e pensões a que se refere o inciso XI do art. 37 da Constituição. Segundo esse dispositivo, a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

87. A implementação dessa medida vem sistematicamente esbarrando em dificuldades políticas, haja vista o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal depender de lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal, conforme dispõe o inciso XV do art. 48 da Constituição.

88. O fato é que, passados quase cinco anos da edição da Emenda Constitucional no 19, de 1998, que fixou esse limite, sua implementação não foi efetivada, propiciando que um número reduzido de servidores se apropriem de recursos do Estado em valores que agridem o senso comum e a moralidade. Há benefícios que superam, isoladamente ou como resultado da soma de proventos e/ou pensões e/ou remunerações, o patamar de R$ 50 mil mensais.

89. Embora o impacto dessa medida não seja substancial do ponto de vista do equilíbrio financeiro das contas públicas, ela se impõe em face da necessidade de se estabelecerem regras mais equânimes entre os trabalhadores brasileiros. É flagrantemente imoral admitir alguém receber dos cofres públicos benefícios pecuniários nos patamares referidos, enquanto a média dos benefícios do Regime Geral se situa ao redor de R$ 362,00 mensais. É uma situação absurda, antiética e que precisa ser corrigida.

90. Nesse sentido, propõe-se que seja considerada, para aplicação imediata, como limite máximo de remuneração, a maior remuneração de Ministro do Supremo Tribunal Federal, fixada por lei, a título de vencimento, representação mensal e vantagem decorrente de tempo de serviço, incidindo tal valor sobre a totalidade das parcelas remuneratórias, nos termos do próprio inciso XI do art. 37 da Constituição. A fixação do subsídio em parcela única, nos termos do § 4o do art. 39 da Constituição, a ser considerado como teto definitivo, continuará a depender de lei específica, mas restitui-se a iniciativa desta Lei ao Supremo Tribunal Federal, afastando-se o obstáculo político que obstruiu a aplicação daquele dispositivo constitucional, sem prejuízo do sistema de freios e contrapesos decorrente do processo legislativo regular.

91. No mesmo sentido, propõe-se a possibilidade de Estados, Distrito Federal e Municípios estabelecerem limite para seus servidores inferior ao subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, mais condizente com sua capacidade financeira.

92. Fixado o limite de remuneração determinado pelo inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, vislumbra-se a possibilidade de se aplicar o dispositivo contido no art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determinação imposta pelo Poder Constituinte Originário, jamais aplicada pela ausência da necessária regulamentação infraconstitucional no que tange, especificamente, aos limites de remuneração na Administração Pública.

93. O mencionado dispositivo prevê que os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

94. Pelo fato de os entes públicos e seus respectivos poderes jamais terem fixado os referidos limites, o comando imperativo do Constituinte Originário teve a sua exeqüibilidade postergada em face da condição suspensiva jamais implementada, sem contudo perder a máxima eficácia de uma norma constitucional.

95. Tal possibilidade foi, novamente, adiada pela promulgação da Emenda Constitucional no 19, de 4 de junho de 1998, pelo fato de o Legislador Constituinte Derivado ter alterado a fórmula de fixação dos limites de remuneração, estabelecendo ser o subsídio percebido pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal o limite para as remunerações no serviço público que, conforme já mencionamos, até o momento não foi fixado.

96. Tem-se, portanto, a oportunidade ímpar de garantir a máxima efetividade do conteúdo do art. 17 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, haja vista que tal comando não foi observado pela ausência dos limites requeridos. Logo, à medida que se estabelece o limite, a norma deve ser aplicada, por já estar superada a condição suspensiva que impedia sua exeqüibilidade, com a fixação do limite previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição, motivo pelo qual invocamos sua remissão como forma de não deixar dúvidas quanto à decisão para que este comando seja observado.

97. Cabe, finalmente, tranqüilizar a população brasileira quanto ao fato de a reforma não alterar nenhuma regra de acesso a benefícios do Regime Geral, não afetando o direito dos trabalhadores da iniciativa privada.

98. Mesmo em relação aos servidores públicos, também devem ser estes tranqüilizados no sentido de que se respeitará integralmente o direito adquirido daqueles que estejam em gozo dos benefícios previdenciários e daqueles que tenham cumprido os requisitos legais para obtê-los.

99. É bom frisar que a presente proposta, em seu aspecto geral, não se constitui em uma medida contra os servidores públicos, pois estes não foram e não são responsáveis pela situação crítica em que se encontra o sistema previdenciário. Pelo contrário, foram vítimas da ausência de planejamento estratégico e décadas de inexistência de uma política de recursos humanos capaz de assegurar as condições ideais para atenderem aos anseios da sociedade.

100. Há, pois, que se valorizar a função pública, garantindo um adequado atendimento à população. É amplamente sabido que sem um servidor público qualificado, motivado e estável - na sua perspectiva funcional e social - não se constrói um Estado contemporâneo.

101. Na Previdência Social, há que se buscar um tratamento equânime, segundo o qual todos os trabalhadores brasileiros, públicos e privados, sejam iguais não só nos seus deveres, mas também nos seus direitos. Só assim será possível um sistema previdenciário verdadeiramente justo, viável e sustentável no longo prazo.

102. Os atuais aposentados e pensionistas não serão afetados pelas alterações propostas, salvo em relação à contribuição dos inativos. Do mesmo modo, os servidores que tenham cumprido todos os requisitos legais para a obtenção de sua aposentadoria ou de qualquer outro benefício, terão também os seus direitos respeitados, podendo valer-se da legislação vigente.

103. Por fim, a que se destacar o papel fundamental da participação ativa e construtiva de todos os Governadores de Estado na concepção da proposta. A parceria dos Governadores com o Poder Executivo Federal foi decisiva para consolidação do texto da reforma previdenciária que apresentamos. Ademais é de se ressaltar o intenso trabalho desenvolvido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do qual a presente proposta também é fruto.

104. A reforma ora preconizada, Excelentíssimo Senhor Presidente, é imposta pela desigualdade de tratamento do sistema previdenciário brasileiro, o que, de resto, já havia sido amplamente documentado pelo Programa de Governo de Vossa Excelência em 2002, e pela existência de regras sem o devido respaldo técnico e doutrinário, o que o torna socialmente injusto e compromete sua viabilidade no longo prazo. Adequações análogas são uma constante em todo o mundo, em um processo de ajuste às novas perspectivas demográficas, às mudanças do processo produtivo e à demanda crescente por justiça social.

105. Viabilizar a Previdência Social, tornando-a mais justa, significa garantir o pagamento dos benefícios previdenciários às próximas gerações, legando a todos os brasileiros uma lição de solidariedade. É uma tarefa histórica assegurar a sustentabilidade da política social para os atuais e futuros brasileiros, aprofundando o caráter eqüitativo e protetor do sistema.

106. Essas, Excelentíssimo Senhor Presidente, são as razões que justificam o encaminhamento da Proposta de Emenda Constitucional que ora submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI
Ministro de Estado da Previdência Social
JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

EM-PEC-PREVIDENCIA(L4)
ANEXO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS INTERMINISTERIAL No - MPS/CCIVIL, DE DE DE 2003

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Regra de cálculo do valor das aposentadorias não guarda qualquer relação com as contribuições dos servidores públicos quando em atividade ou mesmo com a sua vida laboral, pois o benefício é equivalente à última remuneração do cargo efetivo;

Distorções na regra de acesso à pensão por morte dos servidores públicos;

Aposentadorias concedidas precocemente;

Inexistência de limite para o valor dos benefícios dos servidores públicos e de previdência complementar;

Ausência de contribuição ou contribuição módica dos atuais servidores inativos e pensionistas, sendo o correspondente valor do benefício superior ao que era percebido quando em atividade;

Relutância de alguns entes federados em estabelecerem uma alíquota contributiva mínima condizente com um regime contributivo para o regime de previdência de seus servidores;

Possibilidade de mais de um regime próprio de Previdência Social para cada ente público, bem como mais de uma unidade gestora do respectivo regime;

Estreitamento entre os limites mínimo e máximo do valor dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

Ausência de implementação do limite

Tabela nº 6

Idéia Média de Ingresso no Serviço Público Federal por Concurso Público

(1995-2002)

Ano	Idade
1995	31
1996	33
1997	34
1998	33
1999	33
2000	35
2001	33
2002*	34

Posição em nov/2002

máximo para percepção de remuneração, proventos e pensões a que se refere o inciso XI do art. 37 da Constituição;

Ausência de previsão constitucional de os Estados, Distrito Federal e Municípios instituírem teto de remuneração para seus servidores inferiores ao estabelecido para os servidores da União.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Nova regra de cálculo das aposentadorias, levando em consideração as remunerações utilizadas como base para as contribuições recolhidas aos regimes de previdência dos servidores públicos e ao Regime Geral;

Novos critérios de concessão da pensão por morte, que observará o limite máximo de setenta por cento do valor dos proventos do servidor falecido;

Extinção da regra de transição da aposentadoria proporcional para quem ingressou no serviço público até 16 de dezembro de 1998, data de publicação da Emenda Constitucional no 20, de 1998, e, para esse mesmo servidor, redução de 5% no valor da aposentadoria integral na regra de transição para cada ano antecipado em relação ao limite de 55 e 60 anos;

Imposição de um limite para o valor máximo dos benefícios pagos aos servidores públicos, idêntico ao teto estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, com a opção de previdência complementar acima desse limite;

Instituição de contribuição previdenciária dos servidores inativos e pensionistas;

Previsão de que a alíquota dos servidores dos entes federados não seja inferior à cobrada pela União de seus servidores;

Previsão de que exista apenas um regime próprio de Previdência Social para cada ente público, bem como apenas uma unidade gestora do respectivo regime;

Aumento do limite máximo do valor dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social dos atuais R$ 1.561,56 (um mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinqüenta e seis centavos) para R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais);

Fixação do limite a que se refere o inciso XI do art. 37 da Constituição em valor correspondente à maior remuneração atribuída a Ministro do Supremo Tribunal Federal, até que seja fixado o valor do subsídio a que se refere o art. 37, XI da Constituição;

Alteração do art. 96, inciso II, "b" e do inciso XV do art. 48 da Constituição, a fim de restabelecer a iniciativa do Supremo Tribunal Federal para propor a fixação do subsídio dos seus membros, a ser considerada, em caráter definitivo, como teto de remuneração máximo no serviço público, incluídas todas as demais vantagens, adicionais e parcelas de remuneração;

Previsão constitucional para que os Estados, Distrito Federal e Municípios possam instituir teto de remuneração para seus servidores inferiores ao estabelecido para os servidores da União.

3. Alternativas existentes às medidas propostas:

Não há.

4. Custos:

Não há.

5. Conformidade com o disposto na Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000: (Lei de Responsabilidade Fiscal)

A presente proposição encontra-se em harmonia com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

6. Razões que justificam a urgência:

Não há.

7. Impacto sobre o meio ambiente:

Não há.

8. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto Atual

Anexo.

Texto Proposto

Anexo.

9. Síntese do parecer do órgão jurídico:

Nada a opor do ponto de vista estritamente jurídico-formal.

Proposta de Emenda Constitucional

Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal, o art. 8º da Emenda Constitucional no 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

Art.1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 37.....

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador, e, nos Municípios, o do Prefeito, se inferiores;

" (NR).....

"Art. 40.....

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder à remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, limitados ao valor máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições recolhidas aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

.....

§ 7º Lei disporá sobre os critérios de concessão do benefício de pensão por morte, que será de até setenta por cento do valor dos proventos do servidor falecido, observado o disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

.....

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, por iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para seus servidores, na forma da lei, observado o disposto no art. 202.

§ 15. O limite previsto para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 somente poderá ser aplicado ao valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo após a instituição do regime de previdência de que trata o § 14.

.....

§ 17. Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício previsto no § 2° serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201." (NR)

"Art. 42.....

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8o; do art. 37, XI; do art. 40, §§ 9o e 10; e do art. 142, §§ 2o e 3o, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3o, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.

§ 2º Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas aplica-se o disposto no art. 40, § 7º." (NR)

"Art. 48.....

XV - fixação dos subsídios dos membros da magistratura federal e do Ministério Público, observado o que dispõem os art. 37, XI, 39, § 4o, 150, II, 153, III, e 153, § 2o, I.

" (NR).....

"Art. 96.....

II - .....

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

" (NR).....

"Art.142.....

§ 3º .....

IX - aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto nos art. 37, XI, e 40, § 7º;

" (NR).....

"Art. 149.....

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

" (NR).....

Art. 2º O art. 8º da Emenda Constitucional no 20, de 15 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º.....

§ 1º O servidor de que trata este artigo que optar por antecipar sua aposentadoria na forma do caput, terá os seus proventos de inatividade reduzidos em cinco por cento para cada ano antecipado, em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal, observado o disposto no § 5º do seu art. 40.

.....

§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 5º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal." (NR).....

Art. 3º É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, bem como aos seus dependentes que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculadas de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 4º Até que lei discipline os critérios de concessão do benefício previsto no § 7º

do art. 40 da Constituição Federal, será aplicado, para efeito de concessão, o limite de setenta por cento do valor dos proventos do servidor falecido, observado o disposto nos §§ 2º e 15 do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 5º Os servidores inativos e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em gozo de benefícios na data de promulgação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3o, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

Parágrafo único. A contribuição previdenciária a que se refere o caput incidirá apenas sobre a parcela dos proventos que supere o limite de isenção do imposto previsto no art. 153, III, da Constituição Federal.

Art. 6º O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), devendo, a partir da data da publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 7º Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto nos incisos IX e X do art. 142 da Constituição Federal.

Art. 8º Para os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que ingressaram no serviço público até a data de publicação desta Emenda, os proventos de aposentadorias e pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 1º O cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, considerará as remunerações do servidor que serviram de base para as contribuições efetuadas aos regimes de previdência de que tratam os arts. 40 e 201 da Constituição Federal, na forma da lei.

§ 2º Ao servidor de que trata o caput, somente poderá ser aplicado o limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição, mediante sua prévia e expressa opção, desde que instituído o regime de previdência de que trata o § 14 do art. 40 da Constituição Federal.

§ 3º Até que lei discipline os critérios de concessão do benefício previsto no § 7º do art. 40 da Constituição Federal, será aplicado, para efeito de concessão, o limite de setenta por cento do valor dos proventos do servidor falecido.

§ 4º Aos servidores e pensionistas de que trata o caput aplica-se o disposto no art. 40, §§ 8º e 17, da Constituição Federal.

Art.9º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores inativos e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em gozo de benefícios na data de promulgação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no art. 3o desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 10. Até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, será considerado, para os fins do limite fixado nesse inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei na data da entrada em vigor desta Emenda a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela recebida em razão de tempo de serviço, aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, a remuneração mensal ou subsídio do Governador, e, nos Municípios, do Prefeito, se inferiores.

Art.11. Aplica-se o disposto no art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos vencimentos, remunerações e subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.

Art. 12. Revogam-se o § 16 do art. 40 da Constituição Federal e o art. 10 da Emenda Constitucional no 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 13. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Reforma Tributária
Exposição de Motivos

E.M.I. nº 84/MF/C.Civil

Em 30 de abril de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Proposta de Emenda Constitucional que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

O tema "Reforma Tributária" tem sido recorrente nos debates nacionais, do ponto de vista do plano político, econômico ou social brasileiro, sem, entretanto, lograr-se êxito na efetivação das mudanças almejadas para a simplificação e a racionalização do Sistema Tributário Nacional.

Todavia, está claro que o Brasil necessita dessa reforma estrutural para elevação de sua eficiência econômica, estimulando a produção, o investimento produtivo e a geração de emprego e de renda.

Na busca da efetiva realização dessa reforma, foram desenvolvidos diversos debates sobre o tema, especialmente no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que congrega cidadãos atuantes da sociedade civil organizada e, também, com representações dos governos municipais e estaduais.

Há que se destacar o papel fundamental de todos os Governadores de Estado, que participaram ativa e construtivamente na concepção da proposta. A parceria dos Governadores com o Poder Executivo Federal foi essencial para que a presente proposta de Emenda verdadeiramente refletisse as demandas estaduais relativas à racionalização do Sistema Tributário Nacional.

Igualmente importante foi a participação das representações dos Municípios brasileiros, que contribuíram para o aperfeiçoamento da concepção do novo modelo e, em especial, da tributação desses Entes Federados.

Constitui-se, assim, em bases sólidas e democráticas, amplo e salutar fortalecimento federativo em torno das alterações a serem implementadas.

A partir desse conjunto de debates e do acordo sobre o tema obtido no Congresso Nacional, ao final do ano de 1999, produziram-se diagnósticos dos principais problemas a serem enfrentados e foram delineados os mecanismos necessários para o equacionamento de tais problemas, chegando-se a importantes convergências.

A presente proposta de reorganização do Sistema Tributário Nacional procura concretizar justamente o produto desses debates.

É certo que a reorganização desse Sistema é decisiva, da perspectiva das relações internas ou internacionais, para o bom funcionamento da economia e a melhor equação para as questões sociais, especialmente em decorrência do desenvolvimento da produção nacional.

No caso da seguridade social, a contribuição sobre a folha de salários tem se apresentado como um encargo que não estimula o emprego formal. Portanto, impõe-se mudar a lógica de financiamento da seguridade social para estimular a formalização das relações de trabalho, incentivando os setores que empregam mais trabalhadores e contribuindo, até mesmo, para torná-los mais competitivos.

A minoração da regressividade do sistema impositivo deverá resultar da ampliação e do aprimoramento da tributação direta, especialmente, pela progressividade que lhe está sendo conferida. No caso dos tributos indiretos, esse processo se dará pelos mecanismos de seletividade, observando-se a redução do ônus para as populações de baixa renda, mediante redução da carga tributária sobre os bens de consumo popular, em especial, sobre os gêneros alimentícios de primeira necessidade.

O novo modelo contemplará, também, a ampliação do universo de contribuintes, de forma a aumentar a distribuição do ônus tributário, com ênfase para a redução da evasão tributária e da informalidade. Nessa perspectiva, pode-se vislumbrar, inclusive, um redimensionamento das cargas tributárias individuais.

As mudanças no sistema de benefícios tributários também deverão contribuir para a ampliação da base impositiva e para o aumento do número de contribuintes, o que configurará grandes avanços para obtenção do equilíbrio concorrencial.

A maior eficiência será alcançada pela simplificação do sistema impositivo, reduzindo-se inclusive o custo do cumprimento das obrigações e do controle pelas administrações tributárias.

Reduzir a sonegação significa reduzir um dos mais injustos ônus sociais, pois com essa prática surge a competição desleal, trazendo vantagens econômicas para os sonegadores e reduzindo a competitividade dos bons contribuintes.

Não se pode olvidar também que o sistema tributário vigente sedimentou um nível de disponibilidade de receita para os entes federativos, o que torna inconveniente realizar uma reforma que reduza os níveis de arrecadação da União, dos Estados ou dos Municípios. Proceder à ruptura desse sistema poderia significar grandes transtornos à sociedade, inclusive pondo em risco a prestação dos serviços públicos.

Revela-se aí o desafio de mudar o modelo sem causar reduções nas receitas disponíveis e tampouco elevar a carga tributária total do País.

A superação desse desafio passa necessariamente pelo aumento da eficiência geral do sistema. Ou seja, arrecadar o mesmo, mas de forma mais justa, distribuída e eficiente, não causando impacto na disponibilidade dos entes federativos.

Adentrando ao detalhamento das mudanças propostas, tem-se, no que concerne ao imposto, de competência federal, incidente sobre as grandes fortunas, a eliminação da necessidade de regulamentação por lei complementar, equiparando-o, nesse aspecto, aos demais impostos que são regulamentáveis por lei ordinária.

Quanto ao imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), de competência federal, propõe-se transferi-lo para a competência dos Estados e do Distrito Federal, mantendo-se, porém, regulação por lei complementar. Tal medida objetiva permitir que a fiscalização, arrecadação e administração desse tributo sejam efetuadas pelos referidos entes federativos, que, por constituir a região geográfica em que se localiza o imóvel objeto da incidência, têm maior facilidade de controle da imposição.

A proposta contempla a determinação de sua progressividade, o que reforça a disposição constitucional de que o ITR deve desestimular a manutenção de propriedades improdutivas, sobretudo daquelas que possuam grandes extensões.

Ademais, permite o aprimoramento da utilização do imposto como instrumento efetivo de aplicação de políticas públicas relativas à ocupação de terras, uma vez que os Estados e o Distrito Federal contam com estruturas fiscalizatórias e arrecadatórias fisicamente mais próxima dos imóveis rurais. Mantém, outrossim, a destinação de 50% (cinqüenta por cento) da arrecadação desse tributo para o Município de localização do imóvel.

Determina-se, também, a progressividade para o imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos – ITCD, objetivando torná-lo mais gravoso em relação às operações que importem transmissões de patrimônio de maior vulto, bem como o disciplinamento de suas alíquotas por meio de lei complementar, que trará para o âmbito do Congresso Nacional a discussão da matéria, antes restrita ao Senado Federal.

No tocante ao imposto de competência estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), tem-se, atualmente, um quadro de grande complexidade da legislação. Cada um dos Estados mantém a sua própria regulamentação, formando um complexo de 27 (vinte e sete) diferentes legislações a serem observadas pelos contribuintes. Agrava esse cenário a grande diversidade de alíquotas e de benefícios fiscais, o que caracteriza o quadro denominado de "guerra fiscal".

Tais circunstâncias trazem prejuízos ao cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes, dificultam a administração, a arrecadação e a fiscalização do imposto e remetem, ainda, a graves problemas econômicos, pois os diferentes tratamentos estabelecidos provocam, muitas vezes, desequilíbrios concorrenciais e insegurança na definição de investimentos.

Para reversão desse quadro, atentando para a preservação da competência estadual desse tributo, propõe-se a uniformização das legislações, com regulação do imposto exclusivamente por normas de caráter nacional. Assim, o ICMS passará a ser regulado por lei complementar e por regulamento editado por órgão colegiado composto por representantes dos Estados e do Distrito Federal, sendo vedada adoção de norma estadual autônoma.

No mesmo sentido, há proposição de uniformização das alíquotas do imposto, que serão em número máximo de cinco. O estabelecimento dos padrões nacionais de alíquota será prerrogativa do Senado Federal, cabendo ao já mencionado órgão colegiado dos Estados definir a que mercadorias, bens ou serviços elas serão aplicadas.

Atentando-se para a seletividade do imposto e buscando reduzir a regressividade de sua incidência, propõe-se a aplicação da menor alíquota para as operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, conforme definição em lei complementar. O órgão colegiado dos Estados poderá prever a aplicação dessa alíquota para outras mercadorias, bens ou serviços.

Mantém-se o sistema de alíquotas interestaduais, que determina o sistema misto de partilha do imposto relativamente a operações e prestações ocorridas entre remetente e destinatário localizados em diferentes Estados.

Para ampliar a eficiência de sua administração e arrecadação, propõe-se, para essas operações interestaduais, a cobrança na origem, inclusive da parcela de imposto que caberá ao Estado de destino das mercadorias, bens ou serviços. Desse modo, uniformiza-se a incidência relativamente ao contribuinte que efetua a operação ou prestação, sejam elas internas ou interestaduais.

Ressalte-se que a cobrança na origem não se confunde com a questão da partilha da receita (observância do princípio da origem, do destino ou misto). Essa definição sobre a cobrança diz respeito apenas ao local onde será exigido o imposto, mas não a quem se destinará o produto de sua arrecadação.

Em realidade, implementadas a unificação da legislação e a cobrança do imposto na origem, prepara-se a estrutura para se enfrentar a questão da partilha de receita entre os Estados de origem e de destino, possibilitando eventual alteração do atual sistema, que observa um princípio misto.

Também alinhada às diretrizes de uniformização e simplificação, está a proposta de vedação de concessão de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, que propiciará, especialmente, o fim da competição predatória entre os Estados e a melhoria da eficiência arrecadatória do ICMS.

Propõe-se, ainda, elevar-se à sede constitucional a desoneração das exportações, assegurando-se o aproveitamento ou a manutenção dos créditos relativos aos insumos dos produtos exportados, situação que atualmente está regulada em lei complementar.

Por fim, a transição para o novo modelo do ICMS será definida pela lei complementar, ficando vedadas, desde logo, a concessão ou a prorrogação de quaisquer benefícios ou incentivos fiscais ou financeiros atualmente existentes.

Para o imposto municipal incidente sobre a transmissão *inter vivos*, por ato oneroso, de bens imóveis ou de direitos sobre estes (ITBI), também se autoriza, expressamente, a sua progressividade em razão do valor do imóvel alienado, possibilitando ainda a aplicação de alíquotas diferenciadas em função da localização ou uso do imóvel.

A partir de solicitação de entidades representativas dos Municípios e tendo em conta as distorções provocadas pelo atual sistema de distribuição da participação dessas pessoas políticas na arrecadação do ICMS, propõe-se retirar da Constituição os critérios definidores do índice de participação, remetendo-se a fixação desses critérios à lei complementar.

Com vistas à promoção do desenvolvimento integrado e sustentado do País, propõe-se destinar dois por cento do produto da arrecadação do imposto de renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) para um fundo nacional de desenvolvimento regional, que terá seus recursos aplicados na realização de uma política voltada ao crescimento de regiões ou zonas menos desenvolvidas do País.

O Brasil apresenta desequilíbrios regionais gravíssimos, sendo, portanto, necessários instrumentos que viabilizem a correção desse cenário, estabelecendo mecanismos que promovam um novo equacionamento das vantagens comparativas para a realização de investimentos produtivos.

Tal medida assume, então, primordial importância para promoção do equilíbrio regional, também propiciando a eliminação de instrumento pouco saudável à Federação, a denominada "guerra fiscal", incentivando o investimento e estimulando o crescimento das regiões e zonas menos desenvolvidas do País.

A presente proposta de Emenda Constitucional introduz, também, com a inserção do inciso IV ao art. 195, a contribuição sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, agora em caráter permanente, com o propósito de estabelecer a redução de sua alíquota no tempo, condicionada à instituição de fontes substitutivas de arrecadação, remanescendo alíquota mínima destinada, tão-somente, ao controle fiscal.

Todavia, para que a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, instituída pela Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, não sofra solução de continuidade, está sendo inserido o art. 93 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com o fito de assegurar a sua cobrança até que seja exigida a contribuição permanente retromencionada.

Outra relevante alteração no Capítulo da Seguridade Social reside na opção criada pelo § 12 do art. 195, que possibilitará a substituição, total ou parcial, da contribuição social sobre a folha de salários por outra que incida sobre receita ou faturamento, de forma não-cumulativa.

A medida contempla transformação histórica na forma de cobrança da contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, mediante a redução da carga tributária sobre a geração de emprego, que é objetivo econômico e social a ser perseguido. Assim, auxiliará no processo de formalização das relações de trabalho e estimulará os setores que empregam mais trabalhadores.

O resultado para a economia é positivo, assim como deverá trazer ganhos importantes em termos de competitividade, uma vez que permitirá, também, a desoneração das exportações. O aumento do emprego formal, além de seu reflexo social positivo, poderá auxiliar na própria arrecadação da Previdência Social.

A inserção do parágrafo único no art. 203 traz a previsão, de cunho altamente social, de instituição, pela União, do programa de renda mínima, destinada a assegurar e manter a dignidade das famílias de baixa renda, mediante financiamento solidário e realização de convênios com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Por sua vez, a inserção do § 15 ao art. 195 contempla a fixação de alíquota mínima da contribuição social sobre o lucro, aplicável às instituições referidas no inciso I do art. 192 da Constituição, definindo que a mesma não poderá ser inferior à maior daquelas estabelecidas para as demais empresas.

A nova redação dada ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias amplia o prazo de vigência de uma norma relevante na condução da política econômica do Governo Brasileiro. Embora os indicadores da economia nacional estejam, hoje, bem melhores do que no passado, a cautela exige que se mantenha vigente tal comando até que as condições macroeconômicas e as incertezas do cenário internacional desapareçam.

Por fim, os art. 3º a 9º da presente proposta de Emenda Constitucional contemplam a forma de disciplinamento do regime de transição, a vigência dos dispositivos alterados ou inseridos e as revogações pertinentes.

Por esses motivos, em conformidade com as diretrizes traçadas por Vossa Excelência, encaminho proposta de Reforma Tributária que, mantendo a arrecadação nas três esferas de governo e fortalecendo a Federação, objetiva estimular a atividade econômica e a competitividade do País, através da racionalização e simplificação dos tributos, e promover a justiça social, desonerando as pessoas de menor renda e ampliando a progressividade do sistema.

Respeitosamente,

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado da Fazenda
JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Proposta de Emenda Constitucional

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

~~Art.~~ Art. ~~–~~. ~~–~~1º ~~–º~~ Os artigos da ~~Constituição Federal~~Constituição a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

"~~"Art.~~ Art. ~~–~~. 150 ~~–~~. ~~–~~

.....

.....

~~§ §~~ ~~–~~6º ~~– º º~~ Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente ~~tributo~~tributo ~~imposto, taxa~~ ou contribuição~~.~~.

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento definitivo de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, observado o disposto em lei complementar para definição dos critérios para a fixação das bases de cálculo presumidas.

" (NR)

"Art. 153. ~~–~~

~~oOart. art. Deve se~~

.....

"Art. 153. .....

.....

VII - ~~–~~ grandes fortunas.

" (NR)

"Art.- 155.–

....."

§ 7º A lei poderá, observada base de cálculo presumida, atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento definitivo de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente."

"Art. 153.

.....

.....

§ 3º

.....

.....

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior, nem sobre lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos, derivados de petróleo.

....."

~~"Art. Art. . 155. .~~

.....

.....

IV- - – propriedade territorial rural.

§- 1º –

.....

§ 1 º

.....

.....

IV- -– será progressivo e terá alíquotas; ~~bem como suas respectivas faixas de aplicação,~~ definidas em lei complementar~~em lei complementar.~~;

§- 2º–

.....

§ § 2º º –

.....

I– -- será :

instituído mediante lei estadual que ratifique as normas estabelecidas em lei complementar;

não--cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal,; conforme definido em ~~na forma da~~ lei complementar;

~~o sistema de compensação, conforme for o método adotado para operacionalizar o destino, deverá ficar exclusivamente para a LC.~~

II– -- -a não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

)))) mantendo-se a possibilidade de isenção, deverá ser preservada a redação atual da CF

.....

~~IV - compete ao Senado Federal, mediante resolução aprovada pela maioria absoluta de seus membros, de iniciativa de um terço dos senadores ou do órgão de que trata o inciso XII, "g", estabelecer as alíquotas;~~

IV -– resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República, de um terço dos senadores ou de um terço dos governadores, aprovada por três quintos de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, internas e interestaduais;

V -- -terá alíquotas internas uniformes em todo o território nacional, por mercadoria, bem ou serviço, em número máximo de cinco, observado o seguinte:

a) -o regulamento de que trata o inciso VIII definirá a quais mercadorias, bens ou serviços serão aplicadas;

b) -a menor alíquota será aplicada aos gêneros alimentícios de primeira necessidade definidos em lei complementar e aos bens, mercadorias e serviços definidos no regulamento de que trata o inciso VIII, prevalecendo sua aplicação mesmo nas operações interestaduais;

c) -à exceção da alíquota prevista na alínea "b", não poderão ser inferiores à maior alíquota estabelecida para operações e prestações interestaduais;

d) -aplicam-se às operações a que se refere o inciso IX, "a";

VI- -– -relativamente a operações e prestações interestaduais, será observado o seguinte:

a) -o imposto será cobrado no Estado de origem, ressalvadas as hipóteses excepcionais previstas em lei complementar;

b) -caberá ao Estado de origem o imposto correspondente à aplicação da alíquota interestadual, não compreendendo, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando configure fato gerador dos dois impostos, nem o montante de imposto devido na forma da alínea seguinte;

c) -caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre o montante que seria devido na operação ou prestação caso fosse interna, incluído o imposto sobre produtos industrializados em sua base de cálculo, e aquele devido pela aplicação da alíquota interestadual referido na alínea anterior;

d) -nas operações com energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, será aplicada a alíquota interna e o imposto devido caberá integralmente ao Estado de localização do destinatário;

e) -a lei complementar definirá a forma como o imposto devido a que referem as alíneas "c" e "d" será atribuído ao respectivo Estado de localização do destinatário e poderá vedar que esse imposto seja objeto de compensação com o montante cobrado nas operações e prestações anteriores e condicionar o aproveitamento do crédito fiscal a ele concernente para compensação com o montante devido nas operações e prestações seguintes ao seu pagamento;

f) -somente será considerada interestadual a operação em que houver a efetiva saída de mercadoria ou bem do Estado de onde se encontrem para o Estado de localização do destinatário, assim considerado aquele onde ocorrer a entrega da mercadoria ou bem;

~~IV - Senado Federal, mediante resolução aprovada pela maioria absoluta de seus membros, de iniciativa do Presidente da República, de um terço dos senadores ou de um terço dos governadores, estabelecerá as alíquotas aplicáveis a operações e prestações internas e interestaduais;~~

V - terá alíquotas internas uniformes em todo o território nacional, por mercadoria, bem ou serviço, em número máximo de cinco, observado o seguinte:

a) o regulamento de que trata o inciso VIII definirá a que operações e prestações, por mercadoria, bem ou serviço, serão aplicadas as alíquotas internas;

b) a menor alíquota será aplicada exclusivamente a operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade definidos em lei complementar, prevalecendo a sua aplicação mesmo nas operações interestaduais;

c) à exceção da alíquota prevista na alínea "b", as alíquotas internas não poderão ser inferiores a maior alíquota estabelecida para operações e prestações interestaduais;

d) às operações de importação aplicam-se as alíquotas internas;

VI – relativamente a operações e prestações interestaduais, o imposto será cobrado no Estado ou Distrito Federal de origem, observado o seguinte:

a) não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando houver, nem o montante do imposto devido na forma da alínea seguinte;

b) caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente a diferença entre o imposto que seria devido na operação ou prestação caso fosse interna e o imposto devido na operação ou prestação interestadual, conforme definido em lei complementar;

c) nas operações com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica será aplicada a alíquota das respectivas mercadorias, sendo que o imposto devido caberá integralmente ao Estado ou Distrito Federal de localização do destinatários;

d) a lei complementar poderá definir que o imposto devido a que se refere as alíneas "b" e "c" não seja objeto de compensação com o montante cobrado nas operações e prestações anteriores e definirá a forma como esse imposto será atribuído ao respectivo Estado ou Distrito Federal de localização do destinatário;

e) somente será considerada interestadual a operação em que houver a saída da mercadoria ou bem com destino a unidade da federação distinta daquela de onde se encontrem, sendo considerado Estado ou Distrito Federal de localização do destinatário aquele onde serão entregues.

IV - o Senado Federal, mediante resolução aprovada pela maioria absoluta de seus membros, de iniciativa do Presidente da República, de e um terço dos senadores ou de um terço dos governadores, estabelecerá, se for o caso, as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais, bem como fixará o valor das as alíquotas do imposto; que serão aplicáveis às demais operações e prestações, conforme definir o regulamento de que trata o inciso VIII;

, em número máximo de quatro, que serão uniformes em todo o território nacional, por mercadoria ou serviço;,ALTERNATIVAS:

V – terá o máximo de cinco alíquotas aplicáveis a operações e prestações, uniformes por mercadoria ou serviço, em todo o território nacional, conforme disposto em lei complementar;

V - terá alíquotas uniformes em todo o território nacionalpor mercadoria ou serviço, por mercadoria ou serviçoem todo o território nacional, em número máximo de cincoquatro, aplicáveis às operações e prestações; observado o seguinte:

a))) áão ser d haver, efinidas ,, hipótese na qual as alíquotas aplicáveis às demais operações e prestações não poderão ser inferiores a essas)) será assegurado o tratamento favorecido aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, mediante alíquota de classe especiala menor alíquota será destinada exclusivamente aos gêneros alimentícios de primeira necessidade definidos em lei complementars n;

b) à exceção da alíquota prevista na alínea anterior, não poderão ser inferiores ao equivalente a parcela do imposto que couber ao Estado ou Distrito Federal origem de que trata o inciso VI, "a";

c) o regulamento de que trata o inciso VIII definirá a quais operações e prestações, por mercadoria ou serviço, serão aplicadas as alíquotas;

VI – relativamente a operações e prestações interestaduais, o imposto será cobrado na origem, observado o seguinte:

a) a lei complementar definirá a parcela do imposto que caberá aos respectivos Estados ou Distrito Federal de origem e de destino da mercadoria, bem ou serviço;

b) o imposto caberá integralmente ao Estado ou Distrito Federal de destino, nas operações com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

c) a lei complementar definirá a forma da atribuição do imposto devido ao Estado ou Distrito Federal de destino da mercadoria, bem ou serviço, podendo estabelecer que esse imposto devido não será objeto de compensação com o montante cobrado nas operações e prestações anteriores;

a legislação do imposto e não se sujeitará ao limite mínimo a que se refere a alínea anterior;

c) as alíquotas interestaduais, se estabelecidas, relativamente a essas operações e prestações, prevalecerão sobre as demais, mesmo na hipótese da alínea anterior;;

V – terá alíquotas uniformes em todo o território nacional, distribuídas exclusivamente nas seguintes classes:

a) padrão, aplicável a todas as operações e prestações, exceto em relação às mencionadas nas demais alíneas, que serão aplicáveis às operações e prestações com mercadorias ou serviços definidos em lei complementar; ((17%))

b) reduzida; e ((12% - poderia ser descartada))

c) especial, destinada a conceder tratamento mais favorecido às operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade definidos em lei complementar; ((7%))

d) seletiva. ((25% - combustíveis, energia elétrica, comunicações, tabaco, bebidas))

IV - não poderá ser objeto de isenção, redução de base de cálculo, crédito outorgado ou qualquer outro incentivo ou benefício fiscal que implique renúncia de receita;

- - produto da arrecadação do V - na forma de lei complementar, pertencerá ao Estado ou Distrito Federal de localização do destinatário da mercadoria ou do serviço;

((;))

VII– --n não será objeto de isenção, redução de base de cálculo, crédito presumido ou qualquer outro incentivo ou benefício fiscal ou financeiro que implique sua redução, exceto para atendimento ao disposto no art. 170, IX, hipótese na qual poderão ser aplicadas as restrições previstas na alíneas "a" e "b" do inciso II;

~~VII - não poderá ser objeto de redução de base de cálculo, crédito presumido ou qualquer outro incentivo ou benefício fiscal que implique sua redução, exceto a isenção em caráter nacional;~~

VI - compete ao Senado Federal, mediante resolução aprovada pela maioria absoluta de seus membros, de iniciativa de um terço dos senadores ou de um terço dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, estabelecer alíquotas, em número

máximo de cinco, aplicáveis a operações e prestações, uniformes por mercadoria ou serviço, em todo o território nacional;

VIII~~II — -~~ -terá ~~será administrado em conformidade com o disposto em~~ regulamento único ~~único, , vedada a adoção de norma~~ norma autônoma ~~por qualquer Estado ou pelo Distrito Federal~~editado pelo órgão colegiado de que trata o inciso XII, "g", sendo vedada a adoção de norma autônoma estadual;

IX -- -

.....

a) -sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior, a qualquer título, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;

.....

X -- ~~Ver questão do procedimento tributário administrativo e cominações de penalidades, pois consistiriam em normas autônomas das UFs, exceto quanto à lei instituidora, que restrigir-se-á à instituição e à indicação da regência do imposto pelas normas estabelecidas em lei complementar e no regulamento único;."~~

- - sobre)) sobre que receber d)) o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços a prestação de serviçosnão , compreendidos ou não na competência tributária dos Municípios;

, realizada em conjunto com o fornecimento de mercadorias, nas hipóteses definidas em lei complementar;

c)) nas hipóteses previstas em lei complementar, para efeito de aplicação do inciso VI, podendo o imposto cobrado nesse caso não implicar crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

csobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

) a transferência de bem de uso, consumo ou ativo fixo ou de mercadoria entre estabelecimentos da mesma pessoa;

XVIII - -

.....não incidirá:

a~~)~~) -sobre ~~sobre as~~ operações que destinem ~~exportação de~~ mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários~~destinatários~~ no exterior, assegurado o aproveitamento ou a manutenção do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

.....

b)) sobre oas operações co m o ouro, nas hipótese definidas no art. . . 153, § § 5º;c)) nas hipóteses previstas em lei complementar, para efeito de aplicação do inciso VI;

as operações com ouro

XI- -~~— a lei estadual limitar-se-á a instituir o imposto~~a instituição por lei estadual limitar-se-á a ~~definir~~estabelecer a exigência do ~~instituir o~~ imposto;

XII -- -

– - será instituído poralimitar-se-á à instituição do imposto;que ratificará as normas estabelecidas em lei complementar,

considerando-se, a partir dessa instituição, recepcionadas pelo Estado ou Distrito Federal as alterações que se procederem na lei complementar ratificada, o regulamento único e as normas editadas na forma do inciso XII, "g", e suas respectivas alterações;

((XI – considerar-se-á instituído em todos os Estados e no Distrito Federal, em conformidade com o disposto em lei complementar;))

IXII - - cabe à lei complementar.....

a~~)~~) -definir fatos geradores~~, bases de cálculo~~ e contribuintes do imposto;

b)) dispor sobre substituição tributária, base de cálculo a ela aplicável e critérios para sua fixação;

.....

c)) disciplinar o regime de compensação do imposto;

d)) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços, bem assim as regras de transição que se fizerem necessárias;

e) cominar sanções aplicáveis aos Estados e ao Distrito Federal, ou aos seus agentes, por descumprimento da legislação do imposto, especialmente do disposto no inciso VII;

e) definir a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, em todas as operações e prestações, inclusive nas hipóteses do inciso VIII;

f~~)~~) -prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado, de serviços e de mercadorias;~~prever regimes especiais ou simplificados de tributação;~~

~~definir as classes de alíquotas e a quais operações e prestações serão aplicáveis~~

e) prever regimes especiais ou simplificados de tributação;

f) definir as classes de alíquotas a que se refere a alínea a do inciso VI deste parágrafo;

g~~)~~) -dispor sobre as competências e o funcionamento ~~e a forma de deliberação d~~do~~e~~ órgão colegiado integrado por representante de cada Estado e do Distrito Federal ~~integrado por representante de cada Estado e do Distrito Federal, responsável pela aprovação do regulamento único do imposto as e ao procedimento tributário administrativo, inclusive a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas, as quais também terão força de lei~~;

h~~)~~) -definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade;

i) -definir as bases de cálculo, de modo que o montante do imposto as integre, inclusive nas hipóteses do inciso IX;

j) -prever regimes especiais ou simplificados de tributação, inclusive para atendimento ao disposto no art. 170, IX;

l) -prever sanções aplicáveis aos Estados e ao Distrito Federal, ou aos seus agentes, por descumprimento da legislação do imposto, especialmente do disposto no inciso VII.~~;i) definir as bases de cálculo, de modo que o montante do imposto as integre em todas as operações e prestações, inclusive nas hipóteses do inciso IX;~~

i) prever regimes especiais ou simplificados de tributação;

i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço;

j) cominar sanções aplicáveis aos Estados e ao Distrito Federal, ou aos seus agentes, por descumprimento da legislação do imposto, especialmente do disposto no inciso IVII;

jkk)) admitir a cobrança do imposto no Estado ou no Distrito Federal de origem da mercadoria ou do serviço, inclusive mediante atribuição de compensação financeira ao Estado ou ao Distrito Federal encarregado dessa cobrança.

~~X - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos."~~

l)

§ -4º –

.....

.....

"§ § 4º . º º

…..

.....

~~Na hipótese do § 2º, inciso IX, h, do imposto do imposto serão serão estabelecidas definidas~~ pelo órgão de que trata o inciso § 2º, XII, "gmediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § ~~"VIII2º, XII, g,e observarãoobservando-se - - II- - -~~nas operações interestaduais, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias;

.....

~~- - .~~§ -6º- º O imposto previsto no inciso IV:

I- -= -será regulado por lei complementar, sendo vedada a adoção de norma autônoma estadual;

II —- -será progressivo e terá alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

III -- -não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel;

IV —- -será considerado instituído em todos os Estados e no Distrito Federal na data prevista na lei complementar de que trata o inciso I." (NR)~~"uniformes, daprevista na promulgação da"observar-se-á o seguinte:~~

(refere-se à EC nº 33 que trata de combustíveis e derivados de petróleo que requer adequações)

.....

IV - as alíquotas do imposto serão definidas, nos termos do § 2º, VI, observando-se o seguinte:

.....

"Art. -156.

.....

§ -2º –

.....

§ 2º

.....

III -- -poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel;

IV -- -poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

.....

" (NR)

"Art. -158. –

.....

.....

II -- -cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;

.....

Parágrafo único. —As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme critérios definidos em lei complementar." (NR)

"Art. -159. –

.....

I -- -do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e nove por cento na seguinte forma:

.....

d) -dois por cento, destinado a fundo nacional de desenvolvimento regional, para aplicação em ~~zonas e~~ regiões menos desenvolvidas do País, nos termos da lei;

.....

§ -3º ~~-º~~ Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos na lei complementar a que se refere o art. 158, parágrafo único." (NR)

"Art. -195. –

.....

Art. 195.

.....

.....

IV —-= —movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

.....

§ 12. A lei que estabelecer o princípio da não-cumulatividade para a contribuição incidente na forma do inciso I, alínea "b", do caput deverá assegurar a manutenção dos níveis de arrecadação anteriormente verificados, relativamente aos setores a ele submetidos.

§ —12.~~3.~~ —A lei que ~~poderá~~ instituir, em substituição total ou parcial da contribuição incidente na forma do inciso I, "a", do **caput**, contribuição específica incidente sobre a receita ou faturamento definirá a forma da sua ~~, observado o princípio da~~ não-cumulatividade.

§ -13. —A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais a contribuição incidente na forma do inciso I, "b", do **caput**, será não-cumulativa.

§ —14.- ~~.~~ —A contribuição prevista no inciso IV do **caput**:

I —-= —terá alíquota máxima de trinta e oito centésimos por cento e mínima de oito centésimos por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la ou restabelecê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei;

II —-= —não se sujeita ao disposto ~~no~~ nos art~~s~~. 153, § 5º~~º, e 154, I, da Constituição~~.

§ -15. —Na hipótese do § 9º, a alíquota da contribuição de que trata o inciso I, "c", deste artigo, aplicável ao lucro das instituições referidas no inciso art. 192, I, não poderá ser inferior à maior das alíquotas previstas para as entidades a elas equiparadas e para as demais empresas." (NR)~~"~~

"Art. -203. –

.....

"Art. 203.

.....

Parágrafo –úÚnico. —A União instituirá programa de renda mínima destinado a assegurar a subsistência das famílias de baixa renda, a ser financiado solidariamente e realizado ~~ser~~ por meio de convênio ~~realizado~~ com os ~~por meio de convênios com os~~ Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na forma da lei complementar." (NR)

Art. –2º —O ~~"caput" e o § 1º do caput do~~ art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa~~m~~ a vigorar com a seguinte redação:

"~~"~~Art. –76. —É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.~~" (NR)~~

~~"~~§ -1º –O disposto no **caput** deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; l58, I e II; e 159, I, "a" e "b", e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se referem o art. 159, I, "c" e "d", da Constituição.~~" (NR)~~

" (NR)

~~:~~

I - no período de 2000 a 2002, vinte por cento da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais;" (NR)

II – no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2007, [trinta e cinco] por cento da arrecadação de impostos, contribuições sociais e de intervenções de domínio econômico da União, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais." (NR)

"§ 1º O disposto neste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; l58, I e II; e 159, I, "a" e "b", e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das aplicações em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a que se refere o art. 159, I, "c", da Constituição." (NR)

"§ 2º Excetua-se da desvinculação de que trata o caput deste artigo a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o art. 212, § 5º, da Constituição."

Art. 3º Fica revogado, a partir de 1º de janeiro de 2004, o art. 84 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 5º As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas nos termos do § 2º, VI."

"Art. Art. 195.

IV – movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

§ 12. A lei que estabelecer o princípio da não-cumulatividade para a contribuição incidente na forma do inciso I, alínea "b",, poderá estabelecer um sistema de redução gradual da cumulatividade ser observada a preservação em qualquer hipótese alcançar, d anteriormente no exercício imediatamente anterior;

deverá assegurar a manutenção dos níveis de arrecadação anteriormente verificados, relativamente ao setores a ele submetidos.

§ 13. A lei poderá instituir, em substituição total ou parcial da contribuição incidente na forma do inciso I, *a*, do caput , contribuição específica incidência sobre a receita ou faturamento, observado o princípio da não-cumulatividade."

Implicaria ter uma cofins cumulativa e outra não ao mesmo tempo – esdrúxulo.

§ 14.

"Art. 195-A. A contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de competência da União, passa a denominar-se contribuição sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira A contribuição prevista no inciso IV e terá alíquota máxima de trinta e oito centésimos por cento e mínima de oito centésimos por cento.

§ 15. Parágrafo único. O produto total ou parcial da arrecadação da contribuição prevista no inciso IV poderá referida este artigo seerá destinadao a programas sociais e à seguridade social, na forma da lei."

Art. 2º Os incisos I, IV, V e VI do § 2º do art. 155, com a redação dada por esta Emenda, somente produzirão efeitos no primeiro ano subseqüente ao de publicação da lei complementar a que se refere o inciso V do § 2º daquele artigo.

Art~~.~~. -34~~º º~~ –Ficam ~~São~~ acrescentados os seguintes artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

~~"~~"Art~~.~~. -90~~0.~~. –A lei complementar que disciplinar o imposto previsto no art~~.~~. 155, II, da Constituição, com a redação dada por esta Emenda , disporá sobre o regime de transição, observado o seguinte:

I -~~-~~= -para efeito de aplicação do disposto no art. 155, § 2º, VI, "c", da Constituição, com a redação dada por esta Emenda, poderá prever a implantação gradual, por mercadoria, bem ou serviço, dessa exigência, no decurso do prazo de dois anos, contados do início da exigência do imposto na forma dada por esta Emenda;

II -- ~~observando o que segue:~~fixará prazos máximos de vigência para incentivos e benefícios fiscais, definindo também as regras vigentes à época da concessão, que permanecerão aplicáveis;

III -~~-~~= -poderá criar fundos ou outros mecanismos necessários à consecução da transição.

Parágrafo único. —Na hipótese do inciso I, relativamente às operações e prestações interestaduais para as quais não se estabelecer a referida exigência, poderão ser mantidos os tratamentos previstos no art. 155, § 2º, VII, VIII e XI, da Constituição, com a redação anterior a esta Emenda." (NR)

"~~I – pelo prazo mínimo de dois anos, contados do início da produção de seus efeitos, para aplicação do disposto no art. 150, § 2º, VI, "a", da Constituição Federal, com a redação dada por esta Emenda, deverá ser devendo sdeverá ser prevista atribuição de parcela do imposto ao Estado ou Distrito Federal de origem que mantenha equivalência com as alíquotas interestaduais vigentes na data da promulgação desta Emenda, que somente poderá sofrer alteração após o transcurso do prazo de dois anos, contados do início da produção de seus efeitos. pelo prazo mínimo de dois anos, do início da exigência do imposto previsto no art. 155, II, da Constituição Federal, na forma dada por esta Emenda;~~

~~II - pelo mesmo prazo mínimoprazo de dois anos, contados do início da produção de seus efeitos, o imposto não se sujeitará ao disposto no art. 150, III, "b";~~IArt. –91. –Relativamente ao imposto previsto no art. 155, II, da ~~Constituição Federal~~Constituição, para efeito de aplicação do disposto no inciso IV, § 2º, do mesmo artigo, com a redação dada por esta Emenda, até que nova resolução seja editada~~até que nova resolução seja editada~~, ficam mantidos os percentuais estabelecidos para as alíquotas interestaduais vigentes na data da promulgação desta Emenda.~~;~~" (NR)

"

"Parágrafo único. Poderão ser ressalvadas do disposto no inciso I as operações interestaduais com os gêneros alimentícios de primeira necessidade referidos no art. 155, V, "b" da Constituição Federal, com a redação dada por esta Emenda.

Art. 92. Caberá ao órgão previsto no art. 155, VIII, da Constituição Federal, na redação dada por esta Emenda, até o prazo de um ano do início da exigência do imposto previsto no art. 155, II, da Constituição Federal, na forma dada por esta Emenda, a iniciativa de lei complementar que discipline o sistema de partilha de receitas previsto no art. 155, VI, da Constituição Federal, na redação dada por esta Emenda, sem prejuízo do disposto no art. 61, §1º, "b", da Constituição Federal, após o transcurso do referido prazo.

Parágrafo único – A proposta de lei complementar de que trata o "caput" poderá alcançar todas as matérias relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, na forma dada por esta Emenda, devendo prever, se for o caso, as regras de transição entre os diferentes sistemas de partilha de receita, hipótese na qual poderá ser prevista a não aplicação a este imposto do disposto no art. 150, III, "b", da Constituição Federal, pelo prazo de dois anos contados do início da vigência desse novo sistema.

Art~~.~~. -92~~13.~~. ~~Enquanto não puder ser exigido o imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, na forma dada por esta Emenda, continuará sendo exigido o imposto na forma da redação imediatamente anterior,~~ F~~fica~~ndo vedada, a partir da promulgação da presente Emenda, a concessão ou prorrogação de isenções, reduções de base de cálculo, créditos presumidos ou quaisquer outros incentivos ou benefícios fiscais ou financeiros relativamente ao ~~esse~~ imposto de que trata o art. 155, II, da ~~Constituição Federal~~Constituição." (NR)

"Art. -93~~2~~. –Enquanto não iniciar a exigência da ~~editada a lei~~ contribuição social prevista no art. 195, IV, da Constituição, permanecerá em vigor a Lei nº~~nº~~ 9.311, ~~referida no inciso I do § 14 do art. 195, a contribuição de que trata o inciso IV de seu caput observará as disposições da Lei nº 9.311,~~ de 24 de outubro de 1996, e suas alterações, e a contribuição provisória por ela instituída manterá~~com~~ a alíquota de trinta e oito centésimos por cento.~~"~~

~~"~~Parágrafo único. —A contribuição prevista no art. 195, IV,~~referida no caput~~ observará o disposto no art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." (NR)

Art~~.~~. -4~~º º453º º~~ –Os incisos I, II, IV, V, VI, VII, VIII, IX, ~~IX,~~ X,~~,~~ XI e XII ~~e XIImposto de que trata o~~ do §§ 2º e o inciso II do §§ 4º do art~~.~~. 155~~, II,~~ da Constituição, com a redação dada por esta Emenda, somente produzirão efeitos na data definida na ~~o primeiro ano subseqüente ao da publicação da~~ lei complementar de que trata ~~a será exigido na forma dada por esta Emenda, no primeiro ano subseqüente ao de publicação da lei complementar a que se refere~~ o inciso XII do ~~§~~ § 2º~~º~~ do mesmo artigo, ~~,~~observando ~~ndo~~ a ~~com a r~~redação dada por esta Emenda.~~.~~

Art. –5º –O inciso IV e o § 6º do art. 155 da Constituição, com a redação dada por esta Emenda, somente produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subseqüente ao da promulgação da lei complementar de que trata o inciso I do § 6º do mesmo artigo.

~~Art. 5º O inciso IV e o § 6º do art. 155 da Constituição Federal, com a redação dada por esta emenda, somente produzirão efeitos na data definida na lei complementar de que trata o § 6º, I, daquele artigo, observando a redação dada por esta Emenda.~~

Art. -6º- º –Ressalvado o disposto no-s arts. 4º e 5º~~º e 5º~~, esta Emenda entra em vigor em 1º de janeiro do ano subseqüente ao de sua promulgação.

Art. -7º~~º~~ Ficam revogados:

I -- –o inciso I do art. 161 da Constituição e o inciso II do § 3º do art. 84 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias;

II- - ~~;~~

~~Art. 8º Ficam revogados~~ a alínea "e" do inciso XII do § 2º e o inciso III do § 4º do art. 155 da Constituição, a partir da produção dos efeitos dos dispositivos a que se refere o art. 4º~~º~~;

III -- ~~.~~

~~Art. 9º Ficam revogados~~ o inciso VI e o § 4º do art. 153 da Constituição, a partir de 1º de janeiro do ano subseqüente ao da promulgação d~~n~~a lei complementar de que trata o art. 155, § 6º, I, da Constituição, com a redação dada por esta Emenda.

Brasília,

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 91 • 15 de maio de 2003

Reunião do GTPE da Adufrj-SSind

22/5 (quinta-feira)
9h30
Sede da Adufrj-SSind
(CT, bloco D, sala 200)

Pauta:
1.Informes
2.Eleição para reitor
3.Campanha contra o provão
4.Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP): participação da Adufrj-SSind na próxima plenária e preparação da discussão sobre os pontos a serem nela discutidos, destacando-se a composição e atribuição do Conselho Nacional de Educação (CNE).

GTPE na Bienal

Integrante do GT Política Educacional da Adufrj-SSind, a professora Maria de Lourdes Passos esteve no Riocentro durante a abertura da Bienal do Livro 2003, que contou com a presença dos ministros da Educação (Cristovam Buarque) e da Cultura (Gilberto Gil). Lourdes vai preparar uma matéria sobre o evento para publicação neste Jornal.

Adufrj-SSind vai reativar o uso da 'pasta do dia'

Desde a implantação do sistema de listas de discussão e da lista sindical, a chamada 'pasta do dia', com a seleção dos principais documentos recebidos pela Adufrj-SSind, deixou de ser enviada diretamente aos sindicalizados, embora tenha continuado a ser disponibilizada na página eletrônica da seção sindical (www.aadufrj.org.br), na seção 'Documentos', bastando selecionar o dia, o mês e o ano da pasta desejada. Entretanto, vários sindicalizados têm solicitado à diretoria que reative o sistema anterior, devido a dificuldades de acesso à página eletrônica e a eventuais atrasos na atualização das pastas. Em vista disso, estamos solicitando aos sindicalizados que desejam voltar a receber a 'pasta do dia' por mensagem eletrônica que entrem em contato com a SSind para que sejam incluídos em uma lista específica para efetuarmos a remessa diária do material. Esta nota também estará sendo enviada aos sindicalizados que já constam de nossa lista eletrônica.

Guilherme Lessa

PROTESTO TOMOU TODAS AS PISTAS DA AVENIDA DO CENTRO DA CIDADE

Servidores protestam na Rio Branco

Manifestação reuniu o funcionalismo federal, estadual e municipal

A avenida Rio Branco voltou a ser o endereço de mais uma manifestação dos trabalhadores contra a Reforma da Previdência na última quinta-feira, dia 15 de maio. A atividade fez parte da paralisação de 48 horas dos servidores federais em advertência ao governo federal, mas reuniu ainda o funcionalismo estadual, municipal e sindicalistas da iniciativa privada - que também serão afetados pelas mudanças nas regras previdenciárias. Centenas de pessoas com faixas, bandeiras, adesivos e muita vontade de lutar estiveram presentes para transmitir sua mensagem em defesa da Seguridade Social pública e por um regime geral mais justo.

Na avaliação da professora Sônia Lúcio, da seção sindical dos docentes da UFF e representante da Coordenação Estadual dos SPF, o ato do dia 15 demonstrou a crescente mobilização dos servidores contra a reforma. Segundo ela, esta passeata até a Candelária superou em número e qualidade política a outra, realizada em 8 de abril, na primeira paralisação dos servidores. "Os discursos trabalharam na mesma direção", comentou.

De fato, já na Cinelândia, onde a passeata foi encerrada, os representantes das entidades ressaltaram os aspectos negativos da reforma em tramitação no Congresso. Como necessidade de ampliar a mobilização, deram o exemplo dos trabalhadores franceses, que vêm realizando protestos gigantescos contra uma reforma previdenciária semelhante, em curso naquele país.

Para Cristina Miranda, professora da UFRJ e 3ª secretária do Andes-SN, a falta de negociação foi a marca registrada da atual reforma. Segundo ela, o governo fez um discurso para a população de que a Proposta de Emenda Constitucional sobre a Previdência foi elaborada após amplo debate: "Não é verdade. Isso não foi debatido", observou.

Pela direção da CUT Nacional, Lúcia Reis garantiu que a central vai estar ao lado dos trabalhadores na luta contra a reforma. Ela também reforçou o argumento de que não houve negociação entre o governo e as entidades sindicais. "Os representantes da CUT até tentaram, mas não conseguiram negociar. Por isso, não aceitamos participar daquele ato da entrega das reformas ao Congresso", contou. Segundo ela, a Executiva da CUT iria se reunir esta semana com o objetivo de traçar uma estratégia para mudar a proposta governamental.

Próximo ato será nesta sexta-feira

Os próximos passos da luta dos servidores já estão definidos: nesta sexta-feira (23/5), haverá mais um ato contra a Reforma, no centro da cidade, e, em 11 de junho, os servidores organizam uma Marcha em Brasília. No dia do fechamento desta edição (16/5), o funcionalismo compareceu, ainda, a uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Rio para discutir a reforma da Previdência com os parlamentares do estado.

Diretoria da Adufrj-SSind também avalia o ato

Para a professora Cleusa Santos, presidente da Adufrj-SSind, a manifestação foi importante para manter a mobilização e mostrar a disposição de luta dos servidores contra a reforma proposta pelo governo. Mas é preciso investir na maior participação dos docentes e no trabalho de esclarecimento sobre as conseqüências da reforma. A diretoria da Adufrj-SSind entende ser fundamental a realização de reuniões nas Unidades da UFRJ nas próximas semanas preparando o novo ato previsto para 23/5 e a Assembléia Geral em que será avaliado o indicativo de greve para junho.

Adufrj-SSind

Possibilidade de greve mobiliza assembléia da Adufrj-SSind

Aprovada a paralisação dos dias 14 e 15 de maio, próxima AG avalia indicativo de greve

Kelvin Melo

A ASSEMBLÉIA CONTOU TAMBÉM COM ESTUDANTES DA PRAIA VERMELHA

A reforma da Previdência do governo enviada ao Congresso está mexendo com os brios dos professores da UFRJ. Após a paralisação do dia 8 de abril, os docentes deliberaram, na AG realizada no *campus* da Praia Vermelha em 14/5, por uma nova paralisação (desta vez de 48 horas, no próprio 14/5 e no dia seguinte). E teve mais: já começou a ser debatida a possibilidade de uma greve para resistir às mudanças nas regras previdenciárias.

A proposta da paralisação de 48 horas teve 22 votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção, após longo debate. O indicativo de greve para a segunda quinzena de junho, conforme deliberação da última Plenária dos SPF (em 10/5) e de uma reunião ampliada da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) em abril, estará sendo encaminhado para reuniões de Unidades na UFRJ e para as próximas assembléias da seção sindical.

Relato do Setor e da Plenária

A revolta entre os professores na AG ganhou força com o relato da Reunião do Setor das Federais (em 9/5) e da Plenária dos servidores públicos federais feito pelos delegados da Adufrj-SSind, os professores Salatiel Menezes e Cleusa Santos, que representaram a entidade em Brasília.

De acordo com Salatiel, ficou clara a vontade dos funcionários públicos de fazer frente à reforma. "O governo acredita que não haverá reação por parte dos SPF porque estes ajudaram na eleição de Lula, mas a grande maioria está contrariada e pretende lutar", disse. O professor, que manifestou já ter sido contrário a greves no passado, não vê outra alternativa no momento. "Existe a necessidade de uma demonstração mínima de força", comentou.

Salatiel acrescentou ainda ter ficado decepcionado com a postura do deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), que esteve presente na Plenária dos SPF, e fez um discurso inflamado contra a reforma. Poucos dias depois, nos jornais, foi noticiado que o parlamentar teria entrado em acordo com a cúpula do partido para aprovar a reforma.

Cleusa Santos voltou a reafirmar o verdadeiro objetivo da reforma: transferir recursos para o mercado financeiro via fundos de pensão. "A Previdência é vista como um filão para o capital financeiro", observou. A presidente da Adufrj-SSind também reforçou a importância da mobilização dos servidores, a exemplo do que os trabalhadores da França vêm fazendo (veja matéria na página 5). "O que nós esperávamos deste governo não está se confirmando", completou.

O debate

Já a professora Fátima Sobral (da Escola de Comunicação) duvidou da eficácia de um movimento grevista contra a reforma, embora se dissesse indignada com a situação. Para ela, os servidores deveriam buscar outras formas "criativas" de transmitir seus argumentos para a sociedade. "Temo que nós fiquemos ainda mais expostos ao fazer greve", disse, preocupada com a propaganda negativa veiculada contra o funcionalismo na mídia.

O 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, por sua vez, também se mostrou favorável à ampliação da mobilização na UFRJ. "Nas conversas de corredores, a indignação é uma; mas a disposição para fazer (atos, passeatas etc) é outra", disse. "Para mim, hoje, o Lula é um genérico do FHC", disse.

Integrante do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind, a professora Sara Granemann disse que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) é muito pior que o Projeto de Lei Complementar nº 9/99, que acabou incorporado, em seus princípios, no texto geral. A docente questionou a imprensa brasileira que está noticiando pouco ou quase nada das gigantescas manifestações contra a reforma previdenciária da França.

Marcos Silva, da Faculdade de Educação, foi enfático: "Aquele que quer me matar de fome eu trato como meu inimigo", disse, em referência não só à reforma anunciada, mas também com relação ao irrisório reajuste salarial linear de 1% mais um abono previsto para este ano. Marcos lembrou que as mobilizações da categoria docente sempre tiveram um início similar, inicialmente esvaziadas e que, depois, em muitas ocasiões, resultaram em ganhos para os professores. "A Adufrj-SSind já reproduziu uma vez as nossas conquistas históricas (veja jornal nº 37, de 17 de setembro de 2001). Não podemos rejeitar os resultados de uma greve", contou.

A 1ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, Janete Luzia, comentou que as pessoas que antes pediam um período de trégua ao Lula já começam a falar em "traição (do governo)". Segundo ela, a proposta de greve do movimento docente está mantida, pois o PL 9 "está dentro da reforma (PEC)". Cristina Miranda, do CAp-UFRJ e 3ª secretária do Andes-SN, reforçou este ponto de vista de que a greve já estaria decidida pelos SPF em sua última Plenária e na reunião ampliada da CNESF de abril.

Maria de Lourdes Passos discordou destas intervenções e manifestou preocupação quanto ao processo democrático das deliberações do movimento docente. Embora espere que as próximas assembléias da Adufrj-SSind aprovem a greve, enfatizou a necessidade de discutir com as bases - através de reuniões de Unidades. "O fato de a Adufrj-SSind ter aprovado indicativo de greve contra

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

o PL não quer dizer que a seção sindical já aprovou greve contra a PEC 40", disse. Na mesma direção, Rosanne Dias, professora do CAp, observou que, no relatório preliminar da reunião do Setor das Federais, não há informações sobre a posição de indicativo de greve de 20 seções sindicais, o que reforçaria a necessidade de mais debate nas bases do movimento docente.

Avaliação do Cecut-RJ

Na avaliação do Congresso Estadual da CUT-RJ, realizado em Niterói, no final de abril, os professores presentes à assembléia se mostraram preocupados com os rumos da central sindical. Isso porque já ficou clara a influência do PT nos quadros de direção e na composição majoritária das correntes sindicais que participam da CUT. De acordo com o professor José Miguel, um dos delegados da Adufrj-SSind ao Cecut-RJ, o apoio anunciado de Lula para a eleição de Luiz Marinho na presidência da CUT, no congresso da entidade que será realizado no início de junho, representa uma intervenção na central.

Os delegados da Adufrj-SSind que estiveram no evento relataram ainda, com alguns detalhes a mais, o que já foi divulgado pelo Jornal da Adufrj nº 89, de 5 de maio. Eles reafirmaram que os principais pontos defendidos pelo Andes-SN relativos à Previdência, à não-participação da CUT no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e contra a Alca foram aprovados nos grupos de discussão, entre outros pontos.

Especificamente em relação à Previdência e Alca, os professores criticaram a manobra da direção da CUT de não deliberar sobre o tema em plenária, remetendo o tema para o Concut de junho. De acordo com Sara Granemann, "as direções (das correntes majoritárias) não tinham certeza do voto dos seus delegados de base". Temendo pela derrota, a organização do congresso estadual apenas aprovou e remeteu os relatórios dos grupos de discussão para o Concut.

Um outro receio é a possibilidade de o congresso nacional da entidade sequer deliberar sobre os polêmicos temas que desafiem a atuação do governo Lula. O professor José Miguel lembrou que a o congresso anterior da CUT Nacional não votou nada sobre Previdência. "As deliberações que a CUT hoje tem sobre este tema, como o teto de 20 salários mínimos, surgiu de uma instância mais restrita da central", comentou.

Eleição para reitor e vice-reitor da UFRJ

Os professores da AG mais uma vez classificaram o atual processo eleitoral da UFRJ como muito ruim. Uma vez que o segundo e último debate entre os candidatos seria realizado no segundo dia de paralisação dos SPF, foi deliberado que a diretoria da Adufrj-SSind solicitaria o uso da palavra para informar as atividades dos servidores, especialmente a passeata (veja matéria de capa).

Fotos: Kelvin Melo

ADUFRJ-SSIND ESPALHA FAIXAS SOBRE A REFORMA NOS *CAMPI*

Agenda Sindical

21 a 23/5 - IX Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN
Brasília (DF), no Auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal

23 e 24/5 - Encontro do Jurídico do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN e na Câmara Federal

24/5 - GTSS/A do Andes-SN
Brasília (DF)

3 a 7/06 - Congresso Nacional da CUT
São Paulo (SP) - Anhembi

5 e 6/6 - *Seminário "A Democracia Racial e Ações Afirmativas"*
Rio de Janeiro (RJ) - Uerj
Promoção: Andes-SN/GT Etnia, Gênero e Classe

27 a 29/06 - 46º Conad do Andes-SN
Vitória (ES)

24 a 28/10 - Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

1 a 04/04/2004 - Fórum Regional de Educação
São Paulo (SP)

Cartas

Obrigado, Lula!

Obrigado, Presidente Lula,
Pelo aumento de 1%, pois agora não preciso mais fazer as contas ao final do mês,
Porque sei que não terei como pagar minhas dívidas.
Obrigado, Presidente Lula,
Pela Reforma da Previdência, que me deixa sem expectativas para o futuro,
Uma vez que o presente é miserável,
Obrigado, Presidente Lula,
Pela desvalorização do ensino público do meu país,
Já que as universidades estão dilapidadas e os professores depauperados,
Obrigado, Presidente Lula,
Por não ter mais que me preocupar, a partir de agora, com a formação de professores,
Visto que tudo será resolvido com o inevitável desaparecimento da categoria.
Obrigado, Presidente Lula,
Pela desesperança política,
Pois a esquerda com que sonhei se despedaçou,
Aliás, como tudo que é sólido, se desmancha no ar...

Marcos Antônio Carneiro da Silva
Professor da Faculdade de Educação/UFRJ

Resenha

A herança de FHC

Para quem ainda acredita que Lula não está dando continuidade à política de FHC na reforma da Previdência: o colunista Elio Gaspari divulgou em sua coluna de 11/5 que três dos 106 parágrafos da exposição de motivos da reforma são uma cópia literal do "Livro Branco da Previdência", preparado pelo ministro José Cecchin. Segundo ele, os três parágrafos "são o coração do argumento em favor da taxação dos inativos".

Terceirização e a Petrobras

No apagar das luzes do governo anterior, a Petrobras praticamente dobrou seu número de funcionários terceirizados. Foram 46 mil contratações em apenas um ano, o que elevou o total de empregados para 144,5 mil - dos quais só 34,5 mil efetivos. Na matéria do JB (12/5), o diretor Emanuel Cancella, do Sindicato dos Petroleiros do Rio, atribui esse aumento à reforma da Previdência e à autonomia financeira da empresa dos últimos anos. O sindicato culpa a excessiva terceirização pelo aumento do número de acidentes nos campos petrolíferos do país.

PUC-RJ e os economistas

Deu na coluna do Ancelmo Gois (O Globo, 11/5): "O importante curso de Economia da PUC-Rio foi alvo de vandalismo. Outro dia, apareceram em duas salas pichações com a frase: "Economia da PUC - compra o diploma e vende o país". A intolerância cheira a coisa de militantes anti-FH, que, no governo, recrutou na universidade carioca sua equipe econômica (Pedro Malan, Armínio Fraga, Edmar Bacha, Pérsio Arida e outros)."

Adufrj-SSind e Seguridade Social

Para o IX Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, que se realizará em Brasília, entre os dias 21 e 23 de maio, a Adufrj-SSind estará sendo representada pelo professor Salatiel Menezes. Ele também vai participar da reunião do GT Seguridade Social do Sindicato Nacional, em 24/5, também na capital do país.

Movimento

Adufrj-SSind expõe motivos para a paralisação na universidade

Como forma de mobilizar os professores para participação na paralisação dos últimos dias 14 e 15, a Adufrj-SSind encaminhou para sua lista eletrônica um texto com alguns motivos pelos quais o movimento docente é contrário à Reforma da Previdência do governo federal. A reforma enviada ao Congresso Nacional pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um projeto que privatiza a previdência social do servidor público, como previsto nos acordos com o FMI, que incluem a privatização e mercantilização da Seguridade Social. A seguir, reproduzimos o texto com algumas atualizações.

O primeiro passo para o governo aprovar as reformas da Previdência e Tributária no Congresso é o texto passar na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Câmara dos Deputados. Alguns analistas no assunto já apontam a inconstitucionalidade da cobrança de alíquota dos servidores aposentados, como consta da PEC. Em análise preliminar, a assessoria jurídica do Andes-SN constata que a Reforma da Previdência foi concretizada na Emenda Constitucional 20, de 1998, "em que os trabalhadores - públicos e privados – sofreram perdas em seu patrimônio jurídico, sobretudo no se refere à instituição do fator previdenciário e da aposentadoria por tempo de contribuição, além da instituição da Previdência Complementar". Segundo o jurídico do sindicato nacional, a PEC 40 tem por objetivo resgatar o que foi rejeitado no Congresso Nacional durante a aprovação da emenda 20.

O Projeto de Lei Complementar 9 está embutido na Reforma A base do PL 9, que foi retirado pelo governo da pauta do Congresso, está presente na PEC entregue ao Congresso Nacional. Caso seja aprovada a PEC 40, o caminho para a instituição dos fundos de pensão para os servidores federais, estaduais e municipais estará aberto. Bastará ao governo federal aprovar uma lei ordinária, de tramitação muito mais facilitada, para normatizar a previdência complementar (se vai ser de contribuição definida ou não, benefício definido ou não, se as entidades envolvidas serão do tipo aberta ou fechada etc.) para o funcionalismo da União.

Não há déficit

Na campanha de desinformação e manipulação da opinião pública empreendida pelo governo, com o apoio da mídia, os dados são distorcidos e a Previdência aparece como deficitária. Vale a pena lembrar que o presidente Lula convocou os empresários e donos dos principais meios de comunicação e, em reunião com 32 deles, incluindo o presidente das organizações Globo, Roberto Irineu Marinho, pediu que os veículos dessem publicidade às reformas.

Na verdade, números de 2002 demonstram que a Seguridade Social é superavitária: as contribuições ao sistema somaram R$ 170.065 bilhões, que, acrescidas as receitas próprias (R$ 1.840 bilhão), alcançam R$ 171.906 bilhões. Já as despesas do orçamento da Seguridade Social chegaram a R$ 123.115 bilhões. Ou seja, o superávit foi de R$ 48.790,90 bilhões. A fonte é o próprio Orçamento da União.

Não é sequer necessário mencionar fraudes, sonegação e devedores da previdência, e nem mesmo mencionar que têm assento no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (O Conselho do Pacto Social, do ministro Tarso Genro) os maiores devedores e sonegadores da previdência nesse país, bem como seus representantes, as entidades patronais. Maiores devedores da Previdência.

A soma das maiores quantias de empresas devedoras da Previdência equivale a mais de R$ 75 bilhões. Entre os mega devedores constam o Banco Itaú, com R$ 380.550.916,00; o Unibanco, com R$ 321.581.755,00, a TV Manchete (atual Rede TV) 245.787.158,00; o jornal Gazeta Mercantil, com R$ 237.112.180,00, o Jornal do Brasil, com R$ 181.851.084,00; o Banerj (que foi comprado pelo Itaú), com R$ 155.386.136,00 e a Volkswagem do Brasil, com R$147.710.660,00.

Além disso, toda esta campanha de déficit nas contas da previdência serve para ocultar que o verdadeiro responsável pelo desequilíbrio estrutural das contas públicas é, antes de tudo, o serviço dos juros das dívidas interna e externa. Em 14 de maio, a Revista Isto É Dinheiro publicou matéria especial em que relata o lucro recorde do Banco Itaú: R$ 2,3 bilhões somente em 2002. Este é um dos bancos que mais lucram com as negociações dos papéis da dívida pública. "Tente imaginar um negócio com rentabilidade de 30% ao ano. Agora considere que essa lucratividade não é acidental, mas sim rotineira e constante. Pois bem: há três anos, é praticamente essa a média de retorno sobre o patrimônio que os acionistas do Itaú vêm tendo com o banco", comenta a matéria.

Reforma faz parte de política de arrocho 'definitivo'

Em documento enviado, em abril deste ano, para os diretores do Banco Mundial, o ministro da Fazenda de Lula, Antônio Palocci, observa a necessidade de um 'ajuste definitivo' nas contas públicas. Este ajuste deveria ser maior do que os realizados pelo governo anterior. "A política de estabilização no período que se seguiu ao Plano Real, ancorada em políticas monetária e cambial, e com pouca atenção a metas fiscais, foi em parte responsável pela crise de 1999", comenta o ministro no texto em que justifica a adoção de uma meta de superávit primário de 4,25% para 2003, superando as expectativas dos credores internacionais.

Mais adiante, Palocci chega a reconhecer as medidas adotas pelo governo Fernando Henrique como acertadas, mas insuficientes: "As medidas adotadas a partir de 1999 permitiram ao País evitar uma crise mais profunda, mas não resolveram o problema gerado entre 1994 e 1998. O ajuste fiscal, o câmbio flutuante e as metas de inflação foram insuficientes para reverter a herança deixada pela dívida acumulada anteriormente. Ao contrário, a trajetória da dívida continuou ascendente no período 1999-2002".

E, para surpresa de todos os que confiaram na mudança de rumo, o ministro segue sua receita afirmando que é necessário um 'ajuste definitivo' para a retomada de gastos sociais pelo Estado. "Nesse sentido, o novo governo tem como primeiro compromisso da política econômica a resolução dos graves problemas fiscais que caracterizam nossa história econômica, ou seja, a promoção de um ajuste definitivo das contas pública", afirma no documento ao Bird.

Expulsão de quadros nas universidades

Matéria da Folha de S. Paulo de 1º de maio alerta que o medo da perda de direitos com a reforma previdenciária deve desfalcar ainda mais as universidades públicas. Dados da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) mostram que, neste ano, até 13% dos professores podem se aposentar - 5.954 têm condições para se retirarem das salas de aula dos atuais 45.476 professores da ativa. De janeiro a 15 de março, de acordo com a entidade, 307 professores efetivamente se retiraram. A saída dos professores piora a falta de pessoal nas federais.

Ainda de acordo com a matéria da Folha de S. Paulo, até o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Luiz Fernando Silva, reconheceu que, além da perda de bons profissionais, o aumento das aposentadorias eleva o suposto déficit previdenciário do setor público e aumenta a necessidade de concursos.

UFRJ pode perder 800 docentes

Na UFRJ, 800 professores do quadro ativo possuem idade acima de 56 anos e são potenciais requerentes de aposentadorias no próximo período. Caso a reforma seja aprovada, a universidade poderá perder cerca de 25% do seu quadro docente atual, o que traria perdas irreversíveis para a qualidade do ensino e da pesquisa nesta instituição.

Confira o lucro dos principais bancos que operam no país

UNIBANCO

O lucro líquido do Unibanco ficou em R$ 1,01 bilhão no ano passado, registrando crescimento de 3,9% em relação aos R$ 972 milhões de 2001. O terceiro maior banco privado do País, que encerrou 2002 com ativos totais de R$ 75,4 bilhões, obteve retorno sobre o patrimônio líquido médio de 16%. O banco lucrou R$ 218,3 milhões somente no primeiro trimestre deste ano. Estadão (14/02/2003) e Gazeta Mercantil (13/05/3003).

BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil terminou o primeiro trimestre de 2003 com um lucro líquido de R$ 479 milhões, o que significa um aumento de 37,2% em relação ao mesmo período de 2002.

O Banco do Brasil registrou lucro de R$ 2,027 bilhões em 2002, sendo R$ 823,1 milhões no primeiro semestre e R$ 1,204 bilhão no segundo semestre.

Folha Online (13/05/2003) e Sindicato dos Bancários de Brasília

ITAÚ

Segundo maior banco privado do país, o Itaú fechou o primeiro trimestre com lucro líquido de R$ 714 milhões, o que representou aumento de 41,8% em relação ao mesmo período de 2002.

O Itaú, segundo maior banco privado do país, encerrou o ano passado com lucro líquido de R$ 2,377 bilhões, 0,5% menor em relação aos R$ 2,389 bilhões ganhos em 2001. O resultado de 2002 equivale a um ganho de R$ 21,36 por lote de mil ações e representa retorno de 26,3% ao ano sobre o saldo de R$ 9,036 bilhões de patrimônio líquido da controladora. Estadão (28/2/2003)

CAIXA ECONÔMICA

A Caixa Econômica Federal (CEF) registrou lucro líquido de R$ 1,081 bilhão em 2002, revertendo um prejuízo de R$ 4,687 bilhões no ano anterior. O resultado do exercício passado representa uma rentabilidade de 23,36% sobre o patrimônio líquido, que em dezembro estava em R$ 4,628 bilhões, com evolução de 18,94% em relação a 2001. Estadão, 6/05/2003. Observação: não foi encontrado balanço parcial de 2003

BRADESCO

O lucro líquido do Bradesco no 1.º trimestre atingiu R$ 508 milhões, um número 19,5% superior ao mesmo período de 2002. O presidente do Bradesco, Marcio Cypriano, anunciou ontem que o banco registrou lucro líquido de R$ 2,023 bilhões no ano passado, 6,8% abaixo dos R$ 2,170 bilhões de 2001. Estadão, 4/2/2003

REAL E ABN AMRO

O Banco Real e as empresas ABN Amro no Brasil alcançaram lucro líquido em 2002 de R$ 1,208 bilhão, 54% superior aos R$ 784 milhões registrados em 2001. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido atingiu o índice de 25,5%, em decorrência dos investimentos realizados no Brasil desde a aquisição do Banco Real, em 1998. Estadão, 14/2/2003. Observação: não foi encontrado balanço parcial de 2003

Dois milhões protestam contra a Reforma da Previdência na França

Para quem achava que a resistência a mudanças no sistema de repartição da Previdência Social era só uma queixa de setores da 'esquerda' e do movimento sindical brasileiros, o protesto de dois milhões de pessoas na França mostrou que as reformas não são bem-vindas também para os franceses. Uma greve geral contra a Reforma da Previdência parou 115 cidades naquele país, na última terça-feira, dia 13 de maio, segundo matéria do Jornal Folha de S. Paulo.

Só em Paris, os sindicatos realizaram uma passeata com mais de 250 mil pessoas contra o governo de centro-direita de Jean-Pierre Raffarin. Segundo o jornal, a greve atingiu grande parte do setor público do país. De acordo com o diário, os sindicatos franceses se preparam para uma dura negociação com o governo que diz não abrir mão da equivalência do período de contribuição entre os setores públicos e privados a partir de 2008, um dos pontos de sua reforma. Atualmente, os servidores públicos franceses contribuem até 37,5 anos, contra 40 para os trabalhadores do setor privado.

O aumento do limite de idade para aposentadoria é outra mudança que pretende o atual governo francês. Pela reforma, em 2020, todos os trabalhadores, tanto do setor público como do privado, terão que contribuir 42 anos antes de reivindicarem a aposentadoria. Isso significa que o trabalhador francês não vai poder se aposentar antes dos 60 anos de idade. A resposta da população foi rápida e os sindicatos daquele país, ainda segundo o jornal, pretende repetir a 'terça-feira negra', no próximo dia 19.

Na Alemanha, outros protestos contra mudança no sistema

Os sindicatos alemães também estão em pé de guerra com o governo do Chanceler Gerhard Schröder por conta de um projeto que aumenta de 65 para 67 anos a idade mínima para aposentadoria. A informação é do jornal O Globo, de 10/5. O chanceler vive conflito parecido com o presidente Lula na reforma brasileira. Apesar do apoio dos conservadores, a esquerda do Partido Social Democrata vê a mudança como "uma facada nos princípios do partido". Tal como aqui, as avaliações do governo social democrata de Schorëder não são otimistas. Segundo o jornal, o cientista político Andreas Dörner afirma que "os sindicatos apoiaram Gerhard Schoröder na sua reeleição e agora constatam que o partido é ainda mais duro socialmente do que os conservadores".

Previdência privatizada no Chile atende menos de 50% dos trabalhadores

Em matéria sobre a previdência privada no Chile, a edição dominical da Folha de S. Paulo (11/5) revela que o sistema chileno é alvo de críticas e de debate entre especialistas de todo o mundo. De acordo com o diário, o país privatizou o sistema de Seguridade Social, em 1981, "embalado pela onda de liberalização da economia, durante a ditadura de Augosto Pinochet". Tal como pretende implementar o governo brasileiro, o modelo instituído no Chile criou um sistema de capitalização individual através de contas administradas por instituições privadas. Vinte e dois anos depois, estas contas cobrem menos de 50% da população e os custos de administração são elevados.

Na matéria, o especialista em Previdência Kaizô Beltrão afirma que o sistema chileno tentou vender um milagre. "O custo administrativo está muito alto", diz.

A matéria mostra ainda que, no modelo de capitalização, a população ativa não financia os aposentados, como acontece no sistema de repartição (como é o atual sistema previdenciário brasileiro).

Opinião

Cientistas, engenheiros, técnicos e tecnólogos

Uma questão nova e discutível

Abraham Zakon*

1. As mudanças no cenário do ensino superior

Nos últimos 8 anos, a educação superior no Brasil sofreu grandes transformações, algumas destas percebidas pelos docentes universitários e outras nem tanto. Enquanto a UFRJ sofria as duras conseqüências de uma disputa incomum em torno da legitimidade do ocupante do cargo de Reitor, e, contempla, ainda, ansiosamente, o processo de sucessão em curso, notou-se que: 1o - ocorreu a substituição de muitos docentes experientes (que se aposentaram após uma longa carreira iniciada como auxiliar de ensino) por novos mestres e doutores recém-egressos dos cursos de pós-graduação (já no nível de assistentes ou adjuntos, logo preocupados em montar projetos de pesquisa e uma infra-estrutura computacional e laboratorial); 2o - os docentes de ensino superior passaram a receber salários em função de uma pontuação dependente da sua "produtividade individual"; 3o - surgiu uma crescente falta de recursos orçamentários oriundos do MEC; que passaram a ser distribuídos por agências de fomento ou "concursos de produtividade".e implantou-se uma competição generalizada e desesperada por essas verbas e por contratos de consultoria e extensão; 4o - ao nível do MEC, criou-se uma "secretaria híbrida" voltada para o ensino médio e tecnológico; 5o - a legislação educacional foi modificada para hiper-valorizar a "educação profissional tecnológica" e a "velocidade das transformações dos mercados" em detrimento do "desenvolvimento científico e tecnológico", que valorizava a qualidade da nossa Engenharia e demais profissões amparadas nas Ciências.

Essas mudanças e novidades resultaram na seguinte notícia do jornal "Folha de S.Paulo" em 20/01/2003: "Universidades públicas perdem espaço no ranking do MEC". O mais recente ranking das 20 maiores universidades do país em número de alunos na graduação mostra que duas das mais tradicionais universidades públicas do país -USP (Universidade de São Paulo) e UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)- vêm perdendo, ano a ano, espaço para instituições privadas. A pesquisa, elaborada com dados do censo do Ensino Superior do Ministério da Educação de 2001, revela que a Unip (Universidade Paulista) consolidou a liderança no ranking, com 81 mil alunos. O maior crescimento proporcional, no entanto, foi da Universidade Estácio de Sá, do Rio, que ultrapassou a USP no ranking ao chegar aos 60 mil alunos, um expressivo crescimento de 76,6% no espaço de apenas um ano. A USP, terceira colocada agora, tem 35 mil alunos, segundo o censo do MEC, menos do que a metade dos alunos da Unip na graduação. Em 1991, a USP liderava esse ranking, enquanto Estácio e Unip nem apareciam na lista. Das 20 que aparecem no ranking, 14 são instituições privadas. Entre as dez maiores, a queda mais expressiva no ranking foi da UFRJ. Em 1991, ela ocupava a terceira posição. Em 2000, caiu para a sexta e, em 2001, chegou à nona posição. Com a queda, a instituição deixou de ser a maior universidade federal do país, posto agora ocupado pela UFPA (Universidade Federal do Pará).

2. A implementação de cursos superiores com cargas horárias menores

A criação de vários cursos "superiores ou de graduação" formadores de "tecnólogos" nas Escolas Técnicas ou CEFET´s pode ser constatada nas páginas internáuticas do MEC, ao nível da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico-SEMTEC (Educação Profissional (http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/Eductecno/ftp/ApresTecnol.zip.) em paralelo com a Secretaria de Ensino Superior (vide:http://www.mec.gov.br/home/legislacao/default.shtm#leis). Essa divisão baseou-se na hipótese de que o ensino profissional difere do ensino superior, porque ao contrário deste, "é voltado para o trabalho" (Parecer CNE/CES 436/2001). As recentes propostas da ANDES visando converter os CEFET´s em universidades tornam necessário refletir-se sobre algumas questões que envolvem o futuro de institutos, escolas universitárias, centros de pesquisa e a competitividade profissional dos egressos de nossos cursos no mercado de trabalho. A palavra "superior" desperta emoções, ambições (inclusive, as profissionais e materiais) e, também, manifestações místicas nas pessoas, além de diversas interpretações descritas em dicionários. Sabe-se que as universidades brasileiras formaram no Século XX milhares de cientistas e engenheiros - que estudaram e desenvolveram indústrias, empresas, instituições governamentais e tecnologias diversas. Os novos cursos superiores de "curta duração"vinculados aos CEFET´s permitem indagar: quais serão os seus efeitos sobre a qualidade do ensino superior brasileiro nas áreas científicas e de engenharia, pois já surgiram iniciativas no RJ para atribuir aos futuros tecnólogos o direito de exercer a atividade "projeto" - que são específicas dos diplomados em cursos de engenharia plena?. O Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997 através do Art. 9o estabeleceu que "as universidades, na forma do disposto no art. 207 da Constituição Federal, caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, atendendo ainda, ao disposto no art. 52 da Lei n. 9.394, de 1996. Parágrafo único. A criação de universidades especializadas, admitidas na forma do parágrafo único do artigo 52 da Lei nº 9.394, de 1996, dar-se-á mediante a comprovação da existência de atividades de ensino e pesquisa tanto em áreas básicas como nas aplicadas.

3. Os níveis de educação profissional pelo decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997

Segundo o Artigo 1º do Decreto Presidencial no 2.208 de 1997, a educação profissional tem por objetivos: I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas; II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação; III - especializar, aperfeiçoar a atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos; IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. Pelo Artigo 2º, a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho. Pelo Artigo 3º a educação profissional compreende os seguintes níveis: I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhos, independentes de escolaridade prévia; II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos de ensino médio; III - tecnológico: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. Pelo Artigo 10º, os cursos de nível superior, da educação profissional de nível tecnológico, serão estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas, e conferirão diploma de Tecnólogo. A característica notável dos cursos de formação de tecnólogos é o tempo de "graduação": 2 a 3 anos.

No entanto, uma página internáutica do CEFET-RJ divulgava até dezembro de 2002 o seguinte texto: "A nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (Lei 9394/96) é o marco para os novos tempos para a educação brasileira. Dentre as suas determinações está a que "o Ensino Médio é a etapa final da educação básica" (Art.36). O Ensino Médio (antigo segundo grau) foi separado do Ensino Profissional. Assim, todo estudante que pretende o curso técnico, deverá estar em fase de conclusão do Ensino Médio ou tê-lo concluído. Atento aos novos Parâmetros Curriculares, o CEFET-RJ oferece, desde 1998, os Ensinos Médio e Técnico, cada qual com suas habilidades e singularidades, porém sempre atendendo ao caráter interdisciplinar que assume hoje a educação nacional". Em 13 de abril de 2003, lia-se que: " A seleção para os cursos técnicos se dá por concursos realizados anualmente. Para quem quer fazer o Ensino Médio e Técnico simultaneamente, é exigido o Ensino Fundamental. Para aqueles que vão fazer somente o curso técnico, é exigido o Ensino Médio. Os cursos técnicos têm duração de quatro períodos".

4. O parecer CNE/CES 436 de 02 de abril de 2001

A Comissão instituída pela Câmara de Educação Superior do MEC para analisar os Cursos Superiores de Tecnologia que conduzem a diplomas de Tecnólogos apresentou à Câmara de Educação Superior o Parecer CNE/CES 436/2001, contendo suas principais características e parâmetros, do qual foram extraídos os trechos seguintes:

1º - Os Centros de Educação Tecnológica (públicos e privados), têm por objetivos: "I - ministrar cursos de qualificação, requalificação e reprofissionalização e outros de nível básico da educação profissional; II - ministrar ensino técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional, para os diferentes setores da economia; III - ministrar ensino médio; IV - ministrar ensino superior, visando a formação de profissionais e especialistas na área tecnológica; V - oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, visando a atualização, o aperfeiçoamento e a especialização de profissionais na área tecnológica; VI - ministrar cursos de formação de professores e especialistas, bem como programas especiais de formação pedagógica, para as disciplinas de educação científica e tecnológica; VII - realizar pesquisa aplicada, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa, e estendendo seus benefícios à comunidade".

2º - O entendimento de que o nível tecnológico constitui curso de nível superior foi reafirmado, em 13/12/97, pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, ao aprovar o Parecer nº 17/97, homologado em 14/01/98 pelo Sr. Ministro de Estado de Educação, quando escreveu que a "educação profissional tecnológica, acessível aos egressos do ensino médio, integra-se à educação superior e regula-se pela legislação referente a esse nível de ensino."

3º - A Portaria 1647/99, em seu Artigo 14, prevê que "as instituições credenciadas poderão abrir novos cursos de nível tecnológico de educação profissional, nas mesmas áreas profissionais daquelas já reconhecidas, indepen

Opinião

dente de autorização prévia, devendo a instituição encaminhar, nos prazos estabelecidos no artigo anterior, projeto para reconhecimento dos referidos cursos." (os grifos são da Comissão). E acrescenta em dois parágrafos:"§ 1º - A abertura de novos cursos de nível tecnológico de educação profissional, nas áreas em que a instituição ainda não tiver cursos reconhecidos, depende da autorização de funcionamento na forma desta Portaria. § 2º - Os Centros de Educação Tecnológica terão a prerrogativa de suspender ou reduzir a oferta de vagas em seus cursos de nível tecnológico de educação profissional de modo a adequá-la às necessidades do mercado de trabalho, formalizando tal ato por meio de comunicação à SEMTEC/MEC."

4º - Segundo o Parecer CNE/CES 436/20, os cursos superiores de tecnologia (CST´s) parecem ressurgir como uma das principais respostas do setor educacional às necessidades e demandas da sociedade brasileira. Ainda que com outra nomenclatura, têm sua origem nos anos 60. Nasceram apoiados em necessidades do mercado e respaldados pela Lei 4024/61 e por legislação subseqüente. As primeiras experiências de cursos superiores de tecnologia (engenharias de operação e cursos de formação de tecnólogos, ambos com três anos de duração) surgiram, no âmbito do sistema federal de ensino e do setor privado e público, em São Paulo, no final dos anos 60 e início dos 70. Enquanto os cursos de formação de tecnólogos passaram por uma fase de crescimento durante os anos 70, os cursos de engenharia de operação foram extintos em 1977. Em 1980, os primeiros eram 138 (46% no secundário, 33% no terciário e 21% no setor primário), sendo o MEC responsável pela criação da grande maioria deles.

5º - Em 1979, o MEC mudou sua política de estímulo à criação de cursos de formação de tecnólogos nas instituições públicas federais, cursos estes que deviam primar pela sintonia com o mercado e o desenvolvimento tecnológico. A partir dos anos 80, muitos desses cursos foram extintos no setor público e o crescimento de sua oferta passou a ser feita através de instituições privadas, nem sempre por vocação, mas para aumentar o número de cursos superiores oferecidos, visando futura transformação em universidade. Em 1988, 53 instituições de ensino ofertavam cursos superiores de tecnologia (nova denominação a partir de 1980) sendo aproximadamente 60% pertencentes ao setor privado. Dos 108 cursos ofertados então, 65% eram no setor secundário, 24%, no setor primário e os 11% restantes , no setor terciário. Em 1995, o país contava com 250 cursos superiores de tecnologia, na sua maioria ofertados pelo setor privado - mais da metade na área da computação.

6º - Os cursos superiores de tecnologia, sendo pós-médios, exigiriam apenas, a princípio, para o seu acesso a conclusão do ensino médio ou equivalente, podendo os seus egressos, portadores de diploma de Tecnólogo, dar prosseguimento de estudos em outros cursos e programas de educação superior, como os de graduação, pós-graduação e seqüenciais de destinação específica ou de complementação de estudos.

7º - Segundo o Parecer CNE/CES 436/2001, o tecnólogo deve estar apto a desenvolver, de forma plena e inovadora atividades em uma determinada área profissional e deve ter formação específica para: a) aplicação, desenvolvimento, pesquisa aplicada e inovação tecnológica e a difusão de tecnologias; b) gestão de processos de produção de bens e serviços; e, c) o desenvolvimento da capacidade empreendedora.

8º - Ao mesmo tempo, essa formação deverá manter as suas competências em sintonia com o mundo do trabalho e ser desenvolvida de modo a ser especializada em segmentos (modalidades) de uma determinada área profissional. Estas características somadas à possibilidade de terem duração mais reduzida das que os cursos de graduação, atendendo assim ao interesse da juventude em dispor de credencial para o mercado de trabalho, podem conferir a estes cursos uma grande atratividade, tornando-se um potencial de sucesso. Tais características, particularmente a sua forma modular, de duração variável, de solidez da formação básica aliadas à rapidez no atendimento às mutações das necessidades do mercado e às possibilidades de verticalização, aprofundamento em áreas profissionais específicas, sintonizadas com o mundo do trabalho, podendo ser especializado em segmentos de determinada área, aproximam mais os cursos de nível tecnológico aos cursos superiores seqüenciais.

9º - Com efeito, a possibilidade de obtenção de certificados após cada módulo ou conjunto de módulos favorecendo a diversificação ou aprofundamento da qualificação profissional multiplica as possibilidades de acesso ou continuidade no desenvolvimento de atividades no setor produtivo, ao mesmo tempo que abre novas possibilidades de formação em torno de eixos determinados, tal como já ocorre com os cursos seqüenciais de formação específica de destinação coletiva.

10º - Quanto à sua duração, os cursos de formação de tecnólogos ou cursos superiores de tecnologia poderão comportar variadas temporariedades, condicionadas ao perfil da conclusão que se pretenda, à metodologia utilizada, às competências constituídas no ensino médio, às competências adquiridas por outras formas, como nos Cursos Técnicos, nos Cursos Superiores e mesmo no Trabalho, ainda que o curso possa apontar para uma carga horária definida para cada modalidade, por área profissional.

11º - O Anexo A identifica as áreas profissionais e suas respectivas durações mínimas em horas. A critério das instituições ofertantes, poderá a duração ser estendida em até 50% da carga horária mínima. No caso do plano de curso prever a realização de estágio, a duração do mesmo não poderá ser contabilizada na duração mínima, mas terá de estar incluída na duração limite. Vale de novo destacar que a um dado conjunto articulado de competências, a critério da instituição ofertante, poderá corresponder um certificado intermediário, capacitando o estudante a desempenhar determinadas atividades específicas no mundo do trabalho. A conclusão do curso, isto é, a aquisição da totalidade das competências de uma dada modalidade, conferirá um diploma de Curso Superior de Tecnologia (Tecnólogo).

O Parecer CNE/CES 436/2001 sugeriu que: para a concessão de diploma poderia ser opcional a apresentação de trabalho de conclusão de curso, podendo ser desenvolvido sob a forma de Monografia, Projeto, Análise de Casos, Performance, Produção Artística, Desenvolvimento de Instrumentos, Equipamentos, Protótipos, entre outros, de acordo com a natureza da área profissional e os fins do curso. (Observação: O ítem "projeto" - específico das profissões de Engenharia - foi removido num parecer posterior do CNE).

13º - O Parecer CNE/CES 436/2001 considerou tais cursos no nível de graduação e admite que devem obedecer a Diretrizes Curriculares Nacionais, a serem aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, o que obviamente também não se aplica aos Cursos Seqüenciais de Formação específica. Não obriga, ainda aos cursos superiores de tecnologia possuir vinculação obrigatória a cursos de graduação pré-existentes na instituição e muito menos que a criação dos mesmos se subordine à existência de curso de graduação reconhecido anteriormente, o que à luz da legislação vigente, torna-os claramente distintos de cursos seqüenciais de formação específica e mais assemelhados aos cursos de graduação. Sua denominação seria a de Cursos Superiores de Tecnologia, conduzindo a diplomas de Tecnólogos, na forma da legislação em vigor, com características especiais, bem distintos dos tradicionais, cujo acesso se fará, no entanto, através de processo seletivo semelhante aos dos demais cursos de graduação. Isso implicou, desde logo, a análise da questão dos Centros de Educação Tecnológica, sua autonomia e dos processos de autorização e reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia nele ministrados. O Parecer CNE/CES 436/2001 admitiu, então, que os cursos superiores de tecnologia podem ser ministrados por Universidades, Centros Universitários, Centros de Educação Tecnológica, Faculdades Integradas e Isoladas e Institutos Superiores e serão objeto de processos de autorização e reconhecimento. As Universidades e Centros Universitários, no gozo das atribuições da autonomia, poderão criá-los livremente. Aos Centros de Educação Tecnológica pretendeu-se estender algumas atribuições da autonomia, como a de livre criação de cursos superiores de tecnologia, o aumento e diminuição de suas vagas e, bem assim, a suspensão de seu funcionamento.

5. Conclusões:

1ª - A comparação qualitativa entre os tecnólogos egressos dos CST´s (cursos de 2 a 3 anos de duração) e os engenheiros, arquitetos, geólogos, químicos, físicos, biólogos e outros profissionais com formação plena (4 a 6 anos) das universidades consagradas será inevitável e resultará em polêmicas ou disputas institucionais e profissionais.

2ª - Será que está ocorrendo uma diluição das universidades plenas devido à conversão de uma secretaria de ensino médio num órgão híbrido incorporador de cursos superiores de curta duração paralelos aos do âmbito da Secretaria de Ensino Superior do MEC. A legislação prevê que os tecnólogos serão formados em CEFET´s, e isto, provavelmente, resultará numa nova distribuição de verbas em função da produtividade institucional.

3ª - A incorporação de tecnólogos no cenário profissional confundirá as pessoas que distinguiam nitidamente as diferenças e competências entre técnicos e engenheiros, dentre elas os vestibulandos e os contratadores das empresas e órgãos públicos que poderão absorvê-los. Então, o que ocorreria no novo cenário competitivo se as Escolas Politécnica e de Química, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e os Institutos da UFRJ decidissem graduar tecnólogos?

* Engenheiro Químico, M.Sc., D. Eng.
Prof. Adjunto do Departamento de Processos Inorgânicos, Escola de Química, Centro de Tecnologia, UFRJ,
zakon@eq.ufrj.b

Nota da redação: o presente artigo é uma versão reduzida do texto do professor Abraham Zakon. Aos interessados em conhecer o artigo, na íntegra, o professor disponibiliza seu endereço eletrônico para os pedidos.

ANEXO A do Parecer CNE/CES 436/2001
Quadro das Áreas Profissionais e Cargas Horárias Mínimas

Área profissional	Carga horária mínima de cada modalidade
1. Agropecuária	2.400
2. Artes	1.600
3. Comércio	1.600
4. Comunicação	1.600
5. Construção Civil	2.400
6. Design	1.600
7. Geomática	2.000
8. Gestão	1.600
9. Imagem pessoal	1.600
10. Indústria	2.400

Área profissional	Carga horária mínima de cada modalidade
11. Informática	2.000
12. Lazer e desenvolvimento social	1.600
13. Meio ambiente	1.600
14. Mineração	2.400
15. Química	2.400
16. Recursos pesqueiros	2.000
17 Saúde	2.400
18. Telecomunicações	2.400
19. Transportes	1.600
20. Turismo e hospitalidade	1.600

UFRJ

Adufrj-SSind cobra posição de candidatos sobre Reforma da Previdência

Primeiro turno das eleições ocorre nestes dias 20, 21 e 22

Cerca de duzentas e cinqüenta pessoas participaram do segundo e último debate oficial com os candidatos a reitor da UFRJ. O evento aconteceu na última quinta-feira (15/5), no Auditório do Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão. O debate repetiu as questões já comentadas pelos candidatos no debate da Praia Vermelha e reproduzidas na edição anterior deste jornal (edição 90, de 12/05/03).

Como no primeiro encontro, os candidatos não chegaram a polemizar, mas os ânimos entre o professor Sérgio Fracalanzza e o professor Aloiso Teixeira ficaram um pouco mais exaltados quando comentaram, cada um com sua versão, o histórico das alianças que determinaram a apresentação das suas candidaturas.

Aloisio lembrou sua posição quando Carlos Lessa optou pela direção do BNDES, pedindo afastamento do cargo de reitor, no final de 2003. Na ocasião, o professor afirmou que a saída de Lessa era muito ruim para a universidade e que apoiaria a continuidade da reitoria com o professor Fracalanzza à frente. Disse também que havia tido uma conversa com o professor Pinguelli e que este lhe prometeu apoio caso resolvesse sair candidato, o que, segundo o candidato da Chapa 1, acabou acontecendo devido ao apoio de vários dos sub-reitores de Lessa a sua candidatura.

Fracalanzza respondeu a Aloisio afirmando que manteve sua candidatura com o apoio de dois integrantes de sua reitoria porque seu nome foi indicado por diversos professores e integrantes da comunidade. O candidato da chapa 2 disse, ainda, que se manteve candidato por não concordar com o fato de que apenas os sub-reitores decidissem quem seria o próximo reitor.

Manuella Soares

CLEUSA SANTOS CONVIDA REITORÁVEIS PARA ATO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO GOVERNO

Adufrj-SSind pede posicionamento de candidatos sobre reforma do governo

Antes do debate, a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, teve a oportunidade de se dirigir aos candidatos e comentou a importância do debate sobre projetos para a universidade, principalmente no momento em que "a classe trabalhadora sofre ameaças concretas com a proposta de Reforma da Previdência do governo Federal". Cleusa pediu aos candidatos que se manifestassem em relação à reforma previdenciária do governo Lula e convidou a todos para participarem de um ato dos servidores públicos contra a PEC 40 que aconteceria na tarde daquele dia, no Centro do Rio. A professora aproveitou para ressaltar a grande mobilização de milhões de franceses que na véspera, dia 14/4, haviam tomado as ruas de 115 cidades contra a Reforma da Previdência em seu país.

Em resposta, o candidato da Chapa 3, Luís Eduardo Potsch disse que esteve na Assembléia da Adufrj-SSind e votou contra a paralisação dos docentes por conta da Reforma encaminhada pelo governo. O candidato não se declarou a favor da reforma, mas disse não concordar com a forma corporativa com que os movimentos organizados se contrapõem a ela.

Fracalanzza também não se posicionou diretamente contra a reforma, mas comentou os prejuízos que a universidade teria com os potenciais pedidos de aposentadoria de docentes, caso a reforma seja aprovada. Segundo o professor, 800 professores do quadro ativo têm idade acima de 56 anos e poderiam reivindicar a aposentadoria a qualquer momento.

Aloisio Teixeira se posicionou diretamente contra a Reforma. O professor ressaltou a importância da vitória do presidente Lula e considerou que a universidade deve ter uma postura propositiva em relação ao novo governo, mas disse defender o atual sistema de Previdência.

Estudantes reivindicam bandejão e assistência

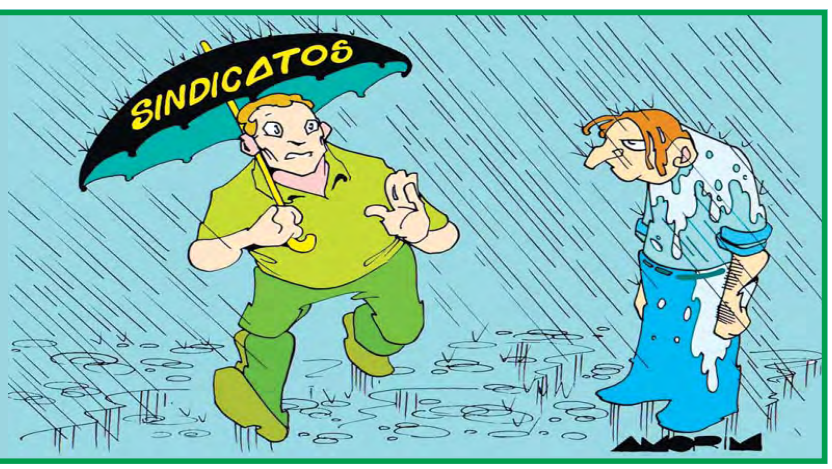
A novidade deste debate foram as manifestações dos representantes da comunidade. Os estudantes do Alojamento apresentaram várias reivindicações para os reitoráveis. Entre elas, a construção de bandejões e melhorias nas instalações do prédio que serve de moradia para os alunos na Cidade Universitária. Bolsas estudantis para estudantes de baixa renda também foram reclamadas.

Os moradores da Vila Universitária também encaminharam solicitações aos candidatos. A principal é a implementação de um projeto de urbanização do local denominado 'projeto bairrinho' que teria sido abortado, em 1998, por conta dos conflitos instalados na reitoria Vilhena.

A força do sindicato

Uma pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) mostra que trabalhadores organizados em associações de classe são melhor remunerados do que os sem representatividade. O salário é diretamente afetado pela briga entre patrões e sindicatos. O estudo é do professor de Economia da Universidade de Brasília Jorge Arbache, que mostra que as categorias com sindicatos expressivos e atuantes ganham 58% a mais que do os que não têm representatividade. O grau de escolaridade também é maior entre os que fazem parte de sindicatos. A média de anos de estudo entre os que são filiados a entidades é de 8,6 anos contra 6,6 anos entre os não organizados.

Fonte: Correio Braziliense (12/05)



AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

ENCARTE PREVIDÊNCIA

EDIÇÃO DE 19 DE MAIO 2003

GTSS da Adufrj-SSind divulga estudo sobre a reforma

Neste encarte, divulgamos uma análise do Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind (GTSS) sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 40 de 2003, que dispõe sobre a Reforma da Previdência, na forma de um quadro em três colunas: a primeira representa o atual texto constitucional; a segunda apresenta as modificações que o governo pretende implantar; a terceira traz os comentários do GTSS sobre essas propostas de alteração.

Numa próxima edição, o GTSS divulgará a sua análise dos argumentos do governo federal apresentados na Exposição de Motivos Interministerial, assinada pelos ministros da Previdência, Ricardo Berzoini, e da Casa Civil, José Dirceu, relativa à PEC 40. A exposição de motivos dos ministros já foi publicada pela Adufrj-SSind no Especial Reformas de 12/05/2003.

Texto atual da Constituição Federal	PEC nº 40/2003	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
	Art 1º. A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:	
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:	Art. 37.....	
XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;	XI – a remuneração e o subsidio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador, e, nos Municípios, o do Prefeito, se inferiores.	Mantém o "teto de remuneração" federal, válido para servidores, parlamentares, presidente e ministros, igual à remuneração dos ministros do STF (atualmente igual a R$ 17.172,00) e cria "sub-tetos" para estados e municípios, iguais, respectivamente, às remunerações dos governadores e prefeitos. Esta forma de fixar os sub-tetos estaduais, atrelada ao executivos, coloca em risco a independência dos judiciários estaduais, e tem sido fortemente criticada pelos magistrados.
Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.	sem alteração	Este é o artigo que estabelece as regras da previdência dos servidores públicos, ou seja, dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A redação atual foi dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998 (EC 20/98, a reforma da previdência de FHC) e retirou vários direitos dos servidores em relação à Constituição Federal original de 1988. A PEC 40/2003 segue a mesma linha.
§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3°: I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei; II - compulsoriamente, aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: a) 60 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher; b) 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.	sem alteração	Este parágrafo define as *condições necessárias* para as aposentadorias por invalidez, idade e tempo de contribuição, integrais e proporcionais. É a chamada *regra permanente*, que, desde a EC 20/98, fixa idade mínima *E* tempo de contribuição mínimo para o servidor aposentar-se, ao contrário da regra válida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no qual existe a aposentadoria exclusivamente por tempo de contribuição, sem idade mínima. A chamada *regra de transição*, válida para os servidores que já estavam no serviço público quando a EC 20/98 foi aprovada, foi fixada no seu artigo 8º, e está sendo revogada pela PEC (ver na página 6). O *valor dos proventos de aposentadoria* será calculado de acordo com o § 3º deste artigo, que está sendo alterado pela PEC (ver na página 2).

Texto atual da Constituição Federal	PEC nº 40/2003	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.	§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder à remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, limitados ao valor máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.	Estabelece dois limites, dos quais valerá o menor: o teto do RGPS (atualmente cerca de R$ 1.560, com aumento proposto na PEC para R$ 2.400) e a remuneração do cargo em que o servidor se aposentar. Isto significa que, caso a média ponderada entre as contribuições para o RGPS e o RPPS seja *maior* do que a última remuneração, vale esta, menor do que a média! Em geral, não nos preocupamos com este caso, e sim com o contrário, mas há a possibilidade, por exemplo, de alguém ter sido contribuinte do RGPS pelo teto e estar com uma remuneração menor no serviço público na época da sua aposentadoria, caso em que será prejudicado. O § 15, adiante, condiciona a aplicação do teto do RGPS à instituição da previdência complementar. No texto atual, as duas coisas estão no mesmo parágrafo, o 14.
§ 3º Os proventos da aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.	§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições recolhidas aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.	*Acaba a aposentadoria integral dos servidores* e é retirada da Constituição a definição da forma do cálculo, que será "na forma da lei". No RGPS, o cálculo do salário-de-benefício em vigor (artigo 29 da Lei 8.213, de 24/07/91, na redação dada pela Lei 9.876, de 26/11/99), é feito pela média dos 80% melhores salários-de-contribuição *desde julho de 1994 inclusive*, multiplicados pelo *fator previdenciário*. Na maioria dos casos, este fator previdenciário (criado "na forma da lei") atua como um *redutor* do valor do salário-de-benefício, a menos que o trabalhador resolva trabalhar mais algum tempo, mesmo depois de possuir todas as condições para aposentar-se. A forma vaga como está o parágrafo da PEC não permite definir *como* será feito o cálculo da aposentadoria, mas apenas que o cálculo *levará em conta* as contribuições feitas para os dois regimes, o RGPS e o RPPS. Pelo que o governo vem propagando, pode supor-se que vá propor alguma *média ponderada* pelo tempo de contribuição feito para cada um dos regimes. Há a possibilidade do tempo no RGPS anterior ao RJU (dezembro de 1990) vir a ser incluído no cálculo. O texto da PEC nada diz sobre isso, nem que sim nem que não, pois será "na forma da lei". Aparentemente, não faria sentido serem usadas no cálculo contribuições anteriores a julho de 1994, pois isso não é feito atualmente nem para quem se aposenta integralmente pelo RGPS. No entanto, a exposição de motivos da PEC, assinada pelos ministros José Dirceu e Ricardo Berzoini, atribui o "desequilíbrio financeiro" da previdência dos servidores públicos à migração da CLT para o RJU determinada pela Constituição de 1988, de modo que nada se pode garantir. Afinal, até a Lei 8.213 (RGPS) pode ser novamente alterada. Em princípio, isso afetaria *todos* os trabalhadores do setor privado, mas nada impede que se faça uma lei específica para o caso "híbrido", apesar do discurso governamental da equidade entre os regimes.
§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.	sem alteração	
§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em 5 anos, em relação ao disposto no § 1°, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	sem alteração	
§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.	sem alteração	
§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º.	§ 7º Lei disporá sobre os critérios de concessão do benefício de pensão por morte, que será de até setenta por cento do valor dos proventos do servidor falecido, observado o disposto nos §§ 2º e 3º.	Acaba a integralidade do valor das pensões por morte e o seu cálculo é jogado para lei ordinária, limitado, de qualquer forma a 70% do atual. Justificativa: com a morte do servidor, a família economiza o que ele gastava. A "lei" poderá fixar qualquer valor, até de um salário mínimo (ou menos ainda, caso venha a mudar também este piso). O § 3º do art. 8º da PEC, adiante, fixa o valor em 70%, imediatamente após a aprovação da PEC, enquanto a lei não vem. Ver comentário.

Texto atual da Constituição Federal	PEC nº 40/2003	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
§ 8º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.	§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.	*Acaba a paridade entre ativos e aposentados*, uma das nossas mais caras conquistas (no caso dos docentes, abalada pela GED/GID). É substituída por "reajustes para preservar o valor real", que a "lei" dirá como fazer. Isto é, eventuais recuperações de perdas históricas, que também tenham afetado os aposentados, não serão concedidas a estes. É uma flagrante injustiça, que atinge quem menos condições tem de reagir a ela.
§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.	sem alteração	
§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.	sem alteração	
§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.	sem alteração	
§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.	sem alteração	
§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.	sem alteração	
§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.	§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, por iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para seus servidores, na forma da lei, observado o disposto no art. 202.	Privatiza parte da previdência dos servidores. Esta é a modificação mais estrutural trazida pela PEC, pois transforma uma parte da previdência social (que só pode ser pública, pois é de todos) em previdência complementar (que só pode ser privada, pois é apenas de alguns), a ser implantada pela transferência, dos RPPS para os fundos de pensão, dos direitos (recebimento futuro de benefícios) e deveres (pagamento atual de contribuições) relativos à parcela das remunerações dos servidores públicos que fica acima do teto do RGPS. Junto com a revogação do § 15 (cuja nova redação nada tem a ver com a anterior, que exigia lei complementar – o PL 9/99 – para vigorar), este parágrafo *elimina a necessidade do PL 9/99, mantendo todos os seus efeitos nefastos*, ou seja, privatiza parte considerável da previdência dos servidores públicos, transferindo os recursos arrecadados pelo Estado para os fundos de pensão que operarão a previdência complementar. O governo vem negando que esta transferência seja uma privatização, alegando que os fundos de pensão terão a sua "administração em parceria de servidores e governo". No entanto, tal parceria, que nem é cogitada na PEC, não modificaria o caráter de capital financeiro privado dos fundos. É importante lembrar que esta medida *aumenta* a despesa do governo, que deixará de descontar dos servidores 11% sobre a parcela da remuneração acima do teto e ainda terá de contribuir com a sua parte (outros 11%, presumimos) para o novo fundo de pensão. Os cálculos do próprio governo apontam para cerca de R$ 1 bilhão por ano de despesa adicional. É claro que, se uma das justificativas para a "reforma" é a necessidade de reduzir gastos do governo, esta medida, tão cara aos defensores dos fundos de pensão (Gushiken, Berzoini, Palocci e o próprio Lula), precisa ser

Texto atual da Constituição Federal	PEC nº 40/2003	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
		acompanhada por outras que de fato economizem, como é o caso da "contribuição previdenciária" (isto é, do confisco) dos aposentados e pensionistas. Não será assim "o roto – o servidor - dando para o esfarrapado – o trabalhador 'privado'", mas ambos, o roto e o esfarrapado, dando para o capital financeiro.
§ 15. Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.	§ 15. O limite previsto para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 somente poderá ser aplicado ao valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo após a instituição do regime de previdência de que trata o § 14.	ver comentário ao § 2º, na página 2.
§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.	(revogado pelo artigo 12 da PEC)	Ver o § 2º do artigo 8º da PEC, adiante. Embora esta garantia esteja revogada do texto da Constituição, está no texto da PEC.
	§ 17 (novo). Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício previsto no § 2º serão devidamente atualizados, na forma da lei.	Principalmente em épocas de inflação alta, diferentes formas da atualização têm efeitos muito diferentes sobre o resultado da conta e, portanto, sobre o valor do salário-de-benefício. Isto já vale para o RGPS e não tem a ver com o fator previdenciário, que é uma maldade adicional.
	§ 18 (novo). Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo, que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.	Mais um absurdo, tão grande que muitos consideram um "bode na sala", isto é, um dispositivo do qual o governo abrirá mão para manter outros (como a previdência complementar) e deixar a sensação de que afinal o resultado final foi bom. Esta avaliação deve ser feita com muito cuidado, pois, de todas as medidas do governo contidas na PEC, esta é a que mais "economiza" (às custas dos aposentados, óbvio) para as contas do governo, e, portanto, não será tão fácil tirar o bode da sala. Afinal, alguém tem de pagar a conta da privatização ... (ver comentário ao § 14, parte final). Neste ponto, que é a nova *regra permanente*, válida para os futuros servidores, a contribuição será instituída apenas acima do teto do RGPS (atuais R$ 1.560, propostos R$ 2.400). Para os atuais servidores, valerá a *regra de transição* (Art. 5º da PEC e seu parágrafo único), pela qual a contribuição incidirá acima do limite de isenção do Imposto de Renda (R$ 1.058). O governo justifica esta diferença de tratamento dizendo que as futuras aposentadorias serão calculadas de forma mais "justa" (isto é, com valores mais baixos), de acordo com a lei prevista no § 3º, enquanto as atuais aposentadorias, integrais, são "injustas" (ou seja, muito altas). A criação da contribuição servirá, então, para corrigir esta "distorção". Em qualquer caso, haverá redução no valor dos proventos para uma parcela dos servidores aposentados, que o governo considera privilegiada porque ganha acima de R$ 1.058 num caso, ou acima de R$ 2.400 noutro.
Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.	Art. 42.	
§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.	§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º, do art. 37, XI, do art. 40, §§ 9º e 10, e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.	Aplicam-se aos militares dos estados o novo sub-teto de remuneração e a proibição da contagem de tempo fictício (formação).
§ 2º Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas, aplica-se o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º.	§ 2º Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas aplica-se o disposto no art. 40, § 7º.	Aplica-se aos militares dos estados a redução do valor das pensões (para 70%) e desaparece a referência à paridade entre ativos e aposentados, possivelmente considerada desnecessária, pois se os militares não perdem a patente ao aposentar-se então a paridade está automaticamente garantida.

Texto atual da Constituição Federal	PEC nº 40/2003	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
Art. 48 Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:	Art. 48.	
XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.	XV – fixação dos subsídios dos membros da magistratura federal e do Ministério Público, observado o que dispõem os art. 37, XI, 39, §4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.	Atribui ao Congresso Nacional o poder de fixar a remuneração dos juizes e promotores federais, sem a necessidade da lei de iniciativa conjunta dos três poderes.
Art. 96. Compete privativamente: ..... II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:	Art. 96. .... II -	
b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV.	b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.	Atribui ao STF o poder de fixar as remunerações dos seus membros.
Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. ..... § 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:	Art. 142..... ..... § 3º	A previdência dos militares continuará seguindo as regras atuais, com exceção da redução do valor das pensões por morte e do teto de remuneração, ou seja, o propalado "tratamento equânime" não os atingirá.
IX - aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º;	IX – aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto nos art. 37, XI e 40, § 7º;	Aplica-se aos militares (membros das Forças Armadas) a redução do valor das pensões (para 70%) e desaparece a referência à paridade entre ativos e aposentados, possivelmente considerada desnecessária, pois se os militares não perdem a patente ao aposentar-se então a paridade está automaticamente garantida.
Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.	Art. 149.....	
§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.	§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.	Todos os servidores, federais, estaduais e municipais, terão de pagar a contribuição previdenciária de 11%. Hoje, alguns estados e municípios cobram menos. O valor de 11% foi fixado pela Lei 9.783, de 28/1/99. Esta lei é a mesma que cobra contribuição dos aposentados e pensionistas e teve a eficácia destes dispositivos suspensa pelo STF. Esta decisão do STF foi tomada por unanimidade, porque a cobrança por meio de lei ordinária foi considerada claramente inconstitucional. Vindo a cobrança por meio de PEC, nada indica que o STF vá manter este entendimento.
.....	Art. 2º O art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:	A partir daqui, a PEC altera o texto da EC 20/98. Os dois primeiros artigos da EC 20/98 alteraram dispositivos da Constituição. Os artigos 3º e 4º garantiram direitos adquiridos dos servidores que já tinham condições para aposentar-se. Os artigos 5º, 6º e 7º trataram de disposições transitórias relativas à previdência complementar.

Texto atual da Constituição Federal	PEC nº 40/2003	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
Art. 8º - Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção a aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 3º, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, quando o servidor, cumulativamente: I - tiver 53 anos de idade, se homem, e 48 anos de idade, se mulher; II - tiver 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de: a) 35 anos, se homem, e 30 anos, se mulher; e b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.	Art. 8º - caput sem alteração.	Esta é a atual *regra de transição*, válida para os servidores em atividade quando a EC 20/98 foi aprovada. Estabeleceu uma idade mínima 7 anos menor do que a da regra permanente (art. 40, § 1º da Constituição), garantindo aposentadoria integral (§ 3º atual) e instituiu o chamado "pedágio" de 20% sobre o tempo que faltava para aposentar-se. A PEC não altera o caput deste artigo, mantendo o "direito" do servidor a aposentar-se. O valor dos proventos, no entanto, passa a ser calculado pelo novo § 3º do artigo 40 (ou seja, "na forma da lei" que ainda será proposta) e, em seguida, conforme a nova redação do § 1º abaixo, reduzido em 5% por cada ano de contribuição menor do que dispõe a regra permanente.
§ 1º - O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto em seus incisos I e II, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições: I - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de: a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior; II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia obter de acordo com o "caput", acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.	§1º. O servidor de que trata este artigo que optar por antecipar sua aposentadoria na forma do caput, terá os seus proventos de inatividade reduzidos em 5% (cinco por cento) para cada ano antecipado, em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal, observado o disposto no § 5º do seu art. 40.	A atual regra de transição transforma-se numa "antecipação". Os servidores que haviam sido parcialmente poupados pela EC 20/98, por meio da regra de transição, são agora equiparados aos novos servidores.
§ 4º - O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no "caput", terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de 17%, se homem, e de 20%, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.	§ 4º - O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de 17%, se homem, e de 20%, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério, observado o disposto no § 1º.	Quando a EC 20/98 acabou com a aposentadoria especial dos professores do ensino superior, reconheceu que o tempo anteriormente trabalhado deveria ter um acréscimo correspondente à fração adicional de tempo de serviço que passou a ser exigido. Para homens, houve um acréscimo de 30 para 35 anos, ou seja, de 16,7% (arredondado para 17%). Para mulheres, o acréscimo foi de 20 para 25, ou seja, de 20%. A PEC não modifica esta regra, apenas enfatiza que a transformação da regra de transição em "antecipação" também vale para os professores do ensino superior. A aposentadoria especial continua valendo para professores da educação infantil e do ensino fundamental e médio (§ 5º do artigo 40 da Constituição).
§ 5º - O servidor de que trata este artigo, que, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no "caput", permanecer em atividade, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal.	§ 5º - O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.	Continua valendo na prática, com outro nome, a isenção do pagamento de contribuição previdenciária do servidor que tiver tempo para aposentar-se *pela regra de transição* mas não o fizer.
		Os demais artigos da EC 20/98 não sofrem alteração. Trata-se de disposições transitórias relativas ao regime geral, à previdência complementar e à acumulação de cargos no serviço público e ainda da determinação do teto das aposentadorias do regime geral, na época igual a R$ 1.200.
	Art. 3º É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, bem como aos seus dependentes que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.	Garante os "direitos adquiridos" relativos às *condições* para a concessão de aposentadoria para quem já tem tempo para aposentar-se. Evidentemente, pelo restante da PEC, os direitos adquiridos relativos a *valores de proventos* estão sendo violentamente atingidos.

Texto atual da Constituição Federal	PEC nº 40/2003	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
	§ 1º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal, que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.	Mantém, para os atuais servidores, a isenção da contribuição previdenciária para quem puder aposentar-se *pela regra permanente* e não o fizer.
	§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculadas de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente.	Garante os "direitos adquiridos" relativos aos *valores dos proventos* para quem já tem tempo para aposentar-se. Não significa que os atuais aposentados fiquem livres da cobrança da "contribuição".
	Art. 4º Até que lei discipline os critérios de concessão do benefício previsto no § 7º do art. 40 da Constituição Federal, será aplicado, para efeito de concessão, o limite de setenta por cento do valor dos proventos do servidor falecido, observado o disposto no § 2º e 15 do art. 40 da Constituição Federal.	Ver comentário à alteração do § 7º do art.40 da CF. Esta alteração, se aprovada, terá um efeito curioso. Se um servidor falecer na véspera da publicação da PEC, a pensão por morte para os seus dependentes será integral mas, se falecer no dia da publicação, a pensão será reduzida em 30%. Esta é talvez a demonstração mais chocante das conseqüências do desprezo pelos direitos adquiridos travestido de "justiça social" presente em toda a PEC. É surpreendente a insensibilidade desta formulação!
	Art. 5º Os servidores inativos e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em gozo de benefícios na data de promulgação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.	Atuais aposentados e pensionistas terão seus ganhos reduzidos. Ver comentário ao novo § 18 do art. 40 da CF.
	Parágrafo único. A contribuição previdenciária a que se refere o caput incidirá apenas sobre a parcela dos proventos que supere o limite de isenção do imposto previsto no art. 153, III, da Constituição Federal.	Institui limite mais baixo (R$ 1.058) para os atuais aposentados e pensionistas do que para os futuros (R$ 2.400). O governo tem justificativa para esta aparente incoerência. Ver comentário ao novo § 18 do art. 40 da CF (página 4).
	Art. 6º O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), devendo, a partir da data de publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.	Aumenta o teto do RGPS. Uma das duas únicas boas medidas da PEC. A outra é a fixação do teto de remuneração. Este teto do RGPS, no entanto, deveria ser muito maior, para fortalecer a previdência social pública. A única finalidade da existência de um teto para a previdência deveria ser evitar abusos. O teto atualmente em vigor, ou o proposto nesta PEC, servem, principalmente, para garantir o mercado para a previdência complementar privada.
	Art. 7º Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto nos incisos IX e X do art. 142 da Constituição Federal.	
	Art. 8º Para os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que ingressarem no serviço público até a data de publicação desta Emenda, os proventos de aposentadorias e pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.	Este parágrafo e os seguintes, exceto o 2º, atribuem explicitamente aos atuais servidores algumas das regras permanentes modificadas pela PEC. Ver comentários nas alterações dos parágrafos correspondentes do artigo 40 da CF. (este corresponde ao 2º)
	§ 1º O cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, considerará as remunerações do servidor que serviram de base para as contribuições efetuadas aos regimes de previdência de que tratam os artigos 40 e 201, da Constituição Federal, na forma da lei.	Idem (3º)

Texto atual da Constituição Federal	PEC nº 40/2003	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
	§ 2º Ao servidor de que trata o caput, somente poderá ser aplicado o limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição, mediante sua prévia e expressa opção, desde que instituído o regime de previdência de que trata o § 14 do art. 40 da Constituição Federal..	Substitui o atual § 16 do art. 40 da CF, cuja revogação está no art. 12 da PEC. Mantém a garantia de que o teto do RGPS só se aplicará aos futuros servidores. Sem dúvida, uma forma de reduzir a resistência dos atuais servidores a esta medida.
	§ 3º Até que lei discipline os critérios de concessão do benefício previsto no § 7º do art. 40 da Constituição Federal, será aplicado, para efeito de concessão, o limite de setenta por cento do valor dos proventos do servidor falecido.	Idem caput (7º)
	§ 4º Aos servidores e pensionistas de que trata o caput aplica-se o disposto no art. 40, §§ 8º e 17, da Constituição Federal.	Idem (8º e 17º)
	Art. 9º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores inativos e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em gozo de benefícios na data de promulgação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.	Mantém a paridade entre ativos e aposentados para quem tem "direitos adquiridos", considerados nesta condição apenas os que já se aposentaram ou que já têm tempo para aposentar-se mas ainda não o fizeram.
	Art. 10 Até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o inciso XI do art. 37, da Constituição Federal, será considerado, para os fins do limite fixado nesse inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei na data de entrada em vigor desta Emenda a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação e da parcela recebida em razão de tempo de serviço, aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, a remuneração mensal ou subsídio mensal do Governador, e, no Municípios, do Prefeito, se inferiores.	O teto de remuneração será igual à remuneração atual dos ministros do STF, enquanto não for fixado o *subsídio* destes.
	Art. 11 Aplica-se o disposto no art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos vencimentos, remunerações e subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.	As remunerações que excederem o teto de remuneração serão reduzidas ao valor do teto.
..... § 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. ..... Art. 10 - O regime de previdência complementar de que trata o art. 40, §§ 14, 15 e 16, da Constituição Federal, somente poderá ser instituído após a publicação da lei complementar prevista no § 15 do mesmo artigo.	Art. 12 Revogam-se o § 16 do art. 40 da Constituição Federal e o artigo 10 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro d e 1998.	§ 16 já comentado. O artigo 10 da EC 20/98 era o que exigia a aprovação de Lei Complementar para a instituição da previdência complementar associada ao estabelecimento do teto das aposentadorias e pensões. O PL 9/99 era o projeto dessa lei complementar, agora abandonado, porque ela deixa de ser necessária. Pela nova redação que a PEC dá aos parágrafos do artigo 40 da Constituição, a previdência complementar dos servidores em nada diferirá das outras.
	Art. 13 Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.	

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 92 • 26 de maio de 2003

Aloisio Teixeira vence no primeiro turno

A comunidade da UFRJ já escolheu seu novo reitor para os próximos quatro anos: a chapa 1, encabeçada pelo professor Aloisio Teixeira, do Instituto de Economia, venceu as eleições realizadas na semana passada ao conseguir 65% dos votos válidos. Em segundo lugar, ficou a chapa 2, que tinha o professor Sérgio Fracalanzza (do Instituto de Microbiologia) como candidato a reitor, com 32% dos votos válidos. A chapa 3, do professor Luís Eduardo Potsch (FACC), obteve 2% dos votos. Houve ainda 76 votos brancos e 489 nulos. Compareceram às urnas 16.469 pessoas.

A vitória da chapa 1 foi incontestável em todas as categorias (1.258 votos de docentes; 5.203 de alunos e 3.955 de técnico-administrativos) contra a chapa segundo colocada, com 876 votos de professores; 3.154 de estudantes e 1.147 de técnico-administrativos). A chapa 3 conseguiu apenas 23 votos de professores, 238 de alunos e 50 de funcionários. O mapa completo das eleições da UFRJ pode ser conferido em www.adufrj.org.br

Uma vez que a chapa 1 conseguiu mais de 50% dos votos no primeiro turno, não há necessidade de um segundo turno. Por conta disso, o Colégio Eleitoral - formado pelos integrantes do Consuni, do CEG, do CEPG e do Conselho de Curadores - reúne-se nesta quinta-feira (dia 29) para elaborar a lista de nomes que será enviada ao MEC para nomeação do próximo reitor.

Em resolução aprovada em sessão extraordinária de 15/4, os colegiados superiores firmaram compromisso pelo respeito ao resultado da pesquisa eleitoral. No entanto, a votação final será secreta, o que não permite avaliar se a deliberação vai ser cumprida à risca por todos os seus integrantes. A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 8/05 aprovou uma recomendação para que os colegiados superiores enviem ao ministro da Educação apenas o nome vencedor da chamada pesquisa eleitoral. O próprio Cristovam Buarque já se manifestou seguidas vezes que irá aceitar somente o nome eleito pelas universidades em seus processos internos.

Leia mais sobre as eleições da UFRJ na página 7

Manuella Soares

Assembléia Geral

29/05 (quinta-feira) 9h00

Auditório G2

Faculdade de Letras

Pauta
1 - Informes
2 - Campanha Salarial/Reforma da Previdência
a) Avaliação do Indicativo de Greve (2ª quinzena de junho)
b) Participação no Comando Nacional de Mobilização
c) Campanha na UFRJ contra a Reforma do Governo
3 - Reunião do Setor das IFES (02/06)/Plenária dos SPF(03/06)
4 - Eleição de Delegados e Observadores para a Plenária dos SPF
5 - Propostas da Adufrj-SSind ao 8º CONCUT

Conselho de Representantes

28/05 (quarta-feira) 17h30

Sede da Adufrj-SSind

CT, bloco D, sala 200

Pauta: a mesma da AG

"Reajuste" de 1% vai atrasar

Agora é confirmado: o irrisório "reajuste" de 1% linear para todos os servidores, mais um abono de R$ 59,87, foi adiado para o próximo mês. Apesar de anunciado há um bom tempo, somente no dia 21/5 o governo enviou os projetos de lei que tratam do "reajuste" para o Congresso. Segundo os técnicos da Casa Civil, a Constituição não permite que o governo estabeleça o reajuste por medida provisória, o que possibilitaria o seu pagamento imediato. A gratificação será retroativa a maio. Já o "reajuste" de 1% será pago com efeito retroativo a janeiro.

Reforma da Previdência

Dando continuidade às atividades da seção sindical de promoção e ampliação do debate sobre a Reforma da Previdência do governo federal, publicamos, nesta edição, mais um encarte com avaliações do Grupo de Trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind.

Cartas

Universidade, pecado nativo

Carta aberta

Ninguém melhor que os artistas, os poetas, para intuir a verdade profunda dos acontecimentos. Assim é que entendo os versos de Belchior e Toquinho que ditos no contexto maior da repressão dos anos 70, aplicam-se ainda hoje à universidade como instância de criação de conhecimento e de libertação do ser humano das muitas prisões a que está sujeito: "porque o pecado nativo é simplesmente estar vivo, é querer respirar". O movimento da história se realiza em um contexto de contradições engendradas pelo não conformismo a tudo que é articulado para aprisionar o espírito. Somente assim se pode entender as lutas pela existência das universidades públicas em nosso país.

A universidade brasileira é fruto tardio do colonialismo. Enquanto as mais antigas universidades européias são do século XII e, na América Latina, na República Dominicana, no México, no Peru, são do Século XVI, no Brasil, criou-se, na lei, a Universidade do Rio de Janeiro, pela agregação de três escolas existentes no Rio desde o século anterior, Direito, Medicina e Escola Politécnica. Apenas em 1931, com o Estatuto das Universidades Brasileiras, o governo implantou a Universidade criada, incorporando-lhe outras escolas superiores. Esta veio a se tornar a Universidade do Brasil em 1937 e é a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Também a pós-graduação, como um sistema nacional. é tardia em nosso país, embora com algum avanço, em relação a outros países da América Latina. Fruto contraditório da ditadura que projetava um "Brasil grande", pelo pensamento crítico que gerou, o sistema de pós-graduação, nas diversas áreas do conhecimento, foi criado em 1971 e tem pouco mais de trinta anos. No México, foi criado em 1974 e, na maioria dos demais países latino-americanos, a pós-graduação é residual. Esta seria uma das razões para que o Brasil assumisse uma dívida histórica de oferecer oportunidades de qualificação neste nível para professores das diversas e conceituadas instituições latino-americanas. Mas parece que seria pedir demais a um país que trabalha em mão dupla, qualificando mestres e doutores e retirando-lhe o estímulo e as oportunidades de usar seu conhecimento a serviço do próprio país.

Quero destacar alguns aspectos desse processo perverso. Primeiro, como a pós-graduação é um processo histórico tardio e recente na vida universitária brasileira, três quartos (74,7%) dos doutores de mais alto nível, segundo a classificação do CNPq, bolsistas de produtividade A1, categoria de pesquisador sênior, estão entre os 50 e os 69 anos. O que evidencia que fizeram sua pós-graduação tardiamente para os padrões atuais em que os melhores alunos completam a graduação, o mestrado e o doutorado em torno dos 30 anos de idade. Esses jovens, com pouco mais de 40 anos, já terão alcançado sua maturidade na capacidade de produção de conhecimento. Mas hoje, os pesquisadores desse nível representam menos de 20%. Os pesquisadores de nível sênior são os mais antigos. E estes estão se aposentando induzidos, nos primeiros anos 90, pela política do Presidente Collor de Mello, depois, a partir de 1995, pelo Governo FHC e, agora, pela aparente continuidade do Governo Lula. Sem estímulo à permanência no magistério superior e sem a reposição de vagas com a abertura de concursos plenos, cria-se um vácuo entre os que saíram e os novos que ainda não alcançaram a maturidade exigida para o desempenho da vida intelectual a que são chamados.

Gráficos resultantes de análises realizadas com o conjunto dos dados da ANDIFES, pelo Fórum de Reitores de Planejamento e Administração, evidenciam as seguintes tendências em nível nacional, no período 1995 a 2000:

- reduziu-se o número de docentes ativos (-13,5%), reduziu-se o número de mestres (-23,3%), compensado pelo aumento do número de doutores (31,2%); aumentou o número de bolsas concedidas pela CAPES (57,8%), o que sinaliza um investimento público na qualificação de pessoal universitário;
- aumentou o número de vagas oferecidas no vestibular (26,2%), quase dobrou o número de vagas oferecidas no noturno (96,8%), aumentou o número de alunos matriculados na graduação (26,3%) e mais que dobrou na pós-graduação (154,6%); duplicou-se o número de dissertações de mestrado defendidas (139,3%), quase triplicou-se o número de teses de doutorado (250,4%), o que indica um aumento de produtividade científica de alunos e de professores e crescimento nos serviços oferecidos à sociedade pelas instituições de ensino superior;
- aumentou o número de docentes aposentados (22,5%), aumentou o número de concursos públicos para docentes efetivos até 1998 e depois reduziu-se drasticamente (-83,9%), tendo sido ainda maior a redução, durante todo período para pessoal técnico-administrativo efetivo (99,6%), o que é coerente com a sobrecarga de trabalho docente e a carência de infra-estrutura de apoio para muitas atividades;
- reduziram-se os recursos para manutenção e capital (OCC), o orçamento com pessoal ativo e com pessoal inativo, o que evidencia a perda de poder aquisitivo dos servidores e outras carências em materiais e de serviços no funcionamento das instituições.

O dia-a-dia departamental evidencia o aumento do número de contratos temporários de docentes e de funcionários, o que sinaliza a terceirização de serviços e a precarização do trabalho docente dos jovens contratados por tempo determinado, sem carga horária para pesquisa, sem vinculação departamental efetiva e sem direito a tempo remunerado para qualificação.

A série histórica de dados de 1995 a 2000 de uma universidade pública, a Universidade Federal Fluminense, à qual pertenço, acompanha os dados para todo Brasil. Mostra que houve, nesse período:

- um aumento de 108,7% no número de alunos matriculados na Graduação (de 10.145 em 1995 a 21.177 em 2000);
- um aumento de 372,7% na Pós-graduação (de 1.107 em 1995 para 5.223 em 2000, incluindo *lato* e *stricto sensu*);
- mas o número de docentes na ativa evoluiu em sentido inverso, reduziu-se em 13,5% (de 2.965 em 1995 a 2.478 em 2000).
- Vê-se, ainda, que a segunda onda de indução à aposentadoria pela ameaça de perda do direito à estabilidade e à aposentadoria dos servidores públicos com salário integral, ocorreu do primeiro para o segundo ano do Governo FHC. Isso se expressa no número de docentes aposentados que cresceu 88,2% de 1995 para 1996 (passou de 595 para 1.120) e chegou a 108,4% acumulados de 1995 a 2000 (de 595 em 1995 a 1240 em 2000).

Essa política errática de formar pessoal e restringir as condições de acesso e de exercício dos serviços públicos na educação superior sinaliza o projeto de mercantilização da educação em curso, com o horizonte imprevisível da vigência da internacionalização dos serviços educacionais como quer a OMC (Organização Mundial do Comércio). "A idéia é que os serviços de ensino sejam comercializados livremente, facilitando operações como a atuação de grupos educacionais estrangeiros e a aprovação de cursos à distância, o que pode alterar leis nacionais." É o lado obscuro do processo aberto de privatização do ensino superior que já ostenta a média nacional aproximada de 70% das matrículas no ensino privado. Ocorre uma inversão dos meios em fins ao se permitir que os fins sociais, que a educação deve ter em qualquer sociedade, se tornem objeto de manipulação ou meios de enriquecimento privativo de outros indivíduos, grupos e países. No caso do Brasil, é o que caracteriza nossa dependência em relação a centros hegemônicos como os Estados Unidos e a Europa. São esses interesses externos que comandam a cultura, a acumulação e a distribuição dos bens culturais entre os quais a educação. Tergiversa-se sobre valores e seus significados na vida de um povo, na cons-

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Cartas

ciência de seus educadores. Preconiza-se na escola o modelo empresarial de participação, os parâmetros da qualidade total baseada em critérios de eficiência que distorcem os fins da educação criativa, transformadora, da formação profissional como desenvolvimento humano gerador de cultura.

No âmbito do ensino superior, estas reformas, apoiadas em forte vontade política, detalhados instrumentos jurídicos produzidos pelo Executivo e recursos externos, conduziram a um processo de regressão na democratização do conhecimento nas diversas regiões do país. Opera-se o desmonte progressivo da capacidade das instituições e de seus profissionais, de oferecer ensino e desenvolver a pesquisa e a extensão dentro dos padrões de qualidade que a sociedade tem o direito de exigir. Sob o signo do mercado e da privatização, compromete-se a formação crítica das novas gerações que devem constituir os quadros mais preparados do país, e reduz-se a possibilidade de um mínimo de soberania propiciada pela produção do conhecimento .

A soberania dos países não advém apenas da posse de armas para defender seu território, mas também da autonomia para produzir conhecimento e responder às demandas de vida de seu povo. Assim, entende-se porque a educação se coloca como uma questão estratégica, no nível básico para a educação fundamental e média de crianças e adolescentes, e no nível superior para o aperfeiçoamento profissional, científico e tecnológico de jovens e adultos. Estes não são elementos autônomos, isolados, mas profundamente imbricados uns em outros, enraizados no tecido social e disseminados pela palavra, pelos discursos que construímos no entendimento e nas ações que viabilizam a vida.

A análise crítica da universidade brasileira, para prestar um serviço ao país, deve apontar as disfunções e os entraves de ordem material e política que prejudicam o desempenho desta instituição, mas também situar estes problemas no âmbito mais amplo de projetos societários alternativos do país e de sua inserção internacional.

Diante das incertezas em relação à garantia de direitos, para quem já cumpriu o tempo de serviço e/ou tempo de contribuição, e diante do que se anuncia sobre a reforma da previdência em curso no país, centenas de professores e pesquisadores buscam a aposentadoria. Esta decisão não trata de assegurar um privilégio, mas de afirmar um direito. Tendo completado há dez anos o tempo exigido para aposentadoria, por gosto e por compromisso ético e político, resisti a aposentar-me durante toda gestão Collor e também a de FHC. Sinto-me, agora, novamente pressionada pelo discurso governamental que toma a parte pelo todo, não explicitando todos os dados da questão da previdência, inclusive o uso dos recursos.

Não é nada fácil compreender a posição que está sendo tomada pelo governo, mas sua direção vai se tornando mais evidente: o posicionamento manifesto na Carta de Brasília não apenas chancela a agenda política de reformas previdenciárias construída pelos governos anteriores, expressando uma avaliação positiva de seus resultados, como também reproduz uma visão gerencial e fiscalista na condução da reforma, em detrimento de uma mobilização para a construção de novas possibilidades. (...) Estimativas de evasão e renúncia entre 1997 e 2001, dão conta de um montante no valor de R$ 180 bilhões, um número impressionante, principalmente se o compararmos com o déficit de mais ou menos R$ 77 bilhões na conta do Regime Geral de Previdência Social no mesmo período. Neste quadro, torna-se impossível não reconhecer que a afirmação da sustentabilidade do RGPS só pode estar associada à renúncia ao desafio de estabelecer novos parâmetros de gestão pública para o mais importante fundo de provisão social criado pelos trabalhadores brasileiros ao longo dos últimos oitenta anos.

Ao nivelar por baixo o Serviço Público com a iniciativa privada, sinaliza-se um esvaziamento da função pública cujo princípio básico é a garantia de direitos sociais independentemente do poder de compra individual. Alega-se que a universidade pública é elitista. Elitista, sim, é a sociedade que governa o país há quinhentos anos e sempre restringiu a uma parcela da população o alcance dos direitos sociais básicos, entre os quais a educação em todos os seus níveis. O povo brasileiro necessita de educação de base: letramento ou capacidade de ler os sinais escritos e de ler a realidade que lhes dá significado, educação para a convivência no trânsito, para a saúde, a alimentação e tantas coisas mais. Esta é, antes de tudo, uma função pública, promover a elevação das pessoas ao seu nível de dignidade como seres humanos. É nas universidades públicas, nas pós-graduações, principalmente, que sindicalistas, líderes comunitários, agentes sociais de ONGs e de movimentos sociais vêm ampliar sua formação para atuar com uma compreensão alargada pelo conhecimento que a universidade produz e ensina.

A quem serve esta situação que força o afastamento de tantos profissionais (formados com recursos públicos, no auge de sua produtividade) do espaço público com o conhecido deslocamento para as instituições privadas? O resgate de nossa cidadania como professores e pesquisadores comprometidos com o conhecimento e com a educação pública, que deve servir às novas gerações, exige dos novos governantes a compreensão do papel estratégico dos professores e da produção do conhecimento na consolidação da democracia em nosso país.

Niterói, 10 de abril de 2003.

Maria Ciavatta
Professora Titular.

Subscrevem a carta, por compromisso ético e político, os membros do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (NEDDATE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense: **Professores**. Eunice S. Trein, Francisco José Silveira Lobo, Gaudêncio Frigotto, José Luiz Antunes, José Rodrigues, Lea de Lourdes Calvão, Lia Tiriba, Ronaldo Rosas Reis, Sonia Maria Rummert; **Pesquisadora Associada** Filippina Chinelli; **Doutorandos** Ana Margarida Campello, Anita Handfas, Hajime T. Nozaki, Jailson dos Santos, Laura Fonseca, Marcelo Lima, Marise Bastos da Cunha, Roberta Maria Lobo, Rosilda Benacchio; **Mestrandos** Helder Molina, Simone Lessa; **Bolsista de Apoio Técnico** Maria Célia Freire de Carvalho; e os **estudantes de Graduação e Bolsistas de Pesquisa** Aline Ribeiro da Silva, Fabiana Nunes da Silva, Queila M. Marques, Renata Pires Pereira, Rossana Duarte Emmerich e Téo Cordeiro.

ANOTE

Ensino de Engenharia em Debate

O Centro Acadêmico de Engenharia da UFRJ em parceria com os CAs da UFF, da Rural, da Uerj, do Cefet e do Sindicato dos Engenheiros do Rio, está realizando um ciclo de debates com o tema Reforma Curricular e a Visão dos Estudantes. Os eventos acontecem toda terça-feira, nas várias instituições. Os debates na UFRJ ("Engenheiro: Técnico ou Teórico?" e o "Ensino Básico e Profissional") serão realizados no dia 27/5, às 13h, no Salão Nobre da Decania do Centro de Tecnologia, no 2º andar do Bloco A. O diretor do Senge/RJ Agamenon Oliveira participa como moderador.

Seminário sobre Educação

A Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação, seção do Rio, promove um seminário estadual na Uni-Rio, nesta quinta-feira (29/5), a partir das 13h. O evento contará com a participação da professora Raquel Goulart, integrante do GTPE da Adufrj-SSind.

Agenda Sindical

26/05 - Reunião do GT dos Movimentos da UFRJ contra a Reforma da Previdência - Avaliação da PEC 40 (18h - 20h) e Comissões de Trabalho (20h - 22h)
Sede da Regional Rio do Andes-SN, Av. Rio Branco, 277, 13º andar
A reunião é aberta a todos os sindicalizados

27/05 - Reunião do GT de Seguridade Social das SSinds do Rio
Rio de Janeiro (RJ) - sede da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, às 16h

27/05 - Instalação do Comando Nacional de Mobilização do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

29/05 - Audiência do Andes-SN com o ministro da Educação
Brasília (DF)

31/05 - Reunião da Coordenação Executiva do FNDEP
Brasília (DF)

2/06 - Reunião do Setor das IFES
São Paulo (SP)

3/06 - Plenária Nacional dos SPF
São Paulo (SP)

3 a 7/06 - Congresso Nacional da CUT
São Paulo (SP) - Anhembi

5 e 6/6 - Seminário "Democracia Racial e Ações Afirmativas"
Rio de Janeiro (RJ) - Associação de Docentes da Uerj

6/6 - Reunião do GT Etnia, Gênero e Classe
Rio de Janeiro (RJ) - Associação de Docentes da Uerj

11/06 - Marcha contra a Reforma em Brasília

13/06 - Reunião do Setor das IFES

14/06 - Plenária dos SPF
2ª quinzena de junho - Indicativo de paralisação por tempo indeterminado

27 a 29/06 - 46º Conad do Andes-SN
Vitória (ES)

24 a 28/10 - Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

UFRJ

Eleições na Coppe

Apenas dois candidatos se inscreveram para concorrer às eleições de diretoria da Coppe que serão realizadas nos dias 4 e 5 de junho. Os professores Angela Uller, atual diretora de Tecnologia e Inovação, e Luiz Fernando Legey, atual vice-reitor, se candidataram ao cargo de diretor da Unidade e participarão de um debate com a comunidade na quinta-feira, 30/5, a partir das 9h30, no Auditório G-122 do Centro de Tecnologia.

A adoção da ponderação paritária vem causando polêmica na Coppe.

Opinião

A Bienal do Livro e a era FHC III

Maria de Lourdes Passos*

A semelhança entre o governo Lula e o de Fernando Henrique Cardoso não se limita à esfera da condução da economia do país. Também na área da educação, vemos a repetição da política e do discurso do governo anterior. A diferença está em que o atual Ministro da Educação, Prof. Cristovam Buarque, tem mostrado uma grande habilidade para apresentar sua política de sucateamento da universidade pública como uma suposta atenção maior ao ensino fundamental. Tal como o Ministro de Educação do governo anterior, o atual contrapõe o ensino superior ao fundamental e defende que o salário do professor deve ter uma parcela fixa e outra variável, de acordo com a produtividade. Continuando o modelito do governo anterior, a dívida pública e seu pagamento são apresentados pelo Ministro como dados da Natureza, certezas tão inabaláveis quanto o nascimento e ocaso cotidianos do Sol.

De pouca novidade é também a culpabilização explícita da classe média pela pobreza extrema em que vive grande parcela de nossa população, com todas as carências decorrentes, incluindo o analfabetismo. A tática do Ministro inclui apresentar rapidamente uma porção de números, propagandear o caráter supostamente revolucionário de suas propostas e investir no justo mal-estar sentido por aqueles ainda detentores de alguns poucos direitos – como a capacidade de pagar colégio particular para os filhos, na impossibilidade de obter boa escola pública para eles -, procurando fazê-los desistir de quaisquer reivindicações que tenham a ousadia de apresentar. A estranha lógica do Ministro parece ser a seguinte: diante de tanta desigualdade, vamos retirar da classe média os poucos direitos que ela ainda tem. Todos – ou quase todos – serão igualmente pobres e ignorantes. Exceto aqueles que se beneficiam, por exemplo, do pagamento da dívida pública.

Trata-se exatamente da mesma lógica que preside ao encaminhamento da contra-reforma da Previdência. Ao invés de levantar o patamar de direitos dos trabalhadores da iniciativa privada, a proposta do governo Lula é a de retirar os poucos direitos do servidor público, como a aposentadoria integral. Que fiquem *quase* todos mais pobres: a exceção aqui é também a de enriquecer ainda mais os mesmos que vêm se beneficiando do pagamento da dívida pública.

Esta estranha lógica do governo Lula esteve presente na Conferência de abertura da XIª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, *O batismo da leitura: o Brasil alfabetizado*, proferida pelo Prof. Cristovam Buarque, no dia 15 de maio de 2003. O GTPE da Adufrj foi representado pela Prof. Maria de Lourdes Passos. Estamos apresentando a transcrição de partes da conferência nesta edição do jornal da Adufrj.

O ministro anunciou uma grande campanha para alfabetizar 20 milhões de brasileiros, que ele procura apresentar como alguma coisa meio revolucionária: "Tem gente que diz, também, que não tem porque alfabetizar quem já passou dos 60 anos, mas a gente não vacina quem já passou dos 60?".

O projeto inclui levar livros às casas através de agentes de leitura, como os agentes de saúde e o carteiro. Além disso, o Ministro propõe uma lei estabelecendo que a cesta básica contenha livro, além da criação de bibliotecas que cheguem aos excluídos: "A biblioteca tem que estar na casa das pessoas. Nós fizemos no Distrito Federal e queremos estender para o Brasil inteiro, são pequenas bibliotecas com 200 a 300 livros numa casa em cada rua. Fizemos isso para estruturar 550 casas, 550 ruas passaram a ter bibliotecas. 200 livros, 300 livros. Passam 2 ou 3 meses esses livros circulam, trocam os livros de uma casa pelos livros da outra. O único custo disso é o quê? Esses livros, uma estante pequena e um carro para levar os livros de um lugar para o outro. [...]

Aí as pessoas que nesse país perguntam, tudo o que é para pobre perguntam, se já tem dinheiro, porque quando se fala de aumento de salário para as categorias como a nossa ninguém pergunta se tem dinheiro, mas quando se fala de coisa para pobre perguntam se tem dinheiro.

Para montar essas bibliotecas, vocês façam as contas aí, 100 mil bibliotecas, 200 livros, vai precisar de 20 milhões de livros, em 4 anos dá 5 milhões de livros por ano. Parece muito, né? O MEC compra hoje 100 milhões de livros por ano, e nós esperamos dobrar esse número até 2007, isto é, 2006."

A tática do Ministro é a de simplificar tudo. Assim, por exemplo, a ausência de letramento na vida do analfabeto vai ser resolvida com a inclusão de livros na cesta básica. O Ministro parece não entender, ou finge que não entende, que não apenas a pessoa é analfabeta, mas é toda a sua vida que a exclui da leitura.

Nenhuma palavra é dita diretamente sobre o estado das bibliotecas nas universidades públicas, embora indiretamente seja dito que não haverá recursos para elas.

Segundo o Ministro, é preciso enfrentar a situação da alfabetização no país em "três partes, [...], alfabetizar os adultos, fazer com que eles gostem de ler e fechar a torneirinha das crianças que ficam sem ler.

Hoje 50% das crianças da 4ª série não sabem ler. E daqui a cinco anos vão ser mais adultos se não souberam, porque aí já vão estar com 15 anos que é quando a gente considera que já é adulto. Agora, então tem que fechar a torneirinha. [...]

"Ora, qual é o recurso para alfabetizar o aluno? Três coisas: um quadro-negro numa sala, uma pessoa analfabeta e uma pessoa alfabetizada, minimamente treinada."

Os alfabetizadores seriam, na proposta do Ministro, os professores que já lecionam e/ou os universitários.

"Analfabeto tem uns 20. E alfabetizadores? Vamos pensar um pouco. Se nós temos 20 milhões de analfabetos e quase 120 milhões de adultos, então nós temos quase 5 alfabetizados para um analfabeto. Será que a gente não consegue de 5, 20% para ser alfabetizador? Aliás não precisa muito esforço. Será que de 5 a gente não consegue um? E se conseguir um vai ser um para alfabetizar um. Cada um alfabetiza 20. Então a gente precisa só de 100 mil alfabetizadores para alfabetizar 20 milhões. Ora, entre 100 milhões, ou 120 milhões, de alfabetizados só precisa de 100 mil, quantos... é 0,1%. Eu acho que a gente... Mas a gente pode dizer que 120 milhões de alunos, tem muitos desses que não vão conseguir ensinar. São doentes, são velhos, são ruins, tem uns que gostam que tenham analfabetos...Vamos pegar só quem é universitário, são 3 milhões. Tem 3 milhões de universitários no Brasil. Se fosse em outros países era capaz de não dar para alfabetizar, por que não tem nível universitário, mas aqui tem 3 milhões de alunos universitários. Ora, 3 milhões para alfabetizar 20, bastava que cada um alfabetizasse 6. Se ele está formado em 4 anos, bastava que alfabetizasse 1 no 1º ano, 2 no 2º, 1 no 3º e 4 no outro. Não, 2, me enganei, mas não é por aí que funciona.

Vamos ver como é que funciona.

A gente tem que pegar esses 3 milhões e contratar 100 mil, ou seja, é um número muito pequeno que a gente precisaria de universitários para que eles alfabetizassem todos nossos analfabetos.

Mas não vamos falar dos universitários, vamos pular para o outro lado. A gente tem 2 milhões de professores no ensino básico, que já sabem ensinar a ler, porque são professores. Os universitários a gente teria que dar um treinamento pra eles. Tem 2 milhões de professores! Será que de 2 milhões a gente não consegue 100 mil? Consegue. Mas vamos supor que não consiga gratuitamente, voluntariamente. Ninguém está obrigado. Vamos ver quanto custaria pra gente pagar para que ele alfabetize. Juntando material escolar, merenda, segurança onde for preciso, e um salário para o alfabetizador, a gente precisaria de 250 milhões por ano. Durante 4 anos, 250 milhões resolvia o problema. Aí vamos ver se esse dinheiro é muito ou pouco.

Vocês sabiam que a renda do país, a renda de todos nós é 1 trilhão e 300 bilhões de reais? A gente precisa de quê? Nada nesse 1 trilhão. Mas não vamos comparar com esse número. Vocês sabiam que o Brasil gasta 13 bilhões em propaganda? Ou seja, a gente gasta 13 bilhões com propaganda, a gente só precisaria de 0,25 bilhões para resolver o problema. Se fosse 10% era 1 bilhão, se fosse 0,1 era 100 milhões, a gente precisa de 0,2 dos gastos com a educação. Bastava um imposto bem pequeninho sobre a propaganda, e eu não estou defendendo isso, não estou defendendo isso, mas só estou fazendo a comparação para mostrar como dinheiro a gente tem.

Guilherme Lessa

MINISTRO DA EDUCAÇÃO PROFERIU CONFERÊNCIA NA ABERTURA DA BIENAL

Se a gente tem as pessoas, se a gente tem o dinheiro, o que é que falta pra gente levar adiante esse processo de renascer 20 milhões, ensinando os adultos? Falta uma vontade nacional. E essa vontade se une de onde? Se une de conversas como essas e de ter um governo que queira fazer.

Nós temos hoje um governo que quer fazer isso. O que falta é despertar um grande sentimento nacional de transformar o que é a vontade do governo numa vontade coletiva nacional."

Pergunta dirigida em nome da Adufrj ao Ministro: "[...] o senhor fala de muitos números, e o senhor tem bastantes propostas de quem seriam os alfabetizadores, mas eu fico com a impressão de que tem uma certa simplificação nas suas propostas. [...] vou exemplificar com uma coisa que o senhor falou. O senhor falou que, para se alfabetizar, é preciso 3 coisas: um quadro-negro, alguém alfabetizado e um analfabeto. Isso não é verdade, porque se fosse verdade, nós não teríamos, como o senhor também disse, 50% de crianças analfabetas na 4ª série. Elas já ficaram, no mínimo, 4 anos numa situação onde há quadro-negro, alguém alfabetizado e ela, que é analfabeta. Eu estou querendo chamar a atenção para o seguinte: eu penso que a questão da verba é muito importante. Não é fácil formar alfabetizadores, e aí nós temos que pensar nos 3 níveis de ensino, é por isso que as entidades reinvindicam recursos, não apenas para o ensino básico como a gente reinvindica através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, mas também para o nível médio, mas também para as universidades, porque nas universidades nós formamos os professores que vão dar aula no ensino médio, no ensino médio se formam professores que vão dar aula no ensino básico e daí para frente. É uma cadeia, e toda ela precisa de recursos, e os recursos são muito escassos no nosso país. E essa é a minha questão. Obrigada."

MINISTRO: "Bem, eu vou responder. Primeiro, você tem razão. Tudo o que a gente falou tem uma dose de simplificação. Mas não é uma simplificação de que só [...]. Deixa eu começar a questão pelo final. Não falta verba nesse país se a gente escolhe as prioridades. Esse é um país que tem muito dinheiro, mas de fato, nesse Brasil, as prioridades não são nem o ensino básico nem as universidades. Mas não falta recurso num país que tem 1 trilhão e 300 bilhões de renda. [...] Aliás tem uma coisa que eu insisto é que eu não mudei meu discurso. Alguns aqui devem-se lembrar de que eu cheguei, em 98, a sugerir que o Malan continuasse sendo Ministro e continuo achando que estava certo em dizer isso àquela hora, porque economia não tem outra a não ser essa. Economia é uma coisa e orçamento é outra, se ligam, mas não são o mesmo. Por exemplo, faz parte da atual economia exigir um superávit de juros sem diminuir o orçamento, o superávit de até 5%, o PIB subiu 95. Estabeleci que a elite dos brasileiros é que não quer aprender. [...] E não quer abrir mão das coisas. [...] Se a gente fosse menos a churrasco de rodízio, todo o mundo comia carne. O "Fome Zero" bastava que tirasse churrasco de rodízio que já resolvia metade do problema da fome no Brasil. Nós vivemos permanentemente churrascos de rodízio nesse país. Você atravessa a Ponte Rio-Niterói [...] é dinheiro público que poderia ter ido para escola. Ou então um avião num mesmo aeroporto que a gente usa com o dinheiro que poderia ter ido para saneamento. Então é uma simplificação, mas não é irrealista. Quanto à universidade, eu vim aqui falar de alfabetização. Eu não vim falar de universidades, até porque eu tenho passado o dia inteiro falando de universidades [...]. Eu acho que tem o direito de um dia na vida falar de alfabetização. A universidade ia tomar meu tempo quase todo. 90% das audiências no Ministério são em relação às universidades. Nunca um analfabeto se dignou a pedir uma audiência e raríssimos alfabetizadores. Agora reitor nem marca audiência, e é meu colega, como é que eu vou dizer que não? E finalmente o recurso. Sim, a universidade. O Brasil não pode ser grande sem universidade, o ensino básico não pode melhorar sem universidade, mas erradicar o analfabetismo, dá. Ora, claro que dá, mas a gente não pode ficar só no analfabetismo, tem que pensar no ensino básico, tem que fazer desse país uma grande potência... Mas eu lamento dizer, que as universidades não estão dando a quota delas. E alguns dizem: "Mas é que elas foram muito maltratadas nesses oito anos." É verdade. Mas o maltrato nas universidades diminuiria se o povo amasse a universidade e no Brasil o povo não ama a universidade. O povo vê a universidade como uma coisa distante e tem razão, sabe por quê? O Brasil só teve a primeira universidade formal em 1923, no Rio de Janeiro, mas antes já havia ensino superior, a Faculdade de Direito de Pernambuco é uma das mais antigas, a de Medicina de Salvador, a Escola de Engenharia de Ouro Preto. Já tinha universidade - entre aspas - no século XIX e as nossas universidades não se mobilizaram para acabar com a escravidão. Não houve nenhuma manifestação dos estudantes universitários do Brasil contra a escravidão. As Faculdades de Direito ensinavam como manter os escravos e não como libertá-los. Quem libertou os escravos foram parlamentares, jornalistas e poetas. Não foram universitários. Ainda sou universitário, dou minha aulinha lá toda semana, é minha vida. Vou-me aposentar professor. Mas qual foi a última manifestação das universidades contra a pobreza no Brasil? Qual foi a última greve das universidades brasileiras pelo ensino básico? Não houve, estamos atentos. [...]. Isso daí não é simplificação. Mas não é só a parte da manifestação política, analisando o discurso das universidades, e quer dizer que tem muita exceção nisso. Aliás, eu posso me considerar uma exceção, porque os meus cursos, os meus livros são voltados para evitar os problemas da pobreza. Mas os cursos de Economia são voltados para ensinar como aumentar a riqueza, não estão ensinando como diminuir a pobreza, porque são prisioneiros de um tempo em que a riqueza aumentando, a pobreza diminuía. Mas hoje não é mais assim. Hoje a riqueza cresce se concentrando por poucos. [...] dá para a gente, de fato, erradicar o analfabetismo com uma pequena conta. A universidade, só as federais, hoje, custam 10 bilhões por ano para o governo, 10 bilhões. A gente só precisa de 250 milhões para acabar com o analfabetismo. Não é esse dinheiro que, deixando de ir para a universidade, resolveria o problema da universidade, entendeu? A universidade precisa hoje de 3 a 4 bilhões para consertar a tragédia dos últimos anos, 3 a 4. É quanto a gente precisa para aumentar os salários dos servidores, consertar os prédios que estão caindo, comprar equipamento, 3 a 4, ou seja, 20 vezes mais. Para a gente consertar, precisa 20 vezes. Esse, aí eu sou realista, esse não vai ter logo. Esse não vai ter. Esse não tem não. Esse não tem. Esse vai ter que ter um certo constrangimento para conseguir resolver. Não vai dar para resolver o problema da universidade em 2, 3, 4 anos. Mas analfabetismo dá, aliás o ensino básico já precisa de 15 anos. [...] Agora, a universidade vai demorar um pouquinho. Mas não é por falta de [...], não é tirando dinheiro de universidade que a gente vai resolver o problema, que não vai precisar tirar, até porque é tão pouquinho que se tirasse não sentia falta. Mas a universidade precisa de mais, não dá para tirar daí, tem que tirar de outros lugares. Mas a universidade, toda vez que eu falo do ensino médio, me perguntam, porque eu não falo da universidade. Eu falo o tempo todo da universidade."

As palavras do Ministro dispensam maiores comentários, elas nos dizem muito bem a que ele veio.

*Membro do GTPE da Adufrj-SSind

UFRJ

Estudantes da UFRJ querem rádio de volta

Uma reunião nesta quarta-feira, dia 28, no Centro Acadêmico da Escola de Comunicação da UFRJ pode definir o retorno às atividades da chamada Rádio Interferência (91,5 FM) - uma emissora dos estudantes da universidade. A Interferência foi proibida de funcionar no dia 24 de abril, graças à intervenção da Polícia Federal, na sala da rádio, localizada no *campus* da Praia Vermelha. Identificado apenas como "Sabá", um agente da PF obrigou o estudante de plantão a encerrar a transmissão, pois a rádio estaria supostamente afetando as comunicações do Aeroporto Santos Dumont. Na ocasião, o assunto chegou aos grandes jornais, mas nenhuma autoridade no aeroporto confirmou a informação.

Os estudantes pediram o apoio da reitoria da UFRJ. Sem sucesso, pois a rádio não é institucionalizada - não faz parte da estrutura da universidade -, justificou a chefe de gabinete da administração, professora Ângela Gonçalves.

Se não puderam contar com o apoio da reitoria, os alunos conseguiram ajuda com parlamentares e com as entidades de rádios comunitárias do Rio e do Brasil, que lhes ofereceram assessoria jurídica para o caso.

Legislação não enquadra Interferência

De acordo com a estudante Julieta Roitman, do 8º período de Radialismo, a proposta para a reunião desta semana, além da data de reinício da transmissão da rádio, é considerar algumas precauções diante de uma possível nova inspeção da Polícia Federal. Segundo ela, foi muito "estranho" o procedimento do agente: que não apresentou qualquer mandado judicial, não lacrou a porta da sala onde funciona a rádio, nem apreendeu qualquer equipamento.

Perguntada sobre a possibilidade de regularizar a rádio para evitar mais aborrecimentos, Julieta argumentou que isso não interessa, diante da legislação vigente. Segundo documento enviado à redação da Adufrj-SSind pela estudante, a lei atual não prevê o caso de rádios que se organizem sem uma diretoria, mas em núcleos, como funciona a Interferência. "Com relação às rádios universitárias, a lei não prevê rádios em que trabalhem estudantes sem serem estagiários. A universidade poderia somente pedir uma concessão de rádio educativa e teria que se estruturar conforme as rádios comerciais, o que não é o nosso objetivo", diz um trecho do texto. Mais adiante, o documento informa ainda que a lei estabelece um limite de potência, sem considerar as particularidades do local onde a rádio se situa. A Interferência ultrapassava esse limite, pois seus participantes têm o objetivo de alcançar todos os *campi* da UFRJ.

Opinião

Contra a privatização da previdência

Uma greve em defesa da universidade e do serviço público!

Cristina Miranda e Janete Luzia Leite*

A opção pela docência na universidade pública é sempre uma escolha radical. A despeito da qualificação elevada, os professores estão cientes de que não construirão um grande patrimônio que lhes permita ter fontes de renda adicionais na aposentadoria. Desse modo, a garantia da mesma remuneração dos docentes da ativa é um fator que pesa favoravelmente na manutenção do regime de dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Não foi por outro motivo que, na luta contra o emprego público, na greve de 2001, o movimento docente não transigiu na luta pela paridade entre os ativos e os aposentados. Sem a aposentadoria integral, a figura do professor inteiramente dedicado à produção e à socialização do conhecimento irá ceder lugar ao professor "empreendedor", inserido no "capitalismo acadêmico". Por isso, a luta contra a reforma neoliberal da previdência é, sem sombra de dúvida, essencial para o futuro do ensino público brasileiro.

Essa reforma não destrói apenas o futuro da universidade, mas de todo o serviço público. Assim, a responsabilidade de defender a previdência no regime de repartição é de todos os trabalhadores do setor público. A aliança do governo federal com todos os governadores indica que a luta será áspera. Somente uma forte mobilização e com a construção de uma greve nacional unitária, abrangendo os setores federal e estadual, a contra-reforma poderá ser interrompida forçando o governo a abrir negociações para uma reforma democrática da previdência.

Quando a Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais foi lançada, em fevereiro deste ano, a ameaça da reforma da previdência já estava em questão. O Projeto de Lei 9/99, que institui o regime de previdência complementar para os trabalhadores do serviço público estava em debate no Congresso e havia fortes indícios de que o novo governo iria encaminhá-lo para votação. Na primeira plenária do ano (18/2), diversas categorias do serviço público federal, dentre elas, a dos docentes, avaliaram a possibilidade de deflagrar uma greve. A plenária estabeleceu que, caso o PL 9/99 fosse a voto, os servidores federais entrariam em greve, o que provocou imediata reação do governo, expressa na convocação dos sindicatos para uma reunião, em 26 deste mesmo mês, com seis ministros, para discutir – dentre outras questões – a Reforma da Previdência. Na ocasião, os Ministros Berzoini (Previdência) e Palocci (Fazenda) reafirmaram que ainda não havia decisão por parte do governo sobre a tramitação do PL 9/99. Uma semana depois, os servidores foram surpreendidos com a Carta de Intenções do governo brasileiro, enviada ao FMI, dois dias depois, na qual a Reforma da Previdência (PL-9/99) está dada como aprovada até junho do ano em curso.

De 8 a 13 de março, os docentes reunidos no 22º CONGRESSO do ANDES-SN, avaliaram a conjuntura e votaram a favor do indicativo de greve aprovado na plenária dos servidores.

Reunidos em nova plenária, em 23 de março, os servidores mantiveram o indicativo aprovado na plenária anterior e apontaram o dia 8 de abril como *Dia Nacional de Mobilização e Paralisação contra o PL 9/99*. Este dia foi marcado em todo o país por diversas manifestações contra o PL. Na base do ANDES-SN, 38 Seções Sindicais paralisaram ou realizaram atos, debates, caminhadas, passeatas. Em Brasília, os servidores realizaram um grande ato e protocolaram, na Casa Civil, uma carta dirigida ao Presidente Lula, pela retirada do PL 9/99 e em defesa da Previdência Social Pública, com aproximadamente 20.000 (vinte mil) assinaturas.

A força da paralisação e dos atos do dia 8, somada ao trabalho de convencimento dos parlamentares no Congresso, obrigou o governo a modificar a sua tática. A tramitação do PL 9/99 foi sustada. Entretanto, a ameaça à privatização da previdência continuava no horizonte. O governo realizou uma reunião com os governadores para expor as linhas gerais de sua proposta para previdência, revelando que o conteúdo do PL 9/99 estaria contido no projeto a ser enviado ao Congresso pelo executivo. Em razão disso, a Reunião Ampliada da Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais, realizada em Brasília, no dia 15 de abril, avaliou que, mesmo com a retirada do PL 9/99, o indicativo de greve deveria ser mantido e recomendou que todos os sindicatos deveriam avaliar a possibilidade de uma nova paralisação – nos dias 14 e 15 de maio – assim como a necessidade de realização de greve por tempo indeterminado, com data indicativa para meados de junho.

A partir dessas indicações, o ANDES-SN solicitou às suas Seções Sindicais uma rodada de assembléias, no período de 22 de abril a 5 de maio, para que os docentes discutissem a proposta de nova paralisação e do indicativo de greve, desta vez, por tempo indeterminado.

No dia 30 de abril, o Presidente Lula apresentou ao Congresso Nacional o seu Projeto de Reforma da Previdência – a PEC 40 – que não só incorpora os desastres já anunciados pelo PL 9/99, como os aprofunda. Assim, a proposta de Reforma da Previdência está definida em seus elementos basilares: a privatização da Previdência Social, mesmo que em parte, está dada como inevitável sob a justificativa de garantir a geração de uma certa economia dos gastos do governo, o que não é só um equívoco, mas também uma falácia, por dois motivos: 1) não apresenta perspectiva de ampliação de direitos sociais, mas de reduzi-los e 2) a Previdência, de fim passa a ser meio, uma vez que parte dela - Previdência Complementar - é elevada ao *status* de "instrumento de fortalecimento do mercado interno futuro e fonte de poupança de longo prazo para o desenvolvimento do país".

Após a rodada de assembléias em todo o país, os docentes representantes das Seções Sindicais do ANDES-SN reuniram-se em Brasília (Reunião do Setor das IFES), em 9 de maio, para discutir e definir quais seriam os próximos passos do movimento. Trinta e quatro (34) Seções Sindicais estiveram presentes. A avaliação, agora, já com o projeto do governo tramitando no Congresso, foi a necessidade de intensificarmos a mobilização na perspectiva da construção da greve num curto espaço de tempo. O resultado dessa reunião foi apresentado na Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais de 10 de maio. Trezentos e cinqüenta e oito (358) representantes de onze (11) sindicatos nacionais estiveram presentes. Trabalhadores da área da saúde (FENASPS, CNTSS), da educação (FASUBRA, ANDES-SN e SINASEFE), do judiciário (UNAFISCO e FENAJUFE), da receita federal (FENAFISP), entre outros, avaliaram que, frente à insistência do governo em aprovar a sua proposta de Reforma da Previdência (PEC 40), o indicativo de greve deveria ser mantido apontando sua deflagração para a segunda quinzena de junho. Como parte da mobilização e construção da greve, a plenária indicou ainda que os servidores realizassem paralisações e manifestações nos dias 14 e 15 de maio.

De acordo com a avaliação e encaminhamentos dessa plenária, docentes de mais de 30 Instituições de Ensino Superior paralisaram suas atividades e manifestaram seu desagrado com a proposta do governo. Da mesma forma, 24 Seções Sindicais já deliberaram em suas assembléias a adesão à greve apontada para a segunda quinzena de junho. Nos dias 2 e 3 de junho, os docentes estarão reunidos novamente, no ANDES-SN e com os demais servidores, para avaliar o resultado das assembléias de base de todo o país. Os servidores dirão se são ou não favoráveis à deflagração da greve na segunda quinzena de junho. Até lá, esperamos que todas as Instituições de Ensino Superior já tenham se posicionado.

A dinâmica das deliberações passa, portanto, pelas decisões das assembléias de base que são discutidas em reunião do Setor das Federais que, por sua vez, encaminha as suas deliberações para a plenária de todos os servidores. As avaliações e os encaminhamentos de todos os servidores são discutidos nas assembléias de base e assim sucessivamente. Esse ir-e-vir das decisões faz parte do processo democrático de construção da greve. Historicamente, o ANDES-SN tem sido enfático na defesa desses procedimentos. A greve é a voz de cada trabalhador que comparece à assembléia e discute os rumos do movimento. O protagonismo da defesa da universidade está em nossas mãos!

* **Cristina Miranda** é professora do CAp e 3ª Secretária do ANDES-SN. **Janete Luzia Leite** é professora da Escola de Serviço Social e 1ª vice-presidente da Secretaria Regional Rio do ANDES-SN.

Vida no Campus

Vigilância sanitária fecha cinco quiosques no Fundão

Na última quarta-feira, dia 21/5, 25 técnicos da 9ª Secretaria de Vigilância Sanitária do município fiscalizaram as condições dos serviços de alimentação prestados pelos quiosques do Hospital Universitário e do Centro de Tecnologia. Ao todo, segundo o coordenador da operação e técnico da secretaria, Eduardo Sá Barreto, foram realizadas 27 autuações por falta de asseio, utilização de produtos vencidos e prazos de validade de alimentos ultrapassados. Um quiosque próximo do CT foi flagrado vendendo bebida alcoólica, o que não é permitido no *campus*.

De acordo com Eduardo Sá, foram feitas 15 interdições. Cinco quiosques foram fechados e dez estão proibidos de produzirem refeições ou lanches. As medidas foram tomadas, segundo o técnico sanitarista, devido à falta de condições de higiene para o preparo dos alimentos nestes locais. Eduardo conta que, nos pontos de venda próximos ao HU foram jogados fora 258kg de alimentos durante a fiscalização que foi acompanhada, segundo o funcionário municipal, pela segurança da Prefeitura Universitária. A fiscalização na quarta-feira ocorreu, segundo Eduardo, em atendimento ao pedido da Prefeitura da universidade feito há cerca de três semanas. "Só realizamos esta operação por solicitação da prefeitura da universidade, pois trata-se de área federal", explica.

Truculência

Na última sessão do Conselho Universitário, o representante dos técnico-administrativos Marcílio Dias protestou contra a forma como a vigilância agiu durante a fiscalização. De acordo com o conselheiro, os agentes sanitários erraram ao jogar fora as refeições e na maneira como abordaram as pessoas nos locais. Segundo Marcilio, a comunidade propõe que os quiosques sejam fiscalizados, mas não de forma truculenta e com o desperdício dos alimentos. O vice-reitor em exercício, José Luiz Monteiro, comentou o ocorrido dizendo que não houve comunicação da ação para que a reitoria acompanhasse o trabalho dos sanitaristas.

UFRJ

Campanha mostrou as diferenças entre os principais candidatos

Pagamento dos 26,05% foi a principal divergência

Três polêmicas alimentaram a campanha entre os principais candidatos que disputaram o turno único das eleições para a reitoria da UFRJ: o pagamento dos 26,05%, o apoio explícito de Carlos Lessa à chapa de Aloisio Teixeira e uma declaração também de Aloisio sobre recursos não utilizados pela administração de Fracalanzza, enquanto reitor em exercício.

Sobre o popular Plano Verão (26,05%), ficou mais que assumida a diferença entre os postulantes ao cargo de dirigente máximo da universidade: Aloisio sustenta que vai implantar o percentual para todos por ato administrativo. Para ele, trata-se de uma sentença "transitada em julgado". "Eu vou pagar para ver. Obviamente, nada disso está independente de riscos", deixou no ar. Fracalanzza argumentava que a extensão administrativa não é possível por vontade pura e simples do reitor. Isso só seria conquistado com negociações em Brasília junto aos ministérios. "O que ele (Aloisio) está dizendo é uma inverdade. A UFRJ não agüenta mais bravatas", comentou Fracalanzza, acrescentando que a declaração do adversário era apenas eleitoreira.

Um manifesto de apoio à candidatura de Aloisio assinada pelo professor Carlos Lessa, ex-reitor e atual presidente do BNDES, também deu pano para manga durante o processo eleitoral. Sobre o manifesto que circulou pelo correio eletrônico da comunidade universitária, Fracalanzza respondeu com uma "carta aberta" carregada de críticas, disponibilizada em sua página eletrônica da campanha. De acordo com o candidato da chapa 2, Lessa não deveria interferir, pois agora pertence a outra instância fora da universidade. Mais que isso: o ex-reitor administra um banco com muitos recursos. Para Fracalanzza, essa atitude "feriu a autonomia universitária" e significou uma "deslealdade" com ele, que foi vice-reitor da gestão Lessa.

Kelvin Melo

APURAÇÃO DOS VOTOS FOI REALIZADA NA SALA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

O próprio Lessa fez questão de responder com uma outra "carta aberta" em que lamentou as críticas a ele dirigidas. O presidente do BNDES argumentou que não poderia se omitir no processo eleitoral, como professor da universidade. E também pediu que respeitassem o seu direito à liberdade de expressão. Já o professor Aloisio comentou apenas que o apoio de Lessa muito o honrou, mas não quis opinar sobre a desavença entre os ex-dirigentes da UFRJ.

Recursos não utilizados

No encarte do Jornal da Adufrj nº 90 (de 12 de maio), ao discursar sobre a infraestrutura da universidade, Aloisio usou uma frase que também acirrou os ânimos entre as principais chapas concorrentes: "No entanto, os recursos disponíveis do Infra-1 e do plano emergencial elaborado pelo professor Carlos Lessa, quando de sua passagem pela reitoria não foram, até hoje, inexplicavelmente utilizados", diz o polêmico trecho.

Em entrevista posterior à publicação, Aloisio comentou que, em relação ao plano emergencial, acredita que o governo não está pagando. Assim, a cobrança deveria ser retomada, uma vez que se tratou de um compromisso de governo. "Não importa qual (governo)", completou. Sobre o Infra 1, residiria a maior polêmica. "A informação que eu tenho é que esses recursos foram disponibilizados pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), mas não chegaram às Unidades. Isso nos desqualifica para outros editais", comentou.

Fracalanzza rebateu a frase com ataque à inexperiência como reitor do outro candidato: "Essa é a opinião de quem não participou do processo e da aplicação dos recursos. Fico surpreso com essa falta de conhecimento. A utilização desse dinheiro está respeitando as normas da administração pública, com absoluta seriedade", disse.

Aloisio Teixeira comenta algumas propostas para a sua gestão

Primeiro ato como reitor

Em entrevista antes do resultado do primeiro turno, Aloisio disse que, como reitor, sua primeira atitude seria organizar uma comissão para planejar o restabelecimento dos restaurantes universitários. Mas estaria guardando uma surpresa para a comunidade universitária, logo no início do seu mandato, se eleito.

Graduação

A graduação foi vista com destaque pelo candidato durante a campanha. Aloisio enfatizou a necessidade de mudanças na graduação. Para ele, o modelo ainda respeita regras de 40 anos atrás, com práticas pedagógicas de ensino médio. O professor do Instituto de Economia pensa em submeter ao Consuni uma proposta para criar um só conselho acadêmico, que busque a aproximação entre graduação e pós-graduação. "Não tem cabimento ter um conselho só para graduação e outro, para pós-graduação", observou.

CAp

Aloisio vê a questão do Colégio de Aplicação da seguinte maneira: em primeiro lugar, o CAp deve ser repensado como colégio de aplicação, de experimentação de novos métodos pedagógicos, de uma espécie de laboratório para os licenciandos. "O CAp perdeu um pouco dessa função", disse. Apesar disso, Aloisio não descarta a criação de um segundo colégio no Fundão, que prefere chamar de "escola experimental".

Nova estrutura

O candidato propõe novos órgãos para a estrutura da UFRJ, que deverão passar pelo crivo do Conselho Universitário. Aloisio quer uma subreitoria de Planejamento e Desenvolvimento - que, segundo ele, puxaria uma das atribuições (considerada abandonada) da atual SR-5, de Extensão e Desenvolvimento. "E planejamento, nós (na universidade) não temos nenhum", resumiu. Aloisio sugere ainda uma Ouvidoria e Controladoria gerais para facilitar o contato entre a comunidade universitária e a administração. "Não temos esse mecanismo hoje. O demorado expediente das sessões do Consuni acaba assumindo essas funções", observou.

Adufrj-SSind

Adufrj-SSind realiza assembléia para avaliar o indicativo de greve em junho

Um dos itens da pauta da Assembléia Geral desta quinta-feira, dia 29/5 (ver chamada de capa), será a discussão sobre a adesão da Seção Sindical à greve nacional dos servidores públicos contra a Reforma da Previdência encaminhada pelo governo. O indicativo de entrada em greve, aprovado pelo Setor das Federais do Andes-SN e pela Plenária dos SPF, é a segunda quinzena de junho. A Adufrj-SSind participou com mais 32 seções sindicais de universidades federais da última paralisação dos dias 14 e 15 de maio. Foi a primeira mobilização do movimento docente, após a apresentação do projeto do governo ao Congresso Nacional, no dia 30 de abril.

Após esta data, o Andes Sindicato Nacional encaminhou uma rodada de Assembléias às SSind para avaliação de uma greve por tempo indeterminado e, até o último dia 15/5, 22 entidades já haviam aprovado o indicativo apresentado pelas entidades nacionais dos servidores, quatro votaram contra a greve e 31, incluindo a Adufrj-SSind, ainda estavam sem definição sobre o assunto. O Andes-SN informou, ainda, que deverá ser instalado um Comando Nacional de Mobilização, no dia 27/5, para que a entidade, junto das seções sindicais, possam começar a organizar estratégias de construção da participação dos docentes em uma greve nacional contra a Emenda Constitucional 40 (PEC 40) que já se encontra em tramitação no Congresso e pode ser votada antes do final do ano.

A próxima reunião do Setor das Federais do Andes-SN acontece no dia 2 de junho e a Plenária dos servidores será realizada no dia 3. Os eventos acontecem em São Paulo, capital, antecedendo o Congresso Nacional da CUT.

Reuniões de Unidade

A assembléia anterior da Adufrj-SSind não deliberou sobre o indicativo de greve por entender que era necessário ampliar o debate sobre o tema e encaminhou a questão para as Unidades. Desde a semana passada, a Adufrj-SSind e integrantes do Conselho de Representantes estão realizando reuniões nas Unidades para discutir o indicativo de greve para a assembléia desta quinta-feira. Na semana passada foram realizadas reuniões na Escola de Serviço Social e no Instituto de Química. Os docentes que participaram da reunião da ESS fizeram várias sugestões para aumentar a mobilização contra a reforma da previdência. Os professores sugeriram que a seção sindical intensifique o envio de mensagens eletrônicas expondo as conseqüências da reforma para os servidores. Também foi solicitado que a entidade promova mais debates e seminários sobre o tema. A revista Cadernos Adufrj nº - 5 A Reforma da Previdência em Debate foi também elogiada e os professores sugeriram que a publicação seja enviada para todos os deputados e senadores no Congresso Nacional. No Instituto de Química, os professores sugeriram também a realização de abaixo-assinados contra a reforma, a intensificação da pressão sobre os parlamentares e mais debates. Também foi sugerido que a entidade estude a possibilidade de reivindicar o direito de resposta às progagandas do governo na mídia.

Entendendo a reforma da previdência do governo Lula

A proposta do governo federal para o Regime Geral de Previdência Social, que engloba os trabalhadores do setor privado, é de um teto previdenciário de R$ 2.400,00 com um desconto máximo de R$ 264,00 nos salários para a cobertura deste limite. Atualmente, o teto dos celetistas é de R$ 1.516,56 para um desconto máximo de R$ 171,77. Vale lembrar que, em 1988, a Constituição Federal estabeleceu um teto de R$ 1.220,00 com reajuste anual pela inflação. Pelas regras propostas pelo governo, o novo valor integral da aposentadoria para o trabalhador da iniciativa privada só será pago após 24 e 28 anos de contribuição pelo novo teto, respectivamente para mulheres e homens.

No Regime Próprio de Previdência dos Servidores, as alterações são ainda mais profundas. A idade mínima para a aposentadoria sobe de 48 e 55 anos para 55 e 60 anos, respectivamente para mulheres e homens. O tempo mínimo para o servidor se aposentar passa a ser de 20 anos contra os atuais dez anos. Para se aposentar com o último salário, o servidor terá que trabalhar durante dez anos no cargo correspondente. Atualmente este trabalhador tem que ter permanecido no cargo durante cinco anos.

O teto para os proventos do setor público será o mesmo dos benefícios dos juízes do Supremo Tribunal Federal, atualmente em R$ 17.172,00. No entanto, haverá também a criação de sub-tetos, para estados e municípios, que usarão como referência os salários de governadores e prefeitos.

Outra mudança que certamente afetará os atuais e futuros aposentados é a desvinculação dos proventos dos reajustes salariais dos servidores em atividade. Este fator acarretará em perda da isonomia entre servidores ativos e aposentados.

Para se aposentar antes do tempo previsto na emenda, os servidores deverão pagar uma espécie de pedágio: uma redução de 5% no valor da aposentadoria por cada ano antecipado, no limite de até 35% de desconto. O servidor que tiver idade para se aposentar, mas continuar trabalhando, ficará isento do desconto previdenciário, até o limite de 70 anos.

Fundos de Pensão, o pano de fundo

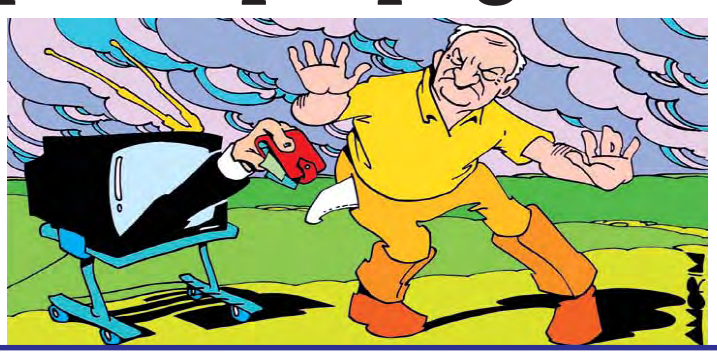
O pano de fundo dos interesses do governo e do setor financeiro na Reforma da Previdência é a possibilidade da criação de fundos de pensão para a complementação das aposentadorias dos futuros servidores aposentados. O teto do Regime Próprio seria o mesmo do Regime Geral: R$ 2.400,00. O servidor que quiser uma aposentadoria no valor acima do teto terá que participar de um fundo de pensão, administrado pelo setor financeiro, em um sistema de capitalização ou poupança forçada.

Desconto dos inativos

A medida mais impopular contida na reforma do governo é, sem dúvida, o desconto previdenciário para os aposentados. O governo quer abater 11% dos proventos acima de R$ 1.058,00 (atual limite do Imposto de Renda). Esta proposta é considerado o 'bode na sala' e pode vir a sofrer alterações - como aumentar o valor de isenção - para a aprovação dos outros itens da proposta, particularmente, dos fundos de pensão, rejeitados pelo movimento docente em assembléias locais e eventos nacionais.

Liminar suspende propaganda do governo

O governo federal teve que suspender, desde o dia 13 de maio, a propaganda no rádio e na televisão em favor de sua Reforma da Previdência. O juiz federal do Paraná Vicente de Paula Ataíde Junior deferiu a liminar impetrada por uma ação popular de autoria de três cidadãos paranaenses. O fundamento da decisão judicial é que a propaganda é anticonstitucional. Pela Constituição Federal, o governo só pode veicular propaganda em que o mote sejam as ações governamentais e não propostas políticas, "por mais respeitáveis que sejam, a título de publicação oficial", como fez referência o magistrado.



O artigo 37, parágrafo 1º, da CF, diz que "a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos". Segundo o parecer judicial, a propaganda do governo não visa a promover a informação, a educação ou a orientação social da comunidade, como está previsto na carta constitucional, mas "simplesmente forma opinião pública favorável à posição política do governo".

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

ENCARTE PREVIDÊNCIA

EDIÇÃO DE 26 DE MAIO 2003

O GT de Seguridade Social da Adufrj-SSind apresenta dois textos dedicados à análise das propostas do governo Lula para a previdência social contidas na PEC 40/2003. O primeiro esclarece aspectos do financiamento da previdência, para mostrar a inconsistência dos argumentos sobre "déficits" repetidos à exaustão pelos meios de comunicação de massa, no velho estilo de repetir mentiras até que virem verdades. O segundo texto mostra o papel decisivo que desempenham os fundos de pensão na solução da crise de acumulação do capital e no domínio sobre a classe trabalhadora, dando a pista para as reais motivações desta contra-reforma.

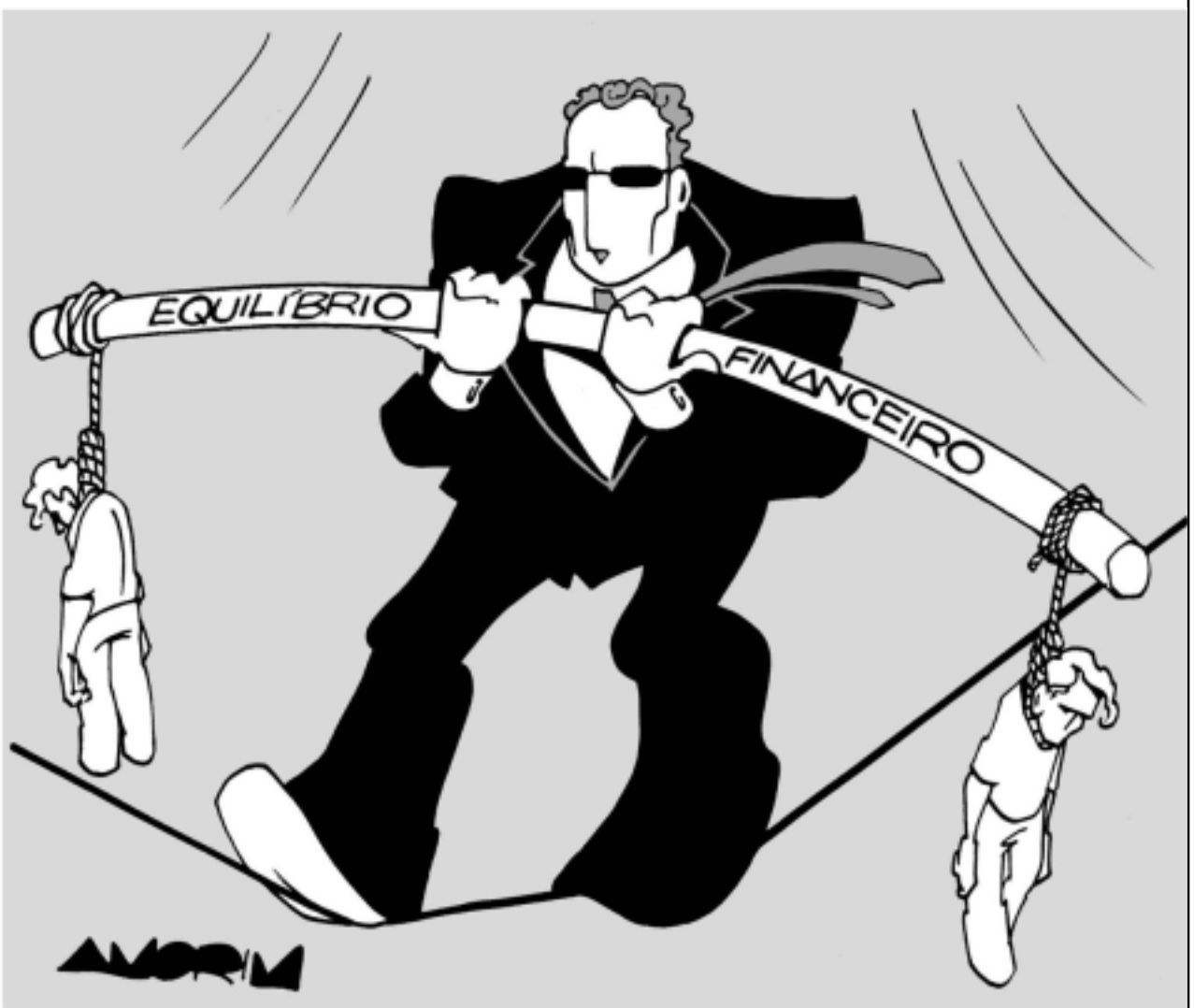
Os falsos argumentos da contra-reforma previdenciária do governo Lula

José Miguel Bendrao Saldanha e Sara Granemann[1]

As propostas do governo Lula para a previdência dos servidores públicos, contidas na PEC 40-2003, complementam e aprofundam a contra-reforma da previdência iniciada pelo governo FHC e seguem, tal como as medidas do seu antecessor, as recomendações do Banco Mundial[2], que apontam, em última instância, para a privatização da previdência social no mundo inteiro. A Emenda Constitucional nº 20/98 inscreveu na Constituição Federal elementos que ajudam a viabilizar a transferência dos sistemas de previdência para o setor privado. Entre eles estão o "caráter contributivo" e o "equilíbrio financeiro e atuarial", que passaram a ser exigidos tanto para o regime geral quanto para os regimes próprios dos servidores públicos. Estes critérios não foram adotados com o objetivo confessado de privatizar os sistemas de previdência, mas sim de muni-los de uma racionalidade economico-financeira que os torne "auto-sustentáveis", ou seja, que desobrigue o Estado de mantê-los por meio de recursos oriundos de outras fontes, perdendo a previdência o seu caráter de proteção social para transformar-se numa atividade puramente financeira.

Interpretando estes critérios de forma bastante estrita, o governo compara o valor das contribuições sobre as folhas de salários (chamadas de contribuições "do empregado" e "do empregador") com o valor dos benefícios pagos pela previdência, encontrando aí um "déficit" que precisaria ser coberto pelo aumento das contribuições ou pela diminuição dos benefícios.

De fato, a soma das despesas com estes benefícios supera atualmente, em valores crescentes a cada ano, a soma das receitas daquelas contribuições. Em 2002, no RGPS[3], as contribuições totalizaram R$71,0 bilhões e as despesas R$ 88,0 bilhões, o que resultaria num "déficit" igual a R$17,0 bilhões[4]. Mas o problema mais grave, para o governo, não é este, porque o "déficit" estaria sob controle, seria pequeno em relação ao PIB e teria a justificativa social de ser conseqüência das políticas de subsídios a pequenas empresas, de distribuição de renda por meio do aumento real do salário mínimo e de transferência de renda da área urbana para a rural[5]. O problema maior estaria nos RPPS[6] dos servidores públicos, que, segundo o governo[7], tiveram em 2002 despesas no valor de R$ 61,0 bilhões[8] e uma contrapartida de contribuições de apenas



[1] José Miguel é professor da Escola de Engenharia da UFRJ e Sara é professora da Escola de Serviço Social da UFRJ. Ambos são membros dos Grupos de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind e do Andes-SN.

[2] Em 1994, o Banco Mundial publicou o relatório "Prevenindo a crise do envelhecimento - políticas para proteger os idosos e promover o crescimento", no qual expõe claramente as diretrizes para a privatização da previdência no mundo inteiro.

[3] Regime Geral da Previdência Social.

[4] Conforme o Boletim Estatístico da Previdência Social de janeiro de 2003, editado pelo Ministério da Previdência.

[5] Segundo o governo, a discussão sobre o ajuste do RGPS pode ser feita "com menos urgência, ao longo das próximas 2 décadas".

[6] Regimes Próprios de Previdência Social.

[7] A previdência dos servidores públicos não é administrada pelo Ministério da Previdência, mas sim diretamente pelos tesouros nacional, estaduais e municipais, o que dificulta a verificação dos dados consolidados apresentados pelo governo.

[8] R$ 31,7 bilhões na União, R$ 25,5 bilhões nos estados e R$ 3,8 bilhões nos municípios.

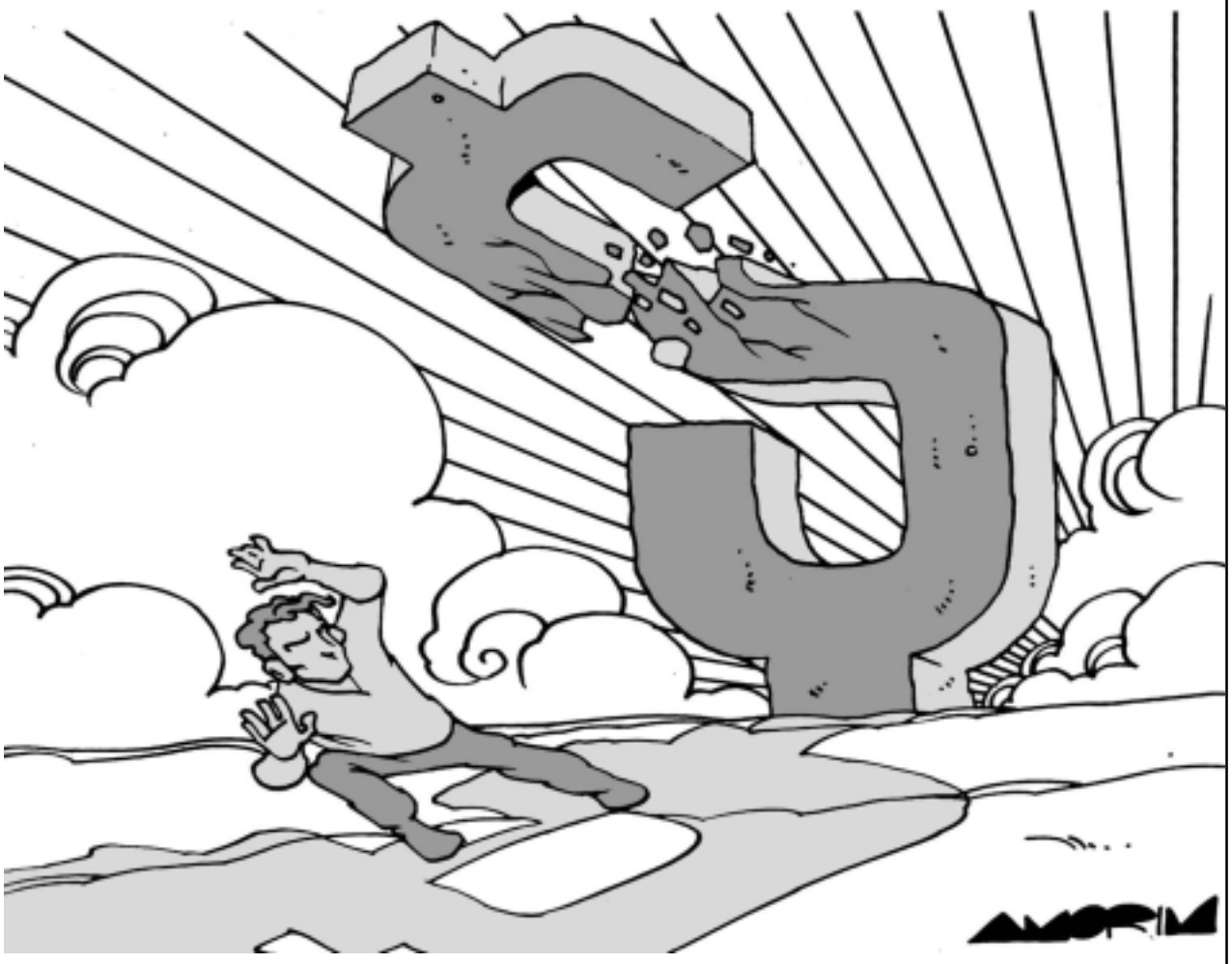
R$7,3 bilhões[9]. Isto teria, portanto, gerado um "déficit" de R$ 53,7 bilhões, gigantesco e, o que é pior, socialmente injustificável, pois seria o resultado de "privilégios" inaceitáveis dos servidores públicos, principalmente a aposentadoria integral, a paridade entre ativos e aposentados e a ausência de contribuições anteriores.

Os critérios acima podem e devem, no entanto, ser interpretados de outra forma. A Constituição não trata a previdência social de forma isolada, mas sim como parte da seguridade social, que inclui ainda as ações relativas à saúde e à assistência social, definindo para o seu custeio um amplo conjunto de fontes, além das contribuições calculadas sobre a folha de salários. As principais são a COFINS[10], a CSLL[11] e a CPMF[12]. Em 2002, a arrecadação de todas as fontes superou, com folga, a soma das despesas da seguridade[13], não havendo, portanto, qualquer déficit. Ao contrário, há um superávit, que vem sendo sistematicamente utilizado para pagar as despesas com juros da dívida pública.

Esta interpretação mais ampla dos conceitos de "caráter contributivo" e "equilíbrio atuarial e financeiro" é perfeitamente legítima e coerente com outros conceitos constitucionais[14] e até mesmo com as propostas do governo. A "Carta de Brasília", na qual o presidente Lula e os governadores dos 27 estados divulgaram, em 22 de fevereiro deste ano, os seus "pontos de convergência" sobre as reformas tributária e previdenciária, propõe a substituição da contribuição calculada com base nos salários por uma contribuição calculada sobre o faturamento das empresas[15]. Ora, tal substituição, em si positiva, aumentaria o "déficit" calculado pelo método do governo, mas isso em nada perturbou o presidente ou os governadores, numa prova adicional da falta de seriedade dos argumentos baseados no "rombo" da previdência.

A real contribuição do trabalhador para a seguridade social não é, como parece à primeira vista, igual apenas ao valor descontado do seu salário bruto a título de "contribuição para o INSS". Na verdade, o seu salário, ou seja, o pagamento pelo uso da sua força de trabalho, é apenas o chamado "salário líquido". O produto do seu trabalho, isto é, a sua contribuição para o produto social, destina-se a sustentar ele próprio (o seu salário "líquido"), a financiar a seguridade social (a "contribuição do empregado" e a "contribuição do empregador")[16] e ainda a sustentar o empregador e a acumulação do seu capital (o lucro). É o assalariado, e não o salário, que sustenta a seguridade, uma diferença aparentemente sutil mas fundamental[17].

A interpretação do governo é ainda mais arbitrária quando se trata do regime dos servidores. A contribuição destes para a previdência é um desconto que reduz as suas remunerações líquidas mas não é "pago" para ninguém. Nem a lei nem a lógica obrigam a que o total desses descontos deva ser maior do que a folha de pagamento dos aposentados. O total das folhas de pagamento dos ativos, dos aposentados e pensionistas é uma despesa (e não um "déficit"), a ser coberta, como as demais despesas do governo, pela receita de impostos, taxas, contribuições etc. O propalado "déficit" resulta de uma seleção arbitrária de receitas e despesas, feita sob medida para tentar demonstrar uma tese previamente elaborada. Isso é reconhecido pelo próprio governo, quando considera no seu cálculo uma "contribuição patronal" inexistente, igual ao dobro da "contribuição" do servidor[18], que diminui o "déficit" em 2002 de R$ 53,7 bilhões para R$ 39,1 bilhões[19]. Fica evidente, portanto, que não se trata de fluxos financeiros reais e sim do reconhecimento contábil de direitos e deveres estabelecidos. O governo dá um passo à frente ao contabilizar a "contribuição patronal"[20], mas falta-lhe a coerência de calcular o valor equivalente aos compromissos assumidos pelo Estado[21] com os servidores antes da introdução na Constituição Federal do "caráter contributivo" e do "equilíbrio financeiro e atuarial". Este valor teria de refletir "atuarial e financeiramente" o compromisso contratual assumido pelo Estado com os servidores e, portanto, ser exatamente suficiente para o pagamento das aposentadorias atuais, o que faria desaparecer o "déficit" na mesma névoa de onde surgiu[22].



A análise da evolução dos quantitativos de servidores ativos, aposentados e pensionistas da União nos últimos anos[23] ajuda a tornar mais clara esta questão. De 1995 a 2002, a quantidade de servidores federais diminuiu de 982 para 851 mil e a quantidade de aposentados e pensionistas aumentou de 803 para 943 mil. Situações semelhantes ocorrem na maioria dos estados e municípios. É evidente que a continuidade de tal tendência inviabiliza qualquer

[9] R$ 3,2 bilhões na União, R$ 3,7 bilhões nos estados e R$ 0,5 bilhões nos municípios. Estes valores foram divulgados pelo Ministério da Previdência e utilizados na Exposição de Motivos Interministerial (EMI) da PEC 40 (Tabela 2, no parágrafo 22). Os valores apresentados na EMI incluem uma "contribuição patronal de 2:1", totalizando "contribuições" no valor de R$ 21,9 bilhões. Adiante, é comentado este critério.

[10] COFINS: Contribuição social para financiamento da Seguridade Social. Consiste em 2% do faturamento bruto das empresas e é "destinada exclusivamente às despesas com atividades-fins das áreas de saúde, previdência e assistência social", conforme o artigo 1º da Lei Complementar nº 70, de 30/12/91, que a instituiu, regulamentando o inciso I do artigo 195 da Constituição Federal. Arrecadação em 2002: R$ 51 bilhões.

[11] CSLL: Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas. Consiste em 8% do lucro líquido das empresas e é "destinada ao financiamento da seguridade social.", conforme o artigo 1º da Lei nº 7689, de 15/12/88, que a criou. Arrecadação em 2002: R$ 12 bilhões.

[12] CPMF: Contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira". Suas alíquotas têm variado ao longo do tempo e o produto da sua arrecadação é "destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde", conforme o artigo 74 do Ato das Disposições Transitórias (título X da Constituição Federal de 1988), incluído pela Emenda Constitucional nº 12, de 16/08/96, que possibilitou a existência desta contribuição "provisória", cuja vigência vem sendo sucessivamente prorrogada desde então. O prazo atual de vigência é dezembro de 2004 e a sua transformação em contribuição definitiva é uma das alternativas discutidas no âmbito da reforma tributária. Arrecadação em 2002: R$ 20 bilhões.

[13] Em 2002, o total de receitas exclusivas da seguridade social foi igual a R$ 172 bilhões e o total de despesas com saúde, assistência e previdência social foi igual a R$137 bilhões, resultando num superávit de R$35 bilhões. Aqui não estão incluídas nem as receitas de "contribuições" dos servidores públicos nem as despesas com as suas aposentadorias e pensões, cujo financiamento segue outra lógica, tratada adiante.

[14] Os objetivos básicos da seguridade social, definidos no parágrafo único do artigo 194 da Constituição Federal, incluem (inciso VI) a "diversidade da base de financiamento".

[15] Item A-4 da Carta de Brasília: "A contribuição patronal para o financiamento da Seguridade Social será cobrada, total ou parcialmente, sobre a receita bruta, reduzindo o peso dos encargos sobre a folha de salários e promovendo a formalização do emprego. Esta contribuição será destinada, exclusivamente, à Previdência Social. A transição para esta modalidade poderá ser gradual."

[16] Ou seja, a sustentar os aposentados e pensionistas atuais, e não a sua própria aposentadoria futura, pois esta será sustentada pelos futuros trabalhadores. Seja qual for o regime de financiamento, repartição ou capitalização, são sempre os trabalhadores ativos de determinada época que sustentam os trabalhadores aposentados e pensionistas da mesma época.

[17] Jean-Marie Harribey, "Ce n'est pas le salaire qui paie la cotisation sociale, c'est le salarié. Nuance!", Université Montesquieu-Bordeaux IV, 2003.

[18] A tal "contribuição patronal 2:1".

[19] Despesas com aposentados e pensionistas = R$ 61 bilhões. Contribuições dos ativos = R$ 7,3 bilhões. "Contribuição patronal" = 2 vezes R$ 7,3 bilhões = R$ 14,6 bilhões. Novo "déficit" = 61 - 7,3 - 14,6 = R$ 39,1 bilhões.

[20] O governo FHC nem isso fazia.

[21] Ou seja, da União, estados, municípios e Distrito Federal.

[22] O projeto de lei Paim-Babá da indenização de R$ 400 bilhões, a ser paga aos regimes próprios de servidores, objetiva reconhecer contabilmente esta situação.

[23] Valores mostrados no Gráfico nº 3, parágrafo 36, da EMI da PEC 40.

tentativa de "equilíbrio atuarial e financeiro" baseada exclusivamente nas "contribuições" calculadas com base nas remunerações dos ativos, ainda que engordadas artificialmente pela "contribuição patronal" escritural. No entanto, esta política neo-liberal diminui as despesas do governo com pessoal. Ao contrário, se o governo inverter a tendência e resolver atender as reivindicações de abertura de concursos, fim das terceirizações, re-estatização de serviços públicos essenciais que foram entregues à iniciativa privada[24] etc, a quantidade de servidores ativos aumentará e, junto com ela, aumentará o total das "contribuições previdenciárias", diminuindo assim o "déficit". Ou seja, diminuindo a despesa de pessoal o "déficit" aumenta, e aumentando a despesa o "déficit" diminui, ficando óbvia a incoerência deste conceito de "déficit".

Esta incoerência pode ainda ser deduzida a partir das próprias regras da matemática financeira. Basta uma taxa de juros igual a 0,21% ao mês (2,55% ao ano) para que uma contribuição igual a 33% da remuneração (11% do servidor mais 22% do empregador público), mantida durante 35 anos, permita o pagamento de uma aposentadoria integral por 25 anos[25]. É possível uma regra destas resultar num regime deficitário? Claro que não.

Se estas particularidades e a existência das outras fontes de custeio da seguridade não forem consideradas, então a conclusão parece óbvia: é necessário e urgente "reformar" drasticamente a previdência dos servidores públicos, retirando direitos e ampliando obrigações, para que o país inteiro não vá à falência.

As mudanças propostas pelo governo restringem-se ao regime dos servidores (RPPS), com uma única exceção, que é o aumento do valor máximo dos benefícios (teto) do regime geral (RGPS), de R$ 1.560 para R$ 2.400 mensais. Esta mudança no RGPS, no entanto, está associada à mudança de caráter mais estrutural do conjunto de propostas, que é a transformação de uma parte da previdência dos servidores públicos em previdência complementar, a ser implantada pela transferência, dos RPPS para as EFPP[26], da previdência dos servidores públicos relativa à parcela dos seus vencimentos que fica acima do teto do RGPS. A possibilidade desta transformação já está prevista desde a aprovação da Emenda 20/98, mas a sua regulamentação estava, até agora, pendente da tramitação do Projeto de Lei Complementar PLP 9/99, que vinha sendo impedida pela forte mobilização contrária, empreendida principalmente pelos sindicatos dos servidores públicos. A PEC 40 altera o texto da própria Emenda 20, eliminando a necessidade de Lei Complementar para a previdência complementar dos servidores. Ou seja, o PLP 9/99 está inteiramente coberto, para pior, pela PEC 40/03.

A instituição da previdência complementar para os servidores não trará qualquer economia para os cofres públicos. Ao contrário, provocará um aumento da despesa pública, da ordem de 1 bilhão de reais por ano, por causa da transferência de recursos para os fundos de pensão que administrarão a previdência complementar dos servidores[27]. Mas este aumento será amplamente compensado pela receita proveniente das outras mudanças: cobrança dos aposentados, nova (e desconhecida, por enquanto) forma de cálculo das novas aposentadorias, fim de integralidade e da paridade e redução drástica dos valores das pensões. Com estas medidas, o governo estima que economizará (ou seja, que retirará dos servidores) cerca de 56 bilhões de reais, em valores atuais, nos próximos 30 anos. O destino desta "economia" não é definido no interior dos sistemas previdenciários, e não será, como diz o governo no início da exposição de motivos da PEC mas nega a toda o momento na condução da sua política econômica, instrumentalizar "um novo modelo de desenvolvimento, que englobe crescimento, emprego e eqüidade social", mas sim o mesmo destino que vem sendo dado ao superávit do orçamento da seguridade social, ou seja, o aumento do superávit primário do governo com o objetivo de pagar os juros da dívida pública[28].

É para pagar estes juros, calculados pelas taxas mais altas do planeta, e para abrir espaços privilegiados para a acumulação do capital privado, por meio dos fundos de pensão, que servirão as perdas que o governo pretende impor aos servidores. Como já alguém disse antes, "não será o roto - o servidor - dando para o esfarrapado - o trabalhador do setor privado - mas ambos, o roto e o esfarrapado dando para o capital financeiro".

[24] Muitos deles são pagos com recursos públicos, mas de uma forma que não contabiliza "contribuição previdenciária", como é o caso, por exemplo, dos valores pagos pelo SUS aos hospitais privados.

[25] $a = [1-(1+i)^{-n}]/[(1+i)^{m}-1]$, onde a = alíquota de contribuição (0,33); i = taxa de juros (0,0021); n = número de meses de contribuição (420), e m = número de meses de benefício (300).

[26] EFPP: Entidades Fechadas de Previdência Privada.

[27] O governo deixa de arrecadar a contribuição do servidor relativa à parte da remuneração acima do teto do RGPS e ainda tem de pagar a sua parte, como empregador, para o fundo de pensão. O ministro Berzoini chegou a exibir previsões de economia de gastos para daqui a 30 anos, mas as fortes críticas à inconsistência dessas previsões, fizeram com que ele abandonasse essa argumentação. Os argumentos a favor da contra-reforma começaram ancorados na lógica do "déficit", migrando depois para a "justiça social" da eliminação dos "privilégios" dos servidores.

[28] R$ 119 bilhões em 2002!

Os fundos de pensão e a acumulação capitalista[1]

Sara Granemann e
José Miguel Bendrao Saldanha[2]

A Previdência Social e as propostas de "contra-reforma" apresentadas pelo Governo Lula não se constituem em propostas originais. Diferenciamos reforma de contra-reforma porque a primeira pode operar de modo progressista ao aumentar e estender direitos de uma dada categoria para a totalidade dos trabalhadores, enquanto a segunda persegue a meta contrária: reduzir direitos pela via da regressão das relações sociais entre capital e trabalho a momentos já superados do desenvolvimento do capitalismo.

As sucessivas propostas de "contra-reforma" da Previdência Social seguem rigorosamente as recomendações do Banco Mundial, sintetizadas no documento **"Prevenir a crise do envelhecimento: políticas para proteger as pessoas idosas e promover o crescimento"**, de 1994. O documento orientador das contra-reformas garante a abertura de um enorme e razoavelmente novo espaço de acumulação capitalista, ao desarticular os sistemas públicos de Seguridade Social[3] em geral, e de Previdência Social em particular, para dar à Previdência Complementar (privada) espaços de crescimento que não poderiam existir, senão pela redução dos valores dos benefícios do sistema público e por solidariedade.

A Previdência Complementar funciona por meio de duas modalidades: a **Aberta** (os planos oferecidos pelos Bancos e pelas Seguradoras) e a **Fechada** (planos de uma categoria profissional, de uma empresa ou conjunto de empresas, chamado Fundo de Pensão).

O espaço para o crescimento da previdência complementar se faz pelo rebaixamento do teto dos benefícios da previdência pública.Quanto menor for este teto, e menores os benefícios para a população, maior será o número de trabalhadores que terá de recorrer aos planos de previdência privada, na arriscada tentativa de complementação de suas aposentadorias.

O diagnóstico e a receita do Banco Mundial

O Banco Mundial apresenta as propostas de contra-reforma e seu diagnóstico sobre a inviabilidade de sistemas previdenciários públicos, universais e por repartição, a partir de três pontos:

1) Um grave problema demográfico: o Banco vê com "muita preocupação" a queda da taxa de natalidade e o crescimento da população idosa - acima de 60 anos - no mundo. Sua previsão toma o ano de 2030 como o ano da "catástrofe": o mundo terá cerca de 1 bilhão e 400 milhões de idosos. Para ele, os recursos dos assalariados devem subvencionar as necessidades dos idosos e como o número de assalariados é cada vez menor, a alternativa sugerida é o corte de direitos. **Problemas no argumento do Banco Mundial:** A longevidade humana não pode ser compreendida como um problema. Poder viver mais do que há alguns séculos atrás é uma conquista. Ademais, a produção de riquezas jamais foi tão intensa e monumental como o é em nossa época. A proteção previdenciária só está em questão porque a lucratividade do capital, produzida pelos trabalhadores, não é dividida entre os próprios trabalhadores.

2) Falência de numerosos sistemas públicos de aposentadorias: O documento do Banco toma como exemplo para constatar a inviabilidade dos sistemas públicos as falências dos sistemas da Zâmbia e Venezuela. **Problemas no argumento do Banco Mundial:** o Banco deveria indicar aos seus leitores as contribuições dadas por ele mesmo para que as economias destes países desenvolvessem os graves problemas que apresentam. De igual modo, poderia mencionar países como o Chile e Argentina que, ao seguirem sua receita e realizarem as

[1] Este texto foi publicado originalmente no jornal Opinião Socialista, Edição 150 (15 a 28/05/2003).

[2] Sara é professora da Escola de Serviço Social da UFRJ e José Miguel é professor da Escola de Engenharia da UFRJ. Ambos são membros dos Grupos de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind e do Andes-SN.

[3] O Artigo 194 da Constituição define que "a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social".

contra-reformas nos sistemas de pensão, tiveram como resultado graves crises econômicas e sociais. Não deveria omitir também a catástrofe do sistema de aposentadorias por capitalização.

3) Os regimes públicos "favorecem os ricos em detrimento dos pobres":

O Banco diz que existem distorções no pagamento dos benefícios previdenciários porque os trabalhadores mais pobres sustentam as aposentadorias dos "trabalhadores mais ricos" na previdência pública. **Problemas no argumento do Banco Mundial:** por quê, diante dessa tal situação de injustiça, o Banco não propõe em seus documentos a elevação dos pisos mínimos de benefícios previdenciários? A saída para a justiça social nunca poderá ser a de reduzir a aposentadoria de todos os trabalhadores ao piso mínimo e a um teto absolutamente rebaixado como é o caso dos valores em vigência no Regime Geral da Previdência Social. Ao conjunto dos trabalhadores, somente pode interessar uma reforma na qual os direitos conquistados por algumas categorias - como a dos servidores públicos - sejam estendidos para todos os trabalhadores do país. Com a contra-reforma, o que se busca não é a resolução de uma injustiça, mas opor trabalhadores da iniciativa privada aos trabalhadores do serviço público para mais uma vez cassar direitos e impedir a unidade de todos na luta contra o capitalismo.

Tais propostas têm dois objetivos: 1) estender a situação de injustiça previdenciária para todos os trabalhadores e taxar os do serviço público (ativos, aposentados e pensionistas) de 'privilegiados' para os distanciar dos demais 2) Ao fomentar este clima contra os trabalhadores do serviço público, apresenta-se a "solução" para os problemas previdenciários: a Previdência Complementar.

O segredo dos ataques à Previdência Social e aos servidores públicos, revela-se na necessidade do modo capitalista de produção de encontrar novos montantes de capital para o financiamento de sua acumulação em mais um de seus momentos de crise.

A privatização via Fundos de Pensão

A privatização da Previdência reveste-se de conteúdo e interesse diferenciados das demais privatizações. Os recursos previdenciários mobilizados pelos fundos de pensão se formam com surpreendente rapidez e são contínua e crescentemente renovados.

Com a privatização da Previdência estima-se que o mercado financeiro se apropriará de cerca de R$ 670 bilhões até 2.010.

O regime de capitalização é uma poupança individual, cuja aplicação do dinheiro é controlada pelo sistema financeiro, através de corretoras ligadas aos bancos que operam no mercado de capitais. Ela é praticamente toda investida no mercado de ações (Bolsa de Valores) ou em títulos do governo. Esta, por exemplo, é a situação atual da PREVI (Fundo de Pensão do Banco do Brasil) que tem 58% de seus ativos investido em ações. Em 2002 os Bancos Bilbao Viscaya e Santander controlavam cerca de 60% do mercado de fundos privados na América Latina.

A Previdência Social, Pública e Solidária não tem risco de quebrar. Pois tudo o que é arrecadado é imediatamente distribuído (regime de repartição simples) para as aposentadorias da geração que já trabalhou (solidariedade entre gerações).

Já as aposentadorias contratadas com Fundos de Pensão ficarão sempre ao sabor do que ocorra no mercado financeiro, dominado pela especulação.

No Chile mais de 70% de tais Fundos faliram. Nos EUA e Inglaterra muitos deles estão em quebra e empresas como a Eron nos dão forte exemplo: a previdência dos trabalhadores não deve estar presa aos rodopios das bolsas de valores. Só nos EUA 470 mil trabalhadores já perderam suas aposentadorias.

Fundos operam ao serviço da exploração

Mas além de operarem prioritariamente como capitais especulativos, os fundos de pensão aprofundam dramaticamente a alienação do trabalho quando querem os sindicatos (e os sindicalistas) empenhados na gestão deste negócio capitalista.

Ao contrário de "gerar empregos" e "crescimento econômico", estes Fundos operam no sentido da superexploração do trabalho. Sua rentabilidade está ligada à valorização das ações e, portanto, à maior lucratividade das empresas. Por isso, os Fundos que ajudaram nas privatizações e tornaram-se sócios de empresas como a Embraer, Usiminas, Vale do Rio Doce e outras apoiaram o arrocho salarial e as demissões ali ocorridas, como fez a Previ na Embraer. Eles querem também que seus segurados trabalhem mais tempo e ganhem menos quando se aposentarem. Por isso buscam trocar os regimes de benefício definido, pelo de contribuição definida: um sistema no qual o trabalhador não sabe com quanto vai se aposentar: vai depender das condições de mercado na época da aposentadoria.

A possibilidade de os sindicatos instituírem fundos de pensão, já legalmente aprovada no Brasil, indica o enraizamento de idéias capitalistas no seio das organizações dos trabalhadores e entre seus dirigentes.

Para os trabalhadores, a Previdência e as demais políticas sociais integrantes da Seguridade Social não podem ser trocadas por formas de previdência privada e seguros individuais.

Os argumentos para justificar a superexploração do trabalho têm sido alardeados como a salvação da economia brasileira: a formação da poupança interna. Ao denominarmos poupança aos capitais formados pelos fundos de pensão, também devemos indicar que ela se prestará às exigências do capital e, sobretudo, às do capital especulativo.

As propostas do governo Lula aprofundam a contra-reforma da previdência iniciada por FHC. E, numa evidente manobra para tentar diminuir as críticas dos servidores ao seu projeto, o governo propõe que estes fundos de pensão sejam administrados em parceria pelos servidores e pelos governos.

Fundos de pensão públicos, uma contradição nos termos

Com assombro, para dizer o mínimo, temos assistido a apresentação de "alternativas" que aparecem no debate propondo a construção de um **"fundo de pensão público"**. A entrega de capitais estatais ou a renúncia de atuação em espaços outrora considerados típicos do Estado são formas diversas de um mesmo processo: o de redução do Estado e de privatização dos recursos públicos que alguns estudiosos chamam de projeto neoliberal. A instituição de Previdência Complementar ajusta-se com perfeição à lógica do capital de apropriar-se de novos espaços da vida social e das relações humanas e transformá-los em mercadorias. Os fundos de pensão pretendem substituir os princípios de solidariedade, consciência e pertencimento de classe por aplicações rentáveis ao capital especulativo. O atual estágio de desenvolvimento capitalista apresenta uma particularidade nova, na qual o capital-dinheiro mobilizado pelos fundos de pensão é articulado como 'saída' para enfrentar a crise do capitalismo e como mecanismo privilegiado da acumulação capitalista. Tal particularidade tem sido chamada "capitalismo dos fundos de pensão". Essa lógica não pode ser confundida como uma alternativa ao desmonte da Previdência Social, por algumas razões:

1) No uso corrente da língua portuguesa o adjetivo **público** apresenta alguns esclarecimentos: **"a) - Do, ou relativo, ou pertencente ou destinado ao povo, à coletividade. b) - Que é do uso de todos; comum. c) - Aberto a quaisquer pessoas"**. Então, não pode ser público aquilo que se refere a uma categoria profissional. Uma categoria não pode ser confundida com o povo todo. Dizer que um fundo de pensão de uma categoria pode ser público é, no mínimo, expressar uma contradição nos termos.

2) O que torna pública a previdência são, sobretudo, o princípio de inclusão no qual ela se referencia e o sistema que regula a distribuição de seus benefícios. Ao operar por repartição, as políticas previdenciárias resgatam a noção de solidariedade de classe e a compreensão de que toda a riqueza do país é gerada pelos trabalhadores. A capitalização rompe com estes princípios e entrega os recursos construídos pelo trabalho para a utilização do capital que, somente pela exploração dos trabalhadores poderá fazer estes recursos multiplicarem-se.

3) O que torna público um recurso não é a sua administração, mas a sua constituição, a sua natureza. Não poderá ser público um recurso que se forma pela especulação com os títulos públicos. Os recursos oriundos das aplicações dos fundos de pensão terão maior lucratividade se o endividamento público pagar taxas de juros mais elevadas e se as ações privadas alcançarem maior lucratividade. Aprendemos com Marx que o que define um capitalista é como ele ganha o seu capital e não como ele o gasta. A mesma lógica se aplica aos fundos de pensão: pagar aposentadorias e tê-las sob o gerenciamento do Estado ou de sindicalistas não as fará públicas se os seus ganhos forem obtidos na estrita observação das regras do capital, porque assim esta riqueza somente poderá formar-se pela extração de mais-valia e por potencializar a exploração do trabalho.

Também neste caso não se pode servir a dois senhores; isto é, a previdência dos servidores públicos do país não poderá ser pública e privada simultaneamente, ou pública na administração e privada na formação de capitais. Também aqui os arranjos nominativos expressam o desejo de uns de minar a resistência de outros, através da reposição do velho sob a aparência do novo.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br

Ano IX nº 93 • 2 de junho de 2003

Assembléia Geral

10/6 terça-feira **9h30**

Auditório do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

Pauta

1 - Informes
2 - Campanha Salarial/Reforma da Previdência
a) Avaliação do Indicativo de Greve (2ª quinzena de junho)
b) Outros encaminhamentos do Setor das IFES/SPF
3 - Reunião do Setor das IFES (13/06)/Plenária dos SPF (14/06)
4 - Eleição de delegados e observadores para a plenária dos SPF
5 - Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind
6 - 46º Conad - Vitória -ES (22 a 29/06)

Conselho de Representantes

9/6 2º feira, **17h30**
Adufrj-SSind
Pauta:
a mesma da AG

Debates na UFRJ

Mitos e Verdades sobre a Reforma da Previdência

4ª feira, 4/6, 14h
Auditório da Decania do CCMN
Ilha do Fundão
Debatedores:
Clemilce Sanfin (Anfip)
Sara Granemann (GTSS/Adufrj-SSind)
Mediador: representante da APG

5ª feira, 5/6, 12h
Salão Nobre do IFCS,
Largo do S. Francisco
Debatedores:
Paulo Passarinho (Sindecon)
José Miguel Bendrao Saldanha (GTSS/Adufrj-SSind)
Mediador: representante do Sintufrj
Promoção:
Adufrj-SSind, Sintufrj, APG e DCE

Dia de mobilização na UFRJ contra a Reforma da Previdência

9/6 segunda-feira
13h00

DEBATE NO

Auditório do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

Para este evento, serão convidados parlamentares da bancada governista do Rio de Janeiro e o reitor eleito, professor Aloisio Teixeira.

Realização:
Adufrj-SSind, Sintufrj, APG e DCE

Kelvin Melo

Assembléia rejeita PEC 40, mas não delibera sobre indicativo de greve

Investir nos debates e na mobilização. Esse foi o entendimento da assembléia da Adufrj-SSind realizada em 29/5, na Faculdade de Letras, que remeteu a avaliação do indicativo de greve da última Plenária dos Servidores Públicos Federais (10/5) para a próxima AG, em 10 de junho. Na ocasião, além dos próximos passos do governo na tramitação da reforma, já serão conhecidos também os resultados da Reunião do Setor das Federais do Andes-SN (2/06), da Plenária dos SPF (3/06) e do 8º Congresso Nacional da CUT (3 a 7/6), sendo todos os eventos realizados em São Paulo (SP).

Leia mais nas páginas 4 e 5

Cartas

O Instituto de Psicologia e a Faixa de Gaza (ou ainda trabalhamos graças ao CA).

Uma das experiências mais desoladores da carreira acadêmica na UFRJ é ser professor do Instituto de Psicologia. Não me refiro tanto ao convívio com os pares, mas especialmente ao uso do seu espaço interno. Para tentarmos configurar espacialmente o problema, visualizemos o Instituto de Psicologia nos fundos da Praia Vermelha. O Pavilhão 9 não caberia no seu interior. Nem talvez a solitária do Carandiru. Ele possui sete salas para graduação, todas com capacidade inferior a sessenta alunos, quando o curso de Psicologia tem em média oitenta alunos ao menos, em cada um de seus dez períodos. São cerca de 1000 alunos para cerca de 340 assentos. Mesmo com o gentil auxílio do Serviço Social, cedendo salas em seu anexo, até final de abril haviam turmas sem sala. Até as salas do departamentos, de uso comum, são disputadas: ao aplicar uma prova de seleção para bolsistas fui destratado pela chefe de departamento por conta desta seleção ultrapassar o meu tempo de permanência na sala (mesmo admitindo no momento trocar de sala). Uma turma minha com cerca de 50 alunos foi alocada numa sala com capacidade de 30 alunos. Obviamente impossível. Que se ressalte os esforços da coordenação de graduação em resolver o problema; mas a falta total de espaço associado à total falta de visão de conjunto de boa parte de professores do Instituto reforçam o problema. Que se traduz em impossibilidade física de aula, e mesmo demonstrações descabidas de destempero na disputa de qualquer espaço. Neste aspecto, mais do que enumerar os responsáveis, cabe o meu agradecimento ao Centro Acadêmico do Instituto de Psicologia, que negociou com extrema habilidade o meu problema de sala, sondando possíveis trocas de sala com professores que trabalhavam no horário. Além do meu especial agradecimento ao CA, cabe a referência à Professora Phrygia Arruda, uma das mais professoras com mais tempo no Instituto, que não se incomodou em trocar a sua sala de aula por outra menor, menos confortável, mas compatível com o número de alunos da sua turma. Talvez dando uma alternativa à política de "farinha pouca meu pirão primeiro" que vemos na universidade em situações de maior escassez (de recurso, de espaço) e provando que se não mantivermos um pouco de solidariedade, o barco vai afundar. Cada qual agarrado ao seu desprezível quinhão de farinha.

Arthur Arruda Leal Ferreira
IP/UFRJ

Rio de Janeiro 16 de maio de 2003

Prezada Editora,

Ao ler a edição de 12 de maio deparo-me com carta do Diretor do ICB que cita antiga missiva de minha autoria e comete erro de objeto, o meu comentário foi dirigido especificamente para o redator responsável pela cobertura dos acontecimentos nos colegiados superiores, e para exemplificar citei processos de pauta que lograram aprovação e que não foram mencionados na matéria.

Sobre as questões propostas por mim e aprovadas pelo Conselho Universitário para que se pudesse decidir sobre o pleito da interessada manifestei-me no local correto, plenário do Consuni,cujas atas também são públicas e onde o Diretor do ICB poderia tomar conhecimento do meu juízo sobre as perguntas suscitadas por este processo, muitas ainda aguardando respostas.

Ao contrário do Diretor do ICB, penso que a seção de Cartas não é espaço adequado para discutir o longo contencioso entre o ICB e um dos seus professores.

Alexandre Pinto Cardoso
Representante dos Adjuntos do CCS no CONSUNI

Prezados(as) Companheiros(as),

Venho, por meio deste, parabenizá-los pela edição do Cadernos ADUFRJ nº 5 intitulado "Reforma da Previdência em debate". Aproveito a oportunidade para solictar-lhes a possibilidade de envio de 02 exemplares do respectivo caderno. Um grande abraço para a profa. Cleusa, prof. Sanglard e demais diretores e funcionários desta combativa entidade.

Atenciosamente,

Prof. Eduardo Macedo de Oliveira
1º Tesoureiro da ADUFU-SS

Nota da redação: os exemplares solicitados da revista já foram enviados.

Agenda Sindical

2/06 - Reunião do Setor das IFES
São Paulo (SP)

3/06 - Plenária Nacional dos SPF
São Paulo (SP)

3 a 7/06 - Congresso Nacional da CUT
São Paulo (SP) - Anhembi

4/6 - Debate "Mitos e Verdades sobre a Reforma da Previdência"
(ver chamada de capa)

5/6 - 2º Debate "Mitos e Verdades sobre a Reforma da Previdência"
(ver chamada de capa)

5 e 6/6 - Seminário "Democracia Racial e Ações Afirmativas"
Rio de Janeiro (RJ) - Associação de Docentes da Uerj

6/6 - Reunião do GT Etnia, Gênero e Classe
Rio de Janeiro (RJ) - Associação de Docentes da Uerj

9/6 - Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
(ver chamada de capa)

10/6 - AG da Adufrj-SSind
(ver chamada de capa)

11/06 - Marcha contra a Reforma
em *Brasília*

13/06 - Posse da nova direção da CUT-RJ
Associação Brasileira de Imprensa - Rua Araújo Porto Alegre, 71 - 7º andar, às 18h

13/06 - Reunião do Setor das IFES

14/06 - Plenária dos SPF
2ª quinzena de junho - Indicativo de paralisação por tempo indeterminado

27 a 29/06 - 46º Conad do Andes-SN
Vitória (ES) - O Caderno de Textos do evento já se encontra disponível na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br)

Errata: em matéria da última edição do Jornal da Adufrj (nº 92, de 26/5), foi dito que o tempo mínimo para o servidor se aposentar passa a ser de 20 anos contra os atuais dez anos. Também foi publicado que o servidor teria que trabalhar durante dez anos no cargo correspondente para se aposentar com o último salário, contra os atuais cinco anos na função. Na verdade, essas condições necessárias para a aposentadoria não foram alteradas mas, sim, a definição da forma do cálculo do benefício. Em vez do último salário como servidor, serão levadas em conta as contribuições feitas para os dois regimes, caso ele não tenha trabalhado apenas no serviço público: o regime geral e o próprio dos servidores. O texto da PEC não especifica como será esse cálculo, que será elaborado em uma outra lei. Supõe-se que vá ser proposta uma média ponderada pelo tempo de contribuição feito para cada um dos regimes. Para mais detalhes, ver encarte sobre Previdência no jornal da Adufrj nº 91, de 19 de maio.

Movimento

Deputado do PT agride verbalmente funcionários públicos

O deputado federal do Partido dos Trabalhadores (PT), Paulo Rocha, agrediu verbalmente a comissão formada por funcionários públicos, dentre os quais a diretora do ANDES-SN, Vera Jacob, no aeroporto de Belém-PA.

A reação destemperada do deputado petista contrastou com a atitude dos demais parlamentares paraenses que, antes de retornarem a Brasília, foram abordados pela comissão com folhetos explicativos sobre os principais pontos da reforma encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional.

A ação, que visava sensibilizar os políticos do estado para a necessidade de maior discussão das reformas, não foi compreendida pelo deputado Paulo Rocha, que ofendeu todos os funcionários públicos presentes classificando a iniciativa como "ameaça".

Rocha disse ainda que, como um dos deputados mais bem votados do Pará, não precisa do voto do funcionalismo. "Vocês (os SPFs) vão ficar falando para apenas 15% da população", ameaçou o parlamentar. Para o deputado as reivindicações do movimento são "uma política para queimar o PT".

Fonte: Andes-SN

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Cristovam demonstra preocupação com greve nas universidades

No último dia 29/5, o ministro da Educação, Cristovam Buarque, em audiência com os sindicalistas do Andes-SN, revelou preocupação com a possibilidade de uma greve dos servidores federais, em especial nas universidades. A reunião foi acompanhada pelo presidente do Sindicato, Luiz Carlos Lucas, e pelos diretores José Domingues, José Vitório Zago, Vera Jacob e Celi Taffarel.

Segundo Zago, o ministro perguntou aos docentes o motivo das mobilizações por uma greve nas universidades. Os dirigentes responderam que não haverá greve se o governo retirar sua Reforma da Previdência de tramitação no Congresso. "Dissemos a ele que está nas mãos do governo a possibilidade ou não de uma greve. Se o governo retirar a Reforma, não há greve", comentou o professor.

De acordo com Zago, pareceu aos dirigentes do Andes-SN que o ministro não tinha muito conhecimento sobre o teor privatizante da Reforma da Previdência e dos reais prejuízos que esta pode trazer para os trabalhadores. Cristovam prometeu levar a uma reunião com os demais ministros de Lula suas preocupações com a possibilidade de uma greve nas universidades públicas e a posição dos professores contra a reforma.

O dirigente informou também que foi acordado com o ministro a retomada das mesas de negociação originadas da greve de 2001 a partir do dia 12 de junho. Deverão ser tratados nas reuniões entre sindicato e governo temas como Carreira, Educação Tecnológica, Democratização dos CEFETs e os acordos da última grande paralisação. Quanto à questão salarial, Cristovam acenou com a possibilidade de discutir para o Orçamento do próximo ano o reajuste da categoria e a incorporação ao salário das gratificações produtivistas.

Antônio Cruz/Agência Brasil

27 SEÇÕES SINDICAIS JÁ APROVARAM INDICATIVO DE GREVE PARA JUNHO

Duas boas notícias

Duas informações dadas pelo ministro foram consideradas positivas pelo diretor do Andes-SN. Cristovam anunciou que vai assinar portaria permitindo que docentes com idade até 70 anos, independentemente da proximidade com o período de aposentadoria, poderão candidatar-se a bolsas PQI. O ministro também informou que já se encontra no gabinete da Casa Civil o projeto de lei sobre a escolha de dirigentes universitários que põe fim às listas tríplices e garante que o processo se inicie e se encerre no âmbito das instituições garantindo a autonomia e a democracia universitária.

Fundos privados já lucram com a possibilidade da Reforma

Com medo da Reforma da Previdência do governo, alguns segmentos de trabalhadores começaram a comprar planos de aposentadoria privada na esperança de complementarem seus proventos após a aposentadoria. Segundo matéria da Folha de S. Paulo (26/5/03), as receitas dos planos de previdência privada cresceram 74,6% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período em 2002. De acordo com o diário, a classe média depositou R$ 3 bilhões nos cofres das seguradoras e bancos que vendem previdência complementar.

De acordo com a matéria, ainda, os bancos seduzem as pessoas com um discurso de segurança para o futuro, mas vendem planos com custo e taxas muito altas. A matéria deixa claro ainda que os fundos de pensão são na verdade um investimento a médio e longo prazos que pode ou não obter algum sucesso. Como trata-se de um investimento comum, os riscos são muito grandes. O mesmo jornal publica nota em que um consultor de mercado analisa que as taxas de administração dos planos de previdência pode 'comer' mais da metade do patrimônio aplicado ao longo dos anos. "Segundo cálculos como o do consultor Mauro Halfeld, uma pessoa que planeje acumular R$ 1 milhão ao longo de sua vida ativa deverá aplicar R$ 8.173 por ano, durante 30 anos", relata a matéria.

Começa Lobby pela gerência dos fundos dos servidores

Como se não bastasse a oferta de produtos no mercado tradicional, os bancos e seguradoras já se movimentam para abocanhar os fundos de pensão dos servidores, caso a reforma seja aprovada nos moldes em que encontra-se tramitando. Em outra matéria, a Folha (16/5/03) relata que o lobby do setor de previdência privada já começou a se apresentar como modelo de reforma do sistema público de aposentadorias. "As empresas do setor querem que a previdência complementar dos funcionários públicos seja gerida pela iniciativa privada, embora regulamentada e fiscalizada pelo Estado", diz o texto. Nada mais evidente do caráter privatizante desta reforma e das intenções de revitalizar o sistema especulativo e o lucro dos bancos com o uso da remuneração dos trabalhadores.

@dufrj

Confira palestra de Cristovam no *site* da Adufrj-SSind

O Ministro da Educação Cristovam Buarque realizou uma conferência na abertura da Bienal do Livro no Rio de Janeiro. A Adufrj-SSind participou do evento sendo representada pela professora Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos, do GTPE da seção sindical, que gravou a palestra e o debate com o ministro na feira internacional. Este material serviu de base para a matéria "*A Bienal do Livro e a era FHC III*" publicada no Jornal da Adufrj nº 92, de 26 de maio. Na página eletrônica da seção sindical – www.adufrj.org.br – publicamos na íntegra a transcrição da palestra de Cristovam Buarque feita pela integrante do GTPE.

Alertamos para o fato do texto da transcrição conter algumas imprecisões onde a transcrição não foi possível, assinalados entre colchetes [...], ou onde não há certeza das palavras exatas, assinalados em vermelho, devido ao ruído ambiente ou má qualidade da gravação. De qualquer forma, o contexto geral e as principais afirmações do ministro estão muito bem registrados.

Problemas na "Pasta do Dia"

Desde o último dia 19 de maio, a Adufrj-SSind , conforme foi anunciado, realizou a remessa de documentos sindicais diariamente aos sindicalizados que desejassem receber os documentos por mensagem eletrônica (pasta do dia).

Entretanto, devido a problemas com o servidor das listas da Adufrj-SSind, as mensagens enviadas a partir de 20 de maio retornaram e o processo foi interrompido. A remessa das pastas do dia já foi retomada e o envio será normalizado o mais breve possível.

Todas as pastas, porém, continuam disponíveis na página eletrônica da Adufrj-SSind, na seção de "Documentos".

Adufrj-SSind

Assembléia aprova resolução contra a Reforma da Previdência do governo

Professores pretendem aumentar a mobilização dentro da UFRJ contra PEC 40

Após intensa discussão, os professores presentes à assembléia geral da Adufrj-SSind de 29/05 aprovaram uma resolução contrária à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 40/2003, que dispõe sobre a Reforma da Previdência apresentada pelo governo ao Congresso Nacional. No entanto, a mobilização na universidade em torno do tema foi considerada ainda em estágio inicial e insuficiente para a deflagração de uma greve. Por conta disso, a avaliação do indicativo de greve foi remetida para a próxima AG, em 10/6.

Para ampliar as informações da comunidade universitária em torno do tema, foi deliberado na AG que sejam propostos às demais entidades representativas da UFRJ (APG, DCE e Sintufrj) dois dias de mobilização em 9 e 10 de junho. No primeiro dia, seria realizado um debate para o qual seriam convidados todos os servidores e estudantes da universidade, além de outros sindicatos e parlamentares. Seria formalizado ainda um convite ao reitor, professor Aloisio Teixeria, que possui estudos na área da Previdência, para participação na mesa do evento. O coordenador do Grupo de Trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind, José Miguel Bendrao Saldanha, disse que as pessoas do GT estariam à disposição dos organizadores do possível debate, bem como para reuniões de Unidades.

No segundo dia, a Adufrj-SSind realizaria a AG na qual seria retomada a avaliação do indicativo de greve com mais elementos da conjuntura nacional: por ocasião desta data, já seriam conhecidos os resultados da Reunião do Setor das Federais do Andes-SN (2/6), da Plenária dos SPF (3/6) e do 8º Congresso Nacional da CUT (3 a 7/6).

Para a Plenária de 3 de junho, a AG da Adufrj-SSind elegeu como delegados os professores José Miguel Bendrao Saldanha e Salatiel Menezes, ficando a diretoria da seção sindical de indicar o terceiro delegado depois, se houver condições.

Reuniões de Unidades

Na parte de informes da assembléia, foram relatadas reuniões ocorridas poucos dias antes em cinco Unidades da universidade. Na reunião realizada na Escola de Serviço Social, além de muitas críticas contra a PEC 40, foi elogiada a publicação da última revista da Adufrj-SSind sobre a Reforma da Previdência. Foi sugerido que a edição fosse remetida aos deputados federais e senadores. A direção da entidade acatou a indicação desta reunião e já está providenciando o envio do material.

Kelvin Melo

SALATIEL MENEZES RELATA EVENTOS EM BRASÍLIA, AO LADO DA PRESIDENTE CLEUSA SANTOS

No Instituto de Matemática, os professores manifestaram preocupações com a proposta do governo mas, em sua maioria, votaram contra o indicativo de greve, por 20 a 2, neste momento. Já no Colégio de Aplicação, também foi deliberado que não fosse aprovado o indicativo de greve agora. O entendimento dos docentes daquela Unidade é que ainda há algum tempo para discussão e mobilização da categoria. Foi marcada uma outra reunião no CAp para esta terça-feira, 3 de junho, de 11h50 às 13h50 para discutir a avaliação do indicativo de greve.

No Instituto de Química, houve uma demorada reunião sobre os aspectos da reforma da Previdência e, embora não tivesse sido formalmente votado o indicativo de greve, os presentes estavam divididos quanto a uma possível paralisação. O Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva também realizou reunião sobre a Reforma da Previdência e os fundos de pensões, mas não houve posição sobre o indicativo de greve. Na maioria das reuniões houve forte tendência de rejeição à concepção da Previdência contida na PEC 40 e aos principais pontos da reforma.

Reunião do GT dos movimentos contra a Reforma

O professor José Miguel relatou as duas reuniões que as entidades da UFRJ promoveram (uma, na semana retrasada, na sede da Adufrj-SSind; a segunda, em 26/05, na sede da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN). Destes encontros, foi decidida a criação de duas comissões que visam à mobilização da comunidade da instituição: uma de materiais, dedicada a produzir panfletos e textos de análise sobre a reforma; e outra, de evento, para promoção de seminários, debates e atos contra a PEC 40. Segundo José Miguel, está sendo concluída uma cartilha bem simples sobre os efeitos da proposta de emenda constitucional do governo para difusão entre os professores, alunos e técnico-administrativos da universidade.

Propostas da Adufrj-SSind para o 8º Concut

Para o Congresso Nacional da CUT, que será realizado em São Paulo nesta semana, foi deliberado que as delegadas da Adufrj-SSind (as professoras Janete Luzia Leite e Cristina Miranda) voltem a encaminhar os princípios defendidos na AG de 9 de abril, quando foram discutidas as propostas da Adufrj-SSind para o Congresso Estadual da central sindical, realizado em Niterói, no fim de abril (ver jornal nº 88, de 14/04).

Revista da Adufrj-SSind foi remetida aos parlamentares

A pedido de alguns sindicalizados, a direção da Adufrj-SSind remeteu para cada um dos deputados federais e senadores um exemplar da revista "Reforma da Previdência em debate" (foto), lançada pela entidade em abril deste ano, com conferências de Clemilce Sanfim, auditora fiscal da Previdência Social; do diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz; e do 1º vice-presidente da Adunicamp, Edmundo Fernandes Dias. A publicação visa desconstruir alguns argumentos do governo federal acerca da necessidade desta reforma em tramitação no Congresso Nacional.

Adufrj-SSind

Professores voltam a discutir os efeitos da PEC nº 40

Na terceira assembléia após a apresentação do texto oficial do governo sobre a Reforma da Previdência, os professores da UFRJ voltaram a discutir os efeitos da PEC 40 para os servidores. Enquanto alguns defenderam certos pontos da reforma, a maioria criticou as profundas alterações que poderiam ser impostas ao funcionalismo e ao próprio país, em última instância.

Presente ao IX Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria e também ao GTSS/A do Andes-SN, em Brasília, entre os dias 21 e 24 de maio, representando a Adufrj-SSind, o professor Salatiel Menezes fez um relato irônico sobre o posicionamento dos parlamentares que foram abordados durante as atividades de panfletagem e debates do evento: "Muitos deputados estão mal informados e alguns estão bem informados, mas estão se fazendo de bobos", disse. Salatiel também buscou descaracterizar as críticas à reforma como uma luta apenas dos aposentados. "Aqueles que já estão aposentados ou reúnem condições para isso vão perder alguns anéis, mas vão manter os dedos. Para os que estão na ativa ou ainda vão entrar no serviço público, o drama é muito maior", comparou.

O 1º tesoureiro da seção sindical, professor José Henrique Sanglard, preferiu atacar a possibilidade de criação dos fundos de pensão para os servidores contida na reforma. Para ele, quatro pontos devem ser levados em consideração em relação ao tema. O primeiro deles é a ausência de garantias quanto ao pagamento do benefício ao fim da vida laboral (vide as experiências da GBOEX, Capemi, Enron e tantas outras). O segundo é o fato de não servirem a toda população. A transferência imediata de grandes recursos para os fundos (em contradição ao argumento do governo de necessidade de diminuição do suposto déficit da Previdência) é mais um aspecto negativo. Finalmente, existe a incoerência presente na forma de atuação dos fundos: "Nós estaríamos apostando na desgraça da economia, uma vez que os fundos investem principalmente em títulos da dívida dos países", comentou.

Coordenador do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind, o professor José Miguel Bendrao também criticou a possibilidade de criação dos fundos de pensão dos servidores. A exemplo do que já disse em outros debates sobre o tema, citou o estudo de uma empresa de consultoria chamada Watson Wyatt sobre os grandes fundos de pensão americanos (com mais de mil participantes). Realizada em 2002, a pesquisa demonstrou que apenas 37% deles encontram-se em condições financeiras de pagar os benefícios com os quais se comprometeram. José Miguel ainda se posicionou contra o fim da paridade entre ativos e aposentados inserido na PEC 40. "Se a pessoa se aposenta em época de arrocho salarial e, posteriormente, a categoria recupera as perdas, ela vai ficar sem os ganhos?", questionou.

Kelvin Melo

ASSEMBLÉIA VOTA CONTRA A PROPOSTA DO GOVERNO

A presidente da Adufrj-SSind, professora Cleusa Santos, reafirmou a necessidade de reforçar o debate nas Unidades a respeito da reforma para que seja atingido o maior nível de informação possível sobre o tema na categoria. Segundo Cleusa, quando se discute esta questão, não se pode esquecer que está se falando do papel do Estado brasileiro. A presidente da seção sindical lembrou que o Estado sempre será composto de classes sociais que defendem seus interesses e cabe aos trabalhadores demonstrar sua capacidade de organização e de luta neste ponto, através de manifestações que revigorem a resistência, citando como exemplo os trabalhadores franceses. "Também gostaria de não ver a necessidade de encaminhar uma greve neste momento, mas nós sabemos que interesses econômicos estão por trás dos fundos de pensão e eu não defendo esses interesses", observou.

Marco Aurélio (do Instituto de Matemática) afirmou que a reforma tem seus pontos positivos e recusou a idéia de que há necessidade de mais tempo para implantá-la. "Desde o governo FHC, há oito anos, estamos discutindo reforma da Previdência. Se o PT tivesse apoiado a reforma antes, as pessoas agora não estariam se aposentando e teriam que trabalhar mais. Para fazer omelete, é preciso quebrar alguns ovos", comentou. Marco Aurélio também criticou o teto de benefícios que o movimento docente defende para a aposentadoria integral dos servidores - igual ao teto máximo do funcionalismo (hoje, é o salário dos ministros do STF, em torno de R$ 17 mil). Segundo ele, é um valor muito elevado, pois o servidor teria plenas condições de reunir, ao longo da período de trabalho, uma poupança para desfrutar tranqüilo a aposentadoria.

Fernando Danziger (da Coppe) exigiu mais cobrança em cima do presidente da República: "Estamos sendo muito benevolentes com o Lula. Eu votei nele, mas não mudou nada, quer dizer, radicalizou para pior", disse. Segundo ele, a resistência do movimento docente ao governo FHC devia permanecer em relação ao governo atual, pois "a postura do governo não mudou". Fernando criticou a defesa que alguns docentes faziam de um ponto ou outro da reforma da Previdência. "A gente deve recusar a essência da reforma, que é muito ruim", completou.

Para Roberto Leher (da Faculdade de Educação e ex-presidente do Andes-SN), se aprovada a reforma tal como está, será alterado de forma radical o conceito de Estado. "Hoje, mais de 20% dos professores poderiam se aposentar e vão se aposentar. Isso vai mudar o conceito de Universidade e da Carreira", disse. Foi Roberto quem propôs os dois dias de mobilização na UFRJ para mostrar a reação da universidade ao projeto de governo. Segundo ele, a correlação de forças na conjuntura é desfavorável aos servidores, mas não é a primeira vez que o movimento docente enfrenta este desafio.

Adufrj-SSind vai realizar seminário sobre a Reforma em 23/6

Como forma de ampliar o debate em torno da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 40/2003, a Adufrj-SSind mais um debate sobre "A Reforma da Previdência do governo Lula". O evento deve ocorrer no próximo dia 23 de junho, às 18h, no Auditório do Centro de Tecnologia, na ilha do Fundão.

Para contribuir para a discussão, a seção sindical enviou convites para os presidentes do Andes-SN (professor Luiz Carlos Lucas), da CUT Nacional (que será eleito esta semana, em São Paulo); da Força Sindical (Paulo Pereira da Silva) e do Partido dos Trabalhadores (José Genoino). A Adufrj-SSind solicitou uma resposta sobre a participação de cada um até o dia 10/6.

Reproduzimos abaixo uma das cartas, a que foi enviada para a presidência da CUT.

"Ao Presidente da CUT
Prezado Sr.

Teve início a tramitação, no Congresso Nacional, da Reforma da Previdência que, se aprovada, terá profundos e duradouros efeitos na vida dos trabalhadores, na economia de nosso país e em sua inserção na comunidade internacional.

A Seção Sindical dos Docentes da UFRJ - Adufrj-SSind e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes-SN têm dedicado muitos de seus esforços à divulgação e análise desta Reforma. Como contribuição à discussão deste tema nacional, a Adufrj-SSind está organizando o debate "A reforma da Previdência no governo Lula", no dia 23/06/2003 , às 18 horas, no auditório do Centro de Tecnologia na Ilha do Fundão.

A Diretoria da Adufrj-Seção Sindical dos Docentes da UFRJ em nome de seus professores convidam-no, na condição de Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT, para discutir o conteúdo e alcance da Reforma da Previdência, compondo a mesa deste debate. Estão sendo convidados também o, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes-SN Professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas, o presidente da Força Sindical Paulo Pereira da Silva e o Presidente do Partido dos Trabalhadores - PT José Genuíno.

Certos de contar com uma resposta afirmativa da participação do Presidente de nossa Central sindical até o dia 10/06/2003, enviamos nossas

Saudações sindicais e universitárias,

Cleusa Santos
Presidente da Adufrj-SSind"

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Traídos pelos fundos de pensão

Martine Bulard*

Difundidos nos países anglo-saxões e tomando corpo nas outras regiões do ocidente, os fundos de pensão por capitalização deixam o poupador dependente da volatilidade do mercado financeiro e ameaçam destruir a aposentadoria pública

Para muitos, não foi apenas o sonho de fazer fortuna na Bolsa que se desfez, mas também a esperança de uma aposentadoria tranqüila. Maurice Jones, cidadão britânico e assalariado modelo, nos dá seu testemunho. Começou a trabalhar aos 16 anos, galgou com a força dos próprios punhos todos os escalões da hierarquia, a ponto de se tornar diretor da divisão de fiação do grupo têxtil Lister & Companhia. Contribuiu durante toda sua vida para o fundo de pensão da empresa. Entretanto, aos 64 anos, nem sonha mais em se aposentar: como ele próprio diz, precisa continuar a "trabalhar para unir as duas aspirações"[1]. A empresa faliu, levando de passagem o fundo de pensão que era ligado a ela; o dinheiro que poupou durante mais de 30 anos se evaporou. Ele não tem mais nada. "Quando acontece com a gente uma coisa dessas, você só tem duas soluções - o suicídio ou a luta". Ele escolheu a luta.

Digna Showers era assistente administrativa há 18 anos na Enron, nos Estados Unidos. Um belo dia de dezembro de 2001, fica sabendo que tem exatamente "meia hora para fazer suas malas e partir"[2]. Ela perde, de uma só vez, seu emprego, sua assistência médica, seu seguro de vida e até mesmo seus direitos à aposentadoria, apesar de ter contribuído com cerca de 400 mil dólares para o fundo de pensão da empresa. O próprio Kenneth Lay, o patrão da Enron, embolsou cerca de 34 milhões de dólares antes de deixar a empresa, ao vender apenas seus estoques de ações. Digna Showers deverá se contentar com o prêmio do seguro - 13.500 dólares, reembolsado pelo fundo público de garantia dos aposentados (*Pension Benefit Guaranty Corp*. - PBGP) . Este tipo de instituição não existe nem mesmo na Grã-Bretanha.

O poupador assume os riscos

Histórias como estas de Maurice Jones ou de Digna Showers são absolutamente comuns nos países onde a aposentadoria por capitalização goza de grande reputação (Estados Unidos, Grã Bretanha e Países Baixos, principalmente). Entretanto, até há pouco tempo, ela era apresentada como a solução miraculosa que deveria aportar segurança e prosperidade aos aposentados, diante de um sistema público de previdência em situação terminal, esmagado pelo choque demográfico. O balanço é inapelável.

É verdade que as situações nem sempre são tão dramáticas. O mais comum, na realidade, é que exista uma aposentadoria pública para limitar (um pouco) os estragos. Se a pensão de base só representa cerca de 20% do salário recebido enquanto se está em atividade na Grã-Bretanha, ela chega a 35% nos Estados Unidos e varia em torno de 40% para um casal dispondo do salário médio e até 70% para uma pessoa com salário mínimo nos Países Baixos. Ocorre que, para a maior parte dos assalariados destes países, suas futuras aposentadorias desabam ao mesmo tempo que os mercados financeiros.

O desnível já chega a proporções gigantescas: segundo o escritório de auditoria americana Watson Wyatt, o valor dos fundos de pensão regrediu em cerca de 2,8 bilhões de dólares no âmbito mundial, entre 1999 e 2002. Cerca de dez vezes o orçamento da França. O economista Christian E. Weller avalia que a perda para um orçamento familiar americano dispondo de fundos de pensão pode ser avaliado em 43% [3]. E ainda não terminou.

Nos fundos com contribuição definida, poupador depende da empresa não quebrar. Nos fundos cotizados, ele depende das ações e das taxas de juros no momento da saída

Porém, na realidade, os assalariados não estão todos classificados na mesma amostra, pois os fundos nem sempre funcionam segundo os mesmos mecanismos. Para simplificar, podemos dizer que existem duas categorias: os fundos de pensão com contribuição definida e aqueles com cotizações definidas. Os primeiros asseguram ao cotizante uma renda cujo montante é garantido pelo empregador (muitas vezes 70% ou 75% do salário quando ativo). Para o poupador, o resultado é bastante próximo da aposentadoria pública, a diferença é que o dinheiro recolhido é empregado na Bolsa e às vezes em ações da empresa. Quando esta se afunda, ocorre a catástrofe. É o que ocorreu com a Enron. Nos fundos de pensão com cotizações definidas, o cotizante não tem garantia de nada. O que ele ganhará no final das contas depende inteiramente do nível das taxas de juros e das ações no momento de sua saída. Cabe, portanto, ao assalariado assumir todos os riscos.

Um ciclo vicioso

Nos dois casos a adesão a estes fundos é facultativa, mas somente os trabalhadores tendo emprego estável podem se beneficiar (ou seja, um a cada dois assalariados norte-americanos do setor privado). Aqueles que só têm contratos a tempo determinado ou que trabalham em tempo parcial podem cotizar para uma conta individual de poupança. Mas, na maioria dos casos, eles não dispõem de recursos.

No início, os fundos de pensão com prestação definida, destinados a completar as aposentadorias públicas, eram os mais comuns. Nos Estados Unidos, 80% dos assalariados do setor público ainda estão cobertos por esse fundo, contra somente um quinto no setor privado. Os assalariados cotizam para estes fundos, os empregadores pagam sua cota (muitas vezes bem mais modestas) e o montante é empregado nos mercados financeiros.

Nos anos 90, as direções das empresas usaram o pretexto do *boom* da Bolsa para interromper a contribuição. Elas privilegiaram as aplicações em ações que rendiam ao menos 15% em média por ano, o que asseguraria uma duplicação das somas investidas em cinco anos, na pior das hipóteses. "Durante a bolha financeira", explica Alistair Mc Creadie, analista da ABN Amro, "as companhias tomaram o dinheiro das cotizações para pagar os acionistas ou distribuir bônus. Hoje, elas contemplam o rombo gigante dos déficits"[4]. Os fundos de pensão das grandes indústrias automobilísticas, por exemplo, exibem déficits abissais: 14,5 bilhões de dólares para a Ford em 2002 ; 17 bilhões de dólares para a General Motors.

Estima-se que, na Europa, dez das mais importantes empresas cotadas correm o risco de terem um rombo nos fundos de pensão, que irá repercutir nos lucros, criando um ciclo vicioso

Na Europa, a Agência de avaliação de tendências *Standar and Poor´s* estima que dez das mais importantes empresas cotadas correm o risco de conhecer déficits importantes em seus fundos de aposentadoria, entre elas a gigante alemã *Thyssem Krupp*, as francesas *Arcelor* (ex-*Usinor*) ou a *Michelin*. Naturalmente estes rombos vão repercutir sobre os lucros exibidos que irão, portanto, se reduzir, o que deverá levar a uma nova queda nas corridas da Bolsa e, em conseqüência, a uma baixa dos rendimentos dos fundos de pensões, as quais levarão, por sua vez, a uma alta dos déficits, e assim por diante...

Miséria na terceira idade

Para enfrentar tal engrenagem algumas companhias, pura e simplesmente, se declaram em estado de falência. Nos Estados Unidos elas utilizam a lei de falência (e seu capítulo XI) para decidir uma "moratória" de suas dívidas sociais. Declarada a falência, é o Estado quem assume essas dívidas. No ano passado, o fundo americano de garantia PBGC teve que assumir 180 mil aposentados suplementares; ele passou de um excedente de 7,7 bilhões de dólares em 2001 para um déficit de 3,6 bilhões de dólares em setembro de 2002[5]. Fala-se até em um rombo de 11 bilhões de dólares. No total, os assalariados pagam duas vezes: como cotizantes do fundo de aposentadoria que se encontra em falência, e como cotizantes do fundo de garantia pública.

Depois disso, a maior parte das empresas encerram seus fundos de pensão com prestação definidas e proíbem o acesso aos novos assalariados. Para o empregador, a vantagem é dupla: ele paga cotizações ainda menores, e transfere o risco para quem cotiza. Nos Estados Unidos, o número de trabalhadores cobertos por um regime de aposentadoria com prestação definida passou de 43%, em 1975, para menos de 20%, em 2000[6]. A evolução é similar na Grã Bretanha. Assim, a grande cadeia de distribuição *Sainbury´s* fala em uma alta de 7% de cotizações para todos[7]. Ainda na Grã-Bretanha o grupo *Honda*, que também encerrou seu fundo de pensão com prestação definida, quer retardar a idade de início da aposentadoria no grupo (de 60 anos para 62 anos) e abaixar os salários de 2,2% em média[8]. Por outro lado, os fundos de pensão querem que a idade da aposentadoria seja 70 anos e um auxílio do Estado para reforço de suas caixas.

Na realidade não é necessário nenhum decreto para modificar a idade para deixar a vida ativa: não tendo meios para parar de trabalhar, os assalariados permanecem em suas empresas tanto quanto podem ou encontram pequenos trabalhos. Cerca de um quarto (23%) da renda dos norte-americanos de mais de 65 anos provém do trabalho. Um a cada cinco britânicos de mais de 65 anos vive abaixo da linha da pobreza.

No resto da Europa, os fundos de pensão ainda não estão implantados tempo suficiente para conduzir a tais estragos. Mas eles surgiram por todos os lados - na Alemanha, somente 10% dos assalariados estão cobertos por planos de poupança com cotizações definidas ; na Itália, eles são também 10%. Na Espanha o sistema combina fundos facultativos e fundos obrigatórios - os dois chegam a 45% da população.

Uma escalada perigosa

Na França, a desventura dos "empréstimos russos" e dos bônus do tesouro desvalorizados do após guerra está gravada na memória coletiva e este tipo de colocação suscita muito mais aversão que entusiasmo. Para contornar o obstáculo, Laurent Fabius tinha inventado a expressão mais apresentável de "poupança salarial", com o objetivo mal camuflado de criar "fundos de pensão à francesa". No início da confusão da Bolsa e em plena campanha eleitoral para presidência da República de abril de 2002, todos os candidatos - inclusive o do *Front National* - se declaravam pela criação de uma poupança-aposentadoria. Somente três dentre eles (Robert Hue, Olivier Besancenot e Jean-Pierre Chev'enement) declaravam sua oposição[9].

O bom senso deveria jogar estes projetos no esquecimento. Mesmo o deputado François Cornut-Gentille, da União pela maioria presiden-

cial, declara que parece "inoportuno falar de fundos de pensão quando a Bolsa se desmorona"[10]. Jean Pierre Raffarin fala pouco disso, mas os fundos de aposentadoria figuram com todas as letras em seus projetos. Sem ter necessidade de soar o clarim, ele pode se contentar em relançar os produtos financeiros existentes. Na verdade, por temer a aposentadoria com redução, aqueles que têm condições procuram se precaver[11]. Desde já as aplicações de seguro de vida aumentaram para atingir cerca de 730 bilhões de euros em 2000. Quase inexistente em fins dos anos 1980, a poupança salarial totaliza aproximadamente 55 bilhões de euros, enquanto os fundos de capitalização (tipo Préfon para a função pública) e os fundos de aposentadorias suplementares das empresas privadas (que se assemelham aos fundos de cotizações definidas) já monopolizam 120 bilhões de euros. Esta evolução é perigosa por mais de uma razão.

Os assalariados pagam duas vezes: como cotizantes do fundo de aposentadoria que se encontra em falência, e como cotizantes do fundo de garantia pública.

A questão demográfica permanece

Primeiro, este sistema tem se mostrado muito desigual. Se 11% das famílias francesas detêm um produto de poupança financeira, cerca de um terço (32%) das famílias dispondo de uma renda superior a 3.800 euros por mês se incluem nesta categoria e ...4,3% entre aquelas com renda entre 750 e 1.200 euros[12]. As mesmas desigualdades podem se agravar ainda mais.

Desta forma, Carrefour propõe "um diagnóstico personalizado das necessidades do assalariado em matéria de complemento de aposentadoria", a partir do qual será examinada a taxa de cotização que ele deverá contribuir com o fundo. Com este sistema, as mulheres, que têm uma esperança de vida superior à dos homens, deveriam pagar mais. Se esta lógica de individualização a todo vapor se impusesse, o que aconteceria com um assalariado vítima de uma longa doença (AIDS, câncer...)? Não podemos imaginar a aparição de testes genéticos para prever doenças, como existem na contratação em certas empresas norte-americanas?

Além disso, estes fundos de pensão - quer sejam à francesa ou à anglo-saxã - não permitem esquecer, como por milagre, da questão demográfica que forma, dizem, o coração do problema das aposentadorias. Desta forma, a indústria americana *Ford*, que despediu maciçamente nestes dois últimos decênios, tem agora um trabalhador ativo para cada aposentado; na *General Motors* a proporção é de um ativo para dois aposentados... Como no regime da aposentadoria pública, há quatro soluções possíveis: criar empregos para reequilibrar esta relação, aumentar a cota-parte das empresas (que o patronato recusa), fazer com que os que trabalham paguem, ou reduzir as pensões.

Da mesma forma, a partir de 2005, o célebre fundo de pensão norte-americano *Calpers* deverá enfrentar um aumento sem precedentes do número de aposentados a serem pagos: ele deverá vender as ações que possui, impulsionando desta forma, automaticamente, uma baixa das cotações colocadas à venda. Esta baixa levará a uma redução dos fundos de pensão dos ativos, que deverão então cotizar muito mais, à imagem do que ocorre atualmente com as baixas da Bolsa. É aliás a razão pela qual os agentes financeiros norte-americanos militam pela criação, na Europa, de fundos de pensões capazes de comprar maciçamente estes ativos colocados no mercado para evitar a derrocada que poderia se conjugar à regressão atual. Os ativos europeus pagariam pelos aposentados norte-americanos mais ricos...

Volatilidade dos mercados

Estes sistemas favorecem igualmente a insegurança social: sabe-se o que se paga, mas não o que se vai receber. Os gestores dos fundos aludidos agitam os estudos mostrando que, em um longo período, as ações sempre rendem. Um destes gestores explica no jornal econômico *Les Echos*[13]: "A queda da Bolsa? Este risco não diz respeito ao poupador, pois ele tem a seu favor a duração. A natureza das Bolsas faz bem às coisas!" O problema é que a natureza humana não faz as coisas tão bem. Tudo depende do momento do início da aposentadoria. Se ele se situa em um momento de alta da Bolsa, o cálculo da renda ou do capital investido será feito no zênite. Em período de derrocada, ele será o mais baixo possível. O economista norte-americano Christian E. Weller calculou que tendo investido a mesma quantia durante 40 anos, um aposentado a partir de 1966 teria dobrado seu investimento. Dez anos mais tarde, um aposentado iniciando nas mesmas condições não ganharia mais que 40% do que tivesse investido[14].

Agentes financeiros dos EUA militam pela criação, na Europa, de fundos de pensão capazes de comprar os ativos colocados no mercado para evitar a derrocada

Responsável pela direção dos fundos de pensão da Caixa de depósitos e consignações, Xavier Pétrolin reconhece: "Mesmo quando o período de cotização é muito longo, de 20 a 30 anos, pode-se ter rendimentos negativos na Bolsa". É a grande diferença entre o regime pela capitalização e o regime público: como é ligado à volatilidade dos mercados, o primeiro não pode garantir segurança, enquanto o segundo, garantido pelo Estado e pelo conjunto dos trabalhadores ativos, pode.

Finalmente, estes sistemas privados custam caro ao Estado - e aos regimes sociais. Em 2002, as exonerações de encargos sociais e de cotizações dos quais se beneficiam os fundos de poupança salarial representam por si só a metade do déficit da previdência social (4,5 bilhões de euros). Como ressalta Pierre-Yves Chaunu, especialista de fundos de pensão, conselheiro da Confederação Geral do Trabalho (CGT), "isto canibaliza o sistema", que vê suas fontes - e portanto sua capacidade de responder às necessidades - se reduzirem. Como o governo e a maioria da direita prevêem novas exonerações para incitar às aplicações de dinheiro. "Não somente os mais ricos que se beneficiam mais, mas isto vai favorecer a poupança enquanto que, pelo contrário, o país sofre de um definhamento do consumo", explica Jacques Nikonoff, presidente do Attac [15]. Segundo ele, se os assalariados querem poupar, seria melhor criar uma caderneta de poupança-emprego, baseado na caderneta A, corretamente remunerada para financiar os projetos de desenvolvimento das empresas.

A aposentadoria por capitalização não é somente economicamente absurda, socialmente perigosa e moralmente injusta. A longo prazo, sua extensão pode conduzir a uma implosão da aposentadoria pública.

Tradução : Celeste Marcondes

[1] Testemunho recolhido por Eric Pfanner, «*Pensions crises gathers pace*», *International Herald Tribune*, Paris, 3 de março de 2003.

[2] Com outros assalariados do grupo, Digna Showers testemunha no site da associação americana «No more Enron»: www.nomoreenrons.com

[3] «R*etirement out of reach*», em *Economic Policy Institute* (EPI), Washington, agosto de 2002.

[4] *International Herald Tribune*, op.cit.

[5] *New York Times*, New York, 31 de janeiro de 2003.

[6] Catherine Sauviat, «*Les effets conjugués des faillites et de la baisse de la Bourse sur les régimes complémentaires de retraite par capitalisation aux Etats-Unis*», *Chronique internationale de l´IRES, Noisy-le-Grand*, n.81, março de 2003.

[7] *BBC News* , 28 de fevereiro de 2003.

[8] *BBC News*, 21 de março de 2002.

[9] «*L´épargne et l´élection présidentielle*», *Le Monde Argent*, 18 de março de 2002.

[10] *Tribune libre*, Le Monde, 7 de fevereiro de 2003.

[11] Ler «*Marché de dupes pour les retraites*» *Le Monde diplomatique*, janeiro de 2003.

[12] «*Les compléments de pension*», documento n. 1 da sessão plenária de 12 de setembro de 2002, *Conseil d´orientation des retraites*.

[13] *Les Echos*, Paris, 26 de abril de 1999.

[14] «*Protecting 401 (k) plans for a safe retirement*», *EPI Issue Brief*, 7 de fevereiro de 2002.

[15] *Ler Jacques Nikonoff*, *La comédie des fonds de pension*, Arlea, Paris, 2000.

Colegiados

Colégio Eleitoral elege Aloisio Teixeira reitor da UFRJ

Colegiados superiores referendam escolha da comunidade universitária. Aloisio recebe 56 votos e a vice-reitora eleita, Sylvia Vargas, 60 votos do CE

Guilherme Lessa

ELEIÇÃO INDIRETA PARA REITOR NÃO MOBILIZOU A COMUNIDADE. SOMENTE CONSELHEIROS PARTICIPAM DA SESSÃO

"Sabemos que vamos ter muito trabalho, mas isto não nos assusta. Principalmente se pudermos contar com a colaboração de vocês". Com estas palavras, após vencer o pleito para reitor no Colégio Eleitoral, Aloisio Teixeira fez seus agradecimentos à comunidade universitária e aos integrantes do Colégio Eleitoral por terem confiado a ele os próximos quatro anos como dirigente da maior universidade federal do país. Na última quinta-feira, os conselhos superiores (Consuni, CEG, CEPG e Conselho de Curadores) referendaram o resultado da urnas da pesquisa eleitoral realizada na semana anterior em que o professor Aloisio Teixeira obteve 65% dos votos válidos. Este resultado invalidou a necessidade de um segundo turno da pesquisa, já que o segundo colocado, o ex-vice-reitor Sérgio Fracalanzza, obteve 32% e o terceiro, professor Luís Eduardo Potsch, obteve apenas 2%.

Ao abrir a sessão, foi formada uma comissão eleitoral formada por cinco docentes, um representante discente e um dos técnico-administrativos dos colegiados. A decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Suely Souza de Almeida, presidiu os trabalhos e recebeu as inscrições para a eleição no Colégio. Só os integrantes da Chapa 1 – Aloisio Teixeira/Sylvia Vargas – inscreveram-se.

Com 56 votos, o professor Aloisio ficou em primeiro lugar na lista tríplice para o cargo de reitor, seguidos dos professores José Luiz Monteiro (oito votos) e Joel Teodósio (cinco votos). Na composição da lista para o cargo de vice-reitor, a professora Sylvia Vargas recebeu 60 votos, seguida dos professores Carlos Antônio Kalil Tannus (oito votos) e José Roberto Meyer (três votos). Segundo informação da Secretaria dos Órgãos Colegiados, as listas deveriam ter seguido para Brasília no máximo até sexta-feira (30/5).

Ministro vai agilizar nomeação

O reitor eleito fez questão de anunciar, logo após a votação do Colégio, que esteve reunido com o ministro da Educação Cristovam Buarque, na Terça-feira, dia 27/5. O ministro disse a Aloisio que pretende acelerar o processo de nomeação da nova reitoria. Cristovam teria dito, ainda segundo o novo reitor, que estabelecerá uma parceria com a UFRJ para implementar o programa apresentado pela Chapa vencedora durante a campanha na universidade.

Declarações de voto contra a eleição indireta

Apesar de secreta, durante a votação, os representantes dos estudantes de graduação, de pós-graduação e dos técnico-administrativos nos colegiados declararam votos no professor Aloisio e na professora Sylvia. Os representantes das categorias discentes e dos funcionários fizeram questão de ressaltar o avanço a participação da comunidade no processo da pesquisa eleitoral realizada pela paridade entre os segmentos. Mas todos reclamaram, ainda, da necessidade da eleição no Colégio Eleitoral e consideraram que as próximas eleições devem ser diretas, sendo o eleito nomeado diretamente pelo MEC.

Na Assembléia Geral da Adufrj-SSind, no dia 8 de maio, o movimento docente local aprovou uma recomendação para que o Conselho Universitário enviasse ao MEC apenas o nome do candidato vencedor da chamada pesquisa eleitoral, que foi remetida a todos os membros do Colégio Eleitoral.

CEG cria nova fórmula para o vestibular

Entra ano e sai ano e o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) volta a debater o formato do vestibular com a mesma dúvida: como realizar uma seleção justa e evitar as vagas ociosas no primeiro período? Esse tem sido o tema das últimas sessões do colegiado, que tem até a segunda semana de junho para fechar o edital do próximo concurso. Na última reunião, realizada em 28/5, os conselheiros decidiram criar a seguinte fórmula: acima de uma certa pontuação (que será estabelecida pelas Unidades para cada curso, após consulta), o primeiro critério de desempate entre os candidatos será a opção, seguida pela nota; abaixo da pontuação estabelecida, o primeiro critério de desempate será a nota, seguida pela opção. Para classificação, os estudantes não poderão zerar nenhuma prova.

Ao final da sessão, a professora Maria Lúcia Patitucci (CCMN), que é conselheira da Adufrj-SSind, reivindicou que a discussão acerca do modelo de vestibular não fique restrita ao período de fechamento do edital. Segundo ela, o prazo curto prejudica o debate. "Vamos desenvolver uma ampla discussão ao longo deste ano, pedindo para os coordenadores de cursos estudarem o assunto. Ou então vamos ficar na mesma situação no ano que vem", comentou.

Resenha

Mais pobres, menos vagas

Um levantamento feito pelo coordenador do vestibular da Uerj, Paulo Salgueiro, mostra que a maioria dos alunos classificados por algum tipo de reserva de vagas no concurso da universidade tem renda familiar acima de três salários mínimos. Entre os que ingressaram através das cotas de negros, apenas 17,8% têm renda familiar entre um e três salários mínimos. Entre os estudantes das cotas para o ensino público, 73,6% têm renda acima dos três salários, de acordo com O Globo (18/5).

Presidente do TST contra a Reforma

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Francisco Fausto, avalia que a proposta de reforma da Previdência Social contém uma série de incongruências e regras injustas para os servidores públicos. Para ele, as novas regras criam uma situação monstruosa para os servidores que entraram no sistema antes de 16 de dezembro de 1998, quando a reforma da Previdência de FHC entrou em vigência. Antes disso, os servidores tinham direito à aposentadoria aos 35 anos de contribuição, bem diferente de hoje e do que ainda é proposto, segundo matéria do Jornal do Commercio (20/5).

Empresas do vice devem à Previdência

Três empresas do grupo Coteminas, do vice-presidente José Alencar, integram a lista de devedores do INSS. Juntas, devem R$ 251,6 mil, pouco mais de 10% do que a Coteminas doou à campanha presidencial de Lula em 2002. De acordo com o filho de Alencar, na direção atual do grupo, a dívida está sendo contestada na justiça e, por isso, a Coteminas não deveria ser considerada devedora. Para a Procuradoria Geral do INSS, a contestação judicial da dívida não tira a condição de devedora de qualquer empresa. A matéria é da Folha de S. Paulo (17/5).

RJ terá primeira faculdade para surdos

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) vai criar, no primeiro semestre do próximo ano, no Rio de Janeiro, uma faculdade para portadores de surdez, em que todas as aulas serão dadas em Libras (Linguagem Brasileira dos Sinais). A faculdade será gratuita e os recursos virão do Ministério da Educação, ao qual o Ines é ligado. O primeiro curso a ser criado será o de pedagogia, com habilitação para educação de crianças surdas no ensino fundamental. A seleção será por vestibular e aberta a qualquer estudante que tenha concluído o ensino médio, desde que domine a linguagem dos sinais. O Ines não divulgou o número de vagas. A matéria é da Folha Online (30/4).

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 94 • 9 de junho de 2003

Dia de mobilização na UFRJ contra a Reforma da Previdência

9/6 segunda-feira 13h00

DEBATE NO

Auditório do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

Para este evento, serão convidados parlamentares da bancada governista do Rio de Janeiro e o reitor eleito, professor Aloisio Teixeira.

Realização:
Adufrj-SSind, Sintufrj, APG e DCE

Conselho de Representantes

9/6 2º feira, **17h30**

Adufrj-SSind

Pauta:
a mesma da AG

Assembléia Geral

10/6 terça-feira 9h30

Auditório do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

Pauta

1 - Informes
2 - Campanha Salarial/Reforma da Previdência
a) Avaliação do Indicativo de Greve (2ª quinzena de junho)
b) Outros encaminhamentos do Setor das IFES/SPF
3 - Reunião do Setor das IFES (13/06)/Plenária dos SPF (14/06)
4 - Eleição de delegados e observadores para a plenária dos SPF
5 - Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind
6 - 46º Conad - Vitória -ES (27 a 29/06)

CAp se mobiliza contra a Reforma

Os professores do CAp decidiram, em reunião realizada em 03/6, suspender suas atividades neste 9/06, no turno da tarde, para participar de debate com os parlamentares no auditório do CT, no Dia de Mobilização na UFRJ contra a Reforma da Previdência (ver chamada acima). No dia seguinte, no turno da manhã, em nova paralisação das atividades, os docentes da Unidade estarão participando da Assembléia Geral da Adufrj-SSind (ver chamada acima). Finalmente, neste dia 11, farão uma reunião de 11h50 às 13h50 para discutir a proposta de indicativo de greve dos servidores públicos federais e formas de mobilização.

Kelvin Melo

CLEMILCE SANFIM, CHRISTIAN ALEJANDRO (APG) E SARA GRANEMANN (GTSS DA ADUFRJ-SSIND)

Entidades da UFRJ discutem Reforma da Previdência

Integrante do GTSS da Adufrj-SSind explica funcionamento dos fundos de pensão

Com a presença de muitos estudantes, realizou-se no auditório da decania do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) o primeiro debate da ciclo "Mitos e Verdades da Reforma da Previdência", promovido pelas entidades representativas da UFRJ (Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj). A falácia governamental do suposto déficit da Previdência e a lógica de funcionamento dos fundos de pensão foram os aspectos principais da discussão.

Clemilce Sanfim, a auditora fiscal da Previdência Social que já participou de outros debates na universidade e contribuiu para a última revista publicada pela Adufrj-SSind ("Reforma da Previdência em Debate", de abril deste ano), dedicou boa parte de sua exposição à desmistificação do suposto "rombo" da Previdência.

Desta vez, no entanto, exibiu dados mais atualizados, referentes ao ano passado (na publicação da seção sindical, os números são de 2001). De acordo com ela, o total das receitas constitucionalmente destinadas à Seguridade Social no último ano da gestão FHC - e especificadas no Sistema de Administração Financeira do governo (Siafi) - foi de R$ 157,40 bilhões. Já as despesas somaram R$ 124,44 bilhões. O saldo final ficou, portanto, em R$ 32,96 bilhões. A "matemática" do governo, explicou Clemilce, consiste em jogar todas as despesas da Previdência contra apenas uma das receitas: a contribuição previdenciária dos assalariados e empresas.

Mesmo assim, fora os números, Clemilce defendeu que a Previdência não é um problema para o Brasil. "É a solução!", exclamou. Ela citou um estudo em que 80% dos municípios brasileiros recebem mais recursos da Previdência Social do que arrecadam com outras taxações e impostos. "É a Previdência que movimenta a economia do interior do país", comentou. Com base nessa força do sistema, a auditora fiscal lamentou o discurso governamental de que é preciso retirar direitos de aposentadoria com o objetivo de criar fundos para o desenvolvimento do país - os já famosos fundos de pensão.

Continua na página 4

Ciência e Tecnologia

CNPq vai usar plataforma Linux para receber informações

Com objetivo de abrir a Plataforma Lattes para outros ambientes eletrônicos, o CNPq esta realizando uma a migração dos atuais sistemas Lattes para ambientes multi-plataforma. Na primeira fase será dada ênfase ao sistema operacional Linux. De acordo com informações do *site* da agência, esta foi a maior solicitação apresentada pelos usuários. Outro fator para escolha do Linux foi o fato de esse ser o ambiente para o qual a migração dos sistemas atuais resulta em maior aproveitamento dos projetos.

Segundo o *site* da agência, ainda, para desenvolver a migração dos sistemas Lattes oficiais para o ambiente Linux, o CNPq solicitou ao Grupo Stela da Universidade Federal de Santa Catarina e ao Grupo CESAR da Universidade Federal de Pernambuco o porte dos sistemas atuais para esse ambiente. Juntamente com a migração dos sistemas Lattes para Linux está em fase de projeto arquitetura de desenvolvimento desses sistemas para outras plataformas (e.g., MacOS-X, FreeBSD e outros sistemas UNIX).

UFRJ

Coppe elege nova diretoria

A comunidade da Coppe elegeu a nova diretora, Angela Maria Cohen Uller, e a vice-diretora, Marilita Gnecco Braga, que ocupará também o cargo de diretora de Planejamento, Administração e Finanças. Em 40 anos de fundação, esta é a primeira vez que uma mulher assume a diretoria daquele órgão suplementar. Angela conseguiu 125 votos de docentes, 235 de técnico-administrativos e 271 de estudantes. O candidato a diretor pela outra chapa, Luiz Fernando Legey, obteve 111 votos de professores, 146 de técnico-administrativos e 188 de estudantes. Houve ainda 21 votos brancos e 57 nulos. Para vice-diretoria, Marilita conseguiu 120 votos de docentes, 249 de técnico-administrativos e 269 de estudantes. Pela outra chapa, Eugenius Kaszkurewicz teve 117 votos de docentes, 130 de técnico-administrativos e 181 de estudantes. Houve 44 brancos e 44 nulos.

Movimento

Universidades baianas paralisam atividades

Os docentes das universidades estaduais baianas estão em plena mobilização na defesa de seus direitos. No dia 4, suspenderam as atividades nas Universidades de Santa Cruz (UESC) e do Sudoeste da Bahia (UESB). No próximo dia 11, será a vez das Universidades do Estado da Bahia (UNEB) e de Feira de Santana (UEFS). As paralisações são um protesto contra o descaso com que os docentes vêm sendo tratados pelo governo estadual. Desde janeiro, a Secretaria de Educação sequer responde às sucessivas solicitações de audiência formuladas pelas Seções Sindicais do Andes-SN para discutir a pauta de reivindicações da categoria. No dia 20/05, a Assembléia Legislativa daquele estado aprovou lei que aumenta o piso salarial dos servidores públicos civis e militares, mas excluiu os professores das universidades estaduais. O piso docente é R$ 338,80, que equivale a apenas 1,4 vezes o salário mínimo vigente.

Fonte: Imprensa da seção sindical dos docentes da UFBA

Eleições na UFPE serão paritárias

Em reunião do dia 2/06, o Conselho da Universidade Federal de Pernambuco aprovou a realização de eleições paritárias para reitor por 27 votos a favor, 14 contra e quatro abstenções. Do lado de fora do auditório onde se realizou a reunião do Conselho, estudantes, técnicos-administrativos e professores acompanharam as discussões.

Fonte: assessoria de comunicação da seção sindical dos docentes da UFPE

Universidade Federal do Amapá dá um basta ao provão

Provocado pelo Sindufap (Sindicato dos Docentes da Unifap/Andes-SN), diretório central dos estudantes e centros acadêmicos da Unifap, o Conselho Superior da instituição (órgão máximo da universidade) decidiu emitir diploma para alunos que tenham concluído seus cursos mesmo que não participem do provão. A decisão se baseia na Constituição Federal, que defende a autonomia das universidades.

Fonte: Andes-SN

UFSCar paralisa contra a reforma

A Universidade Federal de São Carlos (SP) vai ter suas atividades paralisadas nesta semana em protesto das entidades sindicais e estudantis contra a reforma da Previdência. Neste dia 9, haverá uma reunião comunitária dos diversos segmentos para elaboração de uma carta que será entregue no dia seguinte às autoridades da cidade. No dia 11, além da participação na caravana para Brasília contra a proposta do governo, haverá um debate com o ministro Cristovam Buarque, que visitará a instituição. No dia 12, é a vez de um debate que será realizado sobre o conteúdo da reforma aberto à toda comunidade.

Fonte: Seção sindical da UFSCar

Agenda Sindical

9/6 - Dia de Mobilização na UFRJ contra a Reforma da Previdência
(ver chamada de capa)

9/6 - Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
(ver chamada de capa)

10/6 - AG da Adufrj-SSind
(ver chamada de capa)

11/06 - Marcha contra a Reforma em Brasília

12/06 - Mesa de negociação entre servidores e governo
Brasília (DF) - a pauta será a política salarial

12/06 - Mesa de negociação entre Andes-SN e MEC
Brasília (DF)

13/06 - Posse da nova direção da CUT-RJ
Associação Brasileira de Imprensa - Rua Araújo Porto Alegre, 71 - 7º andar, às 18h

13/06 - Reunião do Setor das IFES

14/06 - Plenária dos SPF

17/06 - Mesa de negociação entre servidores e governo
Brasília (DF) - a pauta vai tratar das diretrizes gerais de planos de carreiras

2ª quinzena de junho - Indicativo de paralisação por tempo indeterminado

27 a 29/06 - 46º Conad do Andes-SN
Vitória (ES)

Anote

HUCFF precisa de sangue

Para evitar a interrupção de cirurgias e procedimentos como transfusões de componentes sanguíneos, o Serviço de Hemoterapia do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) precisa receber, todo dia, no mínimo, 60 doadores viáveis. Para doar o sangue não é preciso estar em jejum. É aconselhável, entretanto, que os doadores não consumam alimentos ricos em gordura algumas horas antes de fazer a doação. Grávidas não podem doar sangue, assim como pessoas que tenham tido doenças infecciosas e parasitárias. O horário de atendimento é de 2ª a 6ª feira, entre 7:30h e 13:30h e o hospital fica na Av. Brigadeiro Trompowsky, s/nº - Cidade Universitária - Ilha do Fundão. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones 2562-2401 e 2562-2305 ou pelo e-mail hemoter@hucff.ufrj.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Presidente do Andes-SN é desrespeitado pelo presidente da CUT

Em um dos momentos mais tensos do 8º Congresso Nacional da CUT, que foi realizado na semana passada, em São Paulo, o presidente da central, João Felício, acusou o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, de "desonestidade intelectual". O ataque surgiu em função de um discurso de Lucas contra a reforma da Previdência, durante o período de análise de conjuntura do evento. Lucas conseguiu alguns minutos de duas das correntes sindicais mais à esquerda da central (o Movimento por uma Tendência Socialista e o Movimento Esquerda Socialista) para discursar ao plenário. Logo em seguida, Felício utilizou o microfone para desferir sua crítica ao "companheiro que falou sobre os fundos de pensão", referindo-se a Lucas. O relato da polêmica foi contado, por telefone, pela professora Janete Luzia, uma das delegadas da Adufrj-SSind ao Concut (a outra foi a professora Cristina Miranda).

Segundo Janete, os delegados do Andes-SN estariam se mobilizando entre as correntes sindicais para conseguir um novo espaço para o presidente Lucas responder ao dirigente da CUT.

Na avaliação da delegada, o discurso de Lucas certamente afetou a Articulação Sindical, tendência majoritária no evento e próLula. No dia do fechamento desta edição, o Concut deliberou sobre a reforma da Previdência do governo e aprovou a proposta da Articulação. Com isso, a Central vai defender emendas à reforma.

Marcello Casal Jr./Agência Brasil

LULA FOI VAIADO NO 8º CONCUT, EM SÃO PAULO

Vaias ao presidente

Janete também comentou o episódio das vaias ao presidente. Segundo a professora, elas partiram principalmente de uma corrente independente, a Liga Bolchevique Internacional. As demais correntes mais à esquerda na central fizeram um acordo para conduzir as manifestações com palavras de ordem e exibição de faixas e cartazes.

Colegiados

CEG aprova pareceres de cursos novos

Caso aprovados pelo Consuni, dois novos cursos podem entrar no edital de Vestibular 2004

Na última sessão do Conselho de Graduação (4/6) foram aprovados os pareceres favoráveis da Câmara de Currículos sobre a criação de quatro novos cursos para a UFRJ. A Câmara indicou a aprovação dos currículos dos cursos de Engenharia de Alimentos e de Bio-Processos. Ambos serão oferecidos pela Escola de Química e, caso sejam aprovados pelo Conselho Universitário a tempo, ainda poderão constar do edital do Vestibular 2004. As inscrições para o Vestibular acontecem entre os dias 21 de julho e 8 de agosto e, segundo a Coordenadora Acadêmica do Vestibular, Íris Rodrigues, o edital deve ser fechado até a segunda quinzena de junho.

Os cursos propostos pela Coppe, Engenharia de Petróleo e Engenharia de Controle e Automação, tiveram seus currículos aprovados pelo colegiado. A presidente da Câmara de Currículos, professora Marize Malta, explicou durante a sessão que estes cursos ainda não foram aprovados já que a Unidade não apresentou as condições físicas, materiais e de recursos humanos para seu funcionamento.

O sub-reitor em exercício e decano do Centro de Tecnologia, Cláudio Baraúna, se mostrou bastante ansioso para que os cursos de graduação da Coppe fossem aprovados naquele dia e não gostou da proposta feita pelo conselheiro Antônio Cláudio de que o CEG aprovasse uma solicitação para que a Coppe apresentasse as condições de exeqüibilidade para a realização dos cursos. O ex-conselheiro do CEG e assessor da SR-1, Cláudio Limeira, explicou que a resolução 2/2003, aprovada em 12 de março, determina que, para solicitar a aprovação de cursos novos, as Unidades e departamentos devem anexar ao processo informações sobre o número de vagas que serão oferecidas, quantidade de docentes disponíveis para o curso e condições de infraestrutura e instalações. Os conselheiros decidiram que solicitação do CEG deverá ser encaminhada à Unidade sem prejuízo da tramitação do processo de aprovação dos cursos junto aos Colegiados.

Resenha

Extremos da Educação

Deu na Veja (4/06), na coluna Radar, que a cidade brasileira com a melhor correlação entre grau de instrução e taxa de analfabetismo é Niterói. O município fluminense tem a população com o maior número médio de anos de estudo (9,5) e taxa de analfabetismo de 3,6%. No outro extremo, está a piauiense Guaribas, cidade-símbolo do Fome Zero, onde os moradores têm 1,1 ano de estudo e 59% são analfabetos. Os dados são do recente Mapa do Analfabetismo, do MEC/Inep.

Ensino médio em 4 anos

Matéria da Folha Online de 4/6 informa que a ampliação do ensino médio para quatro anos é uma das propostas em estudo no MEC. Com esta mudança, o secretário de Educação Média e Tecnológica, Antonio Ibañez, acredita que os adolescentes terão uma formação mais completa. "A Lei de Diretrizes e Bases prevê uma carga horária mínima de 3.200 horas. O diagnóstico que temos é que o que era para ser o mínimo oferecido, na prática, tem sido o máximo", disse.

Ministro quer taxar ex-universitários

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, defendeu recentemente que ex-alunos de universidades públicas paguem um tributo depois de formados, a ser revertido para o ensino superior. Cristovam disse ser favorável à proposta de emenda constitucional nº 573/2002, do ex-deputado Padre Roque (PT-PR), que prevê o recolhimento de uma contribuição social de ex-alunos de graduação e pós-graduação de universidades federais, estaduais e municipais proporcional à renda bruta. Para Cristovam, poderiam ser tributados, por meio de uma alíquota do Imposto de Renda, os profissionais com renda a partir de R$ 30 mil por ano (Folha de S. Paulo, 4/6).

Lucro dos bancos cresce 18,7%

O lucro alcançado pelos bancos que operam no Brasil cresceu 18,7% entre janeiro e março deste ano. Nos três primeiros meses de mandato do presidente Lula, as instituições financeiras acumularam ganhos de R$ 4,78 bilhões contra R$ 4,02 bilhões, apurados no mesmo período do ano passado. Os números fazem parte de levantamento do Banco Central, de acordo com a Folha de S. Paulo (8/06).

Seis mil concursos abertos

O MEC e o ministério da Fazenda autorizaram a abertura de concurso para seis mil vagas no ensino superior. Dessas vagas, 2 mil serão destinadas à contratação de professores e 4 mil para técnico-administrativos (CorreioWeb, 4/6).

Movimento

Continuação da capa

Reforma, sim. Mas diferente

Também está claro para Clemilce que deve ser feita uma reforma da Previdência, porém, em termos diferentes da que vem tramitando no Congresso Nacional. "A Reforma devia acabar com o fator previdenciário do regime geral, devia aumentar o teto dos benefícios, devia lutar para incluir os 50 milhões de brasileiros que estão fora do sistema", contou. De acordo com ela, o governo só faz piorar a situação ao promover uma propaganda negativa do sistema, ao dizer que este "está falido" ou "vai quebrar". "Agora, quem está coberto pela Previdência fica inseguro. E quem está fora não quer saber de entrar", criticou. A palestrante ressaltou ainda que a sonegação, a renúncia fiscal do governo e a enorme dívida que o sistema previdenciário tem a receber de pessoas e empresas são outros problemas. Ela exibiu fotos de prédios valiosos do centro do Rio que pertencem ao patrimônio mobiliário da Previdência e que foram ocupados, sem ônus, por órgãos da administração federal e até estadual. "Esses imóveis pertencem aos trabalhadores, não ao governo", reclamou.

Clemilce, que votou em Lula para a presidência, disse que não perdeu toda a esperança, mas já acumula muitas decepções com o atual governo. Ela citou três exemplos que "não soaram bem" aos ouvidos dela: o primeiro foi o fato de o ministro Ricardo Berzoini não ter recebido, em seu gabinete, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (do próprio PT) para discussão de uma proposta alternativa de Reforma na semana passada, em encontro previamente agendado. O segundo exemplo negativo foi a retirada de deputados da base governista que discordam das reformas da composição das comissões que estudam as propostas. Finalmente, a instalação de um gabinete da Presidência em endereço da avenida Paulista, quando Lula e seus ministros estiverem na cidade. "Ali, eles estão muito perto da Fiesp", ironizou.

Sobre o funcionamento dos fundos

A palestrante seguinte foi a professora Sara Granemann, da Escola de Serviço Social e integrante do Grupo de Trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind. Sara explicou para a platéia como funciona a previdência complementar pelo mundo, em especial os chamados fundos de pensão. De acordo com ela, a previdência privada pode ser de dois tipos: aberta (que é feita individualmente) ou fechada (que envolve uma coletividade, como uma categoria ou os funcionários de uma determinada empresa). Este segundo tipo é o que o governo vai tentar impor aos servidores com a atual reforma em curso.

Para alcançar a lucratividade, os fundos investem em ações de companhia - em geral da própria empresa à qual os funcionários estão vinculados - e chegam a comprar títulos da dívida dos países que oferecem esse tipo de papel, com promessas de crescentes compensações. Das duas formas, esclareceu a professora do GTSS da Adufrj-SSind, o prejuízo fica com os trabalhadores. "A partir do momento em que o fundo investe na própria empresa, os trabalhadores participantes do fundo estão potencializando sua própria exploração", observou Sara. Afinal, de acordo com ela, para a companhia obter lucros e conseqüentemente valorizar seu fundo de pensão, é necessário conseguir a mais valia dos seus empregados. É daí que surgem as reengenharias, as demissões, o acúmulo de tarefas, entre outras formas de exploração do trabalho. E, se a empresa "quebra", o fundo de pensão "quebra" junto.

Para quem pensa que o discurso é fantasioso, Sara lembrou as recentes crises de duas das maiores empresas dos Estados Unidos - pátria do capitalismo e local de economia forte: a Enron (comercializadora de energia) e WorldCom (companhia telefônica). Os fundos de pensão vinculados sofreram perdas alarmantes.

No segundo caso, ao investir em papéis de títulos da dívida, a exploração recai sobre toda a sociedade. Segundo ela, o banco central de um país põe os títulos à venda para alavancar recursos imediatos e se compromete a recomprá-los em um período futuro mais os juros. Na Argentina, onde essa prática se consolidou desde 1994, os fundos de pensão se tornaram detentores de 65% da dívida do país. No Brasil, em que se pratica atualmente uma taxa de juros de 26,5%, dá para imaginar o que está acontecendo e pode se multiplicar, com a reforma. De acordo com Sara, já existem cerca de 350 fundos de pensão atuando no país, com um patrimônio estimado de R$ 193 bilhões.

Kelvin Melo

DEBATE NO AUDITÓRIO DA DECANIA DO CCMN ATRAIU MUITOS ESTUDANTES

Seminário prega ataques à soberania

Sara aproveitou a oportunidade para comentar o I Seminário Internacional dos Fundos de Pensão, realizado no Rio de Janeiro, no fim de maio, do qual participou com o apoio da Adufrj-SSind. Deste evento, participaram figuras proeminentes ligados ao capitalismo do mundo inteiro, os presidentes da Força Sindical e da CUT e o próprio presidente Lula.

Durante o seminário, Sara se sentiu chocada com os discursos que pregavam verdadeiros atentados à soberania nacional. Um exemplo constante na ocasião foi a defesa da autonomia do Banco Central. Para a professora, o mecanismo nada tem a ver com os interesses nacionais, em detrimento dos governos: "Com a autonomia, os recursos dos fundos podem entrar e sair de um determinado país sem qualquer obstáculo. Quando houver uma crise nesse lugar, basta repatriar o dinheiro aos Estados Unidos, por exemplo, onde há estabilidade, apesar de não haver grandes ganhos", disse. Sara também tirou as esperanças de quem pensa que pode fazer o mesmo com o seu dinheiro investido em fundos, em épocas de crise. "A poupança previdenciária tem essa característica: se você retirar o dinheiro antes do tempo previsto em contrato, as perdas são enormes (entre 60% e 70%), devido principalmente às elevadas taxas de administração", observou.

Ainda naquele seminário, a professora do GTSS da Adufrj-SSind ouviu o próprio presidente Lula incentivar a criação dos fundos de pensão nos sindicatos, no que foi lamentavelmente apoiado pelos presidentes das principais centrais sindicais presentes. "O presidente da CUT disse que a central estava atrasada neste ponto por causa dos esforços para eleição de Lula e pela organização do Concut (congresso nacional da entidade, realizado em São Paulo, na semana passada)", informou.

APG lembra efeitos da reforma nas universidades

Mediador do debate no CCMN, o estudante Christian Alejandro solicitou aos presentes que ajudem a conscientizar as pessoas dentro e fora da universidade com o conteúdo apresentado. Segundo ele, essas informações que não passam na grande mídia precisam ser compartilhadas pelo maior número possível de pessoas. Christian, que participa da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ, observou que a reforma em curso no Congresso pode afetar imediatamente a qualidade do ensino, devido à corrida às aposentadorias dos professores mais experientes.

Sara Granemann participou, no dia do fechamento desta edição (6/6), como integrante do GTSS da Adufrj-SSind, de um debate sobre a Reforma da Previdência, no anfiteatro da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), ao lado do presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, do deputado federal Ivan Valente (PT-SP) e do professor Francisco Miraglia (do GT de Previdência da Adusp).

CCJR aprova Reforma da Previdência

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) da Câmara, em reunião ordinária realizada em 5/6, opinou pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2003 (Reforma da Previdência), por 44 votos a favor e 13 contrários. PT, PTB, PL, PSB, PPS, PC do B e PV votaram integralmente a favor do texto. O governo obteve também cinco votos do PFL, cinco do PSDB - que fazem oposição - e um do PDT, do deputado André Zacharow (PR). No PMDB, que apóia o governo desde a semana retrasada, foram seis votos favoráveis e dois contra. A cada voto pela constitucionalidade, dezenas de pessoas que acompanham a sessão vaiavam o deputado. Os mais vaiados foram os deputados Prof. Luizinho (PT-SP), Inácio Arruda (PC do B-CE) e Roberto Jefferson (PTB-RJ). Quem votava contra era aplaudido, como Alceu Collares (PDT-RS), que fez discurso inflamado contra a reforma e foi o mais festejado.

Votaram a favor da proposta do governo os seguintes deputados:

Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), Patrus Ananias (PT-MG), José Eduardo Cardozo (PT-SP), José Mentor (PT-SP), Maurício Rands (PT-PE), Professor Luizinho(PT-SP), Paulo Pimenta (PT-RS), Rubinelli (PT-SP), Sigmaringa Seixas (PT-DF), Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), Darci Coelho (PFL-TO), Mendonça Prado (PFL-SE), Paulo Magalhães (PFL-BA), Robson Tuma (PFL-SP), Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), José Divino (PMDB-RJ), Osmar Serraglio (PMDB-PR), Sandra Rosado (PMDB-RN), Wilson Santiago (PMDB-PB), Alberto Goldman (PSDB-SP), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Antônio Carlos Pannunzio(PSDB-SP), Inaldo Leitão (PSDB-PB), Vicente Arruda (PSDB-CE), Ricardo Fiúza (PP-PE), Antônio Cruz (PTB-MS), Iris Simões (PTB-PR) ,Roberto Jefferson (PTB-RJ), Vicente Cascione (PTB-SP), Almeida de Jesus (PL-CE), Bispo Rodrigues (PL-RJ), Edmar Moreira (PL-MG), Jaime Martins (PL-MG), João Paulo Gomes da Silva (PL-MG), Maurício Quintela Lessa (PSB-AL), B. Sá (PPS-PI), André Zacharow (PDT-PR), Inácio Arruda (PC do B-CE), Suplentes: César Medeiros (PT-MG), Paulo Afonso (PMDB-SC), Eduardo Campos (PSB-PE), Renato Casagrande (PSB-ES), Rogério Silva (PPS-MT), Sarney Filho (PV-MA).

Movimento

Estudantes participam de debate sobre reformas no sistema

Curiosos e preocupados, alunos do IFCS querem entender os efeitos das medidas do governo Lula para os servidores

O segundo debate do ciclo "Mitos e Verdades da Reforma da Previdência" aconteceu na sala 106 do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no Largo do São Francisco, no Centro. Realizado na quinta-feira ao meio-dia, o evento foi mais prestigiado pelos estudantes da Unidade do que pelos interessados mais imediatos no tema: os docentes e técnico-administrativos. Um dos convidados, o dirigente do Sindicato dos Economistas Paulo Passarinho não pôde comparecer. Na mesa, o integrante do Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind José Miguel Bendrao Saldanha desmistificou para uma atenta platéia alguns dos discursos encampados pelo governo Lula para levar adiante uma reforma que põe fim a conquistas históricas dos trabalhadores. "O grau de desinformação ainda é grande e temos tido muita dificuldade de conseguir que aqueles que defendem estas reformas venham discutir conosco", comentou o professor ao iniciar o debate.

O professor lembrou a origem do estatuto Previdência e comentou os movimentos dos trabalhadores, ainda no século XIX, na organização de caixas próprios de previdência. José Miguel ressaltou a conquista social da transferência da responsabilidade da Previdência para a esfera do Estado, sendo hoje um direito de todo cidadão. "Longe de ser uma dádiva, a Previdência é uma conquista da classe trabalhadora. Foi uma conquista o fato de a Previdência não ficar mais a cargo de cada família, cada categoria ou trabalhador, mas sim a cargo do Estado".

Mito do déficit

Um dos mitos mais alardeados nos últimos tempos pelos que defendem a reforma previdenciária do governo é o suposto déficit orçamentário. Os números apresentados pelos professor, disponíveis nos *sites* oficiais do governo, mostram o contrário. Não há déficit algum. Segundo José Miguel, o 'déficit' não passa de uma representação arbitrária de receitas e despesas. "Em 2002, as receitas da Seguridade Social (Saúde, Assistência e Previdência) contabilizaram R$ 173,00 bilhões e as despesas com Previdência, R$ 88 bilhões". Segundo o professor, descontadas as despesas com Saúde e Assistência, sobraram no orçamento do ano passado R$ 35 bilhões.

São exatamente estes R$ 35 bilhões que foram, segundo José Miguel, contabilizados pelo governo para apresentar o seu superávit primário, ou o total das receitas e despesas, excetuando os juros da dívida pública. "O superávit apresentado pela equipe econômica sai exatamente desta sobra da Seguridade". É por este motivo que na hora da apresentação das contas o governo retira o que sobrou da Seguridade, omitindo o fato de que as despesas com a Previdência foram totalmente cobertas. A sobra do caixa da Seguridade acaba aparecendo como um 'superávit'. No orçamento total, minimizando a escandalosa dívida externa pública de R$ 119 bilhões.

Fotos: Manuella Soares

NA PRIMEIRA FILA, DIRETOR DO IFCS, FRANKLIN TREIN, PRESTIGIA O DEBATE. NO DETALHE, O PROFESSOR JOSÉ MIGUEL

A aposentadoria do servidor

Uma das coisas que mais confundem a opinião pública é o caráter contributivo do desconto previdenciário dos servidores púbicos, ainda mais com a possibilidade do desconto dos aposentados. De acordo com o professor, não fazia e não faz sentido falar em contribuição previdenciária para o servidor público. Não se trata de nenhum privilégio. O raciocínio é simples, porém de difícil assimilação para os pouco familiarizados com o tema. "Tanto o salário do servidor em atividade quanto do servidor aposentado faz parte da receita do Estado", explica José Miguel.

Apesar de se constituir em uma categoria de trabalhadores como qualquer outra, os servidores públicos têm uma natureza diferenciada na sua relação de trabalho com o 'empregador', no caso o Estado. José Miguel explica que, no setor privado, a empresa transfere para o Estado o montante para o pagamento da aposentadoria do trabalhador após sua aposentadoria. E é o Estado é quem vai gerir estes recursos, até lá. No caso do servidor, a contabilização de um desconto e o próprio desconto não são necessários, uma vez que é o próprio Estado é quem vai arcar com as despesas do pagamento dos proventos deste trabalhador após sua aposentadoria. "É uma relação direta. Quando o governo contrata um servidor já deveria ter projetada a despesa com o seu salário em atividade e após a aposentadoria. Na prática, descontar para a Previdência no caso do servidor é reduzir salário. Não faz sentido", comenta.

Contas que não fecham

José Miguel chamou a atenção para as manobras do governo para justificar uma reforma que só tem como objetivo real a implementação da previdência complementar através dos fundos de capitalização e atender aos interesses do mercado especulativo internacional. Uma delas seria a apresentação do tal 'rombo' ou 'déficit' no regime dos servidores. "Engraçado, quando não havia contribuição dos ativos, não havia déficit. Este só aparece agora", ironizou. O professor mostrou que não é a 'contribuição' ou desconto que vai manter os proventos: a soma do total de despesas com servidores aposentados, em 2002, foi de R$ 161 bilhões. O desconto dos ativos não alcançou mais de R$ 7,3 bilhões.

Teto

O integrante do GTSS diz que o movimento docente não é contra o limite de aposentadorias para o serviço público, tendo como referência, na PEC 40, o valor de R$ 17.172,00. Para o professor o teto é até alto, mas serve para coibir abusos. O que o movimento não aceita é a forma preconceituosa como que o governo Lula e setores da imprensa, em particular, tratam o servidor aposentado, como sendo o causador das mazelas do país. José Miguel lembrou que são apenas 279 servidores que ganham acima do teto do Executivo e 1039 recebe mais do que o valor do teto Legislativo. "Estas distorções devem ser corrigidas, mas de forma nenhuma estes valores são os responsáveis pelo problema nas contas. Se as contas não fecham, o problema é dos juros".

Servidores têm alta qualificação em média

Outro argumento bastante utilizado pelo governo, e totalmente absorvido pela mídia em geral, é de que a aposentadoria média no regime próprio dos servidores é alta em relação a do Regime Geral. Os servidores têm em média aposentadorias de R$ 3.400,00 contra R$ 370,00 dos trabalhadores celetistas. Um fato lembrado pelo professor e esquecido pela equipe do governo e pelos analistas ouvidos pela imprensa é que, tal como a média de aposentadorias, a diferença do nível de escolaridade dos servidores em relação ao total de trabalhadores também é significativa. De acordo com o professor, 83% dos servidores públicos têm o 2º grau completo e 54% têm curso superior completo. Sem contar os níveis de pós-graduação e especialização. No conjunto de trabalhadores do país, de onde sairão as aposentadorias do Regime Geral, apenas 18% têm 2º grau completo e somente 3% conseguem completar o terceiro grau! "Só isto explica a 'grande' diferença entre as aposentadorias do setor público e do setor privado, como quer fazer crer o governo".

Fundos de pensão e capitalização

Para José Miguel, o governo Lula, eleito com o apoio dos trabalhadores, deveria estar investindo no serviço público para garantir a recuperação de um projeto para o país e não o contrário. Para o professor, o pano de fundo da Reforma da Previdência é mesmo o projeto de Previdência Complementar para o funcionalismo. Para o professor, o lado mais perverso da reforma é a quebra do regime de repartição e a instalação do regime de capitalização através dos fundos, uma atividade altamente lucrativa para os bancos e instituições financeiras e para os gestores dos futuros fundos de categoria que podem ser criados, caso seja aprovada a reforma.

Segundo o professor, o volume de dinheiro que entra para os fundos de pensão, num primeiro momento, é realmente enorme. Mas não há nenhuma garantia de que daqui a trinta anos esta poupança forçada esteja garantida e que o trabalhador poderá usufruir do investimento que fez. A lógica da Previdência enquanto uma relação humana de sobrevivência e de garantia da qualidade de vida cai por terra e é lançada nos cassinos da ciranda financeira e da bolsa de valores. Salve-se quem puder!

Opinião

A falência mundial dos fundos de pensão

Osvaldo Coggiola*

Na Argentina, o governo Kirchner (0% de esquerda) propôs, como primeira medida de governo, a habilitação aos trabalhadores para passar dos fundos de pensão privados para o sistema de repartição estatal. Na verdade, na disputa com os fundos de pensão, Lavagna (ministro da Fazenda de Kirchner) busca, com a passagem dos trabalhadores dos fundos privados para o sistema de repartição, ficar com os títulos da dívida que hoje estão nas mãos deles. Desta forma cancelaria a parcela da dívida que se encontra nas carteiras dos fundos e evitaria que estas se apresentem na renegociação da dívida exigindo a redolarização da dívida que têm em seu poder. Mas o episódio não deixa de ilustrar a falência de um sistema, no país em que ele foi levado adiante mais "fundo". O governo tenta salvar os fundos privados com o dinheiro público (ou seja, do contribuinte): "todos os trabalhadores em atividade contribuiriam com uma administradora privada. Mas, na hora de receber o benefício, o trabalhador receberia uma parte da sua aposentadoria do Estado e outra da AFJP ("fondo de jubilación privado", nome dos fundos de pensão na Argentina)".

Na França, por sua vez, a 13 de maio, dois milhões saíram às ruas contra a privatização da previdência social, em 115 cidades. A França viveu a mais importante greve geral dos últimos anos. Convocados unitariamente por todas as centrais sindicais, desfilaram pelas principais cidades do país, mobilizaram-se contra a reforma previdenciária do governo de Chirac-Raffarin. O movimento foi tão potente que conseguiu paralisar completamente a educação. A reforma da previdência pretende liquidar uma conquista histórica da classe operária francesa. Pretende-se alongar o período de contribuição, aumentar a idade para a aposentadoria e reduzir os rendimentos. Como as patronais francesas estabeleceram a norma não-escrita de demitir todos os trabalhadores que se aproximam dos cinqüenta anos, a conseqüência da "reforma" será a de que ninguém conseguirá reunir os requisitos para se aposentar (receberão um "subsídio para a velhice"). Esse subsídio é o que recebem hoje trabalhadores terceirizados e precarizados que chegam à idade de retiro. Como em toda a Europa, também na França a reforma previdenciária é vital para o grande capital. Em primeiro lugar, porque permitirá elevar os subsídios recebidos pelas patronais; ao mesmo tempo, o governo de Chirac-Raffarin está empenhado em reduzir os aportes e contribuições patronais à seguridade social. Em segundo lugar, porque a reforma obrigará os trabalhadores a permanecer por mais tempo no mercado de trabalho; a acentuação da concorrência entre os trabalhadores servirá para que as patronais baixem os salários e flexibilizem as condições de trabalho. A destruição da previdência social - que caminha de mãos dadas com a destruição do conjunto da legislação protetora do trabalho e do salário - é um passo no objetivo estratégico de estabelecer o chamado "contrato individual". Finalmente, a reforma da previdência procura abrir um novo campo para a especulação financeira, mediante o estabelecimento de aposentadorias privadas "complementares". Por trás da reforma previdenciária, existe toda a intenção de saída capitalista para a crise de seu regime social. O governo pretende aumentar a contribuição dos servidores públicos para com a Previdência dos atuais 37,5 anos para 40 (como no setor privado): em 2020 todos - servidores públicos e trabalhadores do setor privado - terão de contribuir por 42 anos antes de se aposentar, acabando com a aposentadoria aos 60 anos.

Nos Estados Unidos e Europa, a aposentadoria privada está a ponto de quebrar: "A classe média britânica, por exemplo, acredita que sua aposentadoria privada está mais protegida que a dos europeus do continente, que têm um sistema estatal de distribuição. Três anos de colapso dos mercados de valores e ações de pronto os despertou. Agora, essa confiança é uma mera ilusão. Os fundos de pensão privados não estão mais protegidos do que a aposentadoria prometida pelo Estado. E isso é assim tanto para os esquemas de contribuição definida como para os 'planos ouro' (gold standart) de contribuições ocupacionais". Em outras palavras, o capitalismo britânico já não poderia evitar que os trabalhadores e a classe média de seu país tenham um futuro miserável. No entanto, a perda da aposentadoria é apenas parte do problema porque, ademais, estão caminhando para a falência as empresas que tinham planos associados de aposentadoria. A posição financeira dos fundos de pensão britânicos deteriorou substancialmente desde meados dos anos 1990. A razão é simples: as contribuições dos trabalhadores foram investidas em ações, bônus e outros títulos que substancialmente perderam valor.

A cada ano alarga-se a brecha entre o que se deve pagar aos aposentados e pensionistas e o valor dos investimentos dos fundos de pensão. Esse gap foi estimado pela agência Morgan Stanley em 85 bilhões de libras esterlinas. Em alguns casos, esse déficit é tão grande como o valor das próprias empresas: a Rolls-Royce tem um déficit previdenciário de 1,12 bilhões de libras esterlinas e o valor em ações da companhia é de 1,24 bilhões. Na Inglaterra, quase 40% dos rendimentos da aposentadoria provêm de fundos privados e 60% da aposentadoria estatal. Como acontece também nos Estados Unidos, a aposentadoria privada pode proceder de planos de aposentadoria de empresas ou de administradoras especiais, chamadas de "benefícios definidos". Isto significa que, ao se aposentar, o trabalhador recebe uma aposentadoria definida (como porcentagem de seu salário) à margem dos rendimentos ou quedas das aplicações financeiras realizadas com as contribuições durante toda a sua vida economicamente ativa. Entre 1987 e 2001, segundo o Financial Times, havia 4.000 planos de aposentadoria deste tipo com enormes excedentes, porque os ativos financeiros estavam tão exagerados que superavam os compromissos previdenciários com os trabalhadores, motivo pelo qual as patronais reduziram suas próprias contribuições. Mas com o desmoronamento de bônus e ações, não apenas viraram fumaça os "enormes excedentes" dos fundos de pensão como também os ativos das grandes empresas. Assim, a classificadora de risco Standard and Poor's colocou "sob vigilância com perspectiva negativa a classificação das dívidas de curto e longo prazo de 10 grupos europeus em relação às suas obrigações com as aposentadorias de seus assalariados". Os grupos, que não podem honrar os planos de aposentadoria de seus trabalhadores são, além da siderúrgica alemã Thyssen Krupp, a Arcelor, Michelin, Deustche Post, GKN Holdings, Linde, Pilkington, Portugal Telecom, Rolls Royce e TPG.

Acontece o mesmo nos Estados Unidos. O Fundo de Garantia das Aposentadorias Definidas (PBGC) passou de um excedente de 7,7 bilhões de dólares em 2001 para um déficit recorde de 3,6 bilhões no último ano. Nos Estados Unidos a situação é mais grave porque atinge tanto os grupos econômicos como os Estados. Na berlinda estão, por exemplo, a Ford e a General Motors; e afeta não só a aposentadoria como também a saúde: a siderúrgica Bethlehem Steel anunciou em 8 de fevereiro a suspensão de pagamentos de auxílio médico e do seguro de saúde aos seus 95.000 aposentados e seus familiares, e isto logo depois de o Fundo de Garantia das Aposentadorias Definidas se encarregar do pagamento das aposentadorias por 4 bilhões de dólares que o grupo não era capaz de cumprir. A conseqüência é que agora os antigos empregados do grupo siderúrgico terão um aumento explosivo de seu convênio médico de 6 para 200 ou 300 dólares mensais.

Acrescente-se a crise financeira dos planos de aposentadoria dos Estados, que passaram de um superávit de 112 bilhões de dólares em 2001 para um déficit de 180 bilhões no final de 2002. Os mais comprometidos são Illinois, Ohio e Texas. Este déficit dos fundos de pensão representa cerca de 36% da arrecadação de impostos dos Estados. Diante dessa bancarrota, o que se buscou é que a crise caísse sobre os trabalhadores. Agora, pretendem dar um passo mais importante. O que as burguesias européia e estadunidense pleiteam é elevar a idade para a aposentadoria e, ademais, transformar esses planos de pensão definidos em indefinidos, isto é, que a aposentadoria privada dos trabalhadores dependa do valor dos fundos no momento de se aposentar, de tal maneira que o trabalhador assuma riscos financeiros. Assim funciona na Argentina a previdência privada. Por isso, apesar de que entre 1994 e 2001, segundo o Ministério da Economia, os recursos transferidos para os fundos (pelos trabalhadores) capitalizados ao longo do período atingiram 37,376 bilhões de pesos ou dólares, no início de 2002, com a desvalorização e a queda dos rendimentos, esses fundos valiam 8 bilhões de dólares. Assim, os trabalhadores arcaram com o prejuízo, que se traduz em aposentadorias mais reduzidas.

Há risco de insolvência nos fundos de pensão dos Estados Unidos: segundo a consultora Merrill Lynch, até 346 fundos de empresas deste país (75% dos componentes do Standard & Poor's 500) correm o risco de não ter dinheiro suficiente para honrar seus compromissos com os partícipes por culpa da queda das ações das companhias nas quais investiram. No total, poderiam faltar 640 bilhões de dólares aos fundos de pensão. Uma cifra que contrasta com os superávits de 2000 e 2001, situados em 215 e 500 bilhões, respectivamente. Entre as empresas afetadas figuram grandes grupos como a General Motors, Ford, SBC, Boeing e IBM que, agora, poder-se-iam ver obrigadas a fazer contribuições diretas aos seus respectivos fundos de pensões. Algo que aconteceu na Europa com empresas como a KPN ou BT Group. Ademais, as crises destes afetam a própria geração de renda das companhias. Até o momento, as respectivas filiais financeiras das empresas eram as encarregadas de gerir os fundos de pensão, e suas rendas passavam diretamente para os cálculos de resultados.

A falência da Enron, o quinto monopólio mundial de energia, e o maior comercializador de gás e eletricidade dos Estados Unidos, evidenciou que manejava um fundo de previdência privada de seus trabalhadores de 2,1 bilhões de dólares, 60% investidos em ações da Enron, a própria empresa. Como a falência reduziu em 95% o valor patrimonial da Enron, os 2,1 bilhões de seus empregados agora valem 1 bilhão. Como os 40% restantes do fundo também devem ter sido investidos na Bolsa, a perda seria ainda maior. Em poucas palavras, os trabalhadores da Enron perderam o salário e a aposentadoria. E, ainda por cima, cerca de 120 das maiores companhias estadunidenses têm, pelo menos, um terço dos fundos de pensão de seus empregados em ações de suas próprias empresas: a General Electric tem 75%, e a Coca-Cola 78%, em ações.

Os fundos de pensão baseavam-se também na valorização das ações de companhias das "novas tecnologias": entre 1998 e 1999, o índice Nasdaq saltou de dos 1.000 para 4.800 pontos, ou seja, quase quintuplicou em dois anos, numa especulação que parecia não ter fim. Este crescimento sustentado de valores das ações da Internet permitiu o financiamento quase gratuito de numerosas "dot.com". Em muitos casos, tratava-se de empresas simplesmente inviáveis que foram criadas para aproveitar a "Internetmania" e enriquecer seus criadores. Das 29 milhões de páginas criadas em 1999, apenas 20% se encontram em funcionamento; o restante, só foi registrado. A imensa maioria dessas empresas jamais conseguiu obter um único centavo de lucro. A proliferação de empresas da Internet aparece, então, como um reflexo do movimento da especulação financeira. A queda dos valores das "ações Internet" confirmou esta caracterização e pôs a nú todos os elementos da crise capitalista. Para que se tenha uma idéia dos riscos da "capitalização" dos fundos, basta o panorama da lista das mais importantes falências acorridas nos EUA nestes últimos anos: (quadro)

As falências totalizam 500 bilhões de dólares: duas Agentinas e meia faliram nos Estados Unidos como produto da crise do capital, levando consigo os fundos de pensões lastreados em suas ações. Na Europa, a situação não é melhor. A OCDE advertiu sobre o grave risco da queda nas Bolsas sobre os fundos privados de pensão, cuja viabilidade está ligada à evolução dos mercados de renda variável: "Existe o risco de que as pessoas que investiram nesses fundos recebam pouco ou nada depois de se aposentar" (grifo nosso). As perdas nas Bolsas de Valores nos últimos cinco anos foram calculadas em 10 trilhões de dólares (um valor superior ao PIB dos Estados Unidos), dos quais, segundo Il Sole 24 Ore, 1,4 trilhão foram perdidos

Opinião

pelos fundos de pensões. Para evitar a concentração dos fundos em investimentos das próprias empresas, está em aplicação na Espanha uma "externalização" dos compromissos pelas pensões: retirá-los do balanço das empresas, de modo que passem a ser administrados por companhias de seguros ou fundos de pensão. Com isso, dispersar-se-ia o risco de investimento. Mas o problema é que o capitalismo atravessa uma crise generalizada e os chamados "investimentos financeiros" estão todos naufragando. Afirma El País que após o conhecimento de que os planos de renda fixa mista que colocam na Bolsa entre 15 e 30% de seu patrimônio perderam 5,67% de seu valor, os de renda variável mista e renta variável pura colheram quedas de 14,9% e 29%, respectivamente. Na Argentina, depois de obter suculentas comissões, os fundos (AFJP) fizeram com que os trabalhadores perdessem 10% de seus fundos, o que equivale a aproximadamente 2 bilhões de pesos. E, ainda assim, os fundos estão falidos, já que 90% dos fundos estão em títulos da dívida que são insolventes, impagáveis, e que se desvalorizam no mesmo ritmo da crise argentina.

Na verdade, tudo nos fundos depende do momento da aposentadoria. Em período de alta das bolsas, o cálculo de renda ou capital será alto. Mas, em período de queda, será baixo também. O economista Christian Weller calculou que, com base de contribuição com a mesma soma durante 40 anos, um aposentado em 1966 receberia duas vezes seus depósitos. Dez anos mais tarde, outro trabalhador aposentado, nas mesmas condições, não receberia mais que 40%. E a situação das bolsas piorou muito de 1976 para cá... Além disso, "os sistemas privados custam caro ao Estado. Em 2002, as isenções de encargos fiscais e contribuições de que se beneficiaram os fundos de pensão representaram, sozinhas, a metade (!) do déficit da Previdência Social [da França] (4,5 bilhões de euros)".

Na Europa, os trabalhadores enfrentam planos de "reforma da previdência" que tanto na Áustria como na França, na Itália ou na Alemanha, têm objetivos comuns: aumentar os períodos de contribuição, aumentar a idade de aposentadoria e alterar os métodos de cálculo dos rendimentos, para reduzi-los substancialmente. A central sindical austríaca denuncia que as "reformas" reduziram em até 20% os rendimentos da aposentadoria; a CGT francesa, por sua vez, antecipa que como conseqüência das "reformas" do governo Chirac, as aposentadorias estatais cairão em 30%. O ataque aos regimes previdenciários procura "liberar" fundos orçamentários para o salvamento do grande capital europeu; pretende também abrir caminho para os regimes "complementares" (privados), no exato momento em que o fracasso destes regimes privados na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos evidencia seu caráter confiscatório. O autoritarismo estatal aumenta em função das necessidades do capital: na França, logo após a rejeição por 53% dos assalariados de EDF-GDF de um acordo de reforma do sistema de aposentadorias das industrias de eletricidade e do gás, o governo fez saber que ignoraria os resultados do referendum. Pela primeira vez em meio século, a central sindical austríaca, a OGB (social-democrata), convocou uma greve geral nacional em repúdio à "reforma da previdência" impulsionada pelo governo direitista. A magnitude do ataque obrigou à direção da central social-democrata a romper com sua tradicional política de "pacto social": paralisaram o transporte público, as aduanas, o sistema bancário, as escolas e numerosas empresas privadas. Um acontecimento inusual: nas principais cidades houve grandes manifestações sindicais. Na Itália, as três centrais sindicais convocaram uma "cúpula" para coordenar as ações comuns contra a reforma da previdência de Berlusconi, incluída a greve geral. Na Alemanha, no 1º de Maio, os sindicalizados repudiaram a "reforma" de Schroëder que, além de atacar as aposentadorias, atinge o salário-desemprego e flexibiliza as condições para demissões.

O governo Lula no Brasil adotou a proposta do Banco Mundial, o que explica suas similaridades com os regimes que os governos "social-democratas" da Grã-Bretanha e Alemanha, e até os direitistas franceses, pretendem aplicar: "Como na maioria dos outros países da Europa, o regime de aposentadorias britânico está em crise. O aumento da expectativa de vida, a longevidade da geração nascida nos anos 50 ('baby-boom'), a vontade dos empregadores de descarregar sobre os assalariados uma parte dos riscos financeiros e sobretudo a menor rentabilidade dos fundos de pensão, em razão da queda da Bolsa, põem em perigo os ingressos dos futuros aposentados". Diante dessa situação, a Associação Nacional de Fundos de Pensão (NAPF) propôs uma "reforma integral" com base em dois pontos: elevar para 70 a idade mínima para a aposentadoria (atualmente é de 65 anos), e que a aposentadoria estatal garanta uma "renda cidadã" de 100 libras ou 160 euros semanais, equivalente a 22% do salário médio, indexada sobre os salários e não sobre os preços. Sobre esta base, os trabalhadores britânicos que quiserem uma aposentadoria superior à "renda cidadã" contribuiriam com um fundo de pensão privado. Como a NAPF desconsidera a recusa dos trabalhadores a contribuir com esses fundos privados, propõe que haja incentivos fiscais para alentar a poupança para a aposentadoria, como deduções de impostos sobre estes aportes, o que não é outra coisa senão um subsídio estatal. Na Alemanha também está em marcha uma "reforma da previdência", também para aumentar a idade de aposentadoria de 65 para 67 anos. Na França, a grande patronal busca uma reforma mais completa, porque abarcaria toda a Previdência Social - aposentadorias, acidentes e saúde. A proposta patronal é de que a Previdência Social deixe de cobrir doenças "leves" e que cada francês tenha um seguro complementar através de companhias de seguro, ou de cooperativas, para cobri-las.

Como se pode observar, há uma tendência geral do capitalismo de reduzir a "seguridade social" a um "benefício universal básico" ("renda cidadã", "renda mínima", etc.) e que qualquer benefício acima seja coberto diretamente pelo trabalhador, com contribuições obrigatórias ou voluntárias para companhias ou fundos privados. A proposta em favor da "renda cidadã" - um salário ou aposentadoria mínima para todos os cidadãos - inscreve-se dentro da tendência do capitalismo de destruir a seguridade social surgida nos anos 40 e 50. A ponta de lança desta reforma é o Banco Mundial, que a batizou como a "previdência dos três patamares". Um primeiro patamar seria estatal, daria lugar a um benefício básico definido fixo ou com um piso e um teto, equivalente a uma cesta básica de indigência. Este "patamar" seria financiado com contribuições dos trabalhadores ou diretamente pelo Estado sobre a base dos impostos gerais. Um segundo patamar, seria privado (fundos ou companhias de seguros) com contribuições obrigatórias dos trabalhadores acima do porcentual de contribuição do primeiro patamar. O terceiro patamar também seria privado, com contribuições voluntárias dos trabalhadores.

Com este esquema, o que se quer é reduzir a aposentadoria estatal de modo a diminuir o gasto em aposentadorias e aumentar os pagamentos da dívida do Estado (no nosso caso, da dívida externa). Assim, o Estado "garantiria", por exemplo, um "benefício universal", e qualquer excedente sobre essa soma proveria de contribuições a um fundo, o trabalhador assumindo o risco pelo investimento do fundo. O aumento da idade para a aposentadoria é a chave: o que se quer é que o trabalhador contribua por uma maior quantidade de anos e receba durante menos anos o benefício. A palavra de ordem do BCE (Banca Central da Europa) é: "A Europa envelhece, reformas já!". Na plataforma eleitoral e durante a campanha presidencial, o PT explicou qual reforma queria fazer: "Essa profunda reformulação deve ter como objetivo a criação de um sistema previdenciário básico universal, público, compulsório para todos os trabalhadores brasileiros, do setor público e privado", diz o ponto 46 da Plataforma do PT. E continua: "Como complemento ao sistema público universal, para os trabalhadores tanto do setor público como do privado que aspirem a aposentadorias superiores às oferecidas pelo teto do orçamento público, haverá um sistema de planos complementares, com ou sem fins lucrativos, de caráter facultativo, e sustentado por empregados e empregadores". Esta reforma que o PT impulsiona, Fernardo Henrique Cardoso começou a colocá-la em prática, e segue as recomendações do Banco Mundial. Consiste em estabelecer um sistema estatal básico obrigatório que pague aposentadorias básicas, eliminando definitivamente os rendimentos como proporcionalidade do salário. Com isso a burguesia obteria várias coisas: pagar aposentadorias mais baixas, reduzir conseqüentemente a contribuição patronal e "obrigar" na prática os trabalhadores que aspiram a uma aposentadoria conforme aos seus salários a contribuir "voluntariamente" a uma aposentadoria privada. Ao pagar menos em aposentadorias, aumentaria o superávit fiscal que o FMI exige para pagar a dívida. Que o objetivo é baixar as contribuições patronais, a Plataforma o dizia claramente: "O peso da contribuição dos empregadores (20% sobre os salários) é um elemento de redução da competitividade dos produtos brasileiros (porque poucos países adotam alíquotas tão altas) e, ao mesmo tempo, é um incentivo à falta de registro formal do trabalhador ou ao seu registro com salários inferiores". Esta proposta vem do Banco Mundial: "A redução das diferenças entre o RJU e o RGPS será um grande passo para uma maior eqüidade e uma melhor distribuição do sistema brasileiro de previdência social. As administradoras públicas estão impulsionando reformas encaminhadas a conseguir harmonizar os benefícios de ambos regimes", diz o Banco Mundial em informes confidenciais facilitados ao governo entre 1999 e 2000. De qualquer maneira, se isto não avança, o Banco Mundial propõe que "a administração pública deverá executar as tarefas difíceis antes de se criarem os planos de aposentadorias. A primeira é retirar da Constituição a fórmula de cálculo dos benefícios do RJU, reduzir a taxa de substituição (o cálculo do benefício) e aumentar o período de referência (tempo de contribuição). A segunda consiste em remediar as debilidades do sistema de regulamentação e supervisão. Caso os trabalhadores incorporados ao RGPS não respondam aos incentivos da nova fórmula de cálculo dos benefícios, o governo terá que estabelecer também uma idade mínima de início dos pagamentos da previdência social" (aumento do tempo de serviço).

Uma intérprete das necessidades do grande capital comparou os gastos previdenciários de diversos países como percentagem do PIB, chegando à conclusão de que o gasto brasileiro é maior (4,7% do PIB, contra 3% da França, por exemplo), mas... sem comparar os PIBs respectivos (e relacioná-los com o número de beneficiários da previdência social)! Para concluir que "a gritaria dos servidores públicos contra a reforma da previdência já era esperada. Pode piorar, mas isso em nada deveria sensibilizar as pessoas que neste país são responsáveis por zelar pelo bem-estar da sociedade e pela decência do Estado". Nós concluímos, ao contrário, que a reforma ora em pauta é ditada pelas necessidades do grande capital em crise, inspirada pelo Banco Mundial, e situada na contramão da História, pois adota um modelo que está demonstrando ou já demonstrou sua inviabilidade na maior parte do mundo, inclusive nos países tomados como modelo pelos "neo-reformadores". A adoção das reformas em pauta, se concretizada, só deixa entrever um futuro sombrio para a nossa e para as futuras gerações.

* 2º Vice-Presidente do Andes-SN

Companhia	Mês da bancarrota	Total de ativos pré-bancarrota
Worldcom, Inc	jul/02	$103.914.000.000
Enron Corp	dez/01	$63.392.000.000
Texaco, Inc	abr/87	$35.892.000.000
Financial Corp.of America	set/88	$33.864.000.000
Global Crossinq Ltd.	jan/02	$25.511.000.000
Adelphia Communcations	jun/02	$24.409.662.000
Pacific Gas and Eletric Co.	abr/01	$21.470.000.000
Mcorp	mar/89	$20.228.000.000
Kmart Corp	jan/02	$17.007.000.000
NTL, Inc	maio/02	$16.634.200.000
First Executive Corp.	maio/91	$15.193.000.000
Gibraltar Financial Corp.	fev/90	$15.011.000.000
Finova Group, Inc., (The)	mar/01	$14.050.000.000
HomeFed Corp.	out/92	$13.885.000.000
Southeast Banking Corp.	set/91	$13.390.000.000
Reliance Group.Holdings, Inc	jun/01	$12.598.000.000
Imperial Corp.of America	fev/90	$12.263.000.000
Federal-Mogul Corp.	out/01	$10.150.000.000
First City Bancorp of Texas	out/92	$9.943.000.000
First Capital Holdings	maio/91	$9.675.000.000
Baldwin-United	set/83	$9.383.000.000
Total		**$498.062.862.000**

Movimento

Servidores promovem atividades em Brasília contra Reforma da Previdência

Marcha do dia 11 deve ser o ponto alto das manifestações

A Adufrj-SSind esteve representada com a presidente Cleusa Santos e o professor Salatiel Menezes, na reunião do Setor das Federais de 2 de junho, realizada em São Paulo, que organizou os próximos passos da mobilização da categoria docente. Para Cleusa, os informes dos delegados das seções sindicais do Andes-SN sinalizaram uma forte disposição para a greve.

Vale lembrar que, no último quadro disponível sobre a avaliação do indicativo pelas seções sindicais (de 30 de maio), 29 (sendo 27 federais e duas estaduais) se manifestaram favoráveis à greve na segunda quinzena deste mês e houve cinco posicionamentos contrários (sendo uma SSind estadual). Também deve ser esta a data para os demais servidores paralisarem suas atividades. A professora também destacou no conteúdo das discussões do Setor o caráter fiscal da reforma, que tem por objetivo final atender ao capital financeiro.

No dia seguinte (3/6) foi a vez de Salatiel e o professor José Miguel Bendrao representarem a entidade na Plenária dos SPF, que formalizou um calendário de atividades em Brasília para chamar a atenção da mídia e da sociedade para uma outra versão sobre a Reforma da Previdência.

A partir do dia 10, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) monta acampamento na cidade. No dia 11, ocorre a Marcha em Brasília contra a reforma previdenciária do governo. A expectativa é que cerca de 15 mil pessoas participem do evento. A Adufrj-SSind disponibilizou ônibus, junto com o Sintufrj, para levar servidores a Brasília para participarem do ato.

No dia 12, será montado um palco na Esplanada dos Ministérios, onde será realizado um debate sobre o conteúdo da Reforma, com a presença do deputado Alceu Collares (PDT-RS), do vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), do professor José Miguel Bendrao Saldanha (integrante do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind), de um representante argentino (para falar da experiência dos fundos de pensão naquele país), entre outros. Nos dias 13 e 14, acontecem a Reunião do Setor das Federais e a Plenária dos Servidores Públicos Federais, respectivamente.

Comando Nacional de Mobilização do Andes-SN

Também nesta semana deverá ser instalado o Comando Nacional de Mobilização do Andes-SN. O CNM pode ser composto por um delegado por seção sindical e mais observadores, escolhidos nas assembléias gerais. Os professores que participarem do CNM serão solicitados a realizar atividades de rua, de panfletagem, de diálogo com parlamentares e análise dos documentos que vêm do governo e do Congresso Nacional, entre outras tarefas.

De acordo com o 1º vice-presidente do Sindicato Nacional, José Domingues, a última reunião do Setor das Federais programou para o dia 25 deste mês o indicativo de greve da categoria dos docentes universitários. Ainda segundo Domingues, além do Andes-SN, entidades como a Unafisco (sindicato dos fiscais da Receita Federal), a Fenajufe (juízes federais), o Sinasefe (servidores da educação básica e profissional) e a Fasubra (técnico-administrativos) estão bastante mobilizadas para a entrada em greve.

Domingues alertou que as entidades vão fazer propaganda negativa de todos os parlamentares que votarem contra os trabalhadores, ou seja, a favor da reforma da Previdência. E esse trabalho já deve começar com todos aqueles deputados que aprovaram a tramitação da PEC nº 40/2003 na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (veja matéria na página 4).

"Provão" dos professores

O sindicalista aproveitou a oportunidade para criticar as propostas do Ministério da Educação presentes no chamado Plano Plurianual do governo Lula. Uma delas, o chamado "provão" para os professores, mereceu duras críticas do dirigente do Andes-SN. De acordo com o projeto do ministério, professores do ensino fundamental da rede pública e recém-formados em cursos de licenciatura deverão prestar, a partir deste ano, o Exame Nacional de Certificação. Para Domingues, tal programa confronta as diretrizes do Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira, construído nos Coneds. Ao contrário de ajudar na formação de professores, segundo ele, o programa vai precarizar ainda mais a situação da categoria nas áreas pública e particular. O conteúdo desta e das demais propostas do MEC que constam do Plano Plurianual do governo podem ser conferidos na página eletrônica da Adufrj-SSind, em "documentos", na pasta do dia 6/6.

Adufrj-SSind

Primeiro cartaz da campanha de sindicalização está na rua

A campanha de sindicalização da Adufrj-SSind já foi disparada nos diversos *campi* da universidade. O primeiro cartaz que está sendo veiculado é dirigido aos professores recém-concursados (ilustração), mas vale lembrar que a entidade está aberta a todos os docentes da UFRJ, em atividade ou aposentados, incluindo os substitutos e visitantes. Outros três cartazes que fazem parte da campanha circularão pelos *campi* nas próximas semanas.

Para se sindicalizar, o docente deve comparecer à sede da Seção Sindical, munido de uma cópia do contracheque, e preencher dois formulários. A Adufrj-SSind fica no Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200 e funciona de 8h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira. Para tirar qualquer dúvida, basta ligar para os números 2260-6368, 2590-4799 e 3884-0701 e digitar o ramal da Secretaria.

A contribuição do sindicalizado é descontada direto da folha de pagamento e representa 0,8% da remuneração composta pelos seguintes itens: vencimento básico + Gratificação de Atividade Executiva (GAE) + Gratificação de Estímulo à Docência (GED) ou Gratificação de Incentivo à Docência (GID) + adicional por tempo de serviço + IPC 26,05% (popular Plano Verão).

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 95 • 16 de junho de 2003

Marcha contra a reforma reúne 30 mil em Brasília

Página 2

Paulo Cabral/Agência Andes-SN

AG da Adufrj-SSind aprova indicativo de greve sem data

Página 3

Assembléia Geral

25/06 (quarta-feira) 9:30

Auditório G-122 Coppe

Pauta:

1 - Informes
2 - Campanha Salarial/Reforma da Previdência
   a) Avaliação do Indicativo de Greve
   b) outros encaminhamentos do Setor das IFES (13/06)/Plenária dos SPF (14/06)
3 - Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind
4 - 46º Conad - Vitória-ES (27 a 29/06)
   a) Discussão do Caderno de Textos
   b) Eleição de delegados e observadores ao 46º Conad

Reunião do Conselho de Representantes

17/6 (terça-feira) 17:30

Sede da Adufrj-SSind

Centro de Tecnologia - Bloco D – Sala 200

Pauta:

1) Informes;
2) Mobilização na UFRJ;
3) Avaliação dos encaminhamentos do Setor das IFES e da Plenária dos SPF;
4) Discussão do caderno de textos do 46º Conad.

As reuniões do Conselho são abertas a todos os sindicalizados. Participe!

Debates na UFRJ

Mitos e Verdades sobre a Reforma da Previdência

3ª feira, 17/6, 12h

Sala 10E34 do Hospital Universitário
Ilha do Fundão

Debatedores:

José Miguel Bendrao Saldanha (GTSS/ Adufrj-SSind)
Ricardo Maranhão (Vereador PSB)

Mediador: representante da Adufrj-SSind

Promoção:
Adufrj-SSind, Sintufrj, APG e DCE

"Reajuste" de 1% ainda tramita no Congresso

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na sessão de 10/06 o projeto de lei nº 1.083/03, do Poder Executivo, que concede o reajuste de 1%, retroativo a 1º de janeiro de 2003, a todos os servidores públicos federais. A matéria está em apreciação pelo Senado Federal. Na mesma situação está o PL 1.084/03, também do Poder Executivo, que prevê a vantagem pecuniária individual de R$ 59,87 para o servidor público.

Movimento

Servidores encerram manifestação com alerta de greve

Comissão da marcha foi recebida por ministros

Cerca de 30 mil servidores saíram em passeata pela Esplanada dos Ministérios para protestar contra a Reforma da Previdência, encaminhada pelo Executivo. A manifestação foi organizada por diversas entidades representativas do funcionalismo, entre elas o Andes-SN, que integra o Movimento em Defesa da Previdência Social e do Serviço Público e a CNESF.

Os protestos se dirigiram principalmente pela retirada da PEC 40, contra a privatização da Previdência, contra a taxação de servidores inativos (em 11% sobre o que exceder aposentadorias no valor de R$ 1.058), contra o aumento do tempo de serviço para um funcionário se aposentar e contra a criação de um teto para o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), de R$ 2.400.

A "Marcha contra a Reforma" - primeiro grande ato contra o governo em Brasília - partiu da Catedral de Brasília rumo ao Palácio do Planalto, parando em frente ao Ministério da Fazenda, onde novos protestos foram realizados. "Ô, Berzoini, preste atenção. Essa reforma é privatização", cantaram os servidores.

Outros cantos e frases contra a reforma e ironizando o presidente Lula também deram o tom da manifestação. "Ô, Lulinha aonde vai você? Foi copiar FHC!", "Quando eu cantava o Lula-lá nunca pensei que fosse protestar", "Lula, mude de lado! Escolha o povo e não o capital" foram alguns deles, e "Não à reforma, queremos nos aposentar vivos!" e "Tirar do trabalhador e dar para banqueiro, o que é isso companheiro?" foram algumas das frases. Uma grande faixa foi colocada em um dos carros de som com a frase "Agora é Luta", parafraseando o slogan de campanha "Agora é Lula".

No início da tarde, uma comissão de servidores foi recebida no Palácio do Planalto pelos ministros da Previdência,

Paulo Cabral/Agência Andes-SN

REPRESENTANTES DA CUT E DOS SERVIDORES COM OS MINISTROS BERZOINI E GUIDO MANTEGA

Ricardo Berzoini, do Planejamento, Guido Mantega, da Casa Civil, José Dirceu, e pelo Secretário-Geral da Presidência, Luis Dulce. Os servidores explicaram que a insignificância do reajuste salarial concedido (1%) e o conteúdo da proposta de reforma da Previdência, a forma de encaminhamento, a ausência de discussões aprofundadas e a injustificada pressa para a votação da PEC 40 geraram um grande mal-estar e insatisfação em todo o funcionalismo. Disseram também que a luta dos servidores não se limita a simples reivindicação de caráter corporativo, mas é, sobretudo, contra a concepção de Estado evidenciada tanto na PEC 40, quanto no índice de reajuste concedido. Por fim, pediram que o governo retire a Proposta de Emenda Constitucional de tramitação na Câmara dos Deputados. O objetivo é realizar maiores e aprofundadas discussões, acompanhadas de uma urgente auditoria nas contas da Previdência para uma melhor compreensão sobre o que de fato aconteceu com as mesmas.

Insatisfação

Sem respostas e descontentes com a reunião, os servidores públicos federais ameaçaram entrar em greve caso o governo não abra negociação sobre a reforma da Previdência.

O 1º vice-presidente do Andes-SN, professor Domingues, enfatizou que as reivindicações só serão atendidas se houver manifestações e paralisações. "Não tivemos nenhum avanço. Só conseguiremos nossos objetivos se houver mobilização da categoria", disse, em nome dos servidores federais.

A representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Juçara Dutra Vieira, engrossou o coro, dizendo que a reunião com o governo pode ter "amenizado as divergências", mas não deverá ter efeitos políticos consistentes.

Fonte: Imprensa do Andes-SN

Agenda Sindical

17/06 - Mesa de negociação entre servidores e governo
Brasília (DF) - a pauta vai tratar das diretrizes gerais de planos de carreiras
2ª quinzena de junho
Indicativo de paralisação por tempo indeterminado
27 a 29/06 - 46º Conad do Andes-SN
Vitória (ES)

Andes-SN

Sindicato critica bolsas para quem não se aposentar

Com o objetivo de estimular a permanência em atividade dos professores do ensino superior que podem se aposentar este ano, o MEC anunciou, na semana passada, um programa de concessão de bolsas de até R$ 3 mil. O benefício seria destinado apenas aos que completaram o tempo para a aposentadoria integral e titulares de alguma universidade federal que apresentem um programa de trabalho na graduação e pós-graduação. O programa teria cerca de 300 bolsas, inicialmente.

Sobre este programa, o 1º vice-presidente do Andes-SN, José Domingues, fez questão de ressaltar que não existe nenhum documento oficial ou formalizado, em Brasília. "No papel, o que existe mesmo é a PEC 40 (da reforma previdenciária)", ironizou.

Na hipótese de o programa vier a ser implementado, Domingues considera a iniciativa discriminatória pelo seu caráter restrito e duvida de sua eficácia para impedir a corrida às aposentadorias. Até porque, conforme o próprio governo especifica, os professores que teriam direito à bolsa já têm o direito adquirido à aposentadoria integral. "É uma proposta infeliz", resume Domingues.

Reunião do Setor do dia 13

No dia 13, transcorreu em Brasília a Reunião do Setor das Federais. Até o fechamento desta edição, na mesma data, não havia deliberação sobre indicativo a ser levado à Plenária dos SPF. De acordo com informes de um dos representantes da Adufrj-SSind ao Setor, professor José Sanglard, estavam presentes 31 seções sindicais. Destas, 21 tinham indicativo de greve aprovado (14 para 25 de junho, uma para 17 de junho e 6, sem data), sete não tinham deliberação e três estavam contra o indicativo. A diretoria do Andes-SN comunicou que, no geral, contando também as SSind não presentes ao Setor, existiam 32 seções sindicais com indicativo de greve aprovado e 19, sem qualquer informação.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Adufrj-SSind

Assembléia aprova indicativo de greve sem data

Próximas AGs vão avaliar a deflagração e a data de início do movimento grevista

Os professores da UFRJ decidiram, em Assembléia Geral realizada no Auditório do Centro de Tecnologia, no dia 10/6, aprovar o indicativo de greve unificada dos servidores públicos federais para a segunda quinzena de junho. A proposta de greve é contra a Reforma da Previdência do governo. A deflagração e a definição da data para início do movimento grevista serão discutidas nas próximas AGs da Adufrj-SSind, quando também já serão conhecidos os desdobramentos da última Reunião do Setor das Federais (13/06) e da Plenária dos SPF (14/06), em Brasília.

Na Assembléia, os docentes também avaliaram os encaminhamentos contidos no Relatório do Setor das IFES de 2 de junho. As medidas discutidas têm o objetivo de ampliar a mobilização na categoria docente em todo o país para a possível deflagração da greve, caso o governo não retire da pauta do Congresso Nacional sua proposta de reforma previdenciária.

Entre as principais diretrizes assumidas pelo movimento docente na UFRJ estão: a intensificação no processo de esclarecimento dos professores sobre a reforma e os reflexos negativos que serão causados aos servidores; a pressão sobre os parlamentares municipais, estaduais e federais e o envio de representantes (sempre que possível) da Adufrj-SSind para o Comando Nacional de Mobilização do Andes-SN, em Brasília. Nesta semana, o professor Salatiel Menezes estará representando a seção sindical na capital do país. Ele, assim como o 1º tesoureiro da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, também foram eleitos os delegados da entidade para as já citadas Reunião do Setor e Plenária dos SPF. Não foi aprovada a proposta do Setor de instalação de Assembléia permanente (mecanismo que permite a redução do prazo mínimo de 48 horas para convocação de uma AG): os professores presentes ao Auditório do CT entenderam que tal iniciativa deve ser utilizada em período de maior mobilização. Também não foi aceita a realização de um Dia Nacional de visita aos diretórios do PT com entrega de documentos contra a reforma: os docentes da UFRJ discutiram que a questão, pelo menos agora, não é mais pertinente apenas ao partido do presidente, mas a todas as representações partidárias.

Participação da Adufrj-SSind na Marcha

A diretoria da Adufrj-SSind informou que, em conjunto com o Sintufrj, conseguiu viabilizar a viagem de manifestantes que participaram da Marcha em Brasília contra a Reforma da Previdência no último dia 11. Dois ônibus partiram da UFRJ com esta finalidade.

Calendário eleitoral da Adufrj-SSind

Sanglard comunicou a proposta da diretoria para o calendário eleitoral da entidade, neste ano (veja quadro abaixo)

46º Conad

A realização do 46º Conad do Andes-SN, de 27 a 29 deste mês, em Vitória (ES), era o último ponto de pauta da assembléia. Sanglard informou que a proposta da diretoria é promover pelo menos uma reunião para debater o Caderno de Textos do evento (já disponível da sede da Adufrj-SSind e na página eletrônica do Andes-SN: www.andes.org.br). Também está convocada uma AG que terá como pontos de pauta a discussão do documento e a escolha da delegação da UFRJ que irá ao Espírito Santo (veja capa).

Reuniões nas Unidades e CR

A Assembléia Geral de 2 de junho aprofundou o debate em torno da Reforma da Previdência e da reação dos servidores por uma possível greve unificada. Seis Unidades da UFRJ (Faculdade de Educação, Colégio de Aplicação, Instituto de Física, NESC, Instituto de Matemática e Instituto de Química) realizaram reuniões sobre o tema e, em quatro delas, a maioria dos professores votou ou simplesmente se manifestou contra a proposta do indicativo de greve. O CAp discutiria o tema somente no dia seguinte. O NESC foi o único local cuja maioria dos professores votou favoravelmente ao movimento grevista. Também no Conselho de Representantes da seção sindical, o ponto de vista contrário ao indicativo neste momento foi predominante. Em praticamente todas as reuniões, o corpo docente pensou em investir em outras formas de luta, como a pressão sobre os parlamentares. Mas durante a AG, a tendência das reuniões não se confirmou e por 16 votos favoráveis, 13 contrários e cinco abstenções, o indicativo de greve foi aprovado.

O debate

Salatiel Menezes foi um dos que se manifestaram na assembléia pela aprovação do indicativo. Segundo ele, se os servidores pensam em conceder mais algum tempo ao governo Lula, a PEC 40 acabará passando pelo Congresso Nacional e ficará "praticamente impossível reverter a situação". O professor conta ter ouvido dos próprios deputados - durante suas viagens à capital para participação em reuniões do Andes-SN - que "se não houver reação, entendem (os parlamentares) que a sociedade está satisfeita com as reformas".

José Miguel Bendrao, do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind, comentou que a melhor forma de pressionar os parlamentares é a greve. O professor comentou que todos aqueles que trocam o indicativo por outras formas de luta deveriam participar da mobilização. "Gostaria que as pessoas que são a favor de pressionar os parlamentares nos ajudem a fazê-lo", disse. Assim como afirmou na assembléia anterior, José Miguel se disse disposto a comparecer a qualquer reunião de Unidade, desde que dentro de suas possibilidades de horário, para discutir o tema da Previdência.

Na parte de informes da AG, o professor aproveitou a ocasião para dizer que o GT Seguridade Social das entidades não conseguiu falar com a direção da Adufrj-SSind, no dia anterior (9/6), para saber se já haviam sido confirmados os nomes dos parlamentares que iriam participar do ciclo de debates "Mitos e Verdades da Reforma da Previdência". Pela diretoria da seção sindical, o 1º tesoureiro José Sanglard respondeu às críticas informando que havia transmitido por mensagem eletrônica o resultado de seus contatos telefônicos com os parlamentares para todos os componentes da comissão formada entre as entidades Adufrj-SSind, AGP, DCE e Sintufrj. José Miguel observou ainda que a divulgação dos debates precisa ser intensificada, principalmente nos locais em que ocorrerão as mesas e que os próprios professores devem executar esse tipo de tarefa. A diretoria da seção sindical esclarece que, dentro das suas possibilidades, e com os meios de que dispõe, sempre procura oferecer o máximo de divulgação dos eventos dos quais participa.

O professor do GTSS da Adufrj-SSind também comentou a composição da mesa do Dia de Mobilização da UFRJ, ainda no dia 9, no Auditório do CT, que, apesar de ser uma atividade das entidades, não contou com a participação de nenhum integrante do Sintufrj, por exemplo. Sanglard esclareceu que a entidade indicada pela comissão de eventos das entidades para conduzir os trabalhos foi a Adufrj-SSind.

José Sanglard, 1º tesoureiro da Adufrj-SSind, também observou que o trabalho de diálogo com deputados e senadores exige trabalho que não pode ficar restrito a poucas pessoas. "Se a gente não quer fazer greve, devemos trabalhar todos nesta questão", disse.

José Simões, do Instituto de Física, declarou ter sido o único docente a votar favoravelmente ao indicativo de greve na reunião em sua Unidade. "Não vi em nenhum lugar que os deputados, os militares e os magistrados ficarão com o teto em suas aposentadorias. Também não vi o presidente da República dar o exemplo e nenhuma campanha para cobrar as dívidas da Previdência. Todos os aspectos (da reforma) apontam para a desigualdade", criticou.

Sara Granemann citou a coluna do jornalista Elio Gaspari, de O Globo (8/6), que demonstra as ligações entre os fundos de pensão e pessoas estreitamente vinculadas à presidência: na página do próprio Ministério da Previdência, foi descrito que um seminário de como organizar um fundo de pensão será apresentado em Brasília e em mais seis capitais de estado. "Coincidentemente", um dos expositores mais acionados do tal seminário se chama Wanderley Freitas. Até meados do ano passado, ele era um dos sócios da consultoria Gushiken Associados (Luiz Gushiken é hoje o Secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica). Gaspari observa ainda que Gushiken nomeou um de seus ex-assessores na Câmara para a Secretaria de Previdência Complementar.

Waldemir Filho, conhecido como Ceará, do Colégio de Aplicação, se disse perplexo com a baixa taxa de indignação dos colegas docentes, diante do auditório bem distante de estar lotado. Ele atribuiu essa desmobilização a uma boa vontade exagerada com um governo de perfil "popular e democrático". O professor observou que a política de desmonte dos serviços públicos vai ser agravada com a reforma da Previdência. "Contrato com o capital não pode ser quebrado, mas contrato com os trabalhadores pode, né?", ironizou. Ele aproveitou a oportunidade para elogiar o trabalho de informação sobre a reforma em curso prestado pela diretoria e pelo GT Seguridade Social da entidade.

Luciano Menezes, 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, lamentou os rumos percorridos pelo governo petista de Lula. "Eu sou petista e espero que ainda seja assim durante algum tempo", disse. Luciano acredita que o presidente está encampando todas as diretrizes do governo anterior. "É o próprio FHC 3", brincou.

Proposta de calendário eleitoral da Adufrj-SSind

até 13/5, terça-feira - prazo de sindicalização dos candidatos

até 12/7, sábado - prazo para publicação de edital de convocação das eleições e também para a sindicalização dos eleitores

até 01/8, sexta-feira - prazo para formação da comissão eleitoral

até 11/8, segunda-feira - prazo para inscrição de chapas para a Diretoria

até 01/9, sexta-feira - prazo para inscrição de listas para o Conselho de Representantes

10 a 12/9, quarta a sexta-feira - eleições nas Unidades

13/09, sábado - apuração das urnas e publicação dos resultados

15/10, quarta-feira - AG de posse da nova Diretoria/conselheiros

Previdência

Entidades realizam debate no dia de Luta

Presidente do Andes-SN e líder do PSTU participam de atividade na UFRJ

Guilherme Lessa

LUIZ LUCAS, JOSÉ SANGLARD E JOSÉ MARIA

No Dia de Mobilização na UFRJ contra a Reforma da Previdência (9/6), um grupo de trabalho formado por representantes das entidades Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG promoveu um debate sobre o tema no Auditório do Centro de Tecnologia, no Fundão. O evento contou com a participação do presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, e do presidente do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, José Maria. O GT das entidades convidou os parlamentares da bancada governista do Rio de Janeiro no Congresso Nacional. O reitor eleito da UFRJ, Aloisio Teixeira e os deputados da Assembléia Legislativa do Rio e vereadores da Câmara de Vereadores da cidade também foram convidados. Apenas o vereador Ricardo Maranhão (PSB) enviou um representante que expôs as criticas do parlamentar ao projeto de reforma do governo.

Mediador do debate, o representante da Adufrj-SSind no GT das entidades, José Henrique Sanglard, lamentou a ausência dos parlamentares e informou que muitos dos deputados federais do Rio foram contatados diretamente pelo telefone e a maioria apresentou problemas de agenda para justificar a não participação no evento. O presidente do Andes-SN também lamentou a falta dos parlamentares no evento organizado pelas entidades da UFRJ.

Lucas iniciou sua exposição relatando os três principais modelos de Previdência Social implementados no mundo. O modelo alemão, corporativo e que se organiza por ramos ou diferentes categorias de trabalhadores. Este sistema se expandiu, segundo o professor, pela Europa Oriental e pela América Latina. Outro modelo seria o universal ou social-democrata, adotado pela grande maioria dos países do norte da Europa e que, segundo Lucas, apresenta uma maior homogeneidade na relação entre os setores público e privado e tem vinculação quase total dos trabalhadores no sistema público. A carga tributária neste modelo é elevada, de acordo com o professor. "Paga mais quem tem mais dinheiro".

Há ainda, o modelo liberal ou 'residual', amplamente difundido nos EUA e na Inglaterra. Neste sistema, a previdência pública paga valores muito baixos aos trabalhadores, "valores que não cobrem necessidades mínimas". No modelo liberal, os trabalhadores têm que complementar a sua previdência através dos fundos ou bancos privados.

Lucas analisa que, nos países onde o sistema solidário ainda predomina, há uma enorme pressão por reformas que levem à adoção do modelo residual ou liberal. "Isto seria feito para aumentar a rentabilidade do capital nestes países", diz o professor. O exemplo de Lucas é a privatização da Previdência imposta por Pinochet, no Chile, em 1991. "Num momento em que os trabalhadores tinham muitas dificuldades de resistência, a ditadura de Pinochet realiza a maior experiência de privatização do setor na América Latina", conta. Neste país, no começo dos anos 80, enquanto a Previdência era pública, havia um déficit de 1,8% do PIB chileno. "Na década de 90, este déficit já estava na casa dos 6% do PIB", denuncia.

Lucas explica que a privatização da Previdência, seja através de fundos de pensão, seja diretamente nos bancos e seguradoras pela compra de títulos de capitalização por trabalhadores que queiram complementar seus proventos, gera, num primeiro momento, uma entrada muito grande de capitais para estas empresas. Para diminuir seus gastos, o Estado passa, então, a promover a extinção do que resta do sistema público através da redução do teto dos proventos. "Quanto menor o teto da previdência pública, mais as empresas lucram com a arrecadação para os fundos privados".

"Reforma é retrocesso"

Para o presidente do PSTU, a aprovação da Reforma da Previdência pelo Congresso Nacional significará um enorme retrocesso nas conquistas dos trabalhadores. Também para José Maria, o foco de interesse do governo e dos setores que o apóiam nesta reforma é a privatização da previdência dos servidores com a implementação dos fundos de pensão. Para José Maria, os chamados fundos públicos ou de categoria são, na verdade, totalmente privatizados, já que tratam-se de entidades jurídicas de direito privado.

Metalúrgico e ativista da CUT, José Maria fez crítica a setores da Central que teriam sido cooptados para a proposta do governo na esperança de que os sindicatos passem a gerenciar os fundos de pensão a partir da aprovação da Reforma. O sindicalista citou a Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil como exemplo. Criada em 1904, a Previ é o maior fundo de pensão da América Latina e 77º do mundo em patrimônio. De acordo com José Maria, o fundo de pensão aplica recursos em várias empresas no país. "Para garantir sua rentabilidade e a competitividade destas empresas, a Previ precisou demitir funcionários e enxugar as despesas de suas acionárias como a Usiminas e a Cesita", denunciou.

José Maria criticou ainda o fundo do Banco do Brasil pelo tratamento dispensado pela direção aos trabalhadores da Embraer. Segundo o metalúrgico, a Previ, dirigida pelo ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Sérgio Rosa, se recusa a reunir-se com os trabalhadores demitidos da Usiminas, da Cesita ou da Embraer. "Por menos do que isso, os trabalhadores realizaram duas greves gerais na França", comentou.

Mudar o rumo do governo

Tanto Lucas quanto José Maria reconheceram a capacidade de diálogo do governo Lula com os sindicatos. Lucas disse que o tratamento dos ministros e da equipe de governo para com as entidades nos encontros e audiências é muito bom. O problema, segundo o dirigente, é que apesar do tom cordial, o governo não parece querer negociar questões fundamentais como a mudança da política econômica e a renegociação das dívidas públicas, verdadeiras responsáveis pela falta de recursos para os investimentos sociais.

Na mesma linha, José Maria critica o rumo tomado pelo governo petista na questão econômica e no trato das políticas sociais. Na questão da Previdência, o líder do PSTU critica: "o que o governo está dizendo para nós é que não tem capacidade de administrar os recursos da previdência e que estes precisam passar pelos bancos para chegar nas mãos dos trabalhadores aposentados". Mesmo contra a reforma, José Maria acredita que os movimentos sociais têm condições de conseguir, através das mobilizações, trazer de volta o presidente Lula para a condução do país com políticas voltadas para o interesse dos trabalhadores.

Previdência

Trabalhadores vivem conjuntura de resistência

Contra-reforma previdenciária atinge o mundo inteiro

Assim como ocorreu em períodos de governos anteriores, o movimento dos trabalhadores ganha a tarefa da resistência contra uma reforma previdenciária cujo modelo não funciona em nenhum país. Por outro lado, os atuais governantes tentam impor a reforma (que, na verdade, é uma contra-reforma) baseados em um discurso despolitizado. Essas foram algumas das conclusões de mais uma edição do debate "Mitos e Verdades sobre a Reforma da Previdência", promovido pela Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj e realizado no Auditório do Quinhentão, no Centro de Ciências da Saúde, no último dia 12.

Convidado externo à universidade, o deputado estadual Paulo Ramos (PDT-RJ) lamentou a conjuntura nacional, com Lula na presidência, em que havia a grande expectativa de mudanças. Pelo contrário, o que se verificou foi um governo, assemelhado aos anteriores, na manutenção da alta taxa de juros, no aumento do desemprego, no perdão das dívidas de empresas e na taxação de aposentados. "E ainda fecha os olhos para um escândalo de corrupção (em referência ao caso do Banestado, em que se suspeita de envolvimento de políticos e desvio de bilhões de reais)", disse.

Para Paulo Ramos, mais uma vez, os trabalhadores não terão oportunidade para conquistar mais direitos nesta situação, mas deverão lutar para preservá-los. Para demonstrar o que dizia, o parlamentar citou a propaganda governamental que tinha o objetivo de forçar a aceitação das reformas - e que só foi suspensa recentemente na mídia por conta de decisão judicial. "É preciso que os servidores se mobilizem. E o Rio de Janeiro tem uma responsabilidade importante neste processo, pois aqui reside um enorme contingente do funcionalismo", comentou.

O momento atual é tão "difícil", de acordo com o deputado, que a luta dos trabalhadores transformou-se numa disputa para "trocar o patrão": "Estamos longe do trabalho. Hoje, precisamos defender o capital industrial (que gera empregos) contra o capital financeiro. O 'patrão' está diferenciado", observou.

Paulo Ramos lembrou o já famoso episódio da campanha de sucessão presidencial, quando a atriz Regina Duarte anunciou o seu "medo" à nação e o PT respondeu com a "esperança". "Agora, nós estamos ficando com medo da esperança", ironizou. Em referência à recente propaganda política gratuita do PDT na mídia, Paulo observou ainda que o Brasil elegeu Lula para mudar o país e não para mudar de "lado". "Vamos ver se ele (Lula) recupera o lado anterior", completou. O parlamentar disse que a Assembléia Legislativa do Rio pretende realizar um novo debate sobre a Previdência (já realizou um outro, no início do ano, com a presença das entidades de servidores do estado) e se mostrou à disposição para novos debates sobre o tema.

Kelvin Melo

PAULO RAMOS, ALBANA DE AZEVEDO, SARA GRANEMANN E ANDRÉA TEIXEIRA

Discurso despolitizado do governo

A professora Andréa Teixeira, da Escola de Serviço Social, ressaltou o discurso despolitizado que o governo imprime em torno do tema da reforma previdenciária. Logo de início, a professora fez questão de esclarecer o conceito de "reforma". "No imaginário, trata-se reforma como algo positivo", em referência, por exemplo, a uma obra de saneamento ou pintura de uma casa. "Isso que está sendo chamado de reforma é, na verdade, uma contra-reforma previdenciária. Os trabalhadores não ganham nada. Quem ganha é o capital financeiro", observou.

Uma reforma de verdade que acabou não saindo do papel em sua plenitude, segundo Andréa, foi a Constituição de 1988. "Ali, sim, houve o maior avanço da Seguridade Social em nosso país", disse. Na Carta, segundo ela, estavam previstas ações articuladas entre Saúde, Assistência Social e Previdência, que tinham fontes de financiamento específicas. No entanto, os governos que se seguiram, a começar pelo de José Sarney (atual presidente do Senado), trataram de efetivar contra-reformas que desmantelaram (ou vem desmantelando) a Seguridade.

Andréa citou a emenda constitucional nº 20 (de 1998) que, já naquela época, atingiu as aposentadorias dos servidores públicos e, principalmente, lembrou a introdução do fator previdenciário, ainda na era FHC, que trouxe graves prejuízos para os trabalhadores da iniciativa privada. "O fator previdenciário é uma fórmula matemática que incidiu sobre as aposentadorias e obrigou as pessoas a ficarem na ativa por muito mais tempo", disse. "Ou seja, a contra-reforma neste ponto já foi concluída. Agora, querem quebrar as pernas dos servidores públicos", criticou. E, como resultado desta contra-reforma no regime próprio do funcionalismo, ocorre, de acordo com Andréa, a dinamização da previdência complementar.

Fundos de pensão não beneficiam trabalhadores

Integrante do Grupo de Trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind, a professora Sara Granemann (também da ESS) voltou a explicar o funcionamento dos fundos de pensão pelo mundo, assim como fez em debate anterior no auditório da decania do CCMN (ver jornal da Adufrj nº 94, de 9 de junho). Ela comentou os exemplos argentino e chileno de privatização da Previdência.

Na Argentina, de acordo com a professora, os fundos de pensão - que aplicam seus recursos preferencialmente em títulos da dívida dos países ou em ações nas bolsas de valores - são responsáveis por boa parte do endividamento daquele país. Dos dezoito fundos que existiam em 1994, cinco já "quebraram" e a atribuição de pagamento das aposentadorias aos participantes do fundo falido recaiu sobre o governo.

A situação se repetiu no Chile, onde, dos 14 fundos originais desde o processo de implantação da previdência privada (durante a ditadura Pinochet), sete quebraram ou foram assimilados pelos restantes. "E o Estado é que paga a conta", comentou. Segundo ela, o teto de benefícios pago pelo governo não passa de 400 dólares. Para quem considera o valor razoável, Sara alerta que os trabalhadores que atingem esse patamar, na realidade, investiram economias com a expectativa de angariar aposentadorias de cinco mil dólares.

Sara citou ainda a realização do I Seminário Internacional dos Fundos de Pensão, realizado no Rio de Janeiro, no fim de maio, do qual participou com o apoio da Adufrj-SSind. O seminário, vale lembrar, contou com a presença de autoridades da área econômica da Europa e dos Estados Unidos, líderes sindicais e do próprio presidente Lula. Sara revelou as três principais diretrizes apontadas naquele evento: reforma da Previdência, autonomia do Banco Central e aprovação de uma outra Lei de Falências (que não privilegie mais os trabalhadores no pagamento de débitos da massa falida). "São ataques à soberania de um país", ressaltou.

A professora comentou que, das oito reformas previdenciárias na América Latina, "nenhuma delas vai bem". No entanto, os exemplos positivos de trabalhadores franceses, austríacos e alemães que resistem a modelos parecidos de reforma são motivos suficientes para acreditar no engajamento de sindicatos como o Andes-SN e a Fasubra em defesa da Previdência Social Pública e contra a previdência complementar.

O próximo debate intitulado "Mitos e Verdades sobre a Reforma da Previdência" ocorre nesta terça-feira (17/6), ao meio-dia, no Hospital Universitário, na sala E-1034.

Cancelamento do seminário de 23/6 sobre Reforma da Previdência

Informamos o cancelamento do debate sobre "A Reforma da Previdência do governo Lula", divulgado no jornal da Adufrj-SSind nº 93 (de 2 de junho). Além do presidente do Andes-SN, Luiz Lucas, apenas a Força Sindical sinalizou que enviaria um representante (e não o presidente da central). A CUT e o PT não deram qualquer resposta. Uma vez que Lucas esteve recentemente na UFRJ, em outro debate, a diretoria da Adufrj-SSind avaliou que o evento perdeu a razão de ser.

Andes-SN

Movimento docente debate reserva de vagas nas universidades públicas

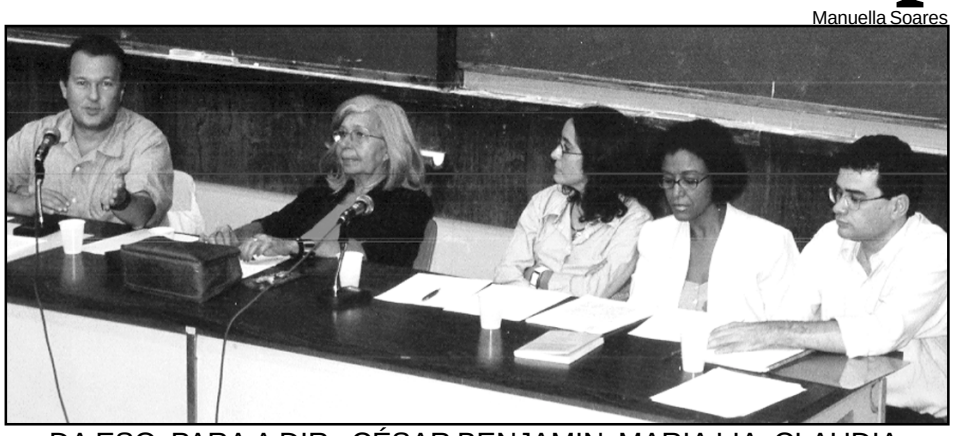
Uerj e Uenf são as primeiras universidades do Rio a adotarem o polêmico sistema de cotas para negros

Em junho do ano passado, o escritor César Benjamin comentou em sua coluna na Revista Caros Amigos sua posição contrária às políticas de cotas para negros nas universidades públicas como forma de democratização do acesso a estas instituições. Como lembrou Benjamin em seu artigo, às vésperas das eleições gerais, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou um pacote de medidas sócio-culturais, como o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. No mesmo pacote, o governo FHC reservava 20% de vagas para negros nos concursos públicos. A ação foi muito bem recebida por ativistas do movimento negro e por alguns políticos e administradores que resolveram ampliar o conceito de cotas para solucionar o problema do acesso de pessoas carentes às universidades. De lá para cá, alguns políticos adotaram a idéia das cotas. O senador José Sarney (PMDB-MA) apresentou um projeto, aprovado na comissão especial da Casa, que reserva 20% de cotas para candidatos que se declarem afrodescendentes, no ingresso nas universidades. O ex-governador do Rio, Antony Garotinho, encaminhou projeto semelhante para a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, implementando 40% de cotas para 'negros' e 'pardos' nas universidades do Estado.

A Uerj e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) foram as primeiras a implementar o sistema no vestibular de 2003. Para concorrer às vagas das cotas raciais, o candidato deve apenas declarar a cor da sua pele como negra. O sistema causou polêmica e, após o resultado do concurso deste ano nestas instituições, já são inúmeras as ações judiciais que pleiteiam o direito de quem considera que perdeu uma vaga por não ter se declarado negro.

Para debater este assunto e colaborar com um futuro posicionamento do movimento docente nacional, o Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe do Andes-SN organizou em parceria com a Associação de Docentes da Uerj (Asduerj) o Seminário Nacional Democracia Racial e Ações Afirmativas. O evento aconteceu nos dias 5 e 6 de junho, nos auditórios 31 e 33 da estadual carioca e a redação do Jornal da Adufrj acompanhou um dos debates, *O acesso à Universidade: universalização e políticas de ação afirmativa*, que contou com a presença de Benjamin, um dos poucos intelectuais que se manifestaram publicamente contra o sistema, e de especialistas no tema, a professora do Serviço Social da Uerj Magali Silva de Almeida e o professor da Universidade Estadual de Maringá Walter Praxedes.

Manuella Soares



DA ESQ. PARA A DIR., CÉSAR BENJAMIN, MARIA LIA, CLAUDIA GONÇALVES, MAGALI DE ALMEIDA E WALTER PRAXEDES

Um conceito político

A primeira argumentação de César para justificar seu posicionamento foi de que o conceito de raças humanas teria sido um grande empreendimento científico-político realizado no século XIX para justificar o processo de dominação dos povos e estabelecer bases científicas que legitimassem a idéia de que as elites européias poderiam promover a expansão colonial nos países da América Latina e da Africa. A idéia de que a espécie humana se subdivide em raças foi por água abaixo, já no século XX, quando as novas tecnologias da biociência demonstraram que, do ponto de vista genético, ninguém é diferente de ninguém.

No debate, Benjamin criticou a defesa do sistema de cotas pelo movimento negro. Para ele, outro ponto contra o sistema de cotas é que este reduz a luta pela universalização do ensino. Para César, o debate sobre a democratização do acesso deveria ser ampliado para a defesa de um sistema de ensino universal, público, gratuito de qualidade, onde a reserva de vagas poderia ser feita a partir de critérios econômicos e não étnicos. Para ele, a discussão das cotas acaba minimizando o debate central sobre a divisão de classes da sociedade brasileira. "O que eu faço com os milhões de pobres brancos, mestiços e de várias cores do país?", questionou, defendendo cotas para pobres ou para os trabalhadores de baixa renda e não apenas para um segmento da classe trabalhadora ou das classes excluídas. Para o articulista, não existem brancos nem negros no Brasil, mas sim um povo mestiço, formado pela conjunção de povos "desenraizados", oriundos da África, Europa e de outros cantos do planeta, associado aos índios, desapropriados, que aqui viviam antes do processo de colonização.

Debate ideo lógico

O escritor da Caros Amigos também considera a reserva de vagas por critérios raciais um retrocesso no processo de democratização da sociedade e da construção de um projeto de nação para o país. Para César, a discussão é essencialmente ideológica e afasta o pensamento político brasileiro de questões fundamentais para construção de um país soberano. Benjamin reclamou, ainda, da forma como sua crítica à política de cotas vem sendo recebida pelos que a defendem. "Numa sociedade tão desigual como a nossa, é fácil construir subgrupos, exclusivamente a partir da cor da pele, cujos indicadores demonstrem que pessoas com a pele negra vivem em condições piores. Mas se separo negros, brancos e amarelos, o que faço com o imenso contingente de também excluídos que não é nem uma coisa nem outra?", questionou.

Na avaliação de Benjamin, o sistema de cotas raciais é uma idéia importada dos Estados Unidos e encampada por alguns estudiosos e ativistas brasileiros. Ele lembrou, ainda, que o país vive um momento histórico de construção de propostas para a consolidação de uma posição favorável no cenário internacional. Para ele, se o Brasil não se lançar em um projeto nacional, cujo eixo central seja a identidade do povo brasileiro, o país pode acabar se consolidando como um espaço apenas para o fluxo de capitais, uma espécie de terra de ninguém. César defendeu que os movimentos lutem pela consolidadação de uma nação soberana, na qual as classes menos favorecidas e os trabalhadores (incluídos aí os de todas as origens étnicas) sejam o centro do desenvolvimento. "Caso contrário, o Brasil tende, como querem os investidores internacionais, a tornar-se alvo ainda mais fácil do processo de globalização. Para nações ricas cuja identidade é construída a partir da noção do indivíduo e do lucro, a desconstrução da idéia de povo brasileiro, coletivo e poliétnico serve na medida para que nos consolidemos como um espaço de fluxo de capitais, sem desenvolvimento e produção nacionais", concluiu.

O outro lado

Defensor das políticas de ação afirmativa, o professor Walter Praxedes apresentou a tese de que o conceito de raça é social e deve ser reconhecido para o estabelecimento de políticas públicas que visem a minimizar as injustiças sociais no país. Para o professor, a cor da pele é determinante na hora em que o trabalhador brasileiro participa da disputa por uma vaga no mercado de trabalho. Para ele, adoção das cotas para negros nas universidades faz parte de um conjunto de medidas que pretendem inserir os afrodescendentes nas instituições formais da sociedade, como as universidades e também nos postos de trabalho.

Para ilustrar sua exposição, Praxedes citou trabalhos dos autores marxistas Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes. Segundo o professor da Estadual de Maringá, Francisco de Oliveira demonstra em seus textos que a diversidade dos grupos humanos se dá na esfera da produção, na qual os 'brancos' seriam privilegiados. "Com o fim a abolição, os negros começaram a participar da produção de uma forma muito peculiar. A força de trabalho negra foi substituída pelo trabalho imigrante", lembrou.

Para Praxedes, esta política de exclusão deliberada dos negros das principais ativida-

Andes-SN

des econômicas e sociais tem sido reproduzida há mais de cem anos pelas elites no país. O professor defendeu o sistema de cotas nas universidades como uma reparação aos efeitos desta exclusão. "Esta reparação está atrasada 115 anos e tem que ser feita", ressaltou, lembrando de políticas de ação afirmativa que, segundo ele, foram implementadas pelos dirigentes no Brasil, no início do século XIX, para assentar as populações imigrantes de origem italiana e alemã, no Sul do país. "Foram criadas políticas públicas de adaptação para estes contingentes de imigrantes que nada mais eram do que políticas de ação afirmativa", afirmou.

Mito da miscigenação

Também contrapondo-se à tese de Benjamin, a professora da Faculdade de Serviço Social da Uerj Magali de Almeida, disse que "a ideologia da miscigenação serviria à reprodução da dominação". Para a professora, a luta anti-racista desenvolvida pelo movimento negro não estaria dissociada da luta de classes. A professora elogiou a iniciativa do Andes-SN de promover o seminário sobre democracia racial e disse que, desde que a polêmica sobre as cotas para negros se instalou nos meios acadêmicos e na imprensa, era a primeira vez que uma docente negra como ela era chamada a participar de um debate público naquela universidade. "É a primeira vez que uma docente negra é convidada para participar desta discussão nesta universidade", observou.

Para Magali, o racismo no Brasil seria estrutural e estaria inserido no contexto de uma sociedade dividida em classes. Reconheceu que o debate sobre cotas chegou à mídia de uma forma despolitizada e preconceituosa. "Mas, de alguma forma, fez com que a sociedade e, particularmente, o judiciário se manifestassem sobre o tema". A professora elogiou a postura do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao ser, segundo ela, o primeiro presidente "a reconhecer o problema do racismo, quando nada havia sido feito para reduzir as diferenças inter-étnicas". Para Magali, ao desencadear ações afirmativas, o ex-presidente "estava apenas cumprindo as ações mundiais de combate ao racismo assinadas pelo governo brasileiro".

Adufrj-SSind defende cursos noturnos para democratizar o acesso

Adufurj-SSind defende cursos noturnos para ampliar o acesso à universidade. Para a presidente da seção sindical, Cleusa Santos, o problema de cotas para negros está vinculado à democracia brasileira. Para a professora, a realização da democracia social necessária para resolver o problema econômico da desigualdade não está restrito aos negros.

UFRJ

UFRJ concede 156 aposentadorias em 2003

Até o início de junho, foram concedidas 156 aposentadorias na UFRJ. Para se ter uma idéia do estrago que está sendo causado pelo receio dos servidores com a reforma previdenciária, isso representa mais que o dobro das aposentadorias concedidas em todo o primeiro semestre de 2002 (foram 71). E olha que o semestre nem terminou...

Estão ainda em processo de análise mais 30 pedidos. Das 156 aposentadorias concedidas até agora, 66 são de professores. Embora em um número inferior ao de técnico-administrativos, a aposentadoria de docentes preocupa bastante, de acordo com o superintendente da SR-4, Roberto Gambine, que forneceu os dados. "Proporcionalmente, como as categorias têm quantitativos muito diferentes (existem 8.472 técnico-administrativos e 3.190 professores na ativa), o impacto é maior no corpo docente", comentou. Como já se esperava, as aposentadorias no segmento docente estão atingindo os quadros considerados mais qualificados (veja quadro abaixo).

Vale lembrar que, de acordo com exposição do ex-reitor Sérgio Fracalanzza a um conjunto de decanos e diretores, em 19 de fevereiro deste ano, foi dito que cerca de 800 docentes têm mais de 55 anos de idade. Deste número, em torno de 300 professores têm mais de 60 anos. Os números não eram precisos, segundo o próprio ex-reitor, mas a realidade não deve ser muito diferente disso.

Em matéria de 25 de abril deste ano, no jornal O Estado de S. Paulo, o secretário-geral da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduíno, informa que pelo menos 10% dos professores universitários reúnem condições para se aposentar (são cerca de 45 mil na ativa, no total). E, ainda segundo Balduíno, sete mil vagas de professores estão desocupadas, esperando do concurso.

Aposentadorias entre os docentes em 2003

de 1º e 2º graus	2
assistentes	6
de adjunto, nível 1	2
de adjunto, nível 2	2
de adjunto, nível 3	5
de adjunto nível 4	37
titulares	12

Duas posses para Aloisio Teixeira

O reitor eleito Aloisio Teixeira espera desde 1998 para ser nomeado pelo MEC (na ocasião, o ex-ministro Paulo Renato preferiu José Vilhena, menos votado na consulta interna). Agora, novamente vencedor nas eleições da UFRJ, em 2003, deverá ter duas posses: uma, oficial, em Brasília (DF), provavelmente nesta semana; a segunda, mais simbólica, na universidade, em data ainda não confirmada (talvez em 30/6, uma segunda-feira). De acordo com a assessoria de Aloisio, apesar da intenção original de se fazer uma única posse oficial no Rio de Janeiro, não houve como contornar a burocracia do Ministério da Educação.

Embora o dia da posse na UFRJ ainda não esteja definido, a assessoria informa que o evento deverá ocorrer na Casa do Estudante, na avenida Rui Barbosa, que tem capacidade para receber mil pessoas. Serão instalados telões no auditório do Centro de Tecnologia, na ilha do Fundão, e no Salão Pedro Calmon, no *campus* da Praia Vermelha, para que a comunidade possa acompanhar a cerimônia. A posse será transmitida também pela internet.

Movimento

Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública tem reunião esta semana

O Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública do Estado do Rio de Janeiro convoca todas as entidades para reunião neste dia 18 de junho, quarta-feira, às 9h, na Rua Mem de Sá, nº 23, Lapa. Esta reunião tem por objetivo discutir, entre outros assuntos, a realização do 2º Coed (Congresso Estadual de Educação) e avaliar a audiência realizada pelo Fórum com a Secretaria Estadual de Educação, em 10 de junho.

De acordo com as orientações do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública - que é integrado pelo Andes-SN -, a constituição de fóruns estaduais como o do Rio de Janeiro são importantes instrumentos da sociedade civil para a construção dos planos estaduais de educação. Neste sentido, o Grupo de Trabalho Política Educacional da Adufrj-SSind tem acompanhado as ações do fórum regional.

Vale dizer que a íntegra do caderno de resoluções do 1º Coed, realizado em novembro do ano passado, no Maracanãzinho (e que também contou com a participação de integrantes do GT da seção sindical) já se encontra disponível na página www.adufrj.org.br.

Adufrj-SSind

Não achamos graça

A Adufrj-SSind, por intermédio de sua presidente, Cleusa Santos, enviou carta a direção do programa de debates Olhar 2003 da TV Educativa, questionando a declaração do professor do departamento de Ciência Política do IFCS Aloizio Alves Filho sobre o movimento dos servidores públicos. O professor participou como convidado de um debate sobre Previdência Social, exibido no programa da última quarta-feira, dia 11, onde afirmou que "o movimento dos servidores públicos é uma piada".

ANOTE

V Festival de Capoeira da UFRJ

O Departamento de Lutas, da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), promove nesta terça-feira, dia 17, o V Festival de Capoeira da UFRJ. O evento começa às 11h, no ginásio de lutas da Unidade. Além das tradicionais rodas de capoeira, estão previstas atividades musicais e homenagens.

Adufrj-SSind

Presidência da República responde à seção sindical sobre carta aberta

Documento foi entregue a Lula na inauguração do Tanque Oceânico, em 30 de abril

Na semana que passou, a Adufrj-SSind recebeu a resposta do gabinete pessoal do presidente da República sobre a carta aberta da diretoria da seção sindical entregue ao próprio Lula durante a inauguração do Tanque Oceânico da Coppe, em 30 de abril. Na ocasião, além da carta, Lula recebeu dos diretores da entidade todas as publicações produzida pela SSind sobre a Reforma da Previdência. No documento, divulgado no jornal nº 89, de 5 de maio deste ano, os diretores reforçam a defesa da Seguridade Social e a posição contrária aos fundos de pensão. Além disso, denunciam o caráter privatista da atual reforma previdenciária em curso, sob a orientação das políticas neoliberais do Banco Mundial e do FMI, "que visam, em síntese, a retirar direitos da classe trabalhadora e a reduzir a responsabilidade do Estado na questão social". Nos trechos finais da carta aberta, a diretoria lembra que a eleição de Lula representou um pedido por mudanças da sociedade brasileira que, até o momento, não ocorreram.

Na resposta da presidência da República, datada de 5 de junho, Cláudio Soares Rocha, diretor de Documentação Histórica da Presidência, informa que foi incumbido pelo próprio Lula de confirmar o recebimento da carta. Cláudio afirma ter encaminhado a carta ao Ministério da Previdência Social, Ministério da Educação e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão "para análise". No fim, ainda observa que o presidente solicitou à entidade para "continuar participando cada vez mais da construção do país com que todos sonhamos" (veja reprodução do documento nesta página).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gabinete Pessoal do Presidente da República

Rio de Janeiro, 5 de junho de 2003

Senhora CLÁUDIA DOS SANTOS
Presidente
ADUFRJ
Centro Tecnológico, Bloco D - Sala 200 - Caixa Postal 68531 - Cidade Universitária
21944-970 - Rio de Janeiro - RJ

Prezada Senhora,

Incumbe-me o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de confirmar o recebimento de sua carta de 30/04/2003 e de informar do encaminhamento ao Ministério da Previdência Social, Ministério da Educação e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para análise.

O Presidente pede-lhe ainda para continuar participando cada vez mais da construção do país com que todos sonhamos.

Atenciosamente,

CLÁUDIO SOARES ROCHA
Diretor
Diretoria de Documentação Histórica

Além da resposta da presidência da República à carta aberta, a seção sindical recebeu, nos útlimos dias, várias correspondências de parlamentares, principalmente senadores, sobre o envio do Caderno "Reforma da Previdência em debate", também distribuída aos sindicalizados junto do mesmo jornal da Adufrj nº 89, de 5 de maio deste ano. Os parlamentares receberam ainda a carta aberta ao presidente e uma outra carta na qual a seção sindical cobra a responsabilidade social dos representantes do povo no Congresso.

A revista foi remetida a todos os senadores e deputados do Congresso por sugestão de alguns sindicalizados, acatada pela diretoria da entidade. Acusaram o recebimento da publicação da Adufrj-SSind os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Arthur Virgilio (PSDB-AM), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Geraldi Mesquina Júnior (PSB-AC), Heloisa Helana (PT-AL) e Jonas Pinheiro (PFL-MT). Por mensagem eletrônica, a deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) também enviou um agradecimento à seção sindical pelo material recebido.

Segundo cartaz da campanha de sindicalização está na rua

A campanha de sindicalização da Adufrj-SSind continua com força na universidade. Depois do cartaz dirigido aos professores recém-concursados foi a vez de a comunidade conhecer mais um anúncio que lembra a importância da sindicalização para a segurança do professor (ilustração). Outros dois cartazes que fazem parte da campanha circularão pelos campi nas próximas semanas.

Para se sindicalizar, o docente deve comparecer à sede da Seção Sindical, munido de uma cópia do contracheque, e preencher dois formulários. A Adufrj-SSind fica no Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200 e funciona de 8h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira. Para tirar qualquer dúvida, basta ligar para os números 2260-6368, 2590-4799 e 3884-0701 e digitar o ramal da Secretaria.

A contribuição do sindicalizado é descontada direto da folha de pagamento e representa 0,8% da remuneração composta pelos seguintes itens: vencimento básico + Gratificação de Atividade Executiva (GAE) + Gratificação de Estímulo à Docência (GED) ou Gratificação de Incentivo à Docência (GID) + adicional por tempo de serviço + IPC 26,05% (popular Plano Verão).

Resenha

Apagão na Educação

Um estudo realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais) projeta a falta de aproximadamente 250 mil professores da quinta à oitava série do ensino fundamental e de todo o ensino médio no Brasil. De acordo com os dados do Inep, para atender ao número de alunos hoje existentes na rede pública - que corresponde a 90% do número total de matrículas -, são necessários 235 mil professores no ensino médio e 476 mil nas turmas da quinta à oitava série. Nos últimos 12 anos, no entanto, formaram-se em cursos de licenciatura 457 mil professores. A matéria é da Folha Sinapse (27/5).

Cálculo das contribuições

O governo federal e os estados analisam utilizar somente as contribuições previdenciárias recolhidas a partir de 1994 na nova forma de cálculo das aposentadorias dos servidores públicos, prevista na reforma da Previdência. A proposta de emenda constitucional estabelece o fim da aposentadoria equivalente ao último salário da ativa. A conta para o benefício, se aprovada a PEC, deverá considerar contribuições para o INSS e para os regimes próprios. As mudanças da moeda no país antes de 1994 é um dos obstáculos para utilização de um tempo de contribuição mais longo, de acordo com a Folha de S. Paulo (8/6).

UGF perde o título de filantrópica

O Conselho Nacional de Assistência Social cassou de forma definitiva o certificado de filantropia de quatro instituições de ensino superior - entre elas, a Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro - por não cumprirem os requisitos da lei da Assistência Social. As universidades não conseguiram provar que aplicavam 20% do faturamento em atividades sociais ou em bolsas de graduação. Sem o certificado, elas passam a contribuir para o INSS como qualquer empresa (O Globo, 10/6).

Bancos têm lucros crescentes

Os 50 maiores bancos lucraram no ano passado 92% a mais do que as 150 maiores empresas não-financeiras em atividade no país, sejam elas de capital nacional, estatais ou subsidiárias de grupos estrangeiros. A soma do lucro líquido dos bancos chegou a US$ 5,746 bilhões, enquanto o setor industrial ganhou US$ 2,987 bilhões (O Globo, 11/6).

Mudança já na Economia

Economistas ligados ao PT ou que apoiaram a candidatura Lula, entre eles o professor Reinaldo Gonçalves (da UFRJ), lançaram na semana passada um manifesto que propõe mudanças na política econômica do país. O documento foi intitulado "A Agenda Interditada - Uma Alternativa de Prosperidade para o Brasil", de acordo com matéria da Folha de S. Paulo (12/6).

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Notícias da Greve
16 de julho 2003
Informativo da Adufrj-SSind
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200
Ilha do Fundão
CEP: 21944/970 Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 3884-0701, 2260-6368 e 2590-4799
Edição e texto: Comunicação Sindical da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Governo foge das audiências públicas sobre a Reforma

Centenas de servidores protestam dentro e fora da Assembléia Legislativa do Rio

O governo se diz pronto a negociar a reforma da Previdência, mas o que se viu nas audiências públicas marcadas para as assembléias legislativas de São Paulo e Rio para discutir o tema na última segunda-feira, 14 de julho, foi a ausência do ministro Ricardo Berzoini, do presidente da Câmara Federal, João Paulo Cunha (PT/SP) e de outros representantes do governo no Congresso para debater a Reforma, de fato, com os servidores. A falta de diálogo é tanta que mesmo o relator da Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional nº 40/2003, José Pimentel (PT-CE), preferiu não comparecer às atividades marcadas.

A postura do governo foi bastante criticada pelos parlamentares e por centenas de servidores que participaram dos eventos na Assembléia Legislativa do Rio. Em uma das 73 intervenções permitidas ao público na Alerj, o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, observou que a ausência governista pode ser explicada pelo desinteresse de interlocução com a sociedade: "Não estão aqui (o ministro Berzoini e o relator) porque não somos os interlocutores que lhes interessam. Não estão aqui porque somos as vítimas de uma política definida por instâncias internacionais contra as quais este governo não tem coragem de se impor", disse. Lucas criticou ainda a privatização da Previdência pública embutida na PEC 40/2003, através da possibilidade de criação dos fundos de pensão. "É uma reforma que faliu a Argentina; que desmente todos os argumentos dos seus defensores. Estaremos mobilizados", completou.

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, também teve oportunidade de se manifestar na audiência do Rio de Janeiro. De acordo com ela, a Seguridade Social atacada pela reforma do governo "é um direito construído ao longo de muita luta, com muito suor e lágrima dos trabalhadores". Cleusa cobrou dos parlamentares presentes uma reforma "que faça avançar na cidadania dos trabalhadores" e fez referência ao elevado grau de desemprego no país, que obriga mais de cem mil pessoas a concorreram a algumas poucas vagas de gari. A presidente da seção sindical aproveitou a ocasião para alertar os parlamentares sobre a corrida às aposentadorias provocada pelo receio contra a reforma governista. Ela citou o caso específico da UFRJ, onde cerca de oitenta professores já deixaram suas atividades só neste primeiro semestre de 2003. "Isso tornou o nosso quadro menos rico e menos diversificado, sem a experiência produzida ao longo da vida por estes profissionais", completou.

Estudantes aprovam calendário de mobilização

Reunidos em assembléia no último dia 15, no bloco A do Centro de Tecnologia, os estudantes referendaram o apoio à greve dos servidores nas universidades. Os alunos programaram uma manifestação para a posse do reitor Aloisio Teixeira, nesta sexta-feira (18/7), que contará com a presença do ministro da Educação, Cristovam Buarque. Na ocasião, serão cobradas mais verbas e, especificamente, mais bolsas de estudo do MEC. Além disso, será feito um protesto contra a reforma da Previdência. Nesta quinta-feira (17/7), às 13h, os estudantes que participam do Comando de Mobilização farão nova reunião na sala do Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. No dia 22, terça-feira, às 18h, o conselho de Centros Acadêmicos se reúne no pátio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, no centro.

CEG reconhece greve

A pedido da presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, em nome do Comando Local de Greve dos docentes, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou na sessão desta quarta-feira, dia 16/7, nota de reconhecimento da greve na UFRJ, com apenas uma abstenção e nenhum voto contrário. Confira a íntegra da nota, a seguir:

"O Conselho de Ensino de Graduação, em sua reunião ordinária de 16/07/2003, por ampla maioria, informa que:

1) apóia as reivindicações do movimento de professores e funcionários;

2) reconhece a paralisação de atividades acadêmicas na educação básica e no ensino superior;

3) afirma que o calendário deverá ser rediscutido após o fim do movimento, de forma a dar continuidade às atividades interrompidas a partir do dia de deflagração da greve;

4) e afirma que os alunos terão seus direitos assegurados.

Conselho de Ensino de Graduação"

Técnicos aprovam continuidade da greve por tempo indeterminado

Mais de 300 pessoas participaram ontem (15/7) da assembléia do Sintufrj que aprovou a continuidade da greve por tempo indeterminado. A avaliação dos técnico-administrativos é que o movimento vem crescendo nacionalmente e também na UFRJ. O Comando Local de Greve do Sintufrj aprovou a realização de um ato contra a Reforma da Previdência na posse do reitor Aloisio Teixeira, nesta sexta-feira, às 15h, na Casa do Estudante Universitário, na Av. Rui Barbosa, no Flamengo.

Cronograma das atividades dos servidores:

16/07: 9h - ato na Catedral organizado pela CUT-DF e entidades sindicais do Distrito Federal.

17/07: 11h - Apresentação do relatório da comissão especial da Reforma da Previdência. Inclui também atividade junto aos parlamentares.

21/07: CNUG preparará reunião das 3 esferas (Federal, Estadual e Municipal) a partir de proposta da comissão composta por Andes, Fasubra e Fenafisps.

21/07 – Audiência pública sobre a Reforma da Previdência em Salvador.

23/07: CNUG faz reunião ampliada com os Comandos Estaduais de Greve.
23 e 24: Atividades em Brasília junto aos

CNG/Andes-SN denuncia intransigência do governo

O CNG/Andes-SN esclarece, diante do que está sendo divulgado na mídia, que o governo mantém inalterada sua posição de não dialogar com o movimento grevista. As propostas que surgem no noticiário são resultantes apenas do acordo entre o governo federal e os governadores estaduais. A posição dos servidores continua sendo pela retirada da PEC 40/2003.

CNG congratula-se com Chico de Oliveira

O CNG/Andes-SN aprovou o envio de mensagem de congratulação ao sociólogo Francisco de Oliveira pela luta contra a Reforma da Previdência proposta pelo governo. Ontem (15/07), Chico de Oliveira, que é professor da USP e um dos fundadores do PT, chamou de imbecil o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, durante a 55ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que ocorre em Recife.

"Vilhena" cearense

O CNG/Andes-SN enviou moção de solidariedade aos professores da Universidade Regional do Cariri (CE). Eles se encontram em greve contra uma atitude arbitrária do governador Lúcio Alcântara (PSDB), que empossou o terceiro colocado nas eleições paritárias para a reitoria da instituição. Em defesa do princípio da autonomia universitária e em respeito à vontade da maioria da comunidade da URCA, o Comando Nacional de Greve do Andes-SN exige a revogação imediata da intervenção e a indicação do candidato mais votado no processo eleitoral.

Índice de paralisação dos servidores cresce para 55%

De acordo com o último Comunicado do Comando Nacional de Greve do Andes-SN (nº 5, de 15/7), 55% dos servidores públicos federais paralisaram suas atividades. Das seções sindicais do Andes-SN, 25 encontram-se em greve e outras dez entram no movimento entre hoje e 11 de agosto. Ainda existem oito seções sindicais com indicativo de greve aprovado e outras oito, que são contrárias à greve. O Sindicato dos Servidores do IBGE informa que 90% dos trabalhadores, em média, nos estados, encontram-se em greve. A Fasubra Sindical informa que 30 entidades de base deliberaram pela greve por tempo indeterminado e mais dez devem entrar no movimento até o fim da semana.

Os auditores fiscais da Previdência Social têm adotado a estratégia de realizar paralisações de 48 horas por semana. Segundo o informe do CNG nº 4 (de 11/07), a Fenafisps tem atingido índice de 90% de paralisação nas capitais e 40% no interior. Na Bahia e no Piauí, os auditores pararam por tempo indeterminado. A Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal informa, em sua página eletrônica, que grande parte dos servidores do Incra e do Ibama apresenta-se em greve por tempo indeterminado

Os servidores do INSS continuam com 80% de adesão à greve e 30% dos trabalhadores da Saúde continuam parados. No Maranhão, os servidores do INSS e da saúde também entraram em greve. O Sindicato Nacional dos Servidores Federais em Educação Básica (Sinasefe) comunica que 15 entidades de base estão em greve por tempo indeterminado e nove encontram-se em processo de mobilização. Segundo o CNG do Andes-SN, 40% dos servidores ligados ao Sinasefe estão em greve. Outros 30% estariam em processo de mobilização e devem deflaglar a paralisação após o período de férias. A Unafisco (auditores da Receita Federal) informa que foi deflagrada a greve por 72 horas. Os trabalhadores do Judiciário Federal realizam greve por tempo indeterminado em alguns estados, como São Paulo, e alternam paralisações em outros.

Apoio dos estudantes

O CNG do Andes-SN informa (ainda no comunicado nº 4) que a primeira reunião da nova executiva nacional da UNE aprovou "apoio e solidariedade à greve dos SPF", instituindo um comando de mobilização. Os estudantes também aprovaram participar da Marcha à Brasília, de 11 a 15 de agosto.

Contra a PEC 40 (Reforma da Previdência)

Em defesa da Seguridade Social Pública

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 96 • 23 de junho de 2003

ASSEMBLÉIA GERAL

25 junho quarta-feira **9h30**

Auditório G-122 - Coppe

Centro de Tecnologia

Pauta:

1 Informes
2 Campanha Salarial/Reforma da Previdência
a) Avaliação do Indicativo de Greve
b) Outros encaminhamentos do Setor das IFES (13/06)/ Plenária dos SPF (14/06)
3 Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind
4 46º Conad - Vitória-ES (27 a 29/06)
a) Discussão do Caderno de Textos
b) Eleição de delegados e observadores ao 46º Conad

Reunião Conselho de Representantes

23 de junho (segunda-feira)

17:30 horas

Sede da Adufrj-SSind

(Centro de Tecnologia, Bloco D, Sala 200)

Pauta:

a mesma da AG

As reuniões do Conselho são abertas a todos os sindicalizados. Participe!

Ato Público contra a reforma da Previdência

26/06 - quinta-feira

Passeata até a Cinelândia, com concentração na Candelária a partir das 16h.

Cancelamento do debate neste dia 23/6

Reforçamos o aviso publicado na edição anterior de que foi cancelado o debate sobre "A Reforma da Previdência do governo Lula", que seria realizado neste dia 23/6. Além do presidente do Andes-SN, Luiz Lucas, apenas a Força Sindical sinalizou que enviaria um representante (e não o presidente da central). Diferente do que foi escrito no aviso anterior, a CUT e o PT não deixaram de dar uma resposta ao convite da Adufrj-SSind. A assessoria do PT informou que o presidente José Genoino tinha um compromisso nesta data. Já a assessoria da central comunicou que não tinha como confirmar a agenda do recém-eleito Luiz Marinho, em início de gestão. Uma vez que o presidente do Andes-SN esteve recentemente na UFRJ, em outro debate, a diretoria da seção sindical avaliou que o evento perdeu a razão de ser.

Divulgação

NO AUDITÓRIO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA, EM BRASÍLIA, OS SPF DEFINEM INÍCIO DA GREVE

Servidores apontam greve em 8 de julho

AG da Adufrj-SSind avalia indicativo de participação no movimento nesta quarta-feira

Não dá mais para esperar. Uma vez que a reforma da Previdência caminha a passos largos no Congresso Nacional, com grande "empurrão" do Palácio do Planalto e dos ministros, os servidores decidiram fazer uso do último recurso da classe trabalhadora: a greve. Em plenária realizada em Brasília no dia 14, os SPF aprovaram o movimento grevista pela retirada da PEC nº 40/2003 da pauta da Câmara dos Deputados.

No Rio de Janeiro, em consonância com a Plenária, o Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social organiza um ato público contra a Reforma nesta quinta-feira, dia 26, no centro do Rio. Haverá uma passeata da Candelária até a Cinelândia, às 17h. A concentração do evento começa às 16h e já estão confirmadas as presenças da senadora Heloísa Helena e dos deputados federais João Batista de Oliveira Araújo (Babá), Luciana Genro e João Fontes - todos do PT. Antes disso, no dia 24, o Fórum Fluminense se reúne para preparar o ato e discutir, entre outros assuntos, a possibilidade de divulgar um anúncio dos servidores na televisão. Também será debatida a instalação de *outdoors* com as fotos dos deputados federais Bispo Rodrigues (PL), Roberto Jefferson (PTB e José Divino (PMDB). Esses foram os parlamentares do Rio que votaram, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), pela constitucionalidade da PEC nº 40, na primeira fase de tramitação da reforma na Câmara.

AG da Adufrj-SSind

Assim como vem ocorrendo em todas as universidades federais, os professores da UFRJ estarão definindo sua participação na greve unificada dos servidores. A Assembléia Geral da Adufrj-SSind é nesta quarta-feira, dia 25/6, no auditório G-122 da Coppe, às 9h30.

Movimento

Divulgação

ENTIDADES QUEREM PRESERVAR OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Movimento forte nas universidades, na Receita Federal e no Judiciário

A última Plenária dos Servidores Públicos Federais, realizada no dia 14/6, em Brasília decidiu pela greve nacional a partir do dia 8 de julho. Os servidores são contrários à PEC 40 que altera o sistema previdenciário dos trabalhadores, em especial o regime próprio do funcionalismo. Os SPF voltam a se reunir no dia 5 de julho, quando será avaliada a construção da greve nos estados e a sua deflagração.

A plenária dos SPF, assim como a reunião do Setor das Federais do Andes-SN, em 13/6, foi acompanhada pelos professores José Henrique Sanglard e Salatiel Menezes, pela Adufrj-SSind. De acordo com Sanglard, é forte a mobilização das categorias que compõe a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF). Algumas das entidades mais mobilizadas são o próprio Andes-SN, a Fenajufe (servidores do judiciário) e a Unafisco (fiscais da Receita Federal). A categoria que mais apresenta dificuldades para participar da greve nacional são os trabalhadores do IBGE.

Na reunião do Setor das Federais do Andes-SN, foi aprovado o dia 25 de junho para a deflagração da greve. Porém, os professores aprovaram, também, que poderiam aderir à data que viesse a ser aprovada pelo conjunto das entidades nacionais, o que acabou se confirmando no caso do 8 de julho.

Setor das IFES não reconhece proposta da CUT

O Setor aprovou, ainda, que não reconhece a proposta da CUT para a Reforma da Previdência, "pois não representa as deliberações das assembléias e demais instâncias das entidades dos SPF". A CUT, que recentemente elegeu Luiz Marinho - amigo pessoal de Lula - como presidente, defende apenas algumas emendas à reforma, em vez da retirada do projeto como deseja a maioria dos SPF.

Intensificar a mobilização

Na reunião das seções sindicais do Andes-SN, foram indicadas algumas ações para intensificar a mobilização da categoria, entre elas, a possibilidade de instalação da assembléia permanente em cada universidade. Este mecanismo permite a redução do prazo regimental de 48 horas de convocação para a próxima AG, o que agilizaria a tomada de decisões pelos docentes. Um outro ponto destacado pelo Setor é o fortalecimento da articulação, nos estados e municípios, entre os servidores públicos das três esferas administrativas e dos trabalhadores da iniciativa privada. Também deve ter continuidade as atividades de pressão sobre os vereadores, prefeitos, deputados estaduais, governadores, deputados federais e senadores pela rejeição da PEC 40 e em defesa da Previdência Pública.

Outdoors e propaganda

Assim como o Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social já se organiza para montar *outdoors* de parlamentares do Rio que votaram a favor da reforma em sua primeira fase de tramitação no Congresso, essa orientação passa a ser nacional. As seções sindicais também devem entrar na justiça contra a propaganda do governo favorável às reformas, tendo como referência a liminar conseguida pela Seção sindical do Paraná, que suspendeu a campanha governamental até o momento.

Agenda Sindical

24/06 - Reunião do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social
Rio de Janeiro (RJ), na sede do Sintrasef, na Av. 13 de maio, 13/10º andar, às 15h

24/06 - Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
(ver chamada de capa)

25/06 - Assembléia da Adufrj-SSind
(ver chamada de capa)

26/06 - Ato público contra a Reforma da Previdência
Rio de Janeiro (RJ) - concentração a partir das 16h, na Candelária, com passeata até a Cinelândia, às 17h.

27 a 29/06 - 46º Conad do Andes-SN
Vitória (ES)
- O tema será: "Reforma da Previdência: o medo vencerá a esperança?"

4/7 - Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF)

5/07 - Plenária dos SPF
Brasília (DF)

8/07 - Indicativo de deflagração da greve unificada dos servidores públicos

24 a 28/10 - Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

1 a 04/04/2004 - Fórum Regional de Educação
São Paulo (SP)

Anote

Adusp publica revista sobre Previdência

A revista sindical da Adusp (Seção sindical dos Docentes da Universidade de São Paulo) reproduziu, na íntegra, em sua última edição (nº 30, de junho deste ano), o estudo comparativo entre a PEC 40/2003 e a Constituição Federal elaborado pelo Grupo de Trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind. A análise foi divulgada no Jornal da Adufrj nº 91, de 19 de maio.

A publicação da Adusp, totalmente dedicada ao tema da Previdência, traz ainda artigos sobre a privatização do setor no Chile e na Argentina, a reação na Europa e o aumento da contribuição previdenciária dos servidores no estado de São Paulo, entre outros assuntos. A revista está disponível na página eletrônica da seção sindical em: www.adusp.org.br/revista/30/Default.htm

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

UFRJ define datas do vestibular

O Conselho de Ensino de Graduação, na última quarta-feira (18/6), aprovou uma proposta de calendário para as provas do vestibular 2004: dias 16 de novembro, 17 e 21 de dezembro. As datas seguirão para aprovação do Conselho Universitário, mas a definição só acontece após uma reunião das coordenações dos vestibulares de todas as universidades públicas do Rio. Ainda não foi desta vez, também, que o CEG aprovou o edital do concurso de ingresso na graduação, o que deve ocorrer na próxima sessão do colegiado.

Vagas docentes

Na sexta-feira, dia 26/6, o CEG reúne-se com o Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG) para discutir a criação da Comissão Permanente de Alocação de Vaga Docente (Copav). A idéia é que os colegiados superiores estabeleçam critérios acadêmicos e institucionais para a distribuição de vagas pelas Unidades.

Nota da redação: a pedido do conselheiro do CEG Paulo Renato, esclarecemos nota anterior sobre aprovação de cursos novos da Escola de Engenharia: os novos cursos de Engenharia do Petróleo e Engenharia de Controle e Automação aprovados pelo conselho, em 4/6, e também no Consuni (9/6) serão ministrados pela EE, e terão uma gestão compartilhada com a Coppe e a Escola de Química.

Vida no Campus

Feira rende equipamentos para a UFRJ

Decanias driblam falta de recursos com aluguel de espaço para eventos

De 2 a 13 de junho, uma feira ocupou o saguão do bloco A do Centro de Tecnologia. Com cerca de 40 estandes, ofertou-se um pouco de tudo: doces, roupas, bijuterias. Como resultado desta cessão temporária do espaço público, a UFRJ ganhou R$ 6 mil, sob a forma de equipamentos.

No CT, tratou-se da terceira vez que a feira foi montada, mas, em escala maior (com quase 60 estandes), e há mais tempo (sete anos), o evento se reproduz no Centro de Ciências da Saúde. Aqui e ali, com o abandono financeiro das instituições de ensino superior pelo MEC, estas ocorrências tornam-se mais comuns.

Segundo o decano do CT, Cláúdio Baraúna, a administração recebe vários projetos para a instalação de exposições, feiras e eventos nas dependências do Centro. Algumas propostas são aprovadas, outras não, e todas são submetidas à apreciação do Conselho de Centro. Baraúna diz que, particularmente, não é muito favorável à cessão do espaço da universidade para eventos do tipo da feira, um evento tipicamente comercial e sem nenhuma vinculação com as atividades acadêmicas. "Se pudéssemos dispensar a feira seria bom, assim como a realização de shows e outras atividades que podem afetar os interesses da universidade", comenta.

O decano explica que este tipo de comércio sempre acaba existindo nos corredores e que a sua adminstração tentou regulamentar a venda de produtos concedendo o espaço por um tempo determinado e estabelecendo uma espécie de contrato com os organizadores. A segurança, iluminação própria e material dos estandes é de responsabilidade da organização da feira. Baraúna creditou à falta de recursos amargada pelas decanias, intensificada na gestão Vilhena, o fato de os decanos aceitarem alugar o espaço universitário para atividades de comércio. "Na época do Vilhena, os recursos das decanias ficaram à míngua. Recentemente, a SR-3 (sub-reitoria de patrimônio e finanças) começou a repassar algum recurso". Segundo o decano, as Unidades têm recebido R$ 5 mil por mês, idependente de sua produção ou atividades acadêmicas. "A decania do CT recebe R$ 8.500 por mês em uma rubrica fechada para material de consumo", disse Baraúna.

Organizadora não quis revelar faturamento

A empresária Wanja Silva Costa, organizadora das feiras do CT e do CCS, disse que a proposta dos eventos na ilha do Fundão favorece aqueles que desejam sair do estudo ou do trabalho direto para casa, uma vez que não existe esse tipo de comércio no local. A empresária não quis revelar o faturamento da feira: "Você me desculpe, mas eu não divulgo as minhas contas. A universidade, sim, tem a obrigação de divulgar as dela, porque é pública", justificou para a reportagem da Adufrj-SSind.

Kelvin Melo

FEIRA OCUPOU TODO O SAGUÃO O BLOCO A DO CT

Resenha

Emprego é a solução

Se o governo quiser resolver o suposto "déficit" da Previdência, deveria se preocupar com uma questão real: o desemprego. De acordo com um estudo do IBGE ("Síntese de Indicadores Sociais 2002"), divulgado na semana passada, 54,3% da população ocupada estão relegados à informalidade e, portanto, não contribuem para o sistema previdenciário. A matéria é de O Globo, 13/06.

O medo venceu a esperança

Em discurso na Câmara dos Vereadores de São Paulo, o sociólogo e intelectual petista Francisco de Oliveira disse que "o medo venceu a esperança", em referência ao governo Lula. Entre várias críticas, o sociólogo deu destaque à reforma da Previdência que, segundo ele, representa um "ataque ao caráter republicano do Estado, em nome do combate à desigualdade, que reitera a desigualdade" (Folha de S. Paulo, 14/6).

Mais do Mapa do Analfabetismo

Já citado aqui neste espaço, o Mapa do Analfabetismo divulgado pelo MEC no início do mês continua apresentando dados assombrosos: só 19 dos 5.507 municípios brasileiros têm uma média de escolarização dos moradores que corresponde ao ensino fundamental completo (oito anos), por exemplo. Existem, em todo o país, 30 milhões de analfabetos funcionais (menos de quatro anos de estudo) e, desses, 16 milhões não sabem ler e escrever (Folha de S. Paulo, 5/6).

UnB aprova cotas

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (UnB) aprovou no início do mês a adoção de cotas para estudantes negros e índios já a partir do vestibular de 2004. A UnB é a primeira instituição de ensino superior federal a adotar cotas para negros, já implantadas nas universidades estaduais do Rio e da Bahia. Serão reservadas para os negros 20% das mil vagas de graduação por semestre. A quantidade de vagas para índios ainda será definida. (Folha de S. Paulo, 7/6).

Cotas inconstitucionais

Matéria da Folha Online (18/6) informa que um parecer da Procuradoria-Geral da República considerou inconstitucional o sistema de cotas para negros e pardos, para portadores de deficiências físicas e para alunos de escolas públicas da forma como foi instituído pelo governo do Rio. De acordo com o parecer, o estabelecimento de cotas é competência privativa da União, não existindo lei complementar autorizando estados a legislar sobre o assunto. O documento foi encaminhado ao STF, que julga uma ação contra o sistema de cotas do Rio.

Previdência

Reforma na política econômica é prioridade

Mais um debate das entidades reafirma críticas à PEC nº 40

A política econômica do país tem que ser mudada antes de qualquer reforma da Previdência - ainda mais diante dessa proposta do governo (PEC nº40) que só existe para retirar direitos dos trabalhadores. A conclusão surgiu de mais um debate promovido pelas entidades (Adufrj-SSind, APG-UFRJ, DCE e Sintufrj) sobre o tema, desta vez na sala 10E34 do Hospital Universitário, no dia 17/6.

Como palestrante externo à universidade, o vereador Ricardo Maranhão (PSB-RJ) apresentou alguns números que comprovam a necessidade de alteração da conjuntura. Segundo ele, as privatizações ocorridas nos últimos anos fizeram sumir com 600 mil empregos. Esse dado contribuiu, hoje, para formar um universo estimado de 14 milhões de desempregados do país. E, como se não bastasse, os jornais noticiam mais de 50 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Para fechar o quadro, mais da metade da população ocupada não contribui para o sistema previdenciário. Isso representa, no ponto de vista do parlamentar, receitas que não entram no caixa da Previdência de duas formas: seja pela contribuição do empregador, seja pela contribuição do empregado. "Isso é o fruto de oito anos de governo neoliberal e entreguista", disse ele, em referência ao período do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. "Há duas décadas que o Brasil não cresce", comentou, em outro momento.

Mas nada mudou com o governo Lula, ainda de acordo com o vereador. Os superávits acordados entre o governo anterior e o atual com o Fundo Monetário Internacional falam em percentuais que estrangulam a capacidade de investimento do Estado. "Se não investe, não gera emprego (e não tem receita para a Previdência, em última instância)", comentou.

Lula segue mau exemplo argentino

Ricardo Maranhão lembrou o exemplo desastroso do ex-presidente argentino Fernando de la Rúa, que se elegeu com um discurso contra o neoliberalismo e o FMI, entre outras bandeiras de luta da esquerda. Depois, já eleito, acabou nomeando Domingo Cavallo como ministro da Economia - o mesmo que foi o braço direito do presidente anterior, o neliberal Carlos Menem. O resultado da continuidade do modelo econômico foi a renúncia de Fernando de la Rúa em dezembro de 2001, dois anos antes do fim do seu mandato.

Kelvin Melo

DA ESQ. PARA DIR.: JOSÉ MIGUEL, SANGLARD E RICARDO MARANHÃO

Perguntado pela platéia, o palestrante discursou ainda sobre a posição que o PSB (29 deputados e três senadores) deverá adotar no Congresso em relação à votação da reforma previdenciária. Segundo ele, a bancada do Rio de Janeiro na Câmara Federal tem se manifestado contra vários aspectos da PEC, como a taxação dos aposentados. No entanto, não soube dizer como se comportariam os deputados de outros estados. Pode pesar contra os servidores, justifica ele, o fato de o partido deter um ministério no atual governo (pasta de Ciência e Tecnologia). Ele, porém, adverte que o programa do PSB não fala nada em retirada de direitos dos trabalhadores. "No mínimo, a direção partidária deveria liberar para o parlamentar votar conforme sua própria consciência. Eu, se lá estivesse, votaria contra a reforma, mesmo que me expulsassem do partido", disse.

Contato com os parlamentares

Ricardo Maranhão aproveitou a oportunidade para divulgar dois números de contato com a Câmara dos Deputados (0800 619 619) e do Senado (0800 612 211). Segundo ele, esse canal de comunicação é gratuito e permite a qualquer pessoa enviar sugestões, críticas e reclamações para deputados, senadores ou comissões das duas Casas. Mas o fundamental, alertou ele, é a mobilização: "A participação popular é importante. A solução somos nós", comentou.

Reforma segue receita do Banco Mundial

Integrante do Grupo de Trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind, o professor José Miguel citou o documento do Banco Mundial "Prevenindo a crise do Envelhecimento", de 1994, no início de sua exposição. O texto do banco critica os sistemas previdenciários públicos, universais e por repartição e apresenta recomendações de mudanças que garantem a abertura de um novo espaço de acumulação capitalista (leia-se fundos de pensão). Esse receituário, desde então, vem sendo difundido no mundo inteiro. Só que os países que já seguiram tais regras desenvolveram graves problemas econômicos e sociais, como o Chile e a Argentina. Segundo José Miguel, a reforma proposta pelo governo Lula vai pelo mesmo caminho.

Para o professor, a PEC nº 40/2003, em tramitação no Congresso, apresenta o que chamou de mudanças paramétricas e, principalmente, uma mudança estrutural do sistema de Previdência do Brasil. Paramétricas, como o próprio nome indica, são aquelas que mexem apenas nos parâmetros (aumento da idade mínima, por exemplo). Estrutural é a alteração que vai atingir a essência do sistema, como a privatização de parte da previdência dos servidores (com a fixação do teto de benefícios em R$ 2.400 e a instituição dos fundos de pensão). "Um percentual considerável do funcionalismo recebe acima deste teto, como boa parte dos professores universitários", afirmou José Miguel.

Como resultado desta privatização, as contribuições que antes saíam dos bolsos dos servidores para a Previdência pública serão deslocadas para os fundos de pensão. O governo, como empregador, também terá que contribuir com sua parte para estes fundos. "Isso representará um prejuízo para o governo de cerca de R$ 1 bilhão por ano pelas próximas décadas", comentou, já derrubando o argumento dos técnicos do governo de que a reforma vem para acertar as contas do setor.

José Miguel explicou o funcionamento dos fundos, como vêm fazendo os integrantes do GTSS da Adufrj-SSind em todos os debates a que comparecem, para demonstrar o risco que corre, não só o funcionalismo, mas toda sociedade brasileira. Para obter rentabilidade, os fundos investem preferencialmente em ações na Bolsa ou em títulos da dívida (mais detalhes no encarte do jornal da Adufrj nº 92, de 26 de maio). Ou seja, em resumo, investem - no caso das bolsas - na exploração das trabalhadores daquelas empresas com ações no mercado e - no caso dos títulos - na exploração do povo do país que emitiu os papéis. "As empresas que mais lucram são aquelas que mais exploram os trabalhadores", lembrou. O professor também observou que, além de o governo perder parte das contribuições previdenciárias para os fundos, ao vender esse tipo de títulos, contrai dívidas com taxas altas de juros. "É um prejuízo para a Nação", lamentou.

O integrante do GTSS da Adufrj-SSind aproveitou o debate para criticar a postura do chefe da Casa-Civil do governo, José Dirceu, que se sentou à mesa com os servidores, na semana passada, dizendo-se disposto a negociar, menos a reforma da Previdência e aumento nos salários. "Vai negociar o quê, então?", ironizou. Segundo José Miguel, o falso déficit do sistema propalado pela equipe de Lula poderia ser "resolvido", por exemplo, com a contratação de mais servidores: "Se triplicar o número de servidores, aumenta a folha de despesas da União, mas acaba com o "déficit". Se mandar todo mundo embora, cai a folha, mas a despesa com Previdência aumenta", comentou.

Adversário perigoso

José Miguel ressaltou que o governo atual é muito mais perigoso na discussão de uma reforma previdenciária porque, diferente de governos anteriores, conhece as fraquezas do movimento. Afinal, muitos integrantes dos mais altos escalões do governo petista saíram dos movimentos sociais. "O governo vai fragmentar para vencer. Primeiro, os servidores (civis). Depois, serão os militares. A Previdência é uma conquista dos trabalhadores. Não podemos permitir o avanço do capitalismo sobre esse patrimônio social", completou.

Movimento

Dia 8 de julho é greve dos servidores públicos federais

O documento abaixo, reproduzido a partir da página eletrônica do Sindicato Nacional (www.andes.org.br), está sendo distribuído pelos sindicalistas aos parlamentares, em Brasília

Brasília, 18 de junho de 2003.

Prezados (as) Parlamentares,

No último dia 14 de junho, uma plenária reunindo 336 delegados e 55 observadores de entidades dos Servidores Públicos Federais de todo o Brasil, deliberou pela deflagração de greve por tempo indeterminado a partir de 8 de julho de 2003.

Conclamamos a atenção dos parlamentares para a seriedade dessa decisão: O Serviço Público do Brasil vai parar. A finalidade de nossa greve é a RETIRADA DE TRAMITAÇÃO DA PEC 40 e BARRAR ESSA REFORMA. Nos posicionamos dessa forma pelas razões que se seguem:

1. A Exposição de Motivos que respalda a PEC 40 é falaciosa. Temos dados fidedignos que comprovam a inexistência de déficit na Previdência e, muito pelo contrário, o governo é devedor do fundo previdenciário que os Servidores Públicos sustentaram e que não foi devidamente constituído, tendo sido desviado para outros fins. Sonegadores contumazes são protegidos pelo governo e uma estrutura de fraude jamais é enfrentada com o empenho que escândalos sistemáticos exigem. Por isso somos por uma AUDITORIA NAS CONTAS DA PREVIDÊNCIA.

2. A Reforma em curso no Congresso não é de fato uma Reforma da Previdência. Trata-se de uma reforma fiscal que penaliza os servidores públicos, retirando de forma criminosa seus direitos, com o intuito de sustentar as metas de superávit primário impostos pelo Banco Mundial e FMI.

3. A Reforma em curso no Congresso é, na realidade, a constituição dos fundos de pensão em que uma massa salarial dos servidores públicos será desviada da previdência pública para alimentar a especulação financeira. Essa Reforma, ao contrário do que afirma o governo, irá onerar o Estado e privatizará uma parcela de suas funções.

4. Em todos os países do mundo em que tal receituário do Banco Mundial foi aplicado o resultado foi desastroso, como inclusive reconhece o atual governo eleito da Argentina.

5. Essa Reforma não contém nenhum elemento de justiça social e, muito pelo contrário, preserva privilégios contra os quais historicamente lutamos. Os atuais trabalhadores da iniciativa privada também serão lesados, pois passarão a contribuir sobre um teto maior e quando se aposentarem terão suas aposentadorias calculadas pela média das contribuições, que nunca chegarão ao teto proposto.

6. Os atuais servidores públicos, mesmo que se desconsidere todo o elemento pernicioso para o Serviço Público dessa Reforma, serão os mais penalizados já que sequer poderão, através de fundos de pensão – dado o tempo de contribuição que lhes resta – capitalizar o suficiente para uma aposentadoria próxima de seus atuais salários.

Somos por uma verdadeira Reforma da Previdência que promova justiça social, ampliando direitos. Uma Reforma solidária e universal para todos os trabalhadores. Não temos dúvida da justeza de nosso pleito. Estaremos atentos, então, ao comportamento de cada um dos prezados parlamentares. Em todos os rincões do país estaremos realizando essa discussão com todos os trabalhadores, livrando-os das falácias que governo e mídia tentam impor. Denunciaremos cada parlamentar que, mesmo cioso do caráter criminoso e privatizante dessa Reforma, não se posicionar contra a mesma.

No momento, o que esperamos é que os que nos representam no parlamento realizem gestões pela RETIRADA DA PEC 40! Assim, poderemos de forma séria e honesta realizar o diálogo que venha a resultar em uma Reforma da Previdência que promova justiça social.

Contando com a atenção que a matéria exige, nos colocamos à disposição para aprofundarmos o debate com cada um dos parlamentares membros dessa Comissão.

Nossa saudação e a confiança no atendimento de nosso justo pleito!

O que é a Reforma da Previdência do governo Lula?

O documento a seguir foi elaborado, semana passada, pelo grupo de trabalho das entidades representativas da UFRJ para panfletagem nos diversos *campi* da universidade. O objetivo é alertar a comunidade universitária sobre as conseqüências da reforma previdenciária e convidar para os debates que estão sendo organizados sobre o tema.

Adufrj-SSind APG/UFRJ DCE/UFRJ Sintufrj

O governo Lula encaminhou ao Congresso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 40/2003. Alega que é necessária porque a Constituição concede privilégios inaceitáveis aos servidores aposentados, que estão impondo gastos muito elevados à União, aos estados e aos municípios, impedindo os investimentos nos programas sociais que a sociedade brasileira tanto precisa. Aprovada a PEC, diz o governo, a previdência dos servidores ficará mais parecida com a dos trabalhadores do setor privado. As mudanças propostas, no entanto, deixarão o regime dos servidores pior do que o regime geral, e terão ainda outras conseqüências negativas.

Os aposentados e pensionistas pagarão contribuição previdenciária

Os atuais aposentados e pensionistas que ganhem acima de R$ 1.058 terão seus proventos reduzidos em 11%, porque o governo considera que os valores atualmente recebidos foram calculados por critérios generosos demais. As aposentadorias e pensões concedidas após a aprovação da PEC serão taxadas "apenas" acima de R$ 2.400. Esta medida retirará cerca de R$ 2 bilhões por ano dos servidores.

Aumentará a idade mínima para aposentar-se

A "reforma" previdenciária de FHC, de 1998, impôs uma idade mínima (60 anos para homens e 55 para mulheres) para os servidores se aposentarem, além da exigência do tempo de serviço de 35 anos para homens e 30 para mulheres. Para os servidores que já estavam no serviço público, passou a valer uma regra de transição, de 53 anos para homens e 48 para mulheres. Com a nova PEC, quem se valer desta regra terá a aposentadoria diminuída em 5% por cada ano abaixo da regra permanente.

Muitos professores e pesquisadores aposentar-se-ão mais cedo do que pretendiam

Muitos servidores que já podem aposentar-se pela regra de transição, que não tinham essa intenção, decidiram fazê-lo após a apresentação da PEC, por não se sentirem seguros com as promessas vagas do governo, especialmente em virtude do tratamento dado aos direitos adquiridos relativos à contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas. Isto provocará uma sensível e abrupta diminuição do quadro de professores e pesquisadores das universidades públicas.

Parte da previdência dos servidores será privatizada

Acima de R$ 2.400,00, a contribuição dos servidores irá para fundos de pensão em vez de ficar com o governo. Este ainda pagará aos fundos a sua parte, como empregador, e será obrigado a tomar recursos emprestados, a juros altíssimos, dos próprios fundos de pensão para quem os entregou de graça! O prejuízo será de mais de R$ 1 bilhão por ano.

Vai acabar a aposentadoria integral

Será substituída por um cálculo, a ser definido por simples lei ordinária, que levará em conta as remunerações do servidor ao longo de toda a sua vida. Isto provocará uma drástica diminuição dos valores das aposentadorias e pensões.

Vai acabar a paridade entre ativos e aposentados

Os reajustes das aposentadorias deixarão de acompanhar os reajustes dos servidores ativos. Recuperações de perdas anteriores conquistadas pelos servidores ativos não serão repassadas aos aposentados, que terão um grande prejuízo se, na época em que se aposentarem, os salários estiverem há muito tempo sem reajuste.

As pensões por morte serão drasticamente reduzidas

O valor será, no máximo, igual a 70% da remuneração do servidor, conforme uma lei ordinária que ainda será proposta. Pelo que o governo vem dizendo, os valores serão, em geral, muito menores do que isso.

A proposta do governo, suas motivações e conseqüências estão sendo apresentadas e discutidas nos debates promovidos pela Adufrj-SSind, APG-UFRJ, DCE-UFRJ e Sintufrj nos centros e unidades da UFRJ. Compareça e participe.

Opinião

O último artigo
O INTELECTUAL ANÔNIMO

Milton Santos*

Por definição, vida intelectual e recusa a assumir idéias não combinam. Esse, aliás, é um traço distintivo entre os verdadeiros intelectuais e aqueles letrados que não precisam, não podem ou não querem mostrar, à luz do dia, o que pensam.

O intelectual verdadeiro é o homem que procura, incansavelmente, a verdade, mas não apenas para festejar intimamente, dizê-la, escrevê-la e sustentá-la publicamente. É um fato conhecido que, em épocas de obscuridade, os mandões do momento o proíbam ou o inibam de fazê-lo, gerando como conseqüência a listagem daqueles que se tornam mártires do seu próprio pensamento, como Unamuno, durante a Guerra Civil Espanhola, e dos que não renunciam ao dever da verdade, ainda que deixando para pronunciá-la quando retornam os regimes de liberdade. Mas é isso mesmo o que distinguiu a universidade de outras instituições.

Por isso, a atividade intelectual jamais é cômoda e a exigência de inconformismo, que a acompanha, faz com que a sociedade reconheça os seus portadores como porta-vozes das suas mais profundas aspirações e como arautos do futuro. Por isso mesmo, observadores da universidade, no passado e no presente, temem por seu destino atual, já que são raras as manifestações de protesto oriundas de suas práticas, deixando, às vezes, a impressão de que a academia pode preferir a situação de mera testemunha da história, em lugar de assumir um papel de guia em busca de melhores caminhos para a sociedade.

Quando os intelectuais renunciam a esse dever - sejam quais forem as circunstâncias -, um manto de trevas acaba por cobrir a vida social, uma vez que o debate possível torna-se, por natureza, falso.

Essa poderia também ser a definição mais desejada da vida acadêmica em todos os lugares. Mas a verdade é que a forma como, nos últimos tempos, se está organizando a convivência universitária acaba por reduzir dentro dela o número de verdadeiros intelectuais, mesmo se aumenta o de cientistas e de letrados de todo tipo. A vida universitária é cada vez mais representativa de uma busca de poder sem relação obrigatória com a procura do saber. E isso corrompe, de alto a baixo, as mais diversas funções da academia, inclusive ou a começar pela trilogia agora ambicionada pelas atividades de ensinar, pesquisar e transmitir à sociedade o trabalho intelectual.

Um primeiro resultado é, sem dúvida, o encolhimento do espaço destinado aos que desejam produzir o saber, e não é raro que esse movimento seja acompanhado por uma verdadeira hostilização, da parte dos que mandam, em relação aos que teimam em colocar em primeiro plano a busca da verdade. Constata-se, desse modo, uma separação, cada vez maior, entre estes e o conjunto de docentes viciados em poder e que a ele se agarram por longos e longos anos, formando um grupo com tendência ao isolamento e à auto-satisfação, bem mais preocupado com as perspectivas de manter esse poder do que com a construção de uma universidade realmente independente e sábia. A esses colegas preferimos chamar de buroprofessores.

Na medida em que a noção de poder se arraiga como algo normal, tais comportamentos parecem banalisar-se, tomando diferentes feições no processo de reduzir as possibilidades de um trabalho independente e de convocar, até mesmo, espíritos promissores para a aceitação de um trabalho viciado, exatamente pela ingerência cada vez mais generalizada das lógicas de poder.

Não sabemos em que medida será útil buscar a relação entre as ações acima enumeradas e incluí-las no conjunto das realidades que atualmente produzem o grande mal-estar ressentido nas universidades brasileiras. O certo é que esse conjunto de fatos conduz, com mais ou menos força, segundo os lugares, ao enfraquecimento do espírito acadêmico, e isso acaba por contaminar o ensino, a pesquisa, as relações entre colegas e as relações das faculdades frente à sociedade.

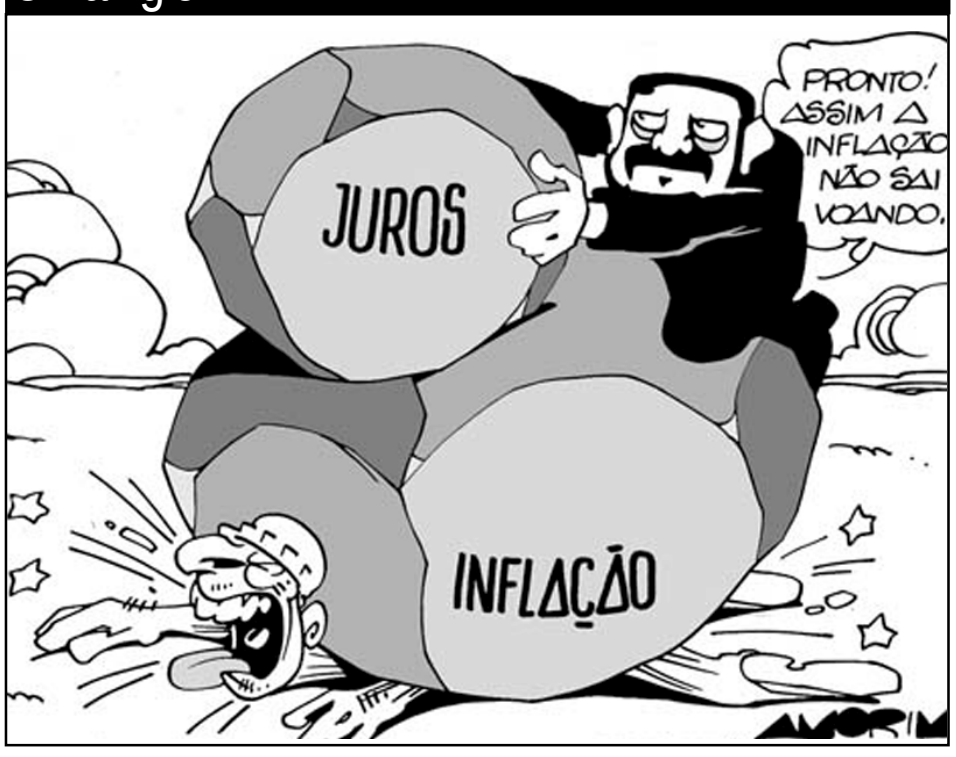
A força autêntica da universidade vem do espírito acadêmico partilhado por professores e alunos e cuja preservação seria de esperar que as autoridades universitárias sejam capazes de conduzir. É essa fortaleza da instituição acadêmica o garante da autonomia na produção do saber, assegurada através da liberdade de cátedra e da liberdade acadêmica efetiva, conferida a cada professor, a despeito da vocação, às vezes, autoritária dos colegiados e da prática de falsificação da democracia acadêmica.

A força exterior da universidade deriva de sua força interior e esta é ferida de morte sempre que a idéia e a prática do espírito acadêmico são abandonadas em favor de considerações pragmáticas. Na grande crise em que o país agora se confronta, torna-se evidente e clamorosa a ausência de uma discussão mais intensa e mais profunda, partindo da academia, em suas diversas instâncias, e que, como em outras ocasiões na vida de todos os povos, mostra o papel pioneiro da universidade na construção dos grandes debates nacionais.

A apatia ainda está presente na maior parte do corpo professoral e estudantil, o que é sinal nada animador do estado de saúde cívico dessa camada social cuja primeira obrigação é constituir, como porta-voz, a vanguarda de uma atitude de inconformismo com os rumos atuais da vida pública.

* O presente artigo foi publicado no Correio Braziliense, em 25 de junho de 2001. O géografo Milton Santos faleceu na véspera, vítima de um câncer.

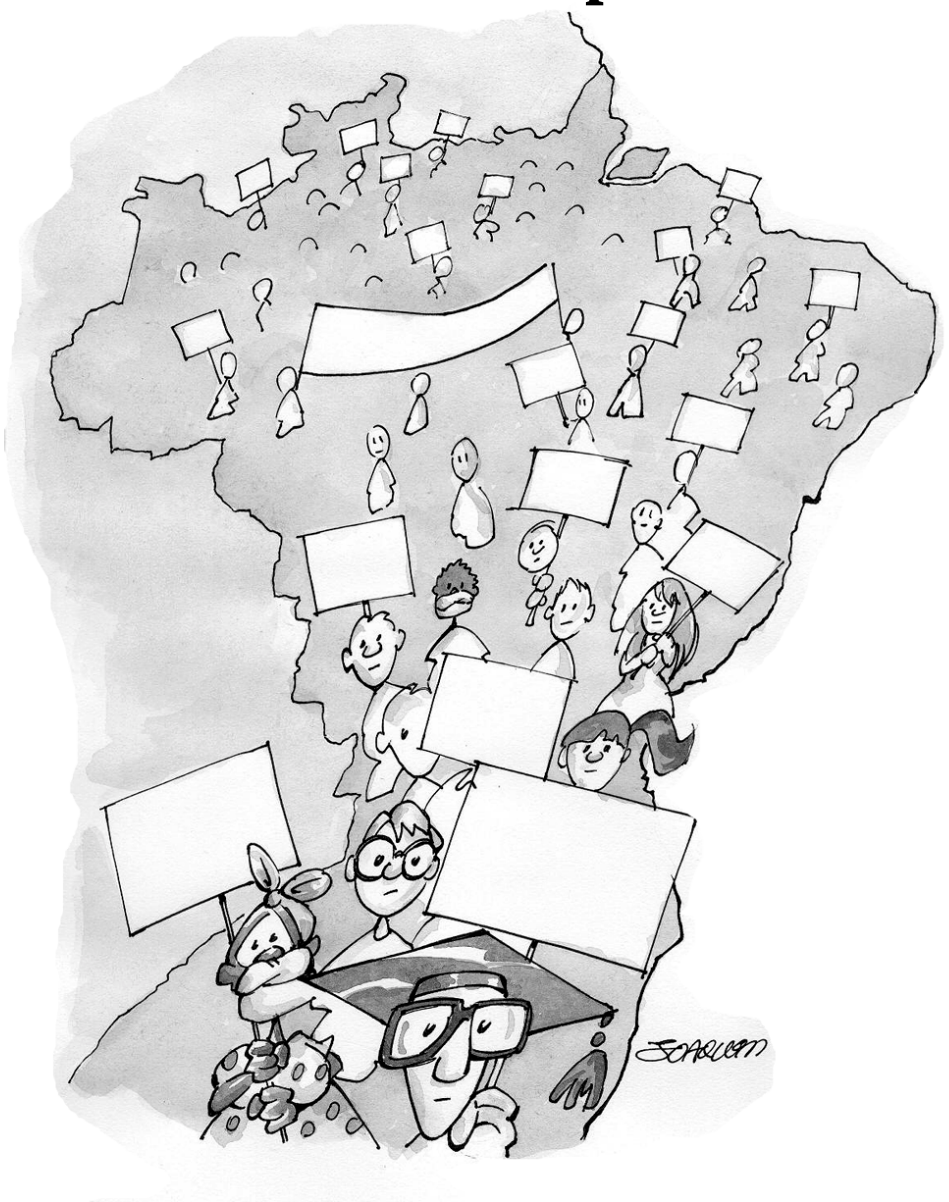
Charge



Opinião

O movimento docente e a reforma da previdência

Luis Paulo Vieira Braga*



Diferentemente de muitos militantes do PT e também de muitos eleitores de Lula não vou iniciar minhas considerações com um anti-credo do atual presidente da república. Posições e papéis não necessariamente levam a procedimentos coerentes, principalmente quando os papéis estão distorcidos em sua potência e finalidade. O presidente da república foi reduzido à condição de síndico, aliás, da presidência da república até a chefia de departamento todas as funções foram reduzidas a síndicos. Não temos mais dirigentes, mas burocratas que espremidos entre balancetes e códigos tentam sobreviver até a próxima legislatura. Este estado de coisas não é fruto somente das conspirações de diversos aparelhos que tentam manter o controle sobre o estado, mas, também, da fragilidade da sociedade civil brasileira que é pouco mobilizada e organizada . No máximo o cidadão brasileiro age como um torcedor em dia de futebol. Como então esperar que dirigentes submetidos a pressões e cooptações imensas ajam de forma independente? Somente quando os dirigentes brasileiros sentirem que as pressões dos movimentos sociais são tão ou mais efetivas que as ofertas de suborno ou ameaças é que passarão a exercer papéis diferentes daqueles que lhes foram outorgados agora. Este é o motivo pelo qual o movimento docente das Universidades Federais deve iniciar uma mobilização como nunca se fez antes.

Ao contrário de outras campanhas, a atual não visa conquistar aumentos de salários, mas preservar os poucos direitos que a reforma de 1998 ainda deixou. Entretanto, a motivação para este engajamento vai muito além dos ganhos individuais. Isto porque a reforma da previdência não está somente alterando a vida dos professores mas a de todos os funcionários públicos e privados também. Esta alteração se caracteriza pela redução do público em detrimento do privado, ou, em outras palavras, da redução da sociedade à dinâmica do mercado. Pelas contas apresentadas por muitos especialistas, poder-se-ia mesmo especular que a meta maior desta reforma é a anulação do setor público como fator de identidade nacional. Nos países periféricos é justamente neste setor aonde ainda se encontra algum nível de crítica e autonomia em relação à ação das grandes corporações transnacionais.

Promover um movimento anti atual reforma da previdência não é tarefa fácil nem na UFRJ. O universo de professores, funcionários e alunos está longe de ser homogêneo ou uníssono em suas aspirações. Para muitos a universidade é um bico, outros torcem para que ela se torne uma organização social e assim possam ser patrões de seus colegas, mas, certamente, encontraremos muito mais do que os dez justos que Abraão inutilmente procurou em Sodoma. Por ora a mobilização é fraca, mas, à medida que em diversos setores organizados do trabalho surgirem vozes de protesto, a dinâmica se inverterá. Ao contrário da sociedade da palavra escrita, a sociedade da informação tem uma capilaridade jamais observada na história. Exemplo disto, foram as inúmeras e imensas manifestações contra a guerra ocorridas no mês de março em todo o mundo. Seus efeitos continuam se fazendo sentir, colocando contra a parede os dirigentes belicistas, constrangidos a restringir suas comemorações de vitória.

A construção deste movimento deve ser cuidadosa. Somente com uma aliança forte com funcionários e estudantes ganharemos força em nosso pleito. Lembro-me que quando estudava no Canadá fui, ao final do dia, informado que a universidade entraria em greve. Mal acostumado às greves latentes da UFRJ, não dei muita importância ao fato e na manhã seguinte fui para a universidade. Bem, não conseguir sequer entrar no campus! A adesão era unânime. Em dois dias os dirigentes chegaram a um acordo com os grevistas. Eu duvido, que se a massa do funcionalismo público chegar a uma greve geral e efetiva, o governo atual não irá rever seus papéis e,aí sim, estabelecer um diálogo sobre o que se pode fazer com a previdência.

* Professor do Departamento de Métodos Estatísticos do Instituto de Matemática - UFRJ

Movimento

Intelectuais assinam crítica a projeto de Lula

Intelectuais simpatizantes históricos do PT criticaram duramente o governo de Luiz Inácio Lula da Silva ao assinarem o Manifesto de Alarme Contra a Proposta do Governo de Reforma da Previdência", propondo a retirada da PEC 40/2003 do Congresso. Subscreveram o documento, entre outros, os professores da USP Fábio Konder Comparato (Direito), Marilena Chaui (Filosofia), Francisco de Oliveira (Sociologia) e Aziz Ab'Saber (Geografia), além de Octavio Ianni (Sociologia), da Unicamp.

Datado de 10 de junho, o documento denuncia que "a reforma da Previdência proposta pelo governo nada oferece no sentido de resolver os problemas reais que o sistema apresenta, a saber: pagamento de benefícios extremamente baixos aos trabalhadores do setor privado, elevados percentuais de sonegação das contribuições pelas empresas, não recolhimento de contribuições por parte do Estado, exclusão do sistema de mais que 40% da população ativa do país". Em outro trecho, os intelectuais criticam a possível criação de previdência complementar para os servidores e, já no fim, além da retirada da PEC 40, solicitam aos parlamentares a abertura de negociações com a sociedade brasileira em defesa de uma Seguridade e Previdência Social pública, universal e solidária.

O documento foi aprovado em ato público na USP, organizado por sindicatos e associações de servidores e professores de universidades paulistas. O manifesto, na íntegra, pode ser lido em: http://www.andes.org.br/manifesto_de_alarme.htm

UFRJ

Posse de Aloisio adiada para 7 de julho

O reitor eleito Aloisio Teixeira ainda vai aguardar mais um pouco para ser empossado. A expectativa da assessoria é que a posse oficial ocorra nesta semana, em Brasília. Já a posse simbólica na UFRJ deve ocorrer em 7 de julho (e não mais em 30 de junho, como se esperava). O local está mantido: a Casa do Estudante, na avenida Rui Barbosa, em Botafogo. O evento deverá ser transmitido pela internet e também para dois telões, que serão instalados no auditório do Centro de Tecnologia e no Salão Moniz Aragão (e não mais no Salão Pedro Calmon, como foi divulgado anteriormente).

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Morrer de trabalho

Ignacio Ramonet*

Paulo Cabral/Agência Andes-SN

DURANTE A MARCHA DO ÚLTIMO DIA 11, EM BRASÍLIA, SERVIDORES SE MANIFESTARAM CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA

Enquanto se orquestra um ataque ao sistema de aposentadorias em todo o mundo, sem qualquer aumento da participação das empresas ou do capital na pensões de seus empregados, pesquisa da OIT denuncia que 5 mil pessoas morrem por dia no trabalho

Escondido pelos grandes meios de comunicação, um documento decisivo passou desapercebido: o relatório[1], divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), denunciando que, anualmente, 270 milhões de assalariados são vítimas de acidentes de trabalho e 160 milhões contraem doenças profissionais no mundo inteiro. O estudo revela que o número de trabalhadores mortos no exercício de sua profissão passa de dois milhões por ano... Portanto, o trabalho mata 5 mil pessoas por dia! "E estes números", salienta o relatório, "estão abaixo da realidade[2]."

Na França, segundo a *Caisse Nationale d'Assurance Maladie* (CNAM), 780 trabalhadores morrem devido ao trabalho por ano (mais de dois por dia!). Também aqui, "os números são subestimados". E ocorrem cerca de 1,35 milhão de acidentes de trabalho[3], o que corresponde a 3.700 vítimas por dia. Considerando-se uma jornada de oito horas, isso significa oito feridos por minuto...

"Imposto do sangue"

Antigamente, os defensores do povo chamavam esse sofrimento em silêncio, essa contribuição paga ao crescimento e à competitividade, de "imposto do sangue[4]". Numa hora em que está em pauta a questão das aposentadorias, convém lembrar esse tributo. E sonhar com as centenas de milhares de trabalhadores que chegam ao fim da vida desgastados, esgotados, esfacelados. Sem poder aproveitar sua terceira idade. Pois, se a expectativa de vida aumentou, isso se traduz, devido às seqüelas da atividade profissional, numa explosão de doenças do aposentado: câncer, disfunções cardiovasculares, depressões, paradas cerebrais, deficiências sensoriais, artrose, demência senil, mal de Alzheimer etc.

Tudo isto torna particularmente repugnante o ataque ao regime das aposentadorias. Um ataque coordenado, comandado pelos motores da globalização liberal[5] - G8, Banco Mundial[6], OCDE[7] - os quais, a partir da década de 70, conduzem uma ofensiva contra a Previdência[8] e o Estado de bem-estar social. E retransmitido pela União Européia, cujos chefes de Estado e de governo, tanto de direita quanto de esquerda (Chirac e Jospin, no caso da França), decidiram, por ocasião da reunião de cúpula em Barcelona, em março de 2002, aumentar em cinco anos a idade da aposentadoria[9]. O que pressupõe uma séria regressão social e o abandono do projeto de construir sociedades mais equilibradas e mais igualitárias.

O desmantelamento do sistema de aposentadorias

Enquanto as classes médias são desbastadas, empobrecidas, a riqueza continua se concentrando no topo: há trinta anos, um empresário ganhava quarenta vezes mais do que o salário de um trabalhador; atualmente, ganha mil vezes mais[10]... E pode aguardar, serenamente, a hora de parar suas atividades. O que está longe de ser o caso dos assalariados comuns, em especial dos professores.

Centenas de milhares de professores multiplicaram paralisações - na Itália, na Espanha, na Alemanha, na Grécia, na Áustria, na França... - em protesto contra o desmantelamento do sistema de aposentadorias que, no entanto, deve ser reformado. Porque diminui o número de profissionais na ativa, enquanto aumenta o dos aposentados. E porque o peso das pensões, que hoje representa 11,5% do PIB, será de 13,5% em 2020, de 15,5% em 2040 e se tornará uma despesa insuportável para o Estado.

Reforma às expensas dos assalariados

Apesar da crise da Bolsa de Valores, que acarretou uma perda de 20% do valor dos fundos de pensão[11], a opção de uma aposentadoria por capitalização é menos descartada na medida em que a reforma do sistema de contribuição só é considerada às expensas dos assalariados. Como se tratasse de um problema meramente técnico, sem conseqüências para o conjunto da sociedade. Todas as variáveis - o montante e a prorrogação das prestações, a idade da aposentadoria, o montante das pensões - são sistematicamente modificadas em detrimento do assalariado e da remuneração do trabalho. Não foi discutida nenhuma solução alternativa, como incluir as empresas na contribuição ou impor uma taxa sobre os lucros financeiros.

Considera-se normal que dois assalariados percam a vida no trabalho diariamente e que oito outros sejam sacrificados, por minuto, em nome do bem-estar das empresas. Mas não se considera normal que estas, ou o capital, tenham maior participação nas pensões de seus empregados. Como deixar de compreender a raiva dos trabalhadores?

---

* Diretor-presidente de *Le Monde diplomatique*.

Trad.: Jô Amado

[1] http://www.ilo.org/public/french/bureau/inf/pr/2002/23.htm

[2] Leia a íntegra do texto do relatório: *La sécurité en chiffres. Indications pour une culture mondiale de la sécurité au travail*, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 28 de abril de 2003.

[3] *Les Echos*, 7 novembre 2002.

[4] Ler *"Les accidents du travail. L'impôt du sang. 19 décembre 1906" in La Guerre sociale. Un journal "contre", ed. Les Nuits rouges*, Paris, 1999.

[5] A relação entre a questão das aposentadorias e a globalização liberal é bastante estreita: as aposentadorias por capitalização alimentam - nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália, no Japão, na Grã-Bretanha e na Holanda - gigantescos fundos de pensão que se tornaram os atores centrais do novo capitalismo financeiro.

[6] Ler o relatório do Banco Mundial, Reforma das aposentadoriass na Europa: progresso e processo, despacho da Agência *France Presse*, 8 de maio de 2003. Em relação à ofensiva do Banco Mundial contra a Previdência Social, consultar: http://forums.transnationale.org/viewtopic.php?t=11

[7] *El País*, Madri, 20 de maio de 2003.

[8] O Relatório Chadelat, divulgado no mês de abril, promete uma revisão profunda do auxílio-doença; tem por objetivo desmantelar e privatizar a Previdência Social. Leia o texto, na íntegra, do relatório: http://www.medito.com/article341.html

[9] Ler, de Bernard Cassen, "*Est-il encore utile de voter après le Sommet de Barcelone?", Le Monde diplomatique*, abril de 2002.

[10] *Libération*, 21 de maio de 2003.

[11] Ler, de Martine Bulard, "Os traídos pelos fundos de pensão", *Le Monde diplomatique*, maio de 2003.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 97 • 30 de junho de 2003

Assembléia Geral

3 julho quinta-feira **10:00**

Auditório do CFCH
campus da Praia Vermelha

Pauta
1 - Informes
2 - Reunião do Setor das IFES (4/julho)
3 - Plenária dos SPF (5/julho) Eleição de delegados e observadores
4 - Avaliação e encaminhamentos do 46º Conad, realizado em Vitória - ES(27 a 29/06)

Conselho de Representantes

2/7 - quarta-feira **17h30**
Adufrj-SSind
a mesma pauta da AG

O que é a Reforma da Previdência do governo Lula?

2 de julho quarta-feira **14 horas**

Salão Nobre da Decania do CT
Bloco A, segundo andar

Debatedores:
José Miguel Bendrao Saldanha
GT de Seguridade Social da Adufrj-SSind e do Andes-SN
Benedito Claudio Passos
Pesquisador da COPPE e do Núcleo Atuarial da Previdência
Promoção
Adufrj-SSind, Sintufrj, APG E DCE

Agenda Sindical

30/06 – Reunião do GT de Seguridade Social das entidades da UFRJ
sede do Sintufrj, às 17h30
3/07 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind
(ver chamada acima)
4/07 – Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF)
5/07 – Plenária dos SPF
Brasília (DF)
8/07 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind
(deflagração da greve unificada dos servidores públicos)

Kelvin Melo

ASSEMBLÉIA DA ADUFRJ-SSIND OCORREU EM 25/06, EM AUDITÓRIO DA COPPE

AG aprova indicativo de deflagração da greve para 8 de julho

Próxima assembléia está marcada para o dia 3, no auditório do CFCH

A indignação com a reforma previdenciária proposta pelo governo Lula predominou na última assembléia geral da Adufrj-SSind, realizada no auditório G-122 da Coppe. Depois de a assembléia anterior (de 10/6) aprovar um indicativo de greve sem data, os professores da UFRJ deram mais um passo na construção da greve unificada com os demais servidores: a AG de 25/06 deliberou favoravelmente ao indicativo de deflagração da greve a partir de 8 de julho (28 votos a favor, 10 contra, mais cinco abstenções). O objetivo é retirar da pauta do Congresso a proposta de emenda constitucional nº 40/2003, que altera fundamentalmente o regime próprio do funcionalismo.

A seqüência de falas contra a reforma começou pelo relato do professor Salatiel Menezes, que foi um dos representantes da Adufrj-SSind na Reunião do Setor das Federais (13/06) e na Plenária dos SPF (14/06). Salatiel descreveu o ambiente destas duas reuniões, nas quais foi bastante comemorado o sucesso da Marcha em Brasília, ocorrida no dia 11, com cerca de 30 mil manifestantes. “Foi um sucesso maior do que o esperado”, afirmou o professor. Segundo ele, o evento já mudou o comportamento de certos parlamentares, que, em vez de “ficarem em cima do muro”, buscaram informações junto aos servidores. Na ocasião, foi criticada ainda a postura da CUT, cujo presidente Luiz Marinho é amigo pessoal de Lula. A situação vem fomentando a possibilidade de uma desfiliação em massa desta central em função da criação de uma outra, apenas de entidades dos funcionários públicos.

Continua na página 4

Movimento

Seções sindicais do Andes-SN apontam forte participação na greve unificada

Uma tabela atualizada na página do Andes-SN (www.andes.org.br), no dia do fechamento desta edição (27/06), sinaliza forte participação na greve unificada dos servidores por parte das seções sindicais ligadas às instituições federais de ensino superior. Das 57 SSinds, 36 apresentaram decisões de assembléias favoráveis a algum tipo de indicativo de greve (ou para a data sinalizada anteriormente pelo Setor, 25/06, ou sem data, ou já para a nova data de deflagração da greve - 8 de julho). Destas, esfecificamente 17 já apontam a mais nova data indicada pela Plenária dos SPF (entre elas, já figura a decisão da última AG da Adufrj-SSind, que é matéria de capa nesta edição). Seis seções sindicais se posicionaram contra o indicativo, cinco não deliberaram sobre o tema e dez não forneceram informações. Para atualizar ou confirmar as decisões anteriores, muitas SSind estarão realizando assembléias nesta semana em todo o país.

Pedido de afastamento temporário

Devido a problemas pessoais que demandam grande atenção e impedem a minha plena dedicação como diretor da Adufrj, peço afastamento temporário da função, sem data prevista para retorno. Neste ínterim, reafirmo o meu apoio incondicional a atual diretoria com plena confiança em seus atos, comprometendo-me em retornar à direção assim que minha situação se normalizar.

Arthur Arruda Leal Ferreira

Cartas

O movimento docente e a reforma da previdência II

Muitos de nós já se esqueceram, outros eram muito jovens para compreender o que ocorria. Mas, há menos de quarenta anos atrás, a direita brasileira mergulhou o país em um regime ditatorial que durou cerca de vinte anos. As eleições eram restritas, a opinião censurada e a constituição desfigurada. Apesar disto, bolsões de oposição foram surgindo e, após muitas greves, manifestos e passeatas foi restaurado o regime democrático no Brasil. Portanto, antes de declararmos inócuos os meios de expressão dos movimentos sociais - manifestos, passeatas e greves, devemos nos lembrar que através deles a sociedade civil logrou recuperar parte dos seus direitos . A conquista não foi pequena, quantos países em todo mundo carecem de um regime democrático !

É,exatamente, por causa deste imenso esforço realizado pelos movimentos sociais, que os professores devem se mobilizar em torno da campanha contra o atual projeto de reforma da previdência. Porque prejuízo maior que a perda de direitos e rendimentos ou, ainda, prejuízo maior que a descaracterização do setor público é a quebra do princípio de representação em um regime democrático.

A forma de encaminhamento do projeto, representando uma volta de 180 graus no comportamento de muitos políticos , atinge em cheio a base do regime democrático - o princípio de que os dirigentes eleitos representam a vontade daqueles que os elegeram. A persistir o quadro de quebra de confiança entre eleitores e eleitos, estaremos remetendo o regime político brasileiro a um estágio pior do que o vivido durante o regime autoritário. Sem que um tanque tenha saído à rua, sem que um jornal tenha sido fechado, a sociedade é levada para onde majoritariamente rejeitou ir nas últimas eleições. De democracia a uma **bingogracia** - na qual o voto em um candidato torna-se um bilhete de loteria. Se o eleitor tiver sorte o candidato cumprirá aquilo que prometia ...

Denunciar esta desfiguração da vida política é mais que um dever, é uma questão de sobrevivência face a um quarto poder que faz sombra à democracia brasileira. Se os professores não demonstrarem que o regime democrático significa mais do que comparecer a uma seção eleitoral de quatro(com duplo sentido) em quatro anos, devem se preparar para decorar as próximas lições que darão.

Luis Paulo Vieira Braga
Professor do Departamento de Métodos Estatísticos do Instituto de Matemática UFRJ

O Instituto de Psicologia e os Jardins do Éden

Nada mais gratificante do que trabalhar e estudar no Instituto de Psicologia. Quem levasse a sério a carta que compara o Instituto à faixa de Gaza [edição de 2 de junho] e resolvesse confirmar seu conteúdo se espantaria. Constataria o teor completamente delirante daquelas palavras. A comparação com um ambiente carcerário então... só faz sentido para quem lá está como um prisioneiro. Ao reclamar das proporções aluno/espaço o Professor Artur ignora a distribuição do uso do espaço no tempo. O Instituto de Psicologia possui um problema real de espaço: ele cresceu, absorveu a pós-graduação da FGV, criou outras duas, e onde, hoje, funciona a biblioteca do CFCH era o nosso laboratório, entre outros tantos que poderiam ser citados. Mas é preciso não confundir este problema real de espaço com o problema de um professor que no instituto não sabe ocupar o seu espaço. O desconcertante nas acusações é que quem as faz tem o hábito de praticar essas ações. Já não é a primeira vez que este professor desacata uma decisão do departamento e se faz de vítima. Recentemente, para decidir a posição do departamento em relação ao método eleitoral para a escolha de diretor, ao não eleger sua proposta, tentou mudar seu voto depois da apuração realizada. Isso mesmo! Quis mudar o voto depois da apuração realizada!

Só endereço-me à comunidade universitária para afirmar que aquela queixa é pessoal e não nos representa como servidores federais alocados no Instituto de Psicologia. Se nós, da Universidade do Brasil, ainda trabalhamos, apesar dos esforços dos governos em asfixiar-nos privilegiando Instituições financeiras e não Instituições de ensino, trabalhamos graças a abnegação, dedicação e amor. Pelos alunos, pelo ensino. Se esperássemos as condições para fazer o que deve ser feito, há muito estaríamos paralisados. Hoje, sérios problemas nos afligem e defrontamo-nos com verdadeiros adversários. Quem dera nosso país inteiro vivesse nas condições em que vivemos aqui no Instituto. Por vezes nos sentimos nos Jardins do Éden e gostaríamos de, sempre, sentirmo-nos assim. Todavia isso só será legítimo quando formos capazes de elevarmos o próprio Instituto, a Universidade, enfim todo o Brasil.

Ricardo Cabral
Professor do Instituto de Psicologia

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Liberdade de expressão sob ameaça na Letras

Professores recebem carta anônima por discordarem de administração de projeto de extensão e defenderem universidade pública gratuita

Considerada uma das Unidades de vanguarda democrática da UFRJ, a Faculdade de Letras viveu um episódio lamentável nas duas últimas semanas. No dia 17/06, a Divisão de Pessoal do local recebeu uma carta ameaçadora dirigida a dois departamentos nos quais parte dos professores havia se manifestado contra a administração do projeto de extensão conhecido como CLAC (Cursos de Línguas Abertos à Comunidade). Em 26/06, outros dois departamentos (o de Letras Anglo-Germânicas e o de Letras Orientais e Eslavas) também receberam a carta.

Os autores da carta se identificam apenas como alunos da Faculdade de Letras e dizem conhecer placas de veículos, endereços e familiares dos que discordam do CLAC. "Se o CLAC acabar, a vingança virá e poderá acontecer de diversas formas, assim como poderá ocorrer no prazo de um dia, um mês ou um ano, mas virá", avisa certo trecho do documento. A carta cobra mudança de posição daqueles que são contrários ao projeto nas próximas congregações e, além disso, ameaça os docentes que concordam com a existência do CLAC, mas que nada fazem para apoiá-lo. Estes, segundo a carta, "também pagarão seu preço".

A carta provocou rápida reação na Faculdade de Letras e duas moções de repúdio já foram aprovadas pelos primeiros departamentos atingidos: o de Ciência da Literatura e o de Letras Vernáculas. Estudantes da Unidade também estão percorrendo salas e corredores com um abaixo-assinado de apoio aos docentes ameaçados.

A professora Gumercinda Gonda, conhecida como Cinda, uma das pessoas ameaçadas do Departamento de Letras Vernáculas, compareceu à assembléia da Adufrj-SSind (de 25/06) para expor a situação da Unidade. Cinda esclareceu que os professores não são contrários à existência do projeto, mas de alguns pontos da administração do CLAC. Ela citou especialmente a cobrança da taxa de R$ 160 por semestre para cursar o projeto, em qualquer dos idiomas estrangeiros oferecidos (inglês, espanhol, alemão, italiano e francês, entre outros). "Eu defendo a universidade pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis, incluindo a extensão", afirmou, lembrando que o CLAC já foi gratuito nos seus primeiros anos. Cinda reforçou sua crítica à cobrança com o dado de que o salário mínimo federal não passa de R$ 240. "Diante da política governamental de escassez de verbas, adotamos a forma mais fácil. Começamos a privatizar a universidade por dentro", observou. Mas mesmo a cobrança da taxa, ainda de acordo com Cinda, tornou-se uma questão secundária diante do surgimento da tal carta. "O crime agora é pensar. O que me assusta não é a ameaça, mas o pensamento único", lamentou.

Em resposta ao protesto de Cinda, os professores presentes à AG aprovaram uma outra moção de repúdio aos acontecimentos (reproduzida nesta página, na íntegra). O manifesto foi entregue pela direção da Adufrj-SSind pessoalmente à diretora da Letras, na sexta-feira (27/06); e será entregue também ao decano do CLA, nesta terça-feira (1/07) e ao reitor eleito Aloisio Teixeira, em audiência ainda a ser marcada. A moção também foi enviada ao 46º Conad do Andes-SN, que ocorreu em Vitória (ES), de 27 a 29/06.

Diretora da Letras minimiza episódio

A diretora da Faculdade de Letras, professora Edionne Trindade, buscou minimizar o episódio. Ela lamentou que os colegas da Unidade tenham dado publicidade a uma "insignificância" como a carta. "Quem escreveu a carta vai se achar o supra-sumo", afirmou. Edionne acrescentou que já recebeu várias cartas anônimas e não dá a menor importância a isso.

A diretora da Unidade defendeu o CLAC e a cobrança efetivada. "É um projeto muito bonito e com grande procura. Segundo ela, a quantidade de alunos do CLAC depende dos estudantes de graduação da Letras que vão ministrar os cursos e que são indicados periodicamente pelos departamentos. Pelos últimos números, foram quatro mil estudantes pagantes e 800 não-pagantes. Segundo Edionne, cerca de mil vagas gratuitas são oferecidas periodicamente, mas nem todas são preenchidas. "O critério é somente dizer que não pode pagar", comentou.

A cobrança, aprovada no segundo semestre de 1998, foi sendo atualizada com o tempo para, segundo Edionne, arcar com os gastos de provas, cartazes, avaliações, bolsas, entre outras despesas. "É um projeto que se financia. Sem cobrança, não teria como existir", disse. Com o que sobra do custeio do CLAC, Edionne diz aplicar na instituição para a compra de equipamentos, material de consumo, passagens de professores para participação em congressos no exterior, publicações e até lâmpadas. "Se não fosse o CLAC, nós estaríamos às escuras há muito tempo", contou. Ainda sobre o projeto de extensão, Edionne garantiu também não gostar da cobrança, mas foi a forma encontrada diante da falta de verbas.

Gratuidade não confirmada

A informação sobre gratuidade da taxa do CLAC não corresponde à versão de uma professora do CAp, Célia Brito, que estuda no projeto. Ela tentou negociar a isenção da taxa junto à coordenação do projeto, por conta do salário defasado, mas não obteve sucesso. "Nem desconto eu consegui", disse. Edionne classifica o caso relatado pela professora do CAp como "excepcional". "Deve ter havido algum motivo (para a cobrança)", comentou a diretora.

Diretora recebe moção da AG da Adufrj-SSind

Ao receber na sexta-feira (27/06) a moção da AG da Adufrj-SSind das mãos do 1º vice-presidente da seção sindical, professor Luciano Menezes, Edionne garantiu que daria divulgação ao documento na próxima Congregação da Unidade. Luciano aproveitou a ocasião para também questionar a cobrança do CLAC, que considera mais um sinal de privatização interna da universidade. Vale ressaltar que, segundo Edionne revelou na conversa com o dirigente da Adufrj-SSind acompanhada pela reportagem, os alunos de graduação precisam pagar os papéis utilizados para a realização das provas regulares do curso. Luciano obteve, surpreso, ainda, a confirmação de informações que também os professores da Faculdade de Letras pagavam, às vezes, do próprio bolso, os papéis dos exames de graduação dos alunos.

Transparência do CLAC

Procurado pela reportagem da Adufrj-SSind, outro professor ameaçado pela carta, Ronaldo Lima Lins, também disse não ser contra o CLAC, mas cobrou a transparência dos recursos administrados pelo projeto. "No início, a Congregação aprovou uma taxa simbólica de R$ 30 apenas para disciplinar os cursos. Depois, não foi mais ouvida sobre o assunto", contou, acrescentando que pensa que bolsa é para estudar. "E não para trabalhar", disse.

Ronaldo Lima criticou a posição da diretora sobre a importância da carta. "Não podemos tratar o assunto com leviandade. A situação (ameaça) pode não se concretizar, mas pode se concretizar também", comentou. Ronaldo disse que vai levar o tema da carta para a reunião da próxima Congregação (nesta segunda-feira, 30 de junho, às 14h).

Outro ameaçado, Ronaldes de Melo e Souza, professor do Departamento de Letras Vernáculas, classificou o episódio da carta como "inadmissível". Para ele, a situação se torna ainda mais preocupante dentro de uma instituição como a universidade.

Moção

Os professores da UFRJ, reunidos em Assembléia Geral, vêm manifestar o seu mais veemente repúdio à carta anônima, supostamente remetida pelos que assinam "alunos da Faculdade de Letras", recebida pelo Departamento de Pessoal da Faculdade de Letras e encaminhada a chefes de departamentos e professores.

Em defesa da livre expressão do indivíduo e dos compromissos com a universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade, os professores da UFRJ manifestam seu apoio à luta de professores, funcionários e estudantes da Faculdade de Letras e solicitam a imediata apuração do ocorrido e a responsabilização dos envolvidos.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2003
AG da Adufrj-SSind

Adufrj-SSind

Continuação da capa

O 1º tesoureiro da Adufrj-SSind, José Sanglard - que também representou a seção sindical nos dias 13 e 14, em Brasília -, observou que os funcionários públicos estão sofrendo um processo de ataque inimaginável pouco tempo antes das eleições do ano passado. "E não só em relação à Previdência, mas também em relação à Alca", disse, referindo-se à recente visita de Lula aos Estados Unidos, com aceitação dos prazos de negociação da Area de Livre Comércio das Américas. Sanglard cobrou maior participação do corpo docente na mobilização que se seguirá nos próximos dias: "Ninguém pode dizer para pressionar os parlamentares, sem estar junto da diretoria da Adufrj-SSind (para ajudar nesta tarefa). A diretoria não vai fazer nenhuma revolução sozinha", afirmou.

O 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, opinou que muitos professores ficaram decepcionados com FHC duas vezes "e não estão querendo ficar desiludidos agora". Segundo ele, esse comportamento tem que mudar: "Esse governo só reage à pressão", disse, lembrando a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). "E, com isso, não quero dizer que a gente deve fazer mais greve do que no governo FHC, mas, no dia 8, vamos parar", completou.

Reforma destruirá universidade pública

Roberto Leher, da Faculdade de Educação, disse que a atual reforma previdenciária pode provocar o fim da carreira docente e da universidade pública. "Com a perda da paridade, imaginem se for criada uma nova GED no futuro. Não haveria a extensão para os aposentados. Além disso, não há regras de transição, não teremos aposentadoria integral e não temos o FGTS", exemplificou. "A tendência é que ocorra algo semelhante ao regime geral, no qual as pessoas contribuíram sobre 20 salários mínimos a vida inteira e hoje, aposentadas, recebem cerca de seis ou sete", observou. Em outro momento da AG, após a fala de uma colega que pedia outras formas de luta, que não a greve, Roberto lamentou a intransigência do governo para negociar a reforma. "Os canais de comunicação estão fechados. O que abalou o governo? Foi a Marcha de Brasília. Foi o ato em São Paulo, com as falas de Chico de Oliveira e Marilena Chauí. A nossa responsabilidade exige ações contundentes", sentenciou.

Discordância com a greve

Apesar de alguns professores se manifestarem contra a deflagração de uma nova greve, eles também estavam revoltados com os termos da reforma previdenciária. "Para mim, dissociar os salários da ativa dos já aposentados é má-fé", comentou Maria Cristina Alves (Escola de Engenharia). Segundo ela, seria melhor se os servidores organizassem um dia de paralisação, pois uma greve não teria força neste momento. João Torres, do Instituto de Física, lembrou das últimas reuniões de Unidades que apontaram tendência contra a greve. Para ele, seria um "voluntarismo irresponsável" a deflagração da greve neste momento. "Qual será a imagem da nossa greve? Não tenho dúvida. Será extremamente negativa. Nós fazemos greves demais. Nós só devíamos parar para causar uma comoção geral no Rio de Janeiro, assim como ocorre na USP", disse.

Kelvin Melo

PROFESSORES VOTAM FAVORÁVEIS AO INDICATIVO

Sinalização para a sociedade

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, respondeu que os servidores não são "voluntaristas", e foi com suas práticas políticas que a categoria alcançou conquistas históricas. "Depende de nós nos organizarmos. É claro que faremos uma assembléia antes de 8 de julho para deflagrar a greve, mas devemos sinalizar o que queremos para o Setor das Federais, para a Plenária dos SPF e para a comunidade universitária vir para cá discutir", observou. Cleusa também acredita que a UFRJ terá condições de mobilizar a comunidade universitária, assim como a USP fez com os recentes discursos de Marilena Chauí e Chico de Oliveira.

Para Sandra Martins (Colégio de Aplicação), "a situação é gravíssima". "O governo não é mais de esquerda; é traidor. "Foi com a base do funcionalismo que Lula se elegeu. Dei um voto de confiança e me sinto traída. Sempre sou contra a greve, mas temos que partir para o acirramento", disse.

Para Waldemir Filho, o Ceará (do Colégio de Aplicação), o discurso do governo Lula está impregnado de demagogia, que atira o restante da sociedade contra os servidores, taxados de "privilegiados". Ao mesmo tempo, não se faz nenhuma crítica ao capital financeiro do país. "Isso é uma covardia: atacar um setor que é fácil de atacar. Enquanto isso, o pessoal da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) viraram os 'companheiros' da Febraban", afirmou.

Henrique Longo, da Escola de Engenharia, perguntou-se o que havia acontecido com Lula. "Ele disse que nem o Congresso nem o Judiciário vão impedir as reformas. É muito triste ouvir isso do Lula. Temos que fazer algo e a única forma é a greve", disse. Segundo ele, com o movimento grevista, a imprensa será obrigada a ouvir a versão dos servidores.

Rosanne Dias, também do CAp, observou que os servidores em geral ainda estão dando respostas "muito tímidas" ao governo Lula, diante dos últimos discursos do presidente e das alianças que estão formadas em torno do Palácio do Planalto. Rosanne lembrou que a mobilização do funcionalismo já vem de longa data e não se pode esperar mais, sob o risco "de continuar a inércia". "Temos que dar uma sacudida, mas vamos fazer uma greve de mobilização", disse.

Calendário eleitoral da Adufrj-SSind

A diretoria da Adufrj-SSind voltou a apresentar na AG a proposta de calendário eleitoral para a seção sindical (já divulgado no jornal nº 95, de 16/06). Foi informado que, até o dia 1º de agosto, será convocada uma outra assembléia para constituição da comissão eleitoral do processo. Embora o calendário tenha sugerido o dia 13 de setembro, um sábado, como dia de apuração das urnas e publicação dos resultados, a comissão eleitoral pode estabelecer que a contagem dos votos comece na véspera e prossiga até o fim.

46º Conad

O envolvimento dos diretores e da militância com o andamento da reforma previdenciária inviabilizou a discussão do Caderno de Textos do 46º Conad do Andes-SN, que começou no dia 27/06, em Vitória (ES). José Sanglard observou que duas reuniões do Conselho de Representantes tiveram o documento do Sindicato Nacional como ponto de pauta, mas não houve tempo para o debate. A AG aprovou os nomes dos professores que irão compor a delegação da SSind ao Conad: Cleusa Santos (delegada), Regina Pugliese, Salatiel Menezes e José Miguel (como observadores, nesta ordem de suplência).

Próximas Assembléias

Para discutir os encaminhamentos do 46º Conad, a mobilização da categoria e também escolher os representantes e delegados da seção sindical para as próximas reuniões do Setor (4/07) e Plenária dos SPF (5/07), entre outros pontos, está convocada uma Assembléia Geral da Adufrj-SSind para o dia 3 de julho, no auditório do CFCH, no *campus* da Praia Vermelha (ver chamada de capa). No dia 8 de julho haverá nova assembléia, tendo como ítem de pauta a deflagração da greve.

Tribuna

João Torres
Instituto de Física
"Qual será a imagem da nossa greve? Não tenho dúvida. Será extremamente negativa. Nós fazemos greves demais".

Henrique Longo
Escola de Engenharia
"Ele (Lula) disse que nem o Congresso nem o Judiciário vão impedir as reformas. É muito triste ouvir isso. Temos que fazer algo e a única forma é a greve".

Movimento

Congresso da UNE se manifesta contra reforma da Previdência

Entidade se declara solidária aos servidores públicos

Defender uma reforma da Previdência Social que incorpore os milhões de trabalhadores que hoje estão na informalidade, preservar a integralidade das aposentadorias dos servidores (em especial, as dos docentes e técnico-administrativos das universidades) e ser contra a taxação dos inativos. Esta pode ser considerada a síntese da resolução sobre Previdência, aprovada no 48º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado entre os dias 17 e 22 de junho, em Goiânia (GO).

Os estudantes, no entanto, limitam o teto da Previdência ao salário do presidente da República e defendem uma previdência complementar exclusivamente pública. O movimento docente, no último Congresso do Andes-SN, aprovou, como teto, o maior salário do serviço público (hoje, é o do ministro do Supremo Tribunal Federal) como um dos princípios para a construção de regime único da Previdência. A Assembléia da Adufrj-SSind de 9 de abril rejeitou qualquer alternativa à Previdência Social Pública, principalmente a previdência complementar de qualquer tipo.

Independente destas divergências, a resolução aprovada no congresso da UNE declara a entidade solidária aos servidores e convoca um Dia Nacional em Defesa da Universidade Pública, em Brasília, para o dia 8 de julho - justamente a data do indicativo de deflagração da greve do funcionalismo. A diretoria da entidade estudantil também marcou uma reunião ampliada (com a presença dos representantes dos diretórios centrais das instituições) para a capital federal, de 10 a 12 de julho, para deliberar sobre a continuidade da mobilização.

Outras resoluções

O movimento estudantil aprovou ainda resoluções contra a Alca, contra a abertura do Brasil aos transgênicos, pelo fim do Provão, pela realização de concurso público para suprir o déficit de pessoal das universidades e contra o corte de verbas da Educação. A UNE aprovou a permanência da representação da entidade no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes), ao contrário do que defende o movimento docente. Também foi aprovada a manutenção das eleições congressuais, em vez de eleições diretas, como defendiam algumas correntes no evento dos estudantes.

Congresso elege novo presidente

O 48º Congresso da UNE terminou com a vitória da Chapa Pra Conquistar o Novo Tempo (composta por uma aliança PCdoB/PPS/PDT/MR-8), que além de aprovar a maioria das propostas do Congresso, elegeu o novo presidente da UNE, Gustavo Petta (estudante de jornalismo da PUC Campinas), com 3.120 votos. Foram credenciados em todo o país 9.849 delegados, mas apenas 6.103 delegados retiraram seus crachás de votação. A segunda maior votação foi para a chapa Reconquistar a UNE, com 1.421 votos e em terceiro lugar ficou a chapa Unir a Esquerda, com 470 votos. Com este resultado, o PCdoB permanece na direção da UNE há 13 anos. Embora o partido seja da base governista do presidente Lula, a resolução aprovada no 48º Congresso fala em "independência e autonomia".

Adufrj-SSind paga ônibus para alunos

A Adufrj-SSind pagou a viagem de ônibus de cerca de 50 estudantes para o congresso de Goiânia. O relato de um dos participantes, Daniel Souza (da FAU), na última AG, confirmou o relatório final do encontro estudantil, segundo o qual a direção da UNE acredita que não há necessidade de "radicalizar".

Daniel considera que a UNE está vivendo uma linha muito próxima da CUT Nacional. "A reafirmação da participação da entidade estudantil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo Lula é um ponto determinante desta linha", disse.

Anote

Choro e Jazz na Ilha

A partir do dia 2 de julho, o grupo de choro Sapeca fará sua pioneira temporada instrumental do Governador Iate Clube, no bairro Moneró, Ilha do Governador. Intercalando com o UFRJazz Combo - quinteto formado por alunos e professores da Escola de Música da UFRJ- , o Sapeca se apresentará sempre as quartas-feiras, das 20h às 24h. Clovis do Violão, pesquisador e estudioso de Choro e Samba, coordena o trabalho. O Sapeca apresenta repertório de Pixinguinha, Jacob do Bambolim, Waldir Azevedo, Chiquinha Gonzaga, Anacleto de Medeiros, Antonio Callado e outros. O Governador Iate Clube fica na Praia da Rosa, 1350, na Ilha do Governador. A entrada é franca, sem consumação e o local tem capacidade para 120 lugares.

Adufrj-SSind

Terceiro cartaz da campanha de sindicalização está na rua

A campanha de sindicalização da Adufrj-SSind continua com força na universidade. Depois do cartaz dirigido aos professores recém-concursados e do anúncio que lembra a importância da sindicalização para a segurança do professor, chegou a vez de convidar os docentes substitutos e visitantes (ilustração), que também podem se vincular à seção sindical, mesmo sob contrato temporário com a UFRJ. O último cartaz da campanha deverá ser colado nos *campi* nos próximos dias e será dirigido aos mestres aposentados que ainda não se filiaram.

Para se sindicalizar, o docente deve comparecer à sede da Seção Sindical, munido de uma cópia do contracheque, e preencher dois formulários. A Adufrj-SSind fica no Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200 e funciona de 8h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira. Para tirar qualquer dúvida, basta ligar para os números 2260-6368, 2590-4799 e 3884-0701 e digitar o ramal da Secretaria.

A contribuição do sindicalizado é descontada direto da folha de pagamento e representa 0,8% da remuneração composta pelos seguintes itens: vencimento básico + Gratificação de Atividade Executiva (GAE) + Gratificação de Estímulo à Docência (GED) ou Gratificação de Incentivo à Docência (GID) + adicional por tempo de serviço + IPC 26,05% (popular Plano Verão).

Entrevista

"A Reforma da Previdência é um equívoco"

Em entrevista ao jornal da Adufrj-SSind na semana passada, o reitor eleito Aloisio Teixeira comentou brevemente a reforma da Previdência, a situação de carência das universidades e os planos da gestão que se inicia. Aloisio já foi nomeado, via Diário Oficial, pelo presidente Lula em 25/06 (veja reprodução da portaria na página seguinte), e terá a cerimônia oficial de posse nesta quarta-feira, dia 2 de julho, em Brasília, ao meio-dia. A festa da posse, na Casa do Estudantes da UFRJ, ainda depende de compatibilização de horários com a agenda do ministro da Educação, Cristovam Buarque, para se realizar.

Guilherme Lessa

ALOISIO TEIXEIRA

Qual sua posição, enquanto reitor, sobre a Reforma da Previdência do governo Lula?

É a mesma que eu tinha enquanto professor. Considero um equívoco que terá um impacto negativo para a universidade. A universidade não é uma instituição, sem demérito nenhum, como outras do serviço público. A matéria que trabalhamos aqui é o conhecimento. E conhecimento é algo acumulado ao longo do tempo. Um professor ou pesquisador que está há trinta anos na universidade acumulou um conhecimento e estará certamente, na fase máxima de sua produção científico-acadêmica. Mas, se ele se aposenta e vai embora, é insubstituível. Não adianta abrir concurso e vir um novo docente sobre o qual deverá ser feito um outro investimento. Então, o prejuízo para as universidades, caso o projeto seja aprovado, é imenso. Além disso, o ponto que eu tenho discutido é que não se trata de uma reforma da previdência; trata-se de modificações no regime próprio do servidor público. Para mim, mudar o regime de previdência próprio do servidor público deveria ter como ponto de partida uma discussão sobre o Estado brasileiro, a natureza do Estado, o papel do Estado, no que este governo imagina e pensa que deva ser o Estado brasileiro, senão fica a idéia que tudo isso se faz exclusivamente para gerar superávits fiscais para atender a uma determinada política econômica, que também não é consensual.

O que o senhor acha da greve dos servidores públicos indicada para começar no dia 8 de julho?

Na minha condição de reitor, eu acho que não devo me pronunciar sobre uma questão que é da alçada dos movimentos. Eu reconheço a legitimidade da reivindicação e da preocupação dos professores, dos servidores da universidade e dos servidores públicos em geral, mas não me cabe opinar sobre uma decisão que os movimentos terão que tomar.

Há projetos desta reitoria para trazer outras Unidades da UFRJ para o Fundão?

Essa é uma questão importante, porque nosso plano diretor é bastante antigo e a idéia que presidiu a constituição do *campus* da universidade na ilha do Fundão era a de que todas as Unidades deveriam ir para lá. Isso, de certa forma, balizou os investimentos da universidade fora da ilha do Fundão, que foram praticamente inexistentes nesses anos todos. Agora, o fato é que muitas Unidades não foram (para o Fundão), então devemos rediscutir o plano diretor e rediscutir a estratégia da universidade em relação aos seus *campi* e tomar uma decisão que corresponda ao interesse da universidade como um todo. O que pretendo fazer, em prazo bastante curto, é organizar um seminário sobre o plano diretor e conclamar a universidade a opinar: se ela considera que o mais correto é irmos todos para o Fundão ou se manteremos espaços e unidades de ensino e pesquisa fora do *campus* do Fundão. Essa decisão é importante, porque ela vai orientar a nossa política de investimentos nos próximos anos. No seminário, formularemos uma espécie de documento base, que será remetido para discussão na universidade como um todo. Obviamente, a decisão final caberá aos colegiados superiores.

No relatório da gestão Lessa, é dito que a UFRJ recebeu apenas R$ 2 milhões dos R$ 10 milhões prometidos no Plano Emergencial apresentado ao MEC pelo atual presidente do BNDES. Existe alguma sinalização de que o governo vai liberar o restante destes recursos?

Eu estive com o ministro Cristovam Buarque e com o secretário da SESu, professor Carlos Antunes, há cerca de 15 dias, e eles manifestaram uma grande preocupação com a situação da universidade. O secretário da SESu falou que uma segunda parcela desse plano emergencial iria ser liberada, mas não tenho informação se já o foi. Se não foi, deverá ser nos próximos dias. Além disso, o ministro também discutiu conosco a possibilidade de se fazer um novo plano de emergência atualizado, então nós iremos começar imediatamente a trabalhar no assunto. Se tiver a parcela liberada, seguiremos o plano de emergência aprovado pelo governo no ano passado e, ao mesmo tempo, estaremos trabalhando para apresentar ao ministro um novo plano de emergência.

Quais os principais projetos desta reitoria a serem implementados?

Eu diria que esta gestão terá em boa medida um sentido de continuidade, até porque a maior parte dos sub-reitores da equipe do professor Lessa permanece. Então, programas que estão em curso nas sub-reitorias, na Prefeitura Universitária, terão continuidade, e talvez trate-se de orientá-los no sentido que corresponda à nova realidade do país e às idéias e propostas que apresentamos na campanha. Por exemplo, vamos implementar uma pequena reforma na estrutura para permitir que a SR-3 possa ser uma sub-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. Isso é importante, porque a gente vai começar a trabalhar com idéia de planejamento participativo para o que resta da execução do orçamento de 2003 e para a elaboração do orçamento de 2004. Pretendemos dar continuidade à política de apoio aos estudantes, que, na gestão do professor Lessa, se consubstanciou no programa de bolsas. Daremos continuidade a essa política, mas também atacaremos outras questões que foram levantadas na campanha. Reabriremos os restaurantes universitários, vamos ampliar e reformar o alojamento existente. Pretendemos também introduzir modificações no modelo de gestão financeira para permitir mais flexibilidade no uso dos recursos. Estrategicamente, vamos nos orientar para reconquistar espaços de autonomia que foram perdidos pela Universidade nesses últimos anos. Em segundo lugar, encaminharemos uma discussão para a universidade sobre uma reforma universitária que deve ser implantada na UFRJ.

O senhor então confirma que vai construir restaurantes universitários como reivindicam os estudantes e a comunidade?

A idéia é reabrir no prazo mais curto possível os restaurantes universitários. Já havia uma iniciativa nesse sentido no âmbito da SR-5 e estamos tomando conhecimento do que estava sendo discutido lá . Vamos ver se é possível implantar este ano o primeiro restaurante universitário.

Qual será a política de sua reitoria para as licenciaturas?

As licenciaturas hoje passam por uma discussão mais ampla que deve envolver não apenas as Unidades de formação dos professores propriamente ditas, mas também a Faculdade de Educação e o Colégio de Aplicação. E algo importante que foi falado na campanha e também está sendo examinado diz respeito aos cursos noturnos na área de licenciatura. Quer dizer, ampliar as licenciaturas noturnas. Daí a necessidade de se ter uma discussão articulada com a Faculdade de Educação e com o Colégio de Aplicação que hoje não têm horário noturno.

Lula nomeia Aloísio

O Diário Oficial, de 25/06, publicou o ato de nomeação do reitor eleito Aloísio Teixeira assinado pelo presidente da República e pelo Ministro da Educação.
Leia a íntegra do ato oficial:

" O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art.84, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, resolve NOMEAR Aloísio Teixeira, ocupante do cargo de Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para exercer, por quatro anos, o mandato de Reitor da referida Universidade.

Brasília, 24 de junho de 2003; 182º da Independência e 115º da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque"

Há propostas de novos cursos noturnos para o Fundão?

Assim como as licenciaturas, temos que elaborar uma programação que, gradativamente, vai ampliar o número de cursos noturnos. Não é uma medida simples, pois alguns problemas precisam ser enfrentados para resolver a situação satisfatoriamente. Ter curso noturno significa, por exemplo, ter bibliotecas funcionando à noite. E há uma carência grande de servidores na área de bibliotecas. Na conversa a que fiz referência (com o ministro), ele demonstrou grande sensibilidade em relação ao tema. Inclusive, já anunciou que vai abrir vagas de concurso não só para docentes, mas principalmente para técnico-administrativos. Isso já sinaliza a possibilidade de se destinar um quantitativo dessas vagas para permitir que as bibliotecas funcionem à noite. Em outros lugares, precisa-se de investimento físico de infra-estrutura. Tem que ter laboratório, sala de aula. Aqui no *campus* da Praia Vermelha, particularmente no Palácio Universitário, há uma carência de espaço muito grande. Em síntese: a idéia é expandir gradativamente os cursos noturnos e mapear os problemas para ver os obstáculos que existem para os curso noturnos. No caso do Fundão, também a segurança e o transporte.

Uma das expectativas de sua eleição entre o corpo docente é a solução para as diferenças salariais decorrentes de ações ganhas na Justiça e que não são repassadas para a totalidade dos servidores. Qual será sua primeira ação para a incorporação de ações como os 26,05% e os 28,86% para todos?

No caso dos 26,05% a idéia é implantar, uma vez assumida a reitoria. Vamos examinar a melhor oportunidade de fazer isso, mas o entendimento que temos é que a extensão depende de uma decisão do reitor. Na questão dos 28,86%, existe uma complicação porque, pela forma como foi feito o despacho do juiz, a decisão fica circunscrita às pessoas que entraram com a ação. Então, nós pretendemos retomar essa discussão para ver como podemos fazer essa extensão para todos: ou por uma nova ação ou por um processo de negociação política.

Outra promessa de sua campanha referente à remuneração foi a de que, como reitor, iria defender a incorporação e o fim das gratificações produtivistas. Como será sua atuação neste sentido?

Esse ponto também foi levantado na conversa com o ministro, que também manifestou uma grande simpatia em relação a essa questão. Ele entende - como nós entendemos -, que essas gratificações, na realidade, acabaram sendo uma forma disfarçada de aumento do salário. Nada mais justo que sejam imediatamente incorporadas ao salário. Também na conversa com o ministro, foi tratada a questão do plano de cargo único, que é uma reivindicação do movimento técnico-administrativo que poderia nos ajudar a resolver, talvez definitivamente, alguns problemas graves existentes nesse segmento. O ministro demonstrou que será um aliado nosso na busca de solução para esse problema. Ele não apenas conhece, como mantém as posições que tem defendido ao longo do tempo. Isso é importante porque possibilita que haja uma interlocução bem positiva com o MEC.

Como o senhor analisa a carreira dos servidores das universidades federais? O que é preciso para recompor os quadros?

Parte já falei na resposta anterior. É uma situação extremamente complexa para os servidores das universidades. Uma parcela disso decorre da legislação do RJU, que segmentou as carreiras, o que funciona como um grande desestímulo ao processo de qualificação continuada e de valorização do serviço público. A idéia do plano de cargo único é uma idéia que poderia ajudar a resolver isso. E, além disso, a restauração da plena autonomia da Universidade, com direito a formular ajustes e promoções nos ajudaria muito. Essa questão tem que ser revista com certa urgência, porque, primeiro, temos carência de servidores na área técnico-administrativa, quer dizer, tem que haver concurso para reposição. Segundo: esses concursos têm que se fazer de acordo com normas e critérios que a própria universidade estabeleça e não o ministério. Porque nós temos demandas muito específicas de técnico-administrativos, em termos de qualificação e especificidades dessas mesmas qualificações. E, em terceiro, tem o desvio de função.

O CEG e o CEPG começaram a discutir a criação da Comissão Permanente de Alocação de Vagas Docentes. O senhor é favorável à reserva técnica para o reitor?

Eu diria até que sou. Não acho que a idéia de reserva técnica deva ser objeto para negociações políticas menores. Entendo que deva haver uma reserva técnica da universidade. Ou seja, dado um quantitativo de vagas disponibilizado para concursos, que haja uma reserva técnica, mas mesmo essa seja objeto de negociação. Por exemplo, 90% - não estou definindo um percentual - você destina para demandas das Unidades, mas fica com uma reserva para poder fazer políticas de fomento ou de recuperações de áreas carentes. Mas mesmo a reserva técnica deve ser objeto do planejamento geral da universidade.

Resenha

Paulo Renato

O ex-ministro Paulo Renato não mudou nada. Para ele, Educação não é um direito, mas fonte de lucro. Atualmente consultor na área de ensino, tem visitado empresas munido de um estudo que coloca o país em primeiro lugar na lista das nações mais atraentes para investimentos na área de Educação. Segundo ele, quem quiser criar faculdades poderá ganhar um bom dinheiro. A notícia é da coluna Holofote (Veja, 25/06).

Cotas nos EUA

A Suprema Corte dos EUA tomou uma decisão ambígua em 24/06 sobre reserva de vagas em universidades. Decidiu que as políticas de ação afirmativa são constitucionais, mas têm que se restringir a certos limites. A decisão foi dada no julgamento de uma caso da Universidade de Michigan. Três alunos reprovados no sistema de seleção questionavam a legalidade do favorecimento a minorias raciais (Folha de S. Paulo, 25/06).

Governo perde na propaganda

Na semana retrasada, o governo federal sofreu duas derrotas no Tribunal Regional Federal da Quarta Região, com sede em Porto Alegre, na tentativa de cassar uma liminar que o impede de fazer propaganda favorável ao projeto de reforma da Previdência. Agora, o processo vai ao Superior Tribunal de Justiça (Gazeta Mercantil, 25/06).

Policiais federais antecipam aposentadoria

A proposta de reforma da Previdência já fez aumentar em 100% o número de aposentadorias na Polícia Federal no primeiro semestre, em comparação com todo o ano passado. Segundo a PF, em 2002, 150 se aposentaram. Somente nos primeiros seis meses incompletos de 2003, já foram concedidas 300 aposentadorias. E a estimativa é que o número pode chegar a mil até o fim do ano. (Jornal do Brasil, 26/06).

BankBoston cresce 410%

Enquanto o funcionalismo é taxado de "privilegiado" pelo governo e pela mídia, alguns setores continuam se beneficiando da política econômica. O BankBoston, por exemplo, foi a instituição financeira que mais lucrou nos três primeiros meses deste ano, entre os 50 maiores bancos do país. O resultado saltou de R$ 31,8 milhões de janeiro a março de 2002 para R$ 164,2 milhões neste primeiro trimestre A "coincidência" é que o banco já foi comandado pelo atual presidente do Banco Central, Henrique Meirelles (Folha de S. Paulo, 18/06).

Movimento

"Radicais" do PT prestigiam passeata dos servidores

Fotos: Guilherme Lessa

PROFESSORES DA UFRJ MARCARAM PRESENÇA NO ATO

Representantes de sindicatos reclamam de estelionato eleitoral

Em uma manifestação ainda maior que as anteriores, realizadas em abril e maio, os servidores e demais trabalhadores da iniciativa privada voltaram a tomar conta da avenida Rio Branco e da Cinelândia contra o projeto de Reforma da Previdência do governo, no dia 26/06. A passeata foi acompanhada pelos chamados "radicais" do PT que, mesmo ameaçados de expulsão pela direção do partido, reafirmaram que não votarão a favor da PEC nº 40/2003.

Durante a passeata da Candelária até a Cinelândia, os representantes dos sindicatos reclamaram muito do "estelionato eleitoral" do governo Lula. Segundo diversas falas, ajudado em sua eleição pela base do funcionalismo, o presidente não poderia atacar os direitos desses mesmos trabalhadores.

Para Vera Nepomuceno (do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio), a expectativa de que o atual governo iria revogar as medidas de ataque aos trabalhadores já foi frustrada. "O que ele (Lula) faz? Amplia o ataque. Repete o discurso de Collor e FHC contra os servidores", disse. Mas essa postura não vai ficar sem reação, segundo ela: "Vai faltar poste neste país para tantos cartazes dos movimentos sociais denunciando cada deputado e senador que votar a favor desta reforma", completou.

O 1º vice-presidente do Andes-SN, José Domingues, esteve no Rio e marcou presença na passeata do centro da cidade. Ele lembrou a Marcha dos Cem Mil, ocorrida há 35 anos, no mês de junho, contra o regime autoritário de então, e observou que a conjuntura apresenta a mesma importância de mobilização da sociedade daquela ocasião. "Nós queremos ampliar direitos, inclusive os dos trabalhadores da iniciativa privada", afirmou.

Parlmentares do PT comprometem-se com a luta

A manifestação também foi prestigiada pelos chamados "radicais" do PT: a senadora Heloísa Helena e os deputados federais João Batista de Oliveira (o Babá), João Fontes e Luciana Genro. De acordo com João Fontes, o secretário geral do partido (deputado federal Jorge Bittar) chegou a lhe propor uma "saída amigável" do partido. O parlamentar se recusou e disse que iriam ter que expulsá-lo. "Vocês têm que puxar a orelha desse rapaz aqui do Rio, o Jorge Bittar", comentou.

João Batista, o Babá, informou aos manifestantes que estaria neste fim de semana na comissão de ética do partido, em São Paulo, sob ameaça de expulsão, "por estar sendo ético com os trabalhadores". Ele também pediu esforço de todos para a construção da greve de 8 de julho. "Vamos parar este país de ponta a ponta", cobrou.

Luciana Genro comentou que a reforma da Previdência é apenas a primeira luta da conjuntura. Depois, virão a reforma trabalhista e a Alca, "que já estão sendo cozinhadas". "Se formos vitoriosos nesta primeira luta, teremos mais força para as outras que se seguirão", disse.

CUT é vaiada no ato

O presidente da CUT-RJ, Jayme Ramos, discursou na Cinelândia entre vaias da multidão. Jayme até que se posicionou contra a reforma da Previdência, mas a estreita ligação da CUT Nacional com o governo Lula provocou a ira dos manifestantes contra o representante da central no estado do Rio.

"RADICAIS" DO PT INCENTIVAM OS SERVIDORES

JOSÉ DOMINGUES, DO ANDES-SN

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 98 • 7 de julho de 2003

Assembléia Geral

8 julho terça-feira **9:30**

Auditório do Centro de Tecnologia
Bloco A, ilha do Fundão

Pauta
1) Informes;
2) Encaminhamentos do Setor das IFES (04/07/03) e da Plenária dos SPF (05/07);
3) Deflagração de Greve na UFRJ.

Conselho de Representantes

7 julho segunda-feira **17:30**

Sede da Adufrj-SSind
Centro de Tecnologia
Bloco D – Sala 200

Pauta:
1) Informes;
2) Encaminhamentos do Setor das IFES (04/07/03) Plenária dos SPF (05/07);
3) Deflagração de Greve.
As reuniões do Conselho são abertas a todos os sindicalizados. Participe!

"Ou pára a Reforma ou paramos o Brasil"

8 julho terça-feira **16:00**

Ato contra a Reforma da Previdência
Cinelândia

Reunião do GTPE

11 julho sexta-feira **16h às 18h**

Colégio de Aplicação

Pauta:
1. Encaminhamentos do 46ºConad-Vitória;
2. II COED e Fórum Estadual em Defesa da Educação do RJ;
3. Formação de professores (políticas governamentais/ projeto da UFRJ);
4.Alfabetização no governo Lula;
5. Agenda do Gtpe nacional/local

Kelvin Melo

CLEUSA SANTOS ENTREGA DOCUMENTOS AO MINISTRO CRISTOVAM BUARQUE

Protestos contra a reforma na posse de Aloisio

Na posse de reitor da UFRJ, entidades da universidade manifestam-se contra a reforma da Previdência

A posse oficial do professor Aloisio Teixeira, realizada no dia 2/07, em Brasília, transformou-se em espaço privilegiado para as entidades da UFRJ se manifestarem contra a reforma da Previdência junto ao ministro Cristovam Buarque. Convidados pela reitoria para assistirem à cerimônia no prédio do MEC, os representantes da Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj dispuseram de alguns minutos concedidos pelo cerimonial do ministério e abriram o verbo contra as políticas do governo.

Um dos coordenadores do Sintufrj e integrante da Executiva Nacional da CUT, Agnaldo Fernandes destacou a importância da posse de Aloisio para o fortalecimento da democracia dentro da UFRJ e da relação com as entidades representativas da universidade. "Ainda mais num momento fundamental como esse, de tramitação da reforma da Previdência", comentou. Agnaldo ressaltou ainda que o reitor empossado tem se posicionado contra a proposta do governo para a reforma previdenciária e, por conta disso, espera contar com Aloisio e sua equipe nesta luta que ocorrerá nos próximos dias.

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, agradeceu o convite recebido para estar presente naquele importante momento para a UFRJ, representando os quase 3,5 mil professores sindicalizados. Em seguida, Cleusa também manifestou as preocupações do movimento docente com as conseqüências da reforma da Previdência para a sociedade brasileira e, particularmente, para a universidade pública. Ao criticar as reformas do governo, a dirigente da seção sindical chamou a atenção para o desmonte da universidade e destacou "a responsabilidade social da reitoria e do ministério da Educação não só para com esta geração, mas para a geração futura". Para ilustrar esta preocupação, citou um recente episódio com

Continua na página 12

Conad indica greve dia 8

Página 6

Opinião

Cabral, Eva e Adão (ou o correio sentimental do Éden)

Arthur Arruda Leal*

Se o Jornal da ADUFRJ tivesse circulação restrita ao Instituto de Psicologia, ou a unidades em que o professor Ricardo Cabral (autor da magnânima e vibrante carta "O Instituto de Psicologia e os Jardins do Éden") leciona, em nada me preocuparia. Guardaria comigo o humor pastelão transmitido por esta carta tão pessoal, amorosa e abnegada. Mesmo que citado, sendo pois coadjuvante de um dos textos mais pífios publicados neste jornal, todas as referências avessas com o que o professor se refere à mim, acabariam funcionando como honrarias, dado o caráter da fonte (torço para ainda este ano receber uma carta desabonadora de maior vulto como do Vilhena ou do Paulo Renato). Talvez não apenas os membros destas unidades, mas todos que leram a minha carta de agradecimento ao CA ("O Instituto de Psicologia e a Faixa de Gaza" escrita quatro semanas atrás) percebam uma estranheza: não cito, nem implico o professor Cabral, que entra de penetra (como no filme "Um convidado trapalhão") na minha manifestação de agradecimento, afim de destilar o seu amor poliânico. Mesmo os que leram a carta do dito professor por si só tem uma estranha sensação de que seu amor misturado com abnegação vem temperado de rancor abissal. Um misto de Cândido de Voltaire com Sexta-feira treze.

A minha única preocupação com o público-leitor que não conhece acusado e acusador (o nosso zelador do Éden) são as pesadas críticas de que descumpro as normas do departamento, que violo as eleições internas. Pesadas e frágeis críticas pois uma vez que feitas publicamente dão direito à interpelação. Mas antes disto, tentarei uma descrição mais rica do ocorrido na reunião de departamento de março deste ano, onde se discutia o tipo de voto que indicaríamos para a eleição de diretor. Durante a discussão foram feitas duas propostas: o voto paritário simples e o voto paritário com cláusula eliminatória (no caso de um candidato único que tivesse menos de 50% em uma das três categorias). No exato momento da votação foi proposto o voto proporcional, sem que tivesse sido sugerida qualquer quota. Entrando como azarão de última hora e sem nenhuma especificação, o voto proporcional ganhou, embora no total empatasse com as duas formas bem específicas de voto paritário. Em face desta estranheza, pedi à chefe de departamento nova votação, propondo uma votação mais direta entre voto proporcional e paritário, mudando meu voto, e tirando todas as especificações discutidas até então para uma segunda votação, o que foi acolhido. No momento da nova votação, o único que alterou o seu voto foi o nosso guardião do Éden (de paritário para proporcional), revoltado talvez por não entender que as votações têm que partir do mais geral para o mais específico. Ninguém pensou em puni-lo ou considerá-lo desobediente, mesmo que esta mudança de voto estivesse vinculada a uma defesa explícita da incapacidade de voto dos alunos (o professor Cabral defende o amor, proclama o Éden, mas odeia os seus habitantes). Talvez pela ausência de assembléias ou de reuniões democráticas no Éden, o seu zelador maior tem tentado desde aquela reunião incluir na ata da reunião a minha atuação como ato arbitrário. Não conseguindo, tentou ganhar espaço à força, penetrando numa discussão que não lhe dizia respeito. Se ele confunde Questão de Ordem com violação da ordem e crê que nós estamos no paraíso, não é preciso dizer mais muita coisa....

Se alguém tentar parear a minha carta de agradecimento ao CA com o disparate publicado na última edição será compelido a perguntar: o que a sua carta tem a ver com a minha, e o mais incrível, por que ele a responde? Apenas para situar o leitor: agradeci ao CA e à professora Phrygia pela rara demonstração de solidariedade ao me ajudar a resolver um problema de sala de aula, onde uma turma de 54 alunos não cabia num espaço destinado a 30 cadeiras. Problema que a direção e a coordenação de curso se esmeravam em resolver, mas não conseguiam solução. Aqui mais uma estultice de quem vive com cabeça no Éden: o problema de salas de aula se resolve com a coordenação de curso e não com o departamento, e não é questão de desobediência ou não, mas de caber ou não em uma sala. Podemos fazer como no Éden: deixar de dar aula ou delegar este problema a um monitor. Mas isto não pode ser entendido como amor e abnegação.

Não fazendo parte do CA, não sendo a Professora Phrygia, ou alguém empenhado em resolver o problema de salas (sendo ele mesmo uma vítima, ao ter os seus grupos de estudo defenestrados do departamento – ao menos assim ele expressou a sua indignação por e-mails), por que ele me escreve esta carta? Por abnegação e amor? (infelizmente não faz meu tipo). Para defesa do *status quo*? (que remetesse este artigo ao Diário Oficial ou ao antigo Jornal do Vilhena, sob o pseudônimo de Eremildo ou de Poliana). Para poder enfim publicar um artigo em sua GED? Para ocupação de tempo ocioso? Todas as respostas anteriores? Mesmo com a benevolência de todas estas hipóteses, podemos considerar esta carta um puro engano, uma linha cruzada tecida pela mera vontade de picuinha.

Não tendo nenhuma questão política e não sendo mais do que o pretexto para destilar seu amor abnegado à minha pessoa, gostaria de aqui deixar a minha sugestão para o corpo editorial deste jornal: que se crie um setor de correio sentimental para os corações envergonhados que não conseguem expressar seus sentimentos e que temem que seus artigos possam não ser lidos na Revista Capricho (que não deve dar GED). Eu entendo o dilema da equipe editorial: mesmo estando eu com o pedido de afastamento temporário (para resolver assuntos pessoais), ainda sou como diretor do sindicato: recusar qualquer artigo por mais despropositado, pífio e cômico poderia parecer censura, indo contra o caráter profundamente democrático do jornal. Cartas como a do professor Cabral nos divertem, mas achincalham o trabalho sindical. Criemos então um encarte de Correio Sentimental.

Para além destas sugestões à editoria do jornal, concluo a minha carta com outras sugestões:

1)Ao professor Ricardo Cabral recomendo a busca de um outro objeto de afeto (um outro Cristo qualquer) e uma outra forma de expressão do seu amor e abnegação (tente a revista Capricho, o programa Alberto Brizola ou as figurinhas "Amar é").

2)Para os demais interessados em me declarar amor via Jornal da Adufrj (um meio público), lembro que isto pode ser tomado como prova judicial de assédio, ou dependendo da intensidade, de dano moral. Para não tomar meu tempo com questões menores, ser obrigado a replicar aos "guardiões do Éden", estou repassando a carta para avaliação jurídica do sindicato.

3)Para a comunidade universitária peço desculpas, em nome do IP, pela apresentação de uma triste figura, que tivemos que aprovar num processo de estágio probatório polêmico arrastado por mais de cinco anos. Se houve algo que possa ter desabonado a minha carreira docente imagino que tenha sido a conclusão, enquanto chefe deste processo de estágio probatório. Perante a estabilidade adquirida e a ameaça perda de mais uma vaga, foi necessária uma verdadeira ginástica na atribuição de pontos para perfazer o mínimo, além da desconsideração da maior parte dos questionários de avaliação dos alunos, francamente desfavorável ao professor. Eis algumas médias (obtidas no total de 40 questionários): Assiduidade e pontualidade (8,3); Planejamento e organização (4,1); Conteúdo programático cumprido (3,3); Conhecimento do programa por parte do professor (4,9); Clareza e didática (3,2); Relações humanas (2,8). Foi isso que os alunos puderam responder em função do amor e abnegação do professor Cabral, que agora tenta dirigi-lo à mim. Peço sinceramente desculpa aos alunos por ter participado de um processo destes, mas o dilema entre aprovar um personagem deste e a perda de uma vaga é doloroso (contudo, se alguém se sentir prejudicado por este processo, há prazo para recurso segundo a resolução 08/95 que rege o Estágio Probatório). Este é mais um dos constrangimentos legados pelo sucateamento da universidade pública, e que nos condena ao Éden, nos assombrando na letra dos seus guardiões.

* Professor do Instituto de Psicologia

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Congregação da Letras solicita investigação à reitoria

Episódio da carta anônima dirigida aos docentes e departamentos pode chegar à Polícia Federal

A ameça da carta anônima dirigida a departamentos da Faculdade de Letras não ficou sem resposta da Congregação daquela Unidade, reunida em 30/6: o assunto será levado ao conhecimento do reitor para quem serão solicitadas as medidas cabíveis. Entendeu-se no colegiado que é tarefa da reitoria acionar a Polícia Federal para apuração dos fatos. Vale lembrar que a carta foi encaminhada a professores que discordaram de administração de projeto de extensão pago, e também foi destinada a quatro departamentos (ver jornal da Adufrj nº 97, de 30 de junho).

Na reunião da Congregação, foram lidas as moções de repúdio ao ocorrido elaboradas pelos departamentos de Letras Vernáculas e de Ciência da Literatura; um abaixo-assinado promovido pelos alunos com quase 200 nomes; e as moções das assembléias do Sintufrj e Adufrj-SSind (de 25/06).

O documento da seção sindical dos docentes foi lido pelo 1º vice-presidente Luciano Menezes, que também aproveitou a ocasião para se manifestar contra a cobrança de taxas na universidade (como é feito no projeto do curso de línguas que motivou o surgimento das cartas). Luciano manifestou ao colegiado que a Adufrj-SSind estará ao lado da comunidade da Faculdade de Letras contra qualquer ameaça à liberdade de expressão do indivíduo. Além disso, informou que a moção da AG da entidade seria levada ao decano do Centro de Letras e Artes - ao qual a Unidade é vinculada - e ao reitor Aloisio Teixeira.

Carlos Tannus recebeu o documento em 3/7 das mãos do 1º tesoureiro da Adufrj-SSind, José Sanglard. Na ocasião, o decano se disse chocado com as ameaças que atingiram os professores, a instituição e a liberdade de pensamento e de expressão na universidade. Tannus comentou que iria encaminhar a questão ao Conselho de Centro para que, em conjunto com a Faculdade de Letras e a reitoria, sejam tomadas as medidas cabíveis. A diretora da Faculdade de Letras, Edionne Trindade, já havia recebido a moção da AG da entidade na semana retrasada.

Para a diretoria da Adufrj-SSind, a cobrança de taxas numa universidade pública é uma contradição, pois é uma forma de privatização, independentemente de onde os recursos sejam aplicados. Ainda segundo os diretores, a autonomia não pode significar o descompromisso do Estado com o financiamento da universidade pública, nem que ela deva buscar no mercado os recursos para a manutenção de suas atividades, através da cobrança de taxas.

Kelvin Melo

1º VICE-PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND, LUCIANO MENEZES LÊ A MOÇÃO DE REPÚDIO

Debate

Imediatamente após a leitura das moções, diversos representantes docentes pediram a palavra para cobrar atitudes institucionais contra as cartas. A professora Dina Callou observou que o repúdio "é pouco" e cogitou a possibilidade de se conseguir a identificação dos responsáveis pela carta através de câmeras de vídeo instaladas nas agências de correios, uma vez que o documento tinha o carimbo da empresa. Miriam Lemle também comentou que uma "ameaça de morte é muito grave" e disse que não poderia ser esquecida uma possível convocação da Polícia Federal para esclarecer o caso, como cobrava uma das moções lidas anteriormente.

A diretora da Faculdade de Letras observou que já havia sofrido ameaças anônimas - e até identificadas - antes, mas descobriu, no exercício do cargo, que a instituição não possui meios de fazer a defesa de alguém da comunidade universitária. Ela citou o exemplo da ameaça do ex-reitor Vilhena ao CEG, por conta do concurso vestibular durante a greve de 2001. Na ocasião, os conselheiros foram buscar algum amparo jurídico junto à Procuradoria da UFRJ e ficaram sabendo que o órgão só se prestaria para a defesa dos interesses da universidade e do reitor, segundo Edionne. "As moções nos fortalecem comunitariamente", resumiu. Edionne sugeriu ainda, em outro momento da reunião, que fosse formada uma comissão dentro da Congregação para trazer fatos para a direção tomar as providências. "Eu não vou fazer investigações. Minha função é apoiar pessoas que formem uma comissão (para investigar o episódio)", afirmou.

Diante da postura da diretora, muitos representantes insistiram que não caberia ao colegiado esse tipo de investigação. Segundo o professor Luiz Alberto, "este é um fato a ser tratado pela PF e pelo Ministério Público". Outros alegaram que os integrantes da Congregação já carregam muitas responsabilidades acadêmicas e não poderiam arcar com uma investigação policial. Gumercinda Gonda, a Cinda, disse ter procurado a assessoria jurídica da Adufrj-SSind, que a aconselhou a formalizar uma queixa-crime. Segundo ela, todos os professores que receberam a carta pessoalmente poderão ser entrevistados pela assessoria jurídica, que os auxiliará neste processo. Após a pressão da maioria, foi aprovada mais uma moção de repúdio pelo colegiado e decidiu-se que o assunto, mais todas as moções lidas, serão remetidos para a reitoria, com a expectativa da investigação policial.

Resenha

Embrapa em crise

Centro de excelência mundial em pesquisas agrícolas, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) completa 30 anos em crise. O ajuste fiscal recorde do governo fez com que, nos primeiros cinco meses deste ano, a instituição recebesse só 50% da verba prevista para o custeio (Folha de S. Paulo, 29/06).

Projeto revê cotas

A governadora Rosinha Matheus decidiu encaminhar à Assembléia Legislativa um projeto de lei que revê o ingresso nas universidade, por meio das cotas. A principal mudança é que terão direito à reserva de vagas apenas alunos carentes (45% do total) - negros ou não (O Globo, 28/06).

Servidores estaduais perdem mais

Os servidores federais são os mais mobilizados contra a reforma da Previdência, mas os funcionários do serviço público estadual e municipal podem ser os primeiros a sofrer com as novas regras. Quatorze estados e a maior parte das prefeituras do país devem aumentar a alíquota de contribuição previdenciária para se adequar à PEC nº 40/2003. A proposta do governo estabelece que a alíquota em todas as instâncias estaduais e municipais não pode ser inferior aos 11% cobrados aos servidores federais. E os governadores com força nos estados ainda poderão aumentar esta alíquota (Gazeta Mercantil, 3/07).

Governo quer rever Lei de Inovação

O secretário de Desenvolvimento Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia, Francelino Grando, disse, em evento no Rio de Janeiro, que o governo vai rever o projeto de Lei de Inovação (rejeitado pelo Andes - Sindicato Nacional pelo seu caráter privatizante) até setembro. Francelino quer abrir o debate sobre a nova legislação com a comunidade científica (Folha Dirigida, 3/07).

Sindicatos e fundos de pensão

O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, assinou a portaria, de acordo com a Folha de S. Paulo (2/07), que autoriza a criação de fundos de pensão vinculados a sindicatos, cooperativas ou associações de classe. Os novos fundos fazem parte da estratégia do governo de aumentar o número de planos de previdência complementar no país. A iniciativa conta com o apoio de setores da CUT interessados em administrar os recursos dos trabalhadores e que não vêem os prejuízos que serão causados a toda sociedade brasileira.

Opinião

A ALCA e a política externa do governo Lula

Osvaldo Coggiola*

A 20 de junho passado, durante sua curta visita aos EUA, o presidente Lula assinou um comunicado junto ao imperial presidente dos EUA, George Bush Jr., assumindo o compromisso de "cooperar para a conclusão bem-sucedida" da implantação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) dentro do prazo previsto (janeiro de 2005). Uma semana antes, a 13 de junho, 14 ministros latino-americanos, reunidos em Maryland, em um encontro organizado pelo representante de comércio dos EUA, Bob Zoellick, se comprometeram informalmente em destravar as negociações da ALCA. A ALCA, cujo processo se iniciou em 1994, tenta criar uma zona de livre comércio desde Alaska até a Terra do Fogo, com a participação de 34 países, com um potencial de 800 milhões de consumidores. Até agora há grandes temas sem solução, como a agricultura, devido à política de subsídios agrícolas praticada pelos EUA. O Brasil, que compartilha a presidência do processo negociador com os EUA, avançara precisamente a idéia de uma ALCA reduzida, embora o chanceler Celso Amorim aclarasse que não se tratava de uma "ALCA *light*". Formalmente, ainda, não está nada decidido, e será necessário esperar a reunião de ministros a ser celebrada em Miami, no mês de novembro próximo. Ao encontro de 13 de junho assistiram delegados de Brasil, Canadá, México, El Salvador, Costa Rica, Jamaica, Trinidad-Tobago, Colômbia, Peru, Chile, Argentina, Panamá, República Dominicana e Uruguai, além dos EUA.

Segundo os EUA, no entanto, antes de novembro haverá outras reuniões "informais", que serão postas agora diante do fato consumado do acordo Lula-Bush, depois dos EUA terem praticamente abandonado a perspectiva de iniciar a ALCA em 2005. Seu propósito era alcançar um tratado em forais de 2005, para que durante 2006 os 34 parlamentos dos 34 países aprovassem o documento para estabelecer a zona de livre comércio. Desde que nascera a idéia da ALCA, o principal obstáculo foi a negativa dos EUA de incluir nas negociações os subsídios agrícolas e a abertura de seu mercado aos produtos da região: "Não podemos abrir nosso mercado agropecuário enquanto os EUA mantenham esse nível de subsídios", disse o vice-presidente peruano, Raúl Diez Canseco, antes de ir a Maryland. Os países latino-americanos insistiram na inclusão do tema agrícola na ALCA, não só dos bens e serviços, como pretende Washington.

Por ocasião do "II Encontro Nacional contra a ALCA", realizado em La Paz de 6 a 7 de junho, com mais de 3.000 pessoas, o vice-ministro boliviano de Indústria e Comércio comentou: "Protestam contra a ALCA sem sequer saber o que é". Um camponês respondeu: "É muito possível que muitos de nós não saibamos no detalhe tudo sobre a ALCA, mas temos bom olfato e sabemos que cheira mal, muito mal". O Secretário de Estado do governo de Bush, Colin Powell, disse, literalmente: "Nosso objetivo com a ALCA é o de garantir para as multinacionais norte-americanas o controle de todo o território desde o Pólo Ártico até a Antártica, com livre acesso e sem obstáculos para nossos produtos, serviços, tecnologia e capitais, em todo o hemisfério". Esse "domínio territorial" abarca a totalidade dos bens econômicos da região, como recursos hídricos e mineralógicos, gás, biodiversidade, etc: um projeto neocolonial. A ALCA não é um projeto de integração, mas de anexação e subordinação ao capital financeiro transnacional. Sem nenhuma compensação para os países mais fracos, não busca a adequação e integração entre economias tão diferenciadas como a dos EUA e América Latina que, em níveis tão assimétricos, não podem relacionar-se de modo minimamente eqüitativo. Os EUA declararam que preferem um acordo regional, ou seja, a ALCA, em vez de tratados bilaterais: além do Tratado de Livre Comércio (TLC) com México e Canadá, Washington firmou um acordo bilateral com Chile depois de 10 anos de negociações, e agora está negociando outro convênio com cinco países da América Central, mas insiste na ALCA. Em relação à ALCA, Venezuela expressou abertamente suas objeções, considerando-a como parte de uma tentativa hegemônica dos EUA.

A ALCA é um tratado de desregulamentação e flexibilização comercial e financeira entre a maior potencia econômica, financeira, cultural, mediática, científica, tecnológica e militar, os EUA, e seus vizinhos, para enfrentar a concorrência européia e asiática, visando: 1) Consolidar sua hegemonia político-militar, trasladando os mecanismos de controle atingidos durante a guerra fria para uma suposta "guerra contra o narcoterrorismo" ; 2) Controlar as crises e explosões econômico-sociais do continente e evitar migrações "descontroladas" de hispano-americanos para os EUA; 3) Garantir o acesso preferencial dos investidores norte-americanos aos recursos estratégicos do hemisfério, especialmente na região andino-amazônica (petróleo, gás, minerais e madeiras) e também aos recursos básicos (biodiversidade genética, água, oxigênio) transformados em mercadoria; 4) Monopolizar os mega-projetos estratégicos de integração do continente, como a grande rede intermodal de transporte, o sistema de tele-comunicações por satélite e cabo, e a produção de energia.

Para a região andino-amazônica, a ALCA pretende desenvolver os seguintes objetivos específicos: a) O canal alternativo ao de Panamá no Chocó colombiano (Atrato-Truandó); b) A rede fluvial sul-americana (SARS-IFSA) que uniria o rio Orinoco com os rios Negro, Amazonas, Madeira, Mamoré-Guaporé, Paraguai, Tietê, Paraná e o Rio da Prata; permitindo o transporte fluvial desde Venezuela até Buenos Aires; c) A comunicação a partir do delta do Amazonas como Oceano Pacífico, através do rio Putumayo, atravessando os Andes pelo seu ponto mais estreito e baixo para chegar por autoestradas ao porto de Tumaco (Narifo) em Colômbia, e até San Lorenzo (Esmeraldas) no Equador; d) O domínio da zona chamada "das cinco fronteiras": (Colômbia, Equador, Peru, Brasil e Venezuela) onde se encontra um gigantesco lençol de petróleo compartilhado, na atualidade explorado por esses países, e enviado por dutos transandinos aos portos de Tumaco e Esmeralda; e) A "estrada marginal da selva" que desde Peru chegue até o Surinam; f) O controle da região onde nascem os grandes rios originam a reserva de água doce mais importante do planeta, no Grande Amazonas: os rios Caquetá, Putumayo, Apaporis e Vaupés na Colômbia, Napo em Equador, e Marañón e Ucayalli no Peru.

O sociólogo francês Alain Touraine, por sua vez, declarou que o Mercosul, bloco integrado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, tendo como associados Chile e Bolívia, "terminou", em virtude da "inevitabilidade" da ALCA. No entanto, "o Mercosul se revitalizou", concluíram os jornais depois da viagem do presidente argentino Kirchner ao Brasil, a inícios de junho. Mas só uma semana depois, quando da cúpula de presidentes do Mercosul, em Assunção, comentou-se: "Mais uma vez as ambições não chegaram ao papel. A cúpula do Mercosul fechou com uma declaração de 24 pontos e um anexo, que não reproduzem nem de perto os objetivos insinuados pelos presidentes Kirchner e Lula em seu projeto comum de relançar o bloco regional" (Clarín, 19/6). Os grandes temas passaram para 2006, incluída a "moeda comum". Lavagna, Ministro da Fazenda de Kirchner, veio com a política de travar as importações argentinas do Brasil, com base na reclamação da Unión Industrial Argentina. Também fez agua a integração do Mercosul via empreendimentos de infraestrutura. Lula, que tinha oferecido a Kirchner o financiamento de obras bilaterais através do BNDES, informou que, por primeira vez, o banco estatal teve, nos primeiros três meses deste ano, um forte "déficit operativo" de 1,059 bilhões de reais (quase 400 bilhões de dólares) devido a que grandes empresas não estão honrando seus compromissos: os empréstimos morosos do banco cresceram do 1% até os 4,5%. O que o BNDES re-financiaria é a reciclagem dos antigos engenhos de açúcar do Nordeste, enfrentando os produtores argentinos.

A crise internacional não abre nenhuma fenda para o Mercosul: o Comissário de Comércio da UE, Pascal Lamy, advertiu que não se cogita considerar a eliminação ou redução dos entraves europeus às exportações latino-americanas. A União Européia decidiu adiar o tratamento da reforma dos subsídios à agricultura, por divergências internas e com os EUA, não tem nada que propor, então, ao Mercosul. A proposta de Lamy foi de "avançar em outros pontos, como bens industriais, serviços e investimentos" (O Estado de S. Paulo, 21/6). Com a ALCA, a situação é semelhante. O negociador da Casa Branca, Peter Allgeier, se recusa a aliviar os entraves para o ingresso de produtos latinoamericanos nos EUA, mas insiste na criação de normas que protejam as inversões de empresas dos EUA na região. É com essa condição que se vinculam os acordos políticos mais recentes dos governos sul-americanos, expostos a seguir.

Pouco antes do acordo Lula-Bush (ou Bush-Lula), a cúpula de presidentes latino-americanos (Grupo Rio), reunida em Cuzco, solicitou a intervenção das Nações Unidas no conflito da Colômbia. O "Consenso de Cuzco" reclama que a ONU chame as FARC a desarmar-se e iniciar negociações de paz, pois, se não o fizer, "se buscariam outras alternativas". Segundo o presidente Uribe, "a mediação da ONU constitui a última oportunidade para a paz e, se rejeitada pela guerrilha, ela deverá ser `derrotada militarmente com apoio internacional"'. Esta colocação leva a assinatura de Lula, Lucio Gutiérrez, Lagos e o representante de Kirchner, mas foi criticada por Chávez. No mesmo dia, os chanceleres do G-8, reunidos na França, respaldaram em forma incondicional "a ação

Opinião

do presidente Uribe e do governo colombiano em favor do fortalecimento da autoridade do Estado" e sublinharam seu "apoio sem reservas à política de firmeza diante dos grupos armados ilegais". Condolezza Rice, secretária de Segurança Nacional dos EUA, disse que "os EUA são contrários a negociações com os terroristas (colombianos)". Se está preparando uma intervenção militar na Colômbia. No XIV Encontro da Comunidade Andina de Nações (CAN), na Colômbia (Lula foi convidado a participar) o presidente colombiano, Álvaro Uribe, afirmou que "para enfrentar e derrotar o narcotráfico e os grupos insurgentes armados se requer a ajuda dos países vizinhos". Um dia depois, segundo La Nación (15/6) "o governo de Kirchner (disse que) pretende atuar em sintonia com Brasília, onde emergiram sinais em favor de uma resposta positiva ao pedido de Uribe" (grifo nosso). É claro que o objetivo não é o "narco-terrorismo", mas a situação estratégica fundamental de Colômbia, como "esquina" entre os mares Caribe e Pacífico, e como ponte para a Amazônia, os Andes e a Venezuela.

Na Argentina, os Estados Maiores das Forças Armadas esperam a confirmação oficial do Congresso Nacional do pedido de "imunidade" para a entrada dos efetivos militares norte-americanos, para os exercícios Aguila III, que se realizarão entre a última semana de outubro e a primeira de novembro, no que foi descrito como "manobras de combate, no maior exercício já realizado na América Latina, incluindo sete países (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e os EUA), que durará 14 dias, com 70 vôos por jornada". Sob o governo De Ia Rua, o Poder Executivo já autorizara o ingresso de tropas especiais dos EUA em operações de "um suposto campo de batalha composto por civis, organizações não governamentais e agressores potenciais", segundo denúncia dos deputados Das Neves, Gustavo Cordesa, Alfredo Bravo, Alfredo Villalba, Marcela Nordenave, Ramon Torres Molina e Alicia Castro. As operações precederiam a instalação de bases norteamericanas na Patagônia, no "Plano Escudo Antimísseis" dos EUA em troca da dívida externa.

Com o acordo Brasil-EUA para a implantação, nos prazos previstos, da ALCA, abre-se a porta para um vasto plano de colonização econômica, política e militar da América Latina pelos EUA. Razão mais do que suficiente para exigirmos, com mais força do que nunca, a retirada do Brasil das negociações da ALCA, e a realização de um plebiscito oficial sobre a adesão do país ao "Tratado de Livre Ocupação da América Latina".

---

* Diretor do Andes-SN

Previdência

Estudantes promovem debate sobre reforma previdenciária

O que os estudantes têm a ver com a greve dos servidores e com a reforma da Previdência? Esta e outras perguntas foram respondidas no debate promovido pelos Centros Acadêmicos da Belas Artes e da Arquitetura, no debate realizado pelas entidades na última quinta-feira, dia 3, no Auditório Arquimedes Memória, no prédio da reitoria. Convidado pelos estudantes, o diretor da Adufrj-SSind José Sanglard explicou para os alunos os efeitos da reforma para a universidade, seus cursos e para o futuro do serviço público no país. Sanglard fez questão de lembrar que não é especialista no tema Previdência, mas vem participando há algum tempo do Grupo de Trabalho da Adufrj-SSind sobre Seguridade Social e mais recentemente do GT sobre o mesmo tema formado pela entidade dos professores, mais Sintufrj, DCE e APG.

Para começar a esclarecer a importância do debate sobre a reforma entre os estudantes, o professor lembrou que somente a ameaça da aprovação da proposta de emenda 40/03 (reforma da previdência do governo) já tem significado a perda de um grande contingente de docentes e técnico-administrativos que procuram se aposentar antes da reforma. Sanglard comentou que a reforma da previdência tem a ver com o modelo de Estado que se quer adotar para o Brasil.

Segundo o professor, a intenção do governo Lula é mesmo enxugar ao máximo a máquina estatal do país, repetindo a fórmula adotada pelos governos neoliberais e acabando com os serviços públicos essenciais como educação, saúde e, agora, a previdência, transferindo-os para a esfera do mercado. Com a reforma da previdência, ressaltou o professor, o governo pretende transferir para a gerência dos bancos e dos fundos de pensão por categoria um dos patrimônios dos trabalhadores que são os recursos previdenciários.

O desmonte do Estado foi ilustrado por Sanglard com a informação de que no início dos anos 90, o total de funcionários públicos das três esferas, estadual, municipal e federal, era de aproximadamente 0,6% da população do país. Hoje, este contingente de servidores caiu para 0,27% da população.

Manuella Soares

JOSÉ SANGLARD E DANIEL SOUZA NO DEBATE ORGANIZADO PELOS CENTROS ACADÊMICOS

Discurso do déficit já não é mais utilizado

José Sanglard lembrou aos estudantes que a falácia de que a previdência social no país é deficitária já foi claramente desmontada pelos movimentos sociais e que o governo já não tem usado este discurso na imprensa. Em inúmeras matérias e artigos, os jornais sindicais e de categorias do serviço público, como a Associação dos Auditores Fiscais, já foi demonstrado que os recursos da previdência fazem parte de um só orçamento: o da Seguridade Social. E este é superavitário. Dados de 2002 demonstram que houve uma sobra de mais de R$ 30 bilhões de receita da Seguridade e que este montante é desvinculado pela União para o pagamento das dívidas públicas, contraídas pelo governo com os organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Interamericano etc), gerando o tal déficit nas contas da Previdência. O expediente utilizado para esta desvinculação de contas, explicou o professor, é a DRU – Desvinculação das Receitas da União.

A defesa do movimento

Sanglard explicou aos alunos que a greve dos servidores públicos é um instrumento pela retirada da PEC 40 do Congresso Nacional. "Esta greve não é por salário, mas por uma questão política de defesa da Seguridade Social e da Previdência Pública", explicou. O professor comentou, ainda, que o apoio dos estudantes era fundamental para o sucesso da greve que está sendo feita para que, entre outras conseqüências, a universidade não venha a perder seus quadros e que não sejam inviabilizadas as suas atividades.

Governo rompe acordos com movimentos

O estudante Daniel Souza lembrou que o governo Lula se comprometeu em não quebrar acordos e que, portanto, estava mantendo os acordos estabelecidos pelo governo Fernando Henrique com o FMI, no ano passado. Daniel, que se declarou petista, disse que o partido, no seu último Congresso antes da eleição presidencial não havia aprovado a manutenção dos acordos com o organismo internacional, mas, sim, uma renegociação das dívidas. E são exatamente estas dívidas que consomem os recursos do orçamento para as políticas sociais. "O governo não rompe acordos com o FMI, mas rompe o acordo estabelecido com os servidores na última greve, em 2001", comentou o estudante, lembrando que o governo FHC acordou um reajuste de 4% para o funcionalismo em 2002 e que o governo Lula anunciou 1% de reajuste, que ainda nem foi aprovado pelo Congresso.

Daniel também fez questão de lembrar que a greve de 2001 foi também um movimento que derrotou uma eventual candidatura do ex-ministro tucano Paulo Renato e pôs em evidência a candidatura petista. Para o estudante, o governo Lula estaria se voltando contra uma categoria que foi fundamental para sua chegada no Palácio do Planalto.

Andes-SN

Conad de Vitória indica greve para todos os setores

Conselho do Andes-SN recomenda participação de docentes das públicas e particulares no movimento contra a Reforma

O 46º Congresso Nacional do Andes-SN teve como principais resoluções a indicação da deflagração da greve nacional contra a Reforma da Previdência para as universidades federais, estaduais e particulares. Todas as Seções Sindicais estarão realizando assembléias gerais para decidir sobre a adesão ao indicativo de greve por tempo indeterminado, a partir desta terça-feira, 8 de julho.

Na discussão do tema, na Plenária que atualizou o Plano de Lutas do movimento docente, alguns representantes de seções sindicais, como as estaduais do Rio e de São Paulo, comentaram algumas dificuldades de mobilização. O maior problema seria o fato de que a Reforma da Previdência, tal como é veiculada pelo governo e pela mídia, aparente atingir apenas os servidores federais. A avaliação de muitos delegados e observadores é que, com o tempo, os funcionários estaduais e municipais compreenderão que a reforma atinge a todos, inclusive o setor privado.

Ricardo Borges/Andes-SN

PROFESSORES FAZEM MANIFESTAÇÃO EM FRENTE À PORTARIA PRINCIPAL DA UFES

Para que a greve conquiste a população, o Conad aprovou que as seções sindicais devem intensificar as atividades de mobilização dentro e fora das universidades. Atividades como seminários, aulas públicas e eventos do tipo *Universidade na Praça* foram recomendados. Sensibilizar os parlamentares e pressionar o Executivo e o Judiciário pela rejeição da PEC 40 e pela defesa da Previdência Social Pública também foram aprovados com um dos eixos de luta. O material produzido pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) *Reforma da Previdência – esta conta não é nossa* e a campanha *Estamos de Olho – o nosso futuro depende de seu voto* (que espalhou cartazes com as fotos dos deputados que votaram a favor da reforma na Comissão de Constituição e Justiça) foram recomendados como referência para a sua utilização pelo movimento.

Representante da CUT é vaiado na abertura do evento

Convidado para a abertura do 46º Conselho do Andes-SN, o presidente da CUT do Espirito Santo, José Carlos Pigatti, teve sua intervenção bastante criticada pelos professores presentes. Pigatti assumiu a posição da Central de apoio às reformas do governo Lula. Na sua exposição, o dirigente cutista afirmou que é preciso combater os "privilégios" e que a reforma da previdência precisa ser melhorada e com a ampliação de direitos. O dirigente sindical disse, ainda, que o governo federal é um "aliado" e que o movimento sindical não deve fazer palanque para a direita destruir "o nosso projeto". Pigatti foi muito vaiado e acusado por presentes de representar o setor pelego da Central que vislumbra na reforma a oportunidade de a CUT se transformar numa grande gerenciadora dos recursos dos trabalhadores, depositados em fundos de pensão fechados.

Ao comentar as posições do colega da CUT/ES, o presidente do Andes-SN, Luiz Lucas, relembrou a posição do Sindicato dos Docentes de não apoiar nenhuma candidatura nas eleições do ano passado. Lucas também reafirmou a posição da entidade logo após a vitória do presidente petista nas eleições gerais. O Andes-SN manteve-se autônomo em relação ao governo desde antes da posse do presidente Lula. "Tínhamos muita apreensão e muito medo", lembrou, referindo-se às análises do movimento docente, nas quais a política econômica do ministro Antônio Palocci repetiam a receita de seu sucessor e reafirmava os acordos do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, feitos ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Lucas também criticou alguns representantes sindicais que estariam interessados em administrar os fundos de pensão, advindos da aprovação da reforma previdenciária.

Presidente do Andes-SN desmente notícia sobre criação de central de servidores

Lucas aproveitou a abertura do Conad para desmentir de público a matéria veiculada pelo Jornal Correio Braziliense publicada em meados de junho. Na matéria, o jornal publicou declarações do presidente da entidade dos docentes sugerindo que ele seria um dos articuladores de uma nova central de trabalhadores do setor publico. Lucas esclareceu que nem ele nem nenhum outro diretor do Andes-SN fez parte de movimentos para a criação de uma nova central em oposição à CUT. Lucas disse que a participação do Andes-SN em uma central apenas de servidores seria uma contradição em relação aos princípios do próprio Sindicato que representa os docentes das instituições públicas e, também, das particulares.

A mesa de abertura do 46º Conad foi formada também pelos professores Celi Taffarel, secretária-geral do Andes-SN; José Vitório Zago, 1º tesoureiro da entidade, Elisabeth Orleti, 1ª vice-presidente da Regional Leste; Marlene de Fátima Cararo Pires, presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo; e por Janine Vieira Texeira, coordenadora-geral do Sintufes; Gustavo Badaró, representante do movimento estudantil; Agnaldo Fernandes, membro da Executiva Nacional da CUT, José Carlos Pigatti, presidente da CUT; Maria Clara da Silva, coordenadora do Movimento Nacional de Luta pela Moradia do Espírito Santo; e pela deputada Federal Iriny Lopes (PT-ES).

Andes-SN

Plenária debate estratégias de construção da greve em julho

Representantes das Seções Sindicais querem a retirada da PEC 40 do Congresso Nacional e, para isso, farão greve a partir desta semana

Não houve discordâncias entre os que se manifestaram na Plenária Inicial do 46º Conad sobre o fato de que a greve nacional dos servidores públicos a partir do dia 8 de julho é a única forma de impedir a Reforma da Previdência (Proposta de Emenda Constitucional nº 40/03) encampada pelo governo Lula. Nas defesas das teses apresentadas no Caderno de Textos do evento e nas análises feitas pelos professores, foram sugeridas várias formas de atuação do movimento docente para a vitória do movimento grevista. A principal delas será esclarecer que a Reforma da Previdência encaminhada pelo governo federal não atinge somente o funcionalismo, mas todos os trabalhadores. Para o presidente do Andes-SN, Luiz Lucas, que apresentou o texto da diretoria do Sindicato, as categorias têm com a greve a possibilidade de repetir a vitória contra o Projeto de Emprego Público, que foi barrado pelos movimentos, em 2001. A retirada do Projeto de Lei 9/99 pelo governo, no início do ano, quando os servidores ameaçaram com uma greve contra o projeto dos fundos de pensão, também foi lembrada por Lucas.

Em sua avaliação, Lucas mencionou o impressionante volume de recursos que está em jogo na reforma previdenciária, em andamento também em vários países da Europa. De acordo com o professor, os recursos previstos para o chamado mercado de educação, cujos "serviços" a Organização Mundial do Comércio vem tentado regulamentar, estão na ordem de 90 bilhões de dólares. O chamado mercado da Previdência Social pode, segundo Lucas, movimentar recursos que variam de 40 a 60 trilhões de dólares. Na análise da diretoria do Andes-SN, a Reforma da Previdência, além de retirar direitos e privatizar o setor, endividará ainda mais o país, num movimento de aumento da dependência externa e de agravamento das crises sociais. Para Lucas, as reformas encaminhadas pelo governo federal são, na verdade, "um movimento que tem muito a

Manuella Soares

LUIZ CARLOS LUCAS

ver com a constituição de um novo ciclo imperialista e que coloca para os países da periferia questões referentes inclusive à perda da capacidade de soberania dos países, enquanto Estados nacionais".

Alca no centro da greve

O professor da Seção Sindical dos Docentes da UnB Rodrigo Dantas apresentou sua tese publicada no Caderno de Textos defendendo que a greve dos servidores não esteja centrada apenas na Reforma da Previdência. Para o professor, o movimento docente deve buscar a unidade dos movimentos de esquerda que já estão descontentes com os rumos adotados pelo governo Lula para as políticas econômica e social. Rodrigo propôs que a reivindicação pela realização do Plebiscito Oficial da Alca seja uma das bandeiras de greve, junto do movimento contra a PEC 40 (Reforma da Previdência). A dívida externa também foi lembrada pelo professor que sugeriu que o movimento inclua as bandeiras do não pagamento da dívida e do rompimento do governo petista com o Fundo Monetário Internacional como outras reivindicações desta greve.

Aumentar a participação da comunidade

A plenária registrou mais de vinte inscrições e todos foram unânimes na idéia de que a greve é o melhor instrumento que os servidores têm para barrar a privatização da previdência pública e de garantir os sistemas públicos de Educação e da Seguridade. Muitos defenderam que é preciso um trabalho maior do movimento junto à comunidade acadêmica. Alguns analisaram que existe uma prédisposição do conjunto dos professores nas universidades para a greve, mas que muitos ainda não se dispuseram a participar, de fato, das assembléias e das atividades organizadas pelas entidades. Foi observada a necessidade de o Andes-SN e as SSind buscarem ampliar o diálogo com a sociedade sobre os motivos da greve, explicitando, principalmente que se trata de um movimento de defesa do serviço público e não de 'privilégios' ou de corporativismo, como tenta mostrar a imprensa tradicional e o próprio governo. O fato de que a reforma atinge também os trabalhadores do setor privado foi ressaltado.

Manifesto

Foi sugerido ainda nesta plenária de conjuntura que, ao deflagrar a greve, o movimento apresente à sociedade um manifesto explicitando o caráter político do movimento, suas reivindicações e as conseqüências da reforma para a sociedade. Em que a reforma da previdência atinge as universidades, a perda de quadros que irão se aposentar para fugir da reforma e outros efeitos foram lembrados como questões a serem trabalhadas durante a greve. Foram citados os manifestos dos intelectuais (publicado pela seção sindical dos docentes da USP), dos economistas e dos 30 parlamentares petistas como exemplos de posicionamento contra as políticas do governo federal.

Política do MEC

Nas análises, foi comentada a necessidade de o movimento questionar as políticas do Ministério da Educação para as universidades e as suas vinculações com a reforma do governo. A diretora do Andes-SN, Vera Jacob, lembrou as propostas de avaliação do ministro Cristovam Buarque para os professores das licenciaturas. Segundo Vera, o MEC afirma que pretende acabar com o Provão, mas propõe sistemas de avaliação baseados nos mesmos métodos para os professores. "Eles querem avaliar também os professores doutores, de cinco em cinco anos", relatou. O secretário geral do Sindicato, José Domingues, também deu ênfase a críticas às políticas educacionais do governo. Segundo Domingues, que tem acompanhado as mesas de negociação com o ministério, o governo pretende abrir novas vagas nas universidades para estudantes utilizando o expediente do chamado ensino à distância. "A proposta é de 250 mil novas vagas para a Educação à Distância", alerta.

Conjuntura internacional

O 2º vice-presidente do Sindicato e professor da USP, Osvaldo Coggiola comentou, em sua análise, que a situação mundial se caracteriza por uma aparente hegemonia imperialista dos Estados Unidos que, vencedores da guerra contra o Iraque, dizem que não pagarão a dívida externa do país dominado. "Nisso, o Brasil deveria imitar os Estados Unidos, também não pagamos a dívida externa", ironizou. Para o professor, a situação não é tão favorável como parece para o governo americano e está sendo criada, em todo o mundo, uma rede de resistência às medidas imperialista, principalmente, após a recente guerra no Golfo e a ocupação do Afeganistão. Sobre a conjuntura nacional, Coggiola lembrou a votação da emenda que abre caminhos para a independência do Banco Central, com 441 votos a favor. O professor ressaltou que apesar da bancada petista votar com o governo Lula, 56 deputados petistas declararam ser contra a independência do BC. Na visão do professor, este seria um dos sinais de que há esperança de que os movimentos sociais poderão barrar as investidas privatizantes do governo federal.

O 1º Tesoureiro do Sindicato, José Zago, afirmou que o governo Lula está fazendo um dos maiores ataques aos direitos adquiridos dos trabalhadores. Zago lembrou que antes do golpe de 1964, os trabalhadores da iniciativa privada também tinham estabilidade no emprego, conquistada após dez anos de trabalho na mesma instituição. O governo militar acabou com a estabilidade dos trabalhadores celetistas criando o Fundo de Garantida por Tempo de Serviço. "O FGTS não foi uma conquista dos trabalhadores, como dizem algumas lideranças sindicais atuais. Na verdade, foi fruto de uma derrota. E a derrota pode ser maior ainda, pois na Reforma Trabalhista, que vem logo a seguir (após a reforma da previdência), pode ser que este instituto também seja oferecido na bandeja da submissão do nosso país às diretrizes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial", criticou.

Andes-SN

Criticas à direção da CUT

Paulo Machado, da Seção Sindical da Federal de Santa Catarina (Apufsc-SSind), relatou sua participação no Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina. Segundo o professor, no Concut-SC foi aberto um espaço só para a discussão da Reforma da Previdência. "Houve uma parada no Congresso de duas horas para discutir a Reforma da Previdência. A própria mesa, majoritariamente ligada à direção da CUT (Articulação Nacional) concordou com isso e viu a importância da discussão", relatou. Segundo Paulo Machado, o Concut-SC aprovou a rejeição da proposta do governo e ainda foi votado um indicativo de greve geral contra a reforma da Previdência.

O professor questionou o fato de, no Congresso Nacional da Central, as posições contrárias à reforma terem sido abafadas e o resultado ter sido favorável às teses da direção nacional da Central que defende a proposta do governo, ainda que com algumas emendas. Paulo Machado sugeriu como uma das formas de pressionar a CUT para o apoio ao movimento dos servidores, a suspensão do pagamento das contribuições das entidades de base, sindicatos, confederações etc à Central. "Podemos fazer com que este dinheiro seja colocado num fundo de mobilização que vai ser necessário para a nossa greve".

Outro representante da Apusfc, Paulo Rizzo, manifestou preocupação com o fato de a CUT negociar a reforma em nome dos servidores. "Uma das grandes possibilidades que podemos ter é fazermos uma greve e, lá no final, fazem (a direção da Central) um acordo e aprovam uma reforma da previdência com algumas mudanças e vão dizer que foi resultado da luta", questionou, lembrando o final da greve de 1998, quando representantes da mesma tendência cutista negociaram a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), em nome do movimento docente, que tinha posição contrária à gratificação produtivista.

'CUTPrevi'

Observador da Seção Sindical da UFRJ, José Miguel Bendrao lembrou que a CUT tem interesse na aprovação da reforma da Previdência já que foi anunciada pelo ex-dirigente cutista João Vaccari a intenção da Central em montar o seu fundo de pensão, a exemplo do que já está sendo feito pela Força Sindical. "Isto é, de fato, um problema muito sério. É mais uma recomendação do Banco Mundial: que a privatização da previdência dá-se também pela entrega da Previdência aos sindicatos", citou, questionando a cooptação dos dirigentes da Central pelo sistema financeiro.

REPRESENTANTES DAS SEÇÕES SINDICAIS VOTAM PELA DEFLAGRAÇÃO DA GREVE

Principais deliberações do 46º Conad

- Deflagração da greve para Instituições Estaduais, Federais e Particulares de Ensino Superior

Conclamar todas as Seções Sindicais (IEES, IFES e IPES) a mobilizarem-se para a deflagração da greve no dia 8 de julho, por tempo indeterminado, pela retirada da PEC 40/03 (Reforma da Previdência).

- Intensificar a preparação da greve – Para isso, o conselho indicou em seu Plano de Lutas Geral que as seções sindicais devem realizar de seminários, encontros, debates, atos e produzir documentos para distribuição à sociedade com o objetivo de desmistificar o chamado 'déficit' da Previdência Social e esclarecer a necessidade de uma Previdência Social Pública, pelo regime de repartição e solidariedade entre as gerações de trabalhadores.

- Unidade e ampliação do movimento grevista – Foi aprovada a luta, no âmbito do movimento dos servidores, pela unidade e ampliação do movimento grevista para os trabalhadores do serviço público das esferas estadual e municipal, e para os trabalhadores do setor privado Foi indicada, ainda, a necessidade de mobilização das secretarias regionais e seções sindicais para a construção de comandos estaduais de greve unificados, de mobilização e de greve, com os servidores das três esferas e trabalhadores do setor privado.

- Sensibilizar os parlamentares e as entidades da sociedade civil organizada – Foi aprovado que o Andes-SN e as seções sindicais realizem pressão sobre o parlamento e sobre os poderes executivo e judiciário: senadores, deputados federais e estaduais, vereadores, governadores e prefeitos, bem como magistrados pela rejeição da PEC 40/03 e em defesa da previdência social Pública. Ações unificadas devem ser desenvolvidas, valendo-se do material da campanha "Estamos de Olho - o nosso futuro depende do seu voto. O seu futuro depende do nosso voto" e do Caderno Especial da CNESF (maio 2003) "Reforma da Previdência - esta conta não é nossa".

- Exigir o apoio da CUT e a sua independência perante o governo – O Conad reafirmou a importância da unidade do movimento sindical e reivindicará das direções da CUT nacional e das CUTs estaduais o apoio ao movimento de greve dos servidores públicos e o respeito às assembléias de base das categorias em luta. O Conad avaliou também que é preciso fortalecer na CUT o pólo de ação política que vise à retomada, pela Central, dos rumos para a independência política frente ao governo e para a organização efetiva da luta dos trabalhadores pelos seus direitos.

- Atualização do Caderno 2 – Proposta do Andes Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira

Conselho atualiza Proposta do Andes-SN para Universidade Brasileira

O Caderno 2 do Andes-SN – Proposta para a Universidade Brasileira é uma referência para o movimento docente no país. No Conad de Vitória, a coordenadora do Grupo de Trabalho de Política Educacional do Sindicato, Vera Jacob, apresentou uma atualização do Caderno – cuja última edição data de 1996 - feita por uma comissão formada por ela e outros integrantes da entidade. De acordo com a professora, foram atualizados dados, índices, legislação e resoluções congressuais do Andes-SN sobre temas relativos à educação, universidade, autonomia, ensino técnico e tecnológico, avaliação, gestão democrática, ciência e tecnologia e outros.

Infelizmente, o teor do caderno não pôde ser apreciado pelos grupos mistos, que trabalharam nas resoluções propostas pelo Caderno de Textos do evento, no sábado (28/6), e o texto foi remetido para discussão na Plenária. Vera Jacob informou aos delegados que o documento tinha sido atualizado com base nas resoluções do Sindicato desde 1997. Vera ressaltou a importância da aprovação da nova edição do documento, que será um instrumento de referência para os embates do movimento com as políticas governamentais que firam os princípios defendidos pelos professores.

Adufrj-SSind

Uma greve de toda a sociedade brasileira

Presidente do Andes-SN comparece à AG da Adufrj-SSind e analisa conjuntura em torno da reforma da Previdência

Uma greve com caráter diferente das anteriores, que reivindicaram reajustes salariais ou protestaram contra o corte de direitos de uma única categoria. Assim o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, de passagem pelo Rio de Janeiro, onde participou da última Assembléia Geral da Adufrj-SSind em 3/07, definiu o movimento que pode paralisar todo o funcionalismo do país a partir deste dia 8 de julho. Segundo Lucas, a reação dos servidores contra a proposta de emenda constitucional nº 40 tem o objetivo de impedir uma reforma "que será nociva para toda a sociedade brasileira". O presidente do Sindicato Nacional fazia referência à corrida às aposentadorias, à diminuição do interesse pela carreira pública pelos quadros qualificados e à possível criação dos fundos de pensão, que investem principalmente em títulos da dívida das nações.

Para Lucas, o "sentimento de indignação" entre os docentes pode ser demonstrado pelos resultados das últimas assembléias das diversas seções sindicais que compõem a base do Andes-SN, com sinais de forte participação na greve unificada. Além disso, o dirigente sindical observou que, no recente 46º Conad do Sindicato Nacional (27 a 29/6), em Vitória, apenas dois delegados votaram de forma contrária ao indicativo de greve do dia 8 de julho. O presidente acredita que, embora exista uma "dificuldade de mobilização", a deflagração do movimento grevista vai favorecer as ações dos movimentos sindicais, pois as pessoas estarão mais dispostas a buscar informações. Quando essa situação se configurar, Lucas observou que será importante pressionar os parlamentares não só em Brasília, mas também em "seus estados de origem".

No entanto, mesmo sem a mobilização ideal, Lucas apontou vitórias importantes dos servidores, como o sucesso da Marcha do dia 11 de junho, em Brasília, com mais de 30 mil manifestantes, que "mudou a correlação de forças no Congresso". "O ato do dia 11 foi decisivo e repercutiu junto ao Congresso, ao governo e na mídia, que não teve como ocultá-lo", comentou. A retirada de pauta da Câmara do Projeto de Lei Complementar nº 9/99, que possibilitava a instituição dos fundos de pensão para o funcionalismo, também pode ser considerada uma vitória, segundo Lucas. Apesar de o PL 9/99 voltar de forma pior e embutido na reforma da Previdência, o presidente ressaltou que o projeto tinha mais chances de ser aprovado naquele momento, quando bastava a votação de alguns destaques. "E conseguimos também impedir a propaganda do governo na TV a favor das reformas", disse, em referência à liminar concedida no Paraná contra a veiculação do discurso do governo.

Kelvin Melo

LUCAS ALERTOU OS PROFESSORES DA UFRJ SOBRE A CONJUNTURA

Uma vitória inesperada

"Recentemente, obtivemos uma vitória que não esperávamos: a comissão especial da Câmara sobre a reforma da Previdência aprovou a realização de audiências públicas nos estados, o que vai atrasar a tramitação da proposta do governo", disse Lucas. Para ele, a decisão desta comissão, por um placar apertado (15 a 14), mostra que a disputa no Congresso não está definida. "Temos o entendimento que o tempo corre a nosso favor", observou.

A série de audiências públicas começa nesta segunda-feira, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. O encontro na capital gaúcha será às 9h30, na Assembléia Legislativa do estado. Neste mesmo dia, às 18h haverá também audiência pública no Mato Grosso do Sul. Os debates serão na Assembléia Legislativa, em Campo Grande. No dia 14, pela manhã, haverá discussão na Assembléia de São Paulo, e à noite, na Assembléia do Rio de Janeiro. Falta definir somente a data da audiência na Bahia.

Estratégia acertada

O presidente do Andes-SN também defendeu a estratégia do movimento docente de rejeitar totalmente a PEC 40, em vez de propor emendas, como sugerem alguns setores - entre eles, a maioria da direção da CUT Nacional. Com a segunda premissa, explicou Lucas, os parlamentares votam a reforma em bloco e somente depois analisam os pontos destacados pelas emendas. "É muito mais difícil a negociação tópico a tópico", afirmou. Além disso, ainda segundo Lucas, a PEC 40 remete regulamentações para leis complementares que ainda não foram divulgadas. "Por exemplo, a regra do reajuste, que acaba com a paridade entre ativos e aposentados. Se não se fizer a legislação ordinária da regulamentação, as aposentadorias ficam simplesmente congeladas (talvez por anos) de qualquer tipo de revisão da remuneração", alertou.

Mais debate

Após o pronunciamento do presidente do Sindicato, outros professores presentes à assembléia também se manifestaram contra a reforma e solicitaram esforço aos demais para mobilizar os colegas. De acordo com o 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, não existe outra alternativa senão "partir para o confronto". "Continua o desmonte do Estado. A reforma tem o objetivo de fazer caixa para o pagamento da dívida externa e abre espaço para os fundos de pensão. E é só olhar para os exemplos do Chile e da Argentina para verificar que esse modelo não deu certo", disse.

Cristina Miranda, do Colégio de Aplicação e 3ª secretária do Andes-SN, destacou a necessidade de mobilização de todas as esferas do funcionalismo (federal, estadual e municipal) e também dos trabalhadores da iniciativa privada contra a reforma da Previdência. Neste sentido, ela destacou que a convocação para o Setor das Federais (que ocorreu em 4/07), foi ampliada para acolher a participação de seções sindicais de instituições estaduais e particulares.

O 1º tesoureiro da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, observou que o nível de mobilização dentro da UFRJ está bastante variado. Algumas Unidades como o CAp estão bem mobilizadas, de outras não há nem informações. Sanglard destacou que o Instituto de Matemática, cujas reuniões sempre apontaram contra a greve, já começou a ficar com opiniões divididas, em seu último encontro, relatado ao Conselho de Representantes da seção sindical na véspera da AG. "Quer dizer, as pessoas estão se tocando que é preciso fazer algo", disse. O dirigente explicou que os professores devem buscar fazer reuniões de Unidades e que a Adufrj-SSind estará representada, sempre que possível.

Salatiel Menezes, do Instituto de Biofísica, relatou estarrecido o nível de desinformação que encontra em conversas com os colegas. "Depois de cinco minutos de esclarecimentos, as pessoas abrem um olho arregalado de preocupação", disse.

Indicação de delegado à Plenária

A Assembléia Geral aprovou os nomes dos professores Salatiel Menezes (como delegado) e Sara Granemann (como observadora) à Plenária dos SPF, que se reuniu no dia 5 de julho, em Brasília.

Próxima AG

A próxima Assembléia Geral da Adufrj-SSind, marcada para este dia 8 de julho, terça-feira, às 9h30, no Auditório do Centro de Tecnologia, na ilha do Fundão (ver chamada de capa), terá como principal ponto de pauta o debate em torno da deflagração da greve dos professores na UFRJ.

Opinião

Assédio moral na Coppe

Jorge Antônio Martins*

Diretoria é impedida pela Justiça de praticar atos que prejudiquem alunos

O assédio moral no trabalho vem sendo tratado por alguns estudiosos do mundo inteiro, com destaque para a França. Para a "vitimologia" – nova abordagem transdisciplinar que congrega contribuições da psicanálise, do direito e da sociologia – o assédio moral no trabalho caracteriza-se por prática contínua de um superior hierárquico, no exercício de suas funções, para prejudicar funcionário, atingindo-lhe a honra objetiva (por tolher-lhe oportunidades concretas de desenvolvimento profissional e causar-lhe danos e perdas materiais) e a honra subjetiva (por prejudicar-lhe sua imagem e a auto-imagem no ambiente de trabalho através de campanha difamatória que lhe causa danos morais). São dois os personagens principais do assédio moral no trabalho: um superior hierárquico e um *workholic*, isto é, funcionário dedicado porque preenche significativamente a existência com conquistas profissionais. Por ser um relacionamento dialético, a colaboração mútua que marca o início da relação entre os dois é estimulante até quando o superior hierárquico percebe-se inseguro exatamente em relação às principais características do *workholic* que interessa explorar: a iniciativa e a motivação. O medo de perder o controle sobre quem pode ser bom colaborador ou forte opositor leva-o a inibir a motivação de seu funcionário, isolando-o.

Conforme ensina a vitimologia, o comportamento do superior hierárquico assume um padrão compulsivo, e a instituição passa a viver a cultura do medo. Por medo de não perder a proteção do chefe e por não querer identificar-se com aquele funcionário que passa a ter sua imagem desprestigiada na instituição, forma-se o pacto entre superior hierárquico e parte do funcionalismo contra o assediado, tratado como exemplo. O assediado, por sua vez, humilhado, também desenvolve medo de reagir à violência que sofre e condena-se à reclusão, ao exílio de si mesmo enquanto funcionário dinâmico, atuante. A vitimologia define que o funcionário assediado é "vítima" que precisa da proteção da corporação, interrompendo o impulso perseguidor do superior e de seu grupo, antes que passe a caracterizar a própria cultura institucional. Tal recomendação baseia-se na constatação de que o assediado sofre grave tortura psicológica, chegando às vezes ao suicídio, e a empresa perde produtividade.

Passo, então, a expor um caso que acontece na COPPE há mais de três anos que considero grave porque os prejuízos já não mais referem-se a um servidor, mas aos alunos e à própria Universidade. Faço isso com o objetivo da comunidade universitária, e em especial de nossa ADUFRJ, amadurecer sobre o tema, debatendo-o democraticamente. Seria oportuno que diferentes opiniões manifestassem-se, podendo-se até ser desdobrada esta contribuição em uma entrevista sobre o tema, que se refere diretamente às condições e à qualidade do ambiente de trabalho para maior produtividade. Aliás, nesse sentido, registro desde já meu agradecimento à SR-4, onde as questões por mim levantadas têm encontrado eco, levando-me a acreditar que a esperança pode vencer o medo.

Pois no último dia nove de junho, talvez ainda comemoravam a Chapa 1 e a Chapa 2 a vitória da primeira para a Direção da COPPE quando um oficial de justiça intimou a diretoria a cumprir o despacho da 11ª Vara Federal de Justiça do Rio de Janeiro. Alunos de mestrado da COPPE questionam improbidade e reclamam o direito de terem a mim como orientador de suas teses e de cursarem minha disciplina, cancelada pelo coordenador do Programa de Engenharia de Transportes (PET) da COPPE. No despacho, a Justiça garante a antecipação dos efeitos de tutela, "*para declarar nulo o ato administrativo que ensejou o cancelamento da disciplina... e determinar que a Coordenação Geral da COPPE/UFRJ**, na pessoa de seus dirigentes, se abstenha de praticar qualquer ato que impeça os autores de cursar normalmente a disciplina, sob a orientação do Professor Jorge Martins**, de acordo com cronograma a ser estabelecido e divulgado em tempo hábil pela COPPE/UFRJ... Após a resposta, **abra-se vista ao Ministério Público Federal para as providências que entender cabíveis*".

Há dois anos, a 18ª Vara Federal já sentenciara também que a Direção da COPPE causara "*dano moral de difícil reparo*" a mim, por ter sido afastado ilegalmente, assim como "*dano material e intelectual aos alunos*", impedidos de cursarem minhas disciplinas.

Na verdade, o assédio que sofro começou em 1999, quando passei a atuar como assistente técnico do Ministério Público do Rio de Janeiro no tema de minha linha de pesquisa. Fui indicado pelo Diretor da COPPE para atuar em um inquérito civil sobre um empreendimento a ser construído em um costão rochoso de Jurujuba, em Niterói. Nesse inquérito civil, atuou pela empresa argüida o então vice-coordenador do PET, coordenador do grupo de pesquisa Planet (que oferece o curso MTB) e meu orientador de mestrado e doutorado, que usou papel timbrado da Universidade em sua empreitada. A licença do empreendimento acabou cassada. A partir daí passei a sofrer assédio moral no âmbito do PET para manifestar-se logo depois pela Direção (até porque o PET conquistou influência na COPPE). O assédio fica explícito, sobretudo, por diversas tentativas de me atingir, dificultando o pleno exercício de minhas funções acadêmicas. Foram quatro as principais tentativas de me atingir nestes últimos três anos.

A primeira tentativa foi no segundo semestre de 2000. O então coordenador do PET (que também integra o Planet) impedira-me fazer vistas a processo que abri para substituição de conceito de aluno. Uma discussão entre nós foi o pretexto para gerar-me a falsa imputação de que teria agredido fisicamente o coordenador e a secretária acadêmica. A representação pedia minha demissão e inquérito disciplinar administrativo sem sindicância foi montado pela Direção da COPPE. Fui afastado ilegalmente por mais de 120 dias. Comprovou-se no inquérito a falsidade da imputação (a própria secretária, suposta agredida, negou a acusação) e a consultoria da Universidade manifestou-se que, se o fato que ensejou o processo era uma discussão entre dois professores, por que a Direção da COPPE livrou o coordenador do inquérito? O Diretor alegou não identificar motivo para tê-lo indiciado. Argüi a suspeição do Diretor da COPPE, solicitando fosse o caso remetido à autoridade superior, mas resolveu, ele mesmo, depois do prazo legal, decidir por não acatar a argüição de suspeição para aplicar a penalidade de advertência somente a mim. Isso depois de ter tentado também colocar-me à disposição da reitoria com base em processo irregular que correu paralelamente e concluiu que eu não me **"adequava à ideolologia da COPPE"**, tendo a decisão sido legitimada em reunião do Conselho de Coordenadores conduzida pelo Vice-diretor. Somente por força de sentença judicial da 18ª Vara Federal a Direção da COPPE foi obrigada a acabar imediatamente com o afastamento ilegal que me impôs.

A segunda tentativa deu-se depois de minha manifestação pública a respeito das eleições para Direção da COPPE em 2001. O Diretor e o Vice-diretor envolveram-me em outra discussão, dessa vez com eles mesmos. Estava presente um vice-reitor, autoridade superior que por ter assistido a cena deveria apurá-la em sindicância se motivo houvesse. Pois restou à própria Direção da COPPE abrir a sindicância que queria. Questionei, então, a legitimidade e a legalidade da sindicância montada já que Diretor e Vice-diretor figuravam como envolvidos, testemunhas, autoridades que instauraram o processo e que também aplicariam a penalidade ao final. Ali, eles só não eram indiciados. E chegou a ficar consignado que o depoimento de um deles, como testemunha, ampliara a própria acusação feita na peça inicial. E mais: estando os dois litigando comigo administrativa e judicialmente encontravam-se, com base nos artigos 18 e 19 da Lei 9.784/99, impedidos de atuar em processo administrativo contra mim. Pois a comissão esperou que eu entrasse de férias para não me solicitar defesa escrita, aplicando-me suspensão por trinta dias. Restou-me somente recorrer à Justiça, cuja decisão ainda se aguarda.

A terceira tentativa deu-se pela Direção da COPPE ao negar-me autorização de viagens em cumprimento de contrato com o BNDES, que coordenei, sem avisar-me, mandando aplicar faltas em período futuro para, somente depois de mais de 30 dias notificar-me em sala de aula da imputação de minha "ausência injustificada" até aquele dia, inclusive, e deixando de reconhecer como cumprida a atividade contratual com o BNDES. Tudo isso foi cancelado pela SR-4, não tendo ainda sido feito o reembolso da subtração indevida de salários, que também estou pedindo na Justiça, assim como reparados os danos material e moral.

Por fim, a quarta tentativa tratou-se da minha remoção para o Programa de Engenharia Civil (PEC), no final de 2002, sem o Colegiado deste ser consultado e pior: a Portaria que justifica a remoção apresenta como motivação uma reunião do Conselho de Coordenadores de dezembro de 2000 que me impusera o afastamento já considerado ilegal pela sentença judicial da 18ª Vara Federal desde 2001. A lei 8.112 é clara: se a remoção é de ofício e não é a pedido do servidor, precisa estar definida a motivação, isto é, o interesse baseado nos princípios da administração pública. Em resposta ao processo aberto também pela SR-4 para que a Direção da COPPE justifique a remoção, o Diretor Acadêmico alega que "*o referido professor não foi removido, no significado técnico da palavra, pelo contrário*" e que aconteceu "*por conveniência da Direção*". Pela informação da Direção, a única coisa que para mim fica claro, é que a Diretoria não consegue justificar a remoção como ato técnica ou juridicamente perfeito até porque não demonstra a contribuição ao serviço público daquele ato e, por isso, encontro-me há mais de oito meses sem exercer plenamente minhas funções "*por conveniência da Direção*".

Pois, baseando-se na remoção, o coor-

Opinião

denador do PET cancelou minha disciplina tendo alunos inscritos. Os alunos recorreram à Direção da COPPE, que nada fez. A SR-4 solicitou à Direção da COPPE "*suspender as medidas adotadas*" pelo coordenador do PET porque manifestou preocupações não somente em relação à desobediência à sentença judicial da 18ª Vara Federal, como para "*evitar possíveis danos aos envolvidos e as atividades acadêmicas da UFRJ*". Como a COPPE não acatou a solicitação da SR-4, os alunos recorreram à Justiça, que agora manda a Direção, "*nas pessoas de seus dirigentes*", parar de prejudicar os alunos. O Ministério Público Federal deverá averiguar a improbidade sugerida no processo.

Certo até agora é que, com base nas decisões judiciais e no próprio entendimento da SR-4, o dano já não atinge somente a mim, mas aos alunos e à instituição.

Entendo o constrangimento político que pode existir para um sub-reitor de pessoal correto e probo ter que viver cancelando atos injustos ou irregulares de dirigentes. Por isso é preciso dar legitimidade e motivação para a autoridade competente tomar as medidas administrativas necessárias. Muito ainda está por ser feito. Primeiramente é preciso dar visibilidade ao que acontece nos porões do autoritarismo na UFRJ. Canais de divulgação devem ser criados, como, por exemplo, seminário sobre assédio moral e espaço nos periódicos e sites na Internet, tanto da ADUFRJ quanto da UFRJ. Talvez fosse importante a ANDES e a ADUFRJ promoverem também o debate sobre o assédio moral no serviço público, pois estaria efetivamente contribuindo para consolidar os direitos do servidor público (principalmente daqueles que ensinam a pensar, a criticar, a mudar a realidade). O Estado do Rio de Janeiro é o primeiro estado no Brasil que aprovou lei contra o assédio moral. Tramita no Congresso Nacional há mais de dois anos um projeto de lei contra o assédio moral que mereceria nossa especial atenção. A constituição de uma comissão de docentes e funcionários para dar início aos trabalhos seria importante. Mas o principal seria instituirmos um Conselho Ouvidor, no qual tomariam assento a Procuradoria da UFRJ, a SR-4, o SINTUFRJ, a ADUFRJ e representação discente para ouvir e formular as queixas, reclamações e sugestões dos servidores da UFRJ diretamente, isto é, sem a interpretação pessoal de dirigentes que agem conforme sua conveniência e ideologia e não têm o menor constrangimento de assumirem isso nos documentos internos porque, creio, apostam na impunidade. E é isso que precisa ser mudado desde já: punição para dirigente que, no exercício da função, gera prejuízos aos servidores, aos alunos e à própria Universidade, que tem responsabilidade objetiva por qualquer dano a terceiros.

Professor Adjunto da UFRJ
jmartinsxxi@hotmail.com

Previdência

Entidades promovem mais um debate sobre a reforma

Mais um debate *O que é a Reforma da Previdência do governo Lula* foi realizado pelo Grupo de Trabalho formado pelas entidades Adufrj-SSind, Sintufrj e DCE. Desta vez, o público foi a comunidade do Centro de Tecnologia. O evento teve a participação dos integrantes do GT de Seguridade Social da Adufrj-SSind, José Miguel Bendrao e Sara Granemann, que falaram para uma maioria de estudantes no Auditório da Decania do CT, na tarde da última quinta-feira, dia 3/6. Vale ressaltar que, nas primeiras divulgações, foi anunciada a participação do professor da Coppe e especialista em fundos de pensão, Benedito Cláudio, no lugar da professora Sara. A idéia do grupo era contar com a participação de um especialista que defendesse a idéia dos fundos em contraposição às críticas à reforma previdenciária, feitas tanto por José Miguel quanto pela professora. Na abertura do debate, foi anunciado que o professor Benedito teve que desmarcar sua participação no evento pois teria sido convocado para uma reunião sobre fundos no Pará.

Manuella Soares

JOSÉ MIGUEL, VERA BARRADAS (SINTUFRJ) E SARA GRANEMANN

Os professores expuseram para vários estudantes os efeitos da reforma da previdência proposta pelo governo Lula. A greve dos servidores foi apontada por ambos como o instrumento dos movimentos para retirar a PEC 40 (Reforma da Previdência) da pauta do Congresso Nacional. Especialistas no tema, os professores José Miguel e Sara demonstraram que esta reforma não amplia direitos, como quer fazer crer o governo e os setores do capital. Os maiores interessados são mesmo os banqueiros ou agentes financeiros que terão na redução das aposentadorias do funcionalismo a possibilidade de lucrarem com as aplicações feitas nos sistemas de previdência complementar ou fundos de pensão.

O debate foi mediado pela representante do Sintufrj, Vera Barradas.

Anote

II Encontro de formação contra a Alca

O Comitê Rio do Fórum Social Mundial convida a todos para o II Encontro de Formação contra a Alca. A meta da organização do evento é conseguir mais mil militantes para a campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (ainda mais agora que o presidente Lula aceitou os prazos de negociação dos EUA). Entre outros nomes, estará presente João Pedro Stédile, um dos líderes do MST. O II Encontro ocorre nos dias 12 e 13 de julho no CEI de Quintino. Mais informações podem ser conseguidas pelo telefone 2240-7693 ou pelo e-mail sec-operativa@uol.com.br. Será solicitada uma contribuição de R$ 2, que poderá ser paga no ato da inscrição.

Adufrj-SSind

A diretoria da Adufrj-SSind torna público o edital que vai convocar as eleições para o próximo biênio (2003-2005) da entidade. Nesta segunda-feira, dia 7 de julho, este documento será publicado no Jornal do Brasil.

EDITAL

ELEIÇÕES PARA DIRETORIA E CONSELHO DE REPRESENTANTES

De acordo com o disposto no Art. 38 do Regimento Geral e no Art. 4º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind, convoco eleições para a Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2003-2005, para os dias 10, 11 e 12 de setembro de 2003.

As chapas candidatas à Diretoria devem ser inscritas junto à secretaria da Adufrj-SSind até 11 de agosto de 2003, de acordo com o disposto no Art. 41 do Regimento Geral e no Art. 12 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

As listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até o dia 01 de setembro de 2003, de acordo com o disposto no Art. 14 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Podem se candidatar a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 13 de maio de 2003, que estejam em pleno gozo de seus direitos , de acordo com o disposto no Art. 40 do Regimento Geral e no Art. 8º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

São eleitores os docentes sindicalizados até 12 de julho de 2003 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regimento Geral e no Art. 2º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Cleusa Santos
Presidente da Adufrj-SSind

UFRJ

Continuação da capa

suas alunas que afirmaram estar decepcionadas com o governo Lula. "Uma delas estava com lágrimas nos olhos", disse. Cleusa também aproveitou a oportunidade para entregar ao ministro Cristovam Buarque um envelope com todas as publicações da Adufrj-SSind relativas à reforma da Previdência, incluindo a carta aberta ao presidente da República e a resposta da assessoria da presidência (divulgadas nos jornais da seção sindical em 5/05 e 16/06, respectivamente).

Pela Associação de Pós-Graduandos da UFRJ, Christian Alejandro destacou a ausência de reajuste nas bolsas de pesquisa há mais de oito anos e entregou uma camiseta que tinha, na estampa, a reivindicação do movimento dos estudantes pela ampliação e aumento das bolsas. Márcio Carvalho de Sá, o "Batata" (coordenador do DCE), observou que a universidade deste país não pode ser mera espectadora deste governo. "Queremos ser protagonistas, assim como também queremos fazer parte das ações da reitoria", disse. Márcio também reivindicou que a reforma previdenciária "tome outros rumos" e solicitou mais apoio para a assistência estudantil.

Aloisio não esconde a emoção

O reitor empossado não escondeu a emoção pelo momento que vivia naquela sala do MEC. Aloisio lembrou a história da sucessão para a reitoria em 1998, quando foi escolhido pela comunidade e teve seu nome vetado pelo ex-ministro Paulo Renato. Disse não considerar como injustiça aquele ato do governo FHC, pois sempre se manifestou contrário às políticas de então. Para ele, foi a UFRJ que sofreu uma "violência".

Kelvin Melo

ALOISIO E CRISTOVAM ASSINAM O TERMO DE POSSE

O novo reitor da UFRJ também frisou que não gosta da reforma previdenciária, assim como está insatisfeito com os rumos da política econômica. Porém, considera uma "revolução cultural" a eleição de Lula. Essa revolução cultural se reproduz, segundo Aloisio, na estrutura de governo que permite, por exemplo, a livre manifestação de representantes da universidade diante de um ministro de Estado, numa cerimônia como aquela.

Aloisio também elogiou a trajetória política do ministro Cristovam Buarque e disse esperar dele o auxílio para uma reforma universitária que contemple as instituições de ensino superior com a tão desejada autonomia, mudanças no mecanismo de financiamento e democratização do acesso, entre outros projetos.

Ministro não fala da reforma previdenciária

Descontraído, o ministro Cristovam Buarque discorreu sobre o que espera fazer e o que espera receber da universidade brasileira, mas não tocou no assunto da reforma da Previdência - tão citada pelos representantes das entidades e pelo próprio Aloisio Teixeira. Cristovam brincou com o reitor sentado ao seu lado. Segundo ele, valeu a pena esperar desde 1998 para ter a assinatura de Lula na portaria de posse.

Cristovam observou ainda que o novo reitor tem dois compromissos e um desafio: um compromisso com o povo brasileiro e outro, com a comunidade da UFRJ. "O desafio é casar o interesse do povo com o da comunidade universitária que o elegeu", afirmou, ressaltando que o dirigente deve dar prioridade à sociedade como um todo.

Revolução universitária

Para Cristovam, os problemas das universidades são tantos que a situação vai exigir mais que uma reforma universitária (como citou Aloisio em seu discurso): "Será necessária uma revolução universitária", comentou. O ministro contou que esteve no recente Congresso da UNE e, no evento estudantil, pediu uma "greve de um dia" para que os alunos pensassem a universidade ideal do futuro. "Vou fazer aqui algo inusitado. Eu, um ministro, vou pedir o apoio do reitor para essa greve de um dia. Construir uma nova civilização passa pela Universidade", completou, sem também citar o possível movimento grevista dos servidores (incluindo os professores e técnico-administrativos) marcado para iniciar-se neste 8 de julho.

Professores da UFRJ prestigiam posse

Na posse em Brasília, marcaram presença todos os decanos e sub-reitores da chapa eleita de Aloisio, além da vice-reitora Sylvia Vargas e alguns diretores de Unidades.

Colegiados

Consuni aprova sub-reitores de Alosio

Reitor promete mini-reforma e anuncia sub-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento

Na manhã da quinta-feira, dia 3/6, um dia depois de sua nomeação no gabinete do ministro Cristovam Buarque, o professor Aloisio Teixeira presidiu a sessão extraordinária do Conselho Universitário que aprovou os nomes por ele indicados para a composição das sub-reitorias. Três dos nomeados já eram dirigentes na administração do professor Carlos Lessa: José Luiz Monteiro (pós-graduação e pesquisa – SR2), Luiz Afonso (pessoal – SR4) e Marco Antônio França (extensão – SR5). Foram apresentados os professores José Meyer para a Sub-reitoria de Graduação (SR1) e Joel Teodósio para a Sub-reitoria de Patrimômio e Finanças (SR3). Todos os nomes foram aprovados por aclamação. Aloisio também apresentou a professora Maria Ângela para continuar à frente da Prefeitura Universitária e o decano do Centro de Letras e Artes, Carlos Tannus, para a direção do Fórum de Ciência e Cultura. Estas indicações dispensam a aprovação do conselho superior.

Aloisio reafirmou seu compromisso em reconhecer o Consuni como instância máxima colegiada da universidade e que as decisões políticas e institucionais serão tomadas por seus integrantes. Sem entrar em detalhes, o novo reitor anunciou que pretende encaminhar uma mini-reforma das estruturas da universidade para a apreciação do colegiado. Aloisio voltou a dizer que a SR3 deverá ser transformada em uma sub-reitoria de "planejamento e desenvolvimento".

Após a apresentação de sua equipe, o novo reitor teceu comentários sobre a autonomia universitária, afirmando que ao longo dos últimos anos o conceito de autonomia foi descaracterizado pelos governos e que "a universidade não deseja ser autônoma para ser corporativa, mas para exercer sua missão social". Uma das principais missão da universidade, segundo o dirigente, é aumentar a oferta de vagas e cursos para a população. Quanto à avaliação, Aloisio disse que os critérios de avaliação da universidade não podem ser produtivistas e que o governo e a sociedade têm que reconhecer as especificidades da universidade pública enquanto instituição. O reitor defendeu mudanças no critério de financiamento das universidades. Aloisio defendeu também uma reestruturação das carreiras docente e dos técnico-administrativos.

Em um ato que caracterizou como o exercício da autonomia, o reitor anunciou que estava nomeando, através de seu gabinete, a vice-reitora eleita, professora Sylvia Vargas, desconsiderando, portanto, a legislação vigente e pautando-se pelo artigo constitucional 207.

Posse no Rio será dia 14

Aloisio anunciou a solenidade festiva de sua posse para o dia 14 de julho. O evento será no prédio da antiga Casa do Estudante Universitário, na Avenida Rui Barbosa, no Flamengo. O reitor espera a presença do ministro Cristovam, entre outras autoridades e personalidades.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 99 • 14 de julho de 2003

Assembléia Geral

16 julho quarta-feira 13:00

Auditório do Centro de Tecnologia

Campus da Ilha do Fundão

Pauta:
1) Informes
2) Avaliação da Greve
3) Fundo de Greve

Reuniões do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind

15/07 (terça-feira), às 15h
16/07 (quarta-feira), às 9h30

Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)

Assembléia dos Estudantes

15/07 (terça-feira) **13h**

Bloco A do CT

Pauta:
1 - Conjuntura;
2 - Mobilização

Comando de Mobilização dos estudantes da UFRJ

Ato contra a privatização da Previdência na posse do reitor Aloisio Teixeira

18/07 (sexta-feira) **15h**

Casa do Estudante da UFRJ

Avenida Rui Barbosa, Botafogo

O evento contará com a presença do ministro Cristovam Buarque

Comando de Mobilização dos estudantes da UFRJ

Guilherme Lessa

NO DIA 8, SERVIDORES FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS FAZEM ATO NA CINELÂNDIA

Começa greve contra a Reforma da Previdência

Em todo o país, cerca de 50% do funcionalismo paralisaram suas atividades. O governo sentiu a reação e anunciou alguns pontos para negociação. Nas universidades, o movimento de professores e técnico-administrativos se fortalece. No dia 8, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind aprovou a deflagração da greve por tempo indeterminado. No dia 10, após uma paralisação de 72 horas, os técnico-adminstrativos aprovam em assembléia do Sintufrj parar também por tempo indeterminado.

O Comando Local de Greve (provisório) dos docentes se reuniu nos dias 9 e 11, na sede da seção sindical. Os professores avaliaram o anúncio do governo federal, através das informações reapassadas pelo represeante no Comando Nacional de Greve do Andes-SN. Foi discutida a possibilidade da manutenção da aposentadoria integral dos servidores e os últimos acontecimentos em Brasília. Por outro lado, o CLG entendeu que, a partir da greve, a imprensa tradicional intensificou a veiculação de matérias favoráveis aos defensores dos fundos de pensão. O comando também trabalhou no sentido de mobilizar os professores para a participação do ato dos servidores do Rio na Assembléia Legislativa, nesta segunda-feira dia 14, por conta da realização da Audiência Pública sobre a PEC 40 (Reforma da Previdência). Vale lembrar, que na última quinta-feira, três dias após a realização da primeira audiência pública com os parlamentares do Rio Grande do Sul, mais de 4.000 pessoas lotaram o Centro de Porto Alegre, em manifestação contra a reforma.

Mais informações sobre a greve nas páginas 2, 4, 5 e 8

Cartas

O Centro Acadêmico Franco Seminerio (CAFS) vem através desta expor sua solidariedade frente a exposição de alguns problemas estruturais do Instituto de Psicologia. Isto porque entendemos que não escamotear tais problemas é uma forma de fomentar o debate sobre as dificuldades enfrentadas, não só pelo Instituto de Psicologia, mas também por diversas outras unidades da UFRJ. Ademais, referendamos as explicações dadas sobre a votação no departamento pelo professor Arthur, visto que estavámos presentes na ocasião.

Centro Acadêmico Franco Seminerio

Senhores Diretores da ADUFRJ,

Li com estarrecimento nota no jornal desta entidade na qual afirma que o Prof. Aluizio Alves Filho Chefe do Departamento de Ciência Política do IFCS/UFRJ teria dito que "o movimento dos servidores públicos é uma brincadeira", no programa Olhar 2003 da TVE.

Assisti ao programa e posso afirmar que em momento algum o Professor Aluizio fez tal afirmativa. Quem levou tal informação a essa entidade ou não viu o programa ou estava cochilando quando do mesmo e não entendeu as posições expressas pelo professor.

Conheço o Professor Aluizio Alves Filho e posso atestar sua luta em defesa do ensino público e gratuito, das liberdades democráticas, bem como seu compromisso com as causas sociais.

Sou testemunha do posicionamento do Professor Aluizio contra a malsinada reforma da previdência, a quem tenho subsidiado com informações técnicas para melhor embasamento de suas posições contrárias a essa reforma que apenas atende aos interesses do FMI e Banco Mundial.

O Professor Aluizio é filiado da ADUFRJ, não está articulando chapa pela oposição, e o ataque lhe dirigido é covarde e leviano, além de mentiroso.

Solicito a publicação da presente, no próximo número do Jornal da ADUFRJ, como medida de reparação pela injúria injusta lhe provocada.

Professor João Batista Damasceno
Sociólogo e Juiz de Direito do TJ/RJ

Movimento

Greve começa com força em todo o país

Cerca de 50% dos servidores públicos federais paralisaram as atividades no primeiro dia de greve unificada, o que superou a expectativa até mesmo das entidades do funcionalismo. Isso representa cerca de 450 mil dos quase 900 mil servidores da ativa. Pararam total ou parcialmente os professores universitários, os técnico-administrativos, os fiscais e auditores da Previdência, servidores da Saúde, do Trabalho e da Assistência Social, servidores da Educação Básica e Profissional, auditores fiscais da Receita, servidores do IBGE e do Poder Executivo (neste segmento, os mais mobilizados são os trabalhadores do Ibama, do Incra e da Funasa).

Nas universidades, o movimento grevista alcançou números significativos. Entre os técnico-administrativos, a maioria das assembléias (26) optou por uma paralisação inicial de 72 horas a partir do dia 8. Quinze AGs aprovaram a greve por tempo indeterminado – a do Sintufrj foi uma delas - e três foram contra o movimento. Deve-se ressaltar que a orientação da Fasubra para a sua base é a realização de novas assembléias para avaliar a continuidade da greve por tempo indeterminado. Entre os professores, 30 seções sindicais do Andes-SN do Setor das Federais estão em greve e outras nove vão aderir ao movimento nos próximos dias, sendo que cinco assembléias de SSinds deliberaram contra a deflagração da greve.

Plenária dos SPF prepara Marcha em Brasília

Na última Plenária Nacional dos SPF, realizada em 5 de julho, foi reafirmado o eixo da greve "contra a reforma e pela retirada da Proposta de Emenda Constitucional nº 40/2003". Será organizada mais uma Marcha em Brasília, entre os dias 11 e 15 de agosto, com o objetivo de repetir o sucesso da manifestação realizada em 11 de junho na capital do país. As entidades presentes à Plenária decidiram ainda marcar audiências com a CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira da Imprensa e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outros, em busca de apoio para a greve. Além disso, tal como foi feito na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 7/07, a Plenária indicou a participação dos servidores nas audiências públicas que serão realizadas nas assembléias legislativas nos estados. No Rio de Janeiro, a audiência ocorre nesta segunda-feira, dia 14 (veja chamada na página 8).

Negociação da PEC 40/2003

Na semana que passou, após a deflagração da greve e a pressão do Judiciário, alguns líderes governistas sinalizaram com a possibilidade de negociação de três pontos da PEC 40/2003: cálculo da média, a regra de transição e regras da aposentadoria especial. A Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais considerou que essa proposta não significa uma "verdadeira negociação", uma vez que o principal motivo da proposta governamental é o rebaixamento do valor das aposentadorias e pensões, visando à privatização do setor via fundos de pensão.

Governo não negocia o principal da reforma

O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, não sabe o que significa o termo "negociar". Em reunião realizada no dia 7 de julho - na véspera da deflagração da greve - com representantes da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF), Berzoini tentou o inusitado: impedir o movimento de entrar em greve sem abrir mão de nenhum objetivo da reforma.

De acordo com relatório da reunião produzido pelo Andes-SN e distribuído às seções sindicais, o ministro disse buscar um acordo e que a reforma busca atingir um regime único de estabilidade previdenciária para todos daqui a 10 anos. Berzoini discordou da avaliação das entidades segundo a a qual a PEC 40 objetiva a privatização do sistema, assim como ocorreu na Argentina e no Chile. Para ele, os fundos de pensão serão modelados para uma gestão coletiva, paritária e pública. No entanto, reconheceu que os gestores podem aplicar os recursos dos fundos no mercado financeiro e que isso não seria mais problema do governo.

Em seguida, o ministro soltou sua "pérola" de contradição, transcrita entre aspas na circular do Andes-SN: "Quero saber se existe a disposição de tratar alguns itens da reforma da Previdência, porque é óbvio que o governo não vai retirar a proposta. Mas também não queremos uma negociação para, ao final, o governo não atingir seus objetivos", disse. Em outro trecho, continua: "O governo não é inflexível, mas esse ambiente pode ser mais construtivo se não houver greve e aí poderemos abrir um processo nos próximos dias".

Entidades respondem com a greve

A posição das entidades representadas foi a favor da greve e da unidade do movimento dos servidores pela retirada da PEC 40/2003 (à exceção da CUT e outras duas entidades, favoráveis a emendas no texto). Mas os dirigentes sindicais também deixaram claro que estão abertos à negociação, desde que ela ocorra durante a greve. Foi dito ao ministro que os servidores sinalizam com a possibilidade de greve desde março, além de solicitações de audiências com o presidente Lula, sem nunca receberam qualquer resposta do governo.

Diretoria do Andes-SN avalia reunião

No comunicado do Comando Nacional de Greve nº 1 do Andes-SN (datado de 9 de julho), a audiência que o Ministro Berzoini convocou, com o visível objetivo de dividir o movimento, foi interpretada pelo CNG como um fator que gerou um sentido inverso e favorável: com toda a imprensa presente, foi possível reafirmar a greve e a luta pela retirada da PEC 40. O fato de o presidente da República, assim como vários ministros, ocuparem espaço nos noticiários comentando a greve, também foi interpretado pela diretoria como episódio inédito e positivo. Seria um sinal de força que o movimento impõe, já de início, uma agenda de discussão da greve.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Opinião

A taxação imprevidente

Chico Alencar*

A taxação dos inativos foi introduzida na proposta da Reforma da Previdência depois do compromisso do presidente Lula com os governadores. Não estava na minuta original do governo, não havia sido posta nas discussões anteriores com a bancada do PT, nunca fez parte de qualquer dos programas do partido ao longo de sua história. Pelo contrário, nos palanques da campanha e nos debates entre os presidenciáveis isso era um tabu. Todos os candidatos, sempre que interpelados sobre o tema, prometeram não tocar no ganho dos aposentados.

Mais: proposta semelhante, apresentada pelo governo anterior, sofreu por parte do PT um combate continuado e travado em várias frentes. Documentos, pronunciamentos no parlamento, assinaturas apostas em abaixo-assinados, recursos ao Judiciário, envolvendo nossas lideranças mais conhecidas, definem a medida como injusta, confiscatória e inconstitucional. Caracterizações que, pelo fato de sermos agora governo, não perderam a validade.

Os aposentados não são os responsáveis pelo déficit no caixa da Previdência Pública. O desequilíbrio tem outros responsáveis, já apontados na lista dos grandes devedores. Ou no uso da poupança previdenciária para executar grandes obras desde meados do século passado (construção de Brasília, Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, entre outras). Ou, mais recentemente, no uso deste dinheiro para garantir superávits fiscais e pagar juros da dívida. Além disso, muitos governos não realizam a cota-parte patronal, que, embora definida em lei, não é discriminada no Orçamento.

Não há justificativa conceitual para a cobrança. O servidor ativo desconta 11% dos seus ganhos brutos para, depois, gozar a aposentadoria integral. Estes são os termos do contrato estabelecido pela lei. Voltar a ser taxado, quando na aposentadoria, é confisco. Não vale o argumento de que este tipo de cobrança já existe em alguns fundos, pois no caso o contrato é outro, onde o desconto é feito para um fim especificado: garantir pensão integral para os herdeiros.

Provento integral na aposentadoria é direito adquirido, cuja inobservância representaria quebra de contrato que, se passar no Congresso, poderá ser derrubada no Judiciário.

Questionável em seu mérito geral, a proposta de taxar os aposentados tem a agravá-la o limite de isenção fixado para a mesma. Os governadores exigiram um limite de menos de cinco salários mínimos: sem dúvida, uma demasia! O que foi consensuado nos debates do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sugeria, para essa cobrança, o mesmo teto do benefício concedido pelo regime geral (o dobro, portanto, do que está proposto).

O discurso do combate aos privilégios para sustentar a cobrança de aposentados de cinco mínimos não se sustenta, ainda mais quando se faz referência aos "marajás" que recebem 20 ou 50 mil. Ganho exorbitante se resolve na definição do Teto Remuneratório para todos os ativos e inativos dos três poderes e não no desconto permanente dos aposentados. Atribuir a esta taxação um papel importante na luta contra as desigualdades é uma impropriedade. Em tempo: o devido à Previdência hoje é pelo menos 60 vezes maior do que o que se arrecadaria em um ano com a contribuição dos inativos.

Na tradição da esquerda, a luta contra as desigualdades não se limita ao que, eventualmente, possa ser redistribuído no interior de um determinado segmento, como o dos funcionários públicos, embora existam aí distorções a serem corrigidas. Já que os governadores afirmam, taxativamente, que taxar é imperativo da saúde financeira das previdências estaduais, uma alternativa: desfederalizar a iniciativa, com cada ente da Federação definindo sua contribuição.

Combater a desigualdade estrutural e o sistema injusto que a reproduz deve levar em conta o imenso desequilíbrio nacional de riqueza e renda. Reforma que desestimula o servidor público - aquele que oferece, lá na base, educação, saúde e assistência social à nossa população, ou aquele que, no topo, produz pesquisa e conhecimento superior - tem viés privatizante e contribui para a concepção neoliberal do estado mínimo. A reforma de um sistema injusto, excludente e, a médio prazo, inviável não pode ser injusta ou pretender incluir 18 milhões de desassistidos sem enfrentar as razões estruturais do déficit.

*Deputado federal (PT/RJ)

Charge

Resenha

BM e os "ajustes"

Como se não bastasse a reforma da Previdência, os organismos internacionais querem impor mais "ajustes" no Brasil. Em troca de empréstimos de US$ 8 bilhões nos próximos quatro anos, o Banco Mundial apresentou novos capítulos à agenda de reformas do país; entre eles, mudar o financiamento da universidade pública (tornar o ensino pago) e aumentar a alíquota de contribuição dos funcionários públicos de 11% para 14% (Folha de S. Paulo, 8/07).

Mais uma mentira do governo

A medida pode até ser considerada boa para os celetistas, mas o governo e seus aliados mentem ao dizer que a reforma da Previdência não vai afetar em nada os trabalhadores da iniciativa privada. A afirmação é do colunista Elio Gaspari, em O Globo (9/07). A reforma eleva o teto da aposentadoria e da contribuição (de R$ 205 para R$ 264). Isso significará uma arrecadação para a União de R$ 1,5 bilhão anuais - três vezes superior ao que se espera juntar com a contribuição dos servidores aposentados, nas contas do colunista.

Lobby dos transgênicos

O setor de biotecnologia, que defende o uso de produtos transgênicos, investiu mais de US$ 140 milhões entre 1998 e 2002 em campanhas para pressionar o Congresso americano e a Casa Branca. Quem informa é o relatório do Center for Responsive Politics, entidade que regula a ética e a atuação dos políticos. O documento foi divulgado, em Washington, na semana passada. Entre as 30 empresas que fizeram as maiores doações estão Monsanto, Genentech (Roche), Amgen, Aventis, Johnson & Johnson e Dow Chemical (O Estado de SP, 10/7).

Universitários e os estudos

Matéria do Correio Braziliense de 8/07 informa resultado de estudo sobre o desempenho de estudantes na Unicamp. De acordo com a pesquisa (de 55 perguntas) realizada junto a 202 alunos da instituição, os mais aplicados são: as mulheres, os mais velhos, os de origem mais humilde e os que trabalham. Para o idealizador do estudo, Eliel Unglaub, professor do Centro Universitário Adventista de São Paulo, as informações têm valor estratégico: "Ajudam a definir ações para melhorar a ocupação dos espaços físicos, por exemplo, aumentar a sincronia entre os cursos e as necessidades e interesses da comunidade estudantil", diz o professor.

Adufrj-SSind

Professores da UFRJ deflagram greve por tempo indeterminado

Comando Local de Greve será instalado até esta terça-feira, dia 15

A Assembléia Geral dos professores da UFRJ, realizada em 8 de julho no Auditório do Centro de Tecnologia, aprovou a deflagração da greve por tempo indeterminado, em conjunto com os demais servidores públicos. O objetivo do movimento grevista é a retirada da Proposta de Emenda Constitucional nº 40/2003 (reforma da Previdência) da pauta do Congresso Nacional.

Os docentes constituíram um comando provisório para a organização da greve na universidade. O CLG temporário foi formado pelos professores Pedro Antônio Peixoto (Escola de Química); Letícia Legay (NESC); Raphael de Haro (Instituto de Física); Sandra Martins (CAp); Salatiel Menezes (Instituto de Biofísica) e Roberto Leher (Faculdade de Educação). A primeira reunião deste grupo ocorreu no dia seguinte, na sede da Adufrj-SSind. A diretoria da seção sindical observa que os integrantes do Conselho de Representantes da entidade serão convidados a integrar este CLG provisório.

Enquanto isso, as Unidades já podem realizar reuniões para a escolha de seus representantes no Comando Local de Greve definitivo, que será instalado até esta terça-feira (15/07). Vale dizer que os representantes escolhidos pelas Unidades antes desta data já serão incorporados às atividades do CLG provisório. A formação do comando local definitivo deve obedecer aos mesmos critérios de proporcionalidade da eleição do Conselho de Representantes da seção sindical: Unidades com até 60 sindicalizados podem indicar um delegado; de 61 até 120 sindicalizados, dois; mais de 120 sindicalizados, três nomes. Além disso, as reuniões do CLG são abertas e qualquer docente pode participar como observador.

A AG também aprovou o nome do professor Salatiel Menezes para representar a Adufrj-SSind na composição do Comando Nacional de Greve do Andes-SN, em Brasília (DF), até a realização da próxima assembléia, prevista para esta quarta-feira (16/7), às 13h, no Auditório do Centro de Tecnologia.

O debate

A deflagração da greve foi defendida pela maioria dos docentes que se manifestou na assembléia. Salatiel Menezes, que foi um dos delegados da Adufrj-SSind na última Plenária dos SPF (em 5/7), em Brasília, informou que esta foi a maior reunião dos representantes dos servidores em toda a sua história. Esta mobilização, segundo ele, dá a medida da importância que o funcionalismo está atribuindo à resistência contra a reforma previdenciária. Salatiel ressaltou que a representante da direção da CUT Nacional foi vaiada, assim como vem ocorrendo com todos os representantes de parte da central identificada com o governo Lula. Vale lembrar que a CUT defende apenas algumas mudanças na PEC nº 40, enquanto a maioria das entidades do funcionalismo reivindica a retirada desta proposta do Congresso. Salatiel comentou ainda a presença do deputado federal João Batista de Oliveira, o Babá, que está ameaçado de expulsão do PT pela sua posição contrária à reforma.

Kelvin Melo

PROFESSORES DISCUTEM ESTRATÉGIAS PARA A GREVE NA UFRJ

Primeira reunião do CLG provisório

O Comando Local de Greve Provisório da Adufrj-SSind realizou sua primeira reunião na tarde de 9/7, com a presença dos professores Rafael de Haro Junior (Física), Sheila Garcia (Fármácia), Roberto Leher (Educação), Pedro Antônio Peixoto Vieira (Escola de Química), Milton Roedel (Instituto de Química), Letícia Legay (NESC), Sandra Martins (CAp) e, pela diretoria da seção sindical, Cleusa Santos e José Sanglard. Entre outros pontos, foi discutida a mobilização dos docentes para o ato contra a Reforma da Previdência (PEC 40), nesta segunda-feira, às 15h, nas escadarias da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Neste dia, está marcada uma audiência pública com representantes da Comissão Especial da PEC formada no Congresso Nacional com os parlamentares da bancada do Estado, às 17h.

Seção Sindical debate o tema há seis meses

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, listou as atividades que a seção sindical vem desenvolvendo sobre a reforma da previdência há cerca de seis meses, como a realização de debates, publicação de encartes e discussão em diversas assembléias. Cleusa também lembrou a presença da entidade na sucessão eleitoral da UFRJ, quando os candidatos foram cobrados em suas posições acerca da reforma. A professora citou ainda os protestos promovidos durante a visita de Lula à UFRJ e diante do ministro Cristovam Buarque, em Brasília, na posse do reitor Aloisio Teixeira (veja quadro detalhado na página ao lado). "A discussão, portanto, não é nova", afirmou, em referência à maturidade de uma possível decisão de deflagração da greve, que se confirmou depois. "Estamos defendendo a Previdência Social Pública. Defendemos um projeto de sociedade diferente dos interesses dos banqueiros", disse. Cleusa lamentou o momento difícil que passam todos que elegeram o novo governo, mas destacou que os movimentos deveriam se posicionar do lado dos trabalhadores.

Salatiel Menezes pediu a palavra novamente para conclamar os docentes à participação no movimento grevista dos servidores. O professor lembrou os seus tempos de estudante, há cerca de 40 anos, quando protestava em defesa da universidade pública. "Talvez a Universidade nunca tenha sido tão ameaçada por medidas governamentais como agora", disse. Salatiel observou que, aprovada a PEC tal como o governo propõe, as instituições públicas ficarão esvaziadas de quadros qualificados. "A greve é a última arma que temos contra esse crime", disse.

Integrante do Grupo de Trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind, o professor José Miguel Bendrao (Escola de Engenharia) criticou o discurso do governo, que trata a reforma da previdência como uma medida de justiça social. Segundo ele, os trabalhadores da iniciativa privada já perderam direitos em governos anteriores e o que Lula e sua equipe propõem é a retirada de direitos do funcionalismo. "E, apesar do discurso contra o suposto déficit do sistema previdenciário, a criação da previdência complementar pela reforma aumenta as despesas da União. Por isso, existem as outras medidas, como a taxação dos aposentados. Fazem isso para arrecadar receitas para bancar a privatização da previdência", afirmou. José Miguel considerou, ainda, que o início com pouca mobilização é normal em greves da categoria. Também afirmou que gostaria que a assembléia tivesse 500 ou 600 pessoas, mas que as primeiras AGs não apresentam tantos comparecimentos. "E a greve não é só dos professores da UFRJ", lembrou, em referência à dimensão maior deste movimento grevista. O professor voltou a dizer que a forma de pressionar os parlamentares é a greve. José Sanglard seguiu o mesmo ponto de vista: "Uma greve se constrói passo a passo. Seria ótimo que tivéssemos 3 mil pessoas aqui. Mas dificilmente vamos ter. E aqui temos uma AG que não foi muito diferente da que deflagrou a greve de 2001", recordou.

Roberto Leher, ex-presidente do Andes-SN e professor da Faculdade de Educação, observou que a reforma previdenciária representa a "derrota de 17 anos de luta", em referência à criação do plano de carreira dos docentes (PUCRCE) em 1987. "Agora, a PEC prevê a extinção dessa mesma carreira. E o povo brasileiro precisa de um serviço público e, no nosso caso, de uma universidade de qualidade", disse.

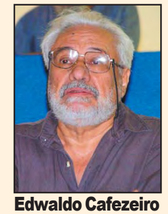
Outra integrante do GTSS, a professora Sara Granemann (Escola de Serviço Social) comentou o fato de a reforma da Previdência ter recebido 487 emendas dos parlamentares. Para quem acredita que isso pode mudar os rumos do texto do governo, sem a necessidade de uma greve, Sara fez um alerta. "As emendas fazem pequenas correções de rota, mas não mudam nada em relação à instituição da previdência complementar. E esta vai significar uma enorme transferência de renda para os fundos de pensão", disse. Sara destacou que a greve deveria ser deflagrada logo para sinalizar aos parlamentares a disposição de luta do movimento, principalmente por conta das audiências públicas que serão realizadas nas assembléias legislativas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nesta segunda-feira, 14 de julho.

Edwaldo Cafezeiro (Faculdade de Letras) questionou, em sua fala na assembléia, se a categoria conquistou alguma melhoria em sua vida docente que não tenha sido pela greve. "Se não fosse pelas greves, já estaríamos arrebentados há muito tempo. E essa greve não é nem para ganhar; é para não perder", disse

Waldemir Filho, o Ceará (do Colégio de Aplicação), comentou que era totalmente contrário à reforma, mas ponderou que a greve deveria ser deflagrada na UFRJ em uma assembléia com maior presença de docentes. No ponto de vista dele, não havia mobilização suficiente na universidade para o movimento. Waldemir propôs então que a assembléia aprovasse um estado de greve no momento. O professor, no entanto, declarou imediatamente que participaria de todas as atividades previstas e defenderia o resultado da assembléia, em caso de deflagração do movimento grevista.

Tribuna

Salatiel Menezes
Professor do Instituto de Biofísica
"Talvez a Universidade nunca tenha sido tão ameaçada por medidas governamentais como agora. A greve é a última arma que temos contra esse crime."



Edwaldo Cafezeiro
Professor da Faculdade de Letras
"Qual o ganho que nós tivemos que não o foi pela greve? Se não fosse pelas greves, já estaríamos arrebentados há muito tempo. E essa greve não é nem para ganhar; é para não perder."

José Sanglard
Diretor da Adufrj-SSind
"Uma greve se constrói passo a passo. Seria ótimo que tivéssemos 3 mil pessoas aqui. Mas dificilmente vamos ter. E aqui temos uma AG que não foi muito diferente da que deflagrou a greve de 2001"

Adir Luiz (Instituto de Física) provocou aqueles que ainda acreditam em uma mudança de rumo do governo Lula pelo simples passar do tempo. "Alguns de nossos colegas estão confusos. Estão acreditando em Papai Noel", ironizou. "Não podemos deixar a greve para mais tarde. Tem que ser agora, mesmo que por uma votação de dez contra cinco. É para acordar nossos colegas que estão dormindo", disse. Adir ressaltou que, se aprovada a reforma previdenciária, o governo pode se voltar para a retirada do FGTS e até mesmo para o fim do décimo-terceiro salário.

O 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, criticou a postura do governo de ataque ao funcionalismo, tal como na época de Fernando Collor, mas com nome diferente. "Naquele governo, os funcionários públicos eram 'marajás'; agora são 'privilegiados'". Luciano observou que a entrada em greve significa uma série de problemas para a vida do professor, mas é necessária.

José Simões comentou que não teria nenhum problema em destinar parte dos vencimentos para os cortadores de cana-de-açúcar, em referência a uma das comparações feitas pelo presidente para justificar a reforma da Previdência. Porém, o professor duvidava que isso viesse a ocorrer. Segundo ele, os recursos retirados dos servidores irão para os deputados, para os magistrados "que provavelmente vão ficar de fora da reforma" e para os usineiros "que vão continuar sem pagar a Previdência". "Essa continua sendo a reforma da desigualdade", criticou.

O professor Marco Aurélio, do Instituto de Matemática, foi o único que se manifestou contra a greve. Segundo ele, a reforma proposta tem alguns pontos positivos e o governo já deu sinais de que vai negociar com o Congresso. Dizendo-se preocupado com o futuro da UFRJ, Marco Aurélio encaminhou sugestões alternativas de lutas, como alguns dias de paralisação apenas. "A UFRJ está ficando conhecida como a universidade que faz greve todo ano", afirmou. Ele protestou contra a representatividade da assembléia para uma decisão como a greve. "Aqui há uma quantidade irrisória de professores", criticou.

Apoio do DCE

Presente à assembléia dos professores, o coordenador geral do DCE da UFRJ, Márcio Carvalho, o "Batata", manifestou-se favoravelmente à greve dos servidores. Segundo ele, a coordenação do DCE iria encaminhar o apoio ao movimento grevista na assembléia que os estudantes realizariam no auditório do CT, à tarde (veja nota ao lado)

Sistema de Negociação

Foi aprovado que a diretoria da Adufrj-SSind encaminhe para o Andes-SN o nome de seu representante para participar do Sistema Nacional de Negociação Permanente (SNIP), que está sendo implantado entre as entidades do serviço público e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. De acordo com a portaria nº 877 do MPOG, de maio deste ano, o SNIP terá a função de elaborar uma política de democratização das relações de trabalho no setor público, em conjunto com os servidores.

Movimento Docente discute reforma há seis meses

O Andes-SN e a Adufrj-SSind divulgam e discutem o tema da Previdência Social no governo Lula desde os primeiros dias deste ano. Leia a seguir os principais passos dessa caminhada:

23 de janeiro - Adufrj-SSind realiza primeiro debate sobre a reforma previdenciária

20 de fevereiro - Assembléia aprova indicativo de paralisação contra o PL 9/99

8 a 13 de março - 22º Congresso do Andes-SN aprovou indicativo de greve contra o PL 9/99

17 de março - debate sobre a reforma no auditório do CT, com a organização da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN e da Adufrj-SSind

18 de março - protesto das entidades da UFRJ em seminário da reitoria que contou com a presença do secretário de Previdência Complementar (Helmut Schwarzer)

20 de março - Assembléia aprova indicativo de greve contra o PL 9/99

21 de março - debate na Escola de Serviço Social, com organização da Regional e da Adufrj-SSind

24 de março - divulgado encarte sobre o PL 9/99

3 de abril - Assembléia decide paralisação de 24 horas em 8 de abril

7 de abril - debate na Escola de Serviço Social, da Regional do Andes-SN

8 de abril - debate no Colégio de Aplicação

30 de abril - protesto dos servidores na visita de Lula a UFRJ, por ocasião da inauguração do Tanque Oceânico. No evento, a diretoria entregou uma carta aberta de protesto ao próprio presidente.

12 de maio - divulgado encarte com os textos das reformas. Ainda no início do mês, a Adufrj-SSind cobra posição dos candidatos a reitor da UFRJ sobre a reforma.

14 de maio - Assembléia decide paralisação de 48 horas (14 e 15/5).

19 de maio - divulgado encarte do Grupo de Trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind sobre a reforma

26 de maio - divulgado outro encarte do Grupo de Trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind sobre a reforma

4 e 5 de junho - mais dois debates sobre a reforma promovidos pelas entidades da UFRJ

9 de junho - debate das entidades no auditório do CT.

10 de junho - Assembléia aprova indicativo de greve sem data

11 de junho - Marcha dos servidores em Brasília, com mais de 30 mil pessoas

12 de junho - Debate no Quinhentão (CCS), promovido pelas entidades

17 de junho - debate no HU promovido pelas entidades

26 de junho - protesto com passeata na Rio Branco

2 de julho - protesto das entidades na posse do reitor Aloisio Teixeira, em Brasília

3 de julho - mais um debate no auditório do Centro de Tecnologia e outro, com estudantes na FAU

Manuella Soares

ASSEMBLÉIA DOS ALUNOS NO CT

Estudantes apóiam greve na universidade

Reunidos em assembléia, no dia 8 de julho, à tarde, no auditório do CT, cerca de 500 estudantes da UFRJ aprovaram o apoio à greve dos servidores pela retirada da PEC 40 da pauta do Congresso Nacional. Na assembléia, os estudantes afirmaram que o movimento não é corporativo e este é um momento para que bandeiras como a luta pelo bandejão, aumento e reajuste de bolsas e outras reivindicações dos alunos. A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, esteve na assembléia dos alunos e ressaltou a importância da adesão à greve pelos discentes a este movimento em defesa do sistema previdenciário público.

Técnicos aprovam greve por tempo indeterminado

Em assembléia realizada no dia 10 de julho, os técnico-administrativos aprovaram a deflagração da greve por tempo indeterminado. A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, esteve na AG dos funcionários, informou sobre o resultado da assembléia dos docentes e manifestou a importância da unidade dos segmentos da universidade nesta greve.

Colegiados

Consuni debate calendário escolar

Proposta prevê divisão semestral do ano acadêmico

Ainda que retirada da pauta, a proposta de Calendário Escolar encaminhada pela Comissão de Ensino e Títulos causou polêmica na primeira reunião ordinária presidida pelo novo reitor, Alosio Teixeira, na quinta-feira, dia 9/7. Apresentada pela decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Sueli de Almeida, a proposta prevê a divisão do ano em dois "períodos regulares e, quando necessário, um especial, devendo os regulares ter cada um duração mínima de 100 (cem) dias de trabalho acadêmico efetivo", conforme a Lei de Diretrizes e Bases. O período chamado "especial" se iniciaria cinco dias após o último dia previsto para o fim do segundo período e terminaria cinco dias antes do início do primeiro período do ano letivo seguinte.

A proposta também fixa datas para início e fim de cada ano acadêmico. O Consuni teria até o dia 31 de outubro de cada ano para definir o calendário escolar. Pela proposta os conselhos acadêmicos (CEG e CEPG) devem enviar até o dia 30 de setembro de cada ano as datas de início e fim de cada período letivo para a graduação e pós-graduação. A proposta deverá ser discutida na próxima reunião ordinária do Conselho, prevista para o dia 24 de julho. Até o momento da apresentação pela Comissão de Ensino, nem mesmo os demais integrantes tinham tido acesso à proposta de calendário único. Antes da sessão do dia 24, o texto da resolução deverá ser encaminhado para discussão também nos conselhos acadêmicos.

Proposta gera polêmica

A maioria dos conselheiros que se manifestou aprovou a idéia de que o Consuni determine o início e o fim do ano letivo divido em dois semestres. Alguns, porém, como o diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Franklin Trein e o decano do Centro de Letras e Artes e atual coordenador do Fórum de Ciência e Cultura, Carlos Tannus, demonstraram preocupação com o caráter dado à terminologia utilizada pela proposta de 'atividade acadêmica efetiva'. A preocupação dos professores é com o fato de que, ainda que com base na LDB, a universidade passe a incorporar conceitos que a levem a trabalhar exclusivamente com a prática do ensino, como um "escolão", segundo o diretor do IFCS. O professor Franklin foi um dos que manifestaram preocupação com o respeito às especificidades de cada Unidade na construção do calendário.

A decana do CFCH explicou que o conceito de atividade acadêmica utilizado se referia ao da própria LDB e que o entendimento da Comissão era de que este se traduz em atividades de ensino, pesquisa e extensão, não sendo "necessariamente dias de sala de aula".

Novos cursos abrem discussão sobre reforma universitária

Foram aprovados para inserção no edital de Vestibular 2004 os cursos de Engenharia Ambiental e Engenharia da Computação e Informação. A característica dos novos cursos é a interdisciplinariedade.

A partir da leitura do parecer favorável do representante do Centro de Ciências da Saúde (CCS) Pedro Lagerblad, foi feito um debate sobre a criação de cursos novos de graduação. O representante discente Paulo Maurício Schueler questionou a falta de um planejamento institucional para a aprovação de novos cursos e habilitações que demandariam disponibilidade de professores e funcionários. "É sabido o déficit de professores e técnico-administrativos nas Unidades. Precisamos de um pensamento estratégico de onde queremos chegar no longo prazo", comentou, ressaltando a preocupação com o fato de que a aprovação de cursos sem um debate institucional mais amplo poderia reforçar a discrepância entre as áreas da universidade.

O decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Alcino Câmara, concordou com a sugestão feita por Paulo de que houvesse uma data limite para que as Unidades apresentassem projetos de cursos novos para aprovação no colegiado antes do processo de formação do edital do vestibular. O decano ressaltou, no entanto, que a universidade não poderia ficar esperando as condições ideais para atender às demandas da sociedade pela formação de novos profissionais. Para o professor, a abertura de novos cursos dará à universidade a possibilidade de reivindicar mais vagas e recursos junto ao MEC.

A representante do CFCH Norma Musco também demonstrou preocupação com os cursos já existentes. Norma sugeriu que a universidade faça um planejamento para a criação de novas ofertas a partir do trabalho das Comissões de Ensino e Títulos e de Planejamento do colegiado superior. Norma citou a experiência do curso noturno de História, no IFCS, que, desde sua aprovação, não conseguiu corpo docente e técnico suficiente para seu funcionamento. "Com isso, os professores ficam mais sobrecarregados", comentou.

A decana do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza, Ângela Rocha, contou a experiência de suas Unidades. Segundo a professora, desde 1997, o CCMN adotou a política de não contratar novos professores substitutos, mesmo com aumento da oferta de vagas de seus cursos no vestibular. De lá para cá, houve conseqüente aumento da carga horária dos docentes do quadro efetivo, assumido em nome da manutenção da qualidade dos cursos. Ângela teme que, sem a reposição de quadros, cursos novos que dependam de disciplinas das chamadas ciências básicas, oferecidas pelos Institutos de Matemática, Física e Química venham a afetar as atividades do Centro.

Pós-graduação da FE ameaçada

Logo no início da sessão, o sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, informou que a reitoria decidiu suspender, temporariamente, o edital de oferta de 200 vagas para a pós-graduação da Faculdade de Educação. Segundo o dirigente, a diretora da Faculdade, Speranza França, descumpriu negociações que vinham sendo feitas com a reitoria no sentido de recuperar o programa, ameaçado de extinção pela Capes, desde que a professora dissolveu o antigo grupo responsável pelo programa. O acordo era que o edital só sairia em outubro deste ano. De acordo com José Monteiro, os atuais professores e os que se afastaram devido aos problemas causados pela diretora estavam num movimento de aproximação para tentar salvar o programa e ele teme que a atitude da professora colabora pelo fim de diálogo entre os grupos.

CEG discute greve nesta semana

Colegiado aprova edital de vestibular 2004

Em função da deflagração da greve pelos professores nas universidades do Rio de Janeiro, alguns integraNtes do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) mostraram-se preocupados com o calendário das provas aprovado e negociado em conjunto com as coordenações de vestibulares das demais instituições do estado. A superintendência da SR-1 informou que o colegiado deve avaliar a situação do concurso com o devido tempo. O novo subreitor para Ensino de Graduação e Corpo Discente e presidente do CEG, professor José Roberto Meyer, pautou o tema da greve para a próxima sessão, nesta quarta-feira, dia 16.

O Conselho aprovou, na sessão do dia 9 de julho, o edital do próximo vestibular da UFRJ. Foi mantida a novidade solicitada por alguns cursos - e já divulgada nos jornais da Adufrj-SSind - de introduzir o critério de um mínimo de pontos (no total ou somente nas específicas) para classificação dos candidatos. O texto do edital foi enviado para análise final da Procuradoria da Universidade e para consultores jurídicos do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE), antes da publicação.

Kelvin Melo

CONSELHEIROS DEVEM REDISCUTIR CALENDÁRIO EM FUNÇÃO DA GREVE

Colegiados

Consuni aprova moção contra reforma

Colegiado aprova texto contra emenda que atinge os servidores e prejudica o serviço público

O Conselho Universitário, na sessão de 10/7, aprovou uma moção contra a Reforma da Previdência que está em tramitação no Congresso Nacional. O pedido de manifestação do colegiado sobre a PEC 40 foi feito também pelo vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes. O professor solicitou ao colegiado uma nota de apoio à luta contra a reforma da Previdência e ressaltou, durante intervenção concedida pelo conselho, os prejuízos que a reforma traria para o país, caso aprovada.

Apenas o teor da moção foi aprovado e seu texto ficou de ser produzido por uma comissão formada pelos professores Maria Lúcia Werneck, Franklin Trein, o representante dos técnico-administrativos Márcílio Dias e o representante discente Márcio 'Batata'. O reitor Aloisio Teixeira considerou que o ponto fundamental da moção deveria ser a defesa do Estado brasileiro, segundo ele, profundamente ameaçado pela emenda 40. Aloisio afirmou ser totalmente contra a reforma previdenciária que afeta toda a sociedade brasileira. "Esta reforma ataca o Regime Próprio e não significa uma questão de direitos, mas de esvaziamento do Estado. Havia na Constituição de 1988 uma concpção de Estado que foi derrogada pelos sucessivos governos da década de 90. A preocupação é que esta reforma implemente esta concepção", criticou.

Agenda Sindical

13 a 18/07 - Atos durante a Reunião Anual da SBPC
Recife (PE)

14/07 - Manifestação na Audiência Pública da Reforma da Previdência
Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Centro, às 18h

16/07 - Assembléia Geral da Adufrj-SSind
(ver chamada de capa)

24/07 - Encontro Nacional das Três Esferas
Brasília (DF)

30 e 31/07 - Reunião do GT Política Educacional do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

1 e 2/08 - Plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Brasília (DF) - auditório da CNTE

11 a 15 de agosto - Acampamento com Marcha a Brasília

24 a 28/10 - Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

29 a 31/07/2004 - Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Previdência

UFRJ concedeu 187 aposentadorias em 2003

Total é quase o triplo do número do primeiro semestre do ano passado

A UFRJ concedeu, até 1º de julho deste ano, 187 aposentadorias, de acordo com dados apresentados pela seção de Aposentados e Pensionistas da SR-4. Esse número supera, em muito, o número do primeiro semestre do ano passado (71) e demonstra o receio dos servidores com a proposta de reforma da previdência do governo. Ainda sobre o quantitativo deste ano, 110 foram de técnico-administrativos e 77, de professores. Foram 102 mulheres e 85 homens.

Ainda existem 16 pedidos de aposentadoria em análise pela reitoria. Embora em número inferior ao de técnico-administrativos, a aposentadoria de docentes preocupa bastante. Segundo já declarou o superintendente da SR-4, Roberto Gambine, o impacto é maior proporcionalmente no corpo docente, por causa do quantitativo das categorias (cerca de 8,5 mil técnico-administrativos e 3,2 mil professores). Vale lembrar que, de acordo com exposição do ex-reitor Sérgio Fracalanzza a um conjunto de decanos e diretores, em 19 de fevereiro deste ano, foi dito que cerca de 800 docentes têm mais de 55 anos de idade. Deste número, em torno de 300 professores têm mais de 60 anos.

Os números não eram precisos, segundo o próprio ex-reitor, mas a realidade não deve ser muito diferente disso.

Quadro de professores aposentados em 2003

Professor Adjunto nível 1	4
Professor Adjunto nível 2	3
Professor Adjunto nível 3	5
Professor Adjunto nível 4	43
Professor Assistente nível 4	6
Professor de 1º e 2º graus nível 4	3
Profesor Titular	13
Total	**77**

Universidades

MEC propõe reformulação da escolha de dirigentes universitários

Encontra-se na Casa Civil uma minuta elaborada pelo MEC que reformula o processo de escolha dos dirigentes das instituições do sistema federal de ensino. A Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC) da UFRJ recebeu o documento da Associação Nacional dos Dirigentes das IFES (Andifes) e o encaminhou para os conselheiros do Consuni.

Logo nos primeiros artigos da minuta, fica determinado que o reitor e o vice-reitor de universidade serão nomeados pelo presidente mediante indicação da comunidade acadêmica da respectiva instituição. A indicação da comunidade acadêmica "será realizada na forma dos seus estatutos e regimentos, por intermédio do colegiado máximo da instituição federal de ensino superior, e encaminhada ao Ministério da Educação até sessenta dias antes de findo o mandato do dirigente que estiver sendo substituído". De acordo com a minuta, o mandato dos dirigentes das IFES será de quatro anos, permitida uma única recondução.

Movimento

“Ou pára esta reforma ou paramos o Brasil”

Servidores convocam manifestação para a Alerj neste dia 14

Com o lema “Ou pára esta reforma ou paramos o Brasil”, trabalhadores do serviço público federal, estadual, municipal e da iniciativa privada voltaram à praça da Cinelândia, no centro do Rio, no dia de deflagração da greve unificada (8/7). Durante o protesto contra a Proposta de Emenda Constitucional nº 40/2003, foram vários os pedidos dos organizadores para que os servidores compareçam em grande número ao ato na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro nesta segunda-feira, dia 14. Nesta data, a comissão especial do Congresso que analisa a Reforma da Previdência participa de uma audiência pública, no fim da tarde, na Alerj (veja chamada de capa).

De acordo com 1º tesoureiro da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, Frederico José Falcão, o ato da Cinelândia chamou a atenção pela grande quantidade de entidades representadas através de faixas, cartazes e camisas contra a reforma previdenciária. O professor, que foi um dos primeiros a discursar na manifestação, destacou a importância da unidade do movimento grevista para fazer frente ao governo. Segundo ele, Lula e sua equipe utilizam a estratégia de jogar os trabalhadores da iniciativa privada contra os servidores para reduzir os poucos direitos ainda existentes no funcionalismo. “O governo joga com a retirada de direitos, transformados em ‘privilégios’ pela mídia”, disse.

Representante da Associação dos Fiscais de Atividades Econômicas do município do Rio de Janeiro, Sérgio Moura mandou um recado para o presidente Lula não duvidar da capacidade de luta dos servidores. “As reformas estão sendo encaminhadas pelos organismos internacionais. Nós não elegemos o Lula para isso”, afirmou. Sérgio ironizou a polêmica em torno do boné do MST na semana que passou. “Quando o presidente colocou o boné do MST, falaram que era um absurdo. A essa altura, acho verdade. Vamos ter que lavar o boné do MST”, disse.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal Fluminense (Sintuff), Pedro Cesário comentou o noticiário em que Lula dizia não acreditar na força da greve. “Esse ato aqui na Cinelândia é uma primeira resposta (ao presidente), que está sendo repetida em todo o país. Assim como o MST está dando uma resposta à questão agrária, no campo”, observou.

Fotos Guilherme Lessa

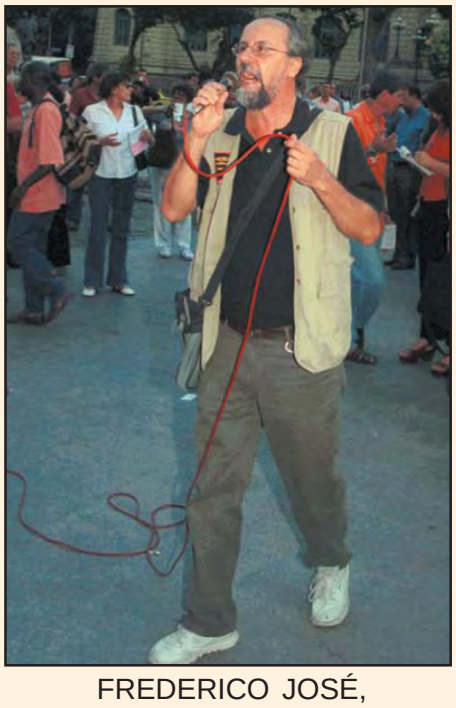
PROFESSORES NO ATO DA CINELÂNDIA

CUT vaiada de novo

O presidente da CUT-RJ, Jayme Ramos, foi vaiado mais uma vez, apesar do discurso contra a reforma da Previdência. Depois, os organizadores do ato pediram uma “trégua” aos manifestantes em relação aos representantes da central no estado, uma vez que a CUT-RJ está apoiando os trabalhos do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social.

Telão

Uma novidade nas manifestações dos servidores no Centro foi a montagem de um telão na Cinelândia, no qual eram reproduzidas imagens da grande Marcha em Brasília, no dia 11 de junho, com mais de 30 mil pessoas.



FREDERICO JOSÉ, DO ANDES-SN

BONECOS IRONIZAM BERZOINE E LULA

O que é a Reforma da Previdência do governo Lula?

O governo Lula encaminhou ao Congresso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 40/2003. Alega que é necessária porque a Constituição concede privilégios inaceitáveis aos servidores aposentados, que estão impondo gastos muito elevados à União, aos estados e aos municípios, impedindo os investimentos nos programas sociais que a sociedade brasileira tanto precisa. Aprovada a PEC, diz o governo, a previdência dos servidores ficará mais parecida com a dos trabalhadores do setor privado. As mudanças propostas, no entanto, deixarão o regime dos servidores *pior* do que o regime geral, e terão ainda outras conseqüências negativas. Parte da contribuição dos servidores irá para fundos de pensão em vez de ficar com o governo, que ainda pagará aos fundos a sua parte de empregador, para depois tomar-lhes emprestados, a juros altíssimos, os próprios recursos que vai entregar-lhe de graça, com um prejuízo de mais de R$ 1 bilhão por ano! Para pagar este prejuízo, as demais medidas da PEC retiram direitos do trabalho dos servidores públicos.

Os aposentados e pensionistas pagarão contribuição previdenciária

Aumentará a idade mínima para aposentar-se

Muitos professores e pesquisadores poderão ter de se aposentar mais cedo do que pretendiam

Parte da previdência pública dos servidores será privatizada

Vai acabar a aposentadoria integral

Vai acabar a paridade entre ativos e aposentados

As pensões por morte serão drasticamente reduzidas

14/7 segunda-feira 15:00

Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro - Rua 1º de Março s/n - Praça XV

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 100 • 21 de julho de 2003

Assembléia Geral

22 julho terça-feira 13:00

Auditório do CT
Bloco A - Ilha do Fundão

Pauta
1 - Informes
2 - Avaliação da greve
3 - Fundo de greve
4 - Comissão Eleitoral da Adufrj-SSind

Reunião do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind

22 julho terça-feira 9:00

Bloco D do CT, sala 200

Pauta:
- Avaliação da greve;
- Nota aos alunos;
- Atividades essenciais;
- Atividades conjuntas na UFRJ;
- Regimento do CLG

"Serviço Público na Praça"

Ato organizado pelo Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social para chamar a atenção da sociedade sobre os problemas da PEC 40/2003. Entre as diversas atividades, haverá aulas públicas para a população.

23/07 (quarta-feira)
13h às 16h
Cinelândia

Reunião conjunta de Unidades

(FAU, EBA, IPPUR e Letras)

21 julho segunda-feira 9:30

sala F 101 da F. Letras

Desistência de ação sobre FGTS

Por força do decreto nº 4.777/2003, o trabalhador não precisa mais pedir homologação da desistência, junto ao Poder Judiciário, da ação relativa à liberação das quantias dos expurgos dos planos econômicos nas contas de FGTS. O docente que quiser receber o dinheiro do acordo do FGTS, feito com cálculos governistas, deve se dirigir a qualquer agência da Caixa Econômica Federal e assinar o Termo de Acordo. A assessoria jurídica da Adufrj-SSind informa que a desnecessidade da desistência vale também para aqueles que têm ação coletiva.

Guilherme Lessa

SERVIDORES PROTESTAM NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ALERJ

Substitutivo mantém previdência privada

Na semana que passou, o relator da reforma da Previdência - devidamente instruído pelo Palácio do Planalto - apresentou um substitutivo que manteve o núcleo da Proposta de Emenda Constitucional nº 40/2003: justamente o favorecimento aos fundos de pensão. Por conta deste episódio, o Comando Nacional de Greve do Andes-SN já se manifestou pela intensificação da greve contra a PEC 40. No Rio de Janeiro, em 14/07, a audiência pública da reforma foi marcada pelo protesto do funcionalismo e pela completa ausência de defensores do texto do governo. Na UFRJ, as assembléias de docentes e técnico-administrativos aprovaram a continuidade do movimento grevista. O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) reconheceu a paralisação das atividades na universidade. No dia do fechamento desta edição (18/7), professores, funcionários e alunos aproveitaram a posse simbólica do reitor Aloisio Teixeira, para realizar mais um protesto contra a reforma previdenciária em curso no Congresso Nacional.

Leia mais nas páginas 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12

Encarte especial sobre o substitutivo da Previdência

Junto desta edição, está sendo publicado um encarte especial com o texto do substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional nº 40/2003 para conhecimento dos sindicalizados. Para a capa do encarte, o Comando Local de Greve da Adufrj-SSind produziu uma análise preliminar do substitutivo. Na última página da publicação, reproduzimos a nota do CLG para a última Assembléia Geral dos docentes da UFRJ.

Cartas

Sou associada da ADUFRJ desde sua fundação e sempre discordei da filiação à CUT. Não vejo identidade entre os interesses e origens dos empregados de entidades privadas e os servidores públicos. A massa de empregados privados filiados à CUT é constituída de trabalhadores de comércio, industria e serviços, havendo uma minoria de trabalhadores com formação superior. No serviço público há uma proporção muito maior de profissionais de nível superior do que na população geral, fazendo com que a média salarial seja muito maior naquele, média que vem sendo usada para chamar-nos de "privilegiados". Na ADUFRJ e similares então só há professores e sob o estatuto dos servidores públicos, completamente diferente da CLT.

Hoje vejo os discursos despeitados de políticos que, como Lula, mantêm o cacoete do coitadinho e se sentem discriminados porque um professor ganha mais que um torneiro e, se servidor público, ainda por cima recebe aposentadoria integral! Eles desrespeitam totalmente estatutos, história, direitos, contribuições integrais, da mesma forma que os representantes da CUT, pelos quais não me sinto absolutamente representada, os quais não têm o menor conhecimento sobre o estatuto do servidor público e menos ainda sobre leis e história. Infelizmente acho que há também professores que até hoje não perceberam exatamente a diferença entre os dois regimes e se sentem "culpados" em defender seus direitos.

Na publicações da ADUFRJ, ANDES e de outros órgãos de servidores só vejo discursos a favor da eqüidade e repartição mas em nenhum momento se diz com todas as letras que os servidores públicos foram transformados em estatutários por interesse do Governo Federal que **lucrou duplamente**: deixou de depositar o FGTS e passou a descontar a seguridade social sobre a totalidade dos vencimentos, e num percentual maior (11%), de uma massa de funcionários que era CLT. É só fazer as contas e verificar os milhões que o Governo embolsou com isso.

Tampouco vejo denunciada de forma clara a quebra do estatuto na paridade do aposentado com o ativo, que vem sendo burlada através de incentivos funcionais aos ativos, como um calaboca à falta de aumentos, deixando o aposentado cada vez mais pobre, à má gestão do recolhido, responsabilidade do Governo, assim como também à falta da sua contribuição como empregador, que não aparece!

Está na hora de dizer isso com mais clareza e ênfase na mídia, que só passa informações falsas, na cara dos pelegos da CUT e dos políticos que ajudamos a eleger, e que nunca mais terão os votos de muitos servidores e seus familiares. Finalmente está na hora de reconhecer que não temos nada a ver com a CUT e sua estreiteza e mercantilismo e desligarnos desse órgão retrógrado, criando um órgão próprio ou simplesmente considerando a ANDIFES como nosso órgão representativo.

Gostaria de ver esta carta publicada e saber da opinião dos docentes.

Professora Silvia Levy
Aposentada

O Instituto de Psicologia são pessoas

Referir-se ao Instituto de Psicologia é implicar, imediatamente, todos que nele trabalham. Ao dirigir-me à universidade, o fiz como funcionário público alocado no Instituto mencionado e que compartilha com outros que ali trabalham uma posição divergente da exposta na carta "O Instituto de Psicologia e a faixa de Gaza (ou ainda trabalhamos graças ao CA)". Nossa escola em nada se parece com uma zona de guerra e não funciona graças ao CA, mas graças a abnegação, dedicação e amor. Não o afirmei em meu nome, mas, sobretudo, em nome daqueles que observo trabalhando sem o justo reconhecimento que lhes é devido. Considerar que "uma das experiências mais desoladoras da carreira acadêmica na UFRJ é ser professor do Instituto de Psicologia" é uma expressão subjetiva, de um pensamento confuso que não sabe onde está situado. E o melhor atestado de que se trata de alguém perdido é a redação da carta que traz meu nome no título, "ofendido" de uma maneira "disfarçada". Mais uma vez endereço-me a universidade, e agora para encerrar de vez este assunto, para reafirmar que no Instituto de Psicologia há pessoas que amam o lugar onde trabalham e dedicam-se a algo além de si mesmas, ao ensino brasileiro.

Ricardo Cabral
Professor do Instituto de Psicologia

Manifestação de apoio!!!!!!!!

Prezado Sanglard e demais colegas, tendo em vista como o governo conduziu até o presente o assunto referente à reforma da previdência, gostaria de manifestar meu apoio à greve. Saudações universitárias,

Claudio F. Mahler
Professor da COPPE/UFRJ

Opinião

O Privilégio da Greve

José Henrique Sanglard*

Os servidores públicos estão em greve contra o projeto de previdência do governo, após inúmeras tentativas de abertura de negociações tendo como resposta que nada era negociável. Estão em jogo a existência de serviços de qualidade que atendam à população e a preservação do patrimônio público.

A Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Estado a garantia de cidadania e de direitos sociais aos brasileiros, serviços públicos de qualidade e um corpo de servidores qualificado e competente associado a esse Estado. Por isso, a Constituição tratou os servidores públicos como tal e a previdência como direito trabalhista com regime próprio, resgatou a concepção de Seguridade Social como Saúde, Previdência e Assistência e estabeleceu suas fontes de financiamento.

A contra-reforma da previdência de Fernando Henrique, em 1998, retirou direitos dos servidores públicos e do regime geral da previdência, instituindo idade mínima, tempo de contribuição e o fator previdenciário, que obrigam os empregados privados a trabalharem até a beira da morte, com benefícios no chão. A contra-reforma de Lula trata direitos dos servidores como privilégios que impediriam a justiça social. Torna o regime próprio pior que o geral e usa o patrimônio da previdência no pagamento da dívida pública. A economia estimada, em 30 anos, é o já foi pago de juros da dívida neste ano, com recursos do *superávit* da Seguridade Social, considerando suas principais fontes constitucionais, COFINS e CSLL, e a CPMF.

Para mostrar que há *déficit*, o governo não computa sua parte. Transforma o caráter social, solidário e de repartição da previdência em contributivo e de capitalização, uma aplicação financeira onde o indivíduo recebe só o que investiu. Retoma a caça às bruxas no serviço público da era Collor, mas convive em paz com sonegadores do INSS no CODES, onde foi gerada sua proposta.

A previdência complementar não trará economia para os cofres públicos ao transferir recursos para os fundos de pensão, privatizando este patrimônio, daí a razão da contribuição de inativos, redução de pensões, nova forma de cálculo dos benefícios, fim da integralidade e da paridade. Os fundos de "gestão coletiva, paritária e pública" vão investir no mercado de ações e em papéis da dívida pública, mas isso não é problema do governo.

E a sociedade brasileira é que vai pagar a conta, pois as conseqüências da aprovação destas propostas não se limitam ao serviço público. As contra-reformas tributária e trabalhista devem avançar na mesma direção. E no discurso de amanhã do governo os privilégios a serem combatidos podem ser jornada de trabalho, décimo terceiro salário e direito de greve.

Artigo publicado no jornal O Globo, de 17/7/03
* 1º Tesoureiro da Adufrj-SSind

@dufrj

Estudantes da ECO e a greve

A EcoMídia, uma rádio *online* (www.ecomidia.net/greve) produzida pelos estudantes da Escola de Comunicação da UFRJ, está divulgando matérias atualizadas sobre a greve na universidade. No dia 16 de julho, por exemplo, a página eletrônica trazia entrevistas com a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, e com o ex-presidente do Andes-SN, Roberto Leher, realizadas após a Assembléia Geral dos professores.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG reconhece greve na universidade

Conselho também assinará moção contra a PEC 40, aprovada pelo Consuni

Na sessão da última Conselho de Ensino de Graduação, foi aprovada com apenas uma abstenção e nenhum voto contrário uma nota de reconhecimento da greve de professores e técnico-adminstrativos, iniciada em 8 de julho. Um texto igual foi aprovado pelo colegiado durante a greve de 2001. Com a nota, o colegiado superior reconhece a legitimidade do movimento e afirma que o calendário acadêmico de 2003 será rediscutido após a paralisação (confira íntegra nesta página). A solicitação do posicionamento do CEG foi feita pela presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, logo no início do ponto de pauta da sessão específico sobre a greve. Cleusa lembrou aos integrantes do conselho o trabalho desenvolvido nos últimos seis meses pela seção sindical e demais entidades da universidade de esclarecimento da comunidade sobre os efeitos da Reforma da Previdência. Cleusa solicitou, ainda, uma moção do colegiado contra a PEC 40.

A representante dos técnico-administrativos Ana Maria Ribeiro fez um balanço da adesão dos funcionários à greve e relatou a decisão de sua categoria de manter a greve por tempo indeterminado. Segundo Ana Maria, o Comando Local de Greve do Sintufrj apresentará na próxima assembléia dos funcionários uma proposta de atividades que serão consideradas essenciais durante a greve. A princípio, os funcionários do Hospital Universitário devem continuar trabalhando. Outras atividades de manutenção também não devem parar para que não haja risco para a infra-estrutura da instituição. Os funcionários, segundo Ana, também decidiram que iriam manter as atividades para garantir a cerimônia de posse do reitor Aloisio Teixeira, realizada na última sexta-feira, dia 18 (veja nota e fotos na página 12).

Reitoria faz balanço da greve

Segundo o novo sub-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, na reunião da reitoria com os decanos, na terça-feira, 15, foi feito um balanço da paralisação pela instituição. No Conselho Executivo, foi relatado que as Unidades que efetivamente pararam foram o IFCS, a Escola de Serviço Social e o Instituto de Psicologia. Nas Unidades dos Centros de Ciências da Saúde, de Tecnologia, de Ciências da Matemática e da Natureza e de Ciências Jurídicas e Econômicas, de acordo com o sub-reitor, houve paralisação parcial. "A Escola de Comunicação não parou", informou Meyer.

O dirigente considerou prematura a discussão do calendário, mas concordou com o posicionamento do colegiado pelo reconhecimento da greve. Meyer sugeriu que os conselheiros subscrevessem a moção contra a PEC 40, da Reforma da Previdência, elaborada pelo Consuni no dia 10/7. Os conselheiros aprovaram a moção, que também será encaminhada ao Conselho de Ensino para Graduados (CEPG).

Colegiado reconhece Assembléias como fórum de decisão das categorias

Os integrantes do CEG manifestaram apoio às decisões da assembléia da Adufrj-SSind sobre a deflagração da greve dos professores. A motivação foi o questionamento do professor Marco Aurélio, do Instituto de Matemática, sobre a representatividade da assembléia que aprovou a adesão dos docentes à greve nacional dos servidores. O professor pediu a palavra, através do conselheiro Miguel Jonathan, e solicitou ao colegiado que não aprovasse a nota reconhecendo a greve, o que, na sua opinião, fortaleceria o movimento.

A resposta dos integrantes do CEG foi imediata. "O CEG não decreta greve. Apenas vamos indicar aos professores que ao final do movimento o calendário vai ser rediscutido", disse Antônio Cláudio, representante do CT.

À presidente da seção sindical foi concedida novamente a palavra. Cleusa lamentou a intervenção do professor e se disse "estupefata" diante da tentativa de descredenciamento das decisões democráticas das Assembléias dos docentes. Na mesma direção, a diretora da Faculdade de Letras e representante do CLA, Edione Azevedo, fez questão de reconhecer a Assembléia da Adufrj-SSind como o espaço de decisão do movimento docente. "A decisão do movimento de aprovar uma paralisação não é uma brincadeira. Nós somos docentes e somos representados por eles (Adufrj-SSind)", disse, lamentando que os docentes que dizem não querer a greve estivessem utilizando o espaço do colegiado para manifestação, e não a assembléia da categoria.

A representante do CCJE, Maria da Penha, também questionou a manifestação do professor. Discorrendo sobre o direito de greve, a professora defendeu os professores que se dedicam ao movimento local e a AG como fórum de decisão dos docentes.

O representante discente Wellington Augusto da Silva foi um dos que mais se indignaram com o questionamento do professor. Para o estudante, a disputa política pela decisões dos movimentos universitários deveriam acontecer "nos fóruns legítimos", em referências às assembléias dos segmentos. O estudante lamentou o tempo gasto com o debate e criticou o uso da palavra pelo docente: 'Imagine se todos os alunos que não concordam com a greve resolvessem reivindicar uma fala no colegiado?", questionou. Wellington lembrou o apoio dos estudantes da UFRJ à greve dos servidores e informou que a assembléia dos alunos se manifestou contra a PEC 40, por um substitutivo à emenda que garanta e amplie os direitos dos trabalhadores do setor público, estendendo-os aos da iniciativa privada.

Nota do colegiado

A pedido da presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, em nome do Comando Local de Greve dos docentes, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou nota de reconhecimento da greve na UFRJ, com apenas uma abstenção e nenhum voto contrário.

"O Conselho de Ensino de Graduação, em sua reunião ordinária de 16/07/2003, por ampla maioria, informa que:

1) apóia as reivindicações do movimento de professores e funcionários;

2) reconhece a paralisação de atividades acadêmicas na educação básica e no ensino superior;

3) afirma que o calendário deverá ser rediscutido após o fim do movimento, de forma a dar continuidade às atividades interrompidas a partir do dia de deflagração da greve;

4) e afirma que os alunos terão seus direitos assegurados.

Conselho de Ensino de Graduação"

Estudantes querem fim da 'bolsa-trabalho'

Os estudantes bolsistas do alojamento lotaram novamente a assistência durante a última sessão do CEG para reivindicar um novo edital para as bolsas de assistência estudantil. O edital de bolsas para 2004 foi aprovado no começo de junho e repete as mesmas exigências do famigerado Profag (Programa de Apoio à Formação Acadêmica da Graduação). As maiores reclamações são sobre a carga horária de 12 a 20 horas semanais, a obrigatoriedade de 100% de freqüência para o recebimento da bolsa e o valor, que foi reduzido de R$ 260,00 (valor do antigo Profag) para R$ 240,00 (valor da bolsa PIBIC). Chamado de 'bolsa-trabalho', o Profag foi criado pela gestão Vilhena. Segundo os estudantes e os conselheiros do CEG que se manifestaram contrários à modalidade, a bolsa é concedida aos alunos em setores que nada têm a ver com a área de estudo dos bolsistas.

O novo sub-reitor de graduação, José Roberto Meyer, se comprometeu em pagar as bolsas atuais, administrativamente, independente da freqüência. Ao todo, a SR-1 oferece 504 bolsas de assistência aos estudantes de baixa renda. Na sessão do colegiado foi criada uma comissão que tem até o dia 20 de agosto para reformular o programa atendendo às demandas do corpo discente. A comissão será presidida pela nova superintendente da SR-1, professora Déia Maria Ferreira, e contará com a participação de quatro estudantes, da diretora do alojamento, Vera Aguiar, e de um docente da Escola de Serviço Social.

Os estudantes apresentaram uma proposta de resolução como substitutivo à aprovada em junho. Eles querem o valor do Auxílio Manutenção em R$ 260,00 e a bolsa seria complementar ao auxílio moradia. Os beneficiários do Auxílio Manutenção poderiam, ainda, acumular outras modalidades de bolsas ou auxílios da universidade ou de outras instituições.

Manuella Soares

MANIFESTAÇÃO POR BANDEJÃO E ASSISTÊNCIA, NA REITORIA , EM 2001

Adufrj-SSind

Assembléia confirma continuidade da greve

Próxima AG foi marcada para o dia 22/07, às 13h, no auditório do CT

Reunidos em Assembléia Geral no dia 16/7, os professores da UFRJ decidiram continuar na greve unificada dos servidores por tempo indeterminado. Também foram aprovados os encaminhamentos do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind para o fortalecimento do movimento na universidade e no estado: entre as deliberações, está a possibilidade de articular mais as atividades das entidades representativas de docentes, técnico-administrativos e estudantes contra a Proposta de Emenda Constitucional nº 40/2003. Atos como aulas públicas e debates devem ser realizados para ampliar a participação da comunidade universitária na discussão da reforma da Previdência. No cenário estadual, deverá ser reforçada a atuação do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social, que congrega sindicatos do funcionalismo (federal, estadual e municipal) e da iniciativa privada.

A AG da Adufrj-SSind sinalizou para o Comando Nacional de Greve do Andes-SN alguns princípios para uma possível negociação entre servidores e governo com relação ao sistema previdenciário: paridade, integralidade de aposentadorias e pensões, manutenção da previdência pública por regime de repartição, contra os fundos de pensão e em favor da solidariedade entre os trabalhadores e entre as gerações.

O debate

Os professores presentes à assembléia prosseguiram com as avaliações sobre a necessidade da greve, a história do movimento docente, a reforma e a conjuntura. Na parte de informes da AG, Salatiel Menezes - como delegado da Adufrj-SSind ao CNG/Andes-SN - relatou as atividades ocorridas em Brasília, nos últimos dias. A presidente da entidade, Cleusa Santos, comentou a aprovação de uma nota de reconhecimento da greve pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da universidade (ver matéria na página 3). Já Roberto Leher (da Faculdade de Educação) fez uma exposição sobre as motivações da avaliação do Comando Local de Greve (publicado em encarte desta edição), que norteou os trabalhos da Assembléia.

O 1º tesoureiro da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, comentou o acerto da decisão da última AG, que deflagrou a greve na UFRJ. Segundo ele, o discurso do governo começou a apresentar argumentos contraditórios no noticiário. Em seguida, Sanglard ressaltou a intensificação do movimento: "A questão (da Previdência) é muito maior: por isso, a adesão de entidades à greve é muito grande", observou.

Fotos: Kelvin Melo

PROFESSORES VOTAM NA CONTINUAÇÃO DA GREVE

João Torres, professor do Instituto de Física, disse que o movimento deveria negociar primeiro, em vez de fazer a greve, "que deve ser o último recurso". João, assim como em AG anterior, voltou a dizer que a UFRJ promove greves demais e comparou a situação ao uso continuado de um antibiótico. "Se a gente aplica muito um antibiótico, ele perde a eficácia e cria resistência", disse. João também discordou da motivação desta greve e afirmou que nem todos os movimentos são vitoriosos.

Professora da Escola de Serviço Social e 1ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, Janete Luzia observou que a greve não é o primeiro recurso desta greve, como afirmou o docente do Instituto de Física. "Foram inúmeros os pedidos de audiência. Só houve o silêncio como resposta", comentou. Em outro momento da AG, Janete frisou que nunca viu, dentro do movimento docente, qualquer greve que tenha sido "leviana ou irresponsável".

Cleusa Santos relembrou a trajetória de seis meses de debates sobre a reforma previdenciária e os cerca de dois meses de assembléias que discutiram a possibilidade da greve para demonstrar a maturidade da decisão da AG anterior. Ainda nesta assembléia, Cleusa considerou que muitos docentes podem estar contrários à greve por acreditarem na justiça da proposta do governo, mas fez um pedido: "Provem para nós, pela lógica, que isso é verdade", acrescentando que o espaço privilegiado para o debate e as deliberações são as instâncias do movimento.

Leandro Nogueira, da Escola de Educação Física e Desportos, criticou a privatização da Previdência embutida na PEC 40/2003 e frisou o seu apoio à condução do movimento docente pela Adufrj-SSind, bem como pelo Andes-SN. O docente manifestou sua preocupação com a política econômica em curso no país, com facilidades para o capital especulativo, altas taxas de juros e crescente desemprego.

José Miguel, do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind e professor da Escola de Engenharia, esclareceu que a reforma não sustenta o argumento do governo de que vai resolver o suposto déficit da Previdência: "O governo fala de um rombo de R$ 40 bilhões por ano. A PEC propõe uma economia de R$ 50 bilhões nos próximos 20 anos. Então, vamos continuar com o 'déficit'. É só fazer as contas", comentou. José Miguel repetiu que a greve não está sendo o primeiro recurso dos servidores e citou a ausência dos governistas nas audiências públicas da reforma como um dos sinais de intransigência do Palácio do Planalto. O professor também se ofereceu para debater a PEC 40/2003 junto aos docentes do Instituto de Física, se eles quiserem.

Salatiel Menezes observou que a greve atual não é por qualquer motivo e que "fazer greve dá muito trabalho". "Essa greve é para melhorar os serviços públicos. E a greve não é só das universidades", disse.

Adir Moysés (Instituto de Física) comentou que a atual greve é, na opinião dele, "a mais importante que nós já fizemos na História", em referência à possibiliade de desmonte do Estado brasileiro por conta da aprovação da PEC 40/2003. O professor também retrucou o argumento de que são feitas greves demais nas universidades. "Se são muitas é porque as injustiças sociais também são muitas", observou.

Roberto Leher seguiu o ponto de vista pelo qual o governo não quis negociar a reforma. O professor citou o caso dos de-

Tribuna

João Torres
Instituto de Física

"A greve deve ser o último recurso. Se a gente aplica muito um antibiótico, ele perde a eficácia e cria resistência".

Adir Moysés
Instituto de Física

"Esta é a mais importante (greve) que nós fizemos na História. Se são muitas (greves), é porque as injustiças também são muitas".

Roberto Leher
Faculdade de Educação

"Quem está em dúvida venha para o debate. Vamos construir aqui a vitória do serviço público brasileiro. É a nossa responsabilidade ética".

Adufrj-SSind

putados petistas que foram afastados das comissões porque mantinham críticas ao conteúdo da PEC 40. "Não estou falando nem dos chamados 'radicais', mas de deputados como Ivan Valente (PT-SP) e outros", disse. O professor também listou os nomes de Marilena Chauí, Paulo Arantes e Chico de Oliveira como intelectuais ligados ao PT, que estão "dolorosamente analisando sua própria história". Roberto conclamou todos ao debate nas assembléias da Adufrj-SSind: "Quem está em dúvida venha para o debate. Vamos construir aqui a vitória do serviço público brasileiro. É a nossa responsabilidade ética", disse.

Edwaldo Cafezeiro (da Faculdade de Letras) referendou o apoio à continuidade da greve. "Essa reforma é uma reforma do Estado por trás da reforma da Previdência. E está encaixada num pensamento liberal; não é libertária, como nós queremos", observou. Cafezeiro respondeu à provocação do presidente Lula, em suas declarações à imprensa, que se compadecia dos cortadores de cana-de-açúcar diante dos supostos privilégios dos professores universitários. Segundo Cafezeiro, os cortadores de cana deveriam, sim, ganhar uma valorização; mas esse fato não deveria ser correlacionado à retirada de direitos dos docentes.

Tatiana Roque, do Instituto de Matemática, solicitou uma auto-crítica aos militantes do movimento docente. Ela comparou a situação da greve na UFRJ com a conjuntura americana posterior à queda das Torres Gêmeas. De acordo com a professora, o americano médio se surpreendeu com o incidente e passou a analisar as razões para o fato. "Onde foi que erramos?" era o questionamento dos americanos, segundo a docente. Agora, para Tatiana, era a vez dos presentes analisarem a ausência dos demais docentes pela mesma ótica: "Onde foi que vocês erraram?", deixou no ar.

Roberto Leher ponderou que nenhum professor, naquela assembléia, expressou qualquer opinião favorável aos termos da PEC 40/2003. Diante da defesa explícita do conteúdo original da reforma, na mídia, pelos representantes dos bancos e fundos de pensão, Roberto solicitou que os presentes considerassem essas singularidades na votação da continuidade da greve na UFRJ, que acabou confirmada.

Fundo de greve

Para ajudar nos esforços de sustentação do movimento contra a PEC nº 40/2003, o CNG-Andes-SN constituiu o fundo de greve e solicitou o apoio das seções sindicais, que deverão contribuir com R$ 0,35 por sindicalizado, por semana, a partir da data de deflagração da greve. Para a Adufrj-SSind, com pouco menos de 3,4 mil sindicalizados, o fundo de greve vai significar uma despesa de aproximadamente R$ 1,2 mil por semana.

Representação no CLG e no CNG

Após algumas reuniões de Unidade, foram efetivados os nomes dos representantes no Comando Local de Greve da Adufrj-SSind, instalado definitivamente desde o dia 15. Pedro Peixoto (Escola de Química), José Miguel Bendrao Saldanha (Escola de Engenharia), Sandra Martins e Celina Maria (Colégio de Aplicação) foram indicados nos últimos dias. O Instituto de Física também escolheu seis representantes (três titulares e três suplentes), mas o professor João Torres não deixou a relação de nomes com a mesa diretora da Assembléia. O professor Salatiel Menezes se colocou à disposição para representar a Adufrj-SSind no Comando Nacional de Greve do Andes-SN nesta semana, em Brasília.

Encontro e Marcha

O Comando Nacional Unificado da Greve (CNUG), que congrega todas as entidades do funcionalismo, organiza duas grandes atividades para a capital do país, com o objetivo de demonstrar a força do movimento. Nesta quinta-feira (24/07), ocorre o Encontro dos servidores públicos das 3 esferas. No início de agosto, a segunda Marcha em Brasília contra a reforma da Previdência espera ampliar o sucesso da marcha de 11 de junho, que teve mais de 30 mil servidores. Janete Luzia informou que o Sindicato indica a maior participação possível nos dois atos. Em caso de dificuldades financeiras, a orientação é priorizar a Marcha.

Participação no ato de posse

A exemplo do que decidiram os estudantes e técnico-administrativos em suas instâncias próprias, os professores presentes à assembléia também decidiram realizar uma manifestação contra a reforma da Previdência na posse do reitor Aloisio Teixeiria, na última sexta-feira (veja cobertura na página 12).

Agenda Sindical

21/07 – Audiência pública sobre a Reforma da Previdência em Salvador.

***21/07* – CNUG preparará reunião das 3 esferas** (Federal, Estadual e Municipal) a partir de proposta da comissão composta por Andes-SN, Fasubra e Fenafisps.

23/07 – CNUG faz reunião ampliada com os Comandos Estaduais de Greve.

23 e 24/07 - Atividades em Brasília junto aos parlamentares (24/7, data provável do início da votação no relatório);

24/07 – Encontro dos servidores públicos das 3 esferas

26/07 – Reunião do CNUG que irá discutir marcha e acampamento para o início de agosto

30 e 31/07 - Reunião do GT Política Educacional do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

1 e 2/08 - Plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Brasília (DF) - auditório da CNTE

11 a 15 de agosto – Acampamento com Marcha a Brasília

10 a 12/09 - Eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

24 a 28/10 - Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

29 a 31/07/2004 - Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Movimento

Técnicos aprovam continuidade da greve

Mais de 300 pessoas participaram ontem (15/7) da assembléia do Sintufrj que aprovou a continuidade da greve por tempo indeterminado. A avaliação dos técnico-administrativos é que o movimento vem crescendo nacionalmente e também na UFRJ. O Comando Local de Greve do Sintufrj aprovou a realização de um ato contra a Reforma da Previdência durante a posse do reitor Aloisio Teixeira, na última sexta-feira.

Mais da metade dos servidores pára em todo o país

De acordo com o Comunicado do Comando Nacional de Greve do Andes-SN (nº 5, de 15/7), 55% dos servidores públicos federais paralisaram suas atividades. Das seções sindicais do Andes-SN, 25 encontram-se em greve e outras dez entram no movimento entre hoje e 11 de agosto. Ainda existem oito seções sindicais com indicativo de greve aprovado e outras oito, que são contrárias à greve. O Sindicato dos Servidores do IBGE informa que 90% dos trabalhadores, em média, nos estados, encontram-se em greve. A Fasubra Sindical informa que 30 entidades de base deliberaram pela greve por tempo indeterminado e mais dez devem entrar no movimento até o fim da semana.

Os auditores fiscais da Previdência Social têm adotado a estratégia de realizar paralisações de 48 horas por semana. Segundo o informe do CNG nº 4 (do Andes-SN, de 11/07), a Fenafisps tem atingido índice de 90% de paralisação nas capitais e 40% no interior. Na Bahia e no Piauí, os auditores pararam por tempo indeterminado. A Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal informa, em sua página eletrônica, que grande parte dos servidores do Incra e do Ibama apresenta-se em greve por tempo indeterminado

Os servidores do INSS continuam com 80% de adesão à greve e 30% dos trabalhadores da Saúde continuam parados. No Maranhão, os servidores do INSS e da saúde também entraram em greve. O Sindicato Nacional dos Servidores Federais em Educação Básica (Sinasefe) comunica que 15 entidades de base estão em greve por tempo indeterminado e nove encontram-se em processo de mobilização. Segundo o CNG do Andes-SN, 40% dos servidores ligados ao Sinasefe estão em greve. Outros 30% estariam em processo de mobilização e devem deflaglar a paralisação após o período de férias. A Unafisco (auditores da Receita Federal) informa que foi deflagrada a greve por 72 horas. Os trabalhadores do Judiciário Federal realizam greve por tempo indeterminado em alguns estados, como São Paulo, e alternam paralisações em outros.

Apoio dos estudantes

O CNG do Andes-SN informa (ainda no comunicado nº 4) que a primeira reunião da nova executiva nacional da UNE aprovou "apoio e solidariedade à greve dos SPF", instituindo um comando de mobilização. Os estudantes também aprovaram participar da Marcha à Brasília, de 11 a 15 de agosto.

Estudantes aprovam calendário de mobilização

Reunidos em assembléia no último dia 15, no bloco A do Centro de Tecnologia, os estudantes referendaram o apoio à greve dos servidores nas universidades. Os alunos programaram uma manifestação para a posse do reitor Aloisio Teixeira, que contaria com a presença do ministro da Educação, Cristovam Buarque. Na ocasião, seriam cobradas mais verbas e, especificamente, mais bolsas de estudo do MEC. Além disso, os estudantes também protestariam contra a reforma da Previdência. No dia 22, terça-feira, às 18h, o Conselho de Centros Acadêmicos se reúne no pátio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, no centro.

Movimento

Governo foge das audiências públi

Centenas de servidores protestam dentro e fora da Assembléia Legislativa do Rio

O governo se diz pronto a negociar a reforma da Previdência, mas o que se viu nas audiências públicas marcadas para as assembléias legislativas de São Paulo e Rio para discutir o tema no dia 14 de julho foi a ausência dos representantes da equipe de Lula. A falta de diálogo é tanta que mesmo o relator da comissão especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional nº 40/2003, José Pimentel (PT-CE), preferiu seguir a linha dura do partido e não esteve em qualquer uma das atividades marcadas.

A postura do governo foi bastante criticada pelos parlamentares e servidores que participaram dos eventos nos parlamentos do Rio e de São Paulo. O 1º vice-presidente da Comissão Especial da Reforma Previdenciária, deputado federal Onyx Lorenzoni (PFL-RS) – que conduziu os trabalhos no parlamento fluminense – foi o primeiro a estranhar a falta de defensores governistas da reforma: "Não consigo compreender a ausência do relator José Pimentel, que deveria estar aqui, cumprindo o que é da sua responsabilidade política e parlamentar", afirmou. Logo em seguida, Onyx comunicou aos presentes que a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) ocupou a função de relatora ad hoc para a continuidade da audiência.

Em uma das 73 intervenções permitidas ao público na Alerj, o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, observou que a ausência governista pode ser explicada pelo desinteresse de interlocução com a sociedade: "Não estão aqui (o ministro Berzoini e o relator) porque não somos os interlocutores que lhes interessam. Não estão aqui porque somos as vítimas de uma política definida por instâncias internacionais contra as quais este governo não tem coragem de se impor", disse. Lucas criticou ainda a privatização da Previdência pública embutida na PEC 40/2003, através da possibilidade de criação dos fundos de pensão. "É uma reforma que faliu a Argentina; que desmente todos os argumentos dos seus defensores. Estaremos mobilizados", completou.

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, também teve oportunidade de se manifestar na audiência do Rio de Janeiro. De acordo com ela, a Seguridade Social atacada pela reforma do governo "é um direito construído ao longo de muita luta; é um direito que é fruto do trabalho acumulado por muitas gerações que venderam a sua força de trabalho". Cleusa cobrou dos parlamentares presentes uma reforma "que faça avançar na cidadania dos trabalhadores" e fez referência ao elevado grau de desemprego no país, que obriga mais de cem mil pessoas a concorreram a algumas poucas vagas de gari. A presidente da seção sindical aproveitou a ocasião

MANIFESTANTES COBRAM A PRESENÇA DO MINISTRO

para alertar os parlamentares sobre a corrida às aposentadorias provocada pelo receio contra a reforma governista. Ela citou o caso específico da UFRJ, onde cerca de oitenta professores já deixaram suas atividades só neste primeiro semestre de 2003. "Isso tornou o nosso quadro menos rico e menos diversificado, sem a experiência produzida ao longo da vida por estes profissionais", completou.

Mesa de abertura

Antes de se permitir a participação do público, foi formada uma mesa de abertura na qual algumas personalidades do estado tiveram a oportunidade de tecer seus comentários acerca da reforma previdenciária. O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Miguel Pachá, por exemplo, foi taxativo: "Até hoje nós ainda não tínhamos tido a oportunidade de reunir a sociedade para que possa manifestar livremente a sua opinião contrária a essa atitude tomada contra a magistratura e os servidores públicos", disse. O desembargador foi muito aplaudido quando disse que não se resolve o problema da Previdência Social com cálculos econômicos e financeiros: "O problema da Previdência Social envolve seres humanos - servidores públicos, magistrados, membros do Ministério Público - que têm a sua vida dedicada ao serviço público e que, de uma hora para a outra, são expostos à execração pública", completou. O presidente do Tribunal Regional do Trabalho - 1ª Região, desembargador Nelson Tomaz Braga, chegou a dizer que apenas a convocação de uma Constituinte pode alterar os artigos que falam em direitos já conquistados. A secretária estadual de Administração, Vanice Regina – que representava a governadora Rosinha Garotinho -, discursou sob vaias da platéia.

Participação do público

Reinaldo Velasco (do Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal) também reclamou a presença dos representantes do governo naquela audiência Ele atacou os argumentos que responsabilizam o funcionalismo pelas mazelas da Nação: "A nossa carga tributária saltou, em dez anos, de 25% para 36,5%, e não foi para pagar servidor público não, meus amigos, mas para pagar os juros que eram de 7%, na década passada, e já estão em 14% do PIB. É para isso que se aumenta a carga tributária; não é gasto com o servidor. Gastávamos 5,65% do PIB em 95, e agora estamos gastando 5,55%", disse.

Robson Guedes (do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal) considerou que a reforma da Previdência proposta pelo governo só vai beneficiar os banqueiros, graças à expansão dos fundos de pensão, e disse que os servidores estarão "atentos" ao desenrolar deste debate: "Exercendo assim, o inquestionável direito democrático de fiscalizar as ações dos nossos representantes, estaremos dizendo a todos os deputados: aqueles que nos traírem não terão nossos votos nem dos nossos familiares", avisou.

O presidente da Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro, Marfan Martins, arrancou aplausos da platéia quando disse que o MPE-RJ estava com indicativo de paralisação aprovado, caso o parecer do relator da reforma mantivesse tudo como está. Marfan leu, inclusive, uma análise do próprio José Pimentel, datado de 1998, em que o atual relator da matéria (já enquadrado pelo Palácio do Planalto) criticava os ataques aos direitos dos trabalhadores.

SSinds do Andes-SN marcam presença

Além da Adufrj-SSind, representada pela presidente Cleusa, várias seções sindicais do Rio marcaram presença na audiência. O 2º vice-presidente da Aduff-Ssind, Waldyr Lins, culpou a política econômica desenvolvido no país como o verdadeiro problema a ser atacado, em vez da Previdência Social. A 2ª Secretária da Asduerj, Cláudia Gonçalves, criticou a postura do vice-líder do governo, deputado Professor Luizinho (PT-SP), que trabalhou para que não se realizassem as

CENTENAS DE TRABALHADORES

CLEUSA SANTOS PARTICIPOU DA AUDIÊNCIA

audiências nos estados. O parlamentar teria dito, nas palavras da representante da Asduerj, que "ouvir vaias seria uma violência". "Mas não é uma violência tirar 11% dos trabalhadores que contribuíram trinta, quarenta anos neste País? Não é violência reduzir a pensão em 70%? Não é violência afastar deputados, cassar a participação na bancada da Senadora Heloísa Helena, para passar o rolo compressor? Não é violência esses demagogos como o Palocci, Berzoini, Gushiken, os líderes do Governo, falarem em justiça social quando não o podem fazer? O senhor Gushiken é dono da maior consultoria de fundos de pensão deste país", argumentou. A 1ª vice-presidente da Adur-RJ, Nidia Majerowicz, aproveitou a ocasião para refutar a proposta dos fundos de pensão, embutida na

cas sobre reforma da Previdência

Fotos: Guilherme Lessa

PROTESTAM EM FRENTE À ALERJ

PLENÁRIO E GALERIAS FICARAM LOTADOS

LUCAS ESTEVE NAS AUDIÊNCIAS DO RIO E DE SP

PEC 40/2003: "E o fundo de pensão proposto, de contribuição definida, fará da vida dos futuros aposentados uma loteria: poderão ter aposentadoria ou não; depende se o seu fundo de pensão falir ou não", comentou.

Fórum Fluminense também se posiciona

Perciliana Rodrigues, pelo Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social – que reúne entidades das três esferas (federal, estadual e municipal) do funcionalismo -, sintetizou a reivindicação geral dos presentes em seu discurso: "Queremos a retirada imediata e integral da PEC 40, e não aceitaremos emendas", disse ela. Perciliana citou o ganho dos bancos, anunciado nos jornais daquele dia, de R$ 26 bilhões (somente com tarifas bancárias). "Essa reforma é fruto de uma triste combinação da sonegação, da corrupção e do projeto neoliberal, que tem como resultado a destruição do estado brasileiro, das políticas públicas e do avanço do capital financeiro", concluiu.

Sérgio Moura, da Associação dos Fiscais de Atividades Econômicas do Rio de Janeiro, destacou o fato de a atual greve dos servidores federais ser, talvez, a maior da história do Brasil. "Pela primeira vez, mais de 500 mil pessoas participam de um movimento que tem uma única bandeira, contra essa reforma da Previdência que avilta o serviço público", observou. Sérgio fez referência ao discurso de posse de Lula, no qual o presidente disse que ninguém poderia duvidar da capacidade de luta do povo brasileiro: "Olhe aqui Lula, esse é o povo brasileiro. Ninguém, nunca mais – nem você –, vai desconhecer nossa capacidade de luta", afirmou.

Militares e celetistas ao lado dos servidores

Uma marca da audiência na Alerj foi o apoio explícito de militares (que ficaram de fora desta reforma) e celetistas à greve dos servidores. Marco Antônio Dias, integrante do corpo de bombeiros militar do Rio, externou sua preocupação com o desmonte do Estado brasileiro e manifestou solidariedade com o movimento grevista: "Lembramos que não podemos fazer greve; não faremos. Estaremos nas ruas, nos quartéis para dar segurança que o povo precisa e para que os funcionários públicos possam se manifestar com segurança e tranqüilidade", disse. Dilson Ferreira, que representava os militares estaduais (bombeiros e policiais) também prestou sua solidariedade. "O militar fardado não fará greve, mas nós também estaremos na luta, trajados civilmente. Todos os militares estaduais somos disciplinados, mas disciplina não é sinônimo de covardia. Se for preciso, saberemos ir à luta", contou.

Maurício Ramos, do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, disse também não concordar com os termos da reforma e defendeu um Estado brasileiro forte. "Companheiros, não podemos nos dividir. Sofremos muito quando da reforma da previdência privada. Sofremos muito! Sabemos o que é isso. Nós, metalúrgicos do Rio de Janeiro, somos solidários e estamos ao lado dos servidores públicos em sua greve e na luta em defesa de seus direitos", afirmou.

Sonia Latge, trabalhadora da Light, comparou a reforma em tramitação à privatização da empresa de energia. Ela contou que, no governo Fernando Henrique, a população foi seduzida pela promessa de redução das tarifas em troca da privatização, e a redução não ocorreu. "Por este motivo, em nome de 230 mil eletricitários e trabalhadores de saneamento, venho dar meu testemunho em defesa da Previdência pública que congregue homens e mulheres que atendam ao povo na sua integralidade", disse.

Professora de 74 anos levanta platéia

Em um dos momentos mais emocionantes da audiência pública, a professora Aidil de Carvalho levantou a platéia em uma das últimas intervenções permitidas ao público. Aidil, que representava a Associação de Professores Inativos da Universidade Federal Fluminense e a Federação Nacional de Aposentados e Pensionistas das Entidades Superiores de Ensino, cobrou responsabilidade dos parlamentares na votação da reforma e deu um exemplo de luta: "Sou aposentada, tenho 74 anos, esperei a minha vez, aqui, de pé porque não podia mais ficar sentada por causa das cãimbras, mas não deixarei de ir à rua quando for necessário para defender o direito de todos nós.

Diretor da CUT critica presidente da central

Representante de um setor minoritário da CUT, Agnaldo Fernandes disse que a central apóia a greve dos servidores. Agnaldo observou que as vaias que o presidente da entidade, Luiz Marinho, vêm sofrendo em debates são justas: "São justas porque o presidente da Central Única dos Trabalhadores tem feito à imprensa declarações extremamente infelizes, contrárias à greve; declarações que não partem das discussões feitas no âmbito da Executiva Nacional da Central", justificou.

O presidente da CUT-RJ, Jayme Ramos, disse que a Reforma não diz respeito somente aos servidores públicos, mas a todos os trabalhadores brasileiros. Para Jayme, a reforma do governo provoca o desmonte do Estado. "Endendemos que o Estado brasileiro está relacionado, indispensavelmente, à valorização de seus servidores", afirmou.

Deputados federais encerram audiência

Relatora de última hora das audiências do Rio e de São Paulo, a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) ressaltou a dificuldade que existe para discutir a PEC 40/2003 no Congresso, devido às pressões do Palácio do Planalto por uma tramitação rápida. Ela contou que o requerimento inicial do deputado Onyx previa 10 audiências nos estados. Estas acabaram reduzidas para cinco, senão o governo conseguia rechaçar a proposta.

Jandira também criticou o caráter da reforma previdenciária: "Essa reforma não é um problema dos servidores; essa reforma é um problema da sociedade brasileira, porque são os servidores os principais parceiros dos trabalhadores do setor privado, principalmente daqueles que só têm o serviço público como única alternativa para proteção de suas famílias e a proteção de seu próprio trabalho", afirmou.

A deputada mostrou satisfação com o resultados das audiências que acompanhou nos dois estados naquele dia: pela manhã, em São Paulo, e à tarde, no Rio. "Fiquei muito feliz hoje, depois de 41 intervenções em São Paulo e 73, aqui no estado do Rio de Janeiro, de ver que nenhuma categoria em particular fez uma defesa corporativa", disse. "Nós, do PCdoB, nos somamos integral e solidariamente à greve dos servidores públicos, como a qualquer outro tipo de manifestação, seja um abaixo-assinado, seja a paralisação de um dia, seja a greve por tempo indeterminado", completou. Os deputados federais Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Alceu Collares (PDT-RJ) também foram muito aplaudidos, quando disseram que não votariam a favor da proposta de reforma da Previdência.

Fora da Alerj, muito protesto

Se, dentro do plenário, os trabalhadores deixaram sua mensagem registrada aos parlamentares em Brasília, a animação não foi menor do lado de fora da Assembléia Legislativa. Centenas de servidores que não conseguiram entrar no prédio fizeram um grande protesto, com marchinhas, faixas, cartazes e panfletagem. Mais uma vez, os bonecos que simbolizavam Lula e Berzoini foram motivo de muitas brincadeiras.

Movimento

Leitura do substitutivo demonstra a pressa do governo

De acordo com o Comunicado nº 7 do CNG/Andes-SN (17/07), a leitura do substitutivo da PEC 40/2003 demonstrou o ritmo apressado que o governo tenta imprimir à tramitação da reforma da Previdência. Ao contrário do que vinha ocorrendo nas sessões da comissão de mérito - que eram públicas -, a leitura do relatório foi transferida para o plenário da Câmara dos Deputados. De acordo com a avaliação do comando nacional de greve do Sindicato Nacional, esta manobra teve como objetivo dificultar a presença dos servidores - o acesso ao local só foi possível através da distribuição de senhas entregues às lideranças partidárias.

Durante a leitura do substitutivo, o CNG/Andes-SN avaliou como desrespeitosa a postura do presidente da comissão, deputado Roberto Brant (PFL), que impediu falas, atropelou o regimento interno e demonstrou clara intenção de acelerar os trabalhos naquela sessão. "O atropelo foi tão grande que nem o cuidado da distribuição prévia dos avulsos (do substitutivo) aos parlamentares foi atendido, o que gerou intensos protestos oposicionistas", afirma um trecho do comunicado do CNG/Andes-SN.

Rose Brasil/Agência Brasil

SERVIDORES PROTESTAM DIANTE DOS DEPUTADOS, EM BRASÍLIA

Audiências são desconsideradas pelo relator

Vale dizer que a comissão da Reforma da Previdência deliberou pela realização de até cinco Audiências Públicas externas, nas Assembléias Legislativas do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia (a matéria sobre a audiência na Alerj pode ser acompanhada nas páginas 6 e 7 deste jornal). Como se verificou, nenhum defensor da proposta governista se apresentou nas audiências, muito menos o relator da comissão, deputado José Pimentel (PT-CE), que foi devidamente enquadrado pela cúpula do governo. No seu texto sobre o substitutivo, Pimentel apresentou uma justificativa incoerente com a sua tarefa de ouvir sugestões e, assim, preparar o relatório: "A registrar que este relator comunicou à Comissão Especial, na reunião de 10/07/03, a impossibilidade de comparecimento a estas Audiências, tendo em vista a imperiosa necessidade de elaborar este Parecer".

Encarte sobre o substitutivo

Junto desta edição, o Comando Local de Greve da Adufrj-SSind está divulgando um encarte com o texto do substitutivo e uma análise preliminar do seu conteúdo.

Servidores encontram-se com presidente do STF

"Não podemos nos esquecer dos futuros servidores públicos, sob pena de desmontarmos ainda mais as instituições do Estado brasileiro". Essa foi a afirmação do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Maurício Correa, em encontro com o Comando Nacional Unificado de Greve dos servidores, no último dia 17, em Brasília. A reunião foi relatada no Comunicado nº 7 do CNG/Andes-SN (de 17/7). De acordo com os informes prestados pela diretoria do Sindicato Nacional, os objetivos desta audiência com o ministro do STF eram, entre outros: estreitar as relações com o Poder Judiciário e "abrir canais de diálogo para situações futuras" e expor as razões da deflagração da greve do funcionalismo.

O presidente do STF reiterou várias vezes durante a reunião que os direitos devem ser preservados para todo o funcionalismo, e não apenas para o Judiciário. Maurício Correa aproveitou a ocasião para comentar o resultado de suas conversas com representantes do governo. Observou ele que, em contato feito com o presidente Lula, ficou assegurado o princípio da integralidade e da paridade (o que se confirmou apenas para os atuais, segundo verificou-se no substitutivo do relator José Pimentel).

Maurício Correa ressaltou que tem cobrado do governo os dados que demonstrem que a Previdência é deficitária e que não recebeu nenhuma resposta a respeito. Também disse ter desafiado o governo a demonstrar que a integralidade e a paridade são inviáveis, após 30 ou 35 anos de contribuição por parte dos servidores. Segundo Correa, essa argumentação é insustentável.

Ministro reconhece importância da greve

O ministro do STF, em vários momentos da reunião, reconheceu a importância da "pressão" (termo utilizado por ele para classificar a greve) que os servidores estão realizando sobre o governo. Expressou ainda a perplexidade e indignação com a situação das universidades brasileiras e com os salários dos docentes e técnico-administrativos.

"Vilhena" cearense

O CNG/Andes-SN enviou moção de solidariedade aos professores da Universidade Regional do Cariri (CE). Eles se encontram em greve contra uma atitude arbitrária do governador Lúcio Alcântara (PSDB), que empossou o terceiro colocado nas eleições paritárias para a reitoria da instituição. Em defesa do princípio da autonomia universitária e em respeito à vontade da maioria da comunidade da URCA, o Comando Nacional de Greve do Andes-SN exige a revogação imediata da intervenção e a indicação do candidato mais votado no processo eleitoral.

CNG congratula-se com Chico de Oliveira

O CNG/Andes-SN aprovou o envio de mensagem de congratulação ao sociólogo Francisco de Oliveira pela luta contra a Reforma da Previdência proposta pelo governo. Ontem (15/07), Chico de Oliveira, que é professor da USP e um dos fundadores do PT, chamou de imbecil o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, durante a 55ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que ocorre em Recife.

SBPC aprova moção contra PEC

A Assembléia Geral da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada no dia 16/7, aprovou por unanimidade uma moção contra a PEC 40/2003 em função dos prejuízos que poderão ser causados ao ensino e à pesquisa. De acordo com o CNG/Andes-SN, a aprovação da moção representou o resultado do esforço realizado pela Secretaria Regional Nordeste II do Andes-SN em conjunto com as seções sindicais durante o evento.

Nosso Bolso

"Reajuste" dos servidores está na conta

O "reajuste" salarial dos servidores já está disponível nas contas bancárias desde o dia 18. Para 75% do funcionalismo, o aumento será de 4% a 13,23% sobre os salários, retroativo a janeiro. O "reajuste" linear foi de 1%. O governo pagou também a vantagem pecuniária de R$ 59,87, retroativa a maio.

Manifesto

Estado democrático, nação soberana e previdência pública

Manifesto da Andifes*

Brasília, 15 de julho de 2003

Na condição de dirigentes das instituições federais de ensino superior, reunidos em Conselho Pleno da Andifes e após analisar em seminário que contou com a participação de especialistas de diversas áreas e técnico do Governo Federal, vimos, de público, manifestar nossa grave apreensão quanto à possibilidade de aprovação da PEC 40, encaminhada ao Congresso Nacional, a qual trata da Reforma da Previdência e modifica essencialmente apenas o regime próprio de previdência do servidor público. Vale lembrar que a Constituição de 1988 não inclui na seguridade social brasileira - da qual faz parte a previdência social - o regime previdenciário próprio do servidor público. E não o faz por se tratar de matéria substancialmente diferente.

O Brasil, naquela ocasião, emergia de um grave período de autoritarismo e a Constituição, ao conceber o nosso Estado Democrático a ser construído no país, capaz de intervir positivamente na vida social e implementar o projeto nacional, resolveu dotá-lo de um corpo de servidores capaz de ser o instrumento ativo desta concepção. Daí a exigência expressa de concurso público, a promoção por mérito, a qualificação permanente, a estabilidade e o regime previdenciário próprio.

Nos anos 90, esta concepção de estado foi substituída por outra, na qual a própria idéia de um projeto nacional não se fazia presente. Naquela circunstância a reforma da previdência, ainda que desconstitutiva do Estado, era coerente com a orientação geral.

A apreensão que manifestamos, nesse momento, decorre assim da ameaça que continua a exercer sobre o Estado Brasileiro e dos danos que essa desconstituição acarretará à sociedade brasileira como um todo, sem que sequer o seu conceito seja discutido.

Dentro deste quadro, nossa preocupação justificavelmente elege como foco a situação das universidades públicas e, especialmente, do sistema federal de ensino público superior. Este patrimônio da sociedade brasileira, construído ao longo de décadas como política de Estado, não pode, por opções de conjuntura, ser ameaçado naquilo que é seu elemento mais precioso: o saber, os recursos humanos que o constituem.

As possíveis alterações da previdência pública, presentes no texto da PEC 40 trazem como indesejável contrapartida a perda de massa crítica das universidades, justamente a força de trabalho mais experiente e melhor preparada de que elas dispõem; a privatização de recursos públicos, onde profissionais que, por aposentadoria ou por auto-exoneração, hão de enriquecer os quadros de instituições privadas; e o decréscimo de atratividade no recrutamento de novos trabalhadores, que venham, com seu sangue novo, substituir a competência dos que partiram.

Estamos convencidos de que a preocupação que expressamos tem caráter eminentemente institucional. Em nosso país, tem cabido à universidade pública gerar conhecimento essencial à promoção do desenvolvimento soberano, formar quadros dirigentes para as próximas gerações, fomentar, finalmente, a inclusão social duradoura, que se faz, entre outros processos, pela diversificação sociológica das elites assegurada pelo tipo de mobilidade que a educação universitária permite. O esvaziamento profissional das universidades públicas, definitivamente, não interessa a qualquer projeto democrático de sociedade brasileira.

A partir destas reflexões, vimos alertar para os danos que podem ser trazidos à universidade, ao serviço público e, por extensão, à sociedade, no caso de que a Reforma da Previdência venha a prevalecer tal como está delineada.

Assim considerando, apelamos aos parlamentares e aos dirigentes de nosso país, em cuja sensibilidade confiamos, para juntos construirmos uma boa solução para os problemas postos pela contingência. Reiteramos nossa esperança de que podemos construir um novo Brasil, mais justo e mais solidário, sem renunciar às conquistas de nossas lutas históricas e apostando na qualidade e no patriotismo do serviço público brasileiro.

Conclamamos igualmente a todos os atores sociais para que se disponham à negociação e ao diálogo, aprofundando o debate tão importante para o destino do país.

* Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

Moção do Conselho Universitário da UFMG contra a PEC 40

Moção Contra a Reforma da Previdência (PEC 40), aprovada pelo Conselho Universitário em 10 de julho de 2003

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais, reunido em 10 de julho de 2003, manifesta sua profunda apreensão com a proposta de Reforma da Previdência encaminhada pelo Governo ao Congresso Nacional. Subjacente ao projeto, está presente a visão de que o servidor público é o principal responsável pelas alegadas dificuldades de financiamento da Previdência. Parece que todos os grandes erros de política econômica cometidos ao longo de mais de uma década se resumem, quase que exclusivamente, a privilégios e concessões de que seriam beneficiários os servidores públicos. Esquecem-se os mentores dessa proposta de que a grande maioria das vantagens previdenciárias desses servidores, cuja legitimidade poderia ser questionada, já foi extinta por reformas anteriores e beneficiam tão somente aqueles que ou já se aposentaram ou já haviam adquirido o direito a tal. Não se pode deixar de lembrar que os atuais servidores ingressaram no serviço público sob a égide de preceitos legais bem estabelecidos, que geram a expectativa legítima de aposentadoria pelas regras atuais. Trata-se de um contrato que deve ser honrado, à semelhança de outros que estão sendo cumpridos pelo Governo.

Por outro lado, há aspectos da proposta que ameaçam funcionários e professores que se encontram próximos de completar o tempo para a aposentadoria – ou que já o completaram –, suscitando uma corrida à contagem de tempo e, mesmo, à aposentadoria. A questão do respeito aos direitos adquiridos não está suficientemente esclarecida, como tem sido alertado por especialistas na área do Direito. O projeto comete, ainda, flagrante injustiça ao não estabelecer regras de transição, que levem em conta o tempo de serviço já prestado.

O futuro da Universidade pública no Brasil poderá ser fortemente afetado por decisões precipitadas que vierem a ser tomadas agora. De um lado, porque a corrida à aposentadoria – inclusive à proporcional – privará a Universidade de parte expressiva de quadros altamente qualificados com que ela conta. Deve-se recordar que o mesmo fenômeno ocorreu em governos anteriores, deixando as Universidades públicas com evidente escassez de profissionais experimentados. De outro, porque, tal como ocorreu nesses episódios anteriores, o Estado não conseguirá repor, numericamente, boa parte da força de trabalho que se aposentar. A equação é simples: quem se aposenta continua onerando, da mesma forma, a folha de pagamento e a sua substituição acarreta um ônus adicional às já combalidas finanças, seja do Governo Federal, seja de Governos Estaduais ou Municipais.

Mais grave ainda, sob o enfoque institucional, é que os atuais planos de carreiras são desestimulantes e desatualizados, os padrões salariais, baixos e as condições de trabalho, sofríveis. A isso se somará a quebra de direitos previdenciários específicos do serviço público. Inevitavelmente, o resultado desse conjunto de fatores afastará das Universidades públicas os jovens talentosos.

É em nome dessas preocupações que a UFMG faz um apelo ao Governo Federal para um debate sereno e efetivamente esclarecedor do projeto de Reforma da Previdência, sem açodamentos, de forma a serem corrigidos todos os inconvenientes da proposta em discussão, evitando-se criar dificuldades ainda maiores para que as Universidades públicas brasileiras mantenham seu atual padrão de qualidade e possam se desenvolver cumprindo a responsabilidade social que todos delas esperam.

Professora Ana Lúcia Almeida Gazzola
Presidente do Conselho Universitário

Opinião

Previdência ou inconsciência social?

Luis Paulo Vieira Braga*

À medida que aumentam as resistências ao Projeto de Reforma da Previdência (PEC-40) seus defensores intensificam a argumentação favorável ao mesmo, invariavelmente ao longo de três eixos de raciocínio: déficit, justiça social e analogia com os países desenvolvidos. Cabe acrescentar, que além de argumentos, o governo também tem desenvolvido ações repressoras contra aqueles que se manifestam contra a PEC-40.

A questão do déficit tem sido o carro chefe da defesa da reforma. Quase todos os dias os valores, em bilhões de reais, aparecem na mídia tanto para o setor público como para o setor privado. Os números não consideram a contribuição das empresas ou do governo, assumindo-se, portanto, que já vigora um regime de capitalização, o que não é verdade. Não se consideram ainda as dívidas de empresas e do próprio setor público, o que aumenta a suspeição de vício de origem na formulação do projeto, uma vez que o conselho que o formulou era integrado por alguns grandes devedores, incluindo-se o poder público. Por que os compromissos externos devem ser honrados e os internos não? Educação, segurança, saúde e previdência são setores necessariamente deficitários, o que não significa que o dinheiro deva ser mal gasto. Estes setores viabilizam o funcionamento correto da sociedade e não devem ser incluídos nas atividades de mercado, estas sim voltadas para o lucro. A falta de recursos, entre outros motivos, é causada pelos perfis das dívidas interna e externa que não têm deixado margem para investimentos e funcionamento adequado do Estado. Atribuir à previdência do funcionário público a responsabilidade por esta situação é mais do que uma injustiça, é uma temeridade! Pois a PEC-40 não vai resolver nem um problema nem o outro. Ao longo da história recente da República o povo vem sendo iludido com slogans que serviram apenas a propósitos imediatistas. Lembram-se dos fiscais do Sarney? Dos caçadores de Marajá do Collor? Dos cinco dedos de Fernando Henrique Cardoso? Pois bem, temos agora a redentora PEC-40 que vai acabar com os privilégios do funcionalismo público, em particular dos professsores universitários. Quais privilégios? O reajuste de 1%? O fato de um professor assistente ganhar menos que um soldado da Polícia Militar? Ou o de um professor titular ganhar menos que um analista financeiro de multinacional? Quantas vezes não completamos do próprio bolso as despesas para ir a um congresso, ou para adquirir um livro? E, se aceitamos isto, é porque preferimos a estabilidade como condição básica para desenvolver de forma independente as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Não é muito diferente no serviço público em geral, aonde há maior concentração de escolaridade do que no setor privado. O fato do funcionário público receber uma remuneração condizente com suas atividades tanto na ativa como na inatividade é condição *sine qua non* para o funcionamento específico do setor público. Se está ruim agora, ficará pior depois da reforma. Depreciar o fator trabalho no setor público não terá implicações somente neste setor, porque também implicará na depreciação do fator trabalho no mercado em geral. A pretensa reforma PEC-40 visa apenas resolver problemas imediatos de caixa, mas terá conseqüências profundas para o Estado brasileiro e sem eliminar os marajás... No Brasil, quando se fala em reformas de verdade, na manhã seguinte a direita coloca os tanques na rua.

A crise da previdência não se verifica somente no BRASIL. Em diversos países as regras de aposentadoria têm sido rediscutidas e este fato se soma às argumentações pró PEC-40. Entretanto, esquece-se que expectativa maior de vida não é equivalente à expectativa maior de qualidade de vida. Quem tem contato mais próximo com funcionários públicos constata que após cinqüenta anos a maioria padece de problemas de saúde - fruto de condições adversas de vida e da inexistência de programas de prevenção no âmbito do setor público. E aqueles que têm melhor condição financeira estão endividados, pagando muito caro pela saúde, educação, segurança e transporte. Não é este o quadro do funcionário público em um país desenvolvido, amparado que é por sistemas públicos de educação, saúde, segurança e transporte. A simples transposição de critérios demográficos do mundo desenvolvido para o Brasil não é somente uma injustiça, é outra temeridade, pois transformará as repartições públicas em unidades de geriatria ocupacional compulsória.

O Brasil é um país rico em recursos naturais e humanos, por este motivo ainda não se desestruturou totalmente como alguns países africanos e latino-americanos. A formação de uma classe média , fruto em parte do setor público e estatal, garantiu quadros profissionais que viabilizaram uma sociedade diversificada e complexa. Os países desenvolvidos se caracterizam por terem classes médias numerosas e razoavelmente prósperas. Entretanto, no Brasil , as políticas governamentais têm, intencionalmente ou não, expropriado renda deste segmento, contribuindo assim para o aumento da desigualdade no país. Recentemente, este processo, tem sido intensificado em nome da justiça social. É rico quem ganha mais de 2.400 reais, mas permanece engavetado no Congresso o projeto de taxação de grandes fortunas. A CPMF torna-se permanente para o cidadão ordinário, mas o estrangeiro que especula nas bolsas não o paga. Reduzem-se as oportunidades de emprego nos setores de serviço e indústria e incentiva-se fiscalmente a agricultura exportadora que pouco emprega. Desde os tempos coloniais os segmentos mais produtivos da população debatem-se contra aqueles que insistem em manter este país na escuridão da ignorância e da desigualdade. O rosto da elite conservadora que controla o Brasil muda ao longo dos tempos, já usou quepe, bigode, água de colônia, óculos e agora usa barba. O rosto da população, entretanto, continua o mesmo.

Professor do Instituto de Matemática da UFRJ

Opinião

O que é direito adquirido?

Adir M. Luiz*

Todo mundo sabe o que é direito adquirido. Contudo, como a propaganda governamental vem tentando deturpar o conceito de direito adquirido, julgo importante discutir algumas idéias sobre este assunto.

Juntamente com o contracheque de maio (também em formato de contracheque) foi anexada uma propaganda governamental que dizia o seguinte: "O direito adquirido é regra da Constituição e será rigorosamente respeitado pelo governo."

Caros colegas, vocês que já leram o texto do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) enviado ao Congresso, concordam com essa frase? Vocês acham que nossos direitos adquiridos estão sendo respeitados no PEC?

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 nos *princípios gerais e fundamentais* (Título 1) e nos *direitos e garantias fundamentais* (Título 2) contém itens explícitos sobre os direitos de todos os brasileiros.

Todos os direitos adquiridos pelos trabalhadores nos últimos 2000 anos de lutas foram sempre respeitados por todos os países desde o Império Romano até o recente Império Norte-americano. Nos Estados Unidos são respeitados, rigorosamente, os direitos adquiridos, a Constituição e todas as leis vigentes.

O princípio implícito quando falamos de direitos adquiridos é o seguinte:

Nenhuma lei nova pode ser aplicada retroativamente contrariando direitos adquiridos explicitados em uma lei anterior, a não ser que a nova lei venha beneficiar os trabalhadores.

Todos os líderes do atual governo (e também da CUT) no passado defendiam com discursos inflamados os direitos adquiridos dos trabalhadores. Hoje, traindo os antigos ideais, essas lideranças através da imprensa (e em nossos próprios contracheques) fazem uma propaganda maciça tentando alterar o conceito de direitos adquiridos.

No momento, por pressão governamental, existe uma ameaça concreta de que o Congresso aprove uma emenda constitucional retirando da Constituição os itens que garantem nossos direitos adquiridos. Se isso ocorrer, todos os direitos adquiridos conquistados pelos trabalhadores nos últimos 50 anos de lutas poderão ser eliminados, tais como: regras para a aposentadoria, fundo de garantia, 13º salário, férias, etc.

O INSS já está em greve. A plenária dos servidores públicos aprovou um indicativo de greve geral a partir do dia 8 de julho. Sugiro a seguinte proposta concreta para evitar uma possível greve geral:

O Governo retira do Congresso o PEC (que é inconstitucional) e o substitui por um novo projeto contendo apenas o seguinte artigo:

Todos os servidores dos três poderes (civis e militares) que ingressarem no serviço público a partir da data da aprovação da presente lei serão contratados pelo regime da CLT.

A proposta acima coincide com uma das propostas existentes no PEC: a limitação da aposentadoria em 10 salários mínimos (porém com uma contribuição também limitada em 10% deste valor), porém, como todos sabem, os trabalhadores regidos pela CLT têm direito ao FGTS. A diferença essencial é que, se aprovada, esta sugestão de nova lei só teria efeitos para os que ingressarem no serviço público a partir da data da aprovação da lei, portanto não seria inconstitucional (como a PEC é).

O ponto crucial que assinalo é o seguinte: Concordo com qualquer reforma que o Congresso aprove, desde que ela seja válida somente para os que ingressarem no serviço público a partir da data da aprovação da lei.

Contudo, acho que o Governo dificilmente aceitaria a sugestão de proposta anterior por uma razão muito simples: a CLT dá aos trabalhadores o direito dos depósitos do FGTS que é um dos direitos adquiridos garantidos pela Constituição de 1988. Porém, como provavelmente a próxima investida da direita é acabar com o FGTS (e com a própria CLT), o Governo dificilmente aceitaria estender a CLT para os funcionários públicos. Notem que os professores substitutos e muitos outros cargos com "contratos provisórios" não são regidos pela CLT.

Lembramos que, antes do Governo Color, quase todos nós possuíamos o regime da CLT (com o FGTS). A seguir passamos para o chamado regime jurídico único e perdemos o FGTS. Também perdemos os depósitos do PASEP. Até o anuênio também perdemos. Acrescente a isso tudo a atual vergonhosa proposta de "reajuste" de 1%. Onde estão os privilégios dos trabalhadores do serviço público mencionados na propaganda governamental?

* Professor do Instituto de Física da UFRJ

Professor, o espaço do jornal é seu!

Mande artigos (até sete mil caracteres) e cartas para compartilhar a sua opinião com os demais docentes. Comente a greve, a reforma da Previdência ou outro assunto relativo à Educação. Os textos devem ser enviados para os seguintes endereços eletrônicos: adufrj@civil.ee.ufrj.br ou comunica@adufrj.org.br

Resenha

Maioria defende gratuidade

Para 88% da população, as universidades públicas devem continuar gratuitas. Apenas 4% defendem a cobrança de mensalidades ou taxas para ex-alunos. A pesquisa foi feita pela Datafolha e, segundo matéria da Folha de S. Paulo (17/7/03), os resultados não foram surpresa nem para o MEC, nem para as entidades universitárias. "Todos avaliam que os dados confirmam a credibilidade e o status de qualidade que o ensino superior público tem na sociedade e indicam que vale a pena lutar para manter e melhorar o sistema", diz o periódico.

Cursos noturnos na SBPC

Em seminário sobre Políticas Afirmativas, realizado na 55ª SBPC, foi apresentada pesquisa de docentes a UFMG na qual é demonstrado que o ensino seria menos elitista se as universidades públicas oferecessem mais cursos noturnos. O estudo dos professores revelou que, apesar de mais carentes, os estudantes do curso noturno da universidade tinham praticamente o mesmo desempenho acadêmico dos do curso noturno, de maior renda. Segundo a matéria da Folha, de 16/7/03, apenas 24,6% das matrículas nas federais são noturnas.

Cotas na UFRJ

Através do Jornal O Globo (edição dominical de 13/7/03), o reitor Aloisio Teixeira anunciou um projeto de reserva de vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas. O mesmo jornal, em 16/7, anuncia que o reitor pretende criar uma comissão formada por integrantes do CEG e CEPG para formularem a proposta formal. De acordo com o periódico, o reitor pretende reservar de 30 a 40% das vagas oferecidas no vestibular da universidade.

MEC de olho no Fust

O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), de acordo com matéria do Estado de S. Paulo (14/7/03) já possui em caixa, desde que foi criado, R$ 2,3 bilhões que nunca foram utilizados. O fundo tem origem nas privatizações do setor de telecomunicações e, segundo o periódico, o MEC teria pronto um projeto para ligar à internet 42 mil escolas públicas de ensino fundamental e médio. A maior parte da verba do Fust está contingenciada pela área econômica. Mais um recurso que deve estar na conta do pagamento dos juros da dívida pública.

UFRJ

Reitor da UFRJ diz que é contra a PEC 40

Entidades em greve protestam na cerimônia de posse de Aloisio Teixeira

O novo reitor Aloisio Teixeira declarou-se contra a proposta da reforma da Previdência que tramita no Congresso Nacional. “Rejeito substancialmente a proposta de reforma da Previdência. Ela só tem sentido se o desmonte do Estado for o projeto do atual governo”. As críticas foram feitas durante a cerimônia de investidura dos cargos de reitor e vice-reitor da universidade. O evento aconteceu na última sexta-feira, dia 18, na Casa do Estudante Universitário. Invocando a autonomia universitária, Aloisio deu posse à vice-reitora eleita Sylvia Vargas.

Os movimentos de professores, funcionários e estudantes marcaram presença durante toda a solenidade. Com faixas e cartazes, os alunos entoaram o slogan da greve: “Ou pára essa reforma ou paramos o Brasil”. Aloisio recebeu os protestos da comunidade em greve como uma “festa da democracia” e concedeu a palavra aos representantes das entidades.

Primeira a falar, a presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, se disse honrada e emocionada com a oportunidade, e que estava ali cumprindo a difícil tarefa de falar da defesa do Estado brasileiro. Para uma platéia formada de representantes da instituição, ex-reitores e personalidades da política nacional, Cleusa disse que a greve dos professores e funcionários fazia parte de um movimento em defesa do Estado, da cidadania e dos direitos sociais dos trabalhadores “conquistados ao longo de todo o século passado”. Cleusa afirmou que o substitutivo apresentado pelo relator da PEC 40, José Pimentel, “não somente não atende às nossas reivindicações, mas desconstitucionaliza ainda mais os direitos”. Cleusa lembrou ainda que a PEC significa a privatização da Previdência pública através da implementação dos fundos de pensão, que, caso aprovados, receberão dinheiro dos futuros servidores e do Estado.

Participaram da cerimônia o ministro da corregedoria-geral da União, Waldir Pires, e os deputados federais Chico Alencar (PT-RJ) e Jandira Feghali (PC do B-RJ), entre outros. O ministro da Educação, Cristovam Buarque, não compareceu ao evento, como chegou a ser cogitado.

Na próxima edição do jornal da Adufrj-SSind, estará sendo publicada uma matéria mais detalhada da cerimônia realizada na Casa do Estudante Universitário.

Fotos: Guilherme Lessa

DIRETORES DA ADUFRJ-SSIND MARCARAM PRESENÇA NO ATO

ALOISIO TEIXEIRA TRAJOU VESTIMENTA ESPECIAL PARA A OCASIÃO

CLEUSA SANTOS CRITICOU O SUBSTITUTIVO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Boletim da Greve Especial
22 de julho 2003
Informativo da Adufrj-SSind
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200
Ilha do Fundão
CEP: 21944/970 Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 3884-0701, 2260-6368 e 2590-4799
Edição e texto: Comunicação Sindical da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Juízes em greve

Os magistrados resolveram cruzar os braços durante uma semana em protesto contra a PEC 40, entre os dias 5 e 12 de agosto. A reforma da Previdência provoca mais um momento de crise entre os poderes da República. No dia 13, juízes estaduais, militares e do trabalho decidem se continuam em greve por tempo indeterminado. A matéria é do Jornal Correio Braziliense de 22/7/03. Segundo o noticiário, a decisão foi tomada por representantes de 56 entidades e cerca de 13 mil juízes ativos. "Em reunião com o conselho de representantes das entidades, foram 206 votos favoráveis e 74 contrários à greve. O movimento não tem o apoio do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e nem dos juízes federais — que preferem continuar a negociação no Congresso", diz o periódico.

Os juízes querem integralidade e paridade para os futuros servidores da categoria, e não apenas para quem já está na carreira, com está no projeto. Outra reivindicação é o aumento do subteto estadual. De acordo com a reforma, nenhum servidor do Judiciário nos estados pode ganhar mais do que 75% dos vencimentos dos ministros do STF. Os juízes querem 90,25%.

Movimento consolida greve

Paralisação nacional dos servidores chega a 60%

Na avaliação do Comando Nacional de Greve do Andes-SN, de acordo com o Comunicado 8 (dos dias 18 e 19/7), o momento é de intensificar o movimento grevista em todo o país. Segundo o documento, na semana passada, a greve dos servidores cresceu ainda mais, atingindo 60% de paralisação entre as categorias. O Andes-SN tem, segundo o último Comunicado, 28 universidades federais em greve, A Confederação Nacional do Serviço Público Federal (Consef) informa que ampliou a greve, em especial, com a paralisação do pessoal do Ibama. A Fasubra mantém greve de funcionários em 39 universidades. Os fiscais da Receita Federal voltaram a realizar paralisações de 72 horas, atingindo 90% da categoria, e os trabalhadores da Previdência Social continuam em greve com adesão de 85% de sua categoria, principalmente no INSS.

Para os Comandos Nacional do Andes-SN (CNG) e Unificado (CNUG), o movimento pela retirada da PEC 40 do Congresso está consolidado. "A confusão instalada no governo na primeira semana de greve continua e assume um grau cada vez maior", avalia o CNG. Ainda de acordo com o Comunicado 8, a apresentação do relatório da emenda da Reforma da Previdência foi uma tentativa de refortalecer o governo e cumprir sua agenda com o Fundo Monetário Internacional. O documento analisa politicamente o parecer do relator da PEC, José Pimentel, como uma encenação para iludir os que apostaram na apresentação de 'emendas à emenda'. Para o CNG, o substitutivo mantém o fundamento da privatização da previdência pública com a criação dos fundos de pensão. A manutenção da integralidade e da paridade para os atuais servidores, segundo o documento do Andes-SN, é baseada numa "brutal combinação" de tempo de trabalho, tempo de contribuição, tempo no serviço público e no cargo. Esta concessão, na verdade, segundo o Sindicato dos Docentes, seria uma tentativa de confundir os servidores, mas não garantiria a manutenção dos direitos, de fato, para toda a categoria do funcionalismo público.

Carreata substituiu audiência pública na Bahia

O governo fugiu das audiências públicas do Rio e de São Paulo sobre a reforma da Previdência, mas fez pior na Bahia. Ao antecipar a leitura do relatório da PEC 40, abortou a realização da atividade, que seria realizada no dia 21/07, na assembléia legislativa baiana. Apesar disso, a coordenação estadual dos servidores daquele estado manteve a manifestação prevista para a data, de acordo com informativo da seção sindical dos docentes da Universidade Federal da Bahia (Apub).

De manhã, três ônibus lotados de servidores puxariam uma carreata até o Centro Administrativo. Na Assembléia Legislativa, seria entregue documento ao presidente Carlos Gaban, solicitando seu apoio no trabalho de convencimento dos parlamentares federais na votação contra a PEC. Na Governadoria, seria pedido ao governador Paulo Souto que oriente sua bancada a votar contra a proposta do governo.

"Serviço Público na Praça"

Nesta quarta-feira, dia 23, o Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social promove o evento "Serviço Público na Praça", com a realização de aulas públicas, músicas, barracas e divulgação das entidades. A atividade acontece na Cinelândia, de 13h às 18h

Octavio Ianni critica governo Lula

Em entrevista ao Jornal da Unicamp, edição nº 220, da semana passada, o sociólogo e professor emérito daquela instituição, Octavio Ianni, não poupou críticas ao governo que ajudou a eleger. Segundo ele, Lula e sua equipe estariam promovendo a "satanização" de aposentados, funcionários públicos e professores universitários para conseguir a aprovação das reformas, sobretudo a da Previdência. "É inegável que algumas corporações dispõem de vantagens escandalosas. Mas é importante reconhecer que os professores do sistema público de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus têm sido gravemente prejudicados pelas políticas governamentais desde a ditadura militar, continuando com os governos civis e com o governo atual, que se entregou gostosamente ao modelo neoliberal. Portanto, quando o presidente está dizendo o que disse, ele está simplesmente servindo ou recitando uma diretriz do Consenso de Washington", afirmou, em certo trecho da entrevista.

Tramitação da reforma da Previdência

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, prevê para a próxima terça-feira (29/07) a votação do relatório da Reforma da Previdência pela Comissão Especial. Segundo João Paulo, o debate será iniciado nesta quarta-feira (23/07) e se estenderá até a próxima segunda (28), de acordo com a Agência Câmara.

Agenda

23/07 - CNUG faz reunião ampliada com os Comandos Estaduais de Greve.

23 e 24/07 - Atividades em Brasília junto aos parlamentares

24/07 - Encontro dos servidores públicos das 3 esferas

26/07 – Reunião do CNUG que irá discutir Marcha e acampamento para o início de agosto

30 e 31/07 - Reunião do GT Política Educacional do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

1 e 2/08 - Plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Brasília (DF) - auditório da CNTE

11 a 15 de agosto - Acampamento com Marcha a Brasília

Diap analisa substitutivo

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar analisou, em nota divulgada no dia 18/7, o parecer do relator da Reforma da Previdência na Comissão Especial da Câmara, deputado José Pimentel. O parecer conclui pela necessidade de um substitutivo e promove algumas modificações no texto original da PEC 40/2003. De acordo com o Departamento, no entanto, o texto "fica muito aquém do acordo com o Poder Judiciário, promovido por iniciativa do presidente da Câmara".

De acordo com o Diap, o substitutivo prevê as seguintes regras:

- Que a aposentadoria dos futuros servidores será, no máximo, de R$ 2.400,00;
- O fim da aposentadoria proporcional para os atuais servidores;
- Que a paridade para os atuais é parcial e depende de lei;
- Que a integralidade para os atuais servidores exige o cumprimento simultâneo de quatro requisitos: idade mínima de 60 e 55, tempo de contribuição de 35 e 30, 20 anos de serviço público e dez no cargo;
- Que o atual servidor que se aposentar antes da nova idade mínima (60, homem, e 55, mulher) terá sua aposentadoria calculada pela média e sobre ela incidirá um redutor de 5% por cada ano de antecipação;
- Que haverá contribuição sobre as aposentadorias e pensões, inclusive para os servidores em gozo de benefício;
- Que na pensão o redutor mínimo, na parcela que excede a R$ 1.058,00, será de 30%, podendo ser muito maior;
- Que o teto nacional de remuneração terá por base o salário de ministro do Supremo, atualmente de R$ 17.170,00;
- Que haverá subteto nos Estados, vinculando ao salário de desembargador a remuneração do Judiciário estadual, do Ministério Público e da Defensoria Pública estadual; vinculando ao salário de governador os vencimentos dos servidores do Executivo, exceto Ministério Público e Defensoria; vincula ao salário de deputado estadual, os servidores do Legislativo e ao salário do prefeito, a remuneração dos servidores municipais;
- Que institui, por lei ordinária, fundo de pensão para os futuros, e, opcionalmente, para os atuais servidores.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 101 • 28 de julho de 2003

Assembléia Geral

31 julho quinta-feira 13:30

Auditório G2

Faculdade de Letras - Ilha do Fundão

Pauta
1 - Informes
2 - Avaliação da greve

Reunião do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind

28 julho segunda-feira 10:00

CT - Bloco D sala 200

Pauta
1) Regimento do CLG;
2) Avaliação da greve;
3) Atividades conjuntas na UFRJ;
4) Audiência com reitor

Assembléia confirma continuidade da greve
Página 4

Entidades protestam contra reforma em Conferência Internacional na UFRJ
Página 5

Consuni aprova calendário escolar para 2004
Página 6

Servidores esclarecem população sobre efeitos negativos da reforma previdenciária
Página 8

Andes-SN

POLICIAIS INVADEM O CONGRESSO NACIONAL PARA REPRIMIR SERVIDORES

Tumulto na aprovação do relatório da PEC 40

Delegado da Adufrj-SSind presencia repressão a servidores no Congresso

Salatiel Menezes esteve na semana passada em Brasília como representante da seção sindical no Comando Nacional de Greve do Andes-SN. Presente nas manifestações dos servidores durante a votação do relatório da PEC 40 na Comissão Especial, o professor acompanhou de perto a truculência da tropa de choque da Polícia Militar acionada pelo presidente da Câmara, João Paulo Cunha. Diferente das declarações do deputado petista, Salatiel confirma a versão dos servidores. A PM percorreu, armada, todas as instalações do Congresso e impediu, à força, a entrada dos trabalhadores naquela que deveria ser a 'Casa do Povo'. "Os jornais não colocaram as fotos da PM dentro do Congresso. A presença da PM é anti-regimental", comentou indignado, o professor.

Segundo Salatiel, os servidores chegaram ao Congresso por volta das 8h do dia 23/7 com o objetivo de protestar contra a aprovação do relatório. O professor conta que os servidores, ao serem impedidos de entrar, fizeram uma barreira para impedir que os funcionários da Casa entrassem. Foi aí que começou o tumulto com a repressão da Polícia que, a esta altura, já havia sido acionada. "Quando a tropa de choque chegou, já sabíamos que era para bater". O professor disse que o servidor atingido, Rogério Fagundes, entrará com processo contra o deputado João Paulo pelas agressões sofridas.

Kelvin Melo

Salatiel Menezes
Representante da Adufrj-SSind no CNG
"Os jornais não colocaram as fotos da PM dentro do Congresso."

Cartas

"Apropriação indébita!"

Em meados de 1995 fui convidado pelo Reitor Paulo Alcântara Gomes para elaborar o projeto de criação do curso de Engenharia de Alimentos, que ele desejava implantar em nossa universidade. O convite foi uma conseqüência natural, por ter sido eu o idealizador dos projetos que criaram tal curso na Universidade Rural (onde também implantei toda a pós-graduação em C&T de Alimentos) e em universidades particulares.

Sem qualquer ônus para a UFRJ, aproveitando a experiência de coordenador de área junto ao CNPq e à CAPES, apresentei o projeto ao Reitor que, depois de avaliá-lo, pediu-me 20 cópias que graciosamente lhe entreguei. Dentro do clima democrático e participativo (o que faltou na conduta do "projeto-clone" a que vou me referir adiante), o Reitor distribuiu as cópias do projeto aos setores da UFRJ que poderiam contribuir para o novo curso, e solicitou uma reunião de todos na sala dos Conselhos através do Of. GR. 627 de 4 de agosto de 1995. Nesta reunião expus, com detalhes, os objetivos e a importância do curso destacando alguns pontos:

- considerando que cerca de 80% das disciplinas necessárias já existiam, o curso poderia ser facilmente implantado;

- que para tal, apenas 5 ou 6 novos docentes, da área profissionalizante, precisariam ser contratados. E isto, somente após o terceiro ano de funcionamento;

- que a UFRJ devia apressar-se, pois que já havia cerca de 30 cursos destes no país;

- que se tratava de uma nova e importante profissão à qual a UFRJ não poderia ficar alheia.

Durante a reunião houve questionamentos e explicações. Ante a pergunta "onde ficaria localizado o novo curso?" sugeri que, devido a sua estrutura curricular, a unidade mais adequada para sediá-lo seria o CT/Engenharias/Escola de Química. Apesar de 1 ou 2 retrógrados terem comentado que tal curso "poderia roubar mercado de trabalho do engenheiro químico", de lá saímos com a promessa de voltarmos a reunir-nos. E todos conservaram o exemplar do projeto que a Reitoria havia distribuído!

Apesar do empenho do Reitor e de minha insistência junto à Escola de Química, não houve mais reuniões, aparentemente, por falta de interesse dos participantes da primeira.

Iniciou-se a gestão do Reitor Vilhena, que era plenamente favorável à criação do curso proposto, mas quando tentei, junto a colegas da Escola de Química, dar prosseguimento ao processo, a resposta era, invariável, como que previamente combinada, "que o momento não era politicamente adequado". Era decepcionante constatar que colegas "acadêmicos" pudessem condicionar os interesses da Instituição e da Comunidade a suas tendências político/oportunistas!

Apesar de tudo, com o apoio da Reitoria, em fevereiro de 2002 reapresentei uma versão atualizada do mesmo projeto de 1995. E a desculpa, enquanto nos bastidores era fraudado um "similar", continuava sendo de que "o momento não era politicamente adequado".

Já no final de 2002, quando a posse da nova Reitoria se aproximava, procurei o vice-reitor eleito, Professor Sérgio Fracalanzza, que se mostrou favorável à implantação do curso. E, assim, aguardava-se a retomada de tão importante projeto.

Agora, surpreeendentemente, eis que vejo no Jornal da Adufrj de 9 de junho a notícia de que o curso de Engenharia de Alimentos acabava de ser aprovado pela UFRJ. Ora Viva! Aleluia!

Imediatamente, procuro a Secretaria dos Órgãos Colegiados para ver o 'nosso' projeto com os frutos do 'nosso' trabalho. E eis que, para profunda decepção e indignação, contatamos que alguém, muito criativo, concebeu um 'clone' de nosso trabalho (projeto) tendo o óbvio cuidado de maquiá-lo.

E, assim procedendo, subtraíram (ou apropriaram-se de modo indébito, como queiram) do corpo do citado projeto/processo:

- a visão do Reitor Paulo Alcântara Gomes;

- o nosso trabalho;

- o mérito, a verdade e o idealismo que nos moveream a persistir na idéia por seis anos.

Pelo exposto, verdade devidamente comprovada por documentos e participação de pessoas sérias (ainda as há!), solicito ao Senhor Presidente do Consuni que mande anexar ao projeto recém-aprovado, todos os documentos legais que antecederam, deixando claro quem criou e quem plagiou o quê!

Tratando-se, ainda, claramente, de apropriação indébita de propriedade intelectual e administrativa, seria de esperar que após as devidas correções, fosse o assunto encaminhado ao setor jurídico competente da UFRJ para análise e providências cabíveis.

Antonio de Albuquerque Figueiredo
Professor titular aposentado da Faculdade de Farmácia.

Agenda Sindical

30/07 – Seminário sobre Previdência
Brasília (DF) – Organizado pelos servidores, nas dependências do Congresso Nacional

31/07 - Reunião do GT Política Educacional do Andes-SN
Brasília (DF) *- sede do Andes-SN*

1/08 - Debate sobre "Política de Fundos para o Financiamento da Educação"
Brasília (DF), Auditório da CNTE *– A atividade é organizada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública*

1 e 2/08 - Atividades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Brasília (DF) - *Auditório da CNTE*

9/08 - Plenária Estadual da CUT-RJ
Local a confirmar - Participam os integrantes da direção estadual da CUT e os delegados do Rio de Janeiro ao 8º Concut. Na pauta, entre outros assuntos, será discutida a Reforma da Previdência dos servidores estaduais.

6/08 – Acampamento com Marcha a Brasília

7/08 – Reunião do Setor das IFES

8/08 – Plenária dos SPF

26/8/2003 - Marcha das Margaridas 2003
Brasília (DF) - Marcha das mulheres por terra, água, salário mínimo digno, saúde e contra a violência sexista e todas as formas de violência no campo

10 a 12/09 - Eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

19 a 21/9 - X Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
São Paulo (SP) *- Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo*

24 a 28/10 - Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

29 a 31/07/2004 - Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Movimento

Professores da URCA sofrem ameaças de morte

Em greve desde o dia 30 de junho, os professores da Universidade Regional do Cariri (URCA), no Ceará, foram ameaçados de morte, de acordo com notícia divulgada pela página eletrônica do Andes-SN (25/07). Segundo a professora Zuleide Queiroz, do Comando de Greve, as ameaças anônimas foram feitas seguidamente por telefone com o objetivo de intimidar a liderança do movimento. O comando procurou a polícia e registrou ocorrência. "Os Boletins de Ocorrência foram preenchidos como recurso de defesa e esperamos que a denúncia pública evite qualquer tentativa de concretizar tal violência", disse Zuleide.

O comando de greve avisa que, mesmo com a desocupação da reitoria pela tropa de choque da PM e a convocação para o retorno às aulas pelo interventor, André Herzog, a greve continua. A polícia continua presente no *campus* e foram proibidas as reuniões no seu interior. Os professores reivindicam a posse do reitor primeiro colocado nas eleições da comunidade, professor Plácido Cidade Nuvens.

Mais reivindicações

Além da posse do reitor eleito, os docentes cobram concurso para professor efetivo para os cursos de enfermagem; não ao corte de verbas e de funcionários; concurso público para funcionários e a revogação da lista tríplice.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Reitor anuncia grandes mudanças para universidade

Fotos: Guilherme Lessa

ALOISIO DISCURSA NA SOLENIDADE DO DIA 18 DE JULHO

ESTUDANTES PROTESTAM CONTRA A REFORMA

WALDIR PIRES NA POSSE

Reitoria toma posse com discurso progressista

Se depender do economista Aloisio Teixeira, a equipe do governo Lula enfrentará resistência na implementação das atuais políticas que perpetuam o neoliberalismo tucano. Em seu discurso de posse, o reitor da UFRJ, declarou, como especialista no assunto, ser a favor do controle do fluxo de capitais, da taxa de câmbio e da redução da taxa de juros e das metas de superávit fiscal "compatíveis com as possibilidades de crescimento econômico". Bem ao contrário de tudo o que o governo vem fazendo.

O novo reitor ainda avisa: "Peço-lhes que não esqueçam nada do que disse ou escrevi". Será cobrado. Que o digam os movimentos que já na cerimônia de posse, na Casa do Estudante Universitário, estiveram presentes com faixas e cartazes contra a Reforma da Previdência. O reitor, aliás, diz que é contra a PEC 40 que, na sua avaliação, desmonta o Estado brasileiro. Aloisio pode ser contra a reforma, mas a favor do presidente Lula, cuja eleição inauguraria "uma nova fase no desenvolvimento histórico do Brasil".

Reformas também na universidade

Sobre a universidade, Aloisio anunciou "uma grande mudança" com a realização de renovação dos mecanismos de financiamento, da reestruturação das carreiras docente e dos técnico-administrativos, e uma "verdadeira reforma universitária, reconcebendo as estruturas organizacionais e as carreiras e adotando novos métodos didático-pedagógicos, de modo a promover a transdisciplinaridade e a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Convidados

Foram convidados especiais para a solenidade da reitoria a professora emérita Maria Iêda Linhares e o ministro da Corregedoria Geral da União, Waldir Pires. Em seu discurso, Maria Iêda fez referência aos anos de intervenção vividos recentemente na universidade. A professora fez a defesa do serviço público e de sua satisfação pelo trabalho realizado na universidade pública, a despeito de todas as adversidades. Waldir Pires fez uma intervenção emocionada relembrando Anísio Teixeira e os projetos do educador para a sociedade brasileira. Para o ministro, a universidade deve estar voltada para a busca de uma ética que não seja apenas administrativa ou burocrática, mas da "natureza das tarefas" que nela sejam desenvolvidas.

Movimentos

Logo após o discurso do ministro, foi a vez dos representantes dos movimentos universitários. Cleusa Santos, conforme foi noticiado no **Jornal Adufrj** 100 (21/7/03) agradeceu a oportunidade de manifestar-se e esclareceu os motivos da greve dos servidores que também atinge as universidades públicas. "Estamos em greve porque somos contra a PEC 40, pois entendemos que ela retira direitos dos trabalhadores e privatiza a seguridade social pública através dos fundos de pensão", afirmou a professora. A implementação desta reforma é, segundo Cleusa, a consolidação da política neoliberal no Brasil, significando o desmonte do Estado brasileiro. Apontando para "o processo de desconstitucionalização dos direitos", a professora conclamou os presentes a participarem da luta dos servidores.

Representando os técnico-administrativos, a servidora Ana Maria Ribeiro saudou a posse do professor "com cinco anos de atraso". Ana disse que gostaria de ter estado naquele mesmo local em 1998, quando Aloisio já havia sido eleito pela comunidade. "Também naquele momento, a categoria estava em greve e participamos da resistência contra a nomeação de Vilhena", lembrou. A servidora criticou o retrocesso vivido pela universidade nos anos 90 e disse esperar da nova gestão a continuidade do processo de "revigoramento" iniciado pela gestão do professor Carlos Lessa, antes de sua ida para o BNDES. "Não espero que tenhamos um salvador da pátria, nem na presidência, nem na reitoria. Espero espaço democrático de diálogo", disse.

O representante do Diretório Central dos Estudantes Paulo Schueler também saudou a nova reitoria. O estudante comentou a proposta anunciada pelo novo reitor de reservar vagas para estudantes de baixa renda nos próximos vestibulares da universidade. De acordo com o discurso de Paulo, o DCE vê com bons olhos a idéia de Alosio.

Adufrj-SSind

Assembléia confirma continuidade da greve

Professores ainda consideram substitutivo do governo muito ruim para os servidores

Na primeira Assembléia Geral realizada após a apresentação do substitutivo da PEC 40/2003 (em 22/07), os professores da UFRJ decidiram continuar na greve unificada dos servidores. Entre aqueles que manifestaram sua opinião, a avaliação foi uma só: o documento do relator da reforma da Previdência, devidamente orientado pelo governo, permanece ruim. Diante da intransigência do Palácio do Planalto, não resta outra alternativa que não seja a intensificação do movimento grevista.

No começo da assembléia, foi lida a nota do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind, que traçou uma breve análise do substitutivo. De acordo com os professores do CLG, "embora a revisão da proposta (PEC 40) tenha sido uma resposta clara do governo ao movimento de greve, as alterações consignadas não podem ser consideradas como ganhos ou conquistas".

O documento do CLG observa que a aposentadoria integral ficou restrita aos atuais servidores que ainda devem preencher, cumulativamente, condições mínimas de idade, tempo de contribuição, tempo de serviço público e tempo no cargo. A paridade, de acordo com o CLG, também não está garantida nem para os atuais servidores. Em relação às pensões, o comando alerta que acaba a integralidade por morte para a família do servidor que ganhava mais de R$ 1.058. Além disso, joga-se o cálculo da pensão para lei ordinária, cujo conteúdo ainda não é conhecido.

O debate

O 1º Tesoureiro da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, comentou sobre a necessidade de manutenção da greve para pressionar o governo. "Temos que ter firmeza neste momento. Está havendo uma progressão (da mobilização)", afirmou, acrescentando que a comunidade da UFRJ deve reforçar, na medida do possível, as grandes atividades que estão sendo agendadas pelos servidores em Brasília. Ainda segundo ele, o indicativo de paralisação do Judiciário significou um importante componente neste embate contra o substitutivo da PEC 40.

Integrante do grupo de trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind, o professor José Miguel criticou o noticiário da grande imprensa que tratou o substitutivo como um imenso recuo do governo. Para ele, isso não é verdade, na medida em que o documento do relator da reforma manteve pontos bastante negativos para os servidores. O professor alertou sobre as ameaças à paridade e às pensões do serviço público: "Se, por exemplo, aumentarem a GAE (Gratificação de Atividade Executiva) para os ativos, os aposentados podem não receber. Se aprovarem uma reclassificação da carreira, os aposentados também podem ficar de fora", disse. José Miguel observou ainda que as pensões acima de R$ 1.058 sofrerão redução de, no mínimo, 30%, se aprovado o substitutivo.

Kelvin Melo

PROFESSORES VOTAM NA CONTINUIDADE DA GREVE

Roberto Leher (da Faculdade de Educação) voltou a manifestar preocupação com a qualidade dos futuros servidores públicos, em especial os das universidades públicas, se a reforma da Previdência passar pelo Congresso como propõe o governo. Roberto fez uma comparação com a greve de 2001, quando o movimento docente resistiu e conseguiu, entre outras conquistas, barrar o avanço da proposta de emprego público do MEC, que implantaria a celetização das atividades. Segundo ele, a resistência deve persistir na atual conjuntura para fazer com que a carreira de professor universitário atraia quadros qualificados no futuro. Roberto destacou que o substitutivo "ainda é muito ruim", mas as alterações feitas na PEC já demonstram os efeitos da greve.

Luis Paulo Braga (Instituto de Matemática) lembrou a política demográfica disseminada no país na década de 70, que defendia o controle da natalidade. Segundo ele, as campanhas da época afirmava que, feito o controle, o Brasil viveria "o equilíbrio econômico e social". A taxa de nascimentos diminuiu, de acordo com o professor, mas os brasileiros continuam sem Educação, sem Saúde e sem poder pagar suas contas. Ele relacionou essa política de governos anteriores com o propagandeado envelhecimento da população, que está servindo de justificativa para a reforma da Previdência. Indignado, Luis Paulo criticou o rompimento do pacto entre gerações presente na reforma previdenciária, que introduz facilidades para o regime de capitalização das aposentadorias.

Encaminhamentos do CLG

Todos os encaminhamentos do Comando Local de Greve foram aprovados na assembléia. Além da manutenção, com intensificação, da greve na UFRJ, os professores decidiram participar do evento "Serviço Público na Praça" (ver matéria na página 8). Também ficou definida a participação na marcha à Brasília para o Encontro das Três Esferas, nos dias 24 e 25. A próxima AG da Adufrj-SSind foi marcada para esta quinta-feira (31/7), às 13h, no Auditório G2 da Faculdade de Letras.

Fundo de Greve

Sanglard informou aos presentes na Assembléia a importância de fortalecimento do Comando Local de Greve para a continuidade da organização do trabalho de mobilização na UFRJ. Para ele, já se torna necessário pensar num fundo de greve para manutenção do movimento em nível local (a Adufrj-SSind já está colaborando para o fundo de greve nacional). "Não podemos deixar a seção sindical arcar com todas as despesas, se a greve se prolongar", disse.

Comissão eleitoral constituída

A assembléia discutiu a formação da comissão que vai organizar o processo eleitoral para a próxima diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. Para a comissão eleitoral, foram aprovados os nomes de: José Simões (Instituto de Física), Regina Pugliese (Colégio de Aplicação) e José Sanglard (representando a atual diretoria). As eleições ocorrem entre os dias 10 e 12 de setembro.

Encontro das três esferas discute rumos do movimento grevista

De acordo com matéria publicada na página eletrônica do Andes-SN, no Encontro das Três esferas que reúne funcionários federais, estaduais e muncipais foram avaliadas as atividades de greve e mobilização realizadas em todo o país. Mais de 500 servidores participam do evento, promovido pela CNESF e pelo CNUG (Comando Nacional Unificado de Greve).

Os dirigentes fizeram uma avaliação da manifestação do dia 23/7 - reprimida de forma violenta pela tropa de choque da polícia militar e seguranças da Câmara dos Deputados, que impediram o acesso dos servidores à Casa por decisão do presidente da Câmara - e do relatório da Reforma da Previdência (PEC 40/03). Segundo o representante da Condsef, Eduardo Alves, o substitutivo do relator, que segue para votação no início de agosto em Plenário, "consegue ser pior do que a PEC 40". Para quem ingressar no serviço público após a promulgação da Emenda, o regime de previdência será igual ao da iniciativa privada, com um teto de aposentadoria de R$ 2.400. Os servidores que quiserem receber acima desse valor deverão contribuir para um fundo de previdência complementar. Os novos servidores também não terão direito à paridade nos reajustes entre salários de ativos e inativos. "O teto previdenciário é o caminho fundamental para a implementação dos fundos de pensão", avalia Eduardo Alves. Para se contrapor aos ataques do governo, o CNUG está definindo um calendário unificado de atividades, que prevê caravana a Brasília no próximo dia 6 de agosto. A expectativa do comando é reunir mais de cem mil pessoas na Esplanada dos Ministérios. Também será divulgado o nome dos parlamentares que votarem a favor da PEC 40/03. Todos os comandos locais deverão fazer denúncias, por meio de cartazes, com as fotos desses parlamentares.

Fonte: Andes-SN

UFRJ

Entidades protestam em Conferência Internacional na UFRJ

Ministro do Planejamento não compareceu ao evento, como estava previsto

O Sintufrj e a Adufrj-SSind aproveitaram a realização de uma conferência internacional no Fórum de Ciência e Cultura no último dia 25 para protestar contra a reforma da Previdência. Estava prevista a presença do ministro do Planejamento, Guido Mantega, na abertura do evento intitulado "Reformando as Reformas – alternativas ao Consenso de Washington", mas ele não compareceu.

A presidente da seção sindical, Cleusa Santos, teve a oportunidade de se manifestar no início da conferência e criticou os efeitos que a reforma previdenciária pode causar no serviço público e, em especial, nas universidades públicas. "Professores qualificados podem deixar seus cargos para garantir seus direitos", disse. Cleusa também observou que a desconstitucionalização de direitos presente na PEC 40 e no seu substitutivo tem por objetivo atender aos interesses do mercado financeiro. "Ao privatizar a Previdência do tabalhador, o governo transforma este direito em mais uma fonte de lucro", completou.

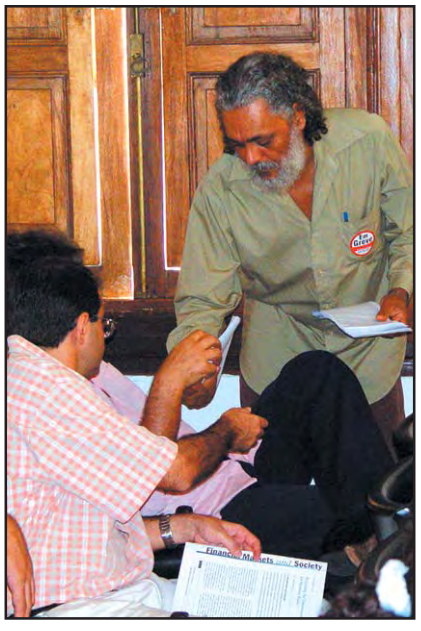
A professora ressaltou a importância de uma conferência como aquela para a universidade, cujos eixos centrais discutiriam a hegemonia do grande capital e a globalização, "que colocam em relevo a economia mundial". Lembrou aos presentes que, entre os temas a serem discutidos no evento, estava a Organização Mundial de Comércio (OMC) e a educação superior, o que configuraria uma chance de se discutir o atual desmonte da universidade pública, como conseqüência da reforma da Previdência.

Faixa e panfletos

O comando dos técnico-administrativos estendeu uma enorme faixa contra a PEC 40 no salão Pedro Calmon onde se realizava a conferência. Já os diretores da seção sindical dos docentes distribuíram panfletos com o texto do Comando Nacional Unificado de Greve dos servidores e da Coordenação Nacional das Entidades do serviço público federal sobre a falta de negociação do governo Lula na condução da reforma. No verso do panfleto, também foi divulgada a nota de repúdio à violência usada para reprimir a manifestação dentro do Congresso Nacional, na semana passada. (Veja quadro nesta página).

Fotos: Kelvim Melo

FAIXA DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS NA ATIVIDADE



LUCIANO MENEZES
PANFLETA NO EVENTO

SENADOR SUPLICY E A
PROFESSORA CLEUSA

A direção da Adufrj-SSind entregou ainda um envelope com as principais publicações da entidade sobre a Seguridade Social aos integrantes da mesa de abertura do evento e ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que estava na platéia. A professora Cleusa Santos deixou ainda com a organização do evento mais alguns exemplares do conjunto de publicações para os integrantes da mesa que iria ocorrer à tarde. Constavam do envelope, entre outros documentos, a análise da PEC 40 e também do substitutivo, o caderno nº 5 da Adufrj-SSind ("Reforma da Previdência em Debate", publicada em abril deste ano) e a carta aberta ao presidente da República, recebida pessoalmente por Lula em sua passagem pela UFRJ durante a inauguração do Tanque Oceânico neste ano.

Suplicy comenta caso dos "radicais"

Indagado pela presidente da Adufrj-SSind, o senador Suplicy disse que votaria a favor da reforma proposta pelo governo, mas mostrou-se sensível à divergência de idéias, inclusive dentro do seu próprio partido. O senador comentou que está buscando mediar a permanência dos chamados "radicais", como Heloísa Helena, dentro do PT e solicitou apoio dos professores universitários para esta empreitada, com o envio de mensagens eletrônicas para a cúpula do partido. Suplicy também comparou a situação de Lula à do primeiro-ministro inglês Tony Blair, que enfrenta dificuldades internas em seu partido.

Repúdio à Violência

Os servidores públicos federais, em greve desde o dia 8 contra a reforma da previdência contida na PEC 40, foram surpreendidos nesta quarta-feira pela truculência da polícia militar que, juntamente com a segurança da casa cercou a Câmara dos Deputados impedindo o acesso do povo aos deputados que, enclausurados votavam atropeladamente o referido projeto.

Convocados pelo Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha, soldados do Batalhão de Operações Especiais reprimiram violentamente manifestação dos servidores que impedidos de entrar num prédio público curiosamente chamado de "casa do povo" se concentravam na porta do Anexo II. Os servidores Evaristo Luciano Rosa e Rogério Mazola, da UNB, diretor da FASUBRA, foram agredidos e arrastados por soldados para dentro do prédio. Rogério foi levado para uma sala de detenção no subsolo do anexo II, de onde só conseguiu sair depois de localizado por deputados que o encaminharam ao serviço médico da Câmara para tratar dos ferimentos causados pelo selvagem espancamento. Policiais Militares circulavam durante todo o dia dentro das instalações da Câmara extrapolando sua competência legal e promovendo repressão gratuita e violenta a servidores públicos que só tentavam exercer seu direito de livre manifestação.

O Comando Nacional Unificado de Greve dos Servidores Públicos Federais (CNUG) repudia a truculência utilizada neste episódio com o intuito de aprovar apressadamente, sem discussão com a sociedade, um projeto nefasto aos interesses nacionais e dos trabalhadores brasileiros. A violência da repressão hoje vivenciada pelos servidores nas dependências do Congresso Nacional, lembraram a forma com que eram tratadas as manifestações populares nos tempos da ditadura militar. Da mesma forma causou estranheza a todos o fato de que, desta vez tais medidas foram ordenadas por quem até bem pouco tempo cerrava trincheiras com os trabalhadores contra todo o tipo de repressão.

Os fatos ocorridos e os métodos empregados, ao contrário de desestimular os servidores, reforçaram a certeza de que nossa luta é justa, árdua e que estamos no caminho da vitória.

Abaixo a repressão!
Pelo restabelecimento da Democracia!
Brasília, 23 de julho de 2003.

CNESF - Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Públicos

CNUG - Comando Nacional Unificado de Greve

Colegiados

Consuni aprova calendário escolar para 2004

Conselhos acadêmicos definirão períodos dentro de calendário unificado

Mesmo inicio, mesmo fim. Este foi o espírito da proposta aprovada pelo Conselho Universitário para o ano acadêmico de 2004, segundo a relatora da resolução pela Comissão de Ensino e Títulos (CET), professora Suely Almeida. A resolução do Consuni aprovada na última sessão (24/7) estabelece que o calendário escolar para a graduação e para a pós-graduação deverá ser dividido em dois períodos regulares e um especial, "quando necessário". O ano acadêmico terá, no mínimo, 200 dias de "trabalho acadêmico".

De acordo com Suely e com o sub-reitor de Pós-Graduação, José Luiz Monteiro, o calendário do Consuni não interfere no trabalho da Comissão Mista CEG/CEPG que vem, desde 2002, trabalhando em uma resolução que substitua a extinta 01/99 (periodização aprovada durante a gestão Vilhena). Segundo Suely, o calendário escolar aprovado pelo Consuni apenas estabelece um começo e um final comuns para as atividades em todos os cursos da universidade, com respeito às especificidades de cada Unidade, como os casos tradicionais da Faculdade de Medicina (que tem um número maior de semanas de atividade em relação a outras Unidades) ou do Colégio de Aplicação (que segue o calendário da rede de ensino fundamental e médio).

A data para que o CEG e o CEPG encaminhem suas propostas de calendários detalhados da graduação e da pós-graduação ao Consuni será sempre no final de setembro de cada ano e o colegiado terá até, aproximadamente, o final de outubro para aprová-las e definir.

Durante o processo de votação da resolução, o representante discente Márcio 'Batata' questionou o termo 'trabalho acadêmico efetivo' posto na primeira versão da resolução, apresentada pela CET. Batata lembrou que uma das polêmica geradas pela 01/99 era o conceito de trabalho acadêmico efetivo. Durante os anos de 2000 e 2001, as entidades da comunidade, em especial a Adufrj-SSind, respaldadas pelo trabalho do Grupo de Trabalho Política Educacional da seção sindical, se confrontaram com os colegiados acadêmicos na defesa de que 'trabalho acadêmico efetivo' compreende não somente atividades em sala de aula, mas todas as demais, de ensino, pesquisa e extensão.

A luta dos movimentos culminou com a criação de uma Comissão Mista dos colegiados que institucionalizou a discussão da periodização nas Unidades e Centros. Em praticamente todos os fóruns acadêmicos, a 01/99 foi rejeitada, até que, finalmente, no ano passado, a resolução foi revogada.

De acordo com a professora Suely, que é decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, o entendimento da Comissão que formulou a proposta de calendário do Consuni sobre trabalho acadêmico efetivo é o mesmo dos movimentos. "A Comissão Mista (CEG/CEPG) que está elaborando uma resolução para substituir a 01/99 não tem nada a ver com o que foi aprovado aqui", disse a professora ao final da sessão. Também segundo o subreitor José Luiz, é na Comissão Mista que serão debatidas as propostas para a periodização na graduação e na pós-graduação, assim como a definição de cargas horárias e outros conceitos sobre atividades acadêmicas.

CEG mantém calendário, mesmo com greve

Na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação, foi discutido o calendário acadêmico deste ano em função da greve de servidores em curso na universidade. Os conselheiros consideraram a importância de receber os calouros para inscrição no próximo período. A representante dos técnico-admistrativos Ana Maria Ribeiro sugeriu que o colegiado se dirigisse aos Comandos Locais de Greve dos professores e funcionários para que estes considerassem a inscrição dos calouros no dia 29 de julho uma atividade de greve.

Apesar da greve, o colegiado decidiu manter o calendário acadêmico do primeiro semestre, cujas notas seriam lançadas a partir do dia 25/7, última sexta-feira. As inscrições dos alunos novos e o início do segundo semestre, no entanto, estão em suspenso, de acordo com o entendimento dos conselheiros. Nesta quarta, dia 30/7, o colegiado de graduação reúne-se novamente e os conselheiros reavaliarão a greve na universidade e as conseqüências para o calendário de 2003.

Adufrj-SSind cobra posição de Consuni sobre PEC 40

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, esteve presente na última sessão ordinária do Conselho Universitário, dia 24/7. A professora solicitou ao colegiado que manifestasse explicitamente posição contra a Proposta de Emenda Constitucional 40, que reforma a Previdência Social. Cleusa lembrou a urgência de um posicionamento das instâncias universitárias favorável à luta dos movimentos dos servidores contra a reforma, especialmente, no momento em que o governo promoveu a substituição de representantes na Comissão Especial da PEC e coloca o Batalhão de Choque da PM no Congresso.

Aloisio Teixeira não considerou a proposta e respondeu que o Conselho já havia aprovado uma moção (reproduzida nesta página) sobre a reforma da previdência na sessão do dia 10/7. O dirigente leu o conteúdo da manifestação a pedido da presidente da seção sindical. Sobre a greve na universidade, Alosio disse não ser favorável à paralisação, neste momento. O reitor reafirmou, no entanto, ser contra a reforma e prometeu inserir na pauta da próxima sessão do colegiado superior a discussão sobre a greve na universidade.

Encerrada a sessão, o Comando Local de Greve do Sintufrj solicitou a palavra para apresentar uma moção de repúdio à agressão sofrida pelo coordenador da Fasubra Rogério Fagundes Mazola durante as manifestações na Câmara Federal. O reitor foi constrangido a reabrir a sessão e concedeu tempo para a leitura da moção, mas não permitiu a apreciação da mesma, encerrando a reunião.

MOÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFRJ

"Preocupa-nos, na proposta de Reforma da Previdência, o fato de que, a pretexto de equilibrar as contas públicas, esteja-se na verdade pondo em marcha uma reforma do Estado Brasileiro, sem que em momento nenhum esta questão haja sido explicitada. E, o que é mais grave, uma reforma que pode conduzir ao desmonte do Estado, destituindo-o de sua competência em recursos humanos e de sua capacidade de cumprir com a alta responsabilidade junto à sociedade brasileira de prover os serviços indispensáveis ao seu desenvolvimento econômico, às suas conquistas de justiça social e ao aperfeiçoamento de suas práticas democráticas.

O conceito de servidor público, que resume nosso compromisso maior, quando ingressamos nas funções de Estado através de concurso público de mérito, está sendo transformado em uma palavra vazia de conteúdo, à medida em que passamos a ser tratados como mercadoria-trabalho, em condições que recusamos inclusive para as relações privadas de mercado, típicas de nossa sociedade.

No momento histórico em que o Estado brasileiro deveria estar sendo fortalecido nas suas funções de servir e prover, de construir e defender o patrimônio físico e cultural de nossa sociedade, vemos com enorme preocupação que nossos ideais de um Estado consistente e competente ficam comprometidos pela pressa em se aprovar reformas, muitas das quais sabemos necessárias, mas que não podem ficar focadas em objetivos estreitos e imediatistas. As reformas serão verdadeiramente legítimas se debatidas com transparência e voltadas para os interesses irrevogáveis de nosso povo.

Temos boas razões para pensar que o processo de discussão da reforma constitucional em tramitação no Congresso Nacional neste momento ainda está limitado e polarizado em torno de temas que inibem a percepção do alcance e impacto de questões fundamentais para o futuro desta Nação, por isto cumprimos o dever de tornar pública nossa opinião".

Opinião

Algumas diferenças entre cientistas, engenheiros, técnicos e tecnólogos

Abraham Zakon*
Jorge Luiz do Nascimento**
Mordka Szanjberg***

As habilitações em ciências, engenharias e tecnologias

Via de regra, os cursos superiores em ciências são ministrados em institutos, os de engenharia em escolas politécnicas ou de engenharia, e ambos os casos ainda em faculdades. Devido ao crescimento científico em todas as áreas do conhecimento e da necessidade de se ministrar cursos de graduação com matérias interdisciplinares e multidisciplinares, existe uma tendência de se formar bacharéis em ciências em cinco anos e de graduar engenheiros em seis anos nos cursos noturnos. Entretanto, surgiram, nos últimos anos, na cidade do Rio de Janeiro, duas instituições privadas intituladas "Instituto Politécnico" e "Centro Politécnico", destinadas a ministrar cursos superiores de tecnologia de curta duração. Por outro lado, diversas escolas de química, faculdades de farmácia ou de alimentos em várias universidades federais estaduais ministram disciplinas e cursos de conteúdo tecnológico. Por exemplo, a Escola de Química da UFRJ ministra, desde os anos 30, o ensino das Químicas Industriais Inorgânica e Orgânica, Microbiologia Industrial e Bioquímica, ou seja, de Tecnologias Químicas e Bioquímicas, e gradua "Químicos Industriais" e "Engenheiros Químicos", e graduará, brevemente, "Engenheiros de Alimentos" e "Engenheiros de Bioprocessos". Esses cursos de graduação sempre foram "superiores", "tecnológicos" e "profissionalizantes". Seus egressos são reconhecidos no conselho profissional competente e exercem cargos e atividades em: indústrias, empresas, universidades, escolas e órgãos governamentais diversos.

As ciências e as engenharias

O termo "**bacharel**" provém do francês *bachelier* oriundo ou associado com o termo latino *baccalariu* e significa indivíduo que concluiu o primeiro grau universitário (Ferreira, 1999; Houaiss, 2001). Entretanto, alguns diplomas universitários de graduação adotam termos indicadores da habilitação adquirida como, p.ex., químico, físico, geógrafo e geólogo. As **ciências** podem significar: *(a)* corpo de conhecimentos sistematizados, que, adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, são formulados metódica e racionalmente; (b) conjunto de conhecimentos teóricos, práticos ou técnicos voltados para determinado ramo de atividades; talento; mestria; (c) conhecimento que, em constante interrogação de seu método, suas origens e seus fins, procura obedecer a princípios válidos e rigorosos, almejando especialmente coerência interna e sistematicidade, (d) na metafísica grega ou no *hegelianismo* moderno, a ciência é vista como o conhecimento filosófico racional, absoluto e sistemático a respeito da essência do real, culminância de todos os saberes particulares e específicos; (e) é cada um dos inúmeros ramos particulares e específicos do conhecimento, caracterizados por sua natureza empírica, lógica e sistemática, baseada em provas, princípios, argumentações ou demonstrações que garantam ou legitimem a sua validade [Menos importante na filosofia grega, tal sentido da palavra tornou-se hegemônico no decorrer do pensamento filosófico moderno.]; *(f)* conhecimentos ou disciplinas que mantêm articulações, semelhanças ou conexões sistemáticas, tendo em vista o estudo de determinado tema; (g) disciplinas voltadas para o estudo sistemático da natureza ou para o cálculo matemático.

Pode-se entender a **Engenharia** como*: (a)* aplicação de métodos científicos ou empíricos à utilização dos recursos da natureza em benefício do ser humano; (b) formação, ciência e ofício de engenheiro; (c) o conjunto de atividades e funções de um engenheiro, que vão da concepção e do planejamento até a responsabilidade pela construção e pelo controle dos equipamentos de uma instalação técnica ou industrial; (d) a corporação, a classe dos engenheiros; (e) projeto e manufatura de produtos complexos; (f) construção, criação, execução de algo em que se utilize engenho e arte; (g) corpo das forças armadas, uma das subdivisões do Exército.

As funções dos cientistas e engenheiros

A princípio, ***a função do cientista é conhecer e a do engenheiro é fazer (projetar e construir).*** Na Física, o cientista adiciona dados e informações ao conhecimento verificado e sistematizado do mundo físico; e o ***engenheiro torna útil esse conhecimento na solução de problemas práticos, que envolvem o projeto e construção de artefatos, engenhos, máquinas, equipamentos, instrumentos, instalações e também a concepção de sistemas e processos,*** via de regra, envolvendo os elementos anteriores de modo a serem operados de forma econômica.

Figura 1 – A engenharia como agente de transformação da ciência em tecnologia

Ciência → Engenharia → Tecnologia

Os engenheiros transformam recursos naturais e conhecimentos científicos em "produtos" (artefatos, equipamentos, edificações) ou modificam a Natureza, gerando entes denominados "tecnologias". Daí, indaga-se: 1º - a Medicina e o Direito são análogas à Engenharia, isto é, capazes de transformar Ciências em Tecnologias? 2º - as Artes podem exercer o mesmo papel das Ciências para gerar Tecnologias? A resposta parece ser afirmativa, porém entendemos ser indispensável que os colegas das referidas áreas abordem esses temas com a sua experiência própria e enriqueçam a discussão ora iniciada.

Outras questões serão abordadas na continuação da presente abordagem: 1ª - o que é "tecnologia"? 2ª - quais seriam as funções reais dos tecnólogos? 3ª – Qual deve ser a base científica para se formar um tecnólogo?

* zakon@eq.ufrj.br
Engenheiro Químico, M.Sc., D. Eng.
Escola de Química, Centro de Tecnologia.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

** jorge@dee.ufrj.br
Engenheiro Elétrico e Civil, M.Sc., D.Eng.
Escola Politécnica, Centro de Tecnologia.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*** mordka@uol.com.br
Bacharel em Física
Instituto de Física, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resenha

MEC estuda reforma da Universidade

Notícia da página eletrônica do MEC informa que, nos dias 6 e 7 de agosto, parlamentares e a comunidade acadêmica estarão reunidos para refletir e traçar as diretrizes políticas sobre a universidade do século XXI. O Ministério da Educação, em parceria com as comissões de Educação do Congresso Nacional, promove o seminário "Universidade: por que e como reformar?", no auditório Petrônio Portella, no Senado Federal.

MCT investe para descentralizar pesquisa

No último dia da 55 ª Reunião Anual da SBPC, o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, apresentou as ações que irão contribuir para a desconcentração da C&T no país. "Oitenta e seis por cento das bolsas do CNPq de doutorado estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul. É preciso levar a ciência também para as regiões mais reprimidas", defendeu. Mas isso, segundo o ministro, não irá ameaçar os investimentos nos centros de referência já instalados (assessoria do MCT, 18/07)

Não é continuidade?

A Revista Veja, de 16 de julho, divulga na coluna "Radar" uma nota que dá uma boa demonstração do continuísmo presente na política econômica do governo: "Há duas semanas, Antônio Palocci teve um jantar reservado com Armínio Fraga, na casa do ex-presidente do BC, no Rio de Janeiro. Não foi o primeiro e não será o último encontro fechado entre ambos. Aliás, eles conversam com alguma freqüência pelo telefone."

Cristovam admite perdas com reforma

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, admitiu que o governo precisará aumentar as verbas para as universidades públicas e adotar programas de incentivo a fim de recompor os quadros universitários, caso se confirme a debandada de professores dispostos a antecipar suas aposentadorias em função da reforma da Previdência (O Globo, 20/07).

Acordo Brasil-Ucrânia sobre Alcântara

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na semana passada, o substitutivo do deputado Jorge Bittar (PT-RJ), que trata do acordo Brasil-Ucrânia para a uso do Centro de Alcântara. O projeto será encaminhado ao Senado. Para Bittar, o substitutivo ora aprovado garante a soberania nacional e permite ao país salvaguardas tecnológicas a serem acrescentadas ao acordo por meio de protocolos adicionais (JC e-mail, 24/07).

Movimento

Fotos: Guilherme Lessa

SERVIDORES NA CINELÂNDIA. REPRESENTANDO A ADUFRJ-SSIND, SARA GRANEMANN REALIZA AULA PÚBLICA SOBRE A REFORMA

Servidores esclarecem população sobre efeitos negativos da reforma

Professora do GTSS da Adufrj-SSind promove aula pública na Cinelândia sobre fundos de pensão

Os servidores ocuparam a Cinelândia para mais um protesto contra a reforma da Previdência do governo Lula, no dia 23/07. Em vez de uma passeata, o Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social - que congrega sindicatos de trabalhadores da iniciativa privada e também do funcionalismo (federal, estadual e municipal) -, organizou uma atividade diferente: foi o "Serviço Público na Praça". Houve panfletagem sobre os motivos da greve, aula pública, esquete, teatro de marionetes e um divertido "show do milhão": tudo com relação à reforma previdenciária.

A aula pública foi ministrada por Sara Granemann, professora integrante do grupo de trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind. Sara criticou o substitutivo à PEC nº 40/2003 (reforma da Previdência), principalmente porque foi mantido o favorecimento à formação dos fundos de pensão. A professora, assim como já fez em debates anteriores sobre o tema divulgados pela Adufrj-SSind, destacou a forma de atuação dos fundos, que obtêm retorno financeiro, em última instância, emprestando recursos a juros extorsivos para países empobrecidos e explorando trabalhadores de empresas com ações valorizadas.

Sara ressaltou ainda a fragilidade deste tipo de regime (baseado na capitalização) para os trabalhadores, com a possibilidade de falência das empresas nas quais os fundos investem as poupanças previdenciárias. "Todo mundo acompanhou os casos das norte-americanas *Enron* e *WordlCom*. Os trabalhadores perderam seus empregos e também as suas aposentadorias", disse. A integrante do GTSS da Adufrj-SSind aproveitou a ocasião para listar os problemas causados por este tipo de reforma previdenciária no Chile e na Argentina. "O fundo de pensão introduz a exploração do trabalhador pelo trabalhador. Por isso, lutamos para que ela (reforma) não passe", completou, para o aplauso dos "alunos" acomodados nas escadarias da Câmara Municipal.

"Show do Milhão"

Em referência ao programa da televisão, os servidores também organizaram um "Show do Milhão", com perguntas relativas à reforma previdenciária. As alternativas buscavam, de forma bem-humorada, tornar públicos os falsos argumentos do governo para justificar a PEC 40 e seu substitutivo.

"Rapa"

Durante a aula pública, alguns camelôs passaram correndo pela Cinelândia com suas mercadorias, possivelmente fugindo de um confisco da Guarda Municipal. A professora Sara não perdeu a oportunidade de comentar o fato. De acordo com ela, a reforma da Previdência do governo não inclui cerca de 40 milhões de pessoas que deveriam estar no sistema, "como essa força de trabalho que vimos passar correndo por aqui". Segundo ela, ao contrário do que alega o governo, não é com essa proposta que isso vai ocorrer. "Essa reforma só faz cortar direitos dos servidores", disse.

BONECOS IRONIZAM GOVERNO, GREVISTA ESCLARECE POPULAÇÃO SOBRE OS EFEITOS DA PEC E SERVIDORES PROTESTAM DURANTE A ATIVIDADE

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
ENCARTE PREVIDÊNCIA
EDIÇÃO DE 28 DE JULHO 2003

GTSS da Adufrj-SSind divulga análise da nova versão da PEC 40/2003

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de examinar o mérito da Proposta de Emenda à Constituição n° 40/2003 aprovou, na noite de quarta-feira, 22 de julho, o substitutivo global do relator José Pimentel (PT), que seguirá agora para apreciação e deliberação pelo plenário da Câmara.

O substitutivo pouco difere da PEC original. A principal alteração é a possibilidade dos atuais servidores se aposentarem com proventos integrais, desde que tenham 35 anos de contribuição e 60 de idade, se forem homens, ou respectivamente 30 e 55, se forem mulheres, além de 20 anos no serviço público e 10 anos no cargo. No entanto, esta novidade não é tão boa quanto o governo e a mídia têm se esforçado por mostrar, porque a paridade, isto é, a vinculação dos reajustes dos proventos dos aposentados aos reajustes das remunerações dos ativos, ficará sujeita às políticas salariais dos governos, que poderão criar gratificações e outras vantagens para os servidores ativos sem serem obrigados a estendê-las aos aposentados. É a "paridade simbólica", nas criativas palavras do presidente do PT, José Genoíno.

Além disso, ao contrário do que é hoje, as pensões não terão reajustes paritários. Outras alterações, apresentadas pelo governo como grandes concessões, é que as novas pensões serão reduzidas, no mínimo em 30%, apenas a partir do limite de isenção de 1.058 reais, e que quem puder aposentar-se mas continuar trabalhando ficará isento da contribuição previdenciária. Houve também alterações nos valores dos sub-tetos, impondo limites mais severos às remunerações dos membros do Poder Judiciário. E ainda, sem muito alarde, as pensões dos militares das Forças Armadas ficaram livres de qualquer redução. Permanecem na PEC 40:

1) A privatização de parte da previdência dos servidores, por meio da instituição de fundos de pensão, associada à fixação do teto de 2.400 reais para as aposentadorias pagas pelo governo.

2) A retirada da Constituição da forma de cálculo dos proventos de aposentadoria, que será definida por lei ordinária, levando em conta as contribuições de toda a vida do servidor.

3) A cobrança da contribuição "solidária" dos aposentados e pensionistas, acima de 1.058 reais para os atuais e acima de 2.400 reais para os futuros.

4) O fim da aposentadoria proporcional com 30 anos (homens) ou 25 anos (mulheres) de contribuição.

5) A redução dos proventos de aposentadoria, em 5% por ano de antecipação em relação às idades mínimas da regra permanente (60 anos para homens e 55 para mulheres), para quem se aposentar usando a regra de transição relativa às idades mínimas, válida para quem estava no serviço público quando a Emenda 20/98 foi aprovada (53 anos para homens e 48 para mulheres).

Neste encarte, apresentamos uma análise detalhada das disposições da PEC e das conseqüências que trará, caso seja aprovada, para o presente e o futuro dos servidores públicos ativos e aposentados e seus pensionistas e para a economia da nação. Em síntese, esta "reforma" em nada contribuirá para a inclusão dos 40 milhões de trabalhadores que não estão cobertos pela previdência social e imporá um enorme prejuízo aos servidores públicos para propiciar o desenvolvimento dos fundos de pensão, vislumbrados pelo governo Lula como a solução para a crise econômica em que o país se encontra.

Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufj-SSind

Texto atual da Constituição Federal	Texto original PEC Nº 40/2003	Texto aprovado na Comissão Especial	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
	Art 1º. A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art 1º. A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:	
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:	Art. 37.....		
XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;	XI – a remuneração e o subsidio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador, e, nos Municípios, o do Prefeito, se inferiores.	XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e dos Desembargadores do Tribunal de Justiça no âmbito do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ficando o destes últimos limitado a setenta e cinco por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e, nos Municípios, o do Prefeito, se inferior;	Mantém o "teto de remuneração" federal, válido para servidores, parlamentares, presidente e ministros, igual à remuneração dos ministros do STF (atualmente igual a R$ 17.172,00) e cria "subtetos" para estados e municípios. Nos municípios, cria um sub-teto igual à remuneração do prefeito. Nos estados, cria sub-tetos distintos para cada Poder - remuneração do governador para o Executivo, dos deputados estaduais para o Legislativo e dos desembargadores para o Judiciário - limitando ainda as remunerações do Judiciário em 75% do subsídio dos ministros do STF. Os sub-tetos distintos para cada Poder foram introduzidos pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), diante das críticas à perda de autonomia dos poderes em relação ao Executivo que o texto original da PEC implicava. O limite de 75%, introduzido pelo substitutivo do relator, está sofrendo fortes críticas do Judiciário.
Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.	sem alteração	Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.	Este é o artigo que estabelece as regras da previdência dos servidores públicos, ou seja, dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A redação atual foi dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998 (EC 20/98, a reforma da previdência de FHC) e retirou vários direitos dos servidores em relação à Constituição Federal original de 1988. A PEC 40/2003 segue a mesma linha e o substitutivo mantém a referência expressa à contribuição dos aposentados e pensionistas (e ao seu caráter "solidário") que já havia sido incluída pela CCJR, tentando assim eliminar de vez as argüições de inconstitucionalidade sobre o tema. A introdução do caráter "solidário" tem o objetivo de justificar a cobrança de quem já recebe o benefício. Ver comentário ao (novo) § 18, abaixo.
§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3°: I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;	sem alteração	§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.	Este parágrafo define as *condições necessárias* para as aposentadorias por invalidez, idade e tempo de contribuição, integrais e proporcionais. É a chamada *regra permanente*, que, desde a EC 20/98, fixa idade mínima *E* tempo de contribuição mínimo para o servidor aposentar-se, ao contrário da regra válida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no qual existe a aposentadoria exclusiva-

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Texto atual da Constituição Federal	Texto original PEC Nº 40/2003	Texto aprovado na Comissão Especial	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
II - compulsoriamente, aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: a) 60 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher; b) 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.		.....	mente por tempo de contribuição, sem idade mínima. A chamada *regra de transição*, válida para os servidores que já estavam no serviço público quando a EC 20/98 foi aprovada, foi fixada no seu artigo 8º, e está sendo revogada pela PEC (ver abaixo). O *valor dos proventos de aposentadoria* será calculado de acordo com os parágrafos 3º e 17 deste artigo, que estão sendo, respectivamente, alterado e criado pela PEC (ver abaixo). A alteração do final do inciso I permite que a lei regulamente a aposentadoria por invalidez e não apenas que liste as doenças graves, contagiosas ou incuráveis.
§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.	§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder à remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, limitados ao valor máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.	sem alteração	A PEC original estabelecia, para as aposentadorias e pensões, o teto do RGPS (atualmente cerca de R$ 1.870, com aumento proposto na PEC para R$ 2.400) e condicionava, por meio do § 15, a aplicação desse teto à instituição de previdência complementar para os servidores. O substitutivo retoma o texto atual da Constituição, na redação dada pela EC 20, que já previa a previdência complementar associada ao teto. Ver comentários aos §§ 14, 15 e 16, abaixo.
§ 3º Os proventos da aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.	§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições recolhidas aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.	§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.	*Acaba a aposentadoria integral dos servidores* e é retirada da Constituição a definição da forma do cálculo, que será "na forma da lei". No RGPS, o cálculo do salário-de-benefício em vigor (artigo 29 da Lei 8.213, de 24/07/91, na redação dada pela Lei 9.876, de 26/11/99), é feito pela média dos 80% melhores salários-de-contribuição *desde julho de 1994 inclusive*, multiplicados pelo *fator previdenciário*. Na maioria dos casos, este fator previdenciário (criado "na forma da lei") atua como um *redutor* do valor do salário-de-benefício, a menos que o trabalhador resolva trabalhar mais algum tempo, mesmo depois de possuir todas as condições para aposentar-se. A forma vaga como está o parágrafo da PEC não permite definir *como* será feito o cálculo da aposentadoria, mas apenas que o cálculo *levará em conta* as contribuições feitas para os dois regimes, o RGPS e o RPPS. Pelo que o governo vem propagando, pode supor-se que vá propor alguma *média ponderada* pelo tempo de contribuição feito para cada um dos regimes. Há a possibilidade do tempo no RGPS anterior ao RJU (dezembro de 1990) vir a ser incluído no cálculo. O texto da PEC nada diz sobre isso, nem que sim nem que não, pois será "na forma da lei". Aparentemente, não faria sentido serem usadas no cálculo contribuições anteriores a julho de 1994, pois isso não é feito atualmente nem para quem se aposenta integralmente pelo RGPS. No entanto, a exposição de motivos da PEC, assinada pelos ministros José Dirceu e Ricardo Berzoini, atribui o "desequilíbrio financeiro" da previdência dos servidores públicos à migração da CLT para o RJU determinada pela Constituição de 1988, de modo que nada se pode garantir. Afinal, até a Lei 8.213 (RGPS) pode ser novamente alterada. Em princípio, isso afetaria *todos* os trabalhadores do setor privado, mas nada impede que se faça uma lei específica para o caso "híbrido", pois, apesar do governo alegar que busca a equiparação entre o RGPS e os RPPS, a PEC não vai nessa direção. O substitutivo "corrige uma distorção" do texto original da PEC, ao exigir que o novo cálculo - cuja *forma* será definida por lei - seja feito com as remu-

Texto atual da Constituição Federal	Texto original PEC Nº 40/2003	Texto aprovado na Comissão Especial	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
			nerações que serviram de base para as contribuições *do servidor*. O texto original falava em contribuições "recolhidas", sem especificar por quem. Ora, no RGPS, quando o salário é maior do que o teto, a contribuição *do empregador* - portanto, "recolhida" - é sobre o *salário total*, enquanto a contribuição *do servidor* (aqui na condição de *empregado*) é *limitada ao teto*. Assim, a formulação original da PEC permitia que a futura lei viesse a considerar no cálculo salários sob o regime CLT/RGPS acima do teto. É importante observar que o fim da aposentadoria integral por meio desta nova forma de cálculo *independe* da fixação do teto do RGPS associada à instituição de previdência complementar de que tratam os §§ 14, 15 e 16 e vigorará imediatamente após a aprovação da PEC.
§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.	sem alteração	sem alteração	
§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em 5 anos, em relação ao disposto no § 1°, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	sem alteração	sem alteração	
§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.	sem alteração	sem alteração	
§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º.	§ 7º Lei disporá sobre os critérios de concessão do benefício de pensão por morte, que será de até setenta por cento do valor dos proventos do servidor falecido, observado o disposto nos §§ 2º e 3º.	§ 7º Lei disporá sobre a concessão do beneficio de pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido, ou ao valor dos proventos a que teria direito se estivesse aposentado na data do seu falecimento, até o limite de R$ 1.058,00 (um mil e cinqüenta e oito reais), acrescido de até setenta por cento da parcela excedente a este limite.	*Acaba a integralidade do valor das pensões por morte acima de R$ 1.058* e o seu cálculo é jogado para lei ordinária. O texto original da PEC limitava o valor da pensão, de qualquer forma, a 70% do atual. O substitutivo fixa esse limite apenas para a parcela acima de R$ 1.058. Justificativa: com a morte do servidor, a família economiza o que ele gastava. A "lei" poderá fixar qualquer valor, até de um salário mínimo (ou menos ainda, caso venha a mudar também este piso). O limite de R$ 1.058 coincide com o limite de isenção do Imposto de Renda, também usado nesta PEC (artigo 4º, parágrafo único) como limite de isenção da "contribuição previdenciária" dos atuais aposentados e pensionistas. No entanto, para a redução das pensões, o substitutivo exprime o limite *em reais*, sem previsão de reajuste pela inflação. Logo, com o tempo, esse limite em *reais* (moeda de FHC) será cada vez mais baixo, em valores *reais* (realidade), resultando em maiores reduções efetivas. Ver comentário ao artigo 4º da PEC original, abaixo.
§ 8º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei..	§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.	§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.	*Acaba a paridade entre ativos e aposentados*, uma das nossas mais caras conquistas (no caso dos docentes, abalada pela GED/GID). É substituída por "reajustes para preservar o valor real", que a "lei" dirá como fazer. Isto é, eventuais recuperações de perdas históricas, que também tenham afetado os aposentados, não serão concedidas a estes. É uma flagrante injustiça, que atinge quem menos condições tem de reagir a ela.

Texto atual da Constituição Federal	Texto original PEC Nº 40/2003	Texto aprovado na Comissão Especial	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.	sem alteração	sem alteração	
§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.	sem alteração	sem alteração	
§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.	sem alteração	sem alteração	
§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.	sem alteração	sem alteração	
§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.	sem alteração	sem alteração	
§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.	§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, por iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para seus servidores, na forma da lei, observado o disposto no art. 202.	sem alteração	*Privatiza parte da previdência dos servidores.* Esta é a modificação mais estrutural da contra-reforma iniciada pela EC 20 em 1998 e agora consolidada pela PEC, pois transforma uma parte da previdência social (que só pode ser pública, pois é de todos) em previdência complementar (que só pode ser privada, pois é apenas de alguns), a ser implantada pela transferência, dos RPPS para os fundos de pensão, dos direitos (recebimento futuro de benefícios) e deveres (pagamento atual de contribuições) dos servidores públicos relativos à parcela das suas remunerações que fica acima do teto do RGPS. O governo vem negando que esta transferência seja uma privatização, alegando que os fundos de pensão terão a sua "administração em parceria de servidores e governo". No entanto, tal parceria, que nem é cogitada na PEC, não modificaria o caráter de capital financeiro privado dos fundos, expresso, aliás, no artigo 202 da Constituição, citado na redação proposta pelo substitutivo para o § 15, a seguir. É importante lembrar que esta medida *aumentará* a despesa do governo, que deixará de descontar dos servidores 11% sobre a parcela da remuneração acima do teto e ainda terá de contribuir com a sua parte (outros 11%, presumimos) para o novo fundo de pensão. Os cálculos do próprio governo apontam para cerca de R$ 1 bilhão por ano de despesa adicional. Como uma das justificativas para a "reforma" é a necessidade de reduzir gastos do governo, é claro que esta medida, tão cara aos defensores dos fundos de pensão (Gushiken, Berzoini, Palocci e o próprio Lula), precisa ser acompanhada por outras que de fato economizem, como é o caso da "contribuição previdenciária" (isto é, do confisco) dos aposentados e pensionistas. Não será assim "o roto – o servidor - dando para o esfarrapado – o trabalhador 'privado'", mas ambos, o roto e o esfarrapado, dando para o capital financeiro!

Texto atual da Constituição Federal	Texto original PEC Nº 40/2003	Texto aprovado na Comissão Especial	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
§ 15. Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.	§ 15. O limite previsto para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 somente poderá ser aplicado ao valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo após a instituição do regime de previdência de que trata o § 14.	§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202.	*Acaba a necessidade de lei complementar e, portanto, da aprovação do PL 9/99*, para regulamentar os regimes de previdência complementar dos servidores, que serão instituídos por simples leis ordinárias, no âmbito de cada nível de governo.
§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.	(revogado pelo artigo 12 da PEC)		Mantém a garantia de que o teto do RGPS e a previdência complementar só se aplicarão aos atuais servidores se eles assim o desejarem. Evidentemente, uma forma de tentar reduzir a resistência dos atuais servidores a estas medidas. O texto original da PEC transferia esta garantia para o § 2º do artigo 8º da PEC e o substitutivo retoma o texto atual da Constituição. Esta "garantia" de nada vale, no entanto, contra o novo cálculo dos proventos de aposentadoria determinado pelo § 3º da PEC.
	§ 17 (novo). Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício previsto no § 2º serão devidamente atualizados, na forma da lei.	§ 17 (novo). Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo de benefício previsto no § 3° serão devidamente atualizados, na forma da lei.	Principalmente em épocas de inflação alta, diferentes formas da atualização têm efeitos muito diferentes sobre o resultado da conta e, portanto, sobre o valor do salário-de-benefício. Isto já vale para o RGPS e não tem a ver com o fator previdenciário, que é uma maldade adicional.
	§ 18 (novo). Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo, que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.	§ 18 (novo). Não incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.	A *incidência* da contribuição, na versão do substitutivo, já está, de forma genérica, no *caput* do artigo 40, ficando este parágrafo destinado a definir a *isenção* da contribuição. Esta contribuição, que na verdade é um autêntico *confisco*, é um absurdo tão grande que muitos o consideram um "bode na sala", isto é, um dispositivo do qual o governo abrirá mão para manter outros (como a previdência complementar) e deixar a sensação de que afinal o resultado final foi bom. Esta avaliação deve ser feita com muito cuidado, pois, de todas as medidas do governo contidas na PEC, esta é a que mais "economiza" (às custas dos aposentados, óbvio) para as contas do governo, e, portanto, não será tão fácil tirar o bode da sala. Alguém tem de pagar a conta da privatização ... (ver comentário ao § 14, parte final). Neste ponto, que é a nova *regra permanente*, válida para os futuros servidores, a contribuição será instituída apenas acima do teto do RGPS (atuais R$ 1.870, propostos R$ 2.400). Para os atuais aposentados e pensionistas, valerá a *regra de transição* (Art. 4º do substitutivo e seu parágrafo único), pela qual a contribuição incidirá acima do limite de isenção do Imposto de Renda (R$ 1.058). O governo justifica esta diferença de tratamento dizendo que as futuras aposentadorias serão calculadas de forma mais "justa" (isto é, com valores mais baixos), de acordo com a lei prevista no § 3º, enquanto as atuais aposentadorias, integrais, são "injustas" (ou seja, muito altas). A criação da contribuição servirá, então, para corrigir esta "distorção". Em qualquer caso, haverá redução no valor dos proventos para uma parcela dos aposentados e pensionistas, que o governo considera privilegiada porque ganha acima de R$ 1.058 num caso, ou acima de R$ 2.400 noutro.
		§ 19 (novo). O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, "a", e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1o, II."	Como "estímulo" ao adiamento da aposentadoria, o substitutivo oferece, com o nome de "abono de permanência", a isenção do pagamento da contribuição previdenciária a todos os servidores que puderem aposentar-se pela *regra permanente* (§ 1º deste artigo, ver acima) mas não o fizerem. Atualmente, essa isenção é dada aos servidores que cumprem a *regra de transição* (artigo 8º da EC 20, que o artigo 2º da PEC propõe alterar, ver abaixo) até que cumpram os requisitos da regra permanente.

Texto atual da Constituição Federal	Texto original PEC Nº 40/2003	Texto aprovado na Comissão Especial	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.	Art. 42.		
§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.	§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º, do art. 37, XI, do art. 40, §§ 9º e 10, e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.	§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 37, XI; do art. 40, §§ 9º e 10; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.	Aplicam-se aos militares dos estados o novo subteto de remuneração e a proibição da contagem de tempo fictício (formação).
§ 2º Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas, aplica-se o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º.	§ 2º Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas aplica-se o disposto no art. 40, § 7º.	§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o disposto no art. 40, § 7º.	Aplica-se aos militares dos estados a redução do valor das pensões acima de R$ 1.058 (para 70%) e desaparece a referência à paridade entre ativos e aposentados, possivelmente considerada desnecessária, pois se os militares não perdem a patente ao aposentar-se então a paridade está automaticamente garantida.
Art. 48 Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:	Art. 48.	Art. 48.	
XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.	XV – fixação dos subsídios dos membros da magistratura federal e do Ministério Público, observado o que dispõem os art. 37, XI, 39, §4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.	XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os art. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.	Atribui ao Congresso Nacional o poder de fixar o subsídio dos ministros do STF, sem a necessidade da lei de iniciativa conjunta dos três poderes.
Art. 96. Compete privativamente: ..... II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:	Art. 96. .... II -	Art. 96. .... II -	
b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV.	b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.	b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.	Atribui ao Judiciário a iniciativa de propor ao Legislativo o estabelecimento das remunerações dos seus membros.
Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.	Art. 142	sem alteração	A previdência dos militares continuará seguindo as regras atuais, com exceção do teto de remuneração, ou seja, o propalado "tratamento equânime" não os atingirá.
§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:	§ 3º	sem alteração	
IX - aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º;	IX – aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto nos art. 37, XI e 40, § 7º;	(revogado pelo artigo 11 do substitutivo)	*Os militares livram-se da redução do valor das pensões* acima de R$ 1.058 (para 70%) e desaparece a referência à paridade entre ativos e aposentados, possivelmente considerada desnecessária, pois se os militares não perdem a patente ao aposentar-se então a paridade está automaticamente garantida.

Texto atual da Constituição Federal	Texto original PEC Nº 40/2003	Texto aprovado na Comissão Especial	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.	Art. 149	Art. 149	
§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.	§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.	§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.	Todos os servidores, federais, estaduais e municipais, terão de pagar a contribuição previdenciária de 11%. Hoje, alguns estados e municípios cobram menos. O valor de 11% foi fixado pela Lei 9.783, de 28/1/99 e pode ser alterado por outra lei ordinária. A Lei 9.783 é a mesma que cobra contribuição dos aposentados e pensionistas e teve a eficácia destes dispositivos suspensa pelo STF. Esta decisão do STF foi tomada por unanimidade, porque a cobrança por meio de lei ordinária foi considerada claramente inconstitucional. Vindo a cobrança por meio de PEC, nada indica que o STF vá manter este entendimento.
Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:	sem alteração	sem alteração	
I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;	sem alteração	I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidente de trabalho, e idade avançada;	Esta é uma das poucas boas coisas da PEC. Em conjunto com a revogação do § 10 deste artigo (ver artigo 11 do substitutivo, abaixo), restabelece a responsabilidade exclusiva do RGPS pelo seguro de acidentes de trabalho, que a EC 20 havia atribuído à concorrência entre os setores público e privado.
§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.	sem alteração	(revogado pelo Art. 11)	Ver comentário anterior
.....	Art. 2º O art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 2º O art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:	A partir daqui, a PEC altera o texto da EC 20/98. Os dois primeiros artigos da EC 20/98 alteraram dispositivos da Constituição. Os artigos 3º e 4º garantiram direitos adquiridos dos servidores que já tinham condições para aposentar-se Os artigos 5º, 6º e 7º trataram de disposições transitórias relativas à previdência complementar.
Art. 8º - Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção a aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 3º, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, quando o servidor, cumulativamente: I - tiver 53 anos de idade, se homem, e 48 anos de idade, se mulher; II - tiver 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de: a) 35 anos, se homem, e 30 anos, se mulher; e b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.	Art. 8º - caput sem alteração.	Art. 8º Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção a aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, §§ 3º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, quando o servidor, cumulativamente: I - tiver 53 anos de idade, se homem, e 48 anos de idade, se mulher; II - tiver 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de: a) 35 anos, se homem, e 30 anos, se mulher; e b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior	Esta é a atual *regra de transição*, válida para os servidores em atividade quando a EC 20/98 foi aprovada. Estabeleceu uma idade mínima 7 anos menor do que a da regra permanente (art. 40, § 1º da Constituição), garantindo aposentadoria integral (§ 3º atual) e instituiu o chamado "pedágio" de 20% sobre o tempo que faltava para aposentar-se. A PEC não altera o caput deste artigo, mantendo o "direito" do servidor a aposentar-se. O valor dos proventos, no entanto, passa a ser calculado pelos novos §§ 3º e 17 do artigo 40 (ou seja, "na forma da lei" que ainda será proposta) e, em seguida, conforme a nova redação do § 1º abaixo, reduzido em 5% por cada ano de contribuição menor do que dispõe a regra permanente.
§ 1º - O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto em seus incisos I e II, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições: I - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:	§1º. O servidor de que trata este artigo que optar por antecipar sua aposentadoria na forma do caput, terá os seus proventos de inatividade reduzidos em cinco por cento para cada ano antecipado, em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal, observado o disposto no § 5º do seu art. 40.	§ 1º O servidor de que trata este artigo que optar por antecipar sua aposentadoria na forma do caput, terá os seus proventos de inatividade reduzidos em cinco por cento para cada ano antecipado, em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal, observado o disposto no § 5º do seu art. 40.	A atual regra de transição transforma-se numa "antecipação", com a perda de 5% dos proventos por cada ano antecipado. É extinta bruscamente a possibilidade da aposentadoria proporcional. Se um servidor (homem), que já tenha tempo de contribuição suficiente, fizer 53 anos no dia seguinte ao da promulgação da PEC e aposentar-se, a sua aposentadoria será iguala apenas 65% do valor que teria se o seu aniversário fosse na véspera.

Texto atual da Constituição Federal	Texto original PEC Nº 40/2003	Texto aprovado na Comissão Especial	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior; II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia obter de acordo com o "caput", acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.			
§ 2º - Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.			
§ 3º - Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento.		§ 3º Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Publico ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido ate a publicação desta emenda contado com acréscimo de dezessete por cento, observado o disposto no §1º.	Ver comentário ao § 4º, abaixo. Vale para os membros do Ministério Público e de Tribunal de Contas o mesmo que para os professores de ensino superior.
§ 4º - O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no "caput", terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de 17%, se homem, e de 20%, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.	§ 4º - O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de 17%, se homem, e de 20%, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério, observado o disposto no § 1º.	§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério, observado o disposto no § 1º.	Quando a EC 20/98 acabou com a aposentadoria especial dos professores do ensino superior, reconheceu que o tempo anteriormente trabalhado deveria ter um acréscimo correspondente à fração adicional de tempo de serviço que passou a ser exigido. Para homens, houve um acréscimo de 30 para 35 anos, ou seja, de 16,7% (arredondado para 17%). Para mulheres, o acréscimo foi de 20 para 25, ou seja, de 20%. A PEC não modifica esta regra, apenas enfatiza que a transformação da regra de transição em "antecipação" também vale para os professores do ensino superior. A aposentadoria especial continua valendo para professores da educação infantil e do ensino fundamental e médio (§ 5º do artigo 40 da Constituição).
§ 5º - O servidor de que trata este artigo, que, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no "caput", permanecer em atividade, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal.	§ 5º - O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.	§ 5º O servidor de que trata este artigo, que opte por permanecer em atividade após completar as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.	Continua valendo na prática, com outro nome, a isenção do pagamento de contribuição previdenciária do servidor que tiver tempo para aposentar-se pela regra de transição mas não o fizer.
		§ 6º (novo) Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no § 8º do art. 40 da Constituição Federal.	Aplica-se às aposentadorias "antecipadas" a substituição da paridade pela "preservação do valor real"
Art. 10 - O regime de previdência complementar de que trata o art. 40, §§ 14, 15 e 16, da Constituição Federal, somente poderá ser instituído após a publicação da lei complementar prevista no § 15 do mesmo artigo.	(revogado pelo Art. 12)	(revogado pelo Art. 11)	A PEC acaba com a exigência de lei complementar para a instituição da previdência complementar dos seervidores, tornando este artigo sem sentido.
			Os demais artigos da EC 20/98 não sofrem alteração. Trata-se de disposições transitórias relativas ao regime geral, à previdência complementar e à acumulação de cargos no serviço público e ainda da determinação do teto das aposentadorias do regime geral, na época igual a R$ 1.200. Os artigos restantes da PEC referem-se a disposições transitórias.
	Art. 3º É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, bem como aos seus dependentes que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.	Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.	Garante os "direitos adquiridos" relativos às *condições* para a concessão de aposentadoria para quem já tem tempo para aposentar-se. Evidentemente, pelo restante da PEC, os direitos adquiridos relativos a *valores de proventos* estão sendo violentamente atingidos.
	§ 1º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal, que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abo-	§ 1º O servidor de que trata este artigo, que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, 25 anos de contribuição, se mulher, ou 30 anos de contri-	Mantém, para os atuais servidores, a isenção da contribuição previdenciária para quem puder aposentar-se *pela regra permanente* e não o fizer. O texto original da PEC previa esse direito apenas para os casos de 60 anos de idade e 35 de contribui-

Texto atual da Constituição Federal	Texto original PEC Nº 40/2003	Texto aprovado na Comissão Especial	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
	no de permanência ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.	buição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.	ção, para homens (55 e 30 para mulheres). O substitutivo inclui também o caso de 65 anos de idade e 30 anos de contribuição, para homens (60 e 25, para mulheres).
	§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculadas de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente.	§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculadas de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente.	Aparentemente, este parágrafo garante os "direitos adquiridos" relativos aos valores das proventos para quem já tem tempo para aposentar-se. O final do parágrafo ("ou nas condições da legislação vigente"), no entanto, não permite uma interpretação clara e única.
	Art. 4º Até que lei discipline os critérios de concessão do benefício previsto no § 7º do art. 40 da Constituição Federal, será aplicado, para efeito de concessão, o limite de setenta por cento do valor dos proventos do servidor falecido, observado o disposto no § 2º e 15 do art. 40 da Constituição Federal.		O texto original da PEC provocaria um efeito curioso. Se um servidor falecesse na véspera da publicação da PEC, a pensão por morte para os seus dependentes seria integral e se falecesse no dia da publicação, a pensão seria reduzida em 30%. Esta demonstração das conseqüências do desprezo por direitos adquiridos travestido de "justiça social", presente em toda a PEC, era tão chocante que deve ter levado o relator à supressão do artigo.
			A partir daqui, as numerações dos artigos da versão original da PEC e do texto aprovado na Comissão Especial ficam defasadas.
	Art. 5º Os servidores inativos e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em gozo de benefícios na data de promulgação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.	Art. 4º Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefícios na data de promulgação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.	Será cobrada a contribuição previdenciária "solidária" dos atuais aposentados e pensionistas, bem como dos que têm hoje condições para aposentar-se (artigo 3º da PEC). Ver comentário ao novo § 18 do art. 40 da CF, acima.
	Parágrafo único. A contribuição previdenciária a que se refere o caput incidirá apenas sobre a parcela dos proventos que supere o limite de isenção do imposto previsto no art. 153, III, da Constituição Federal.	Parágrafo único. A contribuição previdenciária a que se refere o caput incidirá apenas sobre a parcela dos proventos que supere o limite de isenção do imposto previsto no art. 153, III, da Constituição Federal.	Institui limite mais baixo (R$ 1.058) para os atuais aposentados do que para os futuros (R$ 2.400). O governo tem justificativa para esta aparente incoerência. Ver comentário ao novo § 18 do art. 40 da CF, acima. Na forma em que está redigido, o parágrafo *não isenta as pensões*.
	Art. 6º O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), devendo, a partir da data de publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.	Art. 5º O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), devendo, a partir da data da publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.	Aumenta o teto do RGPS. Uma das poucas boas medidas da PEC. Outra é a fixação do teto de remuneração. O teto do RGPS, no entanto, deveria ser muito maior, para fortalecer a previdência social pública. A única finalidade da existência de um teto para a previdência deveria ser evitar abusos. O teto atualmente em vigor, assim como o proposto nesta PEC, servem, principalmente, para garantir o mercado para a previdência complementar privada.
	Art. 7º Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto nos incisos IX e X do art. 142 da Constituição Federal.	Art. 6º Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, inciso X, da Constituição Federal.	
	Art. 8º Para os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que ingressarem no serviço público até a data de publicação desta Emenda, os proventos de aposentadorias e pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.	Art. 7º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 8º da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998, com a redação dada por esta Emenda, o servidor titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no	Na versão original da PEC, este artigo e os seus parágrafos, exceto o 2º, atribuíam explicitamente aos atuais servidores algumas das regras permanentes modificadas pela PEC. Na versão do substitutivo, este artigo concede a *aposentadoria integral* aos atuais servidores que preencherem, cumulativamente, as condições mínimas indicadas de idade, tempo de contribuição, tempo de serviço público e tempo no cargo. Esta

Texto atual da Constituição Federal	Texto original PEC Nº 40/2003	Texto aprovado na Comissão Especial	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
		serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições: I – sessenta anos de idade se homem e cinqüenta e cinco anos de idade se mulher; II – trinta e cinco anos de contribuição se homem e trinta anos de contribuição se mulher; III – vinte anos de efetivo exercício no serviço publico; e IV – dez anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.	foi a principal alteração introduzida pelo substitutivo em relação à PEC original. A sua eficácia, no entanto, está fortemente comprometida pelo parágrafo único, a seguir.
	§ 1º O cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, considerará as remunerações do servidor que serviram de base para as contribuições efetuadas aos regimes de previdência de que tratam os artigos 40 e 201, da Constituição Federal, na forma da lei.	Parágrafo Único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.	À primeira vista, este parágrafo mantém a *paridade* para os atuais servidores quando eles se aposentarem. No entanto, a comparação com a regra em vigor da paridade (CF, art. 40, § 8º) revela a omissão da referência aos "benefícios e vantagens *posteriormente concedidos* aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função". Isto significa que uma nova gratificação pode ser *criada* só para os ativos e que carreiras novas - como a do Andes-SN ou o projeto de Cargo Único da Fasubra - não alcançarão os aposentados e pensionistas. Comentários feitos pelo ministro da Previdência Ricardo Berzoini e pelo presidente do PT José Genoíno após a apresentação do parecer do relator confirmam que o governo pretende, de fato, transformar este dispositivo numa "paridade simbólica". Além disso, *não está prevista a paridade para as pensões*, nem mesmo no caso de reajuste das rubricas remuneratórias já existentes.
	§ 2º Ao servidor de que trata o caput, somente poderá ser aplicado o limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição, mediante sua prévia e expressa opção, desde que instituído o regime de previdência de que trata o § 14 do art. 40 da Constituição Federal..		Na PEC original, substituía o atual § 16 do art. 40 da CF, cuja revogação estava no art. 12 da PEC. O substitutivo mantém esse § 16, tornando este parágrafo desnecessário.
	§ 3º Até que lei discipline os critérios de concessão do benefício previsto no § 7º do art. 40 da Constituição Federal, será aplicado, para efeito de concessão, o limite de setenta por cento do valor dos proventos do servidor falecido.		Na PEC original, a redução das pensões imediatamente após a aprovação da PEC aplicava-se aos atuais servidores
	§ 4º Aos servidores e pensionistas de que trata o caput aplica-se o disposto no art. 40, §§ 8º e 17, da Constituição Federal.		Idem, em relação à substituição da paridade pela "preservação do valor real" dos proventos (§ 8º) e à atualização monetária no novo cálculo da aposentadoria (§ 17).
	Art. 9º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores inativos e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em gozo de benefícios na data de promulgação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.	Art. 8º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data da publicação desta Emenda, bem assim os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.	Mantém a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas para quem tem "direitos adquiridos", considerados nesta condição apenas os que já se aposentaram ou recebem pensões ou que já têm tempo para aposentar-se mas ainda não o fizeram.

Texto atual da Constituição Federal	Texto original PEC Nº 40/2003	Texto aprovado na Comissão Especial	Comentários do GTSS/Adufrj-SSind
	Art. 10 Até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o inciso XI do art. 37, da Constituição Federal, será considerado, para os fins do limite fixado nesse inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei na data de entrada em vigor desta Emenda a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação e da parcela recebida em razão de tempo de serviço, aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, a remuneração mensal ou subsídio mensal do Governador, e, no Municípios, do Prefeito, se inferiores.	Art. 9º Até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, será considerado, para os fins do limite fixado nesse inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei na data da entrada em vigor desta Emenda a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela recebida em razão de tempo de serviço, aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, a remuneração mensal ou subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e dos Desembargadores do Tribunal de Justiça no âmbito do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ficando, no último caso, limitado a setenta e cinco por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e, nos Municípios, o do Prefeito, se inferior.	O teto de remuneração será igual à remuneração atual dos ministros do STF, enquanto não for fixado o *subsídio* destes. Os sub-tetos seguem a mesma lógica. Ver comentário ao inciso XI do art. 37, acima.
	Art. 11 Aplica-se o disposto no art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos vencimentos, remunerações e subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.	Art. 10. Aplica-se o disposto no art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos vencimentos, remunerações e subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.	As remunerações que excederem o teto de remuneração serão reduzidas ao valor do teto.
	Art. 12 Revogam-se o § 16 do art. 40 da Constituição Federal e o artigo 10 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.	Art. 11. Revogam-se o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal, bem como o art. 10 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.	
	Art. 13 Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 12. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.	

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Boletim da Greve Especial - 3
31 de julho 2003
Informativo da Adufrj-SSind
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200
Ilha do Fundão
CEP: 21944/970 Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 3884-0701, 2260-6368 e 2590-4799
Edição e texto: Comunicação Sindical da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Comando aponta mobilização para construir uma Previdência justa

A última avaliação do Comando Nacional de Greve do Andes-SN sobre o andamento da reforma da Previdência destacou especialmente a frustração de expectativa criada pelo governo Lula em relação à luta dos movimentos sociais.

O documento do CNG observa que, no primeiro grande enfrentamento dos trabalhadores com o governo, a reação das chamadas classes dominantes foi imediata: "exige que o governo contenha e enquadre os movimentos sociais e mantenha firmemente seus compromissos com os interesses de classe do capital".

O Andes-SN reafirmou a necessidade de ampliar a mobilização em todo o país para forçar o recuo do governo e, desse modo, "construir uma Previdência Pública, socialmente referenciada, o que significa trabalhar, num horizonte da construção da Previdência unitária para os trabalhadores dos setores privado e público, com base em um modelo universal, solidário, distributivo, exclusivamente público e de caráter ativamente inclusivo aos milhões de trabalhadores que estão hoje alijados do sistema".

CEG discute suspensão do calendário no dia 6 de agosto

Após uma demorada sessão de quatro horas na última quarta-feira (30/7), o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) decidiu remeter o debate sobre a suspensão do calendário acadêmico da UFRJ para o próximo dia 6 de agosto. Os conselheiros apresentaram-se muito divididos quanto à possibilidade de interromper o calendário acadêmico. O grande problema é que, diferente de movimentos grevistas anteriores, a deflagração da greve unificada dos servidores em 8 de julho atingiu em cheio o fim do período de diversas universidades – na UFRJ, por exemplo, as aulas estavam previstas para se encerrar em 25 de julho.

O 1º Tesoureiro da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, esteve presente à reunião do colegiado e solicitou esclarecimentos sobre os atos acadêmicos autorizados pelo CEG em sua última sessão. Os conselheiros responderam que somente duas propostas foram aprovadas: em primeiro lugar, foi autorizada a inscrição em disciplinas para os calouros (em 29/7); em segundo, o CEG resolveu não deliberar sobre o fechamento do período até o término da greve. Na prática, isso significa que os professores podem lançar as notas dos alunos, mas não há nenhum prazo para o fechamento do sistema de registro acadêmico da universidade, nem para o encerramento do primeiro semestre de 2003.

CNG/Andes-SN já se movimenta contra possibilidade de corte de salários

Após tomar conhecimento sobre a determinação de corte dos salários dos grevistas pelo ministério do Planejamento, o Comando Nacional de Greve do Andes-SN acionou sua assessoria jurídica, que já tomou as medidas cabíveis. O comando observa que esta não é a primeira vez que um governo tenta esse tipo de artifício contra o movimento grevista.

A nota do CNG/Andes-SN, presente no comunicado nº 12, esclarece que a presidente da Andifes, Wrana Panizzi, já foi consultada a respeito de possível corte de ponto dos servidores das universidades. De acordo com a nota, a reitora "reconheceu o movimento (de greve) como legítimo, sendo assunto do âmbito das entidades representativas e opinou não ser pertinente às instituições enviar listagens nestas condições".

Agenda Sindical

1/08 - Debate sobre "Política de Fundos para o Financiamento da Educação"
Brasília (DF), Auditório da CNTE *– A atividade é organizada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública*

1 e 2/08 - Atividades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Brasília (DF) - *Auditório da CNTE*

6/08 – Acampamento com Marcha a Brasília

7/08 – Reunião do Setor das IFES

8/08 – Plenária dos SPF

9/08 - Plenária Estadual da CUT-RJ
Local a confirmar - Participam os integrantes da direção estadual da CUT e os delegados do Rio de Janeiro ao 8º Concut. Na pauta, entre outros assuntos, será discutida a Reforma da Previdência dos servidores estaduais.

26/8/2003 - Marcha das Margaridas 2003
Brasília (DF) - Marcha das mulheres por terra, água, salário mínimo digno, saúde e contra a violência sexista e todas as formas de violência no campo.

10 a 12/09 - Eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind.

19 a 21/9 - X Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
São Paulo (SP) *- Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.*

Na sexta, o ato é no Cristo Redentor

Os servidores públicos federais, estaduais e municipais do Rio de Janeiro fazem ato nesta sexta, dia 1º, no Cristo Redentor, contra o uso da força policial no Congresso Nacional durante manifestação do funcionalismo. A concentração será às 9h, na Cinelândia e às 10h, nas Paineiras.

Guilherme Lessa

Servidores públicos ocupam a superintendência do INSS do Rio

Servidores públicos federais – em greve desde o dia 8 de julho, juntamente com integrantes do Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (MUSPE) e de entidades do funcionalismo municipal, ocuparam nesta quarta, dia 30, a Superintendência do INSS, no Centro do Rio. Em reunião com o superintendente do INSS protestaram contra a ameaça de corte de ponto e agressões sofridas por integrantes do movimento dos servidores federais no prédio do Congresso, durante a votação do relatório da reforma na Comissão Especial do Congresso, na última quinta-feira.
Fonte: Rápido da CUT/RJ

Marcha do dia 6 deverá ter apoio do MST

O comando dos servidores está apostando em novo sucesso da Marcha em Brasília contra a reforma da Previdência, marcada para o dia 6 de agosto (foi antecipada por conta da tramitação apressada do substitutivo da PEC 40 no Congresso). A exemplo da Marcha realizada em 11 de junho, também na capital federal, os servidores esperam contar com milhares de pessoas na atividade. Para ampliar a Marcha, estão sendo contactados representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Segundo informações da CUT-RJ, o Rio de Janeiro já fechou 30 ônibus para levar servidores para a Marcha.

CNUG apóia MST

No comunicado nº 11 do CNG/Andes-SN, datado de 27 de julho, foi reproduzida a moção de apoio do comando nacional dos servidores ao MST. O CNUG exigia "a imediata libertação de José Rainha e todos os lutadores pela terra que se acham presos no país, bem como o fim dos processos de criminalização dos movimentos sociais em sua luta pelo direito à terra, ao trabalho e às mais elementares condições de existência".

Comando dos servidores envia carta aos parlamentares

O Comando Nacional Unificado de Greve (CNUG) dos servidores enviou carta aos parlamentares no dia 28 de julho na qual rechaça o substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional nº 40/2003. O CNUG denunciou, neste documento, que "as propaladas negociações sobre o projeto nunca existiram" e cobrou, por parte dos deputados, um posicionamento contrário ao substitutivo. O comando dos servidores encerra a carta com uma advertência aos parlamentares: "(...) alertamos que hoje o nosso futuro depende do seu voto; contudo, o seu futuro dependerá de nosso voto amanhã (...)".

Cartaz denuncia quem votou a favor da reforma

A Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais já começou a distribuir cartazes com as fotos e nomes dos parlamentares que votaram a favor do relatório da PEC 40/2003 na comissão especial da reforma da Previdência. Os interessados podem buscar o material para colar em suas Unidades na sede da Adufrj-SSind (CT, bloco D, sala 200). Entre os deputados federais do Rio de Janeiro, figuram os nomes de Roberto Jefferson (PTB) e Paulo Baltazar (PSB). Confira abaixo o resultado da votação:

Votaram contra o Relatório: Gervásio Silva(PFL); Yeda Crusius(PSDB); Alceu Colares(PDT); Murilo Zauith(PFL); Pauderney Avelino(PFL);Ônix Lorenzoni(PFL), José Roberto Arruda(PFL); Enéas Carneiro(PRONA); João Campos(PSDB).

Votaram a favor do Relatório: Arlindo Chinaglia(PT); Eduardo Valverde(PT); Henrique Fontana(PT); José Pimentel(PT); Mauricio Rands(PT); Nilson Mourão(PT); Professor Luizinho(PT); Paulo Magalhães(PFL); Robson Tuma(PFL); Aníbal Gomes(PMDB); Fernando Diniz(PMDB); Olavo Calheiros(PMDB); Eduardo Barbosa(PSDB); Alberto Goldman(PSDB); Nelson Meurer(PP); Vicente Arruda(PSDB); Custodio Mattos(PSDB); Wilson Santiago(PMDB); Jorge Alberto(PMDB); José Linhares(PP); Íris Simões(PTB); José Carlos Martinez(PTB); Roberto Jéferson(PTB); Chico da Princesa(PL); Milton Monti(PL); Oliveira Filho(PL); Dr. Evilásio(PSB); Paulo Baltazar(PSB); Leônidas Cristino(PPS); Jamil Murad(PCdoB).

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 102 • 4 de agosto de 2003

Assembléia Geral

7 agosto quinta-feira 9:30

Auditório G2 da Faculdade de Letras

campus da Ilha do Fundão

Pauta

1 - Informes
2 - Avaliação da greve
3 - Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind
4 - Reunião de Setor das IFES (08/08)/Plenária SPF (08/08)
• Eleição de delegados para Plenária SPF

CEG discute suspensão do calendário nesta semana

Página 3

Reitor discorda de corte de ponto dos grevistas

Página 7

Confira os deputados que votaram a favor da Reforma da Previdência na comissão especial da Câmara

Página 8

Junto desta edição, divulgamos encarte sobre as próximas eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL ENCARTE ELEIÇÃO EDIÇÃO DE 1 DE AGOSTO 2003

Eleições da Adufrj-SSind estão marcadas para setembro

Calendário das Eleições

	Período de Inscrições	Votação
Diretoria	até 11 de agosto 2003	10, 11, 12 de setembro de 2003
Conselho de Representantes	até 1º de setembro de 2003	

Assembléia de posse da nova diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind - 10 de outubro de 2003

Kelvin Melo

PROFESSORES VOTAM NA CONTINUIDADE DA GREVE

A greve continua

Proximidade da votação da reforma no Congresso reforça necessidade da paralisação

A greve não pode parar em um momento decisivo, como a proximidade da votação da reforma da Previdência no Congresso. Esse foi o entendimento da assembléia da Adufrj-SSind de 31 de julho, realizada no Auditório G2 da Faculdade de Letras, que reafirmou a participação dos professores da UFRJ na greve unificada dos servidores.

De acordo com o 1º vice-presidente da seção sindical, Luciano Menezes, "esta é a semana para pressionar (os parlamentares)". Segundo ele, que é filiado ao Partido dos Trabalhadores, 27 deputados da legenda expressaram em mensagem eletrônica que deve haver, no mínimo, uma negociação com os servidores. Luciano lembrou ainda as gigantescas manifestações ocorridas na Europa contra reformas previdenciárias semelhantes à brasileira. "E lá as pessoas têm Seguridade Social", comentou.

Salatiel Menezes afirmou que a Universidade nunca esteve diante de uma ameaça tão grande como a reforma previdenciária em tramitação. Segundo ele, se o substitutivo da PEC 40 for aprovado, dificilmente o ensino superior público vai atrair quadros qualificados. Da mesma forma, a perda de qualidade vai ocorrer com os demais serviços públicos. O professor creditou o ritmo acelerado da reforma por pressão do governo à crescente reação dos servidores. "Estão antecipando tudo porque estão percebendo os efeitos da movimentação dos servidores", contou.

Professor do Instituto de Matemática, Luis Paulo também percebeu mudanças na postura do governo. Segundo ele, no início da tramitação, não se falava em paridade, integralidade, por exemplo. Agora, após a passagem nas comissões e a pressão da greve, esses princípios entraram na pauta de negociação do Palácio do Planalto. "Não sei quem é o responsável, mas está havendo recuos. E os deputados não podem ser substituídos no plenário da Câmara", observou.

José Miguel Bendrao Saldanha (EE) voltou a afirmar que a reforma previdenciária do governo não resolve déficit algum. "O objetivo real da reforma é a implantação da previdência complementar", disse. O professor recordou que, na comissão especial da Câmara, se o governo não tivesse substituído alguns dissidentes, a votação favorável à reforma seria apertada (21 a 18). "Se essa conta for transposta para o plenário da Câmara, não dá os três quintos necessários para a aprovação de uma proposta de emenda constitucional. Vamos derrotar a PEC, pelo bem do serviço público", disse.

Richard Stephan (Coppe) observou que, em outras ocasiões, sempre se posicionou contra a greve, mas não vê outra maneira de resistência na atual conjuntura. O professor acredita que o trabalho do professor, quando paralisado, tem repercussão bastante diversa da greve dos lixeiros ou dos motoristas de ônibus. No entanto, a decepção com o governo não deixa outra alternativa, segundo ele, para os servidores.

Continua na página 4

Movimento

Disponibilizamos abaixo o documento elaborado pelo Comando Nacional Unificado de Greve dos Servidores (CNUG) e *pela Coordenação Nacional das Entidades do Serviço Público Federal (CNESF) na qual são questionados os métodos utilizados pelo governo para acelerar a tramitação da reforma. O documento dos servidores também critica a PEC 40/2003 pelo desmantelamento do Estado.*

No dia do fechamento desta edição (1/08), a diretoria da Adufrj-SSind encaminhou para sua lista de professores esta carta aberta e os endereços eletrônicos dos deputados federais da bancada do Rio de Janeiro, para que os docentes reenviem o material do comando. A iniciativa tem o objetivo de pressionar os parlamentares para rejeitar a proposta do governo. Professor, participe desta campanha. A reforma da Previdência se aproxima do momento decisivo da votação no Congresso Nacional.

Ainda nesta página, estamos disponibilizando a última nota pública do CNUG (datada de 1º de agosto), que volta a alertar sobre a falta de negociação por parte do governo e conclama os servidores para a participação na Marcha em Brasília, neste dia 6.

Carta aberta aos parlamentares brasileiros

Senhor Parlamentar

O CNUG-CNESF rechaça o Substitutivo à PEC 40/03, que consta do Relatório do Deputado José Pimentel, aprovado no último dia 23/07 na Comissão Especial, pelo fato de que este mantém o essencial do texto original e, ao contrário do apregoado, não garante nem a integralidade nem a paridade da aposentadoria dos atuais servidores. A proposta contida neste Substitutivo em nada traduz a necessidade de "justiça social", que viabilize a superação das mazelas a que estão submetidos os trabalhadores brasileiros.

Em defesa da verdade, o CNUG-CNESF denuncia que as propaladas negociações sobre o projeto nunca existiram.

Reafirmamos que somos contra os métodos utilizados pelo governo no processo de votação do referido Relatório. O açodamento inaceitável na sua votação, a presença da tropa de choque e a brutal repressão a que os servidores foram submetidos traduzem contundentemente a postura do governo em não negociar um projeto de Previdência com os movimentos popular e sindical.

Somos contra a PEC 40/03 porque ela define um modelo de Estado em que não há espaço para as questões sociais. Um modelo de Estado iniciado pelo governo anterior, que foi rejeitado pela população nas últimas eleições. Um Estado que privilegia o capital financeiro, os especuladores, os agiotas e os latifundiários que se escondem por detrás da palavra do momento – mercado. Um Estado que vem crescentemente transformando a saúde e a educação em mercadorias e que tenta, agora, com o Substitutivo aprovado na CCJ, estabelecer um "novo negócio" para atender às reivindicações dos grupos econômicos.

O que deveria ser considerado condição mínima para a existência de um serviço público de qualidade para a população brasileira é, num toque de mágica, transformado e divulgado, de maneira vil e subliminar, como privilégio, para que os direitos dos servidores públicos não sejam estendidos para todos os demais trabalhadores brasileiros. Então, apriorísticamente, foram definidos os direitos que deveriam ser eliminados para manipular a opinião pública no sentido de fazê-la crer que os servidores públicos são privilegiados e que a reforma proposta beneficiará os trabalhadores do setor privado.

Diante da aprovação do Substitutivo apresentado pelo Deputado José Pimentel, passamos a exigir também de V. Exma. o VOTO CONTRÁRIO ao relatório em Plenário, e alertamos que hoje o nosso futuro depende do seu voto; contudo, o seu futuro dependerá de nosso voto amanhã. Desnecessário lembrar sua responsabilidade com o princípio democrático de nosso Estado, cujo Poder Legislativo deve zelar. Portanto, após os acontecimentos aqui relatados, está sob sua responsabilidade o resgate da imagem desta Casa frente à sociedade brasileira.

Brasília, 28 de julho de 2003.

Nota pública

A greve nacional dos servidores federais pautou o debate nacional sobre a Previdência Pública e sobre a defesa e fortalecimento do Estado Nacional. Nestes quase trinta dias de greve, apesar de todos os ataques desferidos pela mídia e pelo governo contra os servidores, o movimento se fortalece e ganha apoio social.

O governo, pressionado pela nossa greve e por dissensões internas, resolveu agir para tentar desarticular a força do movimento. O anúncio da Grande Marcha do próximo dia 06 fez com que o Governo e o Congresso ensaiassem uma possibilidade de recuo no conteúdo do relatório. É fundamental, portanto, a intensificação da greve e o fortalecimento da Marcha.

As ações desenvolvidas até então no Congresso Nacional surtiram os efeitos esperados. Nossa base garantiu presença firme e manteve sob pressão toda a base do Governo. Reafirmamos toda a nossa solidariedade aos parlamentares do campo da luta popular que resistem à "ordem unida" de votar no Relatório da PEC 40.

A busca de um real processo de negociação sempre fez parte das reivindicações dos servidores em greve. A intransigência partiu do governo, que não estabeleceu até então qualquer espaço para negociar com os servidores, apesar de ter ouvido nossas reivindicações.

É inadmissível que instrumentos de pressão como o corte de ponto sejam acionados no momento em que o Governo sinaliza com a possibilidade de abertura de negociações. Os servidores não aceitam esta postura autoritária e exigem a suspensão desta medida.

Assim como a CUT, exigimos dos parlamentares que votem contra o Relatório da PEC 40, caso não haja processo efetivo de negociações. Da parte dos servidores, permanece a disposição de diálogo e de instalação de uma Mesa de Negociação sobre a Previdência brasileira, sendo necessária a suspensão ou o adiamento da tramitação da PEC.

Todos à Marcha do dia 06!
A greve continua!

Comando Nacional Unificado de Greve dos Servidores Federais - CNUG

Agenda Sindical

6/08 – Acampamento com Marcha a Brasília

8/08 – Reunião do CNG/Andes-SN ampliado
Brasília (DF), às 9h

8/08 – Plenária dos SPF
Brasília (DF), às 14h30

9/08 - Plenária Estadual da CUT-RJ
Local a confirmar - Participam os integrantes da direção estadual da CUT e os delegados do Rio de Janeiro ao 8º Concut. Na pauta, entre outros assuntos, será discutida a Reforma da Previdência dos servidores estaduais.

26/8/2003 - Marcha das Margaridas 2003
Brasília (DF) - Marcha das mulheres por terra, água, salário mínimo digno, saúde e contra a violência sexista e todas as formas de violência no campo

10 a 12/09 - Eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

19 a 21/9 - X Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
São Paulo (SP) *- Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo*

Temas da revista Universidade e Sociedade

Em circular enviada às seções sindicais em 25/7, a diretoria do Andes-SN divulgou o tema central do próximo número da revista "Universidade e Sociedade", editada pelo Sindicato Nacional. Desta vez, os professores deverão escrever artigos sobre a "Alca, Blocos Econômicos e Organismos Internacionais". O objetivo da publicação é discutir as conseqüências da iminente aceleração da negociação da Área de Livre Comércio das Américas, após o encontro Lula-Bush. Os artigos para este tema devem ser enviados, seguindo as normas editoriais expressas nas últimas páginas da revista anterior ou na página eletrônica (www.andes.org.br), até o dia 30 de setembro.

Também já foi divulgado o tema central da revista seguinte: "Governo Lula: Um Ano Depois". Os artigos para esta edição podem ser enviados até 30 de dezembro. Outros artigos, com temáticas diferentes, poderão ser enviados, ficando sujeitos às normas editoriais e aos limites do espaço possível.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG discute suspensão do calendário nesta semana

Conselheiros apresentam-se divididos sobre a questão

Após uma demorada sessão de quatro horas na última quarta-feira (30/7), o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) decidiu remeter para o próximo dia 6 de agosto o debate sobre a suspensão do calendário acadêmico da UFRJ. Os conselheiros apresentaram-se muito divididos sobre esta questão. O grande problema é que, diferente de movimentos grevistas anteriores, a deflagração da greve unificada dos servidores em 8 de julho atingiu em cheio o fim do período de diversas universidades – na UFRJ, por exemplo, as aulas estavam previstas para se encerrar em 25 de julho.

O 1º Tesoureiro da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, esteve presente à reunião do colegiado e solicitou esclarecimentos sobre os atos acadêmicos autorizados pelo CEG na sessão de 23/7. Sanglard explicou que a Adufrj-SSind havia recebido consultas de professores sobre o que fazer, pois estavam sendo pressionados pelos coordenadores e diretores para lançar graus e recebiam reclamações de alunos que não conseguiam realizar inscrição em disciplinas. Os conselheiros responderam que somente duas propostas foram aprovadas: em primeiro lugar, foi permitida a inscrição em disciplinas para os calouros (em 29/7); em segundo, o CEG resolveu não deliberar sobre o fechamento do período até o término da greve. Na prática, no momento, isso significa que os professores podem lançar as notas dos alunos, mas não há nenhum prazo para o fechamento do sistema de registro acadêmico da universidade, nem para o encerramento do primeiro semestre de 2003.

O debate

A questão da greve e seu impacto na área administrativa da universidade nem estava pautada no colegiado, mas os conselheiros perceberam a importância do assunto e passaram quase toda a sessão discutindo o tema. Enquanto alguns defendiam o fechamento do sistema para qualquer tipo de ato acadêmico (uma vez que os calouros já estavam inscritos), outros argumentavam que o CEG não poderia fazê-lo sob o risco de forçar uma participação dos não-grevistas na paralisação das atividades.

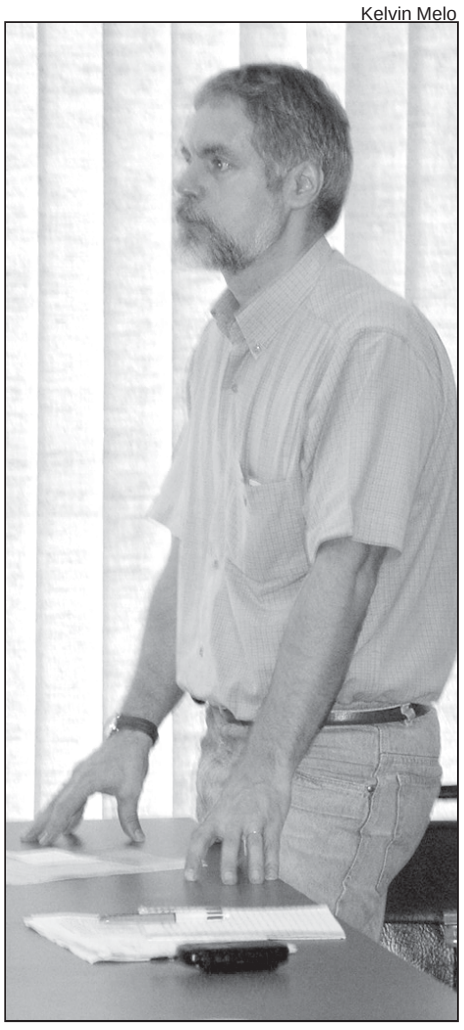
A reunião "pegou fogo" com a leitura de uma mensagem eletrônica que está circulando entre professores da Escola de Comunicação e que chegou ao conhecimento do representante discente Wellington Augusto. No texto da mensagem lida pelo estudante, foi dito com todas as letras que as aulas do segundo semestre da ECO seriam iniciadas 11 de agosto (data prevista no calendário atual), independente das decisões da Assembléia da Adufrj-SSind e do próprio Conselho de Ensino de Graduação. Wellington mostrou-se bastante preocupado com o teor do documento e solicitou uma resposta do CEG aos docentes da Unidade. Outro representante discente, Fábio Samu, lembrou a gestão Vilhena, que vivia desrespeitando os colegiados. "Na época, todo mundo reclamava. Fico muito chocado com este depoimento (dos professores da ECO)", observou.

José Henrique Sanglard voltou a se manifestar e também criticou a mensagem trocada entre professores da ECO. Segundo ele, além de despolitizante, a mensagem representa um desrespeito à instituição, representada pelo CEG. "Nossa história recente demonstra que não é bom quando os conselhos superiores são desrespeitados", comentou.

O próprio sub-reitor José Roberto Meyer fez questão de referendar a assembléia da Adufrj-SSind como o fórum democrático para a tomada de decisões entre os professores da UFRJ. José Roberto observou que não recebeu esta mensagem lida por Wellington, mas uma outra, contendo abaixo-assinado contra a greve: "Eu me perguntei: por que essas pessoas não vão à assembléia?", questionou. No entanto, em relação ao calendário letivo, José Roberto entendeu que o colegiado não poderia decidir pelo fechamento do sistema de registro acadêmico, pois estaria supostamente engessando a estrutura e obrigando as Unidades a paralisar. "E a estrutura (CEG) não é o movimento. Não podemos fazer isso", disse.

Maria Lúcia Patitucci (representante do CCMN) observou que a manutenção do funcionamento do SIGA vai gerar a possibilidade de mais de um calendário dentro da UFRJ, com Unidades começando e terminando seus cursos quando bem quiserem. A conselheira Ana Maria Ribeiro também seguiu este ponto de vista: "Fico preocupada com a criação de uma federação de Unidades na UFRJ. Ou reconhecemos o estado de greve ou vamos deixar que qualquer Unidade faça o que bem entende", disse. Ana lembrou que a atual greve tem como característica nova a deflagração em fim de período, no caso das universidades, mas ponderou que o calendário só pode ser discutido ao fim do movimento.

Kelvin Melo



JOSÉ SANGLARD SOLICITOU ESCLARECIMENTOS AO COLEGIADO

Miguel Jonathan (também representante do CCMN) argumentou que não se deveria misturar as funções do conselho e do movimento, "que é legítimo". Segundo ele, a notícia de possível corte dos salários dos grevistas não tornaria prudente a decisão de suspensão do calendário. "Se um conselho superior deliberar isso, estará dando uma 'bandeira' enorme. A Universidade não pode declarar greve. Mas tem que respeitar quem está em greve", comentou.

Edione Trindade manifestou que o CEG, como sempre fez, deverá recompor o calendário ao fim da greve. Ela lembrou que o Instituto de Economia chegou a encaminhar um pedido de calendário diferente por não ter participado de um movimento grevista em outra ocasião e o colegiado negou o pedido. "Este colegiado disse para (o instituto) entrar no ritmo (das demais Unidades)", afirmou.

Os representantes do CCS, Jorge Fernando e Ana Borralho, estavam preocupados com o calendário da Faculdade de Medicina – que já é mais extenso que o das demais Unidades, com concordância do CEG. "Se a Medicina resolver paralisar suas atividades, isso vai implicar em perda do semestre. Nós não temos mais como repor o calendário. Só se for de madrugada. E, se perder semestre, não podemos ter vestibular, pois não vai ter onde colocar esses alunos", informou Ana. Ela comentou que não surgiu nenhum sinal de paralisação dos departamentos da faculdade até o fim do primeiro semestre, mas já começaram as discussões sobre o reinício (ou não) do segundo semestre.

Antonio Cláudio (CT) defendeu que o CEG somente voltasse a discutir a suspensão do calendário após o dia 11, quando seria possível reavaliar a situação geral na UFRJ. Após cerca de quatro horas de discussão, os conselheiros decidiram remeter o ponto para a sessão seguinte. O recesso do colegiado, que deveria começar a partir da reunião passada, foi suspenso, diante da importância da conjuntura.

Dúvida atrasa trabalho de comissão do alojamento

Uma dúvida sobre a representação dos alunos na comissão que estudaria alternativas de bolsas para os alojados acabou atrasando os trabalhos do grupo, que fez sua primeira reunião em 24/07. O CEG fez, na sessão de 30/7, uma recomendação para esclarecer o caso: seriam quatro estudantes, sendo duas moças e dois rapazes. A divisão teria o objetivo de facilitar a vistoria das alas masculina e feminina do prédio do alojamento. Mas o sub-reitor José Meyer deixou claro que os alunos do alojamento em suas instâncias de decisão é que vão escolher seus quatro representantes, independente do sexo. Vale lembrar que esta comissão recebeu a incumbência de apresentar resultados até a sessão do colegiado de 20 de agosto.

Adufrj-SSind

Continuação da capa

Professores avaliam movimento na assembléia

Sara Granemann (ESS) criticou mais uma vez a possível inserção dos fundos de pensão no cotidiano dos servidores. Segundo ela, nos Estados Unidos, cerca de dois terços dos fundos não têm condições de pagar seus segurados. Detalhe: a professora comentou que, naquele país, foi criada uma resseguradora para cobrir a falência dos fundos. No entanto, desde 1997, nem a tal resseguradora reúne condições para fazer os pagamentos.

Cristina Miranda, 3ª Secretária do Andes-SN e professora do Colégio de Aplicação, citou um documento do deputado federal Ivan Valente (PT-SP), em sua exposição contra a reforma e contra o discurso de correção do suposto déficit da Seguridade Social do país. De acordo com dados do parlamentar, a expectativa do governo é economizar R$ 56 bilhões em 30 anos com a PEC 40. No entanto, ainda segundo Ivan Valente, somente com os juros da dívida externa o Brasil gastou R$ 52 bilhões no primeiro trimestre de 2003.

Kelvin Melo

Reunião dos comandos de greve e mobilização

Na parte de informes da assembléia, a presidente Cleusa Santos noticiou uma reunião ocorrida entre os comandos de greve e mobilização das entidades representativas da UFRJ (Adufrj-SSind, DCE, APG e Sintufrj), em 29/7. Segundo ela, "houve uma boa discussão" e o objetivo do encontro (e de outros, que se seguirão) terá como resultado o fortalecimento da luta contra a reforma da Previdência na UFRJ. Já no dia do fechamento desta edição (em 1/8), houve nova reunião dos comandos locais (foto), quando foi informado que a atividade dos servidores no Corcovado, na manhã da sexta-feira, reuniu mais de 300 pessoas.

Estudantes repudiam desrespeito à AG e ao CEG

Integrante do DCE e representante discente no Conselho de Ensino de Graduação, Wellington Augusto esteve na assembléia e comunicou as decisões do Conselho de Centros Acadêmicos da UFRJ ocorrida na véspera. Segundo ele, o Conselho de CAs decidiu repudiar as mensagens de professores que circulam pela internet, com demonstrações de desrespeito às instâncias da universidade e às instâncias de representação. Wellington observou que uma nota dos alunos sobre a questão será encaminhada aos colegiados superiores da universidade.

Reuniões de Unidades

Fernando Santoro disse que convocou uma reunião no IFCS à qual compareceram três professores e que, na Unidade, a maioria é contrária à greve. Segundo ele, houve pouco debate sobre a reforma na Unidade e os cursos de graduação e pós-graduação tiveram prosseguimento normal neste primeiro semestre letivo.

Roberto Leher disse que a Faculdade de Educação reuniu doze professores, o que representa quase um terço do quadro efetivo da Unidade e apenas um deles se posicionou contra a greve. Segundo ele, a reunião foi muito esclarecedora sobre as conseqüências da reforma. A próxima reunião da FE deve escolher a representação no CLG da Adufrj-SSind.

Pelo Centro de Tecnologia, José Miguel observou que houve uma reunião, com pequeno número de participantes. Contudo, estes poucos professores presenciaram uma boa conversa sobre os efeitos da reforma previdenciária. A representação do centro no CLG foi reforçada pela entrada de Carlos Strauss (Coppe).

Sanglard relatou ainda que participou, ao lado de Salatiel Menezes, como convidados, da reunião da Congregação da Faculdade de Medicina. Na ocasião, os diretores da seção sindical buscaram esclarecer as muitas dúvidas dos presentes sobre a PEC 40 e seu substitutivo.

Comissão e cartas para pressionar parlamentares

Dois encaminhamentos sugeridos pelo Comando Local de Greve da Adufrj-SSind para pressionar os parlamentares foram aprovados na assembléia: um deles é o envio de mensagens aos deputados e senadores do Rio de Janeiro, contendo o texto do CNG no comunicado nº 12 (leia em http://www.andes.org.br/cng_2003.htm). O outro encaminhamento foi a formação de uma comissão para visitar os parlamentares em seus gabinetes na cidade ou nos aeroportos (na chegada ou ida para Brasília), em conjunto com as demais entidades da UFRJ e do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social. Na AG, os professores Richard Stephan (Coppe), Luis Paulo (Instituto de Matemática), José Sanglard (diretoria da Adufrj-SSind) e Sandra Martins (CAp), além dos demais integrantes do CLG, aceitaram a tarefa.

Votação com hora marcada

Durante a assembléia, por iniciativa do professor Richard, surgiu a curiosa proposta de votação sobre a greve com horário marcado. Na opinião dele, esta iniciativa representaria um ato de coragem do movimento para acabar de vez com o discurso de falta de democracia das assembléias. Ainda segundo ele, a inovação faria aumentar o número de professores presentes.

Todas as declarações que se seguiram rejeitaram a proposta. A principal crítica residia no fato de que o novo mecanismo privilegiaria justamente quem não quer discutir. "Mobilização pressupõe que a pessoa possa dispor de pelo menos duas ou três horas para discutir uma questão que considere relevante", disse Sanglard. O 1º tesoureiro observou ainda que as assembléias são convocadas amplamente com, no mínimo, 48 horas de antecedência, e com pauta definida. "A pessoa tem que estar presente de corpo e espírito, não só virtualmente", completou. Luciano Menezes corroborou: "Aqui a porta está aberta. Todo mundo pode falar. Aqui (na universidade), estamos acostumados a fazer pesquisa, mas ninguém marca horário para terminar com a pesquisa", disse. José Miguel afirmou que "democracia é mais que somente votar". Além disso, o professor ponderou que uma votação com horário marcado teria que ser objeto de mudança no regimento do funcionamento das assembléias da seção sindical.

Na votação, apenas o próprio Richard foi favorável à proposta. Ele perdeu a questão, mas não perdeu o bom humor: "Só perdi porque não foi uma votação com hora marcada", brincou, para risadas gerais.

Adufrj-SSind na Marcha do dia 6

A seção sindical pagou um ônibus para levar servidores e alunos para a Marcha contra a Reforma da Previdência, neste dia 6. O veículo deve sair da praça em frente ao Sintufrj, às 11h30 do dia 5. A viagem dura cerca de 16 horas.

Representantes no CNG

A assembléia aprovou os nomes dos professores Salatiel Menezes (como delegado, em substituição ao professor Rafael de Haro Jr), José Miguel Bendrao Saldanha e Roberto Leher (como observadores) para representar a Adufrj-SSind no Comando Nacional de Greve do Andes-SN. A AG ratificou decisão anterior que o Comando Local de Greve pode promover substituições de delegado e observadores no CNG, conforme a necessidade, se não houver uma assembléia na data da mudança.

ATENÇÃO

CNG/Andes-SN já se movimenta contra possibilidade de corte de salários

Após tomar conhecimento sobre a determinação de corte dos salários dos grevistas pelo ministério do Planejamento, o Comando Nacional de Greve do Andes-SN acionou sua assessoria jurídica, que já tomou as medidas cabíveis. O comando observa que esta não é a primeira vez que um governo tenta esse tipo de artifício contra o movimento grevista.

A nota do CNG/Andes-SN, presente no comunicado nº 12, esclarece que a presidente da Andifes, Wrana Panizzi, já foi consultada a respeito de possível corte de ponto dos servidores das universidades. De acordo com a nota, a reitora "reconheceu o movimento (de greve) como legítimo, sendo assunto do âmbito das entidades representativas e opinou não ser pertinente às instituições enviar listagens nestas condições".

Movimento

Servidores públicos ocupam a superintendência do INSS do Rio

Servidores públicos federais – em greve desde o dia 8 de julho, juntamente com integrantes do Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (MUSPE) e de entidades do funcionalismo municipal, ocuparam nesta quarta, dia 30, a Superintendência do INSS, no Centro do Rio. Em reunião com o superintendente do INSS protestaram contra a ameaça de corte de ponto e agressões sofridas por integrantes do movimento dos servidores federais no prédio do Congresso, durante a votação do relatório da reforma na Comissão Especial do Congresso, em 24/07.

Fonte: Rápido da CUT/RJ

Guilherme Lessa

CUT/RJ discute Pano Plurianual

Arquivo/Adufrj-SSind

JAYME RAMOS

Na última quarta-feira, dia 30/7, o presidente da CUT/RJ, Jayme Ramos, disse em entrevista coletiva para jornalistas sindicais que a Central fluminense está empenhada na construção das propostas do Estado para o Plano Plurianual do governo federal. Apesar de o governo Lula já ter praticamente definido suas metas orçamentárias para 2004, incluindo a manutenção do superávit no patamar dos 4,25% do PIB e o mesmo cenário de juros altos e especulação permanente, o sindicalista vê a possibilidade de que os movimentos sociais possam interferir na fase de previsão de recursos para os projetos dos Estados.

No caso do Rio, a CUT propõe, entre outros pontos, que o PPA inclua verba para a construção de uma refinaria no Estado, de obras de infra-estrutura e saneamento, de despoluição da Baía de Guanabara e de revitalização da indústria naval.

Do ponto de vista político, a CUT/RJ, de acordo com Jayme, propôs ao Fórum Estadual do PPA itens como aumento real do poder de compra do Salário Mínimo, redução da jornada de trabalho com manutenção dos salários e ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho. A Central também propôs a realização do Plebiscito Oficial da Alca como um das metas do Plano. O Plebiscito da Alca tem o apoio do movimento docente expresso nas últimas deliberações do Conselho Nacional do Andes-SN (Conad de Vitória, em maio de 2003).

Quinze sindicatos do Rio foram indicados pela Central para participar do Fórum do PPA que também conta com a participação do governo do Estado e de representantes dos setores empresariais, como a Firjan e do movimento social, como o MST.

O Plano, que vem sendo alardeado pelo presidente Lula como a materialização do 'espetáculo do crescimento' deve ser apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional até 31 de agosto. No dia 14 próximo, o governo define sua estratégia para alterar o PPA de acordo com as revisões apontadas pelos fóruns estaduais. Nesta data, um comitê nacional irá entregar a Lula o documento com todas as sugestões regionais. As alterações seriam feitas junto da avaliação do Plano pelos parlamentares. Segundo Jayme, a iniciativa do governo de discutir o PPA com as entidades nos estados é inédita.

CUT/RJ participa da Marcha contra a Reforma da Previdência

O dirigente aproveitou a coletiva para informar que a CUT Rio fechou 41 ônibus para marcha a Brasília contra a Reforma da Previdência. Segundo a assessoria da Central, os sindicatos da região estão trabalhando para enviar 50 ônibus ao Planalto no dia 6 de agosto.

Jayme fez questão de ressaltar que a CUT/RJ apóia a luta dos servidores públicos contra a reforma e que a Central deve manter sua autonomia frente ao governo petista. O dirigente acredita, no entanto, em negociação em torno do substitutivo, posição não compartilhada pelos servidores que estão em greve pela retirada da PEC 40 do Congresso. Para o sindicalista, tanto a posição pela negociação, defendida pela direção nacional da Central, quanto a posição dos servidores só têm chances de vitória se houver aumento da pressão popular sobre os congressistas.

Relator se recusa a negociar a PEC com grevistas

Os representantes do Comando Nacional Unificado de Greve dos servidores estiveram reunidos com o relator da reforma, deputado José Pimentel, e com o presidente da Câmara Federal, deputado João Paulo Cunha, no último dia 31 de julho. Depois de ouvir as intervenções das entidades em greve, o relator foi categórico ao afirmar que o texto da PEC expressa a opinião da base do governo e que "não terá destaques de votação e muito menos a reforma será retirada" e que "nem o governo será derrotado" e, ainda, "que a votação ocorrerá impreterivelmente no dia 6 de agosto". Apesar da contundência das afirmações do deputado, após o cancelamento da votação da Lei de Falências (PL 4376/93), a sessão prevista para esta quarta-feira foi adiada e deve ser votada somente na segunda semana de agosto.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Rubens Approbato, participou da reunião e disse que foi procurado por dezenas de lideranças do setor público que informaram as dificuldades de diálogo com os deputados governistas, em especial com a relatoria da emenda. Approbato informou que a Ordem irá sugerir que as entidades entrem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade da emenda que poderá ser encaminhada ao Supremo Tribunal Federal.

CNUG acompanha reunião do 'grupo dos 30'

A reunião dos parlamentares petistas que se posicionam contra a PEC 40 contou com a presença de representantes do Comando Unificado. Os representantes do Comando Nacional do Andes-SN esclareceram aos parlamentares a posição dos servidores de reivindicar a retirada da PEC como forma de pressão para a abertura das negociações, o que não aconteceu.

Estavam presentes na reunião os deputados Walter Pinheiro, Dr. Rosinha, João Alfredo, Luciano Zica, Maurício Mendes, Ivan Valente, Fernando Gabeira, Lindberg Faria, Chico Alencar, entre outros.

O chamado 'grupo dos 30' apresentou cinco pontos considerados pelos parlamentares como fundamentais de serem modificados: a integralidade/paridade; os fundos de pensão; as pensões; o desconto dos inativos; e as regras de transição.

O comando solicitou aos parlamentares que encaminhassem as propostas de mudança apoiadas pelo grupo, uma vez que elas também seriam objeto de críticas da Cartilha da CNESF sobre a Reforma.

Fonte: Comunicado CNG/Andes-SN nº 13

Opinião

Algumas diferenças entre cientistas, engenheiros, técnicos e tecnólogos

(Segunda parte)

Abraham Zakon*
Jorge Luiz do Nascimento**
Mordka Szanjberg***

As tecnologias e as técnicas

É possível entender a **Tecnologia** pelas seguintes interpretações: (a) teoria geral e/ou estudo sistemático sobre técnicas, processos, métodos, meios e instrumentos de um ou mais ofícios ou domínios da atividade humana (p. ex., indústria, ciência etc.); (b) técnica ou conjunto de técnicas de um domínio particular e (c) qualquer técnica moderna e complexa. Essas concepções não incluem um aspecto importante das tecnologias: o seu **valor comercial ou agregado.** Por exemplo, uma norma técnica ou um estudo de consultoria representa uma fração de conhecimento tecnológico que geralmente se vende ou compra, após a sua concepção e concretização. O termo "**Tecnologia**" provém do grego "*technología*", isto é, "tratado sobre uma arte" e significa "conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade". Ele associa o termo "**Tecnologia**" com "**Técnica**" (que é o substantivo feminino do adjetivo "**Técnico**") e que possui os seguintes significados: (a) a parte material ou o conjunto de processos de uma arte: (exemplos: técnica cirúrgica; técnica jurídica); (b). maneira, jeito ou habilidade especial de executar ou fazer algo (exemplo: este aluno tem uma técnica muito sua de estudar); (c) prática. O termo "**Técnica**" significa: (a) conjunto de procedimentos ligados a uma arte ou ciência (exemplo: a técnica de escrever) (b) a parte material dessa arte ou ciência; (c) a maneira de tratar detalhes técnicos (como faz um escritor) ou de usar os movimentos do corpo (como faz um dançarino); (d) destreza, habilidade especial para tratar esses detalhes ou usar esses movimentos; (e) jeito, perícia em qualquer ação ou movimento (exemplo: descascar laranja sem ferir requer técnica). **Constata-se que uma "tecnologia" constitui um conjunto de técnicas de um domínio particular, ao passo que "técnica" é um conjunto de procedimentos ligados a uma arte ou ciência.**

Além disso, uma **tecnologia é**: (a) "o produto de ciências aplicadas numa atividade ou num bem"; (b) é acumulável, e (c) é o retrato (ou um pacote tecnológico negociável) que se refere a um determinado momento ou evento importante para os seus interessados (Tabela 1).

As funções dos tecnólogos, técnicos e outros profissionais

Numa entrevista ao ***Informateq,*** em 1996, o Prof. Edmar de Oliveira Gonçalves, ex-diretor do CEFET-CSF, da Direção do Ensino Médio do MEC e da ETFQ-RJ, informou que o ***tecnólogo*** *é o chamado "pós-técnico"*, e foi objeto de um trabalho desenvolvido em 1970. Coordenando um grupo de trabalho, instituído pela Diretoria do Ensino Industrial, ele orientou a publicação de um trabalho sobre os "cursos pós-técnicos", que era objeto de um futuro empréstimo do Banco Interamericano para as ETF's (Escolas Técnicas Federais). A idéia, com o advento da Lei nº 3552, era oferecer ao técnico o retorno à escola para receber novos conhecimentos, a fim de adaptar-se a novas situações de mercado. Mas a idéia não frutificou. A idéia do tecnólogo nasceu quando nós tivemos uma ajuda para a primeira escola (a Celso Suckow da Fonseca - CSF), em que a Fundação Ford investiu para formar um profissional (cuja denominação ela não definiu) em dois anos, após o término do curso técnico. Essa idéia foi muito questionada e chegou-se à conclusão que dois anos era pouco. Surgiu, então, o engenheiro de operação, em três anos, que também acabou por não vingar, em razão, sobretudo de pressões por parte dos cursos de engenharia plena (cinco anos). Desde então, a idéia do tecnólogo, permanece, mas, até hoje, não se definiu um perfil, nem mesmo sua real necessidade é totalmente clara.

Conforme Cláudio Moura e Castro (www.mec.gov.br/semtec/proep/a_textos.htm**),** "*a LDB (de 1996) tornou possível a reforma (do ensino técnico), sem aprovar uma lei regular do congresso e sem mudar a Constituição. A LDB permitiu executar a reforma dentro de um âmbito politicamente muito mais fácil (do ponto de vista burocrático e administrativo) de fazer reformas que são os decretos presidenciais e portarias ministeriais.* ***O técnico, que era de nível médio, foi empurrado para uma categoria meio ambígua de "pós-médio", pois requer o diploma de médio (que pode ser obtido de forma concomitante). Não é mais médio, mas não é superior, tampouco.*** *Seu atrativo é ser um curso de um ano, em comparação com o seqüencial e o tecnólogo que duram no mínimo dois".*

No Século XX, os cursos universitários constituem o caminho natural dos técnicos em termos de "educação continuada" pois são autênticos "pós-técnicos". Por exemplo, na Escola de Química da UFRJ, os egressos das Escolas Técnicas compuseram nas últimas décadas a fração dos melhores alunos, em termos de aproveitamento escolar e de amadurecimento e profissional, e o mesmo ocorreu em vários cursos de engenharia.

O **tecnólogo** pode ser o "indivíduo versado em tecnologia ou **tecnologista".** Se a função do cientista é conhecer, enquanto que a do engenheiro é fazer (isto é, projetar e construir engenhos e/ou tecnologias), então, a função do tecnólogo seria aplicar? A resposta inicial encontra-se na Tabela 2, que permite indagar: um tecnólogo deve ser formado em 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos ?

Tabela 1 - Características básicas da ciência e da tecnologia

	CIÊNCIA	*TECNOLOGIA*
Ojetivos:	*acumular conhecimentos*	*produzir, comercializar bens e serviços*
Posturas:	*princípios éticos até 1990, e, doravante, acrescidas das leis de mercado*	*leis do mercado*
Utilidade:	*Universal*	*Regional*
Conceitos envolvidos:	*conjunto de conhecimentos fundamentais*	*conjunto de conhecimentos, artes, técnicas, métodos científicos e empíricos,equipamentos, informações, pessoas, objetos diversos*

Tabela 2 - As formas do conhecimento nas profissões oriundas da Física e Química

ESTÁGIO EVOLUTIVO	*CARACTERÍSTICAS*	*NÍVEL DO SABER*
1. ARTE	sabe-se fazer meio de formação: educação informal, treinamento escolaridade: ***curso de treinamento ou aprendizado irregular*** profissional: **artesão, laboratorista**	**Habilidade**
2 *TÉCNICA*	sabe-se fazer, com destreza e precisão meio de formação: escola técnica escolaridade: ***segundo grau profissionalizante*** exemplos de título: **técnico mecânico, técnico químico,**	**Habilitação**
3. *CIÊNCIA*	sabe-se como e porque ocorrem os fenômenos meio de formação: universidade tradicional escolaridade: ***bacharelado, 3 anos*** exemplos de título: **físico, químico, bacharel em química**	**Habilitação**
4. *TECNOLOGIA*	sabe-se fazer, com destreza, precisão e base científica meio de formação: CEFET ou universidade tecnológica ou plena escolaridade: ***bacharelado com atribuição tecnológica, 4 anos*** título: **tecnólogo químico, engenharia industrial ***	**Habilitação**
5. QUÍMICA INDUSTRIAL	sabe-se conceber, simular e desenvolver, com base científica, novos processos fabris de beneficiamento de matérias- primas e obtenção de produtos químicos e tratamento de rejeitos meio de formação: universidade tradicional escolaridade: ***(engenharia) química industrial avançada, 5 anos*** profissional: ***(engenheiro)*** **químico industrial**	**Habilitação**
6. *ENGENHARIA*	sabe-se conceber, projetar, montar, operar, executar e otimizar, com base científica, a instalação de equipamentos e aparelhos, e fabricar produtos químicos, mecânicos, elétricos, etc meio de formação: universidade tradicional escolaridade: ***engenharia plena, 5 anos*** título: **engenheiro químico, eng. mecânico, eng. Eletricista, etc**	**Habilitação**

• titulações que substituíram o profissional denominado "engenheiro de operação" (3 anos).

* Engenheiro Químico, M.Sc., D. Eng.
Escola de Química, Centro de Tecnologia.
Universidade Federal do Rio de Janeiro
zakon@eq.ufrj.br
** Engenheiro Elétrico e Civil, M.Sc., D.Eng.
Escola Politécnica, Centro de Tecnologia.
Universidade Federal do Rio de Janeiro
jorge@dee.ufrj.br
*** Bacharel em Física
Instituto de Física, Universidade do Estado do Rio de Janeiro mordka@uol.com.br

Obs.: a primeira parte do artigo foi publicada no jornal da Adufrj anterior (nº 101, de 28/07). No próximo jornal, será publicada a terceira e última parte do artigo.

Adufrj-SSind

26,05%: reivindicação de quase uma década é atendida pelo reitor

Reitor discorda de corte de ponto

Na primeira reunião com a diretoria da Adufrj-SSind, na terça-feira, dia 29, o reitor Aloisio Teixeira disse desconhecer qualquer manifestação oficial do governo sobre corte de ponto de servidores em greve. Aloisio confirmou, no entanto, que o gabinete da Casa Civil solicitou da Sub-reitoria de Pessoal informações sobre a greve na UFRJ. Segundo o reitor, a SR-4 não prestaria nenhuma informação sobre Unidades ou servidores paralisados. O dirigente considerou o pedido de informações e de corte de ponto aos reitores pela administração federal um "absurdo que fere a autonomia universitária". Aloisio informou ainda que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior já havia se manifestado contra a solicitação feita pelo Ministério do Planejamento.

A audiência com o reitor foi solicitada pela diretoria da seção sindical e contou com a participação de Cleusa Santos, Luciano Menezes e José Sanglard, além dos professores do Comando Local de Greve, Pedro Vieira e Salatiel Menezes. Da pauta da reunião, apresentada pela diretoria da entidade, constavam temas relativos à greve dos servidores, à ameaça de corte de ponto, à extensão dos percentuais de 26,05% e 28,86% e a relação da reitoria com as entidades representativas da comunidade.

26,05% no contracheque

Sobre os 26,05% referentes ao Plano Verão, Cleusa lembrou que esta é uma reivindicação, de quase uma década, do movimento docente. Um grupo de professores que não recebia o percentual desde 1996 também reivindicava o pagamento da ação . Na reunião, o reitor respondeu que os 26,05% seriam estendidos para professores que não recebiam o percentual da ação ganho na Justiça em 1993. Sobre a implantação dos 28,86% (ação que reivindica a um índice de reajuste concedido aos militares também em 1993), o reitor disse que iria esperar a consolidação da extensão dos 26,05% para encaminhar aquele percentual.

Manuella Soares

PRIMEIRA REUNIÃO DA DIRETORIA COM NOVO REITOR

Posicionamento da reitoria sobre a PEC 40

A diretoria da Adufrj-SSind também solicitou ao reitor um posicionamento sobre a greve dos servidores que reivindicam a retirada do Congresso Nacional da Emenda Constitucional 40 que reforma os regimes de previdência geral e dos servidores. Sobre a greve, o reitor considerou que não deveria emitir nenhum posicionamento. Quanto à Reforma da Previdência, Aloisio disse que, na sua opinião, o projeto de emenda é inegociável. "Negociar este emenda significa fazer crer que temos (os servidores) privilégios. A negociação apenas adia o processo de destruição do Estado", afirmou o dirigente.

Decisões do colegiados superiores

A presidente da seção sindical comentou a circulação de uma lista eletrônica cujo conteúdo aponta para um processo de deslegitimação não só dos movimentos organizados, mas também das decisões dos colegiados superiores. Segundo Cleusa Santos, estaria sendo organizado um claro desrespeito ao Conselho de Ensino de Graduação quanto à suspensão dos calendários acadêmicos até o fim da greve. O reitor disse que não cabe ao colegiado superior aprovar ou reprovar uma greve, mas que, a partir do momento em que o conselho toma uma resolução sobre o calendário acadêmico, esta vale para todas as Unidades da Universidade. O reitor também reconheceu as assembléia gerais da categoria como o fórum legitimo para a decisão do corpo docente de paralisar ou não.

Anote

Semana de Integração dos Cursos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas

12,13 e 14 de agosto de 2003
Campus da Praia Vermelha
12 - Salão Pedro Calmon
• **9:00 h –** *Abertura*
Apresentação do coral infantil do Colégio de Aplicação da UFRJ
Regência: Maestrina Profª Alice Ramos Sena
• **10:00 h -** *Mesa Redonda*
Desafios da Modernidade para a Universidade
Conferencistas:
Prof. Aloísio Teixeira (Reitor da UFRJ)
Profª. Nilcéa Freire (Reitora da UERJ)
• **18:00 h -** *Programação Cultural*

13 - Salão Dourado
• **16:00 h -** *Atividade Cultural*
Apresentação da Orquestra Mirim de flauta do Centro de Estudos e Ações **Solidárias da Maré – CEASM** (campo de estágio da Escola de Serviço Social da UFRJ)
Regência: Maestro Roberto França
Salão Pedro Calmon
• **18:00 h -** *Mesa Redonda*
Conjuntura brasileira e Universidade
Conferencistas:
Prof. Carlos Nelson Coutinho (ESS/UFRJ)
Profª. Laura Tavares (EEAN/UFRJ)
Prof. Luiz Antônio Cunha (CFCH/UFRJ)

14 - Salão Pedro Calmon
• **9:00 h -** *Mesa Redonda*
A Universidade e o enfrentamento das desigualdades sociais
Conferencistas:
Profª. Alice Casimiro Lopes (FE/UFRJ)
Prof. Francisco Carlos Teixeira (IFCS/UFRJ)
Profª Suely Souza de Almeida (Decana do CFCH)
• **18:00 h -** *Mesa Redonda*
A Globalização e seus impactos contemporâneos
Conferencistas:
Prof. Antônio Celso Pereira (IFCS/UFRJ)
Prof. José María Gómez (ESS/UFRJ)
Prof. Luís Fernandes (IRI/PUC-RIO)

Resenha

RioPrevidência pode ter perdido R$ 80 milhões

A Delegacia de Repressão ao Crime Organizado abriu inquérito para apurar a má gestão de recursos do Fundo de Previdência do estado, o RioPrevidência, nos últimos nove meses de 2002. O Tribunal de Contas do Estado apurou que pelo menos R$ 25 milhões do dinheiro destinado a pensionistas e aposentados foram perdidos. O montante do prejuízo pode chegar a R$ 80 milhões (Extra, 31/07).

Bancos ainda cobram juros altos

Levantamento feito pelo próprio Banco Central mostrou que, em junho, os juros cobrados pelos bancos caíram moderadamente. Ainda assim, as taxas cobradas nas principais modalidade de crédito ainda estão muito elevadas. No caso de pessoas físicas, a taxa média cobrada nos empréstimos era de 81,4% ao ano. Esse valor é mais alto do que o cobrado pelos bancos no auge da crise de confiança na economia brasileiras, em outubro do ano passado: 79,3% ao ano (O Estado de S. Paulo, 30/07).

Universidades e vagas ociosas

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) afirma que o número de vagas ociosas nas universidades federais é bem menor que os 14 mil apontados pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC). O vice-presidente da Andifes, professor José Fernandes de Lima, diz que o índice do governo se refere à realidade de seis anos atrás (Folha Dirigida, 31/07).

Paulistas debatem vestibular único

Um vestibular mais democrático, sem sistema de cotas e possivelmente unificado está em discussão nas três universidades estaduais paulistas. Em agosto, pró-reitores de Graduação das universidades de São Paulo (USP), estadual paulista (Unesp) e de Campinas (Unicamp) apresentarão uma proposta para mudar o sistema de seleção atual. A modificação permitiria aos estudantes pagar apenas uma taxa de inscrição (O Estado de S. Paulo, 30/7).

Governo gasta R$ 760 mil com cartilhas

Notícia da Folha de S. Paulo de 28/07 informa que o Ministério da Previdência gastou mais de R$ 760 mil para enviar a servidores públicos cartilhas sobre o projeto do governo de reforma da Previdência. O dinheiro gasto com a propaganda é maior que o total previsto no orçamento deste ano para o acompanhamento de conflitos no campo.

Alberto Goldman
(PSDB / SP)

Anibal Gomes
(PMDB / CE)

Arlindo Chinaglia
(PT / SP)

Chico da Princesa
(PL / PR)

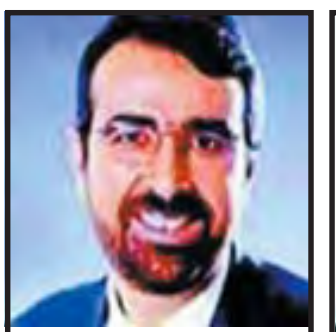
Custódio Mattos
(PSDB / MG)

Dr. Evilásio
(PSB / SP)

Eduardo Barbosa
(PSDB / MG)

Eduardo Valverde
(PT / RO)

Fernando Diniz
(PMDB / MG)


Henrique Fontana
(PT / RS)

Iris Simões
(PTB / PR)

Jamil Murad
(PC do B / SP)

Jorcarge Alberto
(PMDB / SE)

José Carlos Martinez
(PTB / PR)

José Linhares
(PP / CE)

José Pimentel
(PT / CE)

Leônidas Cristino
(PPS / CE)

Maurício Rands
(PT / PE)

Milton Monti
(PL / SP)

Estes deputados entregaram a Previdência Pública aos bancos e fundos de pensão

CNESF - Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais

Nelson Meurer
(PT / AC)

Nilson Mourão
(PT / AC)

Olavo Calheiros
(PMDB / AL)

Oliveira Filho
(PL / PR)

Paulo Baltazar
(PSB / RJ)

Paulo Magalhães
(PFL / BA)

Professor Luizinho
(PT / SP)

Roberto Brant
(PFL / MG)

Roberto Jeferson
(PTB / RJ)

Robson Tuma
(PFL / SP)

Vicente Arruda
(PSDB / CE)

Wilson Santiago
(PMDB / PB)

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
ENCARTE ELEIÇÃO
EDIÇÃO DE 4 DE AGOSTO 2003

Eleições da Adufrj-SSind estão marcadas para setembro

Estão convocadas as eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2003-2005, para os dias 10, 11 e 12 de setembro de 2003. As chapas candidatas à Diretoria devem ser inscritas junto à secretaria da Adufrj-SSind até 11 de agosto de 2003, de acordo com o disposto no artigo 41 do Regimento Geral e no Art. 12 do Regimento Eleitoral da seção sindical. As listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até o dia 1º de setembro de 2003, de acordo com o disposto no Art. 14 do Regimento Eleitoral.

Podem se candidatar a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 13 de maio de 2003, que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 40 do Regimento Geral e no art. 8º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

São eleitores os docentes sindicalizados até 12 de julho de 2003 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regimento Geral e no Art. 2º do Regimento Eleitoral.

O Conselho é formado por representantes dos sindicalizados de cada Unidade da UFRJ, em quantidade que varia de acordo com o números de sindicalizados da unidade. Unidades com até 60 sindicalizados têm um representante; entre 61 e 120, dois representantes; e, acima de 120, três. Os suplentes são em igual número. Os sindicalizados votam numa das listas da sua Unidade e o critério para preenchimento dos cargos é proporcional, isto é, o número de candidatos eleitos de cada lista é proporcional ao número de votos recebidos pela lista.

O Regimento Eleitoral, publicado nas páginas a seguir, estará sendo apresentado na AG do dia 7/8/03 para análise e deliberação.

Calendário das Eleições

	Inscrição de chapas/listas	Votação
Diretoria	até 11 de agosto 2003	10, 11, 12 de setembro de 2003
Conselho de Representantes	até 1º de setembro de 2003	

Assembléia de posse da nova diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind - 15 de outubro de 2003

Regimento Eleitoral da

Título I
Dos princípios gerais

Art. 1°. Este Regimento Eleitoral da Adufrj - Seção Sindical (Adufrj-SSind), aprovado na Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 10 de julho de 1997, rege, de acordo com o Regimento Geral da Adufrj-SSind, os processos eleitorais da Adufrj-SSind, que devem respeitar os princípios gerais da democracia, da igualdade de condições para todos os candidatos, do direito à divergência e do direito de voto dos sindicalizados.

Art. 2°. São eleitores todos os sindicalizados há pelo menos 60 (sessenta) dias na data da realização da eleição, em pleno gozo de seus direitos, sendo vedado o voto por procuração.

Art. 3°. É vedada a acumulação de cargos na Diretoria e no Conselho de Representantes.

Art. 4°. As eleições serão realizadas entre os dias 5 e 15 de setembro dos anos ímpares e convocadas pelo Presidente através de edital publicado em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro e pelos meios de comunicação da Adufrj-SSind, com pelo menos 60 dias de antecedência em relação à data das eleições.

§ 1°. Não sendo convocadas eleições dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo cabe ao Conselho de Representantes convocá-las, com pelo menos 40 dias de antecedência em relação à data das eleições.

§ 2°. Em caso de vacância de cargo no Conselho de Representantes, a eleição para esse cargo, para complementação de mandato, poderá ser feita a qualquer momento, na forma do *caput* deste artigo ou do parágrafo anterior.

Título II
Da Comissão Eleitoral

Art. 5°. O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 3 ou mais membros.

§ 1°. Os membros da Comissão Eleitoral serão designados pela Assembléia Geral, com pelo menos 10 dias de antecedência em relação ao fim do prazo para inscrição de candidatos às eleições.

§ 2°. Caso a Assembléia Geral não designe os membros da Comissão Eleitoral dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, caberá ao Conselho de Representantes fazê-lo, com pelo menos 5 dias de antecedência em relação ao fim do prazo para inscrição de candidatos às eleições.

§ 3°. Nenhum candidato poderá ser membro da Comissão Eleitoral.

Art. 6°. Compete à Comissão Eleitoral:

I - elaborar normas específicas das eleições;

II - decidir sobre a aceitação das candidaturas;

III - constituir as Seções Eleitorais e nomear os mesários;

IV - divulgar e fiscalizar as eleições;

V - fazer a contagem dos votos e proclamar os resultados;

VI - tomar as demais providências necessárias à realização das eleições e ao cumprimento das disposições deste Regimento Eleitoral, e

VII - decidir sobre os casos omissos neste Regimento Eleitoral.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Eleitoral, cabe recurso ao Conselho de Representantes, na reunião de homologação de que trata o art. 35 deste Regimento.

Art. 7°. A Diretoria colocará à disposição da Comissão Eleitoral os recursos operacionais da Adufrj-SSind necessários ao cumprimento das suas obrigações.

Título III
Das candidaturas

Capítulo I
Dos princípios gerais

Art 8°. Pode candidatar-se a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind qualquer sindicalizado há pelo menos 120 (cento e vinte) dias na data da respectiva eleição que esteja em pleno gozo de seus direitos, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

Art. 9°. Não pode candidatar-se a cargo na Diretoria ou no Conselho de Representantes o sindicalizado que:

I - exerça alguma das seguintes funções na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): reitor, vice-reitor, subreitor, decano de centro, diretor de unidade ou chefe de departamento, ou

II - exerça alguma outra função de direção na UFRJ ou outro órgão da administração municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único. O candidato a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes que assumir qualquer das funções dos incisos I e II deste artigo terá sua candidatura automaticamente cancelada.

Art. 10. A Comissão Eleitoral deverá divulgar suas decisões relativas à aceitação ou não das candidaturas até, no máximo, 2 (dois) dias úteis após o término do prazo para a inscrição das chapas, devendo, no caso de recusa de candidaturas, apresentar os motivos para tal.

Capítulo II
Das candidaturas à Diretoria

Art. 11. Não pode candidatar-se a cargo na Diretoria o sindicalizado que:

I - esteja ocupando o cargo ao qual está se candidatando, ou

II - seja membro da Diretoria, tendo sido membro da Diretoria na gestão anterior.

Art. 12. As inscrições de candidatos a cargos na Diretoria devem ser feitas junto à Secretaria da Adufrj-SSind, obedecendo aos seguintes prazos:

I - até 30 (trinta) dias antes do início da eleição, se esta tiver sido convocada de acordo com o disposto no *caput* do art. 4°, ou

II - até 20 (trinta) dias antes do início da eleição, se esta tiver sido convocada de acordo com o disposto no § 1° do art. 4°.

§ 1°. As inscrições devem ser feitas na forma de chapas, mediante requerimento do candidato ao cargo de Presidente dirigido à Comissão Eleitoral, no qual constem os nomes dos candidatos a cada cargo da Diretoria, acompanhado de suas declarações de aceite das candidaturas e do programa da chapa.

§ 2°. Para os efeitos deste Regimento, entende-se por *chapa* um conjunto de candidatos aos cargos da Diretoria, no todo ou em parte, sendo um candidato a cada cargo.

§ 3°. Cada uma das chapas inscritas poderá conter, no máximo, 2 (dois) membros da Diretoria anterior.

§ 4°. A chapa que tiver recusada a inscrição de algum ou alguns dos seus candidatos, mas não de todos, terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da recusa pela Comissão Eleitoral para substituir os candidatos cuja inscrição tiver sido recusada, mediante requerimento de algum dos membros da chapa cuja inscrição foi aceita dirigido à Comissão Eleitoral.

§ 5°. O candidato apresentado na forma prevista no parágrafo anterior que tiver recusada a sua inscrição não poderá ser substituído.

Capítulo III
Das candidaturas ao Conselho de Representantes

Art. 13. Não pode candidatar-se a cargo no Conselho de Representantes o sindicalizado que esteja ocupando o cargo ao qual está se candidatando pela segunda vez consecutiva.

Art. 14. As inscrições de candidatos a cargos no Conselho de Representantes devem ser feitas junto à Secretaria da Adufrj-SSind até 10 (dez) dias antes do início da eleição.

§ 1°. As inscrições devem ser feitas na forma de listas.

§ 2°. Para os efeitos deste Regimento, entende-se por *lista* um conjunto ordenado de candidatos aos cargos de representantes dos sindicalizados de uma Unidade.

§ 3°. Uma lista pode conter, no mínimo, um candidato, e, no máximo, o dobro do número de representantes que os sindicalizados da Unidade podem eleger.

§ 4°. Cada lista deve inscrever-se mediante requerimento do seu primeiro candidato dirigido à Comissão Eleitoral, no qual constem os nomes dos candidatos, acompanhado de suas declarações de aceite das candidaturas.

Título IV
Das Seções Eleitorais

Art. 15. Para a realização do processo de votação, a Comissão Eleitoral agrupará os eleitores em conjuntos, denominados Seções Eleitorais.

§ 1°. Cada Seção Eleitoral corresponderá a um local de votação e incluirá os eleitores de uma ou mais Unidades, a critério da Comissão Eleitoral, de forma a dar aos eleitores as melhores condições possíveis para o exercício do seu direito de voto, de acordo com os recursos operacionais disponíveis.

§ 2°. A Comissão Eleitoral designará o responsável por cada Seção Eleitoral e os respectivos mesários, dentre os sindicalizados que não forem candidatos.

§ 3°. A qualquer momento e a seu critério, a Comissão Eleitoral poderá substituir o responsável pela Seção Eleitoral ou qualquer dos seus mesários, na forma do parágrafo anterior.

§ 4°. A Comissão Eleitoral providenciará todos os recursos necessários ao funcionamento das Seções Eleitorais.

Título V
Da votação

Art. 16. As eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes serão realizadas por escrutínio universal direto e secreto.

Art. 17. As eleições serão realizadas durante um período de, no mínimo, 1 (um) dia e, no máximo, 3 (três) dias consecutivos, devendo esse período constar do edital de convocação das eleições.

Art. 18. A votação deverá ocorrer em locais públicos na UFRJ, nos dias e horários de maior afluxo de eleitores, dentro do período previsto para as eleições, em turnos não inferiores a 2 (duas) horas consecutivas em cada dia de votação.

Adufrj - Seção Sindical

Art. 19. Em cada local de votação deverá ser instalada uma mesa de votação, dirigida pelo responsável pela respectiva Seção Eleitoral e conduzida pelos respectivos mesários, que deve dispor de:

I - uma lista única de presença dos eleitores da respectiva Seção Eleitoral;

II - cédulas oficiais para votação;

III - envelopes para votos em separado;

IV - relação oficial das chapas e dos candidatos que estiverem concorrendo à eleição;

V - atas de votação;

VI - registro de ocorrências;

VII - urna inviolável para depósito dos votos, e

VIII - condições para os eleitores registrarem seus votos com tranqüilidade e manutenção do sigilo do voto.

Art. 20. No início de cada turno de votação, o lacre da urna deverá ser retirado no próprio local da votação, com a presença do responsável pela Seção Eleitoral.

Art. 21. Para votar, o eleitor deverá dirigir-se ao local de votação correspondente à sua Seção Eleitoral, assinar a lista de presença, receber a cédula oficial de votação devidamente rubricada, registrar seus votos na cédula e depositá-la na urna.

§ 1°. Na eleição para a Diretoria, o eleitor deve indicar uma das chapas concorrentes.

§ 2°. Na eleição para o Conselho de Representantes, o eleitor deve indicar uma e apenas uma das listas de candidatos a representantes dos sindicalizados da sua Unidade.

§ 3°. É facultado aos membros da mesa de votação solicitar identificação dos eleitores, caso julguem necessário.

Art. 22. O sindicalizado cujo nome não constar da lista de presença oficial da Seção Eleitoral e que desejar votar, poderá fazê-lo em separado, em envelope especialmente fornecido pela Comissão Eleitoral e disponível na mesa de votação para esse fim.

§ 1°. Neste caso, o eleitor deverá receber a cédula oficial de votação devidamente rubricada, registrar seus votos na cédula, colocá-la no envelope, que será lacrado e identificado externamente com o seu nome e outras indicações como Unidade e Departamento de lotação do eleitor, a fim de facilitar sua verificação posterior durante o processo de apuração, assinar o envelope e depositá-lo na urna.

§ 2°. As ocorrências de votos em separado deverão ser registradas na ata de votação.

Art. 23. Após cada turno de votação, o responsável pela Seção Eleitoral, auxiliado pelos mesários, deverá:

I - lacrar a urna no local de votação, de preferência na presença de outros eleitores;

II - preparar uma ata parcial de votação relativa ao turno em questão, assinalando o número de votantes e ocorrências; e

III - conduzir a urna, a lista de presença e outros materiais da Seção Eleitoral, que ficarão sob sua guarda até o reinício da votação, para local seguro.

Art. 24. Encerrada a votação, o responsável pela Seção Eleitoral, auxiliado pelos mesários, deverá:

I - lacrar a urna no local de votação, de preferência na presença de outros eleitores;

II - preparar uma ata consolidada relativa a todos os dias e turnos de votação, assinalando o número total de votantes, abstenções e ocorrências, e

III - conduzir a urna, a lista de presença, as atas parciais de votação, a ata final de votação e os materiais da eleição não utilizados para o local de apuração ou para local designado pela Comissão Eleitoral.

Art. 25. As urnas permanecerão sob a guarda do responsável pela Seção Eleitoral, devidamente lacradas, até o início da votação, entre os turnos de votação e entre o término da votação e a entrega à Comissão Apuradora.

Título VI
Da Apuração

Capítulo I
Dos procedimentos gerais

Art. 26. A apuração dos votos deverá ser realizada por uma Comissão Apuradora, cujos membros serão designados pela Comissão Eleitoral, na sede da Adufrj-SSind ou em outro local público indicado pela Comissão Eleitoral, até o dia seguinte ao do encerramento da votação.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral poderá designar como membro da Comissão Apuradora qualquer um dos seus próprios membros, qualquer responsável por Seção Eleitoral ou qualquer sindicalizado presente à apuração que não seja candidato cujos votos estejam sendo apurados.

Art. 27. A Comissão Apuradora deverá proceder à abertura de cada urna, verificar a coincidência entre o conteúdo das urnas com os dados existentes nas atas de votação e contar os votos.

§ 1°. Havendo registro de ocorrências em ata de votação, fortes evidências de irregularidades ou pedidos formais por eleitores, candidatos ou chapas que possam implicar em impugnação dos votos de uma urna, a abertura da mesma estará condicionada a aprovação da Comissão Eleitoral, cabendo ainda recurso à reunião de homologação dos resultados do Conselho de Representantes de que trata o art. 35 deste Regimento.

§ 2°. As urnas que, mesmo apresentando algum tipo de irregularidade, tenham sua abertura autorizada pela Comissão Eleitoral, serão apuradas em separado e a validade de seus votos deverá ser julgada pelo Conselho de Representantes na reunião de homologação dos resultados de que trata o art. 35 deste Regimento.

§ 3°. Os votos em separado serão considerados e apurados se for comprovado que o votante satisfaz ao disposto no art. 2° deste Regimento e, neste caso, o voto será retirado do envelope e misturado aos demais votos da urna, antes do início da apuração da mesma, evitando assim a quebra de sigilo.

Art. 28. Serão considerados brancos os votos que não tenham qualquer marca, sinal, desenho, inscrição ou outra forma de expressão do eleitor.

Art. 29. Serão considerados nulos os votos que não forem considerados brancos nem válidos.

Art. 30. Finda a apuração, a Comissão Apuradora preparará uma ata de apuração e divulgará os resultados.

Capítulo II
Da apuração dos votos para a Diretoria

Art. 31. Serão considerados válidos para a Diretoria os votos que indicarem apenas uma chapa, claramente assinalada.

Parágrafo único. Os votos nos quais a indicação de chapa der margem a dúvidas serão julgados pela Comissão Apuradora.

Art. 32. Serão considerados eleitos para a Diretoria da Adufrj-SSind os integrantes da chapa que obtiver maior número de votos válidos.

Parágrafo único. Em caso de empate entre duas ou mais chapas, deverá ser convocada nova eleição, da qual participarão apenas as chapas empatadas, num prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da divulgação dos resultados da apuração.

Capítulo III
Da apuração dos votos para o Conselho de Representantes

Art. 33. Serão considerados válidos para a eleição para o Conselho de Representantes os votos que indicarem apenas uma lista, claramente assinalada.

Parágrafo único. Os votos nos quais a indicação de lista der margem a dúvidas serão julgados pela Comissão Apuradora.

Art. 34. Serão considerados eleitos representantes dos sindicalizados da respectiva Unidade no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind os candidatos de cada lista, em quantidade proporcional ao número de votos obtidos pela lista e na ordem em que foram inscritos, conforme o § 2° do artigo 14 deste Regimento

§ 1°. O número de representantes dos sindicalizados da cada Unidade dependerá do número de sindicalizados na Unidade, da seguinte forma:

a) até 60 sindicalizados: 1 representante;

b) de 61 a 120 sindicalizados: 2 representantes, e

c) mais de 120 sindicalizados: 3 representantes.

§ 2°. Os suplentes dos representantes eleitos por cada lista serão os candidatos da mesma lista inscritos em seguida, em igual número.

§ 3°. O número de candidatos eleitos por cada lista será obtido multiplicando-se o número de votos de cada lista pelo número de representantes dos sindicalizados na Unidade e dividindo-se o resultado pelo número de votos válidos, arredondando-se o resultado para o número inteiro mais próximo.

Título VII
Da homologação dos resultados

Art. 35. A Diretoria em exercício convocará uma reunião do Conselho de Representantes, até no máximo 15 (quinze) dias após a divulgação dos resultados apurados, com o objetivo de julgar requerimentos tais como recontagem de votos, impugnação de urnas ou outros recursos cabíveis, completar o processo, se necessário, e homologar os resultados.

Título VIII
Das disposições transitórias

Art. 36. Aplica-se à sucessão da atual Diretoria o disposto nos artigos 11 e 12 e à sucessão do atual Conselho de Representantes o disposto no art. 13 deste Regimento Eleitoral.

Aprovado na Assembléia Geral de 10 de julho de 1997
Alterado na Assembléia Geral de 17 de novembro de 1998

Trechos do Regimento Geral da Adufrj - Seção Sindical

Aprovado na Assembléia Geral Extraordinária de 22/4/1997

"(...)

Capítulo I

Dos princípios gerais

(...)

Art. 14. O exercício de cargo na Diretoria ou no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind e a candidatura a tal cargo são incompatíveis com o exercício:

I - das seguintes funções na UFRJ: reitor, vice-reitor, sub-reitor, decano de centro, diretor de unidade e chefe de departamento;

II - de outras funções de direção na UFRJ ou em outros órgãos da administração municipal, estadual ou federal.

§ 1º. O membro da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind que assumir qualquer das funções dos incisos I e II deste artigo perderá automaticamente seu cargo na Adufrj-SSind.

§ 2º. O candidato a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind que assumir qualquer das funções dos incisos I e II deste artigo terá sua candidatura automaticamente cancelada.

(...)

Título IV

Dos processos eleitorais

Capítulo I

Dos princípios gerais

Art. 34. Os princípios gerais que norteiam os processos eleitorais da Adufrj-SSind são a democracia, a igualdade de condições para todos os candidatos e o direito à divergência.

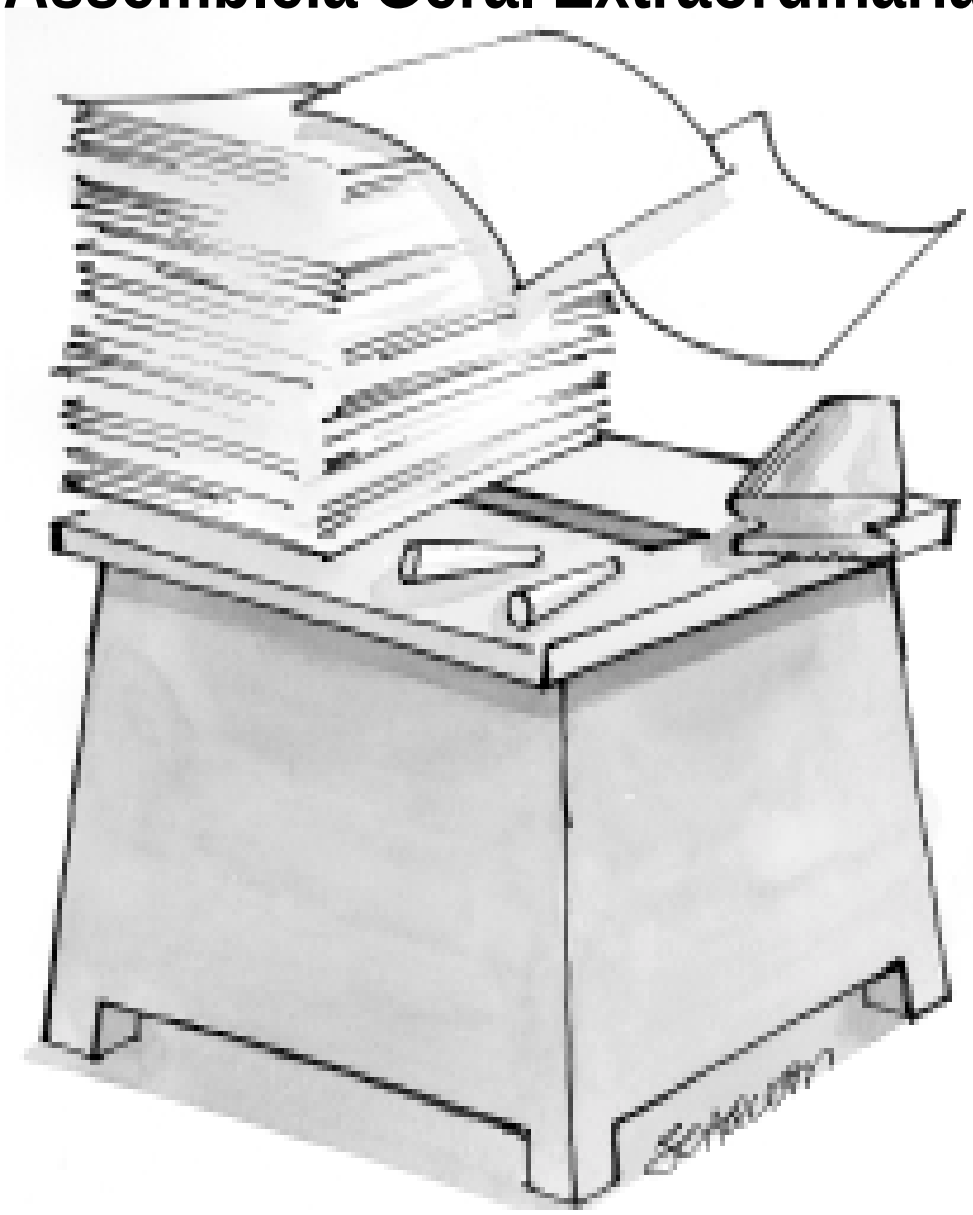
Parágrafo único. O Regimento Eleitoral deve ser elaborado pelo Conselho de Representantes e Diretoria e aprovado em Assembléia Geral.

Art. 35. É vedada a acumulação de cargos na Diretoria e no Conselho de Representantes.

Art. 36. São eleitores todos os sindicalizados da Adufrj-SSind há pelo menos 60 dias da data da realização da eleição, no pleno gozo de seus direitos, sendo vedado o voto por procuração.

Art. 37. O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 3 ou mais membros e designada pelo Conselho de Representantes ou pela Assembléia Geral.

Parágrafo único. À Comissão Eleitoral compete elaborar normas específicas das eleições, respeitando o disposto no Regimento Eleitoral, nomear mesários, divulgar, fiscalizar e fazer a contagem de votos, bem como proclamar os resultados.



Art. 38. As eleições serão realizadas entre os dias 5 e 15 de setembro dos anos ímpares e convocadas pelo Presidente através de edital publicado em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro e pelos meios de comunicação da Adufrj-SSind, com pelo menos 60 dias de antecedência em relação à data das eleições.

Parágrafo único. Não sendo convocadas eleições dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo cabe ao Conselho de Representantes convocá-las, com pelo menos 40 dias de antecedência em relação à data das eleições.

Capítulo II

Da eleição para a Diretoria

Art. 39. A eleição para a Diretoria será realizada através de escrutínio universal, direto e secreto.

Art. 40. Pode candidatar-se a cargo na Diretoria qualquer sindicalizado há pelo menos 120 dias antes da data da realização da eleição, no pleno gozo de seus direitos, sendo vedada a recondução como membro da Diretoria da Adufrj-SSind de qualquer membro da Diretoria por mais de uma vez consecutiva, respeitado o disposto no art. 14.

Parágrafo único. É vedada a recondução de membro da Diretoria para o mesmo cargo que ocupa.

Art. 41. As inscrições para a eleição da Diretoria serão feitas em forma de chapas junto à secretaria da Adufrj-SSind, até 30 dias antes da data da realização da eleição, mediante requerimento assinado pelo candidato ao cargo de Presidente, no qual constem os nomes dos candidatos a cada cargo da Diretoria, acompanhado de suas declarações de aceite das candidaturas e do programa da chapa.

§ 1º. Só será permitida a inscrição de chapa que contenha, no máximo, 2 membros da Diretoria anterior.

§ 2º. Na hipótese da eleição ter sido convocada na forma do parágrafo único do artigo 38, as chapas deverão ser inscritas até 20 dias antes da data da realização da eleição.

Art. 42. Caso nenhuma chapa se inscreva dentro do prazo previsto, a Assembléia Geral deliberará sobre a prorrogação do prazo para inscrição de chapas e novas datas para a eleição e para a posse da Diretoria eleita.

§ 1º. As novas datas de eleição e de posse da Diretoria eleita devem garantir um mínimo de 20 dias entre o término do prazo para inscrição de chapas e a eleição, e um mínimo de 30 dias entre a eleição e a posse da Diretoria eleita.

§ 2º. O mandato da Diretoria anterior fica automaticamente prorrogado até a posse da Diretoria eleita.

§ 3º. O mandato da Diretoria eleita será reduzido de forma a encerrar-se na data prevista para a posse da Diretoria seguinte, de acordo com o art. 43.

§ 4º. Este procedimento poderá ser repetido quantas vezes assim for deliberado pela Assembléia Geral.

Art. 43. A Diretoria eleita tomará posse em Assembléia Geral convocada para este fim, no primeiro dia útil após o dia 14 de outubro do ano da eleição, data em que também se encerrará o mandato da Diretoria anterior.

Capítulo III - Das eleições para o Conselho de Representantes

Art. 44. As eleições para o Conselho de Representantes serão realizadas através de escrutínio universal direto e secreto.

Art. 45. Pode candidatar-se a cargo no Conselho de Representantes qualquer sindicalizado há pelo menos 120 dias antes da data da realização da eleição, no pleno gozo de seus direitos, sendo permitida uma única reeleição consecutiva, respeitado o disposto no art. 14.

Art. 46. Em caso de vacância de cargo no Conselho de Representantes, poderá, a qualquer momento, ser realizada eleição para esse cargo, para completar o mandato anterior.

(...)"

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Boletim da Greve Especial - 4
07 de agosto de 2003
Informativo da Adufrj-SSind
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200
Ilha do Fundão
CEP: 21944/970 Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 3884-0701, 2260-6368 e 2590-4799
Edição e texto: Comunicação Sindical da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Em votação antecipada, governo aprova reforma que retira direitos

Na madrugada desta quarta-feira, dia 6/8, 358 deputados disseram sim à Reforma da Previdência do governo e aprovaram a emenda substitutiva à PEC 40/03 que modifica o sistema previdenciário. Na votação, houve ainda 126 votos contrários e nove abstenções A emenda substitutiva aprovada é resultado de acordo entre os líderes da base aliada sobre os principais pontos de divergência na bancada de apoio do Governo na Câmara. Já na madrugada de quarta-ta para quinta (7/8), o Plenário começou a votação dos destaques. A principal alteração foi o aumento do sub-teto do judiciário de 85,5% para 90,25%. A taxação dos aposentados e pensionistas, no entanto, foi mantida.

O relator também acrescentou um novo dispositivo na Constituição que permitirá a formulação de uma lei sobre um sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda a fim de garantir-lhes benefícios de um salário mínimo. De acordo com o relator, essa medida atingirá os 40 milhões de trabalhadores informais que estão fora do sistema atual. Veja as principais mudanças aprovadas (extraído do sítio da Câmara dos Deputados):

Novas Regras Para a Aposentadoria
De acordo com as novas regras, o servidor terá sua aposentadoria calculada segundo as remunerações usadas como base para as contribuições feitas à Previdência Social e ao regime único a partir de julho de 1994. As aposentadorias e pensões serão reajustadas segundo critérios estabelecidos em lei para a preservação do valor real.

Aposentadoria Integral
A aposentadoria integral pelas regras atuais é garantida a todos os servidores que, até o dia da publicação da Emenda Constitucional, tenham preenchido os requisitos e também a todo servidor que tenha ingressado no serviço público até a publicação, caso cumpram os seguintes prazos: 35 anos de contribuição para homem e 30 anos para mulher; 60 anos de idade para homem e 55 anos para mulher; 20 anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos de exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.

Aposentadoria Proporcional
Para os servidores que quiserem se aposentar proporcionalmente pelo tempo de serviço, de acordo com as regras de transição estipulada pela reforma feita no governo Fernando Henrique Cardoso, haverá um desconto de 5% sobre os proventos por ano de antecipação em relação à idade mínima (60 anos para homem e 55 para mulher). Entretanto, o cálculo do valor da aposentadoria obedecerá à média das contribuições, tanto do Regime Geral quanto do Regime Único, segundo as novas regras.

Pensão
A pensão integral será garantida até o valor de R$ 2.400. A esse valor será acrescido 50% da parcela excedente. Essa regra não se aplica aos militares e para os policiais militares, uma lei específica disciplinará o tema.

Abono
Aos servidores atuais que já tenham condições de se aposentar ou àqueles que venham a adquirir esse direito após a promulgação da Emenda, será garantido abono pecuniário no valor de sua contribuição previdenciária até quando atingirem a idade de aposentadoria compulsória. Esse abono valerá também para os que venham a ter condições de se aposentar proporcionalmente.

Contribuição de Inativos
A contribuição de inativos será cobrada de todos os aposentados e pensionistas, independentemente de já estarem aposentados ou virem a se aposentar. Ela será cobrada somente sobre o valor que superar 50% do teto da Previdência Social. Como hoje ele está estipulado em R$ 2.400 pela PEC 40/03, a contribuição seria sobre o que exceder R$ 1.200 (foi apresentado destaque em 7/8 para supressão da taxação, mas foi rejeitado).

Novo Teto do Regime Geral
O novo teto do Regime Geral da Previdência Social será aumentado para R$ 2.400, reajustados pelos mesmos índices usados para os demais benefícios.

Paridade
A paridade fica garantida para os atuais aposentados e pensionistas e para aqueles que já tenham condições de se aposentar até a data de publicação da Emenda Constitucional. No caso dos servidores que cumpram as novas exigências para ter direito a proventos integrais, a paridade fica garantida na forma da lei. Nesta lei ficariam discriminadas quais parcelas da remuneração seriam reajustadas pelos mesmos índices dos trabalhadores da ativa.

Subteto do Judiciário
As remunerações de todos os membros dos três Poderes Públicos e de todos os servidores serão limitadas ao subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio do governador para o Executivo e o subsídio dos deputados estaduais e distritais, no âmbito do Legislativo. No caso do Poder Judiciário nos Estados e no DF, o limite será o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública, que não poderá ultrapassar 90,25% (destaque aprovado em 7/8) do subsídio do Supremo Tribunal Federal. Para os municípios, o limite será o subsídio do prefeito.

Contribuição nos Estados e Municípios
A cobrança de contribuição dos servidores estaduais e municipais passa a ser obrigatória em alíquota não inferior à contribuição dos servidores da União, hoje de 11%.

Previdência Complementar
Os entes federados instituirão regime de previdência complementar para os servidores que se enquadrarem nas novas regra de aposentadoria por meio de lei de iniciativa do Executivo. O regime será de entidades fechadas, de natureza pública, oferecendo aos seus participantes benefícios somente na modalidade contribuição definida. Com isso, ficaria eliminada a possibilidade de o servidor contar com a modalidade de benefício definido, em que ele sabe quanto receberá de complementação.

Exceções à Regra Geral
O relator acrescentou outras exceções ao cálculo proporcional das aposentadorias segundo as novas regras (média das remunerações, seja no serviço público ou no regime geral). Além do caso de invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, ele incluiu moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

Veja como votaram os parlamentares do Rio na emenda agluinativa global, na madrugada do dia 6/8

Alexandre Cardoso PSB **Sim**
Alexandre Santos PP **Sim**
Almerinda de Carvalho PSB **Sim**
Almir Moura PL PL/PSL **Sim**
André Luiz PMDB **Sim**
Antonio Carlos Biscaia PT **Sim**
Arolde de Oliveira PFL **Não**
Bernardo Ariston PSB **Não**
Bispo Rodrigues PL PL/PSL **Sim**
Carlos Santana PT **Sim**
Chico Alencar PT **Abstenção**
Dr. Heleno PSDB **Sim**
Edson Ezequiel PSB **Sim**
Eduardo Cunha PP **Não**
Eduardo Paes PSDB **Não**
Elaine Costa PTB **Sim**
Fernando Gabeira PT **Sim**
Fernando Gonçalves PTB **Sim**
Francisco Dornelles PP **Sim**
Jair Bolsonaro PTB **Não**
Jandira Feghali PCdoB **Não**
João Mendes de Jesus PSL **Sim**
Jorge Bittar PT **Sim**
José Divino PMDB **Sim**
Josias Quintal PSB **Não**
Julio Lopes PP **Não**
Laura Carneiro PFL **Não**
Leonardo Picciani PMDB **Sim**
Lindberg Farias PT **Sim**
Luiz Sérgio PT **Sim**
Maria Lucia PMDB **Não**
Miriam Reid PSB **Não**
Moreira Franco PMDB **Não**
Nelson Bornier PSB **Não**
Paulo Baltazar PSB **Sim**
Paulo Feijó PSDB **Sim**
Reinaldo Betão PL PL/PSL **Sim**
Renato Cozzolino PSC **Sim**
Roberto Jefferson PTB **Sim**
Rodrigo Maia PFL **Não**
Ronaldo Cezar Coelho PSDB **Não**
Sandro Matos PSB **Sim**
Simão Sessim PP **Sim**
Vieira Reis PMDB **Sim**
Total Rio de Janeiro : **44**

Só depois da greve

CEG decide sobre prazos relativos ao 2º semestre letivo somente após o fim do movimento

Preocupado com o dilema de resguardar os direitos dos alunos e o respeito às decisões dos conselhos superiores da instituição, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou uma nova resolução para disciplinar os atos acadêmicos e administrativos relativos ao primeiro e ao segundo períodos letivos deste ano.

O 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, teve a oportunidade de se manifestar na sessão do colegiado. Ele defendeu que o CEG não deveria "assumir" greve alguma, mas apenas reafirmar o que já havia decidido na sessão de 16 de julho – em nota, naquela data, o conselho reconheceu o movimento grevista dos docentes e técnico-administrativos da UFRJ e, entre outros pontos, lembrou que o colegiado já havia reconhecido a greve e que o calendário seria discutido após o término da paralisação.

Assim ficou a resolução, aprovada pela unanimidade dos conselheiros, após discussão que reuniu todas as representações de centros da UFRJ e também das entidades (DCE, Sintufrj e Adufrj-SSind):

Considerando a decisão do CEG aprovada na sessão de 16/07/2003, o CEG delibera que os prazos acadêmicos e administrativos relativos ao primeiro período de 2003 estão prorrogados e os referentes ao segundo período serão objeto de resolução após o término do movimento grevista iniciado em 8/07/2003 (texto apurado pela redação deste boletim durante a sessão do colegiado).

Mais de 80 mil na Marcha contra a Reforma da Previdência

O delegado da Adufrj-SSind no Comando Nacional de Greve do Andes-SN, Raphael de Haro Júnior, acompanhou as manifestações dos servidores durante a votação do substitutivo da PEC 40, na terça-feira, dia 5. O professor também acompanhou a Marcha contra a Reforma da Previdência, nesta quarta-feira, 6/8, que reuniu mais de 80 mil pessoas em frente ao Palácio do Planalto e da Esplanada dos Ministérios. Os servidores seguiram até o Congresso Nacional, onde foram novamente impedidos de acompanhar os trabalhos do Plenário.

Raphael conta que o CNG do Andes-SN conseguiu liminar do Supremo Tribunal Federal para que os representantes dos servidores pudessem assistir a votação da emenda da PEC 40, no dia 5. Apesar da liminar o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, não cedeu e só ao final da noite alguns docentes e outros servidores puderam acompanhar a votação.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 103 • 11 de agosto de 2003

Assembléia Geral

12 agosto
terça-feira
13:30

Auditório do Centro de Tecnologia
campus do Fundão

Pauta
1 - Informes
2 - Avaliação da greve

Eleições da Adufrj-SSind

Encerram-se nesta segunda-feira (11/08) as inscrições de chapas para concorrer à Diretoria da Adufrj-SSind (biênio 2003-2005). O calendário do processo eleitoral e o regimento da seção sindical relativo ao assunto foram divulgados em encarte especial da edição anterior do jornal (nº 102, de 4/08).

CEG vai preservar os direitos dos alunos
Página 6

"Algumas diferenças entre cientistas, engenheiros, técnicos e tecnólogos" (terceira parte)
Página 7

Marcha contra a reforma reúne 80 mil
Página 8

Andes-SN/*Ricardo Borges*

SERVIDORES FIZERAM A CONCENTRAÇÃO PARA A MARCHA PERTO DA CATEDRAL DE BRASÍLIA

Governo acelera aprovação da reforma

Os servidores reuniram cerca de 80 mil pessoas em Brasília contra a reforma da Previdência, no último dia 6. No entanto, o governo agiu nos bastidores e conseguiu antecipar a votação da essência da proposta para a madrugada anterior. A pressa do Palácio do Planalto é tanta em atender à cartilha do FMI que a votação na madrugada se repetiu de quarta para quinta-feira para superar alguns destaques e emendas de parlamentares. A conclusão da votação em primeiro turno deve ocorrer nesta semana. Confira os principais pontos aprovados da reforma até o fechamento desta edição (em 8/08) na página 3.

Assembléia Geral aprova continuidade da greve, mas aponta saída unitária do movimento

Páginas 4 e 5

Editorial

Legitimidade e representatividade

Após a deflagração da greve dos servidores públicos contra a reforma da previdência do governo Lula, os professores da UFRJ que geralmente não freqüentam as assembléias gerais se arvoraram em críticos do processo e defensores da academia, tentando desqualificar o fórum deliberativo e a representação sindical. As críticas sobre a falta de legitimidade, representatividade, sectarismo e "práticas burocráticas" formam um discurso arrogante e autoritário: usando o nome da instituição e de seu corpo social, mistificam a omissão, mas revelam, sobretudo, o desconhecimento.

Estas pessoas desconhecem que a legitimidade da reunião de uma categoria para deliberar sobre a pauta não se resume ao número de presentes, mas ao processo que leva à tomada da decisão. Ela inclui a convocação ampla e pública com a devida antecedência do local, horário e pauta; discussões preparatórias descentralizadas nas unidades, garantia da palavra a todos, o respeito à diversidade e a decisão pela maioria dos presentes. A reforma da previdência está em pauta nas assembléias desde novembro de 2002. Houve inúmeras tentativas de negociações com o governo, a greve foi o último recurso dos servidores e deflagrada quando não mais havia a perspectiva de negociação fora dela.

A representatividade não está ligada só ao quantitativo, mas tem que ser entendida como uma amostragem da categoria, que inclui professores de diversas áreas de conhecimento e níveis da carreira com diferentes experiências. Estabelecer quórum para deliberação pode parecer mais democrático, mas é um eficaz mecanismo para impedir a tomada de decisões, privilegiando os que não querem mudanças, se omitem ou defendem o *status quo*. Não haver quórum é um estímulo à participação e à manifestação ativa dos que desejam debater, ter sua opinião ouvida, refletida e considerar as opiniões dos demais.

Se as assembléias fossem tão frágeis sob o ponto de vista de legitimidade e de representatividade, suas decisões seriam revertidas nas próprias assembléias, mas isso não acontece por dois motivos principais: primeiro, porque geralmente as decisões das assembléias não representam apenas a opinião dos presentes, ou seja, há sintonia entre a amostra e o universo; segundo, porque alguns dos que são contra as decisões das assembléias têm receio de comparecer e ver suas propostas derrotadas, numa reunião mais legítima e representativa com a sua presença. Daí a tentativa de desqualificar o fórum.

Vale lembrar que o associativismo, conquistado antes e inaugurado no século XIX, significou um avanço para a construção da consciência crítica e da cidadania - o sindicato é a forma mais acabada de associação dos trabalhadores. Portanto, práticas consideradas democráticas (ou não) requerem a participação efetiva na organização.

Diretoria da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

11/08 – Fim da inscrição de chapas para a Diretoria da Adufrj-SSind
12/08 – Assembléia Geral da Adufrj-SSind (ver chamada de capa)
19/08 – Ato contra a Reforma da Previdência
Brasília (DF) – Organizado pela CNTE
26/8/2003 - Marcha das Margaridas 2003
***Brasília (DF)* -** Marcha das mulheres por terra, água, salário mínimo digno, saúde e contra a violência sexista e todas as formas de violência no campo
01/09 – Fim da inscrição de listas para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
7/09 – Grito dos Excluídos 2003
10 a 12/09 - Eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
19 a 21/9 - X Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
São Paulo (SP) - Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo
15/10 – Posse da Diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Anote

Semana de Integração dos Cursos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - 12,13 e 14 de agosto de 2003

***Campus* da Praia Vermelha**
12 - Salão Pedro Calmon
• 9:00 h – *Abertura*
Apresentação do coral infantil do Colégio de Aplicação da UFRJ
Regência: Maestrina Profª Alice Ramos Sena
• 10:00 h - *Mesa Redonda*
Desafios da Modernidade para a Universidade
Conferencistas:
Prof. Aloísio Teixeira (Reitor da UFRJ)
Profª. Nilcéa Freire (Reitora da UERJ)
• 18:00 h - *Programação Cultural*
13 - Salão Dourado
• 16:00 h - *Atividade Cultural*
Apresentação da Orquestra Mirim de flauta do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM (campo de estágio da Escola de Serviço Social da UFRJ)
Regência: Maestro Roberto França
Salão Pedro Calmon
• 18:00 h - *Mesa Redonda*
Conjuntura brasileira e Universidade
Conferencistas:
Prof. Carlos Nelson Coutinho (ESS/UFRJ)
Profª. Laura Tavares (EEAN/UFRJ)
Prof. Luiz Antônio Cunha (CFCH/UFRJ)
14 - Salão Pedro Calmon
• 9:00 h - *Mesa Redonda*
A Universidade e o enfrentamento das desigualdades sociais
Conferencistas:
Profª. Alice Casimiro Lopes (FE/UFRJ)
Prof. Francisco Carlos Teixeira (IFCS/UFRJ)
Profª Suely Souza de Almeida (Decana do CFCH)
• 18:00 h - *Mesa Redonda*
A Globalização e seus impactos contemporâneos
Conferencistas:
Prof. Antônio Celso Pereira (IFCS/UFRJ)
Prof. José María Gómez (ESS/UFRJ)
Prof. Luís Fernandes (IRI/PUC-RIO)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Previdência

Governo acelera aprovação de reforma que retira direitos

Votações de primeiro turno foram feitas de madrugada

Na madrugada do dia 6/8, 358 deputados disseram sim à Reforma da Previdência do governo e aprovaram a emenda substitutiva à PEC 40/03 que modifica o sistema previdenciário. Na votação, houve ainda 126 votos contrários e nove abstenções A emenda substitutiva aprovada é resultado de acordo entre os líderes da base aliada sobre os principais pontos de divergência na bancada de apoio do Governo na Câmara.

Na madrugada do dia 7/8, a Câmara Federal continuou a votação de destaques e emendas. Na ocasião, foi mantida a contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas. Uma das mudanças aprovadas foi o aumento do subteto para o Judiciário estadual de 85,5% para 90,25% do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Outra alteração incluiu uma regra de transição para os servidores atuais que quiserem se aposentar proporcionalmente. O desconto de 5% por ano antecipado para a aposentadoria integral foi reduzido para 3,5% nos anos de 2004 e 2005, voltando a ser de 5% a partir de 1º de janeiro de 2006.

A conclusão da votação em primeiro turno da reforma depende da análise de quatro destaques e duas emendas ao substitutivo aprovado na madrugada de quarta-feira. O PFL tem um destaque que mantém o texto hoje existente na Constituição, com manutenção da integralidade. O PSDB também pretende manter o tempo de exercício no cargo para garantia da integralidade dos vencimentos na aposentadoria (cinco anos, em vez dos 10 anos recém-aprovados). O PTB tem dois destaques que suprimem parte do texto do relator sobre a restrição ao acúmulo de vencimentos para efeito de aposentadoria. Há ainda uma emenda do próprio relator no artigo que regulamenta o pagamento das pensões. Existe também uma outra emenda que estabelece critérios diferentes para o cálculo da contribuição dos inativos do setor público nos estados e União. O novo limite de isenção seria de R$ 1.440 para a contribuição previdenciária dos servidores aposentados da União e de R$ 1.200 para os aposentados dos estados, municípios e Distrito Federal.

O governo espera encerrar a votação em primeiro turno destes seis itens pendentes nesta terça-feira, 12/8. A partir daí, segundo o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, a votação em segundo turno poderá se iniciar em cerca de 20 dias. A matéria então passa ao Senado. Em declarações à imprensa, o presidente desta outra Casa (José Sarney) disse que "os pontos fundamentais da reforma da Previdência já foram discutidos e dialogados, o que diminuiria, sem dúvidas, espaço para reabertura das negociações". Sinaliza, portanto, que o "rolo compressor" do governo vai continuar com força máxima.

Veja as principais mudanças aprovadas, até o fechamento desta edição (8/08):

Novas regras para a aposentadoria

De acordo com as novas regras, o servidor terá sua aposentadoria calculada segundo as remunerações usadas como base para as contribuições feitas à Previdência Social e ao regime único a partir de julho de 1994. As aposentadorias e pensões serão reajustadas segundo critérios estabelecidos em lei para a preservação do valor real.

Aposentadoria integral

A aposentadoria integral pelas regras atuais é garantida a todos os servidores que, até o dia da publicação da Emenda Constitucional, tenham preenchido os requisitos e também a todo servidor que tenha ingressado no serviço público até a publicação, caso cumpram os seguintes prazos: 35 anos de contribuição para homem e 30 anos para mulher; 60 anos de idade para homem e 55 anos para mulher; 20 anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos de exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.

Aposentadoria proporcional

Para os servidores que quiserem se aposentar proporcionalmente pelo tempo de serviço, haverá um desconto de 3,5% sobre os proventos por ano de antecipação em relação à idade mínima (60 anos para homem e 55 para mulher). Entretanto, o cálculo do valor da aposentadoria obedecerá à média das contribuições, tanto do Regime Geral quanto do Regime Único, segundo as novas regras. A regra é de transição e vale apenas para os anos de 2004 e 2005, voltando a ser de 5% a partir de 1º de janeiro de 2006.

Pensão

A pensão integral será garantida até o valor de R$ 2.400. A esse valor será acrescido 50% da parcela excedente. Essa regra não se aplica aos militares e para os policiais militares, uma lei específica disciplinará o tema.

Abono

Aos servidores atuais que já tenham condições de se aposentar ou àqueles que venham a adquirir esse direito após a promulgação da Emenda, será garantido abono pecuniário no valor de sua contribuição previdenciária até quando atingirem a idade de aposentadoria compulsória. Esse abono valerá também para os que venham a ter condições de se aposentar proporcionalmente.

Contribuição de inativos

A contribuição de inativos será cobrada de todos os aposentados e pensionistas, independentemente de já estarem aposentados ou virem a se aposentar. Ela será cobrada somente sobre o valor que superar 50% do teto da Previdência Social. Como hoje ele está estipulado em R$ 2.400 pela PEC 40/03, a contribuição seria sobre o que exceder R$ 1.200.

Novo teto do regime geral

O novo teto do Regime Geral da Previdência Social será aumentado para R$ 2.400, reajustados pelos mesmos índices usados para os demais benefícios.

Paridade

A paridade fica garantida para os atuais aposentados e pensionistas e para aqueles que já tenham condições de se aposentar até a data de publicação da Emenda Constitucional. No caso dos servidores que cumpram as novas exigências para ter direito a proventos integrais, a paridade fica garantida na forma da lei. Nesta lei ficariam discriminadas quais parcelas da remuneração seriam reajustadas pelos mesmos índices dos trabalhadores da ativa.

Subteto do judiciário

As remunerações de todos os membros dos três Poderes Públicos e de todos os servidores serão limitadas ao subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio do governador para o Executivo e o subsídio dos deputados estaduais e distritais, no âmbito do Legislativo. No caso do Poder Judiciário nos Estados e no DF, o limite será o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública, que não poderá ultrapassar 90,25% do subsídio do Supremo Tribunal Federal. Para os municípios, o limite será o subsídio do prefeito.

Contribuição nos estados e municípios

A cobrança de contribuição dos servidores estaduais e municipais passa a ser obrigatória em alíquota não inferior à contribuição dos servidores da União, hoje de 11%.

Previdência complementar

Os entes federados instituirão regime de previdência complementar para os servidores que se enquadrarem nas novas regra de aposentadoria por meio de lei de iniciativa do Executivo. O regime será de entidades fechadas, de natureza pública, oferecendo aos seus participantes benefícios somente na modalidade contribuição definida. Com isso, ficaria eliminada a possibilidade de o servidor contar com a modalidade de benefício definido, em que ele sabe quanto receberá de complementação.

Exceções à regra geral

O relator acrescentou outras exceções ao cálculo proporcional das aposentadorias segundo as novas regras (média das remunerações, seja no serviço público ou no regime geral). Além do caso de invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, ele incluiu moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

Fonte: Agência Câmara

Adufrj-SSind

AG aprova continuidade da greve

Professores também apontam saída unitária do movimento para avaliação do CNG/Andes-SN

A Assembléia tinha como objetivo a avaliação da greve, mas acabou se transformando também em um espaço para debate das práticas sindicais. Um grupo de professores contrários à paralisação das atividades apareceu na AG com críticas à condução do movimento grevista, mas sua proposta de saída imediata e unilateral da greve pelos docentes da UFRJ foi rejeitada democraticamente pelo voto. Após reafirmarem a continuidade da greve, os professores decidiram aprovar ainda o encaminhamento divulgado pelo Comando Local de Greve, logo no início da assembléia: propor para avaliação do Comando Nacional de Greve do Andes-SN uma saída unitária de todos os servidores desta paralisação.

A leitura da nota do CLG da Adufrj-SSind foi feita pelo professor Pedro Antônio (Escola de Química). No documento, que também foi distribuído aos presentes, os integrantes do CLG condenaram os artifícios utilizados pelo governo para acelerar a tramitação da reforma. Para o comando, a aprovação em primeiro turno da PEC 40 demonstrou uma posição de força do Palácio do Planalto, "que limita as perspectivas de rejeição da proposta ou de alterações substantivas na votação em segundo turno". Por outro lado, ainda segundo o CLG, foi colocado um desafio ao movimento de como fazer frente à PEC daqui em diante. Por fim, ficou sinalizado que já se deveria pensar numa saída organizada da greve, "preservando nossa unidade e organização construídas até aqui, visando acumular forças para manter a pressão sobre os parlamentares pela rejeição da PEC no segundo turno da Câmara e no Senado". Na AG, também foi lido um documento contrário à greve e solicitada a sua publicação (reproduzido na página ao lado).

Kelvin Melo

PROFESSORES VOTAM NA CONTINUIDADE DA GREVE NA UFRJ

O debate

Luis Paulo (Instituto de Matemática) comentou que, numa era de insegurança como a atual, foi sintomático que a votação da reforma tenha se consumado em duas madrugadas. Segundo ele, o atual governo ainda terá que dar explicações por que as reformas não darão certo para a melhoria do país, uma vez que representam ajustes fiscais e não reformas de verdade.

O professor Marcos Carneiro (Faculdade de Educação) ressentiu-se da falta de mobilização de vários colegas contra a reforma. No entendimento dele, dentro em breve, uma nova reforma previdenciária será imposta aos servidores. Mesmo preocupado com a falta de atrativos para a carreira docente nas universidades no futuro, com a possível aprovação da reforma, Marcos acredita que os servidores conseguiram muito, "neste contexto de falta de companheirismo".

Tatiana Roque (Instituto de Matemática), contrária à greve, defendeu votação com horário marcado em assembléia e quórum de, no mínimo, 10% dos sindicalizados para o início de uma AG. Na opinião dela, a greve ajuda a destruir a universidade pública e as propostas apresentadas serviriam para aproximar o sindicato do conjunto dos professores.

Diferente da professora, Henrique Longo (Escola de Engenharia) defendeu a continuidade da greve por tempo indeterminado. Segundo ele, o fato de ainda restarem as votações em segundo turno e no Senado deveria servir de alento aos servidores. "Mesmo que a gente demore mais na greve, é o futuro da universidade pública que está em jogo", disse.

Luiz Felipe Coelho (Instituto de Física) criticou o movimento grevista. Na opinião dele, o governo Lula foi até "tímido" na proposta de reforma. Para Felipe, os docentes não poderiam se aliar à "banda podre" do serviço público, que possui vários privilégios. Mais: segundo ele, uma outra pauta deveria motivar a mobilização dos docentes, como a falta de reajuste salarial e a ameaça de destruição da Capes.

Cleusa chama para eleição

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, manifestou sua divergência com os professores que encaminhavam práticas sindicais diferentes. Segundo ela, se o movimento organizado incomoda tanto, basta a estes professores apresentar uma chapa com proposta diferente nesta segunda-feira para concorrer à diretoria da seção sindical. "Vamos à disputa de idéias", desafiou. Cleusa também lamentou que o abaixo-assinado dos docentes contrários à greve tenha sido enviado primeiro ao Andes-SN, antes de chegar a uma AG da Adufrj-SSind. "Isso nos desrespeitou enquanto direção", disse.

Waldemir Filho, o Ceará (do Colégio de Aplicação), comentou que a discussão encaminhada pelos professores contrários à greve não tinha sustentação. "Qual a visão que os colegas têm sobre a Previdência?", cobrou. "Acho profundamente desrespeitoso o discurso que tende a esvaziar os espaços políticos de cidadania. Não é porque o Lula foi eleito que o espaço da democracia acaba", comentou.

Outro que se indignou com o teor da proposta foi o professor Adir Moysés (Instituto de Física). "Gostaria de sugerir aos colegas que lancem uma chapa para disputar a Adufrj-SSind com o lema 'somos contra a greve na UFRJ'. Se conseguir a maioria, vamos respeitar", defendeu. Segundo ele, a atual greve "é a mais importante da nossa história".

O 1º Tesoureiro da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, além de criticar o conteúdo da proposta de revisão das práticas sindicais, observou que tais alterações deveriam ser objeto de uma assembléia de quórum qualificado (50% mais um do total de sindicalizados) convocada especificamente para este fim, uma vez que estava envolvido o estatuto da entidade.

Luciano Menezes, 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, observou que, aprovada a PEC 40 tal como está, não haverá universidade pública para defender como apregoam os professores contrários à greve. "Como é que vamos ter uma universidade pública, se o Estado for destruído?", questionou. Luciano, que se considera um ex-petista, lamentou não só o conteúdo da reforma previdenciária, mas também o seu encaminhamento pelo governo, sem negociação.

Cassio Moreira (Instituto de Matemática) não acredita no discurso de que as greves não obtêm vitórias importantes para a categoria, mas não vê razão para o atual movimento. Cássio também lamentou as críticas que ouviu em outras assembléias contra os professores que estariam alienados, dando aulas ou fazendo pesquisa, longe da greve. "Aula é importante; pesquisa é importante", contou. O professor imaginou uma situação em que determinado professor estivesse prestes a descobrir a cura da Aids, mas deixasse seu trabalho para comparecer à assembléia. A analogia foi alvo de brincadeiras. O professor Marcos (FE) não perdeu tempo: "Pelo esvaziamento das assembléias, devemos ter a cura de todas as mazelas do mundo", comentou. Outro professor, Ricardo Kubrusly (Instituto de Matemática) também não perdoou a relação entre a iminência da descoberta e a AG: "Se você está a quinze minutos de demonstrar um teorema, você já comprovou o teorema", disse. Ricardo também desfez a imagem de que a greve é boa ou ruim para os alunos. "O que faz bem aos alunos é bom professor", comentou.

João Torres (Instituto de Física) observou que os servidores estão sendo impacientes com o início do governo Lula de uma forma como não foram no primeiro mandato de FHC, que não sofreu com greves na ocasião.

Paula (IFCS) disse que tinha todo o respeito pela Adufrj-SSind, mas o espaço das assembléias não era reconhecido como adequado para discussões. Paula também disse não se identificar com o movimento dos servidores como um todo, embora não seja favorável à reforma previdenciária de Lula.

Moção

A Assembléia Geral da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior (Adufrj-SSind) repudia o tratamento dispensado à Senadora Heloísa Helena que, juntamente com os servidores públicos, sofreu agressão física e moral na defesa de posições claras quanto à Reforma da Previdência, em 01/agosto/2003. A Senadora, representante legitimamente eleita, tem apresentado atitude corajosa em todos os momentos do processo da Reforma da Previdência, além de seus inúmeros atos em defesa da democracia brasileira. Rejeitamos veementemente o tratamento desrespeitoso e repressivo contra a pessoa da Senadora pelo governo atual.

Cleusa e a AG vazia

Indignada com o discurso de que o sindicato devia rever suas práticas, a presidente da Adufrj-SSind lembrou que a seção sindical publicou em um jornal (nº 30, 11/06/2001) a foto de uma Assembléia vazia. Na ocasião, a intenção da diretoria era aproveitar o período de sucessão eleitoral para criar uma reflexão entre os docentes sobre o trabalho desenvolvido e a forma de organização da entidade. Foi convocada, no mesmo jornal, uma reunião/debate sobre o assunto para dali a alguns dias. Novamente, ninguém compareceu, nem do atual grupo contrário à greve.

Proposta gera polêmica

Uma proposta encaminhada na assembléia pelo professor Maurício Lissovsky (ECO) gerou polêmica: no texto, o docente queria que fosse referendado um pedido de desculpas à sociedade por causa da greve, entre outros aspectos.

A reação foi imediata, com várias críticas ao conteúdo da proposta. No entanto, a indignação tornou-se maior quando o próprio Maurício decidiu ir embora, mas reafirmou que mantinha seu texto para votação e disse que não havia necessidade de tanto debate para isso. Carmem Gadelha (ECO) foi enfática: "A partir do momento em que tiver que pedir desculpas por fazer greve, vou ter que repensar muita coisa", ironizou. "Nós teríamos é que pedir desculpas pelas injúrias que estamos dizendo uns aos outros alguns dias", completou. Leonor Werneck (Letras) lamentou que tal proposta tivesse surgido na assembléia: "É tão vergonhoso que tenha chegado uma proposta como esta à mesa, mas seria muito mais vergonhoso votar sem discutir essa proposta", disse.

Na votação, com apenas um voto favorável e um abstenção, o texto foi rejeitado.

Salatiel para Plenária

Foi aprovado o nome do professor Salatiel Menezes para representar a Adufrj-SSind na reunião do Setor das IFES e na Plenária dos SPF, que se realizaria no dia do fechamento desta edição (8/08).

Nomes para o CNG

A assembléia reafirmou decisão anterior de delegar ao Comando Local de Greve a indicação de representantes no Comando Nacional, uma vez que ninguém na AG realizada na Faculdade de Letras se ofereceu para a função.

Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind

Foi ratificado o regimento eleitoral da seção sindical em vigor (e divulgado em encarte no último jornal).

Moção para a senadora Heloísa Helena

A professora Letícia Legay (NESC) contou que esteve num congresso da área de Saúde em Brasília na semana retrasada e aproveitou um tempo livre para participar das atividades promovidas pelo Comando Nacional de Greve dos Servidores. Testemunha da violência sofrida pelos funcionários e pela senadora Heloísa Helena (PT) durante ocupação de prédio do INSS, Letícia encaminhou uma moção (veja quadro na página ao lado), que foi aprovada por aclamação na AG.

Professores contra a greve

Nós, abaixo-assinado, vimos manifestar nossa discordância em relação à greve atual de professores da UFRJ e demais Universidades Públicas a partir de nove questões:

1. A pauta é artificial porque a proposta de greve antecede, sempre, a expressão do desejo de greve pela maioria da comunidade universitária. A pauta já vem pronta, anualmente, e é entendida pelo movimento sindical como instrumento de mobilização dos professores. Ora, entendemos que os professores são suficientemente informados e conscientes para terem suas próprias posições.

2. A decisão, na UFRJ, é esvaziada, tomada em assembléias com pouquíssima representatividade e conduzidas por métodos burocráticos.

3. As sucessivas greves, de duração indeterminada, provocam um desgaste enorme que acaba por prejudicar as Universidades Públicas, tanto do ponto de vista do ensino, quanto do ponto de vista da pesquisa.

4. A declaração de greve é, como sempre, extremamente precipitada, como se ela fosse o primeiro e único recurso de pressão.

5. A decisão não leva em conta os desejos da sociedade em geral, e nem mesmo do restante da comunidade universitária, como o interesse dos alunos, por exemplo.

6. A radicalização *a priori* do debate cria um impasse, ao propor como reivindicação, pura e simplesmente, a retirada do projeto do governo. Neste sentido, como a greve é por tempo indeterminado e seu objetivo é inalcançável, a greve já nasce derrotada. Uma greve da qual não se pode sair é uma greve na qual não se deve entrar.

7. Não podemos ignorar cegamente o fato de que a previdência pública necessita ser, pelo menos, rediscutida e não simplesmente conservada. Logo, recusamos um movimento universitário para o qual a única perspectiva é a conservação do *status quo*.

8. Em um momento em que o governo e o reitor são próximos da comunidade, como é o caso da UFRJ, deveríamos nos concentrar na possibilidade de diálogo.

9. Além disso, levando em conta que se trata de um governo comprometido com a mudança, e percebendo, de modo realista, que esta mudança já encontra dificuldades suficientes em relação ao constrangimento externo, consideramos que greves deste tipo só ajudam a aumentar as dificuldades, ao contrário do que pensa o movimento grevista. Escrevemos este manifesto coletivo por pensarmos que o movimento sindical é uma das formas de mobilização, baseada na representação, mas não é a única. A participação no sindicato, portanto, não pode ser considerada, automaticamente, como o único instrumento da comunidade universitária. Queremos discutir as propostas do governo, mas não apenas com posições a favor ou contra, mas tentando inaugurar outros modos de discussão. No entanto, temos também algumas sugestões para o sindicato aumentar sua representatividade e a participação nas assembléias, o que também poderia fortalecê-lo. Caso seja esta uma preocupação do sindicato, sugerimos: que se promova uma consulta eletrônica, aos professores das Universidades Públicas, sobre a greve; que a votação sobre a greve tenha hora marcada para acontecer; e, finalmente, que se estabeleça um quorum mínimo para a tomada de decisões que atinjam toda a comunidade universitária, como é o caso da greve.

Colegiados

CEG vai preservar os direitos dos alunos

Colegiado prorroga prazos do 1º semestre deste ano e remete prazos do 2º semestre para resolução futura

Preocupado em resguardar os direitos dos alunos, sejam eles de Unidades em greve ou não, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou uma nova resolução para disciplinar os atos acadêmicos e administrativos relativos ao primeiro e segundo períodos letivos deste ano (veja quadro nesta página). Na prática, o documento do CEG vai permitir aos conselheiros avaliar melhor a situação da universidade após este 11 de agosto (data inicialmente marcada para começo do segundo período letivo).

A reunião do conselho retomou o dilema da sessão anterior, quando se discutia uma possível suspensão do calendário. Os conselheiros apresentaram-se muito divididos sobre a questão, uma vez que a greve unificada dos servidores – deflagrada em 8 de julho – atingiu em cheio o fim de período das universidades, pela primeira vez na história. Na UFRJ, por exemplo, as aulas do semestre letivo deveriam acabar em 25 de julho.

De acordo com o sub-reitor José Roberto, a última reunião do Conselho Superior de Coordenação Executiva (fórum que reúne, entre outras pessoas, os decanos da UFRJ) tentou mapear a paralisação na universidade. Segundo o relato do sub-reitor, a decana do CCMN não pôde comparecer e não havia informações sobre o Centro. No CFCH, apenas a Escola de Comunicação mantinha funcionamento normal. Nos demais Centros, ainda segundo as informações conseguidas junto aos decanos por José Roberto, a grande maioria das Unidades teria terminado seus cursos e estariam articulando a volta às aulas neste 11 de agosto.

A conselheira Ana Maria Ribeiro, representante dos técnico-administrativos, perguntou ao sub-reitor se as declarações dos decanos eram baseadas em reuniões dos Conselhos de Centros ou eram suposições dos dirigentes. José Roberto respondeu que apenas a decana do CFCH disse respaldar suas informações em um Conselho de Centro. Quanto aos demais locais, não soube confirmar a origem das respostas.

O debate

Durante a sessão, os conselheiros tentaram apresentar outras propostas para o calendário acadêmico da instituição. Falou-se em suspensão, mas a preocupação com a garantia de atos oficiais disparados desde 8 de julho, como a realização de exames, falou mais alto. Contra a suspensão, também contou o depoimento da conselheira Ana Borralho (representante do CCS), que voltou a afirmar que a Faculdade de Medicina (cujo calendário é maior) ainda não tinha encerrado seu primeiro período e não demonstrava sinais de paralisação das atividades.

Kelvin Melo

LUCIANO FALA NO CEG

Foi sugerida ainda a interrupção do calendário, mas também esta proposta não satisfez os conselheiros que estavam preocupados em deixar as portas abertas para o possível reinício de aulas nas Unidades cujo funcionamento não tivesse sido afetado pela greve. A superintendente da SR-1, Deia Ferreira, resumiu a disposição do colegiado que nortearia a decisão final do colegiado: de acordo com ela, o CEG não deveria se preocupar em garantir os direitos da maioria, nem de uma minoria. "Temos que garantir os direitos de todos", comentou.

O 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, teve a oportunidade de se manifestar na sessão do colegiado. Ele defendeu que o CEG não deveria "assumir" greve alguma, mas apenas reafirmar o que já havia decidido na sessão de 16 de julho (conforme nota reproduzida nesta página) – em nota, naquela data, o conselho reconheceu o movimento grevista de docentes e funcionários técnico-administrativos da UFRJ e, entre outros pontos, afirmou que o calendário seria discutido após o fim da greve.

Depois da aprovação, por unanimidade, da nova deliberação do CEG, o professor Marcelo Macedo (CFCH) elogiou o esforço dos conselheiros naquela sessão. Segundo ele, a discussão que fomentou a proposta contou com todas as representações de Centros da universidade e também dos alunos e técnico-administrativos. "É um bom recado àqueles que querem fazer o que bem entendem", disse, em referência às mensagens que circulam na internet, com docentes afirmando que começariam as aulas, independente do CEG, num sinal de claro desrespeito à instituição.

Respeito à instância sindical

Em vários momentos da sessão do CEG, alguns conselheiros e o próprio sub-reitor fizeram questão de referendar as assembléias como os legítimos espaços de discussão do movimento de servidores e que, aqueles que não querem a greve, deveriam se dirigir às AGs para encerrar a paralisação.

Marcelo mostrou preocupação com o modelo de representação sindical, mas observou que a baixa mobilização não é exclusividade desta instância. "Me preocupa que as assembléias tenham 40 ou 50 pessoas e também que as Congregações de Unidades não estejam sendo realizadas. As pessoas não estão discutindo ou estão esperando que alguém decida por elas", comentou.

SIGA

Os problemas do sistema de registro acadêmico (SIGA) voltaram a ocupar um determinado tempo do colegiado. O sub-reitor José Roberto comentou que a administração deve levar o suporte do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) para os locais que estiverem apresentando "os problemas mais agudos". A conselheira Cláudia Jardim (representante do CT), que ocupa a função de monitorar o funcionamento do sistema para o CEG, fez um apelo: as Unidades que estiverem com problemas relativos ao SIGA devem enviar mensagens eletrônicas para a DRE, para a SR-1 e também para ela: jardim@eq.ufrj.br

RESOLUÇÃO CEG Nº 05/2003
Prorroga os atos Administrativos Acadêmicos do ano letivo de 2003.

O Conselho de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, em sessão realizada no dia 06 de agosto de 2003, resolve:

Art.1º - Considerando a decisão do CEG, aprovada na sessão de 16/07/2003, o CEG delibera que os prazos acadêmicos e administrativos relativos ao primeiro período de 2003 estão prorrogados e os referentes ao segundo período serão objeto de resolução após o término do movimento grevista iniciado em 08/07/2003.

Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino de Graduação.

Vale, portanto, lembrar o que dizia a nota de 16 de julho:

"O Conselho de Ensino de Graduação, em sua reunião ordinária de 16/07/2003, por ampla maioria, informa que:

1) apóia as reivindicações do movimento de professores e funcionários;

2) reconhece a paralisação de atividades acadêmicas na educação básica e no ensino superior;

3) afirma que o calendário deverá ser rediscutido após o fim do movimento, de forma a dar continuidade às atividades interrompidas a partir do dia de deflagração da greve;

4) e afirma que os alunos terão seus direitos assegurados.

Conselho de Ensino de Graduação"

Resenha

Previdência privada vende 71,7% mais

O setor de previdência privada comemora um salto de 71,74% em suas vendas no primeiro semestre deste ano em relação aos seis primeiros meses do ano passado. De janeiro a julho, a receita gerada na venda de planos atingiu R$ 6,3 bilhões. O presidente da Anapp (Associação Nacional das Empresas de Previdência Privada), Osvaldo Nascimento, chegou a comparar essa alta com o "espetáculo do crescimento" aludido pelo presidente Lula (Folha de S. Paulo, 6/08).

Mais verba, talvez, em 2004

Em encontro com reitores das universidades federais, em 7/08, o presidente Lula reconheceu que o orçamento de 2004 será apertado, mas prometeu que, dentro das possibilidades, destinará mais recursos para as instituições de ensino no próximo ano. No encontro de duas horas, Lula aproveitou para pedir apoio dos reitores para uma campanha de alfabetização de jovens e adultos. Ele ainda listou, como uma das prioridades para o sistema público de ensino superior, a duplicação do número de vagas da graduação (jornal O Fluminense, 8/08).

Fundo para cotas

Uma reunião entre representantes do governo estadual, da Uerj e de parlamentares resultou em algumas propostas de mudanças no texto do projeto de lei encaminhado no início do mês passado pela governadora Rosinha Matheus à Alerj, redefinindo o sistema de cotas na universidade. A principal mudança proposta é a criação de uma fonte de custeio para manter os universitários carentes. Cerca de R$ 8 milhões anuais, originados do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, serviriam para pagar as despesas dos estudantes durante os cursos (O Globo, 6/08)

Número de faculdades privadas cresce 45%

O ensino superior brasileiro teve nos últimos dois anos crescimento recorde no número de instituições privadas. Somente de 31 outubro de 2001 até 30 de julho deste ano, as instituições privadas aumentaram 45% - 544 foram autorizadas a funcionar. Em 31 de outubro de 2001, data de início da coleta do Censo do Ensino Superior, o MEC indicava a existência de 1.392 instituições, sendo 1.208 privadas (86,8% do total). O cadastro do ministério indicava na quarta-feira passada que o total tinha chegado a 1.960, sendo 1.752 particulares (89,4%) (Folha de SP, 4/8).

Opinião

Algumas diferenças entre cientistas, engenheiros, técnicos e tecnólogos

(Terceira parte)

Abraham Zakon*
Jorge Luiz do Nascimento**
Mordka Szanjberg***

Pelo exposto anteriormente, o tecnólogo é um profissional pós-técnico e próximo ao engenheiro industrial (Figura 2). O engenheiro é, sempre foi e será, um criador e pesquisador devido à natureza de sua formação superior sustentada por uma grande base científica. Se o engenheiro não for capaz de criar e conceber na sua vida profissional, deixa de ser, na prática, um engenheiro, e termina por ocupar cargos burocráticos ou inferiores, desvalorizando sua profissão. (Figura 2)

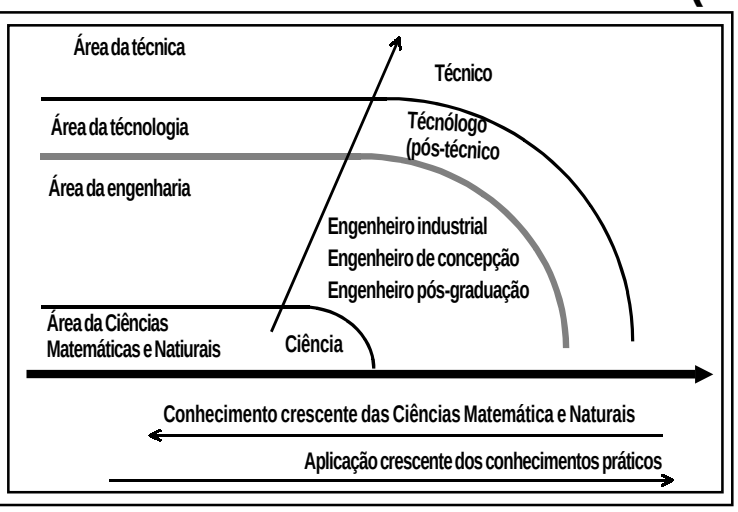
A procura dos técnicos por faculdades de engenharia para reforçar sua base científica e ampliar sua capacitação real no mercado é antiga. Alguns tecnólogos já seguem este caminho. Algumas razões dessa procura são: 1ª - a formação plena atual adquirida pelo engenheiro incorpora uma base crescente em Matemática, Física e Computação, Termodinâmica, Ciências dos Materiais e Fenômenos de Transporte, Desenho, Eletrotécnica, Economia, Administração, Meio Ambiente (envolvendo ou tangenciando Biologia, Agronomia), e Gestão, e permite que ele se envolva com atividades científicas, e de planejamento e projeto; 2ª - as funções operacionais são habitualmente atribuídas a técnicos; 3ª - se os tecnólogos são profissionais de nível pós-técnico, no final das contas, continuam sendo "técnicos".

Além dos engenheiros, que são capazes de pensar, refletir, questionar e resolver problemas sem uso de rotinas pré-estabelecidas, encontram-se, por exemplo: o educador, o filósofo, o físico, o matemático, o químico, o geólogo, o biólogo, o médico. Mas, em geral, nas demais profissões, o dia a dia é repetição de rotina. Cada ciência específica é produzida por alguns deles que se dedicam à pesquisa e pela associação com outros profissionais. Se as faculdades ou escolas de engenharia sofrerem reduções orçamentárias – como vem ocorrendo com as universidades públicas federais - ou se a criação de "cursos superiores com carga e conteúdo curriculares reduzidos" permitir que se diplomem profissionais para competir por oportunidades de emprego próximas mas com salários diferentes, o resultado será benéfico para algumas empresas mas prejudicial para a sociedade.

Cláudio Moura e Castro (2001) também revelou que a criação dos cursos de formação de tecnólogos em curta duração foi estimulada e apoiada pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), pois *"ao contrário das escolas técnicas de toda América Latina que se limitam ao ensino, os CEFETs e o SENAI, se meteram em uma área de pesquisa e desenvolvimento, ocupando um espaço deixado em branco pelas escolas de engenharia. Estas, na verdade permanecem como cursos tecnológicos de orientação genérica, com pitadas de tecnologia - lida nos livros."* Esse comentário mostra como cresceram os esforços de ocupação dos espaços de atuação originais das faculdades, escolas e cursos de pós-graduação de engenharia pelas instituições de ensino técnico (anteriormente nível médio), e hoje transformadas em centros de ensino tecnológico e admitidas como nível superior.

Figura 2 – Os profissionais de pesquisa, concepção e atuação envolvidos com indústrias

(adaptado de Vieira, 1981 in: Vieira, 1982 e de Gonçalves, 1996)



As diferenças entre técnicos e engenheiros

Os cursos universitários diferem dos cursos de técnicos de nível médio e de tecnólogos, nos quais a base teórica é constituída de conteúdos mínimos que permitem a operacionalização das profissões. Nos cursos de nível superior pleno, de 5 ou 6 anos, seus conteúdos visam formar profissionais que possam refletir sobre a realidade e sobre os problemas que irão enfrentar na profissão. Eles também se constituirão na pedra fundamental da criação e da crítica sobre a ciência e sobre a técnica. Ainda assim, existem cursos universitários que possuem diversas disciplinas experimentais abordando atividades operacionais, constituídas de ações de manipulação direta sobre a natureza, objetos, animais ou pessoas. É o caso de cursos de odontologia, medicina, biologia, agronomia, veterinária, química industrial, etc. As ações operacionais podem resultar, além daquelas decorrentes de projetos, pesquisas e estudos, do acúmulo de conhecimento tecnológico adquirido pelos seus usuários (mesmo em lugares diferentes, por meio de intercâmbio).

Muita gente acredita que o bom engenheiro é aquele que sabe atuar como um técnico de nível médio e essa proveitosa competência não é obrigatória na sua formação. O curso de engenharia visa capacitar profissionais para observar, pensar, criar, refletir, criticar, projetar, comandar, liderar e fazer executar, sendo ministrado em dois ciclos: básico (2 anos iniciais) e profissional (3 últimos anos). A partir dos anos 60, a graduação se tornou cada vez mais científica do que operacional, devido aos avanços da ciência e da engenharia no Brasil e à criação de programas de pesquisa e pós-graduação. Esse decréscimo da característica operacional desmotivou vários alunos que ingressavam nos cursos de engenharia. Por isso, na área de "Educação em Engenharia" surgiu a preocupação de se remodelar os currículos, inserindo matérias profissionais e introdutórias para explicar o campo profissional no início do curso, inclusive na disciplina "Introdução à Engenharia".

As diferenças entre tecnólogos e engenheiros

Os limites de atuação dos técnicos e engenheiros são bem conhecidos há mais de um século. Em telecomunicações, um tecnólogo pode receber melhor formação que um técnico. No entanto, o tecnólogo carecerá de bases científicas (a exemplo dos seus precursores de Engenharia Operacional) quando se defrontar com novas tecnologias. Nos anos 80, os engenheiros operacionais, contratados numa importante indústria de eletrônica industrial no Rio de Janeiro para trabalhar em contratos de transferência de tecnologia canadense, projetos, construção e fornecimento de equipamentos para telefonia e telecomunicações, apresentaram deficiências teóricas em Matemática e Eletromagnetismo Moderno. Sua base científica de graduação era insuficiente, conforme constatou um dos autores, que lecionava no Instituto de Física e na Faculdade de Engenharia da UERJ. Os estagiários de Engenharia Eletrônica da PUC, UERJ, UFF e UFRJ superavam todos os problemas. A criação posterior dos cursos de Engenharia Industrial em 4 anos veio compensar algumas dessas deficiências curriculares. Assim, um tecnólogo formado em 2 a 3 anos pode ser competente nos trabalhos práticos compatíveis com seu aprendizado recente, mas, pode se transformar num profissional de utilidade transitória e num futuro desempregado. As tecnologias de "hardware" e "software" estão mudando rapidamente em informática, telefonia convencional e celular, da televisão convencional e digita. Muitos tecnólogos terão de se reciclar, pois alguns dos seus currículos de formação terão vida curta. Ou seja, é necessária uma base científica sólida e crescente para uma graduação de nível universitário, preferencialmente em 5 anos.

Os bacharelados em ciências sempre formaram pesquisadores com uma base científica duradoura. Por exemplo, hoje o Instituto de Química da UFRJ ministra o curso de Químico em 5 anos. No Brasil e em outros países, um curso de bacharelado ou de engenharia deve ser muito exigente, porque a diferença quantitativa - 5 a 6 resulta numa repercussão qualitativa que significa garantia de retorno de investimento social. Na área de telecomunicações, foi a formação plena dos engenheiros brasileiros que lhes possibilitou absorver as novas tecnologias das estações digitais, transmissão por satélite, as fibras ópticas e os celulares. Assim, o tecnólogo pode ser melhor que um técnico de nível médio, mas jamais será igual a um engenheiro pleno, devido ao abismo curricular entre os seus cursos de graduação. Os engenheiros com mestrado e doutorado são e serão sempre engenheiros. Qualquer tecnologia nova envolve uma ampla base de matemática, física, ciência dos materiais e computação. Assim, é muito difícil reduzir um currículo de 5 anos, que já se revela insuficiente no Século XXI. É irônico constatar que ao invés de se ampliar os cursos de engenharia para 6 anos, procura-se reduzi-los para 4 anos.

Conclusões e questões a discutir sobre os cursos superiores

1ª - A formação plena adquirida pelo engenheiro contém uma base ampla e crescente em Matemática, Física, Computação, Ciência dos Materiais, Meio Ambiente e Gestão E ele pode atuar em atividades científicas, administrativas, planejamento e projeto em áreas variadas.

2ª - A criação de cursos superiores de tecnologia é discutível pois não estes oferecem a mesma base científica ministrada nos tradicionais currículos de ciências e engenharia nas áreas correlatas. Em todos os países avançados, socialistas ou capitalistas, os cursos superiores maximizam o conhecimento científico em seus currículos, ao invés de reduzí-los, e valorizam os seus alunos pelo máximo que conseguiram aprender.

3ª - As funções operacionais são habitualmente atribuídas a técnicos e poderão ser compartilhadas por tecnólogos, porém, a vida útil destes últimos pode ser curta, acarretando o risco de serem descartáveis, a menos que se reciclem continuamente.

4ª – Os tecnólogos são profissionais de nível "pós-técnico" e, no final das contas, continuam sendo "técnicos". Admite-se que os tecnólogos irão buscar os cursos de engenharia plena, o que já ocorre na UFRJ, assim como vários técnicos e engenheiros operacionais j fizeram.

5ª - Questões a discutir: (a) para ingressar num curso de engenharia plena, o tecnólogo terá de prestar vestibular? (b) a formação de tecnólogos interessa às universidades federais e estaduais? (c) um tecnólogo poderá cursar uma pós-graduação de Engenharia sem possuir a base científica do curso pleno de 5 anos? (d) se o ciclo básico do curso de engenharia for expandido para 3 anos, seus alunos poderão obter diplomas intermediários de tecnólogos

* Engenheiro Químico, M.Sc., D. Eng.
Escola de Química, Centro de Tecnologia.
Universidade Federal do Rio de Janeiro
zakon@eq.ufrj.br
** Engenheiro Elétrico e Civil, M.Sc., D.Eng.
Escola Politécnica, Centro de Tecnologia.
Universidade Federal do Rio de Janeiro
jorge@dee.ufrj.br
*** Bacharel em Física
Instituto de Física, Universidade do Estado do Rio de Janeiro mordka@uol.com.br

Obs.: as duas primeiras partes do artigo foram publicadas nos jornais da Adufrj anteriores (nºs 101 e 102).

Movimento

Marcha contra a reforma reúne 80 mil

Grande imprensa só explorou ações isoladas de quebra dos vidros do Congresso

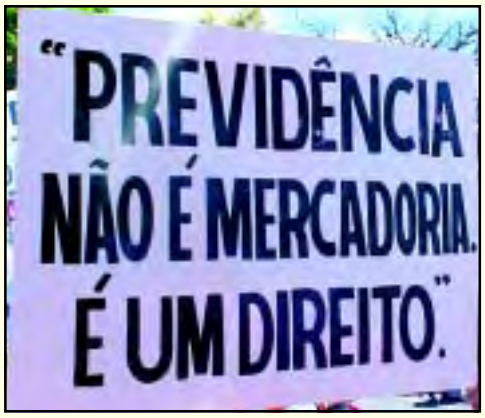
Uma nota especial do Comando Nacional de Greve do Andes-SN, disponibilizada em sua página eletrônica (www.andes.org.br), descreve com riqueza de detalhes a Marcha contra a Reforma da Previdência, ocorrida em Brasília, no dia 6 de agosto. De acordo com o texto, tratou-se de um "ato belíssimo, que lavou a alma dos manifestantes".

Para o CNG/Andes-SN, a Marcha contou com 80 mil participantes e a Polícia Militar, "com seus cálculos sempre subestimados, admitiu 50 mil". A grandiosidade do ato pode ser dada pelo relato da caminhada que dirigiu-se até a Praça dos Três Poderes. "Quando os primeiros caminhantes lá chegaram ainda havia gente saindo da Catedral", diz um trecho do informe especial.

A derrama de verbas para emendas dos parlamentares e a negociação de cargos foram dois ingredientes que, segundo o CNG, contribuíram para a rapidez da tramitação da reforma, orquestrada pelo Palácio do Planalto. "Isto incluiu a manobra que antecipou a votação para antes que a marcha chegasse a Brasília", segundo o documento.

O informe do CNG reporta a montagem do aparato repressivo na frente do Congresso, com grades de ferro e muitas tropas da PM. "O uso da força contra as manifestações dos servidores vem se tornando, aliás, uma marca deste processo". Com a chegada das primeiras caravanas, conseguiu-se ocupar o estacionamento próximo à porta do Anexo 2 do Congresso, mas não era permitida a entrada nem daqueles que portavam liminares.

Esta informação confirma o relato feito à reportagem da Adufrj-SSind no próprio dia, por telefone, pelo delegado da seção sindical ao CNG (professor Raphael de Haro Jr.). Segundo ele, foram obtidas liminares no Supremo Tribunal Federal para que os servidores pudessem assistir à votação do substitutivo da PEC 40, mas o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, não cedeu e só ao final da noite um pequeno grupo pode entrar na "Casa do Povo": "(...) às 23h liberaram a entrada de apenas 40 pessoas, com acompanhamento de advogados portando liminares".



Nem deputados conheciam a proposta

A vigília dos servidores prosseguiu até uma da manhã. "A votação na madrugada, de uma proposta que nem os parlamentares sabiam qual era, foi o "coroamento" das manobras do dia todo. Aprovaram o relatório da PEC-40 na madrugada de segunda para terça e usaram o mesmo expediente na madrugada seguinte para votar a maioria dos destaques e emendas", observa outro trecho do informe especial.

Ações isoladas e a mídia

O texto do CNG/Andes-SN observa que os servidores conseguiram, de forma organizada, ocupar a cúpula do Congresso, furando o cerco policial. No entanto, já na descida da cúpula, "algumas pessoas, contra a orientação do comando, se confrontaram com os seguranças da casa e ocorreu o episódio da quebra de vidros, explorado ao máximo pela mídia que agiu de forma orquestrada com o governo, que divulgou notas oficiais para descaracterizar o movimento. Especialmente João Paulo tentou forçar uma imagem dos deputados como vítimas de vândalos, para ocultar as manobras e a força da repressão para impor a reforma, bem como para minimizar o impacto político de uma manifestação com tal envergadura".

Adufrj-SSind enviou ônibus

Vale dizer que a Adufrj-SSind e o Sintufrj enviaram um ônibus cada para a grande Marcha de 6 de agosto. Os veículos também contaram com a participação dos estudantes, solidários às reivindicações dos servidores.

Preparação para Plenária

O CNG comunicava que já tinha iniciado a avaliação da conjuntura e a preparação da reunião do Setor das Federais e da Plenária dos SPF no dia do fechamento desta edição (8/08). A linha da discussão apontava para a importância da continuidade da greve unificada, para a necessidade de realização de rodada de AGs para esta semana e para a construção de um calendário de atividades para os próximos momentos, com destaque para uma outra Marcha, desta vez organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), no dia 19. Em reunião das entidades com a Executiva Nacional da CUT, decidiu-se que o ato será ampliado para todos os servidores.

Fotos: Andes-SN/*Ricardo Borges*

SERVIDORES QUEREM DEFENDER O ESTADO DOS EFEITOS DA REFORMA

ANDES-SN MARCOU PRESENÇA NA MANIFESTAÇÃO

Veja como votaram os parlamentares do Rio em relação à emenda aglutinativa global, na madrugada do dia 6/8:

Alexandre Cardoso PSB	**Sim**
Alexandre Santos PP	**Sim**
Almerinda de Carvalho PSB	**Sim**
Almir Moura PL PL/PSL	**Sim**
André Luiz PMDB	**Sim**
Antonio Carlos Biscaia PT	**Sim**
Arolde de Oliveira PFL	**Não**
Bernardo Ariston PSB	**Não**
Bispo Rodrigues PL PL/PSL	**Sim**
Carlos Santana PT	**Sim**
Chico Alencar PT	**Abstenção**
Dr. Heleno PSDB	**Sim**
Edson Ezequiel PSB	**Sim**
Eduardo Cunha PP	**Não**
Eduardo Paes PSDB	**Não**
Elaine Costa PTB	**Sim**
Fernando Gabeira PT	**Sim**
Fernando Gonçalves PTB	**Sim**
Francisco Dornelles PP	**Sim**
Jair Bolsonaro PTB	**Não**
Jandira Feghali PCdoB	**Não**
João Mendes de Jesus PSL	**Sim**
Jorge Bittar PT	**Sim**
José Divino PMDB	**Sim**
Josias Quintal PSB	**Não**
Julio Lopes PP	**Não**
Laura Carneiro PFL	**Não**
Leonardo Picciani PMDB	**Sim**
Lindberg Farias PT	**Sim**
Luiz Sérgio PT	**Sim**
Maria Lucia PMDB	**Não**
Miriam Reid PSB	**Não**
Moreira Franco PMDB	**Não**
Nelson Bornier PSB	**Não**
Paulo Baltazar PSB	**Sim**
Paulo Feijó PSDB	**Sim**
Reinaldo Betão PL PL/PSL	**Sim**
Renato Cozzolino PSC	**Sim**
Roberto Jefferson PTB	**Sim**
Rodrigo Maia PFL	**Não**
Ronaldo Cezar Coelho PSDB	**Não**
Sandro Matos PSB	**Sim**
Simão Sessim PP	**Sim**
Vieira Reis PMDB	**Sim**
Total Rio de Janeiro:	**44**

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Boletim da Greve Especial - 5
12 de agosto de 2003
Informativo da Adufrj-SSind
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200
Ilha do Fundão
CEP: 21944/970 Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 3884-0701, 2260-6368 e 2590-4799
Edição e texto: Comunicação Sindical da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Plenária de servidores aprova continuidade da greve

Com 368 representantes credenciados, o plenária nacional dos servidores públicos federais aprovou no último sábado (9/8), a continuidade da greve contra a Reforma da Previdência do governo federal. O eixo central da greve passou a ser convencer os parlamentares a alterarem o resultado no 2º turno da votação na Câmara, votando contra a PEC 40. Foi aprovada uma rodada de assembléias das categorias nos dias 11 e 13 para a avaliação do movimento.

Os servidores aprovaram a participação das categorias na Marcha a Brasília, convocada pela CUT e o CNTE. No dia 20/8 serão realizadas novas Plenárias setoriais, entre elas a do Setor das Federais do Andes-SN. Em 21/8 acontece mais uma Plenária Nacional dos SPF.

O setor das federais do Andes-SN, reunido um dia antes (8/8), também aprovou a continuidade da greve e entre outros encaminhamentos, os docentes denunciarão que a ameaça de expulsão de parlamentares dos partidos da base do governo faz parte de um rol de ações truculentas, desencadeadas pelo Palácio do Planalto em um esforço de aprovar a reforma.

Também será cobrado do ministro do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, uma resposta pública sobre o não-cumprimento pelo Presidente da Câmara, João Paulo Cunha, da liminar que determinava a entrada dos representantes do Sindicado dos Docentes na Casa durante a votação em 1º turno da reforma.

Cresce adesão à greve após votação da PEC 40

Comando Nacional do Andes-SN indica continuidade do movimento para pressionar votação no 2º turno

No Comunicado CNG/Andes-SN, nº 15, de 9 de agosto, os representantes das seções sindicais indicaram a continuidade e o fortalecimento da greve nacional dos servidores contra a Reforma da Previdência do governo federal. A estratégia do comando nacional é pressionar os parlamentares a votarem contra a reforma no 2º turno da votação do substitutivo e das emendas à PEC 40 aprovados nos dias 6 e 7 passados. A expectativa do movimento grevista é reverter, pelo menos, cinqüenta e um votos entre os 358 deputados que disseram sim à reforma que retira direitos.

Na avaliação de conjuntura, o comando nacional credita aos acordos e manobras de última hora entre o governo e os partidos de oposição e da própria base a vitória no 1º turno de votação na Câmara. "... foram R$ 2 bi em emendas de parlamentares ao orçamento de 2002 que estavam retidas", denuncia o Sindicato. Os cargos prometidos aos adesistas e a violência e repressão aos manifestantes e parlamentares contrários à reforma também são citados no Comunicado como estratégia do governo Lula para ganhar a votação no Plenário.

Comando avalia força de servidores

"O governo tinha razão em temer o movimento", diz o documento do CNG. A greve demonstrou sua força a Marcha do dia 6, da qual participaram cerca de 80 mil trabalhadores, mesmo sem o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e com a tímida participação da direção nacional da CUT.

Greve é ampliada

O Comunicado nº 15 informa ainda que várias seções sindicais aderiram à greve na última semana. Adunifesp (Federal de São Paulo), Adunicamp (Estadual de Campinas), Adunesp (Estadual Paulista, com cinco campi) e Sindcefet de Minas Gerais. Após a votação da reforma no 1º turno, os docentes da USP, do Cefet do Piauí, do Cefet do Rio de Janeiro e do Centro de Ensino Superior do Piauí realizaram assembléias gerais e resolveram paralisar suas atividades contra a reforma. O movimento docente também chama a atenção para a greve dos servidores da Receita Federal na Zona Franca de Manaus e na Aduana de Uruguaiana como mais um reforço para o movimento nacional.

Pressão nos deputados

Segundo o CNG, o movimento grevista intensificará a pressão aos parlamentares e solicitará a CUT e ao MST que indiquem aos parlamentares ligados à Central e ao movimento dos Sem-Terra que votem contra a reforma no 2º turno.

Agenda Sindical

12 a 15/08 - Realização de atos unificados nos estados
19/08 - Marcha em Brasília
20/08 - Reuniões do Setor das Federais
21/08 - Plenária Nacional dos SPF

Professores da USP entram em greve

Começa hoje a greve decretada por professores e funcionários da Universidade de São Paulo (USP) por tempo indeterminado. São duas as motivações para a paralisação: a Reforma da Previdência e o aumento do desconto previdenciário de 5% na folha de pagamento dos servidores da universidade. Pela mesma razão, cinco campi da Unesp e a Unicamp estão parados.

Com o aumento do desconto previdenciário, os servidores das universidades estaduais paulistas passam a ter 11% de desconto nos seus salários para esse fim.

A princípio, a Associação dos Docentes da USP acredita que de 30 a 40% dos professores devam aderir à greve. Hoje à tarde, ocorre uma assembléia geral dos docentes no prédio dos cursos de História e Geografia. Na quarta-feira desta semana, representantes da Associação encontrarão o reitor Adolpho Melfi. Para sexta, está programada uma manifestação na Avenida Paulista.

Fonte: página eletrônica do Andes-SN

Os privilegiados

JANIO DE FREITAS/Colunista da **Folha de S.Paulo**

As "reformas" de Luiz Inácio Lula da Silva são as privatizações de Fernando Henrique Cardoso. Nada resolvem em troca do que agravam, para muita gente e para o país.

As privatizações merecem hoje o consenso de que agravaram as dificuldades econômicas da população, com os brutais aumentos de preços e tarifas e com o acréscimo que têm feito ao desemprego. A "reforma" previdenciária de Lula provoca aposentadorias antecipadas no nível mais qualificado do serviço público, desestimula a restauração dos combalidos quadros científicos e técnicos do Estado e tudo o que consegue, com a redução de 11% em aposentadorias atuais, é economizar uma importância que nada significa no governo: estimada em R$ 1,1 bi, se chegar a tanto, que nada mais é do que R$ 91,6 milhões por mês. Ou seja, menos do que o lucro de um único banco graúdo, um só, em 21 dias úteis. Muito, muito menos do que os mal conhecidos gastos da Presidência da República com as verbas de representação, as viagens propagandísticas e as mordomias ilimitadas.

Para dar um toque a mais de brasilidade nesta "reforma", com a qual o governo Lula se disse investindo contra "os privilegiados" do serviço público, sua aprovação é feita por ninguém menos do que os maiores privilegiados do país. Ninguém ganha mais, relativamente, do que os deputados federais. Votações? Só na quarta-feira, porque segunda, terça, quinta e sexta são dias também úteis só para o restante da população. Férias? Três meses, quer dizer, um quarto do ano, antes idênticas às férias escolares, agora maiores. Apartamento, auxílio moradia, contas de telefones, combustível, passagens aéreas semanais, assessores e "assessores" em Brasília e nos respectivos Estados e —já que se fala de Previdência— a menor exigência de tempo de serviço (?) para obter a mais sorridente aposentadoria. Sem contar as nomeações para parentes e cabos-eleitorais, que continuam sendo, também no governo Lula, o argumento convincente para obter apoio parlamentar.

No Judiciário há corruptos, incompetentes, irresponsáveis, preguiçosos, tal como no jornalismo, entre advogados e médicos, nas Forças Armadas, na hierarquia das igrejas. Mas a regra geral não é essa no Judiciário nem no serviço público em geral, a não ser na ótica preconceituosa e ondeira da imprensa brasileira. O mesmo não se pode dizer de bem uns dois terços da Câmara, o que lhe daria a autoridade moral necessária para falar de privilégios no Judiciário e em qualquer outro setor do Estado.

Comandos reivindicam voto não dos parlamentares no 2º turno

Os comandos de greve Nacional do Andes-SN e Unificado dos servidores encaminharam uma carta aberta aos parlamentares em que anunciam as razões para o voto contra a PEC 40 no 2º turno da votação na Câmara Federal. A carta procura sensibilizar os deputados para a responsabilidade que estes representantes têm com a manutenção do Estado brasileiro e com a sociedade, em especial, com as categorias do funcionalismo público. A seguir reproduzimos parte do texto encaminhado aos congressistas assinado pelo CNUG e pelo CNG/ Andes-SN.

RAZÕES PARA VOTAR CONTRA A PEC-40 NO 2º TURNO

A PEC-40, além de representar uma retirada brutal de direitos dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, traz riscos para todos os brasileiros pelas seguintes razões:

1. Fundos de pensão são uma ameaça à estabilidade econômica do país porque:

· Transferem bilhões de reais dos cofres públicos para o setor financeiro.

· Aumentam o déficit do governo por dois motivos:

o O Governo deixará de descontar dos servidores públicos 11% sobre a parcela da remuneração acima do teto (redução de receita);

o e terá de contribuir com a sua parte para o Fundo de Pensão. Segundo estimativas do próprio governo, cerca de R$ 1 bilhão de reais/ano serão transferidos ao Fundos como contrapartida do empregador, o que nunca ocorreu até agora (aumento de despesas).

· Dilapidam o patrimônio dos trabalhadores. Os fundos são intermediários entre Governo e mercado, tendo custos de administração de até 30% das contribuições.

· A modalidade aprovada, de contribuição definida, coloca todo o risco sobre o trabalhador que depositará o seu futuro nestes Fundos. Quem arcará com o possível ônus dos riscos e sobressaltos do mercado será o próprio trabalhador, que poderá ficar sem benefício após décadas de contribuição.

· Trata-se de uma negociata através da qual o Estado, abrindo mão de bilhões de reais em divisas, colocará o dinheiro do trabalhador sob o poder de especuladores que manipularão uma montanha de recursos líquidos e certos sem correr qualquer risco próprio.

· Fundos de Pensão estão em crise em todo o mundo, tendo atuado como pivô da quebra da economia argentina.

2. A taxação de aposentados e pensionistas representa um confisco inaceitável e perverso, uma vez que estes já contribuíram com a previdência por toda a vida. Tal confisco configura uma "pseudo-economia" porque vem para compensar o repasse do governo como empregador para os fundos de pensão.

3. Enfraquece os serviços públicos, prejudicando a população carente.

4. O real significado do seu voto 'não':

· Votar NÃO a PEC-40 no segundo turno significa paralisar, ainda no primeiro vagão, uma locomotiva destrutiva aos interesses do Brasil e aos anseios de seus trabalhadores. Esse NÃO de agora impedirá o avanço dos vagões das reformas exigidas pelo FMI, tais como a autonomia do BC, as reformas trabalhista, sindical e tributária e a adesão a ALCA. Todos os projetos acima ferem (parcial ou integralmente) os direitos dos cidadãos brasileiros e a própria soberania nacional.

Por todas as razões expostas acima, pedimos o seu voto contra a pec-40. Queremos uma previdência justa, pública e solidária para o brasil. Vamos construí-la juntos.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 104 • 19 de agosto de 2003

Agenda Sindical

19/08 – Ato contra a Reforma da Previdência
Brasília (DF) – Organizado pela CNTE
20/8 – Reunião conjunta das IFES e IEES, ampliada com o CNG
21/8 – Plenária Nacional dos SPF
26/8 - Marcha das Margaridas 2003
Brasília (DF) - Marcha das mulheres por terra, água, salário mínimo digno, saúde e contra a violência sexista e todas as formas de violência no campo
01/09 – Encerramento da inscrição de listas para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
7/09 – Grito dos Excluídos 2003
10 a 12/09 - Eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
19 a 21/9 - X Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
São Paulo (SP) - Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo
15/10 – Posse da Diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Consuni altera calendário sugerido pelo CEG
Página 3

"Direitos individuais ou coletivos?", por Carlos Montaño (ESS)
Página 6

Reitoria afasta diretora da Faculdade de Educação
Página 7

Chapa única inscreveu-se nas eleições para Adufrj-SSind
Página 8

Kelvin Melo

DOCENTES VOTAM A FAVOR DA PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES

Professores paralisam atividades no 2º turno da votação

A semana que passou foi marcada por duas assembléias da Adufrj-SSind: na primeira, em 12/08, os docentes aprovaram a saída da greve; na segunda, em 15/08, foi definida a paralisação das atividades no dia da votação do segundo turno da reforma, em Brasília. Ainda na universidade, o CEG propôs um calendário de reposição de aulas que foi alterado e aprovado pelo Consuni. Na capital do país, o governo conseguiu fechar a tramitação da PEC 40/03 em primeiro turno, mas deve adiar a votação em segundo turno para o dia 25/08.

Leia mais nas páginas 3, 4, 5 e encarte nesta edição.

Movimento

A Greve contra esta Reforma da Previdência na UFRJ

O Andes-SN e a Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj-SSind) vêm divulgando informações e discutindo a Previdência Social desde 2000, bem antes da eleição de Lula, e a proposição da atual reforma em pauta. A importância deste tema justifica o esforço de envolver a academia nesta discussão, considerando as conseqüências das reformas iniciadas no governo anterior para o serviço público e a Universidade - estamos vivendo hoje mais uma corrida às aposentadorias para garantir direitos, que pode comprometer cursos e retirar precocemente da instituição professores no auge da experiência e da produção acadêmica.

A intransigência do governo ao se negar a realizar ampla discussão com os servidores sobre sua proposta de reforma antes de apresentá-la ao Congresso levou à deflagração da maior greve do serviço público no país, incluindo as universidades públicas, entre elas a UFRJ, contra a reforma da previdência - PEC40 - em 8 de julho. Neste contexto, consideramos oportuna a realização desta atividade na ECO, entendo-a como uma atividade da greve em curso na UFRJ, ainda que um pouco tardia, devido ao estágio avançado de tramitação da proposta do governo no Congresso, já aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, mas que ainda depende da outra votação na Câmara antes de poder seguir para o Senado. Este entendimento é reforçado pelo perfil dos debatedores convidados para o evento, pois tanto o reitor Aloisio Teixeira quanto a professora e auditora fiscal da previdência Clemilce Sanfim já manifestaram publicamente posições contrárias a esta reforma em eventos promovidos pela UFRJ e pela Adufrj-SSind.

A auditora fiscal Clemilce Sanfim já participou de outros três eventos organizados pela Adufrj-SSind e/ou por todas as entidades representativas da universidade ainda neste ano. Em 23 de janeiro, Clemilce falou para os servidores e alunos no auditório da Coppe, junto com Antônio Queiroz, do DIAP. Em 17 de março, ela voltou a criticar a reforma previdenciária no auditório do Centro de Tecnologia (CT). Finalmente, em 4 de junho, a auditora esteve em mais um debate no auditório da decania do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). Clemilce escreveu também artigo para a revista "Reforma da Previdência em Debate", lançada pela Adufrj-SSind em abril deste ano. Além desta contribuição para o debate na universidade, Clemilce foi chamada para vários outros debates organizados em nível nacional, como o realizado pela Adufpi-SSind durante o 22º Congresso do Andes-SN, em Teresina (PI), em março deste ano.

Desde 2002, foram realizados 12 debates na UFRJ, em diferentes *campi*, sobre a proposta petista para o setor previdenciário. Ao longo desse tempo, a Seção Sindical publicou cinco encartes com o conteúdo integral das propostas, avaliações e/ou comentários sobre as modificações que se seguiram no texto do governo. Em 20 de fevereiro, uma assembléia geral da Adufrj-SSind aprovou um indicativo de paralisação contra o Projeto de Lei Complementar 9/99 (o "embrião" da reforma da Previdência). O indicativo de paralisação se transformou em indicativo de greve contra o PL 9/99 em AG de 20/03. De lá para cá, várias assembléias pautaram questões como paralisação ou a própria greve contra a reforma. Vale lembrar que todas as Assembléias da entidade são convocadas amplamente com, no mínimo, 48 horas de antecedência e com pontos de pauta definidos, por meio de cartazes em todos prédios dos *campi*, mensagens eletrônicas para os sindicalizados, jornais ou boletins distribuídos no início de cada semana em caixas espalhadas por toda a Universidade e por mala direta a todos os sindicalizados.

A Adufrj-SSind participou ainda de várias manifestações contra a reforma, com a entrega e/ou envio de documentos ao presidente, aos ministros e parlamentares com avaliações críticas do movimento à proposta de reforma do governo: quando da visita à UFRJ do secretário do Ministério da Previdência num Seminário sobre a Reforma em 18/03; na visita de Lula à inauguração do Tanque Oceânico da Coppe em 30/4; nas cerimônias de posse do reitor Aloisio Teixeira (no MEC, em Brasília, e na UFRJ) e na audiência pública na Assembléia Legislativa do estado em 14/07, entre outros eventos.

A Seção Sindical marcou presença ainda nos atos organizados pelo Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social, constituído por sindicatos de trabalhadores do funcionalismo federal, estadual, municipal e da iniciativa privada, com paralisações e passeatas no centro da cidade em 8 de abril, 15 de maio e 26 de junho, além do ato "Serviço Público na Praça" em 23/07.

A seguir, apresentamos uma cronologia com as principais atividades realizadas desde o final de 2002 tendo a reforma da previdência em questão. Todas as informações podem ser consultadas na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br):

Outubro de 2002 – GT Seguridade Social do Andes-SN começa a analisar proposta da chapa de Lula para a área da Previdência.

Novembro de 2002 – Lutar pela integralidade das políticas de Seguridade Social foi aprovado como novo eixo do movimento docente em plenária do 45º Conad, em Belém (PA).

23/12/2002 – Jornal da Adufrj publica encarte com documento encaminhado pela CNESF à equipe de transição no início de dezembro com reivindicações dos servidores. Um dos trechos do documento faz referência às questões da Seguridade Social.

23 de janeiro - Adufrj-SSind realiza primeiro debate sobre a reforma previdenciária.

20 de fevereiro - Assembléia aprova indicativo de paralisação contra o PL 9/99

8 a 13 de março - 22º Congresso do Andes-SN aprovou indicativo de greve contra o PL 9/99

17 de março - debate sobre a reforma no auditório do CT, com a organização da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN e da Adufrj-SSind

18 de março - protesto das entidades da UFRJ em seminário da reitoria que contou com a presença do secretário de Previdência Complementar (Helmut Schwarzer)

20 de março - Assembléia aprova indicativo de greve contra o PL 9/99

21 de março - debate na Escola de Serviço Social, com organização da Regional e da Adufrj-SSind

24 de março - divulgado encarte sobre o PL 9/99

3 de abril - Assembléia decide paralisação de 24 horas em 8 de abril

7 de abril - debate na Escola de Serviço Social, da Regional do Andes-SN

8 de abril - debate no Colégio de Aplicação, passeata na Rio Branco com ato na Cinelândia

30 de abril - protesto dos servidores na visita de Lula a UFRJ, por ocasião da inauguração do Tanque Oceânico. No evento, a diretoria entregou uma carta aberta de protesto ao próprio presidente.

12 de maio - divulgado encarte com os textos das reformas. Ainda no início do mês, a Adufrj-SSind cobra posição dos candidatos a reitor da UFRJ sobre a reforma.

14 de maio - Assembléia decide paralisação de 48 horas (14 e 15/5).

15 de maio - passeata na Rio Branco com ato na Cinelândia

19 de maio - divulgado encarte do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind sobre a reforma

26 de maio - divulgado encarte do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind sobre a reforma

4 e 5 de junho - mais dois debates sobre a reforma promovidos pelas entidades da UFRJ

9 de junho - debate das entidades no auditório do CT.

10 de junho - Assembléia aprova indicativo de greve sem data

11 de junho - Marcha dos servidores em Brasília, com mais de 30 mil pessoas

12 de junho - Debate no Quinhentão (CCS), promovido pelas entidades

17 de junho - debate no HU promovido pelas entidades

26 de junho - protesto com passeata na Rio Branco e ato na Cinelândia

2 de julho - protesto das entidades na posse do reitor Aloisio Teixeira, em Brasília

3 de julho - mais um debate no auditório do Centro de Tecnologia e outro, com estudantes na FAU

8 de julho – Assembléia aprova deflagração da greve na UFRJ

14 de julho – Audiência pública na Assembléia Legislativa do estado recebe o protesto de centenas de servidores. Adufrj-SSind marca presença.

16 de julho – Assembléia confirma continuidade da greve

18 de julho – Protesto na posse do reitor, na UFRJ, na Casa do Estudante

21 de julho – Jornal divulga avaliação preliminar do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind sobre o substitutivo à PEC 40

22 de julho – Assembléia aprova continuidade da greve

23 de julho – Servidores promovem atividade na Cinelândia: "Serviço Público na Praça", com esclarecimentos à população sobre os efeitos da reforma.

25 de julho – Protesto e panfletagem durante a Conferência Internacional "Reformando as Reformas".

28 de julho – Jornal divulga análise do GTSS da Adufrj-SSind sobre o substitutivo à PEC 40.

30 de julho - Ocupação do prédio do INSS no RJ e audiência com seu presidente

31 de julho – Assembléia aprova continuidade da greve

7 de agosto – AG confirma continuidade da greve, mas aponta saída unitária dos servidores do movimento de paralisação para o Comando Nacional

11 de agosto – jornal comenta principais mudanças aprovadas na reforma até o dia 8/8

Temos certeza do sucesso deste evento e de sua contribuição para a melhor compreensão do tema, em função da experiência dos palestrantes convidados. Lamentamos, porém, não podermos ficar para ouvir as exposições e participar do debate que se seguirá, pois temos que retornar para a Assembléia Geral que está avaliando a greve neste momento no Centro de Tecnologia na ilha do Fundão.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2002

Comando Local de Greve da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Consuni altera calendário sugerido pelo CEG

Atividades do segundo período podem começar até o dia 8 de setembro e terminar até o dia 16 de janeiro de 2004

Pela primeira vez desde as últimas greves, o Conselho Universitário não aprovou o calendário acadêmico para a graduação encaminhado pelo Conselho de Ensino de Graduação. Na última quarta-feira (13/8), um dia após a Assembléia da Adufrj-SSind que votou pelo fim da participação dos docentes da universidade na greve dos servidores, o CEG aprovou uma proposta de calendário que fixava, como início das atividades letivas do segundo semestre de 2003 o dia 8 de setembro e, como término, 16 de janeiro de 2004, com exceção da Faculdade de Medicina e do CAp. A maioria dos integrantes do Consuni considerou tardio o início das atividades após a greve dos docentes. O pró-reitor de graduação e presidente do CEG, José Roberto Meyer, explicou que a proposta do CEG contemplava o direito de alunos e professores que haviam interrompido suas atividades a partir do dia 8 de julho, quando foi aprovada a greve pela categoria.

A discussão do calendário nem estava pautada para a sessão do Consuni, mas foi encaminhada em caráter de urgência pela decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Suely Souza. Antes da discussão, porém, vários conselheiros manifestaram posição de que as Unidades deveriam respeitar o calendário definido pelos colegiados superiores. A crítica era dirigida, particularmente, a professores da Escola de Comunicação e outras Unidades que haviam se posicionado, através de mensagem na internet, que não acatariam o calendário definido pelo CEG e recomeçariam suas atividades independente da decisão dos colegiados.

Para o diretor do IFCS, Franklin Trein, "o calendário deve ser respeitado por todos. Os professores costumam fazer o calendário que lhes convêm. Mas, em respeito aos estudantes, os professores deveriam cumprir rigorosamente o que foi definido pelo colegiado, acima de interesses pessoais ou departamentais", comentou sobre o calendário aprovado anteriormente pelo CEG.

O representante dos titulares do CFCH Wilson John apresentou, então, uma proposta que antecipava o calendário do CEG para 1 de setembro, como data de início do segundo período e mantinha a data de 16 de janeiro de 2004 como término. O representante dos titulares do CT Luis Eloy Vaz propôs 'flexibilizar' ainda mais o calendário oriundo do CEG e apresentou a proposta que acabou sendo aprovada pelo conselho superior: as atividades do segundo período acadêmico podem ser iniciadas até o dia 8 de setembro e podem ser encerradas até o dia 16 de janeiro de 2004, sendo que a Faculdade de Medicina pode encerrar suas atividades até o dia 30/1 de 2004.

Encaminhamento confuso

Para o estranhamento dos conselheiros e de quem está acostumado a acompanhar as sessões do Consuni, o reitor Aloisio Teixeira parece ter inaugurado uma nova forma de encaminhar as votações no colegiado. Em vez de votar uma proposta contra outra, no caso de serem contraditórias, como o caso da votação do calendário na última sessão, o Magnífico preferiu votar cada uma das três propostas em separado, contabilizando os votos a favor, contrários e abstenções. A proposta do CEG foi apreciada primeiro e recebeu apenas dois votos a favor, duas abstenções e 25 contrários. A segunda a ser apreciada foi a proposta do professor Wilson, que recebeu 12 votos a favor, uma abstenção e 15 contrários. A terceira e vencedora foi a proposta do representante do CT que obteve 15 votos favoráveis, dez contrários e quatro abstenções (estes números foram conferidos pela redação deste Jornal com a Secretaria dos Órgãos Colegiados).

Afastamento na Educação e comissão de sindicância no Direito

Ainda no expediente, Aloisio informou que havia assinado uma portaria afastando a professora Speranza França do cargo de diretora da Faculdade de Educação (confira matéria na página 7). O reitor informou também que abriu uma comissão de sindicância para apurar irregularidades na Faculdade de Direito.

CEG propôs um calendário diferente

Antes da aprovação do novo calendário pelo Conselho Universitário, o CEG havia decidido uma proposta diferente, em 13/08. Os conselheiros enfrentaram o dilema de como preservar os direitos de toda a comunidade universitária na particular situação de greve no fim do período – pela primeira vez na história. Aguns defendiam que a maioria das Unidades já reunia condições de iniciar as aulas o mais rápido possível. Outros acreditavam que a pressa poderia prejudicar a retomada das atividades. Foi lembrado que, se um professor de determinada Unidade deixou de ir à universidade por conta da adesão à greve, não havia dúvidas de que o conteúdo precisaria ser reposto. Se a disciplina que não foi terminada fosse pré-requisito para outras do curso, a complicação se ampliava. Ainda foi citada a situação de disciplinas de cursos (que aparentemente nada paralisaram) que seriam ministradas em Unidades com reconhecido estado de greve. O Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA) foi outro componente que contribuiu para a decisão de um calendário mais dilatado.

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, esteve presente na sessão do colegiado para informar o resultado da assembléia do dia anterior. Ela lamentou que a maioria dos docentes da assembléia não tenha ficado no local, após a votação da saída da greve, para discutir uma proposta de calendário a ser levada ao CEG. No entanto, diante dos fatos, a professora solicitou um calendário mais dilatado em cerca de três semanas para que os grevistas pudessem repor os 16 dias parados (8 a 25 de julho, descontados os domingos).

Após algumas falas de conselheiros que cobravam o reinício imediato das aulas com receio de prejudicar os alunos, Cleusa voltou a se manifestar sobre a responsabilidade política do CEG: "Surpreendem-me algumas falas que, tendo como justificativa não prejudicar os estudantes, não fazem avançar na formação crítica deles. Eles, quando informados das conseqüências desta reforma para o sistema previdenciário brasileiro, não se sentem prejudicados com esta greve – e os meus alunos são exemplo disso. Preocupa-me que, com a possibilidade de se aprovar mais de um calendário, se promova um processo de despolitização onde não se reconhece a luta do movimento docente, como quem diz que tanto faz entrar ou não em greve". Lembrou ainda: "Quando a Adufrj-SSind conquista algum ganho judicial, ninguém aparece na entidade para dizer que não quer (o ganho). Temos que ter cuidado. As questões da greve são maiores que as particularidades de alguns".

Depois de uma demorada discussão, foi aprovada a proposta que se transformou na resolução, reproduzida em quadro, nesta página. Devido à continuidade da greve dos funcionários, a conselheira Ana Maria Ribeiro (uma das representantes da categoria no conselho) absteve-se da votação. Ana justificou sua decisão no entendimento de que as atividades acadêmicas não estarão sendo completamente regularizadas.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO
RESOLUÇÃO Nº 05/2003

O Conselho Universitário, em sessão ordinária de 14 de agosto de 2003, analisando a resolução nº 06/2003 do Conselho de Ensino de Graduação, resolve:
Art. 1º Manter a prorrogação dos atos acadêmicos e administrativos referentes ao período 2003/1
até o dia 30/08/2003.
Art. 2º Determinar o início do período 2003/02 para até 08/09/2003.
Art. 3º Determinar o encerramento do período 2003/2 para até 16/01/2004, exceto para a Faculdade
de Medicina que deverá ocorrer em 30/01/2004, respeitados os 100 (cem) dias de trabalho acadêmico.
Art. 4º Esta resolução entra em vigor nesta data.
Prof. Aloisio Teixeira
Reitor

RESOLUÇÃO CEG Nº 06/2003.
Altera os atos Administrativos
Acadêmicos do ano letivo de 2003.

O Conselho de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, em sessão realizada no dia 13 de agosto de 2003, tendo em vista o encerramento da greve dos docentes declarada em 12/08/2003, em consonância com a resolução CEG 05/2003, reviu o Calendário Escolar e resolve:
Art.1° - Prorrogar os atos acadêmicos e administrativos referentes ao período 2003/1 até o dia 30/08/2003
Art.2° - Determinar o início do período 2003/2 para:
Faculdade de Medicina: 25/08/2003
Demais Unidades: 08/09/2003
Art.3º - Determinar o encerramento do período 2003/2 para:
Faculdade de Medicina: 30/01/2004
Colégio de Aplicação: 12/01/2004
Demais Unidades: 16/01/2004
Art.4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino de Graduação.

Adufrj-SSind

Professores da UFRJ paralisam contra reforma

AG também aprova moção sobre decisão do Consuni em relação ao calendário acadêmico

A luta contra a reforma da Previdência não se esgota com o fim da greve na UFRJ (decidido na Assembléia de 12/08). Coerente com o posicionamento anterior (da AG de 29/05) contrário à Proposta de Emenda Constitucional nº40, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 15/08 aprovou uma paralisação para o dia previsto para o início de votação em segundo turno da proposta do governo, na Câmara dos Deputados, em Brasília. A paralisação pode ocorrer em 25/08, com possibilidade de realização de outra assembléia da Adurj-SSind, mais outras atividades que podem ser organizadas para a data, na UFRJ ou fora dela, em conjunto com o Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social.

A maioria dos presentes observou que, após a saída da greve da UFRJ, o mínimo de mobilização que se poderia fazer em solidariedade ao movimento nacional era marcar com um protesto a data da votação de segundo turno. Uma comissão foi formada na Assembléia, com integrantes da diretoria, do Grupo de Trabalho Seguridade Social (GTSS) da Adufrj-SSind, do Conselho de Representantes da entidade, mais os professores Luis Paulo Vieira (Instituto de Matemática) e Pedro Antonio Peixoto (Escola de Química) para organizar as atividades para este dia, em conjunto com o Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social. A eventual programação da data será divulgada aos sindicalizados por todos os meios possíveis ainda nesta semana, uma vez que a comissão foi constituída na sexta-feira .

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, que tinha encaminhado o ponto de pauta da paralisação na AG anterior (de 12/08) foi a primeira a defendê-la: "Que este ponto seja aprovado por aqueles que são contrários à PEC. É o que nós podemos fazer no sentido de estarmos apoiando o movimento nacional", comentou. A professora acrescentou que a seção sindical havia disponibilizado um ônibus para a Marcha contra a Reforma, em Brasília, também no dia 19, organizada pela CUT e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). O veículo já tinha cerca de trinta lugares ocupados até a realização da assembléia.

Luis Paulo Vieira (Instituto de Matemática) criticou o pronunciamento em cadeia nacional do presidente Lula, na véspera da assembléia. Segundo o professor, Lula vangloriou-se de que a reforma tenha sido aprovada em três meses e meio, mas, contraditoriamente, comentou que as reformas devam demorar para "serem bem feitas". Além do paradoxo, Luis Paulo afirmou que, com esse discurso, o presidente desconsiderou o segundo turno da votação na Câmara e o Senado.

O 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, fez referência ao absurdo de os parlamentares terem votado a proposta da reforma, sem conhecimento prévio do texto. "Eu procurei ontem (14/08) na página da Câmara e não encontrei nada. Só hoje o texto ficou pronto, após ter sido redigido por uma comissão", ironizou.

O professor José Miguel (Escola de Engenharia) voltou a atacar os itens da reforma aprovados até então. Ele falou especialmente da "paridade simbólica" que o governo conseguiu fazer passar pela tramitação da Câmara. Segundo ouviu por fontes do próprio governo no noticiário, reajustes serão feitos com base em gratificações, que não serão repassadas aos aposentados. "Se houver um reajuste da GAE, por exemplo, ele não será passado aos aposentados", criticou.

Moção ao Consuni

A decisão do Consuni sobre o calendário acadêmico (veja matéria na página 3) mereceu muitas críticas na assembléia da Adufrj-SSind. A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, leu uma nota elaborada pela diretoria da seção sindical a respeito da decisão do Conselho Universitário. Após uma boa discussão e algumas modificações, a nota se transformou em uma moção aprovada pela assembléia dos professores (veja quadro nesta página).

O professor José Miguel destacou que a decisão do Consuni, em vez de resolver, transferiu um conflito para o interior das Unidades. No caso dele, por exemplo, ao tentar marcar um local para as aulas de reposição, está recebendo informações de que as salas já estão reservadas para aulas do segundo período letivo.

Luciano Menezes observou que a Congregação da Escola de Engenharia, antes da reunião do Consuni, já havia tomado decisão de acompanhar o calendário marcado pelo CEG. Luciano ressaltou que o Consuni é o fórum máximo da universidade para deliberação sobre o calendário, mas considerou que o embate observado dentro do movimento docente nas últimas assembléias da Adufrj-SSind havia sido transferido para a esfera institucional.

O 1º tesoureiro da seção sindical, José Henrique Sanglard, observou que o problema do calendário era um reflexo da saída intempestiva da greve, que não pensou as conseqüências para a vida acadêmica da universidade. Segundo ele, o argumento de defesa dos alunos para "derrubar" a greve, muito utilizado nas assembléias, foi abandonado nesse retorno às aulas. "Isso não é solidariedade. É oportunismo. As pessoas, talvez na ânsia de não perder suas férias, prejudicaram os estudantes", comentou. Sanglard também reconheceu o direito de o Consuni deliberar sobre o assunto, mas acredita que faltou um diálogo maior com o CEG nesta questão.

Richard Stephan (Coppe) posicionou-se contra a moção na assembléia, uma vez que o calendário do Consuni foi bem recebido em seu departamento. Na opinião dele, a reposição das aulas em janeiro não iria ocorrer, tal como previsto na proposta aprovada no CEG.

Antonio Cláudio (Escola de Engenharia) ressaltou que o Consuni exerceu sua função, mas que sua decisão vai criar problemas acadêmicos. Uma vez que o sistema de registro acadêmico da universidade trabalha em função dos marcos inicial e final dos períodos para marcação dos atos acadêmicos (como inscrição, por exemplo), a proposta do Consuni vai obrigar o SIGA a ficar aberto para inscrições até o dia 10 de setembro. "Ou seja, se começamos as aulas na semana que vem e um aluno se inscrever até o dia 9, é direito legal dele pedir a reposição das aulas dadas até então. Se houver uma avaliação até lá, também terá o direito de fazê-la. O sistema SIGA é unitário. Não pode ter fechamento por curso", comentou.

Editorial da diretoria da Adufrj-SSind

Outro ponto que mereceu debate na assembléia de 15/08 foi a divulgação do editorial da diretoria da Adufrj-SSind do jornal anterior, que foi reproduzido com alguns cortes em O Globo (13/08). O professor Giuseppe Cocco (Escola de Serviço Social) questionou o conteúdo do texto. "Acho que a diretoria fez uma avaliação equivocada das pessoas que fizeram o abaixo-assinado. Falaram que estas pessoas tinham um discurso arrogante, mas não levaram em conta a possibilidade de perder a votação da greve (na AG de 12/08)", afirmou.

José Miguel elogiou o editorial da diretoria e também criticou as pessoas que subscreveram o abaixo-assinado. "Como é que pode criticar o ótimo editorial da diretoria e assinar um abaixo-assinado cheio de mentiras?", questionou.

Tatiana Roque (Instituto de Matemática) observou que o abaixo-assinado trazia impressões com o único objetivo de ampliar os espaços de discussão do movimento docente. "Ninguém questionou que a instância de decisão é a assembléia", disse. A professora repudiou o editorial, que classificou como uma iniciativa que pretende desqualificar quem questiona as decisões tomadas no movimento docente.

Luciano Menezes, lembrou que, apesar da fala anterior ter dito que o abaixo-assinado não era contra a greve, o endereço para registrar o assunto era contraagreve@uol.com.br

José Henrique Sanglard respondeu logo: "O texto do abaixo-assinado desqualifica sim as assembléias. Tem que haver cuidado com o que lê e assina ou com quem se cerra fileiras", disse. Sanglard observou ainda que o abaixo-assinado é cumulativo, ao contrário das assembléias que se iniciam e se encerram a cada convocação. "A riqueza da assembléia está no fato de que as pessoas se dirigem para cá para discutir", afirmou.

Cleusa Santos comentou que a diretoria também estaria respondendo ao texto de O Globo, que se contrapôs à posição dos diretores da seção sindical. O documento foi remetido para o jornalista responsável pelo espaço na própria sexta-feira (15/08).

O professor Bruno Costa, integrante do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, observou que o único meio de fortalecer a entidade sindical é através do fortalecimento do próprio CR.

Representação na Plenária dos SPF

O professor Salatiel Menezes teve seu nome aprovado para representar a Adufrj-SSind na Plenária dos SPF, em Brasília, no dia 21/08. Salatiel também vai participar da reunião do Setor das Federais, no dia anterior, e ainda será observador da entidade no Comando Nacional de Greve do Andes-SN durante esta semana.

Moção da Assembléia da Adufrj-SSind de 15 de agosto de 2003

Os professores da UFRJ, reunidos em Assembléia Geral da Adufrj-SSind em 15 de agosto de 2003, no auditório G2 da Faculdade de Letras, vêm manifestar sua preocupação quanto à retomada das atividades após mais de um mês de greve, considerando as alterações promovidas na sessão do Conselho Universitário de 14 de agosto em relação à resolução do Conselho de Ensino e Graduação do dia anterior, que estabeleceu o novo calendário acadêmico para 2003.

Ao permitir que cada unidade possa ter um calendário diferenciado de reposição e de início do segundo período, o Consuni criou as condições para comprometer a integralidade e a qualidade da reposição historicamente defendidas pelo movimento docente, pois pode haver ainda sobreposição dos períodos entre unidades e muitos problemas para alunos e professores, que não aconteceriam com o início unificado do segundo período.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2003

Assembléia Geral da Adufrj-SSind

Adufrj-SSind

Assembléia de 12/08 aprovou saída da greve

Diferença foi apertada: 78 votos favoráveis à saída, 75 contrários e três abstenções

Os professores da UFRJ, reunidos em Assembléia Geral em 12/08 no auditório do Centro de Tecnologia, aprovaram a saída da greve dos servidores por uma diferença apertada: 78 votos favoráveis, 75 contrários e três abstenções. Os docentes decidiram realizar uma nova assembléia em 15/08 (veja matéria na página 4) para discutir outras alternativas de luta contra a reforma da Previdência do governo (ninguém se posicionou favoravelmente à essência da PEC 40) no segundo turno da Câmara.

Os professores da UFRJ aprovaram também a participação nos atos dos intelectuais e das entidades que serão realizadas em Brasília, nos próximos dias. Além disso, haverá engajamento por parte da Adufrj-SSind na Marcha dos servidores, na capital federal, em 19/8. Finalmente, também foi deliberada a participação ativa nas visitas aos parlamentares, cobrando, em especial dos parlamentares que atuam no setor educacional, o voto contra a PEC 40.

Reforma em debate

O professor José Miguel (Escola de Engenharia) voltou a criticar pontos da reforma previdenciária aprovados até então. Segundo ele, o discurso do governo de incluir cerca de 40 milhões de trabalhadores fora da cobertura do sistema não foi efetivado no texto em tramitação no Congresso. O dispositivo apresentado para os "excluídos" remete para uma lei futura. "Ou seja, trata-se de uma mera carta de intenções", disse. José Miguel esclareceu, para quem não está atento ao desenrolar da reforma, que o aumento do subteto para o Judiciário nos estados não foi nenhuma reivindicação do comando de greve dos servidores. O professor, entre outros pontos, comentou que os fundo de pensão conseguiram ficar piores, com o estabelecimento do mecanismo de contribuição definida: "Com a contribuição definida, você sabe quanto vai pagar, mas não sabe quanto vai receber". Observou que nem os parlamentares governistas sabem como justificar a reforma e que, entre outros motivos, estariam apenas seguindo orientações de bancada.

O professor Roberto Leher (Faculdade de Educação) frisou as dificuldades que o governo teve para aprovar a reforma em primeiro turno: liberação às pressas de dinheiro para emendas de parlamentares, oferecimento de cargos políticos em troca de votos, cercar o Congresso com forte aparato policial, votação nas madrugadas e impedimento de acompanhamento das votações por servidores que portavam liminares do Supremo Tribunal Federal. Roberto defendeu que a greve se estendesse pelo menos até a votação em segundo turno, na Câmara, para manter o estado de pressão sobre os parlamentares. "A PEC 40 é um crime contra o serviço público e contra os direitos básicos da cidadania", disse.

Para o professor Luis Paulo Vieira (Instituto de Matemática), a reforma em curso tem o objetivo de transformar o Estado-Nação em Estado-Mercado. "O que estamos testemunhando (com a reforma) é um dos tentáculos desta transformação. É pela força que estão mudando o Estado", comentou.

O 1º Tesoureiro da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, também encaminhou para a continuidade da greve. Segundo ele, este período até a votação do segundo turno seria o "momento mais crítico desta greve": "Ou então, nós estaríamos jogando a toalha antes".

Já o professor João Torres (Instituto de Física) mostrou-se contrário à continuidade do movimento grevista e defendeu o governo das críticas da assembléia: "O governo Lula foi eleito por 53 milhões de brasileiros. Foi eleito porque era uma coalização. Não foram 53 milhões de votos para os radicais do PT. Temos que fortalecer o governo e levá-lo para a esquerda", comentou. Segundo João, foi o movimento grevista que deu força para o que há de pior no serviço público, como o Judiciário, que teve o seu subteto aumentado com a tramitação no Congresso.

Salatiel Menezes (Instituto de Biofísica) disse ter votado em Lula também, mas observou que isso não o impediria de ficar favorável à greve. "Achei que Lula e seu partido seriam uma solução para o país. Acho que muitos foram equivocados", argumentou. Salatiel falou que os efeitos deletérios da reforma previdenciária sobre a universidade serão visíveis.

O professor Luis Felipe Coelho (Instituto de Física) também posicionou-se contra a greve. Segundo ele, a Constituição de 1988, que criou as condições para o Regime Jurídico Único, estabeleceu uma divisão entre os trabalhadores do serviço público e os da iniciativa privada. Na opinião do professor, o Estado Brasileiro é muito sensível às pressões de minorias ricas, o que explicaria os ganhos do Judiciário. "E, talvez, ganhemos (servidores do Executivo) e venhamos a manter alguns privilégios", completou.

O 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, discordou deste discurso. Segundo ele, a reforma da Previdência é, na verdade, uma reforma da providência: "Vai providenciar mais dinheiro para os bancos", disse, em referência ao estabelecimento dos fundos de pensão para os servidores. O dirigente sindical leu um trecho da coluna do jornalista Janio de Freitas, da Folha de S. Paulo, do mesmo dia da AG. Intitulada "Os privilegiados", o texto comparava as reformas de Lula às privatizações do governo FHC. Segundo Janio de Freitas, ambas "nada resolvem em troca do que agravam, para muita gente e para o país".

Walter Suemitsu (Escola de Engenharia) não aprova a reforma previdenciária, mas duvidava da eficácia da greve para mudar o quadro atual. Segundo ele, "a pressão vai ser inócua" porque alguns partidos fecharam questão sobre o assunto e os demais não têm compromisso (com o serviço público), como o PFL.

Tatiana Roque (Instituto de Matemática) comentou uma conversa com uma advogado amigo dela. Segundo esse advogado, por definição, o direito só existe se é de todos. "Se um direito não é de todos, é um privilégio", repetiu, para se contrapor à argumentação que criticava a reforma. Segundo ela, é preciso apostar na universalização dos direitos para combater as desigualdades. "Os *slogans* repetidos aqui são vazios e não me convencem há muito tempo", comentou.

Seminário do MEC

O professor Salatiel Menezes, que foi o delegado da Adufrj-SSind ao Comando Nacional de Greve até a data desta assembléia, relatou as atividades ocorridas em Brasília, no período. Salatiel deu destaque à realização do seminário "Universidade: por que e como reformar?", nos dias 6 e 7 de agosto. Segundo ele, no evento, o ministro Cristovam Buarque comunicou que as instituições federais de ensino superior continuarão sem dinheiro por algum tempo. Não bastasse a má notícia, entre todos os discursos ouvidos no seminário, a única voz que se levantou a favor do ensino público foi a da professora Marilena Chauí (USP).

Evento sobre Previdência da ECO

A presidente da Adufrj-SSind relatou, na AG, sua participação no evento sobre reforma da Previdência, promovido pela Escola de Comunicação naquele mesmo dia. Cleusa leu a nota com as diversas atividades promovidas sobre o assunto pela seção sindical, pelo Andes-SN e pelas demais entidades representativas (DCE, APG e Sintufrj) na UFRJ (veja matérias nas páginas 2 e 8).

Apresentação de chapa

Em nome da comissão eleitoral, o professor José Simões informou que, até o prazo final do dia 11 de agosto, apenas uma chapa única apresentou-se para disputar a diretoria da Adufrj-SSind. Uma vez que os integrantes da chapa cumpriam todos os requisitos estabelecidos pelo regimento da entidade, os nomes foram aceitos para o pleito, que ocorre nos dias 10, 11 e 12 de setembro (veja nota na página 8).

Adufrj-SSind convidou para a Marcha

A diretoria da Adufrj-SSind encaminhou, em 14/08, para todos os sindicalizados com endereços eletrônicos cadastrados na entidade, um convite para participação na Marcha contra a Reforma da Previdência deste dia 19, em Brasília. O movimento faz parte dos protestos contra a reforma previdenciária aprovada pela Câmara Federal em primeiro turno. A Adufrj-SSind disponibilizou um ônibus para a atividade do dia 19, data inicialmente prevista para o começo das votações do 2º turno da reforma. Os interessados deveriam enviar nome completo, número do Registro Geral e Órgão Emissor para o endereço adufrj@adufrj.org.br até o dia 15, ao meio-dia. O ônibus da seção sindical partiria no dia 18, segunda-feira, também ao meio-dia, da entrada do Sintufrj, na Ilha do Fundão. A volta está prevista para a noite do dia 19.

Opinião

Direitos individuais ou coletivos?

Carlos Montaño*

Alguns comentários sobre a justificativa governista para a (contra) Reforma da Previdência

Desde a campanha eleitoral até o presente, o então candidato, hoje presidente, e sua comitiva, vêm manifestando que, na 'Reforma da Previdência', "nenhum *direito adquirido* será alterado". Na campanha presidencial isso tinha um sentido muito claro: *as conquistas, constituídas em direitos, seriam preservadas*. Não parece ser este o entendimento que hoje se tem da mesma acertiva.

Justifica-se a 'Reforma da Previdência' na preservação do "*direito adquirido*" *de quem já o usufrui*: o aposentado atual. Ou, na melhor das hipóteses, de quem integra hoje o quadro de servidores públicos. Porém, a dita "reforma" alteraria a situação do *futuro aposentado*, ou, na hipótese otimista, do *futuro servidor*. O argumento pré-eleitoral pareceria então mantido: o direito adquirido dos indivíduos que já o possuem (seja o atual aposentado ou o atual servidor) seria mantido.

Cabe então uma indagação de fundo: é o direito adquirido um domínio de um indivíduo, ou tratar-se-ia de um coletivo (categoria, cidadãos, habitantes)?

Se a resposta a esta questão for que o direito é individual, o "direito adquirido" seria do *atual* aposentado/servidor. Neste caso a promessa pré-eleitoral do governo estaria mantida. E o que caberia então seria apenas a luta pela extensão da garantia de direitos para os *futuros* aposentados/servidores.

Porém, se a resposta à nossa indagação for que os direitos são coletivos, o "direito adquirido" então abarca toda uma categoria, ou todos os cidadãos, ou até todos os habitantes, tanto *atuais* como *futuros*.

Vejamos. Quando um caso individual é resolvido na justiça e se cria um direito para um dado indivíduo, constitui-se então *jurisprudência*; o que portanto tende a ampliar o direito a todos os indivíduos (de uma categoria ou de uma região ou país). Por exemplo, se um trabalhador com AIV positivo que foi por isso demitido conseguir na justiça o direito a permanecer no emprego, e/ou a ser indenizado, esse "direito individual" passa a se constituir como direito coletivo, tanto para os trabalhadores AIV positivos do momento quanto para os que no futuro vierem contrair AIDS. O mesmo pode ser dito para as leis já consagradas: "8 Horas", "Férias Remuneradas", "13º Salário", "Aviso Prévio", como é o caso dos trabalhadores do setor privado, "Aposentadoria Integral", "Estabilidade", como no caso do trabalhador do setor público.

Isto é, o direito é da *categoria*, atingindo os indivíduos que a integram na atualidade e os que virão a integrá-la no futuro. Preservar o "direito adquirido" de uma categoria significa, portanto, garanti-lo, no presente e no futuro, para o conjunto de seus membros.

Caso contrário, o direito estaria sendo garantido apenas para os atuais, mas eliminado para os futuros membros. Neste caso, não estaria se preservando o "direito adquirido" da categoria, mas apenas o direito dos indivíduos que a compõem na atualidade – como num processo de transição que conclui com a total eliminação dos "direitos adquiridos" pela categoria.

No caso da 'reforma previdenciária' proposta pelo atual governo, garantir-se-ia o direito do atual aposentado/servidor, mas eliminar-se-ia o direito do futuro aposentado/servidor. Portanto, *se preserva um direito de indivíduos*, mas *se elimina um direito da categoria*.

Neste sentido, o argumento pré e pós-eleitoral para justificar a 'reforma previdenciária', de "respeitar os direitos adquiridos", resulta falacioso. Com ela – e aliás, este é o objetivo central dessa "reforma" –, ***elimina-se*** *o direito adquirido pela categoria dos servidores públicos*, mas se estabelece uma *norma de transição: a garantia (parcial) dos direitos para alguns indivíduos – os atuais aposentados/servidores* – na tentativa de que estes, em troca, não lutem para garantir o direito da categoria, excluindo assim os futuros servidores.

Isto é, a tal 'Reforma da Previdência' é, na verdade, uma ***contra-reforma***, uma "reforma" em sentido contrário. *Não se estendem os direitos a outras categorias* – o que seria o caso de incorporar os trabalhadores do setor privado aos direitos previdenciários do servidor público –, *nem se criam novos direitos para a categoria em questão*. Isto seria o eixo de uma verdadeira reforma previdenciária progressiva.

Esta contra-Reforma da Previdência – que o atual governo "toma emprestada" do fracassado projeto de FHC, que por sua vez é imposto pelas instituições de *Bretton Woods* (FMI, BID, Banco Mundial) –, portanto, não garante, nem amplia, nem estende "direitos adquiridos" pela/da categoria, porém *os elimina*.

Como fazer isso com relativa aceitação popular?

Mediante uma "norma estratégica" (geral) e uma "tática particular" da direita neoliberal.

Primeiramente, *deve-se eleger um candidato com alta popularidade e relativa aceitação de "setores de esquerda"*: FHC foi, no seu momento, o nome ideal para isso, levando à capitulação de amplos setores de "intelectuais de esquerda"; hoje, o candidato de origem operária, eleito com quase 60% dos votos, além da sua "popularidade" e aceitação geral, pode também ser cooptado pela direita para levar à capitulação de setores sindicais e partidários. Assim, a grande popularidade do presidente, somada à capitulação de setores intelectuais, sindicais, sociais e partidários ligados a uma "esquerda responsável" ("racional", "não-radical", "moderada") pode eliminar quase que totalmente a oposição (no Estado e na sociedade civil) às contra-reformas neoliberais. Em segundo lugar, a estratégia consiste também em "*satanizar*" *o Estado*: como "ineficiente", "populista", "burocrático", "corrupto", "inespecífico" e fortemente "centralizador", atribuinde-se a ele uma certa "crise fiscal".[1] Com isso justifica-se a desresponsabilização estatal (e as privatizações), transferindo-se ao mercado ou à sociedade civil áreas de atuação e atividades antes atribuídas ao Estado.

Por sua vez, a tática atual para a dita 'reforma previdenciária' adota a máxima romana: "divide e reinarás". *Transformam-se os direitos de uma categoria* (os servidores públicos) *em "privilégios", trata-se a categoria como "privilegiada"* – de igual forma que para o candidato que derrotou Lula pela primeira vez, qualquer categoria que possua direitos é tratada de "Marajá" –, criando-se uma *rejeição da opinião pública* por esta categoria, e assim induz-se a uma *oposição entre os trabalhadores* dos setores público e privado – e ainda mais se considerarmos os autônomos, informais, e/ou desempregados –, isolando o servidor público do resto dos trabalhadores. Com isto, o servidor seria o "Marajá", seus direitos seriam "privilégios", e estes prejudicariam os restantes trabalhadores e cidadãos. A consigna então, a exemplo de Collor de Mello, é: "todos contra os privilégios dos Marajás"; que traduzido à linguajem governista atual quer dizer: "todos contra os direitos dos servidores públicos.

Assim, na retórica neoliberal, que tristemente o atual governo e seu *establishment* incorporam, "direitos categoriais" adquiridos são tratados como "direitos individuais"; estes, por sua vez, são considerados não como direitos mas como "privilégios"; com isso trata-se a categoria que os possui como "Marajás"; isola-se a mesma e tenta-se reunir todos os restantes setores sociais para pressionarem contra o "poder" que essa categoria possuiria, para evitar que a mesma impeça o "processo de reformas" (exigidas pelas instituições financeiras).

Estas modestas considerações tentam, assim, mostrar que *uma verdadeira e progressiva reforma previdenciária* – impensável com a atual política econômica, com o privilégio do pagamento ao capital financeiro, com a ausência de uma real política de crescimento econômico e de emprego-formal – deveria: 1) *garantir os direitos categoriais já adquiridos*, 2) *estender os mesmos para as categorias não atendidas* (os trabalhadores do setor privado, urbano e rural, e ainda a des-informalização de trabalhadores e o combate ao sub e ao desemprego) e 3) *ampliar e criar novos direitos* aos trabalhadores, numa sociedade que sendo rica é tão desigual na sua distribuição da riqueza produzida.

O que está em curso é, portanto, a *contra-reforma da Previdência*, tal como o Consenso de Washington tentou com FHC, e não teve sucesso pela oposição do PT e seus aliados, e dos movimentos sociais.

Devemos, assim, surpreender a elite neoliberal, *retomando essa oposição*, levantando parlamentares, servidores públicos, intelectuais, movimentos sociais, a opinião pública e os cidadãos em geral, numa luta sem trégua conta a continuidade do fracassado modelo neoliberal e suas contra-reformas.

---

* Doutor em Serviço Social. Professor Adjunto da Escola de Serviço Social (UFRJ). Autor do livro *Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social* (São Paulo, Cortez, 2002).

[1] Não está demais lembrar que a potência econômica que é o Brasil (era a 8ª mundial quando FHC assume o governo, hoje, após 9 anos de aplicação do receituário neoliberal, é a 15ª) não mostra um país nem um Estado pobres. A questão está na política econômica, no privilégio do pagamento das taxas de juro para o capital especulativo, o pagamento da imoral dívida externa, as "privatizações" etc., só após tudo isso o Estado fica em crise fiscal.

UFRJ

Reitor afasta diretora da Educação

O reitor Aloisio Teixeira afastou a professora Speranza França da Mata por 60 dias do cargo de diretora da Faculdade de Educação para apurar as irregularidades apontadas por uma comissão de sindicância instaurada em 2000, cujo parecer indicava o afastamento da diretora e a instalação de uma comissão de inquérito administrativo. O ato foi tomado, segundo o próprio reitor informou durante a sessão do Consuni de 14/8, pelo fato de terem sido esgotadas todas as tentativas de negociação por parte da reitoria e, em especial, do Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa (CEPG) em torno da recuperação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade, que se encontra em via de ser descredenciado pela Capes. O programa amarga desde 2000 uma nota 3 da agência. Na avaliação continuada da Capes realizada no ano passado, o programa manteve as mesmas deficiências apontadas pela agência.

A portaria não instala uma comissão de inquérito, mas, com base nas suas atribuições como dirigente, o reitor instaurou uma Comissão de Processo Adminsitrativo Disciplinar, e também prevê o afastamento da professora "a fim de que não venha a influir na apuração das irregularidades apontadas, sobretudo em razão do cargo que ocupa". A portaria 2000 de 14/8/03 determina, ainda, que a decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Suely Almeida, passe a responder pela Unidade. A decana do CFCH disse ao jornal da Adufrj-SSind na noite da última quinta-feira que suas primeiras tarefas seriam restaurar a normalidade do programa de pós-graduação da Faculdade e normalizar a vida institucional da Unidade.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

PORTARIA Nº **2000** , de 14 de agosto de 2003.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União nº 120 de 25 de junho de 2003, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores estáveis Cláudio Luiz Baraúna Vieira, Professor Titular – matrícula SIAPE nº 0368305, Ricardo Bicca de Alencastro, Professor Titular – matrícula SIAPE nº 6373457, e José Paulo Netto, Professor Titular – matrícula SIAPE nº 0361636, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, tendo em vista as irregularidades noticiadas no processo nº 23079.0256/00-16 e nas denúncias anexas a esta portaria.

Parágrafo 1º - O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias contados da publicação deste ato.

Parágrafo 2º - A Comissão instalará os trabalhos no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação deste ato.

Art. 2º - Afastar, nos termos do artigo 147, da Lei n 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a servidora Speranza França da Mata, matrícula SIAPE nº 0361178, Professor Adjunto, do cargo de Diretora da Faculdade de Educação, a fim de que não venha a influir na apuração das irregularidades apontadas, sobretudo em razão do cargo que ocupa.

Art. 3º - Designar a servidora Suely Souza de Almeida , matrícula SIAPE nº 03605804, Professor Adjunto, Decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, para responder pela direção da Faculdade de Educação, com os poderes e atribuições previstas no Regimento Interno dessa Unidade, entre elas as de:

- restaurar a normalidade do funcionamento do Programa de Pós-Graduação da Unidade;
- normalizar a vida acadêmica e Administrativa da Unidade;

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Aloísio Teixeira
Reitor

Administração infeliz

As arbitrariedades da administração da professora Speranza há muito são conhecidas pela comunidade da UFRJ. O **Jornal da Adufrj** por diversas vezes noticiou atitudes como a perseguição da diretora ao professor da Faculdade e ex-presidente do Andes-SN, Roberto Leher, em 2000, quando este iniciou seu mandato no Sindicato. A professora também perseguiu e afastou vários servidores técnico-administrativos de suas funções, pondo em risco o funcionamento também da graduação na Unidade. Mas nada se compara ao que a administração da professora realizou com o programa de Pós-graduação em Educação.

Em janeiro de 2000, a diretoria da Adufrj-SSind emitia nota de protesto e indignação contra a nomeação da diretora da Faculdade de Educação pelo ex-reitor José Vilhena. As eleições daquela Unidade apresentaram 60% de votos brancos e nulos que superaram a votação da professora, única candidata ao cargo. Vale lembrar que a consulta se deu, ainda, com base na legislação dos 70% de peso para o voto docente. Logo que assumiu (através de ação ganha na justiça comum, em 1999), Speranza exonerou a então coordenadora do programa de pós-graduação, Marlene Carvalho. Speranza também conseguiu na justiça comum uma liminar que anulava o regulamento do programa e os editais de seleção das turmas de 1999, 2000 e 2001. Com isso, a professora causou enormes prejuízos a alguns alunos que tiveram, durante a sua gestão, que garantir junto ao colegiado superior (CEPG) e à sub-reitoria de Pós-Graduação a conclusão do curso de mestrado. O caso da estudante Anita Handfas foi emblemático. A aluna teve que recorrer ao colegiado para que seus créditos fossem considerados válidos e seu diploma fosse expedido.

Ameaça de descredenciamento foi a gota d'água

Segundo a professora da Unidade, Ana Canen, a ameaça de descredenciamento do programa da Faculdade pela Capes foi a gota d'água no processo. Para Ana, que também é representante do CFCH no Conselho de Ensino de Graduação (CEG), a atual reitoria não teve outra opção, senão afastar Speranza: "Este foi o último recurso. Não seria a medida ideal em outras circunstâncias", comentou a professora, para quem a medida do afastamento foi a forma encontrada para preservar o curso da iminência do descredenciamento pelo MEC. Ana conta que, após a visita da Capes à Unidade, há cerca de quatro meses, o CEPG decidiu montar uma comissão para reestabelecer a normalidade do programa e, com isso, impedir o descredenciamento. Como resultado, a comissão do CEPG, presidida pela professora Leila Rodrigues, apresentou como única forma para retomar a qualidade do programa o estabelecimento de um processo de negociação entre os professores que se afastaram do curso, por conta dos desmandos da diretoria, e os que foram por ela inseridos em seu corpo docente. O parecer final da comissão do CEPG, segundo Leila Rodrigues, considera que, sem a volta dos professores que se afastaram, o programa não tem chances de se recuperar frente à agência reguladora do MEC.

A própria Speranza participou das reuniões que a comissão do CPEG promoveu com os dois grupos de professores da Unidade e um acordo já estava prestes a ser selado, quando, em 8 de agosto, a professora se retirou das negociações, após lançar, sem o conhecimento da comissão, um edital de abertura de vagas do programa para 2004. "O edital é o final do processo. Quando são definidos o corpo docente e as linhas de pesquisa do Programa", explica a professora Ana Canen. O CEPG suspendeu o edital de Speranza e a comissão retomou as reuniões com a professora e com os dois grupos de docentes envolvidos na discussão do Programa. De acordo com Ana, que acompanhou o processo, Speranza disse que só retomaria as negociações se a reitoria reconsiderasse a suspensão do edital que não considerava o parecer da comissão do CEPG e o trabalho dos professores afastados. Para Ana, o reitor não teve outra alternativa senão afastar a professora para que a comunidade acadêmica da Faculdade pudesse voltar a trabalhar sem a ameaça de descredenciamento da Capes.

Também a ex-coordenadora do Programa Marlene Carvalho considera que o ato do reitor foi necessário. Marlene, atualmente professora aposentada da universidade, espera que, com a medida, seus colegas possam retomar o programa e deixa claro que os docentes não se afastaram por vontade própria: "Nós não saímos do programa. Fomos expulsos por conta dos atos da administração da professora Speranza".

A ex-diretora da Adufrj-SSind e ex-aluna do mestrado da Unidade, Rosanne Evangelista Dias, considera que alguma atitude tinha que ser tomada. "Há muito tempo, inclusive. Até em virtude do resultado da Comissão de Sindicância (de 2000)", comentou, lembrando que a comissão de inquérito contra a diretora poderia ter sido instaurada desde a gestão Vilhena, o que não aconteceu.

Decana assume Unidade

Ainda na noite do dia 14/8, o reitor, acompanhado pelos pró-reitores de graduação e pós-graduação, José Meyer e Luiz Monteiro, esteve nas instalações da Faculdade de Educação. Aloisio mandou lacrar as portas das salas do gabinete da direção da FE. A decana do CFCH também acompanhou o ato e declarou ao **Jornal da Adufrj** que nos 60 dias à frente da Faculdade daria continuidade ao processo eleitoral em curso para escolha de uma nova direção da Unidade e retomaria as conversas com os professores para a formulação de um novo edital para o Programa de Pós-graduação para 2004.

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, também esteve no local.

Consuni aprova moção de apoio ao ato do reitor

Na sessão do dia 14/8, o Conselho Universitário aprovou uma moção de apoio ao ato do reitor de afastamento de Speranza da direção da FE. A moção foi encaminhada pelo decano do Centro de Tecnologia, Cláudio Baraúna, e foi aprovada por aclamação. No texto da moção, o professor ressalta que "a decisão tomada pelo Magnífico Reitor de afastar do cargo a Diretora da Faculdade de Educação é um ato administrativo legítimo e de aplicação normal sempre que a situação assim exigir". A moção trata ainda a portaria de Aloisio como "um ato de coragem política" apóia a decana do CFCH "na árdua tarefa que lhe cabe de implementar as medidas conseqüentes do afastamento da Diretora, mantendo a integridade e a unidade do CFCH e da própria UFRJ".

Adufrj-SSind

Chapa única inscreveu-se nas eleições para diretoria da seção sindical

Votação ocorre nos dias 10, 11 e 12 de setembro

Uma chapa única inscreveu-se para concorrer à diretoria da Adufrj-SSind, no dia 11 de agosto. A chapa, intitulada "Adufrj-SSind Autônoma e Democrática", é composta pelos professores Sara Granemann (candidata a presidente), da Escola de Serviço Social; Walcyr de Oliveira Barros (candidato a 1º vice-presidente), da Escola de Enfermagem Anna Nery; Janete Luzia Leite (para 1ª secretária), também da Escola de Serviço Social; e José Miguel Bendrao Saldanha (para 1º tesoureiro), da Escola de Engenharia. Todos os nomes da chapa foram homologados pela comissão eleitoral constituída para o processo e foram apresentados na Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 12/08.

Inscrições para o CR ainda abertas

As listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até o dia 1º de setembro de 2003, de acordo com o disposto no Art. 14 do Regimento Eleitoral. Podem se candidatar ao CR os docentes sindicalizados até 13 de maio de 2003, que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 40 do Regimento Geral e no art. 8º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

São eleitores os docentes sindicalizados até 12 de julho de 2003 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regimento Geral e no Art. 2º do Regimento Eleitoral. O Conselho é formado por representantes dos sindicalizados de cada Unidade da UFRJ, em quantidade que varia de acordo com o números de sindicalizados da unidade. Unidades com até 60 sindicalizados têm um representante; entre 61 e 120, dois representantes; e, acima de 120, três. Os suplentes são em igual número. Os sindicalizados votam numa das listas da sua Unidade e o critério para preenchimento dos cargos é proporcional, isto é, o número de candidatos eleitos de cada lista é proporcional ao número de votos recebidos pela lista.

Posse

A Assembléia de posse da nova diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind está marcada para 15 de outubro de 2003.

Movimento

Governo Lula aprofunda reformas neoliberais

A votação em primeiro turno da reforma da Previdência explicitou que o governo Lula continua aplicando e, pior, aprofundando as reformas neoliberais. Esta pode ser considerada a síntese da análise de conjuntura do Comando Nacional de Greve do Andes-SN, presente no comunicado nº 18 (enviado às seções sindicais em 15/08) e disponível em www.andes.org.br.

"Na forma como foi votada, a reforma da previdência aprovada em primeiro turno sob protestos, não garante a integralidade, a paridade, às regras de transição, à aposentadoria especial dos professores de 1º e 2º graus, taxa os aposentados e introduz mecanismos de privatização da Previdência, com os fundos de pensão institucionais, filão em que o mercado especulativo, com seus agentes – banqueiros, seguradoras, estruturas e setores sindicais, especuladores em geral e incentivadores – o próprio Ministério da Previdência do Governo Lula, tem interesse imediato", diz um trecho do comunicado.

Luta no Senado

A luta contra a reforma da previdência poderá prosseguir no Senado, caso a PEC 40/03 seja aprovada no segundo turno, já sob a advertência de senadores que "não admitem" a desmoralização ocorrida na Câmara e não pretendem o mesmo no Senado, conforme foi explicitado pelos próprios parlamentares em sucessivas audiências realizadas com o Comando Nacional Unificado de Greve dos servidores.

O CNG-Andes/SN, com base nas deliberações das AG, dos relatos do CNUG, e da análise da conjuntura, indica ao movimento docente a intensificação das ações nos Estados e a manutenção unificada da greve.

Organização da Marcha

O último comunicado do CNG-Andes/SN (nº 19) aponta para a organização da Marcha contra a Reforma da Previdência, que ocorre neste dia 19, em Brasília. A expectativa é de atingir 15 mil pessoas, podendo ultrapassar 20 mil pessoas.

Ato com intelectuais

O encontro com os intelectuais deverá ocorrer no período em que a PEC 40/03 estiver tramitando no Senado. A página da Adufrj-SSind continua disponibilizando os documnetos do CNG.

Manuella Soares

PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND LÊ CARTA DO COMANDO LOCAL DE GREVE DA SEÇÃO SINDICAL AOS PARTICIPANTES DO DEBATE "PARA ENTENDER A PREVIDÊNCIA", PROMOVIDO PELA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ, DIA 12/8, NO AUDITÓRIO DO CFCH, NA PRAIA VERMELHA. LEIA A ÍNTEGRA DA CARTA NA PÁGINA 2 DESTA EDIÇÃO.

Anote

Temas da revista Universidade e Sociedade

Em circular enviada às seções sindicais em 25/7, a diretoria do Andes-SN divulgou o tema central do próximo número da revista "Universidade e Sociedade", editada pelo Sindicato Nacional. Desta vez, os professores deverão escrever artigos sobre a "Alca, Blocos Econômicos e Organismos Internacionais". O objetivo da publicação é discutir as conseqüências da iminente aceleração da negociação da Área de Livre Comércio das Américas, após o encontro Lula-Bush. Os artigos para este tema devem ser enviados, seguindo as normas editoriais expressas nas últimas páginas da revista anterior ou na página eletrônica (www.andes.org.br), até o dia 30 de setembro.

Também já foi divulgado o tema central da revista seguinte: "Governo Lula: Um Ano Depois". Os artigos para esta edição podem ser enviados até 30 de dezembro. Outros artigos, com temáticas diferentes, poderão ser enviados, ficando sujeitos às normas editoriais e aos limites do espaço possível.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
ENCARTE PREVIDÊNCIA
EDIÇÃO DE 19 DE AGOSTO 2003

Reforma da Previdência: texto da PEC 40 aprovado no primeiro turno

O início da votação em segundo turno da Reforma da Previdência (PEC 40/03), previsto para esta semana, deve ser adiado para 25 de agosto. Isso ocorre porque o prazo de cinco sessões de interstício entre os dois turnos só termina na noite de quinta-feira (21/08). Uma vez que será difícil para o governo reunir 308 parlamentares aliados nesta data, ainda mais à noite, a votação ficaria prejudicada. Entre os termos do acordo para esta etapa da tramitação da reforma, está o compromisso de as lideranças partidárias não apresentarem destaques no segundo turno.

Últimas alterações

A Comissão Especial da Reforma da Previdência (PEC 40/03) finalizou em 14/08 a redação do texto aprovado em primeiro turno, cuja votação foi concluída em 13/08. As principais alterações aprovadas foram a diminuição do redutor das pensões para 30%, a ser aplicado na parcela acima do valor de R$ 2,4 mil, e o limite de R$ 1,44 mil para os aposentados e pensionistas da União como isenção da cobrança de contribuição previdenciária. Com o novo redutor para as pensões que serão concedidas após a promulgação da Emenda Constitucional, o valor que ultrapassar os R$ 2,4 mil sofrerá redução de 30%, e não mais de 50%. Assim, uma aposentadoria de R$ 6 mil que se transformar em pensão passará a ter o valor de R$ 4.920 (R$ 2,4 mil mais 70% de R$ 3,6 mil). No caso das pensões decorrentes de morte do servidor da ativa, o texto garante a pensão na totalidade da remuneração até o limite de R$ 2,4 mil, também com o redutor de 30%.

A contribuição previdenciária de 11% será cobrada, dos servidores da União, somente sobre o que exceder 60% do teto do Regime da Previdência Geral, que a PEC 40/03 eleva para R$ 2,4 mil - o que equivale a R$ 1,44 mil. Para os aposentados e pensionistas dos estados, Distrito Federal e municípios não houve mudanças neste ponto, permanecendo o limite de R$ 1,2 mil.

Leia, nas páginas deste encarte, a íntegra da reforma aprovada em primeiro turno.

Fonte: Agência Câmara

Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de emenda à constituição nº 40, de 2003, que "modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências." (Reforma Previdenciária)

Proposta de redação do vencido em primeiro turno

Aprovada em Plenário, em votação em primeiro turno, a Emenda Aglutinativa Global nº 04 difere do Substitutivo da Comissão Especial nos aspectos a seguir mencionados.

1 . No art. 1º do Substitutivo, modifica a redação dada ao:

1.1 - art. 37, XI, da Constituição Federal, para incluir, ao final do dispositivo, a expressão *"...dos Estados"* da seguinte forma: *"...do Poder Judiciário dos Estados, do* Ministério Público dos Estados e da Defensoria Pública dos *Estados..."*, bem como para substituir a expressão *"... a setenta e cinco por cento .."* pela expressão: *"... a oitenta e cinco inteiros e cinco décimos por cento...* ";

1.2 – art. 40, § 7º, da Constituição Federal, para fixar o valor da pensão por morte em 100% dos proventos até o teto de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de 50% da parcela que exceda a este limite;

1.3 – art. 40, § 15, da Constituição Federal, para prever regime complementar de natureza pública, destinado a atender aos servidores titulares de cargo efetivo, com plano de benefícios exclusivamente na modalidade contribuição definida;

1.4 – art. 40, § 18, da Constituição Federal, para definir a alíquota de contribuição que incidirá sobre proventos de aposentadorias e pensões;

1.3 – art. 42, § 2º, da Constituição ao Federal, para permitir que lei específica disponha sobre as pensões dos dependentes dos membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

1.4 - art. 201, da Constituição Federal, para incluir § 12, prevendo sistema especial de inclusão previdenciária para atender aos trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios no valor de um salário mínimo.

2. No art. 4º do Substitutivo, a Emenda Aglutinativa Global nº 04 altera a redação do parágrafo único, estabelecendo como limite de isenção da contribuição dos inativos e pensionistas 50% do teto de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

3. No art. 7º, *caput*, do Substitutivo à PEC nº 40, de 2003, a Emenda Aglutinativa Global nº 04 substitui a expressão *"... calculados* com base na remuneração do cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, ..." pela expressão *"...que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor* no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei... ".

4. No art. 9º do Substitutivo à PEC nº 40, de 2003, a Emenda Aglutinativa Global nº 04, tal como na redação dada ao art. 37, XI, da Constituição Federal, inclui a expressão *"dos Estados"* da seguinte forma: *"...do* Poder Judiciário dos Estados, do Ministério Público dos Estados e da Defensoria *Pública dos Estados..."* e substitui a expressão: *"... a setenta e cinco por cento .."*, constante da parte final do dispositivo, pela expressão: *"... a oitenta e cinco inteiros e cinco décimos por cento...* ". Adicionalmente, para tornar auto-aplicável o dispositivo, a Emenda substitui o termo *"subsídio"* pela expressão *"...maior* remuneração de Ministro do Supremo Tribunal Federal a que se refere este *artigo"*.

Outras modificações realizadas no texto do Substitutivo da Comissão Especial pela Emenda Aglutinativa Global nº 04 visaram essencialmente o seu aperfeiçoamento formal. Como exemplo cumpre ressaltar a nova redação dada ao art. 2º do Substitutivo e a conseqüente revogação do art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que não alteraram o mérito da proposição, conferindo simplesmente maior precisão ao dispositivo mencionado.

Outra mudança desta natureza consistiu no reordenamento do texto do inciso Xi do art. 37 da Constituição Federal, contido no art. 1º da Emenda Aglutinativa Global nº 04 , bem como do art. 9º da mesma, de modo a eliminar ambigüidades.

Uma terceira alteração formal resultou da aceitação, em Plenário, antes da votação da Emenda Aglutinativa nº 04, de sugestão acolhida pelo Relator, para suprimir, nos arts. 3º e 7º, *caput*, da referida proposição, a expressão "... titulares de cargos efetivos ...", a fim de garantir o direito adquirido aos servidores públicos ali mencionados nos mesmos termos contidos na Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Com relação ao caput do art. 7º, inseriu-se remissão ao § 5º do art. 40 da Constituição Federal, para, da mesma forma que o disposto no art. 40 da Constituição Federal, referenciado no art. 1º da Emenda Aglutinativa Global nº 4, e no art. 2º desta Emenda Aglutinativa, determinar que seja observada a redução dos limites de idade e de tempo de contribuição para os professores que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Contudo, no decorrer do processo de votação dos Destaques e das demais Emendas Aglutinativas apresentadas, foram ainda aprovadas as seguintes modificações no texto da Emenda Aglutinativa nº 04:

1. Emenda Aglutinativa nº 07, que altera a regra de transição prevista no § 1º do art. 2º da Emenda Aglutinativa Global nº 04, para fixar um redutor de 3,5%, a ser aplicado aos proventos dos servidores que venham a cumprir com as exigências para aposentadoria até o ano de 2005, permanecendo a redução de 5% para servidores que cumpram com esses requisitos, a partir de 2006.

2. Emenda Aglutinativa nº 08, que modifica a redação do art. 37, XI, da Constituição Federal, referenciado no art. 1º da Emenda Aglutinativa Global nº 04, e art. 9º da citada Emenda, a fim de incluir os Procuradores Estaduais no teto dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, bem como para elevar o limite de suas remunerações para noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal (art. 37, XI) ou da maior remuneração mensal (art. 9º) de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

3. Emenda Aglutinativa nº 11, que altera a redação do § 7º do art. 40, da Constituição Federal, contido no art. 1º da Emenda Aglutinativa Global nº 04, o parágrafo único do art. 4º e o inciso IV do caput do art. 7º da mencionda Emenda, com o objetivo de:

a) no caso das pensões, determinar que o seu cálculo terá como base a totalidade do valor dos proventos do servidor falecido, se aposentado à data do óbito, ou a totalidade da remuneração do servidor na data de seu falecimento, caso em atividade na data do óbito, até o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite;

b) no caso das contribuições dos inativos, estabelecer que a esta incidirá apenas sobre a parcela que exceder a cinqüenta por cento do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para os servidores inativos e os pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sessenta por cento deste limite para os servidores inativos e pensionistas da União;

c) na regra de transição de aposentadoria para os atuais servidores, prevista no art. 7º, prever que, entre outras condições, os servidores deverão ter dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Ante o exposto, e tendo em vista a aprovação da Emenda Aglutinativa Global nº 04 e a declaração de prejudicialidade do Substitutivo desta Comissão Espe-

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

cial, bem como das Propostas de Emenda à Constituição nºs 40, de 2003; 179-A, de 1999; 288, de 2000; 37, de 1999; 198, de 2000; 323, de 2001; 550, de 2002 e 507, de 2002; e das Emendas a elas apresentadas, bem como a aprovação das Emendas Aglutinativas nºs 7, 8 e 11, submeto aos Senhores Parlamentares desta Comissão Especial a proposta de redação do vencido, nos seguintes termos:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 37. .....

.....

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

....." (NR)

"Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

.....

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

.....

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do beneficio de pensão por morte, que será igual:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito;

ou

II – ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

.....

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

.....

§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3° serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, "a", e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II." (NR)

"Art. 42. .....

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 37, XI; do art. 40, §§ 9º e 10; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei específica do respectivo ente estatal dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal."(NR)

"Art. 48. .....

.....

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4o, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

....." (NR)

"Art. 96. .....

.....

II - .....

.....

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

....." (NR)

"Art. 149. .....

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

....." (NR)

"Art. 201. .....

I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidente de trabalho, e idade avançada;

.....

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição." (NR)

Art. 2º Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, §§ 3º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I – tiver cinqüenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II – tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1º, III, "a", e §5º da Constituição Federal,

na seguinte proporção :

I – três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2005;

II – cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.

§ 3º Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, contado com acréscimo de dezessete por cento, observado o disposto no §1º.

§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 5º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no *caput*, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

§ 6º Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 4º Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefícios na data de publicação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

Parágrafo único. A contribuição previdenciária a que se refere o *caput* incidirá apenas sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere:

I - cinqüenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II – sessenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas da União.

Art. 5º O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), devendo, a partir da data de publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 6º Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X, da Constituição Federal.

Art. 7º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, desde que, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I – sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;

II – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III – vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV – dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 8º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem assim os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 9º Até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o art. 37, XI, da Constituição Federal, será considerado, para os fins do limite fixado naquele inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei na data de publicação desta Emenda a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela recebida em razão de tempo de serviço, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento da maior remuneração mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal a que se refere este artigo, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

Art. 10. Aplica-se o disposto no art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos vencimentos, remunerações e subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.

Art. 11. Revogam-se o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal, bem como os arts. 8º e 10 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 12. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão , em de de 2003.

Deputado JOSÉ PIMENTEL

Relator

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 105 • 25 de agosto de 2003

Agenda Sindical

26/8 - Marcha das Margaridas 2003
Brasília (DF) - Marcha das mulheres por terra, água, salário mínimo digno, saúde e contra a violência sexista e todas as formas de violência no campo
01/09 – Encerramento da inscrição de listas para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
7/09 – Grito dos Excluídos 2003
10 a 12/09 - Eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
19 a 21/9 - X Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
São Paulo (SP) - Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo
3 e 4/10 – Fórum Social Carioca
Nilópolis (RJ) - Cefet
15/10 – Posse da Diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
31/10 a 2/11 – 47º Conad, com o tema central "Estado, Democracia e Serviços Públicos: essa luta é de todos nós"
Natal (RN)
6 a 9/11 – Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

Andes-SN convoca 47º Conad em Natal
Página 3

Servidores podem volta a ser regidos pela CLT
Página 5

Unidades apresentam calendários diferenciados
Página 7

CEG elogia afastamento de diretora da Educação
Página 8

Andes-SN

PROFESSORES NA MARCHA QUE REUNIU MAIS DE 20 MIL NO ÚLTIMO DIA 19/8, EM BRASÍLIA

Greve nacional contra a reforma continua até o 2º turno

Na semana que passou, a segunda Marcha contra a Reforma da Previdência, em Brasília, no dia 19/08, voltou a chamar a atenção da sociedade sobre os efeitos negativos da PEC 40 para os servidores e para o país. Em Plenária Nacional realizada no dia 21, os SPF decidiram continuar a greve até a votação em segundo turno da proposta do governo. A última assembléia da Adufrj-SSind aprovou a paralisação das atividades docentes na UFRJ no dia da votação na Câmara marcada para esta terça-feira, 26/08.

Leia mais nas páginas 3, 4 e 5

Movimento

A Greve e a Reforma da Previdência

Na coluna de opinião de O Globo de 14 de agosto, o editorial "Novos Tempos" cometeu lamentável equívoco sobre a greve contra esta Reforma da Previdência na UFRJ, ao afirmar que houve "ausência de discussão" sobre a Reforma no processo, a menos que o editor estivesse se referindo aos docentes que apenas assinaram manifesto contra a greve, estes sim ausentes, em sua maioria, do debate nas assembléias e nas atividades em que o tema esteve permanentemente em destaque nos últimos meses.

O Andes-SN e a Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj-SSind) vêm divulgando informações e discutindo a Previdência Social desde 2000, bem antes da eleição de Lula e a proposição da atual reforma. A importância deste tema justifica o esforço para envolver a academia nesta discussão, considerando as conseqüências das reformas iniciadas no governo anterior para o serviço público e a Universidade - estamos vivendo hoje mais uma corrida às aposentadorias para garantir direitos, que pode comprometer cursos e retirar precocemente da instituição professores no auge da experiência e da produção acadêmica.

A intransigência do governo ao se negar a realizar ampla discussão com os servidores sobre sua proposta de reforma antes de apresentá-la ao Congresso levou à deflagração da maior greve do serviço público no país, incluindo as universidades públicas, entre elas a UFRJ, contra a reforma da previdência - PEC40 - em 8 de julho.

Considerando apenas o período do final de 2002 para cá, realizamos 12 debates na UFRJ, em diferentes *campi*, sobre a proposta petista para o setor previdenciário. Ao longo desse tempo, a Seção Sindical publicou cinco encartes especiais em seu jornal com o conteúdo integral das propostas, avaliações e/ou comentários sobre as modificações que se seguiram no texto do governo. Em abril deste ano, a Seção Sindical publicou a revista "Reforma da Previdência em Debate" contendo o resultado do primeiro debate da série, realizado em 23 de janeiro, no auditório da COPPE, que contou com a participação da auditora fiscal da previdência Clemilce Sanfim e Antônio Queiroz, do DIAP.

Em 20 de fevereiro, uma assembléia geral da Adufrj-SSind aprovou um indicativo de paralisação contra o Projeto de Lei Complementar 9/99 (o "embrião" da reforma da Previdência). O indicativo de paralisação se transformou em indicativo de greve contra o PL 9/99 em AG de 20/03. De lá para cá, várias assembléias pautaram questões como paralisação ou a própria greve contra a reforma. Vale ressaltar que todas as Assembléias da entidade são convocadas amplamente com, no mínimo, 48 horas de antecedência e com pontos de pauta definidos, por meio de cartazes em todos prédios dos *campi*, mensagens eletrônicas para os sindicalizados, jornais ou boletins distribuídos no início de cada semana em caixas espalhadas por toda a Universidade e por mala direta a todos os sindicalizados.

A Adufrj-SSind participou ainda de várias manifestações contra a reforma, com a entrega e/ou envio de documentos ao presidente, aos ministros e parlamentares com avaliações críticas do movimento à proposta de reforma do governo: quando da visita à UFRJ do secretário do Ministério da Previdência num Seminário sobre a Reforma em 18/03; na visita de Lula à inauguração do Tanque Oceânico da COPPE em 30/4; nas cerimônias de posse do reitor Aloisio Teixeira (no MEC, em Brasília, e na UFRJ) e na audiência pública na Assembléia Legislativa do estado em 14/07, entre outros eventos.

A Seção Sindical marcou presença ainda nos atos organizados pelo Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social, constituído por sindicatos de trabalhadores do funcionalismo federal, estadual, municipal e da iniciativa privada, com paralisações e passeatas no centro da cidade em 8 de abril, 15 de maio e 26 de junho, além do ato "Serviço Público na Praça" em 23/07.

Apresentamos, ainda, na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br) uma relação cronológica com as principais atividades realizadas desde o final de 2002 tendo a reforma da previdência em foco.

Diretoria da Adufrj-SSind

Adufrj-SSind

Comissão divulga proposta preliminar de seções eleitorais

Nos próximos dias 10, 11 e 12 de setembro, serão realizadas as eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. A comissão responsável pelo processo eleitoral está divulgando, no quadro abaixo, uma proposta preliminar de distribuição das seções eleitorais.

Para viabilizar a abertura das urnas no maior número possível de locais, a Adufrj-SSind encaminhou para todos os sindicalizados, em 22/08, um convite para auxiliar nesse processo eleitoral, em especial, para os professores que participaram como mesários das últimas eleições da entidade. Em breve, dependendo da resposta dos docentes, estará sendo anunciada a distribuição final de seções eleitorais.

Proposta preliminar

	SEÇÃO ELEITORAL	LOCAIS DE VOTAÇÃO	UNIDADES AGRUPADAS
1	Praia Vermelha 1 PV-1	Entrada da Escola de Serviço Social	Escola de Serviço Social Instituto de Neurologia Instituto de Psicologia Instituto de Psiquiatria
2	Praia Vermelha 2 PV-2	Sala de professores da Faculdade de Educação	Escola de Comunicação Faculdade de Educação
3	Praia Vermelha 3 PV-3	Hall Entrada Economia	Faculdade de Administração/C. Contábeis Instituto de Economia Instituto Pós-Grad. Pesquisa Administração
4	Música	Hall de Entrada Música	Escola de Música
5	Centro	Entrada do IFCS	Faculdade de Direito Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
6	São Cristóvão	Entrada do Museu Nacional	Museu Nacional Observatório do Valongo
7	Ana Nery	Pavilhão de aulas da Escola Ana Nery	Escola de Enfermagem Hospital Escola São Francisco de Assis
8	CAp	Pátio interno do CAp	Colégio de Aplicação
9	Reitoria	Entrada elevadores/térreo Prédio da Reitoria	Escola de Belas Artes Faculdade de Arquitetura e Urbanismo IPPUR
10	Letras	Em frente ao Bloco D/térreo	Faculdade de Letras
11	Centro Tecnologia 1 CT-1	Bloco D/térreo-Burguesão	Escola de Engenharia Escola de Química
12	Centro Tecnologia 2 CT-2	Bloco G/térreo-Burguesão	COPPE Instituto de Macromoléculas
13	Centro C. M. Natureza CCMN-1	Entrada do NCE	Instituto de Geociências Núcleo de Computação Eletrônica
14	Centro C.M. Natureza CCMN-2	Bloco A do CT/térreo Em frente aos elevadores	Instituto de Física Instituto de Química
15	Matemática	Bloco C do CT-Térreo	Instituto de Matemática
16	Educação Física	Corredor da piscina	Escola de Educação Física e Desportos
17	Centro Ciênc. Saúde CCS-1	Bloco A/térreo	Faculdade de Farmácia Instituto de Biologia
18	Centro de Ciências da Saúde CCS-2	Praça de Alimentação	Instituto de Biofísica Instituto de Ciências Biomédicas Instituto de Microbiologia Instituto de Nutrição Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais Núcleo de Tecnologia Educacional Saúde
19	Odontologia	Entrada da Faculdade	Faculdade de Odontologia
20	Hospital Universitário	Subsolo do HUCFF Em frente aos elevadores	Faculdade de Medicina Instituto de Doenças do Tórax Instituto de Ginecologia Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva
21	Pediatria	Entrada do Prédio	Instituto de Puericultura e Pediatria

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Andes-SN convoca o 47º Conselho Nacional

Foi convocado para o período de 31 de outubro a 2 de novembro, na cidade de Natal (RN), o 47º Conad do Andes-SN. O Conselho Nacional é formado por representantes das seções sindicais e terá como tema central o "Estado, Democracia e Serviços Públicos: essa luta é de todos nós".

Em circular enviada em 18/08 para as seções sindicais, a diretoria do Sindicato Nacional apresentou também os prazos e as normas das contribuições ao Caderno de Textos – documento que orienta as discussões no evento. Os textos das SSinds e dos sindicalizados para integrarem o Caderno de Textos deverão estar na sede do Andes-SN, impreterivelmente, até o dia 30 de setembro, em disquete ou por mensagem eletrônica.

As contribuições que chegarem à sede do Andes-SN no período de 1º a 20 de outubro também serão remetidas às seções sindicais, juntamente com as correções e análises de textos, compondo assim o anexo ao Caderno de Textos a ser publicado no dia 21 de outubro.

Encerrados os prazos previstos para a composição do Caderno de Textos e do anexo, qualquer novo texto só será submetido à discussão no evento, se aprovada na Plenária de Instalação do Conad, em 31/10. O novo texto deverá ser acompanhado de uma justificativa demonstrando a necessidade da sua apreciação no evento e os fatos excepcionais que levaram à apresentação fora dos prazos fixados.

O Andes-SN reafirma a importância do credenciamento prévio como elemento facilitador do processo. Para o 47º Conad, ficou estabelecido o período de 6 a 30 de outubro para o recebimento da documentação regimental para inscrição de delegados e observadores. O credenciamento durante o evento acontece somente no dia 31 de outubro, das 9h às 12h e das 14h às 18h.

Orientações Sobre o Caderno de Textos do 47º Conad

1 – Indicar o Tema e o subtema: Movimento Docente e Conjuntura, Tema I ou Tema II.
2 – Indicar o Texto de Resolução (TR)
3 – Indicar o(s) autor(res) do Texto: Ex.: Diretoria, Assembléia Geral, Conselho de Representantes ou Sindicalizado
2 – Deverão ter a seguinte formatação:
4.1 – Texto de Apoio – Recomendação: que o texto não ultrapasse 3 laudas
4.1 – Margem Superior – 3
4.2 – Margem Inferior – 2
4.3 – Margem esquerda – 2
4.4 – Margem direita - 2
4.5 – Tipo – Arial 10
4.6 – Espaçamento entre linhas – Simples
4.7 – Espaçamento entre parágrafos – Antes: 3pt; Depois: 3pt
4.8 – Título maiúsculo /negrito – letra 14; Alinhamento justificado.
4.9 – Parágrafos Justificados
4.10 – Nota de rodapé – letra 8
Essas especificações técnicas são fundamentais para auxiliar a produção e a impressão do Caderno de Texto de forma rápida, eficiente e padronizada.

Marcha reuniu 20 mil contra a Reforma

Segunda grande passeata dos servidores em Brasília volta a chamar a atenção da sociedade

De acordo com o comunicado nº 20 do Comando Nacional de Greve do Andes-SN, a segunda Marcha contra a Reforma da Previdência realizada em Brasília reuniu cerca de 20 mil manifestantes. Houve expressiva adesão dos servidores públicos de todas as entidades em greve, além dos trabalhadores do Banco Central e estudantes secundaristas e da UNE.

O documento do comando de greve do Sindicato Nacional ressaltou a participação dos parlamentares Alice Portugal, Babá e Heloísa Helena na atividade, que percorreu a Esplanada dos Ministérios, passou em frente ao Palácio do Planalto e contornou o Congresso Nacional. A manifestação foi pacífica, porém acompanhada de forte contingente policial.

Cerca de 300 professores da base do Andes-SN montaram uma espécie de "ala" durante a Marcha, que foi animada por vários carros de som. Para o CNG/Andes-SN, a Marcha cumpriu seu objetivo ao chamar a atenção da sociedade para o malefício que representa a PEC-40. O evento também prenuncia, segundo o CNG, a necessidade de realização de novas manifestações durante a tramitação da reforma da Previdência.

Adufrj-SSind na Marcha

A Adufrj-SSind, cuja assembléia de 12 de agosto aprovou a saída da greve, mas manteve posicionamento contrário à reforma, disponibilizou um ônibus para levar servidores da UFRJ para a Marcha.

Fonte: Comunicado do Andes-SN nº 20

Observador da Adufrj-SSind

De acordo com o observador da Adufrj-SSind no CNG/Andes-SN, professor Salatiel Menezes, a Marcha obteve um sucesso maior do que o esperado. Segundo ele, apesar de ter sido numericamente inferior à Marcha do dia 6 de agosto (com 80 mil pessoas), o evento do último dia 19 teve pouco tempo de prazo para sua organização. Salatiel observou ainda que a CUT participou pouco da atividade, embora tenha sido anunciada como uma das organizadoras da Marcha. "Ela (CUT) apenas 'jogou para a platéia' que está ao lado dos trabalhadores", disse.

Adufrj-SSind

Contribuições de 1/3 de férias serão cobradas em agosto

Nos salários de dezembro de 2002, pagos no início de janeiro de 2003, foi feita a cobrança da mensalidade da Adufrj-SSind relativa ao 13º salário de 2002. Devido à falta das informações necessárias e a problemas operacionais com o novo sistema de consignação que, desde meados de 2001, passou a ser administrado diretamente entre o Siape/Serpro e a Adufrj-SSind, o desconto relativo ao 13º de 2001 não foi realizado na época devida. Na Assembléia Geral de 17 de dezembro de 2002 deliberou-se não cobrar esta contribuição.

De acordo com a proposta aprovada naquela Assembléia, o desconto sobre o adicional de férias de 2002 deveria ser ter sido feito nos salários de março de 2003, pagos no início de abril, e o desconto sobre o adicional de férias de 2003 nos salários de junho, recebidos no início de julho, mas só foi possível realizar a cobrança das mensalidades sobre os adicionais de férias agora no mês de agosto, junto com os salários que serão recebidos no início de setembro.

A contribuição dos sindicalizados da Adufrj-SSind relativa ao adicional de férias corresponde à metade do valor da mensalidade regular. No cálculo da contribuição de 2002 foram utilizados os valores nominais informados pela reitoria relativos ao pagamento de férias ao longo de 2002. Para a contribuição de férias de 2003 foram utilizados os salários de junho de 2003. Com isso, nos contracheques de agosto de 2003, os professores da ativa sindicalizados terão, em sua maioria, três parcelas de contribuição para a Adufrj-SSind: a mensalidade de agosto de 2003, a contribuição sobre o adicional de férias de 2002 e a contribuição sobre o adicional de férias de 2003.

Em alguns casos é possível que haja apenas uma ou duas parcelas, como para os que se sindicalizaram em 2003 (mensalidade agosto e férias 2003) ou tenham solicitado o desligamento em 2003 (apenas férias 2002), por exemplo. Havendo qualquer dúvida ou reclamação, solicitamos ao sindicalizado que se dirija à secretaria munido do contracheque para análise do problema e as providências cabíveis.

Movimento

Servidores decidem manter greve até 2º turno

Andes-SN

CERCA DE 300 PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ESTIVERAM NA MARCHA

Os servidores públicos federais decidiram permanecer em greve até, pelo menos, o segundo turno da votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 40, na Câmara dos Deputados. A decisão foi tomada no último dia 21, na Plenária Nacional dos SPF, realizada no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

A Plenária contou com 228 delegados e 54 observadores, além das lideranças de 11 categorias que compõem a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF). O objetivo agora é intensificar o movimento grevista com ações nos aeroportos, nas residências dos parlamentares, em seus estados, e colagem de cartazes denunciando os deputados que votaram a favor da reforma da Previdência, a fim de tentar impedir que a PEC seja aprovada em segundo turno na Câmara.

Depois do segundo turno, as lideranças das categorias voltam a se reunir para avaliar o resultado do movimento e a perspectiva de manutenção da greve durante a tramitação da proposta de emenda constitucional no Senado Federal. A Plenária dos funcionários públicos também decidiu pela participação das categorias na Marcha das Margaridas, que acontecerá nesta terça-feira (26/08), em Brasília, e do Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro, quando se comemora o Dia da Independência.

Marcha das Margaridas

Os organizadores da Marcha das Margaridas prevêem a participação de mais de 50 mil mulheres na passeata, que sairá do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade e percorrerá o Eixo Monumental até o Palácio do Planalto. No gramado da Esplanada dos Ministério, os manifestantes realizarão atos em defesa da Água e do Meio Ambiente, da Reforma Agrária, do Salário Mínimo Digno, da Saúde e do Combate à Violência no Campo.

Feito esse percurso, voltarão ao Pavilhão de Exposições com velas acesas.

Próximas atividades

Dentre as deliberações da Plenária consta ainda a programação de uma nova marcha dos servidores, em Brasília, em defesa da Previdência Social Pública por ocasião da votação da PEC 40 no Senado Federal. Entre os dias 8 e 12 de setembro serão realizados seminários nos estados com o objetivo de preparar a nova marcha dos SPF, com a participação dos funcionários públicos federais, estaduais e municipais. Para o dia 9 de setembro está programado um seminário sobre Reforma da Previdência no Senado Federal, com a participação de senadores e intelectuais.

Avaliação do CNG/Andes-SN

O calendário de mobilização aprovado na Plenária dos SPF coincide com as propostas discutidas na reunião do Setor das Federais e Estaduais, ampliada com o Comando Nacional de Greve do Andes-SN. ”O encaminhamento da indicação da Plenária implica que as seções sindicais, bem como os fóruns estaduais e locais de servidores em defesa da previdência pública e solidária, concentrem esforços nos próximos dias na busca de sensibilizar os deputados federais a votarem contra a PEC-40 no segundo turno, bem como uma rodada de assembléias até esta quarta-feira, 27/08, para avaliar as perspectivas em relação à greve e à continuidade da luta, com o objetivo de orientar o CNG e a Plenária do dia 29”, diz um trecho do último comunicado do CNG/Andes-SN, enviado às seções sindicais na madrugada do dia 22/08.

Segundo o CNG/Andes-SN, os acontecimentos dos últimos dias em torno do governo correspondem a uma “enorme cumplicidade com os interesses do Capital” e uma visível subordinação política aos governadores (em especial os da velha oligarquia do PFL e os novos “parceiros” do PSDB). “As idas e vindas da reforma tributária na última semana indicam claramente o peso dos interesses empresariais e o comando político dos governadores, nessa discussão”, observa outro trecho do comunicado.

O Comando de greve do Andes-SN ressalta que os parlamentares já começaram a sentir o custo político da votação favorável à reforma. A continuidade da pressão sobre os deputados já será acompanhada de um início de diálogo com os senadores, que avaliarão a PEC 40 em seguida. Ainda segundo a perspectiva do CNG/Andes-SN, “embora o Senado seja uma Casa sabidamente conservadora, o fato de termos que concentrar nosso trabalho de pressão sobre apenas três parlamentares em cada estado amplia o impacto de nossa ação”.

Sobre a greve

O CNG/Andes-SN não se furtou a avaliar a conjuntura da greve nas seções sindicais e informar sobre o estado de mobilização das demais categorias. A entrada em greve de novas SSind compensou a saída de outras – até o dia 21/08, 36 estavam em greve e nove se afastaram do movimento. No conjunto das entidades da CNESF, após a votação em primeiro turno, a greve também perdeu uma parte significativa de suas bases. Acabou o movimento entre os servidores do IBGE e na Condsef (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal), e dos 10 estados originalmente em greve do Judiciário Federal, sobraram apenas dois. Entre os servidores da Saúde, Previdência e Assistência Social, mesmo com corte de ponto e salário, a decisão foi pela manutenção da greve, mesmo que só na sua base. Os técnico-administrativos das universidades apontaram para a saída da greve unificada, mas com manutenção da paralisação pela demanda específica do Plano de Cargos Único (PCU). Os servidores da Educação Básica e Profissional encaminharam manutenção do movimento grevista apenas até o segundo turno. Os fiscais da Receita Federal apresentaram proposta de continuidade na greve.

Para o observador da Adufrj-SSind no CNG/Andes-SN, professor Salatiel Menezes, os distúrbios criados entre o governo e a oposição renovaram as esperanças dos grevistas de uma reviravolta na tramitação da PEC 40. “Os deputados do PSDB e do PFL já avisaram que vão dar o troco na votação do segundo turno. E os senadores desses partidos também já falaram que a reforma não vai passar pelo Senado da forma como ocorreu na Câmara”, comentou.

Fonte: CNESF e Comunicado nº 21 do Andes-SN (21/8)

Movimento

Servidores podem voltar ao regime celetista

Diretores do Andes-SN se reúnem com representantes da Andifes

A Procuradoria-Geral da República apresentou, na semana que passou, uma Ação Direta de Institucionalidade em relação ao artigo 243 da Lei nº 8.112/90 (RJU), que trata da transposição de regimes. O artigo 243 incorporou ao regime jurídico único, na qualidade de servidores públicos, os servidores de então, inclusive os contratados sob o regime da CLT. A eventual aceitação da declaração de inconstitucionalidade, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), fará com que aqueles servidores voltem à condição de celetistas, devendo o Governo pagar dez anos de INSS e o respectivo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, além da devolução do que foi pago a mais a título de contribuição previdenciária por esses servidores. No entanto, segundo a última avaliação do CNG/Andes-SN, a ADIn "mostra que não há limites nas intenções de desconstituir os direitos duramente conquistas pelos trabalhadores e servidores. Para mais este ataque contra os trabalhadores daremos as repostas jurídicas e políticas necessárias".

O artigo 243 do RJU

A ADIn foi distribuída ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso. Confira, a seguir, o teor do art. 243, da Lei 8.112/1990, que está sendo objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade: *"Art. 243. Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes da União, dos ex-Territórios, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas, regidos pela Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, ou pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, exceto os contratados por prazo determinado, cujos contratos não poderão ser prorrogados após o vencimento do prazo de prorrogação."*

Mais uma "bomba" contra os servidores

A ADIn sobre o artigo 243 está sendo considerada uma "bomba" no serviço público que pode fortalecer o movimento, graças a indignação que vai causar. Para o professor Salatiel Menezes (observador da AdufrjSSind no CNG/Andes-SN), se aceita pelo STF, a ADIn pode provocar grande confusão nos serviços públicos. Estimativas iniciais do movimento falam em 650 mil servidores que seriam atingidos pela medida.

Segundo Salatiel, a Assessoria Jurídica do Andes-SN já está contratando um escritório paulista especializado em direito constitucional para avaliar as conseqüências dessa ADIn e providenciar a reação judicial possível.

Andes-SN e Andifes

No dia 21/08, diretores do Andes-SN e representantes da Associação Nacional de Dirigentes das IFES, fizeram uma reunião em Brasília. Na ocasião o presidente do Sindicato Nacional, Luiz Carlos Lucas, fez referência ao encontro dos reitores com o presidente Lula, no início de agosto. Segundo Lucas, a proposta de expansão do ensino superior público apresentada ao presidente da República naquela ocasião merece cautela. Além de o Andes-SN já possuir uma proposta própria neste sentido, construída nos encontros do movimento docente, as experiências anteriores com o governo FHC e com o ministro Paulo Renato foram negativas. De acordo com Lucas, é necessário que sejam estabelecidas exigências em relação à contrapartida do governo para que a possível expansão ocorra com qualidade. O dirigente sindical também manifestou preocupação com a mercantilização do ensino superior, expressa recentemente com o interesse de fundos de investimentos estrangeiros no setor.

FNDEP

O presidente do Andes-SN encaminhou para a direção da Andifes as recentes avaliações e propostas do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. A presidente da Andifes, Wrana Panizzi, prontificou-se a disponibilizar o documento do Fórum na página eletrônica daquela entidades (www.andifes.org.br).

Previdência

Também foram tratadas questões da Previdência e as reivindicações dos docentes. Novamente, a direção da Andifes reafirmou a posição de não encaminhar medidas de ministérios que venham a atacar a autonomia universitária, em referência a um eventual corte de ponto.

Confirmada votação da Previdência nesta terça

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, confirmou a votação do segundo turno da Reforma da Previdência para esta terça-feira (26/08). Um acordo fechado pelos líderes partidários no primeiro turno de votação da proposta previa que não seria apresentado qualquer destaque ou emenda ao texto na votação em segundo turno, mas o PDT, partido da base de sustentação do governo, já tem um destaque pronto para ser apresentado em plenário. Segundo o vice-líder do partido na Câmara, Alceu Collares (RS), a decisão não foi da bancada, mas da Executiva Nacional do partido.

Subteto único

O destaque que será apresentado pelo partido prevê a unificação do subteto para os três poderes nos estados, ao contrário do que foi aprovado em primeiro turno, que estabelece tetos diferentes para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O subteto único seria o equivalente a 90,25% do salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal.

PFL e PTB mantêm acordo

O líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), garante que seu partido vai manter o acordo para votação da Previdência sem destaques. No entanto, ele adianta que o PFL vai propor mudanças no texto quando a matéria chegar ao Senado. Aleluia afirma também que caso algum partido apresente destaque na Câmara, sua bancada vai votara proposta.

O líder do PTB, Roberto Jefferson (RJ), também declarou que o partido vai manter o acordo e que só vota o destaque do subteto proposto pelo PDT se os governadores apoiarem a proposta, como o governador gaúcho. Depois de votada e aprovada em segundo turno, a Reforma da Previdência segue para apreciação do Senado, onde também deverá haver votação em dois turnos.

Fonte: Agência Câmara

Opinião

Nossa esperança não pode vir dos desperançados

Luiz Paulo Vieira Braga*

"Tenebrosa é a ação cumprida por causa do erro, sem reparar na sua eficácia nem nas conseqüências nocivas que possa acarretar a outros."

"Tenebroso é o intelecto que imputa o bem pelo mal, o justo pelo injusto, e vê todas as coisas subvertidas e contrárias ao que realmente é ."

Bhagavad Gita

Não é devido ao fato do Brasil ser um país de marajás que vou deixar de defender os meus direitos por receio de ser comparado a eles. Não é devido ao fato do Brasil ser um país de párias que vou deixar de defender meus direitos por receio de também ser comparado a eles. Refiro-me não aos direitos universais do homem, mas ao direito relativo a um contrato que prescreve deveres e obrigações, o que na minha opinião não constitui um privilégio. Este contrato está sendo quebrado unilateralmente pelo patrão, no caso o estado brasileiro representado pelo atual presidente da república. Somente um igualitarismo radical poderia negar a existência de direitos individuais, lançando a sociedade num regime bizarro que por negar o que não possa ser dado a todos, acaba por não dar nada a ninguém.

O presidente da república dirigiu-se nesta última quinta-feira,dia 14, ao povo brasileiro em rede nacional de tv e rádio. Durante sua fala felicitou-se por ter aprovado a reforma da previdência em três meses e meio, embora mais adiante tivesse afirmado que as mudanças devem ser feitas devagar para que sejam bem feitas. E pior, indiretamente parece crer que o segundo turno e a tramitação no senado não contam... Parece-me, que a pressa além de provocar a imperfeição visa também ocultar os efeitos negativos do PEC-40. Os funcionários públicos foram divididos em duas legiões - os atuais e os futuros. Ao estilo de uma peça de teatro do absurdo, aqueles que começaram a trabalhar mais cedo, trabalharão mais devido à inclusão pura e simples do limite mínimo de idade. E, aos sessenta anos para homens e cinqüenta e cinco para mulheres, verão minguar suas aposentadorias graças à persistência da cobrança previdenciária - de fato uma redução de salário, e a uma paridade parcial ainda para ser regulamentada.

Aos futuros funcionários não se reserva uma perspectiva melhor em termos de previdência. Incluídos compulsoriamente nos fundos de pensão, públicos, fechados e de contribuição definida, nada indica que terão rentabilidades a longo prazo maiores que o crescimento da massa de salários. Tampouco, por serem os fundos públicos, estarão livres do uso político de seus recursos pelos governantes e, devido à fragmentação e dispersão dos mesmos, também não fica facilitada a fiscalização sobre a corrupção que assola este setor, além é óbvio do aumento dos gastos operacionais. A pressa em aprovar um projeto tão mal formulado e sujeito a questionamentos judiciais vem provocando o efeito contrário ao que se esperaria de uma reforma dinamizadora do setor público - induzindo aposentadorias precoces e possivelmente compelindo os demais a permanecerem no setor público até a compulsória.

Se o meu discurso não soa igualitário, muito menos é a prática deste governo. Ainda em seu pronunciamento o presidente elogiou o desempenho do setor rural exportador que é lider mundial em soja, suco de laranja, café e cana de açúcar (uma criança que tenha o bolsa-escola deve se perguntar por que em um país que se produz tanta comida há vinte milhões passando fome), sem deixar de mencionar, entretanto, que a agricultura familiar é responsável pelo abastecimento interno e pela maioria dos empregos no campo. Talvez por esta razão foi merecedora de apenas um quinto do crédito barato destinado ao setor rural, ficando obviamente com os exportadores a parte do leão, assim como a isenção da CPMF. Para mim não constituiu exatamente uma surpresa, porque na reforma da previdência não estão incluídos os parlamentares nem os militares, e os juízes acabaram por fazer valer o artigo 93 da constituição federal. Não tenho a vocação dos que preferem o silêncio para encobrir a vergonha da derrota, não me disponho a ser cúmplice de um consenso farsante, não quero estar dentre aqueles que desejam deixar para a história um sim quando cresce dentro de nós um sonoro não a esta reforma!

*Professor do Instituto de Matemática

Resenha

Não é privatização da Previdência?

Em apenas um ano, o governo deve gastar R$ 4,8 bilhões com contribuições ao fundo complementar dos funcionários públicos. O cálculo é feito com base em uma contribuição de R$ 200 – média usada para contribuições aos fundos de associações de classe – e leva em conta o modelo aprovado em primeiro turno na Câmara: um fundo de contribuição definida para os servidores que ganham acima de R$ 2.400. A matéria é da Gazeta Mercantil (18/08).

Mídia divulga a verdade sobre "rombo"

Notícia de O Globo (17/08) informa que, nos primeiros seis meses, o governo Luiz Inácio Lula da Silva usou R$ 26,5 bilhões da Seguridade Social para fazer 95% do ajuste fiscal. São recursos de contribuições sociais federais cobradas de empresas e pessoas físicas que deveriam ter sido usados no saneamento básico, na prevenção de doenças, na vigilância sanitária e na modernização de hospitais universitários, mas ficarão guardados nos cofres do Tesouro Nacional para garantir o superávit primário (receitas menos despesas, fora pagamento de juros) de 4,25% do Produto Interno Bruto.

Estrangeiros querem comprar universidades

Investidores estrangeiros estão perto de se transformar nos novos donos de universidades e faculdades brasileiras. Empresas que administram fundos de investimento estrangeiros querem apostar suas fichas na aquisição total ou parcial de instituições privadas de ensino superior, que movimentaram R$ 15 bilhões e cresceram 157% nos últimos nove anos. Um dos apoiadores explícitos da empreitada no Brasil é o ex-ministro Paulo Renato, que hoje oferece serviços de consultoria para esses fundos (que coincidência!). A matéria é de O Estado de S. Paulo (20/08).

Corrida às posentadorias supera 2002

A corrida às aposentadorias provocada pela reforma da Previdência já fez com que o número de servidores públicos federais aposentados neste ano superasse o total dos que deixaram a atividade em todo o ano passado. De janeiro a julho, 11.180 servidores se aposentaram. Em 2002, foram 7.465 aposentadorias concedidas. Se for mantido esse ritmo até dezembro, 2003 poderá ser equiparado a 1998, ano em que foi aprovada a reforma da Previdência do governo FHC, quando 19.500 servidores federais também se aposentaram (Folha de S. Paulo, 20/08).

Colegiados

Adufrj-SSind critica flexibilidade no calendário

Conselheiros do CEG também acreditam que calendário 'flexibilizado' trará problemas para alunos e professores

O diretor da seção sindical dos docentes, José Henrique Sanglard registrou na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação (20/8) a preocupação da entidade com a mudança feita pelo Conselho Universitário no calendário para o início e fim do segundo período letivo aprovado pelo colegiado de graduação na semana anterior. Pelo calendário do CEG, as Unidades deveriam começar suas atividades no dia 8 de setembro e terminá-las no dia 16 de janeiro de 2004. As únicas exceções são o Colégio de Aplicação e a Faculdade de Medicina que têm calendários diferenciados. Na quinta-feira, dia 14/8, o Consuni mudou a proposta apresentada pelo CEG e flexibilizou as datas de início e fim do segundo semestre acadêmico de 2003, permitindo que as Unidades comecem suas atividades "até o dia 8 de setembro" e terminem "até o dia 16 de janeiro de 2004".

Sanglard informou que na última assembléia da Adufrj-SSind, dia 15/8, os professores avaliaram que o calendário proposto pelo CEG era o correto e foi aprovada uma moção crítica às alterações feitas pelo Consuni. "Ao permitir que cada Unidade possa ter um calendário diferenciado de reposição, o Consuni está abrindo brechas para problemas na reposição das aulas pelos professores que aderiram à greve nacional dos servidores contra a Reforma da Previdência", comentou. O professor citou seu caso particular em que necessita repor aulas de sua disciplina enquanto seus alunos já têm a previsão de começarem aulas em outras matérias previstas para antes do final de seu curso, no mesmo horário. "Haverá conflito de horários e prejuízos em várias Unidades", criticou. Sanglard considerou que o colegiado de graduação deveria acatar a decisão do conselho superior, mas acredita que, neste caso, o Consuni poderia ter retornado sua posição para nova avaliação pelo CEG.

Ataque da imprensa ao colegiado

Sanglard informou ainda que, na coluna do jornalista Ricardo Boechat, do Jornal do Brasil, o CEG foi ironizado pela decisão de propor o início da aulas em 8 de setembro. "O título da nota era 'Gazeta' e criticava o conselho por 'decretar férias após o fim da greve'". Os conselheiros não se manifestaram sobre o assunto.

Conselheiros acatam decisão de colegiado superior

Os representantes que se manifestaram na reunião do CEG também discordaram da flexibilização do calendário. No entanto, a decisão do colegiado foi acatar o calendário aprovado em respeito à decisão do Consuni, cuja competêcnia para alterara a proposata não foi questionada. Com base no calendário, foram aprovadas datas para os atos acadêmicos e administrativos referentes ao segundo período letivo de 2003 (veja quadro).

Técnicos podem começar greve específica pelo PCU

Ainda na discussão do calendário, a representante dos técnico-administrativos Ana Maria Ribeiro informou que na última assembléia do Sintufrj foi aprovado um indicativo de saída unificada da greve nacional dos servidores contra a Reforma da Previdência. Ana Maria informou, no entanto, que também foi aprovado um indicativo dos funcionários da UFRJ à Fasubra para que os servidores das universidades federais iniciem uma greve específica pela aprovação do Plano de Cargos Único para todos os servidores das instituições. Segundo Ana Maria, a greve específica pode ser iniciada nesta semana (de 25 a 29 de agosto) e poderá manter paralisadas as atividades nas bibliotecas e secretarias de ensino, atingindo, ainda, o próprio sistema de gerenciamento acadêmico.

Calendário do segundo período letivo de 2003

- Término do primeiro período: 30 de agosto de 2003
- Início do segundo período: até 8 de setembro de 2003
- Fim do segundo período: até 16 de janeiro de 2004
- Fim do segundo período para a Faculdade de Medicina: 30/1/2004
- Fim do segundo período para o Colégio de Aplicação: até 19 de dezembro 2003 (com reposição de aulas aos sábados e no feriado de 28/10)

Atos acadêmicos para o segundo período letivo de 2003

- Matrícula decorrente de transferência ou isenção de vestibular: 25/8/2003
- Rematrícula de matrícula trancada: até 25/8/2003
- Manutenção de matrícula: até 25/8/2003
- Trancamento de matrícula: até 7/11/2003
- Pedidos de inscrição em disciplinas *on line*: até 30/8/2003
- Alteração de pedido de inscrição em disciplinas: de 8 a 21/9/2003
- Pedidos de inscrição em disciplinas com ou sem seus requisitos: até 21/9/2003
- Desistência (trancamento) de inscrição em disciplinas: até 6/10/2003
- Prazo para a divulgação pelos Centros e Unidades da previsão de turmas a serem oferecidas no primeiro período letivo de 2004: após decorridos 60 dias do início do segundo período letivo de 2003.
- Fechamento do período letivo, executado pela DRE e pelo NCE, será realizado de 14 a 16/01/2004

Conselheiros querem UFRJ apresente alternativa ao Provão

Na sessão do CEG de 20/8, os conselheiros debateram rapidamente o noticiário de que o MEC estaria programando o fim ou a modificação do Provão como instrumento de avaliação das instituições de ensino superior. O pró-reitor José Roberto Meyer sugeriu que o conselho pautasse o tema em uma próxima sessão e que a universidade aproveitasse a ocasião para formular um projeto de avaliação institucional que servisse de base para as universidades federais, a exemplo do conhecido PAIUB - Programa de Avaliação Institucional. José

Roberto também lembrou o trabalho da Comissão Permanente de Avaliação (COOPERA), instalada na UFRJ em 1994 para que a universidade promovesse seu sistema de avaliação interna. Os conselheiros aprovaram a idéia e foi sugerido que a Faculdade de Educação fosse convidada a participar das discussões do CEG como Unidade assessora na discussão sobre avaliação institucional, a exemplo da participação de especialistas da Escola de Serviço Social quando foi formulado o Programa de Assistência Estudantil aprovado pelo colegiado.

Eleição para a
Diretoria e
Conselho de
Representantes da
Adufrj-SSind

Dias 10, 11 e 12 de setembro

Colegiados

CEG aprova moção de louvor a ato do reitor

Conselheiros comemoram afastamento de professora da direção da Faculdade de Educação

Boa parte do tempo do expediente da última sessão do CEG (20/9) foi destinada a elogios ao reitor Aloisio Teixeira pelo ato de abertura de uma nova comissão de sindicância para apurar irregularidades administrativas na Faculdade de Educação. Não só a sindicância foi comemorada, mas também o conseqüente afastamento da professora Speranza França do cargo de diretora por 60 dias. Logo no início da reunião, a professora da Unidade e representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas no colegiado, Ana Canen, fez um relato emocionado do 'alívio' que os professores da Faculdade estariam sentindo desde a quinta-feira passada (14/8), quando o reitor assinou a portaria do afastamento. "Louvo o professor Aloisio pela atitude corajosa. A gente acredita agora que os dirigentes têm atitude e coragem política", disse, fazendo referência ao ato da administração da universidade.

A representante dos técnico-administrativos no conselho, Ana Maria Ribeiro, sugeriu a aprovação de uma moção de apoio ao reitor e à decana do CFCH que assume a direção da Unidade durante o afastamento de Speranza. Ana Ribeiro comentou ainda o afastamento de vários técnicos pela administração da diretora afastada. "Vários que desempenhavam funções estratégias e eram responsáveis por projetos foram postos em disponibilidade. Ela passou quatro anos perseguindo e avaliando mal estes funcionários que só puderam ser retratados na gestão do professor Lessa", lembrou a servidora, para quem Speranza vai entrar na Justiça comum mais uma vez e por isso o apoio de toda a comunidade ao ato do reitor seria fundamental.

O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, informou que a comissão instaurada para apurar os problemas da administração na FE tem como integrantes os professores Adilson de Oliveira (que substitui o decano do Centro de Tecnologia, Cláudio Baraúna), Ricardo Bica e José Paulo Neto. José Roberto disse ainda que uma comissão do Núcleo de Computação Eletrônica esteve na Unidade para garantir os trabalhos das secretarias de ensino para a efetivação dos atos acadêmicos no sistema Siga durante este período.

Eleições na Unidade

Também professor da Faculdade de Educação e representante no CEG, Marcelo Macedo informou que, antes do afastamento, Speranza presidiu uma reunião da Congregação na qual foi aprovado o regimento do processo eleitoral que até o final do ano elegerá uma nova direção para a Unidade. O mandato da professora termina no dia 30 de dezembro e as eleições devem ocorrer ainda durante os próximos 60 dias.

Moção de Louvor e Apoio ao Magnífico Reitor da UFRJ

A sociedade brasileira alcançou na Constituição de 1988, confirmada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em 1996, a gestão democrática nas instituições públicas de ensino. A existência de instâncias colegiadas, democraticamente eleitas que representem a comunidade acadêmica, fortalece o Estado Democrático e a Universidade Pública.

A Faculdade de Educação viveu estes últimos anos sob o arbítrio, sustentado pela então administração central, mas claramente denunciado pelos órgãos colegiados superiores da UFRJ. O Conselho de Ensino e Graduação – CEG apontou inúmeras vezes estes problemas tendo constituído comissão de sindicância para apurar todas as denúncias recebidas. Infelizmente, sem o encaminhamento das devidas medidas cabíveis, à época.

As perdas acadêmicas e administrativas da Faculdade de Educação são incalculáveis e, com certeza, muitos anos serão necessários para recompor o quadro de recursos humanos e retornar ao patamar de qualidade dos cursos oferecidos.

Nesse sentido, a decisão tomada pelo Magnífico Reitor de afastar do cargo a Diretora da Faculdade de Educação é um ato administrativo legítimo e necessário, e constitui-se num ato de coragem política o qual o CEG louva e respalda por colocar acima de interesses localizados os objetivos maiores da UFRJ.

O CEG, em apoio à Decana do CFCH, solicita à Sub-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente a oferecer as condições necessárias para implementar as decisões dos órgãos colegiados da Faculdade de Educação, mantendo a integralidade e a unidade do CFCH e da própria UFRJ.

Conselho de Ensino de Graduação
Aprovado na sessão de 20 de agosto de 2003

Unidades começam aulas em dias diferentes

Há várias datas registradas para o início do segundo período

Na semana que passou, a reportagem da Adufrj-SSind buscou saber como as Unidades estariam organizando seu retorno às aulas, após a flexibilização do calendário aprovada no Consuni de 14/08. Embora poucos dirigentes ou coordenadores tenham sido encontrados para comentar o assunto, a "amostra" já revelou a diferença que foi criada entre as diversas Unidades da UFRJ.

Foram feitos contatos telefônicos para as decanias e algumas Unidades e, na última quinta-feira, uma mensagem eletrônica com três perguntas sobre o retorno às atividades foi enviada para todos os endereços eletrônicos das direções e decanias que constavam do boletim oficial da UFRJ. A reportagem perguntava para qual data estava prevista a volta às aulas no segundo período, como tinha sido decidido esse retorno e se a continuidade da greve dos técnico-administrativos poderia afetar esse reinício.

O decano do CLA, professor Carlos Tannus – que também acumula a função de coordenador do Fórum de Ciência e Cultura -, não tinha informações precisas sobre as Unidades do seu Centro. Ele avisou que uma reunião do Conselho de Centro do CLA, marcada para esta sexta-feira (29/08), serviria para se inteirar desta situação. Já o diretor da FAU, Pablo Benetti, comentou que sua Unidade promoveu uma concorrida reunião geral de professores e alunos no Salão azul no dia 18/08, para discutir o calendário. "Foi votada a aprovada a proposta que propõe o inicio das aulas no dia 25/08 com lista provisória, confirmando a inscrição definitiva na turma após a emissão das listas definitivas a partir de 01 de setembro ou quando isto acontecer", informou, por e-mail. A proposta foi posteriormente apresentada na Congregação da FAU e aprovada por unanimidade

A reportagem da Adufrj-SSind não conseguiu falar com a decana do CFCH, Suely de Almeida, que acumula provisoriamente o cargo de diretora da Faculdade de Educação. Pelo Colégio de Aplicação, a diretora Militza Putzinger disse que a Unidade retomou as aulas já em 18 de agosto e vai fazer a reposição dos dias parados aos sábados, em sistema de rodízio entre as crianças e os jovens estudantes, por decisão do conselho pedagógico da escola (que já foi aprovada no CEG). Os professores também decidiram suprimir o feriado de 28 de outubro do Servidor Público para repor aulas. No Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, a diretora administrativa Solange Verri observou que uma Congregação da Unidade, de 18/08, decidiu pelo retorno às aulas para o dia 1º de setembro.

O decano do CCJE, Alcino Câmara, não tinha informações precisas sobre o retorno às aulas em todas as Unidades do Centro. Segundo ele, no Instituto de Economia, que já tinha terminado o primeiro período mais cedo que as demais Unidades, o segundo período começou na primeira semana de agosto. Na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, que depende de salas no Instituto de Psicologia e da Escola de Serviço Social (que paralisaram completamente durante a greve), o retorno ainda não tinha sido confirmado. Sobre a Faculdade de Direito, Alcino também não tinha notícias.

O decano João Ferreira também não foi encontrado. O chefe da Secretaria de Graduação do Instituto de Biofísica, Ricardo Manoel, comentou que a Unidade definiu o retorno às aulas para o dia 8/09. O diretor Alexandre Moraes (EEFD) observou que a Unidade vai seguir o calendário estabelecido no CEG (dia 8 de setembro), com uma Congregação a ser realizada na semana anterior ao retorno às aulas. Uma das disciplinas oferecidas aos alunos da EEFD pelo Instituto de Ciências Biomédicas estava com um calendário diferente, mas o problema foi contornado após uma conversa entre as diretorias. Vale dizer aqui que, na sessão do CEG de 17/08, um dos representantes do CCS, professor Jorge Fernando, informou diferentes datas de reinício (de 25/08 a 8/09) das atividades naquele Centro.

O decano Cláudio Baraúna não tinha informações precisas sobre as Unidades e solicitou que a reportagem entrasse em contato com a direção da Escola de Engenharia. No entanto, os professores Floriano Carlos e Cláudia Morgado não foram encontrados.

Não foi possível falar com a decana Ângela Rocha. Porém, a diretora adjunta de graduação do Instituto de Física, Mônica Bahiana, observou que uma reunião de coordenadores de graduação e diretores de ensino do Centro realizada em meados de agosto definiu pelo retorno às aulas nesta segunda-feira (25/08) para o ciclo básico. Mônica comentou que a exceção deve ficar para algumas disciplinas oferecidas para alunos da Geologia e Meteorologia, cujos alunos estão em trabalho de campo e não poderiam retornar a tempo. Para estas disciplinas, as aulas começam em 1º de setembro. A diretora do Instituto de Geociências, Josilda Rodrigues, confirmou a excepcionalidade dos alunos destes cursos. Por conta de uma obra no telhado do instituto, no entanto, as aulas no IGEO começam em 1º de setembro para todos.

Greve dos funcionários

Em função da continuidade da greve dos técnico-administrativos, alguns diretores e coordenadores acusaram dificuldades para retomada normal das aulas, pela falta de funcionários para a realização da abertura de salas e a impressão de pautas, por exemplo.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 106 • 1 de setembro de 2003

Agenda Sindical

01/09 – Encerramento da inscrição de listas para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
01/09 - Plenária "Somos Todos Radicais", com a presença dos deputados Luciana Genro, Babá e do vereador Paulo Eduardo Gomes
Rio de Janeiro (RJ), na Assembléia Legislativa, às 18h30
02/09 – III Fórum Social do Rio de Janeiro
Nova Iguaçu (RJ) – Cepal, às 15h
02/09 – Reunião do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social
Rio de Janeiro (RJ), no Sintrasef, às 16h
4 a 7/09 – Reunião do Pleno do GT Política Educacional do Andes-SN
Brasília (DF) – sede do Andes-SN
7/09 – Grito dos Excluídos 2003
8 a 12/09 – Realização de seminários nos estados sobre a Reforma da Previdência
10 a 12/09 - Eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
14/09 – Reunião ampliada da CNESF
19 a 21/9 - X Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
São Paulo (SP) - Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo
23/09 – Indicativo de data para Marcha contra a Reforma da Previdência, *em Brasília*

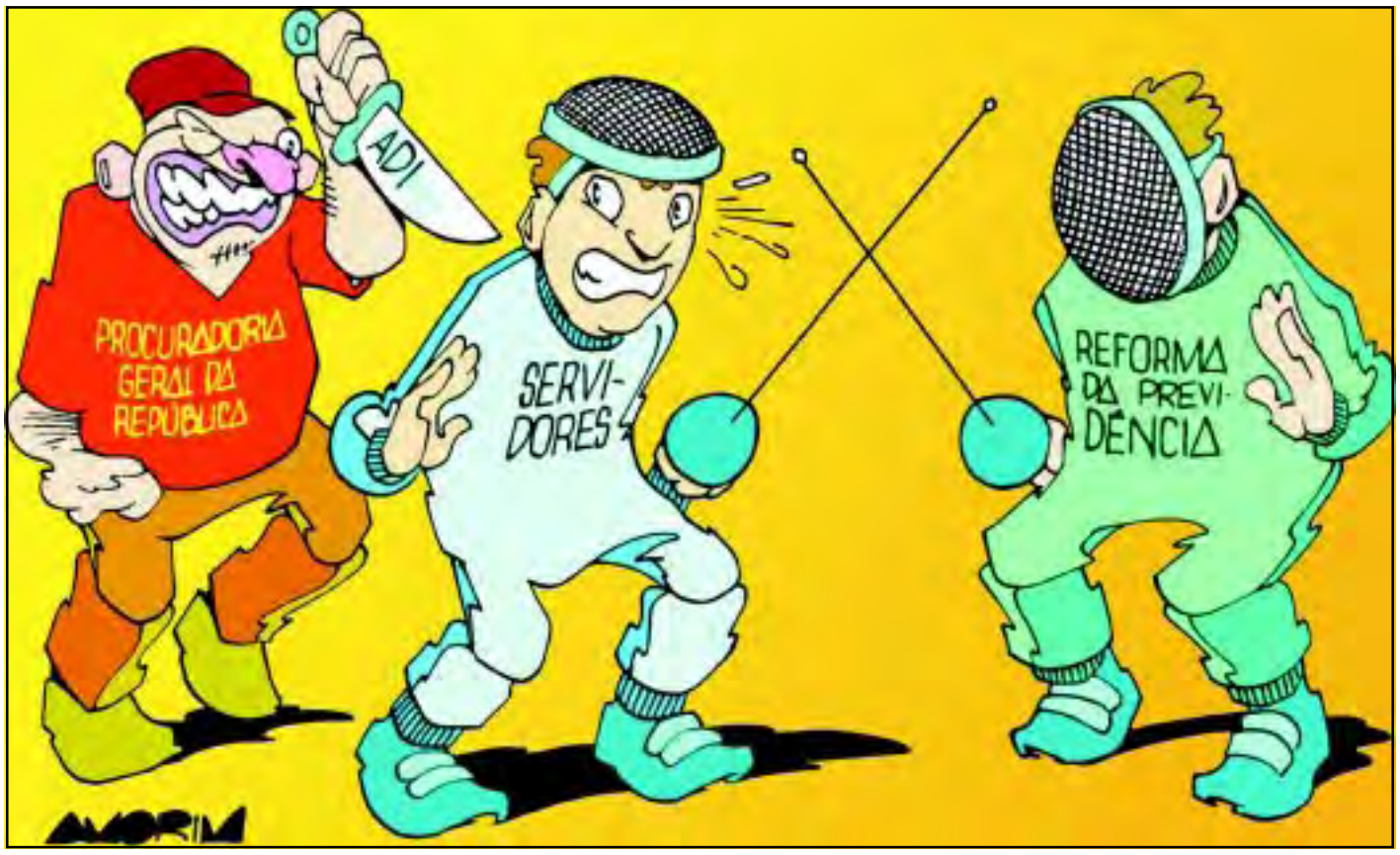
Eleições para CR da Adufrj-SSind

Encerram-se nesta segunda-feira, dia 1º de setembro, as inscrições de listas para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. Leia a Carta-Programa da chapa única "Adufrj Autônoma e Democrática", inscrita para concorrer à diretoria da seção sindical

Página 7

Contribuições de 1/3 de férias serão cobradas em agosto

De acordo com matéria divulgada no Jornal da Adufrj anterior (nº 105, de 25/08), nos contracheques de agosto de 2003, os professores da ativa sindicalizados terão, em sua maioria, três parcelas de contribuição para a Adufrj-SSind: a mensalidade de agosto de 2003, a contribuição sobre o adicional de férias de 2002 e a contribuição sobre o adicional de férias de 2003. Havendo qualquer dúvida ou reclamação, solicitamos ao sindicalizado que se dirija à secretaria munido do contracheque para análise do problema e as providências cabíveis.



Plenária dos Servidores indica fim da greve

CNG/Andes-SN prepara reação à ADI sobre transposição dos regimes

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, participou da Plenária dos Servidores Federais, ocorrida no último dia 29 (data de fechamento desta edição). Cleusa informou, por telefone, à redação do Jornal da Adufrj-SSind que foi aprovado o fim da greve nacional contra a Reforma da Previdência a partir do dia 1 de setembro. Na UFRJ, os docentes já haviam decidido pelo fim da greve na assembléia geral da Adufrj-SSind no dia 12 de agosto.

Como continuidade da luta contra as reformas privatizantes, foi aprovado pela plenária dos SPF um calendário de mobilização que inclui uma nova Marcha em Brasília, prevista para o dia 23 de setembro. No dia 7 deste mês, os servidores participarão do Grito dos Excluídos, promovido por entidades nacionais como o MST, a CUT e a CNBB. De 8 a 12, a plenária indicou a realização de seminários nos estados reunindo as três esferas do funcionalismo (federal, estadual e muncipal) sobre a Reforma da Previdência. No dia 14, haverá, ainda, uma reunião ampliada da Coordenação Nacional dos Servidores Federais (CNESF).

Cleusa informou, também, que a Plenária dos SPF aprovou um documento no qual os servidores cobram a reabertura das mesas de negociação permanente, suspensas durante a greve pelo governo federal.

Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou em segundo turno a Emenda Constitucional 40 que reforma o sistema previdenciário e retira direitos dos trabalhadores, em especial, dos servidores públicos. Vale registrar que não houve nenhuma mudança em relação à PEC aprovada no 1º turno.

Não bastasse a reforma, o funcionalismo é agora ameaçado por uma Ação de Inconstitucionalidade encaminhada pela Procuradoria Geral da República. Caso o Supremo Tribunal Federal considere justo o questionamento do governo em relação ao Regime Jurídico Único, mais de 500 mil dos atuais servidores podem voltar ao regime celetista, perdendo, inclusive, o direito à aposentadoria integral.

Leia mais nas páginas 4 e 5

Colegiados

Consuni discute falta de recursos para IFES

Colegiado vai pautar temas como autonomia universitária nas próximas sessões

A falta de recursos para as universidades foi o tema central da última sessão do Conselho Universitário (28/8). Entre lamentações e críticas à política econômica do governo, a reitoria apresentou a necessidade de uma mudança na postura das instituições de ensino superior como a melhor forma de enfrentar a conjuntura: em vez de apenas reagir aos cortes orçamentários e crises, as universidades deveriam encaminhar projetos mais amplos na área de Educação e, em última instância, da própria Nação. Assim, acredita o reitor Aloisio Teixeira, seria possível conseguir as verbas necessárias ao funcionamento e expansão do sistema.

O Consuni da UFRJ decidiu pautar a discussão de diversos pontos considerados mais críticos, como os planos de carreira, abertura de concursos e a autonomia universitária. A reitoria ficou encarregada de produzir um dossiê sobre os diversos assuntos para subsidiar o debate dos conselheiros. Por sugestão do representante discente Márcio Sá, o "Batata", a reitoria deverá agregar ao conjunto do dossiê sobre autonomia universitária as contribuições do DCE da UFRJ e da Adufrj-SSind/Andes-SN.

O representante dos adjuntos do CCS e diretor do Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva (NESC), professor Roberto Medronho, sugeriu ainda como um fórum de discussão desses problemas a eventual realização de um congresso da UFRJ, que reuniria representantes das diversas Unidades e categorias. Ele contou que a iniciativa poderia ter como modelo os congressos internos realizados pela FioCruz, com propostas para a área de Saúde no Brasil.

Reunião com Guido Mantega

A reunião que motivou esse debate começou com um relato do reitor Aloisio Teixeira sobre o encontro que os dirigentes universitários tiveram com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, em Brasília, ainda na semana passada. Segundo Aloisio, os reitores levaram ao ministro, entre outros pontos, as reivindicações pela liberação de mais verbas, sob o risco de inviabilidade do reinício das aulas neste segundo semestre. "Quase todos (os reitores) já gastaram praticamente todo o orçamento de 2003", disse.

Apesar de tudo, o ministro argumentou apenas que iria ver as possibilidades de remanejamento do orçamento, jogando a responsabilidade de uma liberação imediata de dinheiro para o MEC.

ADI em discussão

O representante dos técnico-administrativos José Carlos manifestou preocupação, durante a sessão do Consuni, com o recente anúncio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada pela Procuradoria Geral da República no Supremo Tribunal Federal sobre a transposição de regimes dos servidores. José Carlos solicitou uma reunião conjunta entre as entidades sindicais (Sintufrj e Adufrj-SSind) e a reitoria para tratar do assunto.

CCMN inundado

A decana do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), Ângela Rocha, falou para a reportagem da Adufrj-SSind sobre a inundação das salas do Centro, no início da semana que passou. O telhado estava em obras de recuperação e a chuva forte de segunda para terça-feira alagou o bloco onde eram dados os cursos de graduação.

Por conta do incidente, a decana não sabia dizer precisamente quando começariam as aulas, embora todos os esforços sejam direcionados para um reinício no dia 8 de setembro. Ao Centro estão sendo oferecidas algumas salas do CT e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, mas em número insuficiente para atender a todos.

Fim da fila da Faculdade de Educação

Na parte de informes do Consuni, a decana do CFCH, Suely de Almeida, que assumiu provisoriamente o cargo de diretora da Faculdade de Educação, anunciou o fim da imensa e tradicional fila que se formava para inscrição nas licenciaturas. Ela comunicou que todos serão pré-inscritos e que a homologação da inscrição será feita por critérios acadêmicos. Suely avisou, entre outros pontos, que o programa de pós-graduação da Unidade teve sua proposta de reestruturação aprovada e que um novo edital deverá ficar pronto nos próximos dias.

CEG reage a críticas da 'grande imprensa'

Na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação, em 27/8, foi aprovada uma moção de repúdio à matéria veiculada pelo Jornal O Globo na edição dominical de 24/8. A matéria trazia como manchete a informação "violência afasta classe média do Fundão". Para os conselheiros, o jornal tentou, a partir do mau uso de informações cedidas pela própria assessoria da universidade, passar para a opinião pública uma imagem negativa da universidade pública, justamente no início da semana em que se encerravam as inscrições para o vestibular 2004. A reportagem do jornal ouviu professores e alunos. A diretora da Faculdade de Letras foi uma das entrevistadas e disse que teve sua fala totalmente distorcida do contexto. "Falei para o repórter que temos problemas de segurança como em toda a cidade do Rio de Janeiro, mas ele se limitou a publicar que eu tenho medo de sair daqui (do Fundão) à noite". O estudante Fábio Samu questionou: "Ano passado, o filho do Neguinho da Beija-Flor foi baleado na porta da Estácio de Sá e uma estudante ficou paraplégica por causa de uma bala perdida dentro daquele *campus* e os jornais não questionaram a falta de segurança naquela instituição".

O pró-reitor José Roberto Meyer propôs a moção de repúdio ao periódico e ressaltou o fato de que a reportagem de O Globo não procurou nenhum dirigente da reitoria. "Eu mesmo saio daqui todos os dias, às sete, oito horas da noite e de ônibus! Sabemos que temos problemas, mas a questão da violência tem que ser tratada como uma questão da cidade, do estado e não apenas do Fundão", reclamou.

Consuni também subscreve moção

Os conselheiros do Consuni, na sessão de 28/08, também decidiram subscrever o documento elaborado pelo CEG em relação à matéria de O Globo. Por sugestão de um dos representantes dos adjuntos do CCMN, professor Eduardo Siqueira, o texto será distribuído para ser lido em todas as Congregações.

Eleição na FE

Também representante do Centro e professor da FE, Marcelo Macedo, informou que será realizada uma pesquisa junto da comunidade para escolher, de forma paritária, a próxima direção da Unidade. A pesquisa acontece nos dias 30 de setembro e 1 de outubro. O resultado deve ser homologado pela Comissão Eleitoral no dia 2 e a Congregação realiza a eleição no dia 3. O prazo para inscrição de candidatos se encerrou na sexta-feira, dia 29/8. Ainda sobre a FE, a representante do CFCH, Ana Canen, informou que foi indicada pela decana Suely de Almeida para o cargo de diretora Adjunta de Pós-Graduação de sua Unidade, a Faculdade de Educação.

Os debates durante o processo eleitoral na FE também já estão marcados. Serão quatro eventos, realizados na Sala Anísio Teixeira, no prédio da Faculdade, no *campus* da Praia Vermelha. No dia 9/9, o debate acontece de 9h30 ao meio-dia; no dia 17/9, de 14 às 17h; em 25/9, no horário da manhã; e no dia 29/9, à tarde.

Conselho de Centro mantém sorteio como acesso ao CAp

Na sessão do CEG, a diretora do Colégio de Aplicação solicitou a palavra para informar sobre a decisão do Conselho Pedagógico de, no edital de acesso para 2004, inserir um exame de nivelamento para candidatos a uma vaga no ensino fundamental (de 5ª a 8ª series), antes de participarem do sorteio. O sorteio também acontece para as vagas para a Classe de Alfabetização. A diretora da Unidade, em resposta à uma matéria publicada no Jornal do Sintufrj informou que não houve uma 'disputa' entre professores que votaram a favor do exame de nivelamento e entre os representantes dos técnico-administrativos que, no Conselho Pedagógico, votaram pelo sorteio 'puro'.

Os representantes dos técnico-administrativos no colegiado do CAp recorreram ao Conselho de Centro do CFCH e convenceram seus integrantes de que não há a necessidade do nivelamento para os candidatos a estudantes do colégio. Segundo a professora Ana Canen, o Centro votou de acordo com a orientação da nova reitoria e que o sorteio foi entendido como a forma mais "democrática" de acesso à universidade. Vale lembrar que o reitor Aloisio Teixeira vem defendendo o fim do vestibular como forma de acesso à universidade e prometeu, ainda durante sua posse, encaminhar um projeto sobre o assunto a ser debatido pelos colegiados superiores.

Segundo a professora do CAp e ex-diretora da Adufrj-SSind, Regina Pugliese, a discussão sobre o acesso ao colégio é antiga e pedagógica. "Todo ano, o conselho pedagógico se reúne e avaliamos nosso trabalho, nosso projeto, as questões do acesso e a necessidade ou não do nivelamento". Segundo a professora, todos concordam que o sorteio é a opção mais democrática para o acesso à Classe de Alfabetização. Já em relação à 5ª série, alguns professores defendem que o colégio tem que considerar o histórico anterior do aluno e os conteúdos que ele recebeu durante a educação infantil. Outros consideram que a escola tem que trabalhar com qualquer aluno, independente da capacidade que ele terá para acompanhar as séries seguintes.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Mais Unidades apresentam diferença de calendários

Ao longo da semana que passou, a reportagem da Adufrj-SSind continuou o mapeamento do reinício das aulas nas diversas Unidades da UFRJ. Mais uma vez, destacou-se a diferenciação de calendários. Até dentro de uma mesma Unidade.

Na Faculdade de Medicina, conforme informações da coordenadora de graduação da Unidade, professora Ana Borralho, o segundo período começou em 25 de agosto. Na Escola de Enfermagem Anna Nery, a coordenadora de ensino de graduação Isabel Cristina informou que as disciplinas que são ministradas por docentes da Unidade já começaram em 18 de agosto. A maioria das disciplinas que depende de outros cursos iniciará em 8 de setembro. No Instituto de Biologia, segundo uma das coordenadoras de ensino, professora Maria Leontina, as aulas também começam em 8/09. Apenas a recepção aos calouros será realizada a partir desta segunda-feira, dia 1º de setembro.

Na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), a diretora Aracéli Cristina comunicou que o conselho departamental da Unidade decidiu pelo reinício das aulas em 8 de setembro. A data foi aprovada para dar tempo aos coordenadores de efetivar as inscrições dos alunos, que ainda poderiam acessar o sistema de registro acadêmico até 30 de agosto. Outro motivo é o fato de a FACC utilizar salas de outros cursos do *campus* da Praia Vermelha que estiveram em greve de docentes e que ainda convivem com a greve dos técnico-administrativos.

A diretora da Escola de Belas Artes (EBA) informou que o reinício das atividades será feito no dia 8 de setembro, por decisão unânime da Congregação da Unidade.

Já a Escola de Química dividiu seu começo de segundo período em duas etapas: diante da impossibilidade de fechar as pautas até 8 de setembro, as disciplinas teóricas terão início até esta segunda-feira (dia 1º); as disciplinas experimentais começarão no dia 15/09. As informações estão na página eletrônica da Escola e foram confirmadas pela diretora Belkis Valdman, após a sessão do Consuni de 28/08.

CCMN

Com as chuvas que inundaram as salas de aula do Centro na semana passada, o início do período no local ficou indefinido, podendo ocorrer em 8 de setembro (veja matéria na página 2).

Resenha

Servidoras perdem mais

Areforma da Previdência vai pesar no bolso das futuras servidoras. O texto aprovado aumenta a idade mínima para a aposentadoria no serviço público, mas mantém como regra que as mulheres terão que contribuir por 30 anos e se aposentar aos 55 anos de idade. Isso obrigará a futura servidora a contribuir com um valor maior para a previdência complementar - quase o dobro dos homens - se quiser que sua aposentadoria seja igual ao salário da ativa. A matéria é de O Globo (25/08).

Calouros monitoram veteranos na ECO

A Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sofre com o sucateamento das instituições federais de ensino superior. Pela ausência de docentes, gerou-se na escola uma situação inusitada: alunos da graduação do 4º ao 6º período dando monitoria para colegas do 7º período. O problema ocorre com a disciplina de Telejornalismo II, cuja responsável é a professora Ivana Bentes. Segundo Ivana, esse esquema foi sugerido pela coordenadora do curso, professora Beatriz Becker, para que haja troca de experiência entre os estudantes. "Independente do período que cursam, os alunos que produzem o TJ (telejornal eletrônico dos alunos do 4º ao 6º período) podem passar sua experiência para os outros. Não há hierarquia neste projeto", justificou Ivana, em matéria da Folha Dirigida (28/08).

Cartas

Prezado(a) Colega ,

Ao reiterar que nossa discordância com a PEC-40 também pode se manifestar com o voto Abstenção, visto que Emenda Constitucional, para ser aprovada, precisa do quorum qualificado de 308 votos definidamente

FAVORÁVEIS (3/5 do total), solicito que as publicações do Sindicato incorporem, democraticamente, o arrazoado que se segue. E coloco-me à disposição para, concluída a votação em 2º turno da matéria, debater, com serenidade e respeito, a questão da Previdência Social no Brasil e os efeitos negativos - a nosso juízo - destas mudanças no Regime Próprio do Servidor Público. A compreensível irritação que a proposta do Governo, surpreendente e equivocada, provocou, não pode aniquilar nossa capacidade de diálogo e de discernimento sobre quem é aliado do interesse público e quem, mesmo com discurso enganoso, continua do outro lado.

Chico Alencar

EM RESPEITO AO SERVIDOR, A RESPEITO DA PREVIDÊNCIA

Argumentos que fundamentaram nossos votos na questão da Previdência, e que nos levaram – oito deputados do PT* - a, pela primeira vez na nossa história, não seguir a orientação do Partido:

1. Contrariando determinação do Diretório Nacional do PT – o que é muito sofrido para nós -, assumimos o risco de não seguir o Governo nesta matéria. Ao votar pela abstenção, não contribuímos para a aprovação da dita Reforma e sabemos das conseqüências desse posicionamento. Reconhecemos que, na prática, a abstenção tem o mesmo efeito de um **Não** ao Relatório final da Previdência, pois este necessitava, como toda Emenda Constitucional, de 308 votos SIM.

2. Discordamos desde o começo, no mérito e no método, do encaminhamento da Reforma, que é muito mais um conjunto de alterações no Regime Próprio do Servidor Público. Não poderia ser prioridade de governo atender reclamos do mercado e penalizar servidores, na ótica principal do ajuste fiscal. Modificações feitas no projeto original não alteraram contradições estratégicas com posições historicamente construídas e defendidas pelo PT. A decisão de não votar neste projeto teve a solidariedade e a acolhida de inúmeros lutadores sociais.

3. Na votação de destaques, havia um, encabeçado pelo PFL, que, ao propalar a supressão da taxação de aposentados, eliminava também o **limite de R$1.200,00 para a isenção.** Não mereceu nosso voto não apenas em função da deliberação da Bancada a respeito. Sua aprovação abria a porta para a cobrança de aposentados a partir do piso de R$240,00, **como acontece hoje em vários estados e 2146 municípios (sendo 9 capitais) onde a cobrança já é feita**, inclusive com amparo judicial. Destacou-se a emenda como tentando derrubar a taxação, mas ela também, ao deixar o vazio constitucional, garantia liberdade aos governadores e prefeitos – muitos deles do PFL –para cobrar dos aposentados a partir do piso. Os aposentados mais pobres teriam nas imprevisíveis e demoradíssimas disputas judiciais seu único recurso. A Emenda Constitucional que institui a contribuição previdenciária de aposentados - aprovada sem o nosso voto – determina que nenhum estado ou município poderá cobrar ou continuar cobrando de funcionários aposentados que recebam menos de R$1.200,00. Na União, a cobrança será a partir de R$ 1.440,00.

4. Foi derrubado também outro destaque – que contou com nosso voto – visando suprimir a redução de pensões. Mantido o texto original, que estabelecia diminuição em 50% das pensões a partir de R$ 2.400,00, votamos, com toda a esquerda, no acordo interpartidário que permitiu a queda da redução para 30 %.

5. Expressamos nossa oposição à retirada de direitos e quebra de contratos ao não emprestar os nossos votos para a aprovação do substitutivo da PEC 40, manifestando discordância global com o projeto.

6. Não temos nenhum prazer em votar contra a orientação do Governo, e só o fazemos em situações-limite. Não queremos sair do PT mas também não aceitamos que o nosso PT saia da trilha de sua coerência histórica e de seu compromisso com a mudança.

Chico Alencar

*** Ivan Valente** – PT/SP **João Alfredo** – PT/CE **Maninha** PT/DF **Mauro Passos** – PT/SC **Orlando Fantazzini** – PT/SP **Paulo Rubem** – PT/PE **Walter Pinheiro** – PT/BA **Chico Alencar** – PT/RJ

Movimento

Deputados aprovam reforma na Câmara

Câmara conclui votação da Reforma da Previdência em 2º Turno

Nem a rebeldia do PDT, que apresentou destaque em plenário para garantir subteto único nos Estados e municípios, quebrando o acordo entre os líderes partidários, foi obstáculo para o Governo conseguir concluir o 2º turno da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados. A PEC-40 acabou sendo aprovada em 27/08 por 357 votos favoráveis, 123 contra e 6 abstenções. A surpresa foi o voto contrário do deputado Walter Pinheiro (PT-BA), um dos oito petistas que se abstiveram de votar no primeiro turno. Agora a matéria vai para o Senado, onde também passará por dois turnos.

O destaque apresentado pelo líder do PDT, Neiva Moreira, seguia orientação do presidente nacional do partido, Leonel Brizola. Os pedetistas queriam um subteto salarial único para os três Poderes nos estados - e não separadamente para Executivo, Legislativo e Judiciário, como estava na proposta aprovada em primeiro turno na Câmara. O presidente da Casa, João Paulo Cunha, no entanto, indeferiu o destaque. Segundo ele, regimentalmente só podem ser feitas no segundo turno de votações de reformas constitucionais alterações que retirem partes inteiras do texto, e não aquelas que provoquem alteração no mérito, o que acontecia com a proposta do PDT. Além desse, João Paulo indeferiu outros cinco destaques individuais.

Entre os nove destaques que foram colocados em votação, e rejeitados em globo pelos parlamentares, três pediam a exclusão dos trechos que se referem à cobrança de contribuição previdenciária de inativos, e dois queriam a exclusão dos limites para as pensões. Outros três pretendiam excluir os seguintes dispositivos do texto da PEC: redutor para aposentadoria proporcional; revisão das aposentadorias por índice que garanta o valor real; e cálculo da aposentadoria pela média das remunerações. O último destaque estendia a paridade a todos os casos de aposentadoria, antes ou depois da publicação da emenda.

Com o assunto praticamente resolvido na Câmara, a Previdência começa a tomar conta dos debates no Senado. O presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), acredita ser possível concluir a votação em dois turnos até o início de outubro.

"Há interesse geral em votar imediatamente a reforma da Previdência, sem açodamento. Acredito que, sendo o desejo do País, de todos nós, a emenda será votada rapidamente", afirmou Sarney.

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL) declarou que só reunirá a bancada para discutir o assunto quando a reforma da Previdência chegar de fato ao Senado.

Tributária

O segundo turno da Reforma da Previdência seria votado na terça-feira mas, sob ameaça do PFL e do PSDB, o Governo acabou adiando a votação para hoje. O líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), já havia alertado de que não havia "clima" para a votação. Ele afirmou que o fato de o governo não aceitar mudanças na reforma tributária determinou a decisão da oposição de não votar a previdenciária na terça-feira.

O líder do PSDB na Câmara, deputado Jutahy Magalhães Jr (BA), disse que a votação das duas reformas no mesmo dia "encobriria os prejuízos que a reforma tributária causará para o contribuinte".

A oposição chegou, inclusive, a encaminhar ao Plenário requerimento de retirada de pauta da PEC-40. A proposta foi rejeitada por votação simbólica, mas devido ao pedido de verificação de quórum, os deputados realizaram votação nominal. O Plenário rejeitou o requerimento por 270 votos contra, 11 favoráveis e 2 abstenções.

Fonte: Andes-SN

Adufrj-SSind e a paralisação

A assembléia da Adufrj-SSind de 15/08 havia aprovado um dia de paralisação com atividades na data em que o Congresso fizesse a votação em segundo turno da Reforma da Previdência. No entanto, a indefinição do governo para o encaminhamento da questão inviabilizou qualquer trabalho de mobilização da seção sindical. A votação que ia ocorrer no fim da semana retrasada foi adiada para o dia 25; depois, para 26/08 e finalmente só ocorreu em 27/08, no fim da noite. O Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social também acabou não organizando nenhum ato no centro do Rio de Janeiro na semana que passou.

Andes-SN reage à ameaça da celetização

Avaliação do comando de greve é que a ação da Procuradoria aprofunda medidas pelo Estado Mínimo

Aprofundamento das medidas que visam instalar o Estado Mínimo no Brasil. Esta afirmação resume o pensamento do Comando Nacional de Greve do Andes-SN sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2968/DF, que pretende anular a transposição dos servidores que eram regidos pela CLT para o RJU, em 1990.

A ADI foi apresentada ao Supremo Tribunal Federal em 15/08 pela Procuradoria Geral da União. Caso seja julgada procedente pelo STF, esta ação fará com que parte dos servidores federais da ativa e até mesmo aposentados retornem para o regime anterior (Regime Geral da Previdência Social).

De acordo com informe divulgado no Comunicado nº 22 do CNG/Andes-SN, datado de 23 de agosto, a iniciativa da Procuradoria não está fora do contexto da Reforma da Previdência. "Como o governo teve que aceitar a manutenção da integralidade (mesmo com base apenas no vencimento básico) e a paridade da aposentadoria para os atuais servidores, recorre agora a essa ADI com a intenção de transformar milhares de servidores públicos estatutários em celetistas", diz um trecho do comunicado. A perda dos direitos previstos no RJU levará à conseqüente diminuição dos gastos do governo com estes aposentados. Pior: com a proximidade da reforma trabalhista, mais perdas poderão estar a caminho.

"Este conjunto de ações serve para dar continuidade ao cumprimento das exigências do Banco Mundial e do FMI e aponta para a privatização das universidades. Uma das condições para que isto aconteça, é a redução do quadro de servidores estatutários. Tal concepção encontra-se explicitada na última publicação do Banco Mundial (maio de 2003), referente ao Brasil (*Brazil: Equitable, Competitive, Sustainable* – p. 57), que apresenta, como uma contribuição para os debates políticos para o novo governo eleito em 2002, "cálculos de que o pagamento com o pessoal inativo tem um custo acima de 1/3 de todo o pessoal". Cita, também, que o "Regime Jurídico Único (RJU), protegido pela Constituição de 1988, torna impossível para muitos estados contemplar reajustes salariais por colidir com a Lei de Responsabilidade Fiscal".", diz outro trecho do comunicado.

Para fazer frente a esse novo ataque aos direitos dos servidores públicos, o CNG-Andes-SN definiu alguns encaminhamentos, como a contratação de um jurista especialista em direito constitucional para produzir um parecer sobre a ADI. Já foi enviado para as seções sindicais a análise preliminar sobre a ADI produzida pela Assessoria Jurídica do Andes-SN.

Já está sendo articulada, com a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais, uma campanha perante o STF para manter a constitucionalidade do artigo 243 do RJU. Um texto será produzido sobre o assunto para os parlamentares. Além disso, será solicitado ao Grupo de Trabalho de Política Educacional do Sindicato para que seja feito um estudo sobre a ADI e sua inserção no conjunto das políticas de desmonte do Estado. Outros GTs do Andes-SN devem ser chamados para auxiliar na tarefa.

Audiências

Serão solicitadas audiências junto ao Poder Judiciário e ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Com este último, a reunião terá o objetivo de conseguir seu parecer sobre a ADI. Serão recuperados ainda os pareceres jurídicos sobre conteúdos similares a essa ADI, contidos no projeto de reforma do Estado de Bresser Pereira e levantadas as possíveis implicações da ADI para os estados e municípios.

Para as Seções Sindicais

No que se refere às ações das Seções Sindicais, o CNG indica que esse tema seja inserido na pauta das próximas assembléias. "Pela amplitude e pelo impacto brutal das conseqüências que essa medida pode acarretar sobre todos os professores que ingressaram nos quadros de nossas universidades antes de 11/12/90, é imprescindível organizar imediata e forte mobilização para enfrentá-la", disse o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, em circular enviada às SSind em 25/08.

Movimento

40 mil mulheres protestam em Brasília

Marcha das Margaridas reúne 40 mil mulheres em defesa da Reforma Agrária

Depois de dois anos de preparação, cerca de 40 mil trabalhadoras rurais realizaram na última terça-feira, em Brasília, a Marcha das Margaridas – 2003 Razões para Marchar. O movimento reivindica a participação na reforma agrária; política de valorização do salário mínimo; maior atenção à saúde pública, com assistência integral à mulher; e o combate a todas as formas de violência e discriminação no campo, foi organizado pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), federações estaduais de trabalhadores na agricultura e cerca de 5 mil sindicatos de trabalhadores rurais.

As trabalhadoras rurais também aproveitaram a manifestação para protestar contra a impunidade dos responsáveis por crimes no meio rural. Um deles foi o assassinato da líder sindicalista Margarida Alves, ocorrido há 20 anos em Alagoa Grande, na Paraíba. Até hoje os assassinos e os mandantes do crime não foram punidos.

Antes do início da Marcha, uma comissão de representantes das camponesas esteve reunida com o presidente em exercício, José Alencar, para entregar a pauta de reivindicações. Os ministros do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, da Assistência Social, Benedita da Silva e da Secretaria Especial da Mulher, Emília Fernandes, além do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Marcelo Rezende, do presidente da CUT, Luiz Marinho, e de um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Paulo Rodrigues, participaram da Marcha. O CNG/ANDES-SN também participou.

O ato começou com a concentração das manifestantes no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade. Durante toda a manhã houve atividades artísticas e de aquecimento. Um palco foi montado no centro do pavilhão onde foram realizadas apresentações de bandas regionais. Depois de vários discursos de líderes rurais e de um almoço a base de arroz, feijão e carne, as trabalhadoras do campo, acompanhadas por dois carros de som, começaram a passeata em direção ao Congresso Nacional.

Quatro vias do Eixo Monumental foram interditadas desde às 11h30, no sentido Centro de Convenções – Estação Rodoviária do Plano Piloto. Neste trecho, o trânsito de veículos foi feito em apenas duas faixas e houve um grande congestionamento. A Esplanada dos Ministérios ficou interditada das 13h às 17h.

A forte chuva que caiu no início da tarde não atrapalhou a caminhada, que prosseguiu normalmente. No gramado central da Esplanada, aconteceu, por volta das 16h, o ato público, que marcou o desfecho da Marcha. As manifestaram andaram seis quilômetros, do Parque da Cidade até a frente do Congresso Nacional.

No ato de encerramento, o secretário-geral da Presidência da República, ministro Luiz Dulci, que estava representando o presidente Lula, afirmou, em seu discurso, que não haverá verdadeira igualdade no país se não houver igualdade racial e de gênero. Ele informou ainda que, na semana que vem, começará a ser negociada a pauta de reivindicações das camponesas.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, também falou às Margaridas. Afirmou que o governo se empenhou, no primeiro semestre, no Pronaf-mulher, programa de agricultura familiar que gera crédito para as trabalhadoras rurais, e propôs que o nome do homem e da mulher sejam colocados como proprietários, no caso de imóveis rurais, para garantir segurança a todos. "As mulheres saíram não para uma luta, mas para uma grande vitória", finalizou a ministra Benedita da Silva.

Fonte: Andes-SN

Agência Brasil/ Victor Soares

REFORMA AGRÁRIA, SAÚDE PÚBLICA, ASSISTÊNCIA INTEGRAL À MULHER E FIM DA VIOLÊNCIA NO CAMPO FORAM ALGUMAS DAS REIVINDICAÇÕES FEITAS PELAS PARTICIPANTES

Anote

Movimentos Sociais contra o desemprego

A Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais, que reúne desde a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Sem-Terra (MST) às pastorais sociais da Igreja Católica, vai realizar no próximo dia 13 de setembro manifestações contra o desemprego em todo o país. Será a primeira ação conjunta dos movimentos reunidos na recém-criada coordenação, cujo principal objetivo é pressionar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva a adotar uma agenda voltada para questões sociais. De acordo com os líderes dos movimentos, até agora a agenda foi dominada por questões econômicas.

Andes-SN garante registro sindical

O Diário Oficial da União 26/08, seção 1, página 55, publicou o despacho da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego concedendo o registro sindical ao Andes-SN. Segundo o presidente do Sindicato Nacional, professor Luiz Carlos Lucas, esta é uma vitória a ser comemorada, pois era uma luta travada desde a transformação da Andes em Andes-SN. Apesar de sucessivas vitórias nos tribunais, inclusive no Supremo Tribunal Federal, a burocracia daquele ministério vinha impedindo a concessão desse registro. Embora não vá modificar a atuação do Andes-SN, que sempre agiu como Sindicato independentemente do registro, a concessão deverá facilitar o trabalho, principalmente no setor privado das instituições de ensino superior.

@dufrj

Inscrições para o Fórum Social Brasileiro

As inscrições para participar do FSB serão feitas através da página eletrônica http://www.fsb.org.br. Há três tipos de inscrição: a de entidades, das quais serão cobradas taxas de R$ 50 (com direito a uma oficina, sem incluir delegado); e a de delegados de entidades (com taxa de R$10,00) e a de indivíduos (não pertencentes a nenhuma entidade), com taxa de R$20,00. As inscrições vão até o dia 15/10.

Opinião

Movimento de Professores e Movimento Sindical: Sobre o abaixo-assinado

Ivana Bentes*
Giuseppe Cocco**
Tatiana Roque***

Depois de termos proposto um abaixo-assinado contra a greve em que nos encontrávamos, gostaríamos de comentar nossa iniciativa e nossas motivações. O abaixo-assinado teve mais de 200 assinaturas de professores da UFRJ e a proposta de saída de greve venceu, na Assembléia Geral do dia 12 de agosto. Fazemos questão de ressaltar, no entanto, que as considerações apresentadas aqui não tratam exatamente dos mesmos problemas apresentados no abaixo-assinado e, portanto, não envolvem o conjunto dos signatários, mas apenas os três autores. Esse rápido balanço será dividido em quatro blocos:

1) *A confirmação prática da análise apontada pelo abaixo-assinado*

A pauta de greve era determinada de maneira pré-fabricada, articulada de maneira burocrática dentro de assembléias gerais esvaziadas, cuja gestão tinha o controle dos horários de votação.

As últimas AG's foram emblemáticas: 32 a favor da greve (3 contrários: os três autores dessa nota); 48 a favor do "indicativo de saída unitária da greve" (39 favoráveis à saída imediata); por fim, 78 pela saída imediata da greve e 75 pela continuação, no dia 12 de agosto. Ao passo que a participação aumentava, a gestão sindical perdia o controle da situação. Mas não apenas isso. Logo após a votação do fim da greve, deu-se prosseguimento à AG (após 17h30), para afirmar que a mobilização estava de pé e, como freqüentemente acontece, por meio da multiplicação avaliações, aguardou-se o esvaziamento da assembléia para votar a convocação de mais uma AG (3 dias depois), na qual organizar uma paralisação e manifestações contra a Reforma.

Com base no que foi votado nessa continuação artificial (de uma assembléia que decidiu pelo fim da greve), declarou-se aos jornais, em franco desrespeito ao fórum soberano, que quase tudo continuava como antes, que a Universidade continuava mobilizada contra a Reforma e etc. A manchete do primeiro jornal da ADUFRJ após a assembléia do dia 12 confirma o que estamos dizendo, ao destacar a paralisação (decidida na assembléia esvaziada do dia 15), ao invés do fim da greve (decidido na assembléia mais numerosa que tivemos).

2) *As críticas feitas pela ADUFRJ*

Não respondemos a essas críticas por achar que mereçam esclarecimentos. Pelo contrário, sua evidente má-fé apenas nos permite melhor apreender a necessidade de renovar a dinâmica do movimento docente. As críticas oficiais da ADUFRJ foram reunidas no Editorial do jornal de 11 de agosto (republicado, quase integralmente, em *O GLOBO*).

Os diretores rotulam o abaixo-assinado de ser um "discurso arrogante e autoritário". Após uma frase obscura sobre a "mistificação da omissão", afirmam que "estas pessoas desconhecem que a legitimidade da reunião de uma categoria (…) não se resume ao número dos presentes". E prosseguem, acrescentando que, se nossas críticas sobre a falta de legitimidade das AG's fossem efetivas, "as decisões seriam revertidas" e concluem que isso "não acontece" (sic!) porque, "a amostra" estaria em sintonia com o "universo" e porque "alguns dos que não reconhecem as decisões das Assembléias têm receio de comparecer e ver suas propostas derrotadas".

Mas na declaração de Cleusa Santos a O GLOBO, no dia seguinte ao fim da greve, lê-se que "há uma clara divisão na categoria". Não reconhecendo a decisão da AG que teve a maior participação, afirma peremptoriamente: "Somos contrários à Reforma".

Mas não foi dito antes que a "amostra está em sintonia com o universo"? Então, como afirmar, a partir da decisão pelo fim da greve, que a UFRJ "é contrária à Reforma". Deveria-se dizer, ao menos, que não há uma posição majoritária da UFRJ sobre o assunto, visto que muitos dos que decidiram pelo fim da greve podem ser contra a Reforma, assim como muitos dos que não iam às Assembléias poderiam ser a favor da Reforma. O fato é: sobre a Reforma, não podemos falar da posição daqueles que não foram às Assembléias; sobre a greve, podemos falar da posição dos que foram às Assembléias e da posição dos que assinaram o abaixo-assinado.

Qualquer forma de participação vale a pena, e deve ser bem-vinda!

A crítica mais veemente ao abaixo-assinado é, de fato, uma insinuação de que ele não representa uma mobilização contra **essa** greve, mas contra **a** greve, contra o sindicato em geral e contra os movimentos organizados (como consta no jornal da ADUFRJ). Sem antecipar a resposta que daremos abaixo, observamos que, a partir dessa insinuação, deixava-se de reconhecer que o abaixo-assinado era contra **essa** greve e propõe, portanto, um outro horizonte de debate sobre a Reforma, que torna precipitada qualquer avaliação de que a UFRJ é "a favor" ou "contra".

A amostra sindical é, portanto, apenas uma parte, o que confirma nossa profunda convicção de que o todo não pode ser medido pelas partes!

3) *As interpretações da imprensa*

Inútil dizer que o editorial de O GLOBO (14 de agosto) quis explorar de modo próprio o evento. Como era de se esperar, a tentativa da imprensa foi dizer que seria "simplista" pensar "que isto acontece porque este é um governo do PT".

Sem querer, nem assinar um cheque em branco a esse governo, nem falar pelos outros signatários, nós afirmamos, ao contrário, que promovemos **esse** abaixo-assinado contra **essa** greve porque **trata-se de um governo do PT**.

Isto nos possibilita pensar, enfim, que as reformas possam ter uma função positiva dentro da mobilização da sociedade, num quadro político que, se não é completamente adequado, é certamente produto dos movimentos sociais que constituíram o processo de democratização em nosso país. Muitas outras greves, nos últimos anos, não encontravam nosso acordo, mas não havia condições para se mobilizar contra elas. Dessa vez, as condições são outras e não é por acaso que, sem nenhum tipo de conhecimento recíproco, iniciativas semelhantes nasceram na UFF e na Uni-Rio.

Outro fenômeno, típico da mídia, foi procurar, no conjunto das assinaturas, os "grandes nomes" e hierarquizar uma mobilização que, ao contrário, tem sua base na dinâmica horizontal de inovação possibilitada pela Internet e impulsionada, em grande parte, por jovens doutores.

4) *Os próximos passos*

Contrariamente ao que tem afirmado a Diretoria da ADUFRJ, nosso esforço pretende reforçar o sindicato e as assembléias, a partir do aumento da participação e de uma evolução na pauta de mobilização das universidades públicas.

Isso passa por um duplo processo de inovação:

1) O uso de todos os recursos, inclusive aqueles proporcionados pelo desenvolvimento das forças produtivas, para facilitar a participação e aumentar a legitimidade do movimento. Isso significa, por exemplo, pensar a possibilidade de se usar a Internet para consultas mais abrangentes e fortalecer as instâncias de participação descentralizadas, no âmbito das unidades.

2) A mudança de pauta para a construção de uma nova fase de mobilizações nas universidades públicas. Não pretendemos antecipar os termos dessa nova pauta, mas apontar algumas linhas que podem aproximá-la do século XXI. A universidade pública enfrenta muitas dificuldades e a maior delas é, a nosso ver, a incapacidade de produzir um terreno positivo em relação aos desafios dramáticos que nossa sociedade enfrenta. Precisamos sair da defesa do *status quo*, ir além da reposição salarial, da recusa da Reforma da Previdência, da manutenção de um estatuto falsamente "público". Isso significa: não pensar apenas em reposição salarial, mas também em redução das clivagens salariais; não exigir apenas vagas de professores, mas também vagas de alunos; não defender apenas nossa aposentadoria especial, mas também a produção de um sistema universal; não pensar apenas no ensino gratuito para aqueles que tem acesso a ele, mas também no ensino pago dos que são obrigados a engordar os lucros das "fábricas de diplomas"; não se preocupar apenas com o estatuto do saber dentro da Universidade, mas também com sua produção na relação com o que está fora da Universidade; e muitas outras inversões de pauta que o real exige e que precisam ser pensadas, para além da falta de imaginação das consecutivas greves na Universidade.

Queremos um movimento realista, logo revolucionário!

*Profa Adjunta da ECO/UFRJ
**Prof. Titular da ESS/UFRJ
***Profa Adjunta do IM/UFRJ

Adufrj-SSind

Chapa Adufrj Autônoma e Democrática

Carta-programa

Os desafios para a universidade brasileira no século XXI são multidimensionais. No plano das políticas de Estado, a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, representando o mais importante partido da América Latina com origem na esquerda, poderia concretizar um programa de desenvolvimento autônomo, dirigido à maioria do povo, inaugurando um projeto alternativo ao neoliberal e, com isso, possibilitar oportunidades inéditas para as universidades públicas brasileiras. Entretanto, os compromissos assumidos com os setores internacionalizados (*Carta ao Povo Brasileiro*), acrescido de um arco de alianças que congrega grande parte das oligarquias, levou o seu governo a manter e, até mesmo, aprofundar a agenda neoliberal, sob a orientação do FMI (metas de inflação, superávit primário de pelo menos 4,75% do PIB até o final do governo e juros elevados), do Banco Mundial (Reforma da Previdência, Tributária e Trabalhista) e da OMC (liberalização do setor de serviços e dos investimentos). Nos marcos da "política do possível", o porvir da universidade pública continuará muito difícil. Somente com muita capacidade de análise, de diálogo, de organização e de luta será possível forjar alternativas para o futuro.

No plano da política para o ensino superior, a exemplo de 2003, o orçamento previsto para 2004 não cobre sequer o custeio básico das IFES, impedindo a sua necessária expansão e melhoria. As alternativas anunciadas pelo Ministro, infelizmente, mostram a permanência da agenda do Banco Mundial, ao admitir o fim da gratuidade assegurada no Art. 206 da Constituição Federal. Em termos salariais, o quadro igualmente não é favorável, em função da inexistência de verbas para a correção salarial e para o encaminhamento de pendências da greve de 2001, como a incorporação das gratificações e a implementação da nova carreira reivindicada pelo Andes-SN. Embora o MEC seja mais acessível, quando comparado com a gestão anterior, a rigor, nada de objetivo foi encaminhado, inclusive para impedir a privatização desenfreada do ensino superior no país: os credenciamentos seguem céleres ao sabor do mercado e, com isso, o espaço relativo das instituições públicas continua encolhendo.

No plano interno, um fato positivo foi o processo de escolha do novo reitor da UFRJ. A participação da comunidade pôde ser a maior da última década e o resultado foi respeitado pelo governo. As declarações públicas do novo reitor em defesa da universidade pública e contra a PEC-40 indicam que, com um trabalho político mais ousado, a instituição poderá ter sua autonomia fortalecida, em benefício da sociedade brasileira. As dificuldades cotidianas, em função do quadro esboçado, não poderiam ser pequenas: recursos escassos para pesquisa e em grande parte balizados por demandas privadas, bibliotecas desatualizadas, ausência de verbas para a participação em congressos e outros eventos acadêmicos, infra-estrutura precária, número excessivo de alunos por docente etc.

A *mercantilização* das atividades acadêmicas, potencializada pela penúria das verbas públicas, tem levado a uma violenta degradação do ethos acadêmico: prejudicando o rigor das pesquisas; enfraquecendo o projeto acadêmico da graduação e da pós-graduação; diferenciando os rendimentos dos docentes e dos "capitalistas acadêmicos"; hipertrofiando a competição, o individualismo e a mentalidade empresarial, e atrelando os cursos e pesquisas ao mercado.

No plano político interno, o capitalismo acadêmico enfraquece as formas solidárias de trabalho na universidade, reduzindo a participação nos conselhos departamentais, nos colegiados superiores e nos demais espaços coletivos. A participação no sindicato também vem sendo significativamente afetada, reduzindo a presença nas Assembléias e em outros foros da entidade.

Esses problemas têm de ser enfrentados de forma abrangente e corajosa e, nos espaços da Adufrj-SSind, o exercício da crítica e da auto-crítica terá de ser profundo, como já é tradição no movimento docente. A experiência das entidades representativas, no Brasil e em outros países, comprova que, sem enfrentar a privatização interna que penetra insidiosamente em todos os espaços acadêmicos, a ampliação dos espaços públicos não será possível.

O fortalecimento da esfera pública na universidade é, por conseguinte, decisiva. Mas para que o "público" possa se sobrepor ao "privado", é necessário um intenso trabalho de ampliação da participação dos docentes devotados a causa do ensino público e gratuito na Adufrj-SSind.

No biênio 2003-2005, o plano de lutas que nos propomos a encaminhar em conformidade com as deliberações dos Congressos e CONADs do Andes-SN, inclui, prioritariamente, a luta:

em defesa da previdência pública com regime de repartição, baseada no princípio da solidariedade entre as gerações, assegurando para todos a integralidade dos proventos e das pensões e a paridade de reajustes entre ativos, aposentados e pensionistas. Para assegurar esses direitos, devemos lutar contra a reforma neoliberal da previdência (PEC-40 e seus desdobramentos);

pela valorização salarial dos docentes, contra a política de gratificações produtivistas e a quebra dos princípios constitucionais da isonomia e da paridade entre ativos e aposentados (GED);

por verbas para a pesquisa não vinculadas às necessidades imediatas do mercado e em favor de um plano nacional de capacitação docente que assegure bolsas a todos os docentes em qualificação;

em defesa do princípio constitucional da autonomia, contra a subordinação da Procuradoria das Federais à Advocacia Geral da União, contra as disposições infra-constitucionais que impedem a efetiva aplicação do Art. 207, CF e descaracterizam o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;

e em prol da esfera pública na universidade, contra as diversas modalidades de privatização e de mercantilização da educação, tanto em âmbito interno como em âmbito nacional, combatendo as iniciativas da OMC e da ALCA que objetivam inserir a educação superior no rol dos serviços a serem liberalizados.

Há mais de uma década nós, militantes da Andes Autônoma e Democrática, estamos empreendendo ações que julgamos capazes de fortalecer politicamente o ANDES-SN, a entidade que historicamente vem articulando essas lutas no plano nacional. No âmbito da UFRJ, estamos empenhados em manter a Adufrj-SSind como uma entidade democrática, combativa e autônoma diante de governos, reitorias, partidos políticos e credos religiosos.

É com base nessa trajetória que vimos postular a direção da Adufrj-SSind (gestão 2003-2005) apresentando ao conjunto da categoria a síntese de nossa Carta-Programa:

1. Lutar pela democracia e por transformações econômico-sociais capazes de engendrar a superação da heteronomia decorrente da condição capitalista dependente e subordinada de nosso país, incapaz de forjar, soberanamente, o seu desenvolvimento científico, artístico, educacional e cultural. A luta contra as medidas que visam impor versões renovadas do velho pacto neocolonial ao país é crucial para configurar uma autêntica universidade pública, gratuita, de alta qualidade e universal. A defesa da universidade é, nessa perspectiva, um gesto em favor de melhores condições de vida para o conjunto dos brasileiros, dos povos latino-americanos, africanos e de outras regiões subordinadas.

2. Organizar juntamente com as entidades sindicais (Sintufrj, Fasubra, Servidores Públicos Federais, CUT), científicas (SBPC, ANPEd, ANPOCS, ANPUH, SBF, ABEM, SBQ etc), estudantis (DCE, UNE, ANPG) e demais movimentos sociais (MST, ATTAC etc) a luta contra o conjunto de medidas que tem o objetivo de aprofundar a privatização do ensino público, como os Tratados de Livre Comércio (ALCA/ OMC), participando de iniciativas como o Fórum Social Mundial e o Fórum Mundial da Educação e, localmente, contra as Reformas Administrativa e da Previdência.

3. Lutar pela viabilização de medidas que assegurem o financiamento público das universidades federais, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização do ensino público. Para tanto, propomo-nos a promover amplo debate sobre o processo de privatização que vem deslocando a universidade para a esfera privada com o objetivo de preservar e aprofundar a universidade como o lugar do pensamento crítico, inclusive crítico da própria ciência, da arte e de outras manifestações da criação humana.

4. Lutar pela inclusão de todos os docentes, inclusive os de 1º e 2º graus, na Carreira Única do Andes-SN e pela manutenção da estabilidade do emprego dos servidores públicos. Defendemos que estas ações estejam fundamentadas no *Projeto do Andes-SN para a Universidade Brasileira* e estejam organicamente articuladas com a luta em favor do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, edificado nos Congressos Nacionais de Educação (CONED's).

5. Lutar pela imediata correção dos salários dos docentes ativos e aposentados tomando como base as perdas inflacionárias e a malha salarial da nova carreira proposta pelo Andes-SN.

6. Lutar pela democratização da gestão das universidades e pelo fortalecimento de todas as instâncias e práticas capazes de constituir a universidade como uma esfera pública radicalmente democrática.

7. Prosseguir e aperfeiçoar as iniciativas capazes de promover ampla circulação das idéias na universidade, fortalecendo o Jornal da Adufrj e outras iniciativas capazes de democratizar a comunicação.

8. Ampliar e aprofundar as formas de participação da categoria, inclusive dos aposentados, no cotidiano da Adufrj-SSind, fortalecendo os Grupos de Trabalho, o Conselho de Representantes e as reuniões nas unidades.

9. Lutar pela preservação dos espaços e práticas democráticas de nosso Sindicato Nacional, combatendo quaisquer formas de debilitamento de sua democracia interna, e atuando ativamente nos eventos que forjam o ANDES-SN como um sindicato autônomo e democrático.

Conclamamos a categoria a participar ativamente do processo sucessório na UFRJ e a votar na Chapa Adufrj Autônoma e Democrática.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2003

Adufrj-SSind

Chapa Adufrj Autônoma e Democrática

A energia criadora dos professores que, em um breve intervalo de tempo, forjou, contra toda sorte de adversidades, instituições públicas de qualidade singular entre os países periféricos, está desafiada a responder, também em curto prazo, a desafios cruciais, entre os quais destaca-se, por relevância, o deslocamento das universidades para um lugar secundário nas políticas de Estado, situação dramaticamente constatável nas ofensivas contra a dignidade da carreira docente (desmonte da previdência pública, grave arrocho salarial, existência de gratificações em detrimento do salário básico), nas medidas de compressão das verbas, insuficientes até mesmo para o funcionamento mínimo das instituições e para a urgente expansão da oferta de ensino público e gratuito e na política econômica que aprofunda a dependência e a heteronomia cultural do país. Diante desse quadro, duas grandes perspectivas podem ser encontradas na universidade:

a) a crença de que está em curso uma globalização (etérea) e que, por isso, os Estados são instituições do passado, assim como os sindicatos e os movimentos organizados, tidos como "corporativistas", restando a defesa da transformação das instituições universitárias em organizações metamorfoseadas pelo capitalismo acadêmico, em que o grau de êxito "acadêmico" é mensurado pela capacidade de empreender negócios e captar recursos no mercado, perspectiva que celebra o individualismo, a competitividade e os acordos de natureza privada com o mercado e com os governos, em detrimento da liberdade e do rigor acadêmico e das formas coletivas de construção da esfera pública, e

b) o Estado é um lócus estratégico para as lutas sociais e, por isso, é preciso que as instituições e os movimentos empreendam lutas para ampliar a responsabilidade do Estado na universalização do direito de acesso ao conhecimento, lutando pela expansão da universidade e por verbas públicas regulares para assegurar, nos termos da Constituição, o exercício pleno da autonomia e do princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Faz parte desta orientação o fortalecimento dos espaços públicos da universidade, como a democratização dos conselhos e o encaminhamento solidário e coletivo dos grandes desafios mencionados, por meio do movimento docente e de outras iniciativas em defesa do ensino público e em favor da democratização da sociedade brasileira.

Convidamos você, professor, que, com seu trabalho acadêmico e com os seus gestos, tem defendido a universidade pública brasileira como uma instituição a ser situada no topo da agenda das políticas públicas, por ser um espaço único de livre produção do conhecimento e um dos principais meios de acesso de todos ao conhecimento científico, cultural, tecnológico e artístico, a prosseguir engajado na opção pela universidade pública, contra a mercantilização da educação.

Conheça na página 7 o programa da chapa ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA para a Diretoria da Adufrj-SSind, biênio 2003-2005, e fortaleça o movimento docente em prol de uma universidade pública, gratuita, autônoma, universal e de alta qualidade:

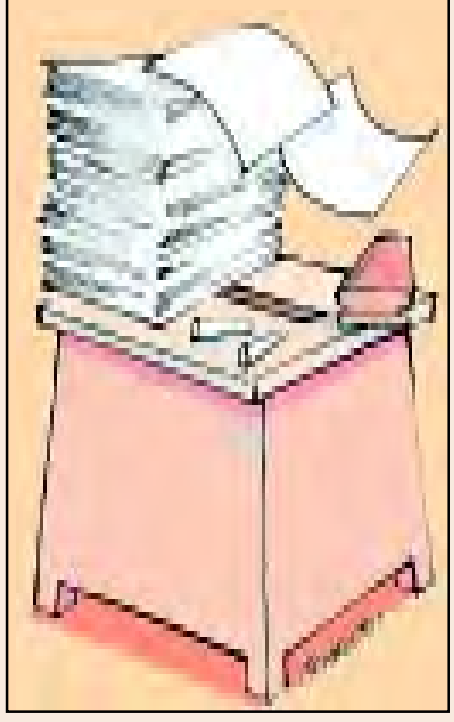
A chapa, intitulada "Adufrj-SSind Autônoma e Democrática", é composta pelos seguintes professores:

Sara Granemann
presidente,

Walcyr de Oliveira Barros
1º vice-presidente,

Janete Luzia Leite
1ª secretária,

José Miguel Bendrao Saldanha
1º tesoureiro



10 a 12 de setembro

Eleição para Diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

No jornal da Adufrj anterior (nº 105, de 25/08), a comissão responsável pelo processo eleitoral divulgou um quadro com proposta preliminar de distribuição das seções eleitorais. Para viabilizar a abertura das urnas no maior número possível de locais, a Adufrj-SSind encaminhou para todos os sindicalizados, em 22/08, um convite para participar no processo eleitoral como mesários.

A seção sindical solicita que a resposta seja encaminhada o mais rápido possível para a sede da entidade com o objetivo de viabilizar a proposta de distribuição das seções eleitorais

Participe!!

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 107 • 8 de setembro de 2003

Agenda Sindical

8 a 12/09 – Realização de seminários nos estados sobre a Reforma da Previdência
9/09 - Reunião do Comitê Rio do FSM
Rio de Janeiro (RJ) - Av. Rio Branco 109/16º andar, 18h, na sede do Corecon-RJ.
10/09 – Reunião do Comitê Rio do FSM
***Nova Iguaçu (RJ) - no CEPAL, na Rua Capitão Chaves, 60*, 15h - contato: 2669-2259**
10 a 12/09 - Eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
11/09 - Seminário sobre Reforma Sindical, Trabalhista e Cooperativismo
Rio de Janeiro (RJ), na sede da CUT-RJ, de 9h às 17h.
14/09 – Reunião ampliada da CNESF
19 a 21/9 - X Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
São Paulo (SP) - Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo
23/09 – Seminário dos Intelectuais e Senadores no Congresso Nacional
3 e 4/10 – Fórum Social Carioca
Nilópolis (RJ) - Cefet
15/10 – Posse da Diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind
31/10 a 2/11 – 47º Conad, com o tema central "Estado, Democracia e Serviços Públicos: essa luta é de todos nós"
Natal (RN)
6 a 9/11 – Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

Luta agora é no Senado
Página 2

CCMN restabelece salas inundadas aos poucos
Página 6

Mais uma vez, servidores tentam negociar com governo
Página 7

Le Monde: "Uma questão da nova ordem internacional"
Páginas 10 e 11

Professores elegem nova diretoria da seção sindical nesta semana

Nesta semana, de 10 a 12 de setembro, ocorrem as eleições da Adufrj-SSind para a diretoria e para o Conselho de Representantes. Todos os professores estão convidados a participar da votação para o fortalecimento do sindicato.

Para concorrer à diretoria, inscreveu-se a chapa única "Adufrj Autônoma e Democrática". Para o CR, inscreveram-se listas de treze Unidades. Apenas no caso do Instituto de Matemática, haverá disputa entre duas listas.

Leia mais sobre as eleições nas páginas 8, 9 e 12

Movimento

Luta agora é no Senado

CNG/Andes-SN avalia conjuntura em comunicado nº 25

"A suspensão da greve não significa abandono da luta". Essa afirmação dá o tom da avaliação da conjuntura feita pelo Comando Nacional de Greve, em seu comunicado nº 25 (datado de 31 de agosto). De acordo com o documento, o próximo passo do movimento docente deve concentrar-se na ação junto ao Senado "para um atento acompanhamento e possível intervenção no processo de tramitação da PEC–40/03".

Localmente, em cada estado, o reforço do trabalho conjunto com as demais esferas do serviço público e o fortalecimento da agora nomeada Comissão Nacional de Mobilização do Andes-SN são algumas recomendações do CNG. "Essas ações serão fundamentais para dar suporte às atividades a serem desenvolvidas pelo Comando Nacional Unificado de Mobilização, que será instalado com representantes das diferentes entidades da CNESF", diz um trecho do comunicado.

Como princípios para intervenção no Senado, o CNG listou os seguintes pontos: revogação da Emenda Constitucional nº 20; fim do fator previdenciário; integralidade de vencimentos; paridade entre ativos e aposentados; não-taxação de aposentados e pensionistas; não aos fundos de pensão privados ou públicos e limite do teto da remuneração pelo salário do Presidente da República. "A discussão sobre as reivindicações históricas do movimento docente, com certeza, se colocará em momento oportuno e exigirá de todos nós tratá-la com a mesma responsabilidade com a qual estamos tratando o processo em curso", avalia o CNG.

Sobre a suspensão da greve

O CNG/Andes-SN considerou a necessidade de indicar a suspensão da greve à Plenária dos SPF de 29/8, com base nos informes atualizados vindos das Assembléias de várias Seções Sindicais. Durante a Plenária, foi reconhecida a importância histórica do movimento e da inédita aproximação das entidades dos servidores das esferas estadual e municipal, entre outros aspectos. Para dar continuidade à luta contra a PEC-40, foi aprovada a elaboração de uma carta com avaliação da greve e que denuncie "as conseqüências nefastas da PEC-40/03 para o conjunto da sociedade brasileira". Também será realizada uma reunião ampliada da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais, neste dia 14.

Será mantido um Comando Nacional de Mobilização com representantes de todas entidades da CNESF para realização do trabalho político, principalmente no Senado. Também será elaborado e encaminhado um documento cobrando do governo a retomada imediata das mesas nacionais de negociações, das mesas temáticas e solicitando a conclusão do regimento das mesas setoriais (veja matéria na página 7). Um dia nacional de lutra contra a PEC-40 e uma outra Marcha contra a Reforma, em Brasília, são outras atividades apontadas pela Plenária para as bases do serviço público, entre outros pontos.

Elza Fiúza/Agência Brasil

SERVIDORES DEVEM CONTINUAR COM OS PROTESTOS

Sobre a greve

Uma importante questão que se evidenciou com a greve, na avaliação do CNG, "foi o descaso da CUT com os servidores públicos, potencializado e materializado no posicionamento de alguns dos seus atuais dirigentes em visível contradição com os interesses do conjunto dos trabalhadores e na omissão nos processos de mobilização e atos realizados para dar conseqüência à luta contra a privatização da Previdência".

Outra dificuldade verificada neste recente processo foi a mudança de comportamento de antigos aliados no Congresso. Os deputados ditos de esquerda , em sua grande maioria, agora fazem parte da base governista. "Isto criou enormes dificuldades para o trabalho de interlocução junto aos parlamentares, no sentido de que se posicionassem a favor dos trabalhadores e de que pressionassem o governo para que sustassem a tramitação da PEC-40/03 na Câmara Federal", diz um trecho.

Farsa da negociação

Além dos obstáculos, a greve conviveu com a farsa da negociação do governo junto aos movimentos sociais. Os episódios ocorridos durante a tramitação da PEC evidenciam esta postura: "em um extremo, a presença da tropa de choque no congresso, violência física a funcionários e parlamentares, o não acatamento de decisão judicial que autorizava a entrada dos servidores na plenária durante a sessão de votação da PEC e ameaça de corte de salário; no outro extremo, a punição de parlamentares que se posicionaram ao lado dos trabalhadores, com substituição em comissões, com exclusão de suas bancadas e finalmente com ameaças de sanções e expulsão de seus partidos".

Realização de debates

O CNG destaca ainda o trabalho de esclarecimento realizado sobre a verdadeira natureza da Reforma da Previdência junto às bases das entidades sindicais e à população em geral. "Os inúmeros debates, os seminários, os atos públicos, a panfletagem de material tratando do tema, os posicionamentos públicos de renomados especialistas e intelectuais e de vários conselhos universitários sobre a reforma confirmaram o caráter profundamente pedagógico de nossa luta".

As marchas à Brasília, uma delas com a presença de 80 mil participantes, mesmo sem o efetivo apoio da CUT, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e dos maiores partidos de esquerda, como ocorria em greves anteriores, foram consideradas importantes para a "ampliação qualitativa da unidade que vem sendo construída pelos setores do serviço público".

Caráter da reforma

Ficou claro, ainda de acordo com a avaliação do Comando, que a "reforma" não buscava atender os alvos enunciados pelo governo, tais como: o suposto déficit previdenciário, supersalários, garantia de aposentadorias e inclusão dos 40 milhões de excluídos do sistema público de seguridade. "Na realidade esta reforma representa uma imposição do FMI e do setor financeiro", afirmou trecho da avaliação.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

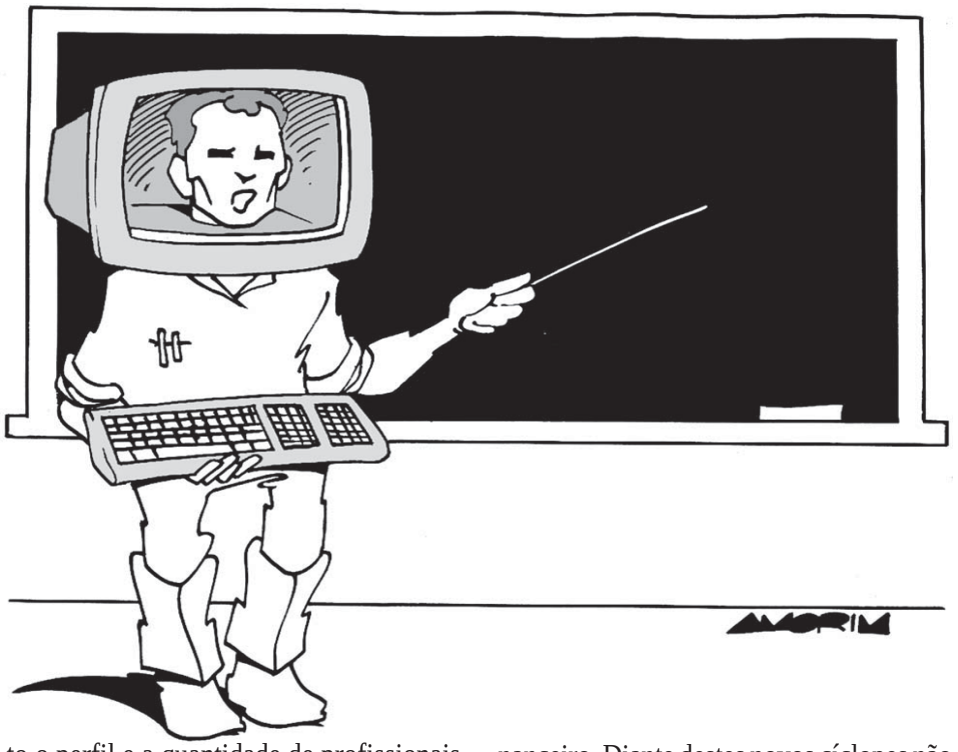
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Opinião

Academia de gênios pobres

Prof. Luis Paulo Vieira Braga*



Há alguns anos assisti a uma comédia norte-americana intitulada - Academia de gênios, ambientada em um "*college*". Uma de suas cenas chamou-me a atenção à época - durante uma aula em algumas carteiras, ao invés dos alunos, gravadores registravam as palavras do mestre. No quadro seguinte, o professor falava para uma platéia de gravadores e no último quadro ao invés do professor um gravador reproduzia sua preleção para atentos gravadores dos seus discípulos, os quais preferiam os laboratórios e bibliotecas para desenvolver variados projetos de robótica, genética, etc... O quadro negro e o giz remontam à antiguidade, as salas auditórios com cadeiras fixas tiveram sua origem nas escolas militares prussianas. Apesar da antiguidade dos métodos básicos para difusão do conhecimento nas ifes, já que laboratórios e boas bibliotecas são mais exceção do que regra, mesmo estes são precários (1). E assim, sem saber direito de onde viemos (2) e muito menos para onde vamos, claudicamos nesta retomada do período letivo.

Não depreendam do parágrafo acima que sou partidário do fim da aula expositiva. Pelo contrário, no Brasil, devido a incipiência do ensino médio e a carência de meios na universidade, o professor, muitas vezes, involuntariamente torna-se o único ponto de apoio para jovens carentes de formação científica, profissional e cívica, ajudando-lhes a desempenhar um papel ativo na sociedade. Por esta razão reajo criticamente ao absenteísmo e ceticamente às tecnologias que pretensamente visam a aumentar a produtividade docente pela via tecnológica. O absenteísmo tem sido a manifestação mais freqüente da desilusão e descrédito com que o docente encara suas atividades. Compreensível em alguns casos, mas injustificável.

Por outro lado as soluções tecnológicas carecem de recursos suficientes - a UNIREDE patina, ou são inseridas "ad-hoc" da rotina universitária que acaba por ignorá-las ou diluí-las.

A crise da universidade pública não é fruto exclusivo da falta de recursos, mas, principalmente, de não saber o que fazer com eles. O paradigma implantado a força em 1968 pelo regime militar privilegiou a formação de profissionais para atuar em ciências exatas e tecnológicas, mormente o segmento estatal. Com o ocaso do regime militar tem início um acelerado processo de privatização e desnacionalização do sistema produtivo nacional que mudou em muito o perfil e a quantidade de profissionais requeridos pelo mercado. Por outro lado, o crescimento das multinacionais, na verdade na maioria empresas do G7, alterou o mercado mundial e a geopolítica internacional, enfraquecendo a instituição estado - principalmente nos países pouco desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Portanto, se as metas para a universidade implantada na reforma de 68 não valem mais, se o próprio estado brasileiro busca um novo modelo, desconhecendo atribuições que antes eram indiscutívelmente suas, quais alternativas restam à comunidade das ifes ? Obviamente não tenho a pretensão de responder as estas questões, até porque não se trata apenas de um exercício intelectual, mas de adesão a um programa de ação viável.

Arrisco-me, apenas, a enunciar algumas idéias que podem motivar outros a desmenti-las ou aperfeiçoá-las.

O fato dominante da época atual é a globalização, fruto dos imensos recursos que as multinacionais vem movimentando transversalmente aos antigos impérios coloniais (3). Ao cabo deste processo teremos oligarquias mundiais, instáveis e inapropriadas para responder às necessidades de sustentabilidade do sistema econômico e ambiental a nível planetário. As guerras do Afeganistão e do Iraque têm menos a haver com um estado nacional ultrajado, os EUA (4), do que com interesses das multinacionais do setor energético. A duração e a intensidade deste novo período de trevas é de difícil determinação, mas seus efeitos no Brasil são claros - só até agosto deste ano, cerca de 80 bilhões de reais foram gastos para pagar juros ao sistema financeiro. Diante destes novos cíclopes não podemos pretender - que uma ação de sobrevivência, contribuindo assim para com o estabelecimento de uma nova sociedade civil a nível mundial, justa e solidária.

Considero que as ifes devam permanecer públicas, resistindo ao máximo tanto aos processos internos como às pressões externas para sua privatização.

Uma das frentes de ataque dos privatistas é a questão da cobrança de anuidades. Apesar do lema de modernidade, a justificativa para a cobrança baseia-se na negação de um princípio consagrado desde o estado novo - a de que a educação é um dever do estado e não da família. Ao instituir a cobrança em função da renda da família, está negando-se cidadania plena, rementendo-se o indivíduo de volta ao clã. Os mecanismos de concentração de renda no Brasil não serão sequer arranhados, se o foco de combate a eles fôr a expropriação de renda das camadas médias.

O outro bordão do campo privatista é a venda de serviços a empresas como meio de fortalecer os recursos extra-orçamentários. Esta questão merece um desdobramento, no qual pretendo destacar que mesmo nas atividades a fundo perdido já existe uma subcontratação dos recursos humanos da universidade pelo sistema produtivo (inter)nacional. Tenho uma visão bastante crítica do retorno para o país do atual sistema de pesquisa e pós-graduação. Não falta competência e seriedade à comunidade científica brasileira, mas, parece-me que ela não se deu conta da mudança de paradigma do desenvolvimento científico e tecnológico a nível mundial. O campo acadêmico puro não existe mais. Os laboratórios de multinacionais e suas equipes rivalizam com os similares das melhores universidades do mundo. Pode-se mesmo prever que estes segmentos se fundam, dada a velocidade de conversão invenção-produto.

Infelizmente, como se pode ver, a população mundial não está necessariamente vivendo melhor por causa disto. As novas oligarquias globais, assim como as velhas oligarquias regionais são míopes para além daquilo que necessariamente excluem. Por este motivo o Brasil continua sendo fraco na produção de patentes apesar de ter tantos doutores formados nas melhores universidades dos países do G7. Igualmente, pelo mesmo motivo, o Brasil continua fraco em quadros qualificados. Apesar de gastar tanto na formação de doutores no exterior - estes, ou não voltam, ou não ficam. Em suma, suspeito que boa parte do esforço de pesquisa de cientistas brasileiros, trabalhando aqui ou no exterior, acabe por engordar as receitas das empresas multinacionais, via a captação dos resultados do sistema de pesquisa dito acadêmico.

Mais evidente ainda é a venda explícita de consultoria. Se ela se justificava na fase estatizante da economia, em nome do desenvolvimento da tecnologia nacional, não vejo porque uma universidade pública deva colocar o que tem de melhor a serviço de multinacionais. Considero que as prestações de serviços justificáveis são aquelas orientadas para órgãos públicos, terceiro setor e empresas estatatais. Mesmo estas atividades devem atender a metas limites para que não se caia na falácia da universidade auto sustentada.

No momento em que o novo governo anuncia o orçamento para 2004, propagando a idéia de que a solução para o Brasil é a parceria com o setor privado através do regime de concessões, lembro-me da letra de Raul Seixas - A solução é alugar o Brasil. Os estrangeiros, eu sei eles vão gostar. Tem o Atlântico, tem vista para o mar. A Amazônia é o jardim do quintal. E o dólar deles paga o nosso mingau.

---

*Professor do Instituto de Matemática

1 Carta de João Eduardo Fonseca - Gabinete da Reitoria UFRJ - O Globo-31.08.2003

2 Carta de Flavio Miguez de Mello - O Globo 31.08.2003

3 Império, Hardt e Negri, Editora Record 2001

4 WhiteHouseforSale.org.br

Colegiados

CEG apóia estudante que sofre ação na justiça

Colegiado também discute calendário 2004

Na última sessão, no dia 3/9, o Conselho de Ensino de Graduação aprovou uma nota de apoio ao conselheiro discente Fábio Samu. A motivação da nota foi uma ação na justiça comum encaminhada pelo professor do departamento de Filosofia do IFCS, Vilmar Vale Barbosa contra o estudante. O conselheiro vem, desde o ano passado, questionando a cessão do professor Valmir pela UFRJ à Universidade Federal de Juiz de Fora, fruto de um convênio estabelecido entre as instituições em 1997. Segundo o aluno, que teve acesso ao processo sobre a cessão do professor junto à direção da Unidade, o docente não teria regularizado sua situação de afastamento ou cessão e o departamento estaria perdendo a oportunidade de preencher uma vaga que poderia ser ocupada com uma contratação temporária.

Na nota, o colegiado de graduação elogia a conduta do estudante e dá apoio às iniciativas do representante de pedir esclarecimentos junto ao departamento e à direção do IFCS.

O sub-reitor de graduação, José Roberto Meyer, disse que vai aguardar um parecer da Comissão de Legislação e Normas para decidir sobre a necessidade ou não da instauração de uma comissão de sindicância para apurar o processo que envolve o estudante e a situação do professor Valmir. José Roberto adiantou, no entanto, que vai solicitar ao reitor o apoio para custear a defesa do estudante. O sub-reitor informou que a universidade não pode acionar seus procuradores para a defesa de Samu por conta de uma portaria que transferiu a procuradoria da instituição para o âmbito da Advocacia Geral da União.

Críticas à ação na justiça

Sem entrar no mérito sobre as acusações feitas por Samu ao docente da Filosofia, os integrantes do CEG criticaram o fato de o professor ter encaminhado o caso para a Justiça comum. Fábio Samu também criticou uma moção de repúdio a sua pessoa aprovada pelo departamento de Filosofia do IFCS, no dia 22 de janeiro de 2003. Na moção, os conselheiros do departamento repudiam o comportamento do estudante por divulgar "dossiês apontando supostas 'irregularidades comprovadas' com trechos extraídos de processos administrativos, em que acusações são feitas levianamente antes de se pronunciarem as partes envolvidas e ouvidas as autoridades competentes", como diz um trecho da nota. Segundo Samu, a moção foi aprovada sem o conhecimento da maioria dos integrantes do conselho departamental e em uma sessão em que teria sido impedido de acompanhar por seus integrantes.

Boa fé

A redação do Jornal da Adufrj-SSind ouviu diretor o do IFCS, Franklin Trein, sobre o assunto. Para o diretor, o estudante age de boa fé quando questiona a falta de professores no quadro da Unidade, mas criticou os procedimentos adotados pelo aluno. "Acho que a universidade merece mais respeito de todas as partes", disse, considerando que o CEG deveria ter solicitado esclarecimentos da direção da Unidade e dos demais envolvidos antes de tomar uma posição em defesa do estudante. Segundo Franklin, Samu não estaria sendo processado pelo docente enquanto conselheiro e sim como cidadão, já que o estudante teria divulgado fragmentos de um processo interno da instituição para outras instâncias da universidade, como a imprensa ou a assembléia legislativa. "Ele tem o direito de ter acesso ao processo enquanto conselheiro, mas não poderia ter copiado fragmentos do mesmo e ter divulgado este material através de cartas endereçadas a pessoas que não fazem parte da universidade", questionou.

O diretor da Unidade confirma a cessão do professor do departamento à UFJF e disse que o convênio deveria ter sido renovado em 2001, após o término do acordo entre as instituições. Para Franklin, isto não foi possível pois a universidade se encontrava em plena era Vilhena e as tramitações institucionais eram emperradas pela reitoria intervencionista. Segundo o professor, Valmir não manifestou neste período junto à direção da Unidade qualquer desejo em ser transferido definitivamente ou de permanecer no quadro da UFRJ. Segundo Franklin, o docente "continua exercendo suas atividades junto ao grupo para o qual foi cedido". O diretor não soube informar, no entanto, sobre a regularização da situação do docente. Segundo ele, o processo com esse questionamento foi encaminhado diretamente pelo aluno ao ex-reitor Carlos Lessa durante uma sessão do Conselho Universitário

Procuradoria dá parecer favorável a estudante

Em 17 de fevereiro deste ano, o Procurador-Geral da UFRJ, Ronaldo Medeiros de Albuquerque, assinou um parecer em que declara, com base no artigo 5º da Constituição Federal, que o representante dos estudantes estava no seu direito enquanto cidadão quando solicitou esclarecimentos sobre a situação do professor à direção da Unidade. Segundo o artigo constitucional, publicado no parecer da procuradoria, "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seria imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

Calendário

No colegiado, a sub-reitoria de graduação apresentou uma proposta de calendário acadêmico para o ano que vem que teria como início do primeiro período o dia 1º de março e, como término do semestre, o dia 16 de julho de 2004. O segundo período seria iniciado em 2 de agosto e finalizado em 17 de dezembro. As exceções ficariam apenas para a Faculdade de Medicina e para o Colégio de Aplicação. A Medicina começaria no dia 19 de fevereiro e terminaria suas atividades do ano em 23 de dezembro, com um intervalo entre os períodos de 16 a 26 de julho. O CAp finalizaria sua proposta nesta semana. O colegiado decidiu esperar a decisão do Conselho Universitário que se reúne nesta quinta-feira, 11/9, para definir os atos acadêmicos. Estas datas deverão ser apresentadas como proposta pelo sub-reitor José Roberto na sessão do Consuni.

Faculdade de Educação tem novo edital para pós-graduação

Durante a sessão do CEG, a professora e atual coordenadora Adjunta da Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Ana Canen, informou que foram publicados no dia 29 de agosto os editais de seleção para os cursos de mestrado e doutorado da Unidade. O edital de mestrado em Educação prevê a aprovação de até 18 candidatos e o edital do doutorado abre até 10 vagas para curso. As linhas de pesquisa, tanto no mestrado como no doutorado, são agrupadas em dois eixos: Educação e Sociedade (ES) e Planejamento, Política e Gestão Educacional (PPGE). No eixo ES, o candidato pode optar por duas linhas: Currículo, Teorias e Práticas Pedagógicas; e Argumentação e Representações Sociais. No eixo PPGE, outras duas linhas de pesquisa são oferecidas: Instituições Educacionais: história, estrutura e destinatários; e Política, Gestão e Avaliação Educacional. As inscrições para o programa de pós-graduação da Unidade se encerram no dia 3 de outubro.

Os dois editais fazem referência logo no *caput* que "não houve inscrição referente ao edital nº 26 de junho de 2003, assinado pela diretora afastada Speranza França". A citação evitará, segundo Ana Canen, futuras ações na justiça que venham a ser promovidas pela diretora afastada, já que não houve nenhum prejuízo a nenhuma das partes pelo fato de o edital anterior ter seus prazos expirados e nenhum candidato inscrito.

A conselheira do CEG comentou, ainda, que no novo edital estão contempladas as participações tanto dos professores que se afastaram do programa durante a gestão de Speranza quanto dos que vinham participando dos cursos nos últimos períodos.

Eleições

A chapa "Reconstrução e Mudança", com os professores Marcelo Macedo Correia e Castro, candidato a diretor; e Renato José de Oliveira, candidato a vice-diretor, é a única inscrita para o processo que elegerá a nova direção da Faculdade Educação. A pesquisa à comunidade acontece nos dias 30/9 e 1/10 e Marcelo, que também é representante do CFCH no CEG, espera que a comunidade participe da consulta e compareça às urnas para dar legitimidade à próxima direção. O mandato de Speranza termina no dia 31 de dezembro, mas até o dia 15 de outubro a Unidade está sob a responsabilidade da decana do Centro, Suely de Almeida.

UFRJ

Sindicato denuncia agressão de fotógrafo durante reportagem na Letras

Conselheira relata incidente no CEG e sindicato pede retratação de diretora

A conselheira Ana Maria Ribeiro relatou na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação (3/9) uma agressão sofrida pelo fotógrafo do jornal do Sintufrj, Avanir Magalhães. Segundo a denúncia feita no colegiado e relatada em matéria do jornal dos funcionários (nº 582, de 1/09 a 5/09), Avanir foi submetido a constrangimento e recebeu um "soco no estômago" de um funcionário na Faculdade de Letras, quando tentava fotografar o restaurante da Unidade. Ana questionou, ainda, a postura da diretora da Faculdade, Edione Trindade, que também teria ameaçado o fotógrafo e o impedido de realizar as fotos para o Jornal. Ana Maria relatou que recebeu informações de funcionários da Unidade de que a diretora teria recolhido os jornais do Sindicato que foram distribuídos no início da semana. Ana chegou a comparar a professora com outro diretor de Unidade, Amâncio Paulino, do Hospital Universitário, que, segundo ela, também teria a prática "pouco democrática" de esconder os jornais da entidade quando veiculavam alguma matéria contrária aos interesses de sua administração.

Ana Ribeiro, que também é coordenadora do Sintufrj, comunicou que o assunto será levado pela diretoria do Sindicato para a reitoria e informou que a entidade não entrará com nenhum tipo de ação na justiça, mas denunciará a agressão nos espaços institucionais da universidade. O Sintufrj enviou ao reitor, na quinta-feira (4/9), um documento solicitando a retratação da diretora. O Jornal do Sintufrj informa também que, em Assembléia realizada no dia 2/9, os técnico-administrativos se solidarizaram com o fotógrafo e exigiram uma "resposta enérgica para neutralizar o autoritarismo e a arbitrariedade no *campus*".

Edione também é conselheira do CEG, mas não compareceu à sessão do dia 3/9.

Matéria sobre restaurantes universitários

O fotógrafo do jornal sindical estava na Faculdade para fotografar o único restaurante que funciona na Unidade, considerado um do mais equipados do *campus* do Fundão. A matéria foi pautada a pedido da própria conselheira do CEG, Ana Ribeiro. Ana explicou que a reportagem foi pensada como uma forma de abordar a questão da alimentação na universidade. Segundo a dirigente sindical, representantes da 'associação dos traillers' que funcionam no *campus* procuraram a direção do Sintufrj para denunciar que a vigilância sanitária estava dando tratamento desigual aos diversos estabelecimentos que funcionam no Fundão. Ana diz que o Sindicato não é contra a fiscalização da vigilância e que, na edição, o Jornal resolveu fazer uma reportagem que mostrasse a diferença da qualidade das instalações e da alimentação que é oferecida nos diversos Centros e Unidades da Cidade Universitária. A matéria abordaria ainda a necessidade da construção de restaurantes universitários para atender à comunidade, os tão esperados bandejões.

Diretora reconheceu intimidação, mas nega agressão

Edione Trindade negou a agressão ao fotógrafo, mas ao relatar sua versão para a redação do Jornal da Adufrj reconheceu que o profissional foi intimidado:

- Ele saiu como se fosse ligar (para o Sintufrj). Achei que ele tinha se sentido intimidado (com a abordagem dela e do dono do restaurante, Luiz Eduardo Barros), mas depois ele voltou e começou a fotografar.

Edione diz que estava almoçando "por acaso", quando viu Luiz Eduardo, o 'dono' do restaurante, se aproximar de Avanir para questionar se este havia pedido autorização à direção da Unidade para fotografar. "Aí eu me aproximei e pedi explicações sobre o que ele estava fazendo ali". Segundo Edione, Avanir não teria se apresentado nem informado sobre o "conteúdo" da matéria que seria produzida. A professora conta que pediu ao fotógrafo que ele ligasse para o Sindicato e solicitasse que algum diretor da entidade entrasse em contato com ela para que autorizasse o trabalho. Na sua versão, o profissional atendeu seu pedido mas teria retornado alguns instantes depois e começado a fotografar. Foi quando o funcionário Renato Samero, que a acompanhava, segundo a própria Edione, se aproximou do fotógrafo e, nas palavras da professora, "o pegou pelo braço e disse: - Rapaz, você não tem autorização. Edione diz que Avanir teria começado a gritar que o funcionário o agredia. A professora conta que Samero apenas ficou "braço-a-braço" com Avanir.

Para fotógrafo, houve agressão física e moral

- Quem pegou no meu braço foi ela (Edione). Ele (funcionário) deu o soco, de leve, e foi me escorraçando até a porta da Letras. Avanir conta, ainda, que a diretora da Faculdade se aproximou dele quando ainda estava conversando com Luiz Eduardo e perguntou: - qual é o seu problema, rapazinho?

Avanir diz que, quando chegou no restaurante, se apresentou a Luiz Eduardo, e posteriormente à diretora, como fotógrafo do Sindicato e que comentou o assunto da matéria que seria ilustrada com as fotos do restaurante. Quando viu que a diretora continuava insistindo no pedido de autorização por parte do Sindicato, decidiu apenas cumprir seu trabalho como fotógrafo. Foi quando o funcionário Renato Samero partiu para intimidá-lo junto da professora.

Diretora diz que estava "protegendo" a instituição

Edione argumenta que, como dirigente, deveria ter autorizado previamente o trabalho da reportagem no restaurante da Unidade. Vale lembrar que o jornal da Adufrj sempre teve o acesso livre às instalações da universidade para reportagens fotográficas. A diretora do Sintufrj, Ana Ribeiro, questiona a argumentação da diretoria da Letras. Ana diz que o espaço da universidade é público e que o jornal do Sintufrj é, inclusive, chamado por outros dirigentes universitários como a decana do CCMN, Ângela Rocha, para fotografar suas instalações (caso da recente inundação no Bloco F daquele Centro - veja matéria na página 6). "Enquanto alguns vêem a importância dos jornais para a comunidade, outros tratam os profissionais como bandidos", critica Ana, em referência à postura da diretora da Letras.

Bandejão é luta antiga

Há tempos que a comunidade universitária luta por restaurantes universitários nos *campi*. O custo por uma refeição nos espaços da universidade é muito alto, principalmente para os estudantes de baixa renda ou que dependem de bolsas-auxílio. Há ainda a disparidade nos serviços que são oferecidos pelos *traillers* e restaurantes que conseguem concessão para funcionar no *campus*. O reitor Aloisio Teixeira, já em algumas oportunidades e no seu projeto de campanha para a reitoria, anunciou a intenção de resolver o problema e criar restaurantes universitários. Exemplos existem em outras universidades públicas como na UFMG e na USP, onde a alimentação é subsidiada pelas instituições que mantêm complexos de alimentação administrados pelas próprias universidades. Eram estas e outras informações que o Jornal do Sintufrj pretendeu veicular com a reportagem trabalhada por sua redação com o apoio do trabalho fotográfico de Avanir Magalhães.

Vale lembrar, ainda, que, em outubro de 2000, o Jornal da Adufrj realizou reportagem sobre o tema e a redação fotografou, sem nenhum impedimento ou constrangimento, as instalações de outro restaurante, que funciona no Centro de Tecnologia, conhecido como "Burguesão". Também foram fotografados os *traillers* do corredor do CT e nenhum dos dirigentes do Centro impediu a reportagem ou solicitou qualquer tipo de credenciamento para o trabalho no espaço da universidade.

Repúdio

A diretoria da Adufrj-SSind vem a público repudiar esse ato anti-democrático de truculência ocorrido na Faculdade de Letras e solicita à reitoria providências no sentido de coibir que atos dessa natureza se repitam na UFRJ.

UFRJ

CCMN restabelece salas inundadas aos poucos

Centro tenta acomodar 87 turmas diurnas para reiniciar aulas nesta segunda-feira, 8/09

Aos poucos, o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) começa a restabelecer as salas do bloco F2 atingidas pelas fortes chuvas da semana retrasada. Das 22 salas do local, quatro encontram-se em perfeitas condições, oito estão interditadas e as restantes estão sendo liberadas após alguns consertos, de acordo com informações da decana Ângela Rocha.

No entanto, ainda segundo a professora, a recuperação total do bloco só será possível após o fim da recuperação do telhado do Centro. A prefeita universitária Maria Ângela Dias, que vistoriou o local em 4/9, informou que a cobertura de metade do telhado será concluída em 15 dias. Para finalizar a outra metade, mais um mês e meio, de acordo com o funcionário da Prefeitura, Márcio Comforte, que é um dos integrantes da comissão de fiscalização da obra – financiada com recursos do CT-Infra1 – e que também esteve no CCMN. Mas mesmo esse prazo depende, ainda, de um período sem chuvas.

Enquanto a obra não acaba, a decania providencia salas com outras Unidades para atender às 87 turmas de graduação diurnas. Até o Centro Acadêmico de Informática cedeu seu espaço, provisoriamente, durante esta situação de emergência. Disciplinas oferecidas pelo CCMN para alguns cursos do Centro de Ciências da Saúde terão suas aulas no próprio CCS. O objetivo é reiniciar as aulas para todos nesta segunda-feira, dia 8 de setembro.

Força-tarefa

A decana disse ter obtido da reitoria a promessa de criação de uma força-tarefa para limpar e arrumar as salas atingidas pelas chuvas tão logo acabem as obras do telhado.

Bloco F1

Para não passar mais por dificuldades com espaço para salas, a decana pensa em modificar o bloco F1 para aproveitamento dos cursos de graduação. Ela esclarece que essa iniciativa, porém, também está sujeita a negociações. Inclusive com a comissão de vestibular, que utiliza parte deste bloco para guardar as provas do concurso.

"Rainha das águas"

Não é a primeira vez que a decana Ângela Rocha convive com uma situação destas. Em setembro de 2000, quando era diretora do Instituto de Matemática, uma tubulação de água arrebentou no segundo andar do prédio localizado no CT, inundando o local. Ângela, que enfrenta o problema com algum humor, já afirmou que está sendo chamada de "rainha das águas" por conta destes dois episódios.

Fotos: Kelvin Melo

CALHAS FORAM IMPROVISADAS DENTRO DAS SALAS PARA ESCOAR ÁGUA DO TELHADO

CORREDOR ALAGADO DENTRO DO CENTRO

METADE DO TELHADO ENCONTRA-SE EM FASE FINAL DE CONSTRUÇÃO

Movimento

Mais uma vez, servidores tentam negociar com governo

Andes-SN esclarece sobre a formação da Mesa de Negociação com o Ministério do Planejamento

No comunicado do CNG/Andes-SN nº 25 (datado de 31 de agosto), a diretoria do Sindicato Nacional informa sobre o andamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), formada por representantes dos servidores e do governo federal. A história deste processo é importante para refutar o argumento de que a greve foi o primeiro recurso utilizado pelos servidores, sem qualquer negociação anterior. A íntegra pode ser lida na página eletrônica do Andes-SN (www.andes.org.br).

Pode-se dizer que a MNNP teve sua origem no protocolo da pauta de reivindicações unificada dos servidores públicos federais no Ministério do Planejamento, em maio de 2002, durante o governo passado. O documento, de forma resumida, cita as perdas salariais dos servidores e o sucateamento dos serviços públicos.

Em consideração ao início da campanha eleitoral para a Presidência da República, em 28/8/02, a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) entregou para todos os candidatos um outro documento, elaborado a partir das decisões das Plenárias até então realizadas, mais uma vez com reivindicações em defesa do serviço público.

Em seguida, com a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, a CNESF encaminhou algumas solicitações de mesma natureza, com a expectativa de que fossem iniciadas as negociações, com a equipe de transição do futuro (agora atual) governo e antes do encerramento da votação do orçamento 2003.

No dia 6/12/2002, foi protocolado, ainda, o ofício 029.CNESF.2002, encaminhando a relação dos pontos mais urgentes da pauta dos SPF (reajuste linear e emergencial de 25,76%; incorporação das gratificações; cumprimento dos acordos de greve; não-desconto dos aposentados como forma de arrecadação para a concessão do reajuste). Como não houve nenhuma resposta, a CNESF protocolou, na Casa Civil da Presidência da República, em 8/1/2003, o ofício CNESF 001/2003, encaminhando, de novo, a "Pauta de Reivindicação Unificada dos Servidores Públicos Federais – 2002" (vale destacar que a defesa da Seguridade Social era um dos itens do documento).

Em 19/2, foi lançada, no auditório Nereu Ramos, a campanha salarial 2003, com a atualização dos índices de perdas, constantes da pauta de reivindicações de 2002. Participaram do ato cerca de 1000 servidores públicos federais, que se dirigiram para o Palácio do Planalto para protocolar a pauta atualizada.

Depois de todas as tentativas de negociar os pontos da pauta, o governo respondeu com a convocação de uma reunião entre os representantes das entidades que compõem a CNESF e os Ministros do Planejamento, Fazenda, Previdência, Casa Civil, Secretaria da Presidência da República e do Trabalho, no dia 26/2/03.

Durante a reunião foi proposta a organização de uma Mesa Nacional de Negociação Permanente – MNNP com o objetivo de tratar de forma unificada todas as reivindicações dos SPF e estabelecer as bases para a institucionalização de um Sistema Nacional de Negociação Permanente. Todos os pontos da pauta, pelo protocolo firmado entre as entidades representativas dos SPF e os representantes do governo, devem ser submetidos à apreciação da MNNP. Para melhor organizar e agilizar o trabalho foram criadas quatro Comissões Temáticas (Política Salarial; Seguridade Social; Direitos Sindicais e Diretrizes de Planos de Carreira e Reconstrução dos Serviços Públicos) e previstas Mesas Setoriais para negociar as especificidades (não seria a pauta específica) junto aos diferentes ministérios. Os representantes do governo são coordenados pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Inicialmente, o governo propôs um calendário para a conclusão dos trabalhos tendo em vista a elaboração do orçamento geral da União de 2004.

A Bancada Sindical, como ficou chamada a representação das entidades dos SPF na MNNP, participou de todas as reuniões e atividades previstas; contudo, a Bancada do Governo não conseguiu responder às questões surgidas na mesa e nem cumprir o calendário que havia proposto, mesmo com os adiamentos que solicitou.

De concreto, até o momento, as discussões produziram apenas o protocolo de intenções e o regimento da MNNP e, após vários adiamentos de reuniões ou atividades previstas, em 23/7, a Secretaria de Recursos Humanos/MPOG suspendeu as atividades da MNNP.

A Plenária dos SPF realizada no dia 29/8, aprovou a elaboração de um documento cobrando a retomada das atividades da MNNP e a conclusão, em regime de urgência, do regimento das Mesas Setoriais para que as mesmas possam ser instaladas e para que as especificidades em relação aos diferentes ministérios possam ser discutidas e negociadas.

PEC 40 tramita no Senado

O presidente do Senado, José Sarney, reafirmou que a Casa tem soberania para decidir sobre a reforma da Previdência, e disse também que é possível, se houver acordo das lideranças, "fatiar" a matéria, deixando pontos polêmicos para etapa posterior, acentuando, porém, que ainda é muito cedo para fazer previsões sobre a tramitação da proposta na Casa.

Sarney explicou que o Senado "tem liberdade absoluta, de aprovar na totalidade, modificar ou recusar" qualquer proposta, e explicou o papel da Casa no sistema de funcionamento do Legislativo brasileiro: "Esta é uma câmara revisora e grande parte das matérias chegam aqui já bastante discutidas pela Câmara dos Deputados".

Mais tarde, o presidente do Senado repetiu estas colocações a uma comissão da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública, que foi recebida em audiência. O grupo estava acompanhado pelo vice-presidente da Casa, senador Paulo Paim (PT), autor de 12 emendas ao texto.

A reforma da Previdência está sob avaliação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – primeiro estágio de tramitação de propostas no Senado - e já recebeu 74 emendas até o fechamento desta edição (em 5/09). As emendas serão analisadas pelo relator, senador Tião Viana (PT-AC).

Fonte: Agência Senado

CNESF discute ADI

No dia do fechamento desta edição (5/09), a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) reuniu as assessorias jurídicas dos sindicatos filiados, na sede do Andes-SN, em Brasília, para discutir a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2968/03, sobre a transposição dos regimes dos servidores (da CLT para o RJU, em 1990). Mais detalhes sobre esta reunião serão divulgados no próximo jornal da Adufrj.

A ADI foi apresentada ao Supremo Tribunal Federal em 15/08 pela Procuradoria Geral da União. Caso seja julgada procedente pelo STF, esta ação fará com que parte dos servidores federais da ativa e até mesmo aposentados retornem ao regime anterior (Regime Geral da Previdência Social). No Supremo, a matéria está sob a relatoria do ministro Cezar Peluso.

Segundo avaliação do CNG/Andes-SN, a ADI "mostra que não há limites nas intenções de desconstituir os direitos duramente conquistadas pelos trabalhadores e servidores. Para mais este ataque contra os trabalhadores daremos as repostas jurídicas e políticas necessárias".

Adufrj-SSind

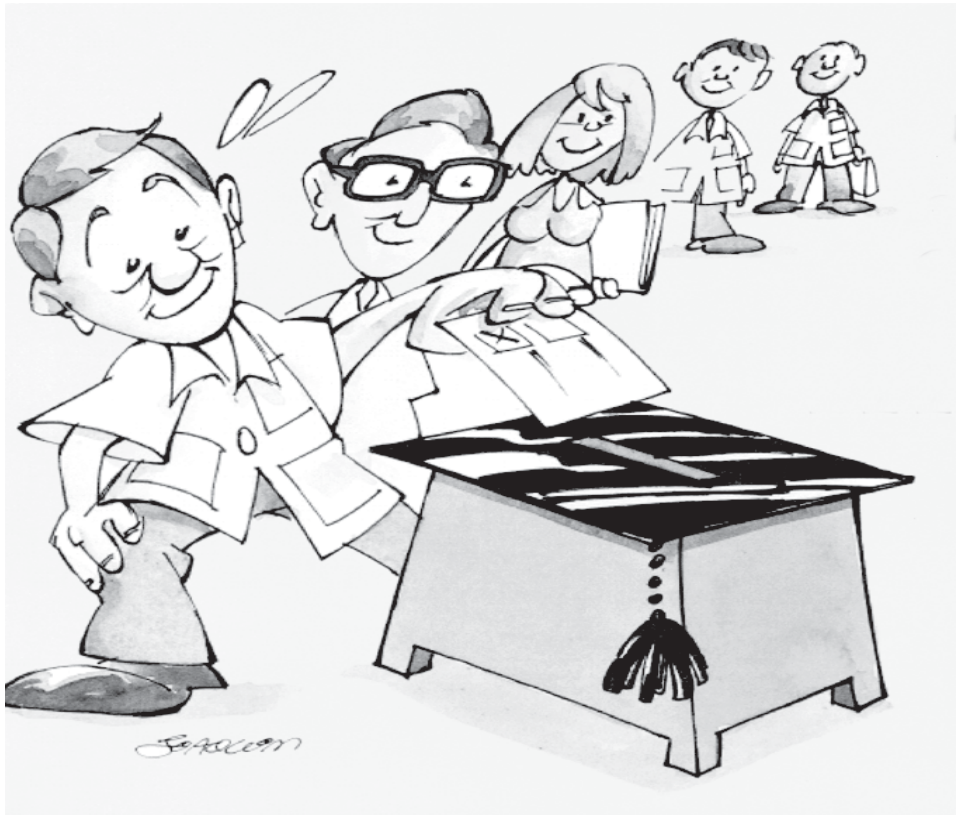
Universidade Pública: uma defesa necessária

Para a chapa *Adufrj Autônoma e Democrática,* quais são os desafios para a universidade brasileira hoje?

No plano das políticas de Estado, a vitória de Lula poderia concretizar um programa de desenvolvimento autônomo, dirigido à maioria do povo, inaugurando um projeto alternativo ao neoliberal e, com isso, possibilitar oportunidades inéditas para as universidades públicas brasileiras. Nos marcos da "política do possível", o porvir da universidade pública continuará muito difícil. Somente com muita capacidade de análise, de diálogo, de organização de amplos setores da sociedade e de luta será possível forjar alternativas para o futuro.

No plano da política para o ensino superior, a exemplo dos últimos anos, o orçamento previsto para 2004 não cobre o custeio básico da universidade, impedindo a sua imprescindível expansão e melhoria. O fim da gratuidade, assegurada no Art. 206 da Constituição, vem sendo recomendado pelo Banco Mundial e admitido pelo MEC como uma alternativa à falta de recursos. Em termos salariais, inexistem verbas para a correção salarial e para o encaminhamento de pendências da greve de 2001, como a incorporação das gratificações e a implementação da nova carreira reivindicada pelo Andes-SN. Os credenciamentos das instituições privadas seguem céleres ao sabor do mercado e, com isso, o espaço relativo das instituições públicas continua encolhendo.

No plano interno, um fato positivo foi o processo de escolha do novo reitor da UFRJ: a participação da comunidade foi ampla e o resultado foi respeitado pelo governo. As declarações públicas do novo reitor em defesa da universidade pública e contra a PEC-40 indicam que, com um trabalho político mais ousado, a instituição poderá ter sua autonomia fortalecida, em benefício da sociedade brasileira. As dificuldades cotidianas, em função do quadro esboçado, não poderiam ser pequenas: recursos escassos para pesquisa e em grande parte balizados por demandas privadas, bibliotecas desatualizadas, ausência de verbas para a participação em congressos



e outros eventos acadêmicos, infra-estrutura precária, número excessivo de alunos por docente etc.

A *mercantilização* das atividades acadêmicas tem levado à degradação do ethos acadêmico: prejudicando o rigor das pesquisas; enfraquecendo o projeto acadêmico da graduação e da pós-graduação; diferenciando os rendimentos dos docentes e dos "capitalistas acadêmicos"; hipertrofiando a competição, o individualismo e a mentalidade empresarial, e atrelando os cursos e pesquisas ao mercado. Essas práticas enfraquecem as formas solidárias de trabalho, reduzindo a participação nos conselhos da instituição e nos demais espaços coletivos. A participação no sindicato também vem sendo significativamente afetada, reduzindo a presença nas Assembléias e em outros foros da entidade. Sem enfrentar a privatização interna que penetra insidiosamente em todos os espaços acadêmicos, a ampliação dos espaços públicos não será possível.

Esses problemas têm de ser enfrentados de forma abrangente e corajosa. É crucial fortalecer os foros nacionais em defesa da universidade pública, fortalecer a atuação dos parlamentares que defendem a escola pública e aproximar as entidades acadêmicas dessas lutas. E, nos espaços da Adufrj-SSind, o exercício da crítica e da autocrítica terá de ser profundo, como já é tradição no movimento docente, pois o debate interno será intenso e positivo!

Quais são os compromissos da chapa *Adufrj Autônoma e Democrática* para gestão biênio 2003-20005?

Em primeiro lugar, no biênio 2003-2005, é nosso compromisso e responsabilidade agir no sentido de fortalecer a ADUFRJ - Seção Sindical e o ANDES – Sindicato Nacional como esferas públicas, mantendo-as como entidades democráticas, combativas e autônomas diante de governos, reitorias, partidos políticos e credos religiosos.

Em âmbito nacional, estaremos encaminhando o plano de lutas do sindicato em conformidade com as deliberações dos Congressos e CONADs do Andes-SN, o que inclui, prioritariamente, a luta:

em defesa da previdência pública com regime de repartição, baseada no princípio da solidariedade entre as gerações, assegurando para todos a integralidade dos proventos e das pensões e a paridade de reajustes entre ativos, aposentados e pensionistas;

pela implementação do projeto de Carreira Única do ANDES-SN (para todos os docentes, ativos e aposentados, de 1º, 2º, e 3º graus), pela valorização salarial dos docentes, contra a política de gratificações produtivistas e a quebra dos princípios constitucionais da isonomia e da paridade entre ativos e aposentados (GED/GID);

por verbas de pesquisa não vinculadas às necessidades imediatas do mercado e em favor de um plano nacional de capacitação docente que assegure bolsas a todos os docentes em qualificação;

em defesa do princípio constitucional da autonomia, contra a subordinação da Procuradoria das Federais à Advocacia Geral da União, contra as disposições infraconstitucionais que impedem a efetiva aplicação do Art. 207 da Constituição Federal e descaracterizam o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; e

em prol da esfera pública na universidade, contra as diversas modalidades de privatização e de mercantilização da educação, tanto em âmbito interno como em âmbito nacional, combatendo as iniciativas da OMC e da ALCA que objetivam inserir a educação superior no rol dos serviços a serem liberalizados.

No âmbito da UFRJ, lutaremos pela democratização da gestão da universidade para forjar uma esfera pública radicalmente democrática. Daremos prosseguimento e aperfeiçoaremos as iniciativas capazes de promover ampla circulação das idéias na universidade, fortalecendo o Jornal da Adufrj e outras iniciativas capazes de democratizar a comunicação. Além disso queremos ampliar e aprofundar as formas de participação da categoria, inclusive dos aposentados, no cotidiano da Adufrj-SSind, fortalecendo os Grupos de Trabalho, o Conselho de Representantes e as reuniões nas unidades. Para isso será necessário um intenso trabalho de ampliação da participação dos docentes devotados à causa do ensino público e gratuito na Adufrj-SSind.

Adufrj-SSind

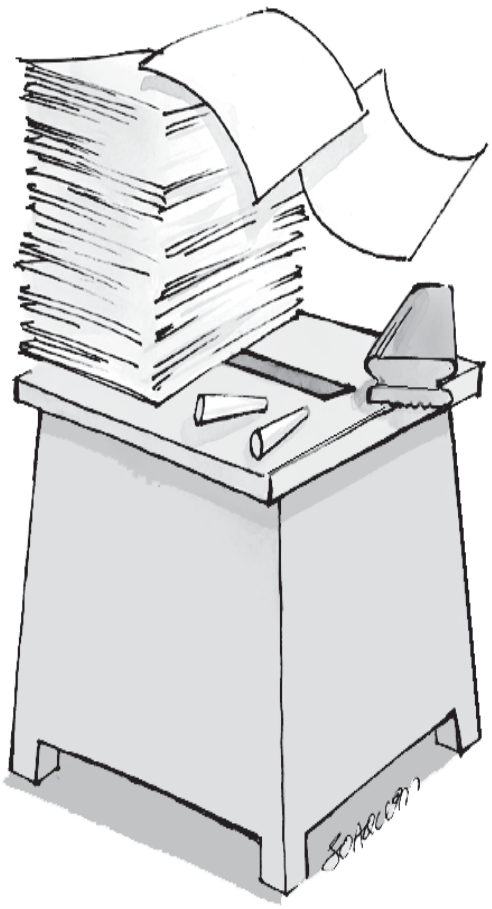
Apóiam a chapa Adufrj Autônoma e Democrática:

"A história recente da universidade brasileira seria outra sem as lutas do movimento docente. Um rápido retrospecto nos ajuda a avaliar o significado dessas lutas: "Nova República" (Projeto Geres), diferenciaria as universidades em "escolões" e "centros de excelência"; Collor teria instituído a cobrança de mensalidades; FHC implementaria a autonomia como recurso para privatizar as universidades (transformadas organizações sociais de direito privado) e a *celetização* dos contratos de trabalho (emprego público). A reforma da previdência em curso, se aprovada, será um duro golpe na carreira docente. Para escrever uma história alternativa, é preciso fortalecer nossa entidade representativa e, nesse sentido, o voto na Chapa *Adufrj Autônoma e Democrática* é um voto a favor da melhor tradição do movimento docente: os seus membros estiveram na liderança nacional do debate sobre a (contra) reforma da previdência e têm um profundo compromisso com os valores e princípios que seguem inspirando as lutas pela universidade pública, gratuita, laica, autônoma e de qualidade."

Roberto Leher
Prof. Adjunto da Faculdade de Educação e ex-Presidente do Andes-SN (2000-2002)

"Acredito que, como eu fiz durante anos, muitos dos associados desta Seção Sindical contentam-se com o fato de serem associados, sem participarem efetivamente das lutas e campanhas empreendidas por um pequeno grupo de abnegados docentes que trabalham duro em prol de todos os professores da UFRJ e da Universidade Pública no Brasil. Estendem, ademais, suas lutas, na medida do possível, em prol da população brasileira, como a luta contra as "Reformas" da Previdência (cuja real motivação é sua privatização e o aviltamento da condição de aposentado do Serviço Público), Tributária (que aumentará a carga tributária dos cidadãos deste país), Trabalhista (que anulará benefícios dos assalariados, em nome da "manutenção da capacidade de pagamento dos juros da dívida externa"), e outras que virão indubitavelmente na esteira destas.

Por isso, conclamo todos os associados da AdUFRJ a saírem em defesa do sindicato, que tantas vezes saiu em defesa de nossos direitos em lutas às vezes desiguais - tirando um momento de seus afazeres para votarem na chapa única "AdUFRJ Autônoma e Democrática" - para que nossa Associação possa dar continuidade às lutas e ações dirigidas com competência e denodo pela Diretoria que sai. Esta chapa é composta por pessoas que, mesmo não estando à frente da sindicato, nunca deixaram de participar



com muito trabalho e esforço das lutas empreendidas pela AdUFRJ, e sempre estiveram na fileira de frente em sua defesa."

Salatiel Menezes
Prof. Adjunto (aposentado) do Instituto de Biofísica da UFRJ

"A professora Sara Granemann, além da sua reconhecida competência acadêmica, já deu mais que suficientes provas de sua seriedade política na militância no movimento docente. Seu nome à frente da ADUFRJ certamente assegurará uma correta, abrangente e não-corporativa orientação às lutas dos professores e de todos os que têm compromissos com uma universidade pública, democrática, gratuita, laica e de alta qualidade".

José Paulo Netto
Professor Titular da Escola de Serviço Social da UFRJ.

" Venho manifestar o apoio à *Chapa Adufrj Autônoma e Democrática* pelo que ela representa na defesa da universidade pública e no apoio às causas populares e democráticas do País."

Laura Tavares
Profa. Adjunta da Escola de Enfermagem Ana Néri da UFRJ

"Envio meu apoio à chapa *Chapa Adufrj Autônoma e Democrática* na certeza de que continuará a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, bem como na defesa de um projeto de Brasil que combata o neoliberalismo e o neopopulismo."

Reinaldo Gonçalves
Prof. Titular do Instituto de Economia da UFRJ

A Chapa ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA é composta pelos professores:

Sara Granemann
(Escola de Serviço Social) - Presidente

Walcyr de O. Barros
(Escola de Enfermagem Ana Néri) – 1º Vice-presidente

Janete Luzia Leite
(Escola de Serviço Social) – 1ª Secretária

José Miguel Bendrao Saldanha
(Escola de Engenharia) – 1º Tesoureiro

NOS DIAS 10, 11 E 12 DE SETEMBRO
VOTE CHAPA ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Uma questão da nova ordem internacional

Armand Mattelart *

Ninguém pode negar que a noção de "sociedade da informação" abrange realidades que modificam em profundidade os modelos de organização econômica, o estatuto do saber, a cultura e os modos de vida. Mas esta noção adquiriu um caráter de evidência sem que os cidadão tenham podido exercer seu direito a um verdadeiro debate. Testemunha disso são as controvérsias, principalmente no seio das grandes instâncias internacionais, sobre a "fratura numérica". A ponto da Unesco e da União Internacional das Telecomunicações terem convocado uma Cúpula Mundial sobre a sociedade da informação que acontecerá no próximo mês de dezembro em Genebra.

Desde a década de 1970, a noção de "sociedade da informação" inspirou os programas dos grandes países industrializados. Estes, viam ali o meio de sair de uma dupla crise: a do modelo de crescimento e a da "governabilidade das democracias ocidentais"[1]. A onda de choque provocada, em 1984, pelo desmantelamento nos Estados Unidos da *American Telegraph and Telephone* (ATT) deu o pontapé inicial das redes transfronteiras e marcou o início da desregulamentação e da privatização dos serviços públicos de telecomunicações.

Favorecimento da concentração

Em 1998, o acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a abertura dos mercados de telecomunicações à concorrência favoreceu as concentrações imbricando os operadores de cabos e as indústrias de conteúdo. A fusão da *America On Line* (AOL) com a gigante *Time-Warner*, em janeiro de 2000, foi o grande símbolo disso: "*AOL everywhere, for everyone*." (AOL em todo lugar, para todos)[2].

Em 1995, reunidos em Bruxelas, os sete países mais industrializados (G7) ratificaram a noção de "sociedade global de informação" diante de quatro dezenas de convidados especiais da área de negócios e na ausência de representantes da sociedade civil. No ano precedente, Washington havia lançado um projeto de vias globais de informação, extrapolação em escala planetária de seu programa doméstico (*National Information Infrastructure*).

Segregação tecnológica

Em julho de 2000, o G8, reunido em Okinawa na presença dos responsáveis por grandes empresas de informática, tornou púbica uma Declaração da sociedade global da informação. Notando a existência de uma "fratura digital", ele lançou um Grupo de especialistas sobre o acesso às novas tecnologias (Geant). Na cúpula do G7 em Bruxelas, em 1995, o tema da fratura digital não havia nem mesmo aflorado. Nesse meio tempo, havia irrompido o movimento social mundial na ocasião da cúpula da OMC em Seattle no fim de 1999...

Desde junho de 1982, na cúpula do G7 em Versailles, enquanto não havia ainda a questão das infovias, o presidente Mitterrand havia, no entanto, num relatório intitulado *Tecnologia, emprego e crescimento*, apontado o risco de segregação que poderia ocasionar o avanço das novas tecnologias. Para combater esse risco de "*um mundo de ilhotas de prosperidade num oceano de miséria*", o presidente francês havia proposto uma Declaração Mundial da Comunicação. Ela permaneceu sendo letra morta.

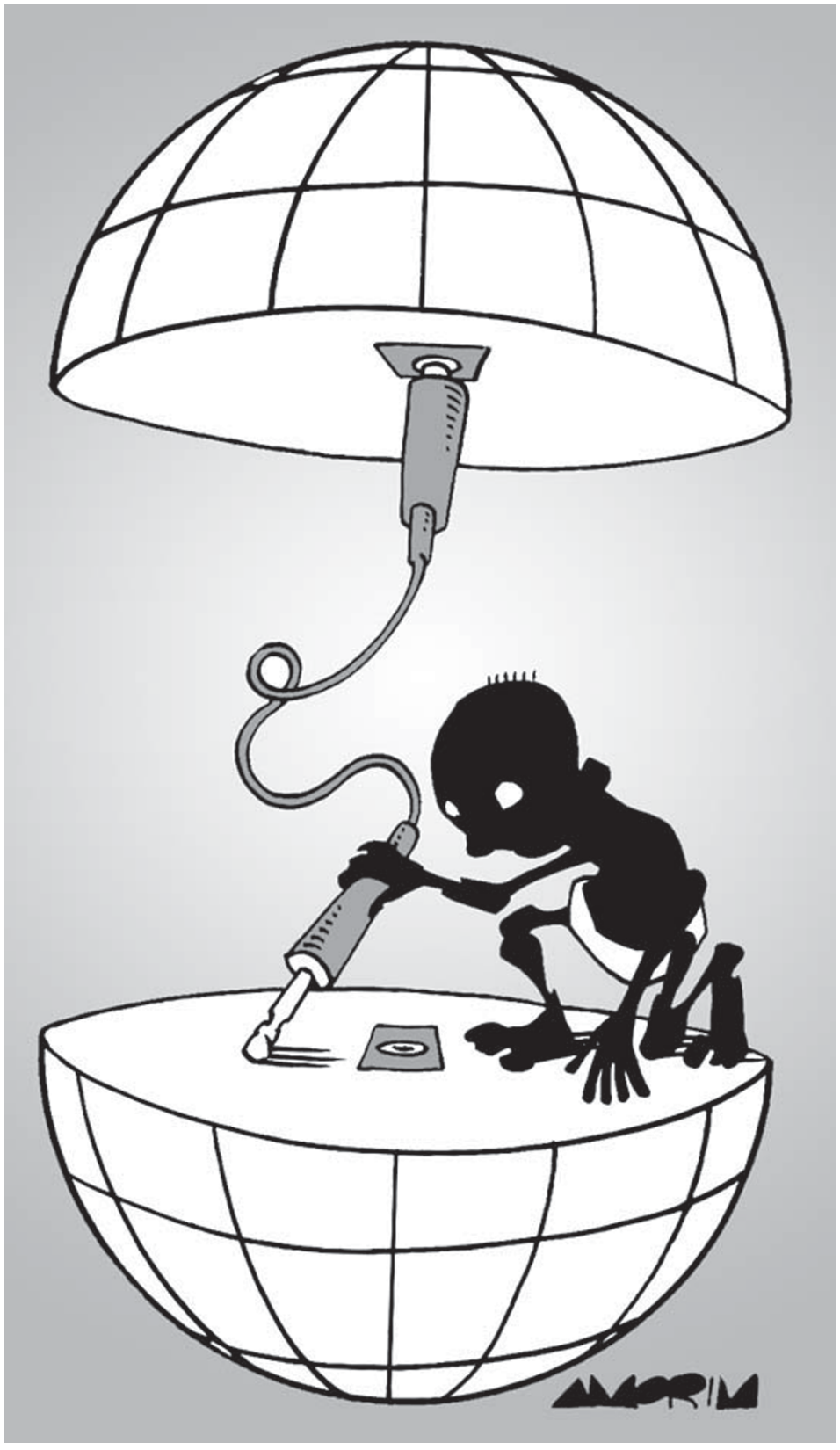
A mina de ouro do e-governo

Na cúpula de Gênova, em julho de 2001, o grupo de especialistas Geant propôs sustentar os *e-governos* dos países pobres "para reforçar a democracia e o Estado de direito", favorecer a conexão à Internet, promover iniciativas em matéria de educação, encorajar as empresas a investir em projetos de desenvolvimento durável, e criar conteúdos locais explorando softwares livres.

Do lado das grandes firmas de eletrônica, a Microsoft convocou altos funcionários a uma "*Government Leaders Summit*". Objetivo: convencer as autoridades dos países em desenvolvimento dos benefícios do digital. Na cúpula Microsoft de maio de 2003, o tema central era: "Ajudemos os governos a realizar seu potencial". Os arautos do fim do Estado-nação descobriam assim a fabulosa mina de ouro dos mercados do e-governo!

Debate entre diferentes projetos de sociedade

Os redatores do *Relatório 2001* do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) afirmam, que as redes tecnológicas estão "em vias de transformar o mapa do desenvolvimento" e de "criar condições que permitirão realizar no espaço de uma década progressos que necessitariam, no passado, de várias gerações". Mas percebe-se que há uma linha de telefone para cada dois habitantes nos países ricos contra uma para cada 15 nos países em vias de desenvolvimento... e uma para cada 200 nos países



menos avançados. Um terço da humanidade não dispõe ainda de eletricidade. E o que dizer dos indicadores de analfabetismo...

A preparação da Cúpula Mundial da sociedade de informação de Genebra, em dezembro próximo, aviva os enfrentamentos entre diferentes projetos de sociedade. A Unesco situou a luta pelo "acesso universal ao cyberspaço" no âmbito de uma "infoética" e do respeito da diversidade cultural e lingüística, para evitar que a "globalização econômica seja culturalmente empobrecedora, desigual e injusta".

Esta filosofia preside a organização da Cúpula e as reuniões que prepararam sua ordem do dia: as conferências intergovernamentais regionais (Bamako, Bucareste, Tóquio, São Domingos e Beirute); e as três conferências (prepcom) na sede da União Internacional das Telecomunicações, em Genebra.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Diversidade de atores

Um escritório da sociedade civil e das organizações não governamentais (ONG) foi criado durante o segundo prepcom, em fevereiro-março de 2003, para garantir a ligação com o escritório governamental. Mesmo se este convite se prestasse à recuperação, encontraríamos aí: o meio universitário e educativo; a comunidade científica e tecnológica; as mídias; os atores e criadores da cultura; as cidades e poderes locais; os sindicatos; os parlamentares; as ONGs; os jovens; grupos definidos pelo "gênero"; os povos autóctones; as pessoas deficientes; os movimentos sociais; as instituições filantrópicas; os *think tanks* ; as "associações de multiatores"; os grupos regionais da África, da Ásia, da América Latina, do Caribe, da Europa e dos países árabes.

Com a leitura desta lista, pensamos no conto de Jorge Luis Borges, *O Congresso*[3] , em que don Alejandro Glencoe se dedica a reunir uma "assembléia que representava todos os homens", o que "levava a querer determinar o número exato dos arquétipos platônicos, enigma que, há séculos, deixa perplexos os pensadores do mundo inteiro".

Setor privado em primeiro plano

Esta dispersão é testemunha da dificuldade em agregar interesses de categorias e definir as noções de sociedade civil e de ONGs em vigor nas instituições internacionais. A questão foi levantada desde a primeira conferência preparatória, em junho de 2002 : a galáxa do terceiro setor (em relação aos dois outros, Estado e mercado) atrai as organizações corporativas ou empresariais (câmara de comércio internacional ou International Advertising Association). O setor privado também está presente através das empresas que enviam seus observadores. As Nações Unidas o encoraja a isso, reservando-lhe um papel de primeiro plano. A objeção emitida por certos governos contra a presença das ONG, em nome da defesa do monopólio de representação dos Estados, visa sobretudo aquelas que pertencem ao movimento social.

Os porta-vozes do setor privado acentuam a flexibilidade e o espírito competitivo da empresa. Eles insistem na necessidade de reduzir a missão dos poderes públicos a uma só função: criar um ambiente mais favorável aos investimentos. Este economicismo faz boa parceria com a visão pragmática da comunicação inerente à IUT, organismo do sistema das Nações Unidas.

Em nome do desenvolvimento durável

A esta visão tecnicista se opõe a agenda social elaborada pelo terceiro setor em nome do desenvolvimento durável: a necessidade de ligar experiências numéricas à memória da apropriação social das tecnologias anteriores, o rádio em particular; a governança democrática, ou seja, a transparência e a participação; a alfabetização, a educação e a pesquisa; os direitos humanos; o conhecimento como patrimônio da humanidade; a diversidade cultural e lingüística; a redução dos custos de conexão, os softwares livres; a participação no controle da Internet e em todas as instâncias onde se faz a regulação internacional do cyberspaço (OMC, Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Internet Corporation for Assigned Names and Numbers); e a segurança do direito de comunicar dos cidadãos.

A noção de "sociedade da informação" adquiriu um caráter de evidência sem que os cidadãos tenham podido exercer seu direito a um verdadeiro debate

A crítica da segurança nas redes remete a outra face da "sociedade da informação": a vigilância e os atentados à vida privada. Não apenas nos regimes autoritários, mas também no conjunto dos países democráticos desde o reforço das medidas anti-terroristas após os atentados de 11 de setembro de 2001. Como pano de fundo: os projetos de cruzamento dos bancos de dados para controlar os cidadãos (seguro social, cartões de crédito, contas bancárias, perfis judiciários, comprovantes de deslocamentos aéreos, etc).

O objetivo da reunião de altos funcionários de governo convocada pela Microsoft: convencer as autoridades dos países em desenvolvimento dos benefícios do digital

Direito à comunicação

Na ocasião das reuniões de preparação da Cúpula de Genebra, certos governos querem perpetuar uma enésima versão das estratégias de "modernização". Em contrapartida, outros governos se aproveitam da ocasião para tentar fazer outra coisa. A incorporação na agenda política do tema das tecnologias da informação se torna então, para os setores reformistas, a ocasião de empreender um debate de fundo sobre a técnica, a sociedade e as liberdades individuais. O que conduz a refletir sobre a incompatibilidade do modelo neoliberal com os cenários de construção de uma sociedade do conhecimento para todos.

As conferências regionais viram serem desenhadas alianças geopolíticas eloqüentes. O Japão, alinhado na posição dos Estados Unidos, face ao bloco majoritário que reúne países como a China, a Indonésia, a Malásia, a Índia, o Paquistão e o Irã, por exemplo. Durante a conferência dos países da América Latina, voltaram à tona reivindicações relativas ao "direito à comunicação" sustentado nos anos 70 pelo Movimento dos não-alinhados em favor da "nova ordem mundial da informação e da comunicação".

O retorno dos EUA à Unesco

Esta feição geopolítica tomadas pelas controvérsias e, mais amplamente, a relação entre cultura(s) e nova ordem mundial, arrisca a se acentuar com o retorno dos Estados Unidos ao seio da Unesco, instituições que eles haviam deixado em 1985 depois de ter acusado os países do Sul de politizar estes temas. Mais que nunca, Washington defende que o espaço do debate de reduza aos âmbitos talhados segundo o modelo das organizações com vocação técnica e comercial. Posição explicitada na época do braço de ferro com a União Européia, em 1993, na ocasião das negociações sobre a "exceção cultural" no âmbito do GATT, ancestral da OMC.

Apoiando-se na logística das novas redes militantes e dos Fóruns sociais, o movimento anti-globalização incorporou a controvérsia sobre a evolução tecno-informacional ao debate sobre as disparidades socio-econômicas. A problemática da comunicação, tratada de maneira dispersa durante as duas primeiras edições (2001 e 2002) do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, adquiriu pleno direito de cidadania em fevereiro de 2003. Sobre proposição do *Monde Diplomatique*, foi igualmente lançado o Observatório Internacional das Mídias (*Media Watch Global*)[4] . Seu objetivo: empreender "todo tipo de ações visando promover e garantir o direito à informação dos cidadãos em todos os países". Este organismo está destinado a se dizimar através dos Observatórios Nacionais compostos, em partes iguais, por jornalistas, pesquisadores universitários e usuários.

Informação como bem comum

Há muito tempo, a abordagem instrumental das mídias, das redes (e da cultura) impediu a definição de uma doutrina sobre seu papel na mudança social[5] . Que mais está em sua dimensão internacional, na medida em que muitos só o descobriram com a irrupção da Internet! Ainda é preciso determinar que o reconhecimento recente do caráter central da problemática dos modelos de implantação social das tecnologias da comunicação está longe de ser feito com todos os componentes do movimento social mundial, mesmo se cada um maneja com destreza as novas ferramentas digitais.

Este avanço deve muito ao trabalho pioneiro empreendido há anos no setor pela *World Association or Christian Communication* (WARC), de Londres, a Agência Latino Americana de Informação (ALAI), de Quito, a Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc), de Montréal e a Inter Press Service, uma rede que, desde os anos 70, liga os países do Sul com uma preocupação de descolonização da informação. Estes agentes sociais aceitaram o convite da Unesco e da IUT para participar nos *premcoms* da Cúpula Mundial, organizando seus próprios seminários e lançando, durante o Fórum Social Mundial de 2002, uma "campanha pelo direito à comunicação na sociedade de informação" (CRIS, na sigla em inglês).

O acordo da OMC sobre a abertura dos mercados de telecomunicações à concorrência favoreceu as concentrações imbricando os operadores de cabos e as indústrias de conteúdo

Há uma linha de telefone para cada dois habitantes nos países ricos contra uma para cada 15 nos países em vias de desenvolvimento... e uma para cada 200 nos países menos avançados

Este combate pelo direito à informação é uma das expressões da nova filosofia da ação coletiva sobre a gestão dos bens comuns da humanidade (a cultura, a educação, a saúde, o ambiente, a água). O serviço público e a exceção cultural devem prevalecer sobre os mecanismos do mercado. Princípios aos quais a OMC, favorável à liberalização dos serviços, tenta **derrogar**. E que será preciso defender em Genebra no próximo mês de dezembro.

Tradução: **Fábio de Castro**

---

* Professor da Universidade Paris-VIII. Autor de : *Histoire de la société de l'information, La Découverte*, coll. "*Repères*", Paris, nova edição 2003.

[1] Ler Armand Mattelart, " A origem do mito da Internet" e "A informação contra o Estado", *Le Monde diplomatique*, respectivametne agosto de 2000 e março de 2001.

[2] Dan Schiller, "Os especuladores cobiçam a Rede", *Le Monde diplomatique*, fevereiro de 2000.

[3] Jorge Luis Borges, "*Le Congrès*", in *Le Livre des sables*, Folio, Gallimard, Paris, 1978.

[4] Cf. *Le Monde diplomatique*, janeiro de 2003 e março 2003.

[5] Armand et Michèle Mattelart, *Penser les médias*, La Découverte, Paris, 1986, 1991; Armand Mattelart, *La Communication-monde*, ibid, 1999 (*en poche*).

Adufrj-SSind

Chapa única concorre à diretoria da Adufrj-SSind

Conselho terá representantes de 13 Unidades

Entre os dias 10 e 12 de setembro, os professores da UFRJ – sindicalizados da Adufrj-SSind há pelo menos 60 dias da data do pleito (12 de julho) - vão às urnas para escolher a nova diretoria e o novo Conselho de Representantes da entidade (biênio 2003-2005).

Para a diretoria, concorre a chapa única "Adufrj Autônoma e Democrática", composta pelos professores Sara Granemann (candidata a presidente); Walcyr de Oliveira Barros (candidato a 1º vice-presidente); Janete Luzia Leite (candidata a 1ª secretária) e José Miguel Bendrao Saldanha (candidato a 1º tesoureiro).

Para o Conselho de Representantes, apresentaram-se listas de 13 Unidades da UFRJ (veja quadro abaixo, com os candidatos e número de representantes possível em cada local). Apenas no caso do Instituto de Matemática, haverá disputa pelas vagas entre duas listas.

Eleições do CR

Serão considerados eleitos os representantes dos sindicalizados da respectiva Unidade no CR os candidatos de cada lista, em quantidade proporcional ao número de votos obtidos pela lista e na ordem em que foram inscritos, conforme o segundo parágrafo do artigo 14 do Regimento Eleitoral da seção sindical, publicado em encarte de 4 de agosto. O número de candidatos eleitos por cada lista será obtido multiplicando-se o número de votos de cada lista pelo número de representantes dos sindicalizados na Unidade e dividindo-se o resultado pelo número de votos válidos, arredondando-se o resultado para o número inteiro mais próximo. Os suplentes dos representantes eleitos por cada lista serão os candidatos da mesma lista inscritos em seguida, em igual número.

Voto em separado

O sindicalizado cujo nome não constar da lista de presença oficial da seção eleitoral e que desejar votar, poderá fazê-lo em separado, em envelope especialmente fornecido pela comissão eleitoral e disponível na mesa de votação para esta finalidade. As ocorrências de votos em separado deverão ser registradas na ata de votação da seção eleitoral. Confira a relação das seções eleitorais no quadro ao lado.

Apuração

A apuração dos votos deverá ser realizada por uma Comissão Apuradora, cujos membros serão designados pela Comissão Eleitoral, na sede da Adufrj-SSind, até o dia seguinte ao do encerramento da votação. A Comissão Eleitoral poderá designar como membro da Comissão Apuradora qualquer um dos seus próprios membros, qualquer responsável por Seção Eleitoral ou qualquer sindicalizado presente à apuração que não seja candidato cujos votos estejam sendo apurados.

Posse

A diretoria eleita tomará posse em Assembléia Geral convocada para este fim no dia 15 de outubro, data em que também se encerrará o mandato da atual diretoria.

Visando facilitar a organização das eleições, a comissão eleitoral redefiniu a proposta preliminar divulgada no jornal de 25 de agosto, da seguinte maneira:

	SEÇÃO ELEITORAL	LOCAIS DE VOTAÇÃO	UNIDADES AGRUPADAS
1	Praia Vermelha 1 PV-1	Entrada da Escola de Serviço Social	Escola de Serviço Social Instituto de Neurologia Instituto de Psicologia Instituto de Psiquiatria Faculdade de Administração/C. Contábeis Instituto de Economia Instituto Pós-Grad. Pesquisa Administração
2	Praia Vermelha 2 PV-2	Sala de professores da Faculdade de Educação	Escola de Comunicação Faculdade de Educação
3	Centro	Entrada do IFCS	Escola de Música Faculdade de Direito Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
4	São Cristóvão	Entrada do Museu Nacional	Museu Nacional Observatório do Valongo
5	Ana Nery	Pavilhão de aulas da Escola Ana Nery	Escola de Enfermagem Hospital Escola São Francisco de Assis
6	CAp	Pátio interno do CAp	Colégio de Aplicação
7	Reitoria	Entrada elevadores/térreo Prédio da Reitoria	Escola de Belas Artes Faculdade de Arquitetura e Urbanismo IPPUR
8	Letras	Em frente ao Bloco D/térreo	Faculdade de Letras
9	Centro Tecnologia 1 CT-1	Bloco D/térreo ou Bloco H/térreo-Burguesão	Escola de Engenharia Escola de Química
10	Centro Tecnologia 2 CT-2	Bloco G/térreo ou Bloco H/térreo-Burguesão	COPPE Instituto de Macromoléculas
11	Centro C. M. Natureza CCMN-1	Entrada do NCE	Instituto de Geociências Núcleo de Computação Eletrônica
12	Centro C.M. Natureza CCMN-2	Bloco A do CT/térreo Em frente aos elevadores	Instituto de Física Instituto de Química Instituto de Matemática
13	Educação Física	Corredor da piscina	Escola de Educação Física e Desportos
14	Centro de Ciências da Saúde	Praça de Alimentação	Faculdade de Farmácia Instituto de Biologia Instituto de Biofísica Instituto de Ciências Biomédicas Instituto de Microbiologia Instituto de Nutrição Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais Núcleo de Tecnologia Educacional Saúde
15	Hospital Universitário	Subsolo do HUCFF Em frente aos elevadores	Faculdade de Odontologia Faculdade de Medicina Instituto de Doenças do Tórax Instituto de Ginecologia Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva Instituto de Puericultura e Pediatria

Candidatos ao Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Instituto de Física - (2 representantes)
***Lista única*:** João Ramos Torres de Mello Neto; Luiz Felipe de Souza Coelho; Paulo Américo Maria Neto; Filadelfo Cardoso dos Santos

Instituto de Matemática - (3 representantes)
Lista 1: Bruno Alexandre Soares da Costa; Cássio Neri Moreira; Eduardo San Pedro Siqueira; Marco Antônio Rosa Ferreira; Victor Augusto Giraldo; Cláudia Coelho Segadas Vianna
Lista 2: Luís Paulo Vieira Braga; Nelson Quilula Vasconcelos

Escola de Educação Física e Desportos - (2 representantes)
Lista única: Leandro Nogueira Salgado Filho

Instituto de Nutrição - (1 representante)
Lista única: Maria Auxiliadora Santacruz Coelho

Faculdade de Odontologia - (2 representantes)
Lista única: Elson Fontes Cormack

Escola de Enfermagem Anna Nery - (2 representantes)
Lista única: Cláudia Regina G. Couto dos Santos; Marilurde Donnato; Elen Martins da Silva Castelo Branco

NESC - (1 representante)
Lista única: Regina Helena Simões Barbosa; Letícia Legay Vermelho

Escola de Engenharia - (3 representantes)
Lista única: Lavínia Maria Sanabio Alves Borges; José Luís Lopes da Silveira

Coppe - (3 representantes)
Lista única: Fernando Carvalho da Silva; Carlos Roberto Strauss Vieira

Escola de Serviço Social - (2 representantes)
Lista única: Luís Eduardo Acosta Acosta; Lenise Lima Fernandes; Marcelo Braz Moraes dos Reis; Gabriela Lema Icasuriaga

Faculdade de Educação - (3 representantes)
Lista única: Roberto Leher

IFCS - (3 representantes)
Lista única: Maria Paula Nascimento Araújo; Marcos Luís Bretas da Fonseca

Colégio de Aplicação - (3 representantes)
Lista única: Sandra Martins de Souza

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 108 • 15 de setembro de 2003

Adufrj-SSind elege Diretoria e Conselho

Chapa "Adufrj Autônoma e Democrática" recebe 390 votos

A chapa única inscrita para concorrer à direção da Adufrj-SSind recebeu a votação de 390 professores – houve mais 53 votos em branco e 36 nulos (veja tabela 1). A "Adufrj Autônoma e Democrática" assume o mandato em 15 de outubro, em Assembléia Geral convocada especialmente para essa finalidade, em local e horário ainda a serem definidos. A professora Sara Granemann, da Escola de Serviço Social, será a presidente. Walcyr de Oliveira Barros, da Escola de Enfermagem Anna Nery, será o 1º vice-presidente. Janete Luzia Leite, também da Escola de Serviço Social, ocupará o cargo de 1ª secretária. O professor José Miguel Bendrao Saldanha, da Escola Politécnica, antiga Escola de Engenharia, ficará como o 1º tesoureiro da entidade.

De acordo com Sara Granemann, as perspectivas do movimento docente para os próximos anos em relação ao governo federal não são muito animadoras. A avaliação da professora é que as reformas encaminhadas pelo governo Lula (da Previdência e Tributária) e as que estão sendo anunciadas (Trabalhista e Sindical) diminuam recursos para as políticas sociais. "A tendência é que elas (as reformas) reduzam ainda mais os recursos para as políticas públicas em geral e para a Educação, em particular".

Ao comentar o resultado da eleição, José Miguel ressaltou a importância da autonomia da entidade e do movimento docente em relação a governos e às gestões universitárias. "Essa é uma das maiores preocupações da nossa chapa", disse à redação do Jornal da Adufrj-SSind.

Força no processo de mobilização

Já em relação aos movimentos sindicais e sociais, Sara acredita que o cenário no próximo período é mais otimista. Para ela, a recente greve contra a Reforma da Previdência "criou um patrimônio de união e solidariedade entre as várias categorias do serviço público". A presidente eleita acredita que o processo de mobilização instaurado a partir da luta contra a reforma previdenciária será ampliado.

A esse respeito, a presidente eleita contou com muita satisfação um episódio ocorrido no *campus* da Praia Vermelha, durante a votação. O professor aposentado Hilo Lins e Silva (do Centro de Ciências da Saúde), de 91 anos "e meio" (como quis frisar), dirigiu-se aos mesários da seção instalada na Escola de Serviço Social – na ocasião, com os professores Erimaldo Matias e Eliana Amorim – e comentou que não poderia deixar de votar nas eleições do sindicato. Com um exemplar do Jornal da Adufrj na mão, pelo qual ficou sabendo do pleito, o professor Hilo emocionou a todos os presentes, quando depositou seu voto na urna e sentenciou: "Pronto! Meu dever foi cumprido".

Governo optou pelo lado do Banco Mundial

O futuro tesoureiro da seção sindical, José Miguel, avalia, ainda, que já não é possível falar apenas em perspectivas para o futuro quando se trata de comentar as políticas apresentadas pelo governo federal. "Já temos nove meses de governo e foi feita a opção pelo lado do Banco Mundial. Não dá para sermos favoráveis de forma nenhuma a esta política", criticou.

Privatização interna

No plano local, uma das bandeiras da próxima diretoria será a luta contra a privatização da universidade. Para os diretores eleitos, é preciso salientar que a falta de verbas orçamentárias para as universidades públicas acelera o processo e acaba sendo usado como justificativa para a cobrança de serviços e cursos pela instituição.

Continua na página 8

Tabela 1

Eleição para a Diretoria da Adufrj-SSind 2003-2005
Mapa de Apuração por Seção Eleitoral

Seção Eleitoral	Votantes da Seção	Votos em Trânsito	Total de Votantes	Chapa Adufrj AD	Brancos	Nulos	Total
01 – Praia Vermelha1	49	10	59	48	8	3	59
02 – Praia Vermelha 2	21	1	22	20	1	1	22
03 – Centro	14	0	14	9	3	2	14
04 – São Cristóvão	23	0	23	20	2	1	23
05 – Anna Nery	28	1	29	28	0	1	29
06 – CAp	49	0	49	42	5	2	49
07 – Reitoria (*)	0	0	0	0	0	0	0
08 – Letras	65	5	70	66	4	0	70
09 – CT-1	50	0	50	33	9	8	50
10 – CT-2	20	0	20	16	1	3	20
11 – CCMN-1 (*)	0	0	0	0	0	0	0
12 – CCMN-2	82	5	87	52	20	15	87
13 – Educação Física	13	0	13	13	0	0	13
14 – CCS	23	1	24	24	0	0	24
15 – HU	16	3	19	19	0	0	19
Total	453	26	479	390	53	36	479

(*) Não foi possível formar mesas eleitorais na seção

Assembléia Geral

25 setembro quinta-feira
13:30
Auditório do Centro de Tecnologia
Bloco A, Ilha do Fundão

Pauta
1 – Informes;
2 – Ação de Inconstitucionalidade do RJU;
3 – Prestação de contas 2002/2003;
4 – Reforma da Previdência/Tributária;
5 – Homologação das eleições para Diretoria e Conselho

Conselho de Representantes

24/09 quarta-feira 17h30
Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)
Pauta: a mesma da AG

Entidades criticam 'provão' para professores **Página 3**

Dívida da UFRJ pode superar os R$ 40 milhões **Página 4**

Speranza retorna à direção da Faculdade de Educação **Página 5**

Relatório da Reforma da Previdência será apresentado nesta terça-feira (17/09) **Página 7**

Movimento

Assessorias Jurídicas dos servidores preparam defesa contra ADI

Conseguir audiências com o Advogado Geral da União e com a Casa Civil do governo sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.968, relativa à transposição de regimes dos servidores, são algumas medidas sugeridas pelas assessorias jurídicas das entidades de servidores, que se reuniram em Brasília, no dia 5 de setembro. O relatório deste encontro chegou às seções sindicais no dia do fechamento desta edição (12/09).

A ADI nº 2.968, vale lembrar, foi apresentada ao Supremo Tribunal Federal em 15 de agosto pela Procuradoria Geral da União. Caso seja julgada procedente pelo STF, esta ação fará com que parte dos servidores federais da ativa e até mesmo aposentados retornem ao regime anterior (Regime Geral da Previdência Social). No Supremo, a matéria está sob a relatoria do ministro Cezar Peluso.

As assessorias das entidades de servidores querem conversar com a AGU para apresentar subsídios jurídicos para a defesa da União. Por mais estranho que possa parecer, cabe à AGU, ligada ao governo, a defesa dos servidores. A conversa com a Casa Civil também é considerada importante para aferir a posição de Lula e sua equipe sobre o tema.

Além disso, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil também deverá ter sua posição conhecida. Esta reunião terá o objetivo de se verificar a viabilidade do apoio da entidade aos servidores.

Foi indicada a necessidade de se elaborar um estudo sobre os reflexos da declaração de inconstitucionalidade para o conjunto dos servidores públicos, tais como FGTS e irredutibilidade salarial, entre outros fatores. A análise deverá estar pronta nesta semana. Outra providência sugerida pelos assessores foi o ingresso das entidades como *amicus curiae* na ADIn. De acordo com o 1º vice-presidente do Andes-SN, José Domingues, essa expressão em latim significa "amigos da corte" e quer dizer que os servidores vão pedir para participar do julgamento da questão, como sujeitos diretamente interessados nas conseqüências da ADIn.

PDT pede suspensão da tramitação da PEC 40

De acordo com o coletivo jurídico das entidades, o PDT ajuizou uma Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 43 sobre a PEC nº 40 (reforma da Previdência). A tentativa do partido vai no sentido de suspender a tramitação da reforma no Congresso. O documento das assessorias jurídicas informam que a ação deverá ser julgada em breve.

Ação do PDT pode atrapalhar servidores

As assessorias argumentam, por sua vez, que não se deve buscar de imediato a manifestação do STF, devendo-se privilegiar o ingresso de ações na primeira instância. Assim, acreditam os advogados, a jurisprudência ficará consolidada nas instâncias inferiores e a matéria chegará ao Supremo bastante discutida.

Com a ação do PDT, corre-se o risco que o STF decida imediatamente a favor da PEC nº 40. Se a reforma foi chancelada como constitucional, o fato prejudicaria a defesa de milhares de servidores no Judiciário, quando da sua possível aprovação no Congresso.

Diante da urgência da questão, os assessores deliberaram por elaborar uma fundamentação pela inconstitucionalidade da PEC nº 40 a fim de subsidiar o STF na sua decisão.

Uma alternativa sugerida pelos advogados para as direções de entidades que compõem a CNESF é pedir ao PDT que desista da ADPF em face da atual conjuntura difícil no STF. Outra possibilidade é pedir ao Ministro Carlos Brito (relator da matéria) que não julgue a ADPF agora. Finalmente, os servidores novamente poderiam usar o instrumento do "*amicus curiae*" na ADPF, em que todas as entidades que compõem a CNESF subscreveriam uma única petição, de acordo com a fundamentação elaborada pelo seu Coletivo Jurídico.

Cartas

Com relação à requisição atribuída ao Profº Franklin Trein, Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS, de que "o CEG deveria ter solicitado esclarecimentos da Direção da Unidade (...) antes de tomar a defesa do estudante" (p.4), ADUFRJ-Seção Sindical, nº107/2003), a Câmara de Legislação e Normas do CEG gostaria de esclarecer que, conforme consta da fl. 10 do processo 23079.018225/03-67, foi solicitado, em 28/05/2003, que o Diretor do IFCS prestasse informações sobre a situação funcional do Profº Wilmar do Valle Barbosa, objeto da questão que parece ter dado origem ao processo judicial conrtra o estudante. No entanto, como resposta, o Profº Franklin Trein afirma não poder prestar as informações requeridas, conforme consta da fl. 11 do processo acima.

Aprovada na Sessão ordinária do CEG de 10 de setembro de 2003.

Prezada Cleusa dos Santos,

Sou universitário e tive a grata oportunidade de conhecer o excelente Jornal Adufrj.

Fiquei muito satisfeito com os temas abordados e aproveito a oportunidade para elogiar todas as pessoas que participam de sua elaboração.

Dispomos de um arquivo que disponi-bilizamos na forma de empréstimos e consultas dos jornais e revistas que recebemos.

Ficarei muito satisfeito em receber continuamente esta publicação e incluir seus assuntos em nossos debates na faculdade.

Desde já agradeço a colaboração e incentivo.

Fabio Tavares
Aluno do 5º período de Direito da Universidade Estácio de Sá

Nota da Redação:

Em carta enviada ao aluno, após agradecer os elogios recebidos, o setor de Comunicação da Adufrj-SSind esclareceu que não seria possível atender à solicitação, uma vez que vários pedidos desta natureza (de não-sindicalizados) chegam para a entidade. Deixou-se um pedido para que o estudante tente pegar um exemplar nas caixas de distribuição do jornal espalhadas pelos campi da UFRJ ou que tenha acesso ao conteúdo das publicações na página eletrônica da seção sindical, atualizada semanalmente.

Agenda Sindical

15/9 – Plenária Nacional da Campanha Contra a Alca/Jubileu Sul
Brasília (DF)

16/9 - Entrega das listas do abaixo-assinado ao Presidente da República, ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal
Brasília (DF)

19 a 21/9 - X Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
São Paulo (SP) - Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

23/9 - Seminário dos Intelectuais e Senadores no Congresso Nacional
Brasília (DF), no Auditório Petrônio Portela

24/9 – Marcha contra a Reforma da Previdência
Brasília (DF)

25/09 – Encontro das 3 esferas

30/9 a 1/10 – Seminário sobre Reforma Trabalhista e Sindical
São Paulo (SP) – Sindicato dos Químicos, na Rua Tamandaré, 348, no bairro da Liberdade

3 e 4/10 – Fórum Social do Rio de Janeiro
Nilópolis (RJ) - Cefet

15/10 – Posse da Diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

31/10 a 2/11 – 47º Conad, com o tema central "Estado, Democracia e Serviços Públicos: essa luta é de todos nós"
Natal (RN)

6 a 9/11 – Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

29 a 31/07/2004 - Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Maio de 2004 – 5º Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Governo anuncia nova avaliação institucional

Grupo de Trabalho do Andes-SN defende avaliação interna e externa das públicas

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, tem anunciado a substituição do sistema de avaliação conhecido como 'Provão' por um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que terá como referência o antigo Paiub – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. Na nova avaliação do governo Lula, além da avaliação institucional, estão previstos, no entanto, a manutenção do ranqueamento sobre as condições de oferta das instituições e um exame para os alunos, que seria realizado durante o curso e que ganhou o nome de Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e de Inovação da Área (Paideia).

O novo sistema foi elaborado por uma comissão do MEC criada especificamente para tratar do assunto. A avaliação foi também discutida durante o seminário *Universidade: por que e como reformar?*, realizado pelo ministério bem no dia da votação da Reforma da Previdência em primeiro turno pela Câmara Federal, em 6 de agosto. Segundo uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais do Andes-SN, Vera Jacob, o Andes-SN participou do seminário e de encontros da Comissão Nacional de Avaliação do MEC apresentando a proposta do Sindicato para a Universidade Brasileira e os princípios do movimento docente sobre a avaliação das instituições de ensino brasileiro.

De acordo com Vera, o Paiub era um programa criado pelo MEC no início do governo Fernando Henrique Cardoso e defendido pela Andifes (Associação de dirigentes). O problema do Paiub, segundo a professora, era que este sistema só avaliava o ensino de graduação, ficando de fora a avaliação da pós-graduação e da instituição como um todo.

Ensino privado deve ser fiscalizado pelo governo

O Andes-SN defende que a avaliação das instituições particulares seja de responsabilidade do MEC, já que estas são uma concessão de serviço público. "Isto é um problema do governo. Como o Estado não cumpre o dever constitucional de oferecer a educação em todos os níveis para toda a população, ele concede às instituições privadas a execução de parte deste dever", comenta a professora, para quem o governo é obrigado a autorizar as concessões e também a fiscalizar, ele mesmo, as faculdades e universidades particulares.

Avaliação externa

Já no caso das instituições públicas e para as chamadas confecionais ou as que recebem verba pública, o processo de avaliação institucional envolve, na concepção do Sindicato, a avaliação interna e também a externa. Na avaliação preliminar da integrante do GT do Andes-SN, o processo de avaliação externa não está contemplado na proposta do governo. "Eles (a comissão do MEC) conhecem a nossa proposta. Nós defendemos, além da avaliação interna, um processo de avaliação da sociedade sobre as universidades públicas". Vera conta, ainda, que, na proposta do Sindicato dos Docentes, está prevista a criação de Conselhos Sociais, em cada estado. Estes Conselhos, de acordo com a professora, seriam formados por representantes da sociedade civil organizada, de movimentos populares, de bairro, da Igreja e demais instituições. "Este conselho faria uma avaliação em relação aos benefícios que a instituição (universidade pública) apresenta para a Sociedade. Em uma plenária universitária, o Conselho Social apresentaria para a universidade esta avaliação", explica. Com base nesta avaliação externa, os conselhos institucionais e a comunidade universitária poderiam redirecionar suas prioridades para o atendimento das demandas sociais.

CEG aprova comissão

Na UFRJ, o Conselho de Ensino de Graduação aprovou, na sessão do dia 10/9, uma comissão para estudar uma proposta de avaliação das universidades brasileiras. A idéia, segundo o sub-reitor de graduação, José Roberto Meyer, é que a UFRJ possa influenciar no processo de construção do sistema do governo. Para a comissão, que deverá encaminhar um projeto para apreciação nas próximas sessões do colegiado, foram indicados os professores Maria José Coelho, Ana Canen e Maria Luiza Mesquita da Rocha. Estão representados ainda a conselheira técnica-administrativa Ana Maria Ribeiro e o conselheiro discente Wellington Augusto da Silva.

Entidades criticam 'provão' para professores

A coordenadora do GTPE nacional e diretora do Andes-SN, Vera Jacob, informou que no último encontro do grupo, nos dias 4 e 7 de setembro, foi dado destaque à discussão da Política de Formação Continuada e Certificação de Professores criada pelo MEC e que o tema da avaliação institucional das universidades será tratado nos próximos encontros. Segundo Vera o grupo entendeu que era urgente tratar da proposta de certificação dos professores da Educação Básica em todo o país que envolve, ainda, um 'provão' para a licenciatura. Esta certificação seria implantada em forma de portaria ministerial e sua formulação foi baseada em uma 'pesquisa nacional', segundo documento do Fórum Nacional em Defesa da Esocola Pública, feita com apenas 0,1% o total de cerca de 2 milhões de educadores, e aplicada em apenas 3% dos municípios.

Prova para a concessão de bolsa

Vera adiantou que o Sindicato obteve a informação de que o governo já inseriu na proposta orçamentária para 2004 a previsão de 1 bilhão e 800 mil reais para a Bolsa Federal de Incentivo à Formação Continuada. A bolsa será concedida somente para os que forem aprovados no exame de certificação, o que, para Vera, revela o caráter excludente da proposta do governo. Segundo cálculos preliminares feitos pelos integrantes do GT, a bolsa só atingirá 250 dos cerca de 400 mil professores da rede pública e, nas localidades e municípios aonde o professor não tiver condições adequadas de formação, a exclusão será praticamente automática. "O Norte e Nordeste serão mais uma vez atingidos", ressalta. Vera lembra que há regiões nas quais o professor recebe R$ 48,00 por mês. Nestes Municípios, a bolsa do governo que, segundo ela, não chegaria a R$ 80,00 poderia ser considerada realmente um 'estímulo'. Na opinião da professora, o MEC criou o exame de certificação apenas para justificar a exclusão, já que não dispõe de verba para atender a todos os educadores.

FNDEP critica falta de avaliação das condições educação básica

Um documento contra a certificação dos professores foi aprovado pelo Fórum em Defesa da Escola Pública, no último dia 6. O texto apresenta críticas ao exame e à falta de uma avaliação institucional da Educação Básica. O documento seria apresentado no Encontro Nacional sobre Certificação, organizado pelo próprio ministério, nos dias 10 a 12 de setembro, onde 800 delegados representando as escolas e os professores iriam analisar a proposta do governo. No documento, o FNDEP critica o exame "fundado numa visão meritocrárica e de aferição pontual, tendo como referência apenas os conteúdos didáticos formais das áreas do currículo escolar, sequer levando em conta um amplo processo de avaliação institucional, que poderia apontar para uma real melhoria da qualidade da Educação Básica".

Colegiados

Dívida da UFRJ pode superar os R$ 40 milhões

Número foi projetado pela reitoria até o fim deste ano

No Consuni de 11 de setembro, o pró-reitor de Patrimônio e Finanças, Joel Teodósio, apresentou um resumo da situação financeira da universidade. E foi um quadro desolador. Até o fim de dezembro, está sendo calculado que a dívida da UFRJ alcance cerca de R$ 40 milhões. Dívidas acumuladas ano após ano, acompanhadas por orçamentos que não atendem às necessidades mínimas da instituição seriam as razões do fantástico número.

Somente para a concessionária de energia elétrica da cidade (Light), a universidade deve cerca de R$ 8,5 milhões. Em 5 de agosto de 2002, vale lembrar, a UFRJ teve a luz cortada pela Light por falta de pagamento de contas deixadas pela reitoria anterior (gestão Vilhena). Na ocasião, a dívida era de mais de R$ 7 milhões. A comunidade revoltou-se contra a arbitrariedade da prestadora privatizada que causou prejuízos às atividades e ao patrimônio da universidade.

Dívidas contraídas desde 1996 com outras empresas chegam a R$ 16.210.802,67 – a Companhia Estadual de Águas e Esgoto (Cedae) cobra o maior valor deste montante (R$ 12.171.942). Para o futuro, o déficit se amplia: a previsão de despesas até dezembro deste ano é calculada em R$ 28.256.142, o que, descontado o restante do orçamento do Tesouro Nacional ainda a ser liberado em 2003 (R$ 11.551.538), produz um saldo negativo de R$ 16.704.604,01.

Previsão para 2004

Joel aproveitou o número total da dívida projetada até o fim do ano para fazer um comentário com o orçamento previsto para a UFRJ em 2004, coincidentemente na casa dos R$ 40 milhões. "Ou seja, se a universidade parar por um ano todo, nós pagamos todas as dívidas", disse, irônico. Joel frisou durante a sessão que os valores não levaram em conta um possível corte de 10% no orçamento geral do ano anunciado pelo governo, mas ainda não efetivado. Se confirmado, o "rombo" será aumentado em mais R$ 3,5 milhões.

Kelvin Melo

REITORIA DIVULGOU NÚMEROS DA DÍVIDA DA UNIVERSIDADE

Nem emenda Andifes resolve

Nem a recente notícia de liberação de recursos da chamada emenda Andifes para o conjunto das universidades (conseguida pela associação de reitores), num total de R$ 86 milhões, pode ser capaz de aliviar o "fardo" da UFRJ. Segundo esclareceu o professor Aloisio Teixeira, a divisão desses recursos obedece a uma matriz de distribuição que privilegiou a UFRJ no ano passado. Isso ocorreu por conta do problema com a Light, que repercutiu em todo o país. Em 2002, foram obtidos R$ 4,8 milhões. Este ano, a instituição do Rio de Janeiro terá que compensar o que foi dado a mais naquela ocasião.

Pode até ser pouco, mas o minguado recurso já se tornou alvo dos credores da universidade. O pró-reitor Joel informou ter sido convocado pela Light para uma reunião no MEC, nos próximos dias. O pró-reitor acredita que a empresa deseja a parte da UFRJ na emenda Andifes, seja lá quanto for. "Só sobre o meu cadáver", brincou ele.

Aloisio também questionou a forma como foi liberada a emenda Andifes. Embora considerados mais do que necessários, os recursos só foram conseguidos após um remanejamento que retirou verbas de um programa de alfabetização do MEC. "Isso é complicado politicamente", afirmou. Segundo ele, o ministro Cristovam Buarque tentou, em função da manobra orçamentária, impor para as universidades uma meta de alfabetização de 5 milhões de pessoas. Compromisso esse que foi, ainda de acordo com Aloisio, rejeitado pelos reitores.

Cristovam Buarque ameaçado

Por falar no ministro, o reitor Aloisio Teixeira especulou que Cristovam Buarque pode perder o cargo a qualquer momento. Essa "ameaça" estaria configurada nas contínuas reivindicações do titular da pasta de Educação por mais verbas, o que estaria desagradando o núcleo do governo. A mudança no MEC seria ruim porque, apesar do estrangulamento financeiro do ministério, Cristovam revelou-se uma autoridade de bastante diálogo com as universidades. Aloisio ponderou que Cristovam seria mais facilmente "descartável" por ainda possuir um mandato como senador. "Saindo o Cristovam, vamos negociar com o PMDB", disse, sem esconder uma ponta de desânimo com a possível troca.

Alternativas para superar a crise

Depois do relato do reitor e do pró-reitor, alguns conselheiros formularam algumas sugestões para a UFRJ tentar superar a crise. Átila Freire, representante dos professores Titulares do CT, observou que as chamadas fundações universitárias de apoio supostamente movimentam R$ 250 milhões por ano e deveriam dedicar um percentual para a UFRJ. Aloisio não acredita que o montante chegue a tanto, mas Joel acrescentou que a reitoria deve apresentar ao Consuni, em breve, um projeto sobre a relação da universidade com as fundações de apoio. Um outro projeto, segundo o pró-reitor, também em estudo, vai cuidar da prestação de serviços pela UFRJ.

O representante discente Márcio Carvalho comentou que o Consuni deveria priorizar um debate político sobre o tema. Ele defendeu que a UFRJ poderia convocar parlamentares para formar uma frente de defesa da universidade pública. Foi acompanhado na proposta por outro representante discente, Paulo Schueler, que sugeriu ao reitor Aloisio para introduzir o assunto entre os demais reitores, na próxima reunião da Andifes, em 23 de setembro.

Paulo reforçou que o papel das fundações precisava ser mesmo discutido pelo colegiado e cobrou uma postura da UFRJ para a disputa de verbas destinadas a fins sociais das grandes empresas, como possui a Petrobras, por exemplo.

Joel Teodósio e Aloisio gostaram da proposta de envolvimento dos parlamentares. O pró-reitor lembrou ainda que, além da disputa pelo orçamento geral, a universidade pode conseguir recursos com emendas individuais dos deputados e senadores.

Autonomia universitária faz parte do debate

Outra questão apontada por Aloisio para facilitar a gestão administrativa da universidade é a conquista plena da autonomia. Conforme aprovado em sessão anterior do colegiado (em 28/8, ver Jornal da Adufrj nº106), a reitoria distribuiu um dossiê com documentos relativos à autonomia universitária e ao ensino superior de forma geral. Do dossiê, constavam textos da Unesco (de 1998), do Sintufrj (1997), do DCE da UFRJ (2002), da Andifes (2002) e do Andes-SN (2002).

A contribuição do Sindicato Nacional trazia críticas à proposta de autonomia universitária elaborada pela associação de reitores. Este documento foi entregue ao Consuni da UFRJ e ao então reitor Carlos Lessa, em julho do ano passado.

Rápidas do Consuni

Mais polêmica na Letras

Após a denúncia de agressão ao fotógrafo do Sintufrj na semana retrasada, durante reportagem sobre condições de alimentação na Faculdade de Letras (veja matéria no Jornal da Adufrj nº 107), um dos representantes dos técnico-administrativos no Consuni fez outra crítica à direção da Unidade. De acordo com o conselheiro José Carlos, os jornais do sindicato foram retirados da caixa de distribuição onde normalmente ficam à disposição da comunidade na faculdade e, posteriormente, foram queimados por orientação da diretora Edione Trindade. A nova denúncia foi divulgada no jornal do Sintufrj da semana passada (nº 583). O reitor Aloisio solicitou que fosse notificado oficialmente pelo sindicato para poder tomar alguma providência sobre o assunto.

Concursos para a UFRJ

O pró-reitor de Ensino de Graduação e Corpo Discente, José Roberto Meyer, anunciou a liberação de concursos para as universidades, autorizada no Diário Oficial da União de 5/09. Pouco mais de cem vagas deverão ser preenchidas pela UFRJ, que tem até seis meses para publicar os editais dos concursos. A portaria nº 165 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) destinou 2 mil vagas para professores de 3º grau e 500 para docentes de 1º e 2º graus.

UFRJ

Speranza retorna à direção da Faculdade de Educação

Professora retoma o cargo por decisão judicial

A polêmica Speranza França conseguiu adicionar mais um capítulo na novela da Faculdade de Educação. Quando tudo parecia caminhar para a normalidade institucional na Unidade após seu afastamento, a professora conquistou sua recondução ao cargo de diretora – em segunda instância - por decisão do desembargador federal Francisco Pizzolante (do Tribunal Regional Federal da 2ª Região). Em primeira instância, Speranza teve seu pedido negado pelo juiz federal Vladimir Santos Vitovsky, em 1º de setembro.

A decisão foi proferida na quinta-feira, dia 4/09, e já no dia seguinte, à tarde, Speranza retomou a sala da direção, na presença do reitor Aloisio Teixeira, dos chefes de departamento da Unidade e da decana do CFCH, Suely de Almeida. Suely, que ocupava provisoriamente o cargo de diretora da Faculdade, lamentou que a história tenha sido encaminhada para os tribunais. "Lamento a opção pela judicialização da vida acadêmica".

Universidade vai recorrer da decisão

A reportagem da Adufrj-SSind entrou em contato com o procurador da UFRJ, Ronaldo de Medeiros e Albuquerque, que avisou que a universidade vai recorrer da decisão do desembargador. Segundo ele, uma vez que as procuradorias universitárias estão hoje em dia subordinadas à Advocacia Geral da União, a tarefa da procuradoria será a de municiar elementos para a atuação da AGU no caso.

Suely distribui relatório de gestão no Consuni

Como não podia deixar de ser, o Consuni de 11 de setembro debateu a nova reviravolta na Faculdade de Educação. A própria Suely distribuiu entre os conselheiros um relatório dos 23 dias em que esteve à frente da Unidade. O documento descrevia as ações empreendidas no local, baseadas no respeito às instâncias colegiadas e no caráter público dos atos executados, entre outros princípios. Na pós-graduação, destaque para o reingresso de dez docentes afastados por Speranza e para a elaboração de novos editais de seleção para o mestrado e doutorado (2004). Na graduação,

SUELY DE ALMEIDA APRESENÇA RELATÓRIO DE GESTÃO

ressaltou-se a mudança da dinâmica de processamento das inscrições para as disciplinas teóricas de Formação Pedagógica das Licenciaturas. Antes, o processo obedecia à lógica da ordem de chegada, o que gerava filas intermináveis durante a madrugada na porta da Unidade. Para evitar isso, a administração provisória aceitou todos os alunos em caráter de pré-inscrição e uma comissão de professores fez uma seleção baseada em critérios acadêmicos, dando prioridade aos alunos que tinham manutenção de vínculo e àqueles que já se encontravam em fase final de integralização dos seus cursos de origem.

Nas considerações finais do relatório, a decana observou que a disputa sofrida pela Unidade não ocorre entre distintos projetos acadêmicos – o que seria "salutar e absolutamente legítimo". "A disputa travada é entre o desejo de se ter um projeto acadêmico – ainda que limitado – e o de se apropriar do poder visando a inibir o potencial acadêmico da Unidade, pela via da exclusão e do isolamento", diz certo trecho do documento. Diante do desfecho judicial que reconduziu a diretora, o relatório argumenta que "a judicialização dessa disputa não visa a obter a cidadania acadêmica, mas a negá-la e, ao fazê-lo, utiliza, mais uma vez, negativamente os recursos públicos. Perde a UFRJ, perde a autonomia universitária, perde a educação e perde a sociedade brasileira".

Nota dos professores da Faculdade

Ainda na sessão do Consuni, foi lida uma nota de apoio ao ato de afastamento da diretora Speranza, assinada por 32 professores da Faculdade de Educação (oito deles já aposentados). Os docentes signatários entendem que esse afastamento é imprenscidível para que se "coloque um fim na política ininterrupta de destruição dos espaços públicos da Faculdade, cujas conseqüências têm sido: a iminência de descredenciamento do programa de pós-graduação, a inviabilização da reforma curricular dos cursos de pedagogia e de licenciaturas, o afastamento da Faculdade dos intensos debates sobre o futuro da educação brasileira". Ao fim da nota, os professores convidam toda a comunidade da UFRJ para um ato público em defesa da Faculdade, às 17h deste dia 16 de setembro, na própria Unidade.

Conselheiros debatem nova crise na Unidade

Para fazer frente ao novo ataque de Speranza, o Consuni decidiu aprovar, por ampla maioria, o relatório apresentado pela decana Suely e convalidar todos os atos acadêmicos e administrativos nele contidos. Além disso, será dada ampla divulgação institucional ao documento. Para completar, os conselheiros aprovaram um voto de louvor à professora Suely, que foi estendido aos técnico-administrativos e docentes que a ajudaram nessa gestão provisória (com especial destaque para a representante dos adjuntos do CFCH no Consuni, professora Norma Musco, que também atuou em todo o trabalho de recuperação da Unidade). Apenas o professor Ricardo Bicca, representante dos Titulares do CCMN se absteve da votação, porque faz parte da comissão responsável pelo processo disciplinar instaurado contra a diretora Speranza, na portaria do reitor nº 2000 (de 14/08).

Alerta para as eleições

Os conselheiros mostraram-se especialmente preocupados com a realização das eleições em curso na Faculdade de Educação. Temem que Speranza França tome alguma atitude que prejudique o desenrolar do processo. A pesquisa eleitoral está marcada para ocorrer nos dias 30 de setembro e 1º de outubro. Apenas uma chapa se inscreveu, formada pelos professores Marcelo Correia e Castro e Renato Oliveira, respectivamente os candidatos a diretor e vice-diretor. Ainda não foi definida

Fotos: Kelvin Melo

ANA CAVALIERE LEU NOTA DOS PROFESSORES DA FACULDADE

a data para a eleição na Congregação da Faculdade de Educação (que vai formular a lista tríplice).

O professor Luiz Antônio Cunha citou que Speranza está conseguindo a demolição de tudo o que foi construído e descrito no relatório da decana do CFCH e solicitou o apoio da reitoria para garantir o processo eleitoral. Professora da Educação e representante do CFCH no CEG, Ana Canen teve a oportunidade de se manifestar e comentou que os editais elaborados e aprovados na gestão da professora Suely foram retirados das pastas de cópia da Unidade, onde os candidatos teriam acesso. Em seu lugar, apareceram os editais antigos, da gestão Speranza.

A professora Norma Musco sugeriu que os conselheiros entrassem em contato com os coordenadores dos cursos de licenciatura nas diversas Unidades e fizessem um pedido para os estudantes participarem das eleições. A iniciativa teria o objetivo de conferir maior legitimidade à direção a ser eleita.

Reportagem tentou contato com diretora

Na sexta-feira à tarde, a reportagem da Adufrj-SSind tentou contato telefônico com a professora Speranza para ouvir sua opinião sobre a decisões do Consuni. Na primeira tentativa, ela estava em horário de almoço. Na segunda, em reunião; durante a terceira, dava entrevista à folha Dirigida. N aquarta, a ligação caiu, já no início da noite, em sinal de fax.

Colegiados

CEG aprova Comissão Permanente de Licenciatura

Colegiado repudia atitude da diretora da FE

Após uma breve apresentação do representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Marcelo Correia e Castro, o Conselho de Ensino de Graduação aprovou, na sessão de 10/11, a criação da Comissão Permanente de Licenciatura. O objetivo, segundo o professor, é estabelecer uma coordenação para as ações dos diversos cursos de licenciatura da universidade. Marcelo, que também é candidato a diretor da Faculdade de Educação, foi indicado pelo sub-reitor de graduação, José Roberto Meyer, para a presidência da comissão.

O novo grupo será formado por um representante e suplente da Faculdade de Educação, indicados pela congregação; um representante e suplente do Colégio de Aplicação, indicados pelo Conselho Pedagógico; um representante e suplente de cada Centro em que haja curso de Licenciatura, indicados pelo Conselho de Centro; um representante e suplente dos técnico-administrativos com qualificação na área da licenciatura, indicados pelo CEG; e um representante e suplente dos alunos, que estejam cursando a licenciatura e indicados pelo Diretório Central dos Estudantes. Os representantes do CFCH não poderão ser do quadro da Faculdade de Educação e nem do CAp.

Os indicados para a comissão de licenciatura terão mandato de 3 anos, sendo permitida a recondução.

Crise na Educação

A representante do CFCH e professora da FE, Ana Canen, comentou a liminar ganha na justiça pela professora Speranza França e sua recondução ao cargo de diretora daquela Unidade. Ana, que havia sido nomeada pela decana do Centro, Suely de Almeida, para a coordenação da pós-graduação na Educação após o afastamento da diretora disse que, assim que a professora reassumiu, pôs seu cargo à disposição. A conselheira, no entanto, fez questão de afirmar que pretendia manter seu trabalho nos programas da pós na Unidade e que, segundo as suas "impressões", esta era a disposição de todos os docentes. "Acredito que o espírito dos dois grupos, que hoje são um só, se mantenha. Precisamos salvar o programa do descredenciamento da Capes", disse.

O candidato a diretor da Unidade, Marcelo Correia, disse não ter se surpreendido com a ação de Speranza. Para ele, as ações na justiça comum e o desrespeito às decisões institucionais da universidade são formas de a professora se manter no centro das atenções. "Tudo o que ela quer é ser repudiada", comentou para os colegas do CEG.

Ana Canen disse que, ao reassumir, a diretora suspendeu a reunião da Congregação da Unidade marcada para esta segunda-feira, 15/9. Ana relatou sua preocupação com o que Speranza faria em relação ao edital publicado no Diário Oficial com a abertura de vagas para os cursos de mestrado e doutorado em Educação. O estopim para o afastamento da diretora e a abertura da comissão de sindicância feitos pelo reitor Aloisio Teixeira foi justamente o fato de Speranza ter publicado um edital à revelia do processo de negociação entre os docentes que participam dos programas desde que a diretora assumiu, em 1999, e os que se afastaram durante a sua gestão (leia mais na página 5).

Vestibular tem aumento de 20% no número de candidatos

Contrariando as precipitadas análises do Jornal O Globo, na edição dominical de 24/8, mais de 53.000 candidatos se inscreveram para o Vestibular 2004 da UFRJ. No ano passado, foram 46.000 candidatos inscritos, o que significa um aumento de 20% no total deste ano. A matéria do referido jornal afirmava que a 'classe média' estaria perdendo o interesse na instituição por conta de problemas de segurança no *campus* do Fundão.

Anote

O Conselho de Ensino de Graduação em reunião de 10 de setembro de 2003 aprova repúdio à atitude da Profª Speranza França da Mata em relação a sua determinação de recorrer à justiça comum em todas as situações referentes às questões administrativas e acadêmicas que são de competência dos Conselhos da Universidade e reitera apoio ao ato do Magnífico Reitor que determinou o afastamento da referida professora de Diretora da Faculdade de Educação e a abertura de processo administrativo disciplinar para apurar irregularidade de sua gestão.

Aprovada na Sessão ordinária do CEG de 10 de setembro de 2003.

Resenha

Presidente diz que Ciência vai ter 2% do PIB

De acordo com notícia de O Estado de São Paulo (12/9), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse a um grupo de cientistas, no Palácio do Planalto, que até o fim de seu mandato os investimentos públicos e privados em pesquisas científicas devem atingir 2% do Produto Interno Bruto (PIB), o que hoje equivaleria a cerca de R$ 30 bilhões. Mas se empresas e governos estaduais não aumentarem o repasse de recursos para a área essa meta dificilmente será atingida. Na proposta orçamentária de 2004, enviada ao Congresso no fim de agosto, o governo garantiu apenas R$ 3,7 bilhões – 0,22% do PIB – para o setor. Isso representa um décimo do montante defendido por Lula. Com isso, ele teria apenas os dois últimos anos no cargo para cumprir a promessa.

Lei de Inovação em novo debate

O secretário de Política de Informática e Tecnologia do MCT, Francelino Grando, agendou para este 16 de setembro uma reunião sobre o anteprojeto da Lei de Inovação que tramita no Congresso. A idéia é fazer um balanço do que as entidades ligadas à área de CT&I vêm discutindo a respeito do anteprojeto de lei, de acordo com notícia veiculada no Jornal da Ciência por e-mail de 11/09. O Andes-SN também já se manifestou contrariamente ao projeto.

Impacto das tecnologias em sala de aula

Nove especialistas de cinco universidades vão fazer um levantamento em todo o Brasil para verificar como o uso de computadores e TVs tem influenciado a didática dos professores do ensino básico. Um convênio com o Ministério da Educação (MEC) está em fase final de elaboração, o que permitirá que questionários sejam repassados aos estados e a uma amostragem de municípios. Segundo o professor Gilberto Lacerda, da Faculdade de Educação da UnB, a pesquisa começa neste mês e deve ser concluída em fevereiro de 2004, de acordo com matéria da página eletrônica IG Educação (9/09).

Grupo de trabalho define políticas para universitários negros

O Diário Oficial da União publicou, em 10/09, a Portaria nº 2.430/03, do ministro da Educação, Cristovam Buarque, e da ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), criando um grupo de trabalho interministerial, com prazo de 90 dias, para apresentar proposta de políticas públicas que assegurem o acesso e a permanência de estudantes negros nas universidades públicas federais. A notícia é da Rede MEC (11/09).

Movimento

Relatório da reforma será apresentado dia 17

Senador do PT analisa 234 emendas dos senadores à reforma da Previdência que veio da Câmara

O senador Tião Viana (PT-AC), relator da reforma da Previdência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), informou que pretende apresentar seu parecer à PEC nº 67/2003 nesta quarta-feira (dia 17), às 10h. Junto com assessores, Tião Viana vem examinando uma a uma as 234 emendas já apresentadas pelos senadores ao projeto aprovado pelos deputados.

Antes do parecer, a CCJ ainda ouvirá, neste início de semana, em audiência pública, outros sindicalistas e o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini. O primeiro debate com sindicalistas e o ministro, realizado em 10/09, durou quase nove horas, tendo terminado à 1h da madrugada do dia seguinte.

Apesar de já ter manifestado sua convicção de que o projeto aprovado pelos deputados "é o melhor para o país", Tião Viana admitiu que tem recebido "muitos argumentos favoráveis" à mudança no sistema de subtetos salariais aprovados pela Câmara. Os deputados votaram três subtetos de salários e aposentadorias para os estados – um para cada Poder. O senador acredita ser difícil instituir apenas um subteto válido para todos os estados, pois cada unidade federativa tem situação econômica diferente.

Assim que Tião Viana apresentar seu parecer, o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), poderá conceder um prazo para que os senadores examinem o relatório. Lobão quer terminar a votação da reforma na CCJ até o final deste mês, remetendo a proposta de mudança constitucional ao exame do Plenário – onde ela terá de passar por dois turnos de votação.

Comissão de Assuntos Sociais debaterá reforma da Previdência

A pedido da senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO), presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o colegiado realizará audiência pública para discutir a reforma da Previdência. Será convidado para o debate o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. A data da audiência não foi definida.

É importante registrar que o colegiado solicitou junto à Consultoria do Senado estudo que possibilite mudar o Regimento da Casa a fim de incluir a CAS na discussão da reforma. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, destacou a necessidade e a importância da discussão da reforma na Comissão. "A matéria é tão importante que não pode ser negado o alcance social, já que trata de temas como aposentadoria e pensão. A técnica deve ser discutida na CCJ e a cor do debate social deve ser dada pela CAS".

CNESF avalia realização de Plenária dos SPF

Um indicativo de realização de Plenária Nacional dos SPF em 27/09, precedida de reuniões setoriais no dia 26/09, seria objeto de avaliação na Reunião Ampliada da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais no último dia 14. Ainda nesta reunião, seria debatida a possível organização de um "Júri Popular" para julgar a Reforma da Previdência.

Seminário com intelectuais será em 23/09

No dia 23/09, os servidores voltam à carga contra a reforma da Previdência, com a realização do Seminário "Reforma da Previdência em Debate", no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, em Brasília (DF). No dia seguinte (24/09), será a vez de mais uma Marcha na capital federal contra a reforma previdenciária.

Votação da Tributária continua no dia 16

Em meio a protestos de centenas de prefeitos e mais de uma dezena de votações, a Câmara avançou, em 10/09, na votação da Reforma Tributária (PEC 41/03) em primeiro turno, acatando, por 370 a 44 votos, a emenda resultante de acordo do Governo com a base aliada e o PSDB. Foram rejeitados também dois destaques de bancada e prejudicadas várias das cerca de 70 emendas apresentadas.

Na manhã do dia 11, os líderes dos partidos, em breve reunião com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, decidiram marcar a votação dos destaques e das emendas restantes para esta terça-feira (16), às 10 horas.

Fonte: Agência Senado, Agência Câmara, Agência DIAP e CNESF

Protestos por Soberania no 9 º Grito dos Excluídos

As entidades que compõem a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), incluindo a CUT, realizaram em todo o país a nona edição do Grito dos Excluídos, no feriado da Independência, dia 7 de Setembro. Houve manifestações nas diversas capitais e cidades do interior. Como todos os anos, a maior delas aconteceu em Aparecida do Norte (SP), que reuniu um público superior a 100 mil pessoas. Os manifestantes exigiram mudanças na política econômica e defenderam a necessidade de o povo, nas ruas, alterar a correlação de forças que existe hoje em disputa no governo. Este ano, o lema do grito foi: "Tirem as mãos...O Brasil é nosso chão". O presidente da CUT Nacional, Luiz Marinho, e o Coordenador Nacional do MST, João Pedro Stédile, participaram das atividades do Grito em Aparecida do Norte.

Plebiscito da Alca - Os organizadores da Campanha Nacional contra a Alca aproveitaram as manifestações em todo o país para intensificar a coleta de assinaturas para o abaixo-assinado pela realização de um plebiscito oficial da Alca. No Rio, o maior ponto de coleta de assinaturas se concentrou na Candelária, junto à Avenida Presidente Vargas, no Centro, onde se realizou o desfile militar. O abaixo-assinado será entregue em Brasília, na Presidência da República, no Supremo Tribunal Federal e no Congresso Nacional, no próximo dia 16. Até o dia 14, todas as listas do estado devem ser recolhidas e encaminhadas à Secretaria Operativa da Campanha contra a Alca, no Sindicato dos Engenheiros (Avenida Rio Branco, 277/17º andar).

Fonte: Rápido da CUT-RJ (9/09)

@dufrj

Portal de periódicos da Capes

Circula na internet a notícia de que o MEC pretende fechar o portal de periódicos da Capes (http://periodicos.capes.gov.br), sob o argumento de que custa muito e é pouco acessado. Para conhecer a página eletrônica, o acesso é livre e gratuito, porém restrito aos usuários dos provedores autorizados de 97 instituições participantes – entre elas, a UFRJ. O portal disponibiliza artigos completos de mais de 2.400 revistas nacionais e estrangeiras em todas as áreas do conhecimento.

Inscrições para o Fórum Social Brasileiro

As inscrições para participar do FSB serão feitas através da página eletrônica http://www.fsb.org.br. Há três tipos de inscrição: a de entidades, das quais serão cobradas taxas de R$ 50 (com direito a uma oficina, sem incluir delegado); e a de delegados de entidades (com taxa de R$10,00) e a de indivíduos (não pertencentes a nenhuma entidade), com taxa de R$20,00. As inscrições vão até o dia 15/10.

Anote

III Fórum Social do Rio de Janeiro

Nos dias 3 e 4 de outubro, o CEFET de Nilópolis (Rua Lúcio Tavares, nº 1045 – Centro) vai receber o III Fórum Social do Rio de Janeiro. A comissão organizadora decidiu realizar o evento na Baixada Fluminense por entender que a divulgação do Fórum Social Mundial ainda é incipiente na região, e também para que os participantes possam absorver informações sobre a história dos movimentos sociais na Baixada. Emir Sader, Gilmar Mauro, Frei Davi, Salete Macaloz e Leonardo Boff são os conferencistas do Fórum. Informações e inscrições para as oficinas podem ser conseguidas pelo telefone 2232-8178 (ramais 27 e 33) e pelo endereço eletrônico forumsocialcarioca@hotmail.com

Vagas para o CAp-UFRJ

O Colégio de Aplicação da UFRJ está abrindo vagas para o ano letivo de 2004. São 45 vagas para a série inicial (preparatória à 1ª série), 21 para a 5ª série e 30 para a 1ª série do ensino médio. A pré-inscrição deverá ser feita entre os dias 29 de setembro e 3 de outubro, após depósito de uma taxa de R$ 40. Os pedidos de isenção de taxa deverão ser encaminhados através do requerimento adquirido na portaria do Colégio no período de 15 a 24 de setembro de 2003. Os documentos necessários e as normas do concurso podem ser conhecidos no edital, disponível em www.cap.ufrj.br ou na secretaria do colégio.

Adufrj-SSind

Continuação da capa

Representantes do CR foram eleitos

Foram eleitos também os novos integrantes para o Conselho de Representantes da seção sindical. Foram eleitas as listas únicas do Instituto de Física, Escola de Educação Física e Desportos, Instituto de Nutrição, Escola de Enfermagem Anna Nery, Escola de Engenharia, Coppe, Escola de Serviço Social, Faculdade de Educação, IFCS e Colégio de Aplicação. No Instituto de Matemática (tabelas 2 e 3), único local onde houve disputa entre duas listas, a eleição obedeceu ao critério da proporcionalidade previsto no artigo 34 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind, reproduzido nesta página. Confira o mapa de apuração das eleições para o Conselho e composição final do CR eleito, respectivamente, nas tabelas 4 e 5.

Apuração ocorreu na noite do dia 12/09

A apuração foi feita pelos integrantes da comissão eleitoral, composta pelos professores José Sanglard, José Simões e Regina Pugliese, na noite do dia 12/09. A apuração foi acompanhada por parte dos candidatos à diretoria (Sara Granemann e José Miguel) e ao Conselho (Luís Paulo Vieira e Carlos Roberto Strauss), além da presidente atual da Adufrj-SSind (Cleusa Santos) e de uma diretora da seção sindical dos docentes da UFF (Sonia Lucio).

Homologação dos resultados

A diretoria em exercício já convocou uma reunião do Conselho de Representantes para o dia 24/09, com o objetivo de homologar os resultados. Eventuais recursos ao processo eleitoral poderão ser julgados nesta reunião.

Artigo 34 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind

Art. 34. Serão considerados eleitos representantes dos sindicalizados da respectiva Unidade no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind os candidatos de cada lista, em quantidade proporcional ao número de votos obtidos pela lista e na ordem em que foram inscritos, conforme o § 2° do artigo 14 deste Regimento

§ 1°. O número de representantes dos sindicalizados da cada Unidade dependerá do número de sindicalizados na Unidade, da seguinte forma:

a) até 60 sindicalizados: 1 representante;

b) de 61 a 120 sindicalizados: 2 representantes, e

c) mais de 120 sindicalizados: 3 representantes.

§ 2°. Os suplentes dos representantes eleitos por cada lista serão os candidatos da mesma lista inscritos em seguida, em igual número.

§ 3°. O número de candidatos eleitos por cada lista será obtido multiplicando-se o número de votos de cada lista pelo número de representantes dos sindicalizados na Unidade e dividindo-se o resultado pelo número de votos válidos, arredondando-se o resultado para o número inteiro mais próximo.

Tabela 2

Eleição para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind 2003-2005

Instituto de Matemática - 3 representantes - Composição Proporcional da Representação

Lista de candidatos (nº de candidatos)	Votos válidos	Percentual Válidos	Coeficiente Eleitoral	Número Repres.	Número Suplentes
Lista 1 (6)	29	59,18%	1,78	2	2
Lista 2 (2)	20	40,82%	1,22	1	1
Brancos	0	0,00%			
Total	49	100,00%			

Tabela 3

Composição Final da Representação

Instituto de Matemática	Candidato	Lista	Nome
Representantes	nº 1	Lista 1	Bruno Alexandre Soares da Costa
	nº 2	Lista 1	Cássio Neri Moreira
	nº 1	Lista 2	Luís Paulo Vieira Braga
Suplentes	nº 3	Lista 1	Eduardo San Pedro Siqueira
	nº 4	Lista 1	Marco Antônio Rosa Ferreira
	nº 2	Lista 2	Nelson Quilula Vasconcelos

Guilherme Lessa

PRESIDENTE ELEITA, PROFESSORA SARA VOTA NA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Tabela 4

Eleição para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind 2003-2005

Mapa de Apuração

Unidade	Votantes	Lista 1	Lista 2	Brancos	Nulos	Total
Escola de Serviço Social	44	36		7	1	44
Faculdade de Educação	19	18		1	0	19
IFCS	14	11		2	1	14
Escola de Enfermagem	29	28		1	0	29
Colégio de Aplicação	50	49		1	0	50
Escola de Engenharia	50	41		5	4	50
Coppe	20	17		3	0	20
Instituto de Física	26	23		0	3	26
Instituto de Matemática	50	29	20	0	1	50
Educação Física	13	13		0	0	13
Instituto de Nutrição	5	4		0	1	5
Faculdade de Odontologia (*)	0	0		0	0	0
NESC (*)	0	0		0	0	0
Total	320	269	20	20	11	320

(*) Não houve votação para o Conselho na Unidade

Tabela 5

Adufrj-SSind - Conselho de Representantes Eleito

Centro UFRJ	Unidade do Centro	Número Sind.	Número Repr.	Titular/ Suplente	Representantes Eleitos
CCMN	Instituto de Física	110	2	T	João Ramos Torres de Mello Neto
				T	Luiz Felipe de Souza Coelho
				S	Paulo Américo Maria Neto
				S	Filadelfo Cardoso dos Santos
	Instituto de Matemática	147	3	T	Bruno Alexandre Soares da Costa
				T	Cássio Neri Moreira
				T	Luís Paulo Vieira Braga
				S	Eduardo San Pedro Siqueira
				S	Marco Antônio Rosa Ferreira
				S	Nelson Quilula Vasconcelos
CCS	E. E. Física e Desportos	71	2	T	Leandro Nogueira Salgado Filho
	Instituto de Nutrição	43	1	T	Maria Auxiliadora Santa Cruz Coelho
	Escola de Enfermagem	96	2	T	Cláudia Regina G. Couto dos Santos
				T	Marilurde Donnato
				S	Elen Martins da Silva Castelo Branco
CT	Escola de Engenharia	268	3	T	Lavínia Maria Sanabio Alves Borges
				T	José Luís Lopes da Silveira
	Coppe	145	3	T	Fernando Carvalho da Silva
				T	Carlos Roberto Strauss Vieira
CFCH	Escola de Serviço Social	72	2	T	Luís Eduardo Acosta Acosta
				T	Lenise Lima Fernandes
				S	Marcelo Braz Moraes dos Reis
				S	Gabriela Lema Icasuriaga
	Faculdade de Educação	136	3	T	Roberto Leher
	IFCS	137	3	T	Maria Paula Nascimento Araújo
				T	Marcos Luís Bretas da Fonseca
	Colégio de Aplicação	123	3	T	Sandra Martins de Souza

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 109 • 22 de setembro de 2003

Assembléia Geral

25 setembro
quinta-feira
13:30

Auditório do Centro de Tecnologia
Bloco A, Ilha do Fundão

Pauta
1 – Informes;
2 – Ação de Inconstitucionalidade do RJU;
3 – Prestação de contas 2002/2003;
4 – Reforma da Previdência/Tributária;
5 – Homologação das eleições para Diretoria e Conselho

Conselho de Representantes

24/09 quarta-feira **17h30**

Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)
Pauta: a mesma da AG

Jurídico

3,17%
Pagamento em agosto

Segundo a Medida Provisória 2.225-45, de 04 de setembro de 2001, o governo pagará a todos os servidores públicos, nos meses de agosto e dezembro de cada ano, durante sete anos, o passivo apurado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão relativo aos atrasados dos 3,17% não pagos em janeiro de 1995. Os servidores, neste mês de agosto, receberam tal parcela.

A Adufrj Seção Sindical entende que tais valores estão sendo pagos em valor menor do que é devido e, portanto, prossegue com a ação judicial coletiva pleiteando seu pagamento integral. O assunto já havia sido divulgado no Jornal da Adufrj-SSind nº 52 (de 25 de fevereiro do ano passado). Os artigos da MP 2.225-45 que dizem respeito aos 3,17% estão disponíveis na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br).

Guilherme Lessa

SALA ANÍSIO TEIXEIRA RECEBEU NUMEROSA PLATÉIA PARA O ATO PÚBLICO EM DEFESA DA FACULDADE

Faculdade de Educação prepara resistência

Organizadores de ato público criticam gestão da reconduzida diretora Speranza

Mobilizar professores, funcionários e alunos para uma votação maciça na pesquisa eleitoral que ocorre nos dias 30 de setembro e 1º de outubro, na Faculdade de Educação. Essa tarefa passou a ser a questão principal para os organizadores do lotado ato público em defesa daquela Unidade, na sala Anísio Teixeira, no *campus* da Praia Vermelha (em 16/09). Na ocasião, além dos clamores pela volta do prestígio da faculdade, sobraram críticas à gestão da recém-reconduzida diretora Speranza França.

Pela Associação de Pós-graduandos da UFRJ (APG), o estudante José Carlos Peixoto observou que o processo eleitoral em curso é a chance de resgatar a Faculdade de Educação da era Vilhena. "Talvez os anos de chumbo não tenham presenciado situação parecida", disse. José Carlos classificou o ato como histórico e conclamou a todos os presentes para a participação na pesquisa eleitoral marcada para o fim do mês.

Representante no CEG do CFCH, a professora Ana Canen (que ocupou o cargo de diretora adjunta de pós-graduação durante o período em que Speranza esteve afastada) comentou que encontrou uma situação "bastante fragilizada" no programa da FE. Ela relatou que um grande esforço foi feito para recuperar a pós-graduação no local, sem criar atritos com os professores que estavam no programa. No entanto, a partir da decisão da justiça que reconduziu a diretora, os novos editais lançados durante a gestão provisória da professora Suely de Almeida (decana do CFCH) foram substituídos nas pastas de cópias da Unidade pelos antigos editais, lançados pela própria Speranza.

Continua na página 4

Movimento

Entidades vão debater reforma universitária

Também será intensificada campanha pela retirada da Educação do GATS

O anúncio feito pelo Ministro da Casa Civil, José Dirceu, de que um dos próximos projetos de governo a serem encaminhados ao Congresso vai tratar da reforma universitária não passou em branco na plenária extraordinária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), realizado em Brasília (DF), nos dias 5 e 6 de setembro.

Foi aprovado um encaminhamento para que o Andes-SN, a Fasubra e a UNE realizem um debate sobre reforma universitária antes da próxima plenária extraordinária do FNDEP, marcada para o início de novembro. Informações não oficiais divulgadas durante a plenária dão conta de que o MEC teria contratado uma ONG internacional chamada Fundação Oros para elaborar a proposta governamental.

Escolha de dirigentes

A UNE informou que estará fazendo movimentações no mês de outubro para que o projeto de lei sobre a escolha de dirigentes universitários saia da Casa Civil e seja encaminhado ao Congresso Nacional.

Frente Parlamentar

No dia 2 de setembro, o Andes-SN foi convidado para um evento na Câmara dos Deputados que tinha como finalidade aprovar o estatuto da Frente Parlamentar em Defesa da Educação. Em seu pronunciamento na ocasião, a representante do Sindicato Nacional (professora Ana Lúcia Faria) questionou o fato de a Frente não ser denominada "em Defesa da Educação Pública". Teme-se que, por pressões do setor privado, a Frente poderia ser levada a retirar recursos das já minguadas verbas públicas para a educação particular.

Fórum Social Brasileiro

Entre outros encaminhamentos, foi ressaltada a importância da participação do FNDEP no Fórum Social Brasileiro, que vai ocorrer em Belo Horizonte, entre 6 e 9 de novembro. O objetivo é reforçar, no evento, a campanha pela retirada do setor da Educação do GATS (Acordo Geral do Comércio de Serviços). Entende-se no FNDEP que "educação é de suma importância para o desenvolvimento social, cultural e econômico da sociedade e que não deve ser submetida às regras compulsórias de um tratado internacional que prioriza a liberação do comércio acima de outros objetivos", segundo texto-base de um abaixo-assinado que vai ser divulgado no Fórum Social Brasileiro.

@dufrj

Outro Brasil

O Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, iniciou o Projeto de Acompanhamento da Conjuntura Brasileira, que pretende apresentar mensalmente a integrantes de movimentos sociais, professores e estudantes, parlamentares e todas as pessoas interessadas nos destinos do Brasil uma análise abrangente dos principais processos políticos, econômicos e sociais em curso no país. César Benjamin, Emir Sader e Laura Tavares coordenam o projeto e escrevem os textos finais. O trabalho começa todos os dias com o acompanhamento das matérias publicadas nos principais órgãos de imprensa do país, organizadas em nove grandes campos temáticos (conjuntura política, economia, situação social e políticas públicas, regiões brasileiras, internacional, instituições multilaterais, movimentos sociais e artigos de opinião), com 97 subdivisões. Ao longo do mês, a equipe sistematiza, organiza e arquiva essa base de informações, além de complementá-la em publicações especializadas e entrevistas. Este é o ponto de partida para a seleção de dados e a elaboração das análises de Emir Sader, Laura Tavares e César Benjamin, consolidadas na primeira semana de cada mês e publicadas na página www.outrobrasil.net. O acesso é gratuito. As primeiras análises já estão disponíveis.

Portal de periódicos mantido

Durante a semana que passou, algumas mensagens eletrônicas desmentiram a notícia de que o MEC pretendia fechar o portal de periódicos da Capes (http://periodicos.capes.gov.br). De acordo com informativo divulgado pela Comissão de Negociação do Portal de Periódicos – e que também tem circulado pela internet -, o novo presidente da Capes, Marcel Bursztyn, reconhece o valor do portal e indica apenas que algumas ações estão sendo implantadas para seu aperfeiçoamento e ampliação. Segundo o professor Roberto Bartholo (Coppe), que integra a comissão de negociação do portal e está assumindo a coordenação-geral de Cooperação Internacional da Capes, é importante informar que a manutenção do portal é realmente muito cara. De acordo com Bartholo, o que a entidade vem buscando é a renegociação dos valores junto aos fornecedores.

Agenda Sindical

23/9 - Seminário dos Intelectuais e Senadores no Congresso Nacional
Brasília (DF)
Obs: a Secretaria do Senado cancelou o uso do Auditório Petrônio Portela, que já havia sido reservado para a atividade.

25/09 – Encontro das 3 esferas

26/09 – Reunião do Setor das Particulares do Andes-SN
Curitiba (PR) – Secretaria da Regional Sul do Sindicato Nacional

29/09 - 1ª Reunião do GT Política de Formação Sindical do Andes-SN
São Paulo (SP) - Secretaria Regional SP do Sindicato nacional, 14h às 20h

30/9 a 1/10 – Seminário sobre Reforma Trabalhista e Sindical
São Paulo (SP) – *Sindicato dos Químicos, na Rua Tamandaré, 348, no bairro da Liberdade*

02/10 - 2ª Reunião do GT Política de Formação Sindical do Andes-SN
São Paulo (SP) - Secretaria Regional SP do Sindicato nacional, 9h às 14h

3 e 4/10 – Fórum Social do Rio de Janeiro
Nilópolis (RJ) - Cefet

15/10 – Posse da Diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

31/10 a 2/11 – 47º Conad, com o tema central "Estado, Democracia e Serviços Públicos: essa luta é de todos nós"
Natal (RN)

6 a 9/11 – Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

29 a 31/07/2004 - Fórum Mundial *de Educação*
Porto Alegre (RS)

Maio de 2004 – 5º Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Nova marcha contra a reforma da Previdência é adiada

A indefinição sobre a votação da reforma da Previdência no plenário do Senado fez as entidades dos servidores federais adiarem a realização de uma nova marcha de protesto em Brasília. Marcada inicialmente para esta quarta-feira (24/09), a Marcha contra a Reforma deve ocorrer no período de 8 a 15 de outubro. A definição da data ainda será informada às seções sindicais do Andes-SN para viabilizar o maior número possível de manifestantes na capital do país.

Seminário com intelectuais

A secretaria do Senado inviabilizou o uso do auditório Petrônio Portela para as entidades realizarem o seminário com intelectuais contra a reforma da Previdência, marcado para este dia 23. Por conta disso, as entidades já estão se organizando para montar um espaço improvisado em frente ao Congresso para execução do evento.

Outras lutas

Além da reforma, os servidores já se preparam para intensificar a luta pela retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), formada por representantes do serviço público e do governo federal (ver jornal da Adufrj nº 107, de 8 de setembro).

De acordo com o relatório preliminar da reunião ampliada da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF), realizada em Brasília, no dia 14/09, o Dieese está realizando um estudo sobre as gratificações percebidas pelos servidores públicos. Esta análise, de acordo com o relatório, poderá ajudar na revisão de cálculo de impacto de eventuais incorporações.

Senadores não comparecem à audiência pública no Rio

Sem a presença dos três senadores pelo Rio de Janeiro (Sérgio Cabral Filho, Marcelo Crivela e Saturnino Braga) realizou-se no dia 12/09, na Câmara dos Vereadores, a audiência pública sobre reforma da Previdência, convocada pelo Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública. Descontentes com a ausência dos senadores, os servidores presentes, das três esferas do serviço público (federal, estadual e municipal), decidiram solicitar às suas entidades a divulgação de documentos de repúdio aos três parlamentares. A proposta foi da coordenação do próprio Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública, que também se comprometeu a elaborar moção de repúdio.

A audiência pública na Câmara Municipal do Rio foi presidida pelo vereador Pedro Porfírio (PDT), que manifestou apoio à luta dos servidores. Na mesa, além do vereador, estavam também um representante de cada segmento do serviço público (federal, estadual e municipal), todos os integrantes do Fórum, além dos professores José Miguel Bendrao e Sara Granemann, que foram eleitos recentemente para a próxima diretoria da Adufrj-SSind.

Pesquisadores sobre Previdência Pública e fundos de pensão, eles discorreram sobre o tema, questionando os dados sobre o déficit da Previdência e apresentando números que comprovam que a Previdência Pública é superavitária e que a reforma não passa de um projeto colocado em prática para injetar recursos no mercado dos fundos de pensão e fazer caixa para pagar os juros da dívida externa. Encerrada a audiência, os servidores se uniram aos trabalhadores dos Correios, em greve, que faziam uma assembléia na Cinelândia, em frente à Câmara Municipal.

Fonte: Circular nº 292/03 do Andes-SN e Rápido da CUT-RJ (15/09)

Tudo como antes

Relator do Senado mantém texto da reforma previdenciária que veio da Câmara

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o relatório sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 67/2003 - numeração que recebeu no Senado a PEC nº 40) da reforma da Previdência. O relator rejeitou todas as 290 emendas apresentadas pelos senadores, mantendo na íntegra o texto aprovado na Câmara dos Deputados. O senador Edison Lobão (PFL-MA), presidente da CCJ, marcou para esta quarta (24/09) a votação da proposta.

Tião Viana admitiu que o texto pode ser alterado. Ele quer continuar debatendo os pontos da reforma com os senadores até a votação em primeiro turno em Plenário, que, segundo avalia, deve se dar na segunda quinzena de outubro. Ele afirmou que, se as emendas forem produto de entendimento com os governadores, poderá aproveitá-las.

Tião Viana admitiu estar sensível a mudanças em três pontos, além do subteto: regras de transição para os atuais servidores, mecanismos de controle social das contas da Previdência e a possibilidade de se isentar de contribuição os servidores inativos que tiverem mais de 70 anos e tenham se aposentado em decorrência de moléstia grave.

Em seu relatório, Tião Viana sustenta que as dificuldades de financiamento da Previdência do setor público obrigaram o governo a propor as mudanças no sistema.

Fonte: Agência Senado

Resenha

Lei de Inovação ainda em debate

Notícia do Jornal da Ciência por e-mail, de 17/09, informa que o primeiro passo para que o país tenha uma lei de inovação foi dado em Brasília, durante reunião com entidades da área científica e tecnológica, no MCT. Nesta reunião, ficou definido o prazo até 26 de setembro para que todas as entidades enviem suas contribuições escritas à secretaria de Política de Informática e Tecnologia, daquele ministério. A lei de Inovação em tramitação no Congresso (7.282/2002) foi encaminhada à Câmara em dezembro de 2002, em caráter de urgência, sendo retirada a pedido da equipe de transição.

Uerj expulsa 34 alunos das cotas

A política de cotas continua gerando polêmica na Uerj. No final do primeiro período letivo, 34 alunos classificados pelo Sade (Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes) tiveram sua matrícula cancelada. Isto porque, apesar de terem feito a pré-matrícula e a inscrição em disciplinas, eles não atendiam às exigências da lei. Uma irregularidade seria ter cursado escola pública fora do Rio de Janeiro, por exemplo. A matéria é da Folha Dirigida (11/09).

UFF com déficit

Funcionários e professores desvalorizados, prédios sucateados, contas atrasadas, falta de equipamentos e, principalmente, de recursos. Se a realidade das universidades federais não é animadora, o futuro também não parece nada promissor. Com orçamento minguado, a Universidade Federal Fluminense (UFF) vai terminar 2003 devendo R$1,5 milhão e entrar 2004 com déficit de R$4 milhões, de acordo com matéria da Folha Dirigida (11/09).

Novos cursos de Medicina questionados

A abertura de novos cursos de medicina no Brasil tem provocado calorosas discussões. No mês passado, o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e o Conselho Regional de Medicina de SP pediram o cancelamento das portarias que autorizam o funcionamento dos cursos da Uninove e da Unicastelo. A matéria é da Folha de S. Paulo (15/09).

Anote

III Fórum Social do Rio de Janeiro

Nos dias 3 e 4 de outubro, o CEFET de Nilópolis (Rua Lúcio Tavares, nº 1045 – Centro) vai receber o III Fórum Social do Rio de Janeiro. A comissão organizadora decidiu realizar o evento na Baixada Fluminense por entender que a divulgação do Fórum Social Mundial ainda é incipiente na região, e também para que os participantes possam absorver informações sobre a história dos movimentos sociais na Baixada. Emir Sader, Gilmar Mauro, Frei Davi, Salete Macaloz e Leonardo Boff são os conferencistas do Fórum. Informações e inscrições para as oficinas podem ser conseguidas pelo telefone 2232-8178 (ramais 27 e 33) e pelo endereço eletrônico forumsocialcarioca@hotmail.com

Vagas para o CAp-UFRJ

O Colégio de Aplicação da UFRJ está abrindo vagas para o ano letivo de 2004. São 45 vagas para a série inicial (preparatória à 1ª série), 21 para a 5ª série e 30 para a 1ª série do ensino médio. A pré-inscrição deverá ser feita entre os dias 29 de setembro e 3 de outubro, após depósito de uma taxa de R$ 40. Os pedidos de isenção de taxa deverão ser encaminhados através do requerimento adquirido na portaria do Colégio no período de 15 a 24 de setembro de 2003. Os documentos necessários e as normas do concurso podem ser conhecidos no edital, disponível em 63 ou na secretaria do colégio.

UFRJ

Continuação da capa

O professor Jorge Ricardo, que participou do início da gestão Speranza, em 2000, disse ter saído da direção por não ter concordado com as práticas da diretora. Segundo ele, a direção atual governou com uma minoria e com base em atos administrativos e judiciais. Jorge Ricardo avisou ainda que todos deveriam se comprometer com o sucesso do processo eleitoral.

O pró-reitor de Ensino de Graduação e Corpo Discente, José Roberto Meyer, também participou do ato público do dia 16. Ele ratificou o apoio da reitoria à recuperação da Unidade e disse ter esperança de que isso vá acontecer. O uso da palavra "esperança" pelo pró-reitor, aliás, foi motivo de um riso contido dentro da sala pela alusão ao nome da polêmica diretora.

Marcelo Macedo Corrêa e Castro, representante no CEG e candidato único a diretor no processo eleitoral, também manifestou-se no ato. Ele comentou que a Faculdade de Educação viveu problemas de divergência, sim, no passado. No entanto, quando a Unidade parecia estar em recuperação, a eleição de Speranza, no fim de 1999, interrompeu esse processo. Marcelo convidou a comunidade para os debates que estão sendo promovidos pela chapa à diretoria. Segundo ele, independente de ser o único candidato, a presença de todos é importante na construção de um projeto para a Faculdade de Educação.

Guilherme Lessa

CANDIDATO A DIRETOR, MARCELO MANIFESTA SUA OPINIÃO NO ATO

Ana Maria Ribeiro, coordenadora do Sintufrj, considerou "um pecado" a atuação da diretora na liderança do corpo acadêmico da Unidade. "Mas a perda de prestígio acadêmico (da Faculdade de Educação) é muito mais difícil de recuperar", afirmou. Ana comentou que o debate das idéias deveria prevelecer e ofereceu o apoio do sindicato para a reconstrução da faculdade.

O professor Roberto Leher comentou que a entrada de Speranza, no contexto da administração Vilhena "e com os meios do Vilhena", gerou três grandes problemas para a Faculdade de Educação. O primeiro deles foi o isolamento da Unidade de todos os fóruns coletivos que discutem Educação no país, como os Coneds, por exemplo. O segundo foi a falta de segurança para se estabelecer na Unidade um debate sobre mudanças curriculares. Por último, surgiu a ameaça de descredenciamento do programa de pós-graduação por conta de uma visita de especialistas da Capes neste ano.

Integrante do DCE da UFRJ e também representante discente no CEG, o aluno Wellington Augusto disse que a realização daquele ato já representava a tomada de um rumo novo para a Faculdade de Educação. Segundo ele, a atuação da diretora seria ainda "um resquício da tenebrosa era Vilhena". Além disso, Wellington fez coro com quem defendeu o envolvimento de toda a comunidade no processo eleitoral para consolidar a renovação da Unidade.

Speranza afirma que o processo eleitoral está ilegal

Na última sexta-feira (19/09), a diretora Speranza França recebeu a reportagem da Adufrj-SSind para dar sua opinião sobre os fatos transcorridos na Unidade. Segundo ela, o processo eleitoral em curso está ilegal. Isso ocorre porque a ata da Congregação que aprovou as normas da pesquisa junto à comunidade (em 12/08) não foi homologada antes da deflagração do próprio processo. Speranza explica que as atas são homologadas na sessão seguinte da Congregação. Só que a inscrição de chapas foi realizada durante o seu período de afastamento, entre 14 de agosto e 5 de setembro (veja jornal nº 104, de 19/08), antes da realização de uma nova Congregação com ela na presidência. Além disso, ainda de acordo com a professora, um docente tentou se inscrever no processo eleitoral e teve sua inscrição rejeitada pela comissão com base em uma alegação que não estaria prevista nas normas eleitorais (presença de um substituto eventual no momento da inscrição). O fato é contestado pelo professor Marcelo, que considera que o docente simplesmente desistiu da inscrição.

Speranza disse que vai comunicar a suposta ilegalidade do processo ao reitor e ao procurador da universidade. Se eles não se manifestarem contrariamente à continuidade da pesquisa eleitoral, ela vai à justiça para anular seus resultados. A diretora sustenta que um novo calendário eleitoral dará mais tranqüilidade ao pleito. Se isso for garantido, ela defende ainda que a Congregação deve acompanhar o resultado das urnas na formação da lista tríplice ao reitor.

Arbitrariedade contestada

Para Speranza, foi o reitor Aloisio quem cometeu uma arbitrariedade ao afastá-la do cargo de direção em meados de agosto. Segundo ela, até hoje não lhe foram apresentadas as supostas irregularidades que justificassem o seu afastamento pela lei da sindicância no serviço público. A diretora reconduzida disse que foi à justiça para preservar sua honra e afirma possuir todos os documentos que comprovem sua retidão no exercício do cargo.

O fato de os colegiados superiores tomarem posições contrárias à sua gestão também tem explicação para a diretora. Segundo ela, os conselheiros não recebem orientações jurídicas em suas atividades e, sem o conhecimento dos devidos fatos judiciais, acabam agindo sem informações. Ela não culpa os colegiados por isso, mas lamenta só ter sido convidada para ser ouvida em uma comissão de acompanhamento do CEPG sobre o programa de pós-graduação.

Descredenciamento do programa

Sobre o risco de descredenciamento do programa, Speranza justifica que o programa já vinha mal desde antes do início de sua gestão. A última avaliação do Programa de Pós-Graduação em Educação ocorreu no triênio 98/99/00, que recebeu a nota 3 da Capes. Ela assumiu a direção em janeiro de 2000, o que a isentaria de responsabilidade sobre o programa nos dois anos anteriores. Além disso, argumenta ela, todos os professores que contestam sua diretoria deram aulas no programa em 2000. Ela reconhece, no entanto, que, durante esse ano, o programa vigorou com dois regulamentos – o de 1999 (que ela revogou, apesar de aprovado em todas as instâncias da universidade) e o de 1993, anterior ao revogado.

Edital do programa

Uma vez reconduzida ao cargo, Speranza observou que uma outra decisão judicial, segundo ela comunicada ao pró-reitor José Luiz Monteiro em 15/08, sustenta o edital do programa lançado por ela em meados deste ano e cujas datas ela apenas atualizou. Por outro lado, Speranza garante que aceitaria o retorno ao programa de alguns professores, se esses aceitassem as condições de igualdade com aqueles que lá já trabalham. Dessa forma, ela poderia fazer as devidas modificações no edital. O que ela não aceita é que esses docentes entrem no programa em posição de supremacia sobre os demais.

Chapa única inscreveu-se para concorrer à diretoria

A chapa "Reconstrução e Mudança" foi a única inscrita para o processo eleitoral em curso na Unidade. A chapa é constituída pelos professores Marcelo Corrêa e Castro (candidato a diretor) e Renato José de Oliveira (vice-diretor). A pesquisa eleitoral ocorre nos dias 30 de setembro e 1º de outubro, das 9h às 20h. Marcelo, que também é representante no CEG, falou sobre o programa da chapa à reportagem da Adufrj-SSind, antes da sessão do colegiado (no dia 17).

Marcelo observou que uma das primeiras tarefas de uma nova diretoria da Faculdade será a de rearticular as relações entre a Unidade e o restante da UFRJ. O professor considera que o "trânsito" ficou acidentado neste sentido para a FE porque a professora Speranza não reconhece a autoridade institucional. "Mas isso é fácil de retomar", disse, acrescentando que os docentes da faculdade que atuam nos colegiados superiores "agem com civilidade".

Sobre as licenciaturas, Marcelo deseja redimensionar o papel da faculdade no conjunto da universidade, conduzindo-a à condição de protagonista da produção de conhecimento na área de Educação. Marcelo esclarece que esse protagonismo não viria para ocupar o espaço de nenhuma outra Unidade. "A Faculdade apenas deixaria de ser coadjuvante", comentou.

Outra articulação necessária é externa à universidade. A FE-UFRJ voltaria a participar dos fóruns institucionais do setor, como o Fórum de Diretores de Faculdades de Educação, por exemplo.

O candidato a diretor também destacou a necessidade de ampliação dos espaços de discussão pedagógica dentro da Unidade. Marcelo pretende, neste sentido, concluir o processo de reformulação do currículo do Curso de Pedagogia "de forma a atender às reivindicações da coletividade", conforme trecho do programa da chapa.

Ainda no programa, Marcelo ressaltou o apoio à criação de curso de pós-graduação *lato sensu*. Segundo ele, essa iniciativa propiciaria ensino de atualização/especialização para docentes do ensino médio e criaria oportunidades para professores da FE com doutorado aumentarem sua participação na pós-graduação da Unidade.

Recompor o quadro técnico-administrativo e reestruturar as secretarias para melhor atendimento aos estudantes; recuperar a infra-estrutura de saúde e de segurança da Faculdade; e assegurar o direito à conclusão e defesa dos atuais alunos do programa de pós-graduação de acordo com as regras vigentes quando do seu ingresso são alguns outros itens identificados no programa da chapa.

Colegiados

UFRJ prepara novos concursos para docentes

Dezessete Unidades já vão receber um professor cada

A recente autorização do governo para 2.500 concursos nas universidades deve apressar os trabalhos para formação da Comissão Permanente de Alocação de Vagas Docentes (Copav) na UFRJ. Conforme vem sendo noticiado pelo Jornal da Adufrj ao longo deste ano, os colegiados superiores CEG e CEPG discutem o estabelecimento de critérios institucionais e acadêmicos para a distribuição de vagas pelas diversas Unidades da universidade.

Na sessão do Conselho de Ensino de Graduação de 17/08, o pró-reitor José Roberto Meyer informou que, desses 2.500 concursos (sendo 500 para professores de 1º e 2º graus), caberá à UFRJ uma cota de 119. O prazo para publicação de edital de abertura para realização dos concursos será de até seis meses contados a partir da publicação da portaria nº 165 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (05/09).

Já está certo que o Colégio de Aplicação ficará com cinco vagas. Além disso, o pró-reitor informou que existe uma proposta da reitoria de transformar algumas das vagas de 3º grau em vagas de 1º e 2º graus para ampliar o quantitativo destinado ao CAp, que possui um grande número de professores substitutos. Uma outra alternativa, também em estudo, é a possibilidade de os docentes aprovados em concurso para o 3º grau darem aulas no colégio. "Estamos pensando. Não quer dizer que vai acontecer", disse, sem querer criar expectativas na escola.

O pró-reitor observou ainda que todos os concursos são para a classe de Adjunto, mas 10% da cota destinada à UFRJ (ou 11) poderão ser realizadas para Titular. Caso os concursos para Adjunto não recebam inscrição de candidatos, a Unidade poderá refazer o edital para a classe de Assistente. Se novamente não houver inscrições, o concurso poderá ser feito para a classe de Auxiliar. Nos casos em que o aprovado para a classe de Professor Titular for docente integrante do quadro da própria UFRJ, ficará automaticamente autorizada a realização de concurso na classe de Professor Adjunto para suprir a vaga liberada.

Mais 17 vagas para a universidade

O pró-reitor explicou que "sobraram" 17 vagas dos últimos concursos realizados na UFRJ justamente em função da aprovação de docentes para a classe Titular. O problema é que a universidade tem de alocar as vagas até 3 de outubro ou perde o quantitativo. Ele disse ter recebido a informação há alguns dias do presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), professor Leslie Benchetrit. Por decisão do reitor Aloisio Teixeira, as pró-reitorias e a CPPD ficaram encarregadas de formular uma divisão das vagas. De acordo com o pró-reitor, a distribuição baseou-se em três critérios: perdas do quadro docente desde 1995; número de substitutos hoje existentes e; número de vagas de concursos de recém-ingressos desde 2000. Assim, foi concedida uma vaga para cada uma das seguintes Unidades: Letras; IFCS; Escola de Comunicação; Escola de Serviço Social; Escola de Belas Artes; Instituto de Psicologia; Odontologia; Escola de Enfermagem; Escola Politécnica; Escola de Química; Instituto de Matemática; Instituto de Geociências; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; FACC; Medicina; Instituto de Microbiologia e; Instituto de Nutrição.

Kelvin Melo

CEG OUVIU EXPLICAÇÕES DO PRÓ-REITOR SOBRE OS NOVOS CONCURSOS

Disputa por vaga será nas Congregações

O pró-reitor José Roberto avisou que as vagas não foram alocadas por Departamentos. "Isso será feito pelas Congregações das Unidades", disse. Ele observou que as Unidades têm sua autonomia e devem ter o bom senso para conceder a vaga ao Departamento em situação considerada mais crítica.

Professor "voluntário"

Ainda durante a sessão do CEG, apresentou-se uma polêmica proposta para reposição do quadro docente da UFRJ: a criação da figura do "professor voluntário" que, mesmo aposentado, continuaria a dar aulas e fazer pesquisa normalmente.

Miguel Jonathan (representante do CCMN) defendeu que o CEG formasse uma comissão para discutir o assunto junto ao CEPG, que, segundo ele, já se encontraria em fase adiantada neste debate. Para o professor, diante da diminuição acentuada dos quadros da universidade e da falta de substitutos para todas as Unidades, a criação da figura do "professor voluntário" poderia representar um ganho qualitativo para a instituição. "Isso abriria espaço para os professores eméritos, por exemplo", comentou. Além disso, pela própria caracterização, o "voluntário" não geraria despesas para a UFRJ. Jonathan observou que o tema não é novidade e já existem situações semelhantes na Unicamp e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por exemplo, onde os docentes "colaboradores voluntários" têm um perfil mais voltado para a pesquisa.

A proposta gerou críticas de outros conselheiros, que viram no "voluntário" a possibilidade de ausência de renovação dos quadros da universidade. "Acho que vamos estar facilitando para quem quiser se aposentar e evitando a renovação da universidade. Isso não é oportuno. O nosso caminho de luta institucional é ir atrás de mais concursos", ponderou a conselheira Maria Lúcia Patitucci (também do CCMN). O fato de, em outras universidades, o tal "voluntário" possuir uma vocação para a pesquisa também deixou os conselheiros do CEG desconfiados de que essa nova "categoria" não vá assumir turmas, como se especula.

A possível formação de uma comissão do CEG sobre o assunto foi remetida para a próxima sessão do colegiado, nesta quarta-feira (24/09). Foi aprovado ainda que a secretaria do CEG envie aos Centros da UFRJ uma consulta à comunidade para a coleta de sugestões sobre os "voluntários". As respostas devem chegar à secretaria do colegiado até o dia 8 de outubro.

CEG aprova comissão de sindicância

O CEG aprovou a instauração de uma comissão de sindicância para apurar irregularidades no Departamento de Filosofia do IFCS. O motivo para a sindicância ainda diz respeito à cessão do professor Wilmar Barbosa para a Universidade Federal de Juiz Fora (ver matérias dos últimos jornal da Adufrj nº 107, de 8/09). De acordo com parecer elaborado pela comissão de Legislação e Normas do colegiado, o processo de cessão não foi satisfatoriamente esclarecido pelo Departamento.

Apesar da aprovação, o colegiado apoiou a decisão do pró-reitor José Meyer de somente disparar o processo de sindicância após a sessão deste dia 24. Espera-se que, nesta data, os docentes do Departamento compareçam ao CEG para prestar as explicações necessárias e, desse modo, evitar a sindicância. Os professores do IFCS seriam convidados à sessão pela secretaria do CEG.

Deve-se destacar que o convite foi formulado em razão de um outro convite, assinado pelo chefe do Departamento de Filosofia (professor Fernando Santoro) e dirigido ao colegiado. Nesta carta, Fernando Santoro pedia para os conselheiros ouvirem sua versão sobre os fatos na próxima reunião departamental, neste dia 22, ao meio-dia, no IFCS. Os representantes do CEG entenderam que deveriam agradecer o convite, mas os esclarecimentos deveriam ser prestados no próprio conselho.

Procurado pela reportagem da Adufrj-SSind, o professor Fernando Santoro já adiantou que vai comparecer à sessão do CEG para prestar os esclarecimentos que puder, no âmbito do Departamento de Filosofia. Segundo ele, a cessão do professor Wilmar foi decidida em 1997 pelo reitor de então, apoiado por um abaixo-assinado de docentes. O pedido de renovação desta cessão ocorreu antes de seu período de chefia no Departamento (iniciado em novembro de 2001), mas Fernando Santoro não soube precisar quando isso ocorreu. O problema é que a resposta da administração central da universidade nunca chegou, o que o professor atribuiu ao período turbulento da gestão Vilhena.

O chefe de Departamento conta que buscou informações sobre o processo e o próprio professor Wilmar foi convocado a dar os esclarecimentos necessários, o que aconteceu em sessões do conselho departamental. Além disso, o departamento pediu a um dos seus integrantes, Aquiles Cortes, professor de Filosofia do Direito, para analisar a regularidade do processo. Segundo o parecer do professor Aquiles, informado pelo chefe de Departamento, enquanto não havia a resposta da administração da universidade, valia o acordado anteriormente (a renovação do acordo).

Fernando fez questão de observar que, por conta da perda de quadros docentes nos últimos anos, essa cessão não seria novamente renovada (o convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora encerrou-se em março deste ano). "Nem o professor Wilmar pediu outra renovação", afirmou.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Os cães de guarda da ordem social

Gilles Balbastre e Pierre Rimbert*

"Empoleirados na posição de árbitros das habilidades tecnológicas da mídia, os jornalistas parecem isentos de qualquer crítica. Seus mitos profissionais exaltam a autonomia, a liberdade, a busca individual, mas ignoram, quase em absoluto, a realidade social"

Na noite do dia nacional de mobilização, 10 de junho, a emissora de televisão TF1 dedicou três minutos e 47 segundos aos grevistas e manifestantes, contra 14 minutos e cinco segundos àqueles que os denunciavam. O mesmo equilíbrio na emissora France 2: o telejornal das 20 horas do dia 24 de maio dedicara um minuto e meio à palavra dos manifestantes contra oito minutos e 50 segundos aos incômodos causados pelas greves.

Por pelo menos três vezes (13, 14 e 16 de maio), os telespectadores do serviço público puderam se emocionar com os infortúnios de uma "emergente" parisiense, seguramente muito representativa dos trabalhadores franceses. Inversamente, a "França dos grevistas", difamada como aquela dos "retardatários" e dos "privilegiados", era simbolizada por Marselha. "Deve ser dito que nesta cidade os serviços públicos e parapúblicos ocupam um espaço muito grande e que existem inúmeros aposentados, desempregados e beneficiários da renda mínima", salientava Patrick Poivre-d'Arvor na TF1 (4 de junho).

"Fazendo a festa com a mídia"

Seria necessária, então, toda a sofisticada perspicácia de David Abiker, comentarista do programa "Arrêt sur Image" (France 5), para deplorar o tratamento favorável reservado aos grevistas: "Olhando estas imagens, eu disse a mim mesmo que a greve pode ter sido uma série de pequenas felicidades (...). Não tenho certeza, tendo constatado ao redor, com meus colegas, que isso foi, de forma autêntica e sistemática, um prazer. Deve ser possível encontrar um ou dois usuários que tenham fervido interiormente de raiva, ou que tenham ficado injuriados[1]." Sim, eles os encontraram...

Uma idéia muito difundida, no entanto, pretende que o tratamento dado pela mídia aos conflitos sociais seja a resultante das estratégias de comunicação empreendidas pelos atores do conflito. A imprensa serviria então de caixa de ressonância para os protagonistas. Ela relataria seus esforços para ter acesso à mídia, ganhando assim a simpatia da "opinião pública[2]". Por meio de diferentes abordagens, ela restituiria todos os pontos de vista. No caso contrário, a divulgação, através de pesquisas, da popularidade de uma contestação iria obrigar as empresas de comunicação a equilibrar suas linhas editoriais para conservar a clientela. Em virtude desse postulado, um dirigente de um instituto de pesquisa de opinião afirmou: "Não se pode dizer que em 1995 os grevistas não tenham feito a festa com a mídia[3]."

A mídia como protagonista social

Esta tese tem a seu favor as aparências: não se orgulham os governantes de sua preocupação constante com a "pedagogia", os sindicatos, de suas estratégias de comunicação, e os contestadores de sua capacidade de organizar manifestações que interessarão aos jornalistas e lhes permitirão, dessa forma, "sensibilizar a opinião pública"? Empoleirados na posição de árbitros das habilidades midiáticas, os profissionais da informação parecem isentos de qualquer crítica, pois as críticas só podem provir de gente rabugenta, distante das coisas da mídia.

Nos antípodas desta concepção vaporosa de um mercado auto-regulado da informação, a cobertura das greves da primavera de 2003 lembra que a mídia (muitas vezes, pertencente a grandes grupos capitalistas) não é um mero espectador, mas um ator nos conflitos sociais. Segundo um roteiro já familiar, o plano governamental de reforma das aposentadorias foi aclamado pelos comentaristas de maior destaque; os signatários do acordo, felicitados. Aos ministros e às direções sindicais distribuíram-se incentivos no sentido de "resistir" à pressão de "multidões impuras[4]"; convidaram-se "peritos" para ratificar "cientificamente" a reforma. Os pesquisadores intimaram os pesquisados a optarem entre diversas variantes de uma mesma proposta, enquanto a imprensa brandia os resultados como prova do apoio popular a um plano de redução dos "direitos adquiridos", ainda que este fosse diferente, em detalhes, do projeto governamental. E, entre duas notícias anunciando a "asfixia" do movimento, os jornalistas se precipitaram contra esses grevistas "fanáticos", acusados de "bloquear a economia num momento em que é até difícil defender reivindicações simplistas e ultracorporativistas[5]". Os grevistas faziam de novo "a festa". Como latas de conservas empilhadas para serem alvejadas com bolas de meia...

Questão salarial é "monótona"

A cobertura dada ao conflito sobre as aposentadorias e à descentralização de parte do pessoal da educação nacional ressaltou imediatamente a quase ausência, na França, de informação sobre o social. Em tempos normais, nenhum dos três grandes jornais nacionais, ditos "de referência", comporta uma editoria diária sobre este tema. As relações sociais na empresa ou estão isoladas – nos suplementos semanais amplamente ocupados por classificados destinados à contratação de executivos (caderno "Emprego", do jornal *Libération*, por exemplo) – ou engolidas pelo noticiário policial nas páginas da editoria "sociedade", ou rejeitadas, nas editorias de "economia" ou "empresas", dedicadas à microeconomia e redigidas do ponto de vista dos "donos das decisões". Nenhum caderno dedicado às lutas sindicais se compara com os suplementos "dinheiro", "moda" e "presentes" (de luxo). A mesma situação no audiovisual: com exceção da France 5, os canais hertzianos (abertos) não programam qualquer discussão social regular, embora pululem notas sobre a "sociedade".

Dentro da profissão, o jornalismo social não tem vez. Para os editores, o problema se deve à monotonia da questão salarial: ele não seria do interesse dos consumidores de jornais... e, principalmente, dos anunciantes. François de Closets, jornalista de economia, justificou essa lacuna: "É muito difícil fazer nascer uma demanda implícita dos problemas sociais. Os sindicatos são uma coisa que faz fugir todo mundo[6]." Seria realmente todo mundo? Ou deveria se ver nesta repulsa (imaginada) o resultado da formação, pelas escolas de poder, de uma elite profissional oriunda dos meios abastados, dotada de tamanho etnocentrismo de classe que, para um "repórter especial", "subir os degraus que levam aos apartamentos [de conjuntos populares], equivale a penetrar num outro universo[7]"?

Hierarquia define a cobertura

Contrariamente às "odisséias" dos patrões, o social só é divulgado em situações de crise. Para que uma janela da mídia se abra sobre o mundo do trabalho, é preciso que uma explosão abale uma cidade (o caso da AZF, de Toulouse), que uma greve induza a perturbações (ferroviários), ou que uma escalada eleitoral de extrema-direita seja atribuída aos operários. Ou então que haja a emergência de uma forma de ação considerada "nova" pelos jornalistas (caso da Cellatex e dos empregados do McDonald's)[8]. Quanto ao resto, ou seja, quanto ao essencial, silêncio. Dessa censura espontânea decorre uma conseqüência maior: enquanto a divulgação de um conflito de grande amplitude só começa depois das primeiras mobilizações, as decisões que desencadeiam esse conflito já foram objeto de um profundo acompanhamento da mídia.

Desde meados da década de 80, a urgência de uma reforma liberal das estruturas do Estado social adotadas por ocasião do final da II Guerra foi constantemente proclamada pelos semanários *Le Point* e *Le Nouvel Observateur*, pelos jornais *Le Monde* e *Le Figaro*, por emissoras de televisão e rádios como TF1, France 2, France Inter e Europe 1. A hierarquia das redações define os caminhos editoriais ao longo dos quais vai serpentear a cobertura cotidiana de uma greve ou de um conflito.

Em 1993, o diretor da revista *Le Point* exigia que Edouard Balladur, recém-nomeado primeiro-ministro, operasse sem mais tardar "a anunciada cirurgia sobre as aposentadorias e a previdência social[9]". Dez anos mais tarde, o diretor-adjunto do *Nouvel Observateur*, notando com pesar que "a França [era] um dos últimos países que ainda não reformaram a previdência social nem as aposentadorias", exortava o governo a ultrapassar de uma vez "a barreira da reforma[10]". Nesse meio tempo, inúmeros artigos sobre o tema "Será ainda possível reformar o Estado?" teriam, ao mesmo tempo, destilado e denunciado "um sentimento difuso de bloqueio. Aposentadorias, educação nacional, ferrovias, Ministério da Fazenda, algumas reformas acionadas e em grande parte abortadas. O suficiente para alimentar o refrão daqueles que desprezam a esfera pública[11]".

Jornalistas, os privilegiados

Estas considerações ideológicas, sempre dissimuladas em nome da "racionalidade", da "modernidade", da Europa ou do "realismo", ajustam-se a um dique doutrinal comum: "Há 20 anos", acha o comentarista de economia de um grande jornal nacional, "os países europeus fizeram uma opção ruim. Não aumentaram suas despesas básicas – polícia, justiça, exército, gastos administrativos (...). Em compensação, o Estado social (saúde, aposentadoria, auxílio-moradia, auxílio-desemprego, programa de renda mínima) não pára de progredir[12]". Para além das divergências de forma sabiamente colocadas em cena, os jornalistas que "formam a opinião pública" convergiam há muito tempo sobre o essencial: a reconstrução "inevitável" do sistema de aposentadorias, a "necessária" contribuição do trabalho, e não do capital, o alinhamento "incontornável" da duração da contribuição dos servidores públicos em relação aos trabalhadores de empresas privadas.

"Isto decorre de uma solidariedade muito normal entre os franceses, para quem não se acomoda com uma sociedade de privilégios[13]", dispararam. Sociedade de privilégios? Os executivos da imprensa nacional se abstiveram, em todo caso, de assinalar que se beneficiavam, eles próprios, de um abatimento fiscal automático de 7.620 euros (24.750 reais), de pelo menos 12 semanas de férias e recuperação do tempo de trabalho, de um 13º salário, de aposentadorias complementares, de juros, de "jabaculês de ouro". E, sobretudo, de salários muito superiores à média[14].

"Baderneiros" e "vítimas"

Quando François Fillon revelou suas intenções, aqueles que oito anos antes exaltavam "a audácia" e "o equilíbrio" do plano Juppé juraram, então, uma vez mais: "Não há alternativa[15]." E como, em 1995, numerosos foram os guardiães do "círculo da razão" liberal que jogaram os contestadores no campo dos deficientes mentais (*leia, nesta edição, o artigo de Serge Halimi*). A política vaiada por milhões de manifestantes era, de certa forma, a deles.

Foi neste leito editorial que escorreu o fluxo cotidiano da informação do grande público sobre as greves. Neste registro, o impacto da televisão e da rádio predominam[16]. Para ater-se às informações difundidas pelos principais telejornais durante as greves da primavera de 2003, (re)aparecem várias figuras impostas pela cobertura que fez a mídia dos conflitos sociais[17].

Em primeiro lugar, a definição dos protagonistas e a designação de seus papéis. Desde o dia que se seguiu ao da mobilização de 13 de maio, a esmagadora maioria das reportagens da TF1, France 2 e, em menor medida, da France 3, dividiam a sociedade em dois campos irredutivelmente opostos, fáceis de identificar e, sobretudo, de descrever. No papel dos incômodos, os grevistas sindicalizados do funcionalismo público; no papel de suas "vítimas", os pais de alunos, usuários dos transportes coletivos, estudantes, trabalhadores.

A "França do trabalho"

Assim se opera a derrubada pela mídia dos antagonismos que estruturam o conflito: vistos na

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

televisão, os trabalhadores já não se opõem a um governo e a um patronato decididos a amputar seus direitos; eles se opõem entre eles. Porque a maioria das reportagens apresenta os grevistas como profissionais, mas da parada do trabalho; eles não têm filhos, nunca usam transporte coletivo, nem freqüentam os comércios. Reciprocamente, martela-se esta outra "verdade": os trabalhadores normalmente constituídos não fazem greve, mas "buscam por todos os meios chegar a seu trabalho" (France 2, 13 horas, 13 de maio).

Não é preciso, sem dúvida, buscar muito longe os fundamentos de tal evidência: os jornalistas que nos informaram sobre as desordens e as manifestações de 3 de abril, 13 e 25 de maio, 3, 10 e 19 de junho haviam optado, eles próprios, por não fazer greve naqueles dias, apesar de um pré-aviso divulgado pelo SNJ-CGT (Sindicato Nacional dos Jornalistas, seção CGT)[18] . Não teria esta tido influência sobre a seleção das "micro-calçadas" constantemente difundidas na abertura dos jornais? Seria difícil enumerar os insultos de usuários invariavelmente "tomados como reféns" contra os condutores das estradas de ferro – "canalhas e egoístas", "nazistões", que seria preciso "jogar na cadeia[19] "...

A "França do trabalho" modelada pela mídia era paradoxalmente representada por frações minoritárias da população economicamente ativa: executivos, diretores de empresas, profissionais liberais – de preferência, parisienses. A indignação de pequenos e grandes patrões transbordava na tela. Na TF1, Jean-Pierre Pernaut contabilizava as "inúmeras categorias profissionais que não se sentem tocados por essa reforma nas aposentadorias. Os comerciantes, por exemplo: que pensam eles da agitação atual?" (19 de maio). Na France 2, David Pujadas elucidava outro mistério: "Ontem, pôde-se ouvi-lo, o patrão dos patrões, Ernest Antoine Seillières, dizendo que a França empobrecia na rua. Que a greve custava caro à economia. Como vivem as empresas estes dias de lentidão?" (14 de maio).

Os "reféns" dos "mal-humorados"

Segunda figura imposta pela cobertura audiovisual de um conflito social: a remoção de suas questões reais em proveito de problemas exploráveis pela mídia. À medida que se afastava a perspectiva da revogação ou da renegociação das "reformas" Fillon e Ferry, a televisão procurava novos ângulos para alimentar seu noticiário. Reconfiguraram, então, o conflito em torno de temas em suspenso, férteis em controvérsias e repercussão. As infelicidades dos usuários, é claro, mas também a legalidade ou não da greve dos ferroviários, a adoção de um serviço mínimo, a polêmica em torno de uma "pequena frase" de Jean-Pierre Raffarin[20] , sobre a "radicalização do movimento" pela extrema-esquerda. E, principalmente, a suspensão ou não das provas do exame de admissão à universidade. Desde o dia 16 de maio, Daniel Bilalian expunha na France 2 o problema que iria cristalizar a atenção das redações: "Haverá ou não um boicote ao exame de admissão, é aí que está toda a questão."

Um movimento de vários meses contra a descentralização, e em seguida contra a reforma das aposentadorias, foi, portanto, reduzido a uma problemática sem relação com as reivindicações dos manifestantes. A contar desta data, quase todas as reportagens colocavam os grevistas da educação nacional na defensiva. "Vejamos o mau humor dos professores. Sua greve perturba seriamente as famílias, seja por causa da guarda das crianças menores, seja pelas provas dos mais velhos", atirou Jacques Legros às 13 horas do dia 21 de maio, na TF1, antes de encadear o retrato de uma família inquieta. Incitados pelos jornalistas a se explicarem sobre o eventual boicote das provas, os professores deviam também se justificar diante dos pais de alunos e dos estudantes que consideravam por sua vez ter sido "tomados como reféns[21] " em eco ao estribilho da mídia.

Preguiça e importância do ibope

O resultado desta redefinição das questões pela mídia foi a relegação ao segundo plano do jornal das informações sobre as manifestações e as razões das greves. A "bagunça" engendrada pelo movimento estava detalhada na "abertura". Como explicava, involuntariamente, um apresentador da TF1, "quando se evocam todas estas greves, isso é feito tomando o que há de mais espetacular; acabamos de vê-lo com os garis, mas principalmente com as greves nos transportes" (13 horas, 10 de junho).

A individualização das lutas coletivas por meio de um retrato é o terceiro mata-burro em que escorrega e cai uma parte da mídia. Todo mundo conserva vivo, na memória, o badalado ícone da "primavera de Pequim" em 1989: um único homem detendo o avanço de uma coluna de tanques, a vontade do indivíduo contra a força do Estado. As centenas de milhares de manifestantes apinhados em volta dele foram excluídos da cena. Se o recurso compulsivo ao retrato, tanto na imprensa escrita quanto na audiovisual, deriva deste individualismo, ele decorre também de uma preguiça alimentada pela corrida pela audiência (ou pela tiragem). Mais fáceis de realizar que uma reportagem, os retratos de alunos, de pais ou de comerciantes perturbados pelas greves são também mais atrativos: apelam ao íntimo, à emoção. É por esse modo narrativo que os telespectadores descobriram os grevistas, muitas vezes encantados por se prestar ao jogo, acreditando estarem servindo ao movimento.

"Delícias" jornalísticas

Mas esse gênero não é apropriado às causas comuns. Ele privilegia o que diferencia às custas do que une. Os antagonismos políticos e sociais se dissolvem na psicologia individual. "Eis aqui, para entender a questão, quatro exemplos, quatro retratos. Eles não trabalharão amanhã e irão à manifestação", anuncia David Pujadas na France 2 (20 horas, 12 de maio). O retrato não é uma simples ilustração; ele demonstra. Dois minutos e trinta "para compreender" a greve, com "Karine, da empresa de ferrovias", "Dominique, funcionário da prefeitura", "Sylvie, professora de letras" e "Michel, delegado sindical pela central Força Operária". Além disso, seriam três páginas "para entender" porque Julie, Joseph e Olivier pararam o trabalho, enquanto Robert, Yann e Clio continuaram em seus postos[22] . E se, em ambos os casos, o "discurso dos grevistas" e o "discurso dos professores" parecem equilibrar o de seus detratores, a análise legítima do movimento permanece monopólio dos editores e dos "especialistas".

Encenação de uma oposição entre assalariados, eliminação dos motivos reais do conflito em proveito de polêmicas secundárias, insistência obsessiva sobre os prejuízos da greve e incapacidade de relatar as atividades coletivas... estas delícias jornalísticas incitaram alguns manifestantes exasperados a se reunirem diante das sedes das empresas de comunicação para denunciar a "cobertura tendenciosa" da greve.

Desilusão e ressentimento?

Algumas semanas mais tarde, o contraste com o conflito dos trabalhadores temporários[23] da área de espetáculos podia parecer surpreendente. A abordagem ao mesmo tempo mais detalhada e mais favorável da qual se beneficiaram – pelo menos num primeiro momento... – esclarece a fundo as razões da animosidade da mídia para com os funcionários públicos. É evidente que a proximidade social e cultural dos quadros da grande imprensa com o mundo artístico teve seu peso: um editor-chefe sente espontaneamente maior afinidade com um diretor de cinema do que com um recepcionista da previdência social.

Mas, mais fundamentalmente, são o estilo de vida e os valores propalados que unificam os jornalistas, incluindo os mais precários, profissionais liberais ou artistas. Diante da figura do repórter ou do entrevistador, os mitos profissionais da imprensa exaltam a autonomia, a criatividade, a liberdade, a audácia, a flexibilidade, a transgressão, a busca individual, em suma, valores que em tudo se opõem à imagem que a mídia transmite do funcionário público: rigidez, hierarquia, rotina, anonimato... No entanto, nenhum observador de uma redação ignora que estes termos depreciativos atualmente descrevem o cotidiano da maioria dos trabalhadores da imprensa. Seria, então, a desilusão sem revolta, nascida da realidade morna de seu trabalho, que inspira a tantos jornalistas este ressentimento contra os servidores do público que – eles, sim – ainda se rebelam?

(Trad.: Fabio de Castro)

---

* Respectivamente co-autor de "Journalistes précaires" (organizado por Alain Accardo), ed. Le Mascaret, Bordeaux, 1998; e sociólogo.

[1] 18 de maio de 2003.

[2] " Na realidade, trata-se de uma batalha, é preciso ganhar a opinião pública ", ouvia-se na RTL no dia 12 de maio de 2003.

[3] Ler, de Stéphane Rozès, "Conquête de l'opinion et opinion de conquête", *in Médias et luttes sociales* (coletivo), Paris, éditions de l'Atelier, 2003, p. 113. A respeito das greves de 1995, ler, de Serge Halimi, "Les médias et les gueux", *Le Monde diplomatique,* janeiro de 1996, p 10.

[4] Claude Imbert citando Renan no semanário *Le Point*, 6 de junho de 2003.

[5] *Le Parisien*, 7 de junho de 2003. Sobre estas abordagens, ler "Les journalistes contre les grévistes", *Pour lire pas lu*, n°15, junho-agosto de 2003.

[6] Conferência "La médiatisation des savoirs savants", Inathèque de France, 5 de fevereiro de 2001.

[7] Declaração de uma jornalista visitando um bairro pobre, citada por François Ruffin em *Les petits soldats du journalisme*, Paris, ed. Les Arènes, 2003.

[8] Nota da Edição: Trabalhadores que iam perder seus empregos com o fechamento da usina de síntese têxtil Cellatex, em Ardénnes, perto da fronteira com a Bélgica, ocuparam e ameaçaram explodir a fábrica, em julho de 2000. Depois do movimento, receberam uma indenização especial do Estado pela perda de seu emprego. No caso do McDonald's, foram quase quatro meses de greve dos trabalhadores da lanchonete localizada em Strasbourg- Saint- Denis, em Paris, terminada em fevereiro de 2002.

[9] Claude Imbert, *Le Point,* 15 de maio de 1993.

[10] Jacques Julliard, *Le Nouvel Observateur*, 10 de abril de 2003.

[11] *Libération*, 4 de março de 2002. Ler, de Pierre Bitoun, "Faux privilégiés, vrais nantis", *Le Monde diplomatique*, março de 2002.

[12] Arnaud Leparmentier, *Le Monde,* 14 de junho de 2002.

[13] Jean-Michel Thénard, *Libération*, 2 de maio de 2003.

[14] O salário médio dos profissionais de jornais e televisão era de 3.582 euros (11.640 reais) em 1999 (apenas 10% das famílias francesas ganham mais de 3.530 euros por mês). As remunerações da elite profissional são mais elevadas ainda: segundo a revista *Le Point* de 25 de janeiro de 2002, um repórter especial da TF1 ganhava em 2001 entre 3.811 et 5.335 euros (12.390 e 17.340 reais, respectivamente); um editor-chefe adjunto entre 4.878 et 6.860 euros (15.860 e 22.300); o apresentador vedete, 45.700 euros (160 mil reais); um diretor de redação da editoria de economia ganha, em média. 7.900 euros mensais (25.680 reais). O salário médio na redação do *Monde* se situa em 4.376 euros (14.200 reais).

[15] *Le Monde* (13 de março), *Le Figaro* (24 de abril), France Inter (13 de maio), TF1 (14 de maio), Europe 1 (14 de maio), *Libération* (15 de maio), *Le Nouvel Observateur* (15 de maio), *Valeurs actuelles* (30 de maio), *L'Express* (5 de junho) etc. afirmaram, cada um por sua vez, por via editorial ou através de pesquisas cujas perguntas eram tendenciosas no sentido em que "não havia alternativa" ao tríptico aumento das contribuições salariais, aumento da duração do trabalho, queda do valor das pensões.

[16] Enquanto 7% dos franceses de mais de 15 anos declaram ler todos os dias um diário nacional, um habitante a cada três vê o telejornal da TF1, France 2 ou France 3 no fim do dia. (Fontes: *Insee Première*, n° 753, dezembro de 2000 e *Correspondência da imprensa*, Paris, 17 de junho de 2003.

[17] Os parágrafos que seguem se apóiam na decodificação de cerca de 60 de telejornais transmitidos na TF1, France 2 e France 3, entre 10 de maio e 20 de junho de 2003, realizada com a colaboração de Clothilde Dozier e Samuel Dumoulin.

[18] Na verdade, houve poucos grevistas, com exceção das estações locais da Radio France e da France 3.

[19] Respectivamente TF1 – 13 horas, 15 de maio; France 2 – 20 horas, 15 de maio; e France 3, 12h30, 14 de maio.

[20] No dia 11 de junho, Jean-Pierre Raffarin declarou que os socialistas "parecem preferir seu partido à sua pátria".

[21] "Tomar reféns " é um crime; a greve é um direito garantido pela Constituição.

[22] *Le Monde*, suplemento *Le travail en crise*, 22-23 de junho de 2003.

[23] Nota da Edição: artistas e técnicos do área dos espetáculos que costumam só ter trabalho durante os meses de verão e que, antes desta reforma da previdência, podiam contar os meses que ficam parados, recebendo uma espécie de salário-desemprego, para fins de tempo de serviço. O governo atual quer obrigá-los a trabalhar no mínimo seis meses para obter esse benefício e eles alegam não ter trabalho para tanto.

Opinião

A qualidade do ensino superior e o provão

Prof. Jorge Luiz do Nascimento*
Prof. Abraham Zakon**

1. Cursinhos vestibulares para o provão e novas despesas orçamentárias

Há 7 anos atrás se implantou o sistema "provão" no Brasil, precedido por muitos debates e protestos. No XXIV COBENGE, realizado em 1996 divulgou-se a "Carta de Manaus" contra o provão, pois seus signatários acreditavam que existem melhores formas de avaliação. A proposta inicial de se realizar apenas uma prova foi complementada pelos procedimentos de "Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação", divulgados na página do MEC, que se revelaram proveitosos. Seguiu-se, também, uma campanha ostensiva de defesa e louvação do *Provão*, que lamentavelmente provocou a criação de semanas de aulas extras em algumas faculdades para treinar os alunos formandos para o exame... Isto é, já convivemos com "cursinhos vestibulares para o provão"!

A qualidade do ensino de várias universidades brasileiras públicas e privadas tem reconhecimento internacional e já resistiu a muitas pressões internas e externas interessadas em diminuir as exigências curriculares e o tempo de formação e amadurecimento, por exemplo, dos engenheiros formados no Brasil. As pressões e cobranças da sociedade são compreensíveis, pois várias instituições não graduaram bons profissionais com a qualidade daquelas que mantém o prestígio mencionado. No sistema de créditos e requisitos, com suas exigências crescentes, verificou-se que:

1º - o aluno passa 4 a 5 anos (no mínimo) fazendo provas (em número próximo ou superior a 100);

2º - alguns docentes concluíram que provas não são suficientes (e não são) para avaliar o aluno, e obrigaram-no a realizar estágio supervisionado e projeto ou trabalho de fim de curso;

3º - com a finalidade de avaliar os cursos universitários, o MEC criou o provão, mas é o aluno quem faz a prova e não o corpo docente.

É interessante notar que o provão foi instituído paralelamente à uma brutal redução de despesas com o ensino e a pesquisa em universidades públicas. Sua aplicação envolveu a convocação de um elenco de docentes e a realização de várias provas em datas e locais selecionados para os fins-de-semana gerando um custo adicional para o MEC. Qual é a ordem de grandeza desse custo do provão e a sua planilha de custos? Seria possível encontrar uma solução mais econômica, que permitisse realocar parte dessa verba do provão, por exemplo, para melhorar a informatização das universidades?

2. As avaliações da produtividade universitária

Os padrões de produtividade implementados pelo MEC nas universidades brasileiras, na última década, têm sido norteados por critérios e índices econômicos que afetam diretamente o ensino federal. As pressões para reduzir o tempo de permanência de alunos na graduação estão transformando o ensino universitário num sistema de produção de graduados, mestres e doutores, cujas qualidades vem sendo modificadas. Desde sua criação, o MEC preservou prerrogativas e atribuições para o estabelecimento de critérios e normas para o registro de instituições educadoras e para a formação de profissionais. Na sua gestão anterior, o MEC passou a atuar como uma ABNT do ensino superior, assimilando vários critérios dos mercados financeiros, comerciais e industriais, para promover auditorias via CAPES nas instituições e nos alunos – que foram submetidos a verdadeiras inspeções de qualidade nos provões, como se fossem produtos de prateleiras de lojas e balcões. No entanto, já se cogita em 2003, cogita-se substituir o provão por um sistema de amostragem (que é uma idéia temerária). Felizmente, os critérios da CAPES para avaliação das instituições públicas e particulares, em seus cursos de graduação e de pós-graduação, tem gerado algumas melhorias institucionais e merecem ser aprimorados incessantemente.

Também surgiram nos últimos 5 anos várias "reportagens jornalísticas", veiculadas na televisão ou em revistas semanais, comparando os índices de ocupação noturna de salas de aulas entre universidades públicas (dedicadas ao ensino, pesquisa e extensão) e particulares (desprovidas de estrutura docente e de pesquisa). Habilitações emergentes em cursos "superiores de tecnologia" foram propostas para atender ao "mercado globalizado" – um mito, mania ou moda, que serve para tentar disfarçar uma política de recessão e desemprego. Em geral, essas reportagens eram e continuam sendo seguidas de anúncios de páginas inteiras de instituições emergentes de ensino superior em jornais brasileiros de grande porte, o que revelam a importância do "mercado de novos diplomas de terceiro grau".

Em geral, os egressos das universidades brasileiras são bem sucedidos e reconhecidos em universidades estrangeiras. Assim, indaga-se: 1ª - é válido adotar métodos de medição de qualidade baseados em ISO's ou similares, como se nossos cursos ou nossos engenheiros fossem produtos manufaturados? 2ª - quem irá se beneficiar do questionamento da qualidade do nosso ensino de engenharia: os brasileiros ou os estrangeiros interessados em revalidar seus diplomas no Brasil**?** Segundo o MEC, já existem investidores estrangeiros interessados em adquirir ou financiar universidades privadas no Brasil (e provavelmente, privatizadas...)

3. A qualidade no ensino superior: Mito, mística e realidade

Pelo dicionário "Aurélio", a palavra *qualidade* significa: 1º - *propriedade, atributo ou condição das coisas ou das pessoas capaz de distinguí-las das outras e de lhes determinar a natureza*; 2º - é o *atributo que permite avaliar algo numa escala de valores e, conseqüentemente, aprovar, aceitar ou recusar, qualquer coisa*; 3º - é também entendida como *a disposição moral ou intelectual das pessoas*.

Avaliamos os objetos e os processos cotidianos e industriais, comerciais, econômicos, etc, pelas suas qualidades, pelos seus atributos e condições, diante de escalas de valores estabelecidas também por pessoas. Porém, em algumas áreas de administração acadêmica, emprega-se a palavra *qualidade* como algo absoluto, **quase perfeito** - em regime de idolatria mística de algumas pessoas ou entidades... Um objeto ou um processo, uma vez produzido ou sistematizado, guardará algumas de suas características e seus aspectos considerados de boa e de má qualidade, de acordo com os padrões estabelecidos por quem o utiliza, até que se torne obsoleto ou que perca sua validade. Pode-se admitir a mesma hipótese para as pessoas?

Em se tratando de *qualidade*, vista como um *atributo*, uma *habilidade*, uma *capacidade* ou uma *profissão*, avaliada dentro de uma escala de valores, pode-se classificar o estudante, aprová-lo ou reprová-lo. Mas uma pessoa pode mudar, evoluindo, aprendendo ou se aperfeiçoando. E pode também se corromper, se desgastar ou até dissimular, porém as conquistas qualitativas morais e intelectuais de uma instituição muito dificilmente irão mudar. Pereira e Bazzo em seu livro "Ensino de Engenharia – na busca do seu aprimoramento" , Editora da UFSC (1997) mostraram *que nem sempre os modelos podem migrar linearmente de uma organização para outra, além de não termos garantia de que os programas de qualidade aplicados nos sistemas industriais sejam realmente vantajosos*.

4. As avaliações expeditas e as precisas nas universidades

Os sistemas de avaliação utilizados no ensino, são divididos basicamente em expeditos e precisos (ou analíticos). ***A avaliação expedita*** é feita rapidamente, baseada em sentimentos e na experiência acumulada ao longo de vida profissional, não sendo necessário estudos, cálculos ou pesquisas. ***A avaliação precisa*** pode dispor de vários caminhos (em geral, associados), podendo fazer uso de fórmulas, cálculos, comparações com resultados anteriores e com outros casos recentemente avaliados em condições semelhantes, ou até com a prática do senso comum. No caso do ensino das Engenharias, os métodos complementares incluem: os *projetos*, os *relatórios de pesquisa*, *as listas de exercícios*, as *práticas de laboratório* e os *relatórios técnicos*. Muitas dessas avaliações podem se caracterizar simplesmente como resultante de um trabalho de leitura e cálculos ou até pelos resultados de montagens, vistorias, análises, experimentos, rotinas e trabalhos de campos iguais aos praticados no exercício profissional. Outros meios de avaliação são pouco praticados em todos os cursos universitários: *a dinâmica de grupo*, a *avaliação interativa em sala de aula*, as *perguntas relâmpagos*, os *debates em sala* e os *seminários*.

De qualquer forma, as avaliações expeditas incorrem sempre em grandes riscos de erros e de fatidizarem a injustiça. A primeira forma de avaliação lembrada e preferida da maioria dos docentes é a *prova*. Mesmo que seja uma prova discursiva, com análises e diagnósticos, ainda assim, o avaliando estará respondendo baseado em conteúdos aprendidos e memorizados, que basicamente são repetições de todas "as verdades" que foram expostas em sala de aula. Não há o que criar. Tudo o que se deseja numa prova é que o aluno responda aquilo que "programamos" para ele responder. Será esse o instrumento ideal para avaliar se os alunos estão adquirindo as tais habilidades necessárias para um engenheiro? Qual prova numa disciplina qualquer poderá propor questões baseadas em novas situações? Que prova poderá avaliar a capacidade de coordenar, planejar, implantar sistemas? Qual prova poderá avaliar os aspectos humanísticos, sociais, éticos e ambientais em situações da Engenharia (ou seja, projeto e operação de sistemas)? *Todas essas características de desempenho profissional não podem ser avaliadas por sistema expeditos de avaliação*. É preciso tempo para adquirí-las e amadurecê-las.

*Escola Politécnica da UFRJ
jorge@dee.ufrj.br
**Escola de Química da UFRJ
zakon@eq.ufrj.br

Observação: o presente texto é a primeira parte de um artigo que será completado na próxima edição do Jornal da Adufrj. Aos interessados em já conseguir a íntegra do documento, os professores disponibilizaram seus e-mails para contato.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
PRESTAÇÃO DE CONTAS
EDIÇÃO DE 22 DE SETEMBRO 2003

Adufrj-SSind apresenta a Prestação de Contas 2002-2003

Na próxima assembléia geral da Adufrj-SSind, nesta quinta-feira, 25 de setembro, serão apreciadas as contas da atual gestão relativas ainda aos anos de 2002 e 2003, este último até o mês de julho, cujos balanços vão ser submetidos para aprovação na reunião do Conselho de Representantes de 24 da setembro e estão publicados nesta edição especial. Para melhor acompanhar e avaliar o perfil de arrecadação e de despesas da Seção Sindical, os balancetes dos últimos anos estão apresentados em conjunto, com alguns gráficos para melhor comparar a evolução das contas desde 1999 e facilitar o entendimento dos resultados contábeis.

Em relação às contas apresentadas, algumas observações merecem atenção. Em primeiro lugar, as reservas da Adufrj-SSind diminuíram acentuadamente a partir de 2000, como pode ser observado nos balancetes relativos ao ativo circulante, nas aplicações em cadernetas de poupança. A necessidade de manter um fundo de reserva é clara, para permitir que a Seção Sindical continue a funcionar em condições extremas, como no caso de greves, retenção ou atrasos no repasse das mensalidades. O crescimento inicial das reservas até 2000 era esperado, considerando que em julho de 1999 houve a mudança de valor fixo para o sistema de cobrança de mensalidades de 1% do salário bruto, que é o padrão no Andes-SN. A proposta original aprovada em assembléia geral era de que a cobrança fosse apenas sobre as parcelas permanentes do salário (vencimento + GAE + GED) mas, como não era possível fazer a consignação dessa forma, posteriormente houve a redução do percentual para 0,8%, que permanece até hoje. Vale ressaltar que não houve redução do repasse ao Andes-SN, que é fixado em 0,2% do salário bruto dos sindicalizados, ou seja, as receitas próprias da Adufrj-SSind correspondem a 0,6% do total de remuneração de seus sindicalizados.

Por outro lado, a partir de 2000 foram realizados investimentos consideráveis em equipamentos e infra-estrutura, incluindo a reforma da sede, além da expansão do quadro de pessoal para diagramação de publicações e para o suporte em informática. Estas demandas foram conseqüência de uma política mais agressiva de comunicação, com a produção e envio por mala direta de jornais, boletins e demais publicações da Adufrj-SSind a todos os sindicalizados, além dos serviços via Internet. No mesmo período foram implantados ainda um acordo coletivo de trabalho com os funcionários e um contrato para os serviços de assessoria jurídica, entre eles o plantão jurídico, que já vinham sendo negociados na gestão anterior. Os investimentos e os custos de manutenção de melhores condições de trabalho para nossos funcionários, dos equipamentos e das instalações para melhor atender e receber os sindicalizados justificaram, evidentemente, um sensível aumento de despesas. Por isso, o gráfico de evolução dos ativos mostra um significativo aumento dos ativos permanentes e explica, em parte, a redução do circulante.

Em segundo lugar, ao analisarmos o gráfico das receitas e das despesas em geral, veremos que as receitas são formadas quase em sua totalidade por contribuições dos sindicalizados e uma parte ínfima de aplicações em poupança. Como não houve variação palpável do número de sindicalizados nem da massa salarial, pois os reajustes nos últimos anos, mesmo com greves como a de 2001, sempre estiveram muito aquém de qualquer um dos índices de inflação ou de custos de material de consumo, equipamentos e serviços em geral, as despesas tenderam a crescer em relação às receitas, que permaneceram praticamente num mesmo patamar. Como conseqüência, os balanços anuais vêm apresentando déficits, como pode ser verificado no gráfico anexo.

Os déficits apresentados possuem também outras causas além dos aumentos de despesas já apontados - as dificuldades de cobrança das mensalidades dos sindicalizados com a mudança do sistema de consignação, que deixou de ser feito pela universidade e foi transferido para a Adufrj-SSind tratar diretamente com o SIAPE/Serpro, provocou atrasos e perdas na arrecadação. A contri-

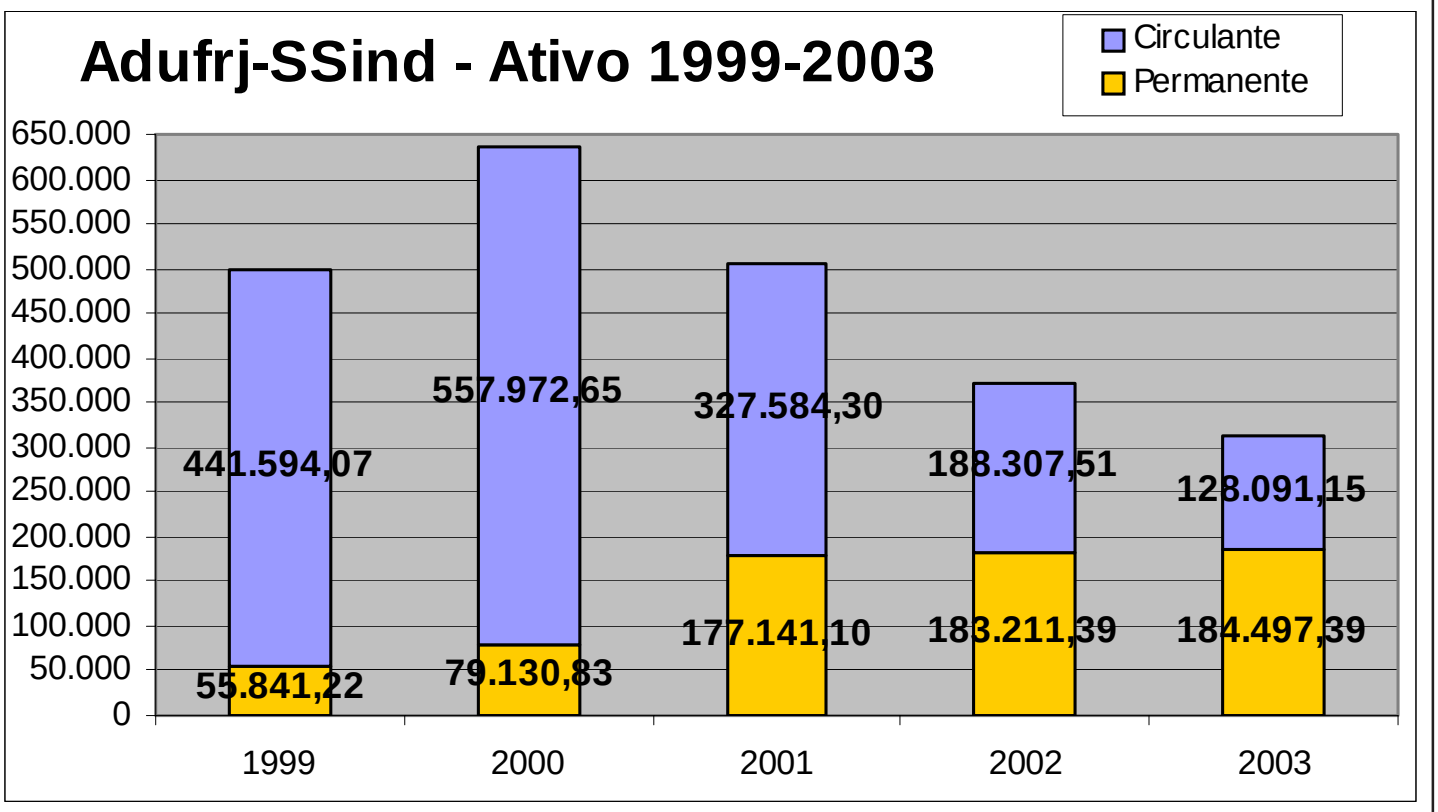
	Balancetes Analíticos 31/12 (2003 até julho)	Adufrj-SSind 1999	Adufrj-SSind 2000	Adufrj-SSind 2001	Adufrj-SSind 2002	Adufrj-SSind 2003
Nº	**Descrição**	**Total R$**	**Total R$**	**Total R$**	**Total R$**	**Total R$**
1	**Ativo**	**497.435,29**	**637.103,48**	**504.725,40**	**371.518,90**	**312.588,54**
1.1	**Circulante**	**441.594,07**	**557.972,65**	**327.584,30**	**188.307,51**	**128.091,15**
1.1.1	**Disponível**	**388.064,07**	**555.495,65**	**322.421,30**	**184.858,56**	**124.052,65**
1.1.1.1	Caixa	201,49	843,71	695,06	1.208,82	2.325,01
1.1.1.2	Contas Correntes (BB, CEF)	9.757,42	6.994,09	24.025,64	2.421,35	3.258,18
1.1.1.3	Contas de Poupança (BB)	377.867,08	547.452,73	297.476,49	180.981,87	118.201,93
1.1.1.4	Aplicações Financeiras (CEF)	238,08	205,12	224,11	246,52	267,53
1.1.2	**Realizável - Curto Prazo**	**53.530,00**	**2.477,00**	**5.163,00**	**3.448,95**	**4.038,50**
1.1.2.1	Adiantamento para Viagens	530,00	2.477,00	5.163,00	2.201,00	4.038,50
1.1.2.2	Adiantamento Salários	3.000,00			1.247,95	
1.1.2.3	Empréstimos a Receber	50.000,00				
1.2	**Permanente**	**55.841,22**	**79.130,83**	**177.141,10**	**183.211,39**	**184.497,39**
1.2.1	**Imobilizado**	**55.841,22**	**79.130,83**	**177.141,10**	**183.211,39**	**184.497,39**
1.2.1.1	Móveis e Utensílios	11.867,28	17.687,28	37.148,55	38.107,84	38.107,84
1.2.1.2	Máquinas e Equipamentos	30.199,50	44.871,50	76.428,50	80.217,50	80.217,50
1.2.1.3	Direito de Uso de Telefones	6.800,28	6.800,28	6.800,28	6.800,28	6.800,28
1.2.1.4	Sistema de Comunicações	6.974,16	9.771,77	9.771,77	9.771,77	10.477,77
1.2.1.5	Equipamentos Informática			10.797,00	12.119,00	12.699,00
1.2.1.6	Instalações			36.195,00	36.195,00	36.195,00
2	**Passivo**	**499.201,28**	**637.103,48**	**504.725,40**	**371.518,90**	**312.588,54**
2.1	**Circulante**	**4.379,17**	**6.050,11**	**1.904,63**	**2.709,99**	**10.036,54**
2.1.1	**Exigível - Curto Prazo**	**4.379,17**	**6.050,11**	**1.904,63**	**2.709,99**	**10.036,54**
2.1.1.1	Contribuições Sociais a Recolher	4.253,17	5.508,37	1.745,99	2.424,72	9.635,12
2.1.1.2	Encargos Tributários a Pagar/IRRF	126,00	541,74	158,64	285,27	401,42
2.2	**Patrimônio Líquido**	**494.822,11**	**631.053,37**	**502.820,77**	**368.808,91**	**302.552,00**
2.2.1	**Patrimônio Social**	**74.508,88**	**494.822,11**	**632.066,71**	**489.569,42**	**368.808,91**
2.2.2	**Superávit/Déficit do Exercício**	**420.313,23**	**136.231,26**	**- 129.245,94**	**- 120.760,51**	**- 66.256,91**
3	**Receitas**	**1.197.109,74**	**1.347.732,55**	**1.384.002,26**	**1.381.959,40**	**986.538,01**
3.1	**Operacionais**	**1.183.727,32**	**1.308.498,13**	**1.345.335,53**	**1.362.110,96**	**974.066,29**
3.1.1	Contribuições dos Sindicalizados	1.112.169,55	1.305.725,18	1.344.053,13	1.360.574,54	973.988,99
3.1.2	Recuperação de Despesas	69.047,77	2.378,65	1.260,00	438,80	40,00
3.1.3	Receitas Eventuais	2.510,00	374,48		1.070,85	

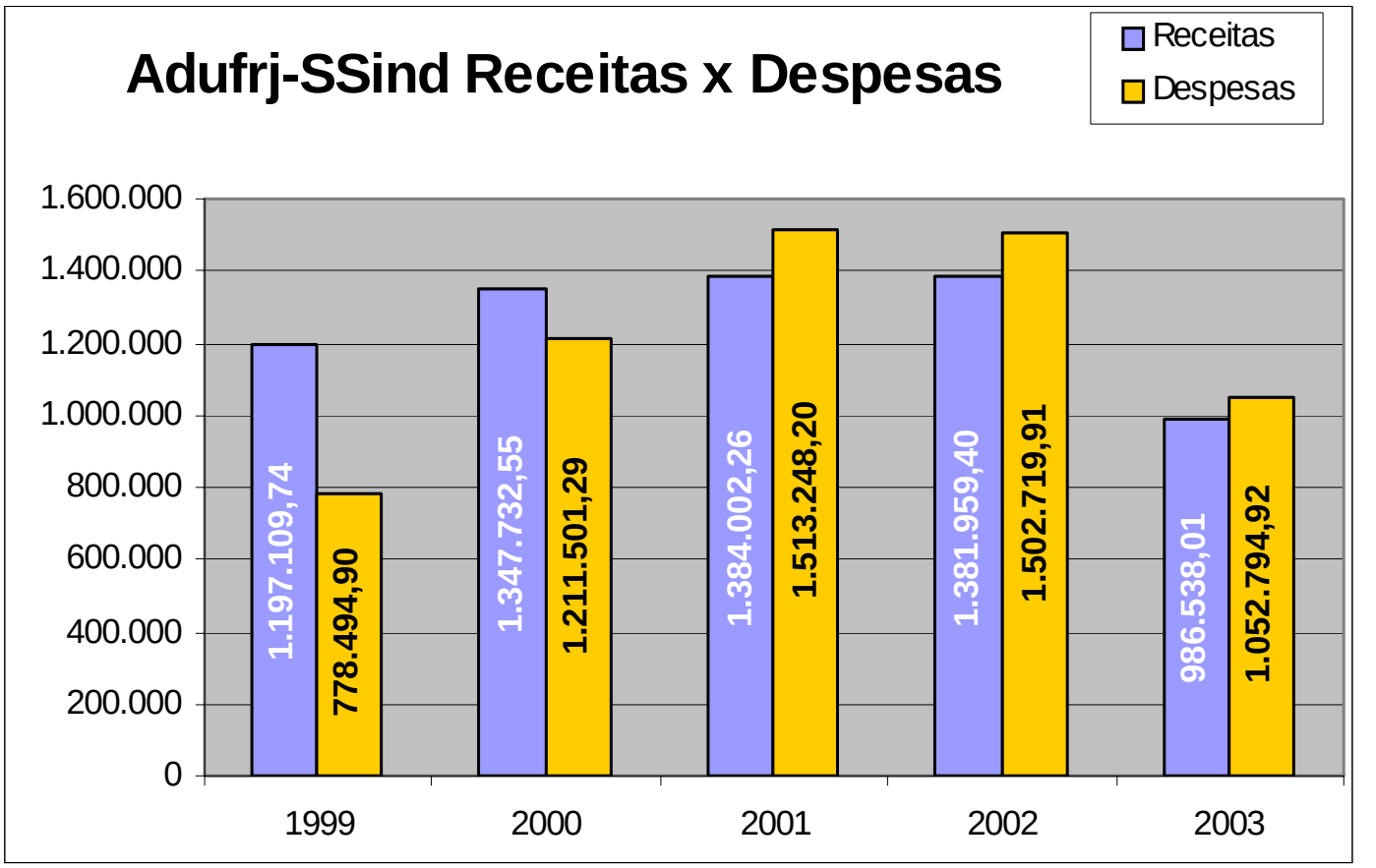
buição sobre o 13º salário de 2001, por exemplo, não foi feita na época devida, devido ainda à falta da informações da reitoria Vilhena, e acabou sendo descartada por decisão de assembléia geral devido ao grande atraso. De modo análogo, as contribuições sobre o 13º salário de 2002 só puderam ser efetivadas no início de 2003, assim como as contribuições sobre o adicional de férias de 2002 e 2003 só puderam ser realizadas em agosto de 2003 e, portanto, ainda não aparecem nas contas deste ano.

Se analisarmos a composição das despesas no gráfico cumulativo de despesas e repasses, excluindo as parcelas do Andes-SN (mensalidades, comissão de mobilização, fundo de solidariedade e CUT), que não são despesas de fato, já que a rigor não fazem parte da arrecadação própria da Adufrj-SSind, verificamos que os ítens atuais mais significativos são os relativos a serviços prestados, a pessoal e a divulgação, em ordem crescente de importância. Nos custos de divulgação não foram incluídos ainda algumas despesas que poderiam fazer parte desta categoria, como o custo de envelopes para a postagem, que é relevante, mas está embutido nas despesas com material de expediente.

O gráfico de despesas com pessoal permanente mostra um crescimento em torno de 10% ao ano, pois os salários, as vantagens e, conseqüentemente, os encargos são corrigidos pelo ICV-Dieese. As despesas com prestação de serviços também seguem um padrão similar, tendo como principais componentes os serviços de contabilidade, os serviços de pessoas físicas e a assessoria jurídica, de acordo com os dados contidos nos balancetes. A parte de divulgação é a mais significativa e apresenta tendência de crescimento, mas parece ser onde é possível obter redução substancial de custos de produção do material e de envio. Os gráficos de despesas totais de divulgação e de despesas cumulativas de produção e de despesas postais confirmam essa tendência.

Algumas medidas para atenuar o crescimento das despesas com divulgação sem comprometer a qualidade dos serviços estão sendo implantadas, como a produção semanal apenas de jornais, sem boletins ou encartes em *offset*, e envio dos mesmos como impresso, sem a necessidade de envelopagem, e redução das tarifas postais. Na outra direção, para aumentar as receitas, foi desenvolvida uma campanha de filiação, que já apresenta bons resultados, mas que deve ser mantida e intensificada. Haveria ainda as possibilidades de alteração do percentual de contribuição ou pelo menos uma forma mais ágil de cobrança das parcelas relativas ao décimo terceiro salário e do adicional de férias, o que pode ser viável com os dados fornecidos mensalmente pela reitoria atual.



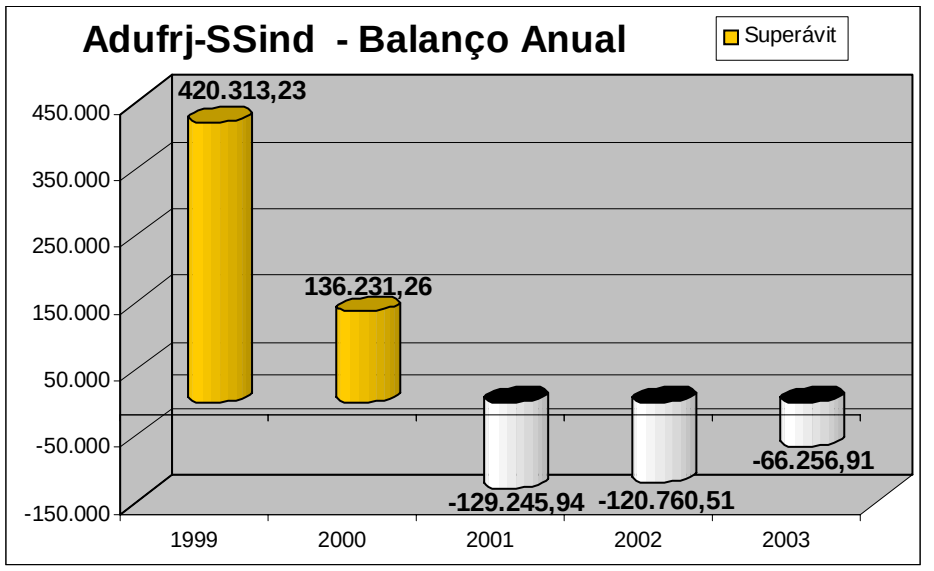


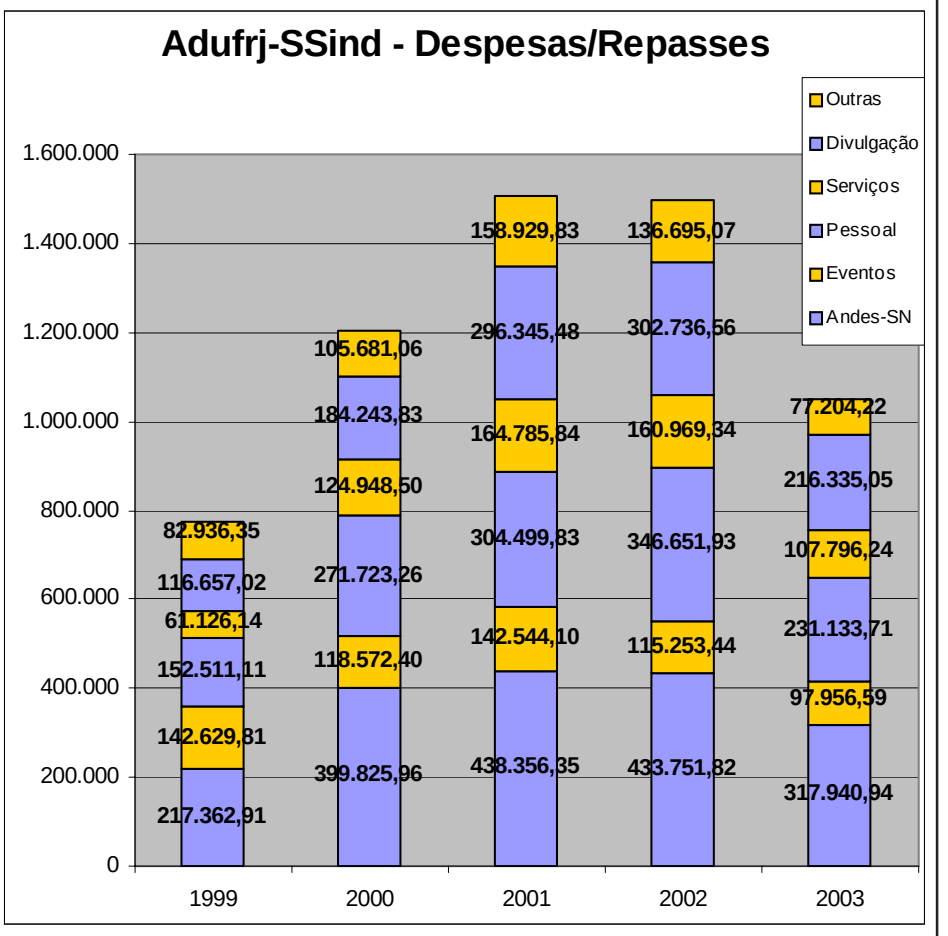
ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

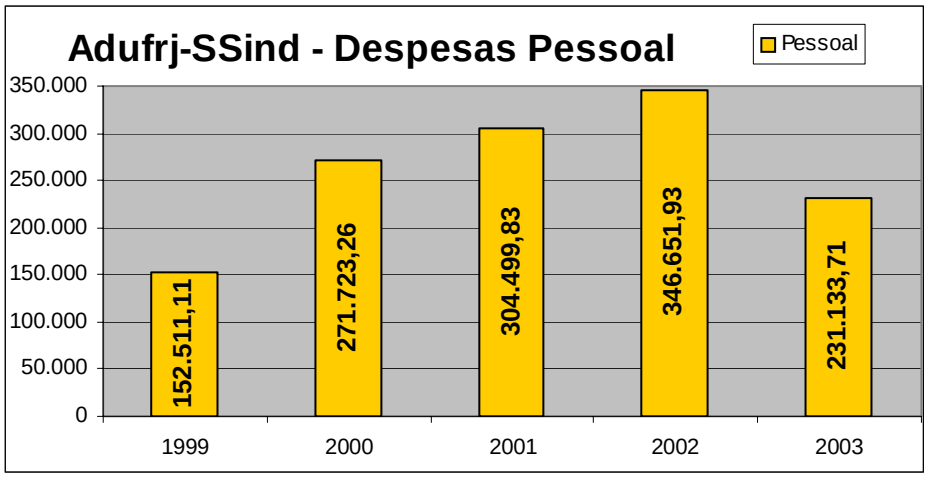
SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

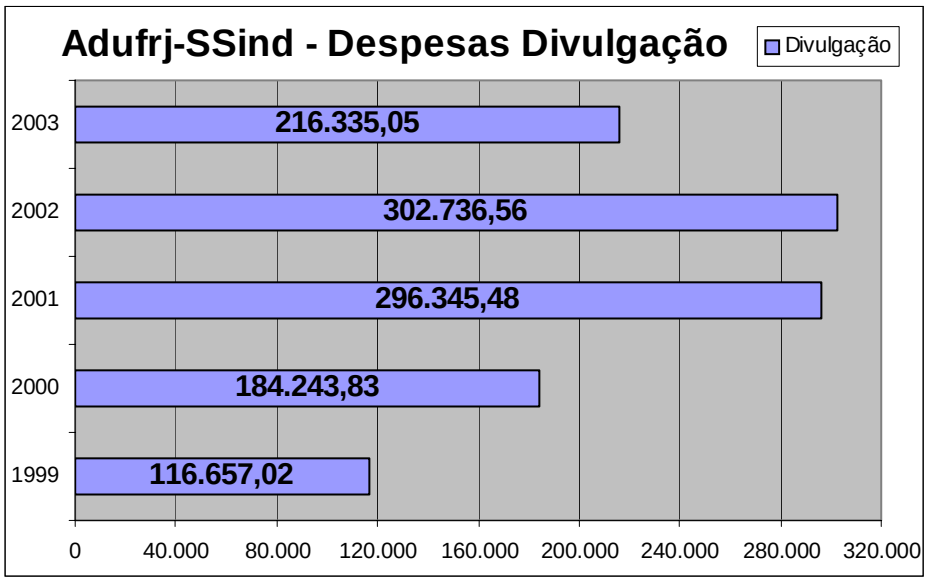
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

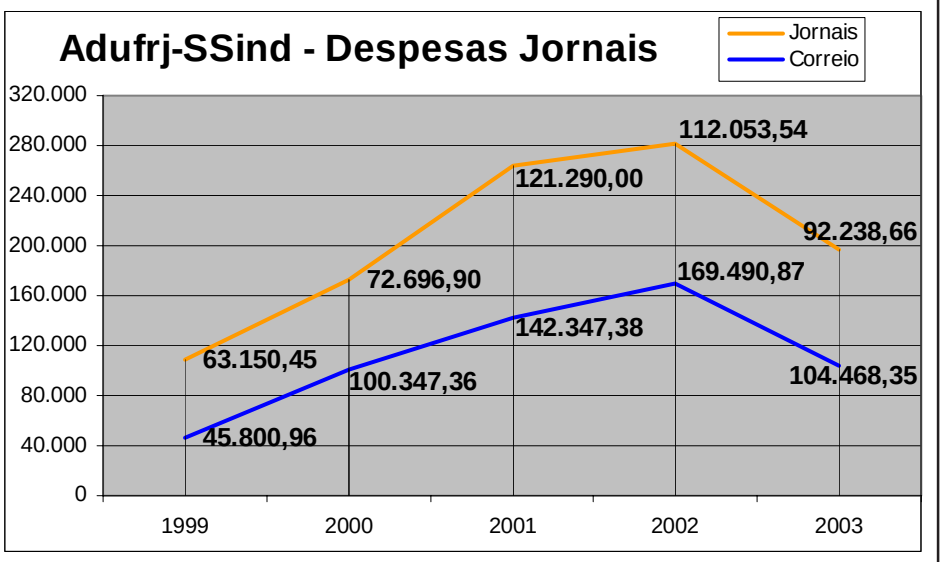
DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.











Nº	Balancetes Analíticos 31/12 (2003 até julho) Descrição	Adufrj-SSind 1999 Total R$	Adufrj-SSind 2000 Total R$	Adufrj-SSind 2001 Total R$	Adufrj-SSind 2002 Total R$	Adufrj-SSind 2003 Total R$
3.1.4	Dividendos Recebidos		19,82	22,40	26,77	37,30
3.2	**Financeiras**	**13.382,42**	**39.234,42**	**38.666,73**	**19.848,44**	**12.471,72**
3.2.1	Aplicações Financeiras/Juros Ativos	20,97	23,25	23,58	160,86	1.351,66
3.2.2	Rendimentos de Poupança	13.361,45	39.211,17	38.643,15	19.687,58	11.120,06
4	**Despesas**	**778.494,90**	**1.211.501,29**	**1.513.248,20**	**1.502.719,91**	**1.052.794,92**
4.1	**Operacionais**	**773.223,34**	**1.204.995,01**	**1.505.461,43**	**1.496.058,16**	**1.048.366,75**
4.1.1	**Institucionais Andes-SN**	**217.362,91**	**399.825,96**	**438.356,35**	**433.751,82**	**317.940,94**
4.1.1.1	Mensalidades	196.074,42	326.421,58	336.315,79	350.447,03	256.538,54
4.1.1.2	Comissão Nacional de Mobilização	10.175,50	17.041,00	29.116,35	10.154,75	9.465,25
4.1.1.3	Fundo de Solidariedade	11.112,99	10.215,24	10.089,48	9.787,46	6.760,37
4.1.1.4	Central Única dos Trabalhadores		46.148,14	62.554,73	62.309,91	44.686,78
4.1.1.5	Outras Despesas			280,00	1.052,67	490,00
4.1.2	**Despesas com Eventos**	**142.629,81**	**118.572,40**	**142.544,10**	**115.253,44**	**97.956,59**

Nº	Balancetes Analíticos 31/12 (2003 até julho) Descrição	Adufrj-SSind 1999 Total R$	Adufrj-SSind 2000 Total R$	Adufrj-SSind 2001 Total R$	Adufrj-SSind 2002 Total R$	Adufrj-SSind 2003 Total R$
4.1.2.1	Passagens	20.579,53	30.714,66	23.873,46	19.887,56	10.857,13
4.1.2.2	Rateios Conads/Congresso	8.476,47	17.388,64	17.110,04	8.877,32	5.335,84
4.1.2.3	Diárias e Estadias	69.963,84	57.166,68	93.410,34	83.083,82	81.763,62
4.1.2.4	Outras Despesas com Eventos	43.609,97	13.302,42	8.150,26	3.404,74	
4.1.3	**Pessoal**	**152.511,11**	**271.723,26**	**304.499,83**	**346.651,93**	**231.133,71**
4.1.3.1	Salários	97.876,04	140.113,28	191.826,58	197.320,00	141.375,18
4.1.3.2	Acordo Coletivo 2000		32.008,13			
	Estagiários			1.752,40	2.003,20	
4.1.3.3	Décimo Terceiro Salário	8.712,33	12.960,41	15.314,37	18.111,19	10.492,60
4.1.3.4	Férias	7.530,22	24.518,85	11.164,84	26.607,88	11.236,72
4.1.3.5	Previdência Social	27.273,43	41.543,63	48.758,12	59.386,27	39.615,82
4.1.3.6	FGTS	8.980,84	13.377,74	14.227,15	20.032,72	13.596,69
4.1.3.7	Seguro Saúde		4.412,56	12.827,09	12.180,74	4.676,35
4.1.3.8	PIS - Folha de Pagamento	1.138,66	1.688,55	1.760,59	2.346,69	1.609,02
4.1.3.9	Vale Transporte	787,83	913,42	1.066,49	817,60	532,80
4.1.3.10	Auxílio Creche			5.732,52	7.650,26	7.498,97
4.1.3.11	Contribuição Sindical	211,76	186,69	69,68	195,38	499,56
4.1.4	**Serviços Prestados**	**61.126,14**	**124.948,50**	**164.785,84**	**160.969,34**	**107.796,24**
4.1.4.1	Assessoria Jurídica	39.900,00	98.966,04	104.844,14	114.672,20	74.346,92
4.1.4.2	Contabilidade	12.650,00	13.840,00	18.375,00	21.941,00	13.527,60
4.1.4.3	Outras Pessoas Jurídicas	2.898,14	2.842,46	11.876,07	2.958,26	1.294,68
4.1.4.4	Pessoas Físicas	5.678,00	9.300,00	28.675,00	16.310,00	14.495,00
4.1.4.5	Seguros			1.015,63	5.087,88	4.132,04
4.1.5	**Divulgação**	**116.657,02**	**184.243,83**	**296.345,48**	**302.736,56**	**216.335,05**
4.1.5.1	Jornais/Boletins/Revistas	63.150,45	72.696,90	121.290,00	112.053,54	92.238,66
4.1.5.2	Cartazes/Cópias	5.552,26	10.263,57	14.871,30	5.840,35	8.558,04
4.1.5.3	Despesas Postais	45.800,96	100.347,36	142.347,38	169.490,87	104.468,35
4.1.5.4	Anúncios/Publicidade	2.153,35	936,00	17.836,80	15.351,80	11.070,00
4.1.6	**Outras**	**82.936,35**	**105.681,06**	**158.929,83**	**136.695,07**	**77.204,22**
4.1.6.1	Assinaturas	1.917,18	2.154,21	2.534,50	3.278,00	1.239,13
4.1.6.2	Limpeza/Conservação/Manutenção	4.001,26	2.452,93	27.712,15	12.967,56	4.724,04
4.1.6.3	Lanches/Refeições	7.273,06	10.600,94	14.972,81	17.124,89	12.015,43
4.1.6.4	Telefone	7.219,70	10.451,49	14.072,56	10.503,34	6.556,52
4.1.6.5	Material de Expediente	19.014,18	40.311,56	64.835,30	69.719,14	38.416,39
4.1.6.6	Doações			780,00	280,00	
4.1.6.7	Passagens Locais Ônibus/Táxi	8.830,52	14.905,03	23.168,64	19.657,95	
4.1.6.8	Reforma/Instalações da Sede	20.859,10	3.778,90			
4.1.6.9	Impostos e Taxas		104,06	4.754,95	191,81	39,50
4.1.6.10	Diversos	13.821,35	20.921,94	6.098,92	2.972,38	14.213,21
4.2	**IRRF sobre Aplicações**	**1.765,99**	**1.770,55**	**4,59**	**5,45**	**4,57**
4.3	**Financeiras**	**3.505,57**	**4.735,73**	**7.782,18**	**6.656,30**	**4.423,60**
4.3.1	Juros, Multas e Correções	238,29	1,98	790,17	242,30	56,86
4.3.2	CPMF	3.186,38	4.581,93	6.863,31	6.338,80	4.234,24
4.3.3	Despesas Bancárias	80,90	151,82	128,70	75,20	132,50

	Balanço Patrimonial 31/12 (2003 até julho) Descrição	Adufrj-SSind 1999 Total R$	Adufrj-SSind 2000 Total R$	Adufrj-SSind 2001 Total R$	Adufrj-SSind 2002 Total R$	Adufrj-SSind 2003 Total R$
Ativo		**441.594,07**	**557.972,65**	**327.584,30**	**371.518,90**	**312.588,54**
	Circulante	**441.594,07**	**557.972,65**	**327.584,30**	**188.307,51**	**128.091,15**
	Caixa	201,49	843,71	695,06	1.208,82	2.325,01
	Contas Correntes (BB, CEF)	9.757,42	6.994,09	24.025,64	2.421,35	3.258,18
	Contas de Poupança (BB)	377.867,08	547.452,73	297.476,49	180.981,87	118.201,93
	Aplicações Financeiras (CEF)	238,08	205,12	224,11	246,52	267,53
	Adiantamento para Viagens	530,00	2.477,00	5.163,00	2.201,00	4.038,50
	Adiantamento de Salários	3.000,00	0,00	0,00	1.247,95	0,00
	Empréstimos a Receber	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Permanente				**183.211,39**	**184.497,39**
	Móveis e Utensílios	11.867,28	17.687,28	37.148,55	38.107,84	38.107,84
	Máquinas e Equipamentos	30.199,50	44.871,50	76.428,50	80.217,50	80.217,50
	Direito de Uso de Telefones	6.800,28	6.800,28	6.800,28	6.800,28	6.800,28
	Sistema de Comunicações	6.974,16	9.771,77	9.771,77	9.771,77	10.477,77
	Equipamentos Informática	0,00	0,00	10.797,00	12.119,00	12.699,00
	Instalações	0,00	0,00	36.195,00	36.195,00	36.195,00
Passivo		**497.502,89**	**637.103,48**	**504.725,40**	**371.518,90**	**312.588,54**
	Circulante	**4.379,17**	**6.050,11**	**1.904,63**	**2.709,99**	**10.036,54**
	Contribuições Sociais a Recolher	4.253,17	5.508,37	1.745,99	2.424,72	9.635,12
	Encargos Tributários a Pagar	126,00	541,74	158,64	285,27	401,42
	Patrimônio Líquido	**493.123,72**	**631.053,37**	**502.820,77**	**368.808,91**	**302.552,00**
	Patrimônio Social	74.508,88	494.822,11	632.066,71	489.569,42	368.808,91
	Superávit/Déficit do Exercício	418.614,84	136.231,26	- 129.245,94	- 120.760,51	- 66.256,91

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 110 • 29 de setembro de 2003

Kelvin Melo

PELA PRIMEIRA VEZ, REITOR E PARTE DA ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FORAM À ADUFRJ-SSIND

Reitoria também quer ampliar debate sobre representação

Aloisio Teixeira compromete-se com a ampla divulgação das eleições para os colegiados da UFRJ

Ampliar o debate sobre a representação na universidade. Essa foi uma das principais questões discutidas durante a reunião entre a diretoria da Adufrj-SSind e a reitoria, no último dia 23. E não foi uma reunião qualquer. Pela primeira vez, parte da administração da UFRJ esteve na sede da seção sindical, localizada no Centro de Tecnologia. O reitor Aloisio Teixeira, a vice-reitora Sylvia Vargas, o pró-reitor de Graduação e Corpo Discente, José Roberto Meyer, o pró-reitor de Patrimônio e Finanças, Joel Teodósio, o chefe de gabinete João Eduardo e o assessor da reitoria Milton Flores marcaram presença no local.

A reunião foi aberta pela presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, que listou os pontos da pauta a serem discutidos. A questão da representação na UFRJ, os acontecimentos na Faculdade de Letras, os 28,86% e o desconto em folha dos sindicalizados da entidade foram alguns dos ítens relacionados pela professora.

A presidente Cleusa Santos também destacou aquela visita do reitor à sede da entidade. Dada a proximidade do fim do mandato desta diretoria à frente da seção sindical, Cleusa fez questão de classificar como positivo o diálogo com a atual reitoria: "Foi muito bom e importante 'encerrar' esse mandato com a presença de vocês aqui (na sede)", observou, acrescentando

Continua na página 4

Agenda Sindical

29/09 – Reunião das Seções Sindicais do RJ
Secretaria Regional Rio do Andes-SN, às 14h

29/09 - 1ª Reunião do GT Política de Formação Sindical do Andes-SN
São Paulo (SP) - Secretaria Regional SP do Sindicato nacional, 14h às 20h

30/9 a 1/10 – Seminário sobre Reforma Trabalhista e Sindical
São Paulo (SP) – Sindicato dos Químicos, na Rua Tamandaré, 348, no bairro da Liberdade

02/10 - 2ª Reunião do GT Política de Formação Sindical do Andes-SN
São Paulo (SP) - Secretaria Regional SP do Sindicato nacional, 9h às 14h

3/10 – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
São Paulo (SP) – Secretaria Regional do Andes-SN

4/10 – Reunião do GTPE do Andes-SN
São Paulo (SP) – Secretaria Regional

3 e 4/10 – Fórum Social do Rio de Janeiro
Nilópolis (RJ) – Cefet

4 e 5/10 - 12ª Plenária Social Nacional da Campanha contra a ALCA
São Paulo (SP) - Casa de Encontro Sagrada Família, às 9h

Abono pecuniário 2004

As planilhas para marcação de férias de 2004, que devem ser preenchidas até 01/10, mais uma vez não possuem a opção para o abono pecuniário. A Adufrj-SSind já acionou sua assessoria jurídica para requerer administrativamente à reitoria a inclusão da opção ou, se necessário, por via judicial.

Assembléia aprova prestação de contas da diretoria

Página 8

Previdência

CCJ do Senado ainda mantém texto original da reforma

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na madrugada do dia 25/09, por 14 votos a favor e 7 contra, o parecer do senador Tião Viana (PT-AC) sobre a proposta de reforma da Previdência Social. O parecer do líder do PT, aprovado após 18 horas de reunião, mantém, na íntegra, o texto aprovado pela Câmara. Ficou decidido pelos senadores que, nesta terça-feira (30/09), a CCJ voltará a se reunir para votar as emendas destacadas. Foram apresentadas pelos senadores 326 emendas ao texto da PEC. Desse total, 126 já foram rejeitadas e as 200 emendas destacadas serão analisadas pela comissão. A oposição quer votar os destaques separadamente, mas Tião Viana informou que pretende agrupá-los em cerca de 15 blocos. Dessa forma, observou, se for rejeitada uma emenda, as demais constantes do mesmo bloco serão consideradas prejudicadas. Na justificativa para rejeitar todas as emendas apresentadas na reunião, Tião Viana ponderou que o projeto aprovado pelos deputados é o que mais interessa ao país e que a quase totalidade das propostas dos senadores iria alterar a estrutura da reforma. No entanto, ele admitiu que o governo deverá negociar "algumas sugestões" quando a reforma for enviada ao exame do Plenário.

Sarney comenta tramitação das reformas

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou, também no dia 25, que, dentro de dois meses, os senadores terão aprovado as reformas da Previdência e Tributária. Para a previdenciária, Sarney estima a aprovação para a primeira quinzena de outubro. Já a tramitação da tributária seria encerrada em novembro.

Fonte: Agência Senado

Ainda a Previdência

Nos últimos dias, a Adufrj-SSind recebeu resposta de algumas mensagens enviadas a integrantes dos Poderes Legislativo e Executivo do país. O agora ex-Secretário de Recursos Humanos Luis Fernando Silva registrou, antes de sua saída do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o recebimento da carta aberta da seção sindical dirigida ao presidente da República (ver jornal nº 89, de 5/05). Já o deputado Bernardo Ariston (PMDB-RJ) informou ter votado contra a reforma da Previdência, pois concluiu que não se tratava de uma reforma propriamente dita "e sim de ajuste fiscal".

Anote

III Fórum Social do Rio de Janeiro ocorre esta semana

O Fórum Social Mundial (FSM) é um espaço internacional para reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais com alternativas para priorizar o desenvolvimento humano. Em suas três primeiras edições, realizadas em Porto Alegre (RS) entre 2001 e 2003, foi definido como ação estratégica a realização da maior quantidade possível de fóruns locais ao redor do mundo para aprofundar as discussões travadas no grande encontro mundial. Com este objetivo foi criado em setembro de 2000 o Comitê Rio do Fórum Social Mundial, que apresenta este ano a terceira edição do Fórum Social do Rio de Janeiro. O evento é, simultaneamente, um desdobramento das discussões de Porto Alegre e também um encontro preparatório para o IV Fórum Social Mundial, que será realizado ano que vem na Índia, e para o I Fórum Social Brasileiro, que vai acontecer em novembro deste ano em Belo Horizonte (MG).

O III Fórum Social do Rio de Janeiro vai acontecer nos dias 3 e 4 de outubro no CEFET de Nilópolis. A comissão organizadora decidiu realizar o evento na Baixada Fluminense por entender que a divulgação do FSM ainda é incipiente na região, e também para que os participantes possam absorver informações sobre a rica história dos movimentos sociais da Baixada.

Confira a programação

3/10

19h - Abertura: evento cultural;
Mesa institucional: autoridades presentes (serão convidados todos prefeitos da Baixada) e membros das entidades organizadoras;
Palestra com o Prof. Emir Sader;
Homenagem especial: D. Mauro Morelli.

4/10

8h30min - Evento cultural;

9h - Conferência com o tema: "O Brasil que temos e o Brasil que queremos";
Conferencistas: Gilmar Mauro (coordenador nacional do MST), Frei Davi, juíza Salete Macaloz e o teólogo Leonardo Boff;
Moderador: Paulo Passarinho.

12h30min - Almoço com apresentações culturais.

14h - Oficinas livres

18h - Show/festa de encerramento com apresentação da bateria da Beija-Flor.

Local: CEFET de Nilópolis (Rua Lúcio Tavares, nº 1045 - Centro - Nilópolis)
Telefone: 2691-4499

Realização: Comitê Rio do Fórum Social Mundial
Informações e Inscrições para as oficinas: 2669-2259 e 2232-8178, ramais 27 e 33 e forumsocialcarioca@hotmail.com

Cartas

Cara Professora Cleusa,

Gostaria de parabenizá-la por sua gestão democrática e atuante. Aproveito o ensejo para desejar à Professora Sara todo o sucesso nessa nova empreitada.

Um fraterno abraço,

Roberto Medronho
Diretor do NESC

À Adufrj-SSind,

Parabéns por mais esta iniciativa! O Boletim Eletrônico está informativo, conciso e bem diagramado. O desenvolvimento da democracia depende crucialmente da nossa capacidade de interpretar, diagnosticar, estruturar e comunicar as informações estratégicas para a sociedade.

Marcos Estellita Lins
Escola de Engenharia e COPPE

UFRJ

Posse no SiBI

Representando a Seção Sindical, a presidente, Cleusa Santos marcou presença na posse da nova coordenadora do Sistema de Bibliotecas e Informações da UFRJ, Paula Maria Abrantes, no último dia 22. A cerimônia ocorreu às 16h no Fórum de Ciência e Cultura.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Opinião

A qualidade do ensino superior e o provão

Segunda parte

Prof. Jorge Luiz do Nascimento*
Prof. Abraham Zakon**

5. Os alunos de graduação aprendem a lidar com problemas de emergência?

É preciso experimentar situações novas e tentar resolvê-las, aprendendo com elas. O problema do racionamento de energia elétrica no Brasil em 2001 é um exemplo importante. Quem consegue resolvê-lo? Em que programa ou currículo de engenharia está incluído este assunto? Seria um problema de engenharia, economia, gestão ou política? Imaginemos um engenheiro recém formado que foi escalado para atuar em supervisão das instalações elétricas, que atendam a processos para fabricação de vidro ou cimento. Num dia qualquer, ocorre a queda do sistema elétrico. O que fazer diante dessa situação? Terá ele capacidade para resolver o problema? Quais provas poderiam simular esta situação? *Será que o "aluno exemplar ou nota 10 no provão da Engenharia Elétrica", diante desta situação manterá a calma e resolverá o problema?*

Nas "provas da vida" não existem questões precisamente e previamente formuladas. A matéria não pode ser estudada na véspera. Não existem fórmulas para serem decoradas. *Muitas situações e ocorrências são geralmente imprevisíveis. Freqüentemente, é necessário um perfil humano composto de firmeza de caráter, força, coragem, lealdade, persistência, resistência, integridade e sinceridade. Quem avaliará estas qualidades? Quais provas podem fazer isto*?

6. O duvidoso "sucesso do provão"

O Exame Nacional de Cursos ou provão foi implementado em função da LDB de 1996, que atribuiu ao Presidente da República e ao Ministro da Educação o poder de legislar sobre as questões fundamentais do sistema de ensino brasileiro. A divulgação pela mídia de depoimentos favoráveis dificilmente revelou opiniões em contrário sobre o Provão. Foi a partir da mudança de Ministro da Educação em 2003 que surgiram as primeiras manifestações interessantes. Um aspecto freqüentemente esquecido é o dos vestibulandos jovens ou maduros poderem escolher uma instituição por meio dos resultados da "Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação", ao invés, apenas, das notas do provão, divulgadas anualmente pelo MEC.

O editorial da *Revista do Provão no 6 de 2001* proclama que "*pela primeira vez um instrumento irá expor as víceras do mundo acadêmico no país*". É claro que não é a prova que os alunos enfrentam que está fazendo isso e sim a avaliação dos demais itens. Mas, mesmo assim, duvida-se que todas as víceras estejam sendo expostas. Por exemplo, nas instituições públicas: será que a insuficiência de verbas providas pelo MEC já foi demonstrada? E a falta de bolsas e de alojamentos condignos? Estarão sendo expostos os salários injustos de docentes e servidores? *Então, quais são os novos bons resultados do provão*? Afirma-se que "revelou as instituições boas e ruins, as que trabalham com seriedade e as que apenas geram fontes de renda para seus proprietários". Mas, esse quadro já era percebido pelo senso comum em vários setores da opinião pública...

7. As avaliações e os efeitos do provão

Uma sociedade organizada necessita de uma avaliação oficial de sistemas, entidades, serviços e produtos de seu interesse. No caso das universidades, essa avaliação pode ser feita sobre a composição do corpo docente,, instalações e currículos. **Assim, pergunta-se:**

1º - O que significa uma nota ruim de um aluno no provão: (a) - que ele sempre foi ruim e que a instituição não conseguiu melhorá-lo? (b) - que ele era bom e se transformou em ruim? (c) - que os alunos aprovados em instituições particulares, que fazem cursos à noite e sempre tiveram pouco tempo para estudar, nunca irão melhorar? **Seja qual for a resposta, se a instituição for ruim, a nota do aluno só será boa se ele for bom. Porém, o lado desumano do provão reside no fato de que o aluno corre o risco inapelável de ficar marcado pela avaliação geral da instituição.**

2º - O que significa uma nota boa do aluno no provão: (a) que ele sempre foi bom e que a instituição não conseguiu piorá-lo? (b) que ele era ruim e se transformou em bom? (c) que alunos matriculados em boas instituiçoes, que estudam bastante, não trabalham e são interessados, nunca irão piorar?

3º - Quem "fecharia" uma instituição que possui excelente corpo docente, com excelentes instalações e ótimo currículo, mas seus alunos obtém péssimos resultados no provão?

Essas questões revelam que uma prova não serve para avaliar uma instituição. ***As instituições universitárias só melhoraram seu desempenho porque foram ameaçadas pelo sistema de auditoria associado ao Exame Nacional de Cursos,*** englobando os resultado das provas feitas pelos seus alunos e os demais conceitos, provenientes da "Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação".

O provão, como qualquer prova, na verdade, só serve para avaliar, no dia do concurso, os melhores e os piores alunos que compareceram ao ato... As provas são desncessárias para se identificar quem são estes alunos. Isto, em geral, se descobre com o corpo a corpo da convivência acadêmica, de aulas interativas e diversificação de tarefas.

Os demais alunos ausentes, que não foram convocados para o Exame Nacional de Cursos, nem melhores, nem piores, e que compõem a maioria das turmas, não foram e, também, não podem ser avaliados corretamente por provas isoladas. Só uma avaliação contínua ou mais permanente e abrangente pode avaliar corretamente os alunos e a instituição. Mas, não só por uma prova.

O sistema de avaliação do MEC é bom exatamente nos itens que foram sugeridos pela comunidade acadêmica e ruim no ítem "prova". Seu aperfeiçoamento virá, certamente, quando maior importância for dada ao projeto pedagógico e quando for implantado um sistema de avaliação permanente que meça a evolução do ensino e do aprendizado. Avaliando a evolução desses alunos, a cada semestre, poderíamos observar a influência da instituição em suas vidas. *E se, ainda assim, tivesse que ser através de provas, que fossem de moldes diversificados*. Seria até razoável, porque, com o crescimento da amostra, com a diversificação dos modelos de avaliação e com a aplicação gradativa dos testes, é possível qualificar e quantificar a evolução da qualidade de "produtos", alunos e ensino. *A evolução do aluno em termos de conhecimentos e das características de crescimento pessoal deve ser o objetivo mais importante no processo educativo, particularmente na universidade - decisiva para formar profissionais e líderes sociais*.

8. Conclusões

1ª - É importante avaliar as instituições universitárias até mais detalhadamente do que se pratica e os atuais resultados do *Provão* são insuficientes e injustos para tal missão.

2ª - As provas realizadas sobre alguns alunos se convertem num ato simplista e reducionista, oriundas de uma ferramenta característica do ensino tradicional [2] que não acrescenta nada aos demais itens da avaliação da instituição.

3ª – Tem se observado que alunos de instituições com, excelentes corpos docentes, boas instalações e bons currículos obtém bons resultados nas provas.

4ª - A grande maioria dos docentes de ensino superior faz uso amplo dos métodos do ensino tradicional e de seu pior sistema de avaliação que é a prova – o que nos decepciona e aos alunos.

5ª - Estudantes de graduação universitária devem ser avaliados por instrumentos que reproduzam ou simulem as atividades em que estarão envolvidos no dia a dia de sua vida profissional. Afinal, os profissionais são formados para fazerem provas ou para exercerem uma profissão?

6ª – Cada aluno revela-se como uma pedra bruta que pode ser modelada e polida, e, portanto, resistir a impactos e abrasões. Poucos alunos suportam 5 ou 6 anos de estudos num curso universitário de engenharia, tais suas dificuldades e a necessidade de renúncias, que coincidem com os melhores anos da sua juventude. Um aluno que já apresentou um projeto ou trabalho final no seu curso, não pode ter sua vida e sua qualidade avaliada por uma simples prova, para ter seu diploma liberado ou para ser habilitado profissionalmente. Dois séculos de ensino de engenharia (e superior) no Brasil avalizam nossa atuação.

7ª – Pereira e Bazzo [1] mostraram que a qualidade de ensino não se faz apenas com instalações boas e limpas, com computadores e bons funcionários. Estas condições ajudam, mas não resolvem todas as questões de aquisição individual de conhecimento *"Um ensino só poderá ser de qualidade se permitir que seus participantes cresçam intelectualmente e se transformem em indivíduos conscientes dos seus papéis enquanto membros de coletivos mais amplos do que apenas as suas comunidades profissionais ou sociais restritas."*

8ª – A qualidade de ensino só poderá ser medida por um sistema de avaliação que monitore os processos de evolução dos alunos e da instituição. As transformações construtivas ocorridas nos alunos, semestre a semestre, ou ano a ano, podem até ser avaliadas pelo uso de prova nas etapas iniciais e por estágios produtivos (residências) nas etapas seguintes. Outros processos até melhores podem ser empregados.

9ª - Cada instituição pode ter sua avaliação complementada pela produção científica, editorial, acadêmica, de extensão e outras administrativas. Ainda assim, muitos atributos que irão dar uma condição de melhor qualidade ao profissional engenheiro só serão adquiridos com a vida profissional, enquanto valores éticos e morais poderão permanecer inalterados, independentemente do perfil da instituição freqüentada.

10a – Uma opção prática (e mais econômica para o MEC) para substituir o "Provão" e manter o espírito de avaliação nacional seria a adoção de um conjunto de provas regulares aplicadas num mesmo dia em todas as universidades ou faculdades dentro das próprias salas de aulas dos alunos, pelos respectivos docentes responsáveis de disciplinas fundamentais ou estratégicas da graduação. Poderiam ser feitas questões para turmas matutinas, vespertinas e noturnas para evitar riscos de vazamento das questões dos exames. Assim, no caso das Engenharias, matérias como Termodinâmica, Eletrotécnica, Mecânica dos Materiais, Ciência dos Materiais, mais um grupo de específicas por habilitação – selecionadas até o máximo de 3 (três) anuais -serviriam para avaliar o currículo de cada curso de graduação em todas as instituições. O elenco de disciplinas poderia variar a cada ano, de modo a envolver um número crescente de docentes avaliados através das provas que os mesmos ministrariam aos próprios alunos, e devolveriam para a comissão do exame nacional corrigir.

*Escola Politécnica da UFRJ
jorge@dee.ufrj.br
**Escola de Química da UFRJ
zakon@eq.ufrj.br

REFERÊNCIAS

[1] L.T.V. Pereira, e W.A. Bazzo, Ensino de Engenharia – na busca do seu aprimoramento, Editora da UFSC, Florianópolis, SC, 1997.

[2] Revista do PROVÃO Nº 6 – MEC – Avaliação e Qualidade – Brasília – 2001

Observação: o presente texto é a segunda e última parte do artigo iniciado no Jornal da Adufrj anterior (nº 109, de 22/09).

Adufrj-SSind

Continuação da capa

um convite ao reitor para a posse da próxima diretoria da Adufrj-SSind, em 15/10, na Casa da Ciência da UFRJ. Neste momento, o reitor prontamente aceitou o convite.

Na reunião, os diretores da seção sindical fizeram ver ao reitor que as eleições para os colegiados superiores da universidade estão cercadas de problemas: em geral, não são amplamente divulgadas e não possuem prazos adequados para inscrição de candidatos e debate de propostas.

O 1º tesoureiro da Adufrj-SSind, José Sanglard, ressaltou que a entidade cobra o papel da representação, mas reconhece a dificuldade dos próprios representantes no exercício da função. "Os representantes não têm uma infra-estrutura à disposição para fazer, por exemplo, uma ampla convocação dos demais professores para um debate", disse. "Nós estamos querendo estabelecer uma representação mais eficaz ou então a pessoa fica respondendo só pela sua própria cabeça", completou. Sanglard criticou ainda que, em certos casos, os diretores de Unidade acabam eleitos nesses processos eleitorais apressados e pouco ou nada discutidos.

O 1º vice-presidente Luciano Menezes citou outro grave exemplo da crise de representação na UFRJ: o mandato da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) expirou esse ano e não foram sequer convocadas novas eleições. "E é um dos órgãos mais importantes para os professores", afirmou. Luciano aproveitou a oportunidade para consultar a reitoria sobre uma eventual prorrogação do mandato da CPPD e também cobrou que os pleitos universitários fossem cercados da maior divulgação possível para se criar um "clima eleitoral" na instituição.

O reitor Aloisio Teixeira disse desconhecer a situação da CPPD, mas demonstrou ter apreciado a proposta de amplo debate e divulgação em torno de qualquer eleição de representantes na universidade. O professor considera que existe uma cultura na UFRJ que transforma esse tipo de pleito em algo sigiloso, o que pretende combater.

Aloisio também criticou o fato de os diretores participarem dos colegiados: "A representação é dos docentes; não é das Unidades", criticou. Segundo ele, apesar do natural interesse dos diretores pelos assuntos debatidos nessas instâncias, essa participação pode gerar uma distorção entre a representação dos professores e a dos diretores. "O que podemos fazer é divulgar amplamente essas eleições", finalizou.

Faculdade de Letras

Os diretores da Adufrj-SSind manifestaram preocupação com os recentes acontecimentos da Faculdade de Letras, como o episódio das cartas ameaçadoras a alguns professores que discordavam da administração de um curso de extensão daquela Unidade (ver Jornal da Adufrj nº 97, de 30/6) e a agressão sofrida pelo fotógrafo do Sintufrj (ver Jornal nº 107, de 8/09). O professor Aloisio Teixeira disse ter solicitado à representação dos técnico-administrativos no Consuni para formalizar um protesto junto à reitoria. Somente assim, ele teria condições de tomar alguma providência. Independente disso, Aloisio disse não ter cabimento o cerceamento ao trabalho da imprensa sindical nos *campi*. O reitor informou ainda que sua chefia de gabinete chamou a diretora Edione Trindade para começar a esclarecer o caso.

Kelvin Melo

A ADVOGADA SAYONARA GRILLO PRESTA ESCLARECIMENTOS SOBRE A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DA TRANSPOSIÇÃO DE REGIMES

Consignação em folha

Como 1º tesoureiro da seção sindical, Sanglard solicitou da reitoria a possibilidade de fornecimento dos dados dos docentes de modo a tornar mais precisa a arrecadação da entidade. Sanglard historiou que, desde a mudança do sistema de consignação em 2001 (quando o sindicato foi obrigado a informar o desconto em folha diretamente ao governo), a arrecadação da entidade tornou-se bastante imprecisa por falta dessas informações. Qualquer aumento à categoria ou progressão funcional, por exemplo, criam dificuldades para o sistema da Adufrj-SSind. O reitor comentou que, se não houver qualquer proibição legal expressa neste sentido, a universidade vai fornecer os dados solicitados.

ADI sobre a transposição de regimes

Na reunião com a diretoria do sindicato, o reitor Aloisio aprofundou a discussão sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta sobre a transposição de regime dos celetistas para o Regime Jurídico Único dos servidores, em 1990. Como o Jornal da Adufrj já informou em edições anteriores, o Procurador-Geral da União propôs essa ADI ao Supremo Tribunal Federal. Se aprovada pelo STF, todos os servidores que foram transpostos naquela ocasião voltariam a ser regidos pela CLT e estariam sujeitos, por exemplo, ao Regime Geral da Previdência Social.

A advogada da Adufrj-SSind, Sayonara Grillo, participou da reunião e comunicou que a assessoria jurídica do Andes-SN está preparando uma defesa para o caso. Segundo ela, seria interessante que a universidade apurasse quantos dos seus servidores seriam atingidos pela eventual mudança e tomasse uma posição contrária à medida. Essas informações (universo atingido e posição da instituição) seriam importantes para municiar a defesa dos servidores, no próprio Supremo Tribunal Federal. Na avaliação dela, a presente discussão remonta ao projeto de emprego público que o governo anterior tentou impor ao funcionalismo. A novidade é que, pela via judicial como está tramitando agora, não haveria ainda mais desgaste político para Lula e sua equipe entre os servidores.

Professores substitutos

Luciano Menezes disse que a seção sindical foi procurada por professores substitutos que estariam sendo substituídos por outros docentes temporários, que não estariam sendo admitidos via editais. A vice-reitora Sylvia Vargas surpreendeu-se com a notícia, uma vez que a troca só poderia ocorrer com a desistência por escrito do candidato aprovado. Aloisio Teixeira, por sua vez, afirmou que a reitoria iria preparar uma norma para coibir essa prática. Ele também lembrou a recente autorização para concursos que deve melhorar a situação do quadro permanente da universidade. Sanglard concordou que a solução para tal problema deve passar pela realização de cada vez mais concursos, embora o número de substitutos já represente cerca de 10% da força de trabalho na UFRJ.

GED discutida

A diretoria da Adufrj-SSind também fez críticas aos critérios de avaliação da GED na UFRJ, renovados sem discussão na comunidade. "Nós não somos contra a avaliação, mas não nestes termos. A GED reduz tudo à quantidade (sem ver a qualidade do trabalho)", disse Sanglard. Os diretores acrescentaram em seguida sua posição contrária ao sistema de avaliação. A advogada Sayonara observou que, em outras universidades, os critérios da gratificação são mais flexíveis para que os docentes alcancem a máxima pontuação. Aloisio também afirmou discordar do sistema da GED e informou que um projeto do MEC para modificar a avaliação encontra-se parada na Casa Civil.

28,86%

Perguntado pela diretoria da Adufrj-SSind, o reitor mostrou-se disposto a continuar em luta pelo ganho judicial para a categoria. Aloisio comentou a possivel criação de uma comissão, integrada pela Adufrj-SSind, para estudar o assunto. A advogada Sayonara lembrou que há a possibilidade de restauração da isonomia, reconhecendo o percentual para todos os professores.

Movimento

Estudantes cobram a volta do bandejão

Fotos: Kelvin Melo

Grupo do alojamento consegue audiência para tratar o tema com o reitor

No dia 23, um grupo de estudantes do alojamento agitou os corredores da UFRJ com a antiga reivindicação pela volta do bandejão. A manifestação iniciou-se em frente ao Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, percorreu toda a extensão do Centro de Tecnologia e seguiu até um dos pátios da Faculdade de Letras. Munidos de cartazes, bandeiras, uma bateria improvisada e muita vontade, os alunos foram ainda até o prédio da reitoria e, em seguida, refizeram o percurso de volta até o CCMN. Nessa fase final, uma comissão entregou suas reivindicações ao reitor Aloisio Teixeira, que participava da Semana de Integração Acadêmica daquele Centro. Nesse contato, conseguiu-se marcar uma audiência com Aloisio para tratar o assunto do bandejão nesta quarta-feira (1/10), à tarde, na sala de reuniões do Consuni.

De acordo com Anderson Mancuso, do alojamento e do 8º período de Engenharia Química, a proposta da manifestação surgiu em uma assembléia dos alunos daquele local na semana anterior. Mancuso comentou que os estudantes decidiram adotar a tática do ato com o objetivo de chamar a atenção da comunidade universitária para o problema da alimentação no *campus*. Para ele, os alunos carentes da universidade não têm condições de arcar com os preços médios cobrados por uma refeição nos traillers e restaurantes instalados na UFRJ.

Protesto especial na Letras

De fato, a manifestação fez barulho e ganhou o apoio dos demais estudantes que saíam das salas para o horário de almoço. Ao longo do percurso, os alunos paravam em certos trechos e todos repetiam em voz alta os dizeres de algum organizador do ato, que explicava os motivos do protesto.

Em duas paradas, o ato ganhou significado especial. Em frente ao restaurante chamado "Burguesão" (que possui ar-condicionado) no CT, os alunos posicionaram suas faixas e bandeiras logo na entrada do local, em oposição ao letreiro com o nome que, de certa forma, representa o contrário de um bandejão. Na Faculdade de Letras, além das palavras de ordem por uma alimentação mais barata, os alunos também se manifestaram contra a agressão denunciada pelo Sintufrj ao seu fotógrafo, enquanto produzia imagens do restaurante local, durante uma reportagem (ver Jornal da Adufrj nº 107, de 8/09).

No panfleto distribuído na manifestação, os alunos do alojamento e do conselho de centros acadêmicos do CT-CCMN afirmaram que a luta dos bandejões deveria ser incorporada por todos que "estudam ou trabalham por uma universidade popular que, além do ensino de qualidade, nos dê a prática da justiça, da ética, o hábito da inclusão e da igualdade (...)". Ainda no texto do panfleto, os manifestantes lembraram que a volta dos bandejões constava como proposta de campanha da atual reitoria.

Ouvido pela reportagem da Adufrj-SSind, o reitor Aloisio garantiu seu apoio às reivindicações dos estudantes, que considera "justas". O problema, segundo ele, esbarra na falta de recursos orçamentários para ser solucionado, como vários outros da universidade.

Aloisio comentou, porém, que a reitoria já tem uma proposta preliminar para instalação de três restaurantes universitários na ilha do Fundão. Um deles ficaria nas imediações da Escola de Educação Física e Desportos e também seria responsável pela produção em larga escala das refeições. Os outros dois restaurantes seriam unidades de distribuição da comida.

"Mais uma primavera sem o bandejão?"

No dia do fechamento desta edição (26/09), os estudantes do alojamento realizaram ainda a festa "Mais uma Primavera sem o Bandejão?", no espaço dos pilotis do bloco A do CT. Como o próprio título já diz, o evento também teria o objetivo de chamar a atenção da comunidade universitária para o problema da alimentação na UFRJ.

MUNIDOS DE FAIXAS, CARTAZES, BANDEIRAS E MUITA CRIATIVIDADE, OS ALUNOS DO ALOJAMENTO CHAMARAM A ATENÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA PARA A IMPORTÂNCIA DA VOLTA DOS BANDEJÕES

Colegiados

Cessão de professor ocupa sessões do CEG e do Consuni

Colegiados tomam decisões diferentes

Aparentemente um ato banal, a cessão de um professor da UFRJ para outra universidade ganhou uma rara repercussão nos colegiados superiores da universidade: na semana que passou, o assunto praticamente tomou conta das sessões do CEG (em 24/09) e do Consuni (25/09). Tratou-se do caso do convênio que possibilitou ao professor Wilmar Barbosa, do Departamento de Filosofia do IFCS, trabalhar para a Universidade Federal de Juiz de Fora de 1997 a 2003 (ver matérias dos últimos jornais da Adufrj). A dupla discussão em torno do tema gerou aprovações distintas: enquanto o CEG manteve a recomendação pela instauração de uma comissão de sindicância; o Consuni decidiu arquivar o processo e isentar de culpa o docente cedido durante aquele período.

O pró-reitor da SR-1 e presidente do CEG, professor José Roberto Meyer, resolveu tomar uma decisão salomônica: a comissão de sindicância será instaurada, mas terá a finalidade de averiguar exclusivamente os processos administrativos que cercaram a cessão do professor Wilmar. O afastamento em si, considerado regular pela Comissão de Legislação e Normas do Consuni, não será objeto da sindicância. O pró-reitor ainda está formando a comissão, que, até o momento, só se sabe que não terá qualquer componente do CEG em sua composição.

No CEG

Convidados ao CEG, os professores Wilmar Barbosa e o atual chefe do departamento de Filosofia, Fernando Santoro, fizeram questão de dizer que estavam dispostos a prestar todos os esclarecimentos pertinentes à cessão. Santoro observou, no entanto, que nenhum pedido formal do colegiado neste sentido tinha chegado ao seu conhecimento – na sessão anterior do CEG (em 17/09), já havia sido aprovada a instauração de uma comissão de sindicância, baseada na falta de informações do processo. "Eu não tive ciência dessas solicitações", disse. A presidente da Câmara de Legislação e Norma do CEG, professora Maria da Penha, reconheceu que não havia a assinatura de Santoro no processo analisado.

Wilmar, por sua vez, também historiou todo o processo que motivou sua cessão para a instituição mineira. O professor explicou ainda as razões de ter acionado na justiça comum o estudante e representante do CEG, Fábio Samu, em defesa de sua dignidade. Wilmar disse ter se deparado com uma carta sendo distribuída pelo DCE com acusações ao seu nome. "O processo que eu abri contra ele foi uma ação do cidadão para me proteger", comentou. O professor só não soube responder a contrapartida recebida pela UFRJ com sua cessão para outra instituição. "A universidade nunca me pediu uma contrapartida", observou.

As explicações dos dois docentes não foram suficientes, no entanto, para demover a decisão anterior do colegiado para a instauração da comissão de sindicância, que foi confirmada por dez votos a favor e duas abstenções – uma delas, do próprio Fábio Samu.

Os conselheiros ressaltaram, no entanto, que a comissão deverá conceder ampla defesa aos envolvidos e não deveria ser vista como um instrumento punitivo. Outro representante discente, Wellington Augusto resumiu o entendimento do colegiado: "Se não há problema, não há trauma algum na instauração da comissão", disse.

Kelvin Melo

NA PLATÉIA DO CEG, OS PROFESSORES WILMAR (À ESQ.) E FERNANDO SANTORO PRESTAM OS ESCLARECIMENTOS

No Consuni

Após o relato que isentou o professor Wilmar de qualquer culpa no processo, os conselheiros do Consuni também manifestaram o interesse em apurar os atos administrativos que cercaram a cessão. A diferença é que, neste colegiado, o reitor Aloisio Teixeira considerou que a investigação poderia ser travado apenas com diálogo, sem o peso da instauração de uma comissão de sindicância. O reitor comentou ainda que os professores que assumem funções administrativas podem não ter o conhecimento profundo dos ritos do cargo e acabam incorrendo, sem intenção, em pequenas falhas. Aloisio observou que, se após alguma tentativa de negociação junto ao departamento, ainda configurasse algo como incorreto, sua decisão seria optar direto pelo inquérito administrativo. A polêmica toda também fez o reitor sugerir que o Conselho Universitário discuta uma atualização do regimento da UFRJ, datado da década de 70.

Sessão secreta

Os conselheiros do Consuni não ficaram nem um pouco satisfeitos foi com a notícia de uma sessão do Conselho do Departamento de Filosofia que não permitiu o acesso do estudante Fábio Samu, no início deste ano. Aloisio chegou a comparar essa situação à já famosa expulsão dos alunos (entre eles, o hoje colunista Elio Gaspari) da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, que foi firmada em uma sessão secreta, nos anos 60.

Ainda no CEG, o professor Santoro explicou que o acesso não foi permitido porque o estudante teria supostamente inviabilizado uma outra reunião do departamento com suas insistentes indagações sobre o caso do professor Wilmar, que não estariam respeitando a ordem dos trabalhos do conselho departamental.

Professor retira processo contra alunos

Entre a realização do CEG e do Consuni, o professor Wilmar resolveu retirar o processo que movia contra os estudantes que questionaram publicamente sua cessão para a UFJF. A ação na justiça comum estava sendo considerada um dos pontos de atrito entre as partes envolvidas. Os conselheiros de ambos os colegiados observaram que a resolução do caso nos fóruns internos da universidade seria o melhor ponto de partida para a polêmica. Para Antonio Cláudio (representante do CT no CEG), "é muito ruim quando a universidade não consegue resolver seus problemas internamente", citando o caso da diretora da Faculdade de Educação.

Professores Substitutos

Atual presidente da Câmara Docente, o professor Antonio Cláudio ressaltou que os Departamentos já devem encaminhar seus pedidos de professores substitutos novos ou renovações para a secretaria do CEG. Segundo ele, essas solicitações devem chegar com pareceres circunstanciados do próprio Departamento, da Congregação e do Conselho de Centro relativos até 31 de outubro. Antônio Cláudio observou que a UFRJ terá direito a poucas renovações, de acordo com a legislação vigente, mas que isso não deve ser motivo de preocupação para os solicitantes: a Câmara, em última instância, transformará em pedidos novos aqueles que não puder renovar.

Colegiados

Autonomia universitária começa a ser discutida

Orçamento de 2004 da UFRJ deverá ser ainda menor do que o previsto

O Consuni do dia 25/9 dedicou parte da sessão ao debate sobre a autonomia universitária. A reitoria já havia distribuído alguns documentos relativos ao tema em reuniões passadas e abriu o espaço para as manifestações iniciais dos conselheiros. Após algumas falas, Aloisio propôs a formação de uma comissão, com representação dos docentes, funcionários técnico-administrativos e alunos para organizar tal discussão, mas nenhum representante ofereceu-se para a tarefa. O tema deverá retornar à pauta do colegiado nas próximas sessões.

Primeiro a opinar, o professor Luiz Antônio Cunha defendeu uma proposta de autonomia que ficasse restrita às universidades públicas federais. Isso seria formalizado por uma lei orgânica do ensino superior. O representante dos titulares do CFCH observou que essa postura iria quebrar a lógica desse governo e dos anteriores de fragmentar a legislação do ensino superior federal. "Hoje, tem uma legislação para vestibular; outra para avaliação e outras tantas. Isso é uma legislação no miúdo. Qualquer coisa pode ser universidade. Aliás, há instituições que dispõem de mais autonomia que as universidades, que são os centros universitários", afirmou.

Representante dos técnico-administrativos, Marcilio Lourenço comentou que a UFRJ deveria ter muita cautela no encaminhamento de uma discussão de autonomia universitária com o atual governo. "Educação não é a prioridade para esse governo. Se nós entrarmos numa discussão de autonomia, vamos ter uma autonomia regulamentada por baixo", disse. Marcilio lembrou a recente transferência das procuradorias universitárias para a esfera da Advocacia-Geral da União, como um exemplo do enfraquecimento do ensino superior frente aos governos.

O reitor Aloisio Teixeira historiou outras duas ocasiões em que o Consuni debateu a autonomia universitária (em março de 1996 e em agosto de 1999). Nesta última data, de acordo com ele, formou-se uma comissão para tratar do financiamento de um fundo institucional para as universidades. A iniciativa ganhou o apoio da deputada federal Jandira Feghali (PC do B), que a transformou em um projeto de lei (PL 2874/2000) cuja tramitação está parada na Comissão de Educação e Cultura da Câmara.

Aloisio espera que o Conselho Universitário avance nesta discussão para que a UFRJ possa expressar suas posições tão logo quanto possível. O reitor teme as notícias de que o governo estaria formando uma comissão interministerial para tratar da universidade. Essa comissão seria integrada por técnicos do Ministério do Planejamento e da Fazenda. "O que já me causa arrepios", brincou.

Emenda Andifes

Antes de abrir o debate sobre a autonomia, Aloisio Teixeira fez alguns esclarecimentos sobre a situação de financiamento das universidades. Segundo ele, a chamada emenda Andifes foi motivo de conversa entre os reitores e o secretário do Ensino Superior do MEC, Carlos Antunes, naquela mesma semana. Na ocasião, o funcionário do governo garantiu que a emenda não teria seu valor reduzido e cobrou agilidade dos dirigentes universitários para liberação dos recursos via convênios. A verba será liberada mediante apresentação dos Planos de Trabalhos das IFES, o que deve ser solicitado pela Secretaria de Educação Superior (SESu) a partir desta terça-feira (30/09). A UFRJ, segundo apurou a reportagem da Adufrj-SSind, terá direito a cerca de R$ 4,5 milhões.

De acordo com informações da página eletrônica da Andifes (www.andifes.org.br), a distribuição considerou a compensação dos valores da distribuição da Emenda de 2002, a utilização dos dados atualizados, referentes a 2002, excluiu os valores originados na conversão do vale-transporte, e também adotou como critério a incorporação dos 5 CEFETs na matriz de distribuição.

Nessa mesma reunião com o secretário da SESu, a presidente da Andifes, reitora Wrana Maria Panizzi, chamou a atenção para a urgente necessidade de uma suplementação do orçamento 2003, no valor de R$ 50 milhões. "A Emenda Andifes não será suficiente para cobrir os gastos das IFES até o final do ano", disse a reitora. Em resposta, o secretário de Educação Superior disse que levará o pedido de suplementação à área econômica do Governo, e a Andifes se comprometeu em enviar um ofício à SESu, formalizando a solicitação.

Orçamento para 2004

Se a situação está ruim agora, o futuro deverá ser ainda pior para a UFRJ. Aloisio explicou que o orçamento de 2004 das universidades federais deve sofrer uma correção que vai levar em conta os dados do sistema federal de ensino superior de 2002, em vez do ano de 2000 (como estava anteriormente). O problema é que, assim como outras instituições, a UFRJ vai perder recursos com essa mudança - há 3 anos, a matriz de financiamento era mais favorável à maior universidade federal do país. Aloisio calcula uma perda de R$ 400 mil.

Primavera chega ao Consuni

A última sessão do Consuni teve uma novidade: com a chegada da estação da primavera, funcionários do horto da Prefeitura Universitária entregaram flores aos conselheiros. Mas o presente não ficará restrito ao colegiado superior: ao longo desta semana, a prefeitura vai distribuir cerca de 2 mil mudas de espécies ornamentais e frutíferas no *hall* do prédio da reitoria, de 9h às 15h.

Kelvin Melo

Resenha

Repetência volta a crescer

O Brasil não está conseguindo vencer, no ritmo desejado, o combate contra o que é considerado por muitos educadores o maior mal de nossa educação: a repetência. Dados recém-tabulados pelo Ministério da Educação por meio do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) mostram que um em cada cinco estudantes dos ensinos fundamental e médio repetiu, em 2002, a mesma série cursada em 2001, de acordo com matéria da Folha de S. Paulo (22/09).

Ensino superior atrai investimento

Investidores financeiros e fundos de investimento querem entrar no mercado do ensino superior. Isso é o que revela a pesquisa realizada pelo Grupo CM de Consultoria Educacional. Cerca de 26% das instituições privadas do ensino superior já foram procuradas por agentes nacionais e internacionais, revela o estudo. As empresas estrangeiras *JP Morgan Partners* e *Advent International*, por exemplo, demonstram interesse no mercado educacional brasileiro - o primeiro deverá investir US$ 570 milhões na América Latina em diversas áreas até 2006 e o segundo possui uma carteira de US$ 265 milhões, segundo matéria da Folha de S. Paulo (21/09).

Sistema unificado da educação

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, afirmou que está em estudo o desenvolvimento de um sistema único da educação, a exemplo do que já ocorre na saúde e na segurança pública. Essa nova forma de organização, afirmou o ministro, teria a participação tanto de União, Estados, municípios, quanto de sindicatos e entidades não-governamentais, de acordo com notícia de O Estado de S. Paulo (22/09)

Brasil quer aprender educação

O governo brasileiro quer aprender com a Coréia do Sul, Irlanda, Espanha, Malásia e Finlândia o que deu certo nas suas políticas de educação e o que pode ser aproveitado desta experiência. Estes países têm em comum o fato de, há cerca de 30 anos, terem estado com indicadores tão ruins ou piores do que os do Brasil atualmente. Para o ministro da Educação, Cristovam Buarque, isso mostra que é possível superar o atraso e desenvolver o País através da educação em algumas décadas, se forem feitos os investimentos corretos. A matéria é de O Estado de S. Paulo (22/09).

Adufrj-SSind

Assembléia aprova prestação de contas da gestão 2001-2003

Professores ratificam processo eleitoral aprovado no Conselho de Representantes

A última Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada no Auditório do Centro de Tecnologia, aprovou a prestação de contas da gestão 2001-2003, divulgada em encarte do último jornal da entidade (nº 109, de 22/09). O 1º tesoureiro da seção sindical, professor José Sanglard, destacou apenas algumas correções, que só foram notadas após o fechamento da edição. Os professores presentes à assembléia compreenderam as modificações e solicitaram a republicação apenas dos gráficos e planilhas corrigidos (veja nota abaixo).

Homologação das eleições

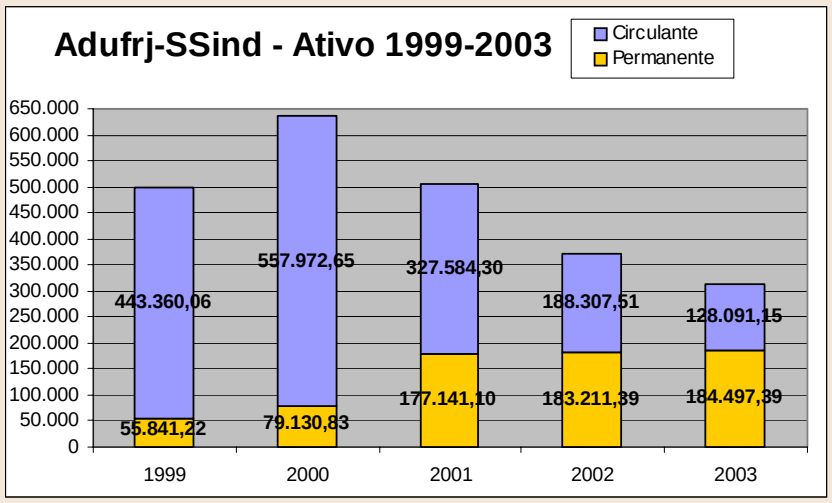
A assembléia ratificou ainda o recente processo eleitoral para a diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. A homologação, por definição regimental, coube ao CR realizado no dia anterior, na sede da seção sindical.

ADI e reformas

A diretoria prestou alguns informes sobre a situação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pela Procuradoria Geral da União, a tramitação das reformas tributária e da Previdência e a reunião com o reitor Aloisio Teixeira (veja matéria de capa).

FGTS

A assessora jurídica da Adufrj-SSind, advogada Sayonara Grillo, também esteve presente na AG e esclareceu algumas dúvidas dos professores sobre o FGTS.



Errata do Encarte Prestação de Contas

Na prestação de contas apresentada no Encarte Especial da edição de 22 de setembro de 2003, algumas das tabelas relativas aos anos de 1999 a 2001 saíram com pequenos erros. Embora os lapsos ocorridos se refiram à transcrição das contas dos anos anteriores já aprovadas e não tenham afetado a prestação de contas em apreciação, de 2002 e 2003, nem mascarado os resultados apresentados no geral, é importante registrá-los para que não haja dúvidas sobre a evolução das contas da Seção Sindical.

No balancete analítico de 1999, na seção "Ativo", subitem "Realizável a Curto Prazo", faltou lançar o montante relativo a "Imposto de Renda Recolhido na Fonte", no valor de R$ 1.765,99 (mil setecentos e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos), que foi lançado indevidamente como despesa no item "IRRF Sobre Aplicações", o que explica a diferença entre o total de "Ativo" (497.435,29) em relação ao "Passivo" (499.201,28). O mesmo valor deveria ter sido lançado no balanço patrimonial do ano. Além disso, não foi considerado também um item de despesa no valor de R$ 67,20 (sessenta e sete reais e vinte centavos), a título de perdas eventuais. Com isso, o total de despesas em 1999 foi de R$ 776.796,51 e não R$ 778.494,90 como antes publicado.

Por fim, nos balanços patrimoniais de 1999 a 2001, não foi feita a totalização dos ítens de ativo permanente, o que também alterou os valores totais de ativo. Em vista disso, republicamos corrigidos nesta edição a parte de ativos dos balancetes analíticos, incluindo o respectivo gráfico, e os balanços patrimoniais. Estas correções foram informadas e explicadas na Assembléia Geral de 25 de setembro de 2003, que aprovou as contas de 2002 e de 2003, este último ano até 31 de julho.

	Balancetes Analíticos 31/12 (2003 até 31/julho)	Adufrj-SSind 1999	Adufrj-SSind 2000	Adufrj-SSind 2001	Adufrj-SSind 2002	Adufrj-SSind 2003
No.	Descrição	Total R$	Total R$	Total R$	Total R$	Total R$
1	**Ativo**	**499.201,28**	**637.103,48**	**504.725,40**	**371.518,90**	**312.588,54**
1.1	**Circulante**	**443.360,06**	**557.972,65**	**327.584,30**	**188.307,51**	**128.091,15**
1.1.1	**Disponível**	**388.064,07**	**555.495,65**	**322.421,30**	**184.858,56**	**124.052,65**
1.1.1.1	Caixa	201,49	843,71	695,06	1.208,82	2.325,01
1.1.1.2	Contas Correntes (BB, CEF)	9.757,42	6.994,09	24.025,64	2.421,35	3.258,18
1.1.1.3	Contas de Poupança (BB)	377.867,08	547.452,73	297.476,49	180.981,87	118.201,93
1.1.1.4	Aplicações Financeiras (CEF)	238,08	205,12	224,11	246,52	267,53
1.1.2	**Realizável - Curto Prazo**	**55.295,99**	**2.477,00**	**5.163,00**	**3.448,95**	**4.038,50**
1.1.2.1	Adiantamento para Viagens	530,00	2.477,00	5.163,00	2.201,00	4.038,50
1.1.2.2	Adiantamento Salários	3.000,00			1.247,95	
1.1.2.3	Empréstimos a Receber	50.000,00				
1.1.2.4	Imposto Renda Retido na Fonte	1.765,99				
1.2	**Permanente**	**55.841,22**	**79.130,83**	**177.141,10**	**183.211,39**	**184.497,39**
1.2.1	**Imobilizado**	**55.841,22**	**79.130,83**	**177.141,10**	**183.211,39**	**184.497,39**
1.2.1.1	Móveis e Utensílios	11.867,28	17.687,28	37.148,55	38.107,84	38.107,84
1.2.1.2	Máquinas e Equipamentos	30.199,50	44.871,50	76.428,50	80.217,50	80.217,50
1.2.1.3	Direito de Uso de Telefones	6.800,28	6.800,28	6.800,28	6.800,28	6.800,28
1.2.1.4	Sistema de Comunicações	6.974,16	9.771,77	9.771,77	9.771,77	10.477,77
1.2.1.5	Equipamentos Informática			10.797,00	12.119,00	12.699,00
1.2.1.6	Instalações			36.195,00	36.195,00	36.195,00

	Balanço Patrimonial 31/12 (2003 até 31/julho)	Adufrj-SSind 1999	Adufrj-SSind 2000	Adufrj-SSind 2001	Adufrj-SSind 2002	Adufrj-SSind 2003
	Descrição	Total R$	Total R$	Total R$	Total R$	Total R$
Ativo		**499.201,28**	**637.103,48**	**504.725,40**	**371.518,90**	**312.588,54**
	Circulante	**443.360,06**	**557.972,65**	**327.584,30**	**188.307,51**	**128.091,15**
	Caixa	201,49	843,71	695,06	1.208,82	2.325,01
	Contas Correntes (BB, CEF)	9.757,42	6.994,09	24.025,64	2.421,35	3.258,18
	Contas de Poupança (BB)	377.867,08	547.452,73	297.476,49	180.981,87	118.201,93
	Aplicações Financeiras (CEF)	238,08	205,12	224,11	246,52	267,53
	Adiantamento para Viagens	530,00	2.477,00	5.163,00	2.201,00	4.038,50
	Adiantamento de Salários	3.000,00	0,00	0,00	1.247,95	0,00
	IRRF	1.765,99				
	Empréstimos a Receber	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Permanente	**55.841,22**	**79.130,83**	**177.141,10**	**183.211,39**	**184.497,39**
	Móveis e Utensílios	11.867,28	17.687,28	37.148,55	38.107,84	38.107,84
	Máquinas e Equipamentos	30.199,50	44.871,50	76.428,50	80.217,50	80.217,50
	Direito de Uso de Telefones	6.800,28	6.800,28	6.800,28	6.800,28	6.800,28
	Sistema de Comunicações	6.974,16	9.771,77	9.771,77	9.771,77	10.477,77
	Equipamentos Informática	0,00	0,00	10.797,00	12.119,00	12.699,00
	Instalações	0,00	0,00	36.195,00	36.195,00	36.195,00
Passivo		**499.201,28**	**637.103,48**	**504.725,40**	**371.518,90**	**312.588,54**
	Circulante	**4.379,17**	**6.050,11**	**1.904,63**	**2.709,99**	**10.036,54**
	Contribuições Sociais a Recolher	4.253,17	5.508,37	1.745,99	2.424,72	9.635,12
	Encargos Tributários a Pagar	126,00	541,74	158,64	285,27	401,42
	Patrimônio Líquido	**494.822,11**	**631.053,37**	**502.820,77**	**368.808,91**	**302.552,00**
	Patrimônio Social	74.508,88	494.822,11	632.066,71	489.569,42	368.808,91
	Superávit/Déficit do Exercício	420.313,23	136.231,26	129.245,94	120.760,51	66.256,91

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 111 • 6 de outubro de 2003

Assembléia Geral

Posse da Diretoria e do Conselho de Representantes

15 outubro quarta-feira 14:30

Casa da Ciência
campus da Praia Vermelha

Após a AG, será servido um coquetel aos sindicalizados e convidados.

Abono pecuniário 2004

Em contato telefônico com o sub-reitor de Pessoal e Serviços Gerais, Luiz Afonso, na semana passada, a diretoria da Adufrj-SSind recebeu a notícia que as planilhas para marcação de férias serão reeditadas, com novos prazos, de modo a contemplar a opção para o abono pecuniário. A opção não garante o pagamento, que ficará *sub judice*.

Agenda Sindical

7/10 - Reunião do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (durante a reunião anual da ANPEd)
Poços de Caldas (MG)
Pauta: V CONED e encaminhamentos referentes ao Encontro Nacional sobre Certificação e Formação Continuada de professores do MEC
10 e 11/10 – Encontro do Coletivo Jurídico do Andes-SN
Brasília (DF)
10/10 – Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF)
11/10 – Plenária Nacional dos SPF
Brasília (DF)

Imprensa Andes-SN

EVENTO FOI REALIZADO EM UMA ATENDA ARMADA NO GRAMADO EM FRENTE AO CONGRESSO NACIONAL

Seminário dos intelectuais repudia reforma

Página 3

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL — ESPECIAL BALANÇO — EDIÇÃO DE 6 DE OUTUBRO 2003

Balanço da Gestão 2002-2003

Com esta edição, circula um encarte especial com o balanço da gestão da diretoria da Adufrj-SSind 2002-2003.

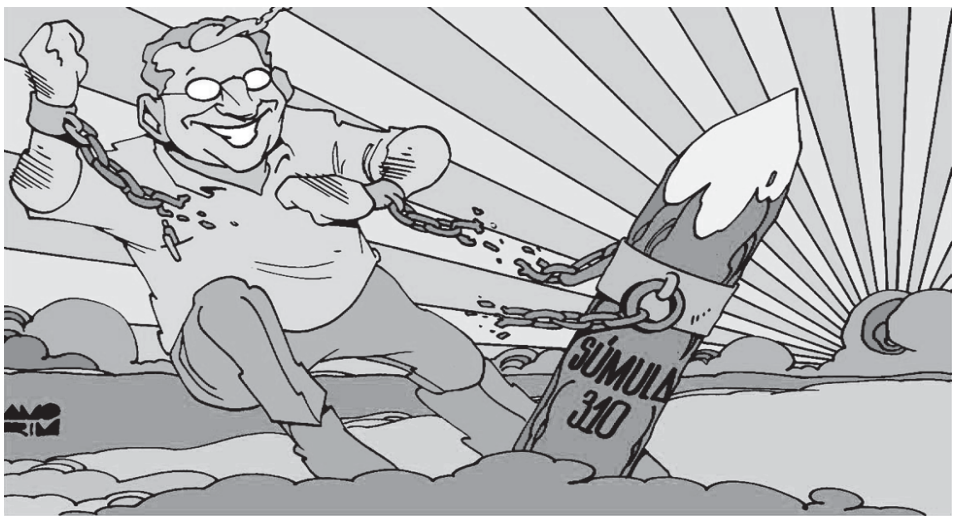
Jurídico

TST amplia poder de representação dos sindicatos

Medida beneficia diretamente professores das universidades particulares

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho aprovou, por maioria, no dia 25/09, a revogação do Enunciado nº 310 do TST, que estabelecia restrições à atuação judicial dos sindicatos em defesa de seus associados. Com a extinção da súmula, em vigor desde abril de 1993, o TST passa a ter liberdade para deliberar sobre os casos em que as entidades sindicais ingressam em juízo com ações de interesse das suas respectivas categorias, o que corresponde à chamada substituição processual, de acordo com notícia divulgada na página eletrônica do Tribunal.

O tema é considerado como uma das questões jurídicas mais relevantes da atualidade do Judiciário brasileiro e está ligado à interpretação do dispositivo constitucional que atribui às entidades sindicais "a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas" (artigo 8º, III). Antes, o enunciado só autorizava a substituição processual em demandas judiciais ligadas a reajustes salariais específicos. Somente nesta hipótese, o sindicato atuaria em nome de todos os integrantes de determinada categoria profissional. A discussão do Pleno do TST sobre o Enunciado nº 310 teve início em dezembro passado, quando os ministros deram início ao



exame de um recurso (embargos – ERR 175894/95) formulado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas do ABCD paulista. Na oportunidade, os integrantes do Tribunal reconheceram a necessidade de modernizar ou mesmo cancelar a súmula, a fim de garantir ao TST melhores condições de resolver os dissídios que lhe são propostos. Com a retomada da discussão, os ministros do Tribunal Superior do Trabalho voltaram a discutir o tema e definiram o cancelamento do enunciado nº 310 por maioria de votos.

No TST a mudança é vista como benéfica ao trabalhador empregado que, lesado durante a manutenção do vínculo empregatício, poderá ter defendidos seus direitos, sem risco da dispensa em represália à reclamação trabalhista. Nesse tipo de caso, o sindicato "dá a cara" pelo empregado e, atuando em defesa de toda a categoria, elimina o risco de retaliação individualizada por parte do empregador.

Importância para o Andes-SN

A advogada da Adufrj-SSind, Sayonara Grillo, comentou que a decisão é muito importante para o Setor das Instituições Particulares de Ensino Superior ligadas ao Andes-SN. Nestas universidades, onde os docentes não têm estabilidade, a substituição processual evitaria a represália patronal. Sayonara também observa que os tribunais superiores se "auto-influenciam", o que pode contribuir para a atuação e força dos sindicatos de servidores públicos, como a Adufrj-SSind, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, onde são desenvolvidas as ações da entidade.

Modernização do Direito do Trabalho

A notícia da revogação do enunciado nº 310 foi muito comemorada por parlamentares, sindicalistas, integrantes do governo e entidades da sociedade civil. Na página eletrônica do TST (www.tst.org.br), os elogios à decisão do Tribunal falam em modernização do Direito do Trabalho, resposta aos anseios dos trabalhadores e contribuição para a redução do número de processos nessa esfera da Justiça.

De acordo com o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no TST, Roberto Caldas, "o Tribunal decidiu uma questão mais importante do que todo o texto da Reforma do Judiciário que atualmente tramita no Senado Federal".

O secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes), ministro Tarso Genro – que atuou 30 anos como advogado trabalhista -, também elogiou a revogação para a página eletrônica do TST. Na avaliação dele, essa decisão reforça os sindicatos enquanto representação dos trabalhadores e, em segundo lugar, contribui para a redução do número de ações individuais, que, pela sua elevada quantidade, estariam tornando a prestação jurisdicional cada vez mais lenta.

O presidente da CUT, Luiz Marinho, observou que "ao decidir pela revogação, o TST responde positivamente a um dos anseios mais antigos e legítimos da classe trabalhadora e dos sindicatos".

Anote

DCE da UFRJ debate reforma universitária

Com o intuito de debater as propostas do governo Lula para a educação superior, o DCE Mário Prata da UFRJ estará organizando nos dias 7, 8 e 9 de outubro o seminário da reforma universitária, com o lema "Mais verbas para a Educação e nada para o FMI".

PROGRAMAÇÃO

Dia 07:
12h, na Faculdade de Letras, Assistência Estudantil
12h, na FND, Ensino de Graduação e Políticas para Bolsas Acadêmicas
17h, no Auditório Anísio Teixeira, Praia Vermelha, Avaliação Institucional

Dia 08:
12h, no CT, Mercado de Trabalho e Evasão
17h, no Auditório do CFCH, Praia Vermelha, Extensão Universitária

Dia 09:
12h, no CCS, Hospitais Universitários
12h, no Salão Nobre, IFCS, Mecanismos de Acesso à Universidade e Democratização do Ensino
17h, no Teatro de Arena, Praia Vermelha, Autonomia Universitária e Financiamento.

@dufrj

Fórum Social Brasileiro

As inscrições de entidades para o I Fórum Social Brasileiro, que acontece em Belo Horizonte entre os dias 6 e 9 de novembro, já estão abertas. Os interessados podem se inscrever pela internet, no endereço www.fsb.org.br As entidades têm até o dia 15/10 para se inscreverem, e pagam uma taxa de R$ 50,00 (com direito a propor uma atividade). O valor da inscrição de participantes de entidades é de R$ 10,00 e o de participantes individuais é de R$ 20,00.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Faculdade de Farmácia: Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Seminário dos intelectuais repudia reforma

Repúdio à reforma da Previdência, agora nomeada PEC nº 67/03 no Senado. Essa foi a conclusão do seminário que contou com a participação de intelectuais e entidades dos servidores, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, no dia 23/09. De acordo com o manifesto subscrito pelos participantes do evento, a "reforma da Previdência visa apenas à realização de um ajuste fiscal em cima do servidor público para economizar cerca de R$ 56 bilhões em 30 anos, quantia essa gasta pelo atual governo nos primeiros 4 meses de mandato com o pagamento dos juros da dívida (...)".

Ainda no manifesto, criticou-se a campanha desenvolvida pelo governo federal contra os servidores públicos, que "manipulou dados e nunca apresentou os cálculos e estudos atuariais que demonstrassem a existência de "déficit" e a insustentabilidade da seguridade social". O texto lamenta a retirada de direitos trabalhistas duramente conquistados e observa que isso ocorre em um país que possui um contingente de servidores públicos de apenas 4,7% de sua população, contra 7,2% nos EUA e 8,6%, na Inglaterra, por exemplo.

Entre os direitos que estão sendo retirados, o manifesto destaca a integralidade, "pressuposto fundamental da constituição de carreiras e da dedicação exclusiva ao Estado", e a paridade "conquistada por meio de árdua luta na Constituinte de 1988".

A contribuição dos aposentados e o desconto das pensões são consideradas graves afrontas à ordem constitucional pela quebra dos "princípios básicos da isonomia tributária, da justiça, da capacidade contributiva, da igualdade e do mínimo vital, retirando a fonte básica de sustento daqueles que já pagam onerosos tributos sobre o consumo de produtos essenciais à sobrevivência".

O manifesto encerra-se com uma solicitação para todas as "forças com histórico de compromissos sociais" posicionarem-se urgentemente contra o conteúdo da reforma previdenciária proposta e em defesa de uma Seguridade Social pública, universal e solidária, entre outros pontos.

Divulgação do seminário

O seminário dos intelectuais foi gravado pela Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF). Em breve, deverão ser disponibilizadas duas versões do evento: uma editada (apenas com as palestras) e a outra, integral. A seção sindical dos docentes da Unicamp já anunciou que publicará em sua revista a transcrição do seminário.

Nova Marcha

Uma nova Marcha contra a Previdência deve ser realizada pelos servidores, enquanto a proposta do governo tramita pelo Congresso Nacional. Ainda com data indefinida, o evento poderá se realizar neste mês de outubro ou no início de novembro. Neste último caso, em vez de Brasília, a atividade deverá ocorrer em Belo Horizonte, por ocasião do Fórum Social Brasileiro.

CCJ insiste com a taxação dos aposentados

Por 18 votos a 4, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu manter no texto da proposta de reforma da Previdência Social o dispositivo que permite a cobrança de contribuição dos inativos. A cobrança mobilizou, no dia 1/10, as discussões da comissão, que começou a apreciar as emendas à reforma previdenciária. A comissão rejeitou ou considerou prejudicadas 56 emendas. As 147 restantes deverão ser analisadas nesta terça-feira (7/10).

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), autor de um dos destaques que determinaram a votação em separado das emendas supressivas sobre o assunto, apontou a inconstitucionalidade da cobrança. Para o parlamentar, a taxação atinge um direito adquirido. Para Jorge Bornhausen (PFL-SC), a taxação dos inativos vai provocar uma corrida ao Poder Judiciário. Citando o presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP), ele ponderou que as atuais aposentadorias são um ato jurídico perfeito que se estabeleceu numa ordem jurídica então vigente. Aloizio Mercadante (PT-SP) lembrou que, além do Brasil, somente Portugal mantém na aposentadoria a integralidade da remuneração recebida na ativa. Muitos estados, como Santa Catarina, já procedem à cobrança dos inativos, informou ele. Em resposta, o líder do PFL, José Agripino (RN), leu decisão do Supremo Tribunal Federal segundo a qual razões de Estado não podem estar acima da hegemonia da Constituição.

Dizendo-se "radicalmente contrário à cobrança", Sérgio Cabral (PMDB-RJ) afirmou tratar-se de uma ironia decidir taxar os inativos quando se aprova o Estatuto do Idoso. O líder do PDT, Jefferson Peres (AM), salientou que o partido tem posição fechada contrária à taxação. Porém, Jefferson votou contrário à emenda supressiva, já que pretendia buscar a alteração em outros destaques. Já o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), disse esperar que as negociações entre os partidos venham a ampliar as possibilidades de isenção da cobrança de inativos não apenas para os portadores de doenças graves, como também para os aposentados com mais de 70 anos, entre outros.

Fonte: Agência Senado

Anote

Cristovam Buarque na UFRJ

O nome do ministro da Educação, Cristovam Buarque, consta da programação do Seminário "Brasil em Desenvolvimento", promovido pelo Fórum de Ciência e Cultura. A atividade está marcada para esta segunda-feira, dia 6, no Salão Pedro Calmon, às 9h. O ministro vai proferir uma conferência intitulada "Educação para o Desenvolvimento".

7º Congresso do Sintufrj

Os preparativos para o 7º Congresso do Sintufrj entram na reta final. Este evento será realizado nos dias 8, 9 e 10 de outubro. No dia 8, pela manhã, representantes da Adufrj, DCE, APG, Reitoria e Cut/RJ vão participar da sessão de abertura. O Consintufrj é o fórum da mais alta importância de discussão e tomada de decisões da categoria. Temas como a conjuntura nacional e internacional e os rumos do sindicalismo no Brasil estarão em debate pelos participantes. A partir dos debates, será possível traçar um novo plano de lutas a ser implementado pelo Sintufrj. Também constam da pauta o balanço da gestão sindical que se encerra em novembro e alterações propostas em assembléia para o estatuto da entidade.

Fonte: Sintufrj

Resenha

Números da evasão no ensino superior

Todo ano formam-se cerca de 65% dos estudantes que ingressam nas universidades federais do país. Os outros 35% ficam pelo meio do caminho. No ensino superior privado, o índice de abandono dos cursos beira os 40%. A estatística é inflada pelos universitários que desistem do curso que escolheram inicialmente e resolvem partir para outra opção, de acordo com a Folha Dirigida de 26/09.

Hospitais universitários cancelam cirurgias

Os hospitais universitários estão com pires nas mãos. Com dívidas com fornecedores que ultrapassam R$ 5 milhões, o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da UFRJ, o maior hospital de ensino do estado, cancelou cirurgias, reduziu internações e enfrenta a falta de medicamentos e materiais. No estado do Rio, há 16 hospitais de ensino, sendo dez federais, um estadual e cinco filantrópicos. No país, são 148. Ao todo, eles acumulam dívidas de cerca de R$ 130 milhões, segundo matéria de O Globo (28/09).

Município licita obras no IFCS

Depois de se reunir com a direção do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, a Prefeitura do Rio começa a pôr a mão na massa para dar início à reforma da biblioteca da unidade. As obras de recuperação, que terão o financiamento do município, vão ser licitadas no próximo dia 14 de outubro e estão orçadas em cerca de R$ 1 milhão. O acervo está interditado há mais de um ano devido à infestação de fungos. A matéria é da Folha Dirigida (30/09).

Argentina planeja nova reforma na Previdência

Depois não adianta dizer que as entidades dos servidores não avisaram. Matéria da Folha de S. Paulo (01/10) informa sobre uma nova reforma no sistema previdenciário da Argentina. Se aprovada, será a segunda mudança em menos de dez anos. O governo vive uma crise com as empresas que administram os fundos de pensão privados. Praticamente todas têm mais de 50% de seus ativos aplicados em títulos públicos que estão em moratória.

Movimento

Senador reconhece desgaste político com a reforma

"Servidor não garante a eleição, mas derrota na eleição"

A oração "servidor não garante a eleição, mas derrota na eleição" não foi pronunciada por nenhum dirigente sindical, mas simplesmente pelo senador petista Saturnino Braga, em reunião com as entidades do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social, no dia 26/09. As reuniões com os senadores nos estados fazem parte da estratégia do funcionalismo para pressioná-los a votar contra a PEC 67/03 (ex-PEC 40 da Câmara), no Senado.

Saturnino utilizou a máxima creditada ao ex-governador Carlos Lacerda para admitir o desgaste político, dentro do funcionalismo, que a reforma previdenciária causará aos seus defensores no Congresso Nacional. Entre os defensores, o próprio Saturnino, de acordo com mensagem enviada para as seções sindicais pela Secretaria Regional do Rio de Janeiro do Andes-SN, na semana passada.

Na reunião, que foi realizada na sede do sindicato dos fiscais da Receita Federal (Unafisco) no Rio, Saturnino reconheceu ainda que a reforma da Previdência "tem um caráter eminentemente fiscal". No entanto, o senador mostrou-se favorável à proposta do governo com a alegação de que a reforma busca a melhoria do quadro social brasileiro. "Temos o dever de fazer essa tentativa e nisso podemos cometer até injustiças e crueldades", disse ele, de acordo com o relato.

Entre outras questões, Saturnino negou que vá ocorrer a privatização da Previdência, via fundos de pensão, como argumentaram os representantes das entidades dos servidores. Para Saturnino, algumas modificações podem ser conseguidas no Senado para diminuir "as injustiças e crueldades", como ele voltou a dizer. O senador disse respeitar a opinião dos representantes dos servidores, mas afirmou que o julgamento sobre o governo Lula só deveria ser feito no quarto ano do mandato.

Reunião com o senador Marcelo Crivella

No dia 22/09, as entidades que compõem o Fórum conseguiram realizar uma outra reunião com o senador Marcelo Crivella (PL). Na ocasião, a Secretaria Regional do Rio de Janeiro do Andes-SN representou os trabalhadores do serviço público federal e fundamentou a posição de rejeição da PEC "por entender que a mesma foi construída sem qualquer tipo de interlocução com a sociedade e suas entidades representativas, além de ser nefasta para o conjunto dos trabalhadores brasileiros e não só os servidores públicos".

Como já está se tornando habitual entre os parlamentares da base governista, o senador disse que não concorda com o projeto de reforma previdenciária. Porém, como é vice-líder do governo e existe um acordo entre os partidos da base aliada, Crivella limitou-se a afirmar que não votará favoravelmente à taxação dos aposentados.

Lei de Inovação ainda ameaça universidades públicas

A Adufrj-SSind encaminhou, na semana passada, para os endereços eletrônicos dos sindicalizados que estão cadastrados na entidade, uma mensagem do Andes-SN sobre a tramitação do projeto de Lei de Inovação Tecnológica. De acordo com o Sindicato Nacional, o Ministério de C&T propõe a tramitação em regime de urgência de um projeto que, entre outros aspectos, "interfere indevidamente e de forma perniciosa nos assuntos relacionados às IFES – Instituições Federais de Ensino Superior – e nos institutos públicos de pesquisas", segundo texto enviado às seções sindicais, em 26/09.

Saiba mais sobre o projeto

O projeto de lei nº 7282/2002 foi formulado no final do governo FHC e encaminhado ao Congresso Nacional, em regime de urgência, desconsiderando o posicionamento contrário da ampla maioria das entidades envolvidas ou interessadas no tema.

Aquele governo acabou e, desde então, o atual MCT propôs algumas modificações que não melhoraram o projeto original. Isso ficou explícito em uma reunião convocada pela própria Secretaria de Política de Informática e Tecnologia daquele ministério, no dia 16 de setembro, em Brasília, que contou com a participação do Andes-SN, entre outras entidades. No entanto, a secretaria insiste na tramitação do projeto de lei. O mesmo PL que já foi rejeitado nas instâncias deliberativas do movimento docente.

O secretário Francelino Grando, do MCT, não aceita sequer substituir o PL nº 7282/2002 por outros dois: um, que trate efetivamente da inovação tecnológica, a ser discutido por todos os interessados ou envolvidos, e outro, que trate das questões relacionadas às IFES, a ser formulado pelo MEC e MCT a partir de discussões com as entidades envolvidas com o tema.

Diante dessa situação, o Andes-SN solicita que todos os interessados enviem, pelo menos uma vez por dia, nas duas próximas semanas, mensagens ao MCT, MEC e Casa Civil reivindicando a retirada de tramitação do PL nº 7282/2002.

Os endereços para o envio de mensagens seguem abaixo. As propostas do MCT estão na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br/documentos.htm).

- Ministério da Educação – Fax (61) 410.6243 (Gabinete do Ministro) e 410.9222(SESU) – marceloaguiar@mec.gov.br

- Ministério de Ciência e Tecnologia – webgab@mct.gov.br ; fgrando@mct.gov.br ; caland@mct.gov.br ; agenciact@mct.gov.br

- Casa Civil – josedirceu@planalto.gov.br

Plano Estadual de Educação ainda em debate

O Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública do Rio de Janeiro prossegue suas atividades para a construção do Plano de Educação fluminense. De acordo com informe recebido pela Adufrj-SSind, na semana passada, a atual conjuntura favorece a prevalência dos pontos de vista do Fórum nessa construção, que está sendo realizada em conjunto com a secretaria estadual de Educação do governo.

Isso ocorre porque, ainda de acordo com o relato encaminhado à seção sindical, os representantes governamentais não vêm sequer comparecendo às reuniões das sub-comissões formadas pela própria secretaria.

Saiba mais sobre o processo

Ao fim do 1º Congresso Estadual de Educação (Coed), em novembro do ano passado, foi elaborado um Caderno de Resoluções com todas as propostas aprovadas naquele evento e mais aquelas que foram destacadas (cuja discussão ficou transferida para o 2º Coed, ainda a ser realizado). O conteúdo do Caderno pode ser conferido em www.coed.com.br.

Após a eleição do atual governo (empossado em janeiro deste ano), a secretaria estadual de Educação convocou uma Comissão para Elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE), através da Resolução 2.604, publicada no Diário Oficial em 5 de agosto. A Comissão já realizou 3 reuniões e, na segunda delas, foram definidas três sub-comissões (redação e sistematização; organização e programação do 2º Coed e divulgação e mobilização para o 2º Coed). A próxima reunião geral da comissão será neste dia 7 de outubro, no Conselho Estadual de Educação, na avenida Erasmo Braga, 118, 10º andar.

É nestas reuniões que o Fórum busca aprovar sua concepção para o setor educacional do estado. Já existe acordo com a secretaria estadual, por exemplo, para que as propostas aprovadas no 1º Coed já constem do futuro PEE.

ATENÇÃO

SP lança fórum temático de Educação

O Fórum Mundial de Educação Temático de São Paulo acontecerá de 1º a 4 de abril de 2004 e trará como tema central a "Educação Cidadã para uma Cidade Educadora". O lançamento oficial acontece nesta segunda-feira, dia 6 de outubro, no Teatro Municipal da capital paulista. Para o evento em 2004, o Palácio das Convenções do Anhembi será a sede central e várias outras dependências da cidade serão utilizadas. A expectativa do Comitê Organizador de São Paulo é reunir 60 mil pessoas. As propostas sugeridas a partir dos debates de São Paulo serão encaminhadas para a 3ª edição do Fórum Mundial de Educação, que acontece em Porto Alegre, de 28 a 31 de julho de 2004.

Anote

CAp prorroga inscrições

Em virtude da paralisação do Banco do Brasil, ficam prorrogadas por dois dias úteis (06 e 07 de outubro, das 8h às 16h) as inscrições para a admissão ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Colegiados

CEG reinicia discussão da Copav

Alocação de vagas docentes volta a ser discutida no colegiado

O Conselho de Ensino de Graduação de 1º de outubro reiniciou a discussão em torno da formação da Comissão Permanente de Alocação de Vagas (Copav) para concursos docentes. Com base em um texto criado por uma comissão CEG/CEPG, os conselheiros fizeram algumas propostas iniciais de mudanças que ainda serão debatidas nas próximas sessões do colegiado. Período de mandato da comissão e sua composição, reserva técnica para o reitor e atribuição dos colegiados superiores nesta questão foram alguns pontos discutidos.

O professor Jorge Fernando fez a síntese de um debate já realizado sobre o tema no Conselho de Centro do CCS. Nesta reunião, segundo ele, a ampliação do número de componentes para seis do CEG e do CEPG na futura Copav foi considerada uma boa providência, na medida em que possibilitaria uma melhor representação dos Centros da UFRJ (no texto-base, são apenas três docentes de cada colegiado).

Jorge Fernando também relatou a crítica ao mandato de três anos dos integrantes da Copav, considerado excessivo. Para tal, foi sugerida uma redução para dois anos. A exceção ficaria por conta da primeira eleição para a Copav (regida por uma regra transitória), cujo mandato seria de um ano, permitida a recondução. Logo em seguida, haveria a troca de metade da comissão, que passaria a seguir o mandato de dois anos. Segundo ele, essa eleição alternada repetiria o esquema de renovação do Senado Federal e possibilitaria à Copav não perder a "memória" dos trabalhos anteriores – o que não estaria garantido por uma troca completa da comissão a cada dois anos. O conselheiro do CCS citou ainda, entre outros exemplos, a preocupação com a chamada cota do reitor nesta divisão, estipulada inicialmente em 15% das vagas. Naquele Centro, esse percentual foi considerado elevado.

O conselheiro discente Fábio Samu observou a necessidade de participação dos estudantes na Copav. Neste caso, o mandato do representante poderia ser renovado anualmente, conforme indicação do Diretório Central dos Estudantes.

Posição da reitoria

O pró-reitor José Roberto enfatizou, ao longo da discussão, que a atual reitoria não tem interesse em alocar sequer uma vaga. "Essa reitoria não vai fazer política de balcão", disse, em referência a distribuições anteriores, nas quais as vagas docentes eram usadas como moeda de troca entre as direções de Unidade e a administração da universidade. O que interessa à reitoria é, de acordo com José Roberto, propor um plano de alocação de vagas, que seria apresentado aos colegiados de ensino e pesquisa e aprovado no Consuni. Com base nesse plano, as Unidades estariam orientadas em seu pedido de vagas. José Roberto alertou ainda que, se o CEG e o CEPG mantiverem a proposta de criação da Copav, os colegiados deveriam solicitar uma mudança no regimento da UFRJ para a formalização da comissão.

Kelvin Melo

CONSELHEIROS DISCUTEM IMPORTÂNCIA DA COMISSÃO

Atribuição dos conselhos

Antônio Cláudio, representante do CT, comentou que o regimento deveria ser mesmo atualizado, mas, independente disso, a atribuição pela alocação de vagas já seria de competência do CEG e do CEPG. O conselheiro citou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que assegura esse direito. De fato, o artigo 53 da LDB, em seu parágrafo único estabelece que "para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: (...) V – contratação e dispensa de professores; (...)". Antônio Cláudio até sugeriu a possibilidade de inclusão de representantes do Consuni na Copav. No entanto, para ele, "a palavra final será dos colegiados acadêmicos".

Ana Maria Ribeiro, representante dos técnico-administrativos no CEG, reafirmou a prerrogativa dos colegiados acadêmicos para definir sobre alocação de vagas, embora "nada impeça que a reitoria tenha uma proposta" sobre o assunto. Ela comentou, inclusive, que uma reserva técnica para o reitor seria importante para resolver situações de emergência. Essas vagas não seriam alocadas imediatamente pelos colegiados, que poderiam utilizá-las, por exemplo, em caso de uma aposentadoria em massa de um determinado departamento. Ana também observou que a composição preliminar da Copav "está sem a pluralidade suficiente".

Diversificação dos concursos

Ismael Soares (representante do CT) comentou que a reitoria poderia discutir com o MEC a possibilidade de diversificação dos concursos, atualmente restritos em sua fase inicial para Adjuntos de 40 horas com dedicação exclusiva. Ismael ponderou que a abertura de concursos para professores de 20 horas e/ou para outros níveis da carreira do magistério aumentaria o número de alocações, o que poderia minimizar o problema geral da UFRJ.

FAU reclama atenção

O debate em torno da Copav iniciou-se com uma reclamação da conselheira Wanda Freire (professora da FAU e representante do CLA no colegiado). Segundo ela, a notícia da recente distribuição de 17 vagas (das quais a FAU ganhou uma) não foi bem recebida na Unidade. Wanda recordou que, por ocasião da formulação do edital do último vestibular, ainda em 2002, a FAU solicitou uma redução do número de vagas ofertadas em seu curso, devido às dificuldades de infraestrutura e, principalmente, de falta de pessoal. Naquela ocasião, segundo a conselheira, o pedido foi negado com o compromisso de que a Unidade seria tratada com especial atenção em futuras distribuições de concurso. Para Wanda, apenas uma vaga não poderia ser considerada um sinal de distinção por parte da administração da universidade.

Sobre a impossibilidade de mais vagas para a FAU, o pró-reitor José Roberto justificou-se com a gravidade do problema da falta de professores em toda a universidade. Segundo ele, com os critérios adotados para esta distribuição imediata de 17 vagas (ver jornal nº 109, de 22/09), a FAU não chegava a ser uma das Unidades em piores condições.

Estudante confirma retirada de processo

O representante discente Fábio Samu confirmou a retirada do processo contra ele e outros estudantes, movido durante o polêmico caso de cessão de professor do IFCS para a Universidade Federal de Juiz de Fora (ver Jornal da Adufrj nº 110, de 29/09). Ainda nesta sessão, o pró-reitor José Roberto Meyer comunicou a decisão do Consuni da semana anterior em relação ao episódio e disse já ter os nomes para a comissão de sindicância a ser instaurada sobre os procedimentos administrativos em torno daquela cessão. Ele não contou quais seriam os integrantes, pois preferia aguardar a publicação no Boletim Oficial da UFRJ.

Ainda os professores substitutos

Eleito o novo presidente da Câmara Docente do CEG, o professor Fernando Augusto (CFCH) informou que os quatro formulários necessários para os Departamentos realizarem seus pedidos de professores substitutos já se encontram na página eletrônica da UFRJ (http://www.sr1.ufrj.br/sr1/ceg/profsubstituto/default.php). Além dos formulários, também há um documento que explica o preenchimento de todos os papéis. Fernando Augusto voltou a lembrar que os pedidos devem chegar na secretaria do CEG até 31 de outubro, de forma improrrogável.

Apoio ao processo eleitoral na Educação

Ao fim da sessão do colegiado, os conselheiros aprovaram, por unanimidade, uma moção de apoio ao processo eleitoral que transcorreu, na semana que passou, na Faculdade de Educação (veja matéria na página 8).

Confira a íntegra da nota: "O Conselho de Ensino de Graduação, reunido em sessão ordinária no dia 1º de outubro de 2003, resolve se manifestar em apoio à comunidade da Faculdade de Educação, que, de acordo com resolução da sua Congregação, realiza processo de consulta para escolha do dirigente da Unidade, nos dias 30/09 e 1/10 com vista à composição da lista tríplice definida em lei."

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

O que mata a Universidade

Pierre Jourde*

Desde 1981, quando subitamente aumentou a carga horária de ensino em 50%, os professores universitários sofreram sem protestar a invasão das reformas, a multiplicação do número de alunos e a lenta degradação de sua condição de trabalho

A universidade francesa morreu. Morreu enquanto universidade, ou seja, comunidade científica onde a pesquisa se associa a um ensino especializado de alto nível. Ainda há alguns estabelecimentos de ensino de terceiro grau. Porém a universidade foi morta pela mediocridade. Tem-se a idéia de que a universidade contrata os melhores professores. Era verdade, o que é cada vez menos. A especialização desaparece em proveito de cargos pedagógicos ou didáticos. Nesse campo, o ano de 2003 será um marco: em letras, nenhum cargo de doutor em literatura do século XIX foi oferecido, mas houve uma avalanche de cargos de "técnico de expressão". Em outras palavras: a universidade não passa de uma espécie de ensino médio em que é preciso se esforçar para ensinar os alunos a construírem uma frase. São muitos os ensinamentos para os quais não se dispõe de um professor titular e são confiados a profissionais temporários emprestados do ensino médio. Ou ainda se contratam professores *agrégés*, paus-para-toda-a-obra na universidade[1], pelo mesmo salário, mas que fazem o dobro de horas, são esmagados pelo trabalho e não têm tempo de se dedicar à pesquisa.

Carência de contratações

Quando um cargo concreto é oferecido em concurso, o "localismo" crescente faz com que ele seja atribuído, não ao mais merecedor, mas ao que já está no lugar e cuja permanência já fora anteriormente prevista. Os concursos tendem a se tornar falsos concursos. Candidatos enviam volumosos dossiês, atravessam toda a França, cheios de esperança e angústia, para constar, como figurantes democráticos, em um espetáculo onde tudo já está decidido. O ponto do exame para o cargo corresponde precisamente à tese do candidato local. Um reitor de universidade da área de eletrônica se infiltra numa comissão de literatura para eleger o candidato local. Um conselho de administração anula a escolha de um candidato que não é do lugar. São escolhidos a esposa, o filho, o cunhado, o filho do farmacêutico do centro da cidade, pouco importa a qualidade de seus títulos: nunca o melhor, se este for desconhecido. A reforma do ministro Claude Allègre facilitou essa evolução. Antigamente, todos os professores eram membros de direito das comissões de admissão, um sistema simples e eficaz que limitava os riscos de controle do ingresso. A educação nacional tem o dom da complicação. Atualmente essas comissões são eleitas por listas, o que as reduz muito e facilita a manipulação de alguns sobre as contratações. O projeto de descentralização só agravará as coisas.

Nos concursos, candidatos atravessam o país cheios de expectativa, para constar, como figurantes democráticos, em um espetáculo onde tudo já está decidido

Qualquer um que tenha freqüentado as universidades italianas ou inglesas pode medir a que ponto a maioria dos estudantes e professores vivem, na França, na feiúra cotidiana. *Bunkers* horrorosos, deteriorados, desoladores; salas de aula e escritórios em número insuficiente, suspeitos e repletos; bibliotecas miseráveis; *campi* sinistros, sujos, semelhantes a cidades da periferia, distantes dos centros das cidades, sem vida além dos cursos. A urgência, aparentemente, é a de se alinhar com a Europa na organização dos estudos. E se imitássemos a Europa na qualidade das instalações universitárias?

Ser professor universitário é hoje, antes de tudo, ser um burocrata. A administração central é obcecada pelo controle e pela invenção de novas estruturas

Mesquinharia financeira

As conferências representam um elemento importante da vida universitária e da difusão dos saberes. Porém, não há mais dinheiro para isso. A organização dessas manifestações e a publicação das atas tornaram-se, para os professores que disso se encarregam, uma cansativa caça por financiamento, um exercício de preenchimento de quilos de dossiês. As coletividades locais ainda concedem algumas subvenções, desde que o tema seja local. Quem quiser organizar uma manifestação internacional, sobre um tema internacional, em uma universidade de província, deverá ter muita imaginação e esperança. Se conseguir, acabará por receber os congressistas ou no camping, ou em hotéis escuros e mal-afamados. Além disso, deverá exigir o pagamento de uma inscrição de seus convidados que, portanto, deverão pagar para trabalhar. O regulamento prevê acomodar um conferencista pelo máximo de 38 euros (cerca de 120 reais, incluindo o café da manhã) e alimentá-lo sem ultrapassar 15 euros (menos de 50 reais). Para os deslocamentos mínimos, quando se trata de participar de uma banca de tese ou de uma comissão, é preciso preencher inúmeros e variados documentos e esperar semanas – às vezes, meses – pelo reembolso. Alguns, cansados de guerra, desistem.

A universidade parece uma casa cuja reforma nunca mais terminará. Todo os anos, ou a cada dois anos, se refaz tudo, arranca-se o carpete, derruba-se uma divisória, acrescenta-se um campanário aqui, um anexo acolá, um andar mais adiante, de tal maneira que ao invés de ter um edifício funcional e habitável, vive-se em uma coisa que não é nada, sempre em vias de cair, equilibrando-se em entulhos.

Cada ministro, cada assessor de ministro acrescenta um dispositivo, inventa uma comissão suplementar, imagina sua pequena reforma, sempre com inúmeras reuniões, assembléias, circulares, relatórios, resumos, avaliações, interpretações e glosas dos textos sagrados, porém pomposos e incompreensíveis, publicados nos diários oficiais. Uma vez tudo terminado, desfaz-se e se recomeça. Mal temos tempo de compreender uma reforma e já estamos na seguinte, em um incessante e monstruoso gasto de energia.

A organização de conferências se tornou, para os professores encarregados, uma cansativa caça a financiamentos, um exercício de preenchimento de quilos de dossiês

Burocratização

Ser professor universitário é hoje, antes de tudo, ser um burocrata. A administração central é obcecada pelo controle e pela invenção de novas estruturas. A organização dos estudos, dos exames e da avaliação tornou-se, pelo bizantinismo e contorcionismo, tão complicada que os estudantes não compreendem mais nada e os professores penam para se situarem. Chega-se ao paradoxo de que, sob o pretexto de facilitar os estudos, estes se tornaram opacos. Os meios quase substituíram por completo os fins.

Atualmente, a adequação às normas européias justifica qualquer reforma. Mas não se toca na particularidade do sistema francês com um ensino superior triplo: a universidade, as grandes escolas[2] e os Institutos Universitários de Formação de Professores (IUFM). As grandes escolas permitem às elites fugirem da mediocridade universitária; os IUFM, encarregados de formar os futuros professores do primário e secundário, caricaturizam os defeitos da universidade: tornaram-se enormes e arruinadas fábricas burocráticas, onde a energia essencial se perde em reuniões, dossiês e relatórios, onde os estudantes se queixam constantemente (porém, em vão) de receberem ensinamentos quase sempre ineptos, demagógicos e desprovidos de utilidade real.

Carga de trabalho crescente

Desde 1981, quando subitamente aumentou a carga horária de ensino em 50%, os professores universitários sofreram sem protestar a invasão das reformas, a multiplicação do número de alunos, a lenta degradação de sua condição de trabalho. Atualmente, na maioria dos casos, um professor universitário deve ensinar, preparar os cursos, corrigir trabalhos, receber os estudantes, participar das bancas de final de semestre, de reuniões de todo tipo, informar-se sobre a nova reforma em andamento e tentar aplicá-la, participar de comissões especiais (relatórios, dossiês, reuniões), de diversas comissões nacionais (idem), orientar teses ou mestrados (às vezes dezenas), participar de suas bancas, preencher inquéritos, relatórios e dossiês sobre tudo ou qualquer coisa, assumir tarefas administrativas – dirigir, por um ano, um departamento, uma Unidade de Formação e Pesquisa (UFR), um órgão da universidade, conselhos científicos ou de administração, conselhos de estudos e da vida universitária (CEVU), dar pareceres sobre exames e dossiês, presidir bancas de *baccalauréat*[3], dirigir centros de pesquisa, revistas, coleções (portanto, examinar manuscritos), assistir a seminários e conferências, ou organizá-los, e ainda, se lhe sobrar algum tempo, ser um pesquisador, o que quer dizer, ir à biblioteca, escrever livros ou artigos. Freqüentemente ele se encontra diante de duas possibilidades: ou renuncia a qualquer pesquisa para se dedicar ao ensino e à burocracia, ou anula sua vida pessoal.

O sistema não concebe que um profes-

sor secundário ou universitário disponha de tempo. Nem mesmo concebe esse ingrediente necessário à reflexão que é a liberdade. Um pesquisador já não pode pesquisar sozinho ou com colegas de sua escolha; deve se integrar em equipes (outras pequenas máquinas administrativas) e seus programas de pesquisa, ou morrer. Se é normal oferecer tal possibilidade, é absurdo torná-la uma obrigação. Nada melhor para matar radicalmente qualquer veleidade de originalidade.

Ora, pela falta de tempo livre dedicado à reflexão e ao trabalho de longo prazo, há uma figura da sociedade francesa que está em vias de desaparecer: o intelectual. Quem poderá fazer o que a administração não previu e planejou que o fizesse? Quem poderá, ainda, se dedicar a escrever um grande romance, um ensaio importante? A proliferação burocrática está substituindo o intelectual ou o criador pelo pedagogo e o funcionário público. Teremos a vida cultural que as reformas do ensino nos têm preparado.

Diplomas desvalorizados

Com o enorme aumento de seus ingressos, a universidade confrontou-se com um enorme número de reprovações no primeiro ano. Os reformadores recusam-se a admitir que esse fracasso se deve às profundas lacunas dos estudantes, herdadas do ensino primário e secundário, e que todo o sistema está sendo questionado. Não se trata de pretender que o "nível abaixou", nem que os estudantes são, globalmente, incompetentes. Mas qualquer professor do ensino superior sabe perfeitamente que as universidades foram obrigadas a acolher massas de estudantes incapazes de seguir um curso rudimentar, de redigir um simples texto, ou compreendê-lo.

Isto foi feito de tal modo que estudantes com nível de incultura terrível, que não dominam nem a sintaxe, nem a ortografia, nem o vocabulário, podem obter o diploma de acesso à universidade. Segundo as autoridades, acompanhadas por um excesso de jornalistas especializados, a solução seria reorganizar os exames, as disciplinas e as práticas de ensino.

Explicação e simplificação

Primeiramente exigiu-se que os professores universitários fossem mais pedagogos. O que é, por obsessão pedagógica de princípio, ignorar a realidade do ensino. O mandarim que profere seu discurso sem tentar fazer-se compreender tornou-se uma espécie rara. Há muito tempo que os professores universitários explicam, simplificam. Mas há um grau de simplificação que provoca a perda de todo o conteúdo e qualquer significação do que se queira ensinar.

Depois, os primeiros ciclos universitários foram quase completamente esvaziados de qualquer especialização e os exames foram planejados para que as notas ruins fossem compensadas ao máximo. Atualmente, um estudante de letras que não saiba conjugar um verbo do terceiro grupo, que ignore os rudimentos de qualquer cultura literária ao confundir Hugo e Zola, a revolução francesa e o surrealismo, apesar de todos os esforços "pedagógicos", pode esperar ter seu diploma de estudo universitário geral (DEUG) em letras cursando informática, esporte, técnica de expressão e a opção cinema.

Depois avaliou-se - outra idéia genial - que o fracasso seria devido a uma má orientação na escolha do curso. Foi novamente necessário fazer malabarismos com os horários e a organização dos estudos, para preparar as mudanças de cursos e a passagem entre uma universidade e outra. Todavia, aparentemente, o fracasso maciço provém das lacunas de base que provocam problemas tanto em geografia, como em filosofia, em inglês ou em psicologia. "Semestralizaram-se" os estudos para acompanhar a Europa (ou seja, duplicaram-se os períodos de exame). Dito de outro modo, os jovens que saem do ensino médio, que nada sabem da universidade, têm 12 aulas, ao invés de 24, antes de se submeterem ao exame. Também aqui, dá para imaginar como essa medida irá diminuir os índices de reprovação.

Ilusão demagógica

O ensino tornou-se, em grande parte, assistencial. É preciso retomar todas as bases: como tomar notas, como utilizar uma biblioteca, como fazer uma frase, como conjugar um particípio. Multiplicam-se as bengalas, tutores, recuperações, cursos de metodologia. Evita-se ao máximo ensinar a disciplina em si. Inventa-se a cada ano o novo artifício que permitirá melhorar os números. O resultado dessas contorções permanentes para obter, a qualquer preço, bons índices de aprovação é a criação de uma gigantesca ilusão.

O sistema inteiro, desde o primário, confunde qualidade e quantidade. Regozijam-se com uma melhoria estatística que não corresponde a competências reais. Cada vez mais os jovens prolongam seus estudos em uma universidade que não tem outros caminhos a lhes oferecer. Os diplomas estão desvalorizados pela demagogia que tende a excluir qualquer seleção e oferecem poucas perspectivas profissionais claras, ao menos nas carreiras generalistas. Permanecem os concursos e aí, a seleção perdura, é claro. E as grandes escolas ficam com a parte do leão. Obrigatoriamente, os jovens serão levados a becos sem saída.

Quanto ao IUFM, este oferece a muitos estudantes a perspectiva de se tornarem professores do ensino fundamental, se passarem no concurso. Cada vez mais se confere maior peso à teoria do ensino, em detrimento do conteúdo. Esse sistema formará professores plenos de didática e de psicologia infantil. Não serão melhores pedagogos: estarão prontos a fazer a animação e a perpetuar a enganação que articula todo o sistema; mas, que pena!... serão incultos. E tudo recomeçará, desde o início.

(Trad.: **Teresa Van Acker**)

---

* Professor na *Université Stendhal,* em Grenoble III.

1 - N.T.: Os *agrégés* são professores graduados que, mediante um concurso nacional (PRAG), podem ministrar cursos no ensino médio e em algumas áreas na universidade.

2 - *Grandes écoles : École Politechnique.. École Pratique de Hautes Études..*(N. T.)

3 - *Baccalauréat* é o sistema de ingresso na universidade.(N. T.)

Opinião

Política Transgênica

Prof. Luis Paulo Vieira Braga

Em uma época que se conseguia viajar mais facilmente , conheci um ilustre professor aposentado da Universidade de Waterloo que havia se tornado consultor internacional e lobista do Banco Mundial, isto é, conseguia a liberação de verbas para projetos assistenciais em países do terceiro ou quarto mundo. Como toda pessoa mais velha, gostava de contar casos relacionados aos diversos projetos que acompanhou. Entre outros, dois me impressionaram muito. Ambos se relacionavam ao emprego intensivo da irrigação associado ao uso de defensivos químicos, tendo sido responsáveis, respectivamente, pelo extermínio de peixes no Rio Danúbio na Europa e pela desertificação de vastas áreas do Paquistão. Entretanto, nas décadas de sessenta e setenta, a possibilidade do aumento da produtividade agrícola e a ignorância sobre os impactos no meio ambiente obscureceram os aspectos prejudiciais que aquelas técnicas poderiam trazer sem o devido cuidado.

A iminente decretação de uma medida provisória autorizando o plantio de transgênicos no Brasil ameaça colocar uma pedra final na polêmica envolvendo este tipo de agricultura pela via do recurso à força – *ad baculum*. Ou, sendo mais benevolente com o atual governo, pela constatação de que em algumas regiões do país – Rio Grande do Sul, por exemplo, o plantio irregular de transgênicos é generalizado. O que denotaria mais fraqueza do que pragmatismo. Esta medida provisória interessaria duplamente a notória multinacional do Missouri - a Monsanto, que assim teria liberdade para comercializar seus produtos e ao mesmo tempo base legal para coibir as plantações piratas, é isto mesmo!, com sementes patenteadas por ela.

Tecnicamente está se falando de três tipos de sementes: a soja *roundup ready* (rr) resistente a agrotóxicos e o milho e o algodão *bacilus thuringiensis* (bt) venenosos para lagartas e insetos. Estas sementes são 30% mais caras e no caso das bt implicam na economia de agrotóxicos. Os cultivos de transgênicos, de uma maneira geral, não são mais produtivos que cultivos orgânicos equilibrados*. A favor e contra a liberação indiscriminada de transgênicos colocam-se em campos opostos a *Royal Society* - Inglaterra (a favor) e a *National Academy of Science* - EUA (contra) . No Brasil a Votorantin (a favor) e a CNBB (contra). Ao mesmo tempo que no campo opositor à liberação dos transgênicos cita-se o caso do México – aonde várias espécies de milho desapareceram após a introdução do milho bt, os defensores da sua comercialização apontam para a adesão da Índia e China – palcos de grandes tragédias humanitárias e ambientais, ao seu cultivo. A manipulação de transgênicos está longe de ter sido dominada, híbridos de canola transgênica mostraram-se impróprios para o consumo e fungos derivados da aplicação de herbicidas à base de glifosato, ao qual a soja rr resiste, revelaram-se tóxicos ao homem e animais.

A disseminação do cultivo de transgênicos é um fenômeno típico da era pós-moderna, mudando radicalmente a natureza do trabalho na agricultura. As fazendas passam de unidades relativamente autônomas a franquias de multinacionais de biotecnologia. Ainda que haja alguma massa crítica de pesquisadores na EMBRAPA e outros órgãos capazes de avanços nesta área, as precipitadas reações adversas à biotecnologia, baseadas em falsas induções, mais contribuiram para inibir os experimentos científicos do que para incentivá-los responsavelmente no Brasil.

Defrontamo-nos assim, mais uma vez, com a urgência de se tomar decisões sobre uma situação para a qual nem os agricultores, nem os profissionais e pesquisadores do setor agrícola se encontram preparados. O Brasil é o último grande país com um setor rural que não utiliza extensivamente o cultivo transgênico. Do ponto de vista econômico é fácil prever o impacto sobre a desnacionalização da atividade rural e do ambiental não é difícil prever os efeitos sobre a redução da biodiversidade.

Professor do Instituto de Matemática

*Ver o exemplo da Usina São Francisco, Carta Capital, 17 de setembro de 2003, páginas 32-34.

Vida no Campus

Fotos: Renato Marvão

REPRESENTANDO A SEÇÃO SINDICAL, A PRESIDENTE CLEUSA SANTOS ATENDEU A UM CONVITE E COMPARECEU ÀS FESTIVIDADES DOS 50 ANOS DO INSTITUTO DE PUERICULTURA E PEDIATRIA MARTAGÃO GESTEIRA. EMBORA O ÓRGÃO SUPLEMENTAR TENHA SIDO FUNDADO NO DIA 2, A SOLENIDADE OCORREU NO DIA 1º.

UFRJ

Congregação da Faculdade de Educação confirma pesquisa eleitoral

No dia do fechamento desta edição (03/10), a Congregação da Faculdade de Educação homologou a lista tríplice em respeito à pesquisa eleitoral realizada na comunidade, também na semana passada. Os nomes da chapa única "Reconstrução e Mudança" inscrita no processo encabeçaram a lista tríplice, com o professor Marcelo Corrêa e Castro (como candidato a diretor) e Renato José de Oliveira (candidato a vice-diretor).

Na reunião do colegiado da Unidade, que compôs a lista por mera formalidade legal, Marcelo obteve sete votos para diretor, seguido de Ronaldo Souza de Castro, com dois, e Tarso Mazzotti, com um. Para vice-diretor, Renato José conquistou oito votos, seguido de Ana Cavaliere (1) e Ana Canen (1), nesta ordem, desempatada pelo nível na carreira.

Já na pesquisa eleitoral, nos dias 30 de setembro e 1º de outubro, entre 43 docentes votantes, a chapa "Reconstrução e Mudança" obteve 79,06% dos votos. Entre os 419 alunos que participaram da consulta, 94,03% votaram na chapa. No segmento dos técnico-administrativos, dos 24 servidores que votaram, 58,33% depositaram sua confiança na chapa única.

Speranza ainda questionou processo

Durante a Congregação, presidida pela polêmica diretora Speranza França, ela voltou a questionar o processo eleitoral, que não teria permitido a inscrição de um outro professor para concorrer à diretoria.

As informações sobre a pesquisa e a Congregação foram passadas à reportagem da Adufrj-SSind pela estudante Jânia Cordeiro da Silva, do Centro Acadêmico de Pedagogia, e confirmadas pela professora Ana Canen, conselheira do CFCH no CEG.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

ESPECIAL BALANÇO

EDIÇÃO DE
6 DE OUTUBRO
2 0 0 3

Balanço da Gestão 2002-2003

A diretoria da Adufrj-SSind apresenta o balanço da gestão 2002-2003, que foi elaborado com os seguintes objetivos:

· apresentar dados aos sindicalizados – e aos professores em geral –, que permitam avaliar o conjunto de atividades político-sindicais e administrativas realizado por esta Direção;

· registrar as atividades realizadas e os desafios enfrentados para viabilizar a consolidação dos espaços sindicais como espaços autônomos e democráticos de defesa dos direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos e dos professores em particular, e de políticas públicas para o ensino superior.

Tais objetivos representam, por um lado, a prestação de contas da gestão aos sindicalizados e à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por outro, o resgate histórico da memória da Seção Sindical nesse período, indicando sua política local, suas prioridades internas e seus vínculos com a direção nacional e com diversos movimentos organizados.

Inicialmente quer se destacar que o período de julho de 2002 a outubro de 2003 deu seqüência ao tom crítico, no que diz respeito tanto às políticas do governo para a sociedade brasileira quanto aos grandes desafios sindicais e, ao mesmo tempo, deu continuidade à política da gestão anterior, reconduzindo dois dos quatro diretores à reeleição. Portanto, a continuidade da crítica após a crise de institucionalidade da era Vilhena permitiu aprofundar a luta pela consolidação de uma pauta local de reivindicações.

Cabe destacar o impacto que as ações, jurídico-políticas e administrativas (veja o resumo das ações do jurídico), causam ao cotidiano dos dirigentes sindicais. Por isto mesmo, para a exeqüibilidade do programa de ação proposto, priorizou-se uma atuação política sintetizada em duas dimensões.

A primeira delas abarca a divulgação do conjunto de reivindicações e denúncias do movimento sindical. Contabilizando uma listagem de compromissos coetâneos - além da participação nas instâncias nacionais, que exigem formulações e encaminhamentos políticos deliberados na base da seção sindical -, a presença da Diretoria se fez sentir nos momentos importantes para a Universidade, sempre com o compromisso de "*manter uma entidade democrática, combativa e autônoma diante de governos, de reitorias, de partidos políticos e de credos religiosos*" (Programa 2001/2003).

A segunda dimensão da política desta gestão conduziu nossas ações na defesa dos direitos dos professores da UFRJ e no acompanhamento das lutas gerais do sindicato contra as medidas do Governo que colocaram em risco as políticas públicas e o Estado de direito.

Conforme os princípios defendidos por esta gestão, as atividades desenvolvidas tiveram como pressuposto a democratização e a autonomia da universidade pública. Assim, o conjunto de atividades desenvolvidas, que envolvem as questões salariais, a carreira e a infra-estrutura, esteve assentado neste compromisso.

Alguns exemplos podem ser brevemente sumariados:

A) Em relação à participação nas instâncias institucionais

· participamos das sessões do Conselho Universitário (Consuni) que trataram da autonomia universitária. Nestas sessões, a Diretoria se dedicou a analisar alguns aspectos da autonomia universitária, assim como a divulgar documentos contendo as reivindicações dos Servidores Públicos Federais, em particular, as propostas do Andes-SN para a Universidade Brasileira;

· levamos à reitoria e ao Conselho Universitário a reivindicação de que houvesse posicionamento contrário ao projeto de Lei Orgânica da Andifes, à proposta de Lei de Inovação Tecnológica, ao Programa de Qualificação Institucional da Capes e à transferência das universidades para o Ministério da Ciência e Tecnologia;

· elaboramos e entregamos Carta Aberta à Comunidade da UFRJ durante sessão do Consuni, com críticas à forma como o reitor então em exercício, Carlos Lessa, anunciou sua saída da UFRJ para assumir a presidência do BNDES;

· manifestamo-nos publicamente a favor de que os candidatos deviam se desincompatibilizar de quaisquer cargos administrativos para concorrer a cargos eletivos na Reitoria, nos Centros, nas Unidades e Departamentos.

· questionamos no Consuni a organização de listas tríplices para a reitoria e defendeu-se a autonomia da universidade para escolher seus dirigentes;

· reafirmamos a autonomia e defendemos a proposta de paridade para as eleições para reitor na UFRJ;

· apresentamos no Consuni uma avaliação preliminar da assessoria jurídica da Adufrj-SSind sobre a lei, então recém-aprovada no Congresso, que subordinava as Procuradorias das Universidades à AGU - Advocacia Geral da União.

· cobramos posição contrária do Consuni em relação à Reforma da Previdência do Governo - PEC 40.

· estivemos presentes na cerimônia de nomeação coletiva dos professores concursados em 2002 a fim de divulgar e iniciar a campanha de sindicalização;

B) Em relação à representação/manifestação em solenidades públicas

· entregamos ao presidente da Andifes, na abertura do 44ª Reunião do Pleno da Andifes, documentos contendo as reivindicações dos Servidores Públicos Federais, particularmente, as propostas do Andes-SN para a Universidade Brasileira;

· obtivemos audiência com o Presidente da República para discutir as conseqüências da Reforma da Previdência que estava sendo enviada ao Congresso, quando da inauguração do tanque oceânico da COPPE, onde também foi entregue uma carta aberta, a pauta de reivindicações dos SPF e uma coletânea de documentos críticos produzidos na Seção Sindical e no Andes-SN sobre a Reforma da Previdência. Naquela solenidade foi entregue ainda a mesma coletânea ao ministro de Ciência e Tecnologia, à ministra da Assistência e Promoção Social e aos parlamentares presentes.

· entregamos documentos da Adufrj-SSind sobre a Reforma da Previdência ao ministro Cristovam Buarque, durante a posse oficial do reitor eleito, Aloisio Teixeira, em Brasília;

· estivemos presentes no protesto na posse do reitor, na Casa do Estudante Universitário, em 18/07;

· acompanhamos a reintegração à UFRJ do Bingo da Praia Vermelha, com a presença do reitor em exercício Sérgio Fracalanzza;

· comparecemos à abertura do seminário da reitoria sobre a

Guilherme Lessa

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND COMPARECE À POSSE DO REITOR DURANTE A GREVE DESTE ANO

Previdência Social e criticamos sua proposta, que tinha como objetivo elaborar e enviar ao governo documento com a posição da UFRJ sobre a Reforma da Previdência;

· participamos da audiência pública sobre reforma da Previdência na Alerj;

· organizamos e participamos de manifestação com panfletagem na Conferência Internacional "Reformando as Reformas - Alternativas ao Consenso de Washington", para denunciar as conseqüências da Reforma da Previdência em curso.

Dentre as ações na defesa dos direitos dos professores da UFRJ e nas lutas gerais do sindicato contra as medidas do Governo, destacamos as seguintes:

A) Em relação à defesa dos direitos do trabalho

1. a luta pela extensão dos 26,05% (Plano Verão) a todos os professores,

2. a revogação da resolução conjunta CEG/CEPG 01/99 (Periodização);

3. a valorização - através da discussão e acompanhamento dos processos eleitorais - das representações no CEG, no CEPG e no Consuni;

4. a atualização dos dados funcionais dos professores junto à reitoria para tornar mais precisa a arrecadação das contribuições à Seção Sindical;

5. a ampliação dos sindicalizados através de campanha de filiação;

6. a instalação de listas de discussão de Grupos de Trabalho nas quais os docentes podiam se inscrever via página eletrônica;

7. a participação em reuniões institucionais para discutir a carreira docente, como por exemplo, na Congregação da Faculdade de Medicina;

8. obtenção de prorrogação do prazo final e entrega de relatórios da GED por outros meios, com base nas dificuldades de acesso ao sistema Sigma.

B) Em relação à cultura e à comunicação

1. organização com as demais entidades da UFRJ de um conjunto de debates (realizados em 18 e 31/10, 12/11) sobre segurança no Fundão;

2. divulgação da revista do Andes-SN "Universidade e Sociedade" através da distribuição aos sindicalizados, em homenagem ao Dia do Professor (em 15/10), de um CD-ROM com o conteúdo das edições 01 a 24;

3. comemoração do aniversário da Adufrj-SSind com o lançamento da Revista da Previdência e do material para a campanha de sindicalização;

4. participação em entrevistas e debates em jornais, rádios e TV (ex: RJ-TV, Globo-RJ, Redetv/Multi-rio e rádio CBN);

5. publicação de diversos artigos de opinião em jornais;

6. realização de uma série de debates sobre a Previdência Social na UFRJ;

7. Lançamento de um boletim eletrônico semanal, atualmente enviado a cerca de 2300 sindicalizados e diversas entidades.

C) Em Relação às campanhas e deliberações nacionais

1. reforçamos, em conjunto com o Sintufrj, a campanha do Plebiscito contra a Alca;

2. protestamos contra o governo com um 'panelaço' no Cap como parte do Dia Nacional de Luta pela Campanha Salarial dos SPF;

3. participamos e apoiamos a diversos atos e manifestações promovidas pela Regional do Andes-SN e pelo Fórum Fluminense;

4. realizamos reuniões preparatórias para a participação nos fóruns mundiais que se seguiram (FSM e FME), em Porto Alegre;

5. participação em mesas, seminários e eventos, sempre que Adufrj-SSind foi convidada (exemplo: Seminário Interno da Divisão de Saúde do Trabalhador da UFRJ),

9. acompanhamento, apoio e divulgação das atividades do Grupos de Trabalhos (GTs) locais em atividade: Seguridade Social e Política Educacional;

10. promoção e apoio financeiro nas mais diversas atividades do Fórum Fluminense (como por exemplo, viagens de manifestantes para Marchas contra a Reforma da Previdência, em Brasília).

Em relação a outras atividades cotidianas da seção sindical

1. realização de assembléias gerais para deliberar sobre os encaminhamentos políticos locais e nacionais;

2. realização de reuniões periódicas e extraordinárias de diretoria e Conselho de Representantes;

3. apreciação e aprovação das prestações de contas da Seção Sindical relativas aos anos de 2001, 2002 e 2003;

A lembrança desses dados tem o intuito de oferecer informações sobre nossas atividades e, também, realçar o eixo político desta gestão, que teve como meta contribuir para o processo de democratização das relações individuais e coletivas de trabalho, situadas na estrutura sindical da Adufrj-SSind. E isto não foi possível sem conflitos, atos de protestos, paralisações e greves.

Afinal, um regime político democrático requer trabalhadores organizados para conquistarem as condições necessárias de exercerem sua autodeterminação e a autoregulação de seus interesses. E esses interesses não se limitam às requisições salariais mas, ao contrário, avançam em direção à defesa da cidadania, que tem como pressuposto um Estado de direito.

A desconstitucionalização dos direitos sociais tem levado os trabalhadores do serviço público a lutarem não só pela legalidade e a legitimidade de suas conquistas, mas, sobretudo, pela qualidade dos serviços prestados à população. Entretanto, a complexidade deste processo tem suscitado enfoques diferenciados. A despeito das mais variadas interpretações, é inegável que muitos sugerem que o desmonte do serviço público é decorrência da incompetência e/ou da corrupção dos servidores, do corporativismo e defesa de privilégios etc. Esta visão contribui para desqualificar os serviços públicos e gratuitos como direitos da população, assim como para quebrar a solidariedade entre os trabalhadores, reforçando as propostas conservadoras.

Ao implementar ações que visam a redução do obscurantismo político, esta gestão buscou ultrapassar a concepção restrita da função social do sindicato que lhe atribui um papel limitado à esfera econômica, com ênfase na luta por melhores salários. Do ponto de vista jurídico-político, as experiências de negociações coletivas bem sucedidas introduziram a necessidade de discutir e divulgar temas que estão relacionados à totalidade da vida social. Isto levou a categoria a estabelecer os nexos necessários entre as ações econômicas e aquelas que envolvem o princípio do direito universal à Educação, à Saúde, à Previdência e à Assistência Social, que só podem ser garantidos pelo Estado.

Por isto, a pauta de reivindicações dos servidores públicos federais contempla hoje um conjunto de requisições que evidencia, por um lado, a miríade de tarefas a serem planejadas e executadas pelas seções sindicais; por outro, a explicitação e a incorporação de dimensões da complexidade das forças sociais tais como: a qualidade de vida no trabalho, a Seguridade Social (saúde, previdência e assistência), a segurança, o desenvolvimento tecnológico, a flexibilização e a precarização do trabalho, a não discriminação, a participação nas decisões etc.

Neste sentido, buscou-se, além de fortalecer os laços entre os trabalhadores do serviço público, inserir-se nas lutas mais gerais da universidade e da sociedade brasileira. Este empenho se evidencia também através da participação desta gestão

· na instalação do Comitê da UFRJ contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca);

· na divulgação das propostas de segurança para a Ilha do Fundão, que começaram a ser discutidas naquele período, quando a diretoria da Seção Sindical propôs uma comissão para tratar do assunto;

· no I Seminário Interno da Divisão de Saúde do Trabalhador da UFRJ;

· no ato de reintegração do prédio do Bingo da Praia Vermelha à UFRJ;

· no Seminário da reitoria sobre a Previdência Social;

· na Conferência Internacional sobre as Reformas na UFRJ;

· na publicação de editorial sobre legitimidade e representatividade;

· na publicação de mais de trinta artigos de opinião de sindicalizados em nossos boletins e jornais; e

· na defesa da autonomia como norma constitucional não regulamentável.

Apesar das dificuldades encontradas e de ainda haver muito a realizar, esta diretoria se sente honrada em ter podido contribuir para avançar na melhoria de nossas condições de atuação no Sindicato. Mas nosso trabalho não foi auto-suficiente, nem teve a pretensão de esquecer que ele só foi possível porque pôde se somar à construção coletiva anterior nas diversas gestões desde a fundação da Adufrj como Associação dos Docentes da UFRJ. Muitos sindicalizados tiveram participação expressiva neste processo e não poderíamos deixar de render-lhes homenagem na figura de cada um dos ex-presidentes da Associação/Seção Sindical, nossos especiais convidados para a cerimônia de posse da nova diretoria eleita.

E o quadro político atual certamente vai continuar a colocar desafios e demandas para os sindicatos, que precisarão ser enfrentadas com um Andes-SN forte, autônomo, democrático e combativo, o que tem sido demonstrado pela história de suas organizações de base e, entre elas, a Adufrj-Seção Sindical.

Diretoria da Adufrj-SSind
Gestão 2002-2003

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000
Colaboração: Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@alternex.com.br e adufrj@civil.ee.ufrj.br **E-mail Redação:** adufrj2@alternex.com.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico em ação: relatório de atividades na gestão 2002/2003

Kelvin Melo

A ADVOGADA SAYONARA GRILLO (À ESQ.) PARTICIPA DE UMA ASSEMBLÉIA AO LADO DA DIRETORIA

Entre julho de 2002 e setembro de 2003, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind teve uma intensa atividade na assistência aos professores filiados, atendendo pessoalmente aproximadamente 250 pessoas nos plantões jurídicos, sem contar com as consultas respondidas por ligações telefônicas, que ultrapassaram o número de 300. Atualmente a assessoria acompanha pouco mais de 200 ações em tramitação nas diversas instâncias do Poder Judiciário. Apesar da diversidade das demandas recebidas nos Plantões Jurídicos poderemos relacionar algumas atividades específicas.

No último semestre, as atenções se concentraram na análise das situações individuais dos docentes em face das novas ameaças aos direitos dos servidores contidos, inicialmente, no Projeto de Lei Complementar nº 9, substituído posteriormente pelo Projeto de Emenda à Constituição 40/2003, que altera profundamente o sistema previdenciário dos servidores. A perspectiva de alteração normativa provocou uma verdadeira corrida aos plantões jurídicos de professores interessados em avaliar os impactos da Reforma aos seus casos concretos, bem como de se inteirar sobre os procedimentos necessários para averbação de tempo de serviço, aquisição do direito à isenção do Plano de Seguridade Social durante a atividade, e ainda sobre os conceitos de direito adquirido e paridade.

As modificações constitucionais geram demandas muitas vezes não percebidas durante os debates legislativos. Outra reforma se avizinha enquanto o jurídico ainda se debate em interpretar e equacionar conflitos gerados a partir da Emenda 20 de 1998. O bônus de 17/20% atribuído ao tempo de serviço dos docentes prestado antes de dezembro de 1998 para fins de aposentadoria com tempo exclusivo de magistério gerou, na UFRJ, séries distorções, na medida em que a Universidade vem se recusando a contabilizar como tempo de magistério o tempo de serviço prestado por dezenas de professores contratados formalmente como "pesquisadores", quando na realidade sempre foram docentes. A assessoria vem ingressando com ações judiciais e requerimentos administrativos visando restabelecer a verdade dos fatos e a preservar os direitos dos docentes.

Ainda na temática da aposentação, a Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind neste último ano vem discutindo administrativamente o conceito de cargo e de função para fins de apuração do tempo de serviço necessário para a aposentadoria (5 anos no cargo público), bem como a possibilidade de acumulação de duas aposentadorias como professor oriundas de cargos que na atividade foram submetidas ao regime de Dedicação Exclusiva.

Progressão funcional

Os critérios de pagamento da progressão funcional vertical e horizontal dos docentes também vêm sendo objeto de atenção da Adufrj-SSind. Além de ingressar com inúmeras ações judiciais visando ao pagamento de atrasados em virtude das progressões verticais concedidas vários meses após a titulação do docente, obtendo várias sentenças favoráveis e efetuando um pagamento já em virtude destas demandas, a Adufrj-SSind diligenciou perante a Sub-Reitoria de Pessoal e Serviços Gerais para obter o cumprimento da Resolução 02/89 do Consuni que determina que os efeitos financeiros da progressões sejam apurados a partir da data do início do processo administrativo (no caso das progressões horizontais) e a partir da data da obtenção do título que habilita o docente a postular sua progressão vertical. A atuação administrativa obteve êxito, tendo a UFRJ alterado a sistemática restritiva até então vigente sobre o tema, favorecendo os docentes.

Professores Substitutos

A assessoria esteve envolvida na garantia de posse a professor substituto, que, aprovado em concurso público conforme normas editalícias, teve sua posse obstada inicialmente pela CPPD, buscando a restauração do resultado do concurso, através da defesa administrativa e judicial, obtendo liminar para reservar a vaga até a resolução final da questão com a posse do docente.

A assessoria jurídica também vem atendendo a outras demandas de professores substitutos, tendo atuado administrativamente na defesa de professora temporária que teve seu contrato rescindido unilateralmente durante uma doença. Esclarecimentos gerais sobre a legislação incidente sobre os contratos de professores substitutos e visitantes também são fornecidos no Plantão Jurídico.

No período a Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind participou de forma ativa em dois Encontros Jurídicos Nacionais do Sindicato Nacional dos Docentes – Andes/SN, contribuindo para a discussão dos temas que vem atingindo o conjunto dos docentes e servidores públicos do país. No Encontro realizado no segundo semestre de 2002 coube à nossa Assessoria fazer uma exposição sobre a instituição dos Juizados Especiais Federais, recém criados. A Reforma Trabalhista foi o tema da exposição que coube à Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind no Encontro Jurídico ocorrido neste ano.

No contexto das universidades, a assessoria elaborou ainda, em julho de 2002, uma avaliação preliminar sobre a lei que subordinou as Procuradorias universitárias à Advocacia Geral da União.

Aproveitando a instituição dos Juizados Especiais Federais ingressamos com inúmeras ações individuais para cobrança da correção do FGTS, sendo que muitas delas já foram encerradas, tendo os professores recebido as quantias a que têm direito (especificamente as demandas de valor inferior a 60 salários mínimos).

A Gratificação de Estímulo à Docência (GED) também mereceu atenção da assessoria jurídica. Não apenas através da orientação de professores, a respeito de sua pontuação e critérios de julgamento, mas também em relação a litígios judiciais coletivos motivados pela insistência da Comissão de Avaliação local em manter a complexa sistemática de apuração de dados para a avaliação. No final do ano de 2002, mais uma vez a Adufrj- SSind ingressou com mandado de segurança coletivo visando aumentar os limitados prazos para entrega dos relatórios (e portanto, também questionando o lapso temporal para apuração das atividades) e ampliar as formas de sua apresentação, viabilizando o recebimento da GED pelos docentes que não têm acesso direto à rede mundial de computadores.

Além de dar prosseguimento às ações de 28,86% por isonomia com os militares, a Adufrj-SSind ajuizou nova ação buscando a restauração da isonomia no interior da UFRJ. A Justiça Federal julgou procedente outro mandado de segurança coletivo proposto pela Adufrj-SSind ainda sobre a GED. Os critérios internos traçados para a avaliação do ano de 2000 (com efeitos pecuniários em 2001), excluíram da avaliação uma série de atividades desempenhadas pelos docentes. Tais atividades omitidas e desconsideradas pela UFRJ haviam sido, inclusive, admitidas como passíveis de gerarem pontos pela Secretaria de Ensino Superior do MEC, que expediu diretrizes gerais sobre as avaliações. O Juízo Federal determinou que a UFRJ alterasse o seu sistema de pontuação, acrescendo uma série de atividades, o que possibilitará uma revisão das avaliações de professores que não atingiram a pontuação máxima possível, tendo em vista, inclusive, a desconsideração de atividades docentes relevantes.

Tudo isto sem contar a obtenção de ordem judicial, finalmente cumprida, que dispensou os docentes filiados à Adufrj-SSind de recolherem contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público tendo como base de cálculo a gratificação natalina e o adicional de férias, no ano de 2002 e a ordem judicial que possibilitou a opção pelo abono pecuniário de férias no ano de 2003, resguardando o direito dos docentes até o julgamento definitivo da demanda.

Para o futuro, já estão na pauta da Assessoria a luta pela preservação dos direitos que serão afetados com a nova Emenda Constitucional, proveniente da PEC 40; bem como a defesa do Regime Jurídico Único, atacado por Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Ministério Público Federal.

6 DE OUTUBRO 2003 ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL ESPECIAL BALANÇO 5

Principais eventos promovidos pela Adufrj-SSind nesta gestão

Julho de 2002

A cerimônia de posse da diretoria da Adufrj-SSind ocorreu no dia 19, no Salão da Congregação da Escola de Música, com a presença do então reitor da universidade, Carlos Lessa. A diretoria da Adufrj-SSind tomou posse oficialmente em Assembléia Geral realizada na sala C-208 do Centro de Tecnologia, no dia 24. Na mesma AG, foi aprovado um requerimento para a reitoria com o objetivo de conseguir os dados funcionais dos professores e, assim, tornar mais precisa a arrecadação da entidade. Em Consuni de 25/7, a presidente Cleusa Santos apresentou avaliação preliminar da assessoria jurídica da entidade sobre a lei então recém-aprovada no Congresso que subordinou as Procuradorias das universidades à Advocacia-Geral da União.

Guilherme Lessa

Agosto de 2002

Representantes das entidades sindicais foram chamados à reitoria para tomar conhecimento das razões do corte de luz na UFRJ, no início do mês. No dia 8, representantes da Adufrj-SSind, APG-UFRJ, DCE e Sintufrj realizaram uma reunião para instalar o Comitê da UFRJ contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). No Consuni do mesmo dia 8, começou a ser discutida a proposta de autonomia universitária da Andifes, com as críticas enviadas pela Adufrj-SSind. A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, aproveitou a ocasião para entregar a Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira ao reitor da UFRJ.

Diretores da Seção Sindical comparecem à abertura da 44ª Reunião do Pleno da Andifes, que se realizou na UFRJ, para protestar contra o projeto dos reitores. No dia 14, a diretoria da Seção Sindical reuniu-se pela primeira vez com o reitor Lessa para discutir diversos problemas da UFRJ, como a extensão dos 26,05%. Em 20/08, o sub-reitor Luiz Afonso recebeu a diretoria da entidade e informou que atenderia à solicitação dos dados funcionais feita no mês passado. Os diretores também foram recebidos pela sub-reitoria de Graduação e Corpo Discente e solicitaram o pedido de suspensão da resolução conjunta CEG/CEPG 01/99 (periodização). No dia 22, a Adufrj-SSind marcou presença na cerimônia de nomeação coletiva dos professores concursados em 2002, no Salão Azul, no prédio da reitoria. Na ocasião, o 1º vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciano Menezes, distribuiu fichas de sindicalização entre os docentes recém-concursados. A Assembléia Geral de 28/08 aprovou a prestação de contas da seção sindical relativa ao ano de 2001. Após a Assembléia, realizada no CAp, os professores dirigiram-se para as ruas próximas e fizeram um 'panelaço' de protesto contra o governo, como parte do Dia Nacional de Luta pela Campanha Salarial dos SPF. A Adufrj-SSind passou a disponibilizar em sua página eletrônica (www.adufrj.org.br) a pasta diária de documentos sindicais recebidos pela entidade.

Manuella Soares

Setembro de 2002

Durante a primeira semana do mês, as entidades representativas da UFRJ espalharam seções pelos *campi* para reforçar a campanha do Plebiscito contra a Alca. A diretoria da Adufrj-SSind discutiu questões salariais com a sub-reitoria de Pessoal, em reunião no dia 4. A entidade implantou mais uma novidade: as listas de discussão de Grupos de Trabalho nas quais os docentes podem se inscrever via página eletrônica. A Seção Sindical, pelo 1º vice-presidente Luciano Menezes, reivindicou à reitoria e ao Conselho Universitário, em 12/9, a ampla divulgação das propostas de segurança para a Ilha do Fundão, que começaram a ser discutidas naquele período. A diretoria da Seção Sindical propôs uma comissão para tratar do assunto, mas que não chegou a ser adotada pela UFRJ.

A presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, entregou um documento com as considerações do Andes-SN aos componentes de uma sessão especial do Consuni sobre autonomia universitária, em 19/9. No mesmo mês, a presidente representou a entidade no seminário do Andes-SN sobre Ciência e Tecnologia, em Curitiba.

A diretoria da Adufrj-SSind solicitou à comissão eleitoral do Centro de Tecnologia a suspensão do processo eleitoral para representação no CEG, Consuni e CEPG, alegando que a divulgação e os prazos teriam sido insuficientes para uma adequada escolha dos representantes, porém, não foi atendida. Assembléia Geral do mesmo dia 19 autorizou a diretoria a entrar com um requerimento jurídico para venda de um terço das férias de 2003 dos sindicalizados. A Congregação da Faculdade de Medicina reuniu-se no fim de setembro para discutir a carreira docente. A reunião contou com a participação de diretores da Adufrj-SSind.

Guilherme Lessa

Guilherme Lessa

Renato Marvão

Guilherme Lessa

Outubro de 2002

A presidente da Adufrj-SSind acompanhou a sessão conjunta CEG/CEPG que revogou a resolução da periodização, em 9/10. A Seção Sindical distribuiu aos sindicalizados, em homenagem ao Dia do Professor (em 15/10), um CD-ROM com o conteúdo de todas as edições da revista de artigos "Universidade e Sociedade", publicada pelo Andes-SN. No dia 18, as entidades da UFRJ realizaram o primeiro debate sobre segurança no Fundão.

Uma série de reuniões foi estabelecida pela entidade para preparar a participação nos fóruns mundiais que se seguiram (FSM e FME), em Porto Alegre.

No dia 31, ocorreu o segundo debate sobre segurança organizado pelas entidades.

Novembro de 2002

Ocorreu o terceiro seminário sobre segurança promovido pelas entidades, no dia 12. A diretoria da Seção Sindical criticou os processos de precarização do trabalho docente e a terceirização, que têm alterado substancialmente a função social dos hospitais universitários. Os dirigentes sindicais cobraram uma política integrada para todos os hospitais da UFRJ.

No dia 26, a seção sindical enviou ofícios ao reitor Carlos Lessa comunicando as decisões da Assembléia Geral de poucos dias antes: solicitar ao Conselho Universitário um posicionamento contrário ao projeto de Lei orgânica da Andifes, contra a proposta de Lei de Inovação Tecnológica, contra o Programa de Qualificação Institucional da Capes e contra a transferência das universidades para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A diretoria encaminhou um ofício, em 28/11, para a Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CADD) da UFRJ com o objetivo de prorrogar o prazo final para a entrega de relatórios da GED, com base nas dificuldades de acesso ao Sigma. O presidente da comissão respondeu de forma evasiva. Depois, a Adufrj-SSind ganhou ação na justiça com a prorrogação do prazo final.

Kelvin Melo

Amorim

Dezembro de 2002

A Adufrj-SSind esteve representada no I Seminário Interno da Divisão de Saúde do Trabalhador da UFRJ pela presidente da entidade, professora Cleusa Santos. O seminário foi realizado nos dias 10 e 11 e teve como objetivo convidar os servidores técnicos e docentes para uma avaliação das condições de trabalho no dia-a-dia da universidade.

A professora Cleusa Santos entregou uma Carta Aberta à Comunidade da UFRJ, assinada pela diretoria da Adufrj-SSind, durante sessão do Consuni de 19/12, questionando a saída do reitor Carlos Lessa para assumir a presidência do BNDES. Na Carta, além das críticas à saída repentina do dirigente universitário, a direção da Adufrj-SSind cobrou prazos adequados para realização do processo eleitoral que se seguiu.

Janeiro de 2003

No dia 21 de janeiro, a presidente Cleusa acompanha a reintegração à UFRJ de terreno onde se localiza uma casa de bingo, ao lado do *campus* da Praia Vermelha, com a presença do então reitor em exercício Sérgio Fracalanzza. No dia 24, a Adufrj-SSind realiza o primeiro debate sobre a reforma da previdência, com auditora fiscal Clemilce Sanfin e Antônio Queiroz. Ainda neste mês, em Porto Alegre, ocorreu o Fórum Social Mundial, com a presença de delegação da entidade. A Seção Sindical realizou duas oficinas no evento, no dia 25. No dia 31, os diretores e a assessoria jurídica da Adufrj-SSind são recebidos pelo reitor Fracalanzza para discutir os 26,05% e os 28,86%, entre outros pontos.

Fevereiro de 2003

Uma Assembléia Geral da Adufrj-SSind, em 27/2, critica a organização de um seminário da reitoria sobre Previdência Social.

Março de 2003

Durante a sucessão aberta pela saída do reitor Carlos Lessa, a diretoria da Adufrj-SSind manifesta que os eventuais candidatos devem se desincompatibilizar de qualquer cargo administrativo para concorrer ao pleito. Em 27/03, o 1º tesoureiro Sanglard vai ao Consuni para questionar a organização do pleito para a reitoria e defender a autonomia da universidade para escolher seus dirigentes.

Abril de 2003

A Adufrj-SSind reafirma a autonomia e propõe a paridade para as eleições da UFRJ. Em mais um aniversário de fundação, a Adufrj-SSind lança uma revista sobre a reforma da Previdência e inicia uma campanha de sindicalização. No dia 30, a Diretoria entrega uma carta aberta ao presidente da República, durante visita à UFRJ, contra o que então se anunciava como a reforma da Previdência.

Maio de 2003

A Adufrj-SSind cobra a posição dos candidatos a reitor sobre a Reforma da Previdência nos debates que antecederam a consulta à comunidade.

Junho de 2003

A assessoria da Presidência da República responde à seção sindical sobre carta aberta de 30 de abril. A Diretoria informa ter viabilizado a viagem de manifestantes para a Marcha contra a reforma, em Brasília, no dia 11. O 1º vice-presidente Luciano Menezes entrega para a diretora Edione uma moção de repúdio ao episódio das cartas ameaçadoras na Faculdade de Letras aprovada na AG da Adufrj no dia 27. Diretoria torna público o edital que convocou eleições para o biênio 2003-2005. Luciano comparece à Congregação da Letras para novamente repudiar o episódio das cartas, no dia 30.

Kelvin Melo

Julho de 2003

Cleusa Santos entrega documentos da Adufrj-SSind sobre previdência ao ministro Cristovam Buarque, durante posse oficial de Aloisio Teixeira, em Brasília , no dia 2. A presidente Cleusa Santos fala na audiência pública sobre reforma da Previdência ocorrida na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, no dia 14. Diretores da Adufrj marcaram presença e protestaram na festa de posse do reitor, na Casa do Estudante Universitário, em 18/07. Adufrj-SSind cobra posição do Consuni sobre a PEC 40. Presidente Cleusa vai ao colegiado em sessão do dia 24/7. Diretoria da Adufrj-SSind também comparece à Conferência Internacional na UFRJ para protestar contra reforma e panfletar sobre suas conseqüências para a sociedade brasileira, no dia 25. No dia 29, os diretores e alguns professores do Comando Local de Greve participam de primeira audiência com o novo reitor, Aloisio Teixeira, que confirma extensão dos 26,05%. Sanglard comparece ao CEG para pedir esclarecimentos sobre o calendário acadêmico.

Guilherme Lessa

Agosto de 2003

Adufrj-SSind alugou ônibus para manifestantes da Marcha em Brasília do dia 6 de agosto. Luciano vai ao CEG que discutia calendário acadêmico, no dia 6. Diretoria escreve editorial sobre legitimidade e representatividade, que depois foi reproduzido com modificações em O Globo, sobre as divergências ocorridas na greve entre os docentes da UFRJ. Presidente da Adufrj-SSind lê carta do CLG em debate promovido pela ECO da UFRJ, no dia 12. Presidente da Adufrj-SSind acompanha ato de lacre das portas do gabinete da Faculdade de Educação, no dia 14.Diretoria convidou para Marcha em Brasília, no dia 19. Sanglard vai ao CEG para criticar flexibilidade no calendário pós-greve aprovado no Consuni, no dia 20, que permitia a superposição de períodos.

Setembro de 2003

Diretoria da Adufrj-SSind repudia ato de truculência cometido contra o fotógrafo do Sintufrj, na Faculdade de Letras. Nos dias 10, 11 e 12, foram realizadas as eleições para a diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. A chapa única "Adufrj Autônoma e Democrática" foi confirmada nas urnas pela votação de 390 professores – houve mais 53 votos em branco e 36 nulos. Diretoria apresentou a Prestação de Contas 2002-2003, que foi aprovada na Assembléia Geral do dia 25.

Diretoria da Adufrj-SSind reúne-se com o reitor Aloisio e parte da administração da universidade. Foi a primeira vez que um reitor visitou a sede da seção sindical.

Kelvin Melo

Comunicação socializa informações para sindicalizados

O jornalismo da Adufrj-SSind prosseguiu com sua missão de divulgar informações que sirvam para a mobilização política dos trabalhadores em torno de um projeto, seja de resistência aos ataques do governo (que não mudou o foco com o PT no poder), seja para promover ações mobilizadoras na busca da conquista de direitos, ou para a ampla defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, para todos e socialmente referenciada. Ao longo da greve deste ano, contra a PEC 40, a reportagem buscou municiar a categoria de informações que fizessem frente à tendenciosa propaganda governamental sobre o setor previdenciário público.

A produção jornalística da seção sindical continuou a cobrir um leque de assuntos vinculados ao movimento docente ou, de forma mais geral, à luta de todos os trabalhadores. A redação do Jornal esteve presente nos principais eventos do Andes-SN (Congressos, Conads e alguns seminários), nas assembléias e debates promovidos pela própria Adufrj-SSind e nos relevantes fóruns mundiais realizados em Porto Alegre (FSM e FME).

Renato Marvão

PROFESSORES DA MEDICINA LÊEM O JORNAL DA ENTIDADE

Os acontecimentos internos da UFRJ também mereceram atenção da reportagem da entidade, que, pela primeira vez, assistiu a um posse de reitor no Ministério da Educação, em Brasília. A atuação dos colegiados superiores, a crise na Faculdade de Educação, as eleições para a reitoria, a visita de Lula à UFRJ foram alguns pontos desta extensa pauta.

Recentemente, no sentido de ampliar a divulgação das informações ligadas à Educação, a Seção Sindical inovou ao criar um boletim eletrônico com um resenha semanal dos principais acontecimentos do setor, colhidos nos jornais de grande circulação.

A redação do Jornal da Adufrj-SSind esteve presente:

GT Ciência e Tecnologia, em Curitiba (set/2002); GT Comunicação & Artes, em Natal (out/2002); 45º Conad, em Belém (nov/2002); 1º Congresso Estadual de Educação, Rio de Janeiro (nov/2002); Fórum Mundial de Educação (2ª edição), em Porto Alegre (jan/2003); Fórum Social Mundial (3ª edição), em Porto Alegre (jan/2003); 22º Congresso Nacional do Andes-SN, em Teresina (mar/2003); Congresso Estadual da CUT, em Niterói (abr/2003); 46º Conad, em Vitória (jun/2003); Posse do reitor Aloisio Teixeira, em Brasília (jul/2003).

Julho 2002 a dezembro 2002

15 jornais

7 boletins

Encarte Autonomia Edição de 29/7/2002
Publicação de textos de análise do Andes-SN sobre o projeto de Lei Orgânica da Autonomia da Andifes e do Plano de Qualificação Institucional do MEC (PQI). No mesmo encarte, foram publicadas a versão do PL da Andifes e a do Projeto de Lei de Autonomia do MEC (1999).

Encarte Plano de Lutas
Edição de 9 de setembro de 2002
Publicação com textos para subsídio às discussões preparatórias para a participação da seção sindical no 45º Conselho Nacional do Andes-SN, realizado entre os dias 1 e 3/11 em Belém (PA).

Especial Alca Edição de 2 de setembro de 2002
Reprodução do Caderno nº 7 da Seção Sindical dos Docentes da UFF (Aduff-SSind) com a transcrição do debate "Perspectivas para a América Latina e a Universidade Pública diante da ameaça da Alca".

Encarte Presidenciáveis
Edição de 23 de setembro de 2002
Análise do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais do Andes-SN sobre as propostas dos candidatos à presidência da República para a educação brasileira.

Encarte SPF Edição de 23 de dezembro de 2002
Publicação do documento da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) à equipe de transição do governo Lula. Também foi publicada neste encarte a Proposta do Andes-SN de medidas emergenciais a serem implementadas pelo novo governo.

Janeiro a agosto de 2003

31 jornais

6 boletins

5 edições eletrônicas de greve

11 boletins eletrônicos

5 boletins especiais de greve preparados para as Assembléias Gerais

Encarte conjuntura Edição de 24 de fevereiro de 2003
Publicação dos principais textos que estiveram em debate no movimento docente durante a preparação para a participação da entidade no 22º Congresso do Andes-SN, realizado nos dias 8 a 13 de março em Teresina (PI).

Encarte Previdência Edição de 24 de março de 2003
Publicação de conjunto de documentos relativos ao Projeto de Lei Complementar 9/99 (em tramitação, na época, no Congresso Nacional), selecionados pelo Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind.

Especial Reformas Edição de 12 de maio de 2003
Publicação da exposição de motivos do governo federal para a Reforma da Previdência e para a Reforma Tributária.

Encarte Eleição UFRJ Edição de 12 de maio de 2003
Publicação especial com entrevista padrão aos candidatos à reitor da UFRJ. Foram elaboradas 13 perguntas e encaminhadas aos concorrentes por correio eletrônico.

Encarte Previdência Edição de 19 de maio de 2003
Publicação de Estudo do Grupo de Trabalho de Seguridade Social local sobre a Reforma da Previdência.

Encarte Previdência Edição de 26 de maio de 2003
Publicação de textos de análise do GTSS local sobre as propostas do governo Lula para a previdência social contidas na PEC 40 (Reforma da Previdência).

Encarte Previdência Edição de 21 de julho de 2003
Publicação de análise do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind sobre o substitutivo à PEC 40 do relator José Pimentel. Também foi publicada a íntegra do substitutivo.

Encarte Previdência Edição de 28 de julho de 2003
Publicação de análise do GTSS local da nova versão da PEC 40 (Reforma da Previdência), após aprovação na Comissão Especial da Câmara.

Encarte Eleição Edição de 4 de agosto de 2003
Publicação do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind e da convocação para a eleição da diretoria da entidade para o biênio 2003/2005. Também foram publicados trechos do Regimento Eleitoral da seção sindical.

Encarte Previdência Edição de 19 de agosto de 2003
Publicação do texto da Reforma da Previdência (PEC 40) aprovado em 1º turno na Câmara Federal.

Encarte com a prestação de contas da Adufrj-SSind do período 2002-2003, junto da edição de 22 de setembro

A importância dos Grupos de Trabalho

Os grupos de trabalho (ou GTs) constituem-se em um espaço da categoria para formulações e contribuições de propostas que a diretoria leva aos eventos de deliberação nacional. Eles identificam as demandas e preocupações geradas no cotidiano do trabalho docente. Da reflexão sobre esse cotidiano, apontam-se as perspectivas de luta para o Sindicato.

Ao longo desta gestão, sem dúvida, o grupo de trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind ocupou um importante papel na defesa dos interesses dos servidores na luta contra a reforma da Previdência do governo Lula. Sua atuação obteve visibilidade não só na UFRJ, mas em todo o país, pelo acurado trabalho de análise das propostas governamentais que surgiram neste período. Seus integrantes formularam diversos encartes para os jornais da Adufrj com críticas aos argumentos tendenciosos que circularam na grande imprensa sobre o setor previdenciário brasileiro.

A começar pelo Projeto de Lei Complementar nº 9/99 – considerado o embrião da atual reforma – em março deste ano. Na ocasião, o GT reuniu os primeiros documentos que relativos ao assunto, como a já famosa carta de intenções do governo brasileiro acertada com o Fundo Monetário Internacional e assinada pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Com o abandono do PL 9 pelo governo, seguido pela apresentação das versões da PEC 40 (agora nomeada PEC 67, em tramitação no Senado), as atividades do GT se intensificaram. Mais encartes foram produzidos pelos seus integrantes, com destaque para os comentários dos professores José Miguel Bendrao Saldanha e Sara Granemann, comentando detalhadamente as perdas dos servidores com os textos propostos.

A participação em debates pelos componentes do GTSS também extrapolou os limites da universidade, que estiveram envolvidos com as atividades do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social e com os debates promovidos pelas entidades dos servidores federais.

Kelvin Melo

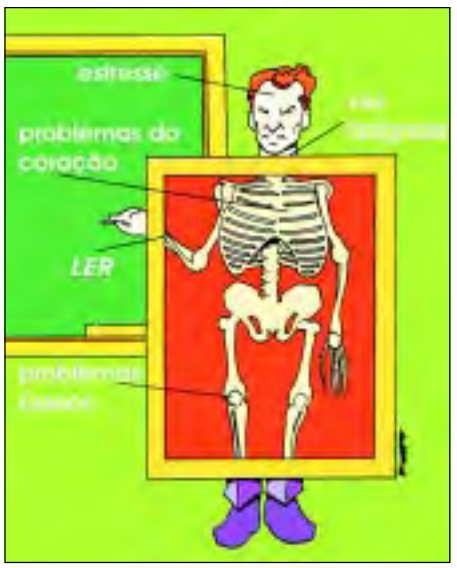
SARA GRANEMANN (À DIR.) PARTICIPA DE UM DOS MUITOS DEBATES SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

III Encontro de Seguridade

No ano passado, antes do aparecimento das propostas sobre a Previdência, o GT buscou chamar a atenção da categoria para os problemas relacionados à saúde do docente. No Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, justamente no Dia do Mestre (15/10), o grupo de trabalho realizou, com o apoio da diretoria, o III Encontro de Seguridade Social da Adufrj-SSind. O Encontro mostrou que o desgaste físico e emocional dos docentes vem crescendo na medida em que as condições de realização das tarefas estão se deteriorando - muito em função do ritmo mercadológico introduzido, nos últimos anos, no ambiente universitário.

GT Verbas

O Grupo de Trabalho Verbas do Andes-SN reuniu-se em Brasília nos dias 16 e 17 de agosto de 2002. Na ocasião, formou-se uma comissão para estudar o impacto orçamentário da campanha salarial 2001 e do financeiro da carreira do Sindicato nacional sobre o orçamento da União. Foi formada uma comissão para a realização dos cálculos financeiros, que contou com a participação do professor José Miguel Bendrao Saldanha (representante da Adufrj-SSind no GT).



CARTAZ DO III ENCONTRO

GT Comunicação & Artes

Em 18 de outubro de 2002, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, ocorreu o debate *As conseqüências do capital estrangeiro nas empresas de comunicação brasileiras e sua derivação para a implantação da TV digital*, com presença dos palestrantes Daniel Herz, representando o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e do professor de Comunicação Social da PUCSP e da PUC-MG, Marcus Cripa. Na avaliação feita pelo GT (que contou com a participação da presidente Cleusa Santos e os jornalistas da Adufrj-SSind), no dia seguinte, as palestras foram importantes para chamar a atenção sobre a emergência do debate em torno da possibilidade concreta de implementação da tecnologia digital. Para os professores e jornalistas presentes, a TV digital irá interferir diretamente no modelo das comunicações de massa, na educação (ensino não presencial) e, também, enquanto instrumento de controle social. Para os integrantes deste GT, ficou claro que os processos de abertura ao capital especulativo e o de implementação de um novo padrão tecnológico estão associados.

GT Política Educacional

As professoras Rosanne Dias, Regina Pugliese e Raquel Goulart representaram a Adufrj-SSind durante a realização do I Congresso Estadual de Educação (Coed), que foi realizado no ginásio do Maracanãzinho, no dia 21 de novembro de 2002. O I Coed começou a formular o plano de educação para o estado do Rio.

Neste ano, no início de abril, as professoras Rosanne Dias e Maria de Lourdes Passos participaram das atividades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em Brasília. Rosanne e Lourdes acompanharam também, ainda neste período, um seminário promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, vinculado ao MEC, que ensaiava as primeiras críticas e alternativas às políticas de avaliação da Educação no país.

Pouco tempo depois, em maio, a professora Maria de Lourdes assistiu e divulgou no Jornal da Adufrj suas impressões (preocupadas) com a conferência proferida pelo ministro Cristovam Buarque, durante a abertura da Bienal do Livro. A docente criticou na fala do ministro o abandono do ensino superior em detrimento de uma suposta maior atenção ao ensino fundamental. Até o momento, os dois níveis de ensino continuam à míngua.

Setor de informática é parceiro da modernização do sindicato

Ao longo desta gestão, a diretoria da seção sindical investiu pesado na modernização dos equipamentos da sede e no aperfeiçoamento das rotinas de atendimento aos sindicalizados. O setor de informática demonstrou ter um papel decisivo nestas iniciativas.

Um exemplo foi a substituição das antigas linhas telefônicas analógicas por digitais. Sem falar que já se encontra em andamento a instalação de mais uma linha telefônica para facilitar o contato com os sindicalizados. Os aparelhos celulares comprados pela seção sindical também foram trocados por outros, digitais. Já se vai longe o tempo em que a Adufrj-SSind dispunha de apenas um telefone para comunicar-se com o mundo (e que não podia ser usado em caso de acesso à internet).

A instalação de um servidor Linux na sede, no início deste ano, também sinaliza o início de migração para uma política de *software* livre com todas as vantagens que isso acarretará: facilidade de atualização dos programas e baixo custo operacional.

Interações com a comunicação

O suporte em informática pesquisou e adquiriu para o setor de comunicação da entidade uma máquina fotográfica digital que concedeu agilidade à cobertura jornalística: sem necessidade da revelação, as imagens registradas são passadas diretamente ao computador onde são diagramadas as páginas do jornal da Adufrj. Em paralelo, o setor também vem assessorando a comunicação na organização do arquivo fotográfico local – além das recentes imagens digitais, todo o acervo em papel fotográfico também está sendo escaneado para armazenamento em CDs.

Em outra empreitada junto à Comunicação, deve-se destacar a produção do CD – Registrando a História 2, com atualizações e acréscimos ao primeiro da série, que torna disponíveis todas os jornais e boletins da entidade desde 1979 até agosto deste ano. Este CD deverá estar sendo distribuído aos sindicalizados nos próximos dias.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 112 • 13 de outubro de 2003

Assembléia Geral

Posse da Diretoria e do Conselho de Representantes

15 outubro quarta-feira 14:30

Casa da Ciência

Rua Lauro Müller, 3, Botafogo

Após a AG, será servido um coquetel aos sindicalizados e convidados.

Reunião preparatória para o 47º Conad

23 outubro quinta-feira

9h às 11h

Sede da Adufrj-SSind

CT, Bloco D, sala 200

CEG critica avaliaçao do MEC

Página 3

Fórum de Ciência e Cultura apresenta novas atividades

Página 5

Niko Jr./Sintufrj

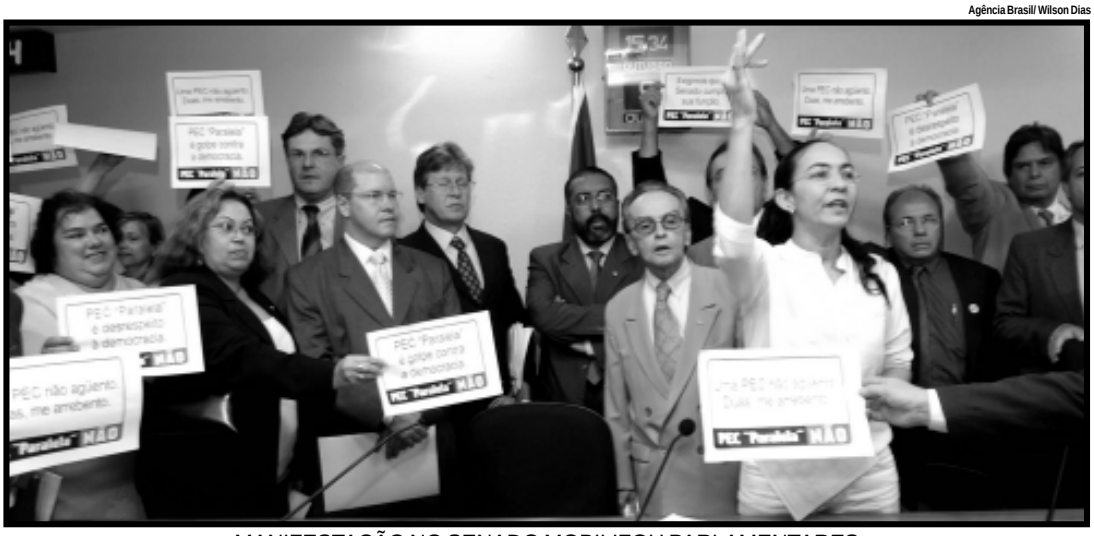
A PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND, CLEUSA SANTOS, E O REITOR ALOISIO TEIXEIRA PARTICIPAM DA ABERTURA DO EVENTO

7º Congresso do Sintufrj debate representação da categoria dos servidores

Página 4

Andes-SN

Agência Brasil/ Wilson Dias



MANIFESTAÇÃO NO SENADO MOBILIZOU PARLAMENTARES DE DIFERENTES PARTIDOS CONTRA A PROPOSTA DO RELATOR

Ato contra emenda paralela reúne sindicalistas e senadores

Senadores petistas e da oposição fazem reparos ao encaminhamento da votação de mudanças na Previdência

Dezenas de dirigentes sindicais e senadores da oposição participaram no último dia 9/10, em uma das salas de reunião do Senado, de um ato contra a emenda constitucional paralela sobre a reforma da Previdência, apresentada pelo relator da reforma previdenciária, senador Tião Viana (PT-AC). Também participaram da manifestação senadores do PT – Paulo Paim (RS), Serys Slhessarenko (MT) e Heloísa Helena (AL).

Em discurso aos manifestantes, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), sustentou que "a reforma da Previdência no Senado virou o samba do crioulo doido", por causa da emenda paralela. Afirmou que o texto dessa emenda alternativa "contém coisas que não foram negociadas com os líderes partidários e não incluiu coisas conversadas". Ele disse ter desconfiança se o governo colocará mesmo em votação de urgência, na Câmara, a reforma paralela depois de aprovada e promulgada a reforma da Previdência.

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), tachou a emenda alternativa de "esdrúxula" e observou nunca ter visto, em seus nove anos de Senado, o governo tomar esse caminho.

– Quem garante que essa emenda será votada pelos deputados? E se os deputados fizerem mudanças em seu texto? Nesse caso, ela voltaria ao Senado? Parece-me que isso pode virar um jogo de faz-de-conta – assinalou.

Já Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB no Senado, acusou o governo de "tentar fazer os senadores de ovelhas, procurando dividi-los para devorá-los". Observou que muitos senadores estão votando com o governo na esperança de ver aprovadas as mudanças que estão sendo incluídas na emenda paralela.

Paulo Paim disse que a bancada do PT não se reuniu para deliberar sobre a apresentação da emenda paralela. Sustentou que o governo, "se quer aprovar a reforma da Previdência, deve enfrentar quem é contra no voto de Plenário", e lembrou ter apresentado 21 emendas à reforma. Serys Slhessarenko, que apresentou 12 emendas, afirmou que assinou a emenda paralela pensando que se tratava de uma emenda comum à reforma tributária. Heloísa Helena criticou a reforma da Previdência porque, entre outras coisas, "nada faz para os 40 milhões de brasileiros que não têm acesso ao sistema previdenciário".

Demostenes Torres (PFL-GO) anunciou que estava apresentando requerimento pedindo a tramitação conjunta da reforma previdenciária com a emenda paralela, como prevê o regimento do Senado. Com isso, uma delas será aprovada e a outra prejudicada, explicou.

Fonte: Andes-SN e Jornal do Senado

Agenda Sindical

15/10 – Posse da Diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

21/10 – Reunião pré-Conad das SSind do Rio
Sede da Secretaria Regional do Andes-SN, de 14h às 19h

27 a 30/10 - Tribunal Internacional contra os crimes do latifúndio
Belém (PA)

31/10 a 2/11 – 47º Conad, com o tema central "Estado, Democracia e Serviços Públicos: essa luta é de todos nós"
Natal (RN)

6 a 9/11 – Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

29 a 31/07/2004 - Fórum Mundial *de Educação*
Porto Alegre (RS)

Maio de 2004 – 5º Congresso Nacional de Educação (Coned)

Cartas

À diretoria, aos membros do GTPE e aos funcionários da Adufrj-SSind:

Ao comunicar nosso desligamento do GTPE, enviamos nossas saudações aos companheiros do GT, por sua dedicação à causa do ensino público e pela convivência tão cordial e amistosa que tivemos.

Parabenizamos os companheiros da diretoria da Adufrj-SSind pela gestão que se encerra agora, durante a qual souberam manter a entidade autônoma, democrática e permanentemente na luta em defesa de uma universidade realmente pública e de qualidade.

Agradecemos muitíssimo a todos os funcionários da Adufrj pelo apoio competente e constante a nossas atividades no GT.

Um grande abraço a todos,

Arthur Arruda Leal Ferreira
Luis Carlos Paternostro
Maria de Lourdes Passos
Regina Pugliese
Rosanne Dias

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Vice-Presidente:** José Luciano de Souza Menezes **1º Tesoureiro:** José Henrique Erthal Sanglard **1º Secretário:** Arthur Arruda Leal Ferreira (afastado)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Faculdade de Farmácia:** Fábio de Souza Menezes – Titular, Sheila Garcia – Titular, Carlos Rangel - Suplente **Instituto de Matemática:** Ricardo Kubrusly - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Titular e Bruno Costa - Titular **Instituto de Química:** Milton Roedel Salles – Titular, Maria Lucia Patitucci – Titular, e Magaly Girão Albuquerque - Titular **NESC:** Letícia Legay Vermelho - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG critica avaliação do MEC sobre universidades

UFRJ realiza seminário esta semana sobre o tema

Centralização do processo e ausência de critérios claros para a participação das instituições de ensino superior e da sociedade civil. Essas foram algumas das críticas dirigidas pelo CEG, em sua última sessão (8/10) ao processo recentemente anunciado pelo governo para avaliar as universidades – o Sinaes.

Os questionamentos do colegiado surgiram em função do trabalho de uma comissão formada no CEG no fim de setembro. O grupo formalizou uma proposta preliminar, aprovada no colegiado por unanimidade, que deverá ser encaminhada ao MEC, ao Fórum de pró-reitores de Graduação e à comissão de avaliação MEC/SESu. No dia seguinte ao CEG, durante reunião do Consuni, o reitor Aloisio Teixeira já recebeu o material.

A comissão do CEG também questionou a ausência de critérios para a constituição das comissões internas e externas de avaliação das instituições. De acordo com o documento, essa ausência poderá gerar "mecanismos díspares de avaliação" entre as universidades.

Outra "ausência" criticada foi a de debates em torno do roteiro de indicadores que serão futuramente disponibilizados para a avaliação das tais comissões internas e externas. A comissão observa que não se apresentou, até o momento, um espaço para a valorização de indicadores próprios de cada instituição, em respeito à diversidade encontrada no país. O fato de o Sinaes não produzir qualquer tipo de conceito ao final da avaliação realizada também foi visto com preocupação no documento da comissão do CEG.

Paideia também questionado

O exame para os alunos, em substituição ao Provão, pelo chamado Paideia (Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e de Inovação da Área) não passou em branco pelo colegiado. Considerou-se que a avaliação por amostragem contida no Paideia pode gerar distorções nos resultados, assim como a divisão por "áreas do conhecimento" (o exame não seria mais realizado por curso). O documento também informa que ainda não são conhecidos os critérios pelos quais será determinado o valor do Paideia na avaliação global da instituição.

Propostas para avaliação

O documento do CEG não se limitou às críticas, mas descreveu alguns princípios que deveriam ser utilizados para a avaliação universitária. O respeito à diversidade foi um dos pontos destacados. Durante o debate no conselho, o professor Antônio Cláudio (representante do CT) recordou o artigo de um ministro da Educação de Portugal, no qual o autor cobrava a diversificação das universidades daquele país. "Aqui, pelo contrário, estão querendo colocar tudo na mesma fôrma", disse.

"A avaliação envolve mais do que um retrato de situações e números, mas deve fornecer análise crítica e propositiva para intervenções no sentido de sanar problemas, preencher lacunas e desenvolver procedimentos, tendo sempre em vista uma política maior de universidade pública e seus propósitos", diz certo trecho do texto. "Avaliação deve ter legitimidade, adesão, ser democrática, transparente, cíclica, contínua", diz outro trecho.

Críticas também à pressa

O debate apressado em torno da proposta de avaliação do ensino superior também sofreu o julgamento dos conselheiros do CEG. Uma das integrantes da comissão que escreveu o documento, a professora Ana Canen comentou que a discussão, na UFRJ, previa um calendário com participação dos Centros da UFRJ e formalização do documento final em meados de dezembro. No entanto, um comunicado da Comissão Nacional de Avaliação MEC/SESu limitou o período de sugestões das universidades até 10 de outubro – o que inviabilizou o calendário inicial e a participação da comunidade universitária.

Seminário sobre avaliação nesta semana

O documento aprovado pelo CEG também será entregue a representantes do MEC em um seminário sobre avaliação universitária, no Fórum de Ciência e Cultura. O evento começa no Salão Moniz de Aragão, no dia 16, às 9h, e prossegue, no dia seguinte, no Salão Dourado.

Andes-SN também criticou proposta do MEC

No jornal da Adufrj nº 108, de 15 de setembro, uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN, professora Vera Jacob, já fazia críticas à proposta do governo. Na edição, Vera comentou que o Sindicato Nacional buscou participar dos seminários e encontros promovidos pelo MEC para apresentar os princípios do movimento docente sobre a avaliação das instituições de ensino brasileiro. Apesar disso, a avaliação anunciada pelo governo prosseguiu com diversos problemas.

Diretor eleito da FE comemora resultado

Conselheiro do CEG e diretor eleito da Faculdade de Educação, o professor Marcelo Corrêa e Castro aproveitou o expediente da reunião para comemorar o resultado alcançado na recente pesquisa eleitoral daquela Unidade. Segundo ele, "os números foram bastante expressivos". Foram 486 votantes, dos quais 442 depositaram sua confiança na chapa única formada por Marcelo e Renato José de Oliveira (vice-diretor eleito). O professor ressaltou a presença dos técnico-administrativos no processo eleitoral: dos 28 funcionários da Unidade, 24 votaram – sendo que os outros quatro estavam de férias ou de licença. Marcelo agradeceu o apoio do CEG e a cobertura jornalística realizada pela Adufrj-SSind e pelo Sintufrj.

UFRJ terá 118 vagas

Agora é oficial: foi publicada no D.O. a portaria nº 2.782, de 02 de outubro de 2003, que libera a realização de concursos públicos para docentes e técnico-administrativos nas universidades. O pró-reitor José Roberto Meyer anunciou que a UFRJ terá 118 vagas para concurso de professores (menos uma do que o previsto anteriormente). Destas, o Colégio de Aplicação terá direito a seis vagas (uma a mais do que previsto).

Formatura paga

José Roberto informou que tem recebido reclamações de alunos que teriam que pagar para usar os auditórios para suas festas de formatura. O que deixou o pró-reitor mais indignado é que esse suposto pagamento deveria ser efetuado mesmo para cerimônias realizadas durante os dias úteis, às tardes. Ele prometeu levar o assunto para discussão na próxima reunião do Conselho Superior de Coordenação Executiva, que reúne os pró-reitores e decanos.

Resenha

Multinacionais dominam transgênicos

Notícia da Folha de S. Paulo de 7/10 informa que as indústrias químicas multinacionais controlam hoje 18 grandes produtoras locais de sementes, resultado de um processo de aquisições iniciado em 1996 e que levou à concentração do setor. "Elas prepararam o terreno para ocupar o mercado de OGMs (Organismos Geneticamente Modificados), quando o governo liberar seu cultivo e comercialização", diz o economista David Hathaway, da ONG Aspta (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa).

Com transgênico, cai produtividade

A suposta vantagem econômica da soja transgênica em relação à convencional não resiste ao teste das estatísticas oficiais. Desde 1996, quando essa cultura começou a se disseminar nos Estados Unidos, a produtividade norte-americana evoluiu aos soluços, com tendência declinante. Naquele país, a soja transgênica corresponde a 81% da produção total do grão, e a produtividade recuou 0,04% ao ano, desde 1996. A matéria é da Folha de S. Paulo (5/10). Já a produtividade da soja brasileira, basicamente não-transgênica, cresceu a taxas de quase 2% ao ano e, desde 2001, supera a americana.

Petista quer restringir participação do capital estrangeiro na educação

O deputado Ivan Valente (PT-SP) apresentou um projeto de lei com o objetivo de restringir a participação do capital estrangeiro nas instituições de ensino brasileiras, de acordo com matéria da Folha de S. Paulo (4/10). Se o projeto for aprovado e transformado em lei, ficará proibido o ingresso do capital internacional nas instituições com fins lucrativos.

Comissão discute cotas raciais nas universidades

Integrantes de 11 ministérios começaram, na semana que passou, a discutir uma política de cotas raciais nas universidades. Eles têm 90 dias para concluir o trabalho. Do total de formandos do ensino superior, apenas 3% são negros. "Dá para contar nos dedos quantos negros estão ali (na universidade)", lamentou a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial, durante a nomeação do grupo de trabalho interministerial. A ministra afirma que não basta garantir o acesso às universidades, mas definir políticas que garantam a permanência dos beneficiados até o fim do curso (O Estado de S. Paulo, 7/10).

UFRJ

Reitor sugere unificação das entidades sindicais do setor de educação na UFRJ

Presidente da Seção Sindical avalia que ainda há pouca discussão sobre a organização por ramo de atividade na categoria

Na semana passada, de 8 a 10, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ realizou seu 7º Congresso interno com a presença, na abertura do evento, do reitor Aloisio Teixeira, do decano do Centro de Ciências da Saúde, João Ferreira, e da presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos. Uma das discussões da categoria seria se a entidade voltaria a ter a direção constituída proporcionalmente nas próximas eleições, ou se seria mantida a majoritariedade, como foi decidido no último Congresso, em 2001.

Na solenidade de abertura, realizada no Auditório Hélio Fraga, no CCS, Aloisio Teixeira agradeceu o convite dos funcionários e afirmou que, "como sindicalizado", não haveria outro lugar para estar do que no Congresso da entidade. O reitor comentou a importância da independência das entidades em relação à administração da instituição e ressaltou o fato de que a disposição de luta dos trabalhadores "amplia as conquistas para a universidade". O dirigente afirmou, ainda que "conflitos legítimos fazem parte da vida democrática", mas que, mesmo quando há divergências, entende que estas fazem parte do processo de construção da universidade.

Unidade dos sindicatos

Em seu discurso, Aloisio sugeriu que a seção sindical dos docentes e o sindicato dos técnicos deveriam se unir em uma só organização. "Acho que é o momento de os docentes se considerarem a mesma parte dos trabalhadores em educação e ressaltar as características unitárias das reivindicações", afirmou. Ao final, se dirigiu a um fotógrafo que cobria o evento e pediu, segurando a camisa oficial do Congresso: "Pode registrar. O reitor veste a camisa do Sindicato".

Espaço de reflexão dos problemas sociais

Cleusa Santos chamou a atenção dos presentes para a importância da utilização pelos trabalhadores de fóruns como os congressos das categorias para o debate sobre os problemas sociais que afligem a sociedade brasileira e citou o processo de globalização da economia e a mercantilização dos serviços públicos, em especial, da educação. "Estão transformando em mercadoria o que, na verdade, é um bem social conquistado e que deve ser posto à disposição de toda a sociedade". Cleusa destacou o movimento político pela democratização da economia como uma luta central para os trabalhadores. "Tornarem-se conscientes da gravidade do momento atual" é, segundo a professora, imperativo. Para Cleusa, o momento atual requer dos trabalhadores "disposição crítica para enfrentar este governo" .

Sobre as considerações do reitor em relação à organização dos segmentos da universidade, Cleusa comentou que esta é uma tarefa da CUT que não deu conseqüência à discussão sobre a organização dos trabalhadores: se por ramo de atividade, como sugere o reitor no caso do setor de educação, ou por categoria. Este assunto está posto na agenda da central desde o início dos anos 90.

Representante da CUT diz que ainda falta acúmulo para o debate

Representando a Central Única, a também servidora da UFRJ Lúcia Reis considerou prematuras as idéias do reitor. Para a sindicalista, as categorias ainda devem avançar em muitas conquistas antes de trabalhar em direção à unificação dos trabalhadores em educação. Para ela, não basta que as direções das entidades apresentem a proposta. Esta deveria, na sua opinião, ser discutida pelos trabalhadores "na base".

Para o coordenador da Fasubra Sindical, entidade federativa que congrega os sindicatos de trabalhadores em educação das universidades, Paulo Henrique, os servidores devem assumir mais o papel o de transformadores "não só da universidade, mas também de toda a sociedade". "Este Congresso terá a oportunidade de promover debates com mais profundidade sobre estes temas". Sobre as reformas, o representante da Fasubra defendeu que o movimento dos trabalhadores não deveria limitar sua ação em torno das propostas apresentadas pelo governo ou pelos parlamentares. "Estas reformas deveriam ser feitas pelos próprios trabalhadores", disse, acrescentando que o Congresso dos funcionários seria um espaço também para este tipo de discussão. O evento terminaria no final da sexta-feira, dia 10/11.

Movimento

Campanha exige plebiscito oficial contra a Alca

Iniciativa poderia ocorrer em outubro do ano que vem, junto das eleições

Realizar um plebiscito oficial contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) em outubro do ano que vem. Essa foi a principal deliberação da 12ª Plenária Nacional da campanha sobre a Alca, realizada em São Paulo, nos dias 4 e 5 de outubro, que contou com a presença de mais de 60 entidades de 19 estados. O objetivo do Plebiscito em outubro é aproveitar as eleições do próximo ano para não onerar o orçamento do governo federal.

A Plenária Social teve no primeiro dia uma análise política do governo sobre as negociações da ALCA, feita pelo diplomata Marcelo Vasconcelos, do Ministério das Relações Exteriores. Na ocasião, ele reafirmou a posição do governo em não assinar nenhum acordo que fira a soberania do país. Também houve exposições sobre os temas da OMC – Organização Mundial do Comércio e da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

No segundo dia, a Plenária debateu sobre as perspectivas e estratégias para a continuidade da Campanha. Para impulsionar a iniciativa, serão produzidos milhões de cartazes e panfletos exigindo o Plebiscito. O lançamento oficial desta nova etapa da Campanha ocorrerá durante o Fórum Social Brasileiro, nos dias 6 a 9 de novembro, em Belo Horizonte/MG. Também serão confeccionados cartões postais que deverão ser enviados aos deputados e senadores exigindo a aprovação do Projeto de Lei nº 71/2001, que prevê a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA.

A campanha pretende assim relembrar ao governo federal que mais de 13 milhões de pessoas disseram não à participação do Brasil nas negociações da ALCA, através do Plebiscito Popular realizado em 2002 e do abaixo-assinado entregue em setembro deste ano.

A Plenária considerou que o Plebiscito é uma forma democrática e legítima para garantir que o povo decida sobre questões que afetam seu destino e sua soberania.

Para viabilizar o plebiscito, os comitês estaduais da campanha serão reestruturados. Haverá ainda uma programação intensa de cursos de formação sobre temas como livre comércio, OMC, Dívida, ALCA e Militarização, para esclarecer a população da necessidade de impedir a estratégia econômica, política e militar dos EUA para sair de sua crise e favorecer suas 200 maiores empresas. Os comitês estaduais deverão ainda realizar audiências públicas nos estados e municípios sobre a ALCA e promover reuniões como os deputados federais em suas bases eleitorais, cobrando uma posição sobre o tema.

Fonte: mensagem da secretaria do Grito dos Excluídos Continental e da coordenação da Campanha Brasileira contra a Alca, enviada às seções sindicais em 8/10.

UFRJ

Fórum de Ciência e Cultura expande atividades

Coordenador do FCC divulga projetos em andamento e anuncia novidades

Levar atividades do Fórum de Ciência e Cultura (FCC) ao *campus* da Ilha do Fundão e às Unidades isoladas da UFRJ, como a Faculdade de Direito, é uma das principais tarefas que o coordenador Carlos Tannus pretende empreender em sua gestão. Tannus, antes de assumir a coordenação do Fórum em julho, já se ressentia de não conseguir participar dos cursos e palestras ministrados no Palácio Universitário, no *campus* da Praia Vermelha. A distância e, principalmente, o cansaço após um dia de trabalho no Fundão seriam as razões. "Como eu tinha essas dificuldades, imaginei que a maioria da comunidade que estuda e trabalha aqui no Fundão também deixaria de se beneficiar das atividades do Fórum", disse.

A partida para esse projeto foi dada na semana passada com o "Cultura e Saúde – o Fórum vai ao CCS". E, segundo o coordenador, começou com o pé direito: o auditório Alice Rosa, no Hospital Universitário, ficou lotado para receber a palestra do escritor Moacyr Scliar (recentemente eleito para a Academia de Letras que dissertou sobre "A imagem do médico e da doença na literatura".

Outros projetos

Além da expansão das atividades do

CARLOS TANNUS

Fórum para todos os *campi*, Tannus espera desenvolver outros projetos com o objetivo de aumentar a visibilidade do FCC e, por conseqüência, da produção da própria universidade. "O papel do Fórum é importante porque visa apresentar à sociedade o que a universidade produz em termos de cultura e ciência. E, mais do que isso, deve ser uma espécie de instância de articulação entre a universidade e a sociedade, recebendo também contribuições externas", comentou, exemplificando novamente com a palestra do escritor Moacyr Sciliar.

Uma das novidades é a criação do chamado Observatório de Cultura Popular, que teria a ambiciosa meta de inventariar o que se produz de cultura no país, em especial no Rio de Janeiro. Segundo ele, tal instrumento seria importante para a universidade captar com agilidade esses movimentos, antes que se tornem bastante visíveis. "O que representaria mais uma aproximação da universidade com a sociedade", disse.

O Fórum também desenvolve um projeto de Câmara de Estudo de Políticas Públicas, com a proposta, como indica o próprio nome, de debate das diversas políticas públicas: saúde, urbanismo, economia, entre outras áreas. Essa câmara seria o aperfeiçoamento da câmara de estudos brasileiros do FCC. A câmara teria como objetivo despertar na sociedade e nos órgãos de governo uma reflexão sobre o papel do Estado brasileiro. Tannus mencionou as reformas governamentais em andamento como possíveis objetos deste debate. "A universidade é a instituição que tem a tarefa de pensar o Brasil, além de produzir ciência, tecnologia e cultura", observou.

O seminário permanente dos eméritos é outra iniciativa para dinamizar as atividades do FCC. "Esse seminário permitiria a esses professores - que a universidade reconhece como de excelência – não fiquem esquecidos. É importante para que eles contribuam com sua experiência acumulada ao longo do tempo e da vida como docentes", observou.

Fundação para a editora da UFRJ

Entre os órgãos vinculados ao Fórum de Ciência e Cultura, Tannus destacou uma iniciativa em particular relacionada à Editora da UFRJ. O coordenador considera bastante importante a revitalização da editora pela mudança de modelo: o órgão deixaria de ser dependente do orçamento da universidade e funcionaria com o auxílio de uma fundação. Essa fundação seria mantida com recursos das outras fundações universitárias para viabilizar o escoamento da produção intelectual da UFRJ.

Função de decano não atrapalha trabalho no Fórum

Perguntado pela reportagem da Adufrj-

SSind se a sua condição como decano do Centro de Letras e Artes não estaria prejudicando sua gestão como coordenador do Fórum, Tannus respondeu que o acúmulo de funções possibilita, na verdade, uma complementação. Ele disse que, dessa maneira, consegue, por exemplo, intensificar a relação das Unidades do CLA com as atividades do Fórum. O fato de ser membro nato do Conselho Universitário e do Conselho Superior de Coordenação Executiva (pela sua condição como decano) também amplia a visibilidade do FCC nas instâncias da universidade.

Anote

Homenagem a Vinicius de Moraes

Entre os dias 14 e 16/10, o Auditório G2 da Faculdade de Letras vai receber uma homenagem aos 90 anos de Vinicius de Moraes. A programação, no dia 14, começa, às 11h, com uma palestra sobre a técnica poética do escritor. No dia 15, às 13h, haverá um recital de poemas. No dia 16, outra palestra sobre a vida de Vinicius, às 11h. Finalmente, no dia 17, também às 11h, ocorrerá um show com o compositor e cantor Carlos Lyra.

Centro de Tecnologia elege representantes nos colegiados superiores

A inscrição de Chapas para a eleição de novos representantes dos professores do Centro de Tecnologia no Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e no Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) serão realizadas entre os dias 13 e 15 de outubro. São duas vagas de representantes efetivos e dois suplentes, com mandato de três anos, para cada colegiado. Os interessados devem procurar a secretaria da Decania do Centro, das 9h às 16h. A homologação das chapas acontece na quarta-feira, dia 15, e a divulgação das candidaturas está prevista para os dias 16 a 20.
As eleições acontecem nos dias 29 a 31, na sala C da decania, das 9h às 16h. A apuração será realizada no próprio dia 31, após as 16h. Este calendário foi aprovado pelo Conselho de Coordenação do CT no último dia 6. A Comissão Eleitoral é formada pelos professores Nei Pereira Junior, da Escola de Química; Nestor Zouain, da Escola Politécnica; e Rosana Barreto de Torres, do Museu da EP.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Uma revolta em nome do ensino igualitário

Jean-Pierre Terrail e Jérôme Deauvieau*

Mesmo sem consenso pedagógico, o movimento dos docentes na França reafirmou com vigor, na mobilização de 2003 contra a reforma descentralizadora de Raffarin, seu vínculo com o serviço público de educação nacional e sua vocação democrática.

Em alguns meses, o mundo do ensino mostrou duas faces muito contrastadas. No outono de 2002, a pesquisa da Federação Sindical Unitária (FSU) e do instituto Sofres[1] indicava que uma maioria evidente de professores estava disposta a renunciar ao princípio da escola única[2] ; entretanto, na primavera de 2003, foi em nome da defesa de uma escola igualitária que os professores, em massa, se opuseram aos projetos de descentralização do governo de Jean-Piere Raffarin. Sua ação, historicamente inédita, teve o papel de mobilizar o movimento dos assalariados. As gerações jovens parecem as mais dispostas a renunciar à escola única e, todavia, participaram das greves e manifestações.

Sem dúvida a amplitude das reformas anunciadas e as discussões apaixonadas suscitadas incentivaram uma tomada de consciência muito rápida de suas prováveis conseqüências no que toca às desigualdades e à falta de interesse dos professores em aceitá-las. A rapidez dessa evolução não é surpreendente. É o mesmo protesto contra as condições de trabalho exaustivo, geradoras de estresse e de angústia, muitas vezes sem sentido, que conduz, neste caso, a questionar a escola única ou a recusar reformas que poderão agravar ainda mais a dureza do trabalho – e agora por um prazo mais longo, em virtude da reforma da aposentadoria.

É o mesmo protesto contra as condições de trabalho exaustivo, geradoras de estresse e de angústia, que conduz, neste caso, a questionar a escola única

Desconfiança antiga

As dúvidas referentes à possibilidade de escolarizar todas as crianças no mesmo tipo de escola não são de hoje. Uma pesquisa realizada em 1996 junto a várias centenas de professores do secundário indica que elas existiam para cerca de metade dos entrevistados[3] . Elas não refletem necessariamente uma hostilidade *a priori* contra a escola única e uma postura politicamente conservadora. Segundo ambas as pesquisas, as dúvidas se fazem acompanhar por fortes reservas em relação às conseqüências - vividas - da escola única: a insuficiência de conhecimentos básicos para uma parte dos alunos, a excessiva heterogeneidade das classes e os comportamentos de falta de motivação e de rejeição à escola.

Em 2002 os professores queriam renunciar à escola única. Mas em 2003, se opuseram à reforma descentralizadora do governo em nome do ensino

As reservas são recorrentes. As preocupações e os protestos em relação ao acesso de alunos considerados insuficientemente preparados para seguir uma escolaridade secundária normal são numerosos desde o início da década de 60. Elas acompanham a implantação da escola única, do tempo da reforma Berthoin (1959) até a reforma Haby (1975). Em um corpo profissional cujo coração pende majoritariamente à esquerda, a adesão ao princípio de igualdade de tratamento dos alunos provocou, por muito tempo, reticências em surdina, até que elas acabaram por se afirmar sob a forma da recusa da escola única.

Desmotivação, o pior dos males

Que as gerações mais jovens o tenham manifestado com mais veemência é resultado da convergência de vários fenômenos: uma experiência política diferente da dos mais velhos; a experiência prática interna, enquanto alunos, das dificuldades do ginásio e do ensino médio de massa; e, finalmente, o desenvolvimento das carreiras que concentram os novos professores – aqueles com menos domínio do ofício – nos estabelecimentos populares, onde são particularmente expostos à fragilidade do conteúdo e à desmotivação dos alunos. A mobilização da primavera de 2003 parece indicar uma percepção nova, entre muitos deles, de que a busca pelo princípio da igualdade de tratamento, fundamento da escola única, não é a boa resposta para suas preocupações profissionais.

Muitas das perguntas feitas aos professores que não se satisfazem nem com aquilo que têm, nem o que o que se lhes propõe, permanecem em aberto. A qualidade de seu trabalho e o prazer ou sofrimento que seu exercício suscita têm relação com a disposição dos alunos em escutar e sua capacidade de compreender. Eles próprios reconhecem isso, indicando, para o primeiro lugar dos males da escola atual, o nível insuficiente do repertório e a falta de motivação dos alunos. Contudo, esta última indica mais freqüentemente um processo de ruptura intelectual. O desinteresse, os comportamentos perturbadores e as incivilidades têm sua origem no fracasso precoce e quase irreversível das aprendizagens escolares: uma tal ruptura priva de sentido, progressivamente, o confronto com o saber escolar e, conseqüentemente, a freqüência à escola.

Questionar publicamente as desigualdades

Portanto, deve-se admitir que o prejuízo fundamental imposto à qualidade do trabalho docente tem a ver com a existência do fracasso escolar em massa e, conseqüentemente, com a existência de desigualdades escolares de caráter – não exclusivamente, mas em grande medida – social. O mal essencial de que a escola padece, e também os professores, está aí: ao final de quatro décadas de escola única, apenas 22% dos filhos de operários conseguem um *bac* geral, enquanto entre aqueles cujo pai tem formação superior[4] essa taxa chega a 72%.

Se o movimento de professores não conseguir enfrentar esse desafio, dificilmente poderá responder, na essência, às expectativas da profissão, inclusive porque sua legitimidade e sua capacidade de fazer alianças com as classes populares e de sanar suspeitas que possam surgir sobre o caráter corporativista de suas reivindicações, dependem também de sua aptidão em questionar publicamente quais dessas desigualdades se devem ao funcionamento específico da instituição escolar. Esse movimento permitiu às gerações jovens apoiarem firmemente as reivindicações docentes em defesa da escola republicana. Porém, no seu combate contra a ofensiva neoliberal que se delineia – para a transformação da educação nacional em "mercado escolar" – não poderá haver impasse sobre os problemas não resolvidos da democratização.

Os limites das formas institucionais

A persistente dificuldade do movimento docente em articular reivindicações específicas e críticas das desigualdades escolares, com pleno domínio das questões da profissão, merece reflexão. A empreitada não é óbvia: o problema da produção das desigualdades escolares e do papel dos atuais dispositivos de escolarização nessas desigualdades não tem a unanimidade dos pesquisadores, mesmo depois de quatro décadas de pesquisa, ainda que uma massa de conhecimentos tenha sido acumulada. Porém, a reflexão não pode ser evitada: quatro décadas de escola única mostraram os limites das formas institucionais criadas para a escolarização em massa.

A eficácia educativa de uma instituição escolar, ou seja, sua capacidade de proporcionar o sucesso de jovens oriundos dos meios populares reduzindo assim as desigualdades sociais, ocorre em dois níveis. Ela depende da pertinência dos princípios pedagógicos que inspiram as instruções oficiais, os programas e o sistema de avaliação, a intervenção dos inspetores, a elaboração dos manuais e cadernos de exercícios, a formação dos professores e uma abundante edição especializa-

Com experiência como alunos e como professores nas escolas mais populares, os mais jovens se manifestaram com mais veemência contra a escola única

da detalhando, segundo a intenção desses princípios, a maneira mais adequada de conduzir uma classe. Esses dispositivos circunscrevem a atividade docente e a dirigem à distância[5]. Porém, são desigualmente eficazes ao deixarem um papel aos professores, cujas práticas também exercem influência sensível sobre a qualidade do aprendizado[6].

No combate contra a ofensiva neoliberal, o movimento dos professores não pode admitir impasse sobre os problemas não resolvidos da democratização.

Ausência de consenso pedagógico

Nesse contexto, constata-se que nenhum consenso pedagógico unifica o corpo docente - o que complica a tarefa das organizações sindicais. Ainda mais que as cisões que este atravessa estão longe de costurar as oposições de ordem ética e política. É verdade que os docentes mais à esquerda são aqueles que sustentam o princípio de massificação escolar e se sentem profissionalmente "mobilizados" em relação às dificuldades de aprendizagem. Mas os elos entre essa postura e as práticas efetivas nas salas de aula estão longe de serem unívocos.

Quando os professores se mobilizam para ajudar os alunos a conhecer seus problemas, por exemplo, as práticas que utilizam podem ser radicalmente diferentes e ir desde a manutenção de uma exigência escolar forte em relação aos alunos com mais dificuldades - única possibilidade de construir uma real democratização do sistema educativo - até a atenuação radical das exigências cognitivas.

Isolamento diante dos alunos

Porém, os debates do meio profissional geralmente abordam oposições esquemáticas e convencionais (docente mobilizado contra docente pouco comprometido; apaixonados pela inovação pedagógica contra partidários de atitude magistral tradicional...) e até oposições políticas clássicas (que se unem em torno da possibilidade, ou não, de uma democratização do acesso ao saber). Freqüentemente, não levam em consideração as maneiras de fazer a aula. Reúnem na mesma corporação docentes cujas práticas profissionais são radicalmente diferentes e, se opõem, às vezes, a outros cujas práticas são muito próximas. Como pode, nesse contexto, uma organização sindical intervir sobre os dispositivos de aprendizagem e sobre as pedagogias que os inspiram, sobre os princípios da formação dos docentes e sobre as práticas destes últimos, sem alienar de si uma parte importante da corporação (e de seus representados)?

A atividade individual dos docentes permanece, por sua vez, fortemente marcada pelo isolamento ante aos alunos. Apesar da valorização ministerial do estabelecimento e das ordens de trabalhar em equipe, sua participação nas atividades coletivas formalizadas permanece globalmente modesta. O essencial para eles ocorre na sua sala de aula e diz respeito à obtenção e manutenção da ordem escolar. São forçados a executar dispositivos pedagógicos que, em grande parte, não dominam, mas dos quais vivenciam os efeitos como resultados de sua própria atividade.

Vocação democrática dos docentes

O isolamento também os condena à incerteza quanto à sua eficiência profissional, levando-os, desse modo, a se satisfazerem com uma situação que os protege do olhar do outro. Proteção amplamente ilusória - não é possível escapar ao olhar dos alunos -, mas um enclausuramento real. Porque a ausência de confronto das experiências e da partilha das dificuldades do trabalho de ensino limita, para cada um, o domínio intelectual de sua própria atividade, a possibilidade de mudar de direção das modalidades e da maneira de exercê-las e, enfim, a possibilidade de desdramatizar, oportunamente, situações de crise, de transformar o sofrimento profissional em problema que se pode pôr na mesa na mesa e esforçar-se em resolver.

Nenhum consenso pedagógico unifica o corpo docente – e as cisões não são oposições de ordem política.- o que complica a tarefa das organizações sindicais.

Através de sua mobilização na primavera de 2003, os docentes reafirmaram com muito vigor seu vínculo com o serviço público da educação nacional e sua vocação democrática. Nesse campo, a reapropriação coletiva e crítica do conteúdo de sua atividade profissional aparece como um desafio crucial, tanto para o movimento, como para cada um deles. Crucial demais para que os obstáculos que se opõem a esta reapropriação sejam considerados insuperáveis. (Trad.: Teresa Van Acker)

---

* Respectivamente professor de sociologia, laboratório *Printemps – CNRS*, autor de *De l'inégalité scolaire*, ed. *La Dispute*, Paris, 2002; e doutorando no laboratório *Printemps-CNRS*

[1] Pesquisa Eduscope, novembro 2002; pode ser consultada na página: www.fsu.fr.

[2] Implantada em 1975 na França, a escola única permite oferecer um ensino idêntico a todos os alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental (antigas 5ª a 8ª séries). O objetivo é elevar o nível médio de escolarização das gerações jovens.

[3] Os resultados dessa pesquisa, ainda não divulgada, serão publicados nos trabalhos em andamento no laboratório Printemps-CNRS da Universidade de *Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines*.

[4] As dificuldades da escola única cumprir sua missão junto às gerações mais jovens não se medem apenas pelos 15% de alunos que saem em estado de analfabetismo mais ou menos acentuado: a orientação para as carreiras profissionais e tecnológicas estão, freqüentemente, ligadas aos resultados insuficientes obtidos em francês ou em matemática. São dois alunos em três que não conseguem cumprir a escolaridade "normal" e lhes é permitido ter um *bac* de ensino geral. O que deve ser qualificado como fracasso, ainda que em grau diferenciado, concentra-se nas camadas populares, nas quais apenas um em cada cinco jovens consegue um *bac* semelhante.

[5] Um professor da escola elementar, por exemplo, dificilmente poderá escolher o método de aprendizagem de leitura que utilizará; nem decidir, por si só, a importância que deve ser dada ao ensino da gramática.

[6] A recente pesquisa internacional (PISA) Programa internacional para seguir as aquisições dos alunos da OCDE (Organização de cooperação e desenvolvimento econômicos) conclui que a influência dos sistemas nacionais de aprendizagem pode ser mais essencial "para os resultados escolares do que a riqueza dos países ou da família". Quanto ao "efeito-professor", estima-se que eles podem melhorar em, aproximadamente, 15 % os resultados médios de qualquer sistema definido.

Ciência e Tecnologia

CNPq lança edital sobre software livre

Valor máximo de cada projeto apoiado será de R$ 100 mil

A Secretaria de Política de Informática e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, tornou público, no fim de setembro, o Programa de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em *Software* Livre e convocou os interessados a apresentarem propostas para a obtenção de financiamento a projetos de pesquisa e desenvolvimento com inovação tecnológica no setor, com recursos do Fundo Setorial de Informática (CT-Info).

A proposta é contribuir com a universalização do acesso às aplicações das ciências e tecnologias da informação e comunicação nas diversas áreas de atividade humana, com ênfase em Educação, Saúde, Produção Industrial e Agrária, Combate à Fome e à Miséria, e a Geração de Emprego e Renda. Cooperar com a redução significativa da parcela ou montante em déficit da balança comercial do setor e reduzir custos diretos e indiretos com o licenciamento de *software* são algumas outras motivações do edital do CNPq.

Financiamento

As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global de R$ 2,3 milhões que serão repassados ao CNPq pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Para o ano de 2003, está previsto o desembolso da totalidade dos recursos disponibilizados nas rubricas de capital e custeio.

O valor máximo por projeto a ser apoiado pelo CNPq deverá ser de R$ 100 mil, incluindo todas as rubricas (capital e custeio). O custo de mão-de-obra, de natureza eventual, para o desenvolvimento do projeto deve ser alocado em serviços de terceiros - pessoa física. Os recursos financeiros aprovados não poderão ser aplicados no pagamento de salários ou complementação salarial de qualquer natureza. É vedado o pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica. Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverá ser observada a legislação vigente bem como as normas do CNPq, disponíveis no endereço www.cnpq.br/prestacaocontas.

Os projetos a serem apoiados pelo presente Edital poderão ter seu prazo de execução estabelecido em até 12 (doze) meses, contados a partir da data da primeira liberação de recursos. A data limite para a apresentação das propostas é 29 de outubro. A divulgação dos resultados será em 30 de novembro.

Envio de propostas

As propostas deverão ser apresentadas sob a forma de projetos, utilizando-se para tanto o aplicativo Formulário Eletrônico de Propostas, disponível no endereço http://www.cnpq.br/plataformalattes/formpropostaunico1.htm desde 29 de setembro de 2003, observando-se as correspondentes instruções de preenchimento e indicando a chamada para a qual o projeto está sendo proposto.

Entenda "*software* livre"

"*Software* Livre" é um modelo de gestão do produto do trabalho de desenvolvimento de *software*, e não apenas um determinante técnico. O termo refere-se a um conjunto de possibilidades que devem ser garantidas ao usuário do produto:

- executar o *software* para qualquer propósito lícito;
- redistribuir cópias do *software* por qualquer meio, com ou sem modificações, gratuitamente ou não, sem, no entanto, incluir restrições que não existiam no *software* original;
- ter acesso ao código-fonte do *software* para entender seu funcionamento, podendo eventualmente aperfeiçoá-lo para as suas próprias necessidades; e
- tornar disponíveis os seus aperfeiçoamentos, de modo que um número maior de usuários deles se beneficiem.

Fonte CNPq

Rápidas do Consuni

Homenagem a Josué de Castro

Como homenagem póstuma, o Conselho Universitário aprovou em sua última sessão (9/10), por aclamação, a concessão do título de Doutor *Honoris Causa* ao professor Josué de Castro, que dá nome ao Instituto de Nutrição da UFRJ. A iniciativa faz parte do ciclo que vai lembrar os 30 anos de falecimento do médico e professor. Em 30/10, às 10h, no Auditório Hélio Fraga do CCS, haverá uma mesa-redonda sobre o legado do homenageado, seguido da exibição do vídeo "Josué de Castro, cidadão do mundo", feito pelo cineasta Silvio Tendler. No dia seguinte, às 15h, a programação começa no Fórum de Ciência e Cultura com o mesmo vídeo. Depois, haverá missa, sessão solene do Consuni e lançamento de livros sobre Josué de Castro. Aloisio Teixeira destacou a luta do homenageado contra a fome, que hoje é tratada como questão de governo. Já em seu tempo, Josué também foi um defensor da reforma agrária no Brasil e, durante a ditadura militar, teve seus direitos políticos cassados.

Kelvin Melo

CONSELHO APROVOU HOMENAGEM A JOSUÉ DE CASTRO

Representação discente

O mandato da representação discente foi prorrogado por 45 dias. De acordo com o conselheiro Paulo Maurício, as eleições para o Diretório Central dos Estudantes ocorrem nos dias 11, 12 e 13 de novembro e, segundo o estatuto do DCE, cada chapa concorrente à diretoria da entidade deve apresentar seus candidatos aos colegiados superiores.

Conselho de Curadores

O professor Ricardo Tauille voltou a lembrar o reitor sobre a necessidade de convocação do Conselho de Curadores, o que não ocorre há muito tempo. Aloisio comentou que aguarda a indicação – já solicitada - de um representante do MEC para a composição desse conselho.

Carreira docente

Um processo (indeferido) de equiparação de título de livre docência conferido pela Universidade Gama Filho ao grau de Doutor na UFRJ causou uma outra discussão entre os conselheiros: a inadequação da atual carreira docente foi muito mal falada na reunião. Aloisio restringiu o debate ao processo nesta sessão, mas observou que o Consuni poderia voltar ao tema em futura ocasião. A diretoria da Adufrj-SSind aproveita para lembrar aos conselheiros que o movimento docente já formulou e aprovou em suas instâncias deliberativas uma proposta de carreira única que poderia subsidiar o debate. Ela pode ser encontrada, ao lado de outras propostas, na página eletrônica da Adufrj-SSind, em www.adufrj.org.br/documentos.htm

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 113 • 20 de outubro de 2003

Assembléia Geral

22 outubro
quarta-feira

13h30 às 17h

Auditório do Instituto de Psicologia

Sala 2 - Praia Vermelha

Pauta

1 – Avaliação e Encaminhamentos do Setor das IFES e Plenária dos SPF

2 – Propostas da Adufrj-SSind ao 47º Conad

3 – Eleição de delegados e observadores ao 47º Conad (Natal 31/10 a 2/11)

4 – Atribuições e responsabilidades dos diretores da Adufrj-SSind

Nota sobre a pauta da AG

No quarto ponto de pauta, a diretoria da Adufrj-SSind proporá que a Assembléia Geral aprove a atribuição das funções e responsabilidades do cargo de 2º tesoureiro à atual 1ª secretária da seção sindical, Janete Luzia Leite.

Conselho de Representantes

20/10 segunda-feira **16h às 19h**

Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200)
Ilha do Fundão

Pauta: a mesma da Assembléia Geral de 22/10

Opinião

"As relações do Brasil com o FMI", por Cesar Benjamin

Páginas 6 e 7

Andes-SN discute incorporação de gratificações

Página 8

Guilherme Lessa

LUIZ CARLOS LUCAS PARABENIZA NOVOS DIRETORES DA ADUFRJ-SSIND. AO SEU LADO, O REITOR ALOISIO TEIXEIRA, A PRESIDENTE SARA GRANEMANN E A PRIMEIRA SECRETÁRIA, JANETE LUZIA LEITE

Presidente do Andes-SN prestigia posse da nova diretoria

A concorrida posse da nova diretoria da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ reuniu representantes de várias entidades sindicais, nacionais e estaduais, no último dia 15 de outubro. Na Assembléia Geral, tomaram posse a presidente da entidade, Sara Granemann; o 1º vice-presidente, Walcyr de Oliveira Barros; o 1º tesoureiro, José Miguel Bendrao Saldanha; e a 1ª secretária, Janete Luzia Leite.

Páginas 4 e 5

Estiveram presentes:

Secretaria Regional do Rio de Janeiro do Andes-SN - Claudia March
Andes–SN Luis Carlos Lucas
CUT - Executiva Nacional - Agnaldo Fernandes
CUT-RJ - Roberto Moreno e Sônia Lúcio Lima
Associação dos Servidores do Ministério da Agricultura – Benário Fernandes da Silva
Aduff-SSind - Marina Pinto Barbosa
Asduerj - Jorge Máximo
Sintufrj - Simone Silva
Sintuperj – Percilhana Rodrigues
Sintuff – Pedro Rosa Cabral
Sindscope - Willian Carvalho
SindCefeteq - Maurício dos Santos Guimarães
CST - Miguel Malheiros
Asprev-RJ e Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública - Arlei Assucena
Sincaf – Luiz Antonio Barreto

Autoridades:
Ricardo Maranhão – Vereador do PSB

Editorial

Autonomia e Democracia

O professor Celso Furtado, ao analisar os estudos publicados pelo IBGE, dias atrás, observou que este é um país deformado. Deformado por ter, ao longo do século XX, crescido de modo importante sem que tivesse alcançado desenvolver-se, já que os níveis atuais de doenças como a tuberculose se igualam aos da época de Campos Sales, em 1900.

Os traços desta tragédia social podem ser conferidos na análise das políticas sociais do Estado brasileiro nos seis primeiros meses de 2003. Para César Benjamin, um Estado reduzido à vida vegetativa: pagamento de salários, alguns gastos de custeio e, sobretudo, pagamento de juros.

Ainda segundo Benjamin, no gasto com as políticas públicas, temos o seguinte quadro:

Agricultura, defesa, segurança pública, assistência social, cultura, meio-ambiente, transportes, reforma agrária e ciência e tecnologia receberam entre 0,01 e 2,26% do total orçado para o ano de 2003.

Habitação e saneamento foram totalmente paralisados, já que nada receberam como investimentos.

Na saúde, investiu-se 3,5% do previsto e na educação, 5,5%.

Esta é uma das razões pelas quais o cotidiano do trabalho docente e as condições de sua realização são, a cada ano, mais penosas e desgastantes. Faltam verbas para pesquisa, não são realizados concursos sequer para a reposição das aposentadorias, cresce o contingente de trabalhadores precarizados (professores substitutos), para falar apenas de alguns problemas.

E a prioridade governamental tem sido o pagamento de juros às expensas dos recursos que deveriam prover a população com políticas de saúde, educação, previdência social, habitação e de todas as condições necessárias a uma vida pelo menos razoável.

O privilégio de uma tal política econômica não nos deve trazer ilusões: os cortes de recursos só tendem ao agravamento com a realização de numerosas reformas que, ao reduzirem os direitos do trabalho, propiciam novos patamares à acumulação capitalista.

Como a única luta que se perde é a que se abandona (Madres da Plaza de Mayo), reafirmamos a Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, que tem na defesa do Ensino Público e Gratuito, da Autonomia Universitária com Gestão Democrática e de uma Carreira Docente baseada no mérito e na qualificação dois dos seus mais importantes pilares.

No âmbito da UFRJ, são prioridades para o movimento docente:

1) A retomada e a consolidação dos espaços democráticos da UFRJ, duramente aviltados durante a gestão Vilhena;

2) A luta pela remoção dos mecanismos, institucionais ou não, que impedem o pleno exercício da Autonomia Universitária garantida pela Constituição Federal, que nada mais é do que a expressão do nosso valor maior, a Autonomia Acadêmica.

3) A defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores docentes, ativos e aposentados, tanto no que se refere às suas condições de vida quanto às suas condições de trabalho, nos planos político, administrativo e judicial;

Aos professores da UFRJ, garantimos o nosso compromisso com o debate democrático, com a autonomia do movimento e com a construção de condições favoráveis ao exercício conjunto da docência e da militância sindical, pleno de possibilidades e portador do livre confronto de idéias.

Diretoria da Adufrj-SSind

Todos ao ato no dia 23

A Adufrj-SSind convoca os docentes para o ato público contra a reforma da previdência nesta quinta-feira, dia 23 de outubro, no Centro, com concentração às 11h30, no Buraco do Lume. Os servidores protestarão contra a votação no Senado da PEC-67, que transfere recursos públicos para os mercados financeiros e de capitais, através dos fundos de pensão; retira direitos constitucionais do servidor público e precariza os serviços públicos prestados à população, principalmente a de baixa renda.

Agenda Sindical

21/10 - Reunião do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública
Na pauta, a avaliação do atual processo de organização do II COED e a preparação de um plano de ação para os meses de outubro e novembro. Às 9h30

Reunião da Coordenação Estadual dos SPF - Sinasefe. Às 15h

Reunião FFDP - Sinasefe. Às 17h
***Rua Alcino Guanabara, 15/11º andar,* às 9h30**

21/10 – Reunião pré-Conad das SSind do Rio
***Sede da Secretaria Regional do Andes-SN,* de 14h às 19h**

23/10 – Dia Nacional de Protesto contra a Reforma da Previdência com manifestações nos estados

No Rio, manifestação no Centro, com concentração às 11h30, no Buraco do Lume

27 a 30/10 - Tribunal Internacional contra os crimes do latifúndio
Belém (PA)

28/10 - Ato em Brasília contra a Reforma da Previdência
Praça dos Três Poderes

31/10 a 2/11 – 47º Conad, com o tema central "Estado, Democracia e Serviços Públicos: essa luta é de todos nós"
Natal (RN)

6 a 9/11 – Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

10/11 - Jornada pela Democratização da Mídia
***Sede da Associação Brasileira de Imprensa, nº 71, 9º andar*, às 18h**

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG discute Programa de Mobilidade Acadêmica

Colegiado vai estabelecer as rotinas para o intercâmbio de alunos entre as IFES

Um convênio para mobilidade de estudantes entre as instituições federais de ensino superior foi o principal ponto em discussão na última sessão do CEG, de 15/10. O acordo foi assinado pelos reitores em abril deste ano e cabe às universidades estabelecer as rotinas deste intercâmbio. No colegiado, a maioria apoiou a iniciativa, mas alguns conselheiros manifestaram preocupações com um eventual aumento de turmas já "inchadas".

A professora Itacy Magalhães Pereira, assessora da SR-1, prestou os primeiros esclarecimentos sobre o convênio. O vínculo do aluno participante com a chamada instituição receptora será temporário: até um ano letivo, com possibilidade de renovação por mais um período. Durante o afastamento, o aluno terá sua vaga assegurada no curso de origem, devendo o período de afastamento ser computado na contagem do tempo máximo disponível para a integralização do respectivo currículo.

O afastamento será registrado na instituição de origem, de acordo com as características do sistema local de controle acadêmico (no caso da UFRJ, o aluno afastado ficaria com o grau "I"). Quando o aluno retornar, esse registro será substituído pelo lançamento dos créditos equivalentes recebidos na instituição receptora. O afastamento só será efetivado quando a instituição de origem receber da outra, receptora, um comunicado formal de aceitação do pedido do aluno, acompanhado dos comprovantes de matrícula.

Os estudantes interessados em participar do intercâmbio só poderão fazê-lo após aprovação em todas as disciplinas do primeiro ano letivo (ou primeiro e segundo semestres). Também não poderão possuir mais de uma reprovação por período letivo.

Itacy explicou ainda que os alunos podem ir e vir entre universidades de um mesmo estado – ela contou que já existe até um pedido de estudante da UFF para cursar uma disciplina do Instituto de Geociências. Cabe ao CEG estabelecer as normas para regular esse vínculo temporário, como o direito ou não ao alojamento ou se haverá limite de disciplinas por período, entre outras. A professora comentou também que a DRE está pronta para assumir esses registros de alunos temporários.

O debate

Uma das primeiras a se manifestar sobre o assunto, a conselheira Ana Borralho (CCS) sugeriu que, na UFRJ, os últimos períodos não sejam abertos ao programa de mobilidade estudantil. Segundo ela, pelo menos para a Faculdade de Medicina, seria muito complicado aceitar estudantes de fora na parte final do curso, principalmente nas disciplinas de internato. Ela alegou que a Faculdade possui um currículo diferenciado das demais, com um elevado quantitativo de horas de prática médica, somada a uma relação tutorial com os alunos. "Eu não estou querendo dizer que os nossos formandos são melhores do que os outros. São especificidades curriculares", observou.

Representante dos técnico-administrativos no colegiado, Ana Maria Ribeiro questionou a restrição. Para ela, um convênio entre alunos de instituições federais significa um intercâmbio com os melhores estudantes do país. "Ainda mais os de fora do Rio de Janeiro. Quem passa para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte estudou nos melhores colégios do estado, por exemplo", disse, referindo-se à maior disputa entre candidatos às vagas de universidades de qualidade que existem em menor número em outras regiões do Brasil. Ana Ribeiro também concordou com a troca de alunos no mesmo estado. "Um aluno nosso da Biologia pode querer cursar uma disciplina da Rural (UFRRJ) pelas características próprias daquela instituição", comentou.

Antônio Cláudio (CT) também preferiu apostar no sucesso do programa. "Isso é positivo. Temos que analisar caso a caso, mas será que temos que burocratizar para restringir?", questionou. Marcelo Corrêa e Castro reforçou a defesa da iniciativa: "A troca entre cidades é um processo extremamente enriquecedor, ainda mais num momento de consolidação de escolhas", comentou. Maria da Penha (CCJE) também elogiou: "Esse fluxo vai ser bom. Esse aluno transferido pode trazer algo de bom para cá e, quando voltar para sua instituição de origem, vai valorizar o nome da nossa UFRJ", disse.

Gil Fernando (também do CCS) mostrou-se preocupado com o aproveitamento do programa na área da Saúde. "Na essência, o programa é bom, mas a questão (dos cursos) da Saúde é complicada", disse. De acordo com o professor, as atuais condições já não são boas para o ensino médico de qualidade, com mais de um interno para cada leito. Ele observou que até poderiam entrar mais alguns alunos na sala de aula ou na enfermaria, mas sugeriu que o acompanhamento pelo professor ficaria mais difícil.

Ana Maria Ribeiro voltou a responder que entende as dificuldades, mas, na sua opinião, a universidade deveria resolver seus problemas, em vez de se adequar a eles. Ana Borralho comentou que a crise econômica não se resolve de uma hora para outra.

Ficou para a próxima sessão

Diante do avançado da hora, o colegiado decidiu rediscutir as rotinas para recebimento e encaminhamento de alunos para a próxima sessão do CEG, em 22/10.

Evasão e retenção na UFRJ

A análise do programa de mobilidade estudantil suscitou um outro assunto no colegiado: os índices de evasão e retenção na universidade. O pró-reitor José Roberto comunicou que a SR-1 está analisando esta situação e pretende apresentar os resultados do trabalho até dezembro. O pró-reitor antecipou que, a princípio, a principal causa desses problemas é a falta de acompanhamento da vida acadêmica do estudante pela Unidade – para surpresa daqueles que davam a baixa renda como o maior empecilho para a finalização dos cursos. O professor citou o exemplo positivo da Faculdade de Medicina, que busca dialogar com aqueles que trancam a matrícula, assim que o procedimento é detectado. Ismael Soares (representante do CT) aproveitou o tema para desabafar contra a desvalorização do ensino de graduação. Segundo ele, os docentes, em geral, não gostam de fazer orientação acadêmica. "Porque dá trabalho e não viabiliza outras atividades. Só é valorizado (pelos professores) o *paper*", comentou.

Aniversário da Faculdade de Medicina

Em função do 195º aniversário da própria Faculdade de Medicina em 5 de novembro, uma quarta-feira (dia da semana reservado às reuniões do colegiado), os conselheiros transferiram essa futura sessão do CEG para 6/11.

Eleições no CT e no CLA

O pró-reitor leu uma solicitação do decano do CT, Cláudio Baraúna, para prorrogar o mandato dos atuais representantes do Centro no CEG. A prorrogação vale até o término do processo de escolha de novos representantes, cujas eleições ocorrem entre os dias 29 e 31 de outubro. José Roberto disse que já espera do decano Carlos Tannus (do CLA) alguma notícia sobre a escolha de novos representantes daquele Centro – o mandato dos atuais termina no dia 30 deste mês.

Resenha

Educação recebe "fatia" menor da receita

Apesar de investir em educação o percentual exigido em lei, o governo federal vem destinando cada vez menos recursos para a área em relação ao total arrecadado pela União desde 1995, de acordo com matéria da Folha de S. Paulo (13/10). A explicação está, principalmente, em dois pontos: grande parte do crescimento da receita da União se deve a contribuições. Pela legislação, elas não entram no cálculo do percentual que, obrigatoriamente, deve ser repassado ao ensino. Em segundo lugar, o governo tem destinado o que vem arrecadando a mais ao ajuste fiscal. Ou seja, para o pagamento de juros da dívida.

Federais aguardam liberação de verbas

Notícia da Folha Dirigida de 7/10 informa que as universidades federais começaram a repassar na última semana seus planos de trabalho para a Secretaria de Educação Superior (SESu). De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), assim que o governo aprovar as propostas, os recursos da emenda Andifes serão liberados. O valor total da emenda é de R$ 83 milhões. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) receberá R$ 4,4 milhões.

MEC quer induzir formação de docente

Biologia, física e química. Esses são alguns dos cursos que devem receber um incentivo especial do Ministério da Educação ao longo dos próximos anos, de acordo com Luiz Araújo, presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão do Ministério da Educação, em matéria da Folha de S. Paulo (14/10). Segundo ele, existe uma distorção no ensino superior do país. O crescimento do sistema universitário, com base nas leis de mercado, levou a uma oferta excessiva de cursos como Direito e Administração, enquanto existe um déficit de 250 mil professores na educação básica. participante.

ANOTE

Tributo a Josué de Castro

O Auditório Hélio Fraga, no prédio do CCS, e o Fórum de Ciência e Cultura, no *campus* da Praia Vermelha, vão receber, respectivamente, nos dias 30 e 31, um tributo a Josué de Castro. A programação do dia 30/10, no CCS, começa às 10h.

Ética e direitos humanos

De 4 a 7 de novembro será realizado o seminário Ética e Direitos Humanos, no Auditório do CFCH, no *campus* da Praia Vermelha. Os interessados devem procurar a secretaria da Escola de Serviço Social até o dia 24 de outubro, data final das inscrições. Mais informações no endereço www.ess.ufrj.br.

Adufrj-SSind

Nova diretoria assume Adufrj-SSind

Chapa Autônoma e Democrática assume e propõe discussão sobre estatuinte, avaliação institucional, autonomia e direitos trabalhistas

"Nós votamos não foi para deixá-los sozinhos. Nós continuaremos lutando aí com vocês". Este foi um dos emocionantes depoimentos da Assembléia Geral de posse da nova diretoria e integrantes do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. O autor e professor emérito da Faculdade de Letras, Edwaldo Cafezeiro, prestigiou a concorrida solenidade, no último dia 15, data em que foi comemorado em todo o país o dia do professor. O presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, o coordenador geral da CUT-Nacional, Agnaldo Fernandes, e vários outros dirigentes sindicais compareceram ao evento que contou, também, com a participação do reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira.

Em seu discurso de posse, Sara Granemann citou trechos de artigo do economista Cesar Benjamin e comentou a realidade do trabalho docente nas universidades em função da falta de verbas para a pesquisa, da defasagem salarial e das condições de sucateamento das instituições. A presidente empossada criticou a prioridade dada pelo governo federal ao pagamento de juros da dívida pública "às expensas das políticas sociais". Para ela, a política econômica é uma das razões para a penúria das universidades e do ensino público no país. "Como a única luta que se perde é a que se abandona, reafirmamos a luta pela autonomia universitária e pela carreira docente", frentes que, segundo a professora, serão uma prioridade para o movimento docente no próximo período.

Sara disse que a nova diretoria pretende encaminhar um processo de extensos debates sobre temas como a avaliação institucional; o estabelecimento e a consolidação dos espaços democráticos da universidade, com a discussão de uma estatuinte; direitos trabalhistas; e o que considera um bem maior para o exercício docente: a autonomia intelectual. A presidente agradeceu aos seus companheiros de diretoria e a alguns dos presentes: Leila Rodrigues (professora do IFCS), Cristina Miranda (3º secretária do Andes-SN), Sônia Lúcio (professora da UFF e dirigente da CUT/RJ), José Miguel, Juarez Duayer (diretor da Aduff-SSind), Marina Barbosa (presidente da Aduff-SSind), Marcelo Badaró (professor de História da UFF), Roberto Leher (ex-presidente e atual conselheiro da Adufrj-SSind) e Roberto Houaiss (professor da Faculdade de Arquitetura e ex-diretor da Adufrj-SSind).

Fotos: Guilherme Lessa

PLENÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL QUE DEU POSSE AOS NOVOS DIRETORES DA SEÇÃO SINDICAL: SARA GRANEMANN (PRESIDENTE), WALCYR DE OLIVEIRA BARROS (1º VICE-PRESIDENTE), JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA (1º TESOUREIRO) E JANETE LUZIA LEITE (1ª SECRETÁRIA)

PROFESSORES E CONVIDADOS FESTEJAM APÓS A ASSEMBLÉIA, NA CASA DA CIÊNCIA, NO *CAMPUS* DA PRAIA VERMELHA

Luiz Lucas disse ter certeza de que os professores que assumem a direção da seção sindical representam uma grande parcela dos docentes que não aceitam os valores de mercado impregnados nos últimos anos nas universidades brasileiras. Para Lucas, o desafio da nova direção será rumar contra o abandono da construção do coletivo e assumir uma lógica de transformação contra o que chamou de "competição interclasse". Lucas mencionou também o trabalho dos integrantes da nova gestão à frente do Grupo de Seguridade Social da SSind durante o processo de mobilização e greve contra a Reforma da Previdência. "Meus parabéns à diretoria que inicia o seu mandato pelo trabalho realizado em relação à luta contra a Reforma da Previdência. Este é um exemplo de que é possível fazer frente ao assalto à esfera pública no país em que vivemos".

O presidente do Andes-SN lembrou que, apesar do previsível desfecho da votação da Reforma da Previdência no Senado, com a aprovação da emenda, a briga contra o processo de privatização desta política não acabou. "A fragilidade do governo nos próximos meses e a discussão da legislação infraconstitucional deverão abrir brechas para que esta luta continue", lembrando, ainda, a intenção do governo em prosseguir na retirada de direitos dos trabalhadores com as anunciadas reforma sindical e trabalhista. Ao final de sua intervenção, mais elogios: "Para nós, na diretoria nacional do Andes-SN, o trabalho de vocês é absolutamente imprescindível. Vocês tem todo o nosso apoio, toda a nossa confiança".

Agnaldo Fernandes, da "nossa CUT nacional" como fez questão de sublinhar a presidente empossada, ressaltou a qualidade do trabalho desenvolvido pela seção sindical e destacou o movimento contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) como uma das frentes de ação dos trabalhadores no próximo período. Agnaldo criticou a submissão do governo Lula no processo de discussão do acordo multilateral e fez elogios à nova presidente com quem disse ter orgulho de poder compartilhar "o sonho por uma sociedade socialista".

O reitor Aloiso Teixeira também fez elogios a Sara e à ex-presidente Cleusa Santos. O dirigente disse que sua presença no evento foi uma demonstração de respeito aos sindicatos, "mesmo quando há divergências". O reitor disse que pretende, em breve, fazer uma reunião com a nova diretoria na sede da seção sindical, assim como fez com a anterior, há algumas semanas.

Seções sindicais e sindicatos prestigiam posse

Representando o Sintufrj, a coordenadora da entidade Simone Silva disse que a relação do sindicato com a seção sindical é bastante positiva e citou a luta conjunta dos servidores da universidade contra a Reforma da Previdência, na recente greve nacional da categoria. Simone também agradeceu o trabalho dos diretores que terminaram o mandato e dos professores que assumiram, em especial, Sara e José Miguel Bendrao, pelas contribuições nos debates promovidos pelas entidades durante o movimento contra a reforma. "Sejam bem-vindos à direção da Adufrj-SSind e não tenham dúvidas de que estaremos com vocês nos próximos anos".

O coordenador do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública, Arlei Assucena, também elogiou a colaboração de Sara, José Miguel e Janete Luzia "que sempre estiveram presentes nas atividades do Fórum", durante a campanha contra a reforma.

Representando a CUT-RJ, a professora da UFF, Sônia Lúcio parabenizou os diretores que encerravam seus mandatos e disse que a nova diretoria "materializava não só a luta por uma universidade pública, mas a luta por uma previdência pública, solidária e para todos", em mais uma referência ao trabalho dos componentes da nova direção contra a reforma previdênciária.

Plenária congratula direção

Várias foram as intervenções da plenária. Os presentes saudaram os integrantes da nova gestão e ressaltaram o trabalho da diretoria que encerrava seu mandato nas lutas encaminhadas pela Seção Sindical. A presidente da Seção Sindical dos Docentes da UFF, Marina Barbosa, parabenizou os presentes pelo Dia do Professor e destacou a unidade da categoria na luta por transformações no país. "Somos capazes de nos unir e enfrentar o governo em direção a uma nova sociedade, de forma estratégica". O presidente da Asduerj, Jorge Máximo, saudou os professores da diretoria anterior e da gestão empossada. "Fico feliz em ver na passagem entre vocês a preservação da entidade como um bem maior".

O professor da UFF Marcelo Badaró parabenizou o conjunto dos docentes da UFRJ pela qualidade dos docentes das duas diretorias.

CLEUSA SANTOS E KELVIN MELO

Ex-diretores prestam homenagens

Antes de dar posse aos novos diretores, a ex-presidente Cleusa Santos comentou a importância de ter participado das duas últimas diretorias da seção sindical. "É na defesa do serviço público de qualidade que a diretoria e os militantes têm posto o seu serviço", declarou. Cleusa e os professores Luciano Menezes e José Sanglard, respectivamente primeiro vice-presidente e primeiro tesoureiro, homenagearam o jornalista Kelvin Melo e o secretário Alex da Silva Lima, representando os setores de Comunicação e Secretaria da entidade.

Cleusa também prestou homenagem aos seus colegas de gestão e disse que sem os professores Sanglard e Luciano não teria conseguido desenvolver o seu trabalho. Sanglard agradeceu a presença dos professores na cerimônia de transferência dos cargos e se disse honrado por ter participado, pela terceira vez, da direção da seção sindical. O ex-diretor fez questão de ressaltar que considera o sindicato o local adequado para se fazer política. "Nós nos veremos ainda nas assembléias e demais fóruns do movimento", despediu-se, lembrando as lutas que virão em relação às reformas trabalhista e sindical.

Companheiros (as):
À oportunidade da posse de Vossas Senhorias, expressamos nossos votos de uma gestão profícua à frente da Adufrj-SSind.
Temos a certezaa de que o trabalho a ser desenvolvido por essa Diretoria fortalecerá a defesa da Universidade Pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade e socialmente referenciada, bem como contribuirá para a construção da unidade do conjunto dos trablhadores nas lutas que se fazerm necessárias em defesa dos interesses da maioria da população e da democratização do país.
Reiterando votos de sucesso, apresentamos nossas cordiais
Saudações Sindicais e Universitárias
Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral do Andes-SN

Prezados companheiros,
infelizmente não poderei comparecer à posse da nova Diretoria e do Conselho de representantes porque tenho uma reunião plenária do meu departamento exatamente neste horário. E esta plenária tem na pauta um ponto do qual sou relatora e que interfere diretamente na vida de alguns alunos que trabalham no laboratório de pesquisas que coordeno. Sendo assim, justifico minha ausência e desejo uma boa festa para todos. Saudações univesitárias,
Maria Paula Araujo, Departamento de História.
Representante do IFCS.

A Adufepe parabeniza os novos dirigentes da Adufrj, desejando pleno êxito nas lutas em defesa do Ensino Público Gratuito e de Qualidade para todos. Recebam as nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.
Adufepe-SSind

Senhores(as) Diretores(as),
Acusamos e agradecemos o convite para a posse da nova Diretoria e do Conselho de Representantes desta entidade. Na oportunidade, cumprimentamos V. Sas. pela gestão finda e desejamos aos membros eleitos uma gestão profícua, ao tempo em que, reafirmamos o nosso compromisso de luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Atenciosamente,
Prof. Fernando Pereira dos Santos - Presidente da Adufg-SSind

Prezados Docentes,
A Direção da ESS, em nome do corpo docente, discente e tecnico-administrativo desta unidade de Ensino, parabeniza os novos representantes da ADUFRJ, desejando-lhes sucesso no trabalho que ora se inicia.
Profa. Rosana Morgado - Diretora da Escola de Servico Social;UFRJ

Infelizmente não poderei comparecer a posse da nova Diretoria mas, envio meus votos de feliz gestão e muitas realizações. Abraços a todos
Philomena Gebran

Agradeço sua atenção. Aproveito para recordar que o dia do professor é 15 de outubro... Saudações, boa sorte à nova diretoria e que todos juntos possamos efetivamente prosseguir na luta pela universidade autônoma, pública, gratuita, democrática e de qualidade.
Cordialmente, Cláudia Luna (Letras)

Em nome da Associação dos Servidores da Agricultura-ASA, queremos agradecer a gentileza do convive para a posse da nova diretoria da Adufrj-SSind, desejando uma gestão plena de realizações. Estaremos sendo representados nesse evento um um de nossos vice-presidentes, Sr. Benário Fernandes da Silva, uma vez que compromissos assumidos anteriormente nos levarão na data da posse à Brasília onde estaremos lutando pelo Plano de Carreiras do Ministério da Agricultura.
Luiz de Carvalho Dias - presidente

Sr. Presidente,
Tendo em vista compromissos anteriormente gendados, não foi possível o comparecimento para a cerimônia de posse da Diretoria e do Conselho de Representantes no Adufrj-SSind. Outrossim, aproveitamos a oportunidade para parabenizá-los e desejando sucesso durante a gestão. No ensejo, apresentamos à V. Sas. protestos de elevada estima e distinta consideração.
Amarildo Silva - Presidente do Sind-Justiça

Opinião

As relações do Brasil com o FMI

Cesar Benjamin *

1. Como dissemos na edição do mês anterior, teremos uma oportunidade de compreender melhor o "enigma" do governo Lula ao observar como serão remodeladas as relações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O acordo em vigor, assinado durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, terminará em novembro. Raciocinando pelos extremos, poderemos não renegociar nada, pondo fim a um período de cinco anos de monitoramento contínuo da economia brasileira pelo Fundo, ou aceitar um novo acordo em bases semelhantes ao anterior. Entre essas duas possibilidades, porém, há um amplo leque de opções intermediárias que neste momento parecem ser mais prováveis.

O FMI diz que o Brasil não necessita de novo acordo, mas acrescenta que ouvirá com boa vontade qualquer proposta do nosso governo. Nossas principais autoridades, por sua vez, inclusive Lula e Antônio Palocci, confirmam que as condições atuais são favoráveis ao Brasil, que, também segundo eles, não necessita mais do dinheiro do Fundo. Mesmo assim, completam, só em fins de outubro, de maneira pragmática e não ideológica, decidirão o que fazer. "Passei parte da minha vida gritando 'não ao FMI'", diz Lula. "Agora sei que não se trata de nenhum bicho-papão. Negociaremos um novo acordo se isso for do interesse do Brasil."

Tentaremos, neste texto, compreender as raízes dessa aparente indefinição de ambas as partes. Trabalharemos em torno de quatro aspectos: (a) a mudança do papel do FMI nos últimos vinte anos; (b) o modelo-padrão dos acordos com o Fundo; (c) a nova fase das relações entre o Brasil e o Fundo; (d) as propostas já divulgadas para uma nova negociação.

2. A mudança do papel do Fundo.

Nos parágrafos finais da análise do mês anterior, disponível nesta mesma página, situamos alguns aspectos dessa questão, que agora retomamos do ponto em que paramos. O FMI é uma criação da Conferência de Bretton Woods, realizada no fim da Segunda Guerra Mundial. O sistema monetário criado ali previa que o dólar seria a moeda de referência internacional, com o Estado norte-americano garantindo sua conversibilidade em ouro, a uma taxa fixa. Entre o dólar e as demais moedas nacionais haveria um sistema de taxas de câmbio também fixas (aju stáveis segundo certos critérios). Nesse contexto, caberia ao FMI abrir linhas de crédito de curto prazo para países que experimentassem desequilíbrios externos (comerciais e de serviços), de modo a possibilitar que ajustassem seus balanços de pagamentos com um mínimo de prejuízo para os fluxos internacionais de comércio.

Esse arranjo implodiu no início da década de 1970, quando os Estados Unidos decidiram retirar-se do tratado, anunciando o fim da conversibilidade dólar-ouro (tal decisão representou uma moratória da reserva norte-americana de ouro). Constituiu-se desde então um novo padrão monetário internacional, hoje em pleno vigor, também centrado no dólar, mas com moedas sem lastro e taxas de câmbio permanentemente flutuantes. Nesse novo contexto, em tese, havendo desequilíbrios nas relações comerciais e de serviços de um país com os demais, a taxa de câmbio se valoriza ou se desvaloriza automaticamente, promovendo ajustes sem a intervenção do FMI. As funções originais, para as quais o Fundo foi criado, praticamente perderam o sentido.

Depois de um período de incerteza sobre os destinos da instituição, iniciou-se uma redefinição do seu papel, sempre sob a direção dos Estados Unidos, que detêm a maioria das cotas. Nas décadas de 1980 e 1990, o Fundo passou a ser usado para promover as chamadas "reformas estruturais" nas economias periféricas, reformas associadas à construção da nova ordem neoliberal. Em fevereiro de 1998, Lawrence Summers, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, foi claro a esse respeito, quando caracterizou o FMI como "o mais importante veículo multilateral disponível para realizar reformas condicionadas nos países emergentes".

3. Este ponto precisa ser enfatizado: pelos seus estatutos, o FMI existe apenas para prover linhas de crédito de curto prazo a países com dificuldades momentâneas em suas contas externas, de modo a que eles possam superar esses desequilíbrios temporários. A partir da década de 1980, porém – agindo à revelia desses estatutos, que não foram alterados –, a instituição passou a ser o "veículo multilateral" usado pelo governo dos Estados Unidos para promover reformas neoliberais (ou "reformas condicionadas") nas instituições econômicas, sociais e políticas dos países periféricos (ou "emergentes"), no contexto de construção da nova ordem internacional. Em vez de lidar com problemas localizados de liquidez, o FMI começou a promover rearranjos internos, profundos e duradouros, nesses países. Passou a interferir pesadamente na reorganização das economias (abertura comercial e financeira, por exemplo) e das sociedades (reformas nos sistemas previdenciários e trabalhistas, por exemplo), exigindo medidas que escapam completamente de sua esfera de competência original.

O processo foi concebido de modo a autoalimentar-se: maiores graus de liberalização das economias periféricas, especialmente nos terrenos comercial e financeiro, tornam essas economias mais vulneráveis aos movimentos internacionais de capital. Com a abertura da conta de capital – uma das "reformas condicionadas" a que Lawrence Summers se referia -, o capital financeiro passa a ter um poder avassalador sobre os Estados nacionais, especialmente os da periferia, pois os movimentos desse capital, agora liberados, colocam a taxa de câmbio onde ele desejar, ameaçando assim desorganizar as economias locais. Estas se tornam crescentemente dependentes do FMI, não só pela possibilidade de ter acesso aos seus recursos (em troca das condicionalidades), mas também porque o aval do Fundo passa a ser a principal referência para orientar aqueles movimentos do capital financeiro.

Assim, uma vez iniciadas, as reformas liberais exigem novas rodadas de reformas complementares, sempre na mesma direção, apresentadas agora como inevitáveis. A partir de certo ponto, "não há mais alternativas", como Margareth Tatcher gostava de dizer. Os países capturados por essa dinâmica, como o Brasil, terminam por encaixar-se perfeitamente, de forma subordinada, na nova ordem mundial desejada pelos Estados Unidos.

4. O modelo-padrão dos acordos.

No terreno estritamente macroeconômico, a relação do FMI com os países periféricos inclui três pontos inegociáveis: (a) metas de superávit primário, mesmo às custas de contrair gastos sociais imprescindíveis, de modo a assegurar a transferência de recursos da sociedade (via recolhimento de impostos) para os credores (via pagamento do serviço das dívidas); (b) políticas monetárias contracionistas, voltadas para reduzir o consumo e o investimento internos (e, com eles, as importações) e forçar as empresas a realizar políticas exportadoras mais agressivas, de modo a gerar os dólares necessários à solvência externa;

(c) plena liberdade de movimentação de capitais, para que a transferência desses recursos ao exterior não enfrente obstáculos.

Estas políticas formam o "núcleo duro" das condicionalidades macroeconômicas impostas pelo FMI. Ele foi preservado inclusive no recente acordo com a Argentina. (O governo Kirchner conseguiu recusar o *aumento* do superávit primário e outras exigências repugnantes, que não fazem parte desse "núcleo duro", como indenizar bancos estrangeiros por prejuízos causados pela ruptura da paridade peso-dólar e aumentar os preços de serviços públicos prestados por empresas estrangeiras que participaram dos programas de privatização).

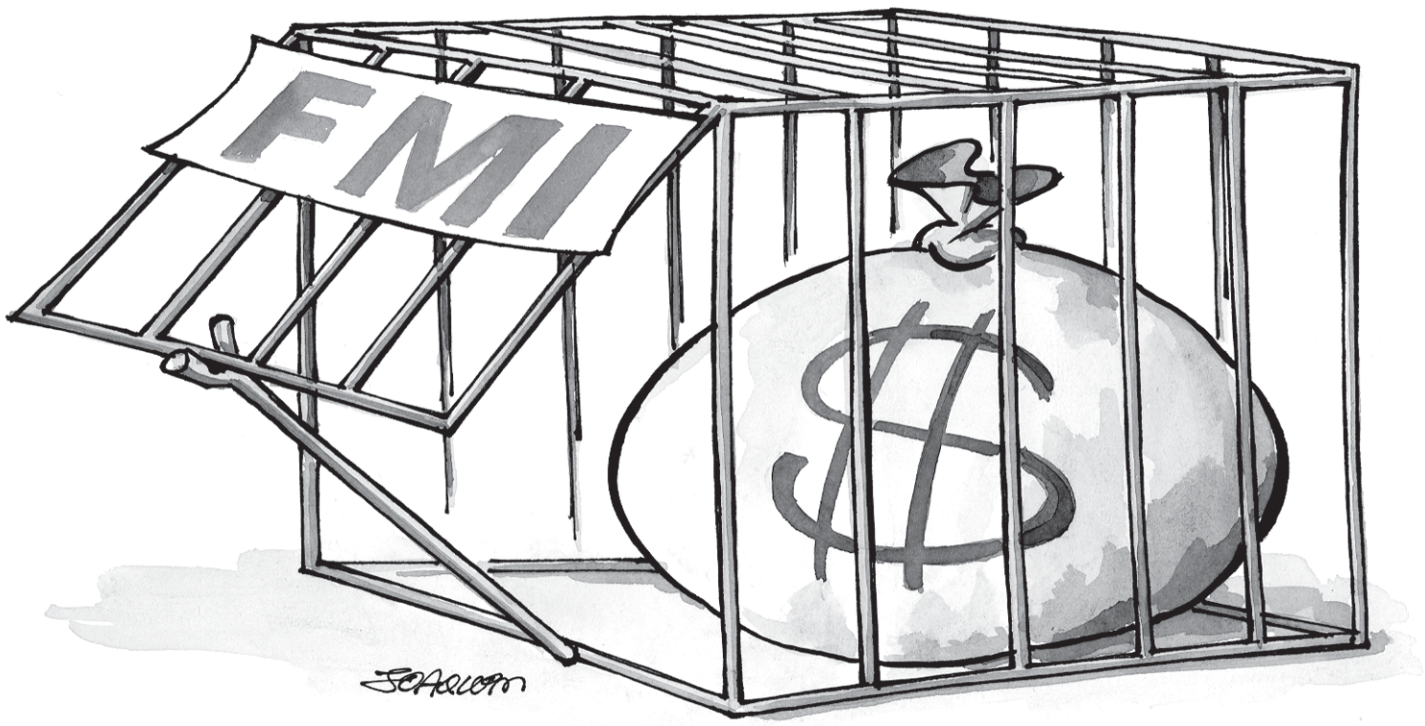
5. A nova fase das relações entre o Brasil e o Fundo.

Em relação à análise do mês anterior, as principais alterações relevantes para o nosso tema são uma revisão para cima na expectativa de saldo comercial (de US$ 17 bilhões para US$ 20 bilhões) e projeções mais otimistas do Banco Central sobre a nossa possibilidade de fechar sem maiores problemas o balanço de pagamentos em 2004. Assim, no que diz respeito ao acordo com o FMI, as perguntas são quase óbvias. Se está afastada a hipótese de uma crise que possa conduzir a uma moratória de pagamentos externos, por que ainda se discute a renovação do acordo? Por que esta questão não é simplesmente superada, com o Brasil retornando à situação normal, sem tutela? Por que, nesse debate, ambas as partes comportam-se com tanta ambigüidade?

Embora menos óbvias, as respostas são claras. As relações entre o Brasil e o Fundo estão transitando para um novo estágio, ainda em via de consolidação. O que caracteriza esse novo estágio é o seguinte: as condicionalidades tradicionais, impostas pelo Fundo, já foram completamente internalizadas, expressando-se agora em leis brasileiras e coincidindo com opções internas de política econômica. Senão, vejamos: (a) o superávit primário, que era de 3,75% do PIB no governo de Fernando Henrique, foi aumentado por Lula para 4,25%, enquanto os gastos sociais, que correspondiam a 2,59% do PIB, foram reduzidos para 2,45%; essas decisões não dependem mais de negociações com o Fundo, pois foram incorporadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que está em vigor até 2006;

(b) como mostraremos adiante, a adoção de políticas monetárias contracionistas é uma decorrência natural do regime de metas de inflação, considerado parte essencial do modelo macroeconômico adotado por nosso governo;

(c) a plena mobilidade de capitais está assegurada pela autonomia de fato do Ban-



co Central, chefiado por Henrique Meirelles, um homem de confiança do sistema financeiro internacional; o governo Lula tem anunciado que quer colocar em lei essa autonomia, de modo a torná-la permanente.

Assim, não são mais necessárias pressões de fora para dentro, pois não há mais o que negociar nos moldes tradicionais. *O programa de ajuste estrutural do FMI passou a ser coisa nossa*. Por isso a relação com o Fundo adquire agora uma qualidade nova, que ambas as partes começam a construir, tateantes. Da parte do governo brasileiro, isso permite o seguinte raciocínio: se a política de arrocho fiscal e monetário será mantida de qualquer forma, por que não contar com o aporte de recursos do Fundo, embora desnecessários, oferecendo-se assim maior margem de segurança aos credores externos? Ou seja, se pagaremos de qualquer forma os custos da política do FMI, pois já internalizamos essa decisão, por que não devemos buscar a benesse dos seus recursos?

6. Dos três itens acima apontados, apenas o segundo – a permanência de políticas monetárias contracionistas – exige algum comentário, pois os demais são auto-explicativos. Vamos a ele. No modelo atual de gestão macroeconômica, o Banco Central assume com o governo o compromisso de atingir determinada meta de inflação. Esta passa a ser sua atribuição única e exclusiva. Isso quer dizer que a inflação é considerada um fenômeno exclusivamente monetário, aspecto essencial da teoria econômica ortodoxa. Qualquer inflação – seja de demanda, inercial ou de custos – passa a ser tratada com doses cavalares de juros, praticamente o único instrumento disponível no arsenal de medidas do Banco Central, mesmo quando essas doses não obtêm quase nenhum efeito sobre a própria inflação (como no caso dos preços administrados) ou apresentam efeitos colaterais seriíssimos sobre a sociedade como um todo. Comprometido apenas com metas de inflação, o Banco Central se desobriga de levar em conta problemas de crescimento e emprego. Qualquer repique da inflação ou qualquer possibilidade de crise cambial produz novo aumento nas taxas de juros, o que, por sua vez, exige metas maiores de superávit primário. Garantindo-se, adicionalmente, elevado superávit comercial e câmbio flutuante, minimiza-se o risco de crise nas contas externas, ao custo de manter acionados os mecanismos que reproduzem recessão. A política monetária passa a ser manejada sem nenhuma consideração aos indicadores da economia real e da crise social. Adquire, por sua lógica interna, o forte viés contracionista que o FMI sempre recomendou, pois *a taxa de crescimento do PIB passa a ser uma variável de ajuste*. As demais instituições do Estado – responsáveis, por exemplo, por políticas industriais, científicas e tecnológicas, ou por políticas sociais fortemente multiplicadoras de renda e emprego, como habitação e saneamento – precisam adaptar-se a um ambiente macroeconômico inimigo do gasto público e do crescimento.

Por isso, as previsões sempre se mostram otimistas, e o crescimento é sempre adiado para o ano que vem. O crescimento de 2003, por exemplo, deveria ser de 5%, segundo as previsões da LDO de 2001; de 4,5%, segundo a LDO de 2002; de 4%, segundo a LDO de 2003; de 3,5%, segundo a LDO de 2004, feita já durante o governo Lula. Hoje se espera uma taxa de 0,5%, considerada "muito boa" – pois acima de zero! – pelo impagável ministro Palocci. (Como a população do país cresce cerca de 1,5% ao ano, a sociedade empobrece sempre que a capacidade produtiva cresce abaixo desta taxa.)

7. Os riscos políticos dessa trajetória são evidentes, pois com o tempo a sociedade se cansa e passa a exigir maior atenção aos seus problemas sociais. Fernando Henrique Cardoso que o diga. Por isso Lula tornou-se insubstituível, ao conquistar a confiança do sistema financeiro internacional, aceitando sua agenda, e ao apresentar-se como o político mais capaz de evitar – ou, pelo menos, adiar – uma crise social interna de conseqüências imprevisíveis. Isso vem sendo crescentemente reconhecido pelos conservadores. "O Brasil continuará sendo usado pelo FMI como o seu melhor modelo atual de sucesso e, se for necessário, a entidade não deixará de aportar recursos para manter essa situação", dizia o editorial do jornal *Valor Econômico* em 15 de setembro. No mesmo dia, *O Estado de S. Paulo* escrevia: "Não faz diferença alguma colocar 'metas sociais' no novo acordo. Por que, então, o governo Lula pensa em incluí-las e o FMI, em aceitá-las? *Marketing* dos dois lados.

O governo Lula poderia apresentar o programa como um 'acordo do PT'. E o FMI, sempre acusado de deixar seus clientes na miséria, poderia exibir ao mundo sua nova face social. (...) É capaz de o FMI mandar colocar uma estátua de Lula no imenso saguão central de sua sede, em Washington." É importante entendermos por que a imprensa conservadora tem toda a razão, a ponto de exprimir-se com tanta desfaçatez e crueza. Vamos por partes, analisando em separado as medidas inovadoras que o governo vem anunciando como mais prováveis em um eventual novo acordo com o FMI.

8. As propostas já divulgadas.

A primeira delas é um tratamento mais flexível aos investimentos das empresas estatais, hoje considerados como gastos (com exceção da Petrobras) e, como tal, sujeitos ao contingenciamento geral. Na absurda regra atual, se a Eletrobras tem lucro de R$ 1 bilhão e o reinveste, modernizando e expandindo o setor elétrico, isso é considerado fonte de déficit; se recolhe esses recursos ao Tesouro e os esteriliza, deixando o sistema elétrico sem investimentos novos, ajuda a atingir a meta de superávit primário, necessário para pagar os juros da dívida interna. Nossas autoridades acenam com uma renegociação desse aspecto.

Porém, como vimos, o governo Lula, por sua própria iniciativa, sem que o FMI o exigisse, aumentou a meta de superávit primário para 4,25% do PIB e inscreveu essa meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor até 2006. Se o FMI aceitar retirar a contribuição das empresas estatais para a formação desse superávit, restará ao governo dois caminhos: elevar impostos (o que parece politicamente inviável) ou retirar mais recursos de outras áreas para cobrir a diferença. O resultado líquido, do ponto de vista dos gastos públicos, será nulo.

Um segundo ponto que tem sido sugerido é o fim da proibição – também absurda – de que o BNDES e a Caixa Econômica financiem o setor público. Mas, independentemente de qualquer acordo com o FMI, os limites a esse financiamento já foram internalizados na legislação brasileira, mais especificamente na Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo que também neste caso o Fundo pode arrefecer a pressão de fora para dentro, sem que sua política venha a ser substancialmente alterada.

A terceira idéia do governo Lula é escandalosa: inserir "metas sociais" no novo acordo. Passaríamos a estar constrangidos, de fora para dentro, por "condicionalidades positivas" em torno de temas completamente estranhos aos estatutos do Fundo e que dizem respeito, única e exclusivamente, à política interna do nosso país. Nem Fernando Henrique imaginou tamanha demonstração de vassalagem: uma agência controlada pelo governo dos Estados Unidos e sempre preocupada com as condições de pagamento aos credores internacionais passaria a orientar e monitorar nossa política social. Das duas, uma: ou o FMI apenas referendaria as metas sociais do governo Lula (e, neste caso, a negociação seria uma pantomima) ou definiria outras metas. Como, havendo novo acordo, ele estabelecerá as metas que afetam as questões externas, terá assumido plenamente o governo do Brasil! Com o mesmo agravante da hipótese anterior: qualquer meta social adotada sem que se altere o superávit primário implicará cortes de outras despesas – que só poderão ser despesas sociais, as únicas que permitem esse manejo. Assim, o governo anunciará, com pompa e circunstância, novas metas sociais que serão financiadas... com o corte de outras despesas sociais!

9. Estamos oscilando, como se vê, entre a tragédia e a farsa. Dando seqüência às suas recorrentes tentativas de desmoralizar a esquerda, Lula agora diz que sempre gritou "Não ao FMI!" como um jargão ideológico vazio e irracional. Isso é problema dele. Da nossa parte, continuamos dizendo o mesmo "não", sabendo porém exatamente o que dizemos. Como sempre soubemos.

---

* Economista, integra a coordenação nacional do Movimento Consulta Popular. Este texto foi divulgado no sítio do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj (www.lpp-uerj.net/).

Andes-SN

Andes-SN discute incorporação de gratificações

Sindicato critica fundo para Educação

A diretoria do Andes-SN está negociando com o MEC a incorporação das gratificações (GED, GID e GAE) aos vencimentos dos docentes. Este ponto consta da pauta de reivindicações do Sindicato Nacional desde 2001. A última reunião do Setor das Federais, realizada em Brasília (DF), em 10/10, aprovou que o Sindicato Nacional desenvolva ampla campanha pela incorporação de todas as gratificações, nos valores máximos correspondentes a cada nível de titulação para todos os professores, ativos e aposentados.

Em reunião com o Secretário da SESu/MEC, Carlos Roberto Antunes, no último dia 15, o debate da incorporação das gratificações foi acompanhado de um outro tema importante para os docentes: uma nova carreira. O Secretário observou que o MEC está disposto a iniciar uma negociação para a formatação e implantação de uma nova carreira docente nas IFES. Carlos Roberto informou que a proposta de Carreira Docente do Andes-SN poderia ser considerada neste processo. Carlos Roberto citou ainda a necessidade de se discutir a autonomia universitária, o que poderá ocorrer com a criação de um Sistema Nacional de Ensino Superior.

Os representantes do Andes-SN reafirmaram que, inicialmente, o MEC deve definir a incorporação, a partir de janeiro de 2004, da GED e da GID e restabelecer os valores de remuneração das diferentes posições da carreira, antes de se iniciar as negociações para a implantação de uma nova.

Orçamento para 2004

Em audiência pública na Comissão de Educação e Cultura na Câmara dos Deputados, foi entregue um documento assinado por 120 entidades da área educacional em protesto contra a proposta orçamentária para 2004.

Criação de fundo para Educação

Em pronunciamento durante a 32ª Plenária geral das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em Paris, o ministro Cristovam Buarque propôs a criação de um fundo para financiamento da educação mundial. Os recursos viriam de 20% do valor pago pelos países pobres para pagamento de suas dívidas externas.

O Andes-SN tem restrições à criação de fundos para fomento da Educação e da C&T. Como alternativa, o Sindicato Nacional defende a aplicação de determinados percentuais do PIB para essas áreas. Além disso, o Andes-SN questiona o pagamento de uma dívida que consome 56% do PIB brasileiro.

Professores sofrem repressão no Piauí

O Andes-SN, em circular encaminhada às seções sindicais no dia do fechamento desta edição (17/10), solicitou o envio de mensagens de repúdio ao governo do estado do Piauí (governador@pi.gov.br) e à reitoria da Universidade Estadual local (fax da reitora Oneide Rocha – (86) 213-2733). Os professores da Uespi encontram-se em greve por justas reivindicações salariais desde 25/08, mas vêm sofrendo forte repressão, como o corte de ponto, desconto de salários e ameaça de suspensão de contrato. O Sindicato Nacional exige do governo estadual o respeito ao direito constitucional de greve a abertura imediata das negociações.

Adufrj-SSind

Seção Sindical lança *Registrando a História 2*

Na semana passada, os sindicalizados da Adufrj-SSind receberam, pelo correio, junto do jornal 112, o CD-Rom *Registrando a História 2*, com as publicações da seção sindical produzidas desde 1979, ano de fundação da entidade. O documento digital foi atualizado com as publicações de jornais, boletins e encartes de setembro de 2001 a agosto de 2003. Algumas publicações do período anterior a 2001 que não constaram da primeira edição foram inseridas e outras correções também foram feitas. O responsável pelo setor de informática da seção sindical, Renato Marvão, explica que no *Registrando a História 2* os arquivos foram otimizados e acesso ficou mais rápido. Todo o material do CD também está disponível para consulta e para *downloud* na página da entidade: www.adufrj.org.br.

Vale a pena conferir.

Todos ao ato no dia 23

A Adufrj-SSind convoca os docentes para o ato público contra a reforma da previdência nesta quinta-feira, dia 23 de outubro, no Centro, com concentração às 11h30, no Buraco do Lume. Os servidores protestarão contra a votação no Senado da PEC-67, que transfere recursos públicos para os mercados financeiros e de capitais, através dos fundos de pensão; retira direitos constitucionais do servidor público e precariza os serviços públicos prestados à população, principalmente a de baixa renda.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

ENCARTE PREVIDÊNCIA

EDIÇÃO DE
20 DE OUTUBRO
2 0 0 3

Paulo Cabral/Agência Andes-SN

DURANTE A MARCHA DO DIA 11 DE JUNHO, EM BRASÍLIA, SERVIDORES SE MANIFESTARAM CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA

Adufrj-SSind apresenta nova análise da reforma previdenciária

No presente encarte, a nova diretoria da Adufrj-SSind – toda originada do Grupo de Trabalho Seguridade Social da seção sindical – apresenta um quadro comparativo, com comentários, entre o texto atual da Constituição e as modificações introduzidas pela reforma da Previdência, aprovada na Câmara dos Deputados.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 40/2003 (PEC-40), encaminhada pelo governo Lula ao Congresso Federal, em 30 de abril de 2003, tramita atualmente no Senado Federal. No essencial, tanto o parecer do relator (Deputado José Pimentel - PT/CE) na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) como os textos aprovados em primeiro e segundo turnos no Plenário da Câmara de Deputados foram fiéis ao texto original do governo. Em 28 de agosto, quatro meses após a apresentação pelo governo ao Congresso Federal, a PEC-40 deu entrada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, como PEC-67/03. Ao senador Tião Viana (PT -AC) coube a elaboração do parecer na CCJ. Aqui, a PEC recebeu 326 emendas ao texto, todas rejeitadas pelo relator, que teve seu parecer aprovado às seis horas da manhã do dia 25 de setembro, por 14 votos a favor e 7 contra. O texto aprovado nesta primeira instância de análise do Senado não alterou em nada a proposta de reforma previdenciária já aprovada pela Câmara dos Deputados. Após leitura no Plenário do Senado, o parecer do senador Tião Viana será publicado no Diário Oficial do Senado e, decorridos cinco dias úteis, a proposta de reforma começará a ser discutida no Plenário desta Casa. Os senadores terão então cinco dias de debate, durante os quais poderão apresentar emendas à PEC-67, desde que assinadas por, no mínimo, 27 parlamentares. Aprovadas as emendas, a PEC retornará à CCJ, para nova apreciação do que tiver sido votado no Plenário. Uma vez analisada pela CCJ, realiza-se segunda votação em Plenário.

Para a aprovação da PEC-67 na CCJ, a base governista usou um expediente para impedir a discussão das emendas à reforma da previdência: propôs uma "PEC-Paralela". Ao mesmo tempo em que a reforma já chega ao Plenário para uma primeira discussão e apresentação de novas emendas, já está na CCJ o que passou a ser chamada de "emenda paralela" da Previdência. Trata-se de uma iniciativa dos senadores governistas, que resolveram colocar nesta emenda as mudanças que o governo aceita fazer na reforma. Com isso, os senadores da base do governo tentam evitar possíveis mudanças no próprio texto da reforma, o que poderia exigir seu retorno à Câmara. A idéia dos governistas no Senado é votá-la sem mudanças e promulgar a reforma que veio da Câmara dos Deputados. Já a emenda constitucional 'paralela' seria remetida à análise dos deputados, pois ela contém pelo menos quatro alterações na área previdenciária ainda não apreciadas por aqueles parlamentares. Este caminho, no entanto, é questionado pelos partidos de oposição, temerosos de que a reforma paralela acabe não sendo votada mais tarde pelos deputados. Agilizar a aprovação da emenda constitucional da reforma da previdência interessa ao governo porque os parlamentares e os partidos da base governista poderão sofrer desgastes ao aprovarem medidas contrárias aos trabalhadores em ano eleitoral como o de 2004.

GTSS da Adufrj-SSind

Análise da PEC 40-B/2003, na redação aprovada pelo Plenário da Câmara Federal

Paulo Cabral/Agência Andes-SN

PRIMEIRA MARCHA CONTRA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA REUNIU CERCA DE 30 MIL PESSOAS, EM BRASÍLIA

A Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2003 (PEC 40) tem 12 artigos, com a seguinte estrutura:

a) o artigo 1º, o mais longo, contém as alterações propriamente ditas da Constituição Federal, estabelecendo as *regras permanentes*, em geral válidas para os futuros servidores;
b) o artigo 2º repete, modificado, o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20/98 (EC 20/98), referente à *regra de transição*, válida para quem estava no serviço ativo quando a EC 20/98 foi publicada, em 15 de dezembro de 1998;
c) o artigo 3º trata dos servidores ativos que já cumpriram as condições para aposentar-se;
d) os artigos 4º e 8º referem-se aos atuais aposentados e pensionistas;
e) o art. 5º aumenta o teto dos benefícios do regime geral da previdência social (RGPS) para R$ 2.400;
f) o artigo 6º dispõe sobre a gestão do regime próprio de previdência social dos servidores públicos (RPPS);
g) o artigo 7º define a integralidade e a paridade para os atuais servidores ativos;
h) os artigos 9º e 10 tratam de disposições transitórias relativas ao teto de remuneração;
i) o artigo 11 revoga dispositivos constitucionais e da EC 20/98, e
j) o artigo 12 formaliza a entrada em vigor da PEC 40.

A análise dos artigos está dividida em três quadros, nas páginas a seguir. O primeiro analisa o artigo 1º da PEC 40 e tem três colunas, a primeira com o texto atual da Constituição Federal, a segunda com o texto da PEC 40 e a terceira com os comentários. O segundo quadro refere-se ao artigo 2º da PEC e tem também três colunas, a primeira com os artigos da EC 20/98 revogados pela PEC 40, a segunda com o texto da PEC 40 e a terceira com os comentários. O terceiro quadro trata dos demais artigos da PEC 40 e tem duas colunas, uma com o texto da PEC 40 e outra com os comentários.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **COPPE:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Quadro I – artigo 1º da PEC 40

Texto atual da Constituição Federal	Texto da PEC 40/2003 aprovado pela Câmara	Comentários do GTSS da Adufrj-SSind
	Art 1º. A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:	
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:		
XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;	XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;	Mantém o "teto de remuneração" federal, válido para servidores, parlamentares, presidente e ministros, igual à remuneração dos ministros do STF (atualmente igual a R$ 17.172,00) e cria "sub-tetos" para estados e municípios. Nos municípios, cria um sub-teto igual à remuneração do prefeito. Nos estados, cria sub-tetos distintos para cada Poder - remuneração do governador para o Executivo, dos deputados estaduais para o Legislativo e dos desembargadores para o Judiciário - limitando ainda as remunerações do Judiciário em 90,25% do subsídio dos ministros do STF. Os sub-tetos distintos para cada Poder foram introduzidos pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), diante das críticas à perda de autonomia dos poderes em relação ao Executivo que o texto original da PEC implicava. O texto aprovado na Comissão Especial fixava este limite em 75% e sofreu fortes críticas do Judiciário, inclusive uma ameaça de greve dos juízes, evitada pelo acordo que resultou no aumento do limite, inicialmente para 85,5% (Emenda Aglutinativa 4) e, posteriormente, para 90,25% (Emenda 8).
Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.	Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.	Este é o artigo que estabelece as regras da previdência dos servidores públicos, ou seja, dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A redação atual foi dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998 (EC 20/98, a reforma da previdência de FHC) e retirou vários direitos dos servidores em relação à Constituição Federal original de 1988. A PEC 40/2003 segue a mesma linha, referindo-se expressamente à contribuição dos aposentados e pensionistas (e ao seu caráter "solidário"), tentando assim eliminar de vez as argüições de inconstitucionalidade sobre o tema. A introdução do caráter "solidário" tem o objetivo de justificar a cobrança de quem já recebe o benefício. Ver comentário ao (novo) § 18, na página 6.
§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3°: I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei; II - compulsoriamente, aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: a) 60 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher; b) 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.	§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.	Este parágrafo define as *condições necessárias* para as aposentadorias por invalidez, idade e tempo de contribuição, integrais e proporcionais. É a chamada *regra permanente*, que, desde a EC 20/98, fixa idade mínima *E* tempo de contribuição mínimo para o servidor aposentar-se, ao contrário da regra válida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no qual existe a aposentadoria exclusivamente por tempo de contribuição, sem idade mínima. A chamada *regra de transição*, válida para os servidores que já estavam no serviço público quando a EC 20/98 foi aprovada, foi fixada no seu artigo 8º, e está sendo revogada pela PEC (ver em seguida). O *valor dos proventos de aposentadoria* será calculado de acordo com os parágrafos 3º e 17 deste artigo, que estão sendo, respectivamente, alterado e criado pela PEC (ver em seguida). A alteração do final do inciso I permite que "a lei" regulamente a aposentadoria por invalidez, inclusive a forma de cálculo dos benefícios, e não apenas que liste as doenças graves, contagiosas ou incuráveis. O aumento da idade para aposentadoria compulsória para 75 anos, anunciado pelo governo, não foi incluído na PEC.
§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.	sem alteração	A PEC original estabelecia, para as aposentadorias e pensões, o teto do RGPS (atualmente cerca de R$ 1.870, com aumento proposto na PEC para R$ 2.400) e condicionava, por meio do § 15, a aplicação desse teto à instituição de previdência complementar para os servidores. O texto aprovado pelo Plenário retoma o texto atual da Constituição, na redação dada pela EC 20, que já previa a previdência complementar associada ao teto. Ver comentários aos §§ 14, 15 e 16, em seguida.

Texto atual da Constituição Federal	Texto da PEC 40/2003 aprovado pela Câmara	Comentários do GTSS da Adufrj-SSind
§ 3º Os proventos da aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.	§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.	*Acaba a aposentadoria integral dos servidores* e é retirada da Constituição a definição da forma do cálculo, que será "na forma da lei". No RGPS, o cálculo do salário-de-benefício em vigor (artigo 29 da Lei 8.213, de 24/07/91, na redação dada pela Lei 9.876, de 26/11/99), é feito pela média dos 80% melhores salários-de-contribuição *desde julho de 1994 inclusive*, multiplicados pelo *fator previdenciário*. Na maioria dos casos, este fator previdenciário (criado "na forma da lei") atua como um *redutor* do valor do salário-de-benefício, a menos que o trabalhador resolva trabalhar mais algum tempo, mesmo depois de possuir todas as condições para aposentar-se. Esta é a *regra permanente*, válida para todos os futuros servidores e para os atuais servidores que não atingirem as condições para aposentadoria integral estabelecidas no art. 7º da PEC (ver em seguida). A forma vaga como está o parágrafo da PEC não permite definir *como* será feito o cálculo da aposentadoria, mas apenas que o cálculo *levará em conta* as contribuições feitas para os dois regimes, o RGPS e o RPPS. Pelo que o governo vem propagando, pode supor-se que vá propor alguma *média ponderada* pelo tempo de contribuição feito para cada um dos regimes. Há a possibilidade do tempo no RGPS anterior ao RJU (dezembro de 1990) vir a ser incluído no cálculo. O texto da PEC nada diz sobre isso, nem que sim nem que não, pois será "na forma da lei". Aparentemente, não faria sentido serem usadas no cálculo contribuições anteriores a julho de 1994, pois isso não é feito atualmente nem para quem se aposenta integralmente pelo RGPS. No entanto, a exposição de motivos da PEC, assinada pelos ministros José Dirceu e Ricardo Berzoini, atribui o "desequilíbrio financeiro" da previdência dos servidores públicos à migração da CLT para o RJU determinada pela Constituição de 1988, de modo que nada se pode garantir. Afinal, até a Lei 8.213 (RGPS) pode ser novamente alterada. Em princípio, isso afetaria *todos* os trabalhadores do setor privado, mas nada impede que se faça uma lei específica para o caso "híbrido", pois, apesar do governo alegar que busca a equiparação entre o RGPS e os RPPS, a PEC não vai nessa direção. O texto atual da PEC "corrige uma distorção" do texto original da PEC, ao exigir que o novo cálculo - cuja *forma* será definida por lei - seja feito com as remunerações que serviram de base para as contribuições *do servidor*. O texto original falava em contribuições "recolhidas", sem especificar por quem. Ora, no RGPS, quando o salário é maior do que o teto, a contribuição *do empregador* – portanto, "recolhida" – é sobre o *salário total*, enquanto a contribuição *do servidor* (aqui na condição de *empregado*) é *limitada ao teto*. Assim, a formulação original da PEC permitia que a futura lei viesse a considerar no cálculo salários sob o regime CLT/RGPS acima do teto. É importante observar que o fim da aposentadoria integral por meio desta nova forma de cálculo *independe* da fixação do teto do RGPS associada à instituição de previdência complementar de que tratam os §§ 14, 15 e 16 e vigorará imediatamente após a aprovação da PEC, afetando *todos* os servidores, mesmo aqueles que ganham abaixo daquele teto.
§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.	sem alteração	
§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em 5 anos, em relação ao disposto no § 1°, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	sem alteração	Os professores da educação infantil e do ensino fundamental e médio, atuais e futuros, mantêm o direito à aposentadoria especial, com 5 anos a menos de tempos de contribuição e de idade. No entanto, o valor dos proventos só será integral – com paridade "simbólica" - se forem cumpridas as exigências definidas no art. 7° da PEC. Ver comentário a este artigo e seu parágrafo único, adiante.

Texto atual da Constituição Federal	Texto da PEC 40/2003 aprovado pela Câmara	Comentários do GTSS da Adufrj-SSind
§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.	sem alteração	
§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º.	§ 7º Lei disporá sobre a concessão do beneficio de pensão por morte, que será igual: I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social (RGPS) de que trata o art. 201, acrescido de 70% da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social (RGPS) de que trata o art. 201, acrescido de 70% da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.	*Acaba a integralidade do valor das pensões por morte acima de R$ 2.400* e o seu cálculo é jogado para lei ordinária. O texto original da PEC reduzia o valor da pensão a, no máximo, 70% do atual. A Comissão Especial manteve esta redução apenas para a parcela acima de R$ 1.058. O texto aprovado pelo Plenário da Câmara aumentou o limite de isenção para R$ 2.400. Com esta redação, *o valor da pensão será menor se o servidor falecer após aposentar-se*, porque o fim da aposentadoria integral fará os proventos de aposentadoria serem sempre menores do que a remuneração na atividade. Isto será mais um "estímulo" para o servidor, literalmente, trabalhar até morrer! A justificativa original do governo era que, com a morte do servidor, a família economiza o que ele gastava. Com as sucessivas modificações, negociadas com o intuito de obter a aprovação dos pontos essenciais para o governo (ou seja, a abertura para a previdência complementar), este argumento perdeu o sentido.
§ 8º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei .	§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.	*Acaba a paridade entre ativos e aposentados*, uma das nossas mais caras conquistas (no caso dos docentes, já abalada pela GED/GID). É substituída por "reajustes para preservar o valor real", que a "lei" dirá como fazer. Isto é, eventuais recuperações de perdas históricas, que também tenham afetado os aposentados, não serão concedidas a estes. É uma flagrante injustiça, que atinge quem menos condições tem de reagir a ela.
§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.	sem alteração	
§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.	sem alteração	
§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.	sem alteração	
§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.	sem alteração	
§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.	sem alteração	
§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.	sem alteração	*Privatiza parte da previdência dos servidores.* Esta é a modificação mais estrutural da contra-reforma iniciada pela EC 20 em 1998 e agora consolidada pela PEC, pois transforma uma parte da previdência social (que só pode ser pública, pois é de todos) em previdência complementar (que só pode ser privada, pois é apenas de alguns), a ser implantada pela transferência, dos RPPS para os fundos de pensão, dos direitos (recebimento futuro de benefícios) e deveres (pagamento atual de contribuições) dos servidores públicos relativos à parcela das suas remunerações que fica acima do teto do RGPS.

Texto atual da Constituição Federal	Texto da PEC 40/2003 aprovado pela Câmara	Comentários do GTSS da Adufrj-SSind
		O governo vem negando que esta transferência seja uma privatização, alegando que os fundos de pensão terão a sua "administração em parceria de servidores e governo". No entanto, tal parceria, que nem é cogitada na PEC, não modificaria o caráter de capital financeiro privado dos fundos, expresso, aliás, no artigo 202 da Constituição, citado na redação proposta pela PEC para o § 15, a seguir. É importante lembrar que esta medida *aumentará* a despesa do governo, que deixará de descontar dos servidores 11% sobre a parcela da remuneração acima do teto e ainda terá de contribuir com a sua parte (outros 11%, presumimos) para o novo fundo de pensão. Os cálculos do próprio governo apontam para cerca de R$ 1 bilhão por ano de despesa adicional. Como uma das justificativas para a "reforma" é a necessidade de reduzir gastos do governo, é claro que esta medida, tão cara aos defensores dos fundos de pensão (Gushiken, Berzoini, Palocci e o próprio Lula), precisa ser acompanhada por outras que de fato economizem, como é o caso da "contribuição previdenciária" (isto é, do confisco) dos aposentados e pensionistas. Não será assim "o roto – o servidor - dando para o esfarrapado – o trabalhador 'privado' ", mas ambos, o roto e o esfarrapado, dando para o capital financeiro!
§ 15. Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.	§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.	*Acaba a necessidade de lei complementar e, portanto, da aprovação do PL 9/99,* para regulamentar a privatização da previdência acima do teto do RGPS por meio dos fundos de pensão, que serão instituídos por simples leis ordinárias, no âmbito de cada nível de governo. Uma das alterações neste parágrafo introduzidas pelo texto aprovado no Plenário tenta negar a privatização da previdência trazida pela PEC, obviamente sem nenhum sucesso. De fato, a menção à "natureza pública" dos fundos de pensão dos servidores ("entidades fechadas de previdência complementar") e à observância do art. 202 da Constituição Federal expressam uma contradição insolúvel, pois o artigo 202 trata apenas, de forma expressa, do "*regime de previdência privada, de caráter complementar*"! A outra alteração, a exigência da modalidade de *contribuição definida*, serve para tranqüilizar o mercado financeiro, levando a intranqüilidade dos servidores ao extremo. Na modalidade de contribuição definida, o benefício é indefinido, isto é, o valor mensal pago é conhecido, mas o valor da aposentadoria a receber no futuro dependerá da rentabilidade e da administração do fundo, sem absolutamente nenhuma garantia para o servidor, nem sequer a de apenas recuperar o valor pago, sem rendimento algum.
§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.	sem alteração	Mantém a garantia de que o teto do RGPS e a previdência complementar só se aplicarão aos atuais servidores se eles assim o desejarem. Evidentemente, uma forma de tentar reduzir a resistência dos atuais servidores a estas medidas. Esta "garantia" de nada vale, no entanto, contra o novo cálculo dos proventos de aposentadoria determinado pelo novo § 3º deste artigo e a frágil integralidade prometida pelo art. 7° da PEC (ver em seguida).
	§ 17 (novo). Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo de benefício previsto no § 3° serão devidamente atualizados, na forma da lei.	Principalmente em épocas de inflação alta, diferentes formas da atualização têm efeitos muito diferentes sobre o resultado da conta e, portanto, sobre o valor do salário-de-benefício. Isto já vale para o RGPS e não tem a ver com o fator previdenciário, que representa um prejuízo adicional.
	§ 18 (novo). Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo, que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.	A *incidência* da contribuição já está, de forma genérica, no *caput* do artigo 40, ficando este parágrafo destinado a definir a *isenção* da contribuição e a *igualdade das alíquotas* para ativos, aposentados e pensionistas. Esta contribuição, que na verdade é um autêntico *confisco*, é um absurdo tão grande que muitos o consideravam um "bode na

Texto atual da Constituição Federal	Texto da PEC 40/2003 aprovado pela Câmara	Comentários do GTSS da Adufrj-SSind
		sala", isto é, um dispositivo do qual o governo abriria mão para manter outros (como a previdência complementar) e deixaria a sensação de que afinal o resultado final foi bom. Como vimos, no decorrer do processo de votação, esta avaliação estava errada, pois, de todas as medidas do governo contidas na PEC, esta é a que mais "economiza" (às custas dos aposentados e pensionistas, é óbvio) para as contas do governo, que, portanto, não se dispôs a "tirar o bode da sala". Afinal, alguém tem de pagar a conta da privatização ... (ver comentário ao § 14, parte final). Neste ponto, que é a nova *regra permanente*, válida para os futuros servidores, a contribuição será instituída apenas acima do teto do RGPS (atuais R$ 1.870, propostos R$ 2.400). Para os atuais aposentados e pensionistas, valerá a *regra de transição* (Art. 4º da PEC e seu parágrafo único), pela qual a contribuição incidirá acima de metade do teto (atuais R$ 935, propostos R$ 1.200), ou sobre 60% do teto, no caso dos servidores federais (atuais R$ 1.122, propostos R$ 1.440). O governo justifica esta diferença de tratamento dizendo que as futuras aposentadorias serão calculadas de forma mais "justa" (isto é, com valores mais baixos), de acordo com a lei prevista no § 3º, enquanto as atuais aposentadorias, integrais, são "injustas" (ou seja, muito altas). Uma contribuição maior aplicada aos benefícios já concedidos servirá, então, para corrigir esta "distorção". Em qualquer caso, haverá redução no valor dos proventos para uma parcela dos aposentados e pensionistas, que o governo considera privilegiada porque ganha acima de R$ 1.200 (ou R$ 1.440) num caso, ou acima de R$ 2.400 noutro.
	§ 19 (novo). O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, "a", e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II."	Como mais um "estímulo" ao adiamento da aposentadoria, a PEC estende, com o nome de "abono de permanência", a isenção do pagamento da contribuição previdenciária a todos os servidores que puderem aposentar-se pela *regra permanente* (§ 1º deste artigo, ver acima) mas não o fizerem. Atualmente, essa isenção já é dada aos servidores que cumprem a *regra de transição* (artigo 8º da EC 20, que o artigo 2º da PEC propõe alterar, ver em seguida) até que cumpram os requisitos da regra permanente.
Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.		
§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.	§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 37, XI; do art. 40, §§ 9º e 10; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei específica do respectivo ente estatal dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.	Aplicam-se aos militares dos estados o novo sub-teto de remuneração e a proibição da contagem de tempo fictício (formação).
§ 2º Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas, aplica-se o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º.	§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal.	Na redação inicial da PEC, aplicava-se aos militares dos estados a redução do valor das pensões acima de R$ 1.200 (para 50%), mas a redação final atribui aos estados total poder para legislar sobre o tema, extinguindo, portanto, a uniformidade de tratamento que existia anteriormente. A conseqüência imediata é que, por enquanto, os militares dos Estados *livram-se da redução das pensões e mantêm a integralidade e a paridade* (ver art. 142, § 3º, inciso IX, adiante).
Art. 48 Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:	Art. 48.	
XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.	XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os art. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.	Atribui ao Congresso Nacional o poder de fixar o subsídio dos ministros do STF, sem a necessidade da lei de iniciativa conjunta dos três poderes.

Texto atual da Constituição Federal	Texto da PEC 40/2003 aprovado pela Câmara	Comentários do GTSS da Adufrj-SSind
Art. 96. Compete privativamente: ..... II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:	Art. 96. .... II -	
b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV.	b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.	Atribui ao Judiciário a iniciativa de propor ao Legislativo o estabelecimento das remunerações dos seus membros.
Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.	sem alteração	A previdência dos militares continuará seguindo as regras atuais, com exceção do teto de remuneração, ou seja, o propalado "tratamento equânime" não os atingirá.
§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:	sem alteração	
IX - aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º;	(revogado pelo artigo 11)	*Os militares(Forças Armadas) livram-se da redução do valor das pensões* e desaparece a referência à paridade entre ativos e aposentados, possivelmente considerada desnecessária, pois se os militares não perdem a patente ao aposentar-se então a paridade está automaticamente garantida.
Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.	Art. 149.....	
§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.	§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.	Todos os servidores, federais, estaduais e municipais, terão de pagar a contribuição previdenciária de 11%. Hoje, alguns estados e municípios cobram menos. O valor de 11% foi fixado pela Lei 9.783, de 28/1/99 e pode ser alterado por outra lei ordinária. A Lei 9.783 é a mesma que cobra contribuição dos aposentados e pensionistas e teve a eficácia destes dispositivos suspensa pelo STF. Esta decisão do STF foi tomada por unanimidade, porque a cobrança por meio de lei ordinária foi considerada claramente inconstitucional. Vindo a cobrança por meio de Emenda à Constituição, nada indica que o STF vá manter este entendimento.
Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:	sem alteração	

Texto atual da Constituição Federal	Texto da PEC 40/2003 aprovado pela Câmara	Comentários do GTSS da Adufrj-SSind
I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;	I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidente de trabalho, e idade avançada;	Esta é uma das poucas boas coisas da PEC. Em conjunto com a revogação do § 10 deste artigo (ver artigo 11, abaixo), restabelece a responsabilidade exclusiva do RGPS pelo seguro de acidentes de trabalho, que a EC 20 havia atribuído à concorrência entre os setores público e privado.
§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.	(revogado pelo Art. 11)	Ver comentário anterior
	§ 12 (novo). Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição.	É com este parágrafo, introduzido pela Emenda Aglutinativa 4, que o governo tenta responder às críticas de que a PEC 40 nada faz em relação aos cerca de 40 milhões de trabalhadores brasileiros que não têm qualquer cobertura previdenciária. O parágrafo não passa de uma declaração de intenção, sem qualquer efeito prático em si. Mas nem mesmo a intenção é boa, porque a redação aprovada permitirá que a "lei" crie um regime "especial de inclusão" para trabalhadores em situações precárias, segregando-os ainda mais da parcela da classe trabalhadora "incluída" no regime geral, se não permitir a contagem recíproca de tempo de contribuição entre os dois regimes, como sugere a exceção explícita do final do parágrafo. A propalada "inclusão" será "do lado de fora", revelando a pura demagogia que é este parágrafo.

Quadro II – artigo 2º da PEC 40

Texto da Emenda Constitucional nº 20/98	Texto da PEC 40/2003 aprovado pela Câmara	Comentários do GTSS da Adufrj-SSind
		O art. 2° da PEC revoga e transcreve, com alterações, o art. 8º da EC 20/98. O art. 10 da EC 20/98 está também sendo revogado e os demais artigos da EC 20/98 não são modificados.
Art. 8º - Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção a aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 3º, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, quando o servidor, cumulativamente: I - tiver 53 anos de idade, se homem, e 48 anos de idade, se mulher; II - tiver 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de: a) 35 anos, se homem, e 30 anos, se mulher; e b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.	(revogado pelo art. 11; o seu conteúdo é retomado, com modificações, pelo art. 2º da PEC 40, a seguir) Art. 2º Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional n° 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, §§ 3º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente: I - tiver 53 anos de idade, se homem, e 48 anos de idade, se mulher; II - tiver 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria; III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de: a) 35 anos, se homem, e 30 anos, se mulher; e b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo que, na data da publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior	Esta é a atual *regra de transição*, válida para os servidores em atividade quando a EC 20/98 foi aprovada. Estabeleceu uma idade mínima 7 anos menor do que a da regra permanente (art. 40, § 1º da Constituição), garantindo aposentadoria integral (§ 3º atual) e instituiu o chamado "pedágio" de 20% sobre o tempo que faltava para aposentar-se. A PEC não altera o caput deste artigo, mantendo o "direito" do servidor a aposentar-se. O valor dos proventos, no entanto, passa a ser calculado pelos novos §§ 3º e 17 do artigo 40 (ou seja, "na forma da lei" que ainda será proposta) e, em seguida, conforme a nova redação do § 1º abaixo, reduzido de um percentual proporcional à quantidade de anos "antecipados" em relação à regra permanente. (ver a seguir)
§ 1º - O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto em seus incisos I e II, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições: I - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de: a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior; II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia obter de acordo com o "caput", acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.	§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1º, III, "a", e §5º da Constituição Federal, na seguinte proporção : I – 3,5%, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2005; II – 5%, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2006.	A atual regra de transição transforma-se numa "antecipação", com a perda de 3,5% ou 5% dos proventos por cada ano antecipado, conforme atinja as condições necessárias até ou após 31/12/2005. É extinta bruscamente a possibilidade da aposentadoria proporcional. Se um servidor (homem), que já tenha tempo de contribuição suficiente, fizer 53 anos no dia seguinte ao da promulgação da PEC e aposentar-se, a sua aposentadoria será igual a apenas 82,5% do valor que teria se o seu aniversário fosse na véspera. Se isto acontecer depois de 2005, a perda será igual a 35%. A modificação temporária (até o final de 2005) do percentual anual de redução, de 5% para 3,5%, foi aprovada por acordo entre o governo e a oposição (Emenda Aglutinativa n° 7).

Texto da Emenda Constitucional nº 20/98	Texto da PEC 40/2003 aprovado pela Câmara	Comentários do GTSS da Adufrj-SSind
§ 2º - Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.	§ 2º - Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.	
§ 3º - Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento.	§ 3º Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Publico ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido ate a data da publicação da Emenda Constitucional n° 20, de 15 de dezembro de 1998, contado com acréscimo de 17%, observado o disposto no §1º.	Ver comentário ao § 4º, abaixo. Vale para os membros do Ministério Público e de Tribunal de Contas o mesmo que para os professores de ensino superior.
§ 4º - O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no "caput", terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de 17%, se homem, e de 20%, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.	§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação da Emenda Constitucional n° 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de 17%, se homem, e de 20%, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério, observado o disposto no § 1º.	Quando a EC 20/98 acabou com a aposentadoria especial dos professores do ensino superior, reconheceu que o tempo anteriormente trabalhado deveria ter um acréscimo correspondente à fração adicional de tempo de serviço que passou a ser exigido. Para homens, houve um acréscimo de 30 para 35 anos, ou seja, de 16,7% (arredondado para 17%). Para mulheres, o acréscimo foi de 20 para 25, ou seja, de 20%. A PEC não modifica esta regra, apenas enfatiza que a transformação da regra de transição em "antecipação" também vale para os professores do ensino superior. A aposentadoria especial continua valendo para professores da educação infantil e do ensino fundamental e médio (§ 5º do artigo 40 da Constituição), mas sem a integralidade.
§ 5º - O servidor de que trata este artigo, que, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no "caput", permanecer em atividade, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal.	§ 5º - O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.	Continua valendo na prática, com outro nome, a isenção do pagamento de contribuição previdenciária do servidor que tiver tempo para aposentar-se *pela regra de transição* mas não o fizer.
	§ 6º Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no § 8º do art. 40 da Constituição Federal.	Aplica-se às aposentadorias "antecipadas" a substituição da paridade pela "preservação do valor real"
.....		
Art. 10 - O regime de previdência complementar de que trata o art. 40, §§ 14, 15 e 16, da Constituição Federal, somente poderá ser instituído após a publicação da lei complementar prevista no § 15 do mesmo artigo.	(revogado pelo Art. 11)	Ao alterar o § 15º do art. 40 da Constituição, a PEC acaba com a exigência de lei complementar para a instituição da previdência complementar dos servidores, tornando este artigo sem sentido.

Guilherme Lessa

SERVIDORES PROTESTAM DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A REFORMA, REALIZADA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO, EM 14/07

Quadro III – artigos 3º a 12 da PEC 40

Texto da PEC 40/2003 aprovado pela Câmara	Comentários do GTSS da Adufrj-SSind
Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.	Garante os "direitos adquiridos" relativos às *condições* para a concessão de aposentadoria para quem já tem tempo para aposentar-se. Evidentemente, pelo restante da PEC, os direitos adquiridos relativos a *valores de proventos* estão sendo violentamente atingidos.
§ 1º O servidor de que trata este artigo, que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, 25 anos de contribuição, se mulher, ou 30 anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.	Mantém, para os atuais servidores, a isenção da contribuição previdenciária para quem puder aposentar-se *pela regra permanente* e não o fizer. O texto original da PEC previa esse direito apenas para os casos de 60 anos de idade e 35 de contribuição, para homens (55 e 30 para mulheres). A versão atual inclui também o caso de 65 anos de idade e 30 anos de contribuição, para homens (60 e 25, para mulheres).
§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculadas de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente.	Aparentemente, este parágrafo garante os "direitos adquiridos" relativos aos *valores das proventos* para quem já tem tempo para aposentar-se. O final do parágrafo ("ou nas condições da legislação vigente"), no entanto, não permite uma interpretação clara e única.
Art. 4º Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefícios na data de publicação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.	*Institui a cobrança da contribuição previdenciária "solidária" dos atuais aposentados e pensionistas*, bem como dos que têm hoje condições para aposentar-se (artigo 3º da PEC). Ver comentário ao novo § 18 do art. 40 da CF, acima.
Parágrafo único. A contribuição previdenciária a que se refere o *caput* incidirá apenas sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere: I – 50% do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II – 60% do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas da União.	Institui limites de isenção da cobrança da contribuição para os atuais aposentados e pensionistas, mais baixos (R$ 1.440 para os da União e R$ 1.200 para os demais) do que para os futuros (R$ 2.400). O governo tem justificativa para esta aparente incoerência (ver comentário ao novo § 18 do art. 40 da CF). Na forma em que estava redigido originalmente, o parágrafo não isentava as pensões, problema resolvido com a redação aprovada no Plenário.
Art. 5º O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), devendo, a partir da data da publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.	Aumenta o teto do RGPS. Uma das poucas boas medidas da PEC. Outra é a fixação do teto de remuneração. O teto do RGPS, no entanto, deveria ser muito maior, para fortalecer a previdência social pública. A única finalidade da existência de um teto para a previdência deveria ser evitar abusos. O teto atualmente em vigor, assim como o proposto nesta PEC, servem, principalmente, para garantir o mercado para a previdência complementar privada.
Art. 6º Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, inciso X, da Constituição Federal.	Este dispositivo é de caráter puramente administrativo, não tendo influência sobre direitos ou deveres dos servidores.
Art. 7º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, desde que observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, preencha, cumulativamente, as seguintes condições: I – 60 anos de idade se homem e 55 anos de idade se mulher; II – 35 anos de contribuição se homem e 30 anos de contribuição se mulher; III – 20 anos de efetivo exercício no serviço publico; e IV – 10 anos de carreira e 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.	Este artigo concede a *aposentadoria integral* aos atuais servidores que preencherem, cumulativamente, as condições mínimas indicadas de idade, tempo de contribuição, tempo de serviço público e tempo no cargo. Esta foi a principal alteração introduzida pela Câmara em relação à PEC original e foi alardeada como uma grande conquista para os atuais servidores ativos, que teriam assim seus "direitos adquiridos" quase garantidos. A sua eficácia, no entanto, está fortemente comprometida pelo "paridade simbólica" do parágrafo único deste artigo. O que haverá será, na verdade, uma *integralidade simbólica*. O problema é que, se o servidor optar pela integralidade, terá reajustes futuros *menores* do que se optar pelo cálculo da média previsto na regra permanente (§ 3º do art. 40 da CF), pois, enquanto neste último caso os reajustes futuros serão "de modo a preservar o valor real dos proventos", isto é, pela inflação, no caso da integralidade, as novas gratificações (ou aumentos das atuais) que forem concedidas aos ativos *não serão* estendidas aos aposentados, que terão de contentar-se com reajustes gerais "simbólicos" nulos ou próximos de zero. O governo já sinalizou claramente (pelas vozes do ministro da Previdência Ricardo Berzoini e do presidente do PT José Genoíno) que vai adotar uma política salarial de "incentivos" (GED e coisas do gênero), da qual os aposentados serão excluídos por meio deste artifício (criação de novas gratificações ou aumento do percentual das existentes). Ou seja, a opção pela integralidade resultará em proventos iniciais maiores com reajustes futuros menores e menos garantidos, enquanto a opção pelo novo cálculo da média implicará proventos iniciais menores mas reajustes maiores e mais seguros. Portanto, a opção pela integralidade *não será vantajosa para ninguém*, o que é a mesma coisa que dizer que *a integralidade deixará de existir*!

Guilherme Lessa

NO RIO DE JANEIRO, A DEFLAGRAÇÃO DA GREVE UNIFICADA CONTRA A REFORMA, NO DIA 8 DE JULHO, CONTOU COM UM ATO NA CINELÂNDIA

Texto da PEC 40/2003 aprovado pela Câmara	Comentários do GTSS da Adufrj-SSind
Parágrafo Único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.	À primeira vista, este parágrafo mantém a *paridade* para os atuais servidores quando eles se aposentarem. No entanto, a comparação com a regra da paridade atualmente em vigor (CF, art. 40, § 8º) revela a omissão da referência aos "benefícios e vantagens *posteriormente concedidos* aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função". Isto significa que uma nova gratificação pode ser *criada* só para os ativos e que carreiras novas - como a do Andes-SN ou o projeto de Cargo Único da Fasubra - não alcançarão os aposentados e pensionistas. Comentários feitos pelo ministro da Previdência Ricardo Berzoini e pelo presidente do PT José Genoíno após a apresentação do parecer do relator confirmam que o governo pretende, de fato, transformar este dispositivo numa "paridade simbólica". Além disso, *não está prevista a paridade para as pensões*, nem mesmo no caso de reajuste das rubricas remuneratórias já existentes.
Art. 8º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data da publicação desta Emenda, bem assim os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.	Mantém a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas para quem tem "direitos adquiridos", considerados nesta condição apenas os que já se aposentaram ou recebem pensões ou que já têm tempo para aposentar-se mas ainda não o fizeram.
Art. 9º Até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o art. 37, XI, da Constituição Federal, será considerado, para os fins do limite fixado naquele inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei na data de publicação desta Emenda a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela recebida em razão de tempo de serviço, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento da maior remuneração mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal a que se refere este artigo, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.	O teto de remuneração será igual à remuneração atual dos ministros do STF, enquanto não for fixado o *subsídio* destes. Os sub-tetos seguem a mesma lógica. Ver comentário ao inciso XI do art. 37, anteriormente.
Art. 10. Aplica-se o disposto no art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos vencimentos, remunerações e subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.	As remunerações que excederem o teto de remuneração serão reduzidas ao valor do teto.
Art. 11. Revogam-se o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal, bem como os arts. 8° e 10 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.	já comentado
Art. 12. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.	

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 114 • 27 de outubro de 2003

Ato contra a Reforma da Previdência

28 outubro
terça-feira
11h

Buraco do Lume

Confluência das ruas São José e Rio Branco, no Centro

Adufrj-SSind amplia diretoria e conselho de representantes
Página 2

Consuni altera critérios de progressão funcional
Página 5

UFRJ ainda disputa terreno com Bingo
Página 6

Andes-SN defende reajuste de bolsas para pós-graduação
Página 8

Kelvin Melo

DEZENOVE PROFESSORES ACOMPANHARAM A REUNIÃO NO ÚLTIMO DIA 20/10

Seção sindical realiza primeira reunião com novos conselheiros

A Adufrj-SSind realizou a primeira reunião do seu Conselho de Representantes, empossado no último dia 15 de outubro pela nova diretoria da entidade. Os conselheiros debateram e produziram as teses que vieram a ser aprovadas na assembléia geral ocorrida na quarta-feira, 22, no auditório do Instituto de Psicologia, no *campus* da Praia Vermelha.

Página 4

Adufrj-SSind

Ampliação do Conselho de Representantes e da Diretoria da Adufrj-SSind

As últimas eleições para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind resultaram num grande crescimento desta importante instância do movimento docente da UFRJ. Há agora 27 representantes (19 titulares e 8 suplentes) dos sindicalizados de 11 unidades da UFRJ, em vez dos anteriores 11 representantes (9 titulares e 2 suplentes) de 4 unidades. O crescimento não foi apenas quantitativo, mas também qualitativo, na medida em que está hoje presente no Conselho um amplo leque de visões sobre o movimento docente, seu papel e formas de funcionamento, suas relações com outros movimentos etc. Estas condições serão certamente favoráveis a que o novo Conselho de Representantes da Adufrj-SSind assuma um papel fundamental na organização dos docentes da UFRJ para as muitas lutas que os esperam.

Para a plena mobilização dos professores, no entanto, há ainda um longo caminho a percorrer. 25 unidades não têm nenhum representante e várias das que têm só elegeram uma parte dos representantes a que teriam direito. Por este motivo, é intenção da Diretoria da Adufrj-SSind convocar, num prazo breve, eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes, para complementação de mandato, de acordo com o art. 46 do Regimento Geral da Adufrj-SSind.

A própria Diretoria não está completa. Três dos seus sete cargos estão vagos e também é intenção da Diretoria indicar nomes para ocupá-los. O primeiro será o professor Salatiel Menezes dos Santos, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, para o cargo de 2° vice-presidente. Conforme o § 2° do art. 24 do Regimento, a indicação será submetida à aprovação da Assembléia Geral da Adufrj-SSind. O professor Salatiel tem demonstrado grande competência e dedicação à universidade e ao movimento docente, e a sua presença na Diretoria será uma honra e uma satisfação para todos nós.

A Diretoria da Adufrj-SSind

Opinião

Garantindo direitos

Marcelo Badaró Mattos*

Os servidores públicos são trabalhadores assalariados e possuem o direito de reivindicar melhores salários e condições de trabalho, utilizando-se de todos os meios legais disponíveis, o que inclui o direito de greve. No Brasil dos últimos anos, para além de defender suas condições de trabalho e salários – cada vez mais aviltados – os movimentos organizados dos servidores têm sido necessários também para resistir às iniciativas governamentais de desmonte dos serviços públicos, que progressivamente vêm deixando de ser encarados como direitos dos cidadãos, sendo avaliados por um suposto valor de mercado e não pela sua função social.

As greves do serviço público demoram muito tempo? O tempo de duração das greves é resultado da intransigência dos governos, que apostam no desgaste dos movimentos pelo cansaço ou pelas represálias. Os servidores só fazem greve porque possuem estabilidade? A estabilidade no emprego, uma garantia para a sociedade cada vez mais restringida, propicia continuidade e qualidade do serviço, mas os servidores sofrem diversas outras represálias, como corte de ponto, de gratificações, punições de chefias e apesar disso fazem os movimentos. As greves no serviço público só prejudicam os "usuários"? Os cidadãos são prejudicados cotidianamente pelos cortes de verbas públicas nas áreas de saúde, educação e previdência, que resultam na deterioração visível de serviços essenciais para as condições de vida da maioria da população. Compreendendo que as greves dos servidores defendem o direito de todos a serviços públicos de qualidade, os cidadãos as apóiam.

Agora, fala-se em "regulamentação" do direito de greve dos servidores. No Brasil, temos vasta experiência de "regulamentações" de direitos, especialmente o de greve, que na verdade foram restrições à garantia constitucional. É tempo de os governantes e legisladores preocuparem-se em resgatar o serviço público do abismo a que foi lançado pelas políticas neoliberais. É tempo de valorizarem os servidores, com salários decentes, planos de carreira dignos e estímulo à qualificação. Dessa forma teremos a diminuição do número de greves no setor, preservando ao mesmo tempo o direito de todos a serviços públicos de qualidade e aos trabalhadores o de organizarem-se para agir coletivamente na defesa de seus legítimos interesses.

Professor da UFF

Este texto foi originalmente publicado no jornal O Globo, de 23/10.

Agenda Sindical

27 a 30/10 - Tribunal Internacional contra os crimes do latifúndio
Belém (PA)

28/10 – Ato contra a Reforma da Previdência
Rio de Janeiro (RJ) – confluência das ruas São José e Rio Branco - Buraco do Lume, às 11h

31/10 a 2/11 – 47º Conad, com o tema central "Estado, Democracia e Serviços Públicos: essa luta é de todos nós"
Natal (RN)

5/11 - Debate sobre "Reforma Universitária"
***Belo Horizonte (MG) - Campus da UFMG – Auditório da Reitoria,* com promoção do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, às 15h**

6 a 9/11 – Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

6/11 - Plenária Extraordinário do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Belo Horizonte (MG) - Campus da UFMG – Auditório da FALE, de 9h às 13h

6/11 - Marcha do Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG) – local a definir, à tarde

7/11 - Debate: Educação não é Mercadoria
Belo Horizonte (MG) – local a definir pela organização do FSB, das 14h às 17h

8/11 - Ato unificado dos SPF contra a reforma da Previdência no FSB
Belo Horizonte (MG), após as 18h

10/11 - Jornada pela Democratização da Mídia
***Sede da Associação Brasileira de Imprensa, nº 71, 9º andar*, às 18h**

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia
28 a 31/07/2004 - Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Maio de 2004 – 5º Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Nosso Bolso

Plano Plurianual mantém política de ajuste fiscal

No orçamento para 2004, governo pretende reduzir 4% do PIB em gastos com o social

A equipe econômica do governo Lula pretende reduzir em 4% do PIB os gastos com os setores sociais em relação ao orçamento deste ano. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser votado até o dia 12 de dezembro pelo Congresso Nacional. E os cortes devem ser conseqüência também do Plano Plurianual (PPA) do governo, que mantém como meta o superávit primário de 4,25% até o ano de 2007, principalmente nas áreas de saúde, educação e investimentos sociais. O governo justifica que, com os ajustes previstos no PPA, reduzirá a dívida pública em 50% em relação ao PIB até o mesmo ano. Hoje, a dívida brasileira consome 57% de tudo o que é produzido pelo país.

Segundo uma nota técnica de autoria da Assessora de Política Fiscal e Orçamentária do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Selene Peres Nunes, nos primeiros meses do governo Lula, R$ 14,1 bilhões do orçamento de 2003 foram contingenciados. Isso significa 22,7% das chamadas despesas discricionárias ou passíveis de corte. São passíveis de corte despesas não destinadas a pessoal, previdência, transferências a estados e municípios e, obviamente, na lógica do governo, ao pagamento dos juros da dívida pública. Deste montante, apenas R$ 1,4 bilhão foi liberado em maio e, segundo a assessora do Inesc, em setembro, houve novo contingenciamento de R$ 319 milhões, "sob o argumento de tratar-se de 'um corte temporário', mesmo que a três meses do final do exercício".

Dívida absurda

O documento divulgado pelo Inesc dá a exata medida do desastre econômico produzido pela política de 'austeridade' originada no governo Fernando Henrique e aplicada com esmero pela equipe de Lula. Segundo Selene Peres, a dívida líquida do setor público entre 1998 e 2003 aumentou 127%. A técnica lembra que este foi o período no qual o Brasil saldou todos os compromissos e cumpriu todas as metas de superávit impostas pelo Fundo Monetário.

"(Des)orientações estratégicas do PPA"

Em sua análise, a assessora do Inesc chama a atenção para o fato de que o documento que serviu de base para a formulação do PPA 2004-2007 "Orientação Estratégica do Governo" não propõe nenhuma alternativa para os cortes previstos na política orçamentária. Segundo Selene Peres, o governo Lula não deixa claro qual o objetivo do PPA: se privilegiar o social ou a estabilidade econômica à custa de ajuste e arrocho. "Poder-se-ia dizer que há vários modelos em um: o que consolida a estabilidade por meio do ajuste de contas do setor público, o que acelera o crescimento por meio do combate à vulnerabilidade externa, o que busca o desenvolvimento ambientalmente sustentável e o que se concentra em programas sociais dirigidos à inclusão", afirma.

Contradições nas promessas de crescimento

Segundo a assessora, os números mostram qual das políticas será adotada de fato. Para 2004, o gasto social, que representava 4,29% do PIB em 2002, caiu para 3,81% em 2003 e para 4,04% no orçamento proposto para 2004. "Isso num orçamento de 20,93% do PIB, já desconsideradas as despesas financeiras de 63,33% do PIB".

Selene afirma, ainda, que o "cenário róseo" do PPA conflita com as promessas de retomada de crescimento anunciadas pelo governo. A estimativa de receita para o PPA é de R$ 1,85 trilhão para os próximos quatro anos e a assessora ressalta que se as taxas de juros, atualmente na casa dos 20%, não forem reduzidas em pelo menos seis pontos percentuais, em média, em um ano, "a conseqüência será um novo contingenciamento em 2004", ou seja, menos verba para as áreas sociais.

Assessora elogia participação dos movimentos no PPA

Descontados os efeitos práticos da execução do plano, que depende das ações do governo, a assessora ressalta o caráter positivo da participação da sociedade civil, "tanto nos Fóruns Estaduais de Participação como nas audiências setoriais realizadas por alguns Ministérios". Para a técnica, a participação das entidades e movimentos no processo de consulta pública do PPA, ainda que seu resultado não seja materializado, foi um avanço e um sinal de que há interesse na ampliação deste espaço. O projeto enviado ao Congresso ainda prevê uma avaliação e revisão do Plano pela sociedade organizada.

O PPA pode ser encontrado no endereço www.planobrasil.gov.br.

Fonte: Andes-SN

Resenha

Governo inicia reforma universitária

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu, por meio de decreto, um grupo de trabalho interministerial que vai estudar a reforma das universidades federais. Técnicos dos ministérios da Educação, Planejamento, Orçamento e Gestão, Ciência e Tecnologia, Fazenda, da Casa Civil e Secretaria-Geral da Presidência da República terão 60 dias para elaborar um plano de ação capaz de promover a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). A notícia é da página eletrônica do MEC (www.mec.gov.br), em 23/10.

Bolsistas ganham mal

Nota da colunista Hildegard Angel (do JB de 24/10) divulgou ainda mais o que a comunidade universitária já sabia: os bolsistas brasileiros ganham mal. Tanto aqui quanto no exterior. Os doutorandos da Capes ganham 930 euros para viver em Paris. Só que o custo de vida na capital francesa é um dos mais caros do mundo. A colunista lembra que o SMIC – salário mínimo francês – está fixado em 1.227,57 euros.

Faculdades públicas lideram em doutores

Notícia da Folha de S.Paulo (18/10) informa que os setores público e privado vêm registrando um índice positivo para o ensino superior: o aumento do número de docentes com doutorado. As faculdades públicas lideram esse quesito de qualidade no ensino. Em 98, elas tinham 28,1% de doutores contra 9,3% das privadas. Em 2002, essa correlação havia passado para 38,2% contra apenas 12%.Os doutores passaram de 31.073 em 1998 para 49.287 no ano passado.

Desemprego intelectual cresce 131%

A chance de uma pessoa com ensino fundamental incompleto arrumar emprego em São Paulo é incomparavelmente maior do que para um candidato de nível universitário. Enquanto a taxa de desemprego para o primeiro grupo cresceu 6,9% no primeiro trimestre deste ano, em comparação com o mesmo período em 1995, o crescimento do desemprego para quem tem diploma cresceu 131%. A matéria é de O Estado de S. Paulo (20/10). "Não é falha da universidade. A participação dos universitários na População Economicamente Ativa (PEA) é de 19,3% em São Paulo, o que é muito pouco para um país como o Brasil", afirma o economista Márcio Pochman.

Adufrj-SSind

Assembléia discute propostas para 47º Conad

AG discute e propõe texto de resolução sobre o Sinaes

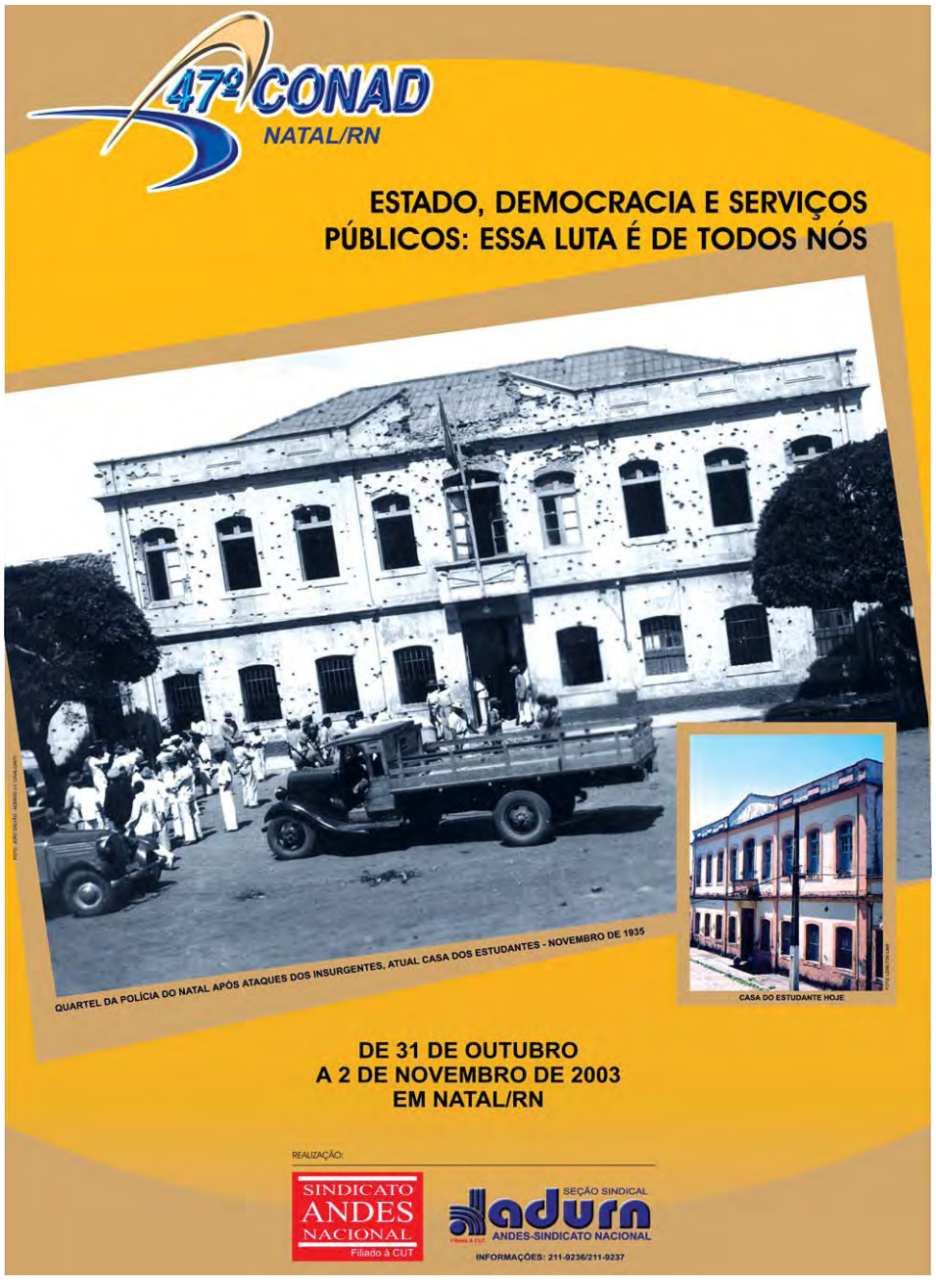
A relação do Andes-SN com a CUT foi o principal assunto em discussão durante a Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 22/10. Os presentes debateram, também, as contribuições do Caderno de Textos e seu Anexo (disponíveis em www.andes.org.br) – que são os documentos orientadores dos trabalhos e deliberações do 47º Conad, em Natal, entre os dias 31/10 e 3/11. A questão sobre a central sindical surgiu em função de dois textos presentes no Caderno que questionam essa filiação por supostas diferenças históricas entre a atuação do movimento docente e a da CUT e explicitadas, especialmente, na Reforma da Previdência.

A Assembléia da Adufrj-SSind rejeitou as duas propostas. Os professores entenderam que, antes de aprovar qualquer tentativa de desfiliação da CUT, deve-se discutir a democratização da central, uma reivindicação dos sindicatos filiados.

Um dos novos conselheiros da Adufrj-SSind e professor da Faculdade de Educação, Roberto Leher observou que a estrutura da CUT, ao longo do tempo, apresentou dificuldades para a participação das suas bases. Segundo ele, as confederações e federações hoje existentes na central possuem um "peso excessivo". Roberto sugeriu que, durante o debate no Conad, o Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical do Andes-SN (GT-PFS) retomasse e ampliasse essa discussão.

O professor Salatiel Menezes (do Instituto de Biofísica) comentou que, durante a recente greve contra a reforma da Previdência, a postura da CUT foi considerada bastante negativa aos interesses dos servidores. Na época, Salatiel disse até ter defendido a saída do Andes-SN da base da central. "Depois, pensando melhor, vejo que não pode ser simples e rápido assim. Temos, sim, que deixar clara a nossa indignação e, como o Roberto, reivindico a democratização da CUT", disse.

O 1º tesoureiro, o professor José Miguel reforçou essa linha de raciocínio: ele lembrou que, no Congresso Nacional da CUT de 2001, o próprio Roberto Leher (então presidente do Andes-SN) só conseguiu participar do evento como delegado da Adufrj-SSind. Mesmo assim, só falou no plenário após dialogar com as correntes políticas existentes na central. O diretor da seção sindical recordou ainda o último congresso estadual, realizado em abril deste ano, quando os organizadores "esticaram" o evento até o limite em que não pudesse ser aprovada nenhuma deliberação para o Concut. Na ocasião, os dirigentes da central estavam nitidamente preocupados com a aprovação de resoluções que pudessem atingir o governo Lula. José Miguel comentou também que a filiação à CUT é matéria estatutária e só poderia ser decidida em um Congresso do Andes-SN – instância máxima de deliberação do movimento docente.



Contribuições à central

No Caderno de Textos, a Diretoria do Andes-SN socializou a informação de que, desde julho de 2003, não está repassando as contribuições devidas à central por conta de dificuldades financeiras. A assembléia geral recomendou que a Direção do Andes-SN restabeleça o pagamento à CUT, bem como a renegociação do seu passivo.

AG aprova texto da Adufrj-SSind ao Conad

Entre outros textos discutidos e votados, a assembléia aprovou uma contribuição da diretoria e do Conselho de Representantes da seção sindical que trata do já polêmico Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Na proposta da Adufrj-SSind, o Conad deve reivindicar do MEC o estabelecimento de um calendário adequado para discussão efetiva do Sinaes, "abordando os seus fundamentos e, em especial, as estratégias da sua implantação, realizando audiências públicas com os sindicatos, entidades acadêmicas e representativas das instituições de ensino superior".

Delegação ao 47º Conad

A Assembléia aprovou os nomes dos seguintes professores para compor a delegação da Adufrj-SSind ao 47º Conad: Sara Granemann (como delegada da seção sindical, com direito a voz e voto); José Miguel (como observador, tendo direito a voz, e primeiro suplente da delegada); e Salatiel Menezes (também como observador e 2º suplente).

Encaminhamentos do Setor e da Plenária dos SPF

A 1ª secretária Janete Luzia, que também faz parte da diretoria nacional do Andes-SN, informou que a última reunião do Setor das Federais, em Brasília (em 10/10), aprovou o incentivo à discussão pela categoria das novas reformas do governo (trabalhista e sindical), além da retomada da pauta de reivindicações dos servidores públicos federais. Ela observou que, já durante a Plenária dos SPF (em 11/10), ficou decidido, entre outros pontos: a continuidade da pressão sobre senadores quanto à reforma da Previdência; a realização de atos no Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte, no início de novembro; e manifestações nos estados em 23/10 (o dia seguinte à Assembléia) – no Rio de Janeiro, a atividade ocorreu no chamado Buraco do Lume, no Centro, e contou com a participação da diretoria da Adufrj-SSind.

Por sugestão do conselheiro da seção sindical e professor da Faculdade de Educação, Roberto Leher, foi aprovado que a diretoria da Adufrj-SSind leve ao Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social uma proposta de trazer o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT), para um debate no Rio, antes do término da tramitação da reforma naquela Casa.

AG aprova novas atribuições de 1ª secretária

A assembléia aprovou a atribuição das funções e responsabilidades do cargo de 2º tesoureiro (não ocupado na atual diretoria) para a 1º secretária, professora Janete Luzia. Foi explicado que determinadas tarefas podem ser compartilhadas entre os diretores, mas que as funções do 1º tesoureiro só podem ser exercidas, no impedimento deste, pelo 2º tesoureiro – o que motivou a decisão. Embora seja um caso omisso no regimento da seção sindical, o mecanismo já foi utilizado em outras oportunidades nas quais a diretoria não preencheu todos os cargos.

Colegiados

Consuni altera critérios para progressão funcional de professores

Docentes terão que apresentar um memorial para cada período solicitado

Em sessão ordinária, no último dia 23/10, o Conselho Universitário alterou a resolução 02/99 que trata da progressão funcional prevista na carreira dos docentes das universidades federais. Segundo o relator das alterações, professor Eduardo San Pedro Siqueira (CCMN), a principal alteração se refere aos pedidos de progressão múltipla. Em muitos casos, segundo o conselheiro, o docente pede a progressão referente a mais de dois anos, às vezes, tendo direito a mais de uma progressão ao mesmo tempo.

Pelo critério aprovado na última sessão, os candidatos à progressão múltipla terão que apresentar um memorial referente a cada período solicitado na contagem das progressões. Isto significa que o docente terá que apresentar relatórios de suas atividades em todos os anos que estiverem sendo apresentados para sua progressão e não apenas de dois anos de trabalho, ou referente a uma progressão, como vinha acontecendo, segundo Eduardo Siqueira. O Conselho aprovou, também, a inclusão de um artigo que possibilita a contagem para a progressão a partir do ano da resolução anterior, 1989. Segundo o professor, estas mudanças refletem critérios que já vinham sendo adotados pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) nas avaliações dos pedidos.

Critérios serão discutidos posteriormente

Os critérios para a avaliação do desempenho dos docentes para julgamento dos pedidos de progressão serão definidos em uma outra sessão. Entre outros pontos, os conselheiros não chegaram a um acordo sobre quais atividades seriam consideradas extensão acadêmica.

Dedicação Exclusiva

Os conselheiros aprovaram outra resolução de apoio às atividades da CPPD. Com dois votos contrários e três abstenções, os conselheiros definiram que, para pedidos de alteração de regime de trabalho docente de 40 horas semanais para 40 horas com dedicação exclusiva, será solicitado um termo de compromisso de que o professor trabalhará na universidade por, pelo menos, mais cinco anos.

Durante a discussão, o relator, professor Eduardo Siqueira, justificou a proposta como sendo um instrumento para "constranger" professores que pedem a DE pouco antes de entrar com pedido de aposentadoria na pró-reitoria de Pessoal. Alguns conselheiros consideraram absurda a idéia de que um professor utilize o expediente da solicitação de mudança de regime para se beneficiar. Vale lembrar que a Dedicação Exclusiva garante cerca de 55% a mais no salário.

Questão ética

O diretor do Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva, Ricardo Medronho, foi um dos mais enfáticos ao comentar as distorções. Para ele, a discussão sobre o cumprimento do regime de trabalho pelo docente é uma questão ética e a norma não terá eficácia para restringir este tipo de expediente. Apesar da norma aprovada pelo Consuni, o docente continua tendo direito a solicitar aposentadoria no momento em que tiver cumprido as exigências da legislação previdenciária. "Precisamos é acabar com a cultura do 'cumpadrinhamento'", criticou o professor, sugerindo que a restrição a este tipo de pedido fosse feita diretamente nos departamentos, antes mesmo de seguir para a CPPD.

Além do debate sobre regime de trabalho e aposentadoria, a nova medida acabou suscitando uma discussão sobre a inadimplência de alguns professores e o mau uso da dedicação exclusiva. Foi relatado, por alguns conselheiros, casos em que docentes com DE teriam vínculos com outras instituições, públicas ou particulares, ferindo a legislação que rege os servidores, o Regime Jurídico Único. O próprio reitor relatou o caso de um professor da Faculdade de Direito: "Tem um caso no Direito de um professor que tem 40 DE e mantém um escritório de advocacia que representa contra a universidade!", contou, indignado.

Notas do Consuni

Coppead faz 30 anos

O professor Eduardo Saliby anunciou que o Centro de Ensino e Estudos Avançados em Gerência de Negócios da UFRJ, mais conhecido como Coppead, completa 30 anos no dia 10 de novembro, quando haverá uma solenidade no Instituto de Administração, que funciona no *campus* do Fundão, próximo ao prédio do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem). O professor reconheceu as críticas feitas por parte da comunidade ao Instituto, mas considera que o instituto "tem o seu papel" para a universidade. As críticas, em geral, são pelo fato de o Instituto envidar seus esforços para as atividades de pesquisa e programas de formação de executivos. Pagos, os famosos MBAs cobram muitos mil reais por ano e são procurados por empresas de vários setores ou por profissionais que querem aumentar o nível de "empregabilidade".

Para a diretoria da Adufrj-SSind, a privatização interna promovida pela venda de cursos que levam o selo da universidade deve ser substituída pela defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

Energia

O professor Saliby sugeriu também que a reitoria promova uma campanha educativa para que a comunidade reduza o consumo de energia elétrica. Para os docentes, os projetos e cursos pagos deveriam, por exemplo, "devolver" para a instituição os valores da energia, água e outros 'insumos' consumidos durante suas atividades e pagos com o orçamento público. Segundo o professor, o gasto com energia elétrica é a maior despesa da universidade.

Promessas

O pró-reitor de Finanças, Joel Teodósio, informou que esteve em Brasília, no dia anterior (22/10), quando os representantes da bancada federal do Rio de Janeiro no Congresso prometeram mais verbas para as universidades federais e centros tecnológicos do estado. Representando a bancada, o deputado Jorge Bittar informou ao dirigente que uma das dezoito emendas da bancada ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2004 será destinada às federais do estado. Segundo Joel, isto significa um montante de cerca de R$ 2,5 milhões a serem divididos pelas instituições fluminenses.

O pró-reitor informou, ainda, que das emendas individuais dos parlamentares, a UFRJ teria conseguido oito. Cada emenda individual tem o valor de R$ 207 mil e, segundo Joel, cada uma das oito emendas já tem destino certo entre as Unidades da universidade.

UFRJ

UFRJ e Bingo disputam terreno no STF

Associação de moradores propõe audiência com o ministro relator do processo no Supremo

Arquivo Adufrj-SSind/Guilherme Lessa

"Antes que seja tarde". Assim começa a mensagem de apelo do presidente da Associação de Moradores da Lauro Müller e Adjacências (ALMA), Abílio Toizini, dirigida ao deputado federal Chico Alencar (PT-RJ) e também remetida para a Adufrj-SSind no dia 16 de outubro. O texto comenta o andamento de um processo no Supremo Tribunal Federal, em Botafogo, sobre a posse do terreno da UFRJ onde hoje está instalado um bingo.

De acordo com Abílio - que é contrário ao bingo, entre outros motivos, pelo impacto causado pela existência da casa de jogos no trânsito local - o julgamento no STF pode dar fim ao emaranhado de ações impetradas pela "entidade fantasma ASCB (Associação de Servidores Civis do Brasil), que é hoje a testa-de-ferro do Bingo Botafogo", segundo diz na mensagem ao deputado. O morador argumenta que este "emaranhado de ações" é uma estratégia da ASCB para protelar a reintegração de posse do local para a universidade.

Já o procurador da UFRJ, Ronaldo Albuquerque, considera que a tramitação do processo no Supremo é "importantíssima", mas não definitiva para a reintegração do espaço, se a universidade ganhar. Ronaldo explica que, de fato, esse julgamento responde que instituição é a verdadeira proprietária da área. Porém, ainda segundo ele, caso a universidade saia vencedora, a locação do espaço pelo bingo de quem não é o proprietário – a ASCB - seria objeto de outros processos (justamente o tal emaranhado de ações). "E, sem dúvidas, isso existe para protelar a reintegração do terreno à universidade", afirmou Ronaldo.

Ação no Supremo

A ação que vai definir o proprietário da área reflete a morosidade e a confusão jurídica em torno do caso. Trata-se de uma ação rescisória (AR 1333) encaminhada pelo bingo sobre uma decisão do próprio STF, em 1988, a favor da universidade.

Audiência com o relator

Abílio considera que Chico Alencar – na sua condição de professor licenciado da UFRJ – reúne as condições para a marcação de uma audiência com o relator do processo no STF (ministro Nelson Jobim) na defesa dos interesses da universidade. Ainda segundo Abílio, Chico Alencar poderia chamar representantes da Adufrj-SSind, do Sintufrj, do DCE, da reitoria e da própria Associação de Moradores para sensibilizar o ministro na direção do interesse público, nesta eventual audiência.

Houve contato da reportagem da Adufrj-SSind com a assessoria do deputado Chico Alencar, em Brasília, para ouvir sua opinião sobre o caso, no dia 23. Até o fechamento desta edição (em 24/10), a redação não recebeu resposta do parlamentar.

Histórico

O bingo foi inaugurado no período entre o Natal e o Ano Novo de 2000. Já naquela época, a Associação de Moradores denunciava a então administração vilhenista por ter permitido a construção do prédio no local. Vale lembrar que, em 1967, a universidade ganhou, através de decreto, o direito exclusivo à área. Antes disso, em 1950, a ASCB detinha um direito provisório ao local – o que motivou toda a disputa.

Em janeiro de 2003, a UFRJ conseguiu a reintegração de posse por decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Mas a festa durou pouco. Enquanto a universidade fazia planos para ocupar o espaço, uma nova decisão do mesmo Tribunal, no início de fevereiro, autorizou a retomada do terreno pela ASCB.

Previdência

Paim reapresenta emendas à reforma da Previdência

Servidores organizam novos atos contra texto do governo

Primeiro parlamentar a apresentar emendas à proposta de reforma da Previdência, que começou a tramitar no plenário do Senado, Paulo Paim (PT-RS) entregou no último dia 23, ao secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, 22 sugestões de mudanças para o texto. Dali ele seguiu para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde entregou outras 25 emendas à proposta paralela - a PEC nº 77/2003 (esta última PEC é uma tentativa do governo de incluir algumas modificações aceitas por Lula e sua equipe, sem atrasar a tramitação da emenda original. No entanto, a oposição desconfia que essa proposta paralela "desapareça", após a promulgação da primeira).

Paim argumentou que, como, até agora, o relator Tião Viana (PT-AC) não acolheu nenhuma das emendas, decidiu reapresentá-las, todas centradas nos seguintes assuntos: paridade de remuneração entre servidores ativos e aposentados; salário integral no momento da aposentadoria; transição entre o atual e o novo sistema de Previdência pública; subteto salarial único nos estados; e pensões integrais.Em sua opinião, sem essas emendas, a reforma da Previdência ficará incompleta. Ele informou que só a emenda que contempla a paridade conta com 74 assinaturas, "ou seja, há uma ampla maioria para a emenda da paridade e na mesma linha vai a emenda da transição".

Para ver aprovadas suas sugestões, Paim anunciou que conversará com o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, e com integrantes do governo com o único objetivo de fazer um grande acordo capaz de alterar a proposta da Previdência.

Servidores realizam manifestações

De acordo com os encaminhamentos da última Plenária dos SPF (11/10), os servidores prosseguem com a realização de manifestações contra a proposta de reforma previdenciária do governo. Não haverá o ato nacional previsto para Brasília, neste dia 28, mas serão realizadas atividades nos estados. No Rio de Janeiro, este protesto ocorre no Buraco do Lume, no Centro da cidade, às 11h (veja chamada de capa).

Uma vez que o Fórum Social Brasileiro (em Belo Horizonte, de 6 a 9/11) vai reunir um grande número de entidades e militantes dos movimentos sociais, os servidores avaliaram a importância e a necessidade de todo o esforço possível para a realização de um ato durante o evento.

FSB e FNDEP

O Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública também vai aproveitar a reunião de entidades da área educacional no FSB, em Belo Horizonte, para realizar uma série de atividades. No dia 5, haverá um debate sobre a Reforma Universitária. No dia 6, ocorre a plenária extraordinária do FNDEP. Os dois eventos acontecem no *campus* da Universidade Federal de Minas Gerais. No dia 7, é a vez do debate "Educação não é mercadoria", com local ainda indefinido (confira agenda sindical, na página 2).

Fonte: Agência Senado e Andes-SN

Opinião

SINAES: novas referências para a avaliação, velhas práticas heteronômicas

Roberto Leher*

Arquivo Adufrj-SSind/Guilherme Lessa

O debate a propósito da avaliação como um tema específico, desvinculado do conjunto das políticas educacionais, não enfrenta nem rompe com a lógica utilitarista[1] que vem orientando a discussão do tema nas últimas décadas. O documento do SINAES, elaborado por uma comissão de especialistas indicada pelo atual governo, é um exemplo vivo disso: suas referências conceituais coincidem, em diversas passagens, com as posições historicamente defendidas pelo movimento docente. No entanto, o exame de seus encaminhamentos revela inequívoca continuidade com as políticas heteronômicas vigentes na última década que se valem da avaliação para conformar o sistema educacional aos preceitos utilitaristas. Assim, para que a dicotomia entre os ideais proclamados no documento e as medidas objetivamente preconizadas seja ultrapassada é preciso situar o debate no escopo da política para o ensino superior em curso. E aqui os problemas conceituais e políticos são de grande monta.

O centro político do Sistema Nacional de Avaliação previsto será definido pelo gabinete presidencial. Seguramente, nem os governos anteriores, inclusive os militares, ousaram tanto. Todo o ensino superior – frágil, desarticulado, hiper-representado pelo setor privado e desprovido de espaços públicos, como os defendidos pelo Fórum Nacional em Defesa do Ensino Público (Fórum Nacional de Educação e Conselho Nacional de Educação reconhecidos como legítimos) – será submetido a um Sistema Nacional de Avaliação coordenado por uma comissão (CONAES) constituída por 12 membros, sendo quatro estritamente governamentais e oito nomeados pelo Presidente da República. As universidades públicas perderiam todo o protagonismo efetivo, a despeito do discurso democratizante do documento. Seguramente, o Art. 207 da Constituição Federal não está sendo observado, pois a autonomia universitária está sendo desconsiderada. Um modesto exemplo: o SINAES prevê avaliação dos estudantes a partir de testes individuais (por amostragem) a partir da divisão dos campos do saber em quatro áreas (PAIDEIA). A partir de que critérios essas áreas foram estabelecidas? E as universidades que organizam os seus cursos a partir de outros critérios? Quem definirá os conteúdos tidos como legítimos e válidos? Como fica a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão? Assim, o que se espera é que as universidades redesenhem as suas áreas em conformidade com o previsto no SINAES/PAIDEIA: novamente, a lógica do Exame Nacional de Cursos segue oprimindo os cérebros do MEC!

A CONAES representa, por conseguinte, um retrocesso que tem de ser impedido. Os conteúdos heteronômicos do SINAES têm de ser redefinidos de forma profunda e radical. E, para isso, é crucial que o debate seja inserido no seu lugar devido: a avaliação não é uma disciplina particular ou uma política específica, mas uma dimensão da política educacional. De nada vale avaliar se inexistem recursos para corrigir os problemas identificados; pouco vale constatar que grande parte do setor privado não possui a mínima condição de funcionamento, se a sua expansão não é submetida a rigoroso controle social público e se instituições anômalos como os Centros Universitários seguirem como um novo padrão para o fornecimento de ensino superior; pouco ou nada pode contribuir a avaliação se o Estado seguir financiando e subsidiando falsas instituições filantrópicas que comercializam a educação; em suma, pouco ou nada importa a avaliação se não há recursos públicos para a expansão das universidades públicas.

Finalmente, é preciso exigir coerência do MEC. De nada vale as promessas de participação democrática do SINAES se o ministério segue encaminhando medidas heteronômicas como a Portaria 1403/03 (Exame Nacional de Certificação para os licenciandos), o "provão" para instituição de gratificação "produtivista" dos docentes do ensino fundamental, e o desejo manifesto pelo ministro de instituir exames de profissionais já graduados, a exemplo da experiência mexicana do CENEVAL.

A universidade brasileira precisa ser bem avaliada e, por isso, o processo que está sendo iniciado não pode ser inviabilizado por déficit de legitimidade. Entre outros pontos, uma agenda mínima para retomar o debate em melhores bases, exige: um calendário que permita um debate consistente e democrático sobre as estratégias de avaliação da educação superior; discussões encaminhadas de forma articulada com as políticas para o ensino superior, inclusive de pós-graduação e de fomento a C& TI; a redefinição radical do CONAES por seu caráter antidemocrático e heteronômico e a rejeição de um sistema nacional de avaliação desvinculado da edificação de um sistema nacional de educação democrático e voltado para as políticas públicas.

* Professor da Faculdade de Educação

[1] Refiro-me à caracterização da Educação como um fator da produção, conforme presente no pensamento utilitarista de J.B. Say, J. Stuart Mill, Marshall e, mais recentemente, de T. Schultz e Gary Becker.

Fórum discute organização do II Congresso Estadual de Educação

No último dia 21/10/03, foi realizada a reunião do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, que objetivou discutir a organização do II Congresso Estadual de Educação (II COED). A Adufrj-SSind esteve representada pelo Professor Salatiel Menezes.

O processo de preparação do II COED tem se cercado de muitas dificuldades, ou seja, as que se referem tanto ao seu financiamento quanto à necessidade de ampliação dos espaços de discussão política de forma democrática, pois tem-se naquele espaço não apenas a discussão política das questões mais gerais da educação, mas também o do debate e construção do Plano Decenal de Educação do estado do Rio de Janeiro.

Em razão de tais dificuldades, deliberou-se pelo adiamento para o ano que vem (26, 27 e 28 de março de 2004), observando-se a importância do acúmulo de discussão política em todas as regiões do estado, apontando para uma necessidade muito cara, a de se construir com as bases a proposta do Plano.

Não se pode perder do horizonte político a necessidade da Adufrj- SSind estar presente e participando de toda a forma de luta em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Neste sentido, a sua participação nos eventos que se seguem, além de se fazer necessário, qualifica ainda mais a inserção da entidade junto às lutas coletivas:

· Fórum Social Brasileiro (Belo Horizonte - MG, de 06 a 09/11) com a realização da Plenária Extraordinária do Fórum Nacional em defesa da Escola Pública (06/09); Debate - "Educação não é mercadoria" (07/11).

· Fórum Mundial de Educação (Porto Alegre - RS)

· Congresso Nacional de Educação - CONED (Maio de 2004 - Recife - PE)

Andes-SN

Andes-SN participa de audiência para discutir bolsas

Há dez anos o valor das bolsas de pós-graduação, produtividade e pesquisa é o mesmo no país. E, apesar de ter havido um crescimento na concessão dos benefícios para o doutorado, o número de bolsas para o mestrado diminuiu. Isso significa que apenas 16% dos mestrandos no Brasil são contemplados com o programa. Na área de doutorado, o número sobe um pouco, atingindo 30% dos estudantes. Para discutir essa questão, foi realizada, no último dia 16, audiência pública promovida pela Câmara dos Deputados. O 1º vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godói Filho, representou o Sindicato na audiência.

Segundo o autor do requerimento da audiência, deputado Jamil Murad (PCdoB-SP), priorizar os investimentos em ciência e tecnologia é garantir que o Brasil não será uma civilização atrasada. "Estamos propondo R$ 130 milhões para aumentar o valor dessas bolsas, que hoje é ridículo. Também precisamos aumentar o número de bolsas. Se o Brasil deseja ser um grande país, tem que fazer investimento em ciência e tecnologia."

Para Domingues, a situação é bem mais complexa, e passa por uma reformulação do modelo de pós-graduação e da própria universidade brasileira. "Está tramitando nesta Casa o PL 7282/2002, que tem a pretensão de tratar a Lei de Inovação Tecnológica. Reivindicamos a retirada desse PL e sua substituição por outros dois: um que trate somente da Lei e outro da interface entre as universidades, o MEC e o Ministério da Ciência e Tecnologia". A necessidade da interface entre o Ministério da Educação e o da Tecnologia foi apresentada em números pelo diretor de Programas Horizontais do CNPq, José Roberto Leite. Segundo os dados, enquanto no Brasil 11% dos profissionais pós-graduados estão nas empresas, nos Estados Unidos este número sobe para 80%. Para José Roberto, o CNPq está transformando recursos públicos em conhecimento, mas esse conhecimento não está sendo transformado em dinheiro para o país. Hoje, seis mil doutores são formados por ano no Brasil. A meta do governo é chegar a 10 mil em quatro anos.

Juntos, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o CNPq oferecem 35 mil bolsas para formação de doutores e mestres. O CNPq oferece ainda 8,1 mil bolsas para pesquisa. José Roberto afirma que é necessário aumentar os valores das bolsas, congelados desde 1994. Hoje, uma bolsa para mestrado paga R$ 700; e para doutorado, R$ 1 mil. Para o diretor, o valor é "uma aflição dos estudantes", mas o CNPq não tem autonomia para aumentá-lo. O reajuste depende de um esforço conjunto dos ministérios da Ciência e Tecnologia, e da Fazenda, e de uma emenda ao Orçamento para garantir mais recursos.

Manifesto

A Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG) divulgou um manifesto reivindicando reajuste das bolsas a partir de 2004, de acordo com a variação do IPCA no período. A associação pede que esse dinheiro seja agregado ao salário do professor, pois a maioria dos pesquisadores bolsistas são docentes.

Fonte: InformaAndes On Line (22/10/03)

Consuni aprova moção

Na última sessão do Conselho Universitário da UFRJ, em 23/10, a representante dos estudantes de pós-graduação, Fernanda Lima, apresentou moção de apoio à luta pelo reajuste das bolsas. O colegiado aprovou o texto por unanimidade.

Anote

HUCFF precisa de sangue

Para evitar a interrupção de cirurgias e procedimentos como transfusões de componentes sanguíneos, o Serviço de Hemoterapia do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) precisa receber, todo dia, no mínimo, 60 doadores viáveis. O horário de atendimento é de 2ª a 6ª feira, entre 7h30 e 13h30 e o hospital fica na Av. Brigadeiro Trompowsky, s/nº - Cidade Universitária - Ilha do Fundão. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones 2562-2401 e 2562-2305 ou pelo e-mail: hemoter@hucff.ufrj.br

Mundo dos insetos

A Casa da Ciência recebe visitantes para a exposição "Baratas & Afins: o notável mundo dos insetos" até o dia 9 de novembro. A partir de instalações, painéis e oficinas, a exposição, originalmente criada e montada no SESC Interlagos de São Paulo, pretende mostrar a importância dos insetos para o equilíbrio ecológico do planeta. A entrada é franca. As visitas podem ser feitas de terça a sexta-feira, de 9h às 20h, e aos sábados, domingos e feriados, de 10h às 20h. A Casa da Ciência fica na Rua Lauro Müller, 3. Mais informações pelo telefone: 2542-7494.

UFRJ

Rádio Interferência: volta a 91,5 FM

A rádio livre dos estudantes da UFRJ pode ser acessada também na internet

A Rádio Interferência voltou ao ar no último dia 20, às 19h de Brasília. Segundo os alunos, o horário da estréia não foi uma coincidência, embora a programação aconteça entre as 15h e 22h. A rádio decidiu veicular uma programação especial exatamente no horário da "Voz do Brasil", com mensagens de repúdio à legislação de radiodifusão comunitária e uma entrevista com Armando Coelho Neto, presidente da Federação Nacional de Delegados da Polícia Federal e autor do livro "Rádio Comunitária não é crime". A emissora não funcionava regularmente desde abril, quando a Polícia Federal interrompeu as transmissões da rádio, alegando transtornos ao sistema de controle aéreo do aeroporto Santos Dumont.

Interferência
A rádio livre dos estudantes da UFRJ

Segundo nota da rádio, a Interferência volta ainda mais fortalecida. Sua programação passou a ser veiculada pela internet no endereço www.radiolivre.org/interferencia , o que permite que a rádio seja ouvida também fora do seu raio de alcance, que vai das imediações dos bairros da Urca e de Botafogo. Os organizadores estão buscando parcerias com grupos afinados com a linha da rádio, entre eles, o Centro de Mídia Independente, ONGS, associações de moradores e selos de bandas alternativas.

Em relação a uma eventual nova ação da Polícia Federal, os programadores conseguiram um laudo técnico comprovando que o transmissor da rádio não causa interferência em aviões.

Os programadores consideram que não pedir concessão para funcionamento é a melhor forma de protesto à lei 9.612, de radiodifusão comunitária. Eles protestam também contra o comportamento truculento da Polícia Federal e Anatel na execução da lei e contra a letargia do Ministério das Comunicações ao analisar os pedidos de concessão. Diz o projeto da rádio:

"A atitude [de não pedir concessão] , extrema, se torna necessária na medida em que os principais veículos de comunicação, estruturas fundamentais em uma sociedade democrática, encontram-se em um círculo vicioso de dependência a fatores econômicos e políticos, e, desta forma, obstruem a plena discussão da validade da atual lei de radiodifusão comunitária."

A Interferência funciona desde 1989 no *campus* da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os cerca de 40 programadores têm, segundo nota de divulgação da rádio, total liberdade na criação de seus programas, e a programação é administrada de forma horizontal, não hierárquica.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 115 • 3 de novembro de 2003

Senado aprova tramitação de "emenda paralela" da Reforma da Previdência
Página 3

Andes-SN esclarece efeitos da ação contra servidores
Páginas 4 e 5

Le Monde Diplomatique: "A insegurança social programada"
Páginas 6 e 7

Adufrj-SSind participa do Fórum Social Brasileiro

Frente às ações políticas e manifestações em defesa do ensino público que serão empreendidas durante o Fórum Social Brasileiro, que acontece nos dias 6 a 9 de novembro, em Belo Horizonte, a Adufrj-SSind participará deste evento, sendo representada pelo professor Salatiel Menezes. O Fórum em Defesa da Escola Pública, espaço político no qual participam o Andes-SN e suas seções sindicais, também realizará atividades durante a realização do FSB.

Guilherme Lessa

NO RIO DE JANEIRO, SERVIDORES REALIZAM PROTESTO NO CENTRO, EM 28/10

Servidores resistem à reforma previdenciária

No Senado, parlamentares aprovam a 'emenda paralela', mas não iniciam discussão da PEC 67, da Reforma aprovada na Câmara

No dia do Funcionário Público (28/10), as entidades do funcionalismo congregadas no Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social fizeram mais um protesto contra a reforma previdenciária do governo Lula. O ato, bem-humorado, serviu para chamar a atenção da população, no centro do Rio, para os problemas que poderão surgir na prestação dos serviços públicos de qualidade.

Representantes do Fórum aproveitaram a oportunidade para realizar um barulhento protesto próximo ao gabinete de Sérgio Cabral Filho – único senador que não recebeu os funcionários públicos, mesmo após insistentes pedidos de audiência. Alguns poucos minutos da ruidosa manifestação foram suficientes para o parlamentar pedir para entrar em contato com os representantes do funcionalismo. Pelo telefone, Sérgio Cabral solicitou, que fosse marcada uma conversa entre ele e os servidores, antes de os sindicatos "colarem seu rosto" nos cartazes de protesto. A solicitação do senador será estudada pelas entidades que compõem o Fórum.

Tramitação

No momento, a PEC 67/2003 (numeração que recebeu no Senado a PEC 40) continua em discussão no Plenário daquela Casa. Na semana que passou, a base governista conseguiu aprovar a tramitação de uma "emenda paralela" com as modificações que Lula e sua equipe aceitam fazer, sem atrasar a promulgação do texto da reforma original.

Outras ameaças

Na semana passada, uma coluna de um jornal carioca publicou nota com informações equivocadas a respeito da posição do Andes-SN em relação à Ação de Inconstitucionalidade da Procuradoria da República contra os servidores que não prestaram concurso público antes da transposição dos regimes, em 1990. O jornal da Adufrj preparou uma matéria especial com a resposta do Sindicato e os efeitos da ADIn e sua relação com a Reforma da Previdência.

Na Europa, a mesma história

Também contra a reforma previdenciária em seus países, milhões de trabalhadores italianos e franceses vêm fazendo rotineiros protestos contra o governo de Silvio Berlusconi e do presidente Jacques Chirac. Nesta edição, reproduzimos o artigo do jornalista Martine Bulard, publicado pelo Le Monde Diplomatique, sobre a reforma da previdência na França.

Leia nas páginas 3 a 7

Alca

Campanha por plebiscito oficial será lançada em Belo Horizonte

Comitê Estadual contra a Alca se reorganiza e prepara cartaz para o Fórum Social Brasileiro

No último dia 29, o vice-presidente da Adufrj-SSind, professor Walcyr de Oliveira, acompanhou a reunião do Comitê Estadual da Campanha contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) formada por sindicatos, instituições e movimentos sociais do estado. O encontro aconteceu no sede do Sindicato dos Engenheiros, no Centro, e a principal discussão foi a reestruturação da Campanha pelo Plebiscito Oficial. Segundo Walcyr, "no primeiro momento, a coordenação estadual buscará se recompor, bem como os seus diversos núcleos, no sentido de efetivar, nos próximos meses, ações políticas para conquistar a aprovação até abril de 2004 do Projeto de Decreto Legislativo 7/2001, do senador fluminense Saturnino Braga, que determina a convocação de um plebiscito oficial, sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Alca por 20 anos. O comitê também organizará atividades para pressionar o governo para que o plebiscito oficial aconteça durante as eleições municipais do ano que vem.

Para retomar a campanha contra a Alca na agenda política, será lançado um cartaz oficial durante o Fórum Social Brasileiro, que acontece nos dias 6 a 9 de novembro, em Belo Horizonte (MG).

"Na avaliação feita durante a reunião da coordenação estadual, foi entendido que o Rio de Janeiro se apresenta como um dos poucos estados que conseguiu manter comitês locais organizados. Uma das tarefas destes comitês será, no momento, convencer os parlamentares do estado a votarem a favor do projeto legislativo para a realização do plebiscito oficial", relata o professor. O comitê estadual também desenvolverá outras ações, dentre elas, a realização de audiências públicas na Alerj e na Câmara de Vereadores sobre a inserção do Brasil na Alca.

Confira a agenda de atividades do Comitê Estadual contra a Alca:

01/11 - I Encontro de formação da Campanha contra a ALCA em Angra dos Reis - Sindicato dos Estivadores – 9h.

06 a 09/11 - Fórum Social Brasileiro - Belo Horizonte - MG.

07 a 09/11 - Acampamento contra a ALCA.

06 a 23/11 - Jornada de mobilização contra a militarização – em todos os estados.

10/11 - Jornada pela democratização da mídia - ABI – 18h

11/11 – Reunião do Comitê contra a Alca, na sede do Senge. Av. Rio Branco, 277 10º andar.

20 e 21/11 - Jornada de mobilização contra a Reunião Ministerial de Negociação da ALCA (Miami) - a ser definida e construída nos estados.

22 e 23/11 - Mobilização contra a Escola das Américas - Todas as capitais.

23 a 30/11 - Semana de luta contra a fome, pelo direito ao trabalho, reforma agrária e salário digno - Todas as capitais.

30/11 - Corrida contra a fome - local a definir.

10/12 - Jornada mundial de ação pelos Direitos Humanos e contra o pagamento da Dívida – em todas as capitais.

Agenda Sindical

5/11 - Debate sobre "Reforma Universitária"
Belo Horizonte (MG) - Campus da UFMG – Auditório da Reitoria, *com promoção do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, às 15h*

6 a 9/11 – Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG)

6/11 - Plenária Extraordinário do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Belo Horizonte (MG) - Campus da UFMG – Auditório da FALE, de 9h às 13h

6/11 - Marcha do Fórum Social Brasileiro
Belo Horizonte (MG) – local a definir, à tarde

7/11 - Debate: Educação não é Mercadoria
Belo Horizonte (MG) – local a definir pela organização do FSB, das 14h às 17h

8/11 - Ato unificado dos SPF contra a reforma da Previdência no FSB
Belo Horizonte (MG), após as 18h

10/11 - Jornada pela Democratização da Mídia
Sede da Associação Brasileira de Imprensa, nº 71, 9º andar*, às 18h*

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

Maio de 2004 – 5º Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

28 a 31/07/2004 - Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Andes-SN

GTPE do Andes-SN indica preparação para FME

Realizar seminários preparatórios nos estados será condição fundamental para a efetivação do 5º Congresso Nacional de Educação (Coned), previsto para ocorrer em Recife (PE), no ano que vem. A orientação consta do último relatório do Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes-SN enviado às seções sindicais na semana passada.

O GTPE reuniu-se em Brasília, no dia 4/10, e, na ocasião, decidiu indicar ainda que deverá ser formulada uma primeira versão da Carta do 5º Coned. O documento seria distribuído no início do evento para ser trabalhado ao longo das atividades. Foi sugerido que o Sindicato Nacional providencie condições de alojamento junto à Secretaria Regional Nordeste II do próprio Andes-SN para reduzir os custos de participação das seções sindicais.

Movimento

Termina greve no Piauí

Os professores da Universidade Estadual do Piauí suspenderam, na semana retrasada, o movimento de greve iniciado em 25 de agosto (e noticiado no Jornal da Adufrj nº 113). O retorno às aulas na semana passada estava condicionado à liberação imediata dos salários e contracheques de todos os docentes. Cada dia de atraso na liberação dos contracheques implicará em um dia de atraso na volta ao trabalho.

Em Assembléia Geral realizada no dia 22/10, foi deliberado que a implementação do calendário universitário para o segundo semestre de 2003 deve ser elaborado com a participação da seção sindical local dos professores. Na ocasião, os professores decidiram ainda ingressar com uma representação na Organização Internacional do Trabalho (OIT) por descumprimento da Constituição Federal e atentado à liberdade do movimento sindical. Será encaminhado ao Andes-SN um pedido de abertura de processo disciplinar contra professores ocupantes de cargos na reitoria da Uespi que se posicionaram contra o movimento, com ameaças e repressão aos docentes em greve. Além disso, a seção sindical vai entrar com uma representação criminal contra a Uespi por causa da retenção dos salários.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Previdência

Senado aprova tramitação de ‘emenda paralela’ da reforma

Na quinta-feira, dia 30/10, por 36 votos contra 28, os partidos da base do governo derrotaram as oposições e a PEC 77 terá tramitação independente. A “emenda paralela” contém todas as mudanças que o governo aceitou fazer até agora, no Senado, na reforma da Previdência. A idéia dos líderes governistas é aprovar, sem alterações, a reforma já votada pelos deputados e, com isso, ela será promulgada assim que tiver a última votação no Senado. Já a “paralela” será enviada ao exame dos deputados, que ainda não tiveram a oportunidade de se manifestar sobre seu conteúdo. As oposições querem fazer as mudanças na própria reforma da Previdência, e não em um texto alternativo. Foi justamente um requerimento do senador Demostenes Torres (PFL-GO) para juntar as duas emendas que foi derrotado no dia 30/10.

Com a rejeição do requerimento do senador, a emenda paralela retornou à CCJ, enquanto a emenda que veio da Câmara continua em discussão no Plenário, por cinco sessões deliberativas, período em que também poderão ser apresentadas emendas.

A votação do requerimento foi precedida de manifestações contundentes de vários senadores, segundo informações da Agência Senado. O líder do PDT, Jefferson Peres, sustentou que a “emenda paralela é inconstitucional” e anunciou que os partidos de oposição irão ao Supremo Tribunal Federal contra sua tramitação. Ele afirmou ainda que os governistas vêm garantindo, inclusive o presidente da Câmara, prioridade de votação para a “emenda paralela” na Câmara. No entanto, disse, os benefícios que a paralela prevê para servidores e aposentados dependem de lei ordinária.

Roosevelt Pinheiro/Agência Senado

NA SESSÃO DO DIA 28, DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO, A SENADORA HELOÍSA HELENA FEZ HOMENAGEM AO SERVIDOR SÍLVIO VIANA, ASSASSINADO EM 1996 POR DENUNCIAR FRAUDES NA ADMINISTRAÇÃO DE ALAGOAS

Primeira sessão foi adiada

Os senadores adiaram a primeira sessão para a discussão da reforma da previdência, prevista para acontecer no dia 28, Dia do Funcionário Público. O adiamento aconteceu devido à obstrução regimental dos partidos de oposição, PSDB, PFL e PDT. Ao solicitar a verificação de presenças, estes partidos constataram que havia apenas 31 votos nominais e o quorum mínimo necessário é de 41 votos nominais. O principal motivo da batalha regimental deste dia foi o requerimento senador Demostenes Torres (PFL-GO) para juntar as duas emendas da previdência: a PEC 67 e a 77.

Antes da aprovação da tramitação independente das PECs, os senadores dos partidos que obstruíram a pauta indagaram a base governista sobre a eficácia de tramitar uma emenda paralela quando há concordância em alterar alguns pontos. A resposta do governo foi que a ‘paralela’ agilizaria a aprovação do bloco fundamental da reforma como foi aprovada pelos deputados e que não haveria sequer a necessidade de uma proposta de emenda constitucional às demais alterações. Os mecanismo que o governo invoca dizem respeito às leis infraconstitucionais que complementam as reformas constitucionais e, no mais das vezes, agravam fortemente os ataques aos direitos dos trabalhadores, como a lei que instituiu o Fator Previdenciário em complemento à Emenda Constitucional nº 20 de 1998. Em síntese, o governo Lula quer evitar ao máximo – e esta é a intenção da emenda paralela – que a sua proposta de contra-reforma da previdência (PEC 67) volte à Câmara dos Deputados e corra o risco de ter sua aprovação protelada para o ano de 2004, dado o desgaste que isto acarretaria a sua base em ano eleitoral.

UFRJ

Nota de Esclarecimento da Reitoria da UFRJ

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2003

A respeito da recente mobilização de servidores para a obtenção do pagamento de passivos trabalhistas diversos, a Reitoria da UFRJ apresenta à comunidade as seguintes posições:

1. São legítimas, e têm a simpatia da Reitoria, as pretensões de servidores docentes e técnico-administrativos de obter, administrativa ou judicialmente, correções salariais devidas;

2. nem este Gabinete nem quaisquer outros setores da administração universitária convocaram ou convocarão servidores para aderirem a listas, requerimentos ou ações judiciais que visem ao encaminhamento de pretensões trabalhistas;

3. nenhum servidor da UFRJ – ativo ou inativo – está credenciado pela Reitoria para apresentar administrativa ou judicialmente pleitos trabalhistas coletivos ou individuais de técnico-administrativos e docentes da UFRJ;

4. a Reitoria reafirma que reconhece como representantes legítimas dos interesses coletivos de docentes e técnico-administrativos as entidades associativas *ADUFRJ Seção sindical dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior* e o *SINTUFRJ – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

João Eduardo Fonseca
Chefe de Gabinete

Resenha

MEC quer mais 6 mil professores nas públicas

Notícia da Folha Online (29/10) informa que o Ministério da Educação quer a contratação imediata de pelo menos 6 mil professores e 15 mil funcionários para as universidades públicas federais. Segundo o secretário de Ensino Superior, Carlos Antunes dos Santos, este é o item principal da pauta do MEC na comissão interministerial que está tratando da reforma do ensino superior. A comissão tem até o dia 15 de dezembro para apresentar uma proposta fechada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ministro defende fim dos vestibulinhos

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, manifestou seu apoio ao parecer do CNE (Conselho Nacional de Educação) que recomenda a proibição dos vestibulinhos para crianças que ingressam na 1ª série do ensino fundamental. O exame classificatório costuma ser feito por escolas particulares para selecionar alunos quando há mais candidatos do que vagas. A notícia é da Folha de S. Paulo (30/10). O objetivo da proibição é “evitar que uma criança pequena seja submetida, ainda que com a concordância dos pais, a qualquer forma de ansiedade, pressão ou frustração”, diz o parecer do CNE, enviado ao MEC (Ministério da Educação), para homologação. Aprovado, o documento ganha força de lei

Estudantes reclamam do custo dos livros

O alto custo de alguns livros é um dos problemas enfrentados pelos alunos da UFRJ quando precisam reforçar em casa os conteúdos vistos nas aulas. Uma das soluções neste caso é fazer fotocópias. Porém, após ação da polícia que apreendeu mais de 300 exemplares de livros piratas no campus, as cópias estão proibidas. O caso está na Justiça e o reitor Aloísio Teixeira pretende apresentar um projeto de regulamentação do serviço dos permissionários para que a universidade possa evitar a pirataria. A matéria é da Folha Dirigida (28/10).

Câmara aprova projeto que anistia petroleiros

A Câmara aprovou na semana passada o projeto de lei (PL nº 1.505/03) do deputado Luciano Zica (PT-SP) que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participarem de de greves no período de setembro de 1994 a setembro de 1996. Neste período, discutia-se a quebra do monopólio da exploração do petróleo. A notícia é da Agência Câmara.

Previdência

Andes-SN esclarece efeitos da ação contra servidores

Presidente do Sindicato relaciona ADIn à reforma da Previdência

Na coluna Informe JB, no dia 25/10, o diário carioca publicou a nota "A bolsa da viúva", na qual informava aos seus leitores que o Andes-SN estaria preparando um "golpe" contra a União. A nota fazia referência à Ação de Inconstitucionalidade apresentada ao Supremo Tribunal Federal, pouco dias antes da aprovação da emenda da Reforma da Previdência (PEC40) na Câmara dos Deputados no mês de agosto. De forma irresponsável, a referida coluna criticava o Sindicato que, segundo a nota, defenderia a ADIn, quando acontece exatamente o contrário. O Andes-SN é contra o questionamento feito pelo atual Procurador Geral da República, Cláudio Fonteles, que pode devolver ao regime celetista os cerca de 600 mil servidores que foram compulsoriamente enquadrados no Regime Jurídico Único, em 1990.

O presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, considerou a desinformação do articulista do Jornal do Brasil uma barbaridade e o Sindicato enviou uma nota de esclarecimento ao periódico no dia 28, solicitando, ainda, uma retratação. Na edição de quarta-feira, dia 29, a coluna publicou outra nota, desta vez intitulada "Não é bem assim", demonstrando, claramente, o pouco cuidado com a verificação das informações recebidas pela coluna. Segundo Lucas, a redação do JB justificou a publicação da nota maldosa como fruto de uma ligação de um professor para o jornal. A diretoria do Andes-SN, no entanto, não havia sido procurada pela coluna para nenhum tipo de esclarecimento.

Perdas para a União e para os trabalhadores

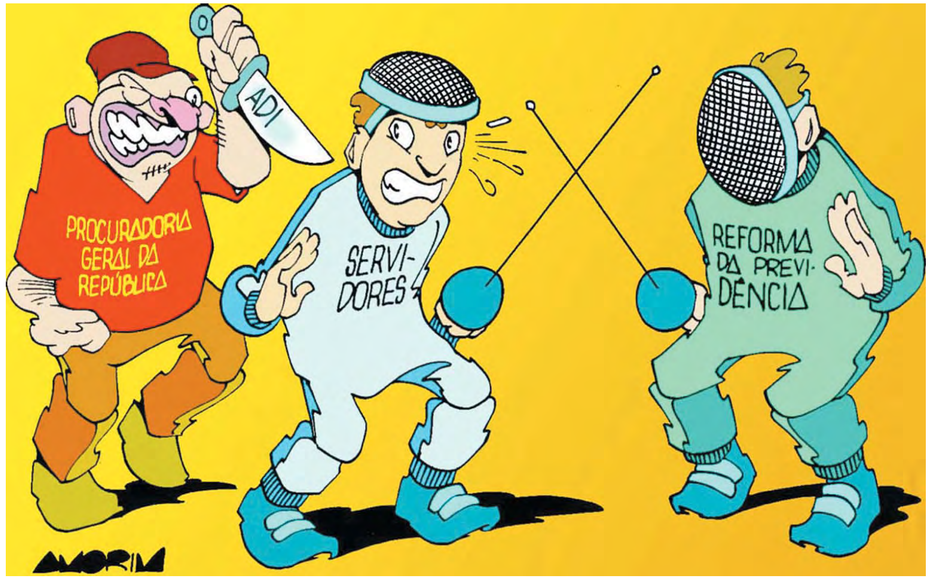
Para Lucas, é fato que os efeitos da ADIn podem significar perdas para os cofres públicos como informou o jornal, mas a responsabilidade será toda do governo. Se o STF acatar a ADIn do procurador, segundo o professor, vários segmentos poderão ser afetados, de maneiras diferentes. "Os servidores que fizeram concurso para estatutários e que estavam regidos pela Lei 1.711, de 1952 não serão afetados. Em compensação, os que eram regidos pela CLT e não haviam realizado concurso para estatutários, estes serão prejudicados", informa. Mesmo os que fizeram concurso antes do RJU, segundo Lucas, não têm garantia de que não sofrerão os efeitos de um parecer favorável à inconstitucionalidade da transposição. "Até estes concursos, anteriores ao Regime Jurídico Único, podem vir a ser questionados", comenta.

Articulações contra os servidores

Para o docente, é difícil não pensar em uma relação direta entre a manutenção da integralidade e da paridade dos proventos para os atuais servidores ativos e aposentados, na votação da Reforma da Previdência na Câmara, e a investida do procurador. Basta lembrar que, se o Supremo acatar a ADIn, um dos efeitos seria a perda dos direitos do regime geral para os servidores que foram enquadrados em 1990. "Acho difícil que seja uma atitude isolada do procurador. Alguma consulta sobre o impacto da inconstitucionalidade da transposição deve ter acontecido", questiona Lucas.

Em plena votação da PEC 40, aprovada em segundo turno no dia 27 de agosto, Fonteles ajuizou a ADIn no Supremo no dia 15 do mesmo mês. A ação questiona o artigo 243 da Lei 8.112 de 1990 ou o Regime Jurídico Único. A assessora jurídica da Adufrj-SSind, Sayonara Grillo, avalia que, no caso de a inconstitucionalidade da transposição de regime ser acolhida pelo STF, o governo terá que discutir como pagará o FGTS dos servidores que não foram recolhidos de 1990 para cá. Uma das hipóteses ventiladas pelo professor aposentado e ativista do movimento docente, Salatiel Menezes, é que, se o Supremo acatar a ação, o governo poderá até abrir mão de receber eventuais devoluções de pagamentos aos seus aposentados e dos fundos de garantia pagos aos então celetistas até o ano da transposição. "Em contrapartida", analisa Salatiel, "o governo poderá, enquadrar estes servidores no Regime Geral da Previdência e impor o teto de R$ 2.400,00 para a aposentadoria destes funcionários".

O professor Salatiel esteve presente em várias manifestações e reuniões dos Comandos Nacional de Greve e de Mobilização do Andes-SN, durante a votação da Reforma no Congresso e acredita que a intenção do governo com a ADIn é justamente recuperar a imposição do teto previdenciário e do fim da paridade dos proventos de ativos e aposentados para, pelo menos, uma parte do funcionalismo. "Os não concursados até 1990 podem chegar a 80% do total de aposentados", estima o professor.



Defesa da constitucionalidade da transposição

A advogada da seção sindical Saynoara Grillo diz que, para os atuais aposentados que não fizeram concurso para estatutários, a defesa da manutenção dos direitos se baseia no fato de a aposentadoria ser considerada para os juristas um "ato jurídico perfeito" que, segundo ela, "não tem possibilidade de retorno a uma situação anterior" ou de sofrer qualquer alteração. Sayonara explica, ainda, que existe um princípio jurídico de que duas normas constitucionais editadas ao mesmo tempo não podem ser incompatíveis. É o caso em questão: a lei que criou a obrigatoriedade do concurso público para ingresso nas carreiras do funcionalismo e a que estabeleceu a transposição dos celetistas e estatutários até 1990 para um só regime, o RJU. A assessora diz que, à luz do direito, as duas normas devem ser interpretadas de forma "harmônica". "Existe a obrigatoriedade do concurso, e os sindicatos a defendem. Só que uma lei não pode retroagir em prejuízo dos efeitos anteriores, no caso da transposição. O RJU unificou as duas categorias de funcionários em um só regime e, a partir do mesmo momento, foi estabelecida a necessidade de concurso para as carreiras", comentou.

Resposta do Andes-SN

A nota do Andes-SN, publicada na página ao lado, deixa claro que o movimento docente defende o concurso público para ingresso na carreira docente e considera que a ADIn é "mais uma tentativa de desconstituir os direitos duramente conquistados pelos trabalhadores e servidores".

O Sindicato participa, ainda, de uma exposição no Supremo Tribunal, feita através da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), na qual, as entidades do funcionalismo requerem que a constitucionalidade da transposição das categorias para o RJU seja preservada. Também fazem parte desta '*amici curiae*' a Associação Nacional dos Advogados da União e dos Advogados das Entidades Federais (Anajur) e a Ordem dos Advogados do Brasil.

ANDES-SN responde à nota do Jornal do Brasil

Ao contrário do que afirma a nota da coluna Informe JB, publicada no último sábado, 25/10, o Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), desde que soube da Ação Direta de Insconstitucionalidade (ADIn) 2968/DF, de iniciativa do Procurador Geral da República Cláudio Fonteles, ajuizada no dia 15 de agosto de 2003, tem trabalhado junto ao seu coletivo jurídico e ao coletivo jurídico da Coordenação das Entidades de Servidores Públicos (CNESF), para impedir tal barbaridade. Se acolhida a ADIn 2968/DF, os servidores públicos que foram contratados, antes de 1990, pelo regime celetista e que foram, por exigência constitucional, compulsoriamente enquadrados no Regime Jurídico Único (Lei 8.112/90), retornarão à condição de celetistas. Em sua ação, a Procuradoria Geral da União argumenta que, como na Constituição há menção expressa da necessidade de prévio concurso público e que esses servidores não teriam se submetido ao concurso, não são, efetivamente, servidores e não podem gozar dos privilégios desse status, mas tão somente da estabilidade. Alega, ainda, que a legislação anterior só estabilizava no serviço público os servidores que estavam há mais de cinco anos em exercício, sem contudo, torná-los efetivos, ou seja, permanecem na condição de empregados, apenas gozando de estabilidade. É importante observar que os professores de nível superior não foram atingidos pela norma constitucional (Vide o que diz o Artigo 19 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias: " Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito -Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das -fundações -públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos conti-nua-dos, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da Constituição, são considerados estáveis no serviço público. § 1o O tempo de serviço dos servidores referidos neste artigo será contado como título quando se submeterem a concurso para fins de efetivação, na -forma da lei. § 2o O disposto neste artigo não se aplica aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, nem aos que a lei declare de livre -exoneração, cujo tempo de serviço não será computado para os fins do caput deste artigo, exceto se se tratar de servidor. § 3o O disposto neste artigo não se aplica aos professores de nível -superior, nos termos da lei.") O ANDES-SN, desde o seu nascimento, muito antes da aprovação da atual Constituição Federal, já defendia o concurso público como condição de acesso à carreira docente nas instituições de ensino superior públicas. Não é demais acrescentar que tanto o acesso à carreira docente (Professor Auxiliar de Ensino), como à última classe da mesma (Professor Titular) se dá via concurso público de provas e títulos, ou seja, um professor para atingir o topo da carreira terá que se submeter a, no mínimo, um concurso público. Essa ADIn é mais uma tentativa de desconstituir os direitos duramente conquistados pelos trabalhadores e servidores. E o ANDES-SN, como um sindicato classista que atua na defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros, está trabalhando, com as demais entidades representativas dos servidores públicos, para dar as respostas jurídicas e políticas necessárias. Nossa conduta, portanto, é exatamente oposta à divulgada pelo JB.

Diretoria do Andes-SN

Informe JB - 25/10/2003

A bolsa da viúva

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a Andes, prepara um belo golpe nos cofres da União. Planeja unir os professores que optaram pelo Regime Jurídico Único e se tornaram servidores públicos e voltar a enquadrá-los nas regras da CLT. O custo para o governo seria altíssimo. Ministros, mexam-se.

Informe JB - 29/10/2003

Não é bem assim

A Andes, entidade dos docentes do ensino superior, não quer que professores transformados em servidores públicos, compulsoriamente por uma lei de 1990, virem celetistas novamente. Quem quer isso, e entrou com ação na Justiça, é a Procuradoria Geral da República. O processo não atinge apenas mestres, mas 450 mil funcionários públicos. A Procuradoria alega que a lei exige concurso para o ingresso no serviço público e muitos dos atingidos pela troca de regime de contratação não passaram por prova. Se a ação for aceita, o rombo para os cofres públicos será enorme. O governo vai ter de depositar, por exemplo, o FGTS dessa gente toda nos últimos 13 anos.

ADIn não é a primeira ameaça contra os servidores

Funcionalismo luta contra a retirada de direitos diante de vários governos

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 2.698/DF, ajuizada pelo Procurador Geral da República em 15 de agosto, não pode ser observada fora de um conjunto de iniciativas que fustigam os servidores. Ao longo dos últimos anos, os governos têm empenhado esforços para restringir ou retirar direitos adquiridos com a Constituição Federal de 1988. "Reformas" da Previdência, propostas de emprego público e "reformas" do Estado são algumas dessas manifestações mais recentes.

Por exemplo, se acolhida a ADIn pelo Supremo Tribunal Federal com efeito retroativo, estaria desconstituída a investidura em cargos efetivos de todos os servidores públicos federais estabilizados pela Constituição e que não foram habilitados em concursos. O pior é que existem precedentes do próprio STF "entendendo ser constitucional essa modalidade de transposição, mas não a investidura no cargo público por ausência de concurso público", segundo nota técnica da Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN de 21/08. A referência da AJN diz respeito a outras ações de inconstitucionalidade impetradas no Supremo para contestar transposições de celetistas para o serviço público distrital ou estadual (casos da ADIn 1.230, no Distrito Federal; ADIn 266, no Rio de Janeiro; ADIn 1.222, em Alagoas; ADIn 1.150, no Rio Grande do Sul; e ADI 114, no Paraná).

A ligação com a reforma previdenciária

Na exposição de motivos da atual reforma previdenciária, os ministros Ricardo Berzoini e José Dirceu citam a transposição de regimes como um ponto crítico para a suposta "crise" do sistema. Observam que, antes da instituição do Regime Jurídico Único, os chamados estatutários contribuíam apenas para as pensões enquanto que os celetistas o faziam para o Regime Geral da Previdência Social. Ou seja, conforme já respondeu o Grupo de Trabalho Seguridade Social da Adufrj-SSind, os ministros transformam a Previdência em uma atividade puramente financeira, com a retirada do seu caráter de proteção social.

"Reforma" do Estado

Antes da reforma da Previdência e da ADIn, FHC e seus ministros também buscaram a retirada de direitos dos servidores através de uma "reforma" de Estado. Capitaneada pelo então ministro Bresser Pereira, a proposta governamental (PEC nº 173, de 1995) continha uma concepção empresarial de administração pública. Acabava com a isonomia, extinguia a estabilidade, ampliava o estágio probatório, restringia o direito de greve no serviço público e eliminava a obrigatoriedade de concurso público, entre outras medidas. Estas diretrizes prosseguiram no seu substitutivo, apresentado pelo então deputado federal Moreira Franco no ano seguinte. Felizmente, tais iniciativas não foram levadas a efeito.

Emprego Público

Em fevereiro de 2000, no entanto, FHC conseguiu aprovar a lei nº 9.962 com o objetivo de disciplinar o regime de emprego público para as pessoas admitidas na administração federal. O emprego público representaria a celetização das atividades dentro do Estado. Outras leis específicas disporiam sobre a contratação e a transformação dos atuais cargos para a criação de emprego público em todos os níveis do governo. Desde então, o MEC não se cansou de apresentar versões de projetos para implantar o emprego público nas instituições federais de ensino.

Defensor do serviço público de qualidade e de uma proposta de carreira única para os docentes de 1º, 2º e 3º graus, o Andes-SN fez oposição imediata ao projeto do MEC. Segundo análises feitas à época pelo Sindicato Nacional, o regime de contratação pela CLT retiraria a estabilidade do professor, limitaria a liberdade de cátedra e aumentaria a rotatividade dos docentes, com conseqüente prejuízo à qualidade do ensino. A categoria se organizou e, em 2001, após uma vitoriosa greve, conseguiu barrar o projeto liderado pelo ex-ministro Paulo Renato, entre outras conquistas.

Pacote Antigreve

Também na greve daquele ano, vale dizer, os professores impediram a concretização do pacote antigreve do governo FHC, com medidas arbitrárias contra a organização sindical dos trabalhadores do serviço público.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

A insegurança social programada

Martine Bulard*

Seria a previdência social, nos próximos tempos, apenas uma velha lembrança? O governo francês utiliza os déficits previstos para este ano para concluir o argumento com que justifica sua reforma estrutural, oficialmente marcada para o final de 2004. Entretanto, as medidas já tomadas dão o tom: diminuição do reembolso, aumento na estimativa de gastos hospitalares, aumento dos impostos sobre o tabaco e o álcool, fechamento de leitos nos hospitais... O pacote, por mais tradicional que seja, é utilizado na maior parte dos países desenvolvidos.

Os sistemas públicos de saúde estão sendo revistos em toda parte, quer sejam baseados em recursos ligados ao emprego e geridos paritariamente (o chamado sistema "bismarkiano", como na Alemanha ou na Holanda), ou estatizados e financiados pelos impostos (sistema "beveridgiano" como na Grã-Bretanha, na Itália, ou na Suécia), ou ainda mistos (como na França). Em toda parte, as desigualdades explodem, porém os déficits também, enquanto as restrições dos benefícios foram pensadas para resolver os rombos financeiros.

Na realidade, a curva dos déficits sociais segue, de maneira global, a do desemprego. Na França, se a receita das contribuições tivesse aumentado em 2002 como em 2001 (em 6%), não haveria rombo financeiro. Mas a queda do crescimento reduziu os depósitos e alimentou os déficits, os quais suscitaram programas de austeridade que provocam uma baixa de consumo e asfixiam o crescimento, o que reduz as "entradas" de contribuições sociais... e assim vai. Um poço sem fundo.

A mina de ouro das contribuições sociais

Essa simples constatação deveria provocar dúvidas sobre uma medicação tão eficaz quanto a sangria dos médicos de Molière. Mas ela se choca contra uma verdadeira barreira ideológica que impede a observação da realidade presente e, forçosamente, a consideração de novas técnicas.

É evidente que não há um complô mundial, nem um acordo clandestino impondo *urbi et orbi* as mesmas receitas. Em compensação, as pressões dos grupos diretamente interessados na mina de ouro das contribuições sociais (uns 3,5 trilhões de dólares, em escala planetária) são efetivamente reais. Essas pressões são feitas por organismos internacionais que pretendem ser absolutamente neutros. Pode-se citar, por exemplo, o relatório do Banco Mundial de 1994, que serviu de modelo a todos os outros e explicava, minuciosamente, que as despesas se tornariam "um fardo insuportável para as nações, alterando definitivamente os sistemas de previdência[1] ". Por sua vez, a Organização Mundial do Comércio (OMC) entrou na dança com o Acordo Geral sobre os Serviços (AGS), novo sinônimo de privatização.

Essas idéias avançam com a mesma facilidade com que os pretensos especialistas mudam facilmente de cargo. Por exemplo, uma das co-autoras do relatório do Banco Mundial, Estelle Jame, juntou-se, com armas e bagagens, à equipe de George W. Bush, para trabalhar no dossiê... da privatização dos benefícios sociais e previdenciários[2] . Na França, o ministro da Saúde, Jean-François Mattei, e o do Serviço Social, François Fillon, encarregaram dois figurões do mundo privado, François Chadelat, alto funcionário da seguradora Axa, e Alain Coulomb, representante de hospitais e clínicas privadas, de fazerem as propostas apropriadas para distinguir os papéis do público e do privado[3] .

A saúde, uma questão contábil

As transferências acontecem nos dois sentidos: Gilles Johanet, ex-diretor da Caisse Nationale de l'Assurance Maladie (CNAM), passou, em 15 de setembro último, para a direção da divisão "Saúde e Seguros Coletivos" de um outro gigante dos seguros: a AGF. Os especialistas se multiplicam, mas as soluções permanecem as mesmas: redução das despesas coletivas e espaço para a iniciativa individual, considerada mais competitiva devido a um preceito digno das Tábuas da Lei.

Foi em nome deste princípio que se instaurou, desde meados da década de 80, um controle puramente contábil. Ao reduzir o número de médicos, o número de farmácias, o número de leitos hospitalares, dizia-se que haveria menos pacientes... ou, pelo menos, menos despesas. Há um quarto de século os sucessivos governos franceses dedicam-se a isso e criaram um *numerus clausus* para os médicos e enfermeiros. Operação com sucesso além do esperado. A partir de 2010, haverá mais médicos aposentando-se do que ingressando na profissão; atualmente, faltam uns 3.500 nos hospitais públicos, apesar da presença de 9.000 profissionais estrangeiros (precários e mal remunerados).

O número de leitos foi reduzido, mais no setor público (35.352 leitos em sete anos) do que no setor privado (18.475). Os pequenos ambulatórios locais, que poderiam encarregar-se de problemas corriqueiros e desempenhar o papel de triagem de pacientes, desapareceram. Contudo, elas teriam sido muito úteis nesse verão, e sem dúvida, aliviariam a pressão que pesou sobre os pronto-socorros dos grandes centros. No interior, às vezes, é preciso andar dezenas de quilômetros para encontrar um hospital super-equipado, mas pouco adaptado ao tratamento de casos banais. Pelo mesmo motivo, maternidades foram fechadas em nome da segurança das mulheres, reorientadas para grandes complexos, quase sempre sofisticados demais para uma gravidez sem problemas. E ainda causa surpresa que o item "transporte" de serviços reembolsados aumente!

Sinais de alerta na França

Realmente, as despesas continuam a subir. Sem que as desigualdades regridam. Ao contrário. A ausência de um controle articulado do atendimento médico transforma alguns setores em deserto: a região da Picardia, por exemplo, tem apenas 110 especialistas para 100 mil habitantes, contra 220, na Provença-Alpes-Côte d' Azur, 234, na Île de France, e 169, em média, para todo o território (em relação à União Européia).

É verdade que a França continua em primeiro lugar no *ranking* mundial, segundo a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os médicos ainda não fazem o paciente esperar um ano por uma operação da bacia ou do coração, como na Grã-Bretanha, ou 208 dias por uma operação de catarata, como na Finlândia, ou 128 dias, como na Dinamarca[4] .

Porém, os sinais de alerta se multiplicam: na região de Île de France [capital], 60% dos pacientes não conseguem marcar um exame de imagem por ressonância magnética (IRM) com menos de duas semanas de antecedência e os especialistas acham que não é possível ultrapassar esse prazo[5] . "O equipamento médico é muito limitado", observa o professor Bernard Debré. "A França está na última posição mundial em número de IRM, atrás da Turquia[6] ." Naturalmente, os que gozam de relações especiais (elites econômicas, políticas e da mídia) não passam por isso.

Dez mil óbitos prematuros

A gritante ausência de medicina preventiva, sua marginalização onde ela era embrionária, como na escola ou na empresa, acentuam ainda mais o abismo das desigualdades. Segundo o estudo do Centro de Pesquisa, Estudo e Documentação em Economia da Saúde (Centre de recherche, d'étude et de documentation en économie de la santé – Credes), 14,7% dos franceses declaram abdicar de tratamento por razões financeiras, e entre eles 30% são desempregados. Apesar da criação da Assistência Universal à Doença (Couverture maladie universelle - CMU), de 25% a 30 %, dos que têm direito a ela não puderam se tratar por falta de recursos.

As famílias operárias fazem duas vezes menos consultas com especialistas ou com dentistas, do que as famílias de executivos. As crianças de bairros desfavorecidos - em Zonas de Educação Prioritária (ZEP) - têm mais problemas oftálmicos ou dentários do que os alunos mais ricos. Da mesma forma, a ausência de meios de contracepção é nitidamente mais comum entre os operários e entre as mulheres que não dispõem de assistência médica complementar.

As famílias operárias gastam duas vezes mais com hospital do que as dos executivos. Procuram tratamento mais tarde e isso custa mais caro. "Dez mil por ano é o número de óbitos prematuros que poderia ser evitado se os operários e assalariados tivessem a mortalidade dos executivos mais graduados", observam os autores de *Inégalités sociales de santé*[7] , o trabalho mais importante sobre essa questão realizado na França.

EUA, recordista com despesas de saúde

Ao invés de combater essas injustiças humanamente insuportáveis e economicamente aberrantes, os projetos em curso vão acentuar ainda mais os desvios. Ainda em 2001, o Movimento das Empresas da França (Mouvement des entreprises de France – Medef, sindicato patronal) apresentou um relatório completo sobre sua versão da previdência social: um sistema à americana, com uma assistência mínima para os mais pobres, paga com impostos; um seguro complementar para os outros, mediante contratos coletivos ou individuais abertos às *mutualidades*[8] e às companhias de seguros. Os resultados econômicos e sociais desse tipo de poção são, entretanto, conhecidos.

Os Estados Unidos, por exemplo, sempre citado como exemplo do país do livre seguro, detém o recorde de despesas com saúde. Em 2001, gastaram com a saúde 13,9% das riquezas produzidas contra 10,7% para a Alemanha, 9,5% para a França e 7,5% para a Finlândia, onde a regra é a assistência gratuita[9] . 41 milhões de norte-americanos não dispõem de qualquer assistência social. Um fenômeno que, hoje, atinge as camadas médias. Em 2001, segundo o *New York Times*, "1,4 milhão de norte-americanos perderam sua assistência a doenças, dos quais 800 mil tinham renda superior a 75 mil dólares[10] ". É devido ao aumento do desemprego durante esse período, mas especialmente por causa do brusco aumento dos preços dos seguros – mais de 48% em três anos, observa o patronato[11] , que quer reduzir seu financiamento.

Uma "cesta de tratamentos"

Além disso, e contrariamente às idéias correntes, os pacientes que querem ser reembolsados não podem escolher seu médico e este não pode exercer a medicina como quiser: "o *managed care* – gestão dos tratamentos- tornou-se, na prática, a polícia nacional da saúde[12] ", escreve George Anders, que cita o caso dos pediatras obrigados, pelas companhias de seguros, a reduzir suas consultas para dez minutos.

Inspirado por esse modelo, o governo francês procura remodelar as áreas cobertas pelo público e pelo privado. Uma das cabeças dessa tentativa, o deputado Jacques Barrot, da maioria, explica: "Hoje é preciso distinguir entre pequenos e grandes riscos. [Estes] devem ser encargo do seguro obrigatório, os outros devem ser cobertos por seguros complementares ou voluntários, mutualidades ou seguros privados[13] ." Tal distinção é clinicamente absurda (um pequeno risco pode esconder uma grande doença), socialmente injusta (somente os mais ricos poderiam se tratar) e economicamente cara (quanto menos se tratar a tempo, mais se gasta depois).

O relatório de Chadelat[14] , base do trabalho do governo, está redigido com o mesmo espírito. Ao propor "uma mudança maior no mecanismo de cobertura à doença, na França, tal como existe desde 1945", ele pede a definição de uma "cesta de tratamentos" (tratamento mínimo, sem definição precisa) que seria co-financiada pelo regime geral da previdência social (seguro-doença

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

obrigatório) e por um seguro complementar (AMC, essencialmente constituído por mutualidades). Os dois garantiriam 80% do financiamento e o restante seria coberto por seguros "supercomplementares". Ora, a AMC não existe para uma parte dos assalariados em tempo parcial e desaparece quando os trabalhadores ficam desempregados ou são aposentados. Desse modo, apenas 52% das pessoas com mais de 65 anos poderiam dispor dele.

O perigo de um recuo histórico

Além disso, as mutualidades são, atualmente, submetidas a regras próximas às das seguradoras, e os preços a pagar são cada vez mais pesados. Finalmente, este novo desmembramento se faria acompanhar por uma redução da base de cálculo da contribuição social por parte dos empregadores e dos assalariados, o que representaria, para a previdência social, um custo avaliado em 2 bilhões de euros (6,8 bilhões de reais, o que representa mais de 2% dos recursos disponíveis).

Esta opção pela mercantilização generalizada poderá ser explosiva para toda a sociedade. A previdência social não se resume apenas a questões de saúde ou de aposentadoria: ela dá forma aos contornos da organização social e aos que não têm capital uma certa autonomia diante dos riscos da existência. Permite sair da caridade e do assistencialismo para instalar um sistema de direitos. Essa é a grande ruptura gerada pelo nascimento da previdência social: através de lutas, as relações sociais foram progressivamente emancipadas do mercado.

Jogar os contribuintes na incerteza do contrato individual e na loucura dos mercados financeiros representaria um recuo histórico. Uma grande parte dos jovens e das mulheres - trabalhadores sem estabilidade, sem cobertura complementar, mas "ricos" demais para terem direito à CMU (Assistência Universal à Doença) - teria que aceitar, sem revolta, viver na angústia permanente do dia seguinte, sem nunca poder projetar-se positivamente para o futuro.

Contribuição para saúde tem que aumentar

Quanto às pessoas idosas com pensões insignificantes, elas não teriam direito a uma aposentadoria tranqüila. Partindo do princípio de que 70% das despesas com saúde ocorrem durante os seis últimos meses de vida, o economista Alain Cotta propôs recentemente "uma espécie de autoregulação organizada pela sociedade, [que criaria] uma função social: dar a morte[15] ". E fixar o limite em "mais de 90 anos", o que seria o equivalente a codificar uma espécie de eutanásia social. Pode-se argumentar, inclusive, que é um progresso, uma vez que em 1969 um representante da Câmara dos Lordes, em Londres, fixou a idade limite em 80 anos[16] .

Essa sociedade que despreza os idosos, que exclui os jovens, que incentiva uma individualização desenfreada, não é uma fatalidade. É evidente que são indispensáveis muitas reformas. E ainda é preciso admitir que as despesas sociais irão aumentar. Na realidade, a elevação do nível de vida se traduz, em todos os países, por uma maior demanda de cuidados (e também de cultura, de lazer); os progressos tecnológicos geram custos de tratamento mais altos; o aumento da expectativa de vida exige um acompanhamento médico mais significativo; o surgimento de patologias complicadas (Aids) ou de evolução rápida (câncer) exigem recursos financeiros suplementares sem esquecer a retomada da natalidade (o aumento do número de parteiras nos reembolsos da previdência social é um dos mais altos: 11,8% em 2002).

É fundamental, portanto, que a parte da riqueza nacional destinada à saúde aumente. Isso não é nem um drama, nem uma deficiência insuperável, se o debate não se orientar por pistas falsas, mas conceber uma nova arquitetura da saúde baseada em novos recursos financeiros. Inicialmente, é preciso não esquecer que as despesas de saúde são também receitas de crescimento. Geram empregos de serviços qualificados, junto aos particulares, aos hospitais, aos laboratórios e também na indústria e no campo da pesquisa. A promoção de uma verdadeira política de prevenção, especialmente nos estabelecimentos escolares e nas empresas, também criaria postos de trabalho. De uma maneira mais geral, o crescimento do emprego qualificado representa o melhor meio de tampar o buraco: 100 mil desempregados a menos representam um bilhão de euros a mais (3,4 bilhões de reais) em contribuições previdenciárias e sociais.

Algumas experiências promissoras

Aliás, essa é a razão pela qual as contribuições deveriam permanecer vinculadas à geração de riqueza em uma empresa e não serem transferidas para o orçamento do Estado e para o imposto através dessa pérola inventada pelo Partido Socialista: a contribuição social generalizada (CSG). Deveriam permitir aliviar o peso sobre os rendimentos salariais, pois sua composição corresponde a 93% dos rendimentos do trabalho!

Da mesma forma, a isenção de contribuições sem contrapartida positiva libera enormes massas de dinheiro e uma parte vai para as Bolsas de Valores. De 1,3 bilhões de euros, em 1991, elas passaram para 8,8 bilhões de euros em 2001 (mais que o déficit anunciado no mesmo ano). Uma recuperação parcial daria oxigênio para realizar uma verdadeira reforma do financiamento, segundo o mesmo princípio das aposentadorias: ao ampliar a base pelo valor agregado (e não apenas aos salários) e modulando as contribuições para favorecer, em termos relativos, as empresas que criam empregos qualificados corretamente remunerados[17] . Portanto, "valorizar o trabalho" de um jeito que não seja intensificando-o nem suprimindo um dia de descanso.

Do ponto de vista da saúde, mudanças podem ocorrer, especialmente com a introdução de um sistema mais preventivo. Ora, por enquanto, a prevenção só mobiliza 2,3% das despesas totais. Em um primeiro momento, a prevenção custaria um pouco mais, mas se tornaria rapidamente fonte de economias. As experiências feitas na região Seine Saint Denis no campo da higiene dentária, nas escolas, se traduzem em cáries menos freqüentes (e por tratamentos menos caros por parte dos dentistas). Outras experiências tão positivas quanto essas foram realizadas pelas mutualidades.

Redefinir o papel do médico

Outra pista de pesquisa para um sistema de saúde mais eficiente e mais econômico: os medicamentos. Contrariamente ao que se diz com freqüência, a França não detém o recorde do consumo de remédios. Fica atrás da Suécia, dos Estados Unidos, do Canadá, da Finlândia, da Austrália, da Irlanda, mas adiante da Alemanha e da Itália[18] . Ela parece ser, no entanto, campeão no consumo de antidepressivos... É evidente, de qualquer maneira, que as empresas farmacêuticas pesam muito no processo de decisão, embora o governo tenha acabado de lhes dar a liberdade de fixar o preço dos remédios novos (*leia, nesta edição, o artigo "À sombra das Big Pharma", de Philippe Rivière*). Para sair dessa engrenagem, comissões transparentes e independentes, compostas por médicos, representantes da previdência social, das mutualidades e dos pacientes, deveriam fixar listas de preços, privilegiando os genéricos (que representam, atualmente, apenas 10% do consumo atual, contra 28% na Alemanha, por exemplo).

Outro trunfo: a redefinição do papel do médico. É evidente que não se trata de questionar a liberdade de escolha do doente ou a liberdade de prescrição do profissional experiente. Mas é preciso reconhecer os obstáculos do sistema atual: 14% dos clínicos gerais prescrevem 50% dos remédios reembolsados; 40% dos especialistas e 50% dos dentistas ultrapassam as tarifas convencionadas. Se os médicos da interior ou de bairros pobres trabalham com dificuldade por 20 euros a visita (65 reais), outros têm uma vida muito confortável (14.200 euros por mês – quase 50 mil reais –, em média, para um radiologista com todas as despesas pagas). Algumas zonas geográficas ficam desertas.

Uma longa cadeia de solidariedade

A formação contínua permanece marginal. Especialista em economia da saúde, Philippe Houcarde propõe um controle mais ativo de certas práticas, impedindo, por exemplo, que os pacientes mudem de um especialista para outro e que os médicos prescrevam sem limites. Mas sugere, sobretudo, "o incentivo de novas formas de exercício da profissão e de remuneração: a diferenciação das tarifas segundo a importância do diagnóstico e o tempo gasto; o incentivo ao atendimento em consultório em grupo, a abertura de 'casas médicas' que assegurem a permanência para desobstruir as urgências hospitalares; a experimentação de remuneração fixa, conforme a natureza da intervenção[19] ".

E por fim, não se dá força e energia ao sistema, preocupando-se com desempenho e economia, sem democracia. Atualmente, os deputados fixam normas de despesas anuais sem terem a menor idéia das conseqüências médicas de suas decisões. Conseqüentemente, a gênese das doenças e a evolução das patologias não são praticamente estudadas[20] . Os gestores da previdência social (sindicatos e patrões) não prestam contas a ninguém: as eleições foram suspensas desde 1983. As associações de pacientes, que teriam algo a dizer, foram excluídas. O sistema combina estatização e burocratização.

Em sua época, Pierre Laroque, o pai da previdência social, avaliava que seria necessário, para criar uma proteção universal, conjugar "uma política econômica guiada pela preocupação com o pleno emprego, uma política de equipamento sanitário e de organização médica para prevenir [a doença], inicialmente, e curá-la, em seguida (...); e uma política de distribuição de renda tendendo a modificar a distribuição que decorre do jogo cego dos mecanismos econômicos[21] ". Grande ambição, logo esquecida e mais atual do que nunca: trata-se de construir outro sistema de saúde.

Antes de lançar ele ao mercado, seria melhor afastar a insegurança da vida cotidiana, consolidar uma longa cadeia de solidariedade (dos jovens para com os idosos, dos saudáveis para com os doentes, dos solteiros para com as famílias), o que é o próprio espírito da previdência social.

---

* Jornalista
(Trad.: Teresa Van Acker)

1 "Adverting the old age crisis", Banco Mundial, Washington DC, 1994. Em maio de 2003, voltou à carga com "Pension Reform in Europe: Process and Progress". Ler também *La régulation du système de santé*, Conselho de Análise Econômica, ed. La Documentation française, Paris, 2000.

2 Ler, de Dean Baker, "The World Bank's attacks on social security", Center for Economic and Policy Research, 7 de agosto de 2001, Washington. *Site*: www.cepr.net

3 Ler, de Serge Halimi, "Crimes contre la nation", *Le Monde diplomatique*, setembro de 2003.

4 "Les systèmes de santé danois, suédois et finlandais: décentralisation et accès aux soins", *Etudes et Résultats*, n° 214, Direction de la recherche et des études de l'évaluation et des statistiques (Drees), janeiro de 2003, Paris.

5 "Les trajectoires des patients en Ile de France: l'accès aux plateaux techniques", *Question d'économie de la santé*, n° 31, julho de 2000, Paris.

6 "Comment soigner un tel malade", *France soir*, 2 de dezembro de 2002.

7 Annette Leclerc, Didier Fassin, Hélène Grandjean, Monique Kaminiski et Thierry Lang (org.), ed. La Découverte/Inserm, Paris, 2000.

8 N.T.: As *mutualités* (o termo "mutualidade" é utilizado na língua portuguesa, em Portugal) têm a função de complementar a previdência social obrigatória (os serviços de saúde oferecidos pelo Estado). No jargão utilizado no Brasil na área securitária, usa-se também o termo "mútua" para esse tipo de sociedade.

9 "Health data 2003", segunda edição, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos, OCDE, julho de 2003. *Site*: www.ocde.org

10 "Problems of lost health benefits is reaching into the middle class", *New York Times*, 25 de novembro de 2002.

11 Ler, de Milt Freudenheim, "Health benefit cost soar in US", *International Herald Tribune*, Paris, 11 de setembro de 2003.

12 "The medecine of the future", *New York Review*, 12 de junho de 1997.

13 *La Tribune*, Paris, 28 de outubro de 2002.

14 "La répartition des interventions entre les assurances obligatoires et complémentaires en matière de santé", Commission des comptes de la Sécurité sociale, Paris, julho de 2003.

15 Entrevista ao *Journal du Dimanche*, Paris, 7 de setembro de 2003.

16 Citado por Jérôme Pelissier, *La Nuit, tous les vieux sont gris*, ed. Bibliophane, Paris, 2003.

17 Ler "Financer les retraites autrement" *Le Monde diplomatique*, julho de 2003.

18 "Health Data 2003", *op.cit.*

19 Ler também *Main basse sur l'assurance maladie*, Notes de la Fondation Copernic, ed. Sylllepse, Paris, 2003, e, de Marie Kayser, do Sindicato de Medicina geral, *site*: www.attac.org

20 Ler, de Martin Winckler, "Canícula: a revelação de um sistema de saúde doente", *Le Monde diplomatique*, setembro de 2003.

21 Extraído de Henry C. Galant, *Histoire politique de la Sécurité sociale française – 1945-1952*, ed. Librairie Armand Colin, 1955.

Colegiados

UFRJ sofre com redução de bolsas na pós-graduação

Agências de fomento promovem esvaziamento do mestrado desde 1994

Na última sessão do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), o pró-reitor José Luiz Monteiro apresentou um panorama da pós-graduação na UFRJ em relação ao sistema nacional de ensino superior. Munido de gráficos e um programa de apresentação visual, o professor informou a quantidade de alunos, de bolsas recebidas das agências e forneceu dados sobre a redução do fomento à pesquisa na universidade, além de informações da UFRJ em relação a outras instituições.

Uma das projeções demonstrou, segundo José Luiz, a política de esvaziamento dos programas de mestrado, aplicada ao longo dos últimos anos pelas agências. Para se ter uma idéia, em 1994, a universidade recebeu da Capes 1.179 bolsas de mestrado. Em 2003, este montante caiu para 689. No doutorado, no entanto, houve um aumento: em 2003, foram recebidas 640, contra 445 em 1994. O CNPq parece ter adotado a mesma política e, em 1994, concedeu 1.248 bolsas de mestrado para a UFRJ, reduzindo drasticamente, ano a ano, até chegar a 448 em 2003. O dirigente chamou a atenção para o fato de que, mesmo com o aumento das bolsas de doutorado, a participação das agências têm diminuído, no total das bolsas cedidas, nos últimos cinco anos. Por área de conhecimento, as bolsas, tanto da agência do MEC como do MCT, se concentram nas ciências biológicas e da saúde.

Percentual de bolsas da UFRJ em relação ao sistema nacional

A participação da universidade no total de bolsas de mestrado da Capes, em 1994, era de 11,3% do total, percentual que caiu para 8,4%, em 2003. A participação no total de bolsas de mestrado do CNPq foi de 9,6% em 1999, caindo para 7,7%, em 2003.

As bolsas de doutorado da Capes na universidade significaram 13,6% do total de bolsas concedidas pela agência em 1999. Em 2003, este percentual foi reduzido para 11,3%. As de doutorado concedidas pelo CNPq significaram 14% em 1999 em relação a todo o sistema, e caíram para 12,3%, em 2003.

A UFRJ tem 84 programas de pós graduação e 145 cursos, sendo que 30 programas se concentram no Centro de Ciências da Saúde. O CT e o CCMN têm, cada um, 13 programas de pós.

Queixas também dos estudantes

A representante dos alunos da pós-graduação, Ariane Leites, reforçou a necessidade de a universidade se posicionar por uma mudança no quadro apresentado pelo pró-reitor. A estudante cobrou, também, da reitoria uma intervenção junto aos ministérios pelo aumento do valor das bolsas de mestrado e doutorado. Ariane lembrou que a queda no número de bolsas e a falta de reajuste significam perda de qualidade para os programas. "Mesmo tendo bolsa, muitas vezes o estudante tem que arrumar um trabalho para complementar sua renda e por uma perspectiva de emprego futuro, já que as universidades não abrem concursos".

Alunos de mestrado	1997	2002
Ativos	5.169	5.501
Ingressos	1.419	1.793
Titulados	904	1.241

Alunos de doutorado	1997	2002
Ativos	3.233	4.033
Ingressos	709	840
Titulados	367	627

Total de bolsas Capes	1994	2003
Mestrado	1.179	689
Doutorado	445	640

Total de bolsas CNPq	1994	2003
Mestrado	1.248	448
Doutorado	674	744

Bolsas PIBIC	1999/2000	2002/2003
Brasil	14.191	12.984
UFRJ	883	714
Percentual	6,2	5,4

Número de laboratórios	
Total	757
CCS	330
CT	185
CCMN	131
CLA	39
CFCH	34
FCC	30
CCJE	8

Pelo fim dos processos contra alunos

CEG aprova moção que busca a preservação das vias acadêmicas

Já está se tornando uma triste rotina para os colegiados superiores: pouco depois da notícia de um processo movido por professor do IFCS contra um aluno (Jornal da Adufrj nº 110), o CEG tomou conhecimento de mais uma ação na justiça comum contra estudantes. Desta vez, o foco da polêmica está na Faculdade Nacional de Direito.

Um dos coordenadores do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) daquela Unidade, o aluno Marcus Vinicius teve a oportunidade de se manifestar na sessão. Ele contou que o CA e seus coordenadores estão sendo processados pela direção da Unidade por conta de alguns panfletos e um jornal nos quais faziam críticas à gestão da FND. Marcus relatou ainda que um outro estudante – que não faz parte do CACO – também está sendo processado pela direção da faculdade por ter entrado com um requerimento no próprio CEG questionando a nomeação da professora Maria da Penha Almeida da Cruz para a chefia de um dos Departamentos da Unidade. Maria da Penha é esposa do diretor Armênio Albino da Cruz e conselheira do CEG.

Os conselheiros lamentaram a utilização da justiça comum, antes do esgotamento da questão pelas instâncias internas da universidade. Ao fim da sessão, o colegiado aprovou uma moção em que exorta a direção da Faculdade de Direito a sustar os processos abertos na justiça do Rio de Janeiro contra os estudantes. "O Conselho de Ensino de Graduação não deseja tolher um direito de qualquer cidadão de recorrer à justiça, inclusive porque isto está fora de sua competência; apenas deseja reafirmar que, antes de apelar à justiça comum, deve-se esgotar os recursos e os caminhos que a Universidade oferece, inclusive para fortalecer esses caminhos", diz um dos trechos da moção.

A professora Maria da Penha não estava presente nesta sessão do CEG. A reportagem da Adufrj-SSind tentou contato com ela e com o diretor da FND na manhã de sexta-feira. No gabinete da direção, a informação recebida foi a de que ambos estavam viajando, só retornariam nesta segunda-feira (3/11) e não tinham deixado nenhum número telefônico para encontrá-los.

Despedidas

A sessão do CEG também marcou a despedida de alguns representantes do CT que encerravam o mandato. O colegiado formulou uma moção de louvor à atuação, neste período, dos professores Claudia Jardim, Antônio Cláudio e Ismael Soares. Entre eles, o mais elogiado foi Antônio Cláudio que não poderia ser mais reeleito, após seis anos de representação no conselho. O professor da Escola Politécnica agradeceu o convívio dos colegas e recordou a resistência dos colegiados superiores durante a turbulenta gestão vilhenista, entre outras situações difíceis.

CEG na terça-feira

Por conta do desejo de participação de vários conselheiros nas comemorações pelo aniversário da Faculdade de Medicina da UFRJ – cuja data coincide com o dia da semana reservado ao CEG (nesta quarta-feira), o colegiado vai se reunir excepcionalmente na terça-feira, dia 4, às 9h, na Sala de Congregação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no próprio prédio da reitoria.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 116 • 10 de novembro de 2003

Ato pelo voto contra a Reforma da Previdência no Senado

14 novembro sexta-feira

12:00

Em frente ao gabinete do Sérgio Cabral Filho,

Rua São José, 20 - Centro

Somente durante a última manifestação do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública, no dia 28/10, o senador Sérgio Cabral concordou em ouvir os servidores públicos. O Fórum convoca para o ato de pressão ao senador, nesta sexta-feira, dia 14. Compareça. Vamos solicitar o voto contra a reforma previdenciária!

Jornada pela Democratização da Mídia

Nesta segunda-feira, 10 de novembro, o Comitê-Rio de organização da Jornada pela Democratização da Mídia realiza uma ato público com a presença de jornalistas que vieram ao Brasil para participar do Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte, no último final de semana. Confirmaram presença Norman Solomon, especializado na guerra contra o Iraque e autor de diversos livros, como "O Iraque na mira: o que a mídia não conta"; a venezuelana Blanca Eekout, diretora do Canal Comunitário da Venezuela; e Aixa Helvia, vice-presidente da União de Jornalistas Cubanos. A atividade começa às 18h, na Associação Brasileira de Imprensa, no Centro.

Lenilton Lima

MESA DE ABERTURA DO 47º CONSELHO DO ANDES-SN, EM NATAL (RN)

Andes-SN mantém luta contra reformas liberais

No 47º Conselho do Andes-SN (Conad), realizado em Natal, nos dias 31 de outubro a 2 de novembro, os representantes das seções sindicais atualizaram o Plano de Lutas do Sindicato e reafirmaram a luta contra as reformas liberais do governo Lula. Confira algumas das resoluções aprovadas nas páginas 4 e 5.

Opinião

-É traição? -Sim. -E daí ? -Daí, pau...

Prof. Luis Paulo Vieira Braga*

Uma questão vem assombrando diversos segmentos sociais e suas lideranças nos últimos meses - a traição de Lula e associados aos princípios, alguns históricos, defendidos enquanto na oposição. Funcionários públicos, ambientalistas, sem terra, militantes do PT, entre outros, se sucedem em declarações, manifestações de rejeição e repúdio à política do atual governo.

A gradual queda de popularidade do presidente contrasta com a triunfal marcha no dia de sua posse em Brasília. Partindo da catedral de Brasília, templo da religião com mais fiéis no Brasil, cujo clero hipotecou-lhe apoio, passou por milhares de eleitores que se acotevelaram na Praça dos Três Poderes para gritar seu nome e exprimir sua alegria. Graças a este imenso apoio popular o então inexperiente executivo foi recebido por empresários, diplomatas e políticos tradicionais. A elite do país se curvou diante de um homem simples, tornado poderoso pela força do povo. Nunca o termo democracia representou tanto!

Não vou repetir a mesmice moral sobre o ato da traição, muito menos evocar o sentimentalismo daqueles que se sentem mais abandonados do que na época de FH. Vou adotar uma postura positiva diante do ato de traição.

Abordá-la do ponto de vista de ruptura de continuidade de comportamento. Assim poderíamos até dizer que Einstein traiu Newton ! E sem regime de transição. Ou seja, na descoberta científica não há um prazo para que uma compreensão melhor da natureza passe a valer. Uma vez proposta a teoria e verificada sua efetividade, de imediato passa a ser adotada, até que no futuro alguma outra teoria melhor a substitua. Vamos supor, portanto, que a equipe dirigente em algum momento convergiu para uma nova percepção da realidade social brasileira e passou a agir em conformidade com ela, parecendo a nós que estavam meramente nos traindo...

O Brasil passou a ser apresentado como um estado em vias de globalização, aonde trabalhadores e empresários se dão as mãos e, ambos, sob a égide do governo, ajudam a construir uma rede de proteção social para aqueles que nunca terão como se sustentar (algo em torno de 50 milhões de pessoas). A nação brasileira foi reduzida ao folclore (de grande potencial tutístico), o conflito capital-trabalho imputado à legislação previdenciária e trabalhista, e a macroeconomia simplificada em termos de índices de câmbio, inflação, juros e risco Brasil.

A ruptura de continuidade de comportamento é um caminho sem volta, a não ser por outra ruptura. Mas em política o preço que se paga por uma sucessão de rupturas é o descrédito. Também se chega ao descrédito pela via do fracasso. Se as teorias de Einstein estivessem equivocadas à época que as propôs, hoje ninguém se lembraria dele...Da mesma forma, negar o estado nação, negar os conflitos de classe, persistir no monetarismo, sem dúvida nenhuma, constitui falta de política ou determinação. Mas, e os resultados? Se é verdade que as boas intenções encheram cemitérios, não se tem notícia de que as traições tenham tido desempenho melhor.

A fase do luto pela morte de um Lula, por quem se esperou em vão, está em vias de terminar. E isto é mais motivo de preocupação para os traidores, do que para os traídos. Pois, o povo gerará novos líderes, se os atuais não demonstrarem que são capazes de atender minimamente seus anseios. Os fenômenos sociais e econômicos têm existência objetiva, novas teorias sociais podem sempre ser propostas, mas elas estão sujeitas à verificação e refutação.

O que neste caso pode se apresentar de uma forma incontrolável e inexorável.

***Professor do Instituto de Matemática**
Membro do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

10/11 - Jornada pela Democratização da Mídia
Sede da Associação Brasileira de Imprensa, nº 71, 9º andar, às 18h

11/11 - Reunião da comissão executiva da Campanha Nacional contra a Alca
Sindicato dos Engenheiros (Senge), av. Rio Branco, 277, 17º andar, às 18h

11/11 - Reunião do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social
Sintrasef, av. Treze de Maio, 13, às 16h
Pauta: Organização da atividade de pressão ao senador Sérgio Cabral; finanças; e mudança de horário e local das próximas reuniões

14/11 - Ato de pressão sobre o senador Sérgio Cabral
Rua São José, no Centro, ao meio-dia

18 e 19/11 - I Encontro Nacional de Meio Ambiente da CUT
São Paulo (SP) - A atividade acontecerá no auditório da Apeoesp, Praça da República nº 282

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial Mumbai, Índia

Maio de 2004 – 5º Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

28 a 31/07/2004 - Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Adufrj-SSind

Seção sindical no FSB

A Adufrj-SSind esteve representada pelo professor Salatiel Menezes nas atividades do Fórum Social Brasileiro, ocorridas nos dias 6 a 9/11, em Belo Horizonte. A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, participou como convidada do painel Reformas –o cerco do capital aos direitos dos trabalhadores, promovido pela Federação dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público (Fenajufe) e do seminário Fundo de Pensão e reforma da previdência , realizado pela Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Anfip)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Previdência

Parecer sobre reforma sai neste dia 12

Até 6/11, mais de 200 emendas foram apresentadas pelos senadores

Prossegue a tramitação da reforma previdenciária no Senado Federal. A PEC 67 já passou por quatro dias de discussão no plenário daquela Casa e voltará a ser discutida nesta terça-feira (11). As emendas de plenário também serão apresentadas apenas até esta data, quando a reforma retornará pela segunda vez à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para discussão e votação dessas emendas. O relator da reforma e líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), informou que estará em condições de apresentar parecer às emendas já na quarta-feira, dia 14, na CCJ. Até o dia 6, os senadores haviam protocolado 216 emendas.

Ainda no dia 6, durante discussão no Plenário do Senado, a reforma da Previdência teve sua primeira defesa, depois de 23 discursos de críticas ao seu conteúdo. A defesa foi feita pelo senador Eduardo Siqueira Campos (TO), do PSDB, partido de oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Fonte: Agência Senado

Mensagem aos senadores

A diretoria da Adufrj-SSind enviará a mensagem abaixo aos senadores do Estado do Rio de Janeiro para que estes parlamentares votem contra a Reforma da Previdência no Senado. A seção sindical sugere aos seus sindicalizados que também encaminhem esta mesma nota aos senadores Saturnino Braga, Sérgio Cabral e Marcelo Crivella.

Senador xxxxx,

Dirijo-me a V. Excia. para solicitar o seu voto contrário à PEC 67/2003 e à PEC 77/2003, que contêm a reforma da previdência proposta pelo atual governo. Esta reforma nada faz para incluir os 40 milhões de brasileiros que não têm qualquer proteção previdenciária e impõe grandes perdas aos servidores públicos federais, estaduais e municipais, diminuindo os valores das suas aposentadorias e pensões e dificultando-lhes a obtenção destes benefícios, além de transferir parte da previdência dos servidores para fundos de pensão privados.

Com esta transferência, o governo abrirá mão de parte das contribuições dos servidores e ainda terá de pagar aos fundos de pensão a parcela correspondente de empregador, o que lhe dará um prejuízo de mais de um bilhão de reais por ano. As perdas impostas aos servidores, estimadas em cerca de dois bilhões de reais por ano, servirão para cobrir esse prejuízo e para aumentar o superávit primário com o qual o governo pretende continuar pagando os juros mais altos do planeta pela rolagem da dívida pública.

Estes juros que estão estrangulando a economia do país. São mais de 150 bilhões de reais por ano, ou 10% do PIB. Isto é, um décimo de tudo o que o povo brasileiro produz destina-se ao pagamento de juros da dívida pública. Enquanto permanecer essa situação, não será possível investir nas políticas públicas de que tanto necessita o nosso país. A aprovação da reforma pretendida pelo governo só vai agravar este quadro e é por isso, senador, que, mais uma vez, solicito o seu voto contrário.

Saudações Universitárias.

José Cruz/ Agência Senado

Marcelo Crivella (PL)
Telefone:
61) 311-5730
Fax: (61) 311-2211

E-mail:
crivella@senador.gov.br

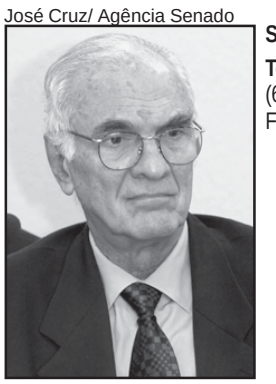
Célio Azevedo/ Agência Senado

Sérgio Cabral (PMDB)
Telefone:
(61) 311-2432
Fax: 311-2736

E-mail:
sergio.cabral@senador.gov.br

Obs: em sua página eletrônica, o senador disponibiliza ainda um sistema de formulário eletrônico (http://www.sergiocabral.com.br/cp_form.html) para envio de mensagens.

José Cruz/ Agência Senado



Saturnino Braga (PT)
Telefone:
(61) 311-4229
Fax: 311-2896

E-mail:
roberto.saturnino@senado.gov.br

ATENÇÃO

Seção Sindical da Rural tem nova diretoria

A Adufrj-SSind esteve representada pelo seu diretor José Miguel Bendrao Saldanha na solenidade de posse da nova diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Rural do Rio de Janeiro, no último dia 4/11. A nova diretoria da Adur-RJ tem como presidente o professor Canrobert Penn Lopes. Na ocasião, também tomaram posse os novos integrantes do Conselho de Representantes da seção sindical. Entre os 311 professores que compareceram às urnas na Rural, 274 deram voto à chapa única do professor Lopes. Segundo o Jornal da Adur-RJ, "foi uma participação muito expressiva, considerando que 487 professores ativos tinham direito ao voto"

Resenha

Manifestação contra reformas sociais em Berlim

Uma manifestação contra as reformas sociais e econômicas planejadas pelo governo alemão, convocada por sindicatos e movimentos de esquerda, reuniu cerca de 100 mil pessoas em Berlim (capital), em 1/11, segundo informações dos organizadores do movimento. Há três semanas, o governo anunciou que os 20 milhões de aposentados alemães deverão apertar os cintos diante do déficit recorde nos fundos de pensões, estimado em 10 milhões de euros (US$ 11,6 milhões, aproximadamente) em 2004. A matéria é da Folha de S. Paulo (01/11).

Federais pedem mais R$ 66 milhões

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) voltou a pedir pressa no repasse dos recursos que devem complementar o orçamento deste ano das 53 universidades federais. Além de reivindicarem a liberação total dos R$ 78 milhões referentes à Emenda Andifes, os reitores vão pedir suplementação de R$ 66 milhões ao Ministério da Educação (MEC). Com orçamento inicial de R$ 473 milhões, o setor está no vermelho. A matéria é da Folha Dirigida (30/10).

Sete mil docentes para universidades federais

Notícia do jornal O Estado de S. Paulo (em 31/10) informa que a Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação vai encaminhar ao ministro Cristovam Buarque uma solicitação para abertura de 7 mil vagas para professores e 8 mil para funcionários nas universidades federais em 2004. O pedido de novas vagas deve ser um dos principais itens da pauta do MEC na comissão interministerial que está tratando da reforma do ensino superior. A comissão tem até 15 de dezembro para apresentar uma proposta fechada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Estudantes sem saber Português e Matemática

A esmagadora maioria dos estudantes brasileiros sai da 3ª série do ensino médio sem saber Matemática e Língua Portuguesa. É o que mostra uma nova leitura dos resultados do último Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), realizado em 2001, com 287.719 alunos. Apenas 5,99% dos alunos testados tinham nível adequado de conhecimento em matemática. Em língua portuguesa, o índice foi de 5,34%. A matéria é do jornal O Estado de S. Paulo (5/11).

Andes-SN

Conad homologa quatro novas seções sindicais

Nos dias 30 de outubro, 1 e 2 de novembro realizou-se em Natal - RN, o 47º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes-SN (Conad). Estiveram presentes 48 delegados e cerca de 90 observadores. Foram homologadas quatro novas seções sindicais: Seção Sindical dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto (Sindcefet-OP); Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Tocantins (Sesduft-TO; Seção Sindical dos Professores da Fundação de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul/SP (Apesfunec); e a Seção Sindical da Universidade do Estado de Goiais (Adueg-GO).

A Adufrj-SSind, conforme já noticiamos, esteve representada pelos professores Sara Granemann (delegada) José Miguel Bendrao Saldanha e Salatiel Menezes dos Santos (observadores). O Jornal da Adufrj publicará, assim que o relatório do Conad ficar pronto, as resoluções aprovadas no 47º Conad.

Foram muito criticadas por todos os participantes Conselho as posições assumidas pela Central Única dos Trabalhadores diante das reformas liberais patrocinadas pelo governo Lula, em especial a contra-reforma previdenciária (PEC 40/03 na Câmara dos Deputados, PEC 67/03 no Senado Federal), que abrirá o caminho para financiar a privatização da previdência social por meio da retirada de direitos dos servidores públicos. O descontentamento com a nítida perda de autonomia da Central em relação ao governo e com a falta de apoio à recente greve dos servidores contra a PEC é tão grande entre os docentes que foi proposto até o encaminhamento da desfiliação ao próximo Congresso do Andes-SN, a realizar-se em fevereiro de 2004. No debate, no entanto, a posição fortemente majorítária dos delegados foi a de rejeitar o envio de qualquer proposta de desfiliação e trabalhar intensamente para que a Central recupere a sua capacidade de luta em defesa dos interesses do conjunto da classe trabalhadora.

Ainda sobre a relação do Sindicato Nacional com a Central, foi discutida a decisão tomada pela diretoria do Andes-SN de suspender o pagamento das contribuições à CUT desde julho deste ano. A decisão resultou das dificuldades que a direção nacional da Central tem colocado para negociar um crédito do Andes-SN pendente desde o 7º Congresso Nacional da CUT (Concut), realizado em 2000, quando uma anistia generalizada concedida pela tesouraria da Central não foi aplicada aos pagamentos devidos na época pelo Andes-SN. O valor desse crédito aproxima-se dos valores que o Andes-SN está deixando de pagar no segundo semestre de 2003, da ordem de 100 a 120 mil reais. O Conad foi favorável ao restabelecimento dos pagamentos, mas autorizou a diretoria a continuar o processo de negociação dos débitos e créditos devidos e a ajustar posteriormente o orçamento do primeiro semestre de 2004, sem a obrigação de retomar imediatamente o pagamento suspenso.

No âmbito da anunciada Reforma Universitária, três temas merecem atenção e análise: a proposta do Sistema Nacional de Avaliação do ensino Superior (Sinaes), a instituição, por decreto do governo, de um Grupo de Trabalho para elaborar propostas de regulamentação da universidade, e o Decreto para Regulamentação do Ensino Médio e da Educação Profissional. Com relação ao Sinaes, o Jornal da Adufrj publicou em sua edição nº 114 (27/10), uma análise do professor Roberto Leher que subsidiou as discussões do Conad. As discussões em torno da Reforma Universitária e da regulamentação do Ensino Médio e da Educação Profissional tiveram como base os textos apresentados pela diretoria do Sindicato. Nesta e na página ao lado, reproduzimos os textos de apoio e as resoluções aprovadas sobre estes temas.

Mais um decreto para regulamentação do ensino

Sara Granemann

PLENÁRIA DO 47º CONSELHO DO ANDES-SN, REALIZADO EM NATAL

Análise apresentada pela diretoria do Andes-SN

A minuta de decreto que a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), do MEC, acaba de divulgar apresenta e representa, em síntese, o que se poderia chamar de acomodação conservadora, na medida em que, ao incorporar partes da LDB (Lei nº 9.394/96), da Resolução CNE/CP [Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno] nº 03, de 18 de dezembro de 2002, e do Decreto 2208/97, procura atender, ao mesmo tempo, as intenções do Governo, das instituições públicas que passaram a vender cursos para o próprio Governo (e gostaram de fazê-lo, renunciando à sua função social) e das instituições privadas que passaram a preencher, com vantagens, o vácuo criado pela extinção das ofertas públicas.

Com relação à LDB, a nova proposta traz de volta ao cenário o já disposto no seu art. 36, § 20: a possibilidade de o ensino médio preparar para o exercício de profissões técnicas, desde que atendida a formação geral do educando e, neste caso, com direito a prosseguir nos estudos; isso, em certo sentido, é redundante, pois, em nenhum momento, o texto da lei faculta a formação profissional em nível técnico descolada do ensino médio. Essa ruptura havia sido feita pelo Decreto nº 2208/97, que determina organização curricular própria e independente do ensino médio e, ao mesmo tempo, que o ensino técnico não é equivalente ao ensino médio, para fins de continuidade dos estudos. Ou seja, esse decreto desarticula os currículos mas condiciona a equivalência e a certificação do nível técnico de nível médio ao cumprimento, concomitante ou seqüencial, das duas modalidades.

0 novo decreto, portanto, ao propor o restabelecimento da integração entre formação geral e formação profissional, nada mais faz do que apenas remeter ao disposto no texto da LDB, *o que não justificaria um novo decreto, sendo suficiente a revogação do 2208/97.*

Esse argumento precisa ser reforçado e reafirmar que o desmonte do ensino técnico de nível médio deu-se por meio de políticas fundamentadas nas formas de financiamento levadas a efeito pelos governos anteriores, com a anuência dos secretários de educação e dos dirigentes dos CEFET, e não apenas pelo decreto nº 2208/97. Este último não tem competência para revogar lei complementar e, portanto, hierarquicamente superior, como é o caso da LDB, mas tão somente para regulamentá-la. Já faz parte de inúmeras análises anteriores a constatação de que o decreto usou de um artifício não para regulamentar, mas para definir outra concepção de educação profissional, anteriormente constante do PL nº 1603/96, que o governo anterior, apesar de todos os esforços, não conseguiu fazer aprovar no Congresso. Se alguma unidade federada decidisse manter a formação integrada, poderia fazê-lo, com apoio na LDB; o preço dessa decisão, contudo, seria não receber recursos do convênio firmado com o Banco Mundial. Já sobre a rede de escolas sob sua responsabilidade, o governo federal tinha poder deliberativo, em decorrência do que os seus dirigentes, muitas vezes à revelia de seus docentes e técnicos, aderiram ao decreto para ter acesso aos recursos. É imprescindível reafirmar, portanto, que não se justifica um novo decreto para estabelecer o que já está disposto em lei e nunca foi revogado.

A novidade, portanto, é apenas a determinação da duração dos cursos, o que se pode entender como matéria de regulamentação. Contudo, há que se analisar a sua necessidade, posto que, ao determinar a LDB que o ensino técnico exige o atendimento das finalidades da educação básica - o que, para o ensino médio, está regulamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CEB [Câmara de Educação Básica do CNE] n0 3, de 26 de junho de 1998), que prevêem duração de 2400 horas - torna-se evidente que novas finalidades só poderão ser atingidas pela ampliação da carga horária, ou, nos três anos, mediante dois turnos em algum período, ou em quatro anos. Mais ainda, terá o Executivo, por meio de decreto, competência para regulamentar os Sistemas Estaduais, matéria de competência das Unidades Federadas, assegurada pelo texto constitucional? Não teria a União amparo legal para regulamentar a duração apenas dos seus sistemas de ensino, para o que o instrumento legal mais adequado seria a portaria? Caso proceda esse argumento, todo o texto que compõe uma das versões e aborda o ensino tecnológico submeter-se-ia a essa mesma lógica, como já ocorreu no passado.

o médio e da educação profissional: uma análise crítica

Conclui-se, dessa análise, que não se *justifica um decreto* para qualquer das finalidades: repor a modalidade integrada em cena e definir a duração do ensino médio técnico.

Se não é essa a finalidade, qual seria a motivação para um novo decreto, neste governo, que tanto abominou tal prática no passado?

Uma hipótese pode ser a manutenção do verdadeiro balcão de negócios em que se transformaram as instituições públicas e privadas de educação profissional, possibilitado pela articulação entre as ofertas da formação geral e da profissional; mas nem para isso um *novo decreto* se *justifica*, uma vez que essa modalidade está prevista no art. 40, da LDB, e reproduzido no art. 21, do Decreto 2208/97. Desnecessário, portanto, um decreto para afirmar a possibilidade da oferta articulada de educação profissional. Nesse caso, o que se espera é o restabelecimento da oferta pública de qualidade, intencionalmente desmontada, em cujo espaço se fortaleceu o balcão de negócios, completamente fora do alcance da maioria da população trabalhadora.

Resta, então, o constante do art. 8º, da proposta do novo decreto, que dispõe sobre as modalidades de educação profissional: qualificação básica, habilitação técnica e formação tecnológica.

Sobre a primeira - a qualificação profissional - há que se reconhecer que foi a essência da proposta historicamente desenvolvida pelo Sistema S e pelas agências privadas que ofereceram e continuam a oferecer cursos livres, que prescindem de regulamentação.

A habilitação técnica de nível médio é matéria constante da LDB (Capítulo 11, Seção IV).

O problema é a educação tecnológica, que não está prevista pela LDB, no capítulo que trata da educação superior, e que não se confunde com o técnico de nível médio, obtido na modalidade seqüencial (o chamado "pós-médio" não existe na legislação). Esta compreensão está presente no parecer CNE/CP nº 29, de 03 de dezembro de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. No referido parecer, o conselheiro relator reconhece que a possibilidade da criação desses cursos já estava contida, embora não diretamente, na Lei 5540/68, e que já vinham sendo acolhidos por farta normatização dos Conselhos Estaduais de Educação e do próprio CNE, embora só fossem oficialmente regulamentados no Decreto nº 2208/97. Segundo o parecer, esses cursos, reconhecidamente cursos regulares de educação superior, têm a proposição de diretrizes curriculares assegurada pelo art. 44, inciso 11, da LDB. Por esse prisma, também não *se justifica um novo decreto*, a não ser que se pretendesse dar aos cursos de tecnologia melhor definição e visibilidade na LDB; mas, neste caso, o instrumento adequado seria um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Finalmente, há a proposta de que os cursos de qualificação devem conjugar-se à elevação progressiva da escolaridade; uma de suas versões a situa em nível de conclusão de ensino fundamental, outra versão fala de alfabetização. Sobre essa matéria há que se considerar que a não-exigência de qualquer nível prévio, ou concomitante, de escolarização para a realização de cursos de qualificação profissional consta do Decreto nº 2208/97, que, neste ponto, supostamente sucumbe à realidade dos excluídos e desempregados, ao mesmo tempo em que renuncia às políticas que conduzam à universalização do ensino fundamental para os jovens e adultos - o que se constitui em flagrante descumprimento das funções do Estado com relação ao direito à educação, tal como prevê a Constituição. A revogação do decreto, neste caso, é suficiente, desde que venha acompanhada de políticas e programas de educação de jovens e adultos trabalhadores - o que um novo decreto não assegura.

A partir da análise apresentada, fundamentada na *Proposta do ANDES-SN para a Educação Técnica e Tecnológica* e no *Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira*, há que se manter a posição, seguidamente reiterada pelo ANDES-SN, de se exigir a imediata revogação do decreto 2208/97, *sem a sua desnecessária substituição por um novo decreto.*

Além desses dois documentos de referência, considerou-se oportuna, nesta conjuntura, a transcrição das deliberações do 22º Congresso do ANDES-SN (Teresina - PI, 2003), relativas especificamente ao tema acima analisado:

"V - POLÍTICA EDUCACIONAL

O 22º CONGRESSO delibera que:

(...)

5. Fica aprovada a *Proposta de Educação Técnica e Tecnológica do ANDES-SN*, consolidada no 1º Encontro sobre Educação Técnica e Tecnológica, devendo sua aplicação prática ser amplamente discutida no interior de cada Instituição Pública de Ensino.

(...)

7. O ANDES-SN intensifique a luta para que sejam implementadas pelo governo federal, como medidas emergenciais para a educação, as resoluções já aprovadas pelas instâncias deliberativas do Sindicato:

(...)

7.d. Revogação, em caráter de urgência, do Decreto 2.208/97 e toda a legislação que consolidou a Reforma do Ensino Técnico, com imediato retorno do ensino técnico de nível médio integrado (formação profissional integrada à educação geral) nos CEFET (antigos e novos), Colégios Técnicos e Agrotécnicos, até que seja realizada uma nova reforma para a Educação Técnica e Tecnológica com a ampla participação dos professores, estudantes e servidores técnico-administrativos;

(...)

7.h. Realização de auditoria urgente sobre a utilização dos recursos financeiros do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional), nas Fundações de Apoio (das universidades, das faculdades isoladas e dos CEFETs) e nas Cooperativas existentes nas instituições federais de ensino.

7.i. Reposição imediata das vagas dos docentes da Educação Superior e da Educação Básica da rede Federal (Colégios de Aplicação, Colégios Técnicos, Agrotécnicos e CEFETs), com realização de concurso público pelo RJU;

7.j. Expansão das vagas para discentes nas IFES, condicionadas à ampliação de recursos orçamentários, criação de vagas para docentes e técnico-administrativos, melhoria na infra-estrutura e aquisição de equipamentos, garantindo o padrão unitário de qualidade;

(...)

7.n. Suspensão da implantação de cursos seqüenciais.

(...)

8. O ANDES-SN deve intensificar a luta para que seja implementada pelo governo federal, como medida emergencial, a transformação em Universidade dos CEFETs que contemplem os princípios defendidos pelo movimento docente de acordo com a proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira, a proposta de LDB do ANDES-SN e o PNE -Proposta da Sociedade Brasileira; e lutar para manter, nessas instituições, além de cursos de graduação e pós-graduação, os cursos técnicos integrados ao ensino médio (cursos técnicos de nível médio)."

O Conad aprovou:

1 - Posicionar-se contrariamente, por desnecessária, à edição de novo instrumento regulamentador da LDB, no que tange ao ensino médio, à educação profissional de nível técnico e tecnológico, sendo necessária e suficiente, tão somente, a revogação imediata do Decreto nº 2.208/97.

2 - Defender o retorno do número de vagas anteriores a homologação do Decreto nº 2.208/97 na perspectiva da ampliação do acesso ao ensino técnico de nível médio de acordo com as condições concretas que garantam a qualidade do ensino em cada instituição;

3 - Defender o financiamento público/estatal da educação técnica e tecnológica, em contraposição a verbas do PROEP e a reafirmação da auditoria no PROEP, nas fundações de apoio e nas cooperativas;

4 - Recomendar às seções sindicais do ANDES-SN análise *da Proposta do ANDES-SN para a Educação Técnica e Tecnológica*, como instrumento da luta pela efetiva e incondicional revogação do Decreto nº 2.208/97, devendo as Seções Sindicais e Secretarias Regionais promover, articulada e coordenadamente, ampla discussão sobre o documento.

Reforma Universitária: Autoritarismo nos primeiros passos

Análise apres entada pela diretoria do Andes-SN

A Constituição Federal garantiu às universidades brasileiras, pelo teor de seu Art1. 207, autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, para que os sujeitos que fazem a universidade tenham a possibilidade de se auto-gerirem, não sendo confundidas com órgãos de governo ou por este controladas, mesmo quando públicas e estatais. Qualquer ato que fira a Carta Constitucional merece pronta e enérgica irresignação e ação, inclusive judicial.

Portanto, não é possível estender para as universidades públicas quaisquer atos ou normas genéricas estabelecidos para toda a administração pública, se tais atos e normas contiverem disposições contrárias ao Art. 207, da Constituição Federal. Nos últimos anos, com a implementação de políticas neoliberais, vêm sendo impostas reformas do Estado e ajustes estruturais que têm gerado atos administrativos que visam o controle rígido das gestões administrativas, financeiras e de pessoal, para reduzir gastos com os serviços públicos, e inclusive eliminá-los, ajustes cuja observância seria uma afronta de ordem gravíssima à autonomia universitária.

Um novo exemplo de ameaça ao dispositivo constitucional que garante a autonomia universitária é a instituição autoritária, por meio do Decreto de 20 de outubro de 2003, de um Grupo de Trabalho InterministeriaI, encarregado de analisar a situação atual das universidades e apresentar plano de ação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior, para estabelecer medidas que visem a adequação da legislação relativa às IFES, inclusive no que diz respeito a aspectos organizacionais, administrativos e operacionais, à qualidade dos serviços e instrumentos de avaliação de desempenho, e composto por representantes do Ministério da Educação, que coordenará o GT, da Casa Civil da Presidência da República, da Secretaria Geral da Presidência da República, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério de Ciência & Tecnologia e do Ministério da Fazenda.

Está em curso, com tal iniciativa, das mais autoritárias, uma reforma da universidade brasileira que as próprias universidades desconhecem e da qual correm o risco de não participar, vez que o Decreto de 20 de outubro de 2003 prevê que "O coordenador poderá convidar representantes de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, para participar das reuniões do Grupo", o que não garante a efetiva participação das universidades.

O Conad aprovou:

Considerando, que a medida contida no Decreto de 20 de outubro de 2003 representa uma ameaça ao preceito constitucional contido no Art 207 da Constituição Federal e, mais uma vez, desvela as práticas autoritárias do Governo Federal, o 47º CONAD decide exigir sua imediata revogação e lutar contra qualquer medida que restrinja ou ameace a plena autonomia da universidade, e reafirma tanto as deliberações congressuais em relação à autonomia universitária como a sua proposta de universidade, contida no *Cadernos ANDES*, Nº 2 (3ª Edição atualizada e revisada. Brasília-DF, outubro/2003), aprovada no 46º CONAD (Vitória/ES, jun. 2003).

O 47º CONAD reivindica que o MEC estabeleã um calendário que possibilite uma discussão efetiva do SINAES, abordando os seus fundamentos e, em especial, as estratégias da sua implantação, realizando audiências públicas com os sindicatos, entidades acadêmicas e representações das instituições de ensino superior.

Colegiados

CEG propõe conciliação na Faculdade de Direito

Colegiado aprova nota sobre as Jornadas na UFRJ

Mais uma vez, a existência de processos na justiça comum contra estudantes da Faculdade Nacional de Direito voltou a ocupar espaço na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação (em 4/11). Embora não tenha sido aprovada nenhuma nova moção ou resolução a respeito da situação na Unidade, os conselheiros discutiram a importância do diálogo entre as partes para a resolução das divergências.

De acordo com a professora Ana Borralho (CCS), "as duas partes (alunos e direção) devem ceder". Até porque, para ela, dada a lentidão da Justiça, desse modo não vai se resolver de imediato nenhum problema. A professora chegou a sugerir uma comissão de conciliação do colegiado para auxiliar neste processo, mas a proposta não foi votada pelo CEG. O pró-reitor José Roberto Meyer também solicitou que os dois lados estabelecessem um diálogo para "esgotar a questão no âmbito da Faculdade Nacional de Direito".

Ausente na sessão anterior, a professora Maria da Penha (representante do CCJE e professora da faculdade) concordou que todos os litígios devem ser resolvidos na Unidade. Segundo ela, a direção só entrou com processos na justiça comum contra estudantes e o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira por causa de suposta perseguição pessoal aos professores e dirigentes. Para ela, essa perseguição teria "extrapolado os limites". Apesar disso, a professora frisou para a reportagem da Adufrj-SSind que vai, junto da direção da Unidade, buscar os alunos para entendimento. Em caso de retratação, segundo ela, as ações na justiça comum serão retiradas.

Um dos coordenadores do CACO, o estudantes Marcus Vinicius voltou a se manifestar no colegiado. Ele agradeceu a moção que pedia o fim dos processos contra alunos aprovada na reunião anterior. Porém, solicitou uma atuação mais firme da reitoria na Unidade para resolução dos problemas.

Para a reportagem do Jornal da Adufrj, o estudante disse que o centro acadêmico sempre esteve abert o ao diálogo e considerou uma "audácia" o pedido de retratação por parte dos alunos. "Os alunos não têm o que ceder. Nós queremos apenas o mínimo que a universidade pública pode oferecer. Não pedimos nada além da normalidade institucional", disse.

Jornadas

O CEG aprovou uma nota em que recomenda aos professores que não realizem, provas, exames ou avaliações durante a realização da XXV Jornada de Iniciação Científica e na XV Jornada de Iniciação Artística e Cultural, nos dias 25, 26 e 27 de novembro.

Ensino à distância

O colegiado aprovou a participação da universidade no quarto vestibular do consórcio Cederj (Fundação Centro de Ciência e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro). O objetivo do Consórcio Cederj, de acordo com sua própria página eletrônica (www.cederj.edu.br), "é expandir o ensino superior gratuito e de qualidade pelo estado, com cursos de graduação, extensão e especialização". Através de parcerias com as universidades públicas sediadas no Rio de Janeiro e as prefeituras municipais, o consórcio realiza suas atividades curriculares, presenciais ou à distância.

O movimento docente, em suas instâncias deliberativas, tem se posicionado de forma contrária à política do MEC de ampliação de vagas no ensino superior por meio da educação à distância, "lutando para que os programas de educação à distância sejam suplementares à formação do magistério, vinculados às universidades, desenvolvimento pressupõe, por parte da instituição de educação superior, a predominância da educação presencial. O Andes-SN também luta pela ampliação do número de cursos regulares e presenciais de Licenciatura e de Pedagogia, "em especial em cursos noturnos, nas universidades públicas, com verbas específicas da União para a manutenção dos mesmos".

Sistema de Biblioteca apresenta projetos para 2004

A coordenadora do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI), Paula Maria Abrantes Cotta de Mello, apresentou para o Conselho de Ensino para Graduados, na última sexta-feira, dia 7/11, sua nova organização e projetos para 2004. Uma das propostas é abrir a base Minerva para a produção das Unidades. Segundo Paula, algumas programas querem divulgar seus textos na base, mas como a disponibilidade das pesquisas não é obrigatória para o pesquisador (docente ou estudante), o sistema precisa de uma declaração ou um termo de autorização do autor para a divulgação dos trabalhos. Segundo ela, algumas unidades, como o Instituto de Pós-graduação e Pesquisa em Graduação (Copead) que já tem 200 teses digitalizadas, só aguardam a aprovação de um termo de compromisso para disponibilizar seu material.

Com a escassez de periódicos, imposta, desde 1998, quando o governo e as agências suspenderam a compra de revistas e publicações científicas, as bibliotecas virtuais acabaram tornando-se essenciais. O SiBI tem acesso direto ao portal da Capes, mas a UFRJ, diferente da USP, segundo a coordenadora, não pode fazer cópias para seu servidor local do conteúdo do portal da agência. "Com a USP, foi feito um contrato diferente, em que aquela universidade tem direito de fazer *backups* (cópias) de todos os arquivos do portal".

A coordenadora informou, ainda, que foi criado um banco de teses virtuais no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT) com o qual o SiBI mantém convênio. Na área internacional, o sistema tem acesso, via IBCT, à biblioteca da Universidade de Virgínia (EUA). Alguns conselheiros questionaram a dependência intelectual do sistema virtual e a coordenadora reconheceu que a pesquisa perde autonomia sem a manutenção da aquisição de títulos em papel definida pela própria instituição. "Não é à toa que se diz que informação é poder, ainda mais a informação digital", comentou.

De acordo com Paula Mello, embora oficializado em 1990, o SiBI existe desde 1983, quando foi criado por pressão da Finep, na administração do ex-reitor Adolfo Polillo. Paula conta que, na época, as bibliotecas da universidade funcionavam de forma descentralizada e a agência passou a financiar a compra de periódicos das bibliotecas centrais do CCMN e do CT, do Museu Nacional, do Instituto de Economia e da Copead. Com o tempo, a agência verificou que havia duplicidade de recursos. "A Finep, então, exigiu que a UFRJ centralizasse suas bibliotecas". Com a missão de dar apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, o sistema congrega, segundo Paula, 43 Bibliotecas. São 27, no *campus* do Fundão, seis na Praia Vermelha e dez em Unidades isoladas. Diferente dos demais, o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e o Centro de Letras e Artes não possuem, formalmente, bibliotecas centrais ligadas às decanias.

Novos projetos

Paula anunciou, ainda, a realização de dois projetos do SiBI, em 2004: a 'Biblioteca da Maré' e o 'Sábado com a madrinha'. No primeiro, está prevista a realização de treinamento e atividades na biblioteca já instalada na comunidade vizinha ao Fundão. Também está prevista a construção de uma nova unidade na vila Nova Holanda, em frente à Maré. Outra idéia é abrir o acervo infantil da biblioteca da Faculdade de Letras, todos os sábados, para atividades com as crianças da vila dos Pescadores ou da própria Maré.

Eleitos novos representantes nos colegiados acadêmicos

Já são conhecidos os novos representantes do Centro de Tecnologia nos colegiados acadêmicos da universidade. Os nomes serão homologados no Conselho de Centro desta segunda-feira (10/11). As eleições foram realizadas entre os dias 29 e 31 de outubro, conforme noticiado no Jornal da Adufrj nº 112 (13/10).

Para o CEG, foram eleitas duas chapas: a chapa 1, constituída pelos professores Valéria Castro de Almeida (titular), da Escola de Química, e Ismael da Silva Soares (suplente), da Escola Politécnica, obteve 98 votos; a chapa 2, de Ericksson R. Almendra (titular), da Escola Politécnica, e Selma Gomes Leite (suplente), da Escola de Química, conseguiu 100 votos. Já a chapa 3, de Nisio de Carvalho Lobo Brum (da Coppe) e Manuel Ernani de Carvalho Cruz (Escola Politécnica), teve 51 votos e ficou sem vagas no colegiado. Houve ainda dois votos em branco e três nulos.

Para o CEPG, foram eleitas as duas chapas que concorreram: a chapa 1, dos professores Ofélia de Queiroz F. Araújo (titular), da Escola de Química, e José Luiz Lopes da Silveira (suplente), da Escola Politécnica, com 99 votos; e Sérgio A. de Souza Camargo (titular), da Escola Politécnica, e Marcelo Castier (suplente), da Escola de Química, com 92 votos. Houve ainda 20 votos em branco e dois nulos.

UFRJ

Reitoria apresenta plano de qualificação de servidores

Sem a aprovação do Plano de Cargo Único, defendido pelo Sintufrj, metas podem ser frustradas

A reitoria da UFRJ apresentou a diretores de Unidades e decanos suas diretrizes para um programa de capacitação dos servidores técnico-administrativos da universidade. Segundo a exposição apresentada pela equipe da pró-reitoria de Pessoal, o Programa de Desenvolvimento Integral de Pessoal tem como uma das metas para 2004 realizar um treinamento em Gestão Institucional a ser oferecido não só aos dirigentes de Unidades e Centros, como a chefes de atividades gerenciais, coordenadores de programas e chefes de departamentos. Também será realizado um programa de treinamento para a formação de Gerentes de Rede. O público-alvo são os técnico-administrativos e os cursos serão realizados pelo Núcleo de Computação Eletrônica. Os servidores treinados no programa deverão, segundo a proposta da reitoria, atuar em toda a universidade.

A SR-4, junto da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e do NCE, pretende realizar outros três programas de qualificação. O Programa de Apoio à Gestão Administrativa será destinado a técnico-administrativos que atuem nas seguintes áreas: graduação; financeira e patrimonial; pessoal e recursos humanos: protocolo e secretaria. Outro será o Programa de Educação Continuada, voltado para a formação de servidores nos 1º e 2º graus. Para os já graduados, haverá cursos de extensão e pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela universidade.

Preocupações quanto à implementação

A reitoria promete, até 2007, atingir 40% do quadro de servidores com programas de capacitação e qualificação. Durante a exposição feita para os dirigentes, no último dia 3/11, no auditório da decania do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza, quase todos elogiaram a iniciativa, mas muitos manifestaram preocupações quanto à implementação das propostas. As maiores queixas dos diretores são quanto ao desvio de função de muitos funcionários, à falta de padronização de horários de jornada de trabalho e à disputa dos funcionários mais qualificados pelas Unidades que têm verbas próprias e oferecem complementação salarial. O coordenador do NCE, Sérgio Rocha, mencionou ainda o fato de alguns funcionários que recebem treinamento e, "por diversos fatores", acabam não utilizando os conhecimentos em suas atividades no local de trabalho. "Temos que verificar qual o impacto dos treinamentos nas Unidades, precisamos identificar a missão de cada Unidade em relação à missão da universidade", comentou.

Recursos humanos ou política de pessoal

O diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Carlos Vainer, criticou o termo 'recursos humanos', usado por alguns dos presentes. O professor mostrou preocupação quanto ao fato de uma lógica empresarial estar presente nas políticas de gestão pública, formuladas nos últimos anos. "Universidades não fazem negócios", afirmou, criticando o "empresariamento do conjunto da vida social e dos espaços públicos". Vainer disse preferir trabalhar com a idéia de 'políticas de pessoal' e sugeriu a regulamentação e uniformização das condições de trabalho nas Unidades. O professor disse que, no IPPUR, foi formado um núcleo de estudos de política de pessoal e que este deveria ser o primeiro passo para se ganhar eficiência e eficácia no trabalho desenvolvido pelos servidores na instituição. O professor parabenizou a reitoria pela iniciativa de abrir a discussão sobre o tema e relatou a experiência de sua Unidade com treinamentos no próprio local de trabalho. Vainer também criticou a falta de padronização da carga horária de trabalho nas diversas Unidades e departamentos.

Desenvolvimento humano

O decano do Centro de Letras e Artes, Carlos Tannus, também defendeu uma política de pessoal baseada no desenvolvimento humano. Tannus classificou os servidores em três categorias em relação ao trabalho desenvolvido na universidade. "Há os que têm uma relação de amor com a instituição, para além da sua qualificação. Estes devem ser re-qualificados com urgência. Há os que não têm uma relação emocional com a universidade e resolvem o problema pela fuga: são os ausentes. E há os que conseguem uma qualificação completa, mas acabam sendo seduzidos pelas Unidades que podem oferecer o *'overhead'* (complentação).

Unidades definirão vagas para os próximos concursos

Ao final das intervenções, o pró-reitor Luiz Afonso Henriques Mariz avaliou positivamente a reunião com os diretores e decanos. Luiz Afonso deu dados sobre a formação dos servidores da universidade e o volume de aposentadorias nos últimos anos. De acordo com o superintendente, Roberto Gambine, a UFRJ acumula um déficit de cerca de 2.500 técnico-adminstrativos, desde 1995. A maior falta de servidores é sentida pelas Unidades das áreas médicas.

Segundo Luiz Afonso, existe a liberação de 370 vagas para concurso. Há, ainda, um compromisso do governo de repor as vagas abertas em 2003 em função de morte, aposentadoria ou exonerações, automaticamente em 2004.

Falta o Plano de Cargo Único

Para o representante do Sintufrj e funcionário da Coppe, Paulo Menezes, os servidores não podem mais ficar atrelados somente a uma política de treinamento. Paulo conta que, ao se reunir com o sindicato, há alguns meses, a reitoria ouviu dos representantes a necessidade de que fosse feito um plano de capacitação, vinculado ao Plano de Cargo Único, defendido também pela Fasubra Sindical. O Plano vinha sendo tratado pelos sindicatos com o governo Lula nas audiências com os servidores, ainda durante a greve contra a Reforma da Previdência. De lá para cá, as esperanças da implementação do Plano, segundo Paulo, ficaram muito pequenas, já que o governo não assumiu este compromisso no acordo feito com a categoria ao final da última greve. Para Paulo, a iniciativa da reitoria é boa, mas sem o Plano Único, as expectativas podem ser frustradas.

O PCU prevê progressão por mérito e por titulação, tal como acontece com os docentes. O Plano também estabelece níveis de capacitação e remuneração de acordo com os níveis de escolaridade e titulação. No PCU, foi elaborada uma tabela de conversão que reenquadraria muitos profissionais que têm formação para exercer determinadas atividades, de nível superior, na maioria das vezes, mas ainda recebem pelo nível da atual carreira para o qual foram admitidos.

Andes-SN defende qualificação associada a um projeto de universidade

De acordo com a secretária geral do Sindicato Nacional dos Docentes, Celi Taffarel, não basta qualificar o corpo de servidores. "O Andes-SN defende que uma proposta de qualificação tem que estar inserida no bojo de duas discussões: qual o projeto de universidade para o qual está se capacitando? Estamos qualificando quem para o quê? A capacitação de servidores tem a ver, ainda, segundo a professora, com a autonomia e o financiamento da instituição. "Não basta querer qualificar gestores sem termos autonomia e orçamentos adequados", comenta.

Para Celi, programas de qualificação devem estar associados a um processo de avaliação institucional interno e democrático "que reconheça as necessidades vitais da universidade". A professora lembra que estes princípios são considerados fundamentais para o movimento docente e estão veiculados no Cadernos Andes, de outubro de 2003, que traz a 3ª edição da Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira, atualizada e revisada.

Anote

Rádio Interferência com inscrições abertas

A Interferência, rádio que funciona no *campus* da Praia Vermelha, está com inscrições abertas para novos programas em sua grade de horários, que vai, por enquanto, das 15h às 21h, de segunda a sexta. Os programadores têm total liberdade na formulação de seus programas e não é necessário ser um aluno da UFRJ para participar da rádio.

A rádio voltou ao ar no último dia 20, 6 meses depois de ser coagida a fechar por um agente da Polícia Federal. A Interferência é uma rádio livre, e, portanto, não possui uma administração hierárquica e nem possui concessão de funcionamento. A programação e outras informações sobre como fazer um programa na rádio podem ser encontradas no endereço www.radiolivre.org/interferencia.

MST

Fórum Fluminense associa luta pela Seguridade pública e por direitos humanos no campo

Movimentos sociais criam comitê em defesa dos presos políticos do MST

Chamar a atenção da sociedade para a criminalização imposta pelo Estado aos movimentos sociais. Esse é um dos objetivos da Campanha pela Libertação dos Presos Políticos do Movimento dos Sem Terra, lançada no Rio de Janeiro pelo Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública. O comitê estadual desta campanha foi inaugurado durante o debate *Criminalização dos movimentos sociais* realizado no último dia 4/11, na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Sintrasef), no Centro. Participaram do evento o representante do MST, Valquimar Reis; a professora da Escola de Serviço Social da UFRJ Maria Lídia e a 2ª vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra.

No dia anterior ao do ato, em São Paulo, a Justiça concedeu *habeas corpus* a dez militantes do MST, que tinham a prisão decretada desde 11 de setembro. Todos os trabalhadores foram absolvidos e responderão ao processo em liberdade. À exceção de um dos líderes do movimento (José Rainha), que ainda aguarda julgamento por um outro processo.

De acordo com Valquimar, ou Quima, como é conhecido entre os companheiros do movimento, o caso paulista não é isolado. "Hoje, existem presos políticos no Paraná, na Paraíba, no Mato Grosso do Sul e em São Paulo (o próprio Rainha)", diz o militante. Nas contas dele, são 13 presos políticos e mais 13 com a prisão preventiva decretada. Mas ele ressalta que esses números são dinâmicos e modificam-se rapidamente a cada ocupação de terras no país.

Segundo Valquimar, há uma escalada da violência contra o movimento. "De janeiro para cá, ocorreram 46 assassinatos de trabalhadores contra 43 do ano passado todo", disse. Valquimar atribuiu esse aumento à articulação das forças conservadoras do país, em resposta à crescente atuação do MST durante o mandato do governo Lula. "Terra no Brasil é símbolo de poder, mesmo que não produza nada. Os latifundiários elegem vereadores, prefeitos e conhecem delegados e juízes. E possuem o apoio dos grandes meios de comunicação", complementa. Ele cita o já famoso episódio do boné do MST usado pelo presidente Lula- e que causou grande alvoroço na mídia - como um dos indicadores dessa reação dos setores conservadores da sociedade.

Para ele, a formação de comitês em defesa dos presos políticos do MST é uma importante iniciativa para atingir as pessoas acostumadas a uma só visão do movimento. Valquimar acrescenta que já existem comitês desta natureza em São Paulo e no Pará. Neste último estado, o comitê auxiliou a realizar recentemente o Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio do Pará (confira quadro), que julgou moralmente os governo de FHC e Almir Gabriel (ex-governador daquele estado). Ele disponibiliza os contatos do escritório dos trabalhadores rurais no Rio de Janeiro a todos que desejem participar das atividades em defesa dos presos políticos do MST: 2533-6556 e 2240-8496.

Investir em formação política

Maria Lídia tem mais de 20 anos de militância na formação de trabalhadores junto a sindicatos e também com o MST. Ela defende esse investimento na formação política das pessoas com o objetivo de mudar o quadro de criminalização dos movimentos sociais.

Segundo ela, o MST sofre como o "papel ideológico fantástico" da mídia. Maria Lídia comenta que, com a intenção real de defender a defesa da propriedade privada, os meios de comunicação transmutam as lutas sociais para o banditismo. Dessa forma, considera ela, o fato de o movimento dos trabalhadores rurais atuar concretamente na reforma da ordem burguesa faz dele um alvo preferencial desta política repressiva. "O MST desafia a ordem neoliberal e isso preocupa a ordem dominante. O Estado, ao buscar a manutenção da sua dominância, produz essa criminalização", comentou.

Atenção com os serviços de informação

Cecília Coimbra, que também é docente na Universidade Federal Fluminense, alertou, no entanto, que esse papel da mídia continua sendo alimentado pelos serviços de informação do governo, tal como no tempo da ditadura, "embora de uma outra forma".

Para comparar os dois momentos históricos, ela citou um documento do Centro de Informações da Aeronáutica de 1971, encaminhado para todos os serviços de informação do país. No documento de então, faziam-se recomendações expressas para classificar as ações da oposição ao regime. Em vez de "organização", os militares sugeriam a utilização de termos como "bando", quadrilha", banditismo", o que, segundo o próprio texto da Aeronáutica, serviria para passar a idéia de ilegalidade, amoralidade e falta de civilidade dos movimentos da época. Já a palavra "ação" deveria ser trocada por "assalto", "crime", "roubo", "chantagem" e outras, também com a mesma finalidade.

Cecília Coimbra conta que, em 2001, por acaso, ao investigar vestígios da guerrilha do Araguaia, procuradores do Ministério Público descobriram recentes documentos do Centro de Informações do Exército do Pará que demonstravam uma expressa vigilância em relação a movimentos sociais, como o MST. O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra era arrolado, ao lado do crime organizado e do narcotráfico, como uma das "forças adversas" que produzem "reflexos negativos para a segurança nacional". Cecília informa que várias ações foram deflagradas pelos serviços de informação do Exército desde então com o estrito intuito de vigiar e levantar dados sobre o MST.

A professora considera de grande importância a unidade de movimentos sociais para enfrentar esse tipo de política e, neste sentido, saúda a formação do comitê do Rio de Janeiro em defesa dos presos políticos do MST. Ainda segundo ela, uma forma de enfrentar a situação vigente, além da necessária democratização dos meios de comunicação, é a democratização da informação do país. Ela afirmou existir um decreto (nº 4.553), de dezembro de 2002, que aumenta para 50 anos o prazo de sigilo de documentos considerados ultra-secretos do governo. Pior que isso: permite renovações indefinidas, após o fim deste período. O detalhe é que o decreto foi ratificado por Lula em fevereiro deste ano. "É o 'sigilo eterno'. Isso é uma vergonha", critica a professora.

Fórum Fluminense apóia iniciativa

O comitê do Rio de Janeiro nasce forte, com o apoio de diversas entidades e, entre elas, o Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública – que congrega cerca de 60 sindicatos do funcionalismo federal, estadual e municipal. Uma das organizadoras do Fórum, a professora Sônia Lúcio (da Seção Sindical dos Docentes da UFF) explica o motivo da adesão de um conjunto de entidades voltadas para a proteção da Seguridade Social à luta pela terra: "No governo Lula, existe um projeto articulado de ajuste fiscal, no sentido de abrir espaço para o capital financeiro", disse, acrescentando os compromissos com o FMI como uma evidência desta política. "Como conseqüência disso, existem a cooptação e a perseguição dos movimentos sociais", complementa, citando o discurso e as práticas utilizadas contra o funcionalismo durante a greve deste ano. "À medida que temos essa clareza do aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, devemos transformar e ampliar os objetivos do Fórum", afirmou.

Adufrj-SSind também está na campanha

Representando a Adufrj-SSind, o professor Salatiel Menezes, esteve presente no ato de lançamento do comitê do Rio de Janeiro, no último dia 4. A seção sindical já está engajada na campanha em defesa dos presos políticos do movimento e pretende difundir mais informações sobre o tema em suas próximas publicações.

Adufrj-SSind participa do Fórum Fluminense

A seção sindical também está presente na organização do Fórum em defesa da previdência pública e seus diretores vêm participando de suas reuniões e da organização das atividades desenvolvidas no Rio.

FHC e ex-governador do PA são julgados culpados

Terminou no dia 30/10, em Belém (PA), o Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio do Pará, que julgou a responsabilidade do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do ex-governador do Pará Almir Gabriel em crimes de violação do direito à vida, direito à liberdade, direito a um Judiciário independente e imparcial, da proibição do trabalho escravo e de crimes contra o meio ambiente, ocorridos no Pará durante os oito anos de seus mandatos (1995-2002). A notícia é da agência de notícias Carta Maior (de 30/10, www.agenciacartamaior.com.br).

Após um dia de depoimentos de trabalhadores rurais sobre casos de assassinatos, prisões ilegais, tortura, ameaças de morte, trabalho escravo, perseguição do Judiciário, impunidade dos criminosos e crimes ambientais praticados por madeireiros, fazendeiros e grileiros, o júri, que também analisou um processo de mais de mil páginas com provas documentais, considerou, por unanimidade, os réus culpados em todas as acusações. Antes da leitura do veredicto, apresentado pelo jurista Hélio Bicudo, presidente do Tribunal, os membros do júri justificaram seus votos perante uma platéia de mais de 500 integrantes do MST. Na avaliação do diretor estadual do MST, Raimundo Nonato, as expectativas dos integrantes do movimento que acompanharam os trabalhos do tribunal foram superadas. "Precisamos instituir esses tribunais populares como mais uma forma de luta. Apesar de não terem validade legal, têm uma forte legitimidade política", afirma Nonato. Tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Almir Gabriel foram citados antes do início do Tribunal, mas não se manifestaram a respeito.

Outras notícias sobre os crimes no campo podem ser encontradas nos endereços: www.mst.org.br e www.cptnac.com.br.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 117 • 17 de novembro de 2003

Guilherme Lessa

Próxima atividade ocorre neste dia 19

O senador Sérgio Cabral acabou cancelando sua presença na manifestação dos servidorescontra a reforma da Previdência, na sexta-feira, dia 14/11. Na véspera, a assessoria do parlamentar enviou mensagem de que o senador não compareceria ao encontro marcado com os representantes do Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública. Se o senador pensou que sua atitude iria desmobilizar os servidores, enganou-se. Cerca de 60 manifestantes compareceram à Rua São José, em frente ao escritório de Sérgio Cabral, e fizeram um barulhento protesto contra a reforma. Mais de 3,5 mil panfletos foram distribuídos à população sobre as conseqüências nefastas da reforma previdenciária. Os servidores organizaram ainda um irônico "correio do amor" ao senador, ao presidente Lula e ao ministro Ricardo Berzoini.

A próxima atividade de protesto dos servidores contra a reforma previdenciária ocorre nesta quarta-feira, dia 19, em frente ao prédio da Justiça Federal, na Rua Venezuela, no centro da cidade. Na ocasião, centenas de idosos estarão se recadastrando no INSS para provarem que estão vivos para o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini - vale lembrar que o ato abusivo do ministro pode ser enquadrado como crime passível de ação penal pública, conforme artigo 95 do Estatuto do Idoso, aprovado este ano pelo Congresso. Já em Brasília, no próximo dia 26, ocorre o Ato Nacional Unificado contra a Reforma da Previdência e pela Campanha Salarial dos SPF

Ato contra a Reforma da Previdência

19 novembro
quarta-feira
12:00

Em frente à sede da Justiça Federal
Rua Venezuela, no Centro

Na ocasião, os aposentados do INSS com mais de 30 anos de recebimento estarão fazendo o recadastramento solicitado pelo governo

Agenda Sindical

18/11 – Reunião na Secretaria Regional do Andes-SN sobre
II Congresso Estadual de Educação
Sede da Secretaria, no Centro, às 18h

18 e 19/11 - I Encontro Nacional de Meio Ambiente da CUT
São Paulo (SP) - A atividade acontecerá no auditório da Apeoesp, Praça da República nº 282

19/11 - Grande marcha em Homenagem a Zumbi dos Palmares
Da Candelária ao Terreirão do Samba, às 16h

21/11 – Mobilizações pelo Plebiscito Oficial sobre a Alca e contra a renovação do acordo com o FMI
Rio de Janeiro (RJ) – manifestação em frente ao consulado norte-americano, no Centro, a partir das 13h.

24/11 – Lançamento do 5º Congresso Nacional de Educação – 5º CONED
Recife (PE) - Local: Mar Hotel – Praia de Boa Viagem, às 18h

26/11 - Ato Nacional Unificado Contra a Reforma da Previdência e pela Campanha Salarial dos SPF
Brasília (DF)

29 e 30/11 - II Encontro Nacional das Instituições Estaduais do Andes-SN
São Paulo (SP), na sede do Andes-SN/ Secretaria Regional

29 e 30/11 - Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe (GTEGC)
Niterói (RJ) - Sede da Aduff-SSind, às 10h

DCE tem nova direção A chapa 2 "Não vou me adaptar" ganhou as eleições para o DCE da UFRJ, realizadas nos dias 11 a 13 de novembro, com 2.086 dos votos válidos. Em segundo lugar, com 1.955 votos, ficou a chapa 4 "Nós não vamos pagar nada". As chapas 1 "UFRJ para todos" (1.170 votos) e a 3 "UFRJ avante" (815 votos) ficaram em terceiro e último lugar, respectivamente. Destas vez, os estudantes optaram pelo sistema proporcional de composição da diretoria da entidade. Na distribuição, as chapas 2 e 4 terão direito, cada uma, a nove cargos de coordenadores gerais Diretório. A chapa 1 indicará oito coordenadores e a chapa 3, quatro.

Campanha pela libertação dos presos políticos

A previsível criminalização dos Movimentos Sociais

Maria Lídia Souza da Silveira*

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, na sua diversidade e complexidade organizativa e política, valoriza, investe e atua a partir de determinadas concepções e princípios, delineando um campo coletivo que investe na educação política dos trabalhadores rurais. Exercita, na convivência dos acampamentos, valores distintos aos da ordem burguesa: a partilha, a solidariedade, a valoração do coletivo, além das ações coletivas diretas: ocupações de terras, de órgãos públicos, que adquirem visibilidade na mídia. Este movimento reconhece a importância das lutas agrárias, em especial contra o latifúndio, e assume a perspectiva de articulação das lutas sociais. No entanto busca a não subordinação de suas lutas a partidos, priorizando uma certa conformação de uma política de classe.

Ora, no cenário brasileiro, no qual se constrói a naturalização das desigualdades sociais e do conformismo, a presença de um movimento social que, com a sua prática de classe, se organiza, desenvolve uma prática formativa que pode levá-lo a se apropriar de uma visão crítica da vida social no capitalismo; e executa ações de invasão, com um certo toque guerrilheiro, vai provocar preocupação, não apenas pelo que aglutina de organização e consciência, mas também, pelo sentido que conforma, pela referência que se pode espraiar de que é possível – e necessário – lutar, se diferenciar da lógica capitalista e fundada no individualismo, afirmar, construindo nas dificuldades do tempo presente, o esboço de um outro projeto societário.

Eu diria que, na economia interna do movimento, pode estar sendo construída para além da esfera da imediaticidade das reivindicações – que poderiam ser resolvidas, em boa parte, no âmbito das reformas burguesas, a reforma agrária, por exemplo - uma outra esfera: a dos interesses não imediatos, políticos, a apontar para a necessária ruptura da própria ordem burguesa, como condição da efetiva emancipação das classes subalternas.

Assim, no âmbito das classes subalternas, trata-se da constituição, ainda que fragmentada e frágil, de sua direção hegemônica, o que nos impõe a compreeensão de que as classes dominantes organizadas, também na esfera do Estado, se movimentam visando a manter a sua hegemonia. A criminalização dos movimentos é uma das faces desta tática, essencial à sua permanência e dominação. Criminalização que transforma trabalhadores organizados, e que reivindicam direitos sociais, em bandidos, acusados de "formação de quadrilha" ao liderar entidades de trabalhadores e suas lutas. No Jornal do Brasil, de 1° de novembro, há uma manchete que diz: "Polícia gaúcha indicia dez sem-terra por invasão". No interior da matéria, além do relato da invasão na qual participaram 500 trabalhadores sem-terra, está presente a formulação da denúncia, que indiciou dez pessoas. Nove artigos do Código Penal foram usados para fundamentar as acusações de "roubo qualificado, esbulho possessório, violação de domicílio, porte ilegal de arma, ameaça, formação de quadrilha e corrupção de menores" (JB. 1/11/2003:A4).

O objeto real, elemento referência destes argumentos, permanece oculto – a defesa da propriedade privada –, e o que é destacado e trabalhado ideologicamente, é a violência, as armas – foices e pedaços de pau – e vandalismo desenfreado dos atos destas hordas. As prisões sucessivas de Diolinda e José Rainha, tendo por base fundamentações similares, nos permite afirmar, ainda hoje, a presença de presos políticos. Os assassinatos e as chacinas de trabalhadores rurais, ainda que revelem a violência efetiva de braços armados do Estado e de seu direcionamento nítido de classe, não têm essa clara correspondência no imaginário popular e na cultura política em geral, graças à competente tradução ideológica operada pelos meios de comunicação.

João Pedro Stédile, membro da Coordenação do MST, em recente artigo publicado na Carta Maior, em outubro de 2003, intitulado " Pobre não pode se organizar", nos fornece os seguintes dados: no campo, de 1980 a 2003, foram assassinados 1671 trabalhadores, lideranças e apoiadores. Destes, foram julgados 121 e condenados apenas pistoleiros executores dos crimes e sete fazendeiros. Stédile destaca, ainda no governo Lula, o assassinato de 53 sem-terra, líderes sindicais e lideranças indígenas, a prisão preventiva de 50 trabalhadores, com a manutenção de 24 destes. O que nos revela, claramente, como ressalta Stédile, a clara feição de classe do Estado brasileiro, ao proteger a violência do latifúndio.

Se a mídia tem inegável presença na cobertura e divulgação de movimentos sociais, a questão que se coloca é a da sua natureza e seu papel estratégico, o que significa pensar o poder que tem em desfigurar e/ou traduzir os sentidos reais dos movimentos. Ou ainda, considerarmos como a sua presença pode contribuir para que as ações coletivas sejam implementadas ou arrefecidas. Mais que isto, trata-se sobretudo de identificar sob que padrões político-ideológicos são retratados os movimentos.

A crimininalização, na ótica da burgesia é absolutamente necessária para paralisar as lutas e, principalmente, para fundir a crença no âmbito das classes subalternas de que é sem sentido alterar esta ordem, porque ela não é desigual. Todos somos brasileiros e cidadãos, portadores de direitos e deveres. E quando, qualquer um de nós, rico ou pobre, trabalhador ou proprietário, ultrapassa o limite estabelecido por nossas leis, precisa ser julgado e punido. A história das lutas sociais, na lógica dominante, precisa ser sempre narrada de um determinado ponto de vista, o da classe burguesa. E, mais que isto. Trata-se de construir instrumentos competentes para que esta narrativa se torne a verdadeira e, principalmente, para que os sentidos desta narrativa sejam aceitos e internalizados por potenciais aliados dos transgressores. Um possível campo de classe nascedouro, precisa ser implodido e substituído. Isto nos coloca o desafio de construir as nossas narrativas e os nossos instrumentos não só de difusão e informação das lutas, mas de seus sentidos, buscando a explicitação e desmonte das apropriações ideológicas em curso;

Entendo que a visibilidade do MST e de outros movimentos sociais, de alguma forma, interrompe no âmbito da racionalidade capitalista o que Eric Hobsbawm[1] designou por "presenteísmo", na qualidade de um fluxo contínuo, uma permanência no que está dado e estabelecido, que opera um corte com o passado e obscurece a dimensão do futuro. O que está em questão e ameaça é a possibilidade que se apresenta, conformada por um coletivo de movimento-sujeitos que problematizam com questionamentos e ações o tempo presente. Ao fazê-lo, exercitam e expressam uma tendência transgressora de compartilhamento, na qual é afirmada a presença de um outro projeto social, anúncio ou prenúncio, de um devir de outra natureza.

*Professora adjunta da ESS/UFRJ

[1] Eric Hobsbawm. Folha de São Paulo – Entrevista – São Paulo: Caderno Mais!, 22/06/1997.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **CAp:** Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Faculdade de Direito volta ao centro da polêmica

Candidata a uma vaga na Unidade, juíza Salete Maccaloz consegue anulação de prova e nova avaliação

Depois dos recentes acontecimentos no Conselho de Ensino de Graduação, quando foi noticiada a existência de processos movidos pela diretoria da Faculdade Nacional de Direito, na justiça comum, contra o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco) e seus coordenadores, a FND voltou ao centro das discussões no último Consuni (de 13/11).

Os representantes do Caco estiveram no colegiado e reivindicaram a divulgação do relatório de uma comissão de sindicância, cujos trabalhos foram encerrados na semana retrasada, para apuração de supostas irregularidades administrativas na Unidade. Informaram ainda que a atual direção pode ser enquadrada na lei de improbidade administrativa ao não ter respondido a uma decisão judicial de 1994.

A autora desta ação (processo nº 95.0014654-1) é nada menos do que a atual juíza federal Salete Maria Maccaloz, que, naquele ano, prestou concurso para professora de Direito do Trabalho. Sentindo-se injustiçada pela banca examinadora, a então candidata impetrou mandado de segurança para anular a prova de títulos e realizar uma nova avaliação. Ela obteve vitória judicial, mas, segundo os alunos, a direção da Unidade não cumpriu a exigência legal. Diante disso, em fevereiro de 2002, o juiz Alcides Martins Ribeiro Filho decidiu estabelecer multa de R$ 1 mil por dia de atraso no cumprimento da sentença anterior. Hoje, esse valor estaria perto dos R$ 500 mil.

Para uma futura investigação desse e de outros aspectos administrativos da Unidade, os representantes do Caco pediram o afastamento da atual direção da Faculdade.

Reitor não divulga relatório

O reitor Aloisio Teixeira observou que a comissão de sindicância surgiu de uma solicitação do MEC para investigar objetivamente apenas o caso de um aluno que não estaria conseguindo se formar na Faculdade de Direito. Ele disse já ter recebido o relatório da comissão e resolveu encaminhá-lo para a Procuradoria da UFRJ, para análise. Com a alegação de não desejar afetar a honra e a imagem de ninguém citado no relatório, Aloisio pediu "um voto de confiança do Consuni" para não divulgar o seu conteúdo, naquela sessão.

Outra opinião

Também estudante da Faculdade de Direito e ex-diretor do Caco, Leonardo Barbosa, acompanhou a sessão e disse "não concordar com algumas posturas do (atual) Caco". Ele saudou a decisão do reitor de não divulgar o conteúdo do relatório. Já o diretor Armênio Cruz, que é integrante do Consuni e estava presente neste dia, não fez qualquer manifestação sobre o caso.

Risco de desabamento no NESC

No início deste mês, o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (Nesc) ficou completamente alagado devido às fortes chuvas. O alagamento fez com que vários computadores e documentos fossem perdidos. Mas o pior ainda estava por vir: após um laudo técnico solicitado pela reitoria a um grupo de técnicos da Prefeitura Universitária e da Escola Politécnica, descobriu-se risco de desabamento imediato da estrutura onde ficam o Nesc e a Copiped.

Para evitar uma tragédia ainda maior, as Unidades já começaram a providenciar sua mudança para outros setores do Hospital Universitário. Integrante do Consuni, o diretor Roberto Medronho, do Nesc, comentou que a má notícia atinge a Unidade em seu momento de "pleno crescimento". "Nossa avaliação continuada da Capes foi uma das mais elogiosas", disse, entre outros informes do desenvolvimento do Nesc.

Medronho disse ter entrado em contato com o ex-reitor Carlos Lessa (atual presidente do BNDES) e algumas autoridades da área de Saúde, no sentido de angariar recursos para a obra de recuperação da estrutura. Porém, o custo de R$ 70 milhões está sendo visto como "inviável". O diretor mostrou-se preocupado ainda com a previsão da meteorologia de chuvas muito fortes para o verão próximo

Presidente da Andifes no Consuni

Ainda nesta sessão do Consuni, o reitor Aloisio Teixeira deu início a uma série de exposições feitas por autoridades da área de Educação, Ciência e Tecnologia. A primeira convidada foi a professora Wrana Panizzi, reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Wrana comentou a crise enfrentada pelo sistema federal de universidades, que perdeu verbas e pessoal e, ainda assim, conseguiu crescer nos últimos anos em oferta de vagas na graduação, número de doutores e publicações.

Apesar desse esforço, o apoio do governo federal, também na gestão Lula, continua deficiente. A dirigente informou que apenas no dia anterior ao de sua visita ao Consuni da UFRJ foram liberados R$ 30 milhões dos R$ 78 milhões previstos na emenda Andifes. Pior que isso: além do presente déficit orçamentário, os recursos anunciados para as universidades no ano que vem sinalizam novas dificuldades.

Wrana discorreu brevemente sobre a necessidade de regulação do setor privado de ensino superior; as justas reivindicações salariais dos servidores; uma revisão das carreiras dos professores e técnico-administrativos e contra a mercantilização da Educação.

Na próxima sessão (prevista para 27/11), o convidado do Consuni será o secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, professor Fernando Peregrino. Em seguida, virão representantes da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e, mais adiante, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Speranza perde na Justiça

Aloisio Teixeira aproveitou o expediente da sessão para anunciar que a 20ª Vara Federal deu ganho de causa à reitoria no julgamento do afastamento da professora Speranza França da Mata do cargo de diretora da Faculdade de Educação. Speranza foi afastada em agosto deste ano, mas retomou a posição através de uma ação judicial. Com a nova decisão, a situação deverá ser revertida, nos próximos dias.

Rápidas

Ações da Faculdade de Direito

A polêmica das ações na justiçatambém preencheu o tempo da sessão do Conselho de Ensino de Graduação, dia 12/11, presidida pela representante do CCJE e professora da Faculdade de Direito, Maria da Penha. A representante do CFCH e professora da Faculdade de Educação, Ana Canen, sugeriu a aprovação de uma nova moção reiterando a orientação para que os assuntos acadêmicos se esgotem nas instâncias da universidade. Desta vez, o recado foi para os estudantes do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco) que também teriam entrado na justiça contra a direção da Faculdade. A representante dos técnico-administrativos Ana Maria Ribeiro protestou. Para ela, o colegiado poderia se manifestar apenas em relação aos representantes da instituição, como no caso da moção anterior, que exortava a direção da Faculdade a retirar ações impetradas contra os representantes dos alunos. "Os centros acadêmicos não fazem parte da instituição e, como as entidades sindicais, têm autonomia em relação à universidade". O representante discente Fábio Samu discordou. Para ele, no caso dos estudantes, as representações eleitas para o DCE e CAs participam diretamente dos fóruns acadêmicos e, portanto, seriam também "atores da instituição". A moção foi aprovada com quatro votos contrários e duas abstenções.

IPPMG em obras

A representante dos técnico-administrativos no CEG, Ana Maria Ribeiro, informou, durante o expediente do conselho, que a direção do Instituto de Pediatria Martagão Gesteira decidiu fechar, temporariamente, a unidade de emergência. Também serão desmarcadas cirurgias e os pacientes internados serão transferidos. A medida foi considerada necessária para garantir o sucesso das obras que estão previstas para começar nos próximos 15 dias na rede de esgoto do local. Segundo ela, os técnicos descobriram que a situação da rede é bem mais precária do que se previa e o fechamento do atendimento na Unidade é necessário para garantir que não haja contaminação da água, por exemplo.

CEPG discute portal da Capes

O professor do Instituto de Ciências Biomédicas, Roberto Lent, é um dos integrantes da comissão da Capes que está analisando a situação do Portal da Capes e a realização de novos contratos com as editoras internacionais. Roberto foi convidado pelo Conselho de Ensino da Graduados para participar da última sessão, na sexta-feira, dia 14/11 (leia na página 6, matéria sobre as negociações da Capes e a manutenção do Portal).

Roberto Lent confirmou a disposição do MEC de não destinar verbas para as assinaturas das revistas acadêmicas em papel. No debate gerado pela exposição do professor, os conselheiros questionaram a falta de política do governo federal em relação às revistas científicas nacionais e a necessidade de garantir a circulação o acervo dos periódicos em papel para as gerações futuras. As áreas mais afetadas são as Ciências Humanas e Sociais. Segundo os representantes destas áreas no CEPG, as principais publicações não possuem edições eletrônicas e a decisão do governo de cortar a compra das revistas em papel traz enormes prejuízos para a pós-graduação e a pesquisa nacionais.

Movimento

Fórum Social discute fundos de pensão

Reforma trará prejuízos a toda a população

Quebra unilateral de contrato por parte do governo, falência mundial da previdência complementar e prejuízos para a sociedade. Esses foram alguns dos pontos discutidos pela oficina "Fundos de Pensão e Reforma da Previdência", realizada no dia 8/11, durante o Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte (BH).

O advogado Délio Malheiros, especialista em defesa do consumidor, foi o primeiro orador, e abordou principalmente os temas referentes aos aspectos ilegais e inconstitucionais da Reforma da Previdência. Segundo ele, está muito claro que haverá quebra de contrato unilateral por parte do governo com a possível aprovação da "reforma".

Para ele, muitos servidores públicos, principalmente os de nível superior, provavelmente não teriam entrado na carreira se soubessem que, no fim de sua vida laboral, teriam aposentadoria nos moldes preconizados pela "reforma". Demonstrou que, do ponto de vista jurídico, esta quebra de contrato é uma "enorme iniqüidade" para com todos os que entraram no serviço público antes do anúncio da Reforma. Esta chega a atingir os limites do absurdo para com os já aposentados e pensionistas, que passarão a ser taxados em 11% de seus benefícios.

Citou ainda várias "arapucas" que o governo tem semeado através da mídia conivente para enganar a população quanto aos verdadeiros propósitos da Reforma. Por exemplo: o governo alardeia que o dinheiro pago pelos trabalhadores aos Fundos de Pensão será deduzido anualmente do imposto de renda, na Declaração de Ajuste, "esquecendo" de dizer que na hora do resgate (aposentadoria) terá de ser pago todo o IR que deixou de ser recolhido.

Chamou a atenção também para o fato de que a previdência privada que existe hoje no Brasil é uma verdadeira loteria. De cada R$ 300 que são depositados pelos compradores dos planos, R$ 100 vão para a loteria de "prêmios" que são oferecidos por sorteios, para "encher os olhos dos incautos". Outros R$ 100 vão para os gestores (bancos e instituições financeiras) à guisa de taxas de administração, banca dos prêmios (na qual, como nas loterias da Caixa Econômica Federal, nos bingos e no "Jogo do Bicho", o banqueiro sempre ganha), e outras formas de taxação que a criatividade dos gestores inventará; os restantes R$ 100 serão destinados à formação do fundo real, que deverá ser multiplicado para garantir aos futuros aposentados sua renda.

Prejuízo para a sociedade

Em seguida, a economistas e professora da PUC-SP Rosa Maria Marques comentou o risco envolvido para os trabalhadores cujos salários não permitam juntar grande patrimônio, durante a vida de trabalho ativo. O bem-estar de sua velhice estaria atrelado e dependente da volatilidade do chamado mercado financeiro.

Isso porque a tática do capital financeiro passa pelo desmantelamento dos sistemas de Previdência e Seguridade públicas em todos os países que adotam estes modelos, como o Brasil. A professora lembrou ainda das tentativas fracassadas de fundos de pensão no Brasil, como CAPEMI, GBOEx, e outros, que deram prejuízos incalculáveis aos cotistas.

Mas, caso seja aprovada a reforma anunciada, o prejuízo será geral: em relação aos servidores, pela diminuição das aposentadorias e pensões, além das mudanças dos requisitos necessários à obtenção da aposentadoria (tempo de trabalho e de contribuição, idade mínima, metodologia de cálculo pela média dos salários ao longo da vida ativa, entre outros fatores).

O Estado também perderá, porque a implantação da reforma implicará em despesas extraordinárias, com a obrigatoriedade de a União passar a contribuir com sua parte para os fundos de pensão dos servidores - o que nunca fez antes - e a perda de arrecadação direta das contribuições sobre a folha de salários.

A população será atingida como um todo, pela previsível deterioração da qualidade dos serviços públicos ofertados, como o ensino, as Universidades, as pesquisas científicas, os hospitais públicos, a justiça pública, o sistema de fiscalização de todos os órgãos públicos, entre outros exemplos.

Fundos sem garantia

A terceira conferencista foi a professora Sara Granemann, presidente da Adufrj-SSind, que fez uma exposição didática sobre as causas políticas e conseqüências financeiras da reforma da Previdência. Sara informou que há a expectativa de que os fundos de pensão, após a entrada em vigor da "reforma", movimentarão nos primeiros sete anos cerca de R$ 500 bilhões. Segundo ela, apesar dos números impressionantes, não existe garantia de que os participantes dos fundos terão os benefícios esperados. Citou casos de países, como Chile e Argentina, onde o fracasso da previdência complementar foi visível, deixando milhões de pessoas idosas que, em condições normais, teriam de que viver com dignidade, totalmente dependentes da assistência governamental ou da caridade pública.

A professora informou também que nos Estados Unidos, pátria do capitalismo, cerca de dois terços dos fundos de pensão estão falidos, tendo sido emblemático o caso da multinacional *Enron* - pessoas que esperavam receber dos fundos entre 5 a 7 mil dólares de benefícios após se aposentarem, em função dos altos valores com que contribuíram durante anos, tiveram que se contentar com benefícios entre 400 e 500 dólares pagos pelo governo, como indenização. Isso sem falar dos milhões que não ganharam absolutamente nada, devido à falência total dos fundos onde tinham suas economias. Sintomaticamente, ela informou, nenhum dos banqueiros estava falido, no que se refere a seus bens pessoais. Daí, no ponto de vista da professora, surge a necessidade absoluta que tem os Estados Unidos de forçar a abertura dos mercados de serviços em todo o mundo: o objetivo é recapitalizar seus próprios fundos de pensão, o que já se tornou impossível em seu próprio mercado interno.

Fonte: Relato do professor Salatiel Menezes, representante da Adufrj-SSind no FSB

Protestos marcam abertura do FSB

PT tenta "abafar" críticas ao governo no evento

A Marcha que abriu o I Fórum Social Brasileiro, em 6/11, realizado na cidade de Belo Horizonte (MG) teve participação de aproximadamente 10 mil pessoas. Da Praça 7, a passeata rumou para a Assembléia Legislativa local. O Andes-SN participou da ala da Educação, com seus integrantes vestidos com camisetas do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, com os dizeres "Educação não é Mercadoria". Além de diretores do Sindicato Nacional, havia representantes de diversas seções sindicais, incluindo o professor Salatiel Menezes, da Adufrj-SSind.

Chamou a atenção o número de pessoas que portavam bandeiras de plástico do PT. Trajadas humildemente, após passarem por determinados pontos, jogavam o material fora. Durante o evento, participantes comentaram que pessoas estavam sendo pagas para carregarem as bandeiras. Reconhecidos militantes do próprio PT, para justificarem tantas bandeiras no lixo e no chão, diziam que o verdadeiro petista tem a sua bandeira e não a joga fora em hipótese alguma.

O presidente nacional do PT, José Genoino, não conseguiu falar, diante da manifestação dos servidores público. Limitou-se a agitar no ar os dedos em forma de V. Os políticos convidados - entre os quais o ministro das Cidades, Olívio Dutra, o secretário dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, e o prefeito petista de Belo Horizonte, Fernando Pimentel - ficaram nitidamente constrangidos. À noite, os jornais televisivos divulgaram somente a imagem de um grupo de braços erguidos, sem o som dos protestos.

"O FSB foi marcado pela interferência do governo, que tentou dificultar as manifestações e debates que tivessem críticas às políticas governamentais". Os locais destes eventos não tiveram a divulgação, nem infraestrutura adequados", disse a professora Janete Luzia, vice-presidente regional do Andes-SN e diretora da Adufrj-SSind.

Fonte: relato da professora Janete Luzia e InformAndes *Online* nº 4 (7/11).

Movimento

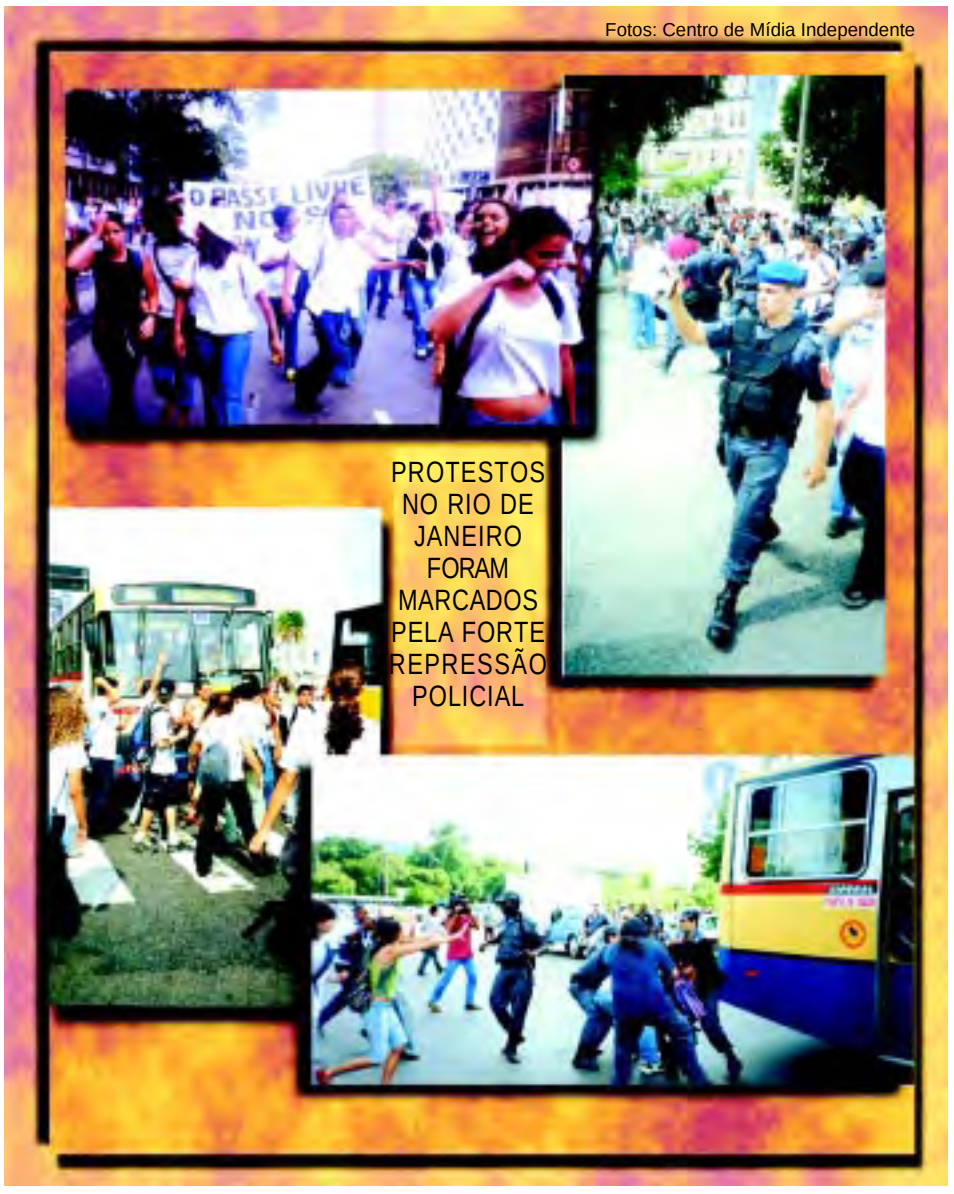
Secundaristas realizam oficina sobre passe livre no FSB

No Rio, estudantes realizam manifestação no último dia 6

Durante as duas primeiras semanas deste ano, milhares de jovens em Salvador realizaram protestos e manifestações históricas contra o aumento da tarifa de ônibus local de R$ 1,30 para R$ 1,50. Os estudantes soteropolitanos iniciaram uma luta que envolve mais do que a redução das tarifas. De acordo com o representante da União Brasileira dos Secundaristas no estado, Bruno Miranda, desde a 'Revolta do Buzu', como ficaram conhecidas as ações que pararam o centro de Salvador, os estudantes estão organizando diversos atos em várias capitais do país cobrando das autoridades o passe livre para todos os alunos da rede pública. No Fórum Social Brasileiro, duas tendências do movimento secundarista, o Movimento de Ruptura Socialista e a Juventude do PSTU organizaram uma oficina sobre o passe livre. Além de Bruno, participaram da oficina Fiore Trisi, um dos organizadores das manifestações da 'Revolta' e um representante do Comitê de Luta de Jovens Desempregados.

Na quinta-feira, 6/11, coincidindo com o dia de abertura do Fórum Brasileiro, os estudantes cariocas realizaram mais um protesto no centro da cidade e reivindicaram a volta do passe livre. Apesar de ainda não ter sido sancionada pela governadora Rosinha Garotinho, a lei que acaba com o passe livre e instaura catracas eletrônicas nos ônibus intermunicipais já foi aprovada na Assembléia Legislativa. A passeata fechou o trânsito da Av. Presidente Vargas e paralisou as ruas e o comércio ao redor. A polícia tentou impedir o bloqueio de duas pistas e expulsou os estudantes, utilizando-se de métodos violentos já conhecidos pelo movimento estudantil como o *spray* de pimenta, o gás lacrimogêneo, cassetetes e bomba de "efeito-moral". Os estudantes são contra a instalação das catracas e defendem que o passe livre para os alunos das redes pública e privada, universitários e trabalhadores desempregados seja um direito constitucional, assim como é para idosos e portadores de doenças crônicas ou deficiência.

Fotos: Centro de Mídia Independente



PROTESTOS NO RIO DE JANEIRO FORAM MARCADOS PELA FORTE REPRESSÃO POLICIAL

Exemplo

Na oficina, Bruno Miranda denunciou o cerco dos empresários do transporte e a falta de uma política pública para o setor que garanta o direito ao transporte. "Trabalhadores e a juventude não conseguem estudar ou trabalhar por causa dos altos custos das passagens". O representante da UBES associou a exploração dos donos das empresas de ônibus urbanos e a falta de políticas públicas para o setor ao modelo neoliberal adotado também pelo governo Lula.

O estudante destacou a importância da revolta dos estudantes baianos. "Foram dias em que milhares de jovens instauraram o passe livre, quase que na marra. A população e os próprios motoristas e trocadores apoiaram o movimento", contou. Uma pesquisa realizada, na época, pela afiliada da Rede Globo, TV Bahia, divulgou que 70% da população da cidade apoiavam os manifestantes e os 'métodos' utilizados durante os protestos. Segundo Miranda, durante os principais dias de protesto, os representantes das entidades de estudantes baianos organizaram imensas passeatas que paralisavam escola por escola, e arregimentavam alunos, professores e funcionários, ladeira a ladeira. Os manifestantes seguiam para os principais entroncamentos da cidade, paravam o trânsito e impediam que os ônibus cobrassem passagem da população. "Somente as lideranças dos estudantes andavam nos ônibus. As catracas foram liberadas. Durante três dias, o comércio e os estabelecimentos das principais ruas da cidade fecharam as portas, pois não havia como se locomover de um bairro para outro", conta.

O movimento em Salvador terminou com uma negociação entre a prefeitura e os representantes da UBES e da Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas. Na avaliação de Miranda, a negociação das lideranças locais foi insuficiente. "Os estudantes realizavam grandes plenárias durante as noites, nos dias de protesto, e foi eleita uma comissão que negociaria pelo movimento reivindicando o fim do aumento e o passe livre para os alunos", conta. De acordo com o secundarista, alguns dirigentes das entidades acabaram "negociando por cima e aceitaram a proposta de que a meia-entrada fosse utilizada nos meses de férias", o que, na sua opinião, "arrefeceu o movimento".

Movimento toma conta de outras capitais

Não foi só em Salvador ou no Rio que os estudantes se mobilizaram pelo passe livre. As manifestações ocorreram em várias cidades do país. Em João Pessoa (PB), houve protestos contra o aumento da passagem de R$ 1,05 para R$ 1,15. Um dos atos parou Mangabeira, o principal bairro operário da capital. Em Belém (PA), a passagem aumentou de R$ 1 para R$ 1,41. O conselho de entidades da Universidade Federal do Pará aprovou nota pública contra o aumento e denunciou a conivência da prefeitura com uma política de arrocho imposta pelas altas tarifas dos serviços essenciais. Segundo o Centro de Mídia Independente, as manifestações pelo passe livre aconteceram também em Natal (RN), Recife (PE) e Fortaleza (CE).

Miranda cita, ainda, as manifestações de São José dos Campos, Florianópolis e Vitória. Na cidade paulista, a Folha de S. Paulo (25/09/03) registrou ato com mais de mil estudantes que organizaram um 'roletaço'. Os manifestantes protestaram contra o aumento da passagem nos ônibus de São José de R$ 1,60 para R$ 2,86.

Uma vitória

Segundo o estudante, ministério público entrou com ação na justiça para que a secretaria de transporte realizem novas licitações para as empresas de ônibus com o objetivo de reduzir as tarifas. Neste processo o passe livre para alunos da rede pública dos ensinos fundamental e médio seria retomado, podendo até ser ampliado para os universitários e estudantes das redes particulares.

UFRJ

Presidente da Capes anuncia plataforma de programas

Mas número e valor das bolsas não serão alterados para 2004

Não há dinheiro para aumentar o valor nem o número de bolsas. Essa foi uma das primeiras afirmações do professor Marcel Bursztyn, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a uma atenta platéia composta por coordenadores de programas de pós-graduação da UFRJ, no auditório do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE), na tarde do dia 7/11. Segundo ele, o fator limitador é simples: "O orçamento anunciado para o ano que vem é o mesmo deste ano". A falta de dinheiro, no entanto, não quer dizer que a agência de fomento vai ficar paralisada. Pelo menos para Marcel, que anunciou medidas em estudo para desburocratizar a agência e aperfeiçoar a avaliação realizada pela Capes.

Uma das formas imaginadas para simplificar o trabalho da avaliação pela Capes é a criação de uma "plataforma dos programas", a Anísio Teixeira, em homenagem ao educador. Segundo o coordenador geral de Relações Internacionais da Capes, professor Roberto Bartholo, também presente à palestra, a proposta é fazer uma plataforma análoga à do CNPq com "currículos institucionais" dos programas. Os formulários estariam abertos o ano inteiro para preenchimento

Kelvin Melo

MARCEL BURSZTYN

e consulta pública. A plataforma Lattes, da agência do MCT, diferentemente, só abre seus formulários no período das avaliações dos programas e os dados são de cada pesquisador (que é também o responsável pelo fornecimento das informações) e não do programa como um todo.

A idéia é que o preenchimento e o envio de dados do programa na Anísio seja menos burocratizado que o da Lattes. As duas plataformas se comunicariam também e, no período da avaliação CNPq, os dados da Anísio poderiam ser transferidos para a Lattes.

Plano Brasileiro

Marcel mostrou-se inclinado a incentivar a formatação de um novo plano nacional de pós-graduação. Segundo ele, dentro da burocracia da agência, existem todas as informações para aqueles que querem abrir um novo programa. No entanto, não há qualquer orientação da agência para que se faça um curso nesta ou naquela área, de interesse para o país. "As contribuições são bem vindas", afirmou.

Ele acrescentou que, em função da fragilidade do último Plano Nacional de Pós-Graduação, de 1998 - o IV ("que ninguém tem certeza se existiu mesmo") - uma pequena dificuldade seria a numeração do próximo. "Não sabemos se vamos chamar de IV ou V Plano Nacional de Pós-Graduação ou se vamos chamar de Plano Brasileiro de Pós-Graduação, para ser o primeiro", brincou.

Avaliação mais transparente e justa

Marcel gostou da proposta, feita por um dos coordenadores presentes, de tornar públicos os dados mais completos das avaliações periódicas feitas pela Capes. Ele solicitou que o pró-reitor José Luiz Monteiro enviasse uma mensagem à agência, em nome da UFRJ, com esse pedido formalizado.

A Capes também quer fazer uma "avaliação da avaliação". Um formulário será enviado em breve aos coordenadores para ouvir críticas e sugestões sobre o processo avaliativo da agência. Para Marcel, programas de áreas distintas, com estudos de duração variável, não podem ficar sujeitos aos mesmos prazos e instrumentos de avaliação.

Neste sentido, o presidente da agência observou que também poderá ser modificado o período de avaliação dos programas. Aqueles que já recebem boas notas há muitos anos podem ficar um intervalo maior de tempo sem avaliação. Aqueles com notas intermediárias seriam mantidos em uma avaliação a cada dois anos. Os que estão com notas baixas seriam avaliados anualmente.

Acordos entre países

Também é intenção da diretoria da agência a revisão dos atuais acordos bilaterais. De acordo com Marcel, algumas áreas foram privilegiadas em detrimento de outras. No campo internacional, a Capes pretende ainda oferecer capacitação a outros países que tenham uma "estrutura universitária mais fraca que a nossa".

Programas mais simples

Uma outra proposta é a simplificação dos próprios programas da Capes. Marcel, que está há cerca de dois meses e meio na presidência da agência, chegou a brincar durante a reunião: "Eu mesmo só conheci alguns (programas) agora de manhã".

Mestrado profissionalizante

Embora considere interessante a proposta de mestrado profissionalizante, o presidente da Capes acredita que sua proliferação, no atual contexto de crise, seria um convite "ao deslize" dos princípios da universidade pública e gratuita. "Acho uma boa idéia que deve ser devidamente regulamentada, mas não podemos transformar isso numa abertura para o desvirtuamento da função (da universidade)", disse.

Portal de periódicos vive fase de negociação

Coordenador diz que orçamento não será alterado

Na *internet* há três anos, o portal de periódicos da Capes foi objeto de rumores quanto à sua sobrevivência, há cerca de dois meses, período em que houve a mudança da direção da agência e o professor Carlos Alberto Cury foi substituído pelo atual presidente, professor Marcel Bursztyn. De acordo com o Coordenador Geral de Relações Internacionais da Capes, Roberto Bartholo, as mensagens que circularam pelas caixas postais de professores, pesquisadores e estudantes não correspondem à realidade. De acordo com Bartholo, que também é professor do Programa de Engenharia de Produção da Coppe, não há possibilidade de o portal 'fechar', já que o orçamento previsto para 2004 é o mesmo de 2003.

Desde setembro, Bartholo recebeu a responsabilidade de negociar diretamente com as editoras internacionais melhores condições para manter o padrão e qualidade das publicações que atendem a 97 instituições públicas de ensino superior e pesquisa. Bartholo anuncia que o consórcio deverá receber novas adesões: a Embrapa e os centros federais de educação tecnológicas, os Cefets", configurando um dos maiores portais de periódicos do mundo, segundo o professor. Nos novos contratos, o pagamento aos fornecedores deverá ser feito em duas parcelas anuais e o professor não acredita que eventuais contingenciamentos possam afetar sua manutenção.

O portal abriga cerca de 2.400 títulos nacionais e internacionais, base de dados, mecanismos de busca, resumos e banco de teses de todas as áreas do conhecimento. "Quando o portal foi criado, a ênfase estava nas áreas biomédicas, física, química e engenharias. Hoje, estamos ampliando o acervo para as humanidades", comenta. O consórcio atende a todas as instituições públicas de ensino e pesquisa e apenas as instituições particulares que têm programas de pós-graduação com conceituação cinco ou maior podem participar mediante "alguma contrapartida".

Sem papel

O coordenador diz que não é política da Capes comprar títulos e revistas em papel para as universidades públicas. O custo anual do portal é de 19 milhões de dólares e este montante significa uma economia, segundo o professor, porque atende a todas as universidades de uma só vez. Na sua opinião, a manutenção dos periódicos em papel deveria financiada pelas agências estaduais. "As únicas universidades que mantém o acervo físico são as paulistas, porque contam com a verba da Fapesp", acrescenta.

As negociações em curso com as grandes editoras podem, segundo Bartholo, significar alguns ganhos, sem custos adicionais. Segundo o professor, apenas duas grandes editoras ainda não chegaram a um acordo com a Capes. Há ainda a preocupação de não restringir os contratos às editoras norte-americanas e ampliar a variedade de fontes e referências. "Quase todas as grandes editoras científicas estão presentes: *Nature*, *Science*, OVID, SciELO, IEEE, American Chemical Society. Estamos inserindo outras editoras como a *Springer* e a *Kluwer*".

Uma das dúvidas da comunidade da UFRJ, apresentada tanto no encontro com o presidente da Capes quanto nas sessões do Conselho de Pós-graduação, é quanto à manutenção das cópias das assinaturas eletrônicas em máquinas ou arquivos digitais da própria universidade. Bartholo diz que, pelo contrato estabelecido pela Capes com as editoras, todas as instituições que fazem parte do consórcio podem fazer backups dos periódicos eletrônicos do período de vigência das assinaturas. A universidade precisaria, no entanto, ter condições de arquivamento dos dados.

Comercialização do conhecimento

Bartholo diz que a negociação com duas editoras (ele não quis revelar o nome das empresas) está sendo intensa, mas acredita que, mesmo que uma ou outra não aceite os novos contratos com a agência, o portal não perderá em qualidade. O representante da Capes afirma, ainda, que estas editoras têm praticado uma relação monopolista abusiva na comercialização das publicações. Segundo ele, as editoras só aceitam vender 'pacotes' fechados. Em alguns casos, isto significa pagar por centenas de títulos que nunca foram acessados. "Não dá para concordar com práticas monopolistas do conhecimento que são abusivas. Quando dissemos que queríamos apenas parte dos pacotes, a resposta foi a de que estes títulos são ofertas e que o custo não seria alterado com a redução", reclama.

Saber livre

Boa parte dos textos são disponíveis gratuitamente e o usuário pode baixá-los diretamente do portal. Outros materiais, no entanto, são enviados mediante pagamento. As revistas nacionais, de acordo com Bartholo, são todas gratuitas e já existe um movimento que vem sendo difundido na América do Sul e na Europa para que os pesquisadores publiquem em revistas não comerciais. "Seria um movimento análogo ao dos *softwares* livres. Alguns pesquisadores de renome internacional já estão aderindo e publicando somente em periódicos que não trabalham com o lucro", diz o professor.

Movimento

Empresa começa a ocupar área no Parque Tecnológico

Reitoria recebe cerca de R$ 4 mil mensais pelo aluguel

No último dia 11, houve a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da primeira empresa privada a ocupar um lote de 8.800 m² no Parque Tecnológico da UFRJ. De acordo com projeto - orçado em cerca de R$ 15 milhões -, a sede da DBA Engenharia de Sistemas ficará localizada ao lado do Laboratório de Engenharia Oceânica da Coppe. O prédio deverá ser inaugurado até o fim do ano que vem, mas a universidade já recebe uma quantia pelo aluguel do espaço.

Por metro quadrado, são R$ 2,66 mensais, assim divididos: R$ 2,20 vão para a Fundação Universitária José Bonifácio (num total de R$ 19.360) e R$ 0,46, para o "caixa" da reitoria (total de R$ 4.048). O diretor do Parque, Maurício Guedes, explica que o valor destinado à FUJB é reinvestido no custeio de atividades de manutenção do local. O contrato é de 20 anos e os valores são reajustados anualmente pelos índices oficiais.

Embora considere que "esses aspectos econômicos são relevantes", Maurício pensa que o grande benefício para a UFRJ é de ordem acadêmica. "Serão abertas centenas de vagas para estágios e empregos, com prioridade para a universidade", disse. Segundo ele, por exemplo, a DBA pretende, num prazo de três anos, contratar cerca de 1,5 mil pessoas. Além disso, ainda segundo Maurício, o empreendimento deverá trazer um aumento de divisas para o Brasil. Também dentro de três anos, a empresa tem a meta de exportar US$ 50 milhões em tecnologia – o que representaria um acréscimo de 50% nas vendas nacionais deste setor.

A solenidade

Durante a solenidade do dia 11, Maurício Guedes observou que o lançamento da pedra fundamental da empresa marcava a nova etapa de "uma caminhada iniciada há dez anos (em referência às primeiras conversas para a criação do Parque, aprovado no Consuni há seis anos)". Para ele, "em toda parte, as universidades estão sendo chamadas a cumprir um novo papel que valoriza sua missão de ensino, pesquisa e extensão. Tem (também) uma função relevante na geração de emprego e de renda", disse.

Um dos sócios-diretores da DBA, Danilo Meth aproveitou a ocasião para desfilar números da empresa, que teve faturamento de R$ 150 milhões no ano passado e espera alcançar R$ 180 milhões até o fim de 2003. Segundo ele, a universidade terá um papel importante nesta nova empreitada da DBA, como o "braço da pesquisa e da geração de conhecimentos".

Kelvin Melo

ALOISIO OBSERVA MAQUETE DA DBA

Já o Secretário do Desenvolvimento Tecnológico do MCT, Francelino Grando, comentou que a universidade pode representar o principal vetor para o desenvolvimento nacional. Grando – a exemplo do diretor do Parque – considerou que a Universidade deveria aprender uma nova função, que seria relacionar-se com o setor produtivo e assim servir à sociedade, transferindo tecnologia ou participando desse tipo de empreendimento. Anunciou ainda que o presidente Lula deve enviar ao Congresso, nos próximos dias, a polêmica Lei de Inovação, que vai regular a relação entre instituições públicas de pesquisa e as empresas.

O secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, professor Fernando Peregrino, disse que a sustentação do Rio de Janeiro deve ser atribuída à produção de petróleo e gás, aliada à presença de várias universidades e centros de pesquisa. "Mais do que retóricas e *papers*, aqui está o elo entre empresa e universidade", completou.

Último a falar no ato, o reitor Aloisio Teixeira destacou que a integração entre a universidade e o setor produtivo favorece as duas partes. Segundo ele, no entanto, ainda deve haver uma mudança cultural neste relacionamento, visto com desconfiança pelos dois lados. Para Aloisio, a comunidade universitária ainda vê com maus olhos uma possibilidade de "contaminação" pelo meio empresarial, que a afastaria da verdadeira "Ciência". A empresa, por sua vez, trata a universidade como um conjunto de pesquisadores que não responde com agilidade às demandas do setor produtivo.

O reitor acredita que essa desconfiança mútua surgiu do modelo de desenvolvimento econômico "torto" do Brasil. Antigamente, segundo ele, as empresas nacionais compravam o pacote tecnológico pronto do exterior e não demandavam as universidades aqui existentes. "Não podemos deixar de refletir sobre isso. O mundo mudou", disse.

"Noivos"

Aloisio chegou a dizer que a DBA e a UFRJ eram "noivos" que, em breve, estariam trocando alianças. No futuro, no entanto, brincou que a DBA teria que aceitar a UFRJ "oferecendo seus favores a outras empresas". O Parque Tecnológico tem capacidade para receber mais 200 empresas.

Armadilha para a autonomia universitária

A Adufrj-SSind vê com enorme preocupação iniciativas desta ordem serem implementadas e estimuladas como uma possibilidade de fortalecimento da Universidade Pública, em um momento em que o ensino público vem sendo dilapidado pela privatização em curso no interior das universidades públicas brasileiras.

A privatização, mesmo sob o eufemismo "parceria", como 'alternativa' à manutenção do ensino gratuito e de qualidade revela-se uma armadilha, tanto no que se refere aos contratos firmados para utilização do espaço da universidade por longos 20 anos (a exemplo do que ocorreu com o Canecão e com o Bingo Botafogo na Praia Vermelha e resultou ou na perda do patrimônio público para empresas privadas ou em prolongadas disputas judiciais que, de todo modo, impedem a utilização destes espaços pela universidade) quanto na fragilização da autonomia universitária, que tem no financiamento público o mais importante instrumento de autonomia acadêmica. Assim, a produção do conhecimento sem os constrangimentos impostos por interesses particulares é o que garante a sua apropriação pelo conjunto da sociedade.

ANOTE

III Semana da Consciência Negra

Entre esses dias 17 e 21 de novembro, sempre a partir das 18h, será realizada a III Semana da Consciência Negra, no Alojamento Estudantil da UFRJ. O evento tem como objetivo estimular o debate sobre ações políticas com relação à questão dos negros e negras do Brasil. Ao longo da semana, também serão divulgados os problemas do alojamento, que sofre com o sucateamento das instituições federais de ensino superior. Mais informações podem ser conseguidas pelo e-mail: consciencia_negra@hotmail.com

Resenha

MEC proíbe a realização de "vestibulinho"

Notícia da Folha de S. Paulo (13/11) informa que o ministro da Educação, Cristovam Buarque, homologou no dia 12 um parecer do Conselho Nacional de Educação, aprovado em setembro, que recomenda a proibição dos "vestibulinhos", exame para selecionar alunos candidatos a uma vaga no ensino fundamental (de 1ª a 8ª série). A prática é bastante adotada por escolas particulares que têm grande procura, principalmente pela 1ª série do ensino fundamental.

Depois de 123 dias, José Rainha deixa a prisão

O líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), José Rainha, deixou a Penitenciária de Dracena, onde ficou preso durante 123 dias. O líder dos sem-terra conseguiu a liberdade depois que a 3ª Sessão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acatou a reclamação feita pelos advogados de Rainha. O recurso era contra a decisão do juiz de Teodoro Sampaio (SP), Atis de Araújo Oliveira, de não reconhecer o direito do acusado de recorrer em liberdade no processo por porte ilegal de arma, no qual fora condenado a dois anos e oito meses de reclusão. A notícia é de O Estado de S. Paulo (13/11).

MST e Contag exigem mais assentamentos

O MST e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag) exigem que o governo Lula assente, em 2004, 200 mil famílias que se encontram acampadas. A reivindicação foi apresentada no dia 11, em que as duas entidades participaram de encontros com parlamentares e representantes do Poder Judiciário. Neste ano, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 13 mil famílias foram assentadas. O MST, por sua vez, alega que as famílias assentadas de janeiro a outubro não passam de 5.000. A notícia é da agência Carta Maior.

Relatório relaciona empresas no Iraque com Bush

Um levantamento feito pelo *Center for Public Integrity* (CPI), organização apartidária dos EUA que se dedica a investigar assuntos relacionados a serviços públicos e de ética, revelou que 70 empresas americanas abocanharam contratos de US$ 8 bilhões para realizar trabalhos de reconstrução no Iraque e no Afeganistão. No relatório, destacou-se que as empresas que receberam os contratos doaram mais dinheiro à campanha presidencial de George W. Bush do que a qualquer outro candidato nos últimos 12 anos, segundo matéria da página eletrônica da Carta Capital (www.cartacapital.com.br).

Universidades

Ministério da Fazenda propõe mudanças nos gastos sociais

Universidades federais podem ser obrigadas a cobrar mensalidades

O governo Lula está sendo eficiente em transmitir más notícias. Depois da reforma da Previdência e da Ação de Inconstitucionalidade contra a transposição de regimes de 1990, o mais novo ataque está voltado, entre outros alvos, para as universidades federais. O Ministério da Fazenda divulgou, no último dia 13, um roteiro para ampla reforma do gasto social no Brasil, cujos "obstáculos" principais seriam o financiamento das instituições públicas de ensino superior e as deduções dos gastos com educação e saúde no Imposto de Renda da Pessoa Física.

A justificativa é que essas são formas de "os mais ricos" se apropriarem de uma grande fatia dos gastos públicos na área social. O documento de 47 páginas é específico no caso das universidades: "(...) estimativas indicam que o esforço fiscal e social médio por aluno associado a (sic) oferta gratuita de ensino superior no Brasil é superior ao esforço realizado em países mais ricos e bem superior ao de países em desenvolvimento", segundo consta na página 35. Só faltou escrever que deverá haver cobrança de mensalidades.

Tem mais: "A canalização de grande parte do orçamento da educação para o financiamento das instituições federais de ensino superior reduz o montante de recursos disponível para os demais estágios da educação". Ou seja, não existe qualquer sugestão para reduzir o pagamento de juros da dívida externa, mas as verbas do ensino superior são consideradas sufocantes para os demais níveis de ensino.

Os absurdos não param aí. "Cerca de 46% dos recursos do Governo Central para o ensino superior beneficiam apenas indivíduos que se encontramentre os 10% mais ricos da população". No entanto, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE de 2001, só disponíveis neste ano, mostram uma outra realidade. Metade dos estudantes das escolas privadas fazem parte dos 10% mais ricos da população, com uma renda familiar média de cerca de R$ 4.500 por mês; no setor público, só 34,4% têm essa renda. No outro extremo, 11,7% dos alunos do setor público vêm da metade mais pobre da sociedade, com renda familiar de R$ 482 ou menos, enquanto a proporção deste grupo no setor privado é de 5,4%. No setor privado, 80,7% dos estudantes se definem como brancos, enquanto no setor público são 67,1%.

Também não deverá faltar apoio ao setor privado da Educação, segundo o documento do Ministério da Fazenda (disponível em www.fazenda.gov.br, com com o título "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002"). Em outro trecho, da mesma página 35: "(...)a expansão dos empréstimos a estudantes de baixa renda, com taxas subsidiadas permitiria ampliar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior, com custos mais reduzidos para o setor público, através do FIES (programa de crédito educativo)."

E a reforma universitária nessa história?

Curiosamente, para não dizer outra coisa, a "bomba" do Ministério da Fazenda é anunciada simultaneamente aos trabalhos da recém-criada comissão interministerial que deve apresentar uma reforma das universidades federais. O Ministério da Fazenda compõe o grupo.

Não foi à toa, portanto, que a Plenária Extraordinária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, realizada em Belo Horizonte, no início deste mês (para aproveitar a realização do FSB), aprovou uma moção em que considera ameaçada a autonomia universitária, com a criação da tal comissão interministerial. De acordo com o texto aprovado no evento: "Neste sentido, os participantes da Plenária Extraordinária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública se manifestam contrariamente a qualquer medida que restrinja ou ameace a plena autonomia da universidade brasileira e reafirma a proposta para a universidade brasileira contida no Caderno Andes, nº 2 (3ª edição atualizada e revisada. Brasília – DF, outubro/2003); na proposta de Universidade Cidadã para os Trabalhadores (Fasubra) e no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira".

FMI tem culpa no cartório

Em artigo divulgado pela agência de notícias Carta Maior, em 11/11, o economista e pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP e professor da FGV-EAESP, Paulo Nogueira Batista Jr., critica a necessidade de mais um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Ele alerta que, além dos termos do acordo (cuja íntegra não tinha sido divulgada), "esses entendimentos podem envolver aspectos não escritos". Será que a cobrança de mensalidades nas universidades federais não é um "aspecto não escrito"?

Paulo Nogueira observa que o arrocho da economia nacional deverá continuar como meta de política fiscal; o já famoso superávit primário foi mantido em 4,25% do PIB, "incorporando uma pequena flexibilização". O economista comenta que os principais integrantes da equipe do ministro Palocci estão, "quase todos, em perfeita sintonia com os economistas do FMI". Segundo ele, o Brasil permanece submetido a financistas que "administram o país com um olho (ou dois) nas reações de Washington e dos mercados financeiros internacionais".

Jurídico

Abono pecuniário

A Pró-reitoria de Pessoal, atendendo à solicitação da Adufrj-SSind, encaminhou às Unidades, há cerca de duas semanas, uma planilha para que os docentes possam especificar se querem vender um terço dos dias de suas férias referentes ao período 2003/2004. Segundo a pró-reitoria, esta nova documentação apenas complementa a planilha original de férias e não garante que a venda seja efetivada e o período seja convertido em abono pecuniário. Em condições normais, esta opção poderia ser feita na planilha original. A planilha complementar apenas evita que a seção sindical entre com duas ações: uma ação solicitando o direito do docente de optar pela venda das férias e outra, esta ainda necessária, solicitando o recebimento do pagamento referente à conversão dos quinze dias em abono.

Movimento

Sintufrj elege novos coordenadores

Nos dias 25, 26 e 27 de novembro, os filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ vão escolher sua nova diretoria. Três chapas disputam o voto dos eleitores: chapa 1 ("Ação Já, Participação, Organização e Formação"), chapa 2 ("Lutar e Conquistar") e a chapa 3 ("A Vez da Base – Renovar para Lutar").

Seminário Nacional sobre Transgênicos

Nesta segunda-feira (17/11), a partir das 8h, ocorre o Seminário Nacional sobre Transgênicos, na sede do Clube de Engenharia, que contará com a presença de um dos conselheiros da Adufrj-SSind, professor Luis Paulo Vieira Braga. As conclusões do seminário serão divulgadas para a opinião pública, entidades de classe, e imprensa em geral, e encaminhadas às instituições que discutem e devem deliberar a respeito do assunto, entre elas o Governo Federal e o Congresso Nacional, além de embasar o posicionamento das entidades promotoras do evento a respeito da questão. A ficha de inscrição pode ser obtida no Clube de Engenharia (Av Rio Branco 124/21º, Centro, Rio de Janeiro), ou na página www.sengerj.org.br/aearj.htm ou na página do CREA-RJ: www.crea-rj.org.br. As inscrições são gratuitas devendo cada inscrito levar no dia do evento dois quilos de alimentos não perecíveis.

Asduerj tem nova diretoria

A Adufrj-SSind esteve representada pelo professor Salatiel Menezes e pela diretora Sara Granemann na posse da nova diretoria da Associação de Docentes da Uerj, no último dia 12, no Auditório 13 daquela instituição. O Andes-SN foi representado pela professora Janete Luzia. Nas recentes eleições, 412 professores votaram na chapa única. Claudia Gonçalves de Lima é a nova presidente.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 118 • 24 de novembro de 2003

TRABALHADORES PROTESTAM DURANTE RECADASTRAMENTO DE APOSENTADOS DO INSS

Servidores solidarizam-se com aposentados desrespeitados pelo governo Lula

No dia 19/11, o Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública realizou mais um ato de protesto contra a reforma da previdência proposta pelo governo Lula. Os servidores públicos (municipais, estaduais e federais) prestaram solidariedade aos milhares de aposentados que - sob um sol causticante e uma temperatura de 40º - esperavam sua vez para realizar o recadastramento previdenciário na Justiça Federal. Idosos, em muitos casos acompanhados por crianças, aguardavam em longas filas que se estendiam por várias quadras, no centro do Rio de Janeiro. O bem-humorado protesto dos servidores públicos constou de cortejo fúnebre do Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, panfletagem e muitos pronunciamentos de servidores que explicaram aos que se encontravam nas filas o conteúdo da proposta de reforma da previdência do governo Lula. A manifestação teve a simpatia e o apoio da população que aplaudiu o enterro simbólico do ministro, conforme noticiou a Folha de São Paulo, em foto de capa, na edição de 20/11.

Assembléia Geral

4 dezembro
quinta-feira
16h às 19h

Auditório da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde
Ilha do Fundão

Pauta
1 – Avaliação da conjuntura
2 – Encaminhamentos do 47º Conselho do Andes-SN (Conad)
3 – Cargos vagos do Conselho de Representantes e da Diretoria da Adufrj-SSind
4 – A reforma universitária do governo Lula e a *Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira*
5 – Planejamento da participação da Adufrj-SSind no 23º Congresso do Andes-SN (2004)
6 – Ação judicial para indenização pelo não cumprimento da data-base (revisão salarial)

Conselho de Representantes

1/12 segunda-feira 13h

Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha
Pauta: a mesma da AG de 4/12

Grupo de Trabalho de Seguridade Social

3/12 quarta-feira 13h

Escola de Serviço Social
Ilha do Fundão

Pauta:
1 – Preparação da reunião do GTSS/Andes-SN
- Reforma da Previdência Social
- Pesquisa sobre Hospitais Universitários
- Assistência Social: unificação dos programas
- 12º Conferência Nacional de Saúde
- Contribuições GTSS ao 23º Congresso do Andes-SN
- Plano de Trabalho GTSS da Adufrj-SSind

Opinião

Transgênicos no Clube de Engenharia

Prof. Luis Paulo Vieira Braga *

O seminário sobre organismos geneticamente modificados(OGM), ou melhorados segundo seus entusiastas, realizado no Clube de Engenharia foi um sucesso. O auditório ficou repleto durante todo o evento, no palco se sucederam especialistas de variadas tendências e origens. Ao final das exposições em cada bloco temático a palavra foi franqueada ao público. Nesta resumida avaliação dos debates vou me concentrar nos blocos relativos a **Ciência e Tecnologia** e **Economia e Mercado**. A organização do seminário divulgará oportunamente um documento completo sobre o evento.

Participaram como debatedores do bloco C&T , Victor Augustus Marin (FIOCRUZ), Marcelo Firpo de Souza Porto (FIOCRUZ), José Ivo Baldani (EMBRAPA), Enio Gutierrez (ASSESSOR PARLAMENTAR). Vitor Marin(FIOCRUZ) procurou fazer uma exposição mais técnica, enfatizando o potencial positivo que os OGM podem representar na revolução biotecnológica. Em particular, na agricultura a biotecnologia superará a revolução verde, projetando-se quatro etapas: controle de pragas e insetos, alteração nutricional, produção de fármacos e biofábricas. Em 2002 já haviam mais de 2000 OGM´s ligados a agricultura e criação de animais. Considerou que o risco zero é impossível e poderá inibir o avanço do setor no Brasil, ponderando que já ocorreram com produtos não transgênicos efeitos muito maiores em termos de toxicidade e alergicidade do que se observou até agora com os OGM´s. Entretanto, é favorável à rotulagem e à capacitação do setor público para o acompanhamento e desenvolvimento deste segmento no Brasil. Marcelo Porto (FIOCRUZ) foi mais cético em relação às previsões para a revolução biotecnológica, alegando que há um certo fetiche sobre o poder da C&T. As questões suscitadas envolvem a Ecologia e a Sociologia, campos altamente complexos e envolvidos em muita incerteza, para os quais não cabem avaliações isoladas, típicas da Física e Química. Rejeitou igualmente as promessas de um mundo sem pobreza e fome, pois para ele são questões que não dependem da C&T. A assim chamada revolução verde teve início com iguais promessas e hoje temos boa parte da humanidade em situação de fome. Do ponto de vista ambiental lembrou o problema da concentração de dióxido de carbono na atmosfera, o que vem levando a eventos climáticos não conformes. Por este motivo considerou que os experimentos com OGM´s devem ser cercados de extrema cautela. José Baldani (EMBRAPA) destacou o trabalho de sua instituição tanto no setor transgênico como não transgênico. Preocupado com o crescimento da população mundial considera imprescindível o aumento da produtividade para atender à futura demanda. Partidário da rotulagem e da fiscalização dos cultivos transgênicos. Considera que no caso da soja, devido à qualidade da semente brasileira, não há necessidade da adoção do produto transgênico. Enio Gutierrez (Assessor) iniciou sua intervenção avaliando os efeitos da revolução verde que levaram ao crescimento da monocultura a qual além de expandir ecosistemas artificiais, deslocou populações do campo para as periferias das grandes cidades, aumentando a fome. Comentando sobre a introdução da soja rr (round up ready) no RGSul destacou que isto se deu devido ao preço baixo das sementes contrabandeadas, fim da patente do glifosato e à infestação de pragas. Lembrou ainda que há controvérsia sobre a capacidade da soja rr fixar nitrogênio sem a utilização de adubos específicos para este fim e também sobre a necessidade de se utilizar quantidades cada ve z maiores de glifosato para o controle de pragas.

O bloco sobre Economia e Mercado contou com Savio Pereira (Ministério da Agricultura), Marco Antonio de Carvalho (CONAB), Anderson Galvão Gomes (CELERES), Jean Marc Von der Weid (AS-PTA). Sávio Pereira concentrou sua exposição no cultivo e comercialização de soja, o que, segundo ele, é o motivo de toda a celeuma. A soja é uma mercadoria produzida basicamente em três países: EUA, Argentina e Brasil, sendo cada vez mais consumida em todo o mundo. É fonte insubstituível de proteína vegetal, proporcionando, na forma de farelo, insumo fundamental para a criação animal. A receita oriunda das exportações de soja do Brasil em 2003 serão da ordem de oito bilhões de dólares. Para Sávio Pereira alguns mitos permeiam a discussão . O primeiro mito é de que a produtividade americana vem caindo por causa da soja transgênica. Segundo ele, isto ocorreu por causa da sêca prolongada. O segundo mito é de que a produtividade brasileira se deve à produção não transgênica do centro-oeste. No entanto, o RGSul é o segundo produtor do país, apresentando crescimento superior a Mato Grosso. No terceiro mito alega-se que o mercado internacional está recusando soja transgência. O que não seria verdade devido ao fato do Japão, China e Europa comprarem soja transgênica. O quarto mito refere-se à cotação inferior da soja rr. Porém os valores observados na Bolsa de Chicago, responsável por 98% das transações mundiais com soja, indicam diferenças de poucos dólares entre os diversos tipos de soja. Marco Antonio Carvalho (CONAB) iniciou sua intervenção alertando que os mesmos dados podem ter leituras diferentes. Por exemplo, nos EUA 35% da soja é não transgênica e certificada como tal, sendo a preferida para o mercado interno. A opinião pública vem se manifestando cada vez mais contra o consumo de alimentos geneticamente modificados. O custo de produção da soja rr cada vez aumenta mais em virtude do crescente consumo de glifosato, custos de certificação, pagamento de royalties, rastreamento, etc... o que mudaria as condições inicialmente favoráveis aos agricultores gaúchos. Anderson Gomes (CELERES) apresentou uma visão otimista em relação ao cultivo e comercialização da alimentos geneticamente modificados. A China expande seus cultivos transgênicos, na EUROPA há uma moratória sobre OGM´s mas não proibição porque o europeu ainda se recupera dos traumas causados pelos casos da dioxina, vaca louca e febre aftosa. Porém, o consumidor é ambíguo, dizendo muitas vezes uma coisa e fazendo outra. A rejeição aos OGM é típico das classes econômicamente favorecidas, não se observando este comportamento nas camadas populares. O preço mais baixo destes alimentos será um forte argumento favorável. Jean Marc (AS-PTA) contestando as afirmações anteriores, destacou que a legislação sobre rotulagem na EUROPA vem se radicalizando no sentido restritivo, tendo por exemplo, a Nestlé se retirado do mercado OGM. Na China a expansão do cultivo de soja vem se dando com a semente não transgênica. Recentemente este país firmou um contrato de compra com produtores paranaenses da ordem de 10 milhões de toneladas de soja não transgênica. Mesmo nos EUA há controvérsias, os produtores de milho são em sua maioria contra o produto geneticamente modificado. As redes de “fast food” baniram a batata transgênica de suas lojas. A perda de produtividade da soja rr não se deve exclusivamente à sêca, mas à sua fragilidade a temperaturas mais elevadas. Isto afeta pouco os produtores norte-americanos devido aos subsídios de 50% do governo.

Do que se pode perceber o tema é extremamente intrincado e de conseqüências drásticas. A soja dominou as discussões porque é a experiência de OGM mais importante até agora – o carro chefe dos partidários desta tecnologia. Sua entrada no Brasil foi pela porta dos fundos, causada pela descapitalização de produtores rurais e omissão do estado. A MP 113 é apenas uma demonstração de fragilidade do poder público. Ao imputar aos agricultores o ônus de eventuais danos ao meio ambiente, o executivo segue o padrão das seguradoras que rejeitam este tipo de cobertura. O desespero dos gaúchos poderá, em breve, ser o desespero de agricultores de soja em todo o país sujeitos a processos legais movidos pela Monsanto baseados na constatação da existência de grãos geneticamente modificados em seus cultivos. Este problema já ocorre nos EUA pois involutariamente um cultivo não transgênico pode ser contaminado pelo transgênico.

*Instituto de Matemática
Membro do Conselho de
Representantes da ADUFRJ-SSIND

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Reforma vai a plenário no Senado no dia 25

Também nesta semana, servidores fazem ato em Brasília

Terminou no dia 19 a tramitação da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O tema será debatido, a partir desta terça-feira (25/11) no plenário daquela Casa. Na CCJ, o governo conseguiu derrubar todas as 336 emendas apresentadas ao projeto.

Para não alterar o texto original (PEC 67/2003, ex-PEC 40 da Câmara), a base governista transferiu para um terceiro projeto alguns pontos que supostamente aceita modificar. Esse terceiro projeto será anexado à já conhecida "emenda-paralela", para tramitarem conjuntamente. A oposição à reforma previdenciária duvida que esses documentos sejam votados, após a eventual promulgação da reforma original.

CNESF realiza manifestação

A Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF) realizará, também neste dia 26 de novembro, em Brasília, ato nacional unificado contra a reforma da Previdência e pela Campanha Salarial dos Servidores.

Desde o encerramento da greve unificada dos servidores públicos contra a reforma da Previdência, a tramitação do projeto no Congresso continuou sendo acompanhada pelas entidades do funcionalismo, que considera o ato fundamental na mobilização dos trabalhadores para barrar a reforma. O dia 26 foi escolhido por coincidir com o período da votação do projeto (que deve durar a semana toda).

Campanha Salarial

Somando-se à necessidade de mobilização contra a reforma da Previdência, as últimas plenárias dos servidores decidiram que seja dado maior destaque ao processo reivindicatório dos servidores quanto à Campanha Salarial de 2003, lançada em fevereiro, até agora sem nenhum tipo de sinalização positiva do governo.

A despeito das declarações do governo de disponibilidade para ouvir os servidores, da instalação de uma Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), da criação de quatro Comissões Temáticas (Política Salarial, Seguridade Social, Direitos Sindicais e Diretrizes de Planos de Carreira e Reconstrução dos Serviços Públicos) e da previsão de Mesas Setoriais para negociar as especificidades de cada categoria junto aos diferentes ministérios, com vistas à inclusão de pontos reivindicados no Orçamento da União para 2004, até agora todo o processo se mostrou inoperante. Nesse processo de "não-negociação", ressalta-se a recusa do governo em discutir a reforma da Previdência na Comissão Temática de Seguridade Social e a falta de resposta às Diretrizes de Planos de Carreiras, elaboradas e apresentadas pelo conjunto dos servidores na Comissão Temática equivalente ao tema.

De concreto, até o momento, as discussões produziram apenas o protocolo de intenções e o regimento da Mesa Nacional de Negociação Permanente, suspensa unilateralmente pelo governo. Além disso, a LDO 2004, apresentada ao Congresso pelo Executivo, não inclui uma linha sequer sobre recursos para as reivindicações dos servidores.

Fonte: CNESF

Agenda Sindical

24/11 – Lançamento do 5º Congresso Nacional de Educação – 5º CONED
Recife (PE) - Local: Mar Hotel – Praia de Boa Viagem, às 18h

26/11 - Ato Nacional Unificado Contra a Reforma da Previdência e pela Campanha Salarial dos SPF
Brasília (DF)

28/11 - Dia de Solidariedade à Luta do Povo Palestino
Cinelândia, a partir das 9 h

29 e 30/11 - II Encontro Nacional das Instituições Estaduais do Andes-SN
São Paulo (SP), na sede do Andes-SN/ Secretaria Regional

29 e 30/11 - Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe do Andes-SN
Niterói (RJ) - Sede da Aduff-SSind, às 10h

5 e 6/12 - Reunião do GT Seguridade Social do Andes-SN
Brasília (DF), na sede do Andes-SN

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

25, 26 e 27/03/2004 – II Congresso Estadual de Educação (COED)
Rio de Janeiro (RJ), na Uerj, no Maracanã

2 a 5/05/2004 – 5º Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

28 a 31/07/2004 - Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

DCE mobiliza contra reforma universitária

Chapa vencedora vê ameaça em proposta do governo

Preparar os estudantes para o enfrentamento contra a reforma universitária do governo Lula. Assim o aluno Thiago Hastenreiter acredita que deve ser a postura do DCE da UFRJ na gestão que se inicia. Thiago, do 5º período do curso de Ciências Sociais, é um dos coordenadores da chapa "Não vou me adaptar", que recebeu mais votos nas recentes eleições para a entidade estudantil.

A proposta de governo ainda não foi oficialmente anunciada, mas Thiago não tem dúvidas de que o seu teor não será diferente da reforma da Previdência: corte e privatização no serviço público. O estudante cita o relatório "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", que sugere a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, como um claro indicativo nessa direção – vale lembrar que o Ministério da Fazenda integra a comissão interministerial formada para apresentar a tal reforma universitária ao presidente Lula até o fim deste ano. "Nós assumimos o DCE em um momento privilegiado: o funcionalismo já conhece esse governo", comenta. Também integrante da chapa mais votada, a aluna Verônica Ferreira, do 8º período da Escola de Serviço Social, acrescenta que uma verdadeira reforma universitária deveria surgir como uma proposta conjunta dos movimentos que compõem a instituição (alunos, professores e técnico-administrativos).

Priorizar assistência estudantil

Segundo Thiago, a defesa do bandejão gratuito deverá ser priorizada pela nova gestão do DCE, assim como a luta por mais bolsas (e seu reajuste) na graduação. Neste ponto, Verônica ressalta que uma assistência estudantil "real" não pode seguir o exemplo da bolsa Profag – Programa de Apoio à Formação Acadêmica de Graduação, que exige do bolsista executar trabalhos indicados pelo próprio Programa para recebimento do benefício. "E, às vezes, a atividade não é nem ligada à área de estudos do aluno", critica. "Temos que criar condições para a permanência dos estudantes na universidade", diz.

O Diretório Central vai se empenhar ainda na reforma e ampliação das instalações físicas do alojamento estudantil "que está entregue ao caos", na avaliação de Thiago. Realização de concursos públicos ("pelo Regime Jurídico Único", frisa ele) para docentes e técnico-administrativos e implantação de creches que atendam às mães discentes são outras bandeiras de luta.

Mobilização e democracia

Para essas e outras tarefas, a chapa "Não vou me adaptar" aposta na democracia e na mobilização do segmento discente por parte do DCE. Defensor da gestão proporcional, Thiago vê como positiva a divisão das coordenações da entidade estudantil entre as quatro chapas concorrentes. "É mais democrático. Por mais que existam as diferenças, isso faz o movimento avançar", observa. Ele explicou que as chapas ainda não se reuniram para definir a divisão da coordenação do DCE, o que deve ocorrer nos próximos dias.

Thiago destaca que outras instâncias do movimento estudantil serão incentivadas, como a periódica realização do Conselho de Centros Acadêmicos. "Pelo menos uma vez por mês", disse. O Congresso Interno dos Estudantes da UFRJ, que não acontece desde 2000, também será articulado. Verônica complementa que o DCE também vai buscar apoiar as mais variadas produções artístico-culturais dos estudantes.

Passe e carteira livres

Ao lado dos estudantes secundaristas que lutam para preservar o passe livre nos ônibus, os estudantes da chapa 2 entendem que o direito deve ser estendido aos universitários. Uma eventual conquista do meio-passe não satisfaz o aluno: "Isso pode servir de argumento para enfraquecer o movimento dos secundaristas. É um retrocesso", afirma Thiago.

A desvinculação da carteira da União Nacional dos Estudantes (UNE) ou da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) para que se utilize o desconto de 50% em cinemas, teatros e outras atividades culturais é outra meta do aluno de Ciências Sociais. Para ele, o custo para a confecção da carteira "acabou privatizando esse direito", que deveria ser garantido pelas carteiras emitidas nas escolas ou nas universidades.

Colegiados

CEG prorroga contrato de 296 docentes substitutos

Mas o número ainda não está garantido, devido à indefinição do MEC

Baseados em um relato da Câmara Docente do colegiado, os representantes do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovaram, em sessão de 19/11, a prorrogação de 296 contratos de substitutos não anteriores ao ano de 2001, conforme permitido em Legislação Federal (veja divisão por Centro em quadro nesta página). Mas nem esse quantitativo está garantido, uma vez que o MEC ainda não informou à UFRJ o número total disponível de professores temporários para o próximo período. Ou seja: pode ocorrer que esse limite seja inferior ao número de renovações já aprovado.

Caso o ministério conceda um quantitativo superior às 296 vagas, a Câmara Docente deverá trazer, para as próximas sessões, alguns critérios para a aprovação de vagas novas para as Unidades. De antemão, já se sabe que será dado algum peso aos contratos de 2000 que não puderam ser renovados. Unidades que reduziram seu pedido de prorrogações para solicitar novos substitutos também deverão ser privilegiadas. Em um ponto, todos os conselheiros concordaram: o quantitativo total não será suficiente para atender às necessidades da universidade.

Dificuldades também com o quadro permanente

Se a situação já é difícil com os professores substitutos, o quadro piora quando se discute a reposição do quadro permanente. Já existe autorização do governo para a UFRJ contratar 112 professores de 3º grau e mais seis para o Colégio de Aplicação. A distribuição destes últimos já vem sendo discutida no CAp. Mas as outras ainda esbarram no debate sobre o caráter da comissão dos colegiados (CEG e CEPG) que vai alocar as vagas (se vai ser temporária ou permanente), sobre o percentual de reserva técnica da reitoria e na exigüidade do prazo para discussão dos critérios adotados para a distribuição – a universidade tem até 3 de março para publicar os editais com essa alocação, porém, foi lembrado que dezembro já é um mês "reduzido", janeiro é das férias e fevereiro, do recesso dos colegiados.

O pró-reitor José Roberto Meyer esclareceu que uma comissão do Consuni, presidida pela vice-reitora Sylvia Vargas, deverá apresentar naquele colegiado, em breve, o chamado "Plano Plurianual de Alocação de Vagas". Segundo ele, esse documento vai trazer alguns critérios para distribuição de vagas e áreas que devem ser incentivadas com a "injeção" de novos docentes. O pró-reitor ressaltou que deverá ser discutido e aprovado pelo Conselho Universitário. José Roberto afirmou ainda que esta reitoria não deseja ter vagas como reserva técnica. Ele salientou também que essas pouco mais de cem vagas sequer vão recompor as perdas surgidas somente neste ano com o receio da reforma da Previdência, em tramitação no Congresso.

Temporária ou permanente ou nem isso?

Os conselheiros apresentaram argumentos favoráveis ou contrários à existência de uma comissão permanente para alocação de vagas na universidade. Para Miguel Jonathan (CCMN), é importante que ela seja permanente devido à quantidade de trabalho do levantamento de dados junto às Unidades para operacionalizar a distribuição. Segundo ele, a comissão temporária dispunha de pouco tempo para realizar essa tarefa.

Ana Canen (CFCH) ficou em dúvida sobre a própria existência de uma comissão – temporária ou não – para esse processo, que é acompanhado com muita atenção por toda a universidade. Ela acredita que poderia ser criado algum instrumento para descentralizar essa alocação até para não criar uma "super-comissão".

O professor Ericksson Almendra (CT) observou que, qualquer que seja o mecanismo idealizado para fazer a distribuição, o processo deverá ser "dinâmico": ajudar as Unidades em dificuldades e investir em áreas com potencial. "Não devemos substituir pela pura substituição", disse, em referência a áreas que podem ter se tornado obsoletas com o passar do tempo.

Faculdade de Direito ainda em debate

Ainda nesta última sessão, o pró-reitor leu uma nota encaminhada por um dos coordenadores do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) da Faculdade Nacional de Direito. No documento, o CACO presta esclarecimentos em referência à moção aprovada na reunião anterior do CEG, com pedido também para os estudantes retirarem ações na justiça contra a direção da Unidade (ver jornal nº 117, de 17/11). De acordo com a nota, a última ação judicial proposta pelo Centro Acadêmico foi um mandado de segurança de janeiro de 2002, com o objetivo de suspender o processo de consulta para diretor da Unidade, classificado pelos estudantes como "conduzido de forma viciada e antidemocrática". Lembra-se, no texto ainda, que era época da gestão Vilhena e os caminhos institucionais da universidade estavam obstruídos. Além desse mandado, existem apenas "procedimentos abertos no Ministério Público Federal a partir de denúncias encaminhadas pelo CACO", que não podem ser encerrados por iniciativa da entidade estudantil, já que são processos de interesse público.

Renovação de substitutos por Centro

CCJE	54
CCS	46
CT	7
CCMN	5
CLA	101
CFCH	83
Total	**296**

Anote

Tema da revista Universidade e Sociedade

O tema central do próximo número da revista Universidade e Sociedade será "Governo Lula: Um Ano Depois". Nesta edição, a publicação do Sindicato Nacional pretende traçar um perfil crítico das políticas públicas do Governo Lula, ao longo de 2003, com análises aprofundadas de suas propostas reformistas. Os artigos sobre o tema devem ser enviados até o dia 30 de dezembro, de acordo com as normas editoriais expressas nas últimas páginas da revista anterior ou na página eletrônica (www.andes.org.br). Como de praxe, outros artigos com temáticas diferentes poderão ser enviados, ficando sujeitos às normas editoriais da revista e aos limites do espaço disponível.

Capes lança revista

Na semana passada, foi noticiada na página eletrônica da Capes (www.capes.gov.br) a Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG), que substiuirá o InfoCapes. Segundo a agência, a nova revista será voltada para a divulgação e o debate de estudos sobre Educação Superior e Política de C&T, "com enfoques multidisciplinares". A revista tem conselho editorial e comitê científico próprios. A periodicidade será trimestral e o prazo para o envio de colaborações é 31 de dezembro. Nesta primeira edição, os coordenadores da revista informam que serão "bem-vindos" artigos sobre planejamento, acreditação; expansão; qualidade; e experiências internacionais em pós-graduação.

Lançamento do Relatório Direitos Humanos no Brasil 2003

No dia 3 de dezembro, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Gávea) vai sediar o lançamento do "Relatório Direitos Humanos no Brasil 2003", publicado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, um dos únicos documentos disponíveis que reflete o tema no país. Às 14h, ocorre uma conferência, com Dom Tomás Balduíno, o líder dos Sem-Terra João Stédile e o economista Marcio Pochmann, entre outros palestrantes. Às 19h, terá vez um evento cultural, seguido do lançamento do relatório. Mais informações podem ser conseguidas na Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: (11) 3271-1237/3271-4878/3275-4789.

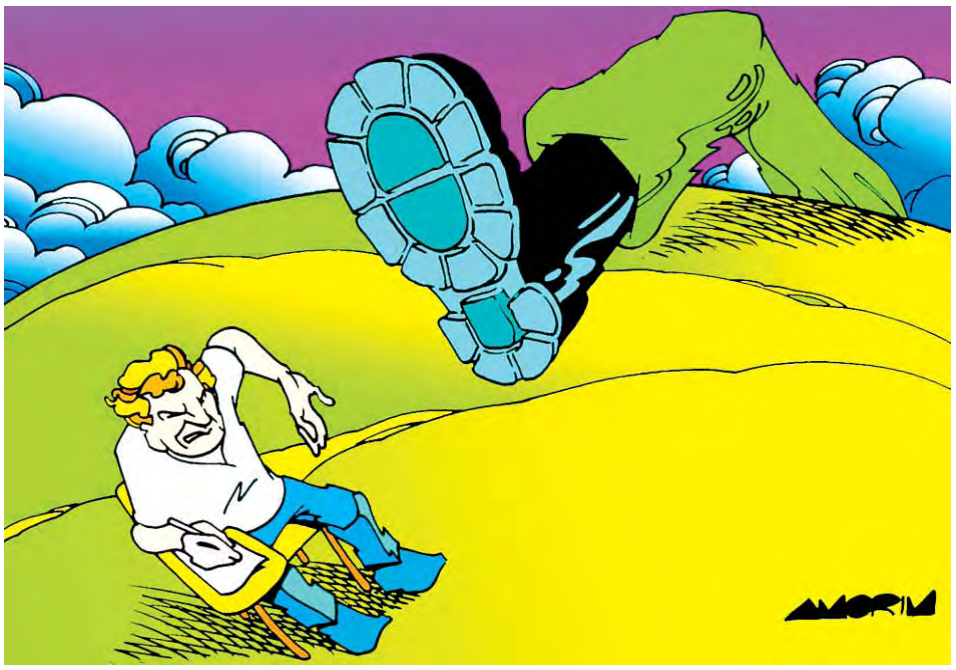
Opinião

A mercantilização da educação superior na Organização Mundial do Comércio

João dos Reis Silva Júnior*
Carlos Lima**

Resumo

Este artigo busca mostrar a iminência da institucionalização da mudança da educação, com destaque para seu superior, de direito social em mercadoria, num processo simultâneo de mundialização da educação sob hegemonia dos Estados Unidos da América. Em um primeiro momento discute a hegemonia estadunidense, para em seguida, mostrar o *Acordo Geral sobre Comércio de Serviço* no âmbito da *Organização Mundial do Comércio*. Com a intenção de mostrar a gravidade da situação, numa última parte, analisa-se as razões históricas de emergência do setor terciário na história do capitalismo por meio de uma peculiar leitura da *Teoria Geral* de Keynes.



A hegemonia mundial dos Estados Unidos da América que se apresentou de forma acentuada e explícita nas últimas três décadas com a universalização do capitalismo como forma de produção da vida humana foi o centro do seminário "Hegemonia e Contra-Hegemonia: os impasses da Globalização e os Processos de Regionalização", organizado pela Rede sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, no mês de agosto de 2003, que, segundo a *Folha de São Paulo* de 17.08.2003, foi pensado como "um debate sobre a hegemonia dos Estados Unidos, sua crise e as alternativas a ela, diante do que se considera uma exaustão do modelo neoliberal".

Gostaríamos, para efeito dos propósitos deste texto, de destacar alguns pontos desse evento realizado no Brasil, porém com representativa participação internacional. Primeiro, a existência própria do seminário e de seus objetivos parece indicar a importância do entendimento que se busca sobre a conjuntura mundial a partir de um ângulo dos que se encontram na periferia social do mundo. Não menos importante, em segundo lugar, é o que expressa o tema que indica por meio da tensão *globalização-regionalização*: a preocupação do continente Latino Americano com o devir das relações entre globalização e regionalização, nas quais ganham destaque as negociações que se desenvolvem na *Organização Mundial do Comércio* (OMC) e na *Área Livre para o Comércio entre as Américas* (ALCA). Por fim, um terceiro ponto, a relação que o objeto de discussão aponta como central a *hegemonia mundial dos Estados Unidos da América*. Um fato em discussão sobre o qual a nenhuma conclusão mais sólida se chegou e preponderaram opiniões que se puseram em contradições. Em face dos elementos que a história recente nos traz, pode-se no máximo refletir sobre as teses defendidas na condição de hipóteses em um período de transição muito turbulento em direção a uma forma histórica que não se sabe como será concretamente.

Um seminário com um resultado muito positivo no que se refere ao que se propusera e que deixa, de fato, como concreto as afirmações do sociólogo Immanuel Wallerstein no encerramento do encontro, para quem "Estamos num período de transição, mudando para algo que não sabemos o que é. Todos sabem que os EUA são o poder dominante. Mas iremos ver o colapso". O intelectual norte-americano, segundo a *Folha de São Paulo* de 23.08.2003, teria dito antever um debate entre "as forças de Davos [onde ocorre o Fórum Econômico Mundial] e as forças de Porto Alegre [Fórum Social Mundial]".

"Ele disse que as forças de Porto Alegre já fizeram o discurso da negação das estruturas e estão chegando ao limite. Seu desafio é descrever o que planeja pôr no lugar do sistema atual. 'Se não tiverem sucesso, vão se desintegrar'".

É inegável que os Estados Unidos da América, especialmente depois da Segunda Grande Guerra produziu sua hegemonia mundial no capitalismo, que se acentuou depois do fim da guerra fria e o fez de todas as formas, no âmbito econômico; político; cultural, com destaque para esfera educacional e para a produção da ciência em todas as suas áreas; produtiva, bélica, etc. O idioma inglês carrega em sua semiótica, não somente as temporalidades históricas do Império Britânico, mas, sobretudo, o *American Accent* que de fato traz consigo a hegemonia e o poder bélico dos Estados Unidos. O seminário, ainda que "pensado como um debate sobre a hegemonia dos Estados Unidos, sua crise e a alternativa a ela...", confirma a sua existência por longo tempo em nível planetário produzida de forma capilar em muitas atividades humanas que muitas vezes nos passam desapercebidas.

Siqueira (2003)[1] em excelente ensaio sobre o tema deste artigo mostra como tais poderes e hegemonia se fizeram produzir e se concretizarem em órgãos multilaterais sob influência dos Estados Unidos da América. Depois de historiar como tais organizações se foram realizando logo após a Segunda Grande Guerra até os dias atuais, quando parece assumir sua forma mais consistente na *Organização Mundial do Comércio* (OMC):

A Organização Mundial do Comércio dá às regras comerciais uma estrutura organizacional permanente (poderes que o GATT [Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio] não tinha) e um tipo de "personalidade legal" desfrutada pela ONU, Banco Mundial e FMI. [No] "sistema de resolução de disputa" da OMC [,]… as disputas não são decididas por representantes de governos democraticamente eleitos, mas por tribunais secretos, compostos por burocratas do comércio internacional… As qualificações para os membros… incluem experiência em delegação comercial de algum país ou de advocacia em disputas comerciais.… que geram painelistas com uma perspectiva, uniforme, favorável ao comércio[2] .

Vale destacar deste excerto citado a mudança que passa a ter as relações comerciais realizadas no mercado mundial a começar pela nova guarida organizacional e institucional que passam escudar os acordos para a realização do valor na esfera de circulação de mercadorias, outrora mediada pelos Estados nacionais, que buscavam resguardar sua história, sua soberania, e, sobretudo sua cultura e conseqüentemente sua identidade. Na OMC, da forma como se organiza e consolida a sua racionalidade organizacional e institucional por meio de tribunais secretos, compostos por burocratas do comércio internacional", tal lógica orientadora da OMC é a própria *Extended Order* (fundamento central de Hayek), segundo a qual todas as atividades humanas deveriam ser por ela organizada, que serviu de base para a histórica produção do ultraliberalismo econômico, que se desenvolveu no mundo a partir da década de 1970. Cumpre destacar, que a educação fundamento da ideologia liberal, com as discussões em curso na OMC, poderá de direito social transformar-se em uma mercadoria no setor de serviços ou como dizem os economistas no DIII o Departamento Econômico de Serviços, o *Terciário*. Isso enseja a busca pífia e fadada ao fracasso do pensamento único e da eliminação da história para a manutenção de uma forma de ser do gênero humano: o capitalismo. Siqueira detalha e mostra a força de nossa afirmação na passagem abaixo:

Qualquer país-membro pode questionar, através da OMC, qualquer lei de outro país que entenda estar privando-o dos benefícios esperados… Embora… os questionamentos

Opinião

sejam apresentados por um país contra outros, o ímpeto para um questionamento vem normalmente de uma corporação transnacional… Quando um questionamento acerca de uma lei nacional ou local é trazido ante à OMC, as partes contendoras apresentam seu caso em uma audiência secreta ante um painel de três peritos em comércio…. O ônus de prova está no acusado, que deve provar que a lei em questão não é uma restrição ao comércio como definido pelo GATT/[OMC][3].

Pelo que enfatiza Siqueira, a OMC e o GATT passam a influir sobre todas as operações comerciais em âmbito planetário, com grandes vantagens para os países que detêm a hegemonia e poder econômico e bélico neste mesmo nível. No entanto, para os objetivos deste texto interessa-nos explorar as reflexões de Siqueira sobre o GATT/OMC, no que essa organização que dá guarida a tal acordo, refere-se ao setor de serviços. Com detalhes escreve a autora:

O GATS/AGCS [AGCS – Acordo Geral sobre Comércio em Serviços] foi assinado pelos países-membros da OMC em 01/01/1995, tendo como objetivo a liberalização progressiva dos serviços[4], com uma perspectiva de conclusão das negociações no prazo de 10 anos (até 01/01/2005). No processo de negociação os países deveriam inicialmente apresentar propostas para a liberalização dos diversos setores de serviços, e, posteriormente, prosseguir com apresentação, de forma bilateral, de demandas específicas (o que deveria ocorrer até 30/06/2002) e a seguir ofertas (o que deveria ocorrer até 31/03/2003), havendo também reuniões ministeriais periódicas, como a última em Doha, no Quatar (novembro/2001). (...)

Observam-se os detalhes do cronograma e as obrigações dos países para a regulamentação do o princípio da "ordem estendida do mercado" referente ao setor de serviços concretizando a secundarização da especificidade cultural de cada nação por meio da hegemonia dos países economicamente mais fortes, que impõem sua hegemonia como buscamos mostrar no início do texto. Por outro lado, vale destacar que a educação, particularmente a de nível superior e as instituições que as desenvolvem são próprias da modernidade e um direito constituinte do cidadão, traço legítimo, histórico e legal que estrutura a cidadania, mas, contudo, nas negociações em curso na OMC com prazo para término no primeiro dia de 2005, pode tornar-se mercadoria no setor terciário, como nos alerta Siqueira, atentando contra a soberania de todos países pela hegemonia e poderes do Estado que quer tornar-se planetário, tornando os cidadãos do mundo, no mesmo movimento, "cidadãos mínimos". Continua Siqueira:

Quando da assinatura do GATS, os países membros da OMC concordaram com a inclusão de todos os serviços no Acordo, com a frágil exceção daqueles que sejam caracterizados como fornecidos no exercício da autoridade governamental, e que não sejam oferecidos de forma comercial e nem entrem em competição com um ou mais provedores de serviços[5]. **Ou seja, no caso da educação, caso qualquer governo cobre qualquer taxa pelos serviços educacionais, ofereça cursos pagos diretamente, em convênios ou desenvolva pesquisas e receba remuneração, – o que é o caso em muitos países – o mesmo estará ofertando serviços em bases comerciais e, portanto, estaria fora da exceção**. Mais ainda, se o governo oferece cursos à distância e outros provedores privados fazem o mesmo, ele está em concorrência com esse outro provedor de serviços; portanto, excluído também da excepcionalidade. (negritos nossos)

No caso brasileiro é fundamental chamar a atenção para a reforma do Estado e da educação superior que já discutimos em dois outros livros[6], nos quais buscamos mostrar o processo mercantil e gerencial que concretizou a *Extended Order* no Estado e na educação superior brasileiros, criando, dessa forma, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a dificuldade para a negociação no âmbito da OMC da mudança da educação superior em serviços, isto é, em mercadoria. Um direito social natural, segundo autores como Locke, por exemplo, transformado em mercadoria e transferido para a pertença da sociedade civil, numa dupla e perversa privatização de natureza econômica e política. Continua a autora:

O mesmo Art 1, ítem 3, indica que as regras e os compromissos do GATS se aplicam aos governos dos países signatários em todos os níveis (local à nacional), assim como a organizações não-governamentais que estejam executando atividades governamentais.

Destaco, no caso brasileiro mais uma herança do governo FHC a dificultar as negociações junto à OMC no que se refere ao que argumentamos acima. O Governo de Fernando Henrique Cardoso teve no centro de suas propaladas propostas políticas a construção e o fortalecimento da cidadania e o aumento das possibilidades de emprego, projeto tornado público através de discursos dos reformadores ou de seus arautos com grandes espaços e tempos na mídia, mediante o alardear da construção do novo cidadão brasileiro, cujo perfil teria como pilares o *modelo de competência, da empregabilidade* e da participação política e social nos rumos do país, contraditoriamente em meio a uma intensa mudança institucional e à construção de uma nova *organização social*, isso induzido por um novo paradigma de Estado, cuja racionalidade encontrava-se vazada por valores mercantis[7].

Tratava-se, sem dúvida, de um projeto político muito convincente, não fosse a conjuntura mundial e brasileira, neste último caso, com seus traços acentuados na segunda metade da década de 1990: 1) a disseminação do novo paradigma de organização das corporações em nível mundial, 2) a desnacionalização da economia brasileira 3) a desindustrialização brasileira, 4) a transformação da estrutura do mercado de trabalho, 5) a terceirização e a precarização do trabalho em função de sua reestruturação, 6) a reforma do Estado e a restrição do público conjugada com a ampliação do privado, 7) a flexibilização das relações trabalhistas, 8) o enfraquecimento das instituições políticas de mediação entre a sociedade civil e o Estado, especialmente dos sindicatos, centrais sindicais e partidos políticos e 9) trânsito da sociedade do emprego para a sociedade do trabalho, isto é, a tendência ao desaparecimento dos direitos sociais do trabalho. Fernando Henrique Cardoso, num movimento de atualização de sua *Teoria da Dependência*, em sua prática política à frente da presidência, governou conforme o capital financeiro internacional, preocupando-se tangencialmente com o capital nacional industrial e com o fortalecimento de um capital produtivo brasileiro.

Por outro lado, face à desmobilização da sociedade civil ocorrida na década de 1980, gerenciou (mais do que governou) o país desconsiderando aquela, ou a considerando ao menos de forma parcial em face de sua frágil organização, além de incentivar a emergência das *organizações não governamentais* (ONGs) em todos os setores sociais, com destaque para a esfera educacional. Neste mesmo movimento consolidou o *hiperpresidencialismo*, como forma de governo, isto é, uma hipertrofia do Executivo, em detrimento dos demais poderes da República. Com isso tornou frágil ao máximo o capital nacional, destacadamente, o industrial, redesenhou a sociedade civil, instituindo as ONGs como interlocutoras principais, transferindo deveres do Estado e direitos sociais e subjetivos do cidadão para a sociedade civil, porém, sob seu controle. Um movimento que produziu um novo paradigma de políticas públicas: as políticas públicas de oferta a serem executadas na sociedade civil em geral por ONGs, movimento que ao lado das reformas institucionais executadas, redesenhou nossa sociabilidade, e criou condições para a produção de um novo paradigma político orientado pela instrumentalidade, a adaptação e a busca do consenso (traço político assumido pela atual cultura política defendida pelo presidente Lula por meio de seu *Pacto Social*[8]). Este quadro se completa quando se observa a sua submissão às agências multilaterais, a ponto de chegarmos ao final do primeiro semestre de 2002 gastando vários salários mínimos de R$200,00 por segundo para pagar, com o superávit primário, somente os juros de nossa política e impagável dívida externa consolidada de R$ 1 Trilhão e 96 Bilhões, conforme se pode ler na página 32 da Portaria número 365 STN. Por outro lado, ainda que com distinta forma de ver as relações democráticas, de aproximar-se sociedade civil reformada por FHC. Destaca-se também a continuidade da política econômica orien-

Opinião

tada pelos organismos multilaterais, com um leve movimento de acentuação. O presidente do Banco Central no *Diário on Line* de 29 de outubro de 2003, afirmou que gastará 153 bilhões de reais para o pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Esses fatos continuam mostrando nossa submissão ao capital internacional tal como criticávamos durante o governo FHC. Tal observação soa e é uma crítica ao governo Lula, porém neste contexto, procuramos para além disso trazer elementos para responder a questão sobre o AGCS. O Brasil, até 01/01/2005, assinará ou não tal acordo, que institucionaliza a educação, especificamente, a de nível superior, isto é, institucionaliza a transformação de direito social em mercadoria, diante da suposta queda de hegemonia dos Estados Unidos? Siqueira nos ajuda em outro ponto do AGCS:

O acordo apresenta ainda várias regras gerais – das quais destaco, Nação Mais Favorecida (MFN), Transparência, Regulamentação Doméstica, Reconhecimento e Restrições para Resguardar a Balança de Pagamentos – e regras de adesão "voluntária", dais quais destaco: Acesso ao mercado e Tratamento Nacional.

A primeira regra, MFN, estabelece que nenhum país pode receber tratamento inferior ao dado a um outro. Isso significa que se um país permitir competição em um determinado setor ou tenha acordos específicos bilaterais e/ou com um bloco de países (p.ex. Mercosul, Comunidade Européia, Nafta, etc)[9] , os mesmos benefícios/direitos devem ser estendido aos demais países. Cabe ressaltar que quando o GATS foi assinado, os membros tiveram a permissão única de pedir isenção dessa regra, por prazo determinado; isto é, até 01/01/2005. Mas, conforme o Anexo do Art. II, essas isenções estão tendo sua pertinência revista e fazem parte das negociações atuais. **O Brasil e França, por exemplo, tem um Acordo específico, Santos Dumont, que exime a autenticação consular de diplomas e documentos por autoridade do país receptor.** (os negritos são meus)

Neste texto, a autora analisa em detalhes as conseqüências do que potencialmente pode estar por acontecer, se a educação tornar-se equivalente a qualquer outro tipo de serviço, como revela a análise que transcrevemos anteriormente. Trata-se de um atentado à nossa soberania e cultura de muitos países, particularmente do Brasil, além de ser um assalto comercial à educação superior, quando comparamos nossa maior parcela de instituições de educação superior às de países como da Europa, Canadá e Estados Unidos da América. Por outro lado, se olharmos as novas faces da educação superior produzidas por Fernando Henrique Cardoso e que parecem estar acentuadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ao lado do muito que ainda deve ser feito pela educação[10] , em particular para a educação superior, vemos o grande vazio que estamos deixando para que universidades estrangeiras ou universidades corporativas venham preencher em prejuízo da nossa educação superior. Destaca-se, no entanto, que se esses breves alertas já nos assustam e nos mostram a iminência de radical mudança de *ethos* da universidade brasileira, do campo acadêmico e do novo paradigma mercantil que se acentuará, com eventual concretização do que está previsto, para o ano de 2005, tema que merece toda a atenção no Fórum Social Mundial de 2004, como nos alerta Wallerstein e dada particular situação do Brasil para educação superior produzida durante o governo FHC. No entanto, pensamos ser necessário uma visada de longo prazo com base na economia política da educação para trazermos mais elementos para a reflexão de importante tema da educação brasileira e tornar mais clara a "face do horror", na precisa e assustadora expressão de Francisco de Oliveira, que faremos no próximo artigo, que dá continuidade a este.

---

* Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.
** Professor da Universidade de Brasília.

[1] SIQUEIRA, Ângela. Texto apresentado no III Seminário Nacional- Educação & Poder: tensões de um país em mudança. UFF: Programa de Pós-Graduação em Educação, 3 a 5 de setembro de 2003.

[2] NADER, R. e WALLACH, L. (1996). GATT, NAFTA, and the subversion of the democratic process. In MANDER, J. e GOLDSMITH E. (Eds.), The case against the global economy. San Francisco: Sierra Club, p.102-103.

[3] KORTEN, D. C. (1996). When corporations rule the world. Connecticut: Kumarian Press Inc; San Francisco, Ca: Berrett-Koehler Publishers Inc., p.176.

[4] WTO - World Trade Organization (1995). The General Agreement on Trade and Services (GATS): objectives, coverage and disciplines. Disponível no site www.wto.org/tratop_e/serv_e/gatsqa_e.htm, p.278.

[5] WTO - World Trade Organization (1995). The General Agreement on Trade and Services (GATS): objectives, coverage and disciplines. Disponível no site www.wto.org/tratop_e/serv_e/gatsqa_e.htm, Art.I, 3, b – c.

[6] SGUISSARDI, Valdemar e SILVA JR, João dos Reis. *Novas faces da educação superior no Brasil – reforma do Estado e mudanças na produção.* Bragança Paulista e São Paulo: EDUSF e Cortez editora, 2001 e SILVA JR, João dos Reis. *Reformas do estado e da educação no Brasil de FHC.* São Paulo: Editora Xamã, 2003.

[7] Temas discutidos com detalhes nos livros referidos na nota anterior.

[8] Destaca-se, aqui, outra continuidade no governo Lula, como se pode ler na *Folha de São Paulo*, de 13 de setembro de 2003, quando afirmou "A sociedade brasileira pode fazer pacificamente e tranqüilamente a revolução que não aconteceu em muitos países", disse o presidente, que antes de visitar a feira esteve na sede da Cutrale, maior empresa de suco de laranja do mundo.

[9] Destaca-se aqui a política externa levada a termo pelo presidente Luiz Inácio da Silva, quando busca fortalecer e liderar o mercosul aproxima-se dos países do Pacto Andino e da África, buscando fortalecer-se, como David frente a Golias. No entanto, sem jamais poder contar com a onipotência e a onipresença do domínio econômico, da influência política e da hegemonia dos EUA, como David, podia contar com tais características deísticas na famosa passagem bíblica.

[10] No site do Partido dos Trabalhadores de 08 de setembro de 2003 pode-se ler sobre a posição de Lula quanto à educação e a transferência de responsabilidade sobre ela do Estado para sociedade civil, possível, em parte devido à reestruturação promovida por FHC. Diz Lula: "Nós precisamos parar com idéia de que o Estado pode tudo, de que o governo pode tudo. É preciso que todos se perguntem sobre o seu papel enquanto cidadãos. O que estamos fazendo para dar a nossa contribuição para esse país. Tem muita gente dando contribuição, mas muita gente ainda pode fazer mais", disse o presidente.

Segundo Lula, os brasileiros que aprenderam a ler e a escrever devem socializar esse conhecimento com aqueles que não tiveram a mesma oportunidade e, assim, será possível acabar com o analfabetismo no país. O presidente citou o exemplo dos empresários que, se assumissem o compromisso de alfabetizar 10% de seus funcionários, tornariam possível acabar com o analfabetismo em um ano. "É preciso adotar essa campanha de alfabetização como se fosse uma campanha de vacinação contra o vírus do analfabetismo", disse o presidente.

Resenha

Eleição de diretores nas escolas federais

A partir de agora, estudantes, técnico-administrativos e professores passarão a votar para eleger os novos diretores das escolas federais. A nova determinação foi publicada no Diário Oficial da União do dia 14. O diretor terá mandato de quatro anos e não terá direito a disputar a reeleição. Segundo A Folha de S. Paulo (16/11), o decreto dá ao Conselho Diretor de cada instituição competência para a realização do processo de escolha do dirigente. Cabe ainda ao conselho instituir comissão eleitoral composta por nove representantes, três de cada segmento, para conduzir a eleição. Na contagem dos votos, serão observados os pesos de dois terços para servidores e de um terço para os alunos. O Andes-SN considera que o processo eleitoral deve se esgotar no âmbito das próprias instituições de ensino, não sendo necessária uma regulamentação específica. No entanto, o Sindicato avalia positivamente a realização de eleição paritária no processo.

Reitores também criticam reforma nos gastos sociais

Como aconteceu com os movimentos docente e estudantil, o documento do Ministério da Fazenda com propostas de reforma nos gastos sociais que sugerem cobrança de mensalidades na universidade pública irritou vários reitores. "Eu pensava que a gente não iria mais ouvir o que ouvimos nos últimos dez anos, que a universidade pública só atende aos ricos", disse Wrana Panizzi, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes). De acordo com matéria de O Estado de S. Paulo (14/11), esse diagnóstico é desmentido pelos números do próprio governo. A renda média familiar do aluno de universidade particular é de R$ 3.236 enquanto na universidade pública seria de R$ 2.433. Da mesma forma, a proporção de pobres estudando em instituições públicas seria o dobro da verificada em privadas.

Poucas faltas desmentem O Globo

A primeira fase de exames do vestibular da UFRJ teve o menor índice de faltas da história: 3.321 (ou 6,27% de quase 50 mil candidatos), de acordo com O Dia (17/11). A segunda fase será nos dias 7 e 21 de dezembro.Em agosto deste ano, o jornal O Globo fez uma matéria na qual afirmava que a classe média estava se afastando da UFRJ por conta da violência, justamente na fase de inscrições para este concurso.

Movimento

Pós-graduandos criticam avaliação das agências

Sem reajuste há nove anos, bolsas de mestrado e doutorado registram menor valor desde 1994

Em quase todas as sessões dos conselhos acadêmicos e outros eventos da UFRJ, lá estão eles, os representantes da APG – Associação de Pós-Graduação da UFRJ – a denunciar os cortes orçamentários nas áreas de ensino e pesquisa, particularmente das bolsas de mestrado e doutorado há nove anos sem reajustes em seus valores. A representante da APG e conselheira do CEPG, Ariane Larentis, diz que protestar acaba sendo o único caminho para manifestar a insatisfação daqueles que, junto dos docentes, são os responsáveis pela produção científica e acadêmica do país. "Às vezes, fica parecendo que a gente só reclama das bolsas enquanto um problema unicamente salarial. Para nós, sem investimento nos bolsistas, o sistema se enfraquece como um todo", comenta.

De acordo com a estudante, cerca de 75% dos pós-graduandos não têm bolsa de ensino ou pesquisa e as áreas menos ameaçadas de cortes, na sua opinião, seriam atualmente as ligadas à tecnologia. "Os representantes do CNPq têm dito que precisam melhorar o ensino de ciências e matemáticas, ligado à tecnologia, ou seja, das áreas que podem geram patentes". Já a Capes, de acordo com a representante discente, é uma "caixa-preta". "Eles só afirmam que o ensino fundamental e a alfabetização é mais importante que a universidade", critica. E, no entanto, não há, segundo a estudante, nas propostas apresentadas pelo ministério para o investimento no ensino fundamental, nenhum projeto específico que contemple bolsas para os programas de pós-graduação das Universidades públicas. "Não há nenhum projeto que vincule os estudantes da pós à questão da alfabetização, por exemplo. Pensar um Plano Nacional de Pós-Graduação sem pensar em remuneração de pessoal (no caso, dos bolsistas) é inviável para a manutenção da qualidade do sistema", diz a aluna.

Portal

Na última sessão do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), em 14/11, durante a exposição do professor e integrante da Comissão da Capes para assuntos relativos ao Portal de Periódicos, Roberto Lent, os representantes dos pós-graduandos também questionaram a ausência de política do governo para o setor de publicações.

Segundo Ariane, os estudantes reconhecem a importância do portal de periódicos, principalmente nas áreas de exatas e biomédicas. "Fizemos uma pesquisa com os alunos destas áreas e 98% acusaram que acessam o portal pelo menos uma vez por semana", conta. A entidade vai tentar organizar a pesquisa de acesso com pós-graduandos de outras áreas, mas, para Ariane, o fato de o governo, através da Capes, ter suspendido a compra de periódicos em papel desde 1998, criou uma enorme defasagem para áreas cujas publicações não se encontram em formatos virtuais. "O portal não atende, por exemplo, a área de humanidades".

Outro problema, de acordo com a representante discente, é a falta de estrutura nas Unidades para o acesso. "Faltam recursos e qualificação por parte das instituições para que todos possam se beneficiar do portal em iguais condições. Há departamentos, na Praia Vermelha, por exemplo, em que só existe um computador para vários estudantes realizarem sua pesquisa", diz. Vale registrar que, o acesso fora da rede universitária só foi permitido setembro e o estudante precisa ter uma senha para utilizar o portal.

Plataformas

As mesmas precárias condições são relatadas para o acesso às plataformas Lattes (do CNPq) e DataCapes. "Os professores sempre reclamam da dificuldade de acesso à estes sistemas. Mas pouco se fala da falta de recursos e dos critérios de distribuição destes para os programas". Segundo Ariane, deveria haver investimento nos equipamentos dos laboratórios e departamentos para que o preenchimento dos relatórios não prejudicasse a avaliação final dos programas, com uma conseqüente perda de fomento.

Avaliação

Os pós-graduandos são enfáticos na crítica ao atual sistema de avaliação das agências. Para eles, a avaliação quantitativa só privilegia as áreas que teriam como transferir conhecimento, rapidamente, para os setores produtivos, ou, mais claramente, para o mercado. As artes e as humanidades ficariam em segundo plano. As principais discordâncias da APG com o sistema de avaliação da Capes são a ditadura dos *papers* e o tempo médio de titulação. Ariane diz que nem sempre a publicação em uma revista internacional é a melhor estratégia de avaliar determinados programas ou mesmo áreas e a exigência do tempo médio de titulação, cada vez menor, interferindo na qualidade das teses, que devem ser produzidas em tempo recorde. "Há áreas de conhecimento sensível, estratégico para o país e, por questões óbvias, não publicam, ou não deveriam". Ariane também considera que deveria haver estímulo à publicação nas revistas nacionais, por parte dos avaliadores. "A maioria delas tem corpo editorial internacional, são indexadas e, no entanto, os próprios pesquisadores acabam não reconhecendo as revistas nacionais", diz.

Publicar, publicar e... publicar

As críticas ao critério das publicações, que, segundo a Revista Adusp (novembro/2003), corresponde a um quinto da nota final da maioria dos programas, vai além. "Poucos conseguem publicar em uma *Nature*, que tem índice de impacto 34 (só para se ter uma idéia, uma revista considerada de boa qualidade pelo meio acadêmico pode ter índice 0,1 a 1). O sistema está tão restrito que apenas quem consegue uma publicação se mantém", diz. Para Ariane, a política de privilegiar as publicações imprime um caráter competitivo às produções científicas, o que pode acabar gerando uma estagnação das áreas. "Se as teses fossem efetivamente consideradas e as publicações nacionais valorizadas, um número muito maior de excelentes trabalhos poderia ser revelado", garante.

Farinha pouca...

Mas como garantir recursos para todos em um ambiente tão adverso do ponto de vista econômico? A resposta aparece exatamente quando analisamos a dinâmica de avaliação das agências. As regras, segundo Ariane, são rigorosas e, muitas vezes, mudam entre uma avaliação e outra justamente para restringir os recursos. Ainda segundo a Revista Adusp, 80% da verba da Capes é destinada aos financiamento de bolsas e "a única forma de aumentar o número de bolsas concedidas é aumentar o orçamento".

De acordo com Ariane, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Associação Nacional de Pós-Graduandos, a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Industrial e a Associação Brasileira de Ciência apresentaram uma emenda ao orçamento 2004 de R$ 130 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia, que seriam destinados ao CNPq. Segundo ela, há rumores de uma proposta da Comissão de Educação da Câmara de uma emenda de R$ 120 milhões para a Capes. Em matéria da UnB Agência (outubro/2003), o secretário regional da SBPC no Distrito Federal, Isaac Roitmann afirma que há possibilidade de uma emenda orçamentária de R$ 135 milhões para as bolsas. "Mas não podemos contar com isso como certo, porque ainda precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional", diz Roitmann.

A revista da Adusp registra também que os atuais valores das bolsas de mestrado e doutorado da Capes e do CNPq atingiram os níveis mais baixos da história (R$ 724,53 para o mestrado e R$ 1.073,79 para o doutorado). "Cálculos baseados no IGP-DI mostram que, para se aproximar do valor de compra que tinha em 1994, a bolsa de mestrado teria que pagar algo em torno de R$ 2.000, e a de doutorado, algo próximo a R$ 3.000", diz a reportagem.

Critérios positivos

Nem tudo na avaliação da pós-graduação pela Capes é criticado pelos pós-graduandos. A possibilidade de avaliar áreas distintas com critérios diferenciados é vista com bons olhos, segundo Ariane. Outros critérios, como a avaliação das condições de infra-estrutura dos programas também são considerados adequados. Mas a estudante diz que ainda falta avaliar outros itens específicos de cada área, como as "condições de segurança e o tratamento de resíduos em determinados laboratórios".

Luta por mais verba

Os estudantes de pós-graduação da UFRJ lutam pela aprovação das emendas orçamentárias para as agências. No dia 4 de novembro, os representantes da APG estiveram com o reitor Aloisio Teixeira e pediram apoio para convencer a Comissão de Educação da relevância do pleito pelo aumento das bolsas e o reajuste dos valores. A representante da associação lembra que os movimentos estão brigando por uma verba que, no total, chega a cerca de R$ 250 milhões, enquanto que o governo Lula já pagou, somente de juros em 2003, R$ 150 bilhões aos credores internacionais. Neste cenário, é quase que pedir muito pouco para manter a qualidade da produção científica para o desenvolvimento do país.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 119 • 1º de dezembro de 2003

Atenção: algumas informações dos eventos abaixo foram publicadas com erro na edição 118 (24/11/03)

Assembléia Geral

4 dezembro
quinta-feira

13h

Auditório da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde - bloco L
Ilha do Fundão

Pauta
1 – Avaliação da conjuntura
2 – Encaminhamentos do 47º Conselho do Andes-SN (Conad)
3 – Cargos vagos do Conselho de Representantes e da Diretoria da Adufrj-SSind
4 – A reforma universitária do governo Lula e a *Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira*
5 – Planejamento da participação da Adufrj-SSind no 23º Congresso do Andes-SN (2004)
6 – Ações judiciais (indenização por ausência de reajuste e abono pecuniário 2004)

Conselho de Representantes

1/12
segunda-feira

16h às 19h

Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha
Pauta: a mesma da AG de 4/12

Grupo de Trabalho de Seguridade Social

3/12
quarta-feira

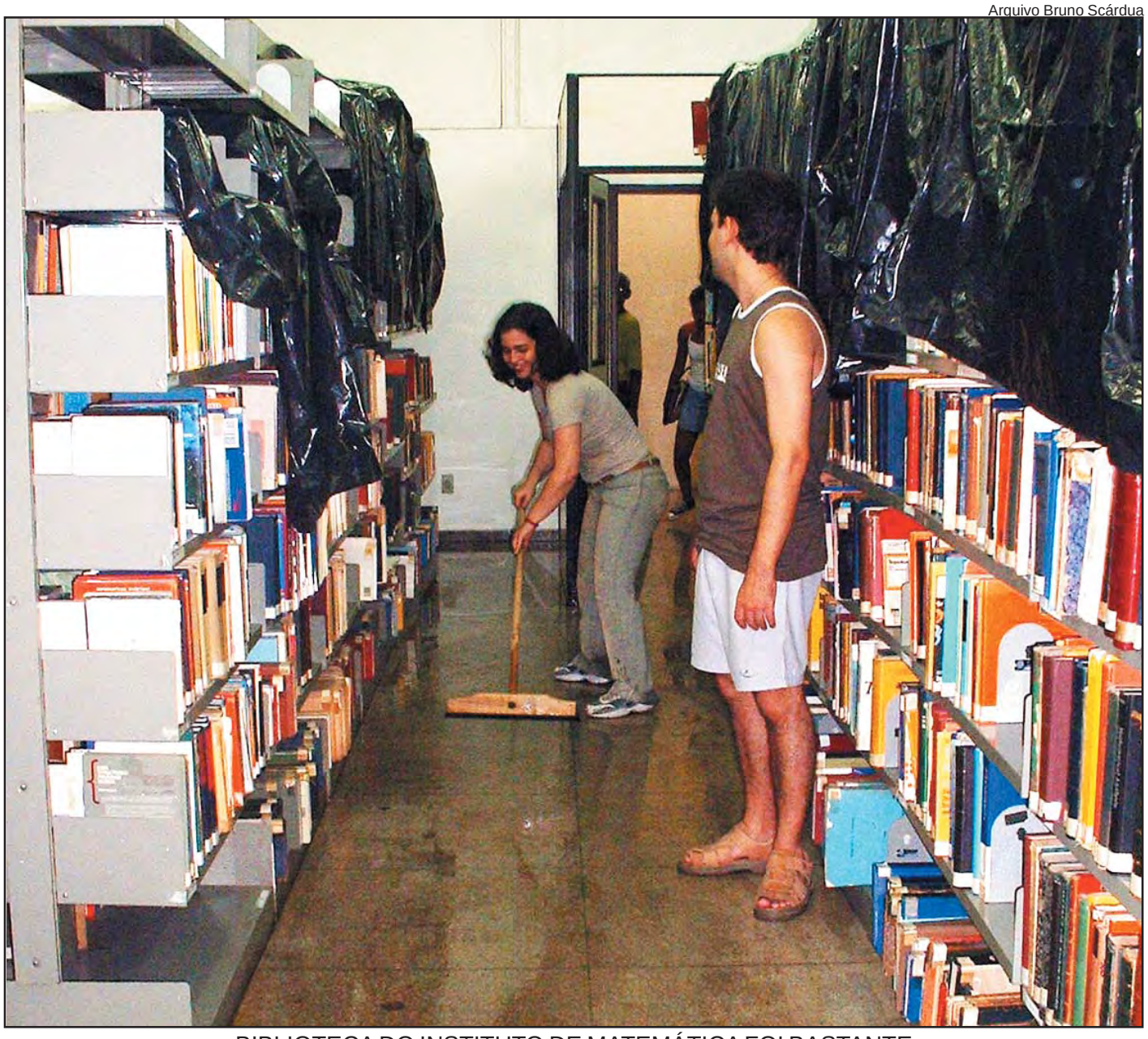
15h

Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:
1 – Preparação para a reunião do GTSS/Andes-SN
- Reforma da Previdência Social
- Pesquisa sobre Hospitais Universitários
- Assistência Social: unificação dos programas
- 12º Conferência Nacional de Saúde
- Contribuições GTSS/Andes-SN ao 23º Congresso do Andes-SN

2 – Plano de Trabalho GTSS da Adufrj-SSind

Arquivo Bruno Scárdua



BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE MATEMÁTICA FOI BASTANTE ATINGIDA NOS SETORES DE OBRAS RARAS E PERIÓDICOS

UFRJ debaixo de água

É fora de dúvida que o brutal contingenciamento de recursos imposto às universidades públicas pela política econômica do governo traz enormes dificuldades às administrações universitárias em todos os níveis. Mas será que os prejuízos causados pela água em várias unidades da UFRJ, especialmente no Instituto de Matemática, durante o temporal da semana passada, foram consequência inevitável dessa situação? Os responsáveis em nível local pela prevenção deste tipo de sinistro tomaram as medidas minimamente necessárias? A comunidade universitária está triste e indignada com este episódio e exige respostas satisfatórias a estas perguntas.

Leia mais na página 12

Movimento

Campanha contra a Alca cresce

Plenária estadual sobre o tema ocorre no dia 13 de dezembro

As manifestações contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ganharam nova motivação após a reunião dos ministros realizada em Miami, nos Estados Unidos, há duas semanas. De acordo com Robson Aguiar, que integra a Secretaria Operativa da Campanha contra a Alca no estado do Rio de Janeiro, a posição adotada pelo governo brasileiro em aceitar uma área de livre comércio "abrangente" ou "light", naquela etapa das negociações, não foi vista com bons olhos. E, uma vez que o governo brasileiro recuou, os protestos contra o acordo comercial devem se intensificar.

Vale lembrar que, na reunião de Miami, ficou confirmado que os temas considerados "sensíveis" para cada um dos 34 países envolvidos na eventual composição da Alca serão discutidos numa segunda fase de negociação, após uma definição na Organização Mundial do Comércio (OMC). Do lado brasileiro, pelo que está sendo divulgado, defende-se que compras governamentais, propriedade intelectual e investimentos sejam debatidos na OMC.

Para Robson, é neste ponto que a situação consegue piorar a já polêmica Alca: "A OMC é um fórum viciado", afirma, em referência à influência norte-americana naquela organização. Outra crítica vai contra a manutenção do prazo de implantação da Alca, em 1º de janeiro de 2005 (embora já se saiba que não funcionaria em sua totalidade).

Pressão nas ruas

Até o momento, a campanha contra o acordo está voltada para a pressão nos parlamentares e para atividades de esclarecimento junto à sociedade. Os próximos passos deverão ser definidos, no entanto, na reunião da Coordenação Nacional, em São Paulo, no próximo dia 8; e na plenária estadual do dia 13 (em local a ser confirmado, provavelmente em uma sala da Uerj ou na sede da CUT-RJ). Robson acredita que uma campanha maciça de rua deverá ser desenvolvida para que seja efetivado o plebiscito oficial sobre a Alca, em 3 de outubro de 2004 – em setembro do ano passado, mais de dez milhões de pessoas participaram de um plebiscito popular sobre o tema e mais de 90% dos votantes foram contrários à adesão ao acordo.

Militante brasileiro está preso nos EUA

A reunião ministerial de Miami teve outro resultado negativo: alguns militantes contrários ao acordo foram presos e, entre eles, um brasileiro chamado David Kane (que mora no estado da Paraíba e representou a coordenação da campanha brasileira contra a Alca). Robson comentou que, na mesma semana desta prisão, no dia 21/11, foram realizados atos em toda a América contra o acordo. No Rio, o protesto ocorreu em frente ao consulado norte-americano, localizado no Centro. Além da entrega de um manifesto contra a Alca, conforme estava previsto, os manifestantes conseguiram protocolar um documento que reivindica a libertação de David.

Apesar do esforço das entidades nacionais e de algumas organizações norte-americanas também contrárias à Alca, o brasileiro continua preso nos Estados Unidos sob a alegação de perturbação da ordem pública, segundo informações prestadas pela Secretaria Operativa da Campanha contra a Alca até o fechamento desta edição (em 28/11).

Como participar

A Regional Rio do Andes-SN e a Adufrj-SSind participam do Comitê Estadual Contra a Alca.

Quem quiser participar da campanha pode procurar a diretoria da Seção Sindical.

Campanha pela libertação dos presos políticos

Militante do MST é libertado

Segundo a agência Carta Maior (26/11), o desembargador do Rio Grande do Sul Marcos Scapini acatou, no último dia 24, o pedido de *habeas corpus* impetrado pelos advogados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), revogando a prisão do agricultor Justino Vieira. O trabalhador foi preso por policiais civis e militares daquele estado no dia 11 de novembro, durante uma "operação de varredura" realizada em um acampamento do MST no município de Arroio dos Ratos (RS), onde está acampado há dois anos com 532 famílias de sem-terra. A operação tinha como objetivo verificar a existência de armas no acampamento, segundo informou a polícia gaúcha. No final, o resultado da "varredura" se resumiu à apreensão de facas de cozinha, algumas foices e documentos do MST.

Agenda Sindical

29 e 30/11 - II Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Andes-SN
São Paulo (SP) - Regional São Paulo do Andes-SN

29 e 30/11 - Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe do Andes-SN
Niterói (RJ) - Sede da Aduff-SSind, às 10h

5 e 6/12 - Reunião do GT Seguridade Social do Andes-SN
Brasília (DF), sede do Andes-SN

8/12 - Reunião da Coordenação da Campanha Contra a ALCA
São Paulo (SP)

12/12 - Reunião do GT Política Educacional do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

19/12 - Reunião do GT História do Movimento Docente do Andes-SN
Brasília (DF) - sede da AdUnB-SSind

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

4 a 9/03/2004 - 23º Congresso do Andes-SN
Salvador (BA), com o tema central: Superávit Fiscal e Déficit Social: Reforma da Educação, Privatização e Arrocho Salarial

25, 26 e 27/03/2004 – II Congresso Estadual de Educação
Rio de Janeiro (RJ), Uerj

2 a 5/05/2004 – 5º Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Reitor vai à Faculdade de Direito

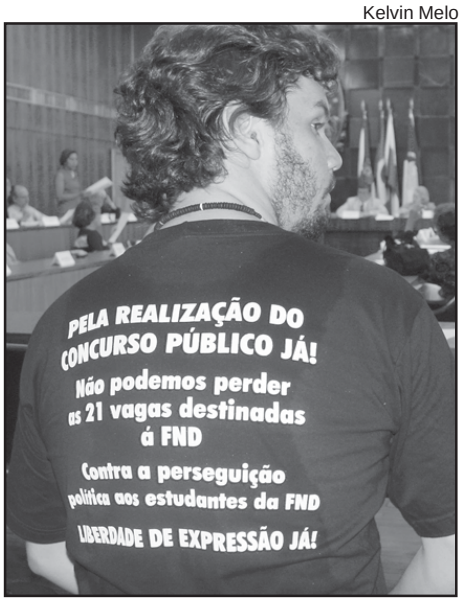
Alunos comparecem ao Consuni para pedir o afastamento do diretor daquela Unidade

Os problemas são tantos na UFRJ que dois numerosos grupos de estudantes compareceram à mesma sessão do Consuni, em 27/11, para realizar protestos distintos: enquanto uns cobraram a volta do bandejão; outros (da Faculdade de Direito) pediram novamente o afastamento do diretor Armênio Cruz para apuração de supostas irregularidades naquela Unidade.

Maíra Fernandes, integrante da diretoria executiva do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco) da Faculdade de Direito, teve a oportunidade de se manifestar na ocasião. Ela informou que prosseguem na Justiça comum os processos movidos pela direção contra os coordenadores do Caco. Maíra também criticou o restrito tempo de cinco minutos destinado à defesa das monografias por parte dos alunos da FND. Além disso, afirmou que há docentes substitutos nas bancas de avaliação da defesa de monografia, entre outras denúncias.

O reitor Aloisio comprometeu-se a visitar a faculdade para conhecer melhor as reivindicações dos alunos, mas declarou que não gostaria que essa visita fosse interpretada como uma "fiscalização". O professor Armênio, que é conselheiro do Consuni e estava presente, não

Kelvin Melo



se pronunciou sobre o assunto.

Por uma falha admitida pelo próprio reitor, que acabou concedendo a fala apenas à representante dos alunos do Direito, Aloisio só se lembrou de passar a palavra aos que reivindicavam o bandejão quando eles já haviam se retirado da sala de reuniões do colegiado. O reitor disse que vai garantir o direito à fala de um representante deste grupo em uma próxima oportunidade.

Ministro José Dirceu quer processar professor

O Consuni recebeu uma assombrosa notícia do reitor Aloisio Teixeira: uma advogada do ministro da Casa Civil, José Dirceu, procurou a administração da universidade para obter as fitas de um seminário realizado no dia 17 de novembro, no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, no qual o professor da USP, Francisco de Oliveira – que é fundador do Partido dos Trabalhadores - teria criticado o ministro de Lula. Aloisio informou aos conselheiros que não pretende entregar o material: "Eu me recuso a entregá-las (as fitas). Mesmo que a Justiça assim exija", afirmou, sob aplausos gerais. O reitor disse que vai garantir esse direito no princípio da autonomia universitária.

Calendário de 2004 aprovado

Na sessão, foi aprovado o calendário das atividades acadêmicas de ensino para o ano letivo de 2004. Para os alunos dos cursos de graduação em geral, o primeiro período letivo vai de 1/03 até 16/07 e o segundo período, de 2/08 a 17/12. O calendário para os alunos do Colégio de Aplicação e da Faculdade de Medicina é outro: o primeiro período, de 9/02 a 16/07 e o segundo período, de 26/07 a 17/12.

A pós-graduação *stricto sensu* pode ser organizada em dois ou quatro períodos letivos: aqueles em duas etapas seguem o calendário dos cursos de graduação já citado; os de quatro períodos funcionam assim: primeiro período (01/03 a 28/05), segundo (07/06 a 03/09), terceiro (13/09 a 17/12) e quarto (03/01/2005 a 25/02/2005).

Sessão especial aprova Instituto do Coração

Em sessão especial realizada para alteração do estatuto da UFRJ logo após a sessão ordinária, o Consuni aprovou a criação do Instituto do Coração, que pretende ser um órgão suplementar de alto nível para pesquisa e serviços ligados aos problemas cardíacos. O decano do Centro de Ciências da Saúde, João Ferreira, afirmou para a reportagem da Adufrj-SSind que existem entidades como a Firjan (Federação de Indústrias do Rio), a Petros (fundo de pensão da Petrobrás) e fundações de pesquisa do exterior com recursos da ordem de R$ 30 milhões já definidos para apoiar o projeto.

Pauta das próximas sessões

O próximo Consuni, no dia 11 de dezembro, vai escolher os integrantes do colegiado para o Conselho de Administração da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB). Já no dia 22, em sessão solene, haverá uma cerimônia de encerramento do ano acadêmico no Palácio Universitário, no *campus* da Praia Vermelha. Na ocasião, o reitor Aloisio fará uma balanço dos seis meses de sua gestão.

Periodização volta à pauta dos colegiados acadêmicos

Estão em discussão nos conselhos acadêmicos da universidade duas propostas de resolução que, quando aprovadas, substituirão a resolução conjunta 01/99 que tratava de períodos e atividades acadêmicas na instituição. As propostas foram encaminhadas aos conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados por uma comissão mista formada por integrantes dos dois colegiados. Uma das resoluções dispõe sobre a aplicação da Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional): periodização do ano letivo, caracterização das disciplinas e dos requisitos curriculares complementares e carga horária discente. A outra trata da aplicação da Lei nº 9678/98 (Lei da GED), "quanto à carga horária docente em atividades de ensino.

Na última sessão do CEG, dia 26/11, os conselheiros começaram a discutir apenas a primeira proposta e o tema central do debate foi a caracterização dos 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, previstos na LDB. Todos concordaram que ensino, pesquisa e extensão devem ser considerados trabalho acadêmico, mas não houve acordo se a universidade deve computar ou não os dias de exames finais nos 200 dias exigidos pela legislação.

Periodização pode definir remuneração dos professores

A Adufrj-SSind concorda com os conselheiros que entendem "trabalho acadêmico efetivo" como o conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, entende que esse trabalho acadêmico efetivo é realizado na UFRJ durante o ano inteiro, não se restringindo aos períodos dedicados às aulas de graduação e pós-graduação. A UFRJ cumpre, portanto, com muita folga, por qualquer conta que se faça, o mínimo anual de "duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais" imposto pelo artigo 47 da LDB.

Mas a LDB também determina, no seu artigo 57, que "nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas". Este dispositivo, além de nada ter a ver com "diretrizes e bases da educação nacional" e de agredir nitidamente a autonomia universitária garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal, é insuficiente para definir a quantidade de horas de aula que um professor tem de dar por ano, porque não define quantas semanas por ano dura essa obrigação "de oito horas semanais de aulas".

Um dos maiores erros da Resolução Conjunta CEG-CEPG nº 01/99, felizmente já revogada, foi o de interpretar o mínimo anual de 200 dias de trabalho acadêmico efetivo como uma obrigação de dar aulas durante 40 semanas por ano, à razão de 8 horas semanais, Isto resultaria numa carga horária total anual mínima de 320 horas de aula, muito acima da atual carga mínima de 240 horas, correspondente a dois períodos anuais de 15 semanas de aulas cada um.

As conseqüências negativas daquela Resolução seriam ainda mais graves por causa da forma de cálculo da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), baseada na quantidade de "horas-aula" (outro conceito não definido em lei) semanais, tanto na parte referente ao ensino (inciso I do § 2º do art. 1º) quanto na parte relativa à "avaliação qualitativa" (inciso II). Quanto maior o período de aulas, medido em semanas, independentemente do número de dias por semana que se trabalhe, mais horas de aula terá o professor de ministrar para ter direito aos mesmos pontos e, consequentemente, à mesma remuneração.

Os professores da UFRJ precisam ficar atentos aos termos em que serão aprovadas as novas resoluções sobre a LDB e a lei da GED, para que estas não resultem em aumento injustificado da sua carga horária de aulas sem qualquer diminuição nas exigências quanto às demais atividades que compõem o seu trabalho acadêmico.

Conselhos debaterão comissão de alocação de vagas

O Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), em 28/11, aprovou a realização de uma reunião conjunta com o CEG para tratar da Comissão Permanente de Alocação de Vagas docentes (Copav). Os conselheiros demonstraram bastante preocupação com a proximidade do fim do prazo (3 de março de 2004) para a alocação dos 112 concursos já autorizados para a UFRJ e a falta de definição sobre o assunto na universidade. Ainda será acertada a data com o conselho de graduação. O reitor será convidado a comparecer à reunião conjunta.

Portal de periódicos

O pró-reitor José Luiz Monteiro anunciou que a Capes chegou a um acordo com os fornecedores de periódicos do portal da agência. Segundo o relato do pró-reitor, houve uma economia de 23% em relação ao atual contrato e a ampliação do conteúdo de publicações e da base de instituições públicas beneficiadas pelo projeto.

Movimento

MEC organiza seminário para legitimar projeto de reforma

Para direção do Andes-SN, governo não vai ampliar discussão sobre mudanças no sistema universitário

Depois de ter instituído um grupo de trabalho interministerial para reformar o sistema universitário, o governo, através do Ministério da Educação, realiza um seminário internacional para discutir a Universidade deste século. *Universidade XXI Novos caminhos para a educação superior: o futuro em debate* aconteceu na semana passada, nos dias 25 a 27. O professor Salatiel Menezes, representante da Adufrj-SSind na Comissão Nacional de Mobilização do Andes-SN (CNM) na semana passada, acompanhaou, junto a outros militantes do movimento docente, as intervenções de alguns dos participantes do evento. Para o professor, o seminário do MEC foi organizado como uma estratégia para legitimar um modelo de reforma universitária que já estaria formulado. O evento seria apenas uma roupagem para dar a impressão de que as mudanças no sistema estão sendo discutidas com a sociedade.

Em nota encaminhada às seções sindicais, o Andes-SN analisa com preocupação a atual política educacional do governo e ressalta que o seminário do MEC tem a colaboração direta do Banco Mundial e do Observatório de Reformas Universitárias das organizações internacionais (Orus). Como resultado do encontro, estava prevista a aprovação de um documento denominado *Consenso de Brasília* e o lançamento de uma *Carta aos Estudantes*. O Andes-SN questiona a ausência de um debate real e aprofundado sobre a reforma universitária com os diversos segmentos organizados da sociedade. O Orus, dirigido por Edgar Morin, é a mesma entidade que assessorou a reforma universitária na França, "amplamente repudiada pelos setores mais conseqüentes da academia francesa", segundo o Andes-SN. Até às vésperas do início do seminário, constavam da página eletrônica do Orus os nomes do ministro Cristovam Buarque e do presidente da Capes, Marcel Bursztyn, como integrantes deste comitê científico.

Por pouco, presidente da Andifes não discursa

Segundo Salatiel Menezes, a presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes) e reitora da Universidade do Rio Grande do Sul, Wrana Panizzi, teve dificuldades para falar. Durante a abertura do seminário Universidade XXI, houve dúvida, por parte da organização, se a dirigente poderia falar. A professora acabou fazendo um discurso em defesa da universidade pública. Wrana reafirmou a educação como bem público e o conhecimento como um patrimônio social, relembrando um compromisso assumido por mais de 180 países, entre eles o Brasil, durante a Conferência Mundial sobre Educação Superior, promovida pela Unesco, em 1998.

Wrana Panizzi apresentou a proposta da Andifes para a universidade do século XXI: "uma universidade sintonizada com a sociedade, parte integrante de um projeto de nação, que democratizando o seu acesso promova a inclusão social duradoura". A reitora ressaltou a necessidade de que as demandas do "dia-a-dia", como custeio, investimento básico e corpo docente e técnico dignamente remunerado, sejam garantidas pelo governo.

Andes-SN divulga sua proposta e protesta durante seminário

Ainda durante o seminário, diretores e professores do Sindicato distribuíram aos participantes a nova edição da *Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira*. Foram fixadas no local do evento faixas com os dizeres "Fora FMI! Fora Banco Mundial! Essa reforma não queremos", "Autonomia sem verbas públicas é privatização", "Abaixo a comissão Interministerial do Governo Lula: reforma universitária com ampla participação" e "Educação não é mercadoria. Não à OMC e à Alca". O professor Salatiel Menezes participou da panfletagem e lamentou a forma como o governo está encaminhando esta reforma.

Ministro recebe proposta do Andes-SN

O ministro Cristovam Buarque recebeu da coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais do Sindicato, Vera Jacob, um exemplar da Proposta do Andes-SN para a Universidade. Cristovam agradeceu e elogiou a atuação da entidade: "Ao contrário de outros, vocês não se limitam a criticar, apresentam propostas. Isso é ótimo", disse o ministro, segundo o boletim eletrônico InfomaAndes *On Line* (28/11/03). Durante o discurso do ministro no encerramento do Seminário, a faixa com os dizeres "Abaixo o Grupo Interministerial do Governo Lula: por uma reforma universitária com ampla participação" circulou no auditório, sendo aplaudida.

Anote os novos telefones da Adufrj-SSind

3884-0701
2230-2389
2260-6368

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Resenha

Universidades privadas são as "privilegiadas"

Ao defender a ampliação dos financiamentos a estudantes pobres no ensino superior privado para aumentar o acesso à universidade, o Ministério da Fazenda deixou de dar destaque à renúncia fiscal a que parte dessas entidades tem direito, segundo matéria da Folha de S. Paulo (23/11). Só os cofres da Previdência deixarão de arrecadar R$ 634 milhões neste ano das universidade privadas filantrópicas. É mais do que custam as deduções das despesas com educação no Imposto de Renda (R$ 626 milhões) e também supera o gasto de manutenção das instituições federais de ensino superior (neste ano, em R$ 551 milhões, sem contar a folha de pessoal).

Uenf também vive dificuldades

Somente graças a um acordo entre a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) e a Telemar, os telefones da instituição, bloqueados desde 17/11, voltaram a funcionar quatro dias depois. Pelo acordo, a universidade pagará até o início de dezembro os R$ 38.322 referentes à fatura vencida em 13/10. A matéria é da Folha Dirigida (25/11).

Centenas de diplomas de pós-graduação sem valor

Matéria do jornal O Estado de S. Paulo (20/11) informa que cerca de 9 mil mestres e doutores brasileiros formados por universidades estrangeiras esperam há pelo menos dois anos que seus títulos sejam validados no país. Professores em sua maioria, eles teriam feito cursos à distância ou semipresenciais oferecidos por instituições da Espanha, França e Portugal, entre outros lugares. Dos 800 diplomas analisados somente este ano, apenas 1 teve seu valor reconhecido pelo MEC.

Megamarcha contra "reformas" ocupa Cidade do México

Uma grande marcha iniciada em diversos pontos da capital mexicana e que se concentrou na praça principal da cidade, chamada de Zócalo, organizada por sindicatos e entidades camponesas, protestou no dia 27/11 contra as "reformas" do presidente Vicente Fox. Os trabalhadores se opõem ao projeto do Executivo de fixar um determinado imposto sobre todos os produtos (inclusive remédios e alimentos, atualmente isentos), e à abertura do setor energético aos investimentos privados e à "flexibilização" da legislação trabalhista, segundo notícia da página eletrônica Diário Vermelho (www.vermelho.org.br).

Jurídico

União é favorável à manutenção de regime dos servidores

Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind considera positiva a manifestação da AGU

A Advocacia-Geral da União (AGU) não concorda com o entendimento da Procuradoria Geral da República (PGR) de que os servidores celetistas transpostos para o Regime Jurídico Único, em 1990, devem ser devolvidos à situação funcional anterior. Em agosto deste ano, vale lembrar, a Procuradoria entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin nº 2968) no Supremo, com questionamento à transposição de regimes sem a aprovação prévia em concurso público. A manifestação da AGU foi o mais recente movimento deste processo, cujo desfecho ainda não tem um prazo definido, de acordo com a assessoria jurídica da Adufrj-SSind.

Em documento assinado no dia 17/11 e divulgado na página eletrônica da AGU (www.agu.gov.br) em 20/11, o advogado-geral da União, ministro Alvaro Augusto Ribeiro Costa, promove uma série de considerações jurídicas que buscam desmontar os argumentos citados pela Procuradoria ao propor a Adin. Segundo ele, por exemplo, o artigo que está sendo questionado pela Procuradoria – o 243, da Lei nº 8.112/90 (da transposição dos regimes) – é anterior à emenda constitucional nº 19, de 1998, que cobra a "aprovação prévia em concurso público". O advogado-geral da União enxerga o óbvio: que o "controle de constitucionalidade exige que o ato normativo impugnado seja posterior ao dispositivo tido como parâmetro de controle".

Mais adiante no texto, a AGU observa que o "controle da constitucionalidade" só é possível quando existe uma contemporaneidade entre a edição da lei a ser questionada e a vigência da Constituição. Assim, o ministro Alvaro Augusto comenta que o pedido da Procuradoria é "juridicamente impossível", uma vez que a ação foi proposta em agosto deste ano e a emenda constitucional é de 1998.

O ministro Alvaro Augusto critica ainda a alegação da Procuradoria de que "todos" os servidores abarcados pelo artigo 243 foram investidos em cargos públicos apenas pela publicação do RJU, sem aprovação em concurso. De acordo com ele, algumas leis das décadas de 50 e 70 (como o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União – Lei nº 1.711, de 1952) e a própria Constituição Federal de 1967 já faziam referências a "cargos públicos" e "concursos públicos" para parte do funcionalismo.

Princípio da segurança jurídica

A AGU também se utiliza do princípio da segurança jurídica, entre outros argumentos, para preservar o RJU dos atuais servidores. Segundo o texto, direitos já foram incorporados ao patrimônio dos funcionários, bem como ao do governo (que ficou desobrigado do recolhimento do depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS).

Na conclusão, a AGU entende que a ação não deveria sequer ser julgada pelo STF pelas questões processuais levantadas. Se chegar a julgamento, o requerimento da Procuradoria deve ser "julgado improcedente". Ainda assim, em caso de declaração da inconstitucionalidade, o Supremo deve atribuir efeito *ex nunc* à decisão (ou seja, restringir a aplicação da inconstitucionalidade a partir do julgamento final ou de um outro momento a ser fixado, para que os servidores e governo não percam os direitos acumulados em 13 anos de RJU).

Assessoria da Adufrj-SSind avalia documento da AGU

Na opinião da advogada Sayonara Grillo, da assessoria jurídica da Adufrj-SSind, o documento da AGU pode ser considerado bom para os servidores. Ela explica que a União obrigatoriamente deveria se manifestar em relação ao assunto, após a demanda do STF, mas o texto chegou a surpreender pela fundamentação bem-feita, ao longo de suas 25 páginas.

Adufrj-SSind

Comunicação sindical é pauta de evento no Rio

Equipe da Seção Sindical participa de curso

De 20 a 23 de novembro, os jornalistas da Adufrj-SSind participaram do 9º Curso Anual do Núcleo Piratininga de Comunicação, realizado no Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, no centro da cidade. O NPC é um grupo que discute o aproveitamento da comunicação em favor dos setores populares da sociedade. Palestras e oficinas abordaram temas como: o aperfeiçoamento dos veículos de imprensa sindical, a democratização do setor de comunicação no país e a relação da chamada grande mídia com os movimentos sociais.

Durante o evento, foram destacadas algumas iniciativas com o objetivo de transformar os meios de comunicação a favor dos trabalhadores. Pedrinho Guareschi, professor de Jornalismo da PUC-RS, ressaltou a campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", vinculada à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e algumas organizações da sociedade civil. Baseada em denúncias (fundamentadas, é bom que se diga) do público, a campanha mantém, atualizado a cada três meses, um *ranking* dos programas de televisão considerados ofensivos. Para quem pensa que não adianta em nada, a empreitada já mostrou que incomoda algumas figuras bem populares como os apresentadores Gugu Liberato e João Kleber, que visitaram ou enviaram emissários para conversar com a comissão da Câmara. O endereço da campanha é www.eticanatv.org.br.

Na exposição de José Arbex Jr., professor de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, de São Paulo, foi debatida a criação do jornal "Brasil de Fato" (www.brasildefato.com.br). Lançado no Fórum Social Mundial deste ano, em Porto Alegre, com a presença de sete mil pessoas, o "Brasil de Fato" busca praticar um jornalismo em sintonia com os diversos segmentos democráticos da sociedade.

Ainda na exposição de José Arbex Jr., foram distribuídos adesivos da campanha contra a revista Veja, uma publicação que não respeita os movimentos sociais organizados. Ele citou uma campanha semelhante de boicote ao jornal Zero Hora, de Porto Alegre, que publicava reportagens infundadas contra o então governador Olívio Dutra. Por conta desta iniciativa, foram canceladas mais de vinte mil assinaturas do jornal.

Concurso NPC

No último dia do curso, os organizadores do Núcleo Piratininga de Comunicação anunciaram, para breve, um concurso com o objetivo de premiar os melhores trabalhos da imprensa sindical.

Previdência

Agência Brasil/Wilson Dias

NAS GALERIAS, SERVIDORES VIRAM AS COSTAS PARA OS SENADORES, APÓS A APROVAÇÃO DA PEC 67

Senado aprova reforma em primeiro turno

Duas emendas à PEC 67 foram aceitas Governo sofre derrota em emenda sobre seguros privados

Três meses depois de ter recebido a proposta, o Senado aprovou, em primeiro turno, o texto básico da reforma da Previdência. Dois destaques apresentados por parlamentares à Proposta de Emenda Constituicional 67 (PEC 40 da Câmara) foram aceitos, mas não interferem na sua tramitação. Foram emendas supressivas e não precisam passar novamente pela Câmara dos Deputados. Uma das emendas aprovadas, do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), estende aos policiais militares, civis e federais as regras e benefícios para a aposentadoria aplicadas aos servidores das Forças Armadas.

A outra emenda aprovada, do senador Jorge Bornhausen (PFL/SC), permitirá participação de empresas privadas de seguros no atendimento aos acidentes de trabalho, caso o governo decida encaminhar um projeto de lei com este objetivo. Esta emenda teve o apoio do PSDB, PFL e PMDB, contrariando a intenção do governo de reestatizar o setor de seguros de acidentes. Foi a primeira derrota do governo na votação da reforma no Senado.

Enquanto isso, os requerimentos da Senadora Heloisa Helena (PT/AL) foram rejeitados. um deles pedia votação em separado de uma emenda que isentava da contribuição previdenciária os aposentados e pensionistas que recebem até R$ 4,8 mil. O outro requerimento que não foi acenito tentava assegurar aos servidores que recebem até R$ 2.400,00 a manutenção das regras de transição aprovadas na reforma anterior de 1998.

Segundo turno

O segundo e último turno de votação da reforma deve ocorrer no início de dezembro. O texto aprovado na semana passada teve o apoio de senadores do PFL e do PSDB. e sem eles, a PEC 67 não seria aprovada. Foram 55 votos contra 25. A base do governo teve cinco dissidências, sendo três do PMDB, uma do PTB e o voto contra da senadora Heloísa Helena (PT/AL).

Protesto nas galerias

O representante da Adufrj-SSind no Comando Nacional de Mobilização do Andes, Salatiel Menezes, acompanhou toda a votação do dia 26/11 nas galerias do plenário. Estavam com ele vários representantes de entidades dos servidores públicos federais, entre estas, o Andes-SN. A votação se estendeu por nove horas e no final, inconformados com o resultado, os servidores e aposentados que lotaram as galerias viraram as costas para os senadores e se retiraram cantando o Hino Nacional.

Segundo a Agência Senado (26/11), Heloísa Helena e Serys Slhessarenko (PT-MT) fizeram os pronunciamentos mais emocionados e chegaram a chorar durante a votação no dia 26. Heloísa Helena foi aplaudida de pé por servidores e aposentados, apesar da proibição regimental de manifestações pelas galerias. Já o senador Paulo Paim (PT-RS) só revelou seu voto no final, quando disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia lhe garantido que "a emenda paralela não é de brincadeira". Até às vésperas da votação, o senador petista afirmava o voto contrário à reforma que retirará direitos do servidores e permitirá a especulação do fundos de pensão com as contribuições dos trabalhadores que quiserem tentar manter a integralidade de seus proventos na aposentadoria.

Conversa fiada

Para Salatiel Menezes, com a aprovação da PEC 67, dificilmente o governo continuará a discussão da emenda paralela (PEC 77). Como se não bastasse uma, foi criada mais uma emenda paralela com 112 novos destaques que foram apresentados nos dias de votação. As duas emendas paralelas serão enviadas para exame dos deputados na Câmara Federal, mas não devem ter destino muito diferente das emendas que já foram rejeitadas e o governo deverá sancionar a reforma da previdência logo após o segundo turno da votação no Senado da PEC 67.

Movimento

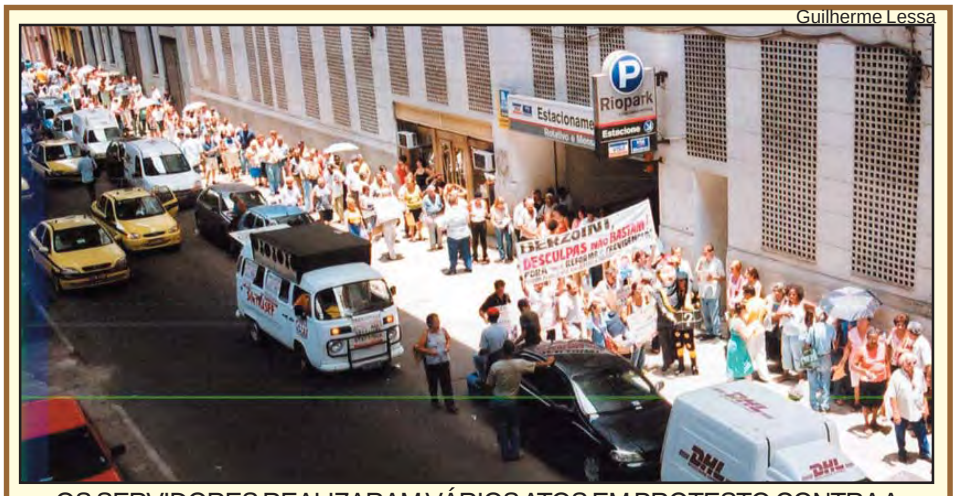
Voto dos senadores do Rio

Apenas Sérgio Cabral fica contra a reforma da Previdência

Dos três senadores do estado do Rio, apenas Sérgio Cabral (PMDB) votou contra a reforma. Nas últimas semanas, os servidores federais, estaduais e municipais, organizados no Fórum Fluminense em Defesa da Previdência, realizaram diversos atos no centro da cidade e, em duas ocasiões, protestaram em frente ao gabinete do senador. No início de novembro, quando a PEC 67 ainda seria discutida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, a diretoria da Adufrj-SSind encaminhou aos senadores do estado uma mensagem solicitando o voto contra a reforma. A seção sindical disponibilizou o texto e os endereços eletrônicos dos três senadores fluminenses (Jornal da Adufrj nº 116, de 10/11) para que os professores fizessem o mesmo.

Como resposta, Sérgio Cabral encaminhou à sede da Adufrj-SSind um documento, datado de 18/11, com a íntegra de seus discursos no Senado contrários à reforma previdenciária, nos dias 6 e 11 de novembro. Em determinado trecho, Sérgio declarou claramente: "votarei contra o texto, contra a reforma da Previdência". E manteve a palavra.

Guilherme Lessa



OS SERVIDORES REALIZARAM VÁRIOS ATOS EM PROTESTO CONTRA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA NO CENTRO. O ÚLTIMO FOI EM FRENTE À JUSTIÇA FEDERAL, DURANTE O RECADASTRAMENTO DOS APOSENTADOS DO INSS, EXIGIDO PELO GOVERNO

Marcelo Crivella e Saturnino Braga

Do gabinete do senador Marcelo Crivella (PL), datado de 20/11, veio um telegrama um tanto quanto falso (ou então, ele errou o voto no plenário – o que é difícil): "Informo que estamos atentos no sentido de salvaguardar os direitos adquiridos, constitucionalmente protegidos dos laboriosos servidores públicos, ativos e inativos". Já o senador Saturnino Braga não respondeu à mensagem enviada pela Adufrj-SSind.

Marcelo e Saturnino, aliás, participaram de reuniões com os servidores, respectivamente em 22 e 26 de setembro, ambas realizadas na sede do Sindicato dos Fiscais da Receita Federal (Unafisco Sindical-RJ). O primeiro chegou a ouvir uma exposição crítica ao conteúdo da reforma da Previdência elaborada pela professora Sara Granemann, hoje presidente da Adufrj-SSind. Marcelo respondeu que não concordava com o projeto da reforma, mas estaria seguindo a orientação governista (o PL faz parte da base do governo Lula). Ainda neste encontro, o senador afirmou que o estado do Rio estaria perdendo cerca de R$ 220 milhões com a proposta de emenda constitucional. Mais importante: declarou que não votaria favoravelmente à taxação dos aposentados – o que não se confirmou em plenário, na semana passada.

Saturnino, no dia 26, mostrou desinformação e cega confiança no governo Lula em seu diálogo com os servidores. Ele disse então: "(...) vou votar com o governo porque tenho confiança nele." Mais adiante, chegou a afirmar que o presidente da República iria fazer o Fundo Monetário Internacional recuar, graças a uma revolução produzida por Lula. Em vários momentos, o senador sugeriu que os servidores aguardassem o término do governo para fazer um julgamento mais preciso: "Acho que no fim de quatro anos teremos demonstrado à sociedade brasileira e ao mundo que muito teremos mudado. Mas, para isso, infelizmente, temos que impor perdas". Saturnino argumentou ainda que os fundos de pensão a serem criados para o funcionalismo serão públicos, "com controle social" (mesmo reconhecendo a aplicação no mercado de capitais, o senador acredita nisso).

Em suas últimas palavras aos servidores, Saturnino lembrou uma frase que atribuiu ao ex-governador Carlos Lacerda sobre a influência decisiva do funcionalismo em qualquer eleição, mas disse ter convicção de sua decisão favorável à reforma.

Servidores são impedidos de entrar no Ministério do Planejamento

No dia 26/11, por mais de duas horas, representantes da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) foram impedidos de entrar no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para protocolar um simples pedido de audiência com o ministro Guido Mantega com o objetivo de tratar da campanha salarial dos servidores públicos federais.

Sem qualquer justificativa, os seguranças terceirizados do MPOG barraram a entrada dos representantes do Andes-SN e da Unafisco e simplesmente fecharam a porta. Para indignação dos servidores, a porta era aberta para entrada de outras pessoas. Chegou a ser solicitado reforço policial no prédio. Em poucos instantes, eram três viaturas com o triplo de policiais em relação ao número de servidores barrados na porta do órgão.

Sem qualquer possibilidade de diálogo com o ministério, o advogado do Andes-SN foi chamado e, depois de longa negociação, os servidores foram recebidos pela chefe de gabinete do ministro, Miriam Mara Miranda, e pelo chefe de gabinete da Secretaria Executiva do órgão, Luis Hiroshi Sakamoto.

Unafisco Sindical

DIRETORES DO ANDES-SN NO MPOG

Pedido de desculpas

Logo no início da reunião, o primeiro tesoureiro do Andes-SN, José Vitório Zago, solicitou desculpas formais por parte do ministro Guido Mantega. A chefe de gabinete não se comprometeu com a solicitação, mas pediu desculpas pelo que considerou um mal-entendido. Estiveram presentes e também foram barrados na entrada, o primeiro vice-presidente do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho; o segundo tesoureiro do Sindicato Nacional, Antônio Luiz de Andrade, e a representante da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense, Sonia Lucio Rodrigues.

Na reunião, o pedido de audiência pôde ser finalmente protocolado. Miriam Mara afirmou que não será possível agendar uma reunião nesta semana, porque o ministro estará no exterior.

Fonte: Unafisco Sindical

Andes-SN

Mesa de negociação permanente não avança

Negociação sem fim. Após quase quatro meses de silêncio e várias solicitações encaminhadas pela Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF), a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão retomou as atividades da Mesa Nacional de Negociação Permanente, no último dia 19 de novembro. Participaram pelo Andes-SN os diretores José Domingues de Godói Filho e Antônio Luiz de Andrade (Tato). A secretária do governo, Cláudia Duranti, afirmou, na reunião, que, devido às dificuldades para o atendimento da pauta dos servidores públicos e, ao mesmo tempo, para tentar "minimizar os efeitos sobre as condições de vida dos mesmos", a SRH estará articulando a assinatura de um convênio com o Banco do Brasil para a abertura de micro-crédito, com juros mais baixos que os praticados pelo mercado, aos servidores federais. O convênio deverá incluir também a possibilidade de quitação de dívidas com juros reduzidos.

José Domingues considerou a proposta um absurdo e um desrespeito à situação salarial do funcionalismo federal. "Eles reconhecem as perdas salariais e, no lugar de negociar as reposições devidas, ainda oferecem empréstimos, a juros!". Esta 'agiotagem branca' não agradou as entidades representadas na reunião, de acordo com o diretor do Andes-SN. "As entidades não pediram isso, o crédito é um problema do governo", complementou Domingues.

Reajuste não passará de 1,5%

Na discussão sobre perdas salariais, o governo novamente não se posicionou. A contar pela proposta orçamentária apresentada no Projeto de Lei Orçamentária de 2004, de R$ 1,5 bilhões para reajuste do funcionalismo federal, segundo Domingues, os servidores não terão mais do que 1,5% nos contracheques, a partir de janeiro. "Se chegar a tanto", avisa o professor. Domingues lembra que somente de janeiro de 2003 a dezembro de 2004, pelos índices de inflação do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), as perdas salariais chegarão a 9%, descontado o 1% de reajuste concedido em janeiro último. "Isso, contando com uma inflação de 0,5% em novembro e mais 0,5% em dezembro", confirma o diretor do Sindicato.

Domigues alerta para o fenômeno de 'eterna permanência' que tem caracterizado estas mesas de negociação. Segundo ele, apesar de já terem identificado a estratégia de postergação das decisões por parte do governo, as entidades dos servidores resolveram esgotar todas as etapas deste processo de negociação. "Tudo foi jogado para 2004, mas vamos até o fim. Isso, para não dizerem, depois, que nós (movimentos) não estamos negociando. Eles (governo) é que não estão bancando uma negociação séria".

Plano de carreira dos Servidores

Em relação às "Diretrizes de Plano de Carreira", a comissão do Ministério do Planejamento informou que os trabalhos não foram concluídos e não se posicionou frente à proposta de anteprojeto de lei do Plano de Carreira que os servidores entregaram na última semana de maio deste ano. Em função da ausência de resposta, de acordo com o InformaAndes *On Line* (24/11/03), uma nova reunião da Comissão Temática que trata do assunto foi marcada para o dia 9 de dezembro. Segundo o informativo eletrônico, Cláudia Duranti voltou a insistir em uma "parceria" entre a bancada sindical e a governamental na construção de um modelo que possa ser viabilizado pelo governo, não apresentando resposta alguma aos pontos da pauta dos servidores.

Andes-SN propõe comissão de estudo sobre incorporação de gratificações

Sindicato cobra negociações para a incorporação da GED e da GID

No último dia 17/11, os diretores Andes-SN Antônio Luis de Andrade (Tato) e Mário Luiz Alves estiveram reunidos com o secretário-executivo do Ministério da Educação, Rubem Fonseca, e o chefe de gabinete da Secretaria de Ensino Superior, Jorge Augusto Pereira Gregory. Entre outros assuntos, foi discutido o andamento das negociações sobre a incorporação das gratificações, paradas no ministério. Segundo Antônio Luis, o Sindicato propôs aos representantes do MEC a constituição de uma comissão formada por sindicalistas e integrantes do governo para estudar os impactos da incorporação das Gratificações de Estímulo à Docência (GED) e de Incentivo à Docência (GID) no orçamento da União. Como resposta, Rubem Fonseca disse que levaria a proposta ao conhecimento do ministro Cristovam Buarque.

Os representantes do Andes-SN manifestaram a preocupação do Sindicato com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que "*Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)*". Os docentes disseram ao secretário-executivo do MEC que o decreto representa uma grave ameaça à autonomia das universidades federais, uma possibilidade real de limitar as prerrogativas de autonomia que são garantidas às universidades pelo artigo 207 da Constituição Federal. Na avaliação do Sindicato e conforme consta no próprio decreto, o plano de ação dessa Comissão Interministerial prevê a instituição de medidas que "interferem nas estruturas regimentais das IFES, em sua gestão e em seus aspectos organizacionais, administrativos e operacionais".

Segundo o secretário do MEC, o Grupo de Trabalho Interministerial foi pensado para discutir as questões emergenciais e estaria aberto a propostas e contribuições. Com relação à autonomia das instituições de ensino, Rubem Fonseca garantiu que não haverá problema: "uma das questões é justamente discutir o aprofundamento dessa autonomia". Os diretores do Andes-SN argumentaram que o aprofundamento da autonomia defendido pelo secretário poderá ter resultados bem diferentes do que os imaginados pela comunidade acadêmica e pela própria sociedade. O Andes-SN considera que este 'aprofundamento' pode significar a regulamentação do artigo 207 da Constituição, com conseqüente subordinação das universidades ao governo, algo que o MEC, na gestão do ex-ministro Paulo Renato, perseguiu com afinco e determinação.

Reforma pode ser pautada pela equipe econômica

Às considerações do secretário, os diretores do Andes-SN ponderaram que a correlação de forças e o peso específico de mais de um dos ministérios era muito desproporcional ao do MEC e, apesar da coordenação do grupo de trabalho estar a cargo da pasta da Educação, a influência e o poder dos ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil já davam o tom da conversa e estabeleciam a priori os elementos básicos a partir dos quais o grupo se posicionaria. Ou seja, a reforma universitária pretendida pelo governo será ditada pela atual política econômica que vem condicionando todas as áreas sociais aos reajustes fiscais.

Luta pela incorporação da GED e da GID

No relatório da reunião com o MEC, encaminhado às seções sindicais, os diretores do Andes-SN concluíram que "a luta pela incorporação das gratificações produtivistas dos docentes (GED e GID) precisa ser intensificada, pois ficou claro que nenhuma providência foi tomada para atender à reivindicação desde a última reunião, no dia 15 de outubro". Os diretores também manifestaram preocupação quanto à reiterada posição do secretário do Ministério sobre o aprofundamento da autonomia universitária que, com certeza, será o campo central de luta para a comunidade universitária e para os sindicatos que compõem o Setor das Federais do Andes-SN.

Anote

Aduff-SSind tem nova diretoria

Tomou posse na última quinta-feira, dia 27/11, a nova diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (Aduff-SSind). Foi eleita com 455 votos, em um total de 470 eleitores que compareceram às urnas, a chapa única Aduff Autônoma e Democrática para o biênio 2003/2005. A nova diretoria da seção sindical tem quinze integrantes e o novo presidente é o professor da Escola de Educação Física da fluminense Paulo Cresciulo de Almeida. As eleições para o Conselho de Representantes da Aduff-SSind acontecem daqui a seis meses. Os diretores Sara Granemann, Janete Luzia e José Miguel Bendrao Saldanha representaram a Adufrj-SSind na assembléia de posse, na sede da seção sindical, em Niterói.

Opinião

A emergência do setor terciário na história da economia capitalista e a mercantilização da educação na OMC

Este texto é a continuação do artigo do professor publicado na edição anterior do Jornal da Adufrj-SSind (nº 118, 24/11/03)

João dos Reis Silva Júnior*
Carlos Lima**

Para realizarmos tal análise de longo prazo sobre a educação superior concebida como *serviços*, isto é, na condição de mercadoria pertencente ao departamento III da economia (o setor de serviços, o terciário)[1] , devemos procurar compreender mais esse departamento e como e porque ele passa a fazer parte da economia capitalista a partir da crise de 1929, que marca o início do século da social democracia e do Estado de bem estar social, para melhor adensarmos o entendimento da iminência da transformação da educação superior em serviço no interior da Organização Mundial do Comércio, contribuindo, assim, para a ação das Forças de Porto Alegre para colocarem algo no lugar das estruturas que tanto criticamos. Para fazermos estes breves comentários lançaremos mão dos trabalhos de Lauro Campos, especialmente, de duas de suas obras em que a *Teoria Geral* de Keynes é mostrada como ideologia e as razões da crise do *Fordismo* e a emergência do que se vem denominando *neoliberalismo*, na qual, os deslocamentos do capital para os setores sociais e seu avanço planetário são marcas centrais. As suas obras são *A Crise da Ideologia Keynesiana* a ser dada a público em 2004 pela Editora Xamã e a *A crise completa – a economia política do não* publicada pela Boitempo em 2001.

O autor escolhido e suas obras centrais nos deixam claro em cada parte dos vários capítulos dos dois livros, que o resultado do trabalho no âmbito da economia e da prática social seria, sem a necessidade histórica da sociedade capitalista, a própria elevação da condição humana. Ao contrário do que se realiza quando orientado pela lógica do capital, o resultado do trabalho ou da prática são estranhos ao homem, e, portanto, não se articula com processos humanos de elevação de sua condição de ser. Neste momento, Lauro Campos faz-se filósofo, mais do que um pensador da economia e da sociologia do conhecimento no caso específico do primeiro livro referido. Sua preocupação reside na busca da liberdade humana na sua condição de ser e nos meios para a consumação de tal liberdade: a política no seu sentido *lato* e *strictu*. No primeiro semestre de 2002 em palestra na disciplina *Política e Organização da Educação Brasileira* na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Lauro Campos declarou sua vocação política na condição de sua dívida com os trabalhadores por ter tido condições de estudar sua vida toda. Nessa condição procurou desenvolver seus trabalhos, como nestes aqui escolhidos, em que busca desconstruir Keynes para entregar aos trabalhadores instrumentos teóricos para sua prática política.

Na *Teoria Geral*, Keynes identifica o que é heterogêneo a um único bloco social homogêneo. Isto é, para justificar uma política econômica que buscasse resolver a diferença de ritmos entre a produção de valor no processo de trabalho e a sua realização no âmbito da circulação de mercadorias, que gera uma crise de demanda efetiva, Keynes estabeleceu a identidade entre a demanda por bens de consumo e a demanda por meios de produção, cuja soma constituiria na demanda efetiva, concluindo, com a homogeneização que a queda da demanda efetiva seria a verdadeira razão da crise de 1929 e não a superprodução em face da diferença de ritmos já referida. Estabelecida esta hábil construção lógica, mas não histórica, quando torna homogêneas a reprodução da classe trabalhadora e a reprodução da classe proprietária dos meios de produção, bastaria, segundo Keynes, por meio de um novo Estado intervir no universo econômico e social para o aumento da demanda efetiva. Este é o núcleo teórico que deve ser desmanchado para mostrar a *Teoria Geral* como uma ideologia para justificar a hegemonia social democrata do século XX. Difícil tarefa. No *A Crise da Ideologia Keynesiana*, ao identificar a sutil manobra teórica de Keynes na homogeneização da heterogeneidade de demandas nos capítulos 1, 4 e 11 Lauro Campos produziu a chave de entendimento das inteligentes construções lógicas do Lord Inglês, que acabou por produzir uma teoria econômica que viria dar a guarida necessária para as propostas dos oportunistas da *social democracia*, bem como ao Estado consumidor improdutivo e destrutivo[2] do século XX, que se reiteraria por quase toda Europa. E, no plano teórico abre a guarda de Keynes e dos intelectuais sociais democratas para a discussão política sobre tema relevante à época de Keynes: *Reforma ou Revolução*.

A forma histórica que viria tomar o capitalismo no século da social democracia e do Estado de Bem Estar Social encontrava em Keynes a materialidade teórica para a prática política e para a regulação social. Assim como a mercadoria apresenta-se por meio de suas qualidades intrínsecas e oculta suas qualidades extrínsecas, que são sociais, Keynes conseguiu, no plano lógico, produzir, no âmbito da economia, a ideologia que daria sustentação ao grande compromisso de classes produzido no século XX. Se o fetichismo da mercadoria é a base para a ideologia liberal, isto é, é a cultura que funda as relações sociais produtoras do pacto social no capitalismo, a ideologia keynesiana é sua forma histórica no século social democrata. Lauro Campos antecipou no plano teórico ao estudar a obra de Lord Mainard Keynes o que infelizmente assistimos atualmente de forma concreta em nível planetário.

Outra importante consideração no que se refere à desconstrução da *Teoria Geral* realizada consiste na demonstração da necessidade estrutural do capitalismo produzir o departamento III, segundo o autor, o departamento de *não-mercadorias* para "fingirmos mais cem anos"[3] , quando segundo alguns ideólogos chegamos ao *fim da história e do último homem*, como pretendeu demonstrar Francis Fukuyama em sua obra mais divulgada no Brasil. Decorre da estruturação do departamento III, isto é, da produção da forma institucional do fundo público, que desde Adam Smith é a própria afirmação de que o Estado capitalista, para além de representar o capital por meio de uma autonomia política relativa, ele sempre teve um papel econômico, sem o qual o capital jamais se reproduziria plenamente de forma privada, isto é, pela *Mão Invisível do Mercado*. Na verdade Lauro Campos, em outro trabalho, ao analisar as políticas liberais e neoliberais deixa claro, com ironia peculiar, que a mão invisível do mercado é, na realidade, a mão armada, senão vejamos:

Os liberais, favoráveis à livre concorrência, até mesmo entre brancos e índios, aprovaram na democrática Câmara de Filadélfia, uma lei que garantia o pagamento de US$ 100, US$ 50 e US$ 20 pelos escalpos de índios adultos, mulheres índias e crianças índias, respectivamente; os neoliberais lançam bombas atômicas no Japão, bombas napalm no Vietnam, fazem a guerra na Coréia, destroem o Kwait, desembarcam em Granada, ameaçam Cuba, armam os Contra na Nicarágua, alimentam o fogo em El Salvador, enviam a 4ª frota para garantir o golpe de 64 no Brasil, assassinam Allende ...[...]

Os liberais ingleses destroem o artesanato indiano, conquistam o Egito, armam Cecil Rhodes nas guerras contra a Bechinalândia, a Zuzulândia, etc., na África; dobram a China por meio da guerra do ópio (1.840); enforcam liberalmente seu rei e, liberalmente, põem outro em seu lugar; os neoliberais ingleses, enfraquecidos depois da II guerra mundial, fazem a guerra das Malvinas em parceria com os Estados Unidos, privatizam empresas estatais e anulam várias conquistas dos trabalhadores. [...].[4]

Fica-nos claro o papel político, mas também, o econômico e o belicoso do Estado capitalista no século da social democracia e do presente momento neoliberal e nos oferece a chave para desvendarmos o período do liberalismo clássico. A primeira das despesas é com a *Defesa*, em seguida, com a *Justiça*, baseada na propriedade privada e como decorrência na desigualdade social entre os homens, chegando a afirmar de forma convicta, que:

Por cada homem rico, haverá, pelo menos, quinhentos homens pobres, e a prosperidade de uns poucos pressupõe a indigência de muitos. A prosperidade dos ricos provoca a indignação dos pobres que muitas vezes são levados pela necessidade e influenciados pela inveja a apropriar-se dos seus bens. E é só com a proteção do magistrado civil que o dono de sua valiosa propriedade, adquirida com o trabalho de muitos anos ou, talvez de muitas gerações, poderá dormir com segurança.[5]

O terceiro aspecto a que Smith faz referência é a despesa do Estado para com serviços ou mesmo instituições que possam não interessar a uma ou várias unidades de capital, como por exemplo, "a criação e a manutenção dos serviços públicos que facilitam o comércio de qualquer país, (...), boas estradas, pontes, canais navegáveis, etc, exigirão variadíssimos níveis de despesas nos diferentes períodos da sociedade" (Op. Cit, p.335), a educação, para Smith, também é parte de tais despesas. Trata-se de Estado, que na sua origem subsume a dimensão pública à esfera privada em benefício da última. E ao perscrutarmos esta obra e no período presente vemos que há uma linha de continuidade: as mudanças na forma de Estado estão sempre a serviço do capital e do trabalho alienado. As modificações das esferas públicas e privadas mantém relação direta com a realização do valor na esfera da circulação de mercadorias, o que teria levado Marx dizer, que a burguesia necessita revolucionar-se sempre para manter-se, do que parece decorrer a expressão de um intelectual dos nossos dias, de que mais do que nunca: "o vício faz elogio à virtude". E dada a crise do keynesianismo, mais do que nunca o setor de serviços deve ser a todo custo social estendido, no atual contexto de universalização do capitalismo e de deslocamentos do capital para esferas sociais outrora organizadas por meio da racionalidade pública, como é o caso da educação, particularmente da educação superior. A *Folha de São Paulo* de 18 de outubro do corrente registrava, que o "ensino superior no Brasil vive um boom sem precedentes, impulsionado pela expansão da rede particular, em um processo considerado desordenado pelo atual governo". E, que segundo dados do "Censo da Educação Superior 2002, divulgados ontem em Brasília, apontam que nos últimos cinco anos foram criados quatro novos cursos por dia".

Isto faz com que o horizonte de possibilidades das negociações na OMC sobre o *Acordo Geral de Comércio de Serviços* diretamente relacionado ao GATT torne-se muito negativo para quem entende a educação em particular a educação superior como um direito e um instrumento de construção cultural de identidade política e de soberania dos países e que não a admitem na condição de mercadoria regida pela *Extended Order*: o fundamento último da universalização do capitalismo e do ultraliberalismo econômico.

Este é outro ponto alto desta contribuição das obras de Campos, embora as teorias e a expressão decorrente delas (política econômica) sejam devidas à herança de Keynes, a intervenção do Estado no domínio do econômico sempre

Opinião

esteve presente no capitalismo. Assim, o bom e velho fundo público, que toma sua forma institucional no século XX, parece estar nas características intrínsecas do capitalismo – o que contribui, como escreveu Luxemburgo e Lênin, para o oportunismo da social democracia – e para produzi-lo é necessário o departamento produtor de *não-mercadorias*. Esse é o núcleo ideológico da teoria keynesiana, que é, senão, outra forma histórica de uma teoria geral sobre a reprodução social da vida humana no *capitalismo*. Na *A Crise da Ideologia...* , embora a crítica tome a obra de Keynes o foco, para além dela, é o capitalismo como um todo nas suas diferentes fases, do que se depreende a potência crítica da obra de Campos, um legado, ainda pouco explorado na academia e na política para a crítica do perverso momento em que vivemos, particularmente para educação superior e sua condição de serviço como qualquer outra mercadoria do departamento III, com o objetivo de alargamento do setor de serviços e para fingirmos senão por mais cem anos, por mais alguns, dependendo da correlação entre as forças políticas de Davos e de Porto Alegre. O que impõe muita responsabilidade política para o Fórum Social Mundial a realizar-se na Índia no próximo ano.

Por outro lado, é importante destacarmos algumas transformações neste período, analisado por Campos, que se estende, aproximadamente, de 1870 a 1910, quando a modernidade parece sofrer uma transição com graves conseqüências. A população dos Estados Unidos sofreu um aumento de 132%, proporcionalmente, a classe trabalhadora aumentou ainda mais, passando de 3.5 milhões para 14.2 milhões. O número de assalariados em 1849 era de 957 mil, aumentando progressivamente para 4.2 milhões em 1914; depois para 7 milhões já em 1917. Também nesse momento são fundados os primeiros sindicatos: Cavaleiros de São Crispin, A Nobre Ordem dos Cavaleiros do Trabalho, que chegou a ter 700 mil filiados. Na década de 1880 surge o Partido Socialista e em seguida o Partido Comunista. Em 1905, foi fundada a *Industrial Workers of the World* (IWW) que se associou a outros clubes e outras entidades da sociedade civil pregando a luta de classes e o socialismo nos Estados Unidos. Há, por outro lado, uma superprodução de capital produzida nos primeiros momentos do capitalismo monopolista por meio da superexploração, que, ato imediato, transformou a aparência dos países que mais sentiam tais mudanças. Movimentos revolucionários surgem no México, na Europa Oriental e na Rússia. Tais eventos marcavam uma mudança estrutural no processo civilizatório burguês, dada a sua própria racionalidade como no plano teórico analisou Lauro Campos, com agudez nas suas obras que nos serviram como referência para a análise do setor de serviços e a potência de seu devir na *Organização Mundial do Comércio*. John Reed, que foi jornalista, escritor e apaixonado pela causa socialista, não deixou de sentir e de traduzir esses fatos concretos para a literatura, além de cobrir quase todos esses eventos. Em um de seus livros, de forma sensível, auto-analisando-se e comparando-se com o que ocorria no mundo, escreve em 1917:

Estou com 29 anos, e sei que este é o fim de um período de minha vida, o fim de minha juventude. Às vezes me parece também **o fim da juventude do mundo; certamente a Grande Guerra mexeu com todos nós**. Mas este é também o início de uma nova fase da vida, e o mundo em que vivemos está tão cheio de mudanças rápidas, cores e significados, **que não posso deixar de imaginar as esplêndidas e as terríveis possibilidades da época que está por vir.** Passei os últimos dez anos indo e vindo de um lugar a outro, bebendo da fonte da experiência, lutando e amando, observando, ouvindo e provando coisas. Viajei por toda Europa, para as fronteiras do Oriente e para o México, vivendo aventuras, vendo homens mortos e mutilados, vitoriosos e sorridentes, visionários e bem-humorados. **Durante minha vida, vi a civilização mudar, se estender e se suavizar; e a vi se destruir e se esfacelar na explosão da sangrenta guerra.**[6]

Lauro Campos[7] , tal como Reed traduz literariamente no excerto acima, nos mostra com clareza, que depois da Crise de 1929, o capitalismo entrou na fase *Thanática*, no que se refere ao ser humano, faz isso ao nos mostrar o núcleo ideológico das teorias de Malthus e Keynes. Para o autor, a intervenção do Estado por meio de investimentos em *não-mercadorias* e em serviços improdutivos é a forma pela qual o problema axial do capitalismo, a insuficiência de demanda efetiva é temporariamente resolvida dando início à *economia política do não*: a não-produção de riqueza, o não-desenvolvimento, o não-emprego, o trabalho não produtivo, ou seja, tem início a artificialidade da economia capitalista e a destruição do processo civilizatório burguês por meio da mercantilização da esfera social da cidadania e da educação pública, isto é, dos direitos sociais e da guerra. Reiterando o que Lauro Campos já analisou, um fundo público é produzido para a manutenção do capitalismo desde então, não só no plano da economia, mas, sobretudo, no âmbito da construção do macroacordo social, isto é, na produção ideológica para a continuidade do capitalismo, como transparentemente afirmou Keynes. Trata-se da criação da cultura da social democracia pela via da *não-mercadoria*, do Estado consumidor e destruidor, para que se possa *fingir mais cem anos*. Ao fazer esse movimento, nos mostra outro, o da esfera social da cidadania, que de modo artificial, operacionaliza seu alargamento por meio das políticas do Estado de Bem Estar, fazendo do Estado a instituição social central para a expansão do mercado, portanto, de redução da diferença de ritmos de aumento da produção e do consumo (daí a necessidade do alargamento do setor serviços, por exemplo, com a transformação da educação superior em mercadoria, como de forma draconiana reza o GATT, com a força política da OMC, por meio da concretização do AGCS), mas não eliminando as possibilidades e, mesmo, a realidade das crises capitalistas: subconsumo, realização, sobreacumulação de capital, baixa da taxa de lucro, dívida pública e desproporção.

Nesta fase *thanática*, o cidadão torna-se um usuário do Estado em vez de sujeito político, como na fase *erótica* já desde da segunda metade do século XVII, quando da vitória de Guilherme de Orange sobre seu sogro Jaime II, em 1688 por meio da *Revolução Gloriosa*, desembarcando em solo britânico e tendo em seu estandarte os dizeres *"Em defesa da Liberdade, do Parlamento e do Protestantismo"*. Estavam postas as condições econômicas para o capitalismo legitimadas pelo Liberalismo e consolidava-se a tolerância religiosa. Na expressão de Campos (2001), a fase de *Eros* do capitalismo iniciara e com ela um novo processo civilizatório com a presença de instituições sociais com autonomia relativa quanto ao Estado e mais progressista do que o regime monárquico absolutista dos *Stuart*, ainda que já trouxesse, em potência, a fase *thanática* dessa forma de produção da vida humana: o capitalismo.

O *modo de produção* capitalista, portanto, necessita constantemente de transformações imprescindíveis para sua própria manutenção. A partir de 1929 a reprodução do capital se faz por meio da produção improdutivo-destrutiva, com destaque especial "para a negação sistêmica do homem: a guerra".[8] O Estado, nesse sistema, ocupa lugar central e, portanto, ainda que com autonomia relativa sobre as classes sociais - mostrando-se como representante de todas elas e de seus segmentos -, orienta, induz ou faz tais transformações no âmbito da produção, da economia, da política e da cultura.

Pois, ainda que o público derive do privado, e a ele se submeteria, como o queria Locke, a compreensão da abrangência e da definição dessas esferas depende diretamente do movimento das relações sociais de produção, que, por sua vez, constituem-se a partir da racionalidade do atual *modo de produção*: ao capitalismo, como bem mostra Campos nestes seus livros, interessa a utilidade, não a justiça. Os espaços públicos e privados são fluidos, mas distintos e relacionados entre si. De toda forma, o entendimento do público e do privado no capitalismo e de seu movimento somente se pode dar com a compreensão do movimento do capital e das crises do capitalismo, que instalam novos modos de conformação do público e do privado, que redesenham as relações entre o Estado e a sociedade; e inauguram novos paradigmas políticos alargando ou estreitando os direitos sociais e a possibilidade concreta da existência. Razão direta para as reformas educacionais em nível planetário desde o início da década de 1990 na direção de transformar a educação em serviço, de mudar a identidade das instituições educacionais em qualquer nível. Aqui, nesta visada de largo prazo, encontram-se as maiores razões de nossos medos e de termos como um alerta muito assustador as assertivas de Wallerstein em agosto de 2003, no Rio de Janeiro, como já indicado. Assim, a compreensão das mudanças no conteúdo histórico da cidadania e de paradigmas políticos, como se vê no Brasil nas últimas décadas, de forma exemplar, somente pode ser feita no contexto de redefinição das esferas pública e privada, especialmente, em momentos de crise e mudança do capitalismo, como com muita acuidade, nos mostra Lauro Campos nestes livros e nos permite compreender que a transformação da educação superior é algo mais concreto e iminente do que podemos ver de pronto no âmbito da Organização Mundial do Comércio e está a exigir muito mais dos movimentos sociais, do movimento sindical, dos partidos políticos, das associações científicas, etc como claro se pode ver na análise feita até agora. O momento histórico do capitalismo em sua fase concorrencial atinge seu ocaso no fim do século XIX em função de sua racionalidade autofágica anteriormente delineada tal como propõe Marx, e a burguesia assume o poder político, bem como estabelece o seu ordenamento jurídico formal, abstrato e fundado no jusnaturalismo como já anunciavam os dizeres do estandarte de Guilherme de Orange. No entanto, diante da crise que se instaura intensiva e extensivamente no período referido, tendo como marco histórico o ano de 1929, a linha de desenvolvimento da totalidade social, que tem como esfera fundante a economia, altera-se impondo mudanças estruturais para a continuidade da

Opinião

autofagia social produzida pela coisificação do homem e a destruição do próprio processo civilizatório construído no capitalismo. Um novo tempo se inaugura denominado fordismo, talvez, por um algum economista inspirado em Gramsci, que tem o Estado de Bem Estar Social como instituição central na sua nova forma fenomênica.

No âmbito econômico, o fordismo pode ser caracterizado como um modelo estruturado em uma base produtiva com tecnologia rígida, com produtos homogêneos e a produção realizada em larga escala. Na esfera do consumo, o correspondente à produção em massa, é o consumo em massa e, nesse sentido, a propositura keynesiana foi a contratação, pelo Estado capitalista, de trabalhadores improdutivos-destrutivos a fim de realizarem as mercadorias que a distribuição capitalista impedia, dado que a demanda é insuficiente porque é capitalista. A demanda estatal será fundamental para garantir de forma complementar e substantiva a eficiência marginal (fictícia) do capital, assim como, ancilarmente, a demanda de bens de consumo duráveis feita pelos trabalhadores do terciário. Assim sendo, o motor da economia capitalista passa a ser os setores vinculados à produção de não-mercadorias diminuindo, portanto, relativamente, a produção de mercadorias. Nos países hegemônicos tem que haver uma diminuição do capital produtor, pois:

o capital deve conservar-se bastante escasso para que sua eficiência marginal seja pelo menos igual à taxa de juro [...] Se, em tais circunstâncias, partimos da posição de pleno-emprego, **os empreendedores terão naturalmente prejuízo se continuarem a oferecer emprego numa escala que utilize a totalidade da existência de capital.**[9]

E, duas páginas depois, complementa:

O dia em que a abundância de capital virá a interferir com a abundância de produção pode ser recuado na medida em que **os milionários encontrem satisfação em edificar vastas mansões para nelas morarem enquanto vivos, e pirâmides para se recolherem depois de mortos, ou, arrependidos dos seus pecados, levantem catedrais e dotem mosteiros ou missões no estrangeiro. "Abrir buracos no chão"** à custa da poupança, não só aumentará o emprego como também a renda nacional em bens e serviços úteis. [10]

Na esfera política, o Estado do Bem-Estar Social caracteriza-se pela realização de um compromisso de classes produzido a partir de políticas e legislação sociais, com a função de garantir a demanda comprimida pela distribuição capitalista da renda, isto é da intervenção do público sobre o privado, em benefício deste último por meio do *departamento III produtor de não-mercadorias*. A reprodução ampliada desse processo socioeconômico está, como se pode aparentemente depreender desta breve caracterização, centrado na esfera da política, de modo específico, na estrutura e funções do Estado. Nesse caso: o Estado de Bem-Estar Social. O papel deste é analisado por Lauro Campos (2001) em outra obra bastante relacionada com *A Crise da Ideologia Keynesiana*:

[...] o assalariado está excluído do consumo, a não ser enquanto este reproduz sua força de trabalho como realidade histórico-social. O governo keynesiano passa a consumir, no lugar do assalariado, aqueles valores de uso que o assalariado não pôde consumir e no lugar dos consumidores não capitalistas: também estes podem ser parcialmente excluídos, porque a demanda "autônoma" do governo garante a valorização do capital objetivada em não mercadorias, não-meios de consumo. (p.37)

Por intermédio das políticas publicas, o Estado de Bem-Estar Social exerce um papel econômico, político, jurídico e ideológico no processo de reprodução social do capital que é de fundamental importância. Para ajustar, conforme a teoria de Keynes, a oferta em larga escala à demanda tornou-se absolutamente necessário o aumento exponencial do déficit público, por meio da hipertrofia do processo de acumulação de capital fundado no fantástico desenvolvimento do DIII relativamente aos departamentos produtores de meios de consumo e de meios de produção. No momento atual, há a necessidade dessa continuidade, com uma ruptura no mesmo movimento, tal alargamento é controlado por alguns Estados, porém é realizado no âmbito do mercado, como por exemplo, o grande interesse dos fundos de pensão na educação superior tomada como investimento. No período anterior, o Estado, então, torna-se consumidor estratégico para a valorização do capital garantindo tanto as condições materiais de reprodução do capital, quanto às condições sociais de reprodução das classes sociais em luta. Neste momento o mercado orienta o Estado a normatizar o processo de alargamento desse setor e da educação superior, possibilitando transformá-la de direito social em mercadoria do setor terciário.

Na fase positiva, de taxas de acumulação crescentes, de aumento do emprego, de taxas de lucro em ascensão o *well/warfare state* administrava despótica e autoritariamente, sob capa democrática, a relação, o "compromisso de classes" produzindo, dessa forma, no século XX, um macroacordo social, que inexoravelmente estava fadado a crises, que depois que eclodiram, impuseram o enxugamento da cidadania e dos direitos sociais, particularmente da educação superior.

Por outro lado o momento atual, momento de ruptura das relações sociais de produção, apresenta, com clareza, o conteúdo negativo tão bem envelopado por Keynes e genialmente descortinado por Lauro Campos nestes livros. Ora, o panorama internacional nos apresenta um quadro nada alentador: bombardeamento de populações e países pela maior potência mundial como foram os casos do Afeganistão e Oriente Médio nas últimas décadas. A economia norte-americana atingiu 5% de taxa de desemprego no primeiro quadrimestre deste ano, a Alemanha e a França - com 10,7% e 9,3% respectivamente. A Espanha detém o recorde europeu com 11,9% da população ativa desempregada no mesmo período. Segundo a OIT: há três bilhões de pessoas, ou seja, metade da população do planeta se encontra na pobreza com uma renda de menos de dois dólares por dia sendo que a quase totalidade mora nos chamados países em desenvolvimento.

Nas economias semi-integradas, retardatárias a crise da ideologia e economia keynesianas se manifesta de forma mais virulenta. No caso brasileiro, depois de oito anos de neoliberalismo com o governo FHC, o poder passa a ser empalmado pela esquerda que defendia idéias antípodas ao governo Fernando Henrique Cardoso. O proclamado governo popular cede às determinações do capital internacional em crise e, nesse sentido, suas políticas assumem, definitivamente, o processo da destruição das conquistas da classe trabalhadora. Agora, no poder, os "homens do presidente" propugnam pelo discurso único, numa sociedade lacerada pelas contradições inerentes à dinâmica capitalista em agonia. A proposta é a asséptica, neutra, afastando o povo em nome de soluções "mais adequadas tecnicamente", É claro que:

Reconhecível, apesar de escondida, a velha "direita" está lá para recolher os pedaços da ideologia de esquerda. A imagem do tecnocrata vem desta última. A esquerda parece pensar que o reino da técnica advirá graças a ela. Segundo ela, os homens de direita que prometem eficácia técnica não querem e não podem realizar suas promessas: planificação, satisfação de necessidades sociais, racionalização da vida social, internacional e nacional, etc. À esquerda cabe preparar a entrada na terra prometida. As duas tendências entraram em acordo sobre uma representação: o mito da tecnocracia. É que nada parece mais com a imagem de um "tecnocrata de esquerda" que a de um "tecnocrata de direita". [11] (Tradução livre feita por Carlos Lima).

Nesse sentido, como nos fica claro neste trabalho, que a utilidade característica do capitalismo impôs com força para o governo popular democrático em sua prática a orientação do pragmatismo como filosofia política – e a prática é o único lugar onde a verdade e a falsidade das proposições são demonstradas. A política neoliberal do período anterior parece repetir-se de forma atualizada, com o agravante de que os mecanismos macroeconômicos possuem automatismos que aprofundam e agudizam as contradições do tecido social brasileiro esgarçado. A taxa de morbidez em termos de crianças abandonadas e carentes só tem aumentado. A taxa de investimento produtivo tem, no atual governo, despencado. A taxa de juro continua explosiva alimentando a *auri sacra fames do setor bancário* diminuindo, sobremaneira, o poder aquisitivo da população brasileira por demais depauperada. O poder paralelo se desenvolve nas metrópoles como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Minas Gerais[12] etc. A taxa de desemprego é recorde histórico chegando a 13%, segundo IBGE.

O Estado capitalista oculta ideologicamente a negatividade intrínseca à dinâmica capitalista no seu estágio senil, pois, o DIII (produção de não-mercadorias) que era a negação da riqueza elementar da sociedade burguesa (produção de mercadorias) entra em crise. A emissão de *state money*, o déficit público como políticas que propiciaram a dinamização do Estado do Bem-Estar Social se inverteram. A crise da relação capital e trabalho explode por todos os poros da sociedade. O custo de reprodução do capital é cada vez maior: as dívidas públicas interna e externa, a dívida social, o desemprego alarmante, os sem teto, sem saúde, sem educação, sem perspectiva, sem...

Portanto, é inegável que o Estado autoritário e despótico produziu, neste "breve século XX", o grande macroacordo social, o século da social-democracia, quando os capitalistas internalizam, como privado, aquilo que é público, numa espécie de *neopatrimonialismo*, que, agora, se expressa no Estado mínimo neoliberal e na privatização dos direitos, especialmente na educação, com destaque para o seu nível superior, com base em um novo pacto social produzido pelas políticas públicas e pela formação de um novo ser social: o cidadão mínimo: útil, só e mudo. A educação superior tornada mercadoria por meio do AGCS/GATT na Organização Mundial do Comércio é o ápice desse processo e acentua as contradições entre as forças de Davos e de Porto alegre. Isso nos deve preocupar muito, pois, se não superarmos tais contradições, caminharemos para o caos como afirmou Wallerstein em agosto de 2003 no Rio de Janeiro.

* Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.
** Professor da Universidade de Brasília.

[1] Este artigo é a continuidade do artigo "A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO" publicado no último número desta Revista, pelos mesmo autores.

[2] Como qualquer leitor assíduo de jornal pode perceber o paradigma em ação, que são os Estados Unidos da América em suas últimas ações belicosas internacionais.

[3] KEYNES, J.M. *Essays in Persuasion*, The Norton Library, 1963, p. 372.

[4] CAMPOS, Lauro. *O PT frente à crise do capitalismo*, BSB, 1991, pp. 23-4.

[5] Smith, Adam. *Riqueza das nações*. V.2. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p.318.

[6] REED, John. Quase Trinta. Em: *Eu Vi Um Novo Mundo Nascer*. São Paulo : Editora Boitempo, 2001, p.23, grifos nossos, escrito em 1917.

[7] CAMPOS, Lauro. *A crise completa – a economia política do não*. São Paulo: Boitempo, 2001.

[8] "Da mesma forma, a produção que produz o homem passa a produzir o não-homem, a negação do ser humano, até produzir sua negação sistêmica e necessária: a guerra". *A crise completa*.... p. 14.

[9] KEYNES, J.M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*, Brasil/Portugal, Fundo de Cultura, 1970, p.209. Grifos nossos

[10] Ibid. p. 211. Grifos nossos.

[11] LEFEBVRE, H. *Vers le cybernanthrope*, Paris, Denoël/Gonthier, 1971, p.22.

[12] Veja *Folha de São Paulo* de 5 de novembro de 2003, em que se pode ler sobre o estado psicológico dos policiais diante de tantas mortes realizadas pelo poder paralelo no centro de São Paulo ema Baixada Santista.

UFRJ

UFRJ debaixo de água

Fotos Kelvin Melo

'VARAIS' FORAM IMPROVISADOS PARA ACELERAR O PROCESSO DE SECAGEM DOS LIVROS

Instituto de Matemática foi a Unidade mais prejudicada

O temporal que varreu a cidade no início da semana passada causou problemas em toda a universidade. Na reitoria, por exemplo, telhas foram arrancadas pelos fortes ventos. No hospital universitário, que já vive o drama do risco de desabamento na chamada "perna seca", algumas vidraças foram quebradas. Pelo *campus* do Fundão, várias árvores ou galhos tombaram e, até o fechamento desta edição, ainda não haviam sido removidos.

Mas, sem dúvida alguma, o Instituto de Matemática foi a Unidade que mais sofreu. De acordo com os relatos feitos pelos decanos Cláudio Baraúna, do Centro de Tecnologia, e Ângela Rocha, do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, no Conselho Universitário de 27/11, uma árvore teria caído sobre uma telha e acabou atingindo um cano que se rompeu. A água jorrou durante horas entre a noite do dia 25 e a manhã do dia 26 e ficou acumulada principalmente nos blocos B e C do CT. Resultado: algumas salas de professores das Engenharias foram inundadas e a Biblioteca Central, no segundo andar do bloco B, está interditada. Mas o pior sobrou mesmo para o Instituto de Matemática, no térreo do bloco C. As salas dos docentes também foram inundadas, a biblioteca do instituto foi bastante atingida (principalmente nos setores de periódicos e de obras raras) e os equipamentos do Laboratório de Informática da Graduação (LIG) precisaram ser desmontados e removidos para outra sala para secagem. De acordo com o professor Nelson Quilula, que é conselheiro da Adufrj-SSind do Instituto de Matemática, ainda não dá para calcular os prejuízos com os computadores, pois ainda estavam em processo de secagem e, portanto, nem foram ligados para ver o que funciona e o que não funciona.

Nelson divide uma sala do bloco com o professor Luis Paulo Vieira Braga, que também é conselheiro da Adufrj-SSind. O local foi bastante atingido. O computador está desligado e coberto, os livros foram empilhados em mesas no centro, pois as estantes ficaram arruinadas pela água. Um ventilador permanece ligado o tempo inteiro para minimizar o cheiro da madeira molhada.

Na biblioteca local, só a criatividade pode salvar obras importantes. Além do esforço de remoção dos livros das alas que ainda sofrem com o pinga-pinga, foram improvisadas algumas "estufas" para secar os mais molhados. Também foram montados alguns "varais" de livros, que atravessavam toda a biblioteca, para acelarar o processo de secagem. De acordo com a bibliotecária Samantha Pontes, ainda não se dá nada como perdido, por enquanto.

Demora

O diretor do instituto, Waldecir Bianchini, estava revoltado também com a falta de iniciativa que permitiu que o vazamento durasse tanto tempo. Segundo ele, um guarda ficou sabendo do problema no meio da madrugada, mas ficou aguardando um superior que aguardou outro e outro, até que fosse finalmente dada uma ordem para fechar o registro de água, que fica em uma sala trancada do bloco A do CT. E o detalhe é que as inundações não são novidades para o instituto: em 1997 e 2000, a Unidade já sofreu muito com vazamentos gigantescos, sem falar em alguns incidentes de menores proporçoes. Outro professor do IM, Bruno Scárdua, ao avistar a reportagem da Adufrj-SSind, fez questão de passar um CD-ROM com fotografias tiradas por alunos na manhã seguinte ao desastre. Ele também estava indignado: "Se fosse um incêndio, nós estaríamos caminhando sobre cinzas", disse.

COMPUTADORES DA GRADUAÇÃO DO IM FORAM TRANSFERIDOS PARA UMA SALA NÃO ATINGIDA

Sistema de emergência

A decana do CCMN, Ângela Rocha, cobrou da reitoria um sistema de emergência qualquer para a universidade. Segundo ela, um corpo de funcionários especialmente treinado e de plantão poderia ter tomado decisões que impedissem um prejuízo maior ao instituto. O decano do CT, Cláudio Baraúna, também lamentou o ocorrido e argumentou que não houve apenas um problema de manutenção. "Foi uma fatalidade. Nós fizemos o possível", disse. Ele comentou ainda que já havia solicitado, há muito tempo, a poda da árvore que causou o rompimento do cano.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 120 • 8 de dezembro de 2003

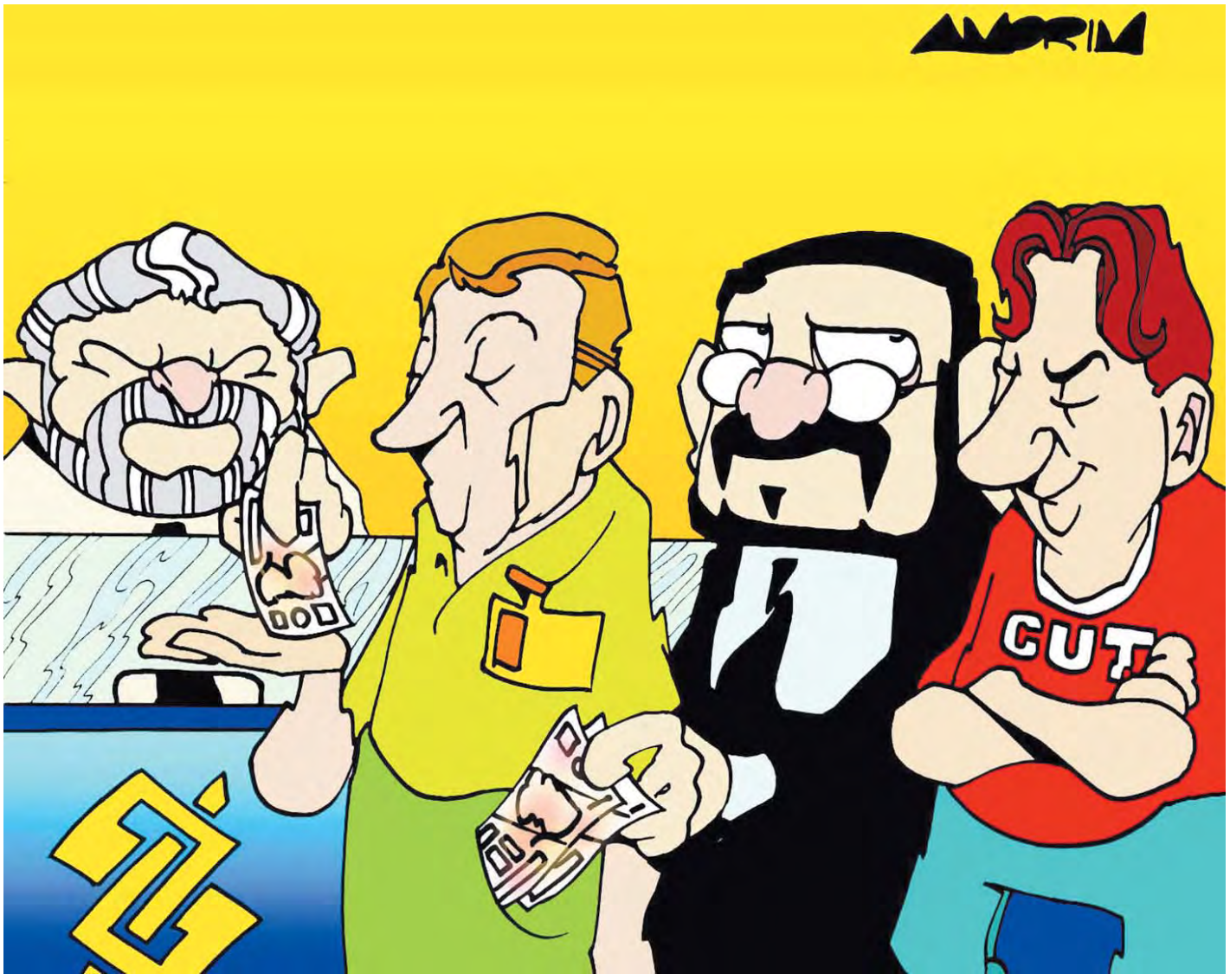
Ação da Adufrj-SSind garante 13º sem desconto do PSS
Página 3

Nova avaliação do MEC é pior do que a atual
Página 4

Opinião:
Sobre a reforma sindical e trabalhista
Marcelo Badaró
Página 7

Assembléia aprova duas novas ações
Página 8

Economista diz que Alca é suicídio para o Brasil
Página 12



Governo oficializa agiotagem

Nove anos amargando perdas salariais, os servidores públicos federais se vêem obrigados a recorrer, com freqüência, a empréstimos bancários. Sem a menor consideração com a situação do funcionalismo, o governo Lula decide engordar o caixa dos sistemas financeiros nacional e internacional, estabelecendo um acordo com a Central Única dos Trabalhadores para "oferecer" mais financiamentos aos trabalhadores, a juros "menores do que os aplicados pelo mercado". Reajustes salariais e aumentos reais, como determina a Constituição Federal, nada! Aos bancos, tudo.

Leia mais nas páginas 6 e 7

Nacional

Brasil vai a leilão

Durante essa semana, em reunião na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washignton (EUA), o ministro do Planejamento, Guido Mantega, dá mais uma amostra do rumo que tomou o governo Lula. Põe a "leilão" o que ainda resta do patrimônio público do país. Para maior entendimento dos movimentos palacianos, recomendamos a leitura da matéria abaixo, reproduzida da versão eletrônica do Jornal Valor Econômico, de 4/12/2003

Fundo da PPP terá ações da Petrobras e da Vale

Tatiana Bautzer *

Ações da Petrobras e do Banco do Brasil hoje nas mãos do Tesouro serão os principais ativos alocados pelo governo para garantir o pagamento a investidores nas Parcerias Público-Privadas (PPP). Também podem entrar no fundo, que será criado pelo projeto de lei em tramitação no Congresso, ações da Vale do Rio Doce da carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Esse fundo fiduciário não será nem administrado pelo governo, ficará a cargo de um dos bancos públicos. Se o investidor não receber os recursos poderá ter acesso ao fundo", explicou o ministro do Planejamento, Guido Mantega, que apresentou ontem alguns projetos a investidores e representantes de bancos em Washington.

Os investidores já sinalizaram que preferem ativos líquidos como ações de empresas de primeira linha, mas é possível que no futuro sejam incluídos neste fundo outros ativos como patrimônio imobiliário do governo. O fundo só será acionado se não houver recursos do governo para pagamento da remuneração ao investidor. Os pagamentos aos investidores terão prioridade em relação a outros investimentos do governo, mas não em relação a gastos constitucionais (educação, saúde, previdência e folha de pagamento).

Cerca de 100 pessoas assistiram à apresentação do ministro num auditório na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre eles representantes das seguradoras de risco político como OPIC (*Overseas Private Investment Corporation*) e MIGA (*Multilateral Investment Guarantee Agency*), agências como *Fitch Ratings* e bancos como o *Eximbank*, de financiamento a exportações. Entre os investidores presentes estavam a *Bechtel* (empresa de construção que ganhou contratos para reconstrução do Iraque), *Wabtec Railway*, *Centennial Energy* e *Prisma Energy International*.

A vice-presidente do *Eximbank*, April Fowley, procurou o ministro para dizer que o banco está disposto a ajudar no financiamento da venda de bens de capital americanos para os projetos. Participou da apresentação Arnold Weiss, vice-presidente da *Emerging Markets Partnership*, um dos maiores investidores em infra-estrutura em mercados emergentes.

O fundo tem cerca de US$ 300 milhões em investimentos no Brasil. Weiss acredita que seguidas crises em mercados emergentes reduziram o capital disponível para investimentos em infra-estrutura, mas diz que projetos com alta rentabilidade seguirão atraindo recursos.

O ministro do Planejamento prevê um investimento total nas PPP de cerca de US$ 100 bilhões nos próximos 4 anos, fazendo uma estimativa "conservadora" de uma participação modesta de recursos privados, de US$ 12 bilhões até 2007. Depois da apresentação no BID, o ministro teria um encontro com o sub-secretário do Tesouro dos EUA para assuntos internacionais, John Taylor, para conversa informal sobre o programa de investimentos.

Agenda Sindical

8/12 - Reunião da Coordenação da Campanha Contra a ALCA
São Paulo (SP)

7 e 11/12 – 12ª Conferência Nacional de Saúde
Brasília (DF)

10/12 – Reunião do GT Política de Formação Sindical do Andes-SN
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

12/12 - Reunião do GT Política Educacional do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

19/12 - Reunião do GT História do Movimento Docente do Andes-SN
Brasília (DF) - sede da AdUnB-SSind

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

4 a 9/03/2004 - 23º Congresso do Andes-SN
Salvador (BA), com o tema central: Superávit Fiscal e Déficit Social: Reforma da Educação, Privatização e Arrocho Salarial

25, 26 e 27/03/2004 – II Congresso Estadual de Educação
Rio de Janeiro (RJ), Uerj

1 a 4/04/2004 – Fórum Mundial de Educação
São Paulo (SP) - Palácio das Convenções do Anhembi

2 a 5/05/2004 – 5º Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

Anote: nos últimos dias 5 e 6 de dezembro, realizou-se em Brasília uma reunião do Grupo de Trabalho Seguridade Social do Andes-SN, na sede do Sindicato. Como representante da Adufrj-SSind, o diretor José Miguel Bendrao Saldanha participou do GT.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Ação da Adufrj-SSind garante 13º sem desconto

Reitoria cumpre decisão judicial do PSS

Este ano, a reitoria da UFRJ cumpriu a ação da Adufrj-SSind que garante o não desconto do Plano de Seguridade Social do Servidor (PSS) sobre a gratificação natalina e o adicional de férias. Segundo informações prestadas à redação pela diretora de Pagamento da Pró-reitoria de Pessoal (SR4), Sueli Esteves Assumpção, os professores sindicalizados podem verificar que não foi processado o desconto do PSS sobre o 13º salário observando que no contracheque recebido em dezembro há a descrição, na parte de pagamento, da alínea denominada *Devolução* com o valor que seria descontado e, na parte dos descontos, está a descrição *PSS/Gratificação Natalina* referente ao desconto. "O desconto foi 'zerado' pela devolução", explica Sueli.

Histórico

Em 2001, a Adufrj-SSind obteve sentença judicial, em primeira instância, que declarou indevidos os descontos feitos para o PSS sobre o 13º e adicional de férias dos anos de 1999 e 2000. Com base na ação ganha pela seção sindical, a administração da universidade deveria ter restituído os valores descontados nestes anos, e não poderia ter aplicado o desconto em 2001 sobre o 13º e em 2002 sobre o adicional de férias, como foi feito. Em 2002, a UFRJ cumpriu a ordem judicial e devolveu os valores descontados em relação ao 13º salário, em folha suplementar.

Atualmente, o processo está na seguinte situação: a UFRJ apelou e o recurso da administração está nas mãos do desembargador Carreira Alvim, no Tribunal Regional Federal para apreciação. O julgamento do recurso da universidade, portanto, não tem data nem previsão de finalização. A UFRJ também recorreu da ordem judicial de cumprimento imediato através de um agravo de instrumento, que ora encontra-se com o desembargador Carreira, que não respondeu à instituição até o momento.

Segundo a assessoria jurídica da Adufrj-SSind, os valores descontados nos anos anteriores serão objetos de nova ação, quando houver decisão final, e a ação do PSS obtiver ganho de causa em todas as instâncias.

Jurisprudência

A advogada da seção sindical, Sayonara Grillo, informa, ainda, que não há uma jurisprudência firme em relação à matéria nos tribunais superiores (STJ e STF). "A única jurisprudência pacificada é quanto à cobrança da contribuição previdenciária do 13º salário dos trabalhadores da iniciativa privada, a qual o Supremo Tribunal Federal já decidiu e reiterou como sendo devida e constitucional a cobrança".

Nosso Bolso

Passivos trabalhistas na folha de janeiro

Em janeiro, a folha de pagamento referente a dezembro vai trazer, além dos vencimentos normais, as parcelas de dois passivos trabalhistas. O primeiro é o pagamento da décima parcela dos 28,86% que beneficia os servidores civis que assinaram o acordo com o governo. Os valores estão sendo pagos aos servidores em 14 parcelas, duas vezes ao ano, para compensar o reajuste concedido aos militares em 1993. Vale lembrar que, neste caso, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind recomenda aos sindicalizados para que mantenham as ações contra o governo, uma vez que os cálculos governistas reduzem os valores devidos aos servidores.

Também será paga a terceira parcela dos 3,17%, que é o passivo referente à diferença entre o reajuste de 25,94% concedido em janeiro de 1995 aos Poderes Legislativo e Judiciário e o de 22,07% concedido ao Poder Executivo. Esse passivo também está sendo pago em 14 parcelas, duas vezes ao ano.

As informações que constam do boletim eletrônico "Contato", editado pelo governo, foram confirmadas pela diretora de pagamentos da SR-4, Sueli Esteves Assumpção.

Anote

Natal do Fórum de Ciência e Cultura

O FCC convida a comunidade universitária para as apresentações neste final de ano:

8/12 – Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira, às18h30, na Praia Vermelha

12/12 – Cultura Popular na UFRJ, apresentação do Ballet Brasil da Ilha de Bom Jesus, às 11h30, Salão Dourado, no FCC, na Praia Vermelha.

17/12 – O Natal do Fórum vai ao Fundão. As Pastorinhas do Realengo, grupo formado por estudantes da UFRJ, se apresentam às 12h no Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão

A programação do FCC para dezembro inclui, ainda, outros eventos acadêmicos e culturais. Confira na página www.forum.ufrj.br. Todos são gratuitos.

5º Congresso Nacional de Educação

Lançado oficialmente no último dia 24 de novembro, o 5º Congresso Nacional de Educação será realizado entre os dias 2 e 5 de maio, na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife. O evento terá como objetivos: analisar a situação da educação brasileira em todos os níveis e modalidades de ensino; reorganizar fóruns estaduais em defesa da escola pública e consolidar o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública como o legítimo representante das entidades de classe, acadêmicas, científicas, sindicais, estudantis e movimentos sociais na defesa da educação pública. A referência dos trabalhos será o Plano Nacional de Educação: proposta da Sociedade Brasileira (não é o PNE do governo, fique bem claro).

I Jornada de Psicologia

Nos próximos dias 10 e 11 de dezembro, a Uerj e a UFRJ vão dividir a I Jornada de Psicologia Organizacional e do Trabalho, que terá como tema *"Um Olhar Psicossociológico sobre o Fazer Coletivo".* No primeiro dia, o evento ocorre na instituição estadual, localizada na Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Auditório 91, no Maracanã. No segundo dia, as atividades se realizam na UFRJ, no *campus* da Praia Vermelha, no Auditório Helio Fraga, no térreo do prédio do CFCH. Em ambas as universidades, a programação começa às 9h.

Almoço de confraternização

No dia 19 de dezembro, a partir das 13h, na Churrascaria Estrela do Sul do Norte Shopping, os funcionários, a diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind estarão realizando sua confraternização de fim de ano. Convidamos todos os professores da UFRJ para participar conosco deste evento. A churrascaria cobra pelo rodízio R$ 25,90 por pessoa. O Norte Shopping fica na Av. Suburbana s/n, em Del Castilho.

Compareçam!

Movimento

Novo 'Provão' é pior do que o atual

Nova proposta de avaliação foi apresentada ao Senado no dia 2/12

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, apresentou no último dia 2, em audiência pública no Senado, em Brasília, o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior (Sinapes). A intenção do ministro é substituir o antigo Provão, criado no governo de Fernando Henrique. Entretanto, como aponta uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN, professora Vera Jacob, a proposta, na realidade, não apresenta nenhum avanço concreto e, o que é mais crítico, agrava os problemas já apresentados pelo sistema anterior que, a exemplo do que ocorreu com a Reforma da Previdência, mantém a mesma lógica utilizada pelo governo FHC. O novo documento do governo traz ainda alterações em relação ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), divulgado em setembro à sociedade e descartado para apresentação ao Congresso. De fato, o texto de 12 páginas apresentado aos senadores, na semana passada, não faz sequer uma referência ao Sinaes.

Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior

Desta vez, o MEC apresenta como fórmula para justificar o Sinapes um grupo de indicadores o qual chamou de Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior (Ides), constituído por uma avaliação do corpo docente, dos alunos, da infra-estrutura da universidade e da responsabilidade social do curso. Esta proposta mostra que, além de acompanhar a lógica produtivista, não considera uma das máximas da universidade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, condição muito cara à universidade e que, historicamente, tem sido defendida pelo movimento docente, no Andes-SN. Com base no Ides, o ministério pretende classificar os cursos em blocos, ou seja, como bem avaliados, intermediários e não satisfatórios. A classificação não será mais nacional – os cursos serão agrupados por região, estado, número de habitantes da cidade onde se localizam, pelo tempo de fundação e credenciamento. Aponta-se ainda que, em casos especiais, uma comissão de avaliação a ser criada poderá destacar instituições com desempenho excepcionalmente bom ou com péssimo nível de desempenho.

Avaliação dos professores

Segundo a professora Vera, esse componente da avaliação segue a lógica produtivista tão presente no governo anterior. O detalhe, segundo a professora, é que, nas universidades públicas, não existe verba para o professor apresentar trabalhos em congressos, por exemplo. E muito menos bolsas para exercer sua capacitação, dando mostras da falta de empenho para tratar a questão central, a de financiamento.

Em vez de uma, duas provas

Em vez de uma prova, no final do curso, como acontece no atual Exame Nacional de Cursos (ou Provão), o agora denominado Exame Nacional de Desempenho do Corpo Discente prevê a aplicação de duas: uma no fim do primeiro ano, outra no final do último ano do curso. E será feita por amostragem (não mais para todos os estudantes), salvo exceções como turmas muito pequenas. As justificativas para as mudanças são a "busca da eficiência e a redução de custos", elementos norteadores tanto de discursos já passados, a exemplo do ex-ministro Bresser Pereira, como os atuais, no caso, o do ministro da Fazenda, Antônio Palocci.

Ou seja, para a dirigente do Andes-SN, o ministro não só não acabou com o Provão – que já era repudiado pelas entidades sindicais e estudantis da Educação -, como acrescentou mais um "exame" para os alunos.

Públicas vão ter que buscar recursos

Partindo de uma premissa segundo a qual as instituições de ensino superior atuam "sem o necessário envolvimento com a realidade do mundo, do país e de sua localidade", o novo modelo de avaliação aponta para a criação de um indicador de responsabilidade social que se apresenta como uma grande incógnita, em virtude da concepção de responsabiliade social que tem apresentado o atual governo. Neste novo sistema, além da pretensão de medir o desempenho da instituição, haverá um conjunto de compromissos da instituição e do curso a serem assumidos frente às questões que dependem fundamentalmente de financiamento, como a superação de "dificuldades"; contratação e remuneração de pessoal; melhoria das instalações físicas e laboratórios; ampliação do acervo bibliográfico. No caso de uma instituição particular, a responsabilidade sobre estes temas é do proprietário. No caso das instituições públicas, a professora Vera não acredita que a responsabilidade vá ficar com o poder público. "Para o governo, as universidades terão que se auto-sustentar, buscar recursos próprios", criticou.

Texto vago

Segundo a professora Vera Jacob, o texto apresentado aos senadores ainda está vago, pois o projeto de lei sobre o assunto ainda estava para ser enviado à Casa Civil. No entanto, pelos conceitos formulados, já é certo que o movimento docente deve se posicionar contrário ao novo projeto de avaliação do governo. "Querem implantar aqui o modelo do Chile, que acabou com a universidade pública gratuita. Foi por isso que o Paulo Renato (ex-ministro da Educação) elogiou o projeto", afirmou.

Para a professora Vera, a divulgação desse modelo de avaliação já prenuncia o que virá do grupo interministerial formado neste governo para fazer a reforma universitária, cujos resultados devem ser apresentados neste mês de dezembro.

Vera também criticou a forma como foi anunciado o novo modelo. Segundo ela, o ministro sempre disse que iria fazer a discussão sobre avaliação em conjunto com a sociedade. "Na verdade, ele deu um golpe em todo mundo. A proposta foi direto para o Congresso, sem passar pelos Conselhos Universitários e pelos sindicatos. E lá no Congresso, nós sabemos, não existe oposição para este governo", afirmou.

Resenha

Correção da tabela do IR

Os presidentes da CUT, Luiz Marinho, e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, José Lopez Feijóo, se reuniram com o presidente da Câmara, João Paulo; e o presidente e o vice do Senado, José Sarney e Paulo Paim, para cobrar a correção da tabela do imposto de renda ainda este ano. Feijóo disse que saiu das reuniões "com um sentimento de que será muito difícil a correção da tabela via Congresso. A solução será via pressão popular." A notícia é da assessoria de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Trabalhadores israelenses em greve

Nos últimos dois meses, estão sendo realizadas greves e mobilizações operárias pelo sindicato dos trabalhadores israelense (Histadruto). As mobilizações começaram com protestos que exigiam aumento salarial e lutavam contra as novas reformas impostas pelo governo sionista de Sharon. Como se não bastasse, o governo ameaçou reduzir drasticamente o salário dos trabalhadores. Em resposta a esta ameaça, o sindicato, no último dia 30 de novembro, declarou greve que paralisou inclusive quatro hospitais em Jerusalém (fonte: Opinião Socialista).

Chomsky a favor dos "radicais do PT"

O lingüista e ativista norte-americano Noam Chomsky assinou um abaixo-assinado organizado pelo jornal britânico "Socialist Resistance" (Resistência Socialista) em favor da permanência dos chamados "radicais do PT" no partido, ameaçados de expulsão por terem votado contra a reforma da Previdência no Congresso. Segundo os signatários do manifesto, ao expulsar os "radicais", o PT "perde a sua orgulhosa tradição de democracia, de pluralismo e tolerância". A matéria é da Folha Online (3/12).

Anote os novos telefones da Adufrj-SSind

3884-0701
2230-2389
2260-6368

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Movimento

Setor das Estaduais realiza Encontro em São Paulo

Movimento docente do Setor está mais organizado em SP, BA, CE e PR

Nos últimos dias 29 e 30 de novembro, foi realizado na Secretaria Regional São Paulo o II Encontro Nacional da Instituições Estaduais de Ensino Superior do Andes-SN. A diretora da Adufrj-SSind e vice-presidente da Regional Rio do Sindicato, Janete Luzia, acompanhou o encontro no dia 29 com o tema *Experiências de organização do Movimento Docente nos estados* Ao final do debate, a coordenação do setor das Estaduais elencou quatro estados brasileiros que possuem uma consolidada experiência de organização sindical no Andes-SN: São Paulo, Bahia, Ceará e Paraná.

Bahia

O Movimento Docente baiano tem o ano de 2000 como um marco. Antes deste período, havia apenas indícios de mobilização, isolados, tanto no que tange à organização das reivindicações, como para a construção da greve. O movimento docente nas estaduais da Bahia não tinha, ainda, se dado conta do peso destas Universidades.

Em junho de 2000 começa uma greve que durou mais de 60 dias e atingiu de imediato três universidades do estado. O maior saldo do movimento grevista foi político, pois a paralisação organizou as quatro universidades para lutar contra o governo do estado e encaminhar algumas propostas. A partir de 2001, foi iniciada a luta pela reestruturação da carreira. Em 2002, uma nova greve, desta vez unificada, teve a duração de cerca de 45 dias e a principal vitória foi uma carreira completamente reestruturada. O salário-base professor auxiliar 20 horas passou para R$ 300,00 (mais alguns 'penduricalhos').

Em outubro de 2003 foi decretada nova greve que conseguiu a adesão da Universidade do Estado da Bahia (UnEB) e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), ficando de fora a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uesf) e a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc). A pauta atual das estaduais na Bahia é composta pelas reivindicações de mais verbas para as universidades estaduais; plano de recomposição salarial; e a revogação da lei 7176.

Ceará

No Ceará, a maior dificuldade enfrentada pelas três estaduais (Estadual do Ceará, Regional do Cariri e Estadual Vale do Acaraú) é a distância entre as instituições e que, de acordo com o relato da professora Janete, o quadro apresentado é preocupante, porque o projeto de privatização está avançando nestas universidades. O corte no orçamento das instituições (que são ligadas à Secretaria de Ciência & Tecnologia, e não a da Educação) está favorecendo os movimentos de cobrança de taxas. Atraso no pagamento dos professores, privatização, cursos seqüenciais, ameaças a professores que participam de greves e financiamentos a projetos diretamente encomendados pelo mercado, têm sido os principais obstáculos a serem enfrentados pelo movimento docente nas estaduais do Ceará.

Paraná

Os docentes das estaduais do Paraná têm se organizado a partir do Comitê do Ensino Superior do qual participam também os alunos e funcionários. Este Comitê tem cerca de 15 anos de existência e a proposta é politizar a discussão do orçamento, que começou a ser debatido mais profundamente pelo Comitê em 2001, a partir da greve daquelas estaduais.

De acordo com o relato dos representantes das estaduais do Paraná, os anos do governo de Jaime Lerner no estado deixaram a certeza de que o Paraná vem sendo utilizado como um laboratório de experimentos de políticas do Banco Mundial.

São Paulo

Em São Paulo o movimento docente, filiado ao Andes-SN, se organiza no chamado Fórum das Seis e uma das preocupações é a aproximação com movimento dos estudantes. O Fórum das Seis propiciou uma articulação política que viabilizou métodos técnicos para controlar a arrecadação do estado de São Paulo. Assim, ao entrar em Mesas de Negociação, docente, funcionários e estudantes têm material suficiente para se contrapor aos argumentos do governo.

O exemplo da articulação das seções sindicais em São Paulo é emblemático para mostrar que não se consegue levar a luta pela defesa da universidade pública isoladamente. As decisões no Fórum das Seis são esgotadas até se atingir um consenso.

O Presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, esteve presente ao Encontro das Estaduais, e afirmou que o Setor das IEES é o que mais cresce no Sindicato e que é extremamente necessário que encontros como este ocorram novamente.

Documento aprovado pelo II Encontro das Estaduais do Andes-SN

Na luta pela defesa das universidades públicas brasileiras

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e suas seções sindicais das universidades públicas estaduais que assinam este documento, reafirmam a defesa intransigente das Universidades Públicas Brasileiras.

Defendemos a autonomia universitária nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, garantindo democraticamente as eleições diretas para os dirigentes das universidades e o financiamento integral destas por parte do tesouro dos Estados.

Rejeitamos qualquer tipo de intervenção dos governos estaduais e das oligarquias regionais nas universidades, seja por meio de nomeação de reitores e diretores biônicos ou da perseguição e do constrangimento aos direitos de organização sindical e de greve.

Defendemos uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada que participe intensamente da transformação da realidade alicerçando bases intelectuais e práticas para o desenvolvimento de melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Para realizarmos esses objetivos exigimos a valorização do trabalho docente, indissociável nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O exercício desses fins da universidade requer a capacitação permanente do docente e uma política salarial que permita a dedicação plena ao serviço público.

Condenamos os cursos de formação aligeirada, os cursos pagos e todas as taxas cobradas nas universidades porque entendemos que a educação é um direito de todos e um dever do Estado. O direito de estudar e o desenvolvimento de pesquisas científicas não podem estar subordinados à lógica da economia de mercado. Por isto, também condenamos qualquer forma de privatização das universidades públicas (fundações, centros de estudo, núcleos de apoio, etc) que transformam o conhecimento em mercadoria.

Estes são os princípios que orientam nossas ações. Estamos unidos e dispostos a defendê-los, porque dessa luta depende a independência do trabalho intelectual e o direito de todos à educação e a um futuro.

2º Encontro Nacional dos Docentes das IEES, São Paulo, 30 de Novembro de 2003.

ANDES-SN – Luiz Carlos G. Lucas - presidente
ADUSP; ADUNICAMP; ADUNESP; ADFAMEMA; ASDUERJ; SINDUEMG; ADUNIOESTE; SINDUEPG; ADUNICENTRO; SINDURCA; SINDUECE; ADCESPI; ADUEG; SESDUEG; ADUEPB; ADUPE; ADUSC; ADUSB; ADUFS-Ba; ADUNEB; ADUNEMAT; ADUEMS; SINDUEPA

Movimento

Governo oficializa agiotagem ao oferecer empréstimos

O acordo feito entre o Ministério do Planejamento e a CUT não foi aprovado pelas entidades que representam os servidores públicos

Desta vez, a equipe econômica do governo Lula se superou no quesito subordinação ao sistema financeiro ou, melhor, aos bancos. Não bastasse não ter oferecido nenhuma proposta de reposição salarial para os servidores públicos que amargam perdas desde janeiro de 1995, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, com o aval do presidente da CUT, Luiz Marinho, é preciso lembrar, assinou uma Carta de Intenção, no último dia 28/11, na qual oferece aos servidores a possibilidade de empréstimos pessoais e financiamentos a juros, com desconto direto nas folhas de pagamento processadas pelo MPOG. Pela tabela de condições veiculada pelo governo, os servidores sindicalizados pagarão juros menores que variam de 1,75% a 2,60%. Para os não sindicalizados, os juros são de 1,95%, para empréstimos com pagamento em dois a seis meses, a 3,10% para contratos acima de 25 meses. Segundo o boletim eletrônico *Contato* (nº 23, de 1/12), publicado pelo MPOG, "a medida foi debatida e aprovada na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) que se consolida como importante canal de interlocução dos servidores com o governo federal".

Nada mais mentiroso. Segundo o diretor da Federação Nacional dos Servidores da Previdência Social (Fenasps), Jorge Ricardo Moreira (Jorjão), que participou da reunião da MNNP, no dia 19/11, em Brasília, em nenhum momento as entidades concordaram com tal proposta. Ao contrário. Na última edição do Jornal da Adufrj (119, de 1/12/03), já havia sido informado que a proposta foi apenas apresentada pelos representantes do governo aos integrantes da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais, entre eles o Andes-SN, e que foi bastante criticada pelos dirigentes sindicais. "Isso (o empréstimo) não constava da pauta de reivindicações da categoria", confirma Jorge Ricardo.

De acordo com o diretor da Fenasps, os representantes do governo disseram apenas aos representantes dos sindicatos que o empréstimo era uma das "maiores demandas recebidas pela ouvidoria do Ministério". "Ora, então a mesa nacional de negociação não fazia sentido. As demandas recebidas por esta ouvidoria foram resolvidas, mas as reivindicações por uma política salarial decente por parte do funcionalismo são ignoradas", critica, indignado, o representante dos servidores.

Lógica perversa

Para Jorge Ricardo, com a medida dos empréstimos, o governo resolveu adotar as políticas compensatórias, "que historicamente são aplicadas às populações excluídas", para o conjunto do funcionalismo. "Essa postura vem sendo adotada pelo governo desde o início de fevereiro, quando fizemos a primeira reunião da mesa de negociação permanente e nos foi dito pelo ministro Mantega, que teríamos, pelo menos, o reajuste referente à inflação do ano, em janeiro de 2004. Na última reunião, ouvimos a mesma coisa. Quer dizer, foi pior, já que nem a reposição da inflação de 2003 está garantida". Agora a equipe econômica condiciona a reposição salarial dos servidores à aprovação do orçamento de 2004, que deve se dar até o fim desta semana (até 14/11) e, pela previsão orçamentária apresentada ao Congresso Nacional, os servidores teriam um reajuste linear de, no máximo, 2,59% , segundo o boletim InformAndes *On Line* (1/12/03). No ano passado, de acordo com o IGP-DI, a inflação observada foi de 26,4% e os servidores tiveram um aumento de 1%. A inflação acumulada até agora, segundo o mesmo índice, já ultrapassou 10% e pode chegar a 11% em dezembro.

Juros sobre Juros

Para quem ainda se iludir com o canto da sereia dos empréstimos, Jorge Ricardo alerta para o fato de que o servidor que optar por um financiamento para quitar atuais dívidas não amortizará suas pendências, mas sim postergará a dívida.

Tomar um empréstimo com dois ou três pontos percentuais de juros para quitar dívidas atuais com juros de seis ou sete porcento não resolve o problema salarial real. Aliás, tudo o que os bancos querem é que os trabalhadores continuem tomando dinheiro emprestado para sobreviverem. Somente a conquista de salários dignos e reajustes reais pode evitar a necessidade de o funcionário cair na agiotagem dos juros e da compra de dinheiro, agora proposta pelo próprio governo.

Não é à toa que a grande maioria dos trabalhadores e, particularmente, os funcionários públicos recorrem aos cheques especiais e aos chamados créditos diretos ao consumidor. Baixos salários associadas às necessidades diárias de sobrevivência levam o trabalhador a "comprar" dinheiro dos bancos através destes financiamentos.

O dirigente da CUT e servidor da UFRJ, Agnaldo Fernandes, também alerta para a proposta nefasta que faz o governo, com o apoio da corrente majoritária da Central. "Ao invés de implementar uma política salarial, o governo implementa a política de empréstimo. Há um lado deste governo e da própria CUT que aposta em uma política que joga os trabalhadores nas mãos dos banqueiros", critica Agnaldo também concorda que, ao aderir às linhas de crédito, os servidores trocarão uma dívida pela outra, mas não resolverão o problema maior que é a necessidade urgente de reajuste nos contracheques.

Outra crítica de Agnaldo é que, com este acordo, a CUT e o governo fortalecem a lógica da sindicalização dos trabalhadores pelos serviços que a estrutura sindical pode oferecer aos seus associados. A política e a organização das categorias em movimentos que busquem conquistas e ganhos reais são deixadas de lado.

Para outro representante da Central Única dos Trabalhadores que não se alinha com as políticas adotadas pela corrente dominante, o presidente do PSTU, José Maria de Almeida, há dois problemas graves na proposta acertada entre a CUT e o governo. "Não está sendo dado dinheiro ao trabalhador. Pelo contrário, se todos os servidores aceitarem o crédito, mais de 2% dos salários da massa dos trabalhadores serão repassados para o sistema financeiro, todos os meses. Quem ganha com isso são os bancos", analisa.

Sindicatos não são corretores

O segundo problema ressaltado pelo sindicalista é o fato de a CUT estar desempenhando um papel de corretora junto aos trabalhadores na negociação dos empréstimos. "Não é papel da Central e nem dos sindicatos funcionar como se fossem parte da estrutura dos bancos para a venda de financiamentos aos trabalhadores seja com que juros for", completa.

José Maria não poupa críticas ao governo federal e lembra que a equipe econômica de Lula já repassou, somente neste primeiro ano de governo, R$ 150 bilhões ao sistema financeiro internacional a título de pagamento dos juros da dívida. "Dinheiro para aumentar os salários tem, mas está indo para o caixa dos bancos internacionais".

Central se antecipa à reforma sindical proposta pelo governo

De acordo com José Maria, que é integrante da executiva nacional da Central, não houve nenhuma reunião deste colegiado para tratar da proposta aprovada. "Fiquei sabendo pelos jornais", diz. Nenhum sindicato de nenhuma categoria nem do setor privado, nem do setor público, foi convocado a opinar sobre a proposta de descontar empréstimos ou dívidas bancárias diretamente da folha de pagamento. "A direção da CUT não discutiu este acordo com a base e, no caso do funcionalismo, isto é ainda mais grave", diz José Maria, para quem o comportamento da Central representa uma antecipação da reforma sindical que está por vir.

Segundo José Maria, as centrais sindicais que discutem com o governo e com os empresários as reformas sindicais e trabalhistas, que deverão entrar na pauta do Congresso Nacional no início do próximo ano, querem obter o registro jurídico legal para representar o conjunto dos trabalhadores em nível nacional. Em termos legais, nos dias de hoje, a carta de intenções assinada pelo governo e pela CUT não tem nenhum valor jurídico. Para José Maria, o movimento da CUT em relação aos acordos por empréstimos aos trabalhadores foi uma antecipação clara do papel que a Central vai querer assumir no processo de reforma sindical proposto pelo governo. De acordo com o sindicalista, se a moda pegar, as centrais vão negociar nacionalmente acordos deste tipo em substituição a direitos conquistados como 13º salário, férias e outras garantias. "Esta agiotagem não tem legitimidade. No caso dos servidores, há uma coordenação (CNESF) que se reúne nas mesas de negociação e os sindicatos e entidades do funcionalismo não foram consultados. Não houve discussão nem sequer nos fóruns da própria CUT, muito menos com os sindicatos", relata.

Mais uma da 'CUT de resultados'

José Maria aproveitou a entrevista concedida à redação do Jornal da Adufrj para comentar o inusitado convênio da Central com a Fundação Uniban, anunciada em propaganda de meia página, na Folha de S. Paulo de 4/12. Pelo anúncio, o convênio CUT-Uniban "permitirá que os empregados de empresas comprovadamente filiadas aos sindicatos ligados à CUT tenham bolsa de 25%, extensiva a seus dependentes legais". Nada mais assistencialista. Por coincidência, esta redação verificou que a Fundação Uniban é a mesma que mantém uma faculdade privada que tem como 'garoto propaganda' o ex-presidente da Central e ligado à sua corrente majoritária, Vicente Souza de Paula, o Vicentinho. Para José Maria, este é o tipo de papel que a corrente dominante na Central, conhecida nos fóruns dos movimentos cutistas como Articulação Sindical, se propõe a desempenhar para o sindicalismo brasileiro nos próximos anos.

Vale lembrar que a corrente majoritária , a Articulação Sindical, controla, atualmente, cerca de dois terços da composição da executiva nacional da CUT. O outro um terço é composto basicamente pela chamada Esquerda do PT, pelo PSTU e por sindicatos e grupos independentes.

Opinião

Sobre a reforma sindical e trabalhista

Marcelo Badaró Mattos*

Na última década, os trabalhadores brasileiros aprenderam que o significado da palavra "reforma" passou a ser *retirada de direitos*. Ao longo deste primeiro ano do governo Lula, infelizmente, tal significado se manteve, como pudemos comprovar com a "reforma da previdência". Agora, com a batalha da previdência aparentemente vencida pelo governo, nos apresentam a próxima "reforma", a sindical e trabalhista.

No campo sindical, os setores mais combativos da classe trabalhadora brasileira produziram, entre fins dos anos 1970 e a década de 1980 uma crítica aos limites da estrutura sindical corporativista brasileira, criada nos anos 1930-1940 com o objetivo de controlar os conflitos entre o capital e o trabalho. Avançaram também na discussão de um modelo de sindicalismo autônomo e alicerçado nas bases da classe, que esteve por trás da fundação da Central Única dos Trabalhadores. Mas, assistimos também, após 1988, um progressivo abandono daquela discussão por parte dos setores majoritários na CUT, que passaram a defender um outro modelo sindical, pautado pela social-democracia européia, em que as centrais sindicais, negociam em nome da classe que dizem representar. Propostas como a do sindicato orgânico (depois chamado sindicato nacional) se pautaram por essa idéia.

No que diz respeito à legislação trabalhista, após a incorporação de algumas conquistas novas pela Constituição de 1988, a década de 1990 foi marcada pela retirada de direitos, escamoteada por termos como "flexibilização" ou diminuição do "custo Brasil". O resultado é que a classe trabalhadora brasileira, uma das forças de trabalho mais baratas do mundo, foi cada vez mais empurrada, no processo de reestruturação produtiva, para a precarização completa (os mais de 60% dos que hoje trabalham sem carteira assinada) ou para situações em que a lei – como no caso da legislação sobre contratação temporária, banco de horas, participação nos lucros e resultados e outras – ratifica a precarização das relações de trabalho, que em muitos casos tem se dado também por acordos entre sindicatos e empresas, sob a ameaça das demissões. Foi nesse contexto que o governo FHC apresentou a proposta de "flexibilização da CLT", em que se pretendia que o acordado nas negociações coletivas prevalecesse sobre a lei, permitindo na prática a supressão de direitos como os de férias, 13º., licenças maternidade e paternidade e etc.

Nesse patamar, o que podemos esperar da discussão sobre reforma sindical e trabalhista proposta pelo governo Lula? Para responder a essa indagação, há que se observar, primeiro, em que espaço está se dando a discussão até aqui. O espaço, instituído e arbitrado pelo Ministério do Trabalho, é o Fórum Nacional do Trabalho, dito "tripartite", por reunir 21 representantes do empresariado, 21 representantes das centrais sindicais e 21 representantes do governo, todos por ele indicados. É claro que devemos questionar de início a idéia de tripartite, como se o governo fosse uma parte neutra no debate e não representasse interesses de classe, ou como se a representação sindical, fatiada entre centrais, algumas das quais apoiavam a proposta de reforma da CLT do governo FHC, garantisse a voz da classe trabalhadora na discussão. Mas, a coisa piora quando constatamos que as discussões no Fórum se fazem a partir de questões apresentadas pelo governo e respondidas pelas bancadas, com o objetivo de estabelecer o "consenso" nas respostas, como se fosse possível haver acordo de fundo nas questões relativas à organização do trabalho sob o regime da exploração capitalista.

Aonde pode chegar tal Fórum? A julgar por uma pesquisa publicada pelo jornal *O Globo*, com a maioria dos seus integrantes, há maioria folgada, por exemplo, para um arranjo jurídico em que o negociado prevaleça sobre o legislado, nos termos da reforma da CLT proposta por FHC. Do jeito que as coisas caminham no debate, com a antecipação da discussão da reforma sindical e uma indefinição da discussão da reforma trabalhista, podemos prever um cenário, de aprovação de uma reforma sindical em que as Centrais sejam legalmente reconhecidas como competentes para assinar acordos coletivos pelos trabalhadores das suas bases sindicais (organizadas talvez em sindicatos por empresa) e em que tais acordos negociados pelo alto "flexibilizem" na prática os direitos trabalhistas, ainda que uma reforma mais completa da CLT demore a ser aprovada. Centrais cada vez mais distantes das bases, a CUT inclusive, poderiam assim assumir o papel de referendar a precarização dos direitos trabalhistas, em nome do "menos pior" como tem acontecido há tempos em alguns sindicatos, como o dos metalúrgicos do ABC, em que a direção aceita fechar acordos com as montadoras que rebaixam vencimentos e ampliam os bancos de horas, alegando diminuir com isso o número de demissões, que a cada ano se amplia.

Resta saber se as bases hoje filiadas à CUT, diante do agravamento de um quadro já insuportável de desemprego, queda salarial e perda de direitos, reforçado pelas políticas do governo Lula, aceitarão passivamente a colaboração ativa da direção da central na discussão da reforma sindical e trabalhista. Para deter a nova reforma, será preciso uma mobilização superior em quantidade e qualidade à importantíssima greve do funcionalismo que procurava resistir à reforma da previdência. Um desafio que temos que estar à altura de responder.

* Professor de História da UFF

Adufrj-SSind

Assembléia aprova duas novas ações judiciais

Abono pecuniário 2004 e indenização por ausência de reajuste são os objetivos

Em assembléia realizada em 4 de dezembro, no auditório da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde, os professores autorizaram a Adufrj-SSind a entrar com duas novas ações judiciais em nome da categoria: o abono pecuniário de 2004 e uma indenização pela ausência de reajuste são os objetivos destas iniciativas jurídicas.

O abono para os professores da UFRJ já se tornou uma costumeira fonte de ações judiciais. Todo ano, a Seção Sindical entra com um processo para possibilitar a venda de um terço dos dias de férias dos seus sindicalizados. Na maioria das vezes, a Adufrj-SSind obtém ganho de causa. A novidade deste ano foi o fato de a reitoria, após solicitação da Seção Sindical, ter disponibilizado, nas listagens para a marcação de férias de 2004, um campo para a opção pelo abono. Em outras ocasiões, a entidade era obrigada a entrar com uma outra ação apenas para fazer a reitoria disponibilizar o campo da opção.

A segunda ação tem por base a emenda constitucional nº 19, de 1998, que introduziu o reajuste anual obrigatório dos vencimentos dos servidores. Desde então, só foram concedidos alguns índices (irrisórios, é bom que se diga) em 2002 e 2003. Em recente encontro, os assessores jurídicos do Andes-SN recomendaram às seções sindicais para entrarem com ações nos estados para pedir uma indenização em relação ao período pós-emenda em que não houve qualquer tipo de reajuste. Eles entendem que a descentralização dessa iniciativa pelos estados poderá criar uma jurisprudência favorável em instâncias superiores do Judiciário para conquista da indenização.

Trabalhadores da Seguridade Social realizam Congresso

A presidente da Adufrj-SSind, Sara Granemann, participou no último sábado, dia 6/12, de uma das mesas do XI Congresso Estadual do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência do Rio Grande do Sul (Sindisprev-RS), sobre o tema *Previdência Social e Previdência Complementar*. O evento aconteceu entre os dias 5 e 7/12, em Caxias do Sul.

Previdência

Votação final da reforma ocorre neste dia 9

Já a PEC "paralela" pode ser discutida em plenário no dia 10

No dia 5/12, ocorreu o primeiro dia de discussão em segundo turno da proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 67/2003, que institui a "reforma" da Previdência. Nessa fase da votação, a matéria não pode mais receber emendas relativas ao mérito do projeto, sendo aceitas apenas correções de redação. A previsão é que a votação final da PEC ocorra neste dia 9, no terceiro dia de discussão.

PEC paralela

Na presidência da sessão de sexta-feira (5/12), o 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), convocou os senadores para sessões a serem realizadas no sábado (6) e no domingo (7), a partir das 10h. Segundo Paim, as sessões, que não serão deliberativas, servirão para a contagem de prazos regimentais e, na prática, acelerarão a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 77/03, a chamada PEC paralela da reforma da Previdência.

O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, informou que, de acordo com o Regimento Interno, a PEC nº 77/03 só pode entrar em pauta depois de transcorrido o prazo de cinco sessões após a publicação do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aconteceu no Diário do Senado Federal do dia 4/12. Com as sessões do fim de semana, a PEC paralela poderá começar a ser discutida em Plenário em primeiro turno neste dia 10.

Somente uma reunião de líderes na próxima semana poderá decidir se será necessária a convocação de novas sessões no próximo fim de semana (13 e 14). Nesse caso, as sessões seriam deliberativas, já que a PEC paralela estaria em discussão em Plenário. Havendo o acordo, a votação em primeiro turno da proposta, caso não sejam apresentadas emendas, poderá acontecer no domingo (14/12).

Na véspera de um final de semana de trabalho, o secretário-geral da Mesa lembrou que a última sessão realizada extraordinariamente em um domingo aconteceu no dia 23 de novembro de 1997, quando foi discutido do projeto de lei que resultou no Novo Código Civil.

Neste ano, o Senado realizou reuniões no sábado, 1º de fevereiro. Essa data não foi definida em caráter extraordinário pelos líderes, mas pelo Regimento Interno que determina que a posse dos senadores e a eleição do presidente da Casa devem ser realizados nesse dia. Na ocasião, o senador José Sarney (PMDB-AP) foi escolhido pelos seus pares para presidir a Casa no biênio 2003/2004.

Fonte: Agência Senado

Movimento

Decisão do Sintufrj vai para o 2º turno

A Chapa 2, "Conquistar + para a Categoria" e a Chapa 3, "A Vez da Base – Renovar para Lutar", vão decidir a eleição do Sintufrj nesta semana – nos dias 9, 10 e 11 de dezembro. Elas foram as duas mais votadas no primeiro turno: a Chapa 2 obteve 2.031 votos e a Chapa 3, 1.407 votos. A Chapa 1, "Ação Já, Participação, Organização e Formação", ficou na terceira posição com 1.083 votos. Houve um total de 4.848 votos, sendo válidos 4.521 (além de 63 brancos e 264 nulos). A apuração começou às 15h30 e foi encerrada às 21h15 do dia 28/11.

Fonte: Jornal do Sintufrj

DCE toma posse

Na noite do último dia 4, tomou posse a nova direção do Diretório Central dos Estudantes. Já foi feita a divisão entre as chapas que participaram da eleição, proporcionalmente, do número de coordenações no DCE e das representações estudantis nos colegiados CEG e Consuni. Os nomes para ocupar essas vagas serão indicados pelas chapas na próxima reunião do DCE, provavelmente neste dia 9. A chapa 2 'Não vou me adaptar' obteve o maior número de votos no pleito dos estudantes.

UFRJ

Números das Jornadas

Realizadas de 25 a 27 de novembro, a XXV Jornada de Iniciação Científica e a XV Jornada de Iniciação Artística e Cultural mantiveram números equivalentes aos do ano anterior em relação ao envolvimento da comunidade universitária da UFRJ. Em 2003, 3.302 autores-discentes e 1.529 orientadores constaram dos registros do evento. Em 2002, foram 3.521 alunos participantes, com 1.596 orientadores.

Este ano, a coordenação geral das Jornadas registrou 2.249 autores bolsistas e 2.140 autores não bolsistas (o que ultrapassaria o total de 3.302). O professor Edson Watanabe, que é um dos coordenadores do evento, considera que essa discrepância deve-se ao fato de que o aluno pode participar de vários trabalhos. O estudante se cadastra como bolsista para determinado projeto, mas não é bolsista para um outro.

Watanabe anuncia uma sessão de encerramento das Jornadas, com premiação para os melhores trabalhos, no dia 18 de dezembro, provavelmente no Auditório do Centro de Tecnologia. Antes disso, os Centros realizam as chamadas sessões finais para a escolha dos projetos. A programação dessas "prévias" está sendo atualizada na página da SR-2: http://www.sr2.ufrj.br/pos/programa/jic/jic.htm

UFRJ

Mais uma biblioteca inundada

Escola de Belas Artes sofre prejuízos com chuvas do fim de semana

As chuvas do fim de novembro fizeram novo estrago no patrimônio da UFRJ. Depois da inundação do Instituto de Matemática no dia 25, foi a vez de a Escola de Belas Artes ter sua biblioteca invadida pela água. E, assim como no Instituto do CCMN, as avarias foram causadas em uma parte bastante sensível do acervo; as suas obras raras. Resultado: a biblioteca que havia sido reformada e reinaugurada em março deste ano, agora está interditada por tempo indeterminado.

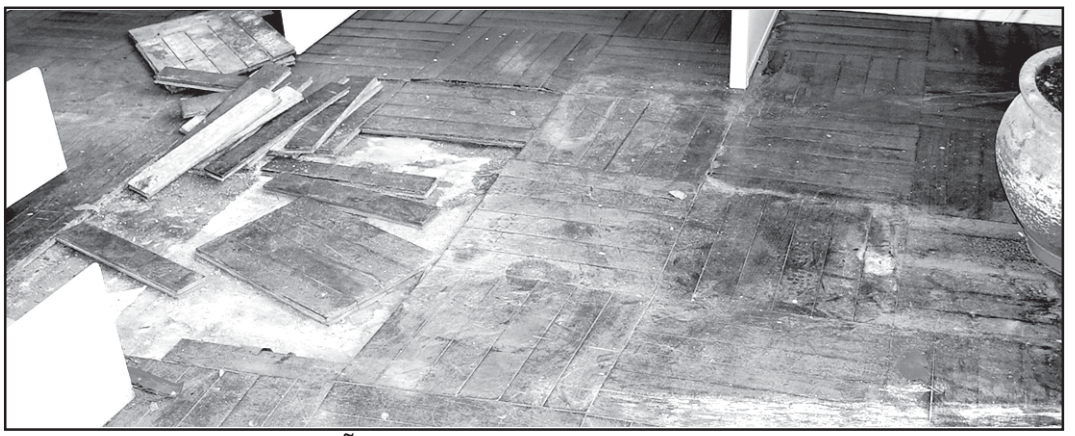
A diretora da EBA, professora Ângela Âncora da Luz, estima que serão necessários cerca de R$ 150 mil apenas para os materiais emergenciais de secagem dos livros encharcados, como o papel de seda que é posicionado entre as páginas. "Já a restauração de cada livro raro pode custar entre R$ 3 mil e R$ 10 mil, e às vezes, até mais", comentou. Cabe ressaltar que cerca de 200 livros raros ficaram encharcados.

Trabalho cuidadoso

De acordo com a professora Ângela, o processo de secagem das obras antigas requer cuidado e paciência. Cada página precisa ser manuseada muito devagar para não rasgar. "Em um dia inteiro, usamos 400 folhas de seda para cobrir apenas doze livros. No dia seguinte, além de continuar o trabalho com outros livros, precisamos substituir essas 400 folhas, que já estarão úmidas também. Enquanto isso, os fungos proliferam em horas. Esse é o nosso drama", lamentou.

Kelvin Melo

TRABALHO DE SECAGEM REQUER MUITO CUIDADO, MAS MUITOS LIVROS JÁ ESTÃO DOMINADOS PELOS FUNGOS (DETALHE)



INUNDAÇÃO ARRUINOU ASSOALHO DO LOCAL

A extensão dos danos

A água da chuva entrou no prédio da reitoria pelo telhado danificado pelo temporal anterior, passou pelo oitavo andar e chegou ao pavimento da biblioteca por fissuras no teto. Além dos prejuízos com os livros, três computadores da biblioteca também foram avariados pela inundação. Os tacos do assoalho da biblioteca chegaram a levantar com a força da água e vão precisar de substituição.

Precariedade da universidade

A diretora da EBA faz questão de ressaltar que a reitoria está dando todo o apoio possível à Unidade. No entanto, o estado de precariedade da universidade demonstra o nível das dificuldades pois, no momento em que preparava ofícios para solicitar a liberação de recursos junto à administração da UFRJ, faltou luz no prédio no fim da tarde de 3/12, o que levou a professora a terminar o trabalho em sua própria casa para agilizar a entrega à reitoria no dia seguinte.

Colegiados

Faperj deverá ter orçamento maior em 2004

Na semana que passou, a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) teve seu orçamento em discussão na Assembléia Legislativa. Havia uma proposta apoiada pelo governo do estado de reduzir drasticamente os recursos constitucionais da agência de R$ 330 milhões para R$ 80 milhões. Após diálogo com uma comissão ligada às universidades, porém, conseguiu-se manter uma perspectiva de R$ 100 milhões para 2004, que mostra o nível de compromisso do executivo com o "amparo" à pesquisa no estado.

O pró-reitor José Luiz Monteiro, da SR-2, que participou da comissão, enviou mensagem para os conselheiros do CEPG que o repasse para a Faperj previsto na Constituição Federal nunca foi respeitado (2% da receita tributária bruta anual). No entanto, a proposta de emenda constitucional apoiada pelo governo faria a Faperj receber anualmente apenas 1% da receita tributária do exercício, deduzidas as transferências (aos municípios, por exemplo) e as vinculações (educação, saúde) constitucionais. Segundo o relato de José Luiz, a comunidade acadêmica aceitaria uma proposta alternativa, após a intransigência demonstrada pelos representantes do governo na Alerj: a base de incidência do cálculo seria a receita líquida (abatidas as transferências e vinculações) e os deputados e o governo aceitariam manter a alíquota de 2% sobre essa nova base. Isso corresponderia a cerca de R$ 160 milhões para 2004, o que não foi aceito. "Cabe esclarecer que a Faperj recebeu cerca de R$ 87 milhões em 2001 e 2002, que foram os dois melhores anos, embora o valor constitucional fosse de cerca de R$ 207 milhões e R$ 234 milhões, respectivamente. O valor de 2003 ainda não é conhecido mas é quase certo que ficará abaixo do de 2001 e 2002," diz trecho da mensagem do pró-reitor.

Ainda segundo o pró-reitor, após intensas negociações para resolver esse impasse, finalmente acordou-se que as novas bases seriam válidas a partir de 2007 e que entre 2004 e 2007 os valores anuais seriam definidos após atualização do valor de 2002 (o melhor da série histórica) pela variação da arrecadação tributária de cada exercício. "Creio que, nas circunstâncias, todos os membros da comissão consideram que o conseguido foi o possível, embora certamente aquém do desejável", afirmou José Luiz, em seu relato.

CEG aprova datas para atos acadêmicos de 2004

Na última sessão (3/12), o Conselho de Ensino de Graduação aprovou o calendário para os atos acadêmicos de 2004, respeitando o calendário geral da universidade já aprovado pelo Consuni, com as datas de início e fim dos períodos letivos. O calendário do CEG pode ser acessado no endereço www.sr1.ufrj.br.

Os conselheiros deste colegiado deram prosseguimento à discussão sobre as resoluções que substituirão a extinta resolução conjunta 01/99, que trata da periodização da universidade. Nesta semana, o conselho pretende dar continuidade ao debate, agendando uma sessão conjunta com o CEPG para tratar deste tema.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL LE MONDE diplomatique

Força e fragilidade da resistência

François Houtart*

As grandes mobilizações contra o ultraliberalismo (Seattle, Gênova, Cancún) reúnem grupos bastante diversificados, não isentos de contradições. Entretanto, eles concentram sua luta contra um adversário comum e vão elaborando propostas alternativas

Pequenos produtores de algodão da África Ocidental, povos indígenas do Chiapas e do Equador, trabalhadores sem terra do Brasil, "pobres urbanos" de Bangkok, consumidores de água de Cochabamba (Bolívia) ou do Sri Lanka, mulheres do setor informal responsáveis pela sobrevivência da família, desempregados há muito tempo, novos nômades, como é o caso dos imigrantes... Todos estão submetidos à mesma lei do valor, mas todos, por meio de modalidades diferentes, foram vulnerabilizados. Uns pelas relações salariais com o capital, outros pelos mecanismos de ordem financeira e jurídica, aos quais a globalização da economia acrescentou uma dimensão inesperada: preponderância do capital financeiro, peso da dívida, paraísos fiscais, taxas de juros, programas de ajuste estrutural, redução do Estado de bem-estar, regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) etc. A terceirização aumentou nas periferias, a desregulamentação, a redução da proteção social e, às vezes, a dos salários reais tornaram-se a regra.

Esses trinta anos de ofensivas contra o trabalho e contra o Estado para acelerar a acumulação do capital (acatando os preceitos do Consenso de Washington) e esses dez anos de neoliberalismo triunfante após a queda do muro de Berlim criaram novas condições de lutas sociais[1]. No entanto, diante da concentração das decisões econômicas, essas lutas ficaram muito mais fragmentadas, em um primeiro momento, porque o fracasso do "socialismo real", a fragilidade da esquerda existente, o "verticalismo" do funcionamento dos partidos, a extinção dos partidos comunistas e as concessões da social-democracia reduziram a credibilidade dos atores tradicionais da contestação.

Os dez anos de neoliberalismo triunfante após a queda do muro de Berlim e o colapso do "socialismo real" criaram novas condições de lutas sociais

Força e fragilidade

Entretanto, as aspirações à participação se espalharam por toda parte. Fruto de uma dupla resistência – a dos "antigos" movimentos (sobretudo, os sindicatos) e a de "novos" atores –, nasceu, no início do século XXI, a idéia de uma outra forma de globalização[2].

Durante a década de 90, surgiram várias iniciativas: o People's Power 21, a união de movimentos asiáticos, a Conferência contra o Neoliberalismo, organizada pelos zapatistas em Chiapas, o Outro Davos[3] etc. Pouco a pouco, além da oposição às políticas dominantes, surgiu a idéia de criar um contra-poder – Seattle (1999), Gênova (2001), Cancún (2003) –, um local de encontro de todas as resistências, o Fórum Social Mundial (FSM) de Porto Alegre, em oposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos.

Fazer convergir elementos de resistência tão heterogêneos não é fácil. Embora a base dessas reuniões esteja claramente expressa na Carta de Princípios do FSM, a grande variedade geográfica, setorial e cultural dos que lutam contra o neoliberalismo e buscam outras vias, faz sua força e sua fragilidade. É preciso acrescentar a isso, em todo o mundo, a tendência a se distanciar de formas organizadas de resistência e a privilegiar as iniciativas espontâneas. É o caso, principalmente, de inúmeros jovens que participam dos Fóruns.

Desde 1999, dezenas de milhares de pessoas reuniram-se em dois tipos distintos de iniciativas: o protesto contra os projetos das grandes instâncias mundiais de decisão – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), OMC, União Européia – e o outro, mais institucional, os Fóruns mundiais, continentais, nacionais, locais. Essas reuniões tornaram-se um fato político central. A contestação feita aos organismos da globalização contemporânea logicamente continuou, ao longo do tempo, baseada em um modelo que se tornou habitual – manifestações e reuniões paralelas ao acontecimento. Em compensação, é possível questionar a natureza, os objetivos, o funcionamento e o futuro dos Fóruns sociais. Na verdade, sob diversos aspectos, e mesmo que as definições tornem-se precisas ao longo da experiência, as discussões aumentaram. A criação de um discurso político alternativo não se dá sem contradições nem tensões.

Ação e eficácia política

Alguns falaram de um "movimento dos movimentos". A expressão "Fórum-espaço" parece mais adequada para qualificar esses pontos de encontro, essas incubadoras de idéias[4]. Nada de declarações finais, nada de votos majoritários, nada de ordens: são essas as conseqüências práticas da própria heterogeneidade dos participantes, o que corre o risco de conduzir à paralisia ou à explosão. Também não há presidentes, comitês de direção, mas um secretariado encarregado da organização e um conselho internacional para o Fórum Mundial. Esse papel de catalisador comporta, evidentemente, sua contrapartida. Sugestões podem vir de participantes como, por exemplo, em 2003, em Porto Alegre, a idéia de protestar contra a guerra que se preparava contra o Iraque[5], mas é difícil, nessas condições, definir objetivos políticos. Aliás, qual seria a eficácia disso?

Fruto de uma dupla resistência – a dos "antigos" movimentos e a de "novos" atores –, nasceu, no século XXI, a idéia de uma outra forma de globalização

É verdade que os objetivos gerais definidos pela Carta de Princípios dos Fóruns constituem o eixo das reuniões, mas existem grandes diferenças no âmbito da crítica do sistema dominante e da formulação de novas opções. Na verdade, uma coisa é conter a reação das vítimas e outra é conduzir uma ação verdadeiramente anti-sistêmica. Quanto às soluções propostas, oscilam entre "humanizar" o mercado capitalista ou "substituí-lo" por uma outra lógica. Tudo isso se dá sob a forma de um movimento que conseguiu criar uma consciência coletiva, um fato cultural novo em escala mundial, passando de "não há alternativas", de Margaret Thatcher, para "um outro mundo é possível".

Mas não basta uma palavra de ordem para mudar o mundo. A ação continua a ser essencial e a eficácia política indispensável. Entre outras conseqüências, nos Fóruns, dá-se um reagrupamento de movimentos sociais (sindicatos, movimentos camponeses, Attac etc) que, em nome de suas organizações, tomam posições. Conseqüentemente também os contatos com o mundo político, prudentes, pois guiados pelo medo de serem manipulados, mas considerados necessários para que se possa conseguir uma tradução concreta das alternativas. A organização paralela de um Fórum de parlamentares é uma das expressões disso. No entanto, a questão das relações entre os Fóruns e os partidos políticos está bem longe de ser resolvida e talvez evolua durante o Fórum Mundial de Bombaim (Índia), em janeiro de 2004.

Problemas internos e externos

Na verdade, o funcionamento dos Fóruns reflete sua natureza e seus objetivos. Por um lado, a diversidade exige uma enorme flexibilidade; por outro, o objetivo demanda coerência na organização. Sua força reside no caráter maciço da participação, ao contrário do elitismo de Davos. Sua fragilidade: o risco de cair em uma doce anarquia. Até hoje, o equilíbrio foi garantido, graças à consciência compartilhada do caráter agressivo do adversário, com um espírito de tolerância interna e, no que diz respeito ao Fórum Mundial, à inteligência do secretariado brasileiro.

Lembremos que, quando nasceu a Primeira Internacional, Karl Marx e Friedrich Engels encontravam-se diante de uma situação muito semelhante: uma grande diversidade de organizações de diferentes níveis de consciência social, em que os sindicatos, proibidos em inúmeros países, se achavam em minoria. Sem dúvida, o objetivo era outro: fazer com que a classe operária entrasse no campo político internacional. No entanto, os fundadores insistiam que se evi-

Arte/Douglas Pereira

tasse qualquer tipo de autoritarismo, qualquer decisão que viesse da cúpula, qualquer tomada de posição que não tivesse aprovação geral. Posteriormente, quando a estrutura tornou-se autoritária e vertical, acabou explodindo.

A grande variedade geográfica, setorial e cultural dos que lutam contra o neoliberalismo e buscam outras vias, faz sua força e sua fragilidade

Os Fóruns sociais encontram-se diante de uma série de questões internas e externas. No plano interno, reúnem sindicatos operários de diferentes orientações e inúmeros outros movimentos sociais, cada um com uma cultura específica de luta. Para ele também convergem organizações não-governamentais (ONGs), várias das quais dispõem de meios financeiros e pessoais importantes, com o risco de dominarem os debates. Na escolha das intervenções e das conferências, as estratégias individuais e institucionais se fazem presentes. Enfim, a própria dimensão dos Fóruns mundiais e continentais (100 mil pessoas em Porto Alegre, 40 mil em Hyderabad, 40 mil em Florença) e sua multiplicação, gera problemas de organização, de participação e de financiamento consideráveis.

Sistema adota conceitos alternativos

Na verdade, um esforço como esse requer importantes recursos, da ordem de milhões de euros. A principal fonte é proveniente das ONGs e dos movimentos envolvidos. O poder público entra, de maneira importante, com a infra-estrutura, o que exige a escolha de cidades politicamente receptivas. Finalmente, várias Fundações internacionais cobrem diversos custos de preparação e de organização[6] . No entanto, é possível duvidar que esses arranjos financeiros se possam prolongar indefinidamente no mesmo ritmo. A mesma questão se coloca no que se refere à disponibilidade dos participantes, o que permite prever uma participação menor no futuro.

A presença dominante das classes médias e a fraca representação das camadas populares manifesta-se na linguagem e, às vezes, até na ideologia. Além disso, há quem critique os Fóruns por veicularem uma perspectiva reformista, o que se confirma pela maioria das organizações presentes. Entretanto, uma vez que ali também são expressas posições mais radicais, o compartilhar conhecimentos, análises e propostas permite que se faça progredir uma consciência social fragmentada. E, o que é primordial, a necessidade de criar uma outra relação de forças em escala mundial permitiu, até o momento, alianças outras vezes impossíveis de se imaginar – algumas posições críticas radicais reconhecem que, a curto prazo, se passe por reformas, desde que não se pare nelas.

Os problemas externos também se mostram importantes. Levantaremos dois. Em primeiro lugar, o sistema começa a se defender: a adoção semântica dos mesmos conceitos (sociedade civil, participação, luta contra a pobreza...), mas com a transformação de seu sentido; a cooptação de movimentos e de ONGs em programas de desenvolvimento (Banco Mundial) ou encontros internacionais (Davos); as dificuldades administrativas; a transformação de legislações penais; a assimilação do terrorismo; a criminalização dos movimentos sociais (pois as lutas se endurecem em um certo número de países).

Nem Woodstock social, nem V Internacional...

Além disso, e esse é o segundo elemento, os meios de comunicação tendem a "folclorizar" os acontecimentos e colocam em manchete alguns aspectos insólitos e os atos de violência cometidos por uma minoria ou resultantes de provocações policiais nos momentos em que há manifestações contra os grandes poderes de decisão. Essa violência dissimula um outro debate entre "moderados", pragmaticamente desejosos de estabilizar o movimento e de conseguir o maior número de participantes, de modo a dotá-lo de uma "massa crítica", e aqueles que, exasperados com a capacidade do sistema de "absorver" sua contestação e continuar ao mesmo tempo sua obra destruidora, mostram-se partidários do uso da força.

Sob diversos aspectos, as discussões aumentaram. A criação de um discurso político alternativo não se dá sem contradições nem tensões

A verdade é que, além dessas contradições, um grande passo está prestes a ser dado: o de recriar a utopia, ou seja, ter em vista um projeto que, embora não exista hoje, pode vir a se realizar amanhã. Que tipo de sociedade queremos? Que tipo de educação, de saúde, de transporte, de comunicação, de agricultura? O horizonte do mercado, com seu cortejo de conseqüências sociais, não é mais a única saída. Essa esperança deve se traduzir em objetivos alternativos, a curto e médio prazo, em todas as áreas – econômica, política, social e cultural, na macro e na micro dimensão. Nesse caso, evidentemente, a simbiose entre movimentos sociais e intelectuais engajados torna-se primordial.

Do mesmo modo, a reunião do próximo Fórum Mundial em Bombaim internacionalizará o movimento e fará com que ele deixe de ter predominância latino-americana e européia como nos encontros anteriores. Finalmente, a questão da tradução política das alternativas em escala mundial, continental e local, não pelo aspecto de um partido único detentor de toda a verdade, mas por convergências de atores políticos, sob formas a serem inventadas, sejam elas permanentes ou conjunturais.

Nem Woodstock social, nem V Internacional, na verdade, os Fóruns sociais tornaram-se assembléias, cada vez maiores, de uma sociedade em movimento.

---

* Diretor do Centro Tricontinental e da revista *Alternatives sud,* Louvain-la-Neuve, Bélgica.

(Trad.: Wanda Caldeira Brant)

[1] Ler, de Laurent Delcourt, Bernard Duterme e François Polet, "Forces et faiblesses du 'mouvement des mouvements'", *Politique,* n° 28, Paris, fevereiro de 2003, p. 16 e 17.

[2] Ler, de Cristophe Aguitton, *Le Monde nous appartient,* Paris, ed. Plon, 2001 e, de Thomas Ponniah e William F. Fisher, *Un autre monde est possible*, Paris, ed. Paragon, 2003.

[3] Ler, de François Houtart e François Polet, *L'Autre Davos*, Paris, ed. L'Harmattan, 1999.

[4] Ler, de Chico Whitaker, "Note pour le débat sur le Forum mondial", FSM, 2002.

[5] No dia 15 de fevereiro, essas manifestações reuniram mais de 15 milhões de pessoas no mundo inteiro.

[6] A origem de todos os fundos encontra-se no *site* do FSM (www.forumsocialmundial.org.br).

Alca

Alca representa suicídio para economia brasileira

Professor da UFRJ critica vulnerabilidade brasileira

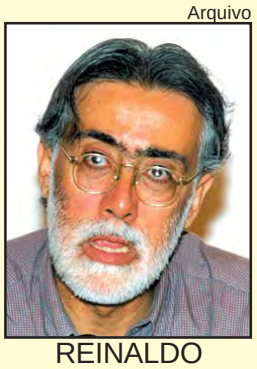
O Brasil ficou com a economia ainda mais vulnerável no atual governo e, nessas condições, a entrada na Alca pode representar um suicídio para o país. A afirmação é do economista e professor da UFRJ, Reinaldo Gonçalves, que analisa quatro áreas (comercial, tecnológica, produtiva real e monetária e financeira) para demonstrar essa fragilidade econômica.

No setor comercial, Reinaldo destaca que as exportações brasileiras ainda contêm uma participação decisiva dos produtos agrícolas. Isso não é bom, porque se trata de um mercado que trabalha com preços bastante voláteis. Questionado sobre os superávits da balança comercial brasileira nos últimos meses, Reinaldo atribuiu o fenômeno ao recente crescimento dos preços deste setor. Mas ele alerta: "Esses preços sobem por uns dois ou três anos e depois começam a despencar". Quando fala em "tecnologia" no Brasil, Reinaldo cita o sistemático desmonte do setor ao longo dos últimos anos. "Esse aumento de 1% para os servidores das universidades é um claro indicador disso", afirmou, em referência ao reajuste linear concedido ao funcionalismo pelo governo Lula, no início deste ano. Além disso, o economista lembra o congelamento das bolsas de pós-graduação como outro desestímulo ao fomento da tecnologia nacional.

No que chama de "área produtiva real", Reinaldo percebe outro equívoco da política econômica ao permitir a continuidade das privatizações e o aumento da presença de empresas estrangeiras no país. O calote de bilhões de reais da empresa de energia americana AES em relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é, para o professor, um caso sintomático.

Para não dizer que está tudo ruim, Reinaldo elogia o episódio de compra, pelo próprio BNDES, de uma parte das ações da Vale do Rio Doce. Por conta dessa iniciativa, o controle majoritário da companhia não vai cair mais nas mãos dos acionistas estrangeiros. No entanto, a enorme pressão que a direção do banco estatal sofre desde então também serve para caracterizar a fragilidade econômica do país. "A baixa capacidade de resistência caracteriza a vulnerabilidade", disse.

Arquivo



REINALDO GONÇALVES

Auditoria da dívida

Na área monetária e financeira, Reinaldo denuncia o "aumento brutal" do capital externo de curto prazo, atraído apenas pelas ainda elevadas taxas de juros praticadas no país. "E até agora o governo não fez uma auditoria da dívida externa", critica.

A esse respeito, vale lembrar uma nota da Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida, feita em Brasília, em 17/11 deste ano, motivada por uma decisão do ministro do Planejamento, Guido Mantega. Ele descartou, dias antes desta nota, a possibilidade de realização de uma auditoria da dívida. A coordenação tem entendimento diferente: exige, em seu documento, "um exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro, conforme determina o artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, artigo este que, até hoje, é inexplicavelmente descumprido pelos sucessivos governos". A coordenação observa que a auditoria da dívida está prevista também no Programa de Governo do PT, divulgado durante a campanha, em 2002, nas páginas 47 e 50.

Acordo de Miami

Diante dessa vulnerabilidade, Reinaldo condena a decisão tomada pelos negociadores brasileiros na reunião interministerial de Miami, nos EUA, nos últimos dias de novembro, de aceitar uma Alca "light" ou "abrangente". Esse tipo de acordo faculta que os temas considerados "sensíveis" para cada um dos 34 países envolvidos na eventual composição da Alca serão discutidos numa segunda fase de negociação, após uma definição na Organização Mundial do Comércio (OMC). Neste fórum, alerta Reinaldo Gonçalves, vale o princípio do consenso. E, segundo ele, toda vez que se decide algo com base no consenso, os fracos têm o ônus de vetar a decisão dos fortes – o que, em geral, não vai ocorrer, pelo receio de outras retaliações comerciais.

Relações com os Estados Unidos

Ainda segundo o economista, o Brasil hoje depende mais dos Estados Unidos do que há dois anos. Naquela ocasião, as exportações e as importações entre os dois países empatavam em valores. "Hoje, um terço do famigerado superávit comercial brasileiro depende dos EUA. Ou seja, isso dá um poder de barganha enorme aos americanos", afirma, em referência a possíveis conflitos na esfera da OMC. "Minha avaliação (do acordo de Miami) é, portanto, negativa. Seria melhor não participar da Alca", disse.

Miami sitiada

De acordo com relato enviado à Adufrj-SSind por Conceição Dantas, militante da Marcha Mundial das Mulheres, que esteve presente em Miami, por ocasião dos protestos contra a reunião interministerial sobre a Alca, o autoritarismo norte-americano foi a principal marca do encontro. Ela afirma que, além das manifestações, alguns fóruns de debate foram organizados pelos diversos movimentos sociais das Américas em paralelo à reunião da cúpula ministerial. "Uma forma de mostrar que não estamos à margem das grandes negociações, mas traçando nossas próprias metas e imposições ao acordo", segundo trecho do relato. Durante os cinco dias de debates, os eventos dos movimentos foram cercados pela repressão policial americana. "Nunca se viu na história recente dos movimentos sociais tanta repressão e aparato policial cercando uma reunião civil. A polícia se postava à nossa frente, mostrando-se em estado de alerta máximo, com seu aparato bélico de última linha, uniformes escuros e expressões faciais indecifráveis ocultas por trás dos capacetes", disse.

Conceição relatou ainda que a cidade parecia ter sido evacuada e vários trechos estavam bloqueados por barreiras humanas de policiais enfileirados. "Ingressar em qualquer local público era pretexto de um impertinente ciclo de revistas. A orientação e a postura dos policiais explicitava o sentimento de que ali poderiam estar possíveis terroristas, que a qualquer momento iriam deflagrar sua iminente ameaça", ironizou Conceição.

Segundo ela, a nova conjuntura pós-Miami "impõe o desafio de intensificar a luta contra a ALCA em todos os países, pressionado os governos para resistir a esse acordo firmado em Miami".

Campanha pela libertação dos presos políticos

Ruralistas não conseguem impedir marcha do MST

No último dia 3, a tropa de choque da Brigada Militar do Rio Grande do Sul entrou em confronto com ruralistas no km 90 da RS-630, em São Gabriel. O confronto teve início após a tropa de choque desbloquear a rodovia para a passagem do MST. Conforme informações da Rádio Gaúcha divulgadas pela página eletrônica do MST (www.mst.org.br), o prefeito de São Gabriel, Rossano Doto Gonçalves, e o presidente do sindicato rural do município, José Francisco Costa, foram detidos durante o tumulto.

De acordo com o coronel Cláudio Afonso, que comanda as operações policiais no local, a ordem de desbloquear a RS-630 e permitir a passagem dos agricultores partiu do governador Germando Rigotto (PMDB). Rigotto, pelo menos neste caso, respeitou os direitos do movimento, diferente de outros que preferem reprimir e prender agricultores, ligados ao movimento dos sem-terra para resolver os conflitos. Em 2002, vale a pena lembrar, foram registradas 187 prisões de sem-terra.

O MST marcha em direção à área de Batovi, na divisa entre São Gabriel e Dom Pedrito, onde um terreno de três hectares foi cedido por um produtor para que os agricultores montem acampamento. A marcha do MST em direção a São Gabriel teve início há cerca de cinco meses, quando uma área de 13,2 mil hectares de propriedade de Alfredo Southall foi desapropriada pelo governo federal para fins de reforma agrária. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela suspensão da ação, colocando a região em uma situação de incertezas e desde então ruralistas temem que o MST ocupe propriedades do município.

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 121 • 15 de dezembro de 2003

Jurídico ganha ações do FGTS
Página 3

Assessoria alerta para pedidos de progressão
Página 3

CPPD está com mandato vencido
Página 4

Mais um golpe na C&T do Rio
Página 8

Almoço de confraternização

Nesta quinta-feira, dia 18 de dezembro, a partir das 13h, na Churrascaria Estrela do Sul do Norte Shopping, os funcionários, a diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind estarão realizando sua confraternização de fim de ano. Convidamos todos os professores da UFRJ para participar conosco deste evento. A churrascaria cobra pelo rodízio R$ 24,90 por pessoa. O Norte Shopping fica na Av. Suburbana s/n, em Del Castilho.

Compareçam!

Foto de 22/01/03-Kelvin Melo

"QUEREMOS, COMO GOVERNO, DEIXAR
A MARCA DE UMA GRANDE REFORMA UNIVERSITÁRIA NO PAÍS"

Governo Lula dá partida à contra-reforma universitária

Na semana passada, em Brasília, durante a solenidade de comemoração dos três anos do Portal de Periódicos da Capes, o ministro da Educação, Cristovam Buarque, tentou minimizar declaração anterior do chefe da Casa Civil, José Dirceu, de que "o pau vai comer" em uma futura reforma universitária. Só que o remendo do ministro do MEC conseguiu piorar as impressões da comunidade acadêmica sobre o que vem por aí: Cristovam disse que a reforma universitária será tão debatida como a reforma da Previdência. Nesse caso, não devem restar dúvidas sobre o futuro sombrio que aguarda a Universidade brasileira...

Página 6 e 7

Opinião

Pauladas Perdidas

Luis Paulo Vieira Braga*

Uma nova ameaça ronda a segurança de funcionários e professores das universidades federais. Além do risco de balas perdidas nas vias de acesso ao *campus*, poderão ser submetidos a pauladas, segundo as declarações do chefe da Casa Civil. Emoldurando o iminente anúncio de uma revolução no ensino superior público, a ameaça do uso da força não parece antecipar boas novas para a academia. **Se esta revolução se basear na atual política econômica então a direção será oposta à da *Bastilha*, aliás constroem-se cada vez mais *Bastilhas* de segurança máxima em todo o país...**

A mais recente chaga exposta do ensino superior público é o porcentual do PIB per capita gasto com um aluno universitário. No caso do Brasil seria da ordem de 170%, o que em 2000 daria R$ 10.863,00. Na China seria da ordem de 65%, Índia de 93% e Uruguai de 21%, segundo o Ministério da Fazenda. Não faltam, entretanto, números ainda mais retumbantes do que estes. O quadro abaixo dá os níveis de despesa com as Universidades Federais.

O quadro expõe claramente dois problemas: o crescente peso dos inativos, agravado pela reforma da previdência de 1998 que induziu aposentadorias precoces (certamente o efeito será ainda maior em 2003). Por este motivo fala-se em colocar já os inativos das Universidades Federais em um fundo de pensão; o segundo problema é a constatação de que o valores do Custeio e Capital oriundos do Tesouro (outras fontes têm sido da ordem de 250 milhões) quase não se alteraram, o que explica a degradação material das Universidades Federais.

Em 2000 haviam 480.902 alunos de graduação nas Universidades Federais (o total incluindo-se as outras IFES não universidades chega a 573.775). A divisão das despesas totais pelo número de alunos aproxima-se da ordem de grandeza do porcentual do PIB per capita. Entretanto, juntamente com o ensino de graduação é ministrado o ensino fundamental/médio através dos colégios de aplicação, o ensino de pós-graduação e ainda o atendimento nos Hospitais Universitários. Assim como na reforma da previdência muitas contas podem ser feitas e refeitas, fica difícil no caso das Universidades pela simbiose entre as atividades de pesquisa, níveis de ensino e extensão separar com exatidão contábil o que é graduação do que não é. **Espera-se dos dirigentes a sabedoria de Salomão a fim de que não se reduza a comunidade universitária a escombros, justamente divididos, porém inertes.**

As Universidades Federais sofrem da mesma contradição básica da sociedade brasileira – concentração de poderes e recursos. Assim como o atual governo não resolverá a questão da concentração de renda e desigualdade social, se continuar atrelado a uma política econômica monetarista e submissa ao FMI, igualmente a crise das universidades federais não será resolvida pela via da cobrança de mensalidades dos alunos, duplicação da carga de aulas dos professores e passagem dos inativos para um fundo de pensão. O que não significa que não se possa aumentar a produtividade do sistema e corrigir distorções. Para isto é necessário, antes de mais nada, ouvir a comunidade universitária através de suas entidades e indivíduos. Se a anunciada proposta revolucionária é um estímulo a um debate amplo e democrático ela será muito bem recebida. Mas, se fôr uma imposição, pode-se prever um longo período de atrito com redução maior ainda da produção acadêmica. **Engana-se o Ministro José Dirceu, ao considerar que eventuais greves ou manifestações serão os maiores obstáculos aos planos do Planalto. O descrédito, a desmotivação são fatais numa atividade como o ensino e a pesquisa. As pauladas do Ministro serão pauladas perdidas...**

Professor do Instituto de Matemática
Membro do Conselho de
Representantes da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

17 e 18/12 – Reunião do GT Carreira do Andes-SN
Brasília (DF) – sedes da ADUnB-SSind e do Andes-SN

17 e 18/12 – Reunião do GT Verbas do Andes-SN
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

19/12 - Reunião do GT História do Movimento Docente do Andes-SN
Brasília (DF) - sede da ADUnB-SSind

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

17/01/2004 – Reunião do Setor das Federais do Andes-SN
Brasília (DF)

18/01/2004 – Plenária dos Servidores Públicos Federais
Brasília (DF)

4 a 9/03/2004 - 23º Congresso do Andes-SN
Salvador (BA), com o tema central: Superávit Fiscal e Déficit Social: Reforma da Educação, Privatização e Arrocho Salarial

25, 26 e 27/03/2004 – II Congresso Estadual de Educação
Rio de Janeiro (RJ), Uerj

2 a 5/05/2004 – 5º Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

28 a 31/07/2004 – Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

Tabela I

Despesas com as Universidades Federais : Pessoal, Custeio, Capital (em reais)					
Ano	Pessoal Ativo	Pessoal Inat.	Precatórios	Custeio e Capital*	Total *
1997	2.892.130.103	1.415.221.368	359.004.373	823.289.892	5.489.645.736
1998	3.005.301.771	1.569.989.572	187.259.095	873.510.431	5.636.060.869
1999	3.506.249.130	1.782.277.546	219.399.463	946.141.909	6.454.068.048
2000	3.773.880.462	1.876.488.674	219.852.908	866.449.666	6.736.671.710
2001	3.752.464.616	1.979.284.809	154.904.221	918.419.505	6.805.073.151

Fonte: MEC/SeSu
* somente recursos oriundos do Tesouro Nacional

Anote os novos telefones da Adufrj-SSind

3884-0701
2230-2389
2260-6368

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Jurídico ganha ações do FGTS

Caixa Econômica ainda pode recorrer

A ação coletiva da Adufrj-SSind, representando os docentes sindicalizados que têm direito ao pagamento dos reajustes das contas do FGTS referentes aos planos econômicos Verão (42,72%) e Collor I (44,80%), obteve ganho de causa no último dia 12 de novembro. A sentença da ação contra a Caixa Econômica Federal foi emitida, em primeira instância, pelo Juiz Federal Substituto Humberto de Vasconcelos Sampaio. Com base na ação, a Caixa terá que pagar aos docentes os valores referentes aos índices devidos sobre o saldo das contas vinculadas do Fundo de Garantia nos meses de janeiro de 1989, no caso do Plano Verão, e abril de 1990, no caso do Plano Collor I. Aos valores ainda deverão ser acrescidos correção monetária mais juros de 6% ao ano. A Caixa Econômica tem um prazo de 15 dias para entrar com recurso junto ao TRF, contados a partir da publicação da sentença no Diário Oficial, em 4 de dezembro.

Os professores podem verificar os valores a que têm direito pelas ações referentes aos planos Verão e Collor 1 na página da Caixa Econômica Federal (www.cef.gov.br). O saldo do FGTS daqueles períodos e o valores mínimos da correção poderão ser acessados por meio de uma senha a ser obtida no *site* da Caixa.

Alguns professores que tinham valores pequenos para receber e estavam passando por alguma situação emergencial foram orientados pela assessoria jurídica a entrar com processos individuais no Juizado Especial Federal (antigo juizado de pequenas causas). Para casos em que o valor a receber seja igual ou inferior a R$ 14.000,00, a assessoria jurídica continuará a atender individualmente os professores e encaminhará as ações individuais no Juizado. Na secretaria da Adufrj-SSind, há um formulário com a lista dos documentos necessários para a ação que deverão ser providenciados.

Quem fez o acordo ainda pode entrar na ação da Adufrj-SSind

Em 29 de junho de 2001, o governo federal aprovou no Congresso Nacional uma lei complementar que autorizou a atualização monetária das contas vinculadas do FGTS dos trabalhadores. A legislação autorizou a Caixa Econômica a creditar nas contas do FGTS dos trabalhadores empregados ou demitidos os percentuais de 16,64% e 44,08% sobre os saldos das contas mantidas no período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1990. Para isso, o trabalhador tinha que assinar um Termo de Adesão no qual concordaria com a redução destes mesmos complementos, em percentuais variáveis de até 15% de deságio, e, ainda por cima, em parcelas semestrais.

A lei resultou de um acordo do governo FHC com a Força Sindical, anunciado como o "maior acordo do mundo", celebrado quando os tribunais já eram unânimes em conceder ganho de causa aos trabalhadores nesta questão.

Mesmo aqueles que aceitaram a proposta do governo federal em relação aos expurgos do FGTS e assinaram o termo de adesão junto à Caixa Econômica podem entrar em ações individuais para pedir a retratação do termo de adesão, desde que sejam docentes sindicalizados e não tenham recebido nenhuma das parcelas do acordo.

Avaliação acertada

A diretoria da seção sindical lembra que o Andes-SN e a Adufrj-SSind sempre apostaram no ganho das ações contra o governo. Tão logo o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa às ações dos expurgos do FGTS, em agosto de 2000, a seção sindical entrou com a ação coletiva em nomes de seus sindicalizados. A decisão do Juiz Humberto de Vasconcelos, no TRF, só referenda a luta pelo direito à correção dos Fundo sem perda para os trabalhadores como queria o governo.

Assessoria alerta para pedidos de progressão

Advogadada orienta que o pedido deve ser feito sempre por escrito

Segundo a advogada Sayonara Grillo, da Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind, durante anos, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) não aplicou a resolução 02/89 do Conselho Universitário, em relação à progressão na carreira por titulação, ou progressão vertical. Os docentes defendiam suas teses de mestrado ou doutorado e, muitas vezes, esperavam vários meses pela expedição do diploma e, somente então, passavam a receber a remuneração equivalente ao novo nível. A partir do ano passado, por conta de vários requerimentos e processos encaminhados pela assessoria jurídica, a Pró-reitoria de Pessoal passou a pagar a remuneração referente à progressão vertical considerando a data da defesa da tese e sua aprovação, bem como retroagindo o pagamento das diferenças devidas a título de progressão horizontal à data do requerimento do professor (início do processo administrativo).

O alerta da Adufrj-SSind para o reconhecimento deste direito acabou levando a Pró-reitoria a publicar a portaria 1818, em 17 de julho deste ano, na qual fica determinado que a Progressão Funcional por Titulação deve ser solicitada pelo servidor à Pró-reitoria, através de requerimento, contendo os dados de identificação, uma cópia de documentação que comprove o término e a aprovação do curso realizado e uma cópia da relação das atividades realizadas, assinada pelo docente, pela chefia imediata e pela direção da Unidade ou Órgão Suplementar. A mesma portaria 1818 reafirma os termos da Resolução 02/89 em relação às progressões horizontais e determina que os efeitos financeiros deverão retroagir à data do pedido do docente.

Progressão horizontal

Com a publicação da Resolução 06/2003 do Conselho Universitário, que alterou a resolução 02/89, os docentes passaram a ter o direito de solicitar a progressão horizontal para mais de um período de dois anos, a chamada 'progressão múltipla'. Anteriormente, se um professor Adjunto 1, por exemplo, não pedisse a progressão durante seis anos, ao fazê-lo, só poderia progredir em um nível na carreira, perdendo os anos anteriores e passando apenas para Adjunto 2.

Com a mudança aprovada no Consuni, os docentes passaram a ter direito à progressão múltipla. No caso citado acima, o professor, com base na nova resolução, passaria de Adjunto 1 para Adjunto 4, contando os três interstícios a que teria direito. Ao requerer a progressão múltipla, o professor tem que anexar ao seu processo os relatórios de trabalho (memoriais) referentes a cada um dos períodos solicitados.

A secretaria da CPPD informa que a mudança é um reconhecimento apenas acadêmico da vida profissional do docente. Para efeito de remuneração, a progressão múltipla passa a valer apenas para os meses seguintes à sua efetivação, de acordo com o entendimento da Comissão e da própria SR4, segundo o secretário executivo da CPPD, Luiz Carlos de Souza Silva.

Jurídico orienta sobre requerimentos

Segundo Sayonara Grillo, muitos professores fazem os pedidos de progressão em reuniões de departamento ou, verbalmente, junto ao chefe de departamento ou à direção da Unidade. A advogada orienta que o pedido deve ser feito sempre por escrito, através de requerimento protocolado junto à chefia de departamento ou à direção da Unidade ou Órgão Suplementar. Os professores sindicalizados que estiverem em condições de requerer progressões verticais (por titulação) ou horizontais (por interstício de dois anos) também podem procurar a assessoria jurídica da Adufrj-SSind para consultas sobre como proceder em relação aos processos administrativos que são necessários nestes casos. A consultoria é feita durante o plantão da assessoria jurídica, às quartas-feiras, na sede da seção sindical. Para o atendimento, é preciso que o docente marque horário, com antecedência, ligando para a secretaria da entidade, nos telefones 2260-6368, 3884-0701 ou 2230-2389.

Jurídico

CPPD está com mandato vencido

Ao pedir esclarecimentos sobre os novos critérios de progressão funcional, a redação do Jornal da Adufrj verificou que o mandato dos atuais representantes da Comissão Permanente de Pessoal Docente está vencido desde julho de 2003. Para a assessora jurídica da Adufrj-SSind, Sayonara Grillo, a atual situação da CPPD revela um certo descaso da instituição com um fórum que, muitas vezes, define a vida do professor em relação à sua carreira. Sayonara cita o exemplo do não cumprimento por parte da comissão, durante muito tempo, da resolução 02/89, que dispõe sobre a progressão funcional. "A Adufrj-SSind restabeleceu a 02/89 junto à SR4. A resolução vinha sendo desconsiderada pela comissão", comenta.

Na UFRJ, uma portaria assinada pelo ex-reitor José Vilhena em 12 de julho de 2001, designou os atuais integrantes da Comissão, que têm mandato de dois anos e já deveriam ter sido substituídos em novas eleições. Segundo o secretário da CPPD, Luiz Carlos de Souza Silva, o processo eleitoral costuma partir da própria comissão, meses antes do final do mandato. À reitoria caberia a constituição da comissão eleitoral com representantes indicados pela própria presidência da CPPD, como informa o secretário.

De acordo com a portaria 1.464, de 12 de julho de 2001, a CPPD tem como presidente o representante dos professores titulares, o professor do Instituto de Microbiologia, Leslie Benchetrit. Como vice-presidente figura o professor da Faculdade de Farmácia, Antonio Ferreira Pereira, representando o Centro de Ciências da Saúde (confira a lista dos representantes no quadro). A comissão tem ainda representação dos estudantes de graduação e de pós-graduação, que devem ser indicados, respectivamente pelo DCE e pela Associação de Pós-Graduandos.

Segundo Luiz Carlos, o professor Leslie encaminhou ao Consuni um pedido de alteração do regimento da CPPD que data de 1994. A Secretária dos Órgãos Colegiados recebeu o pedido de alteração regimental da comissão em 9 de setembro e o processo se encontra na Comissão de Legislação e Normas do colegiado. Seu relator é o representante do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, professor Eduardo Siqueira.

O Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), de 1987, estabelece que em cada Instituição Federal de Ensino deve haver uma Comissão Permanente de Pessoal Docente que tem como atribuição assessorar os colegiados acadêmicos para a "formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente". A CPPD trata de todos os assuntos relativos à carreira docente, carga horário, regime de trabalho, entre outros, emitindo pareceres que influenciam as decisões dos colegiados superiores.

Integrantes da CPPD nomeada em julho de 2001

Leslie Claude Benchetrit – Professores Titulares (presidente)
Antonio Ferreira Pereira – Centro de Ciências da Saúde (vice-presidente)
Rosa Cristina Dias Peres, do Instituto de Química **–** Centro de Ciências da Matemática e da Natureza
Cláudia de Souza Cunha, da Faculdade de Letras – Centro de Letras e Artes
Luiz Barros Montez, da Faculdade de Letras – Suplente do Centro de Letras e Artes
Márcio da Costa, da Faculdade de Educação – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Maria das Graças Derengowski Fonseca, do Instituto de Economia – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Silvio de Souza Lima, da Escola Politécnica – Centro de Tecnologia
João Ricardo Lacerda de Menezes, do Instituto de Ciências Biomédicas – Professores Adjuntos
Paulo Vaccari Coccavo, da Escola de Enfermagem - Suplente dos Professores Adjuntos
Paula Regina Virginio Moraes, da Escola de Enfermagem Anna Nery – Professores Assistentes
Ricardo Justen Moreira da Costa, da Faculdade de Farmácia – Suplente dos Professores Assistentes
André Luiz Costa de Araújo, da Faculdade de Farmácia - Professores Auxiliares
Virgínia Frota de Matos, da Faculdade de Farmácia – Suplente dos Professores Auxiliares
João Carlos Teixeira de Mello, do Colégio de Aplicação – Professores de ensino fundamental e médio
Evandro Luis Von Sydow Domingues, do Colégio de Aplicação – Suplente dos Professores de ensino fundamental e médio
Edson Medeiros Branco Luiz, estudante da Faculdade de Direito – Representante does estudantes de graduação

AVISO

Devolução do PSS

Na semana passada, alguns professores sindicalizados procuraram a Adufrj-SSind e comunicaram que não receberam a devolução do desconto do PSS sobre o 13º de 2003, no contracheque do salário de novembro, recebido no dia 2 de dezembro. No jornal da Adufrj nº 120, de 8/12/03, foi informado que a reitoria cumpriu a decisão judicial que deu ganho de causa, em 2001, a ação impetrada pela seção sindical contra o desconto do PSS.

A diretoria da seção sindical pede aos professores que também tiverem sofrido o desconto indevido, que procurem imediatamente a secretaria da Seção Sindical com uma cópia do contracheque impresso para que a assessoria jurídica possa providenciar as medidas para regularização da situação.

Anote

Coppe realiza congresso interno

Na semana de 24 a 28 de novembro, aconteceu o *I Congresso Interno da Coppe*. O objetivo do evento foi, de acordo com o relato do conselheiro da Adufrj-SSind Carlos Roberto Strauss Vieira, promover um debate participativo com o intuito de diagnosticar dificuldades, demandas e sugestões de professores, estudantes e técnico-administrativos. O congresso da Coppe teve como temas o *Programa de Aperfeiçoamento e Formação Profissional*; *Unidade da Coppe*; *Qualidade de vida*; *Processos e meios de trabalho*; o *Papel dos técnico-administrativos na pesquisa científica e no ensino*; e *Plano de carreira e avaliação de desempenho.* O relatório final das propostas apresentadas no congresso será divulgado no endereço www.congresso.coppe.ufrj.br.

Entrevista

Estudantes secundaristas apóiam governo Lula

Oposição minoritária critica posição que enfraquece independência da Ubes

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) está governista. Essa é a crítica do aluno Bruno Miranda, integrante do Movimento Ruptura Socialista – corrente minoritária entre os secundaristas, que acompanhou o último Congresso da entidade, realizado em Mogi das Cruzes (SP), entre os dias 4 e 7 de dezembro. "Não se pode nem dizer que a Ubes está próxima ao governo. Isso seria um eufemismo", afirma Bruno.

O comentário do estudante ganha relevância porque uma das resoluções finais do congresso fala justamente de uma "Ubes independente de governos e na luta por mudanças". Mas, contraditoriamente, no mesmo tópico, ficou definido entre os estudantes secundaristas o "apoio ao programa de mudanças aprovado pela ampla maioria da sociedade brasileira nas eleições presidenciais".

Em sua página eletrônica na internet, a União da Juventude Socialista que, ao lado de outras correntes aliadas, conquistou 70% dos votos dos delegados ao congresso, explica em sua tese de análise da conjuntura nacional que o governo Lula ainda vive sob o peso da "herança maldita" da era FHC e precisou contornar a crise econômica, nesses primeiros meses. A UJS reconhece que "o Governo mantém a política econômica conservadora e adota uma agenda de reformas que nem sempre expressam interesses maiores do povo". No entanto, a corrente política considera que o novo governo "já consegue sinalizar no rumo das mudanças".

Que sinais?

Os sinais seriam, entre outros pontos, a defesa da soberania nacional, o início da queda de juros, os planos de crédito popular, o fato de a reforma agrária ser "reafirmada como uma das prioridades" e o fortalecimento do diálogo com a sociedade, através de fóruns, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Os problemas são vários nesta análise. A manutenção do Brasil nas negociações da Alca aponta para várias direções, menos para a soberania nacional. Os planos de crédito popular, em última instância, só beneficiam os bancos emprestadores. O fato de o MST não dar trégua nas ocupações de terra também indica como vai a reforma agrária do governo Lula. Finalmente, o CDES já teve sua composição predominantemente empresarial criticada pelo Andes-SN.

Bruno Miranda também lembra que as resoluções tomadas no congresso estudantil falam em posição contrária à Alca, mas isso ele considera pouco: "Falta uma postura mais firme, por exemplo, contra cada fase das reuniões ministeriais que tratam do assunto", disse. Neste ponto, ele reclama que, das vezes que procurou a direção da Ubes para apoio financeiro a campanhas em favor do passe livre, por exemplo, recebia a informação de que não havia dinheiro. "Mas tem dinheiro, por exemplo, para a direção (da Ubes) fazer e entregar uma placa de homenagem ao ministro Celso Amorim por sua 'posição soberana' nas negociações que envolvem o Brasil", ironiza Bruno. De fato, a homenagem ocorreu, em Brasília, em 17 de setembro.

A manutenção e ampliação do superávit primário brasileiro para atender aos interesses do "mercado" deixam o estudante indignado: "Se o Lula corta verbas do social, não tem uma palavra da Ubes contra isso", critica.

Continuidade da luta

De acordo com Bruno Miranda, no Rio de Janeiro, as próximas mobilizações dos estudantes secundaristas voltam a ocorrer em março, com o fim das férias. Segundo ele, já a partir da segunda semana de aulas deverão acontecer novas passeatas em defesa do passe livre, contra as catracas eletrônicas, pela contratação dos professores concursados das redes pública estadual e federal, pela abertura de novos concursos para docentes e em defesa das eleições diretas para as direções dos colégios.

Resenha

Aperto fiscal vai até 2007

Os ministros Guido Mantega (Planejamento) e Antonio Palocci (Fazenda) e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, reforçaram o compromisso do governo de economizar nos próximos anos o equivalente a 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto) para o pagamento de juros da dívida pública, segundo a Folha de S. Paulo (11/12). Enquanto isso, o orçamento social fica à míngua.

Itália protesta contra reforma previdenciária

A manifestação dos sindicatos italianos para protestar contra o projeto de reforma previdenciária proposto pelo governo do primeiro-ministro Silvio Berlusconi reuniu mais de 1 milhão de pessoas, em Roma, no último dia 6/12, de acordo com os organizadores do protesto. Pelo lado das autoridades policiais, nenhum dado preciso sobre o número de participantes foi fornecido. "Diante desta gigantesca e extraordinária manifestação, o governo deve refletir, porque, se segue adiante com sua política, o protesto crescerá", afirmou o líder do maior sindicato do país (a Confederação Geral Italiana do Trabalho - CGIL), Guglielmo Epifani, de acordo com a Folha de S. Paulo e o jornal argentino Urgente 24.

Classe média paga a conta do IR

O congelamento da tabela do imposto de renda aumentou em 50% o valor pago por um trabalhador que recebe R$ 2 mil, de acordo com o boletim informativo nº 1530 do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco). Já em matéria do jornal O Globo publicada em 7/12, o Sindicato alertou para o fato de que as pessoas com salário de R$ 1.500 mensais perdem R$ 448,50 ao ano com o confisco provocado pelo congelamento da tabela. A decisão do governo de congelar a tabela progressiva do Imposto de Renda e manter a alíquota de 27,5% vai pesar no bolso da classe média.

Campanha pela libertação dos presos políticos

Governo fez pouco pela reforma agrária em 2003

Em sua edição de nº 53, de 9 de dezembro, o informativo eletrônico do MST comenta a situação de reforma agrária durante 2003. Para o movimento, "o governo fez muito pouco". Quase não foram feitas desapropriações, os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) não chegaram até os assentados e sobrou burocracia e incompetência no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). "De um compromisso inicial de assentar no mínimo 60 mil famílias, vamos terminar o ano com aproximadamente 10 mil famílias assentadas. Uma vergonha!", diz um trecho do informativo.

Reação do latifúndio

Para os Sem Terra, os latifundiários agiram durante a ausência do governo. "Procuraram utilizar os meios de comunicação, alguns governos estaduais conservadores e seus amigos no poder judiciário, para criminalizar a Reforma Agrária e muitos militantes do MST e dos movimentos sociais amargaram com prisões. Felizmente os tribunais superiores estão corrigindo as perseguições políticas de alguns juízes locais. E conquistamos a liberdade para a maioria de nossos presos políticos", diz outro trecho do informativo. Mas, apesar da resistência, os trabalhadores rurais não se intimidaram. O MST pôde comemorar o fato de, pela primeira vez na história do Brasil, ter quase 200 mil famílias acampadas em todo o país, praticamente um milhão de pessoas, na beira das estradas, na luta pela reforma agrária.

Compromisso de governo

Em 21 de novembro, o movimento recebeu da parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário o anúncio do assentamento de 200 mil famílias em 2004, assentar outras 350 mil até o fim do governo e recuperar os assentamentos atuais de, no mínimo, 400 mil famílias. "Esse anúncio foi encarado pelo MST e pelos movimentos sociais, não como uma promessa, mas como um compromisso".

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Reforma Universitária

Proposta do governo não é a reforma que as universidades precisam

Ministro promete que reforma universitária será tão debatida quanto a previdenciária

Está prevista para esta semana a divulgação da proposta de reforma universitária do governo Lula, elaborada por um grupo de trabalho composto por representantes da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos ministérios da Educação, Planejamento, C&T e Fazenda. Segundo o ministro da Educação Cristovam Buarque anunciou na semana passada, durante a solenidade de comemoração dos três anos do Portal de Periódicos da Capes, a proposta será apenas uma espécie de roteiro para as discussões que deverão ocorrer durante o primeiro semestre de 2004. Poucos dias antes, no entanto, o ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, havia indignado a comunidade universitária ao afirmar que "o pau vai comer, como aconteceu na reforma da previdência". Cristovam minimizou o destempero verbal do seu colega da Casa Civil, interpretando-o como uma avaliação de que o debate será intenso no interior da universidade, por tratar de questões muito polêmicas, e ainda buscou tranqüilizar os presentes à solenidade acenando com o exemplo da tramitação da reforma da previdência, durante a qual "todos os governadores foram ouvidos".

Embora a proposta do governo ainda não esteja oficialmente divulgada, as suas linhas gerais podem ser há muito identificadas nas declarações e atos do governo, coerentes com as suas propostas para os demais setores do Estado, que buscam, antes de mais nada, a redução de custos e a crescente desobrigação com as políticas sociais. A gratuidade do ensino superior público será posta em questão, a autonomia universitária continuará tolhida, a pesquisa será ainda mais direcionada aos interesses das empresas privadas e a substituição de verbas públicas pela remuneração pela prestação de serviços será incentivada.

É urgente e mais necessária do que nunca a mobilização de professores, estudantes e funcionários tecnico-administrativos de todo o país para a defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e de qualidade. A Adufrj-SSind estará radicalmente empenhada nesta defesa, articulada aos demais movimentos, no interior da UFRJ e no âmbito nacional.

Andes-SN repudia proposta de estatuto dos Centros Federais de Educação Tecnológica

O Sindicato Nacional encaminhou na última sexta-feira Moção de Repúdio à Coordenação Geral de Supervisão de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONCEFET) e à Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (SEMTEC), repudiando proposta de estatuto elaborado por essas instituições para os Centros Federais de Educação Tecnológica.

Para o ANDES-SN, o texto, além de ferir a autonomia dos CEFETs - conferida pela sua condição de autarquia de regime especial -, apresenta os seguintes problemas:

- desrespeita o princípio de gestão democrática das IFES, ao retirar dos três segmentos que integram a comunidade acadêmica dos CEFETs (docentes, técnicos-administrativos e estudantes), o poder de elaborar o estatuto para a instituição a que estão vinculados como resultado do debate produzido em assembléias estatuintes, instaladas no interior de cada instituição;

- transfere para o âmbito do CONCEFET o poder de definir estatutos e regimentos para os CEFETs, poder esse que deve ser legitimamente atribuído à comunidade acadêmica de cada instituição;

- expressa uma concepção reducionista do papel acadêmico dos CEFETs, que ficam relegados à condição de instituições periféricas, meras retransmissoras de conhecimento, exclusivamente na área tecnológica e voltado para atender às demandas imediatas do mercado;

- ignora, ao estabelecer um estatuto único para todos os CEFETs; o fato de que cada instituição apresenta especificidades determinadas pela sua trajetória histórica, localização geográfica, realidade social, opção política e acadêmica, bem como ignora que a estrutura normativa de cada Centro deve respeitar essas características e guardar profunda identidade com elas;

- não prevê a existência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão colegiado imprescindível para tratar das atividades fins da instituição;

- atribui ao Conselho Diretor um poder exacerbado, vez que não prevê a existência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e além disso, estabelece para este conselho uma composição antidemocrática, com hiper representação da direção da instituição, uma representação elevada de membros externos à comunidade e uma representação reduzida e em proporção desigual dos segmentos discente, técnico-administrativo e docente;

- institui o Conselho Empresarial, abrindo prerrogativa para a ingerência dos empresários nos rumos das instituições, ignorando a luta política de vários CEFETs contra a instituição deste conselho;

- impõe aos CEFETs históricos (Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão) um retrocesso político-acadêmico irreparável, e ao invés de fomentar o processo de gestão democrática nos novos CEFETs, estimulando o debate na comunidade para a elaboração coletiva do arcabouço normativo da instituição, aborta-o com um estatuto construído pela cúpula dirigente.

- revela um total desconhecimento da atual estrutura administrativa e acadêmica do CEFETs históricos, que já conquistaram maior grau de democracia interna e autonomia do que a prevista na minuta.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Reforma Universitária

"O pau vai comer"

... Será que teremos que relembrar "a volta do cipó de aroeira"?

José Domingues Godoi Filho*

Depois de instituir "democraticamente", via decreto publicado em 21/10/2003, um Grupo de Trabalho Interministerial para, " no prazo de sessenta dias, analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES", contratar uma organização não-governamental estrangeira, em detrimento do conhecimento existente no país, para definir a metodologia de um seminário que pretendia discutir "A Universidade do Século XXI" e adiar a Conferência Nacional de Educação, nos deparamos agora com a declaração do Chefe da Casa Civil que afirmou, segundo o jornal O Globo (05/12/2003), que: - "o governo está disposto mesmo a enfrentar uma guerra para fazer o que chamou de revolução no ensino universitário público." O Chefe da Casa Civil alertou que "o Brasil precisa enfrentar o problema da universidade pública. Como esse é um tema muito polêmico, o pau vai comer (grifo nosso), como aconteceu na reforma da Previdência. E vamos tomar partido, porque gostamos, somos bons de disputa política e social".

A declaração do Chefe da Casa Civil soma-se à posição assumida pelo Ministro da Educação durante audiência pública, no dia 02/12/2003, de ataque à carreira única, com salários isonômicos, defendida pelo ANDES-SN. Se não bastasse, o Ministro Chefe da Casa Civil indica que a "revolução" virá capitaneada pela Lei de Inovação Tecnológica (o monstrengo que está sendo montado a partir do PL 7282/2002, encaminhado pelo governo FHC). Se, por outro lado, considerarmos ainda o Orçamento da União previsto para 2004, o PPA 2004-2007 e o que consta da Reforma Tributária, aprovada na Câmara Federal, não teremos uma revolução e nem mesmo uma reforma, mas sim um enorme retrocesso na universidade e na própria educação brasileira como um todo.

É importante salientar que a postura do Chefe da Casa Civil contraria os compromissos e posições públicas assumidas pelo Ministro da Educação, desde a visita que solicitou e fez ao ANDES-SN, no dia 26 de dezembro de 2002, em relação ao processo de discussão e implantação de modificações na educação brasileira. As posições do Chefe da Casa Civil não contribuem em nada com o debate pretendido, buscado e reivindicado pela comunidade acadêmica junto ao MEC.

Como ficou claro nas declarações e provocações feitas pelo Chefe da Casa Civil, a universidade é a bola da vez e, diante da afirmação de que o "pau vai comer", não nos resta outra alternativa que não a de estarmos unidos, dispostos, mobilizados e preparados para defender, com o melhor de cada um de nós, as propostas que construímos para a universidade e para a educação brasileira. O ano de 2004 já começou e, com certeza, a comunidade universitária responderá à altura e não fugirá da luta. Se for para revolucionar a universidade brasileira nos termos preconizados pelo Ministro Chefe da Casa Civil, talvez seja necessário considerarmos o que o poema de Geraldo Vandré sugeria com a "volta do cipó de aroeira no lombo de quem mandou dar".

* 1º Vice-Presidente do ANDES-SN

Decreto de 20 de outubro de 2003

Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição

que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de, no prazo de sessenta dias a contar da publicação deste Decreto, analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

Parágrafo único. O plano de ação a que se refere o caput deverá contemplar, entre outros aspectos, medidas visando a adequação da legislação relativa às IFES, inclusive no que diz respeito às suas respectivas estruturas regimentais, bem assim sobre a eficácia da gestão, os aspectos organizacionais, administrativos e operacionais, a melhoria da qualidade dos serviços e instrumentos de avaliação de desempenho.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - Ministério da Educação, que o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Secretaria-Geral da Presidência da República;

IV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

V - Ministério da Ciência e Tecnologia;

VI - Ministério da Fazenda.

§ 1º - Os membros, titular e suplente, de cada órgão serão designados pelo Ministro de Estado da Educação, mediante indicação dos respectivos titulares.

§ 2º - O Coordenador do Grupo de Trabalho poderá convidar representantes de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, para participar das reuniões do Grupo.

Art. 3º - O apoio administrativo e os meios necessários para a execução dos trabalhos do Grupo de Trabalho serão fornecidos pelo Ministério da Educação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 2003; 182º - da Independência e 115º - da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
José Dirceu de Oliveira e Silva

Movimento

Sindicato Nacional posiciona-se contra certificação imposta pelo MEC

Desde junho de 2003, quando o MEC publicou a Portaria nº 1403, implantando o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), do qual o ANDES-SN faz parte, vem analisando e se posicionando contrariamente a mais um instrumento verticalmente instituído que, sem consulta ou diálogo com os professores, impõe uma lógica individualista, competitiva e punitiva.

A instituição de um processo avaliativo sempre foi pensada como extremamente necessário para o FNDEP. Entretanto, o mesmo deve ser balizado por parâmetros que vão muito além da mera aferição de conhecimentos pasteurizados em Matrizes de Referência que pretendem estabelecer "um conjunto de saberes específicos". No entender do FNDEP, uma política de avaliação deve contemplar, dentre outros aspectos, as condições nas quais se dá o trabalho docente, as possibilidades de formação e qualificação destes (e mecanismos de progressão na carreira) e a sua autonomia profissional (incluindo-se aí a autonomia da própria Unidade de Ensino).

Assim, quando o MEC encaminhou aos professores da Educação Básica o formulário do CENSO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, que induz os professores a autorizar sua avaliação por meio de um artifício ao final do documento, posto que solicitava ao professor marcar SIM ou NÃO após o seguinte: "Autorizo minha inscrição no Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica", sem esclarecer que, na verdade, com isto, poderia-se estar dando a autorização para ser submetido à avaliação, a Adufrj-SSind enviou uma mensagem aos professores da UFRJ, com orientação específica àqueles da Educação Básica e Fundamental a não autorizarem a sua participação nos exames. A mensagem incluiu um texto de avaliação produzido pelo FNDEP, "Formar ou certificar? Muitas questões para reflexão", que pode ser encontrado na Internet, no endereço www.andes.org.br/Anexo-Circ025-03.doc.

Chapa 2 vence eleições do Sintufrj

A chapa 2, "Conquistar + para a Categoria", venceu o segundo turno das eleições majoritárias para a direção do Sintufrj, com 2.318 votos (ou 53,72% do total dos válidos). A chapa 3, "A Vez da Base – Renovar para Lutar", conseguiu 1.997 votos (46,28%). Houve ainda 36 votos em branco e 211 nulos, além de 13 votos inválidos em separado. Um total de 4.575 sindicalizados foram às urnas. A posse vai ocorrer neste dia 19 de dezembro, em local e horário a serem confirmados.

Ciência e Tecnologia

Mais um golpe na C&T do Rio

Acréscimo de redação pode reduzir ainda mais orçamento da Faperj

Enquanto a comunidade científica ainda avaliava os prejuízos da proposta de emenda constitucional estadual que reduzia os valores destinados à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro, um novo golpe foi desferido contra o orçamento da entidade, na semana passada.

Durante a segunda votação da PEC 20-A/2003, de autoria do deputado Edson Albertassi (PSB), que modificou a redação do artigo 332 da Constituição Estadual, foi percebido um acréscimo de redação que pode fazer a verba da Faperj minguar ainda mais: após o texto "o Estado do Rio de Janeiro destinará, anualmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa – Faperj, 2% (dois por cento) da receita tributária do exercício, deduzidas as transferências e vinculações constitucionais", foi incluída, ao final, a expressão "e legais".

Na discussão de plenário do dia 9/12 transcrita na página eletrônica da Assembléia Legislativa (www.alerj.rj.gov.br), o deputado Carlos Minc (PT) já observava que "qualquer lei ordinária que cria uma vinculação terá de ser deduzida da base de cálculo" da Faperj, com base na nova redação.

Ainda em plenário, no entanto, foi apurado que a expressão acrescentada constava, de fato, das notas taquigráficas da sessão anterior, da primeira votação, para supostamente viabilizar uma lei estadual de combate à pobreza. Mesmo esclarecido o acréscimo, a oposição – que é minoritária - tornou a votar contra o texto e perdeu, por 42 votos a 17. Vale destacar que a base governista conseguiu sua vitória pelo quórum mínimo para alteração constitucional, com convocação às pressas dos deputados ausentes para conseguir os votos necessários.

Críticas à redução

Carlos Minc lembrou que, em anos anteriores, o percentual constitucional de 2% jamais foi alcançado, mas houve um progresso gradual. "E quando se começa a chegar de 1% em direção aos dois (por cento), há um recuo", lamentou, em plenário.

Nem o compromisso do governo do estado de destinar um mínimo de R$ 100 milhões para a Faperj em 2004 acalmou a oposição. Nos melhores anos, vale destacar, foram repassados apenas R$ 87 milhões à fundação de amparo à pesquisa. Luiz Paulo (PSDB) observou que o orçamento de 2004 do Governo de São Paulo, previa R$ 63 bilhões, dos quais R$ 550 milhões seriam investidos em Ciência e Tecnologia. "E nós, com o orçamento de R$ 30 bilhões, vamos chegar a R$ 100 milhões, quando temos uma relação que nos obrigaria a investir R$ 250 milhões", criticou.

Pós-graduandos também criticam

Para o estudante Gustavo Conde Menezes, um dos representantes da Associação de Pós-Graduandos (APG) e integrante do Conselho Universitário da UFRJ, "é unânime que houve um retrocesso" com a medida apoiada pelo governo estadual. De acordo com Gustavo, nem os prometidos R$ 100 milhões de 2004 estão garantidos. O aluno "achou curioso" também que a comunidade científica tivesse que negociar as verbas da Faperj, na semana retrasada, com o secretário de Segurança e ex-governador, Anthony Garotinho, enquanto a governadora estava em tratamento de saúde. "E o secretário estadual de C&T (Fernando Peregrino)?", questionou.

Confira como votaram os deputados

Votaram contra a redução dos recursos da Faperj: Alessandro Molon, André Corrêa, Carlos Minc, Cida Diogo, Cidinha Campos, Comte Bittencourt, Delio Leal, Flávio Bolsonaro, Georgette Vidor, Gilberto Palmares, Gilberto Silva, Glauco Lopes, Inês Pandeló, Jurema Batista, Luiz Paulo, Otávio Leite, Paulo Ramos.

Votaram a favor da redução: Acárisi Ribeiro, Albano Reis, Alberto Brizola, Antônio Pedregal, Aparecida Gama, Aparecida Panisset, Armando José, Caetano Amado, Coronel Jairo, Coronel Rodrigues, Dica, Domingos Brazão, Edmilson Valentim, Edna Rodrigues, Edson Albertassi, Eliane Ribeiro, Ely Patricio, Fábio Silva, Geraldo Moreira, Graça Matos, Graça Pereira, Jodenir Soares, Jorge Picciani, José Nader, José Távora, Leandro Sampaio, Léo Vivas, Marco Figueiredo, Marcos Abrahão, Nelson do Posto, Noel de Carvalho, Núbia Cozzolino, Paulo Melo, Pedro Fernandes, Ricardo Abrão, Roberto Dinamite, Rogério do Salão, Samuel Malafaia, Sérgio Soares, Uzias Mocotó, Waldeth Braziel, Washington Reis.

Grupos de Trabalho

Grupo de Seguridade acompanhará reforma nos estados

Na última reunião deste ano, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 dezembro, o Grupo de Trabalho de Seguridade Social do Andes-SN avaliou que o governo deverá aprovar a Reforma da Previdência no Senado até o próximo dia 19 e que os acordos do governo federal com os governadores estão acontecendo muito rapidamente, o que revela que a reforma será encaminhada para tramitação nos estados logo no início de 2004.

O GTSS identificou os dispositivos aprovados na Reforma da Previdência que exigirão regulamentação em leis específicas (veja quadro). Também será realizado pelas seções sindicais um diagnóstico da reforma nos estados e municípios para a apuração de dados sobre as legislações atuais, as leis orçamentárias de 2003 e 2004, as estruturas dos regimes próprios dos servidores em cada localidade, os demonstrativos de execução orçamentária e demais relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (2002 e 2003, no mínimo) e dados estatísticos sobre contribuintes e beneficiários. As secretarias regionais do Sindicato coordenarão o levantamento nas suas áreas de atuação.

O GTSS nacional também sugere que seja feita uma discussão nos fóruns do movimento docente, com base nos princípios defendidos pelo Andes-SN para a previdência social, dos seguintes temas: regime próprio/regime único; e tempo de trabalho/tempo de contribuição. Foi sugerido ainda que o Andes-SN e as seções sindicais acompanhem a movimentação dos sindicatos na constituição dos fundos de pensão aprovados na PEC 67/03. Será encaminhado, também, ao Grupo de Trabalho Carreira a verificação da necessidade de ajuste na proposta de Carreira Docente do Andes-SN, a partir da aprovação da reforma no Senado, tendo em vista o fim da paridade constitucional entre ativos e aposentados.

Pesquisa nos Hospitais

Diante da contra-reforma universitária alardeada pelo governo federal, o GTSS nacional indica a necessidade de um rápido levantamento da situação dos hospitais universitários. Uma pesquisa mais aprofundada sobre os HUs vinha sendo elaborada anteriormente, mas o grupo avaliou que, com mais esta investida contra a autonomia das instituições públicas, este levantamento torna-se urgente.

A coordenação do GTSS trabalhará com os dados disponíveis no MEC e no Ministério da Saúde sobre as Unidades hospitalares de ensino. Às seções sindicais caberá o levantamento até abril de 2004 sobre os Hospitais Universitários, Hospitais-Escola e Hospitais Veterinários, a partir de um relatório elaborado pelo GTSS nacional.

Assistência Social

Foi sugerido a realização de seminários nacionais e regionais sobre Assistência Social a serem promovidos pelo Andes-SN.

O GTSS entendeu que esta iniciativa surgiu em função da continuidade, no governo Lula, da política de desmonte da Seguridade Social. Mais recentemente, dois exemplos indicam essa falta de preocupação com o tripé Assistência Social-Saúde-Previdência: o governo unificou os programas de Assistência Social com o único objetivo de poupar recursos e sob a falsa alegação de "responsabilidade social". Outro sinal de desresponsabilização com a Seguridade Social foi o fato de o governo ter convocado a Conferência Nacional de Assistência Social para o mesmo período da 12ª Conferência Nacional de Saúde, impedindo, na prática, a contribuição dos participantes de um fórum para outro.

23º Congresso, em Salvador

Foi avaliada, ainda, a necessidade de reunir as contribuições dos GTs locais para a próxima reunião do GT nacional que será realizada entre a última semana de janeiro e a primeira de fevereiro de 2004, em Brasília. Os integrantes do GTSS nacional avaliaram que deverão ser produzidos estudos sobre as diretrizes da Organização Mundial do Comércio para a seguridade social, tanto para a Saúde, como para a Previdência e a Assistência. Estudos sobre a saúde do professor e sua relação com as condições de trabalho também foram sugeridos como tema a ser trabalhado pelo grupo. Outros temas que estão sendo trabalhados nos grupos locais foram destacados: criação de Comissões de Saúde do Trabalhador nas universidades e instituições federais de ensino superior, com a participação dos técnico-administrativos; implantação de controles social nos Hus; forma de implementação do Sistema Único de Saúde em relação à Constituição Federal; e as agências e suas relações com a privatização e terceirização nas Unidades.

Dispositivos da PEC 67/03 (aprovada no Senado) que ainda exigirão leis para sua regulamentação

Art. 40
§ 1º - aposentadoria por invalidez
§ 3º - cálculo dos proventos de aposentadoria
§ 7º - concessão do benefício de pensão por morte
§ 8º - reajuste dos benefícios
§ 15º - instituição da previdência complementar
§ 17º - atualização monetária das remunerações para o cálculo dos proventos de aposentadoria
Art. 42
§ 1º - pensões dos militares dos estados (leis estaduais)
Art. 149
§ 1º - alíquota de contribuição previdenciária dos estados e municípios
Art. 201
§ 10º - seguro de acidente de trabalho
§ 12º - regime especial de inclusão de trabalhadores de baixa renda
Art. 7º (PEC), § único – "paridade" para os atuais servidores
Art. 8º - paridade para os atuais aposentados e pensionistas e para quem já reúne as condições para se aposentar.

Movimento

CNESF repudia acordo da CUT com banqueiros

Sobre o acordo da CUT com banqueiros para empréstimos e as declarações do Ministro Mantega

Vimos, por meio deste, declarar que as entidades nacionais que compõem a CNESF, todas sem exceção, são contrárias e não assinaram nenhum acordo para empréstimos com banqueiros. Não concordamos com a política da CUT no estabelecimento do convênio, não concordamos com o envolvimento do Governo neste processo, muito menos aceitamos as declarações que dão entender que nós assinaremos tais acordos.

Esta posição, fechada e consensual entre nós, decorre das seguintes razões:

a) A CUT é uma entidade classista, de luta, construída na vaga das grandes greves o ABC e da recomposição do movimento sindical classista. A construção da Central, a primeira com essa característica no Brasil, ocorreu para potencializar, unificar, qualificar e dirigir as lutas sindicais. Isso exige a ampliação progressiva da autonomia e independência sindical; ao mesmo tempo que também exige a defesa e ampliação das conquistas trabalhistas. Somente uma luta que amplie a organização pela base dos sindicatos combinada com lutas de massa poderá fortalecer o caráter da CUT. Os acordos com os banqueiros, por sua vez, são, justamente, a contra-mão dos desafios históricos colocados acima e, portanto, somos radicalmente contrários ao mesmo.

b) Não concordamos com a MP 130 que legaliza institucionalmente os acordos da CUT e ajuda a "pendurar pelo pescoço" ainda mais a grande massa dos trabalhadores que possuem o salário nominal congelado e o salário real diminuído. Nossa luta não é para aprofundar essa situação intensificada pela aplicação da política neoliberal. Ao contrário, nossa luta é para derrotar o neoliberalismo e conquistar a necessária recomposição salarial que necessitam os trabalhadores do serviço público (e o conjunto da classe trabalhadora).

c) No lugar de fazer declarações que dão entender que nós concordamos com a política absurda dos empréstimos achamos que o Ministro Mantega deveria estar respondendo as reivindicações que apresentamos à MNNP, pelo menos, desde abril. É nossa prioridade que o Governo apresente, urgentemente, suas posições sobre: a reposição da inflação, a incorporação das gratificações de produtividade e da GAE, a correção das distorções existentes entre os setores e as Diretrizes de Planos de Carreiras. Essa é nossa urgência. Negociação trabalhista em hora para começar e para acabar, não podemos ficar infinitamente, até o final do governo, com reivindicações à mesa sem resposta e, muito menos, sem soluções. Essa é a prioridade para nós e o que queremos negociar.

d) Finalmente, é bom que fique claro que não participaremos ou apoiaremos os acordos de empréstimos em desconto em folha (ou em qualquer outra versão). Os mesmos servem apenas para garantir a manutenção do congelamento dos salários e o lucro dos banqueiros. Os juros são menores, mas, são seguros para os bancos, visto que o trabalhador não terá mais o direito de não pagar quando precisar ou desejar. Será descontado direto do salário com aval do seu sindicato, do patrão e do Governo (com a aprovação da MP 130). Somos contrários a saídas que rebaixem ainda mais as condições de vida da classe e enalteçam ainda mais os tubarões da especulação financeira.

Assim sendo, queremos negociações urgentemente e queremos que qualquer tema sobre empréstimo em folha ou coisa do gênero não seja colocado, pelo governo, na Mesa Nacional de Negociação Permanente, pois, soará como imposição ou intervenção do planalto nas entidades sindicais que compõem a CNESF. Fazemos questão de manter nossa independência e autonomia e continuar lutando, sem trégua, ao lado da classe pela melhoria de condições de vida, trabalho e direitos sociais.

Brasília, 11 de dezembro de 2003

Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais

Colegiados

Estudantes mobilizam-se contra a reforma universitária

Sessão do colegiado recebeu presidente da Finep

Durante a última sessão ordinária do Conselho Universitário em 2003 (em 11/12), os estudantes imprimiram o tom mais crítico das intervenções. A reunião marcou a renovação da representação discente, após as recentes eleições da nova diretoria do DCE da UFRJ. Bandejão gratuito, verbas para recuperação de prédios, mobilização contra a reforma universitária do governo e o fim das fundações universitárias foram alguns dos temas apontados pelos alunos.

Da platéia, autorizado a intervir no colegiado, o estudante Victor César leu um relato aprovado em reunião de alunos, professores e funcionários do Instituto de Matemática, em 4/12. Victor recuperou os fatos que levaram à inundação do local em 25 de novembro e solicitou, em nome da comunidade do Instituto, providências imediatas da reitoria para a revisão da parte estrutural, elétrica e hidráulica de todos os Centros, em especial do Centro de Tecnologia, onde ocorreu o incidente. A comunidade do IM reivindica ainda alocação de recursos para reposição de bens permanentes perdidos e a criação e manutenção de uma brigada de emergência para atuação em casos semelhantes.

Biblioteca do IFCS e bandejão

Estudantes presentes à sessão cobraram a construção imediata dos bandejões gratuitos e espalhados por todos os *campi* da UFRJ, bem como a recuperação da biblioteca do IFCS, que está interditada há cerca de um ano e meio.

O diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Franklin Trein, relembrou aos conselheiros a prolongada interdição da biblioteca do Instituto, bem como a falência das instalações elétricas do prédio e a comprovada falta de condições para combate a eventuais incêndios. O decano do CLA, Carlos Tannus, também aproveitou a ocasião para lamentar a inundação do prédio da reitoria, que afetou principalmente a coleção de obras raras da biblioteca da Escola de Belas Artes. O decano do CCS, João Ferreira, relatou a transferência gradual e supervisionada do NESC para o prédio onde se localiza o HU para evitar uma tragédia, uma vez que há risco de desabamento da estrutura do antigo local do órgão suplementar.

Reforma universitária

O representante discente Paulo Maurício recordou aos conselheiros as preocupantes declarações do ministro José Dirceu sobre uma reforma universitária. Ele observou que "está na hora de organizar essa discussão". O aluno pediu o diálogo entre as entidades estudantis e sindicais – que já começaram a debater o tema – com as organizações institucionais do setor da Educação, como a Andifes e a própria reitoria da UFRJ.

Kelvin Melo

ESTUDANTES COBRARAM BANDEJÃO GRATUITO E REABERTURA DE BIBLIOTECAS

PRESIDENTE DA FINEP ANUNCIOU PLANOS PARA 2004

Financiamento público

Outros representantes estudantis no Consuni, Victor Neves e Pedro Martins observaram que a falta de uma política de financiamento público é o maior problema que afeta a universidade. "O que temos hoje é a proliferação de fundações", disse Victor, que cobrou do Conselho Universitário o papel de resistência diante das diretrizes do governo. Pedro Martins chegou a anunciar que se absteria da votação que se seguiu no Consuni para escolha dos representantes do colegiado na Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB). "Sou contra a existência das fundações", comentou.

Eleição para os conselhos da FUJB

A sessão serviu também para a escolha de representantes do Consuni para compor dois conselhos da Fundação Universitária José Bonifácio. De acordo com o artigo 23 do estatuto da FUJB, o Conselho de Administração é constituído pelo presidente da fundação e mais seis componentes efetivos, sendo três deles (e seus três suplentes) escolhidos pelo Consuni. Para este fórum, foram designados Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha – Faculdade de Educação; Eliezer Jesus de Lacerda Barreiro – Faculdade de Farmácia; Carlos Antônio Levi da Conceição - Coppe (titulares); Ermelinda Azevedo Paz Zanini – Escola de Música; Raimundo Rocha dos Santos – Instituto de Física; Celeste Carvalho Siqueira Elia – Faculdade de Medicina (suplentes).

Pelo artigo 30 do estatuto da FUJB, o Conselho Curador será constituído de cinco componentes efetivos, sendo dois deles (e seus respectivos suplentes) escolhidos pelo Consuni. Para este fórum, foram eleitos os nomes dos professores Ricardo Bicca de Alencastro – Instituto de Química; Franklin Trein - IFCS (titulares); Edwaldo Machado Cafezeiro – Faculdade de Letras - e Eduardo San Pedro Siqueira – Instituto de Matemática (suplentes).

Presidente da Finep expõe projetos da agência

O presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Sérgio Machado Rezende, foi o convidado da reitoria para uma breve palestra aos conselheiros sobre o papel do órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Desde fevereiro deste ano na presidência da Finep, Sérgio anunciou alguns projetos em andamento para aperfeiçoar a administração do órgão. Uma das metas do presidente da Finep é desburocratizar a avaliação feita pelos seus técnicos. Ele admitiu que as respostas da agência às demandas da comunidade científica ainda são muito demoradas.

Outra intenção do presidente da Finep é criar um calendário mais racional de lançamento de editais. Segundo ele, o fato de muitos editais serem abertos ao mesmo tempo gera um grande número de grupos de pesquisa que não são atendidos e acabam insatisfeitos com a Finep. Para 2004, deverá ser criado um projeto-piloto, ainda sem datas fixas, mas com prazos mais espaçados entre um edital e outro da mesma área.

Em relação aos fundos setoriais, que são criticados pelo Andes-SN por induzirem a pesquisa somente em direção aos interesses de mercado, Sérgio Machado observou que já está sendo destinado um percentual para investimento em pesquisa básica correlata ao objetivo de cada fundo.

Sérgio desmentiu que a Finep passe por situação financeira difícil. Ele contou que a agência possui um *status* que considera único no mundo: além de aportar recursos para C&T, a Finep funciona como um banco. E, como tal, empresta dinheiro a juros para empresas que apresentam projetos de inovação. Como fruto dessas operações financeiras (Sérgio observou que, desde 1969, a Finep deixou de receber "apenas" cerca de 10% do que foi emprestado), a agência está em situação estável.

Para o ano que vem, Sérgio acredita que haverá mais recursos para investimento em C&T. Isso não ocorrerá por aumento das verbas destinadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT), do qual a Finep é a secretária-executiva; mas pelo fato de a Finep ter gasto boa parte de seu orçamento deste ano para quitar compromissos ainda de 2002, firmados com os grupos de pesquisa.

Sessão de encerramento do ano

A próxima reunião ordinária do Conselho Universitário está marcada para o dia 8 de janeiro. Antes disso, porém, haverá uma sessão solene de encerramento das atividades de 2003, em 22 de dezembro, às 15h, no Salão Pedro Calmon, do Fórum de Ciência e Cultura, no *campus* da Praia Vermelha. Nesta sessão, o reitor Aloisio Teixeira deverá fazer um balanço dos primeiros meses de sua administração.

Colegiados

Pesquisa revela que pós-graduação tem boa avaliação

Professor da UnB fala ao CEPG sobre estudo financiado pela Capes e Unesco

Na década de 90, a pós-graduação brasileira recebeu avaliação positiva da maioria de seus titulados. Na mesma época, os doutores formados no sistema ficaram concentrados em atividades ligadas às universidades ou institutos de pesquisa. Essas foram as conclusões de uma pesquisa coordenada pelo professor Jacques Velloso, da UnB, cujos resultados foram divulgados em uma palestra especial ao Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), no último dia 12.

Jacques Velloso realizou, ao longo da década passada, uma pesquisa nacional sobre as 15 áreas do conhecimento com maior número de matrículas do sistema de pós-graduação. A pesquisa englobou as regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul – a região Norte ficou de fora por falta de financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em convênio com a Unesco - e ouviu cerca de 9 mil mestres e doutores.

Kelvin Melo

CONSELHEIROS OBSERVAM ESTUDO DO PROFESSOR DA UNB

Diversidade profissional entre mestres

Entre os mestres, percebeu-se uma grande diversidade profissional, conforme a área de conhecimento. Na Sociologia, por exemplo, enquanto 59,1% mantinham atividades nas universidades, apenas 5,8% tinham cargos em empresas. No Direito, 52,6% seguiam carreira profissional na administração pública e apenas 18,5% trabalhavam em empresas. Em outros exemplos, a situação dos mestrandos estava mais "espalhada", como na Engenharia Civil, com 37,2% nas empresas e 36% nas universidades.

Áreas acadêmicas e profissionais

O professor Jacques Velloso dividiu as áreas do conhecimento em "áreas mais acadêmicas" (como Bioquímica e Física) e "áreas mais profissionais" (exemplos de Direito e Engenharia Civil). Entre as primeiras, de 45% a 70% dos mestres ficavam nas universidades. Já nas áreas "mais profissionais", o índice de presença nas instituições de ensino superior caía para uma faixa entre 20% e 40%.

Doutores vão para universidades

Quando se analisou a situação dos doutores, o quadro voltou-se nitidamente para as universidades, mesmo entre as áreas tidas como mais profissionais. Todos os índices das áreas do conhecimento superaram os 50% de presença nestas instituições.

Satisfação com a pós-graduação

Sobre a satisfação dos pós-graduados com a formação recebida, a pesquisa revelou dados curiosos. Entre os mestres, a avaliação era mais positiva para aqueles que ficavam na academia, com exceção da área de Economia, cujos pós-graduados em outras atividades profissionais avaliavam melhor as informações recebidas nos cursos do que aqueles que permaneciam em instituições acadêmicas.

Já entre os doutores – mais de dois terços deles atuam nas universidades -, a avaliação dos cursos foi muito mais positiva nos resultados da pesquisa. O professor Jacques atribuiu o "fenômeno" à característica atribuída ao mestrado e ao doutorado no Brasil. "O mestrado é terminal para cerca de metade dos estudantes da maioria das áreas estudadas. Estes não vêem a Academia como um destino profissional ", disse.

Pós-graduação brasileira ganha relevância

Em outro momento da palestra, o professor Jacques divulgou um dado que mostra a crescente importância do sistema de pós-graduação nacional: na primeira metade dos anos 80, cerca de 40% dos títulos eram obtidos no exterior; atualmente, menos de 20% das titulações são conseguidas em países estrangeiros.

Unidades vão precisar de mais 190 professores substitutos

Legislação não permite renovação de contratos de 2001 e 2002

Vai ser um fim de ano e início de 2004 dos mais corridos para as Unidades da UFRJ que precisam contar com muitos professores substitutos. Na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), em 10/12, os conselheiros foram informados de que a universidade não poderá mais renovar os contratos dos docentes substitutos de 2001 (num total de 106) e 2002 (num total de 84). Só será permitida a renovação daqueles contratados ainda este ano (107, ao todo). Isso significa dizer que as Unidades terão que fazer pelo menos mais 190 concursos para minimamente recompor seus quadros.

A portaria interministerial nº 164, publicada no Diário Oficial em 5 de setembro deste ano, impede essas renovações. Portanto, o colegiado já se prepara para enfrentar a situação de emergência em sua próxima sessão, nesta quarta-feira (17/12), que terá como ponto único de pauta a questão dos substitutos. A reunião vai começar às 8h30, sem espaço para expediente.

Lamentações

Entre os conselheiros, havia lamentações pelo impedimento de aproveitar docentes substitutos anteriores a 2003, uma vez que seriam profissionais já de alguma forma acostumados ao ambiente da UFRJ.

Reunião conjunta CEG/CEPG neste dia 17

Após a reunião do CEG do dia 17, a partir das 10h, vai ocorrer uma reunião conjunta dos colegiados acadêmicos CEG e CEPG para debater a alocação de vagas docentes. Além disso, também serão discutidas as resoluções que devem substituir a resolução conjunta 01/99, já revogada, que regulamentava a periodização dentro da universidade.

Distribuição de computadores

O CEG tomou conhecimento da distribuição de 194 computadores doados pelo BNDES neste segundo semestre para utilização da graduação da universidade, com prioridade para as secretarias acadêmicas. São todos computadores do tipo Pentium II 133MHz. Os equipamentos chegarão às Unidades no início de janeiro. O CCS receberá 41. O CFCH será o segundo, na quantidade de computadores (37). Em seguida, virão CLA (36); CCMN (25); CCJE (24); CT (21). O alojamento também ganhará 10.

Previdência

Reforma previdenciária pode ser promulgada pelo Senado

Emenda constitucional foi aprovada com 51 votos a favor e 24 contrários

A Reforma da Previdência foi aprovada no Senado, agora em segundo turno, novamente com o apoio dos parlamentares de oposição do PFL e do PSDB. Com 51 votos a favor e 24 contra, os senadores aprovaram, no último dia 11/12, a PEC67/03 que retira uma série de direitos do regime próprio de previdência dos cerca de 8 milhões de servidores públicos dos estados, municípios e da União. De acordo com a Agência Senado, a reforma será promulgada pelos presidentes da Câmara e do Senado, e passa a vigorar a partir da data de sua publicação no Diário do Congresso. A aprovação da PEC67/03 (PEC40/03 na Câmara) ocorreu sete meses e meio após o envio da proposta do governo ao Congresso.

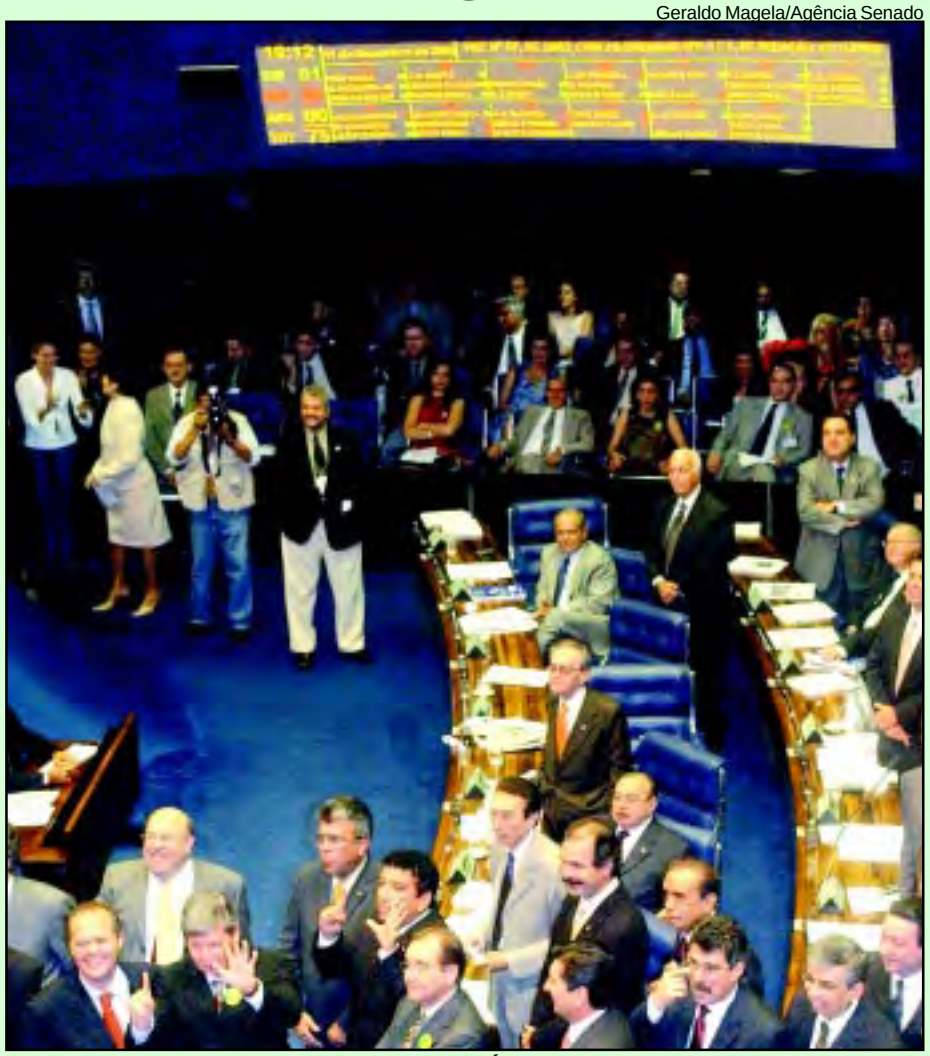
A reforma aumenta em sete anos a idade mínima para que o servidor possa se aposentar e o impede de receber o mesmo salário da ativa, constituindo o fim da paridade entre ativos e aposentados. Com a reforma, para aposentar-se, o servidor tem que ter, no mínimo, 20 anos no serviço público e ter idade mínima de 55 anos, no caso das mulheres, e 60 anos, no caso dos homens.

A reforma institui também a taxação de 11% nos provento de todos os aposentados e pensionistas que recebem mais de R4 1.200,00 nos estados e R$ 1.440,00 pela União. Acaba a aposentadoria integral e a paridade de remunerações entre ativos e aposentados. No caso dos pensionistas, haverá, ainda, um corte de 30% sobre a parcela das novas pensões que ultrapassarem o valor de R$ 2.400,00.

Futuros servidores

Com a aprovação da reforma previdenciária, quem entrar para o serviço público terá uma aposentadoria limitada ao teto de R$ 2.400,00, o mesmo aplicado aos trabalhadores da iniciativa privada. Para obter alguma remuneração adicional, o futuro servidor terá que se submeter aos fundos de previdência complementar, que serão criados por leis ordinárias da União, dos Estados e dos Municípios.

Geraldo Magela/Agência Senado



AO FUNDO, NO PLENÁRIO DO SENADO, PAINEL ELETRÔNICO INDICA A VITÓRIA DO GOVERNO

No cálculo da aposentadoria dos futuros servidores, que ainda será definido em lei específica, entrarão as contribuições feitas ao INSS, se o funcionário tiver trabalhado anteriormente na iniciativa privada. Os futuros servidores não terão direito à paridade entre os proventos dos aposentados e ativos e ficará por conta de uma nova lei a ser apresentada pelo governo a definição de como serão os reajustes da aposentadoria.

Taxação de inativos

Será cobrada a contribuição previdenciária, ou taxa, de 11% sobre os proventos de todos os aposentados e pensionistas que receberem acima de R$ 1.200,00, no caso dos estados e municípios, e R$ 1.440,00, no caso dos servidores federais. A cobrança será feita a partir de 90 dias após a promulgação da reforma.

Corte das pensões

As novas pensões serão pagas integralmente somente para valores até R$ 2.400,00. Acima disto, serão reduzidas em 30%. Uma lei ordinária também definirá como serão reajustadas as novas pensões.

Reforma continua na 'paralela'

Mesmo com a aprovação do texto-base da reforma da Previdência, esta ainda não está encerrada no Congresso. Ainda na semana passada, o Senado continuou a discussão da chamada "emenda paralela" da Previdência, ou PEC77/03, onde estão as emendas apresentadas pelos senadores, aceitas pelo governo. A base do governo apresentou a nova emenda constitucional para evitar alterações do texto-base da PEC67/03, aprovada em segundo turno e pronta para a promulgação, evitando seu retorno à Câmara dos Deputados.

A 'emenda paralela' contém sete alterações, listadas pela Agência Senado:

1) Devolve a paridade entre as remunerações de ativos e aposentados aos atuais servidores desde que estes tenham completado 20 anos de serviço público, sendo dez anos na carreira e cinco no mesmo cargo, no momento da aposentadoria. A reforma da Previdência aprovada no dia 11/12 retira a paridade para os atuais servidores.

2) Permite alíquotas menores (ainda não definidas) de contribuição ao INSS para trabalhadores sem vínculo empregatício e donas-de-casa. O prazo de carência para os benefícios também será menor.

3) Autoriza a adoção de requisitos e critérios especiais para aposentadoria de portadores de deficiência, mas que só serão detalhadas em lei complementar.

4) Concede prazo de 60 dias para que os governadores enviem projetos às assembléias elevando seus salários. Os prefeitos poderão fazer o mesmo.

5) Dobra os valores dos limites de isenção para efeito de cobrança da alíquota de Previdência de 11% de aposentados e pensionistas, desde que estes tenham doenças consideradas incapacitantes. Lei complementar também definirá quais serão essas doenças. Assim, os aposentados dos estados estados portadores de doença incapacitante pagarão 11% sobre o que ultrapassar R$ 2.400,00; e os aposentados da União sobre o que ultrapassar R$ 2.880,00. Pensionistas, nesta situação, pagarão os 11% sobre o que ultrapassar R$ 4.800,00.

6) Controle social da Previdência, com representantes do Ministério Público, Legislativo e Judiciário na sua gestão. Na 'emenda paralela' está previsto, ainda, censo previdenciário a cada cinco anos.

7) Contagem do tempo de serviço: quem completar 30/35 anos de serviço (mulher/homem), sendo 25 no funcionalismo, terá reduzido um ano na idade 55/60 anos (mulher homem) para cada ano excedente trabalhado.

Fonte: Agencia Senado

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 122 • 23 de dezembro de 2003

Seção sindical ganha abono 2004
Página 3

Colegiados rejeitam proposta da reitoria
Página 4

Reunião do Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind

14/01 quarta-feira **15:00**

Escola de Serviço Social

Pauta:
1) Pesquisa sobre os HU's
2) Reforma da previdência nos estados e nos municípios
3) Preparação para o Congresso do Andes-SN

Contribuições para a Adufrj no contracheque de dezembro

Nos contracheques do mês de dezembro, haverá duas contribuições dos professores sindicalizados para a Adufrj-SSind, relativas ao mês de dezembro e ao décimo-terceiro salário. Em ambos os casos, a contribuição para a Adufrj-SSind é igual a 0,8% da remuneração bruta, correspondentes a 0,2% de contribuição para a caixa nacional do Andes-SN e 0,6% para a tesouraria da seção sindical. Os valores das contribuições sobre o décimo-terceiro foram calculados com base nas remunerações de outubro de 2003. A tesouraria da Adufrj-Ssind pede que eventuais discrepâncias lhe sejam comunicadas para as providências cabíveis.

Manuella Soares

POUCO ANTES DA POSSE, PRESIDENTE DA SEÇÃO SINDICAL PARABENIZA NOVA GESTÃO EM MESA COMPOSTA POR COORDENAÇÃO ANTERIOR

Nova diretoria do Sintufrj toma posse

Contra-reforma universitária será combatida pelo sindicato

Combater a reforma universitária delineada pelo governo e enfrentar o preconceito impingido aos técnicos-administrativos. Essas foram algumas das declarações da nova coordenação geral do Sintufrj, empossada no último dia 19, em solenidade no Espaço Cultural do sindicato. A cerimônia foi prestigiada por representantes da CUT (Sônia Lúcio), da Adufrj-SSind (Sara Granemann), do DCE (Daniel Souza), do Andes-SN (Cristina Miranda) e do Movimento Negro Unificado (Haroldo Antônio), entre outros.

O novo coordenador-geral Agnaldo Fernandes afirmou que o Sintufrj vai manter a tradição e as bandeiras de luta do sindicato: "Estamos aqui de cabeça erguida e não vamos baixá-la para nenhum governante ou reitor. Daremos todos os passos à frente para alterar a realidade hoje posta, dando continuidade à luta pela construção de uma sociedade socialista e às necessidades da categoria. Por isso precisamos de um sindicato unificado e fortalecido."

Outra coordenadora, Ana Maria Ribeiro agradeceu o esforço dos funcionários do próprio sindicato no contato com a categoria e também garantiu a combatividade do Sintufrj na gestão que se inicia. "Lutar para acabar com o tratamento dispensado aos técnicos-administrativos de cidadãos de terceira categoria e sustentar a defesa da universidade pública e da luta global por salários são nossos objetivos."

A também coordenadora-geral do Sintufrj Denise Góes, que se disse militante do movimento negro, afirmou que vai lutar para realizar um censo dentro da universidade para garantir a dignidade desses trabalhadores: "Quantos somos, onde estão alocados os negros que ajudam a produzir conhecimento nesta universidade, quais são os obstáculos que criam oportunidades diferentes?", questionou.

Opinião

Públicas, gratuitas e autônomas

Roberto Leher*

A universidade pública foi considerada irrelevante nos países que seguiram as políticas do FMI e do Banco Mundial. A inserção de cada país na economia-mundo dar-se-ia por suas "vantagens comparativas", como baixo custo da energia, mão-de-obra barata e vultosos incentivos fiscais. A produção de conhecimento novo foi tida como luxo insustentável. O Nobel Becker defendeu que os investimentos públicos deveriam se restringir ao ensino fundamental, criticando a pesquisa universitária no Brasil – tarefa reservada ao primeiro mundo, como querem os EUA na Organização Mundial do Comércio. Neste contexto, os recursos para as Públicas sofreram violenta redução e o Estado incentivou o fornecimento privado, chegando a criar centros universitários, paradigmas de ensino massificado e direcionado a um mercado que não requer criação de conhecimento.

Uma reforma soberana teria de romper com o modelo anti-universitário e promover a expansão com qualidade das universidades públicas. Deveriam ser axiais: o vigoroso aporte de recursos estatais (possível com uma nova estrutura tributária e com o restabelecimento dos 18% das receitas provenientes de impostos) e a redefinição dos marcos normativos para articular ensino básico e superior públicos, remover os obstáculos à autonomia universitária e promover a liberdade de pesquisa, através da democratização dos órgãos de fomento à C&T e da redefinição de suas fontes de financiamento.

O sufocante orçamento de 2004, os subsídios para as particulares, a reforma previdenciária, o congelamento salarial e as proposições da Casa Civil e do MEC aprofundam o desastroso modelo dos anos 90: o fim do princípio da gratuidade garantido pela Constituição; a adoção da Coréia e da China como referências – justo países que não permitem liberdade acadêmica, subordinaram a pesquisa ao interesse de umas quantas corporações e cobram taxas dos estudantes –, a "ajuda" do Banco Mundial e a promessa de métodos truculentos para "amansar" os críticos não são um ponto de partida aceitável. Sem democracia, não há a criação de espaços de liberdade. No espaço público, a cultura, a arte e a ciência serão defendidas pelos movimentos sociais e sindicais contra a ignominiosa desigualdade social que ceifa a criação de milhões de jovens impedidos de freqüentar uma instituição pública!

* Professor da UFRJ/Clacso-LPP-Uerj

Previdência

Reforma foi promulgada no último dia 19

A reforma da Previdência foi promulgada, ao lado da reforma Tributária, em sessão solene do Congresso Nacional, no último dia 19. Agora, para evitar que a corrida às aposentadorias desfalque setores importantes da máquina administrativa, o governo pensa em recorrer a um instrumento legal que permite a reinserção dos servidores, de acordo com nota da assessoria do MPOG (19/12). A decisão só será tomada no ano que vem, depois que for avaliado o impacto das baixas em cada setor. Até o fim de novembro, 15.856 servidores públicos federais pediram aposentadoria. É mais que o dobro do número do ano passado.

Para os cofres públicos, a desvantagem do novo concurso é que a União pagará por dois: pelo aposentado e pelo recém-contratado. Com a reinserção, é um pagamento só.

Andes-SN

Mesa de negociação com o governo não avança

A Mesa Nacional de Negociação Permanente, criada entre governo e servidores, não avança devido à lentidão e intransigência governamentais. No último dia 18, houve uma reunião setorial relativa às carreiras do funcionalismo. Na ocasião, o governo limitou-se a apresentar seu novo secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça, ex-diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). De acordo com o 1º vice-presidente do Andes-SN, José Domingues, o secretário não apresentou nenhuma proposta, além da divulgação da data de 15 de janeiro de 2004 para a mesa mais geral de negociação entre governo e servidores. A pauta desta reunião será o reajuste referente às perdas de 2003. Para Domingues, dada a previsão orçamentária, dificilmente o governo vai cumprir o compromisso afirmado em fevereiro de 2003 pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, de repor, pelo menos, a inflação do período.

Agenda Sindical

10 e 11/01/2004 – Reunião do GT Carreira do Andes-SN
Brasília (DF) – sedes da ADUnB-SSind e do Andes-SN

10 e 11/01/2004 – Reunião do GT Verbas do Andes-SN
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

14/01/2004 – Reunião do GT Política de Formação Sindical
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

15 e 16/01/2004 – Seminário sobre Reforma Trabalhista e Sindical
Brasília (DF) - *promovido pela CNESF*

16 a 21/01/2004 - Fórum Social Mundial
Mumbai, Índia

17/01/2004 – Reunião do Setor das Federais do Andes-SN
Brasília (DF)

18/01/2004 – Plenária dos Servidores Públicos Federais
Brasília (DF)

4 a 9/03/2004 - 23º Congresso do Andes-SN
Salvador (BA), com o tema central: Superávit Fiscal e Déficit Social: Reforma da Educação, Privatização e Arrocho Salarial

13 e 14/03/2004 – Encontro Sindical Nacional
Brasília (DF)

25, 26 e 27/03/2004 – II Congresso Estadual de Educação
Rio de Janeiro (RJ), Uerj

2 a 5/05/2004 – 5º Congresso Nacional de Educação (Coned)
Recife (PE)

28 a 31/07/2004 – Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre (RS)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão CEP: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2230-2389, 2260-6368 e 3884-0701

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Sara Granemann **1º Vice-Presidente:** Walcyr de Oliveira Barros **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **1ª Secretária:** Janete Luzia Leite
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND CAp: Sandra Martins de Souza - Titular; **Coppe:** Fernando Carvalho da Silva - Titular, Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro N. Salgado Filho - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Cláudia Regina G. C. dos Santos - Titular, Marilurde Donato - Titular, Elen M. da S. Castelo Branco - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Luís Eduardo Acosta Acosta - Titular, Lenise Lima Fernandes - Titular, Marcelo Braz M. dos Reis - Suplente, Gabriela Lema Icasuriaga - Suplente; **EE - Escola Politécnica:** Lavínia M. S. Alves Borges - Titular, José Luis Lopes da Silveira - Titular; **Faculdade de Educação:** Roberto Leher - Titular; **IFCS:** Maria Paula N. Araújo - Titular, Marcos Luís B. da Fonseca - Titular; **Instituto de Física:** João Ramos T. M. Neto - Titular, Luiz Felipe de S. Coelho - Titular, Paulo Américo Maia Neto - Suplente, Filadelfo Cardoso dos Santos - Suplente; **Instituto de Matemática:** Bruno Alexandre S. da Costa - Titular, Cássio Neri Moreira - Titular, Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Eduardo San Pedro Siqueira - Suplente, Marco Antônio Rosa Ferreira - Suplente, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Instituto de Nutrição:** Maria Auxiliadora S. C. Coelho - Titular **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Tiragem:** 10.000 **Colaboração:** Agência Andes **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Grupos de Trabalho

Mais mobilização do que nunca

GTPE do Andes-SN critica recentes medidas do governo na área da Educação

A comunidade acadêmica precisa mobilizar-se mais do que nunca contra o que começa a se desenhar como a "reforma" universitária do governo Lula. Este é o aviso da diretoria do Andes-SN, divulgado na página eletrônica www.andes.org.br, e também compartilhado pelos participantes da última reunião do Grupo de Trabalho Política Educacional do Sindicato realizada no dia 12 de dezembro, em Brasília (DF).

É bem verdade que o texto oficial desta nova contra-reforma ainda não foi divulgado. No entanto, as últimas iniciativas do Ministério da Educação e o recente lançamento de um documento do Ministério da Fazenda recheado de críticas aos gastos da União com o ensino superior (ver Jornal da Adufrj nº 117, de 17/11) já são maus indícios do que vem aí.

Adufrj-SSind no GT

De acordo com a professora Celina Vargas, que representou a Adufrj-SSind nesta reunião de Brasília, os participantes do GT estavam muito preocupados com o conteúdo dos documentos que nortearam o seminário promovido pelo governo intitulado Universidade XXI, no fim de novembro. "Vários representantes de seções sindicais observaram que virá uma reforma estrutural. Os conceitos serão reinventados e, seguindo a lógica da Lei de Patentes e da Lei de Inovação, a Universidade deverá atender aos interesses do capital financeiro", disse.

O encaminhamento arbitrário do novo sistema de avaliação das universidades também foi tema do grupo de trabalho do Sindicato Nacional. Uma das coordenadoras do GTPE, a professora Vera Jacob comparou o percurso do modelo criado por Cristovam Buarque e sua equipe com o Provão do ex-ministro Paulo Renato. "Assim como o Provão, esse sistema não foi discutido com a comunidade acadêmica. E foi materializado na Medida Provisória 147, que interfere na autonomia das universidades", disse.

Censo com pedido de autorização

Outro assunto que mereceu a crítica do GTPE do Andes-SN foi a formação de professores da educação básica. Foi muito mal recebido nos colégios um censo com perguntas intimidatórias e inconvenientes (como saber se houve agressão a alunos na escola e a renda mensal familiar do professor) que precisa ser assinado pelo docente. Segundo Celina, que é professora do Colégio de Aplicação, o censo é também muito restritivo. "Não abre espaço para discussão pedagógica", comentou. Ao final do questionário, para piorar, o governo induz os professores a autorizar sua avaliação por meio de um artifício ao final do documento, posto que solicitava ao professor marcar SIM ou NÃO após o seguinte: "Autorizo minha inscrição no Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica", sem esclarecer que, na verdade, com isto, poderia-se estar dando a autorização para ser submetido à avaliação. A Adufrj-SSind enviou uma mensagem aos professores da UFRJ, com orientação específica àqueles da Educação Básica e Fundamental a não autorizarem a sua participação nos exames.

Cobrança de ex-alunos

A proposta de cobrança de ex-alunos das universidades públicas ainda não havia sido anunciada quando da realização do GTPE, no dia 12. Mas Vera Jacob fez questão de criticar o projeto para a reportagem da Adufrj-SSind. "É um verdadeiro assalto à classe média trabalhadora. Em vez de aplicar o que deve em Educação, o governo promove a bitributação", afirmou. Segundo Vera, essa proposta foi encaminhada por um assessor parlamentar do Partido dos Trabalhadores chamado João Molevade para o grupo que elaborou a proposta de governo do PT. "E lá foi rejeitado porque o grupo já entendia que se tratava de uma bitributação", informou.

Jurídico

Seção sindical ganha abono 2004

Liminar foi obtida em 1ª instância e UFRJ já foi intimada a cumprir a decisão

Mais uma vez, a Adufrj-SSind entrou com ação no Tribunal Regional Federal para garantir o pagamento do abono pecuniário para os professores sindicalizados que optaram pela venda de 15 dias das férias que serão pagas no ano que vem. O mandado de segurança coletivo da seção sindical baseia-se no direito dos servidores das universidades federais de converter 1/3 de suas férias em pecúnia, previsto no artigo 39 do Plano Único de Cargos, Retribuições e Empregos (PUCRCE). Diferentemente dos anos anteriores, a administração da universidade distribuiu as planilhas de férias com um campo para preenchimento da opção pelo abono 2004, ainda que com a ressalva de que esta medida não garantiria seu pagamento. Com a liminar a Adufrj-SSind, a reitoria terá que pagar o abono para todos os professores que fizeram a opção pela venda das férias.

Histórico

Em 1986, os técnico-administrativos e docentes das universidades federais obtiveram como conquista de uma greve nacional o direito a 45 dias de férias e a possibilidade de conversão de 1/3 deste período em pecúnia. Três anos depois, o direito à venda de parte das férias foi estendido para todo o funcionalismo federal, no Regime Jurídico Único. Em 1995, o governo Fernando Henrique usou a justificativa da crise asiática para baixar uma medida provisória o primeiro pacote de ajuste fiscal de seu governo. Entre outras medidas, FHC restringiu vários direitos do RJU e proibiu a venda das férias para os servidores. A MP virou a Lei 9597/97, aprovada no Congresso Nacional.

Já em 1995, o Andes-SN impetrou um mandado de segurança coletivo em nome de toda a categoria e conseguiu liminar para garantir o pagamento do abono das férias que seria pago em 1996, dos que fizessem a opção pela pecúnia.

Em 1997, a Adufrj-SSind entrou com mandado de segurança e os professores que optaram pela venda de parte das férias receberam o abono em 1998. Já as ações impetradas pela seção sindical para garantia dos abonos de férias de 1998 e 1999 também obtiveram liminares favoráveis, mas a reitoria, na época, não efetuou o pagamento. A ação do abono 2000 não obteve liminar favorável e, para 2001, a seção sindical novamente ganhou a ação do abono. Ao final de 2001, a seção sindical não entrou com ação para o abono 2002 porque os professores faziam a reposição das aulas do período da greve de 2001, justamente no período que seria o das férias acadêmicas.

Em 2002, a seção sindical ganhou na Justiça o direito de os professores receberem a planilha de férias com o campo para o preenchimento da opção pelo abono. A ação para o abono de 2003 ainda tramita no TRF e não foi julgada no mérito.

Uma ação para cada ano

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind informa que, como a matéria do direito à venda de 1/3 de férias pelo funcionalismo público não tem consenso entre os juristas, é preciso que, a cada ano, a entidade entre com uma ação específica para as férias do período. Isso para evitar que a ação seja julgada no mérito sobre o direito para todos os anos. Caso a seção sindical ganhasse em 2004, por exemplo, o abono estaria garantido a partir deste ano. Por outro lado, se a ação tiver o mesmo julgamento que obteve em 2000, não haveria possibilidade de recorrer ou de acionar a UFRJ nos próximos anos.

Resenha

Reação à propaganda da Monsanto

Notícia da página eletrônica do Instituto de Defesa do Consumidor (www.idec.org.br) informa que o Fórum Nacional das entidades Civis de Defesa do Consumidor manifestou publicamente seu repúdio à campanha publicitária da Monsanto, veiculada na mídia impressa e eletrônica (rádios e TVs) durante este mês de dezembro. De acordo com um comunicado destas entidades, a soja e outros transgênicos não foram adequadamente avaliados em relação aos riscos à saúde e ao meio ambiente em nosso país e sequer nos Estados Unidos.

Projeto de escolha dos reitores avança na Câmara

O InformAndes Online (em www.andes.org.br), de 15/12, informa que "a Comissão de Educação da Câmara aprovou substitutivo ao Projeto de Lei 5197/01, que garante autonomia às universidades federais na escolha dos reitores e vice-reitores e na composição de seus órgãos colegiados. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)".

Soberania alimentar e justiça social

Divulgado na página eletrônica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 15/12, um documento da Via Campesina Internacional reivindica que os governos abandonem o modelo neoliberal e tenham "a coragem de buscar outro caminho de cooperação, com justiça social e apoio mútuo". A Via Campesina é um movimento internacional de pequenos e médios agricultores de todos os continentes com sede em Honduras. "Os responsáveis do comércio se orientam principalmente pelos interesses das elites e suas indústrias transnacionais e parecem ser incapazes de ver os problemas reais e buscar soluções para eles. Somente pensam em mais comércio, mais mercado, mais privatizações, mais acumulação e mais ganância", diz um trecho.

Sobre o local da expulsão dos "radicais"

O Hotel *Blue Tree Park*, de Brasília, onde foi oficializada a expulsão do PT da senadora Heloisa Helena e dos deputados federais João Fontes, Babá e Luciana Genro, é um dos mais caros da capital. Ao entrar no prédio, Heloisa disse que a única semelhança entre o lugar e o seu antigo partido era a cor vermelha. No bar do hotel, um simples sanduíche com refrigerante sai por R$ 18. O evento custou R$ 150 mil aos cofres do partido (O Globo, 17/12).

Colegiados

Colegiados rejeitam sistemática de alocação de vagas da reitoria

Conselhos acadêmicos instituem Cotav para alocação de 118 vagas até março de 2004

Em sessão extraordinária (em 17/12) convocada para tratar da pauta 'alocação de vagas docentes', os integrantes do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) decidiram não adotar a sistemática de distribuição de vagas docentes proposta, pessoalmente, pelo reitor, Aloísio Teixeira. Os colegiados decidiram instituir uma Comissão Temporária de Alocação de Vagas que terá até 20 de janeiro para receber os pedidos. O calendário da Cotav, divulgado na página da UFRJ, em 17/12, foi definido após a sessão pelos integrantes da comissão. De 12 a 15 de janeiro, serão analisados os pedidos recebidos das Unidades e Departamentos. De 16 a 21 de janeiro, será apreciado o relatório da Cotav pelos colegiados acadêmicos. De 22 a 29 de janeiro, o relatório final da distribuição de vagas feita pelos conselheiros do CEG e CEPG será apreciado pelo Conselho Universitário.

A proposta de distribuição apresentada pelo reitor na sessão conjunta dos colegiados, publicada em Boletim Extraordinário da UFRJ no dia 18/12, já apresenta uma planilha de referência com um determinado número de vagas por Unidade. De acordo com esta proposta, as Unidades deverão até 7 de janeiro de 2004 "priorizar a alocação dos cargos mencionados", distribuir as vagas oferecidas nas planilhas pelos departamentos, de forma setorizada. Na proposta da reitoria, as Unidades que considerarem insuficientes as vagas pré-oferecidas poderão indicar a necessidade de vagas extras e apresentar justificativa para elas. Até 14 de janeiro, o CEG e o CEPG, pela proposta do reitor, poderão reduzir as vagas definidas pelos Centros, "ajustando o total ao número de vagas disponíveis (112, já que seis ficariam como reserva técnica do Conselho Universitário)" e deverão encaminhar o pedido de distribuição final ao Consuni. Em 22 de janeiro, a reitoria espera que o Conselho Universitário defina a alocação de vagas disponíveis.

Disputa entre colegiados e reitoria

Muitos conselheiros aceitaram bem a proposta apresentada pela reitoria para a distribuição de vagas, no início da exposição do reitor, que teve que se ausentar no meio da sessão, alegando problemas de saúde. À exceção dos conselheiros do CEPG Márcio Estillac, Hatisaburo Masuda, Miguel Novak e Nelson Souza e Silva, os demais poderiam até aceitar uma negociação em relação ao calendário proposto por Aloísio ou à pré-proposta de distribuição. A maior reclamação dos integrantes dos conselhos foi a falta de apresentação de detalhamento para os critérios utilizados na distribuição da reitoria. Outra queixa dos conselheiros foi o fato de a reitoria não ter iniciado a discussão das vagas, pelo menos, um mês antes. O fato de, mais uma vez, a distribuição de vagas docentes ser tratada às vésperas dos recessos de final de ano foi muito criticado. O próprio reitor reconheceu que errou ao demorar tanto a encaminhar aos colegiados sua proposta para um tema tão importante para a universidade. A justificativa da reitoria foi a falta de tempo.

A portaria ministerial de 2 de outubro de 2003 apresentou a disponibilidade para a UFRJ alocar 118 novas vagas que devem estar publicadas em edital oficial até março de 2004.

Quem decide sobre as vagas

O fato de a reitoria ter antecipado uma proposta de distribuição das 118 novas vagas para professores não agradou aos integrantes dos colegiados acadêmicos. Tão pouco a justificativa apresentada de que o regimento geral da universidade define como atribuição do reitor a distribuição, "ouvidos os Conselhos de Ensino", do quadro de pessoal da universidade, incluídos os cargos de magistério superior (Art. 115).

A Lei de Diretrizes e Bases foi evocada pelo conselheiro do CEPG Nelson Souza para contradizer o reitor. Nelson lembrou a "luta para que a alocação e as políticas de ensino sejam definidas pelos conselhos superiores". O professor defende, então, a constituição da Cotav.

Proposta fechada

A representante dos técnico-administrativos Ana Maria Ribeiro também criticou a 'proposta fechada' da reitoria. Ana lembrou que o reitor pode, no exercício da autonomia universitária, "a qualquer tempo, apresentar sua proposta para quaisquer assuntos acadêmicos", mas, no caso em foco, os colegiados deveriam definir a dinâmica de distribuição das vagas.

Na votação final, os conselheiros rejeitaram por 25 votos a quatro a proposta encaminhada por Aloisio Teixeira. Com apenas dois votos contrários e 24 a favor, foi instituída a Cotav com 15 integrantes, representantes dos dois colegiados e da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

Leslie tem mandato vencido, mas preside Cotav

O fato mais inusitado da distribuição de vagas docentes é a presidência da Comissão Temporária de Alocação de Vagas que ficou a cargo do professor Leslie Benchetrit, como representante da Comissão Permanente de Pessoal Docente. À frente da CPPD há alguns anos, o professor está com o mandato vencido desde 12 julho de 2003 e não encaminhou antes desta data, como deveria ter ocorrido, nenhum pedido de prorrogação ao gabinete do reitor. A própria notificação à comunidade da instalação da Cotav na página eletrônica da universidade foi um ato da CPPD, cuja composição atual, na prática, não existe.

A redação do jornal da Adufrj apurou que na Comissão de Legislação e Normas do Conselho Universitário há um processo datado de15 de julho, e com data de recebimento pela Secretaria do conselho de 28 de agosto, sobre alteração de regimento da Comissão Permanente. Quem assina a solicitação é o professor Leslie. No processo, o professor solicita que o mandato dos integrantes da CPPD seja de quatro anos (atualmente é de dois anos) e que o presidente e o vice-presidente tenham também mandato de quatro anos e possam ser reconduzidos por mais quatro. Por esta conta, caso o professor permaneça no cargo após novas eleições, poderá se perpetuar por um período de mais oito anos.

Pérola da burocracia

Outra pérola do pedido de alteração do regimento, que pelo atual (de 1997), precisaria da aprovação de, pelo menos, 2/3 de seus integrantes para ser apresentada ao Cosuni, diz respeito à eleição dos presidente e vice-presidente da Comissão. Pelo regimento atual, os ocupantes destes cargos são eleitos pelos integrantes da CPPD e para tal "são necessários dois terços dos membros da Comissão, vedada a eleição por aclamação". Na proposta encaminhada à CLN, Leslie quer que o texto seja alterado para "O presidente e o vice presidente serão eleitos em reunião especialmente convocada para este fim, com qualquer número de presentes".

Apesar de não constar da apresentação da proposta de alteração, o professor anexou um texto de regimento que não é o atual, constituindo assim uma proposta que altera vários dos artigos do regimento da CPPD aprovado pelo Conselho Universitário em 8 de maio de 1997.

Comissão atua na vida do professor

Vale lembrar que os integrantes da CPPD são eleitos diretamente pelo corpo docente e sua atuação tem papel fundamental no desenvolvimento da carreira do professor na universidade. Só para se ter uma idéia da nova dimensão que o professor Leslie quer dar à CPPD, no regimento atual, no Art.2º, sobre as competências da comissão, está definido que esta deve "colaborar com a Sub-reitoria de Pessoal e Serviços Gerais (atual PR4) nos assuntos de competência desta, concernentes ao magistério", além de "assessorar ao reitor nos assuntos concernentes à execução da política de pessoal docente". Na solicitação de alteração é proposto que a CPPD deve "desenvolver estudos e análises que permitam oferecer subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos", além de "assessorar o reitor nos assuntos concernentes à execução e formulação da política de pessoal docente".

Colegiados

UFRJ pede 539 professores substitutos

Número deve sofrer restrições do MEC

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou, por unanimidade, um pedido recorde de 539 professores substitutos ao MEC para 2004. O detalhe desta solicitação é a esdrúxula situação de o colegiado ter decidido o número sem conhecimento do quantitativo destinado à universidade, até hoje não informado pelo ministério. Num plano maior, o expressivo número representa um retrato do descaso do governo com as instituições federais de ensino superior e com os próprios docentes.

Na portaria interministerial nº 164, de setembro deste ano, que proibiu as renovações de contratos de docentes temporários anteriores a 2003, foi fixado apenas o número total máximo destinado a todas as instituições federais. São 51.707, no caso de professores de 3º grau; e 14.324, no caso de professores de 1º e 2º graus. Antes que alguém estranhe os números relativamente altos, vale ressaltar que esses quantitativos incluem também o quadro efetivo das IFES.

Colegiado reclama das condições

Em relatório elaborado pela Câmara Docente do colegiado – responsável pela análise dos pedidos de substitutos vindos dos Departamentos -, foi destacado que "nos últimos anos, houve um grande número de aposentadorias e, assim, perdemos grandes e ilustres professores que enriqueciam o Corpo Docente desta Universidade, tornando-se, inclusive, extremamente difícil a imediata contratação através de concurso público, para os lugares vagos, de profissionais com igual e relevante capacidade e competência." Mais adiante, o documento também informa que o colegiado tem trabalhado, nos últimos anos, com um quantitativo de vagas "muito aquém do necessário".

Já durante a sessão, a revolta era grande com o fato de o MEC não ter informado o quantitativo máximo de cada universidade. "Temos que saber esse quantitativo (em um prazo adequado). Esse conselho tem que dizer (ao MEC) que esta universidade não está sendo tratada como deveria", comentou a representante Ana Borralho, do CCS.

Dúvidas quanto à legislação

Alguns conselheiros, como o professor Gil Fernando (CCS) e Maria da Penha (CCJE), duvidaram que o conteúdo da portaria interministerial estivesse correto. Para eles, o impedimento das renovações deveu-se a uma data supostamente errada e repetida a partir da portaria nº 303, de 4 de julho de 2002. Ambas falam no prazo de "até 31 de dezembro de 2003" para manutenção dos substitutos. Só que, no caso da portaria mais atual, de acordo com a interpretação da reitoria, a data só permite a prorrogação dos contratos realizados este ano. No entanto, deve-se ressaltar que a lei 8.745, de 1993 – com a redação atualizada pela lei nº 10.667, de maio de 2003 – só permite a renovação dos professores substitutos por mais um ano mesmo.

Número deve sofrer cortes

Diante da falta de informações por parte do MEC, os conselheiros não duvidavam de cortes no pedido inicial de 539 professores substitutos. O próprio relatório da Câmara Docente observou que "é muito possível" que, diante da confirmação oficial do quantitativo máximo, as solicitações sejam reanalisadas.

A Câmara já aprovou alguns critérios em caso de eventual restrição do ministério. Os pedidos de prorrogações dos contratos de 2000, 2001 e 2002 foram transformados em vagas novas e ganharão prioridade máxima. Cada solicitação de prorrogação de contratos de professores em regime de 40 horas destes anos serão transformadas em dois pedidos de vagas novas (estas, de acordo com o documento, só podem ser de 20 horas) – neste caso, metade ganhará prioridade máxima (são 206, contando com a prorrogação dos contratos normais de 20 horas); a outra metade terá "prioridade 2" (são 45). Quanto aos pedidos de vagas novas propriamente ditos, acatou-se, até o momento, as decisões dos Conselhos de Centro. Estas solicitações terão "prioridade 3" (são 181). As prorrogações permitidas de 2003 somam 107 contratos, o que perfaz o total de 539 pedidos ao MEC.

Divisão pelos Centros

Entre os Centros (veja quadro na página 6 desta edição), o Centro de Letras e Artes e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas são os que mais solicitam substitutos. O Centro de Tecnologia e o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza pedem menos.

Entre as Unidades, o Colégio de Aplicação, a Faculdade de Educação, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, a Faculdade de Direito e todas aquelas vinculadas ao CLA são as que mais demandam professores substitutos.

CEPG discute programas de conceito 3

Colegiado busca formas de melhorar a avaliação dos cursos diante da Capes

O Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) debateu, em 19/12, os resultados parciais de uma Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Cursos de Pós-graduação *stricto sensu* com conceito 3 na última avaliação da Capes. De acordo com a professora Andréia Frazão, que integra a comissão e é uma das representantes do CFCH no colegiado, foi feito, por enquanto, um levantamento inicial dos dados desses cursos – que somam 14, no total. Segundo ela, foi observado que os programas de conceito 3 devem ser divididos em dois sub-grupos: aqueles que possuem problemas estruturais e os com dificuldades pontuais. Os primeiros são os que, por exemplo, podem apresentar falta de coerência entre as áreas de concentração, linhas de pesquisa, grade curricular e projetos. Programas que apresentam características mais próximas de cursos de especialização ou que não conseguiram se adaptar às exigências da Capes também são listados nesse subgrupo.

Pequenas diferenças entre as práticas permitidas na UFRJ (como a existência de bancas examinadoras sem professores doutores) e as regras da agência de fomento ou a falta de informações para um correto preenchimento dos formulários da Capes são os problemas pontuais que atingem outros programas de conceito 3 da universidade.

A comissão deve propor, em próxima sessão, uma forma de reunir os coordenadores desses programas para corrigir as falhas consideradas mais operacionais. Até porque o prazo final para entrega dos formulários da Capes é o dia 31 de março de 2004. A iniciativa do programa de pós-graduação em Nutrição de realizar um fórum recentemente para refletir sobre todos os aspectos do curso foi elogiada pela comissão, que entendeu que eventos semelhantes deveriam ser estimulados nos outros programas nota 3.

Responsabilidade é do coordenador

A professora Mariângela Menezes, representante do Fórum de Ciência e Cultura, cobrou maior responsabilidade dos coordenadores dos programas. "Não se justifica o mau preenchimento dos formulários da Capes. Eles são trabalhosos, mas não são difíceis", disse. Mariângela sugeriu que cada programa com nota 3 estabelecesse um comitê interno para discutir seus problemas.

Bolsas de Iniciação Científica

Em breve, a página eletrônica (www.cnpq.br) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vai disponibilizar uma proposta para ser discutida pela comunidade acadêmica a respeito da distribuição das bolsas de Iniciação Científica. A notícia foi dada pela professora Celuta Sales (CCS), que integra uma comissão formada pela agência do MCT para rediscutir os critérios atuais. Ainda de acordo com Celuta, as bolsas de iniciação científica representam apenas 2% do orçamento do CNPq, mas são 50% do número de bolsas concedidas pelo órgão. Celuta conta que o presidente do CNPq, Erney Camargo, que assumiu em fevereiro deste ano, pretende aperfeiçoar esta distribuição. Ela adiantou que uma idéia inicial de retirar as cinco mil bolsas de Iniciação Científica da chamada oferta de balcão e integrá-las às 14 mil dos programas institucionais (PIBICs) já foi refutada diante da enxurrada de críticas recebida pela agência.

Comissões de Pós-graduação das unidades ou "Cepeguinhos"

No CEPG, uma outra comissão ficou encarregada de aperfeiçoar as resoluções do próprio colegiado. A professora Walcy Santos (CCMN) relatou que o trabalho começou pela resolução nº 02/01, que dispõe sobre as comissões de pós-graduação ou "cepeguinhos", eventualmente criadas nas Unidades para descentralizar algumas atribuições do CEPG.

De acordo com ela, a revisão desse documento ainda não está concluída, mas já existem propostas de modificação. Uma delas seria a possibilidade de os "cepeguinhos" serem formados por programas afins, em vez de restringir sua composição ao espaço de uma Unidade ou órgão suplementar como está determinado pela legislação em vigor. Além de visar à interdisciplinaridade, a alteração poderia evitar o conflito entre programas do mesmo local "que não se dão", como foi dito na reunião.

Alunos têm mandatos prorrogados

A representação discente no CEPG solicitou - e o colegiado aprovou - a prorrogação do seu mandato até a realização de novas eleições para a Associação de Pós-Graduandos da UFRJ, em março. O prazo de representação dos estudantes iria até 9 de janeiro. O aluno Christian Queipo explicou que a votação não será feita antes porque, na última reunião da APG, em 9/12, houve o entendimento de que o período de férias prejudicaria o processo eleitoral.

Concessão de vagas para substitutos aprovadas no último CEG (17/12)	Solicitadas				Concedidas				
	Prorrogad 20	Prorrogad 40	Novas 20 h	Novas 40 h	Prorrogad 20	Prorrogad 40	Novas 20 h/prioridade 1	Novas 20 h/prioridade 2	Novas 2 h/prioridade 3
CLA									
FAU	19	4	14	0	6	0	17	3	13
EBA	22	11	13	6	8	3	21	8	15
E. Música	16	4	17	0	5	0	17	4	15
Faculdade de Letras	25	8	26	0	14	0	19	8	23
Total CLA	**82**	**27**	**70**	**6**	**33**	**3**	**74**	**23**	**66**
CFCH									
ECO	2	0	8	0	2	0	0	0	8
CAP	30	0	6	0	13	0	17	0	6
F. Educação	25	0	16	0	8	0	17	0	16
ESS	6	0	0	0	2	0	4	0	0
IFCS	17	0	10	0	6	0	11	0	10
Instituto de Psicologia	1	0	6	0	1	0	0	0	5
Total do CFCH	**81**	**0**	**46**	**0**	**32**	**0**	**49**	**0**	**45**
CCJE									
FACC	6	1	7	0	2	1	4	0	7
F. Direito	28	19	14	0	12	0	36	19	14
Total do CCJE	**34**	**20**	**21**	**0**	**14**	**1**	**40**	**19**	**21**
CCS									
F. Medicina	10	0	4	0	1	0	10	0	4
F. Odontologia	5	0	3	0	0	0	6	0	3
EEAN	11	0	3	0	8	0	6	0	3
F. Farmácia	3	0	1	0	3	0	0	0	1
I. Nutrição	3	0	1	0	2	0	2	0	1
EEFD	13	0	4	0	0	0	15	0	2
I. Biologia	2	0	3	0	2	0	0	0	3
ICB	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do CCS	**47**	**0**	**19**	**0**	**16**	**0**	**39**	**0**	**17**
CT									
E. Engenharia	3	3	15	0	2	0	4	3	15
E. Química	1	0	0	1	1	0	0	0	0
Total do CT	**4**	**3**	**15**	**1**	**3**	**0**	**4**	**3**	**15**
CCMN									
Instituto de Química	1	0	4	0	1	0	0	0	4
Instituto de Física	0	0	6	0	0	0	0	0	6
Instituto de Matemática	4	0	4	0	4	0	0	0	4
Instituto de Geociências	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Total do CCMN	**5**	**0**	**14**	**3**	**5**	**0**	**0**	**0**	**17**

Nota à Imprensa

Dívida para o servidor, lucro para banqueiros

Sindicatos da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais) rejeitam acordo da CUT com BB para pôr a "corda no pescoço" da categoria. Empréstimo é uma arapuca para garantir pagamento de juros ao FMI com o endividamento do servidor

Vimos, por meio desta nota pública, declarar que as entidades nacionais integrantes da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais), todas, sem exceção, são contrárias e não assinaram nenhum acordo para empréstimos com banqueiros. Não concordamos com a política da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao estabelecer convênio com o Banco do Brasil para a concessão de empréstimos ao funcionalismo público a título de complementação salarial, repudiamos o envolvimento do governo federal neste processo e negamos, com veemência, qualquer declaração no sentido de que assinaremos tais acordos.

Esta posição, fechada e consensual entre nós, decorre das seguintes razões:

a) A CUT é uma entidade classista, de luta em defesa dos trabalhadores, construída na vaga das grandes greves do ABC paulista e da recomposição do movimento sindical. A central, a primeira com essa característica no Brasil, foi construída para potencializar, unificar, qualificar e dirigir as lutas sindicais. Isso exige uma progressiva autonomia e independência sindical e, ao mesmo tempo, a defesa e ampliação das conquistas trabalhistas. Somente uma luta que fortaleça a organização pela base dos sindicatos combinada com lutas de massa poderá fortalecer o caráter classista da CUT. Os acordos com os banqueiros, por sua vez, são, justamente, a contramão dos desafios históricos colocados acima. Portanto, somos radicalmente contra esse tipo de iniciativa.

b) Não concordamos com a MP 130, que legaliza institucionalmente os acordos da CUT e ajuda a "pendurar pelo pescoço" ainda mais a grande massa dos trabalhadores que têm o salário nominal congelado e o salário real diminuído. Nossa luta não é para aprofundar essa situação intensificada pela aplicação da política neoliberal. Ao contrário, nossa luta é para derrotar o neoliberalismo e conquistar a necessária recomposição salarial de que necessitam os servidores públicos e o conjunto da classe trabalhadora.

c) Em vez de fazer declarações dando a entender que concordamos com a política absurda dos empréstimos, achamos que o ministro Mantega deveria estar apresentando respostas concretas às reivindicações que apresentamos à Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), instalada desde abril. Não queremos mais esmolas e endividamento, e sim a reposição da inflação, a incorporação das gratificações de produtividade e da GAE, a correção das distorções existentes entre os setores e as Diretrizes de Planos de Carreiras. Essas são as nossas reivindicações. Negociação trabalhista tem hora para começar e para acabar. Não podemos ficar indefinidamente sem soluções.

d) Finalmente, queremos deixar claro que não participaremos ou apoiaremos os acordos de empréstimos com desconto em folha (ou em qualquer outra versão). Lamentamos, ainda, que essa iniciativa faça parte da carta de intenções que o atual Governo Brasileiro enviou ao FMI, em 21/11/2003, na qual assumiu o compromisso de, até o fim de março de 2004, "implementar Medida Provisória que permita os trabalhadores usarem parte de seus salários futuros como garantia de empréstimos, e expandir a política para os aposentados do serviço público de previdência via regra do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)". Se não bastasse o endividamento do país, o atual governo procura agora endividar ainda mais os servidores e, dessa forma, dispor da massa salarial do funcionalismo para o pagamento dos juros da dívida externa.

Esse tipo de iniciativa (os empréstimos do Banco do Brasil) serve apenas para garantir a manutenção do congelamento dos salários e o lucro dos banqueiros. Os juros, nesse caso, são menores, mas os empréstimos funcionam como uma espécie de seguro para o banco, uma vez que o trabalhador não terá mais o direito de não pagar quando não tiver condições. Ou seja, será descontado direto do salário com o aval do seu sindicato da categoria, do patrão e do governo (com a aprovação da MP 130). Somos contrários a falsas soluções que, na verdade, acabarão comprometendo ainda mais a qualidade de vida da categoria para satisfazer o apetite de lucro dos tubarões da especulação financeira.

Por tudo isso, exigimos urgentemente a abertura de negociações para a recomposição de nossas perdas salariais e rejeitamos a colocação de iniciativas como esses empréstimos na Mesa Nacional de Negociação Permanente. Até porque isso demonstra, claramente, uma tentativa do Palácio do Planalto de intervir nas entidades sindicais que compõem a CNESF.

Não negociamos nossa independência e autonomia. Ao contrário, continuaremos lutando, sem trégua, ao lado da categoria e pela melhoria das condições de vida, de trabalho e pela defesa e ampliação dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Brasília, 17 de dezembro de 2003

CNESF

Conferência Nacional de Saúde

Pouca discussão e muito show marcam 12ª Conferência de Saúde

Evento foi marcado por forte intervenção governamental

A 12ª Conferência Nacional de Saúde, realizada nos dias 7 a 11 de dezembro, em Brasília, reuniu 4 mil pessoas e foi marcada por pouca discussão, muita pompa e forte intervenção governamental. O evento, convocado pelo decreto presidencial de 5/5/2003, teria como objetivo propor diretrizes para efetivar a saúde como direito de todos e dever do Estado, bem como para a consolidação do Sistema Único de Saúde. O tema central foi "Saúde: um direito de todos e dever do Estado - A Saúde que temos, o SUS que queremos".

Segundo relato da diretora da Adufrj-SSnd e vice-presidente da Regional RJ do Andes-SN, Janete Luzia, as mesas da Conferência foram formadas majoritariamente por entidades governamentais ou de apoio ao governo, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores, da Força Sindical e do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde. As mesas de apresentação e debate aconteceram na segunda-feira,dia 8. Os grupos de trabalho tiveram suas atividades aceleradas, na terça-feira e a consolidação dos relatórios e plenárias aconteceram na quarta-feira e quinta-feira com pouca discussão o que garantiu a realização de show relâmpago do ministro da cultura Gilberto Gil e as votações das principais resoluções só começaram no noite do dia 10. Só então, os delegados iniciaram a votação final do texto sobre o SUS que se estendeu até as 4 horas da manhã do dia 12. O presidente Lula também marcou presença na Conferência na manhã do dia 11 Antes da votação final, a plenária ainda teve tempo de ser 'presenteada' com mais um show, do cantor Ney Matogrosso.

Na votação das matérias da Conferência, as propostas consideradas mais polêmicas foram encaminhadas para o Conselho Nacional de Saúde, em um evidente esvaziamento político da Conferência e de sua representatividade social. Segundo informações da página eletrônica da 12ª CNS, uma das principais posições adotadas pelos participantes foi o pedido pela mudança na Emenda Constitucional 29. A proposta é trocar a vinculação dos recursos federais para a área de saúde de uma variação em torno do crescimento do PIB para um percentual fixo (10%) das receitas correntes da União. Se a medida fosse adotada já a partir de 2004, o orçamento da saúde para o ano que vem seria de aproximadamente R$ 38 bilhões, em vez dos R$ 32 bilhões já previstos.

Conferência legitima política do governo

Segundo a agência de notícias Carta Maior (12/12/03), na 12ª CNS houve um excessivo direcionamento dos debates por pessoas ligadas ao Ministério da Saúde. "Foram cinco meses de debates e formulações. Um processo que, do começo ao fim, envolveu mais de 3.500 municípios, dos 27 estados brasileiros, e cerca de 300 mil pessoas. Somente da etapa nacional participaram 5.000 – três mil delegados com direito a voz e voto".

A agência lembrou que, em 2000, quando a 11ª Conferência foi realizada, o então ministro da Saúde José Serra, atual presidente nacional do PSDB, foi recebido com vaias. Já o ministro de Lula, Humberto Costa, foi tratado como celebridade, sendo assediado com pedidos de autógrafos e fotos, recebendo o apelido de "popstar do SUS".

Mas, segundo a agência, ainda, houve momentos em que "o excesso de controle e direcionamento dos debates por pessoas ligadas ao ministério ocasionou conflitos. Na manhã de quinta, por exemplo, a comitiva da Bahia cogitou abandonar a Conferência, justificando que as decisões estavam sendo formuladas de cima para baixo. Eles reivindicavam mais tempo para assimilação das propostas em votação. Na plenária, delegados acusavam a existência de um "rolo compressor" do governo. Esse embate foi a principal razão para que a plenária se encerrasse somente às 4h30 desta sexta, quando os delegados que ainda tinham forças votaram os últimos temas polêmicos".

Financiamento da Saúde

Apesar do 'rolo compressor', a plenária conseguiu aprovar algumas deliberações que apontam para uma pressão política dos movimentos organizados por mudanças na política de financiamento dos recursos para as áreas sociais. Em relação às fontes de financiamento para a Saúde, por exemplo, a 12ª CNS aprovou que "é imperativo que se enfrente esse constrangimento externo e não se renove o acordo com o FMI" e que o governo deve "renegociar as dívidas interna e externa, promovendo ampla participação social e das entidades nacionais representativas dos trabalhadores".

MST

Pastoral da Terra registra o maior número de assassinatos desde 1991

Dados da Comissão Pastoral da Terra mostram que ocorreram 71 assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos no campo de 1 de janeiro a 30 de novembro de 2003. O número alarmante é 77,5% maior do que o registrado no mesmo período em 2002 e é o mais alto desde 1991, quando ocorreram 54 mortes. Em 1990, segundo a CPT, 79 trabalhadores rurais foram assassinados.

O número de tentativas de assassinato dos trabalhadores foi 76,3% maior do que em 2002 e o número de famílias despejadas por mandados judiciais cresceu 227%. Foram expulsas da terra 87,8% famílias a mais em relação ao número em 2002.

A CPT registra, por outro lado, o aumento das ações de ocupação de terras e de acampamentos de trabalhadores que reivindicam a reforma agrária. "O número de ocupações cresceu 86,3% e o de acampamentos, 209%", informa a página eletrônica do Movimento dos Sem Terra, em 17/12/03.

Pressão popular

Segundo o *site* do MST, a eleição de Lula para presidência da República criou dois diferentes processos no campo. De um lado, os movimentos dos trabalhadores rurais sentem que o momento é de realização da reforma agrária e, para pressionar o governo para a concretização dos assentamentos, os movimentos aumentaram as mobilizações e os assentamentos. De outro lado, os fazendeiros reagiram com truculência e violência às justas reivindicações dos trabalhadores.

Em 2003, a CPT registrou, de janeiro a novembro, 1.197 conflitos (em 2002, foram 879). Destes, 181 confrontos foram registrados no Pará, 160 em Pernambuco e 113 no Paraná.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind
www.adufrj.org.br

Movimento

Greve e mobilização em todo o país

Professores e policiais federais paralisaram atividades; previdenciários podem ser os próximos

Arte/Douglas Pereira

Enquanto alguns pensam nas festas de fim de ano, diversos movimentos de trabalhadores em todo o país prosseguem com suas reivindicações para garantir Natais melhores. Nas universidades estaduais baianas, a intransigência do governo local fez os professores entrarem em uma greve que já dura mais de dois meses.

As reivindicações dos professores são a recomposição dos salários e o aumento das verbas destinadas às instituições de ensino superior. Diretora de Administração e Organização da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia (Aduneb), Carmen Silvia explica que o piso salarial dos professores universitários, de R$ 338,80 para os ingressantes em regime de 20 horas, consegue ser inferior ao dos profissionais do ensino médio e fundamental. Para se ter uma idéia, nesse nível, os não-licenciados, que só completaram o ensino médio, ganham R$ 388. "Nós já reduzimos nossa pauta ao mínimo do mínimo, mas o governo só aceita incorporar um percentual pequeno da nossa gratificação", explica Carmen. Ela acrescenta que a falta de dinheiro alegada pelo governo do estado da Bahia não se faz presente para outras iniciativas como o financiamento de bolsas para mais de mil alunos cursarem universidades privadas, com valores entre R$ 500 e R$ 600 por mês.

A sindicalista destaca ainda que, desde 1998, houve um crescimento da universidade em termos de oferta de vagas e instalações físicas, sem o devido investimento no quadro de pessoal. "Existem muitos professores substitutos", diz. Outro problema apontado pela diretora da Aduneb é a permanência de uma lei, criada em 1997, que define as competências e composição dos conselhos superiores das universidades estaduais da Bahia, sem respaldo da comunidade universitária. "Essa lei representa um ataque à autonomia universitária", comenta.

Corte de salários

Nos primeiros dias de greve, os professores da Universidade do Estado da Bahia e os da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia tiveram os salários cortados. Os docentes recorreram à justiça e tiveram ganho de causa, mas o governo insiste em descumprir a decisão judicial. Por conta dessa instransigência, a Aduneb solicitou à desembargadora Ruth Pondé a expedição do mandado de prisão contra o governador Paulo Souto, mais os secretários estaduais de Administração e de Educação e os reitores das duas instituições. Já na Uesb, os professores decidiram suspender a greve no dia 16/12.

Greve também na Polícia Federal

Também estão em greve, desde o último dia 10, os servidores da Polícia Federal para solucionar as questões estruturais que afetam a instituição e pelo cumprimento da lei 9.266/96, que passou a exigir diploma de nível superior para todos os cargos da carreira. De acordo com o diretor de Comunicação do sindicato da categoria no Rio de Janeiro, Fábio Domingos, apesar do advento da legislação, até hoje o governo não providenciou o justo enquadramento na tabela de vencimentos dos cargos de agente, escrivão e papiloscopista. "Nós já obtivemos reconhecimento das nossas reivindicações no Tribunal de Contas da União e junto à própria Direção-Geral da Polícia Federal", explica Fábio. O sindicalista esclarece que apenas as atividades consideradas essenciais, como a supervisão de aeroportos e portos, estão sendo mantidas. "Ainda assim, em esquema padrão", afirma.

O sucateamento a que está submetido todo o funcionalismo federal não poupou a PF, de acordo com Fábio. O quadro de pessoal está bastante reduzido e as viagens a trabalho dos servidores estão sendo pagas do próprio bolso dos profissionais. "As diárias não são pagas antes e os policiais só recebem o reembolso cinco ou seis meses depois, sem correção", comenta.

As instalações físicas também estão depauperadas. Para ilustrar, Fábio conta que o ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, no último dia 15, de passagem pelo Rio, na sede local da PF, não quis encontrar com representantes da categoria: "Para nos evitar, ele não utilizou o único elevador que está funcionando no prédio e desceu pelas escadarias, sem iluminação, que levam aos fundos".

Vale ressaltar que, no último dia 15, o Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Social aprovou uma nota de apoio às reivindicações dos servidores da Polícia Federal. "(...) em justa luta, por melhores condições de vida e de trabalho", de acordo com um trecho.

Mobilização no INSS e na Saúde

Se alguns movimentos já paralisaram as atividades, outros preparam a volta à greve, caso persistam os desmandos do governo. A Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) está revoltada com o descumprimento do último acordo de greve, realizada ainda este ano.

O governo enviou para o Congresso Nacional, no início deste mês, um projeto de lei, que depois transformou na Medida Provisória nº 146, que regulamenta a reestruturação da Carreira Previdenciária. O problema é que o conteúdo da MP não foi discutido com as entidades nacionais da categoria, que tinha sua própria proposta de reestruturação da carreira, entregue ao governo em outubro.

Além do encaminhamento arbitrário, o documento do governo tem várias falhas de conteúdo, como: deixar de fora da carreira os servidores do Ministério da Previdência Social, criar gratificação de desempenho em produtividade individual (em vez do atual desempenho coletivo e institucional), não prever a incorporação da GAE e manter a diferença de tratamento entre ativos e aposentados.

A Fenasps orienta seus sindicalizados a não assinarem o termo de opção que o governo enviou para os servidores aderirem à nova carreira. A Federação também marcou uma Plenária Nacional da categoria para o dia 17 de janeiro de 2004 para avaliar as negociações com o governo e o Congresso Nacional.

De acordo com o diretor Jorge Ricardo, o Jorjão, da Fenaps, a política do governo vai criar uma grande confusão nas carreiras do sistema previdenciário, entre aqueles que assinarem a opção e os que não aderirem ao acordo. Ele lembra que a Federação encaminhou, durante a greve de 2001, uma proposta de Carreira da Seguridade para unificar todos os servidores das áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, mas o governo não aceitou.

Também diretor da Fenasps, Hélio de Jesus dos Santos, acredita que, no ano que vem, com a volta aos trabalhos do Congresso Nacional, a categoria "vai voltar à carga" e, se necessário, à greve. Para ele, o governo Lula prossegue com a política anterior de divisão da categoria por instituição.

Em tempo: no dia do fechamento desta matéria (18/12), o governo do estado da Bahia cassou a ação judicial dos docentes universitários no Supremo Tribunal Federal. Os docentes da Uneb, que ainda mantinham a greve, iriam realizar uma assembléia geral extraordinária para decidir os rumos do movimento.